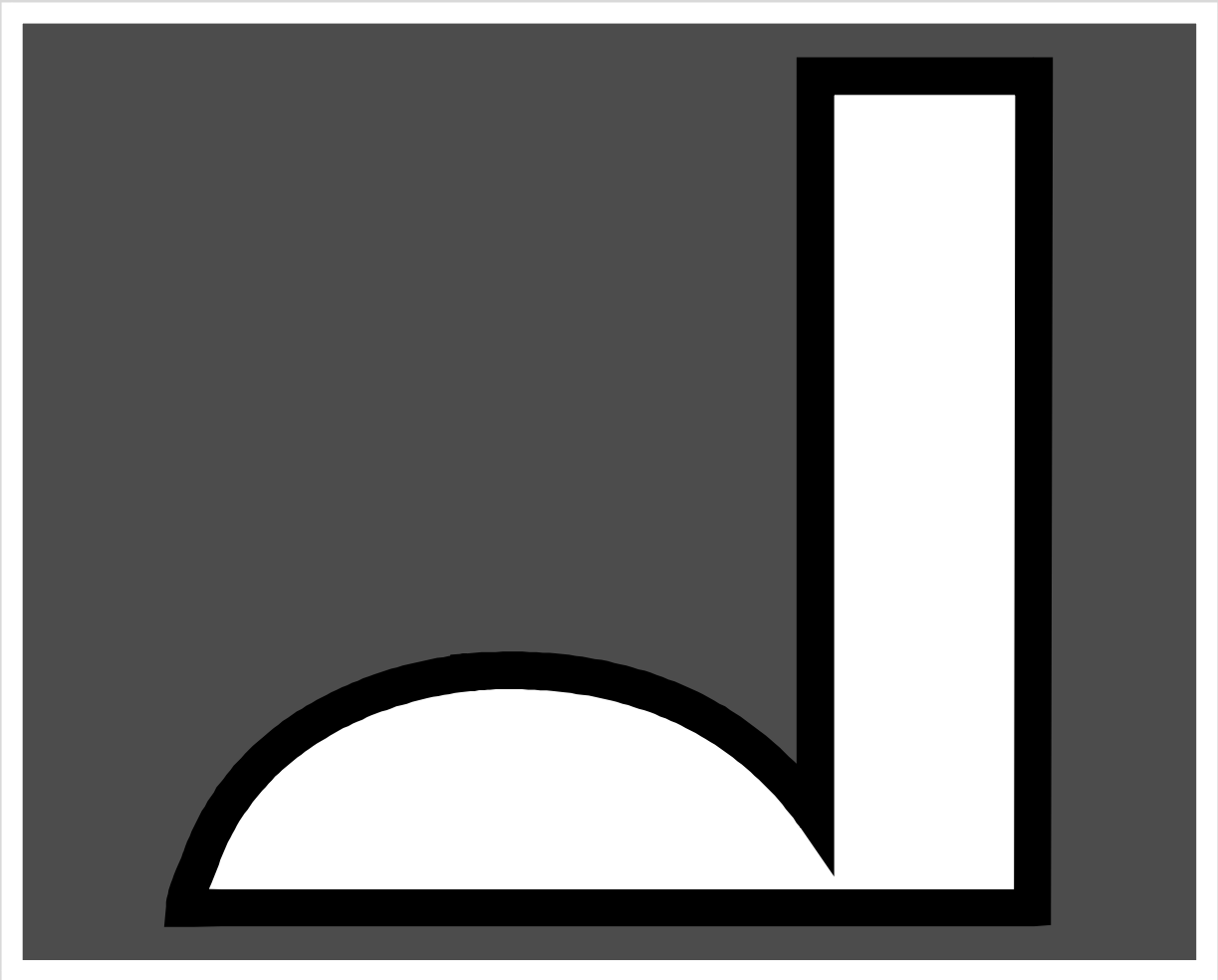
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ATAS DE COMISSÃO

17ª a 41ª Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 13, de 2003-CN (CPMI da Terra), com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)

ANO LXI - SUPL. AO Nº 139 - SÁBADO, 12 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT
1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB
2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA
3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF
4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER **Ney Suassuna** VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) [5] ..... **LÍDER DO PMDB – 21** **Ney Suassuna** VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) [6] Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	**LÍDER** **Delcídio Amaral – PT** VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB ..... **LÍDER DO PT – 12** **Delcídio Amaral** VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide **LÍDER DO PL – 3** **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas **LÍDER DO PSB – 2** **Antônio Carlos Valadares** VICE-LÍDER DO PSB (vago)	**LÍDER** **José Jorge – PFL** VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL ..... **LÍDER DO PFL – 16** **José Agripino** VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro [2] **LÍDER DO PSDB – 15** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 **Osmar Dias** VICE-LÍDER DO PDT (vago) **LÍDER DO PMR– 1** **Marcelo Crivella**	**LÍDER DO PTB – 4** **Mozarildo Cavalcanti** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi **LÍDER DO P-SOL – 1** **Heloísa Helena**	**LÍDER DO GOVERNO** **Aloizio Mercadante – PT** VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB[1]

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações	Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata
José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

[1] A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
[2] O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005
[5] O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005
[6] O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
[7] O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

ATAS DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN (CPMI DA TERRA), COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES (QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA), ASSIM COMO OS MOVIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS (QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA)

17ª Reunião 00004
18ª Reunião 00033
19ª Reunião 00039
20ª Reunião 00057
21ª Reunião 00102
22ª Reunião 00131
23ª Reunião 00186
24ª Reunião 00192
25ª Reunião 00209
26ª Reunião 00246
27ª Reunião 00281
28ª Reunião 00302
29ª Reunião 00350
30ª Reunião 00383
31ª Reunião 00385
32ª Reunião 00460
33ª Reunião 00525
34ª Reunião 00550
35ª Reunião 00593
36ª Reunião 00618
37ª Reunião 00650
38ª Reunião 00666
39ª Reunião 00709
40ª Reunião 00801
41ª Reunião 00828

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2003-CN **"COM O OBJETIVO DE REALIZAR AMPLO DIAGNÓSTICO SOBRE A ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA, OS PROCESSOS DE REFORMA AGRÁRIA E URBANA, OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE TRABALHADORES (QUE TÊM PROMOVIDO OCUPAÇÕES DE TERRAS, ÁREAS E EDIFÍCIOS PRIVADOS E PÚBLICOS, POR VEZES COM VIOLÊNCIA), ASSIM COMO OS MOVIMENTOS DE PROPRIETÁRIOS DE TERRAS (QUE, SEGUNDO SE DIVULGA, TÊM SE ORGANIZADO PARA IMPEDIR AS OCUPAÇÕES POR VEZES COM VIOLÊNCIA). CABE AO CONGRESSO NACIONAL ATUAR NO DIAGNÓSTICO DO PROBLEMA E NA IDENTIFICAÇÃO DOS CAMINHOS PARA SUA SOLUÇÃO."**

Ata da 17ª Reunião realizada em 25 de novembro de 2004

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatro, às dez horas e trinta e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Álvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Geraldo Mesquita, Valdir Raupp, Mozarildo Cavalcanti, Antero Paes de Barros e Fátima Cleide e os Deputados Onyx Lorenzoni, Luís Carlos Heinze, Josué Bengtson, Inaldo Leitão, Luci Choinacki, Jamil Murad e Adão Pretto, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".*** Presentes também os Deputados Anselmo de Jesus e João Grandão, Vice-Líder do PT. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Álvaro Dias declara abertos os trabalhos. Foram levantadas questões de ordens pelos Deputados Jamil Murad, Adão Pretto e Luci Choinacki, que questionaram sobre a divulgação dos dados da CONCRAB; a anulação da 16º reunião realizada no dia 15.06.2004 e a anulação da decisão de transferência de sigilos bancário e fiscal da ANCA e da CONCRAB, alegando que não havia fundamentação para as quebras de sigilo além de desrespeitar o Regimento Interno do Senado Federal. O Senhor Presidente não acolheu o pedido de anulação da quebra de sigilo da ANCA e da CONCRAB, uma vez que os requerimentos foram aprovados por unanimidade na Comissão. A Presidência destacou ainda que o STF decidiu manter a quebra de sigilo da CONCRAB, faltando ainda deliberar sobre a quebra de sigilo da ANCA. A respeito da anulação da reunião, a Presidência esclareceu que conforme as listas de votações, não foram computados os votos dos Parlamentares suplentes, cujos titulares se encontravam presentes. O Deputado Jamil Murad solicitou à Presidência a leitura da Ata da reunião anterior, o que foi acatada. A Presidência designou o Vice-Presidente, Deputado Onyx Lorenzoni para proceder à leitura da a Ata. A seguir, o Senhor Presidente leu o Ofício nº 152/04-GDJA, de 18.11.2004, subscrito pelo Deputado João Alfredo, Relator da Comissão, comunicando sua ausência na reunião, em razão de estar cumprindo missão oficial para representar a Câmara dos Deputados no Seminário sobre Democracia Participativa, promovido pela ONG de Cooperação Solidarité – SOLSOC, na cidade de Bruxelas, Bélgica. Após, a Presidência convida os Deputados Josué Bengtson e Adão Pretto para funcionarem como relator *ad hoc*, tendo a resposta negativa. Diante da impossibilidade, o Senhor Presidente convida qualquer outro membro do Partido para funcionar como relator *ad hoc*, obtendo novamente a recusa. A Presidência, então, convida o Deputado Luiz Carlos Heinze para funcionar como relator *ad hoc*. A seguir, A Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as Exposições do Ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial de Direitos Humanos e do Dr. Antônio Carlos Ferreira, Advogado e autor do livro "Responsabilidade Civil por Atos da Administração Pública", convidando inicialmente o Ministro Nilmário Miranda para tomar assento à mesa dos trabalhos. Após, a Presidência concede a palavra ao Ministro Nilmário Miranda para dar início à sua exposição sobre "O Recente Caso de Assassinato de Trabalhadores sem Terra" e, a seguir, ao Relator *ad hoc* para aos seus questionamentos. Conforme a lista de inscrição, fizeram uso da palavra para questionar ao Ministro os Senhores Parlamentares Luci Choinacki, Jamil Murad, Adão Pretto e João Grandão. Ato contínuo, a Presidência convida o Dr. Antônio Carlos Ferreira para tomar assento à mesa, concedendo-lhe a palavra para iniciar sua exposição acerca do Caso da Araupel e, após, ao Relator *ad hoc* para suas indagações. Usaram da palavra os Deputados Onyx Lorenzoni e João Grandão. Ao final, A Presidência comunica que há vários requerimentos sobre a mesa, entretanto, não os colocará em votação, visto que os Parlamentares não se encontram presentes, marcando para o próximo dia 2 de dezembro deste ano, uma reunião

administrativa, às 10 horas para apreciação e votação de requerimentos. O Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores convidados pela contribuição prestada a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Atendendo as exigências regimentais, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada por meio do Requerimento nº 13, de 2003, a CPMI da Terra.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Tem V. Exª a palavra, pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sr. Presidente, tendo em vista não nos reunirmos a algum tempo, aconteceram fatos desagradáveis em relação à nossa CPMI.

Normalmente, o Relator elabora o relatório, como o próprio nome diz. Tomamos conhecimento – V. Exª nos encaminhou – de um relatório parcial em que foram transcritos dados sigilosos, que violaram o art. 144 do Regimento Interno do Senado, que proíbe a transcrição desses dados. Deveríamos ter convocado uma reunião secreta da CPMI para compartilhar esses dados com os seus membros.

O art. 144 do Regimento Interno diz que o ato do Presidente implica pena de responsabilidade. Incorreu-se também em falta de ética, prevista no art. 10 do Código de Ética do Senado: foram reveladas informações sigilosas. Além disso, uma cópia do relatório chegou à imprensa antes de os membros da CPMI dele tomarem conhecimento. A **Folha de S.Paulo** informou-nos que recebeu as informações na quinta-feira; os Parlamentares, na sexta-feira.

Sr. Presidente, estamos diante de uma situação grave. Esses dados da Concrab não poderiam ter sido noticiados.

Então, existe um conjunto de infrações e de medidas tomadas pela direção desta CPMI que viola o nosso Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Responderei, de forma sintética, à questão de ordem levantada pelo Deputado Jamil Murad.

Em primeiro lugar, lamento que alguns Deputados e Senadores tenham agido de forma desrespeitosa para com esta Presidência, especialmente em razão de nossa ausência durante a campanha eleitoral de 2º turno, quando o Congresso viveu uma espécie de recesso branco, para suspeitarem da ação de quem não ofereceu motivos para nenhum tipo de suspeição. Sobretudo, tenho procurado atuar com imparcialidade na Presidência desta Comissão, bem como de forma respeitosa em relação a todos os integrantes, não importando a facção partidária ou ideológica de cada um.

O que a Presidência fez, no cumprimento de seu dever, foi transferir informações, de conformidade com o art. 144 do Regimento, que possibilita esse procedimento, já que as informações fornecidas a CPMI não são de exclusividade do Relator. Compete, regimentalmente, ao Presidente transferi-las a todos os integrantes da Comissão. Procedemos com os cuidados que exige o Regimento. Não encaminhamos um relatório parcial. Fizemos um relatório a respeito de algumas informações. Não encaminhamos documentos, em que pese o fato de o Senador Sibá Machado ter solicitado o encaminhamento de documentos sigilosos da CPMI. Encaminhamos as informações que devem ser de conhecimento de todos os membros, até para que eles possam deliberar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Como houve uma representação de alguns Deputados e Senadores junto ao Conselho de Ética do Senado Federal, apresentamos uma defesa prévia que passarei às mãos de todos os parlamentares para que tomem conhecimento dos fatos e para que tenham todas as explicações necessárias a respeito dos procedimentos adotados pela Presidência da CPMI. Já que estamos diante do Ministro Nilmário Miranda e não queremos abusar do seu tempo e da sua boa vontade em estar aqui conosco para falar sobre a tragédia de Minas Gerais.

Informo que o Conselho de Ética do Senado Federal, por meio da sua Presidência, analisando a representação proposta, a arquivou exatamente por conferir a lisura de todos os procedimentos que adotamos.

Dois documentos foram divulgados pela Imprensa, não foram fornecidos pela CPI, sequer a CPI os possui. Um desses documentos a CPI não os possui, foi obtido pelo Jornalista junto ao Ministério Público de São Paulo. O outro documento que a CPI possui foi obtido pelo Jornalista junto ao Supremo Tribunal Federal nos autos do processo que pede a quebra do sigilo bancário da Concrab, e consta o documento, divulgado pelo Jornal **Folha de S. Paulo,** com o carimbo do Supremo Tribunal Federal.

Portanto, não há da parte desta Presidência nenhuma preocupação em relação à conduta ética que foi irretocável. Coloco-me à disposição de cada Senador, de cada Deputado desta CPMI para esclarecimento pessoal, individual a respeito de todos os nossos

procedimentos. O que fizemos em relação a Concrab fizemos também em relação ao Senar, repassando as informações para que cada parlamentar possa ter conhecimento dessas informações que são fundamentais para a conclusão dos trabalhos desta Comissão.

Relativamente à informação de que a matéria teria chegado ao conhecimento do Jornalista antes que chegasse ao conhecimento dos parlamentares, ela não é correta. Não que o Deputado seja incorreto; a informação é incorreta. Essa informação transmitida ao Deputado não é verdadeira.

De outro lado, quero tranqüilizá-lo, Deputado Jamil Murad, com todo o respeito que V. Exª merece: desta Presidência não partiu informação alguma a nenhum jornalista. É evidente que um profissional da imprensa, competente, exercita a sua atividade com eficiência e busca informações, cabendo-lhe o direito de zelar pelo respeito ao sigilo da fonte. Não me cabe, portanto, exigir do jornalista – não tenho essa prerrogativa nem esse desejo – que revele a fonte.

Portanto, creio que podemos convidar o Dr. Nilmário Miranda para tomar assento à Mesa, a fim de que possamos ouvir o seu depoimento. E repassarei a V. Exª por escrito, e com a minha assinatura, todas as alegações relativamente a esse fato.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Em relação à ata, ainda não votamos a dispensa, eu gostaria que ela fosse lida.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Já que o Deputado Jamil Murad está obstruindo os trabalhos da CPI, adotando um procedimento inusitado, podemos distribuir ou ler, de conformidade com a sua vontade, Deputado. É regimental e estamos aqui para cumprir o Regimento.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Sr. Presidente, gostaríamos que ela fosse lida, porque as conseqüências, os desdobramentos são muito graves. Então, tenho de usar o Regimento na defesa da justiça e do trabalho parlamentar correto.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – E V. Exª tem todo o direito, porque o objetivo desta CPMI é buscar justiça. Assim, a CPMI quer revelar todos os fatos. Uma CPI existe para revelar e não para esconder.

Esse é o nosso objetivo, a maior transparência possível. Não tenho preocupação alguma em relação a procedimentos regimentais corretos. Por isso, solicito ao Vice-Presidente, Deputado Onyx Lorenzoni, que faça a leitura da ata conforme requer o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Então, quero agradecer o fato de V. Exª reconhecer que não estou obstruindo os trabalhos, mas cumprindo o Regimento que me é facultado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – *(Lê:)*

Ata da reunião realizada em 15 de junho de 2004.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT –- SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT –- SP) – Sr. Presidente, preciso comparecer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da qual sou o Presidente, pois há **quorum** neste instante para seu funcionamento. Justifico, portanto, minha ausência. Procurarei estar aqui o quanto antes para ouvir o depoimento do Secretário Nilmário Miranda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Obrigado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – *(Lê:)*

Aos quinze dias do mês de junho do ano de 2004, às 11h15min, na Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Álvaro Dias e com a presença dos Srs. Senadores Jonas Pinheiro, Sérgio Guerra, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Valdir Raupp, Juvêncio da Fonseca, Mozarildo Cavalcanti, Arthur Virgílio, Ana Júlia Carepa, Ney Suassuna e Garibaldi Alves Filho e dos Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Marcelo Siqueira, Sebastião Madeira, Luis Carlos Heinze, Josué Bengtson, Kátia Abreu e Jackson Barreto, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 13, de 2003, do Congresso Nacional, com o objetivo de analisar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana e os movimentos sociais dos trabalhadores, que têm promovido ocupações de terras, áreas de edifícios privados e públicos, por vezes com violência, assim como os movimentos de proprietários de terra que, segundo se divulga, têm-se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência. Presentes também a Senadora Heloísa Helena, os Deputados Anselmo de Jesus e Ivan Valente. Havendo número regimental, o Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. A seguir a Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do Professor Plínio de Arruda Sampaio, Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária, ex-Deputado Federal, para falar sobre a questão fundiária, convidando para tomar assento à mesa dos trabalhos. A seguir o Sr. Presidente leu o ofício de justificativa subscrito pela Srª Maria Delith Balaban, Chefe

de Gabinete do Sr. Raul Jungmann, ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário, lamentando a impossibilidade de seu comparecimento à reunião da comissão. Após, o Sr. Presidente passa a ler o **currículo** do Professor Plínio, concedendo a palavra para iniciar a sua exposição. Ato contínuo, a Presidência passa à apreciação e discussão de requerimentos. Foi concedida questão de ordem para discutir os requerimentos aos seguintes Parlamentares: Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Kátia Abreu, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Heloísa Helena, Siba Machado, Onyx Lorenzoni, Eduardo Suplicy e o relator, Deputado João Alfredo. Foram aprovados por unanimidade os seguintes requerimentos: Requerimento nº 063, de autoria do Deputado Abelardo Lupion, requerendo a convocação do Engenheiro Agrônomo Evans Leandro da Silva, do Incra-RN para prestar esclarecimentos perante a comissão; Requerimento de nº 078, de autoria do Deputado Abelardo Lupion e outros, requerendo a transferência do sigilo bancário da Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA; Requerimento nº 079, também de autoria do Deputado Abelardo Lupion e outros, requerendo a transferência do sigilo fiscal da Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA; Requerimento nº 080, de autoria do Deputado Abelardo Lupion e outros, requerendo a transferência do sigilo fiscal da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil – Concrab; Requerimento nº 081, também de autoria do Deputado Abelardo Lupion e outros, requerendo a transferência do sigilo bancário da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – Concrab; Requerimento nº 083, de autoria do Deputado João Alfredo, requerendo ao Incra cópia dos processos referentes a desapropriações com indícios de superfaturamento; Requerimento nº 084, de autoria do Deputado João Alfredo, requerendo seja solicitado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário o relatório sobre Crédito Fundiário do Banco da Terra referente ao período de 1999 a 2002; Requerimento nº 085, de autoria do Deputado João Alfredo, requerendo sejam solicitados, às assembléias legislativas estaduais e à Câmara Legislativa do DF, relatórios finais apresentados em CPIs que tenham tido como objeto de suas investigações os diversos tipos de conflitos no campo sobre ocupação de terras públicas; Requerimento nº 086, de autoria do Deputado João Alfredo, requerendo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao Incra os relatórios sintéticos e descritivos do último senso sobre o assentamento de reforma agrária; Requerimento nº 087, de autoria do Deputado João Alfredo e outros, requerendo à Polícia Civil de Goiás cópias, de capa a capa, dos autos de prisão em flagrante e busca e apreensão de armas na propriedade rural do Sr. José Felipe dos Santos, em Alto Paraíso; Requerimento nº 088, de autoria do Deputado João Alfredo, requerendo ao Incra processo administrativo referente à Fazenda Southall, no município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul; Requerimento nº 089, de autoria do Deputado Adão Pretto, solicitando informações ao Diretor da Polícia Federal em relação às empresas que prestam serviço de segurança privada; Requerimento nº 090, de autoria do Deputado Adão Pretto, solicitando ao Ministério do Desenvolvimento Agrário as seguintes informações: a – relação e quantitativo de mandados de segurança ajuizados perante o STF contra decretos presidenciais declaratórios de imóveis de interesse social para fins de reforma agrária; b – resultado das decisões proferidas, liminares ou definitivas, relativas aos mandados de segurança ajuizados em 2003 e 2004; Requerimento nº 091, de autoria do Deputado Adão Pretto, solicitando informações ao Diretor da Polícia Federal em relação às empresas que prestam serviço de segurança privada. Ainda foi aprovado, de acordo com o processo de votação nominal, o Requerimento nº 088, de autoria do Senador Sibá Machado requerendo a quebra do sigilo bancário do Senar –Seção Rio Grande do Sul. Foram rejeitados, de acordo com o processo de votação nominal, os seguintes requerimentos: Requerimento, de autoria do Senador Sibá Machado e outros, requerendo a quebra de sigilo bancário da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária – CNA; Requerimento, de autoria do Senador Sibá Machado e outros, requerendo a quebra de sigilo bancário do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar; Requerimento, de autoria do Senador Sibá Machado e outros, requerendo a quebra de sigilo bancário da UDR – União Democrática Ruralista. Foram retirados pelo autor os seguintes requerimentos: Requerimento, de autoria do Senador Abelardo Lupion e outros, requerendo a convocação do Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gersino José da Silva Filho, para prestar esclarecimentos perante a Comissão; Requerimento, de autoria do Senador Sibá Machado e outros, requerendo a quebra de sigilo bancário da OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Relator para seus questionamentos. O Sr. Presidente passa a presidência ao Vice-Presidente, Deputado Onyx Lorenzoni, em virtude de ter que se ausentar da mesa de trabalho para participar de reunião de bancada. Prosseguindo, a Presidência concede a palavra ao convidado para responder as perguntas do Relator. Fizeram uso da palavra para questionar o convidado a Senadora Ana Júlia e o Senador Eduardo Suplicy. A Senadora Ana Júlia sugeriu que a Comissão votasse requerimen-

tos questionando aos tribunais por que determinados processos de desapropriação demoram tanto a serem solucionados. Ao final, a Presidência concedeu a palavra ao Sr. Plínio de Arruda Sampaio para suas considerações finais. A Presidência agradece a presença do Professor Plínio pela valiosa contribuição prestada a esta Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

Sr. Presidente, essa é a Ata.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Sr. Presidente, não consta a convocação para a 16ª Reunião, datada de 15 de junho de 2004. Seria uma reunião, uma audiência pública para a oitiva da exposição do professor Plínio de Arruda Sampaio.

Segundo o art. 108 do Regimento Interno do Senado Federal, a pauta de trabalhos da CPMI deve ser distribuída com antecedência mínima de dois dias úteis. Além disso, o art. 418, inciso IX, do mesmo Regimento, diz que "nas reuniões em que forem apreciados requerimentos, a pauta será feita com antecedência tal que possibilite o seu devido conhecimento por todos os Parlamentares". Como a pauta era ouvir o professor Plínio de Arruda Sampaio, nós consideramos que houve vício no andamento da reunião, na qual foram introduzidas deliberações que não estavam previstas.

Por esse motivo, Sr. Presidente, queremos pleitear, como questão de ordem, que, antes que seja votada a ata, V. Exª decida pela anulação da 16ª Reunião da CPMI, realizada em 15 de junho de 2004, porquanto não foram respeitados os artigos 108 e 412, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Em resposta à sua questão de ordem, Sr. Deputado, quero lhe dizer que há uma jurisprudência firmada relativamente às deliberações das CPIs nas duas Casas do Congresso Nacional. Não há – a prática estabeleceu isso – necessidade de se agendar deliberação sobre requerimentos. Os requerimentos são deliberados, inclusive, quando apresentados no ato. Aqui, há a prática de se deliberar requerimentos apresentados no ato. Assim, procedemos em relação aos requerimentos apresentados, por exemplo, pelo Senador Sibá Machado na reunião referida. S. Exª apresentou os requerimentos no ato e, no ato, houve deliberação, porque havia **quorum** para deliberação.

V. Exª solicita algo impossível neste momento, porque sequer temos **quorum** para deliberação nesta hora. A questão de ordem de V. Exª não pode ser acolhida pela Presidência, não só em razão dos argumentos expostos, mas até mesmo pelo fato de não podermos deliberar absolutamente nada nesta hora e nesta reunião por absoluta ausência de **quorum.**

Portanto, submeto à apreciação dos demais colegas a pauta de hoje.

O SR. ADÃO PRETO (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Já a pedi várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não. Com a palavra, pela ordem, o Deputado Adão Preto.

O SR. ADÃO PRETO (PT – RS) – Sr. Presidente, nós sempre respeitamos V. Exª na grandeza que a sua autoridade merece. Foi falado no início que a Presidência não foi devidamente respeitada, mas nós sempre tratamos V. Exª com muito respeito.

Quero dizer, no entanto, que esta CPMI está sendo tendenciosa. Tanto isso é verdade, que o nosso relator, que está viajando para o exterior, mesmo tendo comunicado isso a V. Exª....

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Eu vou fazer referência a isso.

O SR. ADÃO PRETO (PT – RS) – Esta CPMI, que já ficou tanto tempo sem realizar reunião, bem que poderia esperar a sua volta na semana que vem.

Volto a me referir, Sr. Presidente, à questão de ordem que suscito. Já que V. Exª disse que a ata não poderia ser apreciada, eu pediria que fosse anulado o requerimento que aprovado naquela reunião, requerimento que determinou a quebra do sigilo da Anca e da Concrab por vários motivos.

Peço essa anulação, em primeiro lugar, porque até suplente votou aquele requerimento. Portanto, houve um desrespeito fantástico ao nosso Regimento, que V. Exª tanto preserva.

Em segundo lugar, o Deputado Lupion, que apresentou aquele requerimento dizendo que tinha de ser quebrado o sigilo bancário dessas duas entidades, tendo em vista que estavam sendo vistoriadas pela Polícia Federal. Isso não é verdade. Temos aqui um ofício da Polícia Federal nos dizendo que essas entidades nunca foram vistoriadas. Portanto, o Deputado Lupião mentiu para esta CPMI e torna-se inválido o que foi aprovado naquele requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com todo respeito ao Deputado Adão Pretto, que merece...

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Eu solicito à Deputada que me permita responder à questão de ordem suscitada pelo Deputado Adão Pretto, com a maior paciência.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC) – Certo. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Deputado Adão Pretto, V. Exª faz referência à ausência do Relator. Quantas vezes adiamos reuniões desta CPMI por solicitação do Relator, em função da sua necessidade de se ausentar de Brasília? No entanto, a ausência de um Parlamentar não nos impede de trabalhar, até porque ninguém é insubstituível e podemos perfeitamente trabalhar, na ausência do Relator, designando um Relator **ad hoc**.

Faço referência à ausência dele, justificando-a. Está em missão oficial, representando a Câmara dos Deputados no seminário sobre Democracia Participativa, em Bruxelas, Bélgica.

Nós, que estamos com um processo de indignação, de insatisfação e de rebeldia no campo, com a violência se propagando, com tragédias ocorrendo, não podemos aguardar.

A reunião de hoje foi designada, sobretudo, em função da tragédia ocorrida em Minas Gerais, para que pudéssemos ouvir o Ministro Nilmário Miranda. É o que queremos e pretendemos. Peço até a consideração das Srªs e dos Srs. Parlamentares para com o Ministro que se encontra presente, a fim de que possamos ouvi-lo.

Mas concluo a resposta à questão de ordem no que diz respeito à aprovação dos requerimentos, os quais foram aprovados por unanimidade e o suplente tem direito a voto na ausência do titular. Então, não há nenhum vício de origem em função da participação através do voto de suplentes desta CPMI.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – De outro lado, este é um assunto...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – O suplente e o titular votaram.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Deputado, esta é uma questão vencida. Não há como retornarmos a ela porque, inclusive, encontra-se **sub judice**. Cabe agora ao Supremo Tribunal Federal manifestar-se sobre ela. Em relação a um dos requerimentos, já se manifestou favoravelmente, possibilitando a transferência do sigilo bancário da Concrab para esta CPMI.

Em relação à Anca, está sob a responsabilidade do Ministro Joaquim Barbosa a deliberação sobre a quebra do sigilo bancário.

Portanto, creio que esta é uma questão que extrapolou os limites desta CPMI, encontra-se sob a responsabilidade do Poder Judiciário e nos cabe apenas aguardar a decisão judicial a respeito.

Eu peço permissão...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Pela ordem.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Deputada solicitou antes a palavra pela ordem.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC) – Sr. Presidente, primeiramente refutamos a sua fala quando disse que a nossa questão de ordem de esclarecimento, para questionar e não concordar com a Ata e os procedimentos, foi para impedir que o Ministro esclareça o fato.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Se é esse o problema, eu já retiro. Não é para impedir, mas somente para demorar um pouco.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC) – Então, começa a esclarecer e colocar os "pontos nos is", porque é bom ser bem esclarecido.

A segunda questão é sobre o requerimento do Deputado Lupião. Eu até lerei o documento:

"Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Federal
Coordenação-Geral de Defesa Institucional
Divisão de Segurança do Dignatário
Ofício nº 0121/04
Assunto: Investigação Anca e Concrab

Brasília, 22 de outubro de 2004.

Com referência ao pedido de V. Exª sobre a investigação referente à Concrab, informo-lhes que, após a consulta no sistema de procedimento, não foi encontrado, no âmbito deste departamento de inquérito policial, sobre tal assunto.

Atenciosamente, – Anilton Roberto Turíbio, Delegado da Polícia Federal, 1ª Classe, Matrícula nº 6512, Chefe de Divisão de Segurança de Dignatário.

Sr. Presidente, mostra-se que a abertura foi com base em um pedido, sem se materializar a denúncia e por perseguição política, porque sabemos que o Deputado Abelardo Lupion é contra o Movimento sem Terra, é contra a luta dos trabalhadores rurais e um interessado em que a reforma agrária não aconteça. S. Exª levantou uma suspeita, e, em cima desta, foi feito o pedido de quebra do sigilo bancário, do sigilo fiscal.

Por isso, essa ata não vale, esse requerimento precisa ser anulado, porque não tem base material, para justificar a quebra do sigilo fiscal.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC) – Sr. Presidente, quero continuar; mais uma palavra.

A denúncia, quando precisa ser feita, principalmente sobre um assunto tão importante, quando se trata da vida de milhões de homens e mulheres do campo, que, desde que o Brasil foi colonizado, migram de um lado para outro, para conseguir um pedaço de terra, porque o maior crime do Movimento sem Terra – os homens e as mulheres sabem – é lutar por ter um pedaço de pão e não ficar mendigando; é lutar para que seus filhos fiquem na escola estudando e não vendendo nas esquinas ou pedindo esmolas.

Este é o grande crime do Movimento sem Terra: lutar pela sua cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. *Fazendo soar a campainha*.) – Quero ter a oportunidade de responder à sua questão de ordem.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC) – Mas vou terminar uma hora, Sr. Presidente. Por isso, incomoda, quando o povo pobre tem consciência de que a terra deve cumprir a função social contida na Constituição e que não é um direito privado de meia dúzia de senhores fazendeiros deste País, que se tornaram donos de várias formas e ainda continuam usando os mesmos métodos da casa-grande, da escravidão. Eles têm escravos. Há matança de índios, enfim, todo esse processo se repete.

Isso incomoda, sim, principalmente quando o Movimento sem Terra, quando os pobres do campo levantam a cabeça e dizem que tem direito a um pedaço de terra; quando organizam instituições que produzem leite ou a sua comida e não precisam pedir favor; quando buscam apoio financeiro, organizando-se e estruturando-se. Não são pedintes, mas cidadãos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. *Fazendo soar a campainha*.) – Permita-me, Deputada...

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC) – Isso incomoda muito os senhores fazendeiros, porque nunca acreditaram nos pobres e sempre os trataram como ninguém, como escravos para servir aos senhores feudais.

Esses senhores dos escravos querem que tudo continue como está. É por isso que esse famigerado requerimento foi votado. Isso que foi votado é uma vergonha. É um escândalo uma CPI aceitar votar um requerimento sem base material de denúncia, só pela fala de um Deputado, sem que trouxesse qualquer comprovação. Não há como aceitar que esta seja uma CPMI séria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Nobre Deputada, devo responder à questão de ordem solicitada por V. Exª.

É evidente que respeito às pessoas, não subestimo a inteligência de ninguém, não questiono o preparo, a qualificação de quem quer que seja para exercer o mandato nesta Casa ou na outra Casa do Congresso Nacional. Minha postura é de absoluto respeito.

No entanto, devo dirigir os trabalhos conforme o que é legal, em respeito à maioria, às deliberações da maioria, especialmente quando ocorrem por unanimidade, fato que ocorreu na referida reunião. É um assunto vencido, repito. Não há como voltar e reformar uma decisão unânime desta CPMI. O que cabe é recurso ao Poder Judiciário. Isso já se procedeu. A Concrab, interessada em pedir a quebra do sigilo bancário, recorreu à Justiça, não foi feliz no seu pleito. A Anca, da mesma forma, recorreu ao Supremo Tribunal Federal. Não há ainda uma decisão a respeito e temos que aguardar.

Considero que as afirmações da Deputada, do ponto de vista do mérito, são corretas. Temos que defender o direito de trabalhadores excluídos dentro da lei.

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad. Peço a S. Exª que seja breve. Estamos ansiosos para ouvir o Ministro Nilmário Miranda.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Serei breve, Sr. Presidente.

V. Exª indeferiu o meu pedido de anulação acerca daquela questão de ordem. Gostaria que V. Exª o encaminhasse para que o Plenário decidisse.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não cabe deliberação do Plenário sobre matéria vencida. Esta é a decisão da Mesa.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Mas as questões levantadas permanecem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não há questão a ser deliberada pelo Plenário. O Plenário é soberano e já deliberou. Agora é uma questão judicial que tramita na esfera do Poder Judiciário.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Observo, Sr. Presidente, que quando a CPMI foi investigar esse tipo de pedido de quebra de sigilo bancário sem fundamentação, como apresentou a Deputada Luci.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Quero pedir a compreensão do Deputado. Não quero avançar na discussão sobre a necessidade da quebra desse sigilo bancário, porque essa discussão já ocorreu.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Esse pedido foi para desviar o trabalho da CPMI. A CPMI era para ver a violência contra os trabalhadores, que foi provada essa semana. Perdemos cinco trabalhadores assassinados...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço permissão ao Deputado e quero convidar o Ministro Nilmário Miranda para que tome assento à Mesa, a fim de que possamos...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – O requerimento do Deputado Abelardo Lupion, Sr. Presidente, inverteu as coisas: aqueles que morrem, aqueles que sofrem é que vão para o banco dos réus. Aqueles que matam colocam...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado, a questão de ordem de V. Exª já está esgotada. E convido o Deputado José Geraldo para tomar assento à Mesa e funcionar como Relator **ad hoc**, em função da ausência do Relator João Alfredo.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Sr. Presidente, solicito que seja decidida pelo Plenário.

Trata-se de uma questão de ordem levantada por mim, portanto, tenho o direito, pelo Regimento, de ter acesso a mais uma questão de ordem, pelo menos.

Quero reafirmar, Sr. Presidente, que foi votado aquele requerimento mentiroso do Deputado Abelardo Lupion, com voto de suplente junto com o efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Essa é uma questão vencida, e V. Exª tem o Poder Judiciário.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Sr. Presidente, V. Exª respeita tanto o Regimento, não poderia ter causado esse vexame para todos nós que temos vergonha e que respeitamos esta Casa. V. Exª que tinha que fazer, não o fez.

Portanto, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A responsabilidade era de V. Exª apontar essa irregularidade no ato e não agora. V. Exª não teve...

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Sr. Presidente, se não vai ser votado agora porque não tem quorum, mas que, pelo menos, na próxima reunião, seja votado esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência não é unipresente.

Agora, certamente com o respeito e a consideração dos Srs. Parlamentares, passo a palavra ao Ministro Nilmário Miranda, para que S. Exª possa, inicialmente, fazer a sua exposição, exatamente em função do motivo que nos levou a convidá-lo para essa audiência pública.

Com a palavra, o Ministro Nilmário Miranda.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Sr. Presidente, o artigo 405 diz o seguinte: "A questão de ordem será decidida pelo Presidente com recurso para o Plenário, de ofício ou mediante requerimento, que só...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Ministro Nilmário Miranda.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Mas tinha que ser respeitado o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Ministro Nilmário Miranda.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Deputado Onyx Lorenzoni, Vice-Presidente desta Comissão; Srªs e Srs. Senadores; Srªs e Srs. Deputados; senhoras e senhores, fui convidado por esta CPMI para falar sobre os fatos ocorridos na cidade de Felisburgo, no Vale do Jequitinhonha, no Estado de Minas Gerais, que resultaram na morte de trabalhadores rurais sem terra e no ferimento de outros.

Essa fazenda, localizada no Município Felisburgo, fica na região chamada Baixo Jequitinhonha. É uma pequena comunidade, uma pequena cidade. Essa fazenda é de propriedade de um senhor...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a permissão do Ministro...

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se o Deputado Zé Geraldo não aceita funcionar como Relator **ad hoc**, convidarei outro Deputado. V. Exª aceita o convite? O Deputado Zé Geraldo não está presente? (Pausa.) S. Exª não está presente.

O Deputado Anselmo aceita, então? S. Exª é Suplente? Não é membro? Como o Deputado Zé Geraldo é o que vem logo a seguir do Deputado João Alfredo, eu o convidei. Mas S. Exª não está presente, infelizmente. Convido, então, o Deputado Josué Bengtson para funcionar como Relator.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB-PA) – Sr. Presidente, faço parte da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e tenho de ficar em *stand-by*, para estar lá a qualquer momento. Então, abro mão e agradeço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Solicito que um Parlamentar se disponha a atuar como Relator **ad hoc**.

E o Deputado Anselmo? Não é membro? **(Fora do microfone. Inaudível.)** Se houve a substituição, há a possibilidade? **(Fora do microfone. Inaudível.)** Não chegou o ofício? **(Fora do microfone. Inaudível.)**

Deputado Luis Carlos Heinze, por favor, assuma a função de Relator **ad hoc**.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, o Relator deve ser do mesmo Partido e da mesma Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então, indique V. Exª o Relator.

O SR. (Orador não identificado) – Eu não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Cabe ao Presidente nomear o Relator e já o fez. Na ausência dos integrantes da Bancada do PT, embora presente, V. Exª disse que não poderia, que teria de retirar-se. Então, convocamos o Deputado Luis Carlos Heinze para essa função.

O SR. (Orador não identificado) – Mas o Regimento foi ferido. **(Falha na gravação.)**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – **(Falha na gravação.)** a respeito do Regimento.

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª está... Quando suplente, vota junto com os...

O SR. (Orador não identificado) – **(Fora do microfone. Inaudível.)**

O SR. (Orador não identificado) – Nesse caso, é legal, regimental.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Isto não é do meu conhecimento: que o suplente tenha votado junto com o titular.

O SR. (Orador não identificado) – **(Fora do microfone. Inaudível.)** documento sigiloso **(Fora do microfone. inaudível.)**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – V. Exª não tem autoridade para fazer essa afirmação.

O SR. (Orador não identificado) – Tenho autoridade, sou deputado **(Fora do microfone. Inaudível).**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Mas não tem autoridade para fazer afirmativa leviana, como essa.

O SR. (Orador não identificado) – Não é leviana, Sr. Presidente. **(Falha na gravação.)**

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra, o Ministro Nilmário Miranda.

O SR. (Orador não identificado) – Desse jeito nos vai patrolando, e é assim que esta CPMI se comporta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço à Assessoria Técnica da Casa que faça os equipamentos funcionarem como devem funcionar.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – No ano de 2002, houve uma ocupação de uma fazenda que fica a 18 km de Felisburgo, dentro do Município, por trabalhadores rurais sem-terra ligados ao MST. Foi solicitado ao Incra que fizesse o levantamento da cadeia dominial daquela propriedade, para examinar a possibilidade de um processo de desapropriação da fazenda.

O Incra concluiu que os 602 hectares daquela fazenda são de terra devoluta – exatamente a parte que estava ocupada. E o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais, o Iter, confirmou, a partir da análise da cadeia dominial, que as terras pertenciam ao Estado de Minas Gerais.

Portanto, o Sr. Adriano Chafik Lued, proprietário da fazenda, teve suspensa a ação de reintegração de posse. Foi suspensa, uma vez que ele não conseguiu comprovar a propriedade da terra ocupada, ante essa informação prestada tanto pelo Incra como pelo Instituto de Terras do Estado. E mais: o Estado de Minas entrou com uma ação para reintegrar, para devolução dessa terra ao Estado, para destiná-la à reforma agrária. Então, do ponto de vista jurídico, a situação é esta: não há reintegração de posse, uma vez que o proprietário não conseguiu comprovar a propriedade, e há uma ação do Estado para recuperar a terra ocupada para fins de reforma agrária como terra devoluta.

Ante essa, digamos, decisão da Justiça de suspender a reintegração de posse, houve ameaças feitas pelo fazendeiro a ocupantes, a suas lideranças. Dois dos que viriam depois a morrer, o Sr. Miguel e o Joaquim, foram ameaçados pelo fazendeiro e por um sobrinho dele, chamado Calixto Loedir, que é um ex-policial civil, expulso da polícia baiana. Ele morava na cidade de Itajuípe, no sul da Bahia, e eles fizeram o registro dessas ameaças à polícia, fizeram representações denunciando. E o Ministério Público do Estado de Minas Gerais fez uma representação também dirigida às Polícias Civil e Militar solicitando garantias para as pessoas ameaçadas.

Do mesmo modo, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa recebeu em audiência esses trabalhadores, inclusive a última vez, desde 2002, foi em julho desse ano, e reiterou às Polícias Civil e Militar do Estado de Minas Gerais que investigassem as ameaças relatadas por várias pessoas, vários ocupantes, sobretudo suas lideranças. Do mesmo modo, a Ouvidoria Agrária Nacional, Desembargador Gessino, dirigiu às Polícias Civil e Militar de Minas Gerais as denúncias de que aquelas pessoas teriam sido ameaçadas.

Ora, é importante ressaltar também que em Minas há um fórum de negociação para a reforma agrária, uma vara especializada – é um dos quatro Estados do País que tem varas especializadas em reforma agrária –, tem uma promotoria especializada, da qual é Procurador de Justiça o Sr. Afonso Henriques –, o Incra participa, o Instituto de Terras do Estado, os movimentos sociais e todos autores envolvidos na questão agrária participam, as Polícias Militar e Civil. Esse fórum tem um êxito e virou uma referência. Em 58 conflitos onde havia ou reintegração de posse ou ações ligadas ao esbulho possessório, de 55 eventos, 48 resultaram em acordos negociados. Portanto, Minas Gerais é uma referência positiva na busca de uma solução pacífica dos conflitos ligados a disputa pela terra. Nos últimos 24 anos, não houve nenhuma morte de trabalhador

rural sem-terra ou de lavradores feitas por agentes do Estado, o que também é uma referência importante, e um número reduzido de mortes decorrentes de conflitos agrários devido a essa busca incessante feita pelo Estado, pelos movimentos sociais, pelo Poder Público da negociação pacífica dos conflitos.

Inclusive o Ministério Público Estadual, no ano passado, entrou com uma ação contra a ação de milícias privadas no Triângulo Mineiro, também desestimulando, contribuindo para desestimular ações de milícias não legalizadas, de empresas de segurança ilegais, para interferir em conflitos agrários, conferindo a esses conflitos esse tônus da violência. Talvez por isso as Polícias Civil e Militar não tenham acreditado nas ameaças. Então, lamentavelmente, no sábado passado, às 11 horas, lá nessa fazenda, a 18 quilômetros de Felisburgo, chegou uma camionete Toyotta branca, com uma pessoa encapuzada, as outras, não. Há relatos de eram quatorze pessoas que estavam nessa Toyota branca. Chegando ao acampamento, eles usaram um recurso que os próprios acampados utilizam. Para se reunirem, os acampados soltam foguetes. Eles soltaram foguetes, e os acampados não sabiam de que se tratava e foram em direção à praça onde se reúnem dentro do acampamento. Quando eles lá chegaram, começou a chacina, começaram a disparar contra os sem-terra, o que resultou na morte de cinco pessoas e no ferimento de dezoito pessoas, quatro das quais ficaram em estado mais grave, mas nenhum deles com risco de morte.

Consumados a morte daquelas pessoas e os ferimentos nas outras, no mesmo momento, o fazendeiro e seus vaqueiros soltaram gado na plantação dos sem-terra, que, já estando ali há mais de anos, tinham grande plantação de milho, de feijão, de mandioca e de hortaliças. Essas pessoas, depois de terem atirado causando a fuga daqueles que foram surpreendidos com aquele ato, queimaram 31 barracos, inclusive o que abrigava uma escola do acampamento, e vaqueiros a serviço do Sr. Adriano Chafik Lued recolheram as galinhas, os porcos, os cavalos e as poucas rezes que forneciam leite para o acampamento, levando-os para a sede da fazenda.

Houve uma certa demora na comunicação porque, como a fazenda está a 18 quilômetros de distância, um dos integrantes do acampamento se dirigiu a pé à cidade, tendo levado algumas horas para chegar a Felisburgo, uma cidade que não dispõe de serviço de telefonia celular. Houve uma certa dificuldade de comunicação, e só a partir das três horas começou a divulgação do que tinha acontecido naquela fazenda. Só fui informado às 18 horas do que tinha acontecido ali, portanto, sete horas depois.

No momento em que fui informado, procurei me comunicar com a Polícia Federal em Brasília. Falei com o Delegado Zumar Pimentel porque não consegui localizar naquele momento o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Paulo Lacerda.

Às 18:30, o Dr. Zumar Pimentel me comunicou que havia uma equipe da Polícia Federal se deslocando de Montes Claros para a região e que o helicóptero da Polícia Civil já tinha se dirigido ao local levando um delegado da Polícia Civil e um delegado da Polícia Federal.

Em torno das 21 horas do sábado, fui informado de que já havia sido efetuada a prisão de três pessoas, em Felisburgo, que teriam participado da chacina ou massacre.

No domingo pela manhã fui para Felisburgo, onde me encontrei, no aeroporto de Jequitinhonha, cidade que tem o aeroporto mais próximo, com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto; com o Presidente Nacional do Incra, Rolf Rachbart; com o Superintente Estadual do Incra, o ex-Deputado Marcos Helênio e com o Presidente do Instituto de Terras do Estado, Luiz Chaves. Lá também estavam presentes o Secretário Estadual da Reforma Agrária do Estado de Minas Gerais, Neider Moreira; o Chefe da Polícia Civil, Delegado Otto Teixeira; dois coronéis da Polícia Militar; o Chefe do Gabinete Militar, Coronel James Ferreira Santos e um dos integrantes da cúpula da Polícia Militar, o Coronel Sócrates Edgard dos Anjos, bem como o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, Deputado Val Ângelo; o Deputado Estadual Rogério Correa; os Deputados Federais Virgílio Guimarães e Leonardo Monteiro; o Procurador de Justiça, Afonso Henriques, que representa o Ministério Público no fórum de negociação permanente da Reforma Agrária; o Promotor da Comarca; a Juíza da Comarca e o prefeito da cidade.

E convidamos para entrar na sala de reuniões – isso já em Felisburgo, dentro da prefeitura – um membro da Coordenação Nacional do MST, João Paulo Rodrigues; um membro da Coordenação Estadual do MST, Ênio Bonemberger; e um membro da Coordenação Estadual, cujo nome não sei, mas nós o conhecemos por Tim.

Havia três representantes do MST, na primeira reunião que fizemos, para tomar as providências necessárias com relação àquela situação. Fizeram o relato, e todos os participantes, todos os que tinham conhecimento do assunto falaram sobre ele, dando informações. Foi informada a prisão das três pessoas, que foram reconhecidas, já naquele momento, por nove vítimas. Algumas pessoas haviam sido baleadas, mas não corriam risco. Haviam sido medicadas e estavam

ali, prestando depoimento e identificando esses três presos como participantes da chacina. Alguns, inclusive, foram suas próprias vítimas.

A juíza decretou a prisão preventiva dos três. Houve vários depoimentos, foram apresentadas várias provas, indícios que mostravam a participação direta do Sr. Adriano Chafik Lued desde a véspera, até no preparativo, circulando com a Toyota branca, a mesma que conduziu as pessoas que produziram a chacina. Inclusive, há suspeitas de que ele seja a pessoa encapuzada, de que tenha participado pessoalmente. Há pessoas que o viram sair da cidade – que depõem nesse sentido –, em direção ao local onde ocorreu a chacina. Portanto, há suspeitas de que ele próprio tenha participado.

Há também abundantes depoimentos e provas de que o seu sobrinho Calixto Lued comandou a chacina, que era ele quem chefiava a segurança privada dele, pessoas que ele contratou ao longo do tempo.

O inquérito anterior, que já existia, o relatório que já estava há dois anos na delegacia da cidade de Jequitinhonha, dentro da comarca, e depoimentos possibilitaram que sete pessoas fossem identificadas e tivessem a prisão decretada: três estão presos e quatro, com mandado de prisão a cumprir.

Ali, na presença de todas as pessoas interessadas, decidiram – eu fui até Teófilo Otoni, uma cidade próxima, onde estavam sendo necropsiados os cinco corpos – providenciar a devolução dos corpos a Felisburgo, no mesmo dia, domingo, para que fossem velados. Foi concluída a necropsia por peritos e legistas que foram deslocados para Teófilo Otoni. Não tenho condições de informar, neste momento, a qualidade dos laudos produzidos, mas tenho certeza de que houve um esforço consciente para que os melhores peritos e legistas acompanhassem a necropsia, a fim de garantirem também que isso resultasse posteriormente em elementos importantes para o inquérito policial.

Também fizeram deliberações, naquela reunião, referentes à assistência às pessoas, à reconstrução dos barracos, ao fornecimento de cestas básicas e de outros equipamentos e materiais para que as pessoas pudessem voltar ao acampamento, uma vez que não havia nenhuma decisão judicial para que eles o abandonassem. Pelo contrário, houve uma suspensão da ação de reintegração de posse. Portanto, todos concordaram no sentido de que os acampados deveriam voltar ao acampamento com a segurança propiciada pelo Estado, no caso, a Polícia Militar. E que, tanto a União Federal como o Estado; o Sedec, a Defesa Civil e o Incra deveriam providenciar assistências básicas, os materiais, as sementes e o que fosse necessário para reconstituir a situação anterior à invasão do acampamento por essas pessoas e pelas mortes provocadas por elas.

Depois eu gostaria de ouvir as perguntas a mim endereçadas. De qualquer modo, para nós, essas mortes nos chocaram muito, principalmente o modo como as praticaram e os fatos que levaram a elas. No entanto, este ano, houve uma redução considerável do número de mortes resultantes de conflitos agrários. Ano passado, foram 42 mortes diretamente relacionadas com conflitos agrários. Este ano, até antes do ocorrido em Felisburgo, foram 09, após Felisburgo, contamos com 14 mortes. Portanto, reduziu-se em um terço o número de mortes provocadas por conflitos. Atribuímos isso ao fato de que há um esforço deliberado da União Federal e dos Estados e mesmo do Poder Público no País em aplicar um plano nacional de combate à violência no campo, com a realização de audiências públicas em áreas de conflitos, com a criação de varas agrárias já em quatro Estados, além de outros, promotorias especializadas em todo o País, extensão aos Estados de Ouvidorias Agrárias Federais e mesas de diálogo, fóruns, mesas de diálogo em cada Estado para a busca de solução pacíficas e negociadas por via administrativa ou jurídica, ou com soluções extrajudiciais, acompanhadas pela justiça para evitar violência.

Os conflitos são normais numa democracia,mas a violência, não. Ela tem que ser combatida de todas as formas. Também pela aceleração dos esforços do Governo Federal para uma reforma agrária de qualidade. Do ano passado para este ano aumentou de R$800 milhões para R$1,3 bilhão os recursos destinados à reforma agrária. Também houve a realização de um concurso público para o Incra, que admitiu 360 novos servidores, num esforço de aparelhar o órgão para acelerar os processos ligados à reforma agrária. O mesmo acontece em outros Estados, que têm se empenhado, criando mecanismo próprio e reativando mecanismos já existentes de institutos de terra que colaboram também com a reforma agrária.

Sr. Presidente, lamentamos profundamente a ocorrência desses conflitos, principalmente em um Estado que faz tantos esforços para prevenir a violência, que tem alcançado êxito nessa prevenção. Agora nos resta buscar uma punição exemplar – toda violação de direitos tem que ser punida. Mas, nesse caso, pelo conjunto de circunstâncias que mostram a premeditação, a crueldade, a extrema violência, a selvageria empregada, não pode ficar sem punição exemplar, até para desestimular outros aventureiros que queiram trilhar por esse caminho.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos a manifestação do Ministro Nilmário Miranda e

passamos à fase de questionamento, como de praxe, primeiramente por intermédio do Relator, Deputado Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Ministro Nilmário Miranda, é um prazer tê-lo nesta CPMI para nos dar esclarecimentos sobre um assunto extremamente importante, que ocupou as mídias nacional e internacional nestes últimos dias acerca do episódio ocorrido em Felisburgo, no Estado de Minas Gerais.

Preocupa-nos essas questões de revides que causam mortes, como esse específico. Portanto, Ministro, a nossa preocupação é justamente no sentido de não acirrarmos mais os ânimos, para que episódios lamentáveis como esse não se repitam.

Acompanhamos nesses últimos anos, todos os conflitos agrários ocorridos no País. Penso que, de parte a parte, isso só tem acirrado os ânimos. Infelizmente, lamentamos as declarações que fez o Presidente do Incra condenando o agronegócio. Produtores rurais brasileiros, pequenos, em sua grande maioria, médios ou grandes, organizados em cooperativas, empresas, enfim. Creio que não pode ser condenado esse movimento, dizendo que ele é o responsável pela chacina.

Temos hoje esta situação que tem dado sustentação ao País: as exportações, a balança comercial, a geração de empregos; são os produtores organizados do nosso País, em todas as regiões.

Lamentamos quando alguém, como o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, faz essas declarações. Isso tem acirrado e normalmente acirra mais os ânimos.

A nossa preocupação é nesse sentido, para que se acalme. O Brasil tem terra para todo mundo, é só uma questão de, ordenadamente, organizadamente buscarmos essas terras, seja através do Banco da Terra, seja através de mecanismos que possam fixar o homem no campo, para que possamos evitar esses confrontos.

De nada serve – tivemos há alguns meses um episódio aqui em Goiás mesmo – o assassinato de um jovem produtor rural, um técnico agrícola, que estava na sua propriedade, que foi invadida, e acabou sendo morto.

Esses confrontos que temos acompanhado, de todas as formas têm levado justamente a esses confrontos. Só lamentamos. Não somos partidários disso. Não instigamos os produtores rurais a fazerem esse tipo de movimento.

Portanto, acho extremamente importante, com a cabeça fria, no lugar, de todos as formas, procurarmos estimular a produção brasileira, os produtores brasileiros, e não estimular esses conflitos. De todas as formas, dotar os trabalhadores, esses que estão recebendo as suas terras, de meios para que possam produzir.

Nesse sentido, tenho algumas perguntas a fazer a V. Exª.

O Promotor local, Afonso Henriques Teixeira, bem como o representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa mineira, afirmaram que a tensão era conhecida há mais de dois anos e que a chacina poderia ter sido evitada.

A Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Ouvidoria Agrária ou outro órgão federal tomou alguma atitude preventiva, já sabendo que tinha esse foco de tensão no local?

Essa é uma pergunta que faço a V. Exª.

Da mesma forma, a Polícia Federal foi chamada a intervir no caso, embora a condução das investigações continue ao encargo do Delegado Wagner Pinto de Souza, titular da Divisão de Crimes contra a Vida da Delegacia de Homicídios de Belo Horizonte.

Como V. Exª vê a integração das Polícias no caso e como analisa a aplicação da recém-aprovada reforma do Judiciário, que possibilita a federalização de crimes como esse?

Uma outra questão: V. Exª se pronunciou afirmando estar certo da responsabilidade do fazendeiro Adriano Chafic Luedi? Já existe mandato de prisão contra ele? A Polícia já o localizou? Foram tomadas medidas para evitar a sua fuga do País?

Alguns dos suspeitos envolvidos no ataque teriam sido antigos membros do acampamento, que foram expulsos anteriormente por mau comportamento. Existe a possibilidade de revanchismo de ação desse grupo?

Vemos que gente que saiu mesmo desse acampamento agora possa estar querendo fazer revanchismo.

São essas algumas colocações que gostaria de fazer a V. Exª, para elucidar mais esse caso.

Ouvi algumas manifestações aqui a respeito do Deputado Lupion. Não tenho procuração de S. Exª, mas falo pelo conhecimento que tenho. Nem S. Exª nem nós que trabalhamos na Comissão de Agricultura somos contrários à reforma agrária ou a que os trabalhadores sem terra possam ter um pedaço de terra. Queremos uma reforma agrária decente; que não haja invasões, como temos sentido em vários casos. Não conheço esse senhor. Sei que a sua propriedade lá, o mineiro – se é produtor, enfim – a situação dele especificamente, V. Exª colocava inicialmente a situação que está **sub judice** pelo Estado e também pela União a respeito da sua propriedade, mas entendo, tanto eu quanto o Deputado Lupion e tantos outros que temos defendido essa situação lá na Comissão de Agricultura e aqui nesta Casa, que todos tenham os seus direitos,

sejam os trabalhadores, aqueles que estão buscando um pedaço de terra, sejam os produtores que estão encima das terras, para que possamos ter, realmente, um país mais progressista, mais produtivo e com mais geração de empregos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra, para responder, o Ministro Nilmário Miranda.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Quando chegamos a Felisburgo, no dia seguinte, no domingo pela manhã, o Dr. Otto Teixeira, chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, me procurou e fez um apelo, para que a União Federal respeitasse o direito de a Polícia Civil de Minas Gerais conduzir o inquérito. Disse-me que tinha levado até o local e designado o Delegado Wagner Pinto como titular do inquérito. Disse-lhe que isso não estava em questão, que a atribuição de conduzir o inquérito era da Polícia Civil, mas que a Polícia Federal já estava lá. Logo em seguida, chegou o Delegado Wilson Damásio, da cúpula da Polícia Federal. Chegou depois da nossa reunião. Já estava lá uma equipe da Polícia Federal de Montes Claros, mas depois chegou um dos diretores nacionais da Polícia Federal e participou também do momento seguinte.

Deixamos claro que a Polícia Federal vai participar das investigações em cooperação com a Polícia Civil, até porque a natureza da violação de direitos ali praticada provocou comoção nacional e internacional, e havia claros indícios de relações interestaduais. Quer dizer, muitas das pessoas que participaram do massacre vieram de uma cidade chamada Itajuípe, no Estado da Bahia. O próprio Calixto Lued, que comandou o massacre, segundo todos os depoimentos, também veio do sul da Bahia para o Vale do Jequitinhonha. Portanto, recomendava a participação da Polícia Federal. Mas isso foi feito por acordo, ou seja, nenhuma policia se impôs à outra. Pelo contrário, ficou combinado naquela reunião que a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público Estadual, seja por intermédio da promotoria especializada, do Procurador de Justiça, Afonso Henriques, seja pelo promotor da Justiça local, todos agiriam em comum acordo, trocando informações, sem nenhuma forma de competição, para que houvesse o máximo de objetividade no sentido de se buscar elucidar aqueles fatos.

De fato, o Procurador de Justiça Afonso Henriques disse que enviou à Polícia Civil e à Polícia Militar cópias das representações feitas por dois dos mortos, o Sr. Miguel e o Sr. Joaquim, em 2003 e 2004, pedindo providências à polícia local e à polícia da comarca. Trata-se de uma cidade muito pequena, e o destacamento é mínimo, em Felisburgo. Ele se dirigiu ao delegado regional da Polícia Civil, que fica em Pedra Azul, e ao Batalhão da PM, em Jequitinhonha, pedindo-lhes que atuassem, no sentido de impedir que as ameaças se consumassem.

Como eu disse, por algum motivo, a Polícia Civil e a Polícia Militar não acreditaram que aquelas ameaças pudessem redundar efetivamente naquilo que aconteceu. E não tomaram providências a respeito.

A Ouvidoria Agrária Nacional já anexou ao inquérito documentos em que pede providências também para as ameaças, em 2003 e 2004, mais de um ano antes. Isso levou o Procurador de Justiça Afonso Henriques e o Deputado Durval Ângelo, que também fez duas audiências públicas, a dizerem que a morte dessas pessoas fora anunciada. Lamentaram que isso tivesse acontecido. Nesse sentido, isso poderia ter sido evitado.

Creio que o Estado de Minas Gerais também tomou providências, no caso, buscando recuperar a terra devoluta para destiná-la à reforma agrária. Esse é um processo que tem seu próprio tempo. Mas o Estado tomou essa providência. O Estado de Minas só não tomou providências com relação a procurar investigar as ameaças. Não sei se por falta de equipamento, pela precariedade dos serviços policiais da região ou por não ter acreditado na consumação. O fato é que não foram tomadas providências, realmente, com relação àquelas ameaças.

Com relação à federalização, eu a defendo desde 1991. Fui deputado federal por três mandatos e, durante esse período, sempre a defendi, inclusive, reportei-me aos presidentes do Senado e da Câmara felicitando-os pela aprovação da emenda que possibilita a federalização. É um instrumento importante.

A federalização deve ser empregada quando há claros sinais de impunidade, quando há envolvimento de autoridades ou de pessoas poderosas que podem obstruir ou impedir o inquérito na fase de denúncia ou na fase de processo. Ela vai possibilitar, em qualquer fase do inquérito ou processo, o deslocamento da competência para a União Federal, desde que haja indícios fortes, veementes, de acobertamento, o que não é o caso.

Acho que o Governo de Minas Gerais, a quem cabe definir o uso da terra, uma vez que a terra pertence ao Governo do Estado, já fez o que deveria ser feito. A União Federal não pode desapropriar uma terra que pertence ao Estado de Minas, uma terra pública. O Estado já fez o que lhe compete, que é ajuizar ação para recuperar essas terras. Também não cabe à Polícia Federal conduzir o inquérito, porque essa condução é da Polícia Civil. O Incra e a Polícia Federal estão trabalhando juntamente com o Governo do Estado, e não há nenhuma divergência, nenhuma discrepância

entre o Governo do Estado e o Governo Federal nesse caso. Portanto, não acredito que isso vá ensejar um pedido de deslocamento da competência, uma vez que o Estado já está cumprindo o seu dever.

Lembro, a propósito, que já há sete mandados de prisão emitidos pela juíza local, pela juíza da Comarca de Jequitinhonha. É bom que assim seja, é bom que não tenha sido feito por outras varas fora da própria região. O promotor natural está participando, a juíza natural está participando e, entre os sete mandados de prisão expedidos, consta o do fazendeiro Adriano Chafik Lued; o do seu sobrinho, Calixto Lued; dos três que já estão presos e de mais dois outros, que já foram identificados como participantes da chacina.

Com relação aos ex-acampados, que é a outra pergunta: de fato, entre os três presos, há dois que foram acampados, que foram expulsos do acampamento dos sem-terra. Tanto a coordenação nacional quanto a estadual e a local falaram isso naquela reunião da qual participei, inicial, onde as providências foram tomadas; disseram que, de fato, eles participaram, mas não há nenhuma hipótese, e isso foi descartado pela polícia, de uma disputa dentro do próprio acampamento, uma vez que há provas abundantes de que o fazendeiro participou, é o mandante ou participou pelo menos dos preparativos. Não há provas de que ele tenha participado da execução da chacina. Havia, como eu disse, uma única pessoa encapuzada, que ocultou a sua identidade, o seu rosto, mas o Calixto, que é o seu sobrinho e que chefiava a chamada segurança privada dele, foi quem comandou efetivamente. Ele comandou por atos concretos: mandou atirar, atirou, organizou previamente – há muitas testemunhos da ação concreta e, por isso, não há dúvida de sua participação.

Num inquérito anterior, o de nº 3.204, que é policial, constavam as ameaças e tudo o que se relaciona com aquela ocupação. Nele, os sem-terra relatam a contratação de pessoas como seguranças privados – vários deles estão com o mandado de prisão decretado e participaram da chacina. Portanto, as polícias não estão trabalhando com a hipótese de disputa entre os acampados, estão trabalhando com a participação de dois dos acampados junto aos outros que participaram da chacina, mas não com conflito interno.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado.

Passamos aos inscritos.

Pela ordem, falará a Deputada Luci Choinacki; depois, o Deputado Jamil Murad. Em seguida, o Deputado Adão Pretto. Como decidimos, nesta reunião, estabelecer o questionamento em bloco, passarei primeiramente a palavra aos três Parlamentares, depois, ao depoente, para as respostas.

Com a palavra a Deputada Luci.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC) – Obrigada. Primeiramente, parabenizo o Sr. Nilmário Miranda, nosso Ministro, pela ação rápida para elucidar os fatos e buscar punição aos mandantes e criminosos. Isso é importante, porque o Brasil precisa que se acabe com a impunidade. A impunidade é a alma de permanecer a violência no campo. Quando começa a haver ações, isso começa a colocar um pouco a público o que está ocorrendo e isso também é um processo de inibir a violência, a matança no campo.

Em segundo lugar, como dizia Luís Fernando Veríssimo, todos apóiam a Reforma Agrária desde que não mexam no seu latifúndio. E aqui o Relator foi bem fiel à classe social.

Outra questão: quando se fala em paz, não existe – depois vou fazer minhas três perguntas – quem mais tenha interesse de ter paz. O problema é sob que ponto de vista cada um vê a paz. O fazendeiro, a paz para ele no campo é o lavrador trabalhar, ser escravo, produzir, ficar quieto, fazer o que ele manda; para o trabalhador pobre, sem terra, é ter um pedaço de terra, é ter educar seus filhos, é poder comer, é poder ser cidadão, ser gente, participar, ter acesso aos recursos públicos, aos financiamentos, é ter uma segurança de fazer com que sua vida também saia do processo de escravidão.

Então, sob o ponto de vista do fazendeiro, a paz é continuar mandando e fazendo dos trabalhadores escravos. Então, esse é um ponto de vista de classe social ideológico, e bem ideológico mesmo, fundamentado na ideologia da escravidão e da dominação.

Eu queria me solidarizar com o Presidente do Incra pela sua participação da Conferência da Terra e Água. Lá, S. Sª disse que há preconceito. Há um preconceito na fala, na forma como tratam os pequenos agricultores, os assentados da Reforma Agrária, os trabalhadores rurais, as mulheres. Sempre se tenta desqualificar, dizendo que os trabalhadores não têm tantos diplomas, porque não tiveram acesso à escola, a desqualificação na forma como pronunciam as palavras, porque não conhecem todas as técnicas. Então, há um processo de desqualificação e um preconceito histórico. Um preconceito tal que parece que a terra foi inventada e criada pelos fazendeiros, não tendo sido obra da natureza, ou seja, de Deus. E ainda que a terra precisa apenas estar nas mãos de poucos, não precisa entrar na questão da Constituição Brasileira, que diz que ela precisa cumprir a função social. Quando se fala em função social não significa produzir soja à exportação, significa também o arroz, o milho, o feijão, o frango, a verdura, e ainda tratar seus filhos, significa cuidar do meio ambiente, gerar empregos, porque, na

pequena e média propriedade, de dez empregos, sete são gerados nela. Também significa buscar sua cidadania. Quando se fala em função social, deve-se falar que ela tem um amplo aspecto, da dignidade humana e auto-estima das pessoas de se sentirem bem, nesta Pátria tão bonita como o Brasil, com tanto terra, com tantas possibilidades. Isso a Constituição Brasileira nos garante.

Começarei a colocar rapidamente meu ponto de vista sobre o que diz a Constituição e sobre a luta do povo por um pedaço de terra, que não é só a terra em si, mas é dignidade e cidadania também.

Para ser bem rápida, farei depois três perguntas. Como os crimes no Brasil são... Se pegarmos as mortes e assassinatos de trabalhadores em Eldorado, Carajás, que o mundo todo se levantou, criou um fato internacional e foi uma punição que não se justificou. Agora, outro, novamente. Muita gente ficou de fora.

De fato, as punições no Brasil nunca acontecem. Espero que a Justiça cumpra essa questão de começar a fazer a punição, porque tivemos Margarida Alves, Padre Ezequiel, Padre Josino e vamos enumerando figuras que foram trucidadas, mortas, mortos de "morte matada, não morrida" pelo crime, pelo latifúndio. Então, o que o Ministro pensa nessa situação?

Os crimes contra os lavradores que ocorrem em diversas cidades, Estados, se são fatos isolados ou fazem parte organização contra a reforma agrária? Se pegarmos vários crimes, como em Santa Catarina, que há poucos dias trabalhadores ocuparam a fazenda... Inclusive o Senador Alvaro Dias apareceu lá, numa reunião, onde os trabalhadores trouxeram armas e não só armas de caçar passarinho, mas armas do Exército que os pistoleiros da fazenda tinham e entregaram a uma comissão especial, onde o Secretário de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina estava presente. Por isso faço esta pergunta: tudo que vem acontecendo em várias partes do País passa por uma questão de crime organizado contra a reforma agrária?

Outra pergunta: quais são as causas que levam à violação dos direitos humanos dos trabalhadores rurais no campo? E quem são os responsáveis no campo, já que 99% dos que morrem são trabalhadores rurais ou lideranças que apóiam a luta dos sem-terra, mas, dificilmente, é um proprietário, grileiro? Como é que se explicam essas questões de matança no campo?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Ministro Nilmário Miranda, quero cumprimentá-lo pela participação e exposição muito clara dos acontecimentos para esclarecer não só o Congresso Nacional, mas também à sociedade brasileira. Quero cumprimentá-lo também pela pronta ação do Ministro, representando o Governo, nesse caso, e que trouxe resultado.

Temos, nesta CPMI e também nesse cotidiano da nossa atividade, visto que não há uma uniformidade, um ponto de vista único sobre a necessidade da reforma agrária, se as terras devem continuar pertencendo a poucos, se ela não deve servir com a sua função social.

Penso que o Brasil necessita da produção na agricultura. Defendo que o Brasil só tem vantagens dando meios para a produção agrícola crescer. E isso vem da pequena propriedade rural e da grande propriedade rural. Estamos vendo que o Governo Lula procura incentivar a produção, criar os meios de aumentar a produção.

O agronegócio, o grande proprietário está recebendo incentivos para aumentar a produção, dentro de uma política econômica do Governo. No entanto, há muita terra ociosa, muita terra improdutiva e muita gente querendo trabalhar para produzir, para sobreviver, para ter dignidade, como diz a Deputada Luci. Isso aumenta o mercado interno, aumenta a produção e o bem-estar não só do trabalhador rural, mas de toda a sociedade. Então é uma política correta.

Mas pego o jornal "O Estado de S.Paulo" de ontem, que diz o seguinte: o Presidente da Sociedade Rural Brasileira fala: "Mas para o Poder Público, que, em vez de desestimular e coibir as invasões, insiste em levar adiante um programa de reforma agrária que está ultrapassado, não funciona e onde foi implantado fracassou", mostrando que realmente não há uniformidade.

Ele tem a liberdade de pensar assim, o direito de pensar assim, agora o Presidente da UDR faz as suas considerações e diz: "Alertou que outros casos podem ocorrer, se o Governo continuar sendo conivente com as invasões. Muitos fazendeiros se sentem acuados diante da ausência do estado de direito".

Aqui, nós queremos dizer que todos os brasileiros têm que cumprir a lei e a Constituição. Não é por ser fazendeiro que pode mandar matar ou matar diretamente. A impunidade, até hoje, tem sido um estímulo para resolver na base do olho por olho, dente por dente.

Do lado dos sem-terra, praticamente não há crime, porque não há política para cometê-lo; há política para fazer pressão democrática, para as autoridades realizarem a reforma agrária. No entanto, aqueles que lutam pela reforma agrária doam o seu generoso sangue, muitas vezes, como esses companheiros de Felisburgo doaram; na luta pela reforma agrária, fazem pressão democrática.

Na reação, numa política de olho por olho, dente por dente, eles têm perdido a vida.

Qual é a questão aqui? Não se trata de uma briga de sem-terra? Eu também já ouvi, Ministro; esta é uma pergunta.

Dizem que latifundiários infiltraram gente lá que em determinado momento recebeu o título de sem-terra, porque o sem-terra é um pai ou uma mãe de família, é gente que quer viver, e não morrer, quer que os outros vivam; não querem matá-los.

Então há uma suspeita de que foram pessoas infiltradas e agora são utilizadas para dizer que houve uma briga entre sem-terra.

A pergunta que eu faço é a seguinte: em Pernambuco, o grupo do MST é recebido a bala – notícia do Jornal "O Estado de S.Paulo".

Em outro noticiário, diz que, no Mato Grosso do Sul, não houve vítimas fatais, mas um grupo de sem-terra foi enfrentado a bala. Sem-terra de mão vazia ou no máximo com uma enxada.

É uma covardia! É um crime covarde, inaceitável! A sociedade brasileira não pode continuar aceitando que brasileiros que devem cumprir a lei ajam dessa forma.

Se a pessoa tomar uma atitude individual, como esse Adriano tomou, agora ele vai pagar; como qualquer brasileiro, agora ele vai apodrecer na prisão. E é assim que nós vamos desestimular que novos covardes pratiquem crimes contra a vida de pobres trabalhadores rurais.

Com esses casos: em Pernambuco, são recebidos a bala, em Mato Grosso do Sul, um tiroteio contra os sem-terra; em Felisburgo, cinco assassinatos e outros feridos.

Pergunto ao Ministro: o Governo trabalha com a hipótese de investigar, por intermédio da Polícia Federal, se não é um crime dirigido por algo mais acima, que coordena ações violentas contra o povo, contra os trabalhadores em vários Estados ao mesmo tempo? Isso não pode ser. Também estou de acordo com V. Exª quando cumprimenta a Polícia e as autoridades de Minas que trabalharam em conjunção com as autoridades federais e chegaram rapidamente ao esclarecimento desse crime hediondo.

No entanto, não dá para se restringir à Polícia de Minas porque ela não conseguiria investigar esse outro lado, essa conexão. Penso que só dando uma pancada, prendendo, punindo pelo Judiciário, atingindo a cabeça da cobra é que vamos acabar com esses crimes. Esses crimes, parece-me que eles são coordenados. Essa é uma suspeita que tenho, como representante do povo.

Gostaria que não fosse, gostaria que a investigação chegasse ao contrário, porque aí, sim, era mais fácil de resolver. Mas não podemos trabalhar com uma hipótese só, tem-se que trabalhar com a hipótese de que seja um crime coordenado. E esse crime coordenado seria praticado por uma organização criminosa que deveria ser desmontada e eles têm que pagar pelos seus crimes na Justiça.

Então, era essa pergunta e essa é a solicitação que faço a V. Exª, Ministro Nilmário: que se dê continuidade a essa investigação, porque é muito importante para nós darmos um paradeiro a esses assassinatos covardes que têm tirado a vida de milhares de trabalhadores que lutam pela reforma agrária, e também padres, freiras, advogados e outros apoiadores da reforma agrária.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência está sendo condescendente em relação ao tempo, mas pede a colaboração porque temos mais um depoente, que é o Dr. Antonio Carlos Ferreira, que vem falar sobre o Caso Araupel, a desapropriação da área da Araupel.

Então, com a palavra o Dr. Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Sr. Presidente, prezado Ministro, cumprimento V. Exª pelo esclarecimento que traz a esta Casa e pela sua postura como ministro, que imediatamente se deslocou e esteve no local apurando os fatos de perto. E devo dizer, Sr. Presidente, prezado ministro e prezados colegas, que não estamos assim acostumados com o crime, nós não nos acostumamos com o banditismo, não nos acostumamos com a violência. Pelo contrário, estamos cansados de participar de sepultamento, de participar de atos públicos em repúdio à violência, porque, nos últimos dez anos, prezado Ministro, V. Exª, que foi presidente também da Comissão de Direitos Humanos aqui desta Casa, agora como Ministro dos Direitos Humanos, sabe perfeitamente que foram assassinados no campo 1.700 agricultores, 1.700 lideranças do Movimento dos Sem-terra, de igreja, enfim, dos lutadores do povo; são 1.700 crimes. E no último ano foram assassinadas no Brasil 78 lideranças. E nesse mesmo período eu pergunto: quantos fazendeiros foram vítimas? Quantos fazendeiros foram assassinados? E aí se fala em violência. Mas quem são os violentos com toda essa mortandade! Olha, comparando-se com um país que está em guerra, tem morrido menos pessoas que aqui no Brasil na luta pela terra. E fomos questionados várias vezes de que não dizemos "invadir terra", pronunciamos "ocupar terra". Por que essa diferença? Porque as terras já foram invadidas. E aqui os Deputados dizem o seguinte: "Olha, nós queremos reforma agrária; somos contra a invasão". Mas como defender esses fazendeiros que invadiram as terras? A maioria dos fazendeiros brasileiros tomou posse de terras públicas, invadiram-nas. É o caso dessa, em Minas Gerais, onde houve

esse crime. Os agricultores estavam há quatro anos insistindo nessa fazenda, e a Justiça já lhes tinha dado ganho de causa, porque era terra pública que tinha sido invadida por aquele determinado senhor.

Então, quem fala que é contra a invasão de terra é nosso parceiro, nosso aliado, porque somos contra a invasão de terra. Nós ocupamos as terras que já foram invadidas. Essa é a diferença. Os agricultores ocupam a terra, para plantar ali a sua lavoura. São terras que já lhes pertenciam, por sua natureza, segundo a lei.

Sr. Presidente e prezado Ministro, a pergunta que ia fazer já foi contemplada pela companheira Deputada Luci Choinacki e pelo companheiro Deputado Jamil Murad; então, apenas a reforço: será que está montada uma orquestra no Brasil? Esse crime em Minas Gerais ocorreu exatamente nos dias em que estava sendo julgado Eldorado dos Carajás; houve também tiroteio em Mato Grosso do Sul e Pernambuco. O que me deixa assustado é que o Deputado Luis Carlos Heinze diz que as atitudes de Rolf Hackbart poderão incitar a violência. Meu Deus do céu, se agora vai começar a violência, o que pode acontecer?

Para encerrar, entrego ao Ministro quatro documentos de quatro Promotores de quatro Comarcas de Minas Gerais, que justificam que há pistoleiro nas comarcas desses Promotores que escrevem esses documentos aqui. Entrego-os a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra, o Deputado João Grandão.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, primeiramente, cumprimento o Ministro Nilmário Miranda, companheiro que nos tem dado muitas felicidades na sua atuação. Tive a oportunidade de debater vários assuntos com S. Exª, relacionados a Mato Grosso do Sul, especificamente, e à área indígena. Esse companheiro tem demonstrado competência e, acima de tudo, compromisso com a causa.

Nós, Parlamentares do Partido dos Trabalhadores por Mato Grosso do Sul, sentimo-nos honrados em ter no Governo pessoa da moral, da índole e da competência do companheiro Nilmário Miranda.

Milito na Comissão de Agricultura e já vou para o quinto ano consecutivo. A minha origem é a lavoura; trabalhei na roça até os 20 anos de idade; no Estado do Paraná, até os 18 anos, na cidade de Terra Rica, que o Senador deve conhecer, no Distrito de Adhemar de Barros. Então, conheço muito essa causa.

Quanto à reforma agrária, é evidente que ainda falta muito. Temos a convicção de que o nosso Governo, o Governo Lula, tem muito por fazer para a reforma agrária, mas não deve absolutamente nada em relação ao Governo anterior, que, durante os oito anos de mandato, assentou 300 mil famílias.

O Governo Lula, no primeiro ano, assentou 36 mil e, no segundo, está indo para 42 mil, totalizando 78 mil famílias. Evidentemente – repito –, falta muito. Sabemos que ainda há muito para estruturar; que falta muito para a reforma agrária. Os movimentos são até pacientes em relação a essa questão, mas, nesse debate, estamos ganhando do Governo anterior.

Primeiramente, registro que a nossa assessoria esteve presente, fazendo visitas no local, ainda que de forma extra-oficial, lá em Mato Grosso do Sul, precisamente na cidade de Nova Alvorada do Sul, onde não é a primeira vez que ocorrem essas barbaridades. Não é a primeira que, naquela região, presenciamos situações de constrangimento. Posso citar, aqui, dois casos no Município de Rio Brilhante, onde, de forma bárbara, foram assassinados dois companheiros. Lá, hoje, há um assentamento com o nome desse companheiro morte, que, inclusive, esteve, 15 dias antes da sua morte, aqui em Brasília, quando fomos à Procuradoria Geral para verificar a situação daquela terra.

Sr. Presidente, a pergunta que faço é: se o nobre Ministro Nilmário Miranda tem algum conhecimento em relação ao questionamento que a companheira Luci Choinacki fez, com muita propriedade. S. Exª citou uma das situações jurídicas que, no crime, nos deixa muito preocupados, que é a questão da conexão. A Deputada Luci Choinacki, na sua fala, alegou uma figura jurídica que dá para interpretar como a conexão do crime.

É impressionante percebermos a forma como são executadas, a maneira das execuções, como são planejados. Dá até a impressão de que esses crimes são planejados. Parece-me que tem muito a ver com essa figura que, de forma preliminar, a Deputada Luci Choinacki alegou, que é a questão da conexão.

Concluo com o toque forte da campanhia, dizendo que, em várias situações de crimes que são coordenados, ordenados e planejados por máfias, nós percebemos que a conexão está presente. Ela está literalmente presente. Portanto, nesse aspecto, eu reforço a pergunta da Deputada Luci Choinacki e, se porventura ainda não se tiver algum esclarecimento em relação a isso, que seja uma das situações apresentadas aqui, para que o Ministro verifique se existe a conexão. Nesse aspecto, se existir a conexão, essa será uma das situações mais difíceis de ser desbaratada.

Esse é o meu questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Ministro Nilmário Miranda

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – A Deputada Luci Choinacki se referiu à impunidade, ao mal da impunidade. Nesse caso de Felisburgo, chamou-me a atenção

também a desfaçatez do Sr. Adriano Chafik, porque ele agiu sem procurar esconder que estava preparando alguma coisa. Ele foi visto, por exemplo, na véspera, na própria Toyota dele, onde ele conduziu as pessoas. Ele foi visto transportando colchões para a fazenda, o que coincide com o número de pessoas que foram empregadas na chacina no dia seguinte. E foi visto comprando coisas e fez comentários e não procurou ocultar. E usou o seu próprio carro para conduzir as pessoas e, como disse, só uma pessoa estava encapuzada – o sobrinho dele, que é o seu braço direito e anda com ele há muito tempo e que, abertamente, dirigiu a chacina. Então, provavelmente, ele tinha a convicção de que estava acima da lei, do bem e do mal e que não seria alcançado pela longa mão da lei.

Creio que a resposta dada é o melhor caminho para que ninguém como ele acredite que vá ficar impune depois de uma selvageria dessa. Em qualquer lugar do Brasil, seja de onde partir, penso que todos têm que ter essa convicção.

Também concordo com a Deputada quando fala em paz no campo. A paz do campo, a nosso juízo, passa pela prevenção da violência, pela negociação pacífica e pelos canais que o Estado de direito oferece para o enfrentamento dos conflitos. Havendo a violência, passa também pela capacidade do Estado de investigar, processar e punir, mas passa pela realização da reforma agrária, como eu disse, de qualidade. Isto o Presidente Lula tem cansado de repetir: que ele não trabalha só com o número de assentamentos, mas só tem sentido para esse Governo o assentamento se também há estradas, energia, créditos, assistência, serviços e equipamentos básicos, que compõem o elenco de direitos mínimos das pessoas. Ou seja, é avaliado se o direito à cidadania está presente também no assentamento além do acesso à terra, que é um dos direitos básicos.

Aí também a preocupação da própria Deputada Luci que, há muitos anos, luta para que todas as mulheres trabalhadoras rurais sejam reconhecidas como tais. Que elas sejam reconhecidas não como mulheres de trabalhadores, mas elas próprias como trabalhadoras rurais e, assim, tenham os mesmos direitos. Ela luta para que todas tenham seus documentos civis básicos, de maneira que a mulher possa ser titular também dos créditos e dos programas destinados aos trabalhadores rurais e às famílias de trabalhadoras rurais.

Quanto às perguntas feitas pela Deputada, também posso dizer que eu, há tantos anos lutando no campo dos direitos humanos, acompanhei na década passada, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da qual fui duas vezes Presidente, e como membro nos anos em que passei, mesmo antes de ela existir, esses grandes massacres, essas grandes violações de direitos que foram depois levados à OEA, por exemplo, quando não houve a punição adequada ou no tempo adequado no Brasil. Mas também vejo com satisfação o que aconteceu na sexta-feira passada quando o Tribunal de Justiça do Pará determinou a prisão dos dois oficiais que comandaram a chacina de Eldorado dos Carajás. Eles estavam em liberdade e o Tribunal determinou a prisão deles, negando recurso. Eles já foram efetivamente presos e estão cumprindo a pena.

No caso do Padre Josino, ocorrido em 1986, dezessete anos depois, em 2003, ainda que de forma tardia, houve o julgamento dos seus acusados. O caso João Canuto era um desafio. Ele foi assassinado em 1985, cinco anos depois, foram assassinados dois dos seus filhos e, apenas no ano passado, houve o julgamento dos casos. Mas houve o julgamento.

Há uma mudança. Penso que a democracia está amadurecendo no Brasil. Isso não se deve à ação do Governo Federal, mas ao amadurecimento da sociedade brasileira, uma vez que todos esses julgamentos se deram na esfera dos Estados onde os crimes ocorreram.

À pergunta que fazem a Deputado Luci Choinacki, os Deputados Jamil Murad, Adão Pretto e João Grandão se há conexão entre esses fatos de Felisburgo, de Pernambuco e Mato Grosso do Sul, respondo que não há nenhuma prova nesse sentido, mas há uma preocupação com a ocorrência de conflitos com violência em vários lugares do País. E a Abin, que não tem papel de polícia nem de investigação, mas tem papel de buscar informações, está atualizando o mapa dos conflitos de terra no campo. Ela fez um o ano passado e está refazendo-o, para fornecer ao Governo as informações, para ver onde os conflitos têm mais possibilidade de gerar violência. Pois, como eu disse, conflito não é violência, não é um mal; é uma essência na democracia. Se há desigualdade, se há iniqüidade, é normal que existam conflitos. Não há regime melhor do que a democracia para acolher e enfrentar os conflitos. O que é uma doença, o que deve ser combatido é a violência, é o rompimento dos compromissos com o Estado de direito, com as regras do jogo. É isso o que deve ser enfrentado, no caso.

A Polícia Federal também faz um levantamento sistemático. Há um grupo permanente que levanta a ação de milícias armadas, de milícias ilegais, de empresas de segurança que fogem aos compromissos legais. Existem levantamentos quanto a isso. Existe uma política sistemática de informações sobre isso não só da Polícia Federal. O próprio Deputado Adão Pretto me entregou vários documentos e, entre eles,

há uma propositura de ação penal do Ministério Público do Estado de Minas Gerais para investigar o DPR – entidade que estava pregando abertamente o recurso à violência –, pedindo a sua dissolução. De fato, essa sociedade que propunha a violência como método está completamente neutralizada. Isso foi importante também para o Brasil e se deu também com uma ação no Paraná e uma no Triângulo Mineiro.

É importante que os Poderes dos Estados atuem para evitar que o conflito desborde para a violência, parta de onde partir. No caso, há também uma atuação do Estado brasileiro para isso.

Com relação ao que o Deputado Jamil Murad levantou, creio que há um compromisso do Brasil, desde 1985, desde o fim do regime militar – isso é do Brasil, de todos os partidos, todas as ideologias, todas as classes sociais –, com a democracia, ainda que cada parte veja a democracia do seu próprio meio. Mas é sem precedente. Temos 20 anos, no Brasil, praticamente, de estabilidade democrática sem ameaça de ruptura. O Brasil nunca tinha conhecido isso. Acho que esse é o bem maior que devemos preservar: aprofundar essa democracia e estendê-la ao domínio econômico, social e cultural.

Também o Deputado Jamil suscitou questões sobre o agronegócio, sobre a agricultura familiar. O Governo do Presidente Lula tem abordado isso, o próprio Presidente tem dito inúmeras vezes que não vê contradição; vê uma complementaridade entre a agricultura, voltada para a exportação, seja ela pequena, média ou grande, e a agricultura familiar. A própria Deputada Luci disse que algumas produzem determinados produtos que são destinados prioritariamente à exportação, mas também a agricultura familiar é a que mais emprega, mais produz alimentos e determinadas matérias-primas. O Brasil inteiro está entendendo isso, e creio que a paz no campo passa por isso também.

A reforma agrária, no Brasil, é uma política de Estado. Não é uma política somente do Governo Lula. É uma política que veio, sobretudo, a partir da democratização do País e ganhou uma aceleração a partir da Constituição, quando a Constituição acolheu a função social da propriedade urbana e rural. A partir daí, tornou-se uma política de Estado. Todos os Governos têm feito isso. Alguns Governos podem dar maior ou menor prioridade, mas todos têm feito, pois é uma política do Estado brasileiro. Ela está absolutamente regulada por lei; ela é irreversível. Não há como detê-la, e ela parte do princípio de que há uma concentração de terras e que há pessoas que demandam terras; há centenas de milhares de famílias que querem trabalhar no campo e que têm esse direito. Portanto, ela continuará sendo uma política de Estado.

O Senado e a Câmara dos Deputados têm votado continuamente o aperfeiçoamento de leis, para que essa política de Estado ocorra de uma forma pacífica e planejada.

Com relação aos conflitos e à violência, para o próximo ano estão previstas, além da continuidade da expansão das varas agrárias especializadas – inclusive a reforma do Poder Judiciário contempla isso também –, a criação de Varas agrárias federais, justamente para contribuir para a normalização dos conflitos no campo.

Acredito também, Deputada Luci, no combate ao trabalho escravo e na luta pela formalização do trabalho. Desde o ano passado, o número de trabalhadores rurais que trabalhavam sem carteira assinada e que agora a têm passou de 113 mil para 284 mil neste ano. Em dois anos, são mais de 400 mil trabalhadores formalizados no Brasil. Isso contribui para a expansão da cidadania e para que a República chegue, em definitivo, ao campo brasileiro.

Acolhi a preocupação de todos em saber se há algum indício de conexão entre esses crimes. Não vejo conexão entre a atuação em Felisburgo com os outros. Não vejo sinal disso em tudo o que procurei conhecer, por estar presente e representar o Governo Federal. Pelo contrário, vi uma condenação unânime em Minas Gerais. Até mesmo os proprietários rurais condenaram aquela selvageria. Todo o Estado e todas as forças políticas manifestaram-se. Houve unanimidade nesse caso.

É preocupante a ocorrência da violência em vários locais. O Governo brasileiro deve continuar investigando a existência de milícias privadas, procurando prevenir a violência e se antecipando. Como disse o Deputado Adão Pretto, não devemos nos preocupar em ir aos enterros das pessoas, mas em evitar que elas morram.

Nesse sentido, Senador Alvaro Dias, o Governo lançou, na Câmara dos Deputados, há poucos dias, o Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos, que era uma reivindicação em nosso País. O programa começou em sete Estados. Serão listadas todas as pessoas ativistas sociais, promotores, juízes, Parlamentares que sofrem ameaças em razão da luta por direitos, para que se qualifiquem as informações e façam uma prevenção, evitando a morte de mais pessoas. Há variadas formas de proteção. Primeiro, há que se assegurar que continuem a defender os direitos das pessoas em liberdade nas suas comunidades. Segundo, devem-se identificar as causas das ameaças. Trata-se de um novo programa de ação, que será muito importante no Brasil.

No mais, agradeço o convite feito por esta CPMI. Espero ter dado os esclarecimentos que esperavam da minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Em nome de todos os Parlamentares, Dr. Nilmário Miranda, esta Presidência agradece sua presença neste momento complicado da vida nacional no campo em função da violência. Trata-se de uma contribuição substancial para os trabalhos desta CPI.

Muito obrigado, Dr. Nilmário Miranda. Certamente, seu depoimento será considerado na ocasião em que esta CPMI divulgar seu relatório final.

Em função de depoimento do Ministro Miguel Rossetto, que solicitou a esta CPMI maiores informações, um debate mais aprofundado e uma investigação mais cuidadosa a respeito de denúncias a propósito da desapropriação da área da Araupel, no Município de Quedas do Iguaçu, no Paraná, convidamos o Dr. Antonio Carlos Ferreira para prestar esclarecimentos a esta CPI em função de ter sido ele o autor de denúncias por meio de ação popular que tramita no Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, à Deputada Luci Choinacki.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Primeiramente, quero dizer que permanecemos nesta audiência pública em deferência ao Ministro.

Independentemente disso, levantamos questões de ordem. No entanto, quero levantar uma outra questão de ordem, a respeito do art. 147 do Regimento, que diz: "Na hipótese de ausência do relator a qualquer ato do inquérito, poderá o Presidente da comissão designar-lhe substituto para a ocasião, mantida a escolha na mesma representação partidária ou bloco parlamentar".

Essa minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Exatamente, Deputada. Na ausência do Deputado José Geraldo, que é da mesma representação, e pelo fato de o Deputado Adão Pretto não ter aceitado o convite – S. Exª é o suplente – , fomos obrigados a convidar para colaborar conosco o Deputado Luis Carlos Heinze, que realmente não é do PT, mas certamente está cumprindo uma missão aqui, oferecendo sua contribuição aos trabalhos desta CPMI. Não tivemos alternativa, a não ser convidar integrantes de outro Partido, em função de não termos tido a anuência – o Deputado João Grandão ainda não estava presente no momento, por isso não o convidamos. Aliás, o Deputado João Grandão também não é membro da CPMI, exato. Não poderia também.

A SRª (Oradora não identificada) – Sr. Presidente, só uma dúvida. A Deputada Luci Choinacki faz parte da Comissão do Bloco, foi indicada, está participando da Comissão e não foi chamada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Lamento, porque coloquei à disposição a função para os membros da Bancada de apoio ao Governo, e não houve aceitação de quem quer que seja. Mas isso não desmerece o trabalho do Relator **ad hoc**, Luis Carlos Heinze, a quem agradecemos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu queria fazer duas considerações. Já que tanto o Deputado Adão Pretto quanto a Deputada Luci Choinacki se retiram do Plenário neste momento, a respeito de quando foi questionado o requerimento do Deputado Abelardo Lupion. É matéria vencida, conforme sábia deliberação de V. Exª, mas ficaram aqui alguns registros em relação às ações do Deputado Abelardo Lupion, inclusive queria solicitar formalmente a retirada da consideração de que havia sido feita uma afirmação mentirosa por parte do Deputado Abelardo Lupion, visto que o requerimento foi aprovado por unanimidade e havia uma fundamentação. E o Deputado Abelardo Lupion, um dos Deputados de grande respeitabilidade desta Casa, não merece adjetivação. Creio ter havido uma demasia, que considero por conta do momento um pouco mais empolgado por parte de alguns representantes da Bancada do PT, mas queria pedir que V. Exª procurasse evitar que esse tipo de afirmação estivesse dentro dos Anais desta Comissão, por conta de ser ofensivo, não denota boa prática parlamentar e não contribui para o trabalho desta Comissão.

Por fim, gostaria de dizer que o caso Araupel pela primeira vez veio a discussão nesta Casa pela palavra, com conhecimento aprofundado, com documentos por parte do Deputado Abelardo Lupion. Então, como Vice-Líder do PFL e companheiro de Partido do Deputado Abelardo Lupion, quero fazer essa solicitação a V. Exª e também aos demais colegas, porque creio que não é adequado que se coloquem determinadas afirmações que, na verdade, não contribuem para a construção de nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – É apenas para deixar muito evidente o comportamento de obediência absoluta ao Regimento da Casa, em resposta ainda à Deputada Luci Choinacki, que já se retirou, gostaria de informar que a Presidência procedeu de conformidade com o art. 85, que diz: "(...) devendo a escolha recair em Senador do mesmo partido ou bloco do substituído, salvo se os demais representantes do partido ou bloco não puderem ou não quiserem aceitar a designação".

Foi exatamente o que ocorreu. Portanto, a Presidência está em sua atitude, em sua decisão, pelo Regimento do Senado Federal.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Gostaria de pedir desculpas por ter disso isso, em função do Abelardo Lupion não estar presente, porque no Rio Grande do Sul quando alguém faz uma proposição e apresentamos prova da polícia de que não houve nenhum inquérito policial, como ele afirmou, é considerado mentira.

Quero dizer isso e lamentar a ausência dele. Estão aqui as notas taquigráficas de que naquela oportunidade votaram pelo PFL Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Kátia Abreu e Ronaldo Caiado. O PT teve suplente que votou junto com o efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Adão Preto, os votos não foram contados e, portanto, a secretaria da CPMI afasta qualquer dúvida sobre a qualificação do quorum. Nós tivemos 16 membros titulares, sendo 8 Senadores e 8 Deputados e 6 suplentes, 4 Senadores e 2 Deputados.

Os suplentes referidos por V. Exª não tiveram os votos computados. Em relação aos Senadores suplentes que votaram, assim o fizeram ocupando as vagas de titulares ausentes. Portanto, a votação foi absolutamente correta e regular.

Entendemos a preocupação de V. Exª porque realmente houve a participação, através do voto, dos suplentes presentes. Mas, a secretaria da Comissão, zelosa que é, teve o cuidado de não contabilizar esses votos. Fica feito assim o agradecimento pela compreensão e o esclarecimento, inclusive por permitir que a secretaria retire dos Anais as expressões ofensivas ao Deputado Lupion, em função de sua ausência.

Concedo a palavra, agradecendo a presença do Dr. Antonio Carlos Ferreira, que é advogado e autor do livro Responsabilidade Civil por atos da Administração Pública. Ele irá falar sobre o nebuloso caso Araupel.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Sr. Presidente Alvaro Dias, membros da Mesa, Srs. Deputados e Senadores, Srªs e Srs. presentes, recebi o convite desta CPMI evidentemente pelo fato de ser um advogado militante na área e ter proposto inclusive uma ação popular para impedir a área da Araupel, com fundamento no art. 37 da Constituição Federal, que simplesmente determina que qualquer ato administrativo – e a compra e a aquisição é um ato administrativo e a desapropriação não passa de um ato administrativo – o Estado passa a agir sem a eficiência que a lei lhe determina e por quê? Porque é impossível a aquisição de 25mil hectares, sendo que 9.800 são de áreas de preservação permanente, são florestas que não poderão ser mexidas, 4mil hectares são de áreas degradadas, que tem que ser repostas em seus Estados e 6mil hectares aproveitares e 6mil hectares de área de reflorestamento.

Essas árvores possuem uma média de cinco ou seis anos e tinham sido avaliadas para efeito de incorporação e aumento de capital da empresa em R$11milhões, um mês antes do Incra se propor a adquirir por R$69milhões. É chocante e qualquer um que tenha noção desses fatos...e tive noção desses fatos porque a presidente de uma ONG me procurou, soltou essa documentação e falou: "Propõe ação ou não?" Respondi: "Vou examinar". Ao cabo do exame desses documentos, convenci-me de que o Estado não possui recurso para reforma agrária para que esses recursos sejam dispersos. O Estado tem pouco recurso, e isso foi dito aqui pelo Ministro Nilmário Miranda.

O Incra possui pouco recurso e precisa aproveitá-lo da melhor maneira possível. Ao se assentarem duas mil famílias em seis mil hectares, praticamente será criado um favelão no campo. Isso não atenderá nem o assentado nem o Governo. Se esse for o modelo da reforma agrária do Presidente Lula, Sua Excelência estará fadado ao insucesso, como disse o 1º Suplente Francisco Grazziano, que assumirá o mandato de Deputado Federal no dia 1º. Ele falou algo pior, pois alegou tratar-se de uma maracutaia agrária. Eu não chego a tanto, porque não farei uma afirmação desse porte, dessa natureza. Entretanto, a situação é extremamente chocante.

Com R$140 milhões, sendo R$75 milhões à vista, seria possível a aquisição de área muito superior com um número muito maior de assentados, não se restringindo às duas mil famílias. Na verdade, nem sabemos se existe isso na região. Essa situação é profundamente lastimável porque lida com problemas ambientais. Naquela área, já existiram dois assentamentos. Está ali a foto de como era e de como ficou o local. A foto que mostra como ficou a área é de 2001 – provavelmente aquele verde central já não exista mais. Dezessete mil hectares de Mata Atlântica foram devastados.

Pergunto: o MST devastou aquela área? Sim, mas provavelmente o fez porque não tinha o que comer e porque o Governo não financiou a aquisição da terra.

Quanto à aquisição, há outro problema mais sério. O Incra chegou à conclusão de que as terras são da União – isso está nos autos – e, portanto, não deverá pagar mais as terras. No entanto, continua a insistir em pagar árvore de Natal a R$75 milhões, porque as árvores que estão lá servem apenas para pasta de celulose; não servem como madeira. Esse reflorestamento existe apenas no papel. O Incra está, há um ano, pleiteando essa avaliação na Universidade Federal do Paraná, mas, até esta data, não conseguiu obtê-la. Os engenheiros do Incra do Paraná se recusaram a fazer a avaliação da área. Não seremos nós que patrocinaremos. Quando falo nós refiro-me a

todos os brasileiros – não apenas os que são a favor, mas também aqueles que são contrários – que têm o direito e a obrigação de zelar por recurso público, que não é para ser jogado fora.

O assentado sofre mais ainda. Com esse dinheiro, seria possível o assentamento de duas, três mil famílias? Como fazer esse assentamento em uma área exígua, que não propiciará produtividade alguma a essas famílias? E essa floresta será da União, que pagará e não receberá mais, porque não há como. As pessoas vão se valer de tirar madeira para negociar. Essa é a postura.

O processo já atingiu oito volumes, e, provavelmente, está sendo forçada a sua aquisição no Fórum da Comarca de Cascavel. Ainda não há uma decisão da ação popular no Fórum da Terceira Vara Federal, em Curitiba, e muito menos a um recurso interposto por mim no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em que um desembargador, para efeito de liminar – sabemos que, em liminar, a decisão é rápida –, está há um ano com o processo, sem decidir. Chama-se Ataíde o Desembargador, tenho vergonha de dizer, porque considero uma aberração.

Quando o Regimento Interno – e aqui se discutiu tanto o Regimento Interno, quando me sentei ali – determina que esse processo seja posto na primeira sessão, logo após, esse logo após é de um ano.

Então o advogado – e sou um advogado da área, preocupo-me com isso... Fico surpreso com o que ocorreu nessa história toda.

Essa história toda foi denunciada em 2003. Tive o prazer de escrever à Revista Consulex em abril de 2003, e até hoje providência alguma foi tomada em relação àquilo. Existe um pacote de autuações contra o MST, com o CNPJ da Anca; há um montante aproximado de R$17 milhões de multa, para os senhores terem uma noção, que o MST sofreu com o CNPJ de outro, porque ele não tem legalidade, é um movimento que considera melhor não ser legal. Então essa multa não tem valor.

O Ministério Público, por sua vez, tem obrigação, nessas multas ambientais, de iniciar os processos-crime, e não iniciou.

Aqui se discutiu muito sobre violência, sobre o que os fazendeiros fazem ou deixam de fazer.

A reforma agrária que se quer para o País é legal, não é uma reforma agrária revolucionária. Se for legal, ela não poderá ser revolucionária. Daí vem a violência, porque, quando há invasão – e eu sou advogado, eu sei –, ingresso com um pedido de reintegração de posse, mas não a cumpro. O juiz passa por idiota, o advogado, por bobo, por palhaço.

No meu caso, não faço mais reunião com autoridade, não procuro a Secretaria de Segurança, não procuro o governador. Depois de dez dias, peço a intervenção federal e venho defender e sustentar aqui no tribunal, em Brasília. Quando ganho, a coisa se resolve.

O caso da Araupel só foi solucionado quando eles obtiveram a intervenção federal, mas não sei por que eles não se apossaram da área e foram negociar. Colocaram essa bendita floresta e a área de preservação permanente, que não poderão ser alteradas. Seja semterra ou não, ninguém poderá mexer naquilo, porque é área de mata atlântica, dali não se retira uma folha. E a mata atlântica, no Brasil, hoje, corresponde a 0,7%, é muito pouco. Já houve uma devastação ali, como os senhores podem ver, de 17 mil hectares, sem que se saiba para onde foi essa madeira, que não é pouca. Calcula-se que ali há mais ou menos R$300 milhões. É uma brincadeira!

O que se pergunta é o seguinte: existe má-fé, existe dolo? Não sei se existe ou não, mas sei que o Presidente do INCRA só compra se houver autorização judicial. E isso ele não obteve até hoje.

Então, ele tem receio de alguma coisa. Ele deveria vir aqui e não apenas fazer as declarações que fez ontem – declarações profundamente infelizes e que provocaram reações. Tenho uma clientela que me liga desesperada e me diz: "Como é isso?" Respondo: "Tenha calma! Tenha paciência!"

O meu caminho sempre é legal, é o caminho da lei. Quem sair da lei, tem que ser punido, seja MST, seja proprietário rural, seja quem for. Isso não é de hoje. A propósito, vou citar para os senhores uma frase dita há 25 séculos: "Pensa-se que possa existir um Estado sem lei ou que as leis não sejam destruídas e aniquiladas quando os julgados não têm força, quando cada qual as possa violar, subtraindo-lhes a execução". São palavras de Platão e a situação não mudou até hoje, são 25 séculos da mesma forma.

Um pedido de reintegração de posse, para ser executado no Paraná, demora oito anos. Aquele que quer a sua terra produtiva de volta tem de esperar oito anos, seja por causa da morosidade dos tribunais ou porque não se insere pedido de intervenção na pauta ou coisas semelhantes. É essa a situação do negócio em si, que considero profundamente lastimável se vier a ocorrer. Vou continuar lutando para que não ocorra.

O Ministro que me desculpe, mas isto aqui não é regular, não é forma de agir, despacho político não existe. No despacho político dado pelo juiz de Cascavel, que autorizou o Incra a tomar posse, diz-se que estava sendo tomada uma posição política, o que não existe na lei. Ele não tinha autoridade, pelo art. 798 do Código de Processo Civil, de conceder aquela liminar

ex officio não sendo parte. Ele não tinha autoridade para isso. Infelizmente, exorbitou de suas funções. Embora seja um juiz federal capaz, exagerou na dose. Esse despacho, provavelmente, será reformado, porque afeta a Araupel, que provavelmente vai recorrer. Se não recorrer, vamos saber, porque o prazo está por vencer nestes três dias. Se não recorrer, vamos ver como ficará a situação – as ilações, então, serão piores.

São esses os fatos que queria apresentar aos senhores, porque o meu assunto é só isso, não vou falar sobre reforma agrária. Faço questão de não falar sobre esse assunto, a não ser que haja alguma pergunta para responder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Antes de conceder a palavra ao relator, gostaria de ouvir a opinião do nosso convidado a respeito de um fato que relatei ao Ministro Rossetto por ocasião de sua presença aqui na CPMI. Refiro-me a uma determinada gravação, cuja degravação teria sido divulgada, dando conta de ter havido, nas negociações para desapropriação dessa área, tentativa de corrupção ou uma suposta corrupção e que parte dos recursos seria destinada a determinadas figuras da administração pública. A existência da gravação é do conhecimento público. O teor dela nem tanto, mas chegou às nossas mãos uma degravação que remetemos ao Ministro Rossetto para que pudesse tomar conhecimento de seu inteiro teor.

Como V. Ex.ª tem se preocupado com essa desapropriação e é autor de uma ação popular, gostaríamos de saber se tem conhecimento desse fato e se ele é parte da ação que impetrou para impedir que o Erário seja desfalcado de um valor substancial em uma desapropriação nitidamente desnecessária, no mínimo desnecessária.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Não digo desnecessária. Os seis mil hectares que estão lá podem ser desapropriados, mas o resto não. Para quê? Para pegar esse dinheiro e desapropriar outras áreas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Indago de V. Exª se tem conhecimento desse fato.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Tenho conhecimento sim.

Essa degravação me foi apresentada, mas não tomei conhecimento dela, mesmo por que a Constituição não me permite juntar aos autos fitas, cujas provas são ilícitas. E recomendei a quem me levou que se dirigisse ao Ministério Público e as entregasse lá.

Eu não posso me valer desse documento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Houve essa entrega ao Ministério Público? É do seu conhecimento?

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Eu não sei. Não voltou mais e não tenho noção se esse documento foi entregue ao Ministério Público.

Pedi que fosse remetido ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O senhor tem conhecimento de quem é detentor dessa fita e se a pessoa poderia entregá-la a esta CPMI ou ao Ministério Público?

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – É complicado. Vou ter que consultá-lo e ver se concorda em vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Solicitamos ao senhor que faça essa consulta se há a possibilidade de remeter a fita...

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Eu me recusei inclusive em ter a fita em meu escritório para que meu escritório não fosse arrombado ou coisa semelhante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Fica o registro...

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – É lastimável, a fita, os senhores podem ter certeza, ela é lastimável, se for verdadeira, se os fatos forem verdadeiros, é um negócio profundamente lastimável, é profundamente lastimável.

Eu não posso juntar fita em processo porque o Supremo Tribunal Federal tem entendido que são provas ilícitas e não posso me valer disso. Então, pedi ao portador que se dirigisse ao Ministério Público, isso há um ano. Isso faz praticamente um ano.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Fiz essa indagação, Dr. Antonio Carlos, porque, quando aqui esteve o Ministro, fiz referência a esse fato e o Ministro manifestou grande irritação.

Como...

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Ele é citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Creio que todos devemos agir responsavelmente. Procuramos remeter ao Ministro a degravação da fita e, lamentavelmente, não pudemos enviá-la exatamente por que não chegou até nós e, por isso, a razão dessa indagação.

O senhor sabe quem é possuidor dessa fita e gostaríamos que...

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Provavelmente quem degravou deva ter uma cópia, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – ...solicitasse a remessa dessa fita à CPMI ou ao Ministério Público.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Acho que quem degravou essa fita deve ter uma cópia, quem efetuou a degravação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – E o senhor conhece?

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – É uma funcionária do Instituto de Criminalística. Ela deve ter uma cópia se fez a degravação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A degravação foi feita por profissional?

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Por profissional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Por profissional autorizado, visto que integrante dos quadros do Instituto de Criminalística do Paraná.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Portanto, há um documento oficial, uma vez que oriundo de profissional que milita no Instituto de Criminalística do Paraná.

Esse material foi remetido ao Ministro Rosseto. Não sabemos das providências adotadas, mas a degravação da fita com a assinatura da profissional que integra os quadros do Instituto de Criminalística do Paraná foi enviado ao Ministro Rosseto.

A presença do Dr. Antonio Carlos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito é importante porque há notícias de que o Poder Executivo efetuará o pagamento de cerca de R$77 milhões até o final deste ano, os valores estariam empenhados e, portanto, creio que é preciso esclarecer...

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – O valor – vou-me permitir uma correção, Excelência – não está empenhado. Ele foi empenhado no ano passado. O que o Incra fez, para não devolver esse dinheiro ao Tesouro, quando não adquiriu a área? Ele colocou como restos a pagar para o ano seguinte, Quando deveria, em dezembro...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então, ele está empenhado...

O SR. ANTÔNIO CARLOS FERREIRA – Ele deveria, em dezembro, ter retornado ao Tesouro. São várias as irregularidades. São várias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então, é um valor empenhado em restos a pagar...

O SR. ANTÔNIO CARLOS FERREIRA – Que deveria ter sido pago no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – ...prestes a ser liberado. E o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito é exatamente esclarecer os fatos, para impedir que o Governo seja infeliz ao efetuar um pagamento dessa forma.

O SR. ANTÔNIO CARLOS FERREIRA – Ele poderia muito bem desapropriar aqueles seis mil hectares que estão lá; são áreas produtivas e serviriam aos assentados. Agora, a área de reflorestamento com pinheirinho, árvore de Natal, não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos passar a palavra ao Relator, Deputado Luis Carlos Heinze, para que faça suas indagações.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, gostaria de cumprimentar o Dr. Antônio Carlos Ferreira, que vem trazer esclarecimentos a esta Comissão, e também comentar que, em um trabalho que realizamos no ano 2000, fizemos o levantamento dessa situação da reforma agrária no País. Trata-se de um documento, de uma proposta de fiscalização e controle, do Deputado Moacir Micheletto, do Paraná, e também do Deputado Abelardo Lupion e deste Deputado.

Eu relatei a matéria. Trabalhamos mais de ano. Apontamos inúmeras irregularidades semelhantes a esta que estamos ouvindo aqui agora. Foi demonstrada a existência de dezenas, centenas de áreas que foram compradas, áreas inapropriadas para reforma agrária, semelhante ao que estamos assistindo agora, na sua declaração.

Esse caso da Araupel é realmente complicado. Isso já se vem repetindo há bastante tempo. E estamos vendo, nesse caso e em outros, desperdício de dinheiro público, que poderia ser mais bem aproveitado, aplicado. Há tantas e tantas áreas no País afora que poderiam melhor receber essas famílias. Então, estamos vendo um flagrante caso de desperdício de recursos públicos, porque mal aplicados. Vê-se que ocorreu desmatamento, nesse caso e em outros também. Quem vai indenizar?

O SR. ANTÔNIO CARLOS FERREIRA – O povo paranaense vai sofrer.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – A quem responsabilizar? Quer dizer, o povo paranaense, ou brasileiro, está sofrendo essas situações. Vemos a própria Mata Atlântica, algo que discutimos bastante aqui. Trata-se de reservas, não é?

O SR. ANTÔNIO CARLOS FERREIRA – O exemplo está ali.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – É o que estamos vendo na fotografia aérea. Quer dizer, tanto se faz para preservar... Aqui mesmo se discute, Sr. Presidente, a questão da Mata Atlântica; há um projeto tramitando na Casa. Essa é uma das preocupações que temos.

É uma pena que o Ministro Nilmário Miranda não esteja mais aqui. Nesse caso específico, não estou defendendo esse proprietário do Estado de Minas Gerais.

Mas qualquer cidadão brasileiro que nos esteja assistindo pela TV Senado imagine a reação do proprietário de uma área de mil ou dois mil hectares que teve suas terras invadidas por essas duas mil famílias.

Trata-se de uma empresa, diferentemente de um produtor familiar, situação em que há uma família envolvida. Quando se toma conhecimento da invasão, seja de um prédio urbano, de um comércio, de uma área rural, qual atitude se deve tomar? Realmente, isso é complicado.

Sou proprietário rural. É diferente do que a Deputada Luci Choinacki mencionava aqui, ou seja, que se explora... São milhares e milhares de trabalhadores em todo o País. Pode até existir exploração, mas a grande maioria – é assim no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, em Mato Grosso, seu Estado Deputado João Grandão...

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Mato Grosso do Sul.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – O pessoal de Mato Grosso do Sul não gosta que fale Mato Grosso. Quer dizer, são milhares e milhares de produtores, pessoas que trabalham com carteira assinada, com documentos legais, enfim. Existem casos de exploração em qualquer atividade, mas, na grande maioria das propriedades rurais, assistimos hoje, no País inteiro, a pessoas que trabalham descentemente, trabalham com carteira assinada e recebem. Ouvimos até declarações de Parlamentares, na Comissão de Agricultura, dizendo que milhares de pequenos produtores, em todo o País, ou trabalhadores que estão desempregados têm condições infinitamente inferiores àqueles que vivem nas propriedades rurais.

São questões que realmente nos preocupam, essas colocações de que os trabalhadores são explorados hoje pelos produtores rurais de todo o País, o que não é a realidade. Existe o mau produtor? Existe, como existe o mau político, como existe o mau profissional liberal. Os maus existem em todas as áreas.

Mas, especificamente sobre esse caso da Araupel, vou fazer uma pergunta ao Dr. Antonio Carlos.

Sabe-se que as invasões de terra acabam por produzir grandes desmatamentos. Como responsabilizar os movimentos sociais que perpetram tais invasões? Acho difícil. Vi casos específicos de propriedades invadidas. Há um caso lá no Estado de São Paulo, por exemplo: desmontaram a propriedade e, agora, o proprietário está cobrando de quem? Do Estado de São Paulo.

Portanto, acho que é muito difícil responsabilizar alguém. No fim, é o Estado, é o povo todo que tem de pagar por um desastre feito. Esse caso específico, acompanhei, no nosso relatório...

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Eu gostaria de lhe pedir um pequeno aparte.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Depois, coloco a palavra à sua disposição.

Então, esse é o primeiro ponto: como responsabilizarmos quem está fazendo isso, já que, muitas vezes, não tem CPF, não tem endereço fixo. Se se trata de uma federação, uma confederação, uma entidade, sabe-se a quem dirigir. E, nesse caso especificamente, a pergunta é esta: como responsabilizar por esses desmatamentos?

No início deste mês, a Justiça Federal concedeu autorização provisória ao Incra para dar andamento à reforma agrária em terras da empresa Araupel. Quais serão as conseqüências práticas dessa medida?

Essa é uma das duas colocações que lhe faço, já em virtude do adiantamento da hora, para não espicharmos mais essa nossa questão.

Foram muito esclarecedoras e importantes também para esta CPMI esses esclarecimentos que o senhor tem nos trazido neste momento.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – A responsabilidade é simples. Quando se invade uma área e se obtém um mandado de reintegração de posse, isso é comunicado ao governador, às forças policiais; e, se o Estado se omite, o art. 37, § 6º, da Constituição Federal instituiu a responsabilidade objetiva. Aí o proprietário não tem que fazer prova, não tem que provar nada. Ele tem que provar que ele pediu, e o Estado não compareceu. Quem vai pagar é o contribuinte. O Incra paga a propriedade e, depois, o Estado.

O Estado do Paraná deve ter hoje mais ou menos R$800 milhões a R$1 bilhão para pagar a proprietários. Isso já está pacificado aqui no Supremo Tribunal Federal – é uma enxurrada de acórdãos – no STJ, no STF. Então não é um mais um problema discutível, não se discute mais isso. Eu mesmo tenho R$400 milhões em ações, pleiteio R$400 milhões do Estado, e ações ganhas. Agora isso vai virar precatório e quem vai pagar? É o Estado.

O que teria que ser feito é a Procuradoria-Geral do Estado cobrar dos srs. governadores e secretários de segurança. É ação de regresso que o Estado tem contra, por exemplo, o motorista que bate um carro na rua, que é penalizado e tem um valor descontado no seu salário. O Estado exerce o seu direito de regresso.

Agora, quando a autoridade é um governador ou um secretário de segurança isso não acontece. Existe um precatório lá para ser pago de R$90 milhões, cujo responsável é o Governador Requião. Então é necessário entrar com uma ação contra ele para pedir esse dinheiro de volta. Porque a partir do momento em que

a autoridade passa a ser acuada, ela vai cumprir a lei. É a única fórmula que vejo.

O proprietário, ou seja lá quem for, ou uma ONG tem que exigir o cumprimento disso junto ao governador, porque não justo que o contribuinte pague por um erro dele. Não é justo. E eu vou pagar e aqueles R$89 milhões vão ser rateados entre todos os paranaenses. Da mesma forma São Paulo, onde aconteceu. Agora, por 20 dias de invasão, o sujeito está cobrando R$800 mil. E já ganhou no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Então não há mais o que discutir. A fórmula foi se avolumando, se avolumando, se avolumando e agora vêm as decisões. Se o Estado não tem dinheiro – os Estados tanto choram por não terem dinheiro – para pagar os precatórios, agora o monte vai crescer, e vai crescer bem – não vai cresce pouco, vai crescer bem.

Cito um caso, a Fazenda Sete Mil. Ela ficou por dez anos invadida; seis mil cabeças de gado foram roubadas e mortas. A fazenda foi totalmente destruída. São dez anos sem aproveitamento da fazenda. O Estado foi lá agora, o Incra foi e adquiriu a fazenda, só que o Estado ficou responsável pelo gado que foi roubado, porque temos direito à segurança, são direitos individuais também do proprietário, não são só os sem-terra que têm direitos individuais, o proprietário também tem, desde que cumpra a sua função social e tenha terra produtiva, ele tem esse direito também, é direito dele. E fatalmente ele vai buscar nas ações indenizatórias.

À Procuradoria incumbe buscar esse dinheiro do governador, já decidido, transitado em julgado, tornado precatório, deveria cobrar do secretário de segurança e do governador. E não é por má vontade.

Vejam V. Exªs o seguinte. Sou meio doido. Entrei com um processo-crime contra o Governador Lerner e seu secretário de segurança. Esse processo-crime está na Procuradoria há um ano; ele está esperando provavelmente que o crime se torne prescrito para depois alegar que está prescrito. Não denuncio. Ele interromperia com a denúncia. Ele não denuncia. E é o Ministério Público Federal daqui, da Procuradoria, porque o processo contra o governador corre no STJ, crime de prevaricação. Porque o governador que não atende uma ordem judicial está cometendo crime de prevaricação. As pessoas confundem muito, falam em desobediência. Não. É prevaricação. É crime contra a Administração Pública.

O Lerner está aí com o processo dele. O Procurador pediu novas diligências à Polícia Federal de Curitiba, no Paraná, as informações já vieram. E quando as informações vieram contrárias, falei "está denunciado' e não denunciou. Não denuncia. Isso serve de lição. São poucos os processos de crime contra a autoridade aqui. Pouca gente representou porque o cliente vem e fala: "O senhor não quer representar?" "Eu, não. Não vou representar porque amanhã vem tudo para cima de mim, vou ser invadido." A opinião é essa.

Existe no Paraná hoje, isso quero deixar público aqui, um receio terrível do todos serem invadidos. Ninguém opina, ninguém fala, todos têm medo. Em uma reunião pública, vão sete ou oito pessoas, quando, na verdade, deveriam estar presentes 500. Recebo 500 telefonemas no dia seguinte; 100 e-mails, mas, na reunião pública, ninguém vai. E quando se pergunta por que não foi, responde que tem medo de ser invadido.

Um assunto que eu gostaria de falar aqui e que eu sempre repito, é que o Superintendente do Incra foi supervisor do Projeto Lumiar. O nosso companheiro ali deve saber o que é o Projeto Lumiar. Ele não existe mais porque o Presidente Fernando Henrique resolveu suspender porque aqueles projetinhos para buscar o dinheiro no banco, o Projeto Lumiar tomava 10% de cada um para colocar no MST. Quando isso se tornou público, pelo Tribunal de Contas da União, que determinou até um inquérito criminal, um processo correndo na Vara Federal de Guarapuava, que tem 16 indiciados, sendo 4 funcionários do Incra. Isso tem que ser trazido à baila, pois esse moço era supervisor e hoje é Superintendente do Incra no Paraná.

Pergunto que confiança tem o proprietário nessas indicações, que são feitas de qualquer forma, o proprietário não quer que seja uma pessoa do seu lado – não precisa ser –, mas tem que ter idoneidade para exercer um cargo público; não tem que ser faccioso, e muito menos ideológico, batalhar em cima de coisas impossíveis. Não pode. Isso tem que ser coibido. Não deve ser somente no Incra do Paraná que isso ocorre, deve ser no Brasil todo.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Deputado Vice-Presidente Onix Lorenzoni.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL - RS) – Sr. Presidente, vou trazer primeiro uma informação. A Medida Provisória nº 2.183, de 2001, aquela que define que o imóvel invadido fica impedido tanto de vistoria quanto de desapropriação. Preocupado com uma escalada que ocorreu no mês de abril, a Liderança do PFL, por intermédio do seu Líder, José Carlos Aleluia, fez um pedido de informação ao Ministro Miguel Rossetto. Transcorridos 30 dias constitucionais, não houve atendimento a esse pedido, não foi cumprido. Matérias de imprensa não contam, que até mesmo um memorando do Incra chegou a ser produzido para ensinar o Superintendente da autarquia maneiras de burlara lei. Portanto, quero dizer a V. Exª que estou providenciando um requerimento de mesmo teor para que, por intermédio da CPMI, busquemos as informações necessárias, tais como se

o Incra está a realizar vistorias em terras invadidas, quais foram invadidas, quem teve imóvel invadido, de janeiro de 2003 até o presente momento,quais eles estão impedidos de serem vistoriados, ou seja, essas questões que são fundamentais.

Quero também informar à CPMI que ontem o Deputado José Carlos Aleluia ingressou com uma notícia-crime junto ao Procurador-Geral da República, exatamente por conta da não-observância do preceito constitucional.

Faço uma pergunta ao Dr. Antonio Carlos Ferreira. Todas as informações que eu havia recebido em relação à questão da Araupel são de que uma das coisas valiosas desse negócio é a madeira. Teoricamente, após a efetivação dessa desapropriação, haveria a transferência para os novos proprietários, por meio do assentamento, mas haveria a negociação de uma ampla área de madeira. A transação já estaria acordada, e isso, na verdade, seria um recurso para o financiamento e a sustentação de ações do MST no Brasil. Eu queria perguntar qual é a área, se o senhor tem alguma informação a respeito e se conhece algum valor de avaliação desta área.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu acrescentaria à indagação do Deputado Onyx Lorenzoni outra indagação. Consta que a área é da União. A União estaria...

O SR. ANTONIO CARLOS FEREIRA – A área é da União. Isso, o Governo vai me dever....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deixe-me apenas concluir. A União estaria pagando por uma área que já lhe pertence. Estaria adquirindo uma área que é de sua propriedade. Não conheço ainda, na nossa história de capitalismo, um proprietário comprando a sua própria propriedade. Essa é uma inovação nesse moderno capitalismo brasileiro.

De outro lado, a justificativa de que se pagará não pela terra mas pela madeira merece ser rechaçada, porque basta que o Governo aguarde um pouco mais, para que os proprietários da madeira possam negociá-la. Por que o Governo não espera, então, que os proprietários vendam a madeira e retoma a propriedade que é sua?

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Ou se vende a propriedade já sem as árvores em cima.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não. Na verdade, queremos que o Governo retome a propriedade para efeito de reforma agrária, sem a madeira, evidentemente, já que a área foi utilizada indevidamente, mas a madeira é que cobram os proprietários. É exatamente a madeira que os proprietários estão cobrando do Governo.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Vou responder primeiro ao nobre Deputado, que fez a primeira pergunta. A medida provisória transformou-se em lei – parece-me que ela é o art. 2º, §6º. Ela fala em vistoria, avaliação ou desapropriação. Muito bem. O Supremo Tribunal Federal, em virtude de mandados de segurança, tem entendido que a vistoria, uma vez feita, propicia a desapropriação. Não tenho esse entendimento. Defendi outra posição no Supremo Tribunal Federal e tive dois votos a favor, mas este é o entendimento que está lá hoje: se a área foi vistoriada, ela pode ser avaliada e desapropriada. Vamos dizer que a invasão se deu após a vistoria e vamos dizer que a vistoria esteja errada – e, geralmente, ela está. Não pensem que a avaliação e as vistorias do Incra são corretas, porque não o são. Áreas produtivas são consideradas como improdutivas. Vejam o caso do Paraná. Todos sabem que, no Paraná, não há mais área improdutiva. De repente, aparece um laudo dizendo que tal área é improdutiva. Então, lá, todo mundo entra no dia seguinte. A invasão é imediata. Dois ou três dias depois, a área vai ser invadida

Fica, então, a luta de oito ou dez anos: chegar aqui, vencer a causa em Brasília, passar à fase de cumprir o mandado. Pelo jeito, o Presidente Lula não vai cumprir as ordens que o Judiciário lhe manda, pelo menos, em um caso de que cuidei, ele não as cumpriu. Eu pedi o *impeachment* dele e aí correram e pagaram. O proprietário estava internado no hospital em uma situação terrível, com problema cardíaco. A gente briga até um ponto, passando dele, como advogado, não é possível mais. Ele recebeu, ficou sessenta dias com os ofícios do STJ, o Superior Tribunal de Justiça, para que decretasse a intervenção no Paraná, mas não fez isso: preferiu correr atrás e pagar. Não sei como arranjou suplementação de verba – nesses casos, arranjam suplementação de verba.

Resolvem o problema do MST e do proprietário, mas isso não é reforma agrária. Reforma agrária é correr atrás do perigo? Não é. Isso é ruim para quem é sem-terra e é ruim para quem é proprietário, porque não é lei sendo obedecida, e sim desobedecida. É critério de impunidade. Todos estão impunes neste País. Hoje se fala em anomia, termo criado por Wolf Dannenberg, em 1950. Estamos vivendo em um estado de anomia, não existe lei. Ninguém está obrigado a obedecer à lei; cada um faz o que quer, seja o MST seja o idiota do produtor rural que mandou matar – isso causa um trauma tanto para o proprietário trabalhador, que tem a sua terra produtiva, quanto para o MST, que se enraivece.

O superintendente do Incra, que deveria jogar água morna sobre a situação, acirra os ânimos com

declarações estapafúrdias. Se forem verídicas essas declarações – feitas anteontem, segundo li nos jornais –, o Ministério Público Federal tem a obrigação de processar, porque é incitação à violência. Não podemos responder violência com violência. Esse é o problema. Violência não se resolve com violência, e sim, dentro da lei. Se isso demorar quatro anos, não importa, vamos batalhar para isso.

Eu não aceito em meu escritório fazendeiro que diz que vai ter arma na fazenda. Eu peço logo para ir embora quando isso acontece. Eu não quero isso, porque tenho um sistema de trabalho. Sou um advogado formado em 1965 no Largo de São Francisco. Estou há quarenta anos na profissão. O meu avô era advogado, meu pai era advogado, meus irmãos são advogados, tenho dois filhos advogados. Eu não posso admitir um cliente que diz ter pessoal armado, segurança privada. Eu não vou querer isso para mim, dentro do meu escritório, absolutamente.

A sua pergunta está respondida.

O SR PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Você até já respondeu, durante a formulação dela, a indagação que fiz sobre a propriedade: o proprietário da área é a União.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – A realidade é a seguinte: ali era a antiga estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. Existe um procurador no Incra, de nome Revalino, que chegou à conclusão de que aquela área tinha sido cedida à estrada de ferro – e não só essa área, são mais de 40 mil hectares de área. E aí vamos chegar ao problema mais sério. Se real – eu vi o decreto, analisei um decreto de Getúlio Vargas tomando a área da estrada de ferro de volta para a União –, o Incra pagou os outros dois assentamentos indevidamente. É muito sério. Não é simplesmente o que está aqui. O que está lá virou um assentamento. Se real, não deveria ter sido pago também. Se a área é da União, se está compreendida dentro da área da União – e não sei se está porque não verifiquei, mas parece-me que sim –, esta não deveria ter pago e pagou. São dois. Um é Acelino Alves; fugiu-me o nome do outro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Queremos agradecer. O Deputado João Grandão deseja fazer uso da palavra?

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Sim, Sr. Presidente.

Quero deixar registrado que não sou membro desta CPMI. Estou aqui como Vice-Líder do PT em função da situação que foi mencionada. As questões de ordem são todas respaldadas pelo Partido do Trabalhadores. É o que gostaria de informar.

Em nossa avaliação, essa reunião não teria por que existir, o que já foi alegado pelo Presidente ao não aceitar a questão de ordem. Portanto, a reunião continua. Quero dizer que é em respeito ao debatedor, ao palestrante, estamos aqui neste momento. Evidentemente, discordamos de várias ilações que foram feitas pelo nobre advogado, principalmente em relação à compra da terra. Foi comprada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso. A terra não foi adquirida pelo Governo Lula.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Não estou criticando.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Gostaria, inclusive, nobre advogado, que V. Sª ouvisse-me atentamente, como o ouvi.

Em função do montante que o advogado tem para receber, de R$400 milhões, imagino que esta CPMI deve ter ficado assustada. Tudo em precatórios.

Em relação à fita, foi alegada a ilicitude pelo advogado, pelo Dr. Antônio Carlos que, sob minha avaliação, de forma correta respondeu às questões dizendo que não aceitaria a fita, uma vez é considerada, pela Constituição, uma prova ilícita. Imagino, então, que o resultado da ilicitude também é ilicitude. Há também ilicitude composta. A degravação foi parcial, da página 9 à 15, segundo as informações que nós tivemos. Portanto, o fruto da ilicitude não pode ser lícito.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Correto.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Sendo assim, essa degravação não tem validade.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Não tem validade.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Quero informar que o Ministro tomou todas as providências. Inclusive, remeteu à Controladoria-Geral da República. Toda a documentação foi remetida à CPMI. Portanto, a CPMI tem conhecimento de que essas providências foram tomadas pelo Ministro Miguel Rossetto.

As fitas não têm nenhuma identificação. O Dr. Antônio Carlos afirmou, de forma categórica, que sabe quem foi que as gravou, que saíram de um órgão público, por meio de uma servidora. Trata-se de uma informação viciada porque não há identificação quer de órgão público ou particular. Essas são as informações que temos.

Quero fazer alguns registros. Sou do Partido dos Trabalhadores há mais de 18 anos. Imagino que o Presidente Lula não tenha, assim como o Presidente Fernando Henrique Cardoso ou qualquer outro, no seu contexto administrativo, a intenção de prejudicar esse ou aquele cidadão. Imagino que sim. E nesse aspecto, então, acho que nós temos que ter alguns cuidados

quando falarmos que o juiz julgou desta ou daquela forma, eu imagino então que poderia alegar aqui de dependendo da forma que determinado juiz julgam ações contra os trabalhadores talvez ele esteja até apelando para uma situação jurídica de usar os costumes, porque o que é de costume de juiz julgar de forma rápida, contrária aos trabalhadores, e de uma forma bastante volumosa inclusive, então de repente o juiz que julgou esta questão quando foi delegado, talvez ele tenha julgado pelos costumes que veio pela região.

Então, nesse aspecto eu gostaria de deixar aqui registrado, não vou fazer nenhuma pergunta, nenhuma indagação ao Sr. Antonio Carlos, a não ser uma pergunta que na verdade se ele quiser responder sim, senão ele fica à vontade. Eu quero perguntar se o Juiz já deu a sentença, se já tem o resultado da ação em relação ao resultado que foi colocado e qual instância que o Senhor alegou a questão da não decisão. Se foi em primeira instância ou se foi em segunda instância?

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Em primeira e em segunda, não tem julgamento, não.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Era só isso que queria perguntar.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Eu não sei se o colega é advogado?

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) **–** Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Então, veja bem. Existe, no Código de Processo Civil, uma questão de prejudicialidade. Ele teria que esperar essa ação para depois julgar a outra. Vamos supor a hipótese que a ação popular seja julgada procedente. Como é que fica? Qual é a solução? Esse é o meu ponto de vista. Eu não vou criticar se ele fez o julgamento político ou coisa semelhante. Eu tenho aqui a cópia, se V. Exª quiser eu lhe dou. Não vou criticar esse despacho, porque não tenho o que criticar. Não vou não. O que eu tinha que falar sobre ele eu já falei e eu acho que lei existe para ser utilizada, por enquanto o direito alternativo não está aí, pode ser que venha a estar. A partir deste dia, eu vou me tornar um fiel defensor do direito alternativo, mas por enquanto eu sou contra.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Deve ter as suas razões.

Eu só queria deixar registrado aqui, e não é uma provocação, que, em função das alegações feitas pelo Dr. Antonio Carlos, em relação ao Presidente do Incra, o próprio Ministro, eu imagino, com todo o respeito, que não temos possibilidade nem o direito de estar pautando o que o Presidente do Incra...

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Vai falar ou deixar de falar.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Exatamente.

Portanto, eu queria deixar claro que conheço o companheiro Roulf, inclusive quando era coordenador do núcleo agrário do Partido dos Trabalhadores, por dois mandatos, por dois anos consecutivos. O Roulf trabalhou na assessoria do núcleo agrário, tenho o maior respeito pelo companheiro e imagino que não está para está pautando o que o Presidente do Incra fala ou não.

O SR. ANTONIO CARLOS FERREIRA – Eu gostaria de pedir um aparte para dizer que as informações que tenho, – o que fiquei extremamente chocado – é que ele é homem extremamente honesto, decente, e profundamente interessado em solver os problemas, resolver problemas.

Eu não vejo nada, nada que o desabonasse até hoje.

Agora eu tomei um choque eu li isto no avião, eu tomei um choque, porque eu poderia esperar tudo, menos dele. Se o próprio Ministro veio aqui e não usou esses termos, e falou nós temos que agir de forma legal e tal, veja que ele colocou as coisas nos seus devidos lugares, o Presidente do Incra não poderia ter agido desta forma, no meu entender, ele exerce um cargo público. Quando a gente exerce um cargo público fica mais difícil falar.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Queremos agradecer o Dr. Antonio Carlos Ferreira a sua participação nos debates de hoje, o Deputado João Grandão, Vice- Líder do PT, e quero informar que temos sobre a mesa vários requerimentos.

A lista de presença revela o quorum para a deliberação, no entanto os parlamentares já não se encontram presentes. Poderíamos até submeter por votação simbólica, mas não faremos por respeito aos ausentes.

Vamos determinar uma próxima reunião, de caráter administrativo, na próxima quinta-feira, às 10 horas, para deliberação sobre requerimentos apresentados a esta Mesa.

Antes de concluirmos os trabalhos de hoje, quero dizer que todos os procedimentos adotados pela Mesa Diretora dos trabalhos foram procedimentos absolutamente regimentais, legais.

Respeitamos a estratégia parlamentar da obstrução, do abafa CPI, embora não concordemos, porque é óbvio que estratégias parlamentares são historicamente utilizadas para obstruir os trabalhos, quando a oposição deseja, mas, de forma inédita, estamos verificando um outro tipo de obstrução no Congresso Nacional. Se respeitamos, porque existem instrumentos para tal, não concordamos sobretudo com insinuações a respeito da conduta do Presidente desta CPMI.

Não posso concordar com as insinuações levianas de que fui alvo nos últimos dias, relativamente a vazamento de informações sigilosas que não ocorreram da nossa parte.

Dito isso, convocamos reunião para a próxima quinta-feira, às 10 horas, e encerramos esta reunião.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h49min.)

Ata da 18ª Reunião realizada em 8 de dezembro de 2004

Aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatro, às quinze horas e cinco minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Jonas Pinheiro, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Geraldo Mesquita, Pedro Simon, Valdir Raupp, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros e Ana Júlia Carepa e os Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Marcello Siqueira, Luís Carlos Heinze, Inaldo Leitão, Luci Choinacki, Jamil Murad, Adão Pretto, Anselmo e Nilson Pinto, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".*** Presente também o Deputado João Grandão, Vice-Líder do PT. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Alvaro Dias declara abertos os trabalhos. A seguir, A Presidência comunica que a presente reunião destina-se a Apreciação e Votação de Requerimentos. Logo após foi levantada questão de ordem pelo Deputado João Alfredo, Relator da Comissão solicitando considerar prejudicado os requerimentos para votação, uma vez que o prazo da Comissão expira em 15 de dezembro do corrente, bem como fosse designado data de apresentação do Relatório. Informou ainda que o relatório final da CPMI está pronto para leitura e apresentação. A Presidência esclarece ao Relator que a leitura do Relatório é anti-regimental de acordo com o art. 130 do RISF, necessitando definir uma data para leitura do Relatório. Após, a Presidência concede a palavra ao Vice-Presidente Deputado Onyx Lorenzoni para comunicar a existência de outro requerimento de prorrogação da Comissão com várias assinaturas já coletadas até dezembro de 2005. A seguir, a Presidência adverte a existência de requerimentos que solicita a prorrogação dos trabalhos da Comissão e, após, comunica a continuidade normal dos trabalhos com a leitura e votação dos requerimentos já apresentados. O Relator João Alfredo disse que a prorrogação dos trabalhos da Comissão pouco acrescentaria aos dados de que ele já dispõe. O Deputado Zé Geraldo levanta Questão de Ordem para solicitar o total de requerimentos aprovados de convocação e, quais não se fizeram presentes. Disse ainda que é favorável ao encerramento dos trabalhos da CPMI na data estipulada, a fim de possibilitar a reforma agrária. O Deputado Jamil Murad solicita questão de ordem para informar que é contra a prorrogação da CPMI porque já houve um longo e intenso trabalho. Em resposta ao questionamento do Deputado Zé Geraldo, o Senhor Presidente informa que foram ouvidos 10 convidados na Comissão e 75 requerimentos aprovados até o presente momento. O Senador Siba Machado pede a palavra, pela ordem, para solicitar que não votasse nada até 15.12.2004, prazo final da Comissão. O Deputado Luiz Carlos Heinze pede, pela ordem, para comunicar que é favorável pela continuidade dos trabalhos da Comissão. Em seguida, a Presidência coloca em votação simbólica as Atas de Reuniões anteriores, sendo suspensa, em virtude de votação na Câmara dos Deputados. Após, a Presidência concede a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy que sugere a não leitura dos requerimentos, sendo acolhida pela Presidência. Usaram ainda da palavra ainda pela ordem o Senador Jonas Pinheiro e o Deputado Nilson Pinto. Após, A Presidência comunica a realização da próxima reunião para o dia 15 de dezembro, quarta-feira, às 10 horas. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos, encerrando a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Havendo número legal, iniciamos os trabalhos da 18ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, cujo objetivo é atender à pauta estabelecida que inclui a votação de requerimentos apresentados nos últimos dias.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra, pela ordem, o nobre Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, o prazo para o encerramento desta Comissão Parla-

mentar Mista de Inquérito vence, salvo engano, se eu estiver errado V. Exª me corrige, no próximo dia 15, portanto, na quarta-feira da semana que vem.

Eu entendo que nós não temos mais como votar requerimentos para tomar depoimentos, convocar autoridades ou pessoas ou mesmo fazer qualquer outra diligência em virtude do prazo que está colocado para a CPMI. Em função disso do prazo e até porque nós já vínhamos trabalhando ao longo de todo o processo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nós já temos – quero dizer a V. Exª como Presidente e aos demais Pares – o relatório pronto em virtude, volto a dizer, do prazo de seu encerramento no próximo dia 15.

Então, eu solicitaria de V. Exª, primeiro, que considerasse prejudicados esses requerimentos, independente de quem os tenha apresentado, e que designasse uma data para apresentação. Se V. Exª entender que podemos fazer a apresentação ainda hoje, já me encontro habilitado para tanto. Evidentemente, que poderia pedir apenas um prazo para remeter aos Srs. e às Srªs Parlamentares, em função de fazer uma ou outra correção, porque não foi feita ainda a revisão final. Mas do ponto de vista do conteúdo, o relatório a que foi incumbida esta Relatoria já se encontra pronto aqui em mãos.

A nossa questão de ordem é neste sentido de considerar prejudicados os requerimentos de designação da data para a apresentação que, se V. Exª determinar que seja hoje, nós colocamos à disposição desta CPMI. Evidentemente, para que possamos terminar esta CPMI com o relatório, mesmo considerando o alcance do tema, que é amplo o suficiente para condensar 500 anos da História do País e todo o território nacional. Mas, em função do que foi feito pela CPMI, pelos depoimentos e visitas realizadas, temos já o relatório. Apenas falta a designação da sua apresentação e, evidentemente, a sua votação com prazo para que os Srs. e as Srªs Parlamentares possam vir a recebê-lo.

Era esta a questão que eu formularia a V. Exª

O SR. ÔNYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Antes de oferecer a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, para contraditar, apenas no que diz respeito à leitura do relatório hoje, há um impedimento regimental. É claro que a Presidência não se furtará em determinar a data, se assim desejar o Relator.

Mas eu gostaria de antemão de me referir ao art. 130, Capítulo XI do Regimento do Senado que diz sobre: Dos Relatórios e Pareceres.

Dos Relatórios:

Art. 130 – Estabelece que deve ser objeto de estudo constante da pauta previamente organizada. No cumprimento do Regimento, teríamos que definir uma data para a reunião com a antecipação de pauta.

Passo a palavra ao Deputado, que deseja contraditar a questão de ordem apresentada.

O SR. ÔNYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, durante o período eleitoral, como qualquer Parlamento do mundo, em qualquer democracia do mundo, houve uma redução esperada, aceitável e absolutamente adequada dos trabalhos do nosso Congresso Nacional e, evidentemente, da nossa CPMI. Porém, a vida continua. Nos campos do País todo, em locais bastantes conhecidos, os conflitos continuam recrudescendo, e o País continua a esperar uma ação do Congresso Nacional.

Carece esta CMI de mais tempo. O açodamento para o encerramento das atividades desta CPMI só interessa a quem quer que a situação se mantenha como está. Da forma como está, ela não é boa para ninguém. Nem para A, nem para B, muito menos para um país chamado Brasil.

Na semana passada, houve um episódio lamentável. Coletadas as assinaturas de um terço do Senado, de um terço da Câmara dos Deputados, conforme determina o Regimento, foi feita a leitura do requerimento de prolongamento da CPMI pelo ano de 2005, e o que ocorreu? De maneira não comum, nesta Casa, houve a retirada de um conjunto de Parlamentares da assinatura posta a esses requerimentos. O que é pior: vítimas, alguns, de má informação; vítimas, alguns, de informação distorcida; vítimas, alguns, de uma esperteza momentânea, com o objetivo de minar o trabalho que deve ser feito responsavelmente por esta CPMI.

Com isso, aquele pedido já lido, e de maneira não usual nesta Casa, viu a assinatura dada por Parlamentares ser retirada, e aquele prolongamento, então, perdeu seu efeito. Contudo, quero dizer que há outro requerimento, que já está com as assinaturas coletadas, porque a Câmara dos Deputados e o Senado sabem da importância e da continuidade dos trabalhos desta CPMI.

Os fatos recentes desta semana atestam a necessidade de que esta Comissão Parlamentar de Inquérito se mantenha ativa. As afirmações recentes de que não haverá um mês vermelho no próximo ano, mas o ano todo vermelho, podem ser importante para o País que esta CPMI esteja atuante e preocupada em levar ao campo o que ele precisa – conciliação, e não conflito.

Portanto, quero contraditar o nobre Relator, dizendo que, de maneira pessoal, considero não ser adequada, neste momento, a finalização dos traba-

lhos desta CPMI, porque ainda temos tempo. Poderemos obter o prolongamento, até por mais um ano, e alerto que, daqueles que retiraram a assinatura, a maioria absoluta está colocando novamente a assinatura, dizendo que, desta vez, não a retira, porque tem consciência de que foi submetida a uma situação, no mínimo, constrangedora.

Assim, Sr. Presidente, era esse o meu posicionamento neste momento. Acho indispensável que esta CPMI tenha curso ao longo de 2005, pois muito trabalho nos espera. Devemos trabalhar no sentido de procurar construir mais paz no campo brasileiro. Aqueles que não têm terra ou aqueles que têm terra esperam que o Congresso Nacional possa, em 2005, fazer um aprofundamento ainda maior dos seus estudos com relação à ementa que sintetiza o documento que gerou esta CPMI. Temos que dar respostas. Com o que produzimos neste ano, essa resposta, pelo menos na minha avaliação, não deverá ser suficiente para o momento que o Brasil vive.

Portanto, apelo para o Relator no sentido de que tenha um pouco de paciência. Nós ainda dispomos de tempo. Sei do excelente trabalho que tem realizado, pois é um homem capaz e preparado. Tenho certeza de que seu relatório, em dezembro de 2005, vai ser muito mais qualificado e melhor para o País do que o relatório de dezembro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência, diante do fato apresentado pelo Deputado Lorenzoni, com a existência de requerimento que pede a prorrogação da CPMI por mais um ano, defere a sua solicitação para a continuidade normal dos trabalhos, com a leitura e deliberação dos requerimentos apresentados.

Obviamente, se a Mesa do Congresso Nacional não concluir o procedimento regimental, com a leitura dos requerimentos, aí sim, teremos que encerrar os trabalhos da CPMI na próxima semana e poderemos agendar a data para a leitura do relatório.

Mas diante do fato apresentado aqui pelo Vice-Presidente, ou seja, de que já há requerimentos, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados... O requerimento do Senado é do nosso conhecimento, porque inclusive lideramos a sua apresentação para a coleta de assinaturas. Se há também, na Câmara dos Deputados, requerimento igual, não há por que encerrarmos, no dia de hoje, os trabalhos desta CPMI, em respeito àqueles que depositaram sua assinatura no requerimento, entendendo a necessidade de prorrogação dos trabalhos.

O SR. SR. RELATOR (João Alfredo) – Sr. Presidente, quero, primeiro, dizer a V. Exª e ao Vice-Presidente que não estamos aqui a pugnar pelo encerramento. Alertei V. Exª de que prazo da CPMI vence – V. Exª sabe bem disso – no dia 15. Esta Relatoria não poderia ficar omissa diante desse fato e depois ser responsabilizada por não ter um relatório a apresentar aos membros desta Comissão.

Assim, o relatório existe, está pronto. Se V. Exª determinar a data para sua apresentação, a relatoria se encontrará habilitada para tanto.

Segundo, evidentemente, qualquer CPMI, Deputado Onyx, poderá, quanto ao seu prazo, ser suficiente ou insuficiente. Achar que mais um ano vai resolver os problemas agrários do País, como se esses problemas pudessem ser resolvidos unicamente por esta CPMI... Nós poderíamos dizer que mais um ano seria insuficiente e poderíamos pedir mais um ano e mais um ano. Poderíamos fazer, assim, quatro, oito, dez anos de CPMI, porque o assunto é extremamente complexo, palpitante, controverso e faz parte inclusive dessa agenda conflituosa do Brasil há séculos.

Assim, não é um ano a mais ou a menos que vai resolver esse problema.

Terceiro, a relatoria, até porque tem intimidade com a matéria – o Relator fez Direito Agrário, trabalhou como advogado nessa área -, tem para apresentar, evidentemente que é apenas um parecer, e ele tem que ser submetido aos demais membros desta CPMI, já sugestões importantes, no sentido inclusive da agilização do processo da reforma agrária, do ponto de vista administrativo, do ponto de vista judicial e do ponto de vista legislativo também, de propostas de emendas à Constituição, de modificações na legislação atualmente vigente. Então, até penso, Deputado Onyx, que essa relatoria está completamente à vontade. Se tiver a prorrogação da CPMI, a relatoria vai continuar trabalhando no sentido de ofertar o melhor de si nesse processo. Mas penso que, do ponto de vista do que já temos colhido e sendo essa situação que já induziu à produção de tantos textos, de livros, de teses de mestrado e doutorado. As visões, mesmo diferentes, acolhemos aqui, desde aquele professor que V. Exª trouxe, que considera desnecessária completamente a Reforma Agrária até aqueles que acham que a Reforma Agrária é fundamental para o País. Então, as proposições que aqui apresentamos podem, até quem sabe, se aprovadas agora, ajudar, nesse processo, ao Congresso Nacional, legislando sobre a matéria para agilizar os procedimentos de desapropriação da terra, para dar mais, vamos dizer, visibilidade a essa questão, para impedir que os títulos da dívida agrária sejam papéis no mercado de especulação financeira. Quer dizer, já temos… Até porque, V. Exªs lembram, alguns que aqui vieram trouxeram propostas até por escrito mesmo. Quem viajou a Pernambuco, o Presidente deve lembrar,

uma audiência de um dia completo, recebemos muitas proposições, que nos foram endereçadas. Então, quero dizer, Deputado Onyx , que estamos, vamos dizer, completamente à vontade nessa questão. Se a CPMI se encerra no dia 15 a relatoria tinha que apresentar, nessa reunião, ao Presidente e aos demais membros o seu relatório, dizer que o relatório está pronto. Se o Sr. Presidente designar a data, ele poderá ser apresentado hoje, amanhã, a qualquer momento, para que possamos terminar esta CPMI com o relatório. Então, essa é a posição do relator.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, se já está em discussão, eu pediria a V. Exª que fizesse a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não há discussão de matéria até este momento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Houve uma questão de ordem. O Deputado José Geraldo pediu foi uma questão de ordem?

O SR. JOSÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, queria que V. Exª me informasse quantos requerimentos têm aprovados, de convocação, quais são e quais as convocações que não se fizeram presentes, porque me lembro que fiz um requerimento convidando o Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará e, até hoje, ele não compareceu. Até reafirmo. Ontem mesmo, foi morto um delegado de polícia no Pará, segundo informações que estavam no jornal, por pessoas que estavam numa terra e o delegado foi lá fazer despejo sem nenhuma autorização judicial. De qualquer forma, se eu puder me manifestar, sou favorável ao término dentro do prazo já estipulado para a gente encerrar esta CPMI, até porque precisamos fazer a Reforma Agrária avançar no Brasil. Temos vários indicativos aqui no relatório para ser transformada inclusive em lei. Agora, o que não pode acontecer é o Governo ser impedido de desapropriar a terra, porque o próprio Congresso não aprova uma medida provisória. Os mesmos Deputados que querem pressa na Reforma Agrária e o fim da violência no campo votaram contra a medida provisória, que facilitava, que antecipava a desapropriação de terras para fazer os assentamentos. Conheço, no Pará, famílias em cima de terras, que estão há seis anos, porque o processo é de oito a doze anos, e a nossa proposta reduz isso para dois. No entanto, a Câmara dos Deputados votou contra. Eu, inclusive, acho que precisamos colocar isso para a sociedade. Como é que a Câmara dos Deputados não vota uma medida provisória que ia possibilitar a compra de terras para a gente fazer os assentamentos necessários neste País?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Informo ao Deputado José Geraldo que realmente há um número expressivo de convocados para depoimento nesta CPMI que não tiveram ainda oportunidade de comparecer, até em função do fato relatado pelo Deputado Vice-Presidente Lorenzoni, tivemos uma campanha eleitoral que comprometeu a realização das reuniões desta CPMI. A Secretaria está procedendo um levantamento para verificar o número de convidados ou convocados que ainda não tiveram espaço na agenda desta CPMI. Hoje temos mais uma série de requerimentos apresentados, começando inclusive pela convocação do Sr. Adriano Chafik, que assumiu a responsabilidade pela chacina de trabalhadores sem-terra em Felizburgo, Minas Gerais. Há aqui um número expressivo de requerimentos que devem motivo de deliberação na tarde hoje.

O Deputado Jamil Murad pediu também uma questão de ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu também estou pedindo uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu pedi uma questão de ordem, porque o prazo de funcionamento da CPMI está se esgotando. Normalmente, tem que ser debatido um relatório dos trabalhos dentro do prazo. Portanto, hoje é dia 8, faltam 7 dias. Qual é a polêmica? A polêmica é a seguinte: vai prorrogar mais uma vez a CPMI? Eu acho que as prorrogações ocorridas foram suficientes para levantar os dados e contribuir para o problema.

Segunda questão: Aqueles que querem a prorrogação da CPMI alegam o período eleitoral. Mas tem outra CPMI, a do BANESTADO, que também trabalhou no período eleitoral. E nem por isso ela foi prorrogada porque os trabalhos diminuíram a sua velocidade. O argumento não é então válido.

Terceiro ponto: Prorrogar por mais 1 ano! O que quer quem pede a sua prorrogação por mais 1 ano?

Srs. Parlamentares, nós ouvimos todos os dados, todas as informações. Eu gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente da CPMI, porque fizemos um trabalho intensivo. Ouvimos todos os membros da CPMI. Ouvimos autoridades acadêmicas, lideranças de trabalhadores rurais, proprietários, especialistas e estudiosos do assunto, vítimas de violência. Ouvimos tudo isso. Foi um trabalho intensivo. Agora, como eu vejo isso? Eu vejo da seguinte forma, deveríamos encerrar, sem prorrogar mais os trabalhos, porque trabalhamos por um longo período de maneira intensiva, ouvimos muita gente, visitamos os Estados com mais violência no campo. Portanto, a CPMI já colheu as informações necessárias. Agora temos que debater o relatório. Ouvido

isso, feito este trabalho, chegamos a essas conclusões. Não existe estudo feito pela CPMI que deixe dúvida, que vá esgotar completamente o assunto. Esta CPMI ainda se quiser poderia trabalhar por mais 10 anos, e, mesmo assim, não encerraria os trabalhos.

Sr. Presidente, sou favorável a não prorrogação da CPMI porque já houve um longo e intensivo trabalho, já colhemos os resultados e as informações necessárias. E o que anda acontecendo no campo, Deputado Ônix, de fato V. Exª, quando se refere ao ano de 2005 vermelho, não o queremos, porque ele está avermelhado com o sangue de trabalhadores. E não é novidade, inclusive se intensificou. Portanto, não é trabalho mais de CPMI, são as instituições do Estado, não de Governo.

A Polícia Federal, as Forças Armadas, o Judiciário que devem tomar atitudes. Não é mais o problema de colher informações, mesmo por que com a liberdade que há no País até a imprensa divulga informações, também investiga e esse processo não vai acabar.

Portanto, a CPMI cumpriu o seu papel. No meu entendimento, não deve ser prorrogada. Deveremos discutir o relatório e encaminhá-lo para as instituições de Estado tomar as devidas providências para minimizar ou mesmo eliminar a violência no campo.

Mas não elimina, porque enquanto houver latifúndio vai haver necessidade da reforma agrária. E havendo necessidade da reforma agrária, como existem os que querem a reforma agrária e os que não a querem, infelizmente ocorrem violências como essas, que recentemente presenciamos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Completando a informação do Deputado José Geraldo, ouvimos dez depoentes, dos 75 que foram convocados, cuja convocação foi aprovada por esta CPMI.

Em resposta ao Deputado Jamil Murad, quero adiantar que não temos como deliberar sobre a prorrogação do trabalho desta CPMI aqui, porque há uma decisão superior da Casa. Com a assinatura de um número superior a um terço de eputados e superior a um terço de Senadores, a prorrogação fica definida. O requerimento, no entanto, diz prorrogação por até um ano. Portanto, esta CPMI pode utilizar um ano, alguns meses ou 15 dias.

O que importa é que o próprio relator terá agora com essa decisão das duas Casas do Congresso Nacional a possibilidade de concluir com tranqüilidade o seu relatório, sem o açodamento desses últimos dias de acúmulo de trabalho no Congresso Nacional.

Peço aos Srs. Senadores e Deputados que prestassem muita atenção no Regimento quando solicitarem questão de ordem. Se houver a solicitação de questão de ordem esta deve ser objetiva e indicar o dispositivo do Regimento para a sua solicitação, a fim de que possamos ordenar os trabalhos e dar prosseguimento a eles com eficiência.

O Senador Sibá Machado pediu a palavra para uma questão de ordem ou pela ordem?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, no que diz respeito à prorrogação e ao requerimento a um terço das assinaturas adquiridas. Por enquanto, Sr. Presidente, o que temos nesta reunião é o anúncio de que há um requerimento que atingiu o **quorum** mínimo necessário e regimental, mas o requerimento não foi lido no Plenário de nenhuma das Casas.

O que peço a V. Exª é que hoje não votemos absolutamente nada e que possamos manter, portanto, o critério do prazo atual de 15 de dezembro. E tão logo os requerimentos sejam lidos no Plenário das duas Casas, é uma questão de automaticidade, como V. Exª já lembrou. E aí teremos que retornar aqui para pleitear então a nova agenda dos nossos trabalhos.

Não quero ainda me ater aqui se sou favorável ou contra a prorrogação ou não, mas peço a V. Exª que, neste momento, como os requerimentos não constam que foram lidos, então ainda não têm força legal. Então, não tendo força legal, não podemos votar absolutamente mais nada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com praticidade, respondo ao Senador Sibá Machado dizendo que os trabalhos da CPMI prosseguem impreterivelmente até o dia 15 ou até o dia 15 do próximo ano, se esses requerimentos forem lidos pelas duas Casas do Congresso. Isso, portanto, nos autoriza a continuar os trabalhos, inclusive deliberando sobre a pauta definida para hoje com antecedência. Quanto à possibilidade de lermos o relatório na próxima semana também há essa possibilidade, se os requerimentos não forem lidos e publicados. Mas enquanto tivermos tempo disponível para a apreciação das matérias de pauta, não há por que não apreciá-las. E é esse o nosso propósito de colocar em deliberação os requerimentos que constam da agenda hoje desta CPMI.

Sr. Deputado Luís...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só para tirar a última dúvida, Sr. Presidente, porque é claro que podemos votar qualquer deliberação ainda dentro de nosso prazo, mas a pergunta que estou fazendo em se tratando de que o prazo seria mesmo dia 15, não teremos que também já definir a data da leitura do relatório? Portanto, qualquer requerimento que

não possa ser cumprido até essa data estaria inócua a sua leitura e a sua votação neste momento. É a isto que quero me referir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O que posso adiantar ao Senador Sibá Machado é que como o relator já tem pronto o relatório, não teríamos nenhuma dificuldade em agendar data da próxima semana para a sua leitura e sua deliberação. De outro lado, também não há prejuízo a leitura e votação desses requerimentos, porque, se não houver a prorrogação, naturalmente, eles ficarão como os demais 65, que foram aprovados e não tiveram curso, porque não tivemos a oportunidade de convocar aqui os depoentes aprovados.

Concedo a palavra, é uma questão de ordem. Pela ordem, Deputado Luís...

O SR. LUÍS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Só para anunciar que começou a Ordem do Dia na Câmara com votação nominal.

Então teremos que encerrar esta reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos ouvir a palavra, pela ordem, dos que a solicitaram, e depois determinaremos o encerramento desta reunião.

O SR. LUÍS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr. Presidente, apenas para colocar, o senhor já estava respondendo a questão específica de dar o encaminhamento sobre a votação dos requerimentos. O que nos parece estranho, Sr. Presidente, um assunto de extrema gravidade para o País, estamos vendo que querem abortar o segmento do andamento da análise dessa problemática. O Senador Simon esteve conosco no Rio Grande do Sul, na última segunda feira, e sabe-se que a Câmara dos Deputados foi atropelada numa questão extremamente importante que é a questão do fumo em todo o Brasil, de um tratado internacional que foi aprovado na calada da noite na Câmara dos Deputados, justamente por falta de debate. Felizmente, Senador Simon, o Senador Suplicy também, é o Presidente da Comissão, estiveram lá em Santa Cruz do Sul, e o assunto está hoje por demais debatido. Então um assunto como esse não muito discutido, porque, como o Deputado Onyx colocou, passamos alguns meses praticamente no processo eleitoral. Acredito que essa prorrogação deve ser feita. Precisamos conseguir a leitura da prorrogação da CPMI nas duas Casas, para que consigamos dilatar, talvez não um ano, mas algumas semanas, alguns meses, para um assunto extremamente grave, não só para os trabalhadores rurais, mas também para os proprietários rurais, para que possamos encaminhar, digamos, as sugestões que esta CPMI vai levantar. E nos estranha que justamente vai se ler um requerimento em cima da quebra do sigilo bancário da Concrab e da Anca, parecem que querem acabar com a CPMI, alguma coisa estranha está acontecendo. Por isso acho que devemos nos empenhar pela continuidade da CPMI. Tenho a certeza de que os Senadores e também os Deputados irão reforçar as assinaturas conforme o Deputado Onyx já fez a colocação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Antes de encerrar a reunião de hoje, submeteria ao Plenário, em votação simbólica, se concordarem, as Atas de reuniões anteriores, porque no início desta reunião a Presidência não as submeteu à deliberação.

O SR. (ORADOR NÃO IDENTIFICADO) – Eu me interessaria discutir a Ata da reunião da quebra dos sigilos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se houver desejo dos Srs. Parlamentares em discuti-la, nós não deliberamos hoje em função do início da Ordem do Dia.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, como V. Exª colocou como hipótese, sugiro a V. Exª que defina pendente, fica o próximo dia 15 já definido a leitura do relatório, pendente obviamente da leitura em plenário dos requerimentos mencionados pelo Deputado Onyxn Dornelles Lorenzoni, porque aí não haveria qualquer prejuízo para que na próxima semana a reunião deixasse de ter objeto já na pauta, conforme V. Exª hoje chamou a atenção do cuidado previsto no Regimento que precisa ser observado.

Então, condizente com a sua observação que faço essa sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Acolho a sugestão do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – No que diz respeito à observação do Deputado Onyx Dornelles Lorenzoni, gostaria de fazer uma indagação, se pode dizer qual o proponente da redação, do requerimento. Porque eu pergunto: Será a melhor forma, inclusive para que haja o entendimento entre todas as partes, a prorrogação por até um ano. Seria o caso também de, quem sabe, V. Exªs manterem um diálogo com o relator sobre esse tema. Sr. Presidente, vamos supor que o relator leia o relatório, costuma-se, na prática do Parlamento, que se peça vista, o que significa possivelmente um prazo maior, então, será que poderia, diante de todas as circunstâncias envolvidas, haver um entendimento relativamente ao prazo de prorrogação dos trabalhos? É a indagação que formulo para que eventualmente se chegue a um possível entendimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senador Eduardo Suplicy, primeiramente a Presidência acolhe a sugestão de V. Exª, de determinar o dia 15. Não havendo a leitura dos requerimentos e eles não se concretizando como vontade regimental da Casa, estaríamos então, no dia 15, deliberando sobre o relatório a ser apresentado pelo Relator, Deputado João Alfredo.

E quanto á negociação de prazo, havendo aprovação desses requerimentos pela Mesa do Congresso Nacional, não há nenhuma dificuldade, até porque a redação do requerimento possibilita quando ele prevê até um ano de prorrogação, até 15 de novembro.

Portanto, ambas as sugestões de V. Exª estão acolhidas pela Mesa.

O Senador Jonas Pinheiro, antes, depois encerramos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, nesses requerimentos de convocação está aí o último protagonista do caso de conflito agrário, que é o Sr. Adriano. Eu voto pela convocação desse produtor, porque, veja, em função dele morreram quatro, cinco pessoas envolvidas nesse conflito.

Sr. Presidente, o que mais me chama a atenção é que segundo a imprensa essa propriedade tinha uma reintegração de posse fazia dois anos e meio. No entanto, o Poder Público de Minas Gerais não tomou nenhuma providência. Se tomasse uma providência antes, talvez não teria acontecido nada, estariam os produtores lá trabalhando, os assentados, estariam os proprietários tranqüilos.

Portanto, essa convocação entendo como uma convocação necessária para ser ouvida por esta CPMI para ver de quem foi o erro. Se é o do Governo do Estado, se é do Poder Judiciário. Portanto, de quem foi o erro nessas alturas. Por isso, Sr. Presidente, quando colocar em votação, estarei favorável à convocação do Sr. Adriano.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não, Senador. Obrigado.

A última questão de ordem, depois encerraremos.

O Deputado Nilson Pinto havia solicitado também a palavra.

O SR. NILSON PINTO (PSDB – PA) – Obrigado, Sr. Presidente. Na verdade, é pela ordem, é apenas para registrar aqui a nossa posição favorável à prorrogação do prazo da CPMI. Há três razões para isto. Duas delas já foram claramente colocadas aqui. Na primeira, em primeiro lugar, nós tivemos pouco tempo de reunião em função da campanha eleitoral e, em segundo lugar, muitos dos convidados convocados – conforme já foi anunciado – não puderam comparecer, e é importante que nós possamos dar a eles a oportunidade de aqui se manifestarem, enriquecendo o nosso Relatório.

Terceiro, há um fato novo, Sr. Presidente, e nós não podemos nos esquecer: o meu Estado do Pará foi alvo, ontem, de notícias veiculadas pela imprensa nacional, e que tem tudo a ver com o trabalho desta CPMI. Ontem, a Polícia Federal, no Pará, apreendeu 16 pessoas em Santarém, numa operação denominada de "Faroeste" e todas elas acusadas de associação e pratica com grilagem de terra, e entre elas está o Superintendente do Incra no Pará, além de vários funcionários do Incra no Pará. Agora, imagine, Sr. Presidente e nobres colegas, o órgão que é responsável pelo ordenamento fundiário do nosso País é alvo de uma denúncia deste tipo e saiu ontem, nos jornais, inclusive com a prisão do Superintendente do Incra no Pará e nós, hoje, aqui, fechamos os olhos ao que foi divulgado pela imprensa nacional – escrita e televisada – e propomos o encerramento da CPMI. Eu acho que é um fato novo e absolutamente relevante que remete à reflexão a necessidade de nós prosseguirmos com o nosso trabalho. Isto precisa ser esclarecido até porque nós não podemos deixar pairar sobre a instituição, como o Incra, esta pecha, esta suspeita de, sendo um órgão responsável pelo ordenamento, provocar, ele, sim, a desordem na área fundiária que é tão cara para todos nós.

Era esta a manifestação e obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Nós agradecemos aos Srs. Senadores e Deputados que compareceram a esta reunião e convocamos nova reunião para o próximo dia 15, às 10 horas da manhã.

Em havendo a conclusão deste procedimento e a prorrogação da CPMI, nós estaremos tratando de deliberar sobre os requerimentos apresentados. Em caso contrário, estaremos deliberando sobre o Relatório do Deputado João Alfredo.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 47 minutos.)

Ata da 19ª Reunião realizada em 23 de fevereiro de 2005

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, às dez horas e vinte e quatro minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Álvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Ana Júlia Carepa, Jonas Pinheiro, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Geraldo Mesquita, Juvêncio da Fonseca e Antero Paes de Barros e os Senhores Deputados João Alfredo, Zé Geral-

do, Xico Graziano, Luis Carlos Heinze, Josué Bengtson, Luci Choinacki, Jamil Murad, Adão Pretto, Anselmo, Jackson Barreto e Dr. Rodolfo Pereira, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".*** Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Álvaro Dias declara abertos os trabalhos. A Presidência comunica que a presente reunião destina-se a Votação das Atas das três últimas reuniões realizadas em 15/06; 25/11 e 08/12/2004 e Apreciação e Votação de Requerimentos. Logo após, foi dada a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, que apresentou a Proposta de Calendário para o período de vinte e três de fevereiro a nove de junho do corrente, data prevista para a apresentação do relatório, sendo aprovada por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente coloca em discussão os Requerimentos. Fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares: Juvêncio da Fonseca, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Josué Bengtson, João Alfredo, Adão Pretto, Jamil Murad, José Geraldo, Luís Carlos Heinze e Dr. Rodolfo. Ficou acordado que haverá um entrelaçamento entre as informações angariadas pela Comissão Externa Dorothy Stang e esta CPMI, bem como o aprofundamento das investigações nesta CPMI. Após, a Presidência solicita à Secretaria as providências necessárias para viabilizar as transferências de sigilos e a viagem à Goiânia. Determina ainda que a Secretaria providencie o ofício ao Ministério Público ou ao Órgão competente, para acelerar a solicitação do Senador Sibá Machado referente a "federalização" do assassinato da irmã Dorothy Stang, que deverá ser posteriormente definida pelo Superior Tribunal de Justiça. Ato contínuo, o Senhor Presidente designa o Senador Juvêncio da Fonseca para tratar com os Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, visando agilização da votação da Medida Provisória, que trata do ***Código Florestal***. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Deputado Adão Pretto, sugerindo reiterar à Polícia Federal às informações referentes às ***Empresas Rurais de Segurança*** que atuam na área do estado do Pará. Prosseguindo, o Senhor Presidente lembra que há três Atas pendentes de aprovação. Como não houve consenso, fica adiada para a próxima reunião. Foram aprovados os seguintes requerimentos: **Req. nº 092**, de autoria do Deputado João Alfredo, requerendo cópia de Relatório produzido pelo Ministério Público Federal referente à escalada do crime organizado na *Terra do Meio*, no estado do Pará; **Req. nº 093**, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, solicitando a convocação do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, Dr. Rolf Hackbart, para esclarecer discurso proferido na Conferência Nacional de Terra e Água, em que associou representantes do setor de agronegócio aos assassinatos de trabalhadores rurais no País; **Req. nº 094**,de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, requerendo seja convocado o Senhor José Roberto de Oliveira Faro, ex-superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA no Estado do Pará, a fim de prestar esclarecimentos a respeito de sua atuação como dirigente daquele órgão; **Req. nº 095**, de autoria do Senador Álvaro Dias, requerendo seja convocado o Senhor José Rainha Júnior, Coordenador do MST, no Pontal do Paranapanema/SP: **Req. nº 96**, de autoria do Senador Álvaro Dias, requerendo seja convocado o Senhor Adriano Chafik Luedy, suspeito de haver encomendado a chacina de trabalhadores sem-terra em Felisburgo/MG; **Req. nº 97**, de autoria do Deputado Adão Pretto, requerendo a convocação do Senhor Osnir Sanches, detetive particular, para prestar informações sobre o contrato e ação trabalhista que moveu contra a União Democrática Ruralista- UDR; **Req. nº 98,** de autoria do Deputado Adão Pretto, requerendo a convocação do Dr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira para prestar informações à Comissão; **Req. nº 99**, de autoria do Deputado Adão Pretto e outros, requerendo a convocação do Senhor Manoel Domingues Paes Neto para prestar informações à Comissão**; Req. nº 100**, de autoria do Deputado Adão Pretto e outros, solicitando ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento cópia do convênio registrado, no SIAFI sob nº 339439, bem como sua prestação de contas, firmado com a Organização Brasileira de Cooperativas/OCB; **Req. nº 101**, de autoria do Deputado Adão Pretto, solicitando que o Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento envie cópia do convênio registrado no SIAFI, nº 129523, bem como a sua prestação de contas, firmado com a Sociedade Rural Brasileira/ SRB; **Req. nº 102**, de autoria do Deputado Adão Pretto e outros, solicitando ao Senhor Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento cópia do convênio registrado no SIAFI, nº 314674, bem como sua prestação de contas, firmado com a Organização Brasileira de Cooperativas/ OCB; **Req. nº 103**, de autoria do Deputado Abelardo Lupion, requerendo seja convocado o Senhor Nazareno Alves Sobrinho, fazendeiro;

Req. nº 104, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze, requerendo seja convocado o Presidente da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), a fim de prestar esclarecimentos a respeito da relação entre aquela entidade e o MST; **Req. nº 105**, de autoria do Deputado Luis Carlos Heinze e outros, requerendo seja convocado o Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil /CONCRAB, a fim de prestar esclarecimentos a respeito da relação entre a entidade que preside e o MST; **Req. nº 106**, de autoria do Deputado João Alfredo, solicitando informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos e ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República, Cláudio Lemos Fontelles, referentes às providências tomadas, no âmbito da Polícia Federal, da Advocacia Pública e do Ministério Público Federal, para apurar os fatos denunciados pelas reportagens veiculadas pelo Jornal ***O Estado de São Paulo***, de 22 de junho de 2004, sob o título "Vendem-se terras na Amazônia. e pela internet"; **Req. nº 107**, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, requerendo sejam convocados os senhores José Francisco da Silva e Severino Barbosa Gomes, conhecido como Nazareno, ambos técnicos agrícolas com atuação junto a assentamentos no estado de Pernambuco; **Req. nº 108**, de autoria do Senador Sibá Machado, requerendo seja convidado o Dr. Renato Luís Dresh, Juiz Titular da Vara de Conflitos Agrários, no Estado de Minas Gerais, para prestar informações a respeito da violência no campo; **Req. nº 109**, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, requerendo seja convocado o Senhor Roberto Kiel, Interventor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, no Estado do Pará, a fim de prestar esclarecimentos a respeito da situação encontrada naquele Órgão; **Req. nº 110**, de autoria do Deputado Adão Pretto e outros, requerendo a transferência de Sigilo Bancário, Fiscal e Telefônico, no período 1999 a 2004, das seguintes pessoas: Laudelino Délio Fernandes Neto; Francisco Alberto de Castro, da SINDICORTE, Núcleo da Transamazônica; Lázaro de Deus Vieira, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Paraupebas; Lourival Santos da Rocha; José Décio Barroso Nunes; Regivaldo Pereira Galvão; Danny Gutzeh; José Francisco Vitoriano e Vitalmiro Bastos de Moura; **Req. nº 111**, de autoria do Deputado Adão Pretto e outros, requerendo a realização de audiência pública, diligências, inspeções e oitivas de testemunhas e indiciados nas Regiões Oeste e Sul do Estado do Pará, bem como sejam convocados para prestar esclarecimentos a respeito das circunstâncias e motivações acerca do aumento da violência contra trabalhadores, lideranças sindicais e religiosas que culminou com o assassinato da Irmã Dorothy, as seguintes pessoas: Lourival Santos da Rocha, conhecido como Pirrucha; José Décio Barroso Nunes, conhecido como Delsão; Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão; Laudelino Délio Fernandes Neto; Lázaro de Deus Vieira, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Paraupebas; Marcelo Ferreira de Souza, Delegado de Anapú; Gabriel Domingues do Nascimento, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu; Manoel Santino Nascimento Júnior, Secretário Especial de Defesa Social do Pará; Weyner Nascimento Pinto, Presidente do ITERPA; Calos Lamarão, Procurador do Estado e Diretor Jurídico do ITERPA; Francisco Alberto de Castro, SINDICORTE, Núcleo da Transamazônica; Gerson Campos, Prefeito de Porto de Moz; Delegado da Polícia Federal (responsável pela investigação em Anapu); Delegado da Polícia Civil (responsável pela investigação em Anapu); José Francisco Vitoriano (Proprietário da empresa de contabilidade Conta Norte); Dany Gutzaeit (Proprietário rural); Felício Pontes Júnior, Procurador da República; **Req. nº 112**, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando seja encaminhado expediente à Coordenação de Polícia Civil do Pará, a continuidade do inquérito e das investigações do caso do assassinato da Irmã Dorothy Stang, especialmente em função de indícios da participação de outros fazendeiros como mandante do crime e da existência de um "consórcio" para financiar o pagamento dos pistoleiros que efetivaram os disparos;.**Req. nº 113**, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, requerendo seja encaminhado expediente ao Departamento de Polícia Federal, reforçando sobre a importância de continuidade do inquérito e do aprofundamento das investigações do caso do assassinato da irmã Dorothy Stang; **Req. nº 114**, de autoria do Deputado Adão Pretto e outros, requerendo a realização de diligências inspeções e audiência pública na cidade de Goiânia, Estado de Goiás. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com o objetivo realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

A reunião de hoje destina-se à votação de requerimentos e apresentação, pelo Relator Deputado João Alfredo, de uma proposta de agenda para os próximos,

uma proposta de calendário para atuação da CPMI nesta sua fase final.

De início, nós queremos agradecer a presença dos Srs. Senadores e Deputados que começam a chegar a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Passo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, para que ele possa, então, expor a sua proposta de calendário e submeter à apreciação dos demais colegas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pode até distribuir aqui entre os que não receberam.

Bom, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr. Senador, Srª Senadora, Srs. Deputados aqui presentes, primeiro, antes de entrar propriamente no roteiro, relatar que entre o encerramento do período legislativo do ano passado e a retomada dos trabalhos desta CPMI vários destes integrantes da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito estivemos em Anapu sob a coordenação do Governador Jorge Viana, Governador do Acre, que naquele momento representava o Presidente Lula, e do Senador Eduardo Suplicy com delegação do Vice-Presidente e Presidente em exercício, José Alencar. Participamos do enterro da Irmã Dorothy Stang, ali na cidade de Anapu. Oportunidade em que além de levar a solidariedade às irmãs que fazem parte da congregação das Irmãs de Notre Dame de Naur e também das lideranças comunitárias da Igreja, sindicalistas, inclusive que se encontram ameaçados de morte, nós tivemos, Senador Eduardo Suplicy e eu, a oportunidade de ouvir tanto a testemunha ocular que acompanhou a Irmã Dorothy até momentos antes do seu assassinato, como também ouvi um sindicalista, Dourival Xavier – depois o próprio Senador Eduardo Suplicy poderá fazer esse relato -, que também se encontra ameaçado de morte.

Eu penso, Sr. Presidente, que no ano passado, esta CPMI teve uma boa oportunidade de ouvir técnicos das mais variadas visões ligados ao Governo, ligado ao movimento social de trabalhadores rurais, ligados aos proprietários rurais, ligados à Igreja, intelectuais da universidade, do Instituto Liberal acerca da questão da reforma agrária, dos entraves com relação à sua realização, avaliação dos projetos de assentamento. Quer dizer, nós tivemos um bom quadro, eu diria, diagnóstico da situação fundiária.

Tivemos a oportunidade de visitar dois Estados, não é? Estado de Pernambuco e Estado do Pará. Evidentemente, que a CPMI sofreu prejuízo porque o segundo semestre foi tomado pelas eleições – pode passar para todos os integrantes, por favor – e nós acabamos tendo dificuldade de retomar, retomar os trabalhos.

Penso, Sr. Presidente, já havia até conversado com V. Exª preliminarmente e em oportunidade também conversei com o Senador Eduardo Suplicy e o Deputado Jackson e vou socializar essa questão, que nós pudemos agora, nesses últimos meses, nos voltarmos para a questão da violência no campo. Acredito que o episódio do Pará – que foi do conhecimento desta CPMI, Deputado Jamil Murad, Senadora Ana Júlia Carepa, Deputado Josué Bengtson, o próprio Presidente e eu estivemos no Estado do Pará. Estivemos em Marabá, na região sul – região conflitiva e histórica daquele Estado – onde visitamos o acampamento e fizemos uma audiência pública importante e estivemos em Altamira. Em Altamira, inclusive, foi uma audiência pública muito tensa, na oportunidade em que colhemos, de forma até reservada, o depoimento da Irmã Dorothy Stang que esteve também em Brasília, nesta CPMI, ocasião em que foi tomado o depoimento do Ministro Miguel Rossetto, e, já, naquela época, ela relatava toda a situação conflitiva de Anapu com relação aos PDS.

Eu fiz evidentemente que sujeita a modificações e a críticas e propostas das Srªs e dos Srs. Parlamentares, uma proposta de calendário para a CPMI da Terra até o dia 9. Por que até o dia 9? Porque o dia 15 deve ser o último dia – deve ser o dia em que nós deveremos estar votando o Relatório. Então, e estabeleci o dia 9 como limite para apresentação do Relatório de junho para que as Srªs e os Srs. Parlamentares possam ter uma semana para analisar o Relatório e apresentarem emendas e propostas para a votação no dia 15. Então, o que nós pensamos? Pensamos em uma ida a Goiânia. Aí, poderia até se pensar: mas é CPMI da Terra. O problema é que poucos, talvez, atentem para isto, mas entre os objetivos da CPMI está a análise sobre o problema da reforma urbana e apresentação de sugestões para isso. Goiânia, recentemente, foi palco de um grande conflito – não vou entrar no mérito – mas foi um conflito grande que, infelizmente, ocasionou mortes e que, simbolicamente, poderia ser o local onde a CPMI faria um debate sobre a questão urbana. Evidentemente que, tomando conhecimento da situação mas chamando os Ministro da Cidade – entidades dos sem-teto, etc. Seria, então, a primeira viagem nossa no dia 2 de março. No dia 9 e 10, uma volta ao Pará. É certo que o Governo tem tomado medidas e, com relação a essa questão da Irmã Dorothy avançou muito, embora o mandante ainda não esteja preso, mas o problema do Pará não se resume a Anapu. O Pará, infelizmente, ostenta os piores indicadores sociais e ambientais. É campeão em mortes no campo – 40 a 45% das estatísticas que variam em morte no campo acontecem no Pará – e é campeão em denuncia de trabalho escravo. É um Estado marcado pelo proble-

ma da grilagem da terra e, também, pelo problema do desmatamento irregular.

Então, seria importante uma volta nossa para tomarmos novos depoimentos, para até tentar se antecipar já que há outras áreas como a região de Porto de Moz que a Senadora Ana Júlia Carepa conhece bem e pode nos ajudar, além do Deputado Josué Bengtson – todos os dois são do Pará – e mesmo o Senador Sibá Machado, sendo do Acre, já morou no Pará, conhece essa realidade também bem de perto.

No dia 17, nós faríamos um debate sobre violência e impunidade – justiça e impunidade – onde nós pensamos em chamar um representante do Ministério Público Federal e o próprio Procurador-Geral, Dr. Cláudio Lemos Fontelles, um representante do Poder Judiciário – pensamos no Dr. Fernando Tourinho Neto porque é uma autoridade daquele Poder que se volta para o estudo da questão da violência no campo, etc. e, evidentemente, aqui, no Executivo, nós pensamos no Dr. Paulo Lacerda para, justamente, falar sobre o problema da Polícia Federal. A Polícia Federal, pelo que nós podemos observar nessa nossa visita lá, não está devidamente aparelhada para enfrentar esta situação. Nos dias 30 e 31, Mato Grosso e Rondônia. De Mato Grosso, desde o ano passado já havia uma solicitação e, agora, recentemente, as senhoras e os senhores devem ter visto que houve uma morte lá. E Rondônia, por proposta do Deputado Anselmo. Depois, ele poderá até falar sobre isso. Houve mortes, também, no ano passado.

Em abril, nós ouviríamos o Presidente do Incra, que não ouvimos ainda na CPMI – inclusive há um requerimento para ser votado hoje e já nos antecipamos e colocamos aqui o Sr. Rolf Hackbart.

Dias 13 e 14, Minas Gerais. Duas regiões: Unaí, onde houve a morte daqueles fiscais que estavam investigando a questão do trabalho escravo, e Felizburgo, onde também houve um conflito com mortes. No dia 28, debater a questão do trabalho escravo, que é um dos motivos da violência.

Em maio, São Paulo, a região do Pontal do Paranapanema, também já havia requerimento desde o ano passado para ser visitada, e no dia 12 de maio um debate sobre Vara Agrária, a Vara da Justiça Agrária, que é uma questão polêmica, mas quem trabalha nesse setor acha – inclusive o Ministro Edson Vidigal, Presidente do STJ é um dos mais ardorosos defensores dessa questão, em que medida isso serviria efetivamente para diminuir a violência no campo e agilizar os processos de desapropriação etc.

No Paraná, também, havia desde o ano passado uma proposta nesse sentido a definir locais. Em junho, nós tomaríamos depoimentos outros que não conseguimos. Por quê? Há muitos requerimentos de depoimentos, mas há gente de Minas Gerais, do Pará, do Paraná, de São Paulo que poderiam ser ouvida nas nossas visitas a esses Estados.

Dia 9, portanto, apresentação do Relatório e dia 15, que não está aqui, seria a sua votação.

Então essa é uma proposta. O enfoque seria esse, Srªs e Srs. Parlamentares: se voltar para o problema da violência para que a CPMI possa ajudar no sentido de encontrar soluções para mitigar, pelo menos, essa situação no Brasil.

É essa, Sr. Presidente, a nossa proposta, que submeto a V. Exª e aos demais pares.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos ao Relator, Deputado João Alfredo, e eu creio que seria interessante já fazer referência aos requerimentos que se compatibilizam com a proposta da Relator para submetermos à apreciação da Bancada aqui presente.

A convocação, por exemplo, do Presidente do Incra, se todos estiverem de acordo, nós a aprovaremos.

As Srªs e Srs. Parlamentares que estejam a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O outro requerimento convoca o Sr. José Roberto de Oliveira, ex-Superintendente do Instituto Nacional de Reforma Agrária no Estado do Pará.

Como há esta visita programada, creio também que poderíamos apreciar esse requerimento.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Perdão. Qual é a pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É o Sr. José Roberto de Oliveira Faro, ex-Superintendente do Incra no Pará.

As Srªs e Srs. Parlamentares que estejam a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu só queria colocar que o ex e o atual, até para que pudéssemos ter uma...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu creio que deve estar aqui. Estou lendo os requerimentos.

O Sr. Roberto Kio, interventor do Instituto de Reforma Agrária – Incra, no Estado do Pará.

As Srªs e Srs. Parlamentares que estejam a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A convocação do Sr. José Rainha, coordenador do MST no Pontal do Paranapanema.

As Srªs e Srs. Parlamentares que estejam a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

(Esse também está no roteiro.)

Convoco o Sr. Adriano Chafic, suspeito de haver encomendado a chacina (acho que mais do que suspeito... parece que confessou, não é?) dos trabalhadores sem terra em Felizburgo, Minas Gerais.

As Srªs e Srs. Parlamentares que estejam a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De autoria do Deputado Adão Pretto, a convocação do Sr. Osnir Sanches para prestar informações sobre o contrato e ação trabalhista que moveu contra a UDR.

As Srªs e Srs. Parlamentares que estejam a favor queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

De autoria do Deputado Adão Pretto, a convocação do Dr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Procurador de Justiça e coordenador do CAO, Conflitos Agrários no Estado de Minas Gerais.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Este também pode ser ouvido.

Requer a convocação do Sr. Manoel Domingues Paes Neto, para prestar informações. Ele é pecuarista no Município de Presidente Prudente.

Também aprovado.

O Deputado Adão Pretto e Luci Shoinaki solicitam ao Sr. Ministro da Agricultura envie capa-a-capa do Convênio registrado no Siafi – 339439 –, com vigência de 05/01/98 a 04/10/98, bem como a sua prestação de contas, firmado com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Da mesma forma, prestação de convênio semelhante, firmado com a Sociedade Rural Brasileira.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Da mesma forma, o Deputado Adão Pretto solicita Convênio nº 314674, bem como a sua prestação de contas, firmado com a OCB.

Aprovado.

Requer a convocação do Sr. Nazareno Alves Sobrinho, fazendeiro. Quem convoca é o Deputado Abelardo Lupion. É de Unaí, onde se pretende visitar.

Aprovado.

Existem mais alguns aqui.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, gostaria de uma informação. Quanto a esse fazendeiro de Minas Gerais, vamos ouvi-lo quando formos lá?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias . PSDB – PR) – Exato.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com relação a todos esses aprovados, a pretensão é ouvir na audiência pública, que se fará na localidade.

Deputado Onyx Lorenzoni requer que a CPMI seja autorizada a requisitar cópias dos autos dos processos relativos a contratos e convênios, cujos objetos digam respeito aos trabalhos desenvolvidos nesta Comissão, bem como designar Parlamentares ou técnicos para analisá-los em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, nas instituições financeiras, repassadas em recurso federal.

Creio que esse requerimento é dispensável, até porque a CPMI tem essa prerrogativa e basta, como fez o Deputado Adão Pretto, que solicite, especificando.

Vamos considerar prejudicado este requerimento, porque tem sido este o procedimento.

Há aqui também requerimento, solicitando, a exemplo do que fez o Deputado Adão Pretto, que se convoque, para esclarecimentos nesta Comissão, o Presidente da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil. A solicitação da convocação é feita pelo Deputado Luiz Carlos Heinze, e também do Presidente da Associação Nacional de Cooperação Agrícola.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados os dois requerimentos.

Do Deputado João Alfredo, solicita informações ao Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, e ao Exmº Sr. Procurador-Geral da República, referente às providências tomadas no âmbito da Polícia Federal, da Advocacia Pública e do Ministério Público Federal, para apurar os fatos denunciados pelas reportagens veiculadas pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, do dia 22 de junho de 2004, sob o título: "Vendem-se terras na Amazônia", e pela Internet. Requerimento do Deputado João Alfredo.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Convocação do Sr. José Francisco da Silva e Severino Barbosa Gomes, conhecido como Nazareno, ambos técnicos agrícolas, com atuação junto a assentamentos no Estado de Pernambuco. Requerimento do Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Onyx Lorenzoni.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Senador Sibá Machado requer, nos termos regimentais, seja convidado por esta Comissão o Dr. Renato Luís Dresch, Juiz Titular da Vara de Conflitos Agrários do Estado de Minas Gerais.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados.(Pausa.)

Aprovado.

O Deputado João Alfredo requer cópia de relatório produzido pelo Ministério Público Federal referente à escalada do crime organizado na Terra do Meio, no Pará.

Essa é a matéria de hoje no jornal **O Estado de Paulo**, que liga políticos à rede de crimes no Pará. Portanto, é da maior importância o documento da Procuradoria-Geral mencionado pelo jornal.

As Srªs e os Srs. que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Deputado Adão Pretto e Senador Sibá Machado, que solicitam quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico das seguintes pessoas.

Creio que há **quorum** para votação nominal. Quando se trata de matéria mais polêmica, há necessidade de proceder dessa forma.

Peço à Secretaria que confirme o **quorum**, se houver necessidade de votação nominal.

O requerimento solicita a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de Laudelino Délio Fernandes Neto; Francisco Alberto de Castro, Sindicorte – núcleo Transamazônica; Lázaro de Deus Vieira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paraopeba; Lourival Santos da Rocha, conhecido como Pirrucha; José Décio Barroso, Dezão; Regivaldo Pereira Galvão; Dani Gutzeit; José Francisco Vitoriano e Vitalmiro Bastos de Moura.

Requer também os extratos em meio magnético da movimentação financeira de todas as contas das pessoas físicas acima relacionadas, no período de 1999 a 2005, assim como os extratos e cópias de todos os contratos que firmado com instituições financeiras à conta de recursos do Finam, FNO, BNDES, Basa e Banco do Brasil, cópias das declarações do Imposto de Renda dos mesmos exercícios, a movimentação financeira com base na CPMF das pessoas físicas relacionadas e última informação financeira declarada com o número da informação.

Justificativa: é necessário esclarecer se existe uma relação direta entre a malversação de recursos públicos, especialmente recursos da Sudam destinados ao desenvolvimento regional e a ação de pessoas responsáveis pela escalada da violência no Pará. Essa suspeita é freqüentemente levantada em notícias divulgadas pela grande imprensa. De acordo com investigações do Ministério Público e da Polícia Federal é visível a ligação entre o desvio de recursos do Finam administrados pela Sudam com o crescimento da violência no Pará. As pessoas relacionadas estão comprovadamente ligadas à situação de violência, seja na condição de mandante, seja na condição de executor.

Portanto, no exercício das prerrogativas constitucionais e regimentais desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e na resolução dos seus objetivos é que se requer a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico das pessoas indicadas.

Assinam o Deputado Adão Pretto e o Senador Sibá Machado.

Submeto aos Srs. Senadores e aos Srs. Deputados.

O SR. JOSUÉ BENGSTON (PTB – PA) – Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

É possível que sejam mencionados ou pelo menos entregues os nomes de pessoas físicas ou jurídicas para nossa informação?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não ouvi a indagação.

O SR. JOSUÉ BENGSTON (PTB – PA) – Está sendo colocado em votação o requerimento de quebra de sigilo fiscal e bancário de pessoas cujos nomes não foram mencionados. Vamos receber essa relação?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Citei os nomes.

O SR. JOSUÉ BENGSTON (PTB – PA) – Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas posso repetir, se V. Exª desejar.

O SR. JOSUÉ BENGSTON (PTB – PA) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Laudelino Délio Fernandes Neto; Francisco Alberto de Castro, Núcleo da Transamazônica do Sindicorte; Lázaro de Deus Vieira, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Parauapebas; Lorival Santos da Rocha; José Décio Barroso Nunes, o Dezão; Regivaldo Pereira Galvão; Dani Gutzeit; José Francisco Vitoriano; Vitalmiro Bastos de Moura.

A solicitação se deve a recursos públicos oriundos do Finam, administrado pela Sudam. Esse é o objetivo da apresentação dessa proposta.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, não sou autor do Requerimento, que é de

autoria do Senador Sibá Machado e do Deputado Adão Pretto, mas noto que, dentre os nomes listados, está o do Sr. Vitalmiro. V. Exª poderia ler o nome inteiro?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vitalmiro Bastos de Moura.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vitalmiro Bastos de Moura, conhecido como Bida, o fazendeiro que está sendo procurado, já tendo os pistoleiros e o próprio intermediário informado às Polícias Civil e Federal que seria o responsável por contratá-los para realizar o assassinato da Irmã Dorothy.

Portanto, avalio que este caso é de grande importância para que se conheça exatamente a história dessa pessoa, que ligações teve e se, porventura, o fez de maneira isolada ou em combinação com outros participantes.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, para dizer o quão considero significativo o trabalho da Comissão presidida pela Senadora Ana Júlia Carepa, que tem como Vice-Presidente o Senador Flexa Ribeiro e como Relator, o Senador Demóstenes Torres – que, como Procurador, tem enorme experiência. Ontem, à noite, na reunião realizada, S. Exª pode colocar em prática sua experiência como Procurador porque fez indagações muito relevantes. Essa outra Comissão do Senado pode cooperar com a Comissão presidida por V. Exª e que tem como Relator o Deputado João Alfredo. Essa Comissão prestará um grande serviço à CPMI da Terra.

Sugiro que a visita que a Comissão Externa do Senado está programando para o Pará, possivelmente na próxima segunda-feira, seja feita também em cooperação com a CPMI, presidida por V. Exª. É essa a sugestão que gostaria de colocar.

O SR. RELATOR (João Afredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Na medida em que, segundo relato que me fez e sei que o fará para a CPMI a própria Senadora Ana Júlia Carepa, os depoimentos colhidos ontem na Comissão Externa do Senado foram muito ricos do ponto de vista do levantamento da situação em que se encontra aquela região conflagrada do Pará, eu já faria também, por intermédio do Sr. Presidente, a solicitação à Srª Presidente dessa Comissão, Senadora Ana Júlia Carepa, que todos esses depoimentos colhidos sejam também encaminhados à nossa CPMI. É evidente que os objetos são diferenciados, mas tem um objetivo comum. Evidentemente, a CPMI se destina à apuração de um caso concreto. Mas o contexto em que se deu o crime é justamente o objeto desta nossa CPMI.

Assim, além de procurarmos essa integração, na medida do possível, acompanharmos os trabalhos. Ontem, infelizmente, mesmo tendo sido convidado pela Senadora Ana Júlia Carepa, não pude vir ao Senado acompanhar os depoimentos, porquanto nossa Bancada do PT estava fazendo o debate sobre as Comissões e a escolha do Líder, que é até um conterrâneo da Senadora Ana Júlia Carepa, o Deputado Paulo Rocha. Então, não pudemos nós, Parlamentares do PT, que estão aqui, como o Deputado Adão Pretto, o Deputado João Grandão e o Deputado Anselmo, acompanharmos os debates, mas seria importante que esses depoimentos colhidos também chegassem à própria CPMI, que certamente vão nos ajudar, e muito, no relatório final.

Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sem dúvida. Inclusive há solicitações da Senadora Ana Júlia Carepa no que diz respeito à documentação existente na CPMI, e atenderemos a sua solicitação. Creio que é um trabalho de parceria, inclusive a sugestão do Senador Eduardo Suplicy é oportuna, de uma Subcomissão desta Comissão acompanhar a Senadora Ana Júlia Carepa e a sua Comissão ao Pará. Se bem que já há integrantes desta Comissão na outra.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas, de qualquer maneira, estamos de pleno acordo com a sugestão do Senador Eduardo Suplicy, com sua preocupação de estabelecer uma interação nos trabalhos das duas Comissões.

O SR. JOÃO MURAD (PcdoB – SP)– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Deputado Adão Pretto havia solicitado anteriormente a palavra. Se não se referir ao requerimento, eu pediria para deixar para uma posterior apreciação dos senhores, para que pudéssemos concluir a votação desses requerimentos.

O SR. ADÃO PRETTO (PT– RS) – É sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu só queria informar, Sr. Presidente, que todas essas pessoas que foram solicitadas já foram vistoriadas pelo Ministério Público e também pela imprensa. Inclusive essa matéria do jornal **Folha de S.Paulo** de hoje reforça isso. Estivemos, no sepultamento da freira missionária lá no Pará, juntamente com esses Senadores que estão aqui, vários Deputados, e na volta tivemos uma audiência com o Presidente da República em exercício, Sr. José

Alencar, e Sua Excelência nos disse: "Olha, já mandei dois mil policiais para lá hoje", e nosso grupo de Parlamentares argumentou que isso só não bastava, porque enquanto os militares, o Exército permanecer lá, a paz poderá ser concretizada, mas no momento em que eles se retirarem de lá a violência poderá voltar. E tem que se cortar o mal pela raiz, e não punir somente aquele que puxa o gatilho, mas aqueles fazendeiros que são suspeitos de estarem organizando e planejando os assassinatos. Portanto, essa verificação da conta bancária deles é uma maneira de começar a investigar quem são os mandantes dos crimes.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª tem a palavra.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, acho muito importante que esse pedido não fique restrito ao Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame), particularmente, ou especificamente, eu queria propor, em relação, aí se evita.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não, a quebra é geral. Apenas a justificativa...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Aí se evita, por quê? Porque não podemos confundir quem é um fazendeiro, quem é um madeireiro. Deputados e Senadores aqui andamos na caminhonete de um madeireiro que era amigo da Irmã. Eu me esqueci do nome dele, Senadora Ana Júlia Carepa, mas ele era amigo da Irmã.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O nome dele não consta aqui, inclusive nessa convocação. Ele é da Associação de Madeireiros.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Pelo que percebi, não deveria constar. É um empresário que age dentro das leis, procurando ter sua atividade econômica, e o Brasil precisa disso. Quer dizer, não estamos aqui fazendo essa generalização. A CPMI – e quero ir até o fim, como os senhores também querem –, é para pegar aqueles que se escondem como fazendeiro ou madeireiro ou outra atividade econômica, mas na verdade ele forma um bando que, à revelia da lei, procura impor a lei do silêncio, a lei do revólver, a lei dos assassinatos frios e covardes como aconteceu e continua acontecendo lá. Neste processo, nós queríamos separar o joio do trigo de tal forma com que acabemos com a impunidade, com aqueles que se escondem. Eles mobilizam todos fazendeiros e todas os madeireiros do País para defender o criminoso. Não, o criminoso terá que pagar, ir para a cadeia para acabarmos com essa covardia de eliminar. Tenho muitos amigos que eram do PC do B e foram eliminados porque eram sindicalistas ou Deputados defensores da reforma agrária. Assim como outros que não conheci, mas os defendo de outros Partidos e de outras entidades.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Deputado Jamil Murad.

Vamos deliberar sobre esse requerimento, embora não seja necessário. Faço questão de declarar meu apoio a essa proposta do Deputado Adão Pretto e do Senador Sibá Machado, considerando da maior oportunidade, até porque provavelmente os colegas se lembrem de que a Irmã Dorothy denunciou que 17 projetos financiados pela Sudam, num valor superior a R$100 milhões foram projetos irregulares, financiados irregularmente. Trata-se de dinheiro público, daí a importância dessa investigação. Para conforto do Deputado Jamil Murad, a solicitação do requerimento é a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico. Portanto, é uma providência de amplitude.

Os que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há outro requerimento de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Solicito a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu só queria ter um cuidado regimental. A bem da decisão, por acaso, para quebra de sigilo nominal faz-se necessária a votação nominal ou não?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio que não. Quando há concordância por unanimidade, não há.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É unânime. Só para ficar registrado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há um outro requerimento de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, que solicita a transferência do sigilo bancário e fiscal para esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Pessoa Jurídica do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – Iterpa de Veranópolis, no Rio Grande do Sul. Essa é uma solicitação do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Solicito a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para discutir, concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, o requerimento anterior – que, inclusive, teve o apoio de V. Exª e vários Parlamentares se pronunciaram acerca disso – tem o objeto claro e uma

justificativa própria. Justamente o envolvimento relatado por V. Exª dessa série de...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado João Alfredo, peço permissão para ler a justificativa, porque está ausente o Vice-Presidente e ainda não li a justificativa.

A partir de dados coletados do Siafi, o Iterpa é a instituição privada nacional que mais recebeu recursos por meio de convênios celebrados com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. No ano de 2003 e até a presente data já foram mais de R$6 milhões em repasses referentes a diversos convênios. Ressalte-se que tais valores aplicados num instituto com sede na cidade de Veranópolis corresponde à verba destinada a muitas universidades federais do País. Diversos dos convênios firmados chamam a atenção pelo altíssimo valor aplicado por aluno, embora se tratem, quase sempre, de cursos de alfabetização ou de formação de lideranças, de acampamentos, os custos por aluno oscilam entre R$7.500,00 e R$10.000,00, conforme se pode verificar na simples leitura do objeto dos termos do Convênio Siafi 424930 e outros aqui. Tais valores são, inclusive, superiores aos pagos em cursos de pós-graduação de elite no País, não raramente com professores estrangeiros e emprego de tecnologia e material de ponta. Não bastasse a surpreendente monta de valores repassados aparentemente desproporcionais se comparados a ações descritas nos objetos dos convênios igualmente saltam aos olhos as ligações de todo evidente entre o Iterpa e o MST que assim como ocorre com outras associações e confederações, deixam transparecerem várias passagens do sítio web daquele movimento. Na página tal, vê-se que o Iterpa foi constituído pelo MST e pela Concrabe. Fala-se que Iterpa é o órgão de formação técnica do MST. Por fim, os prêmios recebidos pelo Iterpa aparecem recorrentemente listados nos tópicos "Prêmios recebidos pelo MST". E o que estamos construindo na página, aqui tem o endereço da mesma forma. Por todo o exposto e dando seguimento às investigações capitaneadas por esta CPMI, solicito a aprovação do presente requerimento.

Esta é a justificação do Deputado Onyx Lorenzoni para essa solicitação. Pois não.

Com a palavra o Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, como eu dizia, V. Exª acabou de ler a justificativa e do ponto de vista da própria justificativa, não há aqui nenhuma suspeita de desvio dessa verba. Nós temos que ter um certo cuidado com relação a esta quebra de sigilo. A ligação com MST e o fato dos custos serem altos, mas são questões ligadas à educação. A educação que nenhum de nós, em sã consciência, seria contra um processo de educação dos agricultores. Eu tenho essa preocupação porque a Constituição prevê a quebra desses sigilos como uma excepcionalidade e não como regra. E o próprio Supremo Tribunal Federal por mais de uma vez tem decidido no sentido de que só se pode fazer a quebra de sigilo se, efetivamente, houver fato concreto que justifique tal transferência de sigilo. Penso que no caso não há. Talvez fosse até importante que nós pudéssemos solicitar do próprio Ministério os dados representativos...

SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para ganharmos tempo, eu quero fazer uma sugestão. Como o Deputado Onyx Lorenzoni não está presente, nós vamos retirar esse requerimento para que ele possa ter a oportunidade de fazer a defesa do seu requerimento. Vejo que todos concordam, então retiramos para que o Deputado possa fazer sua defesa.

Havia solicitado a palavra...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidenete, pela ordem.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – É um argumento importante até pela informação do Vice-Presidente, Deputado Onyx Lorenzoni, como V. Exª ontem apresentou um requerimento aprovado pelo Senado, no sentido de que o Tribunal de Contas possa examinar as contas do ITERPA, talvez uma sugestão que a V. Exª possa dizer ao Vice-Presidente, Onyx Lorenzoni, é que poderíamos estar aguardando o resultado do Tribunal de Contas da União, a respeito do que foi dito por V. Exª e daí, se constatado algum problema maior, então sim, poderia até se justificar. Mas se o Tribunal de Contas avaliar que os procedimentos são adequados, então já teríamos um resultado importante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Certamente, Senador Suplicy. Por uma questão de posicionamento, dizer que, em tese, eu sou sempre favorável ao aprofundamento das investigações. Como me manifestei em relação ao requerimento anterior, da mesma forma, eu me manifestaria favoravelmente a este requerimento, porque, como no caso anterior, neste também há denúncias e suspeitas de que há esbanjamento do dinheiro público. Portanto, eu me manifestaria favoravelmente. Eu creio ser prudente retirarmos o requerimento para que o Vice-Presidente desta CPMI possa se manifestar livremente.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu só queria dizer que não podemos comparar este requerimento com o que já foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não. Não há necessidade de comparação.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu só queria dizer o seguinte: que os argumentos usados, é porque é liberado muito recurso público para aquele órgão. Agora, se este é o argumento, tínhamos que pedir quebra de sigilo bancário da OCB que foram nove milhões.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – V. Exª pode fazê-lo, pois não há qualquer problema.

Em tese, sou favorável, quando há alguma suspeita, até como forma de se oferecer atestado de boa conduta ao investigado, porque não implica dizer que estamos condenando pelo fato de estarmos requerendo a quebra do sigilo bancário e, sim, podemos estar oferecendo a oportunidade de uma instituição, seja ela qual for, demonstrar ao País que aplica corretamente o recurso público. Uma CPI existe para mostrar fatos e não para escondê-los; para propor a transparência e não a clandestinidade.

O próximo requerimento, de autoria do Deputado Adão Pretto e do Senador Sibá Machado, solicita a convocação de várias pessoas, tendo em vista circunstâncias e motivações acerca do aumento da violência contra trabalhadores, lideranças sindicais e religiosas que culminou com o assassinato da irmã Dorothy, no último dia 12 de fevereiro, bem como as possíveis ligações dessa escalada de violência contra os fatos ocorridos em outras regiões.

Por ocasião dessa viagem, requeremos a realização de audiência pública na cidade de Porto de Moz para aferição dos conflitos por terra na região denominada Terra do Meio, no Pará. Convocamos: Lourival Santos da Rocha, conhecido como Pirrucha; José Décio Barroso Nunes, conhecido como Delzão; Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão; Laudelino Délio Fernandes Neto; Lázaro de Deus Vieira, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Parauapebas; Marcelo Ferreira de Souza, Delegado de Anapu; Gabriel Domingues do Nascimento, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu; e mais – a lista é grande – Manoel Santino Nascimento Júnior, Secretário Especial de Defesa Social do Pará; Weyner Nascimento Pinto, Presidente do Iterpa; Carlos Lamarão, Procurador do Estado e Diretor-Jurídico do Iterpa; Francisco Alberto de Castro, Sindicorte – núcleo da Transamazônica; Gerson Campos, Prefeito de Porto de Moz; Delegado da Polícia Federal responsável pela investigação em Anapu; Delegado da Polícia Civil responsável pela investigação em Anapu; José Francisco Vitoriano, proprietário da empresa de contabilidade Conta Norte; Dani Gutzeit, proprietário rural; Felício Pontes Júnior, Procurador da República.

Serão feitas as seguintes diligências: reunião de trabalho com o Ibama; reunião de trabalho com o Incra, reunião com a Corregedoria do Tribunal de Justiça; reunião com a Corregedoria da Polícia Civil. Na verdade, trata-se de um roteiro para essa visita ao Pará. Creio que todos concordam.

Aprovado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a inversão de pauta para a análise dos meus requerimentos, haja vista que tenho outro compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Em seguida, serão os seus.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Senadora Ana Júlia Carepa, antes dos seus requerimentos, há apenas o de autoria do Senador Sibá Machado e do Deputado Adão Pretto, que solicita diligência e inspeção em audiência pública na cidade de Goiânia e que já é parte da proposta, portanto, do Relator João Alfredo.

Está aprovado o requerimento.

Passo ao requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa, que requer seja encaminhado expediente ao Departamento de Polícia Federal, reforçando sobre a importância de continuidade do inquérito e do aprofundamento das investigações do caso do assassinato da irmã Dorothy, especialmente em razão de indícios de participação de outros fazendeiros, além do já indiciado Vitalmiro Moura, o Bida, como mandantes do crime e da existência de um consórcio para financiar o pagamento dos pistoleiros que efetivaram os disparos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, quero justificar o meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, há um requerimento idêntico dirigido à Polícia Civil, já que existe inquérito feito pela Polícia Civil e pela Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Está aqui o requerimento.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Por que proponho esse requerimento?

Já que a nossa Comissão tem como objetivo acompanhar as investigações, estou propondo que esse requerimento seja aprovado por seus membros. Por

isso, estamos convocando uma reunião para aprovar alguns requerimentos. E qual é o objetivo? Preocupo-me com essa situação, porque, no Estado, a imprensa já começa a divulgar: "Já está elucidado o caso". A polícia também diz: "Já acabou. Já concluímos, já elucidamos os fatos, já encontramos os culpados, já sabemos quem mandou matar". Qual é a importância de se continuar a investigação? Primeiramente, chegamos à fase mais difícil do processo. Primeiramente, ainda não foi preso o mandante. Além disso, fala-se na existência de um consórcio de fazendeiros e grileiros de terra para pagar o crime, essa é uma fase difícil da investigação e preocupa-nos criar um clima de "já está tudo resolvido".

Assim, Sr. Senador, como, infelizmente, o Estado do Pará é campeão da violência e da impunidade, se essa situação ocorrer, não chegaremos a todos os mandantes. Aqui mesmo, no depoimento de ontem, foram citadas pelo menos cinco pessoas, apenas daquela região, que estão ameaçadas de morte. Se for preso somente um dos fazendeiros, permanecendo o restante no mesmo local, como ficará a situação daquelas pessoas?

Então, é importante expormos nosso entendimento. Ouvi com preocupação essas informações e declarações de que tudo estaria elucidado quando, na verdade, não está. Neste momento, é necessária a presença da inteligência das duas Polícias para descobrir os componentes desse provável consórcio que tinha o interesse de matar a Irmã Dorothy.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Em votação os dois requerimentos da Senadora Ana Júlia Carepa.

As Srªs e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Deputado José Geraldo, V. Exª solicitou a palavra?

O SR. JOSÉ GERALDO (PT – PA) – Não, Exª. Eu iria solicitar a discussão dos requerimentos, mas V. Exª os colocou em votação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se V. Exª desejar, pode falar a respeito dos requerimentos sem problemas.

O SR. JOSÉ GERALDO (PT – PA) – Desejo realmente falar sobre o caso, até porque essa situação da Irmã Dorothy é o resultado de uma questão fundiária que se agrava há vários anos e de um enfrentamento dos grileiros daquela região com o Estado.

O problema ocorre num momento em que o Governo Federal e o Governo do Estado do Pará, por meio do Incra e do Ministério do Meio Ambiente, avançaram num acordo para decretar a Reserva Verde para Sempre com aproximadamente 1.400 hectares no Município de Porto de Moz tendo atingido alguns grandes proprietários daquela região – muitos inclusive nem são daquele local, morando fora dali.

Há também a Reserva Riozinho do Anfrísio, na terra do meio, com aproximadamente 740 mil hectares. Na decisão da decretação do PDS, só havia cinco áreas de 3 mil hectares **sub judice**, porque, quando o Governo Federal, a Polícia Federal, o Incra e o Ibama foram fazer o assentamento a partir da ocorrência de uma reintegração de posse conseguida pelo Incra, um Juiz de Marabá suspendeu a referida reintegração, proibindo então a ação do Governo.

Esse é o resultado. O enfrentamento foi estabelecido e a morte da Irmã Dorothy aconteceu logo após uma movimentação dessas pessoas na região, que são grileiros com interesses específicos. Num mesmo fim de semana, houve várias reuniões, inclusive a da Amut, dos Prefeitos da Transamazônica, tendo havido inclusive uma entrevista – o próprio **Fantástico** mostrou uma fala do Prefeito de Porto de Moz.

Desse modo, naquele fim de semana, gerou-se um incentivo à morte da Irmã Dorothy. Como existe uma elite grileira inteligente, foi criado um clima de influência de um latinfundiário mais despreparado nesse aspecto para mandar matar. E, conhecendo aquela turma, sabe-se que, sozinho, ninguém dispõe de R$50 mil. Eles estão acostumados a pagar um preço menor: R$ 3 mil, R$ 5 mil ou R$ 10 mil. Há, assim, na região, alguns comentários de que houve uma "vaquinha" para obter R$ 50 mil para pagar esse cidadão, que não é nem da região, tem uma fazenda na região sul do Pará, à qual chegou recentemente, já comprou essas terras de outros grileiros que já haviam sido acionados pela Polícia Federal e que têm irregularidades diversas. Então, eles venderam essas terras dentro do PDS para esse cidadão.

Este do meio, testa-de-ferro que pagou aos pistoleiros, tem lá dentro uma área bem menor e este, que ainda falta ser preso, é que tem área maior e que já comprou essas terras irregulares.

Então, o requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa tem sentido, inclusive isso, ontem, na reunião de mais de quatro horas que aconteceu na Casa Civil, com vários Ministérios, foi abordado e se pediu ao Serviço de Inteligência da Polícia Federal que está na região e ao Ministério da Justiça que pudessem, em relação a esse crime, apurar os articuladores e financiadores. É por isso que sou favorável ao requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)– A Presidência informa que, diante do requerimento aprovado hoje referente à quebra de sigilo bancário,

telefônico e fiscal de várias pessoas, vai solicitar à Secretaria das Comissões do Senado Federal um reforço na equipe técnica desta CPMI, para que as investigações possam proceder com agilidade e eficiência. Já estamos solicitando, pois, esse reforço.

Também solicitamos ao Senador Sibá Machado e ao Deputado Adão Pretto – não sei qual dos dois suscitou a questão da OCB – que, se desejarem, apresentem requerimento a ser submetido à deliberação já na próxima reunião desta CPMI.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não. Com a palavra, pela ordem, o Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, bem rapidamente, de maneira sintética, neste momento, o Deputado José Geraldo suscita essa questão em torno do requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa. Até escrevi um artigo para a imprensa do Congresso tratando desse assunto. Quando fomos ao sepultamento da Irmã Dorothy, ficou bem claro, depois de muitas conversas e análises, que, no local, houve Vereador que soltou rojão depois do assassinato dessa pobre mulher. Portanto, existe gente do Pder Público, como esse Vereador, pode haver Prefeitos e gente de outros escalões em todos os níveis do Poder Público que são, de uma forma ou de outra, ligados ao crime, porque acobertaram, porque foram omissos ou coniventes ou porque participaram de maneira mais ativa.

Então, este é o momento de dizermos que os brasileiros têm que ser iguais perante a lei. Não é possível financiar o assassinato de trabalhadores, religiosos e advogados, porque se discordam da opinião política deles. Não é possível continuar dessa forma. Foi isso que deu origem à CPMI. Infelizmente, perdemos várias vidas, o que demonstra o porquê da existência da CPMI, pois o Poder Público tem-se mostrado impotente para resolver isso. Contudo, desta vez, tem havido maior interesse em solucionar o caso, dizem até pelo fato de a Irmã ter cidadania norte-americana, além da brasileira. Nós, como autoridades brasileiras, temos que dar cabo à violência, porque, depois do assassinato dela, outros já morreram. Portanto, precisamos agir de maneira exemplar. Quer dizer, desde o Presidente da República que deu a orientação de que não vai ficar impune, mas lógico que a sociedade brasileira precisa se mobilizar. A sociedade brasileira não pode aceitar isso. Perdemos milhares de vítimas, pessoas de boa vontade que perderam a vida estupidamente pela covardia desses que, em vez de respeitar a lei, fazem a sua própria lei eliminando aqueles que discordam e divergem de suas princípios.

Por isso, esse requerimento é da mais alta importância. Queremos pegar a rede de criminosos. Não os chamo de fazendeiros. A maior parte dos fazendeiros no Brasil são pessoas que levantam cedo, vão tirar o leite da vaca ou vai plantar o arroz, o feijão, o milho etc. São cidadãos que, além de serem fazendeiros, proprietários ou ser grileiros, partiram para outro campo, atravessaram a fronteira. São criminosos, acobertados pelo título de fazendeiros, são mantidos impunes. Queremos acabar e vamos acabar com isso no Brasil. É necessário colocar esses criminosos atrás das grades.

A nossa única força é o Poder Público. Pagam com a vida nossos amigos, nossos companheiros, homens e mulheres de boa vontade. O nosso caminho não é fazer justiça com as próprias mãos. Para isso, há a Polícia Federal, as Forças Armadas, o Poder Judiciário, as Polícias Civil e Militar. Todos são pagos com o dinheiro dos impostos que os brasileiros pagam.

Agora é hora de cobrarmos dessas instituições, porque elas também têm se mantido omissas. Começa uma investigação e não se chega a coisa alguma. Quando vai a julgamento, em geral, o individuo é inocentado porque contrata um bom advogado. São problemas que têm que ser superados desta vez e não podem permanecer como era antes. Agora, tem que haver uma mudança para se acabar com a impunidade e para que o cidadão, por mais pobre que seja, se sinta mais seguro e não sob a lei da violência e do extermínio de alguns criminosos que, acobertados por serem poderosos e amigos de poderosos, inclusive o Poder Público, fazem, desfazem, matam, eliminam e nada lhes acontece.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há muitas solicitações pela ordem.

Com a palavra o Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, serei bem rápido.

Queria somente fazer um pedido e uma sugestão a V. Exª. Ontem, durante a oitiva dos convidados na Comissão Especial, um assunto foi trazido à baila e estava querendo entender como encaminhá-lo, que é o pedido de federalização do assassinato de Irmã Dorothy. Alguém me falou que isso é uma competência do Supremo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Para esclarecer. Quem pede a federalização é o Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fontelles e quem define é o STJ – Superior Tribunal de Justiça.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Perguntaria ao Presidente da Comissão se seria possível emitir um ofício, fazer uma visita, não sei como seria,

para que se pudesse acelerar essa decisão do Ministério Público ou do órgão de competência.

Ontem, houve o pedido do Ministério Público do Estado do Pará, do representante do Governo que estava aqui, do Secretário de Segurança Pública e foi o entendimento de todos nós. Gostaria de saber de V. Exª poderia nos ajudar a intermediar nesse pedido ao Ministério Público Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio ser adequada a remessa de um ofício fazendo à solicitação.

Peço à Secretaria da Comissão que elabore o ofício e o remeteremos em nome desta CPMI atendendo à solicitação do Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ainda sobre o assunto, uma vez que tivemos uma reunião coordenada pelo Deputado José Geraldo, tive o cuidado, Sr. Presidente, não vou nem estender sobre a matéria, de distribuir a V. Exª e aos demais pares, justamente o documento que foi entregue pelos movimentos sociais, ontem, ao Governo Federal. Ontem houve uma audiência pública no Palácio do Planalto, audiência que foi solicitada e coordenada pelo companheiro nosso da CPMU, Deputado José Geraldo, pela presença do Ministro do Gabinete de Segurança Institucional, General Jorge Félix; da Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente; do Ministro Nilmário Miranda, de Direitos Humanos e várias entidades apresentaram uma série de propostas, trouxe para o conhecimento de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A Presidência enviará, então, ofício, atendendo a solicitação do Senador Sibá Machado.

Solicitou a palavra pela ordem o Deputado Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PPB–RS) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, lamentamos esse episódio ocorrido no Pará. Estamos vendo neste momento, Sr. Presidente, o acerto desta comissão para dar continuidade a este trabalho, de acordo com solicitação do final do ano passado, o que mostra que não estamos ainda com a questão madura e pronta para ser concluída. E ninguém imaginava que pudesse ocorrer, mas, com os conflitos que existem no Brasil afora, principalmente nessa região, seria de se esperar pode imaginar que, a qualquer momento que seja, algo dessa natureza pudesse acontecer, não se trata apenas da morte da Freira, outras mortes também já ocorreram de proprietários rurais.

Portanto, está de parabéns esta Comissão por ter deliberado continuar este assunto para que pudéssemos avançar mais e, certamente, muitas luzes se darão ao Executivo, seja Federal, Estaduais ou municipais, para dar mais segurança àquelas pessoas que vivem no campo. Também louvo este documento que os movimentos sociais encaminharam junto com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará, junto com a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará, porque, como não somos da região, mas ouvi vários pronunciamentos de Deputados falando a respeito deste caso do Pará no plenário, onde demonstravam a ausência do Estado. Então, todos os lados, sejam os movimentos sociais, os trabalhadores e os próprios produtores rurais, todos se queixam disso. Realmente, aqueles que foram chamados para aquela região há 30, 40 anos, quando da abertura da Belém Brasília, que tiveram um sonho e, hoje, estão lá estabelecidos, produzindo, realmente vivem nessa área de tensão, de conflito. Por isso, é extremamente salutar o trabalho desta CPI, pois teremos muito mais trabalho a partir desse episódio. Quero dizer que este é o ponto principal, a ausência do Estado, seja dos Poderes, e o pessoal se queixa muito da questão do Incra especificamente, porque esse pessoal está há 20, 30 anos na terra e nunca teve titulação. Certamente, outros Estados dessas novas fronteiras agrícolas, seja Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins ou Goiás, Senador Jonas Pinheiro, têm também problema semelhante. E, aqui, este assunto se tornou mais agudo.

Então, por isso, é extremamente importante a continuidade desta Comissão. Ninguém é favorável à violência, sejamos a favor dos proprietários ou contra, contra os trabalhadores, contra os movimentos sociais, mas temos outros meios para resolver esta questão. Agora, de uma vez por todas, é importante que esta CPI aponte os rumos para que os Ministérios envolvidos nessas questões, seja Desenvolvimento Agrário, seja Agricultura, seja Justiça, enfim, possam dar a devida atenção a esses casos e seguir os alertas que a sociedade vem fazendo justamente pela ausência do Estado, que vimos mais uma vez caracterizado, principalmente neste caso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para concluir a questão do roteiro proposto pelo Deputado João Alfredo, que foi aprovado evidentemente por consenso, e, naturalmente, fica a possibilidade de adequação das datas, em função dos fatos que, eventualmente, possam surgir, há também a possibilidade de unirmos duas reuniões, a questão da violência, justiça impunidade, que está também ligada ao STJ, são reuniões que podem ser efetivadas por uma questão de economia de tempo, numa mesma oportunidade, as reuniões do dia 17 de março e de 12 de maio. Mas isso fica a critério depois do acerto da agenda com o Relator. Nessas viagens, como é o caso do Pará,

por exemplo, onde a Comissão já esteve, podemos, se houver necessidade, designar uma Subcomissão desta Comissão, para acompanhar a Comissão Maior que foi designada pelo Presidente do Senado Federal. Creio que esse assunto está posto de forma razoável e podemos encerrá-lo.

Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro e depois o Deputado Rodolfo Pereira.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Deputados, tinha três observações a fazer, a primeira era essa a que o Deputado Jamil já se referiu.

A Senadora Ana Júlia parece estabelecer, pela sua palavra, que todos os fazendeiros são grileiros. E não é verdade. Grileiro é grileiro, fazendeiro é fazendeiro. Fazendeiro é aquele que tem domínio e registro de sua propriedade e a faz produzir, e também cumpre as funções sociais de uma propriedade. Isso é o fazendeiro que deve estar bem longe dessa terminologia de grileiro que está a busca de terra a toda força. Quero parabenizar os Deputados José Geraldo e Jamil Murad que definiram muito bem esse assunto.

Segundo, estive semana passada no Incra com um grupo de sem-terra, seja ligado à Fetagri, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Mato Grosso, ou MST e até a divergentes do MST, mas de movimentos sociais também. E ali houve uma discussão de quem era a culpa de eles estarem à margem de rodovias há dois, três anos. A culpa, evidentemente, é do Poder Público. Portanto, é bom que o Poder Público hoje esteja bem alerta e se interessado mais pelo assunto, infelizmente só após a morte de uma religiosa. E tantos e tantos outros brasileiros que tiveram o mesmo destino e o Poder Público não cumpriu eficientemente a sua devida função. Não só agora nos dois anos do Lula, mas nas dezenas de anos de Governos anteriores.

Sr. Presidente, fala-se muito na lei. Aqui vem a minha grande dúvida. Em maio de 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso emitiu uma Medida Provisória que já recebeu muitos números. Ela trata de uma reforma no Código Florestal. Essa Medida Provisória está ainda aí, Sr. Presidente, e dela provém a culpa de muitos problemas que estamos vivendo nesse instante. Ninguém sabe no Brasil inteiro o que é ilegal ou legal em certos aspectos em se tratando desse Código.

Veja só, Sr. Presidente, lá no seu Estado, no Paraná, os pequenos produtores que abriram sua propriedade e o fizeram dentro de uma lei, ou às vezes antes de 1995 nem tinha lei, desbravaram a sua propriedade à margem do rio, depois veio o Código Florestal que estabelecia um limite de até onde ele poderia abrir a sua propriedade. Não importa quantos metros, porque depende da largura e do volume desse rio.

Essa Medida Provisória vai completar nove anos. Portanto, não poderia ser uma medida provisória, não tem os pressupostos de uma Medida Provisória. Se é um assunto relevante não é urgente, porque, senão, não estaria ainda emperrado durante nove anos.

Edita-se essa Medida Provisória que diz "não, o aproveitamento na propriedade tem de ser trinta metros à margem do rio". Ora, e aqueles que já o fizeram até cinco metros, que era a lei? Dizem: "Não, agora, tem de ser trinta". Como se, naqueles trinta metros, às vezes, está a casa ou o aviário ou a pequena indústria do produtor? Por falta de definição dessa Medida Provisória, o Ministério Público está pedindo para retirar esses produtores da margem daquele rio. Como podemos aprovar uma lei aqui, Sr. Presidente, para retroagir, prejudicando aqueles que estavam dentro da lei?

Na Amazônia, isso não é diferente. Quando o proprietário foi para aquela região, ele sabia que tinha direito de desmatar 50% da sua propriedade. Ele desmatou 50% dessa propriedade. Agora, essa Medida Provisória estabelece que, agora, a reserva legal é de 80%.

O Ibama – não só agora, pois também no Governo Fernando Henrique Cardoso – estabelece que quem desmatou os 50% tem de repor os 30%. Meu Deus do céu, será que vamos ter coragem de aprovar um projeto desses para aqueles que estavam dentro da lei?

Então, Sr. Presidente, para estabelecermos o que é ou não legal, em termos do Código Florestal, precisamos aprovar aquela Medida Provisória. Sem a sua aprovação, ficamos sem saber se ela, que tem força de lei até a sua aprovação, está valendo ou se vale a lei sob a qual o produtor exerceu a sua prerrogativa.

Por isso, Sr. Presidente, apelo a V. Exª, como Presidente desta CPMI, para tratar também desse assunto, porque deste assunto está resultando muita confusão no Brasil todo e não somente na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência designa V. Exª para tratar, em nome desta CPMI, com os Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, para a agilização da votação dessa Medida Provisória, justamente porque V. Exª considera muito importante, principalmente no momento em que estamos vivendo.

Há uma solicitação da palavra pela ordem do Deputado Rodolfo Pereira. Concedo a palavra a V. Exª

O SR. RODOLFO PEREIRA (PDT – RR) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srªs e Srs. Parlamentares, tenho analisado com uma certa – eu pode-

ria até dizer assim – maturidade a questão do conflito na Amazônia.

Há algo que tem chamado atenção: o comportamento com que as autoridades e as instituições se põem diante das resoluções que devem ser tomadas em momento de conflito.

Temos de ter um cuidado especial na nossa CPMI para que não repitamos os erros dos conflitos e das tragédias, como Eldorado de Carajás e tantos outros subseqüentes a eles, como a tragédia em Rondônia. Quase todas as instituições, inclusive o Governo Federal, colocam-se como delegado em lugar de tentar buscar uma fórmula de criar uma alternativa dentro de políticas públicas que, definitivamente, resolva esses conflitos.

Então, estamos mais ou menos nessa situação. O que temos hoje? Temos o Brasil inteiro - Polícia Federal com 200 homens, Exército com dois mil homens, toda a Polícia Civil do Pará e toda a Polícia Militar do Pará – para prender quatro homens. Estamos colocando um exército inteiro para prender quatro homens: dois matadores, um atravessador e um que se diz fazendeiro ou, em outra hora, grileiro, mas que, na verdade, é um cidadão de poucas posses, que vive naquela fronteira. Ele deve ser preso e o crime deve ser esclarecido, para saber de onde vem o fundamento dessas questões. Quem era esse cidadão? Quem era esse pistoleiro? Ele não nasceu pistoleiro, deve ter nascido agricultor familiar porque é pobre, é um plantador de sementes.

Essa parte deve ser rediscutida com seriedade dentro do Governo, porque de novo vamos passar por esse processo, vamos condenar quatro pessoas e devem ser envolvidas mais algumas com as investigações, podendo-se chegar a mais dez pessoas. Mas isso não resolve a questão dos conflitos fundiários dentro do nosso País, tampouco da Amazônia, que é muito mais complexo.

Vejam os Srs. que com todo esse aparato militar naquela região, ainda assim, no dia seguinte havia mais um agricultor morto; no outro dia, havia mais um agricultor morto; com mais dois dias, havia dois fazendeiros – passou para o outro lado a morte. E teremos tremendas dificuldades em dizer que atravessou as outras mortes, quem matou, qual quadrilha comandou. Por quê? Porque estamos trabalhando como delegados de Polícia, trabalhando exclusivamente em um caso, quando a questão é generalizada.

Ao mesmo tempo da ação no Pará, estão ocorrendo mortes em outros lugares. Então, estamos vivendo uma desarmonia no campo, exatamente como falou o Senador, não há uma lei, um ordenamento dentro das portarias, das Medidas Provisórias, de tudo o que envolve essa questão de regularizar a questão fundiária.

Ela é muito maior do que se imagina. Aqui no Relatório não estão o Estado de Roraima, o Estado do Amapá nem o de Rondônia. Vou dizer uma coisa: um dos grandes grileiros da questão do Amazonas é o Roraima, o meu Estado. nós não temos área. O nosso Estado é um posseiro na área da União. Estamos movendo uma Ação de Conflito Federativo contra o Governo Federal. Ela saiu do colono, do médio, do grande posseiro para ser uma Unidade Federativa. O Estado de Roraima está com uma Ação de Conflito Federativo contra o Governo Federal para reaver as suas terras. Não temos terras, somos posseiros até do Palácio do Governo.

Se nós perdermos essa ação do Supremo, teremos de ser rebeldes à questão do Supremo e ao Governo. Seremos, então, grileiros, e o nosso Exército é menor do que o Exército brasileiro. Teremos tremenda dificuldade para combater isso.

Estou apenas mostrando que não há uma regulamentação nas questões, e o Governo Federal tem abocanhado as terras em poder da União e deixando os Estados sem poder desenvolver uma política agrícola fundiária. O Pará está sendo algumas vezes acusado de ser o culpado, o próprio Governo do Pará. Aquela terra era do Governo Federal. A Reserva de Roosevelt era do Governo Federal, Raposa Serra do Sol é do Governo Federal. É preciso que crie uma Justiça Agrária ou então uma outra forma de regulamentar essas terras, para que se possa fazer uma reforma agrária justa e legal. Do contrário, teremos conflitos e eles se acirrarão, porque nesse momento estão começando a sair as reintegrações de posse do que foi implantado há dois anos nos Estados Mato Grosso, São Paulo, Roraima. E sempre que houver uma reintegração de posse, certamente, haverá óbito, como houve há em Goiânia.

É preciso que a CPMI se coloque em uma posição de uma CPMI, que investigue os casos, mas que busque uma solução, porque o Legislativo também é responsável por criar leis que o Judiciário possa caminhar em trilhos melhores. Do contrário, vamos passar por esse processo de não solução de conflitos de terra em nosso Estado, Sr. Presidente.

Falo, alongando-me um pouco. Mas é um assunto que me angustia. É verdade, cada vez que morre um, há uma grande fanfarra em cima daquele corpo. Mas, na verdade – e isso de todos os políticos, tanto de esquerda e direita. Todos querem ir para a mídia -, os conflitos federativos, conflitos fundiários na Amazônia são graves e se deixar a Amazônia esterilizada dentro Medidas Provisórias – e peço a paciência de

V. Exª, Sr. Presidente -, vamos fechar uma Amazônia com 21 milhões de brasileiros pobres, com mão-de-obra desqualificada.

Será, então, extremamente fácil para o narcotráfico e para as guerrilhas entrarem na Amazônia, como ocorre na Amazônia dos países vizinhos. Aí, Sr. Presidente, se não tivermos a possibilidade ou perspectiva de dar qualidade de vida realmente melhor para o homem do campo da Amazônia, o narcotráfico dará.

Esses dois mil soldados, esses 200 policiais federais, com todo o Exército do Pará, não terão condições de encarar o narcotráfico na Amazônia, porque estamos há vários dias para prender quatro homens pobres que fugiram a pé e deixaram a arma do crime. Não é uma organização especializada. Quero chamar a atenção do Brasil para esta CPMI para que todos possam começar a trabalhar a questão fundiária da Amazônia e do Brasil, saindo da função de apenas delegado de política para buscar políticas públicas que resolvem as nossas questões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Deputado.

Peço ao Deputado José Geraldo que aguarde a vez do Deputado Adão Pretto, que havia solicitado a palavra antes. Peço aos colegas que sejam breves para que possamos concluir a reunião.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Falarei de duas questões. Em primeiro lugar, gostaria que V. Exª reforçasse o pedido que nós fizemos. V. Exª já fez um encaminhamento para que a Polícia Federal nos informe quais são as empresas rurais que estão atuando no Brasil. Falo das empresas de segurança. Quais são elas? Foi feito um pedido, V. Exª já o encaminhou, mas não nos responderam. Gostaria que V. Exª reforçasse esse pedido..

A outra questão, rapidamente, é a seguinte. Concordamos com a Comissão que vai ser formada na CPMI para ir ao Pará, desde que não haja reunião no mesmo dia. Que a CPMI não desenvolva duas reuniões no mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exatamente.

Concedo a palavra ao Deputado José Geraldo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, chamo a atenção do nobre Colega de Roraima. Em sua fala, S. Exª disse que há uma grande fanfarra em cima daquele corpo. Quero contestar. O Deputado não contextualizou a ação do Governo Federal para o Estado do Pará. O Deputado não contextualizou a situação do oeste do Pará. Disse que naqueles mesmos dias houve outras mortes. O Estado do Pará é campeão em mortes, em trabalho escravo, em crimes. Recentemente, não faz muito tempo, tivemos uma chacina em São Félix do Xingu. Agora, houve um enfrentamento da pistolagem e da grilagem contra o Estado, que já está agindo. Pela primeira vez o Governo Federal tomou a decisão de começar o ordenamento fundiário naquela região, que é a bola da vez. A região oeste do Pará significa 52% do território paraense. É a região mais rica em florestas do mundo. Na medida em que o sul do Pará foi derrubado, que a floresta acabou, as indústrias madeireiras estão se transferindo para aquela região, uma frente do Mato Grosso, em função do asfaltamento da Cuiabá/Santarém. A idéia é exportar a soja por Itaituba/Santarém. Há também a notícia da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, o Tramoeste, que levou a energia de Tucuruí até Itaituba/Santarém percorrendo aproximadamente mil quilômetros de rodovias. Tudo isso tem incentivado a cobiça por aquela região.

O Governo Federal, nesses 33 anos, não enfrentou a legalização daquela região. Para V. Exª ter uma idéia, a Cuiabá/Santarém – só no trecho do Pará, da divisa de Mato Grosso até Itaituba, tem aproximadamente 700 km – não possui uma propriedade com documentos. Falo das grandes, médias e pequenas, com exceção de um ou dois assentamentos que foram criados recentemente pelo Incra. O Governo do Estado já se mostrou impotente para avançar nesse ordenamento fundiário. Nessas áreas da Terra do Meio e da Verde para Sempre, houve um acordo. Tanto é que, nesta última, praticamente 100% das terras não são federais, são estaduais, e quem decretou foi o Governo Federal. A Terra do Meio, que fica no Município de Altamira, dá duas vezes o tamanho da Suíça, e só o Cecílio Rego de Almeida se diz dono de 5 milhões e 400 mil hectares; portanto, sozinho, quer ser dono de toda a área, expulsando os ribeirinhos do Rio Xingu e do Rio Iriri. E agora o Deputado vem aqui dizer que está havendo uma fanfarra em cima daquele corpo. Peço a V. Exª que, na minha avaliação, retire essa colocação, porque não é isso que está acontecendo. O Exército que está indo para o Estado do Pará, não está só indo a Anapu, está indo uma base para São Félix do Xingu, que é numa outra região, para Paraopebas, para Marabá e para outras regiões.

O Governo Federal resolveu enfrentar a situação do latifúndio criminoso, da pistolagem, que mata todo o mundo: mata advogado, mata deputado, mata sindicalista, mata posseiro, mata religioso. Naquela região, dizem assim: “Aqui não entra nem Polícia Federal nem Ibama nem Incra! Quem manda aqui é nós!” Porque estão fortemente armados! O Município de Altamira tem um cidadão que demarcou 60 mil

hectares de floresta da União, fez uma estrada, uma picada em volta, paga pessoas que estão fortemente armadas para não deixar ninguém passar ali. E uma vez por mês ele sobrevoa toda a região para verificar se não há alguma coisa acontecendo em suas terras. Ninguém entra lá!

Diante dessa situação, o Governo está entrando, já tinha entrado, e já decretou as reservas! E o que aconteceu lá foi exatamente um enfrentamento a partir da insatisfação. Então não posso concordar que o nobre colega Deputado de Roraima venha aqui dizer que o Governo está fazendo uma fanfarra em cima daquele corpo. O Governo está tomando uma decisão exatamente para levar a paz, o desenvolvimento sustentável para as pequenas, as médias e as grandes propriedades que se queiram organizar, inclusive para receber recursos do BNDES, do Banco da Amazônia e do Banco do Brasil, para fazer atividade madeireira, atividade agropecuária e diversas atividades.

Sabemos que naquela região há pequenas serrarias que estão lá há 20 anos trabalhando e que não são criminosas, são homens de bem que querem trabalhar na legalidade. E é essa legalidade que o Governo Lula está propondo. Passaram 30 anos e nada se propôs, porque lá tudo era na base da pistolagem. O Ibama chegava lá, e quem dava mais aprovava o plano de manejo. Havia plano de manejo lá que custava R$60.0000,00 (sessenta mil reais), R$70.000,00 (setenta mil reais), em 3 mil hectares de terra. Existem muitos funcionários públicos federais, fazendeiros ricos que não têm como explicar os seus bens naquela região!

Eu só gostaria de fazer essa observação, porque, como conhecedor daquela região, conhecedor da intenção do governo de fazer aquela atividade florestal funcionar, digo que pode até paralisar alguns meses, mas ela vai funcionar de forma legal, e as atividades agropecuárias também. Agora, não se pode é continuar com aquelas pessoas que querem estar acima da lei, acima do Estado e quem tentar divergir e defender uma idéia diferente ser morto pela pistolagem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência pede para concluir a reunião.

O SR. RODOLFO PEREIRA (PDT – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Rodolfo Pereira.

O SR. RODOLFO PEREIRA (PDT – RR) – Não falei que o Governo estava fazendo fanfarra. Acho que o Deputado não ouviu direito. Falei em fanfarra, mas, posso até retirar a palavra "fanfarra", foi mal empregada – Sr. Presidente. Mas, quero dizer que os Governos e todas as ações feitas neste País, quando há uma chacina, elas são medidas de demanda. E quando digo, estou falando a verdade recente. E ouvi os mesmos discursos inflamados na questão de Roosevelt. E hoje já é um fato verdadeiro, há novos garimpeiros dentro de Roosevelt. E nós nem sequer esquecemos desse conflito, Sr. Presidente.

Então, está sendo trabalhado, e corre o risco de estar sendo trabalhado, porque não tem uma lei que regulamente essas questões fundiárias. Não existe essa lei, no Brasil. E, para confirmar o que estou dizendo, Deputado José Geraldo, temos trabalhado em demanda, e Roosevelt é a prova do que estamos dizendo. Não houve criminosos, não houve presos, não resolveu o problema de Roosevelt e ainda continuam as mesmas questões.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Gostaria de encerrar agora. Esse debate vai prosseguir nos trabalhos da CPMI, em outras oportunidades. Também não vejo razão para se retirar nenhuma expressão, porque ambos se manifestaram de forma respeitosa e democraticamente. Temos que compreender a postura de cada membro desta CPMI.

Relativamente à viagem à Goiânia, com o Relator, entendemos que o dia 3 é mais adequado do que o dia 2. Dia 2 é uma quarta-feira e sempre temos votações importantes, tanto na Câmara como no Senado. Então, estamos determinando que no dia 3 se fará essa viagem à Goiânia e pedimos à Secretaria que tome as providências necessárias para verificar quais os Parlamentares que se dispõem a realizar essa incursão até Goiás.

De outro lado, temos três Atas que não foram ainda deliberadas, das últimas reuniões: Ata da 18ª Reunião, da 17ª Reunião e da 16ª Reunião.

Consulto se os Srs. Parlamentares concordam com a aprovação dessas Atas, já que elas retratam única e exclusivamente as notas taquigráficas. Não há absolutamente nada diferente do que está nas notas taquigráficas.

Então eu os consulto para a deliberação dessas Atas.

Se concordarem, declararemos aprovadas.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, estamos com quórum muito baixo para votarmos.

Não podemos concordar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se não há concordância dos membros da CPMI, não colocaremos em votação a deliberação das Atas das reuniões anteriores. Obviamente, pelo Regimento, só poderíamos considerar essas Atas aprovadas, se houvesse unanimidade.

Portanto, já que o Deputado não concordou, deliberaremos sobre as Atas na próxima reunião.

Desta forma, agradecemos a presença de todos. Esta reunião foi produtiva; aprovamos providências importantes.

Declaro encerrada a presente reunião, marcando a próxima reunião para a cidade de Goiânia, no próximo dia 3.

(Levanta-se a reunião às 12 horas e 1 minuto.)

Ata da 20ª Reunião realizada em 3 de março de 2005 – Audiência Pública em Goiânia/GO

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e onze minutos, no Auditório da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senhores Parlamentares Sibá Machado, João Alfredo, Jamil Murad, Onyx Lorenzoni e Dr. Rodolfo Pereira, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".*** Presente também a Deputada Federal Neyde Aparecida, o Deputado Estadual Mauro Rubem, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, a Deputada Estadual Isaura Lemos, Presidente da Comissão de Reforma Agrária e Habitação da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, o Dr. Jorge Hereda, Secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades – Representante do Ministro Olívio Dutra, Dr. Ademir Menezes, Secretário Estadual das Cidades, Dr. Marconi Pimenteira, Procurador-Geral de Justiça do Município-Representante do Prefeito Municipal e o Vereador Marcelo Beraldo, Presidente da Comissão de Habitação da Câmara de Vereadores de Goiânia. O Senhor Senador Alvaro Dias, Presidente da Comissão, pede para registrar a presença da Senadora Íris de Araújo. O Senhor Presidente Senador Alvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir as autoridades locais. Após, a Presidência concede a palavra ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, Deputado Samuel Almeida que agradeceu a presença da CPMI no Estado de Goiás. A seguir, a Presidência concede inicialmente a palavra ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Dr. Jônathas da Silva. Feita a explanação do convidado, o mesmo foi inquirido inicialmente pelo Relator Deputado João Alfredo e, após, pelos seguintes parlamentares Siba Machado, Onyx Lorenzoni, Jamil Murad, Dr. Rodolfo Pereira e Neyde Aparecida. Durante a exposição do Dr. Jônathas foi exibido aos presentes um filme que mostrava as Operações "Inquietação e Triunfo", sobre os acontecimentos levados a efeito durante a desapropriação do Parque Industrial Oeste, em Goiânia. O Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias, comunica que atendendo à solicitação do Governador do Estado de Goiás, designa a Deputada Neyde Aparecida para acompanhar os trabalhos de investigação e conclusão do inquérito referente à Operação Triunfo, quando da reintegração de posse da área do Parque Oeste Industrial, em Goiânia/Go. Prosseguindo, a Presidência concede a palavra ao Sr. Américo Rodrigues, Representante da Ocupação Sonho Real, que foi questionado pelos seguintes Parlamentares Relator João Alfredo, Siba Machado, Onyx Lorenzoni e Neyde Aparecida. O Senhor Presidente solicita a Secretaria da CPMI providencias no sentido de requisitar junto ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, cópias dos laudos realizados pelo IML dos cadáveres de Wagner Moreira e Pedro Nascimento da Silva, bem como os Laudos de Balística. Em seguida, concede a palavra à Dra. Laura Maria Ferreira Bueno, Procuradora Geral de Justiça, que foi questionada pelos seguintes Parlamentares João Alfredo, Relator da Comissão, Siba Machado, Jamil Murad, Dr. Rodolfo Pereira e Onyx Lorenzoni. Após, o Senador Alvaro Dias agradece a Dra. Laura pela brilhante e corajosa exposição. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao último expositor o Sr. Frei Marcos Sassatelli, Representante de Arquidiocese de Goiânia. Tendo que se ausentar dos trabalhos da mesa, O Senador Alvaro Dias convida o Senador Siba Machado para assumir a Presidência. Dando continuidade, o Senador Siba Machado, no exercício da Presidência passa a palavra ao Relator Deputado João Alfredo para questionar ao convidado. Ao final, O Deputado Estadual Mauro Rubem, o Vereador Marcelo Beraldo e a Deputada Estadual Isaura Lemos fizeram entrega de Documentos aos Membros da CPMI. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

(Manifestações dos presentes)

O SR. MAURO RUBEM (PT – GO) – Atenção! Aqui é o Deputado Estadual Mauro Rubem.

Por favor, silêncio! Silêncio, por favor!

Companheiros, aqui está a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por diversos Senadores e Deputados federais.

Em nome da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e da Comissão...

Pessoal, peço um pouco de silêncio. Todos aqui sabem que o som é insuficiente para o ambiente.

Como eu dizia, em nome da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e da Comissão de Habitação e Reforma Agrária da Câmara de Vereadores, gostaríamos de anunciar a presença do Senador Alvaro Dias, representante do Paraná e Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que trata dos conflitos de terra.

Também está presente o Deputado Federal João Alfredo, Relator da CPMI, assim como o Senador Maguito Vilela, o Senador Sibá Machado, o Deputado Federal Jamil Murad, o Deputado Federal Onix Lorenzoni, a Deputada Federal Neyde Aparecida e os Parlamentares de Goiás, Deputado Chico Abreu, Vereador Maurício Beraldo, Vereador Elias Vaz, Vereadora Cidinha e Deputada Estadual Isaura Lemos.

Está presente o Secretário Estadual das Cidades, Sr. Ademir Menezes; o Secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Jorge Hereda, e diversos representantes, como o Vidal e pessoas de outros movimentos.

Gostaríamos de passar a palavra a um representante da ocupação, o Sr. Américo, para que faça um rápido relato para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Quanto à nossa programação, não teremos muito tempo. Naturalmente, daqui a pouco, o Presidente da Comissão e o Relator poderão passar os informes.

A Comissão tem uma agenda intensa a cumprir. A partir das 13 horas e 30 minutos os membros da CPMI estarão na Assembléia Legislativa e acabamos de visitar a área onde ficava o Parque Oeste Industrial.

Companheiros, passarei a palavra para o Sr. Américo e, em seguida, para a Presidência e para a Relatoria da Comissão.

O SR. AMÉRICO – Companheiros, primeiramente, agradeço ao Deputado Mauro Rubens, que está promovendo, junto com os demais, esta reunião da CPMI. Esperamos que os Senadores e Deputados presentes, que vieram de longe, façam cumprir a justiça em Goiânia, em nome de todos os pais e mães de família, de crianças e de idosos aqui presentes, que, ao contrário do que a imprensa vinha dizendo há tempo – que eram ricos, que eram marginais, que eram malandros –, como vocês estão vendo, são pessoas decentes que apenas lutam pelo direito à moradia, contrariando toda a imprensa, que vem marginalizando este movimento social que surgiu sem nenhuma organização, mas que, graças a Deus, está tomando corpo e crescendo, para que, assim, possa, de fato, aumentar a oferta de moradias em Goiânia, em Goiás, o que há muito tempo não acontece. É por isso que o povo está deste jeito aqui.

Esperamos que nesta Comissão se faça justiça, uma vez que aquela área, Senadores e Deputados componentes da CPMI, está abandonada desde 1957, sem recolhimento de impostos aos cofres públicos municipais, conseguindo perdões fiscais e também negociatas, muitas vezes, dentro dos gabinetes. Agora, serão completados mais cinco anos sem pagamento de impostos.

Aquela área servia para desova de cadáveres e desmanche de veículos. Encontramos cerca de trinta placas de carros desmanchados dentro da ocupação, quando começamos a construir nossas casas. Serve também para latrocínio e refugiados da polícia, que se escondiam lá dentro. Aquela mata tinha 89 hectares de área, dentro de Goiânia, sem cumprir a função social da terra, sem gerar impostos, emprego, educação e moradia. Enquanto isso, em Goiânia, o povo padecia sem casa própria.

Pedimos justiça. E, para que se faça justiça pelo sangue que foi derramado de pais de família e pessoas inocentes, faço um pedindo aqui, diante da população de Sonho Real: desapropriem aquela área para o fim social. (Palmas.)

Também para que se faça justiça, Senadores, Deputados e autoridades presentes, diante da população goiana, carente de moradia, federalizem o caso, uma vez que, em Goiânia, tanto a Polícia Militar, como a Polícia Civil estavam envolvidas naquele processo. E não temos confiabilidade para elucidar aqueles casos de homicídios, violência, total marginalização dessas famílias. Federalização para que a Polícia Federal venha investigar os casos em Goiânia (palmas), a fim de que mostrem para todo o Brasil que o que aconteceu aqui não foi uma desocupação, mas uma tragédia. Aquela ação da Polícia Militar, chamada de Triunfo, foi um desastre, e sabemos disso.

Apelamos, mais uma vez. Já estivemos com o Ministro da Justiça, com o Secretário Especial dos Direitos Humanos e, agora, com a CPMI. Fazemos um apelo diante de todos: federalizem as investigações e encontrem os responsáveis pelas mortes e pela covardia que fizeram com essas famílias lá dentro. (Palmas.) É o apelo que fazemos.

Para não me prolongar muito, na oportunidade, estaremos na Assembléia, diante da CPMI, onde também prestarei meu depoimento em nome dessas famílias. Estamos muito felizes e já estamos um pouco mais aliviados com a participação desta CPMI, de autoridades isentas que vêm de Brasília e que estão querendo realmente elucidar esse caso. Pedimos apenas justiça para o que aconteceu lá dentro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MAURO RUBEM (PT – GO) – Pessoal, lembro-lhes de que nossa programação é muito extensa. Como disse o Américo, serão ouvidas oito pessoas na Assembléia Legislativa. Há ônibus para as pessoas irem para lá, onde continuaremos os depoimentos.

Em seguida, ouviremos a mãe do Vagner e a mulher do Pedro. A CPMI terá contato com elas. Por isso, daqui a pouco, iremos a uma igreja próxima para que elas sejam ouvidas tranqüilamente.

Passo a palavra ao Relator da CPMI, Deputado Federal do Estado do Ceará, João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Estamos aqui, em Goiânia, em virtude da solicitação do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia, nosso companheiro Deputado Mauro Rubens, juntamente com a Comissão de Habitação e Reforma Agrária, articulado com a Deputada Neyde e o Senador Maguito Vilela

Fazemos parte de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que reúne Deputados e Senadores, e temos o prazo de até o mês de junho para elaborar o relatório sobre a situação fundiária do Brasil, tanto no campo, como na cidade, e esse caso aqui de Goiânia chamou a atenção de todo o Brasil pela violência como aconteceu, pelas mortes, infelizmente, que ocorreram. E nós aqui, em primeiro lugar, gostaríamos de trazer nossa solidariedade a vocês, pelo sofrimento que passaram no despejo, pelo sofrimento que estão passando agora... (Palmas) ... nessas condições. Nós vimos lá no terreno as condições em que se encontram as casas de vocês, onde pessoas que não tem nada a ver estão, inclusive, retirando, com autorização do proprietário, o material que, com certeza, com muita dificuldade... (Palmas) ... vocês devem ter conseguido comprar para conseguir a sua moradia.

Essa é uma luta justa, a luta pela moradia. Está presente aqui nosso companheiro Jorge Fontes Hereda, do Ministério das Cidades. Nós queremos aqui, junto com as autoridades federais, com as autoridades do Governo do Estado – logo mais estaremos com o Governador – e com as autoridades municipais, encontrar uma solução para o problema de vocês. Pensamos que nenhum órgão da Federação pode se omitir quanto a essa questão. Todos são responsáveis: Governo Federal, Governo Estadual e Governo Municipal. E queremos encontrar uma solução para esse problema, mas também queremos, a partir de Goiânia, analisar como se encontra a realidade urbana no Brasil. Porque não são só vocês que são sem-teto neste País; há milhões de famílias que não têm onde morar. Em nosso relatório, que vamos apresentar ao Presidente e à Comissão, queremos apresentar soluções para essa problemática da moradia.

Não quero me estender muito, porque, na verdade, a CPMI veio mais ouvir, sentir, ver o que está acontecendo. Vamos ouvir agora os familiares dos mortos. Estaremos com o Governador e queremos instá-lo que tome uma atitude com relação a isso. Sabemos que pode estar próxima a solução se o Governo Federal, o Governo Estadual e o Governo Municipal se unirem para resolver. E à tarde estaremos na audiência pública não só para ouvir os relatos, apresentar sugestões e ouvir sugestões de vocês, mas também para exigir a apuração desses fatos que envergonham não só Goiânia, Goiás, mas o Brasil todo. (Palmas) Não se resolve problema social como caso de polícia. São casos sociais, não casos de polícia. Então, eu queria dizer isso para vocês. Vamos ouvir vocês e vamos trabalhar efetivamente para que essa situação que vocês estão vivendo agora seja uma situação apenas provisória e, quem sabe, vocês possam estar, em pouco tempo, construindo a casa de vocês, que é o sonho de cada um. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. MAURO RUBEM (PT – GO) – Muito obrigado, Deputado Federal João Alfredo. Foi-nos solicitado aqui que passemos a palavra para a Deputada Federal Neyde Aparecida e o Senador Maguito Vilela, o que faremos rapidamente.

Por favor, Deputada.

A SRª NEYDE APARECIDA (PT – GO) – Meus cumprimentos a todos e a todas... (Palmas), às autoridades aqui presentes – Senadores, Deputados, Vereadores, Deputados Estaduais. Nós estamos acompanhando esse lamentável episódio já há algum tempo. Eu digo lamentável porque, como disse o Deputado João Alfredo, caso social não pode ser tratado como caso de polícia. Não podemos admitir que chamem de "operação triunfo", que digam que foi um sucesso uma desocupação, quando nós perdemos vidas, quando várias pessoas ficaram feridas, quando vocês perderam tudo o que tinham e, mais do que isso, perderam a esperança... (Palmas)... de que o problema seja resolvido. Tenho certeza de que se alguém aqui já tivesse uma casa, já tivesse o seu lote, não estaria lá na dificuldade, sendo ameaçado, sendo amedrontado, esperando realmente que pudesse ter um teto. Porque, certamente, ou vocês estavam encostados em

casas de família ou estavam debaixo de barraco ou estavam sendo despejados porque não conseguiam pagar o aluguel.

Queria dizer para vocês que nós acompanhamos uma comissão que esteve no Ministério das Cidades, junto com o Prefeito Íris Resende e junto com vários que aqui estão, pedindo que o Ministério das Cidades também pudesse intervir, para que nós pudéssemos resolver essa questão o mais rápido possível. Não dá para ficar aqui com tantas crianças, tantas pessoas, morando do jeito que nós estamos vendo que vocês estão morando aqui. Nós queremos ajudar para que a solução saia o mais rápido possível e que cada um possa ter a sua casa onde morar, trabalhar e viver com a sua família.

Um grande abraço a vocês, muita força, muita luta! (Palmas.)

O SR. MAURO RUBEM (PT – GO) – Muito obrigado, Deputada Neyde Aparecida, e passamos imediatamente a palavra para breves relatos ao Senador de Goiás, Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Amigos, amigas, conterrâneos, o mundo inteiro, o Brasil inteiro acompanhou este episódio e nós viemos aqui – o brilhante Senador Alvaro Dias, os ilustres deputados federais – para verificar **in loco**. Já estivemos lá onde vocês estavam com suas casas construídas. E estamos aqui para testar quem está aqui no ginásio de esportes. Se são pobres, humildes, crianças, idosos, homens e mulheres ou estão aqui os ricos e poderosos dormindo nos colchões deste ginásio. (Palmas.)

Estamos aqui para investigar, para fazer um trabalho sério e não um trabalho demagógico. Eu já fiz o meu pronunciamento no Senado. E a partir de hoje, até o final do meu mandato, enquanto não resolverem o problema, eu farei um pronunciamento por dia para o Brasil todo ouvir.

Conto, com muita fé, que o Prefeito Íris Resende vai ajudar a resolver este problema de uma vez para vocês. Espero que o Governador do Estado, que o Presidente da República, que o Ministro das Cidades, que todos se empenhem na solução deste problema. Nós não podemos admitir fatos como este que envergonham Goiás, envergonham Brasil, envergonham o mundo. Não interessa, para nós, fazer triunfar os poderosos às custas do sangue dos pobres, dos humildes, dos desvalidos.(Palmas.)

Quero pedir a vocês – e vocês me conhecem, já trabalhamos juntos, quando eu era Governador –: vamos lutar com todas as nossas forças. Não vamos ficar culpando a polícia militar, a polícia civil. Eles são comandados. Eles têm disciplina e hierarquia. Se mandam, eles fazem. Se não mandam, eles não fazem. Então, eles não são culpados. Não vamos culpá-los. Vamos culpar quem dá as ordens.

Agora, vamos procurar construir uma nova realidade onde todos possam ter a sua casa. Se é direito dos ricos ter propriedade, é direito constitucional dos pobres de ter a sua casa. (Palmas.)

Está na Constituição do Brasil que cada pobre tem o direito de ter a sua casa, assim como os ricos têm direito de ter a sua propriedade. Portanto, confiem nesta Comissão presidida pelo Alvaro Dias, relatada pelo Deputado João Alfredo e liderada por muitos outros Deputados e Senadores, Vereadores e líderes. Vamos construir sim. Não vamos deixá-los com esse sofrimento. Chega de sofrimento! Chega de mortes! Vamos resolver o problema de vocês, se Deus quiser. (Palmas.)

O SR. MAURO RUBEM (PT – GO) – Obrigado, Senador Maguito Vilela.

Concederei a palavra ao Senador Alvaro Dias, agradecendo-lhe de público a disposição imediata de vir a Goiânia.

É preciso que todos saibam que se trata do primeiro caso de conflitos urbanos a ser analisado pela CPI da Terra e sobre o qual o Sr. Senador, com muita propriedade, falará para todos nós.

Em nome da Comissão de Goiás, Senador Alvaro Dias, passo-lhe a palavra e agradeço novamente a sua presença e a de todos os membros desta Comissão. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Muito obrigado.

Primeiramente, quero afirmar, em nome de todos os companheiros desta delegação, que não temos o objetivo da exploração política. Seria lamentável se fizéssemos exploração política sobre uma tragédia. Não se explora politicamente a tragédia; não se explora politicamente a pobreza.

Estamos aqui, em primeiro lugar, para cumprir o dever de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, mas também queremos prestar a solidariedade do Congresso Nacional às vítimas das injustiças sociais que aqui se concentram, num retrato do que é a crise social em nosso País.

Esse caso não é diferente daqueles de tantas localidades brasileiras. Os grandes centros urbanos abrigam bolsões de pobreza, que retratam a injustiça social e provocam a indignação popular. Os bolsões de pobreza nos centros urbanizados acabam expulsando trabalhadores desempregados, que se juntam àqueles da área rural também sem emprego e fazem crescer o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Esse é um desafio da sociedade brasileira e não desta CPI, que tem apenas a responsabilidade de in-

vestigar e apresentar o diagnóstico, mostrando a realidade dura às autoridades brasileiras.

O poder nacional não tem tido a competência para solucionar sobretudo o problema da moradia no Brasil. E o sonho da casa própria, que é esse pesadelo, que às vezes acaba em tragédia, como ocorreu aqui em Goiânia, deve ser eliminado da vida nacional por meio de uma política habitacional competente. (Palmas.)

O déficit de moradia no Brasil não é responsabilidade deste ou daquele Governo; o déficit é histórico, é responsabilidade do Poder Público. Precisamos encarar esse dever e tentar oferecer alternativas que possam minimizar o drama vivido por milhares de trabalhadores sem teto no nosso País.

Estamos aqui para sentir de perto as dificuldades, verificar o sofrimento e conhecer o drama vivenciado por aqueles que não têm onde morar. Não há dúvida para todos que aqui viemos que o direito ao emprego e à moradia deve ser consagrado pelo Poder Público. Esse é um direito do cidadão e deveres da autoridade política que se constituem no País. (Palmas.)

Nós também viemos exigir justiça. (Palmas)

Se houve exageros, se exageros aconteceram, se a violência retrata a ilegalidade dos procedimentos, que se investiguem, que se julguem e que se punam exemplarmente os responsáveis. (Palmas) Mas, certamente, aqueles que são os injustiçados maiores, que sofrem e choram a perda de dois companheiros, esses que já são tão injustiçados certamente não desejarão que ninguém seja também vítima de injustiça em um julgamento precipitado, prematuro, incorreto, injusto e desonesto que possa ocorrer num caso como este. (Palmas) Que a justiça se faça e que os procedimentos sejam levados a efeito com a competência necessária que a sociedade exige.

Esta CPMI, relatada brilhantemente pelo Deputado João Alfredo, conta hoje com a presença de Lideranças de Goiás, como o Senador Maguito Vilela; o Secretário das Cidades, o Sr. Menezes, que aqui representa o Governador; o Vice-Presidente da nossa Comissão, Ônix Lorenzoni; e todos os Parlamentares.

Viemos para dizer que vamos acompanhar de perto as providências dos Poderes Executivo e Judiciário. Vamos acompanhar de perto o cumprimento do acordo celebrado entre o Governos Federal, Estadual e Municipal, para desejar uma solução a mais rápida possível. Não viemos fazer promessas. Não nos cabe prometer. Não viemos gerar falsa expectativa. Não viemos subestimar a inteligência das pessoas humildes que aqui se encontram. (Palmas) Viemos, em nome do respeito que devemos e devotamos a todos, exigir que se faça justiça e que se tomem as providências necessárias, reunindo-se todos os Poderes – os Executivos Federal, Estadual e Municipal -, na parte administrativa, para que, o mais rapidamente possível, cada um daqueles que aqui se encontram possa ter seu teto para viver com dignidade. (Palmas)

Queremos, ao final, em nome de todos, manifestar a nossa solidariedade à família vitimada por duas mortes. Eu sei que nada deve machucar mais, na vida daqueles que lutam pela dignidade social, que ver companheiros de luta derrubados pela violência. A violência deve ser combatida em todas as frentes, venha ela de onde vier, porque não se constrói o caminho do futuro, não se constrói o caminho da vida digna se não for por meio da ferramenta política que se chama paz. Queremos a paz. (Palmas) E viemos dizer que os esforços desta CPMI poderão não resultar na solução de todos os problemas, mas certamente haverão de significar uma contribuição importante para que possamos encontrar caminhos de solução.

Muito obrigado pela educação de todos, pelo respeito. (Palmas) Viemos para constatar isso. Aqui estão pobres, humildes, mas dignos que merecem o respeito da autoridade. (Palmas)

O SR. MAURO RUBEM (PT – GO) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. Reiteramos nosso agradecimento pela presença da CPMI que trata dos conflitos de terra e queríamos dizer a todos que estaremos saindo imediatamente para fazer contato, como dissemos anteriormente e registramos, trata-se de um contato reservado e, por isso, pedimos a permanência de todos, inclusive das famílias.

Agradecemos a presença de todos os Parlamentares tais como o Deputado Jamil Murad, o Senador Rodolpho Tourinho, o Deputado Ônix Lorenzoni, o Senador Sibá Machado, o Senador Maguito Vilela, o Senador Alvaro Dias, o Deputado Federal João Alfredo, o Frei Marcos, o Secretário Ademir Menezes, o Deputado Chico Abreu, que tem nos acompanhando todo o tempo, a Deputada Federal por Goiás, Neyde Aparecida, o Vereador Maurício Beraldo, o Vereador Elias Vaz, a Vereadora Cidinha, o representante do Ministério das Cidades, nosso companheiro Jorge e todos os demais aqui presentes.

Muito obrigado, companheiros e companheiras.

Vamos continuar nossa agenda, porque ela está muito cheia hoje.

(Interrupção na gravação)

A SRª MARIA CÉLIA – ...chegaram a atirar nele na frente dos meus dois filhos – um tem doze anos e o outro tem nove. Eles estão sofrendo muito. Acho que eles não deveriam ter feito aquilo com eles não. Foi fora da invasão. Foi em frente ao Garra forte e não pertencia à invasão do Parque Oeste.

Ele não reagiu com eles. Eles pediram para ele tirar a camiseta. Ele ia tirar, então, o outro cara chegou e atirou nele; um policial da PM. O outro chegou, bateu...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Desculpe, mas tive que resolver um problema na entrada. Quem atirou nele?

A SRª MARIA CÉLIA – Um policial da PM.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Como é o nome da senhora?

A SRª MARIA CÉLIA – Maria Célia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Pode continuar.

A SRª MARIA CÉLIA – Então, ele chegou e atirou nele. Ele pediu: "Vai andar".

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Foi no dia?

A SRª MARIA CÉLIA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Na hora do despejo?

A SRª MARIA CÉLIA – Foi. Ele estava chegando naquele momento na minha casa. Então, os policiais começaram a chegar já atirando e a gente correu. E ele todo o tempo junto com a gente.

A gente saiu de dentro da área do Parque Oeste, porque em frente ao Garra Forte não pertence mais à invasão. Então, lá, a gente se entregou, eles vinham trazendo a gente, e ele pediu: "Vamos andando", e a gente falou assim: "Peraí, eu já estou andando"; ele: "Andar o quê?" Aí pegou e atirou nele e ele caiu.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Ele tinha dado voz de prisão a ele?

A SRª MARIA CÉLIA – Não, ele já estava indo, a gente estava andando: eu, meus meninos – está um dos meus filhos aqui – e a gente estava andando. Então, ele pegou e atirou nele; o outro chegou e bateu no rosto dele, tanto que ele não tinha um dente na boca, porque eles quebraram. Bateram muito a cabeça dele no asfalto. Judiaram muito dele. Acho que ele não mereceria fazer aquilo com ele, não.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Já sabe se esse policial que foi responsável por isso continua dentro da polícia, foi punido, foi afastado?

A SRª MARIA CÉLIA – Ele não foi punido ainda não. A gente não está sabendo de nada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Já sabem quem é?

A SRª MARIA CÉLIA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Não sabe. E você o reconheceria se o visse?

A SRª MARIA CÉLIA – Eu acho que não. Eu fiquei muito traumatizada. Ele foi o mesmo que agrediu ela. Ele agrediu ela, saiu de perto dela e foi aonde o meu sobrinho e atirou.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Você sabe mostrar quem é?

A SRª OZÂNIA RIBEIRO – Sei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Você já viu ele por aí depois do que ocorreu?

A SRª ROSEANE RIBEIRO – Fui ameaçada. Eu fui no hospital, o meu filho foi queimado e ele foi no hospital de queimadura atrás de mim, dois policiais e, dentro do 7º DP...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Qual é o seu nome?

A SRª ROSEANE RIBEIRO – Ozânia Ribeiro.

E, dentro da 7º DP, onde fui detida, eles me ameaçaram lá dentro. Que se eu abrisse a boca também, eles iriam fazer alguma coisa comigo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – O policial que matou lhe ameaçou?

A SRª ROSEANE RIBEIRO – Não, outro. Um policial de nome de Amorim, dentro da 7º DP. E próximo deles tinha um tal de Quebra-osso, que é conhecido aqui em Goiânia, estava junto com os policiais que estavam matando. Só pegar que ele também que ele fala quem é.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A senhora ou as senhoras já prestaram depoimento em algum lugar e já repetiram essa mesma história? O registro está feito em inquérito policial?

A SRª ROSEANE RIBEIRO – No Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Você já falou com o Ministério Público, então?

A SRª ROSEANE RIBEIRO – Já.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – A senhora também?

A SRª MARIA CÉLIA – Não. Fui convocada para ir depor hoje.

A SRª ROSEANE RIBEIRO – Mas na Delegacia; não foi no Ministério Público. Na Delegacia. Na 12ª DP, é isso?

A SRª MARIA CÉLIA – Isso.

A SRª ROSEANE RIBEIRO – Ela foi detida

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eles pediram para você identificar o policial?

A SRª MARIA CÉLIA – Pediram. Agora, eu tenho medo de falar, porque a gente está sendo ameaçada, entendeu? Aí eu tenho medo de falar.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sendo ameaçada por quem?

A SRª MARIA CÉLIA – Pelos policiais.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – O pessoal da Comissão de Direitos Humanos tem uma relação das pessoas que estão sendo ameaçadas?

O SR. JESUÍTA FABIO – Tem. De todas as pessoas. E são muitas as ameaçadas. Dos líderes das entidades também, ameaçados. E a polícia local não abriu inquérito para investigar essa violência. Ela está querendo é punir essas pessoas. Então ela vai depor lá, e as pessoas que estão depondo aqui na Polícia Civil estão sendo criminalizadas aqui, inclusive nós, vereadores, também, parlamentares.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Perguntei se estavam sofrendo ameaças, porque existem no Governo Federal dois programas. Tem um programa de proteção a vítimas e testemunhas, e tem um programa de proteção aos agentes de direitos humanos, aos defensores dos direitos humanos. Então, é importante ter esses nomes todos na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Pode começar.

O SR. CLEVERSON DOS REIS CARDOSO – Sou Cleverson dos Reis Cardoso, completei 20 anos dentro do Ginásio Novo Horizonte, e quando estava voltando para minha casinha, no Sonho Real, fui atingido por uma bala também, inclusive esta está alojada aqui ainda. E depois que eles "coisaram" o pessoal todinho lá e nos mandaram sair lá de dentro, ganhei um chute nesse rim aqui do lado esquerdo. E um tentou me bater com o cassetete, mas não acertou. Aí, mais na frente me liberaram. Depois, no dia seguinte, fui lá para o Ministério Público dar o depoimento, e depois do Ministério Público, fui para o IML. E no dia seguinte, depois lá da frente da Prefeitura, fomos lá para o Ministério Público de novo, depois para o IML, e foi quando ficamos sabendo de um corpo que tinha chegado por volta das dez e meia da manhã, que foi encontrado na região próxima de Guapó. Aí eu e mais três rapazes perguntamos se tinha como vermos aquele corpo. Aí eles disseram que não podíamos entrar. E como um deles parece que já tinha trabalhado nesses negócios lá, ele foi lá e conversou com o rapaz, sozinho. E ele falou: "Vão entrar você e mais um." Aí entrei no meio também, e ficamos sendo três. Mas ele disse: "É para entrar só dois." Aí eu falei: "Deixa eu entrar também." E ele falou: "Então entra você também, já que você está mais eles".

Nós entramos e vimos o rapaz lá, ele estava morto com dois tiros no peito, e tinha um sinal assim no rumo da barriga, como se fosse uma bala de borracha – pelo que nós tomamos e pela senhora que foi agredida com tiro de borracha também. E este lado da perna dele aqui estava arranhado como se tivessem arrastado ele.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Quem foi que atirou em você?

O SR. CLEVERSON DOS REIS CARDOSO – Foi um pessoal de uma turma quase do jeito das calças aqui, só que era camuflada. Parece que é GAT, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – É da polícia?

O SR. CLEVERSON DOS REIS CARDOSO – É. É a GAT. Tem uma calça quase desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Onde é que você estava? Estava dentro de casa, estava na rua?

O SR. CLEVERSON DOS REIS CARDOSO – Eu estava na rua, próximo a Pneus Autobom, Pneus Bons, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Tinha algum grupo com você?

O SR. CLEVERSON DOS REIS CARDOSO – Tinha várias pessoas, inclusive meu irmão. Quando fomos saindo, eu também fui pedir por esse outro, aí meu irmão também foi pego pelo meio. E assim que eu ia passando, ia passando uma senhora com uma criança no braço, e eles derrubaram ela no chão e meteram o pé nela. Aí nisso eu já saí correndo mais meu irmão.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Mas isso foi lá no local?

O SR. CLEVERSON DOS REIS CARDOSO – Lá no local, Parque Oeste, no Sonho Real, lá dentro mesmo da ocupação.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Vocês identificaram um corpo lá no IML que era da ocupação? Só para explicar bem isso.

O SR. CLEVERSON DOS REIS CARDOSO – Pelo que nós vimos lá, eu mais esses três rapazes, 90% era um rapaz que sempre convivia lá entre nós lá, que andava numa bicicleta vermelha, boné para trás, boné vermelho, com o cabelo amarrado para trás, passado por dentro daquele negócio. E ele, no IML, nós vimos ele lá, no IML. Estava nu, lá em cima da cama, tinha um brinquinho vermelho, dourado, e cabelo grande; a barba não estava nem muito grande nem muito pequena. Era moreno, alto.

O SR. JESUÍTA FÁBIO – É uma das vítimas.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Esse é uma terceira vítima.

O SR. CLEVERSON DOS REIS CARDOSO – Esse foi encontrado lá perto de Guapó.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Oficialmente, ela não...

O SR. JESUÍTA FÁBIO – Na sexta-feira, esse corpo foi visto no IML. A ação da Polícia foi na quarta,

e isso foi na sexta-feira. Então, deve ter morrido depois. Dizem que o corpo veio de Guapó.

Temos relatos de que, na noite de quarta para quinta, saíam carros do IML, quer dizer, de dentro da rua das Magnólias, que é a entrada principal, pelo lado direito, no sentido Guapó, e o IML fica do lado esquerdo, no sentido do centro da cidade. Há relatos de pessoas que ficaram por ali, no cemitério, que viram da praça. Dá para ver – fui até lá, e a vista é boa – uma parte da ocupação. Então, eles perguntaram por que carros do IML saindo de madrugada se os dois corpos do Beco do Bairro já estavam na catedral? Na parte da tarde, o Secretário Nilmário já tinha visto esses corpos no IML. Eu me pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Como é o seu nome?

O SR. JESUÍTA FÁBIO – Fábio

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Eu sou Heronilde da Silva Nascimento, sou viúva do Pedro do Nascimento, que faleceu na hora em que a Polícia chegou lá na invasão.

Quando a polícia chegou, estávamos na avenida Magnólia, porque nós morávamos encostado à avenida Magnólia, bem próximo da avenida Magnólia. Como a gente tinha feito umas bandeirinhas brancas, em símbolo de paz, fomos lá levar para as pessoas que estavam lá, porque estávamos esperando que a polícia chegasse, conversasse, pedisse para os líderes se apresentarem e, depois, pedisse para a gente sair.

Mas a polícia já chegou atirando, e a gente se perdeu um do outro. Eu corri em destino à avenida Magnólia; quando a polícia me pegou, me jogou no chão, pisou em cima de mim, pôs arma na minha cabeça, e eu chorando, pedindo para sair. Ela me chamava de vagabunda, falava que eu tinha tido nove meses para sair de lá e não saí, que eles tinham entrado lá para matar, que eles não estavam brincando.

Quando consegui sair de lá, implorando e pedindo para sair, até que consegui sair. Eles me tiraram, e eu cheguei lá fora chorando, procurando meu esposo e não consegui achar. Em seguida, subiu uma amiga minha; ela me abraçava e chorava desesperada e falava que eu ia conseguir localizar ele, só que, na verdade, ela já tinha visto ele morto, algemado, com as mãos para cima e no sol. E um colega nosso disse que eles saíram correndo. Como a polícia chegou atirando, todo mundo correu, se agachando e se escondendo dos tiros. Diz que a polícia pegou e atirou nele, e ele caiu. Ele tentou prestar socorro a ele, ainda conseguiu passar e esconder ele do 2º Batalhão da Polícia dentro de uma casa. Depois, saiu novamente com ele no colo. Aí, a polícia atirou no rapaz que estava carregando ele, à queima roupa, e mandou largar ele; aí, ele teve que largar ele lá no Pit Dog e sair correndo. A policia correu atrás para matar ele, mas ele conseguiu se livrar da polícia.

Depois que mataram meu esposo, por que será que eles o algemaram? Quem viu ele lá disse que ele estava algemado com as mãos para cima. E ele não reagiu; estava correndo com medo dos tiros. Na verdade, as pessoas que vi correndo, todo mundo desesperado, ninguém reagiu. Fiquei o dia inteiro atrás do meu esposo e, quando ligava para o UGO, eles falavam assim... Eu perguntava como estavam as pessoas no UGO, se as pessoas saíram feridas da invasão

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – UGO é um hospital?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Hospital de Urgência. Aí, eles falavam que tinha 23 gravemente feridos e quatro mortos. Eu pedia os nomes, perguntava se o Pedro do Nascimento tinha sido atendido lá. Eles falavam que não tinham nomes. Aí, a minha irmã, à tarde, resolveu ir até o UGO, na assistência social. Disseram para ela ir ao IML, que tinha seis mortos da invasão. A minha irmã foi lá e reconheceu o corpo, e ele estava sem documentos. Até hoje não achei a carteira dele, porque realmente ele estava sem o CPF e sem a carteira de identidade, que ele tinha deixado na empresa que ia assinar a carteira dele; só que o restante dos documentos estavam com ele, e ele estava no IML como indigente, porque não tinha documento. Aí me levaram até a invasão, para ver se eu conseguia pegar nossa certidão de casamento.

Eu cheguei lá, desesperada. Quando entrei no nosso barraco, eles tinham bagunçado, quebrado tudo. E eu, desesperada, consegui pegar uma foto dele e mostrei para a polícia, chorando. Ela olhou para mim e falou assim: "Realmente não era ele para ser morto. Seu marido foi morto por engano aqui dentro". Isso quer dizer que eles entram lá para matar.

E outra coisa que eu também não entendi: no sábado de manhã, eles derrubaram o meu barraco com tudo o que eu tinha dentro. Eu saí lá de dentro com a roupa do corpo. A gente estava ralando, porque ele ia colocar uma lanchonete pra mim no mês que vem. Os nossos equipamentos dessa lanchonete estavam todos lá dentro, porque a gente estava comprando e pagando de pouquinho. Já tinha quase dois anos que a gente estava comprando. Eles acabaram com tudo, passando a patrola. Eu não peguei nada, nada. Eles quebraram tudo o que tinha lá dentro. Passaram a patrola antes de eu tirar qualquer coisa que estava lá dentro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Você tem como identificar...

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Eu não tenho como identificar. As pessoas têm medo

de falar. Dizem que a polícia é muito perigosa, que ameaça, depois pode morrer. As pessoas têm muito medo de falar.

Quando a gente chegou ao IML, porque eu fui lá para reconhecer o corpo, e a minha irmã já tinha reconhecido, a mulher do IML me falou que foram buscar o corpo lá dentro da invasão. Por que eles colocaram no atestado de óbito que ele deu entrada no UGO? Disseram que a polícia chegou a levar ele para o UGO. Eu não entendo.

E eu li num jornal que tenho lá em casa que eles disseram que levaram ele até um posto, que prestaram socorro na hora, mas isso é mentira. Se a gente estava na Avenida Magnólia, o posto que eles estão falando é muito longe, porque ficava na saída de Guapó. A gente estava muito longe desse posto; a gente morava ao lado da Avenida Magnólia. E eles não prestaram socorro para ele na hora, não.

Então por que a amiga nossa viu ele, já na rua lá embaixo, no Pit Dog, no meio do sol e algemado, com as mãos para cima, pegando sol lá?

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Quantos tiros?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Eu não sei falar. Na verdade, eu não sei nada, não sei nem como estão as investigações. A única coisa que eu sei é de pessoas que me falam que o tiro foi pelas costas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Você não prestou depoimento ainda?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Eu não prestei depoimento; não me chamaram para prestar depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Nem no Ministério Público?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Nem no Ministério Público, nada, nada. Eu não estou sabendo de nada, como está.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – O seu barraco foi o primeiro a ser derrubado?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Na minha rua, o meu vizinho, quando chegou lá, falou que todos os barracões da minha rua estavam em pé; só o meu estava no chão.

Ao lado do meu barracão, eu tinha um vizinho que morava sozinho; a única coisa que ele tinha era um colchão. E eles falaram que estavam derrubando os barracões vazios. Então por que foram à minha rua, derrubaram em primeiro lugar o meu, e o do meu vizinho, ao lado, era vazio, mas não derrubaram?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Você tem a certidão de óbito?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Eu tenho a cópia aqui. Se vocês quiserem, eu posso passar para vocês.

A SRª (Não identificada) – E o policial que falou que foi a pessoa errada?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Eu não vi o nome. Eu estava muito desesperada; tinha acabado de saber que o meu esposo estava morto. A única coisa que eu fazia era chorar desesperadamente. E ficamos cinco meses debaixo da barraca, porque não tínhamos dinheiro para construir.

Depois, quando o Marconi Perillo falou que a gente podia construir, que ele não era Governo para mandar a polícia derrubar casa de pai de família, a gente resolveu construir. Compramos o material em 18 vezes, ainda nem terminamos de pagar e construímos. Ele trabalhava, chegava às cinco horas, fazia a massa, e eu ia carregando para ele, pegando tijolo, e fomos levantando. Nem construir ele sabia; aprendeu a construir o nosso barracão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Você disse que o Governador autorizou vocês a construir?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – É, quando ele falou que não mandava a polícia...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando foi?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Acho que foi em novembro, não lembro bem.

Depois o Sandes e Júnior entrou lá, dizendo que tinha ido em nome do Governador e que ia mandar pôr água, que ia asfaltar as ruas, que ia mandar energia. Ele até marcou; parece que até dezembro ele faria isso. Então a gente acreditou e resolveu gastar o que não tinha para levantar. E, quando a Operação Triunfo...

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Quem foi em nome do Governador?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – O Sandes e Júnior.

Quando a Operação Triunfo estava indo, a gente estava desesperado, porque eles jogavam bomba, e nós morávamos na primeira rua. Então a gente tinha muito medo até de estar dormindo e levar tiro, porque eles atiravam muito pelo lado de dentro. A gente não saiu de lá dentro, porque não tinha para aonde ir. A gente morava...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vocês acham que não foram somente dois mortos, então?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Eu não acredito que tenham sido só dois mortos, porque o que eu vivi lá, eles pisando em mim, pondo uma arma deste tamanho na minha cabeça... Eu não acredito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Alguém sabe de alguém que desapareceu?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Vejo só o povo falando. Sei que, quando eu estava saindo, na Avenida Magnólia, tinha um rapaz deitado, todo ensangüentado. Só que eles não deixaram eu olhar. Se ele estava deitado no chão, eu não sei se ele estava morto ou vivo. Só que quando eu fui olhar, eles tiraram minha cara e não deixaram eu ver.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Vocês têm filhos?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Eu tinha um filho que ele cuidava, que era só meu. Era dele também, porque meu filho conhecia ele como um pai.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Qual a idade?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Nove anos.

E um filho só dele também, que era a gente que cuidava.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Qual idade do outro?

A SRª HERONILDE DA SILVA NASCIMENTO – Seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado.

A SRª IRMÃ PIETRA – D. Valdete está bem machucada. Mostre antes de se sentar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Diga seu nome, por favor.

A SRª VALDETE SANTANA – Meu nome é Valdete Santana.

No dia do acontecido, tivemos uma... Desde o dia 31, tivemos aquela ação deles, de inquietação. Nessa inquietação, eles soltavam tiros, bombas. Isso foi até um dia antes da desapropriação. No último dia, eles não apareceram com carro de Polícia. Eles chegaram atirando. Ninguém reagiu. Ninguém soltou um foguete. Eles passaram a noite quase inteira. Eles começavam sempre de madrugada. O pessoal levantava e ficava todo mundo alerta, já com medo de acontecer alguma coisa e a Polícia entrar. Com isso, ficávamos alerta. Escutávamos bombas, tiros. Quando foi na parte da manhã, levantamos já com o barulho do helicóptero. Deixamos meu sobrinho, de dezesseis anos, que tinha disritmia cerebral e um menino de nove anos dentro do barracão e saímos. Quando saímos, já recebemos as Polícias, tropa de choque, chamando a gente em direção à rua. Fomos em direção à rua. Quando esses da frente nós chamaram, só ouvimos as rajadas de tiro que vinham por trás, por outra tropa de choque. Eles vinham com a cara pintada. Com isso, eles mandaram a gente abaixar. Nós abaixamos, deitamos no chão e, quando levantamos novamente, recebemos uma rajada de bala de verdade. Inclusive, uma bala passou bem perto de mim. No que eu desviei, aí me acertaram essa aqui, que eu achei que era de verdade. Eu caí. Eu gritei para minha irmã – nós somos duas irmãs, no total de três, eu e mais duas -, dizendo que eu tinha sido atingida. Essa veio e grudou em mim. Vieram dois policiais dessa tropa de choque e começaram a me chutar. À medida que eu caí, eles vieram com chute. Um vinha e outro dava chute direto. Aí me apontaram um fuzil e falaram assim: "Mata essa égua, mata essa vadia, mata logo". Eu e minha irmã. A outra que estava na frente – que não podia nem virar para o lado, era cassetete, era chute – começou a gritar: "Ela não está sozinha, não. Ela não está sozinha, não. É minha irmã". Aí, voltaram dois policiais militares. Eu já estava com uma arma – acho que era um fuzil – apontada e eles gritavam: "Vamos matar essa égua logo". Aí, vieram esses dois policiais militares e falaram: "Larga elas, larga elas". Aí, afastaram eles, empurraram eles, mandando que eles saíssem, que nos deixassem. Minha irmã me ajudou a levantar e ele falou: "Mata, mata essa égua". Eles falaram: "Não, larga elas. " Foi quando eu consegui levantar, e esse policial foi levando a gente em direção à rua. Ficamos preocupadas com os meninos que estavam lá, porque fomos recebidos com tiros do helicóptero, que vinha de cima. Eles davam rajadas de balas de verdade; depois jogavam uma bomba, à medida que a gente ia para a rua; aí, vinha com a rajada de tiro de bala de borracha e novamente com tiros de balas de verdade. Ficamos preocupadas com meus sobrinhos que deixamos trancados no barraco. Nós pensamos que, à medida que a gente fosse saindo, eles iam buscar as crianças. Então, nós os deixamos. Quando encontramos o que tem problemas de disritmia, ficamos sabendo que eles atiraram dentro do barracão. Eles se esconderam debaixo da cama. Inclusive, o de nove anos testemunhou no Ministério Público; o com a disritmia não teve como testemunhar. Levaram esse de disritmia preso para lá. Então, tivemos uma preocupação muito grande. Eles têm fotos na **IstoÉ**. É uma foto muito dramática. Inclusive, acho que está na Internet também. Aí, a gente ficou muito preocupada com eles. Eles foram atirados. Se não estão mortos, foi Deus... Foram agredidos também. Aí estamos do jeito como estamos agora. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Obrigado.

O SR. JOSÉ ONÍSIO ALVES DE FREITAS – O meu nome é José Onísio Alves de Freitas. Eu no momento nem lá não estava. Eu estava no serviço. Cheguei duas horas da tarde em casa. Fui entrar eu não sabia. Os policiais veio e me agrediram sem mais sem

menos. Eu estava trabalhando e sem saber. Como a gente ia saber?

Fizeram isso comigo. Foi pura covardia. Eu estava preocupado com a minha mulher, meus meninos estavam lá, eu nem sabia. Onde eu ia procurar eles? Isso é tudo covardia, porque já que a gente está trabalhando quando chega em casa não pode ir pegar nem uma roupa para tomar um banho e trocar de roupa... Eles me espancaram, estou sem movimento nessa mão devido a isso. Eu já fiz "corpo de delito".

O SR. (Não identificado) – O senhor prestou depoimento para o Ministério Público?

O SR. JOSÉ ONÍSIO ALVES DE FREITAS – Dei. Só isso. Só que eu quero ver se logo faço um... para fazer um raio X, parece. Eu não tenho dinheiro, são R$60,00. Não tenho dinheiro. Não tenho como...

O SR. (Não identificado) – Não sei se tem mais muita gente, porque estamos com um problema no horário.

A SRª OZÂNIA RIBEIRO – Meu nome é Ozânia Ribeiro. Tem dez anos que eu moro em Goiânia. E fui para invasão tem 09 meses. Devido os políticos... desde quando começou. Não comprei lote. Fui invadindo mesmo.

Aí os políticos começaram a pedir votos e a prometer que iriam desapropriar aquela área. Fiz um barracão de madeirite. Quem viu...

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Quais políticos?

A SRª OZÂNIA RIBEIRO – Todos. Sandes e Júnior chegou até a filmar o meu barracão. Olhou a minha cisterna. Falou que o Marconi Perillo disse que ia desapropriar. Íris Resende, no Posto Caramuru. Quem mais? Pedro Wilson foi lá também. Antes das políticas ele foi lá prometer também. Foi até cassado pelas políticas que estava fazendo antes da hora.

Então, eu peguei fé e fiz o meu barracão. Aquele barracão de madeirite que está queimado na foto de **O Popular** é o meu. É aquele lá. Queimaram um barracão de quatro cômodos. Eu tenho quatro filhos. A única coisa que eu tinha lá era um "salãozinho" lá, provisório. Queimaram as minhas coisas tudo. Estou com o meu filho queimado também, de seis anos. Tem a filmagem do meu filho queimado. Quem viu, com as costinhas queimadas.

No momento, eu corri para fora da garra forte. Todo mundo estava pedindo para correr. Eu pus um lenço branco...

O SR. (Não identificado) – Na garra forte?

A SRª OZÂNIA RIBEIRO – A garra forte é fora da invasão, próximo à invasão onde o Vagner foi morto. Eu peguei um lenço, essa bolsinha minha e um lençol branco. Na foto de **O Popular** eu estou com esse lençol branco. Eles chegaram atirando. A bomba que eles jogavam, que jogaram na minha casa, pegou próximo de mim no lixo. Essa bomba explodiu e era aquele fogo. Na rua pegava fogo em todo canto onde eles jogavam essa bomba.

Saindo de lá, minha amiga Célia desmaiou perto de mim. Aí eu fui socorrer ela atrás de uma casa construída... uma construção que tem lá. Ela desmaiou e eu fui pegar ela e não ouvi ele me chamar, o policial me chamar. Todo mundo saiu de perto e eu não ouvi ele me chamar. Todo mundo saiu de perto e eu não, querendo socorrer ela, que estava desmaiada. Eu não soltei ela, falei para ele que ela estava passando mal. Ele falou: "não, sua vagabunda. Você vai morrer! Você não está ouvindo eu te chamar? Eu vou te matar sua vadia".

E eu caminhei. Caminhei para chegar perto do pessoal. As minhas duas filhas seguraram na minha mão e pediram para ele não me matar.

E ele: "Olha para trás que eu vou te matar". Aí, eu olhei para trás, que ele pediu. As minhas filhas gritando para ele não me matar. Aí, ia passando um cachorrinho preto perto da minha filha. Ele falou assim: eu não vou te matar, não, desgraçada, por tem gente te olhando, mas olha eu matando a sua cachorra". E, pá! Matou cachorrinha.

Nisso ele arrudiou por lá, correu onde detiveram o Vagner. Nós íamos andando para frente. Ele correu para a nossa frente e deixou os outros policiais. Chegando lá, esse foi um que estava próximo do Vagner na hora que foi atirado. Ele estava a fim de matar. A arma dele era uma pistola. Se eu ver ele eu reconheço. Tanto que a tia do Vagner viu na hora em que ele caiu no chão e ela andando para frente e eu olhei para trás. Eles pegavam o cabelo dele e rumavam no asfalto. Batiam com ele no asfalto. Quando fui embora, não tinha visto meu barraco queimando, mas minhas amigas viram. Se tivesse visto, tinha corrido para trás e seria morta lá dentro. Eu ia tentar apagar o fogo do meu barraco. As únicas coisas que eu tinha estavam lá dentro. Fui embora. Fui detida na 7ª DP. Chegando lá, comecei a dar uma reportagem sobre o que tinha visto, um policial chamado Amorim, que eu também conheço...

O SR. (Não identificado) – Policial Civil ou militar?

A SRª OZÂNIA RIBEIRO – Ele é policial da PM. Estava dentro da 7ª DP. Vi o nome dele. Ele me ameaçou perto de banheiro. Falou que se eu abrisse a minha boca... que não era para eu abrir a minha boca porque eu estava mentido. E me ameaçou para eu não abrir a boca.

O SR. (Não identificado) – Quem disse isso?

A SRª OZÂNIA RIBEIRO – Esse policial Amorim. "Se você abrir a sua boca e contar mais alguma coisa, você vai morrer".

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Você chegou a ver o nome dele?

A SRª OZÂNIA RIBEIRO – Cheguei a ver o nome dele e sei o rosto dele. O que estava tentando me matar também reconheço.

O SR. (Não identificado) – *(Inaudível)* ...Polícia Civil e a Polícia Militar, vocês chegaram a ver se tinha outro grupo junto?

A SRª OZÂNIA RIBEIRO – Tinha o Gat. O Gat estava vindo da mata, o da PM e o Civil também. Tinha a P-2 dentro da invasão, a polícia disfarçada, ensinando a fazer bomba e mandando ir para as barricadas. Ele estava lá dentro também. Tudo isso eram eles que estavam inventando. Estavam ensinando a fazer bombas e armas. Depois que fui embora do sétimo...

O SR. (Não identificado) – Você já disse o nome do policial?

A SRª OZÂNIA RIBEIRO – Falei. É Amorim.

Outra coisa. Quando saí de lá e fui pegar o meu filho que estava queimado, no domingo... Meu filho foi queimado por bombas lá dentro. No domingo à noite, eu estava no hospital de queimadura e o médico me disse que a imprensa e dois policiais estavam me procurando. Lá não entram imprensa nem policiais. Minha sorte foi essa. Eu passava o dia inteiro lá com meu filho.

Já estou com medo. Se estou perto do pessoal não saio para canto nenhum com medo de alguma coisa me acontecer. Se eu estivesse morta não estaria aqui falando nada. Como estou viva, vou falar. Não tenho mais medo, tanto pela morte do Vagner quanto por eu ter escapado também.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – O que o Wagner era seu?

A SRª OZÂNIA RIBEIRO – O Wagner era sobrinho da minha vizinha. Ele foi para lá pedir para a tia não reagir. Ele foi para morrer. Ele morreu e nem lá mora. A mãe dele tem comprovantes do lote que ele paga. Ele foi para acalmar a família, para ajudar a família. E acabou sendo morto lá dentro. Era só o que eu tinha para falar.

A SRª IRMÃ PIETRA – Temos algumas pessoas... Teríamos mais pessoas e mais machucados, mas muitos têm medo. Há um rapaz aqui com uma história de espancamento. Está bem machucado, mas tem medo. É uma mostra do que nós trouxemos, mas há mais casos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Como é o nome da senhora?

A SRª IRMÃ PIETRA – Irmã Pietra, dos Missionários de Cristo.

O SR. FREI MARCOS – Há um caso, também...

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Quem é o senhor?

O SR. FREI MARCOS – Frei Marcos. Não tive ainda a oportunidade de averiguar porque foi anteontem. Uma religiosa que trabalha em um bairro da periferia, Bairro da Vitória, falou que teve um rapaz que naquele dia foi baleado. Ele estava morando lá. O pai dele está sendo ameaçado de morte. Por isso, lá no Bairro Vitória, ninguém fala nada, porque o pai está ameaçado de morte. É preciso averiguar. É o depoimento de uma religiosa.

O SR. (Não identificado) – Vamos sair, mas quero reiterar o pedido. Independentemente de outros aspectos, há muita gente ameaçada. Temos pessoas ameaçadas que são vítimas ou testemunhas e temos pessoas ameaçadas que são militantes dos direitos humanos. São dois programas diferentes que há na Secretaria Especial de Direitos Humanos. É preciso, Freitas e demais companheiros que dão apoio, que acompanham, que possamos receber alguma petição de vocês com a lista dessas pessoas – no caso do Pará, entregaram uma lista com os nomes de quarenta pessoas e a encaminhamos – para que essas pessoas possam ser protegidas. Essa é uma medida imediata, independentemente das outras questões de apuração que possam ocorrer.

O SR. MAURÍCIO BERALDO – A Comissão de Habitação da Câmara Municipal e a Comissão da Assembléia encarregaram-se de fazer essa lista, juntamente com outros entidades, e de apresentá-la. Maurício Beraldo, Vereador e Presidente da Comissão de Habitação da Câmara Municipal de Goiânia.

O SR. CLÁUDIO DE SOUSA LIMA – Meu nome é Cláudio de Sousa Lima. Morava no Sonho Real há dez meses. Fui à primeira reunião do *(inaudível)*, convidaram nós, de Sonho Real, na reunião que ele pediu para a Edna. Eram nove horas da manhã, mas, quando ele foi atender a gente, já eram quase duas horas. Prometeu para a gente que ia dar água, energia e esgoto. Ele não podia prometer o asfalto, porque isso já era por conta da Prefeitura, do Prefeito de Goiânia. Prometeu para nós que a Polícia Militar nunca ia entrar ali dentro. Se algum policial militar entrasse ali dentro e machucasse alguém, ele ia expulsar o Comandante-Geral da Polícia Militar.

Nesse confronto agora, que aconteceu com a gente, do Sonho Real, ajudando as crianças a correrem para a área dos condomínios. Nós falamos: "Vamos para os condomínios!" Lá já estávamos fora da ocupação. Eles não podem ir lá nos condomínios bater em nós. Lá não está na invasão mais. Aí eles falavam

para a gente erguer a mão e pôr na cabeça. Nós colocávamos a mão na cabeça, jogavam uma bomba e metiam bala. Uma bala pegou na minha perna aqui. Eu estava com duas crianças; peguei essas crianças e corri. Continuei correndo com as duas no braço, correndo para baixo. Chegando lá, eles deram um chute em nós e nos mandaram deitar no chão e ajoelhar no chão. E ajoelhamos no chão. Como os que ajoelharam no chão eram mulheres e crianças junto com os homens, mandaram levantar os homens primeiro com a mão na cabeça, e as mulheres atrás. E eu fui o último a sair no meio das crianças e das mulheres, com a mão na cabeça.

E, quando saí no rumo desse pessoal que já estava nos escoltando até o posto, um dos P2 que estava junto na ocupação e disse que era amigo nosso lá, ergueu o meu braço e disse: "Olha o líder Lobão aqui!" Eu tinha o apelido lá de Lobão! Aí vieram uns 10 a 20 soldados me espancando. Subiram comigo, me batendo! "Este é o líder!" E me batendo e tal.... Cheguei à esquina em frente à Garra Forte Segurança. Quando olhei para trás – eles me batendo, e eu olhando –o Wagner estava com o Marquinho lá naquelas ruas, deitado no chão, vivinho. Aí o soldado levantou ele assim, pegou na argola da camisa dele, levantou ele e deu dois tiros no peito dele e na barriga. E jogou no chão de novo. E começou a bater na cabeça dele, nas costas, à paulada. E aí chegou o outro e bateu na minha cara, na minha boca assim, para eu virar. Continuei. Daí, continuando, me levaram para dentro do barracão.

A SRª (Não identificada) – A Polícia?

O SR. CLÁUDIO DE SOUSA LIMA – É. A Polícia. De três em três chegavam em mim e batiam nesse barracão.

O SR. (Não identificado) – Você estava à distância de uns 20 metros?

O SR. CLÁUDIO DE SOUSA LIMA – É isso, ou mais um pouco. E eles me espancando. Aí me levaram para dentro do barracão e me espancaram de novo lá dentro. Aí me levaram até o posto. Chegou no posto, o major chegou, me pegou e falou: "Vamos para dentro da ocupação de novo, líder desgraçado!" Fomos para dentro da invasão, e me jogou dentro do barracão de novo. Quando eu estava indo para o barracão, vi quatro policiais carregando mais dois mortos no braço assim, para dentro de um lote.

A SRª (Não identificada) – Sabe o nome do major?

O SR. CLÁUDIO DE SOUSA LIMA – Não estava com a patente dele lá na hora. Mas, se eu vir, conheço ele.

Aí ele pegou, me jogou dentro do barracão e me mandou ajoelhar no chão. Ele estava com uma luva de borracha e arrancou o revólver do coldre assim e me deu. E falou: "Levanta, seu líder desgraçado, esse revólver!" Eu falei para ele: Eu não vou levantar, não, porque não sou assassino. Eu não vou levantar, e ele me batendo. Eram sete com ele. Mandou os seis saírem para fora. "Dá licença!" Mandou os meninos saírem: "Deixem só eu aqui!" E pegou uma doze e pôs bem na minha cabeça. Mas, antes disso, já tinha pegado minha identidade, meu CPF e meu título. Aí pôs a blusa na minha cabeça assim para eu tirar, já vinha apertando. E veio um soldado que me conhecia, porque tenho um parente também que é militar. Só que ele não estava no dia da ação, ficou no quartel. Pegou e falou: "Você está doido, major, não faz isso não! Ele é parente de polícia. Não faz isso com ele, pelo amor de Deus!" Aí pegou, olhou e tirou o dedo do gatilho assim. "Vê o que você faz com esse líder desgraçado, esse lixo, esse entulho!" E soltou a espingarda assim. A bola de sangue foi na parede, nessa hora. Aí ele saiu. Na hora em que ele saiu, pegou o revólver, saiu para fora, e eu fiquei com o outro soldado. Esse soldado me segurou e entregou na mão do delegado. O delegado – eu não estava dando conta de andar, porque estava todo arrebentado – me levou e me jogou lá no posto, para me levar para o 7º. Falou: "Se você for para o 7º, vão te matar é lá. Então, fica perto do Samuel". E me jogou. A minha mulher me segurou e eu escondi a cara para ninguém me ver.

O SR. (Não identificado) – O senhor reconhece o Major?

O SR. CLÁUDIO DE SOUSA LIMA – Se eu ver... Do jeito que ele estava lá, na ação lá, eu conheço qualquer um que estava lá.

Aí, o outro depoimento do menino lá do IML... Aí, no dia em que fui fazer corpo de delito... Fui fazer corpo de delito, tirei as fotos dos hematomas meus e fui para lá. Chegando lá, nós especulamos a meninada. Eu tinha trabalhado 15 dias lá, em um serviço que eu tinha que fazer para a comunidade, 15 dias, aí nós especulamos as mulheres lá que eu conhecia e o menino que trabalha lá onde ficam os corpos. Aí o menino falou: "Chegou um hoje, às três horas da tarde, que encontrou lá no Estado de Goiás, lá perto da ocupação". Aí, eu peguei e falei com o Negão, que é um conhecido meu de lá de dentro também, que eu conheci lá, e pedi para chamar ele para mim. Eu não tinha feito corpo de delito ainda não. Ele falou: "Na hora em que você for fazer o corpo de delito, você pega mais duas pessoas e pode ver". Aí, na hora que eu fiz o corpo, nós fomos lá ver os corpos. Aí, chegando, já reconheci o corpo, o tal da ocupação, sem documento, que nem eu. Eles queriam era me matar e sem documento. Sem documento, eu reconheci o da ocupação na hora. Ele usava

brinquinho, tinha uma cicatriz nas costas, um tiro no peito, um tiro na perna, um tiro de borracha na cintura e a cara toda arrebentada, igual a do Wagner.

O SR. (Não identificado) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – *(Falha no início da gravação)* ...assistir a este evento deste local possam acompanhá-lo, logo ao lado, no telão colocado à disposição. Pela manhã, esta CPI visitou a localidade onde ocorreu a reintegração de posse, visitou as famílias alojadas no ginásio de esportes, ouviu depoimento de diversas pessoas, inclusive do Governador do Estado, Marconi Perillo. Estivemos com Governador há pouco – é a razão, aliás, do atraso do início desta reunião.

O Governador prestou seu depoimento, conversou com a comissão, destacou as providências adotadas, fez as recomendações necessárias e colocou-se inteiramente à disposição para todos os esclarecimentos e providências que couberem ao Governo de Goiás.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito aprovou esta audiência pública para ouvir o Dr. Jorge Fontes, representante do Ministro das Cidades; o Secretário Menezes, representando o Governador do Estado neste evento; o representante do Prefeito Municipal Iris Rezende; o Secretário de Segurança Pública de Goiás, Dr. Jonathan Silva; a Procuradora-Geral de Justiça, Drª Laura Maria Ferreira Bueno; e o representante da arquidiocese de Goiânia, Frei Marcos Sássatelli; e o representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Antonio José de Araújo; e o representante da ocupação Sonho Real, Sr. Américo Rodrigues.

Antes de iniciarmos o primeiro depoimento de hoje, passo a palavra o Presidente da assembléia para que possa, como anfitrião, dar as boas vindas a todos os que se encontram neste recinto.

Passo a palavra ao Deputado presidente da assembléia, Samuel Almeida.

O SR. SAMUEL ALMEIDA – Quero dar as boas-vindas ao Senador Álvaro Dias, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra; ao Senador Sibá Machado, do Acre; ao Deputado Federal João Alfredo, Relator da CPI; ao Deputado Onyx Lorenzoni; ao Deputado Jamil Murad; ao Deputado Rodolfo Pereira; à Deputada Neyde, aqui do nosso Estado; ao Dr. Ademir Menezes, Secretário de Estado das Cidades; representante do Exmº Sr. Governador do Estado de Goiás, Sr. Marconi Ferreira Perillo Júnior, o Dr. Marconi Pimenteira, Procurador-Geral; ao representante do Prefeito Municipal de Goiânia; ao Dr. Iris Rezende Machado; à Doutora Laura Maria Ferreira Bueno; à Procuradora-Geral de Justiça; ao Professor Jonathan Silva, Secretário de Segurança Pública e Justiça; ao Frei Marcos, representante da arquidiocese de Goiânia; aos Vereadores Marina Santana e Elias Vaz; aos Srs. Secretários; a todos os Vereadores; e à imprensa. Sejam bem-vindos. Tenho certeza, Presidente Álvaro, de que teremos aqui um trabalho bem proveitoso da CPI da Terra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Está representando o Prefeito Municipal Iris Rezende o Dr. Marconi Pimenteira, que é Procurador-Geral do Município.

Vamos iniciar esta audiência pública.

Convoco como primeiro depoente o Dr. Jonathan Silva, Secretário de Segurança Pública.

Peço a V. Sª que tome assento à nossa direita para a sua exposição.

Pedimos que os depoentes façam uma exposição sucinta para que posteriormente os Parlamentares façam indagações. Como temos vários depoentes e temos um tempo para encerrar esta reunião, pedimos, então, que cada depoente exercite sua capacidade de síntese ao máximo.

Com a palavra o Secretário de Segurança.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Indago do tempo das pessoas que farão perguntas. V. Exª manterá o tempo regimental de no máximo cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Se os Parlamentares concordarem, reduziríamos um pouco, para três minutos, e ouviríamos todas as indagações de uma só vez, e depois passaríamos ao depoente para responder às questões, também de uma só vez.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Dessa forma, economizaríamos tempo.

Concedo a palavra ao Secretário de Segurança Pública, Dr. Jonathan Silva.

O SR. JONATHAN SILVA – Eu gostaria de cumprimentar a todos e os Parlamentares, na pessoa do Presidente, Senador Alvaro Dias; quero cumprimentar também o Presidente da Assembléia Legislativa e, em seus nomes, todos os Parlamentares.

Meu depoimento a esta Comissão se restringe a um cumprimento de uma medida liminar. A voz da toga não pode ser contrastada pela voz da polícia.

Tentamos, enquanto pudemos, evitar que houvesse essa operação. Sabíamos o risco que havia e por isso tentamos várias vezes a suspensão da liminar,

que foi proferida por uma Juíza, sendo ela substituída pelo seu substituto.

Assim, tentamos – umas dez vezes –, primeiro, a suspensão da liminar, segundo, um prazo maior para o cumprimento da liminar, até que se fizesse um acordo.

Lamentavelmente, o Tribunal de Justiça entendeu, julgando um agravo de instrumento, que é o recurso apropriado, que a liminar não poderia ser suspensa. Não havia suspensão daquela liminar que foi proferida.

Por outro lado, nós, como gerente da comissão de crise – existe uma comissão de crise na Secretaria de Segurança Pública –, entramos com um pedido, tentando um prazo para que pudéssemos resolver esse problema. Esse prazo foi concedido.

Enquanto isso, tentou-se todo tipo de negociação possível e, lamentavelmente, não se chegou a uma conclusão, e tínhamos de cumprir realmente a liminar em face de um certo ativismo judicial que envolveu a questão, porque o Juiz, na última decisão, fixou um prazo de 72 horas, sob pena de o Secretário e o Comandante da Polícia responderem pelo crime de descumprimento de medida judicial.

Tentei prorrogar ainda, e não conseguimos essa prorrogação, porque já tinha sido decidido pelo Tribunal, e a última decisão do juiz mostra exatamente a sua posição: " inexplicavelmente, o Poder Público – entenda-se Polícia Militar e toda a cúpula de segurança pública, órgão encarregado de dar apoio logístico, estratégico e humano à desocupação da área – tem sido claudicante, para não dizer descumpridor de ordem judicial".

Há aqui um ativismo judicial, razão por que o magistrado que proferiu essa decisão deveria ser convocado para estar aqui. Ao fim da decisão, ele deixa bem claro: "Assim, nada justifica a inércia do poder estatal, força pública ao qual cabe a incumbência de auxiliar os Srs. Oficiais de Justiça no cumprimento da decisão prolatada por esse juiz". Diz ainda: "face a recalcitrância dos invasores, ressaltando que se trata de ordem judicial, sujeitando o infrator a sanções penais e administrativas cabíveis".

Vejam V. Exªs que essa é uma decisão de um representante de um poder do Estado. Tentamos, por 10 vezes, a suspensão da liminar, ganhar prazo e não conseguimos. Por outro lado, houve uma representação do Ministério Público contra o secretário, que foi feita para 8ª Promotoria de Justiça, por meio do seu titular, Dr. Maurício José Nardini. Tratou-se de uma representação de improbidade administrativa contra o Dr. Jonathan Silva, Secretário Estadual de Segurança Pública e Justiça, pelos fatos e direitos assim expostos. Então, nessa representação, o ilustre representante do Ministério Público deixa claro que se tratava de um crime de improbidade administrativa a não-obediência da liminar proferida pelo Poder Judiciário, porque, em grau de recurso, o Poder Judiciário confirmou a liminar.

No fim, diz: "requer a Promotoria de Justiça adoção das providências cabíveis com relação a crime de prevaricação cometido pelo Sr. Jonathan Silva, tudo na conformidade dos dispositivos legais supramencionados".

Os pedidos de suspensão são muitos, e não vou ler todos porque não tenho tempo, mas estou mostrando exatamente aquilo que eu, como Secretário de Segurança Pública, não deveria fazer. Eu deveria simplesmente, constitucionalmente, cumprir ou não a liminar.

Diante dessa decisão judicial, resolvemos naturalmente não por vontade própria, mas por pressão de um Poder do Estado, cumprir a liminar, e o fizemos da melhor forma possível.

Lamentavelmente, houve dois óbitos, o que não era para acontecer. Fizemos um planejamento de tal forma que isso não ocorresse, assim como houve militares feridos; um tenente inclusive foi baleado na operação militar.

Isso não aconteceria se o Estatuto das Cidades fosse aplicado pelos governantes da época. No art. 5º do Estatuto está clara: "lei municipal específica, para área incluída do Plano Diretor, poderá determinar o parcelamento, a edificação, a utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para a implementação da referida obrigação".

Ora, Sr. Presidente, houvesse uma política pública, não teríamos voltado aos tempos do Governo de Washington Luiz, em que a questão social se resolvia à base da Polícia. Vejam: há uma decisão judicial compelindo o secretário a cumprir a liminar. Há uma representação por parte do Ministério Público por dever de ofício, que é o *custus legis*, o fiscal da lei, contra o secretário numa ação de improbidade administrativa.

Tomamos todas as cautelas para que a liminar fosse cumprida da melhor maneira possível. Usamos ali 1.996 policiais militares; contamos com a colaboração do Corpo de Bombeiros Militar, da Polícia Rodoviária Federal, das Secretarias de Estado da Saúde e Municipal. Enfim, colaboraram conosco quase todos os órgãos públicos, pois a polícia tinha que desocupar uma área de aproximadamente 20 alqueires de terra, com 5 mil pessoas. Houve resistência à ação inicial à Polícia Militar por parte dos sem-teto. Lamentavelmente, até as 18 horas de quarta-feira, ocorreram duas mortes. Quarenta e uma pessoas ficaram feridas: 11 militares e 30 civis. Apenas três tiveram ferimentos mais graves

e passaram por cirurgia no Hospital Geral de Goiânia. O estado de saúde delas é estável.

Os aproximadamente 1.120 sem-teto que resistiram à Polícia foram encaminhados para o 7º DPM, onde foi instalada uma central de flagrante da Polícia Civil. Entre os detidos, foi feita a triagem de 90%, resultando na autuação de 140 pessoas e o registro de 44 termos circunstanciados de ocorrência. É bom lembrar que entre os invasores havia pessoas com débito com a Justiça. Foram apreendidos com alguns invasores dentro da residência: 19 armas de fogo de calibre diversificado, sendo duas pistolas de (brinquedo), 38 munições também de variados calibres, 75 cartuchos deflagrados, cerca de 500 armas brancas, facas, facões, espadas, pá, machados, machadinhas, podões, foices, picaretas, cavadeiras, chaves de fenda, alicates e tesouras.

Os dois botijões de gás... Sr. Presidente, pediria que houvesse respeito à minha fala...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – A Presidência acolhe a ponderação do depoente e solicita respeito à sua palavra para que possa expor com tranqüilidade.

O SR. JONATHAN SILVA – Dois botijões de gás encontrados enterrados em quintais, aproximadamente 70 artefatos explosivo de fabricação caseira, e mais de 240... alguns bolotes de espingarda de chumbo, cerca de 45 garrafas de coquetel molotov, foguetes, armadilhas, cordas de prego, camas de faquir, pau com facas amaradas nas extremidades e pneus com pregos, além de estacas de madeiras com pontas agudas; e aproximadamente trinta metros de fios usados como detonador de bomba, mina. Então vejam V. Exªs que essa operação foi feita com muito cuidado, porque havia uma resistência. E a posição da Polícia de Goiás foi muito competente. Quero fazer a defesa da Polícia de Goiás, que agiu com discernimento porque era uma operação de risco. Nós tivemos a preocupação em tentar um acordo porque sabíamos que era uma operação de risco. Lamentavelmente, houve um obstáculo de natureza político-ideológica – e é bom que a sociedade saiba disso – que trouxe dificuldades para o cumprimento dessa liminar.

Por outro lado, Sr. Presidente, no Estado de direito democrático, podemos até criticar o juiz. Aqueles que criticaram o Poder Executivo deveriam ir lá no Poder Judiciário criticar o juiz dizendo: "Olha, o senhor não aplicou a lei nos termos do art. 5º da Lei de Introdução", que diz que o juiz ao aplicar a lei tem de levar em conta a questão social. Olha, deviam fazer isso para o juiz. Mas a voz da toga neste País é uma voz muito poderosa. Então, de repente, joga-se essa questão social no colo da Secretaria de Segurança Pública. Olha, a função típica da Polícia é fazer o policiamento preventivo, ostensivo e investigativo. E temos alguns oficiais que fizeram curso até de gerenciamento de crise, porque a todo momento estamos tendo uma crise no Estado de Goiás – são invasões de propriedades rurais, e as liminares aqui são cumpridas porque vivemos em um Estado de direito democrático. Todas elas, sessenta, foram cumpridas no ano passado, sem nenhuma vítima. De repente, joga-se essa questão social para a Polícia resolver, vejam V. Exªs. Mas quem estava no Poder e não aplicou o Estatuto das Cidades? Não foi a Polícia, não foi a área de Segurança Pública, não. Quem não se preocupou com as políticas públicas para resolver essa questão urbana? Não foi a área de Segurança Pública. Portanto, Sr. Presidente, essa é a minha exposição.

Estou à disposição desta Comissão e de qualquer outro órgão para dar qualquer explicação. Quero dizer que, como Secretário de Segurança Pública e professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, sou partidário do cumprimento da lei porque democracia é governo antes de lei e não de homens! Não de homens! E isso é fundamental. Nós cumprimos uma liminar que tentamos várias vezes suspender. O Poder Judiciário disse "É para cumprir!" E nós só tínhamos uma saída: cumprir e cumprir de uma forma o mais competente possível. E isso, nós temos feito, Sr. Presidente. E fizemos esse trabalho.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Agradecemos o Dr. Jonathan pela exposição. Colocamos a palavra à disposição para os questionamentos, começando pelo Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, demais companheiros da CPMI, autoridades aqui presentes, Parlamentares estaduais, representantes dos movimentos sociais, eu gostaria de fazer alguns questionamentos ao Sr. Secretário de Segurança Pública a partir do que foi veiculado pela grande Imprensa acerca do episódio e do que ouvimos hoje, pela manhã, o depoimento de algumas das vítimas desse episódio.

Primeiro me permita, com o devido respeito ao cargo que V. Exª ocupa, discordar de que uma operação que tenha levado a duas mortes possa ser considerada um sucesso. Eu acho que nenhuma operação...(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Eu peço permissão ao Deputado João Alfredo para recomendar o cumprimento do Regimento. Nós estamos numa reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e o nosso Regimento impede manifestação

dos convidados. Por isso, nós pedimos o cumprimento rigoroso do Regimento.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Eu sei que é uma operação delicada, mas essas mortes e a violência – outros tipos de violência nos foram relatados –, não podem ser consideradas sucesso em uma operação dessa monta.

Numa declaração à **Folha de S.Paulo**, no dia 17 de fevereiro, V. Exª disse que os comandantes da operação portavam armas de fogo, mas os soldados estavam com munição não letal. Essa é a declaração. No entanto, há contradição entre ela e os depoimentos que nós ouvimos hoje de manhã, que, na verdade, haviam sido prestados aos grandes jornais do País à época, como à própria **Folha de S.Paulo**, quando foi dito que um desempregado, Luís Antônio de Lima – está no jornal – recebeu um tiro na perna esquerda

"Estava dentro da minha casa com meu avô, minha mulher e meus filhos. Quando eles (policiais) entraram, eu já estava com as mãos na cabeça quando me deram um tiro". **Folha de S.Paulo** do dia 17 de fevereiro.

No dia 18 de fevereiro, a viúva do Sr. Pedro do Nascimento, Srª Eronildes da Silva Nascimento, que nós ouvimos hoje também, disse querer esquecer as cenas do confronto: "Não gosto nem de lembrar. Foi horrível. Vi muita gente ferida e me perdi do meu marido. Só fui saber que ele estava morto no início da noite".

"Ao lado da filha Kátia – **Folha de S.Paulo** do dia 18 de fevereiro –, Regina Cavalcante Zenova mostrava sinais no braço: bateram, xingaram, disseram que iriam me matar. Foi horrível".

"O mecânico Reginaldo da Silva Mendes, 23, tio de Moreira, estava ao lado do sobrinho quando ele foi morto. Foram dois tiros, um pelas costas, quando já estava deitado; depois o policial o pegou pela camisa, levantou, encostou a arma no peito dele e atirou novamente".

São fatos que mostram, inclusive pelos depoimentos que nós ouvimos hoje de manhã, que o que ocorreu foram execuções; não propriamente confronto, mas execuções. Pessoas foram assassinadas sem direito à resistência; sem estarem sequer resistindo à prisão.

Eu queria fazer duas indagações a V. Exª. Primeiro, se efetivamente havia policiais armados com bala mesmo mortífera, ao contrário do que V. Exª diz, a ordem de V. Exª poderia não ter sido cumprida. Eu não estou duvidando de V. Exª, mas pode ser que essa ordem não tenha sido cumprida com relação a esse episódio de execução.

O segundo fato, também citado no jornal, Sr. Secretário, preocupou-me muito. O que diz? "Armas da PM não serão examinadas".

Diz a **Folha de S.Paulo** também do dia 18:

"Apesar de as duas mortes resultantes da desocupação do parque oeste industrial, na madrugada de terça, terem sido do lado dos sem-teto, – embora tenha havido feridos do lado dos policias, como V Exª relata – a polícia civil de Goiânia informou que, a princípio, não enviará as armas dos policiais militares para análise".

Portanto, eu queria que V. Exª me dissesse se essa notícia da **Folha de S.Paulo** corresponde à, já haveria, portanto, uma parcialidade no inquérito no sentido de não apurar a responsabilidade dos policiais nesse episódio.

Aproveito também, já que estou perguntando a V. Exª sobre inquérito, para saber o que já foi levantado, até o presente momento, acerca disso. Há notícias – evidentemente, o Governador negou que isso tivesse ocorrido, assim como a Deputada Neyde –, mas recebemos notícias de que poderiam ter ocorrido outras mortes naquele episódio. Num dos depoimentos que ouvimos hoje de manhã, um dos rapazes que foi violentado reconheceu, no Instituto Médico Legal, uma terceira vítima, talvez na qualidade de indigente, mas ele reconheceu como morador também da área da ocupação chamada Sonho Real.

Como vem se dando esse inquérito? Esse inquérito é sigiloso? Foi decretado seu sigilo? Peço a V. Exª para esclarecer esse aspecto. E pergunto se houve alguma providência administrativa tomada até agora no âmbito da Secretaria que V. Exª dirige no sentido do afastamento dos responsáveis por esses atos que aconteceram nesse episódio.

Mais duas perguntas. Não estou vendo V. Exª anotar, porque a nossa praxe é fazer todas as perguntas de uma vez e tenho medo de que V. Exª perca um pouco a memória de todas as perguntas. Mas eu gostaria de fazer mais duas últimas perguntas a V. Exª. Primeiro, quero que fique esclarecido se foi levantada a existência de outros mortos ou desaparecidos nesse episódio lamentável e se houve a participação também da chamada P2, da Polícia Secreta. Num dos depoimentos que ouvimos hoje de manhã, alguns dos moradores diziam que havia a infiltração, na própria ocupação, de policiais, que se faziam, portanto, de moradores, e estariam armando a população talvez até com esses coquetéis molotov, essas armas, etc, para criar essa situação de tensão e de confronto que lá ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – *(falha na gravação)* ...que é Vice-Presidente dessa Comissão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Secretário, já que o tempo é muito curto, quero ser bem objetivo. O senhor se referiu à questão do planejamento da operação. Eu gostaria que o senhor pudesse nos relatar um pouco do que foi o planejamento dessa operação, como se desenvolveu a ação real dessa operação, e se o senhor acha que em algum momento ela fugiu do controle.

Eu gostaria de saber também se, no planejamento para execução da ação, a Operação Inquietação fazia parte desse processo e por que razão a Operação Inquietação foi desenvolvida, segundo os depoimentos que coletamos, ao longo de praticamente uma semana antes da ação definitiva de reintegração de posse. Pergunto também se essa Operação Inquietação, que é uma ação eminentemente de efeito psicológico, porque ela era desenvolvida, segundo depoimentos que recebemos, da meia-noite até o final da madrugada, fazia parte do processo.

Considero que V. Exª, ao longo das demonstrações que trouxe, que deu, de que buscou, no limite da sua possibilidade, enfrentar de uma outra maneira essa situação, mas também é importante e imperioso reconhecer como se procedeu esse planejamento e execução, porque há relatos de uma entrada da tropa usando uma palavra de ordem: "a faca está na caveira e hoje vamos matar". Acho que vivemos uma situação no País. No meu Estado, tenho sido um defensor da Brigada Militar, que é a nossa Polícia Militar, mas acho que temos alguns procedimentos, alguns cuidados na execução de qualquer ação policial militar, porque sabemos que a vida humana tem risco e esse é o bem maior. Conheci um pouco da sua biografia, o senhor é um defensor dos direitos individuais e dos direitos humanos, e gostaria da sua avaliação sobre estes pontos: planejamento e execução, se fugiu, e por que a Operação Inquietação aconteceu. Porque me parece que algumas ações que foram adotadas não se encaminharam para resolver esta situação triste com que com nós nos defrontamos, duas mortes e o conjunto de feridos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Agradecemos ao Deputado Onyx Lorenzoni.

Registro, com satisfação, a presença da nossa Senadora Íris Araújo. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB–SP) – Queria cumprimentar o Sr. Secretário Jonathan da Silva e todos os membros do Parlamento de Goiás, da Câmara e da Assembléia Legislativa, e, também, as pessoas que se dirigiram para cá a fim de participar dessa audiência pública.

Sr. Secretário, achei as perguntas do nosso Relator, Deputado João Alfredo, e do Deputado Onyx Lorenzoni muito pertinentes. Acho que vamos dar continuidade a esse processo e de eles também nos representarem em certos questionamentos colocados.

V. Sª é professor de Direito e tem o currículo de um democrata, defensor da lei e do Estado de Direito. Mas está numa situação difícil, porque diz que fez o planejamento junto com os oficiais para essa operação. Certamente, com esse histórico, a minha tendência é achar que o senhor está indo para o sacrifício, assumindo a posição dos oficiais que planejaram essa operação. Uma operação de guerra, que agiu com selvageria contra o povo simples, população civil, crianças, pessoas indefesa. Então, existe uma dissociação entre o seu currículo e essa defesa da operação, inclusive dizendo que a ação da PM foi bem-feita, etc. Não foi bem-feita, a operação foi um fracasso. Fracasso das elites, pela maneira de tratar o problema social.

Agora, o senhor também disse numa entrevista que eram mais ou menos vinte comandantes que usavam armas letais. Qual é a investigação feita até agora para saber se aqueles projéteis tirados de dois corpos saíram das armas desses vintes oficiais? Porque já é tão pouco o número de armas a ser examinado, que já deve ter resultado.

Eu gostaria que o senhor relatasse se entre as armas desses vinte oficiais e os dois mortos, de qual oficial, já que o senhor disse que os outros não usavam armas letais.

A segunda questão é que o senhor é chefe também da Polícia Civil, a qual, numa entrevista – creio que o senhor mesmo declarou isso –, disse que não iria examinar as armas da PM, de maneira geral; só as armas dos sem-teto. Por que isso? Dá a entender que já poderia haver uma conclusão prévia: os dois sem-teto morreram por balas dos seus próprios companheiros de ocupação. Eu não entendi essa declaração. Gostaria de ter explicação.

A outra questão é que ex-moradores, hoje, disseram que estão sofrendo abordagens e intimidações. O senhor tem conhecimento disso? Se não tinha, passou a ter agora. Que providências o senhor vai tomar para garantir o direito dessas pessoas de não serem ameaçadas ou até de não serem vítimas fatais?

Uma pergunta muita importante, Dr. Jonathan: Deputados e Vereadores disseram que não puderam entrar na área. Por que eles não puderam, se são autoridades e representantes do povo? Seria para não se tornarem testemunhas daquilo que estava sendo planejado? Porque, normalmente, as autoridades podem entrar na área de operação. E até os que executam a operação gostariam de ter testemunhas de que não

exorbitaram as suas funções, o seu poder. Mas aqui aconteceu o contrário.

Se os oficiais são treinados, e acredito que sejam, porque são pessoas que têm altos estudos de segurança, fazem faculdade e especialização, o senhor mesmo disse que eles já têm treinamento em despejo na zona rural, por que, nesse despejo, entraram já atirando? Não existem métodos que poderiam ser usados para cumprir a ordem judicial sem tratar o povo como seres sem alma, que podem perder a vida só para fazer cumprir a ordem judicial? Que eu saiba, o juiz mandou desocupar, não mandou matar. E, na verdade, na execução não se pensou apenas em despejar. Parece que houve um planejamento com alta violência, que não estava preocupado com as vidas, mas simplesmente em limpar a área, fazer o despejo, sabendo que lá havia crianças, mulheres. Agora, não posso imaginar que o Secretário de Segurança e os oficiais não pensaram nisso. Só o cidadão comum pensa nisso? Não é possível. Isso não seria levado em conta para mostrar que ali seria cumprida a lei de qualquer forma.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Deputado, por favor, observe o tempo.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB–SP) – Então, encerrando, o senhor pensa em punir os oficiais que planejaram essa operação com tantas vítimas? Quer dizer, o senhor pensa em...

Eu ouvi o Governador, agora há pouco, dizer o seguinte: "Não pode haver impunidade". Para o Brasil ir bem, independente de autoridade ou de governo, nós temos que cultivar o respeito ao Estado de Direito, que não é só respeito à propriedade, mas à vida e às relações entre as pessoas.

Estivemos no Pará. Depois do desencadeamento daquele processo, em que se mostra que os responsáveis serão punidos, no Brasil, quem desejava mandar matar alguém pensará duas vezes. Queremos que, em Goiânia, sejam punidos os responsáveis de forma que seja mais um passo na busca de um Brasil civilizado e de um Estado de Direito verdadeiro.

Era essa a preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Obrigado, Deputado.

Como fizemos a opção de convidar oito depoentes para virem a esta CPI – minha posição é sempre contrária a isso, pois penso que quando convidamos muitos não aprofundamos o debate –, em respeito aos convidados para a audiência pública, temos de reduzir as indagações. É impossível perguntar tudo a todos os depoentes. Faço essa ponderação como forma de orientar os trabalhos, porque será impossível chegar ao final desta reunião se demorarmos tanto nas interrogações que fazemos a cada depoente que se apresentar.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB–SP) – Sr. Presidente, quero me desculpar por ter excedido o tempo, mas penso que, entre todos, o depoimento do secretário é o principal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Mesmo sendo o principal, apelo aos próximos oradores que, ao interrogarem o Secretário, procurem ater-se ao tempo disponível.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, saúdo a Senadora Iris de Araújo pela presença, aos demais colegas Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás e todas as pessoas que assistem ao vivo a esta audiência. Saúdo também o nosso convidado, o Secretário de Segurança Dr. Jonathan Silva. Serei muito breve.

Em primeiro lugar, quero fazer uma pequena consideração. Dr. Jonathan, medidas estão sendo tomadas agora para encontrar um local alternativo para essas famílias. Por que V. Exª e a autoridade do Estado não tomaram providências iguais em tempo hábil, evitando esse conflito?

Segundo. Temos informações de que há onze pessoas feridas à bala e não apenas as duas pessoas que se tornaram vítimas fatais. Isso é verdade?

A terceira pergunta: Dr. Jonathan, algumas pessoas estão com medo de testemunhar porque disseram ter recebido ameaças de policiais. Um delas disse até que assistiu a morte de uma dessas pessoas, reconhece o policial, sabe quem é, sabe o nome, mas tem medo de falar, porque o policial já a teria ameaçado. O que os policiais foram fazer à paisana no velório das duas vítimas? Por pouco isso se torna no segundo conflito armado. Vimos pela televisão que os policiais chegaram à paisana e foram identificados. Por pouco isso se tornou nova tragédia.

Para encerrar, pergunto: há um inquérito policial sendo realizado contra os possíveis líderes desse movimento. Está sendo realizado também um inquérito contra os abusos da autoridade policial.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Rodolfo Pereira.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero dizer ainda que há uma fita de mais ou menos cinco minutos que narra muito bem como se deu o conflito. Pergunto a V. Exª se considera conveniente assistirmos à fita ou pelo menos que ela possa constar do material do documento do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Consulto os integrantes desta CPMI se desejam que a fita seja apresentada ou apenas conste. (Pausa.)

Os demais são favoráveis também?

Então, vamos apresentar. Vamos ouvir apenas a indagação do Deputado Rodolfo e da Deputada Neyde. Depois, passaremos a fita antes da resposta do Secretário e o próprio Secretário poderá assistir a esse vídeo e, quem sabe, poder fazer referência a ele.

O SR. RODOLFO PEREIRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Secretário Dr. Jonathan Silva, uma das minhas perguntas refere-se ao que o senhor falou sobre ter feito umas dez tentativas de que fosse cumprida, tentando convencer o Judiciário de não ter que cumprir o mandato de reintegração.

A pergunta é o seguinte: qual foi o argumento que o senhor usou para tentar sensibilizar o Judiciário de que aquela ação poderia levar às vítimas fatais que houve?

A segunda: se foi a Polícia que executou os dois cidadãos, qual é a sua impressão sobre o que teria levado os policiais – se foram eles, naturalmente – a cometer essas execuções numa ação dessa natureza.

A terceira pergunta é se as armas de fogo, as armas brancas, os coquetéis, os instrumentos de uso caseiro que poderiam ser utilizados como arma, foram encontrados na mão de alguma pessoa ou foram encontrados aleatoriamente. Se foram encontrados na mão de algumas pessoas, se essas pessoas estão registradas em inquérito como portadores de armas.

Ainda sobre a segunda pergunta, em que processo, em que nível está a investigação das mortes dessas pessoas feitas pela polícia? Em que estágio, por que foram executadas, quem executou, se já há alguma impressão de quem executou essas pessoas – se foi ou não a polícia. Isso é importante explicar para a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Concedo a palavra à Deputada Neyde Aparecida.

A SRª NEYDE APARECIDA (Bloco/PT – GO) – Sr. Presidente, embora não faça parte desta Comissão, na verdade, havia solicitado uma comissão externa da Câmara Federal para que pudesse investigar esse fato, mas sabendo que já havia uma CPMI que inclui também os Senadores, e em conversação com o nosso relator, Deputado João Alfredo, e com o Deputado Estadual Mauro Rubem, preferimos que esta CPMI aqui viesse para investigar e ouvir as pessoas vez que o fato é de extrema gravidade.

Queria também perguntar ao Sr. Secretário se houve um tempo longo de planejamento. Não seria possível que isso pudesse ser feito apenas com armas de efeito moral e não com armas de fogo como ocorreu.

E também se o senhor não acha que é uma tentativa de criminalizar as vítimas considerar como armas alicates e facas que certamente foram encontradas nas casas das pessoas. Afinal seria normal que aquelas pessoas que ali viviam e tinham em suas residências essas chamadas armas brancas.

Gostaríamos de saber sobre isto: o planejamento foi feito usando armas de fogo para uma população que, como todos sabiam, já tinha uma tentativa de retirada e estava apreensiva. Como vimos hoje, havia, inclusive, senhoras, pessoas de idade e crianças. Isso foi levado em conta no planejamento da ação? Por que chamar uma triste ação desta como Operação Triunfo?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Antes da resposta do Secretário, vamos passar o vídeo e depois ouviremos o Secretário. Peço providência para apagar a luz.

(Segue exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Voltamos ao Secretário de Segurança, Dr. Jonathan da Silva, para responder às indagações dos Srs. Parlamentares.

Concedo a palavra ao Secretário.

O SR. JONATHAN SILVA – Sr. Presidente, eu gostaria de responder às questões, mas como algumas são repetitivas, farei um agrupamento delas.

Com relação ao que colocou o nobre Relator, Deputado João Alfredo, a respeito de uma declaração que eu dei à **Folha de S.Paulo,** ela apresenta um equívoco, a bem da verdade. Quando a jornalista me perguntou se havia armas, se a Polícia estava armada, eu disse-lhe, com clareza, que o batalhão de choque não estava armado. Ele usou elmo e cassetetes porque havia, em torno da área invadida, toda uma barricada que era preciso ser retirada, feita com pneus e outros instrumentos. Então, o batalhão fez essa operação e teve o cuidado de abrir uma parte do muro da área para que as pessoas pudessem sair dali.

Os comandantes de oito policiais, que tinham uma certa graduação em termos de patente, estavam armados, é bom que se diga isso. Eles estavam armados, enquanto os outros – 420 soldados, alunos da academia, que compunham esse efetivo – não estavam armados. Eles estavam junto com os comandantes, é bom que se diga isso.

A ordem não foi cumprida? Ora, era uma ordem judicial. Ela foi cumprida. A minha ordem também foi cumprida. Essa operação seria, deixamos bem claro, uma operação de risco, daí a nossa preocupação em fazer com que o Judiciário reexaminasse a medida várias vezes. Alguns até apregoavam que essa operação seria um rio de sangue, uma carnificina. Não foi. Houve duas mortes, lamentavelmente, esses feridos nós temos de lamentar.

Com relação ao inquérito, ele está sendo acompanhado pelo Ministério Público, está sendo feito. Os policiais que cometeram excesso serão punidos. Essa é uma prática deste Governo.

Houve outros mortos? Não houve, apesar de ter ocorrido um boato, inclusive uma plantação na mídia nacional.

O Ministério Público está aí. Logo após a operação, o Ministério Público recebeu essa informação, fez uma operação, levou para lá uma retroescavadeira, porque ele dizia: "Olha, foi enterrado aqui na cisterna; foi enterrado aqui na fossa". A retroescavadeira furou, procurou. Aí disseram: "Não, morreram as crianças. As crianças estão debaixo dos pneus". Foram tirados todos os pneus para ver se havia morrido mais gente.

Agora, houve essa versão na imprensa, inclusive na imprensa nacional. Isso é lamentável, porque também a informação tem uma ética. Então, faltou uma ética na informação.

A questão da PM-2.

Ora, a PM-2 não trabalhava nessa área de inquietação. Não está ameaçando vítimas. Eu gostaria, depois, Sr. Presidente, se pudesse receber a denúncia dessas vítimas que V. Exªs ouviram, eu gostaria de ouvi-las. Eu gostaria de ouvir essas denúncias e mandar apurar, porque ela não está ameaçando. Não é verdade.

Agora, a todo um estigma contra a polícia. Por que não há esse estigma contra a voz da toga que deu a ordem? Só contra a japona.

Certa feita um Senador da República, com muita propriedade, disse que japona não era toga, certo? Então, é por isso. Então, há um estigma contra o policial. Temos que acabar com isso, acabar com isso!

Então, com isso, estou tentando responder a essas questões.

O Deputado Onyx Lorenzoni... Pois não.

O SR. RODOLFO PEREIRA – O senhor não respondeu se as armas da PM serão examinadas.

O SR. JONATHAN SILVA – Serão examinadas. Inclusive temos registro dessas armas, certo? Vão ser examinadas.

O SR. RODOLFO PEREIRA – Ainda vão ser; não foram até agora.

O SR. JONATHAN SILVA – Temos o registro de todas essas armas. Todas as armas que foram utilizadas, nós temos registro. Todas as armas utilizadas serão examinadas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Secretário, como uma informação, quando se tem a pretensão de se concluir esse inquérito?

O SR. JONATHAN SILVA – O mais rápido possível. Talvez na semana que vem. O Ministério Público acompanha o inquérito, faz um outro inquérito. A Procuradoria da República está fazendo um outro inquérito. Inclusive, ontem dei as informações à Procuradoria da República.

A OAB, através da sua Comissão de Direitos Humanos, está fazendo um outro trabalho. Não temos nada a negar.

O SR. RODOLFO PEREIRA – A Polícia Civil de Goiânia informou que, a princípio, não enviará as armas. "O Delegado Valdir Soares enviará para a perícia apenas as 15 armas apreendidas pelo..."

O SR. JONATHAN SILVA – Isso é uma versão. O Alckmin já dizia que vale muito mais a intenção do que a verdade.

O SR. RODOLFO PEREIRA – Por isso que eu estou lhe perguntando.

O SR. JONATHAS SILVA – Isso é uma versão. Eu não vou ser irresponsável para não mandar que essas armas não sejam examinadas, serão examinadas.

O SR. RODOLFO PEREIRA – Ainda serão examinadas.

O SR. JONATHAS SILVA – Ainda serão examinadas e vão ser examinadas. Isso é uma tradição. Ainda serão examinadas e vão ser examinadas.

Eu acho que esta Comissão poderia até designar alguém, Sr. Presidente, para acompanhar isso, se quiser. Não temos nada a esconder, certo?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – O próprio Governador ofereceu a Comissão essa possibilidade.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – *(Indagação fora do microfone.)* As armas já foram recolhidas, Sr. Secretário, para exame ou estão...

O SR. JONATHAN SILVA – Temos o registro de todas essas armas.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Elas foram recolhidas?

O SR. JONATHAN SILVA – Elas estão sendo recolhidas para exame. Podem ficar tranqüilos. Nós não vamos mentir. Não é da minha formação mentir, entendeu? Não é!

Com relação ao planejamento da operação.

Foram feitas várias operações, Deputado Onyx, várias operações, várias. Umas, não foram realizadas porque o Ministério Público ainda não criminalizou a responsabilidade de alguns políticos. Tem que criminalizar, porque esses políticos atrapalharam, e é bom que se fale aqui. Estamos na Casa do povo, é bom que se deixe isso bem claro. Mas haverá essa criminalização, porque hoje, segundo a ciência política mais moderna, há uma judicialização do político. Fugiu ao controle?

Deputado, vou responder às suas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Jamil, peço a V. Exª que ouça o depoente.

O SR. JONATHAN SILVA – Eu gostaria, senão, fica difícil. Apesar de V. Exª ter imunidade parlamentar e eu não ter, fica meio difícil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Aqui V. Exª tem. Pode ficar tranqüilo para responder.

O SR. JONATHAN SILVA – Fugiu ao controle? Não fugiu ao controle?

Quero dizer, com tranqüilidade, que assumo a responsabilidade pela operação. Eu ordenei a operação em razão de uma medida judicial. Não fugirei à responsabilidade. Eu não poderia sofrer uma ação de improbidade por parte do Ministério Público, nem descumprir uma ordem judicial. Quero dizer que a polícia foi muito competente nessa operação.

É muito fácil estar de fora e falar. As vias próximas daquele parque estavam todas fechadas. Ali se fez um governo paralelo, como se faz em outros Estados. Eles fecharam as vias. Ali não havia lei; ali havia um antidireito. Democracia é governo de lei, não é governo de homens; não é demagogia. Isso está escrito lá na república de Platão, Frei Marco – que está rindo aí. É só ler, não é demagogia.

O SR. (Não identificado) – V. Sª fica provocando os outros.

O SR. JONATHAN SILVA – Eu não estou provocando.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Estamos sendo recebidos aqui cordialmente. Por isso peço que ouçam o Secretário. Ofereçam a ele a oportunidade de expor sua posição, de apresentar a sua versão democraticamente. Nós não queremos, em hipótese alguma – sentimo-nos honrados com a presença de todos aqui -, pedir para que deixem este recinto em nome da boa condução dos trabalhos. Assim, faço este apelo para que todos permaneçam em silêncio, ouvindo, democraticamente, a exposição do Secretário.

O SR. JONATHAN SILVA – Com relação à Operação Inquietação, esta é uma operação que teria de ocorrer como parte do processo, e ocorreu. Foi por isso que um tenente nosso foi baleado. Acho que a Comissão não visitou o tenente. Ele foi baleado no abdômen, foi atingido no intestino, a bala subiu. Ele foi operado no Hospital dos Rins. Pelo menos o Ministro Nilmário, que esteve aqui, visitou as vítimas e não foi visitar o tenente, como se ele também não tivesse a dignidade de pessoa humana.

Assim, a Operação Inquietação ocorreu. Essa operação foi feita para ver se nós chegaríamos exatamente a uma saída negociada; ou seja, não precisar entrar lá e fazer a operação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Em que consiste a Operação Inquietação? Para que essa operação?

O SR. JONATHAN SILVA – A Operação Inquietação se faz por meio de fogos. A polícia solta fogos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Trata-se de uma operação psicológica?

O SR. JONATHAN SILVA – Exatamente, para ver se poderíamos negociar. Várias negociações foram tentadas para evitar essa operação. É preciso dizer isso. Nós precisamos ter um compromisso com a verdade.

Havia alguns que queriam explorar aquilo politicamente, mas isso não ocorreu com as negociações. É bom que se diga isso. É importante que se diga isso.

Por que não se aplicou o Estatuto da Cidade no governo municipal anterior? Por que essa era uma lei do Governo Fernando Henrique? Por que não se aplica o Estatuto da Terra? Há uma lei do Governo Castelo Branco em matéria agrária, por que ela não é aplicada? Por que o Ministro Miguel Rosseto diz que vai revogar a medida provisória que diz que terra que é invadida não pode ser vistoriada para fins de reforma agrária? Para criar uma guerra no campo? Isso vai estourar dentro da segurança pública. Aí, a polícia passa a ser acusada e a sentar no banco dos réus. Não podemos aceitar isso; precisamos ter a ética da responsabilidade. Não é a ética da convicção, da cátedra, a ética do púlpito. Não, temos de ter a ética da responsabilidade.

Veja bem, quanto à palavra de ordem dita pela polícia, como disse aqui o Deputado Onyx Lorenzoni, não tenho informação de que essa palavra de ordem tenha ocorrido. Bom, o Deputado Jamil Murad disse que a operação foi um fracasso. Não acredito, Deputado. Não acredito, porque a operação foi feita exatamente para evitar o pior. Tentamos evitar o pior, esses dois óbitos. Isso ocorreu independentemente da nossa vontade. O comandante acompanhou, de perto, essa operação; estava lá e a acompanhou. Terminado o inquérito, vamos punir os culpados, Deputado.

Faço a defesa da polícia, porque conheço a polícia do meu Estado, que é bem diferente de outras polícias. Não podemos estigmatizar o policial, como a sociedade e a imprensa procuram fazê-lo. O policial talvez não tenha o salário do deputado, nem do desembargador, nem do juiz, mas é um cidadão que porta arma por delegação da sociedade civil. Vem de família muito pobre, e temos hoje todos os mecanismos de controle da ação policial. Temos uma ouvidoria, cujo ouvidor está fora dos quadros da polícia; temos uma corregedoria vinculada ao gabinete do secretário, exatamente para se ter uma polícia controlada. Fizemos isso e temos procurado, na formação do nosso policial, dar-lhe a

disciplina Direitos Humanos, na nossa academia. Então, senhores, eu defendo a polícia.

Essa história de não examinar as armas acho que já respondi; as armas serão examinadas.

Deputados e vereadores não puderam entrar na área. Por quê? Porque há uma doutrina operacional de polícia. Nessas situações de ocorrência, não se pode deixar um estranho... E se um deputado ou um vereador tiverem um conflito ali? Alguns foram incitar os invasores a não aceitar as propostas de acordo. Isso não é incitação ao crime, Deputado? A palavra será do Ministério Público. Por isso, tivemos esse cuidado.

É bom que isso fique bem claro para a sociedade, e a imprensa local entendeu muito bem...a sociedade entendeu muito bem isso.

Fazer politicagem com coisa séria não é digno da atividade mais digna do ser humano, que é a política. Conheço, por exemplo, o Presidente desta Comissão, o Senador Alvaro Dias. Conheci-o Governador do Paraná, quando enfrentou uma barra duríssima contra grupos econômicos do Paraná. Conheço. Um homem público que tem uma conduta ilibada. Então, precisamos deixar isso bem claro. Precisariam ser ouvidos aqueles que incitaram ao crime, à desobediência civil, querendo criar um estado anárquico, sem leis – parece que leram Bakunin às avessas. As abordagens e intimações não foram feitas – aliás, foram feitas, mas não como se faz numa operação dessas. A questão dos policiais serem treinados e terem entrado atirando: ora, os policiais não entraram atirando.

Deputado Mauro Rubem, V. Exª, por favor, me respeite. O senhor incita o crime e depois se esconde.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Mais uma vez quero fazer um apelo para que seja respeitado o depoente. Ele tem um tempo para a sua exposição e democraticamente devemos saber ouvi-lo.

Peço às pessoas que estão neste recinto que respeitem também quem preside os trabalhos. Não estamos aqui dispostos a ouvir conselhos de como presidir uma CPI. Eu gostaria que todos se colocassem respeitosamente para ouvir o depoente. A democracia é assim. Se não aceitam as regras democráticas, é preciso lutar contra o sistema, mas este é o sistema vigente no Brasil, o sistema democrático. Então, democraticamente, vamos ouvir o depoente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria de reforçar o entendimento de V. Exª e dizer que estou temendo que esta audiência tome outra rota e enverede para acusações que vão requerer outro tipo de investigação. Estou ouvindo aqui acusações frontais, pesadas e que merecem atenção de nossa parte.

Portanto, pediria ao nosso convidado que contivesse um pouquinho a sua emoção, pediria encarecidamente às pessoas que contivessem suas emoções pois estamos aqui tentando encontrar uma saída para um problema muito grave, que já tirou vidas, e que não pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – O Senador Sibá Machado usou de uma prerrogativa de forma educada e democrática. Acolhemos as suas ponderações, mas, evidentemente, deixamos a critério do depoente o seu comportamento na exposição que faz.

O SR. JONATHAN SILVA – Bom, a questão de punir os oficiais, Deputado Jamil: essa é uma prática da nossa administração. Até agora, punimos 4.869 policiais. V. Exª pode perguntar ao Ministro Márcio Thomaz Bastos qual foi o órgão de segurança pública que mais puniu policial. Temos um sistema de processo administrativo disciplinar aqui que é rápido, ligeirinho. O governador delegou essa competência ao seu secretário, temos feito isso, isso é republicano.

Senador Sibá Machado, as medidas tomadas para resolver o problema não estão tão rápidas. Veja bem, a operação não foi tão rápida porque não queríamos fazer a operação, demorou 110 dias para acontecer e aconteceu apesar de termos tentado suspendê-la. Agora, isso está sendo feito em parceria com o Município e o Estado, por intermédio da Secretaria das Cidades, por meio do Secretário Ademir Menezes, que está ali, e, naturalmente tem de dar uma certa rapidez.

O problema de pessoas que foram ameaçadas por policiais, o depoimento que fizeram. Não conheço isso, ignoro isso. Inclusive, pedi que todos os policiais saíssem das proximidades de onde estão as pessoas. As pessoas estão traumatizadas, elas não querem ver os policiais. Agora, lamentavelmente é necessário que fique do lado externo. É fundamental que eu tenha informações sobre essas ameaças, para que eu possa mandar apurá-las.

Veja, V. Exª, tive o cuidado de não cumprir uma determinação do juiz para derrubar as benfeitorias. O juiz determinou, foi lá, e eu mandei que a polícia não fizesse aquilo. Os proprietários é que contrataram pessoas para derrubar aquelas benfeitorias. Eu pedi à polícia que saísse de lá, apesar de haver uma determinação do juiz. Seria bom que o juiz estivesse aqui, lamentavelmente não está. V. Exª pode ficar tranqüilo que os responsáveis pelo abuso de autoridade serão punidos.

Deputado Rodolfo Pereira, qual era o método usado pelo Judiciário? Primeiro, usamos vários argumentos. A função social da propriedade. Tem um espaço urbano, aquele desocupado. Ora, sabemos que a formação do juiz brasileiro é muito legalista. Então, o problema era cumprir a ordem. Veja que entramos com recurso para o Tribunal de Justiça, que confirmou a liminar no sentido de não cumprir essa ordem judicial.

Se houve execução policial, o inquérito vai revelar. O corregedor está acompanhando, assim como o Ministério Público no controle externo, e vamos tomar as providências adequadas a esse caso.

As armas de fogo encontradas foram amplamente mostradas na televisão. Pensei que a fita iria mostrar inclusive as armas de fogo, mas não mostrou. As armas de fogo encontradas estavam com as pessoas. Naquela invasão inclusive havia um narcotraficante, que tinha um mandado de prisão. E ele ia ser preso exatamente fora da igreja, nas proximidades dela. Tinha um mandado de prisão contra ele, vindo de São Paulo. Está com o Delegado Waldir, se a Comissão quiser é só passar lá que o delegado mostra. Havia, inclusive, industriais na posse. E proprietários de supermercados eram donos de áreas na região. Começaram a vender lotes, a negociar.

Quanto ao nível de investigação, queremos ver se terminamos esse inquérito até a semana que vem, para resolver esse problema. Foi feito o exame de balística, mas o mandamos para o Instituto Médico Legal, para a Polícia Técnico-Científica fazê-lo novamente com detalhes.

A Deputada Neyde Aparecida, longo tempo de planejamento: por que não se usaram armas não-letais? Olha, havia armas lá, e tivemos o cuidado de colocar as armas só nas mãos dos comandantes. Não colocamos, por exemplo, armas na mão do batalhão de choque, que derrubou aquelas trincheiras que havia lá.

Quanto às vítimas, nós não as estamos criminalizando. Queremos, naturalmente, que se resolva esse problema o mais rápido possível. Isso não está na alçada da Secretaria de Segurança Pública. Tivemos cuidado com as pessoas idosas, com as crianças. Houve esse cuidado.

E quanto ao nome da operação, ela recebeu o nome que a polícia deu – a Polícia Federal dá os nomes das operações. Não foi houve ironia. Contávamos que nessa operação não haveria vítimas. Esse foi o nosso desejo e a nossa preocupação, que não ocorressem vítimas. Veja, se essa operação... o comandante acompanhou essa operação de perto para exatamente evitar tudo isso. Fizemos vários planejamentos. Agora, na questão da prisão de alguém, o delegado foi inoportuno, mas ele só achou aquele cidadão lá naquele momento, ele era um líder lá, e tinha um mandado de prisão da polícia de São Paulo contra aquele cidadão. Está lá, certo, era um narcotraficante.

Vejam os senhores, então o delegado foi inoportuno, houve inoportunidade, não era o momento, mas tinha de cumprir o dever dele, certo, que não cumprisse ali. Então, houve aí uma inoportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Queremos agradecer a participação do Secretário de Segurança, Dr. Jonathan Silva, e o liberamos para se retirar da Mesa. Vamos convidar o próximo depoente, mas, antes, em atenção ao convite que formulou, à sugestão feita pelo Governador Marconi Perillo, reiterada pelo Secretário Dr. Jonathan Silva, vamos designar a Deputada Neyde Aparecida, que é representante de Goiás na Câmara dos Deputados, para representar a CPMI, acompanhando esse inquérito até a sua conclusão. Então, em nome da CPMI, a Deputada Aparecida fica encarregada de acompanhar o desenvolvimento deste inquérito.

Convidamos para o seu depoimento, Américo Rodrigues, representante da ocupação Sonho Real. Estamos intercalando até para estabelecer o contraponto. Portanto, convidamos o Américo Rodrigues para o seu depoimento.

Quero, mais uma vez, agradecer ao Dr. Jonathan Silva. Certamente, o seu depoimento traz subsídios importantes para que a CPMI possa realizar a sua conclusão. E certamente o Relator, Deputado João Alfredo, terá a oportunidade de valer-se para do depoimento do Secretário para o relatório final desta CPMI.

Pedimos também, da mesma forma, que seja conciso em seu depoimento, que procure sintetizar da melhor forma possível, porque temos outros depoentes nesta tarde. Certamente, o Américo saberá colocar com concisão a sua posição a respeito e trazer as informações que pode trazer a esta CPMI.

Com a palavra, então, Américo Rodrigues.

O SR. AMÉRICO RODRIGUES – Boa tarde. Vou procurar ser breve também para poder colaborar com essa investigação que está sendo feita aqui, e tentar elucidar da melhor maneira possível o que ocorreu na ocupação do Parque Oeste Industrial.

Gostaria de deixar claro, na primeira fala, que o Professor Jonathan Silva fez um relato até importante, por isso gostaria de deixar registrado, onde afirmou, categoricamente, que vários Parlamentares estiveram presentes na área da ocupação do Parque Oeste Industrial, motivando e excitando aquela invasão, para criar tumulto. Ele não disse. Um dos pontos mais importantes é que temos registrada a fala do Governador Marconi Perillo, aqui de Goiás, em que deixou claro que as pessoas poderiam ter tranqüilidade na construção

da sua casa, uma vez que não cumpriria a liminar que estava expedida desde setembro; e que, se algum soldado ou comandante da Polícia Militar entrasse dentro da ocupação do Parque Oeste, seria demitido.

Achei que era importante somar, para as investigações, esse fato, uma vez que o Professor Jonathan Silva não deixou clara essa informação. Isso soma muito para as investigações tanto do Ministério Público Estadual e também desta CPMI. E, se forem federalizadas as investigações, com certeza vai somar também para futuros esclarecimentos do que foi dito.

O Professor Jonathan Silva disse que o Sr. Sérgio era um dos líderes da ocupação. No momento em que estávamos lá, não tivemos nenhum contato com esse Sr. Sérgio de tal, que ele fosse algum tipo de liderança lá dentro. Sempre procuramos tranqüilamente encontrar as negociações com as autoridades, com o Prefeito, com o Estado, com a Câmara, com a Assembléia, para encontrar uma solução que fosse pacífica e tranqüila e não fosse da forma em que foi feita a desocupação. Em várias reuniões, deixamos claro que as autoridades tinham consciência da importância e do perigo que poderia acontecer nessa desocupação. Então, gostaria de deixar registrado isso.

A ocupação da área começou, aproximadamente, no mês de maio de 2004, sendo que, na data da desocupação, já havia cerca de aproximadamente quatro mil famílias, dando um total de 12 a 15 mil pessoas, entre homens, mulheres, crianças e idosos.

A liminar foi proferida aproximadamente no mês de setembro de 2004, sem levar em conta que a propriedade não cumpria a sua função social e não tinha os impostos devidamente recolhidos na Prefeitura de Goiânia. Isso não foi levado em conta pelas autoridades, uma vez que várias provas foram colocadas dentro do processo.

A Drª Juíza Grace Corrêa, substituta na 10ª vara cível, deu essa liminar, que foi confirmada pelo Juiz Gilmar, para a destruição e a desocupação daquela área, sem avaliar profundamente os riscos que poderiam acontecer ali dentro, uma vez que já tinha cerca de três mil casas construídas lá dentro e um montante de quase 15 mil pessoas, como já disse.

Estima-se que aquelas construções levaram um montante de R$10 milhões gastos pelas famílias, entre ajudas familiares e Fundo de Garantia, já que a maioria estava desempregada, vigiando seus lotes. Muitos perderam seus empregos, vigiando seus lotes. Com a ajuda de parentes e de amigos, de financiamentos na Caixa e nas financeiras e demais ajudas para construir, foram aplicados, aproximadamente, R$10 milhões na construção das casas, sem nenhum apoio do Governo estadual nem municipal.

No dia 12 de novembro, o Governador Marconi Perillo se reuniu com cerca de 300 a 350 pessoas, moradores do Parque Oeste Industrial. Tivemos uma conversa agradável com o nosso Governador. Ali estavam presentes Parlamentares – Capitão Wayne, também o Deputado Sandes Júnior, Presidente da Câmara, Chiquinho e outros –, juntamente com o Governador Marconi Perillo. E foi-nos transmitida uma palavra que alegrou muito o coração daquelas famílias, que estavam ali há vários meses: como já disse, que ele não cumpriria liminar; que, se algum soldado entrasse lá, ou algum comandante, seria demitido. Saímos muito felizes dali, radiantes e contentes. E a construção aumentou ainda mais. E a tranqüilidade e a segurança, uma vez que tínhamos ouvido, por parte da maior autoridade de Goiás, o Governador, que tem competência para deliberar... Com certeza, a palavra dele teve muito peso para se fortalecer e concretizar ainda mais a ocupação.

Da retirada das famílias, que aconteceu no dia 16, tendo início por volta das oito e trinta, encerrando-se por volta das onze horas, já não havia mais ninguém das famílias dentro da área, a não ser os soldados e os comandantes.

Antes da desocupação, a Polícia iniciou a tal Operação Inquietação. Por dez dias, a Polícia ia, aproximadamente de meia-noite até as quatro da madrugada, soltando bombas de efeito moral, gás lacrimogênico, balas de borracha e projéteis verdadeiros. Registramos uma ocorrência na Corregedoria da Polícia Militar, envolvendo seis pessoas, porque as balas perfuraram os barracos e deixaram vários projéteis esparramados nas casas. As famílias pegaram as cápsulas e guardaram de lembrança do acontecido. Temos aqui bala de Fal, que é fuzil automático leve, de pistolas que foram deflagradas na Operação Inquietação, feita no Parque Oeste Industrial.

Segundo o Professor Jonathan Silva, era para trazer perturbação psicológica às famílias. Quando houvesse algum tipo de negociação, as famílias sairiam com mais facilidade.

No dia 16 de fevereiro, na noite anterior à tal Operação Inquietação, no dia seguinte, por volta das 8h30, contrariando as palavras do Professor Jonathan Silva, não houve nenhuma negociação, não houve palavra de ordem de chamada das lideranças e do povo para vir conversar, devido ao cerco feito pela Polícia. Com certeza, as famílias, temendo a ação policial, sairiam, desocupariam aquela área, porque a força armada era muito grande, muito poderosa. Com certeza intimidaria aquelas famílias, que sairiam. Mas isso não aconteceu, contrariando o que o Professor disse aqui, que

haveria negociação para que as famílias pudessem ser retiradas.

Às 8h30 da manhã, contrariando o Professor Jonathan Silva, que disse que houve resistência, não houve resistência. Está registrado naquela fita do americano que pôde filmar escondido das autoridades. As pessoas estavam com a Bíblia no peito, com as mãos dadas, orando e pedindo a Deus para uma solução pacífica, para que houvesse uma negociação, até mesmo no último momento, uma vez que aquelas pessoas acreditavam piamente nas palavras do Governador Marconi Perillo, que garantiu que não entraria polícia.

Está registrado na imprensa, em todos os meios de comunicação, que nós insistíamos que a Polícia não entraria, porque haveria uma negociação. Ainda não tínhamos declarado para a imprensa, mas sabíamos no fundo que seria o peso daquela conversa com o Governador de Goiás, Marconi Perillo, que colocou uma pessoa para falar em seu nome, para negociar, o Sr. Álvaro Lourenço, Presidente da GEAD. Ele não tinha o mesmo peso do Governador Marconi Perillo. Ele poderia falar, mas as famílias não acreditavam, porque tinham ouvido do nosso comandante maior, que é o Governador Marconi Perillo, que não cumpriria a liminar e que nenhum soldado nem comandante entraria ali.

Então, agarrada àquelas palavras, as pessoas deram-se as mãos no dia da desocupação e rezaram a Deus, esperando que no último momento houvesse uma ligação do comandante maior, Governador Marconi Perillo, dizendo: vamos negociar, porque o povo não tem como sair daí, já construiu as suas casas. Mas, pelo contrário, não houve essa palavra de ordem do Governador, a Polícia entrou na área e, como vocês viram no filme registrado, houve várias bombas, gás lacrimogênico, projéteis naquela ocupação, com 14 feridos.

Com certeza, essa Operação Triunfo, como disse o Professor Jonathan Silva, que assume toda a responsabilidade... É importante que esta CPMI esteja bem consciente de que está assumindo a responsabilidade dessa "Operação Triunfo", que foi uma operação considerada,não só em Goiânia mas, também, em Goiás e no Brasil, por todas as autoridades que conhecem o que é direito humano, que conhecem o que é negociar, que conhecem o que é solução pacífica, que conhecem o que é um problema social e não um problema de polícia, dizem que a operação foi uma tragédia. E é bom deixar claro que eles tiveram tempo até mesmo para fazer um boton e colocar no peito, que seria o boton da "Operação Triunfo", mas não tiveram tempo para conversar com as famílias no momento da entrada da polícia militar.

É bom deixar registrado, também, que se tivesse ocorrido algum tipo de negociação, com certeza as baixas e os problemas que aconteceram não teriam ocorrido.

Eu gostaria de continuar, mas de fazer um apelo aqui ao Presidente para que, no momento em que eu chegar nesse ponto, coloque essas fotografias aqui para que todos possam ver. É um apelo que faço, que é de fundamental importância. Consta aqui o relatório da polícia do IML, sobre o laudo pericial de Wagner e Pedro. O jornal **O Popular** registrou hoje, está dizendo claramente que o laudo pericial sobre os dois companheiros assassinados diz que não houve espancamento e não houve, porém, abusos por parte da polícia.

Esse laudo nós gostaríamos de questionar, neste momento, porque, naquele mesmo dia, Senadores e autoridades presentes, na presença até mesmo da Senadora que nos visitou naquele dia – a Senadora Heloísa Helena – e, também, da Deputada Federal Luciana Genro, foram tiradas várias fotos dos cadáveres, ali dentro do IML. Então, é importante que se faça essa colocação, para que possam também estar apreciando as autoridades presentes, do que contraria aqui o laudo pericial do IML, que diz que não houve abuso, não houve espancamento e não houve violência.

Eu gostaria que as fotos – nada melhor que pudesse estar elucidando, ajudando a contribuir para elucidar esse caso –, enquanto vou relatando aqui, que colocassem essas fotos, por gentileza.

O rosto do Wagner teve marcas de violência; teve a mão queimada e parecia ter três iniciais. Dois tiros foram levados pelo Wagner, sendo um no peito e outro no ombro. E o Pedro teve perfuração a bala na parte posterior do tórax, corte na parte anterior da cocha direita, perfuração a bala na porção anterior do tórax, escoriação na parte inferior esquerda da mandíbula e ausência de três dentes superiores, também frontais, do Pedro.

Esses aí são sobreviventes de guerra. São sobreviventes da ocupação do Parque Oeste Industrial. São balas de raspão.

Essa foi no ombro do Wagner. Esse é o Pedro. Perfuração a bala. Essas fotos foram feitas dentro do IML. Esse é o Pedro.

Há poucos instantes, vocês viram uma marca no ombro e outra no tórax.

O Wagner levou dois tiros. Olhem os dentes aí... Não tem, não é? Foram quebrados no dia. Esse é o Wagner. A mãe não vai depor, mas consta dos relatórios que ela diz que o soldado pegava o rosto dele e batia com a cabeça no chão depois de ter dado dois tiros nele. Por isso ele quebrou os dentes e fraturou o rosto.

Essas fotos foram feitas no IML no dia em que a Senadora esteve aqui. Somou muito, está somando e vai somar. Olha o rosto! Esse aí é o Vagner, com várias escoriações e espancamento. A mão também teve queimaduras com iniciais, letras iniciais. Olha lá! A fotografia pode ajudar a polícia a fazer essa investigação.

Diante desse laudo pericial, eu faço um pedido aqui, até para garantir elucidar, para que seja feita outra perícia, com a participação de algumas pessoas indicadas por esta CPMI, para ajudar a elucidar esses fatos, uma vez que consta aqui que não houve nenhum tipo de violência, o popular no laudo pericial e nós estamos vendo que as fotografias mostram outra realidade.

O Secretário Jonathan Silva afirmou categoricamente que os comandantes da operação...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Eu pediria ao Sr. Américo que procurasse concluir rapidamente o depoimento.

O SR. AMÉRICO RODRIGUES – OK. E os policiais infiltrados possuiriam armas de fogo, como vocês viram no vídeo: um grupo de policiais cercaram ali aquelas pessoas, e um levou o pé até o rosto daquela mãe que estava... que não mostrava nenhuma resistência... estava tampando o rosto com um pano por causa do gás de pimenta – ou lacrimogêneo, não sei – e ele levou o pé no rosto e todos estavam com uma pistola na mão. Com certeza todos não eram oficiais da polícia, porque estavam em grande número e com certeza não eram todos oficiais.

Outra afirmação incansavelmente divulgada pela imprensa foi que a desocupação seria pacífica e não violenta, mas, nessa mesma seqüência podemos ver a mulher, que estava lá, levando um chute no rosto, com as filmagens feitas pelo vídeo, contrariando o que o Professor Jonathan Silva disse. Ela estava assustada, mas, mesmo assim, o policial da tropa de choque atingiu-a com um chute no rosto.

No seu depoimento ao Ministério Público o cidadão americano Fred Will, autor dessas imagens, disse à polícia que a polícia parecia atirar em todo rumo e em tudo que se movia. Podemos constatar também, pelas filmagens, que um grupo de policiais, ao caminhar, aponta uma arma de fogo e dispara contra a câmara. Vocês viram a fumaça e o barulho do projétil pegando a parede.

Vale a pena lembrar também que essas imagens são originais e não tem nenhum tratamento.

A chamada "Operação Inquietação" envolveu dois mil policiais, formados. Ao contrário do que diz o coronel, todas as pessoas relatavam – e este filme, feito no dia pelo repórter americano, comprova a violência da operação – que cometeram todo tipo de abusos e crimes, resultando na morte comprovada do companheiro dos jovens Wagner Silva Moreira, de vinte e um anos, e Pedro do Nascimento, de vinte e sete anos; na invalidez de um outro jovem que está no UGO, de Goiânia, no hospital, ferido à bala e não pode mais andar, pois está paraplégico; no ferimento de dezenas de pessoas por armas de fogo, que não foram a óbito, mas estão registradas no UGO; na destruição de moradia e móveis e pertences das pessoas. Os móveis não foram retirados, a patrola derrubou por cima dos móveis das pessoas que estavam com os móveis lá dentro.

A Operação Triunfo jogou ainda à situação de refugiados de guerra centenas e centenas de milhares de pessoas dentro do ginásio do Novo Horizonte e do ginásio do Capuava, onde elas estão até hoje, numa situação desumana. As pessoas não têm lá sequer o direito de trocar uma roupa porque não têm roupa pra trocar e continuam com a mesma roupa do corpo. Crianças sofrendo ali de uma epidemia, pois começou uma epidemia de coceira e de virose por causa do calor que faz durante o dia e pelo acúmulo de pessoas amontoadas à noite. Até hoje, não foi tomada nenhuma providência para a definição de uma área em que se possa fazer o acampamento até se encontrar a área prometida há e vários meses antes da ocupação e que ainda não apareceu.

Fica também registrado que as pessoas estão amontoadas e que poderiam mudar amanhã mesmo, se for encontrado um local provisório para dar o mínimo de dignidade. Dessa forma, cada família poderá ficar acampada em uma barraca e esperar com mais tranqüilidade que seja cumprida a promessa feita pelo Governo de encontrar uma área definitiva para essas famílias.

Sobre essas famílias, alega-se o tempo todo que não tinham necessidade, que eram ricas, que as pessoas não eram pobres e que estavam especulando e comercializando lotes. Em um montante de quatro mil em que se encontra um traficante, culpar todas as pessoas é um absurdo, como fez o Professor Jonas da Silva. Qualquer bairro de Goiânia, de Goiás ou do Brasil que seja consolidado com esse número de pessoas, há pessoas com armas brancas, facas de cozinha, enxadão, pá, martelo ou alicate para resolver seus problemas.

Eu gostaria de fazer esse registro para que se encontre imediatamente um local para que essas famílias tenham o mínimo de dignidade e até mesmo para que as mulheres possam se relacionar com seus maridos. Ontem mesmo, evitamos uma briga porque há estresse e dificuldades, e o trauma foi muito grande.

Tememos mais uma vez a ocorrência de baixas por causa do estresse.

Apelo à Procuradora-Geral Laura Bueno que nos auxilie na concessão dessa área provisória para que as famílias possam esperar pela área definitiva a fim de resolver esse problema.

Para finalizar, na semana seqüente, pudemos notar que realmente os policiais tinham um critério de ataque. Tudo era alvo. Note o policial. Já falei sobre isso e sobre tudo o que está acontecendo.

Eu gostaria apenas de fazer um relato importante. No maior jornal de Goiânia, **O Popular**, foi publicada uma nota, paga e dirigida pelas grandes imobiliárias de Goiânia, que parabeniza a Polícia Militar de Goiânia por sua ação, por sua atitude, pelo massacre e por restabelecer a ordem democrática na cidade. Essa nota saiu em um jornal de grande circulação e foi paga pelas grandes imobiliárias. Sempre temos dito que havia interesses escusos por traz daquela área. Os proprietários até queriam negociar, mas devido às pressões feitas pelas grandes imobiliárias – e isso está no jornal **O Popular** –, elas não quiseram negociar, e chegamos a essa desocupação traumática.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Muito obrigado ao Américo.

Vamos iniciar os questionamentos pelo Relator, o Deputado João Alfredo, que tem a palavra.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Presidente, louvo a atitude de V. Exª ao nomear a Deputada Federal Neyde Aparecida para acompanhar. Peço, desde já – fiz essa recomendação por escrito, mas quero reforçá-la publicamente – que S. Exª fique atenta à questão do recolhimento e da perícia do armamento dos policiais militares. Ficou claro no depoimento do Sr. Secretário de Segurança Pública que até o presente momento isso não havia sido feito. S. Exª prometeu encaminhá-lo e, contraditoriamente, disse que, em uma semana, concluirá o inquérito. Portanto, é uma questão fundamental fazer o levantamento dessas armas e periciá-las, até para se saber a responsabilidade dos policiais.

Sr. Presidente, farei verbalmente outro requerimento. O depoente pede uma nova perícia em função do resultado da perícia local. No entanto, para essa construção, seria importante que requerêssemos ao Sr. Secretário de Segurança Pública ou ao Ministério Público, enfim, a quem está acompanhando o inquérito, os laudos cadavéricos dessas vítimas para que possamos confrontá-los com as opiniões do nosso depoente e, se for o caso, solicitar uma nova perícia, quem sabe de uma instituição nacional que esteja desvinculada desse episódio, como a Unicamp.

Parece-me que a veemência com que o Sr. Secretário defende a sua polícia – o que é natural, pois ele é o titular – pode também não dar a todos a segurança com relação a uma isenção mais completa nessa apuração, embora esteja sendo acompanhada pelo Ministério Público.

Sr. Presidente, V. Exª até comentava, no carro, como nos sensibilizava toda aquela situação. Era importante também que pudéssemos instar, efetivamente, ao Governo e à Prefeitura a resolução do problema do agasalhamento – vou usar essa expressão bem cearense – dessa população que está vivendo nessa situação até que o caso seja resolvido.

Hoje, na reunião com o Governador, recebemos a notícia de que aquele protocolo de intenções, finalmente, havia sido assinado pelo Governador e pelo Prefeito, coordenado pelo Ministério das Cidades. Nosso Secretário está presente, Jorge Hereda, da área de habitação. Esperamos que a assinatura do Governador e que essa co-responsabilidade da União, Governo Federal; Estado, Governo Estadual; e Prefeitura, Governo Municipal, possam efetivamente resolver o problema. Mas, até essas famílias receberem o terreno e o seu teto, elas estão vivendo naquela situação.

Eu teria duas perguntas a fazer ao nosso depoente. O relato dele foi bastante amplo. Era importante ficar clara a questão do armamento dos próprios ocupantes. Isso foi dito pelo Sr. Secretário de Segurança Pública. Em depoimentos de hoje de manhã, ouvimos algumas denúncias sérias de que poderia haver uma infiltração da P-2 na própria ocupação para se criar esse clima.

Assim, há elementos, efetivamente, desses dois aspectos? Primeiro, a população se armou, efetivamente, para o confronto? Isso precisa ficar claro para a CPMI.

Segunda pergunta: houve infiltração de provocadores na própria ocupação para incentivar o confronto? Essa é uma pergunta relevante para a CPMI.

Outra questão importante, até porque ouvimos relatos acerca disto: quem mais teria feito uso ou tentado fazer uso político dessa ocupação, do ponto de vista de promessas de campanhas e tudo o mais? Ouvimos o relato do Governador, que também nos falou que tinha conversado com a comunidade, mas teria sido obrigado a cumprir a ordem judicial. É preciso que entendamos todo esse processo, porque houve uma acusação. Lembro-me até de que políticos estariam por trás etc, etc. Assim, considero importante também termos clareza disso para que não acabemos transformando as vítimas em réus. Há uma preocupação nossa com relação a isso tudo.

Evidentemente, mais do que tudo isso, procuramos uma solução para essas famílias que estão vivendo uma situação de precariedade absoluta, como a que todos observamos há pouco no Ginásio de Capuava, aqui em Goiânia.

São esses os questionamentos que faço ao Sr. Presidente em exercício, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. (Não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Pois não.

O SR. (Não identificado) – Deputado João Alfredo, acrescento, nesse rol de providências, que existe um laudo médico em que consta que, além das perfurações, não foi encontrado outro tipo de lesão. A Procuradora-Geral de Justiça está presente.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Inclusive, será a próxima oradora.

O SR. (Não identificado) – É preciso constituir peritos médicos, para saber o que foi encontrado, porque pode haver pressão para que o laudo saia de acordo com aqueles que não querem dizer que houve crime, por exemplo. Então, tem que ter um laudo confiável, não é?

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Deputada Neyde Aparecida, a palavra é sua.

A SRª NEYDE APARECIDA (PT – GO) – Sr. Presidente, agradeço pela oportunidade dada pelo Presidente desta Comissão de acompanhar o inquérito aqui em Goiás.

Em vários momentos do depoimento, o secretário disse que não houve negociação, ou que não foi possível negociação por conta de políticos que estariam incitando a ocupação e a não negociação. E, para reforçar as perguntas do Deputado João Alfredo a esse respeito, gostaria de saber do Américo que avaliação faz sobre isso.

Uma vez que foi assinado um protocolo de intenções com o Ministério das Cidades, com o Governo do Estado e o Prefeito, como estão as negociações agora? As lideranças e os sem-teto aceitam negociar uma outra área, pois parece que há muita dificuldade para vocês voltarem àquela mesma? Qual é a negociação possível? Se, às vésperas da desocupação, houve alguma tentativa de negociar uma saída pacífica?

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Obrigado, Deputada Neyde Aparecida.

Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Américo, em várias oportunidades foi dito que muitos dos moradores da área não eram pessoas necessitadas de moradia; que havia pessoas de classe média, pessoas induzindo outras a dizer que eram ocupantes para, em seguida, repassar terrenos para famílias não beneficiadas e que havia um comércio clandestino dessas áreas. Eu pediria que o senhor dissesse até que ponto essas informações são verdadeiras.

Pelo que vejo aqui, o senhor é uma das referências daqueles moradores. Pessoalmente o senhor tem recebido ameaças? Por parte de quem? Que outras pessoas estariam sendo ameaçadas neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Sr. Américo, impressiona muito a Operação Inquietação. Peço que, o mais concisamente, o senhor descrevesse como essa operação ocorria. Qual o método empregado por ela? Como funcionava essa operação? Qual o horário de funcionamento?

Sr. Américo, o senhor tem a palavra para as conclusões finais.

O SR. AMÉRICO RODRIGUES – O Relator me perguntou se a população se armou, se houve pessoas infiltradas, se houve também politicagem, políticos fazendo promessas. Assistindo ao vídeo, podemos observar que as maiores armas ali, naquela resistência pacífica, eram as mulheres, as crianças, os homens de bem orando, rezando, pedindo a Deus, até o último momento, uma solução. Se uma resistência como aquela transmite algum perigo para um policial fortemente armado, então fico até preocupado com a nossa segurança, uma vez que aquelas pessoas estavam ajoelhadas, aguardando uma solução pacífica, negociada, pedindo a Deus que não houvesse a desocupação, uma vez que elas construíram casas, barracões, estavam ali há nove, dez meses, e houve a permissão para que ficassem ali. Quase 3 mil casas e barracões foram construídos. Havia minimercados, minilanchonetes, as crianças freqüentavam os colégios dos bairros vizinhos. Havia uma vida normal lá.

Com certeza, a população fez aquele barulho para chamar a atenção da autoridade para negociar, para desapropriar, Queriam encontrar uma solução para o problema. Poderia ser a desapropriação ou a negociação para comprar parte da área. Nós nos sentamos à mesa de negociação várias vezes. Os moradores se dispuseram a pagar um terço do que fosse negociado; a Prefeitura pagaria um terço, e o Estado, outro terço. Houve esse interesse, essa vontade das famílias, que são pessoas de bem. Se há um elemento no meio daquelas famílias que não se comporta de acordo com a lei, para viver em uma sociedade, que se façam as investigações. O que não pode é pressionar, prejulgar cerca de 15 mil pessoas por causa de uma ou duas pessoas.

Vimos que a intenção era marginalizar as famílias, preparando a população de Goiânia para uma operação que não teve nenhum triunfo, foi, sim, um

desastre. Houve várias baixas, várias perdas. Havia pessoas infiltradas no meio de nós. A própria polícia militar foi à televisão e aos demais meios de comunicação dizer isso. O Cel. Queiroz disse que havia várias pessoas infiltradas, que moravam na área ocupada para observar o que estava acontecendo lá. Várias vezes, nós dissemos à imprensa que poderíamos perder o controle daquela população porque era muita gente e a coordenação, que era simples, não tinha como manter controle daquela população toda. Dizíamos que temíamos um descontrole ou algo que pudesse acarretar uma tragédia porque algumas pessoas, infiltradas em nosso meio, tentavam fazer algum tipo de baderna. E nós tentávamos, o tempo todo, controlar, contornar. Ainda hoje há dentro do ginásio indivíduos que tentam motivar as famílias a causar transtorno e problema, para desmobilizar as pessoas que estão lá, sem ter aonde ir, acuadas como animais, como refugiados de guerra. Quem mais usou, politicamente, de promessas para ter algum tipo de benefício lá dentro? A única coisa que nós conseguimos da Câmara Municipal e de alguns parlamentares da assembléia foi o apoio para buscar uma solução, apoio para encontrar a saída para aquele impasse quando se via pouca vontade política do Executivo de resolver o problema. E como eles estão participando? O único apoio que nós tivemos para defender o interesse daquela população que estava ameaçada foi dessas pessoas, que participaram da negociação para encontrar uma solução pacífica. O tempo todo buscamos encontrar essas soluções. Não acredito que haja algum parlamentar, empossado, que prometeu e obteve daí algum benefício nessa situação. Mais uma vez, eu friso que houve interesse por parte de algumas autoridades que estiveram lá e falaram em nome do Governador, como o Deputado Sandes Júnior, que esteve lá e, em nome do Governador, disse que não haveria nenhuma desocupação, que podíamos construir com cimento, com tijolos. Ele teve boa intenção, mas o Executivo, o Governador, teria de cumprir aquilo que prometeu, o que não aconteceu. Isso foi o que mais motivou aquelas famílias a construírem suas casas.

A Deputada Neyde perguntou se havia negociação. Disseram aí que muitos políticos não deixavam avançarem as negociações. Não tenho conhecimento do nome desses políticos. Se tivesse certeza, eu os daria aos senhores. Não tenho conhecimento de que houve algum interesse escuso. Há aqueles que participam, que estão conosco. Neles nós confiamos. Às vezes, a vontade da imprensa é a de que o povo fique sem nenhum apoio, sem nenhum auxílio parlamentar para encontrar soluções, acabando abandonados, como os refugiados, para se marginalizarem. V. Exªs constataram que, hoje, estão presentes naquele local crianças, idosos, mulheres grávidas e homens trabalhadores, que perderam a dignidade de dar o sustento às suas famílias em virtude de promessas que não foram cumpridas.

Quanto às negociações, até a desocupação, eram apenas promessas vãs. Pensávamos que o Sr. Álvaro Lourenço, da Agehab (Agência Goiana de Habitação), durante todo o tempo, tentava negociar para desapropriar a área e encontrar uma solução para o problema. Entretanto, posteriormente, ele emitiu um documento para o gabinete da Deputada Isaura Lemos em que afirmou que aquela área não poderia ser desapropriada por localizar-se a 15 minutos do centro de Goiânia. Disse, ainda, não seria possível baixar o decreto ou fazer outro tipo de negociação e que o povo de Goiânia não poderia morar naquela área. Essas foram as palavras do Presidente da Agehab, Sr. Álvaro Lourenço.

Desse modo, as negociações não avançavam e não entendíamos o motivo. Aquele documento que a Deputada Isaura Lemos recebeu confirmou que o Sr. Álvaro nunca teve intenção de desapropriar aquela área e negociá-la, mas de desocupá-la. Ele falou em nome do Governador Marconi Perillo, seu maior erro.

Se houvesse alguém de boa vontade para resolver o problema, não teria acontecido aquela situação, uma vez que nós sempre quisemos negociar e pagar até um terço do valor da área, seguindo os critérios da Agehab. Chegamos a elaborar um documento, assinado pelo Dr. Geraldo, representante da Comob, o Sr. Íris Rezende, o Sr. Álvaro Lourenço, da Agehab, o Sr. Marconi Perillo e por nós, representantes das famílias. Fizemos então um pacto de não construir mais nada. Em contrapartida, eles deveriam fazer o possível para negociar a área e até mesmo desapropriá-la. O referido documento está na Agehab e nós até hoje não recebemos uma cópia. Se o acordo tivesse sido cumprido, esse problema não teria acontecido, razão pela qual o Sr. Álvaro Lourenço também deve ser convocado para prestar maiores esclarecimentos.

Hoje, estamos tentando negociar com a Secretaria de Cidades, por meio do Sr. Ademir Menezes, e construir um vínculo de confiabilidade para avançar na solução dos problemas e resolvê-los definitivamente. Estamos tentando minorar o sofrimento das famílias que se encontram no ginásio para as quais faltam remédios, colchões, materiais de higiene e documentação, porque o trator passou por cima de tudo e a Polícia ateou fogo em várias casas. As pessoas não têm roupas tampouco dignidade.

Essa é a situação atual. As negociações são lentas. Perguntamos onde está a área que nos prometeram e sobre a qual foi falada há dois meses. Essas

promessas precisam se tornar concretas, porque as famílias carentes, que foram motivadas a construir, já estão cansadas. É necessário haver um programa concreto envolvendo a União, o Estado e o Município, a fim de apresentar áreas para abrigar essas famílias, que não são ricas, conforme alegavam a imprensa e determinadas autoridades. Tais famílias são pobres e necessitam ser respeitadas como são.

Deputada Neyde, não houve negociação antes da entrada da Polícia, que empreendeu a Operação Inquietação durante toda a madrugada. Ao raiar do sol, ela estava presente no local. Enquanto as famílias oravam de mãos dadas, como o vídeo comprova, às 08h30, os policiais lançaram bombas de gás lacrimogêneo e efeito moral, avançando em direção à população e prenderam 800 pessoas.

Naquele mesmo dia, eu também fui preso. Quero deixar registrado que eu nunca havia passado numa Delegacia, a não ser para registrar alguma ocorrência de delito praticado por outras pessoas, para defender-me. Fiquei quatro dias detido numa Delegacia de Homicídios, a mando da Polícia Civil, fato que também atrapalhou as negociações. Não havia nenhuma justificativa para aquele mandado de prisão. Bastava convidar-me para prestar depoimento e eu iria lá, como fiz várias vezes. Não havia nenhuma dificuldade. Isso não houve. Então, não houve negociação, Deputada.

O Senador Sibá Machado me perguntou se, dentre as pessoas que estão lá, existem pessoas que não precisam. Levando-se em conta o número de, aproximadamente, quatro mil famílias, a ocupação aconteceu tranqüilamente. A área foi sendo ocupada. E quando há uma ocupação daquele porte, se há alguém que não precisa ocupar e ocupa, cabe ao Poder Público fazer o levantamento mediante criteriosos cadastros, encontrar as pessoas que não têm necessidade de ocupar a área e expurgá-las do meio, mas não cabe tratar todo mundo alegando que são pessoas ricas que não precisam proceder à ocupação. Então, em relação a essa pergunta do Senador, procuro ser claro e objetivo: cerca de 95% das pessoas que estavam lá são carentes, até porque os ginásios estão cheios e não estão mais cheios porque algumas pessoas foram para o alpendre da amiga, para a cozinha do amigo, para o sofá do vizinho. Para que V. Exª tenha uma idéia, o companheiro lá do bairro Goiá abrigou 50 pessoas a partir da noite da desocupação, tendo passado uma semana abrigando aquelas pessoas, porque elas não tinham para onde ir. Saíram do aluguel, construíram seu barracão, sua casa, e não tinham mais como pagar, já que pagaram a prestação no banco, a prestação da financeira que construiu o barracão, a casa.

Perguntaram-me se houve ameaças com algumas lideranças, até mesmo comigo. Naquele dia da ocupação, fui preso pela Polícia Civil na Avenida Magnólia. Algemado dentro do carro do 15º, a única ameaça que sofri foi por parte do tenente-coronel Pacheco. Eles pararam na saída da Avenida Magnólia, desceram os dois agentes e eu estava como um troféu, porque era considerado um dos maiores representantes lá dentro, como a imprensa tem divulgado. Então, era o maior troféu e eles julgaram importante terem-me prendido. Sentado e algemado no banco traseiro da viatura, o tenente-coronel Pacheco se aproximou de mim e me disse que eu não duraria até o final de dezembro. Então, fiquei muito preocupado, porque se tratava de uma alta patente da Polícia Militar, e com medo, porque era um tenente-coronel. E realmente a situação ficou complicada. Então, comecei uma greve de fome e pensei: "Se for partir para a glória, que seja em jejum".

Como ocorreu a Operação Inquietação. Ela durou aproximadamente dez dias lá dentro. De zero hora até às cinco horas, seis horas da manhã, a Polícia se aproximava com cerca de 10 a 20 viaturas alternadas e começava a ligar as sirenes. No primeiro dia, foi só sirene e houve uma correria muito grande. Várias crianças se machucaram. Os pais ficaram desesperados e houve uma correria muito grande dentro da ocupação, uma vez que pensavam que a polícia já estava invadindo a área.

No segundo dia, a mesma coisa. No terceiro dia, começaram a soltar foguetes e rojões e a população ficou muito amedrontada. Por volta das três, quatro horas da manhã, ligamos para os representantes da Igreja Católica, o Frei Marcos, D. Tomás Balduíno, e alguns Parlamentares que foram solidários naquele momento de opressão e de dificuldade. E ali, naquele momento, conversávamos e procurávamos ligar para o Governador, para as autoridades, para o comandante, visando parar um pouco com aquela situação. Então eles recuavam. Os freis e os padres iam embora. Mas às quatro da manhã começava de novo a inquietação.

No quinto dia em diante, já começaram a jogar bombas de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. Houve disparo de balas de borracha e de projéteis verdadeiros, tendo havido o registro de uma ocorrência na Corregedoria da Polícia Militar por parte dos representantes que tiveram a casa perfurada à bala. Uma de efeito moral bem grande perfurou a parede do barracão e caiu ao lado do berço de uma criança que estava dormindo. Esse fato foi registrado também pelo pessoal da mídia independente.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni) – Durou quantos dias, aproximadamente, a Operação Inquietação?

O SR. AMÉRICO RODRIGUES – Cerca de dez dias. Durante todas as noites, e cada noite com mais intensidade. Chegou ao ponto de, um dia, como a fita mostra, como o filme mostra, uma pessoa nossa foi ferida a bala, uma no braço e uma próxima ao abdômen. E viu aquela primeira fita onde estava gritando o pessoal: "É aquele rapaz que foi baleado."

Não deu, não disse que estava na ocupação, depois ele voltou e disse que estava com medo da Polícia Militar no hospital. Naquele mesmo dia, o tenente também foi ferido, e até hoje fazemos a seguinte pergunta: lá, não vimos nenhuma arma de fogo dentro. Se a polícia descobriu alguma arma de fogo em uma população de quatro mil famílias, cabe a eles apresentarem, mas nunca vimos alguma arma de fogo e sempre recomendávamos uma resistência pacífica, aguardando uma solução negociada por parte das autoridades.

O tempo todo, na imprensa, nos jornais, nos meios de comunicação, nos rádios dizendo, até no último dia, baseado na palavra que ouvimos no Palácio das Esmeraldas, de que não entraria polícia. E nós pegamos naquelas palavras porque foi a maior autoridade que nos deu e acreditávamos até o último momento que isso não aconteceria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Muito obrigado ao Américo Rodrigues, representante da ocupação Sonho Real, pela sua participação.

Quero, em atendimento à solicitação do Relator, Deputado João Alfredo, solicitar à Secretaria da Comissão que prepare o Expediente, a fim de requisitar a esta Comissão os laudos periciais, para que a CPI possa analisá-los posteriormente e, se for o caso, recomendar uma nova perícia que elimine qualquer suspeição de quem quer que seja e de qualquer ordem.

Por sugestão do Dr. Jorge Fontes Hereda, representante do Ministério das Cidades, deixaremos o seu depoimento para Brasília, se entender dessa forma. A imprensa local deve estar anunciando hoje as providências decorrentes do entendimento dos Governos Federal, estadual e municipal no que diz respeito às famílias que serão atendidas em um programa habitacional de emergência, com a participação das três esferas de poder.

Mais de duas mil famílias seriam atendidas nesse primeiro momento e o cadastramento já estaria sendo feito, exatamente em atenção aos critérios estabelecidos pela política habitacional do Estado, dar início às providências, mas creio que será de maior importância e utilidade o depoimento do Dr. Jorge Fontes Hereda, representante do Ministério das Cidades, em Brasília, junto a esta CPI.

Convidamos para fazer a sua exposição a Drª Laura Maria Ferreira Bueno, Procuradora-Geral de Justiça.

A SRª LAURA MARIA FERREIRA BUENO – Excelentíssimo Sr. Senador Alvaro Dias, Presidente desta CPMI da terra, demais Senadores aqui presentes, Srs. Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, demais autoridades, minhas senhoras e meus senhores, vou tentar esclarecer e dizer toda a atuação do Ministério Público em relação à ocupação e à desocupação da área do Parque Oeste Industrial. A ocupação aconteceu em maio de 2004. A liminar de desocupação saiu em setembro e, em fevereiro deste ano, a desocupação pela Polícia.

O Ministério Público teve uma atuação primeira por parte da Promotoria de Urbanismo, desde a ocupação e até antes da decisão liminar, no sentido de buscar uma solução pacifica para a realidade que enfrentávamos naquele momento, ou seja, no sentido de que a desocupação acontecesse de forma pacífica. E, para isso, a Promotoria de Urbanismo, Dr. Maurício Nardini, que está aqui, participou de várias reuniões com o Poder Público municipal, com o Poder Público estadual, com a Polícia, para ver como seria possível a saída dos invasores daquela área.

Foram feitas recomendações inclusive em relação à área verde que tem lá, visitas, fotografias. E o que observávamos a partir... Já por volta do mês de agosto, mesmo antes, cada vez que o promotor visitava a área, o número de pessoas que estava ali já era maior, as casas estavam mais bem construídas, vamos dizer assim. Antes eram barracos, depois, tinham um cômodo, depois, dois cômodos, e tudo isso vínhamos acompanhando, e temos fotos que mostram isso.

Nesse sentido a nossa insistência para que buscássemos solução pacífica. Após a liminar – e também o Ministério Público, diante do quadro que estava instalado –, buscamos a suspensão da liminar na ação de desapropriação. Aí a atuação foi do Dr. Wagner, que pediu a suspensão, diante da questão social que se evidenciava, pelo número de pessoas que estavam instaladas ali.

E observamos também que houve a participação de políticos em todos os sentidos. E vou ser muito franca e honesta aqui. Durante todo esse período, desde a ocupação até a desocupação, e vou especificar isso mais na frente, em determinado momento, e vou dar uma seqüência ao meu depoimento, quando havia já decisão judicial a ser cumprida, nós nos deparávamos, nós, Ministério Público, com um dilema.

Primeiro, o Ministério Público é o defensor da ordem jurídica, na Constituição Federal, mas também é o defensor dos interesses sociais. Então, estáva-

mos diante de uma decisão judicial a ser cumprida, lutávamos para que ela caísse, mas ela não caía, e estávamos diante de um problema social gravíssimo, que eram 12 mil pessoas ali em busca da garantia do direito fundamental à habitação, previsto também na Constituição Federal.

E esse dilema fazia com que, até o último momento, tentássemos uma solução pacífica para esse problema. O Dr. Maurício Nardini chegou, na véspera da desocupação, a vir falar comigo, até a representar contra o Secretário de Segurança Pública – e mesmo eu respeitando a posição institucional dele, ele tem autonomia para agir assim –, mesmo assim, a dois dias da desocupação, busquei ajuda em Brasília, porque percebíamos, era evidente, Srs. Senadores e Deputados, diante do quadro que estava instalado, que a desocupação pela polícia traria graves conseqüências. Era evidente que o confronto traria o que se apresentou. Qualquer um perceberia isso. Mas estávamos diante de uma decisão judicial. E mesmo respeitando a posição dele de representar criminalmente contra o Secretário, eu, como Procuradora-Geral, já numa posição institucional de chefe do Ministério Público, busquei ainda, com o próprio Secretário, com o Governador, com o Município, outras tentativas de solução do problema.

Na segunda-feira – a desocupação foi na quarta –, eu falei, em Brasília, na Secretaria Nacional de Direitos Humanos, com o Dr. Aílson, que é assessor do Ministro Nilmário, com a Drª Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça, que trabalha com o Ministro Márcio Thomaz, explicando o seguinte: "Vocês não estão tendo noção do que está acontecendo aqui em Goiânia. A questão é gravíssima. O que se evidencia é um confronto, e o Governo Federal tem que ajudar o Governo estadual e o Governo municipal, porque o problema é sério."

Isso era evidente para qualquer pessoa que tivesse alguma experiência na solução de conflitos sociais. Isso se evidenciava. Eu falei, eles demonstraram preocupação, mas, dois dias depois da desocupação, aconteceu.

Qual foi o papel do Ministério Público, portanto, já após a desocupação? No dia da desocupação, já na quarta-feira, eu acompanhando tudo pelo rádio, pela televisão, na parte da manhã designei 11 promotores de Justiça para acompanhar o desenrolar da desocupação. Esses promotores eu encaminhei para o UGO, que é o Hospital de Urgência de Goiânia, onde as vítimas estavam chegando, encaminhei para o IML, onde os corpos já estavam, encaminhei para o 7º Batalhão, para onde as pessoas estavam sendo encaminhadas, e eu mesma, acompanhada, em alguns locais, pelo Ministro Nilmário, porque aí ele veio de Brasília, no dia da desocupação, fiz também algumas visitas.

Qual era o propósito do Ministério Público? Acautelar, buscar todas as provas possíveis em relação a tudo o que estava acontecendo. Porque aí vinham denúncias de toda sorte. E nós buscávamos essa prova e até o atendimento a essas vítimas. Nesse dia também visitei o tenente que havia sido ferido, na véspera, e sempre acompanhei tudo o que estava acontecendo.

Diante disso, diante dos fatos, instauramos um procedimento, um inquérito civil público. E aqui cabe fazer um registro da preocupação do Ministério Público – e falo isso em nome do Ministério Público brasileiro. Hoje, no Supremo, temos um questionamento sobre o nosso poder de investigar na área criminal.

Então, nós instauramos um inquérito civil público para apurar – e isso para que V. Sªs tenham a exata noção do que existe no Ministério Público, primeiramente a desocupação em si, a atuação da Polícia. Mas, nesse ponto, a nossa atuação é um pouco paralela, porque o Supremo ainda não disse que podemos investigar criminalmente, mas nós estamos tendo a cautela de buscar todas essas provas para, em um segundo momento, poder confrontar com uma possível investigação da própria Polícia. Por que como a própria Polícia vai apurar com isenção uma atuação sua?

Essa é a importância de o Ministério Público poder investigar. Mas estamos buscando essas provas. O Professor Jonathan disse que estamos acompanhando a investigação. Acompanhamos, mas até fizemos a opção de não fazê-lo muito de perto, apenas no controle externo, que é do Ministério Público, até para poder, amanhã questionar a atuação, porque, se acompanharmos de perto, participando de tudo, vão dizer que o Ministério Público acompanhou e endossou tudo.

Então vamos ter essa investigação deles em mãos amanhã, mas vamos ter todas essas provas que estamos buscando.

Quais foram elas a título de exemplo? Nesse dia, os colegas que estiveram no IML filmaram e fotografaram os corpos, antes da exumação e também depois. Tivemos inclusive dificuldade para fazer isso, mas os colegas se impuseram e conseguiram. Nós também fotografamos e, no mesmo dia, já ouvimos várias vítimas feridas na sede do Ministério Público, onde prestaram depoimento, tiramos fotografias das lesões, isso está no procedimento, e requisitamos do IML o laudo. Mas temos as fotografias e os locais onde as lesões apareciam descritas por nós.

Então, estamos de fato acompanhando e vamos, no momento necessário, chegar à conclusão também no aspecto criminal.

Agora, o nosso procedimento também apura que houve; na minha opinião, a omissão do Poder Público na desocupação da área. Nós estávamos em ano eleitoral, a ocupação aconteceu em maio, a eleição era em outubro, a liminar saiu em setembro, percebemos que houve uma morosidade no cumprimento até da decisão judicial ou mesmo no sentido de antes da decisão judicial buscar-se uma solução efetiva para aquele problema. Isso, na minha opinião, aconteceu porque era ano eleitoral.

Recebi, inclusive, representações em desfavor de autoridades políticas do Estado de Goiás em relação ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Prefeito Íris Rezende, ao Sr. ex-Prefeito Pedro Wilson, ao candidato Sandes Júnior. Vemos isso com clareza nos depoimentos que estão no procedimento. Esses políticos teriam ido lá ou teriam feito reuniões com eles e dito que podiam ficar no local, que aquilo seria solucionado e, hoje, na minha opinião, eu debito esse comportamento ao ano eleitoral.

Percebemos também, na seqüência dos depoimentos, que a cada ida de um político até lá, o barraquinho aumentava, primeiro era lona, ia um político, construíam de alvenaria um cômodo, depois construíam dois cômodos de alvenaria. Esse aspecto da atuação política, nós também estamos investigando. Tudo isso está no procedimento. E estamos colhendo essas informações porque poderemos chegar à conclusão – ainda não posso afirmar, porque ainda não concluímos a investigação – que houve a prática de crime eleitoral, houve a prática de atos de improbidade administrativa.

Por outro lado, estamos investigando, porque também houve representação nesse sentido, a atuação à incitação, também por parte de alguns políticos, e ainda por parte das próprias lideranças, no sentido de que, já com a liminar, ela não fosse cumprida pelos próprios invasores. Essa incitação também causou uma instabilidade até para uma solução pacífica do problema também está sendo investigada pelo Ministério Público.

Além disso, esse procedimento, para vocês terem uma idéia, já tem três volumes, mil folhas, ouvimos 87 pessoas, fizemos as requisições, e acho que é importante dizer isso, porque houve alguma sugestão nesse sentido. Requisitamos as fitas de todas as emissoras de TV que cobriram o incidente, os laudos periciais do IML, até para confrontarmos com alguma informação, prontuários de atendimento médico, não só do UGO, que era o local onde que se dizia, para onde as vítimas estavam sendo encaminhadas; requisitamos os prontuários de todos os CAIS de Goiânia, porque algumas vítimas poderiam não ter sido encaminhadas para o UGO. Requisitamos tudo isso, pelo menos os que são públicos. A CAIS é Centro de Atendimento Integral de Saúde.

Fizemos a relação das pessoas cadastradas pela GEAB, agência de habitação do Estado; requisitamos a fita da gravação da desocupação, realizada pela própria Polícia Militar, porque vamos precisar analisar isso, requisitamos também o que se preparou para abrigar esses invasores depois da desocupação, realizamos vistoria na área desocupada, devido à denúncia de que existiam corpos.

Minha orientação, como Procuradora-Geral, para esses onze promotores foi a seguinte: nenhuma denúncia deve ser desconsiderada. Temos que apurar todas elas, por mais absurdas que possam parecer.

Quanto a essa dos corpos, que não parecia absurda, nós fomos para a área, e os colegas já estavam lá, fazendo a vistoria.

Quero registrar que, desde o início, desde o dia da desocupação, o nosso procedimento tem tido o acompanhamento do Ministério Público Federal. Um procurador da república está acompanhando o nosso trabalho, que é o Dr. Cláudio Dreves.

No dia seguinte à desocupação, cinco promotores foram para a área. No final da tarde, quando eles já estavam lá, chegou a denúncia da existência de corpos. Imediatamente, o promotor de justiça requisitou uma retroescavadeira e, conforme as pessoas indicavam, aquele local era vistoriado, era feito um buraco para encontrar um corpo. Graças a Deus, não foi encontrado.

Além disso, já foram notificadas e prestaram depoimento várias autoridades: o Comandante Geral da PM, o Diretor do IML, o Procurador-Geral do Município, porque, dentro dessa vertente da omissão do Poder Público ou da participação dos políticos, há informação que deverá ser comprovada, porque isso é dito na imprensa, de que os proprietários não pagavam impostos há vários anos em relação àquela área; eles deviam R$2,5 milhões em impostos. Então isso também interessa à nossa investigação, justamente para confrontar essas duas questões que apresentei aos senhores, relativas às garantias previstas na Constituição Federal, da função social da propriedade.

Ouvimos o Secretário Municipal de Saúde, o Presidente da Comob, o Presidente da Comurg, o Diretor do UGO, porque soubemos que houve uma reunião com essas autoridades de saúde, antes da desocupação, exatamente para preparar o atendimento a essas vítimas. E, segundo temos colhido depoimentos, houve uma preparação para um grande problema. Até o Diretor do UGO disse que se surpreendeu com o atendi-

mento, que foi pequeno, diante da perspectiva que as autoridades tinham criado em relação ao fato.

Então havia consciência de que poderia haver um confronto, o qual poderia trazer conseqüências graves.

Além disso, nós fotografamos e filmamos o que foi possível com máquinas e filmadoras nossas, ainda vamos ouvir políticos, outras autoridades e pessoas. E hoje ainda, estamos diante de um grave problema. O que verificamos? Estamos diante de um problema muito parecido com o que enfrentamos naquele momento. Se cada autoridade pública não fizer a sua parte, poderá acontecer outro problema social gravíssimo, relativo às pessoas que estão alojadas nesse ginásio.

Quando da desocupação, nos dias seguintes, houve também afirmações, tanto por parte do Governo Estadual quanto por parte do Governo Municipal, no sentido de uma possível desapropriação ou colocação em outras áreas. Isso fez com que novas expectativas fossem criadas. Então essas pessoas começaram a ter outras esperanças e, talvez, uma certa resistência como solução momentânea para a questão.

Hoje eles estão no ginásio. Nós tivemos dificuldade de acesso ao ginásio, por resistência dos próprios invasores no primeiro momento, porque perderam a confiança no Poder Público. E também insistimos em dizer que eles não tinham esse direito, porque hoje eu sei – e estamos preocupadíssimos; nesse momento, os colegas estão reunidos no Ministério Público, para buscar solução – que temos crianças com sarna. Quem conhece isso, quem já tem noção sabe o que é uma epidemia de sarna. Essas pessoas estão sofrendo nesses locais.

Quanto ao Poder Público, quando o Américo pede a ajuda do Ministério Público, o Ministério Público pode ajudar, mas é responsabilidade da Prefeitura de Goiânia e do Governo Municipal dar uma solução para esse problema. É isso o que estamos cobrando, inclusive formalmente. Estamos dispostos a ajudar. Somos parceiros para conversar e para mediar alguma questão o tempo inteiro, mas as autoridades públicas não podem se omitir mais em relação a essa questão.

Por outro lado, os invasores, os que estão alojados hoje, também têm de ter sensibilidade no sentido de negociar essa questão. Estou falando do exemplo das crianças, mas sei de muitos outros problemas. Essas crianças não podem permanecer ali numa situação insalubre. Temos dois laudos da Vigilância Sanitária, condenando aquela situação.

Há uma proposta de se dividir em quatro ginásios, mas já me falaram que os próprios invasores não aceitam e querem uma outra área. Já me sugeriram que o Governo Federal ceda essa área ou que a Igreja ceda essa área. Estamos tentando achar essa solução, mas o posicionamento, mais uma vez, tem de ser do Poder Público. É ele que tem de nos dar essa resposta. Podemos mediar, mas temos de ter a solução. Pode-se chegar a um resultado muito grave, porque muitas pessoas poderão ser responsabilizadas por uma morte ali dentro, se mais uma morte acontecer, além do que já aconteceu.

Também vejo hoje – e digo isto com muita veemência para a CPMI – que alguma solução tem de ser dada. E é neste momento, não dá para esperar mais, porque, senão, vai acontecer a mesma coisa: passar o tempo, vir mais promessa e não haver solução para o problema.

Em síntese, portanto, o nosso procedimento iniciou-se em 17 de fevereiro. Por lei, temos trinta dias para concluí-lo. A previsão é que, em 19 de março, possamos concluir. Caso contrário – porque essas requisições e esses laudos ainda não chegaram, mas queremos concluir o mais rápido possível –, poderemos pedir uma prorrogação.

Por outro lado, também lamento a ausência do Poder Judiciário. Estou sendo muito sincera. Ele deveria estar aqui até para justificar a decisão, seja na lei, seja ideológica. Lamento muito, porque quantas vezes o Ministério Público for chamado aqui, viremos. Eu venho, com todos os promotores que atuaram, com todo o Ministério Público, se necessário. Mas penso que o Poder Judiciário deveria estar aqui, até para se defender também. Isso poderia ter acontecido. Penso até que ele não se furtaria a isso.

Isso é o que eu gostaria de dizer em nome da minha instituição.

Agradeço aos senhores por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Muito obrigado, Drª Laura Maria Ferreira Bueno, Procuradora-Geral da Justiça.

Eu gostaria de me associar às preocupações da Procuradora no que diz respeito às condições de habitabilidade que encontramos hoje no ginásio onde estivemos, com crianças prostradas. Creio que já estão num estado de estresse, em função de aquele local não ser adequado. Essa preocupação da Procuradora também é nossa. Vamos encaminhar um expediente sobre a questão, embora o apelo esteja sendo feito publicamente aqui, por meio dos veículos de comunicação. Vamos documentar esse apelo por meio de ofício que encaminharemos, já de conformidade com o entendimento do Relator, Deputado João Alfredo, aos Governos locais, para demonstrar a nossa preocupação com essa situação, solicitando as providências necessárias, para evitar, como disse a Procuradora, alguma nova tragédia.

Confesso – e isto não foi intencional – uma falha desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito ao não convidar o Poder Judiciário para esta reunião. Para corrigir essa falha, esse equívoco, vamos nos colocar à disposição da Justiça de Goiás, na próxima quinta-feira, em Brasília, às dez horas da manhã, para que, se desejar, a autoridade judicial possa comparecer à reunião de quinta-feira, às dez horas, no Senado Federal, para prestar depoimento a respeito desse episódio. Confesso que houve falha, mas há possibilidade de correção. Gostaríamos muito de ouvir o Poder Judiciário, já que também comungamos da opinião da Drª Laura relativamente às preocupações quanto aos procedimentos adotados. Há necessidade, sim, de esclarecimentos, porque uma decisão judicial deve ser cumprida. Evidentemente, ao se definir uma decisão judicial há que se ter razões consistentes, principalmente diante na iminência de uma tragédia, porque residiam pessoas naquela localidade, consistindo quase que uma pequena cidade. Desalojar uma pequena cidade sem risco é impossível.

Vamos passar a palavra ao Deputado João Alfredo para o questionamento. Depois, terá a palavra o Senador Sibá Machado.

Para tranqüilizar os convidados, vamos agradecer mais uma vez a presença do representante do Governador, o Secretário Ademir Menezes; do representante do Prefeito de Goiânia, Marconi Pimenteira; e do representante do Ministro das Cidades, Dr. Jorge Fontes Hereda.

Comunicamos que ouviremos apenas mais um depoimento, do Frei Marcos Sassatelli, representante da Arquidiocese de Goiânia. Depois, encerraremos esta reunião.

Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Presidente, demais companheiros da CPMI, Parlamentares e autoridades, Drª Laura Maria Ferreira Bueno, permitam-me, inicialmente, prestar minha homenagem ao Ministério Público de Goiás pela sua atuação. Da mesma forma como o Deputado Onyx Lorenzoni tem apreço e respeito pela Brigada Militar de seu Estado, o Rio Grande do Sul, eu tenho pelo Ministério Público e sei que ele tem tido, principalmente a partir da nova Constituição, uma atuação muito importante em nosso País – o Ministério Público Federal e o Estadual. Os trabalhos que têm sido realizados aqui pelo seu depoimento são muito importantes.

V. Exª coloca a crônica de uma tragédia anunciada. É muito claro. Várias autoridades foram devidamente alertadas, tivemos um ano eleitoral a motivar isso e uma omissão, que acabou causando essa situação. Penso que, agora, devemos nos voltar para ela, da mesma forma como o caso da Irmã Dorothy, no Pará, motivou uma ação forte do Governo Federal para resolver os problemas fundiário e ambiental, mesmo que com certo atraso. Eu diria que a morte da Irmã Dorothy não foi em vão e penso que esse episódio de Goiânia pode também ser um alerta forte para todos nós.

Quero me somar à posição do nosso Senador e fazer um apelo direto aos representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, no sentido de o quanto antes resolverem o problema dessas famílias, até que sejam definitivamente alojadas.

O alerta feito pela Drª Laura é muito grave. Nós estivemos presentes e vimos. Isso não pode ser desconsiderado por esta CPMI, tampouco pelas autoridades que conheceram e conhecem o problema de perto, sob pena de ocorrer mais uma tragédia como a que, infelizmente, vitimou os dois companheiros no mês de fevereiro.

Quero pedir à Drª Laura que tão logo concluído o inquérito, fosse remetido à CPMI o seu relatório. Isso é importante. Eu pretendia pedir um sumário, mas está na proximidade da sua conclusão e é melhor já termos o seu relatório, porque, certamente, V. Exª vai trazer todas as conclusões.

Eu gostaria, na verdade, de fazer basicamente duas perguntas: primeiro, V. Exª falou que designou onze promotores e que eles estiveram no hospital de emergência, no IML e no 7º Batalhão de Polícia Militar. Pergunto: o Ministério Público acompanhou a ação da polícia, a operação Triunfo de reintegração daquelas famílias? Foi solicitado? A Secretaria de Segurança Pública solicitou? O Ministério Público não foi? O Ministério Público não tomou a iniciativa? Enfim, no processo em si da desocupação tivemos a presença do Ministério Público?

A segunda pergunta é delicada, mas não posso deixar de fazê-la. Percebi, pelo seu relato, que V. Exª não tem medo das palavras e diz com clareza e honestidade o que pensa. V. Exª acha que a Polícia do Estado de Goiás tem isenção para conduzir, para presidir esse inquérito? Para mim, essa é uma questão fundamental, porque há um reclame da sua federalização. Há, já nesse primeiro episódio, dois questionamentos – e eu falava há pouco na imprensa – que me deixaram extremamente preocupados. O primeiro: que o Sr. Secretário admitiu, aqui, que até este momento não foram periciadas as armas dos policiais. Até este momento, portanto, próximo da conclusão do inquérito, confirmando a notícia veiculada na **Folha de S. Paulo**, razão porque chamei a atenção da Deputada Neyde no sentido de acompanhar esse processo.

O segundo episódio é a perícia realizada. Para nós, isso é fundamental. Não podemos aceitar, de ma-

neira nenhuma, que um caso como esse reste impune. V. Exª disse que não aceita a impunidade e que devem ser apuradas todas as denúncias, por mais absurdas que elas possam parecer, isso nós dá – pelo menos a mim – a segurança de que o Ministério Público está determinado a fazer a apuração. Por isso, pergunto a V. Exª se acredita na isenção da Polícia para fazer essa apuração.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Drª Laura, em primeiro lugar quero saber de V. Sª se existe, além do nome já citado pelo Secretário Jonathan, entre os moradores presos, alguém com ficha policial ou se não há nenhum caso desse tipo.

O que está sendo feito para atender os familiares das duas pessoas que foram mortas?

Já existe, no Ministério Público, ou se é possível chegar-se à real situação da cadeia dominial desse terreno para saber se os ditos proprietários o são de fato.

Por último – e saiu de maneira bastante leva, mas gostaria que V. Sª pudesse falar melhor – , quero saber quem são os especuladores que poderão ter interferido na recusa dos proprietários em realizar a negociação que tanto a senhora quanto os demais chegaram a citar. Alguém andou impedindo a negociação. Se forem especuladores, quero saber quem são.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Drª Laura, temos conhecimento que o Ministério Público teria pedido a suspensão da ordem de demolição das casas. Isso ocorreu? Qual foi a resposta da Justiça?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Vice-Presidente, o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A Operação Inquietação me remete para uma experiência que ocorreu no meu Estado. Também tenho profundo respeito e admiração pelo Ministério Público e, na minha história parlamentar, inúmeros processos de cooperação no meu Estado. Falo sempre da Polícia Militar do meu Estado, porque é uma força que existe há 165 anos, confundindo-se, assim, com a história do Rio Grande do Sul.

Pois lá houve um conflito entre sem-terra e proprietários rurais. E os proprietários rurais iniciaram um processo semelhante à Operação Inquietação, com o uso de foguetes, disparos de arma. Imediatamente, o Ministério Público, o Poder Judiciário e a Brigada Militar impediram a continuação, evidentemente porque se tratava de um crime.

Essa operação foi um ato de terrorismo. Gostaria de saber até onde o Ministério Público poderia atuar para coibir esse tipo de ação, que não se justifica, em circunstância alguma, diante da Constituição brasileira e dos direitos fundamentais do cidadão brasileiro. Nenhuma autoridade está autorizada a produzir esse tipo de ação, sob nenhuma justificativa!

O outro ponto que gostaria de ouvir de você é: sou alguém que estuda muito as cidades. Tenho verdadeiro fascínio pela gestão municipal. Gostaria de lhe perguntar o seguinte: o Estatuto das Cidades concede uma série de instrumentos ao Prefeito Municipal. Desde que cheguei aqui tomei conhecimento dessa realidade e fiquei com um questionamento muito forte. Por que o Prefeito anterior não usou os instrumentos que o Estatuto das Cidades lhe confere, tendo seguramente evitado essa tragédia?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Com a palavra a Procuradora, Drª Laura Maria.

Pela ordem, Deputado....

O SR. (Não identificado) – Requereram à Procuradoria: primeiro, que fosse determinada a desapropriação da área; segundo, que fosse garantida a integridade física, a vida e a dignidade das pessoas envolvidas no conflito; terceiro, que procurasse instaurar um inquérito, para verificar o procedimento administrativo, responsabilidades, do Poder Público. Isso foi encaminhado, Drª Laura? Que resposta ocorreu?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Obrigado.

Com a palavra a Procuradora.

A SRª LAURA MARIA FERREIRA BUENO – Não vou citá-los nominalmente, porque, vocês me perdoem, mas não consegui gravar o nome de cada um. Mas relacionei todas as perguntas que foram feitas.

Primeiro, se acompanhamos a Operação Triunfo, se isso foi solicitado ou se o próprio Ministério Público tomou a iniciativa de acompanhar.

Não acompanhamos de perto a Operação Triunfo. Não houve essa solicitação de que acompanhássemos.

Por outro lado, há uma orientação nacional do Ministério Público brasileiro, no sentido de que promotores não acompanhem, ao lado, as diligências, em qualquer procedimento de investigação. Por quê? Para que também não possamos, depois, ser usados, no sentido de endossarmos aquela iniciativa.

Exemplifico naquele caso. Se tivéssemos ali 10 promotores e percebêssemos, ao vivo e a cores, o erro, o equívoco, da polícia, se estivéssemos lá dentro,

primeiro, que não conseguiríamos, naquele momento, resolver o problema, não teríamos como impedir a atuação daquele número de policiais. Então essa é uma orientação nacional. Agora, independente de estarmos lá acompanhando, no dia, na ocupação, o Promotor de Urbanismo esteve na área, por fora, até onde foi autorizado também que estivesse, e acompanhamos o tempo inteiro, com vários contatos telefônicos, tudo o que acontecia. Tanto antes quanto, como agora, o depois.

Se entendo que a polícia tem isenção para conduzir esse inquérito policial, tenho, Deputado, uma posição muito segura em relação ao Ministério Público poder fazer a investigação criminal em alguns casos. E esse é um dos casos que acredito, porque é um dos argumentos que usamos, até para fundamentar o interesse e a necessidade de o Ministério Público poder investigar. Por quê? A legitimidade Como a polícia pode apurar com total isenção a atuação da própria polícia? Mesmo que ela apure com isenção, isso poderá ser questionado por alguém. Mesmo que ela seja 100% isenta, alguém vai falar: "como vou acreditar nisso, se ela própria investigou?".

Então, isso me serve como exemplo. Talvez, Deputado isso que V. Exª falou da Irmã Dorothy valha aqui, que dessa tragédia tiremos algo positivo. Talvez mais esta confirmação, de que, em alguns casos específicos, é importantíssimo que o Ministério Público possa investigar. Então, acho que assim respondo a sua pergunta. Creio que, hoje, se nós pudéssemos investigar criminalmente isso, profundamente, seria o ideal – ou mesmo outra autoridade policial. Deixo isso claro e fico tranqüila. Apesar de o Supremo não ter decidido isso, o Ministério Público brasileiro tem-se posicionado, antes da decisão do Supremo, no sentido de que nós podemos, sim. Dentro do inquérito público civil público, estamos colhendo todas as provas possíveis para confrontar qualquer equívoco que percebamos na investigação da autoridade policial.

Quanto à pergunta se os presos tinham ficha policial? Não posso afirma exatamente quantos, mas a informação que me chegou – posso checar isso – é de que alguns tinham ficha policial. Não posso afirmar isso neste momento, porque não tenho acesso a essa informação aqui e agora.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Peço ao Sr. Senador para usar o microfone quando falar, em função da taquigrafia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Desculpe a interferência.

A SRª LAURA MARIA FERREIRA BUENO – Fique à vontade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O nome está citado: foragido da Polícia do Estado de São Paulo. Essa pessoa foi encontrada lá dentro. Quero saber se, além desta pessoa, outras pessoas presas têm algum tipo de passagem na polícia local.

A SRª LAURA MARIA FERREIRA BUENO – Dr. Márcio, o senhor sabe responder isso? O Dr. Márcio é um dos promotores de justiça que acompanham o trabalho.

O SR. MÁRCIO – Nós temos informações nos autos do inquérito civil público, de que outras pessoas têm passagem pela polícia. Nós fizemos esse levantamento. Agora, é impossível, neste momento, quantificá-las ou identificar o nome das pessoas, mas existe isso nos autos do inquérito civil público.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** Eu só pediria que, depois, identificado, pudesse passar como o material para a relatoria. Se puderem identificar depois, passar essa informação diretamente ao Relator.

O SR. MÁRCIO – Evidentemente.

A SRª LAURA MARIA FERREIRA BUENO – Em relação aos familiares das pessoas mortas, nós já tomamos depoimentos, não é Márcio? Já colhemos depoimento da mãe?

O SR. MÁRCIO – Da mãe ainda não.

A SRª LAURA MARIA FERREIRA BUENO – Em relação a esses familiares, houve a identificação dos corpos. A nossa preocupação foi muito grande em relação à nossa atuação no IML, justamente porque havia denúncias de que mais corpos haviam chegado lá; por isso, de imediato os promotores chegaram. Quando chegaram ao IML, os corpos já estavam. Houve até um confronto direito entre um promotor de justiça e uma médica perita que estava lá, que não queria deixar que o promotor fizesse a filmagem; ela pediu uma ordem judicial. E ele falou: "Minha senhora, promotor de justiça tem total acesso a um prédio público, ainda mais em uma situação como esta". Houve um confronto direto entre eles; ele até se exaltou e falou até em ordem de prisão, porque a nossa urgência em colher aquela prova era grande. E aí, finalmente, conseguimos filmar antes da exumação e fotografar também.

Então, tivemos essa contundente preocupação quanto à identificação dessa prova.

Se os proprietários são verdadeiros? Eu confesso que não sei responder. O Dr. Maurício Nardini, promotor de urbanismo, talvez possa esclarecer se há esse enfoque na atuação na área de urbanismo.

O SR. MÁRCIO – Surgiu uma dúvida no meio da caminho todo com relação ao título dominial. O certo é

que esse loteamento foi aprovado em meados da década de 50 e, até a ocupação, não existia dúvida com relação à propriedade desses imóveis.

A SRª LAURA MARIA FERREIRA BUENO – No entanto, podemos dar esse enfoque agora, sem problema algum, dentro desse procedimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** Eu só quero acrescentar esse ponto, porque tivemos informações de que as pessoas são devedoras do erário público. Essas pessoas têm dívidas, e não sei se isso já consta na dívida pública. Não sei em que estágio isso se encontra.

A SRª LAURA MARIA FERREIRA BUENO – Em relação aos impostos, eu até afirmei aqui que são dois milhões e meio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** Mas estou pedindo a V. Sª que pudesse nos trazer mais informações sobre essas coisas.

A SRª LAURA MARIA FERREIRA BUENO – Está bem, sem problema! Pode também dar essa vertente a nossa investigação.

Em relação aos especuladores que impediram a negociação, isso tudo está dentro do inquérito civil público. Recebemos informações de que alguns líderes – vamos dizer assim – dos próprios invasores não precisariam ter aqueles lotes, que estariam especulando – um teria oito lotes. Há depoimentos no sentido de que, às vezes, a pessoa chegava para ocupar um lote, e já vinha um grupo que a tirava de lá. Estamos investigando tudo isso. Não tenho como afirmar para o senhor, mas tenho certeza de que, ao final das investigações, isso deve restar comprovado, e as pessoas devem depor sobre isso, como já estão depondo.

Suspensão da demolição: houve, sim. Logo após a desocupação, quando o problema já estava instalado, as famílias desalojadas, surgiu muita especulação e até buscou-se dizer a esses invasores que haveria desapropriação –ou mesmo que não haveria, mas, de qualquer forma, criou-se essa expectativa. Isto foi dito: que haveria desapropriação ou que haveria ainda uma outra área a ser colocada.

Diante dessa afirmação, como agiu o Ministério Público? Na hora, nós atravessamos uma petição nessa ação de desapropriação porque, diante da perspectiva de haver desapropriação, não tinha sentido derrubar aquelas casas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Na ação de reintegração?

A SRª LAURA MARIA FERREIRA BUENO – Sim, na ação de reintegração de posse, desculpem.

Nessa petição, nós pedimos 30 dias, o que foi negado pelo juiz, salvo engano, na noite de quinta-feira. No entanto, nesse dia em que ele negou, houve o anúncio de que poderia haver a desapropriação. Diante disso, apesar de ele já ter negado o nosso pedido protocolado, o que está nos autos, pessoalmente fiz contato com o governador e com o prefeito municipal, no sentido de que, diante da perspectiva de desapropriação, intercedessem junto ao juiz – eu mesma falei com o juiz também – para que suspendesse a sua decisão, pelo menos até segunda-feira, quando eles diziam que iriam se reunir. Na sexta à noite, falei com o governador e, no sábado de manhã, falei com o prefeito, e eles acenaram de algum modo. O governador falou: "Não, doutora, nós vamos negociar isso na segunda-feira" – ele não me disse em que sentido seria a negociação. Já o prefeito disse: "Não, doutora, eu acho até pertinente que se suspenda mesmo, porque na segunda-feira será resolvido". Solicitei ao juiz então que ele próprio falasse com o prefeito. Passei o celular e eles conversaram, salvo engano, por telefone, e até na presença de alguns parlamentares. Então, ele suspendeu, provisoriamente, até segunda-feira. Na segunda-feira, por não haver prosperado essa possibilidade, voltou-se a derrubar casas, mas nós tentamos até o último minuto.

Houve a representação da Igreja em relação à desapropriação e à responsabilidade, o que foi fundamental para nós. Em relação à desapropriação, esse seria um ato político do Executivo ou do Judiciário. Nós não tínhamos elementos naquele momento para requerermos a desapropriação. Então, qual o encaminhamento que nós demos? O que já estávamos dando em relação à solução do problema qualquer que fosse ela.

Agora, em relação à responsabilidade daqueles que incentivaram, esse é um dos pontos principais da nossa investigação. Essa representação, todos esses documentos instruem o nosso inquérito civil público. Há fotos, inclusive, e com base nele é que estamos conduzindo a nossa investigação com relação a isso. Estamos investigando tudo o que consta daquela representação.

Em relação à "Operação Inquietação" e ao terrorismo. Quando isso acontecia, e foi às vésperas, nós também recebíamos denúncias e buscávamos junto à Secretaria de Segurança Pública e junto ao comando da Polícia Militar que isso não acontecesse. O que ouvíamos é que era uma estratégia até no sentido de forçar, vamos dizer assim, uma saída pacífica para o problema, para mostrar que eles estavam diante de uma decisão judicial que eles tinham de cumprir – refiro-me à autoridade policial. A partir do momento em que eles demonstrassem que iriam cumprir, aqueles invasores cederiam. Eles justificavam assim, mas isso também

faz parte da nossa investigação, esses limites dessa inquietação que o senhor me questionou.

Por outro lado, havia também na imprensa a afirmação dos próprios invasores de que resistiriam. É isso o que mais nos angustiava: a Polícia pressionada a cumprir, de algum modo, a desocupação, e os invasores dizendo que resistiriam a essa desocupação. Estávamos na iminência do conflito e das conseqüências que nós presenciamos.

Por fim, o Estatuto da Cidade. Sem dúvida alguma – digo isso com muita segurança e acho que o Dr. Maurício José Nardini, da Promotoria de Urbanismo, endossa o que vou dizer –, tudo isso está acontecendo diante da omissão, de não termos ainda o nosso plano diretor.

O Ministério Público, desde a edição do Estatuto das Cidades, vem se empenhando na efetivação desse estatuto – ele já esteve na Câmara e foi retirado, não é isso, Nardini? –, e com a atuação do Ministério Público muito contundente no sentido de que só isso poderá solucionar nosso problema.

Eu sei – não é um dado oficial, mas acho que posso dizer – que Goiânia tem 120 mil lotes vagos e que a carência é em torno de 50 mil. Então, se temos 120 mil para uma carência de 50 mil, o problema estaria resolvido – em tese. Agora, só o Estatuto das Cidades... O plano diretor é o que vai definir o imposto progressivo. A solução do problema, sem dúvida, Senador, passa por aí: o imposto progressivo, a edificação e o parcelamento compulsório e, finalmente, a desapropriação.

Então, mais uma vez, a legislação é ideal e é propícia, a sua não-implementação é que faz com que estejamos aqui nessa situação e que continuemos nela. Portanto, o mais urgente possível – e isso já foi dito para a nova administração – é imprescindível, e espera-se que mais uma vez o jogo político não impeça que isso ocorra definitivamente e com seriedade na nossa capital.

Acho que respondi tudo, mas continuo à disposição, caso seja preciso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Muito obrigado à Drª Laura Maria Ferreira Bueno. Agradecemos sua participação brilhante, um depoimento imparcial e corajoso, que certamente honrou o Ministério Público de Goiás. Os parabéns desta Comissão e o agradecimento pela preciosa colaboração.

Convidamos com satisfação o último depoente, Frei Marcos Sassatelli, representante da Arquidiocese de Goiânia.

Com a palavra frei Marcos Sassatelli.

O SR. FREI MARCOS SASSATELLI – Uma boatarde a todos e a todas.

Em primeiro lugar, quero saudar com um caloroso e forte abraço todos os meus irmãos e irmãs, sofridos e sofridas, sem teto, que estão aqui nos ouvindo nestes depoimentos.

Em segundo lugar, quero saudar também o Senador Alvaro Dias, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, os demais componentes, Parlamentares e todos os presentes.

Antes de iniciar, farei um esclarecimento. O Professor Jonathan falou que é professor de Direito. Sou Professor de Ética, aposentado da Universidade Federal, com doutorado em Filosofia na USP, na área de Ética, doutorado em Teologia Moral, Ética Teológica, na Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção de São Paulo. Então, doutorado em Ética filosófica e em Ética teológica.

Meu depoimento será um testemunho-denúncia de tudo aquilo que vi e vivi neste último mês. Vou falar, em primeiro lugar, como pessoa humana, que luta pelos direitos humanos, como cristão, homem de fé; vou falar também como padre e como representante da Arquidiocese de Goiânia. Vou dar meu testemunho. Vou procurar ser breve, porque teria muita coisa para dizer.

Todos sabemos, mas vale a pena reafirmar, que aquela área, chamada Parque Oeste Industrial, é um loteamento aprovado em 1957 e abandonado até agora. Estava abandonado, era um matagal. Então, é bom ser lembrado. A nossa Constituição diz que a propriedade deve ter função social. Desde 1957, não há função social e não paga IPTU. Este é um fato mais do que suficiente para uma desapropriação da área, especulação imobiliária.

Agora, outro ponto que é bom lembrar é que a ocupação já tinha mais de nove meses, era uma cidade consolidada, com 14 mil ou 15 mil moradores, maior do que muitos municípios do Estado de Goiás. Agora, ao entrar lá e vendo a cidade toda destruída, um monte de entulho, tive a impressão de entrar na cidade de Bagdá, dentro de Goiânia. É uma vergonha para o Estado de Goiás, uma cidade consolidada, inclusive por incentivo do Governador – como todos podem observar – e de muitos outros políticos também, que incentivaram o povo a construírem suas casinhas, porque a área iria ser desapropriada, ninguém iria ser despejado. São fatos.

Outra coisa importante para ser lembrada é que a grande maioria, eu vivi com o povo, partilhei o sofrimento do povo, gente boa, honesta. A grande maioria é pobre, e muito pobre. Agora, quem trabalha com movimento social sabe que sempre tem uma pequena minoria que se aproveita da situação para seus próprios interesses, ao contrário daquilo que a grande impren-

sa goiana divulgou. Não são 10% que precisam e sim mais de 90%. São pouquíssimos, uma percentagem muito pequena que talvez não precise. Não são ricos, mas são pessoas que às vezes querem aproveitar da situação para melhorar a própria situação financeira. Uma pequena minoria, esta é a realidade. Bastava conviver com o povo para saber disso.

Agora, não vou entrar no mérito das liminares, porque o meu depoimento é mais do ponto de vista ético e humano. Agora, existe uma prática que está-se afirmando cada vez mais no mundo civilizado, que se chama objeção de consciência. Existem países, inclusive, em que jovens se negam a prestar o serviço militar... *(falha na gravação)* ...de uma liminar injusta prevalece a justiça, não a lei. Essa é uma... *(falha na gravação)* ...que deveria ser feita, Estado de direito, ordem democrática, o que é isso? Que ordem democrática? Que Estado de direito? Como cristão, lembro-me de uma categoria de gente, na época de Jesus, que se chamavam fariseus; aliás, o nome fariseu ficou proverbial. Fariseu é sinônimo de hipócrita. Então, os fariseus cumpriam todas as leis, da maneira mais perfeita e ainda criavam mais leis ainda. Todas. Da maneira mais perfeita, cumpriam todas, todas as leis. E Jesus Cristo chamou os fariseus de hipócritas, raça de víboras, sepulcros caiados, e faria a mesma coisa hoje aqui, diante dos responsáveis por este massacre, por esta operação de inquietação de triunfo, que é um absurdo e envergonha o Estado de Goiás, no Brasil todo e no mundo inteiro.

Objeção de consciência. Se eu fosse professor de Direito, teria me negado de cumprir essa liminar. Poderia perder o cargo, ir para a cadeia, mas o faria com a consciência tranqüila. Essa é a ética que deve ser vivida. Estou de acordo e falei no professor de ética – para mim, não interessam muito os títulos – a ética deve ser vivida, praticada, e a vida está acima de tudo. Isso é o que temos que afirmar e dizer.

A objeção de consciência é um valor, mas parece que, aqui no meio das nossas autoridades ou juízes, ainda não tem nenhum valor.

Outra coisa, só estou lembrando alguns flashes: a chamada Operação Inquietação e a Operação Triunfo. Foi muito falado aqui já. Acho que realmente essas operações foram operações de guerra, nazistas, que não têm nada a invejar do Iraque. Nada! Acompanhei, vi de perto. Inclusive, uma dessas Operações Inquietação, de madrugada. Depois, quem tanto evoca a lei. É legal? Pergunto para os juristas: é legal incomodar crianças, mulheres, de madrugada, de meia-noite até cinco horas da madrugada? É legal isso, para quem defende a lei? É legal? Com sirene, buzinando, assustando crianças, mulheres? Moro no Setor Coimbra, no Convento São Judas Tadeu, dos frades dominicanos. Numa madrugada, às três horas da manhã, ouvíamos o barulho das bombas jogadas lá dentro da ocupação, do Setor Coimbra. E até começamos a andar pra lá e pra cá. Gente que telefonava às duas horas da madrugada, de manhã, às três horas, telefonando para mim, assustadas, apavoradas, crianças chorando.

Essa é a Operação Triunfo? Que triunfo? Da mentira, da falsidade, da injustiça; isso é que é triunfo.

Durante a chamada Operação Triunfo, juntamente com Dom Washington, fomos atrás do Presidente do Tribunal de Justiça, de manhã, correndo pra lá pra cá. O Washington estava até adoentado, foi comigo até às duas horas da tarde. Fomos ao Palácio do Governador, e o Governador tinha viajado – imagina, viajado nessas circunstâncias! O Governador viajou, tudo bem. Então, fomos atrás do Presidente do Tribunal de Justiça, e fiquei impressionado com a impassibilidade do homem. Impassível! Que não podia fazer nada, porque se tratava da defesa da ordem democrática, do Estado de direito; que não tinha jeito de fazer nada. Estavam matando as pessoas. Raça de víboras, hipócritas! Isso é o que merecem essas pessoas.

Essa Operação Inquietação, não vou repetir os particulares, todo mundo já está sabendo: bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo, tiros de grosso calibre e muitas outras coisas que aconteceram.

Não conseguimos nada até às duas horas da tarde. Eu estava chorando. Depois, ainda de tarde, fomos até o 7º Batalhão, onde havia mais de 800 pessoas indiciadas, presas. No 7º Batalhão. Entrei lá com Dom Washington e outras pessoas ligadas à Comissão de Direitos Humanos e posso dizer para você que chorei a tarde toda. Cheguei lá, o povo me abraçou; conversamos, gente tão boa. Agora, que haja um ou outro. É o pessoal que gosta de destacar algum problema. No meio dos engravatados, não existe assassino, não existe a injustiça? Agora, vamos destacar só aqueles que estão no meio do povo? Só porque tem um, dois, três que têm passagem na polícia, vamos esquecer uma multidão de gente sofrida? E os crimes de colarinho-branco?

Acho que, para quem tem fé, quem é cristão, se Jesus Cristo estivesse aqui, ia falar a mesma coisa: hipócritas, raça de víboras, sepulcros caiados para todos os responsáveis dessas operações! Todos! Autoridades do Poder executivo, autoridades do Poder Judiciário, advogados de causas injustas, como o nosso Presidente da OAB, que deveria se envergonhar daquilo que fez. Deveria se envergonhar! Advogados de causas injustas, como o Presidente da OAB.

Falam que havia arma de fogo. Consultei alguns advogados. Dizem que se tivessem pego em flagrante alguém com arma de fogo, estava preso. E ninguém está preso. Preso por arma de fogo não tem ninguém. Cadê as armas de fogo que estavam lá dentro? Se tivesse sido preso com arma de fogo, seria um crime inafiançável, dizem os advogados. Também, depois do despejo, da Operação Triunfo, cinismo, as pessoas não podiam voltar para lá, não é? Inclusive, os advogados dos posseiros, dos sem-teto, entraram com ação, naquela tarde mesmo, para conservar as provas no local, e o Poder Judiciário negou, negou. Os advogados dos posseiros entraram com ação para preservar as provas, e o Poder Judiciário negou. Depois, houve perda de documento, ninguém podia entrar lá; só podia entrar se, depois, deixasse derrubar o barraco. Todas essas coisas.

Agora, tenho aqui, para quem não leu – alguém já fez referência a uma delas –, duas notas. Uma nota saiu no jornal **O Popular**, no dia 17, de um grupo de entidades empresariais, falando que foi uma operação maravilhosa, que foi uma missão cumprida em que se salvou o estado de direito. Essa nota demonstra, é o símbolo – essa e mais outra, que depois vou mostrar – do atraso cultural e ético. Atraso cultural e ético! O Estado de Goiás, que tanto amamos, está sendo desmoralizado, no Brasil todo e no mundo inteiro, com esse tipo de nota. É um atraso cultural e ético! Não sei se vocês já leram.

A outra nota também, que saiu no **Diário da Manhã**, sempre no mesmo dia, das diversas associações dos militares, tinha o mesmo teor, demonstrando o mesmo atraso. Todos esses elogios para a polícia... Eu sei que havia policiais – contaram-me isso, que é bom até lembrar – que choravam. Ao mesmo tempo que havia policiais que praticavam vandalismo e brutalidades, havia policiais que choravam, que não queriam, homens de coração. Choravam... Só que ainda não têm a consciência de fazer objeção de consciência. Eles não chegaram a esse nível ainda, porque podiam se negar, nem que fossem para a cadeia. Não tem importância. Vai para a cadeia tranqüilo. A objeção de consciência. Mas havia policiais chorando.

Agora, aqui, os representantes das associações de oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados, a Associação dos Militares Inativos, a Caixa Beneficente dos Militares, publicaram esse manifesto de apoio e reconhecimento, que em certo ponto diz o seguinte: "Os homens e mulheres da polícia militar do Estado de Goiás dignificaram a farda com galhardia na missão cumprida. A sociedade de Goiás sabe, mais uma vez, que seus soldados são valentes e honrados. Combateram o bom combate" – citando São Paulo. É uma blasfêmia que grita justiça diante de Deus! Combater o bom combate. Espero o descanso dos justos. Vergonha! Quem não leu pode ler.

Agora, todos já falaram do clamor geral pela federalização das investigações. Nós temos agora duas frentes de luta. Uma é a luta pela moradia, direito fundamental. Ainda vamos insistir. Faço um apelo para que o prefeito decrete aquela área zona especial de interesse social. Aquela área é uma terra prometida, é um símbolo da luta pelos direitos humanos, não pode ser um símbolo da especulação imobiliária; não pode.

E outras coisas aconteceram também durante o despejo. Por exemplo, dizem que o pessoal do MST queria vir para Goiânia, para manifestar sua solidariedade, e foi impedida uma marcha por um juiz de Goiânia que não tem nem autoridade para fazer isso. E muitas pessoas, depois do despejo, do vandalismo, não podiam entrar ali dentro, perderam documento, tanta coisa! Mas tudo bem.

Então, nós insistimos na federalização das investigações, na luta pela moradia e ainda insistimos naquela área, apesar de tudo, nem que não sirva para esse pessoal que está aí agora. Mas é uma questão de honra, de dignidade humana que aquela área seja um símbolo da luta pelos direitos humanos. Nem que seja um parque de diversão para o povo.

A outra frente de luta são as investigações. Aqui a Drª Laura falou que investigaram algumas cisternas. Investigaram duas cisternas. Há mais de três mil cisternas para serem investigadas. E há outras coisas também, eu queria lembrar disso. São mais de três mil cisternas. Caminhões de terra entram e saem e ninguém sabe para onde e de onde isso. Depoimentos coincidentes de muita gente. Testemunhos. Será possível que exista um delírio coletivo? Eu me pergunto. Eu não tenho provas, mas me pergunto: todos esses depoimentos e testemunhos dramáticos são um delírio coletivo?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Eu peço licença para interromper. Infelizmente, eu tenho um horário de vôo programado, eu e o Vice-Presidente Onyx Lorenzoni, e preciso me retirar. Mas quero, antes disso, dizer que se existia alguma dúvida antes da conveniência da presença desta CPI em Goiânia, certamente dúvidas não existem mais.

Queremos destacar a importância do convite formulado pela Comissão de Direitos Humanos e de Habitação da Assembléia da Câmara de Vereadores de Goiânia; das lideranças políticas que se interessaram em convocar a CPI para este momento. E queremos dizer da importância dos depoimentos aqui colhidos, subsídios fundamentais para que, ao final dos trabalhos, o diagnóstico seja apresentado e a conclusão, com

alternativas de sugestão ao Poder Público e naturalmente o estudo necessário para eventual alteração da legislação do País no que diz respeito à conflagração no campo e também nos centros urbanizados.

O nosso agradecimento a todos: à imprensa; aos depoentes; aos funcionários da Assembléia Legislativa, especialmente às taquígrafas; mas, sobretudo, o nosso agradecimento à população que aqui esteve, os convidados, que se comportaram exemplarmente, com educação cívica, contendo a vontade de aplaudir em determinados momentos e contendo também a indignação em outros momentos, de forma educada, civilizada e exemplar.

Os nossos agradecimentos a todos e eu convoco o Senador Sibá Machado para presidir os trabalhos até o final desta reunião, com a licença para me retirar.

Muito obrigado.

O SR. FREI MARCOS SASSATELLI – Estou terminando.

Então, dois pedidos já foram até formulados. O primeiro é o da federalização das investigações. Trata-se de crimes contra os direitos humanos, os crimes graves, como aconteceu no Pará. Segundo pedido: que haja imediatamente um tratamento humano para esses nossos irmãos e irmãs que se encontram nesses dois ginásios; eles não podem continuar lá, isso é uma desumanidade. Nem que se procure uma área para se fazer um acampamento, onde as pessoas possam ter privacidade, possam viver com dignidade, e não naquela promiscuidade: crianças doentes, mulheres chorando. Isso é para já; não é para depois.

Para terminar, queria dizer o seguinte: repudiamos, condenamos, essas duas chamadas Operações Inquietações de Triunfo e, também, a deturpação da verdade, que os grandes meios de comunicação subservientes aos interesses dos empresários das imobiliárias, dos especuladores, a verdade é que foi falsificada.

Então, repudiamos a falsificação da verdade por parte de alguns meios de comunicação totalmente submissos aos interesses desse grupinho de especuladores que manda e desmanda em Goiânia.

Outra coisa que queria repudiar aqui. Vocês me desculpem, mas vou falar. Quero repudiar energicamente a atitude do Governador, uma atitude de um homem sem palavra. Por quê? Prometeu que não iria colocar a polícia, colocou; prometeu que não ia mandar derrubar as casas, mandaram derrubar. E a maior mentira: declarou, numa coletiva de imprensa, estava perto, que já estava decidida a desapropriação. Falou para mim, pessoalmente, e na coletiva que já estava decidida. Só haveria ainda um diálogo com o advogado da família para tentar mais um acordo. Caso não tivesse acordo, estava decidida. Declarou isto publicamente, ao lado do Prefeito: estava decidida a desapropriação e o Governo do Estado iria arcar com 50%; a prefeitura com 25%; e os outros restantes de 25% o povo que iria pagar. Era uma proposta. Declarou isso à imprensa, publicamente. E, depois, voltou atrás. Voltou atrás por quê? Será que esse grupinho de especuladores forçou o Governador a voltar atrás? Por que voltou atrás? Eu me pergunto. Um governador tem que ser um homem de palavra. É o mínimo que se exige de um governador.

E ainda, segundo o depoimento de um vereador, que não quero falar o nome, ele disse que disse isso num momento de emoção. De fato, ele tinha se emocionado. Declarou isso numa reunião nossa com o prefeito, no aeroporto, no hangar do governo, sexta-feira. "Ah, falei isso num momento de emoção, mas voltei atrás". Pode ser chamado de um governador de responsabilidades, um governador que faz uma coisa dessas? "Voltei atrás, foi um momento de emoção". Brincando com a vida do povo... Realmente, tem coisa que grita justiça diante de Deus.

Quero repudiar, condenar essa falta de palavra do nosso Governador. É uma vergonha para o nosso Estado de Goiás.

Para terminar, eu queria fazer uma advertência a quem tem fé. Faço-a como homem de fé, como cristão. Jesus falou: "ai de vós, fariseus hipócritas"! Eu queria advertir àqueles e àquelas que são responsáveis por essas chamadas "operações" inquietação e triunfo que Deus é justo, que vai fazer justiça. Vai fazer. A justiça de Deus vai ocorrer, podem ter certeza. As autoridades, sejam do Executivo, sejam do Judiciário, os chamados proprietários – a propriedade não é um direito absoluto, quem é proprietário é Deus – que não tiveram nenhuma sensibilidade, os advogados das causas injustas devem aguardar a justiça de Deus. Quero dizer isto: aguardem a justiça de Deus; ela não falha, podem ter certeza.

Mais uma vez, quero agradecer esta oportunidade deste testemunho-denúncia. Fui franco, sincero a partir daquilo que vi e vivi. Mais uma vez, um abraço a todos os nossos irmãos que nos estão ouvindo neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Agradecemos ao Frei Marcos Sassatelli a contribuição.

Pergunto ao nosso Relator se vai indagar o nosso ouvinte.

Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Não vou indagar, mas, na verdade, queria dizer da importância do depoimento do Frei Marcos. O Frei Marcos está na tradição dos profetas, como Isaías, que denunciava a injustiça e os poderosos sem meias palavras. O que o

Frei Marcos disse hoje aqui, talvez muitos de nós tivéssemos vontade também de dizer. Pela boca dele falam muitos e muitas aqui que são excluídos e excluídas de qualquer direito. Fico admirado com a coragem cívica, com a coragem ética, com o testemunho cristão do nosso Frei Marcos no seu depoimento tão duro, mas certamente sem nenhum equívoco, sem nenhuma injustiça e sem nenhum interesse – é lógico.

Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, há uma segunda questão que permanece. Penso que com a autoridade moral que tem o Frei Marcos, quando levanta – infelizmente, não vejo mais a nossa Procuradora-Geral de Justiça – o questionamento sobre a apuração de outras mortes, tendo em vista que não se teria feito todo o trabalho necessário, penso que é importante estar o Ministério Público nesse sentido. Se resta dúvida e se a própria palavra da Procuradora é a de que qualquer denúncia há de ser apurada, essa questão ainda permanece em dúvida; no mínimo, há uma dúvida com relação a essa questão.

O terceiro ponto que acho importante – eu, como Relator, quero comprometer-me – diz respeito à questão da federalização da apuração desses crimes. Sou militante antigo da questão de Direitos Humanos, sei como as polícias estaduais e a Justiça estadual são sensíveis, para usar uma expressão de eufemismo, ao poder político local, ao poder econômico local. Num caso como esse, podemos solicitar, até porque a reforma do Judiciário aprovou essa emenda na Constituição. Evidentemente, isso haverá de ser uma decisão da CPMI. Posso me comprometer, como Relator, levar essa proposta para reunião de quinta-feira. Sei que terei apoio de vários companheiros da CPMI.

Precisamos de indícios, de documento, de justificativa para fazer essa solicitação. O procedimento, como todos nós sabemos – quem é militante da área jurídica sabe –, é o seguinte: o Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, faz a solicitação ao Superior Tribunal de Justiça. Ele precisa ter dados suficientes, robustos, para fazer essa solicitação. Gostaria que nos entregassem os documentos. Sei que o Senador Sibá Machado foi avisado de que receberemos esses dossiês. É importante que eles sejam entregues à CPMI, não só para que possamos utilizar essa documentação para fazer o relatório final, mas também para fazer o devido encaminhamento dela ao Procurador-Geral da República. Sei que já solicitaram a interferência do Dr. Cláudio Fonteles, mas, certamente, o pedido da CPMI reforça o pleito das entidades de direitos humanos e dos militantes na luta pela moradia aqui em Goiás. Precisamos receber essa documentação.

Não tenho pergunta a fazer. Acho que as questões levantadas são muito fortes. Penso que o depoimento é muito duro, mas importantíssimo para nós. E gostaria, já estamos quase encerrando, de dizer que ainda tomaremos dois depoimentos de forma reservada. Essas pessoas já estão aqui e sabem que vão dar esse depoimento. A Secretaria da CPMI está providenciando o local adequado para tomarmos esse depoimento. Trata-se de pessoas que estão ameaçadas.

Aproveitando a presença do nosso companheiro do Ministério das Cidades, Jorge Hereda, para solicitar-lhe publicamente que envie à CPMI as propostas e a relação das ações realizadas pelo Ministério das Cidades na área de moradia: O diagnóstico, as propostas e as ações realizadas, porque isso é importante para nosso relatório final.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, nobre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quanto à última preocupação manifestada pelo Deputado João Alfredo, sugiro o convite ao Secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Sr. Jorge Hereda, a fim de que compareça à CPMI para falar sobre propostas que possam solucionar esse problema. Gostaria de saber se o Ministério das Cidades está participando da busca de soluções e também qual é a proposta dele para todo o território nacional.

A outra sugestão é fazer um convite ao representante do Poder Judiciário para falar sobre esse caso específico de Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Fica o requerimento de V. Exª.

Peço a V. Exª que encaminhe o requerimento formalmente.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Já o fiz.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Reitero o convite ao representante do Ministério das Cidades.

Temos ainda um problema de tempo porque precisamos chegar ao aeroporto alguns minutos antes de nosso vôo, que será às 20 horas, e ainda temos de encaminhar algumas coisas.

Concedo a palavra a Frei Marcos, para que faça, brevemente, suas considerações.

O SR. FREI MARCOS SASSATELLI – Serei rápido. Vou apenas entregar alguns documentos.

Em primeiro lugar, tenho aqui sete notas de entidades ligadas à Igreja católica e uma ligada à Igreja anglicana, do Reverendo Elias, de Goiânia, que faz parte da Comissão da Campanha Ecumênica da Fraternidade.

Todas as notas são de repúdio: nota do Conselho Permanente da CNBB, assinada pelo Presidente

da CNBB, o vice-Presidente e o secretário; nota que foi elaborada numa reunião realizada em Brasília, de 28 de fevereiro a 02 de março, da CNBB Regional, a nossa aqui do Estado de Goiás, Tocantins e Brasília; uma nota da Conferencia Nacional dos Religiosos, com sede no Rio de Janeiro. Há duas notas de Dom Washington sobre o assunto. Uma foi publicada na imprensa no dia 13, alertando sobre a violência; da outra publicaram apenas um resumo. O título da primeira é: "Por Deus, violência não!" A outra: "Justiça sim, violência não". Ninguém deu a mínima para isso aqui em Goiânia – pelo menos as autoridades não deram a mínima atenção. Há outra nota de um grupo de entidades: Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, Movimento Fé e Política, Casa da Juventude e a última nota, do Reverendo Elias Vergara, sacerdote anglicano e membro da Comissão Nacional da Campanha da Fraternidade de 2005. Essa nota tem como título: "Sonho real sim, parque industrial não".

Trouxemos também o abaixo-assinado que fizemos quando ainda não havia ocorrido o despejo numa reunião pastoral aqui da Arquidiocese de Goiânia com representantes de toda a arquidiocese. São essas as notas.

Também entregarei cópia de um dossiê entregue ao Ministério Público e ao Ministério da Justiça por um grupo de entidades, inclusive a arquidiocese, e também um CD que contém as fotografias. Estavam com o Américo ou com a Morgana.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Agradecemos a contribuição do Frei Marcos Sassatelli.

Enquanto o Relator dá o visto nos documentos, convido o Deputado Mauro Rubem, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, e o Vereador Maurício Beraldo, Presidente da Comissão de Habitação da Câmara de Vereadores de Goiás, para entregarem os documentos.

O SR. MAURO RUBEM (PT – GO) – Sr. Presidente, posso usar a palavra por um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Peço que seja breve porque ainda há duas pessoas para serem ouvidas.

O SR. MAURO RUBEM (PT – GO) – Serei rápido.

Cumprimento o Frei Marcos pelo brilhante relato e passo às mãos de V. Exª, Presidente Sibá Machado, um relato da situação. Pedimos a federalização da apuração desses crimes porque entendemos que o caso de Goiás se encaixa perfeitamente como todos aqui relatados.

Muito obrigado.

O SR. MAURICIO BERALDO – Cumprimento a Mesa e todos os companheiros presentes. Passo às mãos do Deputado João Alfredo e aos demais Deputados e Senadores documentos aprovados pela Câmara Municipal de Goiânia desde o início da agudização daquele conflito.

Nós, representantes da Comissão de Habitação, alertamos a todas as autoridades, pedindo que tomassem providências, mas permaneceram omissas e houve a violência. Trouxe cópia do requerimento aprovado pela unanimidade dos Vereadores – está aqui a Vereadora Marina, o Vereador Elias Vaz, a Vereadora Cidinha – pedindo a desapropriação da terra por interesse social, pois estávamos prevendo que isso ocorreria. Repito que o requerimento foi aprovado por unanimidade.

Houve três audiências públicas com a presença desses moradores, onde se comprovou a necessidade de que isso ocorresse, contrariando o que dizia a grande maioria da Imprensa dessa cidade, os poderosos e aqueles cegos que não queriam enxergar a realidade. Infelizmente, perpetrou-se a violência. Digo mais: precisamos, sim, da federalização das investigações, porque todos estão comprometidos nessa cidade com o ocorrido. Vale dizer que contra os pobres dessa cidade existem ações civis públicas do Ministério Público, mas contra os grandes não há uma ação. Para cumprir um direito garantido pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica, o direito à moradia, não foi feita uma ação civil pública. É essa a realidade que enfrentamos contra a especulação poderosa em Goiânia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Convidamos a Presidente da Comissão dos Moradores, que também tem um documento a ser entregue.

A SRª ISAURA LEMOS – Sou Presidente da Comissão de Habitação e Reforma Agrária desta Casa, Deputada Isaura Lemos.

Queria repassar aqui uma fita porque foi muito difícil colhermos depoimentos depois do enfrentamento, do massacre que houve.

Como soU conhecida daquelas famílias, conseguimos pegar 37 minutos de depoimentos.

O delírio coletivo de que o Frei Marcos falou, os senhores vão notá-lo nesses depoimentos em que várias pessoas dizem a mesma coisa, inclusive, que entrava caminhão cheio de terra e saía cheio de terra, segundo informações, tirando corpos dessa região. Uma criança disse que viu uma mulher ser atirada dentro de uma cisterna com uma criança.

Existiam lá naquela região várias pessoas sozinhas, idosos que moravam sozinhos, mulher com filhos. Então, não podemos descartar essas denúncias. Acho que têm de ser apuradas com responsabilidade.

Frei Marcos fala do aspecto nazista, porque quando as famílias saíram correndo, mulheres, idosos e crianças foram espancadas. Elas não podiam entrar na área para retirar remédio controlado, nem roupas para tomarem banho no ginásio. Algumas pessoas ficaram cinco dias usando a mesma roupa, o que mostra o tratamento nazista que receberam depois de tudo por que passaram – trauma psicológico e físico.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem a V. Exª.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, o Deputado Fábio Tokarski é Presidente da Comissão de Educação. Nesse período, ele me enviava materiais e fazia contatos telefônicos para municiar a CPI. Ele queria dar o depoimento em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Infelizmente não poderei acatar a solicitação de V. Exª por questão de tempo. Temos, ainda, de ouvir duas pessoas em caráter reservado e, na seqüência, devemos ir para o aeroporto.

Peço mil desculpas a V. Exª. Poderemos, com certeza, em momento mais calmo, ouvir a contribuição de V. Exª.

Não havendo mais nada...

A SRª NEYDE APARECIDA (PT – GO) – Permita-me, Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, primeiro, cumprimentar Frei Marcos pelo depoimento prestado com toda sensibilidade por aquele que acompanhou, **pari passu,** o sofrimento das famílias. Hoje estivemos por meia hora com as famílias e vimos o que isso significa. Imagina a situação de quem acompanhou durante todo o tempo essas famílias e presenciou o sofrimento pelo qual passaram.

Queria solicitar à CPMI que peça à Procuradoria-Geral da República que mande fazer perícia nos celulares onde estão gravadas palavras de autoridades, especialmente do Governador.

Queria também entregar as fotos tiradas no IML. Elas têm de fazer parte de todo o depoimento aqui colhido para que o Relator possa incorporá-las ao relatório desta CPMI.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não havendo nada mais a tratar, está encerrada a presente audiência.

(Levanta-se a reunião às 18h05min)

Ata da 21ª Reunião realizada em 10 de março de 2005

Aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às dez horas e vinte e sete minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Álvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Valdir Raupp, Romeu Tuma, Fátima Cleide, Ana Júlia Carepa e dos Senhores Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Xico Graziano, Luis Carlos Heinze, Josué Bengtson, Luci Choinacki, Jamil Murad, Adão Pretto, Anselmo, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".*** Presentes também os Deputados Nazareno Fonteles e Paulo Rocha, Líder do PT na Câmara dos Deputados. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias, declara abertos os trabalhos. A seguir, a Presidência coloca em votação as Atas das Reuniões anteriores, realizadas nos dias quinze de junho, vinte e cinco de novembro e oito de dezembro de dois mil e quatro, sendo todas aprovadas. Após, o Senhor Presidente comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições dos Senhores Dr. Rolf Hackbart , Presidente do INCRA e Dr. Gilmar Luiz Coelho, Juiz de Direito da 10ª Vara Civil de Goiânia, bem como a Apreciação de Requerimentos. O Senhor Presidente leu o Ofício nº 09/05, datado de nove de março do corrente, subscrito pelo Dr. Gilmar Luiz Coelho , Juiz da 10ª Vara Civil de Goiânia, justificando sua ausência na reunião e assumindo o compromisso de encaminhar por escrito à Comissão, informações detalhadas do referido processo inclusive cópias dos atos processuais que reputam relevantes. Ato contínuo, O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo que lamentou o não comparecimento do Juiz Gilmar, ao tempo em que apresenta Requerimento, de sua autoria, solicitando seja recomendado ao Procurador Geral da República a federalização da investigação e do julgamento dos crimes cometidos pela Polícia do Estado de Goiás, durante o despejo do Parque Oeste Industrial*,* em Goiânia, tendo sido colocado em discussão e votação, o qual foi aprovado por unanimidade. A seguir, o Senhor Presidente convida o Dr. Rolf

Hackbart para tomar assento à mesa dos trabalhos, concedendo-lhe a palavra para dar início à sua exposição. Fizeram uso da palavra para questionar ao expositor os senhores Senadores Eduardo Suplicy, Siba Machado, Álvaro Dias e os Deputados João Alfredo, Adão Pretto, Jamil Murad, Zé Geraldo, Anselmo e Ônix Lorenzoni. A seguir, o Presidente concede a palavra ao Presidente do INCRA para responder ao questionamento dos parlamentares. Prosseguindo, o Senador Alvaro Dias fala da importância que é o Instituto CPI sobre quebra de sigilo. O Relator pede a palavra para tecer comentários acerca de quebra de sigilo. Após, o Presidente do INCRA, Dr. Rolf Hackbart entregou ao Senador Alvaro Dias, Presidente da Comissão, documentos referentes aos convênios firmados por aquele Órgão. Após, a Presidência comunica que fica agendada reunião administrativa para o próximo dia dezesseis de março, às nove horas e trinta minutos, para Apreciação de Requerimentos. Pediram a palavra, pela ordem, o Senador Siba Machado e o Deputado Adão Pretto. A seguir, o Senhor Presidente solicita à Secretaria da Comissão que tome as providências necessárias para a realização da Audiência Pública ao Pontal do Paranapanema, no Estado de São Paulo, marcada para o dia 17 de março deste. Ao final, o Senhor Presidente agradece a presença do Dr. Raulf Hackbart pela contribuição dada a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a CPMI da Terra.

Em votação as atas das reuniões anteriores. (Pausa.)

Aprovadas.

A Comissão recebeu ofício do Dr. Gilmar Luiz Coelho, Juiz da 10ª Vara Cível de Goiânia. O Dr. Gilmar deveria, a convite desta CPMI, prestar depoimento sobre o episódio de Goiânia, que resultou em mortes e feridos, em despejo determinado por uma ordem judicial, questionada durante audiência pública que esta CPMI realizou, na cidade de Goiânia, na última semana.

Em razão dos questionamentos apresentados a esta CPMI, foi convidado o Dr. Gilmar Luiz Coelho para prestar depoimento no dia de hoje.

Leio a justificativa em razão da sua ausência:

Sr. Presidente, no último dia 1º de fevereiro, assumi a titularidade da 10ª Vara Cível e deparei-me com inúmeros processos conclusos para despachos e sentenças, ressaltando que a Vara mencionada vagou no mês de junho do ano pretérito, o que fez acumular o serviço. Assoberbado de serviço e com várias audiências previamente agendadas, lamento muito não poder atender o honroso convite formulado por V. Exª.

No entanto, assumo o compromisso de encaminhar por escrito à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito informações detalhadas do processo, as quais serão encaminhadas até o final desta semana, inclusive com cópias dos atos processuais que reputo relevantes.

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar protestos de estima.

Dr. Gilmar Luiz Coelho, Juiz de Direito da 10ª Vara Cível.

Portanto, justificada a ausência do Dr. Gilmar nessa reunião da CPMI.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Sr. Presidente, demais companheiros de CPMI, primeiro, queria lamentar a ausência do Juiz de Goiânia, convidado por esta Comissão. Nós, que estivemos em Goiânia, pudemos testemunhar a violência com que se deu aquela reintegração de posse. O próprio Secretário de Segurança Pública, por mais de uma vez, dizia da necessidade de ouvirmos também o Juiz, porque, se estávamos questionando a ação da Polícia, deveríamos também questionar o fato de o Judiciário haver concedido aquela liminar e o fato de a execução da liminar ter ocorrido daquela forma tão violenta, tanto com relação à destruição de casas quanto com relação às mortes ocorridas.

Penso que teremos oportunidade de, com a documentação enviada e também com o auxílio da Deputada Neide Aparecida – nomeada por V. Exª para, representando a CPMI, acompanhar as investigações –, analisar se há ou não a necessidade de se fazer uma convocação do Sr. Juiz para aqui depor. Evidentemente, poderemos, por uma questão de cautela, aguardar a chegada dessa documentação para fazermos essa avaliação.

Por outro lado, é importante ressaltar que temos hoje aqui uma representação significativa dos movimentos pela moradia, pelos direitos humanos, da Igreja de Goiânia. Essas pessoas estavam na expectativa de ouvir o depoimento do Sr. Juiz e, evidentemente,

sentem-se frustrados. Mas, também, eles vêm reiterar – vejo ali a faixa – o pedido que já havia sido feito à CPMI, durante a nossa audiência em Goiânia, para que houvesse a federalização da apuração desses fatos porque, como vimos, há muitas dúvidas com relação à isenção da apuração na cidade. Isso ficou claro até em alguns laudos que foram encaminhados. O próprio Secretário de Segurança Pública, em todos os momentos, defendeu, de forma veemente, a "Operação Inquietação" e a própria reintegração, quando a classificou como bem sucedida.

Seria importante para esta CPMI, já aberto inclusive o precedente do caso da Irmã Dorothy, que fosse encaminhada ao Procurador-Geral da República a sugestão para que S. Exª também pudesse pedir a federalização desse crime ocorrido em Goiânia.

Era o registro que queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Deputado João Alfredo encaminhou o requerimento, já fez a justificativa.

Submeto o requerimento à votação simbólica dos integrantes desta CPMI.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam com o encaminhamento desse requerimento de deslocamento de competência para a Justiça Federal da investigação e do julgamento dos crimes cometidos em Goiânia no episódio de 11 a 17 de fevereiro de 2005 queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Encaminharemos o requerimento do Deputado João Alfredo, Relator desta CPMI. O requerimento recomenda ao Procurador-Geral da República a federalização da investigação e do julgamento dos crimes.

Convido para tomar assento à Mesa o Dr. Rolf Hackbart, Presidente do Incra, para o seu depoimento a esta CPMI.

Como é habitual, concedo a palavra ao convidado para que ele possa fazer a sua exposição. Depois, colocaremos a palavra à disposição dos Srs. Parlamentares para as indagações.

O SR. ROLF HACKBART – Bom dia, Senador Alvaro Dias; bom dia, Relator João Alfredo; demais Parlamentares presentes; funcionários do Incra e de entidades de movimentos sociais, gostaria de iniciar a minha explanação usando o **power point** para uma exposição rápida e para que, de uma forma muito objetiva e sintética, conseguíssemos dialogar um pouco e contribuir com esta Comissão sobre a situação fundiária do País e o que estamos fazendo no Incra para implementar a reforma agrária no Brasil.

Para organizar melhor o nosso tempo e facilitar o entendimento, começo com esta breve apresentação. Para se entender a estrutura fundiária brasileira, apesar de haver vários especialistas nesta sala, farei uma breve retrospectiva histórica acerca da ocupação do nosso território. Não há como se discutir a situação fundiária hoje no Brasil sem se referir à ocupação do território brasileiro.

Em 1494, houve o Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha, que o assinaram para que as terras das Américas fossem distribuídas entre os dois reinos.

Em 1504, instituiu-se no Brasil o regime das sesmarias. "Se descoberto o Brasil, o colonizador português institui o regime das sesmarias, garantindo a cessão de grandes glebas aos amigos do rei, dando origem ao latifúndio no País.

Esse regime durou até 1822, quando foi instituído o regime das posses, às vésperas da Proclamação da República, por proposta de José Bonifácio.

O regime de posses pouco alterou o sistema anterior de distribuição de terras e durou até 1850, quando foi instituída a Lei de Terras, no dia 10 de setembro de 1850.

A Lei nº 601 é a primeira Lei de Terras no País, regulamentada pelo Decreto nº 1.318, de 1954. Entre outras providências, essa lei revalidou as sesmarias e outras concessões de terras feitas até então.

Bons livros para se ler sobre esse assunto e entender a situação de hoje, por exemplo, no Pará e em outras regiões do País, é **Casa-Grande & Senzala**, de Gilberto Freire; outro livro é **O Povo Brasileiro,** do ex-Senador Darcy Ribeiro. Esses livros permitirão aos brasileiros entender a ocupação do território nacional.

A legislação agrária...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, permita-me fazer uma breve indagação...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Antes do Tratado de Tordesilhas, poderíamos considerar que a terra seria de propriedade comum dos que aqui habitavam?

O SR. ROLF HACKBART – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Penso que seria importante termos esse entendimento.

O SR. ROLF HACKBART – Senador, podemos ter esse entendimento. Os estudiosos apontam essa condição em vários livros. Antes de 1494, a terra era de propriedade comum, principalmente dos povos indígenas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só para ter o registro da história.

O SR. ROLF HACKBART – A legislação agrária atual, as principais leis, são: Constituição Federal de

1988; Decreto-Lei nº 9.760, de 46; o Estatuto da Terra, de 1964, Lei nº 4.504; a Lei Agrária; a Lei do Rito Sumário – participei à época como assessor da Câmara e do Senado da elaboração dessas leis, que são os dois grandes pés da legislação agrária. Hoje, na Presidência do Incra, balizamos o nosso trabalho na Lei Agrária, que trata dos critérios de uso da propriedade, que tipo de propriedade é passível de desapropriação para fins de reforma agrária. A Lei do Rito Sumário, lei complementar, estabelece todo o procedimento jurídico e administrativo para a obtenção dos imóveis.

A Lei de Registro Público de Terras, Lei nº 10.267, de 2001, cuida de todas as normas e regulamentos internos do Incra.

Dado o tempo que nos foi concedido, esse é, em síntese, o arcabouço legal com que desempenhamos nosso trabalho hoje.

Faço questão de apresentar alguns dados da estrutura fundiária brasileira. Muito se fala da conjuntura. Mas qual é a raiz dos problemas fundiários do Brasil?

Aqui estão os dados que, na nossa opinião, no Incra, são, senão a única, mas a principal raiz dos problemas fundiários no Brasil.

O índice de Gini, que todos conhecem, é medido de 0 a 1. Quando for um, indica que há monopólio. Então, a distribuição da unidade do Brasil, o índice de Gini, de 1992, é 0,83; de 1998, é de 0,84. Quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a propriedade e o uso da terra no Brasil. Na Região Norte, 0,849; 0,85, em 1998; no Nordeste, 0,81; no Sudeste, 0,75; Sul, 0,71; no Centro-Oeste, 0,81.

Comparado com alguns países: Canadá, 0,60; México, 0,62; Estados Unidos, 0,75; Bolívia, 0,76; Colômbia, 0,77 e Brasil, 0,84.

A fonte dos dados é a FAO/Incra. O índice de Gini, no Brasil, 0,84, evidencia uma ainda perversa e altíssima concentração da propriedade e do uso da terra no Brasil.

Vemos aqui o índice de Gini distribuído no mapa do País.

Distribuição dos imóveis cadastrados por tamanho de área, 1998. Fonte: Incra.

Senadora, vamos oferecer esse material para a CPI. Existe uma tabela de 2003 mostrando a evolução, que é importante apresentar.

Então, em áreas de menos de dez hectares, 1.144 milhão imóveis, 5.422 milhões hectares, representando 31,9% do número de imóveis e 1,3% da área total.

No outro extremo – mais de mil –: 57.881 mil imóveis, 1,6% do número e 52,9% da área.

Fonte: Cadastro do Incra.

Ano: 1998. Nesse ano, tínhamos então: 3.587.967 milhões imóveis, numa área total de 415.570 milhões. Estamos falando aqui de imóveis rurais.

Em 2003, menos de 10 hectares, 32,9% do número e 1,6% da área.

No outro extremo, 1,6% do número e 46,8% da área.

Podemos aí fazer extratos de até 100 hectares, por exemplo, em torno de 85% dos imóveis e 18% da área.

Esses são dados são de um levantamento que solicitamos no Incra, por meio do Serpro, do Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais, em outubro de 2003. É o dado mais recente oficial que existe, com base no cadastro do Incra.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* em 2003?

O SR. ROLF HACKBART – No geral, concentra; em algumas regiões, não.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROLF HACKBART – Vou pegar as de 10: 31,9 e 1,3.

No próximo: 32,9 e 1,6.

Aumentou o número de áreas com menos de 10 hectares.

Distribuição dos imóveis, por categoria de imóvel. Esse é um outro conceito que o cadastro do Incra apresenta: minifúndio, pequena, média e grande.

Para efeitos de reforma agrária, conforme a legislação, podemos desapropriar só a grande propriedade improdutiva. Então, minifúndio, pequena e média não é suscetível de desapropriação, segundo a própria Constituição.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, poderia, em cada um desses, destacar até quantos módulos rurais em cada um?

O SR. ROLF HACKBART – Pequena propriedade, até quatro módulos fiscais; a média propriedade, de 04 a 15 módulos fiscais, e a grande propriedade, acima de 15 módulos fiscais. Esses módulos fiscais – há uma tabela do Incra –, conforme a região, têm um determinado tamanho. O máximo é 100 hectares na Região Amazônia, em alguns Estados e algumas regiões. Minifúndio é até quatro módulos fiscais. Se é na periferia de Curitiba, pode ser de dois hectares os módulos fiscais, ou cinco; no Rio Grande do Sul, vinte, conforme a região.

Qual é o conceito de módulo fiscal?

Para efeitos de reforma agrária: pequena, média e grande. O minifúndio é considerado conceito de minifúndio a área territorial de imóvel rural insuficiente para subsistência de uma família. Por isso, o objetivo

da reforma agrária é acabar com o minifúndio e o latifúndio, conforme o Estatuto da Terra. Tanto para as famílias que não têm terra suficiente, como para diminuir as que têm terras demais.

Minifúndio, dados de 1998: são 61% do número de imóveis, 7,5% apenas da área. O grande 2,9% do número e 57,4 da área no Brasil.

Próximo:

Mesma distribuição em 2003, que o dado mais recente. Minifúndio de 63,8 do número e 9,3 da área. A grande propriedade: 2,6% do número e 51,3% da área e um total de 4.290.482 milhões imóveis; 418 milhões de hectares.

O Brasil tem cerca de 852 milhões de hectares; destes, 418 estão cadastrados no Incra como imóveis rurais.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ROLF HACKBART – Não, esta é a base cadastral do Incra. Alguns imóveis têm problemas; outros, não. Mas estão todos legalizados.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* e identificados, não é?

O SR. ROLF HACKBART – E aqui um dado: da distribuição das grandes propriedades por região e classificação quanto à produtividade, de acordo com a base cadastral do Incra de 98.

Brasil. Propriedades: 104.744, uma área de 238 milhões de hectares. Destas, estão no cadastro do Incra como produtivas 44 mil, quer dizer, 48,6%, uma área de 72 milhões de hectares; e improdutivas 51,49, em uma área de 166 milhões de hectares.

E aqui já quero antecipar um debate: essa é a base cadastral do Incra. A checagem da produtividade ou improdutividade é feita no momento da vistoria.

O mesmo dado para 2003. Eu diria, então, que, para destacar um dado hoje, com base no cadastro do Incra, no Brasil, temos 58.329 mil imóveis rurais cadastrados no Incra como improdutivos, que perfazem 133,8 milhões de hectares.

Por região: na Região Sul, temos 5.413 imóveis classificados como improdutivos em 3,8 milhões de hectares; na Região Norte, 45.5 milhões de hectares; no Centro-Oeste, 49.661, e assim por diante. Apenas para se ter uma idéia dos grandes números com os quais o Incra trabalha.

Aqui mostra-se a distribuição por região. A grande propriedade produtiva e a grande propriedade improdutiva, segundo o cadastro do Incra. Eu sempre friso isso para não dar uma informação errada.

Então, no Brasil, a coluna azul aqui representada sinaliza a grande propriedade; a vermelha, a grande propriedade produtiva; e a outra, a improdutiva. Vê-se, dessa forma, a diferença por regiões, tanto no número quanto na relação entre um e outro.

Essa é uma idéia com a qual não dá para trabalhar neste plenário com o tempo que nos é disponível, mas vê-se aqui o mapa do uso da terra no Brasil. Podemos acompanhar por Estado, por região, mas apenas os principais dados. Há os assentamentos, nas áreas marcadas em azul; mostra-se também a Amazônia Legal; a faixa de fronteira, representada por esta coluna que se vê aqui, são 150km. Debate-se muito aqui no Congresso o uso, a destinação da faixa de fronteira. São 150km, na faixa de fronteira, a área é totalmente diferente; vêem-se aqui também áreas militares; os imóveis rurais; os assentamentos do Incra, marcados em vermelho. Então, nota-se uma grande concentração nessa região, os assentamentos do Incra.

As áreas do Ibama são as áreas marcadas com a cor verde. E ainda: áreas arrecadadas pela União, áreas discriminadas e terras indígenas.

Então, com base neste mapa, qual é o nosso sonho? Felizmente, o Ministério da Integração Regional, hoje, no País, tem um mapa que sobrepõe essas áreas, esses vários conceitos e muitos outros por índices de desenvolvimento humano, condições de vida, analfabetismo, alfabetismo.

O que é reforma agrária?

Segundo o Estatuto da Terra é o conjunto de medidas que visa promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de Justiça social e ao aumento de produtividade.

O que é importante aqui? O ponto de vista do Incra: a reforma agrária não é só, e nunca foi, apenas redistribuição do uso e da propriedade da terra: é a redistribuição da propriedade e do uso da terra acompanhada de um conjunto de políticas públicas que viabilizem do ponto de vista econômico e social um assentamento e uma região. Os que criticam a reforma dizem que não adianta distribuir terra têm razão: é evidente, nunca adiantou. Reforma agrária é isto: desenvolvimento do meio rural. É esse o conceito que trabalhamos.

O conceito de latifúndio, de estatuto da terra, tem sua origem nas Sesmarias, como foi dito; foi a principal base econômica de sustentação das oligarquias agrárias brasileiras, forças hegemônicas no cenário político nacional até meados do século passado.

As ligas camponesas, as reformas de base do Governo Goulart constituem momentos importantes das lutas contra as oligarquias agrárias, especialmente a luta pela reforma agrária. Apesar dos retrocessos políticos ocorridos a partir de 64, a reforma agrária

entrou definitivamente na agenda política do País com o Estatuto da Terra.

É um pouco de história, mas isso é importante no trabalho do Incra. Quando se estuda a cadeia dominial de um imóvel ou a origem dos conflitos no Nordeste, ou na região Amazônica, ou mesmo em algumas regiões, é importante resgatar essa breve vitória – e muitos títulos hoje tidos como de propriedade têm sua origem nessa história.

A reforma agrária no Brasil, mais na atualidade, de 64 para cá: o Estatuto da Terra, a Nova República e o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, 1985, José Gomes da Silva; a Constituição, art. 184, 185, 186, art. 5º, Direito à Propriedade Privada, desde que ela cumpra sua função social, Governo Fernando Henrique Cardoso, Novo Mundo Rural; e agora Luís Inácio Lula da Silva, o Programa Vida Digna no Campo e, em 2003, o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária. São os dois marcos na história recente. O primeiro plano em 1985 e o segundo plano em 2003.

O Incra foi criado em 9 de julho de 1970 com a fusão entre o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Ibra. Cabe ao Incra a missão institucional de realizar ações de política fundiária e reforma agrária. Nos anos 80, por ocasião do I PNRA, o Incra contava com cerca de cerca de 10 mil servidores e sedes instaladas em todas as unidades da Federação. A partir de 90, o Incra passou por um grave processo de desmonte; no início de 2003, o órgão detinha 4.834 servidores dos quais uma parcela expressiva já se encontrava em condições de aposentadoria. E superintendências quase totalmente sucateadas causam um impacto muito o nosso trabalho de hoje.

Uma das nossas prioridades, no período recente, nosso período no Incra. No lançamento do II Plano Nacional de Reforma Agrária o atual Governo adotou medidas visando o fortalecimento da autarquia. O que já fizemos no Incra? Primeiro, um concurso público em 2004 para preenchimento de 366 novas vagas de engenheiros agrônomos, administradores, economistas, contadores, sendo que 330 já foram empossados, havendo perspectiva de nomeação de mais 300 novos servidores. Hoje trabalhamos com um total de 5.300 servidores na ativa em todo o Brasil, em 29 superintendências regionais. Já criamos neste Governo um Plano de Cargos e Salários por meio da Medida Provisória nº 216, aprovada por esta Casa; o novo plano instituiu a carreira de reforma e desenvolvimento agrário. Aqui criamos uma carreira de Estado. Criação de cargos. O novo plano de cargos e salários criou, nessa mesma medida provisória, 4.500 novos cargos para a instituição. Vamos deixar claro desde já, porque às vezes a Imprensa e alguns setores não entendem bem: temos autorização legal de criar cargos que serão preenchidos como manda a Constituição, por concurso público. Agora estamos buscando autorização para realização de um concurso de pelo menos mais 1.000 servidores no Incra.

Recentemente aprovada a reestruturação organizacional do Incra, estudos foram concluídos com esse objetivo. O Incra está passando por amplo processo de modernização com o desenvolvimento de sistemas corporativos e renovação de seu parque tecnológico.

Por fim, o Plano Nacional de Capacitação dos Servidores do Incra, elaborado no exercício de 2003, está em andamento. Em 2004, ele proporcionou o treinamento de 3.612 servidores nas suas diversas formas.

O que eu gostaria de destacar, Senadores e Deputados? Esses são os eixos do fortalecimento do Incra. Estamos convencidos de que sem um Incra forte sem a presença do Estado – vejam o caso do Pará, na região amazônica –, não há desenvolvimento do meio rural. Sem reforma agrária, não há desenvolvimento econômico e social, de acordo com os conceitos com que estamos trabalhando. Não é este Presidente que diz isso, não é só o Incra, mas grande parte da sociedade brasileira. Ou se desenvolve o meio rural, ou não haverá desenvolvimento do país. O documento da Fiesp, do final de 2003, espelha o consenso, a respeito da reforma agrária, dos grandes pequenos e médios industriais. Eles dizem que, com o grau de tecnologia hoje utilizado na indústria, nos serviços, no sistema financeiro, é impossível acomodar ou dar ocupação e renda para o povo brasileiro. É preciso desenvolver o meio rural.

O Incra tem inúmeras pesquisas feitas por universidades publicas e privadas mostrando que jovens, recém-casados, que vivem ou que já estiveram certo tempo no meio urbano, estão dispostos a voltar para o meio rural e ter uma vida digna no campo. É muito comum observar isso em nosso trabalho no dia-a-dia.

Fiz questão de apresentar esse ponto, mesmo de uma forma rápida, porque muitos duvidam.

Para que serve a reforma agrária? Em nosso entendimento, baseado na experiência do País, nos livros, nos estudiosos, entre outros pontos, serve para desconcentrar e democratizar a estrutura fundiária do Brasil; gerar ocupação e renda; diversificar o comércio e os serviços do meio rural.

É impressionante: onde há assentamento bem feito, planejado, o dinheiro circula no município, na farmácia, no hospital, no comércio, a prefeitura arrecada mais tributos, a economia é mais dinâmica. Há vários estudos feitos pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro, por exemplo, entre outras, que comprovam o resultado do desenvolvimento do meio rural.

Interiorizar os serviços públicos básicos, como escolas, por exemplo – vou mostrar um dado mais adiante –; reduzir a migração campo-cidade; democratizar as estruturas de poder e promover a cidadania e a justiça social são outros pontos importantes.

Aqui, há dados de 1996, mas temos dados mais recentes, que mostram a participação econômica da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária na produção agropecuária brasileira. A fonte da pesquisa é o IBGE:

"O café, 25%; arroz, 31%; soja, 32%; milho, 49%; fumo, 97%; mandioca, 84%; feijão, 67%; suínos, aves e vários produtos..." Os dados mostram a participação econômica desses setores no valor bruto da produção agropecuária brasileira.

Aqui, está um descompasso que precisamos corrigir em nosso País. A agricultura familiar, no valor bruto da produção, participa com 37,9%, mas apenas com 25% no financiamento total. O setor patronal participa com 61% do valor bruto da produção, e 73,8% no financiamento total.

Agora vamos falar do II Plano Nacional de Reforma Agrária, de nossos objetivos e do que estamos fazendo no momento.

Nossas diretrizes.

A implantação de um plano nacional de reforma agrária é fundamental para o País, pois irá gerar postos de trabalho no campo, contribuir com as políticas de soberania alimentar, combater a pobreza e consolidar a agricultura familiar. E a reforma agrária é também fundamental para dinamizar as economias locais e regionais.

As principais diretrizes.

Uma reforma agrária tem que ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, temos que pensar o País inteiro. Tem que ser massiva, de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos. É preciso dotar o Estado dos instrumentos para gerir o seu território – e hoje estamos fazendo um novo cadastro dos imóveis rurais, pois o País não conhece o seu território – implantar um novo modelo de assentamento baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial. Aqui, importante é o planejamento, e estamos trabalhando com territórios.

E gostaria de destacar que isso não é nenhum conceito novo, está tudo no Estatuto da Terra, não estamos inventando nada.

É preciso a adoção de diversos instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região, adequação institucional e normativa; uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; e um forte envolvimento dos governos estaduais e das prefeituras. A reforma agrária não é feita apenas pelo Incra. É importante e fundamental a participação das prefeituras e dos governos estaduais para garantir o reassentamento de ocupantes não-índios de áreas indígenas. Este é um trabalho intenso do Incra em várias regiões do País. Temos inúmeros problemas nesse sentido. É preciso também promover a igualdade de gênero na reforma agrária; na nossa gestão, implementamos a regra, que já é constitucional, de que as trabalhadoras rurais têm, sim, direito ao título de concessão de uso nos assentamentos da reforma agrária. Além da documentação básica, temos que assegurar o direito à educação, cultura, seguridade social nas áreas reformadas.

Hoje, nosso público alvo, segundo dados do Incra:

Famílias acampadas no Brasil: 171.288; trabalhadores cadastrados via correios: 839.715 famílias, por meio do Programa Acesso à Terra do Governo anterior, que constam lá no cadastro do Incra, que estamos apurando; trabalhadores rurais sem acesso à terra: 3,1 milhões de famílias, segundo o Plano Nacional de Reforma Agrária; e agricultores com insuficiência de terra: 3,4 milhões de famílias no Brasil. São os grandes números.

As metas 2003/2006 do nosso plano.

Assentar 400 mil novas famílias; regularizar as posses de 500 mil famílias; conceder o crédito fundiário a 150 mil famílias; recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; criar 2.075 milhões novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; implementar o cadastramento georeferenciado do território nacional e a regularização de 2.2 milhões de imóveis rurais no Brasil; reconhecer; demarcar e titular áreas das comunidades quilombolas. Este trabalho também está com o Incra hoje, estima-se em mais de 4 mil comunidades no País. Recebemos o processo de 756 áreas de quilombolas no Incra.

Qual é o trabalho do Incra? Identificar, reconhecer e titular essas áreas – em todas essas áreas, há conflitos –; universalizar assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias da área reformada.

Esse é o quadro das metas do nosso Governo em termos de assentamento, regularização fundiária e crédito fundiário ano a ano.

Estamos em 2005, e nossa meta para este ano são: 115 mil famílias; regularização fundiária, 150 mil; crédito fundiário, 37 mil; total: 302 mil famílias beneficiadas por esses programas.

Resultados obtidos em 2003/2004. Assentamos, em 2003, 36.301 famílias, assim distribuídas nas regiões; em 2004, 81.254, um total, nesse período do Governo, 117.555 famílias assim distribuídas por regiões.

Projetos de assentamentos criados (2003/2004).

Total Geral: criamos 765 projetos de assentamentos em nove milhões de hectares.

Destaco aqui que dois instrumentos com que o Incra trabalha, de acordo com a legislação: desapropriação e aquisição e terras públicas. No ano de 2004, 52% dos projetos criados foram por meio da desapropriação e 48% em terras públicas, principalmente nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Decretos desapropriatórios (2003/2004).

Foram 576 decretos que o Presidente da República assinou e um milhão e duzentos e sessenta mil e setecentos e quarenta e nove hectares, nesses decretos, beneficiando uma estimativa de 34.917 famílias.

Aqui sempre é importante lembrar que reforma agrária e assentamento são um processo, não estoque. Assentam-se famílias em áreas obtidas em anos anteriores. Vamos deixar áreas para as próximas gestões, sempre assim.

Mas esse é um quadro do que foi decretado no período 2003/2004.

Reforma agrária de qualidade.

O que sempre se constata, Senadores e Deputados?

Não adianta assentar sem qualidade, não adianta reforma agrária se não tiver crédito, assistência técnica, etc. O que fizemos na nossa gestão? Primeiro, já alteramos normativos internos e aumentamos o total dos valores referentes aos serviços e investimentos. Qual a situação anterior? O primeiro crédito que a família recebia era é de R$1.400,00 por família; hoje é de R$2.400,00. Habitação: era R$3.000,00; hoje, R$5.000,00. A família assentada, quando vai para a terra, tem R$5.000,00 para construir a casa. Projeto de desenvolvimento do assentamento: de R$100,00 para R$200,00. Topografia, que é um trabalho importante para a demarcação das áreas, ficou em R$ 400,00. A assistência técnica era de R$ 100,00 por família/ano; passou para R$400,00 por família/ano. Infra-estrutura básica: de R$ 3.000,00 para R$ 5.500,00. Isso já está em vigor e impacta diretamente no orçamento do Incra. Então, de R$8.100,00 passamos para R$ 13.900,00, o que, cá entre nós, ainda é muito pouco, mas mostra como estamos trabalhando na qualificação da reforma agrária.

Um alerta para as senhoras e os senhores é que estes valores, no caso da assistência técnica, mesmo que pouco, R$400,00 por família, feito de forma associativa, pode dar um bom recurso.

O Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental da Reforma Agrária foi instituído na nossa gestão. Não só a assistência técnica rural, a extensão rural, mas a assistência técnica, social e ambiental. Noventa e três por cento dos assentamentos da reforma agrária, que são mais de seis mil no País, com mais de quatrocentas mil famílias, não tinham licenciamento ambiental. Estamos recuperando esse passivo ambiental, o que é um dos impedimentos do acesso ao crédito, por exemplo.

Então, com a implementação desse programa de assistência técnica já beneficiamos 291.500 famílias através de convênios e contratos, em 2004.

Somente aos 27 mil contratos do Pronaf A, firmados em 2004, somando-se esses, chegamos a atender 332.180 famílias, em 2004, e a previsão para 2005 é a universalização dos serviços e da assistência técnica, social e ambiental no País inteiro e em vários Estados, como o Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, com certeza. Em vários outros Estados vamos atingir 100% dos assentamentos da reforma agrária com essa assistência técnica, social e ambiental, ainda no padrão de um agrônomo, de um técnico para oitenta famílias, sessenta famílias. Pelo menos haverá um atendimento, porque não havia nenhum.

Aqui é um quadro da assistência técnica, é o resumo da tabela anterior.

Programa Luz para Todos – mais de 80% dos assentamentos não tinham energia elétrica. Sem energia elétrica não há agroindústria, não há escolas, não há posto de saúde. Assim, em parceria com o Ministério de Minas e Energia, foram implementadas ações visando disponibilizar energia elétrica nas áreas rurais, priorizando os assentamentos de reforma agrária e comunidades ribeirinhas.

Em 2004, atendemos 16 mil famílias, 220 projetos de assentamentos e mais 5.238 estão em atendimentos. Em 2005, queremos atender 115 mil famílias. Esses recursos provêm do Ministério de Minas e Energia. As obras são feitas em parceria com as companhias dos Estados, como ocorre aqui em Goiás.

Aqui está a distribuição por Estado, número do projeto de assentamento. Nós nos preocupamos em oferecer este material a esta Comissão para que depois cada Estado possa ver a sua situação.

Infra-estrutura dos assentamentos.

Temos um convênio de cooperação técnica entre o Incra e a Funasa. Qual é o objetivo desse convênio? São ações de captação de água e saneamento básico em projetos de assentamento. Uma das origens dos

problemas de saúde e desnutrição nos assentamentos da reforma agrária, como em qualquer lugar, é a falta de saneamento básico, falta de cisternas, de esgotos, de fossas, etc. A Funasa tem prioridade nos assentamentos da reforma agrária, nas áreas de quilombolas e áreas indígenas. Nós já firmamos esse convênio no ano passado. Investimos R$8 milhões e atendemos 5.710 famílias.

Estão em andamento reuniões entre Funasa e Ibama para definição do programa de 2005.

Aqui estão discriminados, por Estado, os projetos que foram atendidos, para conhecimento desta Comissão.

O que nós chamamos de Projeto Terra Sol são linhas básicas de apoio à implantação e à recuperação de agroindústrias nos assentamentos. A agroindústria é um conceito que foi criado em 1948/1952, por dois professores dos Estados Unidos, buscando a integração e a agregação de valor da produção agrícola primária da agricultura familiar nos Estados Unidos com as indústrias. O Incra trabalha com esse conceito. Nós somos favoráveis às agroindústrias. É uma demanda de todos os movimentos sociais, de todos os assentados, a implantação e a recuperação de agroindústrias, do leite, de carne, de suínos, de grãos, como o cacau orgânico no sul da Bahia; como a exportação de filé de peixe no Nordeste; como a produção de energia no Amazonas, através da casca do cupuaçu, com uma máquina desenvolvida pelo Ita e pela Usp, em São Paulo, já em funcionamento nos assentamentos, gerando renda, ocupação e cidadania para aquelas famílias. Há vários outros exemplos no sul do País e no Centro-Oeste.

Ações e inserção mercadológica da produção dos assentados. Não adianta assentar se não tiver mercado, se não tiver para quem vender. O Governo está bastante preocupado e com um programa de compra antecipada; ou seja, garantir a compra da produção desses assentamentos. No Estado de Goiás, os assentamentos que produzem o baru, castanha de uma árvore típica do cerrado, altamente nutritiva. Essa produção de baru dos assentamentos já está inserida na merenda escolar de várias prefeituras no Centro-Oeste. Contraditoriamente, as crianças nesses assentamentos ou nessas escolas não estão desnutridas, o que é fantástico. Trata-se de uma produção dos assentamentos, uma produção de castanha do próprio cerrado.

Capacitação de produtores através do associativismo e do cooperativismo, gestão, processamento, comercialização e apoio à implantação de projetos pluriativos solidários.

Nós já apoiamos 39 projetos em 29 superintendências regionais, beneficiando 49 mil famílias, num total de R$5,1 milhões já empenhados. Para que V. Exªs tenham uma idéia da importância da criação da parceria entre a Assessoria Técnica, Social e Ambiental do Incra, a Fundação Nacional, o Ministério do Meio Ambiente, Cimas (Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade), parcerias com universidades, vários Ministérios, Conab, Embrapa, Sebrae, Ibama, prefeituras municipais, sindicatos, movimentos sociais, instituições estaduais de pesquisa agropecuária, entre outras. É por isso que o Incra – e, na minha opinião, o Governo como um todo – precisa dessas parcerias para implementar as suas políticas. Hoje, o Estado é incapaz de fazer isso sozinho e, na minha opinião, nem deveria fazer sozinho. Aí está a participação popular.

Esse é o quadro dos projetos. Ações de gênero. Incluímos em nosso programa a temática de gênero, raça e geração no programa de assistência técnica, social e ambiental.

Programa Nacional de Documentação das Mulheres Trabalhadoras Rurais. É impressionante como as trabalhadoras rurais não têm documentação, ainda estão alijadas. Emitimos, só no ano passado, mais de 62.482 documentações civis básicas, em parceria com os Ministérios da Justiça, do Trabalho e da Previdência Social, com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca. As nossas superintendências fazem mutirões, em parceria com esses municípios, para a expedição da documentação básica: certidão de nascimento, carteira de identidade, título de eleitor.

O programa é chamado de Programa Nacional de Documentação das Mulheres. Mas atendemos, evidentemente, todos aqueles que precisam, homens e mulheres, em consonância com a decisão da nossa gestão, desde que assumi a Presidência do Incra, de tornar obrigatória como norma interna do Incra a expedição do título de concessão de uso no lote de assentamento para as mulheres também. Antes, a maioria dos títulos expedidos pelo Incra era para os homens, e o recurso nem sempre chegava para a família, fora os outros problemas.

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Estamos trabalhando com 57.697 assentados em processos de escolarização, desde formal, alfabetização, até a graduação. Temos 115 convênios com 35 universidades públicas na execução do programa e estamos realizando a pesquisa de avaliação externa do Pronera, que é o Programa Nacional Especial para a Reforma Agrária.

Em parceria com o Inep, do Ministério da Educação e Cultura, realizamos uma pesquisa nacional de educação na reforma agrária. Essa pesquisa recente mostra um pouco a situação dos assentamentos. Visitamos 5.591 assentamentos; 24.500 questionários já foram aplicados. Desses, há alguns números: 8.679 escolas nas áreas de reforma agrária. Esse é o número de escolas que temos nos assentamentos do Incra. Trinta e oito mil e trinta e cinco docentes professores moram nos assentamentos. Temos nos assentamentos, nas áreas de reforma agrária, 1,1 milhão de jovens abaixo de 18 anos. Desses, 84,1% estão no Ensino Fundamental, 26,9% no Ensino Fundamental da 5ª a 8ª série, e, no Ensino Médio, apenas 4,3%. Não é demais dizer que sem educação não teremos o desenvolvimento dos assentamentos e do desenvolvimento do meio rural no País. Dessas 8.679 escolas, 49,5% não possuem fonte alguma de iluminação e 75% não têm meio algum de comunicação, não têm computador nem telefone. Muitas dessas escolas funcionam em galpões, debaixo de árvores, mas há uma disposição enorme de aprendizado, para vocês terem uma idéia do quadro.

Esses seriam, Sr. Presidente, os dados gerais da estrutura fundiária brasileira, como encontramos o Incra, o que estamos fazendo e o que estamos realizando na reforma agrária no Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço ao Presidente do Incra, Dr. Rolf.

Vamos passar a palavra aos Srs. Senadores e Deputados que desejam fazer indagações. O Senador Suplicy é o primeiro.

Com a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, cumprimento o Dr. Rolf Hackbart, que nos apresentou um histórico muito importante sobre a estrutura fundiária brasileira e as ações que, nas últimas duas décadas, vêm ocorrendo. Ficou destacado como, muitas vezes, o movimento social avança de maneira a dar passos tão significativos, mesmo quando há movimento de reação à realização dos anseios do movimento social, como aconteceu em 1964, com o movimento militar e a instituição do regime militar, ainda que fosse a reforma agrária o objeto de receio em relação ao Governo João Goulart.

É interessante observar que o primeiro governo do regime militar, de Castelo Branco, conforme demonstrou o Presidente do Incra, creio que ao final de 1964 estabeleceu o Estatuto da Terra, marco importante em todo esse histórico. Chamou-me a atenção o fato de que o coeficiente Gini, citado pelo Dr. Rolf Hackbart, de 92 a 93, apresentou como um agravamento de 92 para 98.

Eu tinha a impressão – posso estar enganado – de que, no Governo anterior, o então responsável e hoje Deputado Raul Jungman, salvo engano meu, tinha apresentado uma evolução diferente, como se tivesse havido, segundo dados do IBGE ou do próprio Incra, uma tendência de diminuição do coeficiente Gini nos anos 90.

Se porventura houve de fato, em anos intermediários, uma evolução de tal forma que tivesse ocorrido a diminuição do coeficiente Gini, para depois ele ter se agravado, agradeceria, se puder, especialmente no período 1998 a 2003, mostrar os números correspondentes aos mostrados na tabela, se foi realizado um cálculo do coeficiente Gini que possa ser comparado ao mostrado em 1992 de 0,83, em 1998, de 0,84. Portanto, se há um indicador comparável para o coeficiente Gini do ano 2003, para o qual houve a demonstração de dados de concentração da estrutura fundiária.

Por que esses dados são importantes? Tem o IBGE mostrado que o Brasil continua sendo um dos países com grande desigualdade sócio-econômica e na distribuição de renda, ainda que tenha havido uma ligeira melhoria em dados mais recentes, justamente agora já entrando em 2003, em comparação a anos anteriores – refiro-me ao coeficiente Gini da distribuição da renda. Uma das explicações para a distribuição da renda tão desigual é exatamente a persistência da desigualdade na estrutura da distribuição da riqueza. E dentre os itens de distribuição de riqueza mais importantes está justamente a distribuição da propriedade fundiária. Portanto, se quisermos caminhar na direção de maior eqüidade na distribuição da renda, será muito importante maior eqüidade na distribuição da propriedade fundiária.

V. Sª, Dr. Rolf Hackbart, aqui mostrou como está a evolução do número de assentamentos do Governo do Presidente Lula, especialmente depois do Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária. Agradeço se puder mostrar em relação às metas originalmente mostradas pelo Governo do Presidente Lula, se houve uma diminuição daquilo que está sendo alcançado, porque houve comentários nesse sentido. Então, eu gostaria de saber sobre aquilo que progrediu e de que forma está em comparação àquilo que havia sido preliminarmente mostrado como meta; e quais foram as razões para isso.

Finalmente, quando houve o anúncio do contingenciamento de verbas para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que inclui o Incra, e houve até uma manifestação por parte do Ministro Miguel Rossetto, pergunto, primeiro, se esse contingenciamento vai dificultar muito a realização das metas. Segundo, se existe a possibilidade de, ainda que tenha havido contingen-

ciamento, realização daquilo que originalmente havia sido programado. Ou seja, que fatores contribuirão para que as metas anteriormente anunciadas sejam realizadas. Se porventura ainda houver um progresso de não contingenciamento, do que isso dependerá, quais os fatores que contribuirão para uma decisão mais positiva para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, portanto, o Incra, receba os recursos necessários para a realização daquilo que foi programado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Quero lembrar aos Srs. Parlamentares que quando a campainha é acionada – e o é automaticamente, não é o Presidente que a aciona – é sinal de que falta um minuto para a conclusão. Passou um pouquinho, mas o Senador Suplicy sempre tem a consideração da Presidência; aliás, de todos os Presidentes de todas as comissões.

Com a palavra o Relator, o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente da CPMI, Sr. Presidente do Incra, eu gostaria que, nas suas respostas, V. Sª tratasse de três temas que quero especificar aqui. Um é o problema da violência no campo, sobre o programa Paz no Campo, como se encontra a execução, quais são as ações nesse sentido, o que se tem alcançado em termos das ouvidorias estaduais, como se encontra a prevenção desses conflitos. Até porque a CPMI, neste semestre, resolveu por nossa proposta e acatamento dos demais membros, voltar-se e dar um foco maior nesse tema, em função até do caso do Estado do Pará.

A regularização fundiária é outro tema importante, já que podemos ter um estoque considerável de terras públicas que, em tese, não custariam ao Governo a desapropriação, mas, sim, a sua arrecadação, desde que fossem efetivamente discriminadas. Essa é uma situação que se encontra na região amazônica e, mais especificamente, no Estado do Pará. Cito, coincidentemente com esse tema e especificando a questão do Pará, qual tem sido o encaminhamento e quais os resultados das medidas tomadas naquele Estado, justamente para combater a grilagem de terra.

Todos sabemos que a violência no campo e o desmatamento ilegal estão muito vinculados à grilagem, um problema grave e sério, já detectado pelo Congresso em outra CPI, voltada apenas para o problema da grilagem.

No Pará, há o caso do Cecílio Rego de Almeida, com uma área que se configura do tamanho da Bélgica e da Holanda. Há um grileiro lá – de quem, agora, me foge o nome – e a partir dele várias outras propriedades teriam sido "legalizadas". Mais recentemente, houve esse conflito com os madeireiros às margens da Santarém-Cuiabá, a BR-163, com ação do Incra por meio da Portaria nº 10. Houve um grave conflito, uma grande pressão dos madeireiros e sabemos que essa situação ainda está em suspense.

Portanto, quais medidas foram efetivamente tomadas; qual tem sido o ritmo do Governo, do Incra especificamente, na resolução desses problemas; qual tem sido o impacto dessas questões, o resultado disso tudo?

A morte da Irmã Dorothy, questão acompanhada por esta CPMI, trouxe à tona toda essa problemática e a gravidade dessa situação na Região Norte como um todo, mais especificamente no Pará, onde penso que o Incra pode ter, e terá com certeza, uma ação fundamental na prevenção e diminuição dessa violência, no combate à grilagem de terra e na realização da reforma agrária.

Eram esses os meus questionamentos. Junto com isso, evidentemente, pergunto qual é o cronograma dessas ações no Pará, porque em todo canto, a todo momento que conversamos com alguém do Pará, ou aqui em Brasília, ou mesmo lá no Estado, sempre advém aquela preocupação: o Governo está agindo agora, as medidas estão sendo tomadas porque a repercussão é grande, mas temos medo de que, depois, o Governo saia e toda a situação retorne, como em outros momentos aconteceu.

Então, qual é o cronograma, como se encontra a sua execução, qual é a previsão da execução de todas essas atividades que são tão importantes naquela região? Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Dr. Rolf vai responder ao Senador Suplicy e ao Deputado João Alfredo, e depois ouviremos em bloco de três para as suas respostas.

Concedo a palavra ao Dr. Rolf.

O SR. ROLF HACKBART – Agradeço a contribuição do ilustre Senador Suplicy, que sempre tem acompanhado os assuntos fundiários e de distribuição de renda e riqueza no Brasil.

Informo-o que, no cálculo do Índice de Gini, não existe um novo estudo feito pelo Incra ou pelo IBGE. Estamos encaminhando estudo para que se atualize esse índice, mas, com certeza, com os dados apresentados aqui, não houve grandes alterações no Índice de Gini. Então, a concentração do uso e da propriedade da terra, no País, ainda continua bastante alta.

Segundo: das 117 mil famílias assentadas nesses dois primeiros anos – nossa meta é de 400 mil – então, a diferença é o que ainda temos para fazer. Mas, mais importante do que isso é que o processo da reforma agrária está em andamento, pois estamos com um

enorme volume de vistoria para obtenção de imóveis rurais, priorizando algumas regiões, recuperando e fortalecendo o Incra, contratando pessoal, comprando equipamentos – compramos mais de mil computadores no ano passado; agora estamos num processo de licitação de compra de mais de cem veículos para o Incra. Mas, mais do que equipamentos, precisamos de recursos humanos no Incra para suprir as nossas superintendências e unidades avançadas.

No ano passado, a nossa meta foi de 115 mil famílias. Assentamos 81.254 mil – essa a diferença do ano passado. No primeiro ano, assentamos 36.301 mil famílias. A nossa meta, do PNRA, era de 30 mil famílias no ano de 2003. O PNRA foi lançado em outubro/novembro de 2003.

Evidentemente que o contingenciamento do orçamento do Incra impacta diretamente os recursos para obtenção de imóveis rurais, na assistência técnica, nas obras de infra-estrutura e no crédito para os assentamentos.

No ano passado, pagamos, executamos 85% do orçamento do Incra. Iniciamos o ano de 2004 com R$1.4 bilhão e gastamos R$2.2 bilhões. Portanto, fomos suplementados no ano passado. No item obtenção de imóveis rurais, que é o mais importante para o Incra para assentar as famílias, no ano passado, iniciamos com R$400 milhões e gastamos R$ 1.010 bilhão.

O que isso mostra?

Estamos recuperando a capacidade operacional dessa autarquia.

Para 2005, a lei orçamentária, aprovada neste Congresso, estabeleceu um recurso de R$3.4 bilhões. Destes, R$752 milhões para obtenção de imóveis rurais. Necessitamos, além dos R$752 milhões, segundo estimativa, pelo custo da terra, de mais R$700 milhões para cumprir a meta de 115 mil famílias assentadas neste ano. Então, além de recuperar o orçamento do Incra, ainda precisamos de uma suplementação para que se implemente de fato esse programa prioritário do Governo Lula. Daí a importância do debate orçamentário. Estamos otimistas em descontingenciar os recursos, pois temos recursos suficientes para iniciar o ano, mas logo, logo precisamos descontingenciá-los, e, no futuro, suplementá-los. Então, ações como Operação Pará, BR-163, Transamazônica são, sim, afetadas por esse descontingenciamento.

E mais: o Incra não trabalha com estoque, com processo. Nós trabalhamos com muitos convênios, construção de obras, estradas etc. Esse contingenciamento agora impacta diretamente na firmação desses convênios, porque só podemos conveniar com o que está disponível. Então, realmente tem um impacto que pode trazer prejuízos para o Incra e para a reforma agrária e desenvolvimento do meio rural.

Agora, a nossa expectativa é o descontingenciamento e a suplementação.

Violência no campo, Deputado João Alfredo.

Temos a convicção de que os conflitos no meio rural só vão diminuir à medida que avança a reforma agrária no País. Mais do que a reforma agrária, no conceito explicitado aqui, que é o desenvolvimento do meio rural. São milhões de famílias acampadas ou demandando, via sindicato, via outras organizações, terra neste País para produzir e ter cidadania.

O Programa de Governo de Paz no Campo envolve vários Ministérios, com inúmeras ações, tanto junto ao Poder Judiciário, como as polícias militar e estadual, que, com treinamentos, já se anteciparam no trabalho de prevenção de pautas e de demandas para evitar conflitos e sempre. Isso gostaria de destacar nesta Comissão: a relação do Estado com os movimentos sociais mudou; não é mais a criminalização dos movimentos sociais, mas, sim, o diálogo para a solução dos conflitos e, preferencialmente, atendendo às pautas desses movimentos sociais como um todo.

Regularização fundiária – emitimos a Portaria nº 10, 1º de dezembro de 2004, para a Amazônia Legal. Qual é o objetivo dessa Portaria? Identificar o uso de todas as posses em terra da União nesta região. Na seqüência, será tomada uma decisão de Governo, como regularizar essas posses em terras da União.

Essa Portaria está identificando o que é terra da União, o que é terra privada, e o nosso programa de regularização fundiária de georeferenciamento no País inteiro tem este grande objetivo: identificar o que é terra da União; o que é terra privada; o que é terra dos Estados; o que for terra da União, dar o destino correto para um assentamento da reforma agrária, um pólo de desenvolvimento; ou é área indígena, ou é quilombola, ou é uma reserva extrativista, para que se consiga ter o ordenamento fundiário neste País e um piso fundiário só. No Norte, isso é muito presente.

Hoje, o Incra regulariza, normalmente, até 100 hectares, desde 1985, no primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Acima de 2.500 hectares em terras da União, tem que ser aprovado pelo Congresso Nacional. Nesse intervalo, entre 100 e 2.500 hectares em terras da União, tomaremos uma decisão de Governo nas próximas semanas, de como serão regularizadas essas áreas, de acordo com a lei – e tudo dentro da legislação –, inclusive da legislação ambiental.

Operação Pará. Estamos enfrentando um problema histórico, que penso que tenha contribuído com a exposição feita anteriormente, da grilagem nessas regiões, não só no Pará, mas em várias regiões do Cen-

tro-Oeste e Norte. O que é grilagem? Qual é a origem do termo grilagem? Grilagem é a falsificação de documentos. Como é que eram feitos e ainda se fazem? Pasmem. Pega-se uma escritura falsa, um papel novo, tira-se o selo de uma escritura antiga, cola o selo nesse papel novo, coloca-o dentro de uma caixa, com vários grilos. Grilos mesmos. As fezes desses grilos tornam esse papel com a aparência de antigo. Daí que vem o termo grilagem de terras. Grilagem é falsificação de documentos, no caso certidões, escrituras, tanto em áreas privadas como em áreas públicas.

Como combater essa grilagem? A Portaria nº 10 e o trabalho de georeferenciamento e recadastramento de todos os imóveis rurais do Brasil, cadastrados no Incra e não cadastrados, precisam ser identificados que existem.

Estamos priorizando georeferenciamento na BR-163 e na Transamazônica, e gostaria de destacar aqui uma das reivindicações – estão aqui o Deputado José Geraldo e outros – dessa região, além do recadastramento e da regularização, são as estradas nessas regiões. Os assentamentos do Incra estão isolados, as comunidades estão isoladas, não tem trafegabilidade. Não adianta ter um assentamento que produz e não ter estrada para escoar produção. As pessoas morrem nas suas comunidades, porque não têm como serem deslocadas para os locais de atendimento.

Todas as nossas ações que vinham sendo feitas na região continuam sendo feitas. Tenho carta da irmã Dorothy. Temos um CD para apresentar, se quiserem, dos depoimentos da irmã Dorothy agradecendo o trabalho do Incra na região. Já estávamos retomando áreas públicas. Retomamos agora mais de 9 mil hectares. Estamos trabalhando numa região para retomar 72 mil hectares no projeto de desenvolvimento sustentável na região de Anapu e outras. Estamos com cinco equipes trabalhando na região de Anapu. Semana que vem fecharemos um convênio com o Exército para intensificar o trabalho de georeferenciamento, recadastramento dos imóveis rurais naquela região, para combater a grilagem e dar o destino correto às terras da União naquela região.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A respeito da visita programada para o Pontal, acho que seria importante se o Presidente Rolf Hackbart possa nos dar uma informação sobre como é que está o relacionamento do Incra com a Secretaria da Justiça do Governo do Estado de São Paulo e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, o Itesp, porque essa é uma informação relevante na hora de uma visita; ou seja, se tem havido um entendimento pelo qual o Incra tem repassado os recursos para o Instituto de Terras do Estado de São Paulo para a devida arrecadação de terras e realização das providências para os assentamentos ali feitos. E como está a coordenação de ações do Governo da União com o Governo Geraldo Alckmin, do Estado de São Paulo, porque trata-se de informações relevantes que precisamos ter na hora de visitarmos a região do Pontal do Paranapanema. Então, poderia nos dar uma breve informação sobre esse ponto?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Eduardo Suplicy faz a indagação porque há uma programação de viagem ao Pontal, certamente já na próxima semana.

Com a palavra, então, para completar a resposta ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ROLF HACKBART – Pois não. A informação é bem objetiva. Não existe desenvolvimento rural e reforma agrária sem parceria com Governo, Estados e Municípios. Em São Paulo, temos um convênio com o Governo do Estado desde 2003, cujo objetivo é que arrecade as terras do Pontal porque são terras devolutas do Estado. Não são da União. O nosso convênio: repassar R$25 milhões para o Governo do Estado, que, por intermédio do Itesp, paga as benfeitorias aos ocupantes daquelas áreas, e o Incra assenta as famílias da reforma agrária.

Nos anos de 2003 e 2004, foram repassados R$25 milhões e todos eles aplicados. Neste ano, estamos destinando mais R$25 milhões para o Governo do Estado de São Paulo com o mesmo objetivo. O recurso do Incra é para pagamento de benfeitorias. Para os imóveis rurais, é o Estado quem arrecada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, prezados Deputados e Senadores, cumprimento o nosso companheiro e amigo Rolf Hackbart. Eu o conheço há mais de 20 anos: educador sindical, depois, assessor da Bancada e, agora, presidente desse órgão de reforma agrária, o Incra, sempre com a mesma competência, seriedade e preocupação com os mais desfavorecidos.

Os dados trazidos a esta CPMI são muito ricos e vêm confirmar aquilo que sempre defendemos, que a reforma agrária, além de trazer um benefício para as famílias assentadas, trazem a paz no campo. Trazem um benefício para a comunidade. Isto é notório: onde existe um assentamento que recebe infra-estrutura, toda a comunidade cresce.

Certa vez, no Estado do Paraná, em um Município cujo prefeito não era do nosso Partido, mas do PMDB, havia um assentamento que já tinha três anos; foram despejados por falta de documentação e legalização desse assentamento. E o prefeito decretou luto por três

dias pela saída dos assentados do seu Município. E, assim, teríamos inúmeros dados para fornecer sobre os benefícios da reforma agrária.

Nos assentamentos que V. Sª apresentou aqui, não há nenhuma criança fora de sala de aula. Mesmo embaixo de uma árvore ou embaixo de um galpão, elas estão estudando. Nos assentamentos, não existe nenhuma criança passando fome. Então, sobre a reforma agrária por que tanto batalhamos e contra a qual tantos outros batalham, faço uma pergunta a V. Sª. Na Região Sul, a região mais pobre em terras disponíveis de latifúndio para assentamento, mas, mesmo assim, existem 3.788 milhões, praticamente quatro milhões de hectares de terra disponíveis que dariam para assentar 189 mil famílias. E isso não vem ocorrendo.

A pergunta que eu faço a V. Sª é sobre quais são os entraves que existem para desapropriar esses latifúndios, para fazer as vistorias, e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Sibá Machado com a palavra.

Obrigado ao Deputado Adão Pretto pelo cumprimento rigoroso do tempo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** Presidente, tenha complacência comigo. *(Risos.)*

Quero saudar também o nosso convidado, Dr. Rolf Hackbart, Presidente do Incra, militante da causa, pessoa com quem eu pude aprender algumas coisas sobre este tema, quando ele nos orientava durante a militância na Central Única dos Trabalhadores. S. Sª é uma escolha sabiamente acertada pelo Governo para cumprir essa missão.

Para evitar entrar em comentário sobre a apresentação, que foi muito rica, muito bem detalhada, eu só quero pedir para ter acesso ao conjunto das informações também. Se puder, ficaria muito feliz.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador, já solicitamos à Secretaria para tomar as providências, a pedido do Senador Suplicy, para distribuir o material correspondente à exposição do Dr. Rolf.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** Obrigado, Sr. Presidente.

Então, agora, puxando o gancho dessa pergunta do Deputado Adão Pretto, eu perguntaria ao Presidente Rolf sobre esse problema da aquisição de terra: quando se fala da aquisição de terra, essa situação do preço da terra é um impeditivo, ou seja, a elevação da média por hectare tem levado o Incra a ter que desapropriar terras em áreas meio que consideradas inapropriadas para novos assentamentos?

Essa seria uma pergunta.

A outra pergunta é a seguinte: apresentei aqui no Senado um projeto para retirar do art. 189 da Constituição o título de domínio da terra na área de reforma agrária e deixar apenas a concessão de uso.

Eu queria saber do Presidente se ele concorda comigo neste tema ou se ele tem algumas objeções. É o que eu gostaria de saber.

Outra coisa que eu queria saber – bem rapidamente, só as perguntas, Sr. Presidente, sem mais comentário nenhum – é quais são os efeitos positivos imediatos da Portaria nº 10. Eu gostaria também de ter alguma informação sobre isso.

Outra coisa – não sei se é uma pergunta ou uma sugestão –: Presidente Rolf, eu tenho visto que o tema reforma agrária, ao se falar disso, a sociedade imediatamente se reporta a conflito, sangue, espancamento e coisas desse tipo.

Eu queria saber o que o Incra tem feito para divulgar o sucesso da reforma agrária e se não está na hora de criar um intercâmbio nacional, para uma melhor divulgação, também, das áreas de sucesso da reforma agrária.

E, por último, é uma pergunta e, talvez, até uma reivindicação. Os problemas de administração fundiária na grande Amazônia levam também a problemas de divisas dos Estados. Há uma reclamação dos moradores do sul do Estado do Amazonas de que, não só com relação ao Incra, mas a todos os órgãos do Governo Federal, há uma extrema dificuldade de se ter uma presença física de maior celeridade.

E há uma reivindicação – quero me reportar a essa reivindicação –: se é possível ao Incra criar, usando de um dispositivo legal que se chama regiões administrativas – que há no Ministério da Integração – e se entrar num acordo de a SR 14, do Estado do Acre, poder atender a Ponta do Abunan, nos Estados do Acre e de Rondônia, e a situação de Boca do Acre, porque o pepino está exatamente nas nossas mãos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB-SP) – Eu queria cumprimentar o Dr. Rolf pela brilhante exposição aqui, mostrando o diagnóstico sobre o problema fundiário e as medidas concretas que o Governo tem tomado para efetivação da reforma agrária no Brasil.

Fico imaginando a dificuldade de execução desse trabalho, Dr. Rolf Hackbart, porque pertencemos a uma bancada de deputados e senadores dos mais diferentes partidos e com compreensões diferentes sobre o tema. Aliás, a ausência de quase todos os que são ligados à grande produção rural sinaliza, sim, uma dificuldade para compreender como é difícil realizar esse trabalho.

Eu gostaria de registrar que a nossa CPMI é para investigar o porquê de tantos conflitos no campo e o porquê de tanta violência. A sua exposição inicial faz referência à grande concentração da terra e àqueles que lutam para democratizar o acesso a ela, para produzir, gerar riquezas e ter vida de boa qualidade – esses encontram grande resistência; muitas vezes, encontram a morte, como aconteceu com a Irmã Dorothy e outros depois dela.

Gostaríamos aqui de reafirmar esse apoio ao trabalho de reconstrução do Incra, que estava destruído, e é um importante instrumento a favor da reforma agrária. Espero que saibamos enfrentar esse grande debate porque muitos grandes jornais, muitas vezes, polarizam as discussões a partir de uma diferença estatística. Afirmam que se procurou assentar 115 mil famílias, mas foram assentadas 90 mil famílias e, com isso, Deputado Paulo Rocha, pretendem desmoralizar aqueles que procuram implementar a reforma agrária.

O assentamento das 115 mil famílias é como aquele jogo em que o Fiola pediu para o Garrincha fazer os gols, dando passos de acordo com a orientação que ele lhe prescrevia, e o Garrincha lhe perguntou: "Mas o senhor combinou com o adversário para ele me deixar fazer tranqüilamente tudo o que o senhor está me dizendo para fazer?"

Então, ao propor assentar 115 mil famílias... Logicamente, há os inimigos da reforma agrária que procuram colocar obstáculos, além dos obstáculos de outra natureza que precisam ser enfrentados, como as formulações econômicas do País, que, muitas vezes, impedem-nos de seguir na velocidade que desejamos. No entanto, temos que nos perguntar o seguinte: está sendo realizada a reforma agrária? Estão sendo feitos os assentamentos? Estão dando qualidade para esses assentados? Estão sendo feitos investimentos para que haja produção, educação, melhor desenvolvimento econômico e social desse setor? No meu entendimento, isso vem ocorrendo. Aí está o mérito e a isso devemos nos ater.

Poderemos impor maior velocidade à medida que formos destravando, retirando os obstáculos que estão à nossa frente. A velocidade aumenta à medida que retiramos os obstáculos maiores e vamos criando as possibilidades para acelerar o processo de reforma agrária, mas não podemos perder de vista que a reforma agrária é um parto que deve ser feito a fórceps e que tem sido regado a sangue precioso, generoso, de homens, mulheres, religiosos, advogados, trabalhadores, trabalhadoras e lutadores que querem uma vida melhor, um Brasil melhor, mais justo e com progresso, não só econômico, mas progresso social. Então, trabalhar nessa situação é muito importante e merece nosso apoio e nossa consideração. Tenha sempre aqui um defensor desse trabalho para que possamos cumprir essa grande missão.

Os outros países desenvolvidos já fizeram a reforma agrária. Aqueles que não querem que o Brasil se desenvolva são contrários à reforma agrária, porque querem ficar ligados aos interesses das multinacionais, de banqueiros, de países desenvolvidos. E nós ficamos sempre subdesenvolvidos. Temos de vencer e venceremos isso com toda certeza.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, para encerrar, devemos continuar dando esse apoio e fazendo nosso trabalho no Pará, onde temos de concentrar nossas atenções. Se vencermos o obstáculo desses bandidos e marginais que usam de violência e covardia contra aqueles que querem o progresso e o direito de viver também, estaremos dando um passo importante para acabar com a violência e para realizar a reforma agrária.

Por isso, temos que exigir que o Exército, as Forças Armadas, o Governo, o Ministério da Justiça, os Poderes Públicos cumpram seu dever, pois não estão fazendo nada mais do que a obrigação. E aqueles investidos de qualquer cargo público que seja, que usam de seu mandato para acobertar crimes contra o povo, contra a sociedade, como tem ocorrido no Pará, merecem ser punidos para que isso nunca mais se repita.

Assim, gostaria que nossa CPMI se esforçasse para que se acabe a impunidade no sul e no oeste do Pará, de tal forma que, feito isso e acabada a impunidade, abriremos um novo capítulo da reforma agrária no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Deputado Jamil Murad.

Concedo a palavra ao Dr. Rolf Hackbart para responder ao Deputado Adão Pretto, Senador Sibá Machado e Deputado Jamil Murad.

O SR. ROLF HACKBART – Deputado Adão Pretto, quero dialogar com V. Exª e com suas palavras, como dizem em alguns lugares. Tentarei ser muito objetivo em minhas respostas.

No cadastro do Incra, na região Sul, há quase quatro milhões de hectares de terras improdutivas cadastrados. Isso já foi assunto de vários colunistas e estudiosos da reforma agrária.

A pergunta é: por que não se obtêm essas terras para reforma agrária? Por várias razões. A primeira é: o que está no cadastro deve ser verificado em campo, fazendo-se a vistoria. A vistoria do imóvel identificará

se ele ainda é improdutivo ou não, se ele cumpre a função social ou não de acordo com a Constituição. Tem que ser acima de 15 montes fiscais, produtivos, legislação ambiental e legislação trabalhista. Uma das dificuldades é a capacidade operacional do Incra em ter técnicos para fazer a vistoria.

Segunda: como no Estado do Rio Grande do Sul – até este tipo de dificuldades estamos enfrentando neste momento –, há setores que ainda entendem que o trabalho – que determina a Constituição, a lei agrária – de fazer como rotina do Incra a vistoria, existe lá um movimento – que o senhor conhece muito bem – de impedir as vistorias.

Deixo bem claro para esta CPMI que uma vistoria é uma rotina do Incra. O imóvel rural considerado produtivo é colocado no *site* do Incra, como "imóvel tal", "proprietário tal", "vistoria tal", "resultado produtivo". Trata-se de um selo de qualidade para quem está produzindo e cumprindo a função social.

A terceira razão – que, às vezes, é dificultado em algumas regiões do País – é ainda a morosidade do Poder Judiciário. O decreto está feito. Estamos buscando a emissão na posse, mas a decisão judicial, às vezes, ainda é muito lenta. Essas são as três grandes dificuldades que enfrentamos hoje. O que estamos fazendo frente a isso? Procurando o Poder Judiciário, dialogando com o Poder Judiciário, capacitando os juízes, reforçando as equipes do Incra, construindo forças-tarefas para algumas regiões intensificarem o trabalho de obtenção de imóveis rurais nessas regiões, onde, em tese, é mais difícil. Isso é o que estamos fazendo.

Senador Sibá Machado, grande conhecedor da questão fundiária, especialmente na região do Norte, o preço da terra influi, sim, e muito, na obtenção de imóveis rurais no Incra. E tem muito a ver com a situação da renda agrícola. Em muitas regiões, ou em momentos da produção agrícola em que a renda agrícola cai, tende a aumentar a oferta de terras para o Incra, mas não necessariamente a um preço mais baixo. É importante deixar claro que a desapropriação de imóveis rurais se dá com pagamento em Títulos da Dívida Agrária da terra e em dinheiro das benfeitorias. Nossas equipes avaliam, há todo um processo interno do Incra aprovado pelo Conselho Diretor para obtenção daquele imóvel rural. Nossa expectativa com a queda, ou possível queda, da renda agrícola, neste ano, é diferente disto que muitos anunciam: "Agora o preço da terra vai baixar, o Incra vai obter mais imóveis rurais". Isso não está sendo verificado neste momento, até porque um dos grandes órgãos, ou o órgão que obtém terras, é o Incra, e muitas vezes essa oferta de terras ao Incra se dá, porque justamente o outro lado sabe: é o Incra que vai pagar o Título da Dívida Agrária (TDA) e as benfeitorias à vista. Então, é uma equação mais complexa, que precisa ser analisada Estado por Estado.

Sobre o título de domínio e concessão de uso, minha opinião é que "concessão de uso" é o mais correto. É uma concessão de uso, até porque a terra é um bem finito. Nenhum cientista até hoje inventou terra. A terra é um bem finito. Ela tem que cumprir, de acordo com nossa Constituição, uma função social. E a concessão de uso também é um título, um documento que dá direito a crédito, a todas as políticas públicas e, se não cumprido o que determina essa concessão, o poder público tem o poder de retomar essas áreas e dar-lhes o destino correto, porque a sociedade brasileira exige isso. Qualquer país desenvolvido exige o adequado destino daquelas terras, e a terra é um bem finito. No caso do Pará, V. Exªs conhecem muito melhor do que eu, as licitações feitas nos anos 80, 90, por meio dos famosos CATPs, que eram os Contratos de Alienação de Terras Públicas, foram por cinco anos de três mil hectares, em que a outra parte não cumpriu dois requisitos básicos: moradia habitual e torná-la produtiva. Esses contratos venceram. Que estamos fazendo hoje na região? Retomando as terras matriculadas em nome da União. Mas não se acha nem sequer a quem notificar. Temos um trabalho intenso lá, de retomada, ou até de desapropriação, para dar o destino correto a essas áreas.

Efeitos da Portaria nº 10, um efeito concreto: já inibimos mais de 10 mil cadastros da base do Incra na região da Amazônia Legal, dos quais mais de oito mil no Estado do Pará. O que isso significa? Não há documentação. Não procuraram o Incra porque não existe essa documentação. Estamos agora indo a campo para identificar esses imóveis e dar o destino correto. Então, o efeito imediato é este: identificar o que existe na posse das terras da União nessa região, nesses Municípios.

Há, sim, uma necessidade enorme de divulgarmos mais nosso trabalho, não só do Incra, mas da parceria com Governos Estaduais e Municipais, do que estamos fazendo e vamos fazer em reforma agrária este ano, tanto na qualidade dos assentamentos como no resultado da produção desses assentamentos. Já há vários exemplos no País inteiro de regiões reformadas, como no Rio Grande do Norte, Ceará, Sul da Bahia. Isto é importante: qual é a mudança da reforma agrária? Estamos investindo muito em qualidade e planejamento e em trabalharmos com territórios reformados, e não assentamentos isolados. As famílias ficam perdidas, não têm como vender a produção, começam a sair do assentamento e ele não se torna viável.

No Sul, há vários assentamentos que têm indústrias, agroindústrias, produzem para o mercado interno e exportam.

No caso do Nordeste, muita produção e exportação de fruta, filé de peixe; na Bahia, o cacau orgânico; no Norte, a polpa do cupuaçu, do açaí. Há vários exemplos que precisam ser divulgados.

Nós temos material e precisamos informar melhor o Parlamento do Congresso Brasileiro do que estamos fazendo e quais são os nossos desafios.

Sobre a administração fundiária do sul do Amazonas, Boca do Acre e do restante do Acre é uma decisão interna nossa. Temos certeza de que é preciso ter uma presença física do Estado nessas regiões. Quanto à forma de administrar, se é na superintendência de um Estado ou de outro, vamos analisar e adotar a melhor forma. Mas o trabalho feito no sul do Amazonas, no ano passado, pela Polícia Federal e pelo Incra, resultou na expulsão efetivamente de muitos grileiros daquela região. Aplicamos mais de R$500 mil nas ações no sul do Amazonas. O problema é que eles foram para o sul do Pará ou para o norte do Mato Grosso. E estão sendo denunciadas na televisão e tudo.

Então, é preciso ter a presença forte em todas essas regiões com estruturas da Polícia Federal, do Ibama, do Incra, dos Institutos de Terra dos Estados, para que se dê legalidade e um piso fundiário para esta região, para que quem vai investir na região tenha segurança legal e institucional.

E aproveito essa oportunidade para dar um aviso a todos os conterrâneos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e de outras regiões do País que estão vendendo as suas pequenas propriedades no Sul. E isso, Deputado Adão Pretto, não é só na década de 70; hoje estamos vendo a mesma situação. Eu recebo semanalmente produtores rurais do Rio Grande do Sul e de outros Estados da Região Sul enganados por falsas cooperativas que já venderam toda a sua terrinha lá no Sul, pagaram de R$30 a R$60 mil para essas falsas cooperativas com a promessa de que o Incra está titulando terra em Roraima, Pará, Amazonas, Rondônia e Acre. Isso não é verdade. Procurem a Superintendência do Incra nos Estados. Informem-se se estas terras são da União, se são privadas, se são dos Estados porque o risco de o investimento dar errado é altíssimo. Estamos combatendo a grilagem nessa região e estamos fazendo o ordenamento fundiário.

Deputado Jamil Murad, histórico defensor da reforma agrária, gostaria de dizer que estamos trabalhando em uma alta velocidade. É que a reforma agrária, no fundo, é uma transferência de ativos. A propriedade ou o título sai de um e vai para outros, preferencialmente, para um assentamento da reforma agrária. Mais do que número, além de número, famílias e metas, nossa preocupação é com a qualidade desses assentamentos. E, no Estado de São Paulo, estamos trabalhando muito na região do Pontal, na região de Iaras. Vamos arrecadar milhares de hectares e assentar essas famílias. Nosso trabalho de reforma agrária, nosso conceito no trabalho de reforma agrária é que não há desenvolvimento econômico e social no País sem a democratização do uso e da propriedade da terra. Pode até ter crescimento econômico, mas de forma concentrada. E as futuras gerações vão nos cobrar a distribuição da renda, da riqueza e do poder nessas regiões para que a gente tenha uma vida digna no campo, tenha lazer, tenha cultura e tenha condições de escoamento das produções no meio rural. Existem várias regiões em que já temos territórios reformados com alto índice de qualidade de vida.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) **–** Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) **–** Sr. Presidente, eu só queria complementar o que o Presidente dizia sobre a questão da vistoria lá no Sul. Nesta semana, houve em Alagoas um protesto de agricultores e lá foi queimado um veículo. Não sei se foram os agricultores mesmos, mas vamos dizer que foram. Já existe, segundo a Imprensa, o indício de que os agricultores poderão ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional por terem queimado um veículo. No Rio Grande do Sul, está sendo feita uma vistoria nas áreas improdutivas, e os fazendeiros, se estivessem com a sua área produtiva, não teriam por que ter medo de vistoria, mas eles, além de ameaçarem os agentes com armas, estão destruindo pontes. Com o dinheiro da destruição de uma ponte dá pra comprar vários veículos. E até a Polícia Federal, que acompanha os agentes do Incra, acharam por bem desistir da vistoria. Então, num país democrático não pode acontecer isso. Para uns, a Lei funciona de uma forma; para outros, pode-se fazer o que quiser sem que nenhuma providência seja tomada. Num País que tem um Governo popular como o nosso, apesar de a Justiça ser outro Poder, esse problema não pode continuar acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Anselmo e, em seguida, ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, solicito a palavra ao final, porque ain-

da gostaria de um esclarecimento, uma vez que agora temos as tabelas em mão. Mas não desejo prejudicar os oradores inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Desse modo, concedo a palavra ao Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Cumprimento o Sr. Presidente e o Sr. Relator, além do Presidente Rolf Hackbart, a quem parabenizo pela bela apresentação, que combina com o bonito trabalho que vem fazendo no Incra. Repudio, ainda, o Dr. Gilmar Luiz Coelho pela sua ausência neste dia para o qual foi convocado.

Sr. Presidente Rolf, reinicio meu pronunciamento com várias indagações. Minha primeira questão será quanto a essa área de vistoria. Sabemos que o Incra tem feito vistorias. Qual o percentual constante de pareceres acerca de áreas improdutivas? Sabemos que o latifúndio sempre recorre do parecer do Incra. Qual tem sido o comportamento do Poder Judiciário perante esses recursos do latifúndio?

Minha segunda pergunta é sobre o instrumento constitucional atual que diz que essa terra é produtiva ou improdutiva. Sabemos que o dispositivo data de 1975 e temos conhecimento da evolução tecnológica do Brasil na agricultura, inclusive, do grande avanço nos últimos anos, durante o Governo Lula. Indago se essa questão não prejudica o Incra, haja vista o fato de o instrumento ser de 1975. Não seria necessário avançar?

Fui Relator da Medida Provisória nº 192, que tratava da aquisição de terras, proposta que os ruralistas apresentaram no Governo Fernando Henrique Cardoso, que não a acatou. A referida proposta foi aceita posteriormente pelo Presidente Lula, em sua ansiedade de fazer reforma agrária. A Bancada ruralista, então, pressionou-nos a ponto de recuar da nossa intenção de tornar esse instrumento mais atrativo, até para adquirirmos várias áreas e avançarmos na questão da reforma agrária.

Há uma grande invasão, principalmente na Amazônia, por parte de latifúndios. Se verificarmos a situação atual, a maior parte dos latifúndios amazonenses são terras invadidas da União, motivo pelo qual o Incra está tentando arrecadá-las. Como tem sido esse avanço e, também, o próprio comportamento do Judiciário diante dessa questão?

Existe a máfia do latifúndio e os grandes massacres, que não preciso narrar, uma vez que todos estão presenciando no dia-a-dia – os que já aconteceram e os que ainda estão por vir. Como tem sido a evolução dessa questão por parte de organizações como a UDR?

Há, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, de que fiz parte no ano passado e em que continuo como membro-titular, um projeto de lei de autoria do Deputado Orlando Fantazzini, que trata do latifúndio que dispõe de milícias armadas, para que as terras sejam desapropriadas para efeito de reforma agrária. Tive a triste sorte de ler o relatório da Deputada Kátia Abreu, que se pronuncia contra esse projeto, neste momento em que a Casa aprova o desarmamento do povo brasileiro. Ainda bem que, naquela época, não houve quórum, tendo a análise da matéria sido adiada para este momento. Acredito que o novo Presidente, o Deputado Ronaldo Caiado, parceiro da Bancada ruralista, orientará a referida Deputada a modificar seu relatório. É uma vergonha muito grande para a nossa Casa um relato feito daquela forma!

Gostaria que o senhor me dissesse qual tem sido o papel da Bancada ruralista, se tem contribuído ou se tem prejudicado o avanço da Reforma Agrária hoje, principalmente quando se parte do ponto de vista da legislação.

Por fim, no meu Estado de Rondônia, há vários pedidos de reintegração de posse, a qual já está prestes a acontecer. Inclusive, já se marcou uma data para a ida da CPMI no final do mês a Rondônia. Gostaria de enfocar a necessidade e a urgência de a CPMI dirigir-se ao local, até porque coincidirá com vários despejos de família. Vou citar um exemplo: em Alto Alegre, um acampamento, que existe há oito anos, onde crianças nasceram, representa hoje 15% do PIB daquele Município em produção. Contudo, esse acampamento será despejado no dia 29, próximo da ida da CPMI ao Estado, no dia 30 ou 31, se não me engano. Há vários casos dessa natureza.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A idéia é estarmos lá nos dias 06 e 07 de abril.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Mudou?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não mudou. Foi distribuída a data na reunião passada.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Eu até fico meio preocupado agora, Relator, porque creio que a data estipulada é muito distante. Poderá haver antes situações semelhantes à que ocorreu com a Irmã Dorothy. Talvez, em face do que poderá acontecer lá, tenhamos que repensar essa data. Estive no Incra. Estive com os Prefeitos da região, em virtude da atual conjuntura do local. Convém repensarmos uma data mais próxima, pois está para ocorrer aquela situação. Evidentemente, isso tem acontecido quase toda semana lá em Rondônia. Mas, como são trabalhadores simples, não gera repercussão na imprensa. Acredito que, se não tomarmos providências, situações como essa podem

acontecer. Imaginem um acampamento que representa 15% do PIB ter seus moradores despejados!

Solicito também ao Sr. Presidente que nos oriente no sentido de fazer o possível – não só com o Deputado Anselmo, por Rondônia, mas com a Bancada de Rondônia contribuindo com V. Exª – para impedirmos aquela reintegração de posse.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente desta CPMI, Sr. Relator, meus cumprimentos. Sr. Presidente Nacional do Incra, em primeiro lugar, felicito V. Exª pelo seu trabalho à frente do instituto. Pelo menos nas direções do Incra por este Brasil afora, não temos mais dirigentes que estejam contribuindo com o latifúndio, muito embora ainda existam muitos funcionários que fazem tudo o que podem para contribuir com a grilagem de terra, principalmente no Estado do Pará.

Esta CPMI, na próxima semana, terá uma agenda – pelo menos até agora firmada – para se dirigir ao Estado do Pará, e duas cidades-pólo daquela região serão visitadas: Altamira e Santarém.

Começo a crer que precisamos talvez direcionar o nosso trabalho para outros focos, para os quais não estamos direcionando. Esta CPMI, neste momento, tem um papel mais abrangente do que visitar apenas as áreas de conflito, principalmente em se tratando de um conflito como o ocorrido na região de Anapu – nesses últimos 20 dias, para lá já se dirigiu uma comissão de Senadores e Ministros, lá se encontra o Exército e a Polícia Federal. Também vamos para lá.

Quanto às pessoas que estão na região cometendo crime e grilando, pelo menos até agora, não houve nenhuma ação concreta da Polícia Federal e do Ibama em agir, embora eu tenha certeza de que esses órgãos de Governo estão se preparando, estão estudando essas ações.

Vale ressaltar que a região Oeste do Pará, a qual vamos visitar, tem dois mil quilômetros de rodovia que não tem asfalto. Na Cuiabá-Santarém há dois anos não passa uma máquina. Daí por que penso que esta CPMI precisa ter outro papel, o de visitar o lugar e de discutir um pouco a situação.

A pergunta concreta para V. Ex.ª é exatamente esta: qual é a sua sugestão? Que sugestão daria para esta CPMI para ajudar neste contexto tão difícil da realidade agrária nacional, principalmente no Norte do Brasil, especialmente no Pará, onde a situação é bastante complexa?

Acredito que esta CPMI, formada por Deputados e Senadores, precisa dar realmente uma contribuição, até porque é valioso o tempo que estamos dispensando para este trabalho. Assim, queria ouvir sugestões de V. Exª, pois V. Exª está sentindo na pele o que é enfrentar uma realidade agrária e fundiária que nos últimos trinta anos se agravou no Estado do Pará. E, uma vez que estamos indo para aquele Estado visitar Paraopebas, Altamira e Santarém, neste momento, qual é a contribuição que V. Exª espera desta CPMI?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra para responder o Dr. Rolf Hackbart.

O SR. ROLF HACKBART – Deputado Anselmo, o percentual de sucesso nas vistorias, com obtenção de um laudo eficiente e tecnicamente correto e que indique a possibilidade de obtenção daquele imóvel, varia de Estado para Estado.

Nos últimos anos vinham sendo feitas por várias superintendências vistorias, infelizmente, em alguns Estados, deliberadamente planejadas para não dar um laudo correto. Estamos fazendo o quê? Estamos orientando e determinando a todas as superintendências que planejem as vistorias e que, além de ser um trabalho de rotina, que seja planejado com base em um conjunto de informações que existe no Incra, no IBGE, nos órgãos estaduais, para que o trabalho do Incra seja focado e se otimize a aplicação dos recursos.

Poder Judiciário.

Não existe reforma agrária em nenhum País do mundo e no Brasil sem a participação e o apoio do Poder Judiciário até pela legislação do rito sumário. No geral, no País inteiro o Poder Judiciário tem nos auxiliado muito no caso em Anapu, e em várias outras regiões do País.

O que estamos fazendo em relação ao Poder Judiciário? Visitando juízes, promovendo encontros – como fizemos em São Paulo – com os tribunais, os técnicos do Incra, os juízes que tratam desses processos, explicando o direito agrário. A maioria dos juízes não estudou o direito agrário e não o aplica; aplica só o Direito Civil e, às vezes, o Direito Penal.

O Direito Agrário diz, por exemplo, que, para conceder uma liminar de reintegração de posse em uma área, o juiz tem que ouvir as partes, visitar o local, como fez em várias regiões e estamos conseguindo isso. É um trabalho lento e deixo uma sugestão para a CPMI: ajudem-nos nesse trabalho de esclarecer a legislação Brasil afora.

Índices de Produtividade. Os índices utilizados hoje pelo Incra na aferição da produtividade dos imóveis rurais data de 1975, como informou o Deputado. De lá para cá, muita coisa mudou na produção agropecuária brasileira. Estamos com um estudo pronto para apresentar ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, ao Ministro da Agricultura e ao Presidente da República. Trata-se de um novo critério de aferição de

índice de produtividade nos imóveis rurais no País, tecnicamente bem feito, com o carimbo, com o apoio técnico da Universidade Estadual de Campinas, do Estado de São Paulo.

Sobre a Medida Provisória nº 192, encaminhada ano passado a este Congresso Nacional, gostaria de dizer algo. Noventa e três por cento dos imóveis rurais que o Incra obtém para fins de assentamento de reforma agrária são conseguidos pela desapropriação. Os outros, pela compra, pela aquisição. Nesse sentido, a nossa determinação, no Incra, a nossa intenção é reapresentar a Medida Provisória nº 192, derrotada no ano passado, porque ela estabelece mecanismos que ajudam, em muitos casos, a resolver conflitos graves na obtenção dos imóveis rurais, com a redução dos prazos de vencimento dos TDAs.

Sobre a grilagem na Amazônia Legal poderíamos falar horas aqui. Há Deputados aqui que conhecem a história da ocupação desse território. Mas, hoje, gostaria de fazer apenas um registro aqui: estamos vivendo a mesma equação que vivíamos há 35 anos. Madeira, pecuária, grãos e subsolo. Há muita riqueza na Amazônia.

Deputado Adão Preto, nós somos do Sul, mas o que já aprendi na Amazônia! Muita gente diz que a riqueza está no Sul. Muitos conterrâneos nossos dizem: Daqui sai um boi de tributos e volta um bife! Eu diria: Uma lasca do subsolo da jazida de um assentamento no Sul do Pará compra o Rio Grande e sobra troco, de tanta riqueza que há na região amazônica, não só em biodiversidade como no subsolo.

Há uma corrida enorme, Senador. O trem do Maranhão para Marabá, depois subindo para o Pará, semanalmente leva dezenas de famílias que estão atrás da sobrevivência. A cidade de Anapu, que visitamos, em 2000 tinha 9 mil habitantes; em 2003 tinha 28 mil habitantes. Havia, na época, 3 serrarias; hoje, há mais de 32 serrarias só no Município. Uma árvore de mogno ou um ipê vendido ilegalmente na Europa pode chegar a US$4 mil, dependendo de quantos metros cúbicos tenha. É isso que está por trás do que ocorre nessa região. Ainda se grila terra naquela região com o velho método do avião largando a tinta, depois com a jagunçada, cercando a terra e dizendo: Essa terra é minha. O Incra quer vir aqui? O juiz determinou a imissão na posse para o Incra? Que venha!

Em muitas regiões, infelizmente, nem o Incra nem a Polícia Federal conseguem entrar. E há grande suspeita de que, na Terra do Meio e em outras regiões, há um cruzamento dessa equação de que falei com o narcotráfico.

Qual é a solução? Como enfrentar isso? Com a presença física do Estado, permanente, naquela região, com o apoio dos Governos estaduais e os Institutos de Terra fazendo o ordenamento fundiário da região. Nos conflitos, nos massacres que foram citados aqui, que nosso Governo está resolvendo, como em Felisburgo, em Minas Gerais, imediatamente informação com o Governo do Estado de Minas Gerais. Na semana passada, o Incra se imitiu na posse, porque era uma terra devoluta do Estado, e vamos promover o assentamento naquela região. As pessoas apontadas pelos inquéritos estão presas. No caso de Anapu, todos estão identificados, falta prender um, que é o mandante.

Estamos tomando essas providências, para que a impunidade acabe. Não é trabalho do Incra, mas sim da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Em muitas regiões, infelizmente, ainda há setores que se utilizam da violência para impedir o desenvolvimento do meio rural. Para enfrentar isso, medidas estão sendo tomadas.

Gostaria de destacar que um dos aspectos que estão no Congresso, não no Senado, mas na Câmara, que seria uma contribuição enorme, é a aprovação da chamada PEC do Trabalho Escravo.

A Constituição estabelece critérios de produtividade, legislação ambiental, legislação trabalhista. Nós já estamos obtendo alguns imóveis, como a Cabaceiras, no Pará, usando também esses critérios. Mas a aprovação dessa emenda constitucional ajudaria muito a acabar com o trabalho análogo ao trabalho escravo, com a falta de documentação e a destinar corretamente essas terras, muitas vezes terras da União, para reforma agrária ou para uma reserva extrativista ou para a criação de um pólo de desenvolvimento, mas dentro da legislação ambiental e agrária.

Rondônia.

É um alerta, também, uma contribuição para esta CPMI. Os Deputados e Senadores que aqui estão sabem disso: 93% do território do Estado de Rondônia pertencem à União, grande parte administrada pelo Incra, porque são imóveis rurais. A sobreposição de áreas ambientais com assentamento, com grandes fazendas, com a grilagem é enorme no Estado de Rondônia.

Então, é preciso um trabalho intenso lá. Estamos dialogando com o Governador. No caso dos despejos anunciados, estamos procurando os juízes para que visitem a área, evitando conflitos, violência e para buscarmos uma solução negociada.

Deputado José Geraldo, vou citar duas contribuições que esta CPMI poderia dar. E tenha certeza de que V. Exª tem razoável acordo. Um, recompor orçamento do Incra, pois precisamos ter mais recursos para atuar na região, especialmente no Pará – recursos são carros, computadores, GPS, equipamento; dois,

pessoal. Estamos pedindo o chamamento de 301 funcionários já aprovados no concurso do ano passado, para fortalecer a capacidade operacional do Incra por meio de pessoal. As pessoas precisam ficar trabalhando na região, as diárias são muito baixas, e o custo naquela região é muito baixo. E há ainda uma terceira, em que V. Exª está muito empenhado desde o início do seu mandato, assim como todos os deputados da região: a recuperação das estradas da região. Também não adianta colocar uma unidade do Incra onde não há estrada para deslocamento. O único carro bom que tínhamos em Altamira quebrou na semana passada; era uma caminhonete. Temos um agrônomo em Altamira para fazer vistorias.

Precisamos colocar gente, equipamento. E para isso o recurso público é fundamental. E nisso o Congresso pode colaborar, e muito, visitando a região, informando ao Governo central, informando ao relator do orçamento, para que recuperemos e fortaleçamos nossa capacidade operacional na região.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni, Vice-presidente da Comissão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Do ano passado, mais especificamente de novembro, tenho algumas matérias de jornais aqui, fruto de uma manifestação do Presidente do Incra, vinculando a morte de sem-terras ao agronegócio. O **Estado de S. Paulo** diz: "Lula pensou em demitir Hackbart. O Presidente Lula ficou profundamente irritado com as declarações do Presidente Rolf Hackbart. Ele associou aos representantes do setor do agronegócio a morte de trabalhadores rurais no País. Lula chegou a comentar com alguns de seus ministros que determinaria a demissão de Hackbart. Lula só não concretizou a demissão porque não quis agravar o clima de tensão com os sem-terra. Informaram assessores do Presidente que, no entanto, Hackbart ficou, como dizem os políticos, na marca do pênalti. E a declaração dele fez com que o Presidente cancelasse sua participação na Conferência da Água e da Terra."

O Deputado Paulo Bernardo, em **O Globo**, do dia 25 de novembro do ano passado, diz que "as declarações do Presidente do Incra de que o agronegócio é responsável pelo assassinato de sem-terra, em Minas Gerais, no último final de semana, pode ter sido um ataque de verborragia. Seria grave por si só, diz o colunista Merval Pereira, se a situação do campo já não fosse tão tensa que exigisse não estímulos do Governo a um clima de rivalidade crescente, mas atuação firme no cumprimento da lei contra invasores de terra e, sobretudo, contra os que os matam. A culpa de um fazendeiro ou mesmo milícias de fazendeiros não pode ser jogada numa categoria econômica, sob pena de o Governo estar contribuindo para estigmatizar um grupo de empresários que têm, pelo que se viu nos últimos anos, uma importância extraordinária para o equilíbrio das contas públicas do País, até para pagar conta das coisas que o Governo está fazendo."

Na ocasião dessa chacina de trabalhadores, ocorrida em Felizburgo, V. Exª declarou: "Os setores que se auto-intitulam *agrobusiness* são aqueles que balearam os acampados em Minas Gerais e Mato Grosso." Na minha opinião, é uma declaração infeliz, muito infeliz, inadequada para alguém que ocupa a responsabilidade que V. Exª ocupa, agravada pelo fato de vir do Presidente do órgão responsável por lidar com os conflitos nos campo. V. Sª acusa de assassinos milhares de brasileiros, empresários rurais, produtores honestos, que nos últimos anos vêm sendo o sustentáculo do crescimento da economia brasileira.

Como V. Sª avalia o impacto dessa declaração no aumento da tensão no campo? Essa é uma pergunta que lhe queria fazer.

A outra pergunta é a seguinte: A revista **Veja** publicou uma matéria bastante importante que diz o seguinte "Nós pagamos – nós, contribuintes –, eles invadem." É uma denúncia sobre o desvio de verbas destinadas a assentamentos. Esta CPI tem se empenhado em tentar buscar, pela quebra do sigilo fiscal e bancário, esclarecimentos. Talvez esta tenha sido a razão que motivou um denodado desvelo do Deputado que perdeu eleição para Presidência na Câmara, que tentou evitar que essa CPI se prorrogasse por este ano. Além de ter representado contra esta CPI, coisa que entendo ser questionável, o ex-candidato do PT à Câmara dos Deputado tentou obstaculizar o trabalho desta CPI, já que tentamos, no ano passado, e conseguimos, fazer com que ela, prejudicada que foi pelo período eleitoral, pudesse então cumprir com aquilo a que ela se propôs desde o seu início: investigar em profundidade todos os lados desta questão na busca da construção verdadeira de uma alternativa para o Brasil.

A revista **Veja** trás uma matéria que é de nossa preocupação – vamos continuar investigando –: que o Incra repassou recursos a cooperativas ligas ao MST: já teriam sido transferidos R$22 milhões para três cooperativas.

Gostaria de saber quantas universidades brasileiras já receberam esse dinheiro.

Além disso, documento enviado ao Governo e assinado por 330 famílias assentadas em Pernambuco, desautorizam o MST a receber em nome delas recursos públicos destinados a custear serviços, dos quais elas afirmam não serem os beneficiados.

Gostaria que V. Sª respondesse a pergunta que a própria revista faz: se o dinheiro do Governo não está sendo repassado aos lavradores, para onde ele está indo?

E lembro que essas famílias estão revoltadas com as pessoas, porque o recurso não chega até onde deve chegar.

Gostaria de fazer um comentário – vou lhe repassar a revista – sobre a incrível coincidência: quanto menor o número de recursos repassados do Governo Federal para o MST, menor o número de invasões. E os dados são, segunda a revista, recolhidos do Ciaf: quanto menor o recurso, menor o número das invasões; quanto maior o recurso, maior o número das invasões.

Isso é fato. Em 2001, houve repasses de 2,3 milhões e foram 158 invasões. Em 2002, 1,8 milhões e foram 113 invasões.

Em 2003, foram 7,3 milhões e 222 invasões. Em 2004, foram 11,2 milhões e 327 invasões. Portanto, é absolutamente uma correlação possível e passível de ser observada quando analisamos o que está colocado neste gráfico.

A última pergunta que eu gostaria de fazer ao Presidente do Incra é a seguinte: o ex-Presidente do Incra, Marcelo Rezende, afirmou que o Presidente Lula não conseguirá se aproximar dos índices do Governo anterior, pelo histórico – isso também é fato – do não-cumprimento das metas dos últimos dois anos. Aliás, recentemente, vi entrevista em meu Estado em que o Ministro do Desenvolvimento Agrário empilhava justificativas para o não-atingimento das metas criadas pelo Ministério de que V. Sª faz parte.

Qual é o planejamento do Governo para que as próximas metas possam ser cumpridas? Na sua opinião, o fato de o Governo estabelecer uma meta que não é atingida não ajuda a levar insegurança e tensão ao campo? Será que é responsável um Governo que propõe o inalcançável inclusive para aqueles com os quais pretensamente ele tem relação, para quem pretensamente ele quer ajudar? É responsável esse Governo? É adequada essa prática que se repete ano após ano de prometer o céu e não chegar nem perto do inferno? Isso é razoável? São essas as perguntas que eu teria para V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Presidente do Incra, Dr. Rolf Hackbart, para responder ao questionamento do Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ROLF HACKBART – Agradeço a contribuição ao Deputado Onyx Lorenzoni, sempre efusivo em suas interpelações, que acompanha o assunto e que contribui para o debate de forma muito clara.

Gostaria apenas de acrescentar alguns aspectos. O conceito de agronegócio foi criado por dois professores dos Estados Unidos em 1852, buscando a integração da agricultura familiar, à época chamada de pequena produção, à agregação de valor por meio da industrialização dos produtos primários, para que se obtivesse uma melhor renda.

Ninguém é contra o conceito de agronegócio. O agronegócio é fundamental. Sou totalmente a favor do agronegócio, que é importante para a agricultura, para a economia brasileira. Temos programas no Incra de criação de agroindústrias nos assentamentos, e uma das grandes reivindicações dos assentados da reforma agrária é justamente a criação de pequenas, médias e grandes agroindústrias nos assentamentos, alguns dos quais, inclusive, produzem calças, tecidos, camisas, erva mate, queijo, salame, cupuaçu, polpa, castanha, filé de peixe, com agregação de valor.

Então, o agronegócio é fundamental para a economia brasileira e para o desenvolvimento do País e dos assentamentos da reforma agrária.

Outra coisa é o uso da violência. A violência no País deve ser condenada venha de onde vier. Muitos representantes dos setores que V. Sª mesmo citou me procuraram e disseram que eu, como Presidente, falara uma coisa certa. Temos que acabar com a violência no campo, e ninguém pode utilizar a palavra "agronegócio" para promover a violência, como o caso do assassinato dos quatro fiscais do trabalho em Unaí, como o assassinato em Felizburgo. Esse é o mau uso da palavra "agronegócio", do conceito do agronegócio, que utiliza todo esse setor econômico para acobertar ações que impedem o desenvolvimento do meio rural. É o que foi dito. Vários setores me procuraram. O Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara me procurou, bem como o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura. Todos disseram-me que estava correto e que era preciso separar o joio do trigo. Temos que combater a violência, venha de onde vier. Somos favoráveis ao agronegócio, que é importante, desde que distribua renda, riqueza, poder e respeite o meio ambiente. Ele não pode servir como um conceito. Alguns setores que ainda querem impedir o desenvolvimento do meio rural utilizam-se desse conceito para não promover o agronegócio, o desenvolvimento, e não acabar com a violência no País.

Segunda questão. O Estado brasileiro – afirmei isto em minha exposição – precisa de parcerias, assim como vários ministérios fazem com setores da sociedade brasileira, como no cooperativismo, como no fomento de pequenas e médias empresas, como com as centrais sindicais, por meio do FAT. O Incra precisa fazer parcerias para desenvolver o seu trabalho. Ali-

ás, seria ruim se só o Estado o fizesse. A participação popular – e esta é uma diferença deste Governo – é fundamental para o desenvolvimento dos programas do Incra. O Incra tem parceria com várias entidades. No caso das citadas pela revista **Veja**, a Anca e a Concrab, as parcerias existem há mais de dez anos. Envolvem – e depois posso passar esses dados detalhadamente – um total de R$11.548 milhões, ao longo desses dez anos. São parcerias importantes para a assistência técnica, para a educação no campo, para desenvolver os assentamentos.

A revista **Veja** está errada ao afirmar que o Governo repassou R$22 milhões para a Anca e a Concrab em 2003 e 2004. A Anca recebeu R$1.979 mil e a Concrab R$6.926 milhões, perfazendo um total de R$8.905 milhões nos anos de 2003 e 2004. Ainda faltam liberar, desses R$8.905 milhões, R$4.271 milhões. São parcerias, convênios, fiscalizados por todos os tribunais, pelo Ministério Público. Nossos relatórios de gestão são apresentados ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público. Estamos cumprindo esses convênios, que são fundamentais para o desenvolvimento do trabalho de reforma agrária e desenvolvimento do meio rural.

Sobre essa estatística, sobre essa incrível estatística apontada pela revista **Veja**, pelo que me lembro dos meus estudos de econometria, quando se estabelece a variável "x" e o que determina sua evolução, há sempre uma variável *(inaudível.)* Isso existe em econometria. O investimento do país é determinado pela poupança, pela decisão dos empresários ou por fatores climáticos, por exemplo. Tenho uma hipótese de que essa correlação está totalmente errada. É uma hipótese que a revista levanta. Pode até ser o contrário: quanto mais recursos, mais convênios, mais desenvolvimento dos assentamentos, quanto mais andar a reforma e o desenvolvimento do meio rural, menos ocupações de terra teremos pelo País. No entanto, a razão principal da ocupação de terra e da disputa pela terra no País está na origem da ocupação do território brasileiro e na concentração da propriedade da terra. Não sou eu que digo isso, mas qualquer estudioso da área. Nossos convênios são claros, públicos, transparentes e têm como objetivo cursos de capacitação, principalmente em assistência técnica. Fizemos convênios com a Contag, com sociedades civis sem fins lucrativos de movimentos sociais, com o Sebrae, com centenas de prefeituras, para a construção de estradas, de pontes, de escolas. Esses convênios são fundamentais, estão no Incra. Acabaram de chegar documentos que foram solicitados pelo Relator da CPI. Estamos passando todos os convênios. A CPI tem um papel fundamental de contribuir na fiscalização desses convênios, porque estamos tratando aqui, Deputado, de recursos públicos. Ninguém aqui desta mesa, nem o gestor de plantão, é dono desse recurso, de nenhum centavo! Esses recursos devem ser corretamente destinados e aplicados, as contas devem ser prestadas. Temos vários relatórios aqui do Tribunal de Contas constatando que não existem regularidades em dezenas de convênios feitos. Onde houver, estamos tomando todas as medidas necessárias, imediatamente, para apurar eventuais irregularidades, como a não-aplicação correta dos recursos, ou, como é clássico, o não-acompanhamento e a liberação financeira, o cronograma físico e financeiro desses convênios.

Então, para nós, a parceria com a Embrapa e com as universidades é fundamental. Só no Pronera, que é o Programa Educação para o Campo, no ano passado, aplicamos R$29 milhões, em parcerias com universidades públicas, privadas, que estão todas à disposição da investigação desta CPMI, para ver se foi aplicado ou não. Mas a demanda da sociedade brasileira no meio rural é muito maior do que esses recursos.

Último item: Metas.

Qual é a raiz da tensão no campo? Reafirmo que é a concentração da propriedade da terra no Brasil; a grilagem; a falsificação de documentos; a expulsão do homem do campo. O que o pessoal do sul da Bahia quer discutir com o Incra e com os empresários? Ou os do norte do Espírito Santo, onde a celulose avança pelo norte, e, pelo sul, a cana-de-açúcar, por meio da monocultura? Estão expulsando! Há mais de 5 mil famílias acampadas no sul da Bahia. Estamos abrindo um diálogo com as empresas de celulose e de cana-de-açúcar, para ver como desenvolver os assentamentos na região, como conseguir áreas. Para onde vão essas pessoas? Expulsar as famílias do campo não é desenvolvimento! Pode haver um projeto grande, de grande escala, não há problema algum, mas o Estado e a sociedade brasileira têm que dar a resposta para onde essas pessoas vão, onde vão obter renda, onde vão viver dignamente! É esse o desafio para o Congresso brasileiro, para o Governo brasileiro, e assumimos a nossa responsabilidade. Desenvolvimento é distribuição de renda, riqueza, é a renda mínima para esse povo brasileiro. É dignidade! Das metas anunciadas, estamos com programação para cumprir o assentamento de 400 mil famílias nestes quatro anos de governo. Estamos abertos e dialogando com todos os movimentos sociais. Entretanto, não vamos jogar as famílias sobre a terra, como governos anteriores fizeram – agora constatamos que nem estavam lá –, e dizer que assentamos tantas e cumprimos tais metas, sem qualidade alguma nem infra-estrutura. E temos esse diálogo com todos os movimentos sociais do Brasil, com todas as coope-

rativas, organizações e parcerias, para que se efetive o desenvolvimento do meio rural. Vamos perseguir as metas, até porque não são minhas, são parte de um plano de governo. E essas metas não são só do Incra, são do Governo como um todo.

Então, agradeço muito a contribuição do Deputado. E esses seriam os comentários no tempo aqui permitido.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Gostaria apenas de concluir com uma ou duas observações. Primeiro, se o Presidente do Incra tivesse atuado com o equilíbrio e a forma como caracterizou o agronegócio, não teria pautado a imprensa nacional por uma semana. Não foi assim que S. Sª se portou em relação ao setor produtivo brasileiro, em novembro do ano passado. Isso tem que ficar claro! O que o senhor pensa hoje de cabeça fria, aqui diante da Comissão, da câmera da TV do Senado, é uma coisa, a forma como o senhor se portou diante de uma platéia que seria sensível ao que o Deputado Paulo Bernardo chama de verborragia foi um outro comportamento, a ponto de, inclusive, cancelar a ida do Presidente – que é quem lhe autoriza a ocupar o cargo – não ter ido ao evento que estava programado para ir. Pelo menos foi a justificativa que a Presidência da República usou. E está nos jornais e estão na revista.

Eu saúdo a sua evolução. O senhor se deu conta de que não é daquele jeito como o senhor se portou em novembro de 2004 que nós vamos ajudar o Brasil. A sua postura de hoje que é uma postura que eu esperaria e que a Nação espera de alguém que esteja em um cargo como o senhor está.

Por outro lado, os números que nós estamos trabalhando e talvez os números da revista não devem estar equivocados, porque o Siafi reporta transferências e convênios de outra ordem.

Vou lhe dar um exemplo: o senhor fala aqui que são oito milhões em dois anos e cadê os seis milhões de Iterra de Veranopólis no meu Estado. Sumiu? O Iterra recebe por aluno, lá em Veranopólis, no Rio Grande do Sul, mais do que a maioria absoluta dos alunos de grau básico, médio de todo o País, vai 7,5 mil a 10 mil por aluno do Iterra. E o que é o Iterra mesmo? O Iterra é o órgão de formação técnica do MST – está no *site*.

Portanto, quero lhe pedir que todos os convênios, todas as prestações de contas da gestão de 1º de janeiro de 2003 até o presente momento sejam encaminhadas à Comissão para que nós possamos submeter à Assessoria para que nós possamos ter dados que nos permitam ter clareza absoluta sobre o que está sendo feito com os recursos públicos.

Teoria econômica é bom para explicar aquilo que ela suporta no seu conceito. Agora uma relação tão linear como o financiamento dos órgãos de assessoramento ao movimento e o incremento das invasões – e estas invasões são aquelas que seguramente foram notificadas e de conhecimento do próprio Incra – é evidente que esse material tem baixa margem de erro, e provavelmente grande margem de estar reproduzindo a verdade.

Eu gostaria de perguntar se o senhor já montou um processo contra a revista **Veja**. Quero saber se, do alto da responsabilidade de Presidente do Incra, com uma matéria deste tipo, o senhor já determinou quais os autores da matéria e a própria revista. Eu quero saber se o senhor fez esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes de passar a palavra ao Deputado João Alfredo, eu gostaria apenas de destacar a importância deste instrumento, que é a CPI, quando tem a prerrogativa de determinar a quebra dos sigilos bancário e fiscal de pessoas físicas e jurídicas. Ao quebrar os sigilos bancário e fiscal, a CPI tem a oportunidade de conferir um atestado de boa conduta a quem boa conduta apresenta e de esclarecer eventuais dúvidas em relação ao mau comportamento, à malversação do dinheiro público.

Por essa razão é que queremos insistir junto ao Supremo Tribunal Federal que nos permita realizar a investigação que esta CPI requereu por unanimidade, que nos levaria a concluir pela lisura dos procedimentos dessas cooperativas, exatamente a Concrab e a Anca, referidas pela revista **Veja**. Sobretudo agora, com o suporte das denúncias que se tornaram ainda mais públicas, porque publicadas de forma transparente, creio que temos o dever de oferecer à opinião pública um cabal esclarecimento sobre esses fatos.

Confesso que o meu desejo é que o esclarecimento seja no sentido de que os recursos públicos estejam sendo corretamente utilizados. Esse é o meu sincero desejo com o Presidente desta CPI, porque, repito, uma CPI não existe apenas para a condenação; existe para, promovendo transparência e a elucidação dos fatos, oferecer também atestado de boa conduta.

Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, sinto-me na obrigação de tecer algumas considerações, até porque penso que, já nessa segunda fase, o Deputado Onyx Lorenzoni, usando um direito que lhe cabe como Parlamentar, expressou alguns juízos de valor, dos quais devo dizer que discordo.

Quero, portanto, demarcar aqui a minha posição. Até falo um pouco sobre a quebra de sigilo.

É lamentável, Sr. Presidente, que naquela reunião, quando houve a quebra de sigilo das entidades ligadas aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais, tenha-se por outro lado impedido que houvesse igual providência com relação às entidades dos proprietários rurais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Só para esclarecer...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não estou responsabilizando V. Exª, de maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Houve a quebra de sigilo de uma entidade do Rio Grande do Sul.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É, do Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – E quero dizer com a maior tranqüilidade que sou favorável à quebra de sigilo quando a solicitação é apresentada com uma justificativa consistente. Talvez naquele dia o Senador Sibá Machado tenha apresentado em regime de urgência o seu pedido e não apresentou uma justificativa. Mas, certamente, vamos realizar uma reunião administrativa na próxima quarta-feira para votação de requerimentos e solicito ao Senador Sibá Machado que apresente novamente os requerimentos apresentados naquela oportunidade com uma justificativa – os requerimentos que não foram aprovados, conforme relatou o Deputado João Alfredo. Parece-me que dizem respeito à CNA e à OCB.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – OCB, CNA e UDR. Foram esses três.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não temos nenhuma objeção a que os requerimentos sejam reapresentados, desta feita com uma justificativa bem elaborada, com tempo. Naquela oportunidade, não houve a justificativa, houve apenas a apresentação do requerimento, e foi a razão da rejeição àqueles requerimentos. Mas certamente V. Exª tem a oportunidade, uma CPI existe para apresentar, para revelar, e não para esconder. Então, V. Exª tem total liberdade para reapresentar esses requerimentos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – V. Exª me permite continuar?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, Sr. Presidente, creio que essa seria uma providência importante, porque até equilibraríamos, vamos dizer, a própria CPMI.

Fico feliz com a declaração de V. Exª – quero registrar isso – no sentido do apoio a esses novos requerimentos, que certamente serão apresentados na próxima reunião.

Em segundo lugar, quero dizer que V. Exª tomou essa providência, e o Presidente do Incra já traz a resposta. Até pedi aos funcionários da CPMI que o colocassem em cima da mesa, para mostrar que o Presidente do Incra atende à reivindicação de V. Exª, como Presidente da CPMI, sempre zeloso em levantar todos os dados e elementos que possam permitir a melhor elaboração do relatório desta Comissão, e já traz todas as informações desses convênios. São importantes peças para serem manuseadas por todos os membros da CPMI, para se conhecer de perto quais são os convênios, até para que não tenhamos posições que eu diria preconceituosas.

Um dado que o Presidente do Incra levanta e que quero destacar é justamente a negativa de tratar com os movimentos sociais, como se criminosos eles fossem, e de entender que os movimentos sociais podem ser parceiros nesse processo de realização da reforma agrária e de construção da paz no campo. Então, é importante termos acesso a esses dados.

Convênios que são realizados para garantir a produção, para garantir que esses assentados e assentadas possam ter o beneficiamento da sua produção nos próprios assentamentos, com a instalação de agroindústrias, para ter essa visão mais moderna de reforma agrária, que não é só a distribuição de terra, mas efetivamente transformá-los em produtores rurais, em cidadãos e cidadãs, são dados importantes que queremos registrar. Se há convênios voltados para a educação formal e profissional, eles devem receber o nosso apoio e nunca a nossa crítica. Se há problemas de desvio aqui e acolá, que sejam apurados e que quem fez o desvio efetivamente seja punido, mas a concepção, tão bem expressa pelo Presidente do Incra, de parcerias com os Estados, com os Municípios, com as cooperativas e com os movimentos são muito importantes.

Isso mostra como queremos – nós eu digo de um modo geral, acredito inclusive que a maioria da CPMI quer esse processo da reforma agrária no campo. Destaco isso. Inclusive V. Exª solicitou, e o Presidente trouxe, em sua vinda, os documentos, que podem tirar as dúvidas que perseguem o Deputado Onyx Lorenzoni, do ponto de vista de quanto efetivamente se gasta em um ou em outro convênio educacional. Mas, a concepção desses convênios, voltados para educação e para produção, no nosso entendimento, só deve merecer o apoio desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Deputado João Alfredo.

É claro que todos nós entendemos o papel, a atribuição e a responsabilidade de uma CPI. Creio que estamos chegando a um bom caminho finalmente. Esta CPI está oferecendo a oportunidade de um debate profundo e, sobretudo, oportunidade de esclarecimento. Muito menos condenar ou julgar é a nossa atribuição. Não temos a pretensão sequer de julgar, muito menos de condenar quem quer que seja. Queremos esclarecer os fatos. Não nos cabendo julgar. O julgamento cabe ao outro Poder. Evidentemente que, se encontrarmos irregularidades, as submeteremos ao outro Poder. Esse é o nosso papel.

Por isso, fica convocada uma reunião para a próxima quarta-feira, às 10horas, para deliberação desses temas importantes.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, V. Exª poderia antecipar o horário da reunião, porque às 10horas as nossas Comissões, na Câmara dos Deputados, estarão reunidas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, fica convocada para às 9h30min da próxima quarta-feira, já que na quinta-feira visitaremos o Pontal do Paranapanema. Quarta-feira, às 9h30min, havendo **quorum** para deliberação, analisaremos esses requerimentos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vários Srs.Senadores solicitaram a palavra pela ordem, e creio que V. Exª, Senador Sibá Machado, foi o primeiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria que jamais tratássemos desse assunto, já que ele, infelizmente, nos causa nervosismo. A criação desta CPMI já foi um problema de entendimento entre nós, cujo requerimento inicial era simplesmente uma devassa na vida do movimento social, intitulado MST, e, por uma negociação do Senador Eduardo Suplicy, tratarmos do assunto "conflitos"...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Onyx Lorenzoni, Alvaro Dias...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Desculpe-me. O que eu quis dizer é que houve um entendimento posterior de um assunto que, na sua origem, seria mal-entendido.

O segundo ponto refere-se ao que sai na imprensa – e sempre acho que a imprensa tem lá os seus pecados, mas a sua função é indiscutível para a sociedade. Mas, naquele momento, os requerimentos não cumpriram o Regimento. Não estou aqui com medo de quebrar sigilo de ninguém, muito menos o meu. Estou querendo dizer que é preciso cuidado no cumprimento do Regimento para a quebra do sigilo bancário, do fiscal etc.

Sr. Presidente, é muito complicado para qualquer pessoa alheia ao tema, ou que seja inserido nele, ver a forma como os crimes acontecem: sangue derramado, morte, morosidade e a dificuldade da elucidação desses fatos. São pessoas que estão perdendo vidas! Temos uma série de problemas para serem resolvidos no campo da administração, no do entendimento, no do conceito da reforma agrária, no da sua execução plena. No entanto, estamos vendo vidas retiradas, pessoas que caem do lado de cá e nunca do lado de lá, o que me deixa preocupado.

Naquele dia, infelizmente, estávamos aqui discutindo requerimentos como se fosse um jogo de basquete ou de vôlei, bola para um lado e bola para outro, e não é desse tema que queremos tratar.

Portanto, não tenho problema em apresentar as minhas justificativas por ter apresentado aquela bateria de requerimentos.

Então, estou esperando o resultado do Tribunal de Contas, e a partir desse resultado... E quero reafirmar a minha sinceridade e a minha responsabilidade. Jamais vou fazer qualquer requerimento aqui sem nenhum fundamento, mesmo porque não quero me ridicularizar. E muito menos, qualquer instituição ou qualquer pessoa.

Nesse sentido, reafirmo que só farei qualquer requerimento a esta Comissão que tenha fundamento.

Portanto, naquele dia, aquele requerimento assinado por mim e pelo Deputado Adão Pretto sobre uma pessoa envolvida em um assassinado ou com suspeita de envolvimento no assassinato da Irmã Dorothy, nós o fizemos porque entendemos ser importante. A única forma mais contundente de chegarmos a essas pessoas, tendo sido confirmado, ou não, o envolvimento, é por meio desses sigilos quebrados, com que V. Exª, sabiamente, concordou de início.

Esses são os pontos de que queria tratar.

Por último, faço uma ressalva a V. Exª antes de se definir a agenda. Estávamos preparados para fazer essa oitiva no Pará porque entendemos como certo o calor do problema, ainda estava meio vivo. Como a minha participação nessas questões de conflito no campo no Brasil é antiga, há um momento em que se tem condições e elementos maiores para arrancar determinados posicionamentos porque a pessoa ainda está intimidada, está cheia de inseguranças. E ainda, desculpe-me a forma de comparação, estamos vivendo nesta semana o julgamento de uma pessoa que – estão lá as fotos mostrando isso – matou outras pessoas com o uso de uma moto-serra, cortando os pedaços, en-

fiando tesoura e prego na cabeça das vítimas. Estão lá as fotos para todo mundo ver. Essas pessoas estão aí e, devido ao tempo, ao calor, estão revertendo, saindo da condição de réu para acusador.

Então, insisto na possibilidade de se manter a agenda como estava pensada, deixando o Pontal para a etapa seguinte, porque tenho medo de, passados alguns dias, as coisas esfriarem.

Por último, quero dizer ao Deputado Onyx que não tenho nenhuma dificuldade em trazer aqui qualquer razão. E pediria que, não sei se esses documentos já trazem aqui parte da resposta solicitada, aquilo que a instituição... Quero tratar como instituição. E a instituição, Incra, que conheço, desde a criação do movimento social oficial brasileiro, na década de 60, a Contag, e todo o seu sistema, tem convênios públicos, como também os têm as entidades patronais, ou seja, todo mundo. E não aqui trazer apenas por uma suposição de um determinado jornalista, que, agora, poderemos fazer a banalização do processo.

Portanto, peço que qualquer requerimento, Sr. Presidente, seja votado dentro dos rigores regimentais que determinam a nossa votação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Apenas para responder a questão de ordem do Senador Siba Machado, e sem pretender iniciar um debate, mas, sim, encerrando essa questão, afirmo que se trata de uma questão pessoal do Senador Siba Machado porque o Regimento foi rigorosamente cumprido. Todos os procedimentos regimentais exigidos foram observados para a votação dos requerimentos apresentados. Tanto é que o Supremo Tribunal Federal nos autorizou a investigar a Concrave, e estamos aguardando a decisão do Ministro Joaquim Barbosa relativamente a Anca. Quanto à Concrave, houve autorização do Supremo Tribunal Federal para os procedimentos de quebra do sigilo bancário e fiscal. O que estamos pretendemos é que fique esclarecido que não da parte da condução dos trabalhos desta CPMI o desejo de defender esse ou aquele setor, mas o desejo de defender a sociedade, esclarecendo os fatos para que ela possa ter noção de que está pagando impostos, e os recursos oriundos dos impostos pagos são bem aplicados.

É esse o nosso objetivo.

Quanto à questão do Pará, nessa próxima semana, iremos a São Paulo e, na seguinte, ao Pará. Creio que, em duas semanas, teremos tempo suficiente para organizarmos essa visita ao Pará. É importante que ela seja bem organizada. O Deputado Zé Geraldo apresentou sugestões de roteiro. E até, os Deputados e os Senadores, principalmente os do Estado e V. Exª, terão oportunidade de contribuir elaborando o melhor roteiro possível para que essa visita ao Pará possa resultar em benefícios para os esclarecimentos buscados.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto, pela ordem.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Prezado Presidente e prezados Colegas, serei breve. Estamos debatendo, desde as 10 horas de hoje, a questão da violência, da grilagem, questões bastante complexas, e o Deputado, meu colega do Rio Grande, traz um tema, eu diria assim, muito pequeno para o tamanho da gravidade. Por exemplo, a sua enorme preocupação com as contas daquela escola do Rio Grande do Sul. Também quero investigar se existe irregularidade, pois não perdôo ninguém. Agora, o que acho engraçado, e o que me irrita, é V. Exª trazer isso com tanta veemência quando, na questão da Sudam, o seu Governo não quis fazer uma CPI, com a sua concordância. E V. Exª leu tão detalhadamente a revista **Veja**. Por que não leu também a revista **IstoÉ**, que diz que 540 milhões da Sudam foram desviados? E não o foi pelos sem-terra!

Então, é uma denúncia assim pequena, quando há coisas muito maiores que se acobertam. Isso não é preocupação com o dinheiro público. Isso é preocupação ideológica.

Quanto à questão de o Luiz Eduardo querer que a CPI não tivesse continuidade, não foi só ele, mas todos nós, pois aqui estamos em desvantagem. E essa CPMI, como foi criada para investigar a violência no campo, está sendo forçada a desviar a sua rota. Tanto isso é verdade que aprovamos, na semana passada, um roteiro. E nessa semana que vem está previsto irmos ao Pará para tratarmos da violência. Agora, muda-se a rota e vamos ao Pontal. Vamos fazer o que no Pontal? Vamos investigar os sem-terra, porque lá há denúncia, há suspeita de desvio de recursos. Não queremos esconder nada, mas dá a entender que realmente esta CPMI sempre força a mudar a rota do seu objetivo.

E é nisso que estamos aqui em desvantagem. Por isso, queríamos ver se a encerrávamos. Vamos fazer de tudo para, por meio dessa CPMI, também investigarmos algum fazendeiro que esteja envolvido na questão da Sudam.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Aliás, é por essa razão, Deputado Adão Preto, que a CPMI quebrou o sigilo bancário de nove pessoas, por sugestão do Senador Sibá Machado; e o fez por unanimidade.

Com a palavra o Deputado Anselmo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra, porque fui citado. Tenho profundo respeito pelo Deputado Adão Preto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pelo regimento, V. Exª tem a palavra por ter sido citado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só que lamentavelmente a recíproca não é verdadeira. Eu só queria lembrar a S. Exª que somente sou Deputado Federal desde 1 de janeiro de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT-RO) – Sr. Presidente, V. Exª coloca, com muita veemência, a importância da lisura no procedimento da CPI. Quero parabenizá-lo por isso. O Senador Sibá colocou muitas vezes esse bate-bola que ocorre aqui.

Penso que, para realmente provarmos essa lisura e conduzirmos isso em um processo legal, desafio a todos os membros também da CPI para que cada um de nós abra a possibilidade de se quebrar o sigilo bancário de todos os membros da CPI, até mesmo para provarmos isso.

Eu, de antemão, já quero abrir o meu sigilo bancário. Coloco aqui esse desafio para todos os membros da CPI no sentido de que todos autorizem a CPI a quebrar o sigilo bancário deles próprios.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Aliás, os Senadores e os Deputados apresentam anualmente a sua Declaração de Renda e Patrimônio. Portanto, o sigilo fiscal dos Parlamentares está aberto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – Discordo. A Declaração não é documento que comprove a lisura de ninguém, não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio que não é essa a discussão aqui. O sigilo bancário do Presidente da CPMI está à disposição. Não há nenhum problema. Mas creio que não é o caso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL-RS) – O do Vice-Presidente também.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ninguém nesta CPMI está sob suspeita, felizmente.

Com a palavra o Senador Suplicy e, depois, o Deputado José Geraldo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como tenho agora as tabelas em mãos, apresentadas pelo Presidente Rolf Hackbart, ressalto um aspecto sobre a evolução do coeficiente de Gini, da estrutura fundiária. Vimos seu agravamento: o de 1992 era de 0,831; em 1998, de 0,843.

Há indicações, pelas suas tabelas relativas à estrutura fundiária brasileira, de que houve uma melhoria de 1998 para 2003, pois se em 1998 havia 1,6% de imóveis com mil hectares e mais, com 52,9% da área total, em 2003, os 1,6% de imóveis com mil hectares e mais detinham 46,8%, correspondendo, portanto, a uma diminuição da concentração da propriedade.

Esses dados são consistentes com a diminuição do coeficiente de Gini da distribuição da renda brasileira, conforme os recém divulgados dados do coeficiente de Gini pelo IBGE, que agora eu não lembro de cor. Mas eu sei que para 2003 houve uma diminuição, no período final dos anos 90, início de 2000 para 2003 e registrou-se agora. O economista Marcelo Néri, por exemplo, no jornal **Valor Econômico**, da semana passada, destacou isso, ainda que seja uma tendência moderada, mas felizmente começa a haver essa melhoria. Então, eu somente queria confirmar que esse também é o seu diagnóstico.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ouvirei primeiro o Deputado Zé Geraldo e depois o Presidente do Incra responde.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, já que se está propondo não fazer a agenda para o Pará na próxima semana, observo que a terceira semana é a Semana Santa, período que não será produtivo para esta CPI se organizar e ir ao Pará. Eu proporia, então...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Somente para esclarecer, Deputado Zé Geraldo. Todo mundo recebeu uma proposta de roteiro. Na verdade, entrando o Pontal na próxima semana, as atividades serão adiadas para a seguinte. Então, seria para o último final de semana do mês de março, nos dias 30 e 31.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Tranqüilamente, até porque podemos rediscutir o roteiro, o aproveitamento do tempo. Mas é uma discussão que faremos depois porque é bom ter tempo...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Peço que o Deputado Zé Geraldo, que é do Estado do Pará e o conhece bem, ao lado do Senador Sibá Machado, conhecedor do Estado, e do Relator da Comissão elaborem o roteiro. Nós o estamos aprovando sem conhecer. Está aprovado o roteiro, porque confiamos em V. Exªs.

O SR. (Orador não identificado) – Na verdade, no roteiro está justamente a oitiva das pessoas convocadas. Então, adaptamos isso a duas regiões. Essa é a questão. Agora, evidentemente, concordo com V. Exª, Deputado Zé Geraldo. Quem conhece bem pode contribuir para aperfeiçoar. Tranqüilo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – É tranqüilo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então, obrigado, Deputado Zé Geraldo.

Com a palavra, para encerrarmos esta reunião, o Presidente do Incra, Dr. Rolf Hackbart.

O SR. ROLF HACKBART – Prometo ser breve. Em primeiro lugar, Deputado Onyx Lorenzoni, há uma determinação do Governo Lula para qualquer gestor público. E há também o art. 37 da Constituição Federal: não pode haver dúvida sobre a informação. Os dados que citei aqui são dos convênios nacionais com a Ancra e com a Concrab. A fonte é o Siafi.

Em segundo lugar, para colaborar com esta Comissão, estou protocolando um ofício em resposta às demandas desta CPI. Estão aqui os convênios e, se faltarem, estarão todos à disposição no Incra, porque são públicos todos os convênios. No Incra, hoje, o estoque é de 1.575 convênios no Brasil inteiro. Há convênios nacionais, convênios estaduais, convênios com prefeituras, convênios com governos de Estados, convênios com sociedades civis sem fins lucrativos. São 1.575 convênios, temos a relação deles aqui. Sobre isso não pode haver dúvidas, sobre a informação. Está entregue, o material está aqui.

Em relação à matéria da **Veja**, a minha hipótese, Sr. Deputado, não é sobre teoria econômica, é sobre estatística. Acho que recursos para um convênio envolvendo curso de técnica agrícola ou de alfabetização de crianças não estão diretamente relacionados ao número de ocupações de terra. Pela experiência que tenho – isso tem de ser respondido, pode ser um debate –, as ocupações de terra crescem ou tendem a crescer à medida que o programa não avança ou não assenta famílias na terra, e não por causa de um convênio relativo a um curso de alfabetização de técnicas agrícolas, de como organizar a produção num assentamento. Isso é fundamental. A revista, no entanto, fez isso.

Terceiro: já estamos preparando uma peça jurídica para interpelar a revista **Veja**, até porque, como gestor público, tenho de responder a essa revista de tanto alcance. Tenho de dar resposta ao que está dito aqui: "Governo financia invasões" e "O presidente do Incra não sabe escolher seus superintendentes". Se não interpelar a revista, vou concordar ou serei omisso. Esse não é o nosso jeito, no Incra, de trabalhar. Já estamos respondendo a isso.

Acho que existe uma correlação muito maior – não no caso do Rio Grande do Sul, Sr. Deputado, mas no caso do Pará, por exemplo, com desvios de recursos da Sudam para grilagem de terras cuja conseqüência é a violência. Acho que é uma correlação estatística de econometria muito maior, um percentual muito maior. Acho, porém, que não vamos resolver isso aqui na CPI. De qualquer forma, para colaborar com a CPI, estão aqui os dados e os números. Já trabalhei em várias CPIs aqui nesta Casa; os assessores terão um bom material para analisar.

Um dos resultados das boas CPIs são as recomendações e a entrega de material aos órgãos competentes para julgarem. Acho que isso é correto. Não pode haver nenhuma dúvida sobre a informação e o julgamento a ser feito. Estamos tratando aqui, volto a repetir, de recursos públicos. Ninguém é dono desses recursos, o art. 37 da Constituição Federal é claro nisso.

Senador Eduardo Suplicy, creio que V. Exª, nesse caso, está fazendo uma correlação estatística correta relativamente à melhoria do índice de Gini para a distribuição da renda no país. Quem sabe, quando o IBGE calcular o índice de Gini para a distribuição de propriedade da terra no Brasil, isso também se confirme. Pelos dados que já foram divulgados já para os senhores, as propriedades acima de mil hectares aumentaram em área e diminuíram em percentual no todo; elas passaram de 52,3% em 1998 para 46,8% em 2003.

É necessário – e é uma boa sugestão de V. Exª – estudar as alterações ocorridas. Foram fracionadas? Cresceu no outro extrato? Por exemplo: no extrato de cem a mil hectares passou de 30,6% para 33,5%. Talvez seja isso. Acho que esse é um bom estudo a ser feito, e precisamos divulgar esse dado.

E quero deixar bem claro: o Incra é uma autarquia que tem 35 anos, ela tem a sua missão. As parcerias são fundamentais, e precisamos divulgar os dados, independentemente do Governo de plantão e do gestor de plantão.

Deus queira que o trabalho feito nos anos anteriores e na seqüência do nosso tenha sido no sentido de desconcentrar a propriedade e o uso da terra no Brasil, para uma vida digna no campo com paz e produção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Queremos recomendar à Secretaria da Comissão as providências para a convocação da reunião administrativa na quarta-feira às 9h30 e as providências para a diligência ao Pontal do Paranapanema na quinta-feira. Creio que o correto seria pernoitarmos em São Paulo para, logo de manhã, estarmos no Pontal.

Agradecemos a presença do Presidente do Incra, Dr. Rolf Hackbart, e a manifestação esclarecedora que trouxe; agradecemos também o atendimento ao nosso pleito de encaminhamento dos convênios.

Agradeço a presença dos Srs. Parlamentares.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h38min.)

Ata da 22ª Reunião realizada em 17 de março de 2005 – Audiência Pública em Presidente Prudente/SP

Aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às nove horas e dez minutos, na Câmara Municipal de Presidente Prudente, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senhores Parlamentares Eduardo Suplicy, João Alfredo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Luiz Carlos Heinze, Jamil Murad e Adão Pretto membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo Requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".*** O Senhor Presidente convida o Vereador Ed Thomas, Presidente da Câmara Municipal de Presidente Prudente para tomar assento à mesa dos Trabalhos. Presentes também os Vereadores Wladimir Cruz, Arlindo Munueira, Marcos Vinha, José Rocha Sobrinha e Oswaldo de Oliveira Bosquete e os Prefeitos Marcos Rocha, de Regente Feijó e Paulo Pires, de Teodoro Sampaio e ainda o Bispo Dom José Libório e demais autoridades presentes. O Senhor Presidente Senador Alvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir os depoimentos dos Senhores José Rainha, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST, Profº Bernardo Mançano Fernandes, Geógrafo e Professor Doutor da UNESP, Jonas Vilas Boas, Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras de São Paulo-ITES, Moisés Simeão de Oliveira, Presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Teodoro Sampaio, Luís Antônio Nabhan Garcia, Presidente da União Democrática Ruralista-UDR e o Cel. Hélio Aparecido Costa. Após, a Presidência concede inicialmente a palavra ao Profº Bernardo Mançano Fernandes para o seu depoimento. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator e, após, aos parlamentares presentes em Bloco de 3 para indagar ao depoente. A seguir, o próximo a ser ouvido foi o Sr. José Rainha, sendo questionado por todos os parlamentares presentes. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra ao Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, que também foi indagado pelos membros. Após, foi concedido a palavra ao Sr. Cel. Hélio Aparecido, o que foi questionado pelos Parlamentares. O último a ser ouvido foi o Dr. Jonas Vilas Boas, que também foi inquirido pelos membros. Prosseguindo, O Deputado Onyx Lorenzoni sugere ao Sr. José Rainha assinar o termo de quebra de seu sigilo bancário, sendo negado. Ao final, o Sr. José Rainha entregou ao Senhor Presidente documento subscrito por ele. Ato contínuo, a Presidência lê o documento, no qual informa que há anos não possuía mais sigilo bancário, estando todas suas contas à disposição da Justiça Brasileira. Após, a Presidência solicita a Secretaria da CPMI autuar o documento entregue pelo Sr. José Rainha. A seguir, o Senhor Presidente concede a palavra ao Dom José Libório que fez algumas considerações iniciais, finalizando com a oração do Pai Nosso e a benção aos presentes. A Presidência agradece a Câmara de Vereadores, todos os servidores que contribuíram, a Polícia Militar e Federal. Agradece também a presença dos Prefeitos e de todo o Plenário. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, **Janice de Carvalho Lima,** Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Declaro aberta 22ª Reunião de audiência pública, desta feita aqui em Presidente Prudente.

Agradecemos às autoridades locais, especialmente o Presidente desta Câmara de Vereadores, pela cessão deste local; ao Presidente da Câmara, Ed Thomas; Vladimir Cruzius; José Rocha Sobrinho, Muneira Júnior; Marcos Vinha; Vereadores de outros Municípios; Prefeito de Regente Feijó, Marco Antônio Rocha, Presidente da Associação dos Prefeitos desta região; Prefeito Paulo Pires, de Teodoro Sampaio; Dom José Libório, Bispo da Diocese de Presidente Prudente; Luiz Eduardo Pereira Júnior, Vereador de Teodoro Sampaio; demais autoridades presentes; Presidente da Câmara de Teodoro Sampaio, Antônio Edílson Borges; João Pedro de Souza, representante do Mirante do Paranapanema; Major PM Oswaldo Luiz, Comandante Interino do 18º Batalhão da Polícia Militar; Coronel PM Hélio Aparecido Costa, Subcomandante Interino; demais autoridades. Destaco a presença do relator, Deputado João Alfredo; do Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Onyx Lorenzoni; do Senador Eduardo Suplicy; do Deputado Luis Carlos Heinze; do Deputado Abelardo Lupion; do Deputado Adão Preto; e do Deputado Jamil Murad.

Iniciaremos esta reunião ouvindo o depoimento do Professor Bernardo Mançano Fernandes, Geógrafo e Professor Doutor da Unesp, especialista na questão agrária do Pontal do Paranapanema.

Para esclarecer, devemos dividir os trabalhos de hoje em duas etapas. Primeiramente, os depoimentos. Ouviremos ainda o Sr. José Rainha Júnior, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Jonas Villas Boas, Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras de São Paulo; Luiz Antônio Nabhan Garcia, Presidente da União Democrática Ruralista – UDR; Moisés Simeão de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teodoro Sampaio; Coronel da polícia Militar Hélio Aparecido Costa.

Esta CPMI colherá esses depoimentos nesta manhã e, em seguida, deverá visitar o assentamento. A programação é de visita a um assentamento aqui no Município de Presidente Prudente.

Vamos iniciar os trabalhos, ouvindo Bernardo Mançano Fernandes, Geógrafo e Professor Doutor da Unesp, especialista na questão agrária aqui do Pontal de Paranapanema.

Tem a palavra.

O SR. BERNARDO MANÇANO FERNANDES – Bom-dia, Srªs e Srs., sou Geógrafo, professor pesquisador dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual Paulista. Estudo a questão agrária brasileira, em especial o Pontal do Paranapanema, há vinte anos e vou apresentar aqui o resultado das pesquisas da Universidade, não só dos meus projetos como também o resultado de projetos de pesquisa de diversos professores da nossa Universidade.

A região do Pontal do Paranapanema começou seu processo de formação principalmente a partir de meados do século XIX, e com um processo de grilagem de terras, que foi detalhadamente registrado tanto pela literatura nacional quanto pelas diversas áreas das Ciências Humanas. Apresentarei, na minha fala, um conjunto de obras, para que possamos ter como referência esse processo de grilagem e quem foram as pessoas que o estudaram até chegar ao meu projeto de pesquisa, que são os mais recentes.

Vou começar esta exposição falando sobre a grilagem da terra e depois falarei sobre a luta pela terra aqui, no Pontal do Paranapanema, apresentando um livro de 1923, de Armando Nogueira Cobra. Eu tenho aqui uma cópia xerox, pois a original está no processo de grilagem da Fazenda Pirapora–Santo Anastácio, que se encontra na biblioteca da Universidade Estadual Paulista, no **campus** de Presidente Prudente. É a primeira obra, a primeira referência escrita sobre como ocorreu esse processo de grilagem. Junto com ele, tenho um livro de Hernani Donato, grande literário nacional, chamado "Chão Bruto", que conta a história das emboscadas, de como os grileiros matavam as pessoas, os posseiros que tentavam se apropriar das terras da região quando elas já estavam em poder dos grileiros.

Depois, tenho aqui a primeira tese de doutorado feita sobre o Pontal do Paranapanema, que é "A Evolução da Ocupação das Terras do Município de Teodoro Sampaio", do Professor Antonio Cláudio Branco Vasquez, que hoje é professor da Unesp, de Rio Claro, que é o começo desse trabalho. Antes da tese do Professor Antonio Cláudio Branco Vasquez, que é da década de 70, um geógrafo francês chamado Pierre Monbeig, passou por aqui na década de 30 e também fez uma pesquisa. Esse livro do Pierre Monbeig foi publicado na França na década de 50 e no Brasil, na década de 80, com o nome "Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo". Tenho também uma tese de doutorado em História do Professor Diógenes Santos Abreu, da Universidade Estadual Paulista, intitulada "A Formação Histórica de uma Cidade Pioneira Paulista". A obra que considero uma das mais importantes sobre o processo de grilagem da nossa região é "A Ocupação do Pontal do Paranapanema", do Professor José Ferrari Leite.

Analisando esse conjunto de obras, poderemos ter uma idéia de como aconteceu a formação da nossa região. Vou fazer, em cinco minutos, uma exposição extremamente sintética para compreendermos esse processo.

A nossa região foi ocupada, a partir de meados do século XIX, por um grileiro mineiro de nome José Teodoro de Souza. Esse grileiro veio para cá a partir da década de 60 do século XIX e tomou posse dessa região realizando falsificação de registros paroquiais em diversos municípios do Estado de São Paulo. A partir desses registros falsificados de imóveis... Isso é interessante, porque há uma explicação de como se falsificavam os registros de imóveis no século XIX. Fala-se daquela história do grilo, pois o registro era falsificado colocando-se o registro paroquial falso em uma gaveta junto com sessenta grilos. Eles ficavam lá e morriam. Esse processo deixava o processo amarelo. Monteiro Lobato, no livro "O Príncipe Negro e a Onda Verde", de 1956, conta essa história sobre a região do Pontal do Paranapanema em um capítulo do livro chamado "O Grilo". Ele fala como aqui, naquela época, já se utilizava essa artimanha.

Esta semana, na **Folha de S.Paulo**, li como, no Pará, as pessoas fazem o grilo da terra com imagens via satélite e GPS. Quer dizer, as formas de grilagem mudaram, mas o processo de grilagem do Pontal do Paranapanema ou do Pará ou da Amazônia continua acontecendo até hoje.

Bem, o José Teodoro de Souza falsifica esse título e depois permuta. Antes do José Teodoro de

Souza, há muitos nomes na história cuja existência nunca foi comprovada. Todas as teses e pesquisas feitas levantam a existência dessas pessoas, mas me parece que o Jose Teodoro de Souza é o sujeito real existente que teria iniciado o processo de grilagem. O José Teodoro de Sousa faz uma permuta da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio com o Sr. Manoel Goulart, de uma fazenda ao norte da Pirapó-Santo Anastácio, que era a Fazenda Iguapeí ou Rio do Peixe. E nessa permuta que eles fazem no cartório de Santa Cruz do Rio Pardo, por volta de 1892/1893, o Manoel Goulart começa, então, a vender terras aqui da Região do Pontal do Paranapanema, considerando que ele tinha mandado um pedido ao Ministério da Agricultura para que viessem para a nossa região migrantes estrangeiros. E com a autorização do Ministério da Agricultura para que viessem para cá migrantes estrangeiros, ele começa a vender terras aqui na região. Depois, junto com o Coronel Marcondes, fundou uma empresa e fizeram, então, todo o processo que se expandiu em toda essa região.

Somente em 1945 o Governo do Estado de São Paulo vai intervir, criando um conjunto de reservas e tentando impedir. Aliás, uma política muito parecida com a que o Governo está fazendo hoje no Pará, criando áreas de reservas ambientais no sentido de tentar impedir o avanço da grilagem. Mas isso não foi suficiente. A grilagem avançou e destruiu basicamente a maior parte das reservas, restando apenas a Reserva do Morro do Diabo. E a grilagem se estabeleceu e se consolidou.

Eu diria que o Pontal do Paranapanema é o Sudeste do Pará daqui há um século. Ou seja, se não houver uma intervenção do Estado brasileiro, competente, para regularizar a situação fundiária daquela região, daqui a cem anos nós teremos uma CPI, uma Comissão no Sudeste do Pará tentando entender o processo de grilagem daquela região. A grilagem no Pontal do Paranapanema é uma situação consolidada. O Estado, embora tenha criado reservas, demarcado e criado perímetros, nunca conseguiu resolver a situação fundiária do Pontal do Paranapanema. E por essa razão, pelo fato das terras do Pontal serem griladas, reconhecidamente e comprovadamente, a partir da década de 90 nós tivemos uma intensificação do conflito fundiário na nossa região.

Essa intensificação do conflito fundiário, é importante que se registre, não significa o início dos conflitos fundiários. Durante toda a segunda metade do Séc.XI e todo o Séc.XX, nós tivemos conflitos fundiários na nossa região. A questão é que eles nunca foram tão divulgados como a partir da década de 90, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra começou a ocupar terra aqui na região.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deu uma visão para a região, a partir, evidentemente, do papel da Imprensa, que nunca divulgou tanto os conflitos no Brasil como tem feito nos últimos anos. Por essa razão, nós temos o conhecimento mais amplo da questão do Pontal do Paranapanema. Inclusive, alguns colegas meus, professores de Universidades Federais do Rio Grande do Sul, do Paraná, da Bahia e de Pernambuco não acreditam. Falam: Bernardo, eu não acredito que no Estado de São Paulo, um dos Estados mais modernos do Brasil, exista uma grilagem de terra de um milhão e meio de hectares, como é o caso dos estudos que os senhores estão fazendo ali.

Então, conseguimos observar, na história do nosso País, que a grilagem de terra vai estar no sudoeste do Estado do Paraná, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Amazonas, em Pernambuco e em todos os Estados, porque essa é a história da formação da propriedade privada do Brasil.

Esse processo de conflito se intensifica a partir da década de 90, aqui na nossa região, como em todo o Brasil. Mas eu quero enfatizar, e isso é importante, que essa identificação vem à superfície por causa do papel da mídia. Se nós pegarmos desde o Séc. XIX, Guerra de Canudos e conflitos do sudoeste do Paraná e de Goiás, nós veremos que os conflitos por terra, no Brasil, são presentes. Eu tenho levantamento. Nós temos um banco de dados na Unesp. Nós acompanhamos esses conflitos, registrando anualmente. Então, quando eu vejo a mídia publicar que os conflitos aumentaram e nunca houve tantos conflitos, eles estão comparando um ano com o outro. Se eles compararem aquele ano dentro do século, verão que está de acordo com uma tendência e que isso não muda nada das características dos conflitos de terra no Brasil.

A partir de 90, com a intensificação, pela mídia, da divulgação desses conflitos, nós começamos uma mudança no sistema agrário regional da região do Pontal do Paranapanema. Desde 1990 até 2004, por causa das ocupações de terra e da regularização fundiária feita pelo Estado, principalmente pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo, junto com o Incra (Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária), em negociação com supostos proprietários da nossa região, seis mil famílias foram assentadas em nossa região.

Isso significou a criação aproximadamente de 15 mil postos de trabalho. Não há setor algum da economia de nossa região que, numa década, tenha criado 15 mil postos de trabalho. Se os senhores visitarem os assentamentos da região do Pontal do Paranapa-

nema, vão encontrar as situações mais diversas. Mas, dessa diversidade encontrada na região, verão que a qualidade de vida daquela população assentada melhorou muito com relação à situação vivida antes de chegar na terra.

Tenho aqui um livro, resultado da minha dissertação de mestrado, intitulado **Formação e Territorialização do MST no Estado de São Paulo**, em que há um capítulo de quase 200 páginas sobre o Pontal do Paranapanema, analisando essa questão. Tenho dois relatórios de impactos sócio-territoriais dos assentamentos. São pesquisas feitas no sentido de levantarmos a renda e a condição de vida da população assentada, comparativamente com aquela assentada antes de ela vir para a terra. Aí conseguimos ver o nível de melhoria da qualidade de vida dessa população.

Tenho duas dissertações de mestrado feitas, uma para o Município de Teodoro Sampaio e outra para o Município de Mirante do Paranapanema, mostrando como os assentamentos mudaram a vida do Município. Onde, antes, tínhamos um conjunto de latifúndios, temos hoje um conjunto de assentamentos; e a situação econômica do Município melhorou, graças ao aumento do ICMS gerado pelo trabalho das famílias assentadas.

Houve a criação de usinas de leite, de fecularias, que foram resultado da mudança do sistema agrário da região, que, antes, era somente de pecuária de corte e de cana-de-açúcar. Agora, o nosso sistema agrário também contempla a mandioca e a pecuária leiteira. Também tenho, além desses relatórios e dessas dissertações, um conjunto de pesquisas, que depois posso passar para a Comissão em CD, versão digital, mostrando que a nossa região tem hoje uma área de aproximadamente 500 mil hectares de terras cuja regulamentação fundiária ainda não foi feita. O Estado está propondo aos proprietários de terra a regularização dos imóveis menores de 500 hectares.

Até o momento, não tivemos uma solução para esse problema. O número de acampamentos na região continua. É fundamental que o Estado, os proprietários, os sem-terra, cheguem a uma perspectiva de regularização fundiária da região tanto para o desenvolvimento da agricultura familiar, quanto para o desenvolvimento do agronegócio, porque temos, na nossa região, uma perspectiva de desenvolvimento muito grande que já vem acontecendo.

É importante registrar que, apesar dos conflitos, esse desenvolvimento vem acontecendo – os números que passei confirmam isso. Esses conflitos acabam impedindo esse processo de desenvolvimento numa velocidade ainda maior, exatamente porque os projetos ficam inacabados. Ou seja, não se regulariza a situação fundiária. A Cocamp, uma estrutura enorme cooperativa da região do Pontal do Paranapanema, está inacabada, impedindo que o desenvolvimento da agricultura familiar se complete. Então, a perspectiva de solução, com certeza, intensificaria e agilizaria o processo de desenvolvimento da nossa região.

Com relação às ocupações de terras, recentemente publiquei um artigo pela editora da Unicamp. Elas têm sido, na nossa região, um dos elementos que têm levado a esse desenvolvimento. É comum, principalmente a mídia, o jornal **O Estado de S. Paulo** e a revista **Veja**, estarem relacionando a ocupação de terra com o atraso regional. Podemos ver que se não houvesse as ocupações de terras não teríamos em nossa região o assentamento de seis mil famílias. O próprio Incra e o próprio Itesp reconhecem essa realidade.

O mais interessante é que ultimamente a UDR (União Democrática Ruralista) vem propondo a regularização de parte das terras no sentido de tentar contribuir com a solução desses processos. Ou seja, a própria União Democrática Ruralista, que tem sido uma entidade fortemente contrária aos assentamentos, tem visto também neles uma perspectiva de solução para a nossa região.

Em síntese, quero dizer que temos à disposição de todo o público e dessa CPI todo esse material que comprova que o Pontal do Paranapanema é a segunda região com maior número de conflitos do País. O Pontal do Paranapanema tem ma situação fundiária irregular que necessita a competência do Estado para regularizar. O Pontal do Paranapanema está em desenvolvimento. O Pontal do Paranapanema enfrenta os mais diversos problemas, mas todos eles, diferentemente de todas as regiões do Brasil, vêm sendo negociados, disputados com o Estado, com as diferentes forças políticas, na perspectiva de que possamos dar uma solução para essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Agradecemos ao Professor Bernardo Mançano Fernandes. Registro também a presença do ex-Deputado Federal Antônio Zacarias. Muito obrigado pela presença.

(inaudível....)

A Presidência quer pedir a colaboração de todos os presentes. Temos um Regimento, apenas nos deslocamos do Congresso Nacional para cá. Mas o Regimento é o mesmo e temos que respeitá-lo. Ouvimos respeitosamente, mas, infelizmente, não poderemos ouvir a não ser aqueles que são convocados e convidados para depoimentos. Posteriormente, estaremos à disposição para, particularmente, ouvir qualquer relato

que se queira oferecer a essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Passaremos agora às indagações. Certamente os Parlamentares serão bastante objetivos, para que possamos aproveitar ao máximo a nossa presença aqui em Presidente Prudente.

Com a palavra, inicialmente, o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares da CPMI, demais membros integrantes da nossa Comissão, população aqui presente, Professor Bernardo Mançano, primeiramente, parabenizo V. Sª pela exposição. Embora tenha sido muito breve, trouxe dados importantes para que a CPMI possa compreender a situação de conflito aqui no Pontal do Paranapanema.

Realmente, depois de fazer bons debates no ano passado acerca da estrutura fundiária, avaliando as ações na área da reforma agrária, a CPMI voltou-se, este ano, para essa área de conflitos. Estamos aqui, como o senhor bem disse, na segunda região mais conflituosa do País. A compreensão desses dados, desses elementos que V. Sª traz é muito importante.

Tenho poucas perguntas. Obviamente, solicito que V. Sª disponibilize para este relator os dados, tanto no que concerne a essa questão do processo de grilagem como no que concerne – sobre isso gostaria que V. Sª fizesse uma exposição mais detalhada, evidentemente no tempo da pergunta – aos impactos sociais e econômicos dos assentamentos aqui na região, sob o ponto de vista, inclusive, de indicadores referentes à geração de empregos e à arrecadação dos municípios. É importante que isso seja colocado para esta CPMI relativamente aos assentamentos.

Eu me permitiria fazer três perguntas a V. Sª.

A primeira delas é para saber qual é avaliação que V. Sª faz desse processo de regularização fundiária que já demora esse tempo todo, tanto por parte do Itesp, já que estamos tratando de terras devolutas estaduais, como também por parte do próprio Incra, que pode atuar subsidiariamente. Como isso tem sido feito?

Vi nos jornais uma nova proposta para a regularização fundiária das áreas de até 500 hectares. Em que medida, efetivamente, isso poderia contribuir para resolver a situação sob o ponto de vista fundiário e sob o ponto de vista da questão dos conflitos? Faço essa pergunta, porque esta CPMI tem como objeto – algo que é também uma preocupação deste relator – a avaliação dos processos de reforma agrária, mas também a apresentação de propostas no sentido de mitigar, de diminuir a violência no campo. Essa tentativa de regularização das áreas com até 500 hectares por parte do Estado teria um impacto positivo na solução desses conflitos? É importante que saibamos a posição de V. Sª sobre isso.

Gostaria também que V. Sª também analisasse o papel desses movimentos, do próprio MST e de outros movimentos ligados aos trabalhadores sem terra – temos notícias de outros, além do próprio MST. Como eles têm agido? Qual tem sido a sua evolução?

Gostaria ainda que V. Sª comentasse o ressurgimento da UDR, inclusive a partir da região do Pontal. A UDR surgiu na época do primeiro plano nacional de reforma agrária, tendo sido idealizada pelo hoje Deputado Federal Ronaldo Caiado. Ela ressurge na região do Pontal. Como é esse surgimento? A propósito, gostaria de dizer que fico satisfeito em saber que a UDR, hoje, trabalha com essa idéia da regularização fundiária, porque tínhamos notícia da criação de milícias particulares aqui, de proprietários rurais se armando clandestinamente, com armas contrabandeadas – isso saiu na grande imprensa nacional, saiu nas televisões. Gostaria de saber se V. Sª entende que houve uma evolução da postura da UDR de um enfrentamento armado para uma postura de negociação e de resolução dos conflitos pela via pacífica.

Eram essas, Sr. Presidente, as perguntas que gostaria de ver respondidas pelo nosso depoente, professor Bernando Mançano.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Como sempre fazemos, vamos ouvir mais dois parlamentares antes de passar à resposta em conjunto das perguntas apresentadas.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Professor, eu queria conhecer do senhor a profundidade do conceito de grilagem. Sobre as afirmações que ouvi do senhor, eu queria fazer o seguinte raciocínio. Como o Brasil pertencia aos índios, o senhor não acha que o território brasileiro foi grilado dos índios? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta que quero fazer é a seguinte. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, temos uma história sobre os assentamentos. Particularmente na região da campanha, na fronteira com o Uruguai, essa história demonstra, com muita clareza, que em nenhum momento os assentamentos resultaram em aumento da renda dos municípios. Ao contrário, os assentamentos lá realizados, apesar do sustento dado pelo Incra através daquele alcance mensal para a manutenção das famílias e do investimento feito de maneira primária no assentamento daquelas pessoas, resultaram, como claramente ficou demonstrado e reconhecido pelas nossas fundações de pesquisa e as nossas universidades estaduais, lá do Rio Grande do Sul, e os

nossos pesquisadores, como ações que tiveram dois efeitos: o primeiro, reduziram a renda dos Municípios; o segundo, reduziram a produção **per capita** dos Municípios; e o terceiro, aumentaram de maneira quase insuportável os gastos que as Prefeituras tinham que ter na área de saúde, educação, infra-estrutura no atendimento àqueles assentamentos.

O senhor traz um conteúdo completamente novo de que aqui, diferentemente de lá, o conjunto trouxe desenvolvimento, agregação de renda, e eu gostaria que o senhor, por favor, nos enviasse um Município ou dois da região de que o senhor tenha a perspectiva, a forma de renda, funcionamento, produção, antes de um volume significativo de assentamentos e depois, para que possamos até clarear isso e ter em comparação com os estudos que estamos trazendo do Rio Grande do Sul, onde essa história não ocorreu dessa mesma maneira.

E uma outra curiosidade que tenho diz respeito à Cocamp. O senhor disse que ela está inacabada, apesar de vir recebendo nos últimos anos repasses importantes do ponto de vista de recursos públicos. Por que o senhor acha que ela está inacabada se o volume de recursos recebido foi suficiente e o que teria que acontecer com essa cooperativa para que ela então concluísse a sua missão?

E, por fim, o senhor diz que, na última década e meia, foram assentadas 6 mil famílias. Essas 6 mil famílias eram originárias dessa região? Elas vieram de outras regiões? E, uma vez que vieram de outras regiões ou se eram originárias dessa região, quantas mil famílias mais têm que ser assentadas para pacificar o campo? A fonte produtora dessas famílias que vêm para cá na medida em que 6 mil teoricamente é um número extremamente relevante e significativo, se elas estão vindo de onde? Elas vêm do Paraná, do Mato Grosso, do Estado de São Paulo? Por que isso está ocorrendo? Se o senhor pode-nos explicar.

Sei que, quando tratamos sério dessa questão, professor – e ela óbvia e marcadamente é ideológica –, às vezes procuramos levar para galhofa do tipo "cai da lua" ou "surge do nada". O que quero saber é de maneira séria e responsável, porque o meu País não resolve o problema, e a minha missão é tentar achar um caminho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni. Só quero informar que, pelo Regimento, esse tipo de manifestação não é possível. Até gosto, acho que traz entusiasmo, torna mais atraente a reunião, mas o nosso Regimento não possibilita esse tipo de manifestação. Então, se puderem evitar, nós agradecemos.

Agradeço também à forma sucinta com que indagaram tanto o Relator João Alfredo quanto o Deputado Onyx Lorenzoni, porque dessa forma, objetivos, alcançaremos um resultado melhor.

Deputado Jamil Murad com a palavra.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Cumprimento o professor Bernardo Mançano, nosso amigo José Rainha, que já se encontra no local, o Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, autoridades, o bispo de Presidente Prudente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Gostaria de fazer uma sugestão: vamos deixar uma cadeira aqui e, toda vez que o Parlamentar for indagar, ele vem à frente para ficar posicionado de frente para imprensa e para os convidados.

Portanto, Deputado Jamil Murad, vamos providenciar uma cadeira. É melhor que V. Exª fale da tribuna. Pedimos apenas que contenham o entusiasmo que a tribuna proporciona, para não perdermos o ritmo de objetividade.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Cumprimento o Sr. Presidente da CPMI, o Relator, o Senador Eduardo Suplicy, as Srªs e os Srs. Congressistas.

Viemos aqui em um esforço do Congresso Nacional para contribuir nesse processo que vem de longo tempo. Quero cumprimentar, portanto, o professor Bernardo Mansano, que, em sua atividade como professor e pesquisador, se dedicou a essa questão.

Precisamos deixar clara uma questão: o Estado e o Poder Judiciário já consolidaram que essas terras são devolutas. Os governadores Mário Covas e Fleury – que não eram de esquerda, mas sim democratas que procuravam resolver o problema fundiário e fazer a reforma agrária –, ao recolher uma terra como a fazenda São Bento para finalidade de reforma agrária, indenizavam apenas as benfeitorias da propriedade: a casa, o curral e outras. A lei não permitia que pagassem por uma terra que pertence ao Estado. O Estado não podia comprar terra dele mesmo. O Judiciário paulista já reconhece isso. Tanto é que nenhum dos governantes pôde comprar terra de alguém que se declarasse proprietário da terra, porque ele não era proprietário da terra. Ele era proprietário da casa, daquela benfeitoria feita naquela fazenda. Então, isso mostra esse grande estudo que o Professor Bernardo fez, que está de acordo com esse processo.

Entretanto, os grileiros querem se perpetuar na terra mesmo sem utilizá-la. Pergunto, então, ao professor: qual método é usado? Das armas?

O Professor Bernardo disse que lá, cem anos atrás, os grileiros faziam emboscada contra os posseiros. E hoje, o que é feito para se legitimar como proprietário daquela terra, sem ser o proprietário?

Qual é o método? A pessoa vai à Justiça? Procura o Poder Público? Procura respeitar a Constituição? Ou age pelo método ilegal de contratação de jagunço, de pistoleiro, procurando permanecer na terra à revelia da própria lei? Essa é a pergunta que faço.

Essa CPI quer tratar do problema fundiário e do porquê da violência. Desde de 1990 ou 1991, quando tomei posse como Deputado Estadual, acompanho esse problema. Nunca vi trabalhador sem terra usar de violência contra fazendeiro, contra grileiro, contra qualquer cidadão. Não vi isso. Eu os vi usando o método de marchar no asfalto quente, às vezes, descalços. Eu os vi, às vezes, passar fome para demonstrar para a sociedade e para o Poder Público que é necessário dar a eles um meio de produção para que possam viver melhor e ajudar o País.

Respondo ao Deputado Onix Lorenzoni: no Município de Promissão, segundo estudo realizado, a arrecadação de ICMS aumentou em mais de 25% depois que fizeram o assentamento em uma fazenda, a Fazenda Reunidas. Não estou fazendo uma reflexão; trata-se de dado concreto. O estudo demonstrou também que aumentou o poder de compra e a qualidade de vida das pessoas. O MST não procurou contrabando de armas, às vezes armas exclusivas do exército...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil Murad, gostaríamos de contar com a sua colaboração.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Estou terminando. Repito: o MST não procurou contrabandear armas para falar que precisam de terra para trabalhar, para criar sua família, para ajudar a desenvolver o Brasil, aumentar o mercado interno, aumentar o poder de compra da população, melhorar o fornecimento de alimentos. O MST nunca fez isso. Tanto que o Governador Fleury, que era do PMDB, ia a assentamentos e recebia integrantes do movimento no Palácio. Quantas vezes acompanhei o José Rainha e outros líderes ao Palácio, onde eram recebidos pelo Governador Fleury e pelo finado Governador Mário Covas?!

Esses são os elementos dessa luta. Existe coronel da PM que trata os integrantes do Movimento dos Sem-Terra como cidadãos, que respeitam a lei.

É muito importante esse estudo realizado pelo Prof. Bernardo Mançano, mas gostaria que ele respondesse às perguntas que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Deputado.

Passamos a palavra ao professor para que responda aos três Parlamentares que fizeram indagações. Depois prosseguiremos. Felizmente o professor tem boa capacidade de síntese.

O SR. BERNARDO MANÇANO FERNANDES – Tentarei ser bastante objetivo. Há 25 anos participo de discussões como esta, não só no Brasil, mas em vários países da América Latina, da Europa e nos Estados Unidos. O interessante de tudo isso é que, todas as vezes que participo desses debates, percebo que a questão agrária, depois do futebol, é uma das questões que têm as maiores torcidas. Toda vez que vou a um debate, vejo os plenários se manifestarem ora contra, ora a favor. Isso é importante. Isso faz parte da liberdade de expressão das visões de mundo que temos.

Evidentemente que queremos ir além das torcidas e chegar à solução do caso.

Deputado João Alfredo, respondo à questão dos impactos sócio-econômicos dos assentamentos. Tenho dois relatórios da região do Pontal do Paranapanema e existem dezenas de relatórios feitos por universidades brasileiras e pesquisas nacionais, tanto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, quanto da Universidade de São Paulo, que tratam dos impactos socioeconômicos dos assentamentos, da melhoria da renda das famílias, dos impactos na educação, da melhoria da qualidade educacional, dos impactos na geração de impostos para o Município – isso está registrado em todos.

Vou adiantar a resposta do Deputado João Alfredo: houve uma aceitação de Mestrado feita no Município de Mirante do Paranapanema, para dar um exemplo. Além de a gente estudar o aumento do ICMS no Município, Deputado Onyx Lorenzoni, como consta aqui, também entrevistamos o Presidente da Associação Comercial de Mirante do Paranapanema, que registrou que, nos anos de 1999, 2000, 2001 e 2002, houve um aumento de 35% da arrecadação do ICMS e da venda do comércio na região, sendo que abriram agências bancárias, lojas de material de construção, supermercados, ou seja, resultado do aumento inclusive populacional do Município.

Evidentemente que isso só acontece, Deputado Onyx, numa escala geográfica em que se tem um número de famílias consideráveis. Em um Município em que são assentadas 100 famílias, não há aumento do ICMS ou, se há, elas contribuem em parte com aumento de ICMS, porque são outros setores da economia que vão fazer isso. Mas os impactos socioeconômicos são claros; evidentemente esses impactos ocorrem em escalas pequenas, não são impactos que mudam a vida de um Município.

O que quero registrar aqui e o que as pesquisas registram é que esses impactos contribuem, muito ao contrário... Eu gostaria até que o Deputado Onyx Lorenzoni me passasse os relatórios das pesquisas que foram feitas pela Universidade estadual, porque acompanho

todo o Brasil, toda a América Latina e não conheço um relatório de pesquisa que diga que os impactos foram negativos. Então, que o Deputado me repasse esses relatórios para que possamos tomar conhecimento dele, a fim de fazermos essa relação.

A questão da avaliação no processo de regulação fundiária, a questão da medida dos 500 hectares.

É necessário que se faça alguma coisa para se regularizar as terras do Pontal do Paranapanema. O Estado, o Governo Alckmin agora propôs regularizar as propriedades com menos de 500 ha. Essa regularização vai atingir 20% da área da região; 80% da área da região está em poder dos proprietários de mais de 500 ha. A questão é que o Estado precisa apresentar uma proposta também do que vai fazer com as terras com mais de 500 ha. Então, quando a União Democrática Ruralista apresenta uma proposta de ceder terras, para que se faça o assentamento de algumas famílias nessas terras, vejo isso de forma positiva, porque é o reconhecimento da UDR. Duvido que algum proprietário que tivesse a sua terra realmente a entregasse para a reforma agrária. Quando a UDR o faz, isso é um reconhecimento da grilagem de terra aqui na nossa região.

Por parte do Estado, por parte da UDR, por parte de todas as instituições, é fundamental que se procurem medidas para a regularização fundiária. E o Poder Judiciário tem que contribuir. O grande impedimento da solução agrária no Brasil está na mão do Poder Judiciário, porque, no nosso caso, para regularizarmos as terras do Pontal do Paranapanema, é preciso que sejam julgados todos os levantamentos feitos nos perímetros. Quando isso vai para o Poder Judiciário, demora 10, 20, 30 anos. E, aí, evidentemente, perde-se até esperança na perspectiva dessa solução.

Vejo com bons olhos todas as propostas que busquem a perspectiva da regularização fundiária do Pontal do Paranapanema, mas elas não podem ser parciais e não podem, evidentemente, privilegiar o grileiro; elas têm de propor a solução com a descentralização e a democratização do acesso à terra.

A questão do papel dos movimentos sociais no Pontal do Paranapanema.

Quero fazer aqui uma fala não só para me referir aos movimentos sociais do Pontal do Paranapanema, embora eu vá dar ênfase a isso, mas também aos movimentos sociais de todo o Brasil. Estudo o movimento dos sem terra desde a sua origem, estudo a questão agrária no Brasil há 25 anos. Quando comecei a estudar o movimento, havia o movimento dos sem terra e a Contag, que é o mais antigo movimento social do Brasil. Hoje, temos 64 movimentos sociais no Brasil. sso é resultado de um processo de democratização, ou seja, não é o MST que vai lutar pela terra somente, são vários outros movimentos sociais que vão fazer isso. Porém, o que é importante e está provado em várias teses, em vários relatórios de pesquisa, é que a eficácia da ação das ocupações hoje é muito maior que a eficácia da ação do Estado na regularização fundiária. Ou seja, 90% dos assentamentos da nossa região, do Brasil, são resultados de ocupação. Se não fossem as ocupações, 5.400 famílias não estariam assentadas; 540 mil famílias no Brasil não estariam assentadas. Então, é importante ver a ocupação como uma política pública, como uma política popular, em que ela desafia o Estado a ser competente. Isso é extremamente importante. Se criminalizarem as ocupações, isso será uma postura de tentar evitar o conflito fundiário.

Participei da elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula, juntamente com o Professor Plínio de Arruda Sampaio, e propus ser fácil acabar com as ocupações. Os movimentos sociais, todos eles, conseguem colocar à beira da estrada 100 mil famílias por ano. Se eu assentar 200 mil famílias por ano não há movimento que consiga fazer ocupação neste País.

Agora, colocar a culpa nas famílias que estão acampadas, que fazem a ocupação, pelo fato de não existir a reforma agrária, é uma saída que não resolve o conflito fundiário no nosso País.

A questão do ressurgimento da UDR.

Como disse, tanto a manifestação quanto a presença da UDR – converso com o Almir Soriano, pois eu e o Almir Soriano, para terem uma idéia, fomos assaltados dentro do ônibus, não é Almir? Conversem com o Almir, conversem com o Nabhan, conversem com todas as pessoas, apesar de já ter sofrido ameaça de morte, registrada em Boletim de Ocorrência, em 1997, em uma única vez fiz o registro. Fui ameaçado de morte, registro deixado na secretária eletrônica do meu telefone celular, depois de várias ameaças de morte que tentei gravar. No fim, o acusador deixou a ameaça de morte gravada no meu celular.

Mas isso aconteceu uma única vez. Diferentemente do Pará, aqui no Pontal do Paranapanema, nós temos dialogado. Podemos discordar das políticas de solução, mas temos dialogado. O Nabhan pode "meter o pau em mim"; eu também posso, inclusive o Nabhan publicou um artigo recentemente no **Imparcial**, dizendo que eu sou um péssimo professor. Sem problema nenhum! Aceito, porque está no campo político. E nós temos que discutir isso com civilidade, propondo sempre o debate, procurando a solução para a nossa região.

Então, a UDR na nossa região tem procurado a solução para a questão do conflito fundiário.

Agora, se essa solução não sai, a UDR intensifica a violência, ela impede ou as ocupações, evidentemente, e essa intensificação pode levar à contratação de jagunços, como já aconteceu várias vezes, e a ameaça de morte das famílias assentadas.

A questão da evolução do conflito armado acontece exatamente por causa da ausência do Estado no processo de solução do conflito fundiário. O Estado pode muito bem prender grileiros lá do Pará como ele pode prender grileiros em qualquer região do nosso País. Mas ele prende muito mais, como vários relatórios foram feitos agora sobre a questão do Pará, os sem-terra.

Com relação ainda ao Deputado Onyx Lorenzoni, S. Exª me pede para fazer uma profundidade do conceito de grilagem. O conceito de grilagem nasce no século XIX, exatamente. Então, Monteiro Lobato, está aqui, o livro *O Príncipe Negro*, *Onda Verde*, que é uma obra-prima da literatura brasileira, ele nasce exatamente por causa da forma como os traficantes de terra, a partir de 1850, Deputado Onyx Lorenzoni, quando da criação da Lei de Terras, que, a partir de então, só era possível ter acesso à terra através da compra e venda, e maior parte do acesso à terra em nosso Brasil não foi por meio de compra e venda, foi por meio de grilagem, então essas pessoas começam a falsificar o documento.

Então, a grilagem significa um processo de falsificação de documentos. Não dá para eu relacioná-la com a questão dos índios. Como disse V. Exª: "O Brasil foi grilado dos índios", aí temos o enfrentamento entre nações. Considero os índios como de diferentes nações, que estão dentro do nosso País, e uma nação que vem de fora e invade o seu território.

Então, vamos separar grilagem, que é uma questão agrária, da questão dos índios, que é uma questão territorial, de nações, de enfrentamento entre nações, está certo? Seria comparar, por exemplo, a ocupação de uma fazenda com a invasão Iraque. São duas coisas completamente diferentes.

A Professora Maria Conceição, aposentada da Universidade de São Paulo, residente em Presidente Wenceslau, tirou uma foto de um jornal, de 1930, de Presidente Wenceslau, que diz o seguinte – isto é só para explicar a questão da grilagem para o Deputado Onyx Lorenzoni: Terras a Prestações. Vendemos os melhores lotes de terras localizados em distintos pontos desta cidade. Foram terras griladas; entretanto, sendo de fama internacional os falsificadores das escrituras, podemos afirmar que até mesmo seus legítimos donos têm dúvidas quanto à autenticidade desses documentos. Vendemos também terras em Pederneiras e outros lugares do Estado.

Isso mostra a ação da grilagem aqui na região. E o Prof. Ferrari Leite, em sua tese de livre-docência, tem um conjunto de documentos no livro que mostra – tirei cópia para que V. Exªs tenham conhecimento disso – como os artifícios da grilagem são diferentes. Fiquei muito impressionado, como geógrafo, com o fato de que agora se utilizem imagens de satélites e até GPS para se fazer a grilagem.

Com relação à questão que o Deputado Onyx fala, ou seja, o assentamento não aumentar a renda, eu proporia a esta CPI que reunisse os pesquisadores da questão agrária brasileira de todo o País, num evento em Brasília, para que eles mostrassem quais são os Municípios que não tiveram melhoria na qualidade de vida, no desenvolvimento sócio-econômico, onde há assentamentos, e os que tiveram. Isso porque se tivermos um município que está enfrentando problemas por causa da queda de ICMS e tentarmos relacionar isso com a questão dos assentamentos, sem uma leitura abrangente desse processo, começo a entender isso como uma expansão do processo de criminalização dos sem-terra. Isso porque além de criminalizados quando ocupam a terra, eles podem ser criminalizados quando estão na terra também.

A universidade brasileira, os pesquisadores, os sociólogos, os geógrafos, os historiadores, os economistas, hoje, do Brasil, são os maiores especialistas do mundo na análise da questão agrária. Essas pessoas poderão comprovar se os assentamentos promovem ou não a questão do desenvolvimento lá.

Aumentar os gastos do município com a saúde. Isso de fato acontece, porque, sempre que um assentamento é criado, aumenta a população do município.

Vejo muitos prefeitos reclamarem disso; ou seja, que os gastos aumentaram depois que os assentados chegaram. A impressão que eu tenho às vezes é que alguns prefeitos gostariam que a população fosse embora e não que ela chegasse.

Assim, a chegada das famílias, num primeiro momento, eleva os gastos, mas depois de consolidado o acampamento, essa população se torna cidadã daquele território e vai contribuir com o desenvolvimento desse território.

A origem da família, Deputado Onyx, como V. Exª colocou, é interessante observar que em qualquer assentamento do Brasil temos uma população basicamente local. Infelizmente, por causa de uma história de êxodo rural que temos no País, essa população local que já vive no município há bastante tempo é especialmente formada por migrantes nordestinos. Eu encontrei migrante nordestino que passou pelo Paraná, que passou por Rondônia, que passou pelo Mato

Grosso e que hoje está no Pontal do Paranapanema definitivamente na sua terra.

Acho que a origem das pessoas não é o mais importante. O mais importante é pensar daqui para frente. Nós temos uma história de migração tremenda em nosso País. O importante é pensar na qualidade de vida, na situação regularizada do assentamento.

O Deputado perguntou sobre a Cocamp, por que ela está inacabada; a origem dos recursos que foram trazidos para a região. Na verdade, os recursos não foram todos destinados à Cocamp. Ela foi abortada exatamente porque expõe para a região um modelo de desenvolvimento da agricultura que muda completamente o sistema agrário. Houve uma tentativa aqui de se implantar a soja na região e em poucos anos ela conseguiu se expandir de uma forma extraordinária, ocupando quase 100 mil hectares na região. Essa é uma perspectiva, esse é um modelo de desenvolvimento. A produção da mandioca, a produção do leite também é um modelo de desenvolvimento. Temos aí 100 mil hectares de soja plantados, mas provavelmente essa mesma situação não vai se repetir no futuro porque o preço da soja, no mercado mundial, caiu muito. Mas os assentamentos continuam, porque não têm esse refluxo. Eles continuam produzindo, porque fazem parte de uma escala de produção muito diferente da escala de produção muito diferente da escala de produção da soja. E do Jamil Murad, para concluir, ele coloca a questão do Estado, do Poder Judiciário, o que já abordei.

O Estado não tem sido ágil, nem eficaz na regularização da questão do Pontal do Paranapanema, como não tem sido ágil na regularização da questão fundiária no Brasil. Se compararmos os dados do cadastro nacional, do sistema nacional de cadastro rural de 1992, Senador Alvaro Dias, publicado pelo Incra, e compararmos os dados de 2003, vamos ver que houve um aumento da área agricultável em nosso País de 93 milhões de hectares. Isso dá quase quatro Estados de São Paulo. Pergunto para qualquer pessoa que esteja nesta Casa: é possível, em 10 anos, o Brasil aumentar a sua área agricultável em 93 milhões de hectares, ou seja, quatro Estados de São Paulo? Não é. Isso é resultado da grilagem de terras, da sobreposição de registro de imóveis. Então, isso precisa ser explicado, e cabe ao Estado fazê-lo.

Quanto ao método que os grileiros usam para se perpetuar na terra, um dos maiores métodos é contar com a ineficácia do Estado. Quanto mais o Estado continuar com essa posição de não agir, mais os grileiros vão-se perpetuar na terra. Eles se utilizam das mais diferentes formas e não medem conseqüências para se perpetuar na terra.

Aqui na nossa região – registro bem – é bem diferente do Pará, embora seja a segunda região do Brasil. Lá, em Anapu, há casos de ameaça de morte, de assassinato, e eles não medem conseqüências para permanecer na terra.

E, com relação à manifestação dos sem-terra, só queria mostrar um registro importante, que é o caso da população assassinada no Brasil nos últimos 20 anos. Noventa e nove por cento dela são sem-terra. Então, mostra de que lado está a violência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

Pelo tempo, já deveríamos chamar o próximo depoente. No entanto, há quatro inscrições para indagações. Pergunto se querem formular as perguntas ou se podem deixar para... V. Exª quer perguntar? Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Acho que o nosso depoente é tão tendencioso que declino de fazer qualquer tipo de pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Temos, então, o Deputado Adão Pretto, o Deputado Luís Carlos Heinze e o Senador Eduardo Suplicy. Então, com a palavra primeiramente o Deputado Adão Pretto, pedindo a colaboração de todos para agilizarmos.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, membros da CPI, Sr. Prefeito, Presidente da Câmara de Vereadores, nosso Reverendo, Bispo dessa Diocese, meus amigo, companheiro Zé Rainha e todos os presentes a minha saudação. Certa vez, estava num debate com o presidente da UDR do Rio Grande do Sul, e dizia que temos de respeitar a propriedade que tem 500 hectares ou que tem 1.000 hectares, porque ela custou suor e sacrifício na sua aquisição. Agora, a propriedade que tem 5, 10, 20 mil hectares de terra pode não ser respeitada porque não foi adquirida pelo trabalho. E ele me perguntou: "Mas, então, foi roubando, Deputado"? Disse-lhe que não estava dizendo que fora roubando, mas que não foi trabalhando. E ele me disse que, se não foi trabalhando, foi roubando. Eu disse a ele que isso ele estava dizendo.

Então, peço que V. Sª dê uma explicação de como os grandes fazendeiros se "adonaram" das terras não só no Pontal do Paranapanema, mas no Brasil. Farei duas perguntas bastante simples. Por exemplo, já disse quanto foi gerado de emprego com a chegada dos assentamentos. V. Sª tem algum estudo que mostra a produtividade? Se tem um comparativo da produtividade da grande propriedade e da produtividade dos assentados. E a outra pergunta é: quantos por cento dos assentados desistiram dos lotes, venderam os lo-

tes? Foi muito comentado que não adianta dar terra para esses caras; eles a pegam e vendem.

Então, eu só queria dizer, aproveitando o meu espaço, para o meu conterrâneo e colega, Deputado Lorenzoni, que não vim a São Paulo perguntar se onde tem assentamento dá desenvolvimento. Eu não precisava vir a São Paulo para isso. No nosso Rio Grande temos exemplo.

A cidade de Pontão, por exemplo, era uma vila mais antiga que a cidade de Passo Fundo. No tempo dos tropeiros, dos boiadeiros, ali era uma referência de fazerem pousadas. Com a chagada do trem, com o desenvolvimento, essa vila ficou abandonada, e Passo Fundo começou a surgir como uma grande cidade do Rio Grande.

Com a chegada dos assentados da Fazenda Noni, que incorporaram essa vila Pontão, o desenvolvimento foi tanto que a transformaram em um Município. E hoje é um município pujante do Rio Grande. Inclusive elegeram um assentado de prefeito; depois o reelegeram e, agora, elegeram outro assentado de prefeito.

Então, essa é uma demonstração que está lá no Rio Grande.

Outra: a cidade de Hulha Negra, que também era uma vila mais antiga que a cidade de Bagé. Agora se transformou em um Município graças aos assentados que ali chegaram. Deixei inclusive essa madrugada um vereador assentado de Hulha Negra, que está pousando no meu apartamento com outros vereadores. Eles estão pleiteando recursos para asfaltar uma estrada que leva Hulha Negra a um frigorífico, que tinha sido abandonado. O Luiz Calos Ains, que é fazendeiro, deve conhecer muito bem aquele frigorífico que exporta carne para Europa.

São esses dados que não podemos deixar sem resposta.

Essa história muito antiga de onde são os agricultores. Ora, meu colega, no tempo em que começamos a criar o MST, que tenho orgulho de ser um dos fundadores, recebíamos esse tipo de questionamento: "mas esses acampados vieram de onde?" Hoje temos o Movimento dos Sem-Terra, o MST, em praticamente todos os Estados brasileiros, além dos 60 movimentos existentes no MST. E ainda vir com essa pergunta: "de onde vem essa gente?!"

É muito antigo esse problema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Luiz Carlos Heinze. (Pausa.)

Eu pediria ao Vereador Hedi, Presidente da Câmara, que tomasse assento ao lado, como nosso anfitrião.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Sr. Presidente dos trabalhos, Sr. Vereador, Presidente da Câmara, Sr. Prefeito Municipal, é um prazer estarmos aqui em Presidente Prudente, discutindo um assunto extremamente importante sobre a questão fundiária do País.

Vi o professor Bernardo fazer suas colocações, falando a respeito dos assentamentos que trouxeram resultados positivos. Temos um trabalho, professor, que foi realizado no ano 2000, inclusive estivemos aqui também, sobre a questão dos assentamentos.

Dos oito anos do Governo Fernando Henrique – não peguei ainda os dados de 2003 e 2004 para compilar aqui –, quase 580 mil famílias haviam sido assentadas em todo o Brasil em mais de vinte milhões de hectares de terras. Esse é um dado. Entendemos que, dessas pessoas que receberam um pedaço de terra, muitas venderam, muitas arrendaram; o percentual é muito grande.

Agora, há de se convir também que hoje, no Brasil, são em torno de seis milhões de propriedades rurais. O senhor deve saber – é geólogo, estudioso, professor – que mais de 80% dessas propriedades, quase 90%, são de zero a 100 hectares. Portanto, pequenas propriedades. E a grande maioria delas não têm assistência nenhuma; não desse Governo, mas de todos os governos, quer dizer dos últimos governos que têm passado pelo País. Temos hoje, seguramente, 3 a 4 milhões de pequenos proprietários no Brasil nas Regiões Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste que não têm nenhuma assistência.

Então, é lógico, se o senhor consegue filtrar 6 mil ou, dos 500 mil que receberam... Não sei exatamente quantos hoje estão se defendendo. Segundo o levantamento que tínhamos para aproximadamente 3.500 assentamentos, até 2002, em torno de 10% estavam emancipados. Quase 90% não estavam emancipados e dependiam ainda do poder público para a sua continuidade, recebendo cestas básicas e todas as assistências necessárias. Esse é um quadro que vejo aqui.

Não sou contra o que o pessoal do MST faz. O que condeno é a situação de termos milhões de verdadeiros produtores rurais no Brasil sem assistência alguma. Por isso faço este questionamento: será que esse pessoal também não mereceria uma melhor assistência, aqueles cujo avô, pai e filho estão na terra até hoje teimando com rendas irrisórias? Falta assistência para essas pessoas.

Vejo, a partir dos dados que temos aqui, que foram gastos – verifiquei de 1994 até 2002 – quase US$10 bilhões. Atualizei-os, peguei valor ano por ano a partir do Orçamento Geral da União pra saber quanto foi aplicado em reforma agrária – e sem nenhum resultado. A

produção brasileira pouco deve a esses vinte milhões de hectares de terras colocados nos assentamentos. Para mim, é uma injustiça com relação àqueles agricultores que estão na atividade. Essa é uma situação que gostaria que o senhor comentasse.

Não sou contra aqueles que fazem esses movimentos, mas quero saber o que será desses milhões de produtores, em todas as regiões do País, que têm rendas insignificantes, segundo um trabalho da Fundação Getúlio Vargas e da Embrapa, que fizeram uma pesquisa em todas as regiões do País e mostraram a renda insignificante que esses produtores têm nas suas propriedades.

Uma outra questão. O senhor fala aqui na grilagem no Pontal. O meu trisavô, quando veio da Alemanha para o interior do Rio Grande do Sul, em 1854 – ele e tantos outros imigrantes alemães e italianos que colonizaram o Rio Grande do Sul e de lá saíram para tantas partes do Brasil... Se o Brasil é o que é hoje, muito deve a essa gente. Veja esse quadro de 1923 da primeira Câmara Municipal de Prudente. Certamente, em tantos rincões deste País, foi essa gente que colonizou.

Vejo o que é o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Goiás hoje. A agricultura que tem o Brasil hoje se deve a essa gente. E é muito melhor que sejam esses a colonizar – sejam chamados grileiros ou o que for – do que entregar o Brasil para qualquer dessas multinacionais e esse povo que está vindo. Esses aqui são brasileiros, irmãos nossos que estão colonizando este País e fazendo 130 milhões de toneladas de grãos, toda a carne, todas as frutas, tudo o que estamos produzindo neste País. Esse é um ponto importante, essa gente fez tudo isso.

Quem viu o que era o Mato Grosso há 30, 40 anos, e vê o que é o Mato Grosso hoje, conhece o resultado do que essa gente fez depois de ter se embrenhado naqueles fundões – jamais se podia pensar que alguém pudesse chegar naqueles lugares. Esses são os brasileiros que protegemos.

Trabalho por todos os produtores, pelos pequenos, pelos médios, pelos grandes, não interessa. Trabalho pela agricultura porque penso ser ela a responsável pela sustentação do nosso País. Portanto, é importante esse processo de grilagem. Infelizmente, sei que existe isso no Estado de São Paulo, aconteceu no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, São Paulo. Em todos os Estados aconteceu isso e esse processo se transformou.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr. Relator, Deputado João Alfredo, Deputado Onyx Lorenzoni, meus companheiros de CPMI, quero, em nome do Vereador Ed Thomas, Presidente da Câmara, cumprimentar todos os presentes e os cidadãos de Presidente Prudente e do Pontal do Paranapanema.

Gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que hoje estamos realizando uma das fases mais importantes desta CPMI da Terra, exatamente no espírito daquilo que acabou sendo a origem da CPMI, quando alguns queriam apenas verificar se os movimentos sociais estavam usando bem ou não os recursos que, porventura, eram do Governo e outros que queriam ver mais a questão da estrutura fundiária, como iria ser feita a reforma agrária e tal. Então, em um diálogo com V. Exª, com o Deputado Onyx Lorenzoni, Deputado João Alfredo, chegamos todos à conclusão de que o importante é que esta CPMI possa colaborar para o melhor entendimento e a realização, por meio pacífico, da aceleração da reforma agrária.

Penso que hoje, aqui, podemos trabalhar com esse espírito. E por mais divergências que tenhamos entre nós, Parlamentares, Senadores e Deputados, ou entre aqueles que nós estaremos ouvindo, o objetivo é avançar na direção de termos uma estrutura fundiária mais justa.

E eu que conheço os livros do Prof. Bernardo há muito tempo, tenho acompanhado as suas teses, sei que ele tem colaborado muito para que compreendamos como os movimentos sociais exercem um papel importante na sua luta, no seu anseio por estarem cultivando a terra.

Assim, gostaria de perguntar a ele, objetivamente, no que diz respeito à Lei nº 11.500 – aprovada pela Assembléia Legislativa, em 2003 –, que procura regularizar a posse das terras que tenham até 500 mil hectares, com o pagamento de 10% sobre o valor da terra em toda a décima região administrativa que é dessa região, em que medida, desde que foi aprovada aquela legislação, se efetivou a regularização da terra? Tem acontecido de uma forma um pouco mais rápida? O que poderia ser feito? E já passado mais de ano, ou quase dois anos desde aquele tempo, se seria o caso de propor alguma modificação naquela legislação à luz da experiência havida.

Há pouco mais de um ano, inclusive atendendo solicitação da direção do Incra, fiz uma visita a Srª Ana Maria Pimentel, Presidente do Tribunal Regional Federal, em São Paulo, solicitando a ela maior celeridade nas decisões da Justiça com respeito às terras. Tive oportunidade de dialogar com o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, na semana passada, quando compareceu a nossa CPMI, e ele mencionou que, felizmente, começou a haver uma aceleração das decisões. Gosta-

ria, pois, que essa pergunta também fosse respondida pelo Presidente do Itesp – acho que não chegou ainda – mas é importante que pudesse responder.

Um outro aspecto muito importante sobre o qual gostaria de saber a sua avaliação diz respeito aos assentamentos: como eles são organizados em formas cooperativas de produção, como tem sido a sua avaliação sobre o resultado dessa forma de organização, e que recomendações tem no que diz respeito ao formato das cooperativas, e, ainda, se seria conveniente que o Poder Legislativo, o Congresso Nacional fizesse alguma sugestão, já que estamos para apreciar uma nova legislação sobre as formas cooperativas de produção. Então, se tiver alguma sugestão a respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, temos mais quatro expositores e um depoente. Sugiro a V. Exª que peça maior celeridade nesse depoimento, porque não acredito que irá acrescentar muitas informações.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É o que iremos fazer, V. Exª tem razão. E o nosso convidado, professor Bernardo Mançano Fernandes, vai concluir agora, respondendo às indagações formuladas.

O SR. BERNARDO MANÇANO FERNANDES – Vou responder às questões do Deputado Adão Preto, em primeiro lugar, a respeito da comparação da produtividade das grandes propriedades com os assentamentos.

Tenho duas respostas. A primeira é que fazer uma comparação da situação dos assentados em assentamentos que têm menos de dez anos de idade, estando muitos deles incompletos – sem energia elétrica, sem moradias, sem infra-estrutura básica e a população ainda não recebeu o financiamento –, seria extremamente desigual. Mesmo que os assentamentos estivessem já consolidados, compará-los com as grandes propriedades ou com os grandes produtores também seria uma situação desigual, porque são dois modelos de desenvolvimento completamente diferentes.

Para fazer uma analogia, Deputado Adão Preto, é a mesma coisa que eu comparar a produção de pão da padaria da esquina com a fábrica de pão Pullman*. Sempre chegarei à conclusão de que a fábrica de pão Pullman é bem melhor do que a padaria. Só que no Brasil inteiro todo mundo compra pão na padaria, correto?

Então, essa questão é extremamente impertinente. Não dá para comparar produção. Embora – agora vem a outra resposta – eu tenha aqui na minha mala material que imprimi da página do Incra, sobre uma pesquisa feita pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo – FIP, que compara **commodities** produzidas pela agricultura familiar com as **commodities** produzidas pelo agronegócio. E o que conseguimos ver no resultado daquela pesquisa, Deputado, é que, na maior parte das **commodities**, a agricultura familiar tem uma participação de mais de 50%. Então, é importante. Essa pesquisa revela para nós uma questão interessante: quando o Governo afirma que colhemos cem milhões de toneladas de grãos, isso aparece como resultado do agronegócio, enquanto, na verdade, mais da metade do resultado dessa produção é parte da agricultura familiar, da qual os assentamentos também fazem parte.

Nesse ponto, abordo a questão do Deputado Luiz Carlos Reis. Deputado, eu já ouvi o argumento que V. Exª acabou de desenvolver aqui e não concordo com ele. Penso que podemos ter desenvolvimento econômico de uma região sem grilagem. Acredito que a grilagem não é justificativa para se pensar o desenvolvimento econômico de uma região. Então, querer associar o desenvolvimento econômico com o início da grilagem, justifica um processo histórico, que tem criado conflito, no qual V. Exªs estão trabalhando agora para tentar solucioná-lo.

Então, a minha preocupação é essa.

Com relação às outras perguntas que V. Exª fez, o Governo FHC realmente realizou a maior política de assentamentos que o Brasil já conheceu. V. Exª traz uma preocupação que também é minha e de todo mundo: como é que podemos pensar o desenvolvimento desses assentamentos no contexto do desenvolvimento da agricultura familiar como um todo? Não se pode separar, pois um assentado já é parte da agricultura familiar. Para isso, precisamos de políticas públicas agrícolas que promovam o desenvolvimento da produção, da educação, da infra-estrutura, enfim, de todas as condições necessárias para que os agricultores possam viver.

Disponho de dados feitos por uma pesquisa da FAO, segundo a qual, de cada 100 agricultores familiares, Deputado Luiz Carlos, 30 estão consolidados, ou seja, produzem, têm créditos e uma qualidade de vida boa. Desses agricultores, 20 são intermediários. Então, está faltando algum tipo de política para que eles possam participar efetivamente do processo de desenvolvimento. Os outros 50% são periféricos, isto é, estão sendo expulsos da terra por não conseguirem preço, porque a colheita não responde ao que foi pla-

nejado, em virtude de problemas climáticos e de todo um conjunto de fatores.

Essa questão também é vivida pelos grandes proprietários. Mas estes são organizados a ponto de fazerem lobbies e defenderem seus interesses no Ministério da Agricultura, o que não acontece com os pequenos agricultores. Todos esses conhecimentos são fundamentais para que possamos conhecer a diferença existente entre essas populações.

Com relação à pergunta do Senador Eduardo Suplicy sobre a questão da legislação, aproveitando que o Colega do Itesp*, Sr. Jonas Vilas Boas*, acabou de chegar, não disponho desses dados. Creio que o Sr. Jonas poderá falar um pouco mais sobre a questão da legislação e esclarecê-la, pois se trata de política recente e os resultados ainda não foram publicados. E eu tenho acesso a esses dados sempre que ocorre a sua publicação.

Quanto à questão do assentamento e da formação em cooperativas, associando-se à pesquisa feita pelo Deputado Luiz Carlos Reis, Senador Eduardo Suplicy, qualquer legislação cooperativa hoje precisa compreender a diferença entre o agronegócio e a agricultura familiar. Toda a legislação é elaborada para o agronegócio e, desse modo, os agricultores e familiares não conseguem dispor de crédito, porque os juros foram feitos para uma determinada escala de produção. Os créditos não são voltados para a realidade da pequena agricultura, que é familiar, mas sempre para uma realidade genérica, que envolve todo o País.

Então, a minha proposta é que, ao se pensar esse formato, se diferenciem as realidades do agronegócio e da agricultura, porque é impressionante como o jornal, a mídia em geral e muitos economistas tentam colocar a agricultura familiar como parte do agronegócio, integrando essa mesma realidade.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Pedindo licença ao Presidente, e quanto à questão do Pronaf, que constituiria uma política voltada para a agricultura familiar? Já não responde a essa sua preocupação com relação a essa diferença?

O SR. BERNARDO MANÇANO FERNANDES – A própria realidade responde. O Pronaf foi formulado conforme a lógica do agronegócio. Tenho dito isso e participado de reuniões no Ministério do Desenvolvimento Agrário e exposto que o Pronaf não atende à realidade da agricultura familiar. A própria lógica dos níveis A, B, C e D é concernente à do agronegócio. Anteriormente ao Pronaf, havia uma política denominada Procera, que era muito mais próxima da realidade dos agricultores familiares do que o Pronaf atualmente.

Apenas para concluir – o Deputado Lupion ainda não perguntou, mas manifestou-se –, todos somos tendenciosos. Se reunirmos hoje, para falar acerca da agricultura familiar e dos assentamentos bem como de seus resultados, os pesquisadores que trabalham com a questão agrária em todo o Brasil – avaliados pela Capes* e pelo CNPq*, cursos 5 e 6, considerados, pelo Governo Federal, os melhores do País –, V. Exª perceberá que todos eles estarão em grande consonância com o que estou expondo – não por serem tendenciosos, mas por analisarem séria e cientificamente a realidade brasileira e a dos agricultores brasileiros. Por essa razão, eles terão uma visão muito próxima da minha.

Essas teses e livros que estão aqui não foram elaborados sem o julgamento de uma qualidade científica acadêmica de escala nacional. Portanto, o que estou dizendo aqui é a representação de uma academia de qualidade internacional que há no Brasil. O nosso curso de pós-graduação da Unesp recebeu nota 6 da Capes e é o melhor do País. Portanto estamos debatendo com pesquisadores do Brasil, da Inglaterra, dos Estados Unidos, e nós somos avaliados por eles. A nossa tendência é a de desenvolvimento, de acabar com os conflitos, de regularização fundiária, ou seja, a tendência de um Brasil melhor.

Penso, então, que respondi tudo, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado ao Professor Bernardo Fernandes pela colaboração e vamos convidar já para tomar assento à mesa, o próximo depoente, que é o José Rainha Júnior, Coordenador do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra V. Exª, pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, antes da retirada do Professor, porque foi falado que os imigrantes teriam sido grileiros. Os imigrantes vieram com um programa do Governo e o Governo regularizava o acesso deles à terra. Porque isso seria até ofensa a milhões de imigrantes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu gostaria de contar com a compreensão do Deputado Jamil Murad, porque é impossível esgotarmos todos os temas numa reunião como esta. Nós temos que estabelecer prioridades. Creio que foi longa a exposição Professor Bernardo, cuja participação foi muito importante. Mas creio que é momento de ouvirmos já o outro depoente, que é o José Rainha Júnior, a quem peço que tome assento à mesa, para fazer a exposição e, depois, responder às indagações.

Nós agradecemos a presença de José Rainha Júnior.

Com a palavra, então, o Coordenador do MST.

O SR. JOSÉ RAINHA JÚNIOR – Sr. Presidente, primeiramente, eu quero, de antemão, agradecer pela oportunidade e quero dizer que estou muito bem e me sinto feliz em poder prestar este esclarecimento à CPMI da Terra.

Eu gostaria também de agradecer aos demais Parlamentares, alguns dos quais conheço pelo nome – o João Alfredo, o Jamil Murad, o Adão Pretto, o Senador Suplicy –, não me recordo dos nomes dos outros, e também a algumas pessoas que aqui compareceram, do Plenário. Estão aqui Vereadores e trabalhadores de diversos segmentos da sociedade. Entendo que este é um tema que interessa à sociedade brasileira e a questão não deve ser tratada meramente sob o ponto de vista técnico e nem científico, porque a questão da terra é uma questão política.

Portanto, Senador, ao fazer a minha exposição, eu gostaria de não começar pelo meio da história, porque a questão da terra, a questão fundiária no Pontal é uma questão de história, e se formos manter a história do meio para frente, não vamos conseguir compreender as causas dos conflitos fundiários no Pontal e da Reforma Agrária no Brasil.

Então, partindo do princípio e citando aqui o Príncipe Maquiavel – e por isso é importante para esta CPMI vocês terem vindo aqui – porque dizia ele que, ao examinar a realidade, a gente precisa examinar como ela é e não como a gente acha como ela deve ser. E eu espero que o espírito desta CPMI, aqui, no Pontal, examine a realidade, a partir do que ela é e não a partir do que nós achamos que deve ser.

O segundo espírito que acho importante – e gostaria que pudesse ser contribuído, e os Parlamentares e V. Exª estão aqui no Pontal – um provérbio chinês: "Mais vale uma olhada do que cem escutadas". E aqui os senhores vão sentir e ver de perto essa realidade com os próprios olhos e, certamente, sairão com a impressão muito diferenciada do que é tratado pela mídia.

Pois bem, Senador, para falar do Pontal de Paranapanema é preciso falar da história de ocupação dessa região. Essa região não foi simplesmente de um conflito que nasceu nos anos 90, que a mídia propagou por todo o Brasil. Aqui, no Pontal, a ocupação das áreas de terra veio com o maior crime que já pode ter acontecido neste território brasileiro, que foi o desmatamento do Parque Florestal. Aqui, quando estou falando em terra pública, é preciso entender que quando vieram aqui, eles ocuparam e tomaram uma reserva pública que era explorada como bem público do Estado de São Paulo. Não estamos falando em terras particulares, de alguém. Essa tomada das terras do Estado, do patrimônio, da reserva florestal começa por aí, com as queimadas, com o maior desrespeito que se tinha ao patrimônio público. Para V. Exªs terem uma idéia, dos 250 mil hectares de terras da área da reserva florestal do parque do morro do Diabo restam apenas hoje 52 mil hectares.

Então, aqui começa o que chamamos de o grilo da terra, acabando com toda essa reserva. E o Estado, por sua vez, é omisso diante dessa situação. O Estado, em suas ações dos anos 40, dos anos 50, quando é devassado, nada fez; pelo contrário, a família Guinmeron, que foi a maior, que mais levou processo na justiça ocupando essas reservas, foi absolvida e continua ainda cometendo o crime ambiental. Nada foi feito; ninguém pagou por isso.

O Estado, por sua vez, implementou programas para o desenvolvimento do Pontal do Paranapanema? Qual foi o projeto que teve após esse processo? O projeto que veio para o Pontal do Paranapanema, logo após essa derrubada das reservas, da grilagem de terra, foram as chamadas barragens, três: Taquaruçu, pegando a barragem Sérgio Motta e a barragem de Rosana, onde geraram imediatamente, aproximadamente, oito mil empregos.

Dez anos depois, Senador, essas pessoas estavam todas desempregadas. E não foi pouco dinheiro que se colocou para o desenvolvimento, para não se falar no desequilíbrio ambiental que encontramos hoje nessa região, que não se sabe o que será do amanhã. Estou fazendo referência ao desequilíbrio no clima, aliás, até me referi a isso há alguns dias numa reportagem sobre o "março quente". V. Exª sabia, Senador, qual a temperatura registrada aqui em Prudente, na última semana? Quase 40º. A última vez que essa temperatura foi assinalada data de 1976. Sabe qual a causa? A elevação da tomada de águas das barragens. Por outro lado, as águas das barragens tomaram todas as ilhas dessa região, um verdadeiro caos, total; ali foi flora e fauna em nome do desenvolvimento. Esse foi o Projeto Pontal. E as ribeirinhas? Para não dizer do passivo ambiental que se tem, depois de fazer tudo isso, a dívida que se tem com a população dessa região.

Passado isso, por incrível que pareça, eles privatizam e põem para a Duke Energy a distribuição, que tinha por obrigação reflorestar cerca de oito mil hectares de terras, e não reflorestou absolutamente nada. Este é o projeto do Governo.

Qual o segundo projeto para ocupar o Pontal do Paranapanema, já que acabaram com as reservas, com a terras públicas? Presídio. No mundo não existe um local como esse onde se tem tanto presídio acumulado. Em nome de quê? Para desenvolver o Pontal. E sabem o que isso tem causado, Senador? Um índice de violência, de miséria. E todos sabem que o custo de

um preso hoje para o Estado é muito alto. Aqui se fala em R$800,00; na Febem, em R$1.200,00, R$1.300,00. Esse foi o outro projeto que trouxeram.

Qual o outro projeto, então, para o Pontal do Paranapanema? É o chamado projeto de arrendamento, o chamado projeto do agronegócio: "porque agora vamos salvar o Pontal do Paranapanema". Pois bem, os projetos que vimos no Pontal do Paranapanema, em se tratando do agronegócio – eu queria que o Deputado Chico Graziano estivesse aqui, idealizador de um programa chamado bolsa e arrendamento em algodão: feito dentro de um grande latifúndio, terras públicas consideradas pelo Estado, do Município de Teodoro Sampaio. Sabem onde estão essas pessoas? No assentamento dos trabalhadores rurais sem terra, porque faliu, não tinha preço; não conseguiram pagar e, hoje, estão nas fileiras dos trabalhadores sem terra do acampamento.

Graças a nós, eles ainda têm um lote de terra. Esse foi o outro projeto que trouxeram para o Pontal do Paranapanema.

Esses são alguns aspectos dessa realidade que vivemos, e aí, então, o conflito de terra.

O MST vem surgir nos anos 90. O Movimento dos Sem-Terra teve seu único papel: o de organizar os excluídos, os miseráveis, abandonados, por falta de uma política séria e decente por parte do Estado, para incorporá-los como cidadão, para construir a cidadania e a dignidade humana. E nós fomos organizar os trabalhadores, sim; organizar os trabalhadores, para que pudessem ter perspectiva, no Pontal, de ainda ter um trabalho, ter um emprego, ter comida.

Por isso me orgulha muito dizer: se nós, as seis mil famílias de assentados nessas terras do Pontal do Paranapanema... Posso dizer, Senador, que eles não têm o nível de vida, talvez, como alguns costumam questionar, mas gostaria de dar um relato do ser humano que não tinha comida, que não tinha casa, que não tinha dignidade, das crianças que comem tomate podre nas beiras das cidades e pedem esmola. No assentamento, Senador, o senhor pode ver de perto: eles comem, estudam, têm um copo de leite de manhã, têm um trabalho, não pedem esmola.

Quero fazer um outro registro, porque isso é importante que a sociedade saiba: ali não tem marginal, a Febem, como na rebelião de São Paulo de hoje. Ali não tem tráfico de droga. Não tem aquilo que a sociedade, que o Estado criou. Jogar a responsabilidade no indivíduo é tirar a responsabilidade do Estado perante as suas políticas públicas.

Importante registrarmos isso. Por mais que nos critiquem, nossos métodos, nossa forma, podem até nos criticar. Podemos cometer muitos equívocos, afinal de contas somos seres humanos, mas é importante olhar para essa realidade.

Por outro lado, cobrar dos assentamentos, do movimento, o grande padrão do desenvolvimento... Vi um nobre Deputado falando agora há pouco: qual é o quinhão de investimento do Orçamento para a agricultura? Quanto foi para a agricultura familiar, para os assentados? Não chega, Deputado... em termos de sete bilhões. Quanto foi para a grande agricultura brasileira? Mais de 30 bilhões, 35 bilhões. Então, tem que cobrar a produção desses, não dos pequenos. Isso é missão do Estado. Não cobrar dos pequenos. Que eles desenvolvem o País, mas, assim mesmo, a que mais produz ainda é a pequena propriedade.

Outro lado importante de se colocar sobre o Pontal do Paranapanema – esse é o tema que nos cabe colocar – é o conflito fundiário. Somos vítimas de uma política de Estado. E quero registrar aqui: quem disse que, no Pontal do Paranapanema, as terras são públicas não foi o MST, não foi o José Rainha*. Quem disse que as terras do Pontal são públicas foi o Estado. Foi o Estado que moveu ação contra os que vieram aqui, para destruir a reserva florestal. Foi a sentença do Judiciário que disse que as terras do Pontal – a primeira sentença que tive, as terras do 11º perímetro, de 1958, transitada em julgado – eram públicas. Então, não fomos nós. E estão chamando as pessoas aqui de grileiros e dizendo que elas são públicas. Se são terras públicas, têm um destino, e os Governadores que vieram aqui fizeram programa de reforma agrária.

Então, quem disse que as terras públicas viriam para a reforma agrária foi o programa dos Governos Estaduais. O finado Mário Covas, por exemplo – eu tinha um grande e bom relacionamento com o Governador –, prometeu no seu governo assentar oito mil famílias, Senador. Não assentou. O Governador Alckmin – está aqui o Bispo, testemunha nossa – disse em várias reuniões, nos últimos três anos: nós vamos assentar 1,4 mil do Pontal do Paranapanema. Não assentou ninguém.

Ora, eles estão dizendo que vão assentar as famílias porque as terras são públicas e não cumprem aquilo que prometem. O que sobra, então, para o movimento social? Fazer lutas. O movimento vai lutar, o movimento vai se organizar. Se não fosse o Movimento dos Sem Terra... Aliás, não é só o MST que existe, mas há outros movimentos que vão lutar.

Temos de analisar a questão pela causa do problema e não meramente por seus efeitos. A origem do conflito fundiário no Pontal tem causas, e são essas causas que precisam ser analisadas. Por outro lado, criminalizar o MST e as lideranças dos movimentos

dos sem-terra é um absurdo, e isso ocorre no Pontal do Paranapanema.

Aqui, há dois tipos de delegados: um é aquele que faz o inquérito para inocentar aqueles que atiram e perseguem os trabalhadores; o outro é para ser rápido para acusar e ter um calhamaço de denúncias contra as lideranças dos trabalhadores. Há dois tipos de promotores: um para pedir absolvição daqueles que atiram nos trabalhadores; outro para pedir a condenação das lideranças do MST. E há dois tipos de juízes: um para absolver os que perseguem os trabalhadores; outro para prender. E dou um exemplo concreto dos fatos, da realidade. Senador, há pessoas que foram vítimas da violência do latifúndio. A companheira Mirian, o companheiro Antônio, oito pessoas quase morreram em atentado. Sou vítima desse mesmo atentado. Porém, esse inquérito foi feito rapidamente, pessoas foram presas em flagrante e foram absolvidas. Sabem por quê? Por falta de provas.

Ocorre o contrário com as lideranças do movimento social. Darei um exemplo, ocorrido em 2001. A minha companheira estava grávida na ocupação que fizemos em Teodoro. Naquele mesmo mês nasceu a minha filha, mas minha companheira foi acusada de formação de quadrilha, de praticar roubo. Pouco mais de dois anos depois, no processo, já havia sido concluído o inquérito, já havia sido pedida a condenação, e ela havia sido condenada a dois anos e oito meses. Ela foi para a cadeia, deixando a criança na mão de outro, tirando-a do peito para ir para a cadeia.

Ora, essa Justiça de que tanto falamos tem um lado ou dois lados? Aqui, tem dois lados. Não podemos ficar cegos diante dessa realidade. E o Governo como age? O Governo assiste. O conflito fundiário, meu querido Senador, V. Exª sabe onde começa? O processo, a questão da terra, começa lá, em um banco da delegacia, e termina na mesa do juiz. Sabe por que o Pontal ainda não é o Eldorado dos Carajás? Porque essas lideranças têm cabeça, têm consciência do papel de que a luta pela reforma agrária não é a luta pela revolução, como tantos apregoam, não é a luta com violência. Queremos a terra como direito à vida.

Temos exemplos práticos de como conduzir o movimento social aqui. Aqui há coronéis da Polícia que, graças a sua inteligência e capacidade, deveriam ser uma escola para os demais policiais deste País que não respeitam minimamente a cidadania. Esses coronéis discutem com as lideranças sociais e encontram uma saída negociada.

O Estado está ausente. Não está presente para dar condições à solução dos conflitos e considera que esses conflitos são das páginas policiais. O problema da terra é de ordem política. Não podemos tratá-lo deslocado dessa realidade, e essa é a realidade em que vivemos no Pontal do Paranapanema.

Eu gostaria de registrar que, nos catorze anos que convivo no Pontal do Paranapanema – tenho orgulho de dizer –, nenhum trabalhador se atracou com policiais, como vimos em Rondônia, no Pará, no Maranhão ou em outros lugares. Nunca! Nenhum trabalhador nosso, sem-terra ou dirigente, entrou em confronto com as milícias colocadas nas fazendas. Nenhum. Sempre fomos vítimas. Orgulho-me de ter conduzido o processo dessa maneira. No Pontal, não há registro de nenhum assassinato, e estamos há catorze anos na região, considerada a mais emblemática, como o próprio Senador disse há pouco em entrevista. Conduzimos o processo de forma inteligente porque o diálogo e o entendimento precisam prevalecer nos processos.

Por que nos cobram tanto, diante desse processo, que deveria ser avançado e até chamam nossos assentamentos de favelas rurais? Ora, Senador, fizemos o programa certinho. O projeto de desenvolvimento construído pela Cocamp era exatamente o projeto que acertamos do programa de fruticultura, do programa da mandioca, do programa do leite para podermos viabilizar o assentamento. E, se não funciona a Cocamp, foi pela ação orquestrada pelo Governo passado porque a cooperativa não poderia dar certo. Ela tinha que dar errado porque, se desse certo, não seria bom para os críticos da reforma agrária. Imaginem a Cocamp funcionando. Então, criaram um monte de obstáculos e denúncias sobre a cooperativa. Aliás, todas essas denúncias, apuradas pelo TCU, não levaram a nenhuma condenação. Pelo contrário: não há uma condenação em todas as denúncias feitas de desvios de verbas públicas etc da Cocamp. E o Governo fez isso exatamente para impedir que o projeto desse certo. Por quê? Porque o interesse é de classe. Essa é a verdade.

Senador, com toda dificuldade e com as críticas que nos fazem, somos responsáveis por 28% da produção de mandioca do Pontal. Mais de 200 mil litros de leite são produzidos nos assentamentos do Pontal. Sessenta e cinco por cento do leito do Laticínio Novo Tempo de Mirante é dos assentados. Setenta por cento do leite que vai ao Catar, em Teodoro Sampaio, são dos assentados.

Portanto, é essa a realidade para quem diz que os assentamentos não são viáveis. Com muita dificuldade e com todas as críticas que nos são feitas, hoje as cidades pequenas não têm um índice de indigência maior – como o último publicado de Euclides da Cunha, de 18,3% – graças ao assentamento daquele Município. Essa região foi abandonada com a falta de políticas públicas.

Eles criaram o chamado Fundespar – Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema. Sabe quanto dinheiro eles repassaram para o fundo? Nenhum centavo. O que fez, então, o Governador? Criou a 10ª região administrativa, aumentou o número de Municípios para 52 e colocou dinheiro do fundo no Vale do Ribeira. Aqui, não, não houve dinheiro algum. E o Pontal, com seus 15 a 19 Municípios, ficou com 52 Municípios e com um fundo que não tem fundo algum.

Como se cobra o desenvolvimento dessa região? O desenvolvimento dessa região virá, Senador, com políticas públicas adequadas. Em nossa região, a Saúde está o caos. É um absurdo que os assentados tenham que viajar 100 a 150 quilômetros para vir aqui, em Presidente Prudente. É o abandono total. É lamentável que a população aumente e não haja recurso algum para melhorar nossos hospitais.

Recentemente, morreu uma companheira nossa, que chegou ao hospital com dor na barriga. Dois dias depois, foi transferida para Prudente, onde disseram que não havia vaga. O médico disse: "Por que vocês não trouxeram a certidão de óbito?" Morre-se por não haver vaga.

Precisa-se refletir sobre essas questões quando discutimos a estrutura fundiária. Não é, meramente, uma questão isolada.

E a Educação? O Estado abandonou a Educação. Se há alguém responsável pela nossa realidade, chama-se Estado Brasileiro. Dizem que não há verba para atender, mas é uma questão de prioridade porque há recursos, sim. Basta investir onde se define prioridade. E, se foi definido que a reforma agrária, neste País, é prioritária, haverá dinheiro, sim, para fazê-la.

Não tenho dúvida em afirmar, Senador, que este País, esta região, este Estado têm solução, sim. Mexer na estrutura fundiária deste País é mexer em uma questão classe. É importante que seja registrado isso. Não é meramente uma questão simples, porque os interesses são muito grandes do poder econômico, que determina o poder político. Então, não adianta, hoje, ficarmos caçando culpados pelos conflitos do Pontal. Achar responsável por isso e por aquilo é muito fácil no Brasil, e aqui na região é simples. Tudo o que acontece é o Zé Rainha. Tudo. Na verdade, o responsável é um irresponsável, que se omite diante da grave situação dos conflitos e não resolve o problema que tem de ser resolvido. E dizer que nós apresentamos proposta, sim, e não foi uma e não foram duas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) nunca sentou numa mesa, como os críticos fazem, para dizer que não temos propostas.

Nós temos propostas para resolver o Pontal do Paranapanema. Aqui, esta região tem vocação de produção e produz tudo o que quiser. Daqui a pouco, vão dizer, então, que o MST quer fazer o território livre do Pontal. Nós queremos, Senador, que essas terras que o Estado diz serem públicas sejam devolvidas àqueles que querem trabalhar para resolver o problema do emprego, porque não vão recuperar reservas mais. Uma reforma agrária que atenda a necessidade dos trabalhadores. O que é improdutivo no Pontal deve ser desapropriado de acordo com nossa Constituição; o que é ilegal deve receber uma solução por parte da Justiça.

Não medimos esforços em mesas de negociações, e quantas mesas de negociações nós fizemos! No entanto, a solução desse problema não passa meramente pela gente. O Estado, por meio de sua procuradoria e do seu instituto de terra, que tem a capacidade, é que tem de chegar e apresentar uma proposta definitiva para nossa região.

Acredito fielmente que temos capacidade de chegar a uma conclusão e avançar o processo de democratização da terra para resolver o grande problema criado aqui pelo Estado, que são o desemprego, a fome e a miséria. Se fizermos isso, daremos um grande passo para contribuir com o Estado democrático.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao depoente José Rainha Júnior.

Vamos iniciar, então, o procedimento para as indagações, começando pelo Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente e Srs. Parlamentares aqui presentes, nosso depoente José Rainha, do MST, creio que temos uma boa oportunidade, nesta nossa audiência pública, conforme falou o Senador Eduardo Suplicy, até de encontrar soluções para o problema fundiário. Estamos ouvindo José Rainha, do MST e ouviremos, depois, o representante da União Democrática Ruralista (UDR), os dois pólos da questão. Teremos também o depoimento do Estado de São Paulo, por meio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) e da Polícia Militar.

Portanto, Sr. Presidente, faremos um belo painel da situação fundiária aqui na região, permitindo a este Relator encontrar as sugestões sobre esta matéria.

Aproveito a presença de José Rainha para fazer aqui algumas perguntas. Primeiro: eu queria que se aprofundasse essa discussão sobre as propostas, porque essa é uma preocupação muito grande desta relatoria.

A questão do arrendamento foi mencionada no debate, e considero importante uma análise mais pro-

funda da bolsa-arrendamento. Quais são os resultados disso? Isso levou a uma melhoria da situação aqui na região?

Peço também uma avaliação – perguntei isso ao professor Bernardo Mançano Fernandes e vou perguntar o mesmo ao representante da UDR, ouvindo todas as partes – sobre a questão ligada ao programa de regularização fundiária. O professor Bernardo Mançano Fernandes chamou a atenção para um dado que me deixou preocupado: o fato de que as terras com áreas até 500 hectares são apenas 20% aqui do Pontal. Se concorda com a proposta dessa regularização fundiária, como fica o outro problema ligado a esses 80%? Peço uma avaliação do trabalho do Instituto de Terras. Teremos oportunidade de ouvir, mas também quero ter essa avaliação do trabalho do Itesp quanto a essa questão, como ele tem trabalhado isso. Essa é uma série de perguntas ligadas à grilagem e sua solução.

A segunda questão que quero levantar, José Rainha, é acerca do problema do conflito e da violência. Isso também será perguntado ao representante da UDR. Todo o Brasil ficou sabendo pelo Jornal Nacional e por jornais de circulação nacional, como o **Estado de S.Paulo**, que, em torno de 2003, houve a constituição de milícias privadas, com jagunços fortemente armados, que estariam prontos para receber os trabalhadores sem terra, com armas de uso exclusivo das Forças Armadas, contrabandeadas. Seria importante ouvir do representante do MST qual a avaliação que ele faz desse quadro de 2003 e como se encontra isso hoje, do ponto de vista da violência e dos conflitos.

Considero importante seu depoimento acerca da Polícia Militar. Também teremos oportunidade de ouvir o representante da Polícia Militar. Estivemos em Goiânia e pudemos tristemente presenciar a situação após a reintegração de posse violentíssima acontecida naquela ocupação, na qual a Polícia agiu de forma extremamente violenta. Aqui ouço o depoimento insuspeito de um Líder do MST elogiando a ação da polícia Militar. Não é comum, mas para mim é importante, porque diremos no relatório que faremos que a ação da Polícia não deve ser no sentido de agravar os conflitos, mas para solucioná-los da melhor forma.

Para mim, ao contrário do que disse o Secretário de Segurança em Goiânia, quando considerou, bem-sucedida, uma operação que teve duas mortes, acredito que operação bem-sucedida é a que não tem nenhum ferido.

Eu gostaria, portanto, que se falasse um pouco mais sobre isso. Para o nosso relatório essa é uma questão importante.

Finalmente, há um tema bastante polêmico, que tem saído na imprensa nacional, que é a questão da Cocamp. O senhor disse que não interessou ao Governo e às elites que essa cooperativa desse certo. Há pouco o próprio Onyx Lorenzoni falava que houve um aporte considerável de recursos. O que efetivamente aconteceu? Houve desvio? Há notícias nos jornais acerca de desvio de recursos por parte do próprio MST. Essa também é uma oportunidade de esclarecermos, até para sabermos o que ocorreu efetivamente com a Cocamp* e, do ponto de vista desse relatório, o que poderíamos saber efetivamente dessa situação. Evidentemente, ouvindo aqui sua versão teremos oportunidade de ter acesso a documentos do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União. É importante ouvir também aqui sua fala acerca da questão da Cocamp. O que ocorreu com ela, porque não houve aporte de recursos, qual a situação dela atualmente?

Para concluir, a questão dos acampamentos. Temos quantos acampamentos na região do Pontal? São quantas famílias? Quais são os movimentos sociais? Quantos são ligados ao MST? Já se foi falado dos assentamentos. Houve, se não me engano, 6 mil famílias assentadas – isso também foi relatado pelo professor Bernardo. Mas qual a situação dos acampamentos hoje e qual a perspectiva que se tem, neste trabalho com o Incra, com o Ipesp, de atendimento às famílias que estão acampadas na situação atual?

Eram estas, Sr. Presidente José Rainha, nosso depoente, as perguntas que eu gostaria de formular.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, com a palavra o Deputado Onix Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) **–** Com a citação de Maquiavel, eu me lembrei da obra dele e me lembrei também de Antonio Gramski, que acho que deve estar muito satisfeito com dois pupilos que já participaram hoje desta audiência pública: o que antecedeu ao atual depoente e o atual depoente. Faz parte da teoria de Gramsci negar todas as evidências. Faz parte da teoria de Gramsci negar até a realidade. Faz parte da teoria de Antonio Gramsci buscar a criminalização dos que promovem a justiça. Vejo aqui, curiosamente, que há uma injustiça quando, preconceituosamente, se criminaliza qualquer movimento. Mas há uma diferença daquele movimento que, conscientemente, pratica um crime tipificado na Constituição e na ordem jurídica constitucional brasileira e que por ele tem que ser responsabilizado. Quero uma sociedade não que se paute pela diferença preconceituosa do de lá e o de cá, mas quero uma sociedade de iguais, e a lei tem que ser igual tanto para mim quanto para o meu semelhante. Como eu defendo que aqueles que têm mandato popular devem ser absolutamente trans-

parentes nos seus atos, nos seus métodos e devem ser alcançados nas mesmas condições que qualquer outro cidadão pelo ordenamento jurídico constitucional, acho curiosa essa criminalização que agora se tentou fazer aqui no depoimento de polícia, do Poder Judiciário, do Ministério Público.

Começo a partir disto. O depoente está em liberdade provisória desde 2003, graças a um **habeas corpus** obtido por uma parte da Justiça, que é o Superior Tribunal de Justiça. Após essa data V. Sª participou de alguma invasão? Segundo a reportagem publicada na **Folha de S.Paulo** em 1º de março de 2005, o senhor teria dado a largada ao "abril vermelho", uma onda de invasões que o MST prometia promover no próximo mês. Mas parece que já há um "março quente". Segundo o jornal, são suas as palavras: "Não vamos esperar o 'abril vermelho'. Vamos à mobilização". Eu queria que V. Sª confirmasse ou não esta afirmação.

Sou um curioso, desde os meus tempos como Deputado Estadual, e lá já se vão mais de dez anos, sobre a forma como se estrutura o seu movimento. Eu gostaria de conhecer as fontes de financiamento das atividades de seu movimento. Como o MST se articula, se organiza e se financia? Como a Anca e a Concrab participam no financiamento das atividades do movimento? O MST, como sabemos, não tem personalidade jurídica, e isso faz parte do conceito inicialmente colocado aqui. A Anca seria a pessoa jurídica responsável pela administração financeira do movimento? Na página do movimento na **internet**, onde se pode pagar assinatura de revista, comprar boné, chaveiro, está que o dinheiro tem que ser depositado em uma conta corrente em nome da Anca? Por quê? O domínio mst.org.br pertence à Anca. O endereço físico do movimento e da associação é o mesmo. Diante disso, poder-se-ia dizer que a Anca é o MST, ou melhor, que o MST é simplesmente o nome fantasia da Anca? Quem financia as suas atividades pessoais? O senhor já recebeu diretamente dinheiro da Anca, da Concrab ou da Cocamp?

O senhor foi ou é o titular da conta 14.934-9, agência nº 221.6 do Bradesco? O jornalista Josias de Souza informou que o senhor teria contraído um empréstimo no valor de R$228.296,42 nesse banco, que teria sido pago por um depósito no mesmo valor, originado da conta nº 16.339-2 da mesma agência pertencente à Cocamp. O senhor confirma ou nega essa afirmação?

Há muitas dúvidas sobre a relação do movimento com a Cocamp, sobre a relação da Anca com a Cocamp. Além disso, há muitas dúvidas e evidências de que existe um financiamento claro e objetivamente feito das suas atividades.

Para que não paire qualquer dúvida em relação às suas finanças pessoais e às finanças das cooperativas ligadas ao MST, queria lhe perguntar se, neste momento, diante desta CPMI, o senhor disponibilizaria, de livre e espontânea vontade, o seu sigilo bancário e fiscal? O senhor aceitaria assinar, no âmbito da Comissão – evidentemente que as informações ficariam restritas à Comissão, sem acesso de qualquer terceiro –, um termo concedendo à CPMI o livre acesso ao seu sigilo bancário e fiscal?

Essas são as minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Como há uma série de indagações para o Sr. José Rainha responder, vamos permitir-lhe que responda aos questionamentos dos Parlamentares que indagaram inicialmente: o Deputado João Alfredo e o Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. JOSÉ RAINHA JÚNIOR – Sr. Relator, Deputado João Alfredo, V. Exª falou sobre a bolsa de arrendamento. Na primeira intervenção, falei que não teve sucesso o programa da bolsa de arrendamento. Essa foi a primeira dificuldade que tiveram para arrendar a terra. Não tiveram sucesso por uma série de razões. Quanto ao primeiro investimento, citei um. Na época, o Secretário da Agricultura e Abastecimento era o Sr. Francisco Graziano. O desastre ocorreu, e o preço ficou lá embaixo. A questão não é meramente um problema de mercado. Provou-se que não era viável a forma como se destinaram os recursos, e os trabalhadores não tiveram como pagar.

Posteriormente, houve uma série de tentativas de projeto de bolsa de arrendamento na nossa região, chamado de agronegócio, que é a ocupação dessas terras. Fiz algumas considerações há algum tempo, demonstrando que o problema ocorre por não se viabilizarem os recursos, por não haver pesquisa nem auxílio da Embrapa naquela área. Recentemente, provou-se que o grande investimento que fizeram para o plantio de soja foi um desastre; uma quebra total. Houve uma grande diminuição da área de produção. Isso mostra que as grandes culturas extensivas não têm resultado. Verificou-se esse problema porque as pessoas vão na onda de outras; não vivem exatamente a realidade, a cultura da nossa região. Têm-se inviabilizado os programas de arrendamento. Poucas terras são arrendadas, pois grande parte nem se arrenda.

Quanto à questão da regularização fundiária, Sr. Deputado, várias vezes apresentamos propostas. Quem deve decidir isso é o Estado, porque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o movimento social, em suas mesas de negociação. Aqui, no início, fizemos muitas reuniões com sindicatos de trabalhadores, com as entidades ruralistas – na pessoa do Presidente do

Sindicato dos Trabalhadores rurais desta região – e com o Instituto de Terras do Estado de São Paulo, tentando chegar a um mínimo de acordo para o impasse.

O Estado propôs regularização em torno de 35% a 40% das terras públicas. Não foi possível avançar, porque, exatamente, o que pretendiam e o que pretendem os que ocupam essas terras – irregularmente, segundo o Estado, pois se trata de terras públicas – equivalem a porcentagens muito baixas, ou seja, 5% a 10%. E em nenhuma dessas ações, o Estado concordou com o título de regularização.

Pensávamos que fosse possível, nas terras – ainda que não se julgasse e constasse em ação discriminatória –, chegar-se a um índice até adequado para fazer o acordo. Mas não foi adiante. Então, caberia ao Estado propor a situação, porque qualquer acordo em termos de regularização sem a presença do Estado não terá qualquer validade jurídica. Essa iniciativa deve partir do Estado.

Somos favoráveis ao estabelecimento de uma mesa redonda e de um entendimento para se chegar a um acordo em que as terras públicas sejam destinadas, na parte que o Estado entender melhor, à reforma agrária. A qualquer momento que formos convocados, estaremos nessa mesa. Creio que esse é o caminho para resolvermos os conflitos do Pontal.

Faço o registro com relação à ocupação. Os trabalhadores não ocupam terras porque gostam ou têm vontade de fazer atos políticos, mas pela necessidade. O que move a luta dos trabalhadores é a inoperância do Estado – por isso, os trabalhadores agem. Se o Estado fosse ágil em resolver os problemas expostos hoje – não apenas referentes à terra, mas a todos os outros –, certamente não haveria nenhum conflito de terras. É importante esse registro.

No que tange à relação com a PM, conheço um pouco as ações, pois participei da fundação do MST no Norte, no Nordeste e no Sul. A notícia que temos de todas essas regiões é exatamente o conflito em que há Policiais machucados e mortos, além de sem-terras espancados e assassinados. O maior exemplo da nossa história vem de Eldorado dos Carajás.

Sr. Deputado, todas as ações públicas que ocorrem têm parabenizado a atitude da Polícia Militar. Se não fosse a inteligência desses Comandantes, mediante testemunha de alguns Deputados – como o Sr. Jamil Murad –, certamente, a situação seria outra. Ao receber a reintegração de posse, não fiz, de forma alguma, críticas ao Poder Judiciário. Minhas críticas referem-se especificamente a determinados Juízes, Promotores e Delegados – já respondendo à pergunta do nobre Deputado. Aliás, em todas as nossas acusações constantes dos processos, fomos absolvidos nos Tribunais, ou seja, ganhamos o direito de responder em liberdade.

No tocante à PM, a prática dos Comandantes tem o objetivo de evitar o problema, isto é, a violência. Está-se lidando com a parte humana, razão pela qual é exatamente o papel da PM, que encontrou nas lideranças do movimento social essa mesma coerência e esse mesmo princípio. O problema dos Sem-terra não é com a Polícia, mas com o Estado. Cumprimos todas as ordens judiciais em reintegrações de posse. Não há determinação da Srª Juíza que não tenhamos cumprido.

Está aqui o Coronel Hélio Aparecido da Costa, que já sofreu processo – além de outros – por questionar os Juízes quando ordenaram que saíssemos quando estávamos a 20 Km da propriedade, na beira da estrada, extrapolando-se o limite do Direito – estão falando em Direito. Quando o comandante perguntou se, em beira de estrada, era possível as pessoas ficarem, simplesmente lhe responderam: "Vocês não sabem ler? A minha ordem é para ser cumprida". E responde processo por causa disso. Extrapolam-se as decisões, temos exemplos recentes.

Estamos falando do Estado Democrático de Direito. O que é o Direito? As pessoas não podem ficar na beira da estrada, não podem fazer acampamento? E depois se limitam a dar uma reintegração de posse, a dizer que tem de ser da propriedade!

O que temos feito? Cumprido. Nenhuma dessas reintegrações de posse deixou de ser cumprida, o movimento social tem cumprido as decisões da Justiça. Sugiro que possa ser uma experiência aprofundada no Pontal essa relação do comportamento da polícia com o movimento social em uma região considerada a mais conflituosa do País. É motivo de orgulho para eu poder dizer publicamente que nunca nos atracamos, nunca nos enxergamos como inimigos, mas como pessoas, como cidadãos com dignidade, sempre respeitamos os outros.

Um capitão que, segundo matéria publicada em um jornal, tomava cafezinho com os sem-terra, conseguiu defender-se da acusação na Justiça. Não me lembro quem fez a acusação. O Ministério Público resolveu processar quem fez a acusação, e ele nem lá estava naquele dia, nem sequer compareceu à ação.

Considero importante discutirmos sobre a Cocamp. Se lermos as páginas dos jornais e os discursos contrários, vamos constatar que a Cocamp não funciona pela irresponsabilidade e incompetência do diretor, que desviou dinheiro público e que fez tudo o que ouvimos comentar.

Qual é a realidade da Cocamp? Temos um projeto feito na Cocamp, uma cooperativa com mais de dois

mil associados voltada para a comercialização, visando atender, de forma organizada, os trabalhadores associados e promover o crescimento e o melhoramento econômico dos trabalhadores. Esse é seu objetivo. Para isso, foi elaborado projeto para construção de silos para grãos, armazéns, laticínio e processamento de leite, indústria de polpa de frutas, compra de caminhões, tratores... Foram projetos elaborados por processos de desenvolvimento.

Ressalto, Deputado, que todos esses projetos foram feitos por técnicos, foram apresentados à comissão do Procera, que os analisou sob a assessoria da Unicamp, e aprovados. Saliento que não faço parte da comissão nem nunca fiz, são representantes da sociedade: a Contag, o Incra, o Itesp e o Banco do Brasil. Aprovado o projeto da Cocamp, o Banco do Brasil faz, então, uma operação junto às empresas onde faz a compra. O que fica com os trabalhadores? O produto. Tanto o trator quanto as indústrias que lá estão. E esse projeto foi feito.

Entretanto, começa a aparecer nas páginas dos jornais que a Cocamp está desviando seus objetivos, desviando dinheiro público, e o Ministério Público acata a denúncia e paralisa as obras, e o TCU procede à chamada investigação. O TCU já concluiu que não houve desvio de dinheiro público da Cocamp em momento algum, mas a Cocamp está paralisada. De quem vamos cobrar por ela não estar funcionando? O prejuízo que temos hoje, quem vai pagar? Nós vamos ter de pagar o projeto. Então, vamos ter de produzir para pagá-lo. E agora, com essa conclusão, o Governo vai ter de disponibilizar o restante que há para terminar as obras.

Cobrar porque não produziu?! Não a deixaram funcionar. Não deixaram que essa cooperativa pudesse funcionar. Além da dificuldade de produzirmos, existe um problema político, haja vista a ação do Governo passado, que começou a perseguir o movimento social e a cooperativa. Se não se chega, depois de três ou quatro anos, a uma conclusão de que não devemos nada, o projeto não vai adiante. Um grande prejuízo, pois poderíamos estar desenvolvendo hoje o processamento de frutas. Dos projetos aplicados na ponta não tivemos como fazer a comercialização. Então estamos em situação difícil.

O sistema de cooperativas e associações e a forma da cooperação agrícola nos assentamentos é o jeito e a melhor forma que se tem para aumentar a produção nas pequenas propriedades; e nos assentamentos a nossa idéia de criar cooperativa foi exatamente com esse objetivo.

Qual é a perspectiva? É a pergunta dos acampados. Temos hoje, em termos do Pontal, umas 1.200 a 1.300 famílias em acampamentos, somando-se o Movimento Sem Terra e os demais grupos de movimentos que estão em torno do Pontal do Paranapanema sem acampamento.

É importante registrar no processo desses acampamentos que o Estado, através do Instituto da Terra faz, de dois em dois anos, o cadastramento; e aqui nesta região, o Estado, do ponto de vista legal, faz um cadastro para verificar as pessoas que querem terra. No penúltimo cadastramento eles chegam a mais de quinze mil famílias, trabalhadores cadastrados. O último cadastramento, que venceu, não peguei e não tenho os dados, mas será importante colocar. A demanda colocada pelo próprio Estado em cadastro hoje no Pontal deve chegar a aproximadamente a vinte mil pessoas inscritas esperando terra sem a outra grande propaganda que foi feita no Governo Fernando Henrique que foi o chamado cadastro pelo correio. Nesse caso, Deputado, soma muito mais. Todo mundo foi aos Correios esperando que a porteira se abria e que iriam ter terra. Desses cadastramentos feitos pelos Estado, pouquíssima coisa se fez para não dizer nada em assentamento; pouco se assentou nos últimos quatro anos. As promessas, as propostas do Governo não saíram do papel. Então os acampamentos estão perambulando há mais de três ou quatro anos. Temos acampamento de cinco anos com as pessoas embaixo de lona aguardando, esperando uma ação do Governo, uma proposta de Governo para assentar as famílias e não conseguiram assentar até agora.

Eu tenho perspectiva, eu tenho esperança, eu acredito que é possível chegarmos a um entendimento no Pontal. Farei, em nome do Movimento Sem Terra, todo o esforço para sentar à mesa na hora em que formos convidados. Não me importa se eu gosto ou deixo de gostar de um ou de outro fazendeiro, se eu gosto ou deixo de gostar de qualquer um do Estado. Como responsabilidade e compromisso, temos de resolver o conflito. A mesa de negociação e o entendimento serão a forma para resolvermos. O Estado está com a palavra; ele tem que fazer isso porque é dele a propriedade; foi o Estado que moveu a ação pública em ação discriminatória para dizer que a terra do Pontal é pública. Assim, creio que o entendimento será fundamental.

O Deputado pergunta, depois da liberdade, a minha participação na ocupação. Não coordenei, não mandei e não estive lá fazendo nenhuma ocupação. Resumi meu papel como liderança do movimento; de discutir o problema da terra e falar em alguns veículos de comunicação quando se refere ao MARs (Manual dos Assentados da Reforma). Às vezes falamos de um jeito, e a imprensa dá outra interpretação. Em momento

algum, estive lá fazendo algum tipo de ocupação nesse processo. Estou em liberdade provisória com uma ação verdadeira, ação movida, como disse há pouco, por inquérito muito rápido, por promotor que, interpretando essa ação, acha que nós somos formadores de bando e quadrilha; e o juiz nos condenou.

Queria dizer, Deputado, que na comarca vizinha, na qual estou assentado, na mesma ação, fui absolvido porque mesma jurisprudência, no STJ, diz que ocupar terra não é crime.

Há ações já. São processos. Não sou jurista, não sou advogado, mas a gente foi absolvido em várias ações da mesma natureza. Por isso me referi à criminalização. Então queria ressaltar aqui que não me referia ao Poder Judiciário. Graças a ações de tribunais de Justiça de São Paulo, em vários reconhecimentos, não cometemos crime, não somos formadores de bando e quadrilha.

Somos movimento social, liderança que dialoga com a sociedade, com o Governo, com quem quiser, para buscar um objetivo, que é a reforma agrária, objetivo esse colocado na própria Constituição brasileira. Então, queria deixar essa questão.

Sobre o março quente, eu direi aos senhores, eu me referi – vou responder a todas as suas perguntas –, quando estava dizendo, às temperaturas. Não me referi, aqui, ao março quente, dizendo que íamos enlouquecer e botar fogo no Pontal. Não me referi a isso. E referi a isso – muito bem colocado – quando eu disse que as últimas temperaturas que subiram no Pontal do Mar foram em 1976. De forma alguma.

Antecipando-me sobre o abril vermelho. Na marcha dos sem-terra sempre é colocado o abril vermelho, uma frase que o João Pedro colocava – não é minha, não fui eu quem disse isso – quando ele se referia ao mês de abril dos 19 trabalhadores assassinados no Pará. E esse mês se tornou um mês de protesto. E se referia que vamos fazer uma grande marcha a Brasília, no mês de abril, com as bandeiras do movimento dos sem-terra, com nossos bonés. Então, se referia a essa questão.

Em momento algum me referi que seria **(inaudível)** para as ocupações de terra ou de prédio público qualquer que seja. Em momento algum.

Bom, o senhor perguntou a minha fonte; a fonte do movimento dos sem-terra, como é que se organiza; dinheiro da Anca e da Concrab. Não pertenço à Concrab e nem à Anca. É a Associação Nacional de Cooperação Agrícola, é uma entidade jurídica, e eu não pertenço, então não teria maiores informações para lhe dar sobre essa questão.

Quem financia você? Meu trabalho, Deputado, e a solidariedade. Eu trabalho, tanto como V. Exª e como todas as outras pessoas. Eu tenho um lote de terra. Não é grande a produção, afinal de contas vivo na condição de pobre e tenho orgulho de dizer aqui da minha história. E se pudesse discorrer um pouco sobre ela, eu diria que vim de gente pobre. Aprendi desde cedo, Deputado, a trabalhar. E tenho orgulho de ter sustentado a mim e, junto com meus cinco irmãos, meu pai, sendo agricultor. E vivendo como pobre me incorporei nesse movimento, por **(inaudível)**, e vivo como eles, como os 6 mil do Pontal do Paranapanema.

O cargo, o senhor pode dizer, de liderança, ou de dirigente, isso não é título que se dá a ninguém. Não se dá título de história ou de liderança a ninguém. A gente tem ou não tem. São dons, são virtudes.

Portanto, eu vivo como qualquer assentado, e teria o prazer, se houvesse oportunidade, de convidá-lo para visitar onde trabalho, onde vivo com meus irmãos, onde vivo com meus sobrinhos. Teria o maior prazer.

O senhor me perguntou sobre a conta do Bradesco. É verdade, Deputado, tenho sim. Tenho uma conta no Bradesco. E o senhor me perguntou sobre a quebra do sigilo bancário. Já foi quebrado, Deputado. Eu estava preso quando recebi os fiscais da Receita, para a quebra do sigilo bancário, para especular, porque havia, me informaram, uma série de denúncias. Então, eu não tenho nenhum problema. A hora que V. Exª quiser, meus advogados, todo mundo está aí, à disposição. Imediata. Então não tenho por que... Nada a temer sobre isso. A hora que o senhor precisar, dentro daquilo que é legal, daquilo que é direito, estou a disposição de V. Exª e desta Comissão.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Creio que foi isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. Quero fazer duas colocações.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, existe réplica?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio que quem interroga tem o direito de pedir maiores esclarecimentos se não estiver satisfeito com a resposta. Senão fica muito engessado o debate e não se chega à conclusão alguma.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor afirma que nunca recebeu dinheiro nem da Anca, nem da Concrab, nem da Cocamp?

O SR. JOSÉ RAINHA JÚNIOR – Não, não. Não disse isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Perguntei para o senhor quem financiava suas atividades e o senhor me disse que se financia do seu trabalho pessoal. O que quero perguntar é se a Anca já lhe deu dinheiro, se a Concrab já lhe deu dinheiro, se em cheque ou espécie, depósito na sua conta pessoal,

ou se a Cocamp já lhe entregou recursos. É isso que quero saber.

O SR. JOSÉ RAINHA JÚNIOR – Deputado, se o senhor está se referindo ao empréstimo bancário que fiz na época em que a cooperativa não estava apta a receber recursos, é verdadeiro. Fiz o empréstimo e, assim que a cooperativa pode se habilitar para poder tocar o seu negócio, ela me pagou. Mas não foi financiamento para mim, foi para a cooperativa. Não sei se o senhor se referiu a isso. A mim, não. Ela não me...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ela pagou o empréstimo que o senhor havia feito.

O SR. JOSÉ RAINHA JÚNIOR – Exatamente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, o dinheiro saiu da cooperativa e foi para quitar o empréstimo que estava individualmente feito no seu nome?

O SR. JOSÉ RAINHA JÚNIOR – Exatamente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor confirma?

(intervenção fora do microfone)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Um momentinho. O empréstimo foi feito por ele. Para aonde foi o dinheiro é uma outra questão que não estou perguntando. Ou seja, quando foi feita a quitação desse empréstimo, foi feita da conta da cooperativa diretamente para o banco. Certo? Foi isso que aconteceu? Isso o senhor confirma?

O SR. JOSÉ RAINHA JÚNIOR – Não entendi, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou ser bem claro para o senhor e falar bem devagar.

O senhor fez um empréstimo no seu nome pessoal. As motivações desse empréstimo o senhor já externou. O caso concreto é o seguinte: o senhor está afirmando que emprestou o nome para a cooperativa. Correto? Mas, quando o dinheiro foi para pagar o seu empréstimo, saiu da conta da cooperativa.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, estou com a palavra, depois o senhor fala. O senhor vai ter todo o tempo do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil, ele está fazendo uma indagação e esperamos a resposta do convidado.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Não, isso é relevante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se é uma questão de ordem, V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ele não pode induzir a resposta do depoente.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Mas quem sou eu, Deputado, para induzir um homem preparado. É mais fácil ele me induzir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil, temos que respeitar a forma de condução das indagações de cada Parlamentar. Não podemos interferir no processo de indagação de quem quer que seja dos nossos colegas. V. Exª terá a oportunidade depois, já está inscrito e falará posteriormente.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ele está tentando induzir o tipo de resposta...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Essa é uma questão que V. Exª poderá depois, no seu tempo, abordar. Vamos respeitar agora a palavra, que está com o Vice-Presidente da Comissão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quero obter respostas. Aliás, é para isso que estamos aqui e, por isso, tenho esta e mais uma pergunta. Essa objetivamente é isto: o dinheiro foi feito para empréstimo pessoal, o senhor afirmou aqui que emprestou o nome para a cooperativa, mas, quando o resgate foi feito, o dinheiro saiu da conta da cooperativa para saldar uma dívida que era nominal sua. Isso é verdadeiro.

O SR. JOSÉ RAINHA JÚNIOR – Deputado, vou explicar detalhadamente, da forma como V. Exª fez a pergunta.

Eu disse que a Coocamp estava inapta para colher, e eu era diretor dela na época. O que fiz na época pela necessidade? Fiz um empréstimo no banco, em meu nome, e esse empréstimo do dinheiro para a cooperativa sanar seus problemas, suas dificuldades. O que o diretor, a forma como foi fabricado cabia à gerência, à administração, o que foi feito, para cobrir as necessidades. Pois bem, demorou, vieram os juros. Quando a cooperativa recebe o crédito vai quitar a dívida que eu tinha feito para ela, não fiz para mim.

E aproveito a oportunidade para deixar aqui um extrato na mão do relator e do Presidente da CPI sobre esse empréstimo. Está aqui o empréstimos feito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor havia dito agora – está registrado – que, no limite legal desta CPMI, está pronto para colaborar e assinar um termo de quebra do seu sigilo bancário e fiscal.

Tenho um termo aqui que diz o seguinte: "Por ocasião da sessão extraordinária da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, criada pelo Requerimento nº13, de 2003 – CN, realizada em Presidente Prudente, São Paulo, na data de 17 de março de 2005, havendo sido instado para tanto, declaro que abro mão voluntariamente do meu sigilo bancário, fiscal e telefônico, garantido pelo art. 5º, X, da Constituição Federal, em caráter único e exclusivo, para subsidiar as investigações da presente CPMI, com a condição de que seja

preservada, em relação a terceiros estranhos a esta Comissão a intimidade dos registros ali contidos."

Passo as suas mãos e, dada a afirmação que o senhor fez, gostaria de que assinasse para que pudéssemos ter, sem nenhuma dúvida, o acesso a essa possibilidade para ajudar nos esclarecimentos que esta CPMI deseja.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra pela ordem o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, há um requerimento se não me engano do Deputado Onyx, que pede ao Ministério Público Estadual a transferência do sigilo da Coocamp. Entendo que, nesse processo que estamos fazendo, e digo isso como relator, o que V. Exª quer é fazer a investigação sobre a Coocamp. Se está vinculado ou relacionado a essa questão da transferência de recursos, a entrega desse extrato responde ao questionamento de V. Exª.

Em segundo lugar, já tivemos uma experiência, e não quero aqui reeditar uma polêmica já ocorrida no âmbito desta CPMI, em que sigilos que foram transferidos para esta CPMI tornaram-se públicos.

Em terceiro lugar, discordo do procedimento de V. Exª, Deputado Onyx, porque cada um de nós pode chegar a uma audiência pública com um termo de quebra de sigilo, e o Supremo Tribunal Federal é claro e quebra o sigilo bancário quando há motivação para isso. E entendo que se V. Exª quer quebrar o sigilo de José Rainha, de Nabhan Garcia, de Coocamp, de UDR, de MST, de Senar, de OCB, o espaço é o plenário da CPMI. Entendo que V. Exª está constrangendo o depoente.

Quero aqui registrar o meu protesto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, queria...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência gostaria de se manifestar a respeito, se o Deputado Onyx me permite, e o Deputado Jamil Murad da mesma forma.

Primeiramente em relação à afirmação do Deputado João Alfredo, esta CPMI não permitiu vazamento de informação alguma. Houve uma divulgação através da **Folha de S.Paulo** de informações recolhidas junto ao Supremo Tribunal Federal, com documentos que apresentavam inclusive o timbre do Supremo Tribunal Federal, haja vista que havia, da iniciativa do Deputado Greenhalgh, um mandado de segurança contra a quebra do sigilo proposto pela CPMI.

Em que pese o fato de a Presidência, por meio de ofício, ter encaminhado ao Supremo Tribunal Federal a recomendação do sigilo ficou, é claro, a critério do Supremo Tribunal Federal mantê-lo ou não. Como os documentos constam do processo, qualquer cidadão pode ter acesso ao processo, desde que ele não esteja sob o regime de sigilo, conforme determinação da Justiça. Esta CPMI não tem esse interesse, não há nenhum dos seus membros interessados em expor a vida de quem quer que seja.

Quanto à solicitação do Deputado Onyx Lorenzoni – tenho alguma experiência em CPMI e já vi isso em outras oportunidades –, é uma prerrogativa do Parlamentar sugerir ao depoente, ficando a seu critério aceitar ou não a sugestão. O Deputado está sugerindo um termo que pode ser assinado ou não. V. Sª é quem decide. Não há nenhum constrangimento. Se não desejar assinar, não terá que assinar. Tem total liberdade de conduta neste momento.

Creio que esta questão está encerrada e vamos prosseguir com os trabalhos. O Deputado Onyx Lorenzoni já encerrou a sua participação. Até o final desta reunião, o nosso depoente terá oportunidade de meditar, refletir e assinar ou não assinar essa sugestão apresentada pelo Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só quero, Sr. Presidente, ter oportunidade de responder de maneira muito breve as colocações do Relator.

Primeiro. Quando há um requerimento no âmbito da CPI, não solicito quebra de sigilo, solicito a transferência do resultado das investigações do Ministério Público Estadual de São Paulo.

Segundo. Se isso acontecer, atende a uma parte da investigação. A outra parte da investigação, da maneira como expressou o nosso Presidente, é livre, soberana. O Sr. José Rainha assina ou não a solicitação que fiz. Eu só a formatei porque, ao longo da nossa conversa aqui, ele disse que estaria disposto a contribuir, que ele não tinha nada para esconder, que estava pronto para abrir o sigilo fiscal e bancário dele. Agora, se ele vai fazer isso ou não e se antes era apenas uma afirmação, sem levar a uma conseqüência verdadeira, isso vai ficar claro para todo mundo ao final da reunião de hoje.

Quero dizer a V. Exª que tenho profundo respeito por V. Exª e que reconheço suas qualidades como advogado. O senhor é brilhante, só que, neste particular, não estamos aqui eu como promotor e nem o senhor como advogado de defesa. Isso pode se inverter em algum momento, podendo o senhor agir como promotor e eu como advogado de defesa. Mas não estamos aqui nesse papel, e sim, no papel de cada um, dentro da legitimidade da representação popular que cada um carrega, cumprindo com o nosso dever de buscar informações. Qualquer dos Parlamentares tem o direito de fazer uma solicitação semelhante a minha para

qualquer depoente que depôs na CPI, que deporá no futuro ou que está depondo hoje. Portanto, quero deixar isso claro e concluo com isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Inicialmente, Sr. Presidente, faço um esclarecimento sobre o que o Deputado Jamil Murad colocou. Talvez eu tenha sido mal interpretado quando disse que todos os imigrantes, todas as pessoas que vieram ao Brasil, imigrantes ou não, foram grileiros. Foi a forma como as terras foram sendo ocupadas, por processos e projetos de reforma agrária ou não, e dessa forma o Brasil foi colonizado, desde o século XIX até hoje. Não é que sejam grileiros. Não citei ninguém. Se foi essa a interpretação, talvez tenham interpretado mal aquilo que eu quis falar. Só quero dizer que, se chegamos aonde chegamos hoje, foi por essas pessoas que, no Brasil inteiro, fizeram o que fizeram.

Quero dizer ao nosso depoente que, quando ele fala especificamente na questão de que o Governo passado impediu, com muito orgulho fui Relator de uma comissão, de uma proposta de fiscalização e controle. Estão aqui os Deputados Abelardo Lupion, do Paraná, e Moacir Micheletto, que foram autores da proposta de que fui Relator.

Num determinado momento, em 1999, 2000, víamos que o Governo brasileiro já havia gastado quase US$7,5 bilhões, de 1994 até 2000, nesses processos. O que víamos era que, por pressão – o senhor participou disso e tantos outros também pressionaram –, o dinheiro era liberado. Então, o dinheiro saía, muitas vezes, sem que os projetos pudessem ter viabilização. Denunciamos isso ao então Ministro Raul Jungmann, naquela ocasião – o Deputado Adão Pretto também fazia parte da comissão. Naquele momento, queríamos do Governo passado que esse processo tivesse mais transparência, porque o que víamos era um excesso de gastos em cima disso, inclusive com desperdício. Então, por essa razão, se fez, e as coisas foram diferentes. Ali, em 1994, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999, em seis anos, foram gastos praticamente US$7 bilhões, numa média de um pouco mais de US$ 1 bilhão por ano nos assentamos.

Víamos – e relatamos -, naquele momento, que, por pressão, pelas invasões que faziam, pelos movimentos que faziam, desapropriavam terras, em que colocavam pessoas sem água, sem luz, sem casa, sem assistência técnica e sem recursos. O que denunciamos é que havia um desperdício de dinheiro público, dinheiro da sociedade brasileira. O que precisávamos? Se assentássemos metade daquilo ou menos da metade daquilo de maneira bem feita, o resultado teria sido outro. Então, houve um desperdício de dinheiro da sociedade brasileira. Foi isso que fizemos naquele momento.

V. Exª disse que foi truncado o processo e, por isso, o projeto do Pontal, por exemplo, não está desenvolvido. Naquele momento, houve um levantamento do Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria Federal de Controle Interno, que fez uma auditagem nas operações. Tiveram aqui um complexo agro-industrial financiado em 1998, com R$3,4 milhões; uma farinheira, com R$133 mil; uma microusina, R$85 mil; despolpadora de fruta, R$407 mil; caminhões da despolpadora, R$237 mil; tratores e implementos, R$15 mil; cultivo de abacaxi, R$364 mil; cultivo de café; caminhão; farinheira; cinqüenta tratores equipados, quase R$3 milhões; conjunto de irrigação; piscicultura; trator e implemento; aqui tinha também custeios de lavoura. Isso dava em torno de R$13 milhões. Naquele momento, era quase um dólar por um real. Então, isso dava trinta e tantos milhões de reais, que foram financiados para a Cooperativa Coocamp.

Então, havia recursos e condições para que esse processo fosse para frente.

Digo a V. Exª que sou engenheiro agrônomo e produtor rural. Como disse, tenho vocação, desde os meus ancestrais, que, desde os anos 1800, vivem na terra e da terra. Então, tenho conhecimento daquilo que falo. Com esses recursos, nos anos 1996, 1997, 1998, 1999, havia condições para esses projetos prosperarem. Mas, fazia-se um projeto, por exemplo, de um armazém e ali, segundo os relatórios – eu vim aqui ao Pontal, ouvi depoimentos -, não foi planejada luz elétrica. Isso aconteceu no ano de 1997, 1998. Imaginem! Se fosse em 1920 ou em 1930, tudo bem, mas em 1997, 1998? Até as usinas, que já estavam feitas aqui, tinham luz elétrica. Então, foram mal planejados.

Dizer que foi por obra do Governo passado? Não estou defendendo o Governo Fernando Henrique Cardoso – porque vou atacar e eu fiz isso aqui no Governo Fernando Henrique Cardoso. O que fez essa comissão? Isto é o relatório do pessoal que veio aqui: "Verificamos que a Serpro não exerceu suas prerrogativas fiscalizadoras, embora tenham tido conhecimento de denúncias de desvio de finalidade no uso do trator, por ocasião da suposta invasão de propriedade". As máquinas estavam desviadas de função. Compraram cinqüenta tratores. "Os relatórios das vistorias realizadas pelo Banco do Brasil em 29/06/1999 apontam que os tratores e implementos agrícolas são objeto dos seguintes fatos de ordem administrativa, gerencial, mecânica e de proposta técnica:

Instabilidade dos grupos formados para o uso compartilhado. Permuta de maquinário entre grupos

e mudança de assentamento. A Cocamp não possuía quadro técnico para o gerenciamento dos bens. Uso em áreas arrendadas de outros. Uso por terceiros. Alto custo operacional. Alto consumo de combustível em função da potência motor. Aqui havia até esquema onde estavam desviando combustível.

Esse é o relatório, Sr Presidente, que vieram fiscalizar. É um dos itens que foram apontados.

Portanto, talvez esse projeto não tenha prosperado por incompetência gerencial de quem o organizava – e V. Exª estava também no comando desse processo. O que fizemos naquele momento, a pedido da sociedade brasileira, foi não colocar mais fora dinheiro do povo brasileiro. Aqui havia, digamos assim, um desperdício de dinheiro.

Como citei, defendo a agricultura brasileira. Existem mais de quatro milhões que não têm acesso a nada. Existia um grupo de privilegiados, para onde o dinheiro estava sendo desviado. Tomamos mais de vinte depoimentos. Um deles, Sr Presidente, dizia o seguinte – e depois quero fazer a pergunta a V. Exª:

E outra coisa, tem algum problema no Banco do Brasil? O próprio gerente diz: "Fala com o Zé Rainha. Quando tem um problema no Itesp, fala com o Zé Rainha. Quem manda em tudo é o Zé Rainha".

Nesses dias, seis pessoas no Banco do Brasil, junto comigo, que estavam com problemas de inadimplência. O cara falou assim: "Dr.. dá o telefone". Ligou para o Zé Rainha, que foi ao Banco do Brasil, ligou para a Tânia do Itesp: "Olha, o pessoal está aqui com R$9,5 mil retidos e quero que liberem o dinheiro".

A Tânia mandou um fax e na mesma hora foram recebidos.

Esses depoimentos diziam que havia essa participação do José Rainha junto ao Banco. Quando o financiamento não saía, eles faziam movimentos em São Paulo – aqui ou em qualquer lugar que fosse – e o dinheiro saía na marra.

E aqui está a lista de projetos que não prosperaram naquele momento, havendo um desperdício de dinheiro público.

O pessoal dizia que havia comissão. O Deputado Onyx Lorenzoni perguntou de onde se financiava: tinha comissão de 2%, tinha um tal de teto 02, e o dinheiro saía dessa forma. Até sobre superfaturamento ouvi denúncias. Nessa compra dos tratores havia superfaturamento. Esse dinheiro ia para algum lugar.

Pasme, Sr. Presidente, nos contratos do Banco do Brasil não havia assinatura de mutuário. Davam o dinheiro para um grupo de produtores, que nem assinavam o contrato.

A pergunta que lhe faço é esta: quanto a essas comissões, segundo as denúncias que recebi, se a cooperativa, V. Exª, sei lá eu quem, recebia, se esse dinheiro saía dos produtores rurais. Se saíam R$9,5 mil, eles não recebiam o valor total, pois tinham de dar uma parte para o movimento ou para a cooperativa.

Da mesma forma, a questão específica do Teto 02, outra maneira de o dinheiro sair e não chegar ao seu destino. Por isso, esses projetos também não prosperavam. Por essa razão, a gente vê que eles não tinham condições de prosperar.

Nesses três ou quatro anos, foram mais de R$30 milhões, fora o que saiu depois ou até antes disso, e se imagina comissão de 2%, Teto 02, superfaturamento. A quanto poderia ter chegado, Deputado Onyx?

Aqui é um caso concreto em que o dinheiro saiu. E o pessoal do movimento denunciou. Ouvi seis pessoas ligadas ao movimento que vieram espontaneamente depor, até pediram que não fosse um depoimento público, como o estamos aqui, mas depoimento sigiloso. Eles disseram isso.

Essa é a questão que eu lhe coloco objetivamente, para dizer sobre esse recurso. Se isso aconteceu com um pouco mais de R$30 milhões, tem acontecido com R$7 bilhões que já tinham sido liberados para todo o Brasil, como vimos na Coagri, no Paraná, e em tantos outros, os desvios de recursos.

V. Exª também fala que aqueles que aqui chegaram atentaram contra o meio ambiente, fazendo os desmatamentos. No nosso relatório, em um dos depoimentos que fizemos em Curitiba, no Paraná, o prefeito de Rio Bonito do Iguaçu, Leonel Schimitt, denunciou o intenso e indiscriminado desmatamento nos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, de parte da maior reserva de mata natural de domínio privado do Estado do Paraná, onde 10 mil hectares de mata nativa, em preservação, foram devastados. Houve esse fato que foi denunciado em um depoimento que tivemos lá no Paraná. Ouvimos assentados, acampados, invadidos, prefeitos e lideranças do Estado. É uma realidade que temos em todo o Brasil. Aconteceu aqui e pode acontecer em qualquer lugar. Esse movimento também faz isso. Era o que gostaria de dizer.

José Rainha diz que temos que retirar esses proprietários, que temos que invadir essas propriedades. Eles têm demais. Essa gente, José Rainha, colegas Deputados, Sr. Senador, representam hoje 40% dos empregos deste País. São agricultores, de norte a sul, pequenos, médios ou grandes. É uma injustiça para com essa gente as invasões, as depredações, que o movimento social promove. V. Sª diz que é ocupação. Assisti a alguns filmes, assisti à queda do World Trade Center, a queda das torres gêmeas. Vi fazendas sendo demolidas em Maceió, casas de famílias que as construíram com suor. Uma senhora deu seu depoimento

aqui. É esposa de um tal Sr. Negrão. Ela chorou, em seu depoimento, contando sua história. Contou como começaram, falou dos anos primeiros anos, do que fizeram para abrir uma fazenda. Davam emprego, geravam riquezas para este País.

Creio que essa questão está mal colocada, Senador Eduardo Suplicy, e ainda falamos que os movimentos sociais têm todos os direitos do mundo. Que direitos têm essas pessoas que legitimamente estão em cima do que é seu e fazem a riqueza deste País? Vemos, hoje, o altíssimo lucro auferido pelos bancos dentro do nosso País. Temos hoje meia dúzia de supermercados como o Wal-Mart, o Macro, o Carrefour. Os supermercados internacionais que aqui estão têm altíssimos lucros. Ninguém fala nisso.

A agricultura gerou US$35 bilhões, superávit na balança comercial, muito pouco ficou com os agricultores. Ficou com quem? Com as multinacionais de defensivos, de fertilizantes, de máquinas, com as multinacionais que compram os nossos grãos e processam as nossas carnes. Esse é o lucro que foi dado ao Brasil: essa gente. Não acho justo fazer invasão dessas propriedades e tirar essa gente que está produzindo o sustento do nosso País. É uma questão, José Rainha, para reflexão. Não sou favorável a esse altíssimo lucro dos bancos, a batermos contra eles. Não sou favorável à exploração dos preços das máquinas, dos defensivos, dos fertilizantes, dos medicamentos veterinários. Qualquer agricultor sofre com isso. Também sou produtor e sofro com isso. Por isso, essa é uma questão para reflexão.

Qual é a solução para o nosso País? Falta dinheiro para tudo. Não só para a reforma agrária, para a agricultura, mas para a saúde, para o desenvolvimento urbano, para o saneamento básico, para a educação, para tudo. Tudo isso por conta dos mais de US$150 bilhões que este Governo está pagando – e que o governo passado também pagava – de juros da dívida interna e externa. Não há dinheiro. O que temos que repartir com o povo brasileiro é a miséria. Assim, vamos indo para frente. Por isso, faço essas colocações a V. Exª.

Como é que estaria esse dinheiro quando saiu esse financiamento? Esse tal de teto dois, a tal da comissão, o tal do superfaturamento, que foi denunciado? V. Exª participava, comandava esse movimento. Diz-se que tinha tanta força no Banco do Brasil que se levantava, falava com os diretores, trazia-os aqui e as coisas aconteciam.

Em determinado momento, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, esse processo foi barrado: o desperdício de dinheiro da sociedade brasileira. O que queremos, seja sem-terra, seja agricultor, aqueles que estão em atividade, é que possam ter acesso. A sociedade precisa disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, fui instado pelo Deputado Luis Carlos Heinze a também fazer uma reflexão.

Em primeiro lugar também me preocupo, como V. Exª, com a destinação de recursos de maneira extraordinária para o pagamento de defensivos. Não precisaria ser tanto. Devemos ter maior atenção para esse fato. E também com respeito aos lucros extraordinários de bancos, pode ter a certeza de que também estamos preocupados. Vamos encontrar juntos formas de baixar os juros neste País.

Mas V. Exª, que conhece as questões da terra melhor do que eu, uma vez que sou uma pessoa mais urbana, da Cidade de São Paulo, e V. Exª mais rural, porque trabalha e sempre trabalhou na terra, sabe tão bem quanto eu que a história da estrutura fundiária no País nos levou a uma concentração extraordinária. V. Exª bem sabe que o Brasil ocupa hoje, pelos dados do Banco Mundial e da ONU, o 5º e o 6º lugares, respectivamente, em termos de país com maior desigualdade de renda do mundo, com um coeficiente de Gini da ordem de 0,55, que é um dos piores do planeta. Tal coeficiente, quando igual a zero, significa total igualdade; quando igual a um, significa uma pessoa concentrando toda a renda. E uma das razões para essa desigualdade de renda tão intensa é exatamente a desigualdade de riqueza.

O item de riqueza em que há maior desigualdade é o da propriedade fundiária. Ainda na semana passada, ouvimos o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, que nos mostrou que o coeficiente de Gini da estrutura fundiária do Brasil era de 0,83, em 1992, e aumentou para 0,84, em 1998. Há indícios, que ele próprio apresentou, de que, de 1998 a 2003, começou a haver uma moderada melhoria na estrutura fundiária, e isso obviamente se deve ao processo de reforma agrária, por meio do qual, embora seja insuficiente, tenta-se conseguir maior justiça no que diz respeito à propriedade da terra.

V. Exª sabe tão bem quanto eu que a estrutura fundiária decorre da época do descobrimento, e isso foi citado aqui pelo Deputado Onyx. Houve uma época em que os índios tinham a propriedade comum da terra, mas depois começaram os reis de Portugal a distribuir a seus amigos a posse da propriedade, por meio de capitanias hereditárias e sesmarias. Essas pessoas foram instadas a ter escravos por mais de 300 anos neste País, que não tinham senão teto e ali-

mentação precária. Isso fez com que muitas pessoas acumulassem extraordinária riqueza pelo trabalho escravo de outros. E acumularam, inclusive, propriedades de terra. E muitas outras foram as razões que fizeram com que essas pessoas acumulassem propriedades extraordinariamente maiores do que outras que não tinham nenhuma. Então, por anos, por gerações, escravos, negros, índios e outros sem propriedade participaram de uma relação em que uns tinham grande riqueza, e outros nada tinham. Esses detentores de riquezas tinham que ter a consciência de que agora seria importante termos uma distribuição igualitária da terra. Isso, inclusive, foi objeto de deliberação do nosso Congresso, à época da Constituinte, no sentido de que pudessem as áreas não produtivas ser objeto de desapropriação para fins da reforma agrária. Que possam os trabalhadores sem-terra, conscientes da sua condição, realizar movimentos que recomendo nunca sejam de danificação de propriedade nem de mal a qualquer outra pessoa. O Sr. José Rainha sabe que tantas vezes dialoguei com o Movimento, sempre ressaltando que eles tiveram e terão maior simpatia para sua causa, a reforma agrária, na medida em que caracterizarem suas ações pela não-violência. Então, quando ele afirmou que tem realizado um esforço, inclusive como uma das principais lideranças, e alertado seus companheiros para nunca entrarem em conflito com a Polícia Militar, mas para conversar com eles e ter, em pessoas como Dom José Libório Saracho, alguém que pode colaborar para mediar o diálogo, vejo nessa atitude uma ação positiva. Pretendo instá-lo a sempre agir dessa maneira, porque, de que há justiça no anseio de uma melhor distribuição da terra, não há dúvida.

V. Exª ouviu do Sr. Rolf Hackbart que, em 1998, 1,6% das propriedades rurais no País detinham 53% da área agricultável de todas as propriedades. Em 2003, esse número – 1,6% – passou a ter em torno de 47% daquela área agricultável, constituindo, portanto, um indicador de moderada melhoria na concentração fundiária. Talvez possamos colaborar, para que esse processo ocorra com um mínimo de tensão. Vamos diminuí-la e verificar como organizar atos de forma pacífica, o que inclusive é o objetivo tantas vezes expresso pelo Presidente Lula e por nós da Comissão. Nesse ponto, há consenso.

Com relação à Cocamp (Cooperativa dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema), prezado Sr. José Rainha, gostaria de fazer-lhe uma pergunta. Eu mesmo visitei a Cocamp duas vezes e cheguei a ver o funcionamento da fecularia. Já faz algum tempo – nem me lembro exatamente da data em que realizei a visita. Mas solicito que V. Sª nos relate a história daquela cooperativa, o que se pretende e o que se pretendia fazer, bem como o que faltou para que a Cocamp viesse a ter o seu funcionamento regular. Questiono, ainda, se houve falhas, conforme o Deputado Luiz Carlos Heinze aqui apontou.

Sr. Presidente Alvaro Dias, chamo a atenção para um aspecto: ao ouvir a situação da Cocamp, que tem tanta atenção do Deputado Luiz Carlos Heinze, todos gostaríamos de verificar a possibilidade de aquela cooperativa funcionar. Então, solicito ao Sr. José Rainha, que foi um dos dirigentes da Cocamp, que nos forneça um diagnóstico, relatando-nos sua história e explicando os elementos que precisa para vir a funcionar. Há necessidade de recursos? Que compromissos haveria, por parte da Cocamp, para tornar inteiramente transparentes os seus procedimentos, para que esta CPMI pudesse até recomendar às instituições financeiras um relacionamento com a referida cooperativa. Peço que diga: falta apenas isso. Se houvesse a possibilidade de tais recursos, a Cocamp poderia funcionar, seja produzindo a farinha de mandioca, o leite ou os produtos... Quais são os produtos que a Cocamp iria, então, estar produzindo, em que quantidade, que condições de faturamento teria para poder ter o seu desenvolvimento sustentável e pagar qualquer compromisso?

Assim, talvez possa esta CPMI, por meio do relatório do Deputado João Alfredo, fazer recomendações específicas sobre isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e demais participantes desta audiência pública, um dos Deputados que me precedeu disse o seguinte: "a lei é igual para todos, para mim e para os outros." Mas isso é só que está escrito na Constituição, porque todos sabem aqui no Brasil que a lei não é igual para todos. Os poderosos, grileiros e alguns fazendeiros – não vou dizer todos, generalizando – agem à revelia da lei, contra a lei, abusando da sua impunidade, muitas vezes matando ou mandando matar, como no caso da Irmã Dorothy – agora está escondido, parece que até que conseguiu lá que os três que apareceram confessassem que o outro não tinha arrumado arma, não tinha ajudado ele a fugir etc.

Existe um sistema de proteção, e esse sistema de proteção age fora da lei, eliminando vidas. É, portanto, uma organização que não tem coragem de vir a público, não tem coragem de se expor, porque sabe que está cometendo crime. Então, a lei não é igual para todos, Deputado.

Outro colega, o Deputado Luiz Carlos, falou assim: "não quero que se ponha mais dinheiro da sociedade nos assentamentos, nas cooperativas de trabalhadores sem-terra". Mas eu, como Deputado brasileiro pelo Estado de São Paulo, ajudei a aprovar financiamento para o grande produtor, o médio e o pequeno produtor, porque, na minha interpretação, o setor produtivo no Brasil é penalizado com juros altos. Ainda ontem estive na porta do Banco Central protestando contra os juros altos, lá em Brasília.

Quantas vezes grandes produtores declaram que, por mudança econômica etc., ficaram devendo e não têm como pagar? E pedem para o Congresso Nacional ajudar a resolver aquele problema. Às vezes até setores da indústria, mas estou me referindo ao grande produtor e ao médio produtor rural. Ficam devendo e não têm como pagar. Sabemos que o setor produtivo está com dificuldade, mas não é só o grande e o médio produtor, o pequeno também, o microprodutor está com dificuldade de produzir. Os juros também são altos para eles.

Portanto, temos que ter mais isenção. Estamos aqui atuando em nome do povo brasileiro.

Dizia o Deputado que o Movimento Sem Terra fazia um movimento para sair dinheiro. Lá no Congresso Nacional vejo fazendeiros, Deputados que são fazendeiros, etc., fazerem movimento; vão ao Presidente da República, ao Ministério da Fazenda, ao Presidente do Banco do Brasil fazer pressão – é pressão mesmo! – para que saia dinheiro para resolver seus problemas de financiamento ou de produção. Ou não é verdade isso? Por que só criminalizar, só ver dificuldade quando é o coitado, o pequeno, a cooperativa do assentado, etc.?

Eu estava lendo um relatório do Jonas, do Itesp, que estabelece que 80% dos assentados nessa região nos últimos 20 anos têm permanecido fixos, num esforço de produção, num esforço de buscar o caminho da dignidade. Então, não são criminosos. E quem organizou isso aqui? Chama-se José Rainha. Ele, a Diolinda, o Márcio, o Mineirinho, o Bill, e tantas outras lideranças. E o que a sociedade local, o Poder Público fez com eles? Quantas vezes nós nos deslocamos para cá, não é, Senador Eduardo Suplicy, para visitá-los nas cadeias, sem dever nada?

Isso que os senhores viram são pessoas dignas, pessoas honestas, pessoas que procuram tratar sua família como qualquer outra, com dignidade, viver em sociedade. E na prisão! Levaram para o Carandiru a esposa do Rainha e outras lideranças, como se fossem criminosos.

Então, aqui, na sociedade brasileira, para impedir a reforma agrária – que já foi feita nos Estados Unidos, que já foi feita no Japão, que já foi feita na Europa –, que é necessária para o desenvolvimento do Brasil, eles usam de violência, organizam-se fora da lei, mandam matar, mandam eliminar. Há Juiz aqui, na região, que, se a Corregedoria do Judiciário for rigorosa, ele vai se dar mal, porque é evidente a parcialidade dele confrontando com a Justiça.

Aqui, em Teodoro Sampaio, eu gostaria que os Deputados e o Presidente – já estamos terminando, Sr. Presidente – tomassem conhecimento disso. Viemos para cá, eu e o Deputado Luiz Eduardo Greenhalg – eu era Deputado Estadual na época. Chegamos à Delegacia de Teodoro Sampaio, e o Delegado mostrou um baú de armas, armas proibidas. Um baú! Havia um oficial nissei. O senhor, que é oficial, lembra o nome dele? (Pausa.) Yukit. O Deputado Greenhalg e eu fomos cumprimentá-lo, pela coragem, pela seriedade, honrando a farda dele. Ele pegou aqueles quatro criminosos, pistoleiros, jagunços, pôs na cadeia em Teodoro Sampaio. Sabe o que foi feito? Quatrocentas pessoas, mobilizadas por grileiros com o título de fazendeiros, cercaram a delegacia, puseram todos os quatro na rua. Um deles era policial militar do Mato Grosso, provavelmente eles encaminharam aquele cidadão de avião para sair fora para não ser testemunha do crime que cometeram.

Agora, participamos aqui – não é, José Rainha? – de atos democráticos, em que autoridades de vários partidos e de várias funções públicas, defendi a reforma agrária, apoiava o assentamento e o que aconteceu? Uma delas, a Dorcelina, se transformou em Prefeita em uma cidade do Mato Grosso do Sul e mataram-na. Então, essa é a questão. Viemos aqui na Coocamp, visitamos várias vezes e procuramos apoiar o funcionamento da Coocamp, mas eles encontraram obstáculo de toda natureza e o principal chama-se político, porque os poderosos não querem que a cooperativa dê certo. Eles querem criminalizar – e estou vendo aqui essa audiência pública – o José Rainha, colocando-o no banco dos réus, esse brasileiro honesto, julgado, inocentado pela Justiça brasileira, perseguido e ao invés de ficar revoltado o que ele fez? Ele foi pegar uma arma e confrontar com os que o perseguem? Não, ele continua com a mais poderosa arma, a arma do argumento e da justiça.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nós já vamos terminar Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª está tomando o lugar do depoente.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Então, querem colocá-lo no banco dos réus porque ele sim-

boliza a luta por justiça, por reforma agrária, pelo progresso, na só no Pontal como no Brasil. Então, o mesmo tratamento, se depender de mim, eu não assinaria aquele documento.

O Deputado Onyz procura induzi-lo para tomar um ato de coragem, o que nunca lhe faltou, e você meteu o chamegão. Mas os mesmos que pedem isso votaram contra a abertura do sigilo de organizações de pessoas ligadas aos latifúndios, aos fazendeiros, mas não foi aberto. Foi aberto da cooperativa dos assentados e foi negado abertura do sigilo das organizações...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil Murad, tenho o maior respeito por V. Exª, mas creio que devemos estabelecer ordem senão V. Exª que quer contribuir tanto que acaba atrapalhando e não contribui com nada. Peço a V. Exª que, respeitosamente, conclua a sua interpelação.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Obrigado. Concluindo. Acompanhamos esse processo há vinte anos, no Governo Franco Montoro, e participamos de uma caminhada no centro – e nem existia MST – a favor da reforma agrária. Então, fico revoltado, mas respeito o direito constitucional dos meus colegas de ao invés de investigar a violência que se abate sobre o povo que deseja terra para produzir e fazer o Brasil progredir, querem colocá-los na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço Deputado Jamil Murad. Apenas para esclarecer, a CPMI quebrou o sigilo bancário do Senar do Rio Grande do Sul e colocamos à disposição a próxima reunião do dia 29 para que os requerimentos propostos pelo Senador Sibá Machado e apoiados pelo Deputado Jamil Murad sejam reapresentados, porque naquela oportunidade, houve a negativa em função dos requerimentos não apresentarem justificativa e, regimentalmente, há necessidade da justificativa. Então, estamos aguardando a reapresentação daqueles requerimentos, porque o objetivo desta CPMI é não esconder, é revelar, propor transparência absoluta.

Portanto, que fique esclarecido desta forma e inclusive que o Deputado Onyx também votou favoravelmente naquela oportunidade.

Temos ainda inscrito o Deputado Adão Pretto e o Deputado Lupion.

Vamos passar a palavra a ambos, mas antes quero fazer um esclarecimento. Vamos ter que pedir a compreensão do Almir Soriano que também apresentaria um depoimento hoje e do representante dos trabalhadores, Moisés Simeão de Oliveira, e do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Teodoro Sampaio. Como já temos o José Rainha representando os trabalhadores e vamos ouvir o Nabhan, representando os proprietários rurais, vamos reduzir o número de dependentes porque infelizmente o tempo foi escasso para tantos depoimentos nesta manhã. E o Manuel Domingos Paes Neto não está presente, estava convocado, o seu advogado está presente, e ele se dispõe a depor em Brasília no dia 29. Portanto, no dia 29, às 14 horas, o Sr. Domingos Paes Neto prestará o depoimento em Brasília.

Com a palavra o Deputado Adão Pretto.

Vamos ouvir ainda o Coronel Hélio Aparecido Costa, o Jonas Vilas Boas, além do Naban, que falará logo em seguida.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) –Sr. Presidente, prezados colegas, fala-se tanto aqui em respeitar a lei, mas no Rio Grande do Sul, não é bem assim que se procedem os fazendeiros. Já por três vezes o Incra foi fazer vistoria dos latifúndios e foi impedido pelos fazendeiros, muitas vezes com armas, evitando que funcionários públicos vistoriassem se as fazendas estão produzindo ou não. Não sei por que esse medo. Se dizem que é produtiva, por que têm medo de mostrar? Mas desrespeitaram a lei fazendo isso. Fazer protesto como dito aqui, isso prejudica o progresso, o desenvolvimento, tira a tranqüilidade, a paz de quem produz. Mas os fazendeiros fizeram o tratoraço. E agora Luiz Carlos, estava junto lá em Passo Fundo, quando os fazendeiros falaram em fazer um levante do Rio Grande, em virtude da estiagem. Então, protesto todo mundo faz. É legítimo que, num País democrático, possamos protestar e reivindicar nossos direitos.

Foi dito aqui pelo meu colega que me antecedeu que a dívida dos pequenos chega a 32 milhões, que foram distribuídos para os pequenos agricultores, para Cocamp exatamente. Mas a dívida dos grandes chega a 52 bilhões.

Os pequenos ganham pouco, mas produzem menos, os grandes precisam de mais porque produzem mais. Pois vou dar aqui uns dados oficiais de uma pesquisa feita por uma universidade de São Paulo do Estado do Rio Grande do Sul. Foi publicado na imprensa alguns dias atrás: o PIB do Rio Grande do Sul, vejam bem, o PIB agrícola, 27% vem da pequena propriedade, e a grande propriedade contribui com 23%. Produz menos do que os pequenos, contribui menos que os pequenos. Outro dado: quanto à produtividade do fumo, 97% sai da pequena propriedade; 58% da soja, que é um produto caracterizado dos grandes, é produzido pelos pequenos, e com 30% das terras; 87% do leite é produzido pela pequena propriedade; 71% da criação sai da pequena propriedade.

Na questão agropecuária, os pequenos contribuem com 63% do PIB. Portanto, qual a razão que têm os representantes dos grandes fazendeiros de ficarem insinuando que a reforma agrária está entravando o

progresso do Brasil. Essas migalhas, podemos dizer, que são destinadas à reforma agrária, enquanto que, para os grandes, que produzem menos – está aqui a prova –, são liberados bilhões. E tem de fazer esta CPMI para investigar isso. Mas não quiseram a CPI da Pasta Rosa; não quiseram a CPI da Sudam, da investigação daquele recurso milionário. Isso eles não quiseram! São bilhões. Inclusive, saiu na revista **IstoÉ**, dias atrás, que têm provas, que foram desviados R$540 milhões desse Projeto; e que R$140 milhões foram parar no bolso, não dos sem-terra, Rainha, mas foram parar no bolso de fazendeiros. Então, são esses dois lados que estamos aqui disputando e debatendo. Nós defendemos os pequenos. E aqui tem gente que diz que defende os dois lados, que defende toda a agricultura; mas, na prática, não é isso.

Para finalizar, não sei como está agora a situação econômica desse cidadão, mas, no Rio Grande do Sul, tínhamos um fazendeiro que, há dois anos, tinha uma dívida no Banco do Brasil superior à dívida de doze mil famílias que estão assentadas no Rio Grande do Sul.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos ouvir o último inscrito, o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente; Sr. Relator; Sr. Vice-Presidente; Sr. Depoente; Srs. Deputados; Srs. Vereadores que nos recepcionam tão amavelmente hoje; senhoras e senhores; quero aqui fazer um cumprimento todo especial aos nossos companheiros, produtores rurais, representados pelo Naban, pelo Roosevelt, fico extremamente constrangido aqui, porque, se há algo de que tenho orgulho na minha vida é de ser fazendeiro. Tenho orgulho de trabalhar, de produzir e de dar emprego. E não aceito a pecha de que seja sinônimo de marginal. De marginal não temos nada. E quando se fala que "fazendeiro fez isso", "fazendeiro desviou dinheiro", não foi fazendeiro, foi marginal que desviou dinheiro; foi alguém que tem de ser punido. Por isso, existe Justiça.

Então, creio que não podemos trazer problemas de outros Estados, quando viemos aqui hoje para tentar contribuir, de alguma maneira, para tentar resolver o problema de Presidente Prudente, do Pontal do Paranapanema. Se existe essa possibilidade hoje, nós precisamos efetivamente esgotar todas as possibilidades para tentarmos contribuir com isso. Então, os problemas do Rio Grande do Sul, vamos resolver no Rio Grande do Sul; os do Paraná, no Paraná; e os do Pará, no Pará.

Pela primeira vez, estou tendo a oportunidade de ver o Sr. José Rainha. Tenho uma admiração pela sua coragem, mas, hoje o senhor me frustrou. O senhor não honrou o que o senhor tem falado. O senhor fez a mesma coisa com o Stedile, lá em Brasília, afinou; diz as coisas para aparecer bonito, e na hora de dizer, de fazer com que as suas palavras sejam efetivamente deixadas na história, o senhor simplesmente as nega, e faz até algo um tanto quanto jocoso, quando o senhor falou: o Márcio quente estava falando em março quente da temperatura. Vamos fazer de conta que estamos acreditando aqui. Mas, quero lhe dizer que existe justiça ainda neste País. E quando um companheiro nosso nos disse que o senhor nunca foi condenado, não, o senhor está sob *sursis*. O senhor foi condenado sim, senhor, por porte ilegal de arma.

Eu queria fazer três perguntas. A primeira, que o senhor nos confirme se é dirigente do MST. A segunda: no primeiro processo em que o senhor foi condenado, em Sandovalina, por formação de quadrilha, o acórdão desse julgamento já saiu? E a terceira: o senhor disse para todos nós que nunca recebeu absolutamente nenhum tostão da Anca. Só que o domínio do *site* na Internet, mst.org.br, pertence à Anca e o endereço físico das duas entidades é o mesmo, tanto do MST como da Anca. Então, a Anca é o MST, ou o MST é a Anca? Isso é muito importante porque estamos investigando a Anca e precisamos saber se o senhor tem conhecimento desse fato.

Não vou me delongar mais. Temos, ainda, uma reunião fechada para conversarmos e quero somente ter o direito à tréplica, se eu não ficar satisfeito com a resposta às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Deputado Abelardo Lupion.

Passamos a palavra ao Sr. José Rainha que poderá, se não houver tréplica, encerrar a sua participação respondendo ao Deputado Luis Carlos Heinze, ao Senador Eduardo Suplicy, ao Deputado Jamil Murad, ao Deputado Adão Pretto e ao Deputado Abelardo Lupion. Em que pese o fato de serem vários Deputados, não há tantas perguntas formuladas. Houve mais exposição e debate entre os próprios Parlamentares. Então, V. Sª tem o tempo que for necessário para responder a essas indagações e, repito, se não houver solicitação do Deputado Abelardo Lupion, poderá encerrar a sua participação.

O SR. JOSÉ RAINHA JÚNIOR – A primeira pergunta foi sobre a pressão que o MST faz no Banco do Brasil. Deputado, o Movimento Social pressiona porque não tem os espaços que tem V. Exª, como têm outras autoridades em Brasília, que têm muito mais facilidades

e estão muito mais próximos de atender às suas reivindicações do que as do próprio Movimento Social.

Em momento algum fomos para o Banco do Brasil para exigir que o Banco do Brasil cometesse ilegalidade. Quando o Movimento Social faz a pressão, é exatamente o movimento reivindicatório, para reivindicar que aquele projeto ou outro projeto tivesse agilidade, pelos processos burocráticos que têm. E são atendidos no Banco, não pela pressão, mas pelo direito. Há um reconhecimento do próprio Banco, hoje o mais avançado dessa região, no caso específico do Banco do Brasil. São muito mais rápidos no processo. Tanto é do conhecimento de V. Exª, que essa pressão popular na questão da liberação dos créditos ocorreu nos anos 90. Depois, não há registro. O Banco se aperfeiçoou. Quando se fazia a pressão, o dinheiro era liberado. Então, de maneira alguma, pressionei, mandei ou exigi que alguém fizesse isso. Pelo contrário, em várias reuniões de que participei com o Senador Suplicy, com o Deputado, em Brasília e em São Paulo, sob a direção do Banco, este mesmo admitia que era uma questão nova a ser tratada e tinha dificuldades para isso.

Assim, o caminho percorrido foi o da negociação, do diálogo, para que resolvêssemos a situação gritante do agricultor. Como o senhor mesmo acaba de informar, como agricultor, o tempo na agricultura não espera – planta-se ou não. Houve protesto, sim, mas não com o intuito de trazer qualquer constrangimento ao gerente ou a quem quer que seja.

O senhor fez uma pergunta importantíssima e que deve ser esclarecida, acerca da Cocamp e dos grupos. Fizemos os financiamentos. Foram feitos os projetos, e estes, feitos por um grupo técnico, assessorado ora pelo Itesp, ora pelos próprios técnicos da cooperativa na época, foram submetidos à Comissão do Procera, que analisou todos os projetos, com a assessoria da Unicamp. Ela aprovou os projetos. Estes foram aprovados e, em um segundo momento, enviados à agência do Banco do Brasil.

Na agência do Banco do Brasil local, com o respectivo gerente, faz-se a tomada dos preços e negocia-se diretamente com as empresas. É bom que se registre que nenhum dinheiro desse foi para a Cocamp. Quem paga é o Banco do Brasil; quem aprova é a comissão do Procera. A administração dos bens, sim. E concordo com o que o senhor falou. Disseram até que era incompetência. Creio que o senhor foi feliz quando afirmou que o projeto havia parado pelo fato de haver essa investigação. Pensavam que havia muito dinheiro, que havia desvio, mas está comprovado que não havia desvio ou má-fé por parte da Cocamp ou dos seus cooperados. De forma alguma. O senhor mesmo constatou isso.

A Forg não funcionou, Sr. Deputado. Nos últimos vinte anos, na região, fecharam-se mais de 30 frigoríficos. O último fechou agora em Anastácio. Será incompetência deles? Não creio. O senhor acabou de dizer que o modelo e os juros altos levam à falência. O custo para produzir uma cabeça de gado nesse Pontal é alto. Os pecuaristas sabem disso e preferem produzir, então, do outro lado. Por causa disso, os frigoríficos acabam fechando.

Aqui, por exemplo, há uma indústria de polpa de tomate, a Cica, cujo investimento, em Prudente, foi de milhões. Agora, ela está fechada. Será que foi por incompetência? Deputado, a política econômica desencadeada neste País é a causa da falência do pequeno, do médio e do grande agricultor. Não estou aqui para defender nenhum ruralista, nenhum fazendeiro, mas a situação deles, Deputado, é precária.

Tenho um bom relacionamento, não tenho qualquer questão pessoal contra nenhum fazendeiro. Tenho dialogado com qualquer um respeitosamente. Quando temos a oportunidade de conversar, eles colocam que a situação deles é dificílima. Eles trabalham para produzir, mas, quando vão vender um gado de corte, não há mais lucro. Então, há falência nessa região.

Não existe política de incentivo para essa região. Então, o que está quebrado, falido, aqui não é a cooperativa do MST, que, aliás, nem funcionou. Concordo com V. Exª quando diz que houve dificuldade, porque chegamos para construir essa cooperativa com muito esforço, com muita vontade, com muita determinação, no sentido de os agricultores melhorarem seu padrão de vida.

Com relação à agroindústria, espelhamo-nos nos Estados do Sul, na grande agroindústria da Sadia, por exemplo, acreditando ser possível melhorar o nível de vida e a renda dos trabalhadores. Não vejo grande montante de dinheiro para a cooperativa. Afinal de contas, se considerarmos o câmbio do dólar, nesse período de 1997 a 1999, pode-se ver que há um disparo, e foram feitos projetos que ficaram muito aquém do divulgado. Há muita dificuldade, Deputado. Os agricultores – sou um deles – não tinham essa experiência, e não era nosso papel. Era papel de quem elaborou o projeto ter técnico competente para viabilizá-lo, para pesquisa de mercado.

A última reunião ocorrida, antes de haver esse embargo para a construção da Cocamp, foi feita com técnicos da Getúlio Vargas, do Itesp, do Incra. Se alguém errou, não foram os diretores da Cocamp, meramente; foi o conjunto que elaborou o projeto. Se ainda não houve a viabilidade da Cocamp, houve intenção e objetivo.

A minha contribuição a esta Comissão é sugerir que, após toda essa investigação, todo esse relatório, V. Exªs olhem diferente para esse patrimônio e ajudem-no a funcionar, disponibilizando pesquisa pela Embrapa na nossa região, pesquisa de mercado, ajudando esses órgãos oficiais do Governo. Estamos abertos à vinda dos técnicos do Incra, da Embrapa, da Getúlio Vargas, para ajudarem esse projeto a ser executado, porque sairá da miséria um monte de gente que está nessa região. É a geração de emprego, e a única geração de emprego possível nessa região é a agroindústria.

Recentemente, chegam grandes projetos à área de fecularia. Há novas fecularias a serem implantadas. Algumas destilarias de álcool ainda geram empregos. Faz-se grande crítica não ao desenvolvimento econômico. Não se pode dizer que o cara deixou de produzir. É preciso soja. É preciso produzir. É preciso ter cana, porque são necessários o álcool e o açúcar.

Não sou assim ignorante, mas, entre um monte de cana e soja plantada e pessoas passando fome, crianças morrendo de fome nas favelas, sendo indigentes – esse é meu lado humano –, eu peso para cá. Existe muita terra que não produz, e são terras consideradas públicas pelo Estado.

Não estou, de forma alguma, sendo incoerente com aquilo que falo. Acredito que seja possível que a agricultura produza. É possível, aqui no Pontal, resolver o problema do desemprego, da fome, da miséria, e é preciso desenvolver a região, a segunda mais pobre do Estado, para que seja a região mais desenvolvida. Existe potencial. Aqui há hidrovias, ferrovias. Aqui tem potencial. Não falta energia, não falta asfalto. Os centros consumidores estão próximos.

Acredito no projeto da Cocamp. Há formas de organizarmos. É lógico que quebramos muito a cabeça e que continuamos a quebrar. Não é fácil ter uma cooperativa dessa dimensão e trabalhar com muitos agricultores que ficaram um tempo fora da agricultura. É a volta. A volta é difícil. Há dificuldade na forma de organizar. Mas não há má-fé. Nunca cometemos sequer um equívoco para tirar do dinheiro público, do trabalhador, para beneficiar alguém. Seria muito incoerência, ignorância da nossa parte, que tanto lutamos para os cidadãos, que tanto acreditávamos e acreditamos nas mudanças e nas transformações sociais. Isso jamais é pratica do movimento. A prática é buscarmos organização.

Espero que a reconstrução da Cocamp ocorra por financiamento público do Governo, mas a Igreja se mobilizou, as ONGs se mobilizaram, e há um projeto em andamento. Não sei detalhes sobre o assunto, mas Dom José, o Bispo que nos ajudou, que nos conduziu, vendo essa necessidade, disse que chegará recursos de solidariedade das comunidades internacionais. Talvez ajude a explicar um pouco essa grande preocupação, se as direções dos movimentos ficam usando o dinheiro público para isso ou aquilo. Mas está chegando do exterior um projeto em andamento, conduzido pelo Bispo desta cidade, para tentar viabilizar a Cocamp.

A intenção recente do Instituto de Terra é colocar à disposição a sua estrutura técnica capacitada para nos ajudar. Tenho esperança e queria um dia poder dizer – vocês vão sentir isso – que a Cocamp dá certo. A despolpa de fruta tem capacidade, porque essa região produz fruto. Estão provadas a produção de leite no assentamento, bem como as outras produções que venham do meio agrícola. Então, queria falar sobre essa questão da Cocamp.

Quando V. Exª se refere à depredação, aos incêndios, às ações, lembro, Sr. Deputado, que numa situação de movimento social existem os chamados excessos. Não podemos, porém, responsabilizar e querer achar que essa é uma ação do movimento, deliberada pelo movimento. Em qualquer ação há exagero. Não acredito que o pensamento de V. Exª e dos demais deputados ou de muitos fazendeiros e proprietários seja igual ao pensamento daquele indivíduo que matou a irmã inocentemente. Não creio, não acredito. São ações que envergonham a classe e a categoria. Há excesso em qualquer parte. Excesso de pessoas – mesmo quando uma categoria luta para praticar o bem, vem o desvio. Isso ocorre na polícia militar, na polícia federal. Recentemente, houve um escândalo. Nem por isso, o conjunto dessa organização é bandido ou desonesto. Não.

Também não comungo com esse tipo de ação. Acho que há excesso pela dimensão do movimento social.

O Deputado se refere ao meio ambiente. O excelente jornalista Itamar Cavalcante foi membro do Ibama, um pesquisador. Entregou-me uma pesquisa que fez no Pontal sobre o que estou dizendo, das reservas públicas. A **Folha de S.Paulo,** de 5 de maio de 1954, dizia: "Impõe-se ampla investigação para apurar os escândalos da reserva florestal do Pontal".

Nesse mesmo, período a **Folha da Manhã**: "O Estado nunca defendeu a reserva do 13º perímetro. Só fez ceder terreno ante a investida de particulares".

E aqui fala nos 250 mil hectares de terras de reserva. E a Constituição, no seu art. 225, diz que o meio ambiente é bem de uso comum do povo brasileiro, sendo indisponível para particular. A Constituição é clara. Sobre esse aspecto, refiro-me à pesquisa desse jornalista e aos dados das reservas públicas do bem público.

Então, quando disse que grilagem de terra, que o Estado disse – não foi o Zé Rainha quem veio aqui para dizer... Estou dizendo que, se a gente tem de responsabilizar alguém... Se as terras são públicas, não podemos criminalizar o Zé Rainha ou os dirigentes do MST. Quem fez isso foi a procuradoria, e estão aqui os dados mostrando que estamos falando das reservas públicas. Isso foi realmente um crime contra a flora e a fauna, cometido na época. Depois, vou pedir ao jornalista para entregar um dossiê desse ao Presidente da CPI, para que possa ter dados profundos sobre a origem das terras públicas e a questão do meio ambiente na região do Pontal do Paranapanema.

Pois bem, falei então, Senador Eduardo Suplicy, sobre a pergunta que me fez sobre a cooperativa. Acho que expus sobre ela explicando a necessidade de um corpo técnico decente para nos ajudar, com órgão do governo, tanto do Incra, do Itesp, na área de pesquisa, na área de mercado – a Fundação Getúlio Vargas tem uma grande assessoria nessa área. Acho que esse seria um caminho importantíssimo para nos ajudar, aos agricultores, aos trabalhadores, que não têm grande experiência em administração, mas vamos aprender.

Aliás, as pessoas hoje não precisam ser profissionais para ser dirigentes de uma cooperativa e fazê-la crescer economicamente. Para isso, há assessorias técnicas. São formados em universidade, formação essa a que os filhos dos agricultores pobres não tiveram acesso, mas há a universidade. Mas tem a universidade. Então, sugiro que a universidade possa ser uma das portas na área da pesquisa, na área do conhecimento para nós ajudar. Estamos de portas abertas em todos os ângulos da administração, da produção, da viabilidade econômica, que, creio, vai muito contribuir para o processo da nossa cooperativa.

Perguntou-me o Deputado se sou dirigente do movimento. Eu faço parte do Movimento dos Sem Terra. Eu disse que liderança e dirigente não são títulos que se dá às pessoas; são conquistas. Uns chamam José Rainha de líder, outros o chamam de dirigente. Então, não são prerrogativas. Pertenço ao Movimento dos Sem Terra e tenho muito orgulho de pertencer a um movimento social mais importante que, creio, tem na sociedade brasileira nos últimos anos. Então sou do Movimento dos Sem Terra. Dirigente ou liderança são títulos que as pessoas nos dão, porque vêem que pertenço ao Movimento dos Sem Terra.

Os processos, Deputado, estão na mão no nosso advogado. Confesso que não teria as informações, mas todas as sentenças que foram proferidas nos processos, segundo nossos advogados, enquanto não transitadas em julgado, não somos condenados. Então, nossos processos andam nos tribunais; uns, absolvidos; outros ainda continuam no processo. Segundo nossos advogados, não temos sentenças transitadas em julgado. Por isso não respondemos os processos em liberdade.

E, quando o senhor me perguntou sobre a Anca/MST, eu respondi: eu não sou dirigente da Anca, não tenho aqui grandes informações para dizer o procedimento. Então, respondi isso na pergunta anterior, não faço parte da diretoria, sou do Movimento dos Sem-Terra. E nem por também não fazer parte da diretoria, não é que eu não tenha conhecimento. Eu tenho conhecimento perfeito de que existe a Anca, Associação Nacional de Cooperação Agrícola, que assessora o Movimento e projetos, mas não tenho esses dados precisos como o senhor está dizendo para responder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a participação do José Rainha Júnior, certamente uma contribuição importante para a CPMI.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra pela ordem, Deputado Onyx.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, tivemos uma afirmação do Sr. José Rainha Júnior de que ele se colocava à disposição e estava pronto para abrir o seu sigilo bancário e fiscal voluntariamente. Apresentei um documento a ele e quero que ele me responda em alto e bom som se ele vai voluntariamente abrir para cooperar com esta CPMI ou não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu entendi, Sr. Presidente, que V. Exª daria até o prazo final do encerramento da reunião a oportunidade ao José Rainha para refletir a respeito. É possível que o Deputado Onyx Lorenzoni, por exemplo, resolva pedir o mesmo ao Sr. Luiz Antônio Naban Garcia. Então, quem sabe. Não estou dizendo que ele vá fazer, mas, quem sabe, haja um pedido dessa natureza. Dependendo do desenvolvimento da reunião, o Sr. José Rainha terá a oportunidade de refletir, conforme V. Exª havia já observado. Então eu sugeriria que o prazo seja dado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sem dúvida, vamos aguardar.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – No meu pronunciamento, interpretei politicamente o pedido de abertura do sigilo do José Rainha, dizendo que estão querendo colocá-lo no banco dos réus, querem desmoralizar o Movimento. Muito bem. Nós temos os meios de pedir constitucionalmente a quebra de sigilo. Então aqui

não é um problema individual do José Rainha, é uma luta política de gente que defende a reforma agrária e gente que é contra a reforma agrária. Por isso que a decisão... Queria alertar o José Rainha: você tem coragem, tem honestidade, conheço-o há mais de 14 anos, você não tem nada a temer, mas estamos travando uma luta política aqui, uma luta que não depende só de você. Acho que quebrar o sigilo é dar um tiro na nossa causa, na causa da reforma agrária, porque é facilitar a bisbilhotice em nosso lado quando quem tem de prestar contas à Justiça é o outro lado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos ser objetivos.

Vamos encerrar esse assunto?

O SR. LUÍS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Sr. Presidente, gostaria de fazer a tréplica ao José Rainha. O Deputado Jamil Murad colocava... Eu não quis dizer que não colocasse dinheiro nas cooperativas. O próprio José Rainha mencionou a falta de condições que tinha. Fiz referência foi ao desperdício, quando se colocou dinheiro demais em alguma coisa que o pessoal não tinha condição de receber o dinheiro. Essa é uma colocação. Aliás, ele colocou aqui que não tinha assistência técnica, que não tinha mercado e uma série de quesitos. Foi por isso que nós nos rebelamos. Não sou contra isso. Sempre disse que sou favorável a uma reforma agrária séria, decente, que dê resultados para a sociedade brasileira. E o que vimos é que estava sendo colocado dinheiro demais. Essa é uma situação.

O José Rainha coloca a situação dos produtores. Conheço todos, o pequeno, o médio e o grande. Defendo todos, Deputado Adão Pretto, V. Exª sabe disso.

A gente vê a crise, hoje, do produtor de fumo. V. Exª esteve lá e viu o que é uma organização: são mais de 90 mil famílias, só no Estado do Rio Grande do Sul que vivem disso. A gente sabe a força, o sacrifício que essa gente faz, conhecemos esse setor.

Era essa a colocação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

Esse assunto, é claro, esta encerrado, não se debate mais sobre ele. Fica a critério do José Rainha Júnior assinar ou não assinar, é uma questão pessoal. Cabe a ele decidir.

Vamos convidar o Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, Presidente da UDR, para trazer o ponto de vista dos proprietários rurais, já que ouvimos o representante dos trabalhadores.

Vamos procurar ser bem objetivos nessa parte final da reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Nossa previsão é ir até as quatro horas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Temos de visitar o assentamento em Presidente Bernardes, por isso nos apressamos em concluir essa etapa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Temos quase três horas pela frente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Gostaria de cumprimentar todos os integrantes desta CPMI – seu Presidente, o Relator, o Senador Suplicy e os demais parlamentares que a compõem.

Gostaria de fazer, se V. Exªs me permitem, uma crítica construtiva a esta CPMI.

Esta CPMI tem uma importância muito grande, porque está aqui para avaliar as denúncias, as supostas denúncias, ou as denúncias de supostas irregularidades da reforma agrária brasileira – lamentavelmente, nós as estamos sempre vendo. Gostaria, nessa minha crítica, de parabenizar todos os presentes, porque sempre são os mesmos. Esta CPI é composta por muitos deputados – não quero aqui fazer posicionamentos ideológicos –, mas vejo que são sempre os mesmos. Cadê os outros Deputados e Senadores que fazem parte desta CPMI que é tão importante para o desenvolvimento econômico e social deste País? É essa a crítica que faço. São sempre os mesmos. Gostaria de parabenizá-los, porém, independentemente dos nossos posicionamentos ideológicos e de nossas divergências.

O primeiro depoente, Professor Bernardo Mançano, fez aqui uma afirmação. Disse que aqui no Pontal de Paranapanema existe um processo de grilagem de terras (Pirapó-Santo Anastácio) e que o Pontal é um grilo.

Gostaria de dizer que ninguém, absolutamente ninguém, está acima das determinações judiciais. Quem diz se é grilagem, se é devoluta ou se terra de particular é a Justiça. Haverá a determinação quando essas ações tiverem transitado em julgado.

A décima região administrativa, como é chamado o Pontal do Paranapanema – trabalhemos em números aproximados, porque facilita – tem aproximadamente 1,8 milhão de hectares de terras. Atualmente, segundo dados do Itesp, exclui-se um pequeno percentual dessas terras: as áreas de até 500 hectares. Como disse o depoente, Prof. Mançano, e o Jonas – todos sabemos disso – isso corresponde a apenas 20% do total da área.

Existe uma lei que regulariza esta questão: a Lei nº 11.600. De 1,8 milhão de hectares, 80% correspondem às áreas de mais de 500 hectares. Segundo dados do Itesp, as ações discriminatórias em andamento que

ainda não transitaram em julgado não chegam a 200 mil hectares. Portanto, não dá para generalizar.

Avançar sobre uma decisão judicial por causa de obras ou de fatos, porque a obra é de fulano ou de beltrano, mais parece um conto de fadas, pois é a Justiça que tem o poder e a capacidade de dizer se se trata de terras devolutas, de grilagem ou não. Ninguém pode fazer afirmações. Continuar confrontando é uma leviandade. A decisão cabe à Justiça. Somos um País democrático, republicano. Temos leis; temos Constituição. É a Justiça que decidirá sobre essa pequena parte, que hoje está **sub judice**. Aliás, ressalto que nós, proprietários rurais, estamos ganhando a maioria das ações no Tribunal de Justiça. Prof. Mançano, não vamos dizer, como disse o José Rainha, que essa terra foi grilada, porque não é a verdade dos fatos.

Segundo ponto. Tanto o José Rainha quanto o Prof. Mançano disseram que a UDR, nessa proposta de reconhecimento da legitimidade dos nossos imóveis, reconhece a grilagem de terra. Nunca. Em tempo algum. Tenho de respeitar não só a minha geração passada – faço parte da quarta geração – como todos os pioneiros que vieram para cá, há 100 anos ou mais, e compraram essas terras, quando o Código Civil estabelecia que era o registro de imóveis que dava legitimidade da propriedade. Compraram de boa fé, pagaram, fundaram cidades, abriram estradas e trouxeram o desenvolvimento econômico e social para essa região. Alguns desses proprietários nem têm mais propriedades aqui. Mas, se todos resolverem migrar, ir embora daqui, essa será a região mais pobre do Brasil. Atualmente é a penúltima região mais pobre do Estado de São Paulo – foi a terceira mais rica do interior paulista no passado, quando tínhamos grande número de frigoríficos, grandes empresas do agronegócio, da agricultura, da pecuária – enfim, somos a penúltima mais pobre.

Quero dizer algo de coração: é absolutamente impossível aceitar dialogar com essas invasões. Ninguém pode dizer que se trata de grileiros. Como o Prof. Mançano disse, é o livro de alguém que passou ou que às vezes nem veio até aqui que dirá que isso aqui é grilo? Não. Vamos respeitar, em primeiro lugar, a Justiça. Respeitemos os nossos tribunais em primeira, em segunda, em última instância. Temos de respeitar decisões judiciais. Não podem vir aqui ofender a honra e a dignidade das famílias, daqueles que estão aqui, que pertencem à terceira ou à quarta geração, cujos antepassados vieram, compraram e pagaram suas terras. É uma ofensa levantar um fato que não é real, que não condiz com a realidade das nossas leis; chega a ser uma leviandade. Prezo pelo diálogo. Acho que o diálogo é a saída. O bom senso é a saída. A proposta da União Democrática Ruralista é pôr fim a essas discussões, porque, no Brasil, infelizmente, as discussões jurídicas se prolongam, são três instâncias. Para mudarmos isso, não adianta apenas fazermos a reforma do Judiciário; temos que fazer uma reforma ampla e geral: na Constituição, nas legislações, no Código Civil, no Código Penal, em tudo.

Então, temos que respeitar as decisões da Justiça. Não quero entrar na discussão se cometeu ou não crime, pois é a Justiça que decide ofensas contra o Judiciário, contra juízes, contra delegados ou contra policial militar ou civil. Fazer tais acusações é um ato que não condiz com um procedimento de um caráter elevado de quem quer que seja. A Justiça está aí, e nós, o povo brasileiro, fizemos um País republicano, democrático, onde há eleições e, se alguém quiser mudar alguma coisa, que seja por via democrática e não com obras ou contos de fada.

No Pontal do Paranapanema, onde há 1,8 milhão de hectares, aproximadamente 200 mil hectares são discriminados pelo Estado. Parte dessas ações ainda estão em primeira instância, outras estão subindo para segunda instância. Já disse que não tenho aqui o número preciso, mas estamos obtendo resultados a favor dos proprietários, ou seja, reconhecendo a particularidade desses imóveis. E essa confusão jurídica ou essas ações discriminatórias só vão terminar no STJ ou no STF, sabe lá Deus quando.

Daí o motivo da União Democrática Ruralista esquecer as questões pessoais ideológicas do Bispo, minhas, de Pedro, de Paulo e procurar o Governo, o Sr. Bispo, quem quer que seja, que atue dentro da legalidade e tenha o espírito democrático, para dialogar, buscar uma saída e pôr fim a toda essa problemática. Nós somos as vítimas desses conflitos agrários, porque nós – todos que a entidade representa aqui na região – temos nossas terras invadidas, onde ocorrem incêndios, saques, matança de animais, furtos etc. Não sou eu quem estou dizendo, mas a Justiça e a imprensa que fazem comentários.

Então, queremos acabar com uma situação que não leva ao desenvolvimento social e econômico, nem gera empregos. Continuamos resignados a continuar sendo a segunda região mais pobre do Estado de São Paulo, porque é meramente impossível perder para o Vale do Ribeira. E somos uma região rica, cheia de fartura: temos uma bacia hidrográfica que não há em lugar algum do Estado, terras férteis, terras fracas, mas se produz hoje até no cerrado, por que não aqui?

No entanto, não podemos aceitar que especulações mentirosas ou fatos ou lendas venham a prejudicar inclusive um processo de diálogo para solucionar essa situação.

Então, propomos ao Governo do Estado e ao Governo Federal, se necessário for, conscientizar, sensibilizar o proprietário, dizendo-lhe: Abra mão de uma pequena parte do que você tem para pôr um fim a isso tudo e assentarmos definitivamente as verdadeiras famílias que estão acampadas". Não está correto o que disse, agora mesmo, o Sr. José Rainha sobre ter 15 mil a 20 mil assentados, pois o próprio Governo do Estado, na pessoa do Dr. Alexandre Morais, disse-me que, hoje, cadastradas e com perfil, há 1.400 famílias. Ora, cadastrar é muito simples, abre-se uma ficha, onde qualquer um põe o nome e, aí, sim, teremos até mais de 20 mil pessoas, podemos ter até 50 mil a 100 mil, porque o Brasil inteiro fará o cadastro. É preciso fazer uma triagem e uma avaliação técnica e imparcial, para selecionar as famílias que têm a verdadeira vocação para serem produtores rurais. E o Estado tem que se comprometer a dar uma estrutura para os assentados.

Portanto, com nossa proposta, primeiro, o Estado, seja no âmbito estadual ou federal, vamos ter uma economia, Senador, brusca, porque hoje estão disponíveis recursos do Governo Federal no valor de R$29 milhões em TDAs e R$4 ou R$5 milhões em dinheiro, que seria do Estado, para fazer as negociações.

Não avança nas negociações, por quê? Porque a legislação está dizendo que as propriedades são particulares. Primeiro, 80% já são definidas como particulares, e o pouco que sobrou estamos aí pendentes de uma discussão jurídica, que são as discriminatórias em andamento.

Então, não adianta criar fantasia e vir aqui dizer que isso é devoluto, que isso é aquilo, levantar que José Teodoro não esteve aqui, que José Teodoro... Vamos voltar ao passado. Isso é um absurdo! Chega a ser vergonhoso ficarmos ligados a uma coisa que aconteceu lá em 1840.

Ora, vamos caminhar para a frente ou vamos caminhar para trás? E as famílias que vieram aqui, a partir do período republicano, de boa-fé e que compraram? Que iam lá, de acordo com o Código Civil Brasileiro, a primeira coisa que um advogado fazia era ir lá tirar uma certidão vintenária ou trintenária do registro de imóveis e lá dizia: vocês são proprietários. E, durante todos esses anos, ano a ano, o Poder Judiciário, através das Corregedorias, dos Registros Públicos, fiscalizou e deu o aval de que os nossos títulos eram legítimos.

Agora, vem falar em grilagem de terra? Isso é uma ofensa e não podemos, em memória dos nossos antepassados, permitir que eles sejam ofendidos, porque eles não estão aqui vivos para se defenderem. Então, temos a obrigação de defender aqueles que vieram aqui e fundaram cidades, abriram estradas e trouxeram o desenvolvimento para essa região. É isso que precisamos.

Quanto à afirmação de conflito, o conflito existe, sim: as invasões. Tenho conhecimento de dois ou três casos de conflito de reação aqui, e não adianta dizer que não houve, porque houve. Agora, querer vincular a entidade, que, à época, talvez nem eu fosse o Presidente, ou os meus antecessores presidiam, querer vincular a imagem da entidade. Cada proprietário tem o seu livre-arbítrio para tomar as decisões que achar. Nós sempre – podem requisitar todos os jornais –, dizemos: vamos respeitar a legislação. Sempre cobrei e fui criticado por isso, sou criticado por cobrar das nossas autoridades que aqui se impere o Estado de direito. É isto que qualquer sociedade civilizada, país civilizado, Estado civilizado, é o mínimo que pode ter: o respeito ao Estado de direito.

Então, sempre cobrei rigor das autoridades e sempre busquei o diálogo. Nunca incentivei ninguém a ir lá contratar a milícia ou dar tiro. Esse não é o canal, tanto é que eu nem me lembro quando foi a última reação armada aqui e foram inúmeras e inúmeras invasões e não houve nenhuma reação armada. Vou dar exemplos, Deputado. Vou dar exemplos, Senadores.

Tivemos uma propriedade, tenho uma propriedade no Município de Presidente Epitácio, fazenda Tupicuanã, que recentemente o Tribunal de Justiça de São Paulo julgou particular. Está até hoje sob decisão, alguém vai recorrer, isso vai terminar só lá em Brasília, mas hoje ela é definitivamente particular, e teve doze invasões. O senhor tem idéia do que eu ouvi e do estado de espírito desse proprietário, que a teve doze vezes invadida, e a última invasão faz parte agora do plano do março quente e do vulcão que vai explodir. Está ali nos jornais. O Sr. José Rainha se referiu ao março quente, ao vulcão que vai explodir, isso seria só um treinamento para o abril vermelho.

Então, quero aqui fazer uma colocação de que o Sr. José Rainha esteve aqui e debochou de todos os aqui presentes, todos, autoridades constituídas, senhores produtores, senhores sem-terra; debochou, dizendo que queria se referir ao março quente, a um mês quente, quando ele diz que o vulcão vai explodir e que essas invasões seriam só um treinamento para o abril vermelho.

Depois dessa ameaça que ocorreu no início do mês, tivemos, em duas semanas, seis fazendas invadidas, entre elas a Tupicuanã, que foi invadida pela 12ª vez e teve incêndio nas propriedades, as máquinas seqüestradas para a destruição de pastagens e de lavouras. Enfim, isso é processo democrático? Como podemos considerar esse tipo de atuação como um processo democrático neste País? Sabem o que é

isso? Uma vergonha para nós brasileiros, um País com tanta terra, e termos que estar passando por esse tipo de coisa. É inconcebível.

Gostaria de salientar aqui que, no Estado de São Paulo, no Pontal do Paranapanema, existem 99 assentamentos – esses dados são do Itesp, e os números eu vou aproximar – , 88 assentamentos assentados pelo Governo do Estado e 13 pelo Governo Federal. É isso mesmo, Dr. Jonas? São 99 assentamentos, com uma área aproximada de 130 mil hectares; 4.600 famílias assentadas pelo Estado e 1.070 famílias assentadas pelo Governo Federal. Quer dizer, mais ou menos, seis mil famílias.

No Estado de São Paulo, só na nossa região, a 10ª Região Administrativa, o Pontal, são 15 os Municípios que fizeram a reforma agrária, que participam do programa de reforma agrária. Além desses 15, no Estado de São Paulo inteiro, existem 32 Municípios, com 78 mil hectares, com 4.380 assentados.

Assim, temos um total de área hoje, no Estado de São Paulo, de 208 mil hectares, aproximadamente, de reforma agrária, um total de 10.030 assentados e um total de 158 assentamentos.

Gostaria de propor a esta Comissão que, em benefício dos pequenos produtores rurais que hoje estão lá assentados – que hoje são produtores rurais –, fizesse uma avaliação técnica, uma fiscalização técnica, composta por todos os integrantes da sociedade civil, entidades governamentais, Ministério Público, OAB, entidades legais, Itesp, Incra, para fazermos uma avaliação da produtividade social e econômica desses assentamentos. Eu não vou aqui dizer: produz leite, não produz; produz mandioca. Vamos fazer essa avaliação, Senador Suplicy, de uma forma muito transparente, democrática e salutar, para que possamos tornar viável a produtividade desses assentamentos. Vamos fazer parcerias com o Governo Estadual, com o Governo Federal. Vamos atrair para cá as empresas, como a Sadia, Seara, Perdigão e outras mais, para viabilizar a produtividade de suínos, como é lá no Estado do Rio Grande do Sul e no Estado de Santa Catarina. Vamos viabilizar a produtividade, para que esses produtores rurais possam integrar, de forma digna, a classe à qual pertencemos, ou seja, de produtores rurais. Pequenos, médios ou grandes, todos somos produtores rurais.

O que é inconcebível e atropela, cessa o diálogo é essa situação de invasões. Isso é inaceitável. Qualquer cidadão, Parlamentar, cidadão digno e decente vai concordar com esta minha postura: é inaceitável invadir um bem, uma propriedade que não está definida como particular ou não? É a Justiça que vai definir.

O Incra esteve aqui há alguns anos, na última vistoria que fez, e não encontrou nenhuma propriedade improdutiva. Aliás, encontrou duas, mas as decisões do Incra foram derrubadas no Supremo Tribunal Federal. E decisão do Supremo Tribunal Federal ninguém questiona.

Assim, 100% das propriedades do Pontal do Paranapanema são produtivas. Nós estamos abertos a quantas vezes o Incra quiser voltar aqui e fazer as vistorias, porque não temos nada a temer. Aqui existe produtividade mesmo.

Por tudo isso que estamos passando, quero fazer aqui uma homenagem aos verdadeiros produtores rurais, que, com toda essa situação, continuam produzindo, investindo em suas propriedades e confiando na Justiça – porque a Justiça é soberana.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

Vamos passar a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, para que possa fazer suas indagações.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, demais companheiros Parlamentares, Sr. Nabhan, Presidente da UDR, é a segunda vez que o senhor depõe nesta CPMI – talvez, a única pessoa que teve este privilégio de estar aqui por duas vezes. Hoje, teríamos uma outra representante dos proprietários e o Sr. Nabhan vem novamente.

Considero importante, quero ressaltar isso antes de fazer os questionamentos, essa disposição para o diálogo. Fui procurado pelo Sr. Nabhan antes de começar o seu depoimento. Até sugeri, falei até ao nosso presidente, que o nosso próprio Senador Eduardo Suplicy, como representante do Estado de São Paulo, evidentemente ao lado do Deputado Jamil Murad, pudessem, por esta CPMI, fazer uma mesa de negociações, até porque o próprio José Rainha, depois, representando o MST, também disse que estava aberto ao diálogo. Então, quero dizer que, evidentemente, para além de todos os questionamentos, de tudo que é levantado, ouvimos dos representantes dos sem-terra e do representante dos proprietários rurais, em momentos diferenciados, uma disposição para o diálogo, que possa contar com a participação desta CPMI. Assim como fizemos em Goiânia – determinamos a uma Deputada de Goiás que acompanhasse o processo lá –, poderíamos também aqui, já faço essa sugestão a V. Exª, Sr. Presidente, elaborar alguma proposta nesse sentido, com a participação da Igreja, com a participação do Itesp, da universidade, das entidades de trabalhadores, das entidades de proprietários. Creio que seria de bom alvitre, até como um resultado importante.

Também quero destacar a importância de podermos fazer – isso está entre os objetivos da CPMI – uma avaliação da produtividade social, econômica, dos impactos dos assentamentos nessas cidades do

Pontal. Tudo isso é importante até para sabermos o que está certo, o que está errado, Deputado Heinze*, porque o relatório tem de apontar sugestões ao Governo no sentido de não repetir erros do passado, de poder caminhar no rumo certo. Recebemos um estudo elaborado por professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, um estudo amplo publicado pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) que traz um balanço dos assentamentos em várias regiões do País. Seria importante que pudéssemos obter esses dados também aqui no Pontal. Evidentemente, se for um estudo técnico, de quem trabalha na área técnica, na área científica, em órgãos do Governo, em universidades, que possa fazer a medição de indicadores tanto de natureza econômica como de natureza...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (Fora do microfone.) O interesse primordial desse estudo não é fazer críticas, mas fazer uma avaliação no gasto do dinheiro público.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Entendi. Por isso é que estou justamente ressaltando a proposta que o senhor fez há pouco, no sentido de aperfeiçoar mesmo, de fazer o aperfeiçoamento disso. Considero isso importante e já aqui faço, no bom sentido, a intimação ao Professor Bernardo Mançano. Se aqui temos um curso de pós-graduação que tem a classificação mais alta, segundo os institutos de pesquisa do País, creio que é bom e pode receber a crítica de todos, sobre o que está certo, o que está errado, etc.

Considero importante também que façamos um debate sobre a questão da violência. Penso que, se estamos avançando nesse sentido, podemos fazer isso. Queria até trazer a debate um fato, ouvindo evidentemente a sua versão, Sr. Nabhan, porque, da mesma forma como questionamos... Antes de entrar na questão da violência, evidentemente, quero ouvir da sua parte se há uma concordância também da UDR (União Democrática Ruralista) com relação a esse processo de regularização fundiária. O senhor poderia ir anotando, pois o nosso método é fazer várias perguntas. Acredito que o senhor está pensando que vai respondê-las logo, de imediato, mas, certamente, vamos ouvir os outros para podermos ir mais... É importante a gente saber.

Bom, temos aqui cópias do inquérito policial que abordou, apurou o problema de milícias privadas aqui nesta região. Há uma matéria, publicado tanto no jornal **O Estado de S.Paulo**, quanto no jornal local **O Imparcial**, com dados extremamente preocupantes. A publicação foi de maio de 2003 e fala sobre a formação de milícias privadas.

Vou fazer uma leitura do que está escrito na matéria:

Um fazendeiro do Pontal do Paranapanema mantém um exército de 15 homens fortemente armados, encarregados de fazer a "segurança" da propriedade. De acordo com a reportagem, que acompanhou um treino da milícia, todos estavam com as cabeças enfiadas em capuzes, com bonés e chapéus, blusas de mangas longas, botas ou botinas e as armas, uma na cinturas, outra na mão.

Não eram homens nem armas quaisquer, são profissionais treinados para operar com precisão desde simples revólveres calibre 38, até armas de uso restrito das Forças Armadas. Foram contratados como segurança, mas fazem também serviço de peão, lidando com o gado. Ganham em média dois salários mínimo. Alguns vieram de fazendas vizinhas para engrossar o grupo e começam a mostrar as armas. São sete escopetas de calibre 12, sendo três de cano curto, de uso civil proibido; uma espingarda calibre 22, a bala caminha no corpo, explica o líder; duas carabinas 38; duas carabinas 44; um fuzil ponto 30, que derruba um caminhão; um fuzil 762 com arma telescópica, que alcança 3.800m de distância; e o AR-15, capaz de perfurar um motor de um trator, além dos revólveres, cada um com o seu.

A missão desse exército particular é uma só: eles são pagos para reprimir uma possível invasão dos sem-terra. Além disso, visa mostrar que os fazendeiros do Pontal não estão blefando quando dizem estar preparados para repelir as investidas dos sem-terra. Um dos coordenadores do MST calcula que são pelo menos 150 homens armados na região.

Esse é conteúdo publicado no jornal. Gostaria de ouvir V. Sª logo mais.

Não tivemos oportunidade de ouvir aqui o Sr. Manoel Domingos Paes Neto. Mas vamos fazê-lo em Brasília. Infelizmente, a Polícia Federal não conseguiu alcançá-lo. Ele está em Mato Grosso. O depoimento dele, na Polícia Federal de Presidente Prudente, me deixou muito preocupado. Queria saber de V. Sª o que dizer acerca disso. Evidentemente não estou afirmando que o que ele disse seja verdadeiro. V. Sª terá oportunidade de esclarecer fatos perante a CPMI, até porque vamos ouvir o Sr. Manoel Domingos, para confrontarmos uma e outra opinião.

O senhor disse neste momento do depoimento aqui e lá em Brasília que é contra as milícias privadas e a favor da resolução democrática, mesmo defendendo ou criticando as invasões. Penso que faz parte do processo democrático esse entendimento de V. Sª.

O Sr. Domingos Paes Neto, no depoimento que prestou em 1º de novembro de 2003, na cidade de Presidente Prudente, referindo-se à reportagem publicada no jornal **O Estado de S. Paulo,** de 3 de julho, na qual

várias pessoas exibem armas de diversos calibres, tem a esclarecer o seguinte: "Que no final do mês de junho do corrente ano, o depoente e seu pai foram convidados pelo Sr. Luiz Antonio Nabham Garcia, Presidente da UDR, para participar da fotografia veiculada no jornal. Que em razão de o depoente e seu pai já terem envolvimento com a polícia, havendo processo criminal em curso na Justiça Federal, resolveram não participar da reportagem que visava intimidar o movimento dos sem-terra. Que a fotografia e a reportagem foram feitas na Fazenda São Manuel, de propriedade de Luiz Antonio Nabham Garcia. Que consegue reconhecer na fotografia, constante da primeira pagina do referido jornal, o Sr. Luiz Antonio Nabham Garcia, o qual é o quinto homem da esquerda para a direita, usando um boné com o símbolo da Mercedez; Júnior, que trabalha na fazenda Santa Maria, que é o primeiro homem da direita para a esquerda, e Paraguaizinho, que trabalha para Nabhan, e é o segundo homem da direita para a esquerda, utilizando óculos escuros. Que consegue reconhecer tais pessoas pela fisionomia do corpo, que ficou sabendo que parte do armamento utilizado na fotografia pertencia a Nabhan, parte veio da fazenda Santa Rita, pertencente a Marcelo Negrão, e a outra parte veio da fazenda Santa Irene, pertencente a João Jacinto. Que não sabe se houve outros colaboradores, que pode afirmar ainda que Edberto Luís Santana é a pessoa que contrata seguranças para fazendeiros no Pontal do Paranapanema".

Então, não estou dizendo que esse depoimento é verdadeiro, mas na medida em que vamos ouvi-lo, ele vai ter a oportunidade de, na CPMI, confirmar ou não. Tenho ouvido, volto a ressaltar, nos depoimentos sempre a sua afirmação da defesa pacífica dos direitos etc. Mas o depoimento é muito forte, responsabilizando-lhe por essas milícias privadas que estão fora da lei, com armamentos que seriam ou contrabandeados ou I/U – de uso exclusivo das Forças Armadas.

Queria ouvir de V. Sª o esclarecimento acerca tanto da matéria veiculada no jornal **O Estado de S.Paulo** como do depoimento do Sr. Manoel Domingues Paes Neto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeceria se o Luiz Antonio Naban Garcia pudesse informar, desde que assumiu a Presidência da UDR, quantos são os seus associados; informar quais são as responsabilidades dos associados, qual a forma de arrecadação que normalmente existe para a sua arrecadação pelos associados, qual é o orçamento mensal ou anual da entidade e quais são seus principais objetivos e em que medida têm sido alcançados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passamos a palavra então a Nabhan Garcia para responder.

O SR. LUIZ NABHAN GARCIA – Sr. Relator, quanto à pergunta sobre a proposta de regularização fundiária, não seria propriamente dita uma regularização fundiária, até por que não existe. Os poucos perímetros – que perante toda a área do Pontal seria até quase que irrisório – que foram transitados em julgado como devolutos já estão hoje em mãos dos assentados, na grande maioria. Os que ainda não estão é porque está pendente a decisão de Justiça.

Então, a nossa proposta seria o que foi por muitos e muitos anos e que, aliás, reconheceu a legitimidade de grande parte da nossa região, que foi a tão conhecida Lei Morato, ou seja, o Decreto-Lei Morato. Alguns outros Estados da Federação usaram a Lei Morato para fazerem a legitimação das áreas.

A nossa proposta seria uma espécie de ressuscitamento da Lei Morato, que foi extinta pelo então Governador Franco Montoro, pela sensibilização e conscientização do proprietário para pôr um fim às invasões, a essa disputa jurídica, que quebra os ânimos para se investir nessas propriedades **sub judice**, sob discriminatória. Os proprietários cederiam uma parte de seus imóveis. Esse percentual está sendo estudado, porque estamos aguardando dados do Itesp – e uma parte já foi repassada pela a Secretaria de Justiça – e estamos aguardando outros dados para fazer um levantamento a fim de ver qual seria o percentual que cada um daria, porque, se tivermos uma adesão total, seria até interessante da nossa parte, daríamos menos, o percentual seria menor. Se não houver adesão, primeiro, frustra; segundo não vai resolver o problema. Então é uma proposta de regularização, de legitimação, ou seja, de reconhecimento da legitimidade dos nossos títulos, porque até o presente momento são legítimos, porque estão lá registrados devidamente em cartório, e nada foi transitado em julgado ainda.

A segunda pergunta que V. Exª me fez é com relação à formação de milícia privada, ou apoio da UDR. Continuo afirmando que sempre fui contra esse tipo de procedimento até porque é ilegal. E quanto ao depoimento do jovem Manoel Domingos Paes Neto, eu conhecia o pai dele com mais intensidade, porque o avô dele foi vizinho, as nossas propriedades são próximas, coisa de dez quilômetros, há mais de cinqüenta anos. Então tínhamos amizade, meu pai pelo pai dele, eu pelo pai dele, que inclusive veio a falecer. A Fazenda São Domingos foi episódio de conflitos

agrários, porque teve mais de sessenta quilômetros de cerca destruída pelo MST, quatrocentos e poucos hectares de pastagens incendiados. Aliás, isso tudo consta em boletins de ocorrência e dos processos. Teve a sede da fazenda queimada, teve novecentas cabeças abatidas, furtadas e desaparecidas, enfim uma situação trágica.

Não sei, não quero aqui julgar ninguém e nem cabe a mim julgar, se o que levou, e se realmente levou esse senhor que já faleceu, Osvaldo Paes, a tomar posicionamento com armas ou não, não sei, não acompanho processo, são os advogados deles que acompanham, porque foi um problema individual deles, não podemos interferir nessa problemática e não posso aprofundar-me até porque não conheço.

Agora, lá realmente foi palco de um conflito onde houve pessoas baleadas, e nessa invasão o Sr. José Rainha foi, inclusive, se não me falha a memória, condenado pela Justiça da comarca, porque sabia da postura do Sr. Osvaldo, que dizia não aceitar invasão. "A minha propriedade" – isso cansamos de ouvir do saudoso Osvaldo Paes – "a minha propriedade temos interdito proibitório, a fazenda foi inteirinha destruída, quinze ou dezesseis invasões, e não vou aceitar invasão". Sabendo disso, o Sr. José Rainha foi lá com mais de mil pessoas e expôs essas pessoas à prática da invasão. E no dia, foi fundamental a participação da imprensa, que viu quando ele disse, afirmou que iam invadir e iam acabar com tudo. Então, lá houve uma violência que não cabe a mim dizer quem praticou ou não, mas foi dentro da fazenda, acusaram o fazendeiro de ser dono das armas, mas não posso interferir numa questão particular deles.

Quanto à afirmação do Sr. Manoel Domingos Neto de que eu estaria promovendo uma cena de armamento, senhores, seria muita ingenuidade da minha parte, como Presidente de uma entidade legítima e legal, fazer uma espécie de armamento, porque hoje os recursos tecnológicos facilmente identificariam a minha pessoa – um absurdo para eu participar de uma coisa dessa – ou identificaria a nossa propriedade, da nossa família. É tão simples, se existe uma foto, vi as fotos nos jornais, pedi, inclusive, não vi no dia, o vt, mas depois pedi para ver a filmagem que saiu no Jornal Nacional, e fiquei realmente pasmo, indignado, e pedi às autoridades providências necessárias para evitar possivelmente uma tragédia, porque, todas as vezes que acontece um conflito, coloca-se o fazendeiro na condição de réu, e aquele que foi lá e invadiu, quer dizer, esse é o coitado, aquela coisa que estamos acostumados a ouvir. Então até repudio esse tipo de qualificação. Não tenho o conhecimento do Sr. Manoel Domingos Neto sobre essa postura. O que posso afirmar a V. Exª é que, quando nosso departamento jurídico soube desse depoimento dele, que, se não me falha a memória, ocorreu quando, simultaneamente, numa fiscalização e numa operação de desarmamento, que a Polícia Federal fez só para fazendeiros e não para sem-terras, na fazenda do Sr. Osvaldo Paes, falecido recentemente, foi encontrado um número expressivo de armas ilegais. Nem foi na fazenda mais próxima à nossa, mas em outra fazenda mais longe. Então, não sei. Não acredito até, pela idade, pela jovialidade, do rapaz. Pelo que a gente vê, o moço não tem nem vivência para a vida. Não sei nem se isso foi ato dele ou não, isso quem vai decidir ou vai definir, se já não definiu, é a Justiça. O que sei é que quando nossos advogados tomaram ciência... No mesmo dia a Polícia Federal entrou na minha propriedade sem mandado de busca, entrou na propriedade do meu pai com ordem e fez lá uma barbaridade, que já relatei na CPI anterior. Na minha propriedade, que é vizinha, é de frente, mas é outro imóvel, tem outro nome, outra matrícula, outro código de Incra, outro código de ITR, entraram sem autorização judicial, arrebentaram as portas das casas, de uma agroindústria que tenho lá, fizeram um terrorismo danado lá. Quando nossos advogados souberam disso, imediatamente procuraram o moço. E esse moço, se não me falha a memória, até gostaria de confirmar se o Dr. Joaquim está ali. Se ele pudesse confirmar. Mas me parece que ele fez uma declaração pública, em cartório, e na própria Polícia Federal, não me lembro, dizendo que tudo que ele disse foi sob pressão, sob tortura. Cabe à Justiça definir. Agora, repudio, falo para V. Exª, com toda a sinceridade mesmo, olhando olho no olho: acho que não é por aí que vamos avançar. Com milícia armada, com pistolagem, vai acontecer o que aconteceu lá no Pará com a Irmã Dorothy. No fim, infelizmente, algumas autoridades misturaram tudo e colocaram na mesma panela fazendeiro, produtor rural, madeireiro ilegal, grileiro de terra, enfim, bandidos; colocaram todo mundo junto. Não é essa a postura do verdadeiro produtor rural brasileiro. O produtor rural tem que continuar trabalhando, produzindo, sustentado este País – os números estão aí – e ter tranqüilidade, ter o Estado de direito respeitados. Para isso existem as autoridades. E se alguém não puder fazer o seu patrimônio, ele próprio, da sua propriedade, dentro da legalidade, como nós eventualmente podemos fazer, aí sim ele tem que recorrer às autoridades superiores, fazer um apelo à Polícia Militar, à Polícia Civil ou a quem quer que seja. Mas não dessa maneira, porque isso não leva a nada; pelo contrário, traz um desgaste muito grande, infelizmente, para nós proprietários.

Falta uma pergunta do Senador Eduardo Suplicy.

Senador, quando o senhor me perguntou se a UDR poderia informar quantos associados tem, qual é a sua forma de arrecadação, qual é a responsabilidade dos associados, ou seja, o seu estatuto e seus objetivos... O estatuto, tudo, já foi entregue na primeira CPMI, quando ela solicitou da UDR inclusive os seus balanços mensais. Então foi entregue. Não temos por que esconder, estão lá na CPI todos os balanços mensais, o dinheiro que entra e o que sai.

Quero ressaltar que o dinheiro que entra para a UDR, que é uma associação sem fins lucrativos, o dinheiro que vem é única e exclusivamente doado por seus associados, mediante mensalidades ou eventuais leilões que realizamos. E todo dinheiro que sai tem nota fiscal, tem todos os comprovantes.

Quanto ao número de associados e objetivos, eu não guardo de cabeça. Aproximadamente, aqui, na região do Pontal, um mil e setecentos, um mil e oitocentos, mas V. Exª tem acesso a toda a documentação, que está lá na casa, e inclusive os balancetes mensais da entidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A solicitação veio extemporânea, mas pode responder.

O SR. LUIZ NABHAN GARCIA – Eu não tenho nenhum processo, absolutamente nenhum. Podem investigar a minha vida. Não tenho nenhum processo por desvio de verba pública, por sonegação, ou seja por que for, até porque posso ser considerado hoje uma pessoa de classe média. Tenho aqui uma pequena propriedade de 151 alqueires. Tenho uma propriedade de mil hectares no Estado de Mato Grosso. Sou casado em comunhão parcial de bens. A minha esposa também tem a propriedade dela, que eu administro. Ela é médica, profissional liberal. Ela tem a sua receita e eu, a minha e, graças a Deus, vivemos com dignidade.

A questão de abrir sigilo é muito delicada. Se a Justiça assim determinar, em tempo algum, vou fazer objeção. Portanto, quando esta Casa... pela UDR, pois não posso misturar... Estou aqui hoje representando a União Democrática Ruralista. Não posso aqui misturar a minha pessoa. Mas se alguém dos senhores tiver tanta curiosidade, solicitar, eu posso fornecer-lhes meu imposto de renda, para vocês verem a minha renda e o que tenho.

Mas não gostaria de fazê-lo sob forma de pressão. Gostaria que isso fosse feito dentro da legalidade, até para não expor a minha particularidade.

Tudo o que foi pedido em relação à UDR, Senador, nós fornecemos, até a listagem nominal dos associados. O Senador Alvaro Dias lembra-se quando eu forneci as listagens, embora o nosso jurídico tenha dito que o que iria expor não caberia. Pensei: "Não há problema. Forneço, porque só há gente de bem, produtores rurais. Não há bandidos". Forneci todas as listagens. E estamos aqui dentro da legalidade, para fornecer tudo o que for necessário.

Ressalto que jamais recebemos um centavo de fora do País, um centavo de dinheiro público. As pequenas doações – o dinheiro em caixa que a entidade tem – são para sua manutenção, para desenvolver esse trabalho de defesa do produtor rural, e são feitas mensal e espontaneamente. Não temos nenhum centavo de dinheiro público, nenhum centavo de dinheiro público, nenhum centavo de fora, até porque, se tivermos que receber alguma doação espontânea, está aberto, quem quiser doar, inclusive se o Sr. Relator quiser fazer alguma doação, estamos abertos. Aceitaremos para defendermos os interesses dos produtores rurais, sejam eles pequenos, médios ou grandes.

Na lista de cadastro de associados, constam propriedades de 70 ha, de 100 ha, grandes e médias propriedades. A entidade está aqui para defender os interesses legítimos dentro da legalidade dos produtores rurais.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só a título de esclarecimento, não estou solicitando pedido semelhante ao do Deputado Onyx Lorenzoni ao Sr. Luiz Antonio Naban Garcia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está bem. Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, caro depoente, Dr. Nabhan, eu, como membro da CPI, sinto-me na obrigação de, já que são duas lideranças, uma do lado dos fazendeiros, outra do lado dos sem-terra, como o Deputado Onyx Lorenzoni, vou fazer uma solicitação amigavelmente.

Presidente Prudente, 17 de março de 2005.

Por ocasião da reunião extraordinária da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 13, de 2003, realizada em Presidente Prudente, na data de 17 de março de 2005, hoje, havendo sido instado para tanto (vou pedir para o senhor assinar) -, declaro que abro mão voluntariamente do meu sigilo bancário, fiscal e telefônico, garantido pelo art. 5º, X, da Constituição Federal, em caráter único e exclusivo para subsidiar as indexações da presente CMPI, com a condição de que seja preservada em relação a terceiros, estranhos a esta Comissão, a intimidade dos registros ali contidos.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se desejar, o senhor pode, voluntariamente, assinar a autorização.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. LUÍIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Não há a menor obrigação legal de assinar. A minha intenção não é, neste instante, quebrar o sigilo bancário do Sr. Nabhan. Já que se provocou um ato de coragem do Sr. José Rainha, estou provocando também, do nosso lado, esse mesmo ato de coragem, ao arrepio do Regimento, simplesmente pela vontade do depoente de abrir o sigilo bancário, fiscal e telefônico.

O senhor, podendo e querendo assinar a autorização, pode fazê-lo, na Mesa, com o Presidente.

Quero saber se o depoente conhece o Sr. Ediberto Luiz Santana, que contrata jagunços e pistoleiros para colocar a serviço da repressão ao movimento dos sem-terra da região?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mais alguma pergunta?

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Permita apenas que o Deputado conclua. Em seguida, concederei a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. LUÍS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – O depoente disse que, uma vez, foram encontradas armas na fazendo do Osvaldo Paes. A informação que temos é de que, em duas ocasiões diferentes, foram encontradas armas pesadas na fazenda do Sr. Osvaldo Paes.

Quero saber qual o comportamento da organização que o senhor dirige – a União Democrática Ruralista, UDR – em relação aos associados que armazenam armas, inclusive armas proibidas, em suas propriedades? Qual tem sido a orientação pública? Há alguma circular que posiciona a entidade em relação ao associado, orientando-o?

Sobre isso, gostaria de conhecer a sua opinião. Em várias ocasiões, Dr. Naban, o senhor faz declarações em que parece riscar fósforo em tanque de gasolina. Um líder tem o arbítrio de se posicionar como quiser. No entanto, em inúmeras ocasiões, a grande imprensa divulga opiniões, estimulando o confronto armado, estimulando a violência.

Nunca, nos mais de 14 anos que participo do movimento pela reforma agrária, aqui no Pontal do Paranapanema, estimulamos a contrapartida. Pelo contrário, levamos os fatos às autoridades e cobramos da Polícia Militar, da Polícia Civil, do Judiciário, do Executivo, do Congresso Nacional, da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, para que se tomem providências. Isso, inclusive, está dando resultado no interior do Pará, até como um fator para desestimular outros que agem fora da lei em qualquer ponto do território nacional. Quer dizer, nós queremos que o Estado de Direito cumpra o seu dever, que ele seja respeitado, que as instituições cumpram o seu dever de proteger a sociedade.

Essas eram as perguntas que eu gostaria de fazer nesse instante, já que outras, sobre esse depoimento registrado na Polícia Federal, o Deputado ilustre Relator já o fez.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu só gostaria de lamentar essa cena que acabamos de ver. O que o Deputado Onyx pediu foi: depois da confirmação do depoente anterior, Sr. José Rainha, ter confirmado que o empréstimo que ele havia feito de R$228 mil havia sido pago por uma empresa, por uma cooperativa sob investigação. Ninguém fez nenhum tipo de acusação quanto à lisura, quanto ao comportamento, quanto à probidade do atual depoente. Quer dizer, é mais uma vez o que aconteceu, o lamentável espetáculo que aconteceu na CPMI em Brasília, onde se pediu a quebra de sigilo até da CNA. Quer dizer, isso é lamentável. Estamos para investigar irregularidades. Pedir a quebra de sigilo de alguém que não tem nenhum indício no mínimo é má-fé!

Então, eu gostaria de colocar as coisas no eixo, Sr. Presidente. Ninguém aqui está investigando absolutamente, não tem nenhuma denúncia, não tem absolutamente nada contra a probidade do Dr. Nabhan. Quanto ao Sr. José Rainha, esse não, ele confirmou para quem quiser ouvir que uma entidade sob investigação, a Coocamp, depositou em sua conta.

É um direito, é um dever da CPI fazer essa investigação. Agora, que se traga um indício de irregularidade quanto à UDR, quanto à figura do Sr. Nabhan, tudo bem. Agora, nós não podemos agora é fazer um espetáculo lamentável porque isso aí enxovalha, inclusive, a figura da CPMI. Nós não podemos admitir... V. Exª como presidente tem que coibir esse tipo de abuso dentro dessa CPMI.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Eu queria era lamentar a postura do Deputado Lupion. Na verdade, o Deputado Jamil Murad em nenhum momento

desrespeitou o depoente. Ele está utilizando o mesmo procedimento do Deputado Onyx.

Eu quero acreditar, até porque o Sr. Nabhan Garcia sempre teve muita boa vontade com esta CPMI, sempre na pessoa dele, no depoimento dele... Mas contra ele, também, pesa um depoimento. Pode ser que seja absurdamente mentiroso esse depoimento. Pode ser que seja. Pode ser um arroubo juvenil ou qualquer coisa que o valha, mas ele diz aqui que o Sr. Nabhan Garcia armou uma situação e que tem armas inclusive na sua área. Então isso poderia também justificar o pedido do Deputado Jamil.

O que eu acho é que V. Exª, com todo respeito, Deputado Abelardo Lupion, que acusou o Professor Manzano de tendencioso é que está sendo tendencioso agora, porque quando o Deputado Onyx levantou o pedido para José Rainha assinar a sua autoquebra de sigilo, V. Exª não se insurgiu contra isso. Quando o Deputado Jamil propõe o mesmo procedimento ao Sr. Nabhan – e eu não propus a nenhum dos dois e fico totalmente à vontade (não propus) e na hora que ele me perguntou, eu disse: não estou propondo, como não propus ao José Rainha – aí V. Exª se insurge. Então V. Exª está sendo tendencioso mesmo, porque se quer ter um tratamento com relação ao MST de dureza, investigação rigorosa; com relação aos proprietários, nada. Ou se tem uma isonomia nesta CPMI na apuração, Deputado Lupion, ou ela vai estar sempre pendendo para um lado.

Sou contra a que o Sr. José Rainha e o Sr. Nabhan assinem. Sou favorável que a CPMI decida, apresente um requerimento na nossa reunião, para decidirmos se queremos quebrar o sigilo do Sr. José Rainha e do Sr. Nabhan Garcia. Que a CPMI decida de quem deseja quebrar o sigilo.

O procedimento de ficar entregando aqui é lamentável. Agora, estranhamente V. Exª lamenta pelo Sr. Nabhan Garcia e aplaude quando o procedimento é feito em relação ao Sr. José Rainha. Desculpe-me.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Gostaria só que V. Exª prestasse atenção: quando eu me referi aos indícios, o Sr. José Rainha assumiu que o dinheiro de uma empresa investigada foi para sua conta. O Dr. Nabhan não assumiu. Pelo contrário. Agora, o Sr. José Rainha assumiu. A diferença está neste fato, de que ele assumiu que recebeu o dinheiro de uma empresa investigada.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Entregou à CPMI o extrato.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Entregou um extrato como pode ser... Estamos falando de sigilo bancário.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, como o nosso entrevistado está falando com tanta seriedade, com tanta honestidade, sugiro que ele aproveite a oportunidade, pois está aqui a imprensa, a TV Senado transmitindo ao vivo, para dizer a nossa CPMI se a fazenda dele é produtiva ou não; se está arrendada ou não. Gostaria que essa dúvida fosse esclarecida.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze, depois pela ordem, pois S. Exª havia solicitado antes.

O SR. LUÍS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – O Deputado Lupion já esclareceu o Deputado João Alfredo sobre essa questão. Há inúmeras denúncias de recebimento de recursos públicos por parte de um depoente: de teto 2, de comissões, do caso específico abordado pelo Deputado Onyx. Esse caso é público e notório. Por essa razão, o Deputado Onyx fez essa abordagem.

Quanto ao nosso depoente, não tem nada. Ele é um produtor rural, um profissional da área da agricultura, que vive de recursos próprios, sem saber que a UDR, como ele apresentou aqui publicamente, já deixou toda a documentação lá, não tem nada a receber de governo nenhum, não tem dinheiro público, não tem financiamento nenhum. A diferença é esta. Por isso estamos dizendo que não existe tendenciosidade, porque são casos diferentes, como diz o Deputado Lupion, Deputado João Alfredo. V. Exª, como um bom advogado, tenta distorcer os fatos. Aqui, não existe nada disso, porque são situações diferentes. Só isso que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Minha responsabilidade como Deputado me leva a dizer que não fiz de maneira insustentável. O Presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan Garcia, disse que a entidade que ele dirige recebe mensalidades e realiza leilões de gado. À medida que peço a quebra do sigilo bancário, fiscal, telefônico, posso ter uma pista de como essas coisas são utilizadas.

Segundo, ele negou que houvesse... Esse documento aqui é da delegacia da Polícia Federal em Presidente Prudente. O Sr. Manuel Domingos Paes Neto disse que reconhecia o Sr. Nabhan Garcia na

fotografia e que uma parte das armas era dele; outra parte, do Marcelo Negrão e uma outra, do João Jacinto. Então, a Polícia Federal está dando informações com muitos detalhes.

Além disso, o Sr. Nabhan Garcia disse que a reportagem era para intimidar o Movimento dos Sem-Terra. Portanto, é um conjunto de informações dada a uma autoridade policial, à Polícia Federal, de que não temos por que duvidar nem achar que é um depoimento faccioso. Tenho de considerar que é um documento idôneo. Portanto, tenho que dar continuidade a esse processo.

Parte das armas era contrabandeada. Não são armas comercializadas normalmente aqui no Brasil. Como é a movimentação de recursos para a compra dessas armas contrabandeadas? Então tem fundamento a minha preocupação. Não estou falando de maneira leviana, nem no sentido de perseguição, mas no de fazer justiça, de se fazer uma investigação isenta para saber qual é a realidade. Eu disse ao Sr. Nabhan Garcia... Fiquei satisfeito porque ele, freqüentemente, prega a paz aqui, mas muitas declarações – vocês podem apurá-las em jornais e revistas – são declarações riscando o isqueiro no tanque de gasolina, são declarações pregando a violência, pregando a contratação de pistoleiros e jagunços. Por isso, fiz esse pedido. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O último inscrito é o Deputado Onyx Lorezoni. Depois, vamos ouvir o Sr. Naban Garcia.

O SR. ONYX LOREZONI (PFL – RS) – Quero perguntar ao depoente, primeiro, se ele já foi preso e processado por formação de quadrilha ou porte ilegal de arma e se ele neste momento responde a algum processo ou está sob **habeas corpus**. Também pergunto se a entidade que ele dirige recebe algum dinheiro público, se tem convênios com o Ministério da Agricultura, com o Ministério da Educação e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quero saber se há algum tipo de convênio ou repasse do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Educação ou do Incra. Ou seja, se há convênios assinados, se em algum momento a sua entidade recebe dinheiro público e tem que fazer prestação de contas, se a sua entidade mantém relações com cooperativas de produtores ou trabalhadores rurais e, entre elas, movimenta dinheiro. Se há transferência de recursos da sua instituição para essas instituições ou dessas instituições para a sua instituição. Se essas instituições, como cooperativas, alguma vez transferiram algum valor em dinheiro para sua conta pessoal. Portanto, estou buscando esclarecimentos de duas coisas.

Primeiro, considero tão legítimo quanto o meu gesto o gesto do Deputado Jamil Murad. O que há de diferente entre um gesto e outro é aquilo que já foi discutido suficientemente e que não vou reprisar. O problema é que a pessoa que o antecedeu fez declarações que estão gravadas em que identifico, no mínimo, dois crimes – e vejam que sou veterinário; não sou advogado. E se recorrermos às gravações, veremos que há dois crimes claramente tipificados.

Segundo, o direito de requerer ou de sugerir qualquer ato é legítimo a qualquer Deputado eleito e a qualquer membro desta CPMI. Por fim, não posso admitir – com a devida vênia ao nobre Relator – que daqui a pouco tenhamos aqui um relatório que se conduz pela parcialidade da observação dos fatos.

Tenho profundo respeito por V. Exª, mas ninguém será juiz dos meus atos. Ah, essa não! Está para nascer quem vai calar esta boca que está eleita pela população do meu Estado. Tenho o direito de proceder da forma como procedi, vou continuar procedendo com a mesma isenção com que tenho que me pautar.

Quando foi para quebrar o sigilo da Anca e da Concrab, votei e assinei. E quando foi para votar a favor da quebra do sigilo Senar, votei a favor da quebra do sigilo. Portanto, só quero que os atos deste Parlamentar sejam respeitados porque estou aqui "mandatado" por alguns milhares de gaúchos, que me dão autoridade para fazer, de acordo com o Regimento e com a Constituição, o que estou fazendo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra, uma vez que fui citado pelo Deputado Onyx.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Como citado, V. Exª tem o direito a usar da palavra.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Deputado Onyx, da mesma forma que V. Exª não admite juízo de valor sobre sua atitude, também não admito da parte de V. Exª nenhum sobre o meu relatório, que será julgado, aceito ou rejeitado, pelos Membros da CPMI.

O relatório será tanto mais isento e imparcial quanto mais dados tiver. Então, não aceito que os Membros da bancada ruralista – não citarei nomes para, depois, haver direito de defesa, mas cada um sabe quem são os Membros da bancada ruralista – tenham dois pesos e duas medidas: que se quebre o sigilo das entidades ligadas aos trabalhadores rurais e que se protejam as entidades ligadas aos proprietários; que se quebre o sigilo da liderança dos trabalhadores rurais e que proteja o sigilo da liderança dos proprietários rurais. Ou se quebra o sigilo de todos – OCP, CNA, OBR, MST, Contag, José Rainha, Nabhan Garcia, etc – ou não se quebra de ninguém. É sempre o mesmo festival.

Quando se apresenta algo referente a um trabalhador rural, é normal – é claro – porque ele é sempre o suspeito. Quando se levanta a possibilidade de um proprietário rural, há uma indignação profunda. Sou eu o parcial? Quero deixar claro que, se há quebra de sigilo, que seja de todos.

Deputado Jamil Murad, pessoalmente, acho que as decisões sobre quebra de sigilo não devem caber – embora seja legítimo ao Deputado Onyx apresentar, reconheço sua legitimidade... Mas é minha posição como Relator. Não se deve estabelecer este tipo de procedimento: entregar um papel àquele depoente para assinar na hora. A CPMI, no momento de suas reuniões administrativas, de votação de requerimentos, deve quebrar o sigilo de quem achar que deva.

Essa é a minha opinião que deixo clara.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado, antes de passar a palavra ao depoente, que deve estar ansioso para esclarecer esses fatos e responder a essas questões, esclareço que, como Presidente da CPMI, tenho procurado não emitir opiniões até para que eu tenha autoridade para presidi-la. Às vezes, no entanto, sinto-me no dever, como Presidente, de lhes transmitir informações como esta: na semana retrasada, esta CPMI aprovou, por unanimidade, a quebra de sigilo bancário de nove proprietários rurais ou grileiros.

Portanto, nesta CPMI, não estamos quebrando sigilo bancário apenas de um lado, aliás, relativamente ao setor de trabalhadores, a CPMI quebrou o sigilo bancário de apenas duas cooperativas e de nenhum cidadão, pessoa física. Relativamente à área patronal do setor organizado, a CPMI quebrou o sigilo do Senar* do Rio Grande do Sul, a exemplo do que fez com a Concrab e com a Anca. Relativamente à CNA ou à OCB e a outras entidades de que se pretendia a quebra de sigilo, a CPMI não o quebrou por falta de base regimental já que há necessidade de se apresentar uma justificativa. Já insisti, várias vezes, que o autor daquele requerimento o reapresente com a justificativa.

Reza o Regimento que, para quebrar o sigilo bancário ou de entidade jurídica ou de pessoa física, há necessidade de justificativa consistente. É o que se pretende fazer sempre. Há que se apresentar os indícios fortes de eventuais irregularidades praticadas para que se quebre o sigilo bancário.

Portanto, é apenas esse o esclarecimento que tinha a fazer no desejo de continuar presidindo esta Comissão de forma imparcial, como estamos fazendo.

Vou passar a palavra ao depoente, nosso convidado, Luiz Antônio Nabhan Garcia, para que ele possa fazer os esclarecimentos solicitados.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Com relação ao pedido do Deputado Jamil Murad, em primeiro lugar, eu não gostaria, aqui... Em hipótese alguma estou querendo desmerecer quem quer que seja, José Rainha ou quem quer que seja. Não quero desmerecer ninguém aqui. Não cabe a mim entrar numa particularidade. Sobre essa questão de quebra de sigilo do Sr. José Rainha, da pessoa dele, isso é a Justiça, as autoridades competentes é que podem decidir, até a própria CPMI, acredito que através de votação, pois é para isso que ela existe. De outra forma, não seria CPMI, mas seria o Deputado Jamil Murad sozinho e pronto. Então, como jamais sofri um processo por desvio de verba pública, que é do que se trata aqui... Não é, Deputado Onyx Lorenzoni? Porque o jornal **Folha de S.Paulo**, todo mundo teve notícia disso, mostrou um dinheiro que saiu da cooperativa para a conta do Sr. José Rainha e depois... Nem me lembro como é, mas é algo parecido. E o Sr. José Rainha, em seu depoimento, mostrou e tal. Então, não entro nessa particularidade. Isso é uma questão da Justiça, pode ser decidida pelo Poder Judiciário ou até da própria CPMI, que tem seus poderes, desde que se coloque em votação e a maioria aprove.

Então, como não tenho nenhum processo por desvio de verba pública, por sonegação ou por qualquer outro tipo de ato ilícito, achei que faltou de V. Exª um pouco de ética e até de respeito para com a minha pessoa, porque não estou envolvido em nenhum ato ilícito. O simples fato (**gravação interrompida**) ... tem toda a autoridade e o dever de apurar os fatos. Cabe a ele apurar se tive arma ou não. Fiz aqui a minha colocação, expliquei. Só se eu fosse um energúmeno para me pegar em minha propriedade, na fazenda São Manuel, fazendo armamentos. Nunca neguei que tivesse arma, porque tenho arma, sim, legalizada, registrada, dentro de meu imóvel. Tanto é que, quando a Polícia Federal foi lá, Deputado, ela encontrou armas, devidamente registradas e dentro da lei. E nunca, na minha vida, dei um tiro em um ser humano ou em um animal. Nunca dei um tapa em ninguém, nunca tive uma briga corporal com ninguém e nunca, nunca pratiquei um ato criminoso, porque a invasão é um ato criminoso.

Pergunto se o senhor é contra ou a favor dos atos de invasão do MST? Então, poderei até, inclusive, terminar minha resposta para o senhor quanto a essa proposta de eu assinar o sigilo bancário. O senhor é contra ou a favor dos atos de invasões praticados pelo MST? Se o senhor puder responder...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – O depoente é V. Sª, mas posso esclarecer à opinião pública que sou a favor da pressão para acabar com essa inércia, esse imobilismo diante de tanta terra improdutiva e de tanta gente precisando trabalhar para viver.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – Bom, então, como V. Exª é a favor desse instrumento de pressão e tentou me colocar nas mesmas condições do Sr. José Rainha Júnior, que responde por inúmeros processos e que já foi condenado, decido pelo que a Justiça decidir. Meus atos são praticados pelo que a legalidade decidir. Se esta Casa, através de uma votação democrática, legítima e imparcial, decidir, não vejo problema algum. Não quero entrar nesse mérito. Acho que não cabe a V. Exª, de forma unilateral ou individual, propor esse tipo de coisa. Este é meu pensamento. Portanto, se esta Casa, se esta CPMI decidir por isso ou se a Justiça decidir por isso, não tenho receio nenhum em assinar qualquer tipo de quebra, até porque a Justiça tem poder para decretar a quebra o sigilo bancário, fiscal e telefônico da minha pessoa.

Posso terminar as outras perguntas, Deputado?

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Por favor.

O SR. LUIZ ANTÔNIO NABHAN GARCIA – O senhor perguntou se eu conheço Edilberto Luís Santana. Tenho 46 anos, vou fazer 47, conheço vários Edilbertos. Agora, por sobrenome, não tenho nenhum conhecimento com esse sobrenome. Conheço vários Edilbertos. Talvez, se viessem aqui, se estivessem aqui, eu poderia identificá-lo com facilidade. Agora, da forma como me foi perguntado, fica difícil responder a V. Exª, porque são vários os Edilbertos que eu conheço.

Quanto à afirmação de V. Exª de que em inúmeras ocasiões, pelo cargo que represento, venho estimulando o confronto ou a violência, V. Exª está redondamente equivocado, enganado. Se V. Ex não tem, na entidade que presido, temos todos os jornais locais e **Folha de S.Paulo** e o **Estadão** arquivados. Em nenhuma vez incitei a violência, eu incitei esse tipo de coisa. Nas poucas vezes em que me referi à questão de cada proprietário agir da maneira que aja, só que sempre respeitando os limites da lei. Pelo contrário, tenho cobrado constantemente das autoridades um posicionamento para evitar o conflito. Portanto, V. Exª... Eu não quero até me estender com outras palavras, mas V. Exª está redondamente enganado e equivocado.

E V. Exª fala da questão da fazenda que teve dois conflitos armados. Eu disse, teve um ou dois conflitos armados, eu me recordo, porque essa questão de conflito é uma questão muito individual de cada um. Cada um toma suas decisões. Eu não posso chegar e dizer: olha, você não faça isso. Primeiro porque não tenho nem autoridade para isso. Eu posso fazer o que eu sempre vinha fazendo: aconselhando as pessoas a recorrerem às autoridades, a recorrerem à Justiça. E eu não posso entrar nesse mérito de arma ilegal, de arma contrabandeada, porque isso não cabe a mim. Isso cabe à Polícia Federal, através do seu inquérito, e à Justiça dizer se houve ou não. Se alguém foi condenado porque fez contrabando de arma, porque trouxe arma ou contratou pistolagem ou praticou um ato ilegal, tem que realmente ser punido pela Justiça, pela lei. É para isso que a lei e a Justiça existem.

Então V. Exª – volto a frisar – se equivocou, lamentavelmente, quando fez afirmações aqui de que eu, por inúmeras ocasiões, estimulei o confronto e a violência. Nunca fiz isso, nunca estimulei o confronto e a violência.

E só para terminar: se existir violência na questão agrária, é a violência praticada pelos invasores, que seqüestram, que queimam. E como V. Exª e outros Parlamentares aqui expandiram e falaram do Rio Grande do Sul, talvez V. Exª tenha visto nos jornais os recentes atos do MST, queimando viaturas públicas no próprio Estado do Rio Grande do Sul, invadindo prédios públicos, mantendo pessoas em cárcere privado, etc. etc. etc.

Deputado, sinceramente, vamos partir para um diálogo salutar, um diálogo de olho no olho, para tentarmos pôr fim a esse conflito. De repente, eu acho que nós estamos com a razão, os senhores acham que estão com a razão. Vamos tentar, de uma forma ética acima de tudo, e respeitosa. Não estou aqui dar lição de moral em ninguém, não me levem por esse lado. Mas eu acho que se a função desta CPMI é pôr um fim a essa situação conflituosa, especialmente hoje aqui, no Pontal do Paranapanema, vamos primeiro parar com essas invasões, fazer com que o Sr. José Rainha e os demais Líderes reflitam que invasão não é o caminho, que talvez um diálogo, sentar à mesa como pessoas civilizadas, com as autoridades, com as entidades legais, dialogar e buscar uma saída para pôr um fim. Porque nós todos somos cidadãos de bem e pais de família, como é também o Sr. José Rainha pai de família, como somos todos nós. Procurarmos um entendimento e, acima de tudo, respeitarmos as nossas legislações, respeitarmos a nossa Constituição, respeitarmos o Estado direito. Porque, se quisermos mudar, vamos mudar de forma democrática. Vamos convocar o Congresso Nacional para mudar e, aí sim. "Isso não é mais crime".

A legislação atual, que está aí presente, é clara: invasão, danos, incêndios, saques, quadrilhas, etc., são crimes. Portanto, vamos evitar que o crime acon-

teça para facilitar o diálogo e vamos promover uma solução inteligente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado. Agradecemos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Sr. Presidente!

Oo SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – ... o nosso convidado Luiz Antônio Nabhan Garcia pela sua participação nesta CPMI.

Temos duas alternativas.

O Sr. Deputado que fazer uma sugestão.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Sim. Sr. Presidente, estamos olhando o relógio e há ainda dois depoentes, que devem ser acrescentados à nossa CPMI. Eu faria uma sugestão aos nobres Pares – e a coloco à apreciação de V. Exª. Tem aqui o Jonas Vilas Bôas e também o Cel. Hélio Aparecido; temos também a visita ao assentamento. Já são 14h35 e me dizem que leva meia hora para ir e meia hora para voltar e ainda o tempo que ficar lá. Daqui a pouco teremos problemas, porque os Deputados Adão Pretto, Onyx e outros têm compromisso para pegar avião em São Paulo. Eu faria uma proposição: ouviríamos esses dois depoimentos em uma outra oportunidade, lá em Brasília.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tenho outra proposta, até para não adiar – falei com o Presidente e ele achou de bom alvitre: veja, eles já estão aqui assistindo, já sabem do que se trata. Então, nós os ouviríamos de 10 a 15 minutos cada, sem perguntas; o Ipesp falaria do seu trabalho, como está a situação das terras devolutas, quantas foram assentadas, etc, para a gente ter clareza disso. O representante da polícia militar falaria quais são os procedimentos que a polícia militar adota aqui, como tem sido este trabalho, até porque foi referido.

Eu me preocupo de chamar um outro depoimento e depois não conseguir fazer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Se os colegas concordarem, procederemos dessa forma, até em respeito a eles, que permaneceram até esta hora aqui.

Então, vamos passar a palavra ao Cel. Hélio Aparecido Costa.

Creio que em 10 minutos cada, ambos poderão fazer uma exposição. Eventualmente, se houver necessidade, já serão nossos convidados para irem até Brasília.

Por favor, Coronel.

O Cel. Hélio Aparecido Costa é Coronel da Polícia Militar do 18º Batalhão de Presidente Prudente.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CORONEL HÉLIO APARECIDO – Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Senadores e Deputados, Presidente desta Casa, Vereador Thomas, Senhoras e Senhores, é um motivo de alegria para nós, oficiais do comando de uma unidade policial militar, principalmente do interior do Estado, ser convidado pelo Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para expor o seu ponto de vista no intuito de colaborar com os trabalhos desta Comissão, cujo objetivo maior é encontrar uma solução pacífica para os problemas fundiários principalmente daqui, do Pontal de Paranapanema.

Estamos aqui na condição de convidados. Seremos breves e vamos procurar mostrar o mais rápido possível o nosso trabalho como polícia militar aqui nesta região.

Nesses nosso 50 anos de idade, tivemos apenas dois empregos. O primeiro deles até os 19 anos, como lavrador. Filho de lavrador numa pequena propriedade no município de Alfredo Marcondes, onde o nosso pai ainda exerce a sua função de lavrador. O segundo emprego é ser policial militar desde os 19 anos de idade, quando estamos quase encerrando a nossa missão aqui dentro da polícia militar.

Somos oriundos da região. Conhecemos o problema e temos procurado seguir as normas da instituição Polícia Militar cujo lema, hoje, é que nós, policiais militares, estamos compromissados com a defesa da vida, com a integridade física e com a dignidade da pessoa humana. Quando vamos participar de uma reintegração de posse, pensamos que os dois lados são compostos por seres humanos.

Pautamos as nossas condutas sempre pela legalidade. Esclareço a V. Exªs que a Polícia Militar não é a encarregada do cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse. A Polícia Militar apenas auxilia, apóia o oficial de justiça que é o encarregado da execução da ordem judicial de reintegração de posse. Nós apenas lhe damos segurança, sempre empregando o lema de não usar a força física, Sr. Presidente, mas a força do diálogo. Essa atitude tem trazido conseqüências bastante favoráveis tanto para a Polícia Militar como para os proprietários e os sem-terras. Há, na região, inúmeros movimentos de sem-terras – não apenas o MST; mas vários outros –, e temos mantido diálogo com todos, principalmente com os senhores proprietários.

Estamos trabalhando no 18º Batalhão desde 1978, quando chegamos à região, e o comandante que nos recebeu disse que se aposentaria e que o problema fundiário do Pontal não seria resolvido. Esse comandante já se aposentou, nós também estamos chegando à aposentadoria, e o problema fundiário do

Pontal ainda não foi resolvido. Tenho certeza de que o Major que está me acompanhando vai muito longe, talvez atinja sua aposentadoria, e, da forma como a situação progride, o problema fundiário não será resolvido. Não estamos aqui para discutir problema fundiário ou reforma agrária, mas para mostrar a V. Exªs como apoiamos o cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse.

Recentemente, desenvolvemos um trabalho monográfico no Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo para a conclusão do Curso Superior de Polícia, em que propusemos um protocolo e procedimentos básicos a serem seguidos pela Política Militar nas operações de reintegração de posse. Para tudo que vamos fazer, seguimos um protocolo padrão de operações. Julgamos melhor seguir a cartilha em razão da nossa experiência bastante longa na área. Para conhecimento de V. Exªs, já fizemos a exposição do nosso trabalho a várias unidades da Polícia Militar do Estado de São Paulo e também ao Exército brasileiro, na cidade de Lins, à 11ª Brigada de Campinas e aos Oficiais Generais do Estado de São Paulo, na cidade de Osasco. Nosso trabalho, hoje, é referência em nível de Estado e, para elaborá-lo, também buscamos experiência de outros Estados da Federação. Realizamos esse trabalho que, hoje, seguimos ao pé da letra.

Não temos problema algum, como disse no início, com qualquer dos movimentos sociais. Estamos abertos ao diálogo. Há passos a serem seguidos à medida que um ofício requisitório de força policial entra no nosso protocolo na unidade. A partir daí, começamos a estudar caso a caso, a seguir passo a passo, para verificar qual é o movimento, qual é o efetivo desse movimento e a sua localização. Existem vários procedimentos que precisamos seguir. Chamamos as duas partes para o diálogo. Ou esse pessoal vem ao nosso quartel ou vamos até o acampamento ou conversamos com as lideranças e com aqueles órgãos e instituições que nos podem apoiar. Esse é o nosso trabalho: apenas o diálogo.

Comandamos pessoalmente, principalmente no Pontal do Paranapanema, 185 reintegrações de posse, sem conflito algum com esse ou aquele movimento, sempre usando a força do diálogo, o que tem dado ótimo resultado. Já enfrentamos problemas mais graves no Pontal, mas foram resolvidos também usando o diálogo. Esse é o nosso lema. É isso que estamos seguindo hoje. E vem dando certo.

Espero que esse trabalho e a nossa forma de agir se expandam não apenas para o Estado de São Paulo, mas também para outras regiões do Brasil, porque não queremos ver sangue derramado por cidadãos brasileiros nesses nossos rincões.

Estamos felizes por estar aqui, Sr. Presidente, e à disposição para qualquer pergunta. Em nosso quartel, estamos abertos ao diálogo para qualquer de V. Exªs da Comissão. Se alguém se interessar pela cópia desse trabalho, principalmente quanto ao capítulo que traz o protocolo de procedimentos básicos, ele está no Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Superiores* da Polícia Militar, na Capital do Estado, onde há cópia.

É o que eu tinha a dizer a V. Exªs. Fui breve, mas estou aqui para colaborar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço ao Coronel Hélio Aparecido Costa. Indago apenas se é possível deixar para a CPMI um exemplar desse trabalho.

O SR. HÉLIO APARECIDO COSTA – Sr. Presidente, só tenho esta cópia comigo, mas é possível enviar a essa Comissão um disquete com todo esse trabalho, que podemos obter no Centro de Aperfeiçoamento de Estudos Superiores de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Aguardamos, então, o envio desse disquete pelo Coronel.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Falarei muito rapidamente, Sr. Presidente, até pelo acordo que fizemos.

Eu já tinha ouvido o depoimento do Sr. José Rainha. E quero parabenizo a Polícia Militar, especialmente o Coronel Hélio Aparecido Costa. Recebendo o referido material para que possamos examiná-lo, ser for o caso – talvez seja importante –, abriremos oportunidade para que ele possa ser feita inclusive a exposição, dispondo de tempo para tal fim. Assim, quem sabe, poderemos até chamar os Comandantes das outras Polícias Militares do Brasil para conhecer o método e fazer um debate, porque esta é, para nós, uma questão importantíssima.

Estamos tratando de paz e de fim de conflito e é necessário considerar uma experiência relevante e exitosa como essa. Às vezes, na CPMI, preocupamo-nos apenas com denúncias e exploramos o lado negativo, fazemos críticas, valorizamos pouco as experiências positivas. Então, se houver uma experiência positiva a ser trazida poderemos fazer uma apresentação, talvez noutro momento, e até convidar outras Unidades da Federação para conhecer esse trabalho.

Aguardamos com ansiedade esse documento a fim de que todos nós, membros da CPMI, possamos estudar essa metodologia e esse protocolo do trabalho aqui no Pontal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, mais uma vez, ao Coronel Hélio Aparecido Costa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Fizemos um acordo de não interferir nas exposições.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Serei brevíssimo, Sr. Presidente, porque acredito ser importante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, até porque V. Exª é da terra e tem preferência.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Como o Sr. José Rainha mencionou que em inúmeras vezes teve a iniciativa até de dialogar com a Polícia Militar e fez referência ao Coronel Hélio Aparecido Costa, seria importante que ele confirme se esse fato realmente ocorreu, apenas para complementar o seu depoimento.

O SR. HÉLIO APARECIDO COSTA – Temos, sim, vários contatos com todos os líderes locais e com os movimentos sociais da região. Esse contato é muito relevante, porque é conversando que se entende.

Cumprimos todas as requisições judiciais. O Estado de São Paulo, hoje, não deixou de cumprir uma requisição de força policial ou de ordem judicial para cumprimento de reintegração. Temos diálogo com toda a liderança local, que era aqui do Pontal e está mais próxima da nossa região.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Inclusive com ele?

O SR. HÉLIO APARECIDO COSTA – Mesmo com ele. Temos um bom relacionamento com ele, com o Sr. Nabhan e com todos os sindicatos e ex-Presidentes das entidades.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço ao Sr. Coronel.

Convido o Sr. Jonas Vilas Boas, Diretor Executivo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), para fazer também sua exposição.

O SR. JONAS VILAS BOAS – Cumprimento o Sr. Presidente desta Comissão, Senador Alvaro Dias, o Senador Eduardo Suplicy e os Deputados João Alfredo, Onix Lorenzoni e Jamil Murad, além de outros participantes da CPMI e até dizer que, pelos depoimentos aqui prestados, todo mundo acabou falando, bem ou mal, do Idesp, que é uma presença constante aqui no Pontal do Paranapanema, e mostrar o que o Governo do Estado vem fazendo aqui em São Paulo, um dos únicos Estados do Brasil que disponibiliza terra pública para ajudar o Governo Federal a fazer assentamentos. Aqui temos um convênio com o Governo Federal, para que este, por meio do Incra, pague as benfeitorias das terras arrecadadas, enquanto que o Estado entra com a terra, com o bem público. Temos aqui em São Paulo 163 assentamentos. São mais de 10 mil famílias assentadas. A maioria dos projetos de assentamentos estão aqui no Pontal, como já disseram. São 99 assentamentos no Pontal, aproximadamente seis mil famílias assentadas no Pontal.

A Fundação Instituto de Terras tem uma política de dar assistência técnica a essas famílias. Adotamos mais ou menos o parâmetro da FAO, que é um técnico para cada 60 famílias assentadas. Quer dizer, um técnico agrônomo ou agrícola, ou um zootécnico ou um veterinário dá assistência técnica a essas famílias.

O Estado procede a todos esses assentamentos estaduais e adota uma política de fazer toda a infra-estrutura nos assentamentos. Quer dizer, de 1995 até hoje, o Estado, só com infra-estrutura, gastou aproximadamente R$20 milhões no Pontal do Paranapanema, além de – é claro – pagar o salário de todos os técnicos do instituto, que, no total, são 730 no Estado de São Paulo, com uma frota de aproximadamente 300 veículos.

A Fundação Instituto de Terras é um órgão que tem uma dotação orçamentária para este ano de R$40 milhões. Além de assentamentos, trabalhamos com as comunidades quilombolas e também na parte da regularização fundiária, fazendo cadastro e legitimação de posse no Estado de São Paulo.

Aqui na região do Pontal, a ação muito forte do Idesp realmente se deveu à indefinição dominial da região. O primeiro Governo a alterar a situação dominial do Pontal do Paranapanema foi o Governo Franco Montoro em 1983, instituindo lá em Rosana a gleba 15 de novembro, que foi mais uma política de assentar a maioria daquelas famílias advindas da construção das barragens.

Mas o Estado, já na década de 1940, já havia proposto várias ações discriminatórias, argüindo a possibilidade de a maioria dessas terras serem devolutas. Então, hoje, com várias ações já julgadas, conseguimos regularizar a situação de aproximadamente 400 mil ha julgados devolutos. Parte dessas terras foi regularizada pelo Estado, parte dessas terras foi objeto de assentamentos. Hoje, temos 99 assentamentos. São 130 mil hectares de terras aproveitadas por assentados no Pontal do Paranapanema.

O Idesp faz todo um trabalho no sentido de viabilizar o crédito para esses assentados. De 1995 até hoje, tivemos R$ 60 milhões advindos de programas de crédito do Procera, do Pronaf e do Feap, que é um

crédito do Governo do Estado de São Paulo. Em suma, R$ 60 milhões foram disponibilizados para que esses assentados pudessem se viabilizar aqui no Pontal do Paranapanema.

Então, realmente temos um problema fundiário que cabe à Justiça resolver. Há juízes que julgam em sete dias. Há juízes que julgam em sete semanas, em sete meses ou em sete anos. Quer dizer, o que se tem é um grande número de processos na Justiça e esses processos não se resolvem Temos mais de 350 mil hectares pendentes de decisão judicial. Os quatrocentos mil já foram julgados, e os trezentos e cinqüenta mil dependem de decisão judicial, afora os outros que estão em primeira instância para serem julgados.

O Tribunal de Justiça hoje está com uma ação mais célere, mas até dois anos atrás ele levava para distribuir uma ação quatro anos. O que se vê é que não só na justiça estadual, mas na justiça federal leva-se muito tempo para julgar essas ações possessórias, ações referentes a domínio ou posse de terras devolutas ou particulares.

Haja vista essa historia do Pontal, temos, na região de Andradina, mais de trinta áreas desapropriadas pelo Governo Federal, e há mais de três anos não há uma decisão judicial. Temos no Pontal aproximadamente cinco mil famílias acampadas; entre essas, há algumas que aguardam decisão judicial, e estamos esperando a mais de dez anos para serem resolvidas.

É preciso que o Judiciário seja mais célere nas suas decisões para que possamos resolver essas situações de conflito. Não se pode esperar. É preciso que a justiça tenha prazo para julgar os seus processos. Não podemos esperar às vezes sete anos ou mais para que se decida sobre problemas como terra devoluta ou processo de desapropriação.

São mais de dez mil famílias acampadas no Estado de São Paulo, metade disso no Pontal do Paranapanema, e não temos decisões judiciais que possam resolver esse conflito.

Tenho aqui uma pergunta do Senador Eduardo Suplicy sobre o problema da aplicação da Lei nº 11.500, que é uma lei de regularização fundiária do Pontal. Temos uma lei no Estado de São Paulo que possibilita às pessoas que moram em suas terras e que tenham até cem hectares que essas terras sejam regularizadas. Aqui no Pontal, como era uma situação especial, havíamos discutido em 95, em 96 e 97 – os movimentos sociais, o Governo do Estado e produtores rurais – uma possibilidade de vir a regularizar as áreas que têm entre cem e quinhentos hectares. Isso foi prometido pelo Governador Mário Covas em 95 e 96.

Conseguimos a aprovação da lei em dezembro de 2003, fazendo com que a gente possibilite a regularização de mais ou menos quinhentos produtores rurais, que são os que têm entre cem e quinhentos hectares. A maioria do Pontal do Paranapanema está com sessenta produtores rurais no restante das áreas.

Isso é uma pequena parte. Nessa discussão que tivemos durante três anos seguidos, chegou-se ao consenso de que era possível regularizar, porque é um número pequeno de produtores que poderia estar realmente trabalhando e regularizando a sua situação. Por isso que essa lei foi aprovada, mas até agora tivemos baixa adesão dessa lei. Aproximadamente cem produtores rurais aderiram à Lei nº 11.500, de 2003.

Quanto ao restante das áreas, dependemos, em sua maioria, de decisões judiciais. O Estado de São Paulo adotou a postura de entrar com todas as ações discriminatórias possíveis. Temos todo o Pontal mapeado e esperamos que essas decisões sejam mais céleres no sentido de podermos regularizar ou que a justiça realmente diga: "isso é particular, isso é devoluto", para que o Estado, de uma vez por todas, resolva essa situação.

De um lado a gente tem um movimento social, forçando o Estado a assentar mais pessoas. A referência a Estado, no caso, é o de São Paulo, em cooperação com o Governo Federal. De outro lado, estão os produtores rurais, a UDR clamando que não pode resolver, que as terras são particulares. Então, que a Justiça seja mais firme e célere no sentido de nós resolvermos esse problema.

Temos visto, aqui no Pontal, que nos Municípios onde temos assentamentos houve uma melhora na qualidade de vida das pessoas. O dinheiro circulou nos Municípios e também nas cidades; houve geração de emprego na cidade e no campo. Então, por pior que seja, isso dá emprego, renda e moradia. A pessoa tem uma vaca para tirar o leite, tem a sua plantação de mandioca, tem a sua galinha, tem o porco, portanto, ela pode viver com dignidade. O que não pode é viver na indigência. É um programa que o Governo do Estado pretende continuar no Pontal.

Entre os organismos de terra existentes pelo Brasil afora, o Instituto de Terras está muito bem aparelhado aqui em São Paulo, e vai continuar a dar a assistência técnica, por achamos que esse é um modelo de desenvolvimento para a região. Houve uma melhoria na vida dessas pessoas como também um aumento no rendimento de todos os Municípios onde existem os assentamentos.

Basicamente era isso que eu poderia colocar para a Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu teria duas brevíssimas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós temos um acordo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Apenas sugerir que ouçamos a palavra final de Dom José Libório, que, desde o começo, está aqui nos aguardando. É quase que uma benção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Faremos isso, então, ao final: uma benção do Bispo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Para o objetivo da nossa CPMI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quero agradecer a sua contribuição importante para esta CPMI.

Recebo um documento, assinado pelo José Rainha Júnior, que passo a ler:

Atendendo à propositura de um dos Deputados desta CPMI, no que tange à entrega do meu sigilo bancário aos membros deste Colegiado, tenho a esclarecer o seguinte: há, por parte de setores ligados ao latifúndio improdutivo, o interesse, que ficou evidente nessa visita ao Pontal do Paranapanema, de desvirtuar os objetivos desta CPMI Mista, no sentido de perseguir, desmoralizar e criminalizar os movimentos sociais do campo brasileiro, assim atingindo a própria luta democrática e republicana pela reforma agrária.

Nesse contexto, ao invés de se buscar alternativas e proposituras no sentido de dar maior velocidade ao Programa Nacional de Reforma Agrária, busca-se atingir pessoalmente lideranças e entidades parceiras dos movimentos sociais, que lutam pela política de reforma agrária no Brasil.

Assim entendo o aparente, inocente e despropositado pedido apresentado na data de hoje por um dos membros da CPMI. Tal pleito se revela como fruto dessa tentativa de redirecionar o debate da reforma agrária, e, ao assim acontecendo, negar-se a fazê-lo.

Despropositado inclusive, é pleito de S. Exª o Deputado quando é de conhecimento público e notório que há anos não possuo mais sigilo bancário, estando todas minhas contas à disposição da Justiça brasileira.

Nada mais há que se acrescentar, pois creio ter, durante minha exposição, esclarecido e respondido todas indagações dos nobres Deputados e Senadores da República.

José Rainha Júnior.

Eu tenho o dever de, primeiramente, pedir à Secretaria desta Comissão que autue o documento recebido. Em segundo lugar, de dizer que, como Presidente desta CPMI, tenho que rechaçar as afirmativas de que esta visita tenha o objetivo propugnado por quem assina este documento.

O objetivo desta CPMI é outro. O objetivo desta CPMI é contribuir para que este País possa plantar um modelo de reforma agrária que nos proporcione uma correta redistribuição dos benefícios oriundos das potencialidades econômicas da Nação.

Enfatizo que este é o objetivo desta CPMI. É evidente que é um assunto apaixonante, polêmico, complexo e que divide e proporciona nitidamente cenários diferenciados no que diz respeito à questão ideológica. Mas é preciso respeitar o posicionamento de todas as partes envolvidas nessa questão, caso contrário só estaremos manifestando a intenção de buscar o entendimento e a paz, e não estamos contribuindo para que isso ocorra.

Quanto à iniciativa do Deputado, ela é legítima. Como Presidente desta CPMI tenho o dever de defendê-lo em relação a essa iniciativa. É óbvio que, se o sigilo bancário do depoente de hoje já está à disposição da Justiça, não está ainda à disposição desta CPMI. E o que desejou o Deputado foi facilitar para evitar deliberação em reunião futura, para que a CPMI pudesse ter conhecimento, portanto, dos dados referentes à investigação feita pela Justiça como decorrência da quebra do seu sigilo bancário.

De qualquer maneira, informamos que, no próximo dia 29, esta CPMI deliberará sobre requerimento que pede a transferência das informações decorrentes da quebra do sigilo bancário solicitada ao Ministério Público de São Paulo, que foi concedida.

Portanto, o pleito do Deputado será atendido, se esse requerimento for aprovado, no próximo dia 29. Na mesma data haverá também o depoimento do Sr. Manoel Domingues Neto, que deveria ser feito hoje.

Por sugestão do Senador Suplicy, vou conceder a palavra a Dom José Maria Libório Camino, que nos honrou com sua presença aqui durante todo o decurso dos trabalhos desta CPMI. Evidentemente, como disse o Senador Suplicy, é mais uma benção do que propriamente um depoimento.

O SR. DOM JOSÉ MARIA LIBÓRIO CAMINO SARACHO – Exatamente, estou aqui hoje até feliz por aprender como os senhores trabalham, e pensei que não trabalhavam tanto. Ficar muitos dias sem comer é bom. Quando pagamos os impostos, começamos a pensar para onde irá isso. E quando o Excelentíssimo Sr. Severino quis aumentar o salário de deputado para R$21 mil, fiquei com dor de barriga o dia todo. Dor de barriga não por que eu tinha fome. Porque não posso ajudar os senhores em praticamente nada, só posso pedir a Deus que faça justiça. Mas posso lembrar ao Sr. Senador que há muitas pessoas sem trabalho por não terem terra, há muitas pessoas com fome por culpa da injustiça. E não sei se o senhor é cristão ou não,

mas o senhor é culto e sabe que um povo que não tem justiça não é um povo abençoado por Deus, não é um povo de Deus. Temos pressa não para a tender essas tendências de um que puxa para aqui e outro que puxa para lá, mas para dar de comer ao povo. Esse é um povo que tem direito. O Sr. Naval fica brigando comigo – ultimamente já fizemos as pazes – porque digo que não somos donos de nada, somos administradores dos dons de Deus colocados em nossas mãos. E temos que administrar bem. Escolhemos os Srs. Senadores e os Deputados, porque eu também voto – não votei para o senhor, não, dei meu voto para o senhor nas diferentes legislaturas – para que nossos representantes defendam nosso povo. Não temos maremotos nem terremotos, temos 40 milhões de brasileiros caminhando para a morte com fome. E isso é gravíssimo em nossa cidade. Teremos que esperar, como Moisés, 40 anos para ver a terra prometida, dando de comer a seus filhos? E já se passaram 20 anos, aliás, 21, desde que foi iniciada essa caminhada para uma justiça das terras. Não se trata de tirar nada de ninguém.

Senador, assisti, faz exatamente 60 anos, ao julgamento do meu pai, no quintal da minha casa, na Guerra Civil Espanhola. E sabe qual era lei lá? Mostrar os documentos das propriedades ou a forca. Era o povo que se retirava para o centro da Europa, chamado de comunista, e ia fazendo, cidade por cidade, a justiça. Quem não tem título de propriedade, que devolva para o Estado a propriedade que não sua e que o Estado entregue aos que têm direito a ter terra. Terra e água são um dom de Deus. E não há.... Alguém disse por aí que não respeito a Constituição. Eu respeito e amo a Constituição. Sou brasileiro porque optei por ser brasileiro, e não precisava vir aqui para comer. Mas vou lutar, para que nosso povo seja contemplado com a justiça. Terra para o povo trabalhar com dignidade; água para fazermos frutificar essa terra.

Então, senhores, não sei de que religião são. Mas, se aceitarem, farei a proposta que outro dia fiz aos militares. Nos 39 anos da Polícia Militar ao serviço da cidade de Prudente, eu convidei aquele povo, em nome de Deus e na Ação de Graças a esta cidade a rezarmos juntos a oração que Cristo nos ensinou. Não sei se isso está fora das leis dos homens, mas se V. Exªs, em pé, poderíamos pedir a Deus que nos perdoem pelo mau uso que fazemos da terra e por não amarmos aos nossos irmãos como Cristo nos ensinou.

Estamos entrando na Semana Santa, no grande tempo dos cristãos. Quem sabe a sua vinda aqui com os colegas Deputados, vamos ser todos abençoados pela justiça e o amor:

Pai Nosso, que estais no céu,
santificado seja o Vosso nome,
venha a nós o Vosso reino,
seja feita a Vossa vontade
assim na terra como no céu.
O pão nosso de cada dia nos dai hoje,
Perdoai as nossas ofensas,
assim como nós perdoamos a quem nos têm ofendido,
Não nos deixeis cair em tentação,
mas Livrai-nos do mal.
Amém.

Que a benção de Deus todo Poderoso desça sobre todos nós, sobre o nosso Congresso e permaneça para sempre. Amém.

Obrigado, senhores. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Dom José Maria Libório Carmine.

Creio ser esta a primeira vez que, uma reunião de CPI, termina com uma oração como esta proferida por Dom José Maria Libório Carmine, que nos honrou muito com a presença e o depoimento ao final dos trabalhos de hoje.

Desejo agradecer à Câmara de Vereadores por meio do Vereador Ed Thomas; a todos os servidores desta Casa, que contribuíram para o sucesso dos trabalhos de hoje; à Polícia Militar, à Polícia Federal pelo atendimento a todos nossos colegas no dia de hoje. Agradeço também ao Prefeitos Marcos Rocha, de Regente Feijó; Paulo Pires, de Teodoro Sampaio e a todos os Vereadores. Agradeço aos Srs. Deputados; ao Senador Eduardo Suplicy, pela presença hoje em Presidente Prudente. Certamente, Deputado João Alfredo, pela reunião da maior importância e que terá um significado exponencial, quando da conclusão dos trabalhos desta CPI.

Declaramos encerrada esta reunião, marcando outra para o próximo de 29, terça-feira, às quatorze horas em Brasília.

(Levanta-se a reunião às 15 horas e 15 minutos.)

(CONVERSA INFORMAL ENTRE PARLAMENTARES E MEMBROS DO MST) Início às 16 horas e 15 minutos.

O SR. JOSÉ APARECIDO GOMES MAIA – ....vai se apresentar e com um trabalho da CPMI que nós já tínhamos falado há pouco com vocês. Queremos pedir desculpa a esta Comissão, pois tivemos um certo atraso, porque viemos às 13 horas e, como um certo atraso devido ao trabalho dos senhores, um pouco do pessoal foi embora para cuidar de algumas coisas. Mas aí estão os nossos assentados e assentadas de reforma agrária nesse assentamento rodeio. Não sei como seria a idéia, mas pelo menos o que discutimos

é só apresentar rapidamente para que vocês saiam conhecendo como se deu a conquista desse assentamento.

Chegamos aqui no dia 11 de março de 1997.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco-PT – SP) – Não seria melhor ficarmos sentados aqui e apresentar os Parlamentares?

O SR. JOSÉ APARECIDO GOMES MAIA – Seria interessante.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então vamos começar do começo. O Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Senador Álvaro Dias; o Deputado Onyx Lorenzoni, Vice-Presidente da nossa Comissão. O Senador Alvaro Dias é do Paraná; o Deputado Onyx Lorenzoni é do Rio Grande do Sul; O Deputado Luiz Carlos Heinze também é do Rio Grande do Sul; o Deputado João Alfredo, Relator da CPMI, é do Ceará; o Deputado Adão Pretto, que é do Rio Grande do Sul, e o Deputado Jamil Murad, que é de São Paulo. Somos os Senadores e Deputados que estamos hoje no Pontal do Paranapanema, visitando as experiências de assentamento e estivemos dialogando na Câmara Municipal, ouvindo tanto os produtores rurais quanto os trabalhadores que prestaram seus depoimentos. Viemos fazer uma visita rápida para ouvir a sua história.

O SR. JOSÉ APARECIDO GOMES MAIA – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy, em nome de toda a Comissão.

Meu nome é Cido Maia, ou melhor José Aparecido Gomes Maia, do Assentamento Rodeio. Em nome dessa comunidade assentada, das professoras que se encontram presentes e da nossa diretora Lindinalva. Vamos relatar rapidamente como se deu esse Assentamento Rodeio.

No dia 11 de março, depois das lutas travadas no Pontal do Paranapanema desde 1991, tivemos a notícia da conquista dessa área. Chegamos na madrugada do dia 11 e acampamos próximo à sede da fazenda onde permanecemos até dia 20 de setembro do mesmo ano esperando que o Instituto de Terra liberasse a área, ou seja, retirasse todos os pertences que ainda eram do fazendeiro, e nós trabalhássemos a área para os assentamentos.

Como o processo era um pouco lento na época, fizemos duas produções: uma de feijão do mês de abril e outra, que já tínhamos iniciado, o plantio da mandioca no mês de agosto para setembro. No dia 20 setembro, então, recebemos a área definitivamente para alegria das 65 famílias que estão hoje aqui. Fazendo uma multiplicação de 65 por 4 e encontramos em torno de 250 pessoas dentro do assentamento da fazenda onde moravam apenas dois com suas famílias. Por sinal estão aí hoje, assentados também e trabalhando no seu próprio lote.

Aqui, basicamente, trabalhamos a agricultura e a pecuária leiteira, agropecuária, em que as pessoas tiram o seu próprio sustento. Temos o plantio da mandioca, um pouco do milho e, às vezes, do feijão, uma lavoura de risco, mas algumas pessoas ainda plantam pelo menos para a subsistência.

Temos várias dificuldades; um solo típico de cerrado – melhor dizendo, da gabiroba e do pequi –, e temos muitas dificuldades. Não é que o solo não produza, mas precisaríamos de um investimento maior na recuperação, pelo menos do calcário e do adubo. Quando conseguimos fazer isso, o retorno vem.

Hoje, avançamos um pouco na conquista dessa escola, onde se estuda de 1ª a 4ª. Há mais a alfabetização de jovens e adultos. Já saiu uma turma, no ano passado, até à 4ª série. Neste ano, prometeu-se de 5ª a 8ª série, assim havendo demanda. Todas as nossas crianças dos assentamentos chegam à escola de manhã, voltando ao meio-dia. Para nós, isso é uma satisfação. Temos algumas deficiências ainda, pois, na escola – bonita, por sinal, dentro de um assentamento –, ainda faltam algumas coisas. Não temos uma quadra poliesportiva para os nossos estudantes, mas sonhamos em conquistar isso.

Com as pessoas responsáveis, que fazem a reforma agrária, que ela venha de verdade e que possamos avançar na conquista da escola, do posto de saúde e também dos cursos de formação para todos os nossos jovens. Muitas vezes, eles ficam sem fazer muitas coisas nos assentamentos, apenas trabalhando. No fim de semana, eles não têm muito lazer.

Infelizmente, como em todos os lugares, temos também os problemas, mas, certamente, podemos garantir que está bem melhor do que a situação que passamos um dia. Saímos do campo, fomos para a cidade, em busca de um trabalho, e tivemos de voltar para o campo, porque, na cidade, também o inchaço é grande.

Sonhamos. Os nossos sonhos não param por aí. Eu acredito que a reforma agrária no Pontal do Paranapanema tem dado alegria a muitas pessoas. Hoje, são quase 6.000 assentados e não foi fácil. Enfrentamos os pistoleiros, enfrentamos a forte briga com a UDR, que, muitas vezes e muitas noites, quando não era com o suor da lona pingando em nossa cabeça, era com os tiros que passavam em cima dos barracos.

Mas acredito que nem por isso deixamos de acreditar e estamos aqui. Quantas outras pessoas estão acampadas e ainda sonham com a reforma agrária no Pontal do Paranapanema?

A gente queria assim fechar e estar à disposição para que sonhemos com a dignidade. A luta pela terra ainda tem de ser debaixo do barraco, porque a reforma agrária já deveria ter sido feita há muito tempo.(Palmas!)

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – ... do Governo, principalmente. Por exemplo, há um programa de calcário para facilitar a correção do solo, para que produza ou não há nada disso?

O SR. JOSÉ APARECIDO GOMES MAIA – Nós tivemos o inicial, há sete anos atrás, assim dizendo, a primeira calcariação, que seria... Bom, vamos distribuir um pouco para você fazer um ou dois alqueires. Mas como a terra de cerrado tem muita necessidade, este ano, por exemplo, fizemos várias análises de solo. São necessários cerca de 2 mil quilos de calcário por alqueire para plantar mandioca, que não é tão exigente. Depois não tivemos mais nenhum recurso para isso, não foi dada continuidade ao programa. Vamos fazendo de acordo com as possibilidades, ou seja, poderíamos plantar quatro, mas plantamos só um para ver se sai melhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Inaudível.

O SR. JOSÉ APARECIDO GOMES MAIA – O calcário, hoje, infelizmente, é distante. Fica na região de Itapeva, de Sorocaba ou no Paraná.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Inaudível.

O SR. JOSÉ APARECIDO GOMES MAIA – O preço do transporte é dobrado. É três vezes mais do que a tonelada de calcário, que hoje deve estar em torno de R$13,00, R$14,00.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Dido, só uma correção: é 2 mil para a mandioca, mas o (??) é 7.500 quilos por alqueire.

O SR. JOSÉ APARECIDO GOMES MAIA – Eu me referia à mandioca.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Inaudível.

O SR. JOSÉ APARECIDO GOMES MAIA – O Governo Estadual não deu continuidade ao programa. É tanto quanto o calcário. Não tivemos o crédito habitação. A eletrificação rural também foi um projeto pelo qual pagamos muito caro. Hoje estamos sonhando com a luz para todos para que recuperemos o que já pagamos. O assentado, hoje, paga em torno de R$30,00 ou R$40,00 de consumo. Temos que pagar a parcela do financiamento que, hoje, está em torno de R$60,00. Isso, para nós, pesa muito para uma renda que você não consegue extrair, no Norte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vocês se organizam de forma cooperativa?

O SR. JOSÉ APARECIDO GOMES MAIA – Tínhamos dificuldades com o trabalho coletivo, ainda temos. É bem típico. Rio Grande do Sul e Paraná, às vezes, facilitam essa questão. Ainda temos um pouco de dificuldades. Temos as associações em diversos assentamentos, mas ainda não conquistamos o coletivo. Estamos nos preparando. Nós últimos três anos, as pessoas compreenderam que em sete anos de forma individual não avançaram muito. Talvez, experimentar uma nova forma possa ser uma saída. Como dissemos agora há pouco, buscar calcário para duas, três pessoas é muito difícil. Mas para uma associação, para uma coletividade, pode ser mais fácil o transporte, a chegada até aqui.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Inaudível.

O SR. JOSÉ APARECIDO GOMES MAIA – A assistência técnica propriamente falada é muito difícil. Temos os técnicos. O Instituto da Terra seria responsável. Temos mais alguns técnicos da Cooperativa, da Coocamp, que até onde alcançam nos dão assistência. Um veterinário serve 246 famílias. Às vezes, a vaca do companheiro está passando mal e quando o veterinário chega, três dias depois, ela até já morreu. Por outro lado, a média de produção de leite é muito baixa. Temos estudos, levantamentos, dizendo que são 20 litros, em um contexto geral, por família. Cada vaca produz entre 2,5 e 3 litros, no máximo. Com uma genética melhorada talvez pudéssemos avançar. Não precisaremos avançar na questão da pastagem, usar toda a pastagem. Dividiremos a pastagem com a agricultura familiar e a produção de leite.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Inaudível. (Conforme mapa enviado encerra essa conversa informal.)

(Levanta-se a conversa informal às 16 horas e 30 minutos.)

Ata da 23ª Reunião realizada em 29 de março de 2005.

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às dez horas e vinte minutos, na Câmara Municipal de Parauapebas, Estado do Pará, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senadores Sibá Machado, Ana Júlia Carepa e dos Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Luci Choinacki e Adão Pretto, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm***

promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". O Senhor Presidente Senador Alvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir os Depoimentos dos Senhores Manoel Domingues Paes Neto e Gerôncio Edivânio, bem como a Apreciação e Deliberação de Requerimentos. A seguir, o Senhor Presidente convida o Sr. Manoel Domingues para tomar assento à mesa dos trabalhos, informando que o depoente já assinou o Termo de Compromisso, passando a lê-lo. O depoente se fez acompanhar de seu Advogado. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator para dar início aos seus questionamentos e, após, ao depoente para responder. A Presidência concede a palavra ao Senador Romeu Tuma para indagar ao depoente. Usaram da palavra para questionar ao depoente os Parlamentares Onyx Lorenzoni e Luci Choinacki. O Dep. João Alfredo, Relator da CPMI, sugere convidar a Delegada de Polícia Federal, Dra. Miriam Fumie Takano, para prestar informações a esta Comissão, uma vez que o Sr. Manoel fez acusações sérias e graves em que nega o depoimento prestado na Delegacia de Polícia Federal em Presidente Prudente/SP, sendo aprovado. Prosseguindo, a Presidência comunica que será tomado depoimento reservado do Sr. Gerôncio, solicitando a TV Senado suspender as transmissões no recinto do Plenário. O Deputado Onyx Lorenzoni passa às mãos do Presidente carta que recebeu da Sra. Tereza da Silva Gonçalves, que trata um pouco da história do Pontal do Paranapanema para ser analisada pela Assessoria Técnica da Comissão. Ainda o Deputado Onyx Lorenzoni solicita convidar a Superintendente do INCRA em Pernambuco para prestar esclarecimentos a esta CPMI, sendo acatado. Após, o Senhor Presidente comunica que há sobre a mesa vários requerimentos para serem deliberados, mas por falta de quorum serão apreciados oportunamente, passando a fazer a leitura deles. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tem objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

Consulto o Plenário sobre a aprovação da ata da reunião anterior. (Pausa.)

Aprovada.

A reunião de hoje se destina a ouvir o Sr. Manoel Domingues Paes Neto, a quem solicito tomar assento à mesa. Seu registro de identidade tem o número 23.392.099, de São Paulo. Ele tem 26 anos de idade, estado civil separado judicialmente, com endereço na Rua Eufrásio de Toledo, 47, Bairro Marupiara, Presidente Prudente, profissão pecuarista. Ele exerce a atividade em Sandovalina, São Paulo.

O depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, consoante o art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal. Peço ao depoente que subscreva esse termo de compromisso se com ele concordar. (Pausa.)

Iniciaremos a reunião de hoje e creio que podemos adotar um modelo diferente, já que ouviremos um depoente convocado. Portanto, até dispensamos a exposição inicial, a menos que ele deseje fazer alguma declaração antes de prestar seu depoimento. Se não, começaremos com as indagações do Sr. Relator, Deputado João Alfredo. (Pausa.)

Como o depoente não deseja fazer uma declaração inicial, concedo a palavra ao Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Manoel Domingues Paes Neto, pergunto ao depoente se ele prestou um depoimento no dia 1º de novembro de 2003 na Cidade de Presidente Prudente, na Delegacia da Polícia Federal.

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Prestei um depoimento lá, sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Esta assinatura aqui confere com a sua?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Esta é a sua assinatura.

V. Sª confirma os termos desse depoimento?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – (Inaudível).

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Vou, então, fazer-lhe algumas perguntas com base no depoimento que V. Sª concedeu em 1º de novembro de 2003, na cidade de Presidente Prudente, na Delegacia da Polícia Federal.

V. Sª confirma que, com relação à reportagem publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, há uma

matéria que consta deste periódico do dia 3 de julho, como também no jornal **O Imparcial**, de Presidente Prudente, cujos títulos são "Exército particular está a postos no Pontal", no primeiro, e "Fazendeiro tem exército no Pontal", no segundo. Aparecem, então, vários homens armados, com armamento, inclusive, de uso restrito às Forças Armadas.

No depoimento, V. Sª afirmou que havia sido, juntamente com seu pai, convidado pelo Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, Presidente da UDR, para participar da fotografia veiculada no referido jornal. É verdade?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – V. Sª não confirma o que está dito aqui?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, senhor, porque esse depoimento foi tirado de mim à força.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Foi tirado...

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – ...de mim à força.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como foi tirado?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Eu fui agredido. Eu fui ameaçado. Ameaçaram minha família, minha namorada, para eu dar esse depoimento, senão eles iam fazer qualquer coisa comigo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E o senhor depois prestou queixa à Corregedoria da Polícia Federal acerca das ameaças que sofreu?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Eu fiz um depoimento em um cartório, porque não me quiseram ouvir na Polícia Federal.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor tem esse depoimento no cartório?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Tenho, sim, senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pode depois entregar à CPI?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Se o advogado estiver de posse desse depoimento, peço que traga até à Mesa, para registros na Secretaria da CPMI.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, o senhor desmente que reconheceu também na fotografia o Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia, como consta do seu depoimento?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Sim, senhor, porque eu disse tudo o que eles queriam para sair logo daquela sala, que eu não estava mais agüentando tanta pressão.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como é que se dava essa pressão, e o que o senhor foi obrigado a dizer?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Tudo o que eles diziam. Nem eu falava direito. Eles falavam, e eu tinha que concordar com eles, porque eles me davam tapa, croque, diziam que iam prender minha namorada, que iam fazer o que queriam com ela, que sabiam onde eu morava, onde minha família morava, que era para eu ter cuidado com eles.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Com eles?...

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Os policiais federais.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Os policiais federais. Quem participou desse interrogatório? O senhor lembra?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Havia uma delegada de Polícia?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não lembro, não, senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não? No depoimento consta que foi a Drª Mirian Fumie Takano Omori, Delegada de Polícia Federal, que tomou seu depoimento. Então, quem tomou seu depoimento?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não lembro, doutor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não lembra nem se era homem ou mulher?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não lembro. Havia muita pressão na minha cabeça na hora.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pode requisitar cópia, Presidente, para a Polícia Federal.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A cópia está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – A cópia está aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Até está consignado o nome da autoridade.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A cópia tem o nome dela. Mas ele não recorda nem se era homem ou mulher. Perguntei, Senador, porque, segundo a cópia do depoimento, foi a Drª Mirian Fumie Takano Omori, Delegada de Polícia Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu vi.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E eu perguntei...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O senhor estava com os olhos vendados?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não estava com os olhos vendados. E os policiais estavam de capuz?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Alguns, sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Alguns, sim. A delegada estava?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não lembro, doutor, se era delegada, se era homem ou mulher.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Queria também saber se o senhor já respondeu a algum procedimento na Polícia Federal por utilização de armamentos.

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não entendi a pergunta.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Se há algum procedimento contra o senhor – inquérito policial, processo criminal – com relação a armamentos?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Sim, existe.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Existe?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Existe.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor pode relatar que processo é esse?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – De apreensão de arma na fazenda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – De apreensão de arma na fazenda?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Isso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quem apreendeu suas armas na fazenda?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Policiais federais.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Policiais federais. Quando foram essas armas apreendidas?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – A quantidade?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quando?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Quando?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sim.

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Foi em...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Fale perto do microfone.

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Dois mil e... Creio que em 2003.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Em 2003. Quais foram as armas apreendidas na sua fazenda?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não lembro, doutor, porque quem mexia com negócio de armamento era o meu pai.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Era o seu pai. Mas o senhor não sabe nem que armas eram essas?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, senhor, porque ele que guardava, ele que mexia.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eram rifles, revólveres, metralhadoras?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não tenho conhecimento. Fiquei conhecendo somente depois que os policiais apreenderam.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não conhecia essas armas?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E seu pai se armava por quê?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não sei. Ele gostava. Ele era colecionador. Ele ia comprando não sei de quem, não sei como.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas ele veio a utilizar essas armas?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Às vezes ele atirava lá, na fazenda, limpava, mas era só ele que mexia. Ele não deixava ninguém chegar perto.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E havia alguma orientação dos fazendeiros na região para a utilização de armas?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, senhor. A única coisa que a gente ouvia é que, se caso chegasse a ter invasão em qualquer fazenda, a lei protegeria os fazendeiros que se defendessem.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A lei protegia. E quem dava essa orientação?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, isso está na lei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não, digo, quem... O senhor disse assim "ouvia...".

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Ouvia comentário de todos os fazendeiros.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quem falava isso?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Meu pai mesmo falava.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas havia uma orientação dos fazendeiros da região?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, senhor. Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Orientação de advogados? Orientação de entidade para isso?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Tinha. O advogado falava que tem a lei que protege a defesa.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu sei. Que advogado?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – O meu advogado mesmo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O seu advogado? O advogado da UDR, por exemplo?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, o advogado da família.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ah, o advogado da família.

O seu pai é vivo ainda?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Já veio a falecer. E o senhor sabe qual foi o resultado desse processo que o senhor responde?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Ainda não. Ainda está rolando.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ainda está correndo, não é?

O senhor tem conhecimento dessas armas que foram relatadas na matéria de **O Estado de S. Paulo** de 2003, que eram armas tipo espingarda calibre doze e fuzis comprados no Paraguai?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não tem? E onde seu pai comprava as armas?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Também não sei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não sabe de nada. O senhor veio à CPI para dizer nada?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, estou falando o que eu sei. O meu pai...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nem na sua casa... O senhor morava com seu pai?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Morava com meu pai.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Morava com seu pai, e o seu pai tinha armas?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Na cidade, não. Ele largava tudo na fazenda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E, assim mesmo, o senhor não sabia que armas eram aquelas?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, ele era muito rígido, ele mesmo mexia e ele mesmo guardava.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E nem sabia onde as comprava?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nada disso?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Nada.

Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Deputado Onyx Lorenzoni, gostaria de fazer perguntas?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, Sr. Presidente, não tenho nenhum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Cheguei atrasado e não peguei todo o depoimento. Mas o senhor falou que seu pai era colecionador.

Para colecionador tem que ter umas exigências, são pré-requisitos. Ele preenchia esses pré-requisitos – inscrição no Exército e tudo –, ou o senhor não sabe?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não tenho conhecimento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não tem nenhum documento que ele tenha deixado?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não sei.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Esse processo a que o Relator fez referência está em andamento, mas seu pai faleceu. Ele era o único investigado no processo ou tem mais gente?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não compreendi.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nesse processo que o senhor disse que está em andamento, que inclui o senhor seu pai, que faleceu. O processo continua, e ele é o único investigado?

O SR. MANOEL DOMINGUES PAES NETO – Não, eu acho que não. Quem tem mais informação é o meu advogado. Eu acho que não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Se ele faleceu, teria que arquivar o processo porque há pessoa morta.

Sr. Relator, há outros indiciados nesse processo a que V. Exª se referiu, do pai dele?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu tenho aqui, Senador, esse inquérito policial que apura exatamente a veracidade dessas matérias que foram noticiadas tanto no jornal **Imparcial** como no **O Estado de S. Paulo**, e essas matérias tratam justamente da possível existência de milícias armadas no Pontal do Paranapanema e, nesse inquérito, a cópia que me vem é justamente o depoimento dado pelo depoente de hoje.

Temos dois depoimentos: o do José Maria Tomazela, que é o jornalista do **O Estado de S. Paulo**, e também o do Manoel Domingos Paes Neto. Esse do Domingos Paes Neto é o que li e que desmente as informações e diz que foram arrancadas sob pressão, sob tortura, inclusive, porque ele relatou espancamentos e tudo o mais.

Nesse depoimento, Senador, ele diz que, mesmo tendo sido chamado pelo Sr. Nabhan Garcia para comparecer àquele momento em que foram tiradas aquelas fotos, não teria ido em virtude de ele e seu pai já terem envolvimento com a Polícia Federal.

Isso é o que traz no depoimento em que ele hoje contesta a sua própria veracidade.

Esta é a situação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Agradecemos ao depoente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu queria fazer uma solicitação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Que nós pudéssemos... Acho que são acusações muito graves as que são feitas. Porque uma coisa é uma escritura de declaração que o depoente nos traz, negando o outro depoimento, um depoimento prestado...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Acho que poderíamos pedir à Polícia Federal o que consta a respeito, e eles, sem dúvida nenhuma, rapidamente dariam ao Presidente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Além disso, acho que poderíamos ouvir a delegada também, a Drª Mirian Fumie Takano Omori.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Não há nenhum inconveniente em convidá-la.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Porque são acusações sérias. Primeiro, o depoimento é muito sério. O que está colocado é que houve todo um processo de armamento, inclusive que essas armas...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Deve haver o rol da apreensão dessas armas. Tem a busca e apreensão, deve ter o local da apreensão, deve ter tudo aí.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Na última página tem. Estão aqui as armas que foram apreendidas. Socorre-me aqui o Deputado Lorenzoni. Um fuzil semi-automático Winchester, da Checoslováquia, há armas brasileiras, alemãs, argentinas, americanas. Constam várias carabinas aqui, várias espingardas, submetralhadora, uma pistola de assalto. Foram apreendidas 21 armas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Isso, realmente, é coisa de colecionador.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Com a concordância dos demais integrantes da Comissão, em atendimento à solicitação do Relator, nós enviaremos o convite à Delegada Mirian Fumie Takano Omori para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Peço à Secretaria as providências para o convite.

Agradecemos, então, ao depoente, Sr. Manoel Domingues Paes Neto, pela sua presença e pelo seu depoimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Temos agora um depoimento reservado que nos foi solicitado pelo convidado.

Peço que se aproxime, peço à TV Senado que suspenda a transmissão.

Vamos proceder reservadamente, em atenção ao pedido do convidado para este depoimento.

Solicitamos sua presença à mesa, ao nosso lado, para prestar o seu depoimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, esta carta, feita de próprio punho por essa senhora, inclusive desconstitui aqui uma parte do depoimento do Sr. Bernardo Mançano, que é professor e pesquisador de terras.

Ela veio acompanhada de uma farta documentação, e creio que a Assessoria da Comissão deve avaliar essa carta da Srª Tereza da Silva Gonçalves, essa documentação, para, inclusive, subsidiar o nosso Relator, quando analisar.

A carta trata um pouco da história lá do Pontal do Paranapanema, dos conflitos, e ela traz uma série de dados que, na minha leitura, me pareceram esclarecedores.

Então, eu queria passar, oficialmente, às suas mãos. Foi encaminhado à Vice-Presidência, e eu acho

que o destino é a Presidência, a assessoria técnica da Comissão e, depois, o próprio Relator.

E eu queria trazer um adendo, fazer uma observação rápida. Eu não sou advogado, mas pelo que eu já conhecia do Código Penal e do Código Civil, sei que, inúmeras vezes, o testemunho apenas tem uma força extraordinária, tanto no processo penal quanto no processo civil.

Quero apenas lembrar isso aos membros da Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Nós teríamos que deliberar sobre requerimentos. No entanto, a menos que se concorde com a deliberação simbólica, estaríamos impedidos de fazê-lo, já que boa parte dos membros desta CPMI se retirou do plenário.

Eu apenas informo quais são esses requerimentos. Requerimento que propõe a transferência do sigilo bancário da Cocamp, Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema e seus diretores, dentre os quais se inclui o Sr. José Rainha. Este requerimento é de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni.

Há um outro requerimento que pede transferência do sigilo bancário e fiscal da União Democrática Ruralista – UDR. Este requerimento é de autoria do Deputado José Geraldo e do Deputado Adão Preto.

O outro requerimento pede a transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Manoel Domingues Paes Neto, de autoria também do Deputado Adão Preto e Deputado José Geraldo.

O outro requerimento pede transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Luís Antonio Nabhan Garcia, também assinado por ambos os Deputados.

E ainda requerimento que pede a quebra do sigilo bancário e fiscal do Iterra, assinado pelo Deputado Onyx Lorenzoni.

Requer a convocação do Sr. Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, para prestar esclarecimentos à CPI. Este requerimento tem como Relator o Deputado João Alfredo e ouviremos, se possível, na quinta-feira e sexta-feira, estaremos no Pará, esta Comissão Parlamentar de Inquérito viaja amanhã à noite para o Pará e permanece durante dois dias ouvindo além do Sr. Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, outros convocados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Outro requerimento requer cópia de documentos relativos à desocupação da área do Parque Industrial em Goiânia – aliás já recebemos esses documentos encaminhados pela Justiça local. Há também um outro requerimento no mesmo sentido, os processos em trâmite perante a 10ª Vara Cível da Comarca de Goiânia.

Outro requerimento, do Deputado João Alfredo, requer a convocação do Sr. Luís Ungaratti e Yoaquim Petrola para prestar esclarecimentos a esta CPI.

Do Deputado Jamil Murad, requer a realização de audiência pública para oitiva de dirigente nacional de habitação.

Portanto, esses requerimentos estão adiados, porque não temos **quorum** qualificado para deliberação, transferimos para a próxima reunião neste plenário para a votação dos mesmos.

Queremos mais uma vez lembrar que amanhã, às 9 horas, estaremos embarcando com destino ao Pará para dois dias de visitação e audiência pública naquele Estado.

Muito obrigado a todos que compareceram a esta reunião.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h27min.)

Ata da 24ª Reunião realizada em 31 de março de 2005 – Audiência Pública em Parauapebas/PA

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às dez horas e vinte minutos, na Câmara Municipal de Parauapebas, Estado do Pará, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senadores Sibá Machado, Ana Júlia Carepa e dos Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Luci Choinacki e Adão Pretto, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".*** O Senhor Presidente Senador Álvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir os Depoimentos dos Senhores José Décio Barroso, Lourival Souza Costa e Lázaro de Deus Vieira Neto. A seguir, a Presidência agradece a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Percília Rosa Martins, por sediar os trabalhos da CPMI nesta Casa Legislativa. O Senhor Presidente comunica que o Sr. Décio encaminhou expediente subscrito pelo seu Advogado Dr. Miguel Szaroas Neto, informando da impossibilidade de comparecimento e colocando à disposição para prestar depoimento em Brasília. O Senhor Relator pede a palavra para dizer que o Sr. Décio já foi convocado por duas vezes, sendo que não compareceu às reuniões

para prestar o seu depoimento. O Senhor Presidente determina a Secretaria às providências para reconvocação do Sr. Décio a fim de prestar depoimento no dia 06 de abril (quarta-feira), às 14 horas, na Sala 02 da Ala Nilo Coelho. Caso o Sr. Décio não compareça, a Presidência esclarece que irá usar da Legislação pertinente. A seguir, o Senhor Presidente convida o Sr. Lourival Souza Costa para tomar assento à mesa dos trabalhos, informando que o depoente já assinou o Termo de Compromisso, passando a lê-lo. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator para dar início aos seus questionamentos e, após, ao depoente para responder. Em seguida, a Presidência concede a palavra aos Parlamentares presentes para questionar ao Depoente. Prosseguindo, a Presidência convida o Sr. Lázaro de Deus Vieira Neto para tomar assento à mesa dos trabalhos. Após, o Senhor Presidente esclarece que o depoente já assinou o Termo de Compromisso, passando a lê-lo. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Relator para suas indagações e, após, ao depoente para responder. Fizeram uso da palavra todos os Parlamentares presentes para questionar ao depoente. Em documento firmado pelo Relator e demais Parlamentares, a Presidência defere a solicitação, que sejam requeridos à Comarca de Rondon do Pará cópia integral dos Autos do Processo Criminal nº 46/2000 e também ao Juiz de Direito da Vara Agrária de Marabá cópia integral dos Autos do Processo Criminal nº 1998900008-7 através de Ofícios expedidos pela Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a **24ª** reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

De início, agradecemos a todos os Vereadores e autoridades do Município na pessoa da Presidente da Câmara Municipal de Parauapebas, Vereadora Percília Rosa Martins. Agradecemos aos Vereadores que nos honram com sua presença e ao Prefeito Darcy.

Anunciamos a presença do Deputado João Alfredo, Relator desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, da Senadora Ana Júlia Carepa, do Senador Sibá Machado e dos Deputados Zé Geraldo, Adão Pretto e Luci Choinacki.

Agradecemos a presença dos que vieram acompanhar o transcorrer dos trabalhos de hoje.

Temos a preocupação de conhecer a realidade fundiária no interior do País. Por essa razão, pela segunda vez, encontramo-nos no Pará para ouvir depoimentos e, sobretudo, colher subsídios fundamentais para que o relatório final, a ser preparado pelo Deputado João Alfredo, seja um retrato autêntico da realidade fundiária do Brasil.

A preocupação desta Comissão é, sobretudo, com a violência que se dá no campo do Brasil, notadamente no interior do Pará. Nós que somos de longe, de outra região do País, reconhecemos a importância deste Estado e suas potencialidades extraordinárias. Sabemos que, com organização, autoridade e boa gestão pública, o Estado poderá prosperar mais rapidamente do que imagina, alcançando índices de desenvolvimento desejados. Certamente, muitos dos que poderiam investir no Pará estão receosos de fazê-lo em razão do clima de violência que se estabeleceu em virtude da impunidade que prevalece.

Este é o objetivo central desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito: contribuir para que a impunidade não estimule a violência.

Vamos iniciar os trabalhos de hoje, anunciando, primeiramente, que um dos depoentes, o José Décio Barroso Nunes, o Delsão, encaminhou comunicado à CPMI, ontem à noite, informando a impossibilidade de comparecer já que se encontra no interior do Maranhão e colocando-se à disposição para prestar seu depoimento em Brasília. Nós o convocaremos, provavelmente, já para a próxima semana, a fim de que preste seu depoimento no Senado Federal.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, já é a segunda vez que o Sr. Décio José Barroso Nunes, conhecido como Delsão, falta a uma convocação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, presidida por V. Exª. Sobre ele, pesam acusações de grilagem de terra, de grave dano ambiental, de violação à legislação trabalhista, de devedor contumaz de tributos e, o que é mais grave, da morte do líder sindical José Dutra da Costa, conhecido como Dezinho, barbaramente assassinado em novembro de 2000. Ele também é investigado pela morte de outras três pessoas que seriam funcionários seus, além de ser suspeito de participar do esquema da Sudam. Ele tem fugido desta CPMI como também de outros processos de investigação. É por isso, Sr. Presidente, que já ten-

do sido convocado outras vezes – pela terceira vez, desta feita – para vir a Brasília a fim de prestar o seu depoimento à CPMI, penso que ele vem cometendo crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal brasileiro. Por isso, solicito de V. Exª requerimento verbal para que fosse feita uma representação junto à Polícia Federal nesses termos, além, evidentemente, da sua convocação.

Era o requerimento que eu queria apresentar verbalmente a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Convocamos desde já – e solicitamos à Secretaria as providências – o Sr. José Décio Barroso Nunes para que preste seu depoimento na próxima quarta-feira, às 14 horas, na sala desta CPI no Senado Federal. Evidentemente, não comparecendo, utilizaremos o que a legislação nos permite, ou seja, a força policial para assegurar seu comparecimento. Certamente, ele o fará. Solicito à Secretaria que encaminhe, desde já, em tempo, para que o pretexto da convocação de última hora não seja utilizado nesta oportunidade.

Portanto, fica definido o depoimento de Delsão para a próxima quarta-feira, em Brasília, às 14 horas.

Temos ao nosso lado o Sr. Lourival de Souza Costa, o Pirrucha, que assina termo de compromisso.

Nome completo: Lourival de Souza Costa. Número da sua carteira de identidade, 70 anos. Seu CPF. Estado civil: casado. Endereço residencial: rua Santo Antônio, 139. Bairro: Centro – Rondon do Pará.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, incisos da Constituição Federal.

O Sr. Lourival já assinou o termo de compromisso.

Em função do seu estado de saúde, faz-se acompanhar de sua filha, que é médica.

Vamos, então, iniciar os trabalhos.

Passo a palavra ao Relator da Comissão, Deputado João Alfredo, para iniciar o interrogatório.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, gostaria de saber do nosso depoente de hoje, Sr. Lourival de Souza Costa, se ele conhece o Sr. José Décio Barroso Nunes, conhecido por Delsão.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eu já vi ele, mas não tenho muito conhecimento com ele não. Porque eu trabalho numa parte e ele trabalha em outra. Então, a gente sabe pelo nome.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor o conhece então?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eu já vi ele.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor sabe que ele é acusado pela morte do sindicalista Dezinho?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não sabe disso.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor possui ou possuía um funcionário de nome Raul?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço a V. Exª que solicite ao nosso depoente que usasse o microfone segurando com a mão para facilitar o entendimento, pois não estamos conseguindo ouvi-lo daqui.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Repetirei para o senhor responder. O senhor possui ou possuía um funcionário de nome Raul?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor sabe que esse Raul era o dono do revólver que matou Dezinho?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não sabe.

A madrasta do Raul mora nas suas terras?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor conhece o Sr. Igor Osmar, que é acusado de ter participado do assassinato do Dezinho?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sabe se foi ele que contratou o pistoleiro Wellington?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Também não sabe.

O senhor ...

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não conheço. Eu não conheço ele, não é?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Claro. O senhor assinou um termo de compromisso para dizer a verdade. Certamente o senhor está cumprindo-o.

O senhor conhecia o Dezinho, esse sindicalista lá de Rondon do Pará que foi assassinado?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Olha, de vista, eu conheci. Mas poucas vezes que eu conheci ele, que eu vi ele.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Poucas vezes.

O senhor sabia que o Dezinho, antes de ser assassinado, ele estava investigando a titularidade da fazenda Santa Mônica e Tulipa Negra, que são as fazendas lá da sua redondeza?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sabia?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não. Não sabia que ele usava isso não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Francisco Martins da Silva, irmão de Pedro, o primeiro pistoleiro contratado para matar o Dezinho mas que foi morto em dezembro de 2000 – são fatos que constam no processo –, está sob proteção no Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas. Ele afirmou, no depoimento do dia 26 de março de 2001, à juíza da comarca de Rondon do Pará, que existe um grupo de extermínio na cidade e do qual fazem parte o Delsão, o senhor, uma pessoa conhecida como velho Duca e Olávio Rocha. Agora, recentemente, com o assassinato da irmã Dorothy, fala-se muito numa palavra, consórcio, uma união de pessoas interessadas em eliminar as lideranças dos trabalhadores. O senhor é acusado de fazer parte de um grupo desses pelo Francisco Martins da Silva e, ao lado do Delsão, do velho Duca e do Olávio Rocha, formarem um grupo de extermínio para eliminar sindicalistas, trabalhadores rurais da região. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Se eu sei sobre isso?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não. O que o senhor tem a dizer sobre a acusação de que o senhor faz parte de um grupo de extermínio?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não. Não sei não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não faz parte?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor conhece essas pessoas? O velho Duca e o Olávio Rocha?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Se eu conheço?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sim.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eu conheço. Porque ele é dono do posto. Eu conheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – São seus amigos?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não... Nem inimigo. Porque eu abasteço lá, não é?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Abastece onde? No posto de quem?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – De Olávio.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – De Olávio. E velho Duca, o senhor conhece?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Quem?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Velho Duca. Velho Duca, o senhor conhece?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não. Este aí eu já vi também, mas eu não...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O que ele faz?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Ele?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sim.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eu acho que ele tem é fazenda, né, senhor?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor acha que ele tem uma fazenda?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – É. Mas eu não tenho a certeza.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não tem certeza?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não tenho certeza.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor sabe que os inquéritos para investigar a morte do Dezinho desapareceram do cartório de Rondon do Pará? O senhor sabe que os inquéritos policiais que estavam ligados a morte do Dezinho desapareceram do cartório?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não sabe?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não sei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O que o senhor sabe para dizer a esta CPMI sobre a morte do Dezinho e sobre as atividades do Delsão? O que o Sr. pode dizer para nos ajudar aqui nesta CPMI?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Pois é, senhor. Mas eu não tenho conhecimento, porque nós não nos comunicamos, né? Ele é de um lado e eu sou de outro.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – De um lado e de outro como?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Assim... A fazenda dele. E nós não temos relação um com o outro.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor mora onde?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Hã?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor mora onde?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Rondon.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Dezinho é de Rondon do Pará? Era de Rondon do Pará?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Era.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Delsão também?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – É.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor soube dessa morte?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Mas eu fico é na fazenda. É por isso que eu não tenho comunicação com eles.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não tem comunicação com eles?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – De maneira nenhuma? O senhor nega, então, participar desse grupo de extermínio que está sendo acusado de matar o Dezinho?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eu não sei. Eu não sei... desse grupo, eu não sei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Está certo. Está bom.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está livre a palavra para os demais Senadores e Deputados que desejarem fazer perguntas.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se a fazenda onde o Sr. Lourival mora foi ocupada recentemente.

A SRª (Oradora não identificada) – V. Exª poderia falar mais alto, porque não estamos entendendo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Vou refazer a pergunta inicial. Sr. Lourival, como o senhor adquiriu a sua fazenda? E de quem? O senhor tem o título definitivo da fazenda?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Tenho.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Como o senhor a adquiriu?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O senhor tem documentos?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Tenho o documento de compra da fazenda.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Como o senhor adquiriu a fazenda? De quem o senhor a comprou?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Comprei de Pedro Alves.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pedro Alves, é isso? Quando?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Em 1972, acho. Se olhar a escritura, é possível saber disso.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Em torno de 1972, é isso? Em 1972, é isso?

A SRª (Oradora não identificada) – 1971.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Em 1971.

O senhor teve a sua fazenda ocupada recentemente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A fazenda foi invadida?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Foi sim. No dia 11 de junho, ela foi invadida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Dia 11 de junho.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quem foi que ocupou a sua fazenda?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Quem, eu não sei. Foi seis homens encapuzados, armados, que me agrediu, procurando... Eu já ia passando... Eu fui botar os bezerros para mamar, e chegou esses seis homens armados e falou: "Onde está aquele velho? Nós queremos aquele velho." Eu falei: "O que é isso?" Eles disseram: "Não é nada não. Eu quero aquele velho". Foi conversando assim, e os homens tudo encaminhavam as armas em mim. Eu disse: "Olha, sou vaqueiro. Vocês me desculpa". Perguntaram: "Onde está o dono?" Respondi: "Deve estar na casa dele". Eles se aproximaram para lá e eu saí.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O que aconteceu com esses ocupantes?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eles ficaram lá. Eles estão lá. Eu saí e fui procurar a minha defesa com a Justiça e estou até hoje procurando a minha defesa com a Justiça.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor fez uma declaração veiculada no jornal **O Globo** nos seguintes termos: "Aqui não existe lei, justiça, nada deste Brasil que nós só conhecemos pelos jornais. Aqui nunca houve uma fazenda desapropriada legalmente. Os assentamentos foram invasões". Por que o senhor diz que os assentamentos são invasões? O senhor não considera a desapropriação um documento legal?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Essa palavra que diz que não há lei não está certa. Eu provo que estou dentro da lei. Eu provo que, até hoje, venho provando que estou dentro da lei. Não posso falar essa

palavra, porque ela não me desenganou ainda. Provo com os documentos como estou dentro da lei.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quando o senhor pediu a reintegração de posse para o juiz, que o senhor mostrou para esse jornal, o senhor disse ao Magistrado que, se nada fosse feito, agiria por sua própria conta. O que essas palavras significam?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Como posso agir por conta própria se os documentos da lei estão todos em minhas mãos? Se assim fosse, não precisaria de estar na lei.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então, aquele documento que o senhor mostrou ao jornal não é verdadeiro?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Estou com a reintegração, tenho todos os documentos e nunca tive de agir pelas minhas próprias mãos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Refiro-me ao documento que o senhor pediu ao juiz, dizendo que, se nada fosse feito, agiria por conta própria. Esse documento não existe? Foi invenção do jornal?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ela está perguntando se o senhor afirmou ao jornal...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ele teria mostrado um documento ao jornal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O senhor afirmou ao jornal que, se a Justiça não tomasse providências, tomaria por conta própria.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não. Estão inteirando 10 meses, mais ou menos. Estou pelejando até hoje, pedindo que me ajude; eu não tenho nada. Tomaram tudo, a minha propriedade. Só tirei a minha roupa do corpo e, até hoje, estou pedindo à lei que me ajude, porque não tenho como sobreviver.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então, o senhor está dizendo que esse documento não existe? É assim que entendemos. Agradeço ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Lourival, o senhor disse que é proprietário de uma área no Município de Rondônia. Qual é o tamanho dessa propriedade?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – São cerca de 2.700 hectares.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A propriedade é constituída de 2.700 hectares.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor atesta que são 2.700 hectares. Fomos informados de que o senhor alega uma propriedade de 44 mil hectares. São 2.700 ou 44 mil hectares, Sr. Lourival?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ele está dizendo que tem informação de que a propriedade tem 44 mil hectares. Esse fato é verdadeiro?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não. Tenho o documento e posso provar que são apenas aproximadamente 2.700 hectares. De cabeça, não gravo, mas provo com o documento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, de acordo com a resposta, são 2.700 hectares. O senhor comprou essa área de quem?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Do Sr. Pedro Alves.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Como o senhor pagou essa área?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Como o senhor pagou essa área, Sr. Lourival?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Paguei em moeda corrente mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pagou em moeda corrente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pagou em dinheiro. Qual o valor? Quanto o senhor pagou por essa transação?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Agora, eu esqueci.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor comprou em 1971?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Foi.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Em 1971.O senhor sabia que, pela Constituição Federal, qualquer área superior a 2.700 hectares só pode ser transacionada com autorização do Congresso Nacional. O senhor tem essa autorização?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Quando fui comprar, não sabia disso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor tem conhecimento de que a Corregedoria de Justiça do Pará decretou que o documento referente à sua área é falso? O senhor sabe desse fato?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não sei, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor acredita que seus documentos sejam falsos ou verdadeiros?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eu acho que é, porque tenho o FNO nele; e todos os documentos que o Banco da Amazônia me pediu eu dei, e eles me financiou.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Em qual cartório o seu documento é registrado?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – De Rondon.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor tem absoluta certeza de que os documentos de sua fazenda são verdadeiros. O senhor nunca recebeu qualquer comunicado da Justiça do Pará, atestando que o documento da sua propriedade é falso? Esse fato nunca foi anunciado ao senhor?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não. Nunca recebi.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor sabe que pode perder essa propriedade em razão desse fato?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Posso perder essa propriedade?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor está de posse de uma área que, segundo a Justiça do Pará, tem documentos falsos. Dizem que sua fazenda se chama Tulipa Negra. Esse é o nome de sua fazenda, de sua propriedade?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** Não é o nome de sua propriedade?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** O nome é Fazenda Serraria?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** Qual é o nome de sua propriedade?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Segundo o documento, o nome da propriedade é Fazenda Santa Mônica.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** Fazenda Santa Mônica.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com 2.787 hectares, conforme o documento.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eu não lembrava.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** Quem são os seus vizinhos, Sr. Lourival? Quais são as fazendas vizinhas à sua?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Meus vizinhos são Délson...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** Délson?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não é Délson. É Idélson e Jorge. Tem os mineiros do outro, mas não sei os nomes deles.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** O senhor não é vizinho do Sr. Delsão? Ele não tem uma fazenda do outro lado do senhor?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não é Delsão, não. É Idélson...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ele está esclarecendo, Senador que esse Idélson não é o Delsão.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** Não é o Delsão?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** É uma outra pessoa?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Idélson.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) **–** Idélson. Então, resolve uma preocupação.

Sr. Presidente, por enquanto, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Queria saber qual o valor do financiamento contraído no Banco da Amazônia, qual o ano e para que foi o financiamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Entendeu a pergunta?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Estou pensando é no valor. Tenho uma de 204 mil e a outra foi um trator... acho que é 157.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Os dois financiamentos para essa mesma propriedade?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – É, na mesma propriedade.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Em que ano foi contraído o financiamento?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Em que ano o financiamento foi feito?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Acho que em 2001.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – 2001?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Parece que em 2001.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – 2001. Qual a área desmatada dessa propriedade, ou seja, quantos hectares já foram derrubados dessa propriedade?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Já foram derrubados uns mil e poucos hectares. Não tenho assim...

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Mil e poucos, em torno de metade?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não tenho uma coisa exata.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O senhor não suspeita de alguém que mandou invadir ou invadiu a fazenda, já que os invasores estavam encapuzados? O senhor não tem nenhuma suspeita de alguém?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eu não tenho a suspeita de alguém, mas que foi a Presidente do Sindicato que mandou invadir.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O senhor afirma que foi a Presidente do Sindicato que mandou invadir?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eles falam. Eles falam que foi a Presidente do Sindicato.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – E eles estavam todos encapuzados?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eles se encontram ainda na fazenda? Ele perguntou se estavam todos encapuzados?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não. Só seis pessoas. Só seis pessoas que estavam encapuzadas. Os outros, eu não vi. Eu estava dentro do meu curral. Eu não vi. Só vi as seis pessoas. Mas só o barulho lá. Só as seis pessoas que me aproximou.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Está certo. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto, do Rio Grande do Sul.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – O que o senhor produz na sua terra?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O que o senhor produz na fazenda?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eu produzo o gado, eu produzo arroz e milho, essas coisas.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Quantos peões o senhor tem?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quantos trabalhadores há em sua fazenda?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Hoje eu não tenho nenhum.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Nenhum?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eles me... já tem dez meses...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A fazenda está invadida.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Está invadida e eu não tenho nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes tinha? Ele perguntou se, antes da invasão, o senhor tinha trabalhadores lá?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Tinha os vaqueiros, dois vaqueiros.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Dois vaqueiros. São mil e poucos hectares que estão desmatados. São mais de mil hectares que estão produzindo, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ele pergunta se mil e poucos hectares estariam produzindo.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Que ele já afirmou hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É, porque está o gado dentro, não é? É, justamente.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – É isso?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – É, com gado e, a outra parte, com...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quantas cabeças de gado o senhor tinha lá?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Tem aí...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem aqui no documento?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mil e sete bovinos na propriedade, está no documento.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – E quanto à produção de grãos, saberia nos informar, mais ou menos, quantos sacos produz de milho, de arroz?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Quantos sacos produz?

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – É.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Olha, na última vez, não sei. Eu tinha mais ou menos uns dez alqueires, mas eles chegaram e invadiram e nem terminou de colher, e o que colheu, eles comeram tudo, eles tomaram tudo, e não fiquei sabendo o quanto eu produzi. Eles levou tudo.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Então, o senhor tem mil e poucas cabeças de gado, tem dez alqueires de milho, de arroz, que tinha plantado e só tinha dois vaqueiros que trabalhavam.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não, na fazenda, dois vaqueiros. Agora, eu tinha os trabalhadores, né? Inclusive, uma parte eu dava para alguém que necessitava plantar para eles e a outra era minha. Eles chegou e invadiu tudo.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Continua livre a palavra. (Pausa.)

Creio que não há mais ninguém que queira fazer indagação, então vamos liberar o Sr. Lourival...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria somente de fazer uma pergunta.

A sua fazenda já foi vistoriada pelo Incra?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Já.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – E qual foi o resultado dessa vistoria?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Já tem um laudo?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Tem dois laudos. Um laudo foi favorável a mim. Aí...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ela foi considerada produtiva?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Foi considerada inviável para reforma agrária.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Isso, eu tenho o documento.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas o senhor falou que tem dois laudos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – E o outro laudo?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – O outro laudo diz que não; logo eles pediram que eles queriam a minha fazenda. Aí, ele pegou e foi outra vez e deram outro laudo dentro de poucos dias. Não sei por quê.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então, o outro laudo diz que a sua fazenda é improdutiva, é isso?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – É, mas...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O outro laudo do Incra. São dois laudos.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – São dois laudos. Um sim e, o outro, não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Um dizia que era produtiva e o outro, que era improdutiva?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não. O mesmo Incra.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim, do Incra. Mas em que período isso foi feito?

O primeiro laudo, quando foi expedido? O senhor lembra quando foi feita a vistoria?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não, mas no documento tem.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor não se lembra a diferença de tempo entre um laudo e outro?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Eu provo com documento. Tudo que eu...Pois é, mas eu não sei. Tenho que olhar o documento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Foi muito tempo depois?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor não sabe?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não, foi pouco tempo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Foi pouco tempo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então, era isso.

Existe um laudo que diz que é produtiva e outro que diz que é improdutiva. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O senhor tem ido à fazenda ou não? O senhor foi lá depois de invadida?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Não. Do dia que invadiu nunca fui lá porque eles não deixa, que diz que é para me matar. Se não me matar, eles não toma a minha fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quer dizer que o senhor está ameaçado de morte também?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Diária, eles falam lá; diarinha, eles falam isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – E o senhor não sabe se o seu gado está lá, ou se foi já vendido?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Pela conversa... Eu só posso falar o que eu provo. Pela conversa, eles vêm diária e mata diária. Agora tem a Adepará... Quando foi no dia 26 de outubro, eu pedi à Adepará, porque eu não tinha condição de vacinar o gado. Aí, pedi para ela vir para vacinar. Então, aí entrou. Foi, pediu à mulher do sindicato, a Joelma, ela autorizou para ir juntar o gado. Vou contar a história toda. Quando ajuntou um pouco de gado, o que eles fizeram? Tudo o que eu falar, eu posso provar com os documentos aqui. O que eles fizeram? Reuniram, ela reuniu onde – o que ela disse aí? – o repórter disse, e foi lá fazer isso, só você vendo como fez, e prendeu a doutora...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor poderia falar no microfone?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – ...do sindicato, dois, umas seis horas presa lá, e fazendo aquela manifestação. Aí a doutora, até hoje, nunca vacinou o gado. Está aqui, eu tenho a prova aqui, que eles não deixam vacinar e o gado está sem vacinar até hoje.

Agora, a lei diz que não pode ficar sem vacinar, porque já houve um foco aqui no Estado do Pará, e tal, e tal, mas eu não sou culpado. Eu provo que o tempo que eu tenho, eu vacino todo ano, legalmente. Não vacinou agora porque eles não deixaram.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos o Sr. Lourival Souza Costa pela presença e pelo seu depoimento.

Pode ficar à vontade, pode se retirar.

Estes documentos são para ficar?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Se o doutor precisar, podem ficar.

Eu queria saber o que eu tenho mais que fazer com esse documento, o que eu tenho de fazer para me restituírem a minha terra. Porque agora está na hora de a gente, de eu ter uma certeza.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Já houve ordem judicial de reintegração de posse?

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Já. Está tudo aqui. Pode olhar, já houve. E não foi cumprida. E hoje eu queria saber, nesta presença, por que, ou se vai ou se não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Aí depende da autoridade estadual cumprir a ordem judicial.

Estamos encaminhando à Secretaria da Comissão, para análise, a documentação apresentada.

Muito obrigado, Sr. Lourival.

O SR. LOURIVAL DE SOUZA COSTA – Obrigado também.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Consulto se está presente o segundo depoente, o Sr. Lázaro de Deus Vieira, que é Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Paraoapebas. (Pausa.)

Regimentalmente, fazemos a leitura do termo de compromisso.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade do que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Sr. Lázaro de Deus Vieira pela presença.

Vamos iniciar o mesmo procedimento anterior, passando inicialmente a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, para as primeiras indagações.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Lázaro de Deus Vieira, o senhor está sendo denunciado e responde aqui, na Comarca de Parauapebas, pela morte de dois trabalhadores rurais, Onalício Araújo Barros (Fusquinha) e Valentim Serra (Doutor). O senhor responde a um processo criminal?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Infelizmente, fui envolvido nesse processo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não. Pergunto se o senhor responde.

O senhor é Lázaro de Deus Vieira, vulgo Lazinho, brasileiro, casado, pecuarista, residente nesse Município de Parauapebas, proprietário da loja Estrela da Borracha? É o senhor?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Perfeitamente, sou eu.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O que o senhor tem a dizer sobre essa acusação? O senhor conhecia essas lideranças do Fusquinha e do Doutor, que foram assassinados?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não, eu não conhecia eles.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor sabe por que eles foram mortos?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Também não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não sabe por que eles foram mortos, não é?

E o que o senhor diz do fato de o promotor de justiça do Ministério Público Estadual, por meio do Dr. José Godofredo Pires dos Santos, no processo a partir do Inquérito Policial nº 002/98, oferecer denúncia contra 22 pessoas pela morte de Onalício Araújo Barros, vulgo Fusquinha, e Valentim Silva Serra. O que o senhor tem a dizer sobre essas mortes e sobre seu envolvimento?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Vou dizer sobre a minha passagem nesse episódio.

Eu estava indo para a minha propriedade, quando encontrei um grupo de produtores rurais nas imediações da VS 10, e me convidaram para ir até à Fazenda Goiás 2, onde ia haver o cumprimento da reintegração de posse do Sr. Carlinhos, o proprietário. Eu, inclusive...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Sr. Carlos Antônio da Costa?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Isso.

Inclusive, eu estava com a minha caminhonete cheia de mercadorias; eu estava até levando remédio, que eu tinha deixado gado no curral esperando que eu chegasse para medicá-los. Mas, para não ser também... Porque já pensou eu passar no meio de produtores rurais, conheço todos eles, e eu virar as costas para esse grupo e ir para a minha propriedade? Eu senti também que era uma falta de caráter até da minha parte se eu não fosse companheiro dos meus companheiros. Aí então eu para lá me dirigi, na minha caminhonete, sozinho – não foi ninguém comigo –, e por lá permaneci até por volta de sete horas, sete e meia. Inclusive, fui porque tenho um tio que tem uma propriedade que divide com o Carlinhos, que também ia fazer o cumprimento do interdito proibitório naquela propriedade e no qual nesse, onde encontrei com esses produtores, o próprio oficial me intimou – me intimou não, falou:

vou inclusive fazer o cumprimento do interdito do seu tio e não tem ninguém lá para acompanhar. Então, foi também um dos motivos que eu fui até aquela propriedade. E por lá permaneci. Durante o tempo que nós ficamos lá, eu estive na propriedade do meu tio, que era para trás, fiquei por lá até tarde. Quando eu retornei de lá o pessoal já havia saído. Então eu encostei na propriedade do Carlinhos e estavam lá os policiais para virem para a cidade. E, nisso, me perguntaram se eu podia trazer os policiais. Eu falei "perfeitamente". Nessa altura, eu nem mais fui na minha propriedade. Vim direto para a cidade, porque eu morava aqui.

Eu trouxe os policiais e vim para a cidade. Não vi nada, fui para a minha casa, ainda assisti um pouco do Jornal Nacional, entendeu? Quando foi por volta de nove e meia, recebi uma ligação perguntando o que tinha acontecido lá. Eu falei "Não. Aconteceu o quê?" Eu não sabia de nada. No entanto, depois do acontecido, eu permaneci aqui na região e não queria sair daqui. Foi um grande erro meu de não ter procurado a Justiça e ter passado, e ter me apresentado. Mas eu fiquei na minha propriedade e permaneci por lá praticamente uns 20 dias depois do acontecido. Aqui estava cheio de federais, a mídia toda, e todo mundo me ligava. Eu falei "não vou sair, não fiz nada". Mas foi tanta coisa, que eu saí e rolaram meu nome, porque meu nome foi arrolado no jornal, "Lazinho de tal", depois de colocaram Lazinho de Deus Vieira como arrolaram meu tio, Evandro de Deus Vieira que nem aqui estava; estava em Minas Gerais, foi arrolado outro companheiro nosso, Darcy, que nem lá estava. Então é o que acontece. Infelizmente... eu gostei demais quando o senhor, Senador, falou que o que nós precisamos aqui é de organização, autoridade e gestão pública, porque tudo isso que acontece no nosso Estado, aqui, é falta de gestão e de planejamento. Porque tudo...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Falta de quê?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Gestão e planejamento, porque tudo acontece a reboque. A reforma agrária que acontece neste Estado é uma vergonha, porque precisam acontecer as invasões para que se faça a reforma agrária. Os trabalhadores só ganham a terra se eles partirem para isso. No meu entender, acho que o Incra falta com a parte dele porque, desde 1987, que o Incra não regulariza uma propriedade. Uma propriedade no Estado do Pará, e a reforma agrária se faz a reboque das invasões. Acho que ele teria que chegar na área, ver a vocação, identificar as pessoas, ver se realmente tinha vocação para a coisa e fazer a coisa antecipada, colocar a pessoa lá depois de já ter adquirido por desapropriação, por um fato legal, e assentar a pessoa com condições de ela trabalhar. Não é do jeito que está sendo feito, porque não tem um assentamento na nossa região que funcione. Aqui tem várias testemunhas que se eu apontar 10, eles contam que tem 27 assentamentos que é uma farra com o dinheiro público, que não se produz nada. Então acho que isso é que se precisava ver.

Quando vejo um depoimento de um senhor igual àquele que sentou aqui, fico indignado. Para você ver, é um senhor que a gente vê que é um trabalhador, de pequeno, que está desde 1971 na região.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quem é?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Aquele senhor que estava aqui. Eu fiquei indignado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Veja, o senhor aqui é testemunha. Tem que responder o que está sendo perguntado. Depois o senhor pode até fazer as suas colocações, o seu discurso e tudo mais. O que eu fiz foi uma pergunta sobre o caso, porque aqui estou com uma denúncia, um inquérito na mão. Primeiro, há testemunhas que dizem claramente que o Sr. Carlinhos, Carlos Antônio da Costa, quem o convidou para ir ao local, segundo seu depoimento ainda há pouco, gritou "queima", mandando matar, e que, então, o Donizete efetuou um tiro à queima roupa em Doutor e em Fusquinha. E há testemunhas aqui também que dizem que o senhor estava no local do crime no dia em que justamente aconteceu, no dia 26 de abril de 1998. A testemunha diz "que o oficial José Eduardo estava no local do crime, além de Carlinhos, Nozinho, Lazinho," que é o senhor, "Antonio Barcelos, Luciano Sartório, e Darcy do Açougue Catalão.

O que o senhor tem a dizer sobre o fato de que há testemunhas que dizem que o senhor estava lá? O senhor presenciou quando o Sr. Carlos Antônio da Costa, vulgo Carlinhos, que eu não conheço, teria mandado o pistoleiro fazer a execução, matar os dois trabalhadores que foram mortos? O que o senhor tem a dizer sobre esse fato? O senhor estava no local do crime? O senhor presenciou quando o Sr. Carlinhos mandou atirar?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Como eu reportei há pouco, eu falei para o senhor que eu vim com os policiais, eu não vi nada. O meu depoimento está no inquérito. Do jeito que está no inquérito é o jeito que... Eu não tenho nada a esconder. Não preciso mentir. Então, eu não estava presente, como meu tio não estava presente, como o Darcy não estava presente. Tudo está arrolado nisso aí. Então, eu não participei. Nesse momento, eu não estava presente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Também aqui, na denúncia do Ministério Público, há uma acusação muito grave contra o senhor. O item 5 da

denúncia diz que os autos – portanto, todos os autos do inquérito – relatam que, após a execução, os denunciados do primeiro ao nono – o primeiro é o Sr. Carlos Antônio da Costa, o nono é o Sr. Geraldo Teotônio Jota e o senhor é o quinto – embrulharam o corpo de Valentim – que era o Doutor – em uma lona. Com a finalidade de ocultar o cadáver, transportaram o mesmo para uma área localizada a dez quilômetros do local da morte.

O senhor, junto com esses outros, embrulhou o corpo do Valentim e levou-o para uma outra área, para tentar descaracterizar o crime?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Eu disse ao senhor que, quando eu vim com a Polícia, eu não vi nada, não encontrei nada. Fiquei aqui, depois do acontecido, praticamente mais de vinte dias. Eu não tenho nada com isso, graças a Deus. Não tenho nada a esconder. Não estava presente. Não sei nada disso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor teve uma prisão preventiva decretada?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Tive.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor fugiu quando teve a prisão decretada, ou o senhor se apresentou espontaneamente à Polícia?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não, eu me apresentei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não fugiu em maio de 1998? Não se escondeu da Polícia em maio de 1998?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Foi o que eu falei para o senhor. Fiquei por aqui, por uns vinte dias, já com a prisão...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Vinte dias?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Fiquei na minha propriedade, que fica a vinte quilômetros daqui, por volta de vinte dias, mesmo depois da prisão preventiva. Depois, eu saí. Por insistência de companheiros, de amigos, de familiares meus que moram em Minas Gerais, eu saí, mas, depois, nós nos apresentamos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor participou de um movimento em setembro de 2003, quando houve o fechamento da rodovia PA-275?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Participei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Qual foi o objetivo desse movimento dos fazendeiros?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – O cumprimento de liminar de reintegração de posse na nossa região.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Qual liminar?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Da Fazenda União, Fazenda Tapete Verde, Boa Vista, Boa Sorte, Jacaré Grande. Foi um movimento das pendências das liminares aqui na região. O batalhão já tinha vindo aqui umas três vezes para cumprir, chegava aqui e não acontecia o cumprimento. Passavam-se meses e meses. Tentávamos de novo o cumprimento. O batalhão vinha de novo e abortava novamente. Então, aquilo foi uma maneira de a gente pressionar para ver se realmente cumpria essas liminares de reintegração de posse.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Essas áreas que o senhor mencionou estavam sendo objeto de questionamento ou de vistoria por parte do Incra ou por parte do Iterpa? Algum desses órgãos, ou estadual, no caso do Iterpa, ou federal, no caso do Incra, estava fazendo alguma espécie de levantamento dessas terras, para saber se eram terras griladas ou mesmo de desapropriação? Falo sobre essas áreas a que o senhor se referiu há pouco.

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Terra invadida não se faz vistoria. Isso já é lei...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mesmo não se fazendo vistoria, pode haver o processo de reforma agrária. Havia um processo de desapropriação dessas áreas a que o senhor se refere?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não, eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não era um movimento também contra a desapropriação dessas áreas para a reforma agrária?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não, já existiam as invasões. As invasões já é um movimento para forçar a desapropriação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Era um movimento para forçar a desapropriação, e o movimento de vocês era para forçar a desapropriação. E o movimento de vocês era para forçar o despejo?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – A reintegração de posse.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É só, Sr Presidente, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está livre a palavra para os que desejarem formular as suas indagações.

O Senador Sibá Machado é o primeiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr Lázaro, quantos sócios participam do sindicato presidido pelo senhor?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Nós temos mais de setecentos e quarenta associados.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Entre eles, há um senhor conhecido por Delsão?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – A área de abrangência do nosso sindicato rural é o município de

Parauapebas. Pelo que me parece, o Delsão não tem nenhuma propriedade nesse município.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Ele não tem propriedade em Parauapebas? Ou ele tem? Não entendi a sua resposta.

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não. Não conheço nenhuma propriedade do Sr. Delsão em Parauapebas. Eu acho que ele não tem propriedade no município de Parauapebas não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Essa jurisdição do sindicato não configura como sócio o Sr. Delsão?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Entre os nomes mencionados pelo Relator, alguns são citados como envolvidos na morte de duas pessoas, uma delas conhecida por Doutor, a outra, por Fusquinha. Entre eles, há algum sócio do sindicato?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Tem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – O senhor pode dizer o nome?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Posso ajudar, Sr Presidente? (Pausa.)

Carlos Antonio da Costa é sócio de seu sindicato?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E José Marcos Ferreira Donizete?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Em dia com o sindicato ele não está, mas ele foi associado no sindicato.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É sócio.

Márcio Dolevinsk de Araújo, vulgo Dr. Márcio, pecuarista, é sócio?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Também não. Márcio nem tem mais propriedade na região aqui.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Antonio de Oliveira Barcelos é sócio do sindicato?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Lázaro é o senhor. E Antenor Marques Pinto, pecuarista?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Era sócio.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E Luciano Sartório, pecuarista?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Também.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Rafael Saldanha de Camargo, pecuarista, é sócio?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – É sócio.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É sócio. Geraldo Teotônio Jota, Geraldo "Capota", é sócio?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Perfeitamente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Edson aqui é oficial de Justiça. Os outros, militares. São só aqueles?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – A pergunta é: o senhor tem conhecimento de que porventura alguns sócios do sindicato participam desses consórcios de assassinatos?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Eu assumi o Sindicato Rural em 2001. Se vocês virem, de lá para cá, desde quando assumi o sindicato, nunca houve uma morte relacionada com produtor rural em nossa região. Nenhuma. Relacionado com produtor rural, não. Não tem nenhuma que se prove que o produtor rural cometeu em nossa região.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Eu estive aqui depois das mortes dos dois trabalhadores – o Onalício Araújo Barros, conhecido como "Fusquinha", e o Valentim Serra, o Doutor – e era voz corrente, inclusive com testemunhas, da participação de pelo menos duas pessoas, ditos produtores rurais: um chamado Sr. Donizete, que já foi citado aqui; o outro era o Carlos, proprietário da Casa...

O senhor tem conhecimento disso?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Eu disse para a senhora o seguinte: eu assumi o sindicato em 2001 – me parece que isso foi antes de 2001; depois que eu assumi o sindicato, não tem nenhuma morte relacionada com produtor rural em nosso município.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Reafirmo a pergunta: o senhor tem conhecimento, então, de que, na morte do Fusquinha e do Doutor, os diretamente acusados, Donizete e Carlos, da Casa Goiás, o senhor tem conhecimento disso?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Tenho conhecimento do que está no inquérito, onde, inclusive, eu não estava preso ainda.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Eu estive aqui, inclusive, conversamos com várias pessoas. E todas essas pessoas confirmaram. O senhor acha que essas pessoas todas estão mentindo?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – É. O inquérito diz que o crime foi cometido por outra pessoa, que, inclusive, está no inquérito. Tenho conhecimento do que tá no inquérito.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Estou dizendo que o envolvimento direto dessas pessoas... Em nosso entendimento, o crime não é cometido apenas pela mão que aperta o gatilho, mas todos aqueles que financiam e não apertam o gatilho também são tão criminosos quanto aqueles que apertam o gatilho.

Então, é por isso que estou lhe perguntando se o senhor tem conhecimento disso.

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não tenho.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Sr. Lázaro, o senhor conhece o delegado de polícia civil aqui do município de Paraopebas?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não tenho conhecimento com esse delegado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Não conhece direito?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não, não. Parece que eu já vi uma vez só... mas não tenho muito conhecimento, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – O senhor tem conhecimento das declarações que ele fez para a imprensa nacional a respeito da pistolagem aqui no município?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Que o delegado fez?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – O delegado fez...

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – ...uma série de acusações sobre a pistolagem no município de Paraopebas. O senhor tem conhecimento dessas acusações dele?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não, não tenho.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Ele diz que foram mortas, já em 2005, durante menos de 60 dias, 24 pessoas. Ele diz que aqui existe, sim, a onda da pistolagem, que corre solta e que a Polícia não tem a menor condição de tomar providências, que a impunidade está à solta e que há suspeita, sim, do consórcio de mortandades aqui no município.

Eu queria saber se o senhor tem alguma informação sobre isso, sobre essas declarações do delegado e por que ele disse isso, tendo em vista que V. Sª nos diz que 740 pecuaristas são sócios do seu sindicato. Tem alguma informação sobre isso?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não, o negócio da declaração do delegado eu não conheço, mas sou morador aqui e não posso falar que eu não vejo, todos os dias você abre o jornal aqui – tem no jornal aqui da cidade. E todas as horas que você abre ele, de uma ponta a outra, é só crime. Agora, isso, eu acho que é papel de polícia e que deve ter investigação e provar quem são os culpados disso aí, né? Agora, o que eu sei é o que acontece aqui na cidade aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Mais uma pergunta pra mim *(sic)* encerrar, Sr. Presidente.

O senhor disse que o seu sindicato é para responder sobre os direitos dos seus associados. Correto. No caso de, por ventura, um de seus associados estar envolvido em qualquer tipo de crime, que posição o sindicado toma em uma situação como essa, Seu Lázaro?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Nós só defendemos a legalidade. Só quem está devidamente legalizado, e dentro da legalidade. Essa é a nossa orientação para todos os produtores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – No caso, todas as terras acusadas de grilagem aqui, se, por ventura, levantarmos nomes de pessoas que são sócias do sindicato, e que esteja envolvida em grilagem e em outros tipos de crime, nesse caso, que providências o sindicato toma?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – O que precisamos definir é o que é grilagem. Porque sei que tem terras aqui ocupadas há 30 anos que a pessoa não tem o título definitivo. Por ele não tem o título? Porque o Incra, desde 87, não regulariza a propriedade. Entendeu? Então...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – O senhor tem conhecimento da Portaria nº 10 do Incra e Ministério... É conjunta: Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Portaria nº 10. O senhor tem conhecimento dessa portaria?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Tenho conhecimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – E que tipo de providências o sindicato está tomando sobre a observação dessa portaria?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Eu não estou lembrando, o que...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – A portaria diz que as propriedades até 100 hectares estão livres de recadastramento. As de acima de 100 até 400 teriam 2 meses para providenciar toda a documentação com o georeferenciamento.(?) E aquelas superiores a 400 hectares teriam até 120 dias. Compreendeu? O prazo foi esticado até o final de setembro, os prazos para que todas as áreas, acima de 100 hectares, reapresentem toda a documentação, inclusive com o georeferenciamento, para que o Incra possa proceder àquilo que é de direito, e o que não é de direito... e poder regularizar as propriedades.

Então, a pergunta é: esses 740 proprietários, sócios do seu sindicato, tomaram alguma providência no sentido da obediência a essa portaria?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Estamos fazendo inclusive o documento de propriedade georreferenciado, aguardando o resultado, que o Incra não sabe nem como fazer.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Mas a providência está sendo tomada?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – O que acontece é o seguinte: há exigência do órgão, mas o órgão não sabe nem como implementar essa ação. Eu até tenho uma propriedade minha já georreferenciada, pronta, estou aguardando há mais de 90 dias, e o Incra não tem nem meios ainda de analisar e dar o laudo. E nós temos áreas vendidas na propriedade, e hoje, para se vender uma propriedade, exige-se o georreferenciamento. E tudo isso. E as coisas acontecem atropelando assim. "Ah, vamos fazer isso" - como se fosse um passe de mágica.

Então, a nossa parte nós fazemos. Sempre do produtor rural é cobrada uma coisa a mais. Mas nós sempre estamos fazendo dentro da legalidade, procurando nos legalizar e estar dentro da legalidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT-AC) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Eu queria partir do comentário feito pelo Lázaro, Presidente do Sindicato, de que os assentamentos são uma bagunça. A gente conhece muitos assentamentos no Pará e nesta Região. E ele disse que "sempre as pessoas estão ocupando terras, e o Governo vem atrás". E o que aconteceu nesses últimos 20 anos principalmente, em que tenho acompanhado mais a luta pela terra aqui no Estado do Pará, tem sido isso mesmo. Inclusive há assentamentos feitos em áreas impróprias, em áreas distantes. Até porque, em qualquer lugar que um sem-terra chegar para ocupar um pedaço de terra, essas terras já estarão ocupadas, e ocupadas por pretendentes de grandes áreas. É o que tem acontecido na história de toda a região.

Eu queria fazer uma pergunta para me situar sobre o mercado da terra da região. Se o Incra hoje quisesse fazer uma aquisição de terras aqui no Município de Parauapebas, em um raio de 20 km de cada lado da rodovia, qual seria o valor médio de um hectare de terras?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Eu vou citar para o senhor o preço de negócios realizados nessa região. Nós temos o preço de R$3 mil até R$6 mil o hectare nessa região.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Terras nessa faixa de 20 km de cada lado da rodovia? Em média R$4 mil?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – De R$3 mil a R$6 mil o hectare. Isso é negócio realizado.

Eu posso complementar?

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sim.

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Eu já tive reunião várias vezes com a Drª Bernadete. Uma coisa que tenho levado a ela é o seguinte: o Pará é enorme; hoje, há praticamente 7,5 milhões de pessoas em nosso Estado; nosso Estado é maior do que praticamente toda a Europa. Então, já perguntei à Drª Bernadete: por que essa insistência de assentar em determinado local? Eu acho que teria que se mudar o foco. Por que não levar para outras regiões do Estado do Pará?

Quando nós chegamos aqui, Doutor – eu cheguei aqui trinta anos atrás –, não existia Parauapebas não, nem a Vale do Rio Doce estava aqui. Eu andei setenta quilômetros a pé, andei por três anos, depois mais oito quilômetros em lombo de burro para ter a minha propriedade bem localizada aqui no Município.

Nós temos terra demais. Eu acho que não precisamos disso. Eu sou brasileiro, como qualquer pessoa que quer a terra é brasileira. E o Estado tem que defender os nossos direitos, porque eu sou cidadão, cumpro com os meus deveres, como todos os produtores rurais.

Então, pra que isso?

Penso ser tão fácil resolver esse problema que, se me o entregarem por 90 dias, resolvo o problema da reforma agrária aqui no Estado do Pará. Coloquem-me lá dentro e me dêem condições de resolver o problema. Mas todo mundo chega lá e não quer resolver. É interessante que ficam os conflitos, porque hoje os maiores clientes do Incra são os Sem Terra e os conflitos, porque sem os conflitos não há ibope. Se quiserem resolver, existem condições para fazê-lo e a custo muito mais barato que comprar terras nessas imediações.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT-RS) – Gostaria de fazer uma colocação. O depoente afirma que a atuação do Incra aqui é muito precária e que é preciso que os agricultores que não têm terra se organizem e façam a ocupação, para forçar a ocorrência da reforma agrária. Para isso, têm sido feitos assentamentos que não têm dado certo. Essa é uma força.

Por outro lado, V. Sª afirmou que o sindicato que V. Sª preside organiza a outra força para obrigar o cumprimento da reintegração de posse. Então, são duas forças.

E quando V. Sª afirma que quando se abrem os jornais todo dia há informação de crimes, assassinatos, essas pessoas assassinadas são de qual lado?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – São moradores aqui da rua. Falei do jornal aqui de Paraopeba. São moradores daqui e não sei de que lado eles estão.

São assassinados todos os dias, é só abrir o jornal e ver. Falei, pois não podia omitir, que aconteciam crimes. Mas, se existe pistolagem ou se tem gente por trás, eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Deputada Luci Choinacki tem a palavra.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta ao depoente. De acordo com o levantamento que já foi feito pelo jornal **Folha de S.Paulo**, dia 25/02/2005, o município de Paraopeba é um dos mais violentos do País. O senhor confirma isso?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Infelizmente, estamos em todas as manchetes. Só acontece coisa ruim aqui em Paraopeba, precisamos mudar isso. Inclusive, fizemos, no dia 23 passado, um movimento pela paz, quando demos um abraço nos três Poderes da cidade. Temos aqui o prefeito Darci. Precisamos mudar isso, pois Paraopeba é formada de gente boa, de gente que veio para cá trabalhar, mas aqui só se reporta coisa ruim. Não sei se a imprensa tem esse privilégio de mostrar só o que é ruim em Paraopeba.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O que o senhor considera ser o motivo dessa violência?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não sei. Sei que Paraopeba é uma cidade que cresce praticamente de 20 a 25 mil habitantes por ano. É uma cidade que recebe uma migração muito grande. É uma mão-de-obra super desqualificada que chega aqui com sonho de cidade rica e não encontra. Penso que é a migração muito grande, a própria falta de estrutura da cidade, a pobreza muito grande do nosso município.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – A entidade que o senhor preside estimula a prática de violência?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Se estimulamos a prática de violência? Não, de forma alguma, tal coisa jamais passou pela nossa entidade.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Outra questão. Logo depois da morte da irmã Dorothy, o sindicalista Soares Costa Filho, líder da Associação de Trabalhadores do Projeto de Assentamento Carlos Fonseca, foi morto aqui nessa cidade, dia 15 de fevereiro de 2005, aumentando assim os números da violência na região. O senhor acha que há consórcio também aqui em Paraopeba?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não, eu desconheço. Nunca nem ouvi falar tal coisa.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Então, o que foi dito no jornal não é verdadeiro? Que há consórcio, há...

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não, eu desconheço tal coisa, inclusive meu nome foi arrolado naquele negócio lá, meu nome está na CPMI da Terra, meu nome foi arrolado naquele problema que houve em Anapu. Eu nunca... Eu vou dizer para a senhora: eu já estive em Tucuruí, na época em que era o Ceat, atrás de regularização da minha propriedade, e depois eu estive duas vezes em Itupiranga. Nunca andei em Anapu, não conheço nenhuma daquelas pessoas envolvidas ali, e porventura eu tive o meu nome arrolado naquilo lá, com quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal. Olha que absurdo uma coisa dessas! Eu fico indignado com essas coisas, porque acho que, para isso acontecer, gente... Isso é uma violação dos meus direitos! Eu pergunto: por que isso acontece com a gente? Me pegar aqui em Parauapebas, só porque sou Presidente do Sindicato Rural, porque fui em defesa da classe?

Quando aconteceu aquilo, o que taxaram lá fora é que fazendeiro aqui era bandido, que não sei o que tem. Eu fui em defesa da classe, saí na **Folha de S.Paulo** por umas duas vezes. Eu falei o seguinte: que nós repudiávamos o que tinha acontecido, mas que um fato isolado de alguma pessoa não poderia manchar uma classe que tanto trabalhava e produzia aqui neste Estado. Quando chegamos aqui, trinta anos atrás, a carne que se comia aqui no Estado do Pará vinha de Goiás, e hoje somos o quarto rebanho do Estado, e de melhor qualidade.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Quantas propriedades o senhor tem?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Como?

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Quantas propriedades o senhor tem?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Eu só tenho uma propriedade e estou nela há trinta anos. Há trinta anos que estou na minha propriedade, e é uma propriedade de 3.300 hectares.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor produz nela? O que o senhor produz na sua propriedade?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Eu fui o maior produtor de cereais aqui. Na década de 80, eu cheguei a produzir 25 mil sacas de cereais; no meio do toco, eu tinha 500 funcionários, tudo braçal. Agora, a senhora imagina, eu tive uma perda de safra aqui que me levou meu gado todo, porque eu não tinha estrada nem tinha armazém para armazenar a minha produção. Hoje eu produzo, hoje eu faço pecuária de corte, eu faço Sistema Frisch – é um cruzamento de quatro raças –, eu tenho 984 quilos de animais por hectare, uma produção de quinze arrobas por hectare, quando a média nacional é cinco e meio a seis.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor possui documentação da sua propriedade?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Possuo documentação e vistoria de área produtiva e já tive, por nove meses, o pessoal assentado na minha porta. Por isso é que eu falo: por que não mudar o foco? Porque pegar uma propriedade produtiva, como a minha, aqui dentro da rua, porque é uma propriedade valorizada, e querer me desapropriar ou querer fazer, ou ficar sendo foco de invasão, assim, de... Entendeu? Então, é isso que precisa acabar, gente. Nós precisamos é de lei, de restaurar a lei, a...

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Só mais uma pergunta: a sua relação com o Ibama é tranqüila? Tem problema?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Tranqüila.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Posso fazer um questionamento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Eu queria fazer uma pergunta que eu acredito seja importante. A Deputada Luci Choinacki já havia concluído? (Pausa.)

Obrigada.

O senhor, tanto como nós, quer a paz no campo. É isso que o senhor disse aqui. O senhor não concorda com a violência, com mortes...

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – De forma alguma.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (PT – PA) – Entre tantos associados, assim como ocorre em todas as categorias, em todas as corporações, pode existir uma parte de pessoas que não concorda com o que o senhor acha, com o que nós achamos, que somos também contrários à violência, que tem atingido principalmente os trabalhadores, conforme demonstram as estatísticas. Como ocorre em todas as categorias, nem todos pensam igual. Então, o senhor não acha que seria importante, inclusive, há entre os seus associados... o senhor acredita que haja pessoas, associados ou não, que possam estar contribuindo com essa violência, que participaram, se não diretamente apertando o gatilho, na morte, por exemplo, do Doutor e do Fusquinha... essas pessoas deveriam, inclusive, ser afastadas e pagarem pelos seus crimes, para exatamente permitir que não aconteça isso, essa visão que passa pela imprensa como se todos fossem iguais? Eu não concordo. Quando não se aponta, não se ajuda a elucidar um crime, o senhor não acha que isso contribui também para que essa visão acabe atingindo a todos?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não, perfeitamente, Senadora. O que nós queremos é que puna todos os culpados e que ponha na cadeia, porque lugar de bandido é na cadeia, entendeu? Mas isso é o papel da polícia. A polícia está aí para investigar e colocar...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O papel da polícia é prender, mas é papel da sociedade ajudar a apontar aqueles que são culpados, até para que aqueles que são inocentes e querem trabalhar possam fazê-lo.

Então, queria só registrar isso pra mim. Eu queria só dizer isso, se tem pessoas que... aí eu estou falando porque vim aqui logo depois da morte do Doutor e do Fusquinha e tinham várias testemunhas que viram essas duas pessoas.

Então, acho que o senhor poderia contribuir, se não o senhor, porque o senhor diz que não viu, mas quem viu, mesmo que seja da mesma categoria, mas aí não interessa se é da mesma categoria, pois são pessoas que não estão contribuindo com a categoria de produtores. Estão, na verdade, contribuindo com a má imagem dos produtores, e esses não são produtores, são bandidos, como o senhor falou, e o lugar de bandido é na cadeia.

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Sem dúvida.

O SR. ADÃO PRETTO (Bloco/PT – RS) – Só mais uma pergunta: quando o nosso Presidente do Sindicato afirma que também está preocupado e que os culpados pelo crime devem ser punidos gostaria de fazer a seguinte pergunta: naquele despejo feito, iniciado pelo nosso Relator e que V. Sª acompanhou de perto, não estava presente na hora do despejo, mas estava na região, e tinha outras pessoas por aí, e houve a morte do Fusquinha e do Doutor. O senhor acha que quem matou esses dois trabalhadores foram os mesmos sem-terra ou será que tinha outras pessoas? Essas pessoas que estavam perto eram membros do sindicato do senhor.

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – O senhor está dizendo no caso do Fusquinha?

O SR. ADÃO PRETTO (Bloco PT – RS) – Sim.

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – O que eu disse para o Senador Sibá foi o seguinte: o que disse e conheço está no inquérito e inclusive tem o depoimento da pessoa que disse ter assassinado os dois sindicalistas. É esse o conhecimento que tenho.

O SR. ADÃO PRETTO (Bloco PT – RS) – E esses cidadãos fazem parte deste sindicato?

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Não, esse cidadão acredito que não se encontre nem na região.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a participação de todos os parlamentares e queremos agradecer também a presença de V.

Sª, Lázaro Deus Vieira, que é Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Paraopebas.

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Gostaria de passar um dossiê para V. Exª, se for possível, da realidade da nossa região. Estou passando para o Presidente um dossiê do que se passa na região. Se o senhor puder assinar pra mim o recibo, o protocolo nosso aqui, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passo às mãos do Relator esse relatório sobre a situação fundiária na região.

O SR. LÁZARO DE DEUS VIEIRA – Muito obrigado a todos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, são dois requerimentos que gostaria de apresentar a V. Exª, com a assinatura não só minha, mas de todos os parlamentares desta CPMI que estão hoje aqui em Paraopebas.

O primeiro eu já tinha feito verbalmente e agora estou reafirmando no sentido de se apurar o crime de desobediência do Sr. Décio José Barroso Nunes e também a necessidade, pois entendo ser necessário, de ele ser conduzido pela polícia para o depoimento em Brasília, que V. Exª já designou. Digo isso porque já são duas faltas consecutivas, sempre com o pretexto de não participar desta CPMI. Esse é o primeiro requerimento.

O segundo, Sr. Presidente, diz respeito aos dois depoimentos prestados, o do Lourival e este último. Vimos que há contradição entre o que os depoentes falaram e algumas peças dos processos. Com relação à apuração da morte do Dezinho, de Rondon do Pará, num dos depoimentos que constam dos autos, há a afirmação de um dos acusados, Sr. Wellington, de que o dono da arma que levou à morte o Dezinho era morador do Sr. Pirrucha – há apenas esse depoimento, a que tive acesso agora há pouco. Como também há uma contradição muito forte entre o que afirma a última testemunha e o que consta no processo e na denúncia, solicito, Sr. Presidente, que seja requerida, tanto ao juiz da Comarca de Rondon do Pará, como da Vara Agrária de Marabá, a cópia desses processos a fim de confrontá-los com os depoimentos prestados, para que, então, possamos tomar as providências previstas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está deferido o requerimento.

Quanto à outra solicitação do Sr. Décio José Barroso Nunes, o Delsão, a Polícia Federal já recebeu o ofício de convocação. Ele será, portanto, intimado pela Polícia Federal para prestar depoimento na próxima semana, dia 6, quarta-feira, às 14 horas.

Evidentemente, seria impraticável conduzi-lo sob força policial no dia de hoje, já que ele se encontra, segundo informações, no interior do Maranhão. De outro lado, a própria lei o protege nesse aspecto, já que o Código de Processo Civil, no art. 192, confere a ele o direito de se justificar em 24 horas após o recebimento da intimação. E ele o fez porque encaminhou, por meio de seu advogado, ontem à noite, em Brasília, a justificativa de que não poderia comparecer. Esse art. 192 do Código de Processo Civil, combinado com o art. 208 do Código de Processo Penal, que trata exatamente do não comparecimento por motivo justificado, dá a ele essa prerrogativa de ter mais uma oportunidade para prestar depoimento. Evidentemente, não o fazendo, será conduzido sob vara, como se diz juridicamente, ou seja, por força policial.

De qualquer maneira o Sr. Delsão não deixará de prestar depoimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Queremos agradecer a todos que contribuíram para a realização desta reunião especialmente o Prefeito Darcy, a Presidente da Câmara de Vereadores desta cidade, Vereadora Percília Rosa Martins, e saudar também toda a platéia que aqui compareceu de forma civilizada, educada acompanhou o transcorrer dos trabalhos do dia de hoje.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h45min.)

Ata da 25ª Reunião realizada em 31de março de 2005 – Audiência Pública em Santarém/PA

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, na Câmara Municipal de Santarém, Estado do Pará, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senadores Sibá Machado, Ana Júlia Carepa e dos Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Luci Choinacki e Adão Pretto, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".*** Presentes também a Sra. Prefeita Maria do Carmo Martins Lima, de Santarém e os Vereadores Henderson Pinto, Erasmo Maia, Rivelino Mota, Odeth Costa e Marcela Tolentino. O Senhor

Presidente Senador Álvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir as Exposições dos Senhores Maria Ivete Bastos dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Santarém; Tarcísio Feitosa, Representante do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA; Adinor Batista Santos, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Santarém; Dr. Paulo Fernando Maier, Gerente Executivo do IBAMA e do Dr. Inocêncio Renato Gasparin, Superintendente do INCRA no Pará. A seguir, a Presidência agradece a Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Vereadora Elizabeth Machado de Lima por sediar os trabalhos da CPMI nesta Casa Legislativa. Após, O Senhor Presidente concede inicialmente a palavra à Sra. Ivete Bastos dos Santos para dar início à sua exposição e, após, ao Relator para as suas indagações, bem como os demais Parlamentares presentes. Prosseguindo, o Senhor Presidente convida o Sr. Tarcísio Feitosa, Representante do Grupo de Trabalho Amazônico, que fez uma exposição com audiovisual. O convidado foi questionado por todos os Parlamentares presentes. A seguir, foi ouvido o Sr. Adinor Batista Santos, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Santarém, que em breve exposição relatou sobre a problemática do seu Sindicato, sendo também questionado pelos Parlamentares Presentes. A seguir, foi feita a explanação pelo Dr. Paulo Fernando Maier, Gerente Executivo do IBAMA na Região, que também foi indagado pelos membros da Comissão. E por último foi ouvido do Dr. Inocêncio Renato Gasparim, Superintendente do INCRA no Pará, que também fez uma exposição sobre a atuação do seu Órgão no Estado, sendo questionado por todos os presentes. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a **25ª** Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

Agradeço, em meu nome e em nome de todos os membros desta Comissão, à Presidente da Câmara Municipal de Santarém, a Vereadora Elizabeth Machado de Lima, a quem convido para tomar assento à Mesa e participar conosco dos trabalhos de hoje. Convido o Senador Sibá Machado e a Senadora Ana Júlia para que também tomem assento à Mesa, bem como o Deputado Adão Preto, a Deputada Luci Choinacki e o Deputado João Alfredo, Relator desta Comissão.

O objetivo desta reunião é colher depoimentos de representantes de vários segmentos que atuam na área fundiária, como o Incra, o Ibama, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato dos Produtores Rurais.

Pela manhã, ouvimos, na cidade de Parauapebas, vários depoimentos. E, no dia de amanhã, estaremos em Altamira, pela manhã; e à tarde, na capital do Estado, Belém, para o último depoimento desta que é a segunda visita da CPMI da Terra ao Estado do Pará.

Convidamos também o Deputado Zé Geraldo para tomar assento à Mesa.

Enfim, com todos a postos, vamos iniciar os trabalhos, convidando a primeira depoente de hoje que é Maria Ivete Bastos dos Santos, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. Peço à depoente que tome assento à Mesa para o seu depoimento.

Vamos conceder inicialmente a palavra a Srª Maria Ivete Bastos dos Santos, para que possa registrar algo que deseja, que considera importante, neste momento dramático de organização fundiária no nosso País.

Com a palavra, então, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Agradecemos também o Leocádio Diniz Saraiva, que é Diretor desse mesmo Sindicato, e que se encontra presente.

A SRª MARIA IVETE BASTOS SANTOS – Boa tarde a todas as autoridades que compõem a Mesa e a todo o público presente aqui, nesta Casa.

Primeiro, agradeço o convite feito à nossa entidade, e quero esclarecer que o nome do companheiro Leocádio Diniz Saraiva foi citado, porque eu estava ausente. Eu estava em um congresso em Belém, e consegui voltar a tempo, para que pudesse participar.

Vou citar alguns fatos que estamos vivendo aqui, no Município de Santarém. Essa luta vem sendo travada desde os anos 80, no Município de Santarém, principalmente na área onde hoje é criada a Reserva Extrativista Tapajós–Arapiuns, que consideramos uma das maiores conquistas.

Nessa década, houve bastantes conflitos e muita luta. E, em 1998, foi criada a Resex em uma área de mais de 600 mil hectares. Essa é a área em que vivemos sem conflito fundiário no Município de Santarém. Mas a partir daí, parece que ficou mais acirrada a disputa pela terra, como também a violência no campo e até mesmo o êxodo rural. Vimos que o Município de Santarém teve um êxodo considerável. Grande parte de seus trabalhadores saiu de suas terras para ocuparem periferias de suas cidades.

Quanto à questão da luta pela terra, tivemos um assassinato, em 1984, do companheiro Avelino Ribeiro e, em 2003, de José Orlando. Este último caso foi o que chamou mais a atenção já no nosso mandato, na nossa diretoria, porque foi uma disputa mais clara da grilagem de terra, da grande extensão de terra na mão de poucas pessoas.

Então, o que nos revoltou muito na morte de José Orlando foi o fato de ele ter sido assassinado pela Polícia, a mando de empresário. Esses policiais foram inclusive conduzidos no carro da empresa. Até hoje, nada vimos de resposta ou de solução para esse crime, esse assassinato.

Com a impunidade no caso de José Orlando, as coisas avançaram cada vez mais, porque muitos chegaram, foram se aproximando, tomando as terras e grilando-as. Sentimos que, hoje, como há um pólo do plantio de soja e um porto, tudo isso estimulou grandes agricultores a virem, a comprarem terras e legalizá-las. Muitas vezes, compravam do vizinho e legalizavam tudo junto, causando com isso bastante conflito no Município de Santarém.

Vimos que havia empresas e imobiliárias que estavam envolvidas, alguns diretores inclusive foram presos numa operação pela Polícia Federal. A partir daí, nossos trabalhadores passaram a ser bastante intimidados.

Temos, hoje, várias áreas que estão com esse processo, principalmente a gleba Nova Olinda, uma das áreas que é do Estado por sinal. Temos tido muita dificuldade para negociar com o Estado, com o Governo do Estado, que tem sido bastante omisso e utilizado os seus órgãos para contrapor, para vetar a nossa luta, porque temos sido vítimas de tudo isso.

Quando vamos acompanhar o pequeno trabalhador, somos inviabilizados na Delegacia de Polícia. Por exemplo, só faltou prenderem-me, no dia 17 de janeiro, quando fui acompanhar um desses trabalhadores que estava sendo vítima de um grande empresário. O rapaz ocupava a área há 15 anos, o empresário comprou a área dos vizinhos e acabou legalizando-a junto com a dele.

Então, há todas essas situações num momento em que somos maltratados, ridicularizados e até mesmo acusados de estar extorquindo os trabalhadores. Segundo a Delegacia de Polícia, o sindicato só existe para sorrir na frente dos trabalhadores e não para lutar por eles.

Quando conseguimos lutar mais pelos pequenos trabalhadores, somos inviabilizados pelos grandes poderes, pelos órgãos que deveriam estar a serviço de todo mundo, que deveriam dar oportunidades a todos por igual. Se a cidadã ou o cidadão se sente lesado, tem o dever e a obrigação de procurar esses órgãos que estão a serviço, mas, quando chegamos lá, somos inviabilizados.

Então, nos últimos casos que aconteceram, recebi visitas de empresários no sindicato, como Sr. Francisco Quincó, de alguma forma tentando me intimidar e, ao mesmo tempo, também nos acusando de estar mandando tomar as suas terras. E, logo depois, quatro dias depois, começaram as queimas de casas, mais de 25 casas foram queimadas na Gleba Pacoval Rio Curuatinga.

Insistimos demais com a Polícia Federal, com a Polícia Civil, que nem sequer se prestou, pelo menos uma vez, a ir no local, nem tampouco quiseram acompanhar o pessoal da perícia. Isso conseguimos, depois, com muita instância, para que a perícia fosse até o local.

E também esperamos, por mais de um mês, para que alguma coisa fosse feita, mas na base de muita pressão à Polícia Federal, ao Ministério Público Estadual e Federal. E o Ministério Público Estadual também descartou, dizendo que não era de sua competência por se tratar de área da União. E acabamos vendo o resultado, logo mais, e os empresários foram presos. Presos, mas até quando? Não passou com certeza nem um mês. E o prejuízo dos trabalhadores, quem é que paga? Hoje estamos sendo vítimas de ameaças a nossa integridade física e moral, o que nos tem sido bastante relatado. Todas as nossas organizações, todos os trabalhadores têm medo de chegar até nós e formular uma denúncia, porque têm medo de represália. Hoje temos trabalhadores sob proteção do Programa de Testemunhas; temos trabalhadores que deixaram suas terras e foram para outro Estado com medo, porque não têm coragem de falar, porque não têm coragem de citar. Hoje não é novidade que, quando um líder sindical que defende realmente os interesses dos trabalhadores se manifesta, querem calar sua a boca na bala e ameaçam. E parece que temos que nos omitir diante das situações que estamos vivendo.

Então, hoje, na Gleba Nova Olinda, tivemos uma operação feita pelo Ibama, e aqui está a prova. Vamos deixar aqui documentos das irregularidades que foram encontradas na Gleba Nova Olinda. Porém, quando se faz uma operação, passa quase dois anos, porque não há recursos, porque os órgãos estão desestruturados, não tem recursos humanos, não tem condições de infra-estrutura para chegarem até os locais. E a gente fica nessa amargura, todo o tempo no papel de denunciar para que os órgãos competentes atuem.

Então, temos vários casos. Hoje, nós temos, por exemplo, na Gleba Pacoval, famílias que voltaram, com muita coragem, com muito incentivo do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais e também da Pastoral da Terra e de outras entidades que lutam para manter os trabalhadores na terra, porque não podemos, em momento algum, pensar que as terras podem ser ocupadas só pela grande produção. Acredito que todos devem ocupar seu espaço, mas não a qualquer preço, não sob expulsão, não sob retaliações ao pequeno, como temos passado.

Hoje, há uma grande sedução na hora em que se quer conquistar a terra. Mas, logo que é conquistada a terra, os trabalhadores só sofrem as conseqüências. E nós, como movimento sindical... Os movimentos sociais, hoje, são acusados de engessamento da economia, de retrocesso da economia, mas ninguém está preocupado com a grande maioria dos trabalhadores rurais que ocupam a periferia das cidades, sem acesso a quase nada, sem emprego, porque só sabem lidar com a terra. É da terra que se tira o sustento, a subsistência, e é por isso que lutamos por esse público, no sentido de que possam permanecer nela. Quero aqui, diante de todos, seja daqueles que sejam favoráveis ao que estamos fazendo ou contrários ao que estamos fazendo, dizer que o nosso posicionamento, como sindicato, será o mesmo: vamos continuar lutando. Não adianta ameaça, porque estamos sendo ameaçados até de estar incitando trabalhadores para ocuparem fazenda, para isso e para aquilo. Só queremos lutar por uma reforma agrária digna. Que o governo faça a sua reforma agrária, e que o governo também possa realmente punir aqueles que estão grilando terra, que estão se apossando de uma propriedade que não é sua a qualquer jeito. Que o governo possa punir aqueles que tentam buscar esses recursos baratos, com ameaça de vários tipos. Estamos vendo hoje trabalhadores – e vamos deixar documentos – de trabalhadores que são vítimas desse grande processo, dessa grande ganância da terra, e hoje são transformados em réus. Porque o grande vai lá na polícia e a polícia aceita. A nossa revolta é essa, porque quando o grande vai à polícia, o delegado aceita. Recebido, faz-se o boletim de ocorrência.

E eu, como legítima representante dos trabalhadores rurais, sou inviabilizada de acompanhar um trabalhador rural na hora em que ele está sendo humilhado, massacrado e sendo lesado nos seus direitos.

Então, essa é a nossa indignação. Queremos dizer que o nosso apelo fica para esta comissão no sentido de que alguma coisa seja feita por esse nosso Estado, que já foi chamado do "Pará terra sem lei". Parece que as coisas acontecem lá e aqui não. Aqui parece que tudo pode, tudo se faz para massacrar o pequeno, e aí as coisas continuam.

Quero dizer mais uma coisa: quando me perguntam se queremos proteção, queremos sim, precisamos de proteção à integridade física, mas não ficar dependentes de programa de proteção de testemunha, porque acredito que quem tem que ficar atrás das grades, escondido, é aquele que pratica o mal, é aquele que está se apropriando de uma coisa que não é sua ou que está fazendo algo errado. E nós só estamos lutando. Por isso, temos a cabeça erguida, vamos estar sempre de cabeça erguida onde quer que seja, repito, porque não estamos fazendo nada de errado. Não há quem prove que algum dia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém se envolveu em algum tipo de facilitação ou de coisa que fosse para prejudicar o trabalhador rural.

Estamos lutando por esta causa, queremos, sim, que o governo tome alguma atitude e que inviabilize essa atitude daqueles que tentam calar a voz, daqueles que lutam pelas questões sociais na bala, na base do cala a boca e não se fala mais nisso. Com a gente não funciona isso. Vamos continuar denunciando, doa em quem doer, e queremos que o governo tome uma atitude.

Muito obrigada. Quero dizer para a Comissão que tudo que estou falando pode ser provado pelos documentos que estamos entregando. Qualquer coisa estaremos ainda por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado à Maria Ivete. Logo após as indagações feitas, ouviremos o Tarcísio Feitosa, que é representante do grupo de trabalho amazônico – GTA, que também está presente.

Passo a palavra ao Deputado João Alfredo, que é relator da Comissão para suas indagações.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srª Senadora Ana Júlia, Sr. Senador Sibá Machado, Sr. Deputado José Geraldo, Sr. Deputado Adão Pretto, Srª Deputada Luci Choinacki, uma saudação especial a minha conterrânea da Serra do Ibiapava, no Ceará, Vereadora Elizabete Machado de Lima, que é nossa anfitriã, nos recebe com tanta atenção hoje, e uma saudação também à Srª Maria Ivete Bastos dos Santos, que é Presidenta da Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém.

A nossa vinda ao Pará está muito vinculada ao problema dos conflitos fundiários, à questão da grilagem da terra e à questão da violência no campo.

Eu fui atento à exposição da senhora e queria lhe pedir, até para facilitar, que a senhora anotasse as perguntas para podermos agilizar os depoimentos.

Então, a primeira pergunta que eu queria fazer a senhora é sobre as mortes que a senhora relatou: uma, em 1984; outra, em 2003, essa última, se não

me engano, José Orlando, que teria sido assassinado pela própria polícia a mando de empresários. E temos uma preocupação muito grande com a impunidade. O caso da Irmã Dorothy teve repercussão internacional, mas existem outros casos que continuam impunes. Então, eu queria que a senhora dissesse como se encontra o processo de apuração desses casos, se foi desvendado, se houve julgamento, se houve a prisão. Então, essa era a primeira pergunta. A senhora anotou, não é? Vou fazer várias, por isso pedi para a senhora anotar.

A segunda pergunta, Srª Presidenta do Sindicato, está ligada a esse problema da grilagem da terra. Eu queria que a senhora pudesse dizer de que forma existe essa grilagem, essa legalização que a senhora falou, que os terrenos são comprados e depois são legalizados. São legalizados mesmo ou são documentos ilegais? Evidentemente vamos aprofundar isso com o Superintendente do Incra no Pará.

A terceira pergunta é sobre essa denúncia de que, nesse processo de violência, casas de posseiros, de trabalhadores foram queimadas. Pergunto: houve apuração desses fatos? Os responsáveis por essa violência foram efetivamente punidos?

E, por último, o que também me preocupou muito no seu depoimento foi justamente esse processo de intimidação de que a senhora é vítima, de ameaças e tudo o mais. Eu pergunto: de onde partem essas ameaças? Foi dada ciência à Polícia Civil, à Polícia Federal? Esses casos foram apurados? Esses casos das ameaças foram apurados? Existe uma proteção policial? A senhora tem proteção policial com relação a essas ameaças?

Então, eram essas, Sr. Presidente e Srª Presidenta do Sindicato, as perguntas que eu queria que esclarecesse. Evidentemente, toda essa documentação que a senhora entrega aqui será muito importante para a elaboração do nosso relatório, que evidentemente trará todos esses dados mais bem detalhados. Mas eu queria que, se possível, a senhora respondesse às perguntas que nós lhe fizemos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos passar a palavra, então, para resposta, a essas indagações e, depois, faremos em bloco a indagação dos Deputados e Senadores.

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – Na primeira pergunta, sobre o caso de Zé Orlando, não temos até hoje nenhuma informação de que alguma coisa tenha sido feita, porque, se houve algum julgamento, nós não temos conhecimento. Não sei se foi realmente visto o culpado, porque, geralmente nesses casos, as vítimas são transformadas em réus. Depois que morre: "Morreu porque reagiu, porque ele fez isso ou aquilo". Então, naquele caso em que a polícia foi ao local e acabou assassinando esse trabalhador rural, claro que, se pudesse falar, ia se inocentar, e o que morreu estava difícil de prestar alguma testemunha. Então, eu acredito que por isso deve estar sendo arquivado. Sei que o Ministério Público Estadual... Naquele tempo, houve muita repercussão, houve até denúncia; em todo canto que a gente pôde fazer denúncia, até a nível internacional, foi feita esta denúncia sobre o caso de José Orlando. Depois, vimos também que os trabalhadores eram intimidados dentro das áreas pelos próprios delegados de polícia, com alguns investigadores. Fizemos a nossa parte: sindicato, Pastoral da Terra, Comissão dos Direitos Humanos – as representações que existem em Santarém – e encaminhamos para a Corregedoria para que pudesse apurar. Só agora fomos chamados até para fazer…

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Esse material está na documentação que a senhora está encaminhado para a gente?

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – Está.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então nós vamos procurar saber do Tribunal de Justiça do Pará.

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – Encaminhamos para a Corregedoria e agora, no início de março, fomos chamados a depor pela Corregedoria. Então fizemos o nosso depoimento. Agora, saber o resultado, quem sabe, até agora ainda não. Então acredito que ainda está em processo.

Quanto à questão da forma de grilagem, é incrível: segundo o documento, só um empresário tem quase 200 mil hectares de terra à venda na região! E vários outros que a gente vê, comunidades que foram simplesmente áreas legalizadas, duas fazendas, com quatro comunidades incluídas. Então quem é que faz esse trabalho? Como é que ele é feito? Qual a transparência desse trabalho para se chegar a fazer isso? Por exemplo, é o cartório? É o órgão responsável pela legalização fundiária? Alguém precisa estar compactuando com isso. Isso aqui são realidades que existem no nosso município, que já aconteceram, parece que agora tem dado uma esfriada na coisa. Mas o fato é que existem grandes áreas como PA Corta Corda; lá onde aconteceu o assassinato do trabalhador rural, existe uma área de assentamento considerada, 52 mil hectares, salvo engano, e que pelo que sei a verdadeira reforma agrária está sendo feita em onze mil hectares, e a gente fica indignada. Por que não é retirado, se estão lá não clientes de reforma agrária? Acredito que não cabe ao sindicato, que não tem poder para isso,

estamos apenas contribuindo, questionando, exigindo o direito dos trabalhadores. Os órgãos têm que se responsabilizar por isso, por essa investigação, para que chegue a essa resposta, que não vou poder dar.

Quanto às casas, isso é recente; essas casas foram queimadas desde o dia 5 de novembro de 2004, até lá pelo início de janeiro. Então, é muito recente isso. Todas as denúncias feitas ao Ministério Público, aquilo que deram, aquilo que podemos registrar está aqui também, como nos documentos. É um processo que está andando, está muito recente. Então acredito que muita coisa pode acontecer ainda.

Os trabalhadores de lá, vale ressaltar, continuam sob ameaças, segundo eles. Principalmente o delegado sindical da área está sob ameaça de morte, direto.

Quanto à questão da proteção policial, como eu posso fazer qualquer denúncia sobre a minha integridade física numa delegacia de polícia, onde só aceita denúncia se nós dermos nome completo, endereço? Quem nos ameaça não traz o endereço na testa nem diz quem é, nem se assume.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – São ameaças anônimas, então?

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – São ameaças anônimas, inclusive procurando família, dizendo "se afasta". Pedem para se retirar. Vamos dar uma surra, isso ou aquilo. Vamos acabar com aquela vagabunda. Esse tipo de coisa.

As vezes os trabalhadores se sentem até constrangidos de chegar até nós e citar tudo isso, se sentem até intimidados de falar isso, do que realmente eles ouvem. Então, não pedi, em nenhum momento – quero falar aqui de publico –, proteção, porque, como vou fazer, se quando vamos fazer uma simples denúncia, perguntam: "Qual é o endereço e o nome completo"? Não se faz denúncia se não tem nome. Tem casos em que temos pelo menos um pré-nome a dar. Imaginem quando não temos nenhum nome a dar?

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Saúdo a todos os membros da Mesa. Boa tarde a todos e a todas. Farei duas perguntas referentes à questão fundiária à Presidente do Sindicato. Por uma questão de tempo, se ela não conseguir respondê-las, peço que as responda o Superintendente do Incra, depois, quando fizer sua abordagem.

Parabenizo o Sindicato dos Trabalhadores de Santarém, que, se não me engano, é o maior sindicato de trabalhadores rurais do Brasil e o mais organizado do Estado do Pará.

A gleba Pacoval, onde foram queimados os 25 barracos, é área de jurisdição do Incra, do Iterpa ou do Incra e do Iterpa? Quantas famílias moram atualmente nessa área?

A gleba Nova Olinda é terra de jurisdição federal ou do Estado ou jurisdição de Estado federal? Quantas famílias já moram nessa área?

Nas duas glebas, na Pacoval e na Nova Olinda, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais já visualizou as áreas que ele pretende sejam destinadas à reforma agrária, ou seja, a pequenos produtores? Com relação ao delegado, que tem tomado partido, por seu comportamento – de acordo com a sua colocação, ele tenta denegrir e desvalorizar a organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais –, gostaria de que você dissesse o nome dele para esta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Srª Presidente do Sindicato.

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – A gleba Pacoval é da União, do Governo Federal. Nós e os trabalhadores vínhamos reivindicando que essa área fosse também convertida em assentamento de reforma agrária, se possível, de modalidade coletiva.

A gleba Nova Olinda é do Estado, administrada pelo Iterpa, do qual nunca obtivemos uma resposta escrita. Para conseguirmos uma linha de resposta, tivemos de recorrer à OAB e ao Ministério Público estadual, que acabou respondendo apenas isto: "Temos conhecimento da situação". E que após o macrozoneamento econômico e ecológico feito pelo Governo do Estado, será definido se a área será destinada à produção, reserva ou assentamento. Obtivemos só isso, diante de uma situação de bastante conflito numa área que já está totalmente grilada. Foi essa a resposta que obtivemos, e com muita dificuldade, porque o Iterpa não aceita, nunca aceitou um convite para vir aqui ver os momentos críticos que estamos passando na região.

Também nessa área, na gleba Nova Olinda, pleiteamos um assentamento agroextrativista. Essa discussão vem desde 1999, assim como a da gleba Lago Grande, que também será citada no documento, que é uma área de 231 mil hectares. A população da gleba Nova Olinda é de aproximadamente 2.000 habitantes. Na gleba Lago Grande, que também é uma área em que já existem conflitos e áreas griladas, a área é de 231.000 hectares e também existem mais de 20.000 habitantes, que são populações tradicionais que moram na área. É por isso que queremos essa modalidade. Estamos pensando na garantia da terra, na questão da preservação ambiental e também na administração coletiva dos próprios trabalhadores, para que consigam sobreviver dos recursos existentes na-

quele local e para que possamos desenvolver um trabalho a fim de que não sejam mais vítimas da expulsão ou que lá se transforme em mais uma área de êxodo rural.

Já temos insistido com o Governo para que se possa fazer essa reforma agrária nessas modalidades, pois vemos que é uma proposta alternativa e que vai garantir a estabilidade desses trabalhadores na área.

O nome do delegado que me recebeu no dia 17 de janeiro de 2004 é Paulo Maurício, o sobrenome não lembro, só sei o prenome. Até hoje sinto-me muito indignada, não sei se pelo fato de eu ser mulher ou porque realmente estavam defendendo o interesse do outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar os membros da Mesa e também a nossa Presidente do Sindicato. Sinto-me muito honrado por estar na mesma mesa que a senhora e gostaria de dizer que o Sindicato de Santarém foi um dos primeiros sindicatos de trabalhadores rurais que, após o golpe militar, se organizou como classe. Na época, também éramos Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí, RS, e nos espelhávamos nas lutas do Sindicato de Santarém, que tinha um dos grandes Presidentes que passaram por aqui, como o Avelino Ganzer, o Geraldo Pastana e tantos outros. Hoje, a senhora está na Presidência dessa grande ferramenta dos trabalhadores.

A UDR e todos nós que defendemos os pequenos agricultores tivemos muitos confrontos com eles e, por tantos crimes, por tantos absurdos que cometeram, chegou a desaparecer como UDR, mas agora está ressurgindo novamente. O nome UDR meio que desapareceu, mas não deixou de existir com outras organizações com o mesmo sentido. No Rio Grande do Sul, temos a Farsul, que faz o papel que a UDR fazia, e a tarefa deles naquele Estado é evitar a reforma agrária. Quando o Governo, por intermédio do Incra, vai fazer vistoria nas áreas, nos latifúndios, eles têm a imponência de bloquear estradas, derrubar pontes e inclusive usar armas para impedir a vistoria das fazendas. Não sendo assim, eles também usam uma outra tática. Quando os fazendeiros sabem que um latifúndio vai ser vistoriado, os vizinhos emprestam bois para ele povoar seu campo, a fim de mostrar que é produtivo. Se o Governo vai comprar terra, que é uma outra maneira de fazer reforma agrária, e o fazendeiro está negociando a terra com o Governo e a Farsul descobre, eles se organizam, vão lá e oferecem mais dinheiro para o proprietário do que o Governo pode pagar, para evitar que a reforma agrária aconteça.

Então, perguntaria para a senhora: aqui nessa região, qual é a entidade em que eles se organizam e qual é a ação que praticam?

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – Na verdade, existem alguns tipos de consórcio, cooperativas. A aproximação tem sido nas comunidades. Por exemplo, o que vou dizer não é novidade, mas não podemos omitir nada da nossa realidade. Vimos, nos últimos anos, um grande descaso com os agricultores familiares, por parte dos governos municipais, assim como do estadual e do federal.

Os nossos trabalhadores ficaram à mercê, sem infra-estrutura, com dificuldades para acessarem os créditos. A maioria, ou seja, 80% da população de Santarém é possuidora de terras, não tem áreas legalizadas. E lá, para chegar ao final da gleba Nova Olinda, tem que viajar aproximadamente 33 horas de barco. E nessa última comunidade são presas fáceis, porque lá a educação é precária; faltava a merenda escolar, faltavam professores, o pessoal queria ver um motor de luz funcionando, uma antena parabólica, televisão, e tudo isso foi presenteado nas festas comunitárias.

Temos aqui algumas provas de tudo isso que estamos falando, cópias de cheques, de nota fiscal de motor de luz que foi presenteado para comunitários. Assim conseguiram seduzir os trabalhadores para ficarem simpáticos com eles.

Houve momentos em que tivemos dificuldades, como entidade dos trabalhadores, no sentido de convencê-los de que não poderiam aceitar esse tipo de coisa, da forma como tem sido feita, essa sedução e a conquista, para se aproximarem das áreas de terras. E até mesmo para venderem as terras, como o caso de muitos que venderam as suas terras.

Então, é isso que sei da história. Mais do que isso não sei, quais seriam as outras formas que eles têm utilizado. Essa é uma das que temos percebido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputada Luci, por favor.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Presidente, e a Dª Maria. Fico muito feliz de encontrar uma mulher na direção de um sindicato, uma vereadora presidente da Câmara, porque são tão poucas mulheres, e isso é muito importante.

Eu também não poderia deixar de dizer que, quando comecei a minha militância nos movimentos sociais, o primeiro sindicato de trabalhadores com quem discutia era o Sindicato de Santarém, que era um exemplo de organização. E hoje estamos juntos aqui na CPMI da Terra, discutindo a questão fundiária e a violência no campo, a pistolagem, o banditismo que ainda existe.

Fizeram várias perguntas, mas percebi, na sua fala, que é chamada de vagabunda, que se fosse um homem que tivesse esse tipo de tratamento, é por ser mulher que a banda de lá ainda trata com tanto descaso, ainda se vê preconceito contra trabalhadoras, contra a mulher, contra pobre, contra o negro. Ele ainda é muitas vezes descarado, muitas vezes diz que não existe, mas ela é forte.

Como é que a senhora se sente sendo mulher, uma grande liderança nesta luta tão importante em defesa dos trabalhadores, da reforma agrária? Como se diz, a terra não foi feita para nenhum estudioso do mundo, é um bem da natureza, é um bem de Deus, ninguém inventou. Todos precisam ter acesso à terra, para dela tirar o seu pão com dignidade, com o seu trabalho.

Como essa relação se dá nesse poder e nesse encaminhamento do Sindicato, sendo mulher?

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – Não é fácil, é um desafio muito grande, porque sabemos que, apesar do grande avanço que temos hoje, a mulher ocupando mais espaços, sendo politizada e ocupando vários setores da sociedade, ainda é muito difícil porque, de um lado, está aquele que defende uma sociedade oprimida, e, de outro lado, está o opressor, está aquele que se aproveita do pequeno para poder subir.

Então, quando encaramos uma coisa dessas, como vocês mesmos reconhecem, o Sindicato, historicamente, tem o seu perfil de luta, tem uma responsabilidade muito grande com os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, principalmente com o público da agricultura familiar, com esse público que tem sido muito massacrado.

Assim, como mulher, é muito difícil para mim, porque nem todo mundo acredita. Às vezes até o próprio trabalhador tem uma resistência. Muitas vezes, ele acaba não acreditando que, pelo fato de ser mulher, consigamos representar realmente a sua categoria. Aqueles que querem nos oprimir, que querem calar a nossa boca, têm muito mais preconceito. Pelo fato de sermos mulher, eles pensam que vamos nos intimidar, que vamos calar a boca. Mas temos um compromisso com a causa. E só falo, não por ser a Ivete, mas por ser a luta dos trabalhadores, das trabalhadoras rurais.

Temos hoje um quadro muito grande de delegadas sindicais nas regiões, lideranças sindicais. Todas elas estão lutando por tudo: pela questão da terra, pela questão dos créditos, pela questão das políticas públicas, pela questão da cidadania. Nós queremos uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais fraterna. Queremos que seja erradicada a violência e também sejam erradicados alguns exploradores que estão explorando uma grande maioria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Boa tarde a todos. Eu queria cumprimentar o Senador Alvaro Dias, o Relator João Alfredo, a Mesa, a Presidente da Câmara, Vereadora Elizabeth Machado de Lima, a companheira Maria Ivete Bastos dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Eu também me sinto orgulhosa de ter aqui tantas mulheres. Sei que aqui há também uma mulher presidente do Fórum e uma mulher que é prefeita, nossa companheira Maria do Carmo.

Queria cumprimentar ainda toda a população do Município de Santarém e de outros municípios, porque sei que há gente da região aqui.

Não posso deixar de fazer um registro, Ivete, e também duas perguntas. Quero ver se entendi bem. Você fala que os órgãos públicos têm dificultado o acesso de vocês aos seus direitos. Eu queria que você explicasse se esses órgãos públicos são estaduais e quais são eles. Queria que você me respondesse se, com relação aos órgãos públicos federais, vocês também têm tido essa dificuldade de acesso. Que tipo de dificuldade esses órgãos têm apresentado? Você já colocou aqui que os órgãos públicos federais não têm tido recursos humanos. Na hora de serem atendidos, vocês são atendidos? São ouvidos? Suas denúncias são levadas em conta ou não?

Ontem nós concluímos os trabalhos de uma Comissão Especial e entregamos esse trabalho ao Presidente e ao Relator da CPMI da Terra, para que possam acompanhar as investigações e ainda fazerem um relatório circunstanciado sobre a morte da Irmã Dorothy. Entregamos esse relatório também ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros. Percebemos uma postura dos delegados de polícia local semelhante àquilo que você falou aqui, e isso me deixou preocupada.

Gostaria que você me respondesse isso, porque precisamos tomar uma atitude, se for o caso, Presidente, requerer às Corregedorias de Polícia e ao Ministério Público Estadual, que tem como função também a fiscalização da função constitucional das polícias, para que não haja um desvio de função das polícias.

Queria saber isso da companheira e parabenizar pelo trabalho que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem feito em Santarém.

Parece-me que aqui é um pouco diferente, que é violenta em alguns cantos a ação do latifúndio e, em outros, ela é sedutora. Em outros lugares, ela é de uma violência mortal. Mas não queremos que a situação

chegue a esse nível. Então, uma ação preventiva é o melhor. Ninguém quer enterrar ninguém, queremos que as pessoas possam viver. A terra tem de dar frutos e não semear a morte.

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – Quero começar respondendo sobre os órgãos estaduais. Um dos órgãos é a polícia. Temos muita dificuldade, como já citei, porque, geralmente, ou o delegado grita com a gente, não deixa a gente falar, ou às vezes tem sido o próprio escrivão, que, quando a gente vai para fazer simplesmente o boletim de ocorrência. Quando a gente insiste muito para fazer a ocorrência, ela é feita, mas às vezes de cinco linhas. Então, quando é alguém mais humanizado um pouco, chega a escrever um boletim de ocorrência, mas a grande maioria não faz. Quantas vezes chegamos com um problema de terra para fazer uma denúncia e eles nos dizem que o caso não é de lá, que é no Incra, e não se faz a ocorrência. De repente – e isso nos surpreende –, quando um grande empresário vai fazer contra um pequeno, pode ser feito um boletim de ocorrência, e o trabalhador é acusado de crime de esbulho, possessório e dano. Isso é o mais comum. E a gente se revolta por isso. Por que o direito não pode ser garantido para todos? Se esse órgão é público, tem de atender a todo mundo.

Outra questão é o Ministério Público, as dificuldades que temos, porque às vezes queremos uma ação mais enérgica, alguma resposta... A gente precisa ir à polícia de novo. Vai para a polícia e não é atendido. Às vezes, vai para o Ministério Público estadual, quando se trata de questão estadual. Chega lá, mandam a gente de volta, e a gente acaba se zangando e voltando sem fazer nenhum tipo de ocorrência, porque não foi atendido por ninguém. Por que a gente vai ficar? Quando um trabalhador vem de longe já está massacrado, está sem recursos, não tem onde ficar. Quantas e quantas vezes trabalhadores foram chamados para depor na polícia? Em alguns momentos, entramos, porque muda, não tem um só delegado, tem vários delegados e, de acordo com aquele que está atendendo, a gente pode até, algumas vezes, entrar e acompanhar, mas temos o caso do trabalhador que está sendo massacrado e ainda passa por muitos constrangimentos nessa questão.

Outro órgão do Estado é o Iterpa, que não está nem aí para a nossa situação, tanto do Município de Santarém como de todo o Baixo Amazonas, que não tem nem um escritório sequer para a gente reclamar qualquer coisa. Então, precisamos pagar quase mil reais, até mais, para ir a Belém, só em passagem, se queremos fazer uma viagem rápida. Então, precisa ter uma resposta. Se esse órgão também detém algumas áreas, precisa ter um escritório para responder.

Quanto à questão dos órgãos federais, temos, sim, problemas. O que a gente ouve? Passamos por alguns casos no ano passado, no início de 2004, quando os trabalhadores também foram surpreendidos e acusados de estar cometendo esbulho em algum plano de manejo. A gente procurava e reclamava porque, ao mesmo tempo em que eles fazem uma denúncia contra o pequeno, também estamos fazendo uma denúncia contra eles. É incrível que, muitas vezes, não tenhamos uma resposta, uma apuração para isso. Está aí a extração ilegal de madeira, pátio de madeira em determinadas áreas. Às vezes, vamos para área bem distante e têm aqueles trabalhadores que estão em determinadas áreas, que são de pátio de madeira ou de algumas madeireiras de pequeno porte, e todo mundo fica se escondendo da gente. Então, a gente percebe que falta uma atuação do Ibama para atuar realmente, para verificar. Por que há exploração da madeira durante a noite? Se está tudo trabalhado legalmente, não há por que se esconder. Então, essa é uma grande queixa dos trabalhadores.

Às vezes, muitas carretas são transportadas durante a noite, e os trabalhadores ficam indignados com a situação. Então, falta estrutura para o Ibama atuar, porque não temos essa resposta. A gente fica inúmeras vezes... inclusive também quero falar aqui, porque tem documento aqui que vai dizer isso -, temos envolvimento também de alguns servidores do Ibama. Uma pessoa, pelo menos, posso dizer que está aqui em documento que estou apresentando. E na questão da facilitação da grilagem de terra, de pagamento de propina para que o trabalhador cale a boca, para que a liderança saia do local e deixe de lutar.

Outra questão quanto ao Incra, fico me perguntando quando será que teremos uma resposta dos órgãos, porque se muda a cabeça, e o corpo continua ali naquele velho esquema. Então, não dá, tem que ser feita alguma coisa. Tem que ser feita uma reciclagem. Tem que saber quem realmente está a serviço do público e que trabalha com compromisso, porque é pago com dinheiro público para isso. E temos dificuldades.

Temos falta de procuradores, porque o que tem parece que não está mais respondendo. Não está respondendo. Do Incra, digo com toda clareza, porque tenho ido inúmeras vezes, temos necessitado, temos ido.

Outra coisa é que não entendemos até onde vai a competência de uma chefia do Incra, porque, chega lá, o chefe manda chamar para resolver um caso; chega lá, é vetado, porque não é da competência dele, é de outra competência. A gente vai para lá e não resolve. Diz: "Olha, cara, melhor dar a tua área, deixa para ser indenizado. Entrega para o grande e sai da área". Sabe,

são coisas que ficamos, cada dia, mais indignados. Acredito que o tratamento tem que ser feito de boa qualidade, se a gente quer realmente mudar. Se já não tem recurso é uma coisa, mas o tratamento também é outra coisa que precisa ser respeitado.

Também há muitas denúncias, apesar de uma operação chamada Faroeste, quando se prenderam inúmeras pessoas acusadas de estar envolvidas, existem também muitos que os trabalhadores citavam nome e pensavam que iam aparecer e não apareceram. Acredito que ainda precisa ser feita uma investigação maior por parte da Justiça, que possa realmente estar procurando quem é culpado, cúmplice, nessa história, porque acredito que existe uma grande compactuação.

Temos esses órgãos, que a gente procura na maioria dos nossos dias, dentro da atuação deles, e os órgãos de assistência técnica, de que estamos falando, da CPI da Terra, mas acredito que para manter o trabalhador na terra é preciso garantir infra-estrutura, assistência técnica. E os nossos órgãos estão quase todos sucateados. Então, acredito que é essa a realidade que estamos vivendo aqui no Município de Santarém quanto às questões dos órgãos. Existem vários outros, mas com esses convivemos mais no dia-a-dia e conhecemos mais a realidade desses órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Queremos agradecer a presença dos vereadores de Santarém, Anderson Pinto, Erasmo Maia, Rivelino Mota, Odete Costa e Marcela Tolentino. Muito obrigado pela presença de todos.

O Senador Sibá Machado deseja fazer perguntas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Dª Maria Ivete, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, colegas parlamentares, eu me inscrevi, Sr. Presidente, para apresentar, verbalmente e em seguida por escrito, requerimento que vou submeter a V. Exª, solicitando a presença do senhor – e aí preciso saber o nome completo – Francisco Quincó, porque, no depoimento à Presidente do Sindicato, o nome dele é bastante citado como principal suspeito das arruaças, intimidações e violências praticadas contra trabalhadores rurais.

A solicitação é para o depoimento dele ser prestado em Brasília, na próxima quarta-feira, com o depoimento que V. Exª tinha solicitado para ser feito com o Nelsão, que acho que está prometido para amanhã. Mas, como teremos reunião na próxima quarta, ou na reunião seguinte que tivermos, eu queria solicitar que V. Exª o convocasse para prestar esse depoimento. Eu pediria aos nobres colegas que pudessem assinar comigo este requerimento.

Segundo, eu queria solicitar do Dr. Inocêncio Renato Gasparin que apresentasse a esta Comissão, em curto espaço de tempo, informações sobre a propriedade fundiária das áreas citadas aqui pela Presidente do Sindicato, para saber se configura propriedade legal ou não do Sr. Francisco Quincó e outros citados aqui por ela.

Da mesma forma, solicito esta informação à Drª Rosean Campos de Caldas Brito, Presidente do Instituto de Terra do Pará, para que também possamos elucidar, de imediato, se o problema de propriedade fundiária está correto ou não.

Por último, queria saber da nossa depoente se ela quer, ou se pode, verbalmente, por escrito ou em reserva, citar nomes de pessoas que a estão ameaçando ou a outros membros dos sindicatos, posseiros. Esta comissão gostaria de saber os nomes dessas pessoas. A senhora pode prestar essas informações de público agora ou pode fazê-lo reservadamente. Ou desconhece nomes de pessoas que estejam cometendo essas ameaças?

Era isso, Sr. Presidente.

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – Sobre essa questão, estamos apresentando documentos, todas as situações, nomes, áreas, aquelas que a gente pôde, porque nem todas temos as áreas. Mas, quanto à questão das ameaças, eu prefiro fazer um relatório depois e entregar. Tudo bem?

Porque não temos, como citei desde o início, as ameaças não foram feitas diretamente, só no recado, e as pessoas, às vezes nem chegam a se identificar. São mais ameaças anônimas. Agora, antes dessa queimas de casas, recebi a visita de um empresário na sede do sindicato. Não me fez nenhuma ameaça direta, só disse que ia tomar as suas providências, e acredito que começou pela queima das casas, mas os trabalhadores é que falavam...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Como é o nome do empresário?

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – Francisco Quincó.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O Francisco Quincó é que esteve na sede do sindicato...

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – Esteve ele e mais um.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E, em seguida, houve a queima das casas.

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – Quatro dias depois.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A senhora não tem nenhuma suspeita direta?

A SRª MARIA IVETE BASTOS DOS SANTOS – Lá os trabalhadores desse empresário, porque não

foi ele direto que falou, mas os seus capangas, lá na área falavam um monte de coisas sobre a minha pessoa. Então se alguém fala é porque alguém manda ou alguém diz, acredito que da própria autoria deles não iam sentir tanta raiva de mim se não estavam defendendo patrimônio deles mesmos, estavam sendo pagos para vigiar, para serem os que cometiam esse bando de coisas, de absurdo, e outros vieram de outras áreas, como chegamos a receber, por exemplo, da Gleba Nova Olinda, tivemos encabeçado por um dos membros da cooperativa que esteve junto com outras lideranças e acabaram dizendo que iam mandar 400 trabalhadores lá para invadir o Sindicato e o Ibama. Vocês vão ver que estão aqui as denúncias todas feitas, ao Ministério da Justiça, ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Ministério do Meio Ambiente. Todas essas situações temos procurado registrar e pedir providências às autoridades.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

Queremos agradecer à Maria Ivete Bastos dos Santos, que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. Parabéns pela sua exposição, pela sua participação. Obrigado pelos documentos que entrega ao Relator desta CPMI.

Vamos ouvir o segundo depoente de hoje. Estamos, por solicitação do Senador Sibá Machado, tentando manter contato, através do delegado da Polícia Federal, com o Francisco Quincor – é esse o nome, não? –, para ver a possibilidade de comparecer amanhã em Altamira e prestar o seu depoimento, evitando que tenha que ir a Brasília na próxima semana.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu pediria que o Dr. Inocêncio e a Drª Rosean nos antecipassem, o mais rápido possível, alguma informação sobre a situação legal das áreas citadas aqui pela presidente, porque facilitaria o trabalho de ouvir o Sr. Francisco Quincor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço ao Tarcísio Feitosa, que representa o Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, que compareça à Mesa para o seu depoimento.

Vamos pedir aos próximos depoentes que sejam suscintos, em função do tempo, e também aos parlamentares; voltaremos ao modelo antigo de indagação em bloco, três parlamentares por vez.

O Tarcísio Feitosa pretende fazer uma apresentação utilizando o telão. Solicitamos que apaguem as luzes para facilitar a visualização.

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Estou falando em nome do Grupo de Trabalho Amazônico, mas faço parte também da Comissão Pastoral da Terra. É uma breve apresentação, por causa do tempo.

Primeiro, quero agradecer à presença da Comissão na Amazônia. É importante estar aqui para sentir esse problema fundiário, que é um problema que não só afeta a questão social, mas também afeta a questão econômica, ou seja, investimentos sérios que poderiam ser feitos na Amazônia são impedidos por essa quadrilha organizada.

Estou chamando isso de fechamento da fronteira, porque o que a gente está percebendo é que, por causa da redução dos espaços, ou seja, do espaço da floresta e do espaço territorial, vai acontecer o aumento de conflitos. É um preceito inversamente proporcional.

Só para ter uma idéia, no Estado do Pará são 124 milhões de hectares. Todo mundo conhece esses dados. Desses, apenas 40 milhões de hectares estão nos cadastros do Incra. Ou seja, em torno de 32% do Estado do Pará tem terras, de alguma forma, documentadas em torno do Incra, no Sistema Nacional de Cadastro Rural. Tanto as terras pertencentes ao próprio Estado quanto as terras pertencentes à União. Ou seja, temos aí 67% do Estado sem saber onde estão, em que mãos estão.

O mais interessante disso tudo é quando se coloca a divisão desses valores. Só as propriedades de 2.000 a 5.000 hectares equivalem a 16 milhões dessas propriedades no Estado do Pará. Isso significa, das terras cadastradas, que 41% dessas terras são grandes propriedades. Ou seja, é um palco para conflito. Os números indicam que é palco para conflito.

Se pegarmos as terras de menos de 1hectare até 500 hectares, sendo benevolente com a agricultura familiar, isso vai representar apenas 18% do Estado do Pará. Ou seja, 82% do Estado estão nas mãos de grandes proprietários, propriedades de 2.000 até 100.000 hectares a mais. Então, um Estado que tem 82% de sua área em mãos de grandes propriedades, com a chegada de agricultores com essa questão fundiária apresentada, é palco para conflitos.

O que vocês viram em Anapu, o que vocês assistiram na Terra do Meio, o que vai acontecer na Gleba Pacoval, o que vai acontecer é exatamente por causa dessa configuração fundiária.

Agora, não vamos dizer como é que esses 82% controlam essas terras e como conseguiram acesso a essas terras. Anapu é um exemplo disso.

Esta é a área de Anapu, são glebas de 2.000, 3.000 hectares, a maioria delas com florestas. A primeira coisa que vai se procurar é madeira de lei para fazer ocupação nessa área.

Este é um exemplo do corte de grandes áreas na gleba Belo Monte, na região de Anapu.

Condições necessárias para grilagens no Estado do Pará: a primeira é a existência de madeira de lei. Se cruzarmos os dados de plano de manejo do Ibama com áreas, claro que vai ter florestas, aí vão ser os próximos momentos de conflitos. Se pegarmos a região de Trairão, a região norte da Transamazônica, entre o rio Amazonas e o rio Curaúna, vamos ver que lá existem grandes concentrações de planos de manejo. Exemplo, o porto de Mós, a grande briga por causa da questão da decretação da Resex, é porque tinha lá metade do Município; 82% do Município eram de planos de manejos com áreas acima de 5.000 hectares. Então, é claro que os madeireiros vão reagir. Madeireiros que não tinham terra. Ou seja, eles nunca compraram a terra da União. Isso é esbulho, pela legislação.

A segunda condição necessária é legitimação através de algum documento estatal. O que eu vou chamar de documento estatal pode ser registro de cartório – e aí os cartórios nunca foram investigados. Ou seja, tem registro de cartório? O Município de Gurupá, por exemplo, são de três andares dentro do cartório de Gurupá –, os contratos e alienação de terras públicas, protocolo do Incra ou do Iterpa, contratos de compra e venda ou posse, processo no Ibama. Até o plano de manejo é um documento estatal que o cara apresenta no meio da floresta dizendo: "Esta terra é minha!"

A área documental ou condição é assim, o que tem no documento muitas vezes não é área de controle. Ou seja, o cara tem 4.356 hectares em vários documentos, que é um número que a gente chama o número do diabo na grilagem, e vocês vão ter uma área de controle muito maior, de 20.000, 50.000 hectares. A área de controle, de documentos, que tem algum documento que a gente não sabe a origem desse documento, mais a área de controle é que também é o tamanho da área grilada.

Outra coisa que percebemos na questão da grilagem é a relação promíscua com as autoridades locais, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, a própria polícia. Sempre vai ter uma relação muito forte nessa região.

Outra coisa é a anuência do Poder Judiciário. Hoje, aquilo que era da CR Almeida teve um juiz estadual, que nem sequer é lembrado, que destinou as áreas para ele e mandou o Iterpa provar se a área era do Iterpa ou não. Ou seja, enquanto o dono deveria provar como é que ele comprou do Estado, remeteu a culpa para o Iterpa. Só para vocês terem uma idéia.

Eu vou usar um exemplo muito prático, que é o exemplo da Terra do Meio, a região que está entre o Xingu e Iriri, de um processo rápido, um processo de um ano de uma área de mais ou menos 6.000 hectares que foi grilada e derrubada. São dados de 2004.

Esta é a região entre o Carajari e o rio Novo – aí tem um ponto, a imagem do satélite de 2003, quando o cara começou a fazer um ponto de derrubada. Isso daqui foi logo, meses depois. Vocês podem ver que o cara já tinha começado a derrubar essa área. Alguns dias depois, ele tinha, então, 6 mil hectares jogados ao chão.

A única pena – e aí está o nome dele: Luiz Renato Batista Santos – foi uma multa do Ibama, mas depois que a área tinha sido derrubada. Mas nem o Iterpa – porque isto é área do Iterpa – foi lá perguntar como é que o cara tinha acessado aquela área. Tudo isto – Terra do Meio – é área do Iterpa, e aí tem esse desmatamento vinculado à grilagem da terra com essa multa. Ninguém foi perguntar também como ele ajuntou tanto dinheiro para isso.

Sobre a grilagem de terras públicas, temos um resumo: esbulho do patrimônio público, falsificação de documentos públicos, formação de organizações criminosas. Esse é o arco que nós temos na Amazônia. A exploração ilegal de madeira de lei é o que, neste momento, capitaliza a pessoa. E também o desmatamento ilegal, a vinculação com o trabalho escravo forçado, o uso indevido de empréstimos estatais. Como exemplo, Anapu, com os 44 planos aprovados pela Sudam-Finan, que favoreceram este processo de grilagem nesta região de Anapu e na região transamazônica, e a pistolagem.

Isso é um pouco do resumo do quadro de sistema de grilagem na Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra a Senadora Ana Júlia Carepa, que deseja fazer uma solicitação.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É apenas uma solicitação a ele para que entregue à CPMI da Terra o mesmo documentário que entregou à Comissão que ontem concluiu os trabalhos, a comissão de acompanhamento da Srª Dorothy Stang.

Já estou pedindo, então, Deputado João Alfredo, para que faça a entrega para a CPMI. É só isso.

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Tem como fazer cópia lá no Senado e passar?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Faremos isso.

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado João Alfredo para fazer as perguntas. V. Exª prefere ficar aí?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu prefiro porque, se precisar, poderei mostrar bem rápido aqui.

Primeiro, eu queria parabenizar o Tarcísio pela sua apresentação, que, mesmo sucinta, levanta elementos muito importantes, até para desvendar o problema da violência na região.

Eu gostaria que pudéssemos, agora, nesta fase de perguntas, aprofundar alguns temas. É por isto que eu queria, se puder, que o senhor anotasse – a assessoria passa caneta e papel para ele –, porque o Presidente quer que façamos agora em bloco, talvez em dois blocos, quem sabe.

Primeiro, eu acho que seria importante saber se neste processo de grilagem, historicamente, qual tem sido o papel dos órgãos públicos. Foi falado, muito rapidamente, e a Presidente do Sindicato se referiu a isto também, mas é importante nós aprofundarmos – do Incra, do Ibama e principalmente do Iterpa –, porque no dossiê que recebi, aqui, da Presidente do Sindicato, um dossiê bastante alentado, eu vi uma matéria do jornal de Santarém e Baixo Amazonas – um jornal local: "Iterpa loteia áreas do Estado para sojeiros." Diz o Relatório do Ibama. O próprio órgão de terras do Estado – a denúncia do jornal é esta – estaria loteando essas terras públicas e, portanto, estaduais. E, também, evidentemente, é importante nós sabermos, historicamente – como era antes, como é hoje –, como tem sido o papel dos órgãos federais – do Incra e principalmente do Ibama. Essa é a primeira pergunta que eu queria lhe fazer.

A segunda pergunta, Sr. Tarcísio, que nos interessa muito de perto, aqui, nessa região – e elas estão muito ligadas – é a questão do impacto da BR-163 na questão dos conflitos fundiários e junto disso o problema da expansão da soja. Eu vi também várias matérias tratando disto aqui, o Dossiê BR-163. E enquanto a Presidente respondia às perguntas dos outros companheiros da CPI eu folheava algumas matérias e o próprio dossiê da soja Cargill que nos foi entregue, inclusive matérias que dizem que a soja está engolindo a floresta amazônica e comunidades estão desaparecendo por causa da soja. Também jornais aqui da região estão relatando essa problemática. Eu queria que o senhor, por favor, na sua segunda intervenção, nos pudesse também relatar esse fato e o impacto disso no problema da grilagem e no problema da violência no campo, em especial no Pará, e na região oeste em particular.

E o terceiro aspecto está ligado também ao que falou a nossa Presidente, o que motivou uma intervenção do Senador Sibá Machado, que é o problema da existência de uma quadrilha de grilagem na região oeste do Pará. Eu atentei bem quando o senhor fez a exposição e colocava a formação de organizações criminosas. Tem-se falado na Operação Faroeste, tem várias matérias também aqui: "Presidente do IEA denuncia quadrilha de grilagem na região oeste do Pará"; "Polícia Federal desbarata quadrilha". São matérias ainda de 2003 – e 2003 está muito próximo –, mas como é que se encontra essa situação? E num dos documentos entregues pela presidência do sindicato tem uma relação de terras que estariam sendo vendidas na região, quem sabe, talvez, por essa própria quadrilha.

Vejo aqui uma matéria de 2004, portanto já do ano passado, menos de um ano atrás, de abril de 2004: "Ministério Público denuncia máfia de grilagens de terras". Cita aqui esse Chico Quincó, falado há pouco, fulano de tal Marcão, Marcus Vinícius Melo – Presidente do Instituto de Estudos Amazônicos, e um advogado que trabalharia para todos eles.

Então, eu queria, se possível, que pudesse na segunda parte dizer como é que se encontra esse processo de apuração desses fatos? Se efetivamente a ação da polícia, do Ministério Público desbaratou completamente o processo de grilagem na região ou se esse processo ainda continua bastante ativo.

Eram essas as perguntas e, evidentemente, receberemos também toda a sua documentação. A Senadora Ana Júlia teve oportunidade, uma vez que ela presidiu a comissão que apurou a investigação da morte da Irmã Dorothy, de ter acesso a essa documentação.

Sr. Presidente, são essas as perguntas ao nosso depoente, o Sr. Tarcísio Feitosa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Relativamente a esse assunto que envolve também a solicitação do Senador Sibá Machado e convocação do Sr. Quincó, nós solicitamos ao Delegado da Polícia Federal que, se possível, o convide ainda hoje para prestar depoimento aqui, já que ele se encontra na cidade, para evitar que ele tenha que se deslocar até Santarém.

Eu pergunto se o senhor gostaria de ouvir as outras indagações antes ou responder já? Ou prefere ouvir as indagações...

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Pode ser em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Melhor, não é?

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Até porque eu tenho um avião para Altamira daqui a algum tempo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ele tem que viajar também. Ele tem vôo marcado. Alguém deseja se manifestar?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tarcísio, amanhã em Altamira está convidado o Comandante da Polícia Militar para prestar esclarecimento sobre a pergunta que eu vou te fazer, mas só para confirmarmos. Já houve algumas denúncias de que a Polícia Militar de Altamira está dando suporte ou está trabalhando na proteção em bases que a CRAlmeida instalou na Terra do Meio, inclusive dando cobertura nas queimas dos barracos dos ribeirinhos que atuam naquela região. Você que conhece, que tem visitado, isso ainda está acontecendo? Ou seja, as bases da CRAlmeida continuam instaladas e a Polícia Militar continua prestando serviços para a CRAlmeida naquela área?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos passar a palavra ao Tarcísio Feitosa, para responder essas indagações e encerrar a sua participação, para que possa fazer sua viagem.

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Vou responder logo ao Deputado Zé Geraldo, não sei se foi coincidência, mas, ontem, saíram duas voadeiras do Porto de Altamira exatamente para recolher os policiais que estavam nas bases da CRAlmeida, entendeu? Não sei se é coincidência, mas é um dado, e os policiais estavam a serviço da CRAlmeida. Ela pagava o transporte, pagava alimentação, pagava a comunicação em duas bases, principalmente na região do Xingu. O filme que a gente entregou para a Senadora Ana Júlia é um resumo estratégico disso. Resumido é o depoimento do policial, falando: não, estamos aqui trabalhando para a empresa a mando do comandante, tudo isso e tal. E, ontem, nesse mesmo horário, duas voadeiras partiram do Porto de Altamira para retirar os policiais de imediato.

Pode ser coincidência ou não, mas é um fato.

Queria, talvez, responder ao Deputado João Alfredo, sobre a história do papel dos órgãos fundiários num processo de grilagem. Vou fazer um pequeno ensaio para o senhor entender. Vou tratar de uma área exclusiva, que é de controle do Estado, que é chamada Terra do Meio. A gente tem ali o mapa do Pará, eu vou ampliar, então, a região da Terra do Meio; estamos aqui, em Santarém. Terra do Meio seria tudo isto, entre o Xingu e o Iriri. Então, vou ampliar. (Pausa.)

Esta é uma região conhecida como Terra do Meio. A legislação mais antiga concedeu alguns seringais como forma de concessão, na década de 50. Esses seringais foram levados a registro dentro do cartório. Essa é a configuração dos seringais naquela região, ou seja, mais ou menos uns oito a nove milhões de hectares que foram levados a registro.

Cada um desses tem um dono ou que se diz dono. Favoreceu a exploração ilegal do mogno, depois favoreceu a mineração, com esses documentos; depois favoreceu, agora, a entrada da pecuária e grande desmatamento naquela região. Ou seja, esses documentos estão dentro tanto do próprio Iterpa como dentro do cartório em Altamira, desde a década de 50.

Chegou um cara lá e disse que era dono de tudo isso, que é conhecido por todo mundo como Cecílio Rego de Almeida.

Essas são as duas áreas de controle do Cecílio. Em cima das áreas dos seringais, só para você ter uma idéia. Isso tudo está documentado dentro do Iterpa e dentro dos cartórios.

Se eu chamar os dados do Incra, vamos pegar os dados do Incra, vocês vão ver duas glebas do Incra: aqui a Gleba Leite e a Gleba, acho, Altamira e, mais, várias áreas que foram também cadastradas dentro do Incra. (Pausa.)

As áreas do Iterpa, que foram, de certa forma, licitadas. (Pausa.)

Áreas de devolução. (Pausa.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já deu quantos andares de terra?

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Ah, não sei. Tem que medir. (Risos.) Isso tudo só dentro da área do Iterpa, na Terra do Meio. Isso tudo são documentos oficias, que dizem ser oficiais. Ou seja, podemos dizer que o próprio sistema cartorário ou o próprio sistema de registro de terra no Pará é uma bagunça. Ninguém sabe quem é dono. Nem o próprio Estado sabe se é dono ou não de suas áreas. Podemos continuar brincando – uma brincadeira muito triste pelo jeito –, começando a trabalhar o que aconteceu nessas áreas. Vamos pegar o desmatamento antes de 2000, o desmatamento de 2002, e vamos acumular o desmatamento de 2003: há, na verdade, um descontrole total do patrimônio público. Quem está perdendo, com isso, é a sociedade, gente que quer investir e gente que quer trabalhar. Desse jeito, não temos configuração nenhuma, ou seja, não conseguimos nem explicar esse sistema. Agora, funcionários favoreceram isso porque os órgãos...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E a terra que foi anunciada agora pelo Governo Federal, três ou dois, lá dentro?

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Das áreas que o Governo decretou?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Decretou uma área lá.

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Então, para tentar resolver o problema, a única forma foi usar

alguns decretos de unidade de conservação. Vamos colocar também, só para vocês terem uma idéia, os territórios indígenas – a única coisa legal até agora –, e o que foi decretado, Resex do Riozinho e a tentativa inicial do Governo brasileiro – ou seja, entre o Governo do Estado do Pará e o Governo Federal – de regular isso, criando unidade de proteção. Ou seja, só existe uma forma de o Governo regular essas áreas: criando unidades de proteção ambiental, primeiro, porque protege comunidades que já moravam lá. Um exemplo são as comunidades extrativistas dessa região, que moram lá desde a época da grilagem, que estavam perdendo e estavam sendo ameaçadas. (Pausa.) Isso são comunidades que viviam nessa região. Nem todas vivem mais lá porque muitas foram expulsas. Estão vendo? Ao longo dos rios, há comunidade tradicional que mora lá desde 1940 ou 1950. Muitas delas foram expulsas por causa dessa dinâmica de ocupação. Essas comunidades, hoje, são a periferia da cidade de Altamira e da cidade de São Félix do Xingu. O que sobrou disso é muito pouco. Podemos até ver depois. Como há dados, podemos ficar ensaiando sobre isso o tempo todo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Só uma pergunta que interessa à CPMI: o senhor tem informação de quantas pistas em que pousa avião estão funcionando nessa área hoje?

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Só nessa área, deve haver umas 15 pistas de pouso. Uma coisa interessante para os senhores saberem também é que algumas dessas áreas – vou abrir aqui no canto –, essas duas fazendas que estão aqui são ligadas ao Leonardo Mendonça, na Terra do Meio. Todos sabem da história do Leonardo Mendonça, que é o principal sócio do Fernandinho Beira-Mar, está nos territórios da polícia, etc. Ou seja, querendo ou não, ainda há possibilidade de conectividade entre o narcotráfico e o processo de grilagem que acontece nessa região e, por isso, esse processo é muito violento. Em Altamira, algumas semanas atrás, prenderam um pistoleiro que não tinha arma no seu quarto, mas tinha munição exclusiva das Forças Armadas. Ou seja, para ter munição exclusiva das Forças Armadas tem que haver um "esquemão" muito grande.

Eu estava respondendo a história do papel das organizações estatais. O que há, na verdade, é um total descontrole, porque se tentarmos cruzar os dados, será uma tentativa de cruzar os dados do Ibama, do Incra, do Iterpa e do que há no cartório de Altamira; é uma tentativa para uma área de 7 milhões de hectares. Imaginem essa tentativa sendo feita para uma área de 124 milhões de hectares, que é o tamanho do Estado do Pará? Qual é a configuração fundiária que teremos? De um total caos!

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Você anotou as outras perguntas?

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Expansão da soja.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – A expansão da soja, BR-163 e depois a questão da quadrilha de grilagem.

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – A soja, na verdade, está entrando ao longo da Santarém-Cuiabá, nessa região que está aqui. Essa dinâmica da soja foi facilitada por causa desse espectro fundiário que temos, porque terra grilada não é comprada do Estado. Então, se terra grilada não é comprada do Estado, tem um preço relativamente baixo e fácil, porque se tem, além da terra barata, a floresta que te dará muito.

Se o rapaz do Ibama fizesse essa mesma projeção, talvez o companheiro Paulo Maia possa fazer isso, para mostrar na tela a dinâmica dos planos de manejo, vocês entenderão que quem capitalizou isso foi para a madeira. Depois da madeira, sobra para fazer plantio de soja. A soja, com certeza, vai expulsar quem já estava lá: populações tradicionais, população indígena. Fará uma transferência forçada dessa população para as periferias de Santarém. Com certeza, a periferia de Altamira cresceu nesses últimos anos por causa desses conflitos, assim como a periferia de Santarém, em função da dinâmica da soja. Nenhum empresário sério vai querer investir nessa confusão, isso com certeza.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – E a questão da quadrilha, do processo de grilagem, se acabou ou se continua.

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Fazendo um histórico, ou seja, na tentativa do histórico dessa região, percebemos que há servidores do Iterpa, servidores do Incra e pessoas ligadas a processos de topografia nas cidades maiores – como Itaituba, Altamira e Santarém – que conhecem profundamente essa dinâmica fundiária e têm dados dela. Ligou alguém de São Paulo querendo comprar, e esse rapaz que comprou essas terras na região da Terra do Meio, que mostrei naqueles **slides**, é de um grupo de São Paulo, que teve acesso a alguma informação de terras aqui e comprou. Isso está disponível, inclusive, pela internet. Hoje ninguém faz mais grilagem indo ao meio do mato, compram-se terras pela internet tranqüilamente. Há pelo menos uns 4 ou 5 **sites** que já foram publicados e que já viraram notícia que vendem terras. Nessa região de São Félix um **site** fazia isso.

Isso, querendo ou não, é uma corporação criminosa, que tem ligações. Estamos tentando fazer um

ensaio nessas projeções para dizer que o Governo tem condições de detectar isso. Há condições de detectar esse ensaio, quem são as informações, quem são as pessoas e funcionários que enriquecem na dinâmica dessa região.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Relator, o Tarcísio disse que na Terra do Meio há mais de 15 pistas de pouso e que foi preso em Altamira um pistoleiro com balas exclusivas das Forças Armadas. Eu queria conferir se a taquigrafia registrou esses dois fatos. (Pausa.)

Estão registrados?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está registrado, está gravado.

Creio que possamos encerrar a participação do Tarcísio Feitosa. Agradecemos a ilustrativa exposição que fez, usando os recursos de multimídia e nos orientando em relação a essa situação fundiária do Pará.

Muito obrigado.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, antes de S. Sª se retirar, sei que há uma série de questões que ele talvez não tenha desejado colocar publicamente, até entendo pela relação de conflitividade local, mesma situação da Presidência que encaminhou toda essa documentação. Solicitaria que depois, hoje ou posteriormente, as informações que o GTA e a CPT têm de todo esse processo de grilagem nos fossem encaminhadas à CPMI. Nós consideraríamos, portanto, uma complementação ao seu depoimento, com dados mais precisos e até especificando alguns fatos que não foram colocados agora.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pode ser, inclusive, na forma de disquete...

O SR. TARCÍSIO FEITOSA DA SILVA – Está ok. Pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado. Vamos ouvir o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Santarém, Adinor Batista Santos. Solicitamos a presença do Sr. Adinor para que ele possa também fazer a sua exposição e responder às indagações dos Parlamentares presentes. (Pausa.)

Com a palavra, então, o Sr. Adinor, para a sua exposição inicial. Eu peço à Senadora Ana Júlia que, por alguns momentos, presida a reunião.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Sr. Adinor Batista Santos, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Santarém, V. Sª está com a palavra.

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Boa tarde a todos. Srª Presidente, em seu nome, gostaria de saudar os componentes da mesa. Primeiro, agradeço a oportunidade que os produtores rurais têm de se manifestar com relação a todos esses problemas agrários que existem, não só na nossa região, no oeste do Pará, mas em todo o Estado. O Sindicato Rural tem tomado algumas medidas com relação a pedir aos órgãos competentes a regularização das propriedades, principalmente de 100 até 2.500 hectares, que a lei permite que o produtor possa regularizar. Em 2003, por ocasião da presença aqui do Presidente do Incra, e do Dr. Faro também, que na época esteve aqui, nós entregamos um documento pedindo a regularização fundiária da nossa região para que, realmente, os produtores pudessem trabalhar na sua regularidade. Enfim, acabou que, até hoje, nada foi resolvido, nada foi feito. E os problemas estão acontecendo. Em Santarém, já é preocupante essa situação. No dia 25 de fevereiro, recebemos denúncia de pessoas que estavam convocando algumas pessoas da periferia da cidade, oferecendo dinheiro e oferecendo terra para invadir algumas fazendas da região. De maneira que isso nos preocupou muito. Nós entramos em contato com a Federação da Agricultura e pedimos orientação. E a orientação foi que a gente fizesse alguns boletins de ocorrência. E assim foi feito, tanto na Polícia Civil como na Polícia Federal. Nós temos cópias desses documentos e vamos entregá-los à Comissão, assim como vamos entregar uma série de outros documentos. Acho que o Sindicato Rural tem pedido às autoridades para que, realmente, resolvam essa situação fundiária na nossa região, para que o produtor possa trabalhar na sua legalidade. De maneira que eu acho que o Sindicato tem orientado os produtores rurais a trabalhar dentro da legalidade, que não fujam para a parte ilegal da coisa, digamos assim, da lei. Nós temos um livro grande aqui, elaborado pela Faepa – Federação da Agricultura, juntamente com toda a classe produtora rural, orientando os produtores com relação à legalidade para trabalharem seguindo esse preceito. Ele também está no disquete que entregaremos à Comissão.

Muito foi dito aqui e discordamos de alguns pontos. O pessoal alterou-se um pouco e foi além da realidade. É lógico que a situação é preocupante. O Estado, o Governo Federal deve fazer suas ações para que realmente não criemos conflitos na nossa região. No dia 25, inclusive, recebemos uma denúncia, informando que a Ivete comandava a convocação dessas pessoas nos bairros. Liguei para a Ivete, porque a conheço, e disse: "Ivete, creio que não podemos partir para esse lado. Não acredito que você esteja fazendo isso". Realmente ela negou, mas essa foi a denúncia que recebi. Julgo que devemos resolver os nossos problemas e não criar conflitos, porque o conflito vai gerar muitos problemas. Evidentemente, quem está há 50, 100 anos na sua terra não sairá facilmente dela e não vai querer

perder sua área mesmo não tendo a documentação. Por isso, a situação é muito preocupante.

Considero esta CPMI muito importante e cumprimento todos pela oportunidade. Porém, precisamos avançar. Precisamos regularizar as áreas conforme a lei, para que o produtor possa trabalhar na legalidade e não na ilegalidade. O produtor precisa trabalhar, produzir porque tem família para criar e dar-lhe o que comer. Portanto, creio que temos condições de legalizar as áreas, pelo menos aquelas de 100 a 2.500 hectares, ação que o sindicato tem pedido aos órgãos competentes.

Sr. Presidente, eu gostaria de ter a oportunidade de ler o documento entregue ao Presidente do Incra para que todos tomem conhecimento do seu teor e conheçam a realidade da nossa situação.

Não queremos culpar os órgãos públicos. Sabemos que os companheiros têm feito um imenso esforço, mas esbarram, muitas vezes, nos recursos e, por isso, não podem avançar. Essa situação não é recente, pois ocorre há muitos anos. Décadas e décadas de Governo se passaram, e não regularizaram a situação. Portanto, não podemos culpar o Governo atual. Serei breve.

Fizemos um manifesto solicitando o seguinte:

Vimos, através do presente ato, manifestar publicamente aos organismos públicos e privados voltados ao desenvolvimento do setor rural e, em especial, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, no sentido de que essas entidades adotem as medidas pertinentes, para que sejam elaborados, de forma urgente, normas aplicáveis à região amazônica e, principalmente, à região oeste do Pará, referente ao ordenamento e à regularização fundiária das posses existentes em terras da União, bem como das autorizações competentes que viabilizem a utilização dos recursos naturais existentes pelas razões a seguir expostas.

Durante quase todo o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, as ações do Incra voltadas à regularização fundiária de terras da União acima de 100 hectares foram suspensas e, como programa e meta de seu Governo, deu-se prioridade apenas à titulação definitiva de imóveis até 100 hectares através de regularização fundiária e do assentamento de trabalhadores rurais em projeto de reforma agrária.

É bem verdade que essa forma do Governo FHC assentou milhares de famílias sem-terra neste País afora, entretanto deixou de lado outros milhares de agricultores, pecuaristas e madeireiros pelo único motivo de terem áreas superiores a 100 hectares e se localizarem em regiões não-zoneadas, conforme impõe a norma atual.

Durante todo esse período e até a presente data, todos os possuidores de áreas públicas encontraram-se ao desamparo da lei por falta de norma reguladora que contemple a titularidade de suas áreas, e que sejam aplicáveis à realidade desta região e dos municípios que dela fazem parte.

Coisas existentes impedem que os imóveis ocupados – uns há mais de uma década, outros há mais de cem anos – sejam titulados pelo Incra sem que aquele município de localização do imóvel possua um zoneamento para atendimento da Norma de Execução nº 29, de 11 de setembro de 2002 – Incra, que possibilitaria alienação de terras da União até o limite constitucional, ou seja, 2.500 hectares, por meio do Plano Integrado de Destinação de Terras Públicas (PID). Segundo a referida norma, o Plano em questão seria elaborado pelos Superintendentes do Incra dos Estados e aprovada pelo Conselho de Diretores do Incra em Brasília para posterior alienação dos seus respectivos ocupantes.

Sabemos todos que os nossos Municípios, com raras exceções, não foram, de alguma forma, zoneados. Alguns possuem apenas parte de seus territórios com o zoneamento agroecológico, e outros são não-possuidores de diversos mapas temáticos, elaborados por meio do Primaz (Programa de Integração Mineral em Municípios da Amazônia), com base em alguns levantamentos já disponíveis ou coletados, como é o caso de Santarém, Itaituba e Monte Alegre, nesta região, dificultando, dessa forma, a disponibilidade de elementos que sirvam de base para a elaboração do PID.

Somos favoráveis a qualquer tipo de zoneamento que sirva para orientação e racionalização da utilização dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, que garantam o equilíbrio ambiental e a qualidade de vida de todos, desde que garantam também os recursos financeiros e técnicos, além da metodologia para que o mesmo possa ser elaborado.

A ausência da titularidade nas áreas aqui referidas não garante a necessidade e a segurança a seus detentores, nem a possibilidade de obtenção de recursos através dos agentes financeiros. Tais investimentos possibilitariam o desenvolvimento socioeconômico desta região, atribuindo caminhos para novos centros consumidores e, conseqüentemente, os seus reflexos multiplicadores, pois devemos encarar a economia como um todo.

Recentemente, esta imensa região oeste paraense vem sendo considerada como uma nova fronteira agrícola, recebendo, a cada dia, para somar àqueles que aqui há muito já se encontram, pequenos, mé-

dios e grandes produtores rurais, vindos de diversas regiões do País, que aqui adquiriram suas terras, variando desde a pequena posse até aquelas que se aproximam do limite constitucional. Eles vieram, trazendo suas famílias para aqui se instalarem e, ao se depararem com as dificuldades para a regularização das terras, entram em desespero e procuram os órgãos oficiais competentes, cobrando as providências que a lei lhes garante.

Sem os documentos garantidores da propriedade, ou da posse, e sem condições de implementarem suas atividades, seja com a exploração sustentável das florestas existentes, seja com atividades agropastoris, uma vez que o Ibama assim os exige para que possa autorizar tais atividades, pois as mesmas necessitam de aprovação pelo órgão ambiental, caem em desencanto com a ausência da prestação dos serviços, que caberia ao Estado, e acabam tomando o rumo da ilegalidade, único meio de sobrevivência, uma vez que muitos não podem retornar, pois de sua origem nada mais têm, gerando, dessa forma, danos ao meio ambiente, grilagem de terras etc. Parece que não mais existe outra forma, pois as políticas públicas voltadas para a questão fundiária e ambiental, que ora abordamos, não vêm sendo tratadas, nem discutidas, como prioridade pelos seus órgãos competentes.

Os serviços públicos não podem parar, porque não param os anseios da coletividade. O desejo dos administradores é contínuo. Daí dizer-se que a atividade na administração é ininterrupta (in Direito Administrativo, Diógenes Gasparini(?), Editora Saraiva, p. 11).

Precisamos urgentemente de normas reguladoras da matéria para pôr tempo às situações ora descritas que já se arrastam há vários anos, pois, só assim, se cumprirá o princípio da continuidade administrativa e se alcançará o interesse público e a finalidade para a qual se propuseram os órgãos da administração pública, decidindo com celeridade, eqüidade e justiça, que são próprios da autoridade.

Santarém, 16 de setembro de 2003.

Este documento foi entregue às autoridades: Dr. Roberto Faro, Superintendente no Estado; Dr. Rolf Hackbart, Presidente do Incra; Ministro Miguel Rosseto, que, por algum motivo, não pôde comparecer a esta reunião. Entretanto, até o momento, não obtivemos nenhuma resposta. Gostaria de passar à Mesa este documento.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O senhor concluiu?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Ainda não, Senadora. Aqui, um companheiro pede o zoneamento ecológico que acho ser do Estado. Há uma esperança muito grande de que realmente esse zoneamento aconteça para que possamos definir o que é área de produção e o que é área de reserva. Gostaríamos até que alguns dos Senadores falassem sobre zoneamento, Senadora. Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Sr. Adinor Batista Santos.

Passo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, para que possa fazer as perguntas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois não. Obrigado, Srª Presidente.

Considero importante receber uma manifestação por escrito do Sindicato dos Produtores Rurais, justamente solicitando as normas aplicáveis à região. Posteriormente, eu queria que o senhor falasse sobre a Portaria nº 10, do Incra. Qual tem sido a orientação do Sindicato com relação ao cumprimento da Portaria? Evidentemente, o senhor traz um documento bastante alentado. Não terei tempo de lê-lo para fazer a pergunta ao senhor neste momento, mas gostaria de saber qual a orientação que o Sindicato dá para esse processo de legalização, na medida em que se pensa que fazenda legal implica produtor tranqüilo? Não sou da região, mas, por conta justamente do fato de ser Relator desta CPMI, tomei conhecimento da forma como se tem grilado as terras públicas aqui, na região. A exposição agora há pouco do Sr. Tarcísio Feitosa foi bastante didática no sentido de que mostra essas origens, mas tenho aprendido muito nesta CPMI com os nossos Parlamentares da Região Norte: com a Senadora Ana Júlia Carepa, com o Deputado Zé Geraldo, do Pará, e com o Senador Sibá Machado que também morou no Pará e hoje é Senador pelo Estado do Acre.

É justamente esse processo de negociação dos certificados fornecidos de terras públicas, que permitiam a utilização das terras públicas, os CATPs – Certificado de Alienação de Terras Públicas, mas que exigiam que em um prazo de cinco anos houvesse um empreendimento, se cumprissem determinadas condições para tornar a terra produtiva e fazê-la cumprir a sua função social. Ao cabo desse tempo, a União, o Poder Público regularizaria essa área.

Deve ter ocorrido isso, mas a notícia que temos é que em grande parte isso não aconteceu e esses títulos, títulos extremamente precários, não são títulos que possam caracterizar o domínio, acabaram sendo utilizados para esse processo de grilagem de terra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Só para ajudar, Deputado João Alfredo. Esses títulos foram, ou esses contratos, na sua grande maioria, como estava previsto cinco anos e não aconteceu, muitas das pessoas sequer vieram para cá. Então, na verdade, essas terras não deveriam sequer ser alienadas. Elas retornam à União, mas muitos desses

contratos foram "esquentados" ou utilizados de forma fraudulenta em cartórios.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Exatamente.

Acho muito importante a sua contribuição porque vai no sentido da pergunta que quero fazer para o Presidente do Sindicato Rural de Santarém.

Sabedor o senhor de que o processo de grilagem se deu dessa forma e até acredito que um ou outro proprietário possa, de boa-fé, ter adquirido esses documentos – não estou aqui para fazer nenhum juízo de valor –, obviamente que a origem dessa "legalização" está completamente viciada porque fundada em documento que não confere a dominialidade, a propriedade da terra para aquele que porventura esteja ocupando, e porventura também negocie, e porventura também aquele outro venha adquirir nesse processo constante.

Perguntaria ao senhor, porque é muito importante, qual é a orientação, além da pergunta com relação à Portaria nº 10, qual é o trabalho que o sindicato dos proprietários tem feito, qual a orientação do seu sindicato com relação à questão da grilagem no sentido de que sabemos que essas terras são públicas e, portanto, há uma orientação do Governo – e a Portaria vai nesse sentido – de fazer essa discriminação por um processo de geo-referenciamento, de um processo que possibilita aqueles apresentarem os seus títulos, de poder acabar com essa anarquia, esse caos, essa desordem fundiária que há pouco foi denunciada. Qual é a posição que o sindicato que o senhor dirige tem a respeito desse processo de grilagem?

Finalmente, com relação ao problema da violência. Achei até importante e quero registrar que quando o senhor soube que poderia haver um conflito, o senhor se adiantou a ele e ligou para a presidente do sindicato. Mas quando isso parte dos sócios do seu sindicato, o senhor também tem a mesma atitude no sentido de dissuadi-lo, para que ele não venha a tomar nenhuma atitude de violência? Porque a nossa CPMI também pretende dar um basta à violência no campo. Eram estas as perguntas que eu queria fazer ao senhor neste momento, agradecendo, como Relator, a contribuição que o senhor traz com esse documento, com a publicação da Federação da Agricultura do Estado do Pará.

Tudo isso evidentemente vai servir muito para o relatório que vamos apresentar às Srªs e aos Srs. Parlamentares desta CPMI.

Era só, Srª Presidente.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Obrigada, Deputado.

O Deputado Zé Geraldo solicitou e talvez, até para complementar, fosse bom S. Exª falar logo, para que o depoente pudesse responder.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – É porque o presidente do sindicato fez uma pergunta, Senadora Ana Júlia, sobre a questão do ordenamento fundiário. Eu queria aproveitar o momento para dizer que realmente está em debate a questão do ordenamento fundiário no oeste do Pará, que é, inclusive, a região que detém a maior parte das florestas do Estado e, por que não dizer, do Brasil.

O Governo Federal está com algumas ações – depois o Superintendente do Incra vai falar –, mas há algumas coisas acontecendo que fazem parte do ordenamento que achamos que é interessante, para que o setor produtivo, do pequeno ao grande, possa se organizar.

Por exemplo, o projeto de lei sobre gestão florestal que está sendo encaminhado, já está na Câmara, e deve entrar em discussão e votação, depois vai para o Senado, nos próximos meses, é uma proposta de ordenamento do setor produtivo. Se não é só um ordenamento fundiário, mas aí também define a posse da terra, como ela vai ser, que pertencerá à União, é ordenamento produtivo também. É uma idéia que aprovemos na Câmara e no Senado, e que, a partir de julho, já tenhamos esse mecanismo para poder ordenar, por exemplo, a produção florestal nesta região.

O Incra está definindo também o tamanho e como ele vai fazer regularização, titularização de área acima de 100 hectares, porque aqui só se documentaram, no oeste do Pará, nestes últimos 30 anos, terras até 100 hectares e em projeto de assentamento. Essa medida será importante para o setor produtivo poder visualizar onde ele vai investir e como ele vai investir.

A conclusão da demarcação definitiva de todas as terras indígenas do oeste do Pará. O Governo pretende concluir isso o mais rápido possível e ainda este ano. Nós temos conflito aqui em Arara II, Municípios de Uruará, Placas e Rurópolis, e, provavelmente, até outubro/novembro estará definida a nova linha demarcatória, e aí cada um vai saber onde é área indígena, onde não é área indígena. Porque tem fazendeiro derrubando até mil hectares de mata dentro de área indígena.

O Exército agora mesmo, em Uruará, foi tirar 100 trabalhadores que estavam derrubando uma área proibida, e já tinham sido multados pelo Ibama, portanto estavam cometendo um crime ambiental. E mesmo sendo advertidos de que estavam em área indígena, continuaram fazendo, dizendo que aquela não era área indígena.

Então, a regularização das áreas indígenas também é um modelo de ordenamento, porque ninguém vai poder mais investir numa área e dizer que estava enganado.

Sobre os assentamentos que serão criados, a definição das áreas para assentamentos, o superintendente vai falar depois, mas é uma agenda superpositiva para a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém.

A demarcação, o ordenamento da Terra do Meio há previsão de ficar pronto nos próximos dois meses. Toda a Terra do Meio estará sendo demarcada, isso num acordo do Governo Federal com o Governo Estadual, porque a Terra do Meio pertence ao Governo Federal e também pertence ao Estado.

Na região de Porto de Moz, a demarcação da Verde Para Sempre, sendo que praticamente 100% era terra do Estado, com 1 milhão e 400 mil hectares, está definitivamente decretada.

Então, acredito que nos próximos seis meses teremos a visão de um ordenamento sobre o qual não existe ainda consenso, mas existe um ponto de partida dos dois Governos, estadual e federal, e isso abre a possibilidade para que todos os Municípios do Oeste do Pará possam também pensar nos seus planos diretores e, neles, começar a propor um ordenamento fundiário para o seu município a partir da realidade de cada um.

Eu queria dar aqui essa contribuição porque temos uma agenda positiva muito grande sendo colocada prática, sendo discutida, exatamente para alavancar o setor produtivo, seja ele agropecuário, florestal, seja ele mineral, para que possamos sair dessa agenda de conflitos, uma agenda pesada, ruim para o Oeste do Pará, ruim para todos, porque vira uma briga de pequeno com médio, médio com grande, grande com médio, o que já tem acontecido aqui nessa região.

Manifesto minha consideração ao Presidente do Sindicato e digo que realmente há, sim, uma proposta de ordenamento em curso, que deve ficar talvez quase pronta, se não pronta, para o Oeste do Pará durante todo esse ano.

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Obrigado, Deputado, pelo esclarecimento, que é importante para que os companheiros escutem e se atualizem com relação a essa situação do zoneamento.

Com relação à Portaria nº10, ela veio realmente prejudicar de certa forma os produtores. Mas temos que cumprir o que a lei determina. Temos orientado os produtores para que cumpram a lei, cumpram a legislação e procurem os caminhos legais, para que possamos resolver nossos problemas. Tem-se discutido muito, Deputado, sobre essa portaria, não só no encontro de Santarém, mas também em Belém. Segunda-feira vai haver uma reunião em Belém, na Câmara dos Deputados, exatamente para discutir essa situação toda. De maneira que, no momento, só temos que cumprir a portaria e aguardar o desfecho, se vai ser mantida ou não, porque existe uma discussão muito grande, uns dizem que é inconstitucional, outros dizem que não. Como não somos juristas, não podemos defini-la.

Com relação à orientação dos produtores, vejam bem: o sindicato rural defende os produtores rurais. Eu gostaria que ficasse bem claro, Deputado, que, se existem os grileiros, como está estampado que existem, não fazem parte do Sindicato dos Produtores Rurais. Acho que grileiro é grileiro, produtor é produtor. *(Palmas.)*

Não podemos, de maneira nenhuma, juntar uma coisa a outra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço sua permissão.

Temos um Regimento que impede manifestações. E até para que essas reuniões possam transcorrer num clima de tranqüilidade, pedimos a colaboração para que não se manifestem, recolham essa manifestação em favor da boa condução dos trabalhos, a fim de que possamos concluir sempre da forma civilizada como tem ocorrido em todas as reuniões. Manifesto a satisfação de tê-los aqui acompanhando nossos trabalhos.

Pode prosseguir.

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Obrigado, Senador.

Então, acho que não podemos confundir as coisas. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. O Sindicato Rural defende os interesses do produtor rural, defende o produtor rural dentro da sua legalidade. Temos um livro, que foi inclusive impresso em menor tamanho, e foi distribuído para todos os produtores, para que possamos tornar nossa fazenda produtiva, mas dentro da legalidade: todo mundo de carteira assinada, todo mundo com água potável, todo mundo direitinho para que a gente realmente faça e gere emprego, mas com justiça social. Sou um pequeno produtor, como a maioria aqui, filho de um microprodutor, e acho que temos que cainhar nessa direção, Temos que ir atrás de qualidade de vida não só para o produtor, mas para o trabalhador também. E nisso o sindicato tem orientado sua classe.

É lógico que, em alguns lugares, o pessoal se excede, mas aqui procuramos fazer a coisa dentro da legalidade.

Com relação à documentação, a gente até que não tem muitos problemas com esses documentos antigos, Deputado. Agora, o que a gente orienta ao produtor que procura a orientação do sindicato? "É terra pública? Procure o Incra. É terra do Estado?

Procure o Iterpa. Veja a legalidade da documentação, se realmente é legal ou não". A gente tem sido, inclusive, sondado, ouviu Deputado, por algumas pessoas de fora dizendo: "Olha, eu quero comprar uma área, numa terra assim, assim, que me ofereceram." Então, dizemos: "Olha, procura saber direitinho se a terra é do Incra, se é do Iterpa, se a terra é legal, porque, na região, está acontecendo muito problema de grilagem". É o que temos ouvido falar, a polícia está investigando, isso é caso de polícia, e não vamos entrar no mérito da coisa. A polícia é que vai apurar, vai confirmar se é grilagem ou não, mas o sindicato defende o interesse do produtor. Está aqui para defender os produtores rurais, orientando tudo aquilo que for dentro da sua legalidade."

Com relação à violência no campo, acho que o pessoal acaba exagerando muitas vezes, viu, Deputado? Não temos tanta violência no nosso campo como foi relatado aqui. O caso dessa morte que houve ali, acho que em 2004 ou 2003, no Corta Corda, foi um caso de polícia. Acho que tem que ser discutido com a polícia. A polícia vai investigar. Pedi ao nosso gerente para ligar e confirmar. O inquérito já foi confirmado, já foi concluído e está na justiça. Nós não tivemos problemas porque não são os nossos associados que estão envolvidos lá nessa questão. Graças a Deus, não tivemos nenhum problema de envolvimento lá. Mas é o que a gente ouviu falar.

Quando ela relatou aqui, tive o cuidado de mandar perguntar, até para vocês tomarem conhecimento, e um delegado informou que foi concluído o inquérito e que está na justiça.

Você perguntou sobre a violência, se e quando acontece do lado oposto. Eu acho que não temos problemas, aqui, grandes, de violência. A gente tem resolvido as coisas, que são pequenas, temos resolvido. Não temos grandes situações diferentes, tanto é que o Ministério do Trabalho tem freqüentado bastante as fazendas e as propriedades. Aqui não tem grandes propriedades, viu, Deputado? Aqui são micro, pequenos e médios produtores. Aqui não tem grandes produtores rurais, que plantam acima de 1.000 hectares. Acho que não tem nenhum aqui. A faixa geralmente fica na base de 500 hectares a 800, e, muitas, abaixo disso. Então, não temos esse tipo de problema. Tivemos esse problema, procuramos tomar providência dentro daquilo que nos foi informado pela nossa própria federação.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Se o senhor me permitir, tenho em minhas mãos uma lista de imóveis para venda, justamente desse Sr. Francisco Quincó, onde ele anuncia a venda de grandes propriedades, de até de 5.000 hectares.

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Não é do conhecimento, Deputado. Não é do conhecimento do Sindicato dos Produtores.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) **–** À altura da BR-163. Está aqui, "terras rurais contíguas situadas na gleba Curuá-Una, no Município de Santarém. Tem várias, uma lista bastante alentada de vendas de áreas grandes.

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Nós aqui estamos falando em nome dos produtores e não de quem está vendendo terra.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) **–** Não. Estou falando do problema do tamanho das áreas.

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Então, quem vende terra talvez não seja produtor. Estamos aqui defendendo o interesse do produtor. Quem faz a negociação com terra é outra história. O produtor quer trabalhar, quer plantar, quer colher. Quem vende terras é um outro tipo de pessoa, não é produtor. Então, é bom que fique bem claro isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Alguma pergunta a mais?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Uma coisa que a gente gostaria, Sr. Presidente, Senadores e Deputados, de falar é que acho que a gente tem que ter cuidado com o meio ambiente, sim. Nós temos que ser responsáveis pelo nosso futuro e pelo fruto das nossas famílias e das pessoas que virão nos substituir nessa passagem, porque a vida aqui é uma passagem, e temos que ter o cuidado de deixar o meio ambiente o melhor possível para as pessoas que virão.

Porém, preocupa-nos muito, às vezes – não é bem o nosso caso do Município de Santarém, mas é o que comentam –, que se crie uma reserva onde já existem muitas famílias. Isso acaba criando algum conflito.

Temos uma preocupação muito grande agora, Deputados e Senadores, com relação às áreas de quilombolas. No sindicato, já tivemos alguns problemas com relação a isso, porque foi determinada, por uma lei, a demarcação de algumas áreas de quilombolas. Há exemplos de pessoas que estão há mais de cem anos nas propriedades que vieram de seus pais e de seus avôs e, hoje, a área em que eles estão pode ser considerada quilombola. É um conflito que vai acontecer. Pedimos que a lei seja cumprida e que as pessoas do Governo possam ir lá para dizer o que é ou não área de quilombola. Vamos ter problemas com relação a essa situação dos quilombolas.

Temos colocado algumas pessoas do sindicato, advogados, para ir lá e conversar. Até que se tem resolvido, aliás, sem conflito nenhum. Está se conversando, dialogando, mostrando: "Olhem, aqui não é área de quilombola, a de vocês somente vem até aqui". Porém

é bom que o Estado tome providências para que não tenhamos no futuro problemas no campo.

Não sei se alguém gostaria de fazer mais alguma pergunta. Eu gostaria muito de agradecer à comissão...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Sibá Machado ainda deseja perguntar. Será somente o Senador Sibá Machado. Depois, encerraremos.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Adinor, presidente do sindicato, em primeiro lugar, parabenizo-o por trabalhar ao máximo para evitar atrair pessoas inapropriadas para as fileiras do sindicato que o senhor preside. É muito importante saber disso. Também tenho procurado evitar tratar todas as pessoas que operam com qualquer tipo de empreendimento como se todos fossem rotulados da mesma maneira que bandidos travestidos de empresários, que maculam o nome desse importante setor da economia. Aqui, estamos tentando encontrar fatos que possam detectar essas pessoas nocivas à sociedade. Então, as perguntas que quero fazer ao senhor são nesse sentido.

Primeiro, o senhor conhece o Sr. Francisco Quincó?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Conheço.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor admite que o Sr. Francisco Quincó tem praticado atos de grilagem no Município?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Eu não conheço a vida profissional do Quincó. Sei bem que ele foi um dos incentivadores, juntamente com alguns órgãos e o Governo do Estado, de se trazer para cá o plantio dos grãos. Inclusive, o primeiro experimento de soja que houve no Município de Santarém foi numa terra dele, bem próxima daqui.

Agora, sobre os negócios, na intimidade, eu não tenho conhecimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ele é associado ao sindicato?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Ele não é nosso associado ao sindicato.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O sindicato tem jurisdição apenas no âmbito do Município de Santarém ou também em outros Municípios do entorno?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Somente no Município de Santarém.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Essas terras vinculadas à Belterra, algumas das pessoas que praticam agricultura ali são associadas ao sindicato?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Muitos são associados ao sindicato, até porque Belterra é um município novo e ainda não existe sindicato dos produtores rurais naquele município.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, a jurisdição atende lá?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Atende ao Município de Belterra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor tem conhecimento do grau de propriedade fundiária das terras dali, em que funcionou o empreendimento do Sr. Henry Ford?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Aquela terra realmente pertencia a esse americano. Depois, se não me engano, ela voltou para o Estado. Não tenho conhecimento jurídico de como ela está hoje. Sabe-se que existe uma documentação daquela terra. Se não engano, quando era o Prefeito Oti Santos, estavam fazendo uma transição de patrimônio ou para o Município ou para o Estado. Eu não tenho conhecimento para afirmar sobre essas propriedades do Município de Belterra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas não consta para o senhor que aquelas terras pertençam à União, ao Ministério da Agricultura?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Eu acho que pertencem à União, sim, como pertencem ao cidadão brasileiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Como assim?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Como cidadão brasileiro, se você chegar a uma determinada área, for ao Incra, pegar um protocolo do Incra, dizendo que você está lá, a obrigação do Incra talvez seja demarcar e legalizar você. Entendo que, como cidadão brasileiro, qualquer área pública pertence à sociedade brasileira.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Mas isso não é considerado também um modelo de invasão na sua opinião?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Então, todos nós somos invasores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Ou seja, isso significa que se outra pessoa entrasse nessa área o senhor concordaria?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Você acha que está ilegal se o cidadão não tem uma propriedade, vê uma terra devoluta, vai lá, fica e começa a trabalhar. Passam 50 ou 100 anos. Ele é um invasor?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Eu estou perguntou para o senhor. Não devolva a pergunta para mim.

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Não. Eu não considero invasor. O que ele não pode é ocupar

uma área de propriedade legítima de alguma pessoa. Não pode chegar lá e invadir. Isso não.

Mas se ele chegar em uma terra pública e tiver precisando da terra para trabalhar, eu acho que está legal. Agora, ele tem de procurar o Incra, pagar o valor que realmente é determinado, desde que isso não seja reserva e que aquela área não esteja impedida por uma reserva...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Mas isso está sendo feito?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Não sei.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Isso não está sendo feito?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Pelo menos por nós do sindicato, não. Não sei, não tenho conhecimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – O senhor falou que admite que há grilagem aqui na região. Poderia identificar alguma pessoa que pratica grilagem aqui na região?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Eu não sou polícia. Não tenho poder de polícia. Não tenho poder de investigação. Eu acho que, quando acontece um crime, ele tem de ser apurado, o criminoso julgado e condenado para dizer que realmente existe, se é culpado ou não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Então, não há grilagem?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Não sei.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – O senhor afirmou aqui há pouco que havia grilagem.

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Eu não sou polícia para dizer que há grilagem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Então, o senhor fez uma acusação ainda há pouco.

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Meu amigo, eu não conheço ninguém. O que está acontecendo é o que a mídia está dizendo, companheiro. É o que a mídia está dizendo. Você só pode dizer se um cidadão é bandido ou marginal quando se apura um inquérito e prova que ele é realmente. Tem alguém preso, condenado? Você só pode dizer que alguém é bandido depois que ele é condenado. Até então ele é suspeito. Não é assim que diz a lei?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Última pergunta, Sr Presidente.

O senhor tem conhecimento da existência de um escritório de advocacia aqui em Santarém que agenciava a venda de lotes de terra para pessoas de fora da região?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Não. Não tenho conhecimento, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Nunca ouviu falar?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Ouve-se falar que existem pessoas que vendem. Agora, que a gente tenha conhecimento verdadeiramente, não. Mas há rumores. Que falam na cidade, falam.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – SP) – Sr Presidente, eu pediria apenas para identificar o nome de um advogado. Chegou para mim essa informação, e eu não tenho o nome do Advogado, que está inclusive citado no inquérito da Polícia Federal no "caso faroeste".

Eu gostaria, se fosse possível, que descobríssemos o nome do Advogado. Eu gostaria de estudar e fazer alguma proposição à Comissão. Estou contemplado.

Obrigado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu gostaria apenas de perguntar ao senhor de novo.Eu gostaria de dizer que concordamos na questão de que nem todos são iguais. Assim como há políticos bons e maus, assim como há isso em qualquer profissão, há produtores rurais sérios, que querem trabalhar. Nós reconhecemos isso. Eles querem se legalizar, mas há também pessoas que não querem. O senhor é cristão?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Sou. Acredito em Deus e sou católico.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu também.

Então, pergunto: o senhor considera que a omissão... Eu não sou policial, apesar de ter ajudado a prender um bandido no domingo de Páscoa, graças a Deus, mas qual é a sua opinião sobre conhecer ações ilegais e não denunciá-la. O senhor acha que isso é uma omissão?

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – A pessoa conhecer ações ilegais e não denunciar? Olhe, há uma interrogação. Depende, você vê que depende. Você tenta até denunciar e você pode até depois ser... Eu, por exemplo, já fui ameaçado de morte porque defendia os interesses dos produtores com relação ao roubo de gado. Então, você fica sem saber se denuncia ou não. É um negócio complicado, Senadora. Para vocês é muito fácil, pois vocês ligam para a Polícia Federal e pedem apoio. Mas para uma pessoa comum é muito difícil. Sem provas, é muito complicado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero só lhe dizer que temos apoio apenas em algumas ações, mas no nosso dia-a-dia, com a nossa família, na nossa vida, não temos apoio, segurança da Polícia. Também estamos sujeitos a tudo. Mas só queria dizer isso porque quando se quer contribuir com o

fim da grilagem e da violência... Penso que todos nós, como cidadãos, temos que agir dessa forma e fazer a denúncia de tudo o que é errado, pois queremos ajudar a construir um mundo melhor não apenas para nós, mas também para nossos filhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Queremos agradecer ao Adinor Batista Santos, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Santarém.

Muito obrigado pelo comparecimento.

O SR. ADINOR BATISTA SANTOS – Obrigado, Senador, pela oportunidade, e quero deixar bem claro que o Sindicato defende os interesses dos produtores dentro da sua legalidade e tem orientado para isso. Assim tem sido e esperamos que todos realmente sigam esse caminho, para que possamos viver em paz no campo e para que tenhamos qualidade de vida para nossos filhos e para todos nós. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

Apenas para esclarecer, porque aventamos a possibilidade de ouvir Francisco Quincó no dia de hoje, mas ele está ausente e seu advogado confirmou a sua presença, quarta-feira, em Brasília. Queremos afirmar que ele será ouvido porque foi citado várias vezes. Não fazemos nenhum julgamento precipitado, não o conhecemos e vamos dar a ele o direito de defesa. Como foi citado, terá oportunidade também de se explicar e se defender. É esse o nosso objetivo.

Vamos convidar para tomar assento à Mesa o Dr. Paulo Fernando Maier, Gerente Executivo do Ibama, para a sua participação nos trabalhos de hoje da CPMI.

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* Dr. Célio?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Está escrito na matéria aqui Célio Figueira da Silva, porém do policial recebemos aqui...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Dr. Célio estará em Brasília na quarta-feira, acompanhando o Francisco Quincó.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ele é advogado, então?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Ele estará em Brasília.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Aí o Senador Sibá Machado poderá fazer as alegações que deseja, tanto ao Quincó quanto ao advogado.

Concedo a palavra ao Dr. Paulo Fernando Maier, pelo Ibama.

O SR. PAULO FERNANDO MAIER – Boa tarde a todos e a todas, quero dizer que efetivamente entendemos que este momento é mais um dos momentos extremamente importantes, do ponto de vista de aumentarmos as nossas possibilidades com relação a avançarmos em uma das dificuldades que temos na região, que diz respeito à organização fundiária.

Quero dizer também que o papel do Ibama tem sido construir, por ordem da Ministra Marina Silva, e fortalecer o Sistema Nacional do Meio Ambiente, o que significa garantirmos que o conjunto da sociedade e as três esferas de Poder consigam efetivamente começar a fazer a tarefa que, carinhosamente, na primeira Conferência Nacional do Meio Ambiente, começamos a tratar, a cuidar do meio ambiente.

Efetivamente, o conjunto do Governo no Brasil, as diferentes esferas de Governo, têm enormes dificuldades, particularmente na região oeste do Pará – a gerência de Santarém tem atribuição aproximadamente sobre 54% do território paraense.

Do ponto de vista da estratégia que temos estabelecido, ela dá conta de conseguirmos, por intermédio de alguns instrumentos, aumentar a contribuição de cada uma das partes no sentido de que o todo permita a melhoria da qualidade da ação.

Digo isso porque obviamente o conjunto de servidores, o equipamento e instrumentos que estão à disposição do Ibama e de outros órgãos públicos é absolutamente insuficiente para que possamos fazer sozinhos, agindo por conta de atribuição de competência ou devido à necessidade da ação supletiva quando uma outra esfera de Governo, seja municipal, seja estadual, não age. Entendemos que a nossa estrutura é absolutamente incompatível com a demanda.

Das estratégias que estabelecemos, temos uma unidade de defesa ambiental, ainda embrionária, que já atua no município de Santarém. Se juntarmos outros órgãos que também têm responsabilidade na área ambiental para integrarmos ações, aproveitaremos melhor os recursos de todos esses conjuntos de instituições, principalmente no sentido de termos adequadamente processado as informações que cada uma das partes possuem.

Essa estratégia, no final do ano passado, começamos a discutir do ponto de vista da implementação nas outras regiões. Nos dias 17 e 18 estivemos em Oriximiná, onde estabelecemos o cronograma de trabalho e as parcerias necessárias para que tenhamos os esforços somados dos diferentes órgãos de competência na área ambiental para o trabalho a partir deste ano.

Existe a previsão de trabalharmos nesta ótica ainda em Altamira, Novo progresso e Itaituba, onde temos os nossos escritórios, temos bases do Ibama.

Aqui, em Santarém, existe uma experiência que, em alguns momentos se formou, no ano passado, por provocação e coordenação do Ministério Público Federal. Trata-se da junção dos diferentes órgãos públicos federais com atuação na Região Oeste do Pará, no sentido de que tenhamos ações e programações conjuntas e, através disso, consigamos trocar informações e melhorar a nossa atuação.

Temos uma experiência que também apresentou problemas, mas foi bem-sucedida, no sentido do fortalecimento das instituições de alguma sociedade civil e a formação de agentes ambientais voluntários, aumentando a nossa capacidade, aumentando o conjunto de pessoas que passam a ter a possibilidade de formalmente atuarem nas ações de monitoramento e controle.

O Governo Federal desenvolveu três grandes esforços: o Programa Arpa – Áreas Protegidas da Amazônia, que pretende possibilitar os meios necessários para que criemos e implementemos unidades de conservação. Temos Rezex Tapajós Arapiuns, Reserva Ecológica da Terra do Meio e o Parque Nacional da Serra do Pardo, já como produto desse esforço. A Reserva Biológica do Rio Trombetas já começa e já está implementando também ações nesse sentido. Provavelmente dias 26, 27 e 28 deveremos estar realizando consultas públicas para discussão com a sociedade sobre a criação de mais três unidades: florestas nacionais (Crepori, Jacareacanga e Rio Novo) em Novo Progresso e o Parque Nacional do Rio Novo em Itaituba.

E na definição da destinação destas áreas, há o entendimento de que é papel e é contribuição do Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal fazer também o ordenamento fundiário na região.

O plano de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia também é uma outra estratégia do Governo federal no sentido de definir ações e prover os meios para que tenhamos maiores condições de efetivamente darmos conta da nossa tarefa. No ano passado, começamos a operar em Itaituba, uma das bases operativas. São 19 bases, dez bases prioritárias para esse momento, três aqui na área da gerência. Então, começamos a operar em Itaituba e começamos a montagem das bases em Novo Progresso e em Altamira, já realizando algumas ações em Altamira e com previsões de estarmos realizando tarefas a partir da base de Novo Progresso.

Temos discutido a possibilidade de montagem de três grandes mosaicos de unidades de conservação, ou seja, permitido a integração das áreas protegidas em três grandes regiões do oeste do Pará, o mosaico no rio Trombetas, pegando áreas quilombolas, que são áreas protegidas, unidades de conservação federal, duas unidades de responsabilidade nossa e mais duas unidades estaduais no Estado do Amazonas. Um outro mosaico aqui, que seria o mosaico do Tapajós, articulando e costurando as ações de forma conjunta, Rezex Tapajós Arapiuns, Parque Nacional da Amazônia, Floresta Nacional do Tapajós, a APA de Alter do Chão, uma outra APA no município de Belterra, uma terra indígena, duas áreas quilombolas que deverão estar já tituladas neste semestre e duas florestas nacionais em Itaituba. E o mosaico da Terra do Meio, talvez o grande maior desafio do último período, do ponto de vista de ordenar aquela região num compromisso, num trabalho conjunto e pioneiro para nós aqui entre Governo do Estado e Governo federal, aproveitando o esforço realizado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente e Ibama com os esforços no sentido do zoneamento econômico e ecológico do Estado do Pará.

A dificuldade fundiária fez com que, no início deste ano, aqui nesta Casa, fosse realizada uma audiência pública, chamada pela Câmara de Vereadores, exatamente em função das ações que foram desencadeadas a partir da Portaria nº 010, conjunta do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra em que, a partir dali, realizamos a suspensão de 17 planos de manejo que estavam autorizados pelo Ibama e que tinham documentação fundiária precária. Então, como esses planos de manejo foram autorizados se tinham documentação fundiária precária? Eram planos de manejo já aprovados que estavam explorando, mas já aprovados anteriormente. E, por conta de um Termo de Ajustamento de Conduta firmado aqui no Estado do Pará com o Ministério Público no sentido exatamente da dificuldade fundiária de permitir o uso de algumas áreas, pelo qual o órgão fundiário reconhece a posse mansa e pacífica daquelas áreas, a partir da Instrução Normativa nº 010 para as áreas acima de 100 hectares, ficou absolutamente impossível dar continuidade à exploração. E acreditamos que hoje as áreas que estão autorizadas talvez sejam uma das contribuições que o Ibama possa fornecer a esta CPI, pois a documentação que chega ao Ibama como exigência para autorização de plano de manejo e desmatamento chegam com documentos fundiários. Então esse talvez possa ser um dos esforços no sentido de que possamos disponibilizar para que possa ser apreciado pelos senhores.

Gostaria também de dizer sobre a outra estratégia do ponto de vista de permitirmos que algumas regras sejam adequadas a esta região, porque as nossas regras normalmente são genéricas e pensadas para o conjunto do País ou para o conjunto do bioma Amazônia. No ano passado, fizemos um esforço para a criação de uma câmara técnica para discutir especificamente a questão florestal no oeste do Pará. Essa câmara técnica foi criada pelo Presidente do Ibama em dezembro, e nós estamos realizando as reuniões, já discutindo o regimento interno e provavelmente começando a contribuir para o estabelecimento de regras específicas para essa região, que tem, obviamente, enormes peculiaridades.

Gostaria de dizer também que temos ações, que são as ações de controle, são as ações de fiscalização, o que significa a possibilidade de identificarmos, muitas vezes, quem são as pessoas que cometem os delitos. E o princípio do plano de prevenção e combate ao desmatamento é justamente o fato de os delitos estarem associados. Portanto, a partir dos autos de infração gerados, há possibilidade também de contribuirmos com esta CPI no sentido de que tenhamos identificação de algumas pessoas que cometem delitos que podem ou não estar associados aos delitos que são, obviamente, objeto deste trabalho.

Gostaria de dizer que o Ibama realizou em 2002 um concurso público e que está previsto para este ano a realização de um novo concurso público que deve nos permitir, ainda que de forma insuficiente, aumentar nossa capacidade de trabalho. Temos realizado acordos, convênios com outras instituições, universidades públicas, universidades privadas, organizações da sociedade civil, que podem permitir que tenhamos, efetivamente, maior qualidade no ambiente, nesta região.

Por fim, quero dizer que, embora não tenhamos trazido documentos para oferecer a esta Comissão, estamos à disposição para qualquer solicitação, pedindo apenas paciência, porque, devido ao reduzido número de servidores, podemos demorar um período, um prazo necessário para que possamos produzir as informações conforme seja a necessidade desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado.

Passo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Paulo Fernandes Maia, minha primeira pergunta – se o senhor puder já anotar, por favor – refere-se ao que o senhor acabou de falar, que é o problema das condições de trabalho do Ibama. Depois farei a mesma pergunta ao Incra.

Evidentemente, uma CPI como esta, que tem entre os seus objetivos a realização de uma reforma agrária pacífica, a diminuição da violência no campo, quer também fazer um debate sobre as condições humanas e estruturais dos órgãos que estão atuando na região, uma região como essa, palco de tantos conflitos, atuais e potenciais. Peço que o senhor, por favor, diga em que condições o Ibama daqui, desta região, trabalha, em termos de pessoal, em termos de infra-estrutura, estrutura material de trabalho. Essa é a primeira questão.

Em segundo lugar, gostaria que o senhor aprofundasse sobre o que disse nosso depoente anterior, nosso convidado anterior, Sr. Adinor Batista dos Santos, Presidente do Sindicato Rural. Ele nos chamou a atenção para um conflito que pode vir a ocorrer, que seria justamente nessa área dos quilombolas, ao que o senhor agora também se refere. Eu queria que o senhor explicitasse melhor como está se dando esse trabalho, o que se caracteriza, como é que caracteriza, como essas áreas se caracterizam, qual é o trabalho do Ibama, o que será feito com relação a isso. Seria a minha segunda questão.

A terceira são perguntas que eu já fiz a outros, mas eu também queria fazê-las ao senhor para que fosse aprofundado, principalmente porque agora estamos tratando com um órgão ambiental. O Deputado Zé Geraldo, na sua fala, colocou, com muita propriedade, o que lhe é peculiar, como conhecedor da região, que o projeto de lei de gestão pública de floresta que está para ser debatido e votado na Câmara nesses dias pode trazer uma solução do ponto de vista da regularização da atividade madeireira, o que também é motivo conflito.

Fizemos um seminário ontem, na Câmara, que considero muito importante, quando alguns técnicos nos alertaram para a necessidade de votação da matéria até por conta dessa contenção decorrente das medidas que o Governo tem tomado de interdição administrativa da BR-163, da Portaria nº 10 etc. Então, peço ao senhor que faça uma análise da situação hoje do ponto de vista do conflito, da resolução, do trabalho do Ibama.

Sabemos que há o projeto de pavimentação da BR-163, e o Governo tem dito que quer ter cuidados tanto na área fundiária quanto ambiental. Quero saber como tem sido feito esse trabalho, se efetivamente tem sido levado em conta a preservação e a sustentabilidade, até porque as matérias de jornais que nos trouxe há pouco o Presidente do Sindicato contêm dados preocupantes que já tínhamos conhecimento, como, por exemplo, o avanço da plantação de soja na região.

Finalmente, a última pergunta: qual foi o resultado desse trabalho...O Pastana ainda é o atual?

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – O Pastana é anterior a ele, prefeito de Belterra.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Essa matéria é justamente da época em que Geraldo Pastana era o gerente, e fazia essa denúncia com relação ao loteamento de áreas do Interpa para sojeiros. É uma matéria grande do jornal local que traz: "Ibama constata inúmeros crimes ambientais na gleba Nova Olinda", "Sojeiros não respeitam Ibama", "Continua a invasão", etc. Como se encontra a situação hoje desse conflito denunciado pelo Ibama ainda no ano de 2003? Gostaria de saber se as medidas foram efetivamente tomadas, se essa situação está resolvida hoje.

São essas, Srª Presidenta Senadora Ana Júlia, as perguntas que tenho ao nosso depoente, Dr. Paulo Fernando Maier, Gerente do Ibama.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Antes de o Paulo responder, gostaria de convidar também para nos acompanhar na Mesa a Prefeita do Município de Santarém, Drª Maria do Carmo Martins Lima. (Palmas.)

O pessoal já ouviu que é proibida manifestação, mas como todos gostam da prefeita...

O SR. PAULO FERNANDES MAIER – Primeiramente, quero falar das condições de trabalho. O Ibama vem ao longo do tempo criando uma estratégia de ação no sentido de permitir melhoria das condições e aprimoramento dos recursos e do uso dos recursos que tem à disposição.

Temos uma completa inconsistência quando fazemos uma relação entre número de servidores, área e municípios a serem atendidos. Temos aqui, no oeste do Pará, uma média aproximada de cinco servidores por município. Obviamente, se compararmos os municípios do oeste do Pará com o tamanho dos municípios do resto do Brasil, veremos que temos uma segunda dificuldade acrescida, o número de servidores por área. A outra dificuldade – e todas as pessoas enfrentam – é a de deslocamento. Temos regiões onde é praticamente impossível chegar em determinadas áreas se não fizermos isso por via aérea. Teremos com certeza menor de ação de servidores porque sabemos que passam por lá, e, portanto, não cumprindo com a sua tarefa, não realizando a sua ação.

Do ponto de vista de orçamento, de condição de orçamento e recursos financeiros, temos absoluta inconsistência entre o tamanho da área que administramos e o volume de recursos disponíveis. E é justamente em função disso que existem esforços seja do ponto de vista do plano BR–163 sustentável, seja do ponto de vista do plano de prevenção e combate ao desmatamento da Amazônia e do programa Arpa, que visa garantir recurso principalmente orçamentário e financeiro para o desenvolvimento das ações.

Neste ano, o Governo definiu, por meio de portarias, a priorização com deslocamento de servidores de outras áreas que não Amazônia. São 90 servidores que estarão em rodízio atuando nesta área, o que aumenta substancialmente a nossa capacidade de ação.

As pessoas conhecem o trabalho que foi desenvolvido a partir da base de Itaituba, que é uma das bases do plano de combate ao desmatamento. É possível que identifiquemos o aumento da nossa condição, da nossa possibilidade de dar conta da tarefa.

Existem recursos tecnológicos que estão no Ibama e outros que não estão, temos o Sipan, o Impi, que já nos permite detectar o avanço e as áreas que estão sendo desmatadas.

Temos tentado avançar no sentido de podermos chegar nessas áreas antes que o desmatamento avance, porque é fracasso para o Ibama a lavratura do auto de infração, uma vez que, ao fazermos, isso, estamos constatando o que já ocorreu. Acreditamos que – talvez já esteja respondendo a outra pergunta – tanto o conflito quanto o volume de auto de infração lavrado, em termos de valor, tendem a crescer a partir do momento em que estabelecemos uma nova rotina para o enfrentamento do delito. E acreditamos que isso só se mostra com resultados se significar ao longo do tempo uma redução do número e do volume em termos de valor do que é lavrado nos autos de infração, porque significa que a tarefa está começando a ser cumprida, já que estamos reduzindo o índice de desmatamento ou estamos reduzindo a quantidade de infrações.

Não vou responder exatamente na ordem em que foram feitas as perguntas, apenas para facilitar. Do ponto de vista do BR-63 sustentável, temos na área da gerência, quatro consultas públicas que deverão estar sendo realizadas no próximo mês: Altamira, Itaituba, Santarém e Novo Progresso, o que significa um esforço próximo ao que existe hoje com relação ao São Francisco, de permitir que tenhamos ao mesmo tempo um empreendimento que objetivamente traz enormes impactos, do ponto de vista negativo, para uma determinada área, equiparado às vantagens do empreendimento, que torne esse empreendimento possível e viável; mas, além dessa simples comparação, uma proposta de ação integrada, conjunta, planejada, de diferentes órgãos, sejam as Prefeituras Municipais, seja o Governo do Estado, sejam os diferentes órgãos dentro das Prefeituras do Governo do Estado, mas, principalmente, em uma ação de integração com a sociedade civil, inclusive do ponto de vista dos controles sobre essa

proposta do plano, para identificarmos se efetivamente ele está cumprindo a sua tarefa ou não.

Com relação ao asfaltamento da BR, nós entendemos que o tema não é o simples asfaltamento, mas a perspectiva que traz o asfaltamento. Ele é absolutamente insustentável, se não vem acompanhado desse esforço enorme que tem sido resultado principalmente dos esforços da sociedade desta região, para construirmos um plano de desenvolvimento que respeite as características desta área e que permita o uso dos recursos de forma absolutamente sustentável.

Com relação especificamente às diversas crises ou aos diversos conflitos que surgem, seja por conta da disputa pelo recurso madeireiro, seja por conta dos outros usos das áreas – podemos falar com relação à pecuária e à produção de grãos, mas também com relação a outras atividades – o Ibama, a partir do plano de combate ao desmatamento, pensa e começa a trabalhar em uma outra ótica. O Ibama, classicamente – e acredito que a maioria absoluta ou todas as pessoas aqui presentes conhecem -, sempre trabalhou com as operações. Ou seja, pega-se um volume considerável de recursos, coloca-se para cumprir uma determinada tarefa, durante um determinado período, em uma determinada região. E brincamos dizendo que ou vai terminar a diária, ou vai terminar o suprimento de fundos, ou vai haver uma reação da população, em uma área onde existia a ausência dessas ações, que vai impedir a continuidade do trabalho.

E, portanto, fazendo uma séria crítica à forma de atuação, que era através das operações, o Ibama começa a estruturar, dentro do conjunto do Governo, o plano de combate ao desmatamento, uma presença permanente naquelas áreas que foram identificadas, onde existem maiores índices de desmatamento, onde existe ainda um recurso florestal importante a ser preservado, e onde, puxando para uma estruturação do órgão, no nosso caso, aqui na região Oeste, onde existe já uma estrutura do Ibama para que, após esse período de plano, de ação mais intensiva, fiquemos com a estrutura, melhorando, então, condição de trabalho do servidor, melhorando condição de atuação da instituição. E acreditamos que essa deve ser a forma de efetivamente estarmos transformando a nossa qualidade de trabalho aqui, no Oeste e também em outras regiões.

Acerca da questão das áreas de reconhecimento, de titulação como quilombolas, esse é um esforço e um trabalho que tem ocorrido aqui é também um enorme esforço das comunidades. Via de regra, nós, Governo, corremos atrás das demandas e dos esforços da sociedade. Há um enorme esforço das diversas comunidades.

Eu não vou ousar, porque tenho pouco tempo aqui, nesta região, mas temos um conjunto de áreas, um volume de pessoas, e uma histórica disputa com relação ao reconhecimento dessas áreas, que talvez não tenha muita comparação com outras áreas no País. Nós temos uma relação estabelecida com a Sepir, com a Ministra Matilde, que é responsável, em parte, por isso, com o Incra, principalmente aqui na região onde atuamos. E estamos trabalhando na região do Trombetas, onde existem quatro áreas tituladas, reconhecidas, que são áreas limites, no entorno das unidades de conservação Rebio do rio Trombetas e da Flona de Saracataquera, onde existe ainda a necessidade da busca do recurso dentro da unidade de conservação. Isso é absolutamente legítimo e está, inclusive, previsto no SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação, até que seja possível identificar as outras alternativas de renda para essas populações, através de termos de compromissos, de acordos firmados, no sentido de que essa exploração seja dentro das regras possíveis e sustentáveis.

Então, acredito que temos, efetivamente, a possibilidade de construirmos uma relação com essas comunidades da mesma forma que o fizemos com os ribeirinhos, com os povos da floresta, basicamente a partir das nossas ações relacionadas com a possibilidade de sustentação dessas famílias ou de garantia da área para atuação dessas famílias, com a criação das reservas extrativistas ou com a possibilidade da criação das reservas de desenvolvimento sustentável.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Deputada Luci Choinacki.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, gostaria de fazer duas perguntas ao nosso expositor: O Ibama já suspendeu algum plano de manejo na região? Será que ele tem essa informação, embora esteja há pouco tempo aqui? Se fez, por qual motivo?

O SR. PAULO FERNANDO MAIER – É uma dinâmica, dentro do Ibama, a suspensão de planos de manejo no que diz respeito à sua autorização. Há diversas razões para isso.

Em alguns casos, existe a formulação de um plano que permite a exploração de uma determinada área, mas que também permite a exploração de outras áreas de forma absolutamente ilegal, utilizando-se das autorizações para utilização de matéria-prima neste plano de manejo. Toda vez que detectamos essa irregularidade, o plano de manejo é suspenso. Temos algumas situações em que podemos recolher e repassar.

Temos as vistorias dos planos de manejo, procedimentos absolutamente estabelecidos, onde é possí-

vel que se estabeleça irregularidades na exploração, mesmo que no caso não diga respeito à exploração de áreas não autorizadas, mas quando o plano estiver sendo executado de forma divergente do que foi proposto ou de forma divergente do que está autorizado.

Nesses casos, é possível que essa suspensão dure um determinado período, para que o empreendedor possa, então, corrigir essas imperfeições, adequar a sua exploração, basicamente com o assessoramento do seu responsável técnico, com as indicações colocadas quando da suspensão, para que, então, seja possível voltar a operar.

Temos a suspensão de plano de manejo quando existem denúncias ou, quando da revisão da documentação que permitiu autorizar o plano de manejo, é detectado, então, que ocorreu alguma falha ou que exista alguma situação válida ao tempo em que o plano de manejo foi autorizado e que hoje não o é mais.

Então, com relação a isso, no último período, embora já tenhamos suspendido planos de manejo neste ano, e tenhamos outra suspensão do plano de manejo por outras razões, tivemos dois momentos em que ocorreu suspensão em bloco, vamos dizer assim.

Tivemos um primeiro bloco de suspensões após 08 de novembro, que é a data de criação da reserva extrativista Verde para Sempre. Existiam planos de manejo autorizados para operar naquela área. O que mudou não foi a autorização ou o processo de autorização, mas, com a criação da reserva extrativista, restringiu-se o uso da área. Por conta disso, ocorreu a suspensão dos planos de manejo autorizados na área.

Com a publicação da Portaria nº 010, realizamos uma revisão da documentação fundiária, que permitiu a aprovação dos planos de manejo, muitos deles relacionados com o Termo de Ajustamento de Conduta a que já havia me referido antes, e isso levou à suspensão de 17 planos de manejo, cuja documentação fundiária não era suficientemente consistente.

O que é uma documentação fundiária inconsistente? A Instrução Normativa nº 04, de 2002, estabeleceu, para o Plano de Manejo Empresarial, a exigência ou do título da área, o título definitivo, ou de 13 instrumentos que comprovam posse. A inexistência de qualquer um desses documentos é suficiente para que o plano não seja aprovado, porque, no caso da sua aprovação, isso venha a ser revisado e eles venham então a ser suspensos. E é o caso que aconteceu com relação a esses 17 planos de manejo, em 30 ou 31 de dezembro do ano passado, e que gerou a conhecida crise ou o anúncio da crise do setor madeireiro, no início deste ano, de forma mais aguda.

Algumas pessoas, às vezes, têm dificuldade em entender o processo de autorização de manejo, mas ele está basicamente apoiado num tripé de responsabilidades. Então, parte da responsabilidade é do detentor, que é quem propõe o plano de manejo; parte da responsabilidade é de um profissional, que é o responsável técnico pelo empreendimento; e um terceiro responsável que é o órgão que autoriza, portanto, o Ibama no Estado do Pará.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Acho que é importante dizer que isso se faz dentro da lei, cumprindo as normas legais. Digo isso não só para reafirmar, até porque a gente ouviu muito o Presidente do Sindicato dos Produtores dizer que concorda que se tem de cumprir as normas; então, todas as suspensões foram dentro das normas legais para se cumprir o plano.

O SR. PAULO FERNANDO MAIER – Digo que felizmente. Como várias pessoas questionaram a legitimidade dessa medida... Alguns questionamentos eram: o diretor... Porque há um memorando, famoso já, que recomenda isso. Não; o diretor não mandou suspender. O diretor recomendou a suspensão. Agora, não é atribuição do Diretor de Florestas aprovar ou suspender planos de manejos. Essa é uma atribuição dos gerentes e, portanto, a orientação técnica é da DIREF.

Mas, diria que felizmente tivemos já situação em que ocorreu, na esfera judicial, pelo menos em 1ª Instância, o julgamento da nossa decisão. E a posição adotada, quer dizer, a decisão do Judiciário foi exatamente a decisão que havíamos adotado, foi exatamente igual ao que havíamos definido anteriormente. Suspendemos os planos de manejo, mas, como eles eram absolutamente legais até a suspensão, solicitamos a produção do relatório pós-exploratório, para que, após análise e aprovação, pudesse ser liberada a utilização da matéria-prima já explorada. E essa foi exatamente a decisão que tivemos quando a matéria foi apreciada pelo Judiciário.

Portanto, é absolutamente legal tanto do ponto de vista técnico, mas, hoje, também na posição do Judiciário.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Está certo. Obrigada, estou satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É sobre uma questão que faltou, Paulo, sobre uma das questões feitas pelo Deputado João Alfredo que era em relação àquele loteamento de área do ITERPA.

O SR. PAULO FERNANDO MAIER – Acho que falei genericamente com relação às operações e não me apropriei exatamente desse tema.

Temos várias áreas, várias regiões, onde ocorrem os processos, sejam aqueles absolutamente da iniciativa privada, de alguém que vai lá e delimita áre-

as, depois, acaba, em algum momento, a gente tendo conhecimento disso; seja quando existe a emissão de autorizações por algum órgão público, seja o ITERPA, seja o Incra, quer dizer, onde existe o documento que autoriza isso.

Existe um instrumento que tem sido utilizado – e essa utilização já tem sido questionada, havendo inclusive uma manifestação do Ministério Público Federal – que é a concessão de uso de áreas. Tivemos alguns planos de manejo, alguns desses estavam na área da Verde para Sempre, no Porto de Moz, cujo documento de autorização da exploração era a concessão. E temos conhecimento, em algumas áreas, não vou dizer do loteamento, mas da definição de áreas. Quando cheguei aqui, havia um procedimento absolutamente corriqueiro nesta região, que era buscar um documento, por precário que fosse, num órgão fundiário, apresentá-lo em outro órgão, mesmo que ele não desse nenhuma perspectiva ou nenhum direito para uso da área e ainda que ele fosse produzido em outra instituição, no caso o Ibama. Era o suficiente para levar o documento para outros lugares ou para tentar identificar isso como reconhecimento de posse das áreas.

Recebemos alguns documentos, ainda até meados do ano passado, principalmente com relação à autorização de desmatamento. E, em todos eles, passamos a mudar a nossa forma de atuação. Por que o que fazíamos? Recebíamos a documentação e quando era solicitado um documento dizendo que estava em análise aquele processo dentro do Ibama, em vez de informarmos que estava em análise, como fazíamos antes, mas não havia nenhuma tranqüilidade de que seria aprovado, não existia nenhuma garantia, portanto qualquer atividade seria ilegal, porque não autorizada, passamos a acelerar o processo de análise exatamente para poder dar uma posição definitiva. "Existe o processo e ele está arquivado por conta da inconsistência da documentação fundiária."

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a participação do Dr. Paulo Fernando Maia, Gerente-Executivo do Ibama.

Obrigado pela sua presença.

Convidamos o Dr. Inocêncio Renato Gasparim, Superintendente do Incra no Pará para fazer a sua exposição e, posteriormente, responder as indagações dos Srs. Parlamentares.

O SR. INOCÊNCIO RENATO GASPARIM – Boa noite a todos. Senador Alvaro Dias, Presidente desta CPMI, Senador Sibá Machado, Senadora Ana Júlia, minha amiga, Deputado Adão Pretto, Deputada Luci Choinacki, Deputado João Alfredo, nobre Relator, Deputado Zé Geraldo e a nossa Prefeita Maria do Carmo Martins, dirigentes de instituições e organizações de classe, o público em geral, a imprensa que está cobrindo este evento, assumi a Superintendência desta Regional do Incra há pouco mais de um mês, no olho do furacão do problema da violência fundiária no Estado, na prática. No dia do assassinato da irmã Dorothy, eu estava em casa, em Belém, e o então Presidente do Incra, que aguardava a minha nomeação na Casa Civil, telefonou-me pedindo para que eu embarcasse, dentro uma hora, para Altamira. E, de lá até hoje, foi uma correria só, inclusive a vinda para cá, que me foi solicitada há três dias. Porém, eu não poderia deixar de comparecer, tendo em vista a importância desta CPMI para o nosso Estado e para regularização fundiária efetiva e definitiva do Estado do Pará, que, por causa da situação de anarquia em que se encontram esses cadastros e esse processo, tem causado tantas dores para todos no Estado e no País.

E eu preferi fazer por escrito, não é o meu feitio, mas tendo em vista a responsabilidade que esta apresentação tem.

Grilagem de terras na Amazônia. A ocupação ilegal de terras tornou-se um poderoso meio de dominação fundiária na Amazônia, resultando em grande disparidade social. Conhecida como grilagem, a falsificação de documentos de terra é usada freqüentemente por madeireiros, criadores de gado e especuladores agrários para se apossarem de terras públicas visando a sua exploração. Latifundiários contam com a cumplicidade de cartórios de registro de bens para se apoderar de áreas públicas e usam de violência para expulsar posseiros, povos indígenas e comunidades tradicionais que têm direito legítimo à terra.

O termo grilagem tem origem em uma prática antiga de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência antiga e com uso.

Como demonstrado pela fábula do grilo, a ocupação ilegal de terras públicas continua fundamentada na falsificação de papéis e documentos. Muitas vezes, o grileiro sequer conhece a terra pretendida. Atualmente, artifícios mais sofisticados, como mapas baseados em imagens de satélite e de GPS, substituem a ação dos grilos no processo de apoderação de terras públicas. Com o registro no cartório de títulos de imóveis, o grileiro repete o mesmo procedimento nos órgãos fundiários do Governo: Incra, na esfera federal, e órgãos de controle estaduais, e perante a Receita Federal. Mediante o cruzamento de registros, o grileiro tenta dar uma aparência legal à fraude imitando a ação dos grilos dentro da caixa.

Já em 1980, durante um debate sobre o lamaçal fundiário na região, o professor Otávio Mendonça, do Pará, afirmou: "Infelizmente e com louváveis exceções registrou-se tudo quanto se quis nos cartórios da Amazônia".

A grilagem acontece hoje devido às deficiências deixadas pelos governos no sistema de controle de terras no Brasil e no Pará. Apesar das diversas propostas, os governos anteriores não implementaram um registro único de terras ou ao menos um cadastro específico para as grandes propriedades, também não há articulação e cruzamento de dados entre os órgãos fundiários nos três níveis de Governo: federal, estadual e municipal. Some-se a isso a existência de diversos títulos de propriedade para uma mesma área e fiscalização ineficiente junto aos cartórios de registro imobiliário. Nesse contexto, multiplicam-se as terras de papel e chega-se a uma situação onde o tamanho das propriedades privadas pode chegar a uma dimensão maior do que a própria Amazônia.

São de conhecimento público a grande maioria dos pontos de grilagem de terra no Pará ocorridos nas últimas duas décadas; alguns casos são simbólicos e amplamente divulgados pela grande imprensa. Por causa do atoleiro legal das propriedades de terra na região, o Governo Federal iniciou em 99 uma investigação sobre grilagem e concluiu que pelo menos 100 milhões de hectares tinham documentação suspeita. Depois da investigação, o Incra cancelou o registro de mais de 70 milhões de hectares. Um terço dessa área, cerca de 20,8 milhões de hectares, estava no Pará dividido entre 422 fazendas. A investigação do Incra foi seguida por uma CPI sobre a grilagem na Amazônia.

Em dezembro de 2004, a Portaria nº 010 do Incra fixou o prazo máximo de cadastramento de imóveis rurais em todo o território nacional: 31 de janeiro para as terras com mais de 400 hectares e 31 de março para as menores. Quem não cumprir esses prazos terá seu registro cancelado no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais. A Portaria nº 010 proíbe a emissão de CCIR para posses em áreas de domínio da União. A decisão do Governo gerou protestos violentos do setor madeireiro e agropecuário no oeste do Pará por causa do potencial de reverter o processo de grilagem de terras públicas na Amazônia. A reação de madeireiros e fazendeiros, habituados à estrutura fundiária irregular do Estado e aos ciclos de tentativas fracassadas de ordenamento mostrou o tamanho do problema a ser enfrentado pelo Governo brasileiro para regularizar a situação das terras na Amazônia.

Observa-se que esta Portaria apenas constata a malha fundiária da região e cancela o cadastro de um imóvel enquanto a documentação não for apresentada a qualquer tempo.

Apesar das ações do Governo para barrar a grilagem de terras na Amazônia, a tentativa de ordenamento fundiário ainda não chegou à floresta. Um exemplo claro de ação desenfreada dos grileiros é a venda de milhões de hectares pela *internet*.

A análise das ofertas de propriedades em certas corretoras virtuais, revela a existência de um bilionário comércio de terras na Amazônia. São oferecidos 11 milhões de hectares de florestas nos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, movimentando um mercado de quase um bilhão. Há casos espantosos como uma imensa área de 2,3 milhões de hectares, no Município Alenquer, no Pará, anunciada pela www.selocorretora.com.br pela bagatela de R$40 por hectare.

Outro exemplo é a oferta de uma área de 900 mil hectares em Canutama, no interior do Amazonas. Vale lembrar que 97% do Município de Canutama pertencem à União.

Resumi aqui alguns casos simbólicos de grilagem, acho que vou ler só dois por causa do avançado da hora. Os outros aqui da região já foram citados. Porque o relato revela um pouco os mecanismos utilizados.

Estado do Pará, caso Carlos Medeiros: um grupo de grileiros usou documento em nome de Carlos Medeiros para se apossar de cerca de 12 milhões de hectares de terra, ou 10% do Estado do Pará. O relatório da CPI concluiu, a origem desse atentado, um dos maiores já perpetrados contra o patrimônio público do Estado do Pará, remonta uma carta de adjudicação passada em favor de um personagem denominado Carlos Medeiros, extraída dos altos do inventário dos bens supostamente deixados por falecimento de Manoel Fernandes de Souza e Manoel Joaquim Pereira.

Nesse inusitado documento, são relacionados da mesma maneira ambígua numerosos imóveis rurais, localizados em diversos Municípios do interior e na própria capital do Estado, envolvendo áreas que, a julgar pelas extensões descritas nos inúmeros documentos chegados ao conhecimento das autoridades públicas, devem atingir, atualmente, mais de 35 milhões de hectares, considerando o longo período de quase 26 anos já decorridos desde o início das atividades criminosas dos responsáveis por esse violento assalto ao patrimônio fundiário paraense.

Advogados e representantes de Medeiros repartiram essa imensa párea de terra em lotes menores, vendidos para dezenas de terceiros. Alguns com identidades reais, outros fictícias.

Em 1975, um juiz reconheceu a legitimidade da reivindicação de Medeiros, mas ele foi mais tarde afastado do cargo por irregularidades.

Carlos Medeiros nunca apareceu, seus advogados disseram que não conseguiram localizá-lo para trazê-lo à investigação da CPI; e sua existência nunca foi confirmada. Ele é, muito provavelmente um fantasma.

Outro caso, colocado na pauta, especialmente, após o assassinato da Irmã Dorothy, é o caso de Anapu.

Por força do Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, as terras que hoje pertencem ao Município de Anapu, estão sob jurisdição federal. No início da década de 70, o Incra realizou um levantamento da situação nas diversas glebas definidas sobre terras do Município e constatou que não havia propriedades particulares na região. Em 1972, o Governo Federal estabeleceu a rodovia Transamazônica, o que atraiu colonos vindos principalmente do Nordeste.

Sem um planejamento efetivo, por parte do Incra, ocorreu na região um processo de colonização espontâneo e desordenado. Nas décadas de 70 e 80, glebas de três mil hectares foram loteadas para a implantação de grandes fazendas e foram licitadas por meio de CATPs – Contrato de Alienação de Terras Públicas.

Os potenciais produtores deveriam apresentar um plano de trabalho a ser executado em cinco anos, ao fim dos quais a propriedade passaria a ser deles. A maioria das terras ficou desocupada e os planos não foram realizados. A União deveria arrecadar essas terras automaticamente, mas isso não aconteceu, dando início a uma grande confusão legal. Alguns detentores dos CATPs fizeram seu registro cartorial como se fossem propriedades.

Na década de 80, um novo ciclo de migração levou centenas de famílias, especialmente do Maranhão e sul do Pará, à região de Anapu. Essas famílias passaram a ocupar as áreas que ficavam nos fundos das glebas licitadas, a trinta ou quarenta quilômetros da rodovia Transamazônica.

Em 1997, os movimentos sociais iniciaram a luta pela criação de uma reserva extrativista com Projetos de Desenvolvimento Sustentável, PDSs, junto ao Ibama e Incra respectivamente. Os processos para a implementação daquelas iniciativas foram iniciados. No entanto, dois anos depois, a Sudam aprovou pelo menos quinze grandes projetos para a implantação de reflorestamento na região. Parte dos financiamentos, que somaram mais de R$75 milhões, foram utilizados para invadir áreas demandadas pelos colonos para a implantação das Resecs e dos PDSs.

Denúncias sobre as irregularidades no uso dos recursos da Sudam foram encaminhados, à época, ao Ministério Público federal pela Missionária Dorothy Stang.

Em 2003, o Incra decretou a criação de quatro PDSs em Anapu, no entanto, desde então, a grilagem, a exploração ilegal de madeira e os desmatamentos se intensificaram na região. O uso de ameaças de violência e de morte, queima e destruição de casas e utensílios domésticos, plantio de capim em meio aos roçados são meios comumente utilizados pelos grileiros para dominarem as terras.

O total de recursos da Sudam nos Municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo, Pacajá, Placas, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu, nesse período, foi de 240 milhões para 46 projetos. Vários desses proprietários continuaram grilando imóveis em terras públicas após o recebimento desses recursos.

Após o assassinato da Irmã Dorothy, por sugestão do Ministério Público Federal, o Governo determinou o início do processo desapropriatório de 23 glebas de 3.000 hectares cada no Município. O Incra já fez a vistoria e agora o processo continua sua tramitação jurídica.

Por tudo o que foi falado e pelo tamanho do problema, prefiro falar menos e deixar mais tempo para o debate. Farei algumas constatações gerais e, em seguida, apresentarei o plano que o Governo está executando para combater essa situação na região.

Constatações.

O ilícito, nessas situações, perpassa praticamente todo o processo ou toda a cadeia. Grupos especializados, geralmente com a conivência de maus funcionários públicos e de cartórios, esquentam documentos que, partindo de uma intenção de posse ou de arrendamento, são aumentados de tamanho em dezenas e até centenas de vezes. São juntados a esses papéis outros comprovantes como ITRs, documentos de compra e venda de área, plano de manejo, financiamentos bancários e etc., que acabam dando a impressão de que aquela documentação é boa, quente.

Essas terras são vendidas a terceiros ou loteadas para laranjas para camuflar a grande concentração para um só grupo ou uma só pessoa. Em muitos casos, para tomar posse dessas áreas, que são públicas, são expulsas famílias de ribeirinhos, pequenos posseiros, filhos de extrativistas e quilombolas que detêm a posse mansa e pacífica da área há anos. E isso é feito com desmedida violência, chegando a assassinatos, às vezes, com a conivência e a participação da polícia e do Judiciário. No Pará, só de casos registrados, são mais de 800 mortos nos últimos vinte anos.

Historicamente, são conhecidas as enormes quantidades de recursos públicos que financiam os ditos projetos agropecuários que, no caso da Sudam, em especial, são pura ficção na grande maioria dos casos. Com esse apoio, parte-se para

o preparo de área e aí são cometidos outros ilícitos: a contratação de trabalho escravo para as derrubadas, no qual, infelizmente, o Pará, de novo, é campeão nacional, e cometem-se os ilícitos ambientais. Junto com a terra, vai de brinde a madeira. No Pará, cada hectare de mata fornece de 20m³ a 50m³ de boa madeira em tora. Essa quantia transformada em pranchas rende de R$15 mil a R$30 mil, o que significa que a cada 30.000 hectares são produzidas de R$15 milhões a R$30 milhões, só que o tamanho dos imóveis grilados pode chegar a um total de 100.000.000 de hectares. Como essa atividade, regada com recursos naturais públicos, é muito rentável, se auto-sustenta para garantir o avanço da conquista sobre novas áreas e se apoderar também do poder político nessas regiões, a corrida pelo lucro rápido, baseada no modelo de desenvolvimento monocultor que precisa de área limpa, está cometendo outros ilícitos, destruindo uma riqueza natural pública e concentrando terra pública em detrimento de uma reforma agrária que tira o nosso País do número um da lista de maior concentrador de terras do planeta. Só para se ter em conta, 110.000 hectares de floresta transformados em assentos do tipo PDS, além de manter a floresta manejada, trabalhando-se um talhão da trigésima parte da reserva legal por ano, só da madeira desse talhão na forma rústica e sem contar com o aproveitamento dos produtos não madeireiros da área darão uma renda mensal para mil assentados de aproximadamente R$500,00 cada, de forma definitiva e mantendo a floresta em pé.

Como vemos, esse Governo recebeu um passivo, um problema muito grande que ninguém anteriormente quis resolver de forma definitiva. Nesse sentido, o Governo Lula, o Ministro Miguel Rosseto, o Presidente Rolf Hackbart, do Incra, estão determinando e realizando as seguintes ações: já em 2003 foram criados em Anapu quatro projetos de desenvolvimento sustentável, e deverão ser criados outros agora no mês de abril e por todo este ano de 2005. Estão separando a posse da terra da exploração dos recursos naturais, pela Lei Nacional de Florestas Públicas e pelo fornecimento de madeira de reserva legal de assentamentos tradicionais, PDS, e assentamentos florestais. Muitas madeireiras já estão "propondo" a devolução formal ao Incra de áreas onde eles reivindicam posse para que sejam criados PDS. O Pará tem 120.000.000 de hectares. Desses 120.000.000, no cadastro único do Incra, estão contidos apenas 40.000.000, para se ter uma idéia da dificuldade nesse sentido. E para iniciar efetivamente o processo de legalização, iremos investir, a partir de abril, R$35.000.000,00 no georeferenciamento de todas as glebas públicas federais das BRs 163, 230, 222 e PA 150. Serão 215 glebas devidamente mapeadas ainda em 2005. E com esse mapa elaborado na mais moderna tecnologia será feita a regularização fundiária. Esse trabalho será realizado pelo Incra em parceria com o Exército brasileiro, por intermédio do Instituto Militar de Engenharia. Será iniciado em abril pelos municípios de Santarém, Anapu, Pacajá e Novo Progresso, e completando 61 glebas consideradas pela sociedade e pelos dirigentes do Incra como glebas de conflito iminente.

Ainda este ano o Governo irá definir a legislação e os critérios de titulação de áreas de 100 a 2500 hectares. Isto está vago na legislação. Já participamos de várias reuniões que estão praticamente finalizando essa proposta.

Será criada ainda este ano a Superintendência do Incra do Oeste do Pará.

Será mantida a Portaria 10, especialmente no não-cadastramento de novas posses acima de 100 hectares, prorrogando-se, por mais seis meses, a entrega da documentação para posses até 400 hectares. As maiores de 400 hectares, que não fizeram ainda a entrega dos documentos pela Portaria nº 010, elas continuam inibidas no nosso cadastro e só serão desinibidas quando da entrega da documentação solicitada pela Portaria.

A garantia da presença efetiva dos órgãos federais na região: Incra, Ibama, Polícia Federal, Justiça Federal e formação de forças-tarefa para enfrentar conjuntamente as situações mais problemáticas.

Reforma das unidades avançadas de Santarém, Itaituba e Altamira e a criação de um novo escritório em Novo Progresso.

A chamada imediata dos 301 últimos concursados do concurso do Incra, com prioridade para essa região.

Afastar e processar maus funcionários públicos.

Manter permanentemente a presença de forças federais na região, o Exército e ou a Guarda Nacional.

Há outras medidas, porém relacionei apenas aquelas mais ligadas ao Incra.

Por último, queria pedir a esta CPMI que leve ao Parlamento brasileiro essa situação crítica que estamos vivendo, mas também esse elenco de propostas que só serão executadas com muita determinação e muito apoio da sociedade, para que o Parlamento, naquilo que for de sua atribuição, consiga contribuir com esse processo aqui no Estado do Pará.

Eram essas as palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado ao Superintendente do Incra.

Passamos a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de registrar a importância e a fundamentação da apresentação do Sr. Superintendente do Incra no Pará, não só fazendo um diagnóstico da questão, mas inclusive apresentando propostas e sugestões para a superação do problema. Isso tudo, evidentemente, junto com outros depoimentos que caminharam no mesmo sentido serão de muita valia para que este Relator possa apresentar ao conjunto de Parlamentares desta CMPI um relatório que possa apresentar uma contribuição do Parlamento brasileiro na questão da reforma agrária.

Chamou-me a atenção, Dr. Inocêncio, uma frase sua antes da leitura do seu documento, que foi a de que o senhor espera que essa situação de anarquia fundiária seja resolvida e que possa haver – eu anotei aqui a frase – uma regularização fundiária definitiva.

Eu acho que essas medidas seriam a minha primeira pergunta.

Essas medidas que estão sendo adotadas pelo Governo nessa área fundiária, principalmente pelo MDA e Incra, mas, evidentemente, que também conjugados com essa atuação na área ambiental, o senhor acredita que serão capazes de dar conta desse desafio imenso, que é a regularização fundiária definitiva no Estado do Pará, como foi bem ressaltado pelo senhor, ele tem os indicadores sociais extremamente preocupantes no que se refere à questão da violência, do trabalho escravo, do desmatamento e da grilagem. Essa é a primeira pergunta.

Dentro dessa questão, eu entraria, portanto, na questão da Portaria nº 10. Hoje, em Paraopebas, antes de virmos para cá, o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, ao ser indagado sobre essa questão, disse que o Incra não sabia nem como fazer isso, como orientar os proprietários. Ele mesmo ressaltou o seu caso; ou seja, procurou o Incra com toda a sua documentação e não recebeu uma orientação suficiente para essa questão.

Assim, queria que o senhor se pronunciasse especificamente sobre isso e fosse além, Dr. Inocêncio. Por exemplo, quais têm sido os efeitos da Portaria 10 hoje? Ela tem sido um instrumento importante para combater a grilagem e para fazer com que caminhemos efetivamente no rumo dessa regularização fundiária definitiva a que o senhor se referiu?

Essa é a segunda pergunta.

A terceira pergunta é também importante para nós, que participamos da CPMI da Terra. Refiro-me à questão da articulação do trabalho dos dois órgãos que tratam da terra – o órgão de terra federal, o Incra, dirigido pelo senhor, e o órgão de terra estadual, o Iterpa.

Ouvi, há pouco, o Deputado Zé Geraldo falando que, na região da Terra do Meio, grande parte das terras são estaduais, não são federais. Esse processo de regularização fundiária não pode ser bem-sucedido, no meu entendimento, se não houver uma boa articulação entre os dois órgãos. Ou seja, entre o Incra e o Iterpa.

Nós recebemos – inclusive consta desse dossiê entregue pela Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, denúncias no sentido de que o próprio Iterpa, ao invés de estar regularizando essas terras, estaria aumentando a anarquia fundiária ao entregar essas áreas, como disse há pouco, lendo matéria do próprio jornal de Santarém, a plantadores de soja, de forma irregular.

Assim, como está a parceria Incra/Iterpa?

Finalmente, isso foi referido pelo Senador Sibá Machado, diz esse jornal que Ministério Público denuncia máfia da grilagem de terras. Procurador Nilo Marcelo formalizou na Justiça Federal a denúncia contra uma quadrilha liderada pelo empresário Francisco Quincó, já referido há pouco.

A matéria fala ainda que caiu como uma bomba em Santarém a notícia de que o Ministério Público Federal denunciou a existência de uma quadrilha especializada na grilagem de terras. Impressionou ainda mais a denúncia de que o empresário Francisco Quincó é o líder máximo da quadrilha. A denúncia foi feita à Justiça Federal pelo Procurador Nilo Marcelo Camargo na semana passada – essa notícia é de 2004, não está tão longe –, quando ele comunicou o fato à imprensa, em entrevista coletiva. Fala-se ainda aí da grilagem de terras da União da região da gleba Pacoval e no assentamento Corta Corda. Além deles, foram denunciados o português José Alberto de Figueiredo Melo, Presidente da ONG Instituto de Estudos Amazônicos, o engenheiro agrônomo Marcus Vinícius Silveira, o Marcão, o autônomo Edmilson Ferreira da Silva, o lavrador Francisco Santos, Chico Terra, e o advogado Célio Fiqueira da Silva.

Essa é a notícia.

Gostaria de saber se o senhor tem notícia de como se encontra esse problema de grilagem já citado aqui e inclusive faz parte do dossiê que nos foi entregue pela Presidência do Sindicato, e se esse processo foi capaz de estancar a grilagem pelo menos na região. Prestei muita atenção quando o senhor disse que hoje a grilagem está mais sofisticada, ela é feita pela *internet*. Outro dia, a **Folha de S.Paulo** trazia uma matéria que

dizia que até as imagens de satélites estavam sendo utilizadas no processo de grilagem. O georeferenciamento, que seria um instrumental adequado para a regularização, estava sendo utilizado para a grilagem. Nós mesmos, na CPMI, aprovamos requerimento de minha autoria solicitando da Polícia Federal apuração dos fatos denunciados pela imprensa, dessa grilagem pela *internet*. Mas pergunto: como se encontra, neste momento, a situação desse fato referido nesse dossiê sobre a grilagem de terras, que nos foi entregue há pouco pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais? Como se encontra a situação tanto do processo em si como do processo de grilagem aqui no Município?

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos aproveitar, com a concordância do nosso convidado, para ouvir a indagação dos demais parlamentares. Assim, ao final, ele responderá de uma só vez.

Senadora Ana Júlia Carepa, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Dr. Inocêncio Gasparim, o Deputado João Alfredo também já fez vários questionamentos, mas eu queria abordar uma outra questão. Temos ouvido muito, nos diversos lugares a que vamos, reclamações em relação à falta de recursos humanos, à carência disso. Ainda há pouco, o Paulo, do Ibama, colocou isso, e, no Ministério do Meio Ambiente, isso está sendo feito com um revezamento de pessoas de outra área. Acabei não perguntando ao Paulo a perspectiva de haver um concurso efetivo, mas vou fazer essa pergunta ao Incra. Qual a perspectiva de ter recursos humanos para que isso se efetive? Aproveito para fazer um parêntese e uma relação de que, aqui, que tem representantes e lideranças dos diversos setores da sociedade, é importante fazer.

A imprensa costuma dizer que o Governo está gastando muito, que o Governo está aumentando os seus gastos e, algumas vezes, é aplaudido pela sociedade nesse tipo de discurso. Entretanto, essa mesma sociedade cobra do Governo que ele efetive e consiga fazer com que as políticas públicas cheguem a todos os lugares e reclama, com razão, legitimamente, que precisa fortalecer esses órgãos. Como fortalecer um órgão como o Incra com todas essas demandas em um Estado que representa 15% do País, que corresponde ao tamanho de duas Franças, que tem uma dimensão superior a 1.250 milhão quilômetros quadrados? Como fazer isso sem contratar gente, sem ter condições, sem ter gastos? É impossível.

Faço questão, Sr. Presidente, de colocar isso, porque às vezes há uma contradição. Muitas vezes, um parlamentar da Oposição sobe à tribuna e critica que se está gastando muito e outro parlamentar, pertencente à mesma Oposição, também sobe à tribuna para "bater" também mas porque não existem condições necessárias. Assim, entramos em uma esquizofrenia. Então, para que não entremos em uma esquizofrenia, é preciso definirmos uma posição. Eu defendo que haja mais gastos, desde que eles sejam destinados a melhorar a condição da Polícia Federal e a garantir sua presença na região, a fim de garantir, por sua vez, a qualidade de trabalho dos funcionários do Incra e do Ibama, o que levará ao desenvolvimento sustentável da nossa região. Ninguém é contra a exploração madeireira nem à produção rural, porque isso faz parte e é a essência do nosso Estado; é uma das essências, pois há outras atividades produtivas, mas essas são fundamentais na nossa região, no Estado do Pará.

Então, queria perguntar, Dr. Inocêncio Gasparim, como serão efetivados os recursos humanos para garantir, não só os georeferenciamento, mas também o fortalecimento dessa situação.

Aproveito pra fazer uma reivindicação, uma proposta, uma sugestão: que esse concurso seja localizado e que seja publicado no edital a proibição de que a pessoa não seja transferida do Município em que fez o concurso. Isso porque temos uma realidade de ter um único procurador em Marabá e nenhum dos concursados quererem ser procurador do Incra em Marabá. Isso é uma realidade. Quero fazer essa sugestão também, já que estamos num momento de fazer sugestões. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Consulto se algum outro parlamentar deseja falar? (Pausa.)

Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Inicialmente, queria, rapidamente, cumprimentar o nosso Superintendente pela explanação que fez com muita clareza. Gostaria também de perguntar, tendo em vista que está em um Estado tão violento, em que grande parte das terras são griladas, como é que o senhor vê a questão do tratamento que recebe dos fazendeiros? Se o senhor já recebeu ameaça de morte? Como é que está a sua segurança nesse trabalho que V. Sª realiza e que tem diretamente conflito com a grilagem de terras?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passamos a palavra ao Superintendente do Incra para responder as indagações.

O SR. INOCÊNCIO RENATO GASPARIM – Primeiramente, respondo a pergunta do Deputado João Alfredo: se as ações aqui propostas dão conta de fato de resolver esse problema.

Trata-se de uma deliberação metodológica praticamente obrigatória. Para se saber qual regulariza-

ção fundiária vai ser feita, é preciso que o Governo constate a malha existente. Mais didaticamente, para o georeferenciamento, o Incra estará deslocando técnicos de todas as unidades da Superintendência do Brasil e, juntamente com uns 300 técnicos do Instituto Militar de Engenharia, para economizar segurança, estarão, gleba por gleba, entrando em um lado e saindo em outro.

Para quem entende dessas tecnologias do georeferenciamento moderno, no momento em que as equipes saem do outro lado da gleba, elas já têm um mapa digitalizado, georeferenciado daquela gleba, completo. É preenchida uma ficha individual no *palmtop*, os pontos são georeferenciados. Os aviões do Sipam já voaram e fotografaram 100 quilômetros de cada lado dessas rodovias que já citei – BR-163, 222, 230 e PA-150.

Esse georeferenciamento é colocado em cima desse mapa e ainda agregado a uma outra foto do satélite, cuja terminologia técnica me foge agora, de tal forma que temos uma visão praticamente completa daquela gleba. Ela ainda é uma constatação. Mas esses dados vão permitir ao Governo fazer a legalização daqueles que são posseiros legítimos. Vai constatar sobreposições. Vai poder fazer, de forma imediata e com muita rapidez, a checagem cartorial, porque os documentos cartoriais em geral são autodeclaratórios e os pontos se cruzam, se sobrepõem.

Existem áreas no Estado do Pará que possuem dez documentos um em cima do outro, outras com cinco. O pessoal costuma perguntar onde é que o Incra entra, tem que botar bem em baixo porque, quando ficar só um, ele já está localizado. E, obviamente, a partir da norma que ficar estabelecida para as áreas entre 100 e 2.500, teremos os critérios para fazer a devida destinação das áreas. Temos que lembrar que essas glebas são áreas públicas federais, da União, sob a responsabilidade do Incra. E o Governo tem a obrigação de dar a essas áreas a melhor finalidade possível. Primeiro, são áreas destinadas à reforma agrária, e, em segundo lugar, para projetos de desenvolvimento econômico, social e ambiental do Governo.

Enquanto se realiza o georeferenciamento, o Governo estará chamando todas as instituições ligadas a esse assunto para encontrarmos a melhor forma de fazê-lo, tanto em nível governamental quanto das organizações sociais e de classe. Vamos estar dialogando com o sindicato dos produtores, com o sindicato de trabalhadores, com os governos locais, com o parlamento, com a Justiça, com o Ministério Público, e queremos, na medida do possível, criar as condições para resolvermos cada problema de uma vez, mas resolvê-los definitivamente. Não é possível que tenhamos que continuar vivendo uma situação em que claramente certos cidadãos que se acham acima da lei tomam à força terras públicas, expulsam por meio da força, da propina e da compra de alguns cidadãos mais empobrecidos direitos de posse, transformam o direito de posse de cem em mil, dez mil, vinte mil. Eles colocam pistoleiros e dizem que lá ninguém entra, e não entra mesmo. Estou à frente do Incra há poucos dias, mas, para realizar procedimentos do início do processo desapropriatório em Anapu, precisamos contar com o apoio do Exército, da Polícia Federal, e, algumas áreas, mesmo com toda essa infra-estrutura, com a presença de helicópteros e outros equipamentos mais pesados, houve indícios de reação. Imaginem fazê-lo sem esse aparato!

Vou me referir a uma outra pergunta feita pelo Deputado Adão Pretto, porque emenda com esse tema. Essa prática já vem acontecendo. Há cidadãos envolvidos nesses grupos que não estão grilando aqui pela primeira vez, já têm escola no Mato Grosso, no sul do Pará, em Rondônia, e agora estão aqui provavelmente com a mão lá em Apuí etc, lá no Amazonas, que, como eu disse em minha leitura, têm escritórios muito bem estruturados e conhecimento desses mecanismos. Esses grupos fazem com que se tenha a sensação de que tudo vai continuar sendo como era antes, que se o Governo decreta a feitura de um cadastro único, quem se cadastrou se cadastrou, e quem não se cadastrou não se cadastra mais. Essa gleba Pacoval, está com todos os documentos de áreas de acima de hectares congelados pela Justiça, então não tem valor pela Justiça. Só que isso nem tira o grileiro da área, nem diminui a violência e nem diz a ele tem mais ou menos poder sobre aquela área. Então, esse processo que iremos desencadear agora é para dizer que a coisa é para valer e vai ser regularizada. Estão sendo instaladas cinco ou seis delegacias e postos da Polícia Federal nessa região, nos próximos dias, e vários escritórios conjuntos das forças federais. Como mencionei antes, ou a Polícia Federal ou a Força de Segurança Nacional continuará permanentemente na região, e muitos desses maus madeireiros e maus fazendeiros – sempre que me referir no sentido pejorativo, é a eles que estou me referindo – não estão acreditando que isso possa ser feito e que eles não ficarão com essas terras esbulhadas do patrimônio público. Nesses dias, recebi uma visita, lá no Incra, de um grupo de uns setenta representantes dos fazendeiros aqui do Estado, ocasião em que um deles me disse textualmente que o Incra estava transformando o campo do Pará numa guerra civil. Acho que o recado foi suficientemente claro.

Precisamos juntar as forças do bem para combater o mau. Precisamos separar o joio, porque o poder econômico e político de alguns representantes desses grupos é muito grande. Não é verdade que todas aquelas quatro mil pessoas que trancaram a BR-163 há poucos dias, praticamente, todos tivessem algum interesse prejudicado com Portaria nº 010. A Portaria nº 010, repito, apenas cessa a emissão de novas certidões de posse e constata a malha fundiária. Ela não toma terra de ninguém, não proíbe nada. Mas a referida Portaria criou as reações que todos vimos pela imprensa. Então, não se trata de um processo muito simples. É preciso que, além da decisão do Governo, criemos as condições e que todos nos juntemos a essa empreitada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Dr. Inocêncio, uma pergunta que vem aí da platéia é se o Incra vai assumir o georeferenciamento em propriedades acima de cem hectares.

O SR. INOCÊNCIO RENATO GASPARIM – Vamos, nesse processo, georeferenciar todas as propriedades. É o seguinte: o mapa do Incra é como se fosse um Estado dividido em Municípios. O Incra é uma superintendência com as suas glebas, como se cada gleba fosse um Município. São glebas de quatrocentos mil hectares, de cem mil, de duzentos, trezentos, seiscentos, até um milhão de hectares, que a União arrecadou nos anos 70. E vamos fazer isso gleba a gleba. Então, todas as áreas públicas federais serão georeferenciadas pelo Incra. E as grandes áreas continuam nos devendo o georeferenciamento, o mapa, conforme pede a portaria. Mas iremos fazer isso com aquela precisão definitiva que a lei exige, que é de meio metro de cada ponto do GPS, porque algumas dessas áreas que serão georeferenciadas não ficarão na forma em que estão hoje. Fazer a regularização fundiária não significará, necessariamente, reconhecer as intenções de posse que estão em cima dessas áreas, elas serão feitas na forma da lei, e pode ser que haja pretensões que não fiquem na forma que estão requeridas hoje.

Quanto à Portaria nº 010. Está muito claro na Portaria...

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Infelizmente, não há essa possibilidade. Essa figura não consta do Regimento do Congresso Nacional. Estamos em uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito e, infelizmente, não podemos permitir o uso da palavra às pessoas que não integram esta Comissão. Perdoem-nos, mas esse é o regulamento.

Se V. Sªs tiver algum documento para entregar, nós receberemos com a maior satisfação.

O SR. INOCÊNCIO RENATO GASPARIM – A Portaria 010, no seu art. 1º, diz que "os pretendentes de posse devem entregar ao Incra planta e memorial descritivo georeferenciado". Portanto, essa afirmativa aqui relatada de que um dirigente sindical em Parauapebas, hoje pela manhã, disse que o Incra não sabia explicar como fazer isso, naturalmente seria desnecessário explicar como se faz isso. Está muito claro aqui e qualquer um proprietário, especialmente os grandes proprietários, sabem o que é isso, até porque a maioria tem advogados, sabendo, portanto como trabalhar isso.

Incra e Iterpa. A partir da minha posse e da nomeação também do novo Delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado do Pará, o Dr. Carlos Guedes, nós tivemos uma primeira reunião com o Governo do Estado, com o setor agrário e agrícola do Governo do Pará. Essa reunião é uma decorrência de uma primeira reunião havida entre o Ministro Miguel Rossetto e o Governador Simão Jatene. Ficamos já com algumas agendas de trabalho sendo executadas e o Governo do Estado também está anunciando o georefenciamento em todas as áreas públicas estaduais do Pará. Nós pretendemos, no primeiro momento, já que o Incra estará fazendo isso imediatamente, fazer a complementação de Municípios onde as terras sejam dos dois Governos. Então, em alguns Municípios que o Incra detenha 80%, faltam 20%. Pretendemos já, experimentalmente, ir fechando os Municípios.

Entendo que o que a Portaria 010 criou de mais importante, apesar de que poucos foram aqueles que responderam à chamada da Portaria – talvez por não acreditarem que o Governo estará fazendo a regularização fundiária – foi a sensação na sociedade paraense de que o Governo Federal vai enfrentar a questão fundiária, a regularização fundiária nesse Estado. Eu acho que isso ela já criou. O processo de georeferenciamento é um segundo passo e o terceiro será a efetiva regularização.

Sobre as notícias do processo das glebas Pacoval e Corta Corda, há uns quinze dias, a Polícia Federal entregou ao Ministério Público os processos, os inquéritos. Eu não tenho bem certeza se foram entregue os dois; eu vi apenas um. Alguns me disseram que seriam dois processos, que teriam sido os dois. Mas eu acho que a realidade lá embaixo, lá onde está o conflito ela não se alterou. Ela será enfrentada nesse procedimento que nós estaremos iniciando agora. E, com certeza, essas glebas onde se localizam esses conflitos, elas estão na prioridade número um do processo de georeferenciamento.

Quanto às perguntas da Senadora Ana Júlia Carepa sobre pessoal e recursos. É sabido que o Incra

foi uma das instituições que foram abandonadas pelo Governo Federal anterior e que a sua situação não é das melhores. Em que pese vários investimentos realizados por este Governo, de valorização de pessoal ou de equipamentos – agora mesmo estarão chegando oito novas viaturas para esta região – nós temos muitas debilidades. Esse recurso de 35 milhões dá conta de todo o processo de georeferenciamento. Ele está sendo carimbado nessa forma. Inclusive, enquanto o Governo não desloca recurso do caixa central, o Incra está recolhendo toda a verba de ordenamento fundiário de todas as Superintendências para que esse processo seja iniciado imediatamente. A contratação de mais de 5 dezenas de veículos, 400 pessoas vindas de outras superintendências e das Forças Armadas, a compra do equipamento mais moderno que existe, feita pelo Exército que, mediante uma exceção que será decretada pelo Presidente, poderá fazê-lo de uma forma mais barata e mais rápida. Todos esses equipamentos ficam para o Incra quando terminar esse trabalho. Quando um grupo faz o geo-referenciamento e sai, metade desse grupo junto com uma outra equipe composta por autoridades da área agrária, da Justiça e da Polícia iniciam, imediatamente, o processo de regularização. E, neste ano, pretende-se concluir todo o geo-referenciamento e fazer pelo menos 30% da regularização de glebas conflitadas. E repito: as glebas foram priorizadas a partir dos conflitos existentes nelas ou do potencial de conflitos nelas instalados. Serão chamados os 302 últimos concursados do concurso antigo do Incra, com prioridade para essa região, e será feito um novo concurso. Obviamente, com a criação da nova Superintendência, aqui, essa estrutura aumenta. No início, é meio difícil mas, haja vista Marabá; a Superintendência de Marabá hoje tem mais recursos do que a Superintendência de Belém que atende a essa região aqui e trabalha com um número de funcionários quase do tamanho da Superintendência de Belém. Então, a criação dessa Superintendência promete, também, efetivar com mais assiduidade e mais presteza as ações de busca da paz no campo; de paz para aqueles que têm o legítimo direito da posse da propriedade para que possam produzir decentemente, com alegria, produzir riqueza, desenvolvimento social, transformando o Brasil em um País melhor, permitindo que o Pará saia das manchetes ruins.

Por ora, eram essas as informações que gostaria de trazer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado Dr. Inocêncio Renato Gasparin e quero dizer que foi muito bom estar aqui em Santarém, ouvindo exposições elucidativas com muitas informações e subsídios que, certamente, contribuirão para que esta CPMI apresente um diagnóstico da realidade fundiária do nosso País, especialmente no Estado do Pará.

Queremos agradecer à Srª Prefeita de Santarém, Drª Maria do Carmo Martins Lima, pela sua presença honrosa e agradecer à Presidente da Câmara de Vereadores, a Vereadora Elizabete Machado de Lima e a todos os Vereadores que nos acompanharam, agradecer aos servidores do Senado Federal que aqui vieram, aos servidores da Polícia Federal e, sobretudo, àqueles que nos acompanharam durante toda a tarde de hoje, nesta reunião de tantas horas mas que, certamente, traz alguma esperança de solução para a situação agrária do Pará e do País.

A nobre Senadora Ana Júlia Carepa me lembra que três entidades presentes pediram para se pronunciar mas, infelizmente, nós não teríamos esta possibilidade, já que, se abríssemos para mais três, teríamos que abrir para um cem número de outras entidades e é impossível ouvir todas. Mas, certamente, o que se ouviu aqui serve como um cenário abrangente de toda a situação que nós reconhecemos aflitiva e que, certamente, permitirá, a partir das conclusões desta CPMI, oferecer ao Governo e à sociedade brasileira um diagnóstico real e, certamente, sugestões importantes para o aprimoramento das instituições que tratam da organização fundiária no Brasil.

Muito obrigado a todos

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião 19h55min.)

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só queria avisar que na próxima sexta-feira, na parte da manhã, na Assembléia Legislativa do Pará, vai se realizar a plenária coordenada pela Comissão da Amazônia sobre o projeto de lei de gestão florestal.

Ata da 26ª Reunião realizada em 1º de abril de 2005 – Audiência Pública em Altamira/PA

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às nove horas e cinqüenta e cinco minutos, na Câmara Municipal de Parauapebas, Estado do Pará, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senadores Sibá Machado, Ana Júlia Carepa e dos Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Luci Choinacki e Adão Pretto, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos***

de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Presente também o Deputado Federal Zé Lima, do Estado do Pará, a Prefeita Odileida Sampaio, de Altamira. O Senhor Presidente Senador Álvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir os Depoimentos dos Senhores Laudelino Délio Fernandes Neto; Regivaldo Pereira Galvão; Francisco Alberto de Castro, José Francisco Vitoriano; Dany Gutzeit, Luiz Ungaratti e Waldimilson Goudinho de Moraes Filho, Comandante da Polícia Militar de Altamira. A seguir, a Presidência agradece o Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Altamira, Vereador Loredan de Andrade Mello por sediar os trabalhos da CPMI nesta Casa Legislativa. A seguir, O Senhor Presidente fez a leitura da Carta Aberta entregue pelo Presidente em Exercício da Câmara Muncipal de Altamira, Vereador Loredam Mello. A seguir, o Senhor Presidente convida o Sr. Laudelino Délio Fernandes Neto para tomar assento à mesa dos trabalhos, informando que o depoente já assinou o Termo de Compromisso, passando a lê-lo. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator para dar início aos seus questionamentos e, após, ao depoente para responder. Em seguida, a Presidência concede a palavra aos Parlamentares presentes para questionar ao Depoente. O Senhor Presidente solicita fazer juntada do documento da Justiça Federal do Sr. Laudelino Délio. O Deputado Zé Lima pede a palavra para falar aos presentes. Prosseguindo, a Presidência convida o Sr. Regivaldo Pereira Galvão para tomar assento à mesa dos trabalhos. Após, o Senhor Presidente esclarece que o depoente já assinou o Termo de Compromisso, passando a lê-lo. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Relator para suas indagações e, após, ao depoente para responder. Fizeram uso da palavra para questionar ao depoente todos os Parlamentares presentes. O Deputado Zé Geraldo solicita convocar o Sr. Gilmar Góes. O Senhor Presidente informa que marcará data posterior para a convocação do Sr. Gilmar. Em documento firmado pelo Relator e demais Parlamentares, a Presidência deferiu a convocação do Sr. Cecílio Rego de Almeida para prestar depoimento na Comissão. Após, a Presidência convida o Sr. Waldimilson Goudinho de Moraes Filho, Comandante da Polícia Militar de Altamira para dar início à sua exposição, que foi indagado pelos Membros da Comissão. O Senhor Presidente recebeu das mãos do Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Altamira, Vereador Loredan Mello documentos da Associação Comercial Industrial Agro Pastorial de Altamira – FICIAPA. Ao final, o Senhor Presidente concedeu a palavra à Prefeita Municipal de Altamira, Sra. Odileida que agradeceu a vinda da CPMI naquele Estado. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

Então, estendo aqui o convite a todos que puderem participar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a **26ª** reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

Nós agradecemos a presença de tantos paraenses que comparecem para acompanhar os trabalhos desta reunião e queremos fazer um esclarecimento: nós cumprimos os dispositivos regimentais e essa reunião tem a finalidade precípua de ouvir pessoas convocadas. É evidente que nós estamos fazendo esse esclarecimento porque certamente muitos dos que compareceram nesta manhã à Câmara Municipal de Altamira o fizeram na esperança de poder apresentar as suas opiniões, as suas sugestões, as suas críticas. Infelizmente não é uma reunião aberta que possa permitir esse tipo de debate. Daí o nosso apelo à compreensão e a certeza de que seremos compreendidos.

A presença física de parte da população de Altamira aqui tem o simbolismo de uma representatividade expressiva que certamente, por si só, fala mais alto do que qualquer palavra que aqui poderia ser pronunciada por qualquer um que aqui esteja presente.

Por isso, nós acolhemos essa manifestação como um apelo à autoridade. Nós recolhemos essa manifestação da presença de tantas pessoas aqui como um chamamento à responsabilidade. E essa Comissão Parlamentar de Inquérito assume por inteiro a sua responsabilidade que é de apresentar um diagnóstico completo sobre a realidade agrária do nosso País, uma fotografia real desta realidade para alertar não apenas os governos mas para alertar a sociedade sobre a importância de mudanças profundas na estrutura fundiária do nosso País.

Certamente, ao final essa Comissão Parlamentar de Inquérito, poderá oferecer sugestões importantes que venham a balizar as ações governamentais. Poderá, de outro lado, apresentar alterações na legislação do País que permitam uma eficiência maior nos procedimentos necessários à reforma agrária e, é claro, poderá essa CPMI encaminhar ao Ministério Público seu relatório para responsabilização civil e criminal por

eventuais praticantes de delitos, se esta for a conclusão desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Antes de iniciarmos os depoimentos,...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra pela ordem à Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É só, na verdade, um aviso. Eu estou procurando uma pessoa que trabalha comigo, eu queria utilizar o sistema de som para que ele pudesse aparecer, Sr. Antonio José, por favor, está com uma pasta minha e é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Em atenção às lideranças políticas e representativas de entidades da região que estiveram reunidas conosco há pouco na sala da presidência da Câmara de Vereadores, eu farei a leitura da Carta Aberta à Nação.

Altamira, 1º de abril de 2005.

A sociedade organizada do Município de Altamira e de toda a região da Transamazônica vem, diante de V. Exªs, tornar público o nosso veemente repúdio às atitudes do Governo impostas à população e à imagem vendida pela mídia para a Nação e para o mundo de terra sem lei e do julgamento sumário que nos condena por um crime já previsto por todos os desmandos e crises provocadas pela ausência do Governo na organização e legalização da ocupação fundiária do nosso Estado.

Somos, dentre os habitantes atuais, ainda, na maioria, os mesmos homens sem terra, trazidos pelo Governo para ocupar a Amazônia, sem homens, conforme projeto de integração nacional, sendo a mais ambiciosa reforma agrária já realizada neste País, feita para homens, desbravadores e de coragem.

As ações do Governo devem ser de iniciativas continuadas, que a presença desta Comissão tenha acesso à realidade de nossa gente e conheça de perto os valores e as conquistas efetuadas por cada um que plantou nesta terra os seus melhores sonhos e as regou com seu próprio suor.

Srªs e Srs. Senadores e Deputados Federais, já somos o segundo maior produtor de cacau desta nação, temos o quarto maior rebanho bovino do País, somos o maior produtor de café da região Norte e, acima de tudo, somos um milhão e quinhentos mil brasileiros que ainda confiam na possibilidade de crescimento em função dos investimentos prometidos para a nossa tão negligenciada região da Transamazônica.

Hoje, aqueles que são taxados pejorativamente de grileiros são, na verdade, trabalhadores forçados a viverem na ilegalidade pelos próprios órgãos do Governo e, pela falta de infra-estrutura e de pessoal, não oferecem as mínimas condições para atenderem as demandas solicitadas pelos trabalhadores desta região.

Nossa população não pode ser crucificada por uma atitude isolada, impensada de uns poucos, que, no desespero da defesa do patrimônio e da própria condição de trabalho, tenham cometido um bárbaro crime, que hoje nos marginaliza.

Esta região é a maior fronteira aberta do Estado do Pará e com possibilidade de se tornar um dos maiores pólos de desenvolvimento no nosso Estado e, conseqüentemente, no Brasil.

No entanto, o isolamento motivado pelo abandono do Governo, que se torna ausente de suas responsabilidades, nos condiciona à própria sorte.

Somos favoráveis a essas discussões colocadas por esta Comissão de Parlamentares, mas que elas não se restrinjam às coisas ruins e que outras Comissões sejam mobilizadas para que mostremos, para a nação e para o mundo, o nosso potencial de trabalho, a nossa paz, o nosso respeito à vida e que sejam enaltecidos todos aqueles que produzem e amam esta terra com orgulho.

Brasileiros da Transamazônica. (Palmas.)

Peço que, na reunião de hoje, fiquemos apenas nesta manifestação. Não é um desejo meu e dos Senadores e Deputados aqui presentes, mas uma questão regimental: o Regimento não permite manifestações do público presente. A presença silenciosa do público nos honra muito, porque esse testemunho é o que desejamos com a transparência que propomos para os nossos trabalhos.

Queremos agradecer o Vereador, Presidente em exercício, Loredan de Andrade Melo, todos os Vereadores desta Câmara de Vereadores. Queremos agradecer, também, a Prefeita municipal da cidade. Queremos registrar a presença do Deputado João Alfredo, que é o Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, da Senadora Ana Júlia, paraense, do Senador Sibá Machado, dos Deputados Zé Geraldo, Luci Choinacki e Adão Pretto, e do Deputado Federal Zé Lima, também do Estado do Pará, que nos acompanha, para a nossa satisfação.

Hoje, os convocados para essa audiência pública são: Laudelino Délio Fernandes Neto, Regivaldo Pereira Galvão, Francisco Alberto de Castro, José Francisco Vitoriano, e expositores convidados: Luiz Ungaratti e Waldimilson Goudinho de Moraes Filhos, Comandante da Polícia Militar de Altamira.

Convocamos, para o primeiro depoimento, o Sr. Laudelino Délio Fernandes Neto. *(Palmas.)*

Pedimos que não ocorram manifestações. Infelizmente, assim determina o Regimento, e temos de cumpri-lo.

Pedimos ao Sr. Laudelino Délio Fernandes Neto que tome assento à mesa. *(Pausa.)*

O Sr. Laudelino já assinou o seguinte Termo de Compromisso:

"Laudelino Délio Fernandes Neto; número da identidade; 45 anos de idade; CPF; estado civil, separado; endereço residencial, Travessa João Pessoa 1.504, Bairro Centro, Altamira, Pará; profissão, pecuarista; exerce atividade, atualmente, na Fazenda Santa Fé.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

Assina: Laudelino Délio Fernandes Neto."

Iniciaremos os trabalhos de hoje com o Relator, Deputado João Alfredo, fazendo as primeiras perguntas. Adotaremos o sistema de perguntas em bloco. Ouviremos, primeiro, as perguntas e, depois, as respostas do depoente.

Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo, Relator desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Laudelino, qual é sua profissão?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Pecuarista.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Onde o senhor reside?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Aqui em Altamira, Travessa Pedro Gomes nº 1.504.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor responde a algum processo na Justiça?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Respondo a um processo na Justiça com relação à Sudam, o qual venho acompanhando.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quantos processos correm na Justiça contra o senhor?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Acho que dois processos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tenho, em minhas mãos, quatro processos pelo menos: um processo de 2002, da 1ª Vara Federal, por improbidade administrativa; um segundo processo, também de 2002, por improbidade administrativa; uma medida cautelar inominada para indisponibilidade dos seus bens; e uma ação penal pública, processo comum, contra o sistema financeiro nacional.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – O senhor me desculpe. Acho que são realmente esses quatro mesmo. Eu estava esquecendo desses outros dois.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – São quatro processos, não são? O senhor conhecia a Irmã Dorothy?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Conhecia, sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Qual era sua relação com ela?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Tinha uma relação de amigo dela. Não tinha nada contra ela.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A Irmã Dorothy, na outra vez em que a CPMI esteve aqui, em Altamira, no final de abril do ano passado, lhe fez algumas acusações tanto no depoimento que ela nos concedeu, como em um documento que foi encaminhado à CPMI – temos também isso em mãos – acerca de invasão, desmatamento, pistolagem e comércio ilegal de terras públicas. Agora o senhor diz que é amigo dela. Ela diz o seguinte no depoimento prestado à Polícia Federal em novembro de 2002. Ela dizia à época:

"Que outro grande invasor de terras é o Sr. Laudelino Délio Fernandes Neto, o qual vem ocupando diversos lotes, entre os quais o de nº 56 e 58, que no presente momento está agredindo o lote de nº 60. Quem viabiliza a utilização desses lotes no projeto do Incra é o PDS. Que o representante do Sr. Laudelino Délio Fernandes Neto é um senhor de nome Dominguinhos. Que o Sr. Laudelino Délio ameaçou os trabalhadores locais, afirmando que iria matar todos aqueles que entrassem ou não saíssem das suas propriedades. Que a declarante afirma que essa ameaça ocorreu em meados de outubro de 2002."

Isso no depoimento à Polícia Federal.

No depoimento reservado à CPMI aqui mesmo, em Altamira, ela dizia à época:

"Aqui na região tem o Sr. Délio Fernandes, que tem derrubado hoje pelo menos de 12 a 13 mil hectares, colocou tudo no fogo, nunca tirou sequer uma tora, deu um corte raso aqui, beirando esses rios."

São acusações sérias. Aqui, no documento enviado à CPMI, assinado por uma série de entidades: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Anapu, Vice-Prefeito de Anapu, Vereador, Associação do PDS Virola Jatobá, Associação do PDS Esperança, Trabalhadores da Gleba Mandacari, Movimento das Mulheres Lutadoras da Amazônia, a própria Irmã Dorothy e outros que assinam.

Diz este documento:

"Em 1999, o Sr. Laudelino Délio Fernandes Neto, um dos grandes responsáveis pelo desvio de milhões

dos projetos da Sudam, embora jamais tenha sido punido, invadiu os lotes 56 e 58, de 3 mil hectares cada um, da gleba Abacajá. Imediatamente desmatou corte raso e queimou cerca de 2 mil hectares de terra, onde plantou pasto para gado."

O que o senhor diz acerca dessas acusações que lhe fazia a Irmã Dorothy e outras entidades aqui mencionadas?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Digo o seguinte, Senador. Não sou proprietário dos lotes 59, 60, 61 e 62. Não é verdade isso. Inclusive, quando vim a saber, no ano passado, fiz um comunicado ao Incra que esses lotes não seriam meus, como não são, posso provar. Esses lotes não são meus, são do Eduardo e do Júlio, proprietários da Semente Brasil Central, não é verdade.

Com relação à Sudam, tenho um projeto Sudam, do qual sou acionista, meu projeto está implantado. Tenho prazer em convidá-los para vistoriar e olhar. É um projeto com sucesso, quem quiser ir terá o prazer de vistoriar lá, sou um dos acionistas. No ano passado fui vistoriado e tenho toda a documentação. Dei entrada no certificado de implantação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A respeito disso, quais são as propriedades que o senhor tem aqui na região, tanto em Altamira como em Municípios vizinhos? O senhor poderia relatar?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Propriedade que tenho é só lá: lotes 56 e 58. Há outra de propriedade da Agropecuária Vitória Régia, da qual sou acionista.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor negociou algum lote com o Sr. Regivaldo Pereira Galvão?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não, não negociei. Quem negociou foi um rapaz de Minas, por nome de José William.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Qual a sua relação com o Sr. Regivaldo Pereira Galvão?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Minha relação com ele é boa. Já comprei... Sou comprador de boi aqui na região, tenho trezentos e poucos fornecedores cadastrado, do qual ele é um deles que fornece boi pra mim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E qual sua relação com o Sr. Vitalmiro, conhecido como Bida, que está sendo acusando de mandante da morte da irmã Dorothy?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Eu não tenho relação nenhuma com ele. Ele chegou nesse final do ano aí, de 2004. Eu não tenho relação nenhuma com ele.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, como o senhor explica que ele tenha ido para a sua fazenda logo após a morte da irmã Dorothy?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Explico, claramente, o seguinte. Estou na região há vinte e poucos anos, vim trazer o progresso para cá. Ele, esse rapaz, chegou no final de 2004, comprou terras na região e, com dois dias do assassinato, ele chegou a minha fazenda, onde eu não estava lá, eu estava aqui em Altamira. Ele chegou na minha fazenda uma hora da manhã. Pediu telefone para o meu funcionário, e o meu funcionário arranjou o telefone para ele. Porque lá, Senador, é o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – S. Exª é Senador. Eu sou o Senador Alvaro Dias.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Desculpa. Deputado, é o seguinte, a minha fazenda é a única que tem o telefone lá. É onde ligam o telefone lá, são as pessoas que ligam: fazendeiros, colonos, ribeirinhos... As pessoas usam o meu telefone. O meu telefone faz uma parte social muito grande lá. Só eu que tenho telefone. As pessoas chegam e pedem... *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mais uma vez quero pedir a gentileza, sei que vou ser compreendido agora. Não é permitido aplaudir, ou vaiar... Não é permitido nenhum tipo de manifestação. Por isso, peço a todos a compreensão.

Sim, pode continuar.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Então, esse telefone lá faz um social muito grande. Todos ligam de lá. E quando meu rapaz, meu gerente lá me ligou que ele teria ido lá, na mesma hora, procurei o Superintendente da Polícia Federal, Dr. Sales, eu e mais o meu irmão Silvério e outros amigos, e avisei pra ele. Na mesma hora, ele ligou para a fazenda e confirmou com o meu gerente lá. Depois, fui na Polícia Civil, avisei pra Polícia Civil, do qual eles foram lá para apanhar a caminhonete, que teria ficado estragada lá perto da fazenda, e pediu que o meu trator levasse a caminhonete, rebocada, para a sede de Anapu.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor emprestou o seu avião para o fazendeiro Bida, Vitalmiro?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – De jeito nenhum, nem avião eu tenho. Não emprestei avião algum.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Estou vendo aqui, no **O Liberal**, de terça-feira, 29 de março, que diz o seguinte: "Outro fazendo citado no depoimento de Bida, à Polícia Federal..." Não, é aqui, antes, perdão: "Bida foi a casa de Délio dias após o crime para ligar para sua mulher. Délio também teria emprestado um

avião para Bida se deslocar até a região". Aqui é essa a afirmação no jornal **O Liberal**, a partir do depoimento do Bida. O senhor não tem avião?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não é verdade, eu não tenho avião.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E não usa avião de nenhum proprietário da região?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – O último avião que foi lá pra mim foi um avião agrícola que veio jogar semente aqui na região. Estava jogando para um amigo, um grande amigo meu, Sr. José Rebelo. Saiu da fazenda do Sr. José Rebelo para jogar semente pra mim na minha fazenda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E o senhor conhece as outras pessoas que estão sendo acusadas pela morte da irmã Dorothy?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não conheço, não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nenhum deles trabalhou para o senhor?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Nenhum deles trabalhou. São pessoas novatas aqui na região.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A que o senhor atribui a morte da irmã Dorothy?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Olha, Deputado, eu realmente não sei. Não sei...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A quê e a quem. Evidentemente que a quê, qual seria o fato, e a quem.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Sim. Eu acho que foi um conflito agrário lá, de peões. Eu realmente não sei...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Por que há denúncias feitas contra o senhor, pela própria irmã Dorothy? O senhor não teria interesse na morte da irmã Dorothy?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – De forma alguma. Sou católico, apostólico, romano, praticante. De forma alguma, tenho interesse de tirar a vida de um ser humano, mesmo porque estou há vinte e tantos anos aí e não há razão para fazer isso. Os problemas que tive com o Incra resolvi dentro da legalidade da lei.

Fui chamado para participar da CPMI da Terra no ano passado – fui lá com o Senador Alvaro Dias. No dia, a reunião foi cancelada em virtude da morte do Sr. Leonel Brizola. Apresentei toda a documentação que, inclusive, estava retificando esses documentos para V. Exªs.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não acredita que há um consórcio de pretensos proprietários, grileiros de terra que estão em conflitos nessa área interessados na morte da irmã Dorothy? Ou o senhor acredita que somente o Vitalmiro, efetivamente com o apoio, com o auxílio do Tato e com a execução direta dos pistoleiros, teria interesse nesse crime?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Acho que foi um fato isolado. Acho que não tem consórcio. Não sei se há algum consórcio.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Lote 55, onde foi assassinada a irmã Dorothy, pertence ou já pertenceu ao senhor?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não, nunca pertenceu.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nunca pertenceu. Então, o senhor não tem responsabilidade alguma em relação ao Lote 55.

Sr. Presidente, por enquanto é só. Reservo-me para fazer outras perguntas posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está livre a palavra. Antes, quero agradecer, mais uma vez, à Prefeita Odileida Sampaio e ao Vice-Prefeito Silvério Fernandes que também acompanham esta reunião.

Está livre a palavra aos Senadores e aos Deputados que queiram fazer indagações.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Bom-dia, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Relator, Deputado João Alfredo, e demais Deputados e Senadores.

Cumprimento também a Prefeita Odileida, o Presidente da Câmara e toda a população.

Quero perguntar-lhe o seguinte: o senhor possui alguma empresa em seu nome ou é sócio de alguma empresa? Qual seria essa empresa?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Agropecuária Vitória Régia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor pleiteou a aprovação de projetos por meio da Sudam? Embora o senhor já tenha falado isso, eu gostaria de que respondesse agora novamente.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Positivo. Pleiteei um projeto que já foi aprovado e está implantado. Tenho o maior prazer...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Esse projeto foi pleiteado em nome de quem?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Em meu nome, Laudelino Délio, e do meu irmão, Luciano Fernandes.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Luciano Fernandes.

Quando isso ocorreu?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Em 1998.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O projeto foi aprovado. Qual é o tipo de projeto? Esse dinheiro foi liberado integralmente?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Foi liberado integralmente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Em quantas parcelas?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Em três parcelas.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Qual é o tipo do projeto?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Para pecuária: bovinocultura, melhoramento genético, inseminação.

Esse projeto foi...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu iria perguntar o que foi feito com o recurso e se todo ele foi aplicado no projeto.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Todo o recurso foi aplicado no projeto. O projeto é sucesso total. Dele saiu parte da primeira exportação de boi vivo do Brasil para o Líbano, Beirute.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Houve uma prestação de contas e a quitação das obrigações assumidas pelo projeto?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Total, inclusive tenho documentos. O meu advogado já fez uma retificação. Eu estava ontem em Marabá e vinha de carro para Altamira, mas tivemos de retornar por causa da estrada que não estava boa. Então, o tempo foi muito curto. Apresentamos uma documentação, mas houve um prazo mínimo para a apresentação de toda a documentação que possa comprovar.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor tem conhecimento, evidentemente, de que os projetos da Sudam dessa região estão sendo investigados pelo Ministério Público Federal. Inclusive, muitas dessas investigações foram motivo para o próprio ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso extinguir a Sudam.

O que o senhor tem a dizer a respeito desses projetos estarem sendo investigados pelo Ministério Público Federal?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Srª Senadora, quanto a esses projetos da Sudam – logicamente, há exceções –, houve diversos melhoramentos nessa região, inclusive o genético. Hoje, há um milhão e meio de cabeças de gado e somos os maiores produtores de cacau e de café.

Então, tais projetos, salvo exceções, foram muito bons para a região. Inclusive, há um frigorífico, a ser inaugurado em 10 dias, que é fruto do projeto Sudam. Apenas esse frigorífico promove 480 empregos diretos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Esse projeto do senhor está sendo investigado pelo Ministério Público Federal?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Está sendo investigado. Inclusive, há um documento que, depois, eu gostaria de entregar ao Presidente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Trata-se do Vitória-Régia?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Do Vitória-Régia. É para V. Exª e o Sr. Deputado entenderem. Será remetido até um laudo da Sudam, feito há pouco tempo, no fim do ano.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pelo que o senhor sabe, os recursos da Sudam nessa região foram desviados?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não sei dizer exatamente. Até acredito que uma parte foi, mas a maioria não. A Sudam alavancou essa região.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor recebeu financiamento de outro órgão público, como o Banco da Amazônia, o BNDES, o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica Federal? Que linhas de crédito o senhor recebeu? Esses financiamentos, porventura recebidos de alguns desses órgãos que citei, foram quitados?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Recebi recursos somente do Banco da Amazônia. Tenho cédulas quitadas, que posso apresentar a V. Exªs.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Estão todos já quitados?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não. Devo em alguns financiamentos. Há algumas parcelas que estão em dia, outras atrasadas, porque estou passando por uma situação financeira muito difícil.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Faço-lhe, ainda, a seguinte pergunta: o senhor tem procuração do seu pai para representar a empresa Pedra Roxa?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Positivo. Há, sim.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor conhece Maria Auxiliadora Bar Martins?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Era a nossa antiga contadora de Belém.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor emitiu um cheque de R$530.000,00 para si próprio?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – É possível, porque, além do Projeto Sudam, já estou aqui há mais de 20 anos e, como disse anteriormente, sou um grande comprador de boi na região. Havia cerca de 300 fazendeiros fornecedores de boi cadastrados em meu nome. Por falta de orientação técnica, a Contabilidade Vitória-Régia misturava dinheiro de compra de boi, de venda e da Sudam.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então, o senhor emitiu o cheque?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Positivo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor comprou uma Toyota e dois apartamentos no Espírito Santo.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não é verdade. Toyota, sim. Já ouvi, por meio da mídia, que eu havia comprado dois apartamentos de cobertura no Espírito Santo. Esse fato não é verdadeiro.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor emitiu um cheque de R$201.640,00 para Isaías Teixeira de Lira? Para que fim foi esse cheque?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Sempre faço negócio com ele, inclusive compra de boi.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas para que fim foi esse cheque?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não me recordo desse cheque.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então, o senhor não sabe? Mas realmente o senhor tem negócios com o Sr. Isaías Teixeira de Lira?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Positivo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – De quê? O senhor falou ainda há pouco.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – De compras de boi.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor remeteu algum recurso para o exterior?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não. De jeito nenhum.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor conhece Armindo Denardin?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Conheço muito.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor passou algum recurso para ele?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Sempre comprei boi dele. Já comprei carros e caminhão dele. É o nosso representante aqui da região.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor pode não ter remetido, mas o senhor tem alguma conta no exterior?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não, senhora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não. Sr. Délio, neste momento, gostaria de perguntar-lhe alguma coisa sobre o seu título de terra, mas vou esperar os outros Parlamentares e, se ninguém lhe fizer essa indagação, farei a pergunta.

Por enquanto, estou satisfeita, Sr. Presidente. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Deputada Luci Choinacki.

A SRª LUCI CHOINACKI (Bloco/PT – SC) – Cumprimento o Presidente desta CPMI, Senador Alvaro Dias, o Relator, Deputado João Alfredo, demais Parlamentares, as Lideranças daqui, a Prefeita da Cidade e o Presidente da Câmara.

Vou fazer perguntas bem objetivas. O senhor conhece Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Conheço.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Qual a ligação do senhor com ele?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Ele é produtor rural e sempre vendeu boi para mim.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – São amigos?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Somos amigos.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor conhece Francisco Alberto de Castro?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Conheço

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Qual a ligação do senhor com ele?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Conheço-o há 26 anos. Ele é produtor rural, pessoa muita séria e hoje e o nosso Presidente do Sindicato aqui, em Altamira.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – São amigos?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Somos amigos.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor conhece Francisco Vitorino?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Conheço.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Qual a ligação do senhor com ele?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não tenho... Conheço-o de um escritório de contabilidade. Hoje ele é produtor rural também.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – São amigos também?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Senhora...?

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – São amigos?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Somos amigos.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor conhece o Dany, o Zete?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Conheço

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Qual a ligação do senhor com ele?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Nenhuma.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Não são amigos?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Somos amigos. Mas faz uns quatro ou cinco anos que ele não está mais aqui.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor sabe onde ele se encontra agora?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não sei.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Não sabe. Há comentários de que ele se encontra na Suíça.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Dizem que na Suíça, na Alemanha. Não sei...

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor tem essa informação?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Sim, a informação que todos nós temos aqui.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – A informação de que ele poderia estar lá. Como o senhor sabe disso? Alguém lhe contou que ele estaria lá?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não, o pessoal da região comenta.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O pessoal da região comenta?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – É.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor conhece Luiz Ungaratti?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Conheço.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Qual sua ligação com ele?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Ele é vizinho na mesma região, no mesmo Município.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – São amigos?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Somos amigos.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor conhece Joaquim Petrola?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não o conheço.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor conhece Waldomiro Bastos de Moura, o Bida?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Conheço.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Qual a ligação que o senhor tem com ele?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Nenhuma.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – São amigos?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor tem conhecimento de que Bida está preso?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Tenho.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor sabe qual é a acusação que estão fazendo em relação a ele?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Acusação que a gente vê na mídia de ser o mandante do assassinato da Irmã Dorothy.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor acredita que pode ter sido ele?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não sei.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor pensa que ele é inocente?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não sei. Não sei explicar para a senhora.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor não sabe dizer?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – É.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Quais seriam os culpados do assassinato da Irmã Dorothy? O senhor poderia contar-nos?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não sei. Não tenho idéia, mesmo porque fica longe daqui. Eu vou pouco a essa propriedade.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor é filiado a algum sindicato ou associação?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Sou.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Qual?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Associação Comercial de Altamira, do Sindicorte, do Sindicato Rural dos Produtores de Anapu.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Qual o nome do Presidente do Sindicato dos Produtores?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – De onde?

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – De Anapu.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Jurandir.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Jurandir. Vou tentar de novo voltar. Já foi pedido, mas a polícia investiga a existência de consórcio de grileiros, madeireiros, políticos, produtores rurais interessados na morte da irmã Dorothy e de outros trabalhadores na região.

O senhor como proprietário na região conhece algum consórcio, sabe se existe uma finalidade nele? Qual é a sua informação sobre essas suspeitas e essas acusações que vêm sendo levantadas?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Eu não conheço, senhora nenhum consórcio. Nada.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor tem tranqüilidade de dizer que não existem?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Tranqüilidade.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – A consciência tranqüila?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Tranqüilidade porque eu acho que não existe nenhum consórcio.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor não participa de nenhum?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – De forma alguma.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O que estão dizendo, as suspeitas que estão sendo levantadas não têm procedência?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não têm. De avião na minha fazenda, não existe nada disso.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – São só suspeitas?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Só suspeita. Não existe nada disso.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – E qual seria o interesse da morte da irmã Dorothy?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Eu, sinceramente, não sei. De minha parte nenhum. Nunca tive terras minhas invadidas, nada.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC)– Só mais uma questão e, depois, se precisar eu volto.

O senhor, quando pegou o financiamento da Sudam, cumpriu a legalidade que era para desmatar apenas cinqüenta por cento e cinqüenta por cento não era para desmatar?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Cumpri, sim senhora inclusive tenho a licença de desmatamento.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC)– Essa informação não procede.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sem nenhuma pretensão de orientar os meus Colegas Parlamentares, mas apenas em função do tempo quero solicitar a cada um que interpelar para selecionar as perguntas prioritárias por que temos ainda outros depoentes.

Com a palavra o Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, Prezados Colegas, entidades aqui presentes, a nossa Prefeita , só queria perguntar o seguinte: onde o senhor estava nos dias 12 a 17 de fevereiro. O senhor lembra?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Eu vou falar exatamente para o senhor onde eu estava.

Eu estava aqui na região inclusive no dia 12 de fevereiro, o meu filho, que estuda fora, viajou, fui levá-lo ao aeroporto, voltei, trouxe um amigo e trouxe também de carona o nosso Superintendente do Ibama, Dr. Marcílio.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – O que o senhor sabe, como é que o senhor vê essa questão de grilagem de terra na região? O senhor tem conhecimento de algum fato?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Eu não tenho conhecimento, nunca participei disso, mesmo porque as minhas terras são legalizadas com a documentação do Incra.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – O senhor nunca teve problema com o Ibama?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Já fui multado pelo Ibama. Algumas multas eu paguei e posso apresentá-las pagas e algumas eu recorri porque o local onde eu tinha um desmatamento eu tinha a licença, aí eles foram e me multaram e recorri.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – O que o senhor tem a dizer dos assentamentos feitos na região com a participação da irmã Dorothy.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Olhe, eu acho correto. Não sou contra assentamento, não sou contra a reforma agrária. Lá na região onde tenho essa fazenda sempre dei todo o apoio conforme estou dando ainda.

Beneficiei muitas famílias e, com uma estrada que fiz em 94, beneficiei mais de duzentas famílias.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Quando o senhor soube que o Bida esteve na sua fazenda, como o senhor afirmou, no dia seguinte, convidou seus amigos e foram à polícia. Fazer o quê na polícia?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Eu fui avisar para o Superintendente da Polícia Federal porque tínhamos estado um dia antes com ele que falou "Delis, se você souber de alguma coisa você me fala".

Quando o meu funcionário ligou para mim que o tal de Bida teria ido lá, na mesma hora fui atrás do Superintendente da Polícia Federal, Dr. Sales e avisei.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Então, o senhor sabia de alguma participação dele no crime?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Porque começou a sair na televisão, né?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Deixa só eu aproveitar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Aonde e como, em que momento o senhor estava quando o senhor soube da morte da Irmã Dorothy? Como o senhor soube da morte da Irmã Dorothy?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Eu estava em casa almoçando com um amigo quando me ligaram de Anapu avisando da morte da Irmã Dorothy.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A que horas foi isso, por favor?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Mais ou menos de 13 horas para 14 horas.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor estava onde?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Na minha casa, aqui em Altamira, na beira do rio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, autoridades diversas, populares, quero ser bem breve.

Primeiramente, pergunto ao Sr. Laudelino Délio se ele tem conhecimento de que os seus sigilos bancário, fiscal e telefônico estão sendo quebrados.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Ouvi falar na mídia que iam ser. Mas não tem problema nenhum. Está aqui a minha vida, transparente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Devo alertá-lo, porque há informações que precisam ficar muito claras.

Nesse caso, estamos de posse de um documento do Ministério Público dizendo que o senhor assinou, de próprio punho, um cheque de R$200 mil e um segundo cheque de R$243 mil, nominais à empresa Littig Engenharia Ltda., do Espírito Santo, os quais, como anuncia o Ministério Público, foram usados para a compra de apartamentos na Capital daquele Estado.

O senhor confirma isso?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não confirmo. São cheques de compra de boi que o fazendeiro repassa para a frente. Não é verdade isso. Se quiser, pode aprofundar e ver. E eu não assinei só... Como eu disse anteriormente, tenho a compra de boi aqui, mandava uma média de mil bois por semana para Belém.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas o que o documento diz é que esses cheques são nominais. O senhor assina um cheque nominal à empresa Littig Engenharia para a aquisição de apartamentos. O senhor está dizendo aqui que o cheque foi desviado por terceiro para a compra desses apartamentos. É isso que o senhor está a nos confirmar?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Positivo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor porventura tem idéia de quem utilizou esse cheque, de quem intermediou esse cheque?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Eu posso levantar e apresentar para vocês posteriormente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu gostaria, ficaria muito feliz.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Tudo bem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Está dito aqui, Sr. Laudelino, que o senhor está sendo acusado de participar da falsificação de notas fiscais para justificar empreendimentos com recursos públicos. O senhor confirma isso?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não confirmo, porque era a Auxiliadora que cuidava da contabilidade lá, e, como a gente fica aqui no interior, não teria acesso a isso. Quando fiquei sabendo, peguei toda a documentação, tirei... Alguma documentação foi desviada, fizemos uma justificativa técnica e fizemos tudo novamente. Não tenho conhecimento. Pela minha parte, não. Isso, se aconteceu, foi um problema...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, o senhor acha que essa funcionária estava com desvio de conduta nas suas empresas?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Eu não sei. Quem sou eu para dizer?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas o senhor está nos dizendo que essa senhora poderá ter misturado cheques nominais do senhor para o senhor mesmo. O senhor acha que ela misturou as contas, a questão da contabilidade; aparecem claramente notas fiscais e recibos falsos nas prestações de contas da empresa.

O senhor está a nos dizer que essa senhora era a contadora da empresa e praticava esse tipo de ação. Que providências foram tomadas em relação a ela, então?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – A providência que foi tomada foi que tirei toda a contabilidade dela. Eu não tinha porque, Senador, fazer notas fiscais frias ou recibos se o projeto está implantado, e com sucesso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Por último, Sr. Presidente – já quero encerrar –, pergunto: o senhor é signatário do documento "Fazenda legal é produtor tranqüilo"? É um documento do Senai e da Federação da Agricultura do Estado do Pará.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Sou sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor concorda com tudo o que está escrito nesse texto?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Eu ainda não vi.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não conhece o documento?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não conheço ainda.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas aqui está dito que é uma recomendação para todo o cumprimento legal que uma pessoa deve tomar para a prática de investimentos aqui na região. É isso o que o documento diz.

O senhor se sente um praticante da lei aqui no Município, na região?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Eu me sinto. Eu me sinto um praticante da lei.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor afirma que os lotes de sua propriedade são documentados no Incra?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não só afirmo como vou mostrar para os senhores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Como se justifica que o próprio Incra acaba de encaminhar o pedido de recuperação da propriedade dos lotes de nºs 56, 58, 61 e 62? O senhor já explicou que os dois últimos não lhe pertencem, são de outra pessoa. Mas, quanto aos de nºs 56 e 58, V.Sª está dizendo que tem o documento do Incra, e este mesmo Incra acaba de nos dizer que está tomando a sua propriedade. Como o senhor explica isso?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Se ele está tomando, vou me defender. E já estou me defendendo, com o Dr. Diamantino, que é o meu advogado. Para mim, é uma novidade. Sei que eles estavam **sub judice** e que a Justiça Federal me deu uma liminar. E vou apresentá-los também. Já fui apresentado na Comissão, quando fui convocado a ir para Brasília – e não aconteceu a Comissão –, mas o Dr. Diamantino apresentou toda a documentação. E os senhores já têm de posse toda a documentação. Inclusive, estamos apresentamos uma retificação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Há quanto tempo o senhor está nesses lotes, ocupa esses lotes?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Há onze anos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Onze anos. Já tinha conhecimento de que esses lotes já estavam sob a propriedade de volta do Incra?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não tinha conhecimento, porque o cartório passou a escritura, fez tudo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Qual cartório?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – O cartório de Pacajá. Primeiro, era a Comarca daqui; depois mudou para a Comarca de Senador José Porfílio. Depois, Anapu foi emancipado, e mudou para a Comarca de Pacajá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, estou satisfeito por enquanto.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, quero falar sobre o mesmo assunto.

Primeiramente, como Relator, eu queria manifestar a estranheza com o fato de que o depoente tem sempre afirmado e reafirmado que a sua documentação está legitimada perante o Incra, mas, agora, diz que está surpreso com essa ação.

Tenho em mão – e vou pedir para juntar à CPMI – o processo que corre junto à Vara Federal Única de Marabá, em que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – faz uma ação reivindicatória com relação às glebas 56, 58, 61 e 62, justamente do Sr. Laudelino Délio Fernandes Neto.

Então, não é surpresa, até porque essa ação, assinada pelo Procurador Federal Sérgio Maciel Tou-

rinho da Cunha, é de 12 de dezembro de 2003. Poderíamos, então, chegar à conclusão de que essa ação já teria sido julgada e transitada em julgado, tamanha a tranqüilidade com que o depoente diz que está em situação regular perante o Incra.

Agora, soubemos que ele tem uma liminar. Isso é verdade; agora, estamos recuperando isso. Mas não é verdade que o Incra reconheça que a propriedade é sua, porque está nos autos a última manifestação do Incra, de 1º de setembro de 2004. Vou fazer a leitura, Sr. Presidente, para ver como o réu procura induzir esta Comissão ao erro. Perdão, devo dizer depoente. É dito: "Trata-se de uma ação reivindicatória proposta por esta autarquia agravante (aqui no agravo justamente contra a liminar que foi concedida ao senhor), com fundamento no estrito direito de propriedade, já que as áreas reivindicadas (esses lotes a que me referi) são de propriedade da autarquia, do Incra". Portanto, o Incra não reconhece essas propriedades. Pelo contrário, o Incra entrou com ação reivindicatória contra esses quatro lotes, agravou da decisão e reafirma isso.

E diz mais – quero ler –, dirigindo-se ao Tribunal de Justiça, aos eminentes Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará: "Ora, Excelência, no caso vertente, a autarquia agravante, embora seja proprietária do imóvel, por força de decisão judicial soberanamente transitada em julgado, conforme fez e faz prova pelas certidões emanadas do CRE de Altamira (está aqui essa documentação), teve a emissão de posse a si legitimamente concedida, revogada por uma outra decisão judicial".

Vou mais além. O Ministério Público Federal, ao se manifestar sobre essa ação, diz: "No caso em tela, a nulidade de pleno direito de registro imobiliário feito em favor do réu (no caso, o Sr. Laudelino, nosso depoente de hoje) decorre do fato, anteriormente à transmissão do título aquisitivo de tais imóveis, de ter havido o cancelamento judicial".

É aquilo que falou há pouco o Senador Sibá Machado. Antes da aquisição por ele, já havia sido cancelado o título. Está dito aqui pelo Procurador Federal. Vai mais: "Portanto, ante a desconstituição dos registros imobiliários de tais áreas, em momento anterior à alienação dos mesmos para o réu (portanto, antes de ele ter comprado), por meio de sentença transitada pacificamente em julgado, são nulos de pleno direito os atos registrais sobre essas áreas rurais".

Então, Sr. Laudelino, penso que o senhor assumiu um termo de compromisso. O senhor deveria ter dito aqui para nós que essa questão está **sub judice**, como disse agora, depois de questionado pelo Senador Sibá Machado. Mas vinha o tempo todo afirmando que a sua posse era mansa e pacífica e que os seus documentos eram reconhecidos pelo Incra, o que não é verdade, conforme comprovam os documentos que estão em minhas mãos, documentos da Justiça Federal de Marabá.

O que é isso, Sr. Laudelino, senão grilagem de terras? Por que o senhor fez essa afirmação?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não, Deputado. Eu fiz essa afirmação, como continuo... Como o senhor vê, tenho a liminar da Justiça Federal.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor tem uma liminar, mas não tem o reconhecimento do Incra, e todos ouviram quando o senhor disse que o Incra reconhecia a sua propriedade.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Inclusive, eu tenho um laudo do Incra...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – De quando?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – De agora, de 2003. Tenho o laudo de propriedade mais produtiva do sudoeste do Pará. Posso, inclusive, anexá-lo a essa documentação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Veja que são duas coisas diferentes, Sr. Laudelino. Não queira induzir esta CPMI a erro novamente. Uma coisa é um laudo para efeitos de desapropriação que avalia se aquela área é ou não produtiva. A outra questão é a questão da dominialidade, que é justamente a questão referente ao título de domínio ou título de propriedade sobre essa área. E nós, nesta CPMI, estamos investigando o processo de grilagem. Aqui, quando se faz uma ação como essa, pesa sobre o senhor a acusação de grilagem. Não estou dizendo que o senhor é grileiro. Não posso afirmar isso até essa ação transitar em julgado. Quando a ação transitar em julgado, então poderemos dizer se o senhor é ou não é grileiro. Mas o senhor é acusado de grilagem de terra. Então, não venha dizer à CPMI que as suas terras são regulares.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra a V. Exª, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Infelizmente, temos ainda um ponto a comentar.

Tenho aqui, Sr. Laudelino, uma relação de propriedades em seu nome. Eu só queria que o senhor as confirmasse. Lote 63 da gleba Pacajá, com 2.990 hectares no Município de Anapu. Confirma?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Positivo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Fazenda Santa Clara I, com 1.089 hectares, em Altamira.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não é.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Essa não é sua?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Foi vendida faz uns dois anos já.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Essa está vendida.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Para quem?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Foi vendida para o Miguel da Xingu Moto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A Fazenda Santa Mônica, com 458 hectares, no Município de Altamira.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Também foi vendida. Não é minha mais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A Fazenda Santa Luzia, com 2.990 hectares, no Município de Senador José Porfílio.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Essa 63.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Trata-se da mesma área? Uma está dizendo no Município de Anapu e uma outra no Município de Senador José Porfílio.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – É porque os documentos anteriores eram de um cartório, do Município ainda de Senador; depois que foi emancipado, passou para a Comarca de Pacajá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, trata-se da mesma área. Já explicado. Fazenda Vitória Régia, com 3.148 hectares, no Município de Uruará.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Essa foi vendida. Foi vendida há uns 11 anos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Certamente, na sua retirada de Uruará para Anapu.

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Isso. Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E o Lote 9 da Gleba 59, com 101 hectares, no Município de Uruará?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Positivo. Foi vendido junto com essa propriedade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Foi também vendido.

O senhor atesta que tem, então, por enquanto, somente duas áreas de terra?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Não, três áreas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Os lotes...

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – O 63, o 56 e o 58.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Todos em Anapu?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Todos em Anapu.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E todos naquela área lá...

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Todos naquela área.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O laudo do Incra que lhe deu essa produtividade corresponde a qual dessas áreas?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Às áreas 56 e 58.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – De quando é esse laudo?

O SR. LAUDELINO DÉLIO FERNANDES NETO – Parece que é de uns dois anos atrás, mais ou menos.

Vamos juntar tudo. Inclusive, já tem lá na CPI, mas vamos relatar novamente. Pedimos um prazo para entregar novamente para os senhores.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ótimo.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio que podemos, então, encerrar o depoimento do Sr. Laudelino Délio Fernandes. Agradecemos a sua presença.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a ajuntada aos autos da CPMI dos autos dessa ação de reivindicatório de domínio que corre na Justiça Federal, movida pelo Incra contra o Sr. Laudelino Délio Fernandes Neto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Secretaria da Comissão registrará esses autos.

Muito obrigado, Sr. Laudelino.

Convidamos para tomar assento à mesa o próximo depoente, Sr. Regivaldo Pereira Galvão.

O SR. ZÉ LIMA (PP – PA) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, enquanto o depoente se aproxima, eu gostaria de me manifestar, até para explicar por que estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. ZÉ LIMA (PP – PA) – Inicio parabenizando o Senador Alvaro Dias pela transparência e lisura com que preside esta Comissão. Cumprimento a Senadora Ana Júlia Carepa e o nobre Senador que também visita o Estado do Pará; os Deputados Zé Geraldo e Adão Pretto; a Deputada Federal; os Vereadores e Prefeitos aqui presentes; a Prefeita Odileida, de Alta-

mira; o Vice-Prefeito e Prefeitos de cidades vizinhas; as entidades presentes.

Pronuncio-me para justificar a minha presença aqui, porque não faço parte da CPMI. Estou aqui como convidado do Compart, ontem, de última hora. Não estava nem sabendo o que estava acontecendo. Podem perguntar por que o Deputado Zé Lima está nessa mesa. Sou da região e faço política aqui na região – muito pouco, mas faço. Minha região é mais de Anapu a Marabá, Tucuruí. É aquela região.

O Compart é uma entidade de fato e de direito que foi criada aqui, uma associação para defender a construção da Usina Belo Monte e as inserções regionais. Estimulei a criação do Compart. Então, estou presente em quase todas as reuniões do Compart.

As pessoas que estão aqui podem querer saber por que o Deputado não interpela, não pergunta alguma coisa. Eu nem sabia quem ia ser interrogado, quem ia ser depoente nesta Comissão.

Agradeço a sua atenção de me dar carona de Santarém para Altamira e, daqui, para Belém, senão eu não teria condições de estar aqui. Eu vim mais para assistir à reunião e para pedir à Comissão que veja, com bons olhos, a nossa região, nos aspectos social e econômico.

Quanto a essa carta à nação, foram felizes os produtores rurais quando a deliberaram. É importante saber que essa é a realidade da nossa região. Parabenizo quem teve a idéia de fazer essa carta para apresentar à Comissão.

Então, sou sofredor da Transamazônica, Senador, desde 1971. Vim como colono, trazido pelo Médici. Esse povo é sofrido mesmo. Aqui há dificuldades de todas as naturezas. Vale registrar que, para chegar a alguns distritos do Município de Altamira, gastam-se duas horas e meia de avião, ou, então, é preciso rodar mais de 1,2 mil quilômetros. Falo isso somente para terem conhecimento das dificuldades que essa população enfrenta.

Devem ser revistas as reivindicações da Bancada do Pará no Congresso Nacional. Quando choramos porque a nossa Bancada é pequena – o poder de fogo é muito pequeno –, precisamos de apoio para trazer recursos para consolidar esses projetos de assentamentos.

Na verdade, quero registrar que essa violência existe em nosso Estado. É uma situação delicada. Está provada, nessa Carta à Nação, a falta de regularização fundiária, a falta de uma reforma agrária digna.

Eu gostaria também de dar uma sugestão para a Comissão – é importante que o senhor a observe: o módulo da reforma agrária, com o qual esta Comissão tem a ver, é muito grande para o que se diz do Governo, para o que se diz do Incra. Se o módulo para reforma agrária for de até 20 ou 25 hectares, vamos ter condições de fazer reservas continuadas. Com essa política de deixar 80%, não há a menor condição de um colono trabalhar com 20% do seu lote.

Vale registrar que, num lote de cinco alqueires, com uma rede de energia, beneficiam-se mais colonos; no colégio que é construído, haverá alunos para estudar; no posto de saúde, justifica-se o atendimento. Assim, pode haver reservas continuadas entre uma vicinal e outra, pode-se investir em tecnologia, para dar condição a esses produtores, a esses clientes da reforma agrária, de terem uma vida digna no campo. Isso ocorrerá se houver realmente incentivo para que eles tenham tecnologia para beneficiar esses cinco alqueires e se a reserva for continuada entre uma vicinal e outra.

Já fiz esse pronunciamento em alguns momentos e eu gostaria que se observasse essa questão nesta Comissão, que muito tem a ver com a orientação da reforma agrária neste País.

Estou satisfeito. Muito obrigado. Sucesso no seu trabalho! Que a Comissão seja bem-sucedida aqui!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Deputado Zé Lima.

Leio o termo de compromisso assinado pelo depoente Regivaldo Pereira Galvão.

Aqui está o número da identidade. Ele tem 39 anos. Aqui também está o número do CPF. Estado civil: casado. O endereço residencial é Travessa José Marcos, nº 8.225, bairro Jardim Independente, Altamira. Profissão: pecuarista. Local em que exerce a sua atividade: Fazenda Datapu.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber, no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

Esse é o termo de compromisso.

Passamos imediatamente a palavra ao Deputado João Alfredo, Relator dessa CPMI.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Muito obrigado, Sr Presidente.

Eu gostaria de perguntar ao depoente se ele responde a algum processo judicial.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Em primeiro lugar, bom dia a todos os Srs. Senadores presentes e aos Deputados!

Digo ao Sr. Deputado que sim, que respondo a processo federal na Vara de Palmas, Tocantins. Esse processo é de formação de quadrilha, e sobre alguns inquéritos não tenho conhecimento de que tenha formalizado processo ainda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor poderia esclarecer a esta CPMI o porquê desse processo por formação de quadrilha?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – É essa situação da Sudam, na qual me envolveram na época, sob a denúncia de um senhor com o qual eu tive negócio. A Polícia Federal esteve em meu escritório e na minha residência e resgatou vários documentos. Isso ocorreu em 20 de agosto de 2001. Esses documentos foram para Palmas. Depois de algumas averiguações por parte da Polícia e da Justiça, ressarciram-me esses documentos.

Esse processo continua em andamento até hoje. Eu só tenho sido prejudicado em conseqüência disso, até porque não conheço ninguém da Sudam em relação a esse processo de Belém no qual me acusaram. Está correndo, e eu estou respondendo até a resolução da situação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor chegou a ser preso?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Duas vezes: no dia 20 de agosto de 2001, quando eu estava machucado, com três dias de operado, e a Polícia me levou preso; e no dia 16/02/2002, quando houve esse processo de formação de quadrilha, que envolveu todos e do qual os senhores têm conhecimento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nessa questão da Sudam, já que o senhor acabou levantando esse problema, o senhor foi acusado de emprestar dinheiro para empresários e políticos?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – É. A principal meta da acusação da Polícia era indagar muito as pessoas que estavam presas em relação a isso. Mas até hoje não foi provado nada, até porque moro em uma cidade de 70 a 80 mil habitantes e faço negócios com muitas pessoas. Compro veículos, gado, terra, terrenos, e alguns negócios as pessoas cumprem com antecedência e pedem desconto em cheque. Alguns atrasam e chegamos a um consenso e, por conseqüência, às vezes, por haver algum juro, as pessoas indagaram essas situações. Mas não tenho nenhum conhecimento sobre essa questão de agiotagem, que indagaram muito.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Financiamento de campanha política...

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Isso foi uma coisa também que respondi ao juiz em Palmas, em relação à questão de cheques. Eu negociava cheques. Esses cheques foram presos e falaram que eu havia bancado campanha de Domingos Juvenil. Quer dizer, a pessoa vem negociar comigo, eu pego um cheque e o que quero é que o cheque tenha fundos, o que a pessoa vai fazer com o dinheiro é uma coisa que não diz respeito a mim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – OK. E o senhor foi alguma vez autuado pelo Ibama por desmatamento?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Fui autuado, se não me falha a memória, no ano de 1997 ou 1998, quando paguei a multa, e no ano de 2003, por um desmatamento que outras pessoas fizeram. Quando adquiri a terra o satélite veio, detectou o desmatamento e mandaram a multa no meu nome, a qual já fiz a defesa esclarecendo a situação e até agora não recebi resposta do tal órgão.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor conhecia a irmã Dorothy?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Conhecia de vista, mas nunca trocamos nenhuma palavra.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como o senhor soube da morte da irmã?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Fui para o Nordeste dia 24 de janeiro visitar meus pais, de lá desloquei-me para o Rio de Janeiro para fazer algumas cirurgias, quando soube do acontecido, por volta das 16 horas, por intermédio da emissora Globo. Encontrava-me no Rio de Janeiro até o dia de ontem, quando vim para esta reunião.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor conhecia o Vitalmiro, conhecido como Bida?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Conheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Qual a sua relação com ele?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – A pessoa do Vitalmiro Bastos de Moura chegou em Altamira no final de 2003, adquiriu algumas terras na região e um amigo, seu Ananias Gonçalves de Moura, vendeu uma fazenda a ele e o levou a minha residência, porque ele tinha adquirido uma fazenda e eu tinha gado de meia com o seu Ananias e o seu Vitalmiro queria adquirir as criações que estavam dentro da fazenda. Eu, pelo gado já estar dentro da fazenda, possivelmente poderia fazer um bom negócio. Chegamos a discutir, vendi todo o gado, de mamando a caducando, como se fala na linguagem pecuarista, cerca de 500 a 525 cabeças de gado. Dentro de 90 dias ele me pagou e abriu-se um campo de comércio.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor era sócio dele então?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não. Até o momento não tínhamos esse vínculo de sociedade.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Porque eu soube que numa reunião do Incra, em 2004...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não, era só para dizer que no depoimento do Vitalmiro ele diz que é seu sócio e que inclusive está fazendo trabalho em conjunto com o senhor, dividindo até o pagamento do cidadão que estava fazendo o trabalho.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Senadora, inclusive no meu depoimento ele perguntou se eu era seu sócio. Eu falei que iria chegar lá. No meu depoimento à Polícia Civil, em Belém, relatei. Estou com o depoimento aqui. Eu relatei essa situação, porque, primeiro, eu vendi a área, 50% da área; alguns dias depois, eu negociei os outros 50%.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E o senhor conhecia o Tato, que é acusado de ser o intermediário para a contratação dos pistoleiros Rayfran e Clodoaldo. O senhor conhecia Tato, Rayfran e Clodoaldo?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Também ao Delegado Valdir, conheço a pessoa do Tato, com o qual não tenho relacionamento nenhum comercial.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nenhum deles trabalhou para o senhor?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nem Tato, nem Rayfran, nem Clodoaldo?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não conheço a pessoa do Rayfran; conheci através de televisão, como todo o público nacional e internacional.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Vou voltar para o jornal **O Liberal**, já que não tivemos ainda acesso a todos os depoimentos. Fio-me nesta matéria, que diz:

Em seu depoimento à PF, Vitalmiro não acusou diretamente nenhum fazendeiro (*inaudível*), mas confirmou seu envolvimento com Regivaldo Galvão (conhecido como Taradão), de quem comprou, por R$1 milhão, a fazenda localizada em Anapu, que estava dentro da área de abrangência do PDS (*inaudível*) Esperança.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Sr. Deputado, quanto à questão dessas terras, a história é que eu adquiri essa terra da pessoa de Libério Pereira Nascimento em 1999 e a repassei para o Sr. José William. E uma letra promissória com prazo foi endossada até para o Sr. Délio Fernandes.

Nesse período, a pessoa do Sr. José William tomou posse da terra, e eu fiquei aguardando o dia do pagamento. Aí tomou posse da terra. Foi quando ocorreu essa derrubada, e veio essa multa, posteriormente, no meu nome. Por quê? Chegou o dia do pagamento, em agosto de 2002, ele não efetuou o pagamento, nem tão-menos a pessoa do Sr. Délio Fernandes, que era o endossante. Eu readquiri a terra de volta no ano de 2002. Quando eu fui readquirir a terra de volta, eu me dirigi ao Incra para ver a situação de toda a documentação, até porque, na época em que comprei a primeira vez, foi feita a escritura no cartório de Anapu e os executores do Incra falaram que o Governo tinha pedido um cancelamento desses títulos, mas o qual não teria aceitado, até porque o Incra também não cumpriu com as suas metas: estrada, escola etc.

Na época, eu conversei com os executores do Incra, e eles falaram que a área da Gleba 55 seria inviável para a implantação do projeto PDS, por ser uma área na qual já se encontrava formação de pastagem, algumas cercas etc. Mas essa foi uma coisa falada verbalmente. Aí foi feito um pedido de vistoria na área, para que o Incra se manifestasse através de documentação, para poder eu concretizar essa situação da negociação de volta, até porque as pessoas não teriam me pagado.

O Incra, fazendo vistoria na área, detectou que, realmente, pelo fato de o PDS ser um Projeto de Desenvolvimento Sustentável, a área seria inviável para a implantação desse projeto. E, diante dessas informações, eu readquiri a área de volta – inclusive, posso provar para a Excelência Senador Alvaro Dias, porque estão aqui essas documentações.

Essa é uma questão muito complexa. Por quê? Eu sou pecuarista, as terras são férteis, procuro os órgãos, o órgão dá garantia, aí eu tenho um documento federal, vou num cartório público, consigo escriturar, esse documento hoje diz que não tem validade. Se um documento federal, escriturado por um cartório público, não tem...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Que documento federal?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Só um momento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Só quero entender. O senhor tem um documento federal que leva para o cartório público. Que documento federal é esse?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – O documento do Incra que o cartório escriturou, que está aqui.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Qual documento do Incra? É importante sabermos. Qual documento do Incra?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Esse título de alienação. Esses títulos de alienação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor sabe daqueles Contratos de Alienação de Terras Públicas?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Exatamente. O documento está escrito. Você pega um do-

cumento desse, e o cartório o escritura, um cartório de fé pública. Se o documento não tem validade, qual é o documento em que a gente vai acreditar?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Qual foi o cartório?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Cartório de Pacajá. Essa escritura... Foram feitas várias transferências. Como todas as outras glebas que existem, várias escrituras foram transferidas. Agora, até o momento, não existia nenhum documento nesses cartórios impedindo a transferência.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor pelo menos tem conhecimento de que Deputados estaduais, em Assembléia Legislativa, fizeram uma CPI sobre grilagem e constataram diversas fraudes nos cartórios do Pará, inclusive nessa região? O senhor teve conhecimento disso, já que é uma pessoa tão bem informada?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Senadora, não estou aqui falando que sou uma pessoa bem informada. Estou falando o que está no meu conhecimento.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Fiz uma pergunta e só quero que o senhor me responda: o senhor teve ou não conhecimento de que até o cartório de Altamira está sob intervenção?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Essa é uma coisa que cabe à Justiça.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Estou perguntando: o senhor tem conhecimento disso? O senhor pode dizer que não tem conhecimento disso. Pode só responder sim ou não.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – A senhora pode repetir a pergunta?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor tem conhecimento de que a própria Assembléia Legislativa fez uma CPI em que constatou que diversos cartórios dessa região e de outras do Estado do Pará fraudaram títulos, inclusive esses famosos CATPs, e transformaram um título que não era verdadeiro, que era apenas um contrato temporário, num título verdadeiro? O senhor tem conhecimento disso?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – A senhora poderia frisar a data dessa...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – A CPI da Assembléia Legislativa foi em 2001, conforme diz o Deputado Zé Geraldo.

(Manifestação do auditório.)

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Eu, sinceramente, não tenho conhecimento.

(Manifestação do auditório.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Já solicitei, por várias vezes, que não houvesse nenhum tipo de manifestação. Não queremos, de forma alguma, pedir que os senhores se retirem. Queremos que fiquem. É o nosso desejo que permaneçam aqui, testemunhando este ato. Mas que o façam, por favor, de conformidade com o que estabelece o nosso Regimento. Não há possibilidade de manifestação, nem favorável e nem contrária.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Veja Sr. Regivaldo que toda a discussão sobre o problema da grilagem se dá justamente na forma de "esquentar" títulos públicos. Esses CATPs, quando foram criados, determinavam – o senhor sabe bem disso, com certeza – que aqueles que recebessem esses contratos tinham que, no prazo de cinco anos, realizar algumas atividades que tornassem a terra produtiva, para que, enfim, pudessem ter o título definitivo, até porque o Contrato de Alienação de Terra Pública era um título provisório, como bem lembrou a Senadora Ana Júlia. E o senhor diz que os documentos são feitos a partir dos CATPs.

O senhor disse no depoimento – e gostaria de ouvir claramente – que o senhor trabalha com venda de terras. É isso? O senhor trabalha na área imobiliária, como corretor de imóveis, além de ser proprietário?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não sou corretor de imóveis. Resido nesta cidade há 19 anos e sou comerciante de gado, compro e vendo gado, como o Sr. Laudelino frisou. Mas nada impede de eu comprar uma fazenda – tenho terra escriturada desde os anos 90 –, de chegar uma pessoa que tenha interesse nessa terra, de chegarmos a um denominador comercial e de vender, até porque não sou corretor e não sou especificamente comerciante de terra. Mas todas as terras que possuo, se alguém chegar e a gente chegar a um denominador, eu vendo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, quais são as propriedades que o senhor já possuiu? Quantas propriedades o senhor já possuiu e já vendeu? Quantas são as propriedades nesses 19 anos? O senhor tem como dizer isso para esta CPMI?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Vendi um lote de 100 hectares na rodovia Transamazônica, no Km 27 – está o registro em cartório. Muito poucas terras. Não me lembro no momento assim. Mas não são muitas, não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não são muitas, mas o senhor há de lembrar se são 10, 20, 50.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não, não chega nem a quatro.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não chega a quatro. O Lote 55 e o Lote 55-A, lá de Pacajá, pertencem ao senhor?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Essa terra eu vendi para o Sr. Vitalmiro. Inclusive, tenho os contratos. Ele tinha de me pagar 22 mil arrobas de boi no ano de 2006, em agosto. Foi essa terra que eu repassei para ele.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor sabe que essa terra foi retomada pelo Incra, justamente em função de problemas com a documentação?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Disso não tenho conhecimento não, Excelência.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, Sr. Presidente, vou juntar a documentação do cartório da Comarca de Pacajá, mostrando que essas áreas foram retomadas pelo Incra, o que se pode configurar, portanto, num processo de grilagem dessas terras.

Por mim, é só, por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente desta CPMI, Sr. Relator, demais Deputados, Senadores, Vereadores e todo o povo de Altamira, antes de perguntar diretamente, gostaria de pedir licença para fazer um breve comentário. Temos de fazer esse comentário, porque estamos tratando aqui de uma situação que foi incentivada pela ausência do ordenamento fundiário dos últimos vinte anos. Então, as pessoas foram tomando posse, incentivadas também por algumas lideranças políticas que levaram muitos proprietários aqui a uma situação difícil, no mau direcionamento dos recursos da Sudam. Aqui existe grilagem de terras, mas houve grilagem de dinheiro público também.

O próprio Banco da Amazônia de Altamira foi muito responsável por isso, tanto é que o gerente, naquela época, foi demitido. Aqui, Senadora Ana Júlia, o cidadão conseguia comprovar um depósito no banco que ele não tinha. Exigia dois milhões de depósito, aí o banco passava dois milhões na conta, tal hora, 10 horas da manhã. Aí o cidadão tirava o extrato, e, às 11 horas, o dinheiro voltava para o banco.

Houve uma irregularidade tão grande, que colocou muitos proprietários de terra numa situação difícil, como, por exemplo, o Délio, que já depôs, e outros, que entraram bem intencionados nos projetos, gastaram quase 30% com agiotagem, pagando 15% em empréstimo, pagando contador etc.

Faço isso, Senador, porque estamos discutindo os marcos regulatórios, como, por exemplo, o projeto de concessão florestal, que deve ser votado nesses 45 dias e que, depois, vai para o Senado, para que possamos abrir espaços para que o setor produtivo da madeira possa se organizar.

Quanto ao tamanho a ser titularizado pelo Incra, devo dizer que, há 30 anos, o Incra não documentava, Senador Sibá Machado, terra nessa região acima de 100 hectares; só documentava terras de 100 hectares dentro de projetos de assentamento. Então, o cidadão que está há vinte anos na região, que tem 500, 1 mil, 1,5 mil hectares, não pode ter documento. E o Ibama não aprova o plano de manejo, porque ele não tem documento; ele vai ao banco e não tira dinheiro, porque não tem documento.

Então, também estamos definindo um tamanho, não sei se de 1 mil ou de 1,5 mil hectares, mas vamos definir. Entre a Cuiabá/Santarém e a Transamazônica, temos de assentar, no mínimo, mais cinco mil famílias que ainda não têm terra. Isso só abrirá possibilidade de fazer os manejos de madeira nessa região; o setor produtivo da madeira já é grande nesta região.

Portanto, queria fazer essa consideração. Já passei para V. Exªs que a CPMI da Terra precisa ter agora o papel também de discutir aquilo que já venho discutindo naquele congresso: os recursos para a rodovia em época certa. Estamos, há vários anos, aplicando dinheiro na rodovia em época errada.

Passo à pergunta. Sr. Regivaldo, naquela época do escândalo da Sudam, quando o senhor acabou sendo preso pela Polícia Federal, houve o comentário de que o senhor foi preso com onze milhões de cheques. O senhor quer fazer algum comentário em relação a isso? O senhor pode falar.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Deputado Zé Geraldo, a Polícia, na época, pegou toda essa documentação; tudo o que era recibo que existia com valores, eles somaram. Inclusive, fui sorteado naquele programa da Ana Paula Arósio e estava tirando o meu passaporte para ir para os Estados Unidos, porque me deram passagem e US$2 mil. E, na ocasião, eu cheguei a pegar US$820 e colocar no passaporte, porque a moeda americana é o dólar. E a imprensa divulgou que eu tinha uma grande... Eles fizeram aquele "grande de cerveja Kaiser". E as pessoas perguntaram se era US$1,5 milhão. E divulgaram.

Por conseqüência dessa prisão, tenho filho hoje fazendo tratamento psicológico, porque a Polícia Federal entrou dentro da minha casa. Se o trabalho deles é assim, eu respeito, mas não sou acostumado com isso, com armas. Quer dizer, as crianças se assustaram. Eram crianças de três, quatro anos de idade; outras tinham oito anos, e outras, dez anos.

Divulgaram essa quantidade. Esses cheques se encontram guardados. Se os senhores quiserem, eu mostro. Eu peguei de volta, porque, na época, também eu trabalhava com algumas pessoas. Eu fazia cobranças. As pessoas recebiam, e, quanto a esses cheques,

eu tive grandes problemas. Eu fui preso, e as pessoas queriam que eu pagasse. Mas esses valores... Em conseqüência disso, fui denunciado pelo Ministério Público para a Receita Federal, e eles fizeram uma peneira na minha vida. A peneira foi coando, coando, e, na última, eu quase nem consegui passar. Por conseqüência disso, eu pago um imposto de renda, hoje, sobre a minha vida.

Fica claro aqui que a minha vida hoje é aberta em todos os sentidos que os senhores podem... Então, é o que tenho para responder.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Faço outra pergunta: qual foi a forma como o senhor chegou no PDS de Anapu, já que anteriormente o senhor não tinha propriedade? De quem o senhor comprou a propriedade lá, no PDS do Anapu?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Na época em que negociei com o Sr. Libério Pereira do Nascimento essa área, eu não tinha conhecimento nenhum dessa situação de PDS. Eu vim tomar conhecimento após, em 2002, quando foi pedida, através da pessoa do Sr. José Willian, uma vistoria na área, e o PDS se manifestou. O documento está aqui para os senhores verificarem, se necessário for. A área é inviável para a implantação do projeto. Esse foi um documento dado pelo Incra de Altamira.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Recentemente, há alguns meses, em Medicilândia, segundo comentários, o senhor, por meio de reintegração ou não, trouxe de volta aproximadamente 800 cabeças de gado da fazenda do empresário Gilmar Góis. Qual a origem dessa negociação?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não é do meu conhecimento essa negociação.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Mas o empresário Gilmar Góis disse que o senhor tomou 800 cabeças de gado. E é público e notório que o gado saiu de lá. Existe uma negociação entre o senhor e o Gilmar Góis. Eu queria que o senhor comentasse essa negociação.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Deputado, se eu fosse responder pelo comentário que a imprensa fez, que jornais e pessoas fizeram, eu devia pegar uns quatro milhões de ano de prisão.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Então, o senhor não quer responder?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não, eu não tenho conhecimento dessa causa. Isso as pessoas comentaram. Mas isso não veio para mim. Isso não é meu. Desconheço. Mas se os senhores provarem....

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois não.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Fiz uma pergunta ao Regivaldo sobre uma negociação com o empresário Gilmar Góis. Comenta-se que ele retirou da sua fazenda 800 cabeças de gado, mas ele não quer comentar sobre a negociação. Assim, peço que a CPMI convoque para a próxima reunião...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Na verdade, V. Exª tem de se dirigir ao Sr. Presidente.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Exato. Sr. Presidente, peço seja convocado para a próxima reunião o empresário Gilmar Góis para prestar depoimento a esta CPMI.

Encerrei as minhas indagações quanto a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É claro que seria necessário o encaminhamento do requerimento, mas, se os Colegas concordam com a convocação, já a definiremos e marcaremos uma data posteriormente, porque, até o final dos trabalhos de hoje, outros nomes surgirão. Deveremos convocar nova reunião em Brasília para atender a essas convocações.

Concedo a palavra ainda à Deputada Luci.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, gostaria de fazer algumas perguntas ao depoente. Como uma mulher que defende os interesses da classe e luta para que as mulheres sejam valorizadas, fiquei observando o seu apelido: Taradão. Gostaria de saber por que o senhor tem esse apelido? Algum motivo levou o senhor a tê-lo.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Com todo respeito à Srª Deputada, essa palavra é muito pejorativa, que tenho carregado comigo. Essa foi uma criação de um repórter paraense, numa partida entre Altamira e Paissandu. Eu jogava futebol, fiz uma preliminar e tive a felicidade de fazer alguns gols. Como eu era muito magro e alto, os repórteres diziam que eu era grandão e que eu parecia um "taradão". Isso foi para a mídia. Já respondi várias vezes a essa pergunta. Talvez, em conseqüência desse apelido, a imprensa tenha gostado dele. Isso me tem custado caro.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Nós, mulheres, condenamos essa denominação. Estamos aqui cumprindo uma missão e queremos ajudar o povo daqui também.

O senhor conhece o Waldomiro Bastos de Moura, o Bida?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Sim.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Qual a ligação que o senhor tem com ele? Fale bem rápido, pois precisamos ser bastante objetivos.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Fiz negócio com ele.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Só o conhece de negócios?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Comercialmente.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – São amigos, conhecidos?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Exatamente.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor tem conhecimento de que ele está preso?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Sim. Através de jornais, acompanhei a sua prisão.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor sabe que acusação lhe pesa?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Segundo os jornais, ele é o mandante no caso da missionária Dorothy.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor acredita que essa acusação é real? Ou ele é inocente?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Esse caso tem um réu confesso. Agora, cabe à Polícia e à Justiça... Através dos jornais, li também que o Rayfran confessou o crime. Mas não cabe a mim o envolvimento de outras pessoas.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Porque houve morte...

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Com certeza.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Houve morte; não foi só uma, mas várias. Essa é uma de que estamos falando. Alguém é culpado por essa morte.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Com certeza, deve existir um culpado.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor acha que a Polícia está fazendo o seu papel de investigar denúncias de que existe nesta região consórcio entre grileiros, madeireiros, alguns políticos, alguns produtores, interessados na morte de Dorothy ou outros trabalhadores rurais? O senhor conhece isso? O que o senhor sabe disso?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Srª Deputada, acho que a Polícia, agora, está fazendo um trabalho com mais eficácia, mas, anteriormente, acho que ela deveria ter sido mais atuante em relação a esses casos. Se tivesse dado mais ênfase a esse caso anteriormente, acredito eu que se poderia até ter evitado situações como essa que ocorreu.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor poderia dizer a esta CPMI quem seria o principal interessado na morte da freira, aqui, nestes dias, e demais trabalhadores rurais?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Olha, isso é uma coisa que não é do meu conhecimento; não tinha ligação em relação... Vendi a terra e foram trabalhar para lá. Muito pouco comentavam em relação a esses fatos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor teve conhecimento que ela fazia um trabalho em defesa dos trabalhadores pobres, fazia assentamentos?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Isso eu tive conhecimento. Em agosto, teve uma reunião em Anapu, com a presença do Deputado Zé Geraldo e o Sr. Airton Faleiro, na qual frisei que a gleba 55 jamais pertenceria a mim – ele está aqui para confirmar isso. O Chiquinho do PT, conhecido, era candidato a prefeito. E isto eu relatei na época, que não me pertenceria mais a gleba 55.

Isso ocorreu, não é, Deputado? O senhor estava presente no dia dessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Regivaldo, o senhor chegou a, pelo menos, ouvir falar ou teve qualquer tipo de conhecimento sobre uma pessoa chamada Sargento Estêvão, da Polícia Militar do Estado do Pará?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não conheço, não lembro...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nunca ouviu falar?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Consta que esse cidadão é proprietário de uma empresa de vigilância privada que, na verdade, é uma agenciadora de pistoleiros, e que teria prestado segurança em lotes tido como de sua propriedade. O senhor confirma isso?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não tenho conhecimento nenhum em relação a esse caso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E que, num conflito entre posseiros e quatro pessoas dessa companhia, um deles teria sido morto dentro de uma de suas propriedades. O senhor confirma isso?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não confirmo, não é do meu conhecimento. No exato momento, não tenho um milímetro de terra na gleba Bacajá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor conhece uma empresa de vigilância com o nome Marca?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não conheço.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor disse, no começo, que pouco conhecia a Irmã Dorothy. Poderia reafirmar isso para mim? Qual o nível de conhecimento que o senhor tinha da Irmã Dorothy?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Eu a via, às vezes, passando. Alguma vezes, viajando, eu a vi no avião. Mas nunca chegamos a trocar nenhum tipo... Eu via que, várias vezes, ela... Porque, quando eu vendi essa gleba, os jornais ainda continuaram falando e denunciando que era minha. Agora, para isso, por conseqüência dessas situações, inclusive acompanhei no Senado os senhores falando no meu nome, o Deputado Zé Geraldo, e, por conseqüência de todas essas coisas com o meu nome, igual o senhor frisou agora, fiz um dossiê para a Polícia Federal, denunciando toda essa situação e protocolei, agora em novembro, que eu não era proprietário de terra, o Ibama multando, enfim, uma série de coisas.

Então, eu fiz, protocolei para a Polícia Federal, está tudo aqui, para que eles tomassem providências, porque eu estaria sendo prejudicado. Quer dizer, um passarinho cai do céu: "foi o Taradão"; e coisa e tal: "Foi o Taradão". Não vejo outra saída para mim. Tenho medo aqui nesta cidade; tudo foi o...

Quer dizer, são situações constrangedoras. Tenho três filhos, moro aqui há 19 anos, como frisei anteriormente. Se tirarem uma certidão, não tenho registro em nenhuma delegacia referente a essas situações.

Então, é muito triste. A única coisa que tenho a fazer é lamentar. Agora, o que posso fazer? É lamentável.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Regivaldo, a Irmã Dorothy chegou a dizer para mim, da vez em que estivemos aqui, no ano passado, que também não o conhecia de perto, porém, num dia, os dois se encontraram, o senhor e ela. Tanto que ela recebeu uma carona do aeroporto até a cidade...

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Verdadeiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...ou vice-versa. O que o senhor conversou com ela durante essa viagem?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Eu só apresentei a minha família para ela, até porque ela estava muito apressada. Não me identifiquei para ela. Eu dei uma carona. Falando de carona, como o nobre Senador deu para o amigo Zé. Quer dizer, eu não tinha por que, a gente não tinha envolvimento, eu ia falar o quê para ela? Eu só passei em casa, e ela estava a pé. Ela vinha a pé do aeroporto, sol quente, provavelmente por volta de uma, duas horas da tarde. Eu mandei o meu secretário ir levar ela. Segundo ele, ela ficou muito curiosa para saber quem era aquela pessoa, porque achou um ato assim e tal. Eu faria isso não só para ela como para qualquer outro ser humano.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Regivaldo, o Ministério Público e outras instituições de investigação acusam expressamente o senhor de trabalho escravo, grilagem, pistolagem, desvio de dinheiro público, crime ambiental e tantas outras coisas. Tudo isso o senhor está afirmando que é pura fantasia, não há qualquer indício de qualquer dessas coisas ter um pouco de verdade?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Essa situação, acabei de frisar que, se fosse verdade tudo isso aí, quatro milhões de anos seria pouco para mim. Agora, está aí toda a Comissão, a Justiça, os Senadores. Que façam um levantamento da minha vida, o que vêm fazendo há cerca de 4 anos, todo tipo de acusações... É lamentável. Não sou uma pessoa pública, não sou político, já tentaram me envolver em política, em todas essas situações, dizendo que sou o maior articulador do Senador Jader Barbalho na situação da Sudam. A revista **IstoÉ** está aqui e disse que eu desviei R$1,2 bilhão. O senhor acha que quem tem R$1,2 bilhão está derrubando mato como estão me acusando também? É lamentável, Senador, mas estamos num país democrático, de livre expressão, o que eu posso fazer?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado pelo comentário. O senhor é ou não sócio de Vitalmiro?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nunca foi?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Nós tivemos... Eu vendi primeiro, vou voltar a frisar...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A minha pergunta é direta: o senhor foi ou não sócio de Vitalmiro em algum momento?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Nós tivemos um negócio. Eu vendi 1.500 hectares da área.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ter vendido é um ato de negócio. Estou perguntando se o senhor é sócio dele.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não, senhor. Não sou.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Regivaldo, no dia 11 de maio de 2004, consta aqui que um grupo de pessoas, tidas como posseiros de Anapu, compareceram ao Incra para denunciá-lo. Que o senhor estaria ameaçando, intimidando e criando o terror para aquelas famílias em alguns desses lotes

tidos como de sua propriedade. Na seqüência, o Incra teria convidado o senhor a prestar esclarecimento, o que ocorreu no dia seguinte. Infelizmente, o documento não diz a data. E que o senhor teria comparecido ao Incra com mais uma pessoa, e apresentado o Sr. Vitalmiro Bida como sócio do senhor no lote 55 e em outros negócios. Quem está mentindo aqui, Sr. Regivaldo, o senhor ou o Incra?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não tenho sociedade com o Sr. Vitalmiro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, este documento do Incra é um documento falso, um perjúrio contra o senhor?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – O quê?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O Incra está dizendo aqui que o senhor comparece à sede do Incra, no mês de maio de 2004, apresentando o Sr. Vitalmiro Bida como sócio do senhor no lote 55 e em outros negócios.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – A gleba? Não. Desconheço em outros negócios sociedade com ele.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor foi ou não sócio do Bida?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não fui.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O Incra então está mentindo?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Está assinado por mim esse documento?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O Incra assina o documento. Não estou dizendo que o senhor assinou o documento. Estou dizendo que é um documento público, assinado por autoridade pública, dizendo que nessa reunião o senhor apresentou o Bida como seu sócio. E estou perguntando se o senhor é ou não sócio do Bida.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não sou.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele não é. Mas é – para esclarecer, Senador – a época em que ele apresentou. Ele já disse por mais de uma vez que durante um certo período teve negócios com o Sr. Vitalmiro.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Tive, com certeza.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, alguém que teve negócio na mesma gleba, naquele momento era sócio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor esteve nessa reunião?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É óbvio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor esteve nessa reunião no Incra?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Eu levei o Sr. Vitalmiro. Ele desconfiava que os documentos não seriam verdadeiros. Eu levei ele no Incra para ele adquirir as informações. Eu quero que fique bem claro para os Srs. Senadores que toda hora que negociei com o Sr. Vitalmiro foi tudo de boa fé. Tanto é que levei ele no Incra para a pessoa do Incra, o Sr. Bruno, esclarecer em relação à documentação, até porque os documentos, os conhecimentos são deles. Agora, eu garanti que a documentação era quente, até porque os cartórios fizeram as transferências do documento, e ficou para, quando ele efetuar todo o pagamento, eu transferir a escritura para ele.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, eu pediria ao senhor que pudesse encaminhar ofício à autoridade do Incra para que possa confirmar o que ele diz neste texto, porque acho que precisamos elucidar esse caso.

A outra coisa que eu pediria ao senhor é que pudesse reproduzir aqui para nós quais de fato são os lotes que o senhor teria adquirido e vendido e os que são atualmente tidos como de sua propriedade. Quantos e quais.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Na gleba Bacajá, Sr. Senador, eu não tenho hoje um palmo de terra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, quero saber o que o senhor já teve e vendeu e o que o senhor tem agora. Quantos e quais.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – No momento, eu não tenho. Eu vendi o 55 e 1.500 hectares da 57, que adquiri da pessoa do Sr. Silvério, atual Vice-Prefeito da cidade. Esse eu adquiri e repassei para a pessoa do Sr. José Ricardo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor não tem mais propriedade nenhuma...

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não tenho.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...no Município de Anapu?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não tenho.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Suas propriedades estão sediadas aonde agora?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Eu tenho uma fazenda hoje em Placas e outras aqui no Município de Vitória, e outra aqui, 200 hectares, no Município de Altamira.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Regivaldo, a Irmã Dorothy, em todas, mas sem nenhuma exceção, denúncias feitas, escritas ou verbais, sobre a questão da criminalidade e onda de terror no Município de Anapu, cita sempre o nome do senhor, sempre. E eu quero saber se, baseado nisso, não houve em algum momento qualquer sentido de raiva de sua pessoa em relação à Irmã Dorothy.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Em nenhum momento. Sou uma pessoa como já falei. Moro aqui há... Vim do Nordeste e moro aqui há 19 anos. Não consigo em nenhum momento, Senador, apesar de tudo isso que a população fala e a mídia brasileira, eu não consigo ter raiva de ser humano. Isso é uma coisa que... muito menos da pessoa da Irmã Dorothy.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor possui arma de fogo?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não possui arma de fogo?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não, senhor. Nunca a possuí, e a abomino, até por conseqüência dos filhos que...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor poderia citar para nós o nome do gerente, na época, da sua propriedade lá de Anapu?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Lá, da 55, o período em que...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Isso, quando o senhor esteve lá.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Olha, um período, acho que cerca de 60 a 90 dias, a pessoa do Seu Dominguinho ficou tomando conta da área, a qual não executou, ficou só na área.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nunca trabalhou para o senhor uma pessoa por nome Divino?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Divino?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Divino.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – O Divino, ele trabalha para mim.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Continua trabalhando para o senhor?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não, senhor. Não, sim, sim, sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Continua trabalhando?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Trabalhando.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Essa pessoa possui arma de fogo, Sr. Regivaldo?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor nunca passou, nunca autorizou que um funcionário seu usasse arma de fogo?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não, senhor. Pelo amor de Deus...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor sabe que é acusado esse cidadão de ter baleado uma pessoa por nome de José de Jesus?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Eu não tenho conhecimento desse fato.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor não tem nenhum conhecimento de fato envolvendo empregado seu em atitudes abomináveis?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Esse Divino... Eu tenho um gado numa gleba lá que eu aluguei e ele toma de conta desse gado. É meu funcionário, registrado para mim. Agora, não tenho conhecimento desse fato nenhum.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Onde o Sr. Divino se encontra agora, Sr. Regivaldo?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Hã?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Onde o Sr. Divino se encontra agora?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Tomando conta do meu rebanho.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Onde?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Lá na região de Anapu, mas a fazenda não é minha, ela está alugada para mim.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor tem uma fazenda alugada?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Alugada.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O Divino continua lá, na região?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Continua lá, na região, tomando de conta dessa fazenda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Qual é a fazenda, Sr. Regivaldo, que o senhor alugou para o seu gado?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Na gleba 83.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – De quem é a propriedade?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Essa gleba pertence hoje ao Sr. Nilson Rosa da Silva.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Regivaldo, eu já estou encerrando, mas eu só queria

saber o seguinte: o senhor confirma então que já teve a propriedade, e já vendeu, do lote 55, certo?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – O 55 e 1.500 hectares da 57.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E atualmente tem ou teve esses 1.500 hectares da 57?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não. Da 57, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor já teve ou já vendeu também?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Essa terra, comprei da pessoa do Sr. Silvério e passei para a pessoa do Sr. Zé Ricardo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O.k.! Parte da 57. E a gleba 83?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Ela não pertence a mim, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nunca pertenceu?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor nunca reclamou a propriedade dessa área?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Como é que é?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor nunca reclamou a propriedade do lote 83?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E do lote 85?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Senador, tenho aqui o documento do Sr. Bruno, falando de glebas, que eu estou desmatando glebas, a 48, que eu não sei nem onde que é. Então, é difícil. Dá um foco de incêndio lá: "é o Regivaldo". Então, é difícil.

Não sou dono da gleba 83. Tenho gado lá dentro, e pago aluguel de pasto. E o Divino é a pessoa que toma de conta desse gado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Regivaldo, só para encerrar, queria saber se o senhor conhece bem o Município de Anapu.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Mais de passagem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não tão bem?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas tem informações de que permutam por lá, passam por lá, andam por lá pessoas vinculadas à pistolagem? É do seu conhecimento que existe essas coisas na região?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Através da imprensa, a gente vê falar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ouve falar?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – É, ouve falar, sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A que o senhor atribui tantas mortes naquela região?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Aproveitando a oportunidade, o Pará é um Estado – isto é um comentário – de grande extensão territorial. Eu estou aqui há 19 anos e até hoje não tive o privilégio de pôr um título de terra no meu nome. Então, pela extensão do Estado, o Incra deveria ter um trabalho com mais eficácia, documentar algumas terras, dar título para colono, dar título para sem-terra, dar título para fazendeiro. Conseqüentemente, acredito eu que o Incra tem uma grande parcela de culpa. Inclusive, até essas terras desses títulos de alienação. Quer dizer, está todo mundo querendo o título e os títulos que o Incra deu está querendo tomar de volta.

Então, estou muito triste com tudo o que está acontecendo, porque trabalho aqui, como é do conhecimento da população de Altamira, há 19 anos, e hoje a gente enfrenta uma grande dificuldade. A gente dá emprego, registra trabalhador, e o que ocorre hoje é que as terras, ou é o caso dos sem-terra invadirem e tomarem, ou é o caso do Governo, como em relação à 55, que confiscou a terra temporariamente, dizendo que é grilo e tal.

Fiz uma interpelação, em Santarém, para falar exatamente disso, e cabe à Justiça julgar quem é que está certo: se é o Incra, se é o fazendeiro ou se é o sem-terra.

Enfim, é o comentário meu em relação a isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O.k.! Só devo alertá-lo que o seu sigilo bancário, fiscal e telefônico estão sendo quebrados.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Esse sigilo, Excelência, em outubro, já tinha colocado à disposição. Em outubro, antes de tudo ocorrer, coloquei à disposição a quebra do sigilo bancário, telefônico. Não mudei meus telefones, continua o mesmo. Estou à disposição desta Comissão a qualquer momento. Inclusive, na CPI, para a qual fui convidado em junho de 2004, que não ocorreu por conseqüência da morte do Sr. Brizola, eu fiquei dois dias no hotel esperando essa CPI. E estarei a todo momento, enquanto vida tiver, à disposição dos senhores para qualquer situação que venha a desrespeitar...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Gostaria de saber o seguinte, nesse contrato de compra e venda que o senhor fez de terra para o Sr.

Vitalmiro, vocês fizeram um contrato onde uma das cláusulas teria o seguinte teor, não estou dizendo que foi com estas palavras: de que, se fosse comprovado que os documentos daquela área não fossem documentos legítimos, legais, ele teria de volta recursos. Existe um contrato dessa forma?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Excelência, obviamente, quando alguém investe seu dinheiro em cima de uma documentação, quer ter garantia. E, baseado no documento do Incra, que até o momento não tinha nada que impedisse essa transferência, não coloquei contratualmente, mas verbalmente. Falei para ele: "Vitalmiro, se o documento for frio e você não obtiver a transferência da terra legalmente, eu devolvo o teu dinheiro", senão vou ser um caloteiro.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Isso significa que, na verdade, o senhor pensava que poderia, em algum momento, a terra não ser sua?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Senadora...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Estou só perguntando. Se o senhor fez esse contrato... Porque isso ele falou no depoimento. Assisti ao depoimento dele na Polícia Federal.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Muito bem! Senadora, essa terra, eu peguei ela de volta, porque eu não recebi. Quando eu tomei conhecimento da situação, PDS, denúncia... Quem é que quer ter seu dinheiro limpo, declarado, para investir – é a forma de falar – em uma situação que possa a qualquer momento virar uma situação como essa? Ninguém. E, por conseqüência disso, as terras são férteis, são terras de solo muito bom e seriam atrativas para investimento da gente, que é do ramo de pecuária. Mas quando vi a situação, meu interesse era vender as terras. E eu garanti...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Tinha isso, então. Quero apenas que me responda objetivamente isso, até por causa da hora. Há outras pessoas para depor. Era só objetivamente isso. O senhor já confirmou que isto existia, essa pré-condição, mesmo que oralmente feita.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Exatamente. Não documentalmente, até porque a terra não está ainda no nome dele e ele deve...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Agora, a terra, inclusive, já foi... O Deputado já mostrou aqui o documento do despacho do juiz federal.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Fui informado que pediram para Marabá e uma desembargadora deu uma liminar. Isso é uma coisa que a Justiça tem que resolver: quem vai ser dono da terra.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero perguntar também outra coisa. O senhor falou que o Sr. Divino ainda trabalha para o senhor. O senhor sabe que ele tem processo na polícia porque – como o Senador Sibá disse – ele teria ameaçado e agredido o Sr. José de Jesus? O senhor tem conhecimento disso, de que isso foi denunciado e há um processo?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não. Isso eu ouvi falar na época que teve essa situação.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Que tem o processo?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não. Que tem o processo eu não tenho conhecimento.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Está aqui na minha mão.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Mas não é do meu conhecimento. Eu perguntei para ele e ele falou que não tinha conhecimento de nada disso. Por conseqüência...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quer dizer, então, que a polícia abriu, mas não o chamou?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Eu não estou... O processo é contra o Divino e não contra o Regivaldo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Estou perguntando se o senhor sabe, porque ele ainda trabalha para o senhor.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Porque, graças a Deus!, ele ainda mantém o serviço que reivindico para ele.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – E o Sr. Dominguinhos? Trabalhou para o senhor?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não. Ele não trabalha para mim.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mas ele trabalhou com o senhor?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Trabalhou um período. Trabalhou um período de experiência.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu queria saber se ele estava fazendo um trabalho agora, eu já tinha até perguntado isso. O Sr. Vitalmiro disse que ele estava fazendo um trabalho que era pago parte por ele e parte pelo senhor. O senhor confirma isso ou diz que é mentira dele?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Confirmo. Confirmo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então, ele estava agora, recentemente, trabalhando no lote...

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não, não, não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu fiz essa pergunta.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Ele trabalhou anteriormente, Senadora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Anteriormente.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Anteriormente, quando eu vendi a fazenda para o Vitalmiro.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – De sócio? Está bom.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não. Não confirmo.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Está bom. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Queria apenas fazer uma pergunta para o depoente. Se ele confirma isto que está na imprensa, que ele recebeu R$1 milhão do Bida?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não confirmo.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Não é verdade?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não é verdade que eu recebi. Isso não confirmo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quanto o senhor recebeu do Bida? Não recebeu R$1 milhão. Recebeu quanto dele?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Eu recebi uma terra como parte de pagamento dos 50%, que são duas escrituras, Senador, de 1.500 hectares. Recebi uma parte de pagamento dessa terra e R$100 mil e uma *(inaudível)*, e posteriormente vendi os outros 1.500 hectares que, na verdade, não são R$1.000.000,00, são 22.000 arrobas de bois para receber em agosto de 2006.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Para encerrar, lá no Rio Grande costumamos dizer que "Onde há fumaça há fogo." E todos esses processos que o senhor chegou a afirmar, que dariam 4 milhões de anos de prisão, são maldade da justiça ou é azar seu?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Mais uma vez coloco o povo. Não gosto de usar essa palavra porque, segundo a minha mãe, essa palavra tem poder. Mas estou falando porque são tão absurdas as denúncias que isso é lamentável.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Então é maldade da justiça mesmo?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Se for do entendimento do senhor deputado, sim.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Regivaldo, qual é o cartório em que foram lavradas as duas escrituras que V. Sª citou ainda agora?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – O cartório do Pacajá. E não fui eu que fui lá tranferir, foi a pessoa.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Cartório do Pacajá?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Posso confirmar com meu advogado?

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Quero a confirmação.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – A transferência foi feita no cartório do Pacajá. E qual o cartório em que as duas escrituras foram lavradas?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* No cartório do Pacajá.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Também do Pacajá. Então elas foram lavradas e transferidas no Pacajá?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Foi pago imposto de ITR e tal...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Duas escrituras na área de três mil hectares, ou seja...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu sei.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – O cartório acolheu o título da CATP e isso originou as duas escrituras.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Não. Só citei as duas escrituras.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* criados os registros de imóveis. Então, por isso nasce essa redundância, de jeito que registrou em Altamira, depois teve que transferir para Senador José Porfírio e depois para Pacajá.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Está certo. Muito obrigado.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT-SC) – Sr. Presidente, o depoente diz e confirma que teve negócios com o Bida na fazenda, lote 55, e o Bida está preso pela acusação de ser um dos participantes no crime da morte da irmã Dorothy. Com toda a sua relação tão íntima com o Bida, isso não nos leva levantar uma suspeita

de envolvimento do senhor no crime também? O que o senhor diz disso? Porque as relações de negócio são muito profundas.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Deputada, eu faço negócios com muita gente. A pessoa chegou, me comprou 500 cabeças de gado e me pagou. Posteriormente vendi uma terra, vinha cumprindo os negócios direito. Amanhã, chega mais alguém. Então tenho que parar de negociar?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – O Senador Sibá queria falar, para encerrarmos o depoimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não me lembro se perguntei e, se perguntei, não me lembro da resposta. A quem pertence a área que o senhor aluga lá em Anapu para colocar o gado de sua propriedade e desde quando o senhor aluga esta área?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Desde o final de 2004, coloquei algumas cabeças de gado lá, e ela não pertence a mim, pertence...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não. É isso que quero saber. A quem ela pertence?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Hoje pertence, ao meu conhecimento, à pessoa de Nilson Rosa da Silva.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É com ele que você faz um contrato?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Com ele.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Faz um contrato com ele. Deixe-me voltar aqui ao lote 55.

O lote 55 foi de sua propriedade?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Volto a repetir: ela nunca esteve, a escritura, no meu nome, mas foi propriedade minha. Confirmei isso aqui. Todas as duas escrituras de ....

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quem vendeu para o senhor essa área?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Quem vendeu foi a pessoa de Libério Pereira do Nascimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tem aqui este nome?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Mas na escritura consta o nome dele.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Regivaldo, é preciso ter muito cuidado. Temos aqui documento do momento em que a Polícia Federal fez o mandado de busca e apreensão na sua residência – do Bida, desculpe-me, não na sua – e encontrou lá as escrituras, toda a documentação da propriedade do lote 55, e não cita em nenhum momento estas pessoas, nem o senhor nem esse nome que o senhor acaba de mencionar.

O senhor porventura tem laranjas operando em seu nome negócios seus?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não. Não tenho. Excelência, eu estou aqui prestando um esclarecimento verbal, onde tenho que falar a verdade. Eu comprei a área da pessoa do Sr. Libério Pereira do Nascimento. Se eu não tenho dúvida, ele consta na escritura até com o nome dele.

Agora, não sou uma pessoa altamente...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Veja bem o meu raciocínio: estamos aqui vendo que uma CPI do Estado do Pará identificou cartórios da região falsificando documentos de terra. O senhor diz que comprou uma terra de uma outra pessoa. Essa pessoa nem o seu nome aparecem nos autos da Polícia Federal. Então, o que eu quero saber...

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Meu nome aparece na escritura.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não aparece, o que confirma que o senhor nunca colocou esse lote no seu nome. Mas o senhor disse que adquiriu de uma outra pessoa. Essa pessoa também não consta aqui.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Até porque, Excelência, volto a repetir, quando adquiri essa terra pela primeira vez, eu não cheguei a passar 90 dias com ela. Então, se a coisa não tem o interesse para eu possuí-la, também não me obriga a colocar no meu nome.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Veja os nomes que aparecem na cadeia dominial: Pedro de Freitas Fenelon, Maria Aparecida Valadares Fenelon. E compraram delas: José Willer de Almeida Guedes e Ester dos Santos Zacarias.

Esses são os nomes tidos nos documentos da Polícia Federal como as pessoas que integram a cadeia dominial do lote 55.

Portanto, volto a perguntar: alguém porventura está usando o seu nome ou o senhor usa laranjas para poder operar alguns de seus negócios?

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Não é verdade, o negócio é tudo de boa fé, não existe laranja, até porque quando adquiro uma propriedade que quero possuir coloco na minha declaração de Imposto de Renda.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, só para encerrar, pediria verbalmente que pudéssemos solicitar da CPI da Assembléia Legislativa do Estado do Pará apenas a parte sobre como operam os cartórios aqui da região. Não me interessa saber o restante das coisas, mas me interessaria mui-

to que pudéssemos resgatar, dos documentos deles, o que eles apuraram sobre a operação dos cartórios aqui na região.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Secretaria vai tomar providências.

O SR. (Orador Não Identificado) – *(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não é possível. Infelizmente, o Regimento não permite. Não há possibilidade. Agradeço a sua presença e participação, mas, lamentavelmente, não é possível.

Vamos encerrar o depoimento do Regivaldo Pereira Galvão, agradecendo o seu comparecimento. Já havia comparecido realmente a Brasília, numa oportunidade em que fomos obrigados a cancelar a reunião. Portanto, o nosso agradecimento por voltar e prestar o seu depoimento, cumprindo o seu dever.

O SR. REGIVALDO PEREIRA GALVÃO – Eu que agradeço, Sr. Senador, e quero que fique claro que estarei no meu endereço em qualquer oportunidade que os senhores necessitarem da minha presença e dos meus esclarecimentos.

Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

Convidamos para tomar assento à mesa, para a sua exposição, o Comandante da Polícia Militar de Altamira, Waldimilson Goudinho de Moraes Filho.

Inicialmente, gostaríamos que o Comandante da Polícia Militar colocasse aquilo que considera fundamental neste momento, principalmente diante do que tem ouvido com relação à questão da segurança nesta região.

Depois disso, passaremos a palavra aos Srs. Parlamentares para que façam suas indagações.

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO DE MORAES FILHO – Srs. Senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito, Srs. Deputados Federais, autoridades presentes, nossa Prefeita Odileida, aqui de Altamira, a todos o meu cordial bom-dia.

Eu assumi o comando do XVI Batalhão de Altamira em agosto de 2004, e tenho acompanhado essa situação com relação à grilagem de terras. Participei de algumas operações com o Ibama, com a Polícia Federal, com a Sectam, e conseguimos, sobremaneira, fazer a apreensão de muitos armamentos aqui – cerca de quase 30 armamentos de agosto para cá, que foram remetidos para a Polícia Federal.

Eu estive participando da inquirição do Sr. Regivaldo, através do Senador Sibá. Também tomei conhecimento da situação que envolveu o Sargento Estêvão, na região de Anapu, relacionada com a morte de um suposto vigilante, que talvez fosse também uma situação de pistolagem naquela área.

Eu fui procurado pela Corregedoria da Polícia Militar, nesta semana, através do Major Dílson Júnior, da Corregedoria, onde está sendo feito um inquérito policial-militar para apurar a situação naquela área, naquele momento em que houve a morte desse suposto vigilante ou pistoleiro. Não sabemos qual era a situação dele.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos iniciar, concedendo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Coronel Waldimilson Goudinho de Moraes Filho, Comandante da Polícia Militar de Altamira, eu queria ler para V. Sª uma denúncia que chegou até a CPMI e saber quais as providências que foram tomadas com relação a esses episódios.

Tenho aqui um documento que foi encaminhado à CPMI, logo após a nossa visita lá, no ano passado, no mês de abril ou maio. Essa denúncia diz o seguinte:

O caso específico da gleba Mandaquari

A gleba localiza-se na vicinal Três Barracas e é conhecida por ser terra da União, sem ocupantes e sem documentos. Depois de quarenta dias de acampamento, apareceu o Sr. Ioaquim Petrola Jorge se dizendo proprietário da Fazenda Cospel, que englobaria cinco lotes de três mil hectares cada um. Entrou lá com a Polícia Militar, destacamento de Altamira, que tirou as famílias da área, prendeu posseiros, derrubou e queimou casas com todos os objetos das famílias, inclusive documentos pessoais. Colocaram as famílias violentamente em um caminhão boiadeiro e fizeram o despejo das mesmas na cidade de Anapu, onde muitas pessoas chegaram machucadas pela truculência do motorista, que dirigia em alta velocidade na estrada lisa. Porém, o caso mais grave é o de uma menina de 12 anos, que foi muito machucada nos empurrões na carroceria, a ponto de fraturar o osso do quadril, que veio a secar, deixando-a deficiente da perna.

Nesse mesmo episódio, os policiais levaram seis trabalhadores presos para a Delegacia de Altamira, acusando-os de formação de quadrilha, assalto e porte ilegal de armas, os quais permaneceram presos durante quatro meses e dois dias, sendo soltos apenas em maio de 2003. Ressalte-se que os mesmos não possuíam sequer uma arma de caça.

Toda essa violência foi perpetrada sem qualquer ordem judicial, despida da mais efêmera legalidade.

Esse é o documento das comunidades.

Eu queria ler ainda um outro relatório, que é do Ministério do Desenvolvimento Agrário, portanto um relatório oficial, que confirma esses fatos e traz algu-

mas observações extremamente importantes do ponto de vista da Polícia Militar, que V. Sª comanda. Tenho certeza de que não há de concordar com isso.

Dizem os representantes do MDA:

Nessa ocasião, ao visitarmos a sede do destacamento da Polícia Militar na cidade de Anapu, ficamos estarrecidos com o clima de cumplicidade dos policiais com os funcionários da fazenda, que cozinhavam no local, atendiam ao telefone, faziam ligações telefônicas daquele local, e nos foi denunciado por várias pessoas que isso estava ocorrendo há vários meses. Esses fatos podemos confirmar que continuaram, pois, durante as várias ocasiões em que estivemos naquela cidade, pudemos confirmar esses fatos. Naquela ocasião (por isso vai a pergunta), enviamos ofício ao Comando da Polícia Militar e ao Delegado Regional da Polícia Civil. Naquela mesma semana, a Polícia Civil e a Militar voltaram à área, tudo em 2003, alegando que o que acontecera no dia 5 de outubro teria sido emboscada e assalto ao policial e ao gerente da fazenda. A Polícia, então, enfrentou a prisão de dois posseiros sob aquela acusação e, ao que sabemos, nenhuma investigação foi feita sobre o soltado da Polícia Militar que estava com o pessoal da fazenda.

Outro fato já falado, sobre a questão da Marca, essa empresa de vigilância citada há pouco pelo Senador Sibá Machado:

No dia 28 de novembro de 2003, uma equipe da Polícia Federal, chefiada pela Delegada Drª Cristiane, estando também presente o Chefe de Unidade do Incra, foi constatado que havia uma corrente que atravessava a estrada vicinal e que os funcionários da empresa Marca obrigavam a todos os que por ali transitassem a se identificarem, e aos posseiros da área em questão não era permitida a passagem, que eram obrigados a voltar para a cidade, tolhendo, portanto, o direito e ir e vir.

No dia 20 de janeiro de 2004, uma Kombi que havia levado vários posseiros pela vicinal até a área foi atacada pelos seguranças a tiros, sendo que esses mesmos seguranças levaram o motorista e uma mulher até o Destacamento da Polícia Militar, que soltou a mulher, mas manteve preso o motorista e seu carro.

Veja a situação que está colocada.

No dia 27 de fevereiro de 2004, segundo alegam os posseiros, um grupo maior saiu do acampamento para passar para a cidade a qualquer custo, ocasião em que houve forte tiroteio, que teve como saldo um segurança morto, três seguranças e dois posseiros feridos. Foram presos e espancados três posseiros na frente de várias pessoas, inclusive crianças, com o Sargento Lino gritando palavras de baixo calão.

Nos dias 22 e 23 de março de 2004, segundo uma denúncia dos posseiros, uma equipe de policiais militares, três pessoas com colete da Polícia Civil e mais nove pessoas sem identificação fizeram mais incursões na área. De forma violenta, derrubaram e queimaram os barracos dos posseiros, com todos os seus pertences dentro, além de matarem galinhas que os posseiros criavam nas proximidades.

No dia 27 de março, recebemos a denúncia de que alguns posseiros estavam entrando na estrada vicinal e se dirigiam para suas posses, quando foram avisados pelo Sargento Lino, da Polícia Militar, de que não deveria entrar ninguém lá, pois, no dia seguinte, 28 de março, estaria acontecendo uma ação da Polícia Militar e Civil na área e quem estivesse na área seria tratado na bala.

Essa a palavra do representante do MDA, que conclui:

O que nos preocupa é a lentidão com que são tratadas essas questões por parte da Justiça, dificultando as ações do Incra. E o que mais nos preocupa é a clara posição da Polícia Militar e da Polícia Civil (O senhor não pode falar, evidentemente, pela Polícia Civil, mas pode falar pela Polícia Militar) dessa região, tomando claramente posição nos conflitos do lado dos grileiros, especuladores e latifundiários. Polícia essa que deveria estar dando segurança às atividades do órgão.

No caso, o órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra.

Então, por esses dois relatos, um relato de várias entidades e um relato oficial, encaminhado à CPMI pelo Incra, representante do MDA na região, haveria uma cumplicidade da Polícia Militar com os fazendeiros da região, onde a Polícia estaria, sem ordem judicial, efetuando despejos e prisões de forma arbitrária.

Pergunto se o senhor tem conhecimento desses fatos aqui relatados e quais as providências que tomou em relação a isso.

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO DE MORAES FILHO – Exmº Sr. Relator, essa situação que aconteceu aqui em Altamira, no Município de Anapu, foi anterior ao meu comando, porque assumi o comando em agosto de 2004. Então, foi anterior ao meu comando. Mas tomei conhecimento de certas apurações com relação a essa situação que foi criada lá. Inclusive, com relação a essa suposta empresa Marca, foi feita uma sindicância por um capitão nosso, do batalhão. Ele chegou à conclusão de que havia indícios de crime de natureza militar, e foi instaurado um inquérito policial-militar pela Corregedoria da Polícia Militar. Está em andamento esse inquérito policial-militar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Está em andamento, mas as pessoas que estão envolvidas,

inclusive esse sargento que é citado, foram afastadas ou continuam no exercício das suas funções?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO DE MORAES FILHO – Sim, senhor, ele se encontra lá na base do quartel, trabalhando no quartel. Ele não se encontra mais no destacamento. Ele se encontra no quartel.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – No quartel.

Então, hoje a Polícia Militar aqui do Estado do Pará, da região de Altamira, não está mais funcionando como força auxiliar dos fazendeiros?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO DE MORAES FILHO – Não, senhor, e, pelo que vi, nunca esteve trabalhando.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Comandante, primeiro, queria fazer a seguinte pergunta: o senhor tem conhecimento de que, nesses últimos 90 dias, foram assaltados dez comércios em Medicilândia? Há registro por parte da Polícia Militar, já que lá havia e há um destacamento, sobre esses assaltos?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO DE MORAES FILHO – Excelência, tenho conhecimento, inclusive tomei a iniciativa de transferir todo o policiamento de lá, a partir do comandante, do soldado mais moderno lá de Medicilândia. Trocamos todo o efetivo de lá. Coloquei um oficial lá, o Tenente Sílvio, para apurar em inquérito policial-militar essa situação que ocorreu em Medicilândia.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Mas minha pergunta é a seguinte: a Polícia Militar de Medicilândia registrou para o Comando Geral aqui da região esses assaltos?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO DE MORAES FILHO – Não, senhor.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – A prática da Polícia Militar ou a ordem do Comando é essa ou o Comando ordena que os assaltos a ônibus, a comércios, a cargas, os roubos de carro ou de moto sejam registrados aqui no Comando? Ou não há esse ordenamento por parte do Comando da Polícia Militar aqui na região?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO DE MORAES FILHO – Todos os destacamentos aqui de Altamira têm por obrigação, a cada 30 dias, mandar um relatório com relação a todas as situações, todos os crimes ocorridos naquela área lá – no caso, Medicilândia.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Está bom.

V. Sª sabe que aqui, no Município de Altamira, existe a maior grilagem de terras do mundo, feita por uma só pessoa que se diz dono de 5,4 milhões hectares de terras na Terra do Meio? V. Sª já deve saber também que o Governo Federal e o Governo Estadual, no ordenamento fundiário, pretendem decretar, e já decretou, áreas que vão chegar em torno de oito milhões de hectares nesse trecho que está entre estes dois corredores, Cuiabá/Santarém e Transamazônica. Será um arco de conservação, levando em consideração o desenvolvimento que virá para essa região com os grandes projetos.

Tenho recebido denúncias e já pedi explicação ao Secretário de Segurança Pública sobre isso, mas ainda não obtive informações. Propus esse requerimento, quero que V. Exª saiba, para que possamos tirar as dúvidas daquilo que a sociedade fala, porque também muitas coisas que a sociedade fala e que chega ao Deputado não tem razão ou não tem a informação completa. Então, precisamos, a partir das informações, checar.

A informação é que existem três bases, três escritórios da CR Almeida nessa Terra do Meio e que a Polícia Militar vem trabalhando para a CR Almeida, inclusive contribuiu na derrubada e na queimada de todos os barracos em que os ribeirinhos estavam morando, na beira do rio. Recentemente, quando eles voltaram para a área, com um barco, os policiais militares os abordaram e fizeram uma rápida parada no barco, para dizer: "Olha, essa terra é nossa", coisa e tal.

Quantos policiais militares desse Comando estão ou estavam a serviço da CR Almeida, e qual a posição de cada policial – se é soldado, se é cabo? Primeiro, queria que V. Exª me respondesse a essa pergunta.

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO DE MORAES FILHO – Excelência, aquela área da Terra do Meio é justamente uma área cercada por tribos indígenas – há mais ou menos treze tribos indígenas naquela área lá, cerca de dez mil pessoas moram naquela área. Naquela área de São Félix do Xingu, tem mais ou menos umas quarenta mil pessoas em toda aquela área ali. A Polícia Militar se faz presente lá quando é acionada, através de diligências. Já fomos acionados várias vezes pelo Ibama, pela Sectam e por outros órgãos naquela área. Até nesse mês que passou tínhamos um efetivo lá em diligência. Fui informado por juiz agrário da situação lá, as armas apreendidas, todo o material foi apreendido lá. Fui informado, na época, pela Drª Daniele, que era a juíza agrária. Agora, pelo Dr. Coimbra. Tiramos o policiamento daquela área, mas trabalhamos dentro da legalidade, inclusive com documentação.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Então, o senhor confirma que não tem nem teve policiais desse quartel instalados, morando lá dentro, a serviço da CR Almei-

da? Naturalmente que, se estiver instalado lá, tem que estar a serviço de alguém.

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO DE MORAES FILHO – Veja bem, Excelência, há vários meses, desde que cheguei aqui em Altamira, em agosto, sempre tem operação naquela área ali. É uma área problemática. Toda vez que somos acionados, a Polícia Militar tem que cumprir o seu mister, e nós fazemos através de documentos. Nós, do XVI Batalhão, quando vamos para aquela área lá, a Polícia Militar não tem onde ficar alojada. Naquela área tem vários barracos, várias casas lá, e tem empresas que trabalham naquela área lá. Já fiz documento solicitando que a tropa ficasse alojada lá durante a operação. Foi autorizado documentadamente isso daí, sem nenhum tipo de recebimento de gratificação ou coisa parecida. É cumprimento de lei. Fizemos relatórios para o juiz agrário, para o Comando da Polícia Militar inclusive, o Comandante do CPRU, com relação a todas essas situações de diligência naquela área.

Inclusive, agora em fevereiro, que foi a nossa última estadia por lá, trabalhamos em conjunto com o Exército. Justamente por causa do assassinato da Irmã Dorothy, a gente estava fazendo operação naquela área lá.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Comandante, sabemos que nessa região a Polícia Militar não tem a estrutura que precisaria ter para atuar. Nos Municípios, as prefeituras inclusive pagam a casa para os soldados morarem, pagam a gasolina para a viatura, quando têm viatura. Por exemplo, em Medicilândia, a Polícia Militar não tem viatura. Há uma reivindicação há mais de ano, e o Governo do Estado ainda não mandou essa viatura. É a Prefeitura que precisa pagar a gasolina, o óleo, arrumar o carro etc.

Nessa atuação da Polícia Militar nessa região, quem é que financia a estrutura da Polícia Militar? Porque é uma região distante, não se vai tomando um carro, é uma região de difícil acesso, é caro para chegar até lá. Onde é que a Polícia Militar fica alojada? Quem é que está financiando a ação da Polícia Militar na Terra do Meio, na terra do maior grileiro deste País, Cecílio Rego de Almeida?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO DE MORAES FILHO – Excelência, como falei para o senhor anteriormente, tem áreas de construtoras lá, de empresas, nós reivindicamos atrás de documentos. Repare bem, nos Estados Unidos, quando tem uma cena de crime, que tem um carro andando na rua, a polícia vai atrás. Bate o carro da polícia, a polícia vai naquele momento e toma aquele carro para poder cumprir o seu mister. A gente a mesma coisa faz aqui em Altamira. Já que não temos uma certa condição de manter essa situação, a gente faz parceria para poder chegar no local. Agora, em Anapu, também. Como não tem estrada, passei quase seis horas para chegar em Anapu. Para chegar no PDS foram mais de quatro horas. Então, passei uma semana lá no meio da lama. Como todo mundo sabe, é um negócio impressionante, não há estrada. Então, temos que fazer parceira com outros órgãos ou entidades civis também.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Esses policiais militares estão há quanto tempo na região?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO DE MORAES FILHO – Não sei lhe dizer, porque, estou lhe falando, estou desde agosto de 2004. E penso que já vem de muitos anos isso, porque toda vez que há um problema naquela área de lá, ou na Terra do Meio, ou em outro local, que seja da circunscrição do nosso batalhão, a gente vai ter que estar no local.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Quantos policiais tem lá na área hoje?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Tínhamos cinco; hoje não tem ninguém.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Cinco até quando?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Até fevereiro, se não me engano. Sim; em fevereiro foi a última missão com o pessoal Exército.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Até fevereiro. Hoje não tem nenhum policial lá na terra do meio?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Ninguém.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Está certo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa) – Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Coronel Goudinho, queria saber de V. Sª onde está o Sargento Esteves, se ele ainda continua aqui na corporação, se foi transferido. Gostaria de saber do paradeiro do sargento.

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Excelência, o Sargento Esteves não pertence ao nosso batalhão; ele pertence ao Segundo Batalhão de Polícia Militar. Contudo, ele estava, na época, acho que no ano passado, quando houve aquele homicídio, aqui na nossa área. Então, foi feita uma sindicância por aqui; ficou comprovado que houve indício de crime e foi aberto inquérito policial militar. Por isso está aqui um major da Corregedoria fazendo o inquérito, justamente para apurar por que ele estava aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O batalhão ao qual ele pertence atua em que jurisdição?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Essa circunscrição de Anapu é nossa, mas o sargento não é da nossa área.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não; mas quero saber a qual comando ele pertence.

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Ao Segundo Batalhão da Capital.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Na capital.

Então ele estava aqui incógnito?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Ele estava desconhecido aqui na área.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas o senhor chegou a vê-lo por aqui?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Não, Excelência; não foi na época em que eu estava aqui. Assumi em agosto de 2004, e o episódio foi anterior ao meu comando.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Coronel, ontem, estávamos em Santarém e uma pessoa fez lá um anúncio público dizendo que alguns policiais ainda estavam lá nessa área, pretendida pelo Sr. Cecílio Rego Almeida, e que, de uma hora para outra, duas lanchas, não sei como se dá o nome aqui em Altamira, chamam de voadeira, duas lanchas dessas rápidas, teriam ido às pressas para resgatar ainda alguns policiais que estariam lá fazendo proteção da propriedade, enfim, das benfeitorias de Cecílio Rego Almeida. O senhor confirma isso?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Não senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Isso não existiu?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Não senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Todos os policiais pertencentes ao seu comando estão todos aqui no município?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Estão todos aqui na sede. Inclusive, o pessoal que estava lá fazia diligências, mas já retornaram.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O senhor tem um boletim de freqüência da atividade policial?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Tenho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Todos os policiais, todos os dias têm que ter uma anotação?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Diligências, tudo é publicado em boletim interno.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Poderíamos ter informações desses últimos cinco dias? O senhor poderia mandar para nós? De onde estavam e que serviços foram prestados durante esses últimos cinco dias – hoje é dia 1º, sexta-feira, de segunda-feira para cá apenas?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Sim senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Só queira perguntar para o nosso comandante, como se trata de um Estado onde têm acontecido muitos crimes, com muita pistolagem, qual é o tratamento, como é a convivência da polícia com os pistoleiros?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Excelência, é uma pergunta que fica difícil de eu esclarecer para V. Exª, até porque não tenho essa convivência, se é que o senhor me entende. Não tenho; estou há pouco tempo aqui em Altamira.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Mas conhece algum pistoleiro, algum que é suspeito?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Não. Os que conheço estão lá na penitenciária. Agora, aqui na área de Altamira, desconheço.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Queria, mesmo estando aqui na Presidência dos trabalhos a pedido do Senador Alvaro Dias, apenas dizer o seguinte: V. Sª disse que estavam na área do maior grileiro, Cecílio Rego Almeida, para cumprir diligências.

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Diligências junto com o IBAMA...

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Certo. Recebemos, numa outra comissão, que não tem as prerrogativas desta CPMI, um documentário onde se podia ver um policial, inclusive com a farda da Polícia Militar, dizendo que ele estava ali para cumprir aquilo que o gerente da empresa determinasse. Então, pergunto: se é diligência a serviço da Justiça, então como é que esse policial deu essa declaração? Se ele deu essa declaração, a polícia abriu inquérito então?

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Excelência, eu desconheço essa situação, mas, com certeza, se a V. Exª nos encaminhar esse documentário, mandaremos abrir inquérito policial-militar para apurar essa situação.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Certo. Essa documentação vai chegar à CPMI; porém, quero só lhe dizer que, no dia em que foi exibido esse documentário, estava presente, inclusive, o Secretário de Defesa Social do Estado do Pará, que é exatamente a autoridade estadual que coordena as Polícias Militar e Civil. Então, pode ser que já tenha...

O SR. WALDIMILSON GOUDINHO MORAES FILHO – Que já tenha sido aberto o inquérito e...

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT-PA) – Sim; mas eu gostaria que V. Sª até se informasse sobre isso porque é importante.

Temos certeza, nós aqui da Comissão, de que há problemas em relação a própria Polícia Civil também. Há várias ações – e o relatório assim conclui – de desvio de função da Polícia Civil e de desvio de função da Polícia Militar. E nós temos a compreensão de que isso não é a instituição Polícia Militar, tanto que colocamos aqui "policiais militares", como também "policiais civis", porque não podemos confundir uma corporação toda com a atitude de alguns. Assim como, também, temos toda a certeza de que a ação de alguns que se dizem proprietários de terras, como a ação de alguns – graças a Deus são poucos – que se dizem madeireiros acabam colocando todos numa situação difícil.

Então, até aproveito para dizer que o povo de bem tem que se juntar. Não vamos aqui também achar, em sã consciência, que foram os dois pistoleiros apenas, junto com o Tato e o Bida – e o Bida claramente teve muita ajuda para sair. Mas, se todas as pessoas de bem se juntarem, não tenho dúvida de que essa região, que já é produtiva, será ainda mais produtiva e terá paz. Isso é o que nós queremos para todos produzirem.

Eu passo de novo a Presidência ao Senador Alvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado. (Pausa.)

Indago se há algum Parlamentar que deseja fazer uso da palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Siba Machado pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – PA) – Eu queria só fazer constar junto à Presidência – e não sei se já houve alguma conversa a respeito – que eu, particularmente, já me sinto contemplado com os depoimentos realizados. Dessa forma, poderíamos suspender os demais, até mesmo por uma questão de economia de tempo, haja vista que ainda temos de nos dirigir a Belém.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu creio que a ponderação do Senador Siba Machado se justifica plenamente. Assim, se houver concordância dos demais integrantes desta Comissão, nós adiaríamos para outra oportunidade os depoimentos restantes, já que nós temos compromisso em Belém.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, têm alguns requerimentos a serem votados, ou ainda, que mereceriam ser votados nesta reunião?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Parece que todos os requerimentos já foram apreciados, a menos que se tenha apresentado algum requerimento na minha ausência, enquanto esteve presidindo a Senadora Ana Júlia Carepa.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não, Sr. Presidente. Tem um requerimento novo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os demais já foram despachados na ocasião.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Deputado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Desejo submeter à deliberação da Comissão requerimento, de nossa lavra, que conta com as assinaturas dos demais membros desta CPMI, de convocação do Sr. Cecílio Rego de Almeida para depor perante esta Comissão.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Em Brasília?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sim; em Brasília mesmo, acredito, ou no Paraná. Nós podemos até discutir isso, porque temos também uma agenda marcada para o Paraná. Podemos até adequar, de acordo com as nossas visitas regionais.

A convocação se justifica porquanto o Sr. Cecílio Rego de Almeida, alegadamente possuidor de mais de 5 milhões de hectares, grande parte dessas terras de propriedade da União, é acusado de ser responsável pelo aumento da tensão no campo e pelo agravamento do padrão de violência. Pesa ainda sobre esse cidadão a suspeita, levantada pelo Deputado ZÉ GERALDO – e ontem também na reunião –, do emprego, de forma ilegal e certamente sem o conhecimento dos comandantes, de policiais militares para o seu serviço particular.

Então, submetemos a V. Exª esse requerimento. Depois de aprovado, então, poderemos marcar a data.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É, o requerimento já traz as assinaturas de todos os integrantes desta Comissão e, portanto, nós oficiaremos ao Sr. Cecílio Rego de Almeida para que atenda a esta convocação.

Solicito, desde já, à Secretaria as providências necessárias.

Queremos agradecer ao Comandante da Polícia Militar de Altamira pela sua presença e contribuição a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Muito obrigado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa pela ordem.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, quero apenas dizer que, diante das declarações do Coronel Goudinho, fico feliz em saber dessa mudança, já agora, de postura, aqui, do Comando da Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós agradecemos a presença do Sr. Francisco Alberto de Castro, do Sindicort; do Sr. José Francisco Vitoriano e do Sr. Luiz Ungaratti, que deveriam, também, prestar depoimento a esta CPMI no dia de hoje. Em função do compromisso agendado em Belém – que é inadiável –, apresentamos nossas desculpas a esses convidados, transferindo seus depoimentos para outra oportunidade.

Quero registrar que o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Madeireira, Construção Civil e do Mobiliário de Altamira e região fez chegar a esta Comissão documento cuja autuação peço à Secretaria para que proceda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o nobre Deputado João Alfredo, pela ordem.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, rapidamente, até para aduzir um fato: fomos procurados – V. Exª e os demais membros – por uma comissão de representantes de produtores e políticos daqui da região para entregar um documento. Nessa ocasião, até fizemos ver que as questões levantadas são importantes para o debate sobre a problemática da região. No entanto, ainda foi mantido no texto – é verdade que foi tirado o termo "legitimo" – um parágrafo que, segundo penso, não podemos aceitar.

Eu queria, particularmente, como parlamentar, mesmo entendendo que as questões levantadas são importantes – e, inclusive, foram democraticamente lidas por V. Exª no início da reunião –, dizer que não podemos aceitar esse parágrafo:

Nossa população não pode ser crucificada por uma atitude isolada e impensada de uns poucos que, no desespero da defesa do patrimônio e da própria condição de trabalho...

Nós não podemos aceitar isto. As questões levantadas, do ponto de vista da defesa da propriedade e das condições de trabalho, são relevantes, mas nunca podem justificar um crime hediondo como o que foi perpetrado contra a Irmã Dorothy Stang.

Faço o registro, até porque nós estamos a mudar. Infelizmente, ainda mantiveram esse parágrafo – é verdade que retiraram a expressão "legítimo" – por entenderem que a defesa da propriedade pode ser alcançada com um crime desse, mesmo que considerado bárbaro, como aqui foi dito.

É o registro que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mais uma vez, queremos agradecer a presença de todos os que vieram para acompanharem os trabalhos de hoje. Há muita gente do lado de fora, pois no Auditório não houve espaço para todos que vieram. O nosso agradecimento, principalmente pela forma civilizada e educada com que todos se comportaram, acompanhando os trabalhos no dia de hoje.

Queremos agradecer, mais uma vez, o Presidente da Câmara de Vereadores, em exercício, o Sr. Loredan de Andrade Mello, e, também, à Prefeita Odileida Sampaio, que deseja, também, no encerramento desta sessão, fazer o seu agradecimento aos munícipes de Altamira que nos acompanharam no dia de hoje.

A SRª ODILEIDA SAMPAIO – Boa tarde a todos e a todas.

Quero, neste momento, agradecer a Deus por esta oportunidade que Ele está nos dando de estarmos aqui reunidos. Quero, ainda, em nome do Senador Alvaro Dias, do PSDB, agradecer a presença dos demais Senadores e, em nome do Deputado Federal José Lima, agradecer a presença dos demais Deputados. Agradeço também a presença de todos os segmentos da sociedade que, mesmo não sendo comunicados oficialmente da realização desta reunião da CPMI da Terra, Sr. Senador, se organizaram e se reuniram aqui hoje para mostrar a V. Exªs. que no nosso município e na nossa região existem pessoas de bem, pessoas que vieram na década de 70. Eu, que sou filha de Altamira, lembro que o posto do Incra ficava ao lado da minha casa e, na década de 70, o Governo Federal trouxe para cá famílias de todos os Estados do Brasil. Essas famílias estão até hoje aqui ainda na esperança de dias melhores.

Quero dizer a V. Exªs que essas famílias que vivem na região de Altamira e ao longo de toda a Transamazônica, na região do Baixo Xingu, são realmente uns heróis, porque, por mais de trinta anos, eles continuam na esperança, nessa expectativa de dias melhores.

Não vou me alongar muito, até porque sei que V. Exªs dispensaram mesmo alguns que prestariam depoimento hoje em função do tempo. Contudo, gostaria de, aqui, na frente de todos os segmentos da sociedade, convidar V. Exªs a fazerem uma outra visita, o mais breve possível, ao nosso município. Nessa opor-

tunidade, convidaríamos todos os municípios vizinhos, já que Altamira é um município-pólo, até para que nós possamos mostrar a V. Exªs as reais necessidades da nossa região, para que nós possamos asfaltar a Transamazônica, trazer investimentos, enfim, valorizar essas pessoas que estão aqui trabalhando dia e noite para que o nosso Pará seja reconhecido em todo o Brasil como um Estado rico e que tem condições de, com seu desenvolvimento, contribuir com o Brasil.

Há anos de estudo sobre a hidrelétrica, e nós da região estamos prontos para contribuir, porque sabemos que a construção da barragem da hidrelétrica em Altamira – e região de Vitória do Xingu, do Belomonte – não vai contribuir só com a nossa região. Nós temos a consciência de que irá contribuir com todos os nossos irmãos do Brasil. Nós estamos prontos para contribuir.

(Palmas.)

Então, neste momento, pedimos, com muito carinho, que o mais breve possível V. Exªs possam voltar a nos visitar. Dirijo esse convite especialmente a V. Exª, Senador Alvaro Dias, que é do nosso partido, o PSDB. Costumo dizer que, ainda que sejamos eleitos por uma legenda, quando nós passamos a administrar, nós temos um partido só que é o partido desse povo tão sofrido. Eu peço a união de todos os parlamentares aqui presente para que, de mãos dadas, possamos fazer alguma coisa em prol do único partido que nós representamos: o povo.

Meu muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado. Nós agradecemos...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, penso que para todos é importante uma informação que nos foi repassada, na véspera de viajarmos, pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado – uma Comissão nova, V. Exª sabe disso, que vai iniciar agora, nesse mês de abril, o georreferenciamento em parceria com o Exército brasileiro, por meio do Instituto Militar de Engenharia. Serão centenas de técnicos contratados nas diversas áreas, e um dos escritórios do georreferenciamento será aqui no Município de Altamira para fazer o georreferenciamento de toda essa região. O Ministério anunciou, só para este ano, no Pará, investimentos no Pronaf da ordem de R$350 milhões, bem como R$320 milhões para aplicação nas duas Superintendências do Incra aqui no Estado.

Eu já havia falado sobre isso também em Santarém. Nós temos que ter agendas positivas importantes. Essa se transformará numa agenda positiva, porque vamos virar um página na história desse Estado; um Estado que não vai mais ser campeão de violência e sim campeão de produção, e que todos os produtores, sejam eles pequenos, médios ou grandes, tenham direito de trabalhar a terra de forma sustentável, em paz e com vida.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, permita-me só um aviso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Bem rapidamente.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Gostaria de informar ao setor produtivo da região, à Câmara de Vereadores, à Prefeita de Altamira, aos Prefeitos da região, à associação de madeireiros, ao sindicato dos produtores rurais, ao sindicato dos trabalhadores rurais que, na próxima sexta-feira, na parte da manhã, na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, a Comissão da Amazônia fará realizar uma grande audiência pública sobre o projeto de lei de gestão florestal que, já em tramitação na Câmara, pretendemos votar nos próximos 45 dias, indo depois ao Senado.

Esse também será um grande marco regulatório, para que possamos ordenar o setor produtivo florestal no Brasil, na Amazônia e, principalmente, nessa região, já que o Pará tem 21% das florestas do Brasil e essa região detém a maior parte das florestas.

Então, convido a todos que puderem se deslocar até Belém para que compareçam a essa audiência pública. Estou convidando todos os Prefeitos dessa região, todas as Câmaras de Vereadores do Estado do Pará, pois é a oportunidade que teremos de tirar um dia para promover um debate aprofundado sobre uma matéria que está em tramitação na Câmara e que, depois, tramitará no Senado. A população precisa acompanhar essa tramitação, até porque se trata de um tema que interessa ao Brasil, interessa à Amazônia e interessa muito ao nosso Estado do Pará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Deputado Zé Geraldo.

Agradecendo mais uma vez a todos os presentes, encerramos afirmando que nós acreditamos e muito no Estado do Pará e no seu futuro.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h45min.)

Ata da 27ª Reunião realizada em de abril de 2005 – Audiência Pública em Belém/PA

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e cinqüenta minutos, na Superintendência da Polícia Federal em Belém, Estado do Pará, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e

ainda com as presenças dos Senadores Sibá Machado, Ana Júlia Carepa e dos Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Luci Choinacki e Adão Pretto, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".*** O Senhor Presidente Senador Álvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir o Depoimento do Senhor Viltamiro Bastos de Moura (Bida). A seguir, a Presidência agradece o Superintende da Polícia Federal em Belém, Dr. José Ferreira Sales por sediar os trabalhos da CPMI nesta Superintendência. A seguir, O Senhor Presidente solicita à Secretaria que faça adentrar ao recinto o preso Vitalmiro Bastos de Moura. Após, a Presidência esclarece que o depoente já assinou o Termo de Compromisso, passando a qualificá-lo. Informa, ainda, que o Senhor Vitalmiro veio acompanhado de dois Advogados o Dr. Américo Leal e o Dr. Augusto Septimil. O Senhor Presidente esclarece ao depoente caso ele contribua com os trabalhos da Comissão, poderá ter sua pena reduzida. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias fez algumas indagações ao depoente. Após, a Presidência passa a palavra ao Relator para fazer seus questionamentos e, após, ao depoente para responder. Em seguida, o depoente foi questionado pelos Parlamentares presentes. O Senhor Presidente solicita à Secretaria da CPMI providências no sentido de autuar o Bilhete do Sr. Viltalmiro, que foi entregue à Comissão durante a reunião. O Senador Siba Machado solicita requisitar cópia do Contrato de Sócio que está nos autos do Processo em Belém, sendo acatado. A Presidência esclarece que o Superintendente da Polícia Federal já comunicou ao Sistema Penitenciário que os três acusados estão sendo ameaçados. O Senador Siba Machado requereu cópia dos autos do Processo criminal número 034/2005, em trâmite perante a Vara ùnica da Comarca de Pacajá, o que foi deferido. Ainda foi solicitado pelo Senador Siba Machado uma acareação entre o Senhor Vitalmiro e o Sr. Regivaldo Pereira Galvão, sendo aprovado. A Presidência solicita aos Senhores Advogados que permaneçam em silêncio. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a **27ª** Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Queremos agradecer, inicialmente, a presença do Superintendente da Polícia Federal de Belém, Dr. José Ferreira Sales.

Esta reunião tem por finalidade ouvir o depoimento do Sr. Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida. Estamos acompanhados pelo Relator, Deputado João Alfredo, pela Senadora Ana Júlia Carepa, pelo Senador Sibá Machado, pelo Deputado Adão Pretto, pela Deputada Luci Choinacki e pelo Deputado Zé Geraldo.

O objetivo desta Comissão já é conhecido, é um diagnóstico amplo da realidade agrária do País e, evidentemente, não há como ignorar a importância de ações na contenção do processo de violência que cresce de forma avassaladora na área rural do País e, notadamente, no Estado do Pará, com a prevalência da impunidade.

Primeiramente, queremos submeter ao depoente, Sr. Vitalmiro Bastos de Moura, um Termo de Compromisso que deve assinar.

O nome completo é Vitalmiro Bastos de Moura; idade: 34 anos; estado civil: desquitado; endereço residencial: Fazenda Rio Verde, cidade de Anapu, Estado do Pará; profissão: pecuarista. Exerce a sua atividade na fazenda Rio Verde.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, a dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

Submeto o presente Termo para assinatura do depoente. (Pausa.)

Pode assinar primeiro, depois colhemos a informação sobre a identidade civil.

O SR. AMÉRICO LEAL – Sr. Presidente, pela ordem. A defesa gostaria de solicitar à Presidência destes trabalhos que, sendo o acusado aqui presente um homem que sabe apenas assinar o nome, um semi-analfabeto, há algumas palavras cujo significado ele não entende. Então, se possível for, sugiro que traduzam as palavras que sejam mais difíceis para que ele possa entender e responder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes de iniciarmos esse interrogatório, faço referência – e o Vitalmiro tem ao seu lado um advogado competente – à Lei nº 9.034, de 1995, que, em seu art. 6º, dispõe o seguinte:

Nos crimes praticados em organização criminosa, a pena será reduzida de um a dois terços quando a colaboração espontânea do agente levar ao esclarecimento de infrações penais e sua autoria.

Conforme solicita o advogado, vou traduzir: se o Vitalmiro colaborar com a Justiça neste momento, trazendo esclarecimentos, informações, denunciando, se houver a necessidade, pessoas que participaram, que se envolveram, que estimularam, de forma direta ou indireta, que são também responsáveis por esse crime, certamente, poderá ter, se condenado, sua pena reduzida. Portanto, trabalha a seu favor e em seu benefício a sinceridade. Podem ser informações corretas e novas, denúncias. Sabemos que o Vitalmiro tem informações a fornecer. É até uma questão de inteligência dizer agora, esclarecer, informar à população e à Justiça o que realmente ocorreu, dividir responsabilidade, sob pena de assumir, isoladamente, toda a responsabilidade se houver a condenação. É evidente que a pena terá um custo maior se outros responsáveis não forem apontados como responsáveis.

Sabemos, por exemplo, da existência de um bilhete. Esta é uma informação que todos conhecemos: o criminoso, que confessou o crime, alega ter recebido um bilhete escrito de seu próprio punho em que cita outras pessoas. Creio que é a oportunidade de o Vitalmiro esclarecer esse bilhete.

Começo, exatamente, com essa indagação, naturalmente, colocando à sua disposição esta Comissão para a confissão necessária a respeito dos fatos.

Portanto, Vitalmiro, pode usar o microfone e esclarecer esses fatos.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Sobre o bilhete?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre o bilhete especialmente.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O bilhete é história que eu ouvi falar. Nada concreto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O senhor não escreveu esse bilhete?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, senhor. Eu não sei escrever. Ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Você não sabe escrever? Por que você acha que o preso afirmaria que você foi o responsável por esse bilhete?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Pois é. Isso é o que eu ouvi falar.

O SR. (Orador não identificado) – Ele pediu para o irmão dele escrever porque ele não sabe escrever.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O seu irmão escreveu o bilhete?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É, mas é na história que ouvi falar. Não tenho 100% de...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas você pediu para o seu irmão escrever o bilhete? O advogado acabou de dizer isso.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – A história que estava passando depois do acontecimento. A gente ouvia falar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O que você pediu para ele escrever?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Que estava passando, as histórias que o povo passava na casa do pessoal e o povo estava falando: "Só você não sabe. Você diz que não tem nada com isso. O pessoal envolvido, e você está correndo, dizendo que não deve, não tem nada a ver com isso".

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Que nome teria sido escrito nesse bilhete por seu irmão? O nome de que pessoa?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Que o povo falava?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exato.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eles falavam que tinha outras pessoas envolvidas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quais pessoas?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eles falavam que era dono de terra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O nome dessa pessoa?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Falaram lá Luiz Ungaratti, que dizem que ele era envolvido. Não sei e não vi.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Luiz Ungaratti?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Mas eu não vi e não provo. Ouvi falar que era envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quem mais?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Que ele tinha combinado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Alguém mais além do Luiz Ungaratti?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Dizem que quem passava para ele as informações era o Dominguinhos. Mas eu também não sei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quem?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Dominguinhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quem é o Dominguinhos?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É trabalhador; trabalha para os outros.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Trabalha em qual fazenda? De quem?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Trabalhou para nós; trabalhou para outro pessoal. Hoje não sei se ele ainda está trabalhando para o Zé Ricardo, para quem ele trabalhava.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para quem?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Acho que ele ainda trabalha hoje para o Zé Ricardo. Mas não ouvi falar nada de Zé Ricardo nem de ninguém. Ouvi falando só esse negócio de que ele estava passando essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Outro nome. Parece-me que nesse bilhete fala-se em outros nomes. Nesse bilhete constavam outros nomes?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Só esses dois nomes?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Do Luiz Ungaratti e desse Dominguinhos..

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – (...) que trabalha na fazenda de José Ricardo.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É. Trabalhava, não sei se ainda trabalha.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou passar a palavra para o Relator da CPMI fazer suas indagações. Mas, antes, eu gostaria de fazer mais uma pergunta: V. Sª tem conhecimento de que os pistoleiros presos estão sendo ameaçados de morte, de que existiria um esquema para assassiná-los no banho de sol? V. Sª tem conhecimento disso? Teve informação disso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, eu não tenho informação. Estou esperando a Justiça determinar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois há a informação de que havia uma pretensão estudada e orientada no sentido de "queimar esse arquivo" vivo no momento do banho de sol.

Sr. Relator, Deputado João Alfredo, Senadora Ana Júlia, creio que esta CPMI deve fazer uma sugestão às autoridades no sentido de transferir os três presos detidos em Belém do Pará para outra localidade, talvez para Brasília, para evitar que esse fato venha a ocorrer. Há indícios de que se arma uma estratégia de queima de arquivo, exatamente para que os que estão presos não delatem outras pessoas que tenham participado desse crime.

Com a concordância dos colegas de Comissão, essa sugestão é feita para que as autoridades responsáveis pelo caso analisem a hipótese de transferência para evitar que esse indício se concretize.

Passo a palavra ao Relator da Comissão, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Srª Senadora Ana Júlia, Sr. Senador Sibá Machado, Sr. Deputado José Geraldo, Sr. Deputado Adão Pretto, Srª Deputada Luci Choinacki, todos membros desta CPMI, eu me permitiria quebrar o protocolo e me dirigir às irmãs de Notre Dame, de Nami (?), que estão aqui presentes, e levar a elas e à Conferência dos Religiosos do Brasil e à Comissão Pastoral da Terra a nossa solidariedade, nós, que já estivemos, inclusive, em um momento triste, que foi o enterro da irmã Dorothy. Mas eu penso, hoje, como relator desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, presidida pelo Senador Alvaro Dias, que a melhor homenagem que podemos prestar à irmã Dorothy é, dentro desta CPMI, ajudar a desvendar este caso, na sua forma mais radical de conhecer toda a verdade, e avançar, também, no processo para que ela tanto lutou: que tivéssemos justiça e paz no campo brasileiro.

Então, gostaria de me dirigir, especialmente, às irmãs que estão aqui e aos demais companheiros e às companheiras que vêm, certamente tão emocionados como nós, acompanhar este depoimento com expectativa. Eu queria fazer algumas perguntas ao Sr. Vitalmiro, com base, inclusive, no depoimento já prestado aqui a essa Superintendência da Polícia Federal, no dia 27 do mês passado, março.

Aqui o senhor disse que o Sr. Regivaldo, conhecido como Taradão, insistiu para que vocês se tornassem sócios...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É... Negociar, negociar...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – ... de uma área de três mil hectares, no lote 55, gleba Pacajá. É verdade que vocês tiveram essa sociedade?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É verdade...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É verdade, né?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É verdade.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor e o Sr. Regivaldo foram sócios?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Foi.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como era essa sociedade de vocês lá?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu fiquei sociedade com ele... nós fiquemos sócio.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como é que funcionava?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Nós fiquemos de sociedade, a fazenda para nós dois, e os gastos igual..

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A fazenda era para os dois e os gastos iguais?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É, a fazenda era para os dois e os gastos iguais.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois, bem, Sr. Vitalmiro, hoje, o Sr. Regivaldo, perante esta CPMI, negou que tivesse tido alguma sociedade com o senhor.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É verdade que teve. E tudo o que eu falar eu tenho testemunha e provo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tem prova. Tem prova de que tinham essa sociedade?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Esse Dominguinhos, a que o senhor se referiu agora há pouco, que trabalha hoje para o Sr. José Ricardo, ele trabalhou para o senhor?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Quando eu fiquei de sociedade mais o Regivaldo, ele já tomava conta da fazenda, aí ele continuou ficando mais uns tempo...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele ficou trabalhando para vocês dois?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É... Mais uns poucos tempo. Aí foi trabalhar para o Zé Ricardo... Aí já foi trabalhar com o Zé Ricardo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Zé Ricardo... Não, trabalhou com o Taradão na época em que eles foram sócios.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É que eu comprei e ele já tomava conta. Quando eu comprei, ele já tomava conta da fazenda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Isso, exatamente.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Já era ele que era o gerente da fazenda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Me diga uma coisa, esse Sr. Domingos trabalhou também com o Sr. Délio Fernandes?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Sim, trabalhou.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Trabalhou também. Então, esse Domingos trabalhou para Délio Fernandes, trabalhou para o Sr. ...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Regivaldo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Regivaldo.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Primeiro para o Regivaldo e, depois, eu comprei do Regivaldo e ele trabalhou para nós dois. Aí que ele passou para trabalhar para Zé Ricardo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Para o Zé Ricardo... Mas trabalhou também para o Délio?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Houve algum problema entre você e o Regivaldo, que é conhecido como Taradão, para apartar a sociedade de vocês?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Se houve.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Houve alguma questão entre vocês dois para vocês deixarem de ser sócios, de trabalhar juntos?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, não foi tanta... Sociedade a gente resolve...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Problema trabalhista?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É. Isso! Teve isso. Mas aí eu queria era vender minha parte para ele...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sim. E aí, o que aconteceu?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Aí, ele preferiu vender pra mim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor comprou, então, a ele...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Comprei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Comprou ao Taradão...

E qual é a sua relação. Então, você tem essa amizade com o Taradão... O advogado do Taradão, do Regivaldo, ele lhe ajudou em alguma coisa. Trabalhou a seu favor em alguma coisa?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Ele, quando a época que mudou, ele recorreu das multas... Eu não sei como foi que ele recorreu, mas ele recorreu das multas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – As multas...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Da Delegacia do Trabalho e do Ibama?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É. E, depois, ele prosseguiu a fazer a liminar com a reintegração de posse, que alguma pessoa falava de entrar e que era pra gente ficar respaldado com a Justiça.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É, tá certo. Então, quem pagava esse advogado, o Dr. Gerson, era o senhor ou era o Regivaldo?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Era eu. Depois que comprei, quem pagava era apenas eu.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele apenas indicou o advogado?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É, porque ele já estava acompanhando. Ele já era advogado do Regivaldo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Já acompanhava, não é?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Está certo.

Chamou a minha atenção, no seu depoimento, um fato que julgo importante esclarecermos neste momento para o desvendamento do crime. Refiro-me a sua ida à fazenda do Sr. Délio Fernandes. Por que V. Sª foi à fazenda do Délio Fernandes?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Fui à fazenda do Délio Fernandes, porque essa era a forma de me comunicar, pois lá tem telefone. O rádio estava até estragado, e o pessoal estava lá comigo. Fui para me comunicar porque lá é mais comunicativo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – V. Sª tem amizade com o Sr. Délio Fernandes?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Tenho conhecimento. Quando um precisa de um favor pede para outro. É vizinho.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É vizinho?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E tem uma relação de muita proximidade e amizade?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como tem com o Sr. Regivaldo?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não. Com o Regivaldo eu tenho mais...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tem mais amizade?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Fiz mais negócio com o Regivaldo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Fez mais negócios com ele.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas também se relacionava com o Sr. Délio?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É; mais com o Regivaldo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É importante abordarmos outro ponto. O Sr. Délio foi uma das pessoas que o ajudaram? Pergunto isso porque, no seu depoimento, V. Sª disse – isto é importante: "que depois de ter ido à fazenda do Sr. Délio, contou com a ajuda de várias pessoas até chegar à cidade de Altamira".

O Sr. Délio o ajudou?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Sr. Regivaldo o ajudou?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Sr. Ungaratti o ajudou?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, quem o ajudou?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Quem me ajudou principalmente foram os pequenos. São pessoas que conheço, mas nem sei o nome.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não sabe o nome.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Quando conversávamos, eu explicava tudo para eles: que eu não devo, que não tenho nada a ver com isso. Eu explicava e eles sabiam. Eles já estavam me explicando o que passava no rádio e acabei de dizer a V. Exª: "Sei que você não tem nada com isso, por isso nós o ajudamos".

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quem dizia isso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O pessoal. Falei que não faltou ajuda por causa disso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – V. Sª chegou a falar com o Sr. Délio depois do episódio?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, Excelência. Nunca mais falei com ele.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Questionarei sobre outro fato importante para nós. A advertência que o Presidente fez é fundamental. Quanto mais esclarecer, melhor será para V. Sª mesmo. No depoimento prestado à Polícia Federal, perguntado se alguém de sua família foi chantageado financeiramente durante o período em que estava foragido, V. Sª disse que não falaria naquele momento, como se alguém lhe tivesse ofertado dinheiro, pedido algo, chantage-

ado ou ameaçado. V. Sª disse: "Não. Não quero falar neste momento". Hoje, V. Sª quer falar para nós quem são essas pessoas?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – V. Exª fala sobre...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sobre chantagem, sobre oferta de dinheiro. Durante o tempo em que esteve escondido e agora, ao estar preso, V. Sª recebeu alguma oferta para livrar a cara de alguém?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Isso é relativo. Acho que o pessoal com quem fizemos o negócio da terra está querendo receber o dinheiro de volta.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como foi? Conte-me isso.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Vendi lá 60 alqueires de terra para o Tato.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Para o próprio Tato?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Acho que a mulher dele estava querendo receber o dinheiro de volta, porque ele foi preso. Essa área lá... Esses 60 alqueires eram dele e nós trocamos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E ela fez algum oferta para V. Sª ou para a sua esposa?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não. Acho que ela estava querendo receber o dinheiro dela.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas ela pediu dinheiro em troca de algo?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não. Acho que ela estava querendo acertar e queria o dinheiro dela. Acho que era assim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Por que, na Polícia, V. Sª disse que se reservava o direito de falar depois sobre o assunto? Por quê?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Porque acho que esse é o ideal do fato, porque eu tinha de devolver a ela o dinheiro.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Essa história do bilhete é muito importante, porque inclusive ouvi o seu Advogado falar que seu irmão foi quem o escreveu, uma vez que V. Sª não sabe ler nem escrever.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu leio e escrevo, mas pouco.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pouco. E V. Sª ditou um bilhete para o seu irmão?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Sim. Mandei que ele fizesse, porque o pessoal estava falando que eu estava envolvido em algo com o que eu não tinha nada a ver. Na realidade, vou provar isso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O seu irmão escreveu esse bilhete para quem? Para o Tato?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Para que, se ele souber a verdade, falasse a verdade. Eu não tenho nada a ver com isso. Se há gente envolvida com ele, era para ele falar a verdade – não deixar ficar contradizendo, que eu não tenho nada a ver com isso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – V. Sª disse, no bilhete, para o Tato falar a verdade?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – A verdade.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Chegou às minhas mãos – e depois até submeterei ao Presidente da CPMI – uma cópia desse bilhete. E, então, talvez seja importante até a CPMI fazer um levantamento grafotécnico para verificar se confere com a grafia do irmão dele.

Vou ler o bilhete para que V. Sª diga se confirma os seus termos: "Tato, fala à Justiça o compromisso que eu tinha com o Dominguinhos". É esse Dominguinhos?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Que eu tinha?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Que ele, Tato, tinha com o Dominguinhos. Que compromisso era esse?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O que eu ouvi falar, como falei para o senhor, que ele tinha uma combinação que o Dominguinhos atravessou.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Para matar a Irmã Dorothy.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não. Era para o Tato ficar olhando a fazenda do Sr. Luiz Ungaratti. Daí para frente, não sei. Mas o envolvimento... Não tenho isso aí e ele está falando tudo isso de mim. Então, falei: "fala a verdade".

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas era para falar a verdade sobre o crime? E continua: "Que ele fez a proposta para você que ia te dar 30 alqueires de terra para vaca e boi". É isso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – São 30 alqueires de terra – o pessoal estava falando que o Luiz estava dando terra.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Que Luiz? O Sr. Luiz Ungaratti?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É. Dizem que o Domingos atravessava, passando para o Tato 30 alqueires do Sr. Luiz para ele olhar a fazenda, vigiá-la.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Esses 30 alqueires não constituem o pagamento pelo crime?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não posso provar ao senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não pode provar, mas V. Sª acredita que possa ser esse acerto?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não sei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas vamos à frente: "...que o Domingos receberia a parte dele em dinheiro e que o patrocinador era o Sr. Luiz 'Garati' – deve ser Ungaratti –, da serraria". É ele?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É o que falaram.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É o que se falava.

V. Sª pensa que o Sr. Luiz Ungaratti pode ser mandante do assassinato da Irmã Dorothy?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O que sei falar para o senhor é isso aí. É o que eu ouvia o pessoal falar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O pessoal falava que o Sr. Luiz Ungaratti era interessado na morte da Irmã Dorothy?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Falava que ele daria a terra para o Tato olhar. Foi o que ouvi falando depois que eu saí. Eu falei para o senhor. Foi o pessoal pequeno que falou isso aí.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O pessoal pequeno que falou isso aí.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É onde me deram ajuda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E o Sr. Luiz Ungaratti teria interesse na morte da Irmã Dorothy?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Também não sei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não sabe?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – "Até o momento do acontecido, só sabia disso. Meu amigo Tato, eu só quero que você seja homem. Fala a verdade" – como V. Sª disse.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – A verdade.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – "E não se esqueça de falar" – esse fato é grave e quero saber se V. Sª relatou desse modo – "que o Delegado estava pegando dinheiro e sabia de tudo". Trata-se do Delegado da Polícia Civil?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É o que falaram.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Falavam que o Delegado da Polícia Civil estava recebendo dinheiro?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É o que falavam.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E sabia de todos esses acertos?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Dizia-se que ele sabia. Não sei. Não vi.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não viu, mas V. Sª ditou esse recado para o seu irmão escrever?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, Sr. Presidente, peço a juntada do bilhete.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não há nem necessidade de exame, porque ele confirmou.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele confirmou todos os termos do bilhete agora.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* É esse mesmo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É esse mesmo. Então, o senhor pensa que pode haver pessoas envolvidas e que o próprio Delegado de Polícia lá de Anapu estava sabendo de tudo e estava recebendo dinheiro dos mandantes? Isso o povo lá dizia?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O povo dizia isso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Considero isso muito importante para essa situação, até porque há discussão nesta CPMI e na sociedade de que o senhor não seria o único mandante do crime. Haveria outros mandantes.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, não tenho um pequeno envolvimento nisso e vou provar que não tenho.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não tem envolvimento?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Envolvimento nenhum, nem interesse nenhum de fazer isso aí. Eu estava com a Justiça. Eu ia fazer uma coisa dessas para quê?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como o senhor estava com a Justiça?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Uai, com reintegração, se entrasse pessoal e, antes de eu pegar a escritura, que não tinha passado para o meu nome, se tivesse documento falso, se o documento não fosse bom, apertei o Taradão, o Regivaldo, para que me devolvesse o meu dinheiro dolarizado de volta, o dinheiro que dei a ele.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele prometeu ao senhor?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Prometeu.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – ...que se...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O documento não fosse bom, que ele me devolveria o dinheiro dolarizado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Vocês, você e o Regivaldo, o Taradão, estiveram no Incra para analisar a legalidade dessa terra que o senhor estava comprando dele, que antes eram sócios?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – No dia de comprar, esteve, sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Esteve?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como foi a conversa lá no Incra? O senhor pode dizer para a gente?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu estava em casa. o Regivaldo ligou para mim e me perguntou: "Bida, você tem tempo aí?" Eu disse: "Estou, estou em casa". Ele me disse: "Passa no Incra aqui. Vamos conversar com o Bruno lá do Incra de Altamira!" Então, fui lá com ele. Estava o Bruno e ele.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Bruno, do Incra?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É. Estavam os dois lá. Então, eu disse: "Sr. Bruno, o seguinte: estou comprando uma área do Regivaldo, o lote 55". Contei tudinho para ele e perguntei: "Tem algum problema, porque a gente vem de fora. O dinheirinho que a gente tem vai investir tudo para comprar isso". Ele disse: "Rapaz, até que um fazendeiro vai ter o direito, mesmo que houver divisão de dois documentos, um documento de1.500 ha, de ter até 2.500 ha. Eu disse: "Então, não há problema, porque 3 mil ha para 2.500 ha. Foi no dia de comprar. O Regivaldo me chamou e me levou lá e depois, antes de comprar, levou-me ao Dr. Gerson, que é o advogado. Ele confirmou que, sobre o documento, eu poderia comprar, que não perderia, e não tinha problema nenhum sobre o documento. Havia aquele outro documento do Incra de 1999...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quem lhe disse isso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O Dr. Gerson.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Dr. Gerson, advogado?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O Dr. Gerson, advogado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não foi o Bruno?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Foi o Dr. Gerson?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, o Bruno só disse essa parte que eu contei para o senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Dr. Gerson, advogado do Regivaldo?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É. Advogado do Regivaldo. Inclusive, ficou sendo advogado meu.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Que agora também é seu advogado? Não, que foi seu advogado na época?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É, é, é. O meu advogado agora é o... Então, ele olhou aquele documento e, quando ele viu aquele documento timbrado do Incra, de 1999, ele disse: "Esse documento é muito importante, que, com esse documento, não há problema, porque ela é área produtiva, é área que tem pastagem, que o Regivaldo fez, você está vendo aí tudinho". Ele me mostrou e me disse: "Esse documento vale até mais do que o título da sua terra". Eu disse: "Tudo bem!" Mas continuei falando: "Regivaldo, antes de você passar esse documento para mim, se der algum problema, você me devolve". Ele me disse: "Não, devolvo seu dinheiro. Não tem problema".

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E ele lhe passou o documento?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, ele havia viajado para o Rio e ia chegar para passar o documento para eu desmembrar os 60 alqueires para o Tato e pegar a minha parte do meu.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor disse que não tem culpa nenhuma, que está com a Justiça. Por que, então, passou tanto tempo escondido? Por que não se apresentou logo?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É porque eu fiquei na fazenda – continuo dizendo – o resto do sábado, do domingo, o dia inteiro. Saí depois da meia-noite, quando a Polícia não foi à fazenda, porque eu queria que a Polícia tivesse ido à fazenda, mas, como não deu certo de a Polícia ir à fazenda... Que eu saí, aí, todo o mundo já estava... que eu fui para sair, aí todo mundo já estava falando que no rádio eu estava sendo acusado disso aí, e posseiros estavam cercando a frente. A frente estava tomada e meu carro era conhecido porque já tinham atirado mais cedo nele. Aí eu não quis sair pela estrada. Nessa hora eu passava no pessoal que eu falei para o senhor que me

deu ajuda, e eles falaram que estavam falando que era o meu nome que estava sendo citado, que era eu que estava envolvido naquilo. Falei que iria esperar a polícia prendê-los e quando a polícia prendesse e visse que, na realidade, eu não estava envolvido naquilo, eu me apresentaria. Toda vida eu fiquei esperando falarem a verdade para me apresentar. Falei com o meu irmão que eles não estavam falando a verdade e que iria me apresentar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eles não estavam falando a verdade?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É, porque se estão falando que estou envolvido, estão mentindo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E por que estão lhe acusando? Será que receberam dinheiro de alguém para isso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Também não sei. A justiça vai definir. Eu não sei. Não conversei com eles. Tenho que conversar primeiro para saber. Estou aguardando a justiça para ouvir.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E a arma do crime foi enterrada onde?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – A arma do crime?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sim.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Quando ele chegou, mandei sumir com arma e tudo, antes do Tato chegar. O Tato ainda não tinha chegado. Depois que chegou. A fazenda só tinha duas saídas. Ou a saída por lá ou a saída pela minha fazenda. Quando estava tomado por lá, que eles fizeram isso, aí eles saíram pela minha saída de estrada. É saída de estrada.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Veja. Se o senhor não tem envolvimento nenhum com esse crime, se o senhor diz que eles estão mentindo, por que o senhor mandou eles esconderem a arma? Por que o senhor não mandou eles se apresentarem à polícia?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Mas não estou falando que eles estão mentindo, porque não os botei de frente. Na hora que ficarem de frente comigo, se falarem que fiz isso...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas o senhor já esteve com eles, logo depois do crime.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Depois do crime, eu os vi. Eles passaram lá.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E o senhor soube, o seu depoimento diz isso, que eles tinham matado a irmã Dorothy?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Soube, porque eles falaram.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E por que o senhor não mandou eles se apresentarem à polícia ou por que o senhor não denunciou o caso à polícia? Mandou eles esconderem a arma?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eles estavam armados, doutor. Vou falar com uma pessoa que já vem fazendo uma coisa...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas o Tato não é seu amigo de tanto tempo?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Praticamente uns dois anos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não, mais tempo. Vocês tinham se conhecido em outros municípios, não era?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Mas dois anos tudo. O conhecimento todinho.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Porque o seu Laudelino disse hoje, no depoimento lá em Altamira, que quando soube que o senhor estava na fazenda dele, avisou à Polícia Federal. É verdade isso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Quem?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor Laudelino Délio Fernandes. O senhor conhece, né?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Conheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Conhecido como Délio, né?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Conheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pronto. Perguntamos ao senhor Laudelino por que o senhor foi à fazenda dele. Ele disse que o senhor deve ter ido para ligar. Eu perguntei qual a providência que ele tomou. Ele disse que se comunicou com a Polícia Federal em Belém para avisar que o senhor estava na fazenda dele. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não tenho conhecimento disso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Se ele denunciou que o senhor estava lá?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, não sei. Eu saí, também não sei. Deixei minha caminhonete lá.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Deixou sua caminhonete lá?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Deixei minha caminhonete lá.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Por quê?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Porque ela estava com problema, estava falhando, aí deixei lá.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Diga-me uma coisa. Logo depois da morte da irmã Dorothy, acho que no dia em que estávamos participando do enterro, houve uma morte do senhor Adalberto Xavier Leal, conhecido como "Cabeludo". O senhor conhece esse Adalberto?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não senhor, não conheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Foi no dia da morte da Dorothy, né?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Foi.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele prestou serviço para o senhor ou para o Tato?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não. Se trabalhou para o Tato, foi para ele, para mim, não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Para o Tato, né? Para o senhor, não.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Por enquanto, Sr. Presidente, dou oportunidade aos demais, depois retorno com outras perguntas..

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) – Sr. Vitalmiro, há quanto tempo o senhor mora no Pará?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Fui praticamente criado no Pará.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) – Aonde?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Xinguara, Rio Maria.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) – Xinguara e Rio Maria. Quantas propriedades o senhor tem em Xinguara e Rio Maria?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Nenhuma. Já vendi.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) – Já vendeu. Vendeu em que ano?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Vendi há dois anos atrás.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA) – De que tamanho eram as propriedades?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – De mil hectares.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – De mil hectares. Está certo. A sua família mora no Pará?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Mora.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quanto o senhor pagou ao Taradão, ao Regivaldo?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Para ficarmos sócios?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Você comprou a primeira parte. Quanto pagou?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Seiscentos mil.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E pela segunda parte, quanto pagou?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Um milhão.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então o senhor pagou um milhão...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não. Não paguei, ainda não tinha vencido essa parte.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu sei, mas o senhor fez a compra da propriedade no valor de um milhão...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É verdade, vinte e duas mil arrobas de boi.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Vinte e duas. O negócio é feito com boi.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É. Está certo. Hoje os depoimentos lá giraram em torno disso. A moeda é boi lá na região.

Muito bem. Por enquanto é isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou aproveitar, antes de passar a palavra para a Senadora Ana Júlia.

Temos a informação de que você ficou muito rico em pouco tempo. É verdade isso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Dessa riqueza eu até fiz o depoimento do começo ao fim. Está até feito o depoimento, já, na Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas ficou?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não estou vendo riqueza. É um... Não é?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não é verdade isso, então?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Porque a informação é de que você não tinha nada e em poucos anos ficou muito rico.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, não tenho essa riqueza, não. Se tenho, eu não sei ainda.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quanto você acha que tem?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não acho que tenho essa riqueza.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Qual é o seu patrimônio?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu paguei 600 mil para o Regivaldo e o dinheiro que eu pagasse essa parte para o Regivaldo eu ia ficar com a fazenda, ia engordar boi dos outros a meia. Eu ia ficar com...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É só esse o seu patrimônio?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Só. Esse é o dinheiro que tenho. Toda a economia do meu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passo a palavra para a Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Vitalmiro, hoje, em Altamira, os vários produtores, várias pessoas representando entidades, se reuniram conosco antes, com esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, nos entregaram um documento e disseram que esse crime era uma situação única, e que ele tinha acontecido porque o senhor era uma pessoa que veio de fora, que era sua responsabilidade isso, do Tato e dos outros dois. Que o senhor seria um forasteiro. Uma pessoa chegou até a usar esse termo.

Então, eu queria lhe dizer isso, quer dizer, que eles nem sequer o conheciam.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Estou só reproduzindo para o senhor o que eles falaram hoje. O senhor sempre diz que o senhor não sabe de outras pessoas que seriam. O senhor diz que o senhor não foi. Alguém foi, porque ninguém, em sã consciência, pode acreditar que foram só o Rayfran, com o Clodoaldo, que se chamava Eduardo, e mais o Tato. Então eu só queria lhe informar isso e perguntar mais uma vez: o senhor sabe, o senhor pelo menos ouviu falar que outras pessoas teriam interesse na morte da Irmã Dorothy?

Porque essas pessoas questionadas todas negaram e ainda disseram que o senhor era um forasteiro, e que o senhor tinha chegado ali, por isso tinha acontecido aquilo. O senhor é a única pessoa responsável, junto com os outros três, por esse fato, por esse crime.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Se eles falam isso... Eu até sou chegante na região. Mas pelos negócios que fiz em Altamira, não fiz papel de forasteiro não. Se eles estão falando isso...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor então poderia dizer para nós o que falavam? Se tem outras pessoas então...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Comprei propriedade em Altamira, paguei, está citado, comprei a fazenda do Ananias, uma terrinha, paguei, comprei a outra do Irlam e Nibinho, *(inaudível)* que são sócios, comprei e paguei, não devo...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Como são os nomes?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Binho e Lano, de quem comprei a fazenda. Está citado naquele depoimento. E comprei e paguei, não tenho problema com ninguém, os poucos dias que estava lá eu tinha boas amizades, e se eu estava num lugar parava um, parava outro e ia lá conversar comigo.

Então, acho que um forasteiro, para dar cano nos outros... Pelo tipo que eles falaram, devem estar com medo de cano. Agora, graças a Deus, não devo para nenhum deles. Em vez de dar algum cano deles, né, comprar. Forasteiro compra dos outros, é prejuízo, e vai embora. Vai fazer dois anos em julho que estou em Altamira. Vai fazer, agora em abril, um ano que negociei a parte de parceria com o Regivaldo. Em abril agora, faz um ano que fiquei em parceria com o Regivaldo e vendi as outras propriedades de lá, que inclusive foi onde troquei o outro, o Tato , 60 alqueires. A gente trocou os 60 alqueires lá.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então, o senhor não gostaria de dizer a esta Comissão outros nomes que o senhor sabe dessas pessoas que poderiam, que inclusive já tenham mais tempo lá na região do que o senhor, que estariam envolvidos, que teriam interesse na morte da Irmã Dorothy? Que o senhor tenha ouvido falar, como o senhor falou.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, não. O que ouvi falar foi o que eu falei.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ok.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria perguntar ao nosso depoente: Qual é a relação que o senhor tinha com a Irmã Dorothy? Conhecia ela há tempo? Tinha alguma proximidade com ela?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não senhor. Eu vi ela uma vez no comício, de longe.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – E como o senhor via os assentamentos que eram feitos por ela, que ela ajudava a organizar os trabalhadores?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Ela ajudava os pequenos, eu ouvia falar que ela ajudava o pessoal.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – E o senhor não tinha nada com aqueles assentamentos?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não. É o que acabei de falar, que eu não tinha nada, porque eu não tinha, eu estava... se fosse caso de os documentos não fossem bom, ele me devolvia o dinheiro.

E se fosse bom, eu tinha a Justiça da área da minha, porque a minha não era área de PDS.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Tivemos a informação de que havia fazendeiros da região que, quando os trabalhadores plantavam arroz, o fazendeiro que ajudava o senhor mandava espião semear capim em cima para soltar o gado. Não eram os seus peões?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, senhor. Nem gado, lá na divisa, nunca pus.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Mas, então, qual será o fazendeiro que fazia isso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não sei. Se fez isso, que eu não sei se pôs gado – lá no fundo da fazenda nem gado não foi posto lá –, quem comprou e estava pondo semente era o Tato. Agora, gado não foi posto lá. Gado eu só... Usei gado onde o Taradão fez pasto. Não fiz pasto para pôr gado lá, não teve pasto meu para por gado lá.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Essas fazendas que o senhor disse que comprou e pagou, o que eles estão produzindo? O senhor planta o que em cima delas?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, as que eu comprei e paguei – acabo de informar para o senhor – vendi na compra, para comprar essa outra. Não é todas que é minha, igual falaram o negócio do dinheiro. Minha é só essa que comprei. Porque vendi as outras para pagar essa.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – A última pergunta: quando os assassinos chegaram na sua fazenda, o senhor disse assim, de cara "jogue fora essa arma"?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Falei: some com essa arma daqui, rapaz. Quando ele abriu e que me mostrou o revólver. Tinha umas quatro balas no revólver. Continuei falando: rapaz, some com isso daqui. Você vai me trazer complicação.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – E o que ele disse?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Aí eles saíram assim. Aí eles saíram. Aí ele disse que queria um pedaço de plástico, estava chovendo, queria um pedaço de plástico.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Obrigado.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Deputada Luci.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Ao depoente, uma pergunta: a sua entrega, assim, você apresentou à polícia, entregar foi uma forma de se proteger?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Entreguei para provar minha inocência, porque não devo no caso. Vou provar, com fé em Deus. Hoje, amanhã, vou provar isso aí.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – É importante essa sua informação, se o senhor tem essa informação: a polícia investiga a possibilidade e denúncias de que teve da existência de uma formação de um consórcio de alguns grileiros, alguns madeireiros, alguns políticos, alguns produtores que estavam interessados na morte da Irmã Dorothy. O senhor ouviu falar, tem conhecimento, informação?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, senhora, não.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, Senhora, não.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Não ouviu falar?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Não tem conhecimento?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, Senhora.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Mais uma pergunta. Qual é a motivação de tirar vida de uma pessoa tão importante, que fazia um trabalho tão importante para os trabalhadores? Pode saber, ouvir algum motivo para isso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – De mim, não teve motivo nenhum.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Mas dos outros, seus amigos?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Conhecidos, né?

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – É dos conhecidos. Ouviu o motivo?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, Senhora. Não ouvi isso não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Tato não disse nada a você quando apareceu na sua fazenda?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Ele falou que era inocente. Ele falou "não". A gente conversando, eu disse: "Mas você não tem envolvimento nenhum, né, Tato?" Ele disse: "Tenho não; nisso aí não tenho envolvimento, não." Eu até apoiei de ele ficar na fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas ele estava com a arma do crime...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Nele, não. Ele não tinha arma nenhuma. Quem estava com a arma foi quando chegou o primeiro Rayfran, mais o Eduardo. O Tato não tinha arma.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ele chegou e disse o que, com a arma na mão.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Ele chegou, me mostrou a arma e falou o tinha feito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ele?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – E disse que ele tinha matado. Não disse por quê?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Falou. Eu discuti que fui jogar a semente cedo e discuti com ela estrada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Porque ele discutiu por causa das sementes?!

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É. Ele tinha ido cedo pra jogar a semente, encontrou ela na estrada e discutiu. Foi o que o Tato passou pra mim depois que ele conversou com ele e foi discussão deles. Foi o que ele falou pra mim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Sibá Machado

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Vitalmiro, o senhor tinha uma propriedade, antes de Anapu, em que Município exatamente?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Município de Vitória do Xingu.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vitória do Xingu. Mil hectares, como o senhor já falou. É isso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, tive várias.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Teve várias.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É. Comprei três propriedades lá. Uma de 1.000 hectares, do ??? que te falei, que acabei de falar agora, e uma de 110 alqueires do Sr. Ananias, e do Binho mais o *(inaudível)* tinha uma outra sobra de 70 alqueires, que eu comprei.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Por quanto o senhor vendeu essas áreas?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Uma delas foi trocas mais o Regivaldo. A do Sr. Ananias mesmo foi troca.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor disse que pagou R$600 mil.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Valor de R$600 mil!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Valor de R$600 mil. Quanto exatamente o senhor desembolsou de dinheiro?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Foi um cheque de R$40 mil, foi caminhonete, foi troca.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muitos objetos.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É. Não foi só dinheiro não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E por que exatamente o senhor deixou o Município e foi morar em Anapu? Por quê?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu não fui morar em Anapu. Eu não moro em Anapu. Eu moro em Altamira.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tudo bem. Estou refazendo a pergunta. Por que o senhor foi adquirir terras em Anapu?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Ah, porque com o negócio de ele me convidar para fazer negócio...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quem lhe convidou?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O Regivaldo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Isso o senhor já morava em Altamira?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Morava em Altamira.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não tinha terra até então?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Tinha terra lá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Terra onde?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Essas que eu falei.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Essas do Município de Vitória do Xingu?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É verdade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E foi então convencido a comprar terras em Anapu?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É aí eu fiz negócio com ele, aí passei a trabalhar. As terras de lá é melhor do que as terras do Município de Vitória.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quando exatamente o senhor chegou em Altamira?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Em julho... Faz dois anos agora em julho.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Em julho de 2005 faz dois anos. Então julho de 2003.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Que eu cheguei em Altamira.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor sabe que a Irmã Dorothy já morava na região?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, quando eu cheguei, não sabia não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não sabia que ela morava lá, nunca tinha escutado falar do nome da Irmã Dorothy?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, logo que eu cheguei, não. Depois que a gente passando em Anapu, que passou a saber.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor tinha conhecimento já da situação de conflitos?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Tinha a campanha política, que tinha o Chiquinho, que era candidato que ela apoiava...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tá, mas o senhor tinha conhecimento dos conflitos em Anapu?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, também não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor não tem notícia de que os conflitos começaram lá em 1982? Nunca soube que lá era sempre um problema de muitos conflitos?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Nunca soube não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Comprou completamente inocente?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Comprei inocente, para trabalhar e possuir *(inaudível)* porque a terra era boa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Com dois anos morando em Altamira, o senhor nunca ouviu falar que Anapu tinha problemas?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Está com um ano e meio – mais de meio agora. Se tem um ano que eu comprei, não tinham dois anos...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quando foi exatamente a transação?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Vai fazer um ano agora em abril que eu entrei em parceria com o Regivaldo Pereira Galvão.

Se o Regivaldo negar que teve sociedade comigo, temos os contratos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tem? O senhor pode fornecê-los para nós?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu não estou com os contratos aqui, mas...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – A Polícia Federal está com os contratos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estão em posse da Polícia Federal.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não sei se estão aqui ou em Altamira.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Já peço, Sr. Presidente, que os requisite.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estão nos autos também.

Sr. Vitalmiro, o senhor conhecia – e, se conhecia, a partir de quando? – Rayfran das Neves Sales, apelido de Fogoió? O senhor conhecia essa pessoa?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu via ele com o Tato. Quando ele estava trabalhando com o Tato, sempre eu via eles. Eu passava por lá, na outra terra – que o Tato vendeu, que trocamos -, e eu via eles (sic) passando.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A terra do Tato é próxima da sua?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Essa de agora? Que trocamos?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É um pedaço da minha.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Na mesma área exatamente?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Na mesma área.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor conhecia o Sr. Clodoaldo Carlos Batista?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Via também.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor os via lá?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Por que exatamente na sua casa que eles foram bater?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É o único lugar de saída... É só dois lugares, que acabei de afirmar agora. Só tinha duas saídas: por lá ou por cá, que era a saída de eles sair, que era a estrada.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor imagina por que essas duas pessoas resolveram matar uma senhora de 73 anos de idade? Por quê?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O que eles me falaram é o que eu acabei de falar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Porque ele ia passando na estrada e ela disse que ele não podia jogar semente? Assim, ele resolveu dar seis tiros nela?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É isso que eles falaram.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Deixe-me seguir.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Procura desde o começo aí... Senão, o senhor vai...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, qual é a história?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Então, conta do sábado, não é isso? Ou da sexta-feira?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Da sexta.

Na sexta-feira, depois do almoço, na parte da tarde já, passei com o Dr. Gerson. Acabei de confirmar com ele. Ele falou para mim passar no escritório dele. Ele falou: "A Drª Daniele vai chegar na segunda-feira. Tem de assinar um papel da liminar. Na terça, quarta, você tem de estar aqui, para você mandar para ser cumprida a liminar. Porque, se alguns tiverem falando de entrar na fazenda, aí... Você cumprir a liminar". Está bom. Aí, fui para Anapu. E era para mim falar isso para o Tato e também a mudança de um vaqueiro que era para ele pegar, que ele tinha camionete, para ele buscar para mim. Quando cheguei em Anapu, passei em frente à casa dele. A camionete não estava lá. Mandei meu vaqueiro, que procurou e ele não estava. Disseram que chegava à noite. Aí, esperei. Pousei no Hotel Santa, e ele não chegou. Amanheceu. Cedo, por volta das oito horas, ele não chegou. A gente estava negociando com o Sr. Dezinho lá. Fiquei até umas oito e meia, por aí, quase nove horas. A gente seguiu. O pessoal saiu com o caminhão para lá. Eu segui na camionete. Falei que ia passar no Tato. Falei com a mulher do Tato. Eu disse: "Se ele chegar, eu preciso muito falar com ele". Segui a estrada. Quando chegou na entrada da terra do Tato, que era no fundo da fazenda, segui a direção. Tinha cinco trabalhadores, cinco posseiros lá.

Pediu carona, eu dei carona a eles. Aí seguiu. Quando chegou lá na frente, tinha um pau caído na estrada, arrancado na estrada lá. Aí eu falei com eles para poder ir lá no Tato e falar para o Tato trazer a motoserra para a gente cortar aquele pau, porque eu tinha de passar um recado para ele. Aí um deles foi passando e eu falei para os outros quatro: fica aí comigo. Aí eu falei para ele: manda ele vir de caminhonete, que vem mais rápido; aí eu levo vocês, vocês podem ficar aqui comigo. Quando o outro passou, falou assim: tem rastro de onça aqui. Eu não vou ficar aqui não. Os outros quatro... Aí acompanhou o outro.

Descendo uma ladeira tinha uma curva. Aí eles gritaram: é nós, é nós, é nós. Hei, é nós. Aí acabaram de descer.

Quando eles acabaram de descer, eu vi uma fumaça e falei para o Cleone: vai lá para o lado daquela fumaça. Eu observei na curva, tinha uma fumaça. Vai lá, arruma nem que seja um machado para cortar esse pau aqui para nós poder passar. Vai lá logo. Aí ele foi. Quando ele voltou, falei: cadê o machado? Ele fazia assim para mim. Cadê o machado? Ele tornou fazer. Eu falei: o que foi? Ele disse: "é o carro do Tato que tá acabando de queimar ali. Eu falei: pula aí; e ele pulou encima do carro. Quando eu dei a partida, só ouvi tiro no carro. Já atiraram no carro.

Eu engatei marcha à ré, saí rapidamente. Manobrei. Lá na frente tinha mais dos colonos querendo ir até na estrada. Eu parei, eles subiram, eu levei até na estrada. Aí segui para a fazenda para mim ver o que estava acontecendo. Que eu segui para a fazenda. Para eu saber o que estava acontecendo.

Aí eu mandei um trabalhador que fazia cerca ir lá no Tato, mandar falar para o Tato vir para saber o que estava acontecendo.

Dessa hora que apareceu depois o Rayfran e o Eduardo, que apareceu lá e que falou. Logo após, o Tato depois chegou com o rapaz que mandei vir com ele. Também veio acompanhado do Paulo Índio e os outros pessoal que veio de lá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Posso continuar, Sr Presidente? O senhor foi acusado de ser um "limpador de fazendas". O que seria um "limpador de fazendas"?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Como é que é?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor foi acusado de ser um "limpador de fazendas". O que seria "limpador de fazendas"?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – "Limpador de fazenda" eu também procuro. Eu não sei o que é um limpador de fazendas. Eu não sei o limpador de fazendas. Eu sempre limpo fazenda é roçando, quando vou roçar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor por ventura conhece alguém que tenha avião lá em Anapu? Alguma fazenda daquelas tem avião?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – De Anapu?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Lá em Anapu?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Fazenda...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Se alguns desses fazendeiros têm um avião lá particular para...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, que eu saiba também não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ninguém tem avião por lá?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Que eu saiba, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nem para jogar semente?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Pista tem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pista existe?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Pista tem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quem, por exemplo, tem pista de pouso lá?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Quem tem pista? O Délio tem...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O Délio tem.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – o Regivaldo acho que tem também.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O Regivaldo também.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É, mas...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT AC) – Foi dito que o senhor saiu de lá de avião. Saiu de lá de Anapu. Como o senhor saiu de lá?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, eu sai de moto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quem exatamente te ajudou?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O rapaz que vinha lá dentro das glebas...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quem é o rapaz?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu não conheço ele. Ele me deu carona até a entrada do Pau Furado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Você não conhece a pessoa?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É empregado de fazenda ou coisa parecida?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu acho que sim ou trabalhador. O pessoal que trabalha, eles têm moto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Foi dito também que a irmã Dorothy trabalhava há muitos anos na área, há mais de vinte anos, e que todos aqueles fazendeiros conviveram com ela durante esse tempo todo, e que bastou a sua chegada e já a irmã morreu, em seguida.

Por que essa coincidência?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu não sei e quero provar que não tenho nada com isso aí.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor nunca se encontrou com a irmã Dorothy, nenhuma vez?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Nunca falei com ela.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nunca a viu?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Vi ela de longe.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ela cita o senhor em um documento deste ano, denunciando a órgãos públicos que o senhor estaria ameaçando pessoas de lá do PDS, e este documento foi inclusive motivo de um depoimento seu ontem...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Se tiver um colono que eu ameacei, traga-o para provar para mim se eu já fiz alguma coisa com algum colono desses aí. Apenas o que já fiz foi dar carona, porque não tenho problema nenhum com eles.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O documento já consta, Sr. Presidente, o depoimento dele de ontem. Nas folhas 825 e 826, já consta na citação do próprio Ministério Público e no argumento da Promotoria. Acredito que esse documento já está de posse dos autos, inclusive aqui, e o senhor teria ficado calado ontem, quando foi tratado desse assunto. Por que o senhor ficou calado? Pediria para continuar aqui, por favor. O documento está citado no depoimento dele, prestado ao juiz...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado João Alfredo. Antes, gostaria de informar, já que levantei, no início dos trabalhos, a hipótese de que estaria havendo ameaça de morte aos três pistoleiros presos, que o Superintendente da Polícia Federal, Dr. José Ferreira Sales, já comunicou ao Superintendente do Sistema Penal do Pará, Dr. José Alírio Sabá, esse fato, para que as providências sejam tomadas. O fato é verdadeiro.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ok, Sr. Presidente.

Sr. Vitalmiro, queria fazer uma pergunta. Se o senhor puder responder com muita franqueza seria muito importante pra gente. Até então, até esse depoimento, pelo menos tenho lido os seus depoimentos, o senhor

não tinha falado do bilhete. Apareceu na imprensa e hoje o senhor reconheceu o bilhete, reconheceu que ditou o bilhete para o seu irmão, já que o senhor escreve muito ruim, e é um bilhete muito sério nesse processo de apuração, porque cita o Dominguinhos, além do próprio Tato, que já está preso, cita o Luís Ungaratti, da serraria, e cita o próprio delegado de polícia de Anapu, que estaria pegando dinheiro e que já sabia de tudo que estava acontecendo.

O que quero lhe fazer são duas perguntas.

Primeiro, o senhor não tinha falado ainda desse bilhete com medo desse Ungaratti, com medo do Dominguinhos, com medo do próprio delegado de polícia? Por que o senhor nunca tinha falado nisso? Precisou eu ter recebido a cópia do bilhete para o senhor confirmar?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, o negócio é que eu queria provar só a minha inocência. O problema dos outros...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O problema dos outros o senhor não queria?

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem. A defesa esclarece... *(inaudível)* Num, ele falou os fatos e, no outro, sigiloso, para que não fosse dada publicidade. As pessoas que assistiram se comprometeram, porque a Polícia Federal necessitava de sigilo e que não fosse dada publicidade para não prejudicar as investigações. Infelizmente, no outro dia, o Promotor vai e fala com a imprensa.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Promotor deu o vazamento do bilhete?

O SR. (Orador não identificado) – O Promotor que estava na nossa reunião com a Senadora aí presente. Ele prestou um depoimento e outro, ao lado, exclusivamente, sobre o bilhete. E o compromisso de todo mundo era de que não falasse. A defesa não falou, os outros não falaram, mas o Promotor chegou lá e disse toma, está aí.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Está esclarecida essa primeira pergunta.

A segunda pergunta que faço é tão séria quanto a primeira. Em função disso, desse fato último se tornar público, que abre, vamos dizer, a possibilidade de terem outros mandantes com relação a essa situação, o senhor se sente ameaçado por essas pessoas, pelo Delegado, pelo Ungaratti, pelo Dominguinhos?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É a gente falou que apurasse o caso. Apurar, aí já passou lá, o delegado e todo mundo já ficou sabendo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **– M**as o senhor tem algum receio de que, a partir de hoje, possa haver...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Tenho!

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Tem. E esse receio, esse medo... quem o senhor acha que poderia lhe fazer mal?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, isso aí teria que ser apurado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ok, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Vitalmiro, uns dez dias depois da morte da irmã Dorothy, e que você estava desaparecido, chegou-me a informação de que um grupo de pessoas, que estava em uma determinada localidade na cidade de Altamira, demonstrava uma preocupação muito grande e dizia que precisava dar um jeito urgente, como diz o ditado, de acabar com você, porque você tinha informações.

Você acredita que esse bilhete pode ser motivo, ou além dele você, realmente, informações que possam comprometer outras pessoas? Estou fazendo-lhe essa pergunta porque obtive essa informação uns dez dias depois do assassinato, você estava desaparecido e esse grupo de pessoas que estava em uma determinada localidade da cidade, demonstrou preocupação com a sua ausência; eles diziam que era necessário, que era preciso dar um jeito em você porque você é uma pessoa que poderia "estragar a farofa", vamos dizer assim, de algumas pessoas. Que comentário você tem a fazer sobre isso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Pode falar.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É o causo de eu ficar, entregar e conversar... Toda vida eu queria sentar e conversar com a polícia e explicar a minha, mas... Eu tinha até receio de conforme o jeito de sair... igual entrarei em contato poder esclarecer, que eu quero, se Deus quiser, que isso seja esclarecido, que a justiça se for para ser feita certa, eu estou aqui para ser certa. Se tem polícia federal, tem tudo, que é para identificar o causo realidade, como Deus está no céu, realidade, eu estou e quero provar a minha inocência, que eu não devo nesse causo da morte de irmã Dorothy nada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** O Senador Sibá Machado prossegue.

O documento a que se referiu o Senador Sibá Machado é um ofício que estava na pasta que se encontrava com ela quando foi assassinada. E esse ofício

se encontra nos autos, na Justiça, e não chegou aqui ainda à Polícia Federal, mas nós vamos solicitar...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** *(Fora do microfone. Inaudível.)* Esse ofício é datado de janeiro de 2004. E não existe nenhum protocolo de recebimento constatando que ele seja de janeiro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Consta que foi apenas vício de ... É o hábito de colocar 2004, como janeiro era logo em seguida de 2004.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* porque essa não é uma questão a se discutir aqui.

Eu peço ao senhor que se comporte, porque nós estamos sendo liberal permitindo.... O senhor deve conhecer Regimento de Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós estamos permitindo por liberalidade que haja interferência dos advogados.

Por isso eu peço que o senhor se comporte também como se exige.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* mas não posso me calar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Pode se calar, sim, e em CPI não há a possibilidade de o advogado se pronunciar, só o depoente. Apenas fizemos essa concessão por liberalidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor se recusou a prestar depoimento na delegacia de polícia de Anapu. Por quê?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Porque me resguardo falar em juízo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E sobre o documento no depoimento de ontem. Por que o silêncio? O senhor gostaria de conversar conosco em reserva? Poderia ser isso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não. Eu não sei. O livro não é da época em que comprei fazenda em Anapu, aí eu explicar uma coisa que não é do meu tempo... Do meu tempo, você pode procurar, mas o que não é do meu tempo, não tenho como responder, porque não sei. Vai fazer um ano em abril que comprei a fazenda; se é antes, não sei do que se trata o livro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A minha pergunta é se o senhor gostaria de fazer algum tipo de esclarecimento melhor em reserva para esta Comissão?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O que foi do meu tempo...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. (Orador não identificado) – Aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Aqui de Belém.

A minha pergunta é por quê. Eu gostaria de saber por quê? Eu estou com a palavra e gostaria que o senhor pudesse falar comigo. Estou perguntando ao senhor por que se recusou a prestar depoimento à Polícia Civil. O que o impede? Que tipo de problema tem na Polícia Civil?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Porque me resguardei falar em juízo mesmo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Apenas em juízo.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Foi.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Seu advogado de defesa está dizendo que jamais irão à Polícia Civil, sob qualquer hipótese.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Se ele está falando... Eu estou falando...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não responde pelo senhor sobre isso?

Sr. Vitalmiro, isso é uma coisa muito séria. Não estamos aqui, em nenhum momento, querendo ver a desgraça de ninguém.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu estou aqui para falar a verdade e a verdade é o que já falei. Agora, eu falar coisa que não sei o que estou falando...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sou um parlamentar, meu jovem, e com o microfone eu falo o que quiser, nem que depois eu tenha que responder pelos meus atos. Eu pediria que o senhor se calasse enquanto eu estiver falando, por favor.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu estou com a palavra. O Presidente, primeiro, corrija-me a palavra, depois a gente conversa. A palavra está comigo. Estou na tribuna.

O SR. (Orador não identificado) – Não me interessa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Interessa-me muito menos V. Exª. Pediria, Sr. Presidente, por favor, que afaste esse advogado dessa audiência. Não posso mais trabalhar neste clima.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Presidente vai solicitar que os advogados ouçam em silêncio e só interfiram se forem convocados pela Mesa. A partir de agora, queremos solicitar que permaneçam calados se desejarem permanecer aqui. E o Senador Sibá tem a palavra para continuidade.

O SR. (Orador não identificado) – A defesa, **data venia**, quando houver incorreção, tem que intervir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não numa CPI. Não há essa figura regimental, e o senhor não tem autoridade para levar o cliente para a cadeia. O senhor não tem essa autoridade.

O SR. (Orador não identificado) – Como defensor eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se o senhor não se calar vamos pedir à Polícia Federal que faça a sua retirada. Ele não irá com o senhor.

O Senador Sibá está com a palavra e peço que conclua o seu interrogatório, indagando, durante o tempo que desejar, o depoente.

O Deputado João Alfredo pede a palavra.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – No começo, houve um apelo para que fizéssemos uma pergunta bem clara para a testemunha responder.

O senhor mandou escrever um bilhete pelo seu irmão que diz que o delegado de Anapu está pegando dinheiro e sabia de tudo. Eu pergunto: o senhor não deu depoimento na Polícia Civil justamente porque não confiava no delegado, porque achava que o delegado estava recebendo dinheiro de outras pessoas, até quem sabe para lhe incriminar ou com medo, até porque o senhor fez o bilhete? É isso que eu quero que o senhor diga e tenho a impressão de que o Senador Sibá Machado quer. O senhor não foi por quê? Porque o senhor deu depoimento em todo o canto. Foi por isso? Eu pergunto e peço que seja sincero.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Porque eu ouvi falar do negócio que o delegado...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Que o delegado estava pegando dinheiro. Então o senhor teve medo ou receio de não dar o depoimento perante ele. É isso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É. Aí falei que era para ficar em juízo, porque não ia falar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Boa parte da minha preocupação acaba de ser esclarecida, era exatamente nisso que eu queria chegar. Só para encerrar, o senhor conheceu o Sargento Esteves, ali em Anapu? Sargento da Polícia Militar do Pará?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nunca ouviu falar do Sargento Esteves, da Polícia Militar?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor tem conhecimento da existência de...

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu o conheci de vista.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas ele andava por lá?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Esse policial andava à paisana ou fardado?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Eu vi a viatura dele passando, eu estava lá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu quero saber se quando o senhor o viu ele estava fardado ou estava à paisana? Como é que ele estava?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não lembro. Lembro que ele estava lá, mas não tinha conhecimento com a PM, como falei para o senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas como é que o senhor sabia que era o Sargento Esteves?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não. Eu via a polícia lá, os soldados, os sargentos...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Inclusive o Sargento Esteves?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, como falei para o senhor agora, não sei por nome.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A minha pergunta é se o senhor viu o Sargento Esteves ou viu policiais na área.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Vi policiais, mas o sargento eu não tenho conhecimento e não vi.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Durante esse tempo que o senhor reside ou trabalha em Anapu era freqüente a presença de policiais?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – A cidade é muito pequena. A gente parava no posto para abastecer, parava...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Tem um destacamento da Polícia Militar lá em Anapu?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Tem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor não reconhece então o Sargento Esteves?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas reconhece ou tomou conhecimento da existência de uma empresa de nome Marca, empresa de vigilância, e uma outra de nome CES, Companhia Especial de Segurança? O senhor já ouviu falar dessas companhias ali?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Empresas de segurança de terra?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não sei não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Que estariam com contratos de pessoas que faziam essa parte de intimidação e amedrontamento de moradores daquela área. Nunca tomou conhecimento disso?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – O senhor pode me explicar isso de novo? Porque não ouvi.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Porque chega até nós que há duas empresas que se dizem empresas de segurança de pecuaristas, que fazem o serviço de guarda das fazendas e que são acusadas de serem, na verdade, agências de pistoleiros e que era comum esse Sargento Esteves, que inclusive era proprietário de uma dessas empresas, atuar ali em Anapu, fazer esse serviço de ir à casa das pessoas, intimidá-las e amedrontá-las. Estou perguntando se o senhor conheceu essas empresas?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, não é do meu conhecimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E nunca ouviu falar desse tipo de atividade lá?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor tem conhecimento do conflito que ocorreu lá com quatro vigilantes dessa empresa e que um acabou sendo morto? O senhor não soube dessa morte?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não soube dessa morte? Não foi nas proximidades de sua área?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quem trabalhava para o senhor? Quem gerenciava lá seus negócios? Quem são seus empregados?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Os meus funcionários são o Cleoni e o Negão. São vaqueiros que cuidavam do gado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só vaqueiros. O senhor não tem um gerente lá?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, senhor. Quando eu comprei tinha o Dominguinhos e depois acertamos. Comprei a parte do Regivaldo e já acertei com ele também. Lá não tem... só tem o capataz do gado, vaqueiro, jeriqueiro, e outro pessoal que trabalhava, mais máquina alugada.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, o Dominguinhos, na verdade, não chegou a trabalhar com o senhor?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não, quando... ele trabalhou só enquanto o Regivaldo era sócio. Quando o Regivaldo saiu, ele também já saiu.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Para encerrar, Seu Vitalmiro, como fomos muito enfáticos hoje, fomos muito diretos e objetivos na conversa com o Sr. Regivaldo – me recuso a falar o apelido – ele negou terminantemente para nós que tivesse qualquer tipo de sociedade com o senhor, e o senhor nos garante que teve essa sociedade, inclusive com documentos?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Tive a sociedade. Pode por ele de frente comigo que quero a verdade, e verdade tem que ser falada.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, o senhor não acha que o Sr. Regivaldo está querendo incriminar o senhor em alguma coisa?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Pois é. Nisso aí pode chamar que a gente já põe em pratos limpos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não haveria interesse da parte do Sr. Regivaldo em te prejudicar, em prejudicar o senhor?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É, está com mentira, porque eu não preciso de mentir. Pode chamar e eu tenho prova.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor aceitaria uma acareação de frente a ele para tratar desse assunto?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Aceito, aceito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço, então, em momento oportuno, a acareação entre o Sr. Vitalmiro e o Sr. Regivaldo.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Aceito, vou começar a provar as verdades para vocês a partir dessa hora.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou contemplado, Sr. Presidente.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Que aí eu tô provando que ele já tá falando que não era sócio, eu vou provar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Só queria dizer que estamos comovidos com a sua sinceridade, com a sua humildade. E hoje nós tratamos com gente que, como diz o gaúcho, de fina flor. Todo gente letrada, gente sabida. E todos eles tentando lhe incriminar. Então, qual é que vai te defender? Será que essa

gente não te pegou como bode expiatório, como diz o gaúcho?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É, mas Deus é maior, né? Deus é maior. Pode estar todo mundo contra mim, mas se Deus estiver do meu lado, não tenho medo de nada.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Só queria reforçar o que o Presidente disse no início, que a tua sinceridade pode te salvar. Então, se você souber de algum outro, não esconda porque está prejudicando o senhor mesmo.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes de encerrarmos os trabalhos, gostaríamos de lhe dar mais uma oportunidade, se desejar aproveitar este ato, para fazer alguma declaração que possa ser importante inclusive na sua defesa. Tem a liberdade para dizer o que gostaria de dizer neste momento.

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Não... isso aí é o seguinte, a gente vai começar... o Doutor lhe pediu pra gente ir junto e a gente vai conversar, começar mostrar as coisas no lugar, vendo tudo certo, do jeito que estou falando, acredito que batem as coisa. Acredito que batem as coisa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) **–** Vitalmiro, você teria alguma coisa que você gostaria de falar com um número menor de pessoas, por exemplo, só você, o advogado, o Presidente e o relator da CPMI, em outra sala? Que vocês pudessem sair daqui e conversar, o Presidente, o relator e só vocês? Tem alguma coisa ?

O SR. VITALMIRO BASTOS DE MOURA – Deputado, é o seguinte: o Senhor pode deixar que isso aí vai ser... vocês vai saber da verdade, a gente vai conversar, de igual já estou fazendo o meu depoimento com vocês, vai analisar, a polícia federal vai analisar, vocês vão analisar isso aí. E devagarzinho vocês vão saber. Você vai saber, vai saber, vai saber. A verdade tem de ser cumprida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A solicitação do Senador Sibá Machado requer cópia do Processo Criminal nº 34, em trâmite perante a vara única da Comarca de Pacajá.

Vamos solicitar à Secretaria da Comissão que providencie isso.

Agradecemos a presença da Congregação Irmãs de Notre Dame, que veio acompanhar esse ato da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Agradecendo a presença de todos, encerramos a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h15min.)

Ata da 28ª Reunião realizada em 6 de abril de 2005

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Sibá Machado, Ana Júlia Carepa, Pedro Simon, Juvêncio da Fonseca, Romeu Tuma, Antero Paes de Barros, Fátima Cleide e Garibaldi Alves Filho e os Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Xico Graziano, Luis Carlos Heinze, Josué Bengtson, Inaldo Leitão, Luci Choinacki, Jamil Murad, Adão Pretto e Anselmo, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".*** Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Alvaro Dias declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir os depoimentos dos senhores Décio José Barroso Munes e Francisco Quincó, bem como apreciação e votação de requerimentos. Após, o Senhor Presidente convida o Senhor Décio José Barroso Nunes para tomar assento à mesa dos trabalhos, que se fez acompanhar de seu Advogado. A Presidência informa que o depoente já assinou o Termo de Compromisso, passando a lê-lo. Ato contínuo, o Senhor Presidente passa à leitura, discussão e votação dos seguintes Requerimentos: **Req. nº 116**, de autoria do Deputado Adão Pretto e outros, requerendo as quebras de sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Yoaquim Petrola; **Req. nº 117**, de autoria do Deputado Adão Pretto e outros, requerendo a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico, do Sr. Luiz Ungaratti; **Req. nº 118**, de autoria do Deputado João Alfredo e outros, requerendo a convocação de Cecílio Rego de Almeida; **Req. 119**, de autoria do Dep.Onyx Lorenzoni, requer seja efetuada a transferência dos sigilos fiscal e bancário, para esta CPMI, da pessoa jurídica ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola (CNPJ 55.492.425/001-57), sediada à Alameda Barão de Limeira, 1232, São Paulo/SP, tornando sem efeito os Req. 78 e 78 anteriormente aprovados; **Req. nº 120**,

de autoria do Dep. Zé Geraldo e outros, requerendo as transferências de sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Manoel Domingues Paes Neto, CPF: 272.833.468-48; **Req. nº 121**, de autoria do Dep. Onyx Lorenzoni, requerendo sejam requisitadas cópias de todo o material coletado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, no inquérito aberto para investigar as atividades da COCAMP – Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema e seus diretores, entre os quais se inclui o Sr. José Rainha Júnior; **Req. nº 122**, de autoria Dep. Onyx Lorenzoni, requerendo a transferência do sigilo bancário e fiscal para esta CPMI, da pessoa jurídica Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA, sediado à Rua Princesa Isabel, 373, Centro – Veranópolis – RS, bem como o levantamento dos termos em que foram celebrados e respectivos documentos que instruem a execução dos convênios que possibilitaram o repasse de verbas públicas para a Instituição; **Req. nº 123**, de autoria do Deputado Zé Geraldo e outros, requerendo as transferências dos sigilos bancário e fiscal da União Democrática Ruralista – UDR NACIONAL, CNPJ: 03.495.413/0001-82, SCS, Quadra 02, Bloco C, nº 22, Sala 216, Edifício Serra Dourada – Brasília/DF e da União Democrática Ruralista SP, CNPJ: 53.300.075/0001-54, nome fantasia UDR Presidente Prudente, com endereço na Avenida Cel. José Soares Marcondes, 983, 6º andar, sala 62, Centro – Presidente Prudente/SP; **Req. nº 124**, de autoria do Dep. João Alfredo, requerendo a convocação dos Senhores Luís Ungaratti e Yoaquim Petrola para prestarem esclarecimentos a esta CPMI; **Req. nº 125**, de autoria do Dep. Adão Pretto, solicitando informações à Polícia Federal sobre o sr. Danny Gutzeit, CPF: 293.306.372-72; **Req. nº 126**, de autoria do Senador Sibá Machado, requerendo a acareação dos depoentes Regivaldo Pereira Galvão, CPF: 069.267.788-76, Laudelino Délio Fernandes Neto, CPF: 282.083.746-87 e Vitalmiro Bastos de Moura, CPF: 278.836.472-53, ouvidos por esta Comissão durante as audiências no Estado do Pará, respectivamente, em Altamira e Belém, no dia 01/04/2005; **Req. nº 127**, de autoria do Deputado Zé Geraldo, requerendo a convocação do Tabelião responsável pelo Cartório de Pacajás/PA; **Req. nº 128**, de autoria do Senador Sibá Machado, requerendo cópia de processo criminal nº 034/2005, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Pacajá/PA; **Req. nº 129**, de autoria do Dep. João Alfredo e outros, requerendo cópia de processos criminais nas Comarcas de Rondon do Pará e Marabá; **Req. nº 130**, de autoria do Dep. João Alfredo e outros, requerendo seja solicitada cópia do Inquérito Policial nº 321/2005-SR-DPF/PR, em trâmite perante a Superintendência da Polícia Federal no Paraná; **Req. nº 131**, de autoria do Dep. João Alfredo e outros, requerendo a convocação dos Senhores Jaber Saab, Superintendente da Polícia Federal no Paraná, Luiz Fernando Delazari, Secretário de Segurança Pública do Paraná e Valdir Copeti, Tenente-Coronel da Polícia Militar do Paraná, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão; **Req. nº 132**, de autoria do Dep. Zé Geraldo, requerendo a convocação do Sr. Gilmar Góis, empresário do município de Medicilândia, Estado do Pará, para prestar esclarecimentos a esta Comissão; **Req. nº 133**, de autoria do Dep. Zé Geraldo, requerendo a convocação dos Senhores Amair Feijoli e Rayfran Sales, envolvidos no assassinato da Irmã Dorothy Stang, para prestarem informações à Comissão; **Req. nº 134**, de autoria do Dep. Zé Geraldo, requerendo a convocação do Sr. Luís Ungaratti conhecido como "Dominguinhos", citado no assassinato da Irmã Doroth Stang, para prestar informações à Comissão; **Req. nº 135**, de autoria do Dep. Zé Geraldo, requerendo seja convidado o Ministro da Integração, Ciro Gomes, para prestar informações à Comissão acerca dos processos irregulares da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; **Req. nº 136**, de autoria do Dep. Zé Geraldo, requerendo sejam convidados os Senhores Procuradores da República Ubiratan Cazzetta e Felício Pontes, para prestarem informações à Comissão acerca dos processos irregulares da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Os Requerimentos acima citados foram todos aprovados. Por unanimidade, os requerimentos de nºs **116, 117, 118, 120, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135 e 136**. Pelo processo de votação nominal, o **Req. nº 119** foi aprovado com 11 votos sim e 07 abstenções, conforme decisão em sede de questão de ordem quanto à admissibilidade de obstrução, adiante descrita, e o **Req. nº 123** aprovado com 11 votos sim, 2 não e 1 abstenção. Foram aprovados pelo processo de votação simbólica os **Req. nº 121**, em que houve pedido para constar em ata o registro dos 08 votos contrários e 1 abstenção, e o **Req nº 122**, em que o Senador Sibá Machado adotou o mesmo procedimento utilizado quando da votação do Req. nº 119, declarando-se em obstrução pela liderança do Partido dos Trabalhadores. A declaração de obstrução formulada pelo Senador Siba Machado com base no art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, por ocasião da votação dos Req. nº 119 e 122, suscitou diversas questões de ordem simultâneas, que foram resolvidas pela Presidência com base no art. 48 do Regimento Comum do Congresso Nacional que, por se tratar de reunião de Comissão Mista, deve ser aplicado prioritariamen-

te. A Presidência esclareceu que o referido artigo estabelece que o parlamentar, estando presente, só pode deixar de votar em assunto de interesse pessoal, mas que sua presença será considerada para efeitos de *quorum* e, desta feita, os votos dos parlamentares que se declararam em obstrução serão considerados como abstenções. Respondendo a questão de ordem do Senador Siba Machado, a Presidência esclareceu que será facultado ao Senador apresentar o recurso competente à CCJ a fim de reformar sua decisão, caso entenda incorreta. Em seguida, o Deputado Abelardo Lupion formulou questão de ordem quanto aos efeitos suspensivos de um eventual recurso, que foi respondida pela Presidência no sentido de que, segundo o §1º do art. 132 do Regimento Comum do Congresso Nacional, o recurso não terá efeito suspensivo, salvo se a CCJ, ao apreciar a matéria, decida conceder-lhe esse caráter. O requerimento do Dep. Zé Geraldo e outros, solicitando a transferência de sigilos bancário e fiscal do Sr. Luís Antônio Nabhan Garcia, foi retirado de pauta, por sugestão do Dep. João Alfredo. Usaram da palavra os Parlamentares Josué Bengtson, Romeu Tuma, Sibá Machado e João Alfredo para discutir o Requerimento de convocação do Sr. Cecílio Rego de Almeida, o qual foi transformado para convite, por solicitação do Dep. Josué Bengtson. A Presidência comunica que, se o Sr. Cecílio não atender ao convite, será feita a sua convocação. Após a apreciação dos requerimentos, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator para inquirir ao Sr. Décio José Barroso. Fizeram uso da palavra para questionar ao depoente os Parlamentares Ana Júlia Carepa, Siba Machado, Zé Geraldo, Adão Pretto e Jamil Murad. A seguir, a Presidência convida o Sr. Francisco Quincó para tomar assento à mesa dos trabalhos, informando que o depoente já assinou o termo de compromisso. Após, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator para suas indagações. Usaram da palavra para inquirir ao depoente os Parlamentares Zé Geraldo, Siba Machado. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Na forma regimental, declaro aberta a 28ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

Antes do início dos trabalhos, consulto se podemos considerar aprovada a Ata da reunião anterior.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, sugiro a dispensa da leitura da Ata e que ela seja aprovada mesmo sem ser lida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Aprovada.

A reunião de hoje tem por objetivo ouvir depoimentos e deliberar sobre requerimentos. Conforme entendimentos que já mantivemos com o Relator, Deputado João Alfredo, vamos iniciar o depoimento e, assim que houver número para deliberação, interromperemos para a votação dos requerimentos.

Convidamos José Décio Barroso Nunes, para tomar assento à mesa, a fim de que possa prestar seu depoimento conforme convocação regimental desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Os advogados estão autorizados a acompanhar os depoimentos sentados à terceira bancada do plenário desta Comissão. Não poderão fazer uso da palavra, conforme estabelece o Regimento. Poderão, no entanto, fornecer documentos e orientações ao depoimento, se desejarem. O Regimento não possibilita que façam uso da palavra.

Vamos iniciar o depoimento de José Décio Barroso Nunes, através do Relator desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Boatarde, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sr. Relator, com a sua permissão, devo fazer a leitura do termo de compromisso, já assinado.

Faço a leitura do termo de compromisso e, como há **quorum**, vamos deliberar antes de iniciar o depoimento.

Nome completo: Décio José Barroso Nunes;

Número da identidade;

Idade, 48 anos;

Estado civil: separado judicialmente;

Endereço residencial: Avenida Marechal Rondon s/n, no centro de Rondon do Pará;

Profissão: industrial, exerce sua atividade atualmente em Rondon do Pará.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

Este termo de compromisso está assinado por ele.

Vamos, antes de iniciar o depoimento, deliberar sobre requerimentos que se acumulam já há algum tempo.

O primeiro deles foi apresentado quando da audiência pública em Altamira, no Pará, por vários Depu-

tados e Senadores que lá se encontravam. Convoca o Sr. Cecílio do Rego Almeida, para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Deputado Josué Bengtson.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Participei de uma CPI anterior que abordava o mesmo assunto e o Sr. Cecílio, por uma ou duas vezes, participou como convidado. E quero sugerir, propor a esta Comissão que transformemos convocação em convite. Se não aceitar que seja convite, numa outra ocasião concordo que haja convocação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Submeto ao Plenário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu queria concordar com o requerimento do Deputado.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Também concordo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, não são poucas as informações a respeito do Sr. Cecílio do Rego Almeida e as suspeitas que foram lá apresentadas, as acusações. Então, não é uma coisa simples. Sei que se trata de um dos maiores empresários nacionais, mas se trata de uma situação complicada, que é grilagem de terra.

Então, quero insistir, Sr. Presidente, na convocação do Sr. Cecílio do Rego Almeida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, o Deputado propõe que seja transformado de convocação a convite, que seja feito o convite e, ele não atendendo ao convite, seja automaticamente transformado em convocação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se o Senador Sibá Machado concordar, podemos proceder dessa forma. Já fica condicionado que não atendendo ao convite, o requerimento de convocação está automaticamente aprovado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT - AC) – E V. Exª, então, vai determinar uma data.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Amanhã já definiremos com o Relator a data para a audiência. Não sabemos se ouviremos aqui ou se ouviremos no Paraná, já que temos também a programação de uma visita àquele Estado.

O Senador concorda com a transformação em convite.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Além dos aspectos ligados, como disse bem o Deputado Josué Bengtson, as acusações de grilagem de terra, na nossa última viagem ao Estado do Pará, ainda surgiu, vamos dizer, como denúncia séria, até pelo Deputado José Geraldo, que policiais militares estariam trabalhando a serviço do Sr. Cecílio Rego Almeida.

Entendo também como o Senador Sibá Machado. Mas, já que há a compreensão, o entendimento comum a nós de que, em sendo o convite não aceito, nós o convocaremos, acredito que é razoável a proposta.

Mas eu não poderia deixar, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir ainda, de citar, de fazer uma alusão a esse fato grave, que foi justamente a descoberta, o desvendamento por parte da Polícia Federal de uma organização criminosa armada no Estado do Paraná que dava segurança ilegal a fazendeiros e intimidava grupos dos sem-terra e do MST. Neste trabalho, encontraram-se recibos assinados por fazendeiros a um coronel da Polícia Militar, de nome Valdir Copetti Neves; foram encontradas armas contrabandeadas do Paraguai por esse grupo que funcionava como essa milícia armada.

Entendo, Sr. Presidente, evidentemente, que podemos tratar disso oportunamente, até porque trata-se do Estado de V. Exª e de outro membro da CPMI, o Deputado Abelardo Lupion. Está previsto no roteiro que aprovamos uma visita ao Estado do Paraná.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Relator, V. Exª me permite um aparte?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois não, concedo com o maior prazer, Senador, um aparte a V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Penso que V. Exª tem toda razão. Hoje, Sr. Presidente, tomei a cautela de conversar com a Polícia Federal sobre os fatos que lá ocorreram. Como V. Exª fala em uma diligência, considerei conveniente que o Superintendente Jaber compareça à audiência que V. Exª fará lá porque ele tem toda a descrição, todos os dados e coloca à disposição de V. Exª. Talvez um depoimento dele tenha ênfase muito maior sobre o que realmente ocorreu, porque houve investigações sigilosas, reservadas, provavelmente gravações que poderão trazer à Comissão algum dado. Desculpa pela interrupção.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O aparte de V. Exª foi extremamente oportuno, porque, talvez, Sr. Presidente, possamos fazer coincidir nessa visita ao Paraná ouvir o Sr. Cecílio Rego Almeida e...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Podemos definir já para a próxima quinta-feira.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não, na próxima, temos uma atividade marcada para o norte: Rondônia, Mato Grosso.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) - Deputado João Alfredo?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois não, Deputado Jamil, com muito prazer.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A essência desta CPMI é investigar as causas e os fatores da violência. Está vindo à tona, no caso do Pará e, agora, no caso do Paraná, para a sociedade brasileira e para esta CPMI, de onde parte a violência, inclusive com agentes do Estado – no caso, alta patente da Polícia Militar do Paraná.

Diante da gravidade do fato, proponho irmos ao Paraná na próxima quinta-feira. Houve dois casos: o do Pará, em que pessoas, sob o título de fazendeiros, são criminosos que matam e encomendam mortes; e o caso do Paraná, agora, com contrabando de armas e agentes do Estado recebendo salários razoáveis para cometer crimes a serviço de alguns fazendeiros. Com esses dois casos, a CPMI atinge a sua finalidade.

Por isso, devemos focar o caso do Paraná também.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil Murad, vamos, até amanhã, resolver o cronograma. O Deputado João Alfredo conversará com o Deputado Anselmo, que é o proponente da visita à Rondônia. Se S. Exª concordar, alteramos as datas e vamos, com prioridade, ao Paraná, no atendimento a sua sugestão.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu somente pediria aos membros da CPMI que não generalizassem. O Deputado Jamil Murad disse que está descobrindo de onde parte a violência. Tivemos 19 invasões no mês de abril pelo MST em Pernambuco. Então, precisamos ter muito cuidado com as declarações, porque temos de coibir a violência de ambos os lados. Temos de manter a isenção dentro da Comissão.

Esse caso do Paraná é grave, e precisamos investigar a fundo o que aconteceu, quem está por trás. Entretanto, não podemos nos deixar "emocionalizar".

Então, vamos apurar os fatos. Concordo em irmos, na quinta-feira. Não há problema algum. Porém, é muito perigoso generalizarmos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos para a ordem do dia das deliberações.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, quero apenas concluir. É tão grave o assunto que o Relator abordou.

O Deputado Abelardo Lupion tem razão. Não podemos passionalmente intervir. Temos de saber o que houve. Por isso, pedi que fosse a autoridade principal.

Vamos chegar a uma conclusão, para saber qual é a responsabilidade do Estado e para garantir duas coisas: a tranqüilidade da população e o ordenamento jurídico. O Estado está sendo muito omisso quanto a garantir o patrimônio e a vida das pessoas que estão interferindo no processo. Fica uma luta difícil de se encarar, se o Estado não intervir para fazer respeitar o ordenamento jurídico.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Em nome do pragmatismo: temos agora um quórum absoluto. Então, este é o momento adequado para deliberação.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, por um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu peço apenas a compreensão, para que deixassem essas apreciações conceituais para outra oportunidade.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A intervenção do Deputado Abelardo Lupion tenta igualar aqueles que fazem pressão a favor da reforma agrária com aqueles que se organizam para, ao arrepio da lei e da Constituição Federal, constituírem grupo de extermínio,...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Não, eu não estou igualando.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – ... passando na sociedade como homens de bem.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu estou achando muito pior aquele de quem parte a violência.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – É isto que não vamos permitir mais: que passem, na sociedade, como homens de bem.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – De onde parte a violência é que parte a invasão. Aí está o perigo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR – *Fazendo soar a campainha.*) – Vou submeter à deliberação o requerimento dos Deputados Adão Pretto e Jamil Murad, solicitando a quebra dos sigilos bancário e telefônico do Sr. Joaquim Petrola: os extratos, em meio magnético, da movimentação financeira de todas as contas relacionadas ao período de 1999 a 2005; os extratos de todos os contratos que tenham firmado com instituições financeiras; a conta de recursos do Finan, FNO, BNDES, Basa e Banco do Brasil.

Enfim, a justificativa – devo ler a justificativa, porque realmente se trata de quebra de sigilo bancário e é importante que os colegas saibam as razões da solicitação.

"É necessário esclarecer se existe uma relação direta entre a malversação de recursos públicos, espe-

cialmente da Sudam, destinados ao desenvolvimento regional e a ação de pessoas responsáveis pela escalada da violência agrária no Pará. Essa suspeita é freqüentemente levantada em notícias divulgadas pela grande imprensa.

De acordo com investigações do Ministério Público e da Polícia Federal, é visível a ligação entre o desvio de recursos do Finam com o crescimento da violência no Pará. A pessoa relacionada está comprovadamente ligada à situação de violência, seja na condição de mandante seja na condição de executor.

Portanto, no exercício das prerrogativas (...)"

Pede essa providência à Comissão.

Em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento dos Deputados Adão Pretto e Jamil Murad em que pedem a quebra de sigilo do Sr. Luiz Ungaratti.

A justificativa é semelhante à anterior.

Em discussão. (Pausa.)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Sr. Deputado Onyx Lorenzoni em que pede a transferência do sigilo fiscal e bancário para esta Comissão da Pessoa Jurídica Anca – Associação Nacional de Cooperação Agrícola.

Já foi aprovado, mas houve um mandado de segurança. Com esse novo pedido, submete-se novamente à apreciação o requerimento, naturalmente com uma nova justificativa.

A justificativa é ampla. Eu não sei se há necessidade de lê-la...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A pergunta que fiz ao Sr. Presidente é se nós não teríamos aprovado esse requerimento, e ele argumentou que sim, mas que houve um mandado de segurança.

Penso que seria importante o autor do requerimento apresentar as razões do novo requerimento. É importante tomarmos conhecimento delas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para o conhecimento não só da Casa, mas daqueles que acompanham os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito: houve um mandado de segurança, com concessão de liminar, em que o Supremo Tribunal Federal pediu maiores esclarecimentos.

Esses esclarecimentos foram encaminhados. No entanto, o julgamento de mérito é um processo lento e demorado. Obviamente, a CPMI não tem como aguardar os procedimentos judiciais em função de sua morosidade, daí a apresentação de novo requerimento pelo Deputado com uma justificativa ampliada.

Eu passo a palavra ao Deputado para apresentar a justificativa.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr Presidente, pela ordem.

Se está sendo avaliado pelo Supremo Tribunal Federal, é porque há motivos para aguardar esse resultado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Espero que o Deputado Jamil Murad ouça o autor do requerimento para que possamos deliberar sobre o assunto.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – É que, atendida minha questão de ordem, não precisaríamos nem apresentar a motivação, nós deveríamos aguardar o Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A CPMI encerra seus trabalhos no dia 15 de junho. Certamente, não teremos o julgamento antes disso em função da morosidade dos procedimentos.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Qualquer pessoa jurídica ou física deveria ser protegida pela Justiça do País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu quero solicitar aos colegas que permitam ao autor do requerimento apresentar a justificativa, porque esse expediente de solicitar a palavra pela ordem tem outro objetivo, que acaba, lamentavelmente, obstruindo os trabalhos no que diz respeito à ordem de inscritos para o pronunciamento nesta Casa.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não foi essa a minha intenção, mas acho que a Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª está discutindo exatamente uma questão de mérito. Cabe agora ao autor do requerimento a palavra para que, depois, V. Exª possa se manifestar.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A pessoa jurídica ou física tem o direito de ser protegida pela Justiça do País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O meu requerimento se justifica claramente na medida em que nós já aprovamos a quebra do sigilo bancário e fiscal da Anca, assim como quebramos o da Concrab. O que tramita no Supremo foi uma insuficiência, em seu argumento, da justificativa daquele requerimento.

Este é, então, enriquecido com novos dados que já foram obtidos, inclusive, da própria quebra, que está nas mãos dos técnicos da CPMI, da Concrab.

A questão é que são evidentes as ligações da Anca com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. É possível afirmar que, em muitos momentos, há uma absoluta coincidência, uma simbiose, entre a estrutura e a ação. A CPMI tem-se pautado por fazer uma investigação clara.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado, V. Exª permite-me um aparte? Na pressa de colocar a matéria para deliberação, não li o inteiro teor da apresentação do requerimento. Na verdade, esse requerimento deixa sem efeito o anterior. É uma prática das comissões, nas duas Casas do Congresso Nacional. Trata-se de uma prática aceita pelo Supremo Tribunal Federal. Tem por objetivo a agilização dos trabalhos da Comissão. Portanto, o requerimento propõe a quebra de sigilo e deixa sem efeito o anterior, que é alvo de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Pode prosseguir usando a palavra, Deputado.

O SR. **ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Como íamos dizendo. Na verdade, há uma absoluta conexão. A análise dos dados fiscais da Concrab, que é em tudo análoga à da Anca, igualmente está ligada ao MST.

Ao que tudo indica, o financiamento do movimento dá-se mesmo por meio de uma rede de cooperativas e associações agrícolas que recebem recursos públicos para repassar aos assentados diretamente por meio de treinamento e assessoria técnica, mas na verdade apropriam-se das verbas de maneira parcial ou integral a fim de financiar as invasões de terra e a causa que defendem.

Essas informações foram corroboradas por várias denúncias que chegaram à CPMI. Entre elas as formuladas pelos Srs. José Francisco da Silva, referente ao assentamento Baixio do Boi, em São José do Belmonte, Pernambuco; Geron Souza, referente à atividade da Fazenda Normandia, no Município de Caruaru; Adalto Ferreira, no assentamento de Flores de Goiás. E mesmo outros envolvendo a Cotrafe-DF, no Distrito Federal.

A análise dos dados da Concrab trouxe ainda novos subsídios à investigação dos dados da Anca, pois se trata de entidades intimamente ligadas entre si que fazem parte das ramificações do MST.

Pode-se concluir a partir da observação dos seguintes fatos:

1 – O MST recebe doações, assim como os depósitos a serem efetuados com o fito de adquirir publicações e materiais diversos, por meio da conta corrente 117.138-0, que a Anca mantém junto ao Banco Bradesco na agência 0136-8. Isso já veio a público na última audiência pública realizada neste plenário. Apenas diante disso e da negativa do MST de fornecer sua movimentação financeira já se justificaria a quebra do sigilo bancário da Anca.

2 – O domínio do MST na Internet, www.mst.org.br, está registrado junto à Fapesp. Esse fato também veio a público em anterior audiência pública desta CPMI, no endereço http//registro.br em nome da Anca – Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas, lá constando seu CNPJ e o endereço.

3 – O *site* na Internet da Concrab encontra-se situação dentro do domínio do MST. Como já demonstrado, pertence, por sua vez, à própria Anca.

4 – A Anca e a Concrab compartilham o mesmo endereço; estão situadas na Alameda Barão de Limeira 1.232, São Paulo. Não por acaso, este é o mesmo endereço que o MST utiliza em seus ofícios, notadamente nos que enviou a esta CPMI.

5 – O MST, explicitamente, aponta a Concrab como o seu braço operacional junto a diversas cooperativas agrárias, conforme se pode verificar em documentos constantes no acervo desta CPMI da *homepage* do próprio MST.

6 – A Anca e a Concrab, juntas, receberam mais de R$8,5 milhões do Ministério da Educação e do Desenvolvimento Agrário, após serem reabilitadas para repasses federais, já na atual Administração Federal. Esses dados são de conhecimento público e podem ser verificados, neste momento, por meio do Siafi.

7 – Se comparados, os repasses feitos durante os anos de 2004 e 2003 à Anca e à Concrab, da ordem de R$8 milhões com os repasses feitos a associações e cooperativas similares pelo MDA, quase todos situados na faixa de dezenas de milhares de reais, ver-se-á um nítido favorecimento a estas duas entidades. Faz-se necessário uma investigação para saber se tais privilégios no repasse de verbas federais, tão necessárias à população, são correspondidas com uma adequada e eficiente aplicação.

8 – O Incra tem repassado verbas para a Concrab formar líderes de acampamentos. Do mesmo modo, verbas têm sido repassadas por vários Ministérios para formar líderes de pré-assentamentos. O que é um pré-assentamento senão uma invasão. Aquisição de milhares de lonas plásticas para fornecimento a acampados e custear a assessoria jurídica para os assentados. Em outras palavras, o que tudo indica, a verba do Governo Federal está servindo para pagar advogados do MST. E os recursos para esses fins superam, com folga, a centenas de milhares de reais. Evidenciado a ligação entre a Anca, a Concrab e o MST, resta demonstrar que os resultados obtidos com a análise das primeiras informações sigilosas, enviadas a esta

CPMI, confirmam que a decisão pela transferência dos sigilos fiscal e bancário da Concrab não foi equivocada. O Supremo manteve a transferência da Concrab. Em primeiro lugar, há que se destacar que a relação umbilical entre MST e Concrab tornou-se ainda mais clara. Os doadores estrangeiros, na maioria entidades religiosas européias, remetem dinheiro à Concrab, mas ao divulgar a ação, elas declaram que apóiam o MST, sem fazer qualquer menção à Confederação. Em todas as divulgações na Europa, o recurso é do MST. Não se fala na Cooperativa, na Europa, mas o dinheiro vem para a Cooperativa. Talvez nem saibam da existência da Concrab. Por vezes, ao preencher a guia de remessa, identifica o beneficiário, colocando o nome MST ao lado do CNPJ da Concrab. Outra prova da confusão entre o MST e Concrab é verificada na celebração de convênios federais. Os Convênios 365, 194, 483 e 763, destinados ao sistema cooperativo de crédito do MST, foram firmados com a Concrab. Ao menos, 5 convênios com a Concrab têm por objeto a formação de líderes do MST.

Dados constantes do Siafi mostram que o Governo Federal colaborou fortemente para o crescimento do MST, pois fez consideráveis aportes financeiros para a Concrab no períodos entre 1994 a 1999, R$3,2 milhões. Além disso, conforme atesta o próprio movimento, verbas federais destinadas aos assentamentos também contribuíram para o enriquecimento do movimento, seja pela cobrança de 3% sobre os empréstimos concedidos, seja pelo recebimento de comissão da venda sobre aquisições feitas pelos trabalhadores.

No entanto, em 2000, quando surgiram rumores de desvios de verbas públicas, as verbas destinadas ao MST, via Concrab, foram cortadas. Mas esse gesto não foi capaz de sufocar a Confederação, principalmente, porque como se viu nos dados do Bacen, o aporte de recursos externos, a título de doações para o MST, é representativo e estável.

Em 2003, o Governo Federal retomou a parceria com o MST/Concrab e firmou 5 novos convênios, com destaque para o Convênio 481951, por meio do qual foram liberados R$ 1.187.652,00 para a formação de lideranças do MST.

A legalidade dos convênios com a Concrab também foi avaliada pela equipe técnica da CPMI. Em geral, pode-se afirmar que os dados fiscais declarados pela Confederação colocam em dúvida se a entidade, realmente, dispõe de recursos para as contrapartidas dos convênios federais.

Quanto aos convênios firmados em 2003, cujos valores alcançam R$ 2,5 milhões, conclui-se que esses não poderiam ter sido firmados, haja vista, que a Concrab apresentara declarações inverídicas de seu patrimônio no período de 2000 a 2004, valores nulos de ativo, passivo, patrimônio líquido, etc

De acordo com a legislação vigente, só as pessoas regulares junto aos órgãos e entidades federais podem celebrar convênios com a União.

Por fim, constatou-se que o convênio de R$ 1.187.652,00, cujo objeto é a realização de 20 cursos, 10 oficinas e 5 treinamentos nos Estados de Paraná, São Paulo, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Alagoas, Tocantins, Minas Gerias e Bahia, apresenta indícios muito fortes de desvios de verbas federais. Não obstante, a relevância das conclusões aqui apresentadas, deve-se voltar a destacar que a presente investigação alcançará resultados ainda mais expressivos, se mais informações sobre a Anca forem disponibilizadas.

Por fim, considerando que a liminar concedida pelo Supremo à Anca, no sentido de bloquear a transferência dos seus sigilos bancário e fiscal a esta CPMI, baseia-se unicamente no fato que, supostamente, a abertura do sigilo estaria amparada tão-somente em matéria jornalística, acreditamos que se encontra, suficientemente, suprida a exigência desse arcabouço, apta a justificar as suspeitas em relação aos dirigentes da Anca nos seguintes delitos – aqui fundamentamos objetivamente a quebra do sigilo fiscal:

a – Sonegação fiscal na forma prevista do art. 1º, Inciso I da Lei 4729 de 65.

b – Malversação de recursos públicos, importando improbidade administrativa, na forma dos art.s 9º Incisos I e X e Inciso I da Lei 8429/92.

c – Crime de esbúlio possessório, definido no art. 161, § 1º Inciso II e § 2º, com o agravante no art. 62, Inciso I, todos do Código Penal.

d – Crime de dano, definido no art. 163, Inciso I, com o agravante do art. 62, Inciso I, todos do Código Penal.

e – Falsidade ideológica, conforme o art. 299 do Código Penal.

Nestes termos e desejoso que a CPMI possa dar continuidade ao seu trabalho, de tornar transparente a atualização de recursos públicos e visando obter a paz no campo, julgamos plenamente justificado o presente requerimento, que propõe substituir os Requerimentos 78/79, já aprovados por esta CPMI.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra V. Exª.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu queria dizer, Sr. Presidente, que esses argumentos usados pelo ilustre Vice-Presidente, foram tirados de documentos que estão lacrados, que são sigilosos. Quem foi que deu a ele a oportunidade de ter acesso a essas

informações? Informações assim estão saindo na imprensa. Quem foi que violou esses documentos? Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu posso esclarecer o Deputado Adão Pretto.

Quanto aos documentos da Concrab, eles estão à disposição de todos os membros desta CPMI. Todos têm acesso aos documentos da Concrab.

Quanto aos documentos da Anca, que estão no Supremo Tribunal Federal, onde qualquer cidadão também poder ter acesso a eles, em função do fato de não ter aquela instituição declarado o sigilo para a tramitação do procedimento judicial. Em que pese o fato, de esta CPMI ter solicitado, mas o Supremo houve por bem não conferir o caráter de sigiloso àqueles documentos.

É por esta razão, deputado Adão Pretto, que a imprensa, quando divulgou documentos, ela os divulgou com o timbre oficial do STF.

Esclarecido o fato, está em deliberação o requerimento.

O SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Desejo externar aqui da minha grande preocupação com o que estamos a debater. Sei do olhar clínico de cada um de nós, baseado principalmente em cima daquilo que nós acreditamos, baseado principalmente em cima daquilo que nós gostaríamos de ver acontecer. E até o presente momento, Sr. Presidente, acredito que esta CPMI foi muito forte em tratar dos seus verdadeiros problemas.

Sr. Presidente, eu sei que para categoria proprietário rural, esta sigla de 3 letras, MST, paira como um espírito sobre suas cabeças. Paira como um espírito que desassossega, que levanta uma apreensão muito grande sobre este conceito brutalmente concebido no Brasil, do que é a propriedade fundiária, a propriedade privada.

Em todas as análises que se faz desses conceitos, de estudiosos de ambos os lados, vamos encontrar pesquisas, inclusive, matemáticas, para justificar essas convicções.

O que estamos aqui a debater, Sr. Presidente, são esses princípios. E o que eu queria dizer para V. Exª é que da vez passada tratamos muito seriamente esse assunto. Com tudo o que debatemos naquele momento, com tudo que nós fomos à exaustão para tentar chegar a um entendimento, infelizmente, aquela reunião tratou como se fosse uma torcida de futebol entre quem faz o gol e quem deixa de fazê-lo. Inclusive, foi desafiado apresentar requerimento sobre as entidades que eu bem entendesse. Quero dizer para V. Exª e para os membros desta CPMI que em primeiro lugar, não vou apresentar jamais algum requerimento. Porque, se não tiver nenhum fundamento, Sr. Presidente, eu não quero ser leviano a ponto de me colocar aqui para quebrar a imagem de uma instituição, seja ela de que natureza for, sem nenhuma veracidade de alguma hipótese que eu levantar. Portanto, digo a V. Exª que jamais apresentarei requerimento nessa situação.

Segundo, esse assunto foi tratado naquela Comissão, e foi votado o requerimento. Foi apresentado um recurso institucional, a instituição ganhou e está **sub judice**, sim, esse requerimento. Portanto, trocar seis por meia dúzia, acho inócuo estar aqui discutindo sob esse prisma. Então, quero dizer a V. Exª que, em nome da Liderança do Bloco de Apoio, do qual faço parte, se formos tratar novamente dessa questão, infelizmente serei obrigado a me colocar em obstrução, Sr. Presidente, porque acho que essa é uma matéria vencida e está **sub judice**, e cabe à instituição de Justiça decidir o que fazer do requerimento anterior. Essa é uma opinião.

Sr. Presidente, eu queria concluir.

A segunda coisa: tratarmos aqui de duas coisas completamente interessantes dessa natureza, que é a votação de requerimentos com mais o depoimento de uma pessoa que fez falta nas reuniões passadas em Altamira*, Parauapebas* etc., quando deveríamos estar aqui ouvindo essas pessoas, porque são mortes, Senador. É morte, são pessoas que estão morrendo. Estamos tratando de pessoas que morreram misteriosamente e estamos tratando de pessoas que continuam a ser ameaçadas de morte. Não é brincadeira um membro da CPI descer numa cidade e sentir nos olhares de uma viúva, como V. Exª foi testemunha, o que é não saber se amanhã estará viva. E é isso que eu gostaria que a CPI pudesse garantir: pelo menos àqueles que estão vivos o direito de continuar vivos, como cada um de nós.

Por último, Sr. Presidente, daqui a uma hora ou menos de uma hora, começa a Ordem do Dia, que, pelo que me consta, está com a pauta destrancada para pelo menos apreciarmos a medida provisória que trata do biodiesel, ou seja, em menos de uma hora, teremos inevitavelmente o encerramento desta reunião por conta da Ordem do Dia. E aí pergunto, Sr. Presidente, o que vamos fazer com o depoente que veio, que compareceu e que mais uma vez não vai poder falar, porque me recuso a conversar em tão pouco espaço de tempo. Temos muita coisa para conversar e não tem outro depoente. Portanto considero a nossa reunião, infelizmente, hoje, prejudicada. Essa

é a posição do PT e do Bloco de Apoio do Governo no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSBD – PR) – Vou responder à questão de ordem do Senador Sibá Machado, esclarecendo: o requerimento é absolutamente regimental, não há como o Presidente da CPMI deixar de cumprir o seu dever, colocando-o para deliberação. Não apenas o Regimento possibilita, as normas legais determinam, mas é o que ocorre na prática das CPMIs do Congresso Nacional. A CPMI do Futebol procedeu dessa forma – tive a honra de presidi-la –, com o cancelamento dos efeitos de requerimento anterior em favor da aprovação de um novo requerimento, como também, mais recentemente, a CPMI do Banestado.

Quanto à possibilidade dos depoimentos, é algo seguro, não há nenhum risco de que os depoentes aqui presentes hoje não prestem o seu depoimento, porque o que o Regimento impede é que se delibere quando há início da Ordem do Dia no plenário do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Nós poderemos, sim, ouvir os depoimentos, mesmo depois de iniciada a Ordem do Dia.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, estou muito preocupado, porque volta, até de maneira inconstitucional, segundo a minha avaliação, a CPI a querer modificar uma decisão judicial.

Em segundo lugar, temos aqui, diante de nós, um matador contumaz, que a viúva do Dezinho não sabe que dia ela vai morrer. Ele fugiu da Justiça várias vezes, não quis depor quando estivemos no sul do Pará, na primeira visita da CPMI. No entanto, hoje ele comparece porque a pressão federal é grande, a pressão da sociedade é grande e não tem por onde fugir mais. Então, ele vem aqui fazer o depoimento dele e parece que o Deputado Onyx Lorenzoni apresenta como se fosse uma cortina de fumaça. Em vez de discutirmos as matanças no sul do Pará, que o depoente é acusado como responsável, em vez de discutirmos os dramas e tragédias em Altamira, esse escândalo, esse crime de um oficial da PM contrabandear armas para criminosos com o título de fazendeiros, para exterminar cidadãos pobres, que querem um pedaço de terra para produzir; em vez de discutirmos isso, que é a finalidade da CPMI, estamos diante de um jogo em que se procura colocar o MST, trabalhadores simples que lutam pela reforma agrária, no banco dos réus.

Em Presidente Prudente, vi essa tática, que se repete aqui hoje, numa cortina de fumaça, para dar proteção aos verdadeiros criminosos, em que a sociedade quer que a Justiça ponha as mãos, para o bem da sociedade e para que, em nome dos fazendeiros ou produtores rurais como um todo, são criminosos que, sob o manto de produtor rural, cometem todo tipo de crime e abuso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós ouviremos os depoentes, desde que os Srs. Deputados e Senadores permitam. Há possibilidade da deliberação dos requerimentos, democraticamente; votaremos certamente em curto espaço de tempo e se houver atendimento àquilo que é democrático e regimental numa CPMI como esta. Votamos dois requerimentos de quebra de sigilo bancário sem nenhum questionamento, no entanto, agora, deseja-se impedir que se delibere sobre esses outros.

Peço a colaboração de todos, até porque queremos ouvir os depoentes, para submeter à votação os requerimentos.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Será a última indagação pela ordem; depois colocaremos em deliberação o requerimento já apresentado.

A SRª LUCI CHONACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, deixa-me muito entristecida saber que o Presidente acompanhou, e viajamos juntos a Altamira, no Pará, para ver toda a situação. Sr. Deputado, V. Exª tem voto, e eu também tenho. Respeite. É bom respeitar, porque, quando alguém fala, o outro abaixa as orelhas e escuta.

Lá se viu que um deles que se pressupõe lá, denunciado como criminoso, que vem agora depor e que a polícia estava atrás e que não foi lá e que está aqui, agora para vir aqui dar o depoimento, que foi pressionado para estar aqui, nós discutimos requerimentos, e esse senhor aí sentado, sem a gente poder interrogar, porque todo mundo está com medo e que negou – está lá. Tem pessoas que são marcadas para morrer e parece que têm vontade de não fazer a interrogação e de deixar, mais uma vez, esse senhor, que tem todas as acusações que pesam contra ele, ficar livre, esperando o que vai acontecer, e, enquanto isso, o povo passando medo.

Outra coisa: se a CPI tem vontade, se a maior parte tem vontade de punir o Movimento sem Terra, que digam que esta CPI quer condenar o Movimento sem Terra, que tem ódio dos trabalhadores. É bom que assumam para não fazer insinuações, mas que coloquem claramente. Como em Santa Catarina, uma área improdutiva, e meia dúzia de estancieiros botaram bombacha, lenço, os cavalos e foram para a rua manifestar o direito à propriedade de pouca gente. Parece

que inventaram o céu e a terra e, daqui a pouco, vão dizer que são mais que Deus, que são donos de tudo e que os trabalhadores não precisam ter nenhum recurso público, que o dinheiro é só para eles, como se também não recebessem ajuda para formação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputada, a questão de ordem...

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, só **(inaudível)** a gente vai longe. Fui pegar alguns dados, até para dizer que a Confederação da Agricultura e Agropecuária do Brasil, por exemplo, recebeu em dólar (US$240.3 mil) para o objetivo de convênio, conjugação de esforços para os participantes, avaliação de impacto dos subsídios norte-americanos à produção de soja, de preço do mercado internacional, sobre a produção brasileira. Então, receberam para se formar também, como vão agir no mercado. Dinheiro do Governo brasileiro.

Então, está-se acusando que só o Movimento dos Sem Terra recebe recurso? Vamos deixar de brincadeira. Tenho aqui um monte de convênios. Como as entidades do grande capital recebem convênio do Governo Federal! Então, vamos deixar de fazer brincadeira, abusar, achar que se pode enganar o povo, todo mundo, o tempo inteiro. Porque, como os trabalhadores receberem aquela mixaria de convênio, as entidades dos grandes proprietários recebem milhões e milhões, isso em dólar, até para como lidar com cavalo receberam...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR – Fazendo soar a campainha.) – Até em respeito à Deputada...

A SRª LUCI CHOINICKI (PT – SC) – ...das entidades, dos movimentos legítimos, porque aqui se quer...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR – Fazendo soar a campainha.) –Deputada, o tempo de V. Exª se esgotou.

Gostaria, até em respeito à Deputada, de afirmar que na tarde de hoje deliberaremos sobre requerimentos que pedem a quebra de sigilo bancário, como já fizemos, também de proprietários rurais, inclusive de entidades, como a UDR. O Presidente desta Comissão não tem como guardar na gaveta requerimentos que são apresentados pelos Parlamentares. Temos que deliberar e o estamos fazendo de forma imparcial, tanto em relação a trabalhadores ligados ao MST, à Anca, à Concrab, quanto a proprietários rurais ligados à UDR. Esta é a missão de quem preside esta Comissão.

Peço, então, ao Deputado Adão Pretto que encerre definitivamente esse assunto para deliberarmos.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentá-lo por ter ido conosco ao Pará e testemunhando o objetivo desta CPMI, que se destina a investigar a violência no campo. E ao Pará fomos com esta tarefa. E quem nos acompanhou foi V. Exª, como Presidente, e a Bancada do PT do Senado e da Câmara. Não foi nenhum Deputado de outro partido, demonstrando assim um desinteresse por essa questão para a qual esta CPMI foi criada. No entanto, hoje, para ser votado esse requerimento de quebra de sigilo de entidades ligadas ao MST, temos a Casa cheia, o que mostra claramente qual o interesse desta CPMI.

Essa quebra de sigilo bancário, prezado colega, Deputado Onyx Lorenzoni... V. Exª diz que é usado dinheiro público para formar invasor de terra. Aí há uma contradição. Muitas vezes V. Exªs têm dito que é feito assentamento por gente desqualificada, gente que não sabe trabalhar a terra. Então, esses cursos, essas informações são dadas para as pessoas aprenderem a dirigir cooperativa e assim por diante. E V. Exª pede a quebra do sigilo bancário que não sejam feitos esses desvios.

Com relação a esses desvios, eu e o Deputado Jamil Murad pedimos para que se quebrasse o sigilo bancário dessas duas pessoas, pois também poderia ter havido dinheiro público não para formar assentado, invasor de terra, mas pode ter sido usado para compra de arma contrabandeada. Então, eis a diferença desses requerimentos que estão em discussão hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Em deliberação. Faremos a chamada para a votação nominal, porque sei que não há consenso em relação a esta matéria.

(Procede-se à votação.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero apenas lembrar que o Bloco está em obstrução.

Peço à Secretaria que anote os votos.

(Procede-se à votação.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em obstrução, Sr. Presidente, significa...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Significa que não estamos presentes na sala. Temos que sair.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É abstenção?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não é abstenção, Sr. Presidente. Estamos em obstrução. É isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Pode ficar em obstrução e permanecer aqui na sala? Só se essa for uma votação mediúnica, então.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O PCdoB também está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quem pede verificação de quorum tem de computar para efeito de quorum e quem ficar aqui....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sim e quem estiver presente será computado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Quem estiver presente, não. Quem se declarou em obstrução tem de ficar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exatamente. O Senador Sibá Machado terá de ser computado para efeito de quórum.

Senador Sibá Machado. (Pausa.)

Senadora Ana Júlia Carepa. (Pausa.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Em obstrução.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu pedi, Sr. Presidente. E quem declarou imediatamente a votação nominal foi V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Pedro Simon. Sim.

Senador Hélio Costa. (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Senador Valdir Raupp está ausente.

Senador Garibaldi Alves Filho. Sim.

Senador Juvêncio da Fonseca. Sim.

O Senador Mozarildo Cavalcanti está ausente.

Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, eu sigo a orientação do Líder do Bloco. Estou em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª está em abstenção.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado José Geraldo. (Pausa)

S. Exª está ausente.

Deputado Adão Pretto. (Pausa).

S. Exª está ausente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Anselmo. (Pausa.)

Deputado Abelardo Lupion.

O SR. DEPUTADO ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Ônix Lorenzoni. (Pausa.)

O SR. ÔNIX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Marcelo Siqueira. (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Srª Deputada Rose de Freitas. (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Sr. Deputado Marcelo Castro. (Pausa.

S. Exª está ausente.

Deputado Chico Graziano. (Pausa.)

O SR. CHICO GRAZIANO (PSDB – SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Luiz Carlos Heinze. (Pausa.)

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Josué Bengtson.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Inaldo Leitão. (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Deputado Heleno Silva. (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Deputado Dr. Rodolfo Pereira. (Pausa.)

S. Exª está ausente.

Deputada Luci Choinacki (Pausa.)

S. Exª está em obstrução.

Deputado Jamil Murad. (Pausa.)

S. Exª está em obstrução.

A Presidência solicita à Secretaria que anuncie o resultado.

Já chamei o Suplente.

São quantos votos? São onze votos favoráveis.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Sr. Presidente, eu gostaria que computasse o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É que o titular do PSDB votou. O Presidente não vota, a menos que ocorra o empate.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT) – Então, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas deu o quórum. São onze votos favoráveis. Está aprovado o requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Qual é o quórum, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O quórum é de treze presentes.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Exª contabilizou a obstrução?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não, a obstrução, não. V. Exª está presente e o Deputado João Alfredo está presente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, nós estamos em obstrução. V. Exª está contabilizando duas coisas diferentes! São duas coisas diferentes. Olhe, eu não aceito manobra da Mesa, Srs. Senadores e Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Sibá Machado, não é manobra da Mesa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu não aceito esse tipo de tratamento. Temos de corrigir o Regimento. É impossível ser tratado dessa maneira. Eu estou acobertado pelo Regimento, Sr. Presidente. V. Exª não pode fazer essa contabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Sibá Machado, não há manobra da Mesa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Exª não pode contabilizar. V. Exª colocou imediatamente a votação nominal e nós nos colocamos em obstrução. Portanto, nossos nomes não valem!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não há necessidade de gritar. Peço ao Senador Sibá Machado...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu só peço a V. Exª ...Esta Comissão não tem condições de continuar. É impossível a Comissão continuar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Sibá Machado não deseja que a Comissão continue. Mas ela há que continuar, sobretudo sob o respaldo da lei. É visível a existência de quórum. Nós tivemos onze votos. Se o Presidente votar, serão doze votos. O Relator João Alfredo está presente e então são 13 votos. O Senador Sibá Machado está presente, então 14 presenças.

Vou ignorar. Vou desconsiderar a presença...

(Tumulto no plenário da Comissão.)

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Desligar o microfone de um Senador! Brincadeira!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou desconsiderar a presença daqueles que se declararam em obstrução. Mas não posso considerar a minha ausência porque eu estou presente. São 12 presentes, portanto. E mais o Relator.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O Regimento, Sr. Presidente, o Regimento!

O SR. JORGE MURAD (PCdoB – SP) – V. Exª está rasgando o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – V. Exª está computando, mas eu seguindo orientação do Líder da Bancada, eu me declarei em obstrução. Quero dizer isso a V. Exª. V. Exª conhece que obstrução é um artifício regimental.

A SRª LUCI CHOINICKI (PT – SC) – (Fora do microfone.)

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço o restabelecimento da tranqüilidade.

(Tumulto no plenário da Comissão.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Perco ao Senador Sibá Machado que ouça a ponderação do Relator, Deputado João Alfredo, para proclamar o resultado da votação.

Com a palavra o Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Vou ler, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, o art. 13, § 2º :

Considera-se ainda ausente o Senador – e aí, portanto, o Parlamentar – que embora conste da lista de presença das sessões deliberativas, deixar de comparecer às votações, salvo, se em obstrução declarada por líder partidário ou de bloco parlamentar.

Mesmo estando presente, e se houver uma declaração de obstrução – estou apenas lendo o Regimento – então V. Exª me perdoe, não pode contar com a nossa presença aqui, em plenário.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem contar quem pediu a obstrução.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – E presença física, mas não **(inaudível.)** V. Exª não pode interpretar o Regimento de acordo com a sua vontade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pelo Regimento, temos tido essa prática no Plenário do Senado Federal, quem solicita verificação de quórum ou declara obstrução e não se ausenta, é claro que sua presença é contabilizada para efeito de quórum.

O Relator da matéria esteve presente durante, até porque tem que relatar, durante a votação. Portanto, a presença dele é contabilizada para efeito de quorum.

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero pedir a palavra, pela ordem.

O SR. ANTERO DE PAES BARROS (PSDB – MT) – Eu só queria que fosse registrado as referências feitas pelo Senador Sibá Machado, só para registro de notas taquigráficas, porque estamos chegando aqui perto do impossível, de que ausente fala. (Risos.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador, nós temos um Regimento nesta Casa. Todos nós somos obrigado a lê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência proclamou o resultado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O resultado é inválido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Diante da existência de quórum qualificado. V. Exª poderá questionar o resultado. Mas, do ponto de vista regimental, a Presidência não poderia proclamar outro resultado que não fosse esse.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – (Fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Sibá Machado, o que o Regimento lhe possibilita é um recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que poderá se manifestar a respeito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou fazer mesmo. Vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos para o segundo... intercalando os requerimentos...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – CE) – Senador Suplicy, V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou pedir aos meus companheiros, à Deputada Luci Choinacki, que está pedindo calma, e ao Senador Sibá também, para ter bastante calma.

Sr. Presidente, estava aqui dialogando com o Senador Pedro Simon e ambos não conseguimos decifrar inteiramente o que ocorreu. Vou pedir a V. Exª a gentileza de nos explicar, porque, como o Regimento Interno menciona com muita clareza que, quando um líder e um Senador ou Deputado se declaram em obstrução, isso não deve ser considerado como presença. Isso está claro.

V. Exª, se surge qualquer dúvida, é o primeiro a pedir o Regimento para que seja esclarecida. Então, surgiu a dúvida. Parece-me que a leitura do Regimento feita pelo Deputado João Alfredo, que esclarece que a pessoa que se declara em obstrução não pode ser contabilizada como presente, então devem ser válidos os votos dos que votaram, e obviamente do Presidente, que está, sem dúvida, presente na condução dos trabalhos.

Então, para que seja dirimida toda e qualquer dúvida, eu pediria a gentileza de V. Exª ler a relação dos votos contabilizados como válidos e, se realmente forem contabilizados, após a leitura dos mesmos, para esclarecer e dirimir dúvidas, o número de pessoas que votaram e se chegaram ao **quorum**. Então, pediria a V. Exª, primeiro, que esclareça qual é o **quorum** legal de nossa CPMI; segundo, se pode V. Exª citar os nomes dos que votaram para que não haja dúvida, Sr. Presidente. Assim, podemos ficar um pouco mais calmos e todos também.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu vou responder à questão de ordem que, de forma civilizada e educada, o Senador Suplicy suscitou. É evidente que se regimentalmente a Presidência for convencida de que não se completou o **quorum**, não se validará a decisão. Ocorre que para o Presidente é visível a existência de **quorum** porque...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Só pediria a V. Exª que demonstrasse com ...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – ... onze votaram favoravelmente. O Presidente não votou e seria a décima segunda presença. O Relator, que foi obrigado a permanecer por ter que relatar, é a décima terceira presença. Não há como desconhecer a presença do Relator no decorrer dos trabalhos e da votação. Não existe a figura do presente ausente. Ou está presente, ou está ausente. A presença do Deputado João Alfredo é altiva o suficiente para que se identifique a sua presença no decurso dos trabalhos e no momento da votação. Portanto, eu creio que o Regimento é claro nesse aspecto. Não há dúvida em relação à norma regimental.

Sugiro que recorramos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que essa deliberação fique suspensa até o pronunciamento daquela Comissão. Parece-me ser esta a decisão mais democrática e imparcial possível. Não quero impor a minha opinião, a minha verdade. Mas creio que o órgão autorizado a deliberar sobre essa questão é a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O Senador Pedro Simon pede a palavra pela ordem, e certamente a sua experiência será muito importante para dirimir as dúvidas existentes.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Senador Pedro Simon, permita-me só um minuto, porque preciso prestar um esclarecimento definitivo ao Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, com todo respeito a S. Exª e aos demais Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas.

Evidentemente, não é preciso dizer que estou presente, Senador Alvaro Dias, porque isso é o óbvio. Mas, seguindo orientação da Liderança do PT presente nesta Comissão, que sugeriu, que encaminhou a obstrução, declarei-me em obstrução. Quero que isso conste. Evidentemente, V. Exª suscita uma questão importante do ponto de vista de a CCJ dirimir essa questão.

Mas quero deixar claro. É óbvio que estou presente, sou o relator e tenho que acompanhar todos os trabalhos. Mas, seguindo orientação do Senador Sibá Machado, quero que V. Exª registre em Ata que eu me declarei em obstrução. V. Exª tem razão quanto à

apreciação da matéria pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quero ser convencido. Depois passarei a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Peço a palavra para uma questão de ordem fundamental, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Permita-me apenas, em atenção ao Relator, dizer que entendo como obstrução o trabalho, o expediente utilizado pelo Parlamentar para impedir inclusive votações. O Parlamentar solicita a palavra pela ordem, o Parlamentar pede a palavra para ganhar tempo, isso é obstrução. Agora, ausência e presença é outra coisa. Ausência é quando se ausenta, presença é quando se está presente. Não há como definir o presente como ausente. Portanto, quero apenas ser convencido.

Evidentemente, o meu objetivo é ser absolutamente leal à norma.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, já que estou sendo considerado como responsável por isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Peço a palavra para uma questão de ordem. É a precedência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não. O Senador Sibá Machado quer ajudar. Pode ser que o Senador Sibá resolva o problema.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Deputado, deixe-me concluir. Vou me submeter a essa orientação de V. Exª de transferir essa votação para uma apreciação na CCJ. Vamos fazê-lo por se tratar de interpretação regimental. Veremos se a CCJ nos esclarece sobre uma observação regimental, porque não vamos chegar a acordo algum.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio ser um direito legítimo do Senador Sibá Machado recorrer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O resultado está proclamado, é evidente. Aguardaremos a deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a regimentalidade dessa decisão.

Portanto, está acatada a solicitação do Senador Sibá Machado, e aguardaremos a deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Pedro Simon havia solicitado a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou pedindo a palavra para resolver o problema, se V. Exª me permite.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, o autor do requerimento deseja antes fazer um esclarecimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Tenho em mão, Sr. Presidente, o Regimento Comum, que é quem pauta a ação. Peço a atenção do Senador Sibá Machado, porque este é o Regimento Comum.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Deputado, eu concordo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Peço a gentileza de me ouvir. Eu já o ouvi exaustivamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu sei. Só 1 minuto. (inaudível.)

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O art. 48 do Regimento Comum, que comanda o que estamos fazendo, reza: "Presente à sessão, o Congressista somente poderá deixar de votar em assunto de interesse pessoal, devendo comunicar à Mesa seu impedimento, computado seu comparecimento para efeito de **quorum**".

O art. 151 do Regimento Comum diz o seguinte: "Nos casos omissos neste Regimento" – que não é o caso porque está aqui – "aplicar-se-ão disposições do Regimento do Senado e, se este ainda for omisso, as do da Câmara dos Deputados". Então, quero dizer que o Regimento do Senado não prevê a figura da obstrução; o da Câmara dos Deputados prevê. O art. 48 do Regimento ...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Aí não é justo. (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. Fazendo soar a campainha) – Vamos respeitar. Vamos respeitar o orador.

Senador Sibá, vamos respeitar. O Parlamento é isso, é debate.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ... o art. 48 do Regimento Comum estabelece...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ele usa o Regimento de acordo com a conveniência, Sr. Presidente. Ele escolhe o Regimento que ele quer...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – ... são 11 votos mais o do Presidente.

O art. 48 estabelece: "Presente à sessão, o Congressista" –, na figura específica do Relator – "só poderá deixar de votar em assunto de interesse pessoal, devendo comunicar à Mesa seu impedimento, computado o seu comparecimento para efeito de **quorum"**. Portanto, o art. 48 do Regimento Comum, que é o que rege esta reunião, garante os 13 votos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência vai encerrar este assunto ouvindo o Senador Pedro Simon.

Está liberado o som. É que o barulho...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, esta questão está decidida, porque V. Exª já deliberou. Da resolução de V. Exª, foi feito recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. V. Exª diz que acata a decisão de ir à Comissão de Justiça, que vai deliberar. Considero a atitude de V. Exª correta, porque não há isenção de ânimo aqui para resolver sobre esta matéria. A Comissão de Constituição e Justiça, que está à margem deste debate, terá condições de resolver.

Permito-me dizer, com todo respeito, que venho de longe e que uma das coisas mais bonitas do Congresso Nacional é a CPI. Nesses últimos 30 anos, infelizmente, em que o Judiciário é moroso, indeciso, o Brasil foi o país da impunidade. Aqui não há justiça. E quem se atreveu a inverter essa situação foi o Congresso Nacional e a sua CPI. As CPIs tiveram a isenção para cassar um Presidente da República e 12 Deputados de todos os partidos, machucando, cortando na própria carne. Após conclusão de CPI, foram condenados ontem um ex-presidente do Banco Central e mais 3 diretores. Tudo isso foi resultado de CPI.

O que estou vendo agora, nesta CPI, infelizmente na nossa que discutiu a questão do Banestado, que os Parlamentares não estão tendo condições de se tornarem juízes. Numa CPI, o Parlamentar age como se fosse um juiz, para ouvir e decidir, porque ele pode deliberar. Na votação final, decidimos que o fulano de tal deve ir para a cadeia, nossa decisão será apreciada pelo Judiciário. Agora, essa decisão minha de dizer que o fulano de tal roubou, matou, e a conclusão da CPI é de que fulano culpado pela morte de alguém vai para o Judiciário, para o Procurador da República. Mas devo tomar essa decisão com isenção, como se eu fosse o juiz.

Sei que a matéria é apaixonante. Vemos aqui, com todas as letras, que existe um grupo que quer defender o movimento dos sem terra – e é legítimo isso – e outro grupo que quer defender os fazendeiros, o que também é legítimo. De um lado estamos vendo invasões, mais do que se imaginava, estão indo além do que devia ser e, de outro lado, estamos vendo fazendeiros que estão partindo para matar, coisa absurda, que não pode acontecer. Então dos dois lados têm coisas que devem ser discutidas. Se a Comissão não tem a isenção de julgar com tranqüilidade isso, é melhor não haver CPI. Ou a CPI tem isenção para decidir com tranqüilidade e serenidade, ou, sinceramente, é melhor extingui-la, para não darmos um espetáculo burlesco que nos deixará mal, deixará mal todo o Congresso Nacional perante a Nação. Tanto esta CPI – lamento porque é a segunda vez que isso aparece – como a do Banestado não estão funcionando bem porque a questão está sendo analisada com paixão, está sendo colocada no ponto de vista partidário e ideológico. Estamos vendo a morte da CPI, Sr. Presidente. Agora está acontecendo o quê? Aqui nunca se impediu ação de CPI. No Senado Federal, não tem mais CPI, aliás, só tem CPI no Senado Federal se os Líderes concordarem. Aquele artigo da Constituição que diz "um terço de Parlamentares podem criar uma CPI" não vale mais, porque os Líderes decidem. Foi pedida a CPI com a assinatura de mais de um terço dos Senadores, mas ela foi para a gaveta porque os Líderes não indicaram os nomes, e, não indicando o nome do Parlamente que vai compor a CPI, ela não pode funcionar. Então estamos caminhando – escutem o que estou dizendo –, pelo que a imprensa está publicando, para a morte da CPI, uma das instituições mais sérias e que mais serviços prestou a este País.

Eu faria um apelo aos irmãos: vamos defender nossas idéias, vamos ter um mínimo de entendimento e respeitar-nos reciprocamente. Se isso não é possível, então é melhor não nos reunirmos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Pedro Simon, para encerrar essa questão, a Presidência deliberou exatamente em razão do art. 48 do Regimento Comum do Congresso Nacional e vai aguardar a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Fica, portanto, essa deliberação, cujo resultado foi proclamado, suspensa até a definição da CCJ.

Tem a palavra o Senador Sibá Machado pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Para um esclarecimento, que acho que é importante...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra pela ordem e não estou querendo ganhar no grito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Só quero proclamar o resultado. Total: 11 votos. Houve 7 abstenções, portanto, há o número de votos necessários para a aprovação. Está conforme o art. 48 do Regimento Comum.

Vamos passar para a deliberação...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, preciso de um esclarecimento.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, estou pedindo a palavra pela ordem faz 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado, se V. Exª permitir.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Permito. Se V. Exª passar para mim depois, não tem problema, não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Deputado Lupion tem a palavra pela ordem.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu só gostaria aqui de entender a decisão da Presidência. A Presidência proclamou um resultado de uma Comissão, de uma CPI dando a sua interpretação: "A partir desse momento, está proclamado um resultado".

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Aqueles que não concordam com o resultado recorrem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Aqui V. Exª não tem necessidade nenhuma de suspender nenhum efeito da sua decisão, então ela será suspensa caso a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania julgue a sua decisão inadequada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É essa a interpretação correta.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Era só isso que eu queria compreender.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, só para anunciar que, com fundamento no art. 132 do Regimento Comum das duas Casas do Congresso Nacional e no art. 13, § 2º, do Regimento do Senado, estarei recorrendo também à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, uma vez que V. Exª computou o meu voto quando, com base no Regimento do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O voto, não; a presença só.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas veja, vou ler para V. Exª novamente: "Considera-se ainda ausente o Senador que, embora conste da lista de presença sessões deliberativas, deixar de comparecer às votações, salvo se em obstrução declarada por líder partidário ou de bloco parlamentar.

Então, só estou comunicando a V. Exª que vou fazer o recurso. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª tem o direito de fazer. Agora...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Claro, claro. Estou fazendo a comunicação e quero que V. Exª faça constar em Ata que, seguindo a orientação do Líder Sibá Machado, eu me declarei em obstrução e não em abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Em obstrução. Apenas para esclarecimento daqueles que acompanham os trabalhos, para que não imaginem que aqui tem alguém autoritário. O Deputado João Alfredo tem razão em parte, apenas ele não considera a prioridade. E a prioridade regimental nestes casos é para o Regimento Comum do Congresso Nacional, e o Regimento Comum do Congresso Nacional, respalda a decisão da Presidência. Este Assunto está encerrado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, nós não votamos abstenção, nos votamos obstrução. Se V. Exª registra abstenção...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exatamente, é o que constará da Ata. A Ata refletirá a realidade do que ocorreu aqui.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A palavra "obstrução". É isso que a Ata vai relatar?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exatamente. Obstrução.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, não é o que o Deputado Lupion encaminhou. S. Exª encaminhou o resultado que V. Exª deu como votos em abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Requerimento dos Deputados Adão Pretto e José Geraldo pede a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Manoel Domingues Paes Neto, pecuarista, residente na Fazenda São Domingos, em Mirante do Paranapanema.

Está em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Requerimento que pede a transferência do sigilo bancário do Ministério Público do Estado de São Paulo para esta CPMI. Quebra do sigilo bancário referente à Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema, a Coocamp, e dos seus diretores, dentre os quais, o Sr. José Rainha Júnior.

Esse é o requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com votos contrários da Senadora Ana Júlia Carepa, Deputada Luci Choinacki, Deputado José Geraldo, Deputado Anselmo, Deputado Jamil Murad, Deputado Adão Pretto, Senador Eduardo Suplicy, Senador Sibá Machado e abstenção do Relator.

Peço, portanto, que considere esses votos contrários e, dessa forma, o requerimento está aprovado.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Peço verificação de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Foi pedida a verificação de **quorum**.

Vamos à chamada nominal.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Nós acabamos de fazer uma votação nominal, não existe interstício.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PA) – Tem razão o Deputado Lupion.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Já foi suspensa a obstrução?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PA) – Creio que sim, porque votaram.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem que ficar consignado que foi suspensa a obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PA) – Requerimento que pede a transferência do sigilo bancário e fiscal, para esta Comissão, do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – Iterra, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni. Este requerimento já foi inclusive, justificado por ele numa outra reunião.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o procedimento é igual ao anterior: obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – O Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o requerimento.

Quebra de sigilo bancário e fiscal, de autoria dos Deputados Adão Pretto e José Geraldo, da União Democrática Ruralista – UDR nacional.

Em votação.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V.Exª a palavra.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Pedi a palavra apenas para dizer que, para haver a quebra de sigilo bancário de qualquer entidade ou de cidadão, é preciso que esteja amparada em indícios de irregularidades. Não temos conhecimento de nenhum indício de irregularidade cometida pela UDR, que apresentou a esta Comissão todos os seus balanços e balancetes e entregou toda a documentação requerida. Os documentos que havia necessidade de apresentar, bem como extratos de quaisquer assuntos, já foram entregues a esta Comissão. Por isso, é injusto que nós, depois de alguém haver demonstrado boa vontade entregando toda documentação, sem nenhuma justificativa plausível, aprovemos a quebra do sigilo, mesmo porque tenho certeza de que, se for pedida qualquer documentação relativa à entidade, ela apresentará, ao contrário das outras entidades, que não apresentaram documentos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, fiz questão de falar no começo da reunião para deixar claro que, no que diz respeito a todas as entidades e instituições, sejam de que natureza forem, não consigo ver qualquer respaldo para a quebra de sigilo bancário. Ao contrário. Acompanhei o que fez V. Exª. Em plenário, apresentamos requerimento de prestação de informações. Recebidas as informações, se, ainda assim, restarem dúvidas, poderemos tratar da quebra de sigilo bancário.

Sr. Presidente, não sou dois Sibás; sou só um. A mesma discussão que fiz em relação à Anca farei para qualquer outra entidade. Portanto, como fez o Deputado Lupion, recuso-me a votar esse requerimento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra pela ordem ao Relator.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, sugiro que usemos o mesmo procedimento adotado pelo Deputado Onyx Lorenzoni, que fez a leitura do requerimento da Anca. Solicito aos autores do requerimento – penso que o Deputado Zé Geraldo o assina – que façam sua leitura para que possamos conhecer as razões. O Deputado Lupion e o Senador Sibá Machado questionam se há ou não justificativa. Sugiro que seja apresentada a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto para que apresente a justificativa.

O SR. ADÃO PRETTO – Sr. Presidente, pedimos a quebra do sigilo bancário, porque quem mandou a documentação foi apenas a UDR de São Paulo. Estamos pedindo informações não apenas à UDR de São Paulo, mas de todo o Brasil.

A justificativa é que, quando foram apreendidas as armas em São Paulo, havia material da UDR junto com o armamento. Por isso temos necessidade de quebrar o sigilo bancário dessa entidade. Se temos de quebrar o sigilo bancário de uma escola para ver o que está sendo gasto com merenda e com formação, é muito mais justo quebrar o sigilo bancário de uma entidade como essa, onde foi encontrado documento

junto com armas contrabandeadas. Vejam a diferença dos requerimentos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A quebra do sigilo bancário da União Democrática Ruralista se justifica porque, em Teodoro Sampaio, por exemplo – sou testemunha ocular desse fato que acompanhei quando ainda era Deputado Estadual –, foi encontrada grande quantidade de armas. Quatro pistoleiros foram presos. Fazendeiros mobilizados pela UDR cercaram a delegacia. Um dos pistoleiros era PM em Mato Grosso. Fizeram o delegado soltar os quatro pistoleiros e os ajudaram a fugir. Armas contrabandeadas de uso privativo do Exército foram encontradas com fazendeiros no Pontal do Paranapanema, além de declarações de incentivo à violência feitas pela União Democrática Ruralista. Os dados demonstram, Sr. Presidente, que seja no no Pará, onde o Delzão, matador notório, conhecido, além daqueles que acabaram de ser presos, Bida e outros. Lá no Paraná, esta semana, fazendeiros contrataram policiais, que deixam de sê-lo para se tornarem criminosos junto com esses fazendeiros, que deixam de ser fazendeiros para serem criminosos.

Diante desse quadro, penso que justifica querermos investigar se a UDR, esta entidade de nível nacional, está coordenando esses crimes que ocorrem em vários Estados do Brasil. Então, tem plena justificativa o nosso pedido.

E, mais uma vez, quero protestar porque alguns Deputados procuram aqui fazer uma cortina de fumaça. Todas as vezes que criminosos a serviço de fazendeiros criminosos são pegos de calça curta, ficam nus perante a sociedade brasileira, eles fazem o 'bate-bumbo' com possíveis irregularidades do MST e entidades que apóiam a reforma agrária.

Nós lutamos pela reforma agrária honestamente, pacificamente e queremos ver atrás das grades aqueles que procuram formar grupos de extermínio contra esta proposta que já foi realizada nos Estados Unidos, Japão e Europa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos colocar em votação?

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, eu quero discutir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, assino o requerimento e, quando Deputados e Senadores trazem a esta Casa requerimentos, isso significa que estes encontraram, na sua avaliação, justificativa para debater e aprová-los ou não.

Acho que nós não podemos agir com dois pesos e duas medidas. Se estamos com o Bida preso, no Pará, que é um proprietário de terra, nem digo que aquilo seja um fazendeiro, V. Exª ficou duas horas na frente deles, em Belém do Pará, interrogando-os. E o Relator da CPMI também. V. Exªs perceberam que o envolvimento do Bida é bem menor que o de outros envolvidos que ainda não foram citados. Aqui eu me baseei em notícias transmitidas pela Rede Globo de Televisão e por outros jornais, de grupos armados nesse episódio, chegando a 150 pessoas armadas, algumas delas encapuzadas, usando armas, segundo a notícia da Rede Globo de Televisão, que é uma das que têm muita credibilidade, que forma muita opinião. Segundo a reportagem, essas armas são contrabandeadas do Paraguai – aí entra até o contrabando, ou seja, há uma verdadeira máfia contrabandeando armas e financiando o crime contra aqueles que estavam lutando pela terra.

Portanto, a partir desse fato, quero que o requerimento seja debatido e entre em votação, para ser aprovado ou não. Se esta CPMI se propôs a fazer um trabalho sério para dar contribuição a este Governo e a este País, no sentido de garantir que tenhamos paz na terra e o fim da violência, precisamos dar a este requerimento tratamento igual ao que têm os outros. O que não dá para eu aceitar é que o do Deputado Lupion venha aqui dizer que a UDR é uma santa, que a UDR não merece investigação, que a UDR não manda matar! Não é esse o meu entendimento.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Então, proponho que debatamos, votando este requerimento.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu gostaria de ser respeitado aqui dentro da Comissão. Eu gostaria de ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Não admito que coloquem palavras em minha boca. Eu nunca disse que ninguém é santo aqui nesta Comissão. Apenas disse, na minha argumentação, que a UDR entregou toda a documentação para esta Comissão. Respeitou, ao contrário das entidades cujo sigilo acabamos de quebrar da Anca e da Concrab, a CPMI e entregou a documentação toda. E, em função disso, aleguei que não precisaríamos quebrar sigilo e sim pedir a documentação se por acaso estivesse faltando.

Então, V. Exª me respeite, porque não disse que ninguém aqui é santo. Eu disse apenas que precisamos respeitar aqueles que nos respeitam, aqueles que nos entregaram todos os documentos a nossa Comissão, aqueles que nunca se furtaram em comparecer, aqueles que todas as vezes que estivemos precisando de qualquer tipo de documento eles o apresentaram. Aí é uma punição desnecessária, é alguma coisa como julgar e colocar à execração pública alguém que respeita a lei e a ordem, porque a entidade não tem nenhum processo contra a lei e a ordem, ao contrário das outras entidades de que estamos aqui falando.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para encerrar, o último inscrito, o Deputado Luis Carlos Heinze. Depois vamos votar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma colocação.

No caso específico da UDR, que está sendo discutida neste momento, – este é o alerta que quero fazer –, com a imparcialidade que precisamos ter nessas votações aqui, não recebeu dinheiro público, apresentou os documentos a esta CPMI, diferentemente do caso do MST, da ANC ou da Concrab, que receberam dinheiro público sim. É uma farra o que o MST faz – e é bom que os Deputados do PT ouçam isto aqui: foram mais de US$10 bilhões que foram largados no MST com desvio de dinheiro, como já comprovamos aqui. Em qualquer lugar do País. Desviaram e é uma farra; e agora não querem ouvir.

Então, temos que ter respeito. E aqui tem uma entidade na qual vou votar contra. Não que eu queira acobertar alguém no caso específico da UDR.

Dez bilhões de dólares no Governo Fernando Henrique e no Governo Lula. Pode ver! O dinheiro foi aplicado, e mais de 600 mil famílias, assentadas; em mais de vinte milhões hectares foram feitos assentamentos. E muito desse dinheiro foi desviado; não foram só os oito milhões e meio. Havia desvio de dinheiro sim. Isso sabemos, e foi comprovado pela imprensa em todo o País.

Deputado Jamil Murad, eu queria saber se a casa de V. Exª fosse invadida, o que V. Exª faria? Como vi, nesses anos de depoimento, centenas de famílias tiveram suas casas invadidas. E o que eles vão fazer? Têm que se proteger.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Se eu tivesse uma casa e se fosse invadida, não havia problema.

O SR. LUÍS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Se a Justiça Estadual, se a Justiça Federal, se a Justiça não dá proteção, os produtores estão fazendo a sua parte ao se defenderem, porque eles não têm proteção do Estado. Portanto, eles estão fazendo essa justiça porque as casas estão sendo invadidas, as propriedades estão sendo invadidas, pessoas estão sendo mortas, como tantos casos, e nunca vi, Deputado Adão Pretto, a Comissão de Direitos Humanos se levantar contra essa gente. Houve um menino, um técnico agrícola gaúcho, morto, aqui, em Goiás, e tantos outros. Nunca vi Direitos Humanos ir atrás dessas pessoas para defendê-los. Como também o Sr. Gercino, o Ouvidor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e tantos outros, inclusive protegendo aqueles que mataram.

Portanto, vou votar contra.

Essa é a minha posição por essa razão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Flexa Ribeiro havia solicitado antes, mas peço a compreensão para que sejam... Faltam o Senador Flexa Ribeiro, a Senadora Ana Júlia e a Deputada Luci.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É muito rápido!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço rapidez para que possamos votar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É muito rápido, Sr. Presidente Alvaro Dias.

Por uma questão de justiça, o Deputado Lupion colocou aqui, com clareza, que a UDR já encaminhou toda a documentação para a CPMI da Terra.

Estou estreando aqui, substituindo com muita honra o Senador Sérgio Guerra, do PSDB, mas há um dado. O Deputado colocou que justificou o pedido porque o documento foi só da UDR de São Paulo. Ele me informou que só existe a UDR em São Paulo. Ele me deu essa informação. Mas independentemente da informação que ele me deu – só existe a UDR de São Paulo -, quero dizer ao Senador Presidente e à Bancada que obstruiu a votação anteriormente que, por uma questão de justiça, votarei favoravelmente à quebra do sigilo bancário da UDR. Se já foi entregue a documentação, não há o que temer. Gostaria que eles votassem também a favor. Se não há o que temer, que se vote pela quebra do sigilo bancário do MST.

Votarei favoravelmente. Eu já estou abrindo o meu voto, antecipadamente.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Pela ordem, pois eu fui citado pelo Deputado Luiz Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes, há duas inscrições: a da Deputada Luci e a da Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero apenas dizer, Sr. Presidente, que neste caso, como já foi justificado aqui, votarei favoravelmente. E mais, não estamos só votando ou avaliando quem, no caso, tem recursos públicos ou não. Estamos discutindo os motivos da violência. Eles podem vir das entidades

privadas ou não. O financiamento da violência é nefasto em nosso País, venha de onde vier.

Quantos financiamentos nós vimos com o dinheiro público, com o dinheiro de bancos públicos, de órgãos públicos, de Ministérios! Há pessoas que nem proprietárias de terras são, mas que se dizem proprietárias. Elas são tão sem terras quanto os sem-terra, mas são grandes.

Estou mais interessada realmente em que comecemos a ouvir os depoimentos. Sou do Estado, infelizmente, campeão de mortes. Se formos fazer uma estatística dessas mortes, verificaremos que 90% delas são de trabalhadores, dos ditos proprietários. Digo isso porque a maioria deles não é proprietário. Essa é a verdade.

Temos que votar favoravelmente à quebra do sigilo bancário de qualquer entidade que possa estar financiando, seja com dinheiro público ou não, a violência. Isso que é triste, isso que é preocupante.

Não me alongarei, até porque quero concordar com o que falou o Senador Flexa. É preciso ter motivos e, nesse caso, há motivos de sobra em relação à violência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a todos que tenham compreensão, pois logo teremos o início da Ordem do Dia no plenário do Senado e não podemos deliberar.

Por isso peço aos inscritos, como a Deputada Luci, que sejam sucintos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, é só um aparte, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se ela conceder...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Concedo o aparte.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Eu gostaria que a Senadora Ana Júlia, assim como eu vou votar favoravelmente à quebra do sigilo da UDR, votasse também favoravelmente à quebra do sigilo da Anca.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não há mais essa possibilidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ela pode alterar o voto. Aí ficaremos na mesma condição. Essa é uma medida democrática para ambos os lados.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Com relação ao requerimento que o Deputado Adão e o Deputado José Geraldo apresentaram, lembrei-me que tenho, em meu gabinete, as matérias exibidas pelo Jornal Nacional, inclusive uma fita mostrando os fazendeiros da UDR armados e se gabando. Eles exibiam as armas e diziam que lá eles iam fazer a lei do ponto de vista deles.

Por isso é que esse requerimento é importante.

Não consigo entender por que, quando o Estado brasileiro financia os agropecuaristas, não há problemas, mas, quando se trata de financiar pobres, há problema. É uma coisa impressionante a inveja, o ódio. Vamos tirar o ódio do coração, porque vocês vão morrer disso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos votar.

Deputado Jamil Murad, peço a sua compreensão. Há só dois Líderes inscritos para falar no plenário e terá início a Ordem do Dia.

Vamos proceder à votação nominal.

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador José Agripino está ausente; o Senador Jonas Pinheiro, também ausente; Senador Flexa Ribeiro, "sim"; Senador Romeu Tuma, "sim"; Senador Antero Paes de Barros, ausente; Senadora Lúcia Vânia, ausente; Senador Arthur Virgílio, ausente; Senador Eduardo Suplicy, "sim".

O Senador Sibá Machado está ausente?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou aqui. Eu me abstenho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Senadora Fátima Cleide já votou. Os Senadores Pedro Simon e Garibaldi Alves Filho estão ausentes.

Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Sr. Presidente, voto "sim", como exemplo de coerência. Esta Comissão precisa ter todos os requerimentos aprovados. Quem se recusa a mostrar a própria casa, suspeição sobre esta casa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado João Alfredo, Relator da matéria.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ausentes os Deputados Marcelo Siqueira, Rose de Freitas e Chico Graziano.

Como vota o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUÍS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Deputado Josué Bengtson está ausente. Deputado Inaldo Leitão.

O SR. INALDO LEITÃO (PL – PB) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputada Luci Choinacki vota "sim". Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim. Precisamos pôr a mão nesse crime organizado que elimina trabalhador rural.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Aprovado o requerimento por 11 votos SIM, 2 votos NÃO e 1 abstenção.

Temos poucos requerimentos, Senador Romeu Tuma. O próximo, dos mesmos autores, que quebra o sigilo bancário de Luiz Antônio Nabhan Garcia.

Concedo a palavra, pela ordem, para discutir, ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELADO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, fico imaginando um homem de bem, que se sujeita a presidir uma entidade de produtores rurais; de botar a cara para defender idéias; de fazer com que o agronegócio seja respeitado; que busca, de todas as maneiras, andar dentro da lei e o tem feito; que compareceu todas as vezes que requisitado pela nossa Comissão. O que ele vai pensar e dizer sobre o que está acontecendo aqui. Quebrar-se o sigilo bancário de um cidadão sem evidência algum, crime algum... Não há nenhum tipo de investigação ou indiciamento contra o Sr. Nabhan. Tenho documentos aqui que mostram isso. Como vamos quebrar o sigilo de um cidadão que preside uma entidade legal, constituída dentro da lei, à luz do dia, só porque não gostamos dessa entidade. É o fim da picada!

Se isso aqui acontecer, saio imediatamente desta CPI. Peço a minha renúncia na hora, porque não estou aqui para fazer nenhum tipo de acusação leviana, de levantar a vida de um cidadão que não tem mácula alguma na sua vida, nenhum tipo de citação ou investigação contra a sua pessoa.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Para informar aos membros da CPMI que o Sr. Domingos Paz Neto, em depoimento à Polícia Federal, reconheceu a foto do Sr. Nabhan com armas privativas do Exército. Portanto, ele participa de maneira ativa dessa ação criminosa ligada à UDR.

O SR. ONYX LORENZONI (PPL – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. Domingos esteve nesta Comissão, trouxe documentação, disse que fez essas declarações sob tortura, registrou isso em cartório. Isso é reconhecido pela relatoria da nossa CPI. Penso que estamos indo longe demais.

O SR. RELATOR (João Alfredo – CE) – Queria fazer uma proposta inclusive aos autores. Se o Deputado Onyx, o Deputado Jamil e os autores concordarem.

Temos dois depoimentos de uma mesma pessoa que são contraditórios entre si. O Sr. Manoel Domingos, no primeiro depoimento que fez à Polícia Federal, acusou o Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia de fazer toda uma armação, inclusive em sua fazenda, fornecendo as armas para aquelas matérias que saíram. Todos tivemos acesso a esse depoimento. Depois, o Sr. Manoel Domingos esteve nesta CPMI e disse que deu aquele depoimento sob tortura – quero resgatar isso. Por conta daquele depoimento do Sr. Manoel Domingos, convocamos a delegada da Polícia Federal.

Sendo assim, quero fazer uma sugestão: que retiremos de pauta essa matéria. Vamos ouvir a delegada da Polícia Federal para termos mais dados sobre o assunto. Isso é razoável. O Sr. Manoel Domingos fez acusações muito graves naquele dia, os dois depoimentos são graves. No primeiro, coloca todo o armamento; no segundo, nega tudo e fala em tortura.

Sugiro que ouçamos a delegada amanhã para termos mais elementos para decidir. A minha sugestão aos autores do requerimento é só para retirar de pauta.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, concordo, mas protesto contra a proteção que determinados criminosos, às vezes, têm aqui.

O SR. RELATOR(João Alfredo – CE) – Deputado Jamil, se V. Exª acha que estou protegendo alguém, não estou fazendo isso. Como relator, permita-me... Eu falo e, em seguida V. Exª diz isso...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos ouvir apenas os autores.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado José Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, quando cheguei a esta reunião, estávamos naquele momento exaustivo: dois Senadores haviam feito falações no sentido de, realmente, aperfeiçoarmos esse mecanismo importante que é a CPMI. O fato de um

deputado ou um senador apresentar um requerimento na CPMI não significa, como já disseram vários aqui, que estamos aqui para condenar – o Senador Sibá disse isso, o Senador Simon também e vários já disseram isso aqui hoje.

Os fatos nos chamaram a atenção. Inclusive, aqui fica muito claro que o cidadão está respondendo inquérito na Polícia Federal – Processo nº 8.000.430/2003. Estamos na CPMI. Ele é representante da UDR e precisa que apuremos isso. Mas considero, já que temos o processo em andamento, que a proposição do relator cabe muito bem neste momento.

Como autor, concordo com o relator, porque temos muito tempo ainda pela frente nesta CPMI. Não precisamos nos apressar e não estamos aqui para condenar aqueles que não merecem ser condenados. Vamos suspender e, se necessário, apreciar o requerimento após o depoimento da delegada que preside o inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a concordância dos dois autores, Deputado Adão Pretto e Deputado Zé Geraldo, retiramos o requerimento.

Peço permissão para continuar.

Requerimento do Relator, Deputado João Alfredo, propõe a convocação dos Srs. Luiz Ungaratti e Yoakim Petrola para prestarem esclarecimentos a esta CPMI.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Deputado Adão Preto, que solicita informações à Polícia Federal a respeito do Sr. Dani Gutzeit – sua nacionalidade; se possui passaporte, qual o número; no caso de viagem, quando foi autorizada, qual a data, o destino e a finalidade. Essas informações irão auxiliar os trabalhos da CPMI.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Senador Sibá Machado. Solicita a convocação para acareação dos depoentes Regivaldo Pereira Galvão, o Bida; Laudelino Délio Fernandes Neto; e Vitalmiro Bastos de Moura, ouvidos por esta Comissão durante as audiências no Estado do Pará, respectivamente Altamira e Belém. Portanto o Senador Sibá Machado pede a convocação para acareação nesta CPMI.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento.

Requer convocação do tabelião responsável pelo Cartório de Pacajás. Deputado Zé Geraldo e outros.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Senador Sibá Machado. Requer cópia do Processo Criminal nº 34, de 2005, em trâmite perante a vara única da Comarca de Pacajá.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Deputado João Alfredo e outros. Requer cópia de processos criminais nas Comarcas de Rondon do Pará e Marabá.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Deputado João Alfredo requer cópia do IPL nº 321, de 2005, Departamento da Polícia Federal. Amplo diagnóstico, esse processo é referente ao caso do Paraná, Segurança Pública do Paraná.

Em votação.

Senador Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não é a Secretaria de Segurança, quem fez a operação foi...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não, é a Superintendência da Polícia Federal. O requerimento está correto, está dirigido à Superintendência da Polícia Federal.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Deputado João Alfredo requer a convocação dos Srs. Jaber Saab, Luís Fernando Delazari e Waldir Copetti.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento. Deputado Zé Geraldo. Requer a convocação do Sr. Gilmar Góes, empresário do Município de (inaudível), no Estado do Pará.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requer convocação, também do Deputado Zé Geraldo, dos Srs. Amair Feijoli da Cunha e Rayfran

das Neves Sales, envolvidos no assassinato da Irmã Dorothy, para prestar informações à Comissão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requer a convocação do Sr. Luiz Ungarati, já aprovado, e do Sr. Dominguinhos, citado no assassinato da Irmã Dorothy, para prestar informações.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Deputado Zé Geraldo, requer convite aos Exmºs Srs. Procuradores da República Ubiratan Casseta e Felício Pontes, para prestarem informações acerca dos processos irregulares da extinta Sudam.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requer convite ao Sr. Ciro Gomes, Ministro da Integração, para prestar informações acerca dos processos irregulares da Sudam.

Não há mais requerimento.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Senador Suplicy, quando V. Exª fez a leitura do requerimento dos dois nomes que foram presos, os primeiros presos que assassinaram a Irmã Dorothy, estes não foram ouvidos pela CPMI. Ouvimos o Bida, e chegamos à conclusão que eles têm tanto quanto ou mais para contribuir do que o próprio Bida. Então, é necessário que esses dois cidadãos venham a esta CPMI para prestarem os seus esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Virão juntos.

O SR. ONYX LORENZONI(PFL – RS) – Sr. Presidente, uma colocação. O Deputado Jamil Murad, só queria consultar, quando falou que estamos protegendo criminosos, se ele está se referindo à pessoa do Presidente da UDR, Jorge Nabhan Garcia, não sei, que estaríamos protegendo criminosos, eu ouvi qualquer coisa quando ele falava.

Estou fazendo uma pergunta ao Deputado Jamil Murad, porque S. Exª fez uma colocação...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil Murad, deseja responder?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pois não, Sr. Presidente. A minha reclamação é pertinente. Quando é para quebrar sigilo de pessoas ligadas à luta pela reforma agrária, há defesa de determinados Deputados. E quando é para quebrar o sigilo de alguém que aparece para a opinião pública, é flagrado com armas contrabandeadas, fala que faz leilão de gado para arrecadar dinheiro contra a reforma agrária, há parlamentares que defendem o acusado, dizendo que nunca o viram em contravenção. Só se não lêem jornal, só se não têm informações.

Então, essa é a minha reclamação. Têm disposição para atacar quem defende a reforma agrária, mas não têm para investigar aqueles que pleiteiam a violência.

O SR. ONYX LORENZONI(PFL – RS) – V. Exª confirma que fez uma acusação aos Deputados Abelardo Lupion e Luís Carlos Heinze de que estamos acobertando criminosos, e citou o Dr. Nabhan Garcia como criminoso?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não citei nome de ninguém. Não é mesmo? Agora, a opinião pública, os Srs. Deputados podem analisar a minha queixa.

O SR. ONYX LORENZONI(PFL – RS) – Fiz uma pergunta: V. Exª se dirigiu a minha pessoa com respeito a acobertar qualquer tipo de pessoa?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não me dirigi a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está encerrado esse assunto.

Com a palavra o Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR(João Alfredo – CE) – Sei que o Deputado Jamil Murad não se referiu a mim, mas quero deixar bem clara a minha posição a esse respeito.

Primeiro, havia uma reclamação, e sempre reclamei isso, de que havíamos quebrado o sigilo de entidades de trabalhadores sem quebrar a de proprietários. E, hoje, quebramos o da União Democrática Ruralista. Penso que é um fato importante. E também quebramos o sigilo de todos os fazendeiros, madeireiros, grileiros que, de alguma forma, podem estar envolvidos com o crime da Irmã Dorothy. É importante dizer isso. Acredito que essa questão foi uma vitória da CPI, está colocada dessa forma hoje. Porque, para o Relator, tínhamos só um lado da questão. Hoje, estamos podendo ter uma amplitude maior.

Segundo, com relação ao Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia, Presidente da UDR, o que eu levantei, e quero repetir, foi que tínhamos dois depoimentos contraditórios do Sr. Manoel Domingos Paes Neto. Um depoimento dado à Polícia Federal, onde ele explicitamente cita o Sr. Nabhan Garcia, por armas, por formação de milícia armada etc. E outro depoimento

prestado a esta CPMI, onde ele nega todas essas acusações. Mas levantou uma nova acusação, a de que aquele primeiro depoimento, prestado à Polícia Federal no Pontal do Paranapanema, havia sido arrancado mediante tortura.

O que é que fizemos, Deputado Jamil Murad? Convocamos a Srª Delegada de Polícia Federal. Ela virá amanhã aqui. O que solicitei e que foi acatado pelos Srs. Deputados não foi que retirassem o requerimento, que desistissem do requerimento, apenas que fosse sobrestado, retirado de pauta para que pudéssemos ouvir a versão da Srª Delegada de Polícia Federal, que trará os elementos acerca do Sr. Manoel Domingos Paes Neto. Pode ser que amanhã, Deputado Jamil Murad, com o depoimento da Delegada da Polícia Federal, tenhamos elementos fortes o suficiente para quebrar o sigilo do Sr. Nabhan Garcia.

Portanto, quero deixar isso claro. Sei que V. Exª não se dirigiu a mim.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Deputado, V. Exª me concede um aparte?

O SR. RELATOR(João Alfredo – CE) – Pois não.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Deputado, acho que está havendo alguma confusão. Pela importância que tem a quebra do sigilo bancário do Presidente da UDR, porque o Deputado Onyx Lorezoni propôs a quebra do sigilo bancário do José Rainha. E eu propus lá no Pontal e o Sr. Nabhan falou que não concordava com a quebra do sigilo bancário dele.

O SR. RELATOR(João Alfredo – CE) – Eu me lembro, claro!

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Muito bem. Agora, V. Exª agiu para resguardar o interesse que nós temos de quebrar o sigilo bancário do Sr. Nabhan. Eu não falei me dirigindo a V. Exª.

O SR. RELATOR(João Alfredo – CE) – Ah, está bom.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu falei daqueles que...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sim, está esclarecido, Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) **–** ...sobre aqueles que defenderam contra a quebra de sigilo, alegando que ele é um santo, que não deve nada, que portanto não deve ser quebrado o sigilo bancário dele.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – V. Exª deveria medir melhor as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está encerrado esse assunto. É claro que o debate é a essência da democracia e também do Parlamento, mas haverá de chegar um dia em que as opiniões serão sempre respeitadas de lado a lado. Às vezes nesta Comissão há um desrespeito a determinadas opiniões, mas nós vamos chegar, certamente, ao amadurecimento do processo democrático em que todas as opiniões serão respeitadas e nós não teremos a necessidade da exacerbação oral como ocorre em algumas ocasiões.

Vamos ouvir o Sr. José Décio Barroso Nunes, começando pela interpelação do Relator, o Deputado João Alfredo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os procedimentos regimentais já foram adotados com a assinatura do termo de compromisso.

Pois não, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, acabo de ser informado de que o Líder nos convida ao plenário pela possibilidade de votação nominal.

Eu queria saber se V. Exª poderia apenas suspender a oitiva...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não, eu creio que nós podemos continuar com os trabalhos aqui e o Senador pode votar e retornar, porque nós teremos vários Parlamentares, Deputados Federais inclusive, que poderão permanecer para fazer as indagações.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não prejudicaria o andamento?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sem prejuízo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sem prejuízo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não há nenhum óbice regimental, porque há só óbice à votação, à deliberação. Como nós não estamos votando, a Comissão pode continuar com os trabalhos.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, amanhã pela manhã vamos ouvir a Delegada, não seria mais confortável para os Parlamentares colherem os dois depoimentos amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há outros depoimentos amanhã também.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vamos ouvi-los para poder liberá-los.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – ...o segundo convocado, Francisco Quincor...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está presente.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – ... está presente também?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PA) – Está. Está presente.

Com a palavra, então, o Relator, Deputado João Alfredo. (Pausa.)

Deputado João Alfredo com a palavra.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu queria saber da testemunha se ela conhecia José Dutra da Costa, o Dezinho, que relação mantinha com ele, se sabe se ele foi moro e por quê.

O SR. DÉCIO BARROSO NUNES – Não. Eu não tinha relação absolutamente nenhuma com ele. Apesar de morar na mesma cidade, uma cidade pequena, eu o conheço de vista, mas nunca tive nenhuma relação qualquer com ele.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor tem conhecimento de que, em 2000, a fazenda Serraria Jerusalém, vizinha à sua propriedade, fora ocupada pelos trabalhadores rurais?

O SR. DÉCIO BARROSO NUNES – Sim, porque é próxima à cidade e todo mundo tomou conhecimento disso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – Ce) – Quem liderava a ocupação?

O SR. DÉCIO BARROSO NUNES – Não. Não sei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Era o Dezinho?

O SR. DÉCIO BARROSO NUNES – Não, não, não...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor é proprietário da fazenda Laci?

O SR. DÉCIO BARROSO NUNES – Sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor tomou conhecimento das denúncias da vítima, o Dezinho, que indicavam de grilagem de áreas pertencentes ao senhor? Que ele havia denunciado o senhor como grileiro de terra lá em Rondon do Pará?

O SR. DÉCIO BARROSO NUNES – Repete por favor, Senador.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu estou perguntando ao senhor se o senhor tem conhecimento de que o falecido Dezinho havia lhe denunciado como grileiro de terras, inclusive da fazenda Laci?

O SR. DÉCIO BARROSO NUNES – Não. Ele não poderia ter me denunciado porque na época da aquisição da Laci, eu fiz uma negociação legal, procurei os órgãos competentes na época, que foram cartórios e Incra, onde me deram todas as certidões da veracidade, da legalidade da terra.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – PR) – O senhor tem conhecimento de uma das causas... quem teria, portanto, interesse? Perdão, vou refazer a pergunta. Quem teria, portanto, interesse na morte de Dezinho, no assassinato de Dezinho? O senhor teria interesse na morte dele?

O SR. DÉCIO BARROSO NUNES – Não. De forma alguma. Não tinha nenhum interesse, não tinha por quê.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor responde a um processo na Comarca de Rondon do Pará, acusado de ser o mandante da morte de Dezinho?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sim, respondo de ser acusado de suspeito como o mandante da morte.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor é acusado, não é? O que o senhor diz sobre isto, de ser acusado de mandante da morte?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Digo que sou inocente e não teria nenhuma razão para fazer tal fato, como falaram que fizeram.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Vou ler aqui um depoimento prestado perante a Justiça do Estado do Pará e quero perguntar, aqui, o que o senhor diz disso. O senhor conheceu Pedro Alves da Silva?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quem era Pedro Alves da Silva?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – O Pedro era um sujeito, um elemento, que morava em Rondon do Pará, e o conheci trabalhando numa firma vizinha – uma madeireira –, e esse camarada, futuramente, teria saído de lá e posteriormente saído e montado uma firma de cobrança, onde me ofereceu o serviço de cobrança.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele trabalhava para o senhor?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Para mim, não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nunca trabalhou para o senhor?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, não, não... Para mim, não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois bem. Tenho aqui um depoimento que queria ler. Um depoimento prestado perante a Justiça, de uma testemunha que diz o seguinte: "Que o Sr. Pedro Alves da Silva trabalhava para o Sr. Décio José Barroso Nunes, conhecido como Delsão; que o Sr. Pedro Alves da Silva fazia cobranças para o Sr. Delsão – o Sr. Décio Barroso Nunes; que o Sr. Décio Barroso Nunes, conhecido como Delsão, também contratava o Sr. Pedro Alves da Silva para matar pessoas com quem tinha animosidades; que o Sr. Pedro Alves da Silva confidenciou a essa

testemunha que havia matado várias pessoas a mando do Sr. Décio José Barroso Nunes, conhecido como Delsão; que o Sr. Pedro Alves da Silva confidenciou ao depoente ter matado, a mando do Sr. Décio José Barroso Nunes, dois homens na localidade de Presa do Porco, no Estado do Maranhão; que é um dos homens foi morto com um tiro de escopeta na cabeça, e o outro, com um tiro de escopeta no peito; que o Sr. Décio encomendou a morte dos homens anteriormente referidos, já que os mesmos haviam roubado peças de plaina de sua serraria."

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Nada a dizer. Isso aí não é verdade. O Pedro nunca trabalhou para mim. Assim como ele fez essas cobranças para mim, fazia para todas as outras serrarias de Rondon do Pará. Não lhe encomendei nada, não pedi a ele que fizesse nenhuma viagem a essa localidade. Eu acredito até que isso possa ser levantado na própria localidade, já que se diz que essas pessoas foram mortas lá. Deve ter algum inquérito ou qualquer coisa assim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor sabe que essa testemunha é irmã do Sr. Pedro, não é?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Que, depois, veio, inclusive, a ser morto; e que o senhor também é suspeito por essa morte?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. O Pedro foi morto, Deputado, em praça pública, numa festa. Existe, inclusive, no inquérito, a suspeita de quem mandou matar. Eu não teria motivo nenhum para mandar matá-lo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não seria uma queima de arquivo, pelo fato de ele estar acusado de ser o executante de um crime a mando do senhor?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, não. Não tinha motivo para fazer queima de arquivo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois eu vou mais além: "Que o Sr. Pedro, após cometer os dois homicídios acima relatados, mostrou a foto dos cadáveres ao depoente, irmão dele, bem como à esposa e à filha do hora declarante; que o Sr. Pedro disse ao depoente que havia tirado a foto dos cadáveres para mostrar ao Sr. Décio José Barroso Nunes".

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Nada a dizer. Isso não aconteceu.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não aconteceu?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, não, não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não o mandou tirar as fotos depois?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Definitivamente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Definitivamente? O senhor nega, então, todas as acusações?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Lógico que nego. Nego sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E o que o senhor apresenta em sua defesa, ao negar essa?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Olhe, a única coisa que apresento na minha defesa, é, vamos dizer assim, o meu dia-a-dia, na minha cidade; todo mundo me conhece, sabe que eu não tinha ligação absolutamente nenhuma com esse camarada, dessa forma que estão me acusando. Estão usando esse rapaz, pelo que estou vendo aqui, já pela segunda vez, para me tentar fazer ligações com ele, coisa que não houve.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Coisa que não houve? O senhor responde a outros processos, além desse?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sim. Eu respondo a um processo...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Há outros processos além desse?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Eu respondo a um processo em Rondon do Pará, em que me acusam de suspeita de mandar matar o José Dutra da Costa, o qual não conheci; nunca tive contato com ele.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E o senhor responde a outros processos ligados à questão de desmatamento?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois eu tenho aqui, em minhas mãos, Sr. Presidente, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez processos respondidos pelo Sr. Décio José Barroso Nunes. Aqui uma certidão da supervisora da Justiça Federal de Primeira Instância da Comarca de Marabá. Como é que o senhor diz que não responde a processo?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Desconheço esse processo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE)– O senhor desconhece?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Desconheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quero, Sr. Presidente, fazer a juntada dessas certidões, todas

ligadas a questões de danos ambientais, nas quais o Sr. Décio Barroso Nunes também é acusado.

O senhor conhece uma decisão da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Estado do Pará determinando o bloqueio das matrículas das fazendas Tulipa Negra e Serraria Jerusalém?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) O senhor não conhece?!

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor conhece um documento do Instituto de Terras do Pará que afirma que apenas 4.356 hectares – o que já é muito – dos 112 realmente são legítimos? O senhor conhece esse documento?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) Não conhece nenhum documento... Pois existe. Eu quero depois, Sr. Presidente, fazer a juntada, porque o senhor, evidentemente, não está obrigado a depor contra si mesmo, mas o senhor nega fatos que são comprovados em documentos oficiais da Justiça Federal e da Justiça Comum.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sr. Deputado, simplesmente desconheço os fatos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) Documentos ligados ao problema de grilagem de terra, ligados ao problema de dano ambiental e ligados ao problema, também, da morte.

Com relação à Sudam, o senhor recebeu algum financiamento da Sudam?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não recebeu? Com a Sudam o senhor não tem nenhuma ligação, não é?

E como se encontra o processo referente à morte do Dezinho?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Em andamento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Em andamento... em que fase? O senhor já fez a sua defesa?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Já.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Já foi marcado o júri para esse julgamento?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Há quantos anos ocorreu esse crime?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Aproximadamente há quatro anos, cinco anos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quatro, cinco anos atrás...

– Mais ou menos isso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E continua impune esse crime?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Continua em andamento o meu processo, Deputado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não. Continua impune, porque o crime...

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Eu conheço alguns processos impune lá na minha comarca, agora, esse aí meu, não. Está em andamento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor já transportou madeira sem autorização e foi autuado pelo Ibama com relação a isso?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Eventualmente sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como eventualmente sim? O que o senhor quer dizer?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Eu me recordo que um caminhão uma vez foi pego lá sem uma TPF, por negligência de um funcionário lá, e eu fui autuado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor impediu o acesso dos fiscais do Ibama a sua madeireira colocando toras grandes na estrada?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Nunca fiz.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Há também documento que comprova isso, seu Décio.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Podem me acusar disso, mas eu não conheço isso. Desconheço...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Há documentos que comprovam que o senhor transportava madeiras sem autorização, que o senhor colocou toras grandes na estrada para impedir a fiscalização do Ibama...

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não... Eu não tenho estrada privativa. Essa estrada é uma estrada pública.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A estrada é pública, mas o senhor impediu a chegada dos fiscais do Ibama a sua madeireira.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, não, não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Há um documento que coloca isso.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Eu desconheço, Deputado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como também há um documento que comprova que o senhor se comprometeu a comparecer ao fórum todos os meses, porque tinha uma suspensão condicional da pena, chamada **sursis**, não cumpriu a obrigação, e o seu **sursis** foi prorrogado mais um ano. O senhor atualmente está cumprindo essas obrigações?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Está cumprindo. E por que deixou de cumprir?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Eu nunca saí da cidade. Eu dificilmente me distancio da minha cidade. Não sei por que me acusam de deixar de cumprir.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Porque não é só da cidade. O senhor sabe que teria que comparecer ao fórum todos os meses e o senhor deixou, não é? Tanto é que foi prorrogado o **sursis** por mais um ano.

Quando o senhor deixou de comparecer à CPMI, em Paraopebas, tivemos notícia de que o senhor estava no interior do Maranhão. O senhor pediu autorização ao Juiz de Rondon do Pará para se ausentar da cidade?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, eu não fui intimado. Foi intimado um funcionário meu, e quando comunicaram, dois dias antes da intimação, não foi possível me localizar. Eu estava realmente no Maranhão a negócio. Simplesmente tomaram providência e justificaram a minha ausência.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Sr. Pedro Alves da Silva trabalhou para o senhor?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não trabalhou?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Fez duas cobranças pra mim, como fazia pra todos os outros donos de serraria e comerciantes da minha cidade.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Era só essa a relação?

O senhor tinha uma relação mais próxima? Ele comparecia à sua casa?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor prestou algum tipo de ajuda aos familiares de Pedro Alves da Silva após a sua morte?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pagou despesa de hospital, funeral?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – De jeito nenhum.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nada disso? O Sr. Pedro Alves da Silva atuou como preposto em algum processo da Justiça do Trabalho?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Era só, Sr. Presidente, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há algum Parlamentar inscrito?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada. Quero perguntar ao Sr. Delsão o seguinte: o senhor é apontado, em inúmeros documentos, tanto da Comissão Pastoral da Terra, de várias organizações não governamentais, além de figurar em inúmeras reportagens de vários jornais do Estado do Pará e vários jornais de circulação nacional, como sendo um dos maiores grileiros da região sudoeste do Estado do Pará...não é sudoeste; é região... Como o senhor vê essas acusações? O senhor já ajuizou alguma ação de indenização contra essas entidades e contra esses jornais?

O senhor está sendo acusado pela imprensa, pelas entidades como sendo um dos maiores grileiros de terra daquela região. O senhor já ajuizou alguma ação contra?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Ele tem toda a documentação para comprovar que eu não sou grileiro de terras. Essas terras minhas foram compradas, eu comprei-as e paguei-as e os documentos têm origem.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Qual é a origem desses documentos?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Cadeia sucessória.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então, o senhor disse que o senhor não é grileiro?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, eu comprei e paguei as minhas terras.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Como é que o senhor explica a decisão da Corregedoria de Justiça das Comarcas do interior do Estado, determinando o bloqueio das matrículas das fazendas Tulipa Negra e Cerraria Jerusalém.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Mas não são minhas, Senadora. Não são de minha propriedade.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ah, essas não são suas? Certo.

Se o senhor diz que não é grileiro, então como é que o senhor explica o documento do Iterpa que afirma que apenas 4.356 hectares desses 112 mil têm origem legítima.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Os meus documentos estão sendo averiguados pelo Incra e eu aguardo posição.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor afirmou, ainda há pouco, que o senhor tinha todos os documentos que comprovava a legitimidade. Aí, perguntei ao senhor se o senhor tem conhecimento de que o Iterpa considerou que apenas 4.356 hectares desses 112 mil hectares têm origem legítima.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Estou tendo conhecimento agora, e a documentação que eu tenho está à disposição da Justiça.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Deixe eu lhe dizer: 4.356 é isso. Eu já coloquei. Só isso que o Iterpa reconhece como legítimo. São documentos oficiais do próprio Iterpa.

O senhor tem conhecimento. Se o senhor não tinha, agora o senhor passa a ter conhecimento de que, na verdade, das suas terras apenas 4.356 hectares são considerados legítimos, o resto não.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Mediante essa acusação que estou sabendo agora, eu devo tomar procedimento legal, recorrer à Justiça e fazer as minhas defesas com os meus documentos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo, então o senhor não lê o jornal, do que o senhor está sendo acusado, o senhor não tomou nenhuma providência até então.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Senadora, já fui acusado de muita coisa. Só que desconheço todas essas acusações. A única coisa que faço na minha cidade é trabalhar, só isso. Aliás, muita gente sabe disso na minha região.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Vou lhe perguntar o seguinte: o senhor tem conhecimento sobre o desaparecimento dos três inquéritos policiais do cartório criminal na cidade de Rondon, no Pará.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – O que posso adiantar para a senhora é que o meu não sumiu. O meu transcorre naturalmente. Agora, eu tenho conhecimento, sim, de inquéritos e processos paralisados há dez anos. Acusam movimentos do MST, inclusive do fato de líderes do MST terem encomendado morte. E isso está no inquérito e no depoimento do réu assassino, que matou covardemente um fazendeiro, José Hilário Ávila. Esse eu tenho conhecimento. Esse processo estava sumido e está paralisado até hoje.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor está aqui para responder às nossas perguntas. Nós estamos aqui fazendo e questionando sobre o crime do José Dutra da Costa, conhecido líder sindical que foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rondon do Pará e que tinha sido ameaçado de morte várias vezes.

Veja bem, o senhor diz que não conhecia o Dezinho, nem tinha conhecimento, mas o senhor não tinha conhecimento de que todas aquelas fazendas da região, que, agora, os documentos estão dizendo que não são terras das pessoas que se dizem donas – por isso, sempre faço referência a supostos donos, ou seja, são grileiros de terra –, o senhor não tinha conhecimento de que, na época, o Dezinho, como outros trabalhadores rurais, tinham também conhecimento de que essas terras não eram dessas pessoas, inclusive do senhor?

O SR. JOSÉ DÉCIO BARROSO NUNES – Senadora, não conheço, na minha região, nenhum cartório clandestino. Não conheço. Quando as comprei, fui ao cartório e verifiquei a documentação. Disseram-me que as documentações eram boas. E, por isso, fiz e comprei. Meu relacionamento com o José Dutra da Costa era simplesmente nenhum e, inclusive, eu não o conhecia apesar de morar na mesma cidade.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor, então, desconhece que isso acontecia, que as pessoas exatamente questionavam a propriedade de terra e, por isso, inclusive, quando estavam ocupando a fazenda – os ocupantes da Fazenda Tulipa Negra...

O SR. JOSÉ DÉCIO BARROSO NUNES – Não conheço ocupação da Fazenda Tulipa Negra. Conheço invasão.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Essa é a sua opinião. Não estamos pedindo a sua opinião. Estamos apenas lhe fazendo perguntas. O senhor está aqui na condição de convocado e, portanto, o senhor só responda. Essa é a sua opinião. Na minha opinião, o senhor é tão invasor de terra pública, como tantos outros invasores, inclusive do Estado do Pará.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia Carepa, V. Exª me permite um minuto?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pois não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, já estou bastante desgastado dos nervos hoje. Se o nosso depoente, mais uma vez, insultar a Senadora, peço a V. Exª ordem de prisão para o Sr. Décio, que veio para responder perguntas. Não esta-

mos aqui para sermos tratados como moleques. Peço ao senhor que se comporte, coloque-se no seu lugar porque, senão, pedirei sua prisão imediatamente, Sr. Décio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Sibá Machado, a Senadora está tranqüila, fazendo seu interrogatório.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço que ele se coloque no lugar dele. Não aceito esse tipo de provocação. Ele não está aqui para fazer comentários, Sr. Presidente. Limite-se a responder o que lhe está sendo perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Sibá Machado, V. Exª terá oportunidade de fazer suas perguntas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não sei nem se preciso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não há necessidade de tanta exacerbação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois observe ele, Sr. Presidente. Mais uma vez e não haverá como continuar.

O SR. PRESIDENTEN (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A autoridade está exatamente na linha da maturidade, da tranqüilidade, do convencimento.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Agradeço ao Senador Sibá Machado. Estamos aqui, com certeza, para sermos respeitados. Quanto à referência que se costuma fazer de que os trabalhadores são os invasores e que os outros são donos, sabemos muito bem – eu sou paraense e nasci naquela terra – como ditos proprietários de terra adquiriram terras que não são deles até hoje, dizem-se donos de terra e, por isso, inclusive, sentem-se no direito de até cometer violências diante daqueles que questionam essa propriedade, que, na verdade, não tem nenhuma legitimidade.

O senhor possui quantas empresas em seu nome?

O SR. JOSÉ DÉCIO BARROSO NUNES – Senadora, possuo duas empresas em meu nome: Madeireira Barroso e Laminadora Rondon.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor é sócio de alguma outra empresa?

O SR. JOSÉ DÉCIO BARROSO NUNES – Sim.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Qual?

O SR. JOSÉ DÉCIO BARROSO NUNES – Sou sócio da Madeireira Laci.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor já falou.

O SR. JOSÉ DÉCIO BARROSO NUNES – Sou sócio também da Ararandeua.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Então, o senhor é proprietário de duas e sócio de mais duas?

O SR. JOSÉ DÉCIO BARROSO NUNES – Perfeitamente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor ou alguma de suas empresas pleitearam aprovação de projetos por meio da Sudam?

O SR. JOSÉ DÉCIO BARROSO NUNES – Não. Eu pleiteei, no projeto Sudam, há muitos anos – 12 a 15 anos, salvo engano –, mas não dei continuidade. Enfim, não aconteceu.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Esses projetos foram pleiteados em nome de que empresas?

O SR. JOSÉ DÉCIO BARROSO NUNES – Na época, em meu nome.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor conseguiu obter?

O SR. JOSÉ DÉCIO BARROSO NUNES – Não. Não época, tinha dificuldade de documentação, era distante, era caro o projeto e, enfim, não fiz e não quis dar continuidade.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor não conseguiu obter recursos?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sim.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor nega que o Sr. Pedro em algum momento, inclusive, tenha atuado como seu preposto ou de uma dessas suas empresas que o senhor citou ou de outras que o senhor teria antes em algum processo na Justiça do Trabalho?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sim.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor está negando nesta CPMI esta informação

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Perfeito.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor sabe que, depois, se essa informação for verdadeira, o senhor terá cometido um crime de perjúrio?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Perfeitamente.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor tem conhecimento do arrombamento do cartório criminal da cidade?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor também é investigado pela morte de três funcionários: Piauí, Juraci – conhecido como Bodão – e Pedro.

Além do sumiço, o senhor tem conhecimento do desaparecimento de algum outro inquérito além dos três referentes aos homicídios dessas três pessoas de que falei: do Piauí, do Pedro Álvares da Silva e do Juraci, conhecido como Bodão?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Estou aqui com a certidão do cartório: "Poder Judiciário. Comarca de Rondon do Pará. Certifico para os devidos fins de pedido verbal que não foram localizados nesta escrivaria, até a presente data, os autos da ação penal movida pela Justiça Pública contra Pedro Álvares da Silva e Décio José Barroso Nunes e vítima Piauí, embora se tenha feito busca em todos os processos existentes no referido cartório, bem como nos livros de registro de cargas para advogados e Ministério Público". O senhor não acha coincidência que apenas esses inquéritos que lhe investigam tenham sumido?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não tenho conhecimento, Senadora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor não acha coincidência nem tem conhecimento?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Alguma autoridade policial lhe procurou para informar esse fato de que tinham sumido esses inquéritos, coincidentemente, os três inquéritos em que o senhor está arrolado?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ninguém.

De quais madeireiras o senhor disse que é dono?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Barroso e Laminadora Rondom.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É de sua propriedade uma madeireira chamada Urubu?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sou sócio dessa firma.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Mais uma que o senhor não tinha citado.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Exato.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O senhor foi autuado, inclusive, pelo Ibama.

Neste momento, é isso. Só mais uma coisa: o senhor teve algum plano de manejo suspenso?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, até então, que eu saiba, não, Senadora.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Não?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Até então, não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Está bom, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Décio, pelas informações que constam, o senhor se diz proprietário de uma área equivalente a 112 mil hectares de terra em Rondon do Pará. Pelo que me consta, deve ser o maior latifúndio de Rondon do Pará. Como o senhor adquiriu essas terras?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Deputado, adquiri trabalhando.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O senhor veio de que Estado?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Minas.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – De Minas Gerais?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Isso.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Há quantos anos?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Vinte e sete anos.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O senhor era fazendeiro em Minas?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, eu vim muito novo para o Pará, eu era comerciante na época.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Comerciante.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Isso, comerciante de madeira.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – De madeira.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Perfeito.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Então, o senhor tem origem no ramo da madeira.

O senhor tem financiamento no Banco da Amazônia e quantos?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Tenho financiamento no Banco da Amazônia.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Quantos?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Um financiamento.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Em seu nome?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – É.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – E as empresas que são suas sócias. Tem quantos financiamentos?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Deputado, eu não posso te responder isso. Tem um no meu nome, porque é o crédito rural e um outro que é o crédito industrial em nome da Madeireira Barroso.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Qual o valor do seu financiamento no Banco da Amazônia?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Eu não estou lembrado. Eu não me lembro aqui agora.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Não se lembra do seu financiamento individual?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Não me lembro. Tem muito tempo que tem feito este financiamento.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Você não lembra...

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Na época não era nem real a moeda. Não era nem em real ainda. Então, eu não sei.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Você não se lembra do seu financiamento pessoal na Amazônia?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não adianta perguntar porque o financiamento foi feito assim: investimentos. Esses investimentos, na época, eu fui bancando e comprando. Se você me perguntar quanto foi, eu realmente não sei.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Mas, Délcio, você é um fazendeiro esperto. Com tanta terra, empreendimento e sócios, você não consegue responder para esta CPMI o valor do seu financiamento.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – O valor, na cédula da época, era de 1,2 milhão. Na época era o que...

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Era cruzeiro? Cruzado?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Era cruzeiro mais ou menos.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O Sr. já quitou este financiamento?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Parte dele, sim.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Mas naquela época até aqui no Banco da Amazônia não quitou o financiamento ainda?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Porque eu estou dentro do prazo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Entrou na securitização?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sim.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Está certo. E no Banco do Brasil? Vossa Excelência tem financiamento?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Tenho. Da Madeireira Barroso.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Qual o valor deste financiamento?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Cédulas de 400 e poucos mil reais.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Para madeira?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Era um crédito para desconto na época.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Está certo. Na Caixa Econômica também?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Não. Só no Banco do Brasil e no Banco da Amazônia.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Perfeito.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Pelo que me consta, você, hoje, é o único proprietário de floresta em Rondon do Pará. Você já fornece madeira para outras cerrarias.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Só para a minha mesmo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Só para a sua.

O SR. DÉLCIO – Só para a minha. Só para o meu consumo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Está certo. E quantos hectares dessa 112 mil, você tem documentos?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Tenho documento de toda a área.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Você documentou toda a área?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Toda a área eu comprei com o documento.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Tudo documentado no cartório do Rondon do Pará?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Perfeitamente.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Nenhuma no Incra ou na Iterpa?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Esses títulos foram expedidos, acredito eu, pelo Iterpa na época, mas tem toda aquela origem, tem tudo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Está certo. E atualmente? O Incra está vistoriando a sua área?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Isso.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Já vistoriou toda a área?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Estão vistoriando ainda. Algumas fazendas já foram vistoriadas sim.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – E você não tem impedido o Incra de trabalhar?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Definitivamente.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – A informação que eu tenho é que, nas suas terras, há um aparato de segurança muito grande. O Sr. contrata empresa de segurança no Pará?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Eu não tenho nenhum tipo de segurança nas minhas áreas, tanto é que o Incra está nelas atualmente. Já fez uma ou duas vistorias e está continuando a fazer.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sim, mas isso depois que o exército e a policia federal acamparam em Rondon do Pará.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Nunca tive segurança nas minhas áreas nem segurança pessoal. Nunca tive.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – A informação que tem chegado é que existe um forte armamento em sua propriedade.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, não. Isso não existe, Sr. Deputado.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Não existe isso.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Então, você confirma que não mandou matar o Dezinho?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Está certo. Bom, eram essas as perguntas que eu tinha para fazer.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu queria... o Sr. disse... o proprietário da fazenda fala isso, não foi?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Isso.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Olhe, o Sr. disse que seus títulos... O Sr. tem documentos? Eu queria... O Sr. confirma isso?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Tenho. Todos os documentos.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Reafirma?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Reafirmo e posso apresentar.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero lhe dizer o seguinte: Quero lhe dizer que eu estou, na minha mão, com o documento do Sr. pedindo para o Iterpa para expedir uma certidão, exatamente desta fazenda e aqui o documento do Iterpa que declara a falsidade do título definitivo que o Sr. disse que é...

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Esta fazenda Paraíso é de Rondon do Pará? O município parece que tem duas fazendas Paraíso no Estado do Pará, né?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Aqui, com outro processo seu, o Iterpa reafirma isso no outro processo seu.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Mas, me diga isso. No município de Rondon do Pará?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Isso. É.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Esta fazenda é no Município de Rondon do Pará?

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sim.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Eu desconheço esta certidão.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Está aqui. Olhe, deixe eu lhe dizer: este documento do Iterpa está-lhe respondendo. V. Sª está dizendo que o Instituto de Terras do Pará está sendo falso?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Se V. Exª puder me dar um cópia dessa certidão, vou encaminhá-la aos meus advogados para averiguarem esse fato.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Muito bem.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Senadora, uma fazenda muito grande chega a abranger três, quatro Municípios. Conheço uma fazenda que abrange quatro Municípios no sul do Pará. Por isso, é realmente difícil responder essa pergunta, uma vez que se trata de uma fazenda desse tamanho.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Décio, o senhor, evidentemente, pode recusar-se a responder o que quiser, o que é permitido.

Tenho em mão uma cópia do **Jornal do Brasil**, com a seguinte matéria: "Sai do meu pé. Rondon do Pará. Natural de Sabinópolis, em Minas Gerais, o fazendeiro Décio Nunes, o Delsão, tem reações violentas. No dia da passeata dos sem-terra, ameaçou o repórter

do **Jornal do Brasil** que tentava levantar dados sobre ele no fórum da cidade." E abre aspas: "Você é muito inconveniente. Sai do meu pé. Atrás de mim só anda rapariga. Vai se dar mal." Disse aos berros, depois de empurrar o jornalista com um tapa.

V. Sª afirma esse fato?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Não participei de nenhuma manifestação até hoje.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O jornalista está dizendo V. Sª empurrou o jornalista.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Como estou lhe dizendo, Senador, não participei de nenhuma manifestação na minha cidade. Ora não estava presente, ora não quis participar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou solicitar a esse jornalista a contradita.

Esta é outra matéria publicada pelo **Jornal do Brasil**, pelo repórter Amaury Ribeiro Júnior: "Fazendeiro é dono de Município. Delsão manda e desmanda em Rondon do Pará, contrata pistoleiros, mata e sequer apaga a pista dos crimes que comete".

Em seguida, diz: "Controlando a Justiça e a Polícia, o Fazendeiro Décio José Barroso Nunes, conhecido como Delsão, é praticamente o dono do Município de Rondon do Pará. Lá ele manda e desmanda, sendo temido por todos. Seu poder é tal que ele não se preocupa em apagar pistas dos crimes de que é acusado. O Juiz titular do Município, Paulo Amorim, foi suspenso pelo Tribunal de Justiça depois de ter sido acusado de envolvimento em fraudes com os títulos da dívida agrária – o TDA – para beneficiar fazendeiros. A Promotora Josélia Barroso está impedida de atuar na Comarca desde 1996, quando a Polícia Federal encontrou um cemitério clandestino na fazenda do pai dela, o Sr. Josélio Barroso."

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Barros.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Aguarde um minuto, pois ainda não terminei.

Continua: "Os Oficiais de Justiça, funcionários cedidos por cartórios ao fórum, são acusados pelo Promotor substituto, Raimundo Aires, de retardar o andamento dos processos em que Delsão está envolvido."

Trata-se de mais uma matéria muito forte contra V. Sª. O que V. Sª poderia dizer sobre esse assunto?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Quanto ao meu processo, posso dizer que nunca parou. Sempre andou e está em andamento.

Qual foi a primeira acusação?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A primeira diz que V. Sª agrediu um repórter do **Jornal do Brasil.** A essa pergunta V. Sª já respondeu.

Segunda: aqui está dizendo que V. Sª está envolvido em alguns crimes e que funcionários do Poder Judiciário local estão acobertando seus crimes, sendo que o pai de uma dessas funcionárias tem um cemitério clandestino dentro de sua área. E vincula essa pessoa a V. Sª. É o que lhe pergunto. Como V. Sª responde a esses fatos?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não estou entendendo qual é esse vínculo. Ele quer fazer essa aproximação. Não conheço esse cemitério, nunca ouvi falar dele. Estou ouvindo falar agora.

Conheço essa promotora. O nome dela é Josélia de Barros, e não Barroso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Trata-se do pai dela: Josélio Barroso.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Seu sobrenome é Barros, Sr. Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, há um erro na matéria. Pode falar, Sr. Décio.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – É só isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Sª afirma que possui 112 mil hectares.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É área contínua ou são somadas?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – São áreas somadas. Comprei uma terra com três documentos, que têm certidão e estão na mão do Incra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Sª poderia citar o nome dessas áreas?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Fazenda Lacy.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Fazenda Alacy?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Fazenda Lacy.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Essa fazenda sozinha tem 112 mil hectares?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Juntas, as terras formam 112 mil hectares.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Sª juntou as terras ou comprou separadas?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Comprei separadas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Sª comprou separadas e encaminha título único? É isso?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Sª tem conhecimento de que, para qualquer área cima de

2.500 hectares na Amazônia, é preciso uma autorização do Congresso Nacional mesmo por compra?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Tenho, mas, na época da aquisição, davam-me direito a comprar essa área.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quando V. Sª adquiriu a área?

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Em 1994.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas a Constituição é de 1988.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Mas na época, dava-me.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não permitia nunca.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Preciso consultar meus advogados, então.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A Constituição Federal é de outubro de 1998. V. Sª não tem essa permissão sem o Congresso Nacional autorizar.

O SR. DÉCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Devo verificar isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Acho que deve verificar. Quero insistir no fato de que o Iterpa está-nos garantindo que o senhor só tem documentos factíveis sobre pouco mais de quatro mil hectares, e não sobre doze mil hectares, conforme o senhor está dizendo aqui. O Iterpa está dizendo que os seus documentos são dados como fraudados, são fraudes, não reconhecendo essa área superior, esses quatro mil hectares. Gostaria de saber como o senhor explica isso e que documentos são esses.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Diante dessa acusação e dessa certidão que o senhor naturalmente deve ter, devo defender-me na Justiça contra isso. Devo apresentar documentos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Délcio, quanto ao Sr. Lourival, de cujo outro nome não me lembro – infelizmente, vou ter que recorrer ao seu apelido –, o Pirrucha, nome abordado na audiência anterior, o senhor tem algum tipo de relacionamento com o Sr. Lourival, o Pirrucha?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, nenhum tipo de relacionamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nenhum tipo de relacionamento? O senhor nunca fez contrato de compra e venda com ele? Sobre nada?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Nenhum.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nenhum negócio realizado?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Nenhum.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E nenhum tipo de sociedade?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Nenhum.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Porque se está dizendo que tanto ele, o Lourival, quanto o senhor são os responsáveis pela contratação de pistoleiros para assassinar o Dezinho, Presidente do Sindicato, inclusive de ameaçar a viúva dele, atual Presidente daquele sindicato, de cujo nome me esqueci. O senhor está dizendo que não tem qualquer tipo de relacionamento com o Sr. Lourival, o Pirrucha. O senhor nos assegura que não tem qualquer tipo de relação com ele?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sim.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quando esta CPI solicitou a quebra de sigilo bancário, o telefone fiscal do senhor, o senhor recorreu ao Supremo Tribunal para que o sigilo não fosse quebrado, no que obteve êxito. Qual o temor que o senhor tem disso?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não tenho temor nenhum. Simplesmente, achei que não havia embasamento nenhum e recorri à Justiça para fazer a minha defesa e defender o meu direito de privacidade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quando esta CPI também o convocou para prestar esclarecimento, o senhor deu entrada num pedido preventivo de **habeas corpus**. Por quê?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Senador, moro em uma cidade muito pequena. Então, a primeira vez em que fui preso, fui preso irregularmente. Fui preso de manhã e fiquei detido o dia todo, até que viesse o mandado de prisão temporária para mim. Foi uma prisão arbitrária.

Já ando com certo receio de uma situação como essa novamente. Por isso, tomei precauções na Justiça, já que não devo nada e não tenho nada a temer.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O juiz negou o pedido, achando que as suas alegações eram infundadas. Como tal, esta Comissão não tem esse tipo de comportamento, exceto, é claro, se o comportamento for recíproco. Mas quero ainda dizer a V. Sª que se comenta a existência de uma organização, que estão chamando de consórcio...

Peço uma pausa para pegar um documento que está faltando.

Francisco Martins da Silva Filho, respondendo, acusa, textualmente, o senhor de participar de um consórcio, uma organização criminosa para ceifar vidas de

oponentes aos seus interesses. Não vou ler a página, pois é muito longa. Só quero ater-me, dependendo da resposta, à leitura do que está escrito aqui. Queria que o senhor comentasse sobre isso. O senhor está sendo acusado por essa pessoa de participar de uma organização consórcio, uma organização criminosa, que já é uma suspeita de ter participado da morte da Irmã Dorothy Stang e de uma série de outras pessoas naquela região entre Marabá e Altamira, mais ou menos. O senhor está sendo acusado por ele aqui de participar desse consórcio. E eu queria que o senhor pudesse comentar sobre isso.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Eu desconheço essa acusação, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor desconsidera qualquer tipo de hipótese em relação a isso?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Desconsidero qualquer hipótese.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor nunca ouviu falar da existência de qualquer tipo de caixinha para pagar pistoleiros, ou essas coisas?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Nunca ouvi falar e quero fazer uma ressalva: eu só me envolvo, 24 horas por dia, com o meu trabalho. Aliás, todos sabem disso na minha cidade. Eu não tenho tempo sequer de participar de reuniões ou qualquer coisa, ou até de festas para que me convidam. Meu negócio é só trabalho, quase que dia e noite. E isso todos conhecem na minha cidade. Eu não teria tempo, nenhum interesse, nem motivos para participar ou até chegar a conhecer esse tipo de consórcio, como o senhor está dizendo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Adão Pretto.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria que a nossa **TV Senado** destacasse o que foi a votação da quebra do sigilo bancário de uma entidade de trabalhador que luta por um pedaço de terra para tirar o sustento da família e não consegue, precisa se organizar. E foi quebrado o sigilo dessa entidade. E agora que estamos discutindo aqui com o cidadão que confirma ser dono de mais de 12 mil hectares de terras, aliás, 112 mil hectares de terras!...

Olha o Plenário como está aqui: temos 4 Parlamentares. Isso mostra realmente o interesse de algum Parlamentar desta CPMI e de que lado ele se encontra.

Mas eu queria perguntar ao nosso depoente: esse tal de Pedro Alves, V. Sª citou que ele fez duas cobranças para o senhor.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT – RS) – Que tipo de cobrança era?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Ele fazia... ele tinha uma firma de cobrança e me ofereceu – sabia que eu vendia para o Sudeste – e como ele cobrava para várias outras firmas, no Sudeste e no Nordeste, se apresentou a mim e falou: "Décio, eu tenho uma firma de cobrança assim e assado e faço cobrança para fulano de tal" – denominou as pessoas para quem ele fazia cobrança. "Estou indo para o Rio de Janeiro. Você tem alguma coisa que eu possa fazer para você?" Eu falei: tenho sim. E dei os documentos para ele fazer essas cobranças para mim.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT – RS) – O senhor tem quantos funcionários? O senhor tem, mais ou menos, o número de funcionários de todas as firmas que o senhor possui?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – São 800 funcionários.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT – RS) – E todos com carteira assinada?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES –Todos.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT – RS) – O senhor se considera um bom empresário?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Sim.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT – RS) – Mas aqui temos dados de que V. Sª tem 508 processos trabalhistas de trabalhadores que não foram regularizados, enfim, suspeita de várias coisas.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – O senhor há de convir comigo que uma firma – e já me considero idôneo na cidade – pelo tempo que funciona e com tantos funcionários assim, é natural que tenha várias reclamações. Inclusive eles têm por hábito, na minha região, fazer essas reclamações direto na junta trabalhista. E eu prefiro que assim sejam feitas. Aliás, é um direito deles.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT – RS) – Para encerrar. O senhor tem afirmado, já por mais de uma vez, que a sua tarefa é trabalhar. Nem de festas participa, não participa de quase nada, é só trabalhar.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Absolutamente.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT – RS) – Mas, e por que motivo a justiça lhe persegue tanto assim?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Isso é que eu quero saber. Eu não tenho nada contra quem me denuncia. O que é que eles podem ter contra mim? Isso é que eu preciso saber. Talvez esse trabalho meu e essa distância que tenho, talvez incomode alguém. Presumo que seja mais ou menos isso, Deputado.

O SR. DEPUTADO ADÃO PRETTO (PT – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Queria relembrar que o depoente vem aqui como suspeito de contratar pistoleiros e impor terror na região sul do Pará. E esse terror não é neutro. A suspeita é de que ele possua 112 mil hectares na base da pistolagem; que teria apenas documentação de 4 mil hectares, mas ele declara que seria proprietário de 112 mil hectares. Então a violência não é neutra, ela está a serviço da apropriação indébita de grande área de terra.

Por que você não atendeu à convocação da CPI quando estávamos em Marabá?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Eu já avisei anteriormente, já falei que eu não estava na cidade. Nas duas vezes não fui intimado diretamente. Eu viajo muito. Não fico só dentro da minha firma, tenho negócios fora. Por essa razão, sempre fui intimado na última hora. Portanto, não deu tempo, mas justifiquei a minha ausência. Tanto é que, na última vez, Deputado, prontifiquei-me a vir a esta CPI, atendendo à intimação, ao convite.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quando foi essa concordância?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Como?

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quando você concordou em vir à Brasília, à CPMI?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Assim que meus advogados encaminharam a minha ausência, eu já me prontifiquei, ofereci a minha vinda aqui.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Foi medo da mão da Polícia Federal?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, não tinha motivo para isso. Simplesmente vim para cumprir o meu dever.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Porque as informações que temos – gostaria de ouvir a sua opinião – são de que você costuma não atender aos apelos das autoridades.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Atendi a todas intimações que até hoje me fizeram. E as que não pude comparecer foram justificadas.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você fala aqui nos autos de um Processo Crime n° 199.39.01.000.938-0, em que você foi beneficiado com *sursis* processual e que o impedia de sair do município. Mas você mesmo, neste depoimento de hoje, responde a um dos parlamentares que estava no Estado do Maranhão. Você tinha autorização judicial para estar no Estado do Maranhão?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Só um detalhe, não era *sursis***.**

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – É *sursis* processual, previsto na Lei nº 8.099.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Deputado, estou sendo informado pelo meu advogado de que o *sursis* judicial só barra o processo, não me impede de sair da comarca.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Essa não é a informação que temos. Qual é o seu RG?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Minha carteira de identidade?

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sim.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – 3108099 – SEGUP.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Porque temos aqui que nos documentos fundiários você tem dois RGs. Aliás, nenhum coincide com este. Temos o RG 0574783, da Secretaria de Segurança do Pará, e RG 9574783, também da Secretaria de Segurança do Pará.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Deputado, eu só tenho essa carteira. Quando eu vim de Minas, eu tirei uma nova carteira de identidade no Pará. Eu só tenho essa.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Em processo, você é identificado com esses outros RGs.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Confesso que não sei por quê.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – É de Minas esse RG?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, é do Pará. Peço que a CPMI tome conhecimento e dê prosseguimento a essa investigação.

Você solicitou que fosse expedido um documento no Instituto de Terras sobre a propriedade de terras da Srª Maria Gonçalves, da qual você teria adquirido ter-

ras. Só que a informação que nós temos é que esses documentos eram falsos. É verdade isso?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. O que estou sabendo agora, Deputado, devo passar por meu corpo jurídico que eles vão levantar essa situação.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas a informação de que a documentação é falsa é de 1979, então já faz 26 anos.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – É interessante que de todas as terras que comprei foram levantadas as certidões em cartório, e eu as tenho; de todas elas eu tenho certidão.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – A) – O senhor desconhece – aproveitando o ensejo – que no Estado do Pará há vários cartórios que inclusive estão sob intervenção e que houve até uma CPI na Assembléia Legislativa do Estado do Pará sobre a conivência e a falsificação que esses cartórios promoveram?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Senadora, eu não poderia procurar outro órgão...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Estou perguntando apenas se o senhor tem conhecimento de que vários cartórios no Estado do Pará...

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não tenho. Por isso...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Causariam desconfiança já esses documentos que bastasse o cartório dizer que eram verdadeiros. O senhor não tem conhecimento?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, eu não tenho conhecimento.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Certo. Obrigada.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Conversamos e ouvimos, sigilosamente, a viúva do Dezinho. A suspeita é de que você tenha contratado pistoleiro para assassiná-lo. Ela, no depoimento, chegou a dizer que não sabe até quando estará viva e tem testemunha. O senhor conhece o Francisco Martins da Silva Filho? Conheceu?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não, de nome assim não estou lembrado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Porque essa testemunha falou que você ofereceu vantagens para que ele não confirmasse que você tinha contratado um pistoleiro para eliminar o Dezinho.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Isso não é verdade. Não aceito...

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas você tem conhecimento disso?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Do Dezinho?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não tenho.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você não conhece o Francisco Martins da Silva Filho?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Eu conheço tanto Francisco Martins... Eu, por exemplo, tenho muito funcionário. Precisam de me falar melhor quem é essa pessoa para mim tentar lembrar.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Essa pessoa, então, te acusa de ter oferecido vantagens para que não relatasse aquilo de que ele foi testemunha, que era uma oferta de dinheiro para um pistoleiro assassinar o Dezinho, que era sindicalista.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Deputado, eu não teria nenhum interesse. Primeiro, eu não conheci o Dezinho. Eu não tive conflito com o MST, com ele ou com o sindicato em época alguma. Eu não tinha o menor motivo para fazer isso. Agora, desconheço qualquer tipo de acusação que estão me fazendo aí.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Pedro Alves é esse pistoleiro que, segundo a testemunha, você contratou para assassinar o Dezinho.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Não. Veja bem...

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Francisco fala: "Dezão contratou o Pedro Alves para assassinar o Dezinho. Como ele não matou a tempo e essa notícia vazou, ele também foi assassinato." A interpretação que se deu é que foi uma queima de arquivo. Quem afirma isso é o Francisco Alves, é esse, irmão do Pedro, que você, segundo as informações, teria contratado para matar esse sindicalista. Esse Francisco está sob proteção da Polícia Federal lá. Você conhece essa história?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Eu posso lhe adiantar e lembrar que existem dois processos distintos: o meu e o do Pedro. Naturalmente o do Pedro deve estar sendo apurado também. Por outro lado, eu posso dizer que existe um réu preso, que é o assassino do José Dutra da Costa. E esse réu dá o depoimento. O parente... Tem pessoas que são indiciadas nesse mesmo processo que estranhamente sediou esse pessoal, esse rapaz que matou, assim ele diz no depoimento, aliás, que pós assassinato iria se refugiar na fazenda dessa pessoa que está sendo processado também...

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quem é essa pessoa?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – O Sr. Perrucha. Inclusive o vaqueiro dele está indiciado, porque o pistoleiro é enteado... a pessoa que está foragida...

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quem é o pistoleiro?

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – Wellington, Wellington. Quem é a pessoa que está foragida. É o Wellington? É o Wellington que está foragido e que pegou do Raul, o vaqueiro do Sr. Perrucha, o Igosmar. O Wellington é o pistoleiro. O Igosmar está foragido. Quem é Igosmar? Ele é enteado do Perrucha.

O Raul – aliás tem no inquérito suplementar o pedido de prisão do Raul e do Perrucha – o Raul é o vaqueiro do Perrucha. Quem pegou a empreita foi o Igosmar, que está fugido. Quem executou foi o primo do Igosmar.

Existe um reconhecimento da arma. Consta que essa arma era do vaqueiro do Perrucha. Então, os indícios, Deputado, não vêm em cima de mim. Eu simplesmente sou acusado nesse processo e gostaria de saber até onde vão me envolver nisso, se existem essas evidências que não estão apurando, só estão direcionando-as para mim. Mas existem outras evidências claras dentro do processo, mas não estão se direcionando para elas.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quero lhe informar que o Sr. Perrucha já foi também ouvido pela CPMI.

O SR. DÉLCIO JOSÉ BARROSO NUNES – E essas evidências estão à disposição no processo crime.

O SR. DEPUTADO JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, continuo com fortes suspeitas sobre o depoente, porque apresentou mais um número de RG, porque em alguns momentos ele descreve detalhes sobre certos assassinatos e muitas vezes no depoimento ele declara que não tem conhecimento de quase nada. Existe testemunha que diz que ele contratou o pistoleiro para assassinar o sindicalista Dezinho – e essa testemunha até está sob proteção especial, no Programa de Proteção de Testemunha. Existe solicitação dele mesmo para saber qual era a documentação de uma determinada área já desde 1979. E a informação é que era documentação falsa de terras que ele, supostamente, teria adquirido.

Portanto, proponho que seja aprofundada a investigação para pôr um paradeiro na violência que existe no Sul do Pará, onde eu, infelizmente, perdi muitos amigos, mesmo morando no Estado de São Paulo. Muitos amigos que lutavam pela reforma agrária, defendiam aqueles que necessitavam da reforma agrária foram assassinados. E agora o assassinato da Irmã Dorothy, associação de criminosos travestidos de fazendeiros mostram que eles se organizam à revelia da lei, como grupo de extermínio. Então, sob essas suspeita, acho que precisamos buscar a pacificação no campo e a realização da reforma agrária pacificamente.

Para isso precisamos acabar com a impunidade no campo, porque ela, devido à posição social e econômica desses grupos de extermínio, eles, geralmente ficam impunes, haja vista que mais de dois mil líderes que lutavam pela reforma agrária foram assassinados e um número insignificante de pistoleiros ou mandantes foram condenados e estão pagando na justiça.

Por isso eu defendo que o Sr. Delzão, que o tempo todo fugiu da Justiça, que agora neste novo momento em que a sociedade brasileira exige providências em relação à impunidade no campo, é que nós realmente contribuamos com o fim dessa impunidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço ao Deputado Jamil Murad a participação e, com esta, encerramos o depoimento.

Fique à vontade, Sr. José Décio Barroso Nunes, se quiser se retirar.

O SR. JOSÉ DÉCIO BARROSO NUNES – Sr. Presidente, posso usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pode concluir.

O SR. JOSÉ DÉCIO BARROSO NUNES – Senador, queria apenas reiterar que sempre estive à disposição da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ouviremos o segundo depoente, Sr. Francisco Incó a quem peço que tome assento à Mesa. O Sr. Francisco Incó já assinou o termo de compromisso. Iniciaremos o depoimento com a participação do Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pergunto ao Sr. Francisco Incó se ele responde a algum processo na Justiça. Se a resposta for sim, qual seria esse?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Respondo a dois processos: um de crime ambiental e outro de suspeita de grilagem.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Além de processado, o senhor já teve decretada a sua prisão?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Já.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor já cumpriu prisão?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Cumpri há aproximadamente vinte dias.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Há vinte dias. Pelo crime de grilagem de terra ou de ameaça de morte?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não. A minha prisão está irregular.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sim. Mas o senhor foi preso por que razão?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Na verdade, eu não sei por que fui preso; a minha prisão está irregular.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Por quê?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Prenderam dois funcionários meus e dois vizinhos. Logo em seguida, o delegado da Polícia Federal pediu ao juiz que decretasse a minha prisão, porque eu era suspeito de grilagem e de formação de quadrilha. Tenho uma propriedade e uma posse e nunca vendi um palmo de terra da União.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor conhece o Marcus Vinícius, conhecido como Marcão, engenheiro agrônomo?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Conheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele trabalha com o senhor?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não. Eu abri uma empresa, uma serraria. Ele iria fazer um projeto de manejo para mim, mas não tínhamos documentos dessa posse e dessa propriedade, não tínhamos certidões do Incra para que se pudesse fazer o manejo. O Incra...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Fale próximo do microfone, por favor.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Pois não. A propriedade tem escritura no Cartório de Registro de Imóveis e tem título de posse. Comprei em 1999 e, em 2000, se não me engano, o Incra não reconheceu o direito de propriedade. Entramos, em seguida, na Justiça, para que esta obrigasse o Incra a reconhecer a propriedade da terra. Dali para a frente a nossa serraria não funcionou, porque não tínhamos matéria-prima.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor conhece o Sr. José Alberto de Figueiredo Melo?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Conheço sim, senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quem é o Sr. José Alberto de Figueiredo Melo?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Ele trabalha numa ONG. Eu o encontrei em Belém e ele se propôs a fazer um projeto de compostagem, porque sou beneficiador de arroz, e a nossa tala jogamos fora. Nessa oportunidade, ele tinha umas idéias de fazer um assentamento. Desde então não tive mais aproximação com ele. Inclusive, ele não chegou a concluir o projeto de compostagem.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor conhece Célio Figueira da Silva?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Conheço, sim, senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quem é, por favor?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Ele é o meu advogado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É o seu advogado?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – É.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor sabe que foram gravadas ligações telefônicas entre o senhor e o Sr. Célio?

A denúncia feita pelo Procurador da República, Nilo Marcelo Camargo, em 2004, que o denuncia além do já citado José Alberto de Figueiredo Melo, além do Engenheiro Agrônomo Marcus Vinícius Silveira, o Marcão, e o próprio Zé Alberto de Figueiredo Melo e o Célio Figueira da Silva, o Advogado, diz que o Advogado Célio era o principal articulador da quadrilha. Conversas telefônicas entre Quincó e Célio revelam como funciona o esquema da grilagem de terras na região.

Segundo o Procurador Nilo Marcelo, fica claro o uso de laranjas para conseguir garantir a posse de grandes áreas de terra que são divididas em pedaços de 2.500 há. Que essa organização age através da invasão para posterior vendas das terras públicas. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Não é verdade, porque eu tenho uma propriedade. E do momento em que foram feitas as gravações, tratávamos de assunto oriundo dessa terra, que o Incra, como acabei de lhe dizer, cancelou o CCIR, estava desconhecendo o direito de propriedade. E nós, por várias vezes, o meu advogado Célio foi a Belém, com a finalidade de conseguir junto ao Incra reaver o CCIR de forma administrativa. Fizemos duas ou três tentativas, inclusive reuniões abertas e transparentes. Não foi possível, e por isso entramos na Justiça, e nosso processo se encontra em Brasília, aguardando decisão judicial para que obrigue o Incra a reconhecer o direito de propriedade.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Numa das gravações desse processo, Sr. Quincó – seu nome é Quincó mesmo?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Meu nome é Francisco Silva Quincó.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pensei que fosse apelido, por isso perguntei ao senhor.

O advogado Célio demonstra o descaso da quadrilha com os órgãos públicos. A gravação diz o seguinte: A gente entra com o processo, esses processos nunca são analisados, porque não tem que faça, não é? Aí a gente pede autorização, a vistoria, eles não vão fazer a vistoria, aí pode meter o pau. Isso aqui trata "meter o pau" essa questão a que o senhor se referiu de regularização?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Desconheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Porque há uma acusação feita contra o senhor de que em novembro do ano passado, o senhor teria mandado queimar 25 casas na comunidade Vila Nova.

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Não. Eu desconheço. Não confere.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor então desconhece?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Desconheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor trabalha com o quê? Qual é o ramo de trabalho do senhor?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Trabalho com cereais, sou produtor de grãos e uma pecuária pequena.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pecuária? O senhor trabalha também como corretor em uma imobiliária?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Não. Não trabalho como corretor. Mas sou um incentivador da agricultura na região e, por várias vezes, eu indiquei pessoas para fazer esses negócios e chegar na região para ver se conseguíamos trazer dali trazer o progresso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois veja, eu tenho em minhas mãos aqui, como um dos documentos da CPMI, que inclusive está autenticado pelo Cartório do 3º Ofício, um documento que apresenta 13 propriedades, inclusive ...o nome de sua empresa é Exportadora de Cereais Ltda.?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Uma delas sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então Exportadora de Cereais Ltda.

Imóveis para venda, seguem-se 13 imóveis, dos quais um chamado SEMEC 2, com mais de 5 mil há; outra: Derribadinha com 2.988 há; Bom Destino 2984 ha; Canaã 1: 20.000 ha; Canaã 2: 30.000 ha; Canaã 3: 20.000 há; Canaã 4: 4.000 ha; Canaã 5: 20.000 ha; Canaã 6: 30.000 há. Com o senhor diz que não é corretor de imóveis e anuncia 13 imóveis para vender desse jeito?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Há um determinado corretor que, inclusive, quem me vendeu a Terra Preta Serrinha, que hoje chama-se Canaã, que estava se propondo a vender. Ele realmente fez isso mas sem a minha devida autorização.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas aqui diz: O contato para os imóveis, falar com o Sr. Francisco Quincó. E traz até endereço: Rodovia Santarém com a Cuibá – Km 4, nº 1010, Bairro Matinha, Santarém, Pará.

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Inclusive, eu não tenho nenhum contrato de compra e venda de terras da União. Essa Terra Preta Serrinha ainda se encontra na Justiça para que esta obrigue o Incra a reaver o direito de propriedade.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Acho estranho, porque todas são acima de 2.500 há. Portanto, aqui estaríamos fazendo um comércio ilegal de propriedades lá. O senhor estaria patrocinando esse comércio ilegal, portanto, o senhor estaria praticando a grilagem. O senhor diz que incentiva, mas aqui são 13 áreas Píper Nigrum; Semex 1; Semex 2; terras rurais contíguas na Gareira Gleba Curuá 1; terras rurais contíguas e 5 lotes, cada de 1.500, na Comunidade de Lavras; a Derribadinha, já aqui referida; Bom Destino, também na Santarém, Pará e todas as Canãas, a que já me referi, de 1 a 6.

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Esses negócios, Exª, não chegaram a se realizar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas o senhor anunciou?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Não. Quem anunciou foi o corretor que vendeu...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A seu pedido, a seu mando.

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Conversamos a respeito.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então veja, se o corretor fez isso, o senhor estava também fazendo esse incentivo. Porque o senhor está sendo processado por grilagem de terras.

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Sim. Mas isso não comprova que cheguei a vender alguma terra.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor fez alguma ameaça à Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém? A Dª Ivete?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Não senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor a procurou no Sindicato?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Eu a procurei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Para quê?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – O Sindicato Rural de Santarém mandou uma comunicação para o Incra pedindo ao Incra que conseguisse terras rurais para os associados. As pessoas chegavam lá na pro-

priedade com a cópia desse requerimento, querendo entrar na propriedade. Isso aconteceu por várias vezes. Em seguida, fiquei sabendo, fui falar com a Drª Ivete, conversei com ela. Ela completamente irreverente. Não a procurei mais, não encontrei e larguei de mão.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não chegou a ligar para ela para ameaçá-la não?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Nunca.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Os dois processos aos quais o senhor está respondendo, quais são?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Ambiental e suspeita de grilagem.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Por enquanto é só, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Tem a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Quincó, há alguns anos eu tive informação do seu trabalho, no oeste do Pará, em Santarém, como um empresário bem-sucedido na produção de grãos, mecanizados, especialmente arroz. Mais recentemente, vi pelos jornais o seu envolvimento na grilagem de terra, principalmente depois da onda da soja, naquela região, e da chegada do pessoal do Mato Grosso. É claro que, pelo que eu conheço, daquela região, nada dá mais dinheiro hoje do que demarcar grandes áreas, negociá-las e tirar madeira, inclusive. A madeira passou a ser o ouro verde daquela região. Mas você tem conhecimento de que aquelas terras, a maioria, são do Governo Federal. Qualquer área acima de 2.500 ha só pode ser documentada com autorização do Congresso Nacional. É preciso todo um processo de tramitação.

Eu queria perguntar-lhe: O senhor ocupa, se apossou, ou grilou quantos mil hectares de terra no oeste do Pará?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Tenho uma posse no Km 20/26, nas proximidades da comunidade do Amapá, que está em torno de 1.800, de 1.500 a 2.000 hectares. Eu tenho na Gleba Pacoval essa propriedade que eu acabei de explanar aqui para o Senador, de 51.120 hectares.

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Quanto? Cinqüenta e um mil?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Senhora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – O senhor é posseiro, não é?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Não. É uma propriedade com registro de imóvel, com escritura, com toda a documentação direitinho, inclusive, como falei agora há pouco, entramos na Justiça, para que a Justiça obrigue o Incra a reconhecer o direito de propriedade.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Quando o senhor comprou essa propriedade isso foi ao Incra ou ao Iterpa?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Comprei de uma família chamada Cerruia e Queiroz. Essa propriedade era de 86 mil hectares; 35 mil hectares, aproximadamente, foram desapropriados e pagos pelo Incra para o Cerruia e Queiroz. Esse foi um dos motivos que me incentivou a comprar a propriedade, porque já havia passado pelo crivo do Incra.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Em que ano foi isso?

O SR. O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – A desapropriação?

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Isso.

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Exª, foi logo depois da abertura da Transamazônica, porque os 35 mil hectares ficaram no limite dos cem quilômetros à margem da rodovia federal, por isso foram desapropriados os 35 mil hectares.

E o remanescente foi reconhecido pelo juiz. Depois de tudo isso, passaram-se mais vinte anos, não sei quantos anos, comprei essa documentação inclusive com a propriedade.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Em que o ano o senhor comprou essa propriedade?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Salvo minha memória, em 1999.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Em 1999? Recente, não é?

E o senhor, antes de comprar, não foi ao Incra nem ao Interpa?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Bem, fomos ao Incra. Quando eu comprei a propriedade, não estava cancelado, ainda estava reconheci o direito de propriedade. Tinha o direito de propriedade. Um ano depois, ou poucos meses depois, que eu comprei, o Incra deixou de reconhecer o direito de propriedade.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Mas a minha pergunta é a seguinte: o senhor estava comprando uma propriedade recentemente, no ano 2000 praticamente, de 51 mil hectares. A qual escritório do Incra que o senhor foi se informar para poder saber da legalidade desse documento?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Em Belém, inclusive. Santarém e Belém.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O que o Incra lhe informou?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Eu tenho documentos – provo – do Incra de Santarém e de Belém,

que provam que era uma propriedade. Eu posso passar as suas mãos.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O Incra não fez nenhuma observação? O senhor estava adquirindo, o senhor estava comprando uma propriedade de 51 mil...

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – De 51.120 hectares.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – ...hectares de terra, além, inclusive, daquelas áreas de 3 mil hectares, de 500 hectares, e o Incra não fez nenhuma observação, não fez nenhuma recomendação?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Exª, não se tratava da compra de uma posse e sim da compra de uma propriedade.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – A minha pergunta é exatamente essa, porque o senhor estava comprando uma propriedade de 50 mil hectares – suponho que por um valor razoável – e quem compra um imóvel desse tamanho precisa ir a fundo na análise da documentação.

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Sim.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – E o senhor está dizendo que foi buscar informações no Incra.

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Lógico.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – E o Incra o orientou no sentido de que poderia comprar.

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Do momento em que compramos, nunca deixamos de ir a fundo com a documentação, para legitimar a documentação.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – A escritura dessa propriedade foi lavrada em que ano e em qual cartório? O senhor tem uma escritura dessa propriedade? Título definitivo não tem, com certeza.

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Tenho escritura, registro de imóvel, decisão judicial do juiz mandando desapropriar 35 mil, alvará de pagamento da desapropriação. Tenho toda a documentação necessária, tanto prova que foi acatada pela Justiça.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Qual o cartório em que está registrada essa escritura?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Antes era no cartório de Monte Alegre. Depois passaram para Prainha, porque Prainha passou a ter cartório, mas antes era Monte Alegre.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Eu sei. O senhor tem investimento na gleba Novo Horizonte?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Novo Horizonte? Em Santarém? Não me vem à mente Novo Horizonte.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Não lhe vem à mente, não é?

Qual o tamanho da área que o senhor tem no Município de Placas?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Placas? Nenhuma.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O senhor não tem terras no Município de Placas?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Placas? Não.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Nem Rurópolis?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Não, eu tenho essa propriedade, se não me engano ela faz parte do Município de Prainha, Uruará e Medicilândia.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Mas na Transamazônica.

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – A cem quilômetros da Transamazônica. A linha ...

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Mas quando o senhor vai para essa propriedade o senhor vai por onde?

O SR. FRANSCISCO QUINCÓ – Olha, nessa propriedade eu só fui nela uma vez; duas vezes, aliás.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Quando o senhor foi duas vezes, passou por onde para ir a essa propriedade?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Passamos pelo rio Curuatinga.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Foi pelo rio?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Tem dois acessos: o rio Curuatinga e a futura PA lá, que eu me esqueço agora.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Certo. Além das 51 mil, o senhor tem documento de... O senhor falou em mais 20 mil.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não, eu tenho uma posse.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Uma posse?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Uma posse, só posse.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Aí é posse?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Aí é só posse.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Certo.

Nesses últimos quatro anos, o senhor derrubou quantos hectares de floresta?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Vinte hectares.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O senhor está mais comprando e vendendo?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Como?

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O senhor mais negocia, toma posse das terras. Não está fazendo pecuária.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Essa posse, vou lhe esclarecer essa posse. Essa posse era do engenheiro que construiu a Hidrelétrica de Curua-Una, em

1973. Passou para um empresário de Santarém. E, em 1999 ou 1998, se não me engano, também comprei essa posse.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Ela está na área de Curua-Una?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não, é na área de Prainha também. Era Iterpa.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O senhor tem terras na região de Curua-Una?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Curua-Una?

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Perto da barragem?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não. Tenho lá na beira do rio Curuatinga. Em Curua-Una não tenho.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) –Está certo.

O senhor era sócio ou é sócio daquele escritório que também foi envolvido no episódio faroeste que intermediava, regularizava as terras?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – V. Exª poderia mencionar o nome do escritório, por favor?

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Não.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não? Eu não tenho. Eu sou sócio de uma irmã minha, eu sou sócio da minha esposa, e, se não me engano, somente. Não tenho... Se não me engano, somente.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Nenhum escritório em Santarém ajudou a fazer o comércio das terras?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Está certo.

O senhor está demandando judicialmente contra alguém?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Estou. Com alguém

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Contra quem?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Nós entramos contra o delegado sindical.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Quem é o delegado sindical?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – É Raimundo... Esqueço o sobrenome dele.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Ele é do Município de Santarém?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – É.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Qual é o motivo da sua demanda contra ele?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Ele queimou a casa dele e anunciou que fui eu, inclusive denunciando o meu irmão, que não tem nada a ver com terra.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Ele queimou a casa e acusou o senhor?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – O meu irmão. E queria jogar a culpa para nós. Aí, chamamos ele à Justiça para ele esclarecer.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – O senhor tem financiamento da Sudam?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não, senhor.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Nenhum?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Nenhum.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – E do Banco da Amazônia?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Tenho.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Quantos?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Faz mais de dez anos, Exª, acredito que algo entre R$200 mil e R$300 mil. Eu não tenho o valor exato.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Tudo bem.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Francisco, no momento em que estivemos lá em Santarém o seu nome foi bastante citado por algumas lideranças dos movimentos sociais, com acusações muito fortes contra o senhor, dando conta de que o senhor é um agente de terror para aquelas comunidades, principalmente por ter agenciado pistoleiros que ameaçam, que queimam casas, que expulsam pessoas, e assim por diante.

O que o senhor poderia dizer para se defender disso?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – São todas infundadas. São 100% infundadas. Se me permite, gostaria de fazer um pequeno esclarecimento sobre minha pessoa. Eu sou filho de Santarém, tenho 43 anos, tenho meu pai, 7 irmãos, uma mulher, 4 filhos. Graças a Deus, apesar de todas as dificuldades que a região apresenta, sou mais ou menos bem sucedido. Eu não tinha razão nenhuma para estar ameaçando ou matando. Isso não faz prática da nossa família. O senhor entende?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor tem uma posse na Gleba Pacoval?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Acabei de dizer que tenho uma propriedade na Gleba...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É uma propriedade, com documentos?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Com documentos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nessa propriedade, não houve nenhum conflito com relação à posse dessa terra? Nunca houve um conflito lá?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não há moradores nessa área ou nos arredores ou coisa parecida?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Exª, até antes de ontem... Bem, essa propriedade está cheia de posseiros.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Essa que o senhor diz em Pacoval?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Na Gleba Pacoval.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Há moradores lá dentro?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não são moradores ribeirinhos. São pessoas que... Grandes lotes. Quando o Incra cancelou o CCIR, deixou de reconhecer a propriedade, o direito de propriedade, daquele momento até a Justiça obrigar o Incra a reconhecer ela é uma terra da União. Então, para evitar conflito, conforme orientam meus advogados, é melhor que deixe a Justiça obrigar o Incra a reconhecer e, em seguida, entrar com a reintegração de posse.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas e o telefonema, onde, numa conversa entre o senhor e... Ajude-me, relator, como é o nome da outra pessoa?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Eu lhe respondo. Logo em seguida à compra, tentamos reaver o direito de posse de forma administrativa junto ao Incra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas o que está dito lá é que, na conversação, o senhor acerta com um determinado interlocutor, induzindo que deveria haver uma...

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Estávamos... Chegou um momento em que o Incra, de forma administrativa não foi, mas...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Repartição em áreas de 2.500 hectares.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Vou esclarecer. Chegou um momento em que se esgotaram todas as possibilidades do Incra de reconhecer o direito de propriedade de forma administrativa. Aí falamos ao telefone sobre a idéia de sentar com representantes do Incra e dividir a área toda em áreas de 2.500.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas não há uma coincidência entre essa conversação e o que está acontecendo atualmente? O senhor acaba de me dizer que existem posses maiores lá, posses grandes nessa mesma área. Então, quer dizer que o senhor tomou essa providência?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Como, Senador?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor tomou a providência, conforme a conversa do telefone.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não foi à frente, não sentamos com o Incra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor está me dizendo que há outras pessoas dentro dessa área.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Invasores, Exª, não são pessoas minhas.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas perguntei quem são essas pessoas e o senhor me disse que são áreas grandes. Quem é que está ocupando a área?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Deixa eu repetir para o senhor.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Áreas grandes seriam de quantos hectares? O senhor poderia dizer?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Já vou responder à senhora. Quando o Incra resolveu negar o direito de propriedade, tentamos de forma administrativa, junto ao Incra, que reconhecesse o direito de propriedade. Esgotamos todas as possibilidades. Ele, estando em Belém e falando comigo por telefone... Será que sentando com a Procuradoria do Incra e negociando para dividir em lotes de 2.500... O telefonema a que o Senador se refere é esse aí. O senhor entendeu?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E com quem o senhor estava falando nesse telefonema?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Com o Célio Figueira, meu advogado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor e o seu advogado?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – E o meu advogado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E o senhor esteve no Incra para fazer essa proposta?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não, conversamos sobre a possibilidade de sentar com o Incra e organizar dessa forma, mas não chegamos a propor ao Incra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor nunca teve uma conversa com o Incra para tratar disso?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Nós tivemos duzentas conversas, Senador

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas estou perguntando sobre esse assunto. Olha o que estou querendo saber! O senhor tem uma conversa ao telefone com o seu advogado. Coincidentemente, a terra está ocupada por lotes grandes, como o senhor está dizendo.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – No momento a terra não estava toda ocupada. Meses depois o Incra deixou de reconhecer o direito de propriedade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quando foi isso, mais ou menos?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Em 90, 91, 92, não me lembro bem da data.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E, de lá para cá, quando houve a ocupação?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Foi ocupando gradativamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Gradativamente? E o tamanho dessas ocupações?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Tem lote de 2.500, lotes de todo tamanho.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor teve algum conflito com essas pessoas?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não, nunca.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E como é que o senhor reagiu a uma pessoa invadindo uma área sua? Como é que o senhor reagiu junto a essas pessoas?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Busco a justiça, como estou buscando.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor tem cópia, poderia nos dar algum número de processos de reintegração de posse?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não temos ainda a reintegração de posse.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Como é que o senhor entrou na Justiça para brigar por um direito de posse?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Entrei na Justiça pedindo à Justiça que faça o Incra, baseado na documentação que tenho, reconhecer o direito de propriedade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas não é isso o que estou querendo saber. O que quero saber é que providências o senhor tomou perante as pessoas que estão ocupando a sua área.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não tomamos nada ainda, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não tomou nenhuma providência? Está manso e pacífico?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Está todo mundo lá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, já tomaram a sua terra.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Mas vamos retirar...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Com um ano e um dia o senhor não pode mais mexer com ninguém. O senhor está reclamando o direito de posse e ele também. Se o senhor não fez nenhum tipo de recurso durante um ano, o senhor não pode mais recorrer sobre essas áreas, o senhor já as perdeu.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Senador, estamos pedindo à Justiça que obrigue o Incra a reconhecer o direito de propriedade e não o de posse. Num segundo momento, vamos entrar na Justiça novamente pedindo a reintegração de posse.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O que já é tarde. É isso o que estou dizendo ao senhor.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É tarde. O senhor deixou uma posse mansa e pacífica. Pelo que entendo da Lei de Possessão, o senhor era obrigado, em menos de um ano, a fazer qualquer tipo de reclamação para não gerar o direito de posse. Estou alertando que o senhor acaba de perder.

Quero chegar ao seguinte: o senhor tem um telefonema; depois, um grupo de pessoas das quais vou ler o nome, coincidentemente, no inquérito da Polícia Federal, citam o seu endereço como endereços deles. Veja bem a ligação. O senhor é ou não é um agente da grilagem de terras na região de Santarém?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Repito, Senador: não, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E como se explica isso aqui? Olha aqui as pessoas.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Acabei de dizer para o senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Deixe-me só ler para o senhor. Antonio Carlos do Nascimento, conhece essa pessoa?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não, senhor.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Nunca ouviu falar. Mas ele deu o endereço da sua casa. Antonio Rego de Lima, conhece?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não me vem à mente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não conhece.

Maria de Jesus Rego de Lima, da mesma família, deve ser irmã, conhece?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não lembro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Também não.

Maria Lucilane Rego de Lima, deve ser prima, também não conhece?

Vanuire Granjeiro Rodrigues. Não conhece?

Antonio Alencar Ribeiro, Expedita Granjeiro Rodrigues e Francisca Jacuí Granjeiro Rodrigues. Aqui deve ser uma família.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Essas pessoas... Trata-se de que, Senador?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Trata-se de um inquérito da Polícia Federal, todas com **letius** dentro da sua área.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Com uma área de mais de dois mil hectares.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não, Senador. Tenho para que lhe encaminhar agora, se for o caso, um mapa fornecido pelo Incra, em que diz quem são as pessoas que estão na minha área. Está com o meu advogado. Se o senhor permitir posso passar às suas mãos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Preciso disso e preciso da cópia do endereço que a Polícia Federal tem em mãos. Todas as pessoas aqui são arroladas no processo e todas dão como endereço o seu endereço. Está aqui, só para ver se reproduz: Avenida Cuiabá, km 4, número 1.010, bairro da Matinha, Santarém, Pará. Esse endereço é do senhor?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Esse é o meu endereço.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois todos eles arrolaram esse endereço como endereços deles.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Senador, compromete-me em alguma coisa dar o meu endereço para alguém, se acaso eu estivesse dado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, mas quero saber qual é a ligação. O senhor disse que não conhece essas pessoas. Essas pessoas dão o endereço da sua casa. Não é uma coincidência? Dizendo que ocupam uma área de 2.500 hectares que o senhor acusa que é sua. Disputa no Incra o direito de propriedade.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Senador, a Gleba Pacoval, se não engano, incluindo outras glebas, tem dois milhões de hectares de terras. V. Exª entende? São mais de dois milhões de hectares de terra. Então seria coincidência também esse pessoal estar dentro da minha área. Tenho um mapa da minha área, fornecido pelo Incra, das pessoas que estão dentro da área.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Que não reconhecem o senhor como proprietário, diga-se de passagem.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Estou aguardando a Justiça. Quem vai dizer se sou proprietário ou não será a Justiça.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E o senhor disse ainda há pouco, em resposta a uma das perguntas, que quer o desenvolvimento e o progresso da região. Sabe-se do asfaltamento da BR-163; há anos que se fala disso.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sabe-se que aquela área de Bel Terra pertence à União, Ministério da Agricultura, ex-área do Sr. Harry Ford. Muita gente chegando para a mecanização de áreas. Há perspectiva de chegar agricultura de alta mecanização. Não seria isso aqui a prova da existência de um escritório, de um cartel para se aproveitar, imediatamente, de áreas públicas, para se precaver de altos preços dessas áreas no futuro, Sr. Francisco?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Senador, até o momento, não posso fazer nenhum tipo de negócio sobre essa área. Ela está **sub judice**. Estou aguardando a Justiça. Em seguida, como acabei de dizer, pretendo entrar com uma reintegração de posse da área.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pediria então que pegássemos as informações da Polícia Federal para fazer os cruzamentos porque, no meu entendimento, alguém está mentindo. É muito forte isso aqui, não é simples. Se a Polícia Federal dá a essas pessoas... dando o endereço da casa dele... Se ele é inocente, essas pessoas são criminosas por falsidade ideológica e utilização indevida do nome, do endereço de pessoas que não têm nada a ver. Não estou dizendo que o senhor tenha responsabilidade sobre isso. Quero dizer que há uma coincidência sobre isso e algo precisa ser elucidado. É a isso que estou me atendo.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – E é o que estou lhe dizendo. A Gleba Pacoval, incluindo outras glebas, tem mais de dois milhões de hectares. Lá tem muita gente. O senhor entende? Não seria só essa minha propriedade que estou discutindo na Justiça, o senhor entende? Tem 1.950.000 ou mais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Assim que V. Exª encaminhar o requerimento, determinaremos as providências.

Com a palavra a Senadora Ana Júlia.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Queria lhe fazer uma pergunta às que já foram feitas. O senhor conhece a empresa Marca Vigilância?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não conheço.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Nunca realizou algum trabalho para o senhor?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Não. Para mim, não.

A SRª ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Era isso, obrigada.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, só para prestar uma informação a esta CPI que o cartório o qual está registrado, ou foi lavrado a escritura dessa propriedade de 51 mil hectares, na Comarca de

Monte Alegre, está hoje sob intervenção, por irregularidade. O senhor tem esse conhecimento?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Tenho o registro de imóveis, Exª, que passo às suas mãos. Tenho não só o registro de imóveis, mas tenho cópia de toda a documentação com a qual entrei na Justiça. Posso passá-las às suas mãos para averiguação. Agora, o cartório de Monte Alegre?

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sob intervenção.

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Eu não sei.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Você tem pago nesses últimos anos ITR dessa propriedade?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Sim, atualizamos o ITR.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Tudo pago?

O SR. FRANCISCO QUINCÓ – Sim. Está certo. Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB. PR) – Não havendo mais inscritos para a indagação, agradecemos a sua presença, e encerremos esta reunião, marcando a próxima reunião para amanhã, às 10 horas da manhã.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 18 horas e 18 minutos.)

Ata da 29ª Reunião realizada em 7 de abril de 2005

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às dez horas e quarenta e um minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Álvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Pedro Simon, Juvêncio da Fonseca, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Antero Paes de Barros e os Deputados João Alfredo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Luís Carlos Heinze, Inaldo Leitão, Jamil Murad, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".*** Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias, declara abertos os trabalhos, informando que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições das senhoras Miriam Fumie Takano, Delegada de Polícia Federal e Dra. Maria de Oliveira, Superintendente do INCRA em Pernambuco, bem como apreciação, discussão e votação de requerimentos. A seguir, o Senhor Presidente faz a leitura do expediente subscrito pelo Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia , Presidente da União Democrática Ruralista – UDR/ Presidente Prudente, declarando nunca ter sido processado pela Justiça Federal ou "indiciado e ouvido" pela Polícia Federal até a presente data e externando sua indignação por ter tomado conhecimento do teor do requerimento para quebra de seu sigilo bancário, fiscal e telefônico, o que para ele ficou caracterizada a intenção de persegui-lo e o intuito de denegrir sua imagem e reputação. Após, a Presidência leu os Ofícios número 101/2005 e 102/2005, desta CPMI, enviados aos Excelentíssimos Senhores Ministro da Justiça e ao Secretário Especial dos Direitos Humanos, encaminhando cópia da ocorrência policial nº 2347/2005-0, de 30/03/2005, em que é envolvido o Senhor Elias da Silva Albuquerque, ex-proprietário de terra em Canaã dos Carajás/PA, que está ameaçado de morte e que teve a filha seqüestrada e levada para o interior do Estado do Pará. Dando prosseguimento o Senhor Presidente convida a Dra. Miriam Fumie Takano, Delegada de Polícia Federal para tomar assento à mesa dos trabalhos, concedendo-lhe, em seguida, a palavra para iniciar a sua exposição. Fizeram uso da palavra para indagar a convidada os parlamentares João Alfredo, Romeu Tuma, Jamil Murad, Abelardo Lupion e Luís Carlos Heinze. Após ouvir a Delegada o Senhor Relator solicita ao Presidente da Comissão, incriminar o Sr. Manoel Domingues de Paes Neto por prestar declarações falsas à CPMI. Tendo em vista a "superficialidade do depoimento do Sr. Manoel", o Senhor Presidente acatou o requerimento oral do Deputado João Alfredo, solicitando à Assessoria avaliar quais as providências que podem ser tomadas por esta CPMI. O Deputado Abelardo Lupion solicita à Delegada cópia do mandato de busca e apreensão da fazenda Ipezal. Para o Senador Alvaro Dias o depoimento do Sr. Manoel está desqualificado, por faltar com a verdade. A Senhora Delegada solicita à Secretaria da CPMI que encaminhe o inteiro teor do depoimento do Sr. Manoel Domingues, o que foi ratificado pela Presidência. O Deputado Jamil Murad, na oportunidade cumprimentou a Delegada pelo seu depoimento corajoso, o que honra a Polícia Federal. Ato contínuo, a Presidência passou à apreciação e discussão de Requerimentos. Foram aprovados, por unanimidade, os seguintes Requerimentos: **Req. nº 141**, de autoria do Deputado Jamil Murad e outros, que requer a realização de Audiência Pública para a oitiva do Dirigente Nacional de

Habitação, **Req. nº 140**, de autoria do Deputado Onyx Lorenzoni, requerendo seja convidado o Sr. Giovani Grizotti, jornalista gaúcho, para prestar depoimento sobre as investigações que vem realizando quanto à questão da reforma agrária e da aplicação dos recursos públicos no estado do Rio Grande do Sul., **Req. nº 139**, de autoria do Deputado Abelardo Lupion, requerendo seja convocado a comparecer nesta CPMI o Senhor Orlando Vieira de Araújo (32.138.583-4 SSP/SP), a fim de prestar depoimento a esta CPMI, **Req. nº 138**, de autoria do Deputado Abelardo Lupion, requerendo seja convocado a comparecer nesta CPMI o Senhor Edmilson José de Pinho (23.315.507-7 SSP-SP), a fim de prestar depoimento a esta CPMI, **Req. Nº 137,** de autoria do Deputado Abelardo Lupion, requerendo seja convocado a comparecer nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito o Senhor Emerson Rodrigues da Silva (RG 33.348.01903 SSP/SP), a fim de prestar depoimento a esta CPMI. A seguir, o Senhor Presidente convida para ocupar lugar à mesa a Dra. Maria de Oliveira, Superintendente do INCRA em Pernambuco, concedendo-lhe a palavra por quinze minutos para proceder à sua exposição, limitando-se especificamente ao estado de Pernambuco. A seguir, a Presidência concedeu a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni para fazer seus questionamentos. O Deputado solicita à Dra. Maria Oliveira enviar documentos da desapropriação da Fazenda Normandia. Solicita, ainda, a relação das entidades para as quais o INCRA repassa verbas para os ditos projetos de assentamento, bem como sejam especificados os recursos repassados pelo INCRA, no período de 2002 até a presente data, naquele estado. O Deputado Onyx lembra ao Plenário que a convidada está incluída num processo, no TCU do Paraná, como responsável de cobrança indevida de pedágio financeiro O senhor Relator esclarece que não se pode fazer acusações apressadas uma vez que o processo encontra-se ainda em andamento.O Senhor Presidente agradece a presença da convidada e comunica a próxima reunião em Rondônia, agendada para o dia quatorze e no Paraná, para o dia dezoito do mês em curso. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

A reunião de hoje tem por objetivo ouvir exposições da Drª Miriam Fumie Takano, Delegada de Polícia Federal, e da Drª Maria de Oliveira, Superintendente do Incra em Recife, bem como a apreciação e votação de requerimentos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, cumpro o dever de fazer a leitura de ofício, encaminhado por fax a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia, Presidente da UDR.

"Sorriso. Mato Grosso, 7 de abril.

Exmº Sr. Presidente,

Considerando que alguns membros que integram a CPMI da Terra, presidida por V. Exª, insistentemente anunciam que a minha pessoa estaria envolvida em cenas de milícias particulares, conforme divulgadas pela TV Globo e jornais **O Estado de S.Paulo** e **Imparcial**, no mês de junho de 2003, para afastar qualquer aleivosia em face de minha pessoa e visando que me seja o sagrado direito constitucional de ampla defesa, solicito de V. Exª que a presente tenha o condão de declaração pública, lida em plenário, para o conhecimento de todos os presentes nesta audiência.

Luiz Antonio Nabhan Garcia, brasileiro, casado, produtor rural, Presidente da União Democrática Ruralista, portador do RG nº 10.288.660, São Paulo, nunca foi processado pela Justiça Federal, ou indiciado e ouvido pela Polícia Federal, até a presente data, o que poderá ser confirmado através de pesquisas nos órgãos competentes para tal. Maior foi minha indignação, quando tive conhecimento do teor do requerimento para a quebra do meu sigilo bancário, fiscal e telefônico, elaborado em falsas justificativas, como eu ser apontado e responsabilizado pelo armamento de milícias armadas no Pontal do Paranapanema, em São Paulo, o que fica explícito a intenção de perseguição e denegrir minha imagem e reputação. A declaração que neste ato faço, sob as penas da lei, ciente de que poderei responder pelo crime de falso.

Sem outro particular, renovo protestos da mais alta estima e consideração.

Luiz Antonio Nabhan Garcia, Presidente."

Srs. Parlamentares, ontem, esta Comissão Parlamentar de Inquérito, especialmente o Relator, Deputado João Alfredo, e o Presidente fomos procurados por um cidadão que se diz ameaçado, o Sr. Elias da Silva Albuquerque, que está sendo ameaçado de morte e que teve a sua filha, Clarice Lourenço de Albuquerque, seqüestrada e levada para o Estado do Pará. A sua filha foi seqüestrada em Brasília, onde se encontrava, em função das ameaças de morte que tem recebido no interior do Pará. De pronto, o Relator, Deputado João Alfredo, se comunicou com a Secretaria de Direitos Humanos. E nós estamos encaminhando, em nome

desta Comissão Parlamentar de Inquérito, ofícios ao Sr. Ministro Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, ao Sr. Ministro Nilmário Miranda, Secretário Especial de Direitos Humanos, e também à Polícia Federal. Estamos encaminhando a ocorrência, a documentação com cópia da ocorrência, registrada junto à 16ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal.

Portanto, esta Comissão Parlamentar de Inquérito está solicitando sejam tomadas todas as providências cabíveis ao caso, bem como se ofereça a necessária proteção ao Sr. Elias da Silva Albuquerque, que, segundo ele, está sendo ameaçado de morte; e, obviamente, as providências relativamente ao seqüestro da sua filha Clarice Lourenço de Albuquerque.

Há a apresentação de alguns requerimentos, mas vamos, inicialmente, tomar o depoimento da Drª Miriam Takano, a quem peço para tomar assento à Mesa, para que possamos dar início aos trabalhos com o seu depoimento.

Concedo a palavra à Drª Miriam Takano, para que possa fazer a exposição que desejar antes de iniciarmos, através do Relator, Deputado João Alfredo, as indagações que julgarmos convenientes.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Bom dia a todos, Srªs e Srs. Parlamentares. Sou delegada de Polícia Federal e vim aqui expor alguns fatos ocorridos que possam ter envolvimento com a CPMI da Terra.

No dia 1º de novembro de 2003, quando eu ainda atuava como Delegada de Polícia Federal na Delegacia de Polícia Federal de Presidente Prudente, houve uma operação da Polícia Federal em que vários policiais de localidades distintas do País estiveram naquela cidade para cumprir mandado de busca em algumas fazendas da região.

Uma delas teve resultado positivo, havendo apreensão de diversas armas na Fazenda, se não me engano, Santa Terezinha, de propriedade do Sr. Manoel. Não me recordo agora do nome completo da pessoa. Ele recebeu voz de prisão no local e foi encaminhado à Delegacia de Polícia Federal para providências.

Chegando à Delegacia, ele me foi apresentado pelos policiais, já que não participei da operação, mas fui incumbida apenas de formalizar aquele flagrante, e os policiais também me apresentaram as armas localizadas e alguns recortes de jornais que estavam na fazenda dele, bem como alguns outros petrechos, tudo conforme consta do auto de apresentação e apreensão.

Com relação àquelas reportagens do jornal, localizadas na fazenda dele, questionei se havia algum envolvimento, já que era uma foto com vários homens encapuzados e armados. Ele me disse que não havia qualquer envolvimento, mas que ele e seu pai haviam sido convidados, salvo engano, pelo Sr. Nabhan para participar daquela reportagem.

Perguntei, então, se, diante daquilo, conforme o procedimento, ele poderia servir como testemunha, para que pudéssemos investigar aquele fato. Ele concordou, sem qualquer ressalva. Foi tomado o seu depoimento antes da lavratura do flagrante, onde colocou os detalhes e fez suas explanações. Em seguida, aguardamos a chegada do seu advogado, para iniciarmos a lavratura do flagrante. Assim foi lavrado o seu auto de prisão em flagrante normalmente.

Parece-me que houve algumas alegações no sentido de que a Polícia Federal possa ter atuado com violência, batido nele, etc., mas não houve nada disso. Tenho aqui, inclusive, a cópia do auto de prisão em flagrante. Questionei, como é de praxe, se ele tinha sido agredido ou se algo tinha acontecido com ele com relação àquela operação. Ele me disse que não sofreu nenhuma violência ou coação. Isso está consignado no auto de prisão em flagrante, que foi feito na mesma oportunidade, e ele falou isso perante o advogado dele e assinou esse auto de prisão, assim como o advogado.

É praxe, também, na Polícia Federal, após as prisões, encaminhar o preso ao IML para exame de corpo de delito – *ad cautelam* – para evitar esse tipo de situação e esse tipo de alegação posteriormente. Nesse caso, também, não foi diferente. Após a lavratura do flagrante, após todos os procedimentos de polícia judiciária, o Sr. Manoel foi encaminhado ao IML, e eu tenho aqui também, o laudo de lesões corporais negativas em relação à integridade física do Sr. Manoel.

Eu, então, estou à disposição da CPMI para responder a qualquer tipo de questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado à Doutora pela sua presença e pela sua exposição. Vamos começar com a participação do Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Drª Mirian, a senhora poderia relacionar, apresentar, inclusive lendo todo o rol das armas – quais foram as armas, os apetrechos e os objetos que foram apreendidos na fazenda do Sr. Manoel Domingues Paes Neto – e de todo o material que foi apreendido na fazenda dele?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Pois não, Excelência. Conforme consta, aqui, no auto de apresentação e apreensão lavrado no primeiro dia do mês de novembro de 2003, passo à leitura dos itens relacionados.

1 – Uma carabina 38, especial, modelo Puma, marca Rossi, nº de série BO35331.

2 – Uma carabina 44/40, modelo Puma, marca Rossi, nº de série NOO1574.

3 – Uma carabina semi-automática, calibre 22, com número de série raspado.

4 – Um fuzil de ferrolho, calibre 556, marca Browing, equipado com luneta, nº de série 86806MW817.

5 – Uma carabina semi-automática marca Marlin, modelo 60, calibre 22, com carregador, não sendo encontrado o seu número de série.

6 – Uma espingarda modelo 88 Pump, calibre 12, nº de série MV50962E.

7 – Uma pistola Taurus, modelo PT57SC, calibre 765, nº de série FQB57750, com um carregador.

8 – Um revólver Taurus, calibre 38, 6 tiros, nº de série 2042983.

9 – Um revólver Taurus, seis tiros, calibre 357, nº de série OE261914.

10 – Trezentos e cinqüenta e oito cartuchos calibre 12 intactos.

11 – Quatrocentos e quatro cartuchos calibre 765 ou 32 intactos.

12 – Hum mil, cento e cinqüenta cartuchos calibre 22 intactos.

13 – Duzentos e setenta e três cartuchos calibre 556 ou 223 intactos.

14 – Duzentos e vinte e três cartuchos calibre 357 intactos.

15 – Cento e onze cartuchos calibre 44/40, 38WCF intactos.

16 – Quarenta e dois cartuchos calibre 42 intactos.

17 – Dois cartuchos calibre 0,30 intactos.

18 – Trinta e três cartuchos calibre 12 deflagrados.

19 – Trinta e cinco cartuchos calibre 765 ou 32 deflagrados.

20 – Vinte e oito cartuchos calibre 22 deflagrados.

21 – Vinte e cinco cartuchos calibre 556 ou 223 deflagrados.

22 – Trinta e um cartuchos calibre 357 deflagrados.

23 – Quarenta e três cartuchos calibre 44/40, 38WCF deflagrados.

24 – Sessenta e oito cartuchos calibre 38 deflagrados.

25 – Um cartucho calibre 0,30 deflagrado.

26 – Um cartucho calibre 9mm deflagrado.

27 – Sete cartuchos calibre 762 deflagrados.

28 – Um cartucho calibre 45 deflagrado.

29 – Um aparelho de visor noturno marca TASCO, modelo NV100/10.

30 – Um binóculo da marca Focal Action 10x50.

31 – Um binóculo da marca Vivitar 7/15x25.

32 – Sete tubos de pólvora da marca Elefante para o recarrego.

33 – Um tubo de PVC de cor branca, medindo aproximadamente 2m.

34 – Três coldres de uma bandoleira para cartuchos calibre 12.

35 – Duas cadernetas de telefones.

36 – Três exemplares de jornais, sendo dois de **O Estado de S. Paulo** de 13/07/2003 e um exemplar de **O Imparcial**.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Drª Miriam, esse material todo estava escondido em algum local?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Vou dar segmento ao auto de apreensão que refere onde estavam os materiais.

Os itens consignados de 1 a 9 estavam dentro do tubo de PVC (Item 33); e os itens numerados de 10 a 28 estavam dentro de sacos grandes de papel, sendo que todos os itens consignados estavam no interior de um cômodo usado como farmácia na Fazenda São Domingues, Município de São Dorvalino – então, retifico aqui que o nome da fazenda é São Domingues, e não Santa Terezinha, como havia dito no início –, em poder de Manoel Domingues Paes Neto, brasileiro, RG 23392099-7/SP.

Nada mais havendo, encerrou-se o auto de apreensão.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Drª Miriam, entre esse material tem algum armamento que é de uso exclusivo das Forças Armadas?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Olha, esse armamento, após a lavratura do fragrante, foi encaminhado à perícia. Quando chegou o resultado, creio que eu já não estava mais na Presidência. Porque, quando ocorre um flagrante, o procedimento é rápido e depois é encaminhado à Justiça, porque se trata de indiciado preso. Então, esse questionamento não posso responder ao senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Não pode responder, nem sabe dizer...

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Não sei dizer.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – ... se foram contrabandeados, ou se adquiriu...

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim. eu posso dizer que havia armamentos ali de origem estrangeira.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Ok.

Temos aqui em mãos o termo de depoimento que presta o Sr. Manoel Domingues Paes Neto. Como foi em novembro de 2003, quando se encontrava presente a Drª Miriam Fumie Takano, o Sr. Manoel Domingues, então, foi ouvido.

Eu queria fazer uma leitura e pedir a confirmação da senhora sobre esse depoimento, uma vez que ele foi negado pelo Sr. Manoel Domingues.

Aqui diz o seguinte: "Que no final do mês de junho do corrente ano...". Antes disso, a que se referiam as... Porque no termo a que a senhora se referiu há pouco, há três exemplares de jornal, sendo dois do jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 13 de julho e um do jornal **O Imparcial**, que, se não me engano, é um jornal da própria cidade de Presidente Prudente. De que tratavam esses jornais apreendidos em poder do Sr. Manoel Domingues?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Basicamente, tratavam de uma reportagem de pessoas armadas, inclusive com várias espécies de armas, e pessoas encapuzadas, noticiando ou fazendo menção a possível milícia no campo.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – São estes aqui: Fazendeiro tem exército no Pontal (**O Imparcial**); Exército particular está a postos no pontal? São essas as matérias?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Falta uma de **O Estado de S. Paulo**.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – É este: Fazendeiro monta exército particular na região do Pontal do Paranapanema?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Isso. O assunto era esse. Eu peguei um deles, aquele que a foto estava maior, provavelmente era de **O Estado de S. Paulo**, salvo engano, e comecei a perguntar para o Sr. Manoel se ele tinha algum envolvimento com aquela reportagem, já que o exemplar foi encontrado na fazenda dele. Ele, espontaneamente, disse que não tinha participação e começou dizendo que ele e seu pai haviam sido convidados pelo Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia para participar daquela reportagem. E assim sucessivamente, foi fornecendo todos os detalhes que ele sabia sobre aquela reportagem.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Então, vou fazer a leitura. Se a senhora puder confirmar o depoimento...

Que no final do mês de junho, como a senhora há pouco disse, do corrente ano, o depoente e seu pai foram convidados por Luiz Antônio Nabhan Garcia, Presidente da UDR, para participarem da fotografia veiculada no referido jornal.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Perfeito.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Que em razão de o depoente e seu pai já terem tido envolvimento com a Polícia Federal, havendo processo criminal federal em curso na Justiça Federal, resolveram não participar da reportagem que visava intimidar o movimento dos sem-terra.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Exatamente. Foi isso que ele me falou.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Que a fotografia e a reportagem foram feitas na Fazenda São Manoel, de propriedade de Luiz Antônio Nabhan Garcia.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Confirmo. Ele me disse espontaneamente. Foi dizendo tudo aquilo que ele sabia.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Todas as fotografias, toda a reportagem foi feita na fazenda do Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia. O Sr. Manoel Diniz afirmou isso?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Que ficou sabendo que a fotografia foi tirada no fundo da fazenda, quase na divisa com outra propriedade. Confirma?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Confirmo.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Que consegue reconhecer na fotografia constante da primeira página do referido jornal o Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, que é o quinto homem da esquerda para a direita, utilizando o boné com um símbolo da Mercedes.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Ele me disse isso.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Havia também aqui um funcionário do Sr. Nabhan Garcia de apelido Paraguaizinho?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim. Foi o que ele me falou.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Que ficou sabendo que parte do armamento utilizado pertencia a Nabhan, parte veio da Fazenda Santa Rita, pertencente a Marcelo Negrão, e outra parte da Fazenda Santa Irene, pertencente a João Jacinto?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim. Ele foi me falando esses nomes, e eu ia colocando no termo apenas aquilo que ele ia dizendo.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Que é verdade também que um fulano de tal Ediberto Luiz Santana é a pessoa que contrata seguranças para fazendeiros no Pontal do Paranapanema?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Foi isso que ele disse.

O SR. – Que entre esses seguranças há bombeiros e policiais militares aposentados e da ativa e que uma grande parte veio de Mato Grosso do Sul e apenas poucos do Estado de São Paulo?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Foi o que ele mencionou.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Ele falou tudo isso. A senhora confirma que ele lhe deu esse depoimento?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Confirmo.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – No entanto, Drª Miriam, ele nos juntou, trouxe para nós e confirmou uma escritura de declaração feita perante o 4º Tabelião de Notas da Comarca de Presidente Prudente onde ele afirma que usaram de violência física e psicológica contra o mesmo, agrediram-no com tapas e chutes.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Isso é um absurdo.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Isso não aconteceu?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Não aconteceu.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Diz mais ele, no momento em que foi preso. Mas o mais grave, e por isso que a senhora foi convocada para depor aqui, é que ele diz, nessa escritura, e confirmou aqui em depoimento perante esta CPMI, que já na delegacia o levaram a uma sala isolada em que se faziam presentes ele e alguns agentes. Ali mostraram-lhe algumas fotos de jornal, onde apareceram algumas armas e pessoas e indagavam de forma bastante violenta, inclusive agredindo-o com tapas na sua cabeça, querendo saber se faziam parte da foto ele, seu pai e Luís Antônio Nabhan.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Absurdo.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – O que a senhora diz sobre isso?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Totalmente sem fundamento, porque ele mesmo foi dizendo, quando eu questionei, porque a reportagem foi encontrada na fazenda dele. Não estava com a polícia aquela reportagem. Foi encontrada ali, em cumprimento do mandato de busca, naquelas diligências realizadas.

Eu perguntei a ele se ele tinha algum envolvimento e ele mesmo foi dizendo que ele e seu pai haviam sido convidados e fornecendo todos os detalhes que ele sabia. Não houve tapa, não houve agressão física e não houve nenhuma espécie de coação. Ele falou aquilo espontaneamente. Eu o adverti, então, que ele estava sendo ouvido como testemunha, que aquela situação nada tinha a ver com a prisão dele. Seria aberta uma investigação à parte, porque não tinha relação com aquela prisão dele e ele concordou, não fez nenhuma objeção com relação àquilo.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Então, todo o depoimento dele foi prestado perante a senhora? A senhora presidiu toda a tomada de depoimento?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim. Presidi integralmente o depoimento dele. Inclusive, como nós íamos formalizar também o flagrante, nós aguardamos até a chegada do advogado, para que aquela formalização do flagrante fosse feita, já que se tratava de uma prisão, na presença do seu advogado.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – A formalização do flagrante foi feita na presença do advogado dele?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim. Logo em seguida.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Logo em seguida.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Nós aguardamos. Ele falou tudo o que sabia sobre aquele depoimento. Nós aguardamos ainda a chegada do seu advogado e em seguida foi lavrado o flagrante.

Eu gostaria de ler um trecho aqui, Senador, se V. Exª me permitisse, do interrogatório dele, na prisão em flagrante delito, que foi feito na mesma oportunidade, na presença do seu advogado. Ele respondeu...

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Na presença do advogado?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Do advogado, que, inclusive, assinou esse auto de prisão em flagrante.

"Cientificado das acusações que lhe são imputadas, bem como de suas prerrogativas constitucionais, dentre as quais de ser comunicada a sua prisão à sua família, de assistência de advogado, de ter garantida a sua integridade física, de saber o nome das pessoas que o prenderam, interrogado pela autoridade policial, na presença do advogado acima consignado, respondeu que o interrogado já comunicou sua família sobre sua prisão, através do telefone 223-3761; que já se encontra assistido pelo advogado presente; que sabe que as pessoas que o prenderam já foram ouvidas; que não sofreu qualquer violência ou coação.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Ele afirmou...

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Isso na mesma data...

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Na mesma data...

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Na mesma data...

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Na presença do advogado.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Na presença do seu advogado. Além disso, Excelência, gostaria de apresentar à Comissão, como eu havia dito no início, na introdução, sempre quando há uma prisão em flagrante, era praxe, na Delegacia de Polícia Federal de Presidente Prudente, o encaminhamento do preso ao IML para realização do exame de corpo de delito. Muitas vezes o médico vinha até a delegacia, ou então os agentes, antes de levar o cidadão para o presídio, passavam no IML para fazer o exame.

Está aqui o meu ofício requerendo a realização desse exame, **ad cautelam**, porque era assim feito em todas as prisões.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Mesmo ele tendo afirmado que não sofreu nenhum tipo de coação, a senhora, ainda assim, encaminhou para ele fazer o exame de corpo de delito?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim. Não só ele, Excelência, como todos os presos ali que eram presos em flagrante nós tínhamos esse cuidado. É uma recomendação da Corregedoria para evitar esse tipo de alegação futura, porque não deve ser a primeira vez que uma pessoa, ou perante o juízo, chega e fala que foi agredido pela polícia. Mas a Polícia Federal não agride ninguém. Está aqui o laudo do IML.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – O que diz o laudo do IML? A senhora pode ler?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Posso ler.

É um laudo. Está aqui o recebimento do exame. É cópia, mas o original está lá na delegacia, pode ser solicitado.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Seria importante termos acesso, até para confrontar com esse depoimento do Sr. Manoel Domingues.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – "Exame realizado às 17h10min do dia 1º de novembro de 2003.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Portanto, no mesmo dia.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – No mesmo dia e após a lavratura de todos os procedimentos de polícia judiciária. O laudo chega posteriormente. Ele foi protocolado na delegacia somente no dia 24 de dezembro de 2003, porque ele é encaminhado posteriormente.

"Em 1º de novembro de 2003, nesta cidade, a fim de atender a requisição da Drª Miriam Fumie Takano, Delegada de Polícia, os infra-assinados médicos legistas do Instituto Médico Legal procederam a exame de corpo delito em Manoel Domingues Paes Neto". Sexo: masculino. Estado civil: não consta. Cor: não consta. Nascimento: não consta.

Histórico: não consta.

Exame: "realizado em 1º de novembro de 2003. Não apresenta nenhuma lesão visível no presente exame.

Conclusão:

Não apresenta nenhuma lesão visível no presente exame".

Os quesitos que perguntamos:

1) Há ofensa à integridade corporal ou à saúde do examinado?

Prejudicado. (porque já foi respondido lá em cima)

2) Qual a natureza do agente? Instrumento ou meio que a produziu?

Também prejudicado, porque já havia sido respondido.

Foi produzido por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel?

Também prejudicado, porque já havia sido respondido.

Resultará incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias ou perigo de vida, ou debilitado permanente de membros, sentido, ou função, ou antecipação de parto?

Prejudicado também.

Resultará incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável, perda ou inutilização de membros, sentido ou função ou deformidade permanente, ou abortamento?

Também prejudicado.

"Este laudo, após conferência, com segundo signatário, foi redigido pelo relator, a quem coube, como perito de plantão, a realização do exame".

Eu gostaria de apresentar a V. Exªs esse documento.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Acho importante, inclusive disponibilizá-lo para a CPMI.

Drª Miriam, já para concluir a minha parte, para permitir aos demais parlamentares que lhe possam também questionar.

A senhora responde há algum procedimento administrativo – dentro, portanto, da Polícia Federal – ou criminal com relação a tortura, a maus-tratos, a qualquer espécie, vamos dizer, de delito, na sua profissão?

Perdoe-me, mas tenho que lhe fazer essa pergunta para esclarecimento da CPMI.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Respondo, Exª: não respondo, nunca respondi e pretendo nunca responder.

Posso até fazer uma inserção aqui?

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Claro, fique à vontade.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Inclusive houve uma coincidência: eu estava ministrada aulas na Academia Nacional de Polícia aqui, para formação de novos Policiais Federais. Fiz parte da elaboração do caderno didático, e temos lá um capítulo sobre a tortura, que não deve ser praticada em hipótese alguma em razão do direito à integridade física da vida da pessoa.

Ministrei, durante um mês, essas aulas para os novos alunos.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Pode-se dizer, então, que a senhora tem uma ficha limpa dentro da Polícia Federal?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Tranqüilamente, Exª.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, no Direito se diz que a prova testemunhal é a prostituta (desculpe a palavra) de todas as provas, porque se diz o que se quer dizer. Tivemos aqui hoje, com o depoimento da Drª Miriam, alguns elementos novos importantes, inclusive o auto de prisão, assinado na presença do advogado, em que ele afirma não ter sofrido nenhuma coação – repito – portanto, na presença do advogado. E temos o laudo do exame de corpo de delito.

Sr. Presidente, gostaria que a nossa consultoria jurídica analisasse que medidas podem ser tomadas em relação ao Sr. Manoel Domingues Paes Neto pelo crime cometido. Ele foi chamado para depor como testemunha. Os fatos trazidos são gravíssimos, pois relatam que ainda se arranca depoimento mediante tortura, o que abominamos. A senhora delegada, com muita tranqüilidade, e com provas robustas, desmente o depoimento. Não desconsidero o que ele apresentou perante o tabelionato, mas quero falar sobre o depoimento que prestou à CPMI.

Faço verbalmente esse requerimento a V. Exª pelo bem da CPMI e por sua credibilidade: que se analisem as providências jurídicas. Evidentemente a própria Drª Miriam pode adotar as medidas que considerar cabíveis. Na verdade, não temos nada em relação a ela do ponto de vista das acusações; aí será uma medida que ela poderá vir ou não a adotar, uma vez que as acusações recaem sobre todos os policiais e as policiais que participaram daquela operação, principalmente a Delegada, que tomou o depoimento, porque ele fez referência no depoimento ao tabelionato, e aqui nesta CPMI a fatos que se deram dentro da delegacia dirigida pela senhora.

Com relação à CPMI, Sr. Presidente, até pela nossa credibilidade, penso que temos de analisar, junto à nossa consultoria, as medidas que têm que ser tomadas, pois as acusações foram graves.

Está presente nesta reunião um dos nomes mais respeitáveis na Polícia Federal do nosso País, o Senador Romeu Tuma. S. Exª não teve oportunidade de acompanhar a Drª Miriam Fumie, que foi muito clara e nos trouxe documentos muito fortes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Com todo o respeito, quero dizer que ontem fiquei preocupado em me inteirar do assunto, visto que ficaram dúvidas durante a aprovação ou não de alguns requerimentos. O Delegado Cavaleiro esteve com a Drª Miriam e me trouxe esclarecimentos. Estava tranqüilo, pois sabia que ela estava bem documentada para comprovar a lisura do trabalho que exerceu na autuação em flagrante do indiciado. Atrasei-me porque estava em uma audiência.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Estava buscando apenas o testemunho de V. Exª, que já conhece...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A segurança, a clareza e a honestidade que ela demonstrou em seu trabalho dispensariam a minha presença; vim em respeito à Polícia Federal. Conheço a forma como trabalham, principalmente nesses casos. Até porque a Inteligência tem prevalência sobre os interrogatórios que se faziam no passado.

A Polícia Federal é hoje um exemplo de que a inteligência, a lisura e a tranqüilidade na busca de provas superam um depoimento, uma confissão, que é a prostituta das provas. Desculpe-me.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Considero importante o testemunho de V. Exª.

Para concluir, faço esse requerimento verbal pedindo que analisem as medidas a serem tomadas contra o Sr. Manoel Domingues Paes Neto, agradecendo à Drª Miriam, pois me sinto contemplado com as respostas dadas às perguntas que fiz.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Considero normal esse fato de os depoentes desmentirem – não estou falando do Sr. Manoel –, quando têm chance, em outro plenário a confissão que fizeram, dizendo tê-la feito sob tortura. É natural o ser humano se defender. O mais grave dele é o andamento do inquérito. Talvez devamos fazer nova oitiva dele neste plenário para esclarecer a questão. Não admitiremos uma acareação com a Delegada, pois seria o "fim da picada" tentar fazer um acareação entre o indiciado e a autoridade policial que presidiu o flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência despacha o requerimento do Relator, Deputado João Alfredo, favoravelmente, solicitando à Consultoria Jurídica que analise alternativas de pro-

vidências que possam ser adotadas diante dos fatos. A mim, particularmente, me surpreendeu a superficialidade do depoimento do Sr. Manoel Domingues, que chegou a afirmar que não se lembrava se existia uma presença feminina. Creio que a presença da Drª Miriam, me parece, não passaria desapercebida de ninguém.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A imagem dela fica colada na nossa retina.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Isso realmente surpreendeu porque este fato por si só demonstra a superficialidade daquele depoimento. Mas cabe à consultoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito avaliar providências que possam ser adotadas.

Portanto, solicitamos...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Para um esclarecimento, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –...que, no mais curto espaço de tempo se possa apresentar sugestões.

É questão de ordem? Porque há inscritos para falar.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A questão de ordem é relacionada com esse tópico. Como ele, no seu depoimento, procura incriminar e desmoralizar uma instituição, no caso, a Polícia Federal, que é importante para a sociedade brasileira, incorre em outro crime.

Peço à Presidência da Comissão que tome as devidas providências até para não desmoralizar o instituto de CPMI ou de CPI, em que o indivíduo vem e faz juramento de que vai falar a verdade. Ele e outros que futuramente virão em qualquer CPI terão que saber que, ao mentir, estão cometendo um crime pelo qual poderão responder. E, nesse caso, é mais grave porque ele procura desmoralizar uma instituição nacional que é a Polícia Federal. Isso, logicamente, traz prejuízo para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª, na esteira do que propõe o Relator, será também considerado. É evidente que a Polícia Federal é uma instituição que merece aplausos, especialmente pela sua atuação nos últimos meses, marcante no combate implacável à corrupção. Creio que a Polícia Federal tem que ser preservada pelo Poder Legislativo como uma instituição muito importante para um país onde o índice de corrupção é extremamente significativo.

Da nossa parte também coloco esse desejo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pergunto à Delegada – provavelmente ela já esclareceu: foi feito laudo de corpo delito?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A senhora trouxe?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, Srªs Deputadas, senhora depoente, pedi para a Assessoria da Comissão a declaração da semana passada do Sr. Manoel Domingues e fui informado de que a Taquigrafia ainda não a tinha mandado de volta, para que tivéssemos acesso. É lamentável, porque já considero prejudicada a minha interpelação à depoente. Deixo registrado aqui o meu protesto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou responder a essa solicitação do Deputado Abelardo Lupion. Realmente, não se justifica essa demora. Há a informação de que conferem prioridade ao Plenário do Senado Federal e, depois, ao trabalho das Comissões; daí a demora na entrega do trabalho pela taquigrafia. Mas vamos transmitir os protestos de V. Exª, que se justificam plenamente.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Quero deixar aqui muito claro que respeito, como uma instituição modelar, a Polícia Federal brasileira. A Polícia Federal brasileira é motivo de orgulho para todos nós brasileiros. Tenho profundo respeito pela Polícia Federal.

A senhora declarou que o Sr. Manoel Domingues incorreu em perjúrio aqui, nesta Comissão, porque fez uma declaração de tortura. A sua declaração foi espontânea. Ele deu a declaração de que foi torturado pela senhora e pelos agentes da Polícia Federal na delegacia de Presidente Prudente e quando....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Apenas, Deputado, ele não fez referência a quem. Ele disse que alguns estavam encapuzados, outros não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Há aqui um depoimento que o Relator tem.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Gostaria de ter acesso a isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – O senhor poderia pedir-lhe para tirar uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Esse depoimento não é na CPI, mas na Polícia Federal... No cartório.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – No cartório.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exato.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Bom, de qualquer maneira, é um fato extremamente grave.

Então, esse senhor, que teve dubiedade na sua declaração, não serve como testemunha em caso algum. Então, peço a esta Comissão o total comprometimento de qualquer depoimento deste senhor aqui na CPI – prejudicado e não pode ser levado em consideração nenhum depoimento.

Concordo com o Relator que temos de tomar as medidas mais duras contra esse cidadão. Então, as palavras dele estão prejudicadas, porque é flagrante a intenção de faltar com a verdade e de comprometer uma entidade, uma força como a Polícia Federal, que, para nós, é motivo de respeito por todos os cidadãos.

No segundo caso, gostaria que a depoente me respondesse se tinha mandado para fazer a busca e apreensão na fazenda Ipezal, do Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia. E se tinha, por favor, que encaminhasse a esta Comissão, a esta CPMI, o mandado de busca e apreensão.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – V. Exª vai me desculpar, mas com o decorrer dos acontecimentos – foi em 2003 –, não me recordo, no momento, em quais fazendas foram feitas as buscas, mesmo porque a busca restou positiva somente neste caso do Sr. Manoel Domingues.

Mas, se houve busca nessa fazenda que V. Exª mencionou, com certeza, havia o mandado judicial.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu gostaria que a senhora encaminhasse a esta CPMI...

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – ... o mandado de busca e apreensão à fazenda Ipezal, do Sr. Luiz Antonio Nabhan Garcia.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim, eu vou verificar se há esse documento lá na delegacia da Polícia Federal de Presidente Prudente.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Deve haver, porque houve a busca e apreensão.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Se houve lá, com certeza...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Fatalmente, deve haver este documento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não consta dos autos de flagrante?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Não, porque não tinha relação. Foi feito o flagrante do Sr. Manoel, cuja busca resultou positiva na fazenda dele. Mas, se houve busca em outras fazendas, não restaram positivas. Não participei das diligências **in loco,** dessas buscas.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Agora, o mandado de busca e apreensão era extensivo ou era só para uma fazenda? Desculpe-me estar perguntando.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Com relação ao caso do Sr. Manoel, creio que era somente na dele. Talvez...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – As outras?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO –... houvesse outros mandados, mas também não posso afirmar isso porque não me recordo. Tenho de olhar lá no procedimento.

Houve várias equipes de policiais de fora. Salvo engano, Prudente recebeu reforços.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – A senhora estava na delegacia e foi apresentada para fazer o flagrante?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Não houve parte na diligência?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Isso, não participei da diligência.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A senhora se restringiu à autuação em flagrante do conduzido.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim, e aos fatos que se relacionavam àquela operação.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quanto aos outros dados, eles precisam ser solicitados ao superintendente e ao diretor-geral.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim, ou à própria Delegacia de Polícia Federal em Presidente Prudente.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Por favor, a senhora, que era responsável pela delegacia da Polícia Federal, nos encaminhe oficialmente esse mandado de busca e apreensão na Fazenda Ipezal, do Sr. Luiz Antonio Garcia Nabhan.

Considero prejudicada esta minha intervenção em função de não ter as notas taquigráficas, lamentavelmente, para poder fazer esse interrogatório.

Vou ficar por aqui aguardando o momento de me utilizar do direito de tréplica ainda nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Continua livre a palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu queria cumprimentar a Drª Miriam Fumie Takano pela lisura com que cumpriu o seu dever de delegada da Polícia Federal.

Nós temos aqui uma relação das armas e da munição que foi apreendida na fazenda do Sr. Manoel Domingues. Essas armas tinham registro?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Não, Excelência.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Não eram armas registradas?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Não eram armas registradas.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eram armas clandestinas?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Eu não posso generalizar. Eu não sei se todas eram clandestinas, mas havia muitas sem registro. Esse fato a gente pode também... É muito simples, é só ver lá no procedimento para se ter certeza.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Há armas que não são liberadas para uso particular nessa lista?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Sim, várias delas.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Várias armas que são privativas...

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Calibre restrito.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A origem das armas foi buscada ou ainda está sob investigação?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Isso deve ter sido investigado no inquérito policial.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pelo setor de inteligência ou...

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – No próprio procedimento lá. Logo em seguida, eu saí de Presidente Prudente. Eu fui removida e por isso eu não tomei conhecimento de muitas dessas elucidações.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – A senhora está participando de um curso especial aqui, não é?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Eu estou ministrando aulas na Academia.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O que fica claro, senhores membros da CPMI, é que, de maneira exemplar e irrefutável – uma grande felicidade –, foi constatado que alguns proprietários rurais têm um arsenal de armas que não têm liberação legal, que não são registradas, e também uma quantidade enorme de munição. É como se estivessem preparando para uma verdadeira guerra. Essa atividade é ilegal, ter esse arsenal, essa quantidade de munição... Se fosse de apenas um, já seria um crime. No entanto, o Sr. Manoel Domingues revela que o Sr. Antônio Nabhan o convidou... A senhora reafirma isso?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Afirmo. Foi o que ele me disse.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ele convidou o Sr. Manoel Domingues para participar de uma reportagem especial. Agora, na reportagem especial ele disse que era apenas para assustar o MST, intimidar o MST.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Foi isso o que ele disse.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Mas o que foi encontrado é um arsenal que não é apenas para assustar, é para realmente ser usado, e ele, aparentemente, fala o seguinte: eu e o meu filho não concordamos. Ou o filho fala: eu e o meu pai não concordamos. No entanto, o arsenal está na fazenda deles, mostrando que há uma união de donos de arma, de mentores intelectuais e de gente que guarda a arma. Portanto, não há como desvincular o Sr. Manoel Domingues, que guardava o arsenal na fazenda dele, do Sr. Nabhan, que é reconhecido numa foto pelo próprio Sr. Manoel Domingues, mostrando que há uma formação de quadrilha.

O SR. ABELADO LUPION (PFL – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, peço a gentileza de o Deputado Jamil Murad permitir a interpelação.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Colocar as palavras na boca da depoente... Ela acabou aqui de ter sua imagem denegrida por acusações do Sr. Manoel Domingues de tortura. Essa pessoa não merece a mínima credibilidade. Querer fazer a ligação do Sr. Manoel Domingues com o Sr. Nabhan, com o depoimento do Sr. Manoel Domingues, onde está clara a sua intenção, que o fazendeiro, o proprietário rural que tem as armas é ele. Mas querer fazer com que o Sr. Nabhan seja colocado junto a esse cidadão é, no mínimo, uma tremenda de uma má intenção. Então, gostaria que o Sr. Deputado que está fazendo essa interpretação reservasse para si, porque as notas taquigráficas não podem conter esse tipo de afirmação. Por quê? Porque aqui estamos constatando que esse cidadão cometeu perjúrio nesta Comissão, que esse cidadão não merece crédito nenhum. Agora, querer fazer com que esse homem, numa suposição, o Sr. Nabhan, esteja envolvido, é uma leviandade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Na verdade, foi um aparte ao Deputado Jamil Murad, feito pelo Deputado Lupion.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Deputado Lupion, se fossem apenas as palavras do Sr. Manoel Domingues, poderia dizer que ele é um mentiroso ou que ele é um leviano, mas não são as palavras. Na fazenda dele foi encontrado um arsenal, uma lista enorme de armamentos, inclusive ilegais.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Na fazenda de quem?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Na fazenda do Sr. Manoel Domingues.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Não é na fazenda do Sr. Nabhan.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – E ele diz...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Mas não temos de levar em consideração o que ele diz em nada aqui.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Deputado Lupion, respeito o seu esforço para defender o Sr. Antônio Nabhan.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Defender a verdade, Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Acho que é legítimo, V. Exª tem convicção de que ele não tem envolvimento. No entanto, as declarações, em inúmeras oportunidades, do Sr. Nabhan, o papel de presidente da UDR, como um instrumento que se tem se manifestado em várias ocasiões contra a Reforma Agrária, o reconhecimento do Sr. Nabhan numa fotografia...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Reconhecimento por quem, Deputado? Pelo Sr. Manoel Domingues.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Aí peço a V. Exª que seja a favor da quebra do sigilo telefônico e bancário do Sr. Nabhan, porque aí poderemos provar. Se ele for inocente, vai aparecer...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil Murad, apenas para colaborar com essa discussão, na verdade, o Sr. Manoel Domingues disse e depois retirou o que disse. Então, realmente, o depoimento do Sr. Manoel Domingues está desqualificado, não serve como referência.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Para nós, para a sociedade brasileira, Sr. Presidente Alvaro Dias, qualquer cidadão, se for num apartamento onde o cidadão mora, ou na fazenda onde ele mora, ou na indústria que ele tenha, se encontrar esse arsenal proibido, é um crime. Temos que investigar que grupo participa, quais os interesses ligados àquele arsenal, quem compõe o grupo dono daquele arsenal. Ele é isolado? Ele oferece perigo para a sociedade?

A Constituição brasileira proíbe que um indivíduo tenha um arsenal desse. Por acaso ele é registrado – pergunto para a delegada – como colecionador de armas? Ele apresentou algum documento de que era colecionador de armas?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Não é registrado como colecionador.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Não é registrado como colecionador de armas, portanto aquela coleção de armas é ilegal. É crime.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Concordamos com V. Exª. Vamos fazer todo o possível para esse cidadão ser pego e processado, inclusive, por esta CPI. Já concordei. E o Sr. Manoel Domingues não merece crédito. Esse homem é nefasto, não pode representar um produtor rural.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Por exemplo, temos visto que um criminoso, em determinado momento, declara uma coisa e, em outro momento, declara outra. Mas aquela pista não é inutilizada; ela é utilizada pela polícia para investigar os caminhos para chegar à verdade.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Inclusive há declaração de que foi torturado, Deputado?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – É por isso que estou querendo que a investigação continue, porque o Sr. Manoel Domingues diz que tem relações com o Sr. Nabhan. O Sr. Nabhan disse que organizou uma entrevista com **O Estado de S.Paulo** e outros órgãos da grande imprensa, para tirar fotografias com armas proibidas para a posse de particulares. Devemos investigar, mas se alguém quer impedir a investigação não vai conseguir. Por isso penso que se deve quebrar o sigilo do Sr. Antonio Nabhan.

Nenhum Deputado ou Senador deve-se posicionar, na minha opinião, contra isso, porque a sociedade não quer impunidade. A sociedade não tolera mais impunidade. Há pessoas que cometem crimes bárbaros, mas, pela sua posição econômica e social, são protegidos, às vezes, por membros do Judiciário, do Legislativo ou do Executivo. A sociedade quer acabar com isso.

Para se acabar com a violência no campo – pode ser muito rico, pode ter amigo Deputado ou Senador ou de altas esferas do Executivo ou do Judiciário –, a pessoa que cometer o crime tem de pagar perante a Justiça. É isso que o povo brasileiro deseja e que estou defendendo aqui. Não pode, de sã consciência, alguém defender que uma determinada pessoa sob suspeita, como o Sr. Nabhan, não seja investigado.

Ontem, por exemplo, foi proposto, que ele apenas completasse a sua documentação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil Murad, o Deputado Abelardo Lupion está questionando a respeito da exposição de V. Exª. Realmente, V. Exª já extrapolou o seu tempo.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Vou encerrar.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL-PR) – O Deputado está dizendo que o Sr. Nabhan está sob suspeita. Não há nenhum indiciamento do Sr. Nabhan. Isso não pode acontecer. Estamos sendo vistos pelo Brasil inteiro. V. Exª não tem o direito de denegrir a imagem de um cidadão brasileiro que não tem nenhum tipo de indiciamento.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Não estou denegrindo. Estou cumprindo com o meu dever.

O SR. ABELADO LUPION (PFL-PR) – V. Exª tem que cumprir com a verdade. Se tiver qualquer fato, pode falar; se não tiver, não tem o direito.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Os fatos estão nos autos. Junto à Polícia Federal, ele declarou que o Sr. Nabhan...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço aos dois Parlamentares que atendam as normas regimentais.

O SR. ABELADO LUPION (PFL-PR) – Uma declaração de alguém bandido...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil Murad, V. Exª esgotou o seu tempo. Eu pediria que concluísse, para que a nossa convidada possa responder.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB-SP) – Para concluir, quero dizer que o depoimento da Drª Mirian Fumie Takano é extremamente importante, corajoso, que honra a Polícia Federal, que honra o nosso País, que precisa de homens e mulheres públicos, que, independentemente do poderio econômico ou social de um criminoso, tenha a coragem de enfrentá-lo. E a senhora colocou os dados aqui, comprometendo não só o Sr. Manoel Domingues, como também, na minha interpretação, o Sr. Nabhan, porque ele declarou que tem relação com o Sr. Nabhan. Por isso, acho que é inevitável a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. Nabhan e quem quiser defender o contrário que se justifique perante a sociedade brasileira, que não tolera mais impunidade.

O SR. ABELADO LUPION (PFL-PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, com a palavra o Deputado.

O SR. ABELADO LUPION (PFL-PR) – Queria que a depoente, por favor, confirmasse se existe algum tipo de indiciamento contra o Sr. Nabhan. Se ouviu, de quem ouviu as palavras de que o Sr. Nabhan havia montado aquelas fotografias e reconheceu a pessoa na foto; de quem foi essa afirmação. Se foi a afirmação do mesmo que acusou os nossos órgãos policiais brasileiros de tortura, peço que não seja levada em conta essa declaração.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, a Drª Miriam...

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Mais uma vez, reafirmo aqui que quem mencionou o nome do Sr. Luiz Nabhan realmente foi o Sr. Manoel, como devidamente consignado no seu termo de depoimento prestado perante mim lá na delegacia.

Creio, não posso afirmar com certeza, que tenha sido instaurado inquérito policial para investigar essa outra situação também; deve estar em andamento lá na delegacia de Presidente Prudente.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ABELADO LUPION (PFL-PR) – Tem algum indiciamento, Delegada?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Não posso afirmar isso, porque tem que ir lá verificar nos bancos de dados da Polícia Federal. Infelizmente, Excelência.

O SR. ABELADO LUPION (PFL-PR) – Seria importante que a senhora nos fornecesse isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, com a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Sobre essa questão da relação do Sr. Manoel Domingues com a UDR, com o Sr. Nabhan Garcia, acho que, como Relator, temos que apurar melhor.

Tenho em minhas mãos, permita-me, Sr. Presidente, o inquérito policial nº 80585, do ano de 2000, anterior a esse fato referido. Nesse inquérito, a Polícia Federal diz que já houve uma primeira apreensão, tanto é que pelo depoimento do Sr. Manoel Domingues, ele diz que não compareceu nem ele e nem o pai, a fotografia, aquele momento que tinha sido colocado, porque já tinha o envolvimento. Então, fui atrás, com o auxílio da nossa assessoria, desse primeiro inquérito que é do ano de 2000, Deputado Jamil.

O que diz o relatório da Polícia Federal? Diz que foi solicitada a competente autorização judicial, mandado de busca para entrar na propriedade, são indiciados João Domingues Paes Neto, Isaac Jesus Silva, João Ferreira Nunes, que estavam presos àquela época, e indiciado solto Oswaldo Fernandes Paes, que é o pai já falecido do Sr. Manoel Domingues Paes Neto. Diz que, realizada a busca, foi encontrado um farto armamento, já anterior a esse agora, conforme auto de exibição e apreensão, e fotografias e indícios do envolvimento do movimento social denominado UDR – União Democrática Ruralista, bem como levou-se a crer que a fazenda estava aparelhada com pessoas contratadas para realizar a sua proteção de forma armada, diz aqui. Também, lá na frente, fala que as denúncias anônimas e vários indícios colhidos na apreensão convergem na direção de que a UDR estaria envolvida. Mas o mais grave, Deputado Abelardo Lupion... Acho até importante que V. Exª procure aqui desvincular essas figuras execráveis, vamos dizer, do conjunto dos produtores rurais. Mas a esse processo foi juntada uma fita, que foi periciada e que vou solicitar, para que possamos ter acesso a ela.

Na perícia da Polícia Civil do Estado de São Paulo, o que é que diz? Os fazendeiros do Pontal do Paranapanema receberam a notícia, que é a notícia de soltura do Sr. Manoel Domingues Paes Neto, com festa. A União Democrática Ruralista, UDR, organizou o churrasco para comemorar a libertação de Manoel Paes Neto. "Manoel Paes Neto recebido com aplausos pelos fazendeiros da região". Manoel Domingues disse que prisão foi injusta", etc. Então, vejam, já aqui fica difícil essa desvinculação, porque efetivamente poderíamos dizer: o Sr. Manoel Domingues agiu isoladamente. A União Democrática Ruralista, como afirmou o Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, discorda de métodos violentos, orienta seus associados para agirem em conformidade com a lei. No entanto, um cidadão que é preso com armamento pesado, contrabandeado, de uso proibido para particulares, quando solto, é recebido com festa. E a União Democrática Ruralista, presidida pelo Sr. Luiz Antônio Nabhan Garcia, Deputado Abelardo Lupion, faz um churrasco para comemorar a sua libertação. Está aqui nos autos, posso fornecer a V. Exª.

Mas vou solicitar a fita, para que possamos assistir nesse telão e saber efetivamente se esse Manoel Domingues é como quer o Deputado Abelardo Lupion – acho importante a posição de S. Exª, que quer desvincular o Sr. Manoel Domingues da UDR e é uma pessoa, vamos dizer, que não comunga com esses ideais – ou se ele faz parte da própria associação.

Esse dado para mim é muito grave, porque mostra que, no caso, a UDR apóia as ações de armamento dos produtores. Comemorar, como está dito no laudo pericial dessa fita, para mim é muito grave. O certo seria a UDR dizer: Não temos nada com o Sr. Manoel Domingues Paes Neto. Queremos que ele responda à Justiça, etc.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ABELADO LUPION (PFL-PR) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Então, sugiro verbalmente, mas vou fazê-lo por escrito, que solicitemos a fita que está no inquérito policial para que possamos assistir a esses fatos que estão aqui colocados.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – O aparte é o seguinte: chegou a minha mesa uma informação de que, quando o Sr. Manoel Domingues veio a esta CPMI, estava acompanhado do Sr. Nabhan, que constava de seu depoimento. Então, não há como desvinculá-los; não há como condenar um e salvar o outro. Cabe aos poderes públicos aprofundarem a investigação e não recuar e inocentar o Sr. Nabhan, como se ele fosse um anjo, como foi dito por certo Deputado, ainda ontem, neste plenário.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, o Dr. Abelardo Lupion, para contraditar.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Acho lamentável, Sr. Relator, que cheguemos a esse ponto de começarmos a atacar as entidades, trazendo, inclusive, um episódio isolado, de que não tenho conhecimento, de festa para este ou para aquele cidadão.

Quero lembrar que, em qualquer entidade, existem os bons e os maus. Até dentro da nossa Casa, já cassamos Deputados, porque eram maus. Quero lembrar que o Sr. José Rainha, que faz parte do MST e que, portanto, é endeusado por muitos Deputados desta Casa, foi preso, portando arma pesada, proibida, e condenado. Então, penso que não podemos ir para esse campo. Estamos aqui para ter isenção; para fazer as investigações, os levantamentos, as acareações e chegarmos à verdade. Nós, quando buscamos o lado pessoal, estamos incorrendo num erro extremamente grave, que é o de politizar uma discussão.

O que estou, hoje, fazendo aqui, Sr. Presidente, é defender um cidadão que, sem nenhuma acusação de quem merece confiança, terá o seu sigilo bancário quebrado. Isso acho um absurdo, porque, se houver um indiciamento, sou o primeiro a concordar; se houver uma prova cabal pela Justiça de que esse cidadão foi acusado de qualquer tipo de crime, tudo bem; se ele cometeu perjúrio, tudo bem. Agora, fazer uma acusação, porque um filiado, ou não filiado, ou alguém foi pego com armas, esse que foi pego com armas é que tem que responder. Não podemos acusar o Presidente da República, que é um admirador do MST, que usou o chapéu do MST, pelo seu José Rainha. Não temos o direito de fazer isso.

Então, quero que os nossos colegas se contenham na sanha de buscar mártires nessa história, porque o Sr. Nabhan, se for condenado ou indiciado de qualquer maneira, aí sim, mas com uma acusação de um leviano, de alguém que foi pego com um arsenal, que está querendo promover uma guerra, isso – princípio da UDR – é o estado de direito. Para isso, ao contrário do MST, a UDR tem registro, a UDR tem contabilidade, a UDR tem todas as certidões necessárias para provar a sua existência; ao contrário do MST, que não tem nada, que não existe, que usa os seus componentes para fazer as invasões, para pra-

ticar a violência, e é por isso que o País está nessa situação.

Portanto, Sr. Presidente, só gostaria de pedir que V. Exª coibisse certas afirmações, porque acho isso muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Primeiramente, gostaria de dizer que não há como, a Presidência não pode e não deve impedir o debate. É evidente que seríamos mais produtivos, mais eficientes, se deixássemos para retirar conclusões ao final dos trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

O que se vê constantemente é Parlamentar já concluindo, até fazendo uma tentativa de julgar. Creio que isso é uma precipitação, que não trabalha a favor da eficiência e dos objetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Posso apenas fazer o apelo; não posso coibir, não posso impedir. Não devo e não posso impedir que se debata, mas posso fazer esse apelo à compreensão dos nossos colegas, para que evitemos apreciações antecipadas, para que elas fiquem para as conclusões do trabalho e que, até em respeito aos depoentes, nos restrinjamos a indagar para aproveitarmos ao máximo a presença deles aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Não sei se há alguma indagação ainda a ser respondida pela Drª Miriam. Se não houver, concedemos a palavra ao inscrito, que é o Deputado Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, vou fazer alguns questionamentos à Drª Miriam. A senhora, em 2003, que trabalhou no Pontal, mais tempo, antes ou depois? Foi só 2003?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Fiquei na Delegacia de Presidente Prudente de outubro de 2002 até fevereiro de 2004. Por volta de janeiro, saiu a minha remoção.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – A senhora acompanhou o movimento, e lá é um dos focos do problema com relação a esse embate entre produtores rurais e o MST. O MST é um movimento pacífico na sua visão? Eles praticamente não atacavam, não invadiam, ou se invadiam, tudo era pacificamente ou havia mais agressões? O que a senhora depreendeu, porque passou um tempo ali, conviveu com colegas seus, com a sociedade, o que falavam lá a respeito da situação do MST, se era um movimento que sempre lutava por seus direitos sem fazer violência?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – No período em que fiquei lá não houve nada que tenha necessitado uma intervenção da Polícia Federal. Talvez tenhamos feito essa operação até no intuito de prevenção. Não houve nenhum embate mais significativo.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – A senhora sabe, pela imprensa, das ameaças que o MST e os seus líderes fazem à sociedade brasileira como um todo? Por exemplo: o Stédile, no Rio Grande do Sul, dizia: "luta camponesa conta com um exército de 23 milhões". O próprio Dom Tomás Balduíno, líder religioso, também ligado a esses movimentos sociais, falava que o agronegócio é um câncer para a sociedade. Falou algo nesse sentido e o confirmou, segundo a imprensa.

Há alguns dias – queríamos que as lideranças confirmassem esse fato –, quando estivemos em Presidente Prudente, falava-se num tal de "março quente", de "abril vermelho", já prenunciando essas invasões. Até o José Rainha desconversou: "Não, o "março quente" é porque março teve alguns dias mais quentes do ano". Mas, efetivamente, estão anunciando essas invasões que hoje estão ocorrendo no País.

Portanto, trata-se de um movimento que não é pacato e pacífico.

Sr. Presidente, quero ler dois depoimentos relativos à minha ida ao Pontal, em junho de 2000. São interessantes para rememorarmos alguns fatos. Um depoimento é do Sr. Antonio Paiva, proprietário da Fazenda Reunidas, que estava em negociação, sendo desapropriada. Num dos trechos do depoimento, ele disse "vamos passar, agora, à Fazenda Santo Antônio, do meu finado amigo Rezek. A fazenda é em Paulicéia, Estado de São Paulo, invadida para garantir o acampamento dos sem-terras que querem controlar os portos Panorama e Paulicéia, no rio Paraná. Por quê? Para garantir o contrabando de armas no Pontal".

Isto foi dito por um fazendeiro, acusando o MST, em 1993: "A violência que vai ocorrer será maior ainda por aqui, se não houver providências, pois as armas estão vindo do Paraguai por meio do Panorama e do Paulicéia". Trata-se armas vindas para o MST.

Já comuniquei esse fato nos autos do processo. Já comuniquei isso por telegrama, com cópia e confirmação entregue ao Presidente da República, e não tivemos nenhuma solução. O próprio Governador do Estado já foi intimado por telegrama para que tomasse providências, porque não é só um problema da propriedade em si. É a segurança pública que está em jogo.

Há muitos anos o problema ocorre no local, e essas denúncias já haviam sido feitas. Agora, o Deputado Lupion diz que o próprio José Rainha foi preso por usar uma arma sem estar devidamente legalizada.

Um outro depoimento importante, Sr. Presidente, é da Srª Maria Rita Rezek, proprietária da Fazenda Santo Antonio, invadida desde 1993. No seu depoimento,

disse: "Na minha fazenda não se teve um tiro, não se teve uma agressão e nem nada. Fomos pisoteados, ameaçados, humilhados. Houve 17 invasões pacíficas da minha parte, porque eu nunca quis fazer nada. Confiei na Justiça. Estou na luta, porque o meu marido não agüentou e foi vitimado por um câncer. Eu estava com ele operado em São Paulo, e eles ameaçaram o meu filho de seqüestro. Disseram: 'O seu filho sai tal hora, com carro; vamos pegar o seu filho'. Nós conseguimos, lutando contra 17 invasões, roubo, tudo. Nós conseguimos a sentença, anulando a desapropriação. Agora, eu pergunto: como é que fica? O Incra falsificou o laudo, e quem foi na minha fazenda foi um tal de Sr. Moisés. Aí, esperamos essa sentença. Conseguimos, e o senhor precisava ver o despacho da Juíza, dizendo que sou uma pessoa que cumpre a função social, paga o bem dos empregados, preserva a natureza e tudo. Fui elogiada no processo. Agora, eu pergunto: como fica essa situação que ocorre desde 1993? Estamos em junho do ano 2000? Tudo dizimado, tudo destruído. Eles, os invasores, lotearam a minha fazenda. Cada um tem o seu lote, cada um tem o seu pedaço. Eles trocam, eles vendem e fazem o que querem".

Sr. Presidente, esse é um dos retratos dessas invasões, dessas violências. Esse é o movimento pacífico acerca do qual o Deputado Jamil Murad falava ontem, chamando seus membros de coitadinhos. Certo? Esse pessoal está fazendo isso: ameaçando dezessete invasões nesta propriedade. Eu colhi centenas de depoimentos iguais a esse. Esse é o movimento...

Um outro depoimento dizia que já havia comunicado ao Presidente da República, ao Governador, às autoridades municipais, seja da brigada militar, da Polícia Civil, da Polícia Federal. Todo mundo sabia o que estava ocorrendo lá e que esses problemas poderiam ocorrer.

Sr. Presidente, é a falta de segurança, de justiça para essa viúva que estava com o filho numa propriedade invadida dezessete vezes por esses "coitadinhos". Em sete, mesmo com o processo em andamento, tomaram o que era dela .

Pergunto, Srª Delegada: quem tem família, quem possui um bem, o que fazer se a justiça, os poderes constituídos não lhe dão, digamos assim, o resguardo?

Vou falar também, Sr. Presidente, de um colega seu, que depôs para nós também nessa nossa andança lá pelo Pontal, Marco Antonio Favorim, delegado da Polícia Federal, no Município de São Dorvalino. Quando ele fez algumas afirmações, dava para ver que são uns "anjos" os que estão do outro lado. Dizia o delegado em alguns trechos do seu depoimento: "Por que o MST está no Pontal do Paranapanema?" "Não é à toa" – palavras do delegado, colega seu, Drª Mirian. "O MST está no Pontal porque aqui, num raio de mil quilômetros, existem as principais usinas hidrelétricas do nosso Estado e do nosso País. Eles, como já demonstraram, podem invadir várias cidades ao mesmo tempo e pode invadir as usinas também".

O que existe no MST? Existem as cooperativas. Eles arrecadam dinheiro que muitas vezes são financiamentos públicos, e as lideranças usam parte desse dinheiro para sustentar o seu luxo, as suas viagens e as invasões de propriedades, enquanto pessoas morrem de fome, ficam tomando sol ou chuva, criança chorando, aquela favelização na beira da estrada.

Deputado Micheletto, aqui no Pontal do Paranapanema, perguntava: "Na questão das cooperativas, você sabe qual a cooperativa sobre a qual está falando?" Ele questionou o depoente, delegado, colega seu. "Aqui no Pontal do Paranapanema existe a cooperativa Coocamp, em Teodoro Sampaio". Inclusive, foi através da Coocamp que o MST conseguiu financiamento e aquisição de mais de cinqüenta tratores Ford. Uma série de financiamentos que eles tomaram, que nós questionamos, José Rainha e toda aquela turma lá, do dinheiro que tomaram, que não usaram, aqueles bens todos que estão se depreciando lá. Esses tratores, segundo o próprio Ministro Raul Jungmann, deveriam ser usados pelos assentados. O Ministro disse publicamente que, caso esses tratores fossem usados para invasão de propriedades rurais, seriam as pessoas responsabilizadas e muito provavelmente os tratores seriam recolhidos.

Eles utilizaram tratores para invasão da Fazenda Santa Irene. Fomos até lá, Polícia Civil e Militar, foi instaurado o inquérito policial, tudo comprovado. Eu fiz um relatório e comuniquei pelo Correio o ministro. Trator nenhum foi recolhido e nenhuma medida administrativa de que eu tenha conhecimento foi tomada.

Na semana retrasada, em frente ao aeroporto de Presidente Prudente, numa manifestação do MST, um policial rodoviário apreendeu oitenta quilos de maconha numa Pampa que estava naquele movimento. O interessante é que o rapaz autuado em flagrante, por estar com esses oitenta quilos de maconha, negou ser do MST. Eu trago também aqui um ofício a respeito daquela fábrica...

Assim segue o depoimento.

Portanto, Sr. Presidente, esses são os "anjinhos" que estão defendendo os pobres e os excluídos. Esse é o depoimento de um delegado da Polícia Federal, colega. Então, como fica uma situação que há muitos e muitos anos vinha sendo denunciada? Então a pergunta que cabe: qualquer cidadão brasileiro que nos assiste nesse momento, se reclama, se faz... Então,

como é que fica, Drª Mirian, esse pessoal que falou, que pediu proteção e não teve proteção? Eu moro com minha esposa, com meus filhos, uma filha e netos numa propriedade. Como ver essa senhora Maria Rita, que teve a propriedade invadida por dezessete vezes, seu filho ameaçado de seqüestro? O que essas pessoas podem fazer se os meios que têm que dar proteção não conseguem fazê-lo?

Sr. Presidente, essa é só parte de um relatório de mais de cem depoimentos que nós tomamos, ouvindo delegados, como é o caso do seu colega, prefeitos, produtores rurais, assentados, invadidos. Toda parte da sociedade está mostrando o que é o outro lado e que não são os anjinhos que teimam em dizer que são aquelas pessoas "santas" que temos aqui.

Quero ouvir, Srª Delegada, a sua opinião a esse respeito, porque a senhora sabe, pois conversava com seus colegas no tempo em que esteve no Pontal. Qual é a sua impressão?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, a Drª Miriam.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Só uma questão de ordem: como é o nome do Delegado?

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Marco Antonius Caliente Favorim.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Não me recordo. Acredito que não seja da Polícia Federal. Pode ser um Delegado da região, mesmo porque...

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Foi em junho de 2000. São Dorvalino é onde ele trabalhava. Cópia do nosso relatório e dos depoimentos foram passados à Polícia Federal. Havia um grupo de Delegados da região, que conversou conosco no dia em que nossa Comissão esteve no Pontal. Eles participaram de um depoimento reservado para nós e fizeram essas declarações.

Então, eles sabem do processo todo, da forma que estava ocorrendo lá.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Por questão ética, aqui não vou comentar esse depoimento do delegado, seja ele da Polícia Federal ou não. Se ele relatou isso, é uma concepção dele.

Gostaria de deixar claro que a Polícia Federal não defende ou não está na defesa do MST ou de fazendeiros. A Polícia Federal é um órgão imparcial, independente, que vai atuar caso ocorra alguma infração penal. Não atua em defesa de A ou B, mas em defesa da sociedade. Se houver alguma irregularidade, a Polícia Federal, com certeza, estará lá para apurar.

Se houve armamento ou não do MST no ano de 2000, também não posso aqui comentar, mesmo porque, naquela época, eu não estava na região.

Sim, Excelência?

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sim.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Mas a senhora sabia dessas invasões. Seguidamente invadiam as propriedades, instigando os lados. Não eram questões pacíficas.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Invasões ocorrem no Brasil inteiro, volta e meia ouvimos no noticiário que houve alguma invasão em determinado ponto do País.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Como a senhora reagiria como cidadã se a sua propriedade 17 vezes fosse invadida e se a polícia estadual, os órgãos de segurança estadual e federal... Como ficaria?

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Procuraria agir de acordo com os meios legais, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Gostaria de agradecer a participação da Drª Miriam, que trouxe a sua colaboração aos trabalhos desta CPMI, e liberá-la.

Drª Miriam, sinta-se à vontade, se desejar continuar acompanhando os trabalhos da Comissão.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem, antes da saída da Delegada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pediria ao Deputado Jamil Murad que compreendesse. Quero dizer a S. Exª que presidir esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem significado exercitar a capacidade de ter paciência, porque o modo como interpretam o Regimento nesta Comissão é algo inusitado, inclusive V. Exª, que fala a toda hora, que questiona a toda hora.

Creio que há necessidade de manter um mínimo de respeito a todos que integram a Comissão, porque, se alguém tentar monopolizar os trabalhos, é evidente que não vamos chegar aos resultados que desejamos. Sobretudo, exige-se respeito aos que, convidados, comparecem para prestar esclarecimentos.

Portanto, quero agradecer à Drª Miriam a colaboração. Certamente, o seu depoimento é da maior importância para o relatório final do Deputado João Alfredo.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, usando o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou conceder a V. Exª a palavra pela ordem até porque não tenho como descobrir o que se passa na sua cabeça em relação à questão de ordem que quer formular, mas V. Exª conhece o Regimento e sabe o que é questão de ordem.

Já que não posso fazer censura prévia, concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, iniciando, como fui citado por V. Exª... V. Exª tem o direito de me citar, mas eu também tenho o direito de me defender. Se forem somadas aqui as vezes que os outros Deputados falaram ...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado, eu não citei V. Exª; apenas fiz uma ponderação, fiz um apelo a V. Exª.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Cumpro o meu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência tem sido condescendente. O Presidente tem sido um democrata e tem permitido o debate. Ideologicamente, esta Comissão é profundamente sensível e heterogênea.

Conclua, por favor, sua questão de ordem.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Agradeço sua postura. Tenho que cumprir minha função. Esse assunto é muito polêmico e difícil.

Conheço proprietários rurais que trabalham de sol a sol, pessoas honestas, que não procuram eliminar os outros. Portanto, eu os respeito.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Qual é a questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Estou aguardando a questão de ordem do Deputado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Com relação àqueles que se organizam, à revelia da lei, eliminando vidas, temos que, como Membros do Poder Público, tomar providência. E é isso o que estou procurando fazer.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, ele está fazendo discurso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deixem o Deputado concluir.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Estou querendo que seja registrado que existe um ofício a um órgão da Polícia Federal, solicitado pela Delegada da Polícia Federal Drª Tânia Maria Matos Ferreira, em que ela fala que, na análise das armas, apenas uma pertencia ao Sr. José Francisco Oliveira. As outras não tinham origem e, portanto, eram armas de comercialização clandestina. Como o Sr. José Francisco de Oliveira era proprietário da arma, cujo número está aqui, gostaria que ele fosse ouvido para sabermos como essa arma foi parar na fazenda do Sr. Manoel Domingues.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, a questão de ordem ainda não está...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Assim que V. Exª apresentar o requerimento, ele será submetido ao Plenário.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Vamos apresentá-lo.

Para concluir, Sr. Presidente, digo que, nesta semana, a Polícia Federal, cumprindo sua missão, e depois de longa investigação, prendeu um Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado de V. Exª, Paraná, que trabalhava de maneira clandestina para criminosos com título de fazendeiros. Registro sempre isso porque nunca acusei o conjunto dos produtores rurais, etc, porque isso não corresponde à verdade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a V. Exª que conclua.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas esse é um problema-chave em nossa CPI. No Pontal, se organiza um grupo; no Paraná, se organiza; em Belém do Pará, também.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª está com sua questão de ordem concluída e atendida, embora não tenha apresentado nenhuma questão de ordem.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª apenas apresentou um requerimento, que não apresentou. Anunciou que apresentará, e nós o submeteremos, então, ao Plenário desta Comissão. Faço essa consideração apenas para que fique muito claro o procedimento de cada um nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Concedo a palavra, para suas conclusões, à nossa convidada, Drª Miriam.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Requeiro a esta CMPI as declarações do Sr. Manoel Domingues para que possamos tomar as providências legais que o caso requer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Já determinados à Secretaria da Comissão que tome as providências para encaminhar à Drª Miriam o inteiro teor do depoimento do Sr. Manoel Domingues Neto.

Muito obrigado, mais uma vez, pela sua importante participação e colaboração nesta Comissão.

A SRª MIRIAM FUMIE TAKANO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A próxima depoente é a Drª Maria de Oliveira, Superintendente do Incra de Pernambuco. Peço-lhe que tome assento à mesa para seu depoimento.

Enquanto ela chega à mesa, faço referência à existência de requerimentos, como o do Deputado Jamil

Murad, que requer a realização de audiência pública para oitiva de dirigente nacional da habitação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Há requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni, convidando para depor o jornalista Giovani Grizotti.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Requerimento do Deputado Abelardo Lupion convocando para depoimento Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Há um requerimento também do Deputado João Alfredo, que depende de votação nominal por se tratar de requerimento polêmico, que diz respeito a um recurso da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, relativamente a despacho da Presidência proclamando o resultado na quebra de sigilo bancário da Anca. A Presidência procedeu regimentalmente, atendendo ao Regimento Comum do Congresso Nacional, art. 48. Esse mesmo Regimento Comum estabelece, no art. 132, que é irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional.

Apresentado o recurso, que não terá efeito suspensivo, o Presidente, **ex officio** ou por proposta do recorrente deferida pelo Plenário, remeterá a matéria à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa a que pertencer o recorrente – no caso, a Câmara dos Deputados.

Como há necessidade de deferimento do Plenário, creio que, se o Relator concordar, submeteremos quando houver **quorum** para deliberação. A menos que o Relator concorde que se submeta hoje, sem o **quorum**. Creio que, neste caso, há necessidade de **quorum**.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Há concordância? Porque, na verdade, é um recurso. Se os Parlamentares não tiverem nada contra o recurso, é um recurso para a CCJ definir.

Explicarei aos Srs. Deputados, pois o Presidente já conhece o recurso. É com relação à interpretação do Regimento sobre o problema da obstrução. Estou pedindo que a CCJ defina se efetivamente minha presença aqui, mesmo me declarando em obstrução, consta para a contagem de **quorum**. Então, se os Srs. Deputados aceitarem...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Mas qual é a necessidade de deliberarmos?

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Por conta do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Por conta do Regimento Comum.

Aliás, é bom frisar mais uma vez. Temos o Regimento Comum do Congresso Nacional. Quanto esse é omisso, vale o Regimento do Senado. Quando esse também é omisso, é que vale o Regimento da Câmara os Deputados. Ontem, os Parlamentares utilizaram o Regimento da Câmara dos Deputados para defender como ausente quem, declaradamente, obstruiu os trabalhos, estando presente. No entanto, o Regimento que prevalece é o Regimento Comum do Congresso Nacional. Esse é claro, no seu art. 48: "A presença em que pese o fato da obstrução em relação ao voto, é contada para efeito de **quorum**". Portanto, havia **quorum** claramente, segundo o Regimento Comum. Mas nada impede que o Deputado recorra.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Veja bem, minha posição é muito clara. Concordo com a decisão de V. Exª. Concordar com o requerimento seria desprestigiar uma decisão de V. Exª.

Eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exatamente.

Não havendo concordância, colocaremos em plenário quando houver **quorum**.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – V. Exª não havia encaminhado ontem que já faria essa consulta?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu disse que, regimentalmente, caberia ao Senador Sibá Machado – fiz referência nominal – seria recorrer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que aguardávamos o recurso. No caso do Deputado João Alfredo trata-se de recurso à Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

Requerimento do Deputado João Alfredo. Requer cópia de fita de vídeo constante do Inquérito Policial nº 80.585, de 2000, edição da **TV Fronteira** de Presidente Prudente, contendo matéria sobe a libertação de Manoel Domingues Paes Neto. Essa fita está nos autos do inquérito policial.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Apelo ao Deputado João Alfredo por sua isenção. Eu não posso concordar em se fazer desta CPI um circo. Senão vou começar a querer fazer com que apareçam também nos áudios e nos vídeos as invasões, filmagens de invasões, filmagem de tortura, como aconteceu no Paraná, matando gente, funcionário de fazenda. Então, eu acho que temos que ser comedidos neste assunto. Não vou concordar em que se faça denegrir a imagem de produtores rurais aqui por manifestações. Então, eu

pediria ao Deputado João Alfredo que não partisse para esse lado. Eu acho muito grave esse expediente, porque vamos chegar a um ponto em que daqui a pouco vou começar a requerer outras coisas aqui, essas invasões, isso tudo. Então, acho que deveremos manter o bom entendimento entre nós. Eu sou um Deputado fundador da UDR (União Democrática Ruralista), com muita honra e muito orgulho. Eu defendi o direito de propriedade neste País a minha vida inteira. Pegar uma entidade que não é a antiga UDR mas que é a sucedânea dela, que eu tive a honra de fechar, junto com o Deputado Caiado, há 12 anos, aqui em Brasília, mas que é uma entidade que está defendendo o direito dos produtores rurais, não acho correto. Então, eu pediria a Vossa Excelência que fosse comedido nesse tipo de pedido, senão vai ficar uma coisa muito radicalizada, e vou começar a pedir aqui também quando torturaram e mataram, porque temos essas fitas todas. Para que fazer isso? Para que denegrir uma entidade? Nós temos que ir no campo das idéias, temos que discutir os assuntos caso a caso. Agora, fazer um circo na nossa Comissão, eu não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para contraditar, com a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Primeiro, quero dizer que não aceito de maneira alguma as colocações do Deputado Abelardo Lupion, falando em circo. Segundo, esta CPMI já assistiu a outra fita trazida pelo Sr. Gerôncio, que veio fazer acusações contra o MST inclusive alusivas a uma possível ligação com as Farc, e esta CPMI, inclusive este relator, não se posicionou contrário à exibição da fita. Até achava que, já que se iria "provar" a ligação do MST com as Farc, veríamos alguém dando aulas de guerrilhas e tudo mais, mas não foi isso o que se viu. Não se censurou a fita.

Eu nem vou falar em radicalização, porque o Deputado Eduardo Simon já se referiu a isso nesta CPMI e eu não vou mais falar sobre esta questão. Agora, se Vossa Excelência está com medo do que a fita possa trazer, eu li para V. Exª, não escondi de ninguém o que estava na perícia. Agora, a CPMI pode ver claramente.

Eu penso, em tese, como V. Exª. As entidades não podem ser responsabilizadas pelos atos de seus membros. No entanto, se um membro dessa entidade, preso com armamento pesado, é recebido com festa depois da sua libertação por essa entidade, o que significa isso? Significa dizer que a entidade concorda com esses métodos. Então, o que eu pedi foi a fita. Se V. Exª acha que é um circo ver a fita ou não, podemos fazer essa reunião sem a imprensa, como foi feita a do Sr. Gerôncio, sem a filmagem da CPMI pela TV Senado. Não há problema algum. Agora, impedir que a CPMI tenha acesso à fita que consta do inquérito policial, que trata inclusive de um dos problemas desta CPMI, a violência no campo, as milícias privadas... Inclusive, no estado de V. Exª, recentemente, foi desbaratado um envolvimento de policiais com proprietários de terra, em relação a esta questão. Não digo que foi com todos, mas com proprietários de terras. Então, impedir isso é que é um absurdo.

Eu entendo, Sr. Presidente, que em nossa prática deve haver acordo. Se o Deputado Lupion não concorda, vamos a um dia em que haja **quorum**. Tranqüilamente vamos ouvir a Drª...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Fica suspensa a votação. Aguardamos a existência de **quorum** para a deliberação.

Agradeço a Drª Maria de Oliveira a paciência de nos aguardar. S. Sª tem a palavra para iniciar a sua exposição. Ela é superintendente do Incra no Estado de Pernambuco.

Concedo a palavra à Srª Maria de Oliveira.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia a todos e a todas.

Antes de dar início à minha fala sobre reforma agrária, questão fundiária, movimentos sociais, eu gostaria de que o Sr. Presidente me autorizasse a mencionar um dia especial. O Papa segue amanhã em sua última viagem. Sua Santidade teve a grandiosidade de defender a vida, os direitos humanos e a reforma agrária no Brasil. O Incra de Pernambuco hasteou bandeira amarela e branca em sinal de agradecimento e de louvor ao Papa. Que todos nós tenhamos um momento de reflexão da vida!

Muito obrigada.

Sr. Presidente, trouxe um *power point* e uma cópia do material em papel, que repasso a V. Exª. Em seus terminais, também já estamos deixando essa documentação. Tudo que vamos falar e mostrar consta desse material e, em relação a tudo aquilo que for necessário como documento de provas complementares, o Incra do Estado de Pernambuco estará sempre à disposição para trazer a grande contribuição de solução ao problema mais sério do Brasil que é a exclusão social. Todos nós somos obrigados a nos curvar diante da situação grave da Nação brasileira, como a pobreza, a indigência, a fome e a miséria, contra a qual, na realidade, temos a obrigação de lutar.

Portanto, darei início à minha apresentação. Se fosse possível apagar as luzes, agradeceria.

Exmo Sr. Senador Alvaro Dias, digníssimo Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a depoente que, se possível, faça sua apresentação durante o prazo de quinze minutos.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Para nós, da reforma agrária, é sempre um transtorno limitar o prazo para falar sobre o assunto. Reforma agrária é um programa muito amplo e muito complicado. O prazo de quinze minutos eu tolero e, portanto, pulo as minhas etapas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Queremos adiantar à nossa convidada que já ouvimos inúmeros depoimentos sobre reforma agrária sob o ponto de vista do Governo: o Ministro, o Presidente de Incra, o Ouvidor, e V. Sª também já esteve aqui.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Sim. Abrimos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Esta reunião tem o objetivo específico de questioná-la sobre algumas considerações feitas nesta Comissão por outros depoentes em relação ao Estado de Pernambuco.

Por isso, creio que, em quinze minutos, V. Sª terá a oportunidade de fazer, sucintamente, um relato do que ocorre em Pernambuco, para que, depois, os Parlamentares possam fazer-lhe perguntas.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Vamos pular e passar direto para o Estado de Pernambuco.

Indigência em Pernambuco: o IDH é o extremo do extremo. O índice em Pernambuco e Rio Grande do Norte é 0,705, um IDH muito bom para Estados do Nordeste. Porém, a ONU elegeu Mandari como o Município de menor IDH do Brasil. Está na faixa vermelha.

O crime organizado também está aqui. O Incra instalou sede aqui, o Governo do Estado aqui. A ONU vai instalar aqui.

Neste ponto, há níveis de pobreza. Novamente, em Pernambuco, os níveis de pobreza estão centrados no sertão, nessa área de transição entre mata e sertão, que é o agreste, em que há o menor IDH.

Há 28 mil famílias acampadas em Petrolina, Pernambuco.

Armamentos no Brasil, em Pernambuco.

Para que tivéssemos acesso à Fazenda Recreio, no Município de Passira, pedimos ao juiz uma ordem de busca e apreensão, que nos foi concedida. Adentramos à propriedade e apreendemos duas espingardas calibre 12, dois revólveres calibre 38 e uma arma de menor porte. Uma dessas armas foi encontrada amarrada à uma árvore, porque a pessoa que a usava tinha que, estrategicamente, permanecer, durante a noite, ali, pois era o lugar mais alto da localidade do imóvel.

Esse ponto é referente à área da propriedade na qual foram assassinados dois trabalhadores rurais.

Esse o caseiro e essas são as munições e novamente as armas.

Esse é o Paraná e, nesse ponto, estão o Plano Nacional de Reforma Agrária e o Incra, que não cuida de algo tão pequeno. Tudo na reforma agrária está relacionado à situação fundiária de um País imenso como o nosso. Cuidar de tudo o que existe em torno da reforma agrária equivale a fazer o gerenciamento, talvez, de maior extensão e proporção das políticas públicas. Custa dinheiro.

O Brasil não sabe trabalhar com crises. O País não é especialista nesse assunto e, portanto, possui muitas dificuldades em trabalhar com alguns focos de embates, principalmente no indígena. Pernambuco é o quarto Estado brasileiro em problemas indígenas e o terceiro maior Estado em população indígena – portanto, existe, naquela área, uma grande dificuldade, como também no caso dos quilombolas.

A Ouvidoria Agrária foi criada para tirar do Incra algumas situações no gerenciamento da reforma agrária e, desse modo, aliviar o referido Instituto para que ele possa conduzir essa questão de outra forma – não apenas gerenciando crises – e desenvolver o programa de reforma agrária.

A prevenção foi um programa bastante questionado nos últimos dias, para o qual foram destinados R$4,1 milhões. Houve um corte e há R$3,6 milhões para 2005.

Entendendo que em Pernambuco, Recife e em Petrolina, onde estão as duas sedes do Incra, seria impossível fazer uma reforma agrária com acompanhamento, prevenção, mais responsabilidade e melhor aplicação dos recursos, colocamos representação do referido Instituto em Buique, em razão do grande entorno do crime organizado na reforma agrária. Em Serra Talhada, há outra sede, que deverá imediatamente ser instalada – na Zona da Mata, em virtude da grande concentração de trabalhadores em assentamentos e acampamentos.

Nesse ponto, está o planejamento da reforma agrária no Estado de Pernambuco, demonstrando as equipes e seu número, os custos, os dias das ações a serem realizadas e o tipo de trabalho desenvolvido no campo. São nove equipes que cuidam dos assentamentos. Todas elas são planejadas e têm conhecimento das famílias das quais cuidarão, do tipo de política pública que está faltando nos acampamentos e da extensão da política que promoverá a recuperação desses assentamentos, tornando-os produtivos.

O dinheiro da reforma agrária em Pernambuco, no primeiro momento, em 19 de janeiro, foi R$128,9 milhões. É o segundo maior orçamento da Nação para o Estado em que há maior crise no campo brasileiro.

Nossa meta é de 8.800 famílias – R$128 milhões em Recife, Pernambuco, e R$46 milhões para a jurisdição de Petrolina, perfazendo R$174 milhões.

Nesse ponto, estão os recursos que cada família assentada recebe.

Nesse ponto, estão as áreas de infra-estrutura. Infelizmente, não há estradas e, em conseqüência, meios de chegar aos assentamentos. Quem tem produção não consegue vender. Há políticas públicas a serem desenvolvidas, mas não podemos trabalhar por não haver estradas naquela região.

Fico à disposição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Aguardamos a presença do Relator, Deputado João Alfredo. Enquanto isso, consulto o Vice-Presidente desta CPMI, Deputado Onyx Lorenzoni, se S. Exª deseja fazer indagações. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) possui regras para a escolha dos integrantes dos cargos comissionados. A Portaria nº 05/2002 estabelece, no art. 6º, que os candidatos a esses cargos devem satisfazer aos seguintes requisitos: ilibada reputação, formação compatível; não possuir parentes em linha reta ou colateral até o 3º grau civil que ocupem cargos efetivos em comissão no âmbito do MDA-Incra.

Em nove de março do corrente, o Superintendente de Pernambuco era, segundo a revista *Veja*, o Sr. Erilson da Costa Lira, que, de acordo com a revista, teria sido indicado pela Contag, por ser amigo do movimento.

Pergunto: Quando a senhora foi nomeada? Qual seu currículo na administração pública? Qual a sua formação?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Sou funcionária de carreira. Prestei concurso público em Curitiba em 1976. Já era funcionária do Incra na época, pelo Serpro. Participei de todo o instrumental técnico e jurídico no campo da obtenção da terra.

Em 1981, assumi o Incra em Sergipe. Fiz os primeiros 14 projetos de assentamento. Reestruturei o Rio Grande do Norte em 1987, em caráter emergencial. Em 1987, retornei ao Paraná e a Sergipe por uma questão emergencial. Em 1993, voltei ao Paraná. Fui Superintendente do Incra no Paraná de 1996 a fevereiro de 1998, quando se fez um grandioso trabalho que o Lupion acompanhou de perto, inclusive junto com o Neves, que foi preso nesta semana e que muito me atrapalhou.

Fui, na Presidência do Incra em 1998, chefe de gabinete do Presidente e, em 1999, nomeada Chefe do Departamento de Conflitos Agrários pelo perfil de mediação que eu já havia acumulado dentro da instituição.

Em março de 1999, assumi, junto com o Desembargador Gercino, a Ouvidoria Agrária Nacional. E, muito recentemente, no dia 19 de julho de 2004, fui nomeada Superintendente Regional do Incra de Pernambuco. Assumi o Incra de Pernambuco, o Estado mais complicado em nível do campo brasileiro. Lá estou com a missão de cumprir o Programa Nacional de Reforma Agrária, para desenvolver o melhor trabalho.

Já passei por muitos Presidentes deste País. Já participei de políticas da Reforma Agrária com muitos Governadores, aqueles que gostam da reforma agrária e aqueles que não a aceitam. Mas o meu compromisso social é o Programa e a política de Reforma Agrária, onde eu estiver.

Portanto, sou Superintendente do Incra de Pernambuco. Existem duas sedes. D. Tarita, não é este o mapa que a Maria de Oliveira quer. Quero o mapa que mostra que o Incra de Pernambuco tem a área da maconha e, por força do polígono da maconha, tem a jurisdição da Superintendência onde está o Erilson, que é esta aqui que abrange inclusive parte da Bahia. E aqui fica o Superintendente da 29. Aqui fica a Maria Oliveira, Superintendente do Incra de Recife. A nossa jurisdição é complicada, porque vou até aqui e ele faz a jurisdição da maconha. E ele está ligado a movimentos sociais, como a *Veja* disse.

A *Veja* fomentou um assunto velho, já anteriormente muito criticado que não acrescenta nada. A gestão da Reforma Agrária, um programa fortemente complexo, repleto de dificuldades, de poucas somações de esforços, na realidade, não contribui.

O Brasil precisa aprender a olhar para frente. O Brasil está muito ruim, porque o próprio poder de Estado abre o poder de Estado. Sr. Presidente, se V. Exª me permite, gostaria de fazer uma colocação para melhorar nosso entendimento de quem somos e de quem devemos ser na Nação brasileira.

(Abra a bolha. É o segundo *power point*.) Somos de tudo do ponto de vista de poder de Estado. Para incluir socialmente, fazendo-se corretamente, esses 53 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza, é preciso ter coragem, conhecimento e comprometimento, e convém que isso ocorra por meio da reforma agrária. É decisão política do governo brasileiro, e a reforma agrária só é possível quando se conhece o território, com um estudo do ordenamento territorial, sabendo-se onde estão as reservas indígenas, as reservas quilombolas, a água, as reservas ambientais, as áreas de riqueza na Nação brasileira e o desenvol-

vimento sustentável que, infelizmente, não é respeitado por ninguém.

O desmatamento, o meio ambiente, as águas contaminadas, a falta de água, enfim, um descompromisso de cada cidadão brasileiro, de cada latifundiário e de cada agricultura que se desenvolve sem observar e respeitar. Tudo isso é empurrado pela pressão da sociedade brasileira, e o poder de Estado que deveria estar forte para cumprir a inclusão social é frágil, disputado, pouco responsável e não consegue fazer com que a sociedade tão carente e tão necessitada chegue a esse ponto.

Portanto, temos aqui uma bolha. Achamos que todos nós somos co-responsáveis em uma luta de inclusão social em nosso País.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Gostaria de fazer uma pergunta. A fazenda Normandia é na sua jurisdição, ou não?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – A Normandia não é da minha gestão, mas é da responsabilidade do Incra de Pernambuco.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, jurisdição.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – É da jurisdição do Incra, de que sou responsável.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A senhora é responsável por essa jurisdição?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É do conhecimento de todos – no meu Estado, há um – de que o MST mantém centros de treinamento de lideranças. Estão aí o Florestan Fernandes; o Iterra, em Veranópolis, Rio Grande do Sul – de que, ontem, quebramos o sigilo bancário e fiscal – e também a Normandia, apresentada aqui como um local onde se faz a formação de lideranças.

A senhora tem conhecimento do teor das aulas ministradas nessas escolas, como, no caso, a Normandia?

Vou fazer todas perguntas de uma vez, para simplificar, em razão do adiantado da hora.

A senhora tem conhecimento de que ela se localiza dentro de um assentamento? Poderia nos dar detalhes sobre o processo de desapropriação da fazenda?

Nesse tópico, a senhora considera correto conceder áreas que deveriam ser destinadas a um assentamento para que o Movimento monte esses centros de formação?

O Incra tomou alguma medida para coibir essa irregularidade, porque a área não foi desapropriada para se fazer centro de treinamento? Se ela foi desapropriada para a reforma agrária e assentamento, deveria ser utilizada para isso. É legítimo que o Movimento, com recurso próprio, compre o que quiser comprar, onde puder comprar, fazendo lá o seu centro de treinamento. Não acho adequado que se instale dentro de uma área que, originalmente e legalmente, tinha outra destinação.

Como a senhora vê a questão legal? Se a senhora acha que há uma irregularidade nesse procedimento, que ação o Incra adotou em relação a isso?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Primeiramente, gostaria de afirmar que os centros de capacitação dos movimentos sociais da reforma agrária não são irregulares. Os centros de capacitação dos trabalhadores são compreendidos como justos e necessários, porque somos competitivos no mercado interno e no mercado externo.

Não há, em momento algum, forma alguma de exigir que os trabalhadores rurais não se incluam na alta tecnologia de disputa de mercado interno e externo se eles não passarem por fortes e permanentes capacitações – dadas pelo Governo, dadas por empresas contratadas, dadas conforme o planejamento feito para cada área a ser desenvolvida. Nós compreendemos que a capacitação de trabalhadores rurais, que a capacitação de servidores da reforma agrária é necessária. Não poderíamos fazer a nossa capacidade de parceria crescer se não capacitássemos esses parceiros para atuar no campo.

O Brasil peca, o Governo peca, e todos nós pecamos quando, ao contrário de dar transparência, de mostrar o que temos, de colocar o mais justo e necessário para alcançar patamares favoráveis que tirem o nível de desigualdade na competição dos vários programas que temos, tratamos isso como instrumento que fosse certo.

"Não podemos dar mais dinheiro para a reforma agrária, porque esse é um programa caro". Estamos equivocados ao não ver a inclusão social como prioridade. A capacitação de trabalhadores rurais é fundamental para que as áreas se tornem mais produtivas, para que as unidades produtivas possam ter o seu meio ambiente respeitado. A legislação só pode ser cumprida se o brasileiro tiver conhecimento dela.

Temos o centro de capacitação da reforma agrária, o centro de capacitação dos trabalhadores como um braço legal, como um processo correto, e vamos, desde quando planejado, desde quando orçado, desde quando aprovado e autorizado, compreender e decidir que esses centros de capacitação são muito importantes – temos aulas teóricas, que não nos levam a muita coisa, e temos a aula prática.

Então o centro de capacitação não tem só o edifício, ele tem o prédio para as aulas teóricas e o

território para os plantios, para fazer com que os trabalhadores possam compreender a nova tecnologia exigida pelo mercado. Ou então não vamos fazer o nosso trabalho...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Drª Maria!

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Eu vou responder todas as perguntas que V. Exª me coloca.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu concordo com a sua tese: quando está planejado, quando faz parte do processo, quando passou por uma compreensão de que se tem que trabalhar com esses conceitos. Quanto ao raciocínio não há divergência.

O que eu quero saber é se quando a fazenda Normandia foi desapropriada estava prevista a instalação do centro de formação, se aquela área física da fazenda era preparada para isso, se está no processo de desapropriação. Isso é relevante para esta CPMI, é isso que quero saber.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Qualquer propriedade desapropriada pelo Governo tem as suas benfeitorias avaliadas e pagas, inclusive em moeda corrente do dia, em dinheiro. Os preços dessas benfeitorias são incorporados ao dinheiro que o trabalhador rural tem de pagar ao Governo decorrido um prazo estipulado, dez anos. A partir daí, benfeitorias como igreja, casarões, barracões passam a ser infra-estruturas de uso coletivo, de destinação comum, porque todos pagarão. Elas se transformam em escola, elas se transformam em armazéns, elas se transformam em centros comunitários, elas se transformam em algo útil para a propriedade que vai produzir. Elas servem de agroindústria, elas servem para ser ponto de comercialização em algum lugar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – D. Maria, desculpe interrompê-la. Peço a compreensão da senhora, mas o que quero saber não é nada do que a senhora está me dizendo.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Mas se eu não justificar....

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A senhora não precisa justificar. Quero que a senhora me responda objetivamente. A justificativa eu já conheço. O que eu quero saber é se quando da desapropriação dessa fazenda, feita pelo Incra, estava lá que ia haver um centro de formação. É isso o que quero fazer. Está nos documentos?

Eu queria requerer que a senhora mandasse para cá os documentos de desapropriação e destinação da Fazenda Normandia. Eu quero solicitar ao presidente que defira essa solicitação. Nós queremos ver e eu quero saber, quero que a senhora me diga agora se estava prevista a instalação de um centro lá.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Não estava, não estará, porque nunca vai estar, porque não é nessa fase do processo que se decide isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E por que está lá?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Está lá porque, após a obtenção, os trabalhadores serão selecionados. E os trabalhadores fazem sua opção se querem ou não querem, se vale ter um centro de capacitação ou não. A decisão dos trabalhadores...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem é que decide? Os que estão assentados? Quem decide são os assentados ou quem decide é o movimento?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – O movimento também é assentado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, senhora. Um momentinho. Estou fazendo uma pergunta, quero resposta. Quem é que decide é o legítimo detentor da área pós-assentamento ou é o líder do MST, que não tem nada a ver e não tem nem título de propriedade naquela área? Isso é que estou lhe perguntando. Quero a resposta da senhora.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Primeiro, quero lhe dizer que, se eu já disse que os trabalhadores são selecionados e os trabalhadores selecionados são assentados e, a partir do assentamento os trabalhadores, discutem a política de desenvolvimento do projeto de assentamento, o dele e o da região – os assentamentos não estão isolados...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Volto a lhe perguntar: quem é que decidiu colocar o centro lá? Quem está assentado ou é o MST? Qual é a informação que a senhora me dá?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – É o conjunto dos interesses dos trabalhadores...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual é a informação que tem o líder de Pernambuco, da sua jurisdição, da fazenda Normandia? Lá, o Centro de Formação do MST foi colocado porque todos os assentados concordaram, a maioria dos assentados concordaram, ou porque o movimento decidiu que lá ia colocar à revelia dos proprietários? Esta é a pergunta que eu quero que a senhora responda.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Os assentados que decidem. Nós não temos essa forma engessada, do jeito que o senhor quer que eu responda. Portanto, me sinto na obrigação de só responder aquilo que o Incra vai lhe provar na seqüência.

O senhor, por favor, me permita responder as coisas dentro do grau que o Incra trabalha, e não da pergunta que o senhor quer que eu responda.

Vou lhe responder...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Isto é uma CPI. Quem é funcionária do Incra é a senhora.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu respondo para a sociedade brasileira como parlamentar.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Então, o senhor tenha calma que eu vou lhe responder.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E eu tenho que lhe fazer as perguntas que são objetivas. A senhora é uma pessoa inteligente, treinada, preparada, aqui ninguém é ingênuo, tanto que o mais despreparado aqui é Deputado Federal e os menos despreparados desta Casa são Senadores. Então, quero que a senhora também tenha paciência comigo. O que estou querendo é respostas. E a resposta que quero é a seguinte: saber se, quando foi feita a desapropriação, previa-se a implantação naquela área do centro de treinamento. Porque a outra pergunta que vou fazer para a senhora é a seguinte: a senhora sabe que aquela área recebeu dinheiro estrangeiro?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Está bem, mas o senhor...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A senhora sabe que tem obra lá feita com dinheiro que veio lá da Europa?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, é uma questão de eu poder me entender com a Mesa.

O Deputado me fez algumas perguntas. Primeira, que tipo de treinamento, se é centro de treinamento. Segunda, se eu conhecia os tipos de treinamento. Terceira, se estava dentro do projeto de assentamento um centro de formação do movimento. Quarta, detalhar o processo de desapropriação. Quinto, se eu achava correto ter centro de treinamento dentro da área de assentamento e se há irregularidades nesse comportamento.

Estou tentando colocar uma, duas, três, quatro, cinco perguntas, e o senhor já me corta na primeira pergunta! E aí quero lhe dizer: tenha mais paciência comigo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu tenho.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Então, vamos lá. Vou responder todas. O senhor me fez cinco e vou lhe responder cinco. **(inteligível)** Vamos de novo, pela história **(inteligível)**

Centro de treinamento.

O Governo Federal concorda com os centros de treinamento. É fundamental em função da competitividade de mercado e da baixa capacidade e qualificação tecnológica das famílias e da produção que ora precisa ser produzida. Tem um investimento colocado no projeto de assentamento. Exige-se uma capacitação. Portanto, ele é visto como coisa correta. Promovemos três no Estado do Paraná, de 1996 a 1998. Se o Lupion estivesse aqui, poderia confirmar isso.

Tipo de treinamento.

Os tipos de treinamento que nós conhecemos de capacitação de Caruaru, Normandia. Toda a capacitação feita para os técnicos que foram contratados para dar assistência técnica aos projetos de assentamento de reforma agrária no Estado de Pernambuco. Tivemos oito treinamentos de várias instâncias – técnicos, assessores, articuladores, lideranças dos assentamentos – desde outubro do ano passado. Eu participei de três.

A formação da capacitação de gênero também aconteceu lá, assim como o treinamento da área de educação, programa oficial do Governo, contratado pelas universidades.

Desconheço outros treinamentos. Esses são os oficiais. Se tivéssemos passado todo *power point*, eu poderia lhe mostrar o investimento. Mas como o documento está aqui na mesa, V. Exª tem acesso, e estaremos sempre à disposição.

Está dentro do projeto de assentamento o Centro de Capacitação? Está. Não tem investimento do Governo Federal na reforma da estrutura, pois parte já era da própria propriedade e o restante foi feito pelos trabalhadores rurais.

Quanto ao detalhamento da desapropriação, não os tenho. Coloco o processo de obtenção dessas terras à disposição desta CPMI.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Bem, então V. Sª envia para cá o processo de obtenção e o plano de aplicação ou de destinação da área. Isso deve estar no Incra. Assim, poderemos descobrir se estava prevista a instalação do Centro ou se ele é alienígena ao objeto inicial.

V. Sª sabia que lá esteve – e até aqui se diz que ele devia estar fardado, com metralhadora na mão –, segundo um depoimento e um vídeo que nos foi apresentado, um cidadão simpático, chamado Padre Bernardo, se não me falha a memória, que se apresentou como representante das Farc?

Tem sido recorrente no meu Estado também essa circunstância. Estamos buscando, junto a Embaixada da Colômbia, informar-nos se esse cidadão está no Brasil, se a situação dele é regular, se ele entrou clandestinamente ou legalmente no Brasil. Estamos muito preocupados com essa aproximação, que se tem verificado nos últimos anos, entre as Farc com o MST. Isso tem sido recorrente na mídia brasileira e em depoimentos que coletamos.

Tenho, por exemplo, um volume bem significativo de uma experiência em Rondônia onde se levanta o

fato de que haveria um treinamento que objetivava a preparação de guerrilheiros. É um indício. Não temos a confirmação disso. A Srª sabia que esse senhor colombiano de alcunha Padre Bernardo operou? A Srª disse que teve três vezes lá. A Srª sabia que ele trabalha, coopera com esse Centro de Treinamento? A Srª tem essa informação ou a Srª não conhece essa informação?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Eu não tenho essa informação. Eu não tenho provas palpáveis, apesar de depois dessas colocações que me chegaram ao Incra, há menos de 24 horas, busquei saber os fatos, também como V. Exª. E tudo que eu sei é que esse Sr. Bernardo já é falecido há dois anos, foi morto no Rio de Janeiro por um acidente. Mas eu não tenho mais nenhum detalhe. Se é colombiano, se faz parte das Farc, se participa no Brasil, se esteve junto, se é ou se não é. Mas posso lhe adiantar que as últimas informações – não trago provas – colocadas, não são escritas, assinadas, é de que há dois anos ele sofreu um acidente no Rio de Janeiro e morreu.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas ele esteve lá. A senhora sabe que ele esteve lá?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Não, Não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A senhora não...

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Não tenho a informação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Já mataram o padre. Está bem.

Há menos de um mês foi instalada, em Pernambuco, a CPI da Terra. E uma das razões foi a morte de um policial num assentamento do MST e a identificação de desvio de verbas públicas.

A senhora, no dia 31 de março, fez um depoimento. Nós gostaríamos de ter alguns esclarecimentos. Cinco militantes do MST foram presos em um assentamento Bananeiras, em Quipapá, em Pernambuco, e levados para o presídio de Palmares. Eles são suspeitos de matar o soldado PM, José Luiz Pereira da Silva, no dia 5, e de manter um sargento em cárcere privado por seis horas.

A senhora poderia nos dar detalhes a respeito da sua solicitação no sentido de se criar uma força-tarefa para atuar no desarmamento dos assentamentos, acampamentos e fazendas no Estado de Pernambuco?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Posso. Para nós, da reforma agrária, trabalhar em Pernambuco hoje é uma situação extremamente delicada. Compreendemos que, por ser um Estado do plantio da maconha, da forte presença do crime organizado, do descomprometimento das autoridades de todos os escalões.

Nós lamentamos que, no PA Bananeira, em Quipapá, pudessem adentrar policiais militares da organização de inteligência da polícia na forma que entrou, da maneira que entrou, com o traje que entrou, com o carro que entrou, que adentrou sabendo que os territórios de reforma agrária são territórios em que os trabalhadores se espantam, porque o que não falta é milícia armada. Qualquer carro que entre do jeito que entrou aquele seria inevitável um confronto para se defender. E nada justifica a morte. Nada! É lamentável que, em um projeto de assentamento de 43 famílias, com um lote apenas vago e nenhum problema maior, já com habitação, já com energia elétrica, já em início de produção, tenhamos a surpresa de esconderijo, tanto de um lado, de trabalhador rural que não se faz naquele assentamento, quanto de policiais militares da área especializada da polícia.

Para nós, é uma grande interrogação. Hoje, o assentamento não tem vida própria. Ninguém mais está lá. Pouquíssimas famílias. Já fui três vezes lá. Há pessoas que pensam em se matar da forma cruel, da forma que está sendo conduzida! Essas famílias, quando chegam para fazer o retrato falado, para fazer reconstituição, quando se chega para saber se um deles está lá e assim por diante.

É lamentável que tenha acontecido desta maneira. Nós, da reforma agrária, pedimos o desarmamento. Aqui neste jornal, recente, no Estado e, após a CPI do desarmamento no Estado de Pernambuco, consideramos que aqui tem 509 mil armas irregulares no Estado, fora as irregulares da polícia, fora as que não foram computadas ainda. Se existem 500 mil armas, é certo que o Estado de Pernambuco é mesmo o Estado que mais mata por dia e por hora, no campo e na cidade. E matam todos. Matam o poder de Estado também!

Aqui, em Quipapá, morreu um policial militar, lamentavelmente. Mas, na mesma semana, na cidade, no primeiro momento de uma ocupação irregular, na favela, dois policias militares foram assassinados. São três agentes do Governo! Assassinados! E 500 mil armas espalhadas. O problema não está nas armas; 500 mil é muito mesmo. Mas o nosso grande problema são os armados.

Quando o Governo tiver um poder de Estado forte... Vou dizer, nesta CPI que o nosso grande equívoco está aqui: o poder de Estado que é frágil, que é fracionado, que é dividido, que cada um, cada vez mais, se fortalece individualmente e não se une para combater o que de errado! O Brasil tem o tráfico de influência, os mandantes, tem o tráfico da droga e tem o tráfico de armas! Três cruéis etapas da nação brasileira! E nós, o poder de Estado, não sabemos com quem estamos lidando, se estamos lidando com o lado bom ou com

o lado ruim do Estado! Pede-se a segurança. Quem vai fazer a sua segurança?

Então, o Estado brasileiro precisa, urgentemente...

Senador, esta CPI é um instrumento muito poderoso, muito forte e muito importante e precisa ir para as bases, precisa começar a dar resultado, precisa começar a prender e precisa começar a recolher, porque se recolhe as armas, não recolhe quem puxa o gatilho. Ele pega outra, porque ali, na esquina, tem mais uma porção. Está dentro dos sacos, está dentro da lata de lixo, está em qualquer lugar, em todo canto do País. Quem não sabe disso? E cadê a solução?

Em Quipapá, lamentavelmente, tivemos a morte de um policial militar. O Incra de Pernambuco ficou uma semana inteira na primeira página, dizendo e indo. E foi ao assentamento, deu apoio à Polícia, foi fazer as ações de governo para poder... Fora isso, somente dias depois, mexeu-se no assunto.

Então, temos que lamentar um projeto de assentamento em pleno desenvolvimento acolher, brutalmente, armados de um lado e do outro, para que pudesse fazer o assassinato e também a crueldade com outro policial militar. Já quero antecipar que o outro policial militar torturado também tem irregularidades em projetos de assentamentos da reforma agrária no Estado de Pernambuco. Também fui para a primeira página e também coloquei a casa deste policial militar.

Então, não é algo pequeno. Não temos a reforma agrária como uma coisa que meia dúzia de nós pudéssemos solucionar. Precisamos do comprometimento e do compromisso das autoridades, da sociedade, dos trabalhadores e de todos aqueles que querem um Brasil que dê certo. Caso contrário, lastimavelmente...

Nós, que trabalhamos no Incra, nesta semana, recebemos três armados dentro do Incra. Eles amarraram nossos servidores, amordaçaram nossos servidores, roubaram a memória da nossa reforma agrária e foram embora.

Todos nós precisamos ajudar este País a dar certo, incluindo cinqüenta milhões de brasileiros famintos que estão em toda a Nação brasileira.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Drª Maria, obrigado.

A outra pergunta é sobre a seguinte: o Coordenador Regional do MST, Jaime Amorim, foi acusado de não repassar uma verba de R$250 mil para a construção de cem casas no Município de Guabiraba. O Tribunal de Contas de Pernambuco constatou irregularidades em cinco de vinte projetos de assentamentos ligados ao MST que foram investigados pelo Tribunal e determinou que sejam devolvidos aos cofres públicos do Estado R$393.170,00. A senhora tem conhecimento disso? Esses assentamentos estavam sendo acompanhados pelo Incra? Qual a cota de responsabilidade do Incra de Pernambuco nessa malversação de recursos públicos?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Quero dizer a todos que a responsabilidade da gestão, da aplicação dos recursos e da fiscalização da reforma agrária é do Incra. O Incra tem um superintendente nomeado, é ordenador de despesas, constrói a política, desenvolve o projeto e o fiscaliza. O Incra não trabalha sozinho nem na política nem nos recursos. Temos parcerias. Eu não posso aqui ser irresponsável, Srs. Parlamentares, em dizer que, apesar do dinheiro, colocado aí nessa pergunta pelo senhor, não ser do Incra, isso não seja de responsabilidade de governo, do poder do Estado. Eu me somo ao conjunto do Estado brasileiro. O dinheiro não é do Incra; o dinheiro é do Governo do Estado, do Programa Renascer, que tem dado excelente contribuição de parceria na reforma agrária do Estado. O Governador do Estado tem lá R$6,6 milhões de infra-estrutura, desde 2001.

Se V. Exª pergunta se tem problema de irregularidade no projeto, se olhar no processo legal, pura e simples, quero dizer que tem, mas a reforma agrária tem que obedecer legalmente aos projetos, não esquecendo do projeto social. Como vou recolher seis milhões, quando o motivo é um processo licitatório que encalhou na Justiça?

Portanto, a aplicação dos recursos da reforma agrária não está solta. Nós, da reforma agrária, fazemos, permanentemente, fiscalização nos projetos e na aplicação dos recursos.

Garanto a esta Mesa que R$128 milhões para Pernambuco é pouco, é muito pouco para a exclusão social, para o passivo social daquele Estado, para o forte desmatamento e meio ambiente daquele Estado. Quero lembrar que R$3,7 bilhões da reforma agrária também é pouco. Contingenciados, é impossível aplicar os recursos da reforma agrária.

Portanto, acho que é importante citar, aqui na CPMI, que a responsabilidade é do poder de Estado brasileiro: Governo Federal, Estadual, Municipal. O Território é federal, e nós somos os responsáveis para responder pelos processos de reforma agrária do Estado de Pernambuco.

O SR ONYX LORENZONI (PFL – RS) **–** Drª Maria, quais são as entidades? Para quais entidades o Incra nacional, através do Incra de Pernambuco, repassa verbas ao Movimento dos Sem-Terra?

Digo isso, porque são incontáveis aqui as denúncias de desvios desses recursos. Hoje, tive mais um requerimento aprovado aqui, para trazer uma pessoa que tem claramente o pedágio. Ou seja, temos depoi-

mentos em vários Estados do País, em que a cobrança do pedágio é uma prática corriqueira, a ponto de, inclusive, haver retenção de um determinado valor, de uma caução pelo MST. E a pessoa só consegue quitar essa dívida e resgatar esse dinheiro da caução, quando entrega R$5 mil em notas do Pronaf, que é o dinheiro que os pequenos produtores estão recebendo em meu Estado. Isso está acontecendo hoje no Rio Grande do Sul.

Então, quero perguntar a V. Sª quais são as entidades para as quais o Incra repassa dinheiro lá em Pernambuco e como isso chega no MST; se são beneficiárias as cooperativas de base ou se há alguma representação estadual do MST.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Quero dizer a todos os presentes que não tenho nenhuma preocupação com o tal do MST, o maior movimento social de campo do Brasil e do mundo. Não tenho nenhuma preocupação.

Quero dizer sempre que todos os movimentos sociais do Brasil, que são em número de 72, temos uma Contag forte, federações, sindicatos, MST, CPT, MLST, MTL, MT, indígenas, quilombolas. Temos 72 organizações de campo em nosso País. Todas elas recebem a mesma política; recebem o mesmo programa e o mesmo dinheiro.

Não há discriminação do Governo Federal no que diz respeito à aplicação das políticas públicas no campo brasileiro. Portanto, repassar dinheiro não é problema de ninguém. Esse é público, o TCU participa, o Incra tem uma auditoria preventiva. Eu não fecho nenhum convênio, se o auditor não disser que posso fazer. O TCU, quando tenho dúvida, eu ligo para ele; eu consulto ele. Ele, às vezes, até me dá algumas patadas: "Não é hora de você me perguntar isso". Mas quero errar menos, senhor! Há um problema que não está escrito em lei nenhuma. Há problemas que não estão em lugar nenhum, mas são reais no campo.

O SR ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Drª Maria, quero saber qual é o nome.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – As seis entidades...

O SR ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Senão, cada resposta... Quero que a senhora tenha a compreensão de que nós, logo em seguida, temos de atender a pauta que temos na Câmara e no Senado. Quero pedir objetividade para a senhora.

Eu perguntei e já tive bastante paciência com a senhora; fui bastante tolerante com uma série de divagações com que a senhora foge da resposta.

Quero saber o seguinte: quais são as entidades lá em Pernambuco... Que a senhora me liste: o Incra repassa para a cooperativa A, B, C, D, E, F. Ou se a senhora não sabe... Ou melhor, se a senhora manda a lista, na próxima semana, para a Comissão, de janeiro de 2002 para cá, de todas as entidades que receberam recursos provenientes do Governo Federal, pelo Incra.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Peguem o nosso *notebook*, esses dois assessores, por favor. Para o lado de cá, abram esse *notebook*, tirem cópia e disponibilizem para a Mesa.

O SR ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ótimo, obrigado. Isso já resolve a nossa questão.

Eu quero voltar para a fazenda Normandia, porque fiquei curioso. A senhora disse que não conhecia o tal do colombiano e que ontem lhe informaram que ele morreu. Se a senhora não o conhecia, por que perguntou? E quem informou que ele morreu? Foi de graça? "Olha, sabe aquele colombiano? Morreu." A senhora disse que não o conhecia.

Por que surgiu isso? Eu só quero compreender.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Porque falaram que o senhor ia me perguntar isso.

O SR ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ah! Está bem. Obrigado.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – De nada.

O SR ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Em nome de quem está registrado o prédio, o terreno do MST lá em Caruaru?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Não tenho essa informação para prestar-lhe neste momento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Incra de Pernambuco pode mandar-me esse informação?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Posso mandar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Na próxima semana? Eu a requeiro.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Na próxima semana.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que o Incra não entrega aquele centro de treinamento, por exemplo, à Universidade Federal de Pernambuco para que esta possa fazer cursos de capacitação, de formação, de qualificação?

Tenho percorrido assentamentos – sou veterinário, só para a senhora saber, e minha família há mais de cem anos lida no campo – e não conheci um assentamento onde me dissessem, por exemplo, que na obtenção de leite... Estivemos juntos, agora, no Pontal do Paranapanema. A senhora sabe qual é a média diária por vaca? São dois litros de leite. Isso não viabiliza nada do ponto de vista econômico.

Então, a Universidade Federal de Pernambuco, uma instituição mantida pelo poder público, representa o Estado naquela área. Por que a universidade não vai, com seus professores, com seus alunos, formandos

em veterinária, em agronomia, em engenharia florestal, dar essa capacitação aos produtores rurais? Por que o Incra de Pernambuco não pensa em fazer um convênio com uma instituição desse porte em contrapartida ao fornecimento de recursos, de meios para que o MST proceda a esse tipo de processo?

Na verdade, estamos chegando à conclusão de que ele nada mais é do que uma porta aberta para a doutrinação e para a presença dessa relação – cada vez mais clara para todos nós – entre o MST e as Farc colombianas. É uma triste relação.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Em primeiro lugar, quero dizer que desconheço a relação do MST com as Farc. Em segundo, quero dizer que a Universidade Federal Rural de Pernambuco é uma de nossas fortes conveniadas e recebe recursos para toda a política de desenvolvimento do Estado de Pernambuco.

Não estamos fazendo nenhum convênio sem antes trabalhar com o poder do Estado. Consultamos as secretarias, a universidade, as faculdades. Tanto é que a área de educação, toda ela, é da Universidade Rural. Todos os nossos PDAs (Projetos de Desenvolvimento de Assentamento) são feitos com a Fadurpe, que é uma associação da Universidade Federal Rural. São eles que fazem e desenvolvem o trabalho.

O Incra não tem nenhuma disposição, enquanto Governo, de atrapalhar o projeto ou privilegiar movimento social. Não temos esse caráter. Somos Governo; somos sérios. Somos um Governo de transparência. Por isso, sempre vamos aonde somos convocados a ir e exibimos tudo o que temos. Para nós, é muito importante que a sociedade acompanhe. É a sociedade que paga e cobra. Portanto, para nós isso é importante. Não temos nada, Sr. Parlamentar, para esconder, a respeito de reforma agrária, nem da CPMI, muito menos da sociedade. Portanto, nossa reforma agrária é uma porteira aberta.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não é que V. Sª queira esconder. Não pode, não é?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Não quero, não posso e não devo. Mas há pessoas que escondem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como esconderam do Presidente da República aquela desapropriação do Rio Grande do Sul de 13 mil hectares. Levaram Sua Excelência a assinar um decreto de desapropriação que foi derrubado na Justiça por informação fraudulenta. Isso também acontece.

Quero perguntar-lhe outra coisa. Tenho aqui um documento, uma cena ocorrida lá em Baixio do Boi, onde os lavradores estão queimando uma bandeira do MST. Fazem parte de alguns assentamentos que romperam com o MST no final do ano passado. Só tenho notícia disso. A grande briga ocorre por causa do tal pedágio. Perguntei antes se V. Sª conhecia o pedágio. A senhora tergiversou e não respondeu.

Quero perguntar-lhe: a senhora confirma ou desconhece que haja pedágio nos assentamentos de Pernambuco? O Incra conhece essa prática do MST? Qual o percentual, na medida em que V. Sª o conhece, usualmente cobrado? A senhora particularmente concorda com a cobrança de pedágio? Qual a posição institucional do Incra, que a senhora representa, e da sua jurisdição em relação ao pedágio?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Desconheço o pedágio no Estado de Pernambuco, não concordo com ele e, se houver denúncia sobre isso, farei as investigações e os encaminhamentos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nos últimos três anos, a senhora nos pode informar quanto dinheiro a Superintendência de Pernambuco repassou ao MST e à Contag?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Não! Não lhe posso dizer! Nos últimos anos, seriam quais anos?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Desde a posse do atual Governo, para ficar dentro de uma área de atuação que a senhora esteja respondendo.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Governo Lula? Não, não tenho essa informação, mas lhe posso apresentar, porque isso está em todos os terminais do controle do orçamento. Não há, portanto, problema algum em relação a isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então requeremos, formalmente, que a senhora envie os recursos de 2002 para cá, que foram repassados pela Superintendência de Pernambuco, passaram pela sua jurisdição e que foram repassados à Contag ou ao MST.

Aquela denúncia que apresentei aqui para a senhora sofreu alguma sindicância por parte do Incra de Pernambuco?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Qual delas?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esta aqui da revista **Veja**, lá em Baixio do Boi.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Baixio do Boi não é o que está na revista. Fomos a Baixio do Boi, muito antes desse episódio. Temos um denunciante, ex-integrante do movimento, que não está mais no local, mas também não gostaria de discorrer sobre o que estamos tomando de providências sobre isso. Semana que vem, vamos recolocar pessoas nesse projeto de assentamento, regularizando alguns financiamentos que estão bloqueados, autorizando e desbloqueando os financiamentos, porque estão fechados no banco, a assistência técnica não está definida, e não tínhamos como liberar o dinheiro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esses assentados deixarão de receber os recursos do Incra, porque se afastaram do MST, ou não?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – O MST não afasta, porque não é o MST que seleciona e assenta. Quem assenta os trabalhadores rurais é o Governo, que tem um cadastramento, faz uma seleção conforme a lei e faz assentamento. Todo motivo que leva um assentado a ter o seu contrato cancelado é o descumprimento das cláusulas contratuais, e não o desejo de um movimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – As invasões que temos registradas agora em Pernambuco, neste abril vermelho, estão sendo feitas em fazendas improdutivas? Como é que a sua Superintendência tem atuado em relação aos dispositivos da Medida Provisória nº 2.883?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Gostaria de colocar que a medida provisória não impede o Incra de vistoriar as áreas para conhecer o cumprimento da função social do imóvel. Portanto, vistoriar, estou vistoriando.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mesmo as invadidas.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Mesmo as invadidas. E as áreas que são improdutivas, que descumprem a função social, também estamos encaminhando aos órgãos competentes: se for meio ambiente, Ibama; se forem questões trabalhistas, trabalho escravo, trabalho infantil, trabalho forçado, também estamos encaminhando, porque seria uma oportunidade de não apenas se resumir em trabalhador rural dentro da área, mas como cumprimento de função social.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Drª Maria, a senhora me explique uma coisa aqui!

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Explico!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O § 6º desta lei diz o seguinte:

O imóvel rural de domínio público ou particular, objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo, não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou, no dobro desse prazo, no caso de reincidência. E deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações.

A senhora acabou de confessar que está concorrendo por um ato comissivo, descumprindo uma lei federal. A senhora quer me explicar isso?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Explico sim, senhor.

Há uma decisão do Supremo Tribunal Federal que dá condições ao Incra de fazer o trabalho de reconhecimento do cumprimento da função social da terra, mesmo das áreas ocupadas, em função da possibilidade dessa mesma propriedade ter a ocupação motivada por trabalhos outros feitos por proprietários rurais que também descumprem a lei: meio ambiente, trabalho escravo, crime ambiental, crime trabalhista, ou qualquer outro tipo de crime. Nós não estamos atrás de pegar sem-terra no País. Estamos, na condição de Governo brasileiro, de Estado brasileiro querendo saber como é que o território brasileiro vai ser desenvolvido para trabalhar para o povo brasileiro.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Se a senhora me permite, eu não vou debater a questão jurídica, a senhora vai responder civil e provavelmente criminalmente por isso, é um problema seu, e não meu. Agora, a MP é clara e está-se usando nessa interpretação – quero deixar registrado – uma brecha, que está sendo construída para justificar algo que é vedado pela lei. Isso é um direito que lhe assiste. A senhora pode buscar socorro, tábua de salvação, onde quiser. Agora, que a senhora acabou de confessar aqui, dentro de um CPI, que a senhora comete um ato que está vedado por lei, isso para mim não há dúvida e vou ter o cuidado de fazer com que isso vai adiante.

A senhora está incluída no rol de responsáveis pelo TCU do Paraná, por quê? Não era a respeito de uma situação de cobrança de pedágio? Quer dizer, no Paraná, a senhora está incluída pelo TCU, como uma das responsáveis por cobrança de pedágio. Se não me falha a memória, num processo da Coagri, quando a senhora esteve no Paraná. Quer dizer, então, que no Paraná a senhora conheceu o pedágio, em Pernambuco, a senhora não conhece?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – As suas palavras não são verdadeiras. Quero discordar totalmente porque, na realidade, no Tribunal do Paraná, já respondi, não tenho a última decisão do Tribunal, a cobrança irregular colocada pelo tribunal sobre a Coagri foi o tribunal que reconheceu e eu, como gestora pública e como qualquer um de nós, gestores públicos, que pegue uma caneta para 128,9 milhões de reais, respondo quando questionada for no futuro sobre a aplicação desses recursos.

Portanto, não tenho nenhuma dificuldade de enfrentar os tribunais. Eu só não quero é ficar com receio de ter que responder no Tribunal e não desenvolver o programa mais complicado da nação brasileira, chamado reforma agrária e inclusão social.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Com todo o respeito, Drª Maria. Eu vou apartear V. Exª, porque não quero ouvir essa parte e tenho esse direito. Eu vou

apartear pelo seguinte: a senhora, há alguns segundos, disse que desconhecia a prática de pedágio.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – De Pernambuco. O senhor me perguntou de Pernambuco. E estou dizendo que não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas então do Paraná a senhora conhece?

A SRª MARIA DE OLIVIERA – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então a senhora reconhece que há prática por parte do movimento de cobrança de pedágio?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Não senhor. O Governo...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como? A senhora acabou de dizer que a senhora está como responsável por um processo no TCU da Coagri por cobrança de pedágio?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – O senhor que falou que era uma cobrança de pedágio. O senhor disse que era cobrança de pedágio.

Falei que eram três milhões de reais que a Coagri levou de aplicações de recursos públicos, no desenvolvimento de uma cooperativa que é a maior deste País e que tem a maior produção deste País. E não vou negar que, se eu tiver que fazer bilhões de reformas agrárias, eu assino. Se eu tiver que ir para quinhentos TCU, eu irei porque a minha caneta eu só uso quando transparência e lei tiver para eu assinar.

Não tenho medo de nenhum tribunal. Não preciso me esquivar do tribunal. Quero fazer parte dos tribunais, desde que um brasileiro pare de passar fome! E não quero ser fora-da-lei, porque não preciso. O programa de reforma agrária não é um programa que precise estar fora da lei, e nunca estará, se a minha caneta estiver lá, dentro dele. É uma estupidez da Comissão me colocar como réu de um processo de que não participei. Quero ter considerações. V. Exª, ao fazer as suas perguntas, afirme melhor e saiba melhor o que está perguntando, por favor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou ler.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – O senhor perguntou da corrupção de Pernambuco, que não conhece.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A senhora tenha paciência e se acalme.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Não me acalmo, não!

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Tribunal de Contas da União. Identificação: 342.202-Plenário. Número interno do documento: 03.421.102. Ementa:

Representação formulada pelo Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU. Desvio de recursos destinados à reforma agrária no Paraná. Processo apartado, inspeção realizada no Incra-PR, na Cooperativa Coagri e em assentamento rural. Cobrança de pedágio financeiro e retenção pela Coagri de recursos destinados aos agricultores. Inadimplência, operação de crédito, débitos quitados pelos parceleiros junto à Coagri não repassados ao Banco do Brasil. Aplicação inadequada dos recursos pela Coagri. Atraso na transferência dos recursos para o custeio de safra. Interessados: responsáveis.

Está aqui o texto. Temos descrito o processo. A senhora reconhece o Ministro Relator Valmir Campelo e o representante do Ministério Público que fez a denúncia, Jatir Batista da Cunha?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, não é este Parlamentar que está afirmando. É o TCU, num processo do Paraná que a senhora conhece. A senhora, como servidora pública, perguntada aqui se tinha conhecimento de pedágio, negou veementemente.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – De Pernambuco.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A senhora está usando um jeitinho conhecido do Brasil.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A senhora deveria dizer: olha, isso é algo que tem sido alvo de denúncia ou coisa do gênero, mas a senhora negou veementemente. Então, a senhora descobriu – porque a senhora não conhecia antes – depois que o Ministério Público fez a denúncia, e a senhora respondia pelo Paraná. A senhora mesma acabou de dizer: "se eu tiver que usar minha caneta para fazer isso ou fazer aquilo", a senhora fez uma bravata aqui muito ao estilo do que o nosso Presidente fazia no passado. "Eu faço o que tiver que fazer", tanto que a senhora fez no Paraná. Quem disse que a senhora não está fazendo de volta em Pernambuco hoje?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Está me chamando de ladrão?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, senhora.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Então, pondere.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou repetindo o que a senhora afirmou aqui – e está nas notas taquigráficas desta CPI – que pratica o que tiver que praticar.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, quero o direito de fala.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Deputado, por favor, "dentro da lei". Ela falou "dentro da lei".

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu não lhe dei aparte.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Até então eu não tinha lhe interrompido, mas ela falou "dentro da lei".

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não vou aceitar interrupção. V. Exª vai ter o tempo que quiser para fazer a defesa dela.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Mas não falte com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Deputado João Alfredo será o próximo a interrogar.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor respeite.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Não falte com a verdade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas quem não está falando a verdade? Que conversa é essa?

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Nós ouvimos quando ela falou que usaria a caneta dentro da lei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Solicito a ambos os Parlamentares que evitem o debate.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente. V. Exª tem razão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Respeitem o tempo de quem interpela. Evidentemente, a depoente tem todo o tempo para responder, da mesma forma. Então, não há necessidade de exacerbação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só para concluir, com tranqüilidade, quero ler aqui o que tenho a respeito do CPF 201.893.119-91. Esse é o seu, não?

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – É, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Muito obrigado. Estou satisfeito.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Quero dizer da minha enorme insatisfação de ter começado o meu depoimento nesta respeitosa CPMI com uma afirmação de que eu estaria convidada para falar e apontar coisas sobre o Estado de Pernambuco que estavam sob a minha gestão. Quando o Parlamentar busca desenterrar informações – verdadeiras – de épocas do passado, quero lembrar que me sinto perseguida por esse Parlamentar. No Incra de Pernambuco, a funcionária federal Maria Oliveira, que tem o CPF 201.893.119-91 e a Identidade 978182, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, do ano de 1972, em Guapirama, que declara insatisfeita com a forma que foi conduzida essa consulta de informações sobre reforma agrária, porque foi muito mais uma investigação, uma imposição, do que a busca de alguma ação que eu tenha feito no campo da reforma agrária.

Agora, quero dizer a todos...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos para o Relator, Deputado João Alfredo. Antes, declaro que o Deputado Onyx Lorenzoni cumpriu o seu dever, fazendo a indagação da forma e no modelo próprio das comissões parlamentares de inquérito. O modelo é utilizado em relação a todos os depoentes convocados e convidados. Portanto, essa transparência exigida é exercitada plenamente nesta CPMI, de forma democrática e aberta, garantindo o direito de resposta, como se viu, durante o interrogatório feito pelo Deputado Onyx Lorenzoni.

Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, talvez fosse importante até para esta relatoria que tivéssemos essa pesquisa feita pelo Deputado Onyx Lorenzoni completa. Aqui são... Acho importante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Apenas para esclarecer: no próximo dia 12, a Assembléia Legislativa do Paraná estará trazendo a Brasília um relatório final de uma CPMI realizada naquele Estado na qual certamente constarão esses dados, essas informações.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Não sei se constam. Gostaria de solicitar que, no caso dessa pesquisa especificamente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – De qualquer maneira nós vamos solicitar.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – É importante, porque a que eu pedi ao Deputado Onyx não estava completa.

É importante ressaltar, de forma muito tranqüila, que interrompi uma única vez o Deputado Onyx quando S. Exª se referiu ao que a nossa depoente falou acerca de usar a caneta para fazer a reforma agrária. Mas eu ouvi claramente, e até podemos consultar nas notas taquigráficas: ela disse que usaria a caneta de acordo com a lei. Isso aí foi dito e ouvi claramente. Na hora que o Deputado Onyx se referiu a isso, não colocou de acordo com a lei, porque aí dá a idéia de que, com a caneta, se faz tudo. Então, é preciso também colocar as coisas nos termos que a depoente falou. Foi a única fez que o interrompi para isso.

Quero também registrar que, apesar do Deputado Onyx Lorenzoni, por diversas vezes, falar do envolvimento do MST com as Farc, nada ficou comprovado do depoimento do Sr. Gerôncio aqui nesta CPMI. Nada. Não houve uma prova trazida pelo Sr. Gerôncio, até ouvida, que seria uma prova cabal, foi a pessoa que ele acusava de ser das Farc conversando com uma

criança, mulheres cozinhando, homens pintando a sede da fazenda, criando inclusive uma tremenda frustração no Deputado Alberto Fraga, porque ele foi chamado para ver o envolvimento do MST com as Farc – isso falei com ele no plenário. E assistiu ao vídeo e ficou frustrado porque achou que teria essa prova cabal.

Então, quero deixar claro que tomamos o depoimento e o Sr. Gerôncio veio aqui para fazer essa acusação, que não veio acompanhada do mínimo indício, a não ser a sua própria afirmação de que o Sr. Bernardo se dizia representante das Farc. A não ser isso. Nada mais além disso. Então, quero deixar muito clara essa questão.

Gostaria de perguntar à nossa depoente se o Incra de Pernambuco está enfrentando dificuldades em relação à retomada das terras públicas do Estado. Se há essa dificuldade, ela parte de quem? Vou fazer logo todas as minhas perguntas, todas referentes ao Incra de Pernambuco. Se o Incra de Pernambuco enfrenta problemas com o crime organizado, porque vi quando a depoente falou do caso do polígono da maconha, que se não me engano é em outra área de outra superintendência, e também vi no jornal de Pernambuco que em uma das fazendas ocupadas, no Engenho Cangaia, Município de Belém de Maria, 82 famílias que entraram na noite de domingo foram expulsas a tiros por homens armados em três carros. Felizmente não houve feridos. Então, era essa pergunta acerca do crime organizado, das dificuldades que tem enfrentado o Incra, e qual tem sido o trabalho de mediação, porque a nossa depoente foi durante muito tempo, inclusive esteve aqui conosco, adjunta do Incra, e certamente o fato de ir a Pernambuco está muito ligado a esse trabalho de mediação. Então, como tem sido o enfrentamento dessas dificuldades no Estado de Pernambuco?

São essas as perguntas que faço à senhora.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Ainda respondendo aos questionamentos anteriores, se V. Exªs me permitem, aqui estão as empresas contratadas de assistência técnica, os recursos que estão conveniados, são plurianuais, e cada ano estamos disponibilizando a quantidade de recursos relativos a cada família. Então, já está disponibilizado para CPMI.

Retomada de lotes. Muito difícil a retomada de lotes no Estado de Pernambuco. Temos vários focos onde o crime organizado entra e expulsa os trabalhadores, retoma os lotes, colocando nesses lugares depósitos de armas, fabricação de armas caseiras. E as famílias não conseguem mais voltar para os lotes. Então, elas denunciam junto ao Incra. A Polícia Federal faz uma varredura, localiza, faz a reintegração de posse. Entramos na Justiça, por meio de liminar, solicitando a reintegração de posse. A Polícia Federal cumpre. E os lotes ficam vagos. Colocamos a família novamente nos lotes com um mínimo de tempo, 15 dias, 20 dias, voltam as famílias para o Incra porque novamente as mesmas pessoas que compõem o crime organizado voltaram para os lotes, expulsaram novamente com juramento de morte.

Então, trabalhar aí é um universo muito complicado. Há vários pontos desse no Estado de Pernambuco. Essa é uma dificuldade do crime organizado dentro dos assentamentos. E fora dos assentamentos, em áreas que o Incra pretende vistoriar, que o Incra pretende (inaudível), há modelo da cangalha, que agora colocou a milícia atrás dos trabalhadores esta semana, expulsando-os, estavam fortemente armados. Isso é verdadeiro. E temos muitas dificuldades em várias regiões do Estado. Quando sai da zona da mata quando atinge o agreste, que é transição do sertão, é uma região extremamente complicada porque inicia a questão da droga. Portanto, esse é um território dominado por forças outras que não conseguimos nos sentir protegidos, seguros nessas regiões.

O SR. RELATOR (João Alfredo – Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um registro que considero importante. Acho que temos de trabalhar com a verdade. Podemos ter as nossas opiniões, a nossa ideologia, a nossa forma de ver o mundo, mas agora há pouco, não está presente, e se estivesse, eu falaria, não tem problema, tenho muito respeito, embora discorde do Deputado Onyx Lorenzoni, mas este praticamente fez uma acusação à nossa depoente de que ela estaria respondendo a um processo. E pegou apenas as duas páginas iniciais que fala do processo do TCU. E dá essa idéia. Então, pedi para V. Exª conseguir, a nossa assessoria foi rápida e trouxe. Em uma coisa o Deputado Onyx tem razão: no sentido de que há uma série de irregularidades na cooperativa, inclusive acusação de cobrança de pedágio financeiro, inadimplência de crédito, alguns débitos não foram repassados ao Banco do Brasil, etc. Mas não aponta, pelo menos nos documentos que estão aqui, e estou vendo o voto do Ministro Valmir Campelo, que é meu conterrâneo do Estado do Ceará, não aponta responsabilidade da Dr. Maria Oliveira, o que pede é promover a audiência dos superintendentes regionais do Incra – no caso, seria ela nesse período – com relação às medidas adotadas para tentar sanar as irregularidades. Esse voto do Ministro Relator, Valmir Campelo, é acatado pelo próprio Tribunal, quando pede promover a audiência dos superintendentes regionais, para fazer isso, e pede também a juntada das contas, etc, etc, etc. Pode até ter havido algum outro processo, está certo? Mas, eu estou falando a partir do que foi relatado agora pelo Deputado Onyx

Lorenzoni, que fez uma acusação contra a depoente. S. Exª afirmou que ela estava envolvida nesse processo. Quero fazer a leitura da decisão. "O Tribunal Pleno do TCU, decide determinar ao Presidente do Incra"... Aí, vem uma série de aspectos; ao Banco do Brasil, à Coagri, a prestação de contas. Portanto, com relação a todos esses problemas que são levantados, pede a audiência do Presidente do Conselho Monetário Nacional do Incra, do Banco do Brasil, acerca da transferência de recursos para o custeio da safra; pede a audiência das superintendências regionais do Incra e dos gerentes do Banco do Brasil no período de 1996 a 2000, com relação às medidas adotadas, para tentar sanar as irregularidades apontadas nesse processo a respeito da não aplicação dos recursos no objeto pactuado ou da aplicação. Evidentemente, pode ser que pergunte à Drª Maria se já foi ouvida, se já apresentou a sua defesa, em que fase se encontra isso, para que nós aqui não façamos nenhuma acusação apressada. Não usarei a expressão leviana, porque ela é um tanto forte. De repente, chega a capa de um processo e nós achamos que alguém está sendo processado e não olhamos a decisão final, que esclarece. Acho que é importante a CPMI perguntar à Drª. Maria Oliveira em que fase se encontra o caso; se ela apresentou a prestação de contas, etc.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Nós apresentamos, à época... Eu estava em Brasília e fui ao Paraná. Fiquei dez dias no Estado do Paraná, fazendo prestação documental de todo o instrumento. Nós superamos a prestação de contas do Incra relativa às duas gestões, de 1996 e de 1999, que englobou parte da minha gestão e parte da gestão de outro superintendente. O Ministro Raul Jungmann, à época, abriu uma investigação com todas as cooperativas, com todos os trabalhadores rurais, no Brasil todo. S. Exª falou esta semana na televisão. O Ministério Público Federal fechou esse estudo com todas as provas. A nossa auditoria tem o fechamento desse trabalho.

Portanto, eu me sinto, quando apontam uma caneta com estupidez, talvez, mas sempre dentro da lei e nunca fora da lei... Não vou me ausentar de todos os lugares onde tiver um chamamento por uma gestão da qual eu fiz parte. Então, isso nós superamos no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Permita-me um aparte? Apenas em função da ausência do Deputado Onyx Lorenzoni? Eu não entendi a interpelação de S. Exª como uma acusação. Eu a entendi como indagação. Realmente, esse processo deve merecer julgamento no próximo mês.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exato. No próximo mês, está na pauta para julgamento no próximo mês. E a ex-superintendente do Incra prestou todos os esclarecimentos solicitados. Então, só teremos a conclusão desse processo no próximo mês. Não há como, quem quer que seja, fazer qualquer acusação a quem quer que seja, enquanto não estiver concluído esse processo. É somente para esse esclarecimento, porque percebi na interpelação do Deputado Onyx Lorenzoni a preocupação da indagação para esclarecimento, e não da acusação.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Quero dizer que me sinto, de qualquer sorte, prejudicada, porque S. Exª fez uma pergunta nítida para Pernambuco, se eu conhecia em Pernambuco. Eu disse que não conhecia em Pernambuco, e S. Exª puxou o Paraná como prova de que eu conhecia no Paraná, de que, portanto, eu conhecia. Eu quero provar que em Pernambuco – repito – eu desconheço esse assunto.

Queremos agradecer a presença e a participação da superintendente do Incra, Drª Maria de Oliveira, do Estado de Pernambuco. Muito obrigado pela sua presença, mais uma vez, na nossa CPMI.

A SRª MARIA DE OLIVEIRA – Obrigada e nós estamos sempre à disposição da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós, antes de encerrarmos esta reunião, comunicamos que a próxima reunião desta Comissão será em Rondônia, no próximo dia 14. E no dia 18 no Estado do Paraná. Portanto, as duas próximas reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito fora de Brasília serão dia 14, em Rondônia, e dia 18 no Paraná.

Está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 14h.)

Ata da 30ª Reunião realizada em 14 de abril de 2004 – Audiência Pública em Porto Velho/RO

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às oito horas e trinta e nove minutos, na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senadores Sibá Machado, Fátima Cleide, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro e dos Deputados João Alfredo, Adão Pretto e Anselmo, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes***

com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Presente também o Deputado Federal Eduardo Valverde. O Senhor Presidente declara aberta a reunião de audiência pública, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, agradecendo ao Presidente desta Casa Legislativa Deputado Carlão de Oliveira, aos Deputados Estaduais Chico Paraíba, Edézio Martelli e demais membros presentes, pelo apoio e prestígio aos trabalhos da CPMI, neste Estado. A Presidência registra a presença dos Deputados Néri Firigolo e João da Muleta. Após, o Presidente da Comissão, Senador Álvaro Dias informa que a presente reunião de Audiência Pública tem por finalidade ouvir as Exposições dos Senhores ***Dom Moacir Grechi*** – Arcebispo da Arquidiocese de Porto Velho; ***Dr. Olavo Nienow*** – Superintendente Regional do INCRA em Rondônia; ***Claudinei Lúcio dos Santos*** – Integrante da Direção Estadual do Movimento Sem Terra (MST); ***Adelino Ramos (Dinho)*** – Coordenador do MCC (Movimento Camponês de Corumbiara); ***Sebastião Conti*** – Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Rondônia – APRRO e do ***Sr. Ernandes Segismundo*** – Assessor Jurídico da Comissão Pastoral da Terra – CPT. Após, o Senhor Presidente convida para tomar assento a Mesa dos Trabalhos os Senhores Deputados, Carlão de Oliveira e Eduardo Valverde. A Presidência acata as seguintes sugestões do Senador Valdir Raupp de ouvir inicialmente o Dr. Olavo Nienow, dada a impossibilidade do comparecimento de Dom Moacir Grechi e a do Deputado Anselmo, bem como ouvir também o Deputado Maurício Picarelli. A Presidência concede a palavra ao Dr. Olavo para dar início a sua exposição. A Presidência registra a presença dos Deputados Nereu Klosinski, Leudo Buriti, João da Moleta, Neodi Oliveira, e Emilio Paulista. Após, o Presidente passa a palavra ao Relator para seus questionamentos. Após, o Senhor Presidente concede a palavra pela ordem ao Deputado Federal Valverde, aos Senadores Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Fátima Cleide e Siba Machado e ao Deputado Anselmo, que questionaram ao expositor. O Senador Flexa Ribeiro solicita ao expositor o envio a esta CPMI da relação dos Orçamentos de 2003 / 2004, contendo números reais que foram aprovados, executados e devolvidos. Ato contínuo, o Senador Siba Machado de posse da palavra, inicialmente saúda o Padre Luis Ceppi e solicita que o Dr. Olavo encaminhe a esta Comissão, cópia do Projeto referente ao loteamento cujo responsável é o Senhor Geraldo Oliveira, assim como solicita do mesmo, explicação quanto ao tipo de documento que fora entregue aos reclamantes pela Empresa Agropecuária Candeias, pertencente ao Grupo Urupá e, quem são os proprietários ou mesmo se há algum Procurador estabelecido pelo proprietário. A Presidência registra a presença dos Senhores Haroldo Santos e Beto Trento e do Deputado Edson Gazoni. Fizeram uso da palavra o Deputado Anselmo e a Senadora Fátima Cleide. De posse da palavra, o Deputado Anselmo solicita ao expositor o fornecimento a esta Comissão de cópia do Parecer da Comissão de Sindicância, bem como do levantamento de acampamentos e famílias que se encontram acampadas. Ao término da exposição do Dr. Olavo Nienow, o Presidente agradece pela colaboração com os trabalhos desta Comissão, ao tempo, que convida o Sr. Claudinei Lúcio dos Santos – Integrante da Direção Estadual do Movimento Sem Terra – MST, para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para as suas considerações. O Senhor Claudinei menciona as várias situações de invasão, localizadas, como também a sua preocupação quanto aos trabalhos escravos que tem notícia no Estado de Rondônia, entregando ao final de sua exposição, vários documentos ao Relator, Deputado João Alfredo, que agradece e passa às mãos do Presidente, solicitando a Secretaria a autuação dos mesmos. Prosseguindo, assume a Presidência interinamente o Senador Valdir Raupp que concede a palavra pela ordem ao Deputado Valverde, Deputado Anselmo e ao Senador Flexa Ribeiro para questionarem ao convidado e, em seguida, passa a palavra ao expositor para responder as perguntas formuladas pelos Senhores Parlamentares. O Relator de posse da palavra apresenta um Requerimento oral, solicitando ao IBAMA e ao INCRA informações e cópia de Relatórios sobre a questão das invasões das reservas em bloco, bem como solicita à Polícia Federal que informe à respeito do caso das milícias e empresas de segurança, dos consórcios existentes na região e Relatório de campo da região de São Miguel. A Presidência registra a presença dos Senhores Roberto Sobrinho – Prefeito do Município de Porto Velho, Dedé de Melo – Prefeito do Município de Guajará-Mirim e do Senhor Carlinho Lima – Delegado Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário. A seguir, o Senhor Presidente agradece a presença do Sr. Claudinei pela colaboração com esta CPMI e convida o Senhor Adelino Ramos para tomar assento à Mesa, concedendo-lhe em seguida a palavra para a sua exposição. O Deputado João Alfredo, Relator da CPMI, solicita informações ao Presidente do INCRA quanto à apuração dos fatos que aconteceram e que foram denunciados nesta audiência pública, com a finalidade de saber efetivamente se foram tomadas medidas administrativas e se as pessoas denunciadas ainda continuam no Insti-

tuto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O Senhor Adelino passa às mãos do Presidente diversos documentos para serem analisados pela Comissão e responde aos questionamentos formulados pelos Senhores Deputados João Alfredo, Eduardo Valverde e Anselmo. Ao término da exposição do Senhor Adelino, o Senhor Presidente agradece a colaboração do expositor e convida o Senhor Sebastião Conti para iniciar sua exposição. Reassume os trabalhos, o Senador Álvaro Dias, Presidente da Comissão que, interrompido em sua fala pelo Senhor Morimoto, em desrespeito as regras regimentais do Congresso Nacional, insiste em pedir a palavra provocando tumulto no recinto, sendo retirado pela Polícia Federal. Dando continuidade aos trabalhos, o Presidente concede a palavra ao próximo convidado Senhor Sebastião Conti que, após a sua explanação, foi questionado, pela ordem, os Senhores Parlamentares membros Deputado Anselmo, Senadora Fátima Cleide e Senador Siba Machado. A Presidência informa que o Deputado João Alfredo, Relator da CPMI, terá que se ausentar dos trabalhos e, para tanto, convida o Deputado Anselmo para funcionar como Relator "*ad hoc*". Após responder as perguntas dos Senhores Parlamentares, o expositor passa às mãos da Presidência, vários documentos que são entregues à Secretaria da Comissão determinando a autuação dos mesmos. O Senador Siba Machado apresenta Requerimento solicitando reunião reservada para ouvir o ex-superintendente do INCRA, Sr. Renato Antônio Rodrigues, a fim de prestar esclarecimento da emissão de documentos falsos prestados pela Superintendência do INCRA em Rondônia. A Presidência informa que o mesmo será apreciado oportunamente em uma próxima reunião. A seguir, o Senhor Presidente convida o Senhor Ernandes Sigismundo para iniciar sua exposição, concedendo-lhe a palavra. O convidado foi questionado pelo Relator "*ad hoc",* Deputado Anselmo, que solicita uma consulta ao INCRA a respeito do Título de propriedade do Senhor Antonio Martins. Após, o Presidente concede a palavra a Senadora Fátima Cleide que apresenta Requerimento solicitando a convocação do Senhor Antônio Martins, vulgo "Galo Velho", para prestar esclarecimentos a esta CPMI. A Presidência esclarece que todos os Requerimentos ora apresentados serão deliberados oportunamente em uma próxima reunião na sede do Senado Federal. Fez uso da palavra para questionar o depoente, o Senador Flexa Ribeiro. Ato contínuo, a Presidência concede a palavra ao Deputado Estadual Chico Paraíba – Primeiro-Secretário da Assembléia de Rondônia. Ao término de sua exposição, o Senhor Presidente agradece a participação do Deputado Chico Paraíba, convidando em seguida para fazer uso da palavra, o Deputado Neodi de Oliveira, que foi aparteado pela Senadora Fátima Cleide. A seguir, o Senhor Presidente informa aos presentes que os membros desta Comissão estarão se dirigindo ao acampamento "Flor do Amazonas", agradecendo ao Deputado Paulo Morais que se encontra representando o Governador Ivo Cassol, assim como agradece ao Deputado Carlão, Presidente desta Casa Legislativa pela acolhida e apoio aos trabalhos ora desempenhados por esta Comissão. Às dezesseis horas e quinze minutos, do dia quatorze de abril de dois mil e cinco, a Comissão chega ao Acampamento Flor do Amazonas, onde fizeram uso da palavra os Senhores Senador Flexa Ribeiro, Adelino Ramos, Senador Álvaro Dias, o Senhor Zé Geraldo, Senhor Olavo Nienow, o Senhor Maurício, a Senadora Fátima Cleide. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, *Dulcídia Calháo*, Secretária Eventual da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

Ata da 31ª Reunião realizada em 18de abril de 2005 – Audiência Pública em Curitiba/PR

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e trinta e cinco minutos, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senadores Sibá Machado, Flexa Ribeiro e dos Deputados João Alfredo, Adão Pretto, Max Rosenmann, Abelardo Lupion, onyx Lorenzoni, Josué Bengtson e Luci Choinacki, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ***criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".*** Presentes também os Deputados Estaduais Plauto Miro, Durval Amaral, Neivo Beraldin, Waldir Rossoni, Brakock, Elton Welter, Marcos Isfer, Dra. Clair, André Vargas, Padre Paulo Campos, Natalio Stica, Luciana Rafagnin, Alexandre Curi e o Deputado Federal Dr. Rosinha. Após, o senhor Presidente convida o Deputado Jamil Murad para funcionar como Relator *ad hoc.* A seguir, o Senhor Presidente Senador Alvaro Dias informa que a presente reunião tem por

finalidade ouvir as Exposições dos Senhores ***Cecílio Rego de Almeira*** – Proprietário Rural, ***Dom Ladislau Biornaski*** – Coordenador da Comissão Pastoral da Terra no Estado do Paraná e ***Jaber Makul Hanna Saadi*** – Superintendente da Polícia Federal no Estado do Paraná, bem como os depoimentos dos Senhores ***Valdir Copeti Neves*** – Tenente-Coronel da Polícia Militar e ***Marcos Prochet*** – Presidente da União Democrática Ruralista no Estado do Paraná. A seguir, a Presidência convida o Dr. Jaber Saadi, Superintendente da Polícia Federal no Estado do Paraná para ocupar o lugar, concedendo-lhe inicialmente a palavra para iniciar sua exposição. Após, o Senhor Presidente passa à palavra ao Relator *ad hoc* para as suas indagações. O Dr. Jaber esclarece que reservava o direito de não responder às indagações feitas pelo Relator porque estava sob segredo de justiça. O Deputado Lupion sugere ouvir, em sessão secreta, os depoimentos do Dr. Jaber Saadi e do Dr. Fernando Francischini, uma vez que os processos tramitam em segredo de justiça, sendo acatado pelo Presidente. Assume a Relatoria o Deputado João Alfredo. Após, a Presidência pede a Secretaria para conduzir o preso Tenente Coronel Valdir Copeti no recinto, que se fez acompanhar de seu advogado. A Presidência esclarece que o mesmo já preencheu o Termo de Compromisso, passando a lê-lo. Após, a Presidência concede a palavra para suas considerações. Os Parlamentares Adão Pretto, Luci Choinacki e Siba Machado solicitam suspender a fala do Tenente Cel. Copeti, a fim de dar início às perguntas. A Presidência pede ao depoente para concluir no prazo de cinco minutos. A Presidência solicita ao Tenente Cel. Copeti encaminhar documentação á Comissão para ser analisado pela Assessoria. Após, o senhor Presidente concede a palavra ao Relator para os seus questionamentos. Usaram da palavra para inquirir ao depoente os Parlamentares Luci Choinacki, Jamil Murad, Siba Machado, Onyx Lorenzoni, Adão Pretto. Após, foi exibido um vídeo, no qual mostra o Cel. Copeti participando de uma operação. Ato contínuo, convida o Dom Ladislau para ocupar o lugar à mesa, concedendo-lhe a palavra para iniciar sua exposição. Após, a Presidência passa a palavra ao Relator para indagar o convidado. Fizeram uso da palavra para inquirir o Dom Ladislau os Parlamentares Flexa Ribeiro, Max Rosnmann e Luci Choinacki. Após, o senhor Presidente convida o Sr. Cecílio Rego de Almeida para ocupar o lugar à mesa, concedendo-lhe a palavra para suas considerações iniciais e, após, ao Relator para seus questionamentos. Usaram da palavra para indagar o convidado os Parlamentares Max Rosnmann, Abelardo Lupion, Luci Choinacki e Onyx Lorenzoni. O Dep. Onyx Lorenzoni solicita encaminhar Ofício ao INCRA do Paraná, solicitando informações sobre compra de lonas pretas, sendo acatado. O Senhor Presidente comunica que os depoimentos reservados dos Senhores Dr. Jaber Saadi e Fernando Francischini serão ouvidos em Brasília, na próxima semana. A seguir, a Presidência convida o Sr. Marcos Prochet para ocupar o lugar à mesa, concedendo-lhe a palavra para suas considerações iniciais e, após, ao Relator para os seus questinamentos. O Dep. Abelardo Lupion apresentou oralmente vários requerimentos, solicitando cópias de documentos e informações. O Senhor Presidente pede ao Dep. Lupion apresentar por escrito, os quais serão *a posteriori* submetidos à apreciação na Comissão. Fizeram uso da palavra para questionar ao depoente os Parlamentares Abelardo Lupion e Onyx Lorenzoni. Foram entregues ao Senador Alvardo Dias, Presidente da Comissão, Dossiê "Da Tortura Nunca Mais" e Documentos do Dom Ladislau. Também foi entregue Documento da Araupelo e Incra "Um escândalo sem Fim", do Dep. Luiz Carlos Hauly. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada com o objetivo de realizar um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

Até a chegada do Relator, Deputado João Alfredo, nomeio Relator **ad hoc** o Deputado Jamil Murad.

Estão conosco os Deputados Adão Pretto, Luci Choinacki, Josué Bengtson, Abelardo Lupion, Max Rosenmann e o Senador Flexa Ribeiro, que são integrantes desta CPMI. Se desejarem, podem tomar assento à mesa.

Como não há espaço para todos, os demais Parlamentares, que têm a possibilidade de participar dos questionamentos que serão feitos aos depoentes, estão sentados nas duas primeiras fileiras do auditório. Agradecemos a presença de todos os Parlamentares de outros Estados que aqui comparecem para participar desta audiência pública.

O objetivo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é a realização de diagnóstico amplo sobre a realidade agrária de nosso País, que é um país-continente, com peculiaridades regionais visíveis. Por essa razão e tantas outras, exige-se uma reflexão sobre o modelo de reforma agrária que implementamos até hoje no País.

O Paraná, Estado tido como organizado no seu sistema fundiário, apresenta conflitos intermináveis. Tanto é que o nosso País já foi punido por duas vezes pela Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos em função de crimes ocorridos no Paraná durante conflitos pela posse da terra. Conforme revela, na sua conclusão, a CPI realizada por esta Assembléia Legislativa, não haveria áreas disponíveis para a reforma agrária, fato contestado pelo Superintendente do INCRA. De qualquer forma, em que pese essa conclusão, os conflitos existem no Estado do Paraná. A violência também se instala aqui. Se há preocupação desta Comissão com desapropriação de áreas, assentamentos, ordenamento fundiário, há uma preocupação crescente com a violência no campo, que nos assusta a cada dia mais, em uma condenação da ausência da autoridade, de um lado, e a prevalência da impunidade, de outro, estimulando essa violência.

Agradeço a presença de Parlamentares que, mesmo não integrando a CPI, comparecem para oferecer sua contribuição, como os Deputados Federais Dr. Rosinha, Drª Clair, Eduardo Sciarra, e os Deputados Estaduais Delegado Bradock, que foi o Relator da CPI da Assembléia Legislativa, Neivo Beraldin, Elton Welter, Marcos Isfer, Valdir Rossoni.

Repito que, daqui a alguns minutos, estarão presentes também o Senador Sibá Machado e o Relator, Deputado João Alfredo. O Deputado Onyx Lorenzoni, Vice-Presidente desta Comissão, já está a caminho. Houve um atraso do avião.

Vamos iniciar os trabalhos ouvindo o Superintendente da Polícia Federal no Estado do Paraná, Dr. Jaber Saadi.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Abelardo Lupion.

Pedirei a colaboração dos que nos honram com suas presenças aqui. Realmente, a CPMI se sente honrada com a presença dos populares e das lideranças que aqui comparecem. Nosso objetivo é conferir transparência. O objetivo de uma CPI é revelar e não esconder. Peço a compreensão para que as faixas que já foram expostas, fotografadas e filmadas possam ser recolhidas em nome da boa ordenação dos trabalhos.

Pediu a palavra, pela ordem, o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – A questão de ordem é a seguinte: eu queria saber qual foi o depoente convidado representando a Polícia Federal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É o Superintendente da Polícia Federal, Jaber Saadi.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Foi para ele o requerimento aprovado na Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Foi aprovado também esse requerimento. Houve a solicitação para um outro delegado, cujo nome não me recordo. Francischini? Evidentemente, a CPI optou hierarquicamente pela presença do Delegado que exerce a função de Superintendente da Polícia Federal no Paraná. Por isso ele vai depor.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, insisto então na presença do Dr. Francischini, para que ele seja inquirido numa reunião da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, o Deputado pode apresentar o requerimento. S. Sª está presente, inclusive. Em seguida ao depoimento do Superintendente, se houver a concordância dos integrantes desta CPMI, poderemos ouvi-lo, desde que seja rapidamente, em função dos demais depoentes.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Não sei se seria possível, porque todas as decisões têm que ser votadas em Brasília. Não sei se o delegado Francischini poderia ser ouvido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ocorre, Deputado Adão Pretto, que o requerimento que convoca o delegado foi aprovado em Brasília quando da aprovação da presença do Superintendente.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Isso é prerrogativa da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Regimentalmente, nós teremos condições de ouvi-lo.

Vamos, primeiramente, ouvir o Superintendente e, depois, o Deputado Abelardo Lupion fará uma avaliação se ainda deseja a fala do delegado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Tenho essa prerrogativa então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Fica com o direito de depois pleitear.

Concederemos a palavra, inicialmente, ao Superintendente da Polícia Federal para que possa fazer sua exposição.

O SR. JABER SAADI – Em princípio, quero cumprimentar as Excelências aqui presentes. Estarei à disposição para responder as perguntas que nos forem feitas. Infelizmente, não sobre o inquérito em andamento, porque sobre ele foi decretado segredo de justiça. A Juíza da 1ª Vara Federal de Ponta Grossa decretou total segredo de justiça no inquérito em andamento. Mas posso dizer como se iniciou essa operação. A

operação iniciou-se com o pedido de uma força-tarefa para apurar crimes que vinham sendo cometidos no Estado do Paraná, pelo Sr. Governador Roberto Requião. Essa solicitação foi encaminhada ao Ministro da Justiça e foi decidido que se formasse uma força-tarefa, força-tarefa essa composta por elementos de investigação e inteligência da Polícia Federal e Secretaria de Segurança Pública. Nós vínhamos apurando um fato específico, algumas coisas com o tráfico de entorpecentes e outros elementos, e, de repente, numa vicinal nos deparamos com contrabando de armas oriundas do Paraguai. Foi quando iniciamos essa investigação, que deu fim a esse inquérito policial.

Infelizmente, não podemos nos aprofundar muito, porque o segredo de justiça nos impede.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Agradecemos a presença do Superintendente da Polícia Federal e sua exposição e passamos a palavra inicialmente ao Relator **ad hoc**. Antes, porém, Deputado Jamil Murad, quero agradecer a presença das Deputadas Estaduais Luciana Rafagnin e Natália Stica, e dos Deputados Estaduais Alexandre Khury, Padre Paulo Campos, André Vargas e Durval Amaral.

Com a palavra, o Relator **ad hoc**, Deputado Jamil Murad.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) **–** Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Pela ordem, Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) **–** O papel da CPI, obviamente, é um papel que não pode, sob hipótese nenhuma, exercer qualquer tipo de pressão. Sob esse aspecto, nós poderíamos respeitar o segredo de justiça numa audiência pública. Mas, numa audiência fechada, esse segredo de justiça não pode imperar, porque é um Poder designado que está fazendo as interpelações. Então, eu gostaria de fazer uma pergunta a V. Exª: se nós poderíamos, em reunião secreta, ouvir o depoimento do Superintendente da Polícia Federal e do Delegado Francischini a respeito de tudo o que está acontecendo dentro do processo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Não há nenhum inconveniente em relação ao pleito do Deputado Abelardo Lupion. Ao término desta reunião pública, poderemos sim ouvir em caráter sigiloso a complementação do depoimento do Superintendente da Polícia Federal e do Delegado Francischini.

O Relator está com a palavra.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) **–** O Dr. Jaber Saadi, Superintendente da Polícia Federal, merece a nossa mais alta consideração por começar a desvendar o crime organizado aqui no Paraná. Quanto a essa força-tarefa, V. Sª disse que acabou encontrando contrabando de armas vindas do Paraguai. V. Sª poderia dar mais algum detalhe?

O SR. JABER SAADI – Infelizmente, nós estamos sob segredo de justiça e eu não posso comentar os assuntos que estão no bojo do inquérito. Esse inquérito já está na mão da juíza e, infelizmente, nós não podemos entrar em detalhes das investigações. Mas o que eu quero esclarecer é que a operação toda, não foi apenas para esse caso, mas toda a operação que a polícia fez foi com o intuito de evitar conflito no campo. O objetivo nosso era evitar que houvesse violência no campo, e operações como essa nós já havíamos realizado anteriormente aqui, no Estado do Paraná.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) **–** Dr. Jaber Saadi, Superintendente da Polícia Federal, como o crime no campo relativo à luta pela reforma agrária vem ocorrendo já há vários anos, fora do âmbito do segredo de justiça desse inquérito, solicito que V. Sª nos esclareça o que foi desvendado. Há um inquérito em andamento, mas a polícia desconhece a linha divisória. De repente, descobre alguns crimes e desvenda outros que estão fora daquele inquérito específico. O que V. Sª pode dizer sobre esse assunto? Aí não se encontra sob sigilo de justiça.

O SR. JABER SAADI – É justamente o que eu disse no período inicial. Ao iniciarmos a investigação, estávamos também iniciando investigações referentes a outros crimes. Aí nos deparamos com esse crime específico, pontual, que estamos fazendo esse inquérito, e solicitamos permissão à Justiça para que pudéssemos investigar sigilosamente, sigilo esse que foi observado com escutas telefônicas.

Apuramos uma série de coisas que nos levaram a essa operação. Infelizmente, o que investigamos não é possível que seja dito numa sessão aberta. Reservo-me o direito de falar na sessão reservada, após esta sessão.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes de conceder a palavra pela ordem ao Senador Abelardo Lupion, informo que, legalmente, a CPMI pode ouvir depoentes, em caráter sigiloso, em sessão secreta, mesmo quando o processo está sob a égide do sigilo.

Portanto, após os trabalhos da CPMI, ouviremos o Superintendente da Polícia Federal.

Como há um pedido de palavra pela ordem, e ele regimentalmente tem direito a essa solicitação, concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O que nos deixa extremamente preocupados é que estamos com alguém de muita relevância na Polícia Federal.

Trata-se de pessoa que merece todo o nosso respeito e consideração. Tudo o que puder ser dito aqui, por insistência do Sr. Relator **ad hoc**, pode vir a incriminar e ocasionar um transtorno para o Superintendente e para a instituição.

Por essa razão, já fiz o apelo e o pedido da sessão secreta a fim de que possamos ter a tranqüilidade de não nos preocuparmos com quebra de segredo de justiça. É uma questão legal.

Portanto, peço a V. Exª que libere aqueles que são obrigados por lei a manter o segredo de justiça para que não se incriminem, porque pode haver uma informação relativa ao processo que não seja interpretada como normal e que, futuramente, ocasionará transtorno ao Superintendente da Polícia Federal.

Então, já temos essa possibilidade e acredito que possamos deixar que o Superintendente preste seu depoimento em sessão secreta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Respondo à questão levantada pelo Deputado Abelardo Lupion. Não há prejuízo desse questionamento. O Relator ou qualquer Parlamentar têm a prerrogativa de questionar, como o Superintendente da Polícia Federal tem o direito de responder ou não publicamente.

Então, prosseguiremos com os trabalhos.

Registro a presença do Deputado Plauto Miró.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – RR) – Sr. Presidente, eu ainda estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há uma questão de ordem e peço aos Sr. Parlamentares que realmente só solicitem a palavra pela ordem se alguma questão de ordem puder ser apresentada.

Concedo a palavra ao Deputado Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Trata-se da questão do próprio depoimento que está ocorrendo neste momento. A bem do esclarecimento, ouvi atentamente as palavras do Superintendente e, tanto eu quanto o Deputado Bengtson, ouvindo a forma como S. Sª acabou de explicar, não conseguimos entender se foi o Governador do Paraná que solicitou essa força-tarefa ou se ela foi organizada para verificar as atitudes do Governo daquele Estado ou de seu Governador. Ficou duvidoso o modo pelo qual V. Sª se pronunciou. Esse é um assunto que considero importantíssimo.

O SR. JABER SAADI – Peço desculpas se não esclareci bem o assunto e tentarei deixá-lo bem claro.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Já que V. Sª vai responder, há outra questão para completar. Solicito que V. Sª se limite a responder às perguntas que lhe forem feitas. V. Sª mencionou algumas vezes a sua opinião. Queremos saber o fato, não a sua opinião.

O SR. JABER SAADI – Perfeitamente.

Essa força-tarefa foi iniciada a pedido do Governador Roberto Requião ao Ministro da Justiça para serviços de inteligência no crime organizado.

MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Muito bem! Agora está claro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos prosseguir com o questionamento com o Relator **ad hoc**, Deputado Jamil Murad. Está presente o Vice-Presidente desta Comissão, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Embora o Superintendente da Polícia Federal, Dr. Jaber Saadi, seja um homem bastante experiente – por isso, exerce essa função –, reafirmo que eu, como membro desta CPMI e, neste momento, como Relator, e os outros membros desta Comissão devemos obter as informações que V. Sª possa prestar à sociedade e à Justiça brasileira bem como ao Congresso Nacional o mais precisamente possível. Crime existe no Paraná e esta é uma oportunidade de esclarecer os fatos. Então, farei as perguntas e S. Sª avaliará se está quebrando ou não o segredo de justiça.

Desde quando a Polícia Federal vem investigando a ligação do tráfico internacional de armas com a formação de milícias armadas pelos fazendeiros no Paraná?

O SR. JABER SAADI – Há alguns anos. Já fizemos algumas operações em outras áreas além de Ponta Grossa, apurando esse tráfico de armas e evitando esse conflito agrário.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Por que a Polícia Federal resolveu deflagrar a operação Março Branco neste momento?

O SR. JABER SAADI – O objetivo de deflagrar essa operação foi evitar justamente que houvesse algum conflito armado em campo. Sabíamos que havia armas e muita munição e, então, procuramos fazer com que se evitasse qualquer conflito e uma possível matança em campo.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – V. Sª responde se entender conveniente. Comenta-se que a operação foi deflagrada, entre outros motivos, porque haveria ação do grupo coordenado pelo Tenente-Coronel Copetti Neves, hoje preso. Foi uma atuação na área do acampamento Emiliano Zapatta, com o objetivo de eliminar uma das lideranças, chamada João Israel de

Souza, para desalojar as famílias e incendiar os barracos. O acampamento, onde, segundo informações publicadas pela imprensa, o Tenente-Coronel mantinha pessoas infiltradas para levantar informações acerca do cotidiano do MST na região, localiza-se numa fazenda da Embrapa, em Ponta Grossa. Nessa fazenda, inclusive, o Tenente-Coronel Copetti Neves tem terras griladas. Foi nessa operação que o Tenente-Coronel foi preso, Superintendente?

O SR. JABER SAADI – Essas questões fazem parte do inquérito policial e, infelizmente, estão sob segredo de justiça.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Além do envolvimento de membros da corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná, existem indícios de envolvimento de outros agentes dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo no esquema?

Queremos saber se, além de membros da Polícia Militar, como o próprio Tenente-Coronel Copetti, que está preso, há agentes de outros Poderes envolvidos.

O SR. JABER SAADI – Isso, igualmente, está dentro das investigações desse inquérito sob segredo de justiça.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Qual o envolvimento do Prefeito de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau Filho, no esquema armada pelo Tenente-Coronel Copetti e pelo Sindicato Rural de Ponta Grossa?

O SR. JABER SAADI – Infelizmente, não podemos dizer nada sobre isso, porque está sob segredo de justiça.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Mas, na reunião secreta, o senhor poderia dizer?

O SR. JABER SAADI – Sim, na reunião secreta, reservada, com V. Exªs, poderei citar alguns pormenores.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – É possível dizer quantos fazendeiros utilizam o serviço de milícias armadas em Ponta Grossa?

O SR. JABER SAADI – Também é questão de investigação desse inquérito policial.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – É possível afirmar que esse esquema de contratação de milícias armadas que funciona ao arrepio da lei estaria funcionando não só em Ponta Grossa, mas em todo o Estado do Paraná?

O SR. JABER SAADI – Todas as milícias existentes estão sendo investigadas e tudo que apurarmos vamos instaurar inquérito policial.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Qual a relação do Tenente-Coronel Copetti Neves com os fazendeiros envolvidos na formação de milícias no Paraná?

O SR. JABER SAADI – Segredo de justiça.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – A monografia que o Tenente-Coronel Copetti Neves defendeu no curso de Política Estratégica da Escola Superior de Guerra já tratava sobre estratégias de repressão aos movimentos sociais no campo. Ele foi o comandante do chamado Grupo Águia, da Polícia Militar, que desenvolvia operações de despejo de sem-terra por métodos violentos, na maioria das vezes durante as madrugadas, de 1997 até 2001, segundo notícias de jornais. Depois que ele deixou o comando do Grupo Águia, os mesmos métodos passaram a ser usados por milícias privadas contratadas por fazendeiros, como foi revelado pelo Inquérito Policial nº 78, de 2003, de Guarapuava, que resultou na prisão de oito fazendeiros e advogados durante a operação denominada Paz no Campo. Aquela apuração indiciou 17 e apreendeu mais de 50 armas de fogo, algumas de uso restrito do Exército brasileiro, segundo notícias de jornais. O que o senhor investigou e a que resultou chegou sobre essas informações comentadas pelos jornais?

O SR. JABER SAADI – Sobre esse inquérito de Guarapuava, quero esclarecer que ele foi concluído, relatado e está na Justiça para ser julgado. Não há um vínculo total entre um fato e outro, mas é o mesmo **modus operandi**.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Dr. Saadi, naquela ocasião, alguns fazendeiros disseram em depoimento que havia a contratação de milícias privadas, e que a secretária do Sindicato Rural pagava aos soldados que trabalhavam fora da corporação, como milícia privada, e o recibo era assinado pelo próprio Tenente-Coronel Neves. O que o senhor detectou nessa investigação?

O SR. JABER SAADI – Quero esclarecer que ouvimos várias pessoas, vários outros casos paralelos ao caso objetivo e todos eles se encontram dentro do inquérito com reserva na Justiça, com segredo de justiça.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Existe alguma outra relação entre a operação Paz no Campo e os fatos investigados atualmente pela Polícia Federal?

O SR. JABER SAADI – Me perdoe, não prestei atenção.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Dr. Saadi, existe relação entre a operação Paz no Campo e os fatos investigados atualmente pela Polícia Federal?

O SR. JABER SAADI – Existe plena...

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Relação?

O SR. JABER SAADI – Relação.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Ao investigar o tráfico internacional de armas, como a Polícia Federal chegou no Tenente-Coronel Copetti Neves?

O SR. JABER SAADI – Isso é segredo de justiça.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Mas um dos resultados foi a prisão dele pela Polícia Federal?

O SR. JABER SAADI – Bom, isso é de conhecimento geral.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Qual a exata ligação desse oficial da Polícia Militar com o tráfico internacional de armas?

O SR. JABER SAADI – Segredo de justiça.

O SR. RELATOR (Jamil Murad. PcdoB-SP) – Sr. Presidente, queríamos, então, ouvir o Superintendente da Polícia Federal, Dr. Saadi, em uma reunião secreta. Mas, mais uma vez, a Polícia Federal, nessa introdução, mostra que está ajudando a sociedade brasileira a se livrar daqueles que se organizam, ao arrepio da lei, para matar, prender, expulsar, gerando uma insegurança geral para a sociedade.

Nesse sentido, queria dar os parabéns pela exemplar atuação da Polícia Federal, porque, para enfrentar o crime organizado e os poderosos do crime organizado, só uma organização que tenha sintonia com o interesse da sociedade, passando por cima do poder local, das proteções, dos apadrinhamentos e do esquema de impunidade que existe não só no Paraná, mas no Brasil inteiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Relator **ad hoc**.

Quero apenas pedir a compreensão de todos, porque, em nosso Regimento, não há essa possibilidade de aplausos, nem de um lado, nem de outro. Para cumprirmos rigorosamente o que o Regimento nos impõe, pedimos a compreensão de todos para não se manifestarem durante os debates de hoje.

Agradeço ao Deputado Jamil Murad, e assume a Relatoria o Deputado João Alfredo.

Quero propor aos integrantes desta CPMI que liberemos agora o Superintendente da Polícia Federal, uma vez que vai prestar depoimento reservado.

Está presente também o Senador Sibá Machado, que acaba de chegar.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Sr. Presidente, antes da liberação quero fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É claro. Apenas com o objetivo de uma produção mais eficiente da CPI, sugeri que interrompêssemos agora para depois o ouvirmos na reunião secreta, mas é evidente que o Deputado tem o direito de formular a pergunta.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, quero também formular uma pergunta.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – É uma pergunta rápida, mas muito importante.

Dentro dessa visão de busca da paz, para que não haja conflito, e também essa questão do armamento, que preocupou muito a todos nós, pergunto se V. Sª pode nos responder agora, independente de segredo de justiça, se há ou não o envolvimento de treinamento internacional de guerrilha dentro do MST, a respeito das Farc ou alguma coisa ligada a esse treinamento internacional de guerrilha, ou isso é questão da guerrilha, do treinamento e não fez parte das investigações?

O SR. JABER SAADI – Não, não fez parte das investigações e quero esclarecer que a Polícia Federal não tem partido. A Polícia Federal trabalha em cima dos fatos, e, em cima dos fatos, temos apurado tanto de um lado como do outro. Nós temos feito operações no campo, fazendo busca em fazendas, como em assentamentos. Temos apurado dos dois lados.

Então, não há nenhum envolvimento político nessa operação, e, infelizmente, eu não tenho conhecimento do fato sobre o qual V. Exª nos pergunta.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, o Senador Sibá Machado, para encerrarmos o depoimento do Superintendente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, desculpe o atraso, estou viajando desde ontem, às 23 horas, para tentar chegar no horário aqui.

Dr. Saadi, a única pergunta que eu queria fazer ao senhor – desculpe-me ter chegado atrasado – é se a Polícia Federal promoveu escutas telefônicas.

O SR. JABER SAADI – Com autorização judicial.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E será possível depois termos acesso a algumas informações dessas escutas?

O SR. JABER SAADI – Isso na sessão reservada.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O.k.! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, o Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, é só para, em primeiro lugar, justificar o nosso atraso, em virtude do vôo. Estamos vindo de Fortaleza, que é um pouco

longe daqui. Mas entendo que, até para o bom andamento dos trabalhos desta CPMI, deveremos ainda hoje, por determinação de V. Exª, tomar, reservadamente, o depoimento do Sr. Superintendente, para que este Relator possa compreender na plenitude a situação aqui, no Estado do Paraná.

Acho importante o trabalho feito aqui pela Polícia Federal, como, de resto, em todo o País. Permitir-me-ia apenas, Sr. Superintendente, fazer um reparo: V. Sª disse que, infelizmente, não tinha provas do envolvimento com guerrilha, com as Farc. Acho que é felizmente mesmo, acho que deve ser colocado de outra forma. Nós temos que achar que estamos trabalhando pela paz no campo. Que aqueles casos em que se comprova, como se comprovou, a violência, são os que devemos lamentar.

Quero parabenizar a polícia pela sua atuação, instigar o Judiciário a fazer a apuração da forma mais rigorosa possível, e trabalhar pela paz no campo. Digo isso porque ouvi V. Sª responder a pergunta do nosso companheiro Deputado dizendo que "infelizmente"... Não sei se entendi mal, se V. Sª quiser esclarecer, acho que é importante para nós.

O SR. JABER SAADI – Perdoe-me, Exª, gostaria de fazer um esclarecimento. A Polícia Federal trabalha de forma compartimentada, e estou respondendo pelo Estado do Paraná. Então, quando eu disse que infelizmente eu não tenho notícia para expor, eu não quis dizer que nós, da Polícia Federal, no todo, não temos notícia. Eu, aqui no Estado do Paraná, não tenho notícia sobre o fato.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas me explique o "infelizmente", porque parece que V. Sª lamenta porque não tem prova do envolvimento do MST com as Farc.

O SR. JABER SAADI – É porque parece-me que houve uma colocação de que haveria, e, infelizmente, não posso confirmar. Eu esclareci?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Queremos agradecer ao Superintendente da Polícia Federal. Pedimos, então, que V. Sª nos aguarde para uma reunião secreta ao final desta reunião aberta.

Convoco o Tenente-Coronel da Polícia Militar, Valdir Copetti Neves para o seu depoimento.

Pedimos a ele que tome assento na cadeira do lado esquerdo.

Regimentalmente, o depoente tem o direito de ter ao seu lado o seu advogado, que, no entanto, não pode se pronunciar, apenas assessorá-lo – ele não pode fazer uso da palavra. (Pausa)

Aqui está o termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

Nome completo: Valdir Copetti Neves. Seguem os seus dados: nº da identidade; idade: 50 anos; CPF; estado civil: divorciado.

O depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º da Constituição Federal.

O depoente assinará o termo de compromisso, para prestar seu depoimento a esta Comissão. (Pausa.)

Como é norma na Comissão Parlamentar de Inquérito, oferecemos a oportunidade ao depoente de se pronunciar preliminarmente se desejar.

Consulto o Tenente-Coronel Valdir Copetti se deseja fazer uso da palavra antes das indagações.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Sim, Excelência, gostaria de fazer uma exposição, para, depois, responder as perguntas que me forem dirigidas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não. O senhor tem a palavra.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, gostaria de contestar, porque o nosso depoente está aqui para ser inquirido. Ele não está aqui como convidado. Então, penso que temos a obrigação de ir diretamente às perguntas e não permitir esse tipo de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio não haver inconveniente em que o depoente se pronuncie pelo fato de ser convocado. É óbvio que é convocado, e, por isso, fizemos a leitura do seu termo de compromisso. Creio que o depoente tem o direito de fazer sua exposição, até em nome do bom resultado do questionamento que se fará. É importante que faça o seu depoimento inicial.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, não quero contestar V. Exª, mas quero deixar muito claro que caberia, então, um pedido de posicionamento dos membros da Comissão, só para que não haja dois tratamentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Apenas em respeito ao Senador Sibá Machado, quero adiantar que todos os depoentes convocados tiveram essa oportunidade que estamos conferindo ao depoente de hoje. Só não tiveram essa oportunidade aqueles que não desejaram, mas foram consultados sobre o desejo de se pronunciarem antes das perguntas.

Portanto, tem o nosso convocado, o Tenente-Coronel Valdir Copetti Neves, a palavra, para fazer seu pronunciamento antes das indagações.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Sr. Presidente, vou dividir a minha fala em três fases. Vou falar, em primeiro lugar, da pessoa que sou e do que fiz para a população do Estado do Paraná; vou falar, num segundo momento, da minha prisão, por que estou preso. Finalmente, tenho em mão dossiês que gostaria de repassar às suas mãos, provavelmente em caráter reservado.

Sou uma pessoa de origem humilde, nascido no interior do Estado de São Paulo, em um sítio. Então, conheço a vida de todos os lados, conheço as dificuldades.

Consegui caminhar realizando três cursos superiores. Sou engenheiro civil pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica. Tenho curso também de oficiais na Academia Militar do Guatupê. Fiz vários cursos. Estive nos Estados Unidos em curso e em visitas ao FBI. Tenho medalha de mérito por ter praticado grandes serviços para o Estado do Paraná, o que conferiu à minha carreira três pontos e a medalha. Todas as minhas promoções se deram por merecimento. Pertenço ao quadro de honra da Polícia Militar, e, segundo informação que tenho, somente 52 policiais militares conseguiram isso na história da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Foram-me deferidos vários diplomas e louvores pela Assembléia Legislativa de Curitiba, moção também pela Assembléia Legislativa de Curitiba, título de mérito policial como um dos melhores policiais do ano, placa por bons serviços prestados, entre outros muitos elogios que já tive na minha vida.

Hoje, estou preso, por uma saga política, porque sou um defensor do direito de propriedade, fincado na Constituição Federal. Sou a favor daqueles que compram e pagam, não daqueles que tomam.

Nos Governos passados, muitas vezes, fui convocado pela Justiça e pelo próprio Governo do Estado para realizar algumas reintegrações de posse no Estado. Em cumprimento da lei, porque vivemos em um País democrático, as instituições devem ser preservadas, não podem ser desacreditadas. O Ministério Público e o Poder Judiciário precisam fazer cumprir as suas determinações, porque senão não estaríamos vivendo num País democrático.

Quero dizer também aos senhores que não sou contra os sem-terra e nunca persegui os sem-terra.

(Manifestação dos presentes na audiência.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Solicito que a manifestação seja contida.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Sou contra, sim, essa liderança criminosa do Movimento Sem-Terra e vou dizer o porquê.

Escrevi muitas coisas sobre os sem-terra, na Escola Superior de Guerra. Escrevi sobre o Movimento Sem-Terra, dizendo o que é esse movimento. Fiz uma monografia na Pontifícia Universidade Católica, em Direito Agrário. Quando fui coordenador da área de conflitos agrários da Codesul, envolvendo Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, eu, como Presidente da Comissão, fiz um projeto dito "Fazenda Escola da Cidadania Rural", porque conheço a história dos sem-terra e sei quem quer realmente trabalhar e quem quer tirar dinheiro.

Se fosse um ato criminoso que eu tivesse praticado, eu não estaria mostrando a realidade dos fatos. Essa liderança obriga os acampados, os assentados, a uma escravidão branca. Tem muita gente aqui que está debaixo da lona e que sabe o que estou dizendo. Tem muita gente aqui também que lidera o movimento e que sabe o que estou dizendo. Obrigam as pessoas a ficarem determinado tempo dentro desses acampamentos e a não saírem mais. Só saem com a determinação dessa liderança.

Essa liderança, sim, é que faz a política rasteira, faz a política criminosa, usa essas pessoas como massa de manobra, faz essas pessoas de boa índole, que querem realmente trabalhar, como seus escravos, como sua massa de manobra, porque, na realidade, esse movimento, essa liderança – quero colocar bem claro – não quer a reforma agrária. Ela quer o poder, ela quer retroceder a um regime que o mundo já aboliu.

Nós vivemos onde existe o direito de propriedade, onde existe o direito da defesa de propriedade. Não podemos abolir isso. Do momento em que abolimos o nosso direito de propriedade, a democracia sucumbiu. Essas pessoas que existem lá dentro desses acampamentos, muitas vezes, não sabem o porquê, mas ali dentro se cria um país independente, com suas próprias leis, com suas obrigações. As pessoas que estão lá dentro, muitas vezes, não podem nem sair, ver seus parentes, receber visitas. Essa liderança obriga essas pessoas a não deixarem ninguém invadir esse acampamento, entrar nesse acampamento.

Senhores, se a reforma agrária é democrática, por que ninguém pode entrar dentro do acampamento?

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Esta é uma coisa nova que está acontecendo em nossa CPMI: uma pessoa que foi convocada está aqui fazendo um

discurso político. Ele veio aqui para ser questionado e não para fazer discurso.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, acho muito estranha a reação do Deputado Adão Pretto, porque, em todos os pronunciamentos que José Rainha e Stédile fizeram em nossa Comissão, ninguém lhes cassou a palavra.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Mas eles não estavam presos.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Então, é inadmissível que nós não deixemos ter ampla defesa o convocado. Não podemos aceitar esse tipo de comportamento.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Faço um apelo aos integrantes desta Comissão para que permitam que os trabalhos sejam orientados como de costume. Estamos dando oportunidade ao acusado de apresentar a sua defesa. Creio que, no processo democrático, isso é indispensável. Essa é uma preliminar indispensável para que esta CPMI possa ter autoridade para, ao final, indiciá-lo, se julgar necessário. Mas, antes de ouvi-lo, antes de permitir que faça a sua defesa, esta CPMI não terá autoridade de propor qualquer indiciamento.

Portanto, faço esse apelo aos Srs. Parlamentares, até para ganhar tempo, porque, enquanto eu for Presidente, vou assegurar o direito à palavra a quem vem depor nesta CPMI.

Portanto, ele tem o direito de falar e vai falar.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente, apenas para esclarecimento à Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Ele veio como depoente. Ele está preso por um órgão de grande respeito, a Polícia Federal, depois de uma investigação, depois de se quebrar o sigilo telefônico dele – e havia indícios de criminalidade grave. Por isso, um oficial da PM está preso; do contrário, ele não estaria preso. Ele pode se defender...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr Presidente, é inadmissível esse tipo de comportamento!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil Murad e Deputado Abelardo Lupion...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Na hora em que ele for responder, ele se defende. Ele pode dar a opinião dele.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O depoente tem o dever e o direito de poder prestar os seus esclarecimentos. O Deputado está condenando o nosso depoente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu peço a V. Exªs que se comportem de conformidade com o Regimento.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu não o estou condenando. A Polícia Federal é que, ao verificar as gravidades dos crimes praticados pelo oficial da PM, desonrou a farda que ele está vestindo. É por isso que ele está preso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil Murad, este não é o momento para a demonstração da sua revolta. Este é o momento para a maturidade, para a seriedade e para a responsabilidade.

Quero esclarecer até àqueles que aqui compareceram, honrando-nos com as nossas presenças, que o Regimento confere esse direito ao convocado. Não há diferença. O Regimento não proíbe isso.

Como Presidente e democrata, faço questão de ouvir todos os convocados. Vou limitar o tempo. Vou pedir ao convocado – até me refiro sempre ao "convocado", para que não imaginem que estou tendo uma consideração especial com o depoente – que conclua o seu pronunciamento em oito minutos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço ao Senador Sibá Machado que nos permita dar continuidade aos trabalhos, a menos que seja uma questão de ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr Presidente, não me retire a palavra, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A menos que seja uma questão de ordem, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estou pedindo a palavra pela ordem, o que é um direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, faça a sua questão de ordem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não, Sr Presidente.

Em primeiro lugar, não vejo motivo para as exaltações. Somente quero dizer que vivemos situações parecidas com estas em que as pessoas não tiveram direito de fazer isso. Quando tentaram fazê-lo, nós os brecamos, como no caso lá de Brasília.

Só estou entendo qual é o ritmo do nosso trabalho. Portanto, se a ele é permito fazer um esclarecimento anterior, peço a V. Exª a suspensão do depoimento dele. Vamos ouvir as informações que o Superintendente da Polícia Federal tem para dar. Assim sendo, sinto-me prejudicado para fazer qualquer pergunta ao depoente diante desses fatos.

Quero recomendar ao Sr. Presidente que suspenda o depoimento dele. Vamos ouvir o Superintendente e, na seqüência, poderemos continuar os trabalhos da forma como V. Exª entender melhor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço ao Senador Sibá Machado que ouça a conclusão do depoimento.

V. Sª, já que lhe tomaram dois minutos, tem agora cinco minutos para concluir o seu depoimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E o meu encaminhamento, Sr. Presidente?

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço ao Deputado Abelardo Lupion...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E o meu encaminhamento, Sr. Presidente?

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, não é justo. S. Sª não teve direito aos vinte minutos de praxe.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas terá esse direito ao responder às indagações.

Peço-lhe que conclua o seu depoimento.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Quero dizer por que realmente fui preso. É uma perseguição política terrível. Vou ler um documento para V. Exªs. Posteriormente,...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, se for para ser tratado desse jeito, recuso-me a continuar na reunião. Não aceito um depoimento feito dessa forma.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Um cidadão tem todo o direito à defesa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Perseguição política não aceito, Deputado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – V. Exª respeite o lugar onde está presente!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu o estou respeitando, mas estou sendo desrespeitado. Esta Comissão está sendo desrespeitada.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – V. Exª não conhece o depoente, não conhece o passado do depoente, para ficar fazendo um circo aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O nosso depoente está dizendo que é um perseguido político!

(Manifestação dos presentes na audiência.)

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V. Exª a palavra.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – S. Sª está desrespeitando a Polícia Federal pelo trabalho que fez e está dizendo que é perseguição política, que não foi um trabalho sério. É um desrespeito! O depoente está desrespeitando, com essa acusação, inclusive a Polícia Federal! Nunca se fez isso nesta CPMI, é a primeira vez!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço-lhe que ouça, agora.

É claro que este tema apaixona e divide. É preciso, no entanto...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Só peço que V. Exª recomende ao depoente que se coloque no seu lugar, que não conduza dessa maneira, pois assim não vai dar certo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O mínimo que se exige das pessoas que se elegem pelo voto do povo é o respeito aos princípios democráticos. Não há como negar o direito a quem é acusado de defender-se. Não há como fazer prejulgamento seja de quem for.

Portanto, peço que possamos dar continuidade aos trabalhos, inclusive para que os Senadores e Deputados possam indagar o depoente.

Peço-lhe que conclua o seu depoimento em cinco minutos.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Vou dizer-lhe que minha prisão é em razão de perseguição política. Vou dizer o porquê.

Antes da CPMI da Câmara Federal que investigava as atividades do narcotráfico, a Delegacia Anti-Tóxicos e o Grupo Fera, chefiado pelo Dr. Adauto Abreu, ouviu um traficante conhecido como Pacheco, que era diretor de um colégio nesta cidade. O mesmo disse que costumava vender cocaína para o Delazari, que era assessor da Procuradoria-Geral da Justiça; que essas vendas eram feitas no bar do Hally, à rua Padre Germano Mayer; que, em razão disso, Delazari foi afastado da assessoria da Procuradoria-Geral até que os trabalhos da CPMI terminassem. Todos os policiais da delegacia sabem disso, bem como o Dr. Adauto e a Drª Leila.

O irmão de Delazari, Emiliano Delazari, foi preso na Prisão Provisória de Curitiba, do AU, quando levava na barra da sua calça, para um preso que era seu amigo, cocaína. Foi levado para o 4º Distrito por policiais do Batalhão de Guarda. Para lá foi mandado o irmão de Delazari que mandou um delegado da

Polícia conversar com a Drª Sônia no sentido de não fazer nada. Ambos trabalhavam na PIC, à época. Foi um fato vergonhoso que deu até notícia de jornal, sendo de domínio público as ocorrências registradas no Presídio e no Batalhão de Guarda.

A família Delazari é de Colorado, onde o irmão do secretário é político. Por ocasião das eleições municipais de outubro de 2004, a família resolveu unir forças para fazer vencer o candidato a prefeito com quem tinha ligações. Para tanto, destruiu a reputação do candidato contrário, que acabou ganhando por larga margem de votos a eleição.

Para poder monitorar todas essas pessoas adversárias do pessoal que apoiava Delazari, resolveu, então, interceptar telefones do grupo, para tanto fraudando auditoria militar do Estado.

O Delegado Ari Herbert, que me considera como seu inimigo, hoje chefe do Sisesp, que foi, durante anos, informante do SNI, no tempo da ditadura, forjou o pedido de interceptação telefônica, afirmando que a petição estava a investigar uma quadrilha formada por policiais militares que atuava na região. Inusitadamente, não há referência nenhuma a nome de policiais militares, havendo apenas um pedido de interceptação telefônica, fixo da companhia de PM.

Mas, em nome, aparecem outros alvos, outras pessoas que são ligadas ao candidato adversário do seu pai e de seus irmãos. Com tantas e tantos outros, cada pessoa figurava tendo dois ou três celulares, o que é inverossímil na cidade de Colorado, razão pela qual esses outros telefones seriam de pessoas também ligadas ao grupo político adversário.

Assim, por um estelionato jurídico contra o Ministério Público e o Poder Judiciário, que foram induzidos a erro, dando legalidade a esses telefonemas criminosos, a investigação sobre a quadrilha de PM não deu em nada. E, com certeza, no Sisesp, não há nem o registro de documento desse.

E mostra que existia investigação a respeito disso, de uma suposta quadrilha. Os Delazari optaram pela auditoria militar e, por isso, criaram uma quadrilha de PMs, já que os PMs são processados pela auditoria, porque o juiz e a promotora de Colorado jamais seriam induzidos em erro, até porque conheciam as pessoas que estavam sendo interceptadas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Sª tem um minuto para concluir.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Um pouco antes das eleições, Delazari, com os veículos da Ouvidoria do Estado, no Sisesp, e com forte esquema policial, criou um verdadeiro clima de terror em Colorado. Os fatos foram tão graves, que foi ajuizado uma representação contra Delazari; todos os fatos são noticiados, entre os mais, e estão entrando no Ministério Público Federal Eleitoral e no Ministério Público Estadual. O Secretário Delazari é habituado a fazer grampos telefônicos, inclusive de diversos Deputados e outras pessoas, de seus inimigos.

O Sisesp tem um aparelho chamado Guardião, que pode fazer 600 investigações telefônicas concomitantemente. Embora esse aparelho tenha custado R$1 milhão, ele está sendo utilizado no Serviço de Informações e não na Delegacia de Polícia, onde iria realizar as investigações.

Estas aqui são informações que chegaram para mim, anonimamente; me entregaram.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço ao depoente que...

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Todos são objeto... Toda essa leitura nossa aqui... São alvos de processos criminais. Já estão correndo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço ao depoente que encaminhe à Comissão os documentos.

O SR. VALDR COPETTI NEVES – Isso será feito, Excelência, pelo meu advogado. Inclusive, os demais dossiês.

Isso significa realmente uma pressão, uma briga política. Tenho aqui também outro dossiê que vou passar à Comissão, que se refere ao Sr. Padre Roque Zimmerman. Esse cidadão, que é Secretário... Existe um dossiê da vida dele...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço que conclua, porque o seu tempo está esgotado.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – ... e dos crimes praticados. Eu só queria mostrar aqui o dinheiro recebido. São depoimentos assinados por pessoas que foram vítimas. Aqui, tem dinheiro passado para o MST, para os cupinchas do Padre Roque na época – era passado para ele, quando era Deputado Federal.

Aqui, tem uma carta escrita do gabinete do Padre Roque para o Roberto Baggio. Um cidadão lá, desses coitados que estão embaixo da lona, que não merecem isso e que estavam passando escravidão branca... Esse cidadão aqui, apavoradamente, disse: "Olha, Padre Roque, eles vão acabar sabendo que, aqui, no nosso acampamento, existe realmente escravidão branca!"

Quanto à minha área, pedi reintegração de posse. Tenho a reintegração de posse da minha área. Sou legítimo dono. Está aqui a reintegração de posse da área.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O depoente poderá, durante o interrogatório, fazer referência a essa questão. Peço apenas que encami-

nhe a documentação, para que a CPMI possa investigar os fatos.

Vamos, então, passar a palavra ao Relator da Comissão, o Deputado João Alfredo.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para uma questão de ordem. Como é que V. Exª vai proceder? Gostaria de me inscrever para falar logo após o Relator. Não recebi ainda a lista das inscrições. Eu gostaria de me inscrever para falar logo após o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não. Está V. Exª inscrito.

Faremos como sempre esta Comissão procede: primeiramente, o Relator faz as indagações, e, depois, por inscrição, os demais Parlamentares falarão. É V. Exª o primeiro inscrito, depois do Relator.

O SR. (Orador não identificado) – Faço uma questão de ordem ao Presidente, pela defesa do Coronel Neves.

A Defesa gostaria de se posicionar, pela ordem, fazendo o acompanhamento do Coronel Neves. O Coronel Neves sofre de um processo criminal junto à Justiça Federal. A indagações que se...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sr. Advogado, lamentavelmente, não podemos ouvi-lo. Apenas a sua presença é assegurada para assessorar o depoente, mas o Regimento impede que faça uso da palavra.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V. Exª a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, a intenção do advogado, acredito eu, é a de que... Assim como no depoimento anterior do Superintendente da Polícia Federal, este processo está sob sigilo, segredo de Justiça. Esse processo está sendo acometido de algumas complexas determinações. Então, gostaríamos que V. Exª esclarecesse o depoente de que ele não é obrigado a responder a qualquer tipo de pergunta que o incrimine.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado, a sua questão...

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

(Manifestação dos presentes na audiência.)

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, se houver mais uma manifestação, eu pedirei que V. Exª esvazie o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Queremos contar com a colaboração... Certamente, o público que aqui vem é um público educado, civilizado, que merece todo o nosso respeito. Tenho a convicção de que não haverá necessidade de fazer mais nenhum tipo de apelo em nome do bom andamento dos trabalhos.

Respondo à questão de ordem do Deputado dizendo que fizemos a leitura do termo de compromisso assinado pelo depoente. E, nesse termo de compromisso, o art. 5º da Constituição estabelece que ele não é obrigado a depor contra si próprio. Portanto, não há necessidade de nenhum tipo de esclarecimento. A Constituição é que assegura a ele esse direito. E ele assinou esse termo de compromisso.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, antes de fazer as minhas indagações, eu queria lamentar o linguajar chulo do convocado, ao se referir a um ex-Deputado Federal e aos que trabalham com ele como cupinchas. É um linguajar inadmissível para um oficial da Polícia Militar. Isso é inadmissível numa CPMI e numa reunião do Congresso Nacional como esta. E é um desrespeito a um parlamentar do Estado do Paraná. Tenho muitas divergências com alguns Deputados do Paraná, mas nunca me referi a nenhum deles com esses termos que agora ouvimos do Coronel Copetti Neves.

Então, eu queria fazer esse registro e pedir para que se retire dos Anais a expressão injuriosa do depoente.

Ouvi o depoente falando que ele é um defensor do direito de propriedade dos que compram e dos que pagam. Recebi uma notícia – evidentemente que eu gostaria de começar com esta questão – de que a área que ele pretensamente possuiria seria uma área grilada à Empresa Brasileira de Produção Agropecuária, a Embrapa. Inclusive, foi-me passado um mapa do Incra, que é um órgão federal, em que essa área – que está aqui em amarelo e que, pretensamente, pertenceria ao depoente – seria, na verdade, da Embrapa.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Eu tenho a dizer que está aqui o contrato de compra e venda da área. Está aqui. É uma posse de mais de trinta anos, de 1970, a qual eu comprei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Vamos querer essa documentação, porque estamos analisando, Sr. Copetti, nesta CPMI, por conta da questão

fundiária, o problema da grilagem de terra. E, no Estado do Pará, se todos os documentos dos pretensos proprietários forem válidos, deverá haver uns quatro ou cinco andares de terra, devido ao processo de grilagem que existe lá, inclusive um processo de grilagem de quase cinco milhões de hectares, que começou com pouco mais de 50 mil hectares.

Então, é importante que V. Sª passe a escritura, mas eu gostaria que V. Sª nos passasse a certidão vintenária também.

Outro dado importante é que, se for área pública, Sr. Copetti, ela não pode ser objeto de ação de usucapião.

É importante que V. Sª traga para esta CPMI essa certidão vintenária, trintenária, para que possamos, inclusive, conhecer a origem dessa propriedade – e não simplesmente um contrato de compra e venda, porque sabemos que o Brasil está cheio disso.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Deputado Abelardo Lupion...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu tenho direito a uma questão de ordem.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – V. Exª não tem o direito de me interromper quantas vezes quiser.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu tenho direito a uma questão de ordem...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não tem. Não no meu depoimento.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Todas as vezes em que é inquirido qualquer candidato, V. Exª faz todas as perguntas e, depois, tem as respostas. Isso aqui não é um diálogo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É useiro e vezeiro em atrapalhar o trabalho desta Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Abelardo Lupion, V. Exª já fez a questão de ordem, e, realmente, ela não tem procedência.

Tem a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – V. Exª, depois, faz a defesa do Coronel Copetti, na sua vez – aliás, é o que vem fazendo desde o começo.

(Manifestação dos presentes na audiência.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mais uma vez, quero pedir a compreensão de todos os que estão aqui. Não vamos fazer nenhum tipo de ameaça de evacuar o plenário, porque não o faríamos em hipótese alguma. Mas quero, na contrapartida, contar com a colaboração de todos os presentes.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É inadmissível o comportamento do Deputado Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Se V. Exª citar meu nome, vou pedir direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço ao Deputado João Alfredo que faça as perguntas que deseja fazer.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Contanto que não seja mais interrompido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não será interrompido.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ok. Então, vamos em frente.

Fiz uma solicitação ao Sr. Copetti para que ele apresentasse a origem da propriedade que ele diz ocupar. A segunda pergunta vai na mesma linha: Sr. Copetti, a notícia que temos é a de que o fato da sua prisão em flagrante se originou por uma possível organização de jagunços para fazer a desocupação dessa área que estaria sendo ocupada. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Quanto ao primeiro questionamento, eu responderei. Quanto ao segundo, faz parte de um processo regular, tramitando pela Justiça Federal, onde serei ouvido e esclarecerei em juízo.

A primeira pergunta, sim, eu a responderei, Excelência. Para a segunda, eu invoco silêncio.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Qual é a segunda em que o senhor invoca silêncio?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – A segunda pergunta que o senhor fez.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Da segunda pergunta...

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Quanto à área, eu já mostrei e novamente mostro que existe um processo correndo na Justiça de usucapião...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Isso que V. Sª está mostrando é um contrato.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – É um contrato de compra e venda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não é a certidão?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não é a certidão. É um contrato de compra e venda onde existe uma ação de usucapião tramitando pela Justiça Federal. Quem quiser é só buscar na Justiça Federal, senhores.

Quanto à segunda, invoco meu direito constitucional de permanecer calado, porque serei ouvido em juízo sobre os motivos da minha prisão.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Coronel Copetti, o senhor é bacharel em Direito. O senhor

sabe que o contrato de compra e venda não lhe dá o direito de propriedade. O senhor sabe que o que lhe dá o direito de propriedade é o registro no cartório de imóveis. Então, eu lhe perguntei se o senhor é proprietário, o senhor me mostrou um contrato. E, agora, o senhor diz que está tramitando uma ação de usucapião. Então, o senhor não é proprietário dessa área?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Imagino que V. Exª também é bacharel em Direito, advogado, tem o conhecimento das leis, e o senhor sabe que existem duas formas de o senhor adquirir uma área: uma pela posse; outra pela aquisição. Certo, Excelência? Então, eu tenho uma posse, uma posse justa, mansa e pacífica.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor tem uma posse...

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Uma posse justa, mansa e pacífica. Há mais de 30 anos essa posse existe ali. Estou regularizando...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mais de 30 anos em...

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Por favor, Excelência, deixe-me concluir.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois não, vou ouvir.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Mais de 30 anos... Eu adquiri essa posse com mais de 30 anos. Faz cinco ou seis anos que adquiri essa posse.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Há cinco ou seis anos, o senhor adquiriu...

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Por favor, deixe-me completar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É só para esclarecer: o senhor a adquiriu há cinco ou seis anos.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Sim, há cinco ou seis anos. E atualmente está tramitando para regularizar a área, inclusive com perícia já determinada pelo Juiz da área, só faltando o julgamento, Excelência. Então, a posse... O senhor sabe que o art. 1.210 do Código Civil...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu sei.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – ...é bem claro quanto ao direito de posse... Não impede a sua posse, não impede o senhor de fazer defesa da sua posse. Não precisa ser proprietário, Excelência. O senhor bem sabe disso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu sei disso. Por isso é que V. Sª, há pouco, afirmou que era proprietário, voltou atrás e afirmou que era posseiro. Então, é importante colocar isso. O senhor não tem o título de domínio...

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Eu tenho a posse legalmente. V. Exª sabe...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não, está claro. Está claro. O senhor adquiriu uma outra área de um outro posseiro e o senhor, então, está em processo de usucapião. Agora eu quero ler para o senhor...

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Tramitando...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu quero ler para o senhor...

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Excelência, me permita. Está tramitando...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tramitando... Eu entendi tudo.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Tramitando, com todas as partes, os confrontantes...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu entendi tudo.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Todos aqueles que tivessem...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu entendi, Coronel Copetti.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Se alguém aparecer com uma melhor documentação do que a minha...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Está claro, Coronel Copetti.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Está certo, Excelência?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Está claro.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – O senhor sabe que está claro. Isso é de lei. O Código Civil nos autoriza...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Está claro.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – A Constituição Federal nos autoriza.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu vou ler a Constituição para o senhor, porque, num primeiro momento, a resposta vem, e parece que está respondido, mas não está.

O art. 191 da Constituição Federal fala do usucapião e, no seu parágrafo único, diz claramente – exposição explícita da Constituição: "Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião".

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Excelência, quem vai dizer isso é o Juiz.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É claro, claro. É só para deixar claro isso aí.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Excelência, quem vai dizer isso é o Juiz.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É claro, claro. Vamos ainda à legalidade. Na legalidade, V. Sª não é proprietário do terreno da área ocupada que se diz que é da Embrapa, que V. Sª está procurando legalizar por meio de usucapião. Temos notícia de que o senhor estava preparando um despejo dessas famílias. É a notícia que temos. Mas o senhor disse que isso está ligado ao outro inquérito, ao processo que corre em segredo de justiça.

Evidentemente, talvez fosse importante, Sr. Presidente, da mesma forma que vamos ouvir o Superintendente da Polícia Federal em sigilo, que pudéssemos ouvir o Sr. Valdir Copetti Neves também em sigilo, para que ele pudesse responder a essas questões que ele não quer responder publicamente, até por determinação judicial. Ele poderia fazê-lo a esta Comissão, de forma reservada.

Mas veja: temos notícia, Coronel Copetti, de que houve, aqui no Estado do Paraná, uma ação muito violenta de desocupação da Fazenda Santa Gertrudes, ocorrida entre os dias 9 e 10 de julho de 1998. Tenho em minhas mãos, o dossiê do Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio e da Política Governamental de Violação dos Direitos Humanos no Paraná/Brasil – não sei se V. Sª conhece esse dossiê. Temos também um depoimento aqui – isto não está em segredo de justiça – do Sr. Antônio Cláudio Cardoso de Meira, que trabalhava – parece-me – no Grupo Águia para fazer a filmagem. Se tivéssemos depois condições de exigir, talvez fosse importante até conhecermos de que forma agia aqui no Paraná esse grupo Águia. Temos a fita também. Como estamos com limitações de natureza técnica – pode ser que, no final, a gente consiga resolver isso –, estou me valendo desse depoimento.

Aqui, o depoimento é o de que essa ação foi realizada a partir da meia-noite e traz uma série de detalhes, que são dados por um policial militar. Não foi um depoimento de um integrante do MST, mas sim de um policial militar, que fala claramente que quem estava à frente do caso era o Major Neves. O comandante do Batalhão do Campo Mourão, na época, era o Tenente-Coronel Darci Dalmo. Quem estava dando as coordenadas era o Major Neves. E fala que o comboio entrou com luzes apagadas, que, por volta de uma hora da manhã, entraram na fazenda, que eram cerca de 500 policiais e que havia a ordem de tomada da fazenda. Quanto aos vigias que estivessem lá, eles iriam tentar silenciá-los, para não haver nenhum tipo de alarme.

Aí vem:

"A tropa toda entrou correndo dentro do acampamento. Cada um tinha o objetivo de chegar no barraco e dominar a situação da forma que achasse que deveria entrar com arma e dominar o pessoal, principalmente homens. Aí começou aquela situação que a gente não esperava. Quando a gente estava entrando, foi solta uma bomba de efeito moral..."

Por que o senhor está rindo, Coronel?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Estou aguardando a sua...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Por que o senhor ri?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não estou rindo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Continua o policial:

"Ela fez um estrondo grande, e o pessoal começou a se assustar. A gente já via as pessoas gritando, os policiais entrando nos barracos, dominando, gritando para o pessoal pôr as mãos na cabeça, crianças circulando. Naquele momento, eu realmente fiquei perdido na situação".

É o policial militar que fazia as filmagens que cita isso.

"Começaram a sair tiros para todos os lados, e não sabíamos se os tiros eram de sem-terra ou de polícia. Aí só fui me acalmar quando comecei a notar que quem estava atirando era o nosso próprio pessoal. O pessoal do Águia é que atirava para cima. Então, comecei a me acalmar. A primeira providência era chegar e quebrar a lâmpada para dominar a situação com as lanternas. Começou a gritaria, ninguém se entendia, só se viam crianças correndo, pessoas pedindo pelo amor de Deus para ter calma, pois ia criar trauma nas crianças, que estavam chorando, pedindo pela mãe, porque estavam perdidas."

A situação era a seguinte: os policiais chegavam (vale lembrar que comandados por V. Sª), apartavam as mulheres e as crianças, não deixavam que pegassem nada e as mandavam descer para uma baixada. Os homens eram dominados, com as mãos na cabeça; alguns deitavam no chão. Dominavam a situação, colocavam todos em fila indiana e os faziam correr."

O Deputado Nilmário Miranda, hoje Ministro, pergunta: "Houve resistência?" Responde o policial:

"Nenhuma, resistência nenhuma. Isso foi o que me deixou assustado e indignado com a situação. Havia uma criança de seis meses, e não deixaram a mãe nem pegar uma coberta nesse dia. A criança só estava com a roupa do corpo chorando.

Todos aqueles homens iam chegando em fila indiana, naquela gritaria, correndo, tinham de deitar no chão..."

E segue todo esse depoimento. Pergunta, então, o Deputado Nilmário Miranda: "O oficial de justiça foi

junto na frente?" "Não, senhor, eu não tinha nem conhecimento de oficial de justiça."

O que V. Sª diz a respeito deste caso?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Em primeiro lugar, quero dizer que sempre respeitei o direito das pessoas. Em segundo lugar, pergunto a V. Exª: tem algum processo regular tratando desse assunto, ou são apenas indagações levianas?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – V. Sª não pergunta, porque V. Sª é o inquirido. Eu lhe fiz uma pergunta: o que V. Sª tem a dizer disso? V. Sª comandou a desocupação de posse nessa fazenda Santa Gertrudes?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Volto a dizer aos senhores: só respondo esse questionamento se disserem que existe um processo tramitando na Justiça ou no Tribunal que me incrimine. Agora, crime é isto aqui: "Sem-terra invadem..." Isto sim! E matam pessoas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não, não, não. O senhor...

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Isso, sim, é crime.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, da próxima vez que isso for tratado dessa maneira...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Coronel Copetti, o senhor está desdenhando desta CPMI, como talvez o senhor desdenhe da Polícia Federal, da lei do País.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não admito, Deputado Lupion, não admito.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Então, não admita nada.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não admito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Lupion, Deputado Lupion.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não admito.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Está todo mundo interrompendo. Esse tipo de coação não admito, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não admito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª terá a oportunidade, em seguida, de fazer o seu questionamento. Vamos respeitar...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor tem muita saudade da ditadura, Lupion, muita saudade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias.PSDB – PR) – *(Inaudível.)* democraticamente, vamos respeitar.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – V. Exª me respeite.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Esse clima de democracia lhe faz mal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos respeitar democraticamente o direito de o Parlamentar interrogar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O clima de democracia lhe faz mal. O senhor está desdenhando desta CPMI

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não, senhor, de forma nenhuma, Exª.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Esses casos são conhecidos. Há um depoimento prestado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Eu lhe fiz uma pergunta, e quero que o senhor responda: o senhor estava ou não comandando essa operação na fazenda Santa Gertrudes?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Excelência, desconheço o documento, não tenho como responder, por isso que eu fiz essa pergunta.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não, não fiz essa pergunta. O senhor é uma pessoa maior de idade, foi comandante do Grupo Águia, escreveu sobre isso, eu lhe fiz uma pergunta objetiva, objetiva. O senhor responde sim ou não. Sim ou não. O senhor participou da ocupação da fazenda Santa Gertrudes, ocorrida entre os dias 9 e 10 de julho, um dia antes da Copa do Mundo? O senhor participou?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Excelência, por desconhecer o documento, me reservo ao direito de...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não estou falando em documento.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – ... eu me reservo ao direito de permanecer em silêncio. Eu desconheço...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) –... não estou falando em documento.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Eu sou preso, não vou me auto-incriminar num documento que não conheço, Exª.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não vai se auto-incriminar, ótimo. O senhor não vai se auto-incriminar, pronto. O senhor acabou de dizer que não vai se auto-incriminar porque certamente o senhor saberia que se dissesse que não participou estaria cometendo crime de perjúrio. É mais fácil o senhor ficar calado, é mais fácil o senhor ficar calado, mas esses fatos são do conhecimento do público. E o senhor sabe também, como bacharel em Direito, que

o Código de Processo Civil, o senhor fala que é um defensor da lei, diz expressamente, queria chamar um advogado para responder pelo Coronel Copetti, porque não há uma pergunta que não faça a ele que a V. S. não o oriente. Será que ele pode responder a uma pergunta só?

O SR. (Orador não identificado) – Pode... *(inaudível)* uma pergunta, Sr. Presidente, que não pode responder?

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não, ele não pode responder.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – porque uma coisa é ele orientar, orientar no geral. Outra coisa, eu pergunto, ele cochicha, eu pergunto, ele cochicha.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – V. Exª está me perguntando, o direito de *(inaudível.)*

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, o depoente tem direito a ter um advogado para não se incriminar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Abelardo Lupion, Deputado Jamil Murad, há um Presidente aqui para dirimir essas questões. Então, V. Exª me permita responder que o advogado tem o direito de ficar ao lado do depoente orientando quando achar necessário. O que não pode é, evidente, se pronunciar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Certo, então, pediria ao advogado que permitisse ao depoente articular suas idéias e respondê-las ou quem sabe até não responder nenhuma, para não se auto-incriminar porque são fatos muito graves, mas que não, novamente, faça o tempo todo a interrupção e diga o que o depoente tem a dizer. Eu penso que ele é bacharel em Direito, tem tantos lauréis da Polícia, tem capacidade de responder. Vou então ler mais uma parte do depoimento dessa testemunha que inclusive está sob proteção, para saber se o senhor confirma ou não.

"Vi que era tropa nossa que estava atirando, mas até esqueci esse detalhe. A partir do momento quando cheguei num canto de um barraco, onde esses policiais haviam chutado por fora, estavam derrubando, eu pedi calma para eles. Eu pude visualizar que ainda não havia sido quebrado uma lâmpada, que o Major Neves (que é V. S.) estava com uma pistola na mão e uma outra arma na cinta, que não sei se era um revólver, mas era cromado e dava para identificar. Ele estava com um facão na mão e uma arma na outra ... pode terminar de orientar.

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª está me censurando de orientar o meu cliente?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, ele batia com esse facão. Isso dá para identificar no áudio da filmagem, ele batia em um pau de uma árvore. E o falcão fez um barulho característico. Daí ele gritava – esse é o depoimento, dizendo que V. Sª gritava: "Sai, companheiro! Sai com a mão para cima que não vai acontecer nada". Quando ele falava assim, ele detonava tiro para cima."

V. Sª confirma que fez isso?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Permaneço em silêncio, Excelência.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ok, vamos à frente. Aqui S. Sª permanece em silêncio. Talvez queira fazer um discurso político, mas não responder aos nossos questionamentos.

O seu interesse com relação à questão agrária – V. Sª há pouco falou que fez uma monografia sobre esse tema – ele está ligado ao fato, digamos, dessa sua posição ideológica em favor dos ruralistas, não é, anti- MST? É porque o senhor também quer ser proprietário rural, mesmo sendo uma área que ainda não está definida? Ou é por que havia uma associação, como foi denunciado pela imprensa – e não estou nem mais falando do inquérito, porque isso foi noticiado por toda a imprensa – de que havia uma associação entre um grupo que V. Sª comandava e o Sindicato dos Proprietários Rurais de Ponta Grossa. O seu interesse rural está ligado a isso, ou seja, a essa Associação que existia entre esse setor da polícia militar, os ruralistas dos sindicatos? Qual é o seu interesse na questão agrária?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Existe um inquérito tramitando na Justiça Federal, onde eu sou preso, não fui ouvido em juízo ainda. Então, invoco o meu direito constitucional de me permanecer em silêncio.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Até nessa pergunta sobre qual o seu interesse na questão agrária? Porque V. Sª falou, escreveu. V. Sª poderia dizer quais foram as monografias que V. Sª escreveu? Poderia relatá-las para nós? Creio que isso não está no inquérito. Penso que V. Sª pode responder isso sem quebrar o sigilo da justiça.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Sim. V. Exªs sabem que o crime de invasão é um crime formal, doloso e permanente. Então, nós não podemos verificar ou admitir que certas pessoas, porque fazem parte de um movimento, adentrem em qualquer propriedade, em qualquer armazém, tomem uma bicicleta...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu não lhe perguntei isso.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Vou chegar onde...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor me responda! Por favor, o senhor me responda! Quais foram as duas monografias que o senhor apresentou? Quais eram os temas de que elas tratavam? É isso.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Primeiro, eu fiz um trabalho chamado **Fazenda, Cidadania, Escola Rural**, justamente para completar o início da minha explanação, que versava o quê? Versava, na realidade, dar àqueles que precisam realmente, não à liderança, um projeto onde não ocorresse invasão. Ocorria, sim, a compra de um imóvel pelo Incra, para ele repassar para os ditos sem-terras, para as pessoas que realmente têm vontade e tradição, que não são favelados, não são da cidade, que são realmente pessoas que querem trabalhar e produzir neste País. O objetivo era acabar com o crime de invasão e legalizar esse movimento, porque ele não tem personalidade jurídica, não pode processar, nem processado. Todas as acusações oriundas desse movimento são captadas. Alguma pessoa lá de dentro, menos inculto, mais inculto, melhor dizendo, que possa fornecer uma queixa, que nem sabe muito bem porque está fazendo, para acusar certas pessoas. Então, o objetivo era proteger essas pessoas que realmente querem trabalhar. Então, foi feito esse trabalho...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Esse foi o primeiro trabalho, não é?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – ... apresentado para essa comissão, da qual eu fazia parte, dos conflitos agrários no campo. O objetivo era esse. No momento em que não ocorrer invasão mais, não ocorrerá conflitos, senhores. É lógico isso aí. O proprietário, seja do armazém, seja da terra, seja do que for, ele não vai lá atrás do invasor. O invasor é que vem atrás dele. Ele está na sua residência, na sua casa, na sua propriedade. O objetivo era proteger as pessoas que realmente precisam disso aqui. Isso aqui, esse trabalho, versava inclusive a cooperação, a participação dos proprietários de terra, de entidades, do governo do Estado, do Governo Federal. Aí, sim. Aí, teríamos uma reforma agrária dentro da justiça, dentro do que a lei estabelece, não é? Então, esse foi um trabalho. O outro, eu fiz um trabalho, também uma monografia para a PUC sobre direito agrário; e outro, eu fiz um trabalho para a Escola Superior de Guerra: **O MST e suas Ações no Paraná; sua Liderança e seus Crimes Praticados**. Eu nunca fui de acabar com os sem-terra, jamais, tanto é que tenho um trabalho aqui feito e apresentado. O objetivo é proteger essas pessoas que hoje estão debaixo da lona abandonadas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Certo.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – E servem de massa de manobra depois de um acampamento do outro para invadir outras áreas. Esse era o objetivo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Coronel Copetti, nesse estudo, do qual eu também tenho uma cópia aqui, para a Escola Superior de Guerra, onde V. Sª analisa o MST, V. Sª trabalha com a idéia de infiltração de policiais dentro do movimento?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Excelência, isso também faz parte do processo que estou respondendo na Justiça Federal e invoco o meu direito constitucional de permanecer calado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, nós podemos supor que, como foi colocado, pode ser verdade, até pela auto-incriminação.

Mas eu queria fazer uma outra pergunta, pois eu acho que essa não está no inquérito. V. Sª foi quem criou o Grupo Águia, à época?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Existe uma pressão de que o Grupo Águia foi criado para combater os sem-terra. É ledo engano. O Grupo Águia nunca foi criado para combater os sem-terra. Hoje a Polícia Militar vem sofrendo uma devassa em todo o Brasil. Tudo o que acontece é culpa da Polícia Militar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não. A minha pergunta. Responda-me somente o que lhe perguntei.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Eu vou responder, Excelência. Eu vou responder, Excelência. Eu vou chegar. Eu vou responder.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quando e se foi V. Sª que criou o Grupo Águia? E nos diga quais são os objetivos, porque é importante compreendermos.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – O Grupo Águia foi criado na época, no comando do policiamento do interior, quando eu fazia parte desse comando do policiamento do interior, pelo comandante do CPI, juntamente com a nossa assessoria toda. Foi criado o Grupo Águia para combater assalto a ônibus, crime organizado e outros que se fizessem necessários, com policiais especializados para determinados delitos que poderiam ser praticados.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Esse Grupo Águia foi formado quando? É somente para entendermos. Durante quanto tempo V. Sª comandou o Grupo Águia?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – O Grupo Águia foi fundado na década de 90 e eu permaneci na frente do grupo por vários anos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quantos anos? V. Sª tem idéia?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Seis anos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Seis anos. V. Sª disse, agora há pouco, que o Grupo Águia não foi formado unicamente para questões de ação de despejo, mas também para a questão de assaltos a ônibus...

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Informações, inclusive.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Informações.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E informações. Sim. Nesse período que V. Sª comandou o Grupo Águia quantos despejos, quantas reintegrações de posse V. Sª comandou? Tem uma idéia?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Ora, Excelência, de momento, eu não me recordo o número, mas todos foram cumpridos de acordo com liminar de reintegração de posse, com autorização dos próprios governos do Estado. Nenhuma foi com abuso de autoridade nem com arbítrio. Todos foram executados dentro da lei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu sei. Quantos, nesse período que V. Sª coordenou?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Permita-me. Eu não me lembro exatamente a quantia.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Passa de mais de uma dezena?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não. Eu não vou responder, porque não sei a quantia.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não sabe a quantia.

V. Sª conhece o Sr. Adair João Sbardella?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Isso faz parte de um processo nosso que corre na Justiça Federal e eu também invoco o direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Porque nós tivemos notícia de que o Sr. Sbardella era quem fornecia armas para esse grupo da Polícia Militar que era coordenado por V. Sª. Confirma isso?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Eu também invoco o direito de permanecer calado, porque faz parte de um processo que tramita pela Justiça Federal.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Vou lhe fazer uma pergunta objetiva e direta. Claro que há um processo na Justiça e uma decretação de sigilo que, como advogado, eu conheço. Sei que precisamos obedecer à determinação judicial. Mas eu lhe pergunto: V. Sª teria disposição para, em uma reunião reservada, unicamente com os membros desta CPMI, responder aos questionamentos que são objetos do processo judicial?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Também permaneço em silêncio.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ok, Sr. Presidente, por enquanto é só.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Srs. visitantes, gostaria, antes de mais nada, de perguntar ao Coronel Neves: O senhor então é um sem-terra, que tenta ter acesso à terra? É isso?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Exª, eu adquiri uma posse e a estou regularizando.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor invadiu essa propriedade?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não, senhor. Eu adquiri essa propriedade, conforme já demonstrei aqui com os contratos de compra e venda e existe um processo regular correndo na Justiça competente.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Qual é o tamanho dessa propriedade, Coronel?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – O total é de 66 alqueires.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Alqueire paulista?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Isso.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – São 150 hectares, mais ou menos.

Coronel Copetti Neves, qual é a sua participação no crime organizado no Paraná e no Brasil?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Eu já fiz vários trabalhos, escrevi inclusive sobre como combater o crime organizado, trabalhei no Grupo Águia, com a prisão de mais de 1.200 marginais, e tenho um conhecimento sobre o seu combate. Sou também um estudioso policial para praticar o combate ao crime organizado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Quantos anos o senhor atuou no combate ao crime organizado?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Pode repetir, Exª?

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Durante quantos anos o senhor atuou no combate ao crime organizado?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Ao crime organizado, em torno de quinze anos aproximadamente.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Qual foi a sua participação na CPI do Narcotráfico aqui no Paraná?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Eu estive presente, como nesta, dando depoimentos e entregando vários indivíduos que foram presos na seqüência.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor, como oficial da Política Militar, é obrigado a obedecer ordem judicial, correto?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Perfeitamente, Exª.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Principalmente quando V. Sª pode incorrer no crime de desobediência?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Afirmativo.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Então, quando o senhor faz qualquer tipo de ação policial é a mando da Justiça?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Em cumprimento às ordens judiciais.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Ou dos seus superiores?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Dos meus superiores e, quando for parte criminosa, não estando em flagrante delito, é mediante ordem judicial.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor já fez por livre e espontânea vontade alguma reintegração de posse?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não fiz nenhuma reintegração de posse por livre e espontânea vontade.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Essa investigação judicial e policial que lhe incriminou, está incriminando, como o senhor analisa? O senhor poderia nos relatar esses fatos, como ocorreu isso tudo que consumou com a sua prisão, para que possamos entender?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Como eu já havia dito inicialmente, existe uma perseguição da própria Secretaria de Segurança e do próprio Movimento dos Sem-Terra. Quero deixar bem claro, da liderança do Movimento dos Sem-Terra.

Quero dizer também que tenho uma reintegração de posse de uma área minha que foi invadida, devidamente concedida pelo Juiz, quero mostrar, e que não foi cumprida. Na realidade, não se cumpre reintegração de posse; negocia-se reintegrações de posse. Geralmente quando são tiradas algumas áreas do Paraná, são feitas as negociações e, muitas vezes, existem 62 reintegrações de posses para se cumprirem no Estado.

O SR ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Quando o senhor foi preso, onde o senhor estava?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Eu estava na minha residência, às 6 horas da manhã. E essa investigação, volto a frisar, é uma perseguição. Fizeram um grampo, alegaram, para que esse grampo ocorresse, inclusive fraudando ou enganando a própria auditoria da Justiça Militar, que me imputavam como suspeito da morte de um amigo meu, um major. Mas não tinha nada a ver, senhores. O objetivo era outro, de outras coisas.

Então, existe realmente uma perseguição envidada sobre este oficial com o objetivo de desmoralizá-lo. E isso foi feito perante o Brasil. Eu mostrei aos senhores toda a minha história e a minha vida.

O SR ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor, como oficial da Polícia Militar, recebeu todas as condecorações possíveis. Sabemos, aqui no Paraná, e seria bom até anunciar aos nossos Parlamentares visitantes que o Grupo Águia, a sua palavra, não é pejorativa aqui no Paraná. Quando da criação do Grupo Águia, tínhamos diariamente vários assaltos a ônibus que iam de Curitiba a Foz do Iguaçu com seqüestros, com aberrações de todas as formas. E esse grupo foi criado pela Polícia Militar do Paraná, que é indiscutivelmente a melhor Polícia Militar do Brasil e a mais responsável, para que se evitasse o roubo de cargas e principalmente o problema dos ônibus, que, não sei se vocês se lembram, era notícia de capa de jornais diariamente.

Então, acho que V. Sª deve ter orgulho de ter feito parte do Grupo Águia, porque são policiais que arriscam a própria vida para defender o próximo. E não existe nenhuma Polícia Militar no Brasil que não tenha seus grupos de combate ao crime organizado, de combate às quadrilhas. Portanto, acho que é muito importante dizer aos nossos convidados Parlamentares que o Grupo Águia, para todo cidadão de bem do Paraná, é um grupo que precisa continuar existindo, porque, se hoje temos uma das melhores seguranças do País, é porque temos os grupos, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar, que zelam pelo bem-estar do cidadão.

Eu, dentro dessa inquirição, vou me reservar ao direito de, mais tarde, voltar, se necessário, a fazer alguma inquirição ao nosso convocado. Se V. Sª quiser dar alguma declaração com respeito às perguntas que fiz, V.Sª tem o direito.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Sim, volto a dizer que a razão pela qual estou preso é por perseguição política. Utilizaram de fraude, direcionando os pedidos de escuta telefônica para outro fato, como aconteceu também em Colorado. Pediram também investigações de policiais militares, em Colorado, e desviaram o foco para o caso político, que são documentações que me chegaram às mãos, e que trago a esta CPI. Digo também aos senhores, já disse anteriormente, que participei da fundação do Grupo Águia e me orgulho muito disso. Em momento nenhum, eu disse que não me orgulhava disso; é um dos melhores grupos do Brasil e não tem cometido abuso de

autoridade nem atrocidade nenhuma. Tem feito, sim, um trabalho relevante para a Polícia Militar e para a população do Estado do Paraná e do Brasil.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Muito obrigado, Coronel Neves. Considero-me satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputada Luci Choinacki, com a palavra.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, minhas perguntas ao depoente serão bem objetivas, até porque aqui não cabe a nós fazer discursos ideológicos, como foi feito há pouco, mas é responder, porque a missão da CPMI é ajudar a elucidar os fatos e cumprir uma tarefa no País.

O senhor conhece o Sr. Francisco Carvalho Gomes Filho? De onde ele é? O senhor conhece ele?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Isso faz parte também do inquérito que estou respondendo e me mantenho no direito de permanecer em silêncio.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Segunda pergunta que lhe faço: o senhor ficou sabendo de um conflito entre sem-terra e pistoleiro na fazenda Santa Filomena, a propriedade do Sr. Francisco, localizada na comarca de Terra Rica, em 31-7-2004?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Também é um fato que me reservo no direito de permanecer calado.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sabe se naquele local houve um grande conflito, quais e que seis ficaram feridos, trabalhadores, e o Elias de Moura foi assassinado? O senhor sabe disso, se lembra?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Pois nessa época desses fatos estava fora da área de reintegração de posse, então também me reservo o direito de permanecer calado.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor não participou desse conflito de forma nenhuma?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Não orientou ninguém?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Reservo-me também o direito de permanecer em silêncio.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor sabe que, logo após os fatos, o Sr. Adair João Sbardella foi detido pelos trabalhadores e imediatamente conduzido à delegacia de polícia porque estava vigiando e firmando a área?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Também é um fato que me reservo o direito de permanecer calado.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor tem conhecimento sobre as razões que levaram o Sr. Sbardella ao local?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Continuo no silêncio.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor não sabe a serviço de quem ele estava?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Também continuo no silêncio.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Foi encontrada uma agenda do Sbardella com várias anotações e, nessa agenda, têm várias coisas que ele vem ligando, inclusive uma ele diz: "Ligar pro Neves", agenda que foi pega pelo Movimento dos Sem-Terra e está aqui na página 9.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Também me reservo no direito de permanecer em silêncio.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Mas essa agenda é importante que existe, foi encontrada quando os trabalhadores rurais pegaram o espião e o entregaram à delegacia de polícia.

Já que as respostas o senhor se reserva... Ficou muito interessante o seu discurso ideológico. Eu gostaria de perguntar ao senhor: qual o seu interesse por terra? Uma curiosidade muito grande.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Reservo-me também o direito... E já disse que a minha origem é origem humilde, é origem de trabalhadores rurais, é minha origem, no início da minha explanação, eu já disse isso e também me reservo no direito de permanecer em silêncio.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – O senhor, como Tenente-Coronel, tem vocação para agricultor?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Também me reservo o direito de permanecer em silêncio.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – É muito engraçado. Eu quero... Porque é interessante a gente ali porque as acusações que foram feitas tem que ter vocação, e nós sabemos... E eu sou trabalhadora rural e conheço que vocação para terra você tem que conhecer, você tem que praticar; tu podes ser sem-terra, mas tu conheces a terra, daí a gente identificar a vocação. Mas aqui temos num documento, até só para colocar aqui em público, que vem o relatório sobre os crimes do latifúndio, e aqui, no Paraná – esse relatório vem de 98 –, onde foram várias mortes, e eu sou uma das pessoas, uma das Parlamentares que acompanhei muito a situação do Paraná. Vi, várias vezes, muitos crimes e abusos serem cometidos contra os direitos humanos, inclusive, têm fitas provando o que estou falando – elas foram apresentadas pelo Relator. No mesmo período, houve mortes, torturas; há depoimentos denunciando a situação não só aqui no Brasil como fora do País.

É interessante que, no mesmo momento em que se afirma que é preciso ter vocação e que os trabalhadores rurais estão fazendo invasão, há o outro lado: as torturas feitas na mesma região – e acompanhei

os despejos em Querência do Norte, no Paraná, os 19 despejos, inclusive com registro de casos de torturas física, psicológica, lesões corporais, inclusive de criança. Durante esses despejos, foram presos 41 trabalhadores registrando tortura e espancamento e, após o despejo, os policiais queimaram os pertences, barracos, alimentos das famílias sem terra e suas plantações. Toda essa violência, essas barbaridades foram registradas e estão devidamente denunciadas não só dentro do Brasil, como também fora do País.

Mas o importante é que, no mesmo período, na mesma região, onde tinham assentamentos do Movimento dos Sem-Terra, esses assentamentos alcançaram índices de produtividade, na época de 98 a 99, que indicaram a capacidade daqueles que, segundo alguns dizem, não têm vocação. Eles produziram 155 mil sacas de milho, na safra de 98/99, ou seja, 70 mil toneladas de mandioca, arroz, leite, gerando R$1,5 milhão de receita esse semestre. Esses números se repetem por todo o Estado do Paraná e revelam a viabilidade da reforma agrária.

Então, eu queria até mostrar o contraponto: quando se diz que eles não têm vocação, esses dados citados servem para mostrar que vocação se faz quando há terra e condições para produzir. A minha colocação era nesse sentido, porque, tal como o depoente se reserva ao direito de não responder às perguntas, é importante lembrarmos a vocação dos trabalhadores rurais e que eles produzem.

Outra questão que achei interessante. O senhor conhece a Constituição do Brasil, não é?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Sim.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Na Constituição do Brasil, há a defesa do direito à propriedade. Essa é uma afirmação sua, que eu também conheço. A Constituição do Brasil também defende o direito social da terra. O senhor conhece essa importância da função social da terra?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Conheço a função social da terra e também conheço a função social da lei.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Função social da terra... o que significa para o senhor?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Eu permaneço em silêncio.

A SRª LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Para nós, a função social da terra, pela Constituição, e segundo os juristas... E eu não sou nenhuma jurista, não tive oportunidade de fazer uma faculdade nem de apresentar várias monografias em defesa de latifúndio – se tivesse, eu apresentaria uma monografia em defesa dos trabalhadores rurais, é óbvio, porque há diferentes classes sociais e cada um opta por um grupo social no qual tem interesse de defender por questões ideológicas e outras mais. Mas, de acordo com a função social da terra, a terra não foi inventada, não foi fabricada; nenhum cientista, por mais inteligente que seja, conseguiu fazer um pedacinho de terra; ela é um bem da natureza, é um bem de Deus, e precisa estar a serviço da humanidade, além de produzir alimentos, gerar emprego, cuidar do meio ambiente, preservar a vida e ser um espaço para viver com dignidade, com justiça social, com cidadania, cultura, valores e respeito às pessoas. Então, função social é matéria de monografia, é matéria em defesa da função social da terra, mas não é esse o meu objetivo.

Quero dizer também que, além do direito à propriedade, que, muitas vezes é conseguida de várias formas, a Constituição reservou também direito à função social da terra, para que os pobres possam ter formas de reivindicar e lutar por ela.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou fazer um apelo aos meus colegas Parlamentares: determinadas exposições longas são perfeitamente dispensáveis.

Creio que, para que possamos produzir com eficiência, temos que formular perguntas diretas e exigir, evidentemente, respostas diretas, quando o depoente pode responder e a Constituição permite a ele o direito de não responder. É evidente que, quando o depoente não responde determinadas perguntas, depõe contra ele próprio. Porque as perguntas podem ser perfeitamente respondidas pelo depoente, sem necessidade dessa tal preservação do sigilo, até em respeito à sociedade que nos acompanha.

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Iniciando o meu interrogatório, queria cumprimentar mais uma vez a Polícia Federal, que trouxe preso o tenente-coronel, que só está preso porque – lógico que há segredo de Justiça – há motivos muito fortes para prendê-lo. Senão, a Polícia Federal jamais cometeria esse abuso contra uma organização do Estado, que é a Polícia Militar. Então, em defesa da sociedade, como diz o depoente, não é perseguição política, a Polícia Federal, na obrigação de cumprir a lei, prendeu o tenente-coronel e o colocou aqui.

Queria perguntar ao senhor depoente se ele tem conhecimento, por meio de fontes a preservar, se tem apoio de desembargadores do Tribunal de Justiça para dar cobertura às suas ações de despejo, forjadas irregularmente?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Reservo-me ao direito de permanecer em silêncio.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O senhor já exerceu influência para promover uma reintegração

de posse a pedido do Sr. Scardella junto a algum membro do Judiciário?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Também reservo-me o direito de permanecer em silêncio.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O senhor agia em conluio com os delegados da Polícia Civil de Ponta Grossa para forjar mandados de prisão de membros do acampamento Emiliano Zapata, mandados esses que eram assinados pelo juiz de direito de Ponta Grossa, também em conluio?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Existem mandatos de prisão autênticos aqui. Repassei sim, não em conluio, mas repassei às autoridades de Ponta Grossa que estavam na região, que pertencem, inclusive, ao crime organizado, mandado de prisão por 157. Outro mandado de prisão também do Estado de Rondônia. Temos, inclusive, mandado de prisão por narcotráfico, em Goiás. Entreguei sim à Delegacia de Polícia Civil de Ponta Grossa e às autoridades também de Ponta Grossa.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A pergunta é se, usando o cargo de tenente-coronel exigia que se forjasse mandato de prisão de membros do acampamento Emiliano Zapata? Essa é a pergunta.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Desconheço tal fato e permaneço em silêncio.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Circulam informações desses fatos.

Continuando: o depoente exerceu influência para reintegrar no cargo o senhor Sbardella, que foi excluído do serviço público, como policial, por crime de homicídio, por ficar com dinheiro e mercadorias de sacoleiro, por se apropriar desses bens. Ele foi excluído. Há informações de que o depoente fez pressões para que ele fosse reintegrado ao cargo – e acabou sendo. Pergunto: por que fez essas pressões, se fazer uma pressão desse tipo, protegendo um criminoso, é uma afronta à Constituição?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Permaneço em silêncio, pois existe um processo regular tramitando na justiça pelo qual estou preso.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A área de que o depoente alegou ter o registro de compra e venda era de vinte hectares. Quanto é hoje?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Existe um processo de regularização dessa área tramitando na Justiça.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Então vou esclarecer. Era de 20 hectares, depois passou para 60. Hoje ele reivindica mais do que 60 hectares, abusando do poder que tem como policial militar. O depoente assinou recibos para pagar soldados de milícias a serviço de fazendeiro. Por que o senhor assinou esses recibos, se a atividade era ilegal, sendo advogado e oficial estudado. Por que assinou isso?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Excelência, está tramitando um processo sobre os fatos que envolveram a minha prisão, porque se tratava de uma perseguição política. A Secretaria de Segurança Pública, que fez todas as investigações, todas as gravações, repassou os dados para a Polícia Federal. Então, quem fez a investigação não foi a Polícia Federal, mas a Secretaria de Segurança Pública.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. depoente, ninguém vai acusá-lo de ter assinado um recibo, pagando uma milícia, para outros serem incriminados. Você não tem medo dessas provas?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Isso é o senhor que está afirmando. Permaneço em silêncio.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A Secretária do Sindicato Rural, que fazia os pagamentos aos policiais, em depoimento, confirmou que era o senhor que repassava o dinheiro e assinava os recibos.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Novamente, Excelência, o senhor está afirmando. Ainda permaneço em silêncio.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nos últimos oito anos, foram assassinados os trabalhadores: Sétimo Garibaldi, Sebastião Camargo, Eduardo Aguinhone, Sebastião da Maia, Elias de Neura. O depoente tem conhecimento dos assassinatos que ocorreram, especialmente na região noroeste do Paraná, já que se tratava de um comandante, e não apenas de um policial, de um oficial que faz teses, escreve, defende opiniões na escola Superior de Guerra e é do alto oficialato da PM do Estado do Paraná? O que foi investigado sobre esses assassinatos?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Excelência, isso é atribuição da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Esses assassinatos foram causados por milícias ou por fazendeiros?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Se o senhor precisar fazer essa inquirição, dirija-se ao Sr. Secretário de Segurança Pública.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Isso é resposta, Sr. Presidente? Estou ficando ofendido. Isso não pode acontecer. É desrespeito. Isso não pode acontecer...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Sibá Machado...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Isso não pode acontecer.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, todo o mundo permaneceu quieto na hora em que estavam fazendo o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – V. Exª diminui o interlocutor...

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª quer fazer um circo aqui, V. Exª está muito enganado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* Deputados são membros da Comissão como todos nós.

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª está querendo aparecer. V. Exª respeite terra alheia, não venha aqui querendo aparecer não.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Peço ao Senador Sibá Machado que respeite o seu colega que está fazendo.... Respeite, respeite. O Deputado Jamil Murad não precisa de auxílio, o Deputado Jamil Murad é um Deputado competente. O Deputado está usando o seu tempo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* Eu não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª não tem que aceitar coisa alguma, V. Exª tem que respeitar.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)* Muito bem, Presidente, muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Isso é uma outra história.

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Estou caminhando para o final, mas gostaria de terminar minhas perguntas, porque isso aqui é muito importante.

A opinião pública ....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência pede à segurança que restabeleça a ordem no auditório. A Presidência pede à segurança que restabeleça a segurança no plenário.

(Palmas.)

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Gostaria de continuar fazendo as perguntas...

(Manifestações fora do microfone. Tumulto no recinto.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) *(Fora do microfone. Inaudível.)* – Quero honrar o meu mandato e a cadeira de Senador.

Não aceito isso!

(Palmas.)

Vou mandar prender esse rapaz!

O Senhor está me desonrando se não fizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Sibá Machado, tenha calma. Se V. Exª se julga ofendido, é um direito de V. Exª, V. Exª pode registrar queixa. A Presidência não tem condições de saber o que ocorre lá fora, a Presidência não é onipresente, não tem a menor possibilidade de cometer uma injustiça e não cometerá injustiça alguma.

O Senador Sibá Machado precisa ter mais tranqüilidade para exercer o seu mandato de Senador.

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, permita-me, pela ordem.

Há uma acusação de que houve um insulto ao Senador Sibá Machado, há uma acusação nesse sentido. Temos um Delegado da Polícia Federal. V. Exª falou em prestar queixa, então, é importante orientar o Delegado da Polícia Federal para ouvir o Senador Sibá Machado e as testemunhas que presenciaram essa provável agressão ao Senador Sibá Machado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, acabei de ser agredido fisicamente lá fora, acabei de ser agredido, levei um chute lá fora, identifiquei quem fez a agressão e gostaria que fosse *(inaudível)* porque vou registrar queixa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª também tem o direito de registrar queixa.

Peço aos Srs. Parlamentares que nos restrinjamos a cumprir o nosso dever nesta Comissão.

É impossível para a Presidência saber o que ocorre lá fora. Não há a menor possibilidade disso e nem desejo saber o que ocorre lá fora. A mim basta saber o que ocorre aqui. A mim certamente cabe tentar zelar pela tranqüilidade dos trabalhos, pela tranqüilidade de quem depõe, pela tranqüilidade de quem questiona, orientando os trabalhos de conformidade com o Regimento do Congresso Nacional.

Infelizmente, há aqueles que parecem integrar uma Comissão na esperança de poder obstruir os seus trabalhos, e não para que a Comissão chegue a conclusões e contribua para solucionar os problemas do País. Parece-me que pensam em integrar uma Comissão para impedir que ela chegue aos resultados finais que desejamos.

Por isso, peço aos Srs. Parlamentares que respeitem o Deputado que questiona, que está com a palavra e que vai prosseguir com o seu questionamento.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Obrigado, Presidente.

Eu vinha fazendo umas perguntas ao depoente.

Quais foram as causas das mortes daquele conjunto de líderes dos trabalhadores, Sr. Depoente?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Desconheço, Excelência. Permaneço em silêncio.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O senhor é um oficial, com alta responsabilidade na Policia Militar. Como pode desconhecer um fato que ocorreu há vários anos, nos últimos oito anos, já que isso é relativo à sua função?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Isso é atribuição da Secretaria de Segurança. Eu não fiz investigação sobre esses fatos, Excelência. Então, eu os desconheço.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Depoente atuou na região noroeste do Paraná?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Estive em regiões lá.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Deu orientações para fazendeiros daquela região?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O trabalhador Sebastião Camargo foi assassinado em 8 de fevereiro de 98. Em abril de 99, o Depoente coordenou uma operação para investigar os sem-terra. O que foi feito em relação às milícias?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Esse é um problema da Secretaria de Segurança Pública e Polícia Civil. São esses órgãos que têm o dever de praticar essas investigações.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas a coordenação da operação foi sua. O senhor foi investigar os sem-terra. Nós estamos perguntando o que foi feito em relação às milícias. A polícia não pode ser parcial. Ela vai investigar um crime e investiga todos os aspectos do crime. Por que investigou apenas os sem-terra?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Repito, Excelência, eu não fiz investigação sobre esses fatos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O senhor conhece algum fazendeiro morto em decorrência de conflitos no campo?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – A Secretaria de Segurança Pública, Excelência, também poderá dar-lhe essa resposta. Eu desconheço o fato.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Depoente conhece Marcos Prochet, Presidente da UDR?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Conheço.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – E Tarcísio Barbosa?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Conheço.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eles são acusados de serem os mandantes da morte de Sebastião Camargo. O que o Depoente tem a dizer sobre isso?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Desconheço esse fato. Somente a Secretaria de Segurança Pública ou a Polícia Civil ou o delegado da área é que poderiam responder esse questionamento, Excelência.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas o Depoente mostrou, através de documentos, que seria um especialista em segurança voltada para crimes relacionados com o campo. Por que ignorar fatos tão graves quanto esses?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Porque, na época, a Secretaria de Segurança não me repassou esses fatos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas não houve curiosidade....Por exemplo, o Depoente poderia se julgar um policial superior àqueles que estavam investigando. O Depoente não teve curiosidade em saber o porquê daquela morte, quem matou, se havia milícia organizada, fora da lei?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não, Excelência. Eu sou um técnico e, se fosse tomar conhecimento, chegaria a um resultado.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Depoente não acha que respostas desse tipo podem desqualificá-lo como um especialista em segurança?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não, porque as imputações estão sendo feitas por V. Exª e não condizem com a verdade dos fatos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) **–** Fiz os questionamentos e o depoente sempre dizia que não sabe, não se interessou, deixou para o delegado. Por que isso?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Porque eu sou um cumpridor de ordens e, na época, eu fazia parte do comando do policiamento da capital, Excelência, aliás, do interior, e não fui designado para operar, para trabalhar, para investigar esses casos.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas os crimes ocorreram no interior.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Mas não fui designado, Excelência.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas você não precisava ser designado, você era do alto comando.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não, Excelência, temos toda uma hierarquia. Não sou do alto comando. Hoje eu sou, mas, na época não, Excelência.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Você não recebia ordens nessas condições, você emanava ordens.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Na época não era; hoje, sim. Na época, eu dependia de ordens e a polícia...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Eu queria saber como um policial que estudou problemas de segurança, diplomado, não teria receio de ser julgado incompetente e inapto para a função, já que não se interessava em investigar e esclarecer crimes como esse.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Se eu tivesse sido designado para trabalhar nesse crime, com certeza, Excelência. Mas não fui designado e não posso responder por ele.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas um oficial da PM não pode ser um robô que só investiga o que se determina. Ele é um cidadão que, em defesa da sociedade, se há um crime, tem uma opinião, investiga, olha, recolhe informações. Quais são as informações que você recolheu?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – É competência da Polícia Civil a investigação, Excelência. A Polícia Militar desenvolve mais um trabalho de informações e um trabalho preventivo e ostensivo, a não ser que seja designado para praticar a investigação, o que não foi o caso.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A informação que temos, queria ouvir do depoente, já que é um Tenente-Coronel, é de que, em 1998, o Sr. Prochet, então presidente da UDR, executou um trabalhador rural no município de Marilena e foi reconhecido recentemente por uma mulher que estava presente no local. Qual a informação que o depoente tem sobre isso?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Também desconheço esses fatos porque não participei da investigação e permaneço em silêncio, Excelência.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) **–** Coronel Neves, o senhor era capitão e comandava o Grupo Águia no período em que o Teixeirinha, o líder dos sem-terra, entregou-se desarmado. Posteriormente, ele apareceu morto com cinco tiros, e foi encontrado um plano de ação na sua casa. Por que isso? O que o senhor tem a falar sobre isso?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Primeiro, respondo que não participei da prisão nem de confronto com o Teixeirinha. Esse é um fato sobre o qual existe um inquérito tramitando na justiça de Cascavel.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) **–** Mas o senhor comandava o Grupo Águia, que agia no local naquele dia?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Na época, sim.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – E como que o comandante do Grupo Águia, que é um grupo especial, poderia ignorar todos os acontecimentos de um evento tão comentado e com tramitação na justiça com tanta repercussão?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – O que fiz na época foi fazer a prisão de sete sem-terras que tinham participado da morte de três PMs, executado três PMs covardemente, porque eles ficaram até de joelhos para serem depois executados, segundo a própria perícia. Quando aconteceu o fato com o Teixeirinha, eu já tinha retornado com o meu grupo. Depois da prisão, passou três, quatro ou cinco dias, não me recordo exatamente, e aconteceu o caso com o Teixeirinha. Então, não participei, o meu grupo já tinha se recolhido porque já tínhamos cumprido a nossa missão lá, que era levantar os autores da morte dos três policiais militares.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A informação que temos, depoente, é a seguinte: que três policiais, depois confirmados, à paisana, mas com armas da Polícia Militar, infiltraram-se no acampamento e, nesse entrevero, eles morreram.

Como oficial, você usava esse método de infiltrar policial dentro dos acampamentos?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Permaneço no silêncio, Excelência.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Mas o senhor, como oficial, a sua tropa está vendo, por que não ter a coragem de defender os seus pontos de vista? Por que não ter a coragem de esclarecer os fatos para a sociedade?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Já existe um processo, regular também, sobre esse fato tramitando na Justiça de Cascavel.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O depoente tem medo de que esteja acabando o período de impunidade aos poderosos aqui no Brasil?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Permaneço em silêncio, Excelência.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Quero encerrar as minhas perguntas, Deputado Onyx, fazendo um comentário de apenas de um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Onyx lorenzoni. PFL – RS) – Pois não.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Existe uma discussão sobre quem tem vocação para trabalhar a terra e quem não a tem. Sou de São Paulo. Felizmente, brasileiros de todos os Estados do Brasil foram trabalhar na indústria automobilística – e em outras – em São Paulo, embora nem o pai nem os avós nunca tivessem trabalhado em uma indústria.

Então, os brasileiros são homens e mulheres inteligentes que têm capacidade de aprender; assim como aprenderam a trabalhar nas indústrias, saindo do campo, muitos que vivem de maneira precária na periferia da cidade também podem ter alguns hectares de terra e obter o ganha-pão para a sua família, por meio da reforma agrária, de maneira muito digna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Onyx lorenzoni. PFL – RS) – Dessa forma, encerra o seu período de questionamento o Deputado Jamil Murad.

Passamos a palavra ao Senador Sibá Machado para inquirir o depoente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Onyx lorenzoni. PFL – RS) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, é apenas para, muito rapidamente, antes de a palavra ser passada ao Senador Sibá Machado, prestar minha solidariedade ao Senador Sibá Machado.

Penso que esta CPMI é muito tensa, efetivamente. Temos posições bem diferenciadas com relação a esse tema, mas acho que a nossa assistência tem que respeitar os parlamentares que estamos aqui. E acho que o Senador Sibá Machado é um Senador valente, corajoso. Sou cearense; o Senador Sibá Machado é piauiense. E sabemos como muitas expressões pejorativas são dirigidas aos nordestinos.

Então, queria fazer este desagravo aqui ao Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Onyx lorenzoni. PFL – RS) – Ok, Sr. Relator, está registrado.

A palavra está à disposição do Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – *(Falha na gravação.)* Pois muito bem. Eu queria perguntar ao Coronel Neves o seguinte: Coronel Neves, no começo de sua exposição, ouvi do senhor comentário de que fez alguns cursos de especialização e gostaria de saber se esses cursos de especialização aconteceram todos no País ou se houve algum fora do Brasil?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Permaneço em silêncio, Excelência.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Bom, tenho conhecimento que das forças policiais de todos os níveis, das Forças Armadas, o serviço de inteligência nacional é constitucional. Portanto, é comum que na polícia militar de qualquer Estado, também do Paraná, esse serviço seja formal. Então, o nome do serviço de inteligência da Polícia Militar do Estado do Paraná qual é? Chama-se como, Coronel?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Serviço de Inteligência.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Apenas esse nome?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Serviço de Inteligência da Polícia Militar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E o nome P-2 vem de onde?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – P-2 é à parte, seria o policial P-2, que pertence ao sistema de inteligência da corporação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E a Operação Águia, o Grupo Águia, é que tipo de operação dentro da P-2?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Atualmente ele está vinculado a P-2. Na época em trabalhávamos, ele não estava vinculado ao Estado Maior da corporação.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Como inteligência da polícia, gostaria de saber que tipo de curso de especialização o senhor fez.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Já respondi no início do questionamento, excelência, quando dei o meu depoimento, já disse os cursos que eu teria.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Poderia repeti-los, eu não ouvi.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Tenho curso de Direito, de Engenharia Civil, de especialização em Engenharia Civil e possuo curso de formação de oficiais. Curso de defesa pessoal, entre outros de menor interesse.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor é um dos responsáveis pelo serviço de inteligência da Polícia Militar do Estado do Paraná. E, como tal, deve ter feito as especializações para poder comandar operações especiais. Que tipo de especialização o senhor fez?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Existe o curso de informações.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Apenas esse?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Apenas esse.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O senhor tem conhecimento de que a anistia internacional relata o seu nome como um dos torturadores daqui do Estado do Paraná?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Desconheço tal fato, Excelência.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Posso pedir informações e apresentar a esta comissão.

Nesse caso, como conhecedor da inteligência da Polícia do Estado do Paraná, tem alguma informação de existência de organizações clandestinas operando aqui no Estado?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Permaneço em silêncio, Excelência, quanto à resposta desse quesito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Como o senhor caracteriza o Movimento dos Sem-Terra?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Já relacionei esses fatos anteriormente, excelência. Também permaneço em silêncio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vai permanecer em silêncio. Nesse caso, o senhor tem conhecimento de um grupo chamado PCR?

O SR.VALDIR COPETTI NEVES – Permaneço em silêncio também, Excelência.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não tem nenhuma informação da existência de sua natureza?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Desconheço também, Excelência. Permaneço em silêncio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Todas as operações que o senhor comandou são operações oficiais, de despejo, no caso?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Todas foram oficiais, em cumprimento de ordem de reintegração de posse expedido pelo poder competente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O juiz ou juíza que expediu o mandado de reintegração da Fazenda Santa Gertrudes, o senhor pode revelar o nome dessa pessoa?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Também, Excelência, não me lembro e permaneço em silêncio.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Bom, Coronel, gostaria de reduzir esse interrogatório. Vou poupar V. Sª. Só vou pedir então à presidência, num um requerimento ainda, que posso fazer formal, requisitar do Movimento de Anistia Internacional a página do documento que consta e configura o nome do Coronel Neves como um dos torturadores aqui do Estado. E gostaria, ainda, que V. Exª pudesse solicitar o nome do juiz ou da juíza que autorizou o mandado de despejo da Fazenda Santa Gertrudes. E, por último, Sr. Presidente, gostaria que fizesse parte das peças dessa CPMI cópia de um vídeo que, segundo informações, estaria pronto para ser exibido hoje, onde apresenta a figura do Coronel Neves comandando uma ação que ficou conhecida nesta área como um verdadeiro massacre, e que o mostra comandando pessoalmente atos de barbaridade contra trabalhadores sem terra indefesos, conforme também já parte do depoimento do policial Antônio Cláudio Cardoso de Meira. Se o vídeo pudesse ser exibido, Sr. Presidente, gostaria que V. Exª o fizesse. Dou-me por satisfeito nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Despacho favoravelmente a todos os requerimento feitos por V. Exª e determino à Secretaria da CPMI que, uma vez recebidas por escrito as suas demandas, dê a elas curso. Questiono se há possibilidade de exibição do vídeo.

O SR. (Orador não identificado) – Há.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Há um período de exibição, Senador Sibá Machado?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Desconheço o vídeo, só fui informado de que existe, mas gostaria de perguntar se o tempo de exibição é curto. É possível assistir?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB – PR) – Dois a três minutos. Podemos ver, por favor.

Senhor advogado, o senhor não pode falar, o nosso depoente aguarda, vamos apresentar o vídeo e depois retomamos os trabalhos. Pode passar o vídeo.

Enquanto há uma arrumação de natureza técnica, gostaria de dizer que fui informado de que a juíza da Comarca de Ponta Grossa está advertindo os depoentes sobre conseqüências se, numa sessão reservada, depuserem. Quero, com a maior tranqüilidade e responsabilidade, afirmar que não cabe à Juíza de Direito impor vontade. Trata-se de uma interferência indevida na esfera de outro Poder. Por isso, queremos apelar para os dois depoentes, tanto o superintendente da Polícia Federal quanto o tenente-coronel Neves, que façam reservadamente o seu depoimento sob o compromisso de sigilo dos parlamentares desta Comissão. Repito que não cabe a uma Juíza de Direito impor decisão desta natureza. Creio que não é um direito, mas um dever, depor, esclarecer.

O art. 58, §3º da Constituição assegura a esta CPI a prerrogativa de inquirir os depoentes em sessão reservada e a eles cabe o dever de responder as questões que forem formuladas. Evidentemente, não temos o hábito da arrogância, da prepotência, mas poderíamos afirmar que é dever dos depoentes responder às questões, sob as penas da lei, reservadamente, em sigilo, mas preferimos não fazer bravatas e utilizar desse expediente da arrogância e da prepotência. Não é da nossa natureza, do nosso feitio.

Se o vídeo estiver pronto, vamos assistir, caso contrário, vamos continuar com as indagações e, posteriormente, quando estiver resolvido o problema técnico, podemos passar o vídeo.

(Pausa.)

Há solução?

(Procede-se à transmissão do vídeo.)

O SR. (Orador não identificado) – Eu acho que já é suficiente, até porque eu já havia feito a pergunta – parece que ele não estava lembrado. V. Sª confirma, então, que estava nessa desocupação?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vamos ver o filme.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu creio que o objetivo do filme foi alcançado – apenas para demonstrar que o Tenente-Coronel estava presente. Pode desligar o aparelho.

Com a palavra o próximo inscrito, o Deputado Onyx Lorenzoni que é o Vice-Presidente desta Comissão.

Eu peço que acendam as luzes para voltarmos à claridade.

Sr. Deputado, V. Exª tem a palavra.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, na época em que era Deputado Estadual, eu fui membro de uma CPI do Crime Organizado no meu Estado, e enfrentamos, fortemente, a questão do crime organizado que perpassava, também, às próprias estruturas do Estado gaúcho. E no depoimento que o senhor nos deu, Coronel, chamaram-me a atenção três aspectos que, no meu entendimento, Sr. Presidente, são de extrema gravidade. O Depoente disse que aqui no Estado do Paraná há um processo de grampo telefônico praticado por autoridades com objetivos que não estão dentro de processos legais. Eu conheço isso da experiência anterior que vivi no meu Estado. E o senhor trouxe – isto estava passando por aqui, ninguém lhe questionou, e eu quero lhe questionar porque, se é legítimo que o Estado possa se utilizar dos meios tecnológicos para fazer investigações dentro da lei, dentro do processo legal, é inadmissível que uma polícia, que nenhum serviço de segurança possa, na democracia brasileira, investigar quem quer que seja com uso do aparato do Estado.

O que o senhor trouxe a esta CPI é de extrema gravidade. O que eu quero defender aqui, Presidente, é o direito individual de sigilo, de respeito e principalmente a segurança de cada cidadão, cada cidadã brasileira independente de que lado ele está no espectro político.

Eu faço questão, Coronel Valdir Neves, que o senhor repita para mim, para esta CPI como é que se dá esse processo e que tipo de prova o senhor tem, porque o que o senhor trouxe aqui é algo de uma gravidade extraordinária. Como é que se está fazendo grampo telefônico sem autorização judicial no Estado do Paraná?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Excelência, eu sou vítima de uma perseguição política porque o Secretário de Segurança sabe que eu tenho algumas informações que me chegaram e as provas todas que eu tenho aqui eu vou repassar posteriormente aos senhores, por escrito inclusive, que estão investigando, inclusive, por órgão competente e já existe um trabalho em cima disso e que tem um aparelho conhecido por guardião que se encontra no Cisesp, que faz em torno de seiscentas interceptações telefônicas concomitantemente.

Embora esse aparelho, que custou um milhão, esteja funcionando há quase dois anos, nunca foi disponibilizado para as polícias. Está na área de informações. Tanto é que esse procedimento, o grampo que foi feito sobre a minha pessoa, as investigações que foram feitas sobre a minha pessoa partiram todas da Secretaria de Segurança.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Coronel, só uma pergunta – desculpe interromper –: esse equipamento não está nem com a Polícia Civil nem com a Polícia Militar?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não. Encontra-se na Secretaria de Segurança, no Cisesp, sob o controle do Dr. Harry Herbert.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O que é Cisesp, por favor?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Cisesp é Coordenação de Informações do Estado do Paraná.

Como já esclareci, Excelência, ele serviu, inclusive, para fim eleitoreiro quando foi desviada uma investigação alegando que teria alguns policiais militares envolvidos em crime em Colorado. Sabe-se que a família De Lazzari é de Colorado. Então, pediu-se o grampo de alguns telefones lá, supostamente de policiais militares, aonde o único grampo liberado foi o da Companhia de Polícia Militar da área.

No entanto, foi feito o grampo também de outros telefones, porque a liberação do grampo deu-se através de uma informação não verdadeira encaminhada para auditoria, inclusive fazendo estelionato na própria auditoria, dizendo com alegação de procederem grampo telefônico nos policiais militares e fizeram grampo em outras pessoas. Adversários políticos da família De Lazzari.

Então, Excelência, esse aparelho encontra-se hoje na Secretaria de Segurança Pública para fins políticos e eleitoreiros. Consta aqui também nesse documento que me foi enviado que existe gravação inclusive, ou existe o hábito de se fazer grampos telefônicos ilegais de diversos deputados estaduais e de pessoas que são suas inimigas, o meu caso, em razão de eu ter conhecimento de várias informações sobre a vida pregressa dessas pessoas.

Vou ler, novamente, esse documento que me chegou.

Antes da vinda da CPI da Câmara Federal que investigava as atividades de narcotráfico, a Delegacia

de Antitóxico e o Grupo Fera, na época, chefiada pelo Delegado Adauto Abreu, ouviu um traficante conhecido como Pacheco, que era diretor de um colégio, quando o mesmo disse que costumava vender cocaína para o De Lazzari, que era, na época, assessor da Procuradoria-Geral da Justiça, e que essas vendas eram feitas no Bar do Ali, na rua Padre Germano Mayer. Em razão desses fatos, o De Lazzari foi afastado da assessoria pelo Procurador-Geral até que os trabalhos da CPI terminassem. Todos os policiais da delegacia sabem disso, bem como o Dr. Adauto e a Drª Leila, além do irmão dele Emiliano De Lazzari, que foi preso no interior, na prisão provisória de Curitiba, quando levava tóxico para um preso seu amigo. Foi levado para o 4º Distrito Policial por policiais do batalhão de guarda, e lá foi mandado o irmão do De Lazzari, que mandou um delegado de polícia conversar com a Drª Sônia que era para não fazer nada porque ambos trabalhavam na PIC na época dos fatos. Essa foi a notícia de jornal, sendo de domínio público. As ocorrências estão registradas, provavelmente, no presídio, que tem conhecimento desses fatos, e no próprio batalhão de guarda.

A partir do conhecimento desses fatos – já existe investigação sobre esses detalhes por autoridades competentes –, passei, então, a ser perseguido por essa Secretaria, principalmente pelo Secretário e pelo seu Chefe de Informações, Dr. Harry, os quais alegaram, para conseguir o grampo, que eu havia sido o suspeito da morte de um major da Polícia Militar, sendo que o objetivo era outro: uma vendeta, uma vingança sobre a minha pessoa. Também, por várias vezes, estive presente e tentei falar com o Secretário para que executasse o cumprimento, que determinasse que a polícia executasse a retirada de sem-terras que existiam na minha área, que se encontra invadida. Não fui recebido nenhuma vez para tratar desse assunto. Em razão desses fatos todos, hoje, sou vítima de toda essa situação e essa desmoralização perante meu Estado e o Brasil.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor falou também – e, por ser algo de grande gravidade para mim, quero ter isto muito claramente analisado – sobre desvio de dinheiro público. Anotei quando o senhor falou, na primeira fase de seu depoimento, sobre o uso de equipamento para fazer escuta. Para mim, isso é de gravidade extraordinária. Ninguém está livre de ter sua vida acompanhada e monitorada. A ninguém é dado esse direito sem que haja competente processo judicial. Lutamos, neste País, para haver democracia, para garantir e salvaguardar os direitos individuais. E o senhor falou outra coisa: o desvio do dinheiro público. O senhor falou muito rapidamente no final do seu depoimento inicial.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Foi interrompido pela Presidência.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor apresentou recibos, nos quais se caracterizaria desvio de dinheiro público. Eu gostaria que o senhor repetisse isso diante da CPMI, porque eu não entendi se o grampo está conectado com o desvio ou se são fatos separados e onde está a conexão com sua situação. Quero compreender como isso se conecta com a situação que o senhor está vivendo.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – São duas situações distintas, Excelência. Uma é do Padre Roque, que, por meio de pessoas ligadas a ele, cobra dos assentamentos e manda para o Movimento. São esses recibos. Existe também a denúncia na época de que o Padre Roque, então Deputado Federal, manda esse documento, que era uma carta. Essa carta denuncia as atrocidades dentro dos acampamentos sem terra, falando da escravidão branca e de outros delitos que lá estavam acontecendo. Ele então encaminha esse documento. O outro é com referência ao grampo, o que eu já expliquei aos senhores. Sou vítima dessa perseguição. Esse aparelho pode fazer 600 interceptações telefônicas concomitantemente. Esse aparelho custou R$1 milhão e, embora esteja funcionando há quase 2 anos, nunca foi disponibilizado para as polícias, o que é estranho, pois sua finalidade...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Esse aparelho é importado?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Esse aparelho é importado, Excelência. O conhecimento que temos é de que é importado. Chegou esse documento para nós.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O senhor sabe como esse aparelho ingressou no Brasil e chegou ao Paraná? Foi de forma legal ou ilegal?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Desconheço, Excelência, essa indagação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quanto a essa questão que o senhor acusa, eu já queria pedir ao Presidente que requeresse os documentos. O senhor acusa o Padre Roque do conhecido pedágio que é cobrado dos assentamentos?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Do conhecido pedágio, com declaração dos assentados que forma

expulsos das suas barracas. Entre outros crimes, há depoimento assinado, auto de apreensão também de produto de roubo, que seria a erva-mate retirada do local, quantia de madeira e termo de declaração assinado pelas vítimas, que são sem-terra.

O SR.ONYX LORENZONI (PFL – RS) **–** Obrigado, Coronel. Já compreendi. Estou satisfeito.

Sr. Presidente, requeiro a V. Exª, primeiramente, que na questão referente ao Padre Roque, V. Exª determine que nossa CPMI receba os documentos que o depoente nos traz.

Segundo, com relação ao equipamento guardião, segundo o depoente – que está aqui sob juramento e sob as penas da lei e porque é um servidor público e, como vemos galgou o cargo de Tenente-Coronel da Força Pública do Estado –, solicito a V. Exª que a íntegra do depoimento e mais os eventuais documentos de que o depoente disponha sejam encaminhados ao Ministério Público Federal com pedido de uma ampla investigação. Fundamento, Sr. Presidente, não é possível. Eu já havia recebido denúncias desse tipo, nunca formalmente, como estou assistindo aqui, não apenas deste Estado, mas de outros Estados, de que, seja quem comande o Estado, valha-se do instrumento deste poder para constranger quem quer que seja. Cada um aqui é suficientemente inteligente para saber o alcance e a potencialidade que um processo desse tipo tem diante das pessoas. O cidadão é completamente indefeso diante de um poder discricionário, arbitrário e que pode utilizar esse equipamento para fins nem um pouco éticos e tampouco dignos, o que afeta diretamente a nossa liberdade e o que determina a Constituição brasileira. Portanto, requeiro a V. Exª que a íntegra desses documentos com o depoimento do Tenente Coronel sejam encaminhados ao Ministério Público Federal para que se processe uma ampla investigação na defesa dos direitos e garantias individuais.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) **–** Só um aparte para um esclarecimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por favor.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) **–** É o seguinte: o depoente tem que esclarecer se ele está dizendo que foi feita a escuta telefônica sem autorização do Judiciário. A informação que eu tenho é a de que, com o resultado da escuta telefônica, ele se transformou em um presidiário e está prestando conta à lei, à Justiça. Isso foi determinado pela justiça. Nós não podemos confundir que foi cometida uma irregularidade. Não, o Judiciário determinou a escuta telefônica dele. E, fruto dessa escuta telefônica, pela gravidade das atividades dele em atividades criminosas, ele está preso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) **–** Sr. Presidente, eu queria somente esclarecer ao Deputado Jamil que eu me ative a estes dois pontos que até não é o cerne da nossa discussão aqui, exatamente porque eu identifico questões de extrema gravidade, inclusive há um episódio claramente identificado pelo depoente que é a questão da cidade de Colorado, pelo que eu entendi, e que houve todo um procedimento. Ele está razoavelmente fundamentado.

E este material de depoimento, indo para a mão do nobre, digno Ministério Público Federal, eu tenho certeza que o Ministério Público Federal tem todas as condições de avaliar, de investigar e colocar cobro a uma situação que nenhuma autoridade no Brasil pode calar numa denúncia deste porte.

Acho que a nossa missão como Parlamentares – porque em última análise, Deputado Jamil, nós somos os fiadores, os defensores dos direitos e garantias individuais do cidadão brasileiro diante de um depoimento com tal gravidade – é repassar a alguém de direito para a investigação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) A solicitação do Deputado Onyx Lorenzoni é atendida e nós requeremos ao depoente que nos encaminhe a documentação. Solicitamos à Secretaria desta Comissão a redação do ofício para o encaminhamento ao Ministério Público deste fato. É claro que o depoente é responsável pelas suas afirmativas. Cabe ao Ministério Público a responsabilização civil e criminal diante de eventuais delitos praticados e ilícitos cometidos. E nós esperamos, evidentemente, que o depoente também se responsabilize pelas suas afirmações. Cabe a esta Comissão fazer aquilo que solicita o Deputado Onyx Lorenzoni: encaminhar à autoridade competente para a responsabilização civil e criminal, e nós estamos procedendo desta maneira. Com a palavra, pela ordem, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Sr. Presidente, a partir do depoimento prestado agora pelo Coronel, e, em função das perguntas do Deputado Onyx Lorenzoni, eu queria também fazer um requerimento verbal: que esta CPMI ouvisse o Deputado Padre Roque. Acho que houve uma série de acusações feitas, e eu, inclusive, sou companheiro de partido do Deputado Padre Roque e me sinto na obrigação de fazer com

que ele tenha um espaço na CPMI de falar sobre as acusações que lhe foram feitas. Este foi o primeiro.

Segundo, Sr. Presidente, peço a V. Exª que junte aos autos da CPMI um dossiê chamado Dossiê Tortura Nunca Mais, elaborado pelo Conselho Municipal da Condição Feminina de Curitiba/PR, aonde há uma série de depoimentos – evidentemente, teremos que analisar com mais vagar – em que pessoas acusam o então Capitão Neves de tortura. É um caso muito conhecido e muito rumoroso aqui do Paraná.

Então, peço a V. Exª que mande anexar aos autos da CPMI esses dados, que são graves. Não estou dizendo que são verdadeiros, mas há depoimentos e matérias de jornal que acusam o então Capitão Copetti Neves de ter praticado tortura na época em que coordenava esse Grupo Águia. Solicito, então, a juntada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a Secretaria que autue a documentação solicitada pelo Deputado João Alfredo.

Quanto ao ex-Deputado e Secretário Padre Roque, havendo concordância de todos os membros desta CPMI, o convite será formulado a ele para prestar o seu depoimento em Brasília na primeira oportunidade que houver.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – RR) – Essa questão será motivo de votação na Comissão numa reunião deliberativa?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se houver a solicitação de V. Exª, já que é regimental, e não havendo a concordância unânime, submeteremos a matéria a votação. Se V. Exª está solicitando, o Deputado João Alfredo encaminhará o requerimento e nós o submeteremos à votação.

É assim que V. Exª deseja, Deputado Abelardo Lupion?

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – RR) – Só desejo saber como será o procedimento, porque não podemos abrir certos precedentes. Eu gostaria de votar essa questão em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Estou consultando se V. Exª concorda com o convite ao Padre Roque.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – RR) – Não concordo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, submeteremos a proposta em Brasília em reunião administrativa.

Concedo a palavra ao Deputado Adão Preto.

O SR. ADÃO PRETO (PT – RS) – Sr. Presidente, não retomarei os assuntos, mas cumprimento V. Exª, os demais Colegas da Mesa, o nosso depoente e essa belíssima platéia, que se encontra atenta, mostrando o interesse pelo assunto que está sendo debatido.

Naquele episódio anterior, se a CPMI estivesse sendo realizada no Rio Grande do Sul e se eu tivesse dito que, naquele Estado, seria eu que mandava – portanto, que os Colegas teriam que comportar-se como tal –, eu estaria ofendendo os Parlamentares da CPMI.

Então, Sr. Presidente, solicito que retire das notas taquigráficas uma voz que ouvi naquele canto, cujo autor desconheço. A pessoa falou: "Não grite, porque aqui a terra é nossa!" Não sei qual Deputado expressou-se desse modo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sr. Deputado, não há necessidade de fazer essa solicitação, porque as notas taquigráficas só registram as palavras do Orador, ou seja, de quem está utilizando o microfone oficialmente. Qualquer manifestação extemporânea não é registrada pela taquigrafia. Então, fique tranqüilo.

O SR. ADÃO PRETO (PT – RS) – Sr. Presidente e prezados Colegas, essa postura do depoente fica muito ruim para nós. Ele tem o direito perante a lei de não responder; todavia, a imprensa que está aqui e que é séria pode divulgar esse fato, que, para a lei, não é crime. No entanto, frente à sociedade, ele incrimina-se, porque, diante de perguntas fáceis e simples, ele alega que se julga no direito de não responder. Por que o faz? Porque, se responder "sim", se compromete. Ele também sabe que não pode negar, porque há provas do que aconteceu. Então, aquele silêncio mostra que há culpa no cartório. Desejo que a platéia compreenda essa questão e que a imprensa, que é séria e honesta, divulgue o comportamento do depoente.

Certamente, se fosse perguntado – não sei se o foi –, ele negaria que estava presente naquele despejo violento que vimos? Havia crianças chorando e gritando, extraviadas da mãe, debaixo de chuva, à noite. Decerto, ele ficaria em silêncio, mas o vídeo mostrou a verdade. Então, essa questão de manter-se em silêncio e de não responder incrimina o depoente perante a sociedade – não frente à lei, evidentemente.

Além disso, pergunto ao depoente se ele fez escuta telefônica. V. Sª grampeou algum telefone?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Reservo-me o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Claro, porque tenho um documento por meio do qual ele solicitou e foi autorizado a grampear telefone do MST.

Eu tinha a intenção de perguntar-lhe o que ele escutou e se ele ouviu telefones de fazendeiros, se ouvir falar sobre milícias armadas. Ele não responderá a nenhuma dessas questões, razão pela qual não adianta questionar. Esse silêncio mostra que ele realmente tem culpa no cartório e, por isso, está em regime de prisão.

Havendo essa postura do depoente, não temos o que perguntar, pois ele não responde nada. V. Exªs sabem que, para todas as questões que eu fizer, ele se manterá em silêncio, porque ele se compromete. Há uma série de perguntas que eu faria, mas V. Exªs estão vendo que não adianta questionar.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRª LUCI CHOINACKI – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para mais uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Deputada Luci Choinacki.

A SRª LUCI CHOINACKI – Sr. Presidente, o que estranha é o fato de que a todas as perguntas feitas ele não teve condições de responder. No entanto, apresentou um dossiê sobre o Padre Roque, sinal de que ele fez investigação e sonegou muitas informações. Esse dossiê não caiu do céu. Alguém o fez.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Já que o depoente se reserva o direito de não responder as perguntas, solicito ainda agora à Presidência que faça a juntada de um depoimento, que chegou às minhas mãos, prestado em 2005 em que há também outra acusação de tortura contra o Coronel Copetti Neves. Trata-se de depoimento prestado à Polícia Federal, material inclusive encaminhado também para a Organização dos Estados Americanos, sendo mais um elemento e um indício de prova. Não podemos dizer que ele se comprova, porém é mais um fato envolvendo o Tenente-Coronel Copetti Neves com relação também ao Paraná, num caso ocorrido em 1993, quando Policiais da P2, disfarçados de jagunços, invadiram um acampamento em Campo Bonito, naquele Estado. O referido depoente afirma que foi preso pelo então Tenente Neves – no outro caso, era o Capitão Neves –, que o levou à Associação da Polícia Rodoviária, onde ele teria sofrido torturas.

Peço que junte esse documento à CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O documento será autuado pela Secretaria.

Encerro o depoimento do Tenente-Coronel Copetti Neves.

Tenho a satisfação de convidar para prestar o seu depoimento, fazer a sua exposição, Dom Ladislau Biernaski, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra no Estado do Paraná.

Enquanto esperamos Dom Ladislau, agradeço ao Deputado Mário Bradock, que trouxe o relatório da Comissão *(falha na gravação).*

Registro também a presença do Secretário de Esportes, ex-Deputado Federal Ricardo Gomide. Obrigado pela presença.

Recebo do Deputado Luiz Carlos Haully um dossiê denominado **Um escândalo sem fim – Araupel e Incra**. Peço também à Secretaria desta CPMI que autue esse documento. É um documento encaminhado pelo Deputado Luiz Carlos Haully.

Com a palavra Dom Ladislau Biernaski.

O SR. LADISLAU BIERNASKI – Quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Presidente, nobre Senador Alvaro Dias, e toda a CPMI e, na sua pessoa, a todos os componentes da mesa.

Também quero dizer que, como cidadão, eu poderia até dizer que não vou atender ao pedido de estar aqui. Mas como houve muitos pedidos de movimentos sociais e de algumas próprias igrejas que fazem parte do Conic, eles disseram que era importante que aqui estivéssemos. Quero justificar: quando estava para ser formada a CPMI, fui perguntado por um jornalista se eu era a favor ou contra, porque eles falavam que a CPMI não serve para grande coisa. Mas eu disse que eu era a favor desta se fosse sobre a realidade da terra no Brasil, como de fato isso consta em primeiro lugar. Depois, vem então a questão da violência, tanto rural quanto urbana, e os movimentos sociais.

Então, por causa desse assunto – a terra, a questão fundiária no Brasil – acredito que a CPMI tem uma chance histórica de resgatar aquilo que se perdeu na votação da Constituição cidadã. Uma das propostas populares que recebeu maior apoio e que foi entregue na Assembléia Nacional Constituinte, infelizmente, não foi aceita: a questão da regularização fundiária no Brasil através de um módulo máximo de propriedade privada. Se isso tivesse sido feito, acredito que muito dessa história que vimos hoje não teria acontecido, como aconteceu com a lei, por exemplo, contra a corrupção eleitoral – quanto bem que está fazendo –, que foi atendido o reclamo popular.

A questão da reforma agrária era realmente um reclamo popular. Esta Comissão aqui está ouvindo muitos cidadãos, convocados ou convidados, e creio que cada cidadão brasileiro deveria se sentir orgulhoso de poder também dar sua palavra a esse respeito.

O que ouvimos hoje aqui sobre o Brasil é como se estivéssemos tratando de um doente, de um paciente. Muita coisa que estamos tratando não são sequer os sintomas da doença, mas dos efeitos de uma doença. E muita coisa que acontece estamos dando um analgésico, um placebo. Porque a causa profunda é outra. A causa profunda é a questão da reforma agrária no Brasil, a questão da terra no Brasil. Esta é a causa, todo o resto são conseqüências. E historicamente estamos perdendo muito tempo, tratando disso aqui, porque ainda esta Nação não teve coragem de atacar o mal pela raiz.

Então, não quero entrar nas coisas de todos os conflitos, porque aqui já foi colocado bastante. No final, vou entregar também algum relatório sobre conflitos no Paraná e também no Brasil. Não preciso aqui colocar mais explicitamente este assunto.

Mas eu gostaria de dizer o seguinte: um grande trabalho da CPMI é também ajudar a população a tirar tantos preconceitos contra a reforma agrária. Temos que limpar nossas cabeças quanto à reforma agrária. Sou descendente – e me orgulho disso – de pequenos agricultores. Meus avós eram sem-terra na Polônia, país que só depois, fez a reforma agrária; todavia, naquele tempo não. E eles vieram para o Brasil e estão muito bem em uma pequena propriedade, e ninguém deles entende por que precisa haver latifúndios. Eles não entendem isso.

Então, a questão de fundo é essa: primeiro, quando eu era pequeno, tinha um medo tremendo de falar de reforma agrária. Por quê? Porque diziam isso é coisa de comunista. Hoje, se diz reforma agrária é coisa de subversivo; é coisa de desocupado e outras mentiras. Será que todos os movimentos sociais são coisa de desocupados? O povo brasileiro, mais de 80%, é a favor da reforma agrária. Este povo aqui. É quase uma injúria dizer que a reforma agrária e assunto para esses aqui.

Lá, eu descobri que não é coisa de comunista, porque, na Polônia, a reforma agrária foi o que salvou aquele país do regime comunista. A única coisa privada que havia na Polônia era a terra, que salvou o país, por meio da solidariedade rural e depois a urbana. E eles lutaram para quê? Para derrubar o latifúndio estatal que queria ser implantado como foi feito na Rússia – a coletivização das terras que culminaria na criação de um latifúndio estatal, o que foi um desgraça. E, em qualquer lugar, onde há acúmulo de terras há desgraças e sofrimentos.

Neste ano, a Campanha da Fraternidade é ecumênica e tem esse bonito lema "Felizes os que promovem a paz". E esta paz é fruto da solidariedade, da justiça, a que se refere o Salmo 85: "justiça e paz se abraçarão". Quando vai chegar esta paz na terra do Brasil?

Eu acho que a CPMI tem, diante a história do Brasil, um papel importantíssimo para que se estabeleça a paz no Brasil. Isto não acontecerá sem a reforma agrária. Tantos outros argumentos falaciosos contra a reforma agrária: "não temos dinheiro"; "ela custa muito caro", mas eu já me perguntei quanto é que o Brasil cobra de ITR das terras, descontando aquelas que são isentas. Aí a gente vê a sonegação tremenda. Então, a reforma agrária é possível.

Temos estatísticas que mostram que gear emprego na terra, na agricultura familiar, assentar mais pessoas custa muito menos do que na cidade se pensarmos em um trabalho industrial e assim por diante.

Outros dizem: "mas vocês estão defendendo uma coisa que já passou; perderam o trem da história; a reforma agrária já foi". Este mesmo argumento foi usado antes de Cristo em Roma, no auge do Império. Dois Senadores da República de Roma foram assassinados por que queriam a reforma agrária e lá diziam: "reforma agrária agora, no nosso Império, onde temos a escravidão, não precisamos de gente que trabalhe na terra, podemos viver sem isso".

Então, são sempre os mesmos argumentos que voltam. Hoje é o dogma da propriedade inatacável, da propriedade privada; o dogma do agronegócio, que entendem ser inviável em uma pequena propriedade. Discordo completamente, bem como todos os movimentos vão discordar. Gostaria de convidar, por exemplo, para a gente visitar a Colônia Murici em São José dos Pinhais. Que coisa mais bonita aquelas famílias! Com uma vida digna, onde não existe um analfabeto, onde todos têm casas boas e produzem alimentos.

Se a gente quiser ver, ainda temos a Colônia Witmarsum, com um outro estilo, mais cooperativista que a reforma agrária. Lá era uma fazenda e hoje vivem mais de quinhentas, seiscentas pessoas. Sabemos da produção extraordinária que eles têm em um assentamento. E alguns dizem: "os assentamentos são um fracasso". Muitos são – não vamos discutir aqui as causas. Mas quantos assentamentos de êxito eu conheço, como o Assentamento Dorcelina Folador, perto de Apucarana, em Arapongas, onde havia uma fazenda de terras riquíssimas que foi à falência. Lá hoje vivem e produzem mais de cem famílias. Estive lá na Festa do Feijão. Naquela oportunidade, como eles já haviam sido até ajudados pela Campanha da Cidadania, do

Betinho, por gratidão, doaram cinco carretas de feijão para os favelados do Rio de Janeiro.

Então, dizer que a pequena propriedade hoje é inviável, que só o grande negócio salva o País não é verdade. Nós sabemos que a pequena e a grande propriedades, seja no Paraná ou no Brasil, têm tratamento muito desigual, injusto. Para a pequena propriedade, R$7 bilhões; para o agronegócio, R$39 bilhões. Vamos ver os resultados: mais de 60% do alimento produzido no Brasil provém das pequenas propriedades. Então, elas são inviáveis? E elas colaboram com quase 40% dos produtos agrícolas para exportação. Assim, esses argumentos não podem mais ser aceitos. A sociedade tem que ser esclarecida sobre isso. Essa é a doença que tem que ser atacada.

Estou aqui como cidadão e também como religioso, apaixonado pela terra, porque o polonês tem paixão pela terra – e parece que o Deputada também –, sabe cuidar da terra, e vemos como isso é feito.

Agora foi reprisado um pouco do que o Papa disse quando esteve no Brasil. Em cada cidade Sua Santidade disse alguma coisa, mas uma das questões que ele mais acentuou foi a reforma agrária. Em Recife, ele disse: "reforma agrária – terra, dom de Deus". Então, é a destinação universal dos dons. Não basta alguém dizer que a sua terra é produtiva. Isso não justifica, não é título de justificação ainda. Se ela não cumprir toda a função social, ela não justifica tudo isso. Então, o Papa colocou a questão da destinação universal da terra. Depois, em Salvador, na segunda visita, ele aborda a terra como objeto de justiça social. E, depois, quando se encontra com os presidentes, nas visitas que estes lhe fazem, Sua Santidade pergunta "como está a reforma agrária no Brasil? Não se esqueçam de que isso é questão de justiça social". E, em Salvador, ainda na época da redemocratização do Brasil, quando estávamos ainda sob um regime forte, ele dizia: "a terra partilhada é questão de democracia". Então, temos todas as razões para lutar pela reforma agrária.

Resumindo toda a doutrina social da Igreja, o Pontifício Conselho de Justiça e Paz, a pedido do Papa, elaborou uma síntese de toda a palavra de Deus sobre a questão fundiária nos documentos seguintes: **Para uma Melhor Distribuição da Terra: o desafio da Reforma Agrária**. Isso se fez para o mundo inteiro, mas também é muito apropriado para a nossa realidade. Esse documento usa expressões que eu não teria coragem de usar. Por exemplo, o nº 32 diz:

"A doutrina social da Igreja, com base no princípio da subordinação da propriedade particular à destinação universal dos bens e sobre o qual pesa a hipoteca social, analisa as modalidades de exercício do direito de propriedade da terra como espaço cultivável e condena o latifúndio como intrinsecamente ilegítimo."

Este é o documento. Não sou eu quem diz.

"Depois, o documento trata da questão das ocupações de terra. Peço permissão para lê-lo, porque creio que é muito importante, pois há gente interessada em distorcer o pensamento social da Igreja e da Palavra de Deus."

O documento diz:

"Nos lugares onde subsistem condições de pobreza, a Reforma Agrária representa não só um instrumento de justiça distributiva e de crescimento econômico, mas também um ato de grande sabedoria política. Ela constitui a única resposta concretamente eficaz e possível à resposta da lei no problema da ocupação de terras.

Manifestações, muitas vezes, em situações intoleráveis e deploráveis no plano moral da ocupação das terras, são um sinal alarmante que exige a atuação em nível social e político de soluções eficazes e justas.

O retardamento e o adiamento da Reforma Agrária tiram toda a credibilidade das suas ações – isto é, do Governo –, das denúncias e de repressão da ocupação das terras."

Então, enquanto não resolvermos a questão, não adianta atacar com isto ou aquilo. Temos que ir às raízes do problema.

Em conexão com a questão da Reforma Agrária, gostaria também de pedir à CPMI que se manifestasse sobre outras questões: os desabrigados das barragens. Ainda que em alguns lugares estejam sendo levadas a efeito bonitas ações, muitos outros desabrigados até hoje não encontraram terra. Podemos até lembrar que uma das vertentes do nascimento do MST foi de pessoas que perderam as terras pela construção de barragens. Ainda mais: o trabalho escravo ou assemelhado é uma dívida social. Quilombos, terras de quilombos perdidas. Mesmo no Paraná, lá na região de Guarapuava, os nossos irmãos negros foram injustiçados. Existe uma dívida social e de terra para com eles. Há também as áreas indígenas. Evidentemente, tudo isso depois se reflete na violência urbana, porque muita gente que perdeu as terras foi para as cidades contribuir com o inchaço.

Quanto à violência, vimos muita coisa. Relativamente aos números da violência tanto do Paraná como do Brasil, vou entregar ao Presidente para o conhecimento de toda a CPMI. Amanhã vamos fazer o lança-

mento do Caderno **Conflitos no Campo do Brasil**. Vamos mostrar, sobretudo, os números que representam o índice de violência do ano passado, que foi um pouco menor do que no ano retrasado, graças a Deus. Queremos a paz. Todos queremos lutar pela paz.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Dom Ladislau Biernaski, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra do Estado do Paraná.

Solicito à Secretaria que proceda à autuação do documento denominado **Cronologia da Violência**, que traz a Comissão Pastoral da Terra à Comissão.

O Deputado Adão Pretto pede a palavra, pela ordem.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Gostaria apenas de cumprimentar o nosso Reverendíssimo Bispo e dizer-lhe que todo mundo quer a Reforma Agrária. Se consultar esta Mesa, constatará que todos defendem a Reforma Agrária, desde que não aconteça. Por que o MST é tão violentado? Porque, se não fossem o MST e os outros movimentos, ninguém falaria em Reforma Agrária no Brasil. Então, todo mundo defende a Reforma Agrária. Na reunião anterior lá em Brasília, até falei na CPMI – está gravado – que, quando votamos a quebra de sigilo bancário da Anca, da Concrab e do Interra, uma escola dos assentados, havia mais de vinte parlamentares interessados no assunto. Depois desse ponto, fomos interrogar um grileiro de terras do Estado do Pará, o qual confessou ser proprietário de 112 mil hectares de terra; era acusado de quatro assassinatos. Só crimes trabalhista ele tinha 508, além dos crimes ambientais. Sabe quantos parlamentares permaneceram para ouvir esse cidadão? Apenas quatro. Então, isso demonstra o interesse que se tem pela reforma agrária.

Queria aproveitar para dizer que essas críticas que são feitas ao MST... Tenho muito orgulho do MST, que ajudei a criar e sei que é um dos maiores movimentos organizados do mundo. Sempre respondo a essa gente que é contra o MST e que dizem que se trata de uma turma de desocupados, que estão ai nos barracos, esperando ganhar terra. Dizem mais; dizem que gente boa é quem comprou a sua terra e pagou. Eles (do MST) querem apenas ganhar terra e depois ainda financiamento a longo prazo ou até a fundo perdido. Que vida boa a dessa gente!" Tenho dito a esses que, então, vamos fazer uma aposta: vamos pegar um pedaço de lona preta também e vamos acampar com eles. Porém, não vamos acampar para comer churrascada. Vamos acampar e comer o que eles comem; vamos dormir do jeito que eles dormem; vamos nos banhar o dia que eles se banharem; vamos viver como eles vivem e vamos ver quantos dias você agüenta essa vida boa dos acampados.

Mas queria aproveitar para fazer uma pergunta a V. Sª. O Paraná é um dos Estados mais violentos do Brasil. Qual o motivo dessa violência? Essas milícias armadas têm a ver com isso? Os despejos violentos que acontecem no Paraná tem algo a ver com as milícias armadas?

O SR. LADISLAU BIERNASKI – Sr. Deputado, apenas para voltar àquilo que V. Exª apontava, ou seja, a reforma agrária que todo mundo quer. Querer a reforma é uma coisa, mas não existe reforma agrária sem mudança na estrutura fundiária. Esse, o grande problema! Então, temos de fazer uma emenda constitucional...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Reverendo, permita-me um aparte, queria falar também que o Governo Lula anunciou semana passada que vai mudar o índice de produtividade, porque a lei que temos hoje regulando o tema produtividade na terra é vergonhoso, feita ainda pelos militares. Segundo essa legislação, quem possui um boi em quatro hectares de terra já é considerado produtivo. Isso precisa ser mudado. Uma fazenda que produz quinze sacas de milho por hectare é considerada produtiva. Isso é vergonhoso, principalmente quando o agronegócio se diz moderno, que agora a agricultura se modernizou, e nos vivermos nesse atraso com esse índice de produtividade. E V. Sª e quem está me ouvindo prestem atenção: vocês vão ver a reação de muitos Parlamentares contra a mudança dessa lei.

O SR. LADISLAU BIERNASKI – Então, V. Exª me perguntava quais as causas da violência rural no Paraná. A história do Paraná segue a história do Brasil, desde 500 anos atrás, com as Capitanias Hereditárias. Houve até uma época em que no Paraná havia menos concentração de terra. Sobretudo no governo militar, muita gente foi expulsa do campo por diversos motivos que aqui nem podemos elencar, de tantos que existem. Muitos perderam terra até para bancos, outros porque não tinham documentação total e assim por diante, pela chamada modernização, foram expulsos. Hoje temos menos propriedades pequenas do que há 40 anos mais ou menos.

Então, como a concentração da terra, evidentemente, não permite que outras pessoas possam trabalhar, essas pessoas ficaram à beira da estrada. Enquanto elas estão à beira da estrada, pouca gente se preocupa; na hora em que ocupam uma propriedade, uma terra, aí, sim, existe atrito. Mas a violência também, como já vimos, como eu disse, existe, e nem é preciso mais falar sobre isso, porque já ouvimos alguma coisa. Outro ponto muito importante: dizer que

no Paraná não há mais terras, tenho minhas dúvidas. Evidentemente que se a gente olhar desse jeito, ou seja, considerar que é produtiva uma terra que, em vez de produzir mil sacos de milho por hectare, produz somente dez, seria mais fácil. Mas não é produtiva, isso é uma grande mentira. Não é produtiva. E ela respeita a questão social e tudo isso... Temos que ver se é verdade. Há também uma coisa grave: o próprio Ministério do Desenvolvimento Agrário, no tempo do Presidente anterior, era comandado pelo Ministro Jungmann, Raul Jungmann. Ele publicou um livro chamado "Livro Branco da Grilagem das Terras no Brasil". E o Paraná, no livro, não está isento não. E lá consta que há mais de 100 milhões de hectares grilados no Brasil. E no Paraná também há. Eu acho que, se aquela conclusão foi apenas no sentido de que no Paraná não existe mais terra, eu tenho dúvidas. Pode ser que seja.

As milícias existem, aqui foi demonstrado, sabíamos, o público sabe muito bem. Foi negado, muitas vezes, que faziam desocupação à noite. Temos todas as provas de que foram feitas, sim: imagens, vídeos, etc.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

Agradeço pela presença do Deputado José Maria Ferreira e do Deputado Agostinho Zucchi.

Concedo a palavra ao Relator Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Primeiro, eu gostaria de dizer dos meus respeitos ao Dom Ladislau Biernaski, Coordenador da Comissão Pastoral da Terra, do Estado do Paraná. Encaminhou-nos um documento sobre a questão da violência no campo. Eu queria fazer poucas perguntas. Se o senhor puder anotá-las, para respondê-las e para que possamos andar mais rápido, já que temos vários depoimentos ainda para tomar.

Sei que V. Rev^{ma} .... É assim que a gente trata, não é? (Risos)

O SR. LADISLAU BIERNASKI – Não, só "senhor".

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor, vamos chamar de o senhor, porque é um pastor, não é?

O senhor encaminhou esses documentos sobre o caso da violência. Como é que o senhor vê o caso da violência aqui no Paraná? Quais são os números que tem desses dados que o senhor levantou sobre a violência? Nesse período, alguns fazendeiros foram presos? Temos notícia desses casos, da criação, aqui no Estado, daquele PCR, de que se falou há pouco, que é o Primeiro Comando Rural. A UDR é forte aqui na região, não é? Mas eu queria principalmente ouvir do senhor, já que assistiu atentamente, às palavras do Coronel Copetti Neves, sobre elas. Ele não respondeu a uma série de questões, até porque ele tem direito, constitucionalmente, de não responder nada que lhe possa auto-incriminar, mas ele fez uma série de considerações acerca do MST, acerca do Padre Roque, que o senhor conhece muito bem.

Eu até dizia, lá fora, em uma entrevista, que o coronel Copetti Neves era mais um militante que um militar. Era um militante da causa ruralista, tamanha a ênfase com que ele fez a defesa dessa causa aqui. Eu até fiz uma comparação dele com o coronel – não me recordo o nome agora – que ouvimos no Pontal do Paranapanema, que foi – pasmem! - elogiado pelo Nabham Garcia, Presidente da UDR e pelo José Rainha, Coordenador do MST, porque lá, a ação da polícia, mesmo cumprindo ordens judiciais, não levou à violência. Havia todo um procedimento de negociação com as lideranças, e a ordem era cumprida sem nenhuma violência.

Aqui vimos que, nesse período em que o coronel Copetti coordenou esse Grupo Águia, na verdade, a polícia foi mais uma causa de violência.

Eu queria, portanto, perguntar ao senhor como o senhor vê esse trabalho, o trabalho da Polícia Militar à época em que o Coronel Copetti coordenava esse Grupo Águia e se essa foi a época efetivamente de mais violência, se isso está relatado nos documentos que o senhor passa para esta CPMI.

Então eram essas as perguntas, até porque penso que esta CPMI tem que se dirigir à solução do problema da violência no campo, e aí é preciso que entendamos o que está acontecendo em cada uma das regiões, desde um Estado como o Pará, que é um Estado de fronteira agrícola, onde, vamos dizer, há uma reclamação muito grande da falta de presença do Poder Público devido a sua área imensa, ao problema da grilagem, à forma como ele foi colonizado, até um Estado como o Estado do Paraná, que é um Estado rico, importante na economia nacional, e onde também temos conflitos muito graves.

E uma última questão, Dom Ladislau, essa questão da grilagem. Acho que seria importante também que a gente conhecesse um pouco sobre a grilagem no Paraná.

São essas as perguntas, e eu agradeceria que o senhor respondesse.

O SR. LADISLAU BIERNASKI – Então, quanto aos dados da violência, eu vou me restringir apenas a alguns. Assassinatos, desde 1980 aqui, no Paraná, 50 assassinatos registrados; quanto a tentativas, 59;

680 prisões de sem-terras, hoje estão presos ainda três também em Guarapuava; 106 casos de tortura comprovadas com lesões corporais; e 543 com ameaças e ferimentos e ameaças também de morte. Isso desde 1980.

Agora, nessa época sobretudo coincide a época do Governo Jaime Lerner, quando houve o maior número de casos tanto de assassinatos como de prisões. Por exemplo, de assassinatos, houve 16 só nessa época e 516 presos.

Quanto ao PCR, todo mundo já conhece, e foi falado aqui. De fato, além daquilo que foi colocado, não tenho mais nada. Quanto à questão da pessoa do Coronel aqui, também não me quero pronunciar suas atitudes.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não sobre a pessoa, mas sobre a atuação.

O SR. LADISLAU BIERNASKI – Sobre a atuação, apareceu no vídeo. Não podemos negar, porque o vídeo não mente. Então, aquilo realmente... De quantos, não sei, mas que participou naquilo, certamente sim.

Quanto à grilagem da terra, os documentos encaminhados também mostram e também o livro. É só consultar o livro branco da grilagem no Brasil, onde há também a questão do Paraná. Até é muito difícil falar porque é o meu Estado. É difícil falar que há esses casos, mas temos que colocar a mão da ferida. Eu poderia aqui se tivesse... Existe o bispo de União da Vitória, um bispo muito, diríamos, conservador, que diz assim: na minha diocese, em muitas propriedades, as cercas aumentaram essas propriedades, mudaram de lugar. Ele falou isso. Quer dizer, trata-se de um depoimento, e de coisas que vão levando para ele.

Muitos números da violência certamente também foram por causa da ação das milícias. Com o novo Governo, houve uma certa descompressão quanto a isso. Também os chamados despejos de reintegração de posses já quase não aconteceram mais com violência, pelo menos isso. Há dois casos onde ainda foi feita uma violência, mas uma sem o conhecimento até do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

O SR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Dom Ladislau Biernask, Bispo do Paraná, eu gostaria de lhe fazer algumas breves perguntas.

V. Rev^{ma} colocou, com bastante propriedade, a questão da reforma agrária que aflige a todos os brasileiros. É uma questão que atinge o Brasil de Norte a Sul e de Leste a Oeste, e a gravidade e a violência a acompanham.

A juízo nosso, acreditamos que existe, na questão da reforma agrária, a falta de vontade política para que aconteça, em função de um critério ou processo de assentamento incorreto, que já deveria ter sido corrigido há bastante tempo.

Então, o que se faz com os nossos irmãos brasileiros, que buscam um pedaço de terra para poder dar dignidade a sua família ou qualidade de vida melhor, colocá-lo em um pedaço de terra sem um acompanhamento técnico, sem semente, sem estrada para retirar a sua produção, ou seja, abandonando-o totalmente, de modo que ele não tenha a menor condição de se manter, quando chega a alcançar aquela terra que ele busca há muito tempo.Isso por um custo muito mais elevado do que se poderia alcançar por um processo mais inteligente e racional e uma reforma agrária mais inteligente.

Estivemos quinta-feira, com o nosso Presidente, Senador Álvaro Dias, discutindo a CPMI da Terra no Estado de Rondônia e visitamos o acampamento a 50 quilômetros de Rondônia. Entramos em um travessão ou em uma vicinal e percorremos 19 quilômetros. Levamos para percorrer esse trecho 50 minutos, em uma camionete traçada, porque se não fosse em um veículo desse tipo, não chegaríamos lá.

Lá, encontramos mais ou menos 200 famílias das mais de 400 que havia lá. Dessas, mais de sessenta pessoas estavam acometidas de malária. Acampadas desde dezembro de 2002, esperando um assentamento prometido pelo Incra, em uma área de 140 mil hectares, o último auxílio que haviam recebido ocorreu em dezembro do ano passado de 120 cestas básicas. Pasmem! 120 cestas básicas para 400 famílias.

O Incra suspendeu o cadastro e não entregou mais nada até hoje. Disse que reiniciaria no início do ano, já estamos em abril e não houve inicio.

Como o senhor disse aqui, como o Deputado Adão colocou, vá experimentar ficar embaixo daquele barraco para ver se agüenta uma ou duas semanas. Aquilo, sim, é uma indignidade feita com um irmão nosso, um brasileiro naquelas condições. Mas existem, sim, as lideranças que levam vantagem para colocar pessoas, utilizadas como massa de manobra, para que façam o que fazem com essas pessoas que estão lá esperando.

É onde se criam expectativas, que se geram os conflitos, que se gera a violência – regra geral no Brasil.

Então, precisamos, a CPMI da Terra precisa, ao final do seu relatório, apresentar uma nova proposta de reforma agrária para o Brasil, uma proposta em que o assentado tenha condições reais de ter a sua terra, de poder plantar, de possuir tecnologia, sementes, de ter para quem vender sua produção e dignidade para sustentar a sua família. É o que se vai buscar.

Creio, Dom Ladislau, que V. Revma. deve defender o pequeno, que todos defendemos, o médio e o grande. Creio que há espaço para todo o mundo. Não vamos poder desenvolver este País só com agricultura familiar, só com o médio agricultor. Precisamos, também, de agronegócio. A Comissão Pastoral da Terra tem que ter abertura, visão macro. Defender o pequeno, todos nós o defendemos, há espaço para a agricultura familiar, mas temos que defender, também, os outros segmentos da agricultura. Assim, teremos uma visão geral de parceria. O Brasil tem terras para todo o mundo.

As terras improdutivas devem ser expropriadas, entregues para aqueles que querem produzir, por meio da reforma agrária. As terras produtivas devem ser respeitadas. Sou contra a invasão de terras. As terras produtivas não devem ser invadidas. Se a terra é improdutiva, que o Governo cumpra a sua função: indenize o dono e faça um projeto. Que faça um projeto, que não entregue a terra sem que haja infra-estrutura, sem que a Emater dê condições técnicas para que haja produção.

Quero fazer-lhe apenas três perguntas. V. Revmª é contra latifúndio estatal?

O SR. LADISLAU BIERNASK – Já é para responder?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já fiz a primeira.

O SR. LADISLAU BIERNASK – Sou contra todo latifúndio. Intrinsecamente, aqui diz o documento, é injusto. Por isso, até cito o estatal.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então a resposta é sim?

O SR. LADISLAU BIERNASK – Sim. Claro que sou contra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, o V. Revma. é contra o programa do Governo de implantação dos PDSs e da concessão de uso de florestas públicas?

O SR. LADISLAU BIERNASK – Latifúndio, no meu entendimento, é uma coisa; PDS é outra. Creio que não existe contradição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou repetir. V. Revma. é contra latifúndio estatal?

O SR. LADISLAU BIERNASK – Sou contra o latifúndio estatal sim. Contra o latifúndio. Citei o da Polônia. Não temos latifúndio estatal aqui.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Está claro. V. Revma. é contra ao latifúndio estatal. Vou fazer-lhe a segunda pergunta. V. Revma. é contra o programa do Governo? O Plano de Desenvolvimento Sustentável – PDS? É contra o programa do Governo de concessão de uso das florestas públicas? Sim ou não?

O SR. LADISLAU BIERNASK – Isso não é latifúndio?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA)– É latifúndio.

O SR. LADISLAU BIERNASK – Não é latifúndio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Como?

O SR. LADISLAU BIERNASK – Permita-me discordar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Revma. sabe o que é PDS?

O SR. LADISLAU BIERNASK – Sei.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Como é o PDS?

O SR. LADISLAU BIERNASK – É diferente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Como é o PDS? De quem são as terras no PDS?

O SR. LADISLAU BIERNASK – A serviço de quem?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – De quem são as terras no PDS?

O SR. LADISLAU BIERNASK – Dos pobres.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estamos falando de latifúndio.

O SR. LADISLAU BIERNASK – Não é latifúndio. Latifúndio é de proprietário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não. Quem é o proprietário das terras no PDS? Sou a favor.

O SR. LADISLAU BIERNASK – Então. Se for do Estado a serviço dos necessitados está ok.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Estou perguntando quem é o proprietário das terras no PDS? É o Governo, que está concedendo o uso?

O SR. LADISLAU BIERNASK – Está bem. Mas a serviço de quem?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ele está concedendo. Então, V. Revma. não pode ser contra o latifúndio.

O SR. LADISLAU BIERNASK – Sou contra o de particulares. Claro que sou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas é de latifúndio do Estado. Na Malásia, todas as terras são do Estado porque o proprietário é Deus. Todas as terras da Malásia são dadas por concessão. Lá não há proprietários. E essa experiência que está sendo feita agora, com o projeto de lei que tramita na Câmara da concessão de florestas públicas, é uma experiência que o setor privado vem tentando há muito tempo no Brasil. O setor privado não tem necessidade de ser proprietário da terra, ele quer usá-la para produzir nela. Ao invés de investir na terra como propriedade privada, ele quer usar a terra para produzir grãos, para explorar a parte, se for da madeira, ou da pecuária, ou do agronegócio. Então, de qualquer maneira, fica para o Estado. Admira-me o senhor ser contra um latifúndio estatal e ser a favor desses dois programas.

E a última pergunta. O Governo prioriza a reforma agrária, diz que tem como prioridade a reforma agrária, mas, a cada ano que passa, diminui o valor no Orçamento Geral da União das verbas para a sua prioridade da reforma agrária!

O SR. LADISLAU BIERNASK – Então, quanto ainda à questão do latifúndio, continuo afirmando que sou contra o latifúndio. Agora, a questão de conceitos, de conceitos, como esse do Brasil e outros, a gente tem que ver.

Depois, há questões técnicas, como, por exemplo, terras indígenas, a gente nunca considerou, ninguém considerou latifúndio, porque são terras comuns e são terras grandes a serviço de um povo. A mesma coisa na questão da Amazônia lá. Então isso é outra coisa. Daí eu concordo. A latifúndio nosso, o problema é diferente.

Segunda coisa, a questão da reforma agrária. Nós somos contra o Governo que diminui esses recursos. Mas, de outro lado, questiono outra vez: E o ITR? Cadê o ITR? O senhor só, na ponta do lápis, pode calcular quantos milhões de terra nós temos e quanto que se paga de ITR. Nós sabemos que não chega a 10% do que deveria ser pago. Nós temos que ir lá na fonte. O ITR deveria fazer e promover esta reforma agrária e, depois, com relação à questão dos assentamentos, estou de pleno acordo com o senhor. Aqui, no Paraná, também tem assentamento que foi feito para não dar certo. Para não dar certo! Aquele que o senhor citou é para todo o mundo dizer: "Estão vendo? A reforma agrária é fadada ao fracasso!" Evidentemente! Então isso é mais injustiça que se comete contra uma pessoa humana, contra a sua dignidade de cidadão.

Por isso, quando a igreja e as igrejas evangélicas também que fazem opção preferencial pelo pobre, ela, em primeiro lugar, quer respeitar a dignidade da pessoa humana. O pobre não pode ser jogado em qualquer lugar, não! O sem-terra também, não, ele é digno como qualquer outro cidadão.

Não quero polemizar, apenas colocar!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA)– Não, não vou polemizar! Com a sua bênção e com a sua permissão, Dom Reverendíssimo, só há um jeito de acabar com a pobreza, é criando a riqueza para poder distribuir e melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros.

O SR. LADISLAU BIERNASK – Nós estamos de acordo que a riqueza deve ser partilhada, a terra partilhada. O nosso *slogan*: "Terra Partilhada, Pão Multiplicado". Riqueza partilhada, sim! Agora, esperar que se faça um grande bolo, isso nós estamos ouvindo há muito, desde que me conheço por gente! O grande bolo, e depois quem que vai receber o seu pedacinho. Então não posso concordar. Partilhar, sim; agora, esperar para partilhar, o povo já esperou demais. Ah, demais! Ah, demais! Já esperou demais!

(Palmas.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – E, por último, o senhor citou a Amazônia. Sou da Amazônia, sou um amazônida e tenho certeza absoluta de que ela não é problema, ela é a solução para este Brasil. Estamos prontos e esperando que os paranaenses nos ajudem a desenvolver aquela região, porque muitos já estão lá.

O SR. LADISLAU BIERNASK – Gostaria de dizer o seguinte: Vou-me agora restringir ao Paraná e no Sul do Brasil, porque o discurso aqui é de que aqui não tem terras. E a gente acha que a coisa é bem diferente. Nós também temos lá na Amazônia muitas experiências de desenvolvimento sustentável e outros. Evidentemente que não podemos aplicar o mesmo critério em todas as regiões. Aliás, a proposta que existe é que a gente gostaria que os senadores e deputados fizessem não a nossa, com essas mesmas palavras a nossa é que se estabeleça limite máximo, diferente no Sul, diferente no Centro-Oeste, no Norte, nós não queremos que todo mundo use sapato número 40, nós queremos que todo mundo tenha calçado. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) **–** Eu não vou impedir que aplaudam o Dom Laudislau.

Com a palavra o Deputado Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) **–** Eu quero saudá-lo pela sua presença Dom Laudislau, acredito ser muito importante a sua respeitável presença nesta reunião, como Coordenador da Comissão Pastoral da Terra, no Estado do Paraná.

O senhor falou que os seus pais vieram da Polônia e que o senhor se orgulha muito de ser filho de

pequenos agricultores. Eu perguntaria em que região que eles residem no Paraná.

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Eu sou nascido no município de Almirante Tamandaré, mas na divisa com Curitiba e Campo Largo, na divisa dos três Municípios. Embora a minha Paróquia seja já Curitiba, mas na época era tudo rural. Mas Almirante Tamandaré e Campo Largo continuam rurais. E lá residem a maioria dos meus irmãos, sobrinhos e outros que trabalham lá.

O SR. MAX ROSENAMANN (PMDB – PR) **–** Perfeito. Eu fico satisfeito porque inclusive confirma uma teoria minha de que Santa Felicidade sempre foi muito mais dos polacos do que dos italianos.

(Risos.)

Porque, na verdade, as propriedades sempre foram divididas na razão de quatro alqueires por família, não é verdade, é até de uma certa forma a Igreja de São José dos Pinhais é muito mais de arquitetura polonesa do que de italiana.

Mas a sua presença é muito importante e principalmente da forma com que o senhor defende essa humanidade que é a reforma agrária.

Creio que os Estados Unidos tenham se tornado, hoje, esse grande país, em termos de riqueza, pela qualidade da reforma agrária que lá foi feita. Os Estados Unidos não tiveram capitanias hereditárias e nem Sesmarias, e toda a terra nos EUA, muita gente não sabe, pois temos o hábito de discutir os assuntos sem conhecê-los e eu vejo até isto nos Deputados Federais de Brasília, às vezes nós estamos votando importante matéria e mais da metade ou quase a maioria não sabe o que está sendo discutido e votado. E isso é muito grave, porque as pessoas são capazes de discutir três horas um assunto e não conhecem o assunto. E os Estados Unidos foi construído em cima de uma reforma agrária, distribuição de terra, vemos nos filmes de faroeste. Os americanos mandavam primeiro o Exército lá, os policiais americanos, que colocavam um forte e tiravam os índios faziam uma estrada de ferro, e depois marcavam uma hora para os carroções dos colonos cercarem uma determinada quantidade de acres e com isso foi feito inteiramente, o País inteiro, na base da reforma agrária sem nunca terem sido entregues terras para amigos do rei. E isto fez os Estados Unidos ser um país democrático nesta questão da produção agrária, tanto que produz 40% da comida do mundo e tem muitos polacos lá também. Só que com um pouco mais de tecnologia do que os nossos patrícios. Porque os nossos patrícios poloneses que hoje moram para cá...

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Eram os semterra daquela época.

O SR. MAX ROSENAMANN (PMDB – PR) **–** É mas moram aqui em uma região que até chama de vale da fome em uma região de origem polonesa onde não houve um desenvolvimento adequado.

Então, eu considero que aqui no Paraná, um dos grandes avanços que tivemos ultimamente, foi quando o Governador do Estado aprovou o aval público do Estado para Pronafs. Eu acho que isso foi uma coisa muito importante e pouco comentada, porque antes havia sempre a dúvida de como fazer o financiamento ao pequeno agricultor. E o pequeno agricultor às vezes ele nem sequer faz inventário da sua terra.

Provavelmente eu não sei se os seus parentes conseguiram fazer o inventário, porque a grande maioria acabam se tornando posseiros de si mesmo, porque morre o avô, morrem os pais, morrem os filhos e acaba ficando aquilo em um bem de família, onde mora um, os outros vão para a cidade tocarem a vida e acabam não tendo mais a condição de irem ao Banco do Brasil e avalizar um título ou dar a propriedade em garantia, porque não têm a propriedade, eles são posseiros de si mesmos.

E esse aval estatal foi muito importante. Não sei se a Pastoral da Terra pensa sobre isso, se também concorda que foi um grande avanço por parte do Governo do Estado?

Outra coisa que me preocupa muito, porque fui constituinte e desde lá no Brasil têm sido criadas, indiscriminadamente, reservas indígenas para todo lado. Estamos já na base de 78 milhões de hectares de reservas indígenas para duzentos mil índios, o que dá quatrocentos hectares por índio, de uma forma absolutamente indiscriminada. Nós não queremos desalojar índio. Ninguém aqui é louco de querer propor que a gente acabe com as reservas indígenas, até porque hoje se desenvolve muito essa questão indígena junto com a própria ecologia.

Mas, na verdade, eu pergunto ao senhor: O senhor considera que a Nação Yanomami e as outras nações indígenas têm direito a se separarem do Brasil ou devem continuar brasileiras? Porque se elas são nações indígenas elas têm território, têm cultura, têm antropologia e há muitos e muitos ecologistas do Brasil que lutam diariamente por essa visão internacionalista de separá-los do Brasil. O senhor tem alguma opinião, na Pastoral da Terra, sobre se a nação Yanomami ou as outras nações Kaingang etc. podem ou não propor a separação do Brasil na ONU?

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – A CPT tem uma ligação muito grande com o Cimi, que é o Conselho Indigenista Missionário. A posição é de que todos os povos indígenas que moram no Brasil devem ter a terra aqui porque fazem parte da Nação brasileira.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – O senhor defende o Brasil então?

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Defendo plenamente o Brasil, claro. Não há dúvida. Agora eu gostaria de...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – É porque, recentemente, esteve falando, em Genebra, um candidato à Organização Mundial do Comércio, um francês, Pascal Lamy, que defendeu como bem mundial. E muita gente está defendendo essas questões dentro dessa visão internacionalista, o que me preocupa muito, primeiro, porque se criou indiscriminadamente quantidades brutais de reservas indígenas, depois se criou Flonas, Florestas Nacionais, que no fundo é a mesma coisa, acaba sendo do Governo, e agora essa última que o Senador Flexa Ribeiro mencionou, as florestas de exploração. Não é isso. Foi justamente onde morreu aquela irmã, recentemente, porque era uma região relativamente pacificada, não havia conflitos na região e as pessoas vivam lá em cima de terras públicas, ou seja, pessoas que invadiram terras públicas e moravam ali naquela região. E cada um já tinha demarcado o seu território.

Então, vamos dizer, mesmo que em terras públicas, esses invasores de terras públicas, esses semterra de terras públicas estavam morando todos pacificamente no local. Aí essa irmã foi lá, essa irmã americana, que não sei se era uma irmã verdadeira ou era uma mulher da CIA, ela foi lá e propôs, com seis assinaturas de ribeirinhos, a criação de uma floresta de exploração que vem a ser quase que a terra do Éden, onde a pessoa anda e vai colhendo livremente, não há mais divisa, é mais ou menos esse o sentido. São terras públicas que ficam à disposição de quem quiser morar lá e vão colhendo, podem colher açaí, palmito, vão colhendo, vão andando e ninguém mais pode ter divisa. E como havia pessoas que tinham divisas, que já haviam cercado suas propriedades, o que aconteceu? Começou a haver conflitos de terra, o que não havia, porque as pessoas começaram a andar pelas terras e em terras que estavam demarcadas por posseiros. O que aconteceu? Acabaram, infelizmente, criando uma barbaridade, um crime bárbaro, que foi a morte dessa irmã. Então, ela sem querer, com toda a boa vontade e pureza de alma, acabou provocando um conflito num momento em que propôs uma floresta de exploração.

Então o senhor falou uma coisa muito inteligente aqui, eu gostei muito quando o senhor disse que talvez só o dinheiro do ITR ou quem sabe com o imposto sindical rural, tanto dos trabalhadores como dos patrões, também se somasse... Porque eu calculei que se arrecada nesse negócio aí mais de R$1 bilhão por ano, ou muito mais do que isso, entre ITR, imposto sindical, e esse dinheiro some. Nós sabemos que os sindicatos rurais no interior não servem para nada, não ajudam a desenvolver a agricultura, certo? Só comento isso porque achei muito inteligente a sua proposta. É pena que isso não tenha sido entendido.

Então, diante do fato de nós já estarmos com dois anos e meio de Governo do Lula, qual é a sua posição a respeito do Governo do Lula? O senhor acha que é um bom governo o Governo do PT, ou é um mau governo, que acabou deixando tudo como era?

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Eu vou primeiro... Acho que tem três coisas...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – É maliciosa a minha pergunta. Ela é intencional.

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Eu sei, mas não tem problema.

A primeira, eu agradeço, porque a CPT deve também se preocupar para que o pequeno agricultor, ele seja em todos os aspectos legalizado. Eu posso dar um testemunho: semana retrasada, fiz visita pastoral a todas as comunidades de Mandirituba, um Município a 30km de Curitiba, onde 70% são pequenos proprietários.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – É.

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Lá o que acontece? Eu perguntei: vocês têm a documentação? "Não, nós não temos registro". Por quê? "Porque custa muito caro". Não acredito muito nisso. Mas vejo a necessidade de tanto o Poder Público como outras entidades ajudarem esse povo a ter isso.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Resolver essa questão.

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Isso faz parte da própria cidadania, ele ter o registro. Ele não tem. Por quê? E qualquer coisa pode perder.

Então essa é uma preocupação.

E aqui eu gostaria de dizer a importância da educação voltada para o campo.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – É.

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Do campo, não no campo.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Para o campo.

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – É. Porque vejo escrito assim: Escola Rural Maria e José. Eu fui lá, o mesmo currículo, nenhuma aula sobre a terra, não aprende nada sobre como lidar. Então, o agricultor, ele não é preparado. Até no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra muita preparação eles dão em assentamentos, através de cursos que eles promovem, inclusive, para fazer isso aqui. Então, isso é importante.

Quanto à Irmã Dorothy, foi muito bem que apareceu aqui, foi aquela comoção agora.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Claro.

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Mas ela já está passando. Quando aconteceu Corumbiara foi aquela comoção e acaba.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – É.

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – E já se fala o seguinte, porque isso é uma grande tensão, então se forma um *kit* para distender. O que acontece? O Presidente fala, o Ministro vai lá, faz-se a promessa de punição, fazem-se algumas prisões, relaxam dentro de três dias e depois continua. Plínio de Arruda Sampaio Júnior chama isso de "*kit* da distensão". Então, nós estamos lutando, volto a dizer, ainda para tirar a dor da doença, mas não estamos atacando a coisa. Isso não deveria acontecer. Na hora... Porque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ele próprio quer que ele desapareça o quanto antes. Acho que o sonho de todo brasileiro é não termos sem-terras. Os sem-terras sabem desse meu pensamento. Isso não deveria existir. Se existe, é como o documento da Igreja dizia, ele é um alerta gravíssimo aos governantes e à sociedade de que a coisa tem que ser feita diferente.

A Dorothy era uma Irmã religiosa, americana, estava prestando um serviço na diocese, era muito estimada pelos posseiros e outros agricultores, e ela estava a serviço da diocese, mas veio como missionária.

A última era...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Do ITR...

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Do ITR já foi dito.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – A pergunta do nosso grande Presidente Lula.

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Sim.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Se ele é bom Presidente ou se ele só viaja.

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Eu digo: nós queremos mais.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Mais?

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Nós queremos mais, ele tem que investir nas política sociais e, de modo especial, na reforma agrária. Pode contar, vá em frente, porque sabemos que a questão não é fácil e o Presidente tem que ter o apoio dos representantes do povo de lá, porque todos os Deputados e Senadores querem a paz.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – O senhor quer ver um exemplo que vou lhe dar e que é formidável:o senhor falou de uma região que represento, que é o interior de Mandirituba Agudos do Sul e só em Mandirituba fiz uma reunião com a secretaria da agricultura do Paraná e considero santa a missão da Emater como também o atendimento que os secretários da agricultura dos municípios que querem trabalhar para os pequenos agricultores, conseguimos fazer 2.200 empréstimos do Pronafinho, em Mandirituba, e 2.500 no município de Agudos do Sul. O que aconteceu? Como estamos repetindo esse empréstimo, praticamente sem inadimplência porque o povo é honesto que todo ano paga, estamos já no sexto ano e houve uma melhora da qualidade de vida no interior de Mandirituba, num trabalho que realizei, porque cada um que tem função pública tem que trabalhar para que isso aconteça, sair do discurso e ir para a prática. Nesse aspecto, os Estados Unidos – e não vou discutir religião porque nem é o momento e nem é o local – mas esse espírito comunitário tem que ser divulgado no púlpito, para que a igreja.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Deputado, peço sua colaboração pois temos ainda...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Vou encerrar. O povo precisa dessa conscientização, os pequenos produtores – como o senhor disse – são incultos e desde o colégio, desde o culto, desde a vida em sociedade, temos que desenvolver esse espírito comunitário que, infelizmente, no Brasil é muito fraco e uma coisa que está passando ao largo é que as grandes cooperativas do Paraná também poderiam ajudar nesses assentamentos com suas tecnologias e eles não poderiam desconhecer os assentamentos que já foram feitos e poderíamos ter uma parceria, que é uma palavra tão moderna, junto com as grandes cooperativas, onde eles poderiam divulgar a tecnologia.

Para que isso aconteça, o Incra tem que ter credibilidade, assim como o Ministério, o Governo, os políticos e o próprio Presidente da República, que é o que está faltando para todos nós.

O SR. LAUDISLAU BIERNASK – Só queria dizer que concordamos plenamente e dar uma boa notícia. Em Mandirituba surgiu uma pequena associação de agroecologia. Graças a Deus, em outros lugares do Paraná está surgindo e é uma alternativa viável e que, por mais que se diga, acreditamos na agricultura do futuro, que é o dom da vida, da saúde e deve ser incentivada a agricultura agroecológica.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Estou lá participando disso também.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Concedo a palavra à Deputado Luci.

A SRA LUCI CHOINACK (PT – SC) – Sr. Presidente, serei breve mas não poderia deixar de cumprimentar o nosso bispo, coordenador do Pastoral da

Terra, Dom Ladislau, dizendo que a fala de S. Revma. foi muito importante, trouxe todo um conhecimento humano e da ciência até chegarmos até aqui, porque a terra não é negócio e sim um bem da natureza, de Deus e precisa ser partilhada, porque se fosse inventada por alguém teríamos que comprar, mas ela não foi feita assim.

Existe um preconceito que concordo com o senhor quando diz que é preciso limpar as cabeças que estão poluídas de latifúndios. Por que isso ? Porque os senhores da terra ainda vêem os trabalhadores como escravos. Há pouco o coronel que era para depor e não depôs e fez só discurso, falou só o que quis, disse que para ter terra tinha que ter vocação. Não entendi por que o coronel quer terra, qual a vocação mas imagino que é para ter escravos, ter trabalhadores trabalhando para ele, para os senhores ficarem cada dia numa boa e ter trabalhadores.

Então, quando fala em ter reforma agrária incomoda porque há o processo da pessoa ser cidadão, e o problema maior é ser cidadão, o pobre, aquele dito como incapaz. Mas queria perguntar se conhecem um assentamento no Brasil, vamos falar no Paraná, para não ir mais longe, sem luta do povo. Se for assentada alguma família sem terra, sem luta social, sem ocupação, sem pressão social, porque lá no Estado onde moro, sem pressão, não foi assentada uma família. Aliás, agora o Governo, vejam como é, eles falam mal do Governo Lula e, aliás, há um preconceito horrível, quando falam do Lula, falam com preconceito, porque o que passa não é o que o Lula faz ou deixa de fazer, porque o Lula tem a marca social de peão, o Lula traz dentro de si a simbologia de homens e mulheres, de pessoas que nunca participaram da política e o Lula mostrou que é possível ser político também das classes populares, não só do andar de cima, mas do debaixo também. Então, o preconceito é grande quando se fala e todos nós sabemos das dificuldades do aprendizado, da necessidade de fazer.

Por isso que a Via Campesina vai fazer a marcha agora no mês que vem, que todas as entidades, as pastorais estão apoiando, a Pastoral da Terra, isso é muito importante.

Então, queria saber se conhecem algum assentamento sem pressão social, que isso é importante para nós. Se foi assim na boa, os fazendeiros disseram assim: agora é a vez de vocês, nós já exploramos muito, matamos... um monte de gente morreu, agora é a vez de vocês produzirem e repartir a terra. Se isso acontece dessa forma. A outra coisa é dizer que não queremos... concordo com a sua avaliação, um País que só pensa em ter grandes tecnologias e não ter tecnologia sustentável, de inclusão social. Queremos tecnologia que envolva, que a gente coma menos veneno. As pessoas não estão se preocupando quantas toneladas de veneno estão comendo. Só quando ficam doentes, dá o diagnóstico: morreu de câncer, morreu disso, morreu daquilo. É bom que cada um comece a perguntar quanto veneno estamos comendo com esse tal de desenvolvimento.

Aliás, para uma outra questão, eu lembro, eu era menina, trabalhava na roça, ia agregada na terra do meu tio, o meu tio explorava igual aos outros, não era nada diferente, nós trabalhávamos, dávamos a quarta parte para o meu tio, até do amendoim que produzíamos. Então, diziam para nós assim: agora vai vir a revolução verde. E nós pensamos: mas que diabo de revolução verde. O que vai acontecer? Vai mudar o mundo? Diziam que era necessário para combater a fome. E ficamos esperançosos, aí eles pegaram os tratores, arrancaram a erva mate, a cana que nós plantávamos, fazia o açúcar mascavo para fazer adoçar o nosso café, foi arrancando com tudo. E nós sentimos que a revolução verde foi concentrar terra, renda e poder.

Agora, eles dizem outro discurso: se vocês não entrarem nas altas biotecnologias, inclusive dos transgênicos, é a fome no mundo. Como é que a Pastoral da Terra está vendo essa situação, essas duas questões? Alguém disse que a Pastoral da Terra tem que ter uma visão ampla, eu vejo que tem uma visão muito grande, e defensores do agro-negócio tem demais, precisa ter do lado dos pobres, porque se não tem dos pobres, a voz dos pobres vai ser calada, e nós precisamos da voz dos pobres também.

O SR. LADISLAU BIERNASKI – Assim como em Santa Catarina, no Paraná, que eu saiba, todos os assentamentos feitos foram com a luta social, com a pressão. Houve uma fazenda em Lapa Serrito, que foi oferecida por um fazendeiro, que o Incra deveria comprar, depois *(falha na gravação)* fazendeiro e *(inaudível)* frustrados e jogados para fora. *(inaudível)* o resto de fato *(falha na gravação)* depois essas terras, o Governo comprou, mas depois das lutas.

Quanto ao modelo agrícola, reforma agrária, muitos acham que é só dar terra. E nós não defendemos isso. Defendemos algo de muita dignidade.

Então, modelos agrícolas, existem muitos. E agora, aquilo que a senhora falou da Revolução Verde, eu temo que vai acontecer pior ainda com os transgênicos, porque a dependência vai ser ainda maior. Não que com isso sejamos contra a tecnologia. Pelo contrário, o que o Brasil produz a mais, ele deve produzir. Aliás, produz muito pouco. Se os pequenos, que são agora ainda poucos, produzem mais de 60% dos alimentos, imagine se fossem assentados mais de um milhão de famílias! Quanto de alimento produziríamos também.

A fome que existe no mundo não é questão apenas de produção, mas é de distribuição. É chegar a comida até a mesa do excluído, do pobre.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Muito obrigado, Dom Ladislau. Agradecemos a sua participação.

O SR. LADISLAU BIERNASKI – Eu havia preparado algo que, com a sua permissão, gostaria de dizer. Eu quero desejar a todos, mas de modo especial ao senhor e a toda a Comissão, que os trabalhos desta CPMI possam ser abençoados, a fim de que a verdadeira face desta problemática possa vir à tona e inspire medidas concretas a favor da paz no campo e aconteça a efetiva reforma agrária, com – se Deus quiser – a limitação da propriedade, do seu módulo máximo. Sem isso, eu não acredito que haja mudança na estrutura fundiária.

Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – As nossas homenagens a Dom Ladislau, que, sem dúvida, é uma figura muito importante no nosso Estado; e traz uma contribuição acreditada a esta Comissão Parlamentar.

Muito Obrigado, Dom Ladislau.

Nós vamos convidar para o seu depoimento o Sr. Cecílio Rego Almeida.

Deputado Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Nós temos ainda dois depoentes mais os outros que vão depor sigilosamente. Todos nós temos passagem marcada. Isso vai até a noite. Eu queria sugerir que ouvíssemos o paranaense aqui, e o outro, que é do Pará, poderia...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Nós vamos ouvir a todos os depoentes que vieram e estão aguardando até este momento. Não seria elegante por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito dispensá-los agora. Nós ficaremos aqui o tempo que for necessário para ouvir a todos.

Então, com a palavra o Sr. Cecílio do Rego Almeida.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Exmº Senadores, Deputados, Srªs e Srs. aqui presentes, gostaria de externar meu agradecimento pelo convite que me foi feito, no sentido de subsidiar com informações esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a fim de que a mesma possa, ao final dos seus trabalhos, emitir relatório que contribuirá para que nosso País encontre caminho adequado para a implementação de tão necessária paz no campo e a defesa da soberania nacional, emprestando dessa forma minha contribuição com questões sociais tão relevantes.

Peço ao Exmº Sr. Senador Alvaro Dias, digníssimo Presidente desta Comissão, que me conceda três minutos para fazer uma pequena apresentação de minha pessoa, pois não sou conhecido pela maioria dos Srs. Senadores e Deputados. Sou paraense, nascido em Óbidos, à beira do Rio Amazonas, em 1930. Quando eu ainda era criança, a minha família mudou-se para Curitiba em busca de melhores oportunidades, e, apesar de muitas adversidades, meus pais criaram seus sete filhos que aqui progrediram e formaram suas famílias. Após anos de luta e dos esforços de uma infância de privações, quando vendia frutas nas ruas para ajudar no orçamento doméstico, e de uma juventude de estudos e trabalho noturno nos Correios, como telegrafista, serem recompensados ao me tornar Engenheiro Civil e Empresário bem sucedido, sendo hoje o controlador de um dos maiores grupos econômicos privados deste País.

Ao longo de cinqüenta anos como empreendedor, em conjunto com dezenas de milhares de colaboradores – chegamos a ter vinte e cinco mil –, pude participar de obras em empreendimentos que contribuíram para o desenvolvimento da Nação, sem jamais ter sido questionado pela qualidade dos serviços que minhas empresas prestaram a diversos clientes públicos ou privados. Foram centenas de obras: estradas, ferrovias, barragens, túneis, viadutos, estádios, aeroportos, portos, edificações, fábricas e instalações espalhadas por esse imenso Brasil. Mas nenhuma dessas obras se compara ao Projeto Amazônia, Floresta para Sempre, que se tornará um marco na história da preservação e exploração racional dos recursos naturais da floresta amazônica. Este será o meu maior legado para o País e para as futuras gerações.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Relator, Deputado João Alfredo.

Tem mais?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Eu teria somente mais um.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então pois não, pode falar.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Serei bem rápido.

Eu estou aqui fruto de um complô formado pelo jornalista Carlos Mendes, do Jornal **O Liberal**; do Procurador da República Felício Pontes, e vou processá-lo, pelo maior perigo que o Brasil enfrenta.

Peço ao Sr. Senador que me dê permissão de ler somente essas duas páginas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pode fazer a leitura.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – O Brasil vem há algum tempo sendo ameaçado da internacionalização da Amazônia. Já em 1989, François Mitterrand citou, em reunião em Haia, que deveria ter um organismo internacional para cuidar da Amazônia. Refiro-me também às declarações do francês Pascal Lamy, ex-Comissário de Comércio da União Européia e atualmente ocupando o posto de Presidente da Organização Mundial do Comércio, OMC, segundo as quais haveria espaço para o estabelecimento de regras de gestão coletiva da Amazônia, dando a entender que essas áreas deveriam ser tratadas como bens públicos mundiais.

Essas declarações são apenas pontas do iceberg de um movimento internacional que ameaça a soberania brasileira, dissimulando debaixo de um discurso pseudo-ambientalista que esconde interesses econômicos e territoriais mais do que evidentes. Preocupa-nos mais ainda a nomeação do Sr. Paul Wolfowitz como Presidente do Banco Mundial, personagem conhecido como um dos falcões que assessora o Presidente Bush e reconhecido como o mentor da guerra contra o Iraque, sob alegação de estar aquele País desenvolvendo armas de destruição em massa, o que jamais se comprovou.

O Sr. Wolfowitz será o responsável – ele foi para o Banco Mundial – pela cobrança dos resultados dos programas que o Banco Mundial financia ou financiará na questão ambiental amazônica. Portanto, o nosso Governo, por ter se comprometido com o Programa Arpa, pseudo-programa ambientalista, estará sujeito à tutela internacional sobre os recursos naturais do território brasileiro. A desculpa de hoje, no Iraque, são as armas de destruição em massa. A de amanhã será a destruição em massa da nossa floresta.

Estou pronto e terei imenso prazer de responder qualquer pergunta que me seja feita.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Com a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Sr. Cecílio Rego de Almeida, nós temos uma oportunidade nesta CPMI de ouvir uma versão do senhor acerca de uma série de fatos, matérias, de que o senhor é acusado, não só no jornal **O Liberal**, mas na **Folha de S. Paulo** e na revista **Veja**, de grilar uma terra, uma área, no Estado do Pará, de quase cinco milhões de hectares. Há pouco ouvimos Dom Ladislau pedir o limite do tamanho das propriedades de terra e essa área, se não me engano, é do tamanho de um País como a Bélgica. Evidentemente, vou falar pela documentação que tenho, dando a V. Sª, portanto, a oportunidade de apresentar a sua versão, a sua defesa.

Eu tenho em mãos o relatório da CPI realizada pela Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Eram acusações muito graves, ligadas à questão de trabalho escravo, de cadáveres, etc., que foram sendo desqualificadas, mas ao final restou, e foi reafirmado pela CPI do Estado do Pará. A CPI considerou ilegítima a pretensão de posse e propriedade da área de terras denominada Fazenda Rio Coroá. Eu falei em 5 milhões mas é mais, segundo tenho aqui, com área de 5 milhões, 694 mil e 964 hectares segundo dados do Iterpa, pela empresa Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda., Incenxil, pelos motivos expostos no presente relatório e na ação de nulidade e cancelamento da matrícula, transcrições e averbações no Registro de Imóveis de Altamira que o Iterpa move contra as referidas empresas. Processo nº 270/96, Fórum de Altamira.

O Cartório Extrajudicial do 1º Ofício de Notas de Altamira, responsável pelo registro de imóveis, encontra-se envolvido em flagrantes irregularidades. Diz aqui uma matéria da **Folha de S. Paulo**, ainda de 99, que cartório fornece a três empresas certidões de áreas sobrepostas que, na verdade, são da União/Pará, têm fraude em registro de terra. A agência **Folha** teve acesso a certidões. Em dois documentos lavrados pelo mesmo cartório, parte das coordenadas geográficas chega a ser descrita com as mesmas palavras e números. Esses documentos têm a mesma data e são assinados pela mesma pessoa, a Tabeliã Eugênia Silva de Freitas.

O que diz aqui o próprio relatório que vou ler para o senhor? Faz um histórico da aquisição dessa área e diz, ao final – Instituto de Terras do Pará: Como se constata diante desse relato resulta comprovado que a empresa requerida adquiriu apenas supostos direitos de posse sobre vasta extensão de terras pertencente ao patrimônio fundiário do Estado do Pará e que esses direitos "consubstanciados em meros contratos de arrendamento" foram leviana e indevidamente levados à inscrição no registro de imóveis daquela comarca, até porque tais documentos, que seriam contratos de arrendamento – há pouco um dos depoentes, o Coronel Copetti, apresentou um documento que era uma compra e venda, mas não registrada, e aqui se fala que seriam contratos de arrendamento – que jamais poderiam ser assentados em livros de registro imobiliário específico de inscrição – hoje a matrícula dá a propriedade de imóveis. Não se sabe pois como documentos tão precários, contratos de arrendamento, cuja somatória das áreas destinadas à exploração extrativa não chegava sequer a trinta mil hectares possibilitou

o registro das mesmas áreas em livro cartorário para o assentamento de propriedades com dimensões astronômicas de 6 milhões de hectares.

Quer dizer, o Iterpa diz que esses contratos de arrendamento correspondiam a 30 mil hectares e,depois, se transformaram em 6 milhões de hectares. Diz mais aqui o relatório: "Cabe ressaltar que o Cartório de Imóveis de Altamira emitiu três documentos, em épocas diferentes, sobre o mesmo imóvel com áreas completamente diferentes que constituem flagrante irregularidade que, por si só, ensejaria anulação da matrícula desse imóvel". Aí vem, faz aqui todo o histórico: uma área com 4 milhões, outra com 4 milhões 770 mil, outra com 4 milhões 772 mil. Não vou fazer a leitura de todos esses documentos, porque o Senhor deve conhecer a todos, pois deve ter sido ouvido por essa CPI.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Sim, conheço os documentos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) **–** Mas, vamos em frente. Temos aqui em mãos uma ação do Ministério Público Federal, assinada por quatro Procuradores da República do Pará, não só o Dr. Felício Pontes – até o conheci no episódio das Irmã Dorothy e, também, depois na CPMI. Mas, também, Ubiratan Caseta que, junto com Felício Pontes Junior, são procuradores da República; José Augusto Torres Potiguar, que é Procurador-Regional; e André Luiz Moraes de Menezes. Essa Ação corre em Santarém, Protocolo nº 20033902000197/2. Então, o Ministério Público Federal vem oferecer denúncia contra uma série de pessoas, inclusive o Sr. Roberto Beltrão.de Almeida, se não me engano...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – É meu filho...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) **–** É seu filho, não é?

Então, do quê essas pessoas são acusadas, Roberto Beltrão.de Almeida, José Rodolpho de Moraes, Carlos Alberto Melo de Oliveira, Humberto Esteves Melo de Oliveira, Sebastião Lúcio de Oliveira, Eugênia Silva de Freitas, que é justamente a Oficial de Registro de Imóveis que foi afastada de Altamira, segundo a informação.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Eu me referia...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) **–** Sim, estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – O senhor está inscrito, Sr. Deputado.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) **–** Não, eu vou terminar...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Então, depois o Senhor repete por partes, para facilitar a minha...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) **–** Não, é porque temos aqui...estou fazendo essa leitura toda, se o Senhor quiser posso lhe fornecer os documentos para o Senhor falar...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Não precisa, eu tenho tudo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) **–** Tem tudo, não é? Então, o que diz Sebastião Lima da Silva? O que diz...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Sr. Deputado, primeiramente, o depoente vai responder, depois, o Deputado Max Rosenmann será o primeiro inscrito.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) **–** Estou tentando terminar...

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone-Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – O Sr. Deputado pode aguardar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) **–** Deputado Max Rosenmann, estou dando justamente uma oportunidade ao Sr. Cecílio do Rego Almeida para se pronunciar sobre tudo isso. O que diz aqui a denúncia do Ministério Público Federal, que é de março de 2003?

"Será demonstrada nessa peça, nessa denúncia, a existência de indícios e provas de operação fraudulenta que resultou na formação de imensa propriedade rural, Fazenda Curuá, por vezes chamada de "Fazenda Rio Curuá", em Altamira/Pará, nas mãos de Cecílio do Rego Almeida e de seu filho Roberto Beltrão de Almeida, ainda que por intermédio de empresas suas ou por essas controladas, e ainda pessoas de suas confianças. Para melhor compreensão dos fatos é possível dividir a operação fraudulenta em três grandes etapas". Então, ele relaciona as etapas e desenvolve. "Primeira etapa: falsidade ideológica levada a cabo no Cartório de Registro de Imóveis de Altamira, Cartório Moreira, no ano de 1984, como está aqui, que deflagrou a grilagem da terra; segunda etapa: outra falsidade da mesma natureza e no mesmo cartório, perpetrada no ano de 1993, que ultimou a grilagem; terceira etapa: alienação da terra grilada, em negócio que encerrou falsidade ideológica no ano de 1995.

São esses os documentos que nós temos. Não vou fazer a leitura das matérias que já saíram na **Veja**, **Istoé**, na **Folha de S. Paulo**.

Essas área, até era importante que o senhor dissesse, porque tem aqui, ora 4 milhões de hectares, ora 4 milhões e 700 mil, ora 5 milhões e 700 mil hectares

então, as vezes até 7 milhões de hectares se falam. Na revista **Veja** se fala, justamente, que seria um bloco de 5 milhões e 700 mil de hectares e um outro de 1milhão e 300 mil. Que é quase o tamanho da Holanda e da Bélgica somadas.

Então era importante que o senhor pudesse então prestar a esta CPMI esses esclarecimentos em função de todo esse material que chegou à CPMI, vindo do Ministério Público Federal, vindo da Assembléia Legislativa do Estado do Pará e, evidentemente, toda essa questão que é conhecida no Brasil todo, até a **Veja** chama de Cecilolândia, como se fosse um país dentro do país; um país dentro do Brasil, – o senhor fala de duas Bélgicas – talvez o maior latifúndio deste País. Então acho importante, que o senhor pudesse agora, em face dessas questões que levanto, se referi a essas acusações de grilagem dessa área, que seriam áreas públicas.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Não são áreas públicas e vou provar. São áreas privadas. Em primeiro lugar a **Veja** não é exemplo, porque são meus inimigos. Sofri um processo de chantagem do apóstata, de Roberto Civitta, porque eu havia comprado seis *transponders* para fazer um negócio que não seria um negócio dele, a televisão à cabo, assim para transmissão de dados. A partir daí passei a ser *persona non grata*, dentro do grupo Abril; a pessoa do apóstata, Roberto Civitta. Esse senhor foi processado, está correndo na justiça; consegue segurar, consegue fugir daqui, consegue fugir dali, mas na ação cível ele será condenado.

A ação criminal, acho um absurdo pôr um jornalista mentiroso na cadeia, quando existem pessoas e grupos de extermínios. Para mim isso não afeta nada.

Agora, esse senhor no bolso, sendo uma apostata, isso é representar muito. A repetição, a **Folha de S. Paulo**, **Estado de S. Paulo** deve ter muito, ou L**iberal**...

Não levo em consideração porque é uma repetição da mesma matéria, produzir dentro da editora Abril, que hoje é a bíblia brasileira.

Vamos aos documentos oficiais, esse sim tem valor, a CPI de uma Assembléia tem muito valor.

Sei que V. Exª é um grande advogado e pode até me ajudar se minha reposta for correta. O senhor pegou, essa CPI, no item 7, conclusões finais e recomendações. Essa CPI foi feita em 1999 – é importante a data, existe uma cronologia e isso é muito importante –, se o senhor pegar a última página que é a página 54, a data está aqui: Palácio da Cabernagem, 10 de setembro de 1999.

Esse relatório, essa CPI foi muito justa, porque o apóstata nomeava trabalho escravo, ameaça de expulsão de comunidade ribeirinhas remanescentes, pistolagem e assassinato com ocultação de cadáver na área de terras sob posse da empresa Rondon Projetos e Ecológico, Ind. e Com. – está uma mistura aqui – , mas a empresa seria a Incenxil – Exportação, Navegação do Seguro Ltda. E a Rondon Projetos Ecológicos foi a dona da Incenxil, temos trinta empresas. Foi verificado a inexistência... O senhor falou de vários crimes.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Eu falei que isso não tinha sido comprovado.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Não é comprovado; houve inexistência ...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Digo pela CPMI.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Porque pôs a Polícia Federal para ver.

Não ficou comprovado a utilização de bases da empresa na área para fins de narcotráfico, aliciamento e treinamento de comunidade indígena para formação de milícia privada – lá não se usa a polícia, se usa índio – na mesma área.

Depois os Deputados tomaram o cuidado de considerarem ilegítima a pretensão de posse. Que é ilegítima, não é ilegal e não é pretensão de posse, é uma matrícula registrada no cartório.

Quanto a essa variação de número de hectares, o GPS *(inaudível)* deve estar vesgo, porque uma hora determina um número. Tão vesgo quanto o relatório deles. Uma hora determina um número outra hora determina um outro.

Posso lhe dizer, V. Exª citou 4.772; e 5 milhões não sei quanto e a **Veja** citou 7 milhões. Com relação a **Veja** e os jornais eu não respondo. Não vou responder a um jornalista mal informado, ou que ganha por linha isso que V. Exª está dizendo numa CPI, não posso mesmo. Posso responder a documentos oficiais. Isso respondo e tenho respeito.

Quando compramos essa área, por intermédio de uma das empresas – não é a área, compramos a empresa dona da área, não compramos a área. Ademais, essa é a visão errônea do intérprete, isso que V. Exª leu; não dos jornais. V. Exª leu o relatório...

Existiu o primeiro caso, um cidadão de certa idade que já morreu ..., vendeu, indevidamente os 4.772 mil, vendeu esse pedaço de 772 mil hectares e fica com 4 milhões de hectares.

Qual foi a primeira atitude da nossa empresa?

Entrar com uma ação anulando essa venda, porque o cidadão que vendeu não tinha procuração. Isso tenho, posso fornecer, Senador Alvaro Dias, todos os documentos ...

Por outro lado, a Polícia Federal – o nosso nº era 4.772 mil – , existe um relatório da Polícia Federal que

dá, aproximadamente, 4.800 mil. Acho que até aí respondi em matéria de números. Números de revistas, ou número de jornais eu não tomo conhecimento.

Veja o absurdo. Realmente, Felício Pontes é meu inimigo. Vou processá-lo. Vou à Corregedoria Jurídica da Procuradoria da República. Ele é meu inimigo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – O senhor tem muitos inimigos?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Não. Eu sou inimigo de quem tem essa vontade de destruir alguém que quer fazer alguma coisa. Esse é meu inimigo. Não tenho medo nenhum de ter inimigo. Medo nenhum. Zero. O que o Felício Pontes faz, nessa ação citada pelo senhor, que tramita em Santarém – posso até dizer o número; é verdade que essa ação existe –, as acusações dele são falsas.

Vejam bem. Compramos a empresa em junho de 1995. Esse fato a que o senhor se refere se deu em 1984. O meu filho podia – ele não está presente; já tem vinte e poucos anos...

Em 1993, houve um segundo fato ao qual V. Exª se referiu. Fomos ao Pará. E foi fácil encontrar, por causa do jornal **O Estado de S. Paulo**, anúncio oferecendo essa terra para o Brasil e não para mim. Vi estudo sobre a terra, soube que pertenceu ao Banco do Estado do Pará, que é o braço financeiro do Estado, foi arrematada por esse banco, porque o dono, que tomou o dinheiro emprestado, não conseguiu pagar. E o que ele fez? Vendeu um prédio... O dono é o mesmo que fez grande parte dos seringais. É o Humbelino Oliveira, pai de dois rapazes cujos nomes o senhor citou: Carlos e Humberto. Pagou e recomprou.

Bem, examinem este caso. Dei para os advogados examinarem. Naquela época, eu tinha um irmão senador que era colega do Senador Almir Gabriel, que tinha sido Governador do Estado do Pará durante 8 anos. Foi entregue essa documentação ao Almir, que era nosso amigo, para que avaliasse se valia a pena fazer uma coisa assim. Não tivemos resposta, por isso, não continuei a olhar.

Muito bem. A terra só foi comprada por isso e pelo meu sonho de mais de 20 anos, porque construí, em toda a Amazônia, inclusive no Estado do Pará, 80 quilômetros ao sul de Santarém, a única hidrelétrica sobre areia no Equador. Trabalhei na Belém-Brasília e em inúmeras obras no Estado do Pará, terra onde nasci. Também trabalhei muito no Amapá. Inclusive, indo ao Oiapoque, por uma estrada que vai de Macapá até o Oiapoque, senti que não é possível que o povo brasileiro destrua sua riqueza que é a floresta de maneira predatória por anos e anos.

Sr. Deputado, quando apareceu a oportunidade de comprar uma terra que tinha pertencido ao Banco Estado do Pará, deixaria de fazê-lo porque o apóstata ou o caolho do Iterpa acha que não posso? O que é o Iterpa? Permita-me perguntar isso. O Iterpa foi formado em 1975 e, de acordo com a lei, tinha 20 anos para fazer a demarcação de terras no Pará. E o que fez esse órgão? Nada. Era possível se visitar o Iterpa para ter conhecimento de alguma coisa se esse órgão nada fez durante vinte anos? Só se eu fosse tolo e eu não o sou.

Isso causou um tremendo mal estar em alguns diretores. Esse senhor que de Paraguassu Elles e o Presidente do Iterpa era o Sr. Ronaldo Barata, que tentou ser Deputado Federal. Quando esse Renato Barata foi para o jornal – é sempre assim, trabalham como cronista social, não tem o que dizer, vai ser cronista social para falar mal. Falou de mim, entrei com um pedido de esclarecimento sobre se aquilo que ele estava dizendo no jornal era verdadeiro. Ele escreveu uma carta dizendo que não. O que ele falou não vale, o que o Elles diz aqui está errado o número, não tenho culpa que o GPS esteja velho ou quebrado.

O próprio Elles, achando o nosso pré-projeto, mas era a floresta inteira, Floresta para sempre, era esse o projeto, depois vamos falar do ser humano porque não existe projeto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Por favor, fale mais perto do microfone, por causa da gravação.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Não existe a floresta, só a floresta...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Por favor, permita-me porque acho que é importante ficar esclarecido porque se o senhor não responder, é preciso que se esclareça. Essa área seria de algumas dezenas de milhares de hectares e passou para milhões de hectares.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Isso o senhor está dizendo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Não estou dizendo, estou me fiando.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Comprei 4 milhões 772 mil hectares. Estava registrado no cartório sob o nº 1411. Já vou para frente e já facilita sua vida.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – De Altamira. Não, o senhor não tem que facilitar a vida de ninguém.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Fora a sentença de primeira instância, que é totalmente favorável à minha empresa, existe um agravo dentro disso que algum engraçadinho do Iterpa quis fazer, e veio cair no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Vou ler o final para não tomar o tempo de V. Exªas.

Como bem disse a CPI, não era função da CPI dizer se era legal ou ilegal, essa função cabia ao Poder Judiciário. Lá no Pará existe um ditado que diz que "você só é dono de alguma coisa quando você é processado".

Depois de processado, quando já tínhamos ganho na primeira instância, numa sentença, por agravo, foi para o Tribunal de Justiça, 3ª Câmara Isolada – É o Acórdão nº 39.777. O senhor tem isso aí?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Não, mas o senhor pode me passar.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Depois passo o acórdão inteiro. Tenho parte aqui:

> "Aduz-se que na espécie desses autos, as terras adquiridas pela agravante e que são objetos de pendência, foram inventariadas no ano de 1922, feito que tramitou no fórum desta capital, expediente do Cartório Fabiliano Lobato, referente aos bens ficados por falecimento do Comandante Ernesto Acioli que, afinal, foi regularmente sentenciado e com formal de partilha expedido."

Logo, não há dúvida que, efetivamente, são terras pertencentes ao domínio privado – depois falo por que a união se diz dona e vou dizer muito claramente.

Legalmente adquiridas, com ocupação mansa e pacífica e com cadeia dominial ao longo de mais de oitenta anos, tanto que foram dadas em hipoteca para o Banco do Estado do Pará sem quaisquer contestações. Isso foi dito por desembargadores do Tribunal. Como eu sou *(Fora do microfone. Inaudível.)* Legislativo e Judiciário. Até o Poder Legislativo sem nada fazer. Agora vem o outro lado da história. Eu levei três anos... O nome do Presidente do Incra é Sebastião Azevedo. Hoje esse mesmo cidadão é procurador do Ibama. Levei três anos, com advogados, procurando conseguir a verdade sobre isso. Se houvesse um mínimo de verdade nisso eu não perderia tempo com esse assunto.

Durante todo esse tempo, se V. Exª me permite, esse senhor mentiu. Nós entrávamos com o processo em Brasília. O processo ia para Santarém. Quando meu advogado estava em Santarém, o processo ia para Mirituba, local cujo acesso era só por canoa e canoa de pequeno calado.Era assim que se ia lá. Para se trazer o processo de lá, quase afundava a canoa. Como não se conseguia nunca uma resposta... Isso foi conseguido graças à CPI da Terra, em 2001.

Aqui está o **Diário da Câmara dos Deputados.** No final do **Diário** encontramos o pedido do Presidente da Comissão, Luciano Castro, ao Aécio Neves, para que fosse exposto todo o assunto em seguida. Isso foi exposto. O que me diziam os próprios Deputados com relação às terras e graças a essa CPI de 2001 era o seguinte: o senhor não consegue? Não, eu não consigo. Como o Deputado tinha força, fazia o requerimento. O Sr. Sebastião era obrigado a responder em quinze dias. Não sei o prazo. Com a resposta do Sr. Sebastião, dada ao Deputado, conseguimos comprovar as mentiras do Incra, por meio do seu Presidente, Sr. Sebastião Azevedo.

A) Alegação de o imóvel incidir sobre a área do EMFA. Isso saiu na manchete dessa revista que o senhor viu. Só se eu fosse o Rambo. Era uma base aérea da Aeronáutica, com aviões. Diziam que eu tinha invadido a base aérea da Aeronáutica.

Vou ler a resposta dada: "Não incide sobre a área da Fazenda Curuá qualquer área de abrangência das Forças Armadas, conforme atestado pelo Exmº. Sr. Ministro da Defesa." Ofício recebido em ....

B) Não sou político. Não sou PSDB, não sou PFL, não sou PT. Sou um empresário, vivo do meu trabalho, admiro o político. Levaram, como estão levando agora o Presidente Lula, a erro grosseiro. Fernando Henrique Cardoso fez a Floresta Nacional de Altamira em cima de minhas terras, terras que não eram da União, porque não foram arrecadadas. Isso, declarado pelo Incra e pelos Deputados Federais. Deve ter dez toneladas de papel gasto. Depois, tinham cinco ou quatro terras, áreas arrecadadas pelo Incra, dizia-se. Eram as glebas Abaú, Puruá – por isso que é grande assim – Diamantin e *(inaudível).* Nenhuma tinha sido arrecadada, de acordo com a lei. Agora, de acordo com a vontade ou o berro do sargento, porque, naquela época, o pobre do Sebastião era comuna, fazia qualquer coisa. O sargento gritava e ele arrecadava a terra daquela forma, e também incidência de reserva indígena sobre a área da Fazenda Kuruá.

É outro erro que estão cometendo agora no Governo do Presidente Lula, por quem tenho a maior admiração. Passa uma maluca de avião por cima da terra, faz um laudo antropológico baseado em dados tirados da internet sem ir lá, o presidente do Ibama, por cansaço ou outra coisa qualquer, homologa, levam essa senhora à Ministra do Meio Ambiente, por quem tenho o maior respeito, todo brasileiro deveria respeitar essa senhora. É claro que ela tem de confiar nos seus auxiliares. Ela também homologa, vai ao Presidente da República e o Presidente da República faz...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Sr. Cecílio, vamos voltar. Permita-me, porque estamos derivando. Entendo que tudo isso está colocado. Primeiro, há uma questão. O senhor disse que respeitava

muito o trabalho do Legislativo, inclusive desta CPI no estado do Pará. A verdade é que houve outra, daqui a pouco o Deputado Max Rosenmann vai falar sobre isso, mas esta CPI colocou claramente as irregularidades, as fraudes ocorridas no cartório extrajudicial do 1º Ofício de Notas de Altamira.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Srs. Senadores, Srs. Deputados.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – O senhor vai responder, mas primeiro me ouça. Há uma questão que não foi respondida, que é a questão de como essa área inchou, porque, na CPI da Assembléia Legislativa do Pará, Sr. Cecílio, diz o seguinte... O senhor conhece o Sr. José Maria Meireles? O Sr. José Maria Meireles depois, representando a família Meireles.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Conheço, é um alcoólatra em Belém. Da família Meireles.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Todo mundo que pensa diferente do senhor é alcoólatra, caolho, apóstata, maluco...

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Tenho muito amigo alcoólatra e tenho alguns amigos malucos como eu.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Porque, até agora, inimigo... Então, veja o que ele diz aqui: sou um dos herdeiros dessas doze glebas que foram alteradas e vendidas para o Sr. Cecílio Rego de Almeida. Estão aqui todos os títulos e o dono desses títulos que foram aumentados. São doze títulos de 5.600 hectares, que perfazem um total de 72 mil hectares e que foram alterados para esses 4 milhões e pouco pelo cartório de Altamira. Até aí o senhor tem dito que comprou os 4 milhões, mas, na ação do Iterpa, o que é que diz?

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Já ganhei a ação do Iterpa em 1ª Instância, Sr. Deputado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Ouça-me. Vou lhe dizer o que diz a ação do Iterpa. Meses depois do anúncio de uma área – em dezembro de 1994 foi publicado um anúncio, o senhor já falou, por 40 milhões de reais, que era a maior fazenda do mundo, etc... Depois, foi repercutido pelo **Jornal do Brasil** e pelo **O Liberal** –, estiveram na sede do Iterpa três assessores do Sr. Cecílio Rego de Almeida, manifestando o interesse do referido empresário na aquisição dessa imensa área situada no município de Altamira, com o objetivo de nela implantar projetos integrados de preservação ambiental.

Durante o encontro, do qual participaram todos os diretores da entidade, foi esclarecido que o Estado do Pará jamais havia feito concessão de terras a particulares com as dimensões alegadas, ou seja, 4,6 milhões de hectares, circunstância que desautorizava a operação de compra e venda pretendida.

A despeito das recomendações feitas aos seus três assessores – estou lendo o que está escrito no relatório da CPI – de que se tratava de imóvel pertencente ao patrimônio público, até porque não havia sido localizado nos arquivos e nos mapas cadastrais do órgão nenhum registro de título definitivo, expedido pelo Estado naquela localidade, que pudesse ensejar a mais tênue dúvida quanto à legalidade dos documentos cartorais existentes, segundo eles em nome de terceiros.

Em nova audiência ocorrida no dia 26 de março de 1996, os mesmos assessores comunicaram *(inaudíve)* que o Sr. Cecílio Rego de Almeida havia decidido comprar as ditas terras por ser um homem empreendedor, destemido e arrojado.

Essa particularidade elimina, desde logo, eventual alegação de desconhecimento e boa fé por parte do pretenso comprador.

O que está dito aqui? Que o senhor foi alertado de que essa área era...

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Sim, mas não é isso que está dito aqui.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – *(Fora do microfone. Inaudível.)* Em seguida, estive pessoalmente com os Srs. Ronaldo Barata e Paraguassu Élleres, respectivamente Presidente e Diretor do Iterpa.

Na ocasião, os diretores formularam uma proposta de se desenvolver o projeto em conjunto com o Governo do Estado. Essa idéia não prosperou. Meses depois, em setembro de 96, a Procuradoria do Iterpa, cujo procurador também está sendo processado por mim – tenho 125 processos...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – O senhor tem 125 processos?

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Contra as pessoas?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Contra?

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Cada pessoa que mentiu eu a processei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – E quantos processos contra o senhor nessa questão?

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – *(Inaudível.)* Por quê?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Não, só pra saber...

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Só tenho esse.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Certo.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Trabalho com todos os governos... Tenho processos... *(Inaudível.)*

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Não, é verdade. Esse processo do Iterpa é contra o senhor?

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Não é contra mim. É contra a empresa.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Contra a empresa. E esse processo da Justiça Federal, então, é contra o seu filho, não é?

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Não é contra o meu filho. Há um engano.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Roberto Beltrão de Almeida.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Roberto Beltrão de Almeida *(inaudível.)* O senhor vai entender...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Não, porque, efetivamente, até agora, não está falado como essa área passou de 72 mil hectares...

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Eu não tenho nada a ver com isso. Eu comprei quando tinha quatro milhões, setecentos e setenta e dois mil...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – E o senhor não foi advertido de que essa área...

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Oito meses depois.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Oito meses depois da aquisição?

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Em março *(inaudível.)*. Oito meses após a aquisição, assessores contratados para estudos prévios fizeram *(inaudível).* Passados mais uns dias, estive com o Presidente Paraguassu Élleres e com o Diretor Ronaldo Barata. Eles me ofereceram fazer uma parceria que seria boa para o Estado do Pará, porque eu tinha nascido lá e seria bom fazermos juntos, a minha empresa com o Governo do Pará. E fiquei aguardando. Passou, assim, até o mês de setembro de 96, e o Iterpa entrou com uma ação de anulação da matrícula nº 6.411.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – O senhor entrou com algum pedido de regularização junto ao Incra aqui do Estado?

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Não, eu só paguei o que dizia a lei. Eu só paguei os impostos *(inaudível.)* E quando saiu...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – E senhor foi ao Incra pedir a regularização da terra, dessa área?

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Não, não era obrigado. O senhor é advogado e sabe disso. Quem diz que a terra é sua, não, é um cartório de registro. Ao outro depoente o senhor disse isso mesmo, que ele tinha só uma posse, que ele não tinha a matrícula. Eu tenho a matrícula, está cadastrada no Incra. E mais, vou lhe dizer por que Felício Pontes mentiu: Ele quis me alcançar. A forma que ele teve de alcançar foi utilizando o meu filho. Qual foi o crime do meu filho? Ele citou, Sr. Deputado, citou agora, relator, citou que em 1984 houve tal coisa, que em 1993 houve tal coisa. Chegamos no Pará em 1995. Como eu já estava com certa idade, achei que meus herdeiros, meus filhos poderíamos ser os continuadores do meu sonho. Foi pega uma das empresas, que era de reflorestamento e cuidava de meio ambiente no Paraná, a Rondon, que se chamava Rondon Agropecuária, transformada em Rondon Projetos Ecológicos, e pedi para esse filho que fosse assinar a escritura. Os advogados estavam em Belém. Como meu filho estava doente, ele disse: Pai, estou doente. Você não me arrumaria um engenheiro da empresa que mandasse uma procuração pública para o engenheiro assinar a tal compra das cotas da empresa Incenxil. Isso em 1995. O meu filho, nesse processo do Felício Pontes, não considera os outros três, são vacas de presépio. O meu filho foi acusado nesse projeto de duas coisas: Registrar a reserva legal. Tinha saído uma medida provisória que era para aumentar a reserva legal de 50 para 80%, na Amazônia. O que ele fez? O lugar de registro era o cartório. Foi ao cartório de registro de imóveis e registrou o aumento de 30%, de 50 para 80% da reserva legal, de proteção à floresta. Foi a primeira acusação contra ele. A segunda acusação contra ele, inventada por Felício Pontes, foi registrar cadastros no Incra que não existiam. Que não existia cadastro nosso das terras dentro do Incra. Depois de anos sem conseguir uma resposta do Incra, entramos com **habeas data** e conseguimos, na Justiça, que o Incra declarasse que existia o nosso registro dentro do Incra. Mas, infelizmente, o funcionário até o banheiro, deram uma volta por cima para salvar o funcionário.

Então, com relação ao meu filho, não tenho a menor preocupação. Ainda está em juízo, na primeira instância. Meu filho prestou depoimento, a matéria ainda vai para o TFR, em Brasília, depois, irá para o STJ.

E esse Felício Pontes é useiro e vezereiro. Ele já atravessou inúmeros processos. Atravessar um processo criminal em cima de um processo que vinha se desenvolvendo normalmente no *(inaudível)*, ele já tinha feito isso uma vez dizendo que precisava chamar o General Kasser para dominar os índios, porque ia ser o maior massacre da história dos índios. Querendo, dentro de nossas terras, passar 1.870.000 hectares para a Funai. Isso está arquivado.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – No STJ está transitando em julgado. Eram índios. Estava doando e querendo demarcar 1.500 hectares para cada índio e dar-lhes apoio médico e de subsistência, porque o índio não faz mal nenhum. O índio não anda, ele perambula. Mal faz o bandido que tem motosserra, que derruba mogno. Esse, sim, é o verdadeiro bandido. E o que faz um Felício Pontes? Vai ser processado. Faz manobras de tal ordem que devora, junto com o Ibama, e tira a madeira que era minha. Entra um Ministro corrupto substituindo o José Sarney, chamado José Carlos Carvalho, que também está sendo processado, e minha madeira é retirada. Ficou esse cidadão vestido de Rambo, por cima da minha madeira, sendo filmado com tropas militares, e entregam, doam minha madeira – quando digo minha, é da empresa que era dona – e entregam para uma ONG, quer dizer, uma amiguinha. E hoje o dinheiro dessa ONG serve para patrocinar jornalista, contra a minha pessoa. E eu vou engolir um troço desses? Nunca! Esteve aqui esse padre, que merece todo o meu respeito, mas dentro da CPC...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – Essa ONG é nacional?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Essa ONG a que foi dada a madeira é uma subsidiária de uma ONG internacional famosa. Fizeram um filme, entregaram na Comissão, eu tenho o *(inaudível)* disso. Aquelas pessoas que estão nesse filme editado por americanos, o cara falando português como gringo e dando lição para nós, é tudo mentira, é fora de nossa área. Tenho o outro filme, que também posso entregar à Comissão, mostrando que isso é fora de minha área. Isso não vem ao caso. Esses serão processados.

Resposta ao deputado: a ONG principal é a WWF. Um calabar, chamado Cláudio Mareti, também vai ser processado. Esse cara vai perder o empreguinho dele. Da mesma maneira a CPT. Tenho o maior respeito, sou de uma família católica apostólica romana e tenho o maior respeito pelo trabalho... Agora, um calabar como esse, que foi nosso funcionário, ajudava, pedia favores as nossas empresas para índios da tribo Xipaia serem tirados o mais rapidamente de dentro *(inaudível)*. Eu disponibilizava avião para irem tirar. Tudo que esse cidadão, esse calabar, pedia eu fazia. Dava horas para que fosse feito. Esse cara se vendeu para a WWF e fez esse filme que foi entregue a sua Comissão.

Voltando a 1983-1994. Ora, que crime foi cometido pelas pessoas que compraram a Incenxil, pelo grupo – porque não é uma pessoa, mas uma pessoa jurídica – que comprou a Incenxil? Mas que crime foi cometido? Isso, em 1995.

Essas três fases que o senhor lê aí no Felício Pontes é a coisa mais burra que pode existir. Como é que ele pode interligar um crime de 1983 com outro de 1984, em cima de uma empresa minha, em 1995? É claro que ele vai perder a ação. Isso é óbvio, e eu estou fora. Eu não posso ser chamado de grileiro. A União não me acusou de grileiro. Quando o Raul Jungmann fez essa porcaria desse livro sobre grilagem vim à Justiça e tirei o nome da minha empresa, porque ele também mentiu. Pena que eu não o tenha processado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas veja: toda a questão que o senhor coloca....

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Eu tenho toda a documentação aqui. O senhor tem jornal.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não, eu tenho a Ação aqui em mão.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Eu tenho aqui, também, a denúncia.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas veja. Não se trata de julgamento. Nós estamos tendo a oportunidade de ouvir o Sr. Cecílio. É verdade que na ação o senhor ou o seu filho não são acusados de grilar, mas de adquirir uma área grilada, tendo consciência disso. É essa a acusação.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – O senhor está batendo na mesma tecla; o senhor é um bom advogado *(inaudível)* oito meses depois.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Cecílio, ouça-me. A acusação que é feita contra o senhor, a partir, inclusive, de depoimentos que estão aqui...

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Depoimentos não...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Depoimentos. Sr. Cecílio, estou calmo e estou falando. O que estou falando para o senhor está dito aqui, pelo Sr. Ronaldo Barata, que o depoente, assessorado pelo seu Diretor, reafirmou, diretamente ao Sr. Cecílio, que as terras que ele pretendia adquirir não estavam acobertadas por documentação hábil e que, mais de uma vez, foi pedida a apresentação de documentos para que a Iterpa se manifestasse, e que nenhum documento foi apresentado. Apenas o Sr. Cecílio reafirmou que, segundo a sua Assessoria, as terras da Incenxil estavam regulares perante os órgãos competentes.

Evidentemente, essa questão – e, aí, eu sou advogado e tenho que reconhecer –, em última instância, é a Justiça que vai definir.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIRA – É claro que é a Justiça.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Exatamente, mas essa questão é colocada pela área, pelo processo em que a área passou de 72 mil para 4,7 milhões de hectares.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Pode passar...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não pode.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Mas não aqui.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas não pode.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Aqui, eu sou obrigado a lhe responder todas as coisas. Já passei por três CPIs. Esta é a terceira CPI a que compareço e em mais uma sessão especial – que foi a que me criou nojo quanto às autoridades – não o Governador – paraenses. E o senhor vem repetir a mesma história?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não. Eu não vou repetir nada.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Dez toneladas de papel...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu não vou repetir nada, Sr. Cecílio. Eu sou Relator de uma CPI. O senhor foi convocado e eu estou lhe fazendo as perguntas.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Eu fui convidado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor foi convidado e o senhor responde se quiser. Agora, não venha me dizer que eu estou repetindo nada. Eu, inclusive, estou lhe dando uma oportunidade para falar. Está certo?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Muito obrigado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu tenho lhe tratado aqui, com respeito e urbanidade, como trato todo mundo.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Eu tenho o maior respeito por sua pessoa...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas não venha dizer que eu estou repetindo "a" ou "b". Eu estou fazendo o trabalho de Relator da CPI. Evidentemente, tenho o material que o senhor trouxe, e o que o senhor trouxer será encaminhado à CPI e deverá ser considerado. Mas considero – quero dizer claramente – que, apesar de o senhor dizer que eu estou repetindo as perguntas, o senhor não me respondeu como a área passou de 72 mil hectares para 4,7 milhões de hectares.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – O senhor me desculpe. Peço desculpas ao senhor por essa afirmativa. Ponto. Peço desculpas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, é só, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Certo.

Com a palavra o Deputado Max Rosenmann, primeiro inscrito.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Sr. Presidente, agradeço esta oportunidade. Eu vim participar desta CPI, como também participei da Comissão Parlamentar de Inquérito que se destinou a investigar a ocupação de terras públicas na Região Amazônica, exatamente para poder entender a situação da Amazônia. A minha preocupação é a que tenho colocado em público nos meus discursos, sobre a minha responsabilidade no Congresso Nacional, porque afirmo que do jeito que as coisas estão andando, dentro de dez anos, nós vamos perder a Amazônia por causa desses falsos brasileiros que fingem ser, ora ecologistas, ora protetores de índios, ora protetores de qualquer natureza no sentido fundiário.

A verdade é que está sendo criado um clima todo em cima da Amazônia, ora de florestas nacionais, ora de reservas indígenas e agora de reservas extrativistas, que levará fatalmente o Brasil a perder a Amazônia. Disso eu não tenho a menor dúvida. Da forma como estamos nos conduzindo, estamos fazendo muito esforço para perdermos a Amazônia. Estamos assinando a nossa própria condenação.

A primeira coisa que fazemos é sair correndo para entregar à OEA, à ONU. Nós fazemos acusações contra nós mesmos. E eu tenho consciência desde a Constituição, talvez até por influência daquela grande discussão que nós tivemos sobre o que está se passando no País. E eu demorei para entender.

Entendi, por exemplo, quando estive com a CPI lá em Belém, que, no ano 1750, por ocasião do casamento entre membros da corte de Portugal e da Espanha, acabou o Tratado de Tordesilhas, momento em que, tirando a região que já tinha sido distribuída em capitanias hereditárias (as capitanias hereditárias já tinham sido distribuídas), o restante do Brasil, durante o período de Marquês de Pombal, foi distribuído em forma de sesmarias.

E, por ter sido distribuído em forma de sesmarias, é que a Constituição do Estado do Pará, feita em 1990, logo após a Constituição, diz no seu art. 44:

Art. 44 – As áreas de terras sobre as quais existam decisões judiciais de partilha e de adjudicação e as respectivas cadeias dominiais comprovem a existência de título legítimo são consideradas propriedades, devendo a sua regularização, no órgão fundiário do Estado, ocorrer sem nenhum pagamento por parte do interessado.

Art. 316 – Todo aquele que possuir terras estaduais, do domínio público ou privado, por mais de quarenta anos ininterruptos, contados anteriormente a 1º de janeiro de 1917, sem contestação [portanto estamos falando de sesmarias], adquirirará automaticamente o seu domínio, devendo para este fim, tão-somente apre-

sentar ao órgão fundiário competente documentação que comprove essa posse, através de títulos legítimos, com os respectivos impostos pagos ao Estado.

§ 1º – Consideram-se títulos legítimos todos aqueles que, segundo o direito, são aptos para transferir o domínio, como os que derivam de contratos, de atos da última vontade, de decisões judiciais e da lei.

§ 2º – O disposto neste artigo não prejudica outras vantagens ou direitos de que o possuidor seja titular.

Isso significa que houve um reconhecimento pela Constituição do Estado do Pará das sesmarias e, portanto, toda a Região Amazônica foi distribuída em forma de sesmarias para proprietários privados. E aqueles que mantiveram essa posse conseguiram manter o reconhecimento em 1990, e conseguem, com isso, fazer que apareçam, de repente, áreas de 1 milhão, 2 milhões a 3 milhões de hectares e tantas áreas, como acontece.

Há pouco tempo, lembro que a Volkswagen tinha uma fazenda no Amazonas com não sei quantos milhões de hectares. Isso sempre existiu porque o Brasil teve essa situação fundiária.

Para nós, do Paraná, o Estado do Pará é algo atípico. O Município de Altamira, por exemplo, tem mil quilômetros de distância, que é a distância entre Curitiba e Brasília. Um município do Estado do Pará tem esse tamanho. As coisas começam a se confundir.

Na justificativa da convocação do Sr. Cecílio do Rego Almeida, li que é acusado de ser possuidor de mais de cinco milhões de hectares no Estado do Pará, parte deles de propriedade da União. Há aqui uma afirmativa que não corresponde. Ademais, o convocado é apostado como o responsável pelo aumento de tensão no campo paraense, o que também não é verdade.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Em Anapu.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Anapu fica a quantos quilômetros de sua terra?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Se o Senador Sibá Machado estivesse aqui, S. Exª diria porque é geógrafo. Uns oitocentos quilômetros.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Oitocentos quilômetros.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Por que eu ia tirar posseiro de terra alheia?

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Quer dizer que a freira morreu a 800 quilômetros da sua propriedade?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Sim.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Então, começa a haver essa confusão geográfica. Falo com essa afirmativa porque conheci e aprendi a ver o problema dentro da CPI. Não estou aqui como seu advogado de defesa. O senhor é paraense de convivência e – eu acho – um grande empresário e um grande cidadão. Mas não tenho notícias, no Paraná, de que o senhor tenha grilado qualquer metro quadrado. No entanto, li a **Veja** e observei a intenção desse moço Felício Pontes, que o senhor comentou aqui. Eu li, no Estado do Pará, que ele chamou a mãe dele de mau-caráter e de ladra. O Sr. Felício Pontes chamou a mãe dele de ladra, e era Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Esse Felício Pontes fez essa afirmativa.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – É doido.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Ele é doido.

O Tribunal proferiu, em segunda instância, uma sentença a favor da questão que está sendo discutida aqui, que diz o seguinte:

"**Sub judice**, aduz-se, na espécie desses autos, que as terras adquiridas pelo agravante e que são objeto de pendência foram inventariadas no ano de 1922, feito que tramitou no fórum desta capital, expediente no Cartório Fabiliano Lobato, referente aos bens ficados por falecimento do Comandante Ernesto Acioli, que, afinal, foi regularmente sentenciado com o formal de partilha expedido."

Portanto, essa terra sempre existiu. O incrível quanto a essa terra a que o Cecílio se refere e em que pretende tocar esse empreendimento é que ela existe e tem vizinhos que respeitam as cercas. Há uma grande diferença quando alguém tem 10 milhões de hectares e não acha o local onde estão as terras. Como aconteceu aqui no Paraná, que pessoas processaram o Governo do Estado, dizendo que Cascavel, Toledo, Foz do Iguaçu estão em terras de suas famílias. E o que aconteceu? Ainda receberam indenização. Isso, no Paraná, Deputado Adão Pretto, sobre Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava. São coisas absurdas que aconteceram em nossa história. Imaginem o que acontece no Pará.

Fecho o circuito da minha explicação, dizendo que participamos desta CPI e que os Deputados Josué Bengtson, Antônio Feijão, Max Rosenmann, Asdrubal Bentes, Alceste Almeida, Airton Cascavel, Átila Lins, Giovani Queiroz, Luis Fernando, Robério Araújo, Confúcio Moura e Renildo Leal – todos os Deputados que participaram da Comissão – assinaram o documento e colocaram dentro da CPI, no resultado do material que o senhor mostrou aí, que apresenta à CPI do Congresso Nacional, no qual ficou claro que não se trata de grilagem. Há de se parar de insistir na grilagem.

Sr. Cecílio, o senhor tem um defeito: o senhor é brasileiro. Se o senhor, quem sabe, fosse dessa ONG internacional WWF – World Wildlife Foundation –, seria

mais respeitado neste País, como eles o são. E são tão respeitados aqui no Paraná que compraram um 3º ou 4º andar em Guaraqueçaba e fizeram as SPVS. Venderam por US$8 milhões, recentemente, há menos de dois anos, carbono para a General Motors dos Estados Unidos. Esse dinheiro foi recebido pelo Secretário Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente da Ministra Marina. Capobianco recebeu US$8 milhões e colocou no bolso. Quando eu o acusei em público no Congresso Nacional, ele disse que fez um ato legítimo, e está com o dinheiro na conta dele.

Isso quer dizer que esses agentes internacionais estão nos roubando na nossa cara, tomando essas propriedades e vendendo, em Guaraqueçaba; e estão comprando terrenos.

O Neivo Beradin é, de verdade, um ambientalista e atua em favor do ambientalismo. Tive a decência de pedir licença a ele para copiar alguns de seus projetos e apresentá-los em Brasília. É claro que eu não poderia aproveitar-me da inteligência do Neivo Beradin e apresentar suas idéias como se fossem minhas. E essa idéia, aqui no Paraná, tem sido uma realidade.

A história é a de que ninguém vale nada, mas, se você pagar, acha-se uma solução, faz-se um Rima e dá certo. Acha-se um jeito de você resolver seu crime ambiental, desde que você pague bem; dessa forma, acha-se o caminho.

Todos esses ambientalistas gostam do verde do dólar. Em Curitiba, quando houve o vazamento de petróleo da usina de Araucária, eles ganharam mais de US$1 milhão para limpar óleo de passarinho – os ambientalistas da nossa Curitiba e região. Ninguém sabe, na verdade, dos relatórios, quantos pássaros foram salvos. Mas ganharam US$1 milhão, em grana viva. É contra esse tipo de coisa que me revolto. Acho que estão entregando o Brasil.

Quanto a essa questão da Amazônia e das suas terras, todas as vezes que V. Sª e seus representantes falaram em Brasília, nunca falaram que Cecílio do Rego Almeida quer destruir a mata. Quando Cecílio do Rego Almeida mandou a Polícia Federal vir por conta dele para prender o mogno e o maquinário do pessoal e as próprias pessoas – engraçado –, o Ibama e o Incra soltaram os criminosos, devolveram as máquinas e deram de presente as madeiras para uma ONG. Nunca vi dar de presente para uma ONG sem licitação. Por que não dão para outras pessoas que estão a fim de ganhar algum dinheiro? Para alguns madeireiros do Paraná? Não, deram para uma ONG estranha, que aplicará o dinheiro em si mesma. Isso é crime de apropriação indébita e deve ser processado sim. Estou dizendo isso aqui porque estou cansado de ver se repetir o mesmo filme. Eu posso dizer que estou cansado de ver o mesmo filme sendo repetido. Não sei como o senhor teve paciência de agüentar essa conversa até agora, sendo uma pessoa de outras atividades.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – É porque respeito a Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Não só respeita a Comissão, como respeita o Brasil.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Claro, respeitando o Brasil.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Um brasileiro que nasceu no Pará, filho de um homem simples que conheci, que morava perto da minha casa, que trabalhava nos Correios.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Exato.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – E que formou todos os filhos, como o Félix do Rego Almeida, que salvou a vida do meu pai.

Está na hora de se botar pingos nos is e passarmos, aqui no Paraná, a respeitar o que é verdade.

Até pouco tempo atrás, estavam tentando fazer do Paraná um parque ecológico, em que a Floresta Atlântica iria até Foz do Iguaçu – e só não iria até o Paraguai porque os paraguaios não deixam. Quer dizer, essa história de transformar tudo por ser paranaense, porque o nosso litoral tem 504 anos desde o descobrimento, que é totalmente verdinho, que é o único Estado brasileiro que não tem a BR-101 passando pelo litoral – ela vem de Santa Catarina como BR-101 e entra na 376... A BR-101 teria que passar por trás da Baía de Guaratuba e sair em Guaraqueçaba, mas essa estrada não existe. Nós temos 1,5 km de estrada para ligar com Ribeira, lá em São Paulo, e o Iguape, mas não é feita essa ligação que permitiria o desenvolvimento do povo de Guaraqueçaba. Traria o turismo e o desenvolvimento, porque ligaria a São Paulo de onde viriam todos os turistas. Isso não existe. Falta 1,5 km. E há pessoas impedindo esse crescimento.

Então, meus colegas, não estou aqui para defender nada. Entrei nesta Comissão porque quero que as verdades sejam ditas, como eu tive a coragem de fazer indagações ao grande o Bispo Ladislau, a quem respeito muito, e que é um homem que realmente tem interesse de fazer o bem. Faço minhas perguntas porque eu estou representando 140 mil pessoas do Paraná que me elegeram. Eu não sou eu; sou 140 mil pessoas. E tenho que me conduzir com decência e com virtude.

Eu não tenho nenhum vínculo com o senhor, Sr. Cecílio, mas eu tenho certeza de que vi com meus olhos, na CPI da Amazônia, o que está acontecendo aqui. Vocês têm o defeito de não serem americanos. De não falarem inglês, de não quererem a internacionalização do Brasil, e está na hora de nós nos orgu-

lharmos de sermos patriotas e brasileiros. Porque essa história de globalização está fazendo todo mundo não entender o seu significado, e todo mundo quer entregar o Brasil. Não só as terras, o país inteiro, e nossa economia.

Precisamos ter esse sentimento nacional, independentemente de ideologia, pode ser do PFL, do PSDB, do PT, pode ser de qualquer Partido. Nós temos que aprender a defender o Brasil porque, nos Estados Unidos – está aí a novela para mostrar –, brasileiro não se cria. O mundo todo está segregando-nos, exatamente porque a nossa melhor juventude, hoje, está querendo ir embora do Brasil, por causa da falta de perspectiva. E eu me envergonho disso. Depois de 20 anos de vida pública, acho que fui incompetente por não ter ajudado este País a sair de onde está. Quanto mais eu nado, mas estou no meio do rio. E eu me frustro por isso, porque não consigo colaborar como deveria fazer, apesar de trabalhar com muita coragem e com muita franqueza. As pessoas que me conhecem bem sabem que eu sou franco e verdadeiro.

Então, Dr. Cecílio, eu queria que o senhor encaminhasse para a CPI todas essas questões para que fossem analisadas. E não me venha com essa história – com todo o respeito que eu tenho ao grande Deputado Relator, com quem trabalho na Comissão de Meio Ambiente e tenho divergências, mas numa convivência democrática e legítima – de CPI de 99 para discutir assuntos que já foram vencidos em 2001 e com sentença de 2002, e nem tampouco condenar uma pessoa que compra em 1995 para pagar uma pena do ocorrido em 1983. Vamos lá. Vamos com calma. Então, só falta uma pessoa amanhã comprar um terreno aqui em Curitiba e ser processado por algo que aconteceu em 1982, 1983, ou dizer que aquilo era terra de índio que morava no Cajurú, os Kaingang e os Carijós e que a terra tem antropologia. O que é isso? Vamos com calma!

Então, dentro dessa visão, eu gostaria que o senhor encaminhasse todos os documentos a fim de que o Relatório tenha a capacidade legítima – eu tenho certeza de que tem – de conduzir esse trabalho, de tal forma que, ao término desta CPI, além de colaborar com o Brasil, possamos chegar a um bom termo.

Senador Alvaro Dias, aprendi, há muito tempo, respeitar e admirar V. Exª – sabe disso. Sou seu particular amigo e me orgulho dessa amizade, porque por onde eu ando por este Paraná, não canso de ver suas obras. E tenho uma independência absoluta de dizer da minha admiração à sua pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Obrigado.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Mas eu acho que esta CPI tem um papel importante enquanto ela está ativa. Depois que as CPIs terminam, colegas, elas viram um livro que é colocado na prateleira e fica lá parado. Nem os promotores lêem o que está escrito nos Relatórios. Nem os promotores que teriam a obrigação de ler – se tivesse alguma denúncia – os Relatórios das CPIs. V. Exª mesmo, como Presidente da CPI, sabe que muita coisa foi realizada e não se conseguiu sequer aprovar, lá na Câmara dos Deputados – onde há outra CPI –, o Relatório. E mesmo quanto ao Relatório do Senado, muitas coisas estão guardadas até hoje, exatamente porque no Brasil nós temos o péssimo hábito de discutir sem não ler as coisas e tentar fazer pontos de vista sobre assuntos que nós não conhecemos. Nós votamos uma Reforma Tributária com 450 Deputados que não leram sobre a matéria – e só 50 leram o que estava escrito. Nós fazemos uma Reforma Previdenciária sobre a qual nem os interessados – que são os funcionários e os trabalhadores – leram. Mas, depois que são prejudicados, saem às ruas para protestar.

Recentemente, tive o prazer de ser um dos 13 Deputados que, no Congresso Nacional, votaram contra – na Câmara dos Deputados – um Projeto e uma Medida Provisória equiparando o salário de Delegado de Polícia ao de Desembargador. Quatrocentos Deputados votaram favoravelmente a essa equiparação. Eu tenho a honra de dizer que tenho consciência e que votei contra – e foram só 13 Deputados que votaram contra. Então, depois, vão dizer: "Ah, eu não sabia. Eu não li. Não sei bem como é. Eu nem li direito que os Delegados iriam ganhar tanto. Assim não dá..." E assim é que o Brasil vai indo. Então, nós vamos indo mal. Quer a minha opinião? Nós estamos indo mal e, do jeito que o Lula está conduzindo o País, pior ainda. Não contaram para ele que a escravatura foi feita pelos portugueses e não pelos brasileiros. Ele só faltou dizer: "Eu não sabia, porque me contaram agora" – "Contaram-me agora e, por isso, eu estou triste e nervoso".

Então, eu acho que está na hora de nós termos uma conduta digna.

Quando o Papa foi enterrado, o nosso Presidente foi à Itália com uma comitiva de não sei quantas centenas de pessoas dentro daquele maravilhoso avião. E o que aconteceu? O único Chefe de Estado que quis conversar com o ele foi o de Moçambique – que deu um cano no Brasil, não pagou a conta e ainda está querendo pegar mais algum.

Então, eu acho que está na hora de nós nos fazermos respeitar. É isso o que penso sobre o nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Muito obrigado, Sr. Deputado Max Rosenmann.

Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Dr. Cecílio do Rego Almeida, V. Sª sabe que foi convocado aqui porque é motivo de citação por todos aqueles que não conhecem a história da sua vida e buscam exemplos, mas, às vezes, os exemplos não têm fundamento.

Há três aspectos que nós precisaríamos abordar de uma vez por todas. O primeiro é o aspecto jurídico, o aspecto legal, que o senhor, aqui, já demonstrou que está na Justiça – já ganhou em primeira instância – o problema do domínio e da posse dessa propriedade. Existe, inclusive, uma ação do Ministério Público, mas não nos cabe fazer esse tipo de julgamento, porque extrapola o objetivo da CPI.

O segundo aspecto é a questão da violência. O senhor foi amplamente investigado pelo órgão responsável por esse caso, que é a Polícia Federal, tendo-se constatado, já em duas CPIs, que inexiste o fator violência em sua propriedade.

O terceiro assunto diz respeito ao aspecto ambiental no qual gostaria de ater-me. O senhor disse que já havia, por meio do seu filho Roberto Beltrão de Almeida, feito a reserva legal de 50% da área, como determina a lei. Em seguida, depois de um decreto oriundo do Conama, foi realizado o registro dos outros 30%, como dispõe aquela resolução por nós contestada. O senhor adiantou-se e procedeu ao registro da reserva legal em 80% dessa área – peço que me corrija se eu estiver errado.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – É exatamente assim, Sr. Deputado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sobram 20% da área, que, pela dimensão, é enorme. Estamos falando de quase um milhão de hectares. Farei algumas perguntas com relação a esses 20%, porque é o que está em discussão no que tange à questão ambiental.

O senhor pediu alguma autorização de desmate ou desmatou qualquer pedaço dessa propriedade?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Não pedi nem desmatei uma árvore sequer.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor vendeu algum metro cúbico de madeira para alguma empresa ou para alguém?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – A empresa não vendeu nenhum metro cúbico.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor é considerado um dos homens mais ricos deste País. Quem o conhece sabe dos seus objetivos grandiosos. O senhor tem muita história para transferir a seus netos.

O senhor precisa ter uma área desse tamanho para sobrevivência e especulação?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Não preciso ter essa área para sobreviver nem para especular. Essa área seria modelo privado, privatista, de um empresário levando à frente o projeto como exemplo para comparar com aquilo que o Governo faz. Ou seja, o Governo do Pará não faz nada, e aqui faz-se isso. Era como um exemplo.

Como a lei me protege, ainda lutarei mais alguns anos para conseguir isso. Mas não é por vontade de obter dinheiro, pois esse eu já ganhei e não foi com a terra – foi trabalhando.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor tomou algum recurso do dinheiro público para colocar nessa área?

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Não. Não peguei recurso nenhum de nenhum banco estatal, seja da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do Banco do Estado do Pará ou do Banco da Amazônia. Também não usei nenhum incentivo fiscal da Sudam. Não tenho empreendimento industrial no Pará. Terei no futuro, mas no momento não tenho e, quando tiver esse investimento no futuro, será com o nosso dinheiro.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – É estranho um empresário que não está especulando, que já registrou 80% dessa área para preservação permanente, que não pegou nenhum tostão de dinheiro público, que nem cometeu violência dentro da área – não há nada provado disso – e, principalmente, que não auferiu lucro nenhum; pelo contrário, só despesas, para manter uma área dessas, para se deslocar, dar assistência às pessoas que lá moram. Portanto, gostaria que V. Exª explicasse para os membros da Comissão:

Quantas pessoas moram dentro dessa área? O senhor já expulsou algum habitante dessa área? O que o senhor pretende fazer em termos de pesquisa, de qualquer tipo de projeto ecológico ou ambiental ou mesmo um projeto de pesquisa para essa área? O que pretende fazer nessa área?

O senhor não é obrigado a responder. Estou apenas perguntando para entender um pouco o que está acontecendo, porque é algo que causa estranheza ao cidadão comum. O senhor poderia lotear a área e vender para 500, 600 madeireiros, que, com certeza, deveriam derrubar e o senhor escaparia de ter esse tipo de ação que está tendo hoje, esse constrangimento de vir aqui se explicar para uma CPI. Por que o senhor está tendo essa sanha, essa garra de poder manter essa área, doando 80%, sem ter feito nenhum tipo de exploração comercial nessa área? Então, seria importante que o senhor nos dissesse, em linhas gerais, o que pretende fazer com 20% dessa área, porque 80% o senhor já doou.

O SR. CECÍLIO DO REGO ALMEIDA – Os 20% da área terão o mesmo destino. Como a lei pediu 80%, demos 80% e nossos 20% são nossos e nós faremos o que quiser.

Como proposta de ocupação, vou citar para o senhor o objetivo do projeto: desenvolver um plano de manejo com base no conceito de biosfera dinâmica, segundo os seguintes princípios básicos de desenvolvimento sustentável:

– ciência da conservação com ênfase na pesquisa e aproveitamento da biodiversidade;

– turismo de baixo impacto ambiental, no caso de estrangeiros que querem conhecer a Amazônia;

– desenvolvimento empresarial com base na natureza, visando comprovar que a floresta é mais rentável íntegra do que devastada;

– ação de áreas de preservação permanente e total;

– educação socioambiental para a população envolvida nas atividades do projeto.

Esses são os objetivos. Se me permitir, citarei a estratégias:

– estabelecer parcerias com órgãos de administração direta e indireta e iniciativa privada sob nossa responsabilidade e coordenação.

– trabalhar com atores locais no processo participativo de elaboração e implementação de projetos, ou seja, trabalhar com meus irmãos paraenses, que são os locais, nesse processo participativo;

– estimular a formação de cadeias produtivas, gerando emprego e renda, privilegiando o beneficiamento local de produtos.

– estabelecer alianças estratégicas com comunidade científica e tecnológica tanto local quanto internacional – porque não devemos ter vergonha da inteligência internacional e ter como exemplo –, para a busca de alternativas de uso racional dos recursos naturais;

– estimular a expansão de atividades econômicas não predatórias.

Daí, agora falaria em dinheiro para quem mora lá; isso é importante.

A proposta de ocupação e utilização.

O modelo proposto baseia-se em unidades familiares de 25 hectares, 5 hectares para culturas e criações, hortifruticultura, criação de animais, cultura de subsistência, aqüicultura entre outros, e 20 hectares para extrativismo em sistema de aliançamento. Quatro por cento do total da área seriam utilizados de maneira mais intensiva considerando a vocação natural e a distribuição dos módulos, ocupando apenas 240 mil hectares. É um potencial para 60 mil unidades, que são 60 mil famílias – 60 mil famílias.

Dezesseis por cento do total da área seriam utilizados para manejo com aliançamento florestal perfazendo 960 mil hectares – a metade daquilo que sobrou.

Oitenta por cento da área destinados à preservação e conservação, que são 4,8 milhões de hectares.

Os módulos têm as funções de produção de matéria-prima para consumo próprio e para indústrias satélites, como também formar, no limite das áreas, uma rede de proteção contra pressões externas. Isso parece até que é um sonho, mas é um sonho realizável.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Bom, Dr. Cecílio, acho que conseguimos enfocar todos os aspectos do meu objetivo. Nós entendemos o seu objetivo; entendemos talvez que ainda existam pessoas que querem preservar o seu nome para a história, e quiçá todos os brasileiros pudessem fazer o que o senhor está fazendo e está planejando fazer.

Antes de começarmos a achar que todos que buscam realizar uma atividade econômica auferem lucro, devemos perceber que há lucros muito superiores ao dinheiro – do que o senhor não precisa –, como o lucro de preservar a sua memória. Então, fiz isso tudo porque o conheço, o respeito, o admiro e orgulho-me de compartilhar da sua amizade. E quem o conhece sabe que, se o senhor hoje é o que é, é porque sabe sonhar.

Quero aqui apenas fazer uma demonstração de respeito a V. Sª, porque realmente esse é um projeto que nós, amanhã ou depois – hoje uns até podem rir, podem caçoar, podem achar que é demagogia agora –, depois de executado, tenho certeza de que muita gente o respeitará, como hoje respeita uma fundação forte, respeita várias fundações no mundo que têm o objetivo de poder propiciar ao próximo alguma coisa. Vemos as doações que têm feito algumas das grandes fortunas do mundo como o Bill Gates, para hospitais, para isso.

O senhor faz uma doação do seu trabalho, da sua vida e de muito recurso para o povo brasileiro. Quero lhe dar os parabéns.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Com a palavra a Deputada Choinacki.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, sei do adiantado da hora e que há mais um depoente.

Já ouvi as respostas de S. Sª, que diziam alguma coisa, mas eu queria perguntar, porque é minha obrigação, como membro da CPMI.

O senhor tem sido acusado, em vários noticiários, de manter polícias privadas, para proteger suas terras; há denúncia de que o senhor financia grupos de soldados da Polícia Militar e de que, inclusive, construiu um posto policial nas suas terras e fornece toda a logística. Isso é verdade?

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Eu respondo à senhora, Srª Deputada, mas eu gostaria de fazer uma observação. Notícias de revistas e jornais não devem ser citadas, porque eu não aceito. Com relação a notícias que são oficiais, eu as aceito todas. Mas assim mesmo, em homenagem à mulher – mulher no melhor sentido, que é minha mãe, é minha mulher, é minha filha –, eu vou responder mesmo sobre esses fatos. Não respondi ao Relator, mas, em homenagem à senhora, eu respondo também sobre o que foi publicado em jornais.

Se a senhora dividir sua pergunta em várias, vou respondendo aos poucos, para facilitar a compreensão.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Quero só objetivar. O senhor tem sido acusado de ter milícias privadas para proteger as suas terras.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Não.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Há denúncias de que o senhor financia grupo de soldados da Polícia Militar.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Essa é a segunda pergunta. A senhora permite que eu responda a primeira?

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Eu achei que o senhor respondeu quando disse não. Mas pode responder.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Então, vamos para a segunda. A segunda é?

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Há denúncias de que o senhor financia grupos de soldados militares na sua propriedade, e inclusive construiu um posto da polícia.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Essa é a terceira pergunta.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – É, mas pode responder as duas, porque são correlatas.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Pois não. São interligadas. A segunda é o seguinte: há uma total incompreensão nos jornais e nas pessoas de má-fé – a senhora só foi informada; pessoas de má-fé outras –, que dizem que eu financio a polícia. Isso é um verdadeiro absurdo. Por ordem judicial, a pedido nosso...

A senhora sabe quantas ações nós temos para conseguir manter essas terras em pé? Temos 125. Então, por ordem judicial, o Secretário de Segurança do Pará deu ordem ao chefe da Polícia Civil e ao chefe da Polícia Militar, que, acompanhados de escrivães e também acompanhados do Ibama, que é o único órgão que pode multar o crime ambiental, fossem às nossas terras.

O que estava ocorrendo em nossas terras? Alguns fazendeiros, que foram presos, estavam devastando o mogno, que é uma riqueza do País. Eles estavam devastando totalmente o mogno. É lógico que lá, muito mais do que aqui no Paraná, não existe dinheiro, a polícia não se locomove. O que fornecemos foi o transporte de embarcações, a alimentação e a habitação. Isso nós fornecemos. E habitação que já existia, claro, não foi construído nada. Demos habitação para eles ficarem lá.

Com relação a posto policial, nos foi pedida a construção de um posto. O que é um posto policial na Amazônia? É uma construção de uns 40, 50 metros quadrados, de madeira, coberta de palha. E eles não tinham a logística para construir isso. Nós tínhamos a logística, e construímos. E eu não podia apresentar uma cobrança, uma nota fiscal por ter construído um posto para a polícia que estava não permitindo que houvesse a devastação da madeira de minha área. Essa é a minha resposta.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – A partir da sua resposta, sei que, na sua discussão de antes, o senhor disse que tem filmes que não são... Tem um que o senhor apresenta, e tem outro que foi feito. Mas eu gostaria que, em dois minutos, até para confirmar o que o senhor me respondeu, sobre essa situação de haver esse posto lá. Acho que isso é importante até para esclarecer, e o senhor mesmo não se negou de esclarecer na sua fala. Eu gostaria que passassem esse vídeo, para darmos uma olhada. São uns dois minutos.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Não, espera aí. O filme a senhora confundiu um pouco.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Não, é até para ver se é esse ou não. Deixa passar o filme.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Não, o filme que poderia ser passado é um que está com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito e que foi fornecido por Calabar, que é o homem que trabalha na CPT (Comissão Pastoral da Terra), Tarcísio Feitosa ou Calabar, em que há americanos mostrando para nós, brasileiros, como devemos proceder. Só que as personagens não estavam em minhas terras; estavam

a 10 quilômetros, 20 quilômetros de minhas terras. O que foi feito? Foi passado esse filme na televisão, na retransmissora da Globo no Pará. Nosso advogado entrou também com o pedido de que a televisão fizesse um filme em cima daqueles personagens. Estavam fora da área, e eles contavam coisas que tinham ocorrido há quatro anos, há dois anos, há três anos, e não por culpa da empresa. Mas, na edição, essa que veio para a Comissão, o filme foi editado por eles. O nosso não está editado, veio diretamente da televisão para nós. Eles editaram o filme e não diziam claramente. Esse americano, sempre com a camisa da WWF, só falou que estava errado fazer uma placa e que essa pintura transversal à placa lembrava a bandeira do Brasil, lembrava o símbolo brasileiro. Era essa a grande acusação. E...

Mas, por escrito, saía no filme que era a CR Almeida que estava agindo dessa maneira, de expulsar os ribeirinhos. Então, levamos dez anos lá, nunca houve o menor caso de violência. Sou católico apostólico romano, combato a violência. Pode haver a violência verbal, mas nunca a violência contra um ser humano, desnutrido. Isso não. É um absurdo haver uma coisa dessas.

Então, quanto a ser acusado de violência dentro de terras, não houve um único registro, na polícia de Altamira, contra a nossa empresa de violência. Só tem registro da Funai, da Polícia Federal, da Polícia Estadual, da Polícia Militar, agradecendo o nosso trabalho na área.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Infelizmente, não vamos conseguir passar o vídeo, porque deu um problema. Mas vamos passar em Brasília.

Como Parlamentar, numa coisa tenho que concordar com o senhor: as interferências maléficas de estrangeiros no Brasil existem desde a colonização do País. Com isso temos que concordar. Agora, dizer que no Brasil não precisamos democratizar a situação? Também precisamos modificar as relações sociais e econômicas no Brasil. Contudo, desde a entrada dos invasores no Brasil, sempre foram levados o pau-brasil, o ouro, minérios daqui. A Amazônia sempre foi assaltada.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – O pau-brasil é do Nordeste. Primeiro roubaram o Nordeste.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Não, falo do Brasil, porque tenho uma visão do Brasil. Sempre servimos, com nossas matérias-primas, aos ricos lá de fora. E o Brasil ficou sem um projeto social, de desenvolvimento, humanitário. É necessário que isso seja retomado e construído. Existe esse aspecto de levar as riquezas do Brasil. Quando vejo a Amazônia sendo destruída como está, não concordamos com a situação e achamos que, se não mudar... Já ficamos com tão pouco do nosso País, que é preciso lutar por ele.

É uma pena que não é possível passar o vídeo. Agradeço ao senhor por suas respostas, que foram bem objetivas com relação às perguntas que lhe fiz.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – A senhora me permita apenas voltar à sua última frase? (Pausa.)

Enquanto roubaram pau-brasil, roubaram ouro em Minas Gerais e querem roubar o mogno da Amazônia, nosso projeto é para dar uma vida melhor a 60 mil famílias amazônidas. Esse é o nosso projeto. Foi isso que eu trouxe aqui. Eu não trouxe vantagem de levar essa madeira. Não. Criar condições para que 60 mil famílias amazônidas tenham uma vida melhor. É quase que resgatá-las do século XVI para trazê-las à atualidade.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente,...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB - PR) – .... vender para as ONGs?

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Não, não estou preocupado. E mesmo o Bush não deixa.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, queria passar a fita de vídeo, mas aconteceu um problema. Considero que as perguntas foram respondidas objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – As perguntas foram respondidas.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Senador, só um minuto, não passa disso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pois não.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – É um encerramento. Só queria fazer uma conclusão dessa página.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pois não. Com a palavra o Sr. Cecílio Rego de Almeida, para concluir o seu depoimento.

O Deputado tem ainda uma indagação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Sr. Cecílio, queria, objetivamente, perguntar duas coisas. Quanto foi pago por essa área? Como foi feito esse pagamento.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Foram pagos R$6 milhões, que, naquele tempo, eram US$6 milhões. Fizemos um acordo com o Sr. Umbelino, entregamos uma entrada e demos precatórios, que a gente vem pagando. Esse é o valor. Isso está no contrato, Sr. Deputado. É exatamente isso. Posso mandar também para a Comissão e para o senhor esse contrato, assinado pelas partes.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL - RS) – Muito obrigado.

Presidente, antes da leitura, queria dizer que chegou a mim, relativamente à Superintendência do Incra do Paraná, a informação de que está havendo uma licitação para compra de lona preta. São 14 km de lona, ou 112 mil metros quadrados ou 14 mil metros lineares.

Queria solicitar a V. Exª que pedisse explicações do Incra aqui do Paraná – e faço este requerimento. Qual é a justificativa para a colocação desse edital e a compra desse tipo de produto pela Superintendência Regional do Incra do Paraná?

Agradeço as informações do Sr. Cecílio.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Pois não, Deputado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, o pedido de informações poderia ser feito em nome de toda a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Peço a Secretaria da Comissão que encaminhe ofício ao Incra, solicitando essa informação. Esse tipo de matéria independe de apreciação, porque se trata apenas de um pedido de informação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não, Sr. Presidente. Ainda que fosse deliberado, eu seria favorável. Penso que o que a CPMI puder levantar de informações é importante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Sim.

Pois não. Sr. Cecílio.

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Eu queria dizer poucas palavras para terminar.

Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, neste momento em que se discute o Projeto de Lei nº 4.776, que é a Medida Provisória nº 239, que trata da gestão de florestas públicas, façam uma reflexão, porque talvez eu não tenha sido compreendido em meus propósitos, por estar à frente do tempo, quando sonhei, há vinte anos, em realizar um projeto de preservação em grande área da floresta amazônica, para que este servisse de exemplo para outras iniciativas do mesmo tipo, não-estatais, com o objetivo maior de resgatar os amazônidas do atraso secular em que se encontram.

Os objetivos que busco são os mesmos que a maioria das pessoas comuns ou entidades que se interessam pela preservação do meio ambiente desejam, porém com a visão, o planejamento e a capacidade de realização efetiva do empreendedor privado.

Encaminharei a esta Comissão uma cópia das propostas do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Encerramos...

O SR. CECÍLIO REGO DE ALMEIDA – Hoje, estou pagando por minha persistência em realizar esse sonho. Mas não desistirei. Sou um brasileiro que acredita ser possível desenvolver um modelo racional para ocupação e proteção da região amazônica, através da iniciativa privada, pois esta é a mola propulsora do progresso e do desenvolvimento das nações, que, tendo segurança institucional para investir, saberá fazê-lo para o bem das futuras gerações de nosso País, provando que somos capazes de gerir racionalmente nossos recursos naturais e que não admitimos interferência externa em questões que envolvam nossa soberania.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Encerramos, então, o depoimento e submetemos à Relatoria o desenvolvimento, para autuar.

Quero comunicar aos presentes que, com relação ao depoimento reservado, já nos entendemos. Em função dos desfalques já ocorridos na Bancada desta CPI e também por considerarmos que o questionamento reservado será mais produtivo se pudermos, com tempo, analisar os documentos encaminhados aqui no dia de hoje – sobretudo alguns dossiês, com denúncias graves –, optamos por transferir o depoimento reservado para a próxima semana em Brasília. Isso ocorrerá também em função da solicitação do inquérito. Esta Comissão, embora tendo aprovado já em reunião anterior, não teve ainda acesso ao inquérito. Por essa razão, entendemos ser mais adequada a transferência desse depoimento reservado para Brasília na próxima semana.

Queremos agradecer a presença dos Deputados Estaduais do Paraná que permaneceram até agora, acompanhando os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito: Deputado José Domingos Scarpelini, Deputado Ângelo Vanhoni, Deputado Plauto Miró.

Neste momento, vamos ouvir o último depoente de hoje, o Sr. Marcos Prochet, presidente da União Democrática Ruralista do Paraná.

Peço a V. Sª que tome assento à mesa. (Pausa.)

V. Sª tem um tempo à sua disposição para a exposição inicial. Depois, passaremos às indagações.

O SR. MARCOS PROCHET – Pois não.

Boa noite a todos. Pelo horário e por eu morar a mais de 400 quilômetros de distância, vou procurar ser o mais breve possível. Na abertura, farei apenas um esclarecimento sobre como me tornei presidente

da UDR. Creio serem mais produtivas as perguntas do que a explanação. Portanto, serei bem breve.

Eu já nasci em uma família de produtores rurais, filho e neto de produtores rurais, proprietário de pequena, hoje considerada média, propriedade no município de Querência do Norte. Tive a infelicidade de perder meu pai com oito anos de idade e, meu avô, com quinze.

Aos quinze anos me tornei agricultor. Eu com quinze anos e meu irmão com dezessete anos fomos tocar uma propriedade rural, ainda na nossa infância. Durante mais de 25 anos assim o fizemos, até que fomos invadidos pelo MST.

Eu tinha um laudo de vistoria do Incra que me dava 143% de produtividade. É uma propriedade que tem excesso de reserva florestal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Vou pedir a compreensão dos presentes para que possamos ouvir em silêncio o depoente, agradecendo a sua permanência aqui até esta hora, para o último depoimento.

O SR. MARCOS PROCHET – Obrigado.

Pois bem. Então, é uma propriedade modelo na região de Querência do Norte, que infelizmente se tornou a sede do MST no Paraná, o centro de invasões. Depois tivemos 28 invasões somente dentro do Município de Querência do Norte.

Mas, em minha propriedade, vistoriada pelo Incra, eu nunca tive uma ação trabalhista, nunca peguei um centavo em Banco, nunca fiz um financiamento, nunca matamos um animal dentro da fazenda, nunca deixei de cumprir nenhuma função social da terra e tive 143% de produtividade em um laudo do Incra, que passarei à mão de vocês aqui.

Mesmo assim, fui invadido, porque o MST alegou que eu estava no caminho de outras fazendas a serem invadidas, porque todo o Município de Querência do Norte seria invadido. Depois de 25 anos de trabalho, eu não aceitei isso e lutei muito pela defesa da minha propriedade, pela integridade.

Hoje, temos 435 hectares, divididos por três irmãos – eu e mais dois irmãos. Temos pouco mais de 100 hectares cada um, o que dá menos de 60 alqueires paulistas.

Por sinal, há pouco tempo, tive de fazer um recadastramento no Incra, porque essa propriedade se encontra na área de fronteira. Então, fiz a certidão de inteiro teor. Cheguei no Estado... Meu avô adquiriu essa propriedade em 1951, e ela sempre pertenceu à família. Então, foi direta do Estado. A cadeia dominial ficou absolutamente clara, posse mansa e pacífica, nunca tivemos contestação alguma por parte do Incra, por nada.

Simplesmente, estávamos no caminho do MST. Assim o fizeram. No começo, eu tentei argumentar com o Incra que talvez houvesse algum engano em alguma informação deles. Fui mantido em cárcere privado dentro de minha fazenda por mais de três horas por mais de 112 famílias do MST e lutei muito para que tivesse a minha propriedade recuperada.

Tive minha propriedade recuperada depois de nove meses, com uma reintegração de posse. Mas como cinco propriedades na frente da minha tinham sido invadidas, o MST cortou a estrada. E só tenho uma estrada. A estrada acaba dentro da fazenda e, ao fundo, é o rio Paraná. Não tenho outro acesso. Estamos na divisa com Mato Grosso. Para quem não conhece bem o Estado do Paraná, estamos na divisa com Mato Grosso do Sul e muito perto do Pontal do Paranapanema. Querência do Norte fica entre o rio Ivaí, o rio Paranapanema e o rio Paraná. É uma região privilegiada para a pecuária. É uma região que não é de terra roxa, é uma terra de arenito caiuá. Agora, estamos desenvolvendo uma produção de soja e de outros grãos na região, com novas tecnologias da Embrapa e do Iapar (Instituto Agronômico do Paraná). Estamos conseguindo usar o solo não só para a pecuária, mas também para a agricultura.

Vou falando as coisas e vou mostrando para V. Exªs o laudo de produtividade. Vou anexar, para ficar bem claro para a CPMI da Terra, fotos da fazenda tiradas no mesmo lugar, no dia da desocupação. Inclusive, nas fotos, há oficiais de justiça e a polícia militar. Não no dia da desocupação, mas no dia em que consegui ser reintegrado na posse. Foram nove meses de invasão. Depois, mais um ano e meio para conseguir que o Governo cumprisse as reintegrações de posse nas fazendas na frente da minha para eu poder ter acesso à minha. Ela foi invadida em 31 de dezembro de 1996. Tenho um laudo do Incra de abril de 1997. Na época, o Incra ainda fazia laudos em propriedades invadidas. Deu 143% o índice de produção. Ela foi desocupada em 14 de janeiro de 1998, data em que consegui ter acesso a ela, porque desocuparam as fazendas da frente.

As fotos que eu vou ter são do mesmo lugar, e gostaria que ficassem anexadas. São as de 14 de janeiro de 1998, no ato da reintegração de posse, e as fotos da safra de 2003 e 2004, que mostram as erosões, a destruição, a minha falta de acesso, o que corria de areia. Estou recuperando a fazenda para mostrar realmente quem é e quem não é produtor. V. Exªs vão ver que, na minha entrada, na nova entrada, recoloquei a bandeira do Brasil. Tirei a bandeira do MST e recoloquei a bandeira do Brasil. Se quiserem novamente ocupar a minha fazenda, vão ter que tirar a bandeira do Brasil.

Estou aberto a perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo, Relator.

O SR. MARCOS PROCHET – Deputado, aqui está o laudo de produtividade do Incra. Conforme for falando o colocarei aqui. Depois, repassarei tudo à Mesa.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Desde quando o senhor é presidente da UDR no Paraná?

O SR. MARCOS PROCHET – Desde o mês de março de 1997, quando fundei novamente a UDR Noroeste do Paraná, na região de Paranavaí, três meses após a invasão de minha propriedade. Atualmente, sou vice-presidente da UDR Nacional.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Qual é a posição da UDR com relação à utilização de seguranças armados e da contratação de empresas de segurança nas fazendas?

O SR. MARCOS PROCHET – Somos contra qualquer tipo de violência, principalmente a que fazem contra nós durante as invasões. Fiquei em cárcere privado e fui ameaçado, durante três horas, com armas na cabeça.

Só posso falar por mim. Sempre fiz muitos debates, muitas palestras, dizendo que deveríamos usar todos os recursos que a lei permitisse. Sempre usando o que a lei nos permitir. Posso afirmar que sempre fiz assim. Na minha propriedade, nunca tive uma milícia, um segurança, nunca fui proprietário de uma arma sequer. Consegui a retirada dos sem-terra da minha fazenda depois de muito esforço, depois de muita cobrança perante o Judiciário.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Em matéria publicada no **Jornal do Brasil**, em março de 2003, V. Sª deu declaração dizendo que lamenta que os fazendeiros tenham que pegar em armas para se defender, por estarem cansados de esperar; o senhor ainda defende a posição de que os proprietários têm que se armar?

O SR. MARCOS PROCHET – De qual jornal?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Foi no **Jornal do Brasil** de março de 2003.

O SR. MARCOS PROCHET – Deputado, eu posso lamentar se alguém pegar em armas. Não que eu saiba de alguma coisa. Eu não me recordo de ter falado para ninguém que eu sabia de alguém que tinha pego em armas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois veja: no depoimento a esta CPMI dado em 13 de abril de 2004, em Brasília, o Sr. Nabhan Garcia, presidente da UDR Nacional, da qual o senhor é vice-presidente, afirmou o seguinte...

O SR. MARCOS PROCHET – Eu estava presente no dia.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Sr. Nabhan Garcia afirmou: "O Sr. Prochet comentou à época que o Paraná parecia um território sem lei – isso em 2003, ano passado –, que a situação do Paraná era muito grave, que não se cumpriam as reintegrações e que as invasões eram feitas, às vezes, até com a presença da polícia. E não se tomava providência alguma".

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Gostaria de agradecer ao Superintendente da Polícia Federal pela espera até esta hora! Vamos aguardá-lo em Brasília na próxima semana. Muito obrigado!

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, uma das formas seria a contratação de empresas de segurança. O senhor defende, então, que as fazendas possuam seguranças armadas, como o Sr. Nabhan Garcia defende?

O SR. MARCOS PROCHET – Não. Eu até estava presente. Não vi que ele afirmou que exista isso. Também não defendo a contratação, principalmente até por uma questão prática. O produtor rural não tem nem dinheiro para contratar segurança. Nós estamos tão descapitalizados que não temos dinheiro nem para fazer os investimentos necessários para o nosso aumento de produtividade.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor conhece o Sr. Osnir Sanches?

O SR. MARCOS PROCHET – Conheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Qual é a sua relação com ele?

O SR. MARCOS PROCHET – Nenhuma.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois o Sr. Osnir Sanches, em depoimento prestado ao Tribunal Regional do Trabalho, disse que é proprietário da firma Depropar, que tal firma é de detetive particular e que, a pedido da UDR, tentou reativar a empresa que estava desativada, a fim de transformá-la em firma de segurança. O que o senhor diz sobre isso?

O SR. MARCOS PROCHET – Isso realmente aconteceu. E não foi o Sr. Osnir, foram oito pessoas que entraram com uma ação trabalhista contra a UDR. Ele tinha realmente uma firma numa rua lá de Paranavaí, com o nome na fachada, alvará de licença na parede. Eu nunca tive nenhum contato com ele, nunca tive contrato nenhum. E ele entrou com isso aí, com oito ações trabalhistas. E, na primeira audiência, de conciliação, na qual ele tinha pedido R$20 mil reais por pessoa, ele me fez a proposta de deixar por R$2 mil reais. Posteriormente me fez a proposta de deixar por mil reais. Eu recusei, apesar da pressão que sem-

pre existe dos vogais e dos juízes para que se faça um acordo. Eu recusei, porque afirmei para a juíza que, mais tarde, se eu fizesse um acordo... A UDR é uma entidade de classe, com CNPJ, com sede, com tudo o que nós temos direito. Só não temos propriedade rural nenhuma. A UDR não tem nada! Nosso único patrimônio são instalações de escritórios, fax, cadeiras, mesas que temos lá. E, se eu fizesse algum acordo, estaria concordando que aconteceu essa contratação. E isso poderia ser mais tarde usado por pessoas para denegrir a UDR, o que não seria a verdade.

Então me recusei a fazer acordo. Ganhamos as oito causas. Eles recorreram, quatro deles recorreram para a segunda instância, ganhamos os outros quatro recursos e não pagamos um centavo sequer! Evitamos ser extorquidos!

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor conhece o Sr. Tarcísio Barbosa?

O SR. MARCOS PROCHET – Conheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quem é ele?

O SR. MARCOS PROCHET – Atualmente, é Secretário Municipal de Paranavaí.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas ele foi dirigente da UDR?

O SR. MARCOS PROCHET – Foi membro da Diretoria da UDR.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Há um depoimento aqui de Antônio José dos Santos, de "que foi contratado pela UDR na pessoa do Sr. Tarcísio Barbosa, coordenador da entidade; "que foi chamado pelo reclamante Osnir Sanches para comparecer à fazenda Santa Fé, onde foi admitido pelo Sr. Tarcísio; que sua função era cuidar das fazendas; que a reclamada, a UDR, fornecia armas aos trabalhadores; que as armas não tinham registro; que as armas eram as seguintes: escopetas das marcas Maverick e Boito, carabinas, revólveres calibres 38 e 22; que o depoente, além de fazer a segurança, fazia o transporte dos demais trabalhadores contratados para a mesma função, no veículo Belina do Sr. Tarcísio". O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. MARCOS PROCHET – Essa era a tentativa de extorsão. Eles nos ameaçavam de que, se não fizéssemos o acordo, eles falariam isso, e isso subiria para um processo criminal e cairia na mão de possíveis futuras investigações.

Nós aceitamos o risco e dissemos: "Bom, então, mentiras nós vamos encarar". E fomos inocentados no inquérito onde ele fez isso. E eu não sei o nome dos oito.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas o senhor conhece o Antônio José dos Santos?

O SR. MARCOS PROCHET – Não, eu não conheço. Só o Sr. Osnir, que era o Líder deles lá. Os outros eu não sei. Mas teve um deles que saiu direito para a polícia federal para responder sobre perjúrio, porque foi pego em flagrante mentira.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor tem conhecimento de que, no dia 7 de fevereiro, em um despejo na Fazenda Boa Sorte - que inclusive foi realizado de forma ilegal, de madrugada, por milícias armadas -, o trabalhador sem-terra Sebastião Camargo Filho foi assassinado à queima-roupa, com um tiro na cabeça?

O SR. MARCOS PROCHET – Bom, eu tenho conhecimento, porque eu respondo a esse processo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor responde a esse processo na qualidade de?

O SR. MARCOS PROCHET – De autor do homicídio. Mas ainda não fui indiciado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Na qualidade de autor do homicídio. Eu tenho inclusive o aditivo aqui, o aditamento da denúncia que diz que o tiro que atingiu o integrante do MST foi efetuado pelo denunciado Marcos Menezes Prochet, que estava a menos de um metro de distância da vítima.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. MARCOS PROCHET – Eu tenho a dizer que eu estava a 280 quilômetros de distância da vítima. Eu tenho 27 testemunhas de que eu estava em Londrina. Essa morte ocorreu em Nova Londrina. Temos só a diferença de uma palavra só. Eu tenho essas 27 testemunhas, que depuseram que eu estava em Londrina na noite anterior, no dia da morte.

Eu fui reconhecido apenas por algumas pessoas do MST, que tinham acabado de sair da minha propriedade, porque, depois de eu apertar muito legalmente, judicialmente o Governador Jaime Lerner, ele ordenou a Maria de Oliveira, que era Superintendente do Incra, que fizesse a retirada da minha fazenda. Eles saíram da minha fazenda por conta própria. Eu não cedi caminhão, nem ônibus, não cedi um copo d'água. Eu disse: "Vão sair do jeito que entraram, com as próprias pernas". Saíram com muita raiva de mim, invadiram duas propriedades, inclusive essa citada aí, e, quando aconteceu o caso, eu estava em Londrina. Então, realmente por vingança, mais de vinte pessoas foram depor contra mim. Depois foram peneirando os que foram caindo fora com contradições e tal, e sobraram alguns que foram depor contra mim.

Eu fui inocentado no inquérito policial e, mais tarde, bem mais tarde, três anos depois que eu já estava inocentado, eu tive umas divergências, continuei tendo divergências com o MST, porque continuei lutando. Apesar de já não ter mais os sem-terra na minha

fazenda, sou companheiro do que estão invadidos, pois senti na pele o que era ser invadido e continuei lutando por eles.

Aí eu tive essa denúncia aqui da Pastoral da Terra, nos Direitos Humanos da OEA, lá em Washington. O Estado do Paraná foi denunciado lá na OEA por eu não ter sido incluído no inquérito. No inquérito policial, eu tinha sido inocentado. Simplesmente fizeram esse aditivo e me puseram lá, e o promotor nem se dignou a ouvir o depoimento, que fui prestar ao juiz da comarca de Nova Londrina.

Também vou anexar. Aqui são diversas páginas do Darci Frigo, da CPT, me denunciando, denunciando o Estado do Paraná na OEA por eu não ter sido incluído. Então, passei a ser incluído.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, o senhor está respondendo a esse processo na Justiça?

O SR. MARCOS PROCHET – É. Eu não sou advogado como o senhor, mas ainda está em fase de ouvir testemunhas. Não fui indiciado, não...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Indiciado não. Na verdade, o senhor está denunciado pelo Ministério Público.

O SR. MARCOS PROCHET – Isso. Eu não fui pronunciado para júri.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sim, claro.

Tenho aqui alguns depoimentos que nem vou ler. Eles justamente falam da sua participação, mas, enfim, é uma questão que está na Justiça, e a Justiça vai julgar; o senhor conhece o Sr. Francisco Carvalho Gomes Filho?

O SR. MARCOS PROCHET – Conheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Sr. Francisco Carvalho Gomes Filho é proprietário da Fazenda Filomena. No dia 9 de julho de 2004, durante a ocupação dessa fazenda, pistoleiros atiraram contra trabalhadores sem-terra, e o Sr. Elias de Moura, de 20 anos de idade, foi morto. Outros cinco trabalhadores ficaram feridos.

O senhor tem conhecimento desses fatos?

O SR. MARCOS PROCHET – Eu tenho conhecimento porque saiu na imprensa. Não sei se ocorreu desse jeito. Eu acho que está ainda em investigação. Acho que alguns laudos contestam até essa presença de seguranças ou outros termos que se queira usar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Só para saber, esses despejos, o primeiro nessa fazenda onde foi morto o Sr. Sebastião Camargo Filho e esse segundo onde foi morto o Sr. Elias de Moura, foram executados pela Política Militar, o chamado Grupo Águia?

O SR. MARCOS PROCHET – Não sei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor não sabe?

O SR. MARCOS PROCHET – Nos dois eu me encontrava em Londrina.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – No local onde estavam os pistoleiros, foram encontradas várias anotações que foram juntadas aos autos do inquérito policial que investiga os fatos em Terra Rica.

Nessas anotações constam, além de documentos referentes à compra de munições, portes de arma do Sr. Aparecido de Andrade, e, dentre outras anotações, uma lista com nomes de contatos e números de telefone.

O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. MARCOS PROCHET – Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tenho aqui em minhas mãos justamente a relação dessa lista de telefones que foi encontrada com os pistoleiros. Consta aqui Proxé – 91125357. O senhor já teve ou tem esse celular?

O SR. MARCOS PROCHET – Esse é o meu celular.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – UDR – 4242222?

O SR. MARCOS PROCHET – É.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como o senhor explica que seja encontrado na sede da fazenda Santa Filomena, que abrigava os pistoleiros, essa lista de telefones com o seu telefone e o telefone da própria UDR?

O SR. MARCOS PROCHET – Eu explico que o Sr. Francisco é um dos participantes da UDR, é um dos associados da UDR. Agora quanto à presença de pistoleiros ou outros termos queiram ser usados eu desconheço. Eu não sei se existia. Agora, que eles ainda fazem parte, inclusive o filho dele se encontra aqui comigo hoje.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – No dia 29 de junho de 2003, o senhor deu declarações ao jornal **Folha de São Paulo** dizendo que os fazendeiros estariam se armando.

Na noite de 2 de julho de 2003, o senhor esteve na Fazenda Roma, no Município de Uniflor, sob a justificativa de prestar solidariedade ao proprietário daquela fazenda.

Na madrugada do dia 3 de julho, poucas horas após a sua visita, cerca de setenta famílias foram atacadas por pistoleiros armados que saíram de dentro da Fazenda Roma. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. MARCOS PROCHET – Isso é mentira.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O que é mentira?

O SR. MARCOS PROCHET – Mentira da reportagem.

Essa é uma reportagem que o senhor leu?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A reportagem diz que o senhor estaria se armando. Eu estou perguntando sobre o fato de o senhor ter comparecido à fazenda Roma e poucas horas depois setenta famílias foram atacadas por pistoleiros armados.

O SR. MARCOS PROCHET – O fato é o seguinte: Toda vez que vem um repórter me fazer uma pergunta, a primeira pergunta é: Vocês estão se armando?

Parece que eles querem me fazer essa pergunta e dizer que nós estamos nos armando.

Eu digo que eu nunca possuí uma arma, nunca tive porte de arma e nunca vou ter.

Eu falo por mim.

Eu estava jantando na cidade de Nova Esperança, vizinha aqui à Uniflor, com um proprietário de uma propriedade invadida, que teria a reintegração de posse no dia seguinte, quando eu soube que um funcionário da Fazenda Roma foi ferido à bala no peito e estava em um Hospital em Maringá.

Eu saí do jantar e fui à fazenda. A polícia já se encontrava no local. Eu cheguei depois dos fatos ocorridos. Não sei mais o que ocorreu. E fiquei ali...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Que fatos ocorridos? O senhor pode dizer?

O SR. MARCOS PROCHET – Eu cheguei já tinha ocorrido. Parece-me que havia tido alguma coisa, um entrevero. Eu cheguei depois.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sim, mas o senhor deve ter sabido o que aconteceu.

O SR. MARCOS PROCHET – Aí afirmaram que eu fui antes e logo depois que eu cheguei aconteceu isso.

Muito pelo contrário eu fui depois porque fui informado que um funcionário da fazenda, um rapaz que entrou com três anos de idade na fazenda, acompanhando o pai, funcionário com carteira assinada e registrada, depois que ficou maior de idade, o dono da fazenda já faleceu, o pai dele faleceu, o filho está tocando e o filho do funcionário está trabalhando, ele tomou um tiro no peito. Inclusive fui a Maringá logo em seguida, levei a televisão e foi feita uma reportagem mostrando o tiro que ele levou no peito.

Parece que o senhor não tem essa informação de que o funcionário foi baleado, não é?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não; não tenho não. Se o senhor quiser passar para a CPMI...

O SR. MARCOS PROCHET – Pois é, eu teria que procurar com o Sr. Beto Tribulato, que é o dono da fazenda, o patrão dele, essa informação. Mas foi feita na Rede Globo, com o Sr. Fernando Parracho, uma reportagem que mostrou – e foi feita no mesmo dia em que se falou, em que eu vi que acusaram – um sem-terra acusou de ter vindo da Fazenda Roma esse tiro, e achando até estranho ele falando que tomou um tirou no chapéu e o tiro estava de dentro para fora, todo mundo viu, estava claro, e ele disse que tomou o tiro de fora para dentro. Mas eu não tomei conhecimento porque foi anterior ao que... Eu fiquei na estrada junto à polícia, e no dia seguinte a polícia chegou, a desocupação foi feita, normalmente, nada aconteceu.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A Polícia Federal realizou duas grandes operações de apreensão de armas no Estado do Paraná. No ano de 2003 foi preso Cristiano de Jesus Guilarde Claser, membro do Conselho Fiscal da UDR nacional, com grande quantidade de armas, algumas de uso exclusivo das Forças Armadas. Como é que o senhor explica esses fatos?

O SR. MARCOS PROCHET – Bom, na época da operação ele não pertencia à UDR. Depois ele foi convidado a entrar na UDR porque nós...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele foi convidado...

O SR. MARCOS PROCHET – Foi convidado a se associar à UDR.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Depois que ele foi preso com as armas ele foi chamado para participar da UDR?

O SR. MARCOS PROCHET – Não, é porque nós consideramos uma injustiça o que aconteceu, porque pegaram, sem mandado de segurança específico para revistar o local, foram lá e prenderam o pai dele, um senhor de 78 anos, e ele foi preso não por isso, ele foi preso porque ele correu para defender o pai, que, aos 78 anos, estava sendo algemado e preso pela Polícia Federal por possuir uma arma da Segunda Guerra Mundial, uma Luger ou Walther alemã, onde mataram o primo dele com aquela arma, ele conseguiu matar o alemão que matou o primo dele e trouxe aquela arma de relíquia. Estava no cofre, e prenderam o Sr. Rubens Claser, pai dele, por ter aquela arma sem registro. Ele foi ajudar o pai, ele, o irmão dele e ainda o cunhado dele foram presos porque correram para ajudar o pai. E só uma nota: o Sr. Rubens Claser estava doente, se recuperando, com 77 anos de idade, saiu algemado, nunca mais se recuperou, não saiu da cama e agora, em novembro, ele veio a falecer, envolto a grande tristeza e depressão. Eu até escrevi uma carta, dizendo: mais uma morte no campo. O Ministério da Justiça

deveria colocar essa morte no campo porque foram na casa do Sr. Rubens sem mandado e pegaram um fundador da cidade e o prenderam.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu tenho aqui no documento da Polícia Federal – interessante, um relatório de investigação – que diz que o Sr. Cristiano Claser teria organizado uma seção de fotos para a revista **Veja**, onde aparecem diversos homens armados de espingardas calibre 12. O senhor confirma isso?

O SR. MARCOS PROCHET – Desconheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor desconhece.

Houve também um caso semelhante lá no Estado de São Paulo, no Pontal do Paranapanema.

Qual é a relação que o senhor tem com o PCR, ou a UDR tem com o PCR, o Primeiro Comando Rural?

O SR. MARCOS PROCHET – O PCR não existe.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não existe. O que é o PCR?

O SR. MARCOS PROCHET – Nada.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nada?

O SR. MARCOS PROCHET – Nada. É um... nada.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor conhece o Sr. Humberto Mano Sá?

O SR. MARCOS PROCHET – Conheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor sabe que ele fala à imprensa em nome do PCR?

O SR. MARCOS PROCHET – Bom, o Dr. Humberto é um médico já de bastante idade, ele foi ligado, a imprensa o ligou ao PCR. E não existe o PCR.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele faz parte da UDR?

O SR. MARCOS PROCHET – Hoje – ele foi convidado também, juntamente com o Sr. Cristiano, a entrar na UDR – ele é Presidente da UDR de Guarapuava. Então, acho que fica, pelo menos eu achei que ficava esclarecido que não existia PCR, e ele entrou na UDR, que é uma entidade de classe, da qual eu me orgulho muito de ser Presidente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Segundo os dados da imprensa, em 5 de maio de 2003 teria havido uma reunião entre o Sindicato Nacional dos Produtores Rurais (Sinapro), UDR e PCR, que o senhor desconhece, para unir esforços para lançar a operação "Tolerância Zero", incluindo a organização de segurança armada. O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. MARCOS PROCHET – Que data? Onde foi isso, Deputado?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Maio de 2003.

O SR. MARCOS PROCHET – Onde foi? Eu já participei de mais... Acho que umas 200 reuniões.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas com o Sinapro também?

O SR. MARCOS PROCHET – Sinapro? Não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Que é o Sindicato dos Produtores Rurais.

O SR. MARCOS PROCHET – Não, não. Sinapro, não senhor.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não?

O SR. MARCOS PROCHET – Não. Sinapro nós nunca tivemos qualquer contato e fazemos questão disso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Por quê?

O SR. MARCOS PROCHET – Porque achamos que o Sinapro é liderado por pessoas não idôneas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não idôneas em que sentido?

O SR. MARCOS PROCHET – Na minha opinião, o Sinapro auferia lucro e a UDR nunca visou lucro, e sim defender o direito à propriedade, em todas as formas que a lei lhe permite.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – De que forma o Sinapro queria auferir lucro?

O SR. MARCOS PROCHET – Fazendo cobranças, emitindo boletos e fazendo ações, tentando cobrar dos proprietários qualquer coisa que pudesse.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Cobrar exatamente o quê? Segurança?

O SR. MARCOS PROCHET – Não, eu vou lá fazer um discurso para você, estou indo a Curitiba para fazer parte de uma CPI e faço uma doação para a UDR, estou lá pelo Sinapro e vou lutar por você, fazer discurso e quero receber isso aí; e vivo disso, assim falava ele. Eu não vivo disso. Tenho meus afazeres, minhas empresas, minha fazenda e não vivo disso. Trabalho gratuitamente para a UDR, gasto só o meu tempo, que não é gasto e sim bem empregado, porque esse Estado não merece passar pelo que está passando.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Entre os anos de 1994 e 2002 houve 16 assassinatos de trabalhadores rurais, 31 atentados, 47 ameaçados de morte, 7 vítimas de tortura, 324 feridos, todos na região do Noroeste do Paraná, que era de atuação da UDR. O que o Senhor tem a dizer sobre isso, tanta violência nessa área?

O SR. MARCOS PROCHET – Estava esperando por essa pergunta. Inclusive fizeram um memorial em Campo Largo Niemayer fez o projeto, Dom Ladislau

participou, juntamente com artistas da Rede Globo, inaugurando, cantando músicas do MST e falando das 16 mortes no campo. Nós estranhamos porque só se fala e nunca se especifica nada. Uma advogada da CPT, Tereza Cofre, fez uma carta e mandou para os jornais dando os nomes. Na época o Secretário da Justiça do Paraná, Taborda, no dia 3/12/2000, e eu no dia 6/12/2000 mandamos uma carta para os jornais e que foi publicada, deixando claro que é fácil difamar as pessoas porque jogam as palavras ao vento e ninguém cobra. Dos 16, consegui levantar, através da imprensa, de inquéritos policiais que, no mínimo, 9 deles foram mortes do próprio MST, sendo que um deles eu conhecia e morreu numa fazenda vizinha da minha.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mortes do MST como?

O SR. MARCOS PROCHET – Mortes em acerto de contas deles. Então, se o Senhor me permitir, já que esperei bastante por essa pergunta, dos 16 citados no memorial da Campo Largo, o Sr. Vilmar Machado Vargas, morto em 6/09/97, em Espigão Alto do Iguaçu, foi morto por Oraídes Blote, Antônio Mazor e outros do MST, por disputa interna de verbas do MST,

Vilmar Vaia, 02/10/98, em Inácio Martins – essas aqui não são regiões do noroeste do Paraná e sim sudoeste – assassinado por Odair José da Silva, membro do MST, julgado e condenado em 28/06/99.

Cláudio de Oliveira Pires e Carlos Vieira, em 10/10/98, Rio Bonito do Iguaçu. Foram mortos num assentamento por Pery Vargas e seu filho, ambos líderes do MST, durante briga por divisão de lotes.

José Rodrigues, 27/11/98, em Laranjal. Morto em um tiroteio entre grupos de sem-terras e posseiros, quando a fazenda já estava desapropriada, o dono já tinha entregue a propriedade, portanto fora da posse de seu antigo dono. Um sem-terra local, um posseiro, foi morto pelo tal de José Rodrigues, nesse tiroteio, mas, curiosamente, não está na contabilidade da Pastoral da Terra. Então, morreu um sem-terra e um posseiro. Por sinal, o líder dos posseiros, três meses depois, foi morto com mais três pessoas dentro do carro, mais quatro posseiros que estavam disputando com o MST foram mortos depois, em outra ocasião.

Cícero Simplício Lopes, 1998, Rio Bonito de Iguaçu. Morto por Leonor Roque Guarda e Lourival de tal, assentados na região e membros do MST.

Eduardo Dormione, 29/3/1999, em Querência do Norte. Esse é lá na minha cidade. Irmão do principal líder do MST da região noroeste do Paraná, morreu em tiroteio dentro da casa do irmão, num assentamento, onde, para se chegar ao lote, tem que se passar por muitos outros, onde os estranhos podem ser notados a quilômetros de distância, ninguém foi visto. Os comentários... Bom, não vou falar dos comentários, porque ele foi morto dentro do assentamento, e o inquérito policial mostra que tem tiro de fora para dentro, de dentro para fora, e que foi lavado o local da morte, e o corpo foi levado vivo ainda para Paranavaí. Não deram queixa na polícia, teve um médico que foi dar a queixa. Nunca acusaram ninguém da UDR, nem proprietário rural. Isso ficou lá entre eles. Depois disso o irmão dele se acabou e nunca mais participou de outras atividades lá em Querência.

Hélio Costa Miranda, 16/8/1999, em Guaratuba, litoral do Paraná. Esse nem do MST era. Esse era posseiro. Morreu de acidente ao tentar expulsar um búfalo do seu lote. Ele caiu sobre o próprio facão e morreu de hemorragia porque cortou a veia safena, não sei qual foi.

O nono, Juvenal José do Nascimento, que eu conhecia pessoalmente, porque o irmão dele mora numa casa a trezentos metros da minha sede, a casa do irmão dele, fazendo vizinha minha. Então, ele morreu em 21/11/1998, em Querência do Norte, foi morto pelos assentados do MST Darcy Ferraz e José Bonifácio, ao tentar separar uma briga entre ambos, quando se encontravam totalmente alcoolizados. E eu acompanhei porque conheço a família deles, os irmãos são trabalhadores, trabalham, como disse, em uma fazendo vizinha minha. Ele foi tentar separar a briga, porco o corpo do Darcy tinha entrado na roça do Jair, eles tinham bebido muita pinga e se mataram. Inclusive esse Darcy vai a júri daqui a poucos dias.

Então, vejam, de 16, 9 que consegui levantar, e mais 3 que me falaram que foram mortos dentro de desavenças internas do MST, não consegui localizar, então, não vou falar deles. Então, esses números de violência ficam muito comprometidos. Houve alguns funcionários de fazenda que foram mortos por integrantes do MST. Em Sulina aconteceu, é uma cidade aqui do sudoeste, que também não conheço. A nossa UDR é muito regional, noroeste do Paraná. Não temos nem estrutura para atender o Estado inteiro. E também não entra em contabilidade da Pastoral da Terra.

Temos um proprietário rural em Colorado que enfartou e morreu na frente dos sem-terra na hora da invasão, seu Natalino Tomé, que também não consta da contabilidade. Ele de enfarte morreu na hora da invasão.

Passo a relação aqui de toda a correspondência, cobrando essas mortes. Começa com Frei Beto dizendo das 16 mortes. Depois nós cobrando essas 16 mortes. A Tereza Cofré dizendo os nomes, as nossas cartas. E, no final, mostra que pegaram a sogra desse Juvenal, que é de Querência do Norte, membros da Pastoral da Terra lavaram-na para a Europa, ela esteve em di-

versos países e em diversas entidades, e descendo o pau no Brasil, dizendo que o genro dela morreu na luta pela terra. Essa é a imagem que a Pastoral da Terra leva do Brasil para fora.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor pode entregar para o assessor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – São documentos para a secretaria autuar.

O SR. MARCOS PROCHET – Quer todos que falei?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tudo que o senhor tiver trazido é importante para nós.

O SR. MARCOS PROCHET – É que vou comentando-os...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Claro, se quiser ficar com mais algum para falar, fique à vontade.

O SR. MARCOS PROCHET – Eu trouxe uma colinha dos nomes, porque a letra está pequena.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor conhece o tenente-coronel Copetti Neves?

O SR. MARCOS PROCHET – Conheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Qual é a sua relação com ele?

O SR. MARCOS PROCHET – Só relação de proprietário, e ele comandante das operações que iam fazer, porque quase todas as fazendas que iam ser reintegradas à posse por ordem judicial, o proprietário me chamava para acompanhá-lo como representante do proprietário. Então, a gente participava...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor acompanhava sempre essas ações de reintegração de posse?

O SR. MARCOS PROCHET – À distância que se colocava. Acontecia que...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Elas geralmente eram feitas pelo Copetti Neves?

O SR. MARCOS PROCHET – Na maioria das vezes.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Em que período o Sr. Copetti Neves comandou essas ações? Em que período, mais ou menos, por favor?

O SR. MARCOS PROCHET – Eu me lembro de que a maioria foi entre 1997 e final de 1999. Não sou muito bom para datas não. Mas, a partir de 1999, de 2000, não tivemos mais nenhuma invasão na região Noroeste, porque saiu aquela Medida Provisória que não permitia vistoria em propriedades rurais invadidas por dois anos. Aí, o MST parou de invadir. E somnente as que estavam ocupadas é que foram retiradas. Basicamente até 1999.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Segundo declarações do Sr. Tenente-Coronel Copetti, em sua monografia do curso de Política Estratégica que temos aqui, que ele apresentou na Escola Superior de Guerra, há a infiltração de agentes, no caso de agentes da polícia militar, ou havia na época em que ele comandava isso, em acampamentos como forma de combater o movimento dos sem-terra.

O senhor, em uma declaração de maio de 2003, da Agência Folha londrina, teria dito que mantém também informantes no acampamento do MST. Havia uma orientação do Tenente Copetti em relação à tática da UDR? Havia uma coincidência dessas ações entre a UDR e o trabalho do grupo águia?

O SR. MARCOS PROCHET – Não. Eu só vim conhecer, na época era major o Copetti, major Neves, eu vim conhecer muito tempo depois. Eu já tinha informantes a partir de janeiro de 1997, logo que invadiram minha propriedade. Ela foi invadida dia 31 de dezembro de 1996, não é? Já no primeiro mês, já me procurou gente para ser informante e, a partir daquela data, nós mantemos informantes. Até hoje nós mantemos. Eu gostaria que não fosse perguntado quem são, porque alguns que já foram descobertos, já até morreram.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É o senhor como proprietário ou a UDR que mantém esses informantes?

O SR. MARCOS PROCHET – Não, são informantes....

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É trabalho da entidade?

O SR. MARCOS PROCHET – Não, são informantes que prestam depoimento para nós. Inclusive, estou com alguns deles preparados para – eles falaram na televisão – publicamente vir a assumir nos órgãos de imprensa. Dois deles já prestaram depoimento na CPMI da Terra. Não, desculpem-me, um só prestou depoimento na CPI da Terra estadual, aqui, do Paraná. E são essas pessoas. Eles fazem parte... Eles não são remunerados. Quer dizer, não sou eu nem a UDR. Eu, como Presidente da UDR, realmente é que recebo essas denúncias.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Os membros do Sindicato Rural de Ponta Grossa são filiados à UDR?

O SR. MARCOS PROCHET – Só os que têm propriedade na região nossa. Os que são daqui de Ponta Grossa somente não. Quer dizer, não todos os que têm lá. Os que têm querem ser associados como o Francisco.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Segundo jornais **Gazeta do Paraná** e **Gazeta do Povo,** agora, de 14 de abril de 2005, e esses são os fatos in-

clusive que motivam a apuração do Sr. Copetti Neves, o Sindicato Rural de Ponta Grossa estaria pagando ao Tenente-Coronel de Copetti Neves a contratação para a proteção de suas terras.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. MARCOS PROCHET – Desconheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor desconhece esse fato?

O SR. MARCOS PROCHET – Desconheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não é uma orientação da UDR?

O SR. MARCOS PROCHET – Deputado, a nossa UDR é regional do Noroeste do Paraná. Ponta Grossa está a quatrocentos e poucos quilômetros.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor também é dirigente nacional da UDR?

O SR. MARCOS PROCHET – Sim, mas nós não temos UDR em Ponta Grossa.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Por isso eu perguntei antes ao senhor se os membros do Sindicato Rural de Ponta Grossa eram filiados à UDR.

O SR. MARCOS PROCHET – Pode ser que alguém de Ponta Grossa seja filiado, se tiver propriedade na nossa região.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Presidente do Sindicato...

O SR. MARCOS PROCHET – O Marcos Degraf?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sim.

O SR. MARCOS PROCHET – Ele tem propriedade lá, na região, mas não é filiado à UDR.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS PROCHET – Inclusive ele já foi invadido, mas mesmo assim não faz parte da UDR.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu acho... Não fiz nenhuma intervenção no depoimento do Sr. Marcos Prochet. Então, o relator não pode reclamar sobre as minhas intervenções.

Eu gostaria, aqui, de declarar que sou amigo do Sr. Marcos Prochet, que foi candidato a Deputado Estadual pelo meu Partido e a ele é filiado. Foi minha dobrada em algumas cidades. É meu amigo de muitos e muitos anos. Tenho uma profunda admiração pelo trabalho do Sr. Marcos Prochet, pela abnegação, pela garra, pela maneira com que ele acompanha os produtores rurais sem receber nenhum tostão. Então, eu, justamente, não quis fazer nenhum tipo de interpretação porque uma pessoa como Marcos Prochet não precisa de defensor. Ele respondeu todas as perguntas com muita segurança e dados.

Eu somente quero dizer, dentro desse movimento chamado UDR, que já fui seu fundador, em 1986. Tenho um profundo orgulho de ter sido fundador da UDR. E nós a fechamos em 1990. Depois, os companheiros de Paranavaí, aqui no Paraná, em função das dezenas de invasões acontecidas no Noroeste do Paraná, reabriram uma entidade a que deram o nome de UDR, à qual eu não pertenço, mas da qual admiro o trabalho. E toda vez que pudermos ter entidades que defendam o produtor rural dentro da lei e da ordem, como o Sr. Marcos Prochet faz, eu acho que é uma obrigação de todos nós o apoio, pois somos representantes do produtor rural, o que eu me orgulho demais.

Então, eu não tenho nenhuma pergunta e gostaria somente de parabenizar o Sr. Marcos Prochet pelo belo trabalho que tem feito junto à entidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Agradecemos a sua presença e pode concluir o seu dizer.

O SR. MARCOS PROCHET – Senador, eu só queria deixar registrados mais alguns documentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pois não.

O SR. MARCOS PROCHET – Para ajudar esta CPI e pelo jeito S. Exª está procurando armamento na mão de proprietários rurais, eu vou deixar alguns recortes de jornal, como a **Gazeta do Povo**, de 22/11/2001, quando um sem-terra foi preso com arma do Exército, com fotos e reportagens. Com arma exclusiva do Exército. Poderiam investigar? Foi na Fazenda Araupel, em Quedas do Iguaçu. Eu vou deixar aqui uma relação.

Às vezes perguntam por que há tanta violência no Paraná, um Estado que representa 2,3% do território nacional e produz 25% dos grãos do País? Por que fazer uma reforma agrária dentro do Estado que é o maior produtor e tem as terras mais caras do Brasil? Não vou nem entrar no mérito, porque está tarde e já foi falado sobre questões internacionais e outros envolvimentos. Mas vou deixar uma relação de um trabalho que eu fiz e acho muito importante, que começa no ano de 1983 e vai até o ano passado, de 591 fazendas invadidas no Paraná. Aqui se explica. As que estão em preto foram invadidas e reintegradas.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Quantas?

O SR. MARCOS PROCHET – Quinhentos e noventa e uma propriedades rurais no Paraná

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Invadidas?

O SR. MARCOS PROCHET – Invadidas. Algumas três vezes, duas vezes...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Pelo MST?

O SR. MARCOS PROCHET – Pelo MST.

Temos aqui: Propriedade... começa com a Fazenda Noni, Marmeleiro, tem a área do batalhão que atuou, área em alqueire, o proprietário, quem invadiu e a data. Uma mínima parte não é do MST. É no máximo de algum outro movimento. Quase todas, sem exceção, até deixei duas cópias aqui...

Tenho aqui um Boletim da Faep, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, que mostra os Municípios que ainda têm propriedades rurais invadidas.

Aqui há uma relação de 62 propriedades que ainda se encontram invadidas. Como isto aqui é muito dinâmico, parece-me que umas duas ou três foram desocupadas pelo Governo durante esta semana, mas ainda temos 62 propriedades rurais que ainda estão invadidas.

Falar por que há violência? Eu vou deixar um relatório interno do Incra, que já foi entregue quando esta comissão ainda era CI, quando ainda estávamos discutindo a instalação da CPI, datado de 30 de novembro de 98, de dois técnicos agrícolas do Incra, Rogério Augusto Chile e o Assistente de Administração do Incra, Valter Alberto Cadore, que mostra o absurdo que acontece no Paraná. Esses dois funcionários do Incra pedem que sejam mudados de área ou de função, porque não conseguem assentar as pessoas que eles acham que deveriam assentar. E eles falam em nove imóveis aqui, que não sei quais são, porque é Zumbi dos Palmares, 17 de abril, e eu conheço com o nome anterior das propriedades. Tem os Municípios, a capacidade técnica do Incra, a capacidade que o MST colocou, quem selecionou as pessoas que vão lá e a situação do imóvel, todos são emissão de posse.

Então, do total desses nove, o Incra colocaria 350 pessoas e o MST colocou 281; então, 69 pessoas ficaram de fora. Aqui conta que eles colocam pessoas, palavras do Incra, em preservação permanente, e pessoas que têm pouca família, para que os que têm bastante família continuem invadindo e botando crianças e mulheres na estrada.

O meu Município, Querência do Norte, que já foi a capital do Arroz, no Paraná, que produzia seiscentas mil sacas – é pena que a Deputada já tenha ido embora, porque ela começou a dar números sobre produção dos sem-terra e eu ia dar um número real aqui, que o Prefeito, segundo uma reportagem do **Diário do Noroeste de Paranavaí**, de Querência do Norte diz que produzia seiscentas mil sacas de arroz e, com a invasão dos sem-terra das principais produtoras de arroz, caiu para 73 mil sacas de arroz. Hoje está se produzindo trezentas mil sacas depois de doze anos de invasões então metade do que produzíamos antigamente.

E para confirmar que o Incra realmente não controla o que acontece na região, como mostra aquele documento, há aqui uma nota muito interessante. Eu posso falar porque ele já foi até expulso do MST, ele esteve fugido de Querência do Norte, porque estava ameaçado de morte, como eu que sou diuturnamente ameaçado de morte até por uma rádio clandestina que existe lá em Querência do Norte, que funciona dentro da invasão do MST e a Polícia Federal já foi diversas vezes lá e não fechou a rádio, não conseguiu entrar na propriedade.

Então, aqui um senhor, Remídio Antônio Silveira, foi expulso de um lote por não concordar com atitudes do MST e foi reclamar no Incra e este órgão disse que foi realizado um processo de seleção e que o nome dele não se encontra lá no Incra.

Só que esta carta é de 16 de julho de 2002 e existem notas de produtor – a nota do produtor somente proprietário ou arrendatário pode receber da Prefeitura local – em no nome do Sr. Remídio Antônio Silveira, datada de 19/10/2001 e 01/11/2001. Então, em 15 de julho de 2002... E o incra disse que ele nunca pertenceu ao Incra, só que aqui... Remídio Antônio Silveira, Acampamento Grupo Monte Castelo, Fazenda Santa Terezinha, Assentamento Querência do Norte, código tal – tem até o número do lote, mas, estou sem óculos aqui – na Fazenda Santa Terezinha. Então, mostra aqui que, em 2001, ele era assentado e, em 2002, o Incra disse que ele não participava.

Aqui teriam outras coisas para ajudar, mas, não sei se seriam interessantes. É que, nos meus diversos embates com o MST, na parte legal, conseguimos, segundo reportagem da **Folha de Londrina**, de 26 de agosto de 2000, prender na Fazenda Sete Mil, em Ivaiporã, diversos sem-terra que estavam roubando café. E um deles, que era líder lá, Sr. Irino, não sei falar direito o nome dele, foi preso. E agora, no dia 9 de março de 2005, a esposa dele foi uma das líderes do movimento das mulheres que fez uma manifestação, na frente do Incra, que fechou a voz do Incra: "Mulheres marcham e ameaçam parar o Brasil."

Então, só ligando a violência a pessoas que roubam propriedades rurais, a pessoas que roubam a propriedade, digo, a violência sempre acontece na invasão. Quero dizer que as desocupações feitas pelo Governo Jaime Lerner foram dentro da Lei e, como acompanho muitas delas, nunca vi uma violência sequer na propriedade.

O SR ABELARDO LUPION (PFL – PR) **–** Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr....

O SR ABELARDO LUPION (PFL – PR) **–** O Dr. Marcos Prochet acabou de fazer uma denúncia de ameaça de morte por rádio clandestino, que a Polícia Federal não teve acesso ao assentamento onde está instalada essa rádio? Foi isso que entendi?

O SR. MARCOS PROCHET – É. Tenho até queixa na delegacia, porque...

O SR ABELARDO LUPION (PFL – PR) **–** Eu gostaria que o Senhor encaminhasse, então, essa queixa, porque isso é inadmissível. Uma Polícia Federal não ter acesso a um assentamento para fechar uma rádio clandestina.

O SR. MARCOS PROCHET – Não, a polícia não entra na invasão de jeito nenhum.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) **–** Então, é importante que o Senhor mande esse boletim de ocorrência e já quero aproveitar para fazer um requerimento pedindo explicações sobre isso.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) **–** Vamos, então, colocar em votação, no momento oportuno o requerimento.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) **–** Sr. Presidente, gostaria aqui de fazer um requerimento de cópia das autorizações judiciais de interceptação, protocoladas nas empresas de telefonia fixa e móvel que servem à cidade do Colorado, a serem fornecidas pelas mesmas no período de abril a novembro de 2004, bem como a relação nominal dos proprietários dos telefones investigados, no âmbito das autorizações.

Segundo, cópia dos pedidos de autorização judicial de interceptação, oriundas da Secretaria de Estado de Segurança Pública, através do Cisep, na cidade de Colorado, durante o período de abril a novembro de 2004, e encaminhadas às Varas Federais Cíveis e Militares do Paraná.

Terceiro: cópia do ofício ou requerimento do Sr. Governador Roberto Requião para estabelecer a força-tarefa entre o Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal e a Secretaria do Estado de Segurança Pública que investigaria os fatos relatados pelo Sr. Superintendente da Polícia Federal do Paraná, em depoimento no dia 18 de abril de 2005.

Cópia do ato administrativo do Ministério da Justiça ou Departamento da Polícia Federal daquele Ministério, que estabeleceu a intitulada força-tarefa, divulgada por nota de esclarecimento do Sr. Secretário Luiz Fernando de Lazzari, emitida em 18 de abril de 2005, pelo Setor de Comunicação Social em anexo.

Cópia dos pedidos de interceptação dos telefones fixos e celulares feitos para a Vara da Justiça Militar, no período de 2003 e 2005, encaminhados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública ou do Ministério Público Estadual atuante naquela vara.

Cópia do procedimento judicial, caso haja, protocolado pelo Sr. Prefeito de Colorado, Paraná, no ano de 2004 e 2005, referentes a abuso de autoridade e outros crimes de invasão de privacidade, relatados no depoimento do Sr. Copetti Neves.

Cópia dos pedidos de autorização de interceptação telefônica oriundos da Secretaria de Estado de Segurança Pública, através do Cisep, encaminhados às varas judiciais cíveis e militares, dos anos de 2003, 2004 e 2005.

São esses os pedidos que encaminho à V. Exª, para que tenhamos possibilidade de acesso, no sentido de continuarmos as nossas investigações.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Primeiro, acho que são requerimentos que têm que ser submetidos, como o que apresentei – que o Deputado Lupion disse que têm que ser submetidos ao plenário.

Segundo, eu só permitiria – e sei que o depoente já apresentou sua fala –, até pelos elementos que tivemos já do conhecimento público, e dos fatos acontecidos aqui no Paraná, discordar de que as ações do Coronel Copetti Neves tenham sido dentro da lei. Nenhuma ordem de reintegração ou cumprimento de despejo feito à noite e de madrugada é dentro da lei. Nenhuma!

O SR. MARCOS PROCHET – Nunca vi nenhum na madrugada. Eu acompanhei diversos...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Temos um vídeo, temos depoimentos de policiais militares... não estou dizendo que V. Exª acompanhou todos, mas, certamente, V. Exª não acompanhou todos.

O SR. MARCOS PROCHET – Não falei que acompanhei todos, acompanhei muitos e aquele daquela fazenda não é na região noroeste do Paraná.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Estou falando de forma geral, e temos, inclusive, depoimentos prestados à Comissão de Diretos Humanos da Câmara, de policiais militares que participaram dessa atividade, tratando disso.

Devo apresentar – quero até anunciar – um requerimento para que possamos ouvir o Secretário do Trabalho do Paraná, o ex-Deputado Federal Padre Roque e o próprio atual Secretário de Segurança, uma vez que uma série de acusações graves foram feitas

pelo Coronel Copetti Neves contra essas duas autoridades estaduais. Penso que devemos dar oportunidade para que eles possam também apresentar sua versão, inclusive com relação aos episódios de escuta.

Num dos intervalos, sai ali fora, falei com alguns membros da Polícia Federal e a informação que tive foi a de que esse equipamento de escuta do Governo do Estado do Paraná é um equipamento adquirido através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, portanto, não é clandestino e é um equipamento que funciona mediante autorização judicial. Não é um equipamento de espionagem – estou dando as informações que me passaram, evidentemente, vamos ouvir o Superintendente da Polícia Federal e o Secretário de Segurança do Estado. A informação que me passou foi que os próprios depoimentos tomados, as próprias escutas realizadas foram feitas com autorização judicial e que certamente, no depoimento reservado, vamos ter oportunidade de saber muita coisa acerca das ramificações da atuação do chamado Grupo Águia.

Penso que é importantíssimo não só o depoimento do Superintendente da Polícia Federal – que vamos tomar de forma reservada – mas do próprio Secretário de Segurança do Estado, até porque muitas das questões levantadas pelo Deputado Abelardo Lupion poderão ser requeridas a ele pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu queria solicitar que aquela sua lista, na qual constam os nove casos que o senhor identificou, que isso chegasse às mãos da CPI. O senhor fez um relato no sentido de que havia 16 casos – e a que recebi aqui não está.

O SR. MARCOS PROCHET – Está nos recortes dos jornais. Existem os nove. Se quiser, posso mandar uma relação. Tem duas cartas, do Secretário de Justiça da época e minha, que estão juntas na fotocópia, e que contam esses casos que li aqui, estão nas cartas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estão nesse material aqui que o senhor alcançou?

O SR. MARCOS PROCHET – Sim, eu começo assim: Terra semeada de sangue...Lá na frente, estão as cartas com esses nomes.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estão com as referências dos inquéritos?

O SR. MARCOS PROCHET – Não, estão com os nomes dos assassinos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou pedir-lhe formalmente que mande isso, por escrito, para a CPI.

O SR. MARCOS PROCHET – Vou mandar inclusive com as reportagens do jornal em que isso foi noticiado e em que foram fotografados os sem-terra que cometeram os crimes.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Digo isso porque, há muito tempo, no Brasil, a gente assiste a um festival de acusações. Eu nunca vi, de maneira tão clara, de maneira tão sólida, de forma tão inquestionável, a desmontagem de uma situação que é apresentada não só internamente ao País como também externamente.

Assim, acho importante que o senhor possa contribuir conosco para esclarecer isso. Nós queremos a verdade, esteja do lado de quem ela estiver.

O SR. MARCOS PROCHET – Com certeza.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu vou também fazer um requerimento que vai se somar ao do Relator, para o Secretário de Estado de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari. Assim como, numa saída para o cafezinho, o Sr. Relator recebeu um tipo de relato, eu recebi outro: o de que, na verdade, foi montada uma operação em que havia alguns oficiais da Polícia Militar como suspeitos de fazer parte de uma quadrilha; aí, a Justiça Militar autorizou a quebra, só que, de quebra, foram incluídos outros telefones que não eram de militares para fazerem parte dessa escuta. Isso é um crime claramente tipificado. Por isso, acho muito importante que o Secretário de Segurança esteja lá, para que possamos acompanhar, em detalhes, como foi que isso aconteceu.

Não admito que nenhuma autoridade, no exercício do poder, quebre o sigilo, o direito, a liberdade individual de qualquer cidadão brasileiro, sem autorização judicial.

Eu também queria aduzir, Sr. Presidente, que o Superintendente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária do Paraná, Sr. Celso Lisboa Lacerda – vou apresentar formalmente um requerimento –, seja convocado para relatar as questões referentes ao Estado do Paraná. Acho que são questões importantes para esta audiência pública e que vão nos ajudar muito.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, tenho mais uma coisa que considero importante. O cansaço nos deixa pensando um pouco mais lento e com mais dor de cabeça, mas o Deputado Onyx me avivou a questão.

Talvez fosse importante que solicitássemos formalmente à Secretaria de Segurança Pública os dados levantados sobre essas mortes, porque certamente há os inquéritos. Não estou aqui a duvidar da palavra do Sr. Prochet, mas evidentemente são investigações feitas pessoalmente por ele. Precisávamos ter isso oficialmente, para confrontarmos com os documentos

apresentados pela CPT, a fim de sabermos se são as mesmas pessoas e até, se for o caso, corrigirmos essa informação que está sendo passada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Sem prejuízo da solicitação do Relator, reafirmamos o pedido do Deputado Onyx para que V. Sª nos encaminhe por escrito a relação dos nomes aqui apresentados.

Vou despachar os requerimentos, evidentemente aguardando a formulação por escrito, excluindo-se o Secretário de Segurança do Paraná, porque ele já está convocado. Já houve a aprovação do requerimento de convocação do Secretário de Segurança. Ele deveria até ser ouvido hoje; só não o foi em função do número de depoentes, pois seria impossível ouvir mais; vamos ouvi-lo em Brasília, provavelmente na próxima semana.

Sem dúvida, a denúncia do Tenente-Coronel Neves é da maior gravidade. Ele não faz referência apenas ao grampeamento de telefones nessa operação desenvolvida pela Polícia Federal, mas faz referência a grampeamento de telefones de deputados estaduais do Paraná, faz referência a grampeamento telefônico na cidade de Colorado, durante a campanha eleitoral.

Então, há denúncias da maior gravidade de que, no Paraná, há uma organização encarregada de bisbilhotar a vida das pessoas, agredindo esse direito à privacidade que deve ser, certamente, decidido por todos nós.

De outro lado, queremos formular um apelo, e certamente o faremos até pessoalmente, à juíza da Comarca de Ponta Grossa para que quebre o sigilo relativamente a esse processo, a fim de que no depoimento que ouviremos em Brasília, do Superintendente da Polícia Federal, do Tenente-Coronel Copetti Neves, possamos tomar esse depoimento de forma aberta, transparente. Temos esperança de que até a próxima semana isso possa ocorrer. Imagino que esse é um serviço que se presta à sociedade e não há nenhum comprometimento da ação judicial.

Portanto, o nosso apelo a essa juíza para que permita a quebra desse sigilo, a fim de que essa Comissão Parlamentar de Inquérito possa ouvir em sessão aberta, em sessão pública, na próxima semana.

Queremos agradecer à Assembléia do Paraná por nos permitir realizar os trabalhos de hoje aqui – começaram por volta de 14 horas e já são 22 horas e 20 minutos – de trabalhos ininterruptos, agradecer a todos os servidores que colaboraram, ao Presidente da Assembléia, Deputado Hermes Brandão, aos Deputados estaduais que permaneceram até este momento, Deputado José Domingos Scarpeline, Deputado José Maria Ferreira e tantos outros que permaneceram até o final dos trabalhos.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 22h20min.)

Ata da 32ª Reunião, realizada em 27 de abril de 2005.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e vinte e oito minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Álvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Siba Machado, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, e dos Deputados João Alfredo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Marcello Siqueira, Luís Carlos Heinze, Josué Bengtson, Luci Choinacki, Jamil Murad, Adão Pretto, Anselmo de Jesus, Kátia Abreu, Max Rosenmann e Dr. Rodolfo Pereira, membros, bem como dos Senhores Deputados Eduardo Sciarra e Selma Maria Schons, não membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm-se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias, declara abertos os trabalhos, comunicando que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições dos senhores Waldir Copetti Neves, Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado do Paraná; Dr. Fernando Destito Fransichini, Delegado de Polícia Federal da Superintendência Regional do Estado do Paraná e Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná. A seguir, o Senhor Presidente faz a leitura do Ofício nº 029/05, subscrito pela Juíza Sílvia Regina Salau Brotto, da 1ª Vara Federal e Juizado Especial Federal Criminal de Ponta Grossa, Seção Judiciária do Paraná, em que autoriza a oitiva do flagrado Waldir Copetti Neves nessa Comissão, ressaltando que o preso deverá prestar esclarecimentos sobre os fatos indagados, sem contudo, ser obrigado a auto-incriminar-se; bem como autorizou as autoridades policiais responsáveis pelas investigações, Dr. Fernando Destito Fransichini e Jaber Makul Hanna Saadi a prestarem explicações, inclusive sobre o teor das interceptações telefônicas, desde que em sessão sigilosa e finaliza esclarecendo que o conteúdo dos dados obtidos através de monitoramento telefônico, constante do inquérito policial, só poderão ser transferidos a essa douta Comissão, com base em

decisão fundamentada, que venha a decretar a referida quebra de sigilo. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente, invertendo as oitivas, convida o Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, para tomar assento à Mesa dos trabalhos, concedendo-lhe, em seguida, a palavra para as suas considerações iniciais. O Sr. Delazari fez sua defesa, contra as acusações do Cel. Copetti, prestou esclarecimentos sobre o sistema "Guardião"; entregou documentos, solicitando que fosse feita a juntada da documentação à CPMI. Fizeram uso da palavra para indagar o convidado os Deputados João Alfredo, Kátia Abreu, Luci Choinacki, Adão Pretto, Onyx Lorenzoni, Anselmo de Jesus e Selma Schons. Ato contínuo, o Senhor Presidente afirmou que esta CPMI recebeu um CD com suposta gravação de denúncia, entretanto, por estar o mesmo inaudível, solicita prioritariamente à Secretaria da CPMI que remeta o referido CD à Polícia Federal, a fim de verificar a possibilidade de torná-lo audível e, posteriormente, a degravação do mesmo para a devida autuação na Comissão. Após, o Senhor Presidente acata o requerimento verbal da Deputada Selma Schons, que solicita a remessa das notas taquigráficas da presente reunião, bem como do material entregue pelo depoente. O Senhor Presidente comunica ao Plenário que esta Comissão estará em Minas Gerais nos próximos dias quatro e cinco de maio deste, informando, ainda, reunião agendada para o dia dez, no Senado Federal. Após, a Presidência concede a palavra ao Dr. Delazari para seus comentários finais. O Senhor Delegado entregou mais dois documentos contendo denúncias de prováveis testemunhas, contra a atuação do Cel Copetti, à frente do Grupo "Águia". Ato contínuo, o Senhor Presidente falou da falta de elegância da Comissão Parlamentar de Inquérito, da Câmara dos Deputados, por ter conduzido o Cel. Copetti Neves para depor primeiramente na Câmara e não no Senado, como estava previsto. Fez questão de deixar registrado seu protesto, pelo que considerou um atropelamento, uma vez que o depoente veio à Brasília por determinação, iniciativa e providências desta CPMI. Dando continuidade, a Presidência suspende a presente reunião às dezesseis horas e cinqüenta e dois minutos para aguardar o Tenente-Coronel Waldir Copetti Neves chegar ao recinto. A Presidência reabre os trabalhos às dezessete horas e doze minutos, lamentando que o depoente não se apresentou na hora aprazada. A seguir, o Senhor Presidente convida para ocupar lugar à Mesa o Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado do Paraná, Senhor Waldir Copetti Neves, que está preso sob a suspeita de interceptação telefônica ilegal, concedendo-lhe a palavra para proceder à sua exposição. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, para fazer seus questionamentos. O depoente quando indagado pelos parlamentares, disse reservar-se o direito de ficar calado, por tratar-se de uma prerrogativa Constitucional. A Presidência alertou o depoente quanto às acusações ocorridas na ausência deste, alegando que o silêncio, neste caso, poderia depor contra ele, ou mesmo tornar-se prejudicial. Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni para interpelar o depoente. O Sr. Coptetti fez a leitura de relatórios em papel timbrado, da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná. Os Deputados Abelardo Lupion e Adão Pretto solicitaram cópia da documentação apresentada pelo depoente, o que foi aprovado pela presidência. Fizeram, ainda, uso da palavra para inquiri-lo os Senhores Deputados Adão Pretto, Selma Schons, Anselmo de Jesus e Abelardo Lupion. Prosseguindo, o Senhor Presidente agradece a presença do Cel.Waldir Neves e convida o Delegado Fernando Fransichini para tomar assento à Mesa dos trabalhos, concedendo-lhe a palavra para suas considerações iniciais e, após, ao Relator, Deputado João Alfredo, para seus questionamentos. O Delegado respondeu às perguntas que eram consideradas "sigilosas" e esclareceu que a pedido do Governador Requião foi criada uma Força Tarefa, na área de inteligência, a fim de combater o crime organizado no Estado. Informou sobre o equipamento "Guardião", bem como sobre a prisão em flagrante do Cel. Waldir Copetti. Fizeram uso da palavra os Senhores Deputados Max Rosenmann, Onyx Lorenzoni, Selma Schons e Anselmo de Jesus. O Deputado Onyx Lorenzoni solicitou verbalmente ao Presidente da CPMI que fosse convidado a prestar esclarecimentos nesta Comissão o Delegado Douglas Possebon, da Polícia Civil de Quedas do Iguaçu. tendo sido aceito pelo plenário. Ato contínuo, o Deputado João Alfredo solicitou que o depoimento do Delegado Fernando Destito Fransichini fosse encaminhado à Comissão Parlamentar de Inquérito de Tráfico de Armas, da Câmara dos Deputados. O Senhor presidente aprovou a solicitação verbal, uma vez que a mesma daria subsídio à Comissão da Câmara. Ao final, a Presidência agradece a contribuição prestada pelo Dr. Fransichini e esclarece que se absteve das indagações por ser Representante do Paraná, em que o assunto já foi amplamente discutido. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Declaro aberta a 32ª reunião da Comissão Parlamen-

tar Mista de Inquérito com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

A reunião de hoje tem por objetivo dar continuidade à audiência pública realizada em Curitiba, ouvindo o Tenente-Coronel da Polícia Militar, Waldir Copetti Neves; o Delegado de Polícia Federal da Superintendência Regional do Paraná, Dr. Fernando Francischini; e o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari.

Agradeço à Drª Sílvia Regina, Juíza Federal que, respondendo a indagações e solicitações desta Comissão Parlamentar de Inquérito, envia o seguinte expediente:

"Cumprimentando, acuso recebimento de ofícios da CPMI da Terra, e informo que autorizo a oitiva do flagrado Waldir Copetti Neves, na sede dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no dia 27 de abril vindouro.

Ressalto que, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o preso deverá prestar esclarecimentos sobre os fatos indagados sem, contudo, ser obrigado a auto-incriminar-se, sob pena de desrespeito ao art. 5º da Constituição Federal.

Outrossim, autorizo as autoridades policiais responsáveis pelas investigações, Dr. Jaber Saadi e Fernando Francischini, a prestarem explicações sobre as investigações, inclusive sobre o teor das interceptações telefônicas, neste caso, em sessão sigilosa, como impõe a Constituição Federal (art. 5º).

Anoto que o conteúdo dos dados obtidos através de monitoramento telefônico, constante do inquérito policial epigrafado, somente poderá ser transferido a essa douta Comissão após remessa a este juízo da decisão fundamentada que decretou a quebra do sigilo.

Atenciosamente,

Sílvia Regina Salau Brollo, Juíza Federal."

Agradecemos a manifestação da Drª Sílvia Regina.

Iniciaremos alterando a ordem das oitivas, já que o Tenente-Coronel Waldir Copetti Neves está prestando depoimento em uma CPI na Câmara dos Deputados. Ouviremos, primeiramente, o Dr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Pedimos ao Secretário que tome assento à mesa para prestar o seu depoimento.

Inicialmente, como é hábito nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, concedemos a palavra ao Secretário para que ele possa fazer a exposição que desejar inicialmente. Depois, iniciaremos pelo Relator, Deputado João Alfredo, as indagações.

Com a palavra, portanto, o Secretário Luiz Fernando Delazari.

O SR. LUIZ FERNANDO DELAZARI – Muito obrigado.

Sr. Presidente desta Comissão, Senador Alvaro Dias, representante do meu Estado; Deputado João Alfredo, do Estado do Ceará; demais Deputados aqui presentes; outras autoridades; imprensa, quero primeiro agradecer a oportunidade de poder participar e colaborar com essa discussão que acontece no âmbito desta Casa, do Congresso Nacional, acerca de um problema, de uma realidade, de uma questão, enfim, de uma temática que há muitos anos é debatida no nosso País, que é uma realidade e que, por ser uma realidade, tem que ser debatida, discutida, investigada, ampliada, melhorada, enfim, democraticamente, tem que ser, eu diria, encarada pelas autoridades: a discussão da questão fundiária no País.

Sou Secretário de Segurança do Estado do Paraná desde do mês de maio de 2003. Posso dizer que, dentre as inúmeras atribuições que um secretário de segurança em qualquer Estado da Federação tem, dentre os inúmeros problemas relacionados à criminalidade, e principalmente ao avanço do crime organizado dentro das estruturas enraizadas de um Estado, de fato um problema que toma demais o nosso tempo e nos demanda grande atenção, trabalho e dedicação é a grave questão do conflito agrário.

No Estado do Paraná, a política de Governo é o reconhecimento dessa luta democrática, quer por parte dos movimentos ruralistas, quer por parte dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Terras – o mais reconhecido deles sendo o MST, que tem, sem dúvida nenhuma, uma força organizada democraticamente no Estado do Paraná. Por conta disso, reconhecendo os dois lados da questão resolvemos, no Governo, montar uma comissão mista de intermediação desses conflitos, desses possíveis conflitos. A comissão, que foi criada por decreto do Governador, traz a responsabilidade da intermediação desses possíveis conflitos para o âmbito da Secretaria de Segurança Pública. Entendemos que não é esse um problema de polícia, entendemos que esse é um problema eminentemente social, fruto de uma demanda de políticas ou da ausência de políticas sociais adequadas, o que gera desemprego, miséria, carestia, falta da educação e de perspectivas, que leva, sem dúvida nenhuma, as pessoas, principalmente das cidades grandes, a procurarem alternativas de retorno muitas vezes as suas origens nas pequenas propriedades rurais ou nas grandes propriedades rurais para buscarem uma subsistência.

Por força disso, essa comissão iniciou seu trabalho logo nos primeiros meses da atual administração da secretaria. Primeiro foi um trabalho de contato com as instituições, tanto com as instituições rura-

listas, quanto com as instituições dos trabalhadores sem terra. A partir daí, criamos dentro da estrutura da secretaria um departamento específico para tratar desse assunto. E esse departamento, desde então, corre o Estado do Paraná em todos os seus cantos, buscando identificar os problemas, buscando identificar as questões relacionadas aos eventuais conflitos e buscando solucioná-las.

Assumimos lá com uma herança de um número acentuado de propriedades ocupadas em anos anteriores e, além disso, com um problema relacionado com o tratamento que os Governos anteriores davam a essa questão, transformando-a, na maioria dos casos, numa questão de polícia, o que, para nós, para nossa política, é inadequado. Com base nessa situação e nesse enfrentamento que tínhamos, iniciamos, então, numa ordem, numa escala de prioridades, o cumprimento das reintegrações de posses que tínhamos para realizarmos, todas elas feitas com um prévio processo de negociação na Secretaria de Segurança Publica, muitas vezes capitaneado pelo meu próprio gabinete e por mim mesmo em processo de longa negociação, com um único objetivo, o de evitar o conflito, o conflito entre os ocupantes das terras, o conflito entre os ruralistas e o conflito entre a polícia e os demais setores. Temos um sucesso muito grande na intermediação desse conflito. Quero desde já apresentar, Sr. Presidente, uma lista das desocupações que foram realizadas no Estado do Paraná, dos cumprimentos da reintegrações de posse realizadas no Estado do Paraná, desde o dia 02 de março de 2003. É uma lista completa com todas as fazendas e propriedades rurais que foram desocupadas em cumprimento de reintegrações de posse, expedidos pela Justiça, e que chegam ao número hoje de 99 propriedades.

Se fizermos uma média, praticamente nos 20, 25, meses, temos uma média de quatro propriedades desocupadas por mês, ou seja, uma por semana. O que eu diria que, dentro de uma ótica de ação policial, é um número bastante razoável, levando em decorrência o número de policiais que são destacados para essas operações, o deslocamento desses policiais de diversas regiões do Estado, para que eles possam realizar a operação com tranqüilidade e, ao mesmo tempo, não permitir que a criminalidade aumente nas suas cidades respectivas, e principalmente, levando-se em conta o custo elevado dessas operações. Muitas vezes, uma operação só chega a quase R$200 mil, com pagamento de diárias, de deslocamento, de efetivo, de equipamentos e de transportes, que são realizadas nessas operações.

Então, temos uma média de quatro reintegrações cumpridas por mês, uma por semana. Eu diria que, mais do que isso, realmente criaria uma dificuldade para a manutenção da tranqüilidade e do bom andamento do bom aparato de segurança pública, porque, afinal de contas, essa não é uma questão relacionada ao trabalho exclusivo da segurança, ao trabalho, eu diria, primário da segurança, com o objetivo da segurança pública, que é muito mais o de conter a criminalidade e de prender os bandidos das regiões, principalmente os das regiões urbanas.

De qualquer maneira, posso dizer com absoluta tranqüilidade que não tivemos, nesse período, graves problemas em relação a esses cumprimentos de reintegração de posse. Tivemos alguns eventos envolvendo, em algumas situações específicas, os trabalhadores com a polícia. Mas adotamos a estratégia de, em todas as operações, solicitarmos o acompanhamento do Ministério Público e do Poder Judiciário. E isso é feito diretamente pelo Secretário de Segurança. Oficio diretamente o Presidente do Tribunal e o Procurador de Justiça, solicitando a ele que determine, através dos seus representantes nas diversas localidades, representantes das suas instituições, que seja feito o acompanhamento do trabalho policial. Todas as operações são feitas à luz do dia, a partir das nove horas da manhã; todas as operações são absolutamente e integralmente filmadas por equipes que são cedidas pela estrutura da Secretaria. Quer dizer, elas não são filmadas pela Polícia. Isso demonstra a transparência e principalmente a política que adotamos de efetivamente intermediarmos conflitos. E os conflitos, quando eu digo, não só conflitos entre os proprietários rurais, os trabalhadores sem-terra, mas principalmente entre a polícia e algumas dessas duas dessas facções, desses dois lados dessa questão.

Então, atribuo o sucesso desse trabalho de manutenção da tranqüilidade e da paz no campo dentro de um panorama de um Estado que vinha de um histórico de absoluta intranqüilidade, eu diria até mais, de um histórico de violência no campo, principalmente por parte de setores específicos da polícia em confronto, muitas vezes, com os trabalhadores e, outras vezes, com os proprietários rurais. Isso foi totalmente modificado na nossa administração. Eu atribuo isso, sem dúvida nenhuma, ao trabalho da Comissão, que faz a intermediação desses eventos. Nós, a par de todo esse trabalho, também temos um trabalho de polícia. Aí, sim, há um trabalho relacionado com a Segurança Pública voltado para essa discussão. Esse trabalho tem algumas vertentes.

A primeira delas é, eu diria, a quase incansável operação de desarmamento dos acampamentos, das ocupações, até mesmo dos assentamentos, dos pro-

prietários rurais e dos movimentos relacionados aos proprietários rurais.

Temos uma política de trabalho preventivo da polícia, com ações algumas vezes meramente policiais e outras vezes com apoio em decisões judiciais de busca e apreensão, para, efetivamente, buscar problemas relacionados a porte de arma ilegal e para realizar o desarmamento e evitar que possíveis confrontos ocorram.

O desarmamento é uma política do Estado do Paraná, que é, sem dúvida, um Estado reconhecidamente pioneiro na campanha do desarmamento no Brasil. Foi o primeiro Estado a criar uma lei estadual de desarmamento e uma lei específica, diferente da lei federal, porque, além de pagarmos para as pessoas que entregam as armas, também pagamos ao policial o mesmo valor para que o policial seja estimulado a realizar o trabalho de desarmamento. É uma premiação ao trabalho do policial para, principalmente, evitar que ele recoloque armas no mercado ilícito, porque elas têm valor. Trabalhamos no Estado do Paraná com a realidade e sabemos que isso ocorre nas instituições policiais, lamentavelmente.

No Paraná, o nosso objetivo é acabar com esse tipo de crime, esse tipo de ilicitude, estimulando e premiando o bom policial para que ele, além de cumprir com o seu dever, preste um bom serviço de segurança pública, coibindo o tráfico ilícito de armas, o contrabando de armas, o porte ilegal de armas e estimulando-o a fazer a política do desarmamento. Isso ocorre muito acentuadamente na questão agrária. Nosso objetivo é, de fato, evitar que ocorra um conflito, e o trabalho de prevenção é absolutamente necessário – e é feito.

Temos um trabalho relacionado à segurança pública numa segunda vertente, que é o trabalho de identificação de elementos, de pessoas, de grupos ou de facções de ambas as instituições que tenham, enfim, a intenção ou até mesmo que tenham cometido os crimes – são inúmeras as ações policiais, os cumprimentos de mandados de prisão, as prisões em flagrante por práticas dos mais diversos crimes que já foram realizados no Estado do Paraná, ao longo desses dois anos. Buscamos identificar elementos que demonstrem a ocorrência ou a possibilidade de ocorrência de crimes, elementos que, identificados, têm mandados de prisões e que, muitas vezes, se encontram dentro dessas instituições. Com esse trabalho, buscamos realizar o trabalho de prevenção e de prisão desses que são, diria, criminosos que se escondem dentro dessas instituições com o único objetivo de cometer crimes e de criar uma conturbação e até uma instabilidade na tranqüilidade e na paz social.

Por isso, o trabalho da segurança pública é com essa vertente de cumprimento de mandados de prisões, de ações de prevenção que busquem identificar criminosos nessas estruturas.

Ao longo desses dois anos e pouco, pude tomar conhecimento de diversas situações que envolviam conflitos agrários, conflitos existentes entre os ruralistas, entre os movimentos, entre a própria polícia, e várias dessas ações foram ou abortadas ou identificadas. Enfim, foram tomadas as medidas administrativas e, portanto, judiciais que um secretário de segurança pode tomar nessa situação.

Especificamente com relação à questão relacionada ao Tenente-Coronel Waldir Copetti Neves, todos sabem que ele tem um histórico de envolvimento antigo com essa questão rural, não recomendável, que demonstra ações de absoluto exercício arbitrário das razões, um histórico que revela prática reiterada de tortura, com uso dos mecanismos do Estado, principalmente dos mecanismos policiais. Trata-se de ações que são absolutamente reprováveis e que são públicas e notórias, publicadas inclusive em grandes revistas de circulação nacional. Cito, por exemplo, a revista **Caros Amigos**, edição nº 26, de 1999, sob o título "Horror no Paraná", que traz um relato das ações do grupo comandado, do especial da polícia comandado por esse policial, por esse, eu diria, bandido travestido de policial, com inúmeras e reiteradas práticas de cometimento de crimes.

Por conta disso, o que me chamou atenção e que me trouxe à discussão, exatamente a figura da existência desse coronel que, na nossa administração, não teve, não ocupou cargo de relevância, que ficou, na verdade, como a gente usa no jargão popular, ele ficou no corredor, porque, exatamente ele tinha esse histórico absolutamente violento.

Mas eu tomei conhecimento da existência desse problema específico dele através de um ofício que me foi enviado pelo comandante do policiamento de Ponta Grossa, solicitando reforço policial para cumprimento de mandados de prisões de 3 possíveis criminosos que estariam escondidos dentro de um acampamento, dentro de uma ocupação do Movimento dos Sem-Terra localizado em Ponta Grossa, cuja suposta propriedade seria desse Tenente-Coronel Valdir Copeti Neves.

Os mandados vieram à Secretaria, supostamente expedidos pelo Estado de Rondônia, na Comarca de Cacoal, no Cartório da 2ª Vara Criminal, de 3 pessoas que estariam, então, se escondendo dentro desse acampamento. Eu pedi para a Comissão que fizesse um levantamento e, num primeiro momento, a Comissão de Intermediação de Conflitos Agrários... Porque veja, isso é uma decisão judicial muito séria

e que, necessariamente, exige uma atuação rigorosa da Secretaria, afinal de contas, são 3 mandados de prisões que precisam, por ordem judicial, efetivamente ser cumpridos. Eu pedi, então, à Comissão que realizasse a checagem e a conferência da veracidade desses documentos. E, até agora, nós não obtivemos resposta, o que me leva à desconfiança de que esses mandados de prisão possam ser mandados supostamente fraudados para gerarem uma ação policial cuja finalidade era meramente colocar a instituição Estado para ser representada, através da polícia dentro do acampamento, e, aí, então, cometer algum tipo de ilícito, algum tipo de crime.

Então, também quero fazer a juntada desses mandados aqui, deixar para a Comissão. Acho que era importante, já que a Comissão tem mais agilidade, que a Comissão pudesse checar esses mandados para saber da veracidade deles.

Mas, por conta disso, nós tomamos pé e ciência dessa questão. Além disso, por inúmeras outras vezes, o Tenente-Coronel Copetti Neves esteve na Secretaria conversando com o Presidente da Comissão de Intermediação de Conflitos Agrários, gestionando no sentido de que fosse determinada uma operação policial de desocupação dessas terras.

Bom, veio então, num primeiro momento, um mandado judicial que teria sido expedido supostamente pela Justiça de Ponta Grossa, no qual esse Tenente então teria reconhecido a sua posse sobre essa propriedade e teria, então, obtido uma liminar para reintegração de posse.

Acontece que dias após – nós já estávamos, inclusive, trabalhando na organização dessa operação – dias após veio uma decisão do presidente do Tribunal de Justiça, que foi encaminhada diretamente à Secretaria de Segurança Pública, cassando essa decisão liminar da Justiça de Ponta Grossa, exatamente porque o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná não reconhece a propriedade, sequer a posse, desse Tenente-Coronel nessa terra que ele alega ser de sua posse ou de sua propriedade – eu não sei bem aí qual é o termo jurídico que ele utiliza para isso.

Mas essa decisão judicial, então, que embasaria uma suposta reintegração de posse, concedida por decisão liminar, foi cassada pelo Tribunal de Justiça e, portanto, não haveria mais nenhum trabalho a ser feito até que a Justiça decidisse essa questão.

A partir daí, houve o envolvimento, então, da Secretaria com essa discussão, várias reuniões com o Tenente-Coronel Copetti Neves foram realizadas e acabou com a formação de uma força-tarefa. Quero aqui, inclusive, apresentar o ofício no qual foi solicitado pelo Governador Roberto Requião então ao Ministro da Justiça, que diz o seguinte:

Tendo em vista a ocorrência de vários crimes ligados ao tráfico internacional de drogas e grupos de extermínio, supostamente formados por policiais, que culminaram com o homicídio inclusive de um comandante do Batalhão da Polícia Militar que investigava tais casos, solicito a V. Exª que determine o apoio do Departamento da Polícia Federal, visando integrar uma força-tarefa na área da inteligência.

Para agradecimentos antecipados, renovo a S. Exª a expressão do meu elevado apreço.

Isso é do dia 17 de fevereiro. Não tenho o ofício de resposta do Sr. Ministro que foi endereçado diretamente ao gabinete do Governador. Mas o Ministro respondeu positivamente e foi instaurada uma força-tarefa unindo as Polícias Civil, Militar e Federal para investigar os supostos crimes. A partir daí, comecei a receber inúmeras denúncias que relacionavam o tenente-coronel exatamente a essa prática abusiva de tortura e de exercício arbitrário das próprias razões.

Trago aqui para a Comissão alguns casos relacionados a inquéritos policiais e que envolvem a figura do tenente-coronel. A primeira delas é relacionada à prisão de policiais militares pelo grupo chefiado por esse tenente-coronel, à época, o Grupo Águia, sob a acusação de formação de quadrilha, roubo de carga e duplo homicídio. Na verdade, houve uma ação policial no interior do Estado do Paraná. Esse grupo tem atuação em todo o Estado; e lá, para conseguirem a confissão dos supostos criminosos, efetivaram diversas modalidades de torturas e obtiveram então a confissão desses criminosos. Esse inquérito policial é um exemplo que me foi enviado e foi realizado sob o comando desse tenente-coronel.

Quero resumir rapidamente. Durante três longos dias, em sítios da região, na Delegacia de Polícia de Ponta Grossa, o soldado Portugal foi submetido a cruéis, bárbaras e desumanas sessões de torturas por integrantes do Grupo Águia, sob os olhos e com a aprovação do comandante do grupo, Capitão Waldir Copetti Neves. Quero, neste momento, fazer a entrega de mais essa documentação.

Outro caso, no Município de Munhoz de Melo, a quarenta quilômetros da cidade de Maringá, uma cidade de que todos já devem ter ouvido falar, uma cidade muito importante do nosso Estado. Esse é o caso de uma tortura feita a uma suposta quadrilha de policiais, à época, que estariam envolvidos com roubos de carros. E aqui temos alguns depoimentos das supostas vítimas, depoimentos prestados ao Ministério Público, à Polícia e a outros órgãos, enfim, de atribuição de fiscalização e apuração desses crimes.

Quero também resumir um trecho desse depoimento, no qual o policial Paulo Lucas, que se diz vítima do crime, diz que apurando-se o crime de tortura e os abusos de autoridade por parte dos policiais, finalmente gostaria que informar que os policiais que espancaram o declarante e os demais eram comandados então pelo Major Neves; que esse Major Neves assistiu aos espancamentos, choques e depoimentos sob tortura, inclusive viajou junto com os demais policiais, quando do transporte do declarante para Curitiba e Regresso. E aí vêm diversos outros depoimentos de policiais que foram torturados também.

Como o meu tempo é exíguo, quero fazer a juntada desse caso, e de mais um caso no qual esse Tenente-Coronel, Copetti Neves, que fez duas acusações contra a minha honra e a minha dignidade, está relacionado.

Mais um caso, uma testemunha, um policial militar que filmou uma operação de despejo comandada então pelo Tenente-Coronel Neves, à época Major Neves, comandante do Grupo Águia, depoimento esse prestado na Comissão de Direitos Humanos desta Casa, cujo Presidente era o Deputado Nilmário Miranda, hoje ocupando um dos cargos de maior relevância dentro do Governo. Nesse depoimento quero destacar alguns trechos também, mas preservo o nome do policial envolvido. Para fazer um rápido resumo, ele foi responsável por filmar a operação de desocupação de uma propriedade rural no interior do Estado do Paraná, o que ocorreu por volta da uma hora da manhã, com grande reforço policial, uma operação verdadeiramente de guerra que acabou vitimando diversas pessoas, inclusive, segundo depoimento do próprio policial, com prática de tortura. Começando o seu relato, ele diz que, por volta das duas horas da tarde, se deslocou com o pessoal do Grupo Águia e um sargento e um cabo e, no caminho, falaram que estavam indo em direção a Campo Mourão. Quer dizer, ele está dando a introdução de que era o Grupo Águia e que, à frente dessa reunião, estava então o Major Neves, do Grupo Águia, que estava dando as orientações de como se procederia a essa reintegração de posse. Em determinado momento, ele diz aí, enfim... "o pessoal dos batalhões do interior que fazem parte do grupo não conheço, mas quem estava à frente, no caso, era o Major Neves e o comandante de Camporão, à época, era o Tenente-Coronel Darcy Dalmo". Mais à frente, ele diz: "uma coisa o major frisou: que se a gente ouvisse algum tipo de tiro não era para se preocupar porque já tinha o pessoa do Águia e do Forte que ia tomar conta da situação. E aí ele continua o relato dele, comentando as barbaridades que, inclusive, estão filmadas. Isso porque ele foi o responsável pela filmagem. Essa fita existe, essa fita foi apreendida e deve estar na Comissão dos Direitos Humanos, com segurança. Mas ela existe e seria importante que esta Comissão a requisitasse. Ele relata rapidamente como foi a operação que verdadeiramente é uma verdadeira operação de guerra digna das guerras das grandes potências. A situação era a seguinte: os policiais chegavam, apartavam as mulheres e as crianças, não deixavam que pegassem nada e mandava que elas descessem para uma baixada que havia na fazenda. Os homens eram dominados, com as mãos na cabeça, alguns deitados no chão. Dominada a situação, colocavam todos em fila indiana e os faziam correr. Nessa hora em que os homens estavam em fila indiana, começavam a fazer aquele esquema de gritar com o pessoal: vamos, vamos, mãos na cabeça! Criavam um clima para o pessoal ficar apavorado. Os homens se colocavam em fila, com as mãos na cabeça, para um lado. As mulheres e crianças não puderam apanhar nada naquele momento. Inclusive houve um momento em que uma mulher, que estava na fila, pediu para pegar uma coberta, e o próprio policial falou: "Não, depois você pega!"

Nessa hora eu fui para o lado onde estavam as mulheres e as crianças. No momento em que começou a correria, no momento em que o pessoal tinha que correr em fila indiana, os policiais gritavam – ali havia alguns brasiguaios – vamos, vamos "chiru." Eles faziam chacota e o coitado nem "chiru" era. No caso dos líderes do movimento, do acampamento ou da ocupação ou da invasão, como queiram, se alguém achasse um barbudo – isso está nítido na fita – era para levar para ele, porque ele tinha que levá-lo para o Major Neves, que estava numa outra situação a qual eu não tive acesso.

A princípio, tinha sido determinado na reunião que as mulheres e crianças seriam levadas para a sede da fazenda, mas naquele momento isso não aconteceu. Mas isso não aconteceu. As mulheres e crianças foram levadas para uma baixada e a sede foi usada como QG, pelos oficiais, pelo Major Neves. Esse pessoal foi levado para lá. O "pessoal" eram os líderes do movimento.

Aí vem um extenso depoimento em que ele relata claramente a participação do Major Neves em situações absolutamente à margem da legalidade, mesmo sendo ele um oficial de elite da instituição Polícia Militar do Estado do Paraná, mesmo estando ele à frente de um comando de elite, como era o grupo Águia que, aliás, nunca teve atribuição de realizar ações de despejo em cumprimento de reintegração de posse. O grupo Águia é um grupo já extinto por este Governo, extinto por determinação do Governador Roberto Requião. É um grupo que existia para coibir, para evitar o roubo e

o furto de caminhões e de ônibus. Como o Estado do Paraná tem um grande fluxo de caminhões, de transporte de cargas e de ônibus, foi criado esse grupo para evitar que roubos acontecessem. Mas o desvirtuamento dessa função e dessa atividade dentro do grupo Águia se deu em decorrência de uma determinação governamental, de uma postura política do governo da época, que entendeu que esse grupo deveria passar a comandar as operações de reintegração de posse. Isso gerou inúmeras denúncias contra a instituição Polícia Militar do Estado do Paraná. Quero dizer que a instituição Polícia Militar do Estado do Paraná é uma das melhores instituições policiais do Brasil e que à época respondia simplesmente ás orientações e determinações políticas do seu Governo. A Polícia Militar do Estado do Paraná em nosso Governo temse comportado de forma absolutamente competente técnica, sem interferência, sem ideologia, cumprindo com a sua função, que é o cumprimento das decisões judiciais, sem violência e com o objetivo de evitar a guerra no campo. Não há dúvida nenhuma de que uma instituição policial hierarquicamente organizada, como é a instituição policial, serve e se presta para o cumprimento de políticas de governo. No nosso Governo, o objetivo da Polícia Militar é evitar que ocorram conflitos, que ocorram mortes, que ocorram torturas e que ocorram barbaridades. No Governo anterior, não era essa a prática, infelizmente.

Presidente, quero fazer a juntada também desse depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sim, mas eu só interrompo V. Exª para eliminar uma dúvida. V. Exª afirmou, com relação a esse mandado de prisão preventiva, que não tinha consciência se ele era oficial ou se....

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Exato, nós não conseguimos obter essa informação na Comissão de Conflito Agrário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Assessoria da Comissão obteve imediatamente a confirmação? Há um mandado oficial contra essas duas pessoas?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Na Secretaria de Segurança Pública, não conseguimos obter essa informação. Até porque mandamos um ofício para o estado de Rondônia, segundo o que me informou a Comissão, e, na época, não conseguimos obter essa informação, o que despertou, como disse e reitero, essa discussão a respeito da veracidade ou não desses mandados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Em cinco minutos, a Assessoria desta CPI acessou a Internet e obteve a confirmação de que a ...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Presidente, foi exatamente o que eu disse. Vocês aqui poderiam ter maior agilidade nisso. Agora, de qualquer maneira, nós checamos essa informação e, num primeiro momento, não conseguimos obter. Isso não tem a ver com o cerne da questão, especificamente. Foi só uma discussão, um documento que eu trouxe para demonstrar como eu acabei discutindo e descobrindo a existência dessa propriedade rural que, supostamente, seria de propriedade desse tenente-coronel. Somente para isso.

Mas, quero continuar a minha exposição, fazer também o pedido de juntada do decreto que criou a Comissão de Intermediação de Conflitos Agrários. E quero continuar a minha exposição dizendo que, a partir deste momento, toda a Secretaria ficou bastante atenta a essa questão, muito preocupada com o que pudesse acontecer. A partir daí, instaurada a força-tarefa pelo Ministério da Justiça, o trabalho passou a ser feito e capitaneado principalmente pela Polícia Federal, que acabou descobrindo toda essa articulação, toda essa situação, que é fruto agora dessa audiência, foi objeto da audiência passada e que revelou – segundo obtive informações exclusivamente através dos mecanismos de imprensa – essas supostas práticas criminosas que estão anunciadas e sendo agora investigadas por vocês.

Neste momento, rapidamente, quero pedir mais alguns minutos, Senador e Presidente, para poder me referir ao depoimento que foi prestado em audiência pública na semana passada na Capital do meu Estado, Curitiba, na qual esse tenente-coronel foi ouvido e fez inverídicas, levianas e absurdas acusações a minha pessoa, usando da velha tática, da conhecida tática de quase todo criminoso que, obviamente, nega o que crime que cometeu e busca desqualificar as autoridades que estariam, por algum motivo, envolvidas com a sua prisão, com a sua custódia. De forma absolutamente irresponsável e leviana, foram feitas acusações sem nenhum fundamento, acusações inverídicas, e quero, pontualmente, uma a uma, demonstrar a minha indignação e eventualmente até a minha defesa em relação a esses fatos. Quero começar falando do aspecto que, infelizmente, entendo não tenha nenhuma afinidade ou consonância com a matéria aqui tratada, mas que me sinto no dever, quero ocupar o tempo da Comissão, de falar a respeito, porque fui acusado por esse tenente-coronel...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Esteja à vontade.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Muito obrigado. Fui acusado por esse tenente-coronel de ser consumidor de entorpecente, de drogas. Inclu-

sive, essa acusação seria baseada no depoimento de um traficante de drogas, ou de um informante da época da CPI do Narcotráfico, que passou pelo Estado do Paraná, e que teria declarado à CPI do Narcotráfico que eu seria comprador de drogas dele, que era traficante de drogas. Ele cita o nome. O nome desse traficante é Marco Aurélio Pacheco, ele o chama de Pacheco. Eu, apesar de achar isso absolutamente absurdo, ridículo, afinal de contas, tenho 34 anos de idade e sou Promotor desde os 21 anos de idade, tenho uma vida e uma conduta moral, ética, digna, tenho uma família que tem todo um histórico dentro da instituição do Ministério Público do Paraná, nunca tive sequer uma investigação na minha Corregedoria. E acho que, por mais que seja absolutamente leviano, é um dever que tenho, de buscar da forma que tenho, de investigar esses fatos.

Fui buscar o depoimento dado à CPI do Narcotráfico por esse Marco Aurélio Pacheco. O depoimento – quero pedir agora à Comissão a juntada, porque consegui uma cópia – jamais, em nenhuma página, em nenhum momento, refere-se a minha pessoa. Ele se refere a alguns traficantes de drogas, o depoimento existe, está aqui, mas não se refere a mais nenhuma pessoa. Tomei a precaução e o cuidado de, além de pegar esse depoimento, procurar também as autoridades ali citadas, dentre elas a Delegada de Polícia a Drª Leila. Questionei à Drª Leila se existia – porque foi a Drª Leila quem fez a custódia e a oitiva desse traficante, à época da CPI – se existia de fato o envolvimento da minha pessoa com o tráfico de drogas e com esse traficante. Ela me deu uma declaração dizendo o seguinte:

"Eu, Leila Aparecida Bertolini, brasileira, divorciada, portadora de RG tal, funcionária pública, por ter tido meu nome citado pelo Tenente Coronel Waldir Copetti Neves quando de sua oitiva, em 18 de abril do corrente, pela Comissão Parlamentar Mista da Terra, declaro que conduzi a pessoa de Marco Aurélio Pacheco até a cidade de Brasília, em data que não me recordo, para que esse pudesse ser ouvido pela CPI do Narcotráfico, em assuntos relacionados ao tráfico de entorpecentes da cidade de Curitiba. Acompanhei na íntegra seu depoimento e em momento algum foi citado o nome do Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Luiz Fernando Delazari, como usuário de entorpecentes. Declaro ainda que, em data de ontem, estive pessoalmente no estabelecimento comercial de Marco Aurélio Pacheco, acompanhada dos policiais Ester Maria Machado de Souza e Kléberson Piagine Morais, e em conversa informal Pacheco afirmou categoricamente que jamais prestou qualquer tipo de declaração onde mencionasse a pessoa do Dr. Luiz Fernando Delazari como sendo usuário de entorpecentes e que não o conhece pessoalmente. Afirmou também desconhecer os motivos que levaram o Tenente Coronel Waldir Copetti Neves a declarar que ele, Pacheco, havia prestado tais declarações. Disse ter sido ouvido apenas pela CPI do Narcotráfico e pela Promotoria de Investigações Criminais, na pessoa do Dr. Armando Sobrero, cujo depoimento faço a entrega aqui, agora. Disse também que já havia sido procurado" – e esse aspecto é muito interessante, Presidente – "por dois homens que estavam em uma Parati branca e que queriam informações sobre os fatos declarados pelo Tenente Coronel, sendo que Pacheco respondeu que só o faria sob a orientação de seu advogado, Dr. Jacinto Coutinho. Pacheco prontificou-se a comparecer no dia de hoje, às 9h, nessa Divisão de Investigações Criminais, para prestar formalmente suas declarações. Porém, até o presente momento, não o fez. Era o que havia a declarar. Curitiba, 27 de abril de 2005".

A Drª Leila Bertolini é a delegada citada por esse criminoso travestido de policial que quer envolver o meu nome em verdadeiras barbaridades com o único intuito de usar a velha tática de que a melhor defesa é o ataque, buscando descaracterizar e desconfigurar um trabalho brilhante de investigação da Polícia Federal no Estado do Paraná, em parceira com as polícias Militar e Civil do Estado do Paraná, que desbaratou – quero dizer, pelas as informações que obtive na imprensa – aquele que seria o terceiro episódio trágico e recente da história do nosso País, de conflitos agrários. Sem dúvida nenhuma, foi um episódio de maior dimensão do que o episódio envolvendo a missionária no Pará e os trabalhadores em Felizburgo, no Estado de Minas Gerais, porque ali se buscava, pelas informações que obtive na imprensa, o extermínio de um acampamento inteiro. Foi isso que a Polícia do Paraná conseguiu evitar, em parceria com a Polícia Federal, numa operação tecnicamente perfeita. Evitou que vidas humanas fossem tiradas.

Quero fazer a juntada dessa declaração, Sr. Presidente, mais a declaração à época dos fatos da Promotoria de Investigações Criminais.

Quero dizer, mais uma vez, para os meus familiares, para os meus amigos, para os meus companheiros de Ministério Público, para os meus companheiros de Secretaria de Segurança, que eu jamais usei qualquer tipo de entorpecente em toda a minha vida e que essa acusação é absolutamente leviana e já está totalmente desqualificada pelos depoimentos da testemunha que foi arrolada, das testemunhas que foram arroladas por esse bandido travestido de policial do meu Estado, que agora, felizmente, está preso.

Com relação às considerações que foram levantadas em relação a eventuais grampos telefônicos e a um suposto equipamento que teria sido adquirido de contrabando pelo Estado do Paraná, quero dizer que essa afirmação é absolutamente inconsistente, não tem nenhuma consonância com a realidade. Enfim, que ela será agora totalmente também desqualificada por provas documentais; ao contrário do que fez esse Tenente-Coronel, que, simplesmente, utilizando-se do expediente mais reprovável que existe, que é tentar desqualificar o trabalho de um profissional, fez acusações sem nenhuma prova. Acusações essas que, inclusive, tiveram repercussão lamentável na imprensa, buscando manchar o meu nome e o meu trabalho incansável de combate à corrupção policial dentro do Estado do Paraná.

Compramos sim para a Polícia do Estado do Paraná o melhor equipamento de interceptação telefônica do Brasil. Um equipamento chamado Guardião. Não é contrabandeado, a não ser que se entendam que produtos comprados em Estado vizinho seja um produto contrabandeado. Compramos no Estado de Santa Catarina, é um equipamento que é montado em Florianópolis, que teve um custo de R$1,5 milhão. Foi comprado em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, o Ministério da Justiça. Comprado com o dinheiro do Governo Federal, com autorização expressa do Secretário Nacional de Segurança Pública, o Dr. Luiz Fernando Corrêa, que, aliás, é um grande incentivador da aquisição, da compra desses equipamentos, porque, assim como nós, pessoas que buscam coibir o crime organizado, acredita que um dos melhores mecanismos de investigação existente é o mecanismo da interceptação telefônica. Foi comprado com um parecer consubstanciado da Assessoria Jurídica da Secretaria de Segurança Pública, da Procuradoria-Geral do Estado e com a total aprovação do Tribunal de Contas da União.

Estão sendo disponibilizados, dentro desse mesmo equipamento, dois ramais no interior do Estado do Paraná para as instituições do Ministério Público e da Polícia, que atuam em parceria, numa promotoria chamada Promotoria de Investigações Criminais, com filiais em Foz do Iguaçu e Londrina.

É um equipamento totalmente à prova de fraude, é um equipamento receptivo e não invasivo. Ele não faz grampo telefônico, não pode fazer grampo telefônico. Ele só realiza interceptações telefônicas autorizadas pelo Poder Judiciário, porque a forma de interceptação dele é o juiz da causa ou da investigação que determina às operadoras, através de ofício, que elas realizem os *links*, as ligações das linhas interceptadas com o equipamento. Portanto, não é invasivo. Não posso chegar no equipamento e digitar celular de um deputado, desembargador ou juiz, como disse irresponsavelmente o Tenente-Coronel Waldir Copetti Neves, no Estado do Paraná. E, simplesmente, a partir daí, passar a grampear o seu telefone.

Não existe a palavra grampo telefônico no Estado do Paraná dentro da Secretaria de Segurança Pública. O que existe são interceptações telefônicas autorizadas pela Justiça, todas elas acompanhadas pela Polícia Federal, pela Polícia Civil e pela Polícia Militar. Esse equipamento está disponibilizado para essa força-tarefa que atua no combate ao crime organizado, e acabou identificando essa milícia montada no Estado do Paraná.

Entendo a irresignação e o descontrole do Tenente-Coronel Copetti Neves e as acusações levianas que faz contra esse trabalho de interceptação telefônica, porque, afinal de contas, ele foi preso justamente por provas produzidas nessa interceptação telefônica. É evidente que, assim como ele me acusa de crimes que são absolutamente inexistentes, ele também acusa o próprio Guardião de ter cometido um crime contra ele. Na verdade, é uma grande bobagem isso. É fruto de desespero, de uma tática de defesa completamente irresponsável e que acaba, enfim, no meu entendimento, até prejudicando a sua defesa.

Mas quero, Sr. Presidente, também, tomar a liberdade de fazer a juntada de todo o expediente que formalizou a compra do sistema Guardião pela Secretaria de Segurança Pública, em parceria com o Ministério da Justiça.

Por fim, quero fazer uma breve consideração a respeito de aspectos familiares que foram ditos por esse bandido travestido de policial militar, chamado Tenente-Coronel Copetti Neves, que disse, irresponsavelmente, levianamente, que eu teria interferido em uma acusação, aliás, em uma prisão do meu irmão Carlos Emiliano Ferreira Delazari, hoje com 27 anos de idade, teria sido preso dentro de um estabelecimento prisional em Curitiba, Estado do Paraná. Isso é uma absoluta inverdade. O meu irmão é uma pessoa que tem 27 anos de idade, é responsável por seus atos, ele se envolveu em um episódio, assim como milhões de brasileiros já se envolveram, relacionados à questão policial de total responsabilidade dele. No ano de 2002, mais de um ano antes de assumir a Secretaria de Segurança Pública, no qual foi devidamente investigado pela Justiça, pelo Ministério Público e pela Polícia, com o relatório do Delegado de Polícia à época, com o parecer do Ministério Público, e com o final arquivamento do Poder Judiciário do Estado do Paraná, inocentando-o daquelas acusações que eram feitas contra ele.

Repudio veementemente. Amo de coração o meu irmão, ele não é bandido, é estudante de Direito, freqüenta a minha casa e nunca cometeu nenhum crime de tortura, nem um assassinato, não formou milícia armada para matar ninguém. Repudio as acusações levianas desse mau caráter, que vai pagar, no momento adequado, através de procedimentos judiciais na esfera cível e criminal pelas acusações levianas que fez contra o meu querido irmão Carlos Emiliano Ferreira Delazari.

Por fim, só para ilustrar as minhas declarações, quero trazer também alguns casos relacionados a um companheiro desse tenente-coronel Copetti Neves que também está preso nessa operação, com um rapaz chamado, ex-policial militar, já expulso da instituição, Aldair José Sbardella, que tem um histórico e uma folha corrida dentro da Polícia Militar lamentável, reprovável e, graças à atuação firme dessa política de combate à criminalidade dentro das instituições policiais, do combate à corrupção policial, foi colocado na rua. É um caso claro de extorsão. Resumidamente esse policial trabalhava na cidade de Palmas, fazia supostas *blitz* policiais em ônibus de sacoleiros e, em virtude da informalidade e das irregularidades que esses ônibus sempre trazem, fazia a apreensão das compras que eram realizadas por esses sacoleiros na cidade de Palmas, em companhia de outros policiais, não formalizavam nenhum expediente, e ficavam com as mercadorias. Inclusive ele foi expulso da polícia por esses procedimentos. Quero fazer a entrega desses documentos.

Aqui trata-se de um homicídio em que esse policial está envolvido. Homicídio de um rapaz chamado Paulo César Rodrigues, vulgo Maconha, que estava preso dentro de uma delegacia de polícia, onde teria ocorrido uma rebelião, uma fuga, e ele teria sido retirado de dentro da carceragem por esse policial em companhia de mais um e, momentos depois, apareceu trucidado com oito tiros. Há alguns depoimentos que envolvem diretamente esse policial que também está preso, é descrito várias vezes "que o Sbardella... havia um outro moreno", enfim é descrito várias vezes nessa situação como envolvido nesse crime de homicídio.

E também um outro caso envolvendo um estrangeiro em nosso País, Júlio Fernandes Mendes, que teria se deslocado para Palmas na companhia de Geroboldo Fonseca, para comprar um trator de uma suposta vítima chamada Osni. Ele saiu de Palmas e teria sido morto, e, segundo as informações desse procedimento, o inquérito policial, estaria envolvido também esse policial Sbardella, que também fazer parte dessa milícia que foi armada no Estado do Paraná para retirar vidas humanas.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que não serão essas falsas levianas acusações que irão desestimular o trabalho da Secretaria de Segurança Pública no combate à corrupção policial na eliminação das estruturas de polícia, daqueles bandidos que são travestidos de policiais e que utilizam as estruturas do Estado, que utilizam a farda, que utilizam a carteira funcional, uma arma cedida pelo Estado para cometer crime – e, no caso, crimes contra a vida. Penso que ainda há muito trabalho a ser feito pela frente. E isso só serve de estímulo para mim e para a minha equipe. Acredito que, dentro de dois anos e meio, teremos feito uma revolução nessa questão.

Todos sabem que o Paraná, durante a CPI do Narcotráfico, teve uma mancha terrível dentro das suas instituições policiais; viveu um momento, sem dúvida, de descaminho, mas o nosso trabalho é de resgate, de recuperação, de readequação, de reorganização da polícia. Mudamos a legislação, que pune policiais corruptos de forma mais célere, de forma mais rápida. Estamos mudando agora a legislação que regulamenta a atividade do policial militar, com o objetivo claro de manter as instituições policiais do Estado do Paraná naquele patamar, eu diria, de excelência, reconhecida em todo o País – como é reconhecida. Todos sabem que a Polícia Militar do Estado do Paraná é, reconhecidamente, a melhor estrutura policial do País, tem a melhor e a maior academia da América Latina. E a instituição policial civil é reconhecidamente uma das melhores do País.

Esse trabalho de reconhecimento, de resgate, de recuperação das instituições policiais, pós-episódio CPI do Narcotráfico, passa necessariamente pela mão forte da política de governo do Governador e do Secretário de Segurança, que dão as diretrizes, que dão o exemplo de moralidade, de honestidade, de conduta ética, de seriedade no trabalho. E, doa a quem doer, esteja onde estiver, lá no Estado do Paraná o caminho do bandido é a prisão.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A documentação apresentada será autuada pela Secretaria dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Iniciaremos as indagações por meio do Relator, Deputado João Alfredo.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, Deputada.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Obrigada. Estou solicitando a palavra até porque tenho que ir a uma outra audiência.

Tenho um documento aqui. Assim como o nosso Secretário – quero, aliás, parabenizá-lo; chamo-o de nosso Secretário, do nosso Estado, o Sr. Senador, pelo trabalho que tem feito – foi acusado por esses senhores, que não digo mais que são da Instituição da Polícia, pelo mau trabalho que prestaram, inclusive envergonhando a instituição da Polícia Militar, que, por outro lado, é uma instituição séria, mas temos bons policiais militares; porém, alguns que servem dessa forma. Eles também fizeram uma acusação ao nosso Secretário do Estado de Trabalho, Emprego e Promoção Social, Padre Roque, que tem uma militância importante junto aos sem-terra no Paraná, e o têm acusado. Então, o Padre Roque também me pediu para que entregasse, já foi encaminhada, dizendo o seguinte:

"Sr. Presidente – dirigindo-se ao Sr. Senador Alvaro Dias e à CPMI –, requeiro a V. Exª, com base no art. 5º, Inciso XXIII da Constituição Federal, que tendo em vista os depoimentos e os documentos apresentados a essa egrégia CPMI da Terra pelo Tenente-Coronel Waldir Copetti Neves, em recente depoimento, determino a expedição de certidão de inteiro teor, fazendo constar na referida certidão, além dos documentos apresentados, as notas taquigráficas dessa audiência pública. Requeiro, outrossim, que a certidão de inteiro teor seja encaminhada para a sede da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná, com endereço à Rua Pedro Ivo, 750 – 4º – Centro – Curitiba – Paraná.

Por oportuno, esclareço a V. Exª que a providência ora requerida insere-se como instrumento necessário, preparatório ao exercício de direito subjetivo em defesa de minha honra, bem assim para defesa de interesse público, que represento na condição de secretário do Estado.

Desejo, desde já, colocar-me à disposição de V. Exª para oportunamente prestar os esclarecimentos que forem demandados a essa egrégia CPMI da Terra;

Pede deferimento.

Curitiba, 19 de abril de 2005.

Padre Roque Zimermman. Secretário do Estado, Trabalho, Emprego e Promoção Social", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

Deputada Selma, o requerimento já foi deferido. A Presidência já pediu à Secretaria as providências. E, agora, neste momento, pedimos urgência, especialmente à Taquigrafia, para que a Secretaria possa imediatamente remeter ao Secretário Padre Roque a documentação que solicita. Nós temos tido dificuldades de obtenção de resultado do trabalho da Taquigrafia a curto prazo em função da Taquigrafia priorizar a cobertura do plenário do Senado Federal, mas nesse caso, em relação à solicitação de V. Exª, nós estamos pedindo empenho para que de forma urgente as notas taquigráficas, bem como a documentação requerida, possam ser encaminhadas ao Secretário Padre Roque.

Com a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, Sr. Secretário Luiz Fernando Ferreira Delazari, eu acho que é importante esse seu depoimento não só para fazer um contraponto aquele que foi prestado pelo Tenente Copetti Neves, e até lhe dando a oportunidade, como V. Sª já fez, de apresentar a sua defesa até em fatos que não dizem respeito a essa CPMI. Mas eu penso que aqui nós temos que compreender, pelo menos o interesse dessa Relatoria vai nesse sentido, de compreender o aspecto da violência, a violência no campo, e o aspecto ligado à... Nesse aspecto ligado à violência no campo, essa suposta ligação, que está sendo investigada, entre as entidades patronas, ou alguns setores dela, não quero generalizar, e setores da própria Polícia Militar. E também compreender como isso funcionava no âmbito da própria Polícia Militar do Paraná. Eu tenho dito que nós temos procurado até apurar como tem funcionado essa instituição com relação aos problemas vinculados às ações de reintegração.

Eu gosto de repetir isso: eu fiquei muito bem impressionado com o depoimento daquele Coronel da Polícia Militar lá do Pontal do Paranapanema, pela... Nem tanto só pelo depoimento dele, mas do depoimento tanto do representante da UDR, como o depoimento do MST, de que a ação da Polícia ali no Pontal, ela era a responsável pela diminuição do grau de tensão, de conflito e de violência naquela região. Como também nós ficamos mal impressionados com o Secretário de Segurança de Goiás, como também, mais ainda, com relação a esse episódio desse Grupo Águia.

Chamou-me atenção, quero também fazer destaque, de que têm havido ações, têm havido reintegrações de posses no Estado e que essas reintegrações, elas têm sido cumpridas e sem, vamos dizer, a utilização da violência. A violência é a força, nós sabemos bem, da área jurídica. Há uma diferença: a força se dá nos limites da lei; a violência quando ela ultrapassa a esses limites e leva a casos que nós já conhecemos e que deploramos e que queremos, vamos dizer, terminar(...)

(Falha na gravação)

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – .... evidentemente estar numa guerra é exatamente a espionagem ou a infiltração, um termo mais brando, porque afinal de contas a espionagem ficou um termo muito marcado. Mas não tenham dúvida disso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nessas investigações já feitas agora – que eu acho que seria importante que fosse relatada – se comprova uma associação entre entidades de produtores rurais e esse grupo do Sr. Copetti Neves?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Deputado,... *(Falha na gravação)* Perdão! Ok!

Eu, infelizmente, não pude participar das investigações como Produtor de Justiça, gostaria muito. Fiz esse trabalho durante quase treze anos na minha vida. O meu trabalho como Promotor sempre foi de realizar investigações. Então, eu observo essa investigação como Secretário de Segurança e as notícias que obtive a respeito foram veiculadas na mídia. Não obtive nenhum privilégio nessas investigações porque eu não estava à frente delas, mas tive notícias, por meio de mecanismos da imprensa, de que foram aprendidos recibos envolvendo o Sindicato Rural de Ponta Grossa no pagamento mensal de valores que estariam relacionados a serviços ilegais de segurança privada de uma equipe montada – parece-me que é essa equipe que está presa – e chefiada pelo Tenente-Coronel Copetti Neves.

Eu, então, obtive informações pela imprensa e acredito que essa é uma conclusão lógica a que se chega. Tenho conhecimento de alguns elogios, por escrito, que foram direcionados ao Tenente-Coronel Copetti Neves pela União Democrática Ruralista do Estado do Paraná, por ações de cumprimento de mandato de reintegração de posse realizadas no Estado do Paraná, nas quais saíram vitimadas algumas pessoas, inclusive com mortes, e que mereceram o elogio dessa entidade, mesmo com a desgraça de algumas pessoas. Parece-me, então, que a ligação, de fato, é umbilical.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Secretário, em todo esse processo – e, evidentemente, uma outra questão a ser analisada é justamente a do tráfego, do contrabando de armas para esse grupo originário do Grupo Águia – foi comprovada a existência de contrabando, de tráfego internacional de armas, de utilização de armas, por assim dizer, sem registro, ou seja, de acobertamento, mesmo, de uma situação criminosa, em todos os aspectos – no tráfico, no contrabando, no ocultamento do registro dessas armas?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Sr. Deputado, a eficiência da instituição da Polícia Militar em qualquer Estado da Federação está diretamente ligada à sua estrutura hierárquica. Então, a Polícia Militar que, dentro da sua estrutura administrativa, tem o respeito à hierarquia, funciona bem.

No Estado do Paraná, são mais de 17 mil homens e dentro de uma escala de hierarquia, a Polícia Militar vai bem exatamente porque existe o respeito a esses princípios, mas com o Grupo Águia isso era diferente. O Grupo Águia era independente dentro da Polícia Militar, porque tinha uma atuação estadual, o que não é comum. O Estado é dividido em diversos batalhões que têm toda a sua estrutura de comando hierarquizada, ao contrário do Grupo Águia, que tinha uma atuação em todo o Estado e respondia única e exclusivamente ao Comandante-Geral, que, por sua enormidade de ocupações, obviamente não tinha tempo de ficar cuidando, administrativamente, das ações do Grupo Águia. Então, era um grupo independente que tinha o poder de polícia garantido pela instituição do Estado e que, obviamente, atuava com a conveniência do seu gestor, do seu comandante.

Ora, se um grupo tem um bom comandante, sério, honesto e trabalhador, é evidente que vai funcionar de forma séria e honesta, vai trabalhar e trazer uma boa prestação de serviço. Se um grupo tem no seu comando um torturador, um homem que realiza barbaridades, crimes contra os direitos humanos, crimes que violentam a própria concepção do Estado democrático de direito, é evidente que essa instituição vai-se prestar a essa finalidade.

Não tenho nenhuma prova material disso – parece-me que a investigação identifica o tráfego internacional de armas, capitaneado por esse acusado -, mas suponho que sim. Na conclusão lógica de quem convive com segurança pública desde os 21 anos de idade, enfim, que trabalhou pelo Estado do Paraná e que tem uma carreira voltada ao combate da criminalidade isso é absolutamente lógico, Sr. Deputado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, eu vou parar por enquanto, mas me reservo ao direito de, ao final, apresentar mais alguns questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Deputada Kátia Abreu.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Obrigada, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Eu tenho quatro perguntas ao Sr. Secretário de Segurança Pública.

Como o senhor mesmo confirmou agora há pouco, o senhor é acusado e tem conhecimento da realização de diversas escutas telefônicas ilegais e de ser mesmo o autor de ordens para efetuá-las.

O senhor abriu algum procedimento administrativo interno da Secretaria de Segurança Pública para apurar a realização dessas escutas telefônicas ilegais por seus subordinados?

Segunda pergunta: O senhor conhece o Policial Civil que atende pelo nome de Raseira? O senhor mantém, ou manteve, contato pessoal ou telefônico

com ele? Nesse caso, se o senhor abre mão, voluntariamente, do seu sigilo telefônico para auxiliar nas investigações?

Terceira: Na qualidade de superior do Policial Raseira, o senhor poderia dizer qual exatamente é a sua função, onde está lotado e se tem comparecido regularmente a suas atividades funcionais? Quem o indicou para o cargo? Por que ele se encontra nas funções atuais, e se sabe dizer se ele presta serviços privados de investigação, eventualmente utilizando-se do aparato policial? Já foi feita alguma auditoria sobre a utilização do aparelho de escuta telefônica denominado "guardião"?

Última pergunta: quem tem acesso ao "guardião"? Quem dirige sua utilização? Se o senhor recebe informações periódicas sobre os resultados de suas investigações? O senhor pode fornecer cópias de todos os ofícios trocados entre o senhor e o chefe ou responsável do sistema "guardião"?

Muito Obrigada.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Nós vamos ter que fazer uma por uma porque é muita extensa. Mas vamos começar pela primeira. A senhora pode repetir, por gentileza? Se eu abri algum procedimento administrativo?

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Exatamente.

SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, a Deputada Kátia Abreu.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – V. Exª pode repetir a pergunta, para eu me situar bem? São muitas perguntas.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – V. Sª é acusado de ter conhecimento de diversas escutas telefônicas ilegais e de ser mesmo autor de ordens para efetuá-las. Quero saber se o senhor abriu algum procedimento administrativo interno na Secretaria de Segurança Pública para apurar a realização de escutas telefônicas ilegais para os seus subordinados.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não, Deputada. Primeiro, eu sou acusado, portanto eu não teria que abrir um procedimento contra mim mesmo. A Constituição me garante esse direito de não ter necessidade de produzir prova contra mim mesmo. Segundo, não vejo nenhuma necessidade de abrir procedimento administrativo, porque não existe interceptação telefônica de que eu tenha conhecimento ilegal. Até porque quem conhece o sistema guardião, o sistema que nós utilizamos e adquirimos com o dinheiro do Ministério da Justiça no Estado do Paraná, sabe que não se trata de um equipamento invasivo – é um equipamento receptivo. Portanto, é absolutamente à prova de fraudes.

Então, não vejo necessidade de abertura de procedimento administrativo, até porque não posso abrir um procedimento para me investigar.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) **–** Mas o senhor poderia, sim, abrir a investigação, já que se julga inocente – e com certeza deverá sê-lo –, para dar mais transparência às atividades.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – (Interrupção.)

A SRª KÁTIA ABREU (PFL – TO)– Estou perguntando. Aguarde, por favor. Continuando, para dar maior transparência e averiguar os fatos dessa denúncia. Nada impediria que o senhor assim fizesse.

Passo à segunda pergunta.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Posso fazer mais uma consideração, Deputada?

A SRª KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Pois não.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Eu não vejo essa necessidade. V. Exª pode achar que tem essa necessidade, mas eu não acho. Não existe interceptação telefônica clandestina no Estado do Paraná na Secretaria de Segurança Pública. Portanto, eu não vejo nenhuma necessidade de abrir um procedimento, até porque o acusado sou eu. Quer dizer, não sou eu que tenho que abrir um procedimento contra mim. V. Exª diz que eu sou o acusado. Eu vou abrir um procedimento contra algum subordinado meu, se ele não está sendo acusado? Então, não há nenhuma necessidade de procedimento administrativo. Essa é a minha interpretação.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Pergunta nº 2. O senhor conhece o policial civil que atende pelo nome de Raseira?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Pessoalmente, não.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO)– Questiono se o senhor mantém ou manteve contato pessoal telefônico com ele. Nesse caso, poderia abrir o seu sigilo telefônico espontaneamente para auxiliar nas investigações?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não conheço pessoalmente o policial civil Raseira. Aconteceu um evento há um ano, se não estou equivocado, em que ele teria feito a prisão de uma pessoa no Estado de São Paulo. Isso foi notícia de repercussão nacional, porque passava ao vivo num programa de televisão de repercussão nacional. E a única providência que determinei foi que se investigasse o que um policial civil estava fazendo a trabalho no Estado de São Paulo sem a autorização do Secretário e do Governador. Esse procedimento tramita na Corregedoria.

Não tenho nenhuma ligação com o Raseira. Nunca troquei um telefonema com ele e não vejo nenhuma

necessidade de abrir o meu sigilo telefônico para esse tipo de situação, porque isso viola absolutamente a minha intimidade. Não tenho nenhum relacionamento com ele. Atualmente, se eu não estou equivocado, ele está disponibilizado – o termo não é disponibilizado – ele está cedido, enfim, exercendo as funções, se eu não estou equivocado, na Casa Civil do Governo do Estado. Não é policial que freqüenta a instituição policial. Ele está – como se chama esse termo? – lotado na Casa Civil, se eu não estou equivocado.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Qual é exatamente a função dele na Casa Civil do Governo do Estado?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não sei. Não sei lhe dizer. Não acompanho a vida. Não conheço esse cidadão. Jamais troquei uma palavra com ele.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Se ele é da sua Secretaria de origem, e o senhor o colocou à disposição…

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Agora, nós podemos fazer o seguinte...

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Um minutinho. Se ele é lotado na sua Secretaria, e o senhor o colocou à disposição da Casa Civil, o senhor, como gestor da Pasta, deveria saber a função que deveria estar cumprindo na Casa Civil.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Deputada, volto a insistir. Essa é a sua opinião, Deputada. Eu tenho 25 mil funcionários; tenho inúmeros pedidos de disponibilidade de funcionários e não administro a Casa Civil. Administro a minha Secretaria. Então, se ele estivesse no meu gabinete, eu poderia dizer onde ele está, mas ele está na Casa Civil. Realmente, não conheço esse cidadão. Se V. Exª quiser, poderemos fazer o seguinte: identificar o terminal telefônico dele. Assim, eu quebro o meu sigilo para especificamente os terminais telefônicos dele. Quer dizer, poderemos comprovar se, algum dia, ele fez alguma ligação para a minha Secretaria, para o meu telefone pessoal, para o meu telefone celular. Eu nunca falei com esse cidadão. Aí sim, acho que colaboraria com as investigações. Agora, violar a minha intimidade com uma quebra de sigilo telefônico genérica não vejo nenhuma necessidade.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Já foi feita alguma auditoria, alguma investigação sobre a utilização do aparelho de escuta telefônica denominado guardião? Alguma auditoria na Secretaria?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não, que eu tenha conhecimento, não. Essa auditoria, necessariamente, tem que ser determinada pelo Poder Judiciário. Ela é facilmente realizável. O equipamento é facilmente auditável. Ele é à prova, inclusive, de fraude. Portanto, eu diria que a grande segurança que ele transmite é o fato de ser um aparelho facilmente auditável. Então, não foi feita porque não houve necessidade. Agora, quando algum membro do Poder Judiciário entender que sim, poderá fazê-lo a qualquer hora. Auditoria, não. Tenho conhecimento de que um juiz de direito – ou mais de um – teria visitado as instalações e feito um reconhecimento, o que é diferente de auditoria. O programa é auditável, quer dizer, há uma auditoria no sistema, que é feita de forma muito rápida e tranqüila.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Quem tem acesso ao Guardião e quem dirige sua utilização?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço permissão à Deputada Kátia Abreu para interferir nesse assunto.

A propósito dessa sua indagação sobre o Policial Raseira, esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito recebeu um disquete com gravação suposta do referido Policial, que lamentavelmente é inaudível. Não houve a possibilidade de identificação da voz nem do teor.

Então, a Presidência solicita providências da Secretaria da Comissão para remeter esse disquete à peritagem, a fim de que se veja a possibilidade de torná-lo audível, para que a CPMI possa transformá-lo em documento para a sua avaliação.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É um CD que recebemos, e não foi possível torná-lo audível com os nossos próprios recursos. Vamos, tecnicamente, por meio de perito competente, verificar a possibilidade de degravação do referido CD.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Tenho conhecimento também do CD, Sr. Presidente.

Retornando à pergunta, quem tem acesso ao Guardião e quem dirige sua utilização?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – O Guardião está disponibilizado para a Força-Tarefa, Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar do Estado do Paraná. Ele está instalado em prédio próprio da Polícia Civil do Estado do Paraná e da Polícia Militar do Estado do Paraná. Ambas, em conjunto com a Polícia Federal, operam esse sistema.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Quem dirige a sua utilização? Quais são os nomes?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – As Polícias Civil e... Não há uma pessoa, são várias que trabalham. Se não me engano, o grupo hoje está formado por aproximadamente 20 policiais.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – E não há uma pessoa que seja a responsável principal e reporte ao senhor a utilização do Guardião?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Eu não sei. Eu não sei como funciona... Não, reporte a mim, não; nenhuma pessoa que se reporte a mim. Não sei como funciona a administração do Sistema Guardião. Que se reporte a mim, não; esse é um trabalho de Polícia. Eu, infelizmente, não estou trabalhando em investigações momentaneamente, porque deixei o Ministério Público. Já fiz muita interceptação telefônica, conheço bem como funciona o Sistema, conheço bem o Sistema Guardião, mas, momentaneamente, não tenho acesso.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Mas o Sistema Guardião não é da Secretaria de Segurança Pública?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Claro, comprado pela Secretaria de Segurança Pública. Mas é um instrumento de trabalho protegido pelo sigilo, decretado, inclusive, pelo Poder Judiciário e utilizado para investigações principalmente no combate ao crime organizado.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Essa Força-Tarefa não tem um chefe, uma coordenação, um diretor?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Os coordenadores de inteligência. Por parte da Polícia Federal, o Dr. Franceschini e, por parte da Polícia Civil, se não me engano, o Delegado de Polícia, o Dr. Demétrius.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – O senhor recebe informações periódicas sobre o resultado das investigações do Guardião?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Através da imprensa. Uma delas foi exatamente essa operação que acabou prendendo o Waldir Copetti Neves.

Deputada, tenho muita coisa para fazer. Um Secretário de Segurança não pára, para ficar vendo inquérito policial. Tenho um histórico de investigação, fiz muitas em minha vida, mas meu trabalho é administrativo agora. Não faço investigação.

A senhora quer saber objetivamente se eu quebro sigilo bancário, para ouvir degravações de fitas e de produções de interceptações telefônicas: eu não faço isso. Podemos ser mais objetivos. Não cometo crime...

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – O senhor não está aqui para fazer perguntas, mas para responder aos Deputados e Senadores.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Estou respondendo.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – O senhor não me faça perguntas; quem tem de fazer perguntas ao senhor sou eu. Limite-se a responder às minhas perguntas...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Sim, pois não, Deputada.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – ... e não me imponha perguntas.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não estou perguntando. Estou dizendo que a senhora poderia...

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – O senhor pode fornecer cópias de todos os ofícios trocados entre o senhor e o chefe ou o responsável pelo Sistema Guardião?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não tenho nenhum ofício trocado com o... Se tiver, forneço cópia, sim. Mas não tenho nenhum ofício trocado entre o responsável pelo Sistema Guardião. Posso consultar o protocolo da minha Secretaria e fornecer, se tiver. Não tenho, mas, se tiver, pode ser que tenha acontecido um ou outro e posso fornecer à Comissão, Sr. Presidente.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Então, se entendi bem – se não, corrija-me –, o senhor não tem nenhuma ligação com o Guardião e quase não se lembra do responsável pela Força-Tarefa da Polícia Civil ou da Polícia Federal, porque não tem tempo para isso, atém-se apenas a questões administrativas. Então, não tem a menor ligação, o menor contato com quem opera o guardião. Quase nem sequer se lembrou do nome.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Deputada, não sei se V. Exª se estava referindo especificamente a essa força-tarefa. Na força-tarefa, o responsável pela Polícia Federal é o Delegado Fernando Francischini e, se não estou equivocado, por parte da Polícia Civil, o Delegado Demétrius. Mas, efetivamente, não tenho nenhum acesso ao guardião. Não tenho nenhum interesse nisso. Meu trabalho é outro. Não que eu não dê importância. Pelo contrário, fui eu que comprei o equipamento. Creio que ele é hoje um instrumento potente e importantíssimo para desbaratamento de quadrilhas e do crime organizado. Mas tenho muito mais o que fazer do que ficar ouvindo degravações e verificando investigações **in loco**. Para isso é que existem as estruturas policiais.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – De acordo com suas palavras, o senhor comprou o aparelho guardião. Então, sabe da importância dele e o quanto pode ser útil em uma investigação de forma legal, mas também de forma ilegal. O senhor disse há pouco que sequer alguma vez fez auditoria sobre a utilização desse

aparelho, mesmo porque é uma auditoria preventiva. Todos os órgãos federais do Brasil recebem auditagem fiscal, tributária durante todo o tempo. O senhor, por livre e espontânea vontade, não instituiu essa prática, tendo um aparelho tão rigoroso que pode estar fazendo coisas legais e ilegais. O senhor nunca instituiu a prática de auditagem dele de tempos em tempos?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não posso fazer isso, Deputada. É uma questão legal. Quem determina a auditagem sobre um equipamento que está com sigilo decretado é o Poder Judiciário. Mesmo que eu quisesse, não poderia fazer essa auditoria. Então, não posso determinar que isso aconteça. Quem determina isso é o Poder Judiciário. Eu, por mim, até faria uma auditoria por semana, até para verificar o que está acontecendo, mas não posso, estou impedido pela lei. É um equipamento sobre o qual pesa a decretação do sigilo.

A SRA KÁTIA ABREU (PFL – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Deputada Luci Choinacki.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, queria dizer ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná que acompanhei, na época do então Sr. Governador Jaime Lerner, toda a situação de violência no Paraná. Várias vezes fui chamada pelos trabalhadores rurais para estar presente. E não meu surpreende o seu relato das denúncias em relação aos crimes, às torturas.

Certa vez, quando a CPMI da Terra esteve no Paraná, mostrou-se um vídeo em que o Tenente-Coronel Waldir Copetti Neves comandava a violência policial no Paraná. Gostaria de saber se o senhor tem conhecimento desse vídeo.

Depois surgiu um outro vídeo do treinamento que se fazia com policiais, preparando-os para ação contra os sem-terra, na época do então Governador Jaime Lerner. Queria saber se o senhor tem conhecimento desses dois vídeos.

No dia em que estávamos tomando depoimento, o que mais me surpreendeu, além de todo o comando da violência feito por esse senhor, foi o desprezo que teve por várias pessoas. A falta de respeito me chamou muito a atenção, porque, quando se está na mesa de réu, e como réu preso, no mínimo, deveria haver uma relação mais respeitosa com quem estava perguntando. Então, deixou-me ainda mais convencida de suas atitudes, de suas agressividades e da tortura feita.

Portanto, queria saber se o senhor tem conhecimento dos vídeos e afirmar que ficamos muito contentes pela iniciativa de tirar o joio do trigo. Precisamos fazê-lo, já que precisamos de uma segurança pública que dê segurança, que não seja instrumento de punição para os trabalhadores e a outra coisa que o Sr. Copetti Neves diz que não fazia escutas, mas apresentou que tinha um dossiê contra o padre Roque. Como é que alguém pode ter um dossiê se não faz escutas?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Muito obrigada, Deputada.

Eu tenho, sim, conhecimento desse vídeo. No começo do meu depoimento, eu li o relato do policial que fez a filmagem dessa operação que aconteceu por volta das duas horas da manhã com o uso e emprego de violência, com métodos absolutamente reprováveis de uma conduta policial que está tratando com vidas humanas, com um grupo de vidas humanas – não foi especificamente uma pessoa. Houve uso e emprego da força, aliás, da violência e não da força, como bem diz o Deputado João Alfredo.

Com relação ao segundo vídeo de treinamento dos policiais, eu não tenho não. Eu não tenho conhecimento. Mas quanto ao outro, eu já entreguei a cópia do depoimento e até sugeri que essa fita fosse de fato requisitada pela comissão.

Ressalto que o nosso trabalho lá é exclusivamente de evitar que ocorram violências. E é também de combater a criminalidade, esteja onde estiver, enraizada em qual poder estiver, em qual estágio estiver. E quanto à reação desse tenente-coronel que muito lhe espantou, de absoluto desrespeito às autoridades, eu quero dizer que reconheço isso e que sou uma das vítimas dessa reação, porque fui acusado levianamente. Já fiz a minha defesa aqui. Fui acusado levianamente sem nenhuma prova e acho que isso é uma estratégia de defesa equivocada e, diria até ridícula, porque busca única e exclusivamente desqualificar as pessoas que lutam contra esse tipo de ação, contra o crime organizado, e não de, especificamente, se defender das acusações.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, antes de fazer a pergunta, eu queria tecer a minha opinião sobre aquele questionamento que V. Ex.ª fez ao Secretário de que num prazo de cinco minutos a Assessoria da CPMI descobriu aquele documento que o Secretário não tinha descoberto.

A minha opinião é que, talvez, na época, o Secretário tenha procurado esse documento e ele não estivesse exposto na Internet. A pergunta que eu ia fazer, cumprimentando V. Exª pela belíssima explanação que fez, é se nesses crimes de formação de quadrilha que V. Ex.ª tenha afirmado, com a participação do coronel, se existe alguns outros oficiais envolvidos nesse episódio também. E a outra pergunta é se, no despejo

da fazenda Santa Gertrudes, o Coronel Neves estava presente, se V. Exª tem informação? Obrigado.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Deputado, eu queria até fazer um complemento a minha informação? Quando eu disse que não tinha informação a respeito da veracidade dos mandados, não sou eu especificamente. Era a comissão, cujos integrantes são também da policia e que fizeram a checagem. Mas não é só a existência do mandado em si de Rondônia, mas é a existência efetiva dessas pessoas citadas no mandado dentro do acampamento.

Veja, eu posso sair agora de Brasília, ir a delegacia, conseguir uma cópia do mandado de prisão expedido e dizer lá no meu Estado que esse bandido que tem um mandado expedido aqui em Brasília está escondido lá em um acampamento de sem terra. É uma questão delicada, porque, afinal de contas, é uma operação policial que envolve toda uma estrutura que precisa ser absolutamente checada para que sua veracidade seja comprovada. Então, não é única e exclusivamente em relação à veracidade do documento em si, mas da veracidade da existência das pessoas mencionadas no documento no acampamento ou não. Foi também nesse sentido que eu disse da veracidade do documento.

Com relação à Santa Gertrudes, se não estou equivocado, porque isso faz alguns anos já, mas se não estou equivocado, é exatamente o caso relatado por esse policial, se não estou equivocado, com as filmagens e também com o depoimento que eu trouxe aqui.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – A outra pergunta era se, nesses crimes de formação de quadrilha, há alguns outros oficiais envolvidos de que V. Sª tenha conhecimento.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Oficial não, mas tem ex-integrantes da Polícia Militar, integrantes que estão hoje na reserva, e também tem um ex-policial que foi excluído da corporação por práticas reiteradas de crime, chamado José Aldariz Bardela. Tem.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Secretário, eu queria saber quantas escutas, simultaneamente, o equipamento guardião pode fazer.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Imagino que... Depende muito, Deputado, porque depende da capacidade com que é adquirido. Há várias possibilidades de equipamento. Não sou um técnico do equipamento. A explicação técnica a respeito do equipamento foi entregue por mim ao Presidente da Comissão agora. Mas falamos um número aproximado de 500 ou 600 linhas telefônicas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – De monitoramento simultâneo?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – De monitoramento simultâneo. Deputado, só para complementar, acho que essa capacidade pode ser ampliada, do pouco que eu conheço do guardião e do pouco que conheço também do sistema de interceptação. Porque numa mesma linha de dados pode ser colocado mais de um telefone, simultaneamente. Então, podemos ter, dentro de uma mesma linha, dois ou três telefones fazendo interceptações simultâneas.

Agora, vejam, os senhores vão ter oportunidade de conversar com o delegado chefe da inteligência do Estado do Paraná, da Polícia Federal. Ele vai estar aqui presente na seqüência, ele é um profundo conhecedor do sistema, ele poderá, talvez, esclarecer melhor. Eu realmente não sou.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A pergunta que quero fazer ao senhor é a seguinte: o que a Polícia Federal tem a ver com o sistema guardião do Governo do Estado do Paraná?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Deputado, foi solicitada, pelo Governador do Estado do Paraná, a formação de uma força-tarefa, junto ao Ministério da Justiça, da Polícia Militar e Polícia Civil do Estado do Paraná, em parceria com a Polícia Federal, para que fossem investigados crimes relacionados a tráfico de drogas e formação de milícias. E o Ministro da Justiça autorizou essa parceria entre a Polícia Civil e Militar do Paraná e a Polícia Federal. Aliás, quero dizer que o Estado do Paraná é pioneiro na formação de forças-tarefas entre a Polícia Federal e Polícia Civil e Militar.

Lá no Estado tratamos as forças policiais como forças de combate ao crime organizado. Lá não temos essa característica de separar as instituições policiais. Trabalhamos em perfeita integração. E gostaria até, já que estamos falando, me parece, ao vivo, de dizer que essa é a melhor e a única alternativa que temos para o combate ao crime organizado. A união e a integração das forças policiais, da Polícia Civil, da Militar, em parceria com a Polícia Federal, para combater o crime organizado.

Por isso é que a Polícia Federal está à frente dessas investigações. Porque ela faz parte de uma força-tarefa autorizada pelo Ministro da Justiça, por ofício, ao Sr. Governador, e por isso é ela que, hoje, capitaneia o sistema guardião.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu só queria fazer uma pergunta: continua a integração entre

a Polícia Militar do Paraná e a Guarda Municipal de Curitiba, ou ela foi encerrada?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Como é?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Continua a integração entre a Polícia Militar do Paraná e a Guarda Municipal de Curitiba? Elas continuam atuando em cooperação?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Sim. Sim. Sem dúvida. Veja, Deputado, a Guarda Municipal não tem a atribuição de realizar...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não. Eu conheço muito bem a atribuição de todas elas. Eu só queria saber se continuava, porque eu conheci lá e achei interessante.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Continua sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor afirmou aqui que não conhece o Policial Civil que atende pelo nome de Raseira, não é? Mais adiante, o senhor informou que esse profissional, que tem a sua lotação funcional na Secretaria de Segurança Pública, está cedido para uma outra função dentro do Estado. Ele é lotado na Casa Civil? É lá que ele está?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Eu não posso precisar isso. Quem pediu a disponibilidade dele foi a Casa Civil. Agora, se ele foi designado para uma outra função, efetivamente eu não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ele poderia estar nessa força-tarefa composta pela Secretaria de Segurança do Estado do Paraná com as suas polícias e com a Polícia Federal? Ele poderia estar lá manejando o equipamento guardião?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Com absoluta não. Absoluta certeza. Ele não faz parte de nenhum trabalho da Polícia Civil, nem da Polícia Militar, nem da Polícia Federal. Com absoluta certeza.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor nunca recebeu denúncia de que esse policial promove escutas telefônicas de caráter ilegal, inclusive atendendo a comandos hierarquicamente superiores a ele? O senhor nunca recebeu isso?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Nunca.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor conhece o Sr. Beruardo Torres, Tuco Sclavacini, o Delegado Monron e o policial Chamer?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – O Delegado Monron, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o Beruardo Torres, o senhor não conhece?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Conheço um cidadão chamado Berô. Se o nome dele é Beruardo, eu não sei dizer.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Berô Torres? É isso?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Talvez seja o apelido Berô.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – De onde é essa pessoa? Qual a localidade?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Da cidade de Colorado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o Delegado Monron?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – É de Colorado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o Berô? É de Colorado?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – De Colorado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ele tem alguma atividade política?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Atualmente? Eu não tenho intimidade com ele. Não sei dizer.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas a sua família é de Colorado?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Nascido e criado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ele é o Diretor da Câmara. Há muito tempo?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não sei dizer.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não lembra?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não, não lembro. Não sei dizer se ele é o Diretor ou não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou lhe afirmando que ele é o Diretor da Câmara Municipal de Colorado.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Ah, o senhor está afirmando? Pois é, eu não sei.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o Tuco Sclavacini?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não me recordo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esse policial Chamer, o senhor não conhece?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não, também não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Há um diálogo aqui – agora, com o seu depoimento, vamos poder parear, fazer a pesquisa fonética – em que há

uma conversa, supostamente, entre o senhor e o Dr. Monron. Nessa gravação, o senhor falaria para o Dr. Monron que teria de pedir o sigilo numa operação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É bom verificar o nome.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Luiz Fernando Delazari. O Delegado Monron e o policial Chamer, no diálogo gravado sob o número 5, dizem: "Luiz Carlos, pega aí o valor do cheque e a emissão".

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se é Luiz Carlos, não é Luiz Fernando.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, houve um erro apenas de transcrição, pela informação que tenho agora, na página seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Na família, tem Luiz Carlos também, não tem?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Somente para entender, Deputado Onyx Lorenzoni. Isso são gravações?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É uma gravação que a CPMI tem em seu poder. Vamos poder fazer a avaliação. Essa gravação está de posse da CPMI.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Está de posse da CPMI? Não chegou às nossas mãos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Está de posse da CPMI.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Eu queria solicitar, Sr. Presidente, a gravação. Essa gravação a que se refere o Deputado Onyx Lorenzoni não chegou às nossas mãos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Dessa gravação eu não tenho conhecimento.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Está de posse de V. Exª, então?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A informação que recebo é a de que dispomos dessa gravação.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – O Presidente está dizendo que não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Nós dispomos dessa gravação.

A pergunta é: o senhor tem conhecimento dessas pessoas e interagiu com elas pessoas? Ou o senhor as desconhece completamente?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Deputado, se o senhor puder esclarecer melhor, eu não entendi a sua pergunta. O senhor está perguntando se eu interagi com essas pessoas?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É o seguinte: temos uma gravação.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Eu não tenho conhecimento dessa gravação, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu perguntei se o senhor conhecia as pessoas.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – O Beruardo? Eu conheço. Se for o Berô, eu conheço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E o Delegado Monron também?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Isso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ok. Está bem.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Deputado, o senhor me dá a liberdade de poder avançar um pouco nisso?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu quero continuar a fazer as perguntas.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Pois não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Como o senhor está na condição de convocado, o senhor se limita a responder.

O senhor freqüenta ou freqüentou o bar do Ali?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor já intercedeu, político ou administrativamente, em prol de alguma pessoa presa por envolvimento com o tráfico de drogas?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Porque há um episódio que nos foi reportado de que um irmão de V. Exª foi preso no interior da Prisão Provisória de Curitiba, quando levava tóxico para um preso que era seu amigo. E que o documento Comunicado nº 00688/2002, com emissão em 28.6.2002. Origem: Inspetoria. Data da ocorrência: 28.06.2002. Hora da ocorrência: 15h30min. Unidade: PPC.

O preso Celso Eduardo Mendes, Prontuário 49.298, foi alojado em uma área de isolamento disciplinar em virtude de ter sido apanhada substância tóxica em poder do Sr Carlos Emiliano de Lazare, o qual estava trazendo pertencentes para o interno Celso...

A informação que se recebeu é que o seu familiar foi levado para o 4º Distrito Policial por policiais do Batalhão da Guarda, e lá ele teria sido liberado por interferência do irmão, que havia solicitado ao Delegado de Polícia Stadler dizer à Delegada, Drª Sônia, que deveria liberar a pessoa que havia sido detida.

Nessa época, o senhor e o Delegado Stadler trabalhavam juntos na PIC, e esse fato é de domínio público porque foi publicado nos jornais. O que o senhor tem a declarar sobre isso?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Que esse dado é falso, é mentiroso. O evento...Eu já...Talvez o senhor tenha...Está me reinquirindo de novo. Mas eu já dei explicações sobre isso.

O meu irmão se envolveu em um problema. Ele é maior de idade, isso foi em 2002. Eu não era Secretário de Segurança, como o senhor disse, eu era Promotor. Ele se envolveu num problema policial. Foi conduzido sem dúvida nenhuma até o 4º Distrito Policial. Eu, como irmão, estive lá cerca de duas horas depois. Não interferi; o trabalho policial foi feito; eu não pedi designação de Promotor especial; não pedi designação de Delegado especial; não pedi designação de juiz especial.

Ele foi investigado pela Polícia Civil, foi formalizado um inquérito policial. Esse inquérito policial passou pelo crivo do Ministério Público. Eu não tenho o número do inquérito policial, lamentavelmente, aqui Doutor. Mas o senhor pode solicitar à Comissão que peça uma cópia desse inquérito policial à Justiça do Estado do Paraná, ele está arquivado lá. Esse procedimento foi arquivado pelo Poder Judiciário.

Eu já fiz algumas considerações a esta questão. Acho que o senhor está trazendo um assunto que não tem consonância nenhuma com a investigação que a CPI promove. Lamento muito que o senhor esteja repetindo um problema familiar resolvido pela Justiça, que não tem consonância com o tema.

Só posso crer que isso tem o mesmo condão de tentar desmoralizar e desqualificar o nosso trabalho. Realmente, eu não admito que me envolvam numa situação lamentável como essa, com a qual não tenho nenhuma responsabilidade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Há um fato ocorrido dentro do seu Gabinete, com um disparo de uma caneta que atirava balas, e se feriu quando manuseava provavelmente esse material um assessor especial seu, Luiz Gabriel Costa Passos.

A pergunta é: é adequado na sua opinião, como Secretario de Justiça e Segurança do Estado do Paraná, a manutenção de um material desse tipo dentro do seu Gabinete, sobre a sua mesa, visto que há uma legislação que estabelece que é crime manter sob guarda algo desse tipo sem autorização. Ao que se sabe, não há autorização para isso fornecida a nenhuma autoridade, nem ao senhor nem a ninguém.

Como o senhor responde a isso?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Isso não tem... Foi instaurado inquérito policial, passou pelo crivo... Tem toda uma explicação jurídica para isso, Deputado, que não vem ao caso aqui explicar. Isso foi arquivado pelo Poder Judiciário.

É um inquérito policial que foi arquivado pelo Poder Judiciário. (Pausa.)

Posso complementar? Eu estou preocupado com o tráfico internacional de armas, com a compra de escopetas de fabricação turca...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Olha, Secretário, o senhor tem que se preocupar com o que é da sua função. Eu tenho que me preocupar com a minha. Se recebo uma denúncia do Estado do Paraná...

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Estou só esclarecendo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – V. Sª ouça.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Se recebo uma denúncia dentro da Assembléia Legislativa do Paraná de que pode haver, por parte do Governo do Estado do Paraná, pessoas que se utilizam de equipamento chamado guardião para promover quebra de sigilo, escuta telefônica ilegal, eu tenho que averiguar. Tenho a obrigação de fazê-lo. É uma história que já conheço. Aliás, essa denúncia é reiterada, desde que esse equipamento espalhou-se pelas polícias no Brasil. Vamos buscar esclarecimentos da questão. Se há algo que temos que preservar é o direito individual, o respeito que cada cidadão merece. Ninguém investido temporalmente de poder pode, sem o instrumento legal adequado, promover escuta telefônica. As denúncias que nós temos são de que essa prática poderia estar sendo realizada no Estado do Paraná, inclusive com escuta de deputados estaduais. Foi o que nos disseram. Tenho a obrigação de buscar esclarecimentos. A prática, a rotina, a biografia, a conduta de quem executa, de quem cumpre uma função tão nobre quanto a de V. Sª também é motivo de investigação e de importância para esta CPMI.

Vou requerer ao Presidente que a Secretaria nos envie as indicações sob caráter sigiloso para a CPMI – e temos esse poder – de todos os servidores da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná que foram nomeados para constituir a força-tarefa. Requeiro também que todas as autorizações judiciais de quebra sejam encaminhadas a esta CPMI para que possamos verificar até onde – e espero que suas afirmações estejam corretas – poderemos levantar aqui problemas que podem causar constrangimento e quebrando o princípio da inviolabilidade do cidadão brasileiro, assegurado por nossa Constituição, sem o legítimo e adequado processo legal. É o que quero requerer, Sr. Presidente. Dou-me por satisfeito e aguardo seu despacho.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, na prática desta CPMI os requerimento têm que ser submetidos ao Plenário, uma vez que não haja consenso sobre o pedido. Solicito que o Deputado Onyx, como lhe permite o Regimento, apresente o requerimento por escrito para ser apreciado. Com todo o respeito a S. Exª, entendo que embora as questões levantadas tenham relevância sob o ponto de vista do direito à intimidade, à privacidade, elas não são objeto da CPMI. O objeto da CPMI, muito claramente, é o problema da violência no campo. Há uma investigação, um policial militar está preso sob a gravíssima acusação de desvio de conduta, de formação de milícia armada, de tráfico internacional de armas. À época em que ele comandava o famigerado Grupo Águia, o Estado do Paraná, tristemente, ficou conhecido internacionalmente pela violência no campo. Preciso até ressaltar que não foi na gestão do nosso Presidente, que já foi Governador. Foi na gestão do Sr. Jaime Lerner que ocorreram esses fatos.

Acho que essas investigações laterais podem até vir a ser feitas, mas não por esta CPMI, não por esta CPMI. Se houvesse um fato ligado à questão agrária, sim! Mas são outros fatos que aqui foram levantados, é preciso lembrar, pelo Coronel Copetti Neves, em que, quando foi ouvido na Assembléia Legislativa do Paraná, na Cidade de Curitiba, em vez de responder os questionamentos desta CPMI, se insurgiu a fazer acusações contra todos que estavam, evidentemente, fazendo o procedimento de apuração. Não quero aqui entrar no mérito delas. Podem ou não podem ser verdadeiras, mas não dizem respeito ao objeto da CPMI.

Então eu só diria a V. Exªs, ao Sr. Vice-Presidente, Deputado Ônyx Lorenzoni, e também me dirigindo ao Presidente que, em sendo apresentado, me posicionarei contrariamente. Se fosse efetivamente vinculado ao objeto da CPMI, eu votaria a favor. Mas não o é. Então...

Agora, evidentemente isso terá que ser no momento em que tenhamos **quorum** para deliberar, em que S. Exª o Deputado Onyx Lorenzoni apresente, talvez – quem sabe ? –, com a sua justificativa, eu possa mudar de opinião.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, preciso apenas esclarecer, porque, lamentavelmente, o Sr. Relator, a quem tenho profundo respeito, estabelece um juízo de valor sobre uma atitude tomada por esta Vice-Presidência.

Evidentemente, e nisto há concordância, esse aspecto não é do objeto de nossa CPMI principal. Agora, qual Parlamentar, diante de um fato de tal magnitude, de tal gravidade, tendo em vista a imposição do poder coercitivo do Estado sobre o cidadão, que não vai erguer a sua voz e vai buscar esclarecimento.

Juramos, quando tomamos assento nestas duas Casas, defender **in totum** a Constituição brasileira. E, lá, está que é nosso dever zelar pelos direitos e garantias individuais. Nada é mais precioso, na democracia, e, por isso, se lutou tanto neste País, do que o sigilo, o respeito, a incolumidade do cidadão brasileiro. O cidadão brasileiro precisa estar a salvo, protegido, verdadeiramente, daqueles que usurpam o poder concedido, usurpam o poder transferido, para pressionar, para – quem sabe? – chantagear, com o uso do aparato do Estado sobre o cidadão, o indivíduo brasileiro e lucrar. É nesse aspecto que quero deixar patente a minha determinação. Vamos atrás dessa história, porque isso não é objeto, é dever primário, oriundo do mandato que o povo brasileiro nos concedeu.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Despacho o requerimento do Deputado Onyx Lorenzoni, esclarecendo que esta Presidência tem despachado, sim, sem submeter ao Plenário, diversos requerimentos que solicitam informações e questionam determinados órgãos públicos.

Diante do questionamento do Relator, vamos aguardar a formulação do requerimento para verificar se tem respaldo regimental o despacho da parte da Presidência, ou se teremos que submeter. Dependendo do conteúdo do requerimento apresentado, nós o submeteremos ao Plenário desta Comissão.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Já fiz duas solicitações, e peço vênia aqui ao nosso nobre Relator. Concordo que, por solicitação do Relator, e respeito a posição dele, como sempre fiz, farei o requerimento no que diz respeito à questão das autorizações judiciais.

Agora, no que diz respeito à informação a esta CPMI do nome dos servidores que estão disponibilizados para formar a força-tarefa, eu acho que isso poderia ajudar em muito aquilo que nós estamos apurando.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas vamos aguardar a formulação do requerimento para despachar, em função do seu conteúdo.

Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Só para lembrar a V. Exª que, na última reunião desta CPMI em Curitiba, apresentei um requerimento e, no mesmo momento, como tem sido praxe, o Deputado Lupion discordou. Aliás, isso tem sido até uma prática comum. E V. Exª disse que iria submeter ao Plenário, porque não havia...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Mas é um requerimento de convocação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Então, eu penso que o está sendo levantado pelo Deputado Onyx não está ligado ao da CPMI; portanto, há que ser deliberado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Eu esclareço o ocorrido no Paraná, da parte do Deputado Lupion. Dizia respeito à convocação do ex-Deputado Padre Roque, Secretário do Estado, convite solicitado pelo Deputado João Alfredo. E aí, para os casos de convite ou convocação, realmente há audiência no Plenário.

Nesse caso, Deputado, não se trata disso, mas eu repito: a Presidência só despachará o requerimento depois da sua formulação.

Concedo a palavra ao Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) **–** Sr. Presidente, Sr. Relator, eu gostaria de perguntar ao Secretário Luiz Fernando Delazari se poderia me informar quem é o Tenente-Coronel Japiassu.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – É o comandante do policiamento... não me lembro o número do Batalhão, mas da região de Ponta Grossa. Primeiro batalhão, Deputado. Desculpa. Primeiro Batalhão.

O SR. ANSELMO (PT – RO) **–** Eu também gostaria de perguntar se o Tenente-Coronel Copetti Neves chegou a solicitar do Tenente-Coronel Japiassu que fornecesse viatura caracterizada ou descaracterizada da P2 para cobertura de uma ação na suposta invasão?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – O Coronel Japiassu... eu encontrei com ele... ele mandou um ofício para a Secretaria, solicitando apoio para uma operação policial de cumprimento de um mandado de reintegração de posse e, depois, pessoalmente, nós nos encontramos. Ele disse que havia um integração de posse para realizar uma ação de despejo, enfim, na propriedade do Tenente-Coronel Copetti Neves.

O SR. ANSELMO (PT – RO) **–** Também eu gostaria de saber de V. Sª se o Coronel Copetti lidera algum esquema dentro da Polícia Militar, que busca livrar policiais que estariam envolvidos em falsa disciplina.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Que eu tenha conhecimento, não. Efetivamente não.

O SR. ANSELMO (PT – RO) **–** Também o Coronel Copetti chegou a determinar que atirasse em sem-terra durante uma tentativa de desocupação em sua chácara no início de março de 2005?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Deputado, especificamente com relação às operações e aos meandros das operações que foram programadas, eu não tenho conhecimento. O Delegado da Policia Federal responsável pelo caso, que vai talvez depor na seqüência, pode dar maior esclarecimento. Eu não tenho conhecimento especifico a respeito da declaração.

O SR. ANSELMO (PT – RO) **–** O Coronel Copetti chegou a tentar, junto ao Poder Judiciário, a reintegração da posse do ex-Policial Sbardella aos quadros da polícia militar?

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Efetivamente eu não tenho conhecimento disso, mas tenho conhecimento de que o policial Sbardella obteve uma decisão do Tribunal de Justiça de reintegração no cargo, sim.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** O Deputado Adão Pretto está pedindo pela ordem.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) **–** Eu só queria, para não passar em branco, dizer da preocupação do nosso vice-Presidente, com tanta eloqüência, sobre o sigilo telefônico, a liberdade do povo brasileiro, o respeito à democracia. E nós temos um coronel que está preso exatamente por isso, e V. Exª não discorreu nenhuma palavra sobre ele.

Queria também solicitar que o nosso Vice-Presidente repassasse esses documentos para a CPMI, que V. Exª mesmo desconhece, na CPMI, a presença dessa fita, o nosso relator e a assessoria da CPMI também me informa que não existe na CPMI esses documentos e essa gravação. Então, que fosse repassado para a CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Comissão tem uma gravação. Não se trata da gravação referente a essa degravação apresentada pelo Deputado Onyx.

A Presidência foi informada pela assessoria que essa degravação é parte de um processo judicial em curso; essa lida pelo Vice-Presidente Onyx. É uma degravação de que consta, portanto, matéria de conhecimento público, já que faz parte de um processo que não corre em segredo de justiça. Parece-me que é um processo de natureza eleitoral, se não me engano. É relativa ao Município de Colorado. Essa é a informação.

Com a palavra a Deputada Selma Schons.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente. Anteriormente, limitei-me a ler o requerimento do Secretário Padre Roque, mas gostaria de tornar público aqui, não sei se é da CPMI, de registrar aqui uma vez, que sou de Ponta Grossa, do Paraná, e por ofício de cargo quando fui Vereadora em Ponta Grossa, durante um ano, fui relatora da CPI do Narcotráfico na minha cidade e precisei, até por força de ofício, saber muito mais sobre a segurança, ou melhor, a insegurança ou o crime organizado em Ponta Grossa e região.

Sei das inúmeras dificuldades que ainda temos nas nossas instituições por conta de alguns policiais militares e civis que, infelizmente, não honram, às vezes, a sua farda. Nesse sentido quero parabenizar iniciativas como a do nosso Secretário e a da Polícia Federal que fez todo esse trabalho para que esses grupos fossem desvendados. Soube também pela imprensa que uma das áreas que o Sr. Copetti está ocupando faz parte, inclusive, da Embrapa, não é uma área dele. Acho isso muito sério, porque essas pessoas deveriam estar cuidando das áreas públicas. Quando ouvimos num relato como esse que ele tenha sido tão zeloso, entre aspas, ou seja, tão violento nas desocupações quando se trata de sem-terra, sendo ele mesmo grileiro de uma área pública.

Gostaria de tornar público aqui, sei que há aqui muitas pessoas de outros órgãos, talvez não seja trabalho da CPMI, mas que os órgãos que têm essa responsabilidade fizessem levantamento para ver que outros, entre aspas, agregados, ainda existem na área da Embrapa, porque sabemos por falas ou pela imprensa que haveriam outros encostados, ou seja, grileiros, como se usa o jargão, que estariam nas áreas públicas da Embrapa.

Precisamos saber de vez quem são esses que se agregam em áreas públicas usando isso para fins particulares.

Outra questão que ouço seguidamente, ouvi quando estive na CPMI da Exploração Sexual das Crianças, em Foz do Iguaçu, convidada pela CPMI, que esteve nesta Casa, também percebi quando fazia parte da CPMI do Narcotráfico no meu Município, é que precisamos urgentemente fortalecer os órgãos de investigação das nossas polícias. Ouço bons policiais, que denunciam, que têm nome, mas por falta de termos um poder de investigação mais apurado, mais equipado, com mais pessoas e melhores equipamentos, inclusive com melhores viaturas, nós sofremos essas questões. E mais uma vez registrar o trabalho que um grupo de segurança em Ponta Grossa está fazendo, eu também estou ajudando. Aliás, hoje eu vi uma posição favorável também do Presidente da OAB, que Ponta Grossa precisa urgentemente de uma unidade da Polícia Federal, visto ser um entroncamento de muito caminhão, de muita droga também e outras questões. Então, por isso nós necessitamos urgentemente essa unidade da Polícia Federal. Mas eu queria mais registrar para esta Casa e mesmo para os que nos ouvem que nós precisamos disso para fortalecer a área de segurança no Paraná.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Secretário pediu para se retirar por um momento.

Nós aproveitamos o intervalo para anunciar que, nos próximos dias 4 e 5, esta Comissão estará em viagem a Minas Gerais, região de Felisburgo e região de Montes Claros, para reuniões de trabalho. Inicialmente, haverá uma reunião sobre o trabalho escravo no campo, com representante do Ministério do Trabalho – aliás, isso é no dia 10. Em Minas Gerais, estaremos nos dias 4 e 5. No dia 10, haverá reunião de trabalho aqui em Brasília sobre trabalho escravo no campo, com um representante do Ministério do Trabalho, representantes da OIT, da FAO e do Movimento de Direitos Humanos. Em Minas Gerais a CPMI ouvirá depoimentos e também visitará, em duas localidades diferentes, assentamentos.

Com o retorno do Secretário, vamos passar a palavra a ele para responder às indagações da Deputada.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Acho que ela fez só um comentário, né?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É, foi só um comentário. Então, pedimos ao Secretário, a menos que mais alguém queira fazer indagações, que faça suas considerações finais, encerrando a sua participação nos trabalhos desta Comissão.

O SR. LUIZ FERNANDO FERREIRA DELAZARI – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria, como último documento, pedir a juntada de duas declarações de dois policiais que são integrantes dessa milícia formada pelo Tenente-Coronel, tomadas na Divisão de Investigações Criminais da Polícia Civil do Estado do Paraná, nas quais eles fazem algumas observações a respeito de denúncias contra o Tenente-Coronel.

Vou rapidamente resumir alguns trechos aqui.

O Tenente-Coronel...

É o depoimento do Ricardo José Derbes, um dos policiais que está preso, nessa força-tarefa, em que ele diz que, “em conversas com o Coronel Neves e nos diversos contatos que teve com ele durante atividade de vigilância das fazendas, o Coronel disse, certa feita, que não havia sido Secretário de Segurança por causa do Delazari e do Padre Roque, tendo afirmado

que o Padre Roque lhe acusava de grileiro, mas ele era Padre Roque, o ladrão do dinheiro dos sem-terra e o maior grileiro do Paraná, sendo que o Governador fazia vista grossa disso". Isso teria dito Neves. "Que, com relação ao Sr. Secretário, por ele tratado como piá de bosta, ele tinha na mão e não temia o mesmo e que, se fosse necessário, arrumaria para a cabeça dele, que tão-logo fosse promovido a coronel, recebendo a última estrela, iria assumir o controle de tudo, e detonar seus inimigos".

Então, é um depoimento de um companheiro dele, dessa milícia, dizendo a respeito das considerações que ele fazia à minha pessoa e ao Secretário atacado, Padre Roque. Ele reconhece aqui, nesse depoimento também, a tortura contra policiais militares, e ele diz aqui que "o depoente ouviu uma voz vinda do sentido do Batalhão da Guarda, dizendo: 'Derbes, cuidado com o seu arquivo', que o depoente ouviu o seu nome ser chamado por três ou quatro vezes e, quando respondeu, seguiu-se a frase 'cuidado com seu arquivo', que tal fato ocorreu por vota das sete e meia da manhã, quando o depoente estava próximo à janela da cela, fumando. Que o depoente, quando aqui chegou, após ter deixado bem claro que não pertencia e nunca pertenceu ao Grupo Águia, foi procurado pelo detento de nome Portugal, ex-policial militar, e esse relatou, após ter tomado conhecimento de que o depoente não era do Águia, de que tinha sido preso pelo Grupo Águia, ao tempo do comando do Coronel Neves, ocasião em que foi incriminado por crimes que jamais cometeu, tendo sido induzido à confissão mediante tortura. Que Portugal não relatou ao depoente os detalhes da forma da tortura, mencionando apenas que foi obrigado a comer as próprias fezes, como um dos modos de tortura utilizados. Que, com relação ao segundo fato envolvendo torturas praticadas pelo Coronel Neves, esclarece o depoente que conheceu um policial militar chamado Pacher, da região de Palmeira, o qual relatou ao depoente ter sido violentamente torturado pelo grupo Águia, sob o comando do Coronel Neves, que na época ocupava uma patente inferior, a fim de que confessasse seu envolvimento em assaltos praticados contra ônibus de turismo. Que a última notícia que tem de Pacher é a de que estaria trabalhando na Polícia Civil de São Mateus ou mesmo Palmeira, que sabe que nada foi comprovado contra Pacher, visto que no horário do assalto investigado o mesmo estaria jogando futebol em companhia do Juiz de Direito de Palmeira. Que o comentário relativo a esse fato dá conta de que Pacher representava perigo para policiais rodoviários.

Há um outro depoimento de um ex-policial civil, Wilson José Portugal Gonçalves, no qual relata as torturas que sofreu do Tenente-Coronel Waldir Copetti Neves. Diz: que o depoente foi submetido a uma sessão de torturas para confessar crime de homicídio de que foram vítimas Wilson Schon e Irene Maria dos Santos. Que jamais cometeu tal crime, está pagando por tal crime, e está pagando injustamente por isso. Que só confessou o referido delito por ter sido submetido a inúmeras violências praticadas pelos policiais do Grupo Águia, sob o comando do hoje Tenente-Coronel Neves. Que as torturas contra o depoente praticadas foram feitas através do sistema conhecido como "pau de arara", tendo sido utilizados também choque e afogamento com água.

Quero fazer a juntada desse dois novos depoimentos, Sr. Presidente, que comprovam a prática reiterada desse hoje detido Tenente-Coronel, principalmente referente a crimes de tortura.

Quero agradecer a elegância com que conduziu esta reunião, agradecer a oportunidade e o espaço que pude ter para me defender das levianas acusações do Tenente-Coronel Neves, reiterar que nosso trabalho só fica estimulado com esse tipo de situação, que o combate à corrupção institucional e policial no Estado do Paraná é política deste Governo, que nós não medimos esforços para evitar que bandidos travestidos de policiais, utilizando-se de instrumentos fornecidos pelo Estado, cometam crimes. E que, enfim, essas acusações levianas, que foram realizadas por esse Tenente-Coronel serão devidamente colocadas à disposição do Poder Judiciário através de uma ação penal e uma ação cível propostas por mim, para minha reparação dos crimes que ele cometeu contra mim e, principalmente, dos danos morais que me causou.

Muito obrigado também ao Deputado João Alfredo, à Deputada Selma Schons, do meu Estado, ao Deputado Adão Pretto, aos demais Deputados, ao Deputado Anselmo, que colaboraram. E ao Senador Flexa Ribeiro – desculpe-me, Senador –, pela participação e pela boa condução dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a presença do Secretário.

Quero fazer um registro. Nós teremos que suspender por alguns minutos os trabalhos da reunião de hoje em função da ausência do Coronel Copetti Neves.

O Secretário de Segurança do Paraná fez acusações sérias ao Coronel. Poderíamos simplesmente cancelar o depoimento dele na tarde de hoje, mas creio que a deselegância foi da Comissão da Câmara dos Deputados.

No dia de ontem, o Deputado João Alfredo me solicitou que... Não, não. Eu estou me referindo a V. Exª. A Comissão da Câmara dos Deputados nos solicitou que liberássemos o Coronel Copetti a fim de que depu-

sesse na Câmara dos Deputados. E nós consentimos, desde que depois do depoimento dele a esta CPI. Mas houve no mínimo falta de elegância, uma postura ética com a qual não concordo e faço esse registro. E devo aguardar. Acho que devemos aguardar. Peço a compreensão dos colegas integrantes desta Comissão para que aguardemos mais alguns minutos. Já solicitamos providências para que o Coronel Copetti Neves seja removido até esta Comissão a fim de que possa ser ouvido pelos Srs. Deputados e Senadores.

Quero registrar o protesto em função desse atravessamento, dessa falta de elegância, de respeito e de consideração com esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que tomou todas as providências para que o Coronel viesse a Brasília.

Portanto, está suspensa esta reunião por alguns minutos.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Reabrimos os trabalhos. Lamento profundamente que o convocado não estivesse presente no horário programado das 14 horas, uma vez que fora convocado para prestar depoimento às 14 horas. Evidentemente, não vou atribuir responsabilidade a quem quer que seja. Apenas faço o registro, porque a convocação responsável pela presença do Coronel Copetti Neves em Brasília foi desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e a convocação foi para as 14 horas.

Nós vamos iniciar a participação do Coronel na reunião de hoje pelo Relator desta Comissão, o Deputado João Alfredo, que fará as primeiras indagações.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT- CE) – Coronel Copetti Neves, eu tenho aqui, em minhas mãos, a sua monografia apresentada à Escola Superior de Guerra, durante o 28º Curso de Estudos de Política Estratégica, intitulado "O MST e suas ações no Paraná" – isso no ano de 1999. E há um item, de nº 8.1, que trata justamente da União Democrática Ruralista. Ela foi fundada no final dos anos 80, com objetivo de fazer frente ao Movimento dos Sem-Terra.

No início, mostrou-se poderosa, com recursos oriundos de latifundiários e proprietários de fazendas menores, tendo um bom apoio político e um discurso bem posto, com objetivo definido a evitar que as invasões às propriedades rurais se alastrassem pelos Estados brasileiros, uma vez que o Congresso Nacional estava elaborando leis para a implementação da reforma agrária. Já na década de 90, a UDR perdeu o seu azimute, e passou a fazer política com o objetivo de reverter a situação, não tendo logrado êxito, culminando com o seu enfraquecimento.

"Atualmente – portanto no ano da elaboração da monografia, em 1999 – está se organizando para a defesa de suas terras; e para tanto já mobilizou os proprietários e associados para a criação de uma guarda armada particular, o que vislumbra a possibilidade de um conflito armado generalizado no campo, com conseqüências imprevisíveis."

Esse é um texto do senhor. Não estou inventando nada. E me chama a atenção, em primeiro lugar, a análise, o elogio à UDR, o "bom apoio político", o "discurso bem posto". Depois, o senhor critica que ela teria perdido o seu rumo e teria feito política; e o que é mais grave, fala na criação de uma guarda armada particular.

Ora, o senhor é acusado – nós vamos ter oportunidade depois de tomar depoimentos inclusive com acesso a sigilos – de praticamente organizar uma milícia armada para os proprietários rurais lá no Paraná. Não digo todos, porque certamente nem todos concordam com ação violenta. Há soldo de um sindicado, utilizando métodos ilegais. Inclusive, na última reunião, o senhor se negou a responder um questionamento que fizemos acerca de sua participação no despejo e, depois, vimos a sua imagem num vídeo gravado lá.

Então, eu queria lhe fazer algumas perguntas: o senhor pertence ou pertenceu à União Democrática Ruralista? O senhor confirma a existência dessas guardas armadas particulares? É o PCR, Primeiro Comando Rural? É a própria UDR? Seria o Grupo Águia?

Então, eu queria que o senhor respondesse a essas duas perguntas antes de passarmos para as próximas.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Não. Primeiro, que não existe milícia armada em defesa de proprietário. Esse é o primeiro fato. O que existe é o direito de defesa de propriedade estabelecido no art.1.210, do Código Civil, nos seus parágrafos 1 e 2, que diz que o proprietário pode fazer a sua defesa, da sua propriedade, com os seus funcionários. Essa é a linguagem que utilizei. Por que utilizei essa linguagem? Em razão dos não-cumprimentos de reintegração de posse que acontecem no Estado. Se, de repente, acontecessem todas as reintegrações de posse, não haveria essa situação que vivemos hoje.

Como já apresentei em Curitiba, fiz um documento, um projeto que fala da cidadania rural. Ou seja, primeiro, adquirir para, depois, ocupar; e não invadir para desapropriar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor pertenceu ou pertence à UDR?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Eu não pertenço à UDR; pertenço à Polícia Militar do Estado do Paraná.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT- CE) – Certo. E quando o senhor diz, aqui: "atualmente está se organi-

zando para a defesa de suas terras" – no caso, a UDR. "Para tanto, já mobilizou os proprietários e associados para a criação de uma guarda armada particular".

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Não, isso não existe. A interpretação é outra. A interpretação é: não existindo as reintegrações de posse, que não se cumprem, o que acontece? Os proprietários, com seus funcionários, usando somente dos seus meios, sem montagem de guarda, sem montagem de qualquer aparato clandestino que o valha, mas sim os dos seus funcionários, poderiam fazer a defesa de sua propriedade. É isso. Como o movimento, ao praticar...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT- CE) – Não, veja, Sr. Copetti, eu não estou interpretando, eu estou lendo. Eu vou ler de novo para o senhor. Não está dito que se não houver o despejo e aí para a defesa do direito de propriedade, que é o chamado de esforço pessoal, etc, etc, etc. Não é isso. Está dito, eu vou ler novamente, a não ser que o senhor diga que não é essa a monografia da sua autoria, mas está dito. Vou ler: "Atualmente a UDR está se organizando para a defesa de suas terras e, para tanto, já mobilizou – portanto, já mobilizou, naquele momento, em 1999 – os proprietários e associados para a criação de uma guarda armada particular". É isso o que está dito.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Mas eu quero voltar, Exª, a dizer o seguinte: a interpretação desse texto se refere aos funcionários particulares de cada um dos seus proprietários.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT- CE) – Não, não. Aqui está dito a UDR.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim, a UDR. A UDR representa todos os fazendeiros. E cada fazendeiro tem o seu direito de se defender. Desde que estejam invadindo a sua casa ou invadindo a propriedade de alguém, é o seu direito a sua defesa.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT- CE) – Então, o senhor concorda que os fazendeiros podem ter guarda armada particular para se defenderem?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Não. Não senhor, não é isso. Cada proprietário pode ter, sim, seus funcionários e fazer a defesa da sua propriedade. Eles, particulares, podem fazer a defesa de sua propriedade no caso de invasão, porque invasão é um crime doloso, permanente e formal. É um crime a invasão. Então, todos têm o direito de se defender de um crime.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT- CE) – E para se defender podem formar guardas armadas particulares?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Não é isso. Não é formar guarda armada, é ter o seu pessoal, suas...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT- CE) – Não. Eu estou usando uma expressão sua. Eu não estou usando a expressão de ninguém. Estou usando a sua expressão: "guarda armada particular". Eu não estou nem falando em milícia, estou falando em guarda armada particular.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Qualquer cidadão deste País pode contratar qualquer segurança para fazer a defesa de sua propriedade. Não criar a guarda armada, mas, ele pode contratar. Esse é o objetivo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT- CE) **–** O que o senhor diz sobre a acusação que lhe foi imputada de tráfico internacional de armas, onde o senhor teria encomendado grande quantidade de armas e munições – algumas delas, se não me engano, até apreendidas no momento da sua prisão -, que teriam sido trazidas do Paraguai e transportadas pelo Sr. João Sbardella, possivelmente de Foz do Iguaçu a Ponta Grossa? O que o senhor diz disso?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Primeiro, quero dizer que não condizem com a verdade esses fatos de milícia armada e contrabando de armas. E os demais detalhes, reservo-me no direito de permanecer em silêncio, uma vez que o inquérito está em trâmite e a Polícia Federal está averiguando esses fatos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT- CE) **–** O que o senhor diz de que tais armamentos, que o senhor teria encomendado do Paraguai por intermédio do Sr. Sbardella, seriam para uma operação que o senhor faria numa propriedade sua para desalojar integrantes do MST? O que o senhor diz disso?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Novamente, digo que isso não condiz com a realidade dos fatos. São notícias que não condizem com a realidade dos fatos. Há um inquérito em andamento; a Polícia Federal está averiguando, não concluiu o relatório ainda e só vou-me manifestar após tomar conhecimento desse inquérito formal, não de acusações que não sejam da área jurídica.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O que o senhor diz da acusação de que o senhor infiltra pessoas dentro dos acampamentos, dos assentamentos do MST para, depois, justificar uma ação violenta, seja na época em que o senhor era comandante do chamado Grupo Águia, seja mais recentemente, para expulsar trabalhadores de sua terra? O que o senhor diz dessa acusação de infiltração para justificar, depois, uma ação violenta?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Também isso não condiz com a realidade dos fatos. Não existe ação violenta no Estado do Paraná. O que foi feito

no Estado do Paraná sempre foi em cumprimento às liminares de integração de posse.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Inclusive na madrugada Sr. Copetti Neves?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Nenhuma foi feita na madrugada. Todas foram depois das 6 horas da manhã, conforme determina a Lei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Temos uma fita que foi exibida e a que o senhor assistiu.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Na fita que foi exibida, Exª, está lá: 6:55h. E quero dizer mais o seguinte: quem mandou fazer aquela filmagem, aliás, de todas as reintegrações de que participei, fui eu quem mandou fazer aquela filmagem. Aquele cidadão era da área de Comunicação Social da Polícia Militar, justamente era para proteger a informação. Se o senhor deixar rodar aquela fita, vai ver que não existe violência nenhuma naquilo. Não ocorreu violência nenhuma. Aquela fita, justamente, era para provar que não existia arbítrio, não existia ferimento; que existia, sim, apreensão de armas dentro do acampamento, flagrante de pessoas ali dentro, flagrante de pessoas que se negaram a sair pacificamente, descumpriram a ordem de reintegração de posse. Isso, sim, existe.

Então, essa fita que o senhor mostrou, quem mandou filmar fui eu, Excelência. Na época, pedi – não mandei, porque não era o comandante da operação – mas, solicitei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Agora o senhor diz isso, mas quando lhe perguntei se o senhor tinha participado da ação, o senhor disse que não iria responder.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Agora, o senhor está confirmando que participou daquela ação.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Da ação da Santa Gertrudes, que mostrou a fita? Justamente, estava na fita, fui filmado, existia na fita. O senhor viu isso.

Então, só gostaria de dizer que não só naquela, Exª, mas, em todas que o senhor procurar, várias reintegrações de posse, foi feita a filmagem. Aquela filmagem era para um policial.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** O senhor pode me fornecer? Eu queria que o senhor me fornecesse espontaneamente. Depois, vou fazer uma solicitação para que se possa ter acesso a todas essas fitas, até porque o senhor diz que foram feitas para proteger a própria polícia.

O senhor conhece as pessoas chamadas Silvana, Carlinhos e Mulão?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Isso faz parte de um procedimento que está sendo instalado e está em andamento na Polícia Federal, então também não tenho conhecimento do término desse inquérito.

O SR . **RELATOR** (João Alfredo. PT – CE) **–** Mas o senhor conhece essas pessoas?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Não quero, também, prejudicar o andamento das investigações, então reservo-me o direito de permanecer em silêncio. Tudo que tocar referente à minha prisão, que está o inquérito em trâmite, me reservo no direito constitucional de permanecer calado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor recebia auxílio financeiro de fazendeiros da região para manutenção do grupo, inclusive salários, combustíveis e outros gastos?

O SR. **WALDIR COPETTI NEVES** – Primeiro digo que não. Segundo, que me reservo no direito de permanecer calado.

O SR. **RELATOR** (João Alfredo. PT – CE) – O senhor é proprietário de escopetas calibre 12, revólveres calibre 38 e carabinas encontradas com Derbes, Maciel e Nereu?

O SR. **WALDIR COPETTI NEVES** – Também me reservo no direito de permanecer calado nesse questionamento e também desconheço a arma de cada um que tinha. Eu respondo pelas armas que foram apreendidas em posse na minha casa. E também vou dizer isso em juízo.

O SR. **RELATOR** (João Alfredo. PT – CE) – O senhor teve armas apreendidas na sua casa.

Todas estavam devidamente registradas?

O SR. **WALDIR COPETTI NEVES** – Eu me reservo no direito de permanecer calado nesse questionamento.

O SR. **RELATOR** (João Alfredo. PT – CE) – O senhor contratou pessoas para realizar investigações sigilosas nos acampamentos do MST?

O SR. **WALDIR COPETTI NEVES** – Também não contratei nenhuma pessoas para executar investigação e me reservo no direito de permanecer calado para demais esclarecimentos, uma vez que existe um inquérito policial.

O SR. **RELATOR** (João Alfredo. PT – CE) – O senhor solicitou ao Tenente Coronel Japiassu, viaturas caracterizadas e descaracterizadas da P2 para uma ação de reintegração ou de despejo na sua propriedade?

O SR. **WALDIR COPETTI NEVES** – Não ocorreu ação de despejo...

O SR. **RELATOR** (João Alfredo. PT – CE) – Não chegou a ocorrer porque foi abortada.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Exª, o senhor me perguntou, o senhor me permite que eu responda, Exª?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Para uma ação de despejo que iria realizar na sua propriedade.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – O senhor me permita então que eu responda. Não houve reintegração de posse na minha propriedade. Infelizmente não houve, porque a polícia deveria ter cumprido isso e nunca cumpriu. Eu não motivei reintegração nenhuma e também me reservo o direito de detalhar esses fatos, porque também são parte de um inquérito policial.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor tentou junto a membros do Poder Judiciário fazer uma intermediação para que o ex-policial Sbardella, que é apontado como seu contato para o contrabando dessas armas, viesse a ser reintegrado à Polícia Militar? O senhor fez alguma gestão junto a membros do Judiciário nesse sentido?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Também nesse sentido me reservo no direito de permanecer calado. Acho que juiz nenhum aceitaria a opinião de qualquer pessoa para reintegrar alguém.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor tem participado, até a sua prisão, de reuniões semanais lá no sindicato rural de Ponta Grossa?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Também me reservo no direito de permanecer calado. Não participei de reuniões semanais em sindicato. Não, não...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ou semanais, ou mensais. O senhor participa?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Eu também gostaria de me reservar ao direito de permanecer em silêncio, uma vez que está em trâmite...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Até uma pergunta simples como essa se participa de uma reunião de um sindicato?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim, Exª. Faz parte desse inquérito. Não foi relatado esse inquérito pelo presidente do inquérito, ele está investigando, então, eu me reservo no direito de permanecer calado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tudo, então, que se referir ao episódio da sua prisão o senhor continua mantendo o silêncio? Essa é a sua postura?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Continuo mantendo o silêncio, porque o direito constitucional me acode nesse sentido. E depois que eu for ouvido em juízo, estarei pronto, sim, para ser ouvido novamente e questionado e responder a todo esse questionamento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu vou deixar de fazer um pouco as perguntas e me preparar para outro momento, até porque à maioria das perguntas o depoente não quer responder. Reservando-me, oportunamente, retornar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes de passar a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, informo ao Depoente que durante a ausência dele, nós iniciamos os trabalhos pouco depois das 14 horas, como estava programado, o Secretário de Segurança do Paraná durante 2 horas e 40 minutos o fulminou com acusações de violência, de tortura, de assassinato, citando-o, por exemplo, como responsável pelo assassinato de um líder de trabalhadores sem terra, denominado Teixeirinha. Estou-lhe informando isso, porque na sua ausência não teve a oportunidade de acompanhar o depoimento do Secretário. A TV Senado está transmitindo desde o início, ao vivo, então, creio, não ser muito oportuno, conveniente, mas fica clara a avaliação a seu juízo não responder a determinadas questões que são formuladas nesta CPI.

Creio que, em determinadas oportunidades, não responder depõe contra si próprio, ao contrário do que o preceito constitucional estabelece conferindo a prerrogativa de não responder questões que possam vir em prejuízo próprio. Neste caso, o silêncio pode ser o prejuízo. Estou fazendo essa advertência em função de sua ausência – não esteve presente, não ouviu o depoimento do Secretário e certamente terá a oportunidade de, respondendo questões que são formuladas aqui, esclarecer determinadas situações.

Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou começar exatamente por essa afirmação do Secretário de Segurança de que o senhor, Coronel, é o responsável pelo assassinato deste líder. O senhor é mesmo o responsável? Se o senhor é o responsável, foi cumprindo ordem superior? E de quem?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Primeiro, eu gostaria de responder em duas partes o seu questionamento. Eu gostaria, primeiro, de responder sobre o famigerado caso do Teixeirinha e, depois, eu também dizer, na realidade, de quem se trata o Sr. Delazari, porque ele me acusa dessas coisas.

A situação da morte do Teixeirinha, infelizmente porque eu estou detido, estou custodiado, não pude trazer a fita aos senhores da morte, assassinados violentamente e covardemente de três integrantes da Polícia Militar por líderes do Movimento Sem Terra. Assassinado, realmente assassinado. Botaram o pessoal de joelho – se eu tiver oportunidade de voltar, depois desse inquérito terminado nesta Comissão, vou trazer essa fita, senhores –, foi assassinado violentamente.

Sete integrantes assassinaram três policiais militares. Existem cadáver e cadáveres. Existe o cadáver, por exemplo, da Irmã Dorothy e existem os cadáveres de alguns policiais. A notícia é deste tamanho, mas, o outro, é deste tamanho.

Sobre a situação Teixeirinha. Eu, na época, comandava um grupo especial, o Grupo Águia, inclusive sou um dos fundadores desse Grupo. Ele foi criado para combater o crime organizado no Estado do Paraná, para combater assalto a ônibus e trabalhar também na área de informações. Era um grupo especial, de homens extremamente preparados, escolhidos realmente a dedo pela sua integridade, pela sua habilidade, pelo seu conhecimento. Então foi montado esse grupo em razão da repercussão que deu na época a morte desses três policiais assassinados fora do acampamento, fora do local, na entrada da área, porque eles foram acompanhando o proprietário, para que o proprietário resgatasse um trator, alguns maquinários que ficaram retidos por esse bando. Porque é um bando. Invasão é crime, senhores, é um crime doloso, formal e permanente; é capitulado no Código Penal. Então tem que ter crime dos dois lados. A invasão é crime, primeiro.

Assassinaram esses três policiais, cometeram todos esses abusos, feriram o proprietário com vários tiros. O proprietário e o arrendatário ficaram vários dias no hospital, na UTI – morre, não morre, aquela situação toda. Graças a Deus, acabaram sendo salvos.

Designaram-me então para fazer uma investigação para capturar os autores da morte desses policiais. Fui designado, logrei êxito, prendi sete desses com forte armamento. Eram oito, se não me engano, eram oito, porque faz muito tempo isso, senhores. De repente, se me perguntar o que almocei há cinco dias, de repente, não tenha a lembrança, como, de repente, os senhores não têm. É um negócio muito antigo, mas os fatos principais eu vou relatar. Parece-me que eram oito. Eu prendi sete indivíduos desses e preservei a integridade física desses sete, os conduzi e assegurei da revolta de toda a população contra esses sete presos, inclusive com as armas dos crimes, armas enterradas no acampamento, que fui buscar. Inclusive no momento em que foram buscar essas armas, cavando no chão, disseram: "uma das armas está aqui." Nesse fato, uma dessas pessoas que estava filmando no momento – pedi para filmar todas as operações para esclarecer os fatos – um dos sem-terra tentou assassinar essa pessoa. Até saiu uma matéria intitulada: "Bravo Coronel", recentemente na **Gazeta do Paraná**, e está no *site* inclusive, em que ele agradece de ter salvo a vida desse senhor.

Fizemos a prisão de sete e os apresentamos à delegacia, foi feito o inquérito. Desses sete, havia indivíduos procurados, com mandado de prisão, oriundos de outras áreas, de alta periculosidade. Após isso, entregamos esses sete presos, e o Teixeirinha, que era um dos líderes do acampamento – todos os sete eram líderes. Eu sempre disse que o grande problema da reforma agrária hoje é a metodologia que está sendo empregada, que utiliza, inclusive, escravidão branca dentro desse acampamento, e essas pessoas são obrigadas a cumprir certas determinações – não podem sair do acampamento, têm de trabalhar a troco de comida, etc., o que não vem ao caso aqui. Aqui, cumpre esclarecer a situação do Teixeirinha. Ficamos mais uns três dias tentando localizar o Teixeirinha, que fugiu da região.

Em razão desses fatos, aconteceu outra situação no Estado, e fui designado para acompanhar outro fato no Estado. Retornei, então, com o meu grupo. Nesse ínterim, alguém ligou para Polícia Militar dizendo que esse cidadão, o tal de Teixeirinha, se encontraria num determinado local. Este grupo da Polícia Militar se deslocou para verificar a veracidade e teria, senhores, sido recebido a tiros; houve uma troca de tiros, em que acabou falecendo o Teixeirinha. Eu estava a 600 quilômetros do local, estava praticamente em Curitiba nessa época.

O inquérito policial está tramitando na Justiça em Cascavel. Quem quiser pode buscar isso: chega lá no fórum e pede o caso do Teixeirinha. Lá está a autoria dos fatos, a reação da polícia no estrito cumprimento do dever legal, no exercício regular do direito – numa troca de tiros, veio a falecer o Teixeirinha. Então, essa acusação a mim imputada é uma inverdade,um crime que estão fazendo contra a minha pessoa; existe até um livro escrito dessa situação.

Essa acusação, volto a dizer, do Sr. Secretário é desespero de causa, no momento em que ele me acusa. Ele está preocupado porque os fatos que tenho e vou relatar aqui são reais. Não invento história; tenho vinte anos na área de informações e não invento história. Tinha 500 mil histórias para inventar, mas não invento história, falo a realidade dos fatos. Sou a favor daqueles que compram e pagam e não daqueles que tomam.

Gostaria, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, fazer uma leitura agora do currículo negativo que tenho em mãos aqui do Sr. Secretário; está sendo motivo de investigação pela Corregedoria do Ministério Público.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Coronel, só quero concluir essa questão do Teixeirinha, e gostaria que esse currículo o senhor lesse ao final, porque vou fazer alguns questionamentos em relação ao Secretário. Aí, se o senhor quiser, na sua resposta o senhor lê.

O senhor está aqui para responder. Tenho de lhe perguntar, e o senhor responder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Esse modelo é mais adequado. Ao responder, ele vai indagar sobre o Secretário, conforme adiantou, aí o senhor vai respondendo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quando ocorreu a morte do Teixeirinha, qual era sua função dentro da PM do Paraná? Qual a sua patente e se o senhor – porque há uma suspeição que nos foi trazida de que o senhor comandou o grupamento que cercou e matou o Teixeirinha, e o senhor está dizendo outra coisa agora. Gostaria que o senhor esclarecesse de maneira objetiva esses três pontos. A patente que o senhor dispunha na época, a função que o senhor estava executando dentro da PM do Paraná, se houve ordem superior na busca e elucidação desses fatos que o senhor relatou, e se houve o cercamento dessa pessoa pelo grupamento que o senhor comandava. Eram essas as 4 perguntas. Por favor, Coronel.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim, Exª. Vou responder por partes. Primeiro, na época da prisão, na época dos fatos, em que fui designado para fazer essa investigação, porque a Polícia Militar é detentora do Código de Processo Penal Militar. Ela pode realizar os inquéritos envolvendo os integrantes da Corporação. Na época, eu era Capitão. Eu gostaria também de dizer ao senhor que nenhum policial que trabalhava comigo na época, porque meu grupo era bastante reduzido, 21 policiais. Eu os escolhia, somente aqueles de mais alto gabarito. Então, era um grupo extremamente reduzido. Eu não comandava uns 500 homens, mas apenas 20 pessoas. Minha parte operacional era de apenas 20 pessoas. Nenhum, na época, estava presente.

Outra coisa, eu nunca, senhores, fui condenado em nada. Não fui condenado, porque todas as minhas ações foram cobertas de legalidade. Sou um preso político. A situação é essa. Exite uma **vendetta** saída da Secretaria de Segurança Pública contra a minha pessoa. Essa situação...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor está dizendo que não havia nenhuma pessoa do seu grupamento no momento em que houve a morte do líder?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Nenhuma pessoa do meu grupamento estava presente. Foi um grupo ostensivo. O meu pessoal era um grupo que se identificava com colete e não usava uniforme, estava a paisano, pois fazia o combate ao crime organizado. Durante a época em que comandei o Águia, fizemos a prisão de mais de 1.200 marginais. Não eram essas pessoas que roubavam um quilo de arroz ou um furto pequeno. Eu sempre combati assaltante de bancos, senhores, traficantes de droga, realmente aquele que faz de sua profissão um crime. Para isso que existe o Águia. Ele fez uma limpeza no Estado do Paraná, reduzindo o assalto a ônibus praticamente a zero. Assalto a ônibus, na década de 90, era uma situação complicadíssima apara o Estado do Paraná. Então, o Grupo Águia tem esse mérito, sim, de ser considerado...entramos, inclusive, numa época, fomos muito elogiados pelo Ministério da Justiça. Até países procuraram saber a forma de atuação deste grupo, de que maneira ele era criado? De que maneira ele atuava para ter esses resultados fantásticos? Voltaria a concluir sua pergunta, Exª, dizendo que no fato do Teixeirinha, fazia vários dias que nós não mais nos encontrávamos na região. Esse é um fato...tem um inquérito lá, está tramitando. Por enquanto, os autores do crime contra os policiais não foram julgados ainda. Existe lá a autoria, quem participou. Foi ouvido em juízo. Existem testemunhas disso tudo. Existe até prova balística senhores. Os senhores poderão verificar esses fatos. Então, eu volto a dizer que essa acusação contra mim é um desespero, é uma forma de me incriminar, de levar novamente a Polícia Federal a cometer erros, a procurar realmente coisas que realmente não existem. È perder tempo numa situação dessa. Está lá o inquérito policial. Minha vida é aberta. Eu nunca recebi, senhores, durante a minha vida profissional um memorando de Comandante meu dizendo: ...Você chegou atrasado. Fui promovido, e todas as minhas promoções foram por mérito. Eu pertenço ao Quadro de Honra da Polícia Militar. Em mais de 150 anos somente 52 policiais fazem parte dele.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – As perguntas que vou fazer a seguir Coronel, elas se revestem de uma importância, para que a gente possa compreender toda esta situação.

O Secretário de Segurança do Estado do Paraná esteve aqui, e até prova em contrário, ele merece toda credibilidade. O senhor tem uma folha de serviços prestados ao Estado do Paraná, e ninguém chega ao cargo de Tenente-Coronel e ninguém tem – e conheço um pouco das forças militares do País – não chega a estar com o reconhecimento a que o senhor mesmo acabou de referir, sem que tenha tido uma conduta compatível em estar entre esses 52 agraciados da Polícia Militar do Paraná.

Quero dizer que temos duas pessoas que têm trajetórias, biografias e que, a princípio, a única forma de encontrarmos respostas é confrontando aquilo que é divergente, que é contraditório e que é o que chegou a esta CPMI.

Durante o seu depoimento no Paraná houve duas acusações que, reputo, são de gravidade, que foram

feitas pelo senhor onde estão incluídos dois Secretários de Estado: o Padre Roque e o Secretário de Segurança. O senhor trabalhava com uma equipe – como o senhor mesmo se referiu, era de inteligência. Em algum momento, houve ação de acompanhamento das atividades do Padre Roque, no Paraná, por parte da força policial, por parte do grupo que o senhor comandava? Houve determinação para que houvesse acompanhamento dos passos do Padre Roque pela Polícia Militar do Paraná?

Se houve, disto resultou algum informe? Há algum questionamento com relação a sua ação, se isso esteve sob sua responsabilidade? A razão da pergunta é por força do seu primeiro depoimento, onde, supostamente, o Padre Roque teria participado de inúmeras ações dos sem-terra. Por esta razão, faço essa pergunta, até para que se tenha esclarecimento.

O senhor também afirmou – e vou focar nos dois Secretários de Estado – que o Secretário tem envolvimento com drogas. O senhor possui provas dessa afirmação? Essa é uma afirmação muito grave. Uma outra afirmação que foi feita – e fiz o questionamento e o Secretário negou peremptoriamente aqui – é de que ele tivesse utilizado poderes para interceder em favor de pessoas envolvidas com tráfico de drogas. Inclusive, apresentei aqui o episódio da prisão do irmão, o que, emocionalmente, é compreensível, pois isso mexeu com o Secretário. Ele, na época, estava na Promotoria Criminal, e alega que jamais usou da sua influência para poder eximir da responsabilidade o seu irmão. Posso até compreender as questões de família, mas tenho que analisar aqui o ato das questões de fundo da Administração Pública.

Vou ficar nisso antes de entrar na questão do guardião. Gostaria que o senhor me respondesse em relação a essas duas personalidades do Estado do Paraná que, até prove em contrário, merece crédito, merece respeito e sobre os quais o senhor fez algumas afirmações que considero de grande gravidade e, por isso, quero ouvi-lo.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Tudo que vou relatar neste momento são fatos que são inclusive de conhecimento da Corregedoria do Ministério Público. Esses dossiês chegaram em minhas mãos para que eu transmita.

Tudo que vou ler aqui é prova, é fato de investigação. Primeiro, referente ao Dr. Delazari, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná. Antes da vida, só gostaria de mais um detalhe, aí vocês vão entender por que disse, realmente, nesses dois casos, que existe uma **vendetta**, que sou um preso político dessa situação toda porque, eu combati duas situações, uma, é esse movimento que não existe legalmente. Por que não existe legalmente esse movimento? Por que não tem um CGC, um CPNJ? Por que não tem uma razão social? Qual é a razão? Então, depois, a gente volta no Padre Roque. Só dizer isso aí, e vou agora, assim, iniciar a leitura da situação do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Só faço uma indagação: se não é possível, entregando o depoimento, apenas fazer uma síntese respondendo diretamente às perguntas, porque se o senhor for ler todo esse relatório, realmente ficará cansativo. Se o senhor puder fazer um resumo com suas próprias palavras e deixar o dossiê.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Exª, eu só gostaria de fazer a leitura das duas primeiras páginas, depois, passamos para a segunda. É rapidinho, aqui é leitura, só das duas primeiras páginas, ainda tem uma síntese do questionamento das drogas, não vou lê-lo todo, só um pequeno pedaço.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Só para entender, Sr. Copetti, o senhor está lendo agora o quê?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – É o caso do Dr. Delazari.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, não, estou vendo que é algo por escrito. É um relatório?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – É um dossiê que recebi.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É o dossiê?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Do Ministério Público.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É do Ministério Público?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – É um dossiê que chegou ao meu conhecimento com provas e que o Ministério Público...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, essa parte que o senhor vai ler é um relatório do Ministério Público?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Eu já entreguei para a CPI inclusive este documento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas eu não tive acesso a ele, por isso, estou lhe perguntando.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – São documentos que chegaram a mim, Exª. V. Exª me permite...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, só quero entender. Estou entendendo que são documentos que chegaram. Isso que o senhor vai ler, tem assinatura?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Tem assinatura sim, tem os dados.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem assina?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Tem os dados e eu vou ler, o senhor vai entender.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não, digo, quem assina esse documento que o senhor vai ler agora?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Esse documento tem as declarações, existe também o conhecimento do Ministério Público, está sendo parte de uma investigação, então, eu gostaria...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Estou entendendo, mas o documento que o senhor vai ler é assinado por quem nessa parte? Essas duas páginas são de autoria de quem?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – São relatos...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – De sua autoria?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Não, senhor, são relatos, são do Ministério Público que eu recebi...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Então, é apócrifo?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Apócrifo, sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esse relato que o senhor vai fazer agora é apócrifo?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Esse relato é uma síntese de fatos, não é um documento, é uma síntese de fatos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Apócrifos, né?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – É uma síntese de fatos.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Síntese. Essa síntese é apócrifa?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É um relato que o depoente assume.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor está assumindo?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim, eu recebi esse documento e vou fazer a leitura sim.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sim. Então, o senhor assume o que vai ler agora?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim, assumo. Eu assumo em minha defesa esse relato, e os senhores vão entender.

Antes da vinda da CPI da Câmara Federal que investigava atividades do narcotráfico, a delegacia antitóxico e o Grupo Fera, chefiado pelos Delegados Adauto Abreu, ouviu o traficante conhecido por Professor Pacheco, que era Diretor do Colégio Unificado, quando o mesmo disse que costumava vender cocaína para o Dr. Delazari. Que seu assessor da Procuradoria-Geral da Justiça e que essas vendas eram feitas no Bar do Rali, à Rua Padre Germando Maia. O Dr. Delazari foi afastado da Assessoria pelo Procurador-Geral até que os trabalhos da CPI terminassem por policiais da delegacia, os quais sabem disso, bem como o Dr. Adauto Abreu e a Drª Leila, que ouviram esse traficante.

Sobre esse fato também existe que o irmão do Dr. Delazari, Carlos Emiliano Ferreira Delazari, foi preso no interior da prisão provisória de Curitiba, quando levava tóxico para um preso que era seu amigo. Foi levado para o 4º Distrito Policial por policiais do Batalhão de Guarda e, lá, foi liberado por ordem do irmão, porque o Dr. Delazari mandou o delegado de polícia dizer à Delegada Drª Sônia que presidiu o flagrante que era para não fazer nada contra Carlos Emiliano. O Dr. Delazari, nessa época, trabalhava junto com o delegado na PIC, e esse fato inclusive foi noticiado, notícia de jornal, sendo de domínio público, as ocorrências estão registradas no presídio e na batalhão de guarda.

A qualificação do irmão dele, temos aqui também na **(inaudível)** de Paranavaí.

Só vou terminar aqui, Exª, mais uma página só, para ser breve. O preso, na época, era Celso Eduardo Mendes, o prontuário dele era 48298, foi alojado em área de isolamento disciplinar, em virtude de ter sido apanhado com substância tóxica em poder do Sr. Carlos Emiliano Ferreira Delazari, o qual estava trazendo pertences para o interno Celso.

Documentos comunicados: 00688/2002, emissão em 28/06/2002. Origem: Inspetoria. Data de ocorrência: 28/06/2002. Destino: Segurança, Unidade, PPC – Penitenciária Provisória de Curitiba. Hora: 15h30.

Celso Eduardo Mendes era o preso. Esse preso estava condenado, em 11/10/2001, a três anos e seis meses de reclusão pela 2ª Vara de Curitiba, incurso no art. 12, da Lei 6368, autos 6177, de 1996.

2 – Foi condenado também, em 05/08/2002, a três anos e cinco meses de reclusão, pela 7ª Vara de Curitiba, incurso nos arts. 329, 12, e 69 do Código Penal Brasileiro. Autos: 16047, de 2000.

Atualmente, está recolhido na Penitenciária Estadual de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio que é suficiente a respeito da indagação do Deputado.

Deputado, pode prosseguir.

Tem a questão do outro Secretário.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – A questão do Padre Roque também é um documento que chegou às nossas mãos. Sou um homem que trabalhou vinte

anos na área de informações. Recebo muitas informações de muitas pessoas. E tem aqui...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Até quando está preso o senhor...

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Não, esses são documentos que já os tinha, já tinha recebido até antes.

Aqui, quanto ao envolvimento do Padre Roque, existem termos assinados, inclusive dizendo dos seus delitos, sendo ouvido na delegacia, quanto ao problema de armas.

Vou ler um pedacinho aqui: "Porque os proprietários da área invadida do acampamento onde era líder, uma vez que os proprietários da área conseguiram um mandado de busca e apreensão das armas no referido acampamento, que seria executado pela polícia. Após realizar o desarmamento, conseguiu encher um saco de armas, sendo que, posteriormente a esse fato, contatou-se com o Padre Roque, o que iria fazer com o armamento". Esse é um líder perguntando para o Padre Roque: olha, estou com um saco de armas, o que eu faço com essas armas? "Que se encaminharia para a Polícia ou não? Sendo orientado, via telefone, pelo próprio Padre, que as armas eram para ser encaminhadas para o seu gabinete, em Ponta Grossa. Seu assessor, conhecido por Dominguinhos".

Está assinado o documento.

Aqui tem outra denúncia de uma série de desvios contra o referido Secretário.

Aqui em auto de apreensão do acampamento, também envolvendo a Polícia quando apreendeu ervas, madeiras etc, que estavam sendo desviadas desse referido acampamento.

Aqui está a quantia de madeiras que eram retiradas dos acampamentos, em cubagem.

Aqui está o nome de várias pessoas que participavam do acampamento.

Aqui, senhores, existe o pagamento de um pedágio para permanecer no acampamento. Assinado também. Vou dizer alguns valores disso aqui. Esse líder estava encaminhando esse documento para ser entregue no gabinete do Padre. Eram R$162,00 e R$562,00. Está aqui: R$562,00, contribuição da ocupação da Fazenda Temar – T-1, Teixeira Soares.

Está aqui a assinatura, está aqui a data, Dominguinhos. Eu li para o senhor ali que está escrito Dominguinhos atrás, que era um dos que recolhia esse dinheiro que levaria para o gabinete.

Aqui tem também um documento assinado à mão, onde o Padre Roque encaminha para o Roberto Bágio, onde um cidadão acusa ocorrer lá dentro do acampamento escravidão branca.

O SR. BERNARDO ARISTON (PSB – RJ) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, o Deputado Bernardo.

O SR. BERNARDO ARISTON (PSB – RJ) – Tem o símbolo da Câmara dos Deputados nesse documento?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim, está aqui.

Só gostaria de concluir rapidinho. Então, essa pessoa, apavorada, um dos internos lá dentro, que não podia sair, fez essa carta e encaminhou ao Padre Roque.

"Padre Roque, o pessoal está denunciando que tem escravidão branca, e na realidade tem. Isso vai denegrir o movimento, vai criar problemas para o movimento." Encaminhou para ele, que daí fez esse despacho para que seu assessor, em Ponta Grossa, tomasse providências a respeito.

Não gostaria de me alongar sobre essa situação, Exª.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, eu gostaria de ter acesso a esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Secretaria vai fornecer uma cópia ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor fez algumas denúncias e eu tenho visto isso com muita seriedade, porque não é a primeira vez que elas chegam ao meu conhecimento e isso não ocorre apenas no Estado do Paraná.

Com relação ao sistema de escuta telefônica, o que o senhor tem de conhecimento sobre isso no Paraná? Qual era o sistema utilizado pela Secretaria de Segurança? O senhor teve conhecimento de como era a mecânica para se fazer a escuta telefônica no Paraná? O senhor estava na ativa, pela informação que tenho, no gozo de seus poderes, como oficial da PM, quando esse equipamento chegou no Paraná e começou a ser utilizado. Ele chegou e foi utilizado anteriormente à sua detenção. As perguntas são: esse sistema de monitoramento telefônico é utilizado com ou sem ordem judicial? Essas informações são utilizadas com interesse de coerção ou até chantagem? Quem seriam as pessoas grampeadas? Isso chegou ao seu conhecimento? O senhor acha que o Governador tem conhecimento ou não de que esse fato ocorre no Paraná? Há algum relatório a que a Polícia Militar tinha acesso nos casos de escuta? Havia alguma separação entre aqueles casos que eram feitos com ordem judicial e aqueles que eram feitos sem ordem judicial? Onde é o local em que está esse equipamento? Ele

está numa área da Secretaria de Segurança do Paraná? Ele está fora da área administrativa do Estado do Paraná? O que o senhor tem de informação sobre essa questão do guardião lá no Paraná?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Bom, Exª, vou citar dois casos verídicos aqui, três, melhor dizendo. Principalmente no meu caso, houve um desvio de finalidade, porque pediram o grampo para uma situação e investigaram outra. Aqui em Colorado, houve também uma situação. Se o Sr. Presidente me permitir, gostaria de ler sobre essa situação de Colorado, para que eu possa dar uma resposta mais lógica.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sobre Colorado, o senhor já falou na reunião passada.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Eu gostaria, Exª, de dar alguns detalhes.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É algo novo? Isso porque na reunião que fizemos lá o senhor já contou essa história e isso já está nos autos da CPMI. Em razão do adiantado da hora, eu quero economizar tempo.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Além da situação de Colorado e da minha situação, tem aqui também uma representação proposta pelo Dr. Cid Campelo perante o Ministério Público do Paraná, na qual ele relata a divulgação ilegal do teor de grampos telefônicos praticados pelo então Promotor Dr. Delazari. Está aqui. Essa seria uma situação.

Com relação à situação de Colorado, foi pedido grampo, dizendo que existia uma quadrilha de PMs lá. Na época estavam disputando a eleição para a prefeitura lá. Pediram o grampo do telefone de um policial de lá, legalmente. Só que pediram de três celulares, dizendo que eles pertenciam ao policial. Só tinha um no nome dele. Os outros eram de adversários políticos da família lá, no caso. Era de adversário político lá. Diziam que isso está sendo investigado inclusive pelo Tribunal Eleitoral competente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem conhecimento de quem opera o sistema? Como é que ele funciona?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Desculpe-me, Exª. Acabei não relatando isso. Quem opera esse sistema é o Núcleo de Informações da Secretaria de Segurança, pelo Dr. Harry Herbert. Na realidade, esse aparelho consegue fazer a captação de 600 grampos ou 600 escutas telefônicas. É um equipamento que custou R$1 milhão e, na realidade, deveria estar numa delegacia de polícia. Lá que é o local exato para estar, não sob a custódia dessa Secretaria.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem conhecimento sobre se há a prática de grampo sem autorização?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – – Sem autorização, Exª, desconheço inicialmente. Precisaria fazer uma investigação sobre esse fato. Sei que existe, sim, desvio, mas há suspeita desses fatos. Inclusive, alguns Deputados já se manifestaram no Paraná sobre essa situação. Tem até fotos aqui de onde estaria escondido, provavelmente, esse Guardião. Chama-se Guardião esse aparelho; estaria nesse local.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Que local é esse?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Esse é um local em Curitiba, no bairro Santa Felicidade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas esse local é do Estado?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Não entendi, Exª.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Esse local é próprio do Estado, é próprio da Secretaria?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É um prédio público?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – É um prédio normal, Excelência. Não tenho conhecimento se ele é público ou não, mas é provavelmente uma casa alugada. Como estou detido, recebi esse documento e não tive condição de verificar mais aprofundadamente o fato.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem conhecimento de denúncias envolvendo desvio ilegal de madeira numa antiga área da Araupel? O senhor participou de alguma operação naquela área?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim. Em épocas passadas, participei de algumas operações naquela região por problema justamente de... em auxílio à Polícia Florestal, que estava vendo-se burlada, não conseguia fazer a fiscalização de alguma madeira. Existe, sim, uma situação de desvio muito grande de madeira dessa área. Era uma área que estava para ser adquirida por R$132 milhões; essa área está para ser adquirida. Houve um embargo judicial, e, parece-me que, recentemente, foram pagos 70 milhões sobre essa área. E lá, como existia uma pendência jurídica, como eu já disse aos senhores, o Movimento não acata a lei, estava desmatando essa área e repassando para várias madeireiras que se encontram na área, operando ilegalmente. Também teria, depois, na seqüência, para fazer uma entrega à Comissão, um documento que me chegou recentemente em mãos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ele respondeu à questão da madeira, Deputado? Chegou a responder?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Não. Essa é uma área conflagrada no Paraná; desde a sua desapropriação, há uma série de questionamentos.

Recebemos, ainda no ano passado, uma denúncia de que havia uma operação para transferir uma parte ou o todo dessa madeira para o MST, que teria possibilidade de vender e arrecadar esses recursos. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim, quanto...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) **–** Houve investigações? Na época, o seu grupo estava ativo, não é?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim, tenho conhecimento desse fato, de que o MST, apesar de ter recebido algumas multas, desmatou a área. É muito fácil verificar, pois essa área está totalmente desmatada. O MST pratica esse desmatamento, faz um crime violento contra a flora e a fauna no local e vende para madeireiros da região, pessoas importantes. Não apurei o nome dessas pessoas ainda, mas me chegou ao conhecimento de que eles fazem a venda para essas pessoas, de madeira, inclusive, onde não é permitido o corte e o desbaste de madeira.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A notícia do jornal **Correio do Povo do Paraná**, desta semana, diz: "Presos os integrantes do MST acusados de extermínio. A Polícia Civil de Quedas do Iguaçu desvendou vários crimes ocorridos no acampamento de famílias sem terra, na Fazenda Rio das Cobras". Aí traz a descrição: "O grupo é formado por integrantes do MST e faz parte da equipe de disciplina do acampamento". E aqui eles são responsabilizados pelas mortes violentas de Valter Cardoso de Oliveira, 27 anos, ocorrida em setembro de 2004, portanto, anterior à sua detenção; Alencar José Hartmann, 22 anos, em 27 de fevereiro de 2005. Segundo o delegado as investigações ocorriam há mais tempo, e com a morte de Alencar Hartmann houve denúncias anônimas apontando esses elementos como suspeitos.

Aumentaram naquela região as denúncias de casos de morte dentro da área do acampamento, e há uma pessoa desaparecida "desde setembro de 2004", que poderia ser Valter Cardoso. Lá existe um local, no Rio das Cobras, onde foi encontrada parte de uma ossada humana.

O senhor tem conhecimento disso? Houve investigações quando o senhor atuava em relação a essas milícias montadas pelo MST e que aparecem como equipe de disciplina do acampamento Fazenda Rio das Cobras. Está aqui uma foto desses elementos publicados no jornal. Eles estão hoje presos e respondendo a inquérito. O senhor tinha informação da formação desses grupos de disciplina dentro dos acampamentos do MST? O senhor conhece isso?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Conheço, sim. Sobre a situação desses acampamentos, inclusive nessa área, nessa chácara que possuo próximo de Ponta Grossa – daí eu vou chegar na sua resposta –, existem pessoas com mandado de prisão, inclusive oriundos de Rondônia, que é um pouquinho distante do Estado do Paraná. E de onde eram? Do assentamento de Jaru, aqui em Rondônia. Esse pessoal estava lá, isso foi levantado, são três pessoas lá, um conhecido por Madruga e uma família Barbosa lá. Um responde pelo 157, o outro pelo art. 12, sempre teve essa repressão desse setor de disciplina dentro dos acampamentos.

Sempre houve isso, sempre houve essa milícia, na realidade quem tem milícia armada não é o Coronel Neves. O Coronel Neves não tem milícia armada, quem tem milícia armada é o MST. Esse tem milícia armada, tem armas.

Pergunto ao senhor. Vivemos num País democrático. Por que qualquer pessoa não pode fazer uma visita dentro do acampamento dos sem-terra?

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Por isso é que tem sido assassinado muito mais fazendeiro do que agricultor!

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Então, os senhores vejam... Permita-me terminar Exª. Então, lá sim não se permite entrada. Por que não se permite entrada? Será que existe tanta ilegalidade lá dentro que nenhuma pessoa pode entrar, nem mesmo a polícia? Se a polícia vai identificar... Se estamos numa democracia, está se fazendo a reforma agrária, se de repente a polícia vai buscar alguém, porque não deixa a polícia chegar lá e não ajudam a polícia? Ah, realmente tinha um fulano de tal aqui. Não, não deixam entrar as pessoas. Não deixam. Eu desafio qualquer um dos senhores, em qualquer local, a chegar a um acampamento desses e tentar entrar lá dentro. Não entra. É recebido no portão. A liderança não deixa.

A liderança do MST é uma liderança criminosa. Existe, sim, esse grupo que obriga essas pessoas, lá dentro – muitas vezes, há pessoas que realmente querem trabalhar lá dentro –, obrigam essas pessoas a trabalharem lá num regime de escravidão. Só saem de lá de vez em quando, quando autorizadas a saírem das suas áreas. Então, existe, sim, esse pessoal.

Em todos os despejos, em cumprimento de ordem de reintegração de posse, sempre a polícia encontrou arma no acampamento. Sempre. É só os senhores verificarem, pegarem lá quantas reintegrações de posse foram feitas no Paraná. É só fazer uma busca e verificar. Foi feita na fazenda "tal", então veja no inquérito, existem dois, três presos por porte de arma, porque estavam portando arma, estavam defendendo a arma.

À noite eles fazem segurança e esse grupo de disciplina que é o complicador.

Eu gostaria – só mais um minutinho, para eu concluir minha fala, para não ficar muito longa a minha resposta – de dizer que, na época que eu era coordenador dos conflitos agrários envolvendo Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, fiz um projeto segundo o qual se deveria primeiro comprar para ocupar e não invadir para desapropriar. Não cometer um crime. Um crime não justifica o outro, senhores. Uma invasão não justifica. Não se justifica uma invasão numa propriedade. Quem quer compre. Sou a favor dos que compram e pagam, não dos que tomam. E esse grupo de disciplina lá dentro pressiona muitas vezes esses coitados que ficam embaixo da lona lá. Tem gente boa lá dentro, não vou generalizar de forma nenhuma.

Acuso, realmente, essa liderança que pressiona essas pessoas, esses coitados, que ficam lá dentro sendo bodes expiatórios dessa situação toda, de um movimento ilegal que não existe legalmente. Não tem razão social, não existe juridicamente e não pode ser responsabilizado, porque não tem personalidade jurídica. Não pode processar nem ser processado. Quando eles cometem crimes, se escondem atrás, esse é o caso.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual foi a sua participação na última eleição de prefeito da capital do Paraná?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Na última eleição para prefeito da capital do Paraná, como militar, eu não tive participação nenhuma em eleição no Estado. Tinha o meu candidato – reservo-me o direito, o voto é secreto – mas permaneci inerte nessa situação.

Era amigo dos dois candidatos, conhecia as duas pessoas. Um é meu vizinho e o outro não. Então, não tive participação nenhuma nesses fatos, a não ser simplesmente cumprir o meu direito constitucional, que era de executar o meu voto.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não se envolveu pessoalmente na campanha política em Curitiba?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Pessoalmente não me envolvi na campanha política em Curitiba. Envolvimento não. Fui em alguns comícios, alguma coisa, mas não tive envolvimento nenhum. Fui a comícios, como qualquer cidadão pode ir a um comício verificar os candidatos. Estamos num País democrático. Fui no comício de todos os candidatos. Não fui só a um comício, verifiquei todos, para saber a proposta de cada um deles.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem recebido ameaças?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Tenho recebido ameaças antes de ser politicamente preso. Como disse aos senhores, não estou fazendo uma acusação leviana de tudo isso que fiz. Tudo isso é motivo de investigação, não estou criando. Não estou sendo aqui um criador de novela. Estou, na realidade, falando fatos reais.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Sr. Presidente, é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Apenas para esclarecer essa questão da ameaça. Que tipo de ameaça?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Recebi várias ameaças antes, inclusive na minha casa, em telefonemas anônimos, em pessoas que...

Graças a Deus, pela minha vida, consegui prestar bons serviços à sociedade do Estado do Paraná. Não persegui MST. Persegui bandido. E vou perseguir bandido, senhores, enquanto eu vou for policial. Vou sim. Onde ele estiver, seja ele recruta, seja coronel. Esta é minha vida e vai ser assim enquanto eu permanecer na Polícia.

Agora, quanto a essas ameaças, recebo a informação de que pessoas vão me assassinar, que têm dois ou três pistolões prontos para me fazer um serviço. Recebo ameaças na minha casa. Tenho que estar trocando sempre de telefone. Entre tantas ameaças, a minha família recebe ameaças, bilhete no carro. Na realidade, tenho passado os últimos anos agora aqui de forma terrível. Dos anos 2000 para cá tenho sofrido realmente uma perseguição violenta nesse sentido.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Antes de passar ao Deputado Adão Pretto, queria ter, até para poder fazer uma outra série de perguntas, acesso aos dossiês do Coronel Copetti Neves.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Esses dossiês ficarão para a CPMI também?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim, vou deixar para a CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, então, o Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, também quero cópia desses documentos aí.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Também gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou pedir para tirar cópias.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Quero perguntar ao depoente se esses policiais que foram assassinados no acampamento estavam fardados?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Esses policiais estavam à paisana, porque fazem parte do Sistema de Informação da Policia Militar. Já não tinham sido colocados exatamente policiais fardados nisso, para evitar que os sem-terra reagissem em qualquer situação nesse sentido, imaginar que a Polícia iria retirá-los à força. Esse era o objetivo, que era simplesmente acompanhar aquelas pessoas.

Após eles serem detidos, eles foram emboscados.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Só perguntei se estavam à paisana ou estavam fardados.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Depois eles foram identificados, Exª. Eles mostraram a identidade.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – E aí chegaram no acampamento à paisana e não se apresentaram?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Não chegaram ao acampamento, Exª. Não adentraram ao lugar.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – A informação que tenho é que chegaram...

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – A sua informação não é correta. Gostaria de esclarecer, eles não chegaram a adentrar ...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Se não for...

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Chegaram próximo ao porteiro. O fato foi porque estavam fazendo guarda no porteiro, não foi o bando que estava lá dentro que assassinou ele, foi quem estava na segurança da porteira. Eles chegaram e se identificaram. Digo identificaram porque tem vivos, se falar, Coronel, está mentindo. Não, estou dizendo que eles se identificaram porque tem testemunha viva que disse...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Porque eles chegaram, não se apresentaram, e foram confundidos com pistoleiros. Como não se apresentaram, estavam paisanos, como é uma região que tem muito pistoleiro, inclusive infiltrado em grupos policiais, e foram assassinados. Mas estou lhe perguntando. O senhor prendeu sete pessoas, e essas pessoas foram levadas para onde?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Essas pessoas foram entregues na delegacia.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Segundo informação que temos foram levados a um posto policial e foram torturados por V. Sª e depois foram levados presos. E que o Teixeirinha se apresentou a V. Sª para ser preso e foi preferido eliminar ele. Essa é a realidade que aconteceu no Estado do Paraná.

E uma outra pergunta que queria lhe fazer: o senhor fala que é a favor de quem compra e paga. Quanto é que o senhor pagou pela sua propriedade?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Já disse que comprei, apresentei aquele dia a documentação e ela faz parte do inquérito policial, mostrei na última CPI, está lá um contrato de compra e venda. (Fora do microfone). Gostaria de responder, se o senhor me permite terminar, o senhor fez uma acusação e dizer do fato do Teixeirinha. Quanto a essa informação que o senhor recebeu, ela não é verídica, porque existe exame de lesão corporal nos autos do processo. É muito fácil verificar isso aí. Vamos falar de prova, não o que disse João, José e Pedro. Existem provas, existe exame de lesão corporal em todos foram feitos. Sempre fiz esse procedimento. Não houve tortura, coisa nenhuma. O que foi feito, foram encaminhados e eles foram ouvidos, autuados em flagrante, os que estavam armados, o pessoal todo nessa situação.

Quanto ao caso do Teixeirinha, senhores, eles se identificaram, mostraram a identidade militar que eu poderia até mostrar se o senhor me permitir mais um minuto, tenho até um exemplo aqui.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Essa é a sua identidade?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Essa é a minha. É desse tipo a identidade. Eles tiraram e falaram: sou policial – existe a testemunha – vamos só tirar a máquina do cidadão lá, que estava aí e ele precisa dessa máquina. Foram assassinatos. Outro detalhe, senhores. Não justifica estar fardado ou sem farda, se é pequeno, se é grande, se é velho. Homicídio não justifica em local nenhum, não justifica o homicídio de uma pessoa, é crime, art. 121. Ainda mais nesse caso que foram assassinados de joelhos esse pessoal.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – E o Teixeirinha foi assassinado?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – O Teixeirinha, volto a dizer aos senhores, existe um inquérito, o senhor não pode me acusar disso, existe um inquérito lá...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Foi assassinado também.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Exª, não posso falar porque não estava presente, tem que ver o que os autos dizem dessas pessoas que fizeram a prisão do Teixeirinha. O senhor entende? Eu não estava presente, não posso responder ao senhor nisso aí. Não posso responder porque não estava presente, se ele reagiu, se não reagiu. Preciso ver os autos, desconheço realmente os autos do inquérito. Sei que um grupo foi lá. Houve essa troca de tiros, segundo fiquei sabendo, e o Teixeirinha acabou aparecendo na época lá, esse é o fato. Depois dessa seqüência, teve

outros desdobramentos disso aí. Agora, essa imputação da morte do Teixeirinha contra a minha pessoa, isso é crime de injúria. Não é verdade esse fato. Existe o inquérito lá. Acontece que o movimento pensa que sou contra o movimento.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – O senhor não está respondendo às perguntas; o senhor está fazendo discurso. Responda mais breve, temos uma escassez de tempo aqui. Só queria dizer que o senhor fala tanta verdade que, quando diz que comprou e pagou a sua terra, o João Alfredo já apresentou no Paraná aquele dia cópia do documento que prova que a sua terra é grilada e tem inclusive o mapa da sua terra.

Só queria dizer outra questão: que o senhor falou também que foi ocupada a sua terra, invadida, como quer dizer, e não foi cumprida a liminar de despejo. Temos aqui um documento que, dia 28 de fevereiro de 2005, foi revogada essa liminar de despejo pela 4ª Vara da Cidade de Ponta Grossa. Aquela liminar de despejo foi anulada. E o senhor diz que não foi cumprida.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Vou responder já, Exª. Primeiro, essa liminar, eu consegui em agosto de 2004 – ficou todo esse tempo sem o cumprimento da liminar. Registrei nove queixas, infelizmente não trouxe documento para mostrar. Registrei, durante esse tempo, nove queixas na delegacia, dizendo de roubo na minha propriedade, de furto na minha propriedade, de ameaça contra a minha pessoa, contra a minha família, contra a pessoa que cuida dessa chácara. Nessa chácara não existe grilo.

Outra coisa: por que é que está suspensa essa liminar? Não foi revogada, Exª, não foi revogada.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Não foi cumprida. E outra razão: porque era pública, não era sua, era da Embrapa.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Não, não existe isso. Não foi cumprida porque não se cumpriu a lei no Paraná. A minha é uma das 62, Exª. Deixa-me terminar a resposta, senão não posso responder. V. Exª está me fazendo uma acusação, e tenho que responder, permita-me o direito de resposta.

Ficou oito meses sem cumprir, uma delas, a minha. Registrei queixa, pedi etc. O que fiz recentemente? Motivei o juiz, porque eu ia pedir reintegração da reintegração de posse. Eu queria pedir mais uma vez essa reintegração de posse, para que eu pudesse novamente tentar executar essa reintegração de posse

O que está ocorrendo? Quem conhece direito sabe exatamente o que vou dizer: o juiz está instruindo o processo para pedir novamente essa reintegração. Só que ele tentou intimar, senhores, três vezes; duas vezes já ele tentou intimar os invasores dessa área. Ele mandou o oficial de justiça uma vez, e o oficial de justiça saiu corrido. Mandou a segunda vez, com polícia, lá, mas não puderam intimar os caras. Ele vai mandar intimar a terceira vez agora. Ele quer instruir, ele quer ouvir os invasores.

Outra coisa é a seguinte: já disse que adquiri essa terra. Sr. Deputado, para pedir a reintegração de posse – V. Exª deve sabê-lo –, o Código Civil diz o seguinte: independe da palavra proprietário. Posse é uma coisa, grilagem é outra; grilagem é crime, posse não. Posse está prevista no Código Civil. Então, não independe dessa situação e também não é verdade que eu seja grileiro de terra. Não sou grileiro de terra.

Adquiri uma posse e a estou legalizando, como já disse na vez anterior. Isso quem vai dizer é o juiz, ele é quem vai falar sobre essa situação. Tanto é que ele aceitou o meu pedido de reintegração de posse, porque é legítimo o meu pedido. Não existe crime, não existe grilo. Grilo é quando você entra; grilo fazem os sem-terra, porque expulsam a gente. Isso é grilo.

Há que se entender a diferença entre grilagem de terra e posse. Grilagem de terra é conveniência, chega lá e tira posseiro, como eles fizeram. De repente, se sou posseiro de uma área e chego lá e expulso o senhor daquela área, com violência, isso é grilo de terra.

Qual é a definição de posse? No momento em que se adquiriu uma área, uma casa, uma bicicleta, um imóvel, no momento em que se passa a utilizar aquilo com o **dominus** de proprietário, com os poderes inerentes ao proprietário, tem-se a posse, a não ser que apareça uma pessoa com um documento melhor que o seu. Daí se vai discutir o caso em juízo.

Só gostaria de fazer essa defesa.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Chega de hipocrisia e passa a palavra para outro, porque chega de ouvir essa conversa fria aí.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Deputada Selma Schons para fazer as perguntas.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Gostaria de perguntar ao depoente da tarde, ao Sr. Copetti. Ele disse que coordenava um grupo, o Águia, com mais ou menos umas vinte pessoas. O senhor poderia me dizer o nome dos integrantes desse grupo? São umas vinte, então o senhor deve mais ou menos lembrar, talvez nem todos, mas alguns deles.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Olha, era um grupo que às vezes eu mudava o nome de algumas pessoas. De cabeça agora, não lembro o nome de todos. Havia o Tenente Fávero, o Tenente Tavares, o Sargento Janey, o Wladimir.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E o Sbardela?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – O Sbardela pertenceu a esse grupo em 1995 e saiu do grupo em 1995. Em 1995, ele saiu do grupo. Ele entrou numa época e saiu do grupo justamente por um problema que deu no grupo, eu retirei ele do grupo. Né!

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Como é que o senhor conheceu Sbardella?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – O Sbardella era uma pessoa... Eu vou dizer da época que eu conheci realmente o Sbardella. O Sbardella era um excelente policial. Foi promovido por ato de bravura. Quando numa época um seqüestro, em Cascavel, onde tinha sido assassinado um policial civil, e o seqüestrador adentrou em uma casa, fez reféns uma mulher e um menor, ele adentrou na casa e retirou inclusive o seqüestrador preso, sem ferimento nenhum. Então era um policial que merecia na época toda a cobertura e toda a deferência. É um grande policial. Foi promovido na Polícia por ato de bravura.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Então, o senhor sabe que após esses fatos o Sr. Espadela foi detido pelos trabalhadores e imediatamente conduzido à Delegacia de Polícia porque estava filmando e vigiando a área! O senhor sabe, então, isso.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – A senhora veja, esse é um fato que eu tomei conhecimento e ele faz parte do inquérito policial que a Polícia Federal está investigando. Não concluiu o relatório. Então, eu me reservo no direito nesse questionamento, Exª, de me permanecer calado.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – E o senhor tem conhecimento sobre as razões que levaram o Sr. Espadela ao local para filmagem?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Também, Exª, eu desconheço esse fato ou a razão por que levaram ele lá, esse fato que a senhor afirma, e também me permaneço no... no silêncio, porque tudo que referisse... Tudo que se referir, desculpe, tudo que se referir, Exª, a esse inquérito não terminou ainda, eu me reservo o direito de permanecer em silêncio sobre esse inquérito. Proponho-me, sim, depois que terminar esse inquérito voltar a dar todos os esclarecimentos. Mas primeiro eu preciso, eu preciso saber das acusações que pesam, aonde se encontram, a situação que está. Eu não fui ouvido em juízo ainda, então eu não, não... eu me permaneço, nesse sentido eu reservo, eu invoco o meu direito constitucional de me permanecer calado.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Mas eu vou continuar perguntando, quem sabe tem alguma que o Sr. possa nos responder. O Sr. Sbardella estava a seu serviço?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Em 1995, entre, acho que 1992 e 1995, ele ficou um dois anos comigo, sim. Quando ele pertencia o Grupo Águia, sim.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Quando da filmagem foi encontrada uma agenda do Sr. Sbardella e onde havia inúmeras anotações e ligações para o Sr. O Sr. falava regularmente com o Sr. Sbardella?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – O Sbardella, a senhora veja um detalhe, o Sbardella sempre foi um policial. E todas as pessoas que conhecem a gente e trabalhou com qualquer um dos Srs., logicamente que fica com o seu telefone e muitas vezes lhe ligam.

Agora, outras atividades eu desconheço e também não vou falar porque de repente eu posso estar interferindo no inquérito que está em andamento.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – E na agenda ainda consta, um dia antes e depois do conflito e da morte do Sr. Elias de Meura: havia anotações e ligações para o senhor. O senhor tem a dizer alguma coisa sobre isso, que foi antes e depois do conflito e após a morte do Elias de Meura?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Também desconheço esse fato Exª.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Desconhece esse fato?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Desconheço sim esse fato, Exª.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Não tem nada a dizer sobre esse fato?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Também esse fato eu desconheço e não tomei conhecimento oficialmente nem extra-oficial sobre esse caso.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Eu gostaria que o Sr. pudesse acrescentar alguma coisa sobre essa ligação do senhor com o Sr. Adair Sbardella.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – As ligações que eu disse à senhora eu posso responder. Em 1995. De 1992 a 1995 o que a senhora me perguntar eu posso responder. Depois disso eu não posso responder porque pouco conhecimento, pouco contato tive com o Sr. Sbardella e também não vou dizer desses fatos porque existe o inquérito onde o Sbardella estaria sendo investigado. Então, eu me permaneço também no direito de invocar o meu direito constitucional de permanecer calado.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – O senhor enquanto falava, falou, se referiu ao Grupo Fera, que Grupo era esse?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – O Grupo Fera era um Grupo feito pela Polícia Civil no Estado do Paraná para combater tóxico no Estado do Paraná e na época ele foi comandado... era da Polícia Civil. Eu não tenho conhecimento da sua composição, d sua

formação. Sei que existia esse Grupo e fazia realmente investigações sobre o problema de tóxico.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Algum expoente desse Grupo...

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Só...

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Algum expoente desse Grupo que o Sr. lembre?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Na época lá sempre eles trocavam de delegado, essa situação toda. Mas o Adalton, o Dr. Adalton, parece-me que ele comandou esse grupo.

A SRA SELMA SCHON (PT – PR) – O senhor aqui está sempre mostrando um documento que o senhor estaria encaminhando aqui. O senhor falou que está sendo um preso político. Quem lhe encaminhou esse documento? Isso foi após ser preso, ou antes? Quem lhe entregou esse documento? O senhor disse que é um documento apócrifo – conforme respondeu à pergunta do nosso Relator, o Sr. Deputado João Alfredo. Quem lhe entregou esse documento?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Eu recebi esses documentos – parte dessa documentação – antes e foi anonimamente. Às vezes, muitas pessoas, em razão desses fatos, preocupados com a gravidade disso, preferem não se identificar. E eu também... Existe o RSAS, que é o Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos e Reservados que nos assegura esse direito de omitir a fonte.

A SRA SELMA SCHON (PT – PR) – O senhor então afirma que esse documento, além de apócrifo – como o senhor já respondeu para o nosso Relator – é um documento anônimo – o senhor o recebeu anonimamente? É isso que o senhor confirma?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – É um documento que me chegou anonimamente.

A SRA SELMA SCHON (PT – PR) – Anonimamente e é apócrifo. No entanto, o senhor usou o termos desse documento para tornar público. Nós sabemos que a Câmara está reproduzindo isso, colocando o nome de pessoas.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Eu não entendi, Exª.

A SRA SELMA SCHON (PT – PR) – Na resposta do Relator, o senhor já tinha assumido que é um documento apócrifo e agora o senhor ainda nos confirma que é anônimo. No entanto, nesta CPMI que está sendo gravada, e, provavelmente, repetida para o Brasil, o senhor, no entanto, usa nomes e fatos de pessoas que o senhor coloca a publico a partir de um documento anônimo e apócrifo?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Ele seria um dossiê, Exª. Isto aqui é um dossiê.

A SRA SELMA SCHON (PT – PR) – Sim, um documento ou dossiê, dá na mesma.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – É um documento que tem fatos reais na composição e está sendo...

A SRA SELMA SCHON (PT – PR) – Sim, mas se é anônimo e apócrifo, o senhor considera real? Não me parece que um investigador da sua experiência traga a público um documento anônimo e apócrifo e cita nomes e fatos como verdadeiros. Não me parece que a sua experiência...

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Exª, eu só quero completar que eu, desde 2000, não faço mais parte do sistema de informação da Polícia Militar.

A SRA SELMA SCHON (PT – PR) – Mas o senhor tem 20 anos de experiência, conforme o senhor disse.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim, tenho 20 anos de experiência, e é em razão desse fato que as pessoas me mandam muitas informações.

A SRA SELMA SCHON (PT – PR) – Sim, anônimas, sim, apócrifas. E o senhor retrata, coloca nomes em público. O senhor sabe que está sendo gravado.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Exª, veja bem: o que tem ali não é nome que eu coloquei. Eu não coloquei nomes. São fatos.

A SRA SELMA SCHON (PT – PR) – Colocou nomes de dois Secretários.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – São nomes que vieram nesses documentos, Exª. São nomes que vieram nesse documento. Eu não coloquei nomes. São fatos reais que existem nesse documento para verificar...

A SRA SELMA SCHON (PT – PR) – Está certo. Já estou satisfeita. Eu só queria saber isto: então é um documento anônimo, apócrifo; e o senhor, um experiente investigador, coloca a público, sabendo que o documento ou dossiê, como o senhor queira, é anônimo e apócrifo. Eu gostaria ainda, o senhor falou...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Só contribuindo com a Deputada, talvez S. Exª possa indagar. Na verdade, não se trata de documentos apócrifos. Ao contrário, é papel timbrado do Ministério Público, um termo de declaração simplesmente do Comandante a Polícia Militar do Paraná. Isso então não é um documento apócrifo.

A SRA SELMA SCHON (PT – PR) – Mas ele assumiu antes...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ele apresentou recibos assinados, enfim, há uma série de documentos constantes de dossiê – cópias de documentos – constantes de um dossiê que ele diz que é apócrifo porque não quer responsabilizar

ninguém pela confecção do dossiê. Agora, os documentos constantes do dossiê... Se não fosse isso, a CPI, na verdade, não poderia nem recebê-los. Se nós recebemos é porque constam documentos com papel timbrado, com assinaturas de pessoas....

A SRA SELMA SCHON (PT – PR) **–** E são reconhecidas?

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – ...como, por exemplo, o Comandante Pancotti que é o Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná – o Coronel Pancotti. Então é evidente que a CPMI tem que receber esses documentos; e já os encaminhou à Procuradoria-Geral da República. E adotará o mesmo procedimento em relação aos documentos que o Secretário de Segurança Pública do Paraná apresentou. Nós vamos encaminhar também esses documentos que trazem acusações contra o Coronel Neves à Procuradoria-Geral da República para as providências cabíveis no caso.

Portanto, esta CPMI adota um procedimento de imparcialidade. Se há denúncias contra o coronel, como há denúncias contra o Secretário, cabe à CPMI encaminhá-las ao Ministério Público.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ANSELMO (RO – TO) – V. Exª vai também... Ah.... perdão, Deputada!

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Eu gostaria, ainda, de fazer algumas perguntas. O senhor falou de um grupo interestadual de conflito nas terras. Quem o teria organizado? É governamental? É civil? Que ações empreendeu esse grupo? V. Exª estava falando de um grupo interestadual de conflito nas terras.

O SR. ANSELMO (RO – TO) – O senhor coordenaria algum tempo atrás...O senhor disse: "eu coordenava um grupo interestadual de conflitos de terra na região sul de Mato Grosso". Que grupo é esse?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Na época da Codesul, foram montados vários grupos para discutir certas situações envolvidas com o Mercosul. Lá havia tinha problema de transporte, problema de roubos e eu, como tinha conhecimento sobre a situação da reforma agrária... então o grupo tinha o seguinte nome: grupo de conflitos agrários, envolvendo conflitos agrários. Então, esse grupo era formado por representante do Governo do Estado de Mato Grosso, representante do Governo do Estado de Mato Grosso, representante do Governo do Estado do Paraná, representante do Governo do Estado de Santa Catarina e representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

No Mercosul, existia vários grupos para estudar determinados fatos e eu fiz parte desse grupo de conflito agrário, onde justamente eu disse o seguinte: que eu não era contra o Movimento dos Sem Terra; contra a liderança do Sem-Terra; sou contra a metodologia empregada pela reforma agrária.

No Paraná, hoje, não tem mais terra improdutiva. No meu Estado não existe isso, não existe. Então, a reforma agrária... a metodologia, a forma que está sendo empregada. Esse é o meu questionamento.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Em que período...

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Eu gostaria só de completar, Exª, que eu nunca persegui sem-terra.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Eu não estou... O senhor está dizendo uma coisa que eu não lhe perguntei.

Em que período funcionou esse grupo interestadual?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Foi na época do Governo Jaime Lerner, Exª. Eu fui designado. Eu era major. Foi no período dele. Na época...

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Que ações fazia esse grupo?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Esse grupo estudava uma forma de evitar o conflito no campo, evitar invasão, evitar conflito.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Que ações ele fazia para evitar isso?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Justamente esse projeto que eu disse. Novamente volto a repito, esse projeto que objetivaria na realidade aquisição no Estado de três áreas pelo Incra. Porque, na realidade, o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – terceirizou a reforma agrária. A reforma agrária, quem tem que fazê-la é o Incra, e não o MST. O MST não é competente para fazer a reforma agrária. Quem tem que fazer reforma agrária é o Incra.

Então, qual que era o projeto?

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – O senhor...

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Se a senhora me permitir...

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – O senhor só falou assim... Eu queria saber que ações esse grupo fazia, o senhor falou assim, para evitar o conflito na terra? Que ações fazia para evitar?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Esse era um plano que nós apresentamos para evitar isso aí, para que, realmente, os sem-terra não praticassem invasão, fossem realmente cadastradas pessoas que tivessem tradição na terra, fossem colocadas nas áreas de treinamento, onde seriam preparados para fazer inseminação artificial, plantio, etc. etc e tal, tudo aquilo realmente levado à área. Eles ficariam ali. Eles receberiam cesta básica e ficariam ali.

Quando o Incra adquirisse determinada área em algum local, comprasse a área mediante o banco, comprasse a área do Banco da Terra, por exemplo, adquiria uma área lá do Sr. José... Aí veja... Aqueles que já tivessem terminado o curso naquela área – a senhora entendeu como é? – seriam colocados lá. Acabaria a invasão, acabaria o conflito.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Não... Está desviando um pouco, mas já deu...

Eu quero agradecer.

Eu só queria lembrar também um documento que recebemos. O senhor antes dizia que no dossiê que o senhor tinha aqui, que o Sr. Pacheco acusava o secretário como tendo envolvimento com entorpecentes. Era usuário de... Eu tenho aqui em mãos um documento da Srª Leila Aparecida Bertolini, que é delegada policial, em que ela declara... diz assim:

"Declaro que conduzi a pessoa do Sr. Marco Aurélio Pacheco até a cidade de Brasília, em data que não me recordo, para que esse pudesse ser ouvido pela CPI do Narcotráfico em assuntos relacionados ao tráfico de entorpecentes nessa cidade, Curitiba.

Acompanhei, na íntegra, seu depoimento e em momento algum foi citado o nome do Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Luiz Fernando Delazari como pessoa usuária de entorpecentes. "

Então, eu acho que é interessante registrar essa informação, para que ela também conste e seja averiguada.

Obrigada, Sr. Presidente, obrigada Sr. Depoente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos a presença da Deputada.

Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (RO – PT) – Sr. Presidente, há alguns documentos que ficaram com o Secretário, depois tem algumas informações que vieram da Polícia Federal. Como essas pessoas estão na região em que, inclusive, vou estar na sexta-feira, vou averiguar isso lá. Eu gostaria de perguntar sobre essas pessoas de Rondônia – sou de Rondônia – que estão envolvidas. Eu só gostaria de saber do depoente como esses mandatos chegaram às mãos do senhor.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Esses mandatos chegaram através do Sistema de Informação da Polícia Militar e também da própria Polícia, que me trouxe esses documentos. Esses mandados são também de conhecimento da Polícia Civil e da própria Polícia Militar de lá. Esses mandados foram uma busca, porque a Polícia Militar faz buscas, detém esse poder de fazer as buscas e de resgatar esses documentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Faço parte da CPI que investiga o tráfico de armas e tive oportunidade de fazer as perguntas que queria ao Coronel Neves. Agora, existe uma coisa muito grave no dossiê, que olhei só por cima. Parece que é um escrito à mão, num papel timbrado da Câmara dos Deputados. Eu olhei de longe e, por isso, eu queria ter acesso a esse documento. Eu gostaria de requerer o exame grafotécnico desse documento. É extremamente grave alguém usar a Câmara dos Deputados para fazer qualquer tipo de ação que não seja nossa, profissional. Acho isso extremamente grave.

Eu não tive acesso ainda ao documento. Obviamente, vou me reservar o direito de poder fazer...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu posso até fazer para V. Exª. Eu pedi para olhar porque, às vezes, falam-se coisas e cria-se uma situação que não é verdadeira. De fato, há um documento com um timbre da Câmara, não é assinado pelo Deputado Padre Roque. É um documento efetivamente do Gabinete, se dirige ao Dr. Roberto Baggio e pede que se tome conhecimento de um depoimento que vai junto. Maiores esclarecimentos, contactar pelo fone. Não há nenhuma assinatura do Deputado Padre Roque.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Não existe assinatura de ninguém?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nenhuma, nenhuma, nenhuma, e pede para entrar em contato com o gabinete em função de um depoimento.

Eu acho que as coisas são colocadas... Parece até que era o Deputado Padre Roque estava assinando esse documento.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Mas, veja bem, como foi citado o nome do ex-Deputado Padre Roque, hoje Secretário de Estado, é muito importante ver porque as denúncias são extremamente graves. Então, eu gostaria de ter acesso ao documento, para poder inclusive fazer o requerimento da presença dele aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Já pedimos à Secretaria para fazer cópia e entregar ao Deputado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Deputado Padre Roque já se colocou à disposição da CPMI.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Tudo bem. Vamos ouvi-lo em uma próxima oportunidade.

Tenente-Coronel, eu vou me eximir de fazer perguntas porque já ouvimos todas as declarações do coronel. Vou me resguardar o direito – como o senhor ainda vai responder na CPI das Armas, em mais uma reunião reservada – de fazer as perguntas que desejo

e que se referem ao tráfico de armas e que nada têm com esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado João Alfredo, para encerrar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, tomei conhecimento – e queria que o depoente confirmasse – de que à época ainda, se não me engano, do Governo Jaime Lerner foi formada uma força-tarefa pelo Ministério Público para investigar as ações do Grupo Águia. É verdade? Isso aconteceu?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Eu desconheço esse fato, Exª.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – No Ministério Público, por meio da PIC, Promotoria de Investigação Criminal, nesse período.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Desconheço esse fato, Exª, porque nunca fui comunicado desse fato. Em todos esses casos em que ocorria desvio de finalidade ou qualquer situação, a Polícia Militar é o órgão competente para investigar seus integrantes. Temos todo um ordenamento jurídico.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas o Ministério Público também.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Sim, Exª. Só que eu não recebi e desconheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não recebeu?

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Desconheço.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, o senhor não tem conhecimento. O senhor conhece o Dr. Dartagnan Abilhoa?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Conheço, sim, o Dr. Dartagnan Abilhoa.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele é pai do Ricardo Abilhoa? É isso? O senhor conhece o Ricardo?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Não, senhor. Conheço a pessoa do Dr. Dartagnan Abilhoa. Não conheço pessoas da família.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Chamou-me atenção o fato de que, no dossiê encaminhado pelo senhor, há documentos do Ministério Público. Pergunto-lhe de forma bastante direta: foi o Sr. Dartagnan Abilhoa que lhe passou esses documentos?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Não, Exª. Como já disse no início, recebi esses documentos sem origem. A pessoa que os encaminhou colocou o documento e acabou deixando esse documento a meu conhecimento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não foi, então, o Sr. Dartagnan Abilhoa.

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Desconheço, Exª, quem me encaminhou essa documentação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – No outro dossiê interessante, o dossiê Operação PRP é do Grupo Águia?

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Também, Exª, desconheço. Não é do Grupo Águia essa documentação porque ela me chegou recentemente. Então, desconheço. Na época...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É interessante porque, nesse documento...

O SR. WALDIR COPETTI NEVES – Só gostaria de concluir, Exª.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois não.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Não posso dizer que seja ou não seja do Grupo Águia porque, quando recebi esse documento, já não fazia mais parte do Grupo Águia. Não sei exatamente quem elaborou essa documentação. Recebi esse documento. Achei de gravidade tremenda esses fatos. Precisaria, na realidade, levar a público, como policial que sou e responsável por todas as prisões que fiz até hoje, durante minha vida policial militar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O interessante é que tanto um dossiê, como outro – é importante procurarmos até atestar a veracidade deles, Sr. Presidente – iniciam-se com uma série de relatos, mas nenhum deles tem assinatura. Juntam cópias sem autenticação. Se S. Exª me permite, Sr. Presidente, nesse primeiro dossiê Operação PRP, que fala de uma invasão na propriedade Fazenda Perdiz; endereço Lajeado Bonito; proprietário, Aristines, etc, há uma série de considerações inclusive sobre a atuação do Padre Roque e diz ao final – interessante observar: se pudéssemos aqui sentenciar o Padre Roque, condenaríamos o referido à pena perpétua. E olho aqui o relatório sem nenhuma assinatura. Parece-me, Coronel Copetti, que o senhor fez uma série de acusações, mas o senhor está respondendo a um processo na Justiça. O senhor se escuda num direito que é seu, como advogado tenho que reconhecer, de não prestar os esclarecimentos e se escuda, ainda mais pelo fato de as investigações serem sigilosas, de não respondê-las. Mas as acusações contra o senhor são muito graves. E o senhor, ao invés de fazer a sua defesa – porque o senhor sempre se omitiu de fazer a defesa –, faz acusação contra aqueles que o estão investigando. Então, como já foi falado, é a tática: a melhor defesa é o ataque. O senhor, em nenhum momento, se defendeu das acusações com relação à formação de um grupo de milícia de armada, ao contrabando de armas, à utilização indevida de suas funções. Vamos

terminar, mais uma vez, esta reunião com o senhor se aproveitando dela para fazer essas acusações, trazer dossiês. Como o senhor mesmo disse, era da área de informação e certamente colhia muitas informações, talvez até também grampeando, quem sabe, através desse processo de informação, mas, com relação às acusações, o senhor não diz nada. Inclusive, o senhor fugiu de uma pergunta básica, a partir de uma declaração que o senhor fez explicitamente – explicitamente – na sua monografia, de que a UDR estava mobilizando os proprietários para a criação de uma guarda armada particular. Quer dizer, então todas essas outras questões, eu acho que o Presidente Alvaro Dias está, vamos dizer, agindo de forma acertada, que não são objeto de apuração da CPMI, tanto com o que o senhor falou, como o que o Secretário também falou, se remeta ao Ministério Público. Mas com relação à questão da CPMI, o senhor, mais uma vez, não nos respondeu nada.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não, é...

O SR. ANSELMO (PT – RO) – O senhor terminou?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Terminei. Estou só dizendo isso.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu só queria conversar com o Presidente.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu queria que ele me dissesse... Antes de o senhor dizer "pela ordem", ouvir aqui o coronel Copetti sobre isso.

O SR. WALDIR COPPETTI NEVES – Bom, Exª, primeiro não existe milícia armada, não existe contrabando de armas, só quero dizer isso. Não existe. E a Polícia Federal está investigando isso, e vai verificar, ao término da investigação, e eu vou responder todas as acusações no fórum competente que eu respondo. No fórum competente que eu respondo. Quanto à situação que V. Exª coloca, da monografia, volto a dizer o seguinte: que o direito de propriedade é bem estabelecido no Código Civil, art. 1.210. Então, o que acontece? Como não se cumpre a reintegração de posse, daqui a pouco estamos... A minha preocupação, justa, é que, de repente, se forme o grupo do MST. A milícia do MST já está ali.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não, mas o senhor fala aqui... O senhor fala em UDR aqui.

O SR. WALDIR COPPETTI NEVES – Exª, me permita, quando o senhor me acusou, Exª, eu permiti...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não, eu não o acusei.

O SR. WALDIR COPPETTI NEVES – Eu gostaria que o senhor... O senhor me acusou e eu gostaria que o senhor me desse...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O senhor está sendo acusado é pela Justiça.

O SR. WALDIR COPPETTI NEVES – ...me desse o direito de eu me manifestar, pelo menos uns dois minutos, não é? Dois minutos. Não crucifique tanto o Cristo, não é? Não libere tanto Barrabás. Permita que eu termine. A colocação... Não escrevi só esta monografia, o senhor há de ver outras. Eu escrevi três monografias. Eu fiz um projeto em favor da... A Polícia não quer conflitos, senhores. A Polícia quer paz. Tendo conflito, é problema para nós. Seja de José, de João, de Pedro ou Antônio. A Polícia prega o quê? A boa vizinhança. Prega-se o quê? Prega-se o direito de progresso, prega o direito de propriedade líquido e certo, estabelecido na Constituição. Do momento em que perdermos o direito de propriedade, senhores, nós perdemos a democracia. Não é? Nós perdemos a democracia. Volto a dizer o seguinte: no Paraná, hoje, existem 350 mil hectares de terra na mão do MST. Trezentos e cinqüenta mil hectares! São alguns Municípios. Aí eu pergunto: vamos fazer uma somatória e ver se é produtivo? Não, não é produtivo. Onde é que está... Com quem está essa terra? Essa terra está em mão do Estado. E pelo que estudei, senhores, quando a propriedade fica na mão do Estado, mudou-se o regime, não é isso? Nós tínhamos... Porque, na verdade, de ver quais eram os acampamentos e liberar os acampamentos e fazer o pessoal pagar a conta, quem está lá dentro. Quem está lá dentro, que já recebeu a terra há vinte anos, vamos pagar a conta, vamos devolver, vamos ver quem é que está certo e quem é que está errado. Vamos fazer ele pagar a conta. O Estado não pode ser uma teta para todo mundo ficar mamando e nem eu posso ser acusado de milícia. Não existe isso. Não existe milícia. Milícia é ter 300, 500, 600, 1.000 homens, prontos para tomar o poder e mudar regime e praticar todo tipo de crime contra a fauna, contra a flora, seqüestro, cárcere privado. Eu trago para os senhores 300 crimes. Eu já disse: a reforma agrária tem que mudar a metodologia que está ocorrendo hoje. Nós estamos correndo um risco, senhores. Nós estamos correndo um risco do jeito que as coisas estão acontecendo. Daqui a pouco, assaltante de banco também vai requerer função social, não é? Dizer que ele não tem dinheiro e que o dinheiro tem que servir para ele também. Se eu não cumpro uma reintegração de posse, uma liminar de reintegração de posse, senhores, eu também me vejo no direito de não cumprir também o mandado de prisão. Emana-se da mesma autoridade. Então, vejam os senhores, aqui é o fórum

para se discutir isso. Tem que se pensar isso aí. Não pode deixar as coisas caminhar à esquerda como estão caminhando; ou à direita, seja o que for. O que tem é que tomar o rumo, tem que se cumprir a lei neste País, por isso existe o fórum. Cumpre-se a lei. Está errado? Pague-se. Agora, não pode ninguém ser penalizado sem antes ser julgado e ser num tribunal competente, e ser realmente julgado e condenado. Eu não posso ser um criminoso porque a imprensa, alguém disse lá que o coronel Neves tem uma milícia armada, tem armas, tem isso e aquilo. Vamos provar, vamos lá no fórum competente, vamos analisar isso. Então, é isso que eu queria dizer, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O Relator, nas palavras finais, fez tudo para desacreditar o depoimento do Coronel Neves. Ele pegou o documento como se fosse um papel higiênico, todos os dossiês...

O SR. RELATOR (João Alfredo) **–** Não coloque na minha boca o que eu não falei, Deputado Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) **–** Eu disse como se fosse. Não disse que o senhor colocou. Eu disse que o senhor tratou como se fosse papel higiênico. Eu não tive acesso aos documentos, mas o senhor explicou para o Deputado Anselmo que todos os documentos que ali estavam eram assinados. O senhor mostrou para todos nós, para quem quisesse ouvir, que os documentos...

O SR. RELATOR (João Alfredo) **–** Todos não...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) **–** Documentos que estavam dentro continham notas fiscais, declarações à polícia... Então, eu acho que nos cabe a responsabilidade de investigar. Eu fiquei quieto. Não falei nada. Eu só acho que nós estamos aqui para apurar a violência no campo e, hoje, nós ouvimos aqui uma coisa gravíssima. Nós estamos lidando, agora, com a equipe de disciplina de acampamento, ou seja, os assassinos profissionais do MST. Chamam-se "equipe de disciplina do acampamento". Presos com nome... Então, nós estamos vendo agora quem tem, realmente, a milícia, que é esse movimento que posa como movimento social, mas que, para segurar o pobre coitado dentro, ele chega a assassinar e a ocultar cadáver, como diz a notícia aqui.

Isso é extremamente grave. Então, é disso que nós não podemos fugir. Também quero deixar aqui a denúncia do MST, que vou encaminhar à V. Exª, cobrando 50% de um proprietário, um acordo em cartório – aqui está –, para não invadir a propriedade do cidadão. Cinqüenta por cento de pedágio para não invadir a propriedade do cidadão. Está aqui. Em cartório, com firma reconhecida, Cartório Prudente Nova Laranjeira. Está aqui e eu quero encaminhar à CPI. Isso é uma violência e é com isso que nós estamos convivendo hoje. É isso que o produtor rural está passando hoje.

Mas fazer defesa do movimento espúrio aqui dentro, do movimento que não tem nome, não tem CGC e tratar como heróis aqui dentro aqueles que esbulham, que matam, que assassinam, como está acontecendo, é que é inadmissível nos dias de hoje.

O SR. ALSELMO (PT – RO) **–** Peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Com a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Lá em Rondônia está acontecendo uma coisa muito semelhante a esse fato que o Deputado Lupion está dizendo. Quando se tratou da questão do biodiesel, chegou lá um camarada que diz ter um dinheiro na Alemanha para instalar uma cooperativa para trabalhar com o programa de biodiesel, só que essa cooperativa tem que passar uma procuração para ele.

Hoje existem muitas pessoas vestidas de MST para realmente fazer o que o senhor disse.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Inclusive alguns infiltrados.

O SR. ANSELMO (PT – RO) **–** Justamente. Lá em Rondônia, na estrada-parque, onde tem um parque e umas terras indígenas, tem um ex-Prefeito que estava com 60 homens fazendo uma estrada e dizendo que era o próprio MST. Tinha lá também, dentro de uma reserva Flona do Bom Futuro, um bando de fazendeiros, utilizando pequenos produtores também com o nome de MST. Então, nós temos que averiguar essas denúncias, pois muitas vezes alguém se veste de MST para fazer essa bandidagem.

Eu conheço o MST há muito tempo.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) **–** O que é o MST, Sr. Deputado?

O SR. ANSELMO (PT – RO) **–** Acho que é meio difícil fazer esta pergunta.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Não existe. Qualquer um pode....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Eu sugiro deixar essa discussão para uma outra oportunidade, porque nós temos ainda o Dr. Fernando Francisquini para prestar o seu depoimento e nós temos que liberar o Coronel Neves, que volta a CPI do Tráfico de Armas na Câmara dos Deputados.

O SR. ANSELMO (PT – RO) **–** Eu só queria fazer essa comparação porque existe esse tipo de coisa.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu trouxe provas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos, então, agradecendo...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu trouxe provas. As provas estão aí.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecendo a compreensão dos colegas, encerrar essa parte da reunião, liberando o Dr. Valdir Copetti Neves, para que possa dar continuidade ao seu trabalho na outra Casa do Congresso Nacional.

Vamos suspender a reunião para iniciarmos uma outra, reservada...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não. Concedo a palavra a V. Exª pela ordem.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, o documento, que fiz questão de ler e reler, a juíza apenas obsta a que o Delegado Francischini deponha, de forma aberta, sobre os dados ligados ao sigilo telefônico.

Então, eu queria fazer uma proposta: que pudéssemos tomar um depoimento inicial aberto com o Delegado para abordarmos as questões da operação e entendermos o trabalho que a Polícia Federal está fazendo lá. Num segundo momento, faríamos uma reunião, de forma reservada, para que ele traga as informações acerca do sigilo telefônico. Creio que seria...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concordo. Aliás, tenho a opinião pessoal de que a CPMI não deveria admitir nunca depoimento sigiloso. Uma CPMI existe para revelar os fatos, e não para escondê-los. Prefiro sempre o depoimento aberto.

Portanto, essa sugestão do Relator é acatada. Vamos ouvir, inicialmente, um depoimento aberto do Dr. Fernando Francischini e, posteriormente, se houver declarações sigilosas, transformaremos em reservada a reunião.

Muito obrigado, Dr. Waldir Copetti Neves, Tenente-Coronel da Polícia Militar do Paraná. V. Sª está liberado para dar continuidade ao seu depoimento na Câmara dos Deputados.

O SR. VALDIR COPETTI NEVES – Obrigado, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Como conseqüência das denúncias hoje apresentadas pelo Secretário Delazari e adotando o mesmo procedimento de imparcialidade, vamos encaminhá-las à Procuradoria-Geral da República, para que o Ministério Público possa tomar conhecimento dessas denúncias e, naturalmente, adotar os procedimentos necessários no caso.

Solicito, portanto, à Secretaria da Comissão que tome as providências, redigindo um ofício e juntando os documentos para o conseqüente encaminhamento à Procuradoria-Geral da República.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, pergunto a V. Exª se nós, em razão daquilo a que estamos assistindo e já que todos os problemas das milícias armadas estão sendo discutidos nesta CPMI, poderíamos pedir para que se federalize o caso de Nova Laranjeiras, referente ao crime hediondo, absurdo de ocultação de cadáver ocorrido naquele acampamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se V. Exª fizer um requerimento por escrito, vamos considerar e discutir o assunto.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Vou requerer, então, por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a V. Exª que formalize o requerimento. A CPMI poderá recomendar, evidentemente, o caso, embora não caiba à Comissão a decisão a respeito do assunto. No entanto, se V. Exª apresentar o requerimento, nós o submeteremos à votação e, se houver acolhimento por parte da Comissão, recomendaremos o caso à Procuradoria da República.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Na próxima reunião, vamos pedir, então, que se federalize esse crime hediondo, para que tenhamos a possibilidade de ter acesso...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência aguarda o encaminhamento do requerimento de V. Exª e, da mesma forma, dos requerimentos propostos pelo Deputado Onyx Lorenzoni na parte anterior desta reunião.

Convido o Dr. Fernando Francischini, Delegado encarregado do inquérito desse episódio, para tomar assento à mesa, agradecendo, desde já, a sua gentileza em acompanhar os trabalhos de hoje desde o início, permanecendo até esta hora e aguardando a oportunidade de prestar o seu depoimento.

Consulto, inicialmente, se o Dr. Fernando Francischini deseja fazer uso da palavra para uma exposição inicial, precedendo às indagações.

Concedo a palavra ao Dr. Fernando Francischini.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Agradeço ao Senador Alvaro Dias, Presidente da Comissão, a oportunidade e cumprimento todas as autoridades, jornalistas e pessoas presentes no local.

Inicio com uma explicação acerca de onde surgiu a força-tarefa e como se iniciaram os seus trabalhos no Paraná, visando a esclarecer alguns pontos que veri-

ficamos que haviam ficado meio obscuros, em razão de os depoimentos terem sido obstados pelo segredo de Justiça. Agora, nessa parte não vislumbramos segredo de Justiça.

O Governador Requião, verificando, em janeiro e fevereiro deste ano, um aumento da criminalidade organizada, principalmente com o envolvimento de policiais, no Estado do Paraná, solicitou, por meio do Ofício CEE/G 007/2005, de 17 de fevereiro, ao Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos, um acompanhamento e uma participação da Polícia Federal no sentido de se estruturar uma força-tarefa na área de inteligência, visando a combater o crime organizado no Estado do Paraná.

O Ministro, por sua vez, no dia seguinte, atendendo a solicitação, expediu o Memorando nº 314, do Gabinete, remetendo ao Diretor, Dr. Paulo Lacerda*, a determinação para que tal força-tarefa na área de inteligência fosse realizada no Estado do Paraná.

Dessa forma, por meio da supervisão do Dr. Jaber Makul Hanna Saadi, Superintendente Regional no Estado do Paraná, estruturamos a força-tarefa contra o crime organizado no Estado, nos mesmos moldes que a Polícia Federal vem adotando com sucesso nas grandes operações que, dia-a-dia, verificamos na mídia, combatendo o crime organizado e seu cerne. Então, estamos deixando de buscar os pequenos delinqüentes, buscando os criminosos de alto escalão nas organizações criminosas.

Há uma determinação judicial – o Sr. Relator até fez uma leitura – em que a Drª Silvia Salau Brollo, Juíza titular da 1ª Vara Federal de Ponta Grossa, autorizou o meu depoimento a esta CPMI sobre as investigações, consignando que a interceptação telefônica atinente a esse processo, quando tivesse relação com a investigação, deveria ser em sessão reservada, estendendo, assim, à CPMI o compartilhamento do segredo de Justiça dos autos.

A investigação toda iniciou-se com uma quebra de sigilo telefônico, então é muito difícil eu iniciar falando diretamente sobre os fatos que envolvem o inquérito, pois teria que entrar diretamente no sigilo telefônico. Porém, coloco-me à disposição sobre guardião – o Secretário colocou que tenho participado de algumas instalações, etc -, sobre se o equipamento funciona.

Estou totalmente à disposição.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Seria, talvez, importante começar a falar sobre o Guardião, mas, como estamos apenas jungidos à questão do sigilo telefônico, tenho aqui o auto de prisão em flagrante delito que traz informações que eu gostaria que V. Sª confirmasse. Mas acho importante começar pela questão do guardião, porque esse assunto se tornou uma polêmica muito grande. O Secretário afirmou que quem estava à frente dessa força-tarefa, do trabalho do guardião na questão da transferência dos sigilos, era justamente V. Sª. Então, acho que era importante começar por aí.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Vou iniciar com o equipamento guardião. Acompanhei todo o trabalho da CPMI e ouvi as dúvidas de vários Deputados.

O guardião é um dos equipamentos escolhidos pela Polícia Federal visando a uma padronização. Por que essa padronização? É um equipamento que não permite a escuta clandestina, o grampo telefônico. O Secretário tentou explicar, mas é um equipamento que não é invasivo.

Então, existem outros equipamentos no mercado em que o próprio operador da interceptação telefônica pode entrar diretamente nos computadores da companhia telefônica e obter seu áudio e seus dados. O guardião foi escolhido pela Polícia Federal e as Secretarias o estão adotando porque é um equipamento receptivo. Não há nenhuma forma...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como funciona? Poderia explicar? O que são ser receptivo e não ser invasivo para quem não é, vamos dizer, da área?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Invasivo é quando eu, operador da Polícia, vou digitar o número do telefone de uma pessoa e, independentemente da vontade da companhia telefônica, vou receber essas informações. O equipamento receptivo, que é o "guardião", não vou receber nada num *link* de dados e áudio que tenho ligado com a companhia telefônica, sem uma ordem judicial. Então, quem vai me disponibilizar o áudio e os dados é a própria companhia telefônica. Então, é impossível, com o equipamento "guardião", se fazer uma escuta clandestina. Hoje temos um desenvolvimento muito grande dos departamentos jurídicos das concessionárias de telefonia. Então, é feita uma confirmação com o juiz que expediu a ordem, é feita uma confirmação dos cadastros, dos números monitorados. Portanto, há toda uma preocupação, tanto da Polícia como o jurídico das concessionárias, visando a evitar uma escuta clandestina, visando ao enxerto do número telefônico que não tenha nada a ver com a investigação. Então, esta é a nossa preocupação.

Em relação ao "guardião", em outros casos em nível nacional da Polícia Federal, já foi auditado, periciado, e foi demonstrado que eu não tenho como editar uma conversa, eu não tenho como mudar uma seqüência de uma conversa. Ele é um equipamento fechado em nível de *software*. Então, o *software* dele não permite que eu pegue uma conversa de amanhã e diga que

foi hoje, tentando maquiar alguma situação. Ele não permite isso. Então, é um sistema auditável.

Eu acompanhei o Secretário, ele não tem o conhecimento técnico, como vimos, dessa área, explicando que era auditável, e uma Deputada lhe perguntou lhe o porquê de não se realizar essas auditorias. Nós, que somos da área de inteligência da Polícia Federal e acompanhamos, se uma autoridade superior ao Presidente do inquérito, que tem a quebra do sigilo telefônico, fizer uma auditoria, ele está cometendo um crime de quebra de sigilo, previsto no art. 10 da Lei nº 9.296. Então, mesmo que o Secretário quisesse fazer uma auditoria na força-tarefa que estamos implementando junto com a Polícia Militar e com a Polícia Civil, nós não permitiríamos, porque ele estaria quebrando. Se ele fizesse, ele estaria cometendo um crime, que o crime do art. 10 da Lei nº 9.296. Quem preside o inquérito, quem conduz as investigações, aí sim, tem o dever de auditar permanentemente. Então, cada vez que – são senhas diferentes que o "guardião" tem – o administrador, que seria o Presidente do inquérito, que seria o meu caso, entra com essa senha, ele já traz uma auditoria completa para mim. Eu sei o que o policial escutou, no horário que ele escutou e qual foi a senha que entrou naquela determinada conversa. Então, é por isso que ele está sendo escolhido. Ele é um equipamento nacional da Secretaria de Segurança. Foi adquirido, pelas informações que ouvi - não acompanhei -, com verbas da Secretaria Nacional de Segurança Pública. O da Polícia Federal, em vários Estados, é adquirido com verba própria da Polícia Federal. Sistemas totalmente abertos. Então, o sistema, eu acho, que a gente resolve essa dúvida. É impossível se fazer uma escuta clandestina e se buscar...Até um requerimento que a gente acompanhou também de requerer todos os ofícios judiciais que tenham. A autoridade policial que fornecer esses ofícios de vários juízes, está cometendo crime de quebra de segredo de Justiça de inquérito, quebra de sigilo funcional. Então, o requerimento tem que ser direcionado para o juiz, e o juiz tem que estender como foi feito nesse caso.

Então, eu acompanhei, o Secretário ficou meio embolado aqui, porque ele não acompanha diariamente esse tipo de coisa. E ele também não pode fornecer. E eu não vou fornecer para ele na força-tarefa, porque, senão, eu também estarei cometendo esse tipo de crime.

Há alguma pergunta sobre o guardião?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pode ser que depois o Deputado Onyx Lorenzoni, que é bem interessado nesse tema, possa fazê-lo.

Mas eu queria me focar mais na questão. Eu, pessoalmente, terei muito cuidado – penso também como o Presidente –, mas se pudéssemos abrir tudo, seria melhor. Até porque o Coronel Copetti se vale muito disso, mas penso também que, se há um processo de investigação e uma determinação judicial, temos que andar, digamos, no fio da navalha.

Mas vou fazer perguntas não sobre o conteúdo, porque, sobre o conteúdo, sei que o senhor não pode falar. Farei perguntas de modo geral. Por exemplo, foi autorizada a transferência do sigilo telefônico de quem pela Justiça? Creio que isso seja permitido.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Eu trouxe até, e vou aguardar a autorização...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – De quem foi quebrado? Quais foram aqueles...?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – A auditoria da Justiça Militar, a pedido da força-tarefa, mais especificamente da força-tarefa na parte da polícia civil, iniciou investigações no sentido de grupos de extermínio no Paraná, envolvendo várias pessoas que seriam suspeitas e trariam indícios da participação em homicídios e grupos de extermínio. Essa é a participação da competência da polícia civil e da justiça estadual.

Durante essa investigação surgiram indícios graves e que foram comprovados depois de que haveria crimes da competência da Justiça Federal. Então, o nosso acordo dentro da força-tarefa foi: todos vamos contribuir na área de inteligência na troca de informações, mas cada um dentro da suas atribuições. Então, a partir do momento que a auditoria da justiça militar – e temos um parecer do promotor, da auditoria e do juiz encaminhando – notou que os crimes que estavam sendo investigados, além dos que estavam em andamento, existiam alguns da competência da Justiça Federal, produziu um documento sigiloso, com a autorização do Ministério Público, e encaminharam para a Polícia Federal para continuidade da investigação. Essa é a origem da investigação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Essa é a origem. Então, veja, foi quebrado o sigilo telefônico de quem?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Aí entra no sigilo. As pessoas já entram...O nome das pessoas que estão com o sigilo telefônico quebrado já entram no segredo de justiça.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas o senhor poderia dizer, mais ou menos, quantas pessoas foram aproximadamente?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Também entra no sigilo. É uma investigação ampla. A força-tarefa foi montada no sentido de combater efetivamente o crime organizado no Estado. Sabemos que não é uma tarefa fácil e vamos precisar do apoio...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, ela continua além desse episódio envolvendo o Coronel Copetti Neves?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Continua em vários casos. A Polícia Federal está agindo o mais tecnicamente possível, não se envolvendo em nenhum tipo de questão que não seja questão técnica.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu pensava que tinha se cingido a esse episódio. Então, tem outros. É razoável, portanto.

Mas, então, vamos ao caso do Coronel Copetti Neves e já não estou mais na questão do sigilo telefônico.

Quando ele foi preso, ele tinha armas de fogo em seu poder?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – A situação que falei no começo, Deputado. O auto de prisão em flagrante foi oriundo de um pedido de prisão preventiva e de mandados de busca expedidos em razão da interceptação telefônica. Então, o nosso entendimento é que o auto de prisão em flagrante redundou em função do sigilo telefônico.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Veja, não estou aqui fazendo nenhum questionamento das conversas do Coronel Copetti Neves com quem quer que seja. Mas, efetivamente, se o senhor olhar para a determinação da juíza, ela fala da interceptação.

O auto de prisão em flagrante diz o que é que foi apreendido.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – O senhor está com a ordem para que eu possa dar uma lida?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Estou. Cadê a ordem? **(Pausa.)**

Está aqui. Vou ler porque acho que a gente tira todas as duvidas. Não vou perguntar nada do que foi conversado.

Diz: "Outrossim, autorizo as autoridades policiais responsáveis pelas investigações, Drs. Jaber Macur, Ana Saad e Fernando Destito Francischini a prestarem explicações sobre as investigações inclusive sobre o teor das interceptações".

O teor. Eu não estou fazendo uma pergunta sobre o teor. Estou fazendo uma pergunta sobre um auto de apreensão no momento da prisão em flagrante de delito. Sobre o teor, que eu também sei, mas também não vou expor, sobre o teor eu sei que houve uma interceptação, que houve conversa e que, a partir dali, se fez a prisão.

Aqui diz sobre o teor e não diz "sobre todos os atos decorrentes da escuta". Aqui diz "sobre o teor". Aqui seria na reunião sigilosa, porque aí...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O que a doutora determina é que só no caso das interceptações telefônicas – ela frisa bem – nesse caso, em reunião sigilosa, como impõe a Constituição Federal – é o art. 5º, não é?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas sobre o teor. Então, entendo que o teor está no sigilo, mas acho que o auto de prisão em flagrante delito do inquérito não está coberto porque não é o teor, ele é um auto de prisão onde foram apreendidas armas.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Em relação às apreensões, algumas coisas do auto de prisão em flagrante seriam coisas que foram constatadas no momento. Algumas perguntas não respondidas no auto de prisão em flagrante são referências a informações que nós tínhamos...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas eu não estou perguntando isso. Estou perguntando se o Coronel Copetti tinha armas no momento em que foi preso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Vou seguir então a orientação do senhor e do Presidente no sentido de nos restringirmos as investigações. Quando surgir teor de interceptação telefônica ou alguma informação obtida por meio de interceptação, nos restringirmos...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É claro, porque estou me valendo de depoimentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Apenas para completar, até que, quem sabe, o Relator deseje reivindicar a transferência do sigilo, a Drª Sílvia Regina disse que o conteúdo dessa interceptação telefônica, o conteúdo dos dados obtidos pelo monitoramento telefônico constante do inquérito policial poderá ser transferido a essa douta Comissão Parlamentar, após remessa a este juízo da decisão fundamentada que decretou a quebra do sigilo. Ou seja, se esta Comissão deliberar pela quebra do sigilo e encaminhar à Juíza Sílvia Regina essa deliberação da Comissão, ela poderá transferir o conteúdo desse monitoramento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não vou fazer pergunta alguma sobre o teor; vou fazer perguntas sobre apreensão, prisão e depoimentos, que não estão, portanto, cobertos pelo manto do sigilo telefônico.

É uma pergunta agora objetiva.

O Coronel Copetti Neves, quando foi preso, tinha armas em seu poder?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Tinha armas em seu poder. Podemos citar uma pistola Glock, calibre 9 mm, sem registro no País, importada; um revólver calibre 357 Magnum, de calibre restrito, sem a documentação legal, na sua residência; uma escopeta calibre 12 Pump-Action, registrada, porém não em

seu nome, e mais uma carabina de caça também sem registro algum. Isso só na sua residência.

Na sua fazenda, mais um revólver calibre 38, com numeração raspada, que foi apreendido na casa de sua fazenda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Sr. Adair João Sbardella também tinha armas em seu poder quando foi preso?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Na busca do Sr. Adair João Sbardella, encontramos também uma escopeta calibre 12, ainda na caixa, na sua residência, da marca Boito; encontramos duas carabinas calibre 36, calibre de caça, usadas na área rural, e um revólver calibre 22 em estado péssimo de conservação, porém todos sem nenhum tipo de registro legal. Em todas essas residências mencionadas nas buscas anteriores, encontramos grande quantidade de munição calibre 12, 357 Magnum, calibre 9 mm, importadas, e outras de calibre restrito que não poderiam estar em poder das pessoas mencionadas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nós poderíamos então caracterizar, a partir dessas apreensões, que estaria havendo aí contrabando e tráfico internacional de armas? Foram armas que vieram de fora do País?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Os indícios. Porém, as provas entram no segredo de Justiça, mas o segredo de Justiça...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas são sem registro?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – São armas fabricadas no exterior, munições fabricadas no território nacional, mas produzidas para exportação, conforme os laudos da perícia já emitidos, e que não poderiam ter sido adquiridas no Brasil. Porém, algumas das armas e algumas das munições, dentro desse contexto todo, eram de fabricação nacional. Podemos até citar aqui, algumas de fabricação nacional identificamos com queixas de furto, outras com extravio, porém todas sem o registro.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Todas sem o registro.

Para entendermos aqui de forma didática, para quem não é da área. O que significa ter uma arma sem registro? De forma geral. Pode ser qualquer um, pode ser o Coronel Copetti, pode ser o Sbardella, pode se qualquer cidadão brasileiro: o que significa ter uma arma sem registro?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Nossa lei nova, o Estatuto do Desarmamento, prevê que o cidadão, nesse período, tenha uma arma com registro, registrada no Sinarm, que é o sistema de registro de armas – que hoje só é feito pela Polícia Federal –, que essa arma deveria ser registrada na Polícia Federal. Essa arma deveria ser registrada na Polícia Federal. Ou, se ele ainda não cumpriu o novo prazo concedido, ele tem um prazo – se ele tem o registro na Polícia Civil ou na Polícia Militar – para registrar essa arma na Polícia Federal.

(Interferências fora do microfone.)

Não sei se é junho. Penso que junho é a anistia de entrega de armas, o prazo da entrega de armas. Temos de verificar na legislação. Não tenho certeza.

Entretanto, a pessoa tem de ter a arma registrada. Se tiver uma arma registrada dentro da sua residência, não há problema. Porém, se tiver uma arma sem registro, uma arma importada, uma arma de calibre restrito, está tudo fora da legislação, enquadrado no porte ilegal de armas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Está enquadrado no porte ilegal de armas.

Quando o Sr. José Valdomiro Maciel foi preso, ele também tinha armas em seu poder? Com registro ou sem registro? Tinha munição?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – O Sr. José Valdomiro Maciel tinha uma espingarda, uma carabina também, calibre 12, P*ump Action*, importada da Turquia, com várias caixas de munições importadas também de outros países, revólver 38 com queixa de furto e muita munição calibre 38, também todas com registro de munição fabricada para exportação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Além das armas, foram encontrados com o Sr. Maciel alguns outros documentos? Foram apreendidos?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Temos várias apreensões nas residências.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – No caso do Sr. Maciel especificamente, tinha notas de pagamento de fazendeiros para eles, para esse grupo?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Tinha um recibo, cujo título é "Sindicato recebeu", a indicação de alguns fazendeiros da região – que já foram ouvidos e confirmaram os pagamentos –, assinado ao final, datado de 23 de março de 2005. Uma assinatura e, abaixo, a colocação da palavra Neves. Já mandamos para a perícia, para a confirmação de autenticidade da assinatura.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Evidentemente, está se esperando a perícia, mas seria a assinatura do próprio Coronel Copetti Neves?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não podemos afirmar até a perícia...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas se está fazendo a perícia?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Está se fazendo a perícia.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele mesmo estaria...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Isso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Vamos dizer: firmando os recibos.

Nesse veículo do Sr. Valdomiro Maciel, também tinha fotografias de integrantes do MST?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – É. Apreendemos duas fotografias, datadas de março de 2005, no verso. As duas fotografias são do acampamento do MST, situado na suposta fazenda invadida do Coronel Neves. Foi-nos relatado pelos presos – pelo próprio Maciel – que foram tiradas no dia 6 de março, quando eles realizaram, efetivamente, uma desocupação forçada na área. Então, eles chegaram a realizar uma desocupação. Não houve somente a tentativa. Houve a primeira tentativa...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas com ordem judicial?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, já tinha sido revogada a ordem judicial.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Já tinha sido revogada a ordem judicial.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Já tinha sido revogada a ordem judicial.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Isso era para comprovar que eles tinham feito o serviço, então?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Isso era para comprovar que o serviço não deu certo por completo, porque o acampamento próximo, chamado Emiliano Zapata, socorreu o acampamento próximo e entrou em confronto com o pessoal. Eles têm relatos – temos alguns relatos aqui e eles faziam muitos relatos para o Coronel –, dizendo que conseguiram tirar 33 pessoas, algumas crianças, desse acampamento, mas que outros ficaram e que o acampamento de baixo reocupou o local. Então, foi realizada uma desocupação forçada sem ordem judicial

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sem ordem judicial.

Então, eles faziam relatórios para o Coronel Copetti Neves?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Temos relatórios na casa da maioria deles, apreendidos.

Deixe-me ver se na casa do Maciel...Temos um pedaço, no relatório apreendido na casa do Maciel, que cita, em cima: "Relatório do dia 19/12 à 21/03/2005. Atividade: segurança rural. Integrantes: Nereu, Derbes e Maciel. Veículos: Monza, Del Rey e Escort". São os três carros que eu apreendi no inquérito. São os carros que efetivamente foram reconhecidos como os que foram utilizados para a milícia funcionar. "Km rodado: média de 100 km diários. Combustível: conforme notas anexas." Já comprovamos que as notas eram pagas por uma fazendeira da região. Inclusive, no depoimento dela, ela assumiu que pagava o combustível desses carros. "Armamento: revólver calibre 38, escopetas calibre 12" que estão apreendidas e são irregulares.

Dias trabalhados: semana, folga, ronda. Daí, citam todas as fazendas da região que estavam cobertas pelo pagamento de cotas. Fazenda Jaguarão, Fazenda Capão da Onça, Fazenda Capão Grande, Fazenda Pinheirinho, Fazenda dos Coroas, Fazenda Capão da Imbuia, Fazenda Nasce o Dia, Fazenda Nova Holanda e Fazenda São Vicente.

Já ouvimos todos os fazendeiros e todos confirmaram o pagamento da cota estabelecida na...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, para entender como isso funcionava. J não é mais sigilo telefônico, são depoimentos que foram tomados. Como é que se dava essa relação entre fazendeiros, sindicato e o grupo do Coronel Copetti Neves?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – A investigação está direcionada e deve ser concluída no sentido de que o sindicato rural fornecia o local para as reuniões, assessoria para as reuniões, e a funcionária do Sindicato auxiliava recebendo os valores. Ela já foi ouvida e confirmou que recebia os valores, entregava-os para o Coronel Neves ou para uma pessoa indicada por eles, um dos três PMs.

Essa seria a participação direta do Sindicato: dar as condições para as reuniões. E cada fazendeiro contribuía com uma cota, de acordo com o tamanho da sua fazenda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – De quanto era essa cota para nós entendermos? Qual era a tabela? Havia uma tabela?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Eu apreendi a agenda do Coronel, onde tem a tabela feita.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quer dizer que o serviço era organizado...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – São muitos documentos. Desculpe...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Só falta declarar no Imposto de Renda.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – No dia 31 de janeiro, temos em uma página da agenda apreendida no Quartel da Polícia Militar, na sala do Coronel Neves – nós realizamos buscas: Marilena – 6; Manoel – 4; Ferdinando – 2; Elmir – 1; Valdemar – 1; Nelson – 1; Neves – 1; Prins – 1.

São nomes de fazendeiros e todos foram ouvidos. Pelos recibos, nós já comparamos esses números. Seria o número de cotas de acordo com a sua área.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Varia de quanto a quanto?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Varia de acordo... Deixe-me voltar aqui...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Esse "1" é R$1 mil, R$2 mil? É isso?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – É, por aí. São valores que giram em torno de R$2 mil ou R$3 mil no total...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Para um serviço desse...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Para o pagamento dos salários...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – ...de desocupação. Sempre sem ordem judicial?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não. O único que conseguimos acompanhar efetivamente, pelo monitoramento remetido pela auditoria da Justiça Militar, foi o ocorrido na fazendo do próprio Coronel Neves, em que as testemunhas já colocaram que ele tirou a metade, a outra ficou, a gente conseguiu rastrear.

Os que saíram, alguns receberam dinheiro para sair; outros foram ameaçados para sair. A gente acompanhou algumas táticas. Eles anotavam as táticas passadas em algumas reuniões...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quais seriam essas táticas já que é anotação, não é sigilo telefônico?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Deixe eu chegar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) - E só complementando, os policiais que participavam eram da ativa ou da reserva?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Da reserva.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas o Coronel Copetti ainda está na ativa?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Continua.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Era só o grupo dele que estava na reserva?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – É. São muitas as anotações. São muitas apreensões. Eles detalhavam diariamente relatórios de todo tipo de tarefa, desde o patrulhamento rural, até a passagem das armas frias. Registradas: "passei uma arma...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eles registravam passagem de armas frias?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – "Passei uma arma sem registro, numeração raspada"; "passei uma arma do Coronel..."

Vou continuar procurando aqui, mas...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas só para entender como eram essas táticas. Era uma parte pagando para eles saírem, a outra era intimidação?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – A outra era: "Após reunião com o Coronel Neves, nós temos de fazer o quê? Daí, tem a indicação de um dos policiais(...): "temos de ameaçar, intimidar, mostrar armas e fazer cara feia para os Sem-Terra."

Naquele mundinho deles, essa era a forma de tentarem ameaçar aquele pessoal que estava na beira da estrada e que vínhamos acompanhando.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quantas pessoas faziam parte desse grupo do Coronel Copetti Neves?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – No período acompanhado, no monitoramento que recebemos, eram três PMs da reserva, dois informantes que ele cooptou do movimento dos sem-terra. Ele conseguiu cooptá-los por meio de pagamento. Ele fala em gorjeta, mas, foi por meio de outros agrados que constam dos depoimentos (cesta-básica, gás etc), ele os cooptou e passaram a ser informantes.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Informantes?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Colocamos, também, com a participação que está sendo analisada, o grau de envolvimento do fazendeiros. Alegavam que não tinham conhecimento dos fins, em que era utilizado o dinheiro que forneciam.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como é que os fazendeiros justificavam esse pagamento ao Coronel Copetti Neves nos depoimentos?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Os depoimentos foram muito parecidos. Todos no sentido de que não tinham conhecimento de nada.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Como é que se justifica esse pagamento?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – O pagamento era feito porque o Coronel Neves era da área de segurança pública. Era o fazendeiro mais indicado na região para dar assessoria na área de segurança. Eles verificaram, junto às empresas de segurança privada, que ficaria muito caro contratá-las. E não atingiriam seus objetivos. Então, foi nesse sentido, no de contratar os policiais para fazer esse tipo de segurança.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Entre as pessoas que faziam parte do esquema do Coronel Copetti Neves tinha alguém ligado à área de investigação e equipamentos eletrônicos?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – O outro preso da operação, o Neto, era investigador particular. Foi contratado. Revelou, no auto de prisão em flagrante, os valores que tinha recebido. Em torno de R$4

mil, R$5 mil. Teria que receber mais um valor para as investigações dentro do acampamento. Em sua residência, apreendemos um levantamento de placas de carro e das famílias de todos os integrantes do acampamentos do MST.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Qual era o serviço dele?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Ele era um investigador que estava fazendo um levantamento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ele recebia mais do que os outros por ter um trabalho mais qualificado.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Recebia mais. O valor dele era maior.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mais ou menos quanto?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – O valor total seria em torno de R$10 mil, ao final do acertado com o Coronel. Porém, no depoimento disse que, inicialmente, foi contratado para fazer uma investigação levantando quem eram os líderes do MST, os carros que utilizavam, como o MST funcionava. Depois, o Coronel pediu a ele que essa investigação passasse a ser a desocupação da fazendo. Ele só ia receber o restante do montante do valor combinado se conseguisse ajudar na desocupação da fazenda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – No depoimento, o preso Neto relata que o Coronel Neves, além de mandar intimidar, também mandava matar? Ele deu um depoimento nesse sentido?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Ele citou, em um pedaço, que ouviu várias vezes.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ouviu o quê?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Ouviu ordens para ameaçar, intimidar, matar. Não temos comprovação dessa parte do depoimento dele em relação a esse episódio. Não acompanhamos nenhum homicídio durante a interceptação telefônica que nos foi remetida pela... (inaudível) São palavras do...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Palavras...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Palavras colocadas no auto de prisão em flagrante. Não acompanhamentos nenhum caso de homicídio em relação a essa investigação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Em seu depoimento, ele relata como o Coronel Copetti Neves fazia para infiltrar-se, para criar um clima de discórdia lá no acampamento, para depois permitir uma intervenção forte deles?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Creio que essa parte já entra, totalmente, na questão do sigilo telefônico. Na audiência secreta, pudemos ver. A estratégia toda está revelada. Está em segredo de Justiça.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Digo no depoimento, no depoimento que foi prestado?

Vou, então, fazer a leitura do depoimento, que não está coberto pelo sigilo telefônico. É o depoimento do Neto, que era um investigador. Aqui diz que o Coronel Neves teria determinado que Derbis, Nereu e Maciel atirassem nos sem-terra, entretanto tal ordem não foi cumprida.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Quando o Relator fala do Neto, seria o De La Torre?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – É uma testemunha que...

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – É o De La Torre Neto?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – É. Isso! É. Preferia, até acharia oportuno falarmos sobre essa testemunha na parte secreta...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Na parte sigilosa.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – ... para estar contribuindo, efetivamente, com a investigação. Ele está preso ainda.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Está preso ainda, não é? Então, vamos à frente. O Aramis, presente... O Aramis Linhares Serpa, José Antônio Pereira. Esses outros acabaram ficando em silêncio.

Foi pedido no inquérito, foi quebrado o sigilo bancário também do Coronel Copetti Neves?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, até o momento, não. O inquérito policial está na Justiça, com um pedido de prazo de 15 dias. Estamos aguardando o retorno. Mas, até o momento, conseguimos a comprovação toda já, através dos depoimentos, as pessoas assumindo os depósitos. Assumiram os depósitos. Então, não vamos...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Os depósitos eram feitos na conta do próprio Coronel Copetti Neves ou tinha um laranja?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, na conta dele ou do Maciel, que é o Policial Militar da reserva, ou alguns pagamentos eram feitos em dinheiro.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Em dinheiro mesmo?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Em dinheiro ou cheque.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Em dinheiro ou cheque. Esse rastreamento está sendo feito?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, já está sendo feito, porque temos os recibos, recibos assinados. Nós temos os depoimentos de todas as pessoas indicadas no recibo, confirmando os pagamentos. Valores, números de cheque, datas depositadas. Então, até agora, não vislumbramos a necessidade de alongar demais uma quebra de sigilo...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É porque já existe a comprovação?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Já existe a comprovação.

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO– **(Interferência fora do microfone.)**

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, não, não, não tenho conhecimento, porque estamos fazendo o seguinte: temos o acompanhamento só de dezembro para até essa data. Então, não tenho como afirmar...

O SR. ORADOR NÃO IDENTIFICADO – **(Interferência fora do microfone.)**

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, o valor do que rodavam ali... O pagamento de uma das pessoas contratadas, o investigador, seria em torno de R$10 mil. Cada informante infiltrado...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Podia até estabelecer aqui, porque também está fora do sigilo, como é que isso funcionava. Havia o investigador, que ganhava essa quantia maior, havia os informantes que se infiltravam...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Que ganhavam R$100,00, R$50,00, para ficar dentro do acampamento, passando informações privilegiadas. Movimentação de líderes: "Ah, saiu o líder daqui!" Tanto que um deles, quando realizamos a prisão dele, apreendemos uma agendinha com o número da placa anotado de todas as pessoas que estavam dentro do acampamento, no bolso dele. E ele confirmou a um desses informantes que recebia, para fazer esse levantamento, que essa era a participação dele.

Quanto aos três policiais, aos três ex-policiais militares da reserva, o trabalho deles era efetivamente o patrulhamento armado das fazendas, visando evitar invasão, dar cobertura na região.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Intimidar para...

Esses policiais ou policiais militares reformados, ou até, vamos dizer, expulsos da Corporação, como o Sbardella, em algum momento anterior, fizeram parte do grupo Águia, do Coronel Copetti Neves, à época em que ele coordenou, dirigiu esse grupo?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Sim, o Sbardella fazia parte do Grupo Águia.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – E os demais?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Os demais, a gente não tem confirmação, mas alguns deles trabalharam na P2 do Batalhão de Ponta Grossa, local onde o Coronel Neves trabalhou no início de carreira, como nessa função de informações do batalhão.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, seriam homens da mais absoluta confiança dele?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Com certeza.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Com certeza, não é?

Então, são quantas pessoas mais ou menos, tirando-se os fazendeiros que faziam o pagamento, mas que agiam, vamos dizer, sob as ordens do Coronel?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Em torno de oito pessoas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Em torno de oito pessoas. Tem-se idéia de há quanto tempo esse grupo estava formado?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Existia um grupo anterior que trabalhava. E esse grupo, também de policiais militares de Ponta Grossa – já temos a indicação dos nomes da equipe anterior –, não estava dando certo, e, em outubro, o Coronel contratou esse novo grupo para assumir.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Em outubro do ano passado?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Outubro do ano passado. Então, esse grupo já era conhecido do Coronel, mas efetivamente passaram a receber salários, os dividendos da arrecadação da quadrilha, a partir de outubro, novembro do ano passado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A partir de outubro, novembro.

Há alguma vinculação desse grupo do Coronel anterior ou do atual que foi desbaratado com aqueles casos que a polícia também investigou de milícias armadas no Pontal do Paranapanema?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Nós estamos com um caso, fizemos apreensão até essa semana, e uma pessoa nos apresentou uma agenda, alguns documentos e uma fita de vídeo que foram arrecadados pelo próprio MST do Adair João Sbardella, em um acampamento na região noroeste do Paraná.

Então, eles observaram duas pessoas rondando o acampamento – isso algum tempo atrás –, abordaram e pegaram essas agendas. Então, essas agendas estão apreendidas nesse acampamento, e nessa agenda existem várias indicações: "Ligar Coronel Neves"; "Fazer contato Coronel Neves". Então, temos a idéia de que o Sbardella já havia trabalhado ou estava trabalhando anteriormente nessas formações de milícias pelo interior do Estado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Sbardella estava trabalhando nisso, mas, no Paraná somente, também chegou a atuar no Pontal do Paranapanema?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não posso afirmar porque a nossa investigação foi muito restrita a esses dois últimos dois três meses do monitoramento que nos foi encaminhado. Então, até agora não verifiquei, mas tenho a indicação de que atuava em todo o Estado do Paraná.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Há alguma vinculação mais explícita, além do sindicato de Ponta Grossa, do ponto de vista dos proprietários, com o que se convencionou chamar uma época de Primeiro Comando Rural (PCR) ou com a própria UDR, a União Democrática Ruralista?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Dos documentos apreendidos, o único documento que faz referência à UDR...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Algum documento faz referência à UDR?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Também aqui é um monte de papel, Deputado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Isso é importante. É importante!

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – O timbre é da UDR do Paraná.

"Ao Exmº Sr. Major Valdir Copetti Neves. Foi arrecadado (...) Residência do Coronel Neves. A classe produtora do Paraná se orgulha de poder contar com o trabalho incansável de V. Sª na constante busca da solução dos conflitos agrários, principalmente na região noroeste. As recentes operações de desocupação realizadas nas fazendas Figueira e Santa Filomena são uma demonstração da qualificação técnica e profissional alcançada pelo grupo de oficiais e praças da gloriosa Polícia Militar do Paraná. A despeito das falsas acusações feitas pelas lideranças desse movimento marginal denominada MST, a classe produtora paranaense acredita e espera que a PM não se deixe esmorecer no desempenho de suas funções, que são as de salvaguardar a Constituição. Sem mais para o momento. Tarcísio Barbosa de Souza, Coordenador-Geral da UDR."

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tarcísio Barbosa.

Essas desocupações que eles relatam na Fazenda Santa Filomena, é onde morreu um trabalhador, Elias de Meura?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Foi essa desocupação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, a UDR está elogiando o Coronel Copetti por uma reintegração realizada em uma fazenda em que morreu um trabalhador?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Eu vou me restringir à parte técnica, que nós apreendemos esse documento.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A informação que nós temos é de que foi executado no processo, digamos, na execução da desocupação.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Nessa mesma apreensão da residência, Deputado...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tem inquérito, não é?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Nós apreendemos também na residência um levantamento de dados da Fazenda Filomena, Parnavaí, Guairaçá, Planaltina do Paraná. E é interessante o início do relatório que alguém deve ter feito para o Coronel Neves em que ele cita: "o presente levantamento de dados tem por objetivo verificar o número de pessoas, veículos, automóveis e caminhões existentes dentro do acampamento da área invadida na Fazenda Filomena, bem como as pessoas e/ou autoridades que estão ligadas à dita invasão, as quais prestam apoio logístico, alimentação àquelas pessoas que se encontram no acampamento."

E depois ele destaca três Vereadores.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Quem assina o documento?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não tem assinatura. É um levantamento que deve ter sido feito por planejamento da operação.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ah, da operação! Sei.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Porém, eles citam três Vereadores dos quais foram feitos levantamentos da vida deles, de carro, etc., da região de Planaltina do Paraná; na seqüência, das lideranças do MST no acampamento e, depois, de vários trabalhadores sem-terra do acampamento.

Qual o nome do trabalhador que o senhor mencionou?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Elias de Meura.

Como foi amplamente divulgado na manhã de sábado, 31 de julho de 2004, por volta das cinco da manhã, cerca de quatrocentas pessoas ligadas ao MST foram atacadas por seguranças da fazenda Santa Filomena, aliás estamos vendo que foi o próprio Coronel, localizada em Guairaçã, região noroeste do Paraná. Um trabalhador rural de vinte anos de idade, Elias de Meura, foi assassinado e outros seis baleados.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não tenho o acompanhamento, estou me restringindo tecnicamente ao material apreendido.

Se for verdade a informação, Deputado, cinco horas da manhã não é legal, é fora.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não estou sabendo se é cinco horas, só estou achando que a desocupação a que vocês estão se referindo foi uma desocupação determinada pela Justiça. Se não de repente estaremos vendo fantasmas sem necessidade.

Se foi uma desocupação que aconteceu lá, no outro canto do Paraná, e por determinação judicial, só estamos vendo o que foi encontrado na mesa de trabalho do Coronel. Isso não dá para ver fantasma. Ele não fazia esse trabalho? Parece que o trabalho dele era esse.

No caso não é nenhum fantasma, no caso há um morto.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Parecia que o morto não foi morto pela Polícia e, sim, pelo próprio MST, por uma briga de companheiros.

Não; aqui foi na desocupação. Depois eu posso até passar a V. Exª.

Acho que é importante.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Era bom procurar a definição judicial.

Claro. Até acho, Sr. Presidente, que os dados já trazidos são robustos o suficiente, mas ainda vamos ouvi-lo sobre o sigilo telefônico de forma reservada, e gostaria de solicitar que todo esse material que não trata do sigilo telefônico, portanto não está coberto pelo sigilo, de depoimentos que foram dados, de recibos que foram assinados, de relatórios que foram elaborados, fosse encaminhado à própria CPMI, porque penso que são dados importantíssimos com relação a esse episódio.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Acredito até que a Juíza colocou na decisão dela, que uma decisão fundamentada ela autorizaria. Eu não posso fornecer, mas com certeza...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Claro, nós vamos fazer, posteriormente, mas entendo que estando em apuração este caso nós devemos ter acesso aos documentos, até porque já foram relatados por V. Sª.

Fico por aqui me reservando o direito de voltar a fazer novas perguntas mais tarde.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Solicitamos ao Dr. Fernando que forneça à CPI aquilo que for possível, que escapa dessa questão do sigilo e depende de uma deliberação da CPMI para que a Drª juíza possa transferir para a Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Max Rosenmann.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Sr. Presidente, na minha primeira impressão, pelo que percebi aqui, as contas não foram exatamente colocadas. O próprio Delegado Fernando Franceschini fez um comentário claro sobre pagamentos havidos por empresários rurais, por fazendeiros, que fizeram caixa, pelo que entendi, para fazer frente às despesas eventualmente feitas por esse Coronel, que lhes era mais barato o custo do que contratar uma milícia profissional de uma empresa de segurança.

Agora, salvo eu esteja enganado, acho que existe um pouco de delírio nisso aí, no sentido dos valores, da grande guerra que aconteceu, onde aparentemente a soma não chega a R$15 mil e o custo do investigador é 10, e V. Sª leu fatos ocorridos no noroeste que o próprio Coronel confirmou que ele executou, ações de despejo por determinação judicial, eu não sei, eu tenho a impressão de que estamos chovendo no molhado, em cima de papéis que podem não significar absolutamente nada. É um relatório de um levantamento de inteligência que ele fez para desocupar uma fazenda, onde a Justiça determinou e ele mandou tomar informações antes, o que é absolutamente dentro da atividade.

E outra coisa, pela criação dessa força-tarefa, que foi criada a pedido do meu amigo particular, do meu Governador Roberto Requião, eu acho que tem aí, parece-me que só teve essa investigação, não houve outros crimes situados no Paraná que tenham sido estudados, discutidos, como grandes contrabandistas, grandes traficantes, ficou exclusivamente nessa questão dos sem-terra ou teve mais outras investigações sob sua responsabilidade? Por exemplo, contrabando de armas? Também ficou? E houve prisões de outros, de traficantes de armas que V. Sª, Delegado Fernando, tenha participado e que tenha ligação de tráfico de armas com esse pessoal que desocupou, tentou desocupar a fazenda de 60 hectares do Coronel? Porque ele estava fazendo até em interesse próprio, ele estava querendo desocupar a fazenda que foi invadida e que ele considera dele – porque há uma dúvida se é dele ou não, uma vez que ele só tem a posse. Então eu pergunto se tem mais algum trabalho, se o seu trabalho foi além disso ou ficou também restrito a isso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, Deputado, a força-tarefa está ampla, são vários agentes trabalhando na área de inteligência. Só para citar um exemplo, no domingo nós fizemos uma apreensão de 80kg de droga dentro da cidade de Curitiba. Não teve uma maior divulgação porque nós estamos trabalhando no sentido de continuar as apreensões. En-

tão nós estamos identificando grandes quadrilhas de contrabandistas de arma, de tráfico de entorpecentes no Paraná. Essa foi só mais uma operação, que para nós foi realizada da maneira normal, da maneira mais comum possível, sem nenhum tipo de influência externa na investigação.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – É porque nós, aqui, estamos discutindo a questão rural, a questão das invasões e a questão da atitude eventual de fazendeiros. Por isso perguntei se em todas essas investigações com drogas, armas, contrabandos, foram as únicas em que o senhor vinculou sem-terra e com- terra ou tem mais alguma coisa?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, até agora... Essa investigação veio principalmente para a Polícia Federal em relação ao tráfico internacional de armas. Senão ela teria continuado na parte da força-tarefa de competência da Justiça Estadual. Então, até o momento, a única que apareceu na força-tarefa em relação ao envolvimento de conflitos agrários foi essa operação. O restante...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Só exclusivamente essa que chegou ao conhecimento e, portanto, investigação? Não houve outras.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não houve outras. E existem vários outros casos em andamento, nós vamos ter agora...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Nada que vincule, por exemplo, contrabando de arma... Porque eu sou paranaense. Nós temos uma divisa com o Paraguai eu não sei de quantos quilômetros, mas acredito que seja em torno de uns 300km, e temos um efetivo da Polícia Federal muito pequeno no Estado. Eu acho até que vocês são grandes heróis de defenderem muito o Brasil, pela quantidade. Mas o que digo é o seguinte: estamos sempre do lado da divisa mais perigosa, que é o Paraguai, onde todo o Brasil sabe que se praticam delitos de toda natureza, de armamento, de droga, de tudo isso. E nós, do Paraná, carecemos muito desse tipo de apoio da Polícia Federal.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não sei se o senhor acompanhou o ano passado – é uma normatização interna da Polícia Federal – mas foi criada uma divisão específica de combate ao tráfico de armas.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Eu sei, por causa do Rio de Janeiro, que passa tudo por ali.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Isso. E nós instalamos, em Curitiba, o Dr. Jarbas já instalou em Curitiba uma Delegacia específica para trabalhar na área de inteligência com o tráfico internacional de armas. Então, nós estamos apoiando essa Delegacia, iniciando alguns trabalhos de inteligência. Eu tenho certeza que da... Nós estamos trabalhando da mesma forma que a Polícia vem trabalhando no território, em outros Estados, e nós vamos ter resultados a curto prazo.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Eu imagino que nesse combate ao contrabando que tem ocorrido por parte da Receita Federal nos ônibus deve ter sido prendido muito armamento.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Munição, armamento...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Muita munição, muito armamento nessas buscas aí da Receita Federal, não é verdade? Mas tudo sem vinculação aparente com o Movimento do MST ou UDR?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, até essas... Tirando a apreensão de armas e munições dessa investigação, não conseguimos vincular nenhum tipo de contrabando de arma até o momento nesta investigação.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Para terminar, o valor que foi levantado por doações de fazendeiros foi em torno de quinze mil reais ou mais?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, foi abaixo desse valor. O senhor tem razão, o valor não era alto.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Isso é que estou vendo. Não consigo enxergar...

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Mas o valor na investigação e dentro da...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – ... um grande. Estamos ocupando a Nação brasileira, que está nos ouvindo para uma coisa de dez mil reais..

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Deputado Max Rosemann, permita-me...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – ... gostaria de manter as minhas perguntas. Estou fazendo o meu posicionamento que não tem nada a ver com a Relatoria. Só estou dizendo que não considero, já que V. Sª interveio, tão robustas as suas posições, na qualidade de delegado. O que foi achado, parece que não encontraram nada, a não ser coisas óbvias do papel de um proprietário ou pretenso proprietário tentando desocupar a sua fazenda. Coisa de dez mil reais de um funcionário de uma empresa de segurança que se ofereceu para trabalhar.

Outra coisa, pessoas em alta vigília de dia e de noite percebendo valores da ordem de cem reais, coisa que realmente equivale a quase uma cesta básica. Estamos numa miséria muito grande, a situação está grave.

Obrigado.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Deputado, respeito muito V. Exª e a sua posição, mas acho que o mais importante não são os valores; são o crime de

formação de quadrilha, porte ilegal de armas, tráfico internacional de armas e outros crimes de vinculação e que a gente acompanhou...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – V. S. teve a preocupação de fazer uma verificação no acampamento do MST?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Estive pessoalmente no acampamento.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Se tinha armamento lá dentro?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Fomos pessoalmente naquele acampamento...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Não tinha armamento?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Temos no relatório dos próprios PMs...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Tinha algum armamento?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não tinha.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Isso que estou perguntando.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Então, Deputado, tivemos o maior cuidado. Por isso todo esse respeito com V. Exª. E há vários relatórios apreendidos...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Tem que tomar cuidado. De repente vocês foram para o norte do Paraná, noroeste. Isto que estou dizendo, tem que ir devagar, com calma.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Os relatórios apreendidos indicam que havia indicação de que eles tinham armas. E os próprios policiais da reserva, abordamos cicrano, beltrano, fulano, por indicação de que estariam usando armas no acampamento, mas não encontramos nada. Vários relatos...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Isso que estou dizendo, tem muito sonho nisso aí.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Só complementando e não tem nada a ver com a investigação, estive no Espírito Santo um bom tempo na força-tarefa, e lá, por valores de cem reais, um homicídio era encomendado. Então, na minha visão, o valor não é importante; o importante era o objetivo desse grupo, porque eram pessoas de baixa renda, de baixíssima renda que estavam contratadas para o serviço. Então, seria fora da realidade oferecer para um soldado da reserva...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Mas gostei muito que V. S. disse que não encontrou nenhum indício de morte. Só encontrou indícios de atitude de formação de quadrilha. É isso?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Nessa investigação...

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Talvez não só indícios como até confirmação. Só quero dizer que nada mais do que isso.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não existem indícios de morte nesta investigação, Deputado.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – É isso que queria me convencer, que V. S. não viu nenhuma morte, a não ser movimentação de tropas no terreno.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Nesta investigação, nenhuma morte.

O SR. MAX ROSENMANN (PMDB – PR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Queria lhe perguntar primeiramente: quanto tempo o senhor está lá no Paraná?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – No Paraná, efetivamente, desde de dezembro de 2004. Porém, trabalhando como policial desde de dezembro de 1993, com um período em que passei aqui em Brasília de aproximadamente sete anos, nesse intervalo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aqui em Brasília, a Polícia Militar é a mais bem paga do País, com uma média salarial de cinco, seis, sete vezes maior que a Polícia Militar de outros Estados. O senhor tem uma experiência no Paraná, e saberia me estimar a percentagem dos paranaenses lotados, por exemplo, na região metropolitana de Curitiba fazem bico de segurança privada fora de seu horário de serviço, atuam na proteção de bens e imóveis ou de pessoas fora de seu período normal de trabalho? O senhor tem algum cálculo disso?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Nem idéia, Deputado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu me refiro a isso, porque, no caso do meu Estado, que tem uma corporação de 165 anos, que é a Brigada Militar – são 27 mil homens –, o percentual, principalmente da Região Metropolitana, é altíssimo. Inclusive, no último final de semana, mais um foi morto. Exatamente a família corre o risco de ficar sem a pensão, porque ele estava tentando agregar algum ganho para manter a sua família. Ele prestava o serviço de segurança à uma empresa que tinha uma área respeitável. Ele protegia essa área, que era um depósito de carga da empresa.

Falo isso, porque essa questão de que estamos conhecimento agora, dessa ação de profissionais de segurança da Polícia Militar que eram da ativa ou que eram inativos, que possam prestar serviços como for-

ma de complementação à sua renda, não é novidade no Brasil. As cidades brasileiras conhecem isso na sua rotina e no seu quotidiano.

Em Porto Alegre – creio que em Curitiba não é diferente disso –, a cidade já está dividida por ruas, por sistemas de segurança privados, já que a força pública, obviamente, não tem condições de prestar segurança.

Temos de olhar um pouco para a cidade, para o campo, para entender esse movimento, porque, daqui a pouco, viram todos bandidos. Aquele que é bandido tem de ir para a cadeia; aquele que comete crime tem de ir para a cadeia. Mas temos de ter muito cuidado quando analisamos essas questões. Estou vendo a condução desse processo, que tem cheiro de coisa política e perfil de guerra político-partidária. Disso, não tenha dúvida, na minha opinião. Sei que o senhor não tem de ter opinião sobre isso, pois o senhor é um técnico, um profissional a quem eu respeito. Tenho profunda admiração pela Polícia Federal. Eu só quis fazer essa consideração como uma preliminar às perguntas que vou lhe fazer.

Ainda antes de fazer algumas perguntas, acrescento que estou muito impressionado com o Sistema Guardião e com o discurso que o senhor fez aqui. O senhor afirma que não é possível, sem autorização judicial, o equipamento ser desviado da sua função original.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Confirmo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor confirma. Esse equipamento tem uma orientação do Ministério da Justiça ou da Polícia Federal para ser utilizado como regra pelas Polícias Estaduais?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, porque a Polícia Estadual não tem relação com a Polícia Federal. Os exemplos bem-sucedidos das operações da Polícia Federal se reproduzem no Estado. Falei no começo que não é um equipamento padronizado na Polícia Federal. Então, se adquirem equipamentos de acordo com a necessidade, com o tamanho de uma superintendência, etc.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A propósito desse equipamento, mostrou-se uma foto de um prédio, no Bairro de Santa Felicidade, onde teriam instalado esse equipamento. Em que prédio está instalado em Santa Felicidade?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Eu não vi a foto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A foto consta do dossiê que o Coronel apresentou, em que indica a localidade onde está instalado esse equipamento no Bairro de Santa Felicidade.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não sei se é oportuna, mas, Sr. Presidente, é muito temerária essa exposição fotográfica de um escritório de inteligência em que estamos combatendo o crime organizado no Estado e também a divulgação de nomes de quem integraria a força-tarefa. Sei que posso ser muito criticado pelo que estou falando, mas é colocar em risco a vida de profissionais sérios da Polícia Federal, da Polícia Civil e da própria Política Militar que estão trabalhando nessa força-tarefa. V. Exª conhece Curitiba, é uma cidade pequena. Se divulgarmos o nome ou uma foto, eu me preocupo muito com o pessoal ali.

O SR. MAX ROSENMAN (PMDB – PR) – Eu me orgulho muito, porque, quanto ao Funapol, Fundo da Polícia Federal – talvez V. Sª não saiba –, fui eu o autor da lei que criou a arrecadação de mais de US$100 milhões por ano para vocês se equiparem. Fui eu que fiz a lei. Então, conheço bem.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – V. Exª sabe que a identificação de uma base de inteligência da Polícia Federal é um assunto extremamente sigiloso; e mesmo da Polícia Civil e da Polícia Militar. V. Exª acompanha muito a polícia no Estado. Então, é temerário. Ficamos muito preocupados. Essa base não tem mais condições de funcionar. Haverá um gasto muito grande da Secretaria de Segurança, da Polícia Federal que está apoiando, porque vamos ter que mudar esta base de local amanhã. Porque correm risco de vida muito sério as pessoas que lá trabalham. Se colocaram fogo na Promotoria, imagine o senhor uma Central de Inteligência, com essa estrutura toda, com essa capacidade de investigar o crime organizado, como relatamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Esta foto foi exibida aqui diante da câmara de TV e apontado o bairro, não o endereço, mas o bairro foi indicado aqui.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor acha que o Guardião poderia, valendo o que o senhor está dizendo, eu respeito a sua posição, como profissional que o senhor é, ele poderia também ser usado como uma operação além da ação a que ele se destina, para das uma fachada de legalidade, e permitir que os outros instrumentos de investigação, que não são como esse software, pudessem ser usado paralelamente? O senhor acha que essa hipótese é possível?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Daí podemos submeter, se a CPMI tiver acesso, o material produzido pelo Guardião, ele produz pacotes. Como vou explicar o pacote? É um pacote de texto e áudio, e se periciado, ele fica marcado na própria gravação se ele foi produzido no Guardião ou em outro equipa-

mento. Porque é uma gravação digitalizada, em que fica o rastro da conversa. Então ele já foi desenvolvido até para identificarmos se houve um vazamento de um funcionário nosso, e que podemos localizar. Então uma conversa que pode ser publicada em algum lugar, temos como rastreá-la. Se ocorrer, temos como identificá-la. Se a CPMI obtiver uma gravação, tem como ser feita a perícia e identificada, porque a gravação é digital.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ok. Obrigado. Aparece aqui, nesse material, que foi publicado no jornal **Correio do Povo**, do Paraná, de 20 a 26 de abril de 2005, Laranjeira do Sul, Paraná, Edição nº 558. Aqui, o delegado desta cidade, de Quedas do Iguaçu, prendeu várias pessoas, e elas formavam o que se conhece de há muito tempo, no meu Estado existem várias referências a respeito disso, que é a questão dos grupos que atuam como grupos de disciplina. Temos casos no Rio Grande do Sul, inclusive, de assentados que foram assassinados em frente da família, num acampamento da cidade de Jóia, exatamente porque não cumpriram com o que tinham lá com o MST, com os pedágios que normalmente são cobrados.

As investigações da força-tarefa chegaram também a focar na organização, no tráfico, na aquisição de armamento, de porte ilegal de armas por conta do Movimento Sem Terra?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Até o momento não. Mas, com certeza, o Deputado Lupion me entregou essa cópia e solicitou que eu a apresentasse ao Superintendente da Polícia Federal solicitando a nossa participação no caso. Verifiquei também que o Presidente recebeu um requerimento de que se federalize, não é? Então, com certeza, chegando qualquer notícia, vamos atuar. Eu não estava ainda no Paraná, mas o Dr. Jáber, que é o Superintendente há alguns anos, me colocou até algumas informações que são importantes. No ano passado a Polícia Federal atuou muito mais no acampamentos do MST, no interior, na região do noroeste, realizando buscas, etc do que operações vinculadas diretamente a milícias armadas. Tivemos aquela do I° Comando Rural, na região de Guarapuava, e tivemos muitas outras. O que ele pediu que eu colocasse, até pelo meu pouco tempo que estou no Paraná, é que a Polícia Federal se mantém numa posição imparcial. O que nos chegar de informação contendo crimes, a Polícia Federal vai atuar. Então, já levando em mãos essa notícia aqui, vamos apresentá-la ao Dr. Jáber como uma proposta de façamos uma investigação séria também, sobre essa suposta quadrilha que estaria atuando com o extermínio numa região do interior do Paraná.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou aproveitar, só para ficar nesse tema, Sr. Presidente, para requerer – e pediria a aprovação de todos – o convite a esse delegado Douglas Possebon, de Quedas do Iguaçu, que preside o inquérito, que efetuou as prisões, que fez as investigações. Vamos convidá-lo a vir aqui nos dar uma contribuição e nos contar como essas coisas foram investigadas. Até porque aqui, pela descrição da matéria, há inclusive um cemitério lá na área dessa fazenda do Rio das Cobras, onde foram encontrados crânios de algumas pessoas desaparecidas no ano passado. Ficou comprovado, por exemplo, pela arcada dentária, que uma delas era do desaparecido Valter Cardoso, que estava enterrado lá.

Então, Sr. Presidente, que seja feito esse requerimento de convite a esse delegado. Ele seria valioso, até porque estamos tratando do tema milícia, seja de que lado for. Não nos interessa que existam milícias nem de um lado, nem de outro. Acho que seria conveniente que pudéssemos trazê-lo com a maior brevidade, porque ele ilustraria e nos ajudaria seguramente a esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se houver a concordância do Relator e dos demais presentes, consideraremos aprovado o requerimento verbal do Deputado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Nesse caso, tem tudo a ver com o que estamos apurando. Então, não existe nenhum problema em aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pedimos, então, à Secretaria que anote para oficializar o convite na oportunidade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor tem alguma informação de que haja tráficos de armas ou de que houve algum rastreamento por conta da força-tarefa ou da Polícia Federal, no Paraná, em relação ao movimento? O Paraná é propício ao tráfico pela sua fronteira, assim como o Rio Grande do Sul, que também tem problemas com o Uruguai, onde há uma fronteira seca muito grande. E Foz do Iguaçu tem toda uma história que conhecemos.

Fui membro da CPI do Crime Organizado no Rio Grande do Sul e lamentavelmente conheci um pouco desse drama que o Brasil vive. Há algum rastreamento feito? Eventualmente, tem sido notada a presença de estrangeiros junto ao Movimento, por exemplo, colombianos que possam ter ligações com as Farcs ou cubanos? No Rio Grande do Sul, nos centros de treinamentos do MST, é muito comum a presença de cubanos. Eles dão um curso de dia e um curso diferente à noite. Tem informação de que cubanos e colombianos estejam hoje também no território do Paraná?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – O Dr. Jáber, que está há mais tempo no Paraná – estou só há 3 ou 4 meses, como disse no início – disse, na reunião passada, que em relação ao Paraná não temos informações, não dispomos de informações em relação a estrangeiros no Movimento dos Sem-Terra, nem com relação ao contrabando de armas pelo MST. Mas, Sr. Deputado, estamos abertos a receber qualquer tipo de informação e vamos proceder em relação a qualquer informação sobre contrabando de armas. Principalmente agora, com essa delegacia nova que está sendo muito incentivada pelo Diretor-Geral da Polícia Federal, começamos a fazer operações policiais no sentido de diminuir a entrada de armamentos, principalmente de fuzis, vindas dessa região de fronteira, como bem o senhor destacou, de Foz do Iguaçu. Essas armas, às vezes, acabam chegando ao Rio de Janeiro ou outras capitais para assaltos, cobertura por tráfico de entorpecentes.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Coronel Copetti afirma – e acho que isso tem que ser esclarecido – que a escuta telefônica nas ligações teriam sido efetuadas sem autorização judicial. Houve autorização?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Tenho até cópia aqui da autorização judicial. Não posso fornecê-la. Mas temos a cópia da autorização judicial, o parecer do Ministério Público, o parecer do Ministério Público encaminhando para a Polícia Federal, vislumbrando que o crime era de competência federal, e a própria decisão do Juiz concedendo a extensão do sigilo para a Polícia Federal.

Então, não houve escuta clandestina, de forma alguma.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Essa autorização era específica para investigação sobre o coronel ou era ampla e ele estava no bojo dessa investigação?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, foi da forma como falei no início. Foi montada a força-tarefa, que está investigando várias pessoas no Estado. As pessoas que têm indícios fortes e em relação às quais o Juiz que fez a análise entendeu que eram indícios suficientes para conceder uma quebra de sigilo telefônico – têm que ser indícios consistentes – e entre elas estava o Coronel Neves.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Os elementos que fundamentaram esse pedido em autorização, quais as suspeitas que pairavam inicialmente?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Aí está no sigilo da interceptação. Mas podemos colocar aqui, que para o juiz conceder – é praxe o juiz ser muito exigente – têm que ser indícios suficientes de algum crime.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A Policia Estadual, Civil do Estado colaborou nas investigações?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Tanto a Polícia Civil como a Policia Militar estão trabalhando em conjunto realmente. Só que dentro dessa força-tarefa, volto a destacar, cada um colabora na troca de informações, mas cada um atua dentro da sua área de atribuição. Para nós foi encaminhada pelo juiz auditor uma investigação que estava sendo feita em conjunto pela força-tarefa, mais especificamente pela Secretaria de Segurança.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Ao longo do trabalho nesse processo o senhor percebeu algum tipo de parcialidade, animosidade ou suspeição de parte das autoridades estaduais do Paraná com relação a esse coronel?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não, não percebi. Muitas notícias chegavam que não faziam parte desse inquérito policial em relação a outros crimes que nós acompanhamos aqui a tarde inteira hoje e que não tinham nada a ver com essa investigação. Procuramos ser os mais isentos por orientação do superintendente regional. Nada foi juntado nesse inquérito que não fossem os fatos que estão apurados. A maioria dos fatos apresentados são de competência da Justiça comum. Então não entramos nessa parte, procuramos permanecer imparciais.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Com que pessoas, o coronel transacionava para comprar e vender armas? Essas pessoas foram presas ou ao menos investigadas?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – O Sbardella está preso; e o outro, um fazendeiro de Ponta Grossa, está indiciado no inquérito.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Alguma outra autoridade foi identificada a partir das gravações? Quer dizer, houve investigações posteriores com relação a outras autoridades, civis ou militares, diretamente nesse caso ou em outros casos?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Foram investigadas, ouvidas no inquérito, mas somente o coronel tem envolvimento no crime realmente. Essas autoridades foram investigadas e ouvidas dentro do inquérito, mas não se confirmou envolvimento; não se pode imputar algum tipo de crime. Com relação a outras autoridades identificadas, o superintendente encaminhou para o Presidente do Tribunal de Justiça uma investigação que está sendo conduzida pelo Presidente do Tribunal de Justiça, envolvendo autoridades de outro Poder.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – E tem conexão?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Tem conexão, mas está sob sigilo do Presidente do Tribunal; está sendo acompanhado pelo Presidente e pelo Corregedor do Tribunal de Justiça do Paraná.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Aqui há o efeito do celular e da TV Senado ao vivo. Alguém me liga e faz uma pergunta que sou obrigado a transferir: "Por que, na Operação Paz no Campo, a Polícia Federal iniciou a vistoria nas primeiras horas da manhã, mas realizou as buscas nos acampamentos e assentamentos somente a partir das 15 horas"?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Eu não estava nesse... Eu não estava no Paraná. Foi o meu...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Essa é uma crítica de um produtor que ligou e disse que inclusive isso foi divulgado e houve uma forma de ação em cima dos produtores e outra forma de ação sobre os assentamentos.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – O delegado que coordenou a Operação Paz no Campo, realizada em Guarapuava, é um dos delegados mais conceituados da Polícia Federal no Estado, é o Delegado chefe de Guarapuava. O padrão da Polícia Federal é realizar as buscas todas no mesmo horário. Então eu não tenho conhecimento porque não estava no Estado. Temos que verificar esse fato mais a fundo para poder criticar ou não.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Existem investigações com conexão com empresários, políticos, membros do Judiciário. Há envolvimento de policiais civis no tráfico de armas do Paraná?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Nessa investigação, não. A única referência é aquela que fiz anteriormente, que já está com o Presidente do Tribunal de Justiça. Não há nenhum Deputado, que a gente acompanhou também na mídia, durante a semana; estamos no Estado, não temos como nos furtar em acompanhar. Acompanhamos toda aquela movimentação para a montagem de uma CPI do Grampo na Assembléia Legislativa. Nós podemos afirmar aqui, com toda a clareza possível e a seriedade com que nós estamos conduzindo a força-tarefa, que não existe nenhum Deputado monitorado pela força-tarefa, nem vai haver nenhum Deputado monitorado sem uma ordem judicial, sem uma consistência de algum crime cometido...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Obrigado, Delegado. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Deputada Selma Schons tem a palavra.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quem, como eu, mora no Paraná, em Ponta Grossa, onde houve esse episódio, sabe que a questão da segurança não ocorre, como às vezes quis fazer entender aqui, como se fossem pequenos valores, como se fosse justificando com o soldo pequeno da polícia, por isso tem que fazer "bico". E por isso dá a entender, como todo mundo sabe, como se fosse uma coisa legal ou, às vezes, a impressão de que se passa é a de que o senhor, sendo da Polícia Federal, talvez não tivesse muito o que fazer; daí resolveu fazer essa ação. Dá a impressão, às vezes, disso.

Só que quero registrar aqui que, quando fui Presidente da CPI do Narcotráfico lá, em Ponta Grossa, quando o Nacional pediu que a gente o fizesse nas Câmaras de Vereadores também, quando questionei um delegado da Civil, perguntando-lhe quanto teria apreendido de drogas, ele disse assim: "Não, a maior apreensão foi de 16 buchas". Jornais, às vezes, diziam: "Por que esse povo aqui está fazendo CPI do Narcotráfico?" Hoje o senhor sabe, tem acompanhado, e eu também tenho acompanhado na imprensa, que, às vezes, se apreende no Paraná e na região de Ponta Grossa 500 toneladas das mais diferentes drogas que a gente queira, inclusive o *crack*. Então não é em cima de valores, porque ganha pouco ou não sei o quê, ou porque contrata a milícia, porque são ex, mas nós estamos falando de um tenente-coronel, que deveria ser a nossa segurança. Já temos tão poucos homens e mulheres na segurança do Paraná; o senhor mesmo dizia que a sua equipe é pequena. Eu mesma registrei, antes do final do depoimento anterior, que precisamos equipar melhor nossas instituições, então não podemos achar que é uma coisa de menor importância. É muito sério quando um tenente-coronel, que deveria ser segurança para o cidadão do Paraná, faz isso. Não é porque envolve pequena ou grande quantidade, ou porque se justifica porque está fazendo "bico" ou porque não sei o quê. É a essa situação que nós não podemos continuar a assistir em nosso País e em nosso Estado.

Eu já tive oportunidade de falar com o Dr. Jáber, com a sua equipe, coloco o senhor também, parabéns pelo trabalho e pela coragem que têm porque quem, por causa de algum trabalho que fez... Um dia também fui perseguida, denunciada, ameaçada, tive que andar seis meses... Inclusive, dava aula na universidade, e o policial que me acompanhava ficava na porta. Sei o que significa quando a gente se mete nisso. Eu, como leiga, era vereadora apenas – estou dizendo apenas porque era local. Imagina vocês quando se arriscam ou outras pessoas se arriscam nesse sentido. Então, parabéns. Tem o apoio da gente e não adianta eles continuarem

me ameaçando porque eu sei – o senhor sabe onde moro – quanto a gente também padece por isso.

Então não é justificando, dizendo que os valores são pequenos, até porque o tempo que vocês fizeram é recente e uma coisa bem específica, que é objeto da CPMI, que está investigando, que foi esse investigação com tempo, com espaço mais ou menos determinado. Aliás, o espaço nem tão determinado porque o noroeste é longe lá de Ponta Grossa. Eu inclusive sei, talvez até possa imaginar, quais os vereadores que são os que estão sendo analisados lá pela **(inaudível)**. Porque acompanhamos também essa movimentação no Paraná. Gostaria de saber, se o senhor puder me dizer. O senhor disse que ele tinha uma equipe anterior, dos policiais, ou de pessoas, que trabalhavam com o Waldir Copetti. O senhor saberia me dizer esses nomes?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Está na interceptação, Deputada. Na sessão reservada, com certeza eu posso informar os nomes.

A SRA FERNANDO FRANCISCHINI – Até porque precisamos saber, porque a vida das pessoas que querem colaborar nesse sentido corre perigo também. Sei disso, estou falando porque moro em Ponta Grossa. Muito obrigada, parabéns pelo seu trabalho.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Não sei se a senhora se recorda de Curitiba, do acompanhamento – o Dr. Jáber é relator –, em cima das conclusões, da finalização da operação, para demonstrar que o objetivo nosso não eram os valores – os valores são uma mera configuração de que a quadrilha existia e tinha um pagamento financeiro para manutenção –, mas se evitar a última operação em que armamento pesado estava vindo para região de Ponta Grossa. E nós estávamos temendo por uma chacina naquele acampamento.

Então, essa foi a colocação do superintendente. O direcionamento foi acelerar o final da operação para evitar que um conflito agrário de sérias proporções acontecesse no nosso Estado. Então, a orientação que recebemos foi de não verificar. Valores não são importantes. Importante é a vida das pessoas, a paz que realmente aconteça na região rural.

A SRA SELMA SCHONS (PT – PR) – Obrigada pela seriedade e pela discrição com que estão conduzindo essa investigação. Isso é importante para nós cidadãos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para concluir, o Relator, Deputado João Alfredo. Antes, vou conceder a palavra ao Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Estava observando aqui, Sr. Presidente, já um pouco aquela situação que coloquei anteriormente. Eu gostaria de ver com o nosso depoente essa questão. Sou de Rondônia, e lá temos hoje cinco movimentos de luta pela terra. Agora, só que temos situações colocadas. Até a Senadora entrou com um requerimento para vir depor aqui o Sr. Galo Velho, uma pessoa que vive de especulação de terra. Inclusive, ele cria movimento para ocupar a terra dele, para ele poder especular essa terra. E ali, de vez em quando, sai até morte. Eu já falei dia... E aqui essa CPMI tem muito esse lado assim: UDR e MST. Mas entre esses têm os que vestem a roupa desses nomes. Tem muito isso. Eu estava observando, naquela denúncia que foi feita aqui, onde o próprio líder do MST repudia grupos que realmente utilizam esse...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT- CE) – Qual denúncia? Essa de Quedas do Iguaçu?

O SR. ANSELMO (PT – RO) – É. Então, percebemos esse tipo de coisa. E como conheço essa situação lá em Rondônia – e não quero aqui defender o MST –, quando se trata de movimento de luta pela terra, que se defina. Quando é MST, é uma organização. Quando se trata de outros grupos, é outra organização.

Gostaria de saber do senhor se hoje, realmente, nessa operação que tem no Paraná, se existem também essas diferenças, porque de repente pode ter outros movimentos; e se há essa identificação diferenciada, para que não possa levantar denúncias, talvez até colocando alguns movimentos que, certamente, têm uma certa democracia, uma certa ética na questão da luta pela reforma agrária. E se hoje, lá no Paraná, também não tem esses movimentos criados e que possam, talvez, até comprometer outros que realmente têm ética para poder lutar pela terra.

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – Na investigação, acompanhamos a formação, pelo Coronel, de um grupo falso de sem-terra que iria simular uma ocupação para poder expulsar os verdadeiros sem-terra do acampamento, na região de Ponta Grossa. Uma colocação técnica. Isso foi resultado de acompanhamento, de vigilâncias e dessas pessoas que foram presas, a formação de um grupo falso de sem-terra para ocupação da fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu até conversava há pouco com o Deputado Onyx, que é Vice-Presidente da CPMI e é membro da CPI do Tráfego de Armas, penso que o depoimento foi bastante consistente, seguro e até resguardou, com mandou a juíza, o sigilo telefônico. É um depoimento da maior importância para a CPI do Tráfico de Armas, no sentido de que ela possa fazer investigação dessa entrada, pelo Estado do Paraná via Paraguai, dessas armas onde houve a participação desse grupo do Coronel Copetti Neves

através do Sbardella, que até havia sido expulso da Polícia Militar. Então eu perguntei o que ele achava da idéia, e vou solicitar de V. Exª que o depoimento do Delegado seja o quanto antes encaminhado à CPI do Tráfico de Armas, porque ela abre uma linha boa de investigação do tema do tráfico, do contrabando, que não é o nosso tema. O nosso tema é da violência. A questão do tráfico entra, porque, efetivamente, havia milícias nessa questão.

Mas eu fiquei atento, porque alguns Parlamentares, com todo o respeito que eles merecem, eles minimizaram essa questão da milícia, como se fosse "bicos" dos policiais, como se eles fossem grupos de segurança privada dos proprietários de terra.

Eu gostaria de fazer uma pergunta objetiva e técnica ao delegado que conhece a legislação sobre as empresas de segurança que precisam ser submetidas a uma fiscalização constante da própria Polícia Federal. Temos esse grupo do Copetti Neves já qualificado por V. Sª como uma quadrilha por essas razões. Mas temos também as empresas de segurança privada, que, efetivamente, são contratadas por proprietários urbanos e rurais, evidentemente dentro da lei, para prestar serviços de segurança privada. O que é que separa objetivamente os dois grupos? Um grupo como esse, de milícia armada, e o grupo de uma empresa de segurança privada, do ponto de vista da legislação, da regulamentação, da fiscalização, do armamento, do pessoal e tudo mais. Acho importante a gente ter essa clareza, porque, senão pode parecer, à primeira vista, que há uma tempestade num copo de água, que o Coronel Copetti Neves tinha um grupo de segurança que prestava assessoria aos proprietários rurais, que isso é absolutamente corriqueiro e normal, e que se estaria, portanto, fazendo uma tempestade num copo de água, volto a repetir. Tecnicamente, o que é que diferencia uma empresa de segurança privada de um grupo como esse para que possamos saber a diferença dos dois casos?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – A diferença é total, Deputado. Não temos a mínima chance de confundir esse grupo com uma empresa de segurança, mesmo que clandestina.

Vamos aos pontos principais.

O 1º: O objetivo de uma de segurança privada ou até mesmo de uma segurança clandestina, ou seja, aquela que ainda não tem autorização da Polícia Federal para realizar suas atividades, são fins lícitos. São fins que buscam realizar segurança efetivamente, e não fins ilícitos, como foi o observado pelo grupo. A intimidação, a ameaça, o constrangimento ilegal, etc Então, a primeira finalidade é totalmente diversa até da segurança clandestina.

O 2º: As empresas de segurança privada e de segurança clandestina não utilizam armas contrabandeadas do exterior, não utilizam armas com numeração raspada, com calibres de uso restrito das Forças Armadas. Este é o segundo ponto.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Havia essa novidade. Havia entre as armas apreendidas, armas de uso restrito das Forças Armadas?

O SR. FERNANDO FRANCISCHINI – O calibre 9 mm é considerado um calibre restrito para a Polícia Federal que tem uma legislação especial em relação a 9 mm e das Forças Armadas.

Essas são as duas diferenças principais que vislumbramos, o fim lícito de uma empresa de segurança, que não havia nesse grupo. O fim era diverso. E o uso de armas totalmente ilegais, sem nenhuma autorização. Então não era uma empresa de segurança clandestina, e sim um grupo que chamamos – está no próprio Código Penal, mais de 3 pessoas organizadas para fim de crime – de quadrilha.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes de concluir esta etapa, quero apenas fazer um registro de quando em vez, há,a da parte de um ou de outro que deseja influir de forma decisiva no direcionamento dos trabalhos desta CPMI, a indicação de que, em um momento ou noutro, esta Presidência pudesse agir com parcialidade. Quero afirmar que o que nos conduz é um absoluto espírito de justiça e de imparcialidade. Em nenhum momento nos comportamos de forma tendenciosa na direção dos trabalhos desta CPMI. Hoje, sobretudo, procuramos ter esse comportamento, embora fosse legítimo da minha parte fazer questionamentos. Por ser do Paraná e conhecer de perto muitas questões aqui discutidas, evitei participar das discussões e até mesmo fazer indagações. Repito que poderia até contribuir para o aprofundamento das investigações, mas, obviamente, creio que terei sempre mais autoridade para presidir esta CPMI se me mantiver isento desses debates.

Esta foi a razão de não participarmos das discussões aqui travadas, nem mesmo indagarmos, quer a respeito do guardião, quer a respeito de grampos telefônicos, já que são assuntos discutidos intensamente no Paraná.

Faço questão de registrar o fato, até porque, em determinados momentos, cometem-se injustiças em relação à conduta do Presidente na direção dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero agradecer a presença do Dr. Fernando. Sem dúvida, o seu pronunciamento tem profundidade e características de natureza técnica da maior impor-

tância não só para esta CPMI. Mas como propõe o Deputado João Alfredo, estamos solicitando desde já providências da Secretaria desta Comissão para, assim que possível, remeter à CPI do Tráfico de Armas da Câmara dos Deputados, para que aquela Comissão possa valer-se desse subsídio para sua conclusão.

Vamos interromper esta reunião aberta e transformá-la em secreta para a continuidade do depoimento do Dr. Fernando, a quem, publicamente, agradecemos pela sua participação e contribuição extraordinária a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

(Levanta-se a reunião às 20 horas e 48 minutos.)

(A Reunião transfoma-se em secreta.)

Ata da 33ª Reunião, realizada em 4 de maio de 2005 – Audiência Pública em Jequitinhonha/MG

Aos quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às treze horas e dez minutos, no Plenário da Câmara dos Vereadores de Jequitinhonha Estado de Minas Gerais, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Deputados João Alfredo, Adão Pretto e Anselmo, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)".O Senhor Presidente Senador Álvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir as Exposições dos Senhores Jorge Rodrigues Pereira – Integrante do Acampamento de Felisburgo/MG, Durval Ângelo – Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Direitos Humanos, da Assembléia Legislativa de MG, Dom Hugo Steekelenfurg – Bispo da Diocese de Almenara MG, inicialmente foi ouvido o Deputado Durval, que fez vasta explanação sobre a investigação ocorrida pela ALEMG, visando ajudar a solucionar o conflito agrário em Felisburgo. Pelo depoente foi apresentado um dossiê contendo toda documentação que diz respeito ao massacre de Felisburgo, ocorrido em vinte de novembro de dois mil e quatro e que vitimaram diversos trabalhadores rurais naquele acampamento. O depoente foi questionado pelo Relator Deputado João Alfredo e os Deputados Adão Preto e Anselmo, sendo que o Deputado Adão Preto indagou sobre a realização do júri dos quatro acusados ser em Jequitinhonha não correrá o risco de corrupção (compra dos jurados ou se os mesmos não serão pressionados pelos donos de terras do local). O Deputado Anselmo citou o massacre ocorrido no Estado de Rondônia na gleba de Corumbiara que também vitimou vários trabalhadores rurais naquele local. A seguir foi ouvido o trabalhador rural Jorge Rodrigues Pereira que relatou sobre as ameaças sofridas pelos moradores do acampamento, bem como sua pessoa foi agredido pelo Sargento KIKO, que disse que enforcaria o depoente caso o mesmo abrisse a boca, culminando em apontar os nomes das pessoas que organizaram o massacre. O Bispo Dom Hugo Steekelenfurg foi o próximo que discorreu sobre a reforma agrária de Felisburgo entregando uma documentação organizada pela Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, dossiê este que relata todo o massacre de trabalhadores sem terras no acampamento Terra Prometida, que culminou com a morte de cinco pessoas e ficando mais de vinte pessoas feridas. Na seqüência, a Presidência submeteu uma proposição para que fosse enviado ofício ao Doutor Armando Chedine Neto, Juiz de Direito da Comarca de Jequitinhonha recomendando a prisão preventiva das seguintes pessoas Adriano Chafik Luedy, Francisco de Assis de Oliveira vulgo Chicão, Milton Francisco de Souza, vulgo Milton Pé-de-Foice e Admilson Rodrigues Lima, vulgo Bila, acusados da chacina de Felisburgo, bem como seja providenciado o desaforamento do julgamento pelo Tribunal do Júri para a Comarca de Belo-Horizonte dos referidos acusados, proposição essa que foi acatada e providenciado o oficio, que foi entregue em mãos ao Meritíssimo Juiz pelos membros da CPMI presentes. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário Eventual da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR) – Declaro aberta a 33ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que tem como objetivo realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

A reunião se realiza hoje no Município de Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais.

Agradecemos ao Presidente desta Câmara de Vereadores, o Vereador Sandoval de Melo Barbosa, e a todos os Vereadores deste Município. Agradecemos também ao Prefeito Municipal, Roberto Alcântara Botelho, e a presença do Deputado Estadual Rogério Correia, que é 2º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Registramos a presença do Deputado João Alfredo, que é o Relator desta Comissão Parlamentar

de Inquérito, do Deputado Adão Pretto e do Deputado Anselmo, representando todos os integrantes da CPMI da Terra.

O objetivo desta visita é registrarmos depoimentos que orientem esta Comissão Parlamentar de Inquérito especialmente sobre a chacina ocorrida em Felisburgo, no dia 20/11/2004, com a ocorrência de cinco assassinatos e mais doze tentativas de assassinatos. Realmente, a grande preocupação desta Comissão Parlamentar de Inquérito é com a violência no campo, com o avassalador crescimento desse processo de violência no campo.

Nosso objetivo hoje é ouvir Jorge Rodrigues Pereira, que é integrante do acampamento de Felisburgo; Durval Ângelo, Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que acompanha o processo envolvendo esse massacre de Felisburgo; e Dom Hugo, que é Bispo da Diocese de Almenara e acompanha os desdobramentos do massacre de Felisburgo.

O depoente Adriano Chafic, fazendeiro envolvido na chacina de Felisburgo, encaminha, pelo seu advogado, um ofício comunicando a impossibilidade de comparecer. A alegação é de que o fax encaminhado pela Polícia Federal de Brasília teria chegado apenas ontem à tarde, e, por essa razão, estando ele, Adriano Chafic, no Município de Itabuna, na Bahia, teria uma grande distância a percorrer e não teria tempo suficiente para aqui estar neste dia e neste horário. Diante desse fato, nós o convocaremos para prestar depoimento em Brasília. Vamos encaminhar com a antecedência necessária a convocação para que o Sr. Adriano Chafic possa comparecer a Brasília, no Senado Federal, e prestar o depoimento que deveria prestar hoje aqui, nesta cidade.

Vamos iniciar os trabalhos de hoje ouvindo o Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Durval Ângelo, a quem passo a palavra neste momento, agradecendo desde já a sua colaboração com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. DURVAL ÂNGELO – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Deputado João Alfredo, Deputado Adão Pretto, Deputado Anselmo, minhas senhoras, meus senhores, nosso Bispo, Dom Hugo, que está aqui presente, primeiro, a gente vem numa atividade dessa cumprindo com o nosso dever como Deputado, como agente público, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, com uma tristeza enorme, e também é com essa mesma tristeza que a gente vem aqui testemunhar fatos que nós conhecemos, acompanhamos e assistimos bem de perto. E, para nós, mineiros, muito nos entristece quando a gente lê o relatório da Comissão Pastoral da Terra, o relatório anual "Conflitos no Campo – Brasil 2004", e a gente tem estampado nesse relatório as duas dedicatórias, de dois fatos acontecidos em Minas Gerais.

A primeira: "Aos auditores do Ministério do Trabalho Eratóstenes de Almeida Gonçalves, Nelson José da Silva, João Batista Soares, e ao funcionário Ailton Pereira de Oliveira, assassinados no cumprimento de sua missão, em Unaí, Minas Gerais".

Fato triste, que também acompanhamos, lá estivemos, acontecido em janeiro do ano passado. No início do ano, Minas Gerais, que já tinha um histórico bem significativo, já de muitos anos – por que não dizer de décadas –, de não termos pessoas mortas, assassinadas em conflitos de terra, abrimos o ano onde cinco funcionários públicos foram, de forma bárbara, assassinados no cumprimento de fiscalização de empresas do agronegócio na região.

A segunda dedicatória: "Aos acampados de Felisburgo Iraguiar Ferreira da Silva, Joaquim José dos Santos, Juvenal Jorge da Silva, Miguel José dos Santos, Francisco Nascimento Rocha, semeadores de sementes, semeados no chão da terra prometida".

Então, para nós é muito triste que um relatório anual da CPT, que há muitos anos não registrava assassinatos no Brasil, em Minas Gerais, tenha aberto esse relatório de 2004 com esses dois tristes fatos.

Em relação à questão do conflito agrário em Felisburgo, a Comissão Pastoral da Terra acompanha esse conflito desde 2002. Fomos procurados no primeiro semestre de 2002 por um grupo de trabalhadores sem terra, que registravam a ocupação da área e nos informavam também da existência do acampamento Terra Prometida. Naquele momento, tivemos uma preocupação de que uma comissão da Comissão de Direitos Humanos se deslocasse até Felisburgo. Na época, estiveram presentes, representando a comissão – eu fazia parte dela, mas estava acompanhando denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no norte de Minas Gerais e não pude ir, mas estive com os trabalhadores que nos procuraram –, os Deputados Márcio Kangussu, do PPS, e João Leite, do PSB. Eles estiveram, no dia 11 de junho de 2002, lá na Fazenda Aliança, no Município de Felisburgo, em função das denúncias de que os trabalhadores corriam risco de vida; e a presença da comissão lá foi numa tentativa de negociar, tentando amenizar o conflito. Inclusive, na presença da comissão, foi discutido um acordo com os proprietários, representados na oportunidade pelo Sr. Adriano de Luedi, no sentido de que fosse dedicada uma área aos trabalhadores sem terra, que era exatamente a área que eles ocupavam quando dos 17 homicídios – cinco consumados e doze tentados.

Também esteve presente nessa audiência o Procurador de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Procuradorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, de Apoio Comunitário de Conflitos Agrários, que na época era uma coordenação só; e lá esteve, então, o Procurador Afonso Henriques de Miranda Teixeira; esteve também a responsável pelo Setor de Conflitos Agrários do Incra em Minas Gerais, Moema de Fátima Sales Rocha, e o Diretor Geral do Iter, Marcelo Rezende de Souza.

Aqui trago **As Notícias da Assembléia**, órgão oficial do Poder Legislativo, que registra essa presença da Comissão de Direitos Humanos, a presença da Comissão de Direito Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Ela acompanha, de forma muito constante os conflitos agrários. E também, em função dessa presença, o Iter, Instituto Estadual de Terra, em função de denúncias de que as terras ou parte das terras ocupadas pelo Sr. Adriano Chafic Luedi seriam terras do Estado, terras devolutas, que foram ocupadas, inclusive, segundo relatos na Comissão de Direitos Humanos, há 30 anos, de forma violenta, pela família Chafic Luedi.

Então, essa posse dessa terra tem todo um histórico de ocupação violenta. E é interessante que alguns dos que viveram a tragédia agora são aqueles que foram expulsos dessa terra devoluta três décadas atrás, e muitos são filhos dos que já foram expulsos.

E, aqui, trago para a Comissão a ação do Governo do Estado onde o Instituto Estadual de Terra de Minas Gerais entra com ação discriminatória no sentido de retomar a posse, fazer uma reintegração de posse, da terra que seria do Estado de Minas Gerais. E é interessante que, como o Luciano impediu que os técnicos do Iter, inclusive com ameaças, entrassem pacificamente na terra, no dia 14 de maio de 2003, através do Procurador do Estado Romeu Rossi, houve uma ação complementar a essa, no sentido de que o juiz da Vara de Conflitos Agrários da Capital – temos uma vara só de conflitos agrários em Minas Gerais – desse uma liminar permitindo que os técnicos do Estados pudessem adentrar numa área. Até essa dificuldade foi encontrada. Mas o mais triste nisso tudo é que, pela documentação que temos, notas taquigráficas da Assembléia Legislativa, muita movimentação na Assembléia, é que essas mortes, esse conflito, de alguma forma, já estavam sendo anunciados.

No primeiro semestre do ano passado, recebemos uma delegação de trabalhadores rurais da fazenda Nova Alegria, trazendo várias representações que fizeram na Justiça de que estavam sofrendo ameaças de morte; ameaças que eram feitas por alguns pistoleiros que estavam envolvidos nessa operação. Inclusive, em agosto de 2002, quando de uma representação dos trabalhadores contra essas ameaças de que teria milícias armadas vindas da Bahia, com pistoleiros vindos da Bahia, que estavam intimidando e amedrontando os trabalhadores rurais. Mesmo depois desse acordo que a Comissão de Direitos Humanos, pelo seu Presidente da época, Deputado Márcio Kangussu, tinha conseguido, eles estavam sendo ameaçados de morte, e houve uma representação pela questão da atuação de milícias armadas na região.

E quero aqui registrar que, tristemente, os inquéritos não caminharam, não andaram. A Polícia Civil foi omissa. Tanto que, no dia seguinte à tragédia, cedinho, quando nos deslocávamos com várias autoridades para a área do conflito, eu e o Procurador Afonso Henrique já dizíamos o seguinte: olha, não precisa ir muito longe, já temos os nomes dos pistoleiros dessa ação.

Chegamos a Felisburgo para uma reunião na qual estavam presentes dois Ministros de Estado, Nilmário Miranda e Miguel Rossetto; estavam o Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, o Comandante da Polícia Militar, o Chefe do Gabinete Militar, alguns Deputados e outras autoridades, que diziam: não dá para ser precipitado, não dá para fazermos prejulgamento. Eu e o Afonso fizemos uma intervenção e falamos: "É só olharmos os boletins policiais, os boletins de ocorrência, as notícias-crimes feitas na delegacia da época. Nós vamos ver que temos até o endereço dos pistoleiros". E tínhamos, porque muitos deles foram ouvidos na época. Então, todos eles indicaram seus endereços na Bahia. Nós tínhamos até o endereço dos pistoleiros. Não seria difícil fazer uma ação.

Felizmente, no trabalho da Polícia Federal e da Polícia Civil de Minas Gerais, essas informações que demos, antes de se instaurar o inquérito, foram todas confirmadas. Isso porque nós já estávamos acompanhando esse caso há muito tempo e já dizíamos, em pronunciamento na Assembléia, que nós íamos ter uma tragédia em função do histórico de violência da família que atua na região, em função do conflito que estava estabelecido, em função até da questão da terra ser devoluta, ou parte dela, o que dava muito mais coragem e entusiasmo aos trabalhadores para ocupá-la.

Como eu dizia, seis meses antes da tragédia, vários trabalhadores estiveram na Comissão de Direitos Humanos, e falaram: "Olha, está iminente um desfecho. O Luciano já disse, o Calixto, que é o seu porta-voz, seu capataz, já disse que vai nos matar, que vai resolver esse problema de qualquer jeito". Infelizmente, isso se confirmou, alguns meses depois.

Recebemos também uma delegação, em setembro, dos trabalhadores rurais. Eles disseram que o Adriano estava próximo, porque estava arregimentan-

do pistoleiros na região para fazer esse trabalho. Isso ocorreu dois, três meses antes da tragédia.

Em contato com o Dr. Afonso, encaminhamos os representantes para a Procuradoria de Justiça, para a Promotoria de Conflitos Agrários. Ele inclusive oficiou à delegada que o risco estava iminente. Dois meses antes, chegou protocolada, na delegacia de Jequitinhonha, a informação da iminência da proximidade desse conflito.

Então, a gente se sente impotente, como Parlamentar, com dezesseis anos de mandato, dezesseis anos atuando em direitos humanos, a gente se sente impotente por ter presenciado tantos anúncios de uma tragédia e pouca coisa ter sido feita, excetuando a ação do Ministério Público e a ação do Governo Estadual, através do Iter, que foram os dois órgãos que agiram e tomaram providências a respeito.

O que a gente traz aqui hoje como reflexão? Primeiro, que estamos diante de um crime de grande gravidade: dezessete homicídios, cinco consumados, doze tentados, e atuação de milícias armadas na região – que continuam atuando.

Então, eu acho que, nesse sentido, a presença desta Comissão aqui é fundamental para que possamos trazer um clima de paz e tranqüilidade na região.

A segunda questão é que hoje temos dez pistoleiros foragidos. A Polícia Civil não tem condições de executar porque muitos ou a maioria está na Bahia. Para nós é fundamental, para que seja restaurada a ordem pública, a prisão desses dez pistoleiros. Três deles foram soltos, juntamente com o mandante, o Adriano Chafic Luedi. Para nós, houve um equívoco, um erro grande do Superior Tribunal de Justiça ao não acolher as decisões do juízo local e também todas as decisões do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, algumas tomadas por unanimidade de câmaras criminais, não dando a liberdade a esses envolvidos.

Assim, achamos fundamental hoje o restabelecimento das prisões. Acredito que o próprio Tribunal Superior de Justiça reconhece essa questão. E por que essa gravidade? Um dia antes da concessão do **habeas corpus** pelo Superior de Justiça, no dia 07/04, no dia 06/04, o Juiz da Vara de Conflitos Agrários em Minas Gerais esteve lá em função da ação discriminatória e fez um auto de visita e constatação, onde estavam presentes parentes do Luciano – irmãos, mãe –, proprietário da terra. O Juiz, um juiz muito ponderado, um juiz que tem dado uma demonstração muito sensata, muito segura nas suas decisões, Dr. Renato Luiz Bresh, afirma, no seu relatório do dia 6 de abril:

O que se constatou no local [e trago esse documento para vocês] é que o clima é extremamente tenso, merecendo cuidados especiais das autoridades de segurança, considerando que a estrutura física e de pessoal da Polícia Militar de Felisburgo não atende às necessidades da tensão que existe no local. Por parte dos trabalhadores acampados existe o receio de que possa ocorrer nova agressão por parte da família de Adriano Chafic. De modo que qualquer contato direto com os trabalhadores poderá ocasionar resultados drásticos. De outro lado [olha as "expressões" ditas na audiência e registradas pelo juiz, olha as "expressões"], os familiares de Adriano Chafic, na audiência, afirmam que os trabalhadores acampados são bandidos, ladrões e vagabundos, não mostrando sentimento algum pelas mortes ocorridas no conflito precedente.

Ora, são expressões ditas numa audiência pública, registradas em ata pelo juiz, que constam aqui como um documento oficial, um dia antes da libertação.

Verificou-se que o grande clima de tensão em Felisburgo é que deve ser motivo de preocupação. Os trabalhadores temem um novo ataque ao acampamento, a exemplo do ocorrido em novembro de 2004. A família Chafic se sente injustiçada pela ocupação. O fato de se tratar de terra devoluta, entendem, não interfere nos direitos, porque possuem posse trintenária.

Diante desses fatos e temendo novos conflitos, serão oficiadas as autoridades policiais competentes para que tomem as providências preventivas, retornando o reforço da segurança local.

O juiz nos mandou essa correspondência, que trago para a Comissão também. Então, estamos lá.

Outra, o irmão do Adriano Chafic tem andado na região dizendo que o serviço não foi pronto, que eles não brinquem com essa família. É uma família que tem muita força, tem treze fazendas de cacau no sul da Bahia, e sabemos muito bem como é essa relação do coronelismo e a produção de cacau.

A outra coisa que trazemos aqui, como um apelo a esta Comissão no sentido de que vai ter acolhida, é a necessidade de que haja o desaforamento dessa tragédia. Se não houver o desaforamento, os mortos é que vão ser considerados culpados; os que sofreram tentativas de homicídios é que vão ser considerados culpados. Essa é a tradição da nossa região e não é só de conflitos agrários. Só se acabou, no nordeste de Minas, com os crimes de pistolagem, ou se reduziram os crimes de pistolagem, depois que o Tribunal de Justiça desaforou julgamentos como o da família Leite, muito conhecida aqui, do Adércio Leite; e dos Curiós, de São João Evangelista. Conseguiu-se só com esses desaforamentos. Temos experiências também de outras regiões, como o bárbaro assassinato do dirigente sindicalista, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Presidente do PT em Abre Campo, há anos atrás, quando houve o desaforamento. Sabemos que

não foi à toa que o Luciano contratou como advogado seu o filho mais ilustre desta terra, um ex-procurador muito respeitado, Dr. Antônio Patente, que, dizem as informações, nunca perdeu um júri nesta comarca. Não é à toa que os valores, segundo informam, passam de R$1 milhão. E a necessidade de desaforamento é que, em março último, num leilão em Joaíma, de gado, divulgado pela imprensa, foi feito um leilão para se pagar os advogados do Sr. Adriano Luedi. Um leilão onde todos os fazendeiros da região cederam gado de seu melhor plantel para que realmente pagasse de forma tão cara os advogados desse senhor.

Então, hoje, não temos isenção. O Judiciário tem tido uma atitude corretíssima.

Acompanhei, junto com o Dr. Afonso, todas as fases posteriores. Quando todas as autoridades foram embora, nós é que ficamos aqui atrás de mandado de busca e apreensão, atrás de mandado de prisão. E temos a dizer o seguinte: o Judiciário local não se omitiu, mostrou a independência.

Também o Tribunal de Justiça tem dado a mesma demonstração. Nenhum dos pedidos, não houve nenhum tipo de impedimento ao andamento do processo; muito pelo contrário, com muito rigor, pelas três câmaras criminais do Tribunal por onde já passou fato relativo à questão de Felisburgo. Mas a nossa questão é que, num júri popular, as regras são estabelecidas não porque entende o Judiciário, mas sim pelas influências locais das elites de fazenda, de fazendeiro, do coronelismo, que é muito comum em nossa região.

Então, por isso a gente vem pedir, fazer esse terceiro pedido pelo desaforamento. Sabemos que a CPI tem seu relatório final, pode ser que o relatório final não coincida com o andamento do processo, e solicitamos que esses dois pedidos, da nova prisão do fazendeiro, da prisão dos pistoleiros que estão soltos... Deixem-me dizer um caso para os senhores: tem um pistoleiro que está solto que está respondendo a processo por assassinato. Eles todos são conhecidos na região por pistolagem, e teve um dos que foram soltos pela Justiça que há duas semanas teve uma moto apreendida pela polícia local, pelo destacamento local de Felisburgo, e assim está registrado no boletim de ocorrência. Esse pistoleiro que está solto – tenho o nome dele aqui na documentação, está tudo aqui –, ele diz assim: "Olha, isso não vai ficar desse jeito". Alguns minutos depois ele ligou, se identificando, para a delegacia, dizendo: "Eu vou é pôr fogo nessa delegacia". Imaginem o que um destacamento com dois ou três policiais pode fazer diante disso! E os policiais fizeram o registro da ameaça que sofreram de uma das pessoas de bem que estão soltas. Agora, se fazem isso com um policial, o que não vão fazer com um sem-terra lá naquele acampamento? Se ameaçam dessa forma um policial, o que não vão fazer com pessoas desprotegidas, que não representam o aparato do Estado, o poder legal?

Então, para nós, o desaforamento e essa questão da decretação da prisão dos três pistoleiros que foram soltos e do mandante, Sr. Adriano, fazendeiro, e que a prisão seja executada pelos outros dez, e que haja uma solicitação que também a Polícia Federal atue no caso são os pedidos e a intervenção aqui da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa.

Aqui também está presente o Vice-Presidente da Assembléia Legislativa para registrar o apoio da Assembléia a essa luta nossa. Nós atuamos porque temos apoio, senão dos 77, mas com toda a certeza da Mesa Diretora e da maioria esmagadora da Assembléia Legislativa, porque a Comissão de Direitos Humanos é bem tratada, é respeitada a nossa ação. O Presidente da Assembléia, Deputado Mauri Torres, do PSDB, designou o Deputado Rogério Correia para estar aqui acompanhando a Comissão hoje e amanhã, em nome do Poder Legislativo estadual.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos passar a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, para iniciar o questionamento.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, meus companheiros de CPMI, Deputados Adão Pretto e Anselmo, Deputado Rogério Correia, que aqui representa a Assembléia Legislativa, a Mesa Diretora, Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Sr. Prefeito, Sr. Presidente da Câmara, Sr. Bispo, que logo mais será ouvido, trabalhadores, Procurador da Justiça Afonso Henriques, população que aqui acompanha esta nossa audiência pública, primeiro, da mesma forma como disse o Deputado Durval Ângelo, não é com alegria que estamos vindo aqui. Aliás, a própria existência desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é mista, Senado e Câmara, mostra que a questão fundiária não se resolveu no Brasil e que ela ainda é um foco de violência muito acentuado.

Então, me permitiria, neste primeiro momento, solidarizar-me com a família dos trabalhadores que foram assassinados, e dizer que o trabalho desta CPMI também é um trabalho no sentido de que possamos, pelo menos, diminuir a violência no campo. E, para diminuir a violência no campo, temos que acabar com a impunidade. A impunidade é, sim, uma causa de mais violência.

Essas eram as minhas primeiras palavras.

Nesse sentido, Sr. Presidente, penso que esta CPMI pode adotar, se V. Exª assim concordar, até porque lembro que foi V. Exª, como Presidente, que, logo após o massacre de Felisburgo, apresentou o reque-

rimento para que pudéssemos convocar o Sr. Adriano Chafic para depor perante a CPMI – infelizmente, não temos a presença dele aqui – as medidas sugeridas pelo Deputado Durval, que conhece a situação de perto porque acompanha. Essas medidas são da maior importância, no sentido de se pedir o desaforamento para Belo Horizonte, capital do Estado, do processo de julgamento. Todos sabemos que, num júri popular, em que pese toda a isenção que o magistrado ou a magistrada possam vir a ter, são pessoas da própria cidade que vão decidir o veredicto, se culpados ou inocentes os mandantes e assassinos.

Sabemos que as pessoas aqui, numa cidade pequena, numa região em que o poder político e econômico muitas vezes estão juntos, pessoas poderão ter muita dificuldade de dar esse veredicto de forma isenta, imparcial. Penso, portanto, que essa é uma medida importante. Vamos até apresentar, Sr. Presidente, por escrito, esse pedido.

O segundo pedido que o nosso depoente de agora faz, no sentido de que volte a decretação da prisão preventiva dos que foram depois liberados, também seria uma providência importante. Claro que a CPMI não pode mandar prender. O que a CPMI pode fazer é recomendar, mas há o peso de uma Comissão representando a Câmara e o Senado.

E esses elementos que são trazidos por V. Exª, Deputado Durval, são da maior importância, mostrando que o clima ainda continua tenso na região, mostrando que as pessoas que estão soltas continuam ameaçando não só os trabalhadores mas até a própria polícia, o que é um sinal de ousadia imensa. Imaginem! O policial, naquele momento, deveria ter decretado ordem de prisão. Acredito que deve ter-se sentido tão intimidado que a única coisa que fez foi registrar um boletim de ocorrência. Um boletim de ocorrência, registramos nós. Ele tem poder para prender em flagrante. Ali se configurou claramente um crime de ameaça. Era o policial naquela hora ter decretado e levado preso, não só ter apreendido a moto que estava irregular, mas também decretado a prisão. Isso mostra que, efetivamente, há necessidade de se decretar essa prisão para o bem da ordem pública, da paz e da própria tranqüilidade no sentido da apuração.

O terceiro aspecto, que também queria reforçar, seria justamente a prisão dos pistoleiros que estão foragidos; que tiveram a sua prisão decretada, mas estão foragidos, provavelmente no Estado da Bahia, de onde foram recrutados. Então, era importante até oficiar ao Secretário de Segurança da Bahia e ao Secretário de Segurança de Minas Gerais, no sentido de haver uma ação conjunta. E, mais do que isso, se analisar a possibilidade, dado inclusive ao pequeno contingente que V. Exª bem relatou, um pequeno contingente que está aqui, de a Polícia Federal atuar conjuntamente nesse caso. Penso que o envolvimento da Polícia Federal é importante. No caso do Pará, da Irmã Dorothy, que também acompanhamos, houve uma força-tarefa, acertada entre o Governo Estadual e o Governo Federal, com a presença não só dos órgãos federais, como o Incra, como o Ibama, não só com a presença do Exército, que todo mundo viu, mas também com a participação e a atuação importantíssima da Polícia Federal para fazer esse trabalho, inclusive chegando à prisão até do próprio mandante, ou melhor, de um dos mandantes, porque lá tudo se configura como um consórcio de fazendeiros para essa execução.

Portanto, penso que esse pedido que a CPMI pode fazer ao Sr. Ministro da Justiça para que a Polícia Federal acompanhe é da maior importância para garantir a tranqüilidade e a apuração desse caso.

São esses os requerimentos verbais que faço a V. Exª: o desaforamento, a decretação da prisão preventiva e a atuação conjunta das polícias da Bahia e de Minas Gerais, com o auxílio da Polícia Federal.

Mas me chamou a atenção, Deputado Durval, o que V. Exª disse. Aliás, todo material que V. Exª puder deixar com esta CPMI seria importante também para fundamentar o nosso relatório. Mas chamou-me a atenção, no relato de V. Exª, duas questões que gostaria de inicialmente perguntar. Se V. Exª puder ir anotando, eu vou fazendo as perguntas.

Primeiro, o massacre de Felisburgo foi uma tragédia anunciada. Desde 2002, tinha-se notícia de milícia armada na região, de ameaças de morte que vinham acontecendo aqui. E me chamam a atenção, e queria que V. Exª me respondesse, as providências que não foram tomadas pelas polícias, nem pela Polícia Civil, no sentido da apuração. Isso porque, no momento em que alguém que foi ameaçado registra um boletim de ocorrência – e não foi só um, foram vários boletins de ocorrência –, evidentemente que tinha que haver um inquérito policial, e esse inquérito policial tinha que ter um resultado, seja ele qual for. E, o segundo, da própria Polícia Militar. Porque a Polícia Civil investiga, mas a Polícia Militar tem a obrigação de dar a segurança imediata, de evitar o caso que aconteceu. Portanto, queria que V. Exª me falasse sobre isso. Como é que V. Exª vê o que aconteceu efetivamente. Foi influência política? Foi poder econômico? O que fez com que as polícias não agissem de forma rápida, expedita, para evitar o massacre, a chacina que veio a acontecer? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta, Deputado Durval, é sobre o que tem sido feito de lá para cá. É sabido que aquela área, no todo ou em parte, é área devoluta, é área do

Estado, do Poder Público, e queria saber se já houve a arrecadação dessa área. Porque, se continua o acampamento... Porque se não se fizer, a situação que levou ao conflito ainda permanece. Então, a atuação do Estado não é só no sentido de punir os responsáveis, mas também de resolver o problema fundiário. Então, esta é a segunda questão: como é que está esse processo de discriminação, de arrecadação dessas terras?

A terceira pergunta – também foi algo que me chamou a atenção – é sobre o histórico de violência da família na região. Eu não sabia disso. Evidentemente – eu sou do Estado do Ceará, o Presidente é do Paraná, temos um Deputado do Rio Grande do Sul e um Deputado de Rondônia –, cada Estado tem a sua realidade e, às vezes, dentro de um Estado há realidades diferenciadas. Então, em um relatório como este, nós queremos conhecer não só a situação fundiária brasileira – que nós até conhecemos um pouco pelos números – mas também as características de cada uma dessas regiões. Então, se V. Exª pudesse ajudar sobre quais são as características, aqui, da região, quais são as causas dos conflitos, que, acredito, não sejam os únicos, talvez haja outros, e, efetivamente, como tem se comportado essa família que tem esse histórico.

Sr. Presidente, inicialmente eram essas as perguntas. Reservo-me para, ao final, após os outros dois Parlamentares, se for o caso, apresentar outros questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência vai passar a palavra ao Deputado, mas, antes, deseja dizer que as considerações e solicitações formuladas pelo Relator são de grande relevância. Pedimos à Secretaria que as anote para as providências burocráticas, a fim de que possamos remeter às autoridades os ofícios solicitados, especialmente na questão da segurança, já que há tensão na área e nós temos que prevenir novos conflitos e evitarmos novas tragédias.

Essa solicitação do Deputado, corroborada pelo Relator, de solicitarmos ao Ministro da Justiça que a Polícia Federal dê cobertura nessa região de grande tensão, bem como a questão do desaforamento, nós imaginamos também ser da maior importância na busca da justiça, já que o que se deseja, realmente, é que se estabeleça a punibilidade absoluta dos envolvidos; e, obviamente, essa questão mais complexa de solicitarmos o restabelecimento das prisões. Vamos verificar a forma jurídica correta para o encaminhamento dessas questões, já como resultado do depoimento do Deputado, que tem a palavra para responder as perguntas do Relator.

Com a palavra, o Deputado Durval Ângelo.

O SR. DURVAL ÂNGELO – Sr. Presidente, Sr. Deputado-Relator, eu vou responder com objetividade, porque o relato eu já fiz, até no sentido de que a gente sabe que o tempo da CPI é exíguo e a tarefa é difícil e longa.

A questão do inquérito policial. É bom que se diga que, além da notícia-crime levada pelos trabalhadores, que foram várias vezes ameaçados nesses três anos – a gente tem, inclusive, uma ameaça de morte ao Jorge, que vai depor depois, em plena rua, assistida por policial militar, do capataz que é primo e que se chama Calixto, é também da mesma família –, o Ministério Público tem vários encaminhamentos à Polícia Civil local, pedindo a instauração de inquérito e pedindo providência. E, talvez, como forma até de uma profecia, o Procurador Afonso Henriques, um mês e pouco antes da tragédia, pede providências urgentes do Delegado e ele diz mais ou menos estas palavras, no final do seu requerimento. Ele diz assim: "...e que estava na iminência de uma tragédia, com conseqüências terríveis na região".

Aqui nós sabemos que, infelizmente, nesse caso particular, a Polícia Civil tem muito vínculo com os grandes proprietários de terra da região. A história da terra no Vale do Jequitinhonha, com toda a certeza, é uma história de dominação, de grilagem. Se nós formos fazer toda a linha de domínio das grandes propriedades aqui, nós muita surpresa. Não é à toa que Minas Gerais hoje, à exceção dos Estados da Amazônia Legal, é o Estado que tem maior número de terras devolutas e terras griladas – aqui, Minas Gerais.

Nós até fizemos uma denúncia na Corregedoria contra a Delegada da polícia local, contra a Delegada local aqui, por omissão. Logo depois da tragédia nós fizemos a denúncia.

Recebi semana passada o relatório final da Corregedoria, que é uma peça que me acusa de atrevimento, sabe? E tem coragem de colocar para a questão da omissão da Delegada a insuficiência de recurso e de pessoal para ela atuar aqui, como se isso fosse uma justificativa para omissão, e dizendo que eu estava perseguindo, dentro daquele velho axioma que lá está escrito: direitos humanos, direito de bandido, direitos humanos contra a polícia. Uma coisa absurda! Uma peça, que eu já pedi no meu gabinete para colocarem num quadro, em que a gente vê como que é a mentalidade, inclusive em órgãos que teriam que fazer o controle da atividade policial.

Quanto à Polícia Militar, o destacamento lá é muito pequeno, não tem viatura, não tem como deslocar. A Polícia Militar não deixou – até nós tivemos essa preocupação logo na semana seguinte à tragédia – de encaminhar para a Polícia Judiciária nenhuma

das providências, inclusive requereu mais recursos para dar apoio e proteger os trabalhadores, e não foi atendida.

Então, eu acho que o destacamento da Polícia Militar, dentro do que a gente vê como atua a Polícia Militar em muitas regiões de Minas Gerais, com precariedade total, nós entendemos naquele momento – não só eu, mas também a Promotoria e outras entidades de apoio – que fez o que tinha que fazer.

Nós não tivemos nenhum inquérito concluído de todas essas ameaças de morte, nenhum inquérito concluído. E a Srª Delegada foi isentada pela Corregedoria no inquérito, que terminou, como eu disse – semana passada ou retrasada chegou no gabinete –, como se não tivesse nenhuma responsabilidade em relação ao caso.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Deputado, eu queria que esse material também fosse enviado, com cópia, para a CPMI.

O SR. DURVAL ÂNGELO – Perfeitamente.

Não, não, nós vamos pegar todos os encaminhamentos do Ministério Público e vamos pegar também esse relatório da Corregedoria para constar como representação.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – A sua representação e o relatório final.

O SR. DURVAL ÂNGELO – Perfeitamente. Tudo. Nós encaminhamos tudo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Adão Pretto.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Adão, me desculpe aí, mas é que eu fiz outras perguntas ao Deputado Durval.

O SR. DURVAL ÂNGELO – Eu vou responder.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Ah, tá.

O SR. DURVAL ÂNGELO – Eu estou anotando aqui pra não esquecer que eu tenho que encaminhar.

O que foi feito de lá pra cá? Olha, o Juiz fez a última etapa do processo, segundo o que ele disse, para decidir a respeito da reintegração da terra para o Estado. Foi essa audiência aqui, no dia 6 do mês de abril. Vou deixar esse documento com vocês. Nós estamos acreditando que agora neste mês saia a decisão do Judiciário. Depois de tudo que nós vamos ver aqui constatado, e o próprio auto de visita e constatação já é uma demonstração clara de que aquilo que seria já medido como terra devoluta, já confirmado pelos técnicos do Iter como terra devoluta, que a Justiça não tomará outra decisão.

Em relação à questão do restante da área, nós – o Ministro Miguel Rossetto esteve na área – fizemos um apelo, porque também tem o caso previsto no Estatuto da Terra de desapropriação em função de conflito, requeremos isso. As informações é que o Incra já fez todo o estudo e que, dentro dos próximos dias – seria até um apelo desta Comissão ao Incra para agilizar os estudos –, deve sair um decreto de desapropriação. Seria a forma definitiva de resolvermos esse problema.

Eu acho que, enquanto permanecermos com conflito agrário, nós vamos continuar com essa situação em litígio. E é interessante que o Incra tem também vistoria de mais duas ou três áreas na cidade de Felisburgo que também foram consideradas pelo laudo técnico como improdutivas, e nós estamos aguardando também o decreto do Incra nessas duas áreas. Por que essa ação na reforma agrária é fundamental? Porque é isso que explica o histórico da violência na região, o histórico da violência na região.

O estudo do IBGE publicado ontem mostra que as dez cidades mais pobres de Minas Gerais, de menor Índice de Desenvolvimento Humano e com o menor Produto Interno Bruto são do Vale do Jequitinhonha. Por isso, o Vale do Jequitinhonha é considerado como vale da miséria e da pobreza, e o que explica essa situação, com toda certeza, é o problema da concentração de terra e da grilagem de terra. O fato de haver um triste lugar, com um povo tão bonito e com tantos artistas populares, no Vale do Jequitinhonha – esta é a região mais rica de Minas Gerais em manifestações artísticas, porque tem um povo criativo e lutador –, deve-se à concentração de terras. É isso que faz com que haja um triste lugar na miséria e na pobreza na nossa região.

Eu gostaria de dizer que, nesta região, ocorreram os crimes mais bárbaros de pistolagem, anos atrás. A ação da Polícia desbaratou muitos crimes de pistolagem na região, porque se valem os latifundiários desse poder e, muitas vezes, até de milícias armadas privadas para manterem a terra dominada, realmente controlada. Isso explica esse histórico de violência de três décadas – que também está no relatório apresentado pelo juiz –, quando da expulsão de famílias daquela área, que não é muito diferente de outras regiões do Vale do Jequitinhonha. O nosso vale da pobreza, o vale da miséria, é assim porque tem uma concentração violenta de terra. A nossa pior estrutura fundiária do Estado, a maior concentração, está no Vale do Jequitinhonha.

É interessante o fato de que é onde há menos ações do Governo estadual e do Governo Federal em relação à reforma agrária. Existem muitas ações assistenciais, muitas ações de programas assistenciais, mas programas estruturais, como o de reforma agrária, não existem. Então, entendemos por que, no Triângulo Mineiro e mesmo em outras regiões do norte

de Minas, já existe um movimento de luta pela terra há mais tempo e por que, no Vale do Jequitinhonha, esse processo é mais recente, até em função dessa dominação.

Aqui vivemos uma situação muito interessante. Em nossas muitas cidades do Vale do Jequitinhonha, encontramos filhos órfãos de pais vivos e mulheres viúvas de maridos vivos, porque há municípios que, em época de colheita em São Paulo e em outras regiões do sul do Brasil, acabam vazios de sua população masculina em condições de trabalhar. Vou contar uma situação das mais dramáticas: eu tinha um amigo padre que atuou no Vale do Jequitinhonha que dizia que, durante quatro ou cinco meses no ano, a paróquia dele se deslocava para Bebedouro, para Ribeirão Preto e para outras regiões. O que ele fazia? Ele se deslocava para lá, para atender os paroquianos. Essa é a situação do Vale do Jequitinhonha. Estão aqui vários representantes do Clero, frades e padres, que podem constatar isso.

A miséria, a pobreza e a concentração da terra geram a situação de, em muitas cidades, haver órfãos de pais vivos e viúvas de maridos vivos, muitos dos quais acabam não retornando para o local, porque acabam constituindo novas famílias e gerando toda essa degradação e, talvez, esse empobrecimento do pessoal mais criativo e positivo que poderia ajudar no desenvolvimento local.

Então, é essa a história do Vale do Jequitinhonha. Daí fazemos um apelo grande.

O Adriano Chafic representa um pouco como é a estrutura de concentração de terras: condomínio político, condomínio nas polícias. E aos pobres só resta recorrer, muitas vezes, ao Bispo, a única voz que acaba sobrando para recurso da maioria da população.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria saudar V. Exª; o Relator, Deputado João Alfredo; o Vice-Presidente da Assembléia, que nos honra com sua presença; nosso companheiro Deputado Anselmo; o Deputado Durval Ângelo, nosso convidado. Também quero saudar nosso Bispo, nossos padres e frei, que nos estão honrando com a presença aqui. Saúdo também os demais companheiros da platéia, o nosso Promotor público, que nos acompanhou e que nos acompanhará até o fim desta jornada.

Prezado Deputado Durval Ângelo, cumprimento V. Exª por seu esclarecimento, feito com tanta sinceridade, com tanta clareza. Cumprimento-o também pelo trabalho que faz na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que é um eco da voz dos pobres, dos oprimidos. Por isso, muitas vezes, é criticada essa Comissão, tanto da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, como de qualquer Estado e como também do Congresso Nacional, principalmente da Câmara dos Deputados, de cuja Comissão dos Direitos Humanos e Minorias também faço parte.

Sr. Presidente, quanto a isso que acabamos de ouvir e ao que já tínhamos acompanhado desde o episódio desse massacre que aconteceu aqui, sempre tenho dito o seguinte: o povo brasileiro já está quase ficando anestesiado com tanta violência. Se olharmos só o que aconteceu ultimamente, o episódio de Corumbiara, no Estado de Rondônia, terra de nosso companheiro Deputado Anselmo, veremos que foram assassinados brutalmente onze trabalhadores. Isso deixou o povo brasileiro estarrecido, e, logo após, aconteceu o massacre de Eldorado dos Carajás. E aí o povo meio que se esqueceu de Corumbiara; agora o problema é Eldorado dos Carajás. Agora, acontece esse massacre aqui em Minas Gerais. E, assim, um massacre vai anulando o outro.

Dias atrás, no Estado do Pará, estivemos com esses mesmos Deputados que estão aqui – e havia outros nos acompanhando. Na cidade de Altamira, fomos recepcionados por um grande número de fazendeiros. A Polícia Federal teve de fazer um corredor polonês para que pudéssemos desembarcar na Câmara de Vereadores, em que também foi feita audiência, sem ter o contato direto com os fazendeiros, que estavam ali protestando contra a CPMI, contra aqueles que lutavam para pacificar aquela região, tendo em vista que é muito violenta.

Depois, fomos quase forçados a recepcionar um grupo deles na sala do Presidente da Câmara de Vereadores, que eles queriam nos entregar um documento. Inclusive, foi feito um pedido do Relator João Alfredo para que eles refizessem aquele documento, senão não o receberíamos, porque aquele documento dizia que a Irmã Dorothy, de 73 anos, fora assassinada em legítima defesa. Em legítima defesa, tiveram de assassinar aquela coitada, de 73 anos!

E aqui, no caso desses cinco companheiros que foram assassinados, também foram assassinados um companheiro de 73 anos e um outro de 60 anos. Então, além do crime do latifúndio, ainda há esses crimes que se somam a esse barbarismo que aconteceu aqui. E o que é mais grave é que os caras já estiveram presos e foram soltos. Mas a que ponto chegamos, em que Brasil vivemos!

Sr. Presidente, não vou fazer um requerimento, mas creio que temos de analisar que a Justiça de Minas Gerais terá de ser convidada pela CPMI para prestar esclarecimento. Essa questão da moto apreendida – ameaçaram de incendiar a delegacia, o des-

tacamento – é muito grave. E não é feito nada?! O que está acontecendo com essa Polícia? Ou será que são coniventes com os crimes que aqui acontecem?

É claro que, se chamar a Polícia Civil e a Militar, eles vão reclamar que falta estrutura. Então, deve-se convidar também o Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, que prestará esclarecimento sobre se é verdade que falta recurso ou se é conivência da Polícia daqui.

Pergunto ao nosso ilustre Parlamentar que está depondo: tendo em vista toda essa situação, se o julgamento desses bandidos for feito nesta Comarca, não há o risco de esses fazendeiros comprarem jurados ou os amedrontarem? Esse júri não deveria ser feito na Capital do Estado, em Belo Horizonte, para haver mais segurança? Solicito que V. Exª comente acerca dessa questão.

O SR. DURVAL ÂNGELO – Trata-se de questão subjetiva, mas avalio que é mais grave o problema. Não é preciso comprar ninguém. Em nossas cidades pobres do Vale do Jequitinhonha e do interior de Minas Gerais, os jurados são, na maioria esmagadora, pessoas vinculadas à elite, primeiramente por disponibilidade de tempo e também por status. Além disso, quem se torna jurado recebe algumas prerrogativas legais. Não é necessário comprar ninguém.

Há muitos familiares dos advogados envolvidos. Por que não contrataram um advogado de fora? Por que foi contratada parte do corpo de advogados de defesa da própria cidade? É sintomática essa situação. Segundo informações obtidas, o valor do pagamento foi milionário, absurdo, e nunca havíamos visto isso, pelo menos oficialmente, nem no caso da máfia dos combustíveis em Belo Horizonte, onde foi assassinado um Promotor de Justiça e havia grandes empresários envolvidos, além de um cartel. Fala-se que, naquele caso, os honorários teriam sido de R$200 mil para uma banca de advogados das mais importantes de Minas Gerais. Quanto a esses honorários, diz-se que o pagamento foi de R$1 milhão, um valor tão alto que decidiram fazer um leilão. Houve fazendeiro que colocou, num leilão em março, em Joaíma, o seu melhor plantel, que foi doado.

Então, não seria necessário entrar nessa questão moral e subjetiva de que alguém poderá ser comprado. Até acredito que o corpo de jurados daqui, do ponto de vista moral e da probidade, é como aquele do nosso interior, em todos os lugares. São pessoas de bem, que apresentam, entretanto, uma visão ideológica de que sem-terra é bandido. Há, por exemplo, o caso daquela mãe que consta do relato do Juiz. Este não faz referência a qual seria o membro da família, mas a mãe utilizou o termo "bandido". Há um jornal que creio que esteja com o Bispo no relatório da CPT, se não me engano – vou levantar o caso –, em que a mãe deu uma declaração, logo depois, no sentido de que, se o filho fez, foi bem feito, porque eram invasores e bandidos e ele estava defendendo a sua propriedade. Uma senhora já idosa falou desse modo.

Penso, então, que a questão não é de imoralidade ou não, mas é ideológica. Não se tem a isenção do fato. Trata-se de uma área recente de luta pela terra. O que também explica um pouco a pobreza é o fato de os trabalhadores não terem tradição de luta nem de organização. Desse modo, entendo que o corpo de jurados não seria comprado, mas se posiciona ideologicamente com base em preconceitos.

Essa é a grande questão, e isso não é característica apenas deste lugar. Só conseguimos extinguir a maior quadrilha composta por uma família naquela região de Água Boa, os famosos Leites, que estão recebendo condenações de 150 anos ou 200 anos, que matavam prefeitos e todos os opositores, quando o júri ocorreu em Belo Horizonte. Nas Comarcas da região, nenhum dos autores do crime foi condenado. Só acabamos com a vida de crimes da família dos Curiós, na região de Guanhães, São João Evangelista, quando houve o desaforamento. Antes, ninguém havia sido condenado. Em Abre Campos, uma região também de pistolagem dos famosos Martins, nunca houve uma condenação até em assassinato banal. Era aquela história, como se um lado pudesse matar e o outro, também.

Então, creio que o problema é de concepção ideológica e de preconceito, e é isso que macula um resultado de um júri popular. Creio que ninguém precisaria ser comprado.

E a informação que temos é a de que os maiores contribuintes no leilão para pagar o advogado do Adriano em Joaíma foram de Jequitinhonha, porque eles pensam que é o certo, pensam que pobre serve apenas para carregar carga, cangalha, que pobre tem de ser para trabalhar mesmo, que pobre não pode querer organizar-se e nem ter direito à cidadania. Quem faz isso é bandido, é vagabundo, como vemos nas expressões coletadas pelo próprio Juiz da audiência pública em Felisburgo.

Então, acredito que não precisaria comprar. Pegaram um filho ilustre desta Casa, um homem sério, um grande Promotor de Justiça, que atuou, inclusive, na acusação do assassinato do Promotor, com atuação brilhante. Acompanhei o júri todo do Promotor Chico Lins, amigo nosso, lá em Belo Horizonte. Ele teve atuação brilhante, porque é um homem brilhante e nunca perdeu um júri aqui na região.

Então, creio que aí nem precisa entrar dinheiro. A adesão é até normal e natural.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Relator, Deputado João Alfredo; Sr. Deputado Estadual Durval Ângelo; Sr. Vice-Presidente da Assembléia do Estado de Minas; companheiro Adão Pretto; nosso Bispo; demais companheiras e companheiros aqui presentes, eu tinha bastantes dúvidas a serem sanadas, mas o nosso Relator já me esclareceu alguns pontos. Mas me sobraram duas ou três indagações.

Primeiramente, o meu companheiro Adão Pretto fez menção ao massacre de Corumbiara. Eu estava lembrando que o finado Deputado Sérgio Carvalho solicitou a criação de uma CPI naquela época sobre a questão da terra. Houve uma reunião em Rondônia, e me lembro de que aquele massacre tinha acontecido recentemente, resultando em onze vítimas fatais. Naquele momento, o próprio latifundiário Antenor Duarte fez uma exposição naquela Casa em Rondônia, em que há pouco esteve também esta CPMI, arrancando aplausos daquela Casa de Leis, que estava lotada – inclusive, estavam presentes organizações dos movimentos sociais –, embora fosse o grande responsável por aquele massacre.

Recentemente, tivemos a felicidade de a CPMI estar presente naquele mesmo local. A Mesa Diretora desta Comissão foi capaz de expulsar um latifundiário que pensava que continuava da mesma forma. Da outra vez, um latifundiário arrancou aplausos, e, dessa vez, outro latifundiário foi expulso do plenário pela Polícia Federal, porque não estava respeitando o próprio Regimento da Comissão. Tal episódio, para nós, já significou grande avanço.

Após ouvir o que o depoente disse antes do massacre e depois do massacre, senti-me no direito de indagá-lo sobre a questão do Instituto de Terra de Minas, para saber se o Estado foi conivente, porque me parece que já havia algo a ser encaminhado e que a falta talvez de uma ação mais ágil do Estado, até para poder resolver o problema da terra, redundou no massacre.

Creio que o papel da CPMI hoje não é apenas o de discutir a questão dos massacres, mas também o de sugerir uma saída para que realmente não continuem esses massacres. Então, gostaria de fazer essa indagação ao nosso depoente.

Estava lendo aqui que um sargento estava segurando o pescoço de uma pessoa. Pode-se perguntar: "Como é que é? Um PM, um sargento? Que negócio é esse? Como é isso aí?" A gente começa a entrar neste debate: qual é o papel da Polícia Civil, qual é o papel da Polícia Militar e da Polícia Federal? E aqui cita um PM envolvido também nisso. Gostaria que V. Exª pudesse explicar melhor essa situação.

Se pegarmos os dezessete crimes, cinco fatais – e há um idoso de 73 anos e um adolescente com 12 anos –, e se pegarmos também os crimes em que foram queimados aqueles barracos, vemos aqui inúmeros crimes acontecidos naquele momento. Começo a me perguntar: onde o STJ realmente absolve esse camarada? Fico me perguntando isso. Eu me assustei agora, quando se coloca essa situação.

Está ali declarada claramente uma empresa de crimes. Inclusive, ele absolve o dono dessa empresa, que é o Adriano; também ficou comprovado que matou e que estavam ali várias pessoas que mataram também, que foram contratadas para constituir, de fato, uma empresa de crimes.

E ainda tivemos o relatório do Juiz colocando toda a situação de ameaça que representa essa empresa de crimes, da qual o dono é o Adriano. E, de repente, essa pessoa está colocada nas ruas. E tem ainda a audácia de recusar estar aqui hoje para depor nesta CPMI.

Fico meio preocupado com essa situação. Não sei quais os caminhos a CPMI poderia buscar. O Presidente tem mais conhecimento dos caminhos que a própria CPMI poderia buscar para orientar o recolhimento desse cidadão, que representa um perigo para a nossa sociedade hoje. Se puderem fazer uma visita ao STJ para sugerir isso... Não dá para admitir que hoje pessoas como essa possam transitar na nossa sociedade, representando perigo para nós aqui.

Gostaria de ouvir a sua opinião sobre como poderíamos ajudar no sentido de fazer com que essa pessoa fosse recolhida e ficasse atrás das grades. Uma das questões – o nosso Relator já falou sobre isto – é a solução de imediato para aqueles acampados que estão lá.

Obrigado.

O SR. DURVAL ÂNGELO – Deputado Anselmo, a questão da conivência do ITR...

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Só há uma outra pergunta que esqueci de fazer.

Aqui há um debate sobre a criação das Varas agrárias, e há opiniões diferenciadas. Tínhamos de influenciar para se trazer esse debate para dentro da CPMI. Como sei que hoje isso existe no Estado de Minas, gostaria também de ouvir a respeito de como é que funciona isso. Qual a sua sugestão para essa questão das Varas agrárias?

O SR. DURVAL ÂNGELO – Vou falar a respeito do Instituto de Terras de Minas Gerais.

O Instituto de Terras de Minas Gerais tem sido um parceiro na questão da luta pela terra, mas tem alguns entraves de competência e mesmo da estrutura da máquina. Muitas vezes, depende da Advocacia-Geral do Estado, e os técnicos do Instituto acabam sendo sensíveis à questão da luta pela terra, mas, muitas vezes, algumas ações demoram.

Temos de ver que os Institutos de Terra, como o nosso, teriam de ter maior autonomia, melhor estrutura para funcionar. Muitas vezes, até para deslocar para alguma região, depende do transporte nosso, da Assembléia Legislativa.

A nossa Comissão acompanha muito a questão da terra no Estado. Para se ter uma idéia, no dia 18, estaremos em Pirapora e em Taiobeiras, com duas audiências da comissão sobre conflitos de terras. Os senhores vão estar amanhã em Montes Claros. Não vou poder estar lá. O Deputado Rogério vai. Mas lá tivemos uma luta enorme com o Ministério Público, e isso vai ser relatado também com muitos casos de acompanhamento. E o ITR está sempre junto, mas tem dificuldade até de deslocamento.

Acho que deve ser feito um apelo no sentido de que haja estruturação, para que eles possam funcionar, e também autonomia do ponto de vista jurídico, para que possam ajuizar ações.

No caso desta ação aqui, houve demora de quase um ano, depois de uma decisão do ITR, para que a Advocacia-Geral do Estado entrasse com o pedido do Instituto.

Temos um problema de morosidade na Justiça que é crônico em todos os níveis. Vimos que a reforma do Judiciário feita pelo Congresso Nacional foi muito tímida. Se não tivermos coragem de discutir e de dizer que tem de haver mudança em todos os procedimentos dos processos, se não tivermos coragem de discutir a justiça arbitral, com a qual tiraríamos 70% dos direitos disponíveis da justiça oficial, não vamos conseguir fazer a Justiça avançar.

Em Minas, temos tido uma experiência muito boa. A primeira Promotoria de Conflitos Agrários surgida no Brasil é de Minas Gerais. Sempre foi presidida pelo Dr. Afonso, Procurador, e conta com um grupo de bravos promotores. Temos conseguido agilidade em alguns processos de conflitos agrários e, mais do que isso, a ação do Ministério Público como fiscal, para evitar tragédias, antecipar eventos, agir de forma mais efetiva.

De forma inusitada, a nossa Promotoria de Conflitos Agrários tem uma preocupação tão grande, que acompanha o que ocorre na área de conflito, muitas vezes indo ao Incra para tentar agilizar decretos de desapropriação. E a nossa experiência também tem sido positiva com a Vara de Conflitos Agrários. E tem sido positiva, porque, em algumas Comarcas, até a cadeira em que o juiz senta é da prefeitura; o funcionário que atende o juiz, até em função de haver deficiência de pessoal, ocupa cargo de confiança na prefeitura, de recrutamento amplo, e é colocado a serviço do juiz; a casa em que o juiz mora é da prefeitura, e, o que é mais grave, muitas vezes o café que o juiz toma é a prefeitura que fornece.

Então, o fato de haver uma Vara de Conflitos Agrários estadual e a possibilidade de deslocamento para o local do conflito tem dado isenção para o juiz, que, muitas vezes, é favorável ao proprietário, porque ele é proprietário mesmo; que, algumas vezes, desagrada o MST com alguma decisão e desagrada a Comissão de Direitos Humanos; que, outras vezes, não desagrada ou, mesmo quando desagrada, tenta resolver o problema sem conflito, sem morte, sem sangue, sem tragédia nenhuma.

A nossa experiência em Minas Gerais, com cerca de 290 Comarcas, com quase 480 Varas, tem sido uma coisa boa. Conseguimos tirar do foco da influência local, do poder político local, a figura do juiz. E, geralmente, o juiz que vai para a Vara de Conflitos Agrários não é o juiz local novo, recém-empossado, depois de um concurso, mas sim é um juiz já amadurecido – pelo menos a nossa experiência tem sido essa –, um juiz mais sensato, que tem aquilo que chamamos, em Minas Gerais, de "sargenteação", e que realmente passou pela base. Essa tem sido, para nós, em Minas, uma experiência positiva. Não conheço a de outros Estados.

Sobre a questão do sargento, acho que fiz o relato errado. Um líder do Movimento dos Sem-Terra foi ameaçado de morte, na sua bicicleta, pelo capataz, que está foragido, com a prisão decretada, que é primo do Adriano, que se chama Calixto Luedi. E o sargento viu a agressão e interveio. Mas interveio – e aí se pode dizer se tem conivência ou se tem medo – dizendo "deixa disso" e coisa e tal. E o que ele fez, talvez, de positivo, foi ir à delegacia, levar o trabalhador sem terra, registrar a ocorrência e mandar para a delegada. É uma situação em que não foi ele que provocou, não foi ele que agiu.

Em outros locais – e já denunciamos isto –, a Polícia Militar tem agido até junto com milícias armadas. No norte de Minas, levantamos até policiais encapuzados atuando. Não é o problema aqui de Felisburgo, não foi isso que vimos. Mas que existe um medo, que existe a omissão, isso é evidente. Então, nós, da Comissão de Direitos Humanos, não fizemos nenhum tipo de reclamação.

Para se ter uma idéia, um policial de Felisburgo, nos dias em que fiquei em Felisburgo, falou em particular comigo: "Deputado, tem três helicópteros aqui,

tem polícia que nós nunca vimos na nossa sociedade, tem carros novinhos. Vem cá comigo, que eu vou mostrar como é a viatura de Felisburgo. Ela não funciona tem dia. Eu tenho aqui um 38, e já deve ter alguns meses que eu já atirei nele. E te digo que ele não acerta sempre, não. E a gente viu que a ação lá na fazenda foi com armamento pesado". Só para termos idéia da materialidade do crime, ele disse, inclusive, que não tinha condição de enfrentar o armamento pesado, e as cápsulas encontradas no local do crime coincidiram com as armas apreendidas na fazenda. Isso também vem do exame de balística.

Então, vejo que a Polícia não tem estrutura. E a Polícia acaba sendo também "prefeiturada", "prefeiturável", não é? O combustível é do Município, é do Prefeito, e lá, no caso de Felisburgo, o Prefeito tem compromisso com os latifundiários, com a própria família. Inclusive, na época, eu ouvi uma denúncia, que eu não consegui comprovar – e digo que não consegui, porque não estabelecemos um contraditório –, de que o Prefeito eleito de Felisburgo teria participado de um churrasco dias antes na fazenda do Adriano; refiro-me ao Prefeito eleito, que tomou posse agora. Do Prefeito anterior, tivemos até apoio. O Prefeito anterior, nos acontecimentos lá, abriu a Prefeitura, nos dias que estivemos lá; dele tivemos até apoio.

Como podemos ajudar? Eu acho que é o seguinte: hoje tem um novo pedido da prisão preventiva por um fato novo. Qual é o fato novo? O fato novo é esse relatório do Juiz, do dia anterior da libertação. O fato novo são as constantes ameaças. O Juiz faz um relato de como os acampamentos estão sendo cercados agora de novo por pistoleiros e de que há até gestos de que vão atirar, apontando armas no acampamento. Então, esse é o fato novo. Diante desse documento aqui, o Ministério Público requereu um novo pedido de prisão. Está nas mãos do Juiz local.

Acredito que um contato desta Comissão, levando as preocupações dos senhores ao Juiz, seria muito importante. E eu já adianto para o senhor: o Tribunal de Justiça de Minas não muda sua decisão. O convencimento do Tribunal em relação a essa questão é muito forte, é muito forte. E temos a alegria de que os Juízes e os Desembargadores da área criminal de Minas Gerais têm tido uma atuação ímpar nessa questão de direitos humanos, tanto que as três condenações do Superior Tribunal de Justiça por lei de tortura, as três primeiras condenações no Brasil são todas três mineiras, decisões do Tribunal de Justiça.

Então, um diálogo dos senhores com o Juiz e com o Ministro Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, ajudaria muito. Inclusive, tivemos informações de que hoje ele reconhece que a soltura dos pistoleiros, a soltura do Adriano foi até um grande erro. Foi um grande erro, mas agora... Ele já recebeu esse relatório do Juiz, ele já recebeu essas manifestações todas. A Comissão de Direitos Humanos já fez esses encaminhamentos. Então, ele já reconhece que realmente houve uma decisão que não foi a correta.

Então, eu acho que essas ações dos senhores de contato com o Juiz local e com o Superior Tribunal de Justiça seriam importantes na questão de conseguir paz aqui, pelo menos de termos a certeza de que não vai haver uma nova tragédia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Queremos agradecer a participação do Deputado Durval Ângelo, sem dúvida elucidativa, com uma contribuição importante aos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigado, Deputado.

Já estamos encaminhando, com a assinatura de todos os integrantes da Comissão aqui presentes, a solicitação do desaforamento. Já despachamos para que um ofício seja dirigido ao Juiz de Direito da Comarca de Jequitinhonha para a decretação da prisão também. Além da questão do desaforamento do julgamento pelo Tribunal de Júri para a comarca de Belo Horizonte, há também a questão da decretação da prisão preventiva dos acusados na chacina de Felisburgo.

Portanto, já são duas providências que a Comissão adota, mesmo antes de sair daqui. Em meio a esta reunião, as providências já estão sendo adotadas, procurando agilizar os procedimentos, a fim de que a nossa presença aqui possa produzir algum resultado efetivo na direção do esclarecimento dos fatos e da punição dos responsáveis pelos crimes cometidos.

Vamos convidar para tomar assento à mesa e para participar dos trabalhos o Sr. Jorge Rodrigues Pereira, que é integrante do acampamento de Felisburgo. Pedimos ao Jorge que tome assento à mesa, a fim de que possa trazer a sua opinião a respeito dos fatos. Certamente, é um testemunho importante, já que é um integrante do acampamento de Felisburgo.

Como fazemos costumeiramente, deixamos o microfone à sua disposição, Jorge, para que o senhor possa, se desejar, fazer uma exposição inicial. Depois, os Parlamentares farão as indagações.

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Eu gostaria de cumprimentar todos os presentes. Este não é para nós um momento de alegria. Nós, do Movimento dos Sem-terra, sentimos este momento. Mas, para nós, estar junto com a CPMI da Terra, discutindo isso – os companheiros estão apavorados e se sentem ameaçados somente com a soltura –, volta a ser um prazer.

Começando, então, a falar, faço um pouco o histórico do acontecimento. Já foi dito meu nome. Nasci e me

criei naquela propriedade, hoje denominada Fazenda Nova Alegria, que antes era a Fazenda Aliança.

Há uns doze anos, o Adriano Chafic chegou à região. De uma certa forma, ele veio mais com a função de administrar. Aí tomou a administração e começou a tomar uma posição de mandar os agregados, os posseiros... Tinha gente que tinha 40 ou 50 anos que morava lá. Inclusive, desses, o Miguel José dos Santos, que foi morto, foi morador que nasceu e se criou naquela região também; o Joaquim José dos Santos também.

Por essa razão, eu, que nasci e me criei lá, saí de lá com 26 anos. Nós fomos mais visados, porque eles falavam que nós nos criamos lá, que eles mataram a fome da gente e que depois nós voltamos.

Somente nessa fazenda, tinham 17 moradores, e fazia mais de 40 anos que moravam ali. Voltaram poucos, porque os outros não tiveram coragem; às vezes, tinham vontade e voltavam. Eles pressionaram alguns, que até saíram do acampamento depois.

A gente não sabia que ia ser aquela terra. Ainda não tinha a discussão. Quando foi a terra, eles tentaram falar comigo num primeiro momento, porque me conheciam. Através do Calixto e do Hamilton, foram duas vezes me procurar no acampamento, a fim de conversar comigo ou para que eu fosse à sede da fazenda para conversar com o Adriano, que queria negociar comigo. Eu disse: "Eu não tenho nada. Não tenho capacidade. Não quero negociar. Não posso negociar nada. Se tiver que negociar, vamos negociar com todo o pessoal do acampamento".

Aí, a pressão foi aumentando. Eles, de carro, foram me encontrar na cidade, queriam conversar comigo, queriam que eu fosse na sede e me levavam e me traziam de carro. Novamente, eu neguei. Eu não ia mesmo na fazenda. Então, aí, começou a se discutir. Três meses depois, eles colocaram, então, ali, sete pistoleiros, que ficavam durante o dia, das seis da manhã às seis da tarde, fazendo lá a guarda, chegando ao ponto que já estava impedindo a estrada, que é intermunicipal. Impediam de passar até as pessoas, já estavam parando algum carro, alguma pessoa que passava. Correu atrás de um companheiro nosso, tomou a bota de trabalho dele e as ferramentas, cortou a bota, jogou fora, deu tiro para cima.

Já havia chegado a quarta ocorrência na Polícia local, e a justificativa era de que eles não tinham condições de combater, porque os elementos estavam fortemente armados; e eles não conseguiam combater.

Nós, então, sem jeito, já impedidos até de sair para a cidade para fazer mais ocorrência, tomamos uma medida de reunir o pessoal e descer lá mesmo. Soltamos uns foguetes e entramos pelo meio do mato. A sorte nossa é que os pistoleiros eram despreparados, eles não estavam preparados para o momento. Quando conseguimos cercar eles no meio do mato, eles correram. Deram linha mesmo e vazaram.

Aí a gente veio de novo para a cidade e tentou procurar a Polícia para registrar novamente a ocorrência. Quando encontramos o Sargento Elias, que estava no posto de gasolina chamado Autoposto Magalhães, eu estava no banco do passageiro, com o companheiro lá, o Ilton, e a gente estava conversando com o Sargento. Foi onde que o Calixto estava parado um pouco antes, desceu do carro e veio correndo. E chegou e me pegou pela camisa e segurou com a mão esquerda e tentou me dar um soco com a mão direita.

Nessa hora, eu não consegui fazer muita coisa, porque eu estava com o cinto de segurança passado e o vidro estava alto, porque estava chovendo. O meu companheiro, o motorista que estava dirigindo o carro, tentava segurar a mão dele, e o Sargento que estava do lado segurou o braço, mas não deu conta de segurar... Aí chegaram dois companheiros dele lá, um chamado Charles, um fazendeiro que tem lá, um moço de uma fazenda próxima de Felisburgo, e Emerson, que é de perto também de Felisburgo e que tem propriedade também em Joaíma. Chegaram os dois e tiraram ele para lá. Quando tirou ele, ele falou assim: "Prende esse carro desses caras, Sargento". O Sargento olhou para ele e disse: "Sai fora aí e encosta lá no quartel". Quando nós tentamos sair do Sargento para ir, ele falou: "Prenda esse carro, seu porra! Você não é homem não?" Falou com o Sargento. E ele falou: "Eu vou te matar, cara! Eu vou te matar!" O Sargento falou "sai, sai, sai". Nós saímos, e os caras seguraram ele. Quando segurou ele, nós descemos e chegamos lá no quartel.

O Sargento chegou depois e falou para os policiais que apareceram. Nós questionamos: "Não tinha jeito de prender esse cara?" Ele falou: "Não. Não dá prisão, porque não sei o quê..." Eu falei: "Mas com agressão física, ameaça de morte e desacato à autoridade não dá para prender o cara, Sargento?" Ele falou: "Não dá. Vamos fazer o processo e, depois, vamos ver o que vai dar".

Nessa hora, nós ligamos para todo lado, acionamos a Justiça, e desceu o reforço para lá. Eles pediram para vir um grupo maior na cidade mais tarde, trazendo... Seis horas da tarde, nós viemos à cidade; já havia chegado o reforço. Nessa hora, eles chegaram com esses, os integrantes da quadrilha, os seis pistoleiros, mais o Calixto, sete. E lamentava que havia sumido um dos companheiros deles, que tinha morrido, que a gente tinha matado. A gente sabia que não tinha acontecido nada e então ficamos, eu na porta da

Delegacia, do lado de fora, esperando para ser chamado. Ele foi chegando e se dirigiu novamente para mim, veio apontando o dedo na minha cara e disse: "Você não vai escapar, cara! Você não vai escapar!" Eu falei: "Eu não posso fazer nada. Se você é dono da vida, eu não tenho o que fazer".

A Polícia interferiu, entrou no meio e pediu a ele para se afastar. Nessa hora, a minha família... Já estava todo mundo revoltado, chorando, pedindo para mim sair e esconder. Eu falei: "Agora não tem jeito de sair e esconder. Tem que agüentar aqui, até que se resolva isso".

Mas aí houve uma discussão pra mim sair do acampamento, da região. Outros diziam: "Não saia. Se você sair do acampamento, também vai estar desprotegido". E aí continuei no acampamento. Freqüentemente, eu recebia ameaças. O Hamilton me ameaçava sempre que me encontrava. Dizia: "Ó, seu safado, quero encontrar com você sozinho. É só uma questão de tempo. Estamos te aguardando". Mandava recados freqüentemente. Dizia: "Sua cabeça está valendo R$10 mil, R$15 mil. Vamos levar pra Bahia. Queremos só a sua cabeça. Não sou vaqueiro, não sou amansador, sou pistoleiro mesmo. É só questão de tempo pra fazer o trabalho".

Tempos depois, os meninos estavam cavando uma estrada para a saída. Aí apareceram os dois, o Calixto e o Hamilton, e o Miguel José dos Santos, esse companheiro que faleceu, e também o Joaquim, que é irmão dele, e outros. Eram dez, se não me engano. Estavam lá cavando. Eles apareceram de uma vez e apontaram a arma, uma pistola segundo eles, para a cabeça deles. Falaram que iam matá-los. Uns correram. Sobrou uma minoria. Eles falaram que iam amarrar o Miguel no cavalo e arrastar. O Joaquim interferiu, disse que não ia deixar, que tinham que matar todo mundo, todos eles. Aí eles saíram e foram embora.

Fomos à cidade, registramos novamente a ocorrência e voltamos para lá. Mas as ameaças não pararam por aí. Outro dia, o Hamilton veio para o acampamento, atirou no acampamento – o Hamilton e mais outros dois integrantes, que não sabemos quem eram. Os meninos correram atrás dele. Conseguiram cercar. Eles caíram do cavalo e correram. Largaram os animais. Amarraram os animais e foram atrás da Polícia. No embornal deles, tinha munição. A Polícia chegou lá e achou essas munições. Só que a Polícia justificou com os meninos o seguinte: "Enquanto não morrer pelo menos uns cinco, não vai ser resolvido isso".

Então, ficamos pensando: será que a Polícia tem conhecimento sobre qual é a situação, já que fala que, enquanto não morrerem cinco companheiros, a situação não será resolvida?

Ficava, então, numa insegurança danada. A discussão era a seguinte: "Você não sai sozinho, você não anda mais à noite. Se eles aparecerem, você não aparece. Se vierem no acampamento, você não aparece. Deixa que os outros apareçam". Ficamos, então, tentando resolver, que a Justiça resolve...

Teve, então, uma audiência na Vara de Conflitos Agrários, em Belo Horizonte, de que eu participei – o Ilton e outras pessoas participaram. O Dr. Cássio Salomé e o Adriano estavam presentes. Disse que a área tem que ser desocupada, no máximo, em 30 dias. Estávamos com um decreto de ação de despejo mesmo. Aí, então, é que poderia se recorrer. Disse: "Se não for resolvido esse caso, posso tomar medidas e fazer as ações que me convêm". Houve uma interferência do juiz entre nós e ele, e acalmou o clima. Mas já ficamos de sobreaviso, pois, se não tivesse a solução da Justiça, ele faria. E isso ele falou perante o Juiz, o Dr. Cássio Salomé. Voltamos para a área com uma preocupação. Esta é uma situação complicada: ou se resolve, ou, então, não vai...

Continuamos a demanda. A Justiça quebrou a liminar de despejo que tínhamos, alegando que a terra era devoluta, que estava comprovado em cartório. O pessoal meio que tranqüilizou, acalmou um pouco. E aí ficou nessa. Só que nós não esperávamos. Próximo da eleição, houve esse fato que o Durval alega aí. Ficamos sabendo que eles foram na casa lá fazer um churrasco, fez uma festa. Dias depois, na passeata do atual prefeito eleito, estava o Calisto e mais seis integrantes que eu não conheci, ameaçou nós de novo, numa lanchonete, parou na lanchonete para fazer um lanche e ameaçou que a gente ia morrer, nós não registramos ocorrência, infelizmente, mas ficamos já de aviso. Aí, eu interferi numa companheira, e é prima da minha mãe, que tem influência política, e contei a situação. Ela disse: "Eu vou tomar a providência com o coordenador, que é filho do candidato, e com o próprio candidato." E, no outro dia, então, me deu uma resposta: "Olha, já foi resolvido, já foi solucionado o problema, eles já foram embora, inclusive!" Aí, só ficou dois, que era o Amílton, que já ficava lá, que disse que era amansador, e ficou o Elias, que era recente chegado. Esse ficou e fazia a guarda da fazenda, a saída da fazenda, lá em cima, onde eu acostumava passar, às vezes. Ele, segundo a informação que nós temos, ele e o Edmílson, que é um de Felisburgo. Ficava lá, e, às vezes, eu passava lá, de vez em quando, aí foi me recomendado não passar, porque ele estava ficando lá. Os meninos da escola passavam no local, viram eles, alguns companheiros nossos passaram, ele acompanhou até onde é que o outro estava, escondido de trás do pau. Então eu fui recomendado não passar mais e aí comecei a pre-

caver. Aí, isso já estava nas vésperas. E aí houve um comentário na cidade, por várias pessoas, que meus dias estavam contados, que eu ia morrer e que não tinha jeito! E eu era muito teimoso e que não ia sair e ia morrer! Já estavam contados os dias.

Passando, então, se o Prefeito atual, isso era o comentário da cidade, se fosse eleito, que aí iam ser retirados os sem-terra do local, à bala e com fogo, e isso concretizou, no dia 20 de novembro, e morrendo os cinco companheiros, que foi falado, e saímos mais 13 feridos, entre eles uma criança de 12 anos, que todo mundo tem o conhecimento.

Aí, a situação ficou, assim, tensa, porque.....

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Jorge, você pode contar como foi que aconteceu o episódio do dia 20? Creio que os detalhes sejam importantes para nós.

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Tá bom!

Então, dia 20 de novembro, eu dormi, eu estava dormindo e acordei assim, amanheceu chovendo, e eu dormi até um pouco mais tarde, acampamento é um lugar bom para dormir, eu dormi até um pouco mais, eu acordei eram 7 horas. Estava, assim, uma garoa. Aí, eu levantei e falei assim: a reunião da Coordenação é oito horas, então tem que se preparar algumas coisas aqui junto com os meninos, para a gente ir para a reunião.

Aí, quando nós chegamos na reunião, um companheiro nosso que tinha ido na cidade no dia anterior, à tarde, o José Rodrigues Chaves, a gente conhece ele por Duda, orientou a gente, falando o seguinte: "Olha, Adriano, está aí com a turma, estava vindo ontem, estava saindo da cidade lá com o carro, e uns colchão em cima do carro, e, na saída, encontrou com o Quitinha." Quitinha é o Francisco! "E conversou um bom tempo e, depois, veio embora pra cá, com o carro, e os colchão em cima do carro, e uma outra pessoa em cima do carro, e Quitinha desceu pro outro lado! Eles estão traçando alguma estratégia para atacar. Tem que ficar alerta!" Então nós discutimos e falamos assim: "Vamos terminar a reunião e vamos discutir para montar uma medida de segurança mais segura, ou seja, uma forma que a gente consegue enxergar mais longe pra chegada de alguém!"

Só que a infelicidade nossa, eu não sei se é infelicidade ou se foi a felicidade, que, nessa hora, nós saímos da reunião, terminamos, foi a reunião mais rápida, inclusive avaliada no final, que foi a reunião mais rápida do ano, o Miguel José dos Santos deu o grito de ordem para nós, na saída. E aí eu coordenei a reunião, e ele sorriu de mim, falou que eu falo muito, e a reunião terminou rápido. E nós saímos da reunião, e alguns falou assim: "Eu vou cozinhar um arroz ali, porque tem que fazer o almoço, porque a mulher não Está aqui!" Era sábado, o pessoal tinha ido para rua alguns e tal. Saíram e nós ficamos um pouco atrás. Eu, o Zé Maria Martins, o Miguel e Iraguiar.

Quando nós saímos da escola, andamos um pouquinho até o campo que tinha encostado no acampamento e aí nós já fomos surpreendidos por um grupo que estava descendo. Apontou na curva assim, tinha uma curva e aí estava chegando. O Iraguiar falou: está vindo um pessoal ali, Jorge. Aí nós ficamos assim já meio suspenso, não é e quando apontou já apontou seguro o Sr. Geraldo Guimarães, conhecido Geraldo Mão Branca, segura o Sr. Geraldo pela camisa, o Calisto, e os outros já acompanhado atrás, todo mundo de arma em punho, já, uns com duas armas, outros com a arma dependurada e mais duas. E aí, o Iraguiar só falou comigo. O Jorge sai fora aí, esconde, porque já vêm os caras de Adriano e já vêm batendo no Sr. Geraldo.

Nessa hora eu não tinha nem jeito de correr, porque se eu correr eles me atira, porque já estava meio próximo. Eu saí para dentro do acampamento e virei na primeira esquina e fui para um segundo barraco no canto. E aí os meninos foram saindo, quem foram saindo primeiro eles começaram a atirar. Eu já ouvi os disparos, eu saí novamente do barraco que eu estava vindo, aí já encontrei um companheiro nosso correndo e que saiu empurrando. Não vai não que eles estão procurando por você, eles vão te matar. Não vai não. Eu voltei para o barraco de novo. Aí sem saber o que podia fazer, eu saí de novo. E aí a mulher falou não sai não que eles vão te matar. A dona Gildete, a mulher do Sr. Geraldo chorando e falou assim: Falou assim não vai não meu filho que eles vão te matar, esconde. Eu escondi, mas pensei assim, dentro deste barraco aqui não tem segurança, eu vou morrer do mesmo jeito, se eles estiverem procurando realmente. E aí houve vários disparos para todo o lado, eles já tinham matado cinco, já estava caído cinco, eles reuniram assim mais atrás e eles voltaram para trás e atiravam para todo o lado, atiravam para os quatro lados em função da segurança deles mesmo. Eles achavam que a gente tinha alguma arma e atiravam para todo o lado. Atiravam para o lado nas barracas, atiravam para todo o lado e gritava para o pessoal: "Vai embora, vai embora, seus vagabundos, seus ladrões". Eu falei que nós vinha para acabar com vocês e agora vocês acreditou. Se vocês não acreditava agora vocês acreditou. E aí continuava atirando, atirando, aí deu uma parada e ele falou assim, Poe fogo, põe fogo. E aí saiu dois com uma garrafa, eu não sei se era álcool ou era gasolina, eu não sei o que era. E aí em direção justamente a uma das barracas que eu estava, que era no canto, que era para colocar fogo.

Eu então falei assim se eles não me mataram de tiro até agora, mas de fogo eu também não vou esperar, eu prefiro que eles me atira.

Aí saí pelo fundo da barraca, quebrei a lona por cima e saí destorcendo entre um barraco e outro, e lá na frente tinha um galinheiro feito de vara de assar peixe e eu pulei dentro do galinheiro, do galinheiro desci, pulei o córrego, o pessoal já estava todo mundo pelo lado de fora, já tinha corrido todo mundo e tinha umas crianças chorando, umas mulheres desesperadas. E eu falei: O que aconteceu com esse... E aí uma falou assim: não é nada não, é só medo. E aí uma mulher falou assim: O Jorge, pelo amor de Deus o meu marido e o meu filho está baleado. Eu falei: vou procurar um socorro. E aí ela falou assim: você vai procurar socorro. Ai ela falou assim: você vai procurar socorro, então eu vou cuidar deles. Eu só falei assim. Mantenha a calma e cuida não deixa ninguém para trás não porque os baleados que têm pode cair no mato e se perder. E aí saí, e peguei pelo meio da roça acima e cheguei a uma certa altura, ai eu já desconfiava e falei pode vir alguém daqui.

Quando eu deparei com um que estava vindo com a arma, descendo. Aí eu deitei no brejo que tinha, ele passou. Quando ele passou, eu atravessei o brejo para o outro lado e aí eu andei mais ou menos uns oito quilômetros só pelo meio do mato, e aí saí na casa de um vizinho e na casa do vizinho eu pedi para ele me dar uma carona ou me levar a um lugar que tivesse um telefone público, no Município de Santa Helena de Minas e aí ele me levou, tinha um estrado e eu deitei dentro da capota do carro, da capota do carro lá de baixo, e aí ele foi comigo, o sol quente e eu quase morro sufocado.

Quando cheguei lá era por volta de meio-dia e quarenta, estávamos descendo lá, isso o acontecimento foi por volta de dez e quarenta, onze horas, aí quando cheguei lá, liguei primeiro aqui para Jequitinhonha, para a Secretaria aqui, avisei, liguei para o Dr. Sebastião Nunes, pedi socorro, que ele ligasse para alguém, para o Delegado, o Promotor, para alguém, e pedisse socorro. Após isso, eu liguei para Felisburgo, pedindo socorro ao hospital, não encontrava ninguém, a Secretária de Saúde estava em uma gincana, no hospital havia apenas uma enfermeira que não tinha condição de resolver, liguei então na casa de um companheiro nosso, que não estava, liguei na casa da minha cunhada, para sair e pedir socorro a quem achasse na rua. No quartel não se encontrava nenhum dos policiais. Eu liguei, ninguém atendia. De repente surgiu que alguém conseguiu avisar, eu liguei novamente, aí já tinha tomado alguma providência e fui orientado de ficar lá por questão de informação e ficar prestando algumas informações também.

Fiquei até as sete da noite nesse povoado. Às sete da noite começou a chover e eu vim para a casa do meu sogro, que fica próximo uns seis quilômetros. Dormi, quer dizer, passei a noite, porque não tinha nem condições de dormir muito, cansado, com fome, com aquilo tudo na cabeça, aí no outro dia, às duas horas da tarde, a polícia Federal foi me pegar lá.

Um relato meio que rápido, talvez se fosse para detalhar mais hoje, eu tenho condições de detalhar, mas há outros casos que nós não levamos em consideração, que não relatamos em lugar nenhum. Por exemplo, uma bem anterior a esse foi em uma fazenda que fica no Município de Joaíma. Ele mandou o pessoal que tinha lá também embora antes, isso o Antônio, o pai dele, o pai de Adriano, mandou embora o pessoal da fazenda e vendeu a fazenda, então, que chamava Jacutinga, no Município de Joaíma, aqui mesmo em Minas.

Um outro fato que aconteceu comigo, e não sei por qual motivo, passou despercebido não fiz ocorrência, nem relatei em nenhum dos depoimentos, um companheiro deles lá, que é morador de Felisburgo, que se chama César de Castrin, me encontrou, então, na campanha política, o pessoal fez um movimento em que eu estava e ele me encontrou, estava meio tomado, abraçou comigo e falou: Você sai fora desse negócio, você sabia que você pode morrer a qualquer momento?

E aí falou: Ninguém vai tampar bala em você.

Eu falei: Pois é, mas não tampa em mim, mas Deus tampa.

Aí ele falou assim: Eu tenho uma arma lá que se eu der um tiro no meio dos sem-terra, não fica nenhum.

Vocês serão surpreendidos a qualquer momento se vocês não saírem de lá.

Você é um menino inteligente, tem condições de progredir na vida, mas você tem que sair fora desse negócio.

Falei: Moço, eu não quero saber desse negócio não.

Você tem chance de ter cinco alqueire de terra e uma casa pronta se você sair fora desse negócio.

Eu falei: Eu não quero cinco alqueire de terra, nem quero casa pronta. Eu não vou fazer isso. Há companheiros lá que precisam da terra também. Não sou só eu. Se fosse só o meu caso eu nem estaria lá, eu não iria me arriscar.

São os outros que estão lá. Se eu sair ou se eu morrer não vai influenciar em nada. Então ele falou:

Não, mas você é gente boa, a Adriane gosta de você, mas você precisa sair fora.

Eu falei: Eu não vou sair, porque isso não justifica nada. Então, de certa forma, nós fomos ameaçados de todos os lados. E acho que passamos despercebidos e não acreditávamos tanto que aconteceria o fato que aconteceu. Então, no dia vinte aconteceu todo esse fato que relatei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Jorge, queria fazer algumas perguntas para você e vou fazer aos pedaços mesmo, porque fica mais fácil.

Primeiro, você disse que é morador antigo lá na região, na propriedade e tudo mais. Essa propriedade, de quem era? Ela tinha dono? É terra pública? É área devoluta? Como era essa propriedade antes da chegada, lá, do Adriano?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Bom, essa era uma área que, segundo a história dos mais antigos da região, falava que ela já era uma área que tinha várias áreas que foram ocupadas simplesmente, ou seja, eles chegavam e colocavam o gado e o gado ia entrando, e o morador que tinha, às vezes, não suportava a tentação, e saía e deixava a área abandonada, e foi tomando conta. Quer dizer, eu não tenho nenhuma forma de provar isso, a menos que o Iter provou, o Instituto de Terras do Estado provou, fazendo um levantamento da cadeia dominial, mas nós já tínhamos uma informação de que essa área, parte dela era devoluta. Então, ela foi ocupada, tinha as pessoas que moravam, mas na época, então, a história que contavam era essa, que tinha, os antepassados foram saindo, morrendo e foi sendo ocupada até esse ponto.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Desde essa ocupação, em 2002, até o presente momento ou até o episódio da chacina no dia 20 de novembro, houve alguma reunião envolvendo Incra, Instituto de Terras para tentar fazer um acordo, para tentar resolver o problema? Como foi?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – É, aconteceu a primeira reunião com 17 dias que nós já tínhamos ocupado. Tinha alguns Deputados representando, tinha o Marcelo Rezende que estava presente, representando o Instituto de Terras...

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Isso foi quando, Jorge? Desculpe. Foi quando isso?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Isso foi... Dia 27 nós ocupamos, então 17 dias depois...

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Foi em 2002 ainda?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Dois mil e dois ainda.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Certo.

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Lá para dia... No mês de junho, início de junho.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Certo.

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – E aí discutiu, foram no acampamento, fez uma reunião e propôs resolver o problema. Teve também uma reunião na Prefeitura de Felisburgo, convocando alguns fazendeiros, entre eles o Adriano. Foi proposto a Adriano e a outros fazendeiros se tinha disponibilidade de vender a área, se tinha alguém que tinha disposição de negociar outras áreas para resolver o problema de conflito, e aí, não surgindo nenhum interesse, ele descartou toda a possibilidade, e Marcelo orientou, dizendo o seguinte...

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Marcelo é do Instituto de Terras?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Marcelo Rezende.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Do Instituto de Terras?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Isso. Que se fosse a terra... Que poderia ser feito o levantamento, então, ou a cadeia dominial, se fosse constatado que a terra fosse devoluta, que aí teria que justificar. Se ele tivesse, que poderia, que teria que tirar, realmente, que o Estado tomaria as medidas com relação aos sem-terra mesmo, aos acampados, que tiraria. Então foi, e no levantamento, na cadeia dominial que foi feita, já constatou que tinha terra devoluta realmente, e aí, por conta disso, foi se elevando, e nós ficamos lá.

Houve duas audiências em Belo Horizonte, onde o Chafic também estava, o Adriano Chafic estava presente. Houve uma aqui, em Jequitinhonha, também, e que foi proposto um acordo de três meses desocupar, se o Estado resolvesse o problema, e nessa audiência nós falamos que a justificativa não era só aquela área, mas nós precisávamos realmente da terra, se o Estado resolvesse isso, juntamente com...

Constatou, então, que não teve como cumprir o prazo, e a justificativa era que nós tínhamos que cumprir. Nós, então, justificamos, nós tínhamos cumprido nossa parte, se tivesse tudo dado certo igual foi combinado, nós sairíamos, com a condição de ir para outra área, e isso não foi possível, não foi concedido, então nós não saímos. E aí foi se elevando. E teve, então, audiência em Belo Horizonte, com o Dr. Cássio Salomé, que foi essa, já tinha uma ação de liminar que teve essa reação. Os advogados conseguiram derrubar a liminar de despejo, por conta de que tinha sido comprovado em cartório parte da área devoluta, que ocupávamos.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Você falou no episódio que aconteceu em 2002, e tenho aqui a

cópia justamente dessa ocorrência, que foi registrada na Delegacia de Felisburgo, não é? Foi na Delegacia de Felisburgo?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Foi.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Que fala justamente dessa ameaça que você recebeu até testemunhada pelo Sargento Elias, não é?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Exatamente.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Quando Quito, ou Quita?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Calisto Luedi Filho, mas é conhecido por Quito.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Por Quito. Ele lhe agarrou, disse que ia matá-lo. Se não fosse a interferência do Sargento, talvez até tivesse lhe enforcado. Isso em 2002. Já naquela época, você pedia proteção de vida. Em que deu esse depoimento? O que a polícia fez depois que você prestou esse depoimento?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Do meu conhecimento não foi feito nada. O pessoal fez o inquérito, chamou para julgamento, chamou para depor, fomos lá, então, no mesmo dia à tarde, fez o depoimento. Foi liberado todo mundo, tanto eles como nós, liberados. E voltou para o acampamento nós, e ele voltou para a fazenda e foi embora com os pistoleiros. Nós tínhamos pedido para puxar a ficha de todos eles. E aí teve um problema local, de estrutura, não tava funcionando, não tinha como puxar a ficha deles. Então, no outro dia, eles deram linha, foi embora, levou todo mundo embora. E aí não puxou a ficha, mas ficou registrada a ocorrência dele e dos outros. Daí para cá não tenho, não foi feito nada em função disso, a não ser se não for do meu conhecimento.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Quer dizer que de setembro de 2002, quando foram levadas essas denúncia à delegacia, até novembro do ano passado, 20 de novembro de 2004, portanto, dois anos e dois meses, quando aconteceu a chacina, nada foi feito por parte da polícia para evitar o que aconteceu?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Nada foi feito.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – E houve, então, essa movimentação, não foi, de pistoleiros?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Houve, continuaram as ameaças.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Era gente que vinha de onde principalmente?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Um dos pistoleiros, o Amilton, veio da Bahia.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Da Bahia?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Só que ele já tinha lá registrado, já tinha garantido aquele domicílio na fazendo porque tinha dois anos que ele estava lá. Ele falava com a gente ou mandava algum recado que ele não era vaqueiro, amansador, nem nada. Ele era pistoleiro e estava para fazer a ação. Ele justificava isso e tava lá, e era um dos que ameaçava. E o Calisto, às vezes, vinha de trinta em trinta dias, de dois em dois meses, e toda vez que vinha fazia um manifesto, ou seja, fazia uma ameaça, ia lá e fazia uma ameaça e embora de novo. Registrava ocorrência, ia acumulando ocorrência e nem chamado para depor ele foi?

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Nem chamado.

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Isso mesmo, nem chamado.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Eu estaria faltando com a verdade, mentindo se dissesse que a polícia tinha medo de, vamos dizer, tomar medidas mais duras com relação ao proprietário, à sua família?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Acho que não, até porque a polícia justificou várias vezes que fizemos a ocorrência, que eles não tinham condições de fazer um combate, porque era um pessoal fortemente armado, e eles não tinham estrutura para combater. Essa era a justificativa.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – A justificativa é que eles não tinham estrutura de combater porque os outros pistoleiros estavam muito armados. Mas eles solicitavam do comando da polícia em Belo Horizonte reforço policial?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Não, porque exatamente nesse dia quem solicitou fomos nós.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Então, quer dizer, apesar de não ter feito nada, porque justificava que não tinham estrutura, eles não pediram reforço policial. Você disse uma frase aqui que me intrigou. Você disse que um policial disse que, "enquanto não morrerem uns cinco, nada vai se resolver." Quem foi que disse isso?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Olha, esse foi...

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Foi um policial civil ou um policial militar?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Foi um policial militar.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Foi um policial militar.

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Da cidade.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Da cidade.

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Ele foi no dia que teve embate. Eles atiraram sobre o acampamento e que o pessoal conseguiram pegar os animais deles. Tomaram os animais. Eles correram com a arma e deixaram os animais com a munição embornado, cabeça de sela, e a polícia pegou os animais, levou e devolveu para eles.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – A polícia pegou os animais e devolveu depois que eles fizeram as ameaças?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Isso. Depois de dar tiro sobre o acampamento e que nós conseguimos pegar os animais, e amarrou no acampamento, e foi atrás da polícia. A polícia foi lá, pegou os dois animais, e levou e entregou eles. E tinha munição.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – E tinha munição.

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – E tinha munição na sela.

A polícia então justificou o seguinte: "Eles alega que foram vocês que colocaram munição para incriminar." Aí eu falei para o sargento: "Sargento, mas como é que vocês justifica isso?" "Uai eu não vou acreditar nem em vocês nem neles." Eu falei "Vá lá então e vê quem tem armas", porque eles estavam andando com duas, três armas, montados no meio da fazenda, para lá e para cá. "Vá lá então e verifica que você vai saber quem tem razão." Mas eles não fizeram isso. Não foram. E aí ele falou para o pessoal no acampamento o seguinte "Isso aqui, enquanto não morrer uns cinco, não vai se resolver."

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Ele quem? Esse Sargento?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – O Sargento.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – O próprio Sargento disse isso?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – O próprio Sargento falou isso.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Ele ainda está lá, no comando do destacamento?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Continua no comando. Agora, recentemente, quando estávamos fazendo a cerca, e fomos lá, fizemos ofício pedindo a segurança, que a polícia fosse dar segurança, porque estávamos fazendo a cerca, eles foram lá no outro dia e disseram o seguinte "Olha, vocês precisam fazer um ofício e mandar pedindo um reforço, porque nós não temos condições de dar segurança, porque se não, nós vamos largar a cidade sem ninguém. Vocês que têm de fazer isso, pedir o reforço." Aí nós falamos "Então, a função da polícia é fazer o pedido, se eles não têm condições, eles fazem o pedido, solicita o reforço." E aí então continuamos a fazer a cerca sem a segurança da polícia.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – No dia 20 de novembro eles já chegaram atirando ou eles esperaram as pessoas se juntar para depois atirar? Eram quantos homens mais ou menos? Você lembra mais ou menos quantos homens eram? Se eles já chegaram atirando? Como foi que aconteceu?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Eu vi um grupo que chegou assim, estava mais ou menos localizado, aglomerado, de oito. Mas estavam vindo mais.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – O Adriano estava no meio?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – O Adriano estava no meio.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Ele estava armado?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Armado.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Todos estavam armados?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Todos armados. E de cima estavam vindo alguns que entraram fechando. Esses eu não sei quantos. Mas, então, cercaram. E tinha outros que vieram para pôr gado na roça, e tinha uns que vieram fazendo a guarda também. E na hora que eles chegaram, eles não chegaram diretamente atirando. Eles chegaram, desceram correndo com as armas todas encostadas. Quando eles destamparam, aí eles já apontaram a arma. Apontaram as armas, e já tinha pegado o Sr. Geraldo, que estava no chiqueiro cuidando dos porcos, e já foi levando o Sr. Geraldo pela camisa. O Sr. Geraldo tentava se explicar, explicar alguma coisa, eles empurravam o Sr. Geraldo. E aí chegou. E quando na entrada do acampamento gritou: "Cadê Jorge? Cadê Jorge? Aparece ele aqui." Aí, quando eu entrei e escondi; na verdade, em um primeiro momento, eu entrei assim e chamei o pessoal "Vamos, vamos, vamos..." Aí quem foi saindo primeiro, eles já foram atirando.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Já foram atirando? Quem foi saindo dos barracos...

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Quem saiu dos barracos primeiro, para ver o que estava acontecendo, eles foram atirando e matando. Inclusive, foi o Sr. Miguel, que já estava lá, eles mataram; o Iraguiar, que já estava lá, eles mataram; o Joaquim, que estava lá, eles mataram. Ele estava chegando da roça, inclusive; o Seu Francisco que estava chegando da roça, que o barraco era mais próximo. Esses todos sofreram os tiros já fatal, os que estavam próximo, sofreram. O Seu "Duzim", que é o Juvenal Jorge da Silva, que chegou

correndo para ver o que estava acontecendo, eles atiraram também e mataram. Aí, quem saía do barraco, para ver o que estava acontecendo, eles atiravam de longe. Inclusive o Joaquim José da Silva, quando saiu, recebeu um tiro. Ele voltou. Aí correu. O José Maroto Lima também levou um tiro de longe. O José Rodrigues Chaves. E aí foi. Os que estavam de longe, a vinte ou trinta metros, foram sofrendo tiros também, porque eles atiravam para todo lado e foram acertando.

Inclusive o menino de doze anos que sofreu estava chegando no momento, estava vindo com uns paus de lenha. Aí quando ele chegou, que destampou, ele recebeu um tiro assim e o outro na perna. Aí ele já saiu, a mãe dele me gritou e falou: atiraram no Joaquim; balearam Joaquim e balearam Jorginho também.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Eles tocaram fogo logo em seguida, depois desse tiroteio todo?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Em seguida.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Ou no mesmo momento eles já estavam tocando fogo?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Aí já começaram a botar fogo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – E incendiou todos os barracos?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Não. Aí eles saíram colocando. Porque os barracos eram organizados em fileira, aí eles colocaram. Acho que a intenção era colocar em torno dos barracos que pegasse em todos. Mas como tinha amanhecido chovendo, no sábado, eu acho que isso dificultou um pouco o fogo. Eles jogaram gasolina ou álcool que tinham levado e queimaram tudo. E foi o primeiro barraco que tinha e o segundo em que eu estava. Queimaram para não sobrar nada, nada! E os outros pegaram fogo; uns queimaram todos, outros não queimaram. Aí queimava um numa fila. Eles puseram em todas as filas, mas não conseguiram queimar todos os barracos.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – A intenção era essa?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – A intenção? Eu imagino que a intenção era que se colocasse em todas as filas que o fogo pegava e queimava todos os barracos.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Aqui, para concluir, porque existem os outros companheiros que vão perguntar, há mais algumas perguntas. Vocês ainda estão hoje no acampamento?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Sim.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Estão.

Ainda tem ameaça contra vocês ali?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Olha, o que se fala na região, ou seja, depois disso o irmão de Adriano esteve lá junto com os vaqueiros e não fez ameaça direta, mas perguntou: onde é a guarita deles? Nós escutamos de longe, de cá do acampamento. Ele veio próximo ao acampamento. Onde é a barraca? Onde ficam as barracas da guarita? Onde é a entrada que entra? Onde eles fazem?

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Isso, quando?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Isso eu não me lembro a data, mas nós registramos a ocorrência.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Já para perto de agora, ou mais próximo ao acontecido, ao assassínio?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Deve ter uns três meses.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Três meses.

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – É. E agora, recentemente...

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sim. Hoje. Como está a situação hoje?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Ainda ontem, um fato mais novo que há. Ontem, de manhã, eles vieram próximos ao acampamento.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Eles, quem?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Os vaqueiros lá da fazenda vieram próximos ao acampamento, apanharam umas vaquinhas que os meninos arrumaram para tirar um leite para as crianças e levaram lá para a sede. Eles tiveram que vir na cidade registrar uma ocorrência e levar a polícia lá para poder apanhar as vacas. E aí registraram a ocorrência. Eu até pedi para mandarem a ocorrência para mim, mas não foi possível por causa da distância. Não teve jeito de chegar a ocorrência.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Mas, desculpe; só um instante. O que eles fizeram?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Apanharam as vacas que os meninos... umas vaquinhas de tirar o leite para as crianças lá, que estavam no curral que fica à beira do acampamento. Apanharam as vacas e levaram lá para a sede. Nisso, não sabemos, porque a preocupação do pessoal é se aplicaram alguma dose de veneno nessas vacas, porque eles, inclusive, levaram uns três animais nossos e desapareceram. Os meninos acharam depois mortos, mas não tinha nada que constatasse. Nós não tínhamos como registrar ocorrência nem nada, mas sumiram três animais, inclusive que não tinham condição de morrer assim rapidamente. Então, foram mortos no fundo das casas dos vaqueiros.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Isso ontem?

O SR JORGE RODRIGUES PEREIRA – Não. Isso há tempos atrás. As vacas foi ontem que eles levaram para lá. Mas as vacas nós resgatamos com a ajuda da polícia, que foi lá e ajudou a resgatar as vacas. Foi feita até uma ocorrência. Eu pedi para enviarem a ocorrência, mas não conseguiram mandar até agora.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Está ok. Sr. Presidente, por enquanto é só.

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Eu somente queria acrescentar mais uma questão que eu acho interessante. Na região nós viemos e sabemos de algumas ameaças que vêm, porque há uma articulação – igual o Durval falou aqui. Nós sabemos e temos conhecimento disso – do leilão. Além do leilão há uma articulação, na região, dos fazendeiros, assim indiretamente; mas tem uma ameaça direta de que o trabalho não foi concluído, porque se eu continuar vivo a situação fica impune. Então, assim, a gente, o pessoal na região, todo mundo tem uma preocupação: será que ainda vai acontecer alguma coisa? Uma outra ameaça indireta, que não conseguimos registrar uma ocorrência é de que o trabalho não foi bem feito, e que a ação agora era soltar uma bomba no acampamento que assim mataria todo mundo. Então, temos na região uma influência de outros fazendeiros, inclusive em Almená, antes de 2002, temos um jornalzinho mostrando a fotografia de pistoleiros que já faziam a guarda de algumas fazendas. Joaíma também é feito constantemente, nós tivemos como passar, e a gente foi atacado inclusive pelo pessoal da região. Todas as áreas nossas têm sofrido essa perseguição de pistoleiro diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o companheiro Adriano e parabenizá-lo pela sua luta, sua coragem de estar... Perdão, Jorge, de tanto falar em Adriano... Dizer que realmente você deixa bem claro que, se fosse pensar por você, estaria tudo numa boa. É exatamente isso que acontece, porque a burguesia brasileira não enxerga os pobres, só enxergam quando se organizam. Fui questionado várias vezes por autoridades de outros Estados que dizem: mas, aqui, não tem sem-terra, os sem-terra vieram de outros Estados, aqui, nós não temos sem-terra. Então, os sem- terra é quando estão organizados, enquanto está individual, não preocupa, não incomoda ninguém. Então, é essa luta que os incomoda e é por isso que somos perseguidos. E quero cumprimentá-lo pela coragem e dos companheiros.

Eu só queria perguntar o seguinte: depois de tudo isso, desistiram muitos companheiros do acampamento ou continuam lá? Essa é uma pergunta. A outra é, como você já falou, o Adriano estava junto na hora do massacre, o Calisto estava junto também? E esse pessoal, você estava escondido, mas os companheiros reconheceram mais ou menos quase todos eles ou tinham muitos estranhos juntos? E a última pergunta, que você já deixou praticamente esclarecida: a terra foi considerada pública, foi anulada a ordem de despejo, e eles continuam ocupando a área normalmente como antes?

Essas três perguntas só. Obrigado.

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – Pois é. Vou tentar lembrar, não anotei aqui, mas vou tentar lembrar as três perguntas. Nós sofremos, então, no primeiro momento, até quando o senhor fala pela coragem, acho que quando a gente está na luta, a gente realmente acaba perdendo assim um pouco do medo, mas têm companheiros nossos que ainda têm muito medo, inclusive, nós perdemos muitos companheiros pelo fato do acontecimento. E, em função disso, teve uma discussão e eu sofri muito, e ainda continuo sofrendo, inclusive com a minha família que acha que eu devo sair a qualquer custo, porque imagina, tenho uma mulher e dois filhos, que, amanhã, vai ser viúva, e a idéia do povo da região, da cidade Felisburgo, Jequitinhonha e da região é que o rico tem o direito, que o rico não tem punição, que eles vão continuar fazendo, que vão fazer mais, e isso, ao invés de estimular a luta, desestimula muita gente. Tem que ter muita força, muita coragem mesmo e vontade própria para continuar lutando porque a gente ver assim companheiros que a gente já sabe, conhece que é sem-terra e que desestimula. Fala: Ah! Vocês estão errados, se estão loucos de fazer isso, se eles vão morrer de graça. E assim, perdemos muito.

A segunda pergunta, então, é com relação...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – O Calisto estava junto?

O SR. JORGE RODRIGUES PEREIRA – O Calisto estava na frente. O pessoal conhecia várias pessoas, inclusive o Calisto, o Hamilton. Chegaram os dois na frente e, não sei, imagino, eu vi, quando eu vi chegaram os dois, um do lado do outro, e com o Sr. Geraldo, como falei, seguro pela camisa, e na frente deles, imagino que era a forma de protegê-lo. Ele estava sem colete, sem nada, mas, estava com o Sr. Geraldo seguro pela camisa, levando na frente dele para proteger.

Até que chegou, entrando no acampamento, o Sr. Geraldo conseguiu abrir a camisa toda e soltou a camisa e saiu sem camisa e correu, e ele ficou. Então,

eles começaram a atirar, só depois que entrou dentro do acampamento. Eles passaram da cerca que tinha e entraram dentro do acampamento. E aí o Sr. Geraldo escapou e quem chegou para tentar que soltasse – tinha uma senhora que era Evangélica e começou a orar e pedir para soltar – o Sr. Geraldo saiu. Eles deram um tiro de 12 debaixo dela e aí ela parou de orar na hora e correu. E aí o pessoal que foi chegando, eles foram atirando. O pessoal que estava lá reconheceu todos os que tinham condições de conhecer, menos os que não eram conhecidos. Estavam de máscara ou de touca, só uns dois ou três. Os outros estavam sem nada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Gostaria de fazer várias indagações ao nosso companheiro Jorge, que viveu e está vivendo essa situação. Só que temos ainda o nosso Bispo e temos que sair daqui às 5 horas. Então, nosso tempo está meio apertado. Mas, vou fazer duas perguntinhas bem rápidas ao Sr. Jorge.

Primeiro, já ficou claro que a polícia disse que teria que morrer gente para poder resolver o problema. Outra coisa, que fez parte do teu depoimento, é que a polícia sabia que eles andavam armados e tinham todo um arsenal de arma também. Como também acho que diz no processo que já foi até pega alguma fazenda com arsenal de armas. E vocês têm ouvido dizer a Polícia Federal, inclusive com a contribuição dessa Comissão, quer dizer, a máfia de proteção da terra que foi pega no Paraná. E me parece que aqui também tem uma coisa dessa natureza. Era o que gostaria de perguntar a você: hoje, aqui nesta região, tem realmente uma organização, uma milícia armada em defesa da propriedade aqui e, se tem, se a polícia também está envolvida nisso.

O SR JORGE RODRIGUES PEREIRA – Bom, a polícia tinha conhecimento, tinha e continua tendo, de que eles tinham armas, que andavam armados, que estavam lá, mas, a polícia desconsiderava isso.

Agora, não tenho conhecimento se tem participação da polícia. Sabemos que tem milícia armada em toda a região, mas, assim, constatar se tem participação da polícia, esse conhecimento a gente não tem ainda. Mas, na região inteira inclusive tem um MDP criado em Joaíma– e o Presidente é de Joaíma – que organiza. E, daqui até Valadares, tem uma linha de organização. E eles conseguiram deixar vazar para um companheiro nosso, sem conhecer esse companheiro, o Presidente que organiza as milícias e consegue as armas em Valadares – em Montes Claros, na verdade, em Valadares – que o pessoal daqui é meio desorganizado, os fazendeiros. Que se ele não estivesse lá para estar puxando a linha, para estar ajudando a organizar, que os sem-terra tomariam conta de tudo, porque eles não têm condições de combater sozinhos. Tem medo de gastar dinheiro, não tem arma, e é desorganizado.

Então, quem está puxando a linha é desde Valadares para organizar essas milícias armadas que tem aqui. E, se não me engano, o nome dele... Esqueci o nome desse companheiro das milícias aí que organizo.

A outra pergunta eu me esqueci. Podia repetir, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quero agradecer a sua participação, Jorge, e manifestar a solidariedade desta Comissão Parlamentar de Inquérito a você e a seus companheiros.

Muito obrigado.

Vamos ouvir Dom Hugo, que é o Bispo da diocese de Almenara e que acompanha de perto esses acontecimentos e com o interesse que a Igreja tem demonstrado.

O SR. DOM HUGO MARIA VAN STEEKELENBURG – Antes de saudar a Mesa, também quero saudar as pessoas que estão aqui, meus vários padres aqui da diocese que estão acompanhando esta reunião de hoje.

A primeira coisa que quero falar é o seguinte: o que aconteceu naqueles dias eu pessoalmente não participei, não estava presente naqueles dias. Está aqui até o pároco de Felisburgo, ele que – até se tiver oportunidade poderá falar – foi um dos primeiros a socorrer as vítimas do massacre.

Primeiramente, quero falar o seguinte: a gente está aqui, mas quem deveria estar aqui, hoje, eram os integrantes do Movimento dos Sem-Terra, para eles sentirem da parte de vocês, do Senado, da Câmara, o apoio, o interesse ou, pelo menos, tentar destacar o que aconteceu, de fazer justiça, de procurar realmente o que aconteceu nessa região, nessa região em que nós temos agora seis ou sete assentamentos, acampamentos dos sem-terra na diocese. O fato é que nós da Igreja não vamos discutir se pode invadir, se não pode invadir isso aqui, mas pelo menos o que a gente vê. O que está por trás de tudo isso realmente é o sofrimento desse povo e, de modo especial, é o pobre que não tem voz, que não tem vez nessa região. Então, se nós, como Igreja, estamos lutando não é para fazer uma revolução, não é para criar uma guerra, mas é exatamente para ver se nós podemos ter realmente a paz.

Há poucos dias o nosso Papa João Paulo II morreu. Sua Santidade, à época, falou com José Sarney: "Reforma agrária – e não tem outro, não – é um caminho para resolver o problema aqui do Brasil", um dos caminhos, claro que não era tudo, não.

Então, o que a gente sente aqui na nossa região é uma grande frieza da parte daqueles que estão governando. Vocês me desculpem, mas o que eu senti, o que eu senti profundamente, duas ou três semanas depois do que aconteceu, que eles estavam tomando uma cervejinha lá na casa de uns amigos, e a conversa vai, a conversa vem, e então começou a falar sobre o Adriano. O empregado, aquele que estava nos servindo, um homem pobre, falou: "Bom, o senhor quer saber? Esse Adriano, o povo o está culpando, mas ele é muito bom. O senhor pode ir para Felisburgo, todo mundo fala bem dele. Ele remete uma pessoa que não sei o que aconteceu, não sei o que saiu da cabeça, nunca ninguém esperava uma coisa da parte dele."

Depois dessa história toda que a gente viu, as ameaças, tudo aquilo que aconteceu, o que estamos sentindo, a nossa região – por isso quero dar parabéns a vocês, porque vocês vieram aqui agora sentir nessa região o que está acontecendo. Estava faltando, realmente, uma conscientização da gravidade do que vivemos, no sentido de quando se fala: Não, aconteceu por acaso. Não, não aconteceu por acaso. É realmente uma sociedade que não aceita uma reforma agrária, são pessoas que defendem com unhas e dentes. Os jornais aqui da nossa região falavam: "– É mentira; terra devoluta não. A terra toda é deles, é deles." Teve até um advogado, Antônio é o nome dele, que falou naquele jornal: "Essa terra é toda dele, terra devoluta é mentira." Depois de duas semanas, foi realmente colocado que era devoluta, uma parte da fazenda era terra devoluta.

O que me preocupa de modo especial é a insegurança em que nos encontramos. O Jorge que acabou de sentar aqui por tanto tempo, este Jorge... nós já fizemos tanta coisa, estamos pensando como é que ele vai sobreviver depois disso? Porque ele está sendo ameaçado pelo que sabe. Já pensamos em levá-lo para o Paraná, não sei para onde, mas chegamos à conclusão de que não vai adiantar nada, porque se ele morrer lá, vão dizer: morreu de desastre, morreu não sei de quê. Então, nos preocupamos com a impunidade.

A impunidade que existe. Como já disse várias vezes: eu não conheço o Adriano, mas falar que esse homem é bom, pelo amor de Deus! Quem mandou matar, ou participou de uma matança dessas teria que ser punido, pronto, acabou.

Amanhã vou celebrar missa lá na cadeia de Almanara, vamos ter uma segurança grande, vamos celebrar lá no pátio, junto com os presos que conseguimos com muito sacrifício. Porque falam: não, o preso é perigoso.

Esses presos que estão lá, às vezes ladrão de galinha, tem não sei o quê, eles têm que ficar presos. Agora, o homem que ameaçou, que está ameaçando até hoje, não pode ficar impune.

Um outro apelo da parte da Igreja é no sentido de que o julgamento seja feito fora daqui. Aqui na nossa região nunca!

O promotor de Justiça que estava aqui naquela época logo falou, quando fomos lá um dia ele falou: "– Primeira coisa, quando cheguei em Felisburgo, eu vi a situação, falei com o juiz que esse processo não pode ocorrer aqui, deve ser fora daqui, porque, aqui, ele vai ser absolvido. É a situação do povo que não tem coragem para falar, não tem coragem porque corre perigo mesmo, corre perigo de vida. Então, se estou aqui, hoje, é para defender esse pobre, esse homem do campo, para pedir paz em nome deles. Estou aqui, em nome também da Comissão da Pastoral da Terra". Então, tudo aquilo que Jorge falou está aqui neste livro. Tudo aconteceu: as ameaças, os testemunhos, o interrogatório, tudo isso. Então, se pode ajudar, a gente entrega com todo prazer para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado.

O SR. DOM HUGO VAN STEEKELENBURG – Eu não tenho, quer dizer, no sentido de... Os fatos, o Durval já falou muito, o Jorge já falou muito. Eu acompanhei com muito interesse, no sentido de querer que haja justiça, a partir da nossa fé. A partir da nossa Igreja, não podemos aceitar uma situação como esta. O que a gente espera é que vocês nos ajudem, ajudem mais do que ajudou o Governo de Minas. Desculpem-me por falar, mas o Rogério, o Deputado Rogério e o MST são testemunhas – não sei mais em que data foi; foi duas semanas depois da chacina – que conseguimos, por intermédio de D. Luciano Mendes, uma entrevista com o Aécio Neves. Eu tinha o compromisso aqui, o D. José tinha um compromisso lá em Uberlândia, mas dissemos: nós vamos lá! CPT foi lá, fizemos uma entrevista com a imprensa, tudo estava pronto e, quando chegou a hora, o Aécio não podia nos receber. E ele tinha prometido. Ele falou: eu vou receber vocês. E pior ainda, não entramos pela porta do Palácio, mas pelos fundos, e fomos atendidos por Danilo de Castro, Deputado do Governo, frio, frio, frio. Tinha várias vítimas que estavam lá e queriam testemunhar aquilo que aconteceu. E ele: "você já falou. Você não pode falar. Não temos tempo, temos só meia hora para vocês." Pelo amor de Deus. E Danilo de Castro falou, ainda: "Aécio Neves está muito interessado em sua luta." Desculpem-me, mas mentira, mentira! Porque realmente do jeito como fomos recebidos foi uma grande ofensa para todos nós, para o povo que estava lá.

Com essas palavras, queríamos terminar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, D. Hugo.

Vamos passar rapidamente a palavra ao nosso Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Bom, como o próprio D. Hugo já falou, penso que tanto a fala do Deputado Durval Ângelo, como a do próprio Jorge já foram bastante elucidativas. Considero importante esse dossiê para o Relator, até por que essa questão da violência no campo será um dos principais temas do nosso relatório. E o caso de Felisburgo, assim como o da Irmã Dorothy e tantos outros que, infelizmente, mancharam de sangue o chão do nosso País, vão ter uma importância muito grande nesse relatório do ponto de vista da análise e, evidentemente, de ações que possam vir a melhorar essa questão.

A questão do Jorge, penso que pode até ser debatida. Como pode confirmar o nosso Deputado Rogério, que está aqui, o nosso Deputado Durval Ângelo, que estava aqui, que é da Comissão de Direitos Humanos, há programas estaduais de proteção às vítimas e às testemunhas – nós sabemos que um programa como esse tira a pessoa de circulação –, programas de proteção a militantes dos direitos humanos. Acho que essa é uma questão que poderia ser analisada. Acho que a CPMI pode fazer esse encaminhamento.

Penso que o mais importante agora – estive conversando com o Presidente a respeito e ele concordou, mas teríamos que encerrar a reunião mais cedo –, seria fazermos uma visita ao Juiz. Iríamos ao Fórum agora para colocar nossas preocupações e também a nossa posição, que na verdade é uma recomendação. Evidentemente que a CPMI não pode se imiscuir, ela não tem legitimidade no processo em si, mas à medida que é uma Comissão do Congresso Nacional que está analisando a questão da violência no campo, ela pode fazer recomendações ao Juiz. Se ele decretar novamente a prisão preventiva, não haverá mais necessidade de irmos ao STJ. A informação que tive foi que, quando foi relaxada a prisão, o próprio Ministro disse que o fato de estar sendo feita a liberação do Adriano Chafic não significa que o juiz estaria impedido de, tendo um fato superveniente, um fato novo, fundamentado, decretar a prisão novamente. Os fatos já foram colocados aqui. A situação de ameaça continua. Há necessidade de apuração. Há foragidos que foram contratados por ele. Essa prisão precisaria ser garantida. Há também a questão do desaforamento. Nós queremos fazer ver ao magistrado de Jequitinhonha que quando falamos em desaforamento não se trata em absoluto de uma desconfiança em relação a ele, com relação à sua isenção para julgar. Trata-se de retirar do ambiente local... Acho que esse depoimento do D. Hugo foi importante. Alguém disse: "Ah, mas ele é tão bom..." Trata-se de retirar o caso desse ambiente local e levá-lo para Belo Horizonte, para que lá, com um novo corpo de jurados, com pessoas que não tem relação de amizade, de convivência com os envolvidos, possa dar o seu veredicto a partir do processo legal, da denúncia, da defesa, das testemunhas e das provas produzidas.

Essa é a sugestão que faço, Presidente. Ou seja, já que temos que levantar vôo às 5, poderíamos passar lá agora. Acho que seria importante uma visita da CPMI ao representante do Poder Judiciário local, para levarmos a ele nossas preocupações e nossas recomendações.

Portanto, era isso que queria sugerir a V. Exª.

Agradeço ao nosso prelado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu também quero cumprimentar os companheiros por tomarem a decisão de visitarmos o Juiz.

Nós teríamos perguntas e assunto para conversar com o nosso Revmº Bispo até a noite. Mas acho que em vista dos fatos que estão ocorrendo, seria mais importantes fazermos essa visita ao Juiz.

Queria cumprimentar nosso Bispo pela sua luta ao lado do povo.Não quero ensinar ao Bispo a rezar a missa, como diz o ditado, mas eu também fui membro da Pastoral, ministro da eucaristia da nossa comunidade, membro da Pastoral Rural. Eu sempre dizia que se a gente pudesse enxergar Jesus Cristo a olho nu – é claro que ele não está no meio de nós –, certamente ele não estaria sentado num sofá assistindo novelas da **Globo.** Ele estaria num acampamento dos semterra, ele estaria junto com os desempregados. Nosso lugar – eu também sou membro da Pastoral – é no meio dos pobres e nossa obrigação é tentar salvá-los das garras desse Zaquieu, desses traidores do povo. Parabéns ao senhor.

O SR. DOM HUGO VAN STEEEKELENBURG – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Só queria pegar uma frase que o Bispo Dom Hugo disse, se é legal ou não ocupar. Para mim, só tenho certeza de que a reforma agrária é necessária. A outra coisa é que a terra era do Estado. Primeiro, ela foi invadida pelo Adriano. Quer dizer, a terra não era dele. Está aí a realidade dos fatos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quero comunicar, principalmente em atenção às

pessoas que acompanharam os nossos trabalhos hoje, que acabo de assinar o ofício decorrente da proposta do relator, Deputado João Alfredo, e que encaminharemos em mãos ao Dr. Armando Schettini Neto, digníssimo Juiz de Direito da Comarca de Jequitinhonha. Na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, comunico a V. Exª que esta Comissão deliberou pela recomendação do decreto de prisão preventiva das seguintes pessoas: Adriano Chafic, Francisco de Assis Rodrigues de Oliveira, vulgo Quintinha ou Chicão, Milton Francisco de Souza, vulgo Milton pé de foice, Edmilson Rodrigues Lima, vulgo Bila, acusado da chacina de Felisburgo, bem como seja providenciado o desaforamento do julgamento pelo Tribunal do Júri para a Comarca de Belo Horizonte dos referidos acusados. Portanto, vamos pessoalmente, agora, entregar em mãos esse ofício ao Dr. Armando como uma providência de emergência, adotada por esta Comissão em função dos depoimentos aqui ouvidos hoje, especialmente de Dom Hugo, a quem agradecemos por sua participação nos trabalhos de hoje.

Muito obrigado às autoridades locais, muito obrigado aos Deputados de Minas, que nos acompanharam, muito obrigado ao presidente desta Câmara de Vereadores, muito obrigado aos servidores que contribuíram para que pudéssemos realizar aqui os nossos trabalhos. Amanhã teremos uma audiência pública como esta na cidade de Montes Claros. Encerramos a reunião de hoje.

(Encerra-se a Sessão)

Ata da 34ª Reunião realizada em 5 de maio de 2005 – Audiência Pública em Montes Claros/MG.

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às oito horas e cinco minutos, no Plenário da Câmara dos Vereadores de Montes Claros Estado de Minas Gerais, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Deputados João Alfredo, Adão Preto e Anselmo, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". O Senhor Presidente Senador Alvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir as Exposições dos Senhores Doutor Afonso Henrique de Miranda Teixeira – Procurador de Justiça e membro da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Wilton Soares Ribeiro, Representante da Direção Estadual do Movimento Sem Terra (MST), Paulo Roberto Faccion, Representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) , Doutor Carlos Calazans Delegado Regional do Trabalho em Minas Gerais. Como o senhor Olavo Bernardes Filgueiras Filho não é mais o Presidente da União de Defesa da Propriedade Rural, a Comissão deliberou ouvir o senhor Alexandre Viana, Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros e Vice-Presidente da Federação de Agricultura de Minas Gerais. O primeiro depoente a ser ouvido foi o Doutor Afonso que fez inicialmente explanação sobre os conflitos agrários que aconteceram no Pontal do Triangulo Mineiro. Discorreu sobre a atuação do Ministério Público no Estado de Minas Gerais e também como se comporta a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Foi questionado ainda pelos Parlamentares presentes, entregando para a Comissão cópia dos autos numero 0358.04.005.624-6, cópia de peças da Ação Discriminatória proposta pelo Estado de Minas Gerais contra Adriano Chafik e outros; cópia exordiais penais relativas a fatos capitulados como formação de quadrilhas (milícias armadas) ofertadas em diversas Comarcas do Estado; cópia da inicial da Ação Civil Pública proposta para dissolução da UDPR-Ituitaba/MG; cópia do arquivamento do Inquérito Policial instaurado em razão da ocupação da Fazenda Córrego da Ponte, na cidade de Buritis/MG, "Manifesto" e "Artigos Jurídicos" e cópia de documentos concernentes à violência no campo na Comarca de Montes Claros. O segundo depoente foi o senhor Alexandre Antônio Miranda Viana, que questionou as ações do MST em Minas Gerais, sendo criticado pelo Relator Deputado João Alfredo no que diz respeito a apreensão de armas e explosivos em sua Fazenda. Foi questionada ainda pelo Relator sobre a atuação do Movimento Paz no Campo, do qual é um dos seus Diretores e na ocasião distribuiu aos presentes manifesto "Quem somos". A seguir usou da palavra o Deputado Estadual Rogério Correia, Representante da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que entregou um relatório sobre a situação fundiária do Estado. O próximo depoente foi Wilton Soares Ribeiro Representante do MST, que denunciou o índice de irregularidades das terras no norte de Minas qualificando que as maiores propriedades da área são de terras devolutas ocupadas por latifundiários. Denunciou que existe em Governador Valadares uma milícia contra o MST que é comandada pelo Coronel Albino, Oficial reformado da Policia Militar Mineira. O Relator ainda perguntou ao depoente qual a opinião do MST sobre o movimento Paz no Campo e também se sabia quem fazia ameaças aos sem terras e se conhecia o

UDPR. Os Deputados Anselmo e Adão Pretto questionaram sobre as ocupações do MST e sobre o trabalho escravo na região. O depoente disse que o UDPR é uma dissidência da UDR e também existe uma Patrulha Rural naquela região. Usou da palavra o senhor Paulo Roberto Faccion, Representante da Comissão Pastoral da Terra, que discorreu sobre a atuação de sua entidade, fazendo, na ocasião, farta entrega de publicações e documentação da Comissão. Falou, ainda, sobre a atuação da Policia Federal no sentido de como atua em respeito as questões das terras no Norte de Minas. Disse sobre a descrença que os movimentos tem na Patrulha Rural. O último depoente foi o Doutor Carlos Calazans, que relatou sobre os crimes que vitimaram os quatro fiscais do Ministério do Trabalho no Município de Unaí em Minas Gerais. Foi entregue pelo depoente documento a respeito do ocorrido nos crimes já citados. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário Eventual da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está aberta a 34ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de realizar um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

Hoje, realizaremos audiência pública na Câmara Municipal de Montes Claros. Agradecemos ao presidente da Casa, vereador Sebastião Ildeu Maia, e a todos os vereadores pela colaboração com os nossos trabalhos, sediando aqui esta audiência pública. No dia de ontem, estivemos em Jequitinhonha, realizando também audiência pública, ouvindo Jorge Rodrigues Pereira, integrante do acampamento de Felisburgo, o Deputado Durval Ângelo, presidente da Comissão de Direitos Humanos, que acompanha o processo envolvendo o massacre de Felisburgo, e Dom Hugo, bispo da Diocese de Almenara, que acompanha os desdobramentos do massacre de Felisburgo. Ontem, os depoimentos contribuíram para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito conheça a realidade atual naquela região. A constatação da omissão da autoridade, a existência de milícias armadas na região, a permanente tensão, o receio de novos conflitos, a ausência de um quadro de policiais que ofereça segurança às pessoas, levaram a Comissão Parlamentar de Inquérito ontem mesmo a tomar algumas providências. Providências que nos levaram ao juiz da Comarca, Dr. Armando Neto, para dele solicitar o restabelecimento das prisões preventivas relativamente às pessoas envolvidas no massacre de Felisburgo, massacre esse que culminou com cinco homicídios e 12 tentativas de homicídios.

Depoimentos dão conta de que dez pistoleiros estão foragidos e que as ameaças aos remanescentes naquele acampamento são constantes. Por isso, a medida judicial urgente é a do restabelecimento das prisões preventivas.

Essa solicitação foi encaminhada oficialmente ao juiz da Comarca, Dr. Armando Neto.

A outra recomendação que a CPMI faz e encaminhou também oficialmente ontem ao Dr. Armando, juiz da Comarca, foi o pedido de desaforamento do julgamento à capital do Estado Belo Horizonte. Os depoimentos prestados ontem, principalmente o do Deputado Durval Angelo, pelo Bispo Dom Hugo e pelo acampado Jorge Rodrigues Pereira, que é também vítima de ameaças, esses depoimentos nos transferiram a certeza de que um julgamento naquela comarca não poderá ter a total característica da isenção.

É natural a pressão local e evidentemente não poderá haver tranqüilidade em relação à correção dos procedimentos, já que se trata de um julgamento por meio de júri popular. Daí a importância dessa providência ou recomendação que faz a CPMI. A solicitação será encaminhada ao Tribunal de Justiça, da mesma forma que fizemos ontem, encaminhando-a ao juiz da Comarca, Dr. Armando Neto.

Portanto, a reunião de ontem nos dá a certeza de que esta CPMI tem ainda um grande serviço a prestar, numa região desprotegida, como a do Vale do Jequitinhonha, a presença do Congresso Nacional transfere segurança às autoridades locais. Não há dúvida de que, além do diagnóstico que exige o deslocamento dos Parlamentares a diferentes regiões do País, já que vivemos num País de dimensões continentais, com características regionais diferenciadas, não teríamos condições, ao final dos trabalhos desta CPMI, apresentar um diagnóstico verdadeiro, se não excursionássemos pelas diversas regiões, verificando suas peculiaridades e características, para que esse diagnóstico possa apresentar com realismo a fotografia da realidade fundiária do nosso país. Hoje, em Montes Claros, na Câmara de Vereadores, para ouvir depoimentos de grande importância como o do Dr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, que é procurador de Justiça, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de conflitos agrários do Ministério Público de Minas Gerais e membro da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo.

Nós estamos próximos da localidade onde ocorreu outra tragédia. Refiro-me à chacina de Unaí, em 28 de janeiro de 2004, tendo vitimado três auditores fiscais do Ministério do Trabalho e um motorista.

Portanto, a presença do Dr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira certamente nos assegura a coleta de subsídios importantes para esse item fundamental e prioritário que diz respeito à violência no campo.

Wilton Soares Ribeiro é representante da Direção Estadual do MST e prestará depoimento a esta Comissão; Paulo Roberto Faccion, representante da Comissão Pastoral da Terra; e o Dr. Carlos Calazans, Delegado Regional do Trabalho de Minas Gerais, que acompanhou essa chacina de Unaí, em que foram mortos os três fiscais do Ministério do Trabalho e o motorista.

Colheremos também o depoimento de Olavo Bernardes Figueiras Filho, Presidente da União da Defesa da Propriedade Rural.

À Mesa o Deputado João Alfredo, relator desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Deputado Anselmo, representante de Rondônia e o Deputado Adão Pretto, representante do Rio Grande do Sul.

Queremos agradecer a presença do Vereador Athos, que, em nome dos seus colegas de Câmara de Vereadores, nos honra com a sua presença.

Vamos iniciar os trabalhos de hoje convidando para tomar assento à Mesa o Dr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, para a sua exposição inicial. O Dr. Afonso, repito, é Procurador de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais e Membro da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo. Por favor, Dr. Afonso.

Inicialmente, vamos conceder a palavra ao Dr. Afonso para a exposição inicial e, posteriormente, passar a passar a palavra ao Deputado João Alfredo, relator da Comissão, para iniciar o questionamento ao nosso convidado.

Desde já agradecemos a presença do Dr. Afonso, que nos acompanha desde o dia de ontem, participando dos trabalhos realizados no Município de Jequitinhonha.

Com a palavra, portanto, o Dr. Afonso.

O SR. AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA – Senador Alvaro Dias, Exmº Sr. Presidente desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Exmºs Deputados João Alfredo, relator desta Comissão, Deputado Adão Pretto, Deputado Anselmo, inicialmente, eu gostaria de registrar o nosso contentamento para com os trabalhos desenvolvidos por esta Comissão, em especial pela excelência dos trabalhos desenvolvidos no dia de ontem, na comarca de Jequitinhonha.

Sabemos que é uma região palco de um massacre, uma chacina, um crime bárbaro contra trabalhadores rurais, pessoas excluídas, pessoas que ali estavam em busca de sua dignidade, princípio da dignidade da pessoa humana que deve nortear a República Federativa do Brasil.

Agradeço, na pessoa do Senador Alvaro Dias, a possibilidade de comparecer a esta Comissão para aqui fazer algumas exposições, considerações sobre a questão agrária no Estado de Minas Gerais, notadamente no que tange às soluções, intermediação de conflitos e abordagem da violência no campo em nosso Estado.

Quero também desejar aqui um bom dia a todos, sobretudo um bom dia de trabalho. Externar também aqui a nossa satisfação com a presença dos trabalhadores rurais, na pessoa de Wilton, conhecido por todos nós por Tim, e também nas pessoas de Paulo Roberto Faccion, Alvimar, que são companheiros de luta contra a violência, contra essas milícias armadas, companheiros da Comissão Pastoral da Terra.

Registro também o nosso reconhecimento para com a Secretaria da Comissão, e também dos assessores parlamentares, que em muito contribuem para o sucesso pleno dos trabalhos desta comissão.

Bom, para que possamos fazer algumas considerações sobre o tema é fundamental fazermos uma breve reflexão do papel do Ministério Público na solução dos conflitos agrários. Serei bem breve.

Em 1999, procurei o Procurador-Geral da Justiça, salientando a ele a necessidade de criarmos uma promotoria especializada em conflitos agrários. Havia uma modificação no Código de Processo Civil de 1996, com a intervenção obrigatória do Ministério Público nos processo de conflitos coletivos pela posse da terra rural. E não só por isso, evidentemente, mas pelos comandos constitucionais que dizem respeito a esses princípios, como dignidade da pessoa humana, erradicação das desigualdades, da pobreza em nosso País. E, em função disso, propusemos ao Procurador-Geral da Justiça que enviasse uma proposta de alteração em nossa lei complementar e ali ele inserisse a Promotoria de Conflitos Agrários e um centro de apoio que coordeno. Essa promotoria tem atribuições em todo o Estado de Minas Gerais, e esse centro de apoio, conseqüentemente, fornece esse suporte e com a presença nossa em todo o Estado de Minas Gerais, acompanhando as questões fundiárias, seja na área cível, seja na área penal.

Objetivos e ações evidentemente traçamos, naquela ocasião; objetivos na área cível e na área penal. Na área cível, trabalharmos a questão da função social como o marco, como o ponto de partida para a solução dos conflitos agrários na área cível. E, com isso, ao longo desse nosso trabalho, chegamos aqui em Minas Gerais a decisões sucessivas. E essa é a linha de trabalho em Minas Gerais, tanto da Vara Agrá-

ria, quanto da Promotoria Agrária, quanto da Procuradoria Agrária, que também represento, o Ministério Público do Tribunal de Justiça, é que não há proteção possessória àquele que não cumpre a função social. O cumprimento da função social é um comando de um pacto que celebramos em 1988. E não pode ser relegado em nome de uma propriedade que se diz absoluta. Não. O direito de propriedade tem uma previsão constitucional sim, mas se algo de absoluto tem, nesse direito de propriedade, é que ele deva cumprir a sua função social, ou como nos colocam alguns juristas, algumas pessoas que trabalham o Direito Agrário, a função social é uma hipoteca social que deve incidir sobre o imóvel rural. E, com base nisso, traçamos a nossa linha de atuação, conseguindo resultados expressivos. E aqui temos um exemplo claro disso, que é a Fazenda Sanharó, que depois de uma luta intensa, seja no campo cível, seja no campo da violência, conseguimos que essa fazenda fosse desapropriada e destinada ao projeto de reforma agrária, a esse programa de reforma agrária. E temos aqui também a pessoa de Cristiano, líder regional e que tem esse trabalho à frente inclusive da Fazenda Sanharó.

Na área penal, identificávamos a necessidade de enfrentar essa questão, que não é nova, mas secular, que se chama formação de milícias armadas, que, para o Código Penal, é tratada como quadrilha ou bando armado. Quadrilha ou bando armado não existe apenas nas favelas do Rio de Janeiro, existe no campo. E essa violência, para mim, tem nome, essa violência está na concentração da renda, essa violência está com o latifúndio. E procuraremos demonstrar isso através de ações, que envidamos no Estado de Minas Gerais, não só efetivamente nessa região, porque a nossa exposição não tende a abraçar apenas a região do norte de Minas, mas um contexto maior, como o triângulo mineiro, o noroeste de Minas, o norte de Minas e, recentemente, esse fato ocorrido no Vale do Jequitinhonha.

Bem, o Ministério Público, na visão deste procurador de justiça, não vem a ser quarto poder. O Ministério Público é uma instituição que deve estar ao lado da sociedade, ao lado dos movimentos sociais. Nós, Promotores de Justiça, somos trabalhadores sociais. Nós devemos abrir os canais para as demandas sociais e, com essa visão, atentos, evidentemente, aos acontecimentos e abertos – como falamos – como canais sociais para a chegada de informações relativas ao tema, especificamente, aqui, à violência. Começamos a receber algumas notícias de violência e começamos a empreender ações no chamado Pontal do Triângulo Minério. O Pontal do Triângulo Mineiro, desde a criação da União de Defesa da Propriedade Rural, essa região passou por diversos acontecimentos, lamentáveis e sofríveis, e que levava à necessidade do Ministério Público, inclusive na pessoa deste Procurador de Justiça, acompanhado de Promotor da Assessoria da Coordenação, juntamente com Promotores de Justiça locais, a fazer investigações diretas sobre a ocorrência de fatos gravíssimos nas comarcas de Santa Vitória, Campina Verde, Ituiutaba, basicamente. Tivemos informações – e isto foi noticiado na imprensa – notadamente em fevereiro e março de 2003, de que milícias armadas faziam desocupações forçadas de áreas nas respectivas comarcas e as ações eram basicamente da seguinte forma: contratação de jagunços, armamentos pesados, queimada dos pertences e das residências daqueles trabalhadores, a colocação desses trabalhadores, após a sua retirada, em caminhões pequenos para carregar gado. Esses caminhões tomavam a direção do Estado de Goiás, onde eles seriam despejados nas pistas, como esses mesmos latifundiários e pecuaristas jamais tratam as suas reses, mas só que, felizmente, tivemos a ação importante da Polícia de Goiás e da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e, ali, essas ações foram brecadas. Infelizmente, chegando isto às autoridades policiais locais, o que se tinha era a lavratura de TCOs, como se ali tivéssemos delitos de menos potencial ofensivo – torturas, formação de quadrilha, armamentos pesados, tratados em simples TCOs. Em função disto, passamos, como dissemos, à apuração direta e, basicamente, em duas semanas, trabalhando de 7 até, literalmente, o final do dia – à noite, 22 ou 23 horas – conseguimos fazer a apuração desses fatos. E, ali, ofertamos, acredito, as primeiras denúncias contra esses latifundiários, formadores de quadrilha. Quero deixar bem claro isto: formadores e integrantes de quadrilha armada e que isto, constantemente e popularmente, é chamado de milícia.

Ali, então, iniciamos as ações penais que quatro denúncias – e eu digo aqui que a denúncia é a peça inicial de que o promotor se serve para deduzir a pretensão da sociedade em juízo, quer dizer, é a petição inicial – por formação de milícias no Triângulo. Ali, tivemos um número até expressivo de fazendeiros e de jagunços denunciados. Mas, no decorrer dessas apurações, visualizamos, também, fatos antecedentes à nossa ida lá e, notadamente, fatos, ali, de 1997 para cá, especificamente depois da criação da UDPR de lá. Esses fatos gravíssimos – e tenho diversos deles, inclusive um fato que levou a disparo de arma de fogo, quase matando o Frei Rodrigo e o ex-Presidente do Incra e do Itera aqui em Minas Gerais, Marcelo Resende, diversos atos de desocupações forçadas no passado e que nos levava a uma inequívoca conclusão de que essas ações de contratação de jagunços, de

armamento desses jagunços, de estrutura para essas ações bélicas, paramilitares eram organizadas, patrocinadas pela União de Defesa da Propriedade Rural – UDPR, com sede em Ituiutaba, Pontal do Triângulo Mineiro. Essa entidade, inclusive, tem uma previsão estatutária que passo a ler aqui aos senhores, o art. 2º, letra "b", que já representa uma alteração do estatuto anterior:

"Prestar auxílio aos associados sob forma de ação comunitária, buscando evitar a ocorrência de esbulho possessório ou invasões de suas propriedades dentro da área de jurisdição, inclusive colaborar solidariamente na coordenação de retirada de eventuais invasores, procurando assegurar a garantia dos seus associados o legítimo direito de propriedade, procurando, acima de tudo, manter a paz no campo".

Então, o dispositivo pra nós é claro. Há esse dispositivo aliado às ações desenvolvidas por esses fazendeiros. Claro que esse objetivo é ilícito! Nós tivemos no Estado de São Paulo, por ação do Ministério Público do Estado de São Paulo, a dissolução de torcidas organizadas que promoviam violência nos estádios.

Essa foi a mesma linha de orientação dessa ação civil do Ministério Público: dissolver uma entidade destinada à promoção de atos ilícitos, à promoção de violência no campo.

Apenas a título de um registro – e aqui nessa petição nós temos todos esses atos praticados, mas apenas de registro –, o homem apontado como agenciador da contratação desses jagunços é formalmente contratado pela UDPR, formalmente contratado pela UDPR! E também, a título de registro, reportagem no **Jornal do Brasil,** de 1998 em que se coloca o seguinte: "estamos avisando há muito tempo aos sem-terra que ocuparem áreas de fazenda nessa região serão retirados à força', disse o ruralista Sebastião Gonçalves Dutra, diretor da entidade. A UDPR reúne mais de cem fazendeiros no pontal. A diretoria garante que os produtores rurais não mais vão perder terras para baderneiros e lembra que a entidade é diferente da UDR, criada há cerca de dez anos também na região do Pontal. A UDPR pretende ser mais dura e ágil. Ao associar-se à entidade, o ruralista assume o pacto de estar presente junto aos outros associados numa fazenda que seja invadida. Neste ano nós vamos convidar os sem-terra a deixar o local pacificamente. Se não conseguirmos, vamos tirá-los de lá de uma forma ou de outra' informou o diretor."

Ainda em colocação, "os fazendeiros associados à UDPR, entidade criada em 1997, em substituição à UDR, considerada muito **soft** pelos produtores da região". Então a UDR era considerada **soft**, daí a criação da UDPR. Não poderíamos ficar calados diante dessa situação e, por isso, propusemos, entramos com uma ação de dissolução dessa entidade.

Srs. Senadores, Srs. Deputados, todos os presentes, evidentemente é uma ação que pode ser em muito melhorada, mas que pode servir de exemplo para que outras sejam propostas por este País, porque sabemos da formação de consórcios para matanças, do envolvimento de autoridades policiais na organização de milícias em vários Estados deste País. É uma forma para que essas entidades possam passar por um questionamento. Isso poderia ser sugerido ao Procurador-Geral de Justiça de cada Estado para que pudesse haver outras ações à semelhança ou tomando por base alguns dados jurídicos ou algumas linhas de procedimentos aqui adotadas.

Saindo do Pontal do Triângulo, não vou especificar cada uma das ações porque, através das denúncias – Sr. Presidente, passarei todos esses documentos à Comissão formalmente –, ali é o relato específico de cada ação. Na região norte, onde estamos, identificamos esse foco de violência no Pontal do Triângulo, e outro foco é exatamente onde nos encontramos, na região norte do Estado de Minas Gerais. Aqui, inclusive, houve a necessidade de deslocar, por duas vezes, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia. Nesta mesma Casa, foram realizadas duas audiências públicas, uma em 27 de outubro de 2003 e outra no dia 9 de junho de 2004.

O que levou a Comissão e o Ministério Público a se deslocarem foram as sucessivas representações de trabalhadores rurais da CPT, relacionadas com violência no campo, especificamente compreendidos na Fazenda Sanharó, hoje já destinada ao programa de reforma agrária, e a fazenda Canoas, situadas bem próximas. Há uma diferença muito grande em relação ao Pontal e ao fato ocorrido em Felisburgo, porque lá sentimos a ausência física da autoridade. Aqui, estamos muito perto – muito perto – para que ocorressem todos esses acontecimentos a que vamos nos referir sem uma intervenção positiva das autoridades policiais desta região. Essas sucessivas representações nos levaram, evidentemente, a tomar conhecimento do quadro e a desenvolver as ações.

Quantas vezes as palavras fazendas Sanharó e Canoas foram ditas aqui? Quantas vezes essas palavras foram escritas pelos movimentos que estão à frente dos direitos humanos, movimentos que lutam pela vida, esse bem fundamental do qual decorrem todos os valores jurídicos?

Em dezembro de 2002, um trabalhador que se encontrava acampado à margem da fazenda Sanharó, esperando a desapropriação – porque essa fazenda tem GUT e GEE zero... No meu trabalho de Procura-

dor de Justiça e trabalhando pelo País, dificilmente vi uma propriedade que tenha uma utilização da terra e um grau de efetividade zero; é uma fazenda totalmente improdutiva. Encontravam-se ali, e não tem como falar aqui na família Proença, porque um se dizia arrendatário da fazenda Sanharó e o outro, Ataliba Proença, seria o proprietário da fazenda Canoas. No dia 22, salvo engano, vamos colocar ao final do mês de dezembro de 2002, o Sr. Agnelo, um trabalhador, um senhor, tal qual o Sr. Miguel, que foi morto, o Sr. Francisco, que foi morto lá em Felisburgo, recebeu um disparo de uma arma potente em sua cabeça, ombros, e que certamente não o levou ao óbito por circunstâncias alheias à vontade daquele meliante, parente, primo do Sr. Alceu Proença, arrendatário da fazenda Sanharó. Mas, certamente, sentindo-se seguro com sua quase blindada impunidade, no mês de janeiro de 2003, o Sr. Alceu Proença, quando os trabalhadores ainda se encontravam à margem da rodovia, juntamente com o outro, ateou fogo nos 54 barracos, não, residências dos trabalhadores, ainda que à margem da estrada, na faixa de domínio. Seu Cleiton Lafetá, autor dos disparos, foi denunciado por homicídio qualificado e o Sr. Alceu, denunciado por crime de incêndio. Mas as violências não pararam aí. Com relação a essa fazenda, os trabalhadores rurais não tiveram outra opção senão ocupar; passaram à fazenda, e ali então se intensificaram as notícias de pessoas fortemente armadas, as notícias de constrangimento, as notícias, inclusive, de – não saberia como chamar isso: *blitze*? Os jagunços iam parando as pessoas que passavam na estrada para saber se eram sem-terras, e estamos falando a uma distância aproximadamente de uns 20 km – não é, Cristiano –, menos, a Canoas dá uns 12 km, a Sanharó, uns 20 km, seria mais ou menos isso? *Blitze*? Bem, a Comissão se desloca para cá. Só que antes, tal qual como faríamos, sei que, por uma questão de tempo, não poderemos fazer, antes de chegarmos a esta Casa Legislativa, lá passamos e, para surpresa mesmo, nós, do Ministério Público, levamos uma câmera e lá passamos em frente a essa fazenda Canoas e não tivemos a menor dificuldade de filmar o homem armado que pouco antes empregados da fazenda Sanharó, do outro lado, onde ele teve uma emissão de posse, afirmaram que esses homens teriam vindo do Estado do Pará, contratados jagunços no Estado do Pará. Essa fita se encontra, inclusive, Sr. Presidente, à disposição. Se quiser fazer uma reprodução, não sei se temos tempo para isso, está à disposição aqui da...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Qual é o período da fita, qual é o tempo de duração da filmagem?

O SR. AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA – Olha, é um tempo razoável. Eu poderia pedir para que passasse pelo menos ao ponto em que chegamos à fazenda – enquanto eles vão trabalhando aqui, vou falando – , onde fizemos a filmagem, no mesmo lugar que vamos falar daqui a pouco, que o Paulo Facion, juntamente com uma organização internacional, a Fiam, com membros da Bélgica, de diversas nações, foram vítimas de disparos de armas de fogo, atribuídos, segundo as testemunhas e relatado no inquérito policial, ao Sr. Ataliba Proença.

Nesta Comissão, na reunião, conversamos e debatemos sobre diversas situações de violência na região. Mas, naquele momento, ficava claro para nós a ausência da autoridade do Estado no que tange a esse trabalho de repressão das milícias. Não era possível. Tínhamos, Sr. Senador, um mandado de busca e apreensão nessa fazenda, porque se noticiava a presença de armas. Aqui, neste ponto, inclusive, encontrava-se o Tenente-Coronel, Comandante do Batalhão. Há mais de 40 dias ele não cumpria o referido mandado, enquanto mandados relacionados a trabalhadores rurais eram cumpridos com brevidade e diligência. Permitam-nos falar que se trata, certamente, de preconceito e discriminação em relação aos Sem-Terra.

Nesta Comissão, discutimos diversos fatos. Trabalhamos uma situação em que um fazendeiro ameaçou um líder de um movimento social por meio de carta escrita, assinada, cujo portador – ou seja, quem levou a ameaça ao líder – seria a Polícia Militar de Minas Gerais. Houve um caso na Fazenda Covancas, nas proximidades de Brasília de Minas, onde um trabalhador rural foi espancado. Aqui, encontram-se os trabalhadores, como o Paulo. A conclusão do inquérito policial que requisitamos foi a de que a Polícia Militar estava nesse lugar distante, na caminhonete do fazendeiro, à paisana. Pasmem, senhores: eles estavam lá para verificar a produtividade dos imóveis. Foi quando passou o trabalhador rural numa moto e foi abordado. Então, contam-se aquelas histórias de resistência e desacato.

Fui Promotor de Justiça em Belo Horizonte na área de direitos humanos. Tenho cerca de sete anos de atuação em Belo Horizonte. Aproximadamente três mil policiais foram denunciados apenas naquela capital por crimes de abuso de autoridade e de tortura. Conheço bem essas ocorrências que tratam de desobediência e de desacato.

Diversos fatos foram tratados aqui, Srs. integrantes da Comissão. Todos estão documentados por intermédio das notas taquigráficas de ambas as reuniões. Por isso, limito-me a essa breve explanação sobre os acontecimentos, já que devidamente documentados.

Passo às mãos de V. Exªs por meio do Presidente da Comissão, Senador Alvaro Dias.

Pirapora, recentemente, em 29 de outubro de 2004, se não bastasse os trabalhadores apontarem a região como complicada, violenta. A Polícia Federal dessa região, em uma ação que merece o reconhecimento de toda a sociedade brasileira, ao trafegar em rodovia próxima, surpreendeu, em estado de flagrância, fazendeiros, jagunços fortemente armados, estruturados com veículos top, vamos dizer assim, dentro das linhas de produção nacional. Ressalto a pessoa do ilustre, digno, operoso, combativo Delegado de Polícia Federal, Marcelo Eduardo Freitas, que, naquele local, apreendeu diversas e potentes armas de fogo com esses nove meliantes. Isto aqui é realmente assustador para a sociedade brasileira e precisa ser levado ao conhecimento dela.

Dos artefatos explosivos, havia 26 cartuchos explosivos compostos por cerca de 20 gramas de pólvora de queima rápida, encapsulada em papelão, com estopim iniciador inserido em uma das extremidades do cartucho. Isso é dinamite! Essa milícia portava 26 dinamites, que estão registradas em laudo de eficiência! Respondendo aos quesitos, os peritos consignaram: "Os artefatos encaminhados a exame são explosivos, capazes de produzir significativos efeitos de som, deslocamento e lesões, dependendo da distância de detonação".

Como não poderia deixar de ser, o Ministério Público de Minas Gerais ofereceu denúncia em face desses nove meliantes presos aqui perto, em Pirapora, dentre os quais, Srs. Deputados, quatro ex-policiais militares, que inclusive portavam algemas do GAT, um grupo de operação especial da Polícia Militar de Minas Gerais.

A denúncia oferecida pela Promotora de Justiça local, com os Promotores da Promotoria de Conflitos Agrários, que coordeno, depois de um ato de o Procurador-Geral de Justiça designar os Promotores da capital, para, em conjunto com os Promotores locais, promoverem a ação penal.

Eu pediria que voltasse, para colocar no ponto certo, o momento em que chegamos à fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Enquanto se toma essa providência, agradeço a presença da Vereadora Fátima Pereira Macedo, Vice-Presidente da Câmara de Montes Claros, do Vereador Atos Mameluco, do Secretário Municipal de Segurança, João Avelino Neto, do Sr. Alexandre Viana, Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros e Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais. Agradecemos também A TV Câmara de Montes Claros, afiliada na TV Assembléia, de Minas Gerais, que está transmitindo ao vivo este evento, juntamente com a TV Senado, que também faz a cobertura dos trabalhos da Comissão.

O SR. AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA – Depois dele, nesse ponto.

Não sei se os senhores desejam, foi a filmagem feita pelo Ministério Público junto com a Comissão de Direitos Humanos nessa fazenda onde filmamos essa...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio que em função do tempo, o nosso convidado, Dr. Afonso Henrique, prossegue com a sua exposição sintetizando agora as últimas informações enquanto o telão vai mostrando as imagens.

O SR. AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA – Perfeito.

Com relação a esse fato de Pirapora, temos aqui uma preocupação. Eu tomei conhecimento de um comunicado oficial feito pela Sociedade Rural aqui de Montes Claros, subscrito por esse presidente a que o senhor acabou de se referir, Alexandre Viana, acerca da ação desse Delegado Federal que prendeu esses meliantes com esses explosivos, com essas armas que, passarei também aos senhores:

"A Sociedade Rural de Montes Claros, por meio do movimento Paz no Campo vem a público manifestar todo o seu repúdio em relação ao lamentável episódio ocorrido na sexta-feira, na fazenda Corrente, Município de Aguitai, quando a Polícia Federal efetuou, arbitrariamente, em verdadeira atitude de inversão de valores, a prisão dos produtores rurais Fernando Rezende Penido e Delfrânio Rezende Penido, que são, antes de tudo, geradores de emprego e promotores do desenvolvimento no campo norte mineiro.

Hoje, como todos sabemos, o nosso meio rural vive um clima de total instabilidade, provocado única e exclusivamente pela ação de grupos invasores de terras sem qualquer respaldo ou legalidade jurídica que não respeita o direito de propriedade e que ocupam, na calada da noite, fazendas que, por maioria absoluta dos produtores rurais da região, são a única fonte de seu sustento. Até quando vamos viver nesse clima de terror?

A imprensa nacional divulgou, em diversas oportunidades, que a Polícia Militar de Minas Gerais apreendeu armamentos pesados em posse de sem-terras em propriedades invadidas no Norte de Minas. Diante disso, surgem novos questionamentos. Como enfrentar sem-terra vez que na Justiça os produtores não tem conseguido? Quem está errado? Os fazendeiros que produzem alimentos e que buscam se prevenir contra os invasores fortemente armados ou aqueles que so-

brevivem no afã de invadir propriedades acabando com patrimônios construídos ao longo de vidas inteiras?

Apesar de toda morosidade registrada nos casos de reintegração de posse, só nos resta continuar confiando na Justiça. Que o lamentável episódio da fazenda Corrente seja resolvido dentro da maior urgência [e será, será, pelo Ministério Público, resolvido com a maior urgência se depender do Ministério Público], garantindo a tranqüilidade para quem deseja produzir, gerar empregos e semear desenvolvimento."

Ele será resolvido ... (fora do microfone)... sobretudo na defesa da vida, bem maior jurídico que temos na nossa Constituição Federal.

Adriano Chafic formava milícias desde 2002. Lá, denunciávamos através de ofício, requisitávamos inquéritos, cobrávamos providencias, vinte dias antes do ocorrido, encaminhou ofício um delegado regional em que solicitava a intensificação de medidas sob pena de graves e previsíveis acontecimentos e, lá, tivemos dezessete homicídios, cinco consumados e doze tentados por essa milícia formada e, por omissão do Estado, por omissão do Estado, conseguiu o seu êxito em levar a morte àqueles trabalhadores rurais.

Não pense o Sr. Adriano Chafic, não pense, que a Justiça do Estado de Minas Gerais, que a Justiça do Brasil vai deixá-lo passar impune. Ele acha, ele pensa que tem impunidade, que está blindado com a impunidade.

Nós demonstraremos, a sociedade brasileira, o povo brasileiro, com esta Comissão, com os Ministérios Públicos Estaduais, com os Tribunais Estaduais, com os Tribunais Superiores, que ele não tem uma impunidade blindada, como nenhum latifundiário tem.

Basta que façamos ações corretas, ações firmes, para mostrar que o dinheiro, que o patrimônio não deve prevalecer sobre a vida.

Temos algumas missões, no caso da fazenda em Felisburgo, a Fazenda Nova Alegria. Há necessidade de prisão de Adriano e de seus comparsas. Encaminhamos pedido de prisão preventiva ao juiz, um novo pedido de prisão preventiva, com base em dados sólidos, que V. Exªs conhecem diante de constatação local da gravidade da situação. Não se poderia, evidentemente, deixar de tomar providências efetivas, como tomaram, no dia de ontem, encaminhando recomendação, sugestão – posso até chamar de recomendação – ao juiz local, sem ferir a sua independência como magistrado, para que avalie com firmeza e com proficuidade as ações, para que ali se decrete a prisão preventiva desses meliantes.

E mais, que se opere o desaforamento. O desaforamento é fundamental. Não pensem os latifundiários da região que vão conseguir...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu pediria ao Dr. Afonso que, se possível, concluísse, para que pudéssemos fazer as indagações, que, certamente, serão uma contribuição ainda maior à CPMI.

O SR. AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA – Perfeito. Permitir que jurados sejam influenciados, que o poder econômico do latifúndio, do agropecuarista local consiga viciar esse julgamento. Então, o desaforamento é fundamental, e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais agradece, mais uma vez, esta Comissão.

Finalizo dizendo aos senhores, também levo isso em artigo jurídico, daí porque a consideração é rápida: Polícia em conflito agrário. A polícia só pode intervir em conflito agrário quando há determinação judicial. Sem determinação judicial não há a possibilidade da intervenção da polícia. O desforço imediato a que se refere o art. 1.210 do novo Código Civil. Fala-se ali em própria força.

E com essas considerações me coloco à disposição inclusive para eventuais questionamentos, porque aqui se questiona muito Promotoria Agrária e Vara Agrária. Parece que somos inimigos do latifúndio nesta região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos o Dr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Conflitos Agrários do Ministério Público de Minas Gerais e membro da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo.

Cumprimentamos pela disposição de trabalho, pelo entusiasmo no combate à violência no campo.

Queremos convidar o Deputado Rogério Correia, que é Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, para tomar assento à mesa, ou na bancada onde se encontram os vereadores.

Muito obrigado ao Deputado Rogério Correia, que nos acompanhou também no dia de ontem, quando estivemos trabalhando no Município de Jequitinhonha.

O Sr. Olavo Bernardes Filgueira Filho, que foi Presidente da União de Defesa da Propriedade Rural, a DPR, estava convocado para depor em nome dessa entidade. Fomos informados de que ele não é mais o seu presidente e que o atual presidente não se encontra presente.

Entretanto, ouviremos um representante dos proprietários rurais, pois o objetivo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é realizar um diagnóstico isento, procurando ouvir as partes em conflito para que, no fim, possamos oferecer sugestões importantes no plano administrativo. Assim, o Governo poderá tornar-

se mais eficiente na organização do sistema fundiário brasileiro e, obviamente, com uma visão geral do cenário rural do nosso País, oferecer também propostas no plano legislativo.

Talvez, alterações possam ser promovidas na legislação vigente a fim de agilizar procedimentos para que essa organização do sistema fundiário brasileiro ocorra por meio de uma gestão pública mais competente – certamente, sem se descuidar da questão criminal e penal, já que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem o dever de, eventualmente encontrando ilícitos praticados ou verificando a existência de crimes, indiciar pessoas e remeter a documentação ao Ministério Público Federal para a responsabilização civil e criminal conseqüente.

Portanto, ouviremos hoje, sim, um representante dos proprietários rurais. Na seqüência, todavia, passarei a palavra ao Deputado João Alfredo, Relator desta Comissão, para fazer as perguntas que desejar ao expositor, Dr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira.

Concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Presidente, companheiros de CPMI, Deputados Anselmo e Adão Preto, Sr. Vice-Presidente da Assembléia, Deputado Rogério Correia, Srªs Vereadoras, Srs. Vereadores e demais presentes, antes de fazer a pergunta ao Dr. Afonso Henrique, assim como procedeu V. Exª, Sr. Presidente, destaco a ação da CPMI ontem na Cidade de Jequitinhonha, quando, ao tomarmos os depoimentos acerca da chacina de Felisburgo, imediatamente aprovamos um requerimento da lavra de todos os Parlamentares – foi iniciativa nossa, mas recebeu amplo apoio e acolhimento de todos os membros da CPMI – no sentido de pedir, como V. Exª já fez, e recomendar aos Juízes daquela Comarca que renovassem a prisão preventiva do mandante dos envolvidos, que tiveram sua prisão relaxada naquele caso – principalmente a do Sr. Adriano Chafic. Solicitamos, também, o desaforamento para Belo Horizonte e, também, evidentemente, o apoio da Polícia Federal nos trabalhos e nas diligências que estão sendo realizadas, uma vez que boa parte dos jagunços e pistoleiros, mesmo com prisão preventiva decretada, se encontram ainda foragidos e causando, inclusive, uma insegurança muito grande em toda aquela região.

Ressalto a importância do trabalho do Ministério Público Estadual, principalmente o do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Defesa dos Direitos Humanos, Apoio Comunitário e de Conflitos Agrários no sentido de apurar os casos de violência.

Alguns aspectos realmente chamaram-me a atenção. Primeiramente, V. Sª, Dr. Afonso Henrique, fala que há violência pelo menos em quatro regiões, pelo que entendi: Pontal do Triângulo Mineiro, Noroeste e Norte de Minas Gerais, que é esta região onde estamos, e, mais recentemente, o Vale do Jequitinhonha. V. Sª faz alusão ao DPR, que atua em Ituiutaba e nessa região do Pontal, sediada em Ituiutaba, agindo na região de Pontal do Triângulo Mineiro.

Temos observado que esse problema das milícias armadas é mais grave, mais sério e mais recorrente que nós, à primeira vista, tomávamos conhecimento pelos noticiários da imprensa. O caso da Irmã Dorothy Stang, no Pará, muito claramente, foi obra de um consórcio de fazendeiros na região do oeste do Pará. Sabemos que aquela região do Pará é uma nova fronteira, mas o foco inicial foi o sul do Pará. V. Sª fala em jagunços que teriam vindo do Pará para a região, aqui. Tivemos o caso do Pontal do Paranapanema, onde o fazendeiro foi preso com um arsenal extremamente significativo de armas e onde foi anunciada, inclusive pela imprensa, a formação de milícias armadas. Tínhamos notícias, no Paraná, de um Primeiro Comando Rural (PCR) e, depois, muito recentemente, a Polícia Federal desbaratou uma quadrilha – a palavra é essa mesma –, comandada pelo policial militar Copetti Neves, do Grupo Águia, que, a soldo dos fazendeiros, realizava despejos forçados. Agora, temos notícias desses casos em Minas Gerais.

Um dos objetivos da nossa Comissão é justamente tratar do problema da violência no campo e encontrar soluções para pelo menos diminuí-la. Quanto à questão da impunidade, todos sabemos que ela é motivo também de mais violência. Então, eu queria lhe fazer quatro ou cinco perguntas. E eu pediria que V. Sª anotasse para que pudesse trabalhar mais essa matéria.

A primeira é esta: quais são as outras entidades de proprietários rurais no Estado de Minas Gerais que poderiam estar envolvidas com a violência? Não estamos querendo estigmatizar as associações legítimas da sociedade civil, seja de proprietários, seja de trabalhadores. Na verdade, é um direito consagrado na Constituição Federal, o direito de associação. O que eu pergunto é justamente sobre aquelas associações como a UDPR, cujo estatuto V. Sª inclusive leu, agora há pouco, que prega mesmo a ação violenta – isso está claro lá. Sabemos que o aparelho do Estado foi constituído justamente para acabar com a situação em que o cidadão, por si próprio, faria valer as leis. Alguns chamam isso de monopólio da violência pelo Estado. O Estado é que detém esse monopólio, por meio das Polícias e do aparelho judiciário. Então, quais seriam outras entidades que estão envolvidas, que pregam a violência no campo e que estão armando os fazendeiros, os proprietários rurais?

Segunda pergunta: há uma articulação disso também com o que vi em algumas matérias aqui, o chamado consórcio jurídico? Ou seja, ontem, em Jequitinhonha, tivemos notícia de que fazendeiros da região teriam realizado um leilão para garantir que o Sr. Adriano Chafic pudesse pagar um dos melhores advogados do Estado de Minas Gerais. Nada tenho contra o direito sagrado que é o direito à defesa. Entretanto, no momento em que várias pessoas se juntam para garantir a defesa de quem está acusado por uma chacina, aí nós temos uma associação de proprietários que até chancelam esse tipo de atividade criminosa. Então, há uma articulação entre essas entidades – entidades que eu diria que estão na franja da legalidade, no limite da legalidade, já quase passando, se é que algumas já não passaram, para a ilegalidade.

Terceiro, quem são os jagunços, os pistoleiros da região, de onde vêm? V. Sª falou do Pará. Ontem em Jequitinhonha, falou-se de pistoleiros que viriam do Sul da Bahia. Então, de onde eles vêm efetivamente? Qual é o tipo de armamento utilizado? São armas pesadas, é evidente, pois V. S ª já falou dos explosivos. Mas e o os outros armamentos? Os armamentos de uso exclusivo das Forças Armadas, armamentos de poder letal muito forte, contrabandeados. No caso do Paraná, a numeração das armas apreendidas estava raspada, em outros casos não tinham registro, o que se configuraria, portanto, tráfico internacional de armas, contrabando etc.

Finalmente, acho importante entendermos o papel das polícias nesses episódios. V. Sª citou, em alguns casos, o envolvimento de policiais militares nesses casos, inclusive levando bilhetes ameaçadores aos trabalhadores. Noutros, o senhor elogiou claramente a atuação da Polícia Federal, de forma firme, que, dentro da lei, conseguiu aprender explosivos em uma das propriedades, inclusive aqui na região onde estamos realizando esta audiência pública.

Isso é também é importante. Penso que a polícia – e digo isso porque estou escrevendo um relatório –, a polícia tem um papel fundamental. Ou ela é indutora de mais violência – e em alguns casos vemos isso. A ação da polícia muitas vezes se confunde com a de jagunços e pistoleiros – ou, por outro lado, ela é um elemento importante para coibir a violência: ou quando ela desarma aqueles que estão preparando uma ação ou quando ela consegue fazer ações de reintegração de forma pacífica. Sempre cito o caso – e é bom citarmos porque os bons exemplos devem ser propalados – da polícia do Pontal do Paranapanema, cujo comandante foi elogiado pela UDR e pelo MST, pela capacidade que ele tinha de dialogar com as duas entidades e pela possibilidade que ele tinha de realizar e fazer cumprir as decisões judiciais sem levar à morte ou a mais violência.

Eram essas perguntas que eu queria fazer a V. Exª. Acho importante que toda documentação que V. Sª traz a esta CPMI e que poderá ser de muita valia até para o debate que deveremos fazer sobre a atuação das Varas Agrárias em todo o País.

Eram essas as perguntas que eu gostaria de fazer.

O SR. AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA – Sr. Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Srs. Deputados, formulem as perguntas e o nosso convidado então encerraria com a resposta.

O SR AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA – Da forma como V. Exª conduzir...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Penso que essa é a forma mais eficiente, já que depois ouviremos os demais convidados. Vamos passar a palavra, então, aos Deputados Anselmo e Adão Pretto para que façam suas indagações. Posteriormente, solicitaremos a documentação que V. Sª traz para que a secretaria possa autuá-la a fim de que torne-se parte da documentação oficial desta Comissão.

Concedo-lhe a palavra.

O SR. ANSELMO – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr. Relator, Deputado João Alfredo, meu colega Adão Pretto, Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, Deputado Rogério Correia, Vice-Presidente da Assembléia de Minas, Dr. Afonso, vereadores e demais autoridades aqui presentes, diante da exposição do Dr. Afonso lembrei-me de nossa passagem pelo Pará, pelo Paraná, por Pernambuco e por Minas. Vemos uma realidade quase ... *(falha na gravação)* Lembrei-me de fatos onde a própria polícia está envolvida, onde pessoas do acampamento, do movimento de luta pela terra estão envolvidas. Acabamos ligando todos os lugares por onde passamos; realmente, têm o mesmo retrato. Lembro-me de quanto ouvíamos, lá em Brasília, um coronel da Polícia Militar. Saíram alguns documentos de pessoas do meu Estado, de um acampamento do MST do meu Estado, que estariam envolvidas em crimes no Paraná. Fui até lá. Hoje não é mais um acampamento, mas um assentamento. Durante o processo em que o Incra desapropriou a terra e a estaria passando para o movimento, essas duas pessoas sumiram de lá.

Percebemos que há um momento muito grande no País que tem ligação com todos os Estados, inclusive utilizando a Polícia Civil, a Polícia Militar, utilizando acampados do MST e de outros movimentos para criar essa organização em defesa da terra. Ontem, discutindo em Jequitinhonha, percebemos esses sinais. Vemos

que em cada lugar dá-se um nome. Ontem, falava-se nas tais empresas de crime. Agora, estão falando em quadrilhas armadas. No Paraná, falava-se em milícias armadas. Vemos, no final de tudo, uma finalização. Antes era o UDR; agora, é a tal da UDPR. Percebo que não é algo muito localizado nessa região ou naquele Estado. É uma questão nacional.

Começo a perguntar: alguém que matou foi preso? Foram presos artefatos? De repente, começamos a perceber que essas pessoas estão impunes. Temos uma lei para o desarmamento, mas há hoje pessoas que praticaram crimes, portam armas e estão soltas. Praticaram crimes inafiançáveis e estão soltas. É uma situação muito complicada. O que ouvi no Pará estou ouvindo em todos os lugares. Posso tampar os ouvidos, não preciso ouvir mais ninguém. Vão fazer o mesmo discurso que fizeram lá.

Há uma situação estabelecida em nosso País: a chamada impunidade. As pessoas fazem justiça por conta própria, desafiam as autoridades. Não podemos deixar de mencionar aquela ação da Polícia Federal no Paraná que desbaratou, de fato, as milícias armadas, como foi chamado por lá. Envolveu policiais militares na ativa, da reserva. É uma situação muito grave. Essa realidade merece, Sr. Presidente, que reflitamos a prorrogação – como V. Exª mesmo propôs – desta CPMI. Ela iria vencer agora no meio do ano, mas não dá. Diante de toda a situação que estamos vendo aí, vamos ter que realmente aprofundar mais esse debate aí, porque é uma situação muito complicada mesmo!

E aí eu acho que, diante de toda essa situação, que, para mim, está muito clara hoje, eu só queria perguntar para o Dr. Afonso – porque, após o Dr. Afonso, virão representantes desses setores aí, e eu gostaria de indagá-los melhor –, diante do que eu afirmei, ou seja, que nós passamos por todos esses Estados e vimos esse mesmo discurso que nós estamos ouvindo aqui, se o senhor, que é promotor de Justiça, acha que essa situação se configura realmente como uma organização nacional, onde se faz lei por conta própria, em defesa da propriedade, inclusive envolvendo aí setores da Justiça, como a própria Polícia? O senhor acha que realmente há essa organização hoje?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Deputado Adão Pretto vai formular as perguntas, depois, vamos para o encerramento com o Dr. Afonso Henrique.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente Alvaro Dias, companheiro João Alfredo, Relator da nossa CPMI, meu companheiro Anselmo, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que nos honra, acompanhando os trabalhos desde ontem, nossos vereadores e vereadoras, autoridades aqui presentes, e nosso companheiro Afonso, gostaria de cumprimentar V. Sª pela brilhante explanação que faz, pela sua coragem e dedicação! Não é comum ver uma autoridade do quilate de V. Sª ter essa consciência em defesa de quem realmente luta para sobreviver, brasileiros, como qualquer um de nós, que não têm um lugar de plantar um pé de milho para sustentar sua família, enquanto alguns fazendeiros se dizem donos de milhares de hectares de terra!

Por meio desta CPMI, estivemos no Paraná, como já foi dito aqui pelo Anselmo, e lá ouvimos um fazendeiro que confirmou que ele mesmo era proprietário de 5 milhões de hectares de terra! Não era de 5 mil, mas sim de 5 milhões! Vocês imaginam o que é isso? Uma propriedade do tamanho do País da Suíça, ou mais! Os agricultores sem terra não dizem invadir uma terra, eles fazem questão de dizer ocupar uma terra, porque essa terra que os agricultores ocupam já foi invadida pelos fazendeiros. Eles é que invadiram! O povo, agora, está retomando uma propriedade que deveria ser de todos, e não de alguém que se julga mais esperto, que se apossou de milhares de hectares de terras.

Sempre tenho dito, Sr. Presidente, que uma propriedade com 500 hectares, até 1.000 hectares, temos que respeitar, porque essa propriedade, certamente, custou suor e sacrifício para ser adquirida. Agora, a propriedade daqueles que têm 10 mil, 20 mil, 1 milhão de hectares, não pode ser respeitada, porque essa propriedade não foi comprada, ela foi invadida! Ou vocês acham que alguém pode comprar 10, 20 mil hectares de terra? Se admitirmos que isso foi conseguido trabalhando, estamos chamando 99% do povo brasileiro de vadio, como gostam de dizer: "Os sem-terra não têm terra, porque são vagabundos! Eu tenho terra, porque trabalhei!" Mas bota trabalhar nisso, bota trabalhar nisso, para o cara adquirir até 5 milhões de hectares de terra!

Então, esses agricultores que se organizam e lutam pela reforma agrária são brasileiros que estão numa encruzilhada! Ou vão lutar pela terra, como estão fazendo, ou vão à cidade, em busca de emprego que não existe, correndo o risco de se marginalizar, porque uma família na cidade sem emprego, sem dinheiro, facilmente cai na marginalização. E esses agricultores que estão acampados e enfrentando tudo isso que V. Exª acaba de afirmar, são verdadeiros heróis, são gente de bem, são brasileiros que merecem o nosso respeito. Eles estão ali porque têm dignidade, honradez, porque não querem deixar que suas famílias se percam na periferia das cidades. Portanto, aos agricultores sem terra que aqui estão, parabéns! Vocês são os verdadeiros brasileiros que estão em busca daquilo que foi roubado do povo brasileiro, que é a terra.

Eu não quero me estender, porque ainda há vários outros para depor aqui e nós temos tempo limitado para permanecer nesta cidade. Eu só queria perguntar se, com toda essa luta que V. Sª trava, com toda a violência que existe nesta região – e até a UDR que cometeu centenas de crimes aqui é considerada conservadora, é considerada muito demorada, tendo sido preciso criar uma outra entidade mais radical, a UDPR, que é mais violenta, pois até autoridade já foi assassinada aqui, como aqueles três fiscais que vieram verificar se não tinha trabalho escravo na fazenda, nem esses foram respeitados –, se você não sofreu mais alguma ameaça e não há risco de vida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu peço ao Dr. Afonso Henrique que responda às indagações e já conclua a sua participação.

O SR. AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA – Pois não, Sr. Presidente, vou responder às indagações do nobre Relator, Deputado João Alfredo, sobre quais são as outras entidades.

Bem, Deputado, afirmar categoricamente, de acordo com a responsabilidade e o dever de ofício do Ministério Público, só o fazemos diante de uma apuração feita. Afirmamos e levamos responsavelmente essa pretensão em juízo, como foi o caso da UDPR. Agora, V. Exª mesmo, ontem, ouviu um relato de um sem-terra, falando da possibilidade da existência de outros movimentos aqui no Estado em defesa da propriedade rural. Foi citado Governador Valadares, Montes Claros.

Eu tenho ainda algumas considerações sobre isso. Eu acho que nós precisaríamos desenvolver apurações que fossem realizadas pela Polícia Federal, com a adoção de todas as providências investigatórias para, então, afirmar categoricamente. Há informações nesse sentido que poderiam levar às apurações? Sim. O fato de passarmos por uma apuração não quer dizer que estamos sofrendo um constrangimento. Se nós não temos nada a dever, que nos apurem.

Eu sou tido como defensor dos sem-terra. Apurem que eu vou dizer que eu estou ao lado do mais fraco. Constitucionalmente, eu sou obrigado a estar ao lado dos mais fracos. Promovam apurações contra mim.

Da mesma forma, esses movimentos deveriam se posicionar. Apurem, mas, por determinação desta Comissão ao Ministro da Justiça, deveriam envolver a Policia Federal nessas apurações, porque somos apenas eu, Procurador de Justiça, e mais dois Promotores de Justiça que trabalhamos em conflitos agrários na sua vertente cível e na esfera penal de todo o Estado.

Eu tenho algumas referências, como foram citadas. Acabei de ler aqui um depoimento, uma declaração, mais especificamente, um manifesto de uma sociedade rural em que se afirmava que, mesmo tendo sido apreendidas dinamites e armas, aquilo foi uma arbitrariedade da Polícia. Eu acho que, sem induzir a qualquer conotação de que isso possa ser um movimento relacionado com a prática, isso poderia evidentemente ser esclarecido à sociedade como um todo. A sociedade precisa saber disso. Aqui está: essa foto de jornal foi retirada da filmagem que fiz, nessa mesma fazenda onde o organismo estava aqui na hora que recebeu disparo de arma de fogo, aqui pertinho. Essa foto foi tirada da filmagem que fiz.

Este jornal diz: ruralistas continuarão defendendo a propriedade. Diz aqui que o Presidente da sociedade rural, Sr. Alexandre Viana, que está aqui presente, informou que os ruralistas do Norte vão continuar defendendo as propriedades. Não sei o que significa este "defendendo a propriedade". O Alexandre poderia até, se fosse o caso, esclarecer. O Alexandre Viana considerou que, ao usar homens armados na segurança das propriedades, os fazendeiros estão apenas usando os direitos assegurados em lei.

Não estou questionando a ação do Movimento Paz no Campo, estou apenas respondendo uma indagação de V. Exª, que pode, evidentemente, investigar. Acho que o Sr. Alexandre Viana não tem nenhum óbice a que isso seja investigado, além do MDP, na cidade de Joaíma, que foi citado em depoimento judicial, negado inicialmente pelo fazendeiro, mas que depois ele mesmo disse ser Presidente dessa entidade, do MDP de Joaíma, que é uma cidade muito próxima à Felisburgo. Salvo engano, pelo que foi relatado, teria sido o local onde foi realizado o tal leilão para o suposto pagamento de honorários.

Então, Valadares é uma cidade onde também há informações quanto a esse chamado MDP. Acho que mereceria uma atenção da comissão para que a sociedade possa ser esclarecida quanto a isso.

Volto a consignar o nosso repúdio a essa questão da ação em relação à Polícia Federal de Jequitaí, uma operação que merece o respeito do Ministério Público de Minas Gerais.

Acho que só com esse trabalho, ainda mais com a Federal, pode haver esta resposta, articulação. Lá no Pontal, eu não tenho dúvida de que havia articulação pela UDPR, daí por que a ação nossa é concreta.

A Polícia Federal, sim, porque nisso há tráfico de armas, isso transborda as fronteiras. Na gravação, um, entre aspas, "trabalhador da Fazenda" afirma que as pessoas que estavam ali eram do Pará, transborda as fronteiras do Estado de Minas Gerais.

Quem são os jagunços? Como nós dissemos, no Pontal do Triângulo, basicamente, da região do Triângulo; algumas pessoas que talvez possam vir de

Goiás, porque há uma proximidade ali, é uma região fronteiriça com Goiás. Aqui no Norte de Minas fizemos essa referência ao Estado do Pará, salientando que aqui, sim, denunciamos casos de contratação aqui e de elementos ex-PMs que foram denunciados. No caso de Brasília e de Minas, o fazendeiro estava acompanhado no seu automóvel, com milicianos à paisana, e estavam ali, como disse o IPM, para aferir produtividade das fazendas.

As armas raspadas. Com certeza, se tivéssemos um eficaz cumprimento de um mandado de busca e apreensão, que nós conseguimos aqui na comarca, nas fazendas da região, não a busca e apreensão que foi anunciada aqui pelo Tenente-Coronel Comandante do Batalhão – e Isto aqui estava bem mais cheio que está hoje –, não uma busca e apreensão anunciada, mas uma busca e apreensão feita com as cautelas, como medida assecuratória que é...

Bem, essas ações identificarão o tráfico de armas e a formação, como se fala, Deputado Anselmo, formação de milícias – essa é uma expressão vulgar popular, o nome disso é formação de quadrilha, é formação de bando, segundo preconiza o 288 do Código Penal.

O papel das Polícias, Sr. Relator, é fundamental para o agravamento ou para a solução dos conflitos. Para o agravamento, quando ele é um papel tendencioso, uma ação tendenciosa, uma ação vinculada às práticas delitivas, como ocorre com o tráfico de entorpecentes, qualquer outra parte que é delitiva. Agora, o papel da Polícia no sentido de prevenir isso é fundamental.

Nós, aqui, temos um registro a fazer: que as ponderações e as considerações que tecemos sobre a Polícia Militar de Montes Claros – hoje temos o dever, e o dever ético, de fazê-lo –, com a chegada aqui do Coronel Heli assumindo o 10º Batalhão, nós não tivemos mais relato de violência, relato de uma possível complacência da autoridade policial de segurança ostensiva, que é a Polícia Militar. Então, louvo aqui a atuação do Coronel Heli, pelas informações que me chegam.

Deputado Anselmo, V. Exª fala desse quadro geral de impunidade. Evidentemente, não estamos apenas na região norte de Minas, no Estado de Minas Gerais, nós estamos num País chamado Brasil, e esse Brasil tem muitas coisas comuns, tem esse, nós temos vários brasis, mas temos coisas comuns, e a coisa comum neste País se chama: a praga do latifúndio, essa doença do latifúndio contra o povo brasileiro, e a violência que está ligada ao latifúndio. Nós vamos ouvir aqui hoje o Delegado Regional do Trabalho, cujos fiscais foram mortos e os apontamentos de investigações e denúncias do Ministério Público apontam um mega produtor de feijão da região. A violência no campo, aqui, Adriano, agropecuarista, Adriano, produtor de cacau no sul, latifundiário, ele mesmo se qualifica como latifundiário. Essa questão é nacional. Esta Comissão tem tomado isso, e vejo que essa prorrogação a que os senhores se referem com muita eficiência, dada a necessidade de se apurar isso.

Bem, há um mesmo discurso? Eu acredito que sim. Esse discurso pode ser aferido diante de uma entidade que possa ter o cunho nacional, porque o UDPR (União em Defesa da Propriedade Rural) é de Ituiutaba, é o de Ituiutaba. Nós temos entidades com o cunho nacional, de atuação nacional? Essa entidade, ou essas entidades podem, evidentemente, fazer – podem, não estou afirmando –, podem ou não fazer a articulação. Existem milícias. Existe articulação? Sim. As milícias existem, precisam ser apuradas. Há articulação? Precisamos apurar. Eu encareço aos senhores, Srs. Deputados, que envidem esforços junto ao Ministro da Justiça para que façamos essas apurações.

Envolvimento de policiais. Os senhores estiveram no Estado do Paraná. Isso foi veiculado pela mídia. Um tenente-coronel organizadíssimo para fornecer esse aparato paramilitar, embora ele seja militar, paramilitar, porque está fora da Força pública, em princípio. Vocês estiveram lá.

Nós estamos citando um exemplo aqui de ex-policiais militares presos nessa fazenda Correntes, em Jequitiá, que é a questão que foi trabalhada aqui pelo Delegado Federal.

Nós temos outras situações citadas aqui. Fazendeiro com policial em carro particular fazendo aferição de produtividade. Requisitei aqui vários inquéritos policiais militares. Todos – todos – caminharam para que nenhum desvio de conduta teria sido praticado pelos militares. Quero dizer que eu não tenho atribuição na Justiça Militar. Se tivesse, com certeza o meu posicionamento, diante do que vi aqui, não seria de uma passividade de arquivamento.

Então, para mim, o envolvimento de policiais não ocorre apenas nessa situação. O crime organizado tem a mão da Polícia, porque, para ali chegar a arma, para ali chegar a droga ou tem participação direta ou tem conivência ou omissão. Isso é uma aferição que faço como cidadão.

Deputado Adão Pretto, cinco milhões de hectares; esse sujeito é dono de um pedaço do Planeta terra. Engraçado, fala-se muito em Deus, em Jesus, e compartilho que Jesus foi mais um lutador, uma pessoa que tentou revolucionar aquela situação e foi morto por tentar mudar. Jesus, ou Deus, melhor dizendo, em carne em Jesus, mas Deus com certeza não passou escritura de terra para ninguém. A terra tem uma des-

tinação para a humanidade não só para esta ou para a próxima geração, mas sim para a sobrevivência da humanidade. No meu entendimento, jamais – e compartilho com o senhor – poderíamos ter propriedade acima de mil hectares no Brasil. Não vejo necessidade disso. Acredito que o agronegócio só vai beneficiar determinado empreendedor, destrói o meio ambiente, gera marginalização e expulsão do homem do campo. Os Estados Unidos passaram por isso. Um país que, para mim, não é exemplo de nada, mas alguma coisa podemos tirar, passou por reforma agrária. Em todos os países que passaram por reforma agrária no mundo, cinco milhões de hectares é realmente demais.

A estrutura fundiária é a causadora dos problemas maiores que temos no Brasil, como fome, inchamento das cidades, êxodo rural, sabemos disso tudo, e causadora da violência rural. Quantas questões de ameaça! Posso dizer para os senhores o seguinte: vou me permitir a não trabalhar essas questões aqui, porque, se elas ocorrem ou não – fiquem sabendo –, não arredarei um grau nesse rumo de lutar pela reforma agrária no País, pela justiça social no Brasil. Não arredarei.

E, dentro desse contexto, quero trazer para os senhores, é fundamental a criação de uma justiça agrária neste País. A Vara Agrária de Minas Gerais é tão hostilizada especialmente pela classe produtora, não vamos dizer assim porque na maioria das vezes não produzem nada, tão hostilizada, porque aplica a Constituição Federal. A Vara Agrária é hostilizada porque o juiz, antes de uma audiência, vai ao local dos fatos, como determina o 126 da Constituição Federal, faz uma inspeção, como foi, ao conceder a tutela antecipada no caso da fazenda Nova Alegria, de Adriano, foi lá concedeu os 568 hectares de terras devolutas e foi demarcar. Chegando lá, lavrou aquele auto, de conhecimento dos senhores, da extrema situação de insegurança daqueles trabalhadores que já foram vítimas ao longo dos anos de exclusão social e vítimas por arma, vítimas dessas ações violentas.

Essa Vara Agrária é um exemplo de um País que quer ser digno, para um País que não se compadece com a grilagem, para um país que não se compadece com o uso ou o não-uso da propriedade, o uso especulativo da propriedade. O nosso País é grande, é forte demais para que ele possa produzir alimentos e gerar dignidade para o povo brasileiro. De forma que a Vara Agrária é fundamental neste trabalho, e é constantemente hostilizada. Se os senhores querem um exemplo para que discutam isso em outros Estados, convoquem, convidem o Dr. Renato Luís Dresch, para mim um exemplo de Magistrado correto, de um homem fiel ao pacto social da Constituição, que firmamos em 1988, para que esse homem possa discorrer. Um homem sério, um homem que transpassa dignidade para todos. Agora, evidentemente, quem não cumpre função social, não aguarde proteção possessória pela situação criada, pela situação posta em juízo, porque esse juízo não trabalha com o Código Civil, com o Direito Privado. Ele trabalha com a Constituição Federal, em que temos vários Princípios, como falamos, como a dignidade, a erradicação da pobreza, e diz categoricamente que a propriedade deve cumprir a sua função social, e as emanações da propriedade, como a posse.

De forma que espero, Sr. Presidente – e desculpe-me pela exposição prolongada –, ter respondido e me coloco à disposição de V. Exªs para eventuais esclarecimentos por acaso não prestados.

Vou passar para a Secretaria da Comissão, inclusive por ofício, todos os documentos a que me referi, pois o que relatei está em bases documentais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Dr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira. Mais uma vez, iremos cumprimentá-lo pelo entusiasmo com que procura cumprir o seu dever, como vocação pública, com destemor e competência.

Queremos pedir à Secretaria que promova à autuação dos documentos entregues pelo Dr. Afonso Henrique de Miranda Teixeira.

Convidamos para participar dos trabalhos o Sr. Alexandre Antônio de Miranda Viana, Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros e Vice-Presidente da Federação de Agricultura de Minas Gerais.

Havíamos convocado Olavo Bernardo Filgueira Filho para, em nome da União em Defesa da Propriedade Rural, se pronunciar nesta reunião. Com a sua ausência, estamos convidando, para dar voz aos proprietários rurais do Estado de Minas Gerais, o Sr. Alexandre Antônio de Miranda Viana, que é Presidente da Sociedade Rural de Montes Claros e Vice-Presidente da Federação de Agricultura de Minas Gerais.

O Alexandre inclusive foi citado pelo Dr. Afonso Henrique e terá a oportunidade de prestar os seus esclarecimentos e contribuir com a sua opinião, já que o nosso objetivo é realizar um trabalho isento de qualquer tipo de paixão que possa desvirtuar a realidade dos fatos.

Nós somos apaixonados pela causa pública, mas certamente esta paixão tem o propósito de nos conduzir com entusiasmo na busca dos objetivos maiores que é oferecer uma modesta contribuição, e, neste caso, a organização da estrutura fundiária brasileira, que vitima o nosso povo pela desorganização quase absoluta; que leva tanto os proprietários rurais quanto os trabalhadores sem-terra à angústia, muitas vezes

buscando resolver situações à margem da própria lei, o que combatemos com veemência. E certamente uma gestão pública competente, capaz de organizar a estrutura fundiária deste País, vai restabelecer a ordem, para que a lei seja rigorosamente cumprida por todos.

Com a palavra, para a sua exposição inicial, o Sr. Alexandre Antônio de Miranda Viana. Posteriormente, como é de praxe, serão feitas as perguntas.

O SR. ALEXANDRE ANTÔNIO DE MIRANDA VIANA – Ex.mº Senador Alvaro Dias, Presidente desta Comissão; Ex.mº Deputado João Alfredo, Relator; Deputado Rogério Correia, demais integrantes da Comissão e autoridades aqui presentes, peço desculpas, pois não tenho a eloqüência da oratória, mas procurarei ser objetivo para colaborar com os trabalhos desta Comissão.

Em primeiro lugar, eu gostaria de lembrar que, com relação ao direito de propriedade previsto na Constituição Federal, para a qual o nosso Promotor de Justiça, o Dr. Afonso Henrique, citou o meu nome, continuaremos defendendo-a. Reafirmo: continuaremos defendendo o direto à propriedade, porque está previsto em lei e acreditamos nesse princípio. Esclareço ainda que nós não só manifestamos por meio de nota oficial da Sociedade Rural de Montes Claros, a qual eu presido, face aos acontecimentos da fazenda citada, como também fizemos representação junto ao Ministério Público e ao Ministério da Justiça quanto à ação da Polícia Federal naquele fato, sempre recorrendo ao caminho da lei. Esclareço, ainda, que a Sociedade Rural de Montes Claros toca o Movimento Paz no Campo, exatamente o que o nome diz.

Eu solicitei que fosse trazido o Manifesto do Movimento Paz no Campo – que está chegando às mãos dos senhores – que fala sobre as nossas ações, as quais se restringem estritamente a ações legais na defesa da propriedade. E me coloco sempre à disposição para qualquer esclarecimento de qualquer ação do Movimento Paz no Campo, do qual faço parte. Esclareço, ainda, que esse movimento citado, o DPR, não existe na região Norte mineira. No meu conhecimento, não existe esse movimento aqui.

Quanto ao uso da violência no campo, eu gostaria de solicitar – ou indicar ao Presidente que fizesse essa solicitação – à Polícia Militar de Minas Gerais, ao Terceiro Comando de Polícia de Minas Gerais, as apreensões, os boletins de ocorrência. Infelizmente, eu saí muito rápido para cá e não consegui trazer as cópias dos boletins de ocorrência da Fazenda Sanharó; da Fazenda Santa Fé, no Município de Manga e da Fazenda Calindó, também no Município de Manga. A apreensão de armas, somente nessas fazendas de Manga citadas, ultrapassa o número de cem. Foram solicitados à Polícia Militar de Minas Gerais os boletins de ocorrência dessas apreensões nos acampamentos dos sem-terra.

Então, o uso da violência no campo, aqui citada como Milícias Armadas de Produtores Rurais, é muito relativo. Aliás, fatos isolados como os que aconteceram com o Chafic, essa chacina do Vale do Jequitinhonha, a qual não tem a nossa mínima aprovação, fatos isolados como esse certamente ocorrem por parte de radicais, como aconteceu e toda mídia nacional pôde mostrar, em Pernambuco, agora recentemente, onde um policial foi torturado e morto em acampamento do Movimento Sem-Terra.

Então, são fatos de radicalismo extremo e de situação de violência no campo que nos levaram a criar o Movimento Paz no Campo para combater essa violência no campo. Nós acreditamos nela e defendemos a reforma agrária. Acreditamos que ela possa trazer dignidade ao homem, mas não como está sendo posta hoje, quando R$20 bilhões já foram gastos nesse programa de reforma agrária.

Aqui na nossa região há raras exceções. Diga-se de passagem que essas exceções se traduzem em assentamentos por meio do Programa Para Terra, cujas fazendas foram indicadas e compradas com aquiescência dos trabalhadores que ali iriam trabalhar. Nessas temos alguma produtividade e dignidade. Nas fazendas invadidas e já desapropriadas ou ainda não desapropriadas o que se vê é absoluta miséria e a dependência contínua do Poder Público para receber cestas básicas e continuar recebendo os benefícios, criando-se ali a situação de uma legião de miseráveis, não uma legião de produtividade e de homens que possam ser considerados dignos.

Acho que esse deve ser o objetivo da reforma agrária: trazer o crescimento e o desenvolvimento social. E me preocupa muito quando o Dr. Afonso Henriques, aqui no seu pronunciamento, colocou em dúvida a classe produtora rural de Minas Gerais. Essa classe, por sinal, Sr. Promotor, está fazendo agora a SuperAgro, a maior exposição agropecuária de Minas Gerais, mostrando toda a produção agropecuária do Estado – diga-se de passagem, o agronegócio em Minas é responsável por 40% da economia do Estado. Quarenta por cento do PIB mineiro vem do agronegócio. Essa é a classe produtora de Minas Gerais. É o maior produtor de café do Brasil, é o maior Estado produtor de leite do Brasil, é um Estado que tem o segundo rebanho bovino do País. Essa é a nossa produção, essa é a produção de Minas Gerais, é a produção da qual faço parte.

Tenho uma propriedade de 600 hectares no Município de Manga, juntamente com meu irmão, e temos

80 hectares de banana irrigada, de onde saem 30 toneladas por hectare/ano, produção essa comprovada através de notas fiscais. Geramos 23 empregos, mas, na linguagem do MST, na linguagem da língua operária camponesa, sou um latifundiário. Tenho 600 hectares de terra, em Manga, e 400 hectares de terra, em Janaúba, onde crio gado de corte. Sou o latifundiário que tanto citam. É o homem de 700 hectares de terra que é o latifundiário, que representa essa classe, que forma as milícias para assassinar os trabalhadores, inclusive com o meu retrato em panfletos apócrifos desse movimento.

Acredito na Justiça, me coloco sempre à disposição desta Comissão para esclarecer qualquer coisa que se faça necessária e aproveito a oportunidade para dizer do nosso descontentamento com a Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais, a qual o Dr. Afonso tanto citou, onde os processos se arrastam de maneira lenta e morosa na tentativa de tomar as propriedades do produtor rural.

Temos o exemplo de duas fazendas, aqui próximas, invadidas a mão armada pelo MST, com boletins de ocorrência, lavrados pela polícia, cuja propriedade foi invadida às quatro e meia da manhã. Trata-se de uma fazenda aqui, na Estrada da Produção, do Sr. Franco, fugiu-me o nome da fazenda. Às sete horas da manhã, a Polícia Militar lá estava. "Já não podemos fazer nenhuma ação, segundo informação da Polícia, porque já está invadida". Aí entra no processo de pedido de reintegração de posse. E o produtor que vive daquela atividade é então privado durante um período, passam a consumir o seu rebanho, estragar as suas lavouras, e você demora nessa dita Vara de Conflitos Agrários, tão elogiada, às vezes, dois, três anos para conseguir reaver a sua propriedade. E trago aqui às mãos da Comissão uma fazenda citada aqui na região, cujo processo se arrastou por mais de três anos para que ela fosse reintegrada. Está aqui todo o processo aqui citado. Fazenda Guiné, no Município de Montes Claros.

Não bastasse o fato de citar a violência por parte dos produtores rurais, eu gostaria de citar um artigo de jornal, inclusive de um representante do MST, que aqui se encontra presente, Sr. Cristiano Meireles, que diz: "Vamos envermelhar o norte de Minas. Caso o Incra não aceite as nossas reivindicações, iremos envermelhar o norte de Minas". Está aqui citado em artigo do jornal **Gazeta Norte Mineira**, do dia 16/04/2004, que vou passar também às mãos da Comissão. Tem ainda uma notícia do **Jornal de Notícias**, de 14/11/2003, que diz: "Sem-terra barram polícia em uma das fazendas que tinha ordem judicial para ser reintegrada. Integrantes do Movimento dos Sem Terra com foices, e machados, e outros instrumentos barraram a ação da polícia de reintegração de terra". "Sem-terra dá ultimato ao Incra no norte de Minas", **Jornal Hoje em Dia** do dia 15/04/2004. "Poderão ser invadidas a partir de 1º de maio se não forem desapropriadas ainda neste mês 35 fazendas".

Ora, se nós temos todo o instrumento e o aparato jurídico para se fazer reforma agrária, onde o Incra tem o poder de fiscalizar as propriedades improdutivas e as que não alcançam os índices de produtividade, por que esses movimentos, ditos sociais, querem ditar quais são as fazendas que devem ser desapropriadas na marra, fora da lei? Se há todo um aparato jurídico, se há toda a decisão legal para que essa fazenda possa ser vistoriada e, em não sendo produtiva, ser desapropriada, por que invasão? Essa é a ação ilegal, essa é a ação fora da Lei. Então, nós, enquanto produtores rurais, estaremos sempre, até o último grau, defendendo nossas propriedades, dentro do Direito, dentro da Lei.

E gostaria de encerrar, deixando uma pergunta ao Dr. Afonso Henriques. Meu irmão foi seu aluno num curso preparatório para o Curso de Promotoria, em Belo Horizonte, no Pretorium. E o senhor teria dito, na sala de aula, que um dos dias mais felizes da sua vida foi o dia da ação terrorista que culminou com a destruição das Torres Gêmeas dos Estados Unidos.

Gostaria de deixar a pergunta sobre a sua felicidade quanto a essa ação terrorista.

Obrigado e me coloco à disposição.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Gostaria, primeiramente, de agradecer a todos pela presença, todos os que compareceram para acompanhar os trabalhos desta Comissão. E, em segundo lugar, peço a compreensão para que não façam manifestações, nem de um lado nem de outro, já que o nosso Regimento impede essas manifestações. Mas agradecemos e nos sentimos honrados com a presença de todos os populares e organizações sociais que aqui comparecem para testemunhar o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Queremos agradecer o Sr. Alexandre Antonio Miranda Viana pela exposição,que espontaneamente compareceu para representar o setor produtivo, que estaria ausente desta reunião se ele não comparecesse. Portanto, foi muito importante seu depoimento, e certamente será considerado pelos integrantes dessa Comissão, no momento de analisarmos todas as circunstâncias que envolvem o nosso dever de avaliar a situação do campo no Brasil.

Queremos pedir à Secretaria que autue a documentação, para que se torne uma documentação oficial

desta Comissão e será avaliada pelos seus integrantes, pela Assessoria Técnica, para recolhimento de eventuais subsídios que possam contribuir na elaboração do relatório final.

E vamos proceder da forma como procedemos com o Dr. Afonso, passando a palavra aos Parlamentares, para que façam suas indagações. Peço ao nosso convidado para que anote as perguntas, para que possa depois respondê-las, todas de uma só vez, ao final.

Vamos começar pelo Deputado João Alfredo que é o Relator dessa Comissão.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Alexandre Viana, acho que um fato me chama a atenção. Penso que o senhor teria a oportunidade de nos esclarecer agora nesse momento. Pensava que o senhor iria tratar dele na sua exposição. Vejam, quero pedir aqui sua opinião acerca disso, uma vez que o senhor coordena um movimento chamado "Paz no Campo", cujo manifesto explicativo o senhor já nos entregou. Iria lhe perguntar sobre o Movimento, mas não vou perguntar mais até porque já está tudo aqui.

A paz no campo é um objetivo dessa CPMI, e todas as atitudes e ações que vierem para levar, para trazer ou para resgatar a paz no campo será bem-vinda.

Mas isso me chama a atenção, e quero ouvir de V. Sª o fato de que esse Movimento, que é coordenado pelo senhor, tenha lamentado, em nota pública, a prisão de dois produtores rurais, os Srs. Fernando Rezende Penido e Delfrânio Rezende Penido, que haviam sido presos com ampla munição, inclusive explosivos. Portanto, a apreensão desse arsenal de guerra deveria ser saudada como qualquer outra apreensão. Houve apreensão no acampamento do MST – V. Sª falou. Então, se houve apreensão por parte dos proprietários, todas elas caminham no mesmo sentido, e, ao que me consta, a sociedade ou o Movimento Paz no Campo, dirigido por V. Sª, não protestou contra a apreensão que foi feita nos acampamentos, mas, quando ela foi feita em cima dos proprietários rurais, houve a reação. E isso me parece uma contradição, e acho que essa questão tem que ser colocada. V. Sª disse muito bem: em todos os movimentos há os radicais ou, vamos dizer, há os desvios, mas, no momento em que a sociedade rural de Montes Claros e o Movimento Paz no Campo fazem um protesto contra uma ação correta da polícia de apreensão de armamentos, ela se envolve na defesa de algo que é ilegal e se deslegitima, na minha opinião, mas eu vou ouvir a sua.

Eu fiz questão de mandar pegar, através da nossa assessoria, o auto de apresentação e apreensão e o auto de prisão em flagrante, porque poderia ter havido aí, quem sabe, alguma arbitrariedade, alguma armação, como se diz. Mas não. No auto de apresentação e apreensão – e eu tenho ele aqui em minhas mãos –, uma pistola da marca Taurus, com dois carregadores; 26 cápsulas de munição, calibre 380; uma espingarda tipo cartucheira, marca CBC, calibre 12; sete cartuchos de munição, calibre 12; um revólver marca Charter, calibre 44; 5 cápsulas de munição, calibre 44; 5 cápsulas de munição, calibre 38; 26 artefatos explosivos tipo bomba dinamite; um par de algemas, que seria, vamos dizer, apenas da polícia; um par de algemas para dedos – eu não conhecia isso, confesso a minha ignorância aqui, não sabia que tinha par de algemas para dedos, sabia que tem par de algemas para as mãos –; um *boton* com as inscrições: GAT Operações Especiais, que acredito deve ser da polícia e foi apreendido; uma corda com três metros de comprimento.

Quando eu tenho acesso aqui aos depoimentos que foram tomados, eu vejo, Sr. Alexandre, que a fazenda, primeiro, nunca foi invadida. Portanto, mesmo que admitíssemos que todo esse arsenal fosse utilizado para fazer face aos invasores, a notícia que temos é a de que a fazenda não foi invadida. Temos também aqui um depoimento que me deixou assustado através do terceiro conduzido, o Sr. Carlos Antônio Ferreira da Silva. O que ele diz? Que os artefatos explosivos e incendiários apreendidos, portanto dinamite – não precisa dizer o que é dinamite; todo mundo aqui sabe o que é, aqui, em Montes Claros, em Minas e no Brasil todo –, já estavam no interior do veículo, veículo esse que no outro depoimento pertence à fazenda, uma Nissan Frontier, sendo que seriam utilizados para inibir eventual manifestação dos sem-terra, mas não para machucar alguém. Repito: mas não para machucar alguém. Me espanta, Sr. Alexandre. Eu vejo o seu depoimento tão coerente em defesa dos proprietários, do direito de propriedade, embora o senhor deva saber que a Constituição fala em função social da propriedade. O senhor não tocou nisso, falou da propriedade como direito absoluto, reclamando, inclusive dizendo que há radicais dos dois lados, até com ponderação. Mas me espanta que, num caso como esse, em que se apreende dinamites, em que os integrantes dessa pretensa ação que iria ser realizada e que a Polícia Federal abortou, haja aquela manifestação. A Polícia Federal abortou, essa é a questão, como abortou lá no Paraná, porque tudo aquilo que estava sendo armado lá no Paraná pelo Sr. Copetti Neves era justamente para despejar, de forma violenta, ocupantes da sua fazenda. Dessa fazenda, inclusive, ele não tem o título de propriedade, como comprovamos na audiência. E tudo caminha no sentido de que foi uma área grilada à Embrapa, e a Polícia Federal, a tempo, abortou. A Polícia Federal abortou uma ação que talvez fosse um outro caso Felisburgo,

vamos dizer, talvez até com uma gravidade bem maior, uma vez que estamos tratando aqui de dinamites e explosivos extremamente perigosos.

Então pergunto, claramente, sei que não está nos documentos: Primeiro, como é que senhor justifica... Ou, então, o senhor não tinha conhecimento disto, o senhor não tinha conhecimento de todos esses armamentos, o senhor não tinha conhecimento de que as dinamites, como está no depoimento prestado por um dos jagunços, iam ser utilizadas no acampamento do MST. O senhor era inocente, como se diz lá no Ceará, com relação a isso tudo? Ou, então, a entidade que o senhor dirige defende a violência.

Temos que deixar essa questão bem esclarecida. Ou a sociedade rural Movimento Paz no Campo desconhecia os detalhes de toda a operação que estava sendo armada, como foi confessado aqui por um dos jagunços, para dinamitar um acampamento do MST, e, de boa-fé, como representante dos proprietários rurais, fez a defesa dos proprietários e repudiou a ação da Polícia Federal, ou – aí acho que se isso for verdade o senhor tem que se retratar, a sua entidade tem que se retratar e elogiar a Polícia Federal pela ação – ou a entidade que o senhor dirige prega a violência no campo e fica sem autoridade de falar do MST. Não estou aqui para defender o MST. Se há desvios em qualquer entidade na súmula do MST, eles devem ser apurados, a lei está aí para ser cumprida.

Essa é, para mim, questão fundamental. Há necessidade desse esclarecimento. Se o senhor não tinha conhecimento desses documentos, posso pedir cópias para lhe mandar: o auto de prisão em flagrante delito, o auto de apresentação e apreensão das armas e do resto do material, e o exame em artefatos explosivos. Se o senhor não tinha conhecimento, acho importante tirar uma cópia – peço ao Matos para tirar uma cópia para todos membros da CPMI e para o Sr. Alexandre – para que tome conhecimento do que, efetivamente, aconteceu. Para mim essa é que é a questão fundamental.

Por último, pergunto ao senhor se a entidade que o senhor dirige tem vínculos com UDR nacional – União Democrática Ruralista.

Na ausência do Presidente, vou passar para os Deputados Anselmo e Adão Preto para que da mesma forma como foi feito anteriormente, com o Promotor Afonso Henriques, o senhor anote todos os questionamentos e responda posteriormente a todas as perguntas de uma vez. Aqui o senhor tem uma grande oportunidade para prestar todos esses esclarecimentos. Reservo-me, evidentemente, como sempre o faço, como Relator, para, posteriormente, se for o caso, fazer novas questões.

Concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Alexandre e demais membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito, quero dizer também que, quando V. Sª começou o discurso, até achei que poderia convidá-lo para assumir a luta da Via Campesina como agricultor familiar, já que tem apenas 300 hectares...

O SR. ALEXANDRE ANTONIO MIRANDA VIANA – Setecentos.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – É considerado...

O SR. ALEXANDRE ANTONIO MIRANDA VIANA – Setecentos.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sim, mas em súcia com o seu irmão. Então, isso quer dizer que são pouco mais de 300 hectares. Aí, é considerado um pequeno agricultor. Então, não é pelo tamanho da propriedade que se é alvo de estar no jornal, mas pela postura, pela opção política e ideológica que assume, quando se diz um agricultor familiar, pelo tamanho da propriedade, mas está ao lado de pessoas, como citei anteriormente, proprietárias de cinco milhões de hectares. Aí você se coloca: está de um lado ou está do outro. E isso não se mede pela quantia de hectares de terra que possui, mas, sim, pela opção ideológica.

Pergunto a V. Sª: o que considera armamento? Porque o senhor mesmo falou que os agricultores sem terra bloquearam a passagem da polícia com foice e machado, fortemente armados. Agora, segundo nosso Relator, que faz essas perguntas – e já sabíamos – a entidade, os fazendeiros que são ligados a V. Sª possuem até dinamite, arma de guerra. Então, essa questão de paz no campo considero a paz do cemitério, porque estamos em plena guerra. A nossa mídia, a nossa imprensa divulga a guerra do Iraque, a guerra dos países árabes, e, aqui, no Brasil, temos uma plena guerra, só que, de um lado, estão os trabalhadores lutando pela dignidade de não se marginalizarem, de possuírem um pedaço de terra para matar a fome dos filhos e, de outro, as entidades. Nesses assentamentos que o senhor falou, que é plena miséria, não há, pelo menos, tem nenhuma criança passando fome, não há nenhuma criança fora de sala de aula. Agora, vai ver nas periferias das grandes cidades. Ali, sim, existe fome, existe miséria. E aqueles agricultores desorganizados que trabalham de peões, às vezes, para os fazendeiros, recebendo um salário de fome? Aí, sim, existe fome e miséria, mas, no assentamento, por pior que estejam, não existe fome e miséria. Eles têm, pelo menos, o que comer.

Há essa guerra, onde esses agricultores estão armados, como o senhor disse, com foice e machado, e, do outro lado, gente fortemente armada, que cau-

sa inveja a nossa própria polícia, porque têm armas mais sofisticadas do as da própria polícia. Sustentando esse argumento, eu queria que V. Sª dissesse quantos agricultores foram assassinados nessa luta e quantos fazendeiros. Assim, veremos o tamanho da desigualdade dessa guerra que está travada no campo e que vocês chamam de paz no campo.

O SR. PRESIDENTE (João Alfredo. PT – CE) – Deputado Anselmo, tem algum questionamento.

O SR. ANSELMO (PT – RR) – Vi aqui várias pessoas falando sobre o aferimento de produtividade. E, até então, Sr. Alexandre, quem eu conheço que faz essa aferição é o Incra. E, a todo momento, Vejo – vi isso ontem, presente – a Polícia Militar fazendo essa aferição. Até onde conheço, não sei se a polícia militar pode fazer aferição de produtividade em área. Eu gostaria que o senhor pudesse me responder se há isso mesmo ou não.

O senhor reafirmou a questão da defesa de propriedade. Como essa organização de vocês faz essa defesa? Porque, até então, as defesas que tenho visto já foram ditas aqui, ou seja, na própria lei de defesa de vocês mesmo, com esse monte de armamentos, como já foi dito aqui.

Com relação à questão dos sem-terra armados, eu já vi esse discurso em outros, em todos, os lugares. Eu me lembro ter visto lá no meu Estado várias matérias que colocavam questões como a do Movimento Camponês de Corumbiara, movimento dissidente do massacre de Corumbiara. Saíram várias matérias sobre isso. Havia uma junta de conciliação, no Incra, e o próprio representante chamava o delegado da Polícia Federal, da Polícia Civil e da Polícia Militar para desarmá-los. Mas ele queria também que fossem desarmadas as outras pessoas. Aí o representante da associação não permitiu.

Gostaria de dizer que presenciei o massacre de Corumbiara, em Rondônia, onde morreram 11 pessoas, 9 trabalhadores e 2 policiais. Em El Dourado, dos Carajás morreram 19 trabalhadores. Em Unaí, morreram 4 trabalhadores. Agora, em Felisburgo, morreram 5 trabalhadores. É claro que, quando morrem policiais, são justamente os que são utilizados pelo grande latifúndio para enfrentar os trabalhadores. Em nenhum momento, correram riscos os chamados proprietários dos latifúndios de nosso País. Por que hoje os sem-terra, apesar de estarem tão armadas, não mataram sequer um desses proprietários?

O título "Paz no Campo" vem ao encontro dos desejos da nossa Comissão. Ou seja, é justamente isso que queremos.

Quero ainda reafirmar aquilo que nosso Relator colocou. Ou seja, gostaria, primeiramente, de saber se o senhor não tinha conhecimento dessas informações. Se não tivesse, que corrigisse, num panfleto, aquilo que foi dito contra a Polícia Federal, que desempenhou um grande papel naquele momento. Se sua organização não fizer isso, significa que essa paz no campo será aquela paz que o Adão colocou aqui: é alguém lá no cemitério. Acho que, a partir dessas informações, vocês deveriam retirar aquilo que foi dito contra a Polícia Federal, que realmente fez aquela grande apreensão lá.

Essas são as situações que estão colocadas. Você representa uma organização que tem hoje um grande papel no agronegócio brasileiro – a CNA, em nível nacional, e as Federações da Agricultura nos Estados.

O SR. PRESIDENTE (João Alfredo. PT – CE) – Parece que o Deputado Adão tem mais alguma coisa para completar. Nós ainda temos mais três...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu só queria completar. Eu estava olhando o documento que a Paz no Campo está distribuindo.

Eu queria que me dessem explicações sobre as leis que querem revogar na Assembléia Legislativa – a 13.053 e a 13.064. Que leis são essas?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alfredo. PT – CE) – Terminada a faze das perguntas, da mesma forma que ocorreu na reunião anterior, vamos dar a palavra ao Sr. Alexandre. Queremos explicar que temos sempre a preocupação de ouvir representantes dos trabalhadores, dos proprietários, da Igreja, que tem uma vinculação muito forte e do Poder Público.

O senhor tem agora tempo para responder ás perguntas e se quiser fazer mais algumas considerações finais, fique totalmente á vontade para fazê-las.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO MIRANDA VIANA – Inicialmente, gostaria de fazer algumas colocações a respeito das indagações do Sr. Relator, Deputado João Alfredo, face à nossa manifestação da Fazenda Correntes. Em primeiro lugar, quero colocar que a Polícia Federal nunca fez qualquer atuação referente à invasão de fazenda da região que fosse do nosso conhecimento, com exceção desse fato da fazenda Correntes. Vou procurar esclarecer da melhor forma para deixar bem clara a nossa posição de crítica à atuação da Polícia Federal naquele fato.

A fazenda Correntes é de um empresário de Belo Horizonte. Trata-se de uma fazenda que tem, não sei precisar o número, mas doze ou treze pivôs centrais que trabalham com agricultura. Ela tem reflorestamento, ela tem pecuária de corte e é uma das fazendas produtivas dessa região tão difícil, onde a gente vive com pouco índice pluviométrico, tanto que fazemos parte do Polígono das Secas. E, em frente à fazenda

Correntes, há um acampamento do movimento dos sem-terra, que lá já deve permanecer por mais de dois anos, aguardando que ela seja desapropriada ou até mesmo ameaçando de invasão essa propriedade. Esse acampamento lá permanece, e não sei porque razão o Incra, dentro dos procedimentos legais de então, não faz uma vistoria, de forma definitiva, para averiguar se essa fazenda é ou não é produtiva, dentro dos índices exigidos pela lei, e dá uma solução para o caso. O que colocamos é uma situação mais ou menos assim: como é que você dorme dentro da sua casa, com tranqüilidade, sabendo que, do lado de fora, há um grupo de pessoas pronto a invadir à noite, de dia ou a qualquer hora? E a ação da Polícia Federal, nesse caso, além de ser a única de que temos conhecimento na região, foi feita dentro da propriedade, numa estradinha que atravessa a propriedade, onde fizeram a apreensão de um desses seguranças da fazenda. O proprietário já estava amedrontado com um acampamento dos maiores da região, um acampamento na margem da sua fazenda. Como é que essa pessoa dorme, trabalha com tranqüilidade, sabendo que pode ser invadida a qualquer hora do dia ou da noite?

Então, esse proprietário, naturalmente... Não estou defendendo que ele... O fato de que há algumas pessoas lá, como citado no boletim de ocorrência, armadas, e esses armamentos pesados citados, Deputado, podem ser questionados hoje diante do que anda...

O SR. ANSELMO (PT – RR) – O senhor acha normal dinamite ser usada contra acampamentos?

O SR. ALEXANDRE ANTONIO MIRANDA VIANA – Não acho normal. Acho que todo proprietário rural... Nós, proprietários rurais, ao longo de todo o tempo – sou filho e neto de produtor rural – nunca imaginamos a necessidade de um produtor ficar armado na sua propriedade para se defender de uma invasão. Mas os fatos, como citei no meu pronunciamento, tenho aqui. Tenho boletins de ocorrência citando a invasão do Sr. Franco, aqui próximo, às 4h30 da manhã, por trinta pessoas armadas do MST. Está lavrado no boletim de ocorrência da Polícia Militar. Citei outros casos, em que chegou a haver a apreensão de quase cem armas numa fazenda invadida e não paga. Até hoje, essa fazenda está invadida, em Manga. Há quase três anos, os proprietários não receberam um centavo, o processo não anda e está lá parado, a fazenda Santa Fé em Manga. A Fazenda Calindó também foi invadida por gente armada nessa blitz que a polícia fez.

Então, o que estranhamos e manifestação na ação da Polícia Federal foi o fato de que, entrando numa propriedade, prendeu um segurança, fez com que esse segurança chamasse ao telefone celular a sede da fazenda, como se a fazenda estivesse sendo invadida para, então, fazer com que as pessoas viessem ao seu encontro. Esse fato é que lamentamos. Acho que não há necessidade nenhuma de produtor rural armado, de movimento social armado. Há necessidade, na verdade, é de que o Poder Público ofereça segurança e tranqüilidade para se produzir no campo. Isso é o que eu acho. Deve se ter tranqüilidade para trabalhar. Atividade policial é para a polícia. Atividade de produtor rural ter de se defender contra isso é porque, quando é invadida a propriedade, você recorre à lei. Deveria ser de forma urgente a reintegração de posse, mas isso não ocorre. Na reintegração de posse – está aqui o Promotor presente que pode relatar esses fatos – você recorre e fica um ano, seis meses, um ano, dois anos para ser reintegrado da propriedade. Isso é o que precisa acabar neste País, porque há aqui inclusive proprietário rural, que está presente, que teve sua fazenda invadida, ferindo a lei – foi assinado o ato de desapropriação pelo Presidente da República, porque fazenda invadida não pode ser desapropriada – e ele está aí presente, não recebeu um centavo, nunca recebeu comunicação do Incra, e perdeu a fazenda.

Então, vamos ter de instalar neste país um estado de beligerância, vamos ter de instalar neste País um estado de guerra e demonstrar que quem quer trabalhar e produzir precisa ter segurança. É contra isso que nos manifestamos. Especialmente voltando ao fato da Fazenda Correntes, a nossa manifestação de indignação foi a forma com que a polícia Federal agiu. Agiu entrando na propriedade, sem apresentar mandado de segurança. E as armas ali apreendidas – é bom que se diga isso – as armas apreendidas eram de posse dos seguranças. Não era empresa legalizada de segurança. Os proprietários rurais que conheço aqui na nossa região não têm condições de pagar segurança. Quem tem condições de pagar segurança oficial e legalizada é banco, que tem juros altos e cobra juros de nós todos. Produtor rural não tem condições de bancar segurança da forma que pretende. O que esperamos é que o Poder Público ofereça a garantia e a tranqüilidade do produtor rural.

Então, criticamos foi a maneira como a Polícia Federal agiu, pela primeira vez agindo em questão de conflitos agrários. Que não fizesse a mesma blitz de desarmamento no acampamento em frente à propriedade. Acho que o produtor que está ali merece respeito, porque é um produtor rural, e o Incra tem os instrumentos para fazer a desapropriação da fazenda se ela for considerada improdutiva. Essa é a manifestação da sociedade rural.

E o movimento Paz no Campo, volto a afirmar, não participou de qualquer ação ilegal. Não participa-

mos e não apoiamos ações ilegais. O fato citado foi dessa forma que aqui esclareci.

Quanto às indagações do Deputado Adão Preto, gostaria só de esclarecer que tenho 600 hectares em comum com meu irmão, no Município de Manga. Portanto eu tenho 300 hectares lá e tenho mais 400 hectares em Janaúba. Participo do setor produtivo rural, não faço parte de agricultura familiar, sou o vice-presidente da Federação da Agricultura e me coloco como defensor intransigente da propriedade, independente de ser mil, dez ou cem mil hectares. O que acho é que a propriedade tem que cumprir sua função social, tem que ser produtiva, tem que dar resposta aos ditames da lei, no que a lei exige que seja feito. Mas não acho que se deva proceder – fato esse comunicado inclusiva ao Ministro da Justiça do Governo atual – a vistorias. Aqui temos uma fazenda em Buritizeiro, de um empresário alemão, que produz páprica de pimentão, e uma vistoria da Delegacia do Ministério do Trabalho de Brasília, acho, fazendo vistoria, chegou à propriedade com a Polícia Federal, armados, naturalmente, e fizeram praticamente a invasão da propriedade para vistoriá-la quanto ao cumprimento das leis. Esse fato já foi registrado pela Federação da Agricultura.

Cumprir a função social é fundamental. O que não se pode é torcer os ditames da lei, transformar uma fazenda em outra que esteja descumprindo a função social, descaracterizá-la e desapropriá-las na marra.

Não defendo armas em nenhum caso. Reafirmo: acho que o Poder Público tem que nos dar garantia, embora não esteja dando, como já citei. Defendo a reforma agrária legal, ordeira, dentro dos ditames da lei.

O fato de morrerem produtores rurais é verdade. Sabemos, existem relatos de inúmeros produtores que já morreram, inúmeros trabalhadores que já morreram. Acho isso totalmente lamentável. Se fossem cem de um lado ou vinte do outro, isso já seria lamentável. Acho que morte e violência são lamentáveis em qualquer circunstância.

Naturalmente, respondendo ao Deputado Anselmo, a competência da vistoria da propriedade compete ao Incra. E estamos prontos a acatá-la, feita dentro da norma legal.

O SR. PRESIDENTE (João Alfredo. PT – CE) – Agradecemos a participação, a presença e a fala do Sr. Alexandre Viana, Presidente da Sociedade Rural.

O SR. ALEXANDRE ANTÔNIO DE MIRANDA VIANA – Desculpe Deputado, é sobre as leis, não anotei. As leis que reivindicamos – o Deputado Rogério Correa está aqui – já foram revogadas por inconstitucionalidade. Eram leis que exigiam que comunicassem até ao bispo para que uma reintegração de posse fosse feita. Mas a própria Assembléia, por meio da Comissão de Constituição e Justiça, já reconheceu e revogou essas leis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alfredo. PT – CE) – Muito obrigado, Sr. Alexandre, representante da Sociedade Rural e representando os proprietários rurais.

O SR. (Não identificado) – Eu queria dizer, Sr. Presidente, que quem pode revogar uma lei é o Governo, não é a Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (João Alfredo. PT – CE) – Mas no caso deve ter sido, pelo que falou, uma ação de inconstitucionalidade. Mas esclarecemos depois.

O SR. (Não identificado) – Com as informações que tivemos depois podemos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (João Alfredo. PT – CE) – Vamos fazer um pequeno intervalo, de não mais do que dois minutos para a questão da taquigrafia. Logo em seguida, o Sr. Presidente retoma com o depoimento do Sr. Wilton Soares Ribeiro, que representa a Direção Estadual do Movimento dos Sem Terra.

Então, um pequeno intervalo, em breve voltaremos.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está reaberta a reunião. Vamos prosseguir com os nossos trabalhos. Inicialmente, vamos ouvir o Wilton Soares Ribeiro, que é representante da Direção Estadual do Movimento dos Sem Terra. Mas, antes disso, vamos conceder a palavra ao Deputado Rogério Corrêa, que é segundo vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que deseja rapidamente fazer um pronunciamento, justificando inclusive sua presença aqui, que muito nos honra, aliás, ontem também esteve conosco, representando a Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Com a palavra, então, o Deputado Rogério Corrêa.

O SR. ROGÉRIO CORRÊA – Obrigado Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias. Queria cumprimentar também o Deputado João Alfredo, relator dessa comissão, o Deputado Adão Preto e o Deputado Anselmo. Na verdade, a minha presença, representando a Assembléia Legislativa, além de trazer aqui a nossa palavra, no sentido de que a comissão é muito bemvinda ao Estado da Minas Gerais. Em nome do Presidente da Assembléia quero parabenizar o trabalho que a comissão vem fazendo. Tenho o objetivo também de entregar à comissão o resultado de um fórum técnico que realizamos em 2003 na Assembléia Legislativa sobre a reforma agrária em Minas. Foi um fórum técnico com esse nome: "Reforma Agrária em Minas, Impasses e Perspectivas". Esse é o documento final que realizamos. E esse fórum teve a presença do Incra, do Instituto da Terra, a presença também dos movimentos

sociais organizados. E pudemos fazer um balanço da situação fundiária no Estado de Minas Gerais. E com a reunião que vimos ontem e também de hoje, alguns dados são interessantes serem aqui ressaltados: Na verdade temos em Minas Gerais quatro áreas maiores de conflito agrário. Uma que tivemos ontem, aqui na região do Vale do Jequitinhonha, e recentemente houve aquele massacre em Felisburgo, fruto inclusive dessa Comissão Parlamentar de Inquérito que lá esteve e está apurando. Uma outra área, o Delegado Carlos Calazans está aqui, vai falar disso posteriormente, que é na região noroeste de Minas, onde houve o assassinato dos fiscais do Ministério do Trabalho na cidade de Unaí. E também fruto de muito conflito agrário. Ficou famoso o conflito de Buritis, onde a fazenda do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi uma vez ocupada e outras vezes com ameaça de ocupação, mais como denúncia do movimento dos trabalhadores, mas é uma região também de muito conflito.

Aqui no norte de Minas, onde a comissão tem vindo, tanto em Montes Claros, Jaíba, Manga, há várias ocupações, vários conflitos agrários. O Tim, depois, vai falar a respeito disso, e na região do Triângulo Mineiro. São as quatro regiões mineiras onde o conflito agrário é maior. E exatamente em terras onde existem latifúndios improdutivos, o Incra sempre faz vistoria nessas fazendas, nesses latifúndios. Mas há principalmente o problema das terras devolutas, Sr. Presidente, que, aqui em Minas é grave. O próprio estudo da terra, que é ligado ao governo do Estado, estima que tenhamos em Minas Gerais cerca de onze milhões de hectares de terras devolutas no Estado. Desses onze milhões, quinhentos e cinqüenta mil hectares o Estado conseguiu retomar para si. Geralmente são terras que na década de 70 foram feitas parcerias entre empresas agrícolas e o Estado. E essas empresas passaram a fazer, em especial, plantação de eucalipto, pagando ao Estado em torno de R$ 0,54 ao ano o hectare de eucalipto plantado. E esses contratos prevalecem até hoje. Vários deles terminaram, mas as empresas entram na justiça para não devolver ao Estado essas terras devolutas.

Então, contando isto e mais a grilagem de terra, nós temos a expectativa, aqui, do próprio Iter de 11 milhões de hectares. O Estado conseguiu reaver apenas 550 mil hectares. Tem um milhão e meio que está na Justiça. Eu acho que esta é uma questão que a Comissão poderá nos ajudar. Infelizmente, o Processo é muito moroso e se, nesse um milhão e meio, nós tivéssemos agilizado na Justiça para sabermos se são devolutas de fato, nós teríamos pelo menos a metade dos problemas de falta de terra resolvidos em Minas Gerais. Nós, aqui, temos, aproximadamente, 14 mil famílias que estão debaixo de lona. Para resolvermos esse problema da terra, precisaríamos em torno de 3 milhões de hectares em Minas Gerais. Com certeza, só as terras devolutas, aqui, nos dariam condições de fazermos uma reforma agrária no Estado de Minas Gerais. Esse processo é lento porque falta ao Iter condições financeiras e técnicas para fazer esse término do Estado e falta agilidade na Justiça.

Eu acho que esta CPI, a partir deste Relatório, poderia nos ajudar em muito nessa questão.

Eu quero, então, apenas agradecer a presença de vocês e, este Relatório, em especial ao nosso Relator, Sr. João Alfredo, pode servir para elucidar bastante o problema da terra e da Reforma Agrária em Minas Gerais. Aqui tem se avançado – mas ainda de maneira precária – na questão. E, portanto, deixa esses conflitos.

A Lei que está citada, aqui, pelo Movimento "Paz na Terra" são leis de 1998 e 2000, aprovadas pela Assembléia Legislativa, que evitam que as desocupações sejam feitas de forma violenta. Infelizmente, o Governador Aécio Neves aceitou esta reclamação do Movimento "Paz no Campo" e de outros representantes dos proprietários rurais e enviou um Projeto de Lei para a Assembléia Legislativa, revogando essas leis. Mas, felizmente, a Assembléia ainda não revogou. Tem uma posição nossa do Partido dos Trabalhadores e do PCdoB contrária a essas leis, exatamente porque elas têm evitado que problemas mais agudos possam acontecer no campo. que era o que acontecia antes: a retirada dos trabalhadores sem que ninguém soubesse. As leis visam, simplesmente, coibir que desocupações sejam feitas na marra e à revelia do conhecimento das entidades dos direitos humanos no Estado de Minas Gerais. Nós gostaríamos, inclusive, de solicitar o contrário do Movimento "Paz na Terra". Gostaríamos que a CPI solicitasse ao Governador Aécio Neves a retirada desse Projeto que ele enviou revogando as leis, porque não há consenso disto dentro da Assembléia Legislativa e muito menos no campo, em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se V. Exª me permite, seria importante que nos remetessem as duas Leis para que nós as conhecêssemos.

O SR. ROGÉRIO CORRÊA – Elas estão em anexo, aí, no documento que entreguei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ah, então é a 3.053 e a 3.604, não é?

O SR. ROGÉRIO CORRÊA – Isso. Elas estão aí, em anexo.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Agradecemos a participação do Deputado Rogério

Correia e a sua permanente disposição em colaborar com os trabalhos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. O documento que apresenta é da maior importância porque relata esta possibilidade do Poder Público em reduzir a tensão existente com a desapropriação de áreas disponíveis para o programa de reforma agrária. É por isso que, nessa busca de responsáveis pela situação conflituosa no campo, nós não podemos deixar de afirmar àqueles que responsabilizam os trabalhadores sem-terra, àqueles que responsabilizam os proprietários rurais, mas àqueles que, como eu, responsabilizam o Poder Público que, historicamente, tem sido incompetente na organização da estrutura fundiária brasileira. Se há um responsável maior, o responsável maior é o Poder Público. Eu não me refiro a este ou aquele Governo. Eu estou me referindo ao Poder Público, historicamente, que tem sido incapaz de solucionar o problema agrário brasileiro, apesar das potencialidades extraordinárias do nosso País no campo e o objetivo desta CPI não é outro – é contribuir para que uma gestão pública mais competente possa organizar, de forma mais eficaz, a estrutura fundiária do nosso País, eliminando, definitivamente, a violência que cresce e assusta.

Nós vamos conceder a palavra a Wilton Soares Ribeiro, representante da direção estadual do MST.

O SR. WILTON SOARES RIBEIRO – Senador Alvaro Dias, Deputado João Alfredo, Deputado Anselmo, Deputado Federal Adão Pretto, Deputado Rogério Correia, Vice-Presidente da Assembléia, vereadores aqui presentes, Carlos Calazans, Delegado Regional do Trabalho, nessas pessoas eu cumprimento todas as outras presentes.

Na verdade, para nós, do MST, é uma ação muito importante essa que a CPI tem desenvolvido no Estado. Então, primeiramente, a gente gostaria de parabenizar a Comissão, que está desenvolvendo esse trabalho a nível nacional e que priorizou Minas Gerais, tendo em vista o que vem acontecendo, como o quarto ou quinto Estado onde a CPI está vindo atuar. Isso é importante pra nós, aqui do Estado de Minas Gerais, porque a gente vê pessoas dizendo que existe conflito agrário aqui no norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha e que, no Estado de Minas, depois que o MST chegou é que existe conflito aqui, porque o MST faz ocupação. Mas, pra gente ter idéia da gravidade dos conflitos agrários no Estado de Minas, desde 1960, 1962 que essa questão dos conflitos agrários já vem tendo conseqüências graves. E aqui no norte não é diferente. Em 1984, tivemos o assassinato do Elói Ferreira aqui na região, que até hoje ainda não foi resolvido. Tivemos o assassinato, em 1989, do Donato, também aqui na região, e até hoje nada foi resolvido.

Então, os conflitos agrários aqui, no Estado de Minas, e principalmente aqui na região norte, vêm se arrastando há bastante tempo. Talvez, com a chegada do MST aqui na região, esses conflitos passaram a ter uma visibilidade um pouco maior, mas esses conflitos já existiam há muito tempo aqui na região.

Quanto à origem desses conflitos, acho que o Deputado Rogério Correia, nessa explanação que fez, já começou a deixar um pouco claro. Para se ter uma idéia, nós temos em torno de 11 milhões de hectares de terras devolutas aqui no Estado, e um dado que talvez possa até assustar os membros dessa Comissão é que 62% das terras do vale do Jequitinhonha e do norte de Minas ou são terras devolutas ou têm irregularidades na documentação.

Então, quando o Alexandre, que é da sociedade rural aqui de Montes Claros, coloca que os processos se arrastam, os processos se arrastam porque os proprietários não conseguem nem comprovar a posse da terra! Para o Incra desapropriar uma fazenda, o cara tem que apresentar a documentação. Se o cara tem dificuldade de apresentar a documentação, lógico que o processo vai se arrastar!

Assim, é uma região em que o índice de irregularidade fundiária é muito grande, e acho que a CPI pode exercer um papel muito importante nesse caso. Em Minas Gerais, o Instituto de Terra tem feito um trabalho de catalogação, tentando fazer o mapa territorial do Estado, e acho que esse processo tem que ser acelerado para que a gente possa ter clareza de onde é que estão as terras devolutas. Acho que é importante a CPI levar em consideração este dado: mais da metade das propriedades rurais, das grandes propriedades rurais – é importante colocar isso – da região têm irregularidade na documentação, ou então têm comprovação. Aqui é comum, nos cartórios aqui da região, registro de terra como devoluta. O cara vai lá e registra a terra como devoluta. É devoluta registrada.

Eu queria relembrar o que uma das pessoas anteriormente falou aqui – não me lembro se foi o Dr. Afonso; acho que foi o Deputado Adão Pretto: o que a gente está fazendo hoje é reavendo aquelas terras que foram invadidas por muitos proprietários, como o Adriano, lá em Felisburgo, que está utilizando terra do Estado há sessenta anos sem pagar um centavo por ela e que se diz dono. Eu acho que isso tem que ser levado em consideração.

Nós, em momento algum... E aí acho que é importante a CPI, porque a CPI está investigando não só as milícias armadas, os produtores, mas também está investigando os movimentos sociais, para que possa se comprovar que a principal força de violência no campo hoje é o latifúndio.

Acho que o Deputado Anselmo ou o Deputado Adão Pretto perguntou o seguinte: "Quantos trabalhadores já morreram na história dos conflitos no campo no Brasil? Quantos proprietários já morreram? Quantos policiais já morreram?". Então, a corda sempre quebra do lado mais fraco!

Acho que a Comissão vai apurar a questão de armas no movimento, mas já deve ter sido constatado, em outros Estados e em outras regiões, que, na grande maioria dos casos, isso é montado, e são criadas situações para responsabilizar os movimentos sociais. Na grande maioria dos casos, são criadas essas situações. Acho que essa é uma coisa que tem ser levada em consideração.

Queremos colocar outra questão que é muito específica do norte de Minas. No Vale do Jequitinhonha e em outras regiões do Estado, a gente tem conseguido, via Assembléia Legislativa e outros espaços do Poder Público, construir um relacionamento um pouco mais próximo e de um pouco mais de respeito com a Polícia – e me refiro à Polícia Militar. Há alguns lugares em que a Polícia é omissa, como aconteceu em Felisburgo, onde o massacre ocorreu por omissão do Estado. Temos certeza de que o massacre aconteceu por omissão do Estado. Aqui é diferente. Aqui, em determinados momentos, a Polícia Militar serve de auxílio para os grandes produtores, para defender as propriedades. Recentemente, foi criada na região a Patrulha Rural, que está fazendo segurança privada para as grandes propriedades, ou seja, é o Estado fazendo segurança para os latifúndios. Então, são situações muito complicadas.

Temos, junto com a CPT, um dossiê da história da violência, que também será anexado e que queremos passar para a Comissão para que se possa averiguar. Há casos de torturas absurdas praticadas pela Polícia Militar, de casos em que a polícia avisa ao proprietário que vai lá cumprir o mandado de busca e apreensão ou que demorará 40 ou 50 dias para cumpri-lo. Existe uma conivência muito grande nesse sentido.

Outra questão que queremos colocar é com relação à atuação do Ministério Público. Para nós, o Ministério Público tem exercido seu verdadeiro papel, que é o de proteger e defender o cidadão mais pobre. E o Ministério Público tem feito isso. Para nós, é muito importante a ação que o Ministério tem. Está presente o Dr. Afonso, mas não é só a sua pessoa, mas toda a equipe.

A Vara de Conflitos Agrários tem sido uma oportunidade para diminuir as sentenças sumárias que existiam antigamente. A pessoa entrava com a reintegração de posse meio-dia e, meio-dia e quinze, o juiz já tinha dado a decisão, sem olhar o que estava fazendo. Assim, a Vara de Conflitos Agrários consegue centralizar, porque há um juiz que consegue se especializar, e isso tem sido muito importante.

Nós gostaríamos também de ressaltar o trabalho que a Polícia Federal tem feito na região. A apreensão na fazenda Correntes, com certeza, poderia ter causado um massacre tão grande ou até pior que o de Felisburgo, tendo em vista o poder de fogo que tinham naquela apreensão. Sou do Movimento Rural dos Trabalhadores Sem Terra e aqui falo em seu nome, mas acredito que os outros movimentos que fazem a luta pela reforma agrária também têm seus objetivos e estão fazendo a sua luta. Mas, para nós do MST, o principal problema hoje, aqui na região, é que os fazendeiros estão se armando e têm uma capacidade muito grande de interação com o Poder Público, no caso, a Polícia Militar. Eles conseguem se articular e se desarticular com muita facilidade, porque conseguem informações. Já houve casos de o pessoal começar a montar para fazer uma ação e, de repente, desarticular essa ação, desmobilizar todo mundo, porque sabiam que poderia haver conseqüências maiores.

A questão da violência na sociedade rural. Sou da mesma opinião colocada aqui e compartilhada por outras pessoas de que, no momento em que você declara apoio ou repúdio a uma ação que apreende toda aquela quantidade de armamento, você está assumindo o ônus disso, está assumindo a responsabilidade, sim, de defender a mesma bandeira daquelas pessoas cujas armas foram apreendidas.

Outra questão que acho importante é que existe uma contradição muito grande dentro do que a sociedade rural tem colocado, porque, ao mesmo tempo em que o Alexandre vem aqui e diz que a sociedade rural defende a propriedade produtiva e defende o cumprimento da função social, eles estão brigando por causa da fazenda Sanharó, que deu um índice de produtividade zero! Se a sociedade rural defende a questão da produtividade, tinha que estar batendo palmas para o Governo por desapropriar uma fazenda que nunca produziu nada, que está lá, abandonada. Quando entramos lá, não tinha nada - isso comprovado pelo Incra, que é o órgão responsável para fazer vistoria. Então, existe uma contradição muito grande no que está sendo colocado. Da mesma forma que existe uma contradição muito grande quando o Alexandre diz aqui: "Como é que as pessoas vão ter, o que é que as pessoas vão fazer, a pessoa tem que ficar dentro de casa? O fazendeiro está lá porque é isso, porque é ameaçado, porque corre risco de sua fazenda ser invadida, ou ser ocupada" - como é o caso nosso, do MST. Ele devia estar mais preocupado com o seguinte: o que vamos fazer com as pessoas que estão aqui na cidade

passando fome? O que vamos fazer com as pessoas que estão na periferia, não só aqui da região, mas do Estado inteiro e do Brasil, na miséria? E os índices de produtividade que o Incra leva em consideração são de 1963! Imaginem que a legislação utilizada pelo Incra para medir a produtividade hoje é de 1963. Então, se for atualizar, com certeza, vai ter que levar outras coisas em consideração, que aqui na região existem muito, como, por exemplo, trabalho escravo, trabalho infantil. Tudo isso teria que ser levado em consideração na desapropriação, mas infelizmente, por causa dessa legislação atrasada, não é considerado.

A última questão – para não alongar demais, porque há outras pessoas também para depor – que para nós é extremamente importante que a CPMI esteja averiguando, esteja aprofundando as investigações nesse sentido, é em relação à questão das ameaças. Aqui no Estado de Minas Gerais, temos hoje em torno de 60 pessoas ameaçadas. O Dr. Afonso não quis aqui colocar oficialmente para a CPMI que está sendo, mas todo o mundo sabe que está. O Frei Gilvan, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Belo Horizonte, está. Há vários companheiros nossos do Vale do Jequitinhonha, o Jorge, aqui no norte de Minas, o próprio Cristiano, que é da coordenação, que estão sendo ameaçados. E a nossa preocupação, a nossa grande preocupação é que aconteça aqui em Montes Claros e aqui na região norte a mesma coisa, ou até pior, porque o poder de articulação e o poder econômico dos fazendeiros aqui do norte de Minas são bem maiores do que o poder econômico dos fazendeiros do Vale do Jequitinhonha. Sem contar que existem grandes empresas reflorestadoras aqui que estão utilizando terras devolutas e que acabam contribuindo para que essas pessoas que estão combatendo os trabalhadores, que estão provocando esse clima de violência aqui na região, sejam apoiadas por essas empresas.

Então, para nós, do Movimento, não é só em nível de Estado, não é só o norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha que tem problema de violência. A região de Governador Valadares tem um problema sério. O movimento lá se chama MDP (Movimento Direito à Propriedade), e há um depoimento no processo criminal do Adriano, do cara do MDP dizendo que nós criamos o MDP para combater o MST, com essas palavras. É o depoimento do ex-presidente do Movimento Direito à Propriedade. Então, tem outros problemas.

Lá em Valadares, quem coordena a milícia armada do MDP é um ex-coronel, um coronel reformado da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que se chama Coronel Albino. Ele é o responsável por todas as ações militares do MDP lá na região. Inclusive, ele atua como assessor jurídico e assessor militar, porque ele é advogado. Então, em vários processos lá na região, ele atua como advogado.

Então, para nós, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, é importante que a CPMI avance nos trabalhos, que a CPMI continue investigando, até para poder provar que não é à toa que, na história dos conflitos agrários no Brasil, já morreram 1.380 trabalhadores; desses 1.380, somente 65 crimes foram a julgamento; desses 65, somente quatro foram julgados; desses quatro, só há três, porque o Washington, em Felisburgo, ainda está preso; infelizmente, soltaram o mandante, mas quem o auxiliou a articular está detido.

No mais, parabenizamos a CPMI pela decisão tomada ontem em Jequitinhonha, por meio do novo pedido de prisão preventiva do Adriano e de outras pessoas. Solicitamos, ainda, quando houver elementos suficientes, que ações parecidas com essas sejam tomadas também aqui na região norte e em outros lugares do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Wilton Soares Ribeiro pela sua participação.

Iniciando as indagações, concedo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Penso que também é uma oportunidade – como procedi em relação ao representante dos proprietários rurais – o Sr. Wilton, que representa o MST, falar também sobre o problema da violência, inclusive quanto às acusações relacionadas à própria entidade, o referido Movimento.

Houve referência ao caso de uma apreensão, realizada no acampamento. Não sei se ele declinou o nome. Solicito que o senhor fale acerca desse assunto e da posição do MST com relação à violência no campo e à questão agrária.

A segunda pergunta é sobre esse movimento "Paz no Campo". Como o MST o enxerga e qual a posição do Movimento sobre as leis que o "Paz no Campo" pretende revogar? Não sei se é do conhecimento do Movimento, mas trata-se das Leis nºs 13.053/98 e 13.604/00. É importante ouvirmos também a sua opinião. O movimento "Paz no Campo", ligado à sociedade rural e aos proprietários, quer a revogação dessas leis – foi explicitado pelo Sr. Alexandre Viana. Gostaria de saber a opinião do Movimento acerca dessa questão.

Essas ameaças constituem um assunto preocupante. Há militantes de igrejas e sindicatos, bem como agentes públicos sofrendo ameaças. O senhor sabe de onde partem essas ameaças? Da parte de quem elas vêm? Esse fato foi comunicado aos Governos Estadual e Federal? Alguma providência foi tomada com relação a esse caso?

A última questão é sobre esse MDP, do qual não foi falado na vez do Sr. Procurador – falou-se muito sobre o DPR. Era importante conhecermos o sentido do MDP, que, conforme se explicitou, atua na região de Governador Valadares. Quais são os métodos do MDP? Este tem alguma ligação nacional com a UDR? É bom o senhor anotar as questões, porque outros também farão perguntas.

São esses os questionamentos, Sr. Presidente, que faço neste momento, reservando-me, como sempre ocorre, o direito de apresentar outras perguntas no fim do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Anselmo de Jesus.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Solicito apenas que você me reafirme algumas coisas que já disse. Parece que você afirmou que há problemas em 62% das áreas. Noutro momento, você alegou que a maior parte dessas terras são da União e foram invadidas. A ocupação da qual você participa é realizada nessas terras invadidas da União?

Pergunto também sobre a questão da patrulha rural. Peço que você teça mais detalhes acerca da patrulha rural e também desse Coronel que hoje a comanda.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, cumprimento o nosso companheiro que está defendendo a tese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e ressalto a importância que tem a luta desse movimento, o qual tenho a honra de ter ajudado a criar lá no Rio Grande do Sul, que depois se expandiu pelo Brasil e hoje é um dos maiores movimentos da América Latina e do mundo.

No exterior, o MST já recebeu prêmio de honrarias. O rei da Bélgica, por exemplo, entregou pessoalmente um prêmio para o MST por ser defensor da paz, por ser defensor da vida, por ser defensor da cidadania. Enquanto aqui os violentos chamam o movimento de violento, lá no exterior, o MST recebe prêmio por defender a paz. E não se trata de prêmio entregue por acaso. Realmente se fez uma reflexão. Hoje, no Brasil, não recordo o número exato de assentados. Mas, no Rio Grande do Sul, são mais de 200 mil famílias assentadas. Se essas famílias não tivessem sido assentadas, estariam nas periferias das grandes cidades e a grande maioria delas certamente estaria presa por estar fazendo desordem em busca de comida, por não ter emprego.

Então, esse é o motivo de o movimento ter recebido o prêmio por ser defensor da paz e da cidadania: o assentado não apenas consegue a terra, consegue também a cidadania. “Hoje sou um cidadão, sou proprietário”. Vi muitos colonos dizerem em seus pronunciamentos: “Hoje sou um assentado! Hoje sou um cidadão!” Vejam que a questão da terra é muito profunda.

Eu tive também a honra de, há pouco tempo, estar no México, representando o movimento em um encontro do Partido Socialista. Ali havia gente de 54 países. Nós, do Brasil, éramos quatro. Havia delegação de 54 países, e a platéia era de mais de 2 mil pessoas. Os portugueses apresentaram, um por um, os visitantes, e o povo aplaudia. Quando me apresentaram - “Adão Pretto, do Brasil, representando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” -, o povo ficou de pé e me aplaudiu, porque eu estava representando esse movimento que lá fora é considerado um dos mais importantes do mundo. Esse é o Movimento dos Sem Terra, que aqui no Brasil é rechaçado, massacrado. Infelizmente, são poucas as autoridades que lhe dão a importância que merece.

Portanto, só queria traçar essas palavras e perguntar-lhe duas coisas: como é o trabalho escravo em Minas Gerais? Foram assassinados três fiscais que vieram examinar esse grave episódio. Nós devemos muito para o povo negro, porque cerceamos a liberdade dele, mas hoje não são só os negros que são escravos; é todo o mundo. São os brancos, os italianos, os alemães. Se são pobres ou peões, são mal pagos, e grande parte deles é escrava mesmo. Tanto é verdade que, para os fatos não serem descobertos, tiveram que matar três fiscais que estavam atrás de investigar isso.

A outra pergunta refere-se à questão das armas. Que armas usam o MST? Dizem que estão armados. E aqui o representante do movimento Paz no Campo relatou que as armas do MST são enxada, foice e machado, Isso, para mim, são ferramentas de trabalho, que os trabalhadores, na luta pela terra, usam como símbolo. Ele falou tanto em armamento, tanto em armamento, mas as armas que ele citou foram essas. Eu queria saber se vocês têm outro tipo de arma, ou se você confirma realmente isso que o ruralista falou, que é foice e machado.

O SR. PRESIDENTE (João Alfredo. PT – CE) – Com a palavra o Sr. Wilton Soares Ribeiro, que vai ter a oportunidade não só de responder às perguntas, mas também de fazer suas considerações finais.

O SR. WILTON SOARES RIBEIRO – Gostaria de começar pela questão das acusações contra o MST que o Deputado João Alfredo perguntou e também o Deputado Adão Pretto agora reforça.

Na verdade, como eu disse no início, estou aqui falando pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem

Terra. Queria deixar bem claro para essa Comissão que a área onde foram apreendidas essas armas lá em Manga não é acampamento do MST. Então, acho que a entidade que organizou aquelas famílias que foram para lá deve ser chamada talvez pela Comissão, para que possa também dar suas explicações. Então, essa área, lá em Manga, não é acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Houve uma apreensão que foi feita na fazenda Sanharó, que é um acampamento do Movimento Sem Terra. Essa apreensão foi feita, foram duas espingardas, daquela espingarda de carregar pela boca. Ela foi apreendida na casa de um moço que já morava na fazenda há mais de vinte anos. Quando ocupamos a fazenda, ele já morava lá, e a polícia apreendeu essas armas na cada desse moço. Não foram apreendidas armas no acampamento do Movimento Sem Terra. Então, isso é importante que também fique claro. O que a polícia fez, tendo em vista essa ação da Polícia Militar, que a gente já ressaltou várias vezes? A polícia colocou no boletim de ocorrência que o rapaz que estava com as armas, que eram essas duas ou três espingardas que eles acharam, era do acampamento do MST - porque nós acampamos na fazenda. Mas ele era morador antigo da propriedade. Foram apreendidas as armas na casa dele. Então, isso tem que ficar bem claro.

Acho que o Alexandre - não sei se ele ainda se encontra aí -foi muito feliz quando coloca que as armas que o MST usa são foice, enxada, machado. Machado, inclusive, nem tanto, mas foice e enxada, que são as armas que, para nós, não são armas, são ferramentas de trabalho, que a gente utiliza no trabalho nosso do dia-a-dia. A própria polícia, que foi lá fazer o boletim de ocorrência, que foi lá e que não passou, porque eles não tinham autorização judicial para estarem lá - isso é bom ficar bem claro -, eles relataram isso no boletim de ocorrência: foice, machado, enxada. Essas são nossas ferramentas de trabalho, e inclusive temos muito orgulho de carregar elas, porque é aquilo que simboliza o pouco que ainda resta de trabalhador rural neste País. Então, isso é importante.

A questão da nossa posição em relação à violência, acho que o Deputado Adão Pretto já colocou. O Movimento Sem Terra já recebeu vários prêmios internacionais. Eu inclusive tive uma oportunidade - e isso é importante para a gente entender o que esse movimento faz pelas pessoas: eu sou filho de pedreiro, meu pai é trabalhador rural, saiu da zona rural e foi embora para São Paulo; sou filho de pedreiro e, graças ao Movimento Sem Terra, graças a essa organização, tive a oportunidade de sair do Brasil e ir à Itália, para comparecer a uma atividade do MST, onde participei de um seminário pela paz. O Movimento recebeu um prêmio que é o maior prêmio que a região da Sicília pode oferecer para uma organização social. O prêmio foi oferecido ao Movimento, pela promoção dos direitos humanos e pela promoção da paz que o MST faz aqui no Brasil.

A nossa preocupação com a paz é uma preocupação permanente, da mesma forma que a nossa preocupação com a educação, da mesma forma que a nossa preocupação com a saúde. Inclusive agora, lá em Felisburgo, tivemos uma grande vitória na Superintendência: eles aceitaram colocar uma escola dentro do acampamento Terra Prometida, onde aconteceu o massacre, como resposta ao incêndio que o Adriano Chafic provocou, não só nas residências. Como o Dr. Afonso fez muito bem aqui em frisar, não são barracos, são residências, porque vivemos lá e criamos nossos filhos. Então, conseguimos uma escola lá, em resposta ao incêndio que o Adriano provocou na escola que funcionava dentro daquele acampamento. Então, a nossa preocupação com a paz é muito grande, e a gente tem tentando pregar isso e levar aonde a gente vai todos os dias.

Sobre a nossa preocupação com a sociedade rural, temos uma preocupação, sim, porque todas as pessoas que já fizeram ameaças, que já dispararam tiros contra pessoas – inclusive contra o Paulo, que vai depor nesta CPMI depois; foi muita sorte ele não ter sido atingido –, e várias outras pessoas que sempre passavam lá, na porta da fazenda Canoas, com carro, são pessoas ligadas à Sociedade Rural. Se elas são ligadas à Sociedade Rural, acreditamos que a Sociedade Rural é uma ameaça, com certeza; o movimento Paz no Campo é uma ameaça, com certeza, para a paz aqui na região, para acabar com os conflitos agrários.

Em relação às leis foi perguntado também. Nós somos totalmente contra a revogação dessas leis. O que são essas leis? O Deputado Rogério Correia, que está aí, conhece as leis. Elas visam simplesmente a humanizar um pouco mais o processo de reintegração de posse. Como se dava o processo de reintegração de posse antes dessas leis? A polícia chegava às duas horas da madrugada, colocava fogo no que havia, despejava o pessoal, botava para fora e botava para correr. Essas leis dizem simplesmente o seguinte: “a partir de hoje, para se cumprir a reintegração de posse, a polícia tem de comunicar à Assembléia Legislativa, comunicar à Comissão de Direitos Humanos do Estado, comunicar à Igreja”. É isso. Então, é uma lei que faz com que a reintegração de posse, quando acontece, seja mais humana. Que haja pessoas ali para mostrar, para não acontecer o que o Deputado Adão Pretto conhece e viveu, que foi o despejo da Santa Elmira, no

Rio Grande do Sul, em que a polícia chegou atirando, assim parelha, todo mundo caindo e todo mundo indo para o chão. Para evitar ações desse tipo é que existe essa legislação, que foi criada, aprovada no Governo Itamar. Foi uma decisão muito importante da Assembléia Legislativa, que conseguiu humanizar um pouco mais as ações de reintegração de posse.

Ameaças, foi perguntado por parte de quem elas partem. Existem várias ameaças, de todos os lados. Existem ameaças, por exemplo, como a que foi colocada aqui pelo Ministério Público, em que a polícia manda bilhete, dizendo para o cara: "Olha, rapaz, você está correndo risco". Existem ameaças dos próprios fazendeiros. Existe a ameaça visual, que é aquela ameaça em que o cara fica na porta da fazenda com a espingarda. Quando passa o nosso carro – só temos um carro, então ele é conhecido –, quando o nosso carro passa na porta da fazenda, os caras atiram. Esse tipo de ameaça acontece muito. E existem as ameaças feitas verbalmente, nos corredores. Para grande parte delas, temos boletins de ocorrência que foram lavrados.

Agora, uma coisa que queríamos aqui deixar bem claro para a CPMI é que nós já estamos ficando desanimados de fazer denúncia, porque vamos lá, denunciamos, e não acontece nada. Tornamos a ir lá, tornamos a denunciar, não acontece nada. O Ministério Público cobra das autoridades, não acontece nada. Ninguém faz nada. Então, esse é um problema. O boletim de ocorrência não é feito da forma que tem de ser feito. O cara bota no boletim de ocorrência coisas que não aconteceram, e, depois, ainda não conseguimos tocar o processo.

Para quem são feitas essas ameaças? Isso eu falei. E são pessoas... Quem? Militante social, trabalhadores lá. Os trabalhadores passam, e eles ameaçam. Como sabem quem são os trabalhadores acampados, ameaçam os próprios trabalhadores. Para todo mundo.

Em relação ao MDP, foi um movimento criado em Valadares, articulado com o pessoal do Pontal do Paranapanema e com o Triângulo Mineiro. Segundo as informações que temos – não temos muitas –, é uma dissidência da UDR, porque eles acham que a UDR é muito moderada, da mesma forma que já foi colocado. Então, eles criaram um movimento um pouco mais ativo. Para se ter uma idéia da ação desse movimento, ele era coordenado, pelo menos até a última vez que estive em Governador Valadares, tinha uma influência muito grande desse Coronel Albino, que é um policial, um coronel reformado da Polícia Militar de Minas Gerais, que dá assistência jurídica, mas que já coordenou algumas ações militares na porta do nosso acampamento, na fazenda Eldorado, no vale do rio Doce, e lá em Joaíma, onde nós fomos impedidos de fazer uma caminhada. Até liguei para o Deputado Adão Pretto na época. Os fazendeiros nos impediram de fazer uma caminhada na cidade.

Então, é um movimento do mesmo calibre da UDPR e de vários outros movimentos que há por aí, com participação regional. Não é um movimento de cidade, é um movimento regional que articula fazendeiros de toda a região; inclusive, o leilão ocorrido em Felisburgo foi realizado por esse MDP e os recursos arrecadados foram destinados a auxiliar nas custas do processo do Sr. Adriano. Esse fato tornou-se público e notório para todos da Cidade de Joaíma.

O Deputado Anselmo de Jesus pergunta em relação às terras públicas. Expus que existem levantamentos feitos pelo próprio Instituto de Terra no sentido de que 62% das terras do Norte de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha são de origem irregular, ou seja, há suspeitas de irregularidades na documentação. Ou são terras públicas – como no caso, principalmente, daquelas de arrendamento para o plantio de eucalipto, além de outras grandes áreas que o Estado de Minas Gerais possui na região – ou trata-se de terras utilizadas hoje por muitos produtores que não conseguem comprovar a propriedade da fazenda do ponto de vista dominial. Desse modo, quando vai fazer o levantamento da cadeia dominial da propriedade, a pessoa não sabe dizer de quem a comprou nem possui documento de transferência em virtude de irregularidade na transação. Essas fazendas estão sendo utilizadas pelos fazendeiros.

Então, estamos ocupando essas áreas e elas estão voltando para o povo, ou seja, para quem realmente é proprietário. Há 50, 60, 70 ou 80 anos, tais terras foram invadidas por muitos fazendeiros – talvez não os que estejam aqui hoje, mas seus pais e avós. O Deputado Adão Preto afirmou algo muito sério: ninguém consegue obter tantas terras trabalhando. Se assim o fosse, já seriam donas de muita terra as pessoas que estão no acampamento e que, há cerca de 60 ou 70 anos, trabalham para outros. Sou capaz de apostar que não existe nenhum fazendeiro nesta sala, no Município de Montes Claros ou no Brasil que trabalhe mais do que qualquer trabalhador que está num dos nossos acampamentos.

Há vários acampamentos na região. Só há uma área neste local em relação à qual existe ação judicial para ser desocupada. De 11 áreas, em 10 delas, estamos lá porque a Justiça não julgou o processo e este ainda está tramitando. Só há ação de despejo referente à área de Coração de Jesus. Desse modo, não adianta dizer que estamos descumprindo a lei. Estamos naqueles locais, porque a lei ainda não mandou

que os desocupássemos. Somos cidadãos brasileiros e temos direito de ingressar com recurso e de agravar as decisões necessárias.

A patrulha rural foi criada agora mesmo aqui na região. Ela veio para cá e é da Polícia Militar. Trata-se de uma camionete cuja tarefa é circular nas propriedades onde se imagina haver conflito. Fica-se próximo à fazenda, vigiando para cima e para baixo. Inclusive, foi essa patrulha rural que, recentemente, queria entrar num acampamento nosso sem liminar nem qualquer autorização judicial. Ela chegou lá, dizendo que entraria e pronto.

Sobre o Coronel Albino, então, já falei. Concordo com a avaliação feita pelo Deputado Adão Preto e agradeço por haver pessoas que têm essa opinião sobre o Movimento.

No que tange à questão do trabalho escravo, o Sr. Carlos Calazans, como é Delegado Regional do Trabalho, aprofundará mais esse assunto. Nesta região, o principal espaço de trabalho escravo está relacionado à cultura de eucaliptos, ou seja às carvoeiras. Mais do que escravo, o trabalho é desumano.

O triste é saber que existem projetos para expandir o plantio de eucaliptos na região, o que é um absurdo. Em nossa região, já existe a maior floresta contínua de eucalipto do mundo e grande parte dessa área está em fase de desertificação. O Sr. Carlos Dayrell, do CAA, vem acompanhando essa discussão sobre o eucalipto há bem mais tempo. Conseguimos entender que o eucalipto tem acabado economicamente e sobretudo socialmente com as famílias e com o povo desta região.

Não sei se ainda há perguntas. Já falei sobre as armas quando da resposta à pergunta formulada pelo Deputado Adão Preto.

Para encerrar, ações como esta da CPMI são importantes para que a gente possa mostrar para o Brasil uma realidade que é conhecida por poucos. Muita gente acha que conflito no campo é somente no Norte, no Pará, em Rondônia, em outros Estados. É importante a presença da CPMI para ver que violência no campo existe em todas as pontas deste País e que, nesta região, se não tiver uma ação concreta do Estado e dos órgãos responsáveis, a gente pode estar prestes a ter problemas e a ter massacres aqui parecidos com os de Felisburgo e de Eldorado dos Carajás.

Então, agradeço pela oportunidade de estar depondo nesta CPMI e me coloco à disposição para qualquer uma outra atividade. A gente tenta dar a nossa contribuição para poder averiguar tudo aquilo que precisa em relação à violência no campo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Wilton Soares Ribeiro, representante do MST.

Vamos ouvir o Paulo Roberto Faccion, representante da Comissão Pastoral da Terra. Peço ao Paulo Roberto que faça sua exposição inicial, para depois ouvir as indagações dos Parlamentares presentes. Desde já, muito obrigado ao Paulo Roberto pela presença. Esteja à vontade para a sua exposição.

O SR. PAULO ROBERTO FACCION – Eu queria cumprimentar o Excelentíssimo Senador Alvaro Dias, os Deputados João Alfredo, Anselmo, Adão Pretto e Rogério Correia, o Dr. Afonso – não sei se ele se encontra -, Delegado Regional de Minas Gerais, Carlinhos Calazans, senhoras e senhores presentes, trabalhadoras e trabalhadores, outras autoridades, Vereadores.

Para nós, da Comissão Pastoral da Terra, as chacinas como a de Unaí e de Felisburgo, o assassinato de Irmã Dorothy e os atentados de que se vêm falando, como o de Canoas, vêm escancarar para a sociedade brasileira – e para os que ainda teimam em não querer ver – a realidade da violência no campo do Brasil. Essas coisas somente vêm clarear e mostrar.

No **Caderno de Conflitos** da CPT, temos alguns dossiês de Minas Gerais – e vamos deixar o **Caderno de Conflitos** da CPT, que é uma publicação nacional nas mãos da CPMI, para mostrar isso. Na edição deste ano, mostramos 1801 conflitos no Brasil. Aponta-se aqui: é o maior número desde vinte anos de pesquisas. Então, a gente vem olhando o número de conflitos e o que vem acontecendo, envolvendo 1.083.232 pessoas, inferior somente ao ano de 2003 e 1998. E há vários outros dados que poderão ser analisados depois. É um caderno público.

Quando se aborda a questão agrária, a gente tem de entender que não podemos falar, neste País, em democracia enquanto não democratizarmos as terras neste País e enquanto não acabarmos com o maior empecilho que se chama impunidade. Uma das grandes coisas na reforma agrária é a questão da impunidade. E, aqui, foram relatados casos em que as pessoas envolvidas estão andando livremente nas ruas. Neste País, somente vai presa a trilogia do "p": o preto, o pobre e a prostituta. Infelizmente, é isso. Então, a certeza dessa impunidade é que faz com que a instituição latifúndio se mantenha arcaica, prepotente, dona de si, com a certeza de que vai ficar impune e de que nada vai lhe acontecer. Esse é o maior problema que a gente vê, tamanhas são as atrocidades cometidas em todo o Brasil. O norte de Minas Gerais não vai fugir a essa regra. Isso acontece com a grande conivência, muitas vezes, do Poder Judiciário e do poder de Estado, por intermédio da Polícia.

Quando a gente vê a reação do Movimento Paz no Campo, da sociedade rural, aqui, toda nervosa, é até natural, porque o que se via, há algum tempo, eram essas atrocidades acontecerem e tudo ficar normal. Então, quando isso começa a vir à tona, quando começa a haver uma reação, foge ao normal. Eles não estão acostumados com isso. Eles não estão acostumados a ver – um pouquinho - a lei querer chegar perto, tamanha a impunidade que reina ainda hoje. Quando se faz uma pressão, é normal ter toda essa reação, a ponto de a gente ver a defesa. O Movimento Paz no Campo, que tem uma pombinha, levar uma nota para vinte, vinte e cinco, trinta anos. Essas empresas arrebentaram o cerrado, causaram um desastre ecológico. São responsáveis por grande parte das denúncias, como já foi dito, de exploração de trabalhadores, de trabalho escravo. A CPT, aqui do Norte, já fez tantas denúncias que a questão já resultou em um CPI do Trabalho Escravo na Assembléia de Minas Gerais, no passado. Muitas coisas foram constatadas. Recentemente, a polícia tornou a libertar mais alguns responsáveis pelo trabalho escravo. Estivemos com a Polícia Federal. Infelizmente, nessas coisas sempre está envolvida a Polícia Federal. Nunca ouvimos falar da Polícia Militar. Recentemente, libertaram mais alguns trabalhadores, no final do ano, no Norte de Minas.

A história é essa. Atualmente, esses contratos estão vencendo ou estão vencidos. Essas empresas se negam a devolver essas terras. Há alguns movimentos querendo recuperar e utilizar as terras para fazer um trabalho agro-ecológico, um trabalho de recuperação de matas ciliares, de nascente, de utilização para reservas e reforma agrária. Há toda uma ação, principalmente por parte do Governo do Estado. S. Exª tenta, até por meio de algumas medidas, dar legalidade a essas terras. Não podemos deixar de citar o Governo Aécio Neves e sua polícia militar. É estranho que no Governo anterior ao de Aécio Neves a polícia militar não tenha tido tanta atuação junto ao latifúndio nessas atrocidades cometidas. Ela teve uma posição mais imparcial. Não estamos pedindo à polícia para ser parcial, para ficar do lado dos sem-terra; estamos querendo que a polícia exerça o seu papel. No Governo anterior tivemos isso. É o que, às vezes, a sociedade rural não gosta. A história do nosso País passa pela conivência e pela ação da polícia juntamente com o latifúndio e com os pistoleiros. O companheiro que veio do Pará estava contando. Morei uns anos no Pará e conheço bem a situação. Trabalhei na CPT uns bons anos. Sei das atrocidades, da conivência da ação do Estado juntamente com pistoleiros, com a polícia. Lembro-me do Sul do Pará, de Conceição do Araguaia, onde morei. É inclusive estranho. Há dez dias recebi um *e-mail*, do Sul do Pará, sobre pessoas com mandado de prisão que não foram presas. Lembro-me de um dos nomes, pois recebi o *e-mail* há três dias. Um dos nomes é Nelito Cardoso. É procurado pela Justiça do Pará. Se não me falhe a memória, é irmão de Nilton Cardoso, de Minas Gerais. Muito depois de ser procurado pela Justiça, já foi fotografado por jornais do Estado de Minas ao lado do Governador de Minas Gerais à época.

A impunidade, a certeza dessa inação da polícia, juntamente com ações do poder, nos levam ao descrédito. Sabemos que dentro da Justiça temos companheiros firmes, lutadores. Falo do Dr. Afonso Henriques e de outros mais que têm se desdobrado. No entanto, no conjunto, o que vemos é isso.

Falarei sobre a questão da patrulha rural. A informação que temos – e cabe ser apurada porque está até na imprensa – é que o carro da polícia rural foi financiando pela Sociedade Rural. De repente, como é que vamos querer que essa polícia, na hora de fazer o patrulhamento, haja com isenção se quem ofereceu o carro foi o latifúndio. Tudo isso vai levando o cidadão a uma descrença.

Sobre a questão das terras devolutas é preciso que se dê uma olhada. Não tenho informações, mas na década de 70, na década de 80, por meio do próprio Senado, houve uma legalização de cerca de 700 mil hectares de terra para as empresas reflorestadoras. Era preciso fazer uma revisão da alienação dessas terras, na década de 60, 70, na época da Ditadura. Grande parte dessas terras está gerando conflitos.

A questão do Gorotubas, da patrulha rural. Quando houve a ocupação dos quilombolas gorotubanos, o carro da patrulha rural, com o policial e os fazendeiros dentro, entrou sem mandado. Bateram com o carro, arrebentaram a porteira. Entraram para tentar tirar os ocupantes na marra. É com isso que o latifúndio está acostumado, e isso vem do passado. Então, quer dizer, essas ações, hoje, são normais. Entendo ver a Sociedade Rural, hoje, nervosa, porque o costume que ela tem é de ter a conivência do Estado ao seu lado. Se, em determinado momento, está tendo mecanismo, a sociedade está mais sabida, mais organizada e tem cobrado mais; eles vão se rebelar e vão bater contra isso. Quer dizer, ao lado dos Gorutubanos, tem uma comunidade ali conhecida por todos de Pulus, ali é conhecido como uma comunidade onde todos os refugiados e bandidagem entram, vão morar ali e ficam escondidas ali e esses elementos são usados como pistoleiros nessa região. É preciso que seja apurado isso. A polícia já sabe disso! a sociedade toda lá já sabe disso! E, no entanto, temos essas acusações de que Pulus é uma comunidade onde só moram bandidos que estão lá refugiados e que são usados pelas

ações paramilitares. Inclusive lá nos Gorutubanos, o grande medo é ali próximo dessa questão dos Pulus e das ameaças que eles estão recebendo.

Não vou citar outras comunidades porque o companheiro já citou aqui. Não vou ficar repetindo o Sanharó ou Vanca, com o caso da tortura do Eliezer, e essas questões todas que já foram faladas aqui. Contudo, Vargem Grande ainda faltou, que é lá no município de Indaiabira, Fazenda São Miguel, onde a empresa do Grupo Sidersa tem atuado.

Os pistoleiros Totinha e Lucão, que atentaram a tiros contra uma liderança dos trabalhadores assentados hoje, no município de Indaiabira, que moram em Taiobeiras, têm endereço – aquele que sofreu o atentado sabe e falou para a polícia. No registro de ocorrência, a polícia não fala que foi um atentado; ela fala de uma possível perseguição. Não consta na ocorrência que foi atentado, que foram disparados tiros lá dentro do bar, onde ele estava, na cidade onde o cara conseguiu se safar. Quer dizer, então você vê todo esse processo da conivência.

Eu acho que poderia, se a gente for falar disso, ficar aqui por dois ou três dias nesse processo.

Tem uma carta de Porteirinha, que gostaria que vocês entregassem, todos aí, que é uma carta do movimento. Vários trabalhadores soltaram essa carta, agora, recentemente, e ela serve para ilustrar um pouco essa questão das terras devolutas.

Vocês podem ter certeza de uma coisa: se aqui na esquina acontecer uma batida de carros e solicitarmos, pelo 190, uma ocorrência policial, a polícia não vem registrar a sua ocorrência. E uma ocorrência policial, numa ocupação de terra, para gerar uma ação de reintegração de posse, no máximo, em duas horas, a polícia vai, a não sei quantos quilômetros da cidade, e registra o boletim de ocorrência. E, se você tiver uma batida de carro aqui na esquina e precisar de uma ocorrência policial, você não consegue a sua ocorrência.

Então, quer dizer, nós não podemos falar disso tudo, sem dizer que houve uma mudança – e uma mudança drástica – no Governo Aécio Neves quanto à condução a Polícia Militar nas questões de conflito agrário. Então, essa coisa não acontece por si só: não é o policial, não é um comandozinho aqui ou acolá; essa coisa é maquinada, ela está dentro de uma estrutura que, conforme as mudanças, ela pode ser mais ou menos. E, com certeza, os conflitos, nestes dois últimos anos, se acirraram; a violência da polícia está maior; a conivência na ação da polícia com essa questão agrária está muito mais intensificada do que um período atrás. Ela se intensificou; ela está retornando um pouco ao patamar anterior.

Eu acho que para nós da CPT são essas as questões. A gente teria que frisar todo o conflito. As coisas já foram relacionadas aqui, mas essa certeza da impunidade é interessante.

Só gostaria de lembrar mais alguma coisa. O Sr. Alexandre Viana falou aqui dos R$20 bilhões destinados à Reforma Agrária. Mas a sociedade não fala dos R$14 bilhões, ano passado, que foram destinados à questão aí do agronegócio. Eles não falam da diferença do recurso que é para o Ministério do Agronegócio, da Agricultura, e do que vai para o MDA, da Reforma Agrária. Não se fala que essa história da seca do Norte de Minas foi usada para arrancar dinheiro da Sudene, da Codevasf, desses projetos governamentais que a sociedade rica "mamou" nesses recursos. Eles não falam nesses recursos que vão para eles, porque, se eles falarem nesses R$20 milhões, verão que esses R$20 milhões são pouco perto do que essa Sociedade Rural já teve acesso nessa História do Brasil.

É claro que a gente, na hora em que senta aqui, é cordeiro; nós vamos ter até na nossa organização uma pombinha como símbolo da paz. Não tenho prova, não posso acusar, mas quando vejo um movimento com um distintivo de paz no campo, um movimento que quer pregar a paz e que, em uma apreensão global e gloriosa que merece os nossos aplausos, por parte da Polícia Federal, onde aconteceu aquilo... Uma pessoa defender aquilo... Posso não ter provas, mas eu não tenho dúvida nenhuma do porquê essas pessoas têm essas instituições criadas e o que elas estão querendo. Não tenho dúvida nenhuma. E o povo, esse povo pobre, ele também não tem dúvida. Se alguém tiver dúvida, vai ser o Poder Público; vão ser as autoridades, porque nós não temos dúvida nenhuma do porquê essas organizações estão sendo criadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Paulo Roberto.

Passamos a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Presidente, eu teria apenas duas perguntas, até porque vários aspectos já foram abordados pelos depoentes anteriores, a fazer aqui ao Paulo Roberto. Primeiro, se ele poderia fazer um relato do que realmente aconteceu no dia 7 de junho de 2004. É um relato grave quando a informação que a gente teve é a de que ele estava presente, visitando um acampamento de integrante do MST, quando houve um atentado. Assim, gostaria de pedir a ele que dissesse como isso se deu e qual foi a conseqüência disso.

A segunda questão é que, tendo lido rapidamente a carta de Porteirinha, dos vários aspectos levantados

aqui, um me chamou a atenção e acho que era importante a sua consideração até para entendermos melhor. Acho que é uma característica dessa região – Sul da Bahia, do Espírito Santo – o problema da monocultura de eucalipto. Quer dizer, o impacto social, o impacto ambiental, o impacto econômico dessa atividade hoje na questão fundiária brasileira.

Faço essas duas perguntas, Sr. Presidente, para podermos, então, em seguida ouvir a intervenção sobre o trabalho escravo, que efetivamente vai ser de responsabilidade do Dr. Carlos Calazans.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Só queria parabenizá-lo pela belíssima exposição. E eu diria que realmente foi uma reafirmação de tudo aquilo que nós já tínhamos dito antes, de tudo aquilo que já vimos por esses Estados onde andamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Porque nós estamos com pressa.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu só queria também cumprimentar o nosso companheiro da CPT e dizer da competência que tem esse trabalho da entidade em defesa dos trabalhadores que não têm voz muitas vezes. E me chamou a atenção quando nos faz lembrar de que muitos episódios a gente nem denuncia, porque tem tanta coisa acontecendo que a gente diz: "ah, isso aqui é mais uma denuncia". Então, é para se ver a diferença dessa luta. Nós não demos motivos para eles nos criticarem.

Só lembrando um episódio. Lá no Rio Grande, no ano de 1988 ou 1989, não me lembro, houve um conflito em uma praça na frente do Palácio, quando o povo fazia um protesto reivindicando a reforma agrária. E aí foram despejados pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul com tanta violência que até um motorista da Sadia, que fazia entrega de frango nos restaurantes da área, teve um braço fraturado, só porque era parecido com um colono.

Então, quem se parecia com um agricultor foi espancado na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Nesse conflito todo, um policial foi assassinado. Então, eles usam isso até hoje, como um episódio violento. Agora, em Goiás, num conflito, um rapaz foi assassinado com um tiro na testa. Eles fizeram um carnaval com a morte daquele coitado daquele rapaz. E já tem denúncias comprovando que a bala partiu do revólver do tio dele. Foram eles mesmos que se balearam, e a culpa ficou com o MST.

Então, vejam que, às vezes, presenciamos episódios que nem são denunciados porque são muitos os casos e eles ficam se apegando em casos que eles mesmos fazem para nos atacarem.

Eu falei ontem, lá no Vale do Jequitinhonha, onde estávamos, e gostaria de repetir aqui. A nossa CPMI esteve no Pará, dias atrás, e fomos recebidos com tanto radicalismo que, na cidade de Altamira, a Polícia Federal teve que fazer um corredor polonês para podermos chegar até a Câmara de Vereadores, para não termos um contato direto com os fazendeiros que nos estavam ameaçando.

No gabinete do Presidente da Câmara, fomos praticamente forçados a receber uma comissão deles para nos entregar um documento. E, em relação ao documento, até o Deputado João Alfredo disse que teria que ser modificado, porque, senão, nós não o receberíamos. Aí eles escreveram um outro, porque naquele original dizia o seguinte: "Que a Irmã Dorothy foi assassinada em legítima defesa". Uma senhora de 73 anos de idade, cuja arma eram as Sagradas Escrituras, segundo os fazendeiros, foi assassinada em legítima defesa.

Então, podíamos ficar aqui o dia todo comentando essas coisas, esses fatos, e um fato vai puxando outro, mas para aproveitar o tempo, só queria que você falasse um pouco, já que é conhecedor, desse episódio do assassinato dos três fiscais e do motorista.

A outra pergunta é sobre como você vê o índice de produtividade que temos para fins de reforma agrária e que o Governo Lula agora está a fim de mudar.

Qual é a reação que estamos tendo aqui em Minas Gerais e como o CPT vê isso?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Sr. Paulo Roberto.

O SR. PAULO ROBERTO FACCION – Em relação aos atentados em Canoas, o que posso dizer é que já vínhamos, há muitos anos, denunciando. Com o Renato de Canoas são vários atentados, várias tentativas desde antes da ocupação, quando as pessoas estavam pacificamente na beira da estrada. Começou com a tentativa de assassinato daquele trabalhador que levou os tiros, com a queima dos barracos já relatada aqui. Depois da ocupação dos Sem-Terra, houve a tentativa de entrar à força. Nesse dia eu estava numa reunião, num dia de sábado, em Canoas, quando eles tentaram entrar a força, mas a organização dos trabalhadores não permitiu que entrassem lá, e alguns tiros foram dados em direção ao assentamento. Todas essas denúncias foram feitas.

Canoas é uma Fazenda há alguns quilômetros antes da Sanharó, pertencente ou reivindicada pela mesma família, e você passa em frente à sede na rodovia de asfalto, há alguns metros dela. E ali se tornou uma espécie de guarita de bandidagem, com pessoal armado – e isso eu falo sem nenhuma sombra de dúvida, porque presenciei, vi. Inclusive, no dia do atentado, e denunciamos várias vezes, foi comprovado e filmado, e pudemos vir aqui por essa questão.

O atentado foi o seguinte: Nós estávamos na CPT a pedido da Fian, uma organização internacional que estava fazendo um trabalho até ligado à ONU, para fazer algumas investigações sobre a questão agrária no Brasil, não só em Minas. Ela esteve no Brasil e em vários países, com alguma comissão que depois eles se encontraram, todos eles, em Brasília, e pediram para vir em Minas Gerais para ver duas questões. Ela queria ver na pesquisa dela algumas questões da reforma agrária numa área de assentamento, e a outra pesquisa era na questão do programa de reforma agrária do Banco Mundial, aquele chamado Cédula da Terra, Banco da Terra, Paraterra, que hoje estão chamando de Crédito Fundiário, essas questões. E a CPT (Comissão Pastoral da Terra), por ter realizado uma pesquisa aqui no norte; em nível nacional, participado da elaboração de uma pesquisa sobre esse programa de reforma agrária de mercado, financiado pelo Banco Mundial – e aqui em Minas Gerais, especificamente, conduzimos toda essa pesquisa aqui –, ela nos pediu para rodar e fazer um roteiro junto com elas, rodar e acompanhar no lugar que eles não conheciam.

Nós arrumamos um carro, e, dentro da nossa programação, esteve constando visitar vários projetos dessa reforma agrária de mercado, ver a problemática, conversar com os trabalhadores, fazer reunião, e, como também era a visita a um assentamento, foi escolhido mostrar a questão lá da Sanharó.

E aí até, na época, a imprensa foi chamada, a imprensa fez, notificou, ela esteve primeiro em Belo Horizonte, reuniu-se com a Assembléia Legislativa, de lá veio para cá, aqui teve coletiva com a imprensa, ela rodou, fez essas questões do Paraterra, e, no dia que foi para Sanharó, para fazer visita, conhecer, conversar com os trabalhadores e ver, inclusive a imprensa foi junto, as tevês locais aqui, os jornais, todos foram juntos, grande parte deles foi junta, nessa comitiva, cada um no seu carro, para a fazenda Sanharó. Fomos lá, quando nós estávamos a caminho da Sanharó – é fato, a imprensa vê, a imprensa sabe, a imprensa também já denunciou – na passagem era visível pistoleiros com armas de grosso calibre ali na frente, levantando arma assim, na beira do asfalto, tem um asfalto ali na cerca, do asfalto para a fazenda, em frente à sede, eles visivelmente armados. Eles assustaram na hora que passamos, perguntaram: "O que é aquilo?" Nós explicamos: essa fazenda, de uma certa maneira a família está envolvida no conflito, eles permanecem ali armados, várias ameaças já foram feitas, já aconteceu, contamos um pouco do relato. Eles foram lá na Sanharó, fizeram a reunião, a visita, e no retorno, em torno de umas 14 horas, mais ou menos, quando estávamos no asfalto, parados ali, aquelas pessoas, um dos integrantes da Fian – eram dois integrantes da Fian e dois da Via Campesina, era o Ramiro e a Rosa, integrantes da Via Campesina Internacional, e a Jenny e a Sofia eram integrantes da Fian –, aí eles pediram para dar uma parada, e ela tinha uma máquina fotográfica digital e queria fazer uma foto, porque o cara estava parado com arma de grosso calibre, visivelmente. E aí, na hora que eu parei o carro no asfalto, ninguém desceu do carro – algumas coisas, na hora que vocês forem ver aqui nos documentos do relato, alguns relatos dizem que descemos, e isso e aquilo, não, isso é mentira –, dentro do carro, sem descer do carro, com o carro ligado, por dentro do carro, ele foi fazer uma foto. Foi a hora que o pistoleiro começou a fazer alguns gestos obscenos e levantar a arma de grosso calibre para cima assim, no intuito de ameaçar.

Então, quando eles estavam fazendo aquelas três, quatro fotos que fizeram, saiu um senhor branco, um indivíduo bem trajado, branco, que vemos que não é assim um trabalhador, um pião, um trabalhador rural, não é nada disso, ele saiu de lá com arma em punho, de cano curto, e saiu dando dois tiros em nossa direção. Eu já estava com o carro ligado, nós estávamos dentro do carro, saímos correndo, e esse senhor veio a ser reconhecido aqui, depois, por testemunha, como sendo o Sr. Ataliba Proença. Isso está nos autos. Houve o inquérito, mas, como a gente diz, quando vemos o final do inquérito, que foi entregue na Promotoria, leva-nos a não querer perder tempo com denúncia. Nos vence pelo cansaço. Está aqui, vocês vão poder ver.

Então isso foi o que ocorreu. A entidade internacional... Olha, isso foi na véspera de uma audiência aqui, que aconteceu nesta Câmara, que estava marcada, da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa. Já estava marcada, isso nas vésperas. Quer dizer, eles não têm nenhuma preocupação, a certeza da impunidade é tão grande que eles não têm nenhuma preocupação. Quanto ao atentado foi isso, o inquérito está aqui, vocês têm cópia, acho que tem um bocado de documento aqui. Isso foi entregue também ao Governador do Estado de Minas Gerais, essa coisa que a CPT do Estado de Minas já levantou sobre os casos aqui. Tem aqui, acho que merece, depois, um cuidado dessa Comissão em analisar alguns dados aqui, que é

interessante de ver em Minas. Como se diz, acho que em Minas esses conflitos não são de agora; acho que agora estão mais públicos. Assassinatos como o de Eloi, de Donato, na época das grilagens, de Antonio Luciano, de Hermes, bem como de vários trabalhadores, são muitos. O que está acontecendo agora é que parece que a coisa se tornou mais pública, e a sociedade não tem calado e aceitado tanto como foi. Por isso que dói muito na organização do latifúndio, e eles às vezes se sentem acuados, porque agora eles continuam fazendo e tendo ainda o braço, mas isso está se tornando mais público, mais aberto. A gente está podendo ver. Vemos, hoje, uma CPI aqui que vem e fala: "estranho você defender uma ação dessa da polícia". Quer dizer, bota eles em choque. Antes não tinha nada disso. Então, acho que é normal essa reação.

Em relação aos eucaliptos, como falei rapidamente, a história da implantação do eucalipto aqui não foi uma ação sozinha, vem de uma ação patrocinada de maneira, a meu ver, criminosa do Estado em ter cedido essas terras para essas empresas de maneira tão fácil. E o processo dessas empresas entrarem nessas terras, se formos olhar os documentos do passado, a história, foi um processo violento. Não foi simplesmente recebendo uma terra bonitinha do Estado, foi um processo em que as comunidades já viviam nestas terras, já tinham o uso coletivo dessas terras, onde colhiam frutos do cerrado, criavam gado na solta. Havia um uso coletivo dessas terras de maneira que preservava o cerrado, porque este era uma fonte de riqueza dessas comunidades. Quer dizer, esse processo de implantação dessas indústrias foi violento, porque essas empresas chegaram, expulsaram, compraram à força, por pressão, muitas pequenas propriedades e posses. Então, não foi um processo tranqüilo. E aí essas empresas se instalaram durante esses anos, fins da década de setenta para cá, em que a história que se tem é de tratores com correntões arrebentando com toda a natureza que tinha aqui e implantando a monocultura de eucalipto em uma região que é já considerada de seca, já pertence à área mineira da Sudene. Quer dizer, arrebenta com a vegetação nativa de cerrado de maneira ecológica criminosa e implanta uma monocultura de eucalipto, que já é comprovado que suga muito a água da terra numa região que precisaria ter um outro projeto de desenvolvimento, uma outra discussão. Elas se implantaram dessa maneira e de forma muito violenta. Hoje foram nessas empresas as maiores denúncias de trabalho escravo, de exploração de trabalho, que muitas vezes, o Ministério fez, em determinados governos, foi conivente, em determinado governo agiu, e teve atuações importantes. Se olhar essas empresas, elas têm toda essa questão da mão de obra, toda essa questão social que criaram.

E o que é desenvolvimento para a região? Essas empresas causam uma desgraça ecológica, exploram a mão de obra por meio da exploração do trabalho infantil, leva a riqueza para produzir o ferro-gusa para a exportação siderúrgica. Nessa questão das empresas reflorestadoras, não se pode discutir sem discutir a questão das empresas siderúrgicas, que são as produtoras de ferro-gusa, não podem ser dissociadas, elas são as maiores responsáveis. Isso às vezes vai bater no gato, o gato aquele pequeno empreiteiro que usa a exploração do trabalho. É uma cadeia totalmente ligada.

Então, isso para a região só traz desgraça e destruição. Riqueza não fica na região. Fica a expropriação de terra, a devastação ecológica. E o que dá de riqueza o eucalipto fica nas indústrias de ferro-gusa. Aqui fica a miséria do trabalhador. Então, se não repensar isso... não dá para se falar nisso sem repensar o modelo de desenvolvimento da região. Pensar no modelo de desenvolvimento da região, vemos que tem sido baseado no lucro fácil para as grandes empresas. É desenvolvimento para essas empresas, mas é o desemprego, o trabalho escravo, a miséria e a desgraça das populações que moram nessa região. Um pouco é essa a história do eucalipto.

Quanto à questão dos fiscais, nós da CPMI de Montes Claros não a acompanhamos de perto porque ela está mais longe. Acho que o Carlinhos vai poder falar isso. Mas o que fizemos da CPT, e o que sabemos, é que o que está ocorrendo lá não é diferente do que ocorre aqui. Acho que o que aconteceu lá pode ocorrer aqui, com a atuação de delegados fiscais do Trabalho aqui, que correm o risco. Se forem para eles exercer a função como deve ser exercida, eles correm o risco também de acontecer a mesma coisa nesses lugares. Porque é aquilo, eles foram lá fazer o quê? Foi falado aqui. Foram fazer uma fiscalização. "Olhe, meu amigo, se você não deve, não teme. As minhas portas estão abertas. Entre e descubra se tem irregularidade de trabalho escravo, se vai ter ou não multa." Se eu não devo, eu não temo. Se mataram é porque temem, é porque tinham coisas, e não queriam ser citados. Então, é esse o poder econômico. Ele quer agir impunemente e não quer ser fiscalizado, não quer prestar contas à sociedade brasileira.

Creio que a questão de Unaí, o Carlos Calazans vai poder falar isso com muito mais propriedade aqui, mas ela se resume a isso. É um poder que vem, explora e retira, deve, porque transgride a lei, mas não quer pagar. E se alguém do poder ou de fora ou alguma entidade vem denunciar, esses são passíveis de

serem eliminados, como ocorre no Brasil, no Pará, e em Minas Gerais.

Sobre o índice de produtividade, o que vemos é que, quando se vê a questão dos assentamentos, muitas fazendas que, às vezes, têm o índice de produtividade decretado pelo Incra como produtiva, não são, temos certeza, produtivas. Olhe, são os dados do próprio Governo, do IBGE. Quando se diz que eu produzo, faço isso e aquilo, não sou eu que falo não. Os dados do IBGE mostram que quem alimenta a mesa do brasileiro não é o latifúndio. Isso não sou eu que estou falando, são os dados do IBGE. Quem garante a mesa do brasileiro é a pequena produção, é a agricultura familiar. É essa que garante a alimentação e a mesa do brasileiro. O agronegócio não vem para garantir a mesa do brasileiro. Ele vem para gerar superávit e exportação. Se olharmos os conflitos e analisarmos, grande parte dos conflitos está onde está inserido o agronegócio. Então, isso tem de ser pensado mais a nível nacional, o que queremos do desenvolvimento.

Então, sobre esse índice de produtividade que estão querendo rever, é preciso ter uma atuação inclusive dos Deputados e Senadores comprometidos – não vou dizer com os sem-terra, não – mas comprometidos com o País desenvolvido, para onde queremos levar o País. É preciso pensar muito bem nisso, para querer falar.

Para finalizar, quero dizer que não vamos poder falar em democracia, em liberdade, em desenvolvimento, em o Brasil um dia ser um país desenvolvido se nós não democratizarmos a terra, se não acabarmos com a impunidade e se não derrubarmos esse poder que é a oligarquia arcaica agrária principalmente, porque essa de Montes Claros é a oligarquia agrária arcaica, atrasada, que vê a reforma agrária como empecilho e não enxerga que ela deve ser um dos componentes para um dia podermos falar que a nossa sociedade quer ser desenvolvida.

Falarmos outras coisas sem fazer a reforma agrária são falácias; é um puro engano; é querer tapar o sol com a peneira. Nenhum país desenvolvido como os Estados Unidos, ou os que se dizem os países desenvolvidos da Europa, realizaram a reforma agrária. Não são nem os países socialistas. Não há nem proposta de países socialistas. Eles realizaram a reforma agrária. Não há nem proposta de países socialistas. Então, é impossível falar em desenvolvimento se não houver uma democratização das terras, se não acabar com esses absurdos, como o companheiro disse de mundões de terra estar nas mãos de poucos. A terra existe para ser repartida, para ser entregue aos trabalhadores para produzir. Essa é a concepção da CPT, e ela assume aqui novamente o seu compromisso de, enquanto tiver trabalhador rural sem terra, ela vai ser uma entidade para apoiar, para que um dia esse trabalhador possa ter a sua terra, o seu sustento para cuidar da sua família.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos o Paulo Roberto, representando a Comissão Pastoral da Terra.

Peço à Secretaria que providencie a autuação dos documentos para os trabalhos finais da CPI.

Convidamos o nosso último expositor, Dr. Carlos Calazans, Delegado Regional do Trabalho de Minas Gerais, que acompanhou a chamada "chacina de Unaí", em que foram mortos três fiscais do Ministério do Trabalho.

Dr. Carlos Calazans, tem V. Sª a palavra, para a sua exposição inicial.

O SR. CARLOS CALAZANS – Boa tarde a todos e a todas! Cumprimento o Presidente, Senador Alvaro Dias, e os Deputados por estarem aqui conosco: João Alfredo e Adão Pretto, nossos companheiros que têm trabalhado pelo País identificando as questões da terra, os problemas e conflitos agrários e colaboram muito com o saneamento e a resolução dessas questões. Parabenizo a Comissão pelo trabalho e cumprimento também o meu amigo Deputado Estadual Rogério Correia, que muito honra o Estado de Minas Gerais, representando a Assembléia Legislativa como nosso Vice-Presidente daquela Casa.

Quando assumimos o Governo, em 2003, o Presidente Lula, o Ministério do Trabalho, tínhamos em mente as dificuldades que teríamos no sentido de resgatar o Estado brasileiro e colocá-lo a serviço do povo, tentando melhorar as condições de vida e de trabalho, sobretudo do Estado de Minas, que havia sido muito sucateado por vários anos, bem como recuperar esse Estado e colocá-lo presente em várias regiões do País.

Aqui, em Minas Gerais, havia duas regiões em que, logo que assumi em 2003, eu tinha certeza de que precisávamos colocar a presença do Estado Brasileiro. Então, a primeira tarefa que fizemos foi mapear o Noroeste mineiro, por meio da Delegacia do Trabalho de Paracatu, para ali podermos agir. Por quê? Porque a região de Paracatu, Unaí e Buritis se transformou numa das maiores fronteiras agrícolas do País, agregando mais de dez municípios e três Estados brasileiros. Essa nova fronteira agrícola está na mão de praticamente dez grandes fazendeiros, que mobilizam anualmente, para a colheita principalmente do feijão, aproximadamente cinqüenta mil trabalhadores. Então, é obvio que nós precisávamos ter uma atenção especial, principalmente porque, para a região, vinham trabalhadores de

várias partes do País na época da colheita do feijão, principalmente no primeiro semestre de cada ano.

Outra região que precisava ter uma atenção especial do Estado brasileiro era a região do Vale do Jequitinhonha. Temos cinqüenta e três municípios que formam o Vale do Jequitinhonha e não tinham a presença do Estado brasileiro para mapear, orientar, observar as condições de trabalho e fiscalizar o mundo do trabalho que ali se encontra, de aproximadamente um milhão e oitocentas mil pessoas que moram em cinqüenta e sete municípios. É a região para aonde mais migram trabalhadores em toda a América.

Temos a região do norte de Minas, onde nos encontramos, e o Vale do Jequitinhonha. Se pegarmos a margem direita do rio Paracatu, a margem esquerda do rio Jequitinhonha, três regiões de Minas Gerais e mais de duzentos e cinqüenta municípios, temos cerca de três milhões e quinhentas mil pessoas e um milhão de trabalhadores. Desse um milhão de trabalhadores, cerca de oitenta mil migram, todo ano, para as mais diferentes regiões do Brasil, para fazer os mais diferentes trabalhos. Essas pessoas são muitas vezes aliciadas nas madrugadas, nas praças da cidade, para fazer os mais diferentes trabalhos no Brasil, desde o corte da cana-de-açúcar, em São Paulo, à colheita do feijão, em Unaí, ou a colheita da grande safra do café em São Paulo e em Minas Gerais. Então, é a mão-de-obra principalmente utilizada pela Bahia ao Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, para trabalhar nesses mais diferentes lugares.

Vínhamos fazendo um grande trabalho de fiscalização na região do Noroeste. Ali, tínhamos um auditor fiscal, meu companheiro Nelson, falecido, morando na cidade de Unaí, já com várias experiências de trabalho na região. Lembro-me de que muitas vezes eu conversava com o Nelson, e ele tinha certeza de que, com o trabalho dele e com os colegas que sempre enviávamos para as autuações e atuações na região que ele estava, Sr. Presidente, estávamos melhorando as condições de trabalho ali existentes. Eram mais de cinqüenta mil trabalhadores fiscalizados anualmente pela equipe chefiada pelo Auditor Nelson da Silva. Ele tinha a certeza de que as coisas estavam melhorando. Foi através de uma idéia sua que o Ministério do Trabalho, em 1999/2000, constituiu, pela primeira vez no Brasil, condomínios rurais, porque havia – e ainda há – uma reclamação muito grande por parte dos fazendeiros, pois se trata de uma discussão que o Brasil ainda precisa fazer, sobre o trabalho de safra, de curta duração, onde os produtores rurais têm de contratar uma quantidade muito grande de trabalhadores por um período muito curto de tempo.

Para começar a se solucionar essas questões, foi lançada a idéia do condomínio rural para que todos os trabalhadores da região tivessem assinaturas em suas carteiras de trabalho. Então, o Ministério do Trabalho lançou essa idéia. Um dos primeiros lugares onde foram constituídos os comitês, ou os condomínios rurais, foi na região de Unaí, onde todos os trabalhadores teriam os registros profissionais feitos pelo condomínio, mas poderiam trabalhar para mais de um fazendeiro.

Então, poderiam ter a assinatura na carteira de trabalho por um conglomerado, e ele ficaria por prazo indeterminado com um contrato fixo, com recolhimento de Fundo de Garantia, INSS, com toda a sua cobertura legal trabalhista, mas podendo trabalhar para mais de um produtor rural.

Pois bem, no dia 25 de janeiro de 2004, o Nelson recebeu uma equipe de Belo Horizonte para ali fazer o seu trabalho rotineiro: percorrer as fazendas, cujas safras de feijão estavam começando. Estava terminando o chamado "feijão das águas", e íamos fazer a inspeção em aproximadamente quatro Municípios, chefiados pelo Nelson. Geralmente, essas fazendas não são mapeadas antes. Os fiscais só conhecem o roteiro feito pela liderança de um auditor, pelo chefe da equipe, que era inclusive o Nelson.

Lá esteve o meu companheiro Ailton, dirigindo uma camionete, juntamente com o João Batista, o Arastótenes, o Nelson. Esses companheiros foram fazer as fiscalizações nos dias 25, 26, 27 e 28. A idéia era ficar durante toda a semana na região. Começaram a fiscalização no dia 25. Foram a várias fazendas, incluindo as fazendas do Condomínio da Família Mânica, que são de quatro irmãos. Estiveram nas fazendas na 2ª e na 3ª feira e na manhã da 4ª feira, do dia 28, emboscado, a caminho da Fazenda Bocaina, numa estrada vicinal, a cerca de 60 km da cidade de Unaí, foram interceptados por duas pessoas. Na época, o relato prestado pelo nosso companheiro Ailton foi de que havia sido interceptado sobre onde era uma fazenda. Como não sabia explicar onde era a fazenda, a pessoa disse que não queria informação nenhuma e, em seguida, efetuou os disparos.

Toda a investigação, no início, tinha como base o fato de que os nossos companheiros foram alvejados do lado de fora do carro. Nada foi roubado, mas todos com um tiro na cabeça. O Ailton conseguiu recobrar os sentidos, depois de 50 minutos em que esteve desmaiado, dirigiu por aproximadamente 7km, levando o carro até à rodovia que liga Buritis a Unaí, onde pediu socorro. Foi socorrido por um carro da polícia, por um fazendeiro. Logo em seguida, a caminho de Brasília, para ser socorrido, morreu. Ele estava com dois tiros

na cabeça, já praticamente agonizando; os outros colegas ficaram mortos dentro do veículo.

Na mesma hora, eu estava com os Ministros Nilmar e Berzoini, e fomos até o local, presenciá-lo. Passados seis meses de todo o ocorrido, qual foi a investigação que conseguimos levar? Eu e a nossa equipe do Ministério do Trabalho tomamos por decisão que, enquanto o crime não fosse solucionado, mesmo representando em Minas Gerais o Estado brasileiro e o Ministério do Trabalho, tínhamos a obrigação política, moral, para com os nossos companheiros, para com os que tombaram, cobrar, principalmente das autoridades de segurança, a solução do crime.

Mesmo com medo, mesmo sofrendo ameaças, mesmo sofrendo todo tipo de cerceamento, nós fomos, Sr. Presidente, por seis vezes, todos os dias 28 até à solução do crime, no local do crime e celebramos lá missas, orações, e cobrança para a sociedade esclarecer o crime. Então, tivemos os dias 28 de fevereiro, 28 de março, 28 de abril, 28 de maio, 28 de junho e tínhamos feito um compromisso de que, enquanto o crime não tivesse solução, continuaríamos a ir no dia 28 ao local do crime.

No dia 25 de julho, antes disso, no dia 23 de junho, foi presa em Brasília uma pessoa por motivo fútil, principalmente assaltante. A Polícia Federal já estava mais ou menos acompanhando os criminosos, porque, no mês de maio, a equipe do Delegado Celso, da Polícia Federal de Brasília, e do Delegado Wagner, comandado pelo Dr. Otton Teixeira da Polícia Civil, tinham rastreado nos hotéis de Unaí e identificaram, nos dias 26 e 27, que num hotel da cidade passaram os quatro pistoleiros e, ao escreverem o nome deles num livro do registro do hotel, três colocaram um nome falso e colocaram as identidades falsas; e um colocou a identidade verdadeira e o nome verdadeiro, o que os obrigou a contratar um quinto para ir à cidade e hospedar-se no hotel e rasgar das páginas do livro do hotel o registro do dia em que eles lá estiveram.

A Polícia Federal junto com a Polícia Civil rastrearam as identidades, identificaram uma das identidades e identificaram todos eles da cidade de Formosa, de Goiás. Depois de um mês de investigação, a polícia chegou a oito envolvidos no crime. Dos oito envolvidos no crime, todos foram presos, incluindo dois dos maiores fazendeiros do País, Antero Mânica e Norberto Mânica, no inquérito presidido pelo Juiz Francisco Betti.

Tive a oportunidade de acompanhar todos os depoimentos. O crime ainda está em fase de tramitação, principalmente em vários processos. O Antero conseguiu um **habeas corpus** e manteve a sua candidatura a Prefeito da cidade de Unaí. Se elegeu Prefeito e está aguardando o julgamento dele em liberdade, sob **habeas corpus.** O irmão Norberto Mânica continua detido, Sr. Presidente, na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, juntamente com os quatro contratados para o crime. O crime custou R$45 mil. No depoimento de um dos acusados, ele relata que o crime foi encomendado para que fosse assassinado o nosso companheiro Nelson. Só que, quando eles perceberam que o Nelson estava em companhia de mais três colegas, eles entraram em contato com os mandantes do crime e os mandantes do crime decidiram que o crime não poderia ser abortado – isso no dia 25 de janeiro – e que todos deveriam ser assassinados. E que ele dobraria a oferta, passaria de R$20 mil para R$45 mil, coisa que foi confirmada e paga para os criminosos.

Posteriormente, as investigações da Polícia Civil e Polícia Federal conjuntas relacionaram, na engenharia do crime, dois serialistas e, por coincidência ou não – vou passar toda essa documentação para a CPI –, o Nelson e outros auditores, quando foram fiscalizar, em janeiro e fevereiro de 2003, a fazenda dos hoje apontados pelo crime, tiveram bate-boca, sofreram ameaças, e no relato dos advogados da família Mânica no inquérito apontam inclusive como forma de atenuar a pressão e a ameaça que fizeram contra o Nelson e contra outros colegas fiscais, em fevereiro de 2003, que eles estavam vindo da Húmus Cereais, onde tinham grandes negócios e confiança. A Polícia Federal e a Polícia Civil apontam exatamente os donos, Sr. Presidente, os dois donos desse depósito de cereais, a Húmus Cereais, como os responsáveis pela contratação dos pistoleiros. É de propriedade do Sr. Hugo Pimenta e do Sr. Zé Alberto. O Zé Alberto e o Pimenta em todo inquérito processado são apontados como os que contrataram os quatro pistoleiros.

E o inquérito avançou, coloca o Sr. Norberto como o mandante do crime e uma participação do Antero Mânica, dado, então, os oito envolvidos no crime. Dos oito, cinco continuam detidos, quatro pistoleiros que confessaram o crime, mais o Sr. Norberto Mânica e três, o Hugo Pimenta, o Zé Alberto e o Antero Mânica, que são os dois cerealistas, e o Antero, que é o Prefeito de Unaí e apontado como mandante do crime, estão aguardando o processo em liberdade.

Um fato curioso que é importante relatar também na CPI, que é importante estarmos relatando isso ao Brasil e a Minas, foi que, em toda a fase de inquérito, um fato que, às vezes, não é de conhecimento do grande público, todos nós pensávamos que, dos nossos companheiros, não foi tirado nada. Por volta do mês de maio, Sr. Presidente, o Delegado Celso e a Polícia Federal me pediu para que a gente fizesse um rastreamento para ver se tinha alguma coisa desaparecida. Nós fizemos um acompanhamento e demos falta de

um relógio de um dos companheiros nossos, um relógio do Arastóteles. No dia 25 de julho, quando os quatro bandidos foram abordados na cidade de Formosa, em Goiás, nós não tínhamos nenhuma prova material do crime; a única coisa que tinha era uma foto do relógio desaparecido que nós tínhamos encaminhado à Polícia Federal. O Delegado Celso e a equipe do Delegado Wagner da Polícia Civil de Minas colocaram a foto na mesa para que os bandidos confirmassem ou não se tinham roubado o relógio na hora da execução dos nossos companheiros, e um dos criminosos confessou que tinha tirado o relógio, porque achou que era de ouro, de um dos fiscais já mortos, levou para a Formosa, depois viu que tinha feito bobagem e jogou o relógio na fossa. O Delegado Celso contratou na cidade de Formosa, no dia 25 de julho, uma pessoa para tentar encontrar o relógio, e o relógio foi encontrado na residência do Francisco Pinheiro, um dos quatro criminosos presos. E um fato que chamou atenção dos policiais ao relatar para mim é que o relógio ainda estava funcionando, no mês de julho, normalmente em horário de verão, que foi no mês que os nossos companheiros foram assassinados. Quando localizaram o relógio era aproximadamente 9 horas da noite do dia 25 de julho, e o relógio marcava 8 horas.

Então, nós estamos agora... O processo está para se completar, haverá o júri popular, e há uma discussão jurídica para saber se o Prefeito de Unaí Antero Mânica terá ou não foro privilegiado sobre o crime.

Tudo o que aconteceu nos deu grandes lições para o Estado brasileiro. Primeiro, para o Estado brasileiro não recuar das suas ações de tentar levar cidadania, tentar fiscalizar o mundo do trabalho de forma adequada, buscar ter ações preventivas, e isso nos ensinou várias lições, Sr. Presidente Alvaro Dias. A primeira delas: todas as ações que estamos fazendo em Minas Gerais, no campo, estão sendo acompanhadas pela Polícia Federal, mesmo tendo poucos agentes e mesmo o campo brasileiro ser muito vasto. Agora mesmo, no mês de maio, nós temos 2 milhões de trabalhadores na grande colheita em Minas, no corte da cana, no sul de Minas e no oeste mineiro; na colheita do feijão, no noroeste mineiro; na migração do norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha; e na colheita do café, no sul de Minas.

Todas as nossas ações têm sido acompanhadas pela Polícia Federal. Desde quando aconteceu o crime, não tivemos um registro de violência.

Fui ameaçado de morte. No dia 6 de outubro, recebi telefonemas me ameaçando de morte, por duas vezes, abriu inquérito. No dia 28 de maio o crime ainda não tinha solução, ninguém sabia o que tinha ocorrido e é de conhecimento de todos. O Deputado Rogério Corrêa levou esse relato que tivemos ao conhecimento de todas autoridades. O fato, Sr. Presidente, foi muito relatado no Brasil.

Eu, com uma equipe nossa, voltando de Unaí, ao passarmos por Unaí, por volta das seis horas da tarde, vindo de uma celebração que fizemos, fomos perseguidos por dois carros, exatamente num trecho em que os nossos celulares não pegavam, de forma muito violenta, até conseguirmos sair na BR-040, próximo a Paracatu, fomos interceptados pela Polícia Federal e pela Polícia Militar. Mas os carros que nos seguiram, à época, um Omega vinho, com o vidro todo escuro, e um monza, eles não chegaram até a rodovia. Posteriormente pedimos – e o Rogério Corrêa, junto à Comissão de Direitos Humanos da Assembléia – e tivemos um tempo com proteção policial, em função desse episódio. E, nesse caso, temos que agradecer tanto à equipe da Delegada Sônia, Superintendente da Polícia Federal de Minas e do Dr. Otto Teixeira, que nos deu proteção. O inquérito sobre ameaças de morte contra mim está em fase, na Polícia Federal, já praticamente concluído. A Polícia Federal faz parte dessa engenharia de combate ao crime. Está nos inquéritos.

O que aprendemos dessa lição?

Primeiro, ter mais cuidado com a nossa fiscalização. Havia muita subestimação dos nossos auditores, como há no Brasil inteiro, de ameaças veladas que recebemos. Quando chegamos a uma fazenda, a uma empresa, etc., o sujeito fala assim: não me fiscalize com rigor, que você pode morrer! Tome cuidado!

Essas ameaças veladas que recebemos passaram a ser tratadas como forma de inquérito e estamos levando todo esse tipo de ação como crime para as polícias abrirem inquéritos.

Outro fato importante que também tivemos, Sr. Presidente, foram duas coisas que considero muito importantes e que eu gostaria que servissem também de ação coletiva de todos os companheiros. Isso tem servido de ação coletiva do Ministério do Trabalho. Primeiro, constituímos em Minas Gerais uma câmara de promoção do trabalho rural. O que fizemos? Chamamos todos os produtores rurais ligados à Faemg; chamamos todos os sindicatos ligados à Fetaemg; junto com os nossos fiscais que lidam com o campo, em Minas Gerais, e todos os atores do campo, constituímos uma mesa redonda permanente para discutir os conflitos, problemas no campo, as reivindicações e as questões do campo, de um modo geral, desde os produtores rurais que reclamam do período de curta duração para as safras, que precisam ter carteiras assinadas e um período de curta duração, até os grandes problemas levantados pelos trabalhadores.

Nesse sentido, constituímos a câmara. Esta semana, inclusive, tivemos a 7ª reunião da câmara rural, que foi na sede da Delegacia Regional do Trabalho. Geralmente fazemos, Sr. Presidente, reuniões itinerantes.

E ajudou demais, primeiro, porque levamos para o campo, em Minas Gerais, as experiências dos contratos temporários da cidade. Então, por exemplo, se temos os contratos temporários no Brasil, por exemplo, em dezembro, no comércio, onde os trabalhadores são contratados de forma temporária e têm os seus direitos preservados, a sua carteira assinada, por que não levar isso para o campo, para períodos de curta duração de safras? O que denominamos contratos safristas, que hoje estão empregando em torno de um milhão de pessoas no campo, em Minas Gerais, com carteira assinada, registrado, o Fundo de Garantia recolhido, e o INSS também recolhido. Isso ajudou muito o trabalho do Ministério do Trabalho e também a legalização de uma grande parte desses trabalhos de curta duração.

Por exemplo, o pequeno produtor precisa de cem trabalhadores, para colher café, em um mês. Ele precisa fazer exame demissional para registrar os trabalhadores por tempo indeterminado e depois férias, pagar 13º, pagar aviso prévio, etc, nós reduzimos isso no contrato de safra.

Outra experiência importante que tivemos em Minas e que considero o maior sucesso nosso foi, no caso do trabalho escravo, fiscalizar a região de Minas Gerais há mais de dez anos. Se sabemos de onde parte o trabalhador para trabalhar fora de Minas, em outras regiões de Minas, como é que esses trabalhadores são recrutados? Vai o chamado "gato" à região, ele fica na praça, alicia 100, 200, 300, 400, 500 trabalhadores e faz promessas vãs. Por exemplo, fala para o sujeito que ele vai trabalhar em São Paulo e dormir em colchão de mola, vai comer comida boa, bife todos os dias, vai ter água potável, vai receber R$400, R$500 por mês, etc. Ele põe esses trabalhadores em cima de um caminhão ou em ônibus precários e os leva, geralmente à noite, por estradas vicinais, até a região onde deve ficar. Ao chegar a essa região, muitas vezes ele tem seus documentos retidos. Quando ele entra no ônibus ou no caminhão, o "gato" recolhe as identidades desses trabalhadores. Ele já perdeu o contato com a família, com os amigos, com a cidade e tem os seus documentos retidos. Com isso ele perde a cidadania, porque entrega a carteira de trabalho, a certidão de nascimento, a identidade para o "gato", que recolhe isso de todo mundo. Ele viaja sem identidade, sem parentes, sem amigos, de noite, por estradas vicinais. Assim, ele chega em Goiás, em Minas, em São Paulo, mas não sabe onde está e acaba se tornando numa presa fácil para o trabalho escravo. Lá ele vai trabalhar muitas vezes de 5 horas até as 19 horas, dormindo no chão, comendo inadequadamente, muitas vezes sem beber água potável.

Esse é o trabalho escravo moderno, Sr. Presidente.

Como é que podemos eliminar isso? Em Minas, a Delegacia do Trabalho teve uma experiência exitosa. Nós identificamos os locais de onde partem esses trabalhadores: norte de Minas, a região de Montes Claros e o Vale do Jequitinhonha. Identificamos para onde esses trabalhadores estavam indo. Eles estão indo principalmente para as usinas de São Paulo e para as fazendas de café do sul de Minas.

Nós unificamos as duas pontas e obrigamos – ao fazer esse mapeamento – essas empresas a fazerem o registro desses trabalhadores antes de eles entrarem no ônibus. Fizemos vistoria de ônibus em parceria com a Polícia Federal e com a Polícia Rodoviária Federal e também fiscalizamos os locais onde eles estão indo.

Esse foi um fato inédito que permitiu que neste ano de 2005 conseguíssemos a contratação de 15 mil trabalhadores nesta região – norte de Minas e Vale do Jequitinhonha –, antes de viajar. Fizemos um seminário "A Ação do Estado Brasileiro" em Minas Nova, Virgem da Lapa, Araçuaí, Montes Claros. Antes de esses trabalhadores embarcarem no ônibus, eles são obrigados a terem sua carteira assinada e as questões fiscalizadas. Diminuiu muito a falta de informação e o seqüestro da identidade e da cidadania do trabalhador.

Portanto, se nós, no País inteiro, identificarmos de onde esses trabalhadores saem – geralmente é o Pará, sul da Bahia, Vale do Jequitinhonha, norte de Minas –, se mapearmos isso, se identificarmos os locais e onde partem grandes levas de trabalhadores nossos, grandes companheiros nossos, muitos para trabalhar onde? Nas grandes usinas de álcool e açúcar de São Paulo, na colheita do feijão, do café, isso tem permitido a contratação antecipada de muitos trabalhadores. Se conseguirmos fazer isso, no País inteiro, não vamos conseguir acabar com o trabalho escravo, mas vamos atenuar muito essa situação.

Com relação à questão da carvoaria, assunto que foi objeto de pergunta recente de Alfredo para um dos companheiros que fizeram aqui depoimento, nós conseguimos, ilustre Deputado João Alfredo, diminuir muito esse problema, sobretudo porque, nós, da Delegacia do Trabalho, passamos a responsabilizar não o carvoeiro pequeno, que emprega muitas vezes a mão-de-obra infantil, mas as grandes usinas que compram esse carvão.

Assim, é melhor para o Ministério do Trabalho fazer um diagnóstico, dialogar e desenvolver uma ação

para que as grandes siderúrgicas do país não tenham os seus nomes vinculados ao trabalho infantil degradante, ao trabalho escravo. Que eles saibam e tenham o registro de onde e de quem eles estão comprando o carvão vegetal. Isso também ajudou a diminuir muito o trabalho escravo e degradante nas carvoarias, porque as grandes siderúrgicas, que não cabe aqui dizer o nome, passaram a exigir a procedência de onde está vindo o carvão, qual é a forma de trabalho com que está sendo produzido esse carvão. Agora, há um problema relativamente importante para dialogar, sobretudo com as carvoarias em Minas e no Brasil. A delegacia confirma que o trabalho na siderúrgica, feito...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Dr. Carlos, se for possível sintetizar...

O SR. CARLOS CALAZANS – Vou acelerar e concluir. Feito, por exemplo, nas siderúrgicas com carvão mineral, tem muito índice de enxofre na atmosfera, causando dano na saúde da população vizinha e tem incidência na saúde do trabalhador. O carvão vegetal continua sendo a energia mais limpa do mundo. É claro que não podemos pensar na produção do carvão ou a grande quantidade ininterrupta de eucalipto como é feita hoje, principalmente em função da terra, da agricultura familiar, etc.. Então, o Estado brasileiro deve buscar dialogar com essas duas questões. Quero concluir este depoimento dizendo que para nossa tristeza e também para o registro o que aconteceu em Unaí é um fato histórico. Nunca, na história da República, quatro servidores da União foram assassinados, como foram. Nunca, na história da União, quatro servidores, trabalhando pela União, foram assassinados. Isso agora virou um registro mundial. As enciclopédicas Barsa, Britânica, as enciclopédias da Europa e dos Estados Unidos, para retratar a violência no Brasil, escolheram uma triste memória do Brasil, o episódio de Unaí, e está distribuindo, Sr. Presidente, agora, num anuário das enciclopédias em todo o mundo, um relato desse episódio de Unaí para mais de 150 países em que, ao mesmo tempo, mostra a indignação com a violência que ainda persiste em nosso país e mostra também que o Estado brasileiro não recuou, porque poderia, o Estado brasileiro, sob o comando do Presidente Lula, recuar das suas ações institucionais. Poderia muito bem o Ministério do Trabalho e os nossos fiscais, com medo de outros episódios, atenuar a nossa fiscalização, mudar o nosso foco. Isso nós não fizemos. Continuamos, Sr. Presidente, fazendo uma fiscalização exemplar, com todas as dificuldades, como é sabido, pela precariedade das condições de trabalho, pelas condições do efetivo que temos, pelo desmanche que houve por tantos anos no Estado brasileiro, mas o Ministério do Trabalho continua prestando um valoroso trabalho ao país. Os nossos auditores e auditoras fiscais muitas vezes, de forma solitária, têm de fiscalizar dezenas de fazendas no país para saber se tem trabalho escravo, trabalho degradante, prisão, ameaça, violência, etc., e o fazem com a maior coragem, convencidos de que estão prestando um serviço à sociedade. Então, sempre lembramos a memória desses nossos quatro servidores para manter esse nosso trabalho ativo e buscar alternativas para melhorar o mundo do trabalho. Citei duas delas, que são o trabalho preventivo ao trabalho degradante e também o trabalho que estamos fazendo, sobretudo com as Câmaras Rurais, chamando à mesa de negociação, buscando o entendimento, buscando o diálogo, buscando a solução do conflito, porque sabemos que o país pode melhorar muito. Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado ao Dr. Carlos Calazans. Passamos a palavra ao relator, o Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Dr. Carlos Calazans, Delegado Regional do Trabalho. Acho que esse depoimento é importante porque acaba introduzindo o nosso debate, vamos dizer, mais temático que vamos fazer na CPMI na próxima terça-feira sobre a questão do trabalho escravo, com a representação inclusive da OET, para a gente ter um quadro mais completo dessa situação, do trabalho escravo no campo. Penso que, neste momento, na sua pessoa, seria importante trazer a nossa solidariedade às famílias dos funcionários, os três fiscais e o motorista que foram assassinados. A maior homenagem que se pode fazer a eles, no meu entendimento, além de efetivamente punir o caso, chegar a uma conclusão e tanto executores quanto mandantes serem punidos. A homenagem será extinguir o trabalho escravo no Brasil. Penso que, nesse sentido, a aprovação da PEC do Trabalho Escravo, que está tramitando na Câmara há um bom tempo, já teria, no meu entendimento, já adianto aqui, até no meu relatório, uma das medidas legislativas importantes que o Congresso acional poderia fazer. Se há uma ligação dessa questão com os conflitos agrários, qual a ligação etc.

Finalmente, quais as atividades principais, principalmente na parte do campo, eu sei que são levados até para fora do Estado, para trabalhar em usinas, mas aqui no Estado de Minas, onde há ocorrência maior em agricultura, pecuária, agropecuária, quais os segmentos. Acho importante ter o quadro. Finalmente, quantas notificações foram feitas já nesse período que V. Sª está à frente da Delegacia do Trabalho e quantos trabalhadores foram liberados dessa condição. Quantos trabalhadores foram liberados.

Eram essas as perguntas. Desde já aproveito também para parabenizar pelo trabalho da Delegacia-Geral do Trabalho, do Ministério do Trabalho e dos funcionários que têm feito isso com tanta dedicação a ponto de arriscar suas próprias vidas.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Só queria aproveitar esse momento, pelo belíssimo trabalho das polícias e a persistência que tiveram e também ficar torcendo para que realmente se bote esse prefeito até para a população de Unaí não ficar sendo governada por um criminoso. Mas, por outro lado, V. Sª citou várias iniciativas que tiveram. Gostaria de saber se diante desse fato, dessas iniciativas pós esse fato, se houve uma redução desse trabalho precário, ou seja, trabalho escravo aqui na região.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (Bloco/PT – RS) – Queria cumprimentar nosso amigo que está fazendo esse belíssimo esclarecimento, pela sua transparência de colocar como tudo aconteceu, pelo seu trabalho e coragem que está tendo em colocar essa luta adiante.

Aquilo que o nosso Relator Deputado João Alfredo colocava na questão da PEC do Trabalho Escravo, a chamada bancada ruralista no Congresso que defende os fazendeiros. Esse projeto já esteve na pauta para ser votado e ficam achando falta de palavras, vírgulas mal colocadas, não podem votar hoje porque tem que modificar isso e mais aquilo, porque não podem dizer que são contra a lei de acabar com o trabalho escravo. Temos pleiteado e queremos que antes de o Governo Lula acabar que essa lei seja sancionada. É um dever da democracia a liberdade de colocar um ponto final a esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Adão Pretto, só para lembrar que essa PEC já foi aprovada pelo Senado há algum tempo e realmente não se admite essa lentidão na Câmara dos Deputados, esse obstáculo colocado. Deveria ser colocado em discussão e votação e que as pessoas então se expusessem e se apresentassem com suas posições a respeito do assunto.

O SR. ADÃO PRETTO (Bloco/PT – RS) – Existe a votação nominal até para sabermos quais os que realmente estão do lado dos trabalhadores e quem ainda defendem que continuem essas injustiças.

Só queria perguntar se depois da morte do companheiro Nelson e dos outros, se a equipe de vocês continua no mesmo ritmo e se existem mais companheiros assim como o senhor, que já foi ameaçado de morte. Se existem mais alguns que já sofreram ameaça.

O SR. CARLOS CALAZANS – É a questão da incidência, respondendo a essas questões levantadas pelo Deputado Adão Pretto, as incidências do trabalho escravo que, como adotamos aqui em Minas, Deputado João Alfredo, uma decisão em parceria com a Polícia Federal, uma rede de denúncias em qualquer lugar, onde em qualquer momento tenha feito uma denúncia de trabalho escravo, degradante, qualquer denúncia, qualquer indício, temos condições, em menos de seis horas, de colocar a Polícia Federal e os Fiscais do Ministério do Trabalho para apurarem a denúncia.

No ano passado tivemos, caracterizando trabalho escravo, três denúncias, uma inclusive aqui perto de Montes Claros, Santa Fé, onde, inclusive, constatamos, numa fazenda que o fazendeiro desapareceu há séculos. Libertamos os trabalhadores e lá havia pessoas com mais de dez anos, praticamente presas sem poder nem sair, com dívidas, etc.

O fato é que em Minas, felizmente, temos tido pouca incidência de trabalho escravo daquela forma análoga à escravidão característica. Quando recebemos a denúncia, temos condições de estar no local e de fazer as ações concretas. A maioria das denúncias que recebemos dizem respeito ao trabalho degradante, que é uma linha muito fina e tênue com o trabalho escravo, com características diferentes, mas agimos de igual rigor.

Às vezes, o sujeito tem liberdade para ir e vir. Às vezes, recebe um salário mínimo, até tem uma carteira assinada. Mas, às vezes, não tem uma água potável para beber, não tem um lugar decente para dormir, uma alimentação adequada.

Estou passando esse dossiê, Deputado João Alfredo e o Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, exatamente relatando esses casos. Há uma linha muito fina no Brasil, a Comissão deve ter presenciado isso, o que é o trabalho degradante, onde as pessoas têm a sua condição de vida degradada. Conseguimos presenciar isso em vários locais, Deputado João Alfredo, principalmente nos locais onde há os índices de vida são piores.

Então, há muita incidência disso no norte, noroeste, no Jequitinhonha, talvez abusando da humildade das pessoas que pensam que é muito ter um emprego, um local para trabalhar e, às vezes, não exigem uma alimentação saudável. Pensa que é até demais beber água duas vezes por dia. Agem de forma desonesta e desumana com as pessoas que pensam, com a dureza da vida, que é normal, às vezes, não ter um lugar para fazer as suas necessidades físicas. Fazem as necessidades no meio do mato, tal é a brutalidade. Isso, para nós, é um motivo de centenas de autos de infração espalhadas no Estado.

Tivemos, portanto, um conjunto aproximadamente de 4550 autos de infração lavrados ao longo do ano, caracterizando esse tipo de postura e, evidentemente, liberando aproximadamente 3.500 trabalhadores dessas condições, só em Minas Gerais. Mas há esse diálogo, João, que não é só o trabalho análogo à escravidão, como presenciamos no Pará, onde a população tem uma dívida, está presa no local de serviço, mas que essa linha fina, que é a questão do trabalho degradante, desumano, das pessoas serem mal tratadas, humilhadas, que fazemos esse relato.

Os lugares mais de conflito são onde existem grandes fazendas de café no sul de Minas, onde percebemos que há que melhorar essas questões degradantes que, muitas vezes, ocorrem. Há uma nova fronteira agrícola também no Triângulo Mineiro no corte da cana, sobretudo porque há muita gente vindo de São Paulo para Minas e de Minas para São Paulo, que é muita fronteira na qual inclusive há uma discussão de fazermos um trabalho conjunto de Minas e São Paulo para essa zona de fronteira. Lá há muita cana, laranja, muito café e centenas de milhares de trabalhadores trabalhando nos dois lados. Então, são atividades que dado uma atenção importante nesses casos.

O ritmo, Deputado Adão Pretto, de nosso trabalho, como disse na minha fala inicial, manteve-se o mesmo. Claro, pedir a uma pessoa, a um fiscal para fazer uma fiscalização em Unaí, o sujeito fala: Calazans!? Puxa vida! Mas o sujeito engole seco, junta a Polícia Federal, e vamos lá, porque não podemos deixar a peteca cair, principalmente no campo.

Agora, o que temos tentado fazer de forma profissional, séria e tal é discriminar essa atividade, porque não podemos ficar o tempo todo achando que vamos tomar tiro, porque também temos uma compreensão que a maioria de empresários e produtores rurais – temos que trabalhar com essa mente – são pessoas sérias e devem ter da Delegacia do Trabalho uma ação preventiva de diálogo e melhorar as condições de trabalho.

É claro que temos que ter também proteção, por isso recebi muitas reclamações. Porque chegar em uma fazenda, em uma pequena propriedade com a Polícia Federal armada de metralhadora, assustando todo mundo e tal.

Então, estamos tentando equilibrar essas questões para fazer aquilo que é justo. Mas é claro que temos que ter níveis de proteção, porque não queremos que nenhum episódio desse volte a se repetir. Infelizmente, tivemos na região de Unaí um auditor fiscal ameaçado de morte, o meu colega Mauro Jaime. Tive que removê-lo de lá, João Alfredo, porque ele foi o primeiro Fiscal do Trabalho – Olha o que é a presença do Estado e a reação das pessoas à presença do Estado – o primeiro fiscal na história do Ministério do Trabalho que teve coragem de mudar para o Vale do Jequitinhonha e lá morar. Passados cinco meses do seu trabalho, passou a receber constantes telefonemas de ameaça de morte.

Abrimos inquérito na Polícia Federal, mas o caso ficou tão sério, e no meio dessas denúncias aconteceu o episódio de Unaí. Tive de removê-lo de lá por causa de proteção. Hoje tenho lá quatro auditores fiscais do novo concurso que teve. Depois de muitos anos, o Ministério do Trabalho fez um concurso para auditor fiscal, e lá alocamos quatro auditores fiscais, o que melhorou a presença do Estado no Vale do Jequitinhonha.

Ficamos nós dois. Do Ministério do Trabalho, ficamos eu e ele, tivemos ameaças de morte. Os dois inquéritos estão em andamento, mas, principalmente depois do esclarecimento do crime, não tive mais nenhum telefonema, porque, de certa forma, o episódio, esse triste e bárbaro crime de Unaí, foi esclarecido. A Polícia Federal, juntamente com a equipe da Polícia Civil mineira, esclareceu o crime, e agora está nas mãos da Justiça. Então, toda a atenção da opinião pública mineira e brasileira é no sentido de fazer justiça, independente do que vão fazer. Espero que todos os envolvidos peguem pena máxima, que são 30 anos por cada um dos colegas que morreram. Bom seria se todos tivessem 120 anos de cadeia em regime fechado, que é a maior pena que o país reserva para crime hediondo, como foi esse.

Quero terminar, fazendo um pedido à Comissão, João Alfredo, Presidente Alvaro Dias, que vai ficar nos Anais desta Comissão, que é um pedido que faço como Delegado em nome dos nossos colegas. Logo que aconteceu o acidente, o Poder Executivo fez um projeto de lei de indenização para as quatro viúvas, para as famílias dos nossos colegas. Esse projeto está na Câmara, mas não entra em votação, não se consegue votar. Infelizmente tenho o dever de falar isso, não é nenhuma vergonha, temos colegas nossos passando dificuldades, sobretudo a família do nosso motorista; não tem nenhum demérito falar aqui, mesmo sendo Delegado do Trabalho, temos a família do nosso motorista passando dificuldade, e esse projeto de indenização está tramitando, é o mesmo projeto de Alcântara. Quando ocorreu a explosão de Alcântara, baseado na mesma interpretação da lei, o projeto de Alcântara foi aprovado, sancionado, o pessoal recebeu já o recurso. E as nossas quatro viúvas dos nossos companheiros não receberam, Sr. Presidente, faço um apelo para a Comissão olhar isso para nós.

Por último, todos os relatos – aí posso falar como responsável pelo Ministério do Trabalho em Minas – da

equipe móvel de fiscalização de erradicação do trabalho escravo. Temos mais de doze companheiros auditores fiscais em Minas, pessoas que se especializaram há mais de quinze anos, fiscalizar o Pará, Piauí, Maranhão, que, com a minha ordem, partem todos os meses para fiscalizar essas regiões. A equipe móvel é constituída por boa dos fiscais de Minas, que têm *know how* de fiscalização, já conhecem a região. O que eles falam? Vão lá um ano, voltam no outro ano e há mais de dez anos fiscalizam as mesmas fazendas e encontram o mesmo trabalho escravo. Vão lá, fiscalizam, autuam, voltam no outro ano e encontram a mesma situação. Porque a única forma de tentar mudar essa situação é quando um empregador rural ou um fazendeiro receber não só a multa do Ministério do Trabalho que é emitida com a nossa fiscalização. Laváramos a multa e o obrigamos a registrar etc., Eles só vão sentir quando tiver em mente que ao fazer essa coisa mais degradante, mais vexatória do século XXI no nosso Brasil – que essa comissão tão bem trabalha para apontar, para levantar – é quando esse cidadão souber que além de explorar a boa fé da nossa gente, além de destruir o homem e a mulher que nunca voltam os mesmos. A maioria fica com seqüelas para o resto da vida. Então, se houver uma punição como por exemplo perder a fazenda ao fazer esse tipo de coisa, essa fazenda correr o risco de ser expropriada pela União e ser motivo de reforma agrária, acreditamos que só dessa forma poderemos solucionar o problema. Então é quase que um apelo à Nação, isso tem que ser resolvido. Não é possível que em 2005, quando o mundo discute computadores de última geração, o Brasil discute no Plenário internacional *(falha na gravação)* ver homens e mulheres serem transportados como escravos, trabalham como escravos, muitos não têm direito de tomar uma água durante o dia, comem às vezes um arroz. No relato que vou mostrar para vocês o Nelson aponta que tem gente comendo – porque ele chegou lá na hora do almoço – que estava comendo mortadela com bicho. E ele falava para o pessoal: Mas vocês estão comendo isso? Doutor é a única coisa que a gente tem para comer, que o homem deu para a gente. Isso está apontado nos autos de infração dele.

Isso tem que mudar no Brasil. E não é só uma tarefa do Ministério do Trabalho, de um auditor, de uma auditora ou de um delegado ou delegada bem intencionada, é uma tarefa da Nação *(falha na gravação)* está evoluindo; o País deve evoluir.

Então, no que diz respeito ao Poder Executivo, ao Ministério do Trabalho, dentro do que nos cabe constitucionalmente, da nossa ação, mesmo enfrentando riscos, dificuldades, mesmo enfrentando ameaças, continuamos tentando levar o Estado brasileiro, tentando honrar o Estado brasileiro, levando os nossos fiscais, as nossas ações para melhorar o trabalho. O que precisamos é de parceria e de uma atuação conjunta. Por isso que precisamos que a sociedade brasileira nos ajude. Não apenas no trabalho escravo, no trabalho degradante, mas em todas as condições de trabalho no Brasil. O trabalho no Brasil precisa melhorar e ter talvez um choque, uma faxina. *(Falha na gravação)* ...para homens e mulheres brasileiros e brasileiras que também precisam.

Sr. Presidente, em nome do Ministério do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho, agradeço essa oportunidade que tivemos e parabenizo a Comissão e ficam os relatos nossos, com os nossos autos de infração, todo o trabalho feito pelo nosso companheirinho que morreu, o Nelson, tudo que ele fez, tudo que ele trabalhou está aí e todas as *(falha na gravação)* deles estão aí e outras coisas também.

Essa questão que eu falei da migração, tem aí (falha na gravação) da migração, essa ação preventiva (falha na gravação) registrar as pessoas antes de embarcar para um trabalho distante, está tudo aí (falha na gravação) que ajude a Comissão a melhorar o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

Peço a Secretaria que autue a documentação *(falha na gravação)* encerrar os nossos trabalhos aqui no Estado de Minas Gerais, agradecendo a participação *(falha na gravação)* que colaboraram para que os objetivos desta Comissão pudessem ser alcançados aqui no Estado de Minas Gerais, ampliando a nossa visão sobre os problemas que afligem a comunidade do nosso País, sobretudo esta *(falha na gravação)* Comissão Permanente do Congresso Nacional *(falha na gravação)* com a necessidade de se combater a violência no campo.

Agradecemos aos depoentes de hoje. Queremos agradecer a Câmara de Vereadores, através da sua Vice-Presidente, Fátima Pereira Macedo, que nos honrou com sua presença *(falha na gravação)* nesta reunião. Muito obrigado Dr. Afonso *(falha na gravação)*, Roberto, ao Dr. Carlos Calazans, pela participação nos debates de hoje, e também ao Alexandre Vieira, Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais.

Estamos encerrando esta reunião, certos de que a visita a Minas Gerais traz uma grande contribuição para o diagnóstico que esta Comissão pretende realizar sobre a estrutura fundiária brasileira.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

Ata da 35ª Reunião realizada em 17 de maio de 2005.

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e vinte minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e com as presenças dos Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Siba Machado, Ana Júlia, Valdir Raupp, Pedro Simon, Juvêncio da Fonseca, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita, Ney Suassuna e os Deputados João Alfredo, Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Marcelo Siqueira, Josué Bengtson, Luci Choinacki, Jamil Murad, Adão Pretto, Anselmo de Jesus, Max Rosenmann e Dr. Rodolfo Pereira membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores, assim como os movimentos de proprietários de terras". Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura das atas anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. Após, a Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir a exposição do senhor Dr. Cláudio Lemos Fontelles, Procurador Geral da República, sobre o tema "Violência, Justiça e Impunidade nos Conflitos Agrários", passando a ler o curriculum do Senhor Procurador-Geral. Após, o Deputado Abelardo Lupion pede, pela ordem, para entregar documentos à Comissão relativos ao inquérito policial feito da Comarca de Abreu, no Paraná, onde houve várias torturas contra proprietários pelo Movimento dos Sem Terra, bem como uma relação de mortes com as devidas elucidações para posterior análise. A Presidência solicita à Secretária as providências necessárias para a autuação do referido documento. A seguir, o Senhor Presidente convida a Dr. Cláudio Lemos Fontelles para tomar assento à Mesa dos trabalhos, concedendo-lhe, em seguida, a palavra para iniciar a sua exposição. Após, a Presidência concede a palavra ao Relator para fazer suas indagações. Pela lista de inscrição, fizeram uso da palavra para indagar ao Dr. Cláudio Fontelles os parlamentares Abelardo Lupiom, Ana Júlia Carepa, Sibá Machado, Zé Geraldo, Eduardo Suplicy, Pedro Simon, Romeu Tuma e Juvêncio da Fonseca. Prosseguindo, a Presidência informa que há quorum para deliberação, consultando aos membros presentes se poderão ser colocados em votação os requerimentos que se encontram sob a mesa. Havendo consenso, o Senhor Presidente passa a leitura dos requerimentos. Foram aprovados em bloco, por unanimidade, os seguintes Requerimentos: **Req. nº 142**, de autoria do Dep. Adão Pretto e outros, requerendo a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Waldir Copetti Neves, Tenente-Coronel da Polícia Militar do Paraná; **Req. nº 143**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. João Della Torres Neto, investigador particular no Estado do Paraná; **Req. nº 144**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico do Sr. Adair João Sbardella, Policial Militar do Estado do Paraná; **Req. nº 145**, de autoria do Dep. Anselmo, solicitando a convocação do Governador Ivo Cassol para prestar depoimento a esta Comissão; **Req. nº 146**, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, requerendo seja convidado o jornalista Lúcio Flávio Pinto para prestar informações a esta Comissão sobre a grilagem de terras no Estado do Pará, em especial, a promovida pelo Sr. Cecílio Rego de Almeida, dono do Grupo C.R.Almeida; **Req. nº 147**, de autoria do Deputado Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Ricardo José Derbes, Policial Militar da reserva do Estado do Paraná para prestar informações à Comissão; **Req. 148**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Adair João Sbardella, ex-Cabo da Polícia Militar do Estado do Paraná para prestar informações a Comissão; **Req. nº 149**, de autoria do Deputado Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Nereu Paschoal Moreira, Policial Militar da reserva do Estado do Paraná para prestar informações a Comissão; **Req. nº 150**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requrendo a convocação do Sr. José Valdomiro Maciel, Policial Militar da reserva do Estado do Paraná para prestar informações a Comissão; **Req. nº 151**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. João Della Torres Netto, investigador particular no Estado do Paraná para prestar informações à Comissão; **Req. nº 152**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Tarcísio Barbosa de Souza, Secretário Executivo da Comissão de Política Fundiária da Federação da Agricultura do Estado do Paraná para prestar informações a Comissão; **Req. nº 153**, de autoria do Dep. Anselmo, requerendo a realização de diligências, inspeções e audiência pública na cidade do Amapá; **Req. nº 154**, de autoria do Dep. Adão Pretto e outros, solicitando ao Presidente do Incra, Dr. Rolf Hackbart relatório realizado pela Superintendência do Amapá sobre grilagem de terras públicas no Estado; **Req. nº 155**, de autoria do Dep. Adão Pretto requerendo a convocação do Senhor Aldimir Lima Nunes, também conhecido por Branquinho para prestar informações a Comissão; **Req. nº 156**, de autoria do Dep. Adão Pretto, solicitando informações ao Diretor da Polícia Federal; **Req. nº 157**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Francisco Carlos Borges, proprietário rural da Fazen-

da Santa Filomena do Estado do Paraná para prestar informações à Comissão; **Req. nº 158**, de autoria do Dep. Adão Pretto, requerendo a convocação do Sr. Marcos Degraf, Presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa do Estado do Paraná para prestar infomações à Comissão; **Req. nº 159**, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, requerendo visita da Comissão às Comunidades Indígenas da Área Raposa Serra do Sol, em Roraima; **Req. nº 160**, de autoria do Dep. Rodolfo Pereira, requerendo seja realizada visita a Comunidade Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, para discussão da questão eminente de violência entre a sociedade, polícia, índios e não índios; **Req. nº 161**, de autoria do Senador Siba Machado, requerendo oitiva, em audiência reservada, do Superintendente do INCRA no Estado do Rondônia em 2001, Sr. Renato Antônio Rodrigues, para esclarecer fatos referentes à expedição dos Termos de Declaração de Posse aos compradores de lotes na Fazenda Urupá, quando ele respondia pelo órgão no Estado; **Req. nº 162**, de autoria da Senadora Fátima Cleide, requerendo a convocação do Sr. Antônio Martins, vulgo "Galo Velho", para prestar esclarecimentos perante esta Comissão acerca da grilagem de terras no Estado de Rondônia; **Req. nº 163**, requerendo sejam solicitadas informações ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Governo do Estado de Goiás, o Governo do Distrito Federal e a Prefeitura de Goiânia, o primeiro na pessoa de seus coordenadores nacionais, Lúcia Barbosa e João Pedro Stédile e os demais nas pessoas de seus representantes eleitos. A Presidência informa que o Requerimento de quebra de sigilos bancário e fiscal do Sr. Luiz Antônio Nabah havia sido retirado na reunião anterior da Comissão, portanto, não sendo colocado na pauta para apreciação. O Deputado Adão Pretto apresentou requerimento solicitando inclusão na pauta para votação, entretanto, o Dep. Onyx pede para colocar em votação na próxima reunião da Comissão, a fim de ser explicado aos membros, sendo acatado. Ao final, a Presidência concede a palavra ao Dr. Cláudio Fontelles para suas considerações finais. O Senhor Presidente agradece a presença do convidado pela valiosa colaboração prestada a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião da CPMI da Terra com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

Submeto ao Plenário as Atas de reuniões anteriores. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, declaro-as aprovadas.

A reunião de hoje tem por objetivo ouvir o Dr. Claudio Lemos Fonteles, Procurador-Geral da República.

Pela ordem, tem a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Para contribuir com a CPMI e para que o nosso Procurador-Geral tome conhecimento, eu quero encaminhar aqui um inquérito policial feito da Comarca de Cândido de Abreu, no Paraná, onde houve várias torturas contra proprietários pelo Movimento dos Sem-Terra. Quando a juíza pediu que fosse instaurado o inquérito, a autoridade policial foi impedida de entrar no acampamento. Numa frase, ele alega que, por ordem do Secretário de Segurança do Governador do Estado do Paraná, nenhuma das Polícias, civil e militar, poderá exercer atividades contra os sem-terra. Logo, a investigação policial ficou de certa forma trancada no tocante a apurar as autorias dos crimes por inexigibilidade de conduta diversa. Então, eu gostaria de encaminhar esse inquérito para posterior averiguação.

Quando esteve presente aqui o Presidente da CPT – que também foram ouvidos em Curitiba –, na nossa audiência pública, eles fizeram uma denúncia muito grave de várias mortes praticadas por fazendeiros contra o MST. O nome das pessoas mortas estão em poder da nossa CPMI, e eu gostaria aqui de encaminhar a relação de cada uma das mortes, como ocorreu, com a devida elucidação de todas elas, que, em sua totalidade, foram feitas pelos próprios membros do MST.

Encaminho também à CPMI esses dados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Eu solicito à Secretaria que providencie a autuação dos documentos encaminhados pelo Deputado Abelardo Lupion.

O Dr. Cláudio Fonteles exerce o cargo de Procurador-Geral da República desde junho de 2003. Completou, em 2003, trinta anos no Ministério Público Federal. É mestre em Direito pela Universidade de Brasília e tem diversos trabalhos publicados na área de Direito Penal e Processual Penal. Como Subprocurador-Geral da República, grau mais alto da carreira, atuou junto ao Supremo Tribunal Federal na área criminal; coordenou a Câmara Criminal, em 1991, e a antiga Secretaria de Defesa dos Direitos Individuais e Interesses Difusos, em 1987. Foi ainda membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana,

destacando-se na luta pela demarcação de terras indígenas; e Presidente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, de 1983 a 1985.

O Procurador-Geral da República tomou posse em 30 de junho de 2003 para um mandato de dois anos. Foi indicado para o cargo pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 5 de junho. No dia 18 de junho, foi sabatinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que aprovou o seu nome por unanimidade. No dia 24 de junho, a indicação foi aprovada pelo Plenário do Senado. O Dr. Claudio Fonteles também foi o mais votado na lista tríplice informal composta pela Associação Nacional dos Procuradores da República, tendo sido escolhido por 68% dos votantes.

O Dr. Cláudio Lemos Fonteles tem 57 anos. Nasceu no Rio de Janeiro em 11 de outubro de 1946. Vive em Brasília desde os 14 anos. É casado. Tem três filhos. Católico, é membro leigo da Ordem de São Francisco.

Eu gostaria, nesta oportunidade, de manifestar a enorme satisfação em receber nesta Comissão o ilustre Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, que tem tido um comportamento de dignidade, com independência, oferecendo um exemplo maior capaz de contribuir para que uma instituição tão importante como essa recupere, de forma absoluta, a credibilidade diante da sociedade brasileira.

Lamentamos profundamente, Dr. Fonteles, que seu mandato esteja se esgotando. O serviço que tem prestado a este País é um serviço de relevância, sobretudo sob o ponto de vista daqueles que desejam a restauração da credibilidade na função pública no nosso País.

Gostaria de aproveitar a presença de V. Exª para aplaudir o acordo de cooperação assinado ontem pelo Ministério Público Federal com o órgão correlato italiano para combater a atuação da máfia e do crime organizado. Concordo plenamente com o que disse na celebração desse acordo: que tal acordo só terá sucesso se o Supremo Tribunal Federal mantiver o poder de investigação dos procuradores.

É com muita satisfação, portanto, que passamos a palavra ao Dr. Claudio Lemos Fonteles para sua exposição inicial, certos de que teremos uma contribuição da maior importância para os trabalhos desta Comissão.

O SR. CLAUDIO LEMOS FONTELES – Sr. Presidente Senador Alvaro Dias, Sr. Deputado João Alfredo, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, senhoras e senhores, a satisfação é inteiramente minha, porque, desde que assumi o cargo de Procurador-Geral da República, tenho me posto como servidor público e mormente no Parlamento creio que repousa a fiscalização de todos os atos daqueles que exercem o serviço público.

Aqui vim por diversas vezes, quer na Câmara dos Deputados, quer no Senado da República, quer em comissões mistas. Meu assessor parlamentar até disse que nunca trabalhou tanto neste biênio – ele está ali atrás, é testemunha e pode demonstrar isso. Mas penso que é o meu dever. Somos o quê? Somos o Ministério Público, não somos um ministério privado. No Ministério Público, o compromisso nosso é fundamentalmente com o povo brasileiro. E, sendo com o povo brasileiro – não há demagogia no que estou falando, não sou candidato a nada, estou indo embora, como disse o Presidente – é com aqueles que o representam. Acredito que o nosso País padece – isso é que tentei demonstrar, não sei se consegui nesses dois anos – porque precisamos criar instituições fortes, instituições que tenham a sua verdade nos determinados momentos históricos por que passa a vida.

Quero crer – e a minha postura procurou testemunhar isso, uma postura de equilíbrio, uma postura de fundamento – que todas as minhas manifestações procurei fundamentar. Por certo, pessoas discordam e devem discordar – é muito bom que as pessoas discordem –, esta é uma Casa exatamente onde há muita discordância, mas na busca de um consenso possível, como dizia maravilhosamente bem Alceu Amoroso Lima, quando fazia a distinção entre o que é uniforme e o que é uno: "o uniforme é terrível, porque é a supressão dos opostos". E aí é que pulula o ditador. E o uno não; o uno é a possibilidade do consenso dentro da divergência.

Então, nesse quadro é que procurei mostrar que é profundamente salutar para a democracia brasileira a existência de uma instituição em que o poder central, que é muito forte no sistema presidencialista, como sabemos todos nós, tenha os seus atos, as mais das vezes, questionados. E, quando não há possibilidade do acordo extra-judicial, que isso deságüe naturalmente onde? No Poder Judiciário. Entendo que assim se faz uma democracia real neste País.

O Ministério Público existe para isso. Costumo dizer que o Ministério Público é a voz da sociedade diante do Poder Judiciário. Essa voz pode falar em alguns momentos errados. Ótimo! Mas a pessoa contra quem falou essa voz tem todo o direito de questioná-la. E vamos fazer isso no palco, no foro adequado, que é o Poder Judiciário. Este Procurador-Geral procurou agir, nesses dois anos, dessa maneira.

Então, é meu dever vir aqui, Sr. Presidente. É dever do Procurador-Geral da República, sempre que convocado pelo Parlamento brasileiro – por suas Casas em conjunto ou por qualquer uma das suas Ca-

sas –, comparecer, prestar contas do que tem feito e ajudar. Foi isto que, em dois anos, Claudio Fonteles tentou mostrar: é fundamental a presença de uma instituição, que é da sociedade brasileira, no concerto da nossa democracia, questionando atos; de vez em quando, usando a tarefa difícil, dura, de acusar, de apontar crimes praticados por pessoas. Eu me lembro também e – e me pautei muito por ela – de uma frase muito importante, que não é um jogo de palavras, de Santo Agostinho: "Não tenho nada contra o pecador, tenho contra o pecado". E quando este Procurador da República porventura acusa um parlamentar que pode estar até aqui ou pode estar cruzando este corredor agora – ou acusa outras pessoas ou um ministro ou um cidadão, e um cidadão eu já acusei; no meu cargo agora não, porque é prerrogativa de função – saibam todos os senhores que eu não a faço contra a pessoa humana, faço contra o fato perpetrado pela pessoa humana, na esperança de que essa pessoa humana reveja seus atos.

Recebi qualquer parlamentar, inclusive parlamentares que acusei, e mostrei o teor da minha denúncia. Conversamos, com alguns por mais de uma hora, ponto por ponto, com tranqüilidade. Porque essa é a conduta que se tem que fazer, e as pessoas podem bem compreender os nossos atos.

Então, Sr. Presidente, já pontuando e prestando contas, que devo, à Comissão, recebi de V. Exª no dia 9 de março de 2005 – e o Relator pode acompanhar – o Ofício nº 37, de 2005, da CPMI da Terra, em que V. Exª pede, através do Relator, informações referentes a providências tomadas no âmbito do Ministério Público Federal, para apurar os fatos denunciados pelas reportagens veiculadas pela Internet, pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, de 22 de junho de 2004, sob o título: "Vendem-se Terras na Amazônia". O requerimento foi do Deputado João Alfredo. E o que fiz? Isso foi o que aconteceu no dia 9 de março. No mesmo dia, 9 de março, encaminhei à Procuradoria da República no Amazonas, aos cuidados do Dr. Ageu Florêncio da Cunha, que é o Procurador Chefe naquela Procuradoria. Foi-me informado pelo colega Carlos Henrique Dumont Silva, que cuida da área, que este fato trazido pelo Relator estaria ligado especificamente ao Estado do Pará. Mas informou ele, por oportuno, que tudo vem de uma manifestação do *Greenpeace*, para verificar a existência de problemas da mesma natureza envolvendo o Estado do Amazonas.

Do colega do Pará, Ubiratan Cazeta, recebi o seguinte ofício, de 03 de maio de 2005:

"Cumprimentando (...) o seu despacho, datado de 12 de abril de 2005 (...)

Remeteu o ofício o Senador Alvaro Dias.

"Informo-lhe que foi instalado nesta data, no Pará, e no âmbito da Procuradoria-Geral da República, Procedimento Administrativo nº 775/2005, visando a investigar os fatos decorrentes (...) veiculados pela Internet e pelo (...) **O Estado de S. Paulo**.

Está em apuração. Mas o que é mais importante é que venho agora recentemente, dia 26 de abril de 2005, formalizar em portaria a criação de uma força-tarefa integrada pelos Procuradores da República: Gustavo Nogami, coordenador da PR de Santarém, Pará; Carlos Henrique, da PR do Amazonas; Felício de Araújo Pontes Júnior, da PR do Pará; Heitor Alves Soares, da PR de Rondônia; Mário Lúcio Avelar, da PR de Mato Grosso; e Renato de Freitas Souza Machado, da PR de Marabá. Para o quê? Para o fim de realizar em conjunto com órgãos da administração pública federal ações concretas a desfazer e impedir o avanço predatório da fronteira agrícola na Amazônia, além de pôr cobro a outras modalidades de desmatamento ilegal. Há estudos técnicos mostrando um desmatamento violento nesta área.

Então é vital que se faça força-tarefa em conjunto com esses Estados todos da nossa Amazônia. E isso com algo que temos desenvolvido nesse início do meu mandato, outro ponto importante. Neste País, o sentimento corporativo não é fácil, é pesado. Leva ao insulamento das corporações, ao olhar enviesado, à competição, que não leva absolutamente a nada. O crime é profundamente organizado. Temos hoje um crime profundamente organizado. A criminalidade se contabiliza por isso, pela sua extrema organização, atingindo a todos os setores da sociedade brasileira. Inclusive até os mais altos setores da sociedade brasileira. E com o que se deparava o Estado brasileiro? Por que me deparei fortemente com isso? São as instâncias a cuidar da investigação criminal completamente distanciadas, quando não em uma guerra surda ou, se quisermos aliviar um pouquinho a expressão, um mal-estar declarado. O que procurei fazer nesses dois anos e, graças a Deus, com relativo sucesso, foi o Ministério Público aproximar-se das instâncias de investigação governamentais. Quais são elas? A Polícia Federal, o Banco Central, a Receita Federal, a Previdência Social. Hoje nós temos do Amazonas ao Rio Grande do Sul procuradores da República, auditores da Receita, delegados e agentes federais em unidades determinadas, cotidianamente investigando a Previdência Social. Isso se faz neste País hoje no dia-a-dia, porque não é brincadeira a luta contra a corrupção dentro da Previdência Social. Os senhores vão-me perguntar daqui a pouco: termina, Dr. Fonteles, em seis meses? Aí eu lhe direi: Senador, não sei quando termina, não. Temos é

que estar num quadro de contínuo enfrentamento com a enorme delinqüência neste País, sim.

Então, fizemos, Sr. Relator, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, e criamos essa cultura da integração, que, aliás, é fácil demonstrar com essa série de operações quem vem sendo realizada e o desmonte de vários e vários delitos do chamado "colarinho-branco". E com isso é fundamental que se faça essa terminologia do grupo de trabalho. Estamos em plena ação hoje nesta Amazônia, neste quadro da Amazônia com a Polícia Federal, os procuradores da República e com, evidentemente, servidores do Ibama num trabalho inicial de inteligência para, de futuro, desencadearmos efetivamente ações. Foi importante essa reportagem, e as respostas que demos foram essas.

Quanto ao Ofício nº 161, de 20 de abril de 2005, que diz respeito a denúncias formuladas e depoimento não sigiloso, tomada de audiência pública pela Comissão Parlamentar Mista da Terra, criada pelo Requerimento nº 13 – não sei se a que se referiu o Deputado Lupion –, o Tenente-Coronel da Polícia Militar, Sr. Valdir Copetti Neves, apresentou documentos que supostamente condenariam o Secretário Estadual de Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, e o Secretário Estadual do Trabalho e Emprego, Roque Zimmermann, em delitos. O que fiz eu? Instruí-o, em 20 de abril de 2005, e o encaminhei em 13 de maio de 2005 à Procuradoria da República do Paraná para que lá comece a investigação. O colega que está na base é muito mais fácil coletar provas, é evidente, mais célere, inclusive. Ele forma o quadro probatório, e, entendo, havendo envolvimento de autoridades por *(inaudível)* de função, aí me encaminha, e, se for de minha área de ação, eu examino o feito; se não é, eu mando para o colega regional que o seja. Então aqui a data, e passo às mãos de V. Exª isso.

Um outro ponto que V. Exªs vão indagar-me e eu também devo ser sintético nisso. Gostei muito de ter sido convidado para clarear um ponto que está sendo muito discutido, muito debatido, mas vamos jogar em termos bem claros – eu sei que aqui há representação dos Estados-Membros da Federação, o Senado, e senhores do povo e Srs. Deputados –, e diz respeito ao chamado incidente de deslocamentos de competência. Termo importante. Eu já me debrucei, e conclusivamente, sobre dois fatos. Para isso de logo temos que ter muita clareza. Esse incidente de deslocamento de competência tem que ser tratado com cautela por quê? Porque somos uma República Federativa. Então isso significa o quê? Em tirar do juízo natural, que é o Estado-Membro da Federação – Amazonas, Pará, Acre, Piauí, Maranhão, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Ceará – a apuração de um evento, e deslocá-lo para um foro federal. Em linha de princípio, isso não deixa de significar uma ruptura do pacto federativo. Foi na reforma do Judiciário, e eu defendo isto: a existência do incidente. E vejam que a palavra é incidente o deslocamento de competência. Surgiu amparada na Emenda nº 45 essa possibilidade.

Como disse, há alguns pleitos sobre a Mesa que já estão em tramitação e dois sobre os quais, conclusivamente, me pronunciei. O primeiro deles, que alcançou repercussão nacional, é o caso do Pará; o segundo, não tanto, foi provocado pelo digno membro, hoje aposentado, do Ministério Público paulista, Dr. Hélio Bicudo, a respeito da morte – se não me falha a memória – de mendigos em pontes do Estado São Paulo, em que me pronunciei pela negativa do ajuizamento do incidente, deslocamento de competência nessa situação, porque o Estado de São Paulo demonstrou, às claras, que seus serviços de Justiça, Ministério Público e Polícia desenvolveram um quadro compatível, investigatório, ou seja, não se tornaram inertes e aí redundou – inclusive já há denúncia de pessoas por crime de quadrilha ou bando, restando ainda, por alguns dados, o problema do homicídio, mas esse Estado da Federação não se quedou inerte.

Outro fato, de conhecimento de todos, é um incidente de deslocamento de competência que, eu, sim, propus no STJ, envolvendo a morte da Freira Dorothy Stang. E o Procurador-Geral fez isso a seu bel prazer? Não fez isso a seu bel prazer. Vou passar às mãos de V. Exª para que todos Parlamentares examinem a minha petição – pediria a V.Exª que fizesse chegar às mãos de todos os eminentes Parlamentares essa minha petição inicial. Aí estão as razões. Podem todos discordarem, não há nenhuma problema, mas não é algo posto de uma elucubração mental de uma fantasia do Procurador-Geral. Rapidamente digo-lhes quais são as razões. A primeira razão que demonstro é que, em acontecido, o inquérito passa a ser direcionado de uma maneira extravagante, para apontar qual é o fato claro. Quem elimina a vida da freira, começa a dizer que o fizeram a mando de um determinado cidadão que perderá a eleição para vice-prefeito municipal, da agremiação político-partidária do PT. Não fosse a presença do colega Procurador da República que ali estava e que depois se identificou – deixou aquilo tranqüilamente acontecer na delegacia de polícia do município – e pediu que aquele cidadão o acompanhasse e fosse depor na Polícia Federal, poderíamos ter um rumo de investigação não adequado. Mas lá na Federal, esse cidadão aí, muda completamente, traz a verdadeira dimensão dos fatos, o que é corroborado pelo que estava ao seu lado e se desfaz aquela linha

inicial de investigação que não tinha nem pé nem cabeça. Esse é o Ponto um.

Ponto dois: na Justiça do Estado do Pará, a Freira Dorothy Stang tinha contra si uma acusação, recebida em juízo, em que era colocada como mandante de uma quadrilha de assassinos. Ora, esta senhora de idade já avançada? Isso que quer dizer? Nada. Isso não quer dizer nada. Também pode ser uma mandante de uma quadrilha de assassinos? Acontece que essa senhora estava no Estado do Pará há mais de três décadas, ali vivendo desse trabalho. Opção de vida de cada um. Como é que, quando ela passa a lutar – que é uma coisa a meu juízo correta – pelos programas de desenvolvimento social em que visa dar a chance àqueles que não têm o acesso à terra a ter uma pequena porção de terra e ali trabalhar, ali tirar seu sustento, ali educar seus filhos, ali dar alimento para os seus filhos, quando começa essa luta, ela se transforma em mandante de quadrilha de assassinos?

Fato três: os meus colegas Procuradores da República, zelando pela Federação, oficiaram, durante mais de ano – antigamente um ano ou um pouco mais –, aos colegas do Ministério Público do Estado, às autoridades dos Estados para que tomassem providências para garantias de vida desta Freira. E nada se tinha. E tudo está aí, Sr. Presidente.

Fato quatro: o interrogatório desta Freira como mandante. A própria juíza, ao findar o relatório, encaminhou ofício ao Secretário de Segurança, requisitando proteção de vida a essa Freira.

Fato quinto: a OAB do Estado do Pará seguidamente também oficiou às autoridades de Segurança Pública do Estado pedidos de proteção à vida.

Srs. Parlamentares, este Procurador não está fazendo um pleito calcado em divagações, mas trazendo fatos.

Encaminhei à eminente Senadora Ana Júlia Carepa, que estava cuidando da Comissão Especial externa, um ofício – vou-lhe passar às mãos também, Sr. Presidente – que demonstra que, na companhia do Ministro Márcio Thomaz Bastos, fomos ao Estado do Pará. Fizemos audiência pública. Pela primeira vez, se viu um Procurador-Geral da República fazendo audiência pública em Altamira. Tratou-se de uma audiência pública com todos os setores: fazendeiros, trabalhadores rurais; todos os setores, todas as visões ideológicas. Eram mais de 300 pessoas, e expusemos aquilo com tranqüilidade. O Ministro Márcio fez também sua exposição. Estivemos no Parlamento Estadual, estivemos com a Magistratura estadual, estivemos com o Ministério Público estadual, estivemos com organizações não-governamentais. É até meio inusitado um Procurador-Geral da República sair do seu gabinete e ir para um município.

No caso da Irmã Dorothy, fui a Altamira; estive lá ouvindo. Mas temos que nos envolver. O Ministério Público também é esse envolvimento.

Na ocasião, numa reunião com o próprio Governador, com o próprio Secretário de Segurança, a Polícia Federal tinha apreendido – isto é importante para esta Comissão –, na famosa região do meio do rio Iriri, um dos grandes pistoleiros da área, que tinha a alcunha de Branquinho. A Polícia Federal entregou esse cidadão preso ao Estado. Depois de 48 horas, esse pistoleiro fugiu pela porta da frente da delegacia.

Isso é um fato, Srs. Parlamentares. Não estou inventando nada. Isso são fatos. A Polícia Federal prende um homem que é o cabeça, porque, neste País, esse é o ponto. Não adianta ficarmos prendendo o "zé mané" da rua, não. Tem-se que combater a alta criminalidade na cabeça, não no dedão do pé.

Quando se pega um dos cabeças e se prende, como essa pessoa, 48 horas depois, sai pela porta da frente? A Polícia Federal novamente prendeu esse cidadão, no Estado do Ceará, numa praia, tomando banho de mar.

Esse é o ponto, Srs. Parlamentares, de muita cautela e a razão, além de outras tantas, que fez este Procurador ajuizar o incidente de deslocamento de competência.

Os Srs. Senadores são os representantes dos Estados, e desejo dizer para o Estado membro que ele é profundamente ineficaz, e a Federação faz uma intervenção, como eu ouço uma crítica aqui e acolá, dizendo que a resposta é não. Este Procurador-Geral, ao fazer isso, não está com teorias, não, com outras finalidades, não. Está dizendo para o Estado membro que, nesse caso, ocorreu uma falha efetivamente grave, porque a União vai responder por isso em fóruns internacionais, e é a União quem vai pagar, não é o Estado membro, não. Nesse caso, houve uma falha do Estado membro.

Prestem atenção, Srs. Senadores. Falo mais para os Srs. Senadores porque representam mais diretamente a linha do Estado membro, e os Deputados, mais o povo, como sabem. Mas todos os Parlamentares devem prestar atenção.

Este Procurador diz o seguinte: esse caso há de vir para a Federação na esperança de que, em casos vindouros, o Estado membro responda diferente. Esse é o sentido de eu ter me valido do incidente, senão não seria incidente. De sorte alguma, quero transferir totalmente a responsabilidade do Estado para a Federação. Pontuo para que, daí, se tire o exemplo. Isso é o que eu faço, isso é o que eu fiz.

Agora, recebi da eminente Senadora – não sei se recebeu o Presidente – um documento, mas há pontos que eu considero importantes na linha de colaboração.

Vou já cessar minha intervenção.

Gestionar junto ao Governo Federal para que promova a situação do Incra, com aumentos dos recursos financeiros, materiais e humanos ao Relator.

Concordo com todas essas sugestões que assinalei aqui.

Sugeri ainda a criação de varas agrárias federais, estaduais por meio de resolução ao Superior Tribunal de Justiça e resolução do Poder Judiciário estadual.

Sugeri a criação de promotorias e procuradorias agrárias por iniciativa do Ministério Público Estadual e Federal.

Sugeri aos Governos Estaduais a criação de polícias judiciárias estaduais especializadas em conflitos agrários, com varas profissionais que fiscalizem de forma efetiva a atuação das empresas de segurança particulares – isso é sério.

Sugeri à União e aos Estados que garantam o direito de propriedade das áreas produtivas – é claro –, legitimamente destacadas do patrimônio público para os particulares que estejam cumprindo o disposto no art. 186, ou seja, a função social da propriedade.

A marcação diz que eu estou aderindo, Sr. Presidente, a essas conclusões de colegas Parlamentares tanto do Senado quanto da Câmara.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eminentes Parlamentares, esta é minha abordagem inicial sobre o tema, mais uma vez, enfatizando que é com muito gosto, por ser meu dever, aqui estar e poder colaborar com esta Comissão, oferecendo algo de concreto para efetivamente melhorarmos a questão fundiária em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Muito obrigado, Dr. Cláudio Fonteles, especialmente pelas respostas oferecidas às indagações da CPMI, através de ofícios encaminhados.

Vamos passar imediatamente a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo, para que possa iniciar o seu questionamento.

Já estão inscritos, nessa ordem: o Deputado Abelardo Lupion, a Senadora Ana Júlia, o Senador Sibá, o Deputado José Geraldo.

Com a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, companheiros Parlamentares, Senadora Ana Júlia, nosso Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Lemos Fonteles, eu não poderia também como cidadão brasileiro perder a oportunidade de elogiar a atuação de V. Exª à frente da chefia do Ministério Público Federal.

Penso que a independência do Ministério Público, nesses dois anos em que V. Exª está à frente dele, na defesa da ética e da moralidade e no resgate da credibilidade da própria instituição são fundamentais num momento em que estamos, particularmente nesta semana, envoltos em tantas denúncias de corrupção.

A população percebe que há um órgão que tem sido, como disse V. Exª, um verdadeiro *ombudsman* da sociedade. Mais que isso: tem atuado na defesa desses princípios constitucionais. Portanto, eu não poderia deixar de fazer essa referência e também desejar que o substituto ou a substituta de V. Exª possa seguir na mesma senda já trilhada por V. Exª à frente do Ministério Público Federal.

V. Exª trouxe aqui alguns elementos em função de ofícios encaminhados, mas penso que temos algumas questões para V. Exª. Primeiro, uma matéria que foi publicada no dia 23 de fevereiro de 2005, pelo jornal **O Estado de S.Paulo.** Essa matéria faz referência a um relatório de agosto de 2003, produzido pelo Ministério Público Federal, que teria informado ao Governo Federal sobre a escalada do crime organizado na Terra do Meio. V. Exª acabou de se referir a isso. O documento responsabiliza pela violência seis empresários. Fala também das resistências que teriam surgido com relação à federalização do próprio inquérito sobre a morte da Irmã Dorothy. No documento citado aqui, se fala que a presença do crime organizado naquela região, entre os Municípios, principalmente de São Félix do Xingu e Altamira, teria se estruturado em duas fases – a primeira, na exploração intensiva do mogno e, a segunda, numa vasta rede de grilagem para fins especulativos, principalmente em função da suspensão da exploração do mogno.

Eu queria reiterar o pedido de que esse relatório pudesse chegar às nossas mãos até por conta de que a grilagem também está entre os objetos da investigação desta nossa CPMI, ainda mais no Estado do Pará.

A segunda, nós todos ficamos muito felizes com a decisão do deslocamento de competência para a área federal do caso da Irmã Dorothy. Acho que até um fato posterior a isso mostra essa necessidade: o juiz da cidade vizinha Pacajá, Deputada Ana Júlia, está prendendo as testemunhas do caso da Irmã Dorothy. Parece que o problema no Pará, permita-me V. Exª – evidentemente que V. Exª teria de se cingir ao caso em si – mas parece-me que ultrapassa o problema da Irmã Dorothy na medida em que há outras ramificações mais sérias naquela região.

Aproveitaria para perguntar a V. Exª como se encontra, vamos dizer, esse pedido de V. Exª no Superior Tribunal de Justiça, se já foi deferido ou não. É importante tomarmos conhecimento.

Outro episódio sobre o qual esta CPMI também se pronunciou sobre a federalização foi o episódio de Goiânia, onde uma desocupação forçada pela Polícia daquele Estado ocasionou duas mortes e há suspeita de mais, lembra-me aqui o Deputado Onyx, nosso Vice-Presidente. E nós ficamos absolutamente impressionados com o Sr. Secretário de Segurança primeiro porque, antes do episódio da ação policial chamada de Operação Triunfo, havia ocorrido uma chamada Operação Desassossego, em que, por 10 dias seguidos, a Polícia soltava rojões, a Polícia Militar do Estado, ligava a sirene durante todo o período da noite e da madrugada. E depois, no momento em que era questionado pela CPMI, o próprio Secretário de Segurança, em todos os momentos, justificou, defendeu, mais do que isso, elogiou a ação da Polícia dele. Então, nós achamos, até atendendo a um pleito dos movimentos sociais de Goiânia, que também deveria ser o caso dessa federalização.

O terceiro ponto que queria levantar para ouvir V. Exª é o problema das milícias armadas no campo, o que tem me impressionado muito. Há denúncias apresentadas na última visita que fizemos a Minas Gerais da existência no Triângulo Mineiro de uma união de defesa das propriedades ou dos proprietários rurais que, em seus estatutos, pregava mesmo a violência. No norte de Minas, mais precisamente na região de Montes Claros, houve uma ação da Polícia Federal que abortou uma operação de um fazendeiro que iria, vamos dizer, ameaçar entre aspas trabalhadores rurais acampados naquela região e até bananas de dinamite, entre outros armamentos, foram apreendidos pela Polícia Federal. No Pontal de Paranapanema também houve apreensão de armamentos pesados e até a prisão de um fazendeiro da região e o caso a que V. Exª acabou de se referir, em que o Coronel Valdir Copeti Neves, segundo dados da Operação Maço Branco, estaria envolvido com tráfico internacional de armas, com prestação de serviços a proprietários rurais, sempre utilizando armamentos pesados, alguns deles inclusive de uso exclusivo das Forças Armadas, muitos sem nenhum registro.

Como V. Exª tem visto, há esse trabalho da Polícia Federal de desarmamento das milícias armadas. Qual tem sido a atuação do Ministério Público Federal nesses casos?

As últimas questões estão muito mais ligadas ao nosso relatório, acho que é importante ouvir V. Exª, já que estamos tratando de violência e impunidade.

Na questão das varas agrárias, das promotorias agrárias, eu gostaria de ouvir a opinião de V. Exª acerca disso, e se seria importante para garantir a paz no campo a agilização do processo de reforma agrária e uma ação mais eficaz no combate às milícias armadas. E ainda, efetivamente, uma questão um tanto polêmica quanto à presença do Ministério Público no acompanhamento das ações de reintegração de posse, gostaria de saber se seria importante essa presença para evitar essas violências.

São essas as questões que queria abordar, sempre reiterando esse primeiro pedido, porque, efetivamente, V. Exª tem encaminhado, tem respondido a todos os pedidos aqui desta Comissão. Se eu não me engano, com relação a esse relatório citado... ainda não chegou às minhas mãos ainda. Acho que seria importante passá-lo a nós.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou passar a palavra ao Dr. Claudio Lemos Fonteles. O Relator fez uma série de perguntas, isso é para não acumular demais.

Com a palavra V. Exª.

O SR. CLAUDIO LEMOS FONTELES – Sr. Relator, chegou o número 1, então, fica prejudicado na nossa linguagem jurídica, não é?

O caso Dorothy Stang, quanto ao andamento, eminente Relator, hoje encontra-se com o Relator Arnaldo Esteves de Lima, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que está desenvolvendo a instrução do procedimento. Segundo soube, S. Exª já recebeu informações do Governo do Estado do Pará e parece-me que solicitou audiência dos próprios acusados. É o ponto que tenho até hoje. Aguardamos, então, a designação de data para julgamento, porque pretendo efetivamente, naquele Colegiado, fazer a sustentação oral, embora não seja o meu foro adequado, ou seja, o Supremo Tribunal Federal, mas ali eu iria fazer a sustentação oral. Está nesse pé.

Quanto ao problema da ocupação urbana em Goiânia, agora mesmo, dias 12 e 13 de maio, estive em Goiânia, a convite, participando do 1º Congresso de Direito Penal, promovido pelo Ministério Público estadual, e até debatendo o problema, que aqui foi abordado pelo eminente Presidente da investigação criminal.

Faço aqui um pequeno parêntese. Quando se sustenta que o Ministério Público tenha legitimação para investigar, vamos deixar uma coisa muito clara: com isso, não se está querendo – vê-se aqui e acolá, ouvem-se esses ruídos corporativos –, como eu diria há pouco, pelo amor de Deus, em nenhum momento, terminar com o inquérito policial. Inquérito policial tem que existir? Tem que existir.

Ponto dois: quem preside inquérito policial não é o promotor de justiça, nem é procurador da República; quem preside inquérito policial – isso é muito claro, foi

ótimo estar aqui hoje – é o delegado de polícia, estadual ou federal.

Agora, o que se acha hoje é que a Suprema Corte deste País já decidiu isto à unanimidade, e assim a Constituição e os senhores que foram constituintes, ou quem foi constituinte, assim o quiseram: neste País, o destinatário – prestem bem atenção no raciocínio – único de todo o trabalho investigatório chama-se Ministério Público. Não há outro destinatário. Investigam-se os crimes de ação pública para quem? Para o Ministério Público.

É tão simples e tão lógico. Então, como a instituição, que tem uma das suas vocações na linguagem da Constituição, tem uma de suas funções institucionais, ou seja, tem a sua razão de ser na manifestação em juízo, e só ela dá pretensão punitiva, como é que ela não pode, em alguns casos – não queremos delegacias –, investigar? É só isso. É tão simplesmente isso. E é logicamente isso.

É como se abrir uma guerra de corporações, que não tem que existir. Realmente, o que o Procurador-Geral tem feito, e isso está provado com os fatos, é um trabalho conjunto, como disse no início, nosso com a Polícia, com a Receita Federal, com o Banco Central, de sucesso absoluto.

Agora mesmo esse caso que estourou, dos Correios e tal, o que está acontecendo? Há um delegado trabalhando? Há um Procurador ao lado. É isso. Agora, em alguns casos, as coisas vêm documentalmente, como me vieram. Para que vou fazer um inquérito policial? Dou-lhes exemplo do hoje Ministro Henrique Meirelles. Chegou a mim a documentação suficiente, a meu juízo, para abertura de uma investigação. Que fiz? Coletei todos aqueles dados e abri a investigação.

Para que abrir inquérito se tenho aqueles dados? A partir deles, desenvolvo e depois concluo. Não precisa abrir inquérito policial.

É isso, senhores, só isso. Em alguns casos, o Ministério Público faz a investigação; no cotidiano dos casos, a Polícia. E, em outros, a Polícia faz a investigação com o Ministério Público, assim como a fazemos com a Receita, o Banco Central e a Previdência Social. Estamos criando uma grande teia.

Agora, em alguns casos, cada um desses órgãos e esta instituição, o Ministério Público, pode fazer a investigação por si própria. É só isso. Não há nenhum drama. Temos que acabar com esse conflito corporativo, que não tem a menor razão de ser.

Foi muito bom eu estar aqui hoje para poder clarear, mais do que nunca, esse ponto.

Eminente Relator, recebi, no dia 12, quinta-feira próxima passada, os manifestantes do caso de Goiânia. Reuni-me com os Procuradores da República que cuidam do caso – dois Procuradores da República e três Promotores de Justiça de Goiânia –, e orientei-os sobre toda a minha linha de argumentação e, se for o caso, para fazer um incidente de competência. E aí, os Promotores de Justiça e Procuradores da República estão – os cinco – a coletar vários dados para que eu possa fazer o meu juízo de propositura. Mas recebi manifestantes, conversei com eles e também com meus colegas. Foi agora, exatamente no final da semana passada.

Quanto ao problema das milícias...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Se V. Exª me permite, esta CPMI também aprovou requerimento para sugerir a V. Exª essa ação.

O SR. CLAUDIO LEMOS FONTELES – Quanto ao quarto ponto, milícias atuando no campo, qual é o caminho aqui? Falei de uma coisa fundamental: a inteligência policial. Acabou de chegar aqui o nosso eminente Senador Romeu Tuma, que sabe melhor do que eu o que é isso.

O caminho, meu caro Deputado, é um trabalho de inteligência policial, infiltração para desarticular. Não adianta irmos pontualmente ao Pontal do Paranapanema. Hoje se trabalha com inteligência policial e do Ministério Público para buscarmos a cabeça, aquilo que disse há pouco aqui, e sairmos da pontinha. Buscamos, com o trabalho de inteligência, detectar as ramificações e aí fazermos operações.

Por derradeiro, Sr. Relator, sou completamente favorável à criação de varas agrárias, de promotorias agrárias. E esse tema que V. Exª colocou como polêmico, penso que é fundamental.

Há muitos anos, aconteceu um fato muito sério que não ganhou – não sei se a mídia está ali atrás – a repercussão da mídia. Um outro ganhou, e desse pouco se falou. O que ganhou repercussão até internacional da mídia foi Eldorado de Carajás, até por que havia, parece-me, alguém que filmava.

Agora, houve um caso seriíssimo neste País, parece-me que em Corumbiara, Rondônia. Eu lá estive, onde houve uma operação de guerra. Pelotões da PM, madrugada, às 6 horas... Fiz um voto – depois aqui teria que ser xerox, só tenho isso aqui – no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana naquela ocasião, quando houve uma operação de guerra, militar, com PMs, encapuzados, obscurecidos, dos quais só se viam os olhos. Às 6 horas da manhã, entraram no acampamento e ficaram de 6 horas da manhã às 18 horas, 12 horas, com as pessoas, homens e mulheres, deitados, mãos na cabeça, cara ao solo, sofrendo sevícias... Isso aconteceu em Corumbiara. Pessoas foram mortas.

Aproximei-me de um menino de uns 12 ou 13 anos de idade e, depois, com muita calma, pude conversar com ele até que ele tivesse um mínimo de confiança em mim. Àquela época ele era mais ou menos como meu filho, o que me fez sentir-me um pouco tocado. Ele disse que vira ser eliminada uma pessoa com um tiro, ao se apresentar, quando um cidadão encapuzado, com uma lista na mão, falou seu nome. Era o pai desse menino. Isso foi feito. A partir daí, fiz essa minha manifestação em voto, que está aqui e depois lhe passo. Posso tirar uma cópia, porque só tenho esse aqui: Caso Corumbiara – Votos e Recomendações. São recomendações que fiz ao CDDPH. Então, eu dizia isso naquela época ao CDDPH, e foi aprovado.

Corumbiara, mesmo numa unidade urbana, um membro do Ministério Público, o Dr. Claudio Lemos Fonteles, promotor ou procurador, e os magistrados – eu gostaria que os senhores meditassem sobre isso – deveriam acompanhar, sim, a execução. Poderiam dizer que são muitos mandados. Está bem, é muita coisa, mas que tenhamos a sensibilidade da proporção do caso, e aí o juiz e o promotor, seja federal, seja local, promotor ou procurador... Sr. Presidente e Sr. Relator, minha posição é muito clara: tanto o órgão do Ministério Público quanto a magistratura, nesses casos maiores, deveriam acompanhar a execução de sua própria ordem e do seu próprio parecer. Deixo essa reflexão aos eminentes Parlamentares.

Acho que, com isso, respondi às suas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Dr. Claudio Fonteles, houve um equívoco da Secretaria: esse relatório solicitado pelo Deputado João Alfredo ainda não chegou.

O SR. CLAUDIO LEMOS FONTELES – Então é isso, porque eu estava com uma certa dúvida. Deputado João Alfredo, não é bem um relatório...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT-CE) – A matéria coloca cópias com papel timbrado da Procuradoria-Geral da República.

O SR. CLAUDIO LEMOS FONTELES – Digo aqui, nesse que está encaminhado a V. Exª, que encaminhei para a Senadora Ana Júlia Carepa no caso da comissão que foi criada: "Recebi, no segundo semestre de 2003, relatório em que colega Procurador da República – era o colega Mário Júlio – expunha-me, essencialmente, que mandados de prisão preventiva expedidos pela Polícia Federal permaneciam sem cumprimento". Este, eminente Relator, é o relatório. Não era assim de pontuar grandes coisas; era algo como uma manifestação, que eu mesmo chamei de relatório, deste colega a dizer dessa situação de impunidade. Destacava-se especificamente a dificuldade da prisão da pessoa que tinha a alcunha de Branquinho, temido criminoso da chamada "região do meio", no Estado do Pará. Eminente Relator, a partir desse relatório, o Ministro Márcio Thomaz Bastos e eu, para pôr cobro a essa situação de impunidade, viajamos ao Pará e fizemos essas audiências públicas com todos. Não é um relatório formal; o relatório é isso. O colega Mário Júlio dizia: "Olha, Fontelles, há impunidades, há essas situações".

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – É esse relatório que faz referência ao jornal **O Estado de S.Paulo**?

O SR. CLAUDIO LEMOS FONTELES – Sr. Presidente, isso responde a essa matéria de **O Estado de S.Paulo**, com perfeição. Para pôr cobro à situação de impunidade, tomamos essas medidas: o Ministro e eu nos deslocávamos, fazíamos audiências públicas...

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion.

Em razão do significativo número de inscritos, vamos limitar o tempo dos Srs. Parlamentares em cinco minutos. Peço que o cronômetro destrave o tempo porque o Dr. Cláudio Fonteles tem um compromisso e terá que se retirar da reunião.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pois não.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Eu só queria fazer uma proposta, até porque tenho uma audiência para discutirmos essa questão de varas na Justiça Federal...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Das varas agrárias?

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – É. Eu queria solicitar que fizéssemos as perguntas em bloco, ou seja, três inscritos fazem as suas perguntas e aí o Procurador passa a respondê-las.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu posso ceder a minha vez para a Senadora Ana Júlia, já que S. Exª tem uma audiência. Não há o mínimo problema para mim ceder a minha vez para S. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Logo em seguida será a vez de S. Exª.

Com a palavra, então, o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) **–** Dr. Cláudio Fontele, quem leva a vida dentro da lei e da ordem não tem nada a temer. E é óbvio que quando vemos alguns tipos de denúncias, como vimos na última revista **Veja**, no **Jornal Nacional** e no **Fantásti-**

co, com respeito ao problema de Rondônia, ficamos muito chocados.

Eu, quando assisti a essa reportagem, estava com meus dois filhos na sala e minha mulher. A minha filha teve uma crise de revolta como nunca tinha visto na minha vida. A minha filha é advogada, tem 25 anos, e teve uma crise de revolta, perguntando "Por que vocês não fazem nada quanto a isso? Depois, ficam nivelando todo mundo por baixo..."

Realmente, o Ministério Público tem prestado um grande serviço à Nação nesse sentido, para coibir abusos, e fazer essas investigações extremamente necessárias para que não coloquemos o joio e o trigo no mesmo saco.

É lógico que o nosso papel nesta Comissão é muito claro. Todos temos a consciência de que ninguém está acima da lei. E ninguém, sob hipótese nenhuma, pode tomar para si a responsabilidade de fazer Justiça com suas próprias mãos. E quanto a essa coibição, creio que esta Comissão tem conseguido... Muitas vezes, temos discussões muito sérias aqui de âmbito dogmático, ideológico. Mas penso que demos alguma contribuição à sociedade brasileira nesse sentido.

E é lógico que a coisa que mais afeta o Estado de Direito é uma coisa me choca muito: é não se poder responsabilizar as pessoas, é não ter a quem responsabilizar.

Faço a primeira pergunta a V. Exª: no caso, por exemplo, do MST, do MAST, desses movimentos todos, que não têm figura jurídica, que ficam se escondendo atrás da palavra "movimento social", mas, como vimos aqui – e faço questão de encaminhar esse material às mãos de V. Exª –, há essas denúncias de violência dos movimentos ditos sociais.

E quando começamos a ter qualquer tipo de constrangimento para fazer qualquer tipo de acusação, porque não é de bom-tom, ou começamos a relevar qualquer tipo de ato praticado porque, teoricamente, alguns entendem que o movimento é moral, creio que caímos numa armadilha muito grande, isto é, a armadilha de não fazermos o que juramos quando entramos aqui: legislar e fiscalizar.

E, obviamente, o Ministério Público é o grande aliado do cidadão, desta Casa, para poder fazer esse tipo de investigação.

E faço essa indagação a V. Exª para que nos diga, no caso desses movimentos, a quem responsabilizar, se esses movimentos não têm CGC, CPF, não têm sede constituída... Então, eles podem... Eles vão a qualquer tipo de debate, representando o Movimento. Eles vão ser recebidos pelo Presidente da República representando o Movimento. Sentam nessa cadeira em que V. Exª está sentado, representando o Movimento, mas o Movimento não tem nenhuma composição, não tem nenhum tipo de formação jurídica.

Isso, então, é muito grave. Nós não podemos relevar isso. Eu acho que o cidadão, seja ele quem for, tem que responder por seus atos. E esse é o grande problema. Por exemplo: quando o cidadão se sente ameaçado dentro de sua propriedade rural – e que ele faz o interdito proibitório –, ele não tem a quem responsabilizar. Há uma bandeira – MST – dentro do acampamento. Ele sabe que vai ser invadido por aquela bandeira. E daí? Mas não existe. Como é que você nomina esse tipo de cidadão? Como é que você nomina, se ele não tem nenhuma configuração jurídica?

Então, é a primeira pergunta que lhe faço.

A segunda se refere ao problema da marcha que, hoje, estamos presenciando aqui em Brasília. Eu não vou ler todo, mas gostaria de saber qual foi o gasto dessa marcha de Goiânia a Brasília, quem foram as fontes doadoras e quais foram as rubricas, em cada parcela de gastos, com seus totais parciais. E, no caso do Governo Estadual, Municipal e Distrital, que informe o valor total gasto com doações ou subsídios – se foram em dinheiro ou em bens e serviços. A rubrica orçamentária e a autoridade que autorizou o gasto, bem como o Parecer técnico-jurídico que instruiu a liberação dos recursos.

Isto, hoje, está amplamente divulgado no **O Estado de S.Paulo**: "Custo da marcha já chega R$5,5 milhões". E nós vemos dinheiro público gasto nisto aqui, com um movimento que não tem configuração legal, um movimento que não se tem a quem responsabilizar.

A terceira pergunta é a seguinte: vimos – eu até fiz a denúncia que me foi encaminhada pelo Sr. Prochet – que de todas as violências da relação de mortes cometidas pelo MST, com ampla divulgação, e que, amplamente divulgado na imprensa do Paraná, no dia de hoje, que um Delegado comunica à Juíza, através de um documento que vou lhe encaminhar às mãos, que não pode entrar no acampamento do MST porque o Governador e o Secretário de Segurança o proibiram. Isso uma autoridade constituída, uma autoridade policial. Que existe uma determinação para que a Polícia Civil e a Polícia Militar não façam investigação dentro desse Movimento. E nós estamos falando de tortura. Que o Delegado oficia à Juíza que não foi possível em função de uma determinação do Governador.

Eu, então, logicamente, estou pedindo informações a este respeito à CPMI para ver o que nós vamos faze, porque é uma prática extremamente perigosa, nesse sentido.

Então, gostaria de saber a sua opinião nesses três casos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Vamos ouvir a Senadora Ana Júlia Carepa.

Nobre Senadora, V. Exª tem a palavra.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, Dr. Cláudio Fonteles, que tem tido uma atuação muito firme e defendendo, realmente, os interesses da sociedade, quero lhe parabenizar pela postura, inclusive aqui colocada e justificada de uma forma correta em por que pedir a federalização. E é verdade o que V. Exª fala em relação aos problemas, principalmente quando se trata de mortes no campo, no Estado do Pará, em que os números colocados pela Comissão Pastoral da Terra... Por exemplo: só na região Sul e na região Sudeste, foram mais de trezentas mortes e infelizmente há menos de dez julgamentos, só em uma região do Estado.

Eu queria aproveitar o momento, Dr. Claudio Fonteles, para abordar uma situação, reiterá-la, porque sei que o Procurador da República do Estado do Pará, Dr. Felício Pontes, já lhe comunicou essa situação, mas não sei se V. Exª já aditou como argumentação que reforça o seu pedido de federalização por conta do desvio de função e dos desvios dos inquéritos que estão acontecendo no Estado do Pará.

Recebi, inclusive de advogados e da Comissão Pastoral da Terra, vários *e-mails* – a imprensa também noticiou – sobre uma imensa preocupação com as prisões que estão acontecendo. Um delegado da Polícia Civil da região do Xingu, Dr. Pedro Monteiro, que foi quem indiciou a irmã Dorothy, acusando-a levianamente de formação de quadrilha, agora pediu a prisão de vários trabalhadores rurais, vários que moravam no PDS, acusando-os de estarem envolvidos na morte de um trabalhador que foi morto no mesmo dia da Irmã Dorothy, o cidadão com a apelido de Cabeludo. E a polícia, desde o primeiro momento, juntamente com a assessoria de imprensa do Governo do Estado, tentou imediatamente criminalizar, dizendo inclusive que a viúva e a filha haviam identificado, entre outras pessoas, inclusive Geraldo Magela, de quem a polícia pediu indiciamento de prisão.

A Polícia Federal interrogou a viúva, interrogou a filha e elas negaram isso, mas continuam recebendo pressão, como os trabalhadores continuam recebendo pressão, como inclusive a testemunha do crime da Irmã Dorothy continua recebendo pressão. E uma dessas pessoas diz que acha que viu, por exemplo, Geraldo Magela, por conta inclusive dessa imensa pressão que eles têm recebido da polícia. E o Dr. Pedro Monteiro pede a prisão – e o juiz de Pacajá decreta a prisão preventiva – nos seguintes termos: de Luís "de tal", Cláudio "de tal", Mundão "de tal", porque aí ele prende quem ele quer.

Recebi um *e-mail* de um advogado que diz que, na frente dele, o delegado de Anapu prendeu um Luís, que escolheram a dedo – por coincidência foi a residência desse rapaz, desse trabalhador rural que foi queimada pelo Tato, a mando do Bida, antes da morte da Irmã Dorothy –, em cuja residência havia ocorrido uma reunião com o Presidente Nacional do Incra. Simplesmente esse Luís foi preso e, na presença do advogado inclusive, é lógico que o Luís ficou preocupado com a prisão dele, o delegado não teve nenhum pudor de dizer – e aqui estão aspeadas as palavras do advogado, de que ele confirma em juízo, em qualquer lugar, que o delegado Marcelo Luz falou isso – para o colono Luís Moraes de Brito: "Você pode ser mandado para o mesmo presídio do Tato e do Bida. E aí, hein?" Quer dizer, fazendo uma clara ameaça ao colono. Não sei se ele já foi solto, mas ele já estava há vários dias preso.

Então, Dr. Claudio Fonteles, eu lhe pergunto, como um defensor dos interesses da sociedade, como uma pessoa preocupada, que mais uma vez estamos vendo um desvio: em vez de ser utilizada a inteligência da Polícia, por exemplo, para investigar por que em uma Câmara Municipal tinha, até outro dia – eles só fizeram tirar da Câmara –, na sede da Câmara, uma rádio pirata; por que o Prefeito do Município de Anapu fez campanha dizendo que, se ganhasse a eleição, tiraria a irmã Dorothy; por que a Polícia não investiga a inteligência para pegar os cabeças? Na minha opinião, Tato, Bida são apenas alguns, mas não são todos os cabeças.

O que se pode fazer, Dr. Cláudio Fonteles? É uma situação desesperadora. A Polícia do Estado do Pará, setores da Polícia, infelizmente, criminalizam os trabalhadores. E isso é recorrente nas mortes no campo. Os mandantes ficam soltos. A coordenadora da Seção de Direitos Humanos da OAB do Pará, Drª Meire Cohen, falou para mim e várias pessoas que, quando ela estava em Anapu, um cidadão foi lá no meio ameaçar. Queria saber quem iria ficar no lugar da Irmã Dorothy.

Não entendo por que a Polícia não investiga esses cidadãos. Não é função do Exército, sabemos disso, ficar lá fazendo segurança; não é função da Polícia Federal a segurança do dia-a-dia. Mas existe um clima de pavor, existe um clima de temor, infelizmente, até incentivado por alguns vereadores, que fazem através das rádios piratas uma série de acusações levianas, criando um clima e tensão ainda maior e fazendo uma guerra na sociedade contra os colonos, contra o projeto de desenvolvimento sustentável naquela região.

Na verdade, Dr. Cláudio Fonteles, além de lhe cumprimentar, além de lhe parabenizar por suas ações

– e sei que o senhor deve ter tomado medidas – estou aqui reiterando a preocupação dos encaminhamentos da Polícia do Estado do Pará nesse caso específico. Parece até vingança. Esse mesmo Delegado foi acusado de ter recebido recurso e foi o mesmo Delegado a quem se pediu por três vezes que acompanhasse a irmã Dorothy. No dia que era para acompanhar, primeiro ele disse que não tinha carro nem gasolina, depois arrumou carro e combustível, disse que iria e no dia não foi. Não foi. Coincidentemente, a irmã Dorothy, no mesmo final de semana em que ele se recusara a ir, foi morta. E coincidentemente, na hora em que iam, conforme depoimento fechado prestado à Comissão Especial aqui, foi dito que ele foi visto no pátio da Câmara, com vereadores e o Presidente de sindicato de ruralistas e de madeireiros.

É necessário, Dr. Fonteles – estou aproveitando o momento –, para haver paz no campo, que a Polícia cumpra seu papel constitucional, que é dar segurança, e não segurança para grileiro de terra. Isso é um escândalo. Infelizmente, é o que tem acontecido no nosso Estado. E eu estou reiterando o pedido de providências.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Obrigado, Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra ao Dr. Cláudio Fonteles, para que possa responder, já que a Senadora tem que se retirar e vamos ficar apenas com dois Parlamentares apenas para as respostas. Depois, passaremos a ouvir três por vez.

O SR. CLAUDIO LEMOS FONTELES – Dr. Abelardo Lupion, o MST e o MAST não têm personalidade jurídica a quem responsabilizar. Se se trata de crimes, infrações penais, não se responsabiliza a pessoa jurídica; responsabiliza-se a pessoa física. Então, caracterizado que um grupo invadiu a casa de alguém, invadiu o Incra, depredou, quebrou, causou dano, lesionou servidor, esse grupo é identificado e processado criminalmente. Isso é bem claro. O fato de ser uma sigla não dá indenidade às pessoas que compõem essa sigla de responder por atos de ordem criminal e também de ordem patrimonial. É um movimento? Tudo bem, é um movimento, mas aqueles do movimento que se excedem e cometem ilícitos penais e civis são responsabilizados, sem a menor dúvida.

O senhor colocou a questão da marcha. É perfeito do trabalho parlamentar fiscalizar. Se há a notícia de que há uma verba de R$5,5 milhões de V. Exª para financiar essa marcha, tanto o Município quanto o Estado ou a Federação hão de responder ao Parlamento por um ato que é lídimo do Parlamento fiscalizar. E aí, se se detectarem respostas afirmativas, no meu caso, V. Exª pode encaminhar à área que diz respeito ao âmbito federal. Dela cuido eu, que a avalio. Não há problema nenhum porque V. Exª está usando o lídimo direito de fiscalizar os atos governamentais.

Com relação ao terceiro item, ocorre a mesma coisa. Parece que V. Exª está me encaminhando algo, não está? O Governador e o Secretário de Segurança, no caso, estariam obstando a ação. O que faço sempre quando se trata de autoridade? No caso do Governador, haveria co-autoria. O que deveria ser feito? Sempre que chega a minhas mãos qualquer representação contra pessoas que examino pela prerrogativa de função, abro o prazo de vinte dias, renovado por igual período, o que deixo fundamentado. Quando recebo a resposta, eu me manifesto. Aguardarei o encaminhamento de V. Exª, encaminharei o documento ao Governador, pedindo respostas a S. Exª também e, depois, avalio. Perfeito?

Senadora, realmente temos que aguardar a decisão do incidente. O primeiro ponto é realmente o Felício estar fazendo relatório. Veja que todo esse incidente que citei foi com base em um relatório de mais de quinze páginas dos meus colegas Procuradores da República. Ele realmente falou comigo e está me subsidiando com o novo relatório para eu, na sustentação oral, apresentar. Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Parlamentares, uma coisa prática que poderíamos tentar tirar disso é solicitar, quem sabe, a agilização do STJ nesse incidente. Informei que essa parte já foi feita, parece-me que a instrução já estaria concluída, de modo que se poderia aprovar uma moção – não sei qual o termo parlamentar técnico – para que o STJ julgue, tanto quanto possível, com brevidade esse incidente. É o que se poderia fazer. Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Com a palavra, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Dr. Cláudio Fonteles, eu também não poderia deixar de elogiar o brilhante trabalho de V. Exª neste momento. Tem ocorrido o que alguns membros da imprensa, ou seja, o inverso da autoridade anterior, é o "sem-gaveta", estou em todos os processos que passam por V. Exª são encaminhados. Já foi motivo de debate na tribuna do Senado o fato de V. Exª trabalhar de forma livre, leve e solta, sabendo da autoridade que tem, da competência do seu trabalho e da necessidade de levá-lo até o fim. Creio que V. Exª é muito respeitado por todos nós pelo trabalho que faz, inclusive sem olhar a cor, a raiz ou a história de ninguém. O cumprimento desse mandato tem sido realmente motivo de orgulho para Nação brasileira.

Dr. Fonteles, rodando o Brasil de cima para baixo com esta CPMI, acompanhando uma série de audiências, ouvindo pessoas, constatando fatos, uma série

de preocupações foram alimentadas, das quais ainda não tenho elementos práticos para falar, contudo preciso falar pelo menos enquanto são grandes desconfianças. Passamos pelo Pará, por Rondônia e por outros Estados, mas saí de Rondônia convencido de que existe no Brasil uma inteligência muito aprimorada para a questão da grilagem de terra. Dr. Fonteles, sai de lá convencido de que a inteligência chegou ao ponto de conhecer, como se conhece a palma da mão, os cartórios daquela região, a função das autoridades pública, policial e judicial, o problema das tendências econômicas futuras, usam-se muito bem, no meu entendimento, imagens de satélites, geoprocessamento de alta competência.

Tenho visto, Dr. Fonteles, que é muito brutal a profissionalização da grilagem de terras naquela região do País. Em alguns sobrevôos, ficamos impressionados com áreas eminentemente isoladas de tudo, de todos, distantes muitos quilômetros da primeira rodovia, da primeira cidade. No meio daquela floresta, já existem alguns rasgos de desmatamento sem nexo algum com qualquer processo de ocupação. Depois, descobre-se que há lá um pseudo-dono expulsando pessoas ou algum pretendente. Essa tem sido uma situação gritante.

Diante dessa primeira observação, faço uma pergunta: o que podemos fazer, Dr. Fonteles, para que possamos, pelo menos em alguns casos exemplares, agir devidamente para coibirmos o alto profissionalismo e colocarmos alguém na cadeia? Essa, de fato, é uma de minhas preocupações.

Outra questão preocupante, Dr. Claudio Fonteles, é a seguinte: para a região centro-sul brasileira, o tipo do conflito está-se dando em outra ordem. Nesta Casa, vi debate muito forte quanto ao fato de as Farcs estarem ou não treinando pessoas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou lhes passando ou não recursos financeiros, armamentos ou coisa parecida. Estamos vendo, Dr. Fonteles, exatamente outra coisa.

Aqui e em Minas Gerais, Dr. Fonteles, vimos que há um verdadeiro aparato militar paralelo de pessoas que profissionalizam o outro lado, colocando milícias muito bem armadas com intimidação. Essa tem sido uma grande preocupação.

Comparemos os métodos do MST com os métodos dessas pessoas, Dr. Fonteles, que, infelizmente, são tão profissionais e se escondem tão bem, que não vimos seus rostos. Quando vimos uma ocupação do MST, vimos quem estava lá, vimos todos os rostos, pois a ocupação é à luz do dia, é muito clara. As pessoas têm nome, falam, se apresentam, têm bandeira, cor e lema. Mas não vimos esse outro.

Até mesmo a UDR, Dr. Fonteles, desistiu e acabou-se juridicamente. Há somente alguns nichos da UDR. Não sei se é a UDR, não sei quem é. Não sabemos de quem são esses rostos. Esporadicamente, aparecem algumas pessoas.

Dr. Fonteles, tendo em vista a velocidade da Justiça para realizar alguns mandados de despejo, combinada com o que foi Eldorado dos Carajás, com o que foi Corumbiara, com o que tem sido uma série de massacres, com vítimas fatais, com o escárnio daquilo que é incabível para o atual pensamento predominante no Brasil, faço uma pergunta: o que podemos fazer para que a lei seja cumprida nesses momentos?

Pelo que me consta, só um oficial de Justiça pode cumprir uma ordem de despejo, e o papel da polícia é apenas dar garantia de vida. Mas não tenho palavras para o que ocorre.

Como podemos fazer numa situação como essa, Dr. Fonteles, para que a autoridade judicial possa ir ao local antes de expedir o mandado? Tenho uma preocupação muito grande, porque o integrante do Ministério Público do Estado de Pernambuco frisou que podemos resolver muitas dessas violências com intercâmbio, conversa e diálogo. Infelizmente, quando o juiz determina que se aja imediatamente, o cumprimento é uma coisa maluca. Quando é o inverso, Dr. Fonteles, é impossível conseguirmos uma velocidade dessa natureza.

Gostaria que nos desse um conselho de como podemos atuar diante disso, tendo em vista que V. Exª tem sido um observador da lei e um incansável cumpridor dessa lei. Gostaria de uma orientação de como devemos nos comportar daqui para frente.

Finalmente, no caso da reforma agrária, esta CPI tem uma missão inglória. Infelizmente, esse tem sido um tema que permeia o Brasil desde Pedro Álvares Cabral e sempre foi tratado, Dr. Claudio Fonteles, como caso de polícia. Não conseguimos tratar a reforma agrária com...

Fico assim pensando: será que devemos copiar os métodos de Emiliano Zapata, os métodos de Sandino, de Mao Tse-Tung, de Ho Chi Minh? De quem vamos copiar algum método? Devemos usar os métodos dos Estados Unidos ou Japão, com a força da baioneta, da bala do fuzil, ou como na Guerra de Secessão? Qual é o método adequado para o Brasil? Porque na tal da lei, da legalidade, não conseguimos ver a velocidade suficiente, e vivemos eternamente aqui nessa queda de braço de dizer quem é que tem razão quando se trata do tema reforma agrária.

A única coisa que peço de V. Exª é um conselho para uma pessoa que militou tantos anos nessa causa e continua muito bem.

Quero aqui parabenizar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), porque tem sido a única voz patente no Brasil para tratar deste tema.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Procurador Cláudio Fonteles, que já esteve em Altamira, onde reivindicou-se a instalação da Polícia Federal, cuja presença naquela região não havia. Hoje, a Polícia Federal lá está, prestando um serviço importante à sociedade daquela região. Na última vez em que estive com o Ministro da Justiça, S. Exª me disse que já existem os recursos garantidos para a construção da sede da Polícia Federal, uma vez que ela está instala numa casa que foi alugada para sua estruturação.

Ultimamente a situação do oeste do Pará, mais precisamente Anapu, tem vindo à tona nos debates aqui nesta CPMI, pelo fato da morte da Irmã Dorothy, morte presenciada por todos nós. Eu inclusive fui buscar o corpo da Irmã no dia de sua morte. Estávamos lá, na Reserva Verde para Sempre, a Ministra Marina Silva e eu, num dia de muita chuva, em que até as Toyotas tinham dificuldade para se mover. E eu queria apenas aqui expor algumas preocupações e pedir colaboração de V. Exª, porque hoje, de manhã, também estive na Casa Civil, onde expus minhas inquietações.

Estou pautando algumas questões que acho emergenciais, uma vez que, a partir da presença do Estado naquela região, a Polícia Federal e o Exército, se detectou algo anormal, pelo menos em áreas mais rurais no Brasil. Por exemplo, a partir da investigação da Polícia Federal na região e do próprio Ibama. Temos aqui uma matéria do dia 1º de maio, do jornal **O Globo**, cuja manchete é: "Ibama encontra 83 pistas clandestinas no Pará". Dessas 83 pistas clandestinas, 32 são na Terra do Meio, portanto só no Município de Altamira. Aqui levanta-se a suspeita de que haja processamento de cocaína, que haja tudo. Nessa Terra do Meio, já em 2002, foram apreendidas mais de 2.000 m³ de mogno, bem como avião nessas pistas. Quanto a esse mogno, foi dado a ele um destino através de um decreto do Presidente Lula. Essas pistas estão em operação. Minha preocupação é a seguinte: quando é que o Estado vai tomar providência para acabar com essas pistas clandestinas? Porque, enquanto elas existirem, são uma ameaça. Está praticamente comprovado que aqui há uma grande base do narcotráfico instalada dentro da Terra do Meio, uma coisa muito maior do que nós estamos pensando.

O **Liberal** do dia 30 de abril traz como manchete "Clima de guerra em Anapu". E aqui um representante dos produtores rurais, um senhor chamado João, diz textualmente que as armas que eles têm são muito mais poderosas do que as que os trabalhadores têm e que só estão esperando o Exército sair da região para começar de novo o confronto. O Exército já se retirou da Transamazônica; hoje, está apenas em Anapu. Fiz um ofício ao Ministério da Defesa. Hoje, reunido na Casa Civil, coloquei a situação, e nós não podemos retirar o Exército dessa região, a não ser que ele seja substituído por outra força. Tem uma proposta da força nacional, pelo menos enquanto o Governo não faz uma regularização fundiária, o que vai demorar um pouco, porque não tem como fazer regularização fundiária num continente desses em apenas três, quatro meses com a estrutura que o Incra tem hoje. Bom, eu penso que em situações especiais como a dessa região, as reivindicações que um Parlamentar faz, que um Deputado faz, precisariam ter uma atenção mais rápida, porque nós tínhamos lá na delegacia, no presídio de Altamira, um cidadão apelidado de Leto, suspeito de mandar matar a nossa maior liderança do movimento social, conhecido como Dema, há uns quatro anos. Esse cidadão, com muito trabalho, foi preso em Boa Vista, porque um informante que fazia parte do seu grupo resolveu delatá-lo. A Polícia o prendeu, levou-o para o presídio de Belém. Sem nenhuma explicação, esse cidadão foi parar no presídio de Altamira. Eu oficializei isso ao próprio Ministério da Justiça. A comunidade pediu a retirada dele de Altamira para o presídio de Belém porque é um cidadão altamente perigoso, já matou aproximadamente quinze pessoas, o Dema foi o décimo quinto que ele matou. Na semana passada, esse Leto, numa revolta lá no presídio, assassinou exatamente aquele informante com uma espada, um ferro; assassinou-o de forma brutal. Aí, sim, levaram o Leto para Belém. Uma pergunta: por que não levaram esse cidadão para Belém depois das várias manifestações feitas à própria justiça aqui em Brasília?

Então estamos tratando de uma situação muito grave, e algumas reivindicações que nós pautamos na mesa merecem atenção diferenciada, como por exemplo essa questão das pistas clandestinas: são 32 na Terra do Meio. Se nós demorarmos seis meses, um ano para resolver essa questão, naturalmente que isso daqui vai contribuir com crimes ambientais porque é por essas pistas que vão as motosserras, a gasolina, para derrubar a floresta, colocar a floresta no chão, retirar a madeira ilegalmente, expulsar os ribeirinhos daquela área. Então nós precisamos realmente entrar pelo lado... Realmente, sabemos que não dá mais pra ficar agindo sobre os efeitos. Precisamos agir sobre as causas.

Darei algumas sugestões, aproveitando a presença de V. Sª, que poderá, com certeza, contribuir com a

articulação, para que possamos manter a segurança pública federal, já que a segurança pública estadual naquela região – metade, pelo menos, para não errar –, além de estar envolvida com o tráfico, embora a população não acredite nisso, não tem condições de dar segurança alguma ao cidadão daquela região:

> – a permanência da força federal, se não o Exército, mas a força nacional, substituindo esses pelotões que foram aos Municípios ao longo da região;
>
> – a ampliação da Polícia Federal, com sua instalação em Itaituba, que está a 500 quilômetros de Altamira, mais a oeste do Pará; e em Novo Progresso, que está a mais 500 quilômetros da rodovia Cuiabá-Santarém.

Uma pessoa que faz uma declaração como essa em público deveria ser investigada e sofrer alguma sanção, porque, na verdade, ela está dando uma declaração daquilo que eles pretendem fazer e vão fazer, se sair de lá o Exército. A estrutura fundiária do Governo Federal não tem como, em dois, três ou quatro meses, levar a paz ao campo, porque só se leva a paz ao campo quando realmente se faz a regularização fundiária, que, numa região daquele tamanho, não é muito fácil.

Quero chamar a atenção para o quê? Essas questões precisam ser tratadas, sim, com uma velocidade maior e devem receber uma atenção maior, porque a situação no oeste do Pará realmente merece esse carinho das autoridades federais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Antes de passar a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, próximo orador inscrito, consulto os colegas de Comissão sobre os requerimentos existentes na mesa, pois há quorum qualificado para deliberação.

O tempo do Dr. Claudio Fonteles é reduzido. Se os Colegas concordarem com a aprovação em bloco desses requerimentos, poderemos submetê-los à votação. Há cerca de vinte e poucos requerimentos, sendo a maioria de convocação, de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, do Deputado Adão Pretto, do Deputado Anselmo e da Senadora Fátima Cleide. Há, ainda, pedido de visita a Roraima, alguns pedidos de informações à Polícia Federal e a outros órgãos e apenas três requerimentos que dizem respeito à quebra de sigilo bancário dos denunciados por formação de milícia armada no Paraná: Coronel Valdir Copetti Neves, João Della Torres Neto e o Sr. Adair João Sbardella. Os três pedidos solicitam a quebra de sigilo dos supracitados.

Há um requerimento do Senador Sibá Machado que foi retirado na última reunião, por solicitação, se não me engano, do Deputado Abelardo Lupion, ou melhor, do Deputado Adão Pretto, que dizia respeito a Nabhan Garcia.

Há outro requerimento que convoca o Governador de Rondônia, e também um requerimento dos Deputados Abelardo Lupion e Onyx Lorenzoni sobre os recursos com a marcha do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Tal requerimento requer que sejam intimados os responsáveis, primeiramente os coordenadores nacionais – Lúcia Barbosa e João Pedro Stédile – e os demais representantes de direito, a fim de que informem... É um pedido de informação.

O SR. – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Exatamente.

Então, submeto a questão aos colegas. Se concordarem, aprovaremos em bloco. Na votação de um por um, tomaríamos muito tempo do Dr. Claudio Fonteles. (Pausa.)

Se V. Exªs concordam com esse procedimento, estão aprovados os requerimentos apresentados, inclusive aqueles referentes à quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos três militares envolvidos em denúncia de formação de milícia armada no Estado do Paraná.

Esses são os requerimentos aprovados.

Concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, o Senador Eduardo Suplicy solicitou a palavra, porque tem um compromisso no plenário. Peço que lhe conceda a palavra. Falarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, agradeço ao Vice-Presidente, Onyx Lorenzoni. Tenho uma emergência no plenário, mas gostaria muito de transmitir ao Dr. Claudio Fonteles a minha admiração e o meu respeito por todo o seu procedimento na vida e como Procurador-Geral da República, sobretudo em virtude de algumas decisões nestes últimos dias.

Com relação ao que V. Exª mencionou, no episódio em Rondônia, a ação e a opinião firme de V. Exª certamente contribuíram para a decisão ocorrida hoje no âmbito da Justiça no sentido de que os próprios Deputados acabaram desistindo de sua atitude de proibir que fosse transmitida aquela fita. Está anunciado, pela própria **Rede Globo**, que a reprodução irá ao ar hoje à noite, inclusive novamente no **Jornal Nacional**, na íntegra naquele Estado. Essa é uma vitória daqueles

que lutam pela transparência da informação. A ação firme de V. Exª nesse sentido foi muito positiva.

No que diz respeito ao outro episódio mencionado por V. Exª e que tanto preocupa atualmente todo o Congresso Nacional bem como a opinião pública, sobre a questão dos Correios, avalio que é muito importante a atuação firme do Ministério Público, mas eu gostaria de formular uma indagação, como se estivesse "pensando alto".

No Congresso Nacional, está-se considerando a hipótese de instauração de uma CPI. Há muita experiência na cooperação do Ministério Público em CPIs. Obviamente, o trabalho do Ministério Público na apuração que a Polícia Federal fará no âmbito dos Correios, conforme os diversos exemplos que há pouco citou, será importante. Entretanto, há indícios de um relacionamento daquele episódio com o Parlamento, envolvendo, portanto, o Congresso Nacional, Parlamentares ou partidos políticos.

V. Exª, na sua experiência, avalia que seria recomendável haver a cooperação do Congresso Nacional na apuração completa desses fatos? Entende V. Exª que ainda deveríamos aguardar um pouco mais? O Presidente do PTB, inclusive, possivelmente, estará fazendo um pronunciamento a respeito do que precisa ser esclarecido. Pensa V. Exª que uma CPI, neste caso, poderia ajudar o Ministério Público a aprofundar essas apurações?

Relativamente ao objeto maior desta CPMI, Dr. Claudio Fonteles, e às ponderações que o Deputado Abelardo Lupion há pouco fez, tenho a convicção de que, quando um movimento social como o MST realiza uma ação caracterizada pela forma pacífica, na tradição de movimentos tais como as marchas que Martin Luther King realizava, que conseguiram transformar a realidade norte-americana, pouco depois das diversas marchas e da grande marcha de 28 de agosto de 1963, o Congresso Nacional norte-americano votou a Lei dos Direitos Civis e a Lei dos Direitos de Igual Votação, que eram os objetos fundamentais solicitados naquela grande campanha. E V. Exª sabe muito bem que, naquela oportunidade, Martin Luther King pediu aos seus companheiros que não admitissem o gradualismo, porque era importante que as transformações se dessem imediatamente, mas que jamais tomassem do cálice da vingança, do ódio, da violência e da guerra. Portanto, procurando persuadir os Panteras Negras – os *Black Panthers* – e tantos outros movimentos que já estavam como que incendiando bairros e fazendo as mais diversas formas de violência, com a forma pacífica por excelência, ele conseguiu transformar num movimento histórico de grande relevância para a história das civilizações.

Então, o MST organiza uma marcha de natureza pacífica que fala, como hoje há pouco, com o Presidente do Senado e da Câmara. Estão agora no plenário. Por essa razão, preciso estar lá, porque eu combinei de registrar o documento que eles aguardando. Eles comparecem ao próprio Presidente da República para expor seu ponto de vista, mesmo com críticas severas ao que consideram que precisa ser transformado.

Então, a preocupação do Deputado Abelardo Lupion. Será que há pessoas colaborando? Até a Prefeitura de Goiânia colaborou. O Governo do Distrito Federal está cooperando para que haja os banheiros móveis e organização do trânsito.

Como vimos hoje nos jornais, os manifestantes do MST presentearam a Polícia Rodoviária com bonés e o símbolo, a mochila da marcha, num ato até bonito de civilidade. Quer dizer, há essa preocupação com quem é que está financiando. Tudo bem! João Pedro Stedile e a coordenação vão dizer aqui. Diversas pessoas colaboraram.

Quero transmitir que eu acho essa ação tão positiva que eu, por exemplo, resolvi, no domingo, ainda ir lá e participar um pouco da marcha, dar as boas-vindas, como a Deputada Luci e os Deputados Adão Pretto e Zé Geraldo, todos que avaliamos que devemos até estimular esse tipo de ação.

Muito obrigado, Deputado Onyx. Infelizmente, não vou poder ouvir a resposta por um compromisso com o MST. Tenho que estar lá, pois eles estão-me esperando.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – V. Exª ouvirá a resposta depois pela TV Senado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Concordo com o que o Senador Pedro Simon falou há pouco da tribuna e que vou deixar para ele falar. Abraço inteiramente a sugestão que formulou ao Presidente Lula, mas que ele vai dizer. Só quero dizer que eu concordo com a sugestão que ele vai formular, e deixo para ele falar porque ele disse há pouco da tribuna do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Com a palavra o Dr. Cláudio Fonteles.

O SR. CLAUDIO LEMOS FONTELES – Pois não, Sr. Presidente. Com relação ao Deputado Zé Geraldo, também partilho da sua preocupação quanto à retirada do Exército e da Polícia Federal. Encaminhei ontem mesmo ao Ministro da Justiça um estudo feito por colegas do Pará, Felício e Ubiritan. É uma manifestação muito concreta do Procurador-Geral no sentido de que não se faça essa retirada, pelo menos naquela área de Anapu, enfim, uma área conflagrada ainda. Vou contatar o Ministro, nós temos um bom relacionamento. Acho que a área ainda vai ser mantida sob, vamos

dizer assim, essa orientação do Exército e da própria Polícia Federal.

Quanto ao tema da indagação do Senador Sibá Machado, acho que temos algo muito positivo. É claro que há paixões. Aqui neste Parlamento, há pessoas que aceitam e não aceitam, e é assim mesmo. Mas acho que, no caso da demarcação por forma contínua da área indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, conseguiu-se um passo muito importante. Deixo para reflexão de todos. Ganhou um lado? Ganhou o outro lado? Tenho a impressão de que não, embora possam dizer: não, eu perdi. Eu tenho a impressão de que não. O que se fez – e foi fundamental também a compreensão de todos – na área de Raposa Serra do Sol? Fez-se demarcação por forma contínua? Essa é uma luta em que eu estava, há 17 anos, envolvido. Há 17 anos! Fui caluniado quando dei um voto defendendo um trabalho muito bonito de Dom Aldo Mogiano, que hoje já não está mais no Brasil, está na Itália, já com mais de 80 anos. Eu dei um voto pelo qual defendi a demarcação de forma contínua da área. E defendi, portanto, o trabalho dele e essa linha, essa diretriz. Na ocasião, o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que era o Presidente do Conselho Federal da OAB, ligou lá para minha casa e disse "Sabe o que estão dizendo de você lá em Roraima, Fonteles? Que esse voto que você deu em BH, a Igreja Católica te pagou cinco quilos em ouro. Mas isso faz parte da nossa vida. As pessoas radicalizam... Mas não há problema. É isso. A vida é assim mesmo.

E, 17 anos depois, vi um sonho... Falou-se há pouco de Martin Luther King, e ele tinha uma frase bonita: "*I have a dream."* Eu tenho um sonho. E o sonho dele lá era que brancos e negros se unissem. E se ainda não se uniram plenamente, mas já há uma enorme tolerância. Há uma grande mídia nos Estados Unidos hoje que é negra, o que era impensável décadas atrás.

Então, nós vamos avançando devagarzinho. E eu acho isso muito importante. E como eu dizia, a Raposa Serra do Sol significou uma composição. Manteve-se a demarcação por forma contínua; os arrozeiros que ali estavam não foram retirados no dia seguinte, concedeu-se um prazo de um ano para que aquelas pessoas – que produzem! – colhessem a sua produção e depois se retirassem para uma outra área; manteve-se a sede do município, assim como foram mantidos alguns equipamentos básicos. Mas os índios tiveram reconhecido que aquela área contínua é deles. Por que é contínua? Porque, quem quiser eliminar uma civilização, basta criar ilhas, tornando um espaço físico descontínuo, o que o regime racista branco fez durante longos anos na África do Sul, criando aqueles bolsões, impedindo que os negros... mas Mandela não desistiu.

Então, é isso, ou seja, passa necessariamente por um grande diálogo. É difícil. Foram 17 anos nessa área.

Creio que o movimento social do MST, os produtores rurais, etc, têm que partir para o diálogo. Vai demorar muito tempo, é provável que demore mesmo. O que não pode acontecer é acirrarmos os ânimos. E uma coisa – quer de um lado, quer do outro – que é intolerável é a violência de qualquer forma. Violência não resolve absolutamente nada. Temos que exaurir, esgotarmos o processo de diálogo, por mais cansativo que seja.

Quando eu trabalhei no centro penitenciário, uma vez nós ficamos trabalhando por 12 horas seguidas para eliminar um levante. E conseguimos eliminá-lo! Teria sido muito mais fácil mandar a força policial invadir.

Recordo-me de um fato em que um secretário de segurança queria visitar – digo isso para que possamos extrair desse fato talvez um modelo de ação – o presídio. E, naquele momento, estava ocorrendo um levante. E esse cidadão ficou preso lá, brecado, na estrada, o Secretário de Segurança Pública aqui de Brasília. E nós, ficamos, o Diretor do Presídio, o Delegado e eu, horas discutindo com as lideranças. Realmente foram muitas horas, seis ou sete horas. E esse cidadão ficou muito nervoso lá. Depois, pacificamos o levante; começamos isso de manhã e terminamos no início da tarde. Aí, quando eu estava atendendo um preso, ele irrompeu abruptamente – ele era um coronel do Exército – na minha sala e disse: "Dr. Fonteles, o que a gente pode fazer com esse tipo de coisa? Isso não é..." Eu olhei pra ele e disse placidamente: "Sr. Secretário, olha, eu posso tentar mudar a vida de um homem em segundos, em seis minutos, em seis horas, em seis dias, em seis meses, em seis anos ou em sessenta anos. Posso não conseguir. Mas, por favor, nunca me tire o direito de tentar."

Então, é isso o que eu diria para o Senador Sibá Machado e para todas as pessoas políticas que pensam diferentemente. Isso faz muito bem. Mas há essa possibilidade. Aqui e acolá existem fatos... Eu celebro muito a Raposa Serra do Sol, apesar de alguns Parlamentares não concordarem comigo, mas eu a celebro muito, porque ali ocorreram concessões e foi possível, naquele momento histórico, um consenso. E acredito que todos verão que, depois, aquilo será extremamente útil.

É por aí o meu entendimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Procurador Cláudio Fonteles, eu também queria me somar no reconhecimento, nos cumprimentos ao desempenho que V. Exª tem tido no cargo que ocupa hoje.

Na audiência pública que fizemos no Estado do Paraná, surgiu uma denúncia muito grave, sobre a questão do sistema de vigilância, de escuta, que hoje é adquirido inclusive com recursos do Governo Federal, que é o Guardião.

E na denúncia que surgiu lá se disse que há o risco de que a autoridade pública, munida desse ou de outros equipamentos, se valha de uma prerrogativa para obter informações, para obter a possibilidade, inclusive de processos, contra o que todos nós lutamos, para que os direitos e garantias individuais fossem absolutamente respeitados no Brasil.

Houve inclusive, naquela audiência pública, a denúncia de que poderia haver escuta de parlamentares estaduais, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Houve a formalização, pela informação que tenho para V. Exª, de pedido para que o Ministério Público Federal investigasse. Depois, houve o depoimento aqui de um delegado federal, que era o responsável pela investigação na qual foi dado início ao processo que culminou na prisão do Tenente-Coronel do Paraná, e ele, em depoimento, disse que o sistema Guardião tem uma série de garantias para não ser usado sem a competente autorização judicial.

Discutiu-se inclusive aqui, e foram apresentados os locais onde eventualmente esse equipamento estava localizado, mas também se ventilou lá e aqui a possibilidade de que esse equipamento pudesse, em alguns Estados, ser usado como fachada: Estamos com equipamento onde, sem autorização judicial, não se podem fazer escutas, mas, por outro lado, existem outras equipes, outros processos pelos quais isso é feito.

Eu, particularmente, tenho recebido questionamentos, não apenas no Estado do Paraná, mas em outros Estados também, de pessoas que viram minha manifestação, naquele dia, em defesa das garantias e liberdades individuais. E nada é pior do que a possibilidade invasiva que o Estado, com seu aparato coercitivo de segurança, tem em relação à vida do indivíduo. E o século XX é pródigo em exemplos de episódios dessa ordem.

Então, eu queria reiterar publicamente, diante de V. Exª, o pedido para que, no Estado do Paraná e nos demais Estados, o Ministério Público Federal, do ponto de vista até preventivo, fizesse uma investigação, uma apuração de como se processa, hoje, por conta de secretarias estaduais de segurança, a administração desses equipamentos, e até onde esses equipamentos não funcionam como justificativa legal para que outras estruturas paralelas possam estar hoje cometendo irregularidades que afrontam os direitos e garantias individuais. Então, eu queria, preliminarmente, deixar isso colocado.

Queria, também, fazer duas observações em relação ao eixo da nossa CPI. A Lei nº 10.001, de 2000, obriga o Ministério Público a priorizar ações judiciais que tenham origem em investigações de CPI, devendo inclusive remeter ao Parlamento, 30 dias após o recebimento da denúncia, ou das investigações, do resultado da CPI, informações a respeito de ações tomadas pelo Ministério Público.

Na rotina, isso não é cumprido. Esse é o primeiro problema. O que o Ministério Público poderia fazer para que se tornasse mais eficiente esse acompanhamento? Uma das grandes razões do desgaste desse instrumento, que é um instrumento valioso no processo democrático, é exatamente a sensação que a sociedade tem de que "acaba em pizza". Esse "acabar em pizza" é, muitas vezes, pelo tempo que leva para que a investigação avance, por parte do Ministério Público, até que se ofereçam eventuais denúncias judiciais. Então, como se poderia garantir esse acompanhamento, a celeridade de uma resposta?

Outra questão. Devo apresentar um requerimento solicitando que se ouça uma parte em uma desapropriação no Estado do Paraná. No meu Estado, houve uma histórica. O Presidente Lula foi induzido a um erro gravíssimo na desapropriação da fazenda da família Southall em São Gabriel, que ocorreu no primeiro ano de seu Governo. O Presidente assinou uma desapropriação que, depois, a Justiça considerou irregular, aliás, ilegal pelo método como foi obtida.

Qual a sua opinião? Não seria interessante o acompanhamento pelo Ministério Público dos processos de desapropriação por parte do MDA e do Incra? O Incra tem, na sua história, um conjunto de desapropriações eivadas de irregularidades. Muitas delas foram contestadas e o instituto, derrotado judicialmente por conta de um processo em que não se respeita o que diz a lei. Não seria preventivo e até profilático o acompanhamento do Ministério Público desses processos?

Também nos casos das desocupações, não seria adequado que houvesse uma norma de acompanhamento nos Estados – normalmente, a força pública estadual é responsável pela reintegração de posse – por parte do Ministério Público? Voltando ao Paraná, já houve situação em que o Governador se negou a fazer uma reintegração de posse dos mananciais hídricos da cidade de Curitiba, que acabou sendo feito pela Guarda Municipal da cidade de Curitiba, com todos

os riscos inerentes. Se houvesse o acompanhamento do Ministério Público, esse Governador não teria de ter sido denunciado por descumprimento de ordem judicial, ainda mais para garantir fontes primárias de abastecimento de água em uma cidade da importância da capital do Estado do Paraná?

Há coisas como essa e outras. Esse é somente um exemplo, não estou lhe pedindo para que, neste momento, faça uma avaliação mais complexa dessas questões.

Quero entregar algo aqui, Sr. Presidente, pois também considero importante. Naquela audiência no Paraná, a Pastoral da Terra se referiu a um conjunto de pessoas que teriam sido assassinadas pretensamente pelo latifúndio. Naquela oportunidade, o Sr. Marcos Menezes Prochet apresentou um trabalho – e está gravado – dizendo que a maioria absoluta daqueles eventuais assassinatos no campo tinha sido cometida dentro do Movimento dos Sem Terra, por pessoas do Movimento dos Sem Terra, por milícias do Movimento dos Sem Terra. Pedimos que ele nos mandasse os documentos. Ele mandou esses documentos que, oficial e formalmente, quero passar às suas mãos. Aqui está o dossiê. Já também requeiro cópia dele para que a CPMI a envie ao meu gabinete para que eu também possa fazer uso pessoal desse material.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – V. Exª será atendido. Pedimos à Secretaria para autuar a documentação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por fim, Sr. Procurador-Geral, tenho apenas uma divergência em todas as suas falas até o presente momento aqui, quando o senhor disse que o MST... Aqui vi uma visão romântica do Senador Eduardo Suplicy sobre o movimento que não corresponde muito com a realidade. Podemos romancear para qualquer lado. Podemos romancear sobre a conquista e a luta pela manutenção da terra, a produção e o crescimento do País – são todos aqueles que têm direito de propriedade. Desconheço uma sociedade – o Século XX foi pródigo nisto também, de experiências de toda ordem, que V. Exª conhece muito bem... Queria que me apontassem um país, uma sociedade que conseguiu prosperar, ao longo dos últimos mil anos, que não respeitasse o direito de propriedade, principalmente nos últimos quinhentos anos. Eu gostaria de conhecer esse exemplo de prosperidade dessa sociedade onde o direito de propriedade não fosse legitimamente reconhecido.

Eu tenho um questionamento para lhe fazer, que é o seguinte. O MST – o senhor disse: se houver qualquer crime, responsabiliza a pessoa. E quando o movimento e atrás da capa da não-formalização do movimento – e são às pencas – há destruição de patrimônio público, há invasão de áreas públicas, quem foi responsabilizado? Eu quero uma responsabilização, e não precisa que sejam duas, ao longo dos últimos dez anos no Brasil sobre invasão de prédio público e retorno – porque prédio público não é do Poder Público, é da sociedade. Então, como isso funciona? "A marcha..." "A prefeitura deu dinheiro..." Mas deu dinheiro para quem, cara-pálida? Deu dinheiro de quem? Deu dinheiro com que autorização? Não há Lei de Responsabilidade Fiscal no País?

Ou seja, a situação de romancear movimentos... Eu acho que um País democrático e livre como o nosso, sob a égide do Estado de Direito, tem espaço para movimento de todo mundo, desde que esse movimento esteja sob as regras que são comuns a todos.

Por que deve haver movimento que não tem regra e para todo o resto tem de haver regra. Isso não lhe parece uma contradição?

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Pela ordem, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pela ordem, tem a palavra o Sr. Deputado.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu apenas solicitar a V. Exª que aquele requerimento que fiz pedindo a quebra do sigilo bancário do Dr. Nabhan fosse colocado em pauta, para o votarmos também hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Em uma postura de imparcialidade, adotamos o mesmo procedimento. Submeto à deliberação dos Colegas.

O que pede o Deputado Adão Pretto é a quebra do sigilo bancário do Sr. Nabhan Garcia Júnior.

Houve anteriormente a quebra do sigilo bancário da UDR.

Se os Srs. Integrantes desta CPMI concordam, aprovaremos o requerimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu só quero fazer uma ressalva porque o Parlamentar não está aqui.

Eu não veria problemas nisso. Contudo, quero preservar o meu companheiro de Partido, Deputado Abelardo Lupion, que solicitou quando foi feito esse pedido, na CPI do Paraná, que fosse submetido a voto.

Então, como Vice-Líder do PFL – S. Exª é o Vice-Líder do Partido – tenho de preservar a posição do Deputado Abelardo Lupion e, em uma próxima oportunidade, submetermos a voto.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Tem a palavra o Deputado João Alfredo, pela ordem.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Sr presidente, eu tinha entendido – e V. Exª me esclareceu – que nós votaríamos todos os requerimentos que estavam pendentes em bloco. Tanto é que eu entendia que seriam votados também... Votamos todos os referentes aos que estão envolvidos no chamado Caso do Paraná, do Coronel Copetti Neves. Evidentemente, nós votamos. E também, já que era um requerimento que havia ficado pendente da reunião passada para essa, o do Sr Nabhan Garcia.

Tanto é que acabei anunciando isso para a imprensa, porque foram todos os requerimentos que estavam com V. Exª, e do Nabhan estava junto também.

Depois, V. Exª explicou que tinha sido retirado na reunião passada. Penso que temos tido aqui... A CPMI tem feito esse trabalho da quebra dos sigilos, inclusive de todos os lados, digamos assim. E penso que a quebra do sigilo do Sr. Nabhan Garcia é fundamental.

Evidentemente, cabe a qualquer Parlamentar, como cabe ao Vice-Presidente, Deputado Onyx Lorenzoni, que efetivamente tome essa posição em defesa de seu colega de Bancada, mas tem sido favorável – quero até registrar isso – à quebra de todos os sigilos.

Evidentemente, aqui ele atua mais na defesa de seu colega, e aí eu entendo a sua posição. Mas eu quero reafirmar. E por que quero reafirmar isso? Pelas razões que tenho dito sobre o assunto. Estamos fazendo, dentro de tantos outros fatos que a CPMI está apurando, uma apuração sobre o problema das milícias armadas.

Nós tivemos aqui um episódio grave, que foi o episódio do Sr. Manoel Domingos de Paes Neto, que mentiu para esta CPMI. A delegada da Polícia Federal comprovou a mentira dele. Ele tinha feito um depoimento, dizendo que tinha sido convidado pelo Sr. Naban Garcia para participar de uma armação de uma foto de milícias armadas naquela região. Ele, que já tinha sido preso em outro momento com armamento pesadíssimo, negou-se a participar, vamos dizer, do espetáculo de formação daquela foto, daquela matéria, daquela reportagem. Depois, veio com a desculpa de que havia sido torturado para isso. A delegada veio aqui, trouxe o exame de corpo de delito, provando que não houve nenhuma tortura, que o trabalho da Polícia Federal foi executado de acordo com a lei. E eu penso, portanto, que nós teríamos que saber, até porque – evidentemente que, se não temos **quorum** não vamos deliberar hoje, eu havia entendido que havíamos votado – eu vou solicitar que, quando nós formos votar a quebra do sigilo bancário do Sr. Naban Garcia, vejamos uma fita de televisão que mostra, ao contrário do que foi dito aqui, de que o Sr. Naban não tem nada com o senhor Manoel Domingos, uma confraternização deles comemorando a libertação do senhor Manoel Domingues de Paes Neto. Isso é grave.

Evidentemente, aqui não somos irresponsáveis, levianos de dizer que todos os proprietários rurais são violentos. Absolutamente! Absolutamente! E até, de todos que falam aqui, nós temos que acreditar na palavra. No entanto, o fato de o Presidente Nacional da UDR comemorar, como nós vamos provar com a fita que será apresentada posteriormente, a libertação de um proprietário rural que sofreu dois processos, dois procedimentos, por conta, vamos dizer, de armamento, de violência – três procedimentos – então, nós necessitamos também dessa quebra, como estamos fazendo com todos. Acho grave a Oposição, não do Deputado Onyx, quero ressaltar aqui, mas a oposição do Deputado Lupion, para que possamos chegar a esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Não há necessidade de novas explicações, o Deputado João Alfredo já o fez. Mas, de qualquer maneira, como esse requerimento havia sido retirado, para não viciar todo o processo de votação de hoje, nós não o submeteremos antes da reapresentação pelo autor, o Deputado Adão Pretto, que o fez agora. Como há essa solicitação do Deputado Onyx, não há como votá-lo neste momento, mas ele virá para a deliberação na próxima reunião desta Comissão.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, quero reafirmar que não estamos pedindo quebra de sigilo bancário só por pedir. Temos essa prova que o Deputado João Alfredo apresenta, que realmente é a realidade e que precisa ser investigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pois não.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Pedro Simon, cedo a vez para V. Exª. Eu espero, eu troco. Assim, fico mais um pouquinho com o Procurador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Concedo, então, a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, a rigor, neste momento, não estou aqui por causa da Comissão. Estou aqui por causa do Procurador. Terminei de falar na tribuna, chamando a atenção para a hora e para o momento que o Brasil está vivendo e para as dificuldades que estamos enfrentando. E já há algum tempo estou dizendo que o problema do Brasil é a falta de referências. Vocês são jovens, mas nós mais antigos, na Igreja era Dom Evaristo Arns, Dom Helder Câmara. Na OAB era um bravo gaúcho que lá estava. Na ABI, o nosso companheiro chegou aos 100 anos. Hoje está difícil. As pessoas me perguntam: mas, e aí?

O que esse Senador está falando? O que esse cara está falando? Está falando. Mas o quê? Não sei.

Para mim, o Sr. Cláudio Fonteles é hoje, no Brasil, a figura mais importante, é o homem público de maior responsabilidade, é o cidadão de mais integridade, é a pessoa de quem não tenho dúvida alguma, seja o assunto que for que falar no jornal. Podemos ser contra ou a favor, mas o assunto é sério, e ele está encarando com seriedade e merece ser ouvido.

Vi o meu querido companheiro do Rio Grande do Sul falar em CPIs que viraram pizza, que não andavam! É verdade! A CPI, durante muito tempo, foi uma das melhores instituições do Congresso brasileiro, diria da vida pública brasileira. Nos momentos em que a Justiça brasileira não funcionava, em que a verdade não funcionava, em que os pobres não tinham justiça, porque quem é pobre nem vai à Justiça, em que os ricos, que têm um bom advogado, não são condenados nunca, naqueles momentos difíceis, o que funcionou foi a CPI.

Foi uma CPI que tirou um Presidente da República por corrupção. Foi uma CPI que tirou Parlamentares comprometidos com a vida pública brasileira. Foi uma CPI que denunciou os problemas no Judiciário. Foi a CPI do Poder Judiciário que, pela primeira vez, botou a nu as coisas que ocorriam e sobre as quais ninguém falava.

Mas, na verdade, a CPI ficou com fama de pizza, porque a CPI pode cassar um Presidente, pode cassar um Senador, pode cassar um Deputado, mas não pode processar um cidadão. Ela conclui o seu inquérito e o manda para um procurador, e o procurador é o senhor. Durante oito anos, houve um procurador que foi um arquivador. Arquivou tudo.

Com relação ao escândalo do Banco Central, mais adiante, condenaram-se a ex-Diretora do Banco Central e outro, mas o procurador mandou arquivar. O procurador mandou arquivar! Arquivava tudo.

A figura do Dr. Cláudio Fonteles mostra imparcialidade. Se quisesse criar fato político, se gostasse de manchete, se fosse antipático ao Governo, ele aceitava a denúncia de representação feita pelo PSDB e pelo PFL contra o Presidente da República, que, cá entre nós, não foi feliz em seu pronunciamento.

Apareceu na televisão, numa solenidade interna do Palácio, dizendo que uma pessoa muito importante, que seria o Presidente do BNDES, teria dito a ele que teria havido muito roubo e muita falcatrua na privatização de uma empresa. Aí perguntou para o Presidente da entidade: "Você já falou isso para alguém? Já conversou com alguém?" "Não!" "Não fala, não fala, porque nesse assunto não é para tocar!"

O PSDB e o PFL entraram em juízo dizendo que o Presidente da República, ao vivo, confessou que recebeu uma denúncia da maior gravidade e mandou arquivar. No entanto, o procurador entendeu o espírito da questão. Entendeu que não passava pela cabeça do Presidente da República mandar arquivar ou não. O Presidente ali quis, com infelicidade, dar uma demonstração de que não estava atrás disso, de que estava buscando a pacificação daquele assunto.

Fez uma denúncia contra o Sr. Antonio Carlos, de um troço grave, que eram as escutas telefônicas, o tribunal arquivou. Fez uma denúncia contra o ex-Presidente do meu Partido, Deputado Jader, e o tribunal aceitou. Fez uma denúncia contra o Procurador da República, e o tribunal aceitou. Fez uma denúncia contra o Ministro da Previdência, e o tribunal aceitou. Então, está cumprindo o seu dever.

Na verdade, até o dia 30 de junho, não vai ter nada na gaveta! Poderá mandar e deve mandar arquivar muita coisa, porque deve ser arquivada, ou mandar tocar o rumo e ficar numa boa.

Parece que, hoje, com a criação do Conselho, com o ritmo que se vai dar ao Poder Judiciário, parece que ele vai começar a funcionar. Mas vou dizer para os amigos: a Procuradoria-Geral da República nesses dois anos é qualquer coisa fora de série na dignidade, na seriedade, na formação, na maneira de ser. Entrei em juízo, e a decisão do Procurador foi contrária ao que eu pensava. Nós entramos em juízo achando que o Presidente do Senado era o culpado por não haver abertura da CPI. E S. Exª achou que era culpa dos Líderes. Mas eu tive que respeitar, porque é uma tese importante. Quer dizer, o espírito do procurador era absolutamente correto. Achava ele que a negação era dos líderes de cá. O que eu quero dizer é que, mesmo discordando, tu és obrigado a reconhecer que o argumento é certo, é justo e respeitado.

Eu sou testemunha porque – eu tive a honra de participar da sabatina –, durante a sabatina, S. Exª deixou muito claro que ficaria lá até completar dois anos. Muita gente não conhece a vida do Dr. Cláudio Fonteles, não sabe da vida privada dele, em que, nos fins de semana, sai como São Francisco a fazer o bem, a caridade. É uma pessoa fantástica. Os que o conhecem se emocionam com ele. Mas eu acho, com toda a sinceridade, que o Brasil não pode se dar ao luxo de ver, no dia 30, o Dr. Fonteles ir para casa. De repente, aparece um outro arquivador lá, e termina tudo o que foi feito, e começa tudo de novo.

E o que eu estranho, como falei a ti ao nobre Relator, é que não vi – eu acho difícil o Sr. Fonteles aceitar – nenhum gesto, nem de gentileza do Governo de pedir ao Procurador para ficar. Não vi um gesto

assim dizendo: "Olha, Mercadante, você que é Líder do Governo, vai lá conversar com ele, fazer um apelo para ele ficar". Eu não vi nada disso. Parece que está todo mundo doido para vê-lo pelas costas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Eu sou favorável à continuidade dele. E disse aqui no início da minha fala.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) **–** E muita gente do PT é favorável. Muita gente do PT é favorável! E eu vou dizer aqui que eu falo como irmão do Lula, eu o quero bem, eu gosto do Lula. Eu juro pelos meus filhos que a melhor coisa que o Lula devia fazer é deixar o procurador lá; a pior coisa que Lula pode fazer é colocar um "engavetador" lá. Com o "engavetador" não aparece mais nada. Engavetou, como o anterior, fica na gaveta, não aparece mais nada. Não acontece mais nada, mas também não tem condições de melhorar, não tem condições de avançar.

Então, aqui nesta Comissão, eu acho que nós não temos condições, no Brasil está difícil ter quadro *(inaudível)* e, numa hora como esta, chega o dia 30, e o Sr. Fonteles pega o chapéu, saí e vai cuidar dos colegas da associação São Francisco, e nos pegamos um "engavetador", que nós não sabemos quem vai ser e quem não vai ser.

Olha, meu irmão Fonteles, eu acho que tu tens obrigação de ficar. Está claro que tu não queres. Está claro! Já está chegando o dia 30, já estão escolhendo candidato, tu não movimentaste uma palha, não falaste com ninguém. Não falou para ninguém não, falou para todo mundo que não vai ficar. Todo mundo: jornalista, quer dizer, para muito gente ele disse que não vai ficar. Isso ficou claro. Mas eu acho que daria para fazer um movimento, com o Lula à frente dizendo: "Tu tens que ficar". Principalmente agora, que o Poder Judiciário, com um conselho que vai funcionar, vai ter uma nova realidade. Eu acho que nós não nos dar esse luxo. O nosso amigo Fonteles não se pertence.

Eu acho aqui que nós podíamos fazer um apelo e levá-lo adiante. Quer dizer, Oposição, Governo, todos os partidos, para que o Dr. Cláudio Fonteles continue na Procuradoria.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Obrigado, Senador Pedro Simon. Pela pessoa fantástica que é, como disse V. Exª, que tem autoridade para fazê-lo por conhecê-lo melhor do que todos nós, certamente, o Dr. Cláudio Fonteles não resistiria a um apelo do Presidente da República em nome do interesse nacional. Tenho certeza que não resistiria.

O Dr. Cláudio Fonteles tem uma audiência programada às 17 horas com o Vice-Presidente da República.

O Senador Romeu Tuma fará uso da palavra; depois, fica a critério de S. Exª, creio que os Colegas concordam com isso, o prosseguimento, ou não da reunião.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O nosso Procurador passou a ser um consultor aqui. Por tudo que vi, ele foi consultor mais do que...

Senador Pedro Simon, V. Exª me fez lembrar, agora, de Dom Pedro, quando disse: "Se for para o bem de todos e felicidade geral da Nação, diga ao povo que fico."

Tenho a impressão de que já conversei com V. Exª sobre isso. A Nação vai ter bastante saudade se V. Exª continuar com essa sua decisão que me parece envolve a própria família.

Nasci em 4 de outubro, no dia de São Francisco. Já estive conversando com o santo em um período difícil da minha vida, da minha saúde e vou conversar com ele outra vez para que o ilumine nessas suas caminhadas, para que V. Exª, em nome de São Francisco, pense na necessidade do povo brasileiro de ter um homem como V. Exª, de decisão, de visão, e para o qual é impossível a prática de uma injustiça porque tem Jesus no coração.

Trouxe aqui algumas coisas. Outro dia, **O Estadão** publicou: "MST ensinou PCC a fazer protesto." A revista **Veja** reproduz uma gravação entre os criminosos do Primeiro Comando da Capital em São Paulo.

O Juiz aposentado, que é uma pessoa muito correta e decente, pediu ao Ministério Público estadual, é claro, para que investigasse essa correlação. Não seria o próprio Movimento, mas alguém do Movimento estaria orientando essas manifestações públicas de protesto, de ajuda das famílias e tal, o que pode trazer uma conseqüência grave, na medida em que a criminalidade possa receber uma instrução tão avançada como o MST tem nessas marchas.

Até li aqui, enquanto ocorriam os debates, sobre o caso de Corumbiara, que acompanhei de perto. Vi aqui o Item nº 4 da recomendação de V. Exª sobre a competência institucional e **ipsis verbis** a descrição da carta encíclica de João Paulo II sobre o trabalho humano.

Então, temos uma compreensão mais profunda do que realmente é essa discussão sobre o problema da terra. Não vou entrar no mérito porque me servem de instrumento de meditação as colocações de V. Exª.

Há várias coisas ainda, mas não vou atrapalhar, não.

Quero apenas dizer, Deputado Onyx que, quando vim da Polícia Federal – V. Exª foi professor e seus alunos são brilhantes delegados hoje e elogiam a sua maneira de orientá-los –, fui trabalhar em algumas

CPIs e fui até Presidente de algumas delas. Aprendi um pouco sobre CPI, principalmente, na primeira de que participei, a dos precatórios. O que eu fazia? O Bernardo Cabral, que era o Presidente, determinava as missões de diligência, eu procurava a Polícia Federal e o Ministério Público para que tivéssemos a cobertura judicial da diligência. Sei que o Presidente da CPI tem o poder de Juiz, mas, se houvesse o respaldo imediato, o inquérito poderia ser aberto na medida em que se conseguissem as provas.

Então, vários inquéritos estão estourando agora, com condenações, porque uma ação dessa que V. Exª descreve de já comunicar o Ministério Público, independentemente da conclusão da CPI, pode ter abertura, é uma notícia crime, e, sem dúvida, nunca acabará em pizza, porque CPI nunca acaba em pizza, o que acaba em pizza, às vezes, é o processo, mas a CPI, não, porque ela tem as suas conclusões.

Então, que Deus o abençoe nessa sua caminhada e que o ilumine para que o senhor tenha felicidade na vida e escolha a melhor decisão para o senhor e para sua família.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

O Vice-Presidente José Alencar é nosso ex-Colega, conhece bem esta Casa e vai nos perdoar pelo atraso de alguns minutos em razão da visita do nosso Procurador, porque eu não posso deixar de conceder a palavra também ao Senador Juvêncio da Fonseca, que tem prestigiado esta Comissão.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT – MS) – Dr. Cláudio Fonteles, a minha palavra também se soma à de todos os demais Senadores, com referência ao perfil de V. Exª como profissional, como Procurador, um homem de resolutividade, de transparência e que é muito importante para todos nós. Segure este País, também, não abandonando esse posto de forma nenhuma, porque essa é a vontade do brasileiro.

O problema que vou abordar refere-se a Mato Grosso do Sul principalmente, que é o segundo Estado de população indígena do País, depois do Amazonas. É muito diferente a questão fundiária em Mato Grosso do Sul em relação a Amazonas. Lá, em Raposa Serra do Sol, há 1.700 milhão de hectares para 15 mil pessoas, parece-me. Já em Mato Grosso do Sul, com aquela questão de Dourados que V. Exª conhece, 3,5 mil hectares só para 11,5 mil pessoas, indígenas. Mas Mato Grosso do Sul está com a questão fundiária praticamente consolidada. Ali, com o crescimento da população indígena, naturalmente, essas aldeias ficaram confinadas, um verdadeiro campo de concentração, uma desumanidade com os nossos indígenas.

Então, como resolver essa situação? Essa situação tem que ser resolvida pelo Estado, objetivamente, não por meio das invasões, que estão sendo hoje insufladas, estão sendo hoje feitas, principalmente pela Funai – todo mundo sabe que a Funai estimula essas invasões – e pelo Cimi que também estimula essas invasões, algumas outras ONGs estimulam essas invasões. Infelizmente, determinados Procuradores da República também, lá em Mato Grosso do Sul, estimulam essas invasões.

E o que é pior: é difícil aceitar o entendimento do art. 231 da Constituição de que aldeia extinta não é mais terra indígena – a Súmula 650 do Supremo Tribunal Federal entendeu assim também – e não se pode, portanto, fazer demarcação de terra titulada a terceiro. Demarcação se faz em terras indígenas, que são terras ainda da União – tanto é assim que a ação demarcatória é simplista, termina com um decreto do Presidente, determinando o perímetro da demarcação.

No entanto, em Mato Grosso do Sul, acabou de ocorrer um fato – e isso eu queria expor para V. Exª –, em Antônio João. São nove mil hectares, oito fazendeiros e mais de sessenta e tantos proprietários pequenos de um distrito rural do Município de Antônio João, paralelamente à invasão industriada dos indígenas, como falei para V. Exª. Feita a reintegração de posse, deferida a reintegração de posse, começou a ação de demarcação administrativa, terminando as duas juntas.

Houve, simultaneamente, a execução de sentença da Justiça e o Presidente assinando uma homologação de demarcação daquela área. Ou seja, a quebra completa e total da ordem política constitucional. Para nós, um absurdo. E isso gerando o quê? O conflito agrário em Mato Grosso do Sul, por meio dessa questão da necessidade da expansão das terras indígenas.

Vendo isso, no ano passado, entrei com uma PEC, propiciando a possibilidade, com autorização legislativa, de que a União pudesse desapropriar terras de terceiros para fazer expansão de aldeamento, porque hoje se pode desapropriar para reforma agrária e para obras públicas, mas não há autorização legislativa para expansão de aldeamento ou assentamentos indígenas.

Essa foi a exposição que fiz desde o início com essa PEC para trazer justamente essa possível solução para esses conflitos.

Só pergunto a V. Exª, bem rapidamente: entende, V. Exª, que uma PEC como essa, autorizativa, de desapropriação para expansão de aldeia seja útil, ou vamos continuar com o incitamento das invasões de índios, de indígenas às terras tituladas, legitimamente tituladas e registradas, no sentido de trazer aquele

princípio ainda do indigenato, do princípio imemorial da propriedade dos indígenas?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Com a palavra o Dr. Cláudio Fonteles.

O SR. CLAUDIO LEMOS FONTELES – Respondo, em primeiro lugar, ao Deputado Onyx Lorenzoni. O problema do guardião e do abuso, sem dúvida alguma, Deputado, porque viola o direito à intimidade. Então, é muito sério.

Quanto a prestar contas à CPI, veja, Deputado, é bom que se cuide disso. O Senador Romeu Tuma falou muito bem disso. Há atribuições do Ministério Público Federal e atribuições do Ministério Público Estadual. A maioria das CPI é relacionada ao Ministério Público Estadual, trata de delitos localizados, interesse dos Estados. Vou enviar a esta CPI, para que lhes seja entregue... No meu caso, Ministério Público Federal, estamos prestando rigorosamente contas a CPIs já terminadas; estou pedindo, inclusive, ações da área federal que temos realizado referentes a CPIs já encerradas. Há ações que todos os Colegas Procuradores já realizaram fruto de CPIs terminadas. Eu me comprometo a encaminhar, provavelmente, no mais tardar, até terça-feira próxima, ao Presidente e à Relatoria o que diz respeito não só a esta CPI, mas às outras, para demonstrar o que temos feito quanto a esse ponto.

Estou inteiramente de acordo consigo – já falei isso e repito –, como disse o Senador Romeu Tuma, que o Ministério Público deve apoiar a execução de suas decisões. Estou inteiramente de acordo com isso.

Não vou, realmente – o meu irmão Pedro Simon se ausentou –, continuar. Não há mais como. Isso é uma coisa muito meditada. É uma decisão de família, com minha companheira de mais de 30 anos e com os meus filhos. É uma decisão da vida toda de um ser humano e de, realmente, de uma formação espiritual franciscana. E até li sobre isso recentemente. Quando São Francisco de Assis, com poucos companheiros – cinco – começou a restaurar a Igreja Católica, no sentido de voltar às raízes, e criou esta Ordem fabulosa, que é hoje mundial, naquela época ainda, por volta do ano 1200, num capítulo denominado **A Reunião** – e ela já começava a crescer, e crescer fortemente –, ele chegou à reunião e falou: "A minha missão está cumprida. Agora apresento o nome de Pedro Catânia – e há o nome Pedro Simon – para ser o seguidor da Ordem. E, realmente, as pessoas disseram: "Não, não, tem que ser você, Irmão." Ele falou: "A minha missão está cumprida. Agora tem que ser este nome que submeto a vocês. E eu volto para a minha humildade, volto para o meu trabalho silente."

Então, isso bateu em mim fortemente. Não só o lado muito familiar, como também esse lado de uma experiência religiosa que prima pela solidariedade e pela humildade.

Por isso, realmente, não façam nada, não. Não façam nada, porque, realmente, é uma coisa que já decidida muito fortemente no coração, que é a vida de um homem.

Deputado, V. Exª está certo quanto à distribuição de patrimônio. Claro, mas as pessoas têm que ser indigitadas, apontadas e punidas quanto a isso.

Quanto ao direito de propriedade a que se referiu o Senador Romeu Tuma, a nossa Constituição diz:

"Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;"

Por isso, o art. 5º diz que garantir o direito de propriedade é fundamental. Mas ele não pode ser absolutizado, porque logo abaixo vem que a propriedade atenderá a sua função social. E aí o trecho que colhi de João Paulo II, que nós todos celebramos, mesmo quem não é católico. É claro que não pode haver nunca aquela idéia do uniforme. E S.S. tem um texto muito bonito na **Laborens Exercens**, que quer dizer o exercício do trabalho. Que figura maravilhosa! Sua Santidade é um enorme exemplo para a humanidade e disse sobre o problema da Doutrina Social da Igreja:

"O Princípio a que se alude, conforme foi então recordado e como continua sendo ensinado pela Igreja, diverge radicalmente do programa do coletivismo marxista, proclamado pelo marxismo e realizado em vários países do mundo nos decênios que se seguiram à publicação da encíclica de Leão XIII. E, ao mesmo tempo, ele difere também do programa do capitalismo, tal como foi posto em prática pelo liberalismo e pelos sistemas políticos que se inspiram no mesmo liberalismo."

Nesse segundo caso, a diferença está na maneira de compreender o direito de propriedade precisamente. A tradição cristã – e aí, um pouco incorporado pelo texto constitucional da função social da propriedade – nunca defendeu tal direito como algo absoluto e intocável."

Eu falo aqui não somente de uma visão teológica e da Igreja Católica, mas de uma visão jurídica, do sentido da função social da propriedade.

E prossegue João Paulo II dizendo:

"Pelo contrário, sempre o entendeu no contexto mais vasto do direito comum de todos utilizarem os bens da criação inteira". Isso é muito bonito. Não é demagógico, não. "O direito à propriedade privada está subordinado ao direito, ao uso comum, subordinado

à destinação universal dos bens". É aí, nessa enorme faixa, que temos de vencer as nossas posições muito ambiciosas, muito egocêntricas, muito egoístas, e tentar começar a desenvolver o sentido da partilha. Se temos mais, podemos doar um pouco. Não é tudo, é lógico que não. O que é isso? Isso é pregar o marxismo fortemente. Quem é marxista pecou fortemente aí. Eu vejo assim.

Senador, estou inteiramente de acordo com a sua PEC, para finalizar. Se quiserem, eu volto outro dia. Não tem problema nenhum. É porque, realmente, agora eu tenho esse compromisso. Mas agradeço a todos pela paciência com que me ouviram, pelo momento rico de ouvir pessoas. Sempre nos enriquecemos com essa troca de idéias. Foi uma tarde muito positiva e gratificante para mim, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Parlamentares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Obrigado, Deputada Luci Choinacki, pela compreensão.

Dr. Claudio Lemos Fonteles, o Presidente Lula foi muito feliz ao indicá-lo. Creio que todos aplaudiríamos um momento feliz do Presidente se o convidasse a permanecer.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h03min.)

Ata da 36ª Reunião, realizada em 19 de maio de 2005 – Audiência Pública em Confresa/MT.

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinco minutos, no Plenário da Câmara dos Vereadores de Confresa Estado do Mato Grosso, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Deputados João Alfredo Relator, Teté Bezerra e Lino Rossi não membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". O Senhor Presidente Senador Álvaro Dias informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir as Exposições dos Senhores Senhores: MAURO SÉRGIO PEREIRA DE ASSIS – Prefeito do Município de Confresa/MT e Assentado do Projeto de Assentamento Confresa-Roncador; NERCI WAGNER – Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Confresa/MT; APARECIDA BARBOSA DA SILVA (Cida) – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa/MT; CACIQUE DAMIÃO – Representante da Área Indígena Maraiwatséde, no Município de São Félix do Araguaia/MT; LEONEL WOLFHART – Superintendente do INCRA em Mato Grosso; ALTAMIRO STOCHERO – Representante da Direção Estadual do MST no Estado do Mato Grosso. Inicialmente a Presidência fez uma exposição sobre os trabalhos já realizados pela Comissão no Brasil, fazendo ainda à apresentação dos outros Parlamentares presentes. Com a palavra ao primeiro expositor Prefeito Mauro Sérgio que fez um relato sobre os assentamentos em terras ocupadas no seu Município. Foi questionado pelo Relator sobre as Terras devolutas da Região, tendo o depoente explicado sobre os conflitos entre assentados/índios e também relatou que existem falsificações de documentos pelo Cartório de Barra do Garças. Foi interrogado pelo Presidente e pelos Deputados Lino Rossi e Teté Bezerra. O segundo depoente foi o senhor Nerci Wagner que foi inicialmente questionado pelo Deputado Lino Rossi, que quis saber do depoente quem era a pessoa chamada Gilbertão, sendo respondido que ele o depoente não tinha conhecimento sobre as atividades de Gilbertão. Ainda o depoente foi questionado pela Deputada Teté e pelo Relator. A terceira depoente foi a senhora Aparecida Barbosa da Silva (Cida), que explanou sobre as entidades que lidam com as questões fundiárias e também sobre os conflitos que aconteceram nas áreas do Norte de Mato Grosso, principalmente nas glebas que foram despejadas e que por traz destes conflitos estava o senhor Gilbertão, cujo nome é Gilberto Luiz de Rezende, que montou um escritório na cidade para compra de documentos de terras inclusive aconteceram mortes nestes conflitos. O próximo depoente foi o Vice-Cacique Estevão que teve como tradutor outro índio de nome David, que na língua própria de sua aldeia fez diversas acusações com relação as terras indígenas, inclusive falou sobre os assédios que o senhor Gilbertão faz aos índios visando a tomada das áreas indígenas. Ainda foi questionado pelo Relator e pelo Presidente sendo respondidas as perguntas através do tradutor. O quinto depoente foi o senhor Leonel Wolfhart que é o superintendente do Incra no Estado do Mato Grosso, que explicou sobre a questão fundiária em todo o Estado inclusive a respeito da atuação do Incra, informando que a situação é complicada e isto se em razão de existirem poucas terras públicas para serem assentadas, tendo sido questionados pelos outros parlamentares presentes. Ainda na reunião foi apresentado um documento assinado pelo Relator e que recebeu o apoio do Presidente e dos outros Deputados presentes, solicitando a convocação dos

senhores Gilberto Rezende, o Gilbertão que é corretor de imóveis e atua na região e Filemon Limoeiro, funcionário Público na Cidade de São Felix do Araguaia. Durante a realização da audiência, foram entregues vários documentos pela depoente Aparecida da Silva, por um Vereador da cidade de Comodoro/MT, de nome Antenor Bento de Oliveira. Na oportunidade, foram entregue duas denuncias assinadas pela senhora Tereza Wisoczynski, documentos estes que serão autuados pela Secretaria da Comissão. Com respeito a vista que a Comissão iria fazer na fazenda Bridão Brasileira, a Presidência designou o Assessor Marcos Rogério de Souza e a Deputada Teté Bezerra para realizarem a referida visita, bem como tomar depoimentos de pessoas moradoras naquele acampamento. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário Eventual da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número legal, declaro aberta a 36ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

Queremos agradecer a recepção que nos oferece a população deste Município de Confresa, no Mato Grosso, agradecer ao Prefeito Municipal, Mauro Sérgio Pereira de Assis, aos Vereadores, às Lideranças desta região do Mato Grosso, agradecer e registrar aqui a presença do Relator desta Comissão, o Deputado João Alfredo, agradecer a presença da Deputada Federal Teté Bezerra, que é representante também do Mato Grosso e que participa dos trabalhos da nossa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Queremos agradecer ainda a presença dos Deputados do Mato Grosso, que, em função de votação, neste momento, na Assembléia Legislativa, não se encontram, mas ainda comparecerão para participar dos trabalhos desta Comissão, o Deputado José Carlos do Pátio e a Deputada Verinha Araújo. Carlos Minakami e Maria das Graças Silveira, também presentes, são Chefes de Gabinete.

Queremos também registrar a presença do Deputado Federal Lino Rossi, que participará dos trabalhos conosco nesta cidade de Confresa.

Esta Comissão tem visitado o Brasil, tem percorrido o interior do País. Já estivemos em Pernambuco, estivemos no Pará em duas oportunidades, em várias regiões do Pará; estivemos no Estado de Rondônia; estivemos no Pontal do Paranapanema, em São Paulo; em Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha e em Montes Claros; estivemos no Estado do Paraná e hoje, com muita satisfação, no Mato Grosso.

Visitamos, especialmente, as regiões mais conflagradas do campo e já podemos constatar que as regiões mais conflituosas são exatamente aquelas que apresentam um potencial maior para a execução de um programa de reforma agrária. São aquelas regiões onde nós encontramos extensas áreas de terras devolutas, portanto, de propriedade do Estado brasileiro, do Poder Público, áreas que seriam suficientes para, certamente, reduzir os conflitos, oferecendo perspectivas de organização mais adequada do nosso modelo fundiário, para oferecer oportunidades de vida digna a muita gente neste País.

Essa é a responsabilidade desta CPMI, apresentar um diagnóstico ao final, que será relatado pelo Deputado João Alfredo, desta realidade que estamos conhecendo mais de perto agora, a realidade do interior do Brasil, que é um País continente, com flagrantes diferenças regionais, com gritantes disparidades, exigindo muita competência e inteligência da gestão pública para a definição de um modelo de reforma agrária que possa se compatibilizar com a realidade de cada Região do País.

É evidente que a desorganização nos leva à violência, e nós chegamos ao Mato Grosso já, em parte, conhecendo um pouco da realidade.

Ainda recentemente, num relatório produzido por uma organização, o Relatório Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente, que é vinculado a um programa de voluntários da ONU – Organização das Nações Unidas, apresenta um quadro dessa região em Mato Grosso, enumerando decisões da Justiça que favorece a ocupação ilegal de áreas, equivalente acordo com o Incra, a 34 mil quilômetros quadrados, pouco mais da metade das terras da União no Estado de Mato Grosso.

Portanto, mais da metade das terras da União, no Mato Grosso, estão sendo ocupadas de forma irregular. A confusão fundiária faz com que haja áreas com até 16 títulos de terra sobrepostos, conforme relatório.

O relatório da missão ao Mato Grosso já foi entregue à ONU – Organização das Nações Unidas e à OEA – Organização dos Estados Americanos. Isso significa que as instituições de respeitabilidade internacional se preocupam com a crise que vivemos no campo, no Brasil, em função da desorganização do nosso sistema fundiário. Verificamos que temos no Mato Grosso mais de 6 milhões de alqueires, de áreas devolutas que, com a regularização que se deseja, ficarão disponibilizadas para a reforma agrária. Então, não se diga não existir no Brasil áreas para a promoção de um grande programa de reforma agrária.

Nós viemos ouvir e aprender, recolher aqui os subsídios necessários para que o trabalho desta Comissão possa significar um avanço em matéria de se buscar os objetivos de reforma agrária no Brasil.

Vamos iniciar os nossos trabalhos. Queremos dizer que a visita à área de conflito, Fazenda Brindão Brasileiro, no Município de Confresa, será realizada ao final dos depoimentos que recolheremos aqui. Estamos designando para esta diligência o Sr. Marcos Rogério de Souza, que também fará nas Glebas AyrtonSenna, Novo Horizonte, Brindão Brasileiro e Rio Preto, um trabalho de audiências. Ele vai ouvir, acompanhado pela Deputada Teté Bezerra, que é designada como representante desta Comissão, para esse trabalho no Mato Grosso. O Assessor Marcos ficará por mais um ou dois dias aqui no Mato Grosso, realizando esse trabalho, recolhendo todas as informações necessárias para que o Relator Deputado João Alfredo possa produzir um trabalho com muita eficiência.

Evidentemente, os Deputados da Assembléia Legislativa, o Deputado José Carlos e a Deputada Verinha Araújo também participarão dessa diligência.

Da mesma forma, convidamos, se S. Exª tiver condições de participar, o Deputado Lino Rossi. Não conversei particularmente com S. Exª sobre essa possibilidade, mas, publicamente, o convidamos para participar dessa diligência, contribuindo com os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero, mais uma vez, agradecer a presença de todos vocês aqui, que são representantes dos que vivem na região e que conhecem as dificuldades do dia-a-dia, dos que estão aqui construindo o progresso do Mato Grosso.

Vamos iniciar os trabalhos ouvindo o primeiro expositor de hoje, o Prefeito do Município de Confresa, e assentado no Projeto de Assentamento Confresa/Roncador. O Prefeito é também um assentado que também falará não somente na condição de Prefeito como também na condição de assentado.

Convido Mauro Sérgio Pereira de Assis para tomar assento à direita do Relator desta Comissão.

Registro que este evento está sendo transmitido pela TV, que veio de Brasília fazer esta cobertura para todo o País e também pela TV da Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

Com a palavra inicialmente o Prefeito Mauro para que ele possa fazer a sua exposição inicial e, depois, a partir do Relator João Alfredo, os questionamentos.

O SR. MAURO SÉRGIO PEREIRA DE ASSIS – Agradeço a abertura da reunião ao Senador Alvaro Dias, ao Relator João Alfredo, à presença do Deputado da Deputada Teté Bezerra e do Lino Rossi, Deputados Estaduais por Mato Grosso, a todos os trabalhadores e trabalhadoras, ao pessoal organizado da Região. Temos também a presença do Vereador Marcos, de (inaudível), Rondônia, para fazer parte de algumas denúncias daquela região.

Somos de uma região atípica do País. Somos muito trabalhadores ...(**Falha na gravação)**

A nossa região voltada a assentamentos. Confresa teve um processo de colonização em 1978 pela Colonizadora Confresa, que trouxe muitas famílias do Sul do País, assim como começou Canarana, etc, mas foi uma colonização que não deu certo, devido a distância. A BR-158, naquela época a sua condição de tráfego era muito pior do que hoje. Esse processo não deu certo. Como começou a Destilaria de Álcool Gameleira, vinham muitas famílias como vêm até hoje para trabalhar na região. Então, começou a ocupação de fazendas, latifúndios não produtivos na região. A maioria de goianos e pessoas vindas do Nordeste do País. Essas ocupações ficaram irregulares até uma certa época. Quando o processo começou a ficar um pouco acelerado de desapropriação e assentamentos dos trabalhadores no País, Confresa teve um grande número de assentamentos em pouco tempo. De 1992 até 1996, tivemos a criação de dez assentamentos na região de Confresa. Hoje, Confresa se destaca como um assentamento de seis mil famílias, mesmo assim outras fazendas não produtivas na época foram ocupadas por trabalhadores, como a Portal Brasileira, em 1996, a Porta da Amazônia. A propriedade da Porta da Amazônia era de um grupo Caioba de frigoríficos em São Paulo, também improdutiva, foi ocupada, a Fazenda Novo Horizonte, a Fazenda Três Flechas, Gleba Rio Preto, Gleba Naves. Então, são várias fazendas ocupadas no Município, e essas famílias ficaram aguardando que p Incra fizesse a desapropriação. Como o nosso Município já tinha uma área de 80% para a reforma agrária, o Incra paralisou um pouco os assentamentos e foi para outras regiões. Assim aconteceu no Baixo-Araguaia, em Vila (inaudível), em todos os Municípios de São Félix. Hoje, representamos um número grande de assentados na região de Mato Grosso, a região do Araguaia, que mais tem assentamentos de trabalhadores rurais. E os conflitos continuaram, inclusive com os indígenas também. Temos muitas etnias na região, e muitos foram tirados da suas terras, como os índios Xavante, que tiveram que abandonar suas terras de origem pela violência sofrida por eles naquela época. Assim foi feito também com os índios Tapirapé, aqui de Confresa, que surto imigratório, eles foram violentados, por isso deixaram suas áreas. Hoje já existe a criação da Reserva Tapirapé, com isso surgiu um novo conflito, porque já havia uma área ocupada por trabalhadores rurais. Eles foram então retirados e levados uma

área federal aqui, Processo de Liberdade, na região de (inaudível) e que até hoje eles estavam, desde há 2 anos, na beira da estrada. Conseguimos com o Desembargador José de Souza Prudente que ele liberasse 50% da área para que eles fossem assentados provisoriamente. O resultado saiu por estes dias e aguarda o processo final. A fazenda é de propriedade da União, foi desapropriada para assentar. Na época tinha poucas famílias na região. É uma região que cabe muitos trabalhadores para assentar. As terras são ocupadas irregularmente. Assim como o Presidente da Comissão fez a sua exposição no início, o Estado de Mato Grosso realmente tem isso. E nossa região ainda sofre mais com isso. Todas as fazendas são deslocadas. No caso da Vital Brasileira, onde há conflito, no último que aconteceu tem vítimas. O pessoal foi despejado, mas foi deslocado para uma outra estrutura. A estrutura de lá não foi processo que iniciou na Justiça. Assim são todas as fazendas. A maioria delas é deslocada, isto é, a estrutura muda de lugar. E o conflito maior é quanto a isso. Hoje está chegando o agronegócio para a região, que está também sendo esperado com uma certa esperança para a região, mas com muito cuidado, observado por todos que habitam a região. Para não infligir os trabalhadores da agricultura familiar, a questão indígena e do meio ambiente, que é o nosso forte. O Araguaia é conhecido no mundo inteiro como uma belíssima região, principalmente entre o Xingu e o Araguaia, e todos tememos o a implantação do agronegócio desorganizado. Com o agronegócio começou a desalojar alguns trabalhadores dessas glebas. Há 10 ou 15 anos, e os casos não foram ainda solucionados. Isso acontece em todos os Municípios, não somente em Confresa. Tivemos problemas dessa natureza em São Félix, em (inaudível) do Norte, em Confresa, São José do Xingu, em esses lugares há problemas com pessoas que chegam com a escritura, dizendo ser ali a fazenda dele, e aí começa a forçar a retirada dos trabalhadores que já estão lá há 10 ou 15 anos. A dificuldade do pessoal, que estava aqui, Senador e Relator, é arrumar a documentação. O pessoal que veio não tinha experiência com lei, o nosso país está mudando, o pessoal está há muito tempo no campo, e eles não têm a opção de conseguir a terra como usucapião, e isso é demorado. O que a gente precisa é que o processo de desapropriação aconteça com mais agilidade. O pessoal está sofrendo hoje. Cinco glebas ocupadas em Confresa tiveram uma retirada forçada, negociada com esses fazendeiros, mas de forma que os direitos dos trabalhadores não foram respeitados. E com pressão, e diziam, o vizinho já vendeu o seu terreno, se você não vender a sua propriedade, vamos tirar você, como fizemos na (inaudível) brasileira. Então começou a desalojar e o prejuízo para nós foi grande. O nosso Município tema característica de pequena propriedade rural. E alojando essas famílias dá um prejuízo, porque as pessoas vêm para a cidade e não tem emprego. E o emprego em Confresa é a garantia pro pessoal no campo. Aí é que surgiram esses conflitos maiores e as mortes que ocorreram na Portal Brasileira.

Quanto à questão indígena. Cada um deles vai expor melhor, pois os indígenas já em a fala garantida. Eles vão contar o conflito. Hoje tem uma greve na BR, mas não é referente a área deles. É uma greve de um outro pessoal que também está querendo ser assentado em um processo de desapropriação da (inaudível) Brasileira. É um conflito entre o Incra e eles. Mas a região está sendo muito conflituosa, e nós esperamos que vocês tenham esse diagnóstico da região. A região do Araguaia foi ocupada por processo de desapropriação na maioria das cidades. Não deu certo esse processo aqui, no Baixo Araguaia. Ele deu certo no Médio Araguaia, em Água Boa e Canaganda. Nessas cidades deu certo o processo de desapropriação. Aqui, houve uma ocupação irregular. Até a cidade de Confresa tem a situação irregular. Há dez anos, o Incra colocou a área urbana de Confresa também no processo de desapropriação. Mas nunca desapropriou, porque era apenas uma agrovila. E hoje encontramos um processo com muita dificuldade. A maioria das pessoas que ocupa a cidade é clandestina; pertencem ainda à estrutura da (inaudível). Essa área está também no processo de desapropriação, em uma área maior, em que o Incra desapropriou apenas 17 mil hectares, que é o Independente 1. É um dos assentamentos do Município.

E a zona urbana ficou, nem é da colonizadora, porque ela não consegue fazer vender a estrutura, que está averbada junto ao processo de desapropriação, e o Incra também não definiu isso. E estamos assim há dez anos. Com o Confresa explodiu o crescimento, devido à vinda desses trabalhadores. A cidade hoje está tendo esse problema no crescimento e na organização dela. Então, aqui na zona urbana também há conflito; também é área ocupada irregularmente. Nos precisamos resolver isso e a maneira de resolver é própria do Incra, que já lavrou essas escrituras já há dez anos no processo de reforma agrária e não solucionou o problema.

Então, os conflitos foram aumentando na nossa região, de dois anos para cá, pois chegou uma pessoa chamada Gilberto Rezende, conhecida como Gilbertão. Já houve algumas audiências aqui com o Desembargador Gercino; dos conflitos agrários, onde foi muito denunciado isso. Estamos trazendo essa documentação à Organização dos Trabalhadores via documento para entregar para vocês hoje. O Sindicato vai falar

sobre isso também. E essa pessoa representa algum negócio, ou o agronegócio ou alguma pessoa por trás disso. Ela vem e desloca esses trabalhadores rurais, negociando a propriedade com eles, ameaçando que se não vendeu, o vizinho dele já vendeu; que vão ser despejados. Em cada gleba dessas hoje só se encontram vinte, trinta, pessoas. De um universo de 180, de 500 famílias, eles já retiraram quase todas. E vendem para o segundo proprietário em seguida, para que seja plantada soja.

Então, em Novo Horizonte, por exemplo, o proprietário de uma dessas escrituras, porque têm várias escrituras descoladas lá em cima, é a Cotril de Goiânia, que vende máquinas pesadas e também carros importados. Na Porta do Amazonas, o pessoal lá que tem a estrutura primitiva, é um grande negócio, para o Caioba, que faliu no País, há muito tempo, em São Paulo, que tem a escritura primitiva, e ficou com a posse dessa fazenda trinta anos e depois da posse deles a posse é do ocupante lá, há dez anos. Depois vem uma outra escritura fazendo o mesmo tipo de negociação. Já tem apenas vinte famílias morando lá hoje. A Ayrton Senna é uma gleba totalmente ocupada, próxima à Portal Brasileira e que teve o mesmo problema de despejo, e eles também estão tentando tirar.

Então, a Gleba Barulho, que é muito antiga, já possui 17 anos de ocupação, onde muitos posseiros e ocupantes lá têm processo de usucapião. Mas estão aguardando também a desapropriação. Há muitas famílias que não dão conta de pleitear isso na Justiça e isso está sendo atrasado.

O relato que eu gostaria de informar no geral era isso. A cidade tem alguns fazendeiros com convívio muito bom e passivo. Apenas a chegada do agronegócio trouxe essa especulação última na região. O Sindicado do Produtor Rural aqui, em Confresa, não tem problema com ocupações de terra quanto aos pequenos. Eles trabalham harmoniosamente todos os dois. Na região aqui até o São José do Xingu também não houve esse problema. Então, apenas pessoas chegadas, novas, é que estão desencadeando esse processo. A chegada do agronegócio deu esses conflitos na região e incendiou algo que estava bem pacífico. Existia o conflito indígena que nunca foi solucionado e precisa ser solucionado. Então, na região nós temos que separar bem as coisas. Aqui havia uma ocupação, um processo amigável há muitos anos. Houve um problema, antigamente, muito pesado, que causou os conflitos com muitas mortes, mas isso já estava pacificamente sendo feito. O Incra havia assumido o seu papel na reforma agrária. Ultimamente, o Incra tem tido poucos recursos para legalizar novos assentamentos e a chegada do agronegócio incendiou novamente os conflitos de áreas na nossa região.

Era essa a informação que tínhamos de passar para os senhores. No mais, nós estamos aqui para responder a qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não. Muito obrigado ao Prefeito Mauro Sérgio e nós vamos passar a palavra imediatamente ao Deputado João Alfredo, que vai iniciar o questionamento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O meu bom-dia a todos e a todas aqui presentes do Município de Confresa. A minha saudação ao Prefeito Mauro Sérgio; ao Sr. Presidente desta CPMI, Senador Alvaro Dias; à Srª Deputada Teté Bezerra; ao Sr. Deputado Lino Rossi; Vereadores aqui presentes, lideranças, trabalhadores e trabalhadoras, produtores, lideranças indígenas, como bem explicou o nosso Presidente, esta CPMI está procurando traçar um diagnóstico da situação fundiária no Brasil e dedicamos este ano de 2005 para justamente levantar as áreas de maior conflito.

Dessa região aqui houve uma solicitação da Deputada Estadual Verinha. Infelizmente, ela não pôde comparecer até agora, mas relatava os problemas. Também no vôo de Brasília até aqui a própria Deputada Teté, que é do Estado, dizia que aqui é uma região em que podem também explodir conflitos, já que tem sido campeã; pelo menos os relatórios da CPT mostram isso na questão da violência da terra.

Agora, eu queria, Sr. Prefeito, se V. Exª puder anotar as nossas perguntas, e eu vou fazê-las todas de uma vez, que em primeiro lugar nos esclarecesse como se dá esse deslocamento das fazendas. Nós sabemos que um dos problemas da terra no Brasil é a chamada grilagem, quando terras que são públicas, geralmente, são apropriadas irregularmente e se forjam documentos para se garantir o domínio da terra. Mas sobre essa questão do deslocamento me parece que é a primeira vez que eu ouço, nas nossas visitas por todo esse território nacional. Então, eu queria que V. Exª explicasse como isso se dá. Se há responsabilidade dos cartórios com relação a isso. Acho que esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, que eu acho ser importante nós entendermos e até foi relatado pelo Presidente, é sobre as terras devolutas, as terras públicas aqui. A maioria delas são de terras devolutas federais ou estaduais? Porque nós sabemos que se for estadual a responsabilidade é do Governo do Estado, por meio do Instituto de Terras. E eu não entendi uma questão que seria importante esclarecermos. Evidentemente, também eu vou questionar o Superintendente do Incra sobre isso. Por que se está fazendo a desapropriação? Porque veja, desapropria-se quando a terra é particular.

E o Governo desapropria e indeniza. Quando a terra é pública, o Governo simplesmente arrecada, porque a terra já é do próprio Governo, do próprio Estado. Então, há um processo de arrecadação. Eu queria que entendêssemos como se dá isso.

Nós sabemos que, por exemplo, no Pará, o Governo Federal, por intermédio do Incra, está fazendo um trabalho que se chama geo-referenciamento. Estão, por satélite, levantando todas aquelas áreas; depois mandam os proprietários apresentarem os documentos e há uma, vamos dizer, conferência para saber se os documentos conferem com a área e se há o que chamamos de uma cadeia dominial – se os documentos vêm de outros antigos, ou foram forjados nesse processo.

Então, também queria saber como é que está esse trabalho: se há o trabalho de arrecadação dessas terras, principalmente dessas áreas de conflito e também das áreas que são terras públicas. Como disse o Presidente, se são terras públicas, já poderiam estar sendo disponibilizadas para a questão da reforma agrária, para o assentamento.

Uma outra pergunta que se dá com relação à questão do chamado agronegócio e da soja: qual tem sido o impacto aqui nesta região, do ponto de vista do emprego e da posse dos trabalhadores, do meio ambiente e das terras indígenas? Gostaria que o senhor desenvolvesse um pouco mais isso, pois é importante para esta Comissão. De onde basicamente vêm esses grupos? São grandes grupos? Nacionais, multinacionais? Vêm da região, vêm do Sul do País? Acho que é importante compreendermos mais essa questão do agronegócio, qual o impacto que tem aqui na região.

Antes mesmo de termos vindo para cá, já tínhamos o Relatório encaminhado tanto pela CPT, como pela Deputada Verinha, de atuação desse "Gilbertão" aqui nessa região, que estaria, vamos dizer, fazendo toda essa pressão violenta para desocupação, a fim de, depois, fazer a corretagem dessas terras. Parece-me que é um pouco isso. Quem estaria por trás desse Gilbertão? O senhor sabe dizer-me? Ele age sozinho, ou há uma organização de pessoas, de empresas, de políticos, que poderiam estar por detrás disso? É importante também que tenhamos essa compreensão, evidentemente se o senhor puder nos ajudar.

Vale para o senhor, como também para qualquer outro que iremos perguntar. Se o senhor achar que queira dar o depoimento de forma reservada para alguma das questões à Comissão, fique à vontade. Sabemos que o importante da CPMI é levantar o maior número de informações, quais foram os principais despejos aqui nessa região e se houve violência, mortos ou feridos.

Seriam essas perguntas, Sr. Presidente, que gostaria de fazer ao nosso Prefeito, porque sabemos que, além ocupar este cargo, ele é assentado, é trabalhador e conhece como ninguém esta região.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Prefeito para responder às perguntas.

O SR. MAURO SÉRGIO PEREIRA DE ASSIS – Vamos à primeira pergunta, no sentido de esclarecer o deslocamento de fazendas. Estou há quinze anos nesta região. Fui assentado em 1995, no (Inaudível) do Roncador, um assentamento, àquela época, superfaturado. A (inaudível) lá custou R$600,00. Foi muito caro.

Quando começou a formação de pessoas da região, aquela Gleba do (Inaudível), uma fazenda muito grande chamada Chá Missu, um conflito muito antigo na região, onde, volta-e-meia, há um conflito entre os Xavantes, parece que forjou os documentos e forjou todos os documentos e deslocou todas as escrituras da região.

Essas são as informações que os agrimensores passam e alguns funcionários do Incra. Há dez anos, trabalho como liderança na zona rural, motivo pela qual fui eleito Prefeito aqui. Fui Presidente do sindicato do trabalhador aqui e consegui, numa das oportunidades, assistir a uma negociação absurda de uma desapropriação aqui na região.

O São Vicente é um dos PAs mais novos de Confresa. Esse São Vicente foi desapropriado com uma escritura falsa inclusive, quer dizer, parte dela. Então, ele tem 30 mil hectares de assentamentos. A pessoa pagou para que alguém na Intermat forçasse o documento juntamente com outra pessoa do Incra, que depois reservadamente pode dar os nomes. E essas pessoas forçavam esses documentos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Só um instantinho. O Intermat é um instituto de terras.

O SR. MAURO SÉRGIO PEREIRA DE ASSIS – De terras.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Do Governo do Estado?

O SR. MAURO SÉRGIO PEREIRA DE ASSIS – Diz na localização da fazenda. Então, essa foi uma que presenciei num hotel, uma negociação feita dessa forma. Seriam escrituras totalmente falsas. Qual o cartório da região que ajudava a fazer isso? O Cartório de Barra do Garças, que antigamente dominava toda essa região. Isso tudo foi Município de Barra do Garças. Então, esse cartório a gente sabe por conversas, não por provas, que a gente tem documento de onde foi. Mas, essa escritura mesmo foi falsificada com ajuda desse cartório. Na reunião, foi mencionado

que esse Cartório de Barra do Garças facilitou isso a eles. A reunião que presenciei a negociação. E havia uma briga de acertos por isso, que o proprietário da fazenda não queria mais pagar, e um funcionário do Incra estava presente nessa reunião.

Então, daí tiro um diagnóstico de todas essas fazendas inclusive perguntei para um dos advogados que estava na reunião porque então esse deslocamento. Ele havia me afirmado que todas as fazendas, para serem desapropriadas na região, era preciso o Incra fazer um malabarismo todo, porque todas eram deslocadas. E, como tem uma estrutura primitiva que o cara não mora aqui, mora em Uberlândia, mora em São Paulo, não tem interesse, são pessoas que ficaram pobres, eram ricas antigamente, não têm como abrir a fazenda, elas foram ocupadas por outras escrituras. Então, o que teria que acontecer nessa região era um levantamento, hoje feito com muita responsabilidade pela própria Intermat**,** que algumas coisas foram forjadas, serviços malfeitos e forçados lá dentro por funcionários corruptos e que deveriam hoje realmente localizar essas fazendas. Já diminuiria um pouco esses conflitos. Esses loteamentos existem na nossa região devido a isso. E a informação que tive é de que começou tudo nesse grande processo desse grande conflito que é a Chá Missu. Dali, se mediu uma grande fazenda, se escriturou falsamente alguma coisa e empurrou as escrituras para fora de lugar.

A segunda pergunta é sobre as terras devolutas. Se elas são mais federais ou estaduais. Aqui na nossa região são mais federais. As estaduais existem, mas, menos. A grande maioria é federal e acho que em todo o Estado de Mato Grosso as grandes terras ocupadas irregularmente são terras da União.

As desapropriações, porque continua havendo desapropriação se tem tanta área federal? Foi isso que entendi?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Não. A pergunta é a seguinte: Evidentemente que, se a terra é particular, para fazer o assentamento tem que haver a desapropriação. Mas, pergunto: Na medida em que muitas dessas terras foram griladas – também vou fazer essa pergunta ao representante do Incra – que os documentos são falsos, se o Governo desapropria acaba premiando o grileiro, porque ele acaba recebendo uma indenização de uma área que não é sua. Então, pergunto: por que desapropriar se as terras são públicas e o Governo simplesmente não deveria estar arrecadando gratuitamente, porque elas foram ocupadas irregularmente?

O SR. MAURO SÉRGIO PEREIRA DE ASSIS – Bom, quando o processo – eu disse lá atrás da minha fala – de Reforma Agrária começou a dar certo no Brasil, começaram a acontecer esses assentamentos, houve sim um grande número de assentados no Brasil, inclusive na nossa região. Mas, aqui na nossa região, de pessoas que já ocupavam a terra do campo, era uma área conflituosa. Houve apenas uma legalização disso.

Naquele momento de privatizações de empresas brasileiras, houve um interesse maior dessas fazendas já ocupadas a vender por superfaturamento. Houve um período de bom negócio. Realmente, os tempos ficaram bons para isso. E aí não tinha critério nenhum. O Incra não estava preparado no país para fazer Reforma Agrária. Houve muita corrupção nesse órgão, que não vou dizer que não continua ocorrendo, porque era feita de uma forma...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Isso em que período? A maior corrupção foi em que período mais ou menos?

O SR. MAURO SÉRGIO PEREIRA DE ASSIS – No período que conheço, que eu vim para a região como assentado, o período que iniciou com Fernando Henrique. No início do primeiro governo dele, ele destacou o assentamento dos trabalhadores rurais e as pessoas se aproveitaram do processo de desapropriação e começaram a fazer grande corrupção com a reforma agrária.

Acredito que o dinheiro com o assentado, o dinheiro que já foi gasto nesse país com a reforma agrária não solucionou o problema.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu queria completar essa pergunta – aliás, acho que essa pergunta é muito importante. Nós temos lamentavelmente a repetição desse fato: o Governo desapropriando áreas que lhe pertencem, desperdiçando dinheiro público. É o caso recente no Paraná de uma propriedade denominada Araupéu em que houve uma desapropriação de 25 alqueires por R$70 milhões; é realmente um preço muito acima das possibilidades do Erário em matéria de reforma agrária. Mas esse é apenas um detalhe.

O que eu quero perguntar nessa linha é se é real que aqui no Mato Grosso alguns proprietários, para exatamente valerem-se desse superfaturamento que ocorre às vezes nas desapropriações, deslocam trabalhadores sem-terra para sua propriedade; o proprietário invade a sua própria propriedade para exigir depois do Incra a desapropriação. Isso não é fato recente, não é do atual Governo, não é da atual gestão, mas é um fato que chegou a meu conhecimento exatamente no Mato Grosso. Eu queria saber do Prefeito se nessa região tem acontecido isso.

O SR. MÁRIO SÉRGIO PEREIRA DE ASSIS – Eu não posso falar pelo Estado inteiro, mas aqui, na

nossa região, não houve isso, não. Aqui, as fazendas eram abandonadas, foram ocupadas por esses trabalhadores vindos do Nordeste e de outras regiões, como a maioria de Goiás, por exemplo. A maioria dos assentados de Confresa são goianos, 70%.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Deputada nos informa que em outras regiões do Mato Grosso esse fato ocorreu.

O SR. MÁRIO SÉRGIO PEREIRA DE ASSIS – Aqui, não. Mas as áreas – era o seguinte: como as escrituras, e o difícil acesso à região, essas fazendas não deram conta, algumas, de produzir aqui. Algumas começaram, foram embora, as fazendas foram fechadas e houve essa ocupação. Com o processo de desapropriação, ajudou esses fazendeiros a recuperarem uma coisa que seria para eles perdida já ou uma com conflito. Mas, nesse período, houve alguns apadrinhamentos políticos. O Incra, não preparado para fazer a reforma agrária, com essa corrupção que havia e acontecia no Intermat, facilitou para que isso fosse negociado superfaturado. Hoje não é assim mais, já está com mais dificuldade, não sai mais assentamentos com superfaturamento. Mas o meu assentamento saiu superfaturado, muito, milhões foram gastos nele naquela época. Isso era o quê? Nas vistorias se pagava uma propina para o "cara" do Incra, ele vistoriava e avaliava a fazenda bem mais do que ela valia. Isso ocorreu muito no Governo do Fernando Henrique. Foi um processo acelerado para assentar famílias. O Governo tinha uma meta e não teve o cuidado de cuidar para que os órgãos, tantos os federais como os estaduais, fizessem isso com muita responsabilidade, aí a corrupção ocorreu com uma escala bem grande. Eles aproveitaram esse espaço, aproveitaram o momento das privatizações das empresas. Era fácil vender terra para o Governo e receber em títulos dessas empresas que estavam sendo até privatizadas. Então houve essa facilidade de trocar títulos e receber naquela mesma época o dinheiro. O título está vencendo hoje, mas era interessante naquela época, havia muitas empresas sendo vendidas, e o processo de trocar títulos era bem mais fácil do que hoje. Então houve esse aceleramento. Cresceu o número de assentados e o número de assentamentos, só que realmente se criaram favelas rurais aqui. A região continua com dificuldade de acesso, ela foi bem habitada por pequenos produtores, mas não foi aparelhado o homem no campo: não teve assistência técnica, não teve investimento, então isso tudo atrapalhou a região. E os conflitos continuaram acontecendo. Outras fazendas que eram ocupadas à época não foram legalizadas e hoje está sofrendo.

Essa vinda, respondendo já a pergunta do agronegócio, que foi a quarta pergunta, o agronegócio na região é visto pelas famílias primitivas aqui, os primeiros habitantes, pelos indígenas, por nós, que estamos há muito tempo aqui e defendemos a agricultura familiar, com muito cuidado. A gente precisa do agronegócio para a região, para desenvolver, para trazer asfalto, para produzir mais, para que a região cresça mais, mas nós temos uma natureza sensível, nós temos uma boa parte de cerrado, de varjão, de muita água, que, no tempo da seca, seca essa água toda, só tem o Araguaia e pequenos rios e o Rio Xingu, é uma bacia muito sensível a região nordeste do Estado. Queríamos, sim, que o agronegocío chegasse, mas com estudo mais aprofunda e não dessa forma que está chegando. A vontade de transformar essa região na nova fronteira está chegando desorganizada, não são feitas pesquisas para que realmente esses produtores comprem fazenda que possam vir a ser desmatadas ou que já estão desmatadas com pastagens, apenas torná-las na agricultura para a criação de gado e transformar em produção de soja.

Esse olheiro que vemos com o Gilbertão como uma pessoa que vai na frente e ele foi para o lado errado, foi negociar essas que são ocupadas que ainda têm muita quantidade de mato, têm conflitos, "fácil de se tirar". Vai lá negocia com o pessoal que está sofrido há 10, 15 anos, recebe uma indenização que não é a viável, porque o pessoal está há muitos anos sem produzir, com dificuldades com estrada, são pobres, nunca tiveram acesso ao banco, ao Governo Federal, a crédito algum, e alguns vendem. Quando aqueles vendem, forçam os outros a venderem também, e essa foi a grande dificuldade.

Há outros empresários que não, estão negociando fazendas já estão produzindo, fazendas que já estavam desmatadas, com pastagens, que é fácil produzir. A Vale do Rio Doce fez um estudo no Araguaia pois aqui é uma região pronta para produzir mais de 3 milhões de hectares. Esse estudo não foi feito com áreas ocupadas de pequenos produtores, foi feito em fazendas grandes que já estão produzindo gado e que era viável vir o agronegócio – o que atrapalhou foi isso. Não sabemos ainda na região, Relator, quem está por trás desse moço, se ele veio sozinho, se veio da região de Rondonópolis, de onde vem a maioria dos investimentos, de Primavera, Rondonópolis, em Mato Grosso, que estão investindo na nossa região. Há investidores de Goiás, do Sul do País, de São Paulo também, mas já tem várias empresas instalando na região, visando esse crescimento. É notório que isso vai crescer, é viável e queremos esse crescimento também, desde que ele respeite a natureza, os indígenas, os interesses dos pequenos, porque a nossa região é uma região atípica das outras.

Acho que deveríamos crescer harmoniosamente e tem como fazer isso. Agora não dá para desalojar trabalhadores e indígenas para criar grandes fazendas de soja, isso é inadmissível, o Araguaia não aceita isso.

Temos a quinta pergunta que era sobre o Gilberto que já respondi, que não sabemos quem está ligado. Mas o agronegócio está fomentando o negócio dele. A Bridão Brasileira, por exemplo, ele comprou por 4 milhões de reais e vendeu a 18 milhões. Ele conseguiu comprar e tirar as pessoas gastando 4 milhões e a venda dela foi para 18 milhões. É um negócio como se você estivesse no garimpo e bamburrasse, é um negócio bom para ele.

Quais foram os principais despejos da região? Nos últimos despejos foi esse da Bridão Brasileira, o mais conflituoso, que foi de uma hora para outra, os trabalhadores não esperavam, porque já tinha havido 4 ordens de despejo pelo juiz e nenhum tinha sido cumprido. Esse foi cumprido da noite para o dia e de forma violenta com eles. Era um período chuvoso, sofreram muito, muitos receberam maus tratos pelos policiais, foram denunciados isso ao Dr. Gersino, isso nunca foi apurado de fato, como deveria ter sido apurado.

Era vereador na época, fizemos uma comissão, fomos lá e vimos os maus tratos que eles sofreram e também fomos maltratados, não com violência, mas com palavras, eles não aceitavam nem que entrássemos na fazenda, ficávamos na picada assistindo a retirada daquelas famílias. Foi um transtorno na época na região.

Outro que a violência não foi feita, foi uma indenização, foi o pessoal da Porto Velho. Foram indenizadas as pessoas, mas foram levadas para a beira de um córrego e abandonadas à beira da estrada. Depois foram levados para essa gleba que é uma área do Governo Federal, que é a Gleba Liberdade, ficaram lá 2 anos debaixo de barracas, quem os socorre, à época, foi o Prefeito de Canabrava que ficava doando cestas básicas, levou-os para a fazenda do Prefeito por um bom período – essas pessoas já empobreceram, já houve mortes em pessoas idosas pelo maus tratos na região, foi uma violência que acreditamos uma das piores.

O Incra, com a Funai, realizou um despejo indenizatório da área indígena dos Tapirapés e os levaram para uma área que eles não poderiam ser assentados, devido a um conflito com fazendeiros na região. E, agora, é que conseguimos, em reunião com o Souza Prudente, convencê-lo de que a região é do Governo Federal, da União, que poderia até solucionar o problema, assentando provisoriamente os trabalhadores. E, agora, a maioria deles não estão nem lá, outros já estão trabalhando em fazendas, desalojados, porque não suportaram ficar esse tempo todo lá, é uma situação muito difícil a deles. E colocaram essa área deles lá no fundo da fazenda, toda dificuldade, liberou 50%, mas colocou numa área de difícil acesso, não na área que estava sendo produtiva, em que poderiam começar a plantar agora ou fazer um tipo de criação provisoriamente. Liberou 50%, mas numa área de difícil acesso.

Então, não sei se sanei todas as perguntas. Mas o que gostaríamos de colocar agora para o final era isso. A esperança de que V. Exªs possam levar para o relatório da CPMI é que a nossa região é muito atípica no País. A região Araguaia não tem a organização de trabalhadores como os do MST, não temos MST na região. Os conflitos aqui sempre foram respeitosos, porque os trabalhadores aqui nunca prejudicaram o produtor, as ocupações foram feitas pacificamente, mansas, já estão há mais de 10, 15 anos, caberia usucapião nessas áreas, mas devido a não terem se organizado, não se organiza pessoas, trazendo de outras localidades, o pessoal veio chegando à reunião e se organizando de forma natural. Não houve um chefe ou uma pessoa para conduzir isso e nenhum órgão para fazer isso. As famílias encontraram espaço no Araguaia por parentes que já moravam aqui, primitivos daqui, a maioria são do Nordeste, Tocantins e Goiás. Então, foi uma ocupação em que houve algumas resistências em alguns lugares, em outros, não houve, foi tudo pacífico. Ultimamente, é que a chegada do agronegócio está dando um impacto na região, devido a essa pessoa de Gilberto que não sabemos se tem patrocínio de algumas grandes empresas, não podemos falar isso, mas veio para a frente e trouxe esse transtorno. Mas não foram resolvidas, estão há muitos anos no Araguaia, questões antigas como essa da Chá Missu, por exemplo, como da Gleba Liberdade, que são pendências antigas e deveriam ter sido resolvidas. Mas, como a desapropriação em Mato Grosso pegou um caminho errado, o caminho do apadrinhamento político, de desapropriar talvez fazendas que não deveriam ter sido desapropriadas primeiro, e sim essas glebas já eram do Governo, ligada à União, terras indígenas, deveriam ser resolvidas, primeiro, na região, ficaram por último, e outras áreas de interesse mais político para ter rendimento nessa parte que teve a corrupção.

Eu gostaria, depois, de fazer um relato, se vocês acharem necessário, com alguns nomes que conheci na minha época, nesse sindicato , em que houve movimento de corrupção, tanto na Intermat quanto no Incra. Isso pode não estar havendo mais, mas houve muito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Assessor Marcos poderá, depois, ouvir do Prefeito essas informações.

A Deputada Teté Bezerra também vai fazer perguntas ao Prefeito.

A SRA TETÉ BEZERRA – Bom-dia a todos presentes. Quero cumprimentar o Presidente desta CPMI, Senador Alvaro Dias, o Relator Deputado João Alfredo, Deputado Lino Rossi, Prefeito Mauro Sérgio, em seu nome cumprimento todos os moradores do Município de Confresa, os trabalhadores aqui presentes, trabalhadoras, em nome da Irene, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vila Rica, cumprimentar os companheiros de outros Municípios aqui também presentes, e dar o meu depoimento, Sr. Senador.

O quadro das pessoas que, hoje, prestigiam a nossa reunião da CPMI é exatamente o quadro dos trabalhadores e das pessoas que vieram para essa região. São homens e mulheres simples, humildes, mas extremamente trabalhadoras, porque acreditam que essa é uma região que pode trazer um futuro para a vida deles e da sua família. E tudo isso que o Prefeito colocou tivemos oportunidade de vivenciar aqui, a ocupação desses assentamentos, os problemas que existem nos nossos assentamentos por falta de estrutura, por falta de condições para que permaneçam na terra e todos esse conflitos que ele relatou foram verdadeiros. Na Gleba de Porto velho, por exemplo, que é a Gleba Urubu Branco, tive a oportunidade de estar reunida com os trabalhadores e depois, no Município de Alto da Boa Vista, ouvir depoimentos extremamente difíceis, onde famílias relatavam que nunca na vida precisaram estar sobrevivendo de uma cesta básica que o Governo estava enviando e que, de repente, viram tudo perdido e estavam tendo que se submeter a sobreviver de uma cesta básica e que isso, inclusive, estava sendo uma humilhação para eles. Estamos vendo que o problema continua se arrastando, apesar de ter passado algum tempo.

Ano passado, quando estive aqui no Confresa, quando já estava no aeroporto deixando o Município, depois de uma reunião que havíamos feito na Câmara Municipal, fui procurada por uma pessoa, Afilon Gonzaga Ferreira, não sei se ele encontra-se presente, da Novo Horizonte. O senhor Filemom disse-me: "Deputada, na hora em que a senhora estiver na sua casa, tranqüila, descansando, a senhora dê uma olhada nesta fita aqui, que mostra muito bem a realidade que estamos passando aqui no Município de Confresa". Esta fita, Senador, passo às suas mãos e às mãos do nosso Relator, dizendo a mesma coisa: quando o senhor estiver tranqüilo em casa, assista. Esta fita é uma audiência pública realizada na Câmara Municipal, onde estava presente a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a senhora Cida, várias Lideranças aqui do Município, também estava presente o Desembargador Gersino José da Silva Filho, e foram relatadas todas essas situações que foram aqui colocadas. Infelizmente, estamos vendo essa situação se arrastando.

Senador, vejo aqui uma grande dificuldade, apesar de termos uma grande concentração de assentamentos nessa região do Araguaia, Mato Grosso tem aproximadamente 400 assentamentos. É isso Superintendente? Em torno de 400 assentamentos na reforma agrária. Como já disse aos senhores, temos problemas de toda ordem, de toda natureza, problemas fundiários, questões de dificuldades de implantação dos assentamentos, dificuldades de acesso a crédito, dificuldade de emancipação dos assentamentos mais antigos e precisamos ampliar a estrutura do Incra. Uma questão que não podemos deixar de colocar é que, em Estados como o Mato Grosso e como o Pará, que têm, ano após ano, recebido uma incumbência de terem talvez a primeira ou a segunda meta estabelecida pelo Incra, e isso o Superintendente pode também confirmar as metas anuais, não podemos continuar com a mesma estrutura funcional que temos hoje.

Ontem vi com alegria o Presidente da República anunciar a realização de concurso público para o Incra e creio que no nosso relatório também temos que dizer que regiões conflitantes como essa não tem como funcionar sem uma unidade executora do Incra. E aqui as mais próximas são em São Félix ou então em Barra do Garças, e fica extremamente difícil acompanharmos esses problemas agrários que o Prefeito colocou, com relação às dificuldades como também à estrutura dos assentamentos. Faço uma pergunta ao senhor. O senhor acha que com a instalação de uma unidade executora do Incra, com toda a estrutura necessária aqui no Município de Confresa, porque aqui abrangeria o Município de Cana Brava, de Porto Alegre e de toda a região, ajudaria a melhorar e a enfrentar esse problema fundiário do município de Confresa?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes do Prefeito responder, consulto o Deputado Lino Rossi se também deseja fazer algum questionamento, depois o Prefeito responde a todas as questões.

Concedo a palavra ao Deputado Lino Rossi.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Obrigado, Sr. Presidente, Deputado João Alfredo, Relator da CPMI da Reforma Agrária, Srs. Prefeitos, Srs. Vereadores, Sr. Leonel, Superintendente do Incra, nós temos hoje, no Mato Grosso, – ouvi esse número do Superintendente do Incra – 414 assentamentos, com 82 mil famílias. Contrariando até o poeta que disse, um dia, que sonho que se sonha junto é um sonho. Sonho que se sonha só é só um sonho. Mas sonho que se sonha junto é realidade. Essas 82 mil famílias sonharam junto com o

Governo brasileiro o sonho da terra e esse sonho acaba de virar um pesadelo. Esse problema não é causado pelo Governo de hoje, mas pelo Governo brasileiro, um problema que se arrasta há muitos anos. As pessoas foram induzidas, foram chamadas, foram atraídas pelo Governo e hoje acho que elas são traídas pelo Governo brasileiro.

Sr. Presidente, Sr. Relator, esta CPMI hoje tem sua reunião hoje em Confresa, para tratarmos dos assuntos específicos da região. Nós, como Deputado Federal que somos, temos a responsabilidade de ser Deputado pelo Estado do Mato Grosso e não somente pela região do Araguaia ou pela região propriamente dita de Confresa. Nós temos, de Nova Xavantina a Vila Rica, um caminhão de problemas. Nós temos os problemas da demarcação de terra indígena. Nós temos a questão da titulação de terras. Nós temos cidades inteiras que sofrem com a ineficiência do Incra. Os problemas são enormes. O Incra não consegue resolvê-los por uma questão meramente política. Não estou aqui culpando o Leonel. Estou culpando a instituição Incra, porque o problema se arrasta há muitos anos, há vinte anos.

É inconcebível, nos dias de hoje, Sr. Presidente, haver assentamentos com 10, 15, 20 anos sem a titulação de terras. Mas isso não ocorre só na região do Araguaia. Ocorre também na região norte do Estado, onde cidades inteiras dependem de uma posição do Incra e não conseguem sobreviver. Um exemplo é Carlinda, que vive na dependência do Incra e não tem resposta. Há também o caso de Portal do Amazonas. De Santa Helena até Apiacás, todas as cidades são constituídas por assentamentos e não sem tem documentação, não se tem titulação.

Se o problema fosse só esse, Sr. Presidente, seria muito fácil. Isso porque constituiríamos uma comissão, iríamos até Brasília, faríamos uma reunião com todo mundo e resolveríamos o problema. Mas não é só isso. Essas pessoas que estão aqui precisam às vezes andar quatrocentos quilômetros para resolver um assunto. Precisam ir até o Pará ou Barra do Garças se necessitarem, por exemplo, de um financiamento da Caixa Econômica Federal. Elas precisam ir a São Félix do Araguaia ou Barra do Garças se precisarem do Ibama. Essas pessoas são reféns de uma promessa.

Nós não somos contra o agronegócio. A BR – 158 receberá asfalto até o Posto da Mata, até dezembro deste ano, em função obviamente de um trabalho da Bancada Federal – devemos reconhecer isso – e da disposição do Governo Estadual de colocar R$1 de cada um, colocado pela Bancada Federal de Mato Grosso. Até o final de 2006 a BR-158 estará completamente asfaltada. Mas há também nisso o interesse pela chegada do agronegócio.

A preocupação que tenho, Sr. Presidente, é de que com a chegada do agronegócio, com a fome do agronegócio, com a sede pelo dinheiro, pela ocupação, eles chegam organizados, com poderio político, com poderio econômico, com poderio financeiro, e temos aqui 82 mil famílias que podem representar 240, 250 mil pessoas que serão massacradas pelo agrobusiness. Urge, então, Sr. Presidente, uma ação eficaz, imediata, para ontem, nessa regularização. Não podemos mais esperar, essas pessoas estão cansadas de gritar, e esta CPMI do Congresso Nacional sai da sua casa para vir viajar no Brasil para ouvir a voz rouca das ruas. Esta aqui, Senhoras e Senhores, é a última instância de vocês para gritar, para contar aquilo que está acontecendo. Então, não se calem. Falem, denunciem! Se há pessoas usando e má-fé, se vocês são reféns de picaretas, de pessoas que têm outros interesses, esse é o momento que vocês têm para denunciar e quero dizer ao prefeito que sou solidário de forma ampla, geral e irrestrita com a sua ação. Nessa reunião reservada que se conte absolutamente tudo. Conte, porque o Senador Alvaro Dias não está aqui para brincar, não está deixando o seu gabinete, não está deixando o seu Paraná para vir aqui brincar de fazer uma CPMI. O Relator não está aqui jogando a sua carreira política, a sua vida política numa brincadeira de relatar, ele sabe que da caneta dele, do relatório dele vai depender a vida, não estou falando de Mato Grosso, de 240 mil pessoas. Temos Vereadores de Rondônia também que querem conversar, porque são muitos os problemas e o problema não é só no Araguaia, é do norte do Mato Grosso, é da baixada cuiabana, é dos quilombolas, da Mata Cavalo, pessoas que estavam lá há duzentos anos e hoje são execradas, são botadas para fora por mau comportamento de juízes que ficam só ouvindo a redação bonita do advogado e não querem ouvir a vida do trabalhador que está lá assentado há duzentos anos e são botados para fora feito cachorros. Não dá para aceitar! Esta CPMI tem a responsabilidade de resgatar esse sonho, de nortear 240 mil pessoas no seu sonho de buscar o seu pedacinho de terra, o seu papelinho, e ninguém aqui, Sr. Presidente, quer, com certeza, receber de esmola, como bem disse a minha companheira, Teté Bezerra, o sacolão, o que queremos é ter a dignidade de, sol a sol, de mão calejada, de plantar a mandioca, recolher, vender, ganhar o dinheiro e ir ao mercado comprar o que quiser, na hora em que quiser. O que queremos é oportunidade de trabalho. Dê-nos condição, dê-nos o documento, porque o resto a gente faz. Dê-nos a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Incra, o

Ibama, que o resto nós fazemos. Basta tão-somente o Governo não atrapalhar que o resto nós fazemos. Sei que a missão do Leonel também não é muito fácil. Hoje, tem "n" reuniões que o Leonel vai ter de enfrentar e vamos acompanhar todas. São só de reivindicações justas. Desculpe-me pelo alongamento, Sr. Relator, Sr. Presidente, mas o que eu queria era só ser solidário, como está sendo a Deputada Teté Bezerra, a esta CPMI que está neste momento e à ação de cada um de vocês. Muito obrigado. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Queremos agradecer o depoimento importante da Deputada Teté Bezerra e do Deputado Lino Rossi. Afinal, são representantes do Mato Grosso no Congresso Nacional e acompanham de perto os problemas, os conflitos existentes aqui no Araguaia e em todo o Estado do Mato Grosso. Vamos passar a palavra ao Prefeito para que ele possa fazer as suas considerações finais e depois vamos convidar o Nerci Wagner, que é Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Confresa, também para a sua participação. Vamos ao Prefeito, Mauro Sérgio Pereira de Assis, encerrando a sua participação.

O SR. MAURO SÉRGIO PEREIRA DE ASSIS – Bom, Presidente, respondendo à pergunta da Deputada Teté Bezerra, se uma unidade do Incra aqui em Confresa ajudaria a resolver o atendimento não só de Confresa, mas nas cidades vizinhas. É uma coisa muito sonhada, há muito tempo. Inclusive com a abertura desse concurso público, temos chance de abrir essa nova unidade. Confresa tem 10% de assentados no Estado do Mato Grosso, muitos casos até uma simples certidão para que alguém possa tirar o benefício do INSS, talvez chegava com muita dificuldade aqui e a pessoa às vezes aguardava até quatro, cinco meses. Hoje pelo trabalho do Leonel e dos agricultores está sendo atendido mais rápido, mas existem muitas coisas que deveriam ser feitas com mais tempo, como vistoria para liberar crédito que muitos trabalhadores às vezes ficam sem o Pronaf, quando o Pronaf chega ao assentamento dele devido a não ter sido vistoriada a propriedade dele, ele não está apto, ele não sabe se é ou não propriedade dele. Talvez seja assentado, mas não foi feita a vistoria ainda de reconhecimento disso. Às vezes a pessoa acaba ficando mais quatro ou cinco anos sem o crédito, empobrecendo cada vez mais na terra.

Acho que a CPMI poderá levar uma mensagem ao Congresso e ao Governo brasileiro de que não vai dar conta de fazer reforma agrária sozinho, tem de chamar as Prefeituras, acho que tem de envolver o Governo do Estado, Prefeitura igual à nossa, por exemplo, ela vive dos assentados, somos aqui quase 80, 90% da nossa população, é inviável não abrir, abertura no programa de reforma agrária a uma gestão maior com essas Prefeituras, com o Governo do Estado, porque ali existe a saúde para dar assistência, educação também e não dá para casar apenas dizendo que assentamentos não envolvendo mais ainda os outros Ministérios para que os assentamentos dêem certo. E ali está a Prefeitura para poder fazer os convênios, está o Estado que deveria aplicar mais recursos e que talvez, aqui em Confresa fica ausente, porque não, a reforma agrária não é minha área, é do Governo Federal o programa. Mas o Governo Estadual também tem que investir em estradas, em escoamento, em saúde e em educação. Então, é inviável que o Governo Federal toque a reforma agrária sozinho, apenas fazendo convênios, é preciso que os Governos Estaduais e Municipais abracem mais a reforma agrária.

É difícil chegar assentados a Prefeituras, como estou ocupando aqui. Nós somos abertos a isso, mas em várias cidades que existe um só assentamento e a prefeitura acha que a responsabilidade é exclusiva do Governo Federal. Com a dificuldade que temos no País inteiro, talvez algumas ações da Prefeitura, por mais que sejam investimentos pequenos, mas para o assentado é significante e temos que estar rediscutindo esse projeto de reforma agrária. Não dá mesmo para ficar só na responsabilidade do Governo Federal. Acho que tem de ser feito um consórcio para ser feito isso. A participação dos três Governos, discutir melhor isso. Reforma agrária é uma saída ao desemprego do Brasil, mas que não foi feita com a seriedade que deveria ser feita. Muito dinheiro já foi jogado no ralo, é isso que nós trabalhadores, eu que os represento como Prefeito, peço que seja observado no relatório essa situação.

Podemos aproveitar melhor esse dinheiro se as ações forem discutidas com as bases, e lá de baixo para cima. O que é interessante para o Paraná pode não ser interessante aqui para o Nordeste e ao Estado do Mato Grosso, o que talvez é investido, é feita uma reforma agrária lá no Pontal do Paranapanema não seja interessante aqui na região do Pará. É atípica demais a nossa região e o investimento do Governo deveria ser aberto e estudar mais tecnicamente, para que seja melhor aproveitado e solucionado os problemas da terra e a violência do campo.

Nós estaríamos bem próximos de resolver isso se abraçássemos uma idéia só, um objetivo só, acho que tem de ter uma discussão urgente de uma reforma agrária que venha a atender às necessidades, daquela de permanecer o homem no campo e melhorar a renda familiar dessas pessoas, não de levar favelas ao campo.

O erro não é do Governo de agora, já começou lá atrás por um órgão despreparado para fazer reforma agrária, foi levado ao Incra. Não tinha outro órgão do Governo para fazer reforma agrária, mas ele não tinha preparação nenhuma pessoal para fazer a reforma agrária, muitas vezes algumas pessoas são tão despreparadas quando vêm fazer uma reunião com os assentados, não consegue fazer uma negociação, sai dali uma briga, porque a pessoa não tem, ele é apenas um técnico agrícola ele não tem condições de atender como representante do Governo Federal, uma população talvez revoltada pelos maus tratos da região, Acabam brigando e xingando. Isso aconteceu em muitos dos assentamentos. E aí a começarem conflitos e mal-entendidos por pessoas despreparadas para fazer isso.

É um programa muito sério que pode resolver muitos problemas do nosso País, da fome e da miséria que tem em todos os lugares. E podemos resolver isso com um pessoal mais preparado. Isso era para ontem. Temos que investir mais no Incra, mas investir na reforma agrária investimentos que vão dar certo. Não fazer investimentos, desapropriações como houve de áreas muito caras. Temos que aproveitar essas áreas federais.

Se num Estado não houver, podemos levar para outro, onde a terra seja de melhor acesso para o Governo. Penso que tem que ser feito isso com parceria com os Governos Municipal, Estadual e Federal.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Queremos agradecer ao Prefeito Mauro Sérgio Pereira de Assis pelo importante depoimento que prestou a esta Comissão. É desta forma que alcançamos os nossos objetivos de ouvir a realidade. O Prefeito tem razão.

Creio que o Deputado João Alfredo pensa dessa forma também. Comungo com essa idéia. É impossível fazer a reforma agrária num país continental como o nosso sem envolver os entes federativos, a União, o Estado e o Município.

A Prefeitura Municipal tem que estar presente. Como é possível um cidadão simples, como esse que vive aqui, deslocar-se 1000 quilômetros e chegar a Cuiabá para ser recebido pelos Superintendentes do Incra, quando seria muito mais fácil procurar o Prefeito, que teria ao seu lado um funcionário especializado do Incra. E bastaria um ao lado do Prefeito. Não haveria despesa, nem sequer uma cadeira a mais na prefeitura, porque já existe a estrutura da administração.

Enfim, creio que essa é uma proposta que vai ser estudada pelo nosso relator para integrar o seu relatório final, com toda certeza, essa interação do Município, do Estado e da União num grande programa de reforma agrária no País.

Muito obrigado, Prefeito. Parabéns pelo seu depoimento.

Convido Merci Wagner, Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Confresa para a sua participação. Pode ficar à vontade para fazer a sua exposição inicial. Então, com a palavra, Merci.

Antes quero destacar que a Deputada Celsita Pinheiro envia-nos um ofício dizendo da impossibilidade de comparecer e designando para representá-la nesse evento o Sr. Francisco Monteiro. Portanto, a Deputada Celsita Pinheiro enviou representante.

Com a palavra então o Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais.

O SR. MERCI WAGNER – Em primeiro lugar, quero dar o meu bom-dia a todos, cumprimentar os membros da Mesa, Senador Alvaro Dias, para uma região tão longe aqui do Paraná, sou do Rio Grande do Sul, ao Deputado João Alfredo, à Deputada Teté Bezerra, ao Deputado Lino Rossi, que está nos prestigiando também hoje, e toda a comitiva, o pessoal do Incra – não sei o nome de todos -, mas estamos aqui representando uma entidade também e fazendo parceria com o Sindicato dos Trabalhadores, com a Prefeitura, com a Câmara e com todas as associações do Município, que não foram lembradas e também valorizam muito.

Penso também que o agronegócio é muito importante. Os empresários de toda a região são de suma importância para todos nós, mas que cada um assuma a sua responsabilidade e façam a sua parte. Penso que as nossas autoridades, não todas, deixaram a desejar. Como o Prefeito falou, é preciso tomar uma posição, com uma certa urgência, em relação aos problemas de Confresa.

Tenho certeza de que esta CPMI vai atender a todas as pessoas e tomar a iniciativa, e todos os problemas que existem na Confresa serão resolvidos.

Se houver alguma pergunta, quero responder.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Deputado Lino Rossi então fará as primeiras indagações.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Sr. Presidente, tivemos uma visão ampla, geral, irrestrita muito clara do Prefeito, uma radiografia da questão dos assentamentos. E o senhor representa hoje a classe dos produtores rurais de Confresa. Até onde consigo entender há uma certa diferença, o senhor representa aqueles que já estão assentados, estão documentados, que têm acesso a financiamento de banco, acesso a gerentes, enfim, bem diferente dessa situação que vemos aqui, desses assentamentos.

Foi colocada aqui a grande preocupação com a forma voraz com que o agronegócio avança por essa região, até porque já não se tem mais onde crescer no Norte, no médio norte mato-grossense, no sul, então sobrou a região do norte do Araguaia para que o agronegócio possa expandir aí as suas fronteiras. É o que vem acontecendo. Como é que é essa relação na visão de vocês. Coloquei, particularmente, uma preocupação de que acho que as pessoas assentadas hoje são reféns da inoperância do Governo, a legislação nos ajuda, de um tal Gilbertão, que pelo que percebi aí tem sido o grande terror, temos que saber exatamente quem é, penso que a linguagem não é outra, é ir no pescoço desse cidadão, que ameaça ser aí o grande terror.

A pergunta é: Pessoas como esse Gilbertão podem estar a serviço do agronegócio? Aproveitando essa fragilidade dos assentamentos nessa região do Estado?

O SR. MERCI WAGNER – Acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos ouvir a Deputada e depois o Relator, e, ao final, o senhor responde a todas as perguntas, para ganharmos tempo, já que temos aí vários depoentes. A Deputada Teté Bezerra vai fazer a sua pergunta.

A SRA TETÉ BEZERRA – Sr. Merci Wagner, sabemos que a região aqui, tradicionalmente, sempre foi caracterizada pela pecuária. A pecuária era a grande atividade econômica-rural que havia na região. A pecuária, nas grandes fazendas, de grande extensão de área, e os conflitos agrárias que sempre havia também aqui na região, os posseiros, os pequenos produtores, que tinham dificuldade de ter acesso à terra ou que eram posseiros, e que de um tempo para cá se está tentando regularizar essa situação dos posseiros. Agora vem a situação da agricultura, que está chegando aqui na região, que está sendo dito aí, do agronegócio. Sabemos o tanto que é nocivo termos apenas uma monocultura. A soja e as monoculturas são extremamente nocivas, e o Prefeito deixou isso claro no depoimento dele, na preocupação que tem dessa área se tornar uma opção da monocultura da soja e o dano que isso poderia acarretar ao meio ambiente e à questão de toda a região aqui do Araguaia.

Uma pergunta que faria ao senhor: A agricultura que se está estabelecendo aqui na região está se dando em cima das áreas de pastagem, que estão se transformando em agricultura, quer dizer, as grandes propriedades que estão fazendo a opção em plantar a soja, o arroz, que é o caso também aqui, acho que plantam arroz também, ou estão sendo pequenas propriedades que estão sendo adquiridas e formando novamente o latifúndio, voltando novamente a imagem e a figura do latifúndio na região, e essas áreas então transformadas em plantações de arroz e soja.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Merci, eu gostaria de fazer duas perguntas aqui ao senhor: A primeira está, vamos dizer, dentro dessa preocupação que temos em relação à situação do Norte do País, porque aqui estamos nessa frente entre o Centro-Oeste e o Norte, que faz parte do chamado arco do desmatamento, onde há uma preocupação muito forte já expressa pelo nosso Prefeito com relação ao agronegócio, principalmente da soja, que está tendo alguns impactos muito sérios. Tenho lido muito sobre isso, mas é uma oportunidade que tenho de visitar, de conhecer, de ouvir as pessoas que moram, que vivem aqui no local. Esse agronegócio traz impactos de natureza social, uma vez que entra em áreas de posseiros e em áreas indígenas; e também impactos de natureza ambiental, porque o desmatamento é muito grande. Com relação à questão do emprego, já que são áreas mecanizadas, não há uma contrapartida. Dessa forma, gostaria de obter a sua visão, como produtor rural que é, sobre esse processo de expansão.

Penso que o Prefeito teve uma posição muito equilibrada, no sentido de entender que o crescimento pode ser importante, mas não pode ser obtido a qualquer custo, isto é, tem que ser sustentável, com preocupações social, ambiental e étnica, em respeito aos povos que já vivem aqui, sejam povos indígenas, sejam posseiros. Gostaria que o senhor trouxesse a sua posição acerca disso.

Uma segunda pergunta, uma vez que estamos tratando também da questão da violência no campo, é que me chamou a atenção, tanto no depoimento do prefeito como no seu, a informação de que há um trabalho integrado entre o sindicato dos trabalhadores, o sindicato dos produtores e a própria prefeitura. Muitas vezes vemos os dois segmentos em pólos bem opostos e gostaria que o senhor dissesse como é que isso ocorre. Também farei essa mesma pergunta à Presidenta do Sindicato, pois penso que seria importante sabermos de que forma se dá essa relação laboriosa entre os produtores e os trabalhadores aqui da região.

O SR. MERCI WAGNER – Em primeiro lugar, vou responder ao Deputado João Alfredo. Se conheço (inaudível), se ele está atrás do agronegócio, não acredito, pois creio que o agronegócio vem com as suas próprias pernas. Não tenho intimidade com o senhor (inaudível) e nem conhecimento dos negócios dele, mas como temos aqui os trabalhadores rurais, temos também os produtores rurais, que também precisam ser olhados e defendidos. Defendemos os produtores,

não menosprezando os trabalhadores rurais. Estamos junto com o sindicato dos trabalhadores, junto com a prefeitura e estamos à disposição.

Estive em Cuiabá mês passado e consegui, através da (inaudível) e do Senai, 17 cursos para Confresa, que já estão sendo ministrados, sinal que temos parceria. Penso que se o Gilbertão tem acesso ao agronegócio, não conheço essa situação.

Respondendo à Deputada Teté, penso que a agricultura da soja é muito importante para qualquer região. Em uma região em que eu tinha 10 hectares de terras, no Rio Grande do Sul, consegui produzir 400 sacas de soja. A maioria dos nossos assentados aqui tem 100 hectares, portanto, se implantarmos o plantio da soja, todos vão se beneficiar. O que precisamos aqui é da Caixa Econômica, que o Deputado falou, é do BASA, de que está se falando aí, é da legalização dessas terras, senhor Senador, para que todos tenham acesso ao seu financiamento. Isso é uma preocupação de todos e ouvi o senhor prefeito indagar por que pessoas que estão assentadas há 10, 12 anos não têm seu título para poder fazer seu cadastro no Banco do Brasil e obter seu financiamento também lá.

Respondendo à pergunta do Sr. Deputado João Alfredo, é a mesma ....

A SRA TETÉ BEZERRA – (Fora do microfone.)

O SR. MERCI WAGNER – Ah, sim – vou responder a pergunta.

A nossa pecuária existe, a nossa pecuária é muito boa mas a maioria, também, está recuperando essas pastagens que já estão bastante degradadas e fazendo esse plantio. É claro que tem gente abrindo outras áreas – quem comprou uma propriedade, não tem nada aberto e tem que abrir, tem também direito. Mas eu acho que nós temos condições de fazer um grande de soja, sem prejudicar nenhum dos trabalhadores rurais, como o Senador falou.

Nós temos, aí, milhões de hectares da União que temos que aproveitar. Vamos resgatar essas terras que são da União, juntamente, e colocar aquelas pessoas que ainda não tiveram oportunidade da terra porque acho que é o momento de se fazer isto.

A SRA TETÉ BEZERRA – Nós temos acompanhado, aí, pela imprensa nacional, a grande preocupação que os exportadores de soja estão tendo no nosso País: o preço do produto. O produto, na comercialização, não tem acompanhado para um preço decrescente, os insumos, o combustível, a semente que acabam ficando mais caros do que, depois, na hora de vender o produto, de vender a soja. Eu acho extremamente preocupante nós continuarmos estimulando ou pensando que a cultura da soja pode ser a grande saída econômica, aqui, para a região. Nós sabemos, também, que a soja só pode ser economicamente interessante e importante se ela tiver uma grande extensão de plantio. Eu acho que para o pequeno e para o médio nós temos que estar discutindo e, aí, eu acho que nós devemos ter bastante médios produtores que são filiados ao Sindicato dos Produtores Rurais para procurar alternativas. Eu acho que a Camaco deveria se preocupar com essa questão de estar procurando alternativas, de melhorar o rebanho – melhorar geneticamente o nosso rebanho bovino e trazer alternativas outras de produção como, por exemplo, nós temos, aqui, em Porto Alegre do Norte uma unidade de biodiesel e de estarmos plantando, aqui, a mamona, o girassol, as alternativas para a produção biodiesel, e não ficarmos preocupados só com a soja. Eu acho que nós temos que estar procurando, e, aí, uma sugestão que eu iria dar aos senhores, levando essa discussão. Os sindicatos estão encaminhando essa discussão junto à Camaco, porque a alternativa da soja, – inclusive nós estamos vendo é a chiadeira e a choradeira em todo o Estado, de muitos produtores de soja que neste ano estão se quebrando e isto afetando, inclusive, a economia do Estado de Mato Grosso.

Eu, então, acho que ao invés de nós estarmos estimulando para que a região, aqui, invista e pense ao menos como a soja é a grande alternativa – nós temos que pensar nas outras questões e nas outras culturas que acredito que seriam muito mais viáveis aqui. Levando tudo em consideração – o meio ambiente, a situação geográfica da nossa região – eu acho que as outras culturas seriam muito mais interessantes e viriam muito mais de encontro à nossa realidade, aqui, do que nós estarmos investindo nela, apenas na questão a soja.

O SR. MERCI WAGNER – Srª Deputada, eu não quis colocar só a soja. Eu sei que a preocupação de V. Exª é, também, a mesma minha. Eu acho que o girassol – nós temos até um Projeto com o Secretário da Agricultura para nós criarmos, aí, o frango, a ovelha – criar alternativas – porque é produtor também. Nós temos uma discussão muito grande. Se nós olharmos hoje para a pecuária, está no mesmo problema da soja. Nós, há quatro anos atrás, vendemos o bezerro a R$330,00. Hoje, não tem quem compre a R$250,00. Então, se todos nós olharmos, veremos que a preocupação é muito grande. Eu acho que nós temos que sentarmos e discutirmos como resolver os problemas fundiários da região e, aí, nós fazermos projetos, sentarmos com os técnicos, juntamente com a prefeitura, com a Secretaria da Agricultura e com os produtores e trabalhadores e achar a melhor alternativa para a nossa região.

O Prefeito falou muito bem. Eu acho que aqui cabe à sociedade participar. E eu também pediria à Comissão que essa unidade do Incra que deverá sair da Confresa, que vai trazer muito benefício para todos os produtores, não só do Incra, todos da Fema, do Ibama, todos as unidades, que Confresa é o pólo. Então se trazemos para a Confresa, beneficia a região toda.

Eu não sei se respondi todas as perguntas, mas estou à disposição.

Respondendo a última pergunta: a relação do Sindicato dos Produtores Rurais com o Sindicato dos Trabalhadores... nós temos uma grande amizade, nós temos procurado o sindicado um ao outro, não temos nenhuma divergência. Nós estamos aí pra somar, não pra dividir. Nós temos também pequenos produtores – eu não sou grande produtor, sou pequeno produtor também, só sou Presidente do Sindicato e estamos aí à disposição de todos, não só dos produtores rurais como os trabalhadores rurais. Eu presenciei – só pra reforçar – quando o pessoal da Porto Velho foi despejado... nós temos aí pessoas que produzia feijão lá, que eu comprava deles o feijão que hoje não têm onde plantar um quilo de feijão e que ficou dois anos lá, empossado numa propriedade lá que nunca foram ouvidos e eu não condeno o fazendeiro; eu condeno o Incra por isso aí. Não o representante que tá aí, mas que levaram o pessoal pra lá e nunca tomaram uma providência. Eu acho que o Governo Federal tem que tomar uma providência e resolver esses problemas do pessoal. Eu não sou contra ninguém, eu estou aí pra ajudar a resolver os problemas que tiver.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não. Com a palavra o Deputado.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu só preciso deixar claro que nos últimos dez minutos, eu pelo menos eu teria a impressão de que se houvesse chegado agora que as pessoas que estão falando aqui estariam contra o agronegócio. Muito pelo contrário. Nós somos extremamente favoráveis ao agronegócio. Apoiamos incondicionalmente a ação do agronegócio. Agora, nossa preocupação, que eu creio que seja inclusive a preocupação da CPI – eu não faço parte dela – é que com a chegada do agronegócio, o fato de ele ser independente, de não precisar de ações do governo, de ter facilidade a acesso de crédito, enfim, do poderio dela, pode-se criar bolsões de pobreza, de miserabilidade, porque aqui os assentados não são reconhecidos oficialmente, legalmente como assentados, não têm acesso a crédito, não têm acesso absolutamente a nada, só à benevolência do Governo Federal.

Então, com a chegada do agronegócio, pode haver uma exclusão social maior do que a que aí já está. Esta é a preocupação. Que venha o agronegócio, mas que venha a titulação da terra, que venha a liberação de créditos, que venha a condição, pelo menos de igualdade, de se buscar o direito à vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Queremos agradecer ao Merci Wagner pela sua participação. Desejamos sucesso na sua missão de representante dos produtores rurais de Confresa. Muito obrigado.

Vamos convidar Aparecida Barbosa da Silva, a Cida, que é Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. (Palmas!)

(A fita encerra aos 3m48s.)

Com a palavra, então, a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Ruruais.

A SRA APARECIDA BARBOSA DA SILVA – Exmºs Srs. Parlamentares, Srª Parlamentar Teté Bezerra, Sr. Superintendente do Incra, Leonel, todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais que aqui se encontram que eu represento e outras entidades também, que estão aqui presenciando.

Então, é uma grande alegria saber que está acontecendo aqui, hoje, esta CPMI, uma grande esperança para todos nós. Que bom seria se não tivesse chegado até agora, para acontecer uma CPMI, para ver se resolve esses problemas.

A gente sabe que esses Parlamentares vieram de Brasília, não vieram para fazer turismo, porque aqui nem parece um ponto turístico. A gente sabe que já aconteceu muitas CPIs neste País e esperamos que eles estão aqui para se inteirarem da realidade e que nos ajudem a resolver a problemática da terra, que tem aqui, nessa região de Confresa.

Como são muitos os depoimentos, eu vou ler e depois vou responder as perguntas que eles vão fazer.

Confresa é um Município que foi emancipado, um Município do início dos anos 90. Situa-se no nordeste do Mato Grosso, mais especificamente chamada região do Baixo Araguaia. Tem uma população de 27 mil habitantes, constituídas de pessoas de praticamente de todas as regiões do País. Sua área é de 5.483 km². Sua principal atividade produtiva é agricultura, com destaque para agricultura familiar. Existem, no Município, 12 assentamentos em fase de implantação. É o Município de nossa região com maior número de conflitos pela posse da terra, nos quais a violência explícita ou disfarçada tem sido uma constante, conforme os senhores e senhoras poderão observar na documentação que lhes entregarei, para as quais o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outras organizações, como

os Direitos Humanos da Prelazia de São Félix do Araguaia, a CPT, a Fetagri têm, reiteradamente, solicitado a atuação de órgãos ligados à questão fundiária para solucioná-los.

Agora, vou citar alguns conflitos que aconteceram em nossa região.

Gleba Bridão Brasileiro.

Em 1997, 180 famílias de agricultores familiares sem terra ocuparam um área de terra da Fazenda Bridão Brasileiro, localizada ao lado esquerdo da BR 158, distante da cidade uns 80 quilômetros; parte em Confresa e parte em Vila Rica, que era completamente improdutiva. Tem iniciado contatos com o Incra para a desapropriação da área.

Em 1999, dois anos após a ocupação, os trabalhadores foram surpreendidos com uma ação de manutenção de posse da área, proposta por Osvaldo Munhoz.

No dia 09 de dezembro de 2002, Confresa assistiu à chegada de mais de 80 policiais militares, em ônibus e caminhonetes, que se dirigiam à Bridão Brasileiro, para cumprimento de uma ordem judicial, feita pelo Juiz da Comarca de Vila Rica, para desocupação forçada da área.

Durante o cumprimento dessa ordem, aconteceu abuso de poder, praticado pela Polícia Militar, tendo os policiais entrado na gleba vizinha, Airton Sena, humilhando e maltratando alguns ocupantes, além de maus tratos praticados contra ocupantes da Bridão, como se pode verificar das declarações constantes no dossiê referente à Gleba Bridão Brasileiro, Documento nº 23, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 35 e 38, e que foram reconhecidos pelo advogado, Sr. Gilbertão, durante a audiência realizada na Câmara Municipal de Confresa, no dia 23 de março de 2004, conforme a fita gravada, contendendo a audiência e que será entregue às Srªs e Srs. Parlamentares. Importante é notar que, durante o despejo das famílias da Bridão Brasileiro, apresentou-se como sendo um proprietário da área um senhor por apelido de Gilbertão, que mais tarde veio se saber que seu nome era Gilberto Luiz Resende. Depois do despejo violento, foram feitas denúncias aos órgãos de segurança do Estado, bem como foram intensificadas as negociações com o Incra para solução do conflito.

A população de Confresa vivia um clima de tensão e insegurança, aumentado quando espalhou-se – não se sabe como e por quem – que, na semana seguinte, ocorreria despejo das outras áreas de ocupação no Município, sendo citadas as áreas Novo Horizonte, Porta da Amazônia, Barulho, AyrtonSenna, Chão Vermelho, Água Linda, (inaudível) e Reunião.

Nos meses de setembro e outubro de 2003, o Sr. Gilberto Luiz Resende instalou um escritório de compra e venda no centro da cidade e começou a negociar, com os ocupantes despejados da gleba Bridão Brasileiro, a compra de suas posses – documento nº 47, do dossiê do Bridão Brasileiro. Essa atitude causou estranheza e todo mundo pôs (como filho que ele teve?) que dizia ter comprado a terra de Osvaldo Munhoz, é o que consta do relato da Polícia Federal ao Ouvidor Agrário Nacional, documento nº 46, do dossiê Bridão Brasileiro.

Como estava novamente comprando uma terra que já seria sua? Uma coisa muito estranha estaria acontecendo ou esse senhor tinha muito dinheiro.

A gleba Bridão Brasileiro teria sido vendida aos proprietários da Arroz Tio Jorge, de Goiânia, mas o conflito não acabou. Em dezembro do ano passado, aconteceu um confronto que resultou na morte de uma pessoa, funcionário da Arroz Tio Jorge, e na prisão de sete pessoas que continuam presas no presídio de Porto Alegre do Norte.

É importante dizer que simplesmente foi constatado desmatamento de grande tamanho na área da fazenda Bridão Brasileiro, o qual foi denunciado ao Ibama, em Canarana, Barra do Garça, Brasília. No mês de março, em um dos contatos telefônicos com o representante do Ibama em Barra do Garça, o Sr. José Roberto, disse que não havia condições de vir fazer uma expiação no local, mas que ainda assim era muito bom que a gente continuasse enviando as denúncias.

A Fazenda Porta da Amazônia: é localizada no Município de Confresa e também parte de Vila Rica e foi ocupada em 15 de março de 1996, por 120 famílias. Ainda em 1995, o Agropastoril, Novo Patrocínio S.A, proprietário da fazenda, ofereceu uma área de 10.568 hectares da referida fazenda ao Incra, para desapropriação ou compra para os fins de reforma agrária. Em 3 de agosto de 2000, o Incra iniciou o processo administrativo de fiscalização da referida fazenda. O procedimento de fiscalização estava em curso quando o Incra foi notificado judicialmente para que suspendesse os estudos da área oferecida para desapropriação em razão de lotes de terras oferecidos pela Agropastoril estarem sobrepostos com lotes de terras que pertenceriam a Antônio Roque dos Santos e a Jorge (?) Filho, conforme documento constante do dossiê que será entregue. Processo fiscal, apuração, dados, documento nº 2, colhido em 1996 – 1999, dossiê Porta da Amazônia.

Em virtude desse fato, o Incra continuou com estudos de pesquisa a fim de resolver a questão. Não bastasse esse problema já muito grave, no mês de abril de 2003, as famílias de ocupantes da Fazenda Porta da Amazônia começaram a sofrer pressão de pessoas

que apareceram dizendo-se proprietárias das terras e ameaçando as famílias. Como desfecho, a própria Polícia Militar de Vila Rica já esteve na área, fazendo pressão para as famílias, conforme Documento nº 6, Dossiê da Porta da Amazônia. Eu mesma já fui avisada por pessoas sobre o risco que corro e estou sendo observada e seguida por pessoas ligadas a esse grupo. Por essa razão, fiz ocorrência no Destacamento da Polícia Militar, que confere Documento nº 5, Dossiê da Porta da Amazônia. Mais recentemente, um advogado de nome Décio Jales Costa Sales e o Sargento reformado Acácio Pereira Neto têm pressionado as pessoas para venderam seus lotes que ocupam. Comenta-se que essas pessoas estariam representando Gilbertão, que, no momento, está um pouco desaparecido da região. Isso merece investigação séria também, ou seja, o envolvimento desse Sr. Gilbertão nos conflitos de terra na região.

Sobre a Gleba Novo Horizonte.

A Gleba Novo Horizonte fica localizada no Município de Confresa, na estrada que vai para Rio Preto, distante da cidade de Confresa, mais ou menos, 70 quilômetros. As primeiras famílias, em número de 80, ali chegaram na primeira metade da década de 90 e começaram a fazer suas moradias e produzir. Não havia estradas nem transporte. Nos primeiros anos, a produção chegava a se perder por dificuldade de escoamento. As famílias viveram sem nenhuma perturbação até o ano 2003, quando apareceram pessoas ligadas ao grupo Ribeiro pressionando as famílias para deixarem seus lotes de terra. Antes disso, ninguém nunca tinha ouvido falar em proprietário daquela terra. Em 2004, apareceram pessoas ligadas ao Sr. Gilbertão dizendo que haviam comprado a terra e ofereciam indenização para que deixassem as terras. Vinte das famílias chegaram a aceitar a oferta. Um grupo de ocupantes resolveu se juntar e entrar com uma ação de usucapião, que corre na Comarca de Porto Alegre do Norte. Recentemente, apareceu em cena a empresa Cotril de Goiânia dizendo que comprara as terras de Gilbertão. As pressões recomeçaram. Contam os moradores que existem pessoas estranhas na área e que andam armadas como forma de espalhar a insegurança e levar os ocupantes a vender seus lotes de terra.

Como vêem, Srªs e Srs. Parlamentares, mais uma vez, o nome do Sr. Gilbertão aparece em cena. Aliás, é preciso dizer que também na Gleba Carmelita, conhecida como Paraíso do Rio Preto, esse senhor esteve e conseguiu comprar os lotes dos ocupantes que ali estavam há mais de dez anos, inclusive com ação em curso na Comarca de Vila Rica, aguardando decisão judicial.

Gleba Sol Vermelho.

Ela fica situada parte no Município de Confresa e parte no Município de Vila Rica. Os primeiros ocupantes ali chegaram na segunda metade da década de 90 e hoje, com 50 famílias, ocupam a área. Existe o Processo nº 5, de 2005, na 1ª Vara da Comarca de Vila Rica, proposto em 2003. O antigo dono João Moreira Gotijo vendeu a área para João Maria de Almeida. Recentemente, há, mais ou menos, 60 dias, João Maria, com advogado e agrimensor, entrou na área para fazer medição dos lotes. Muitos dos ocupantes não concordaram com as medições e foram feitas assim mesmo. Condenando as pressões, mais ou menos umas quatro famílias venderam... Cedendo às pressões, mais ou menos umas quatro famílias venderam seus lotes, onde foram colocadas máquinas, que já quebraram toda a marca.

Gleba Barulho.

A Gleba Barulho está localizada no Município de Confresa, próximo à estrada que leva a São José do Xingu, 20 km à direita, distante da cidade 37 km, área em volta ser ocupada por 80 famílias desde abril de 1989, que foram expulsos uma vez, mas voltaram, e ali continuam até hoje.

No Incra, existe um processo administrativo de desapropriação da área há muitos anos. Como a situação em toda a região é de intranqüilidade, inclusive com a presença de pessoas ligadas ao Sr. Gilbertão, que não dão sossego às famílias de ocupantes, os moradores da Gleba Barulho vivem também em constante apreensão e tendo suspeitas.

Gleba Água Limpa.

A Gleba Água Limpa fica situada à direita da estrada que leva a São José do Xingu, ao lado do **(incompreensível)**, distante da cidade mais ou menos 80 km. Está ocupada, desde 1993, por 50 famílias que estão sob pressão de um grupo de pessoas, que estão ameaçando as famílias com despejo, caso não vendam seus lotes. Essa mesma situação acontece com as Glebas Naves, onde vivem e trabalham 80 famílias há 13 anos; Três Fechas, ocupada por 60 famílias há 13 anos.

Gleba Ayrton Senna.

A Gleba Ayrton Senna fica localizada na BR – 158, ao lado esquerdo em direção à Vila Rica, distante da cidade 70 km, ao lado da Gleba Bridão Brasileiro. A área está ocupada por 40 famílias há 12 anos. Era parte da área Confresa-Roncador, mas quando foi feito o projeto de assentamento Confresa-Roncador, ela ficou fora, tornando-se objeto de cobiça de pessoas de fora, inclusive de Goiânia e Barra do Garças, que começaram a pressionar os ocupantes originais.

Durante o despejo dos ocupantes da Gleba Bridão Brasileiro, em dezembro de 2002, as famílias da

Ayrton Senna sofreram o reflexo da violência policial, como humilhações, maus-tratos, espancamento, tendo suas casas, inclusive, invadidas e outras queimadas e matando até um cavalo de um dos moradores. Desde essa época, os moradores da gleba passaram a sofrer as pressões do grupo responsável pelo despejo das famílias da Bridão Brasileiro. Com o receio de que tivessem o mesmo fim dos ocupantes da Bridão, um grupo de ocupantes ajuizou uma ação de usucapião, que corre na Comarca de Porto Alegre do Norte.

Com a ocupação da Bridão Brasileiro, com a compra da Gleba Bridão Brasileiro, pelo grupo do Arroz Tio Jorge, os ocupantes da Ayrton Senna foram surpreendidos com a informação de que sua área estaria incluída no negócio, ou seja, o grupo do Arroz Tio Jorge teria comprado também a área ocupada por eles e que passaram a ser pressionados para vender seus lotes ou comprarem os lotes que ocupam.

Srs. e Srªs Parlamentares, Superintendente do Incra, a situação de nosso Município: alguém já disse que a Confresa parece um barril de pólvora prestes a explodir. É preciso investigar a fundo a questão do desmembramento de áreas e várias áreas menores. A questão dos andares de títulos numa mesma área, questão dos títulos voadores, a questão da grilagem de terras públicas e, principalmente, o avanço de grupos que, com a desculpa de trazer o desenvolvimento e o progresso, expulsam famílias e trazem o conflito, o desassossego e a insegurança para a região.

Eu sei e os senhores também sabem que outras Comissões Parlamentares de Inquérito sobre a terra já aconteceram neste País. Porém, não foram encontradas soluções para a questão que se tem antes e que parece se eternizar. O que os senhores e as senhoras ouvirão nesta audiência e ouviram já em outras audiências nos diversos Estados em que passaram, com certeza não é muito diferente do que os outros Parlamentares terão ouvido nas CPIs anteriores. Se diferença houver, será em relação ao agravamento da questão, agora muito mais grave ainda.

Esperamos que esta CPMI faça a diferença com resultados profundos e duradouros, que ponham fim a toda a questão da violência, não sendo mais necessárias CPMIs sobre a terra.

Confresa, 18 de maio de 2005.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Dª Aparecida Barbosa da Silva. Pedimos cópias desses documentos que entrega à Comissão. A Secretaria vai autuar. Se V. Sª puder encaminhar uma cópia do texto lido, facilitará o trabalho da taquigrafia.

Muito obrigado.

Passarei a palavra ao Deputado João Alfredo, que começa o questionamento.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – D. Aparecida, Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa. Falo primeiramente do respeito que tenho pela senhora. Já é uma realidade no País a presença de mulheres dirigindo sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Há sempre um avanço nesse processo de afirmação da questão do gênero a presença de lideranças de mulheres à frente desses sindicatos. Quero, portanto, primeiramente fazer essa saudação.

Segundo, solidarizo-me. Como V. Exª falou há pouco, vem sofrendo ameaças. Até mesmo, anteriormente, já na documentação que havia recebido, sabia dessa ameaça no depoimento que a senhora prestou neste ano. A senhora faz um desafio repto à nossa CPMI. Outras já passaram por aqui e o senhor espera que esta faça diferença. Não posso responder pelas outras, mas, como Relator desta CPMI, todo meu trabalho não será só no sentido de diagnosticar esses problemas levantados, mas, fundamentalmente, de apresentar sugestões. Evidentemente, uma CPMI por si só não resolverá o problema, mas apresentará sugestões para o Governo Federal, para os Governos Estaduais e Municipais. Lembrou bem o nosso Presidente que a reforma agrária e a política agrícola não podem ser de responsabilidade exclusiva do Governo Federal, mas também dos demais Poderes, como do Judiciário e do nosso próprio Poder Legislativo, do ponto de vista da votação de leis que possam favorecer.

Mas penso que como o relatório – na possibilidade de que a CPMI seja prorrogada até o final do ano – penso que algumas questões mais emergenciais devem ser já objeto de ação da nossa CPMI. Nesse sentido, solicito desde já ao Presidente que este relatório que traz questões candentes, de problemas que ainda estão acontecendo que possa ser encaminhado assim que nós chegarmos em Brasília para o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra nacional e a Ouvidoria Agrária Nacional e para a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Eu acho que é importante nós encaminharmos isso rapidamente, até porque nós estamos tratando de vidas como a da senhora que é uma vida preciosa não só por ser uma mulher, uma cidadã brasileira, mas também pela representação que a senhora tem dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Também vou apresentar, Senhor Presidente, um requerimento para que este senhor Gilbertão seja convocado a depor em Brasília. Vários casos já levantam a participação deste senhor nas ameaças e é preciso que a CPMI possa

ouvi-lo também para ele responder essas questões que estão sendo levantadas. Tanto ele como o seu auxiliar que nós temos notícia que é o Filemon Limoeiro que poderiam ser convocados para, em Brasília, prestar estes depoimentos. Ou no sentido de se defender ou até no sentido, se os fatos forem verdadeiros, essa exposição pública puder ser um freio a qualquer outra atividade mais violenta que possa vir acontecer. Então, eu também estou aqui com depoimentos, se tiver o apanhamento dos demais parlamentares, logo em seguida apresentamos. Mas eu queria lhe fazer algumas perguntas, dona Aparecida. Primeiro, como é que está a situação dos trabalhadores e trabalhadoras desta Gleba Bridão Brasileiro. Se eles continuam abandonados, se eles já foram assentados em alguma área, se foram beneficiados. Segundo, se essa terra foi desapropriada ou foi arrecadada pelo governo, se o conflito foi solucionado ou se ainda continua existindo. Acho que esta era a primeira pergunta. A senhora pode ir anotando ou a senhora quer responder?

A SRA APARECIDA BARBOSA DA SILVA – Quero responder por parte.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ela quer que eu pergunte por parte. Então, vamos lá. Pode falar.

A SRA APARECIDA BARBOSA DA SILVA – Quanto às famílias que foram despejadas da Gleba Bridão Brasileiro continuam (Inaudível). Continuam. Inclusive eu fico na liderança do sindicato, representando esses trabalhadores e aconteceu deu chorar junto com alguns desses trabalhadores, que vêm dizendo que tinham uma roça enorme e fazia muita fartura. Depois disso, na Vila 2000, que é uma vilinha que não tem nem energia, barraquinhas ridículas e não tem nem cesta básica. É horrível quando se sabe que uma pessoa que tinha tudo, tinha o seu pedaço de terra, não era legalizado, mas ele vivia muito bem lá, ser despejado e, adiantando a outra pergunta, essa área nunca foi legalizada. Tem processo de desapropriação, mas continua em conflito. Outro que comprou, que é o Agostinho Jorge, ainda teve um confronto de trabalhadores da Tio Jorge com os posseiros, e levou à morte de um dos trabalhadores da fazenda, e esses posseiros continuam presos até hoje. Muitos não têm nada a ver com o caso mas, por falta de prova, estão presos desde dezembro.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Desde dezembro do ano passado?

A SRA APARECIDA BARBOSA DA SILVA – Do ano passado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A segunda pergunta parece que já foi respondida pelo seu relatório mas eu acho que é importante a gente ter. Então, este Gilbertão continua agindo em todos esses casos e porque as atividades de corretagem de alguém fazer negócio é uma atividade legal, desde que a pessoa tenha o título de propriedade e que isso seja feito de acordo com a lei. Agora, a pressão, a violência e a intimidação que é algo que nós não podemos, de maneira nenhuma, aceitar. Ele continua agindo desde esta época da Gleba Bridão brasileiro...

A SRA APARECIDA BARBOSA DA SILVA – Ele continua. Não de forma direta para as pessoas verem, mas de forma indireta, através de outras pessoas e todo mundo sabe que é mandado por ele.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A terceira pergunta é sobre a questão da ameaça. V. Sª tem tido alguma proteção da Polícia Militar com relação à sua vida depois do momento em que fez um depoimento? Tenho até cópia dele, pois me chegou às mãos e até o olhamos quando vínhamos para cá. O referido depoimento é do dia 7 de março. Daquela data até agora, a Polícia apurou esse caso e chegou às pessoas que a estavam ameaçando? V. Sª está tendo algum tipo de proteção?

A SRA APARECIDA BARBOSA DA SILVA – Um Major e um Delegado de Polícia Civil se ofereceram. A Polícia está me acompanhando, mas eu mesma não tenho paciência de andar com Policiais perto de mim. Não é o meu jeito.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas eles chegaram às pessoas que a estavam ameaçando?

A SRA APARECIDA BARBOSA DA SILVA – Não sei.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Não sabe?

A SRA APARECIDA BARBOSA DA SILVA – Não sei o resultado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Seria importante fazermos também uma requisição à Polícia para sabermos o resultado da apuração, porque, se alguém vai à Delegacia ou à Polícia e presta uma queixa ou dá um depoimento, é necessário, de qualquer forma, haver o resultado – positivo ou negativo. Mas o inquérito tem que chegar ao final. Então, precisamos saber essa questão.

Finalmente, uma pergunta, que também fiz ao Presidente do Sindicato dos Produtores, faço-a a V. Sª: como tem sido a relação com o Sindicato dos Produtores Rurais? Está sendo boa? E com a Prefeitura?

A SRA APARECIDA BARBOSA DA SILVA – Quanto ao Sr. Wagner, não tenho nada contra ele, que é uma ótima pessoa. Se todo fazendeiro fosse igual ao Sr. Wagner, seria diferente – o que não quer dizer que o Sindicato é aliado a outro.

Represento os trabalhadores rurais e não vou fazer guerra contra fazendeiro que não faz nenhuma injustiça. Não somos contra o agronegócio, desde que não tome nosso lugar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Minha última pergunta era esta – estou perguntando a todos: como tem sido o agronegócio aqui? Qual tem sido o impacto para V. Sªs, trabalhadores e trabalhadoras rurais?

A SRA APARECIDA BARBOSA DA SILVA – Não somos contra o agronegócio, desde que desmate sua área, suas pastagens, sua terra. Por que tirar o nosso povo? Confresa foi criada por trabalhadores migrantes de todas as partes do País e 90% da população são trabalhadores da agricultura familiar.

O agronegócio, para nós, foi um susto em nosso ponto de vista, porque reflete mais na agricultura familiar, em postos de muitos anos. Querem tirar essas famílias para plantar soja naquele lugar. Por isso, estamos, neste momento, olhando o agronegócio com maus olhos. Não somos contra, desde que não se tome o lugar dos nossos trabalhadores.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência despacha o requerimento do Deputado João Alfredo, (Palmas!) convocando o Sr. Gilbertão e o Sr. Filemon para depor em Brasília, com a assinatura dos Parlamentares presentes. Consideramos aprovado por unanimidade o requerimento e pedimos à Secretaria para providenciar a convocação a fim de que a Comissão possa ouvir o Sr. Gilberto.

Consulto se os Parlamentares desejam fazer uso da palavras. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Teté Bezerra para perguntar.

A SRA TETÉ BEZERRA (PMDB – MT) – Faço uso da palavra rapidamente, apenas para dizer, Deputado João Alfredo, que, com relação – como vejo – à grande carga que a Presidente do Sindicato dos Trabalhos Rurais tem enfrentado no Município de Confresa, pelo relatório que ela pôde ler e também nos está entregando, que demonstra o grande conflito em todas essas áreas, ressalto que essa característica da valentia, da firmeza e da bravura que a Cida tem demonstrado está relacionada ao povo do Araguaia.

Os homens e mulheres que acreditaram nesta região e gostam desta terra têm enfrentado, há muito anos, todo tipo de ação. Os mais antigos sabem, portanto, que foi difícil, inclusive, na época em que a Polícia descia a faca no lombo do trabalhador. Esse fato era constante na região. Posseiro era perseguido pela Polícia como uma besta fera, como um animal e como um criminoso. E hoje estamos verificando que isso não acontece mais em algumas situações. Pontualmente temos visto, apesar de que também sabemos que, na atual administração estadual, tem havido um alto índice de desejo e de retomada de posse em face das reintegrações de posse que têm acontecido, em virtude da ação da Polícia Militar. Isso o Superintendente do Incra pode reafirmar e não acontece só aqui na região, mas em todo o Estado.

No mais, solidarizamo-nos com você, com o sindicato. Estamos à disposição da companheira no sentido de toda ação por meio da qual pudermos ajudar e contribuir. Parabenizamos pela luta que os senhores têm tido aqui para que os trabalhadores rurais, os posseiros, os parceleiros da Reforma Agrária possam ter uma vida mais digna. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Lino Rossi.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, com relação ao depoimento da Presidente Aparecida Barbosa da Silva, só quero dizer a ela que sou solidário e às pessoas que não interpretem no apelo populista, nem no cunho eleitoreiro ou eleitoral o que vou dizer aqui.

Mas, conhecedor dessa casta de pessoas, que, para mim, são uma espúria. Pessoas do naipe desse Gilbertão. Tenho passado os últimos 20 anos da minha vida lidando com esse tipo de gente na televisão, cobrando, brigando e enfrentando. Durante um ano e seis meses, na CPI do Narcotráfico, enfrentando essas pessoas e sei que agem sorrateiramente. São tão covardes que agem no escuro e estão sempre acompanhados de dois, três, quatro, cinco. Sozinhos, não têm coragem para isso.

E sei, com certeza, que, neste exato momento, alguém já deve ter passado a informação para esse Gilberto que ele vai ser convocado, que foi citado aqui inúmeras vezes.

Peço à Presidente que, por favor, não interprete de outra forma. Sou solidária com a senhora. Aviso ao Gilberto que ele tem mais pessoas a vigiar a partir de agora. Ele tem que vigiar o Deputado Lino Rossi, a Deputada Teté Bezerra, além da Presidente, porque estamos de alma nessa causa, principalmente contra a ação de violência. Essa forma baixa é inaceitável de querer atingir as pessoas. Advirto ao Gilbertão e à sua tropa que, ameaçando a Presidente, estará ameaçando o Deputado Lino Rossi e a Deputada Teté Bezerra. (Palmas!)

A SRA TETÉ BEZERRA (PMDB – MT) – Sr. Presidente, encaminho a V. Exª um ofício, juntamente com a fita, que – parece – a Presidente do Sindicato enviou. Sr. Presidente, parece que essa fita se tornou um

grande *best seller* , pois já foi vendida até a um preço de R$ 50 mil a cópia. Então, imagine o valor precioso que tem, principalmente para esta Comissão, que vai poder verificar efetivamente o grau de imposição e de agressão a que se chegou nessa audiência pública, inclusive num total desrespeito ao Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gersino, com o qual que temos que nos solidarizar porque, nessa audiência, foi demonstrado – e a senhora pode confirmar isso, Presidente – um total desrespeito à autoridade do Dr. Gersino. Então, passo a V. Exª o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigada, Deputada Teté.

Peço à Secretaria que autue a documentação e a fita e, felizmente, para a CPI não custa nada, já custou R$ 50 mil. Vem de presente para nós.

Para encerrar, então, a sua participação, D. Cida, com a palavra.

A SRA APARECIDA BARBOSA DA SILVA – Gostaria de aproveitar este momento para cumprimentar o Sr. Leonel, Superintendente do Incra, e todos os Parlamentares. Já fizemos umas cinco viagens com os trabalhadores para Brasília, 15 para Cuiabá, e, infelizmente, o problema continua. Que isto não seja mais uma reunião, mas que seja construtivo. Acho que vocês não estão aqui para brincar como ouvimos e a gente espera que daqui saia uma solução.

Gostaria de agradecer pela vinda de vocês aqui. Estamos otimistas com a vinda de vocês e nossos trabalhadores esperam pela solução dos problemas e gostaria que o Leonel falasse também. Na fala dele, ele falasse como que estão os processos dessa áreas que estão em conflito no momento.

Os representantes da Gleba Liberdade, hoje, não estão aqui no Município de Confresa, mas são trabalhadores daqui que saíram da Área Urubu Branco e a gente espera a solução do problema dessas famílias, que hoje estão ao lado da Liberdade, é uma terra da União e estamos brigando por um pedacinho que terra que foi liberado no Município de Cana Brava do Norte.

A gente espera que o problema dessas famílias seja solucionado o mais rápido possível. Alguém vai falar por esse problema. Muito obrigada pela oportunidade e que seja construtivo tudo o que foi falado aqui. (Palmas!)

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Eu acabo de receber umas informações que oportunamente oficiarei a esta CPI de outras pessoas que gostaríamos, mesmo não sendo membros, mas sugerir possam ser convocadas. Algumas pessoas que fazem parte dessa ação de violência por parte de Gilbertão que é o Zé Goiano, de Vila Rica; o Pifão, de Vila Rica; o Eduardão, também de Vila Rica e o Zé do Ouro que se encontra foragido. São algumas das pessoas que integram essa quadrilha inclusive para se arrumar documentos falsos, falsificação de documentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Encaminho o requerimento e certamente a CPMI aprovará para convocá-los juntamente com o Gilbertão.

Queremos agradecer à Dª Cida e prestar também a nossa solidariedade a ela e a esperança de que seu trabalho, seu esforço, seu sacrifício não será em vão.

Vamos ouvir agora o Cacique Damião, representante da Área Indígena de Marãiwatsede, em São Félix do Araguaia, mas falará em nome dele o Vice-Cacique Estevão.

Convidamos o Estevão para comparecer até a Mesa para que possa falar em nome do Cacique Damião e chamamos também o tradutor Davi que vai traduzir a exposição do Vice-Cacique Estevão. Convidamos o Davi para ficar próximo ao microfone para fazer a tradução. Muito obrigado. (Palmas!)

O Davi pode sentar ao lado e usar aquele microfone, pode subir e sentar ao lado. Vamos passar inicialmente a palavra se o cacique desejar fazer uma exposição, se pronunciar primeiramente e, depois, as perguntas.

O SR. ESTEVÃO – (Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se quiser ir traduzindo aos poucos, para não esquecer.

O SR. DAVI (Tradutor) – Então vou falar o seguinte, porque o Vice- Cacique Estevão acrescentou, o grande agradeceu ao senhor o presente, para o senhor, que é o Presidente, e também o Presidente do Incra. Porque queremos, viemos para participar reunião, porque reunião muito importante. Então, ele queria, para ajudar com os posseiros, para arranjar as terras, porque nós, a Aldeia Marãiwatsede, nós já estamos desocupando a nossa terra, a terra do indígena Marãiwatsede.

Então, eles precisam para o Sr. Deputado, ele pressionou para ajudar, porque a nossa terra, nós ocupamos, porque fica tranqüilo. Tem o problema então que ele queria, também ele queria para o senhor que falou fazer a sua (inaudível) para chegar em Confresa, então, ele muito ainda, a nossa aldeia Marãiwatsede deu muito problema, tem os conflitos, porque ainda os fazendeiros aceitamos para a nossa terra. Então ele quer quem vai retirar os posseiros, os fazendeiros. Então ele muita preocupação, ele colocou, Vice Estevão.

Então, dizer um pouco depois se tiver que lutar mais, o Vice-Estevão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ele deseja falar mais ou já quer responder às perguntas? (Pausa.)

As perguntas.

O Deputado João Alfredo começa com as indagações.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu queria que você perguntasse ao Estevão, que representa a etnia Xavante, quais são os problemas que vocês estão vivendo hoje, com fazendeiros e com posseiros, e se os órgãos públicos responsáveis, no caso a Funai, que cuida do índio, e o Incra, que cuida dos posseiros, estão resolvendo ou a coisa só está piorando.

O SR. DAVID (Tradutor) – Deputado, é melhor fazer assim. Porque foi no começo, alguns pensavam, nós vivemos, não é de hoje, nossa terra. Porque antigamente, bisavós, nós morávamos nossa região. Então, mas eu conheci, estava meu pai, também acompanhei. Antigamente cacique chama Seu Tibúrcio. Então, ele é sabido, contava história, porque ninguém sabia, antigamente. Para retirar, expulsou a nossa família Marãiwatsede. Então nós voltamos para nossa terra não é para criar conflito. Nós voltamos para recuperar nossa terra, porque essa terra é nossa, terra sagrada, terra original. Porque antigamente nós morávamos aqui, a nossa terra Suiamisu. Então até hoje ainda alguns fazendeiros desmatamos o mato, para mim é uma vergonha porque muito as pastagens, pouca preservação, agora voltamos para preservar, não é desmatar a floresta, porque muito importante essa, Presidente, o Senador João Alfredo responder, porque nós toma vergonha, saímos madrugada, quatro horas, perto nosso BR-158, tem a ponte. Alguns dos posseiros queimou a ponte, conseguimos apagou agora, isso aí tomou vergonha.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Então, Davi, quais são... Desculpe-me, mas tenho que insistir nesse ponto. E os órgãos federais? A Funai, que é responsável para demarcação, para homologação, e o Incra, que a gente sabe que é responsável para a área dos posseiros. O que eles têm feito?

O SR. DAVI – Mas eu estou muito difícil, porque o Incra foi antigamente era a Eco-92, foi conversar com o Incra sobre a nossa terra, mas eu que acompanhei lá na Brasília, junto com Funai, bem-feito, porque agora eu não sei, que o nosso terra foi diminuído, porque era, foi o Incra que pagou benfeitorias, agrimensor, foi diminuído nosso terra, porque a Funai apoiando algumas lideranças, Deputados, o Presidente do Incra, e para mim, mas eu estou jovem, eu não sabia que no início nós começava brigar nosso terra, então quero para mim esclarecer o Deputado Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A gente está muito falando do Gilbertão aqui, mas não tem jeito, evidentemente que nós não conhecemos a língua de vocês, mas algumas pessoas observaram e até me passaram bilhetes, e parece que ouvi. Tem alguma atuação do Gilbertão nesse problema de vocês também?

O SR. DAVI – Gilbertão, nós sabia que a população de Marâiwaitsede, porque ele foi que criou conflitos entre nós, nós somos Xavantes, porque o Vice-Cacique Estevão ele não quer ver o Gilbertão, a cara dele, porque se fosse homem, pode ser estrangeiro, e não quero isso, porque o Gilbertão sempre covardias, então ele não quer aparecer, quero ver para Gilbertão, porque Gilbertão no começo eu vejo a nossa terra foi que me falou comigo, Gilbertão, de que era para fizemos as negociação, (inaudível) falou para ele: somos objetivos, não quero negociação, só terra, porque negociação não adianta, é o que fala sempre, porque por isso a população da comunidade Marãiwatsede não quer para ver o Gilbertão. Questão é isso que fala com o seu Vice-Cacique Estevão.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Ok, Sr. Presidente, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Deputada quer fazer alguma indagação?

Queremos agradecer, muito obrigado.

Se o Cacique Estevão desejar dizer mais alguma coisa fique à vontade, peço para usar o microfone.

O SR. VICE-CACIQUE ESTEVÃO – (Pronunciamento em língua indígena.)

O SR. DAVI (Tradutor) – Sr. Presidente, o Superintendente do Incra, Vice-Cacique Estevão pede de imediato para resolver a terra. Não adianta para esperar à beira do acampamento porque muita tristeza porque vamos ter que colaborar, porque fizemos a nossa aldeia Marâiwaitsede porque não tem espaço para caçar, porque começou a nossa festa grande, nossa sociedade, porque ele pede, Sr. Presidente do Incra, pede para arranjar a terra dos posseiros, porque você é Superintendente do Incra, então é preciso pensar para arranjar a terra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Queremos agradecer a presença do cacique Estevão, representando essa área indígena de Marâiwaitsede, no São Feliz do Araguaia. Muito obrigado ao Davi também, que colaborou conosco.

Vamos ouvir agora, para encerra esta audiência pública Leonel Wohlfahrt, Superintendente do Incra no Mato Grosso. Pedimos ao Leonel que possa fazer a sua exposição inicial. Ele já recebeu vários apelos da

comunidade indígenas. Outras questões referentes ao Incra foram suscitadas durante o depoimento dos que já´se apresentaram aqui tato da área dos trabalhadores quanto da área dos proprietários rurais. Então. Na sua exposição inicial, ele já responderá a algumas dúvidas que foram colocadas aqui e também responderá em relação a alguns apelos que foram formuladas à superintendência do Incra.

Concedo a palavra o Leonel para usa exposição inicial.

O SR. LEONEL WOHLFAHRT – Meu bom-dia a todos e a todas, lutadores pela terra, em especial uma saudação ao Senador Alvaro Dias, Presidente desta CPMI, companheiro João Alfredo, Deputado Federal, Teté Bezerra e Lino Rossi que são Deputados aqui do Estado, demais autoridades, o nosso Prefeito Mauro e outros Prefeitos da região.

Queremos aproveitar, Sr. Presidente, para, além de colocar um pouco a situação fundiária do Estado do Mato Grosso aqui, detalhar como é que encontramos essa instituição. Com certeza, a instituição deve ter um readequamento para conseguir desconcentrar riqueza neste País. Não dá mais para este País ficar contendo ainda 1% da população brasileira com 46% das terras nas mãos. Não dá mais. Dessa forma, não vai haver qualidade de vida para todas e para todos, se continuar dessa maneira.

Nessa perspectiva, vamos apresentar aqui como encontramos o Incra no Estado de Mato Grosso em abril do ano de 2003.

Temos 283 servidores. Para até 36% deles, falta um ano ou um ano e meio para se aposentarem. Mais ou menos a metade, como falava o Mauro antes, são despreparados para o processo de reforma agrária, sendo que alguns são contrários a esse processo. A outra metade são aqueles que acreditam e estão tentando fazer a reforma agrária andar.

O maior problema ainda é que, quando chegamos ao Incra, encontramos um relatório do patrimônio do Incra para assinarmos. Lá, constavam 101 veículos para trabalharmos e constavam 66 computadores fixos e mais 36 computadores móveis. Quando fomos buscar esse patrimônio, encontramos 29 veículos, sendo que os mais novos tinham cinco anos. Encontramos 61 dos computadores e 8 computadores dos de carregar por aí. Mais tarde, conseguimos encontrar ainda mais três. A esse patrimônio não foi dado baixa do Instituto. Por conta disso, não se pode nem entrar com (inaudível) para comprar outros. O que é pior: não tem como se constituir hoje uma atuação ou uma baixa sem fazer um processo de sindicância para apurar responsabilidade. Montamos um processo de 109 sindicâncias dentro do Incra que envolveram todos os servidores. Foi o mesmo que dar um atestado de honestidade para cada uma e para cada um, porque o processo não condenou ninguém.

Esse é o Incra que pegamos.

Tem mais uma outra situação. Temos 414 projetos de assentamento, com 82 mil famílias dentro desses projetos. A dívida que os Governos anteriores deixaram com esses assentados, especificamente nos últimos dez anos, é de dezoito mil quilômetros de estrada dentro desses projetos - dá para ir e voltar, Presidente, daqui até o Rio de Janeiro quatro vezes. Essa é a dívida em estrada para as assentadas e os assentados que o nosso Governo recebeu. Em poços, que é para minimamente ter água para os parceiros da reforma agrária viabilizarem sua vida, ficou uma dívida de mil e cem poços para essas mesmas assentadas e assentados. No ano de 2003, o nosso orçamento deu para furar um poço no Estado de Mato Grosso e para construir 66 quilômetros de estrada.

Esse é o Incra e o orçamento que deixam para fazermos a reforma agrária.

Por outro lado ainda, nos últimos dez anos, aqui, no Estado de Mato Grosso, foram aposentados em torno de 250 servidores. Não entrou nenhum na casa.

São processos que sucatearam a instituição, não dando condição nenhuma de, mesmo com vontade, fazer a coisa andar no geral. Consegue-se focar algumas situações e fazê-las andarem. Então, a partir disso, nós dialogamos com os movimentos sociais que trabalham e lutam pela questão agrária, pela terra nesse Estado, que são seis movimentos sociais, e definimos a utilização dos recursos em conjunto.

A partir daí, alguém já falou aqui – se não me falha a memória, o Prefeito Mauro – nós tomamos uma decisão de descentralizar as ações do Incra em Mato Grosso, fazendo parceria com a sociedade civil, e eu aqui tenho alguns cálculos de que passamos nesses dois anos em torno de 20 milhões de reais para a sociedade organizada, ONG, algumas representações de instituições para que ajudasse o Incra a fazer as ações em assessoria técnica, em convênios, ...inclusive em cadastros para viabilizar os nossos possíveis beneficiários.

Nós também, na visão e de dizer que o Governo precisa passar a reforma agrária no sentido uno de todos os poderes constituídos, temos feito parceria com o Governo do Estado e nós repassamos nesses dois anos 18,5 milhões de reais para o Instituto de Terras do Estado Mato Grosso implementar crédito de instalação nos projetos dele que nós reconhecemos.

Nós passamos também para o Governo do Estado 12 milhões de reais para eles ajudarem a dar assistência técnica para os nossos assentados e passa-

mos para a sociedade civil mais 18 milhões para essa mesma situação.

Nós implementamos um projeto no Estado de crédito e instalação na ordem de 72 milhões de reais, fazendo o maior programa da História do Estado do Mato Grosso na construção da habitação dos nossos parceiros que não tinham casa. Estamos iniciando um processo de construção de 13.041 novas casas.

É importante que a gente diga que isso não consegue atender a demanda. A estimativa do Incra é de que exista ainda no Estado do Mato Grosso 19 mil famílias debaixo de lona esperando e lutando pelo seu pedaço de terra. E pelos movimentos sociais, essa estimativa alcança 25 mil famílias nessa mesma situação. Ainda acuada com outra grande problemática, que é a problemática que a agente quer aproveitar a oportunidade para denunciar aqui.

Está em mãos dessa CPMI um documento que nós recuperamos dentro do Incra, que fazia pelo menos 08 anos que estava seguro dentro do Incra e não era tocado para frente. A relação das terras públicas que o Estado arrecadou, enquanto a União matriculou e registrou em cartório e destinou praticamente a metade a outra mão e foi ocupada na sua maioria, em termos de número de hectares por grandes ocupantes. Mas tem muito pequeno ocupando, mas em termos de numerário não chega a 400 mil hectares de terra, somando 03 milhões ainda para os grandes ocupantes.

Essas terras foram arrecadadas em 1984 e 1985, e nenhum Superintendente teve a coragem de ir lá e fazer a destinação para quem precisava. Nós assumimos isso aqui no Estado e entramos com 26 processos na Justiça, para a gente ganhar a tutela antecipada.

Ganhamos os 26 na primeira instância, mas perdemos 24 na segunda, porque cassaram a liminar pelo segundo direito, que é o direito gerado, que é o direito da posse depois de um ano e um dia.

As outras duas áreas, nós conseguimos segurar na Primeira Instância, mas perdemos no STF em Brasília, inclusive com uma decisão nada técnica do processo. Não falaram, em nenhum momento, em artigo da nossa Constituição ou por que estavam cassando a liminar, para não colocarmos os nossos parceiros. Essa é a grande problemática da questão no País. Não falo só de terras públicas, mas da possibilidade de desapropriação e da possibilidade de aquisição. O Judiciário é muito conservador na sua ordem e acaba sempre indo contra o valor econômico que é gerado na área. Alega que há a geração de alguns empregos. Na pior das hipóteses – e aconteceu aqui, Sr. Presidente, nesta região – juízes da comarca comum entram em processos da esfera da Justiça Federal dando liminares de despejo. No outro dia, a polícia é determinada, pelo Secretário de Segurança, a cumprir. Tem que fazê-lo. Muitas vezes, denúncias chegam para nós, em um processo truculento, com a participação dos pretensos proprietários de terra pública e das terras que têm valor. Essa é uma denúncia que gostaríamos que fosse discutida na CPMI. Nós, na visão de Governo, gostaríamos que fosse feita uma recomendação de criação de uma Vara Agrária aqui no Estado de Mato Grosso na esfera federal. A comarca e a Justiça estadual têm entrado em processos que não deveriam.

Por último, gostaríamos ainda de dizer que temos uma situação mais complicada em relação à possibilidade de atender as questões específicas da região. O Prefeito Mauro já falou. Vou tentar corrigir algumas situações que levantou. Temos muito pouca área de terra pública federal. Ainda há possibilidades, se revitalizada a lei de 1952 que estabelece 50 km para os lados das BRs. Temos a BR – 158. Sr. Presidente, é importante dizer que essa parte do Estado do Mato Grosso era totalmente esquecida. É importante que se clareie a questão. Inclusive, a grande maioria da população desta região não tem relação nem comercial com o centro do nosso Estado. Temos relações com o Estado vizinho, com o Estado de Goiás, por conta do abandono dessa região. Isso está mudando. Há ações do Governo do Estado, do nosso Governo, para tentar reverter essa situação aqui na região. É muito importante que prossigam.

Quero falar da problemática de conseguirmos desapropriar as terras. As áreas, em sua grande maioria, têm um título deslocado. Quando o Incra vai fazer o processo para montarmos a cadeia domininal, descobrimos que há dois, três, cinco títulos. Nós, do Estado do Mato Grosso, chegamos a descobrir uma área que possuía 16 andares de títulos. Em nossa região é muito forte essa situação. Por conta disso, o Incra faz uma cadeia. Ao chegar o processo do título, manda notificar. O outro, que também possui um título, entra na Justiça e diz que não é possível porque é o dono. Aí o Incra leva mais meio ano para refazer o processo para provar para a Justiça que não é esse. E assim por diante. É por isso que existem companheiros e companheiras com dez anos nessa região; outros com até mais. Uma casa como o Incra sofre com a falta de pernas para resolvermos essa coisa mais rapidamente. Muitos dos servidores estão despreparados para lidar com essa problemática. Então essa é a situação aqui do Estado do Mato Grosso que a gente pegou essa instituição, que é, para nossa visão, uma das instituições de maior possibilidade da gente, neste País, de se concentrar renda. Mas precisa ter condições para isso.

Por último, gostaria de pedir para esta CPMI, que encaminhasse, desse toda a possibilidade da discussão

de ajudar no Senado, de ajudar no Congresso inteiro, na Câmara Federal também. Não dá mais para a gente continuar com o Judiciário defendendo as coisas do jeito que define, sem ter uma possibilidade de a gente fazer uma reforma nesse Judiciário. Não dá mais! Nós, na questão agrária, não vamos avançar, se a gente não fazer a reforma do Judiciário e envolver a sociedade para fiscalizar esse processo.

Acho que a CPMI está de parabéns por conta de vir ouvir esse tipo de informação num lugar, assim, não tão distante de Brasília, mas praticamente esquecido, em governos anteriores, de políticas públicas.

Quero aproveitar para responder algumas coisas que me foram perguntadas aqui no específico e, de pronto, depois, quero responder algumas perguntas.

Temos 6 áreas aqui na região que a ordem de serviço está na mão do servidor, e ele não só está aqui hoje, porque o Incra esteve parado na terça e na quarta, apoiando a mobilização nacional pela continuidade de um processo de avançar a Reforma Agrária.

(Palmas!)

Está nas mãos do servidor, ele aqui próximo, e deve estar chegando aqui no início da semana. São 6 áreas que a gente conseguiu fazer uma cadeia dominial e notificar o proprietário para a gente fazer a vistoria preliminar.

Em relação à Gleba Liberdade, e esse aqui é o caso específico, Presidente, da região, a Gleba Liberdade é um projeto de assentamento do Incra de 1994. O Incra desapropriou, criou um projeto, e é 38 mil hectares de terra. Na época, o Incra destinou 10 mil para várias famílias, que me foge o número aqui. O outro restante não foi destinado e foi ocupado por ocupantes que têm 2.500, 3.000, 4.000 até 6.000 hectares.

Entramos com um processo de discussão e diálogo com a Funai para desintrusão da Gleba Urubu Branco. Por conta disso, nos comprometendo a assentar aqueles que eram os clientes da Reforma Agrária dessa área assentar no nosso projeto. Entramos com a tutela antecipada e ganhamos. E, no dia em que nós íamos ganhar os companheiros para dentro da área, um companheiro do Incra, um companheiro da Justiça Federal e mais alguns companheiros da nossa Polícia Federal, entrou um mandado de segurança da esfera comum aqui, não impedindo ir pro pau no segundo mandado da Justiça Federal, deixando para julgar o mérito para frente. E os companheiros tiveram que ficar do lado da fazenda, que é uma terra do Incra, um projeto de assentamento! Tiveram que ficar do lado, por conta da Justiça.

Depois de muita briga, de muita pressão da companheirada, nós, em conjunto com o desembargador de Brasília, semana retrasada, ele deferiu um processo de ocupação de 50% dessa área por aqueles trabalhadores que estão naquela área ainda antiga e quero dizer aqui para os companheiros e companherias que não é do jeito que eles estavam pensando, porque estavam achando que iam dar a pior área para a companheirada. Nós sentamos, hoje de manhã, decidimos que vamos fazer um corte, que vai ficar área boa para se trabalhar e área para reserva mais ruim.

Outra situação é dos irmãos indígenas. Nós tivemos a oportunidade de ir lá no acampamento dos irmãos índios, em conjunto com a Funai e em conjunto com o Ministério Público Federal. Acertamos que nós iríamos fazer uma vistoria de constatação daqueles e daquelas que eram clientes do Incra para nós fazermos o processo de desinclusão. Quando nós íamos para a área fazer a vistoria, os ocupantes ilegal da área não deixaram nós fazermos a vistoria. Nós entramos com o processo na Justiça com direito de fazer e ganhamos. Quando nós íamos diretamente para a área a Justiça nos impediu de entrar na área e nós agora estamos dizendo que nós vamos considerar uma vistoria que há três anos atrás levantamos em torno de 600 famílias de clientes nosso para nos assentarmos e resolvermos a vida dos irmão índios.

Nesse sentido, a Fazenda Bordalândia, que é uma fazenda de 50 mil hectares de terra está lá em Brasília esperando a emissão dos títulos de pagamento, que é para retirar as famílias de lá e assentar mais 600 famílias da região de Ribeirão Cascalheiros. Esta é a minha primeira fala e depois eu me coloco à disposição para algum questionamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Presidente do Incra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Boatarde, quero cumprimentar ao Superintendente do Incra aqui em Mato Grosso, Sr. Leonel, pelo trabalho e esforço que tem realizado em prol da reforma agrária, e antes de fazer as perguntas, na verdade complementando algumas questões que ainda ficaram para responder, que eu compartilho da sua opinião de que enquanto não houver, eu diria, uma reforma, mesmo de natureza de mentalidade ideológica do nosso Judiciário, nós não podemos efetivamente alcançar a reforma agrária.

Nós temos hoje uma reforma estrutural importante que foi a criação de um órgão chamado de controle externo, mas na verdade é um órgão misto duplo do Judiciário que é o Conselho Nacional de Justiça. E penso que casos como este que o senhor se referiu, há pouco tempo, nós devemos encaminhar para o Conselho Nacional de Justiça.

Eu queria, desde já, porque me parece pela quantidade, pela freqüência de processos, de liminares, de decisões que são tomadas, processo de invasão de competência. Por quê? Porque se você tem uma área federal seja área indígena que é federal, seja terra devoluta, que é federal, seja área desapropriada que é federal, não compete à Justiça Federal, de maneira nenhuma emitir qualquer decisão sobre estas questões, tão-somente à Justiça Federal .Tanto é que nós estamos talvez está dentro do nosso debate das CPMI a questão da criação das Varas Agrárias e das Promotorias Agrárias também nos dois sentidos. Tantos juízes com promotores só especializados nesta questão.

Nós temos experiências em alguns Estados do Brasil que são importantes, que nós estamos coletando nesta CPMI e nós vamos apresentá-los. Mas desde já eu lhe faço esse pedido, essa solicitação que possa encaminhar à CPMI a relação de todas as decisões tomadas no âmbito da Justiça Estadual de Mato Grosso que estão entravando o processo de reforma agrária, porque a palavra não é outra é entravando o processo de reforma agrária. (Palmas!) Tem V. Exª que encaminhar esse material para o Conselho Nacional de Justiça, não que os outros não possam ir para a Justiça. Claro, é um princípio constitucional, qualquer pessoa prejudicada ou que se acha prejudicada tem o direito de acessar a Justiça, mas é preciso ir para a Justiça certa. Se é área federal, se discute no âmbito da Justiça Federal. Queria solicitar isso porque no meu entendimento temos que encaminhar isso para o Conselho Nacional de Justiça. Quero apostar, mesmo com todo o conservadorismo da Justiça brasileira, que a instalação de um órgão de controle do Judiciário possa efetivamente melhorar a qualidade do nosso Poder Judiciário.

Queria fazer algumas perguntas a V. Sª, Sr. Superintendente, e farei todas de uma vez, se V. Sª pudesse anotar, em face até do adiantado da hora... Chamou-me muito a atenção esse fato de que já havia sido feito um processo de arrecadação das terras públicas, não de todas, e que durante dez, onze anos, nada foi feito no sentido de que essas terras públicas pudessem ser disponibilizadas. E, no momento em que o Incra começou a agir, a própria Justiça foi quem obstaculizou isso.

Para que possamos entender, gostaria que o senhor apresentasse a esta CPMI a proporção entre terras públicas federais, estaduais e particulares. Quanto, percentualmente, cabe à União, ao Estado e aos particulares aqui no Estado de Mato Grosso e nos dissesse qual seria a saída para a reforma agrária? Se, efetivamente, como pensa o nosso Presidente, as terras devolutas seriam suficientes, por si próprias, para fazer os assentamentos, até para que não houvesse nem necessidade dessas desapropriações?

Entendo que, se temos terras que são públicas, do poder público, da União ou do Estado, que não nos custarão nada, e se são terras boas e com infra-estrutura para o plantio, essas terras têm que ser disponibilizadas e, se estiverem nas mãos de particulares, griladas, têm que ser tomadas de volta porque não são terras de particulares, são terras do povo brasileiro e devem servir às pessoas que necessitam.

Essa seria a primeira pergunta.

Ainda, na seqüência, a relação Incra/Instituto de Terras de Mato Grosso. Eu vi que em pelo menos um haverá a disponibilização de recursos para os assentamentos estaduais. Penso que esse processo de arrecadação, esse trabalho conjunto, envolvendo o órgão federal e o órgão estadual para acabar com a grilagem, porque não existe um mal maior do que a grilagem no País é algo muito importante. Olha como temos presenciado na CPI da Terra os processos de grilagem em todo o País, de terras públicas que, volto a dizer, foram tomadas do povo brasileiro, por particulares, por grandes empresas, por grileiros e por corretores. Um trabalho integrado entre Governo Federal e Governo Estadual é algo muito importante.

V. Sª falou da questão da área indígena. Mas, e essa questão da Gleba Bridão Brasileiro, como se encontra? Considero isso importante pelo simbólico que ela foi, pela violência que aconteceu e tudo mais.

Outra questão que considero importante, até para ouvir a sua opinião, a partir inclusive da experiência aqui em Confresa, porque temos um Prefeito que é assentado e que, portanto, conhece a realidade do campo na sua própria vida. Como tem sido essa parceria? Acho importante pensarmos sobre isso. Tenho refletido muito, porque também sou ligado à área do meio-ambiente e, recentemente, estamos fazendo um debate que tem impacto nesta região também que é o projeto de lei de gestão das florestas públicas, para regularizar o processo de exploração racional e sustentável das florestas do nosso País.

Fizemos um debate ontem muito importante na Câmara com o Relator da matéria justamente sobre essa idéia de que nós possamos ter, na área do meio ambiente, o que nós temos na área da saúde. Na saúde nós temos problema com o SUS (Sistema Único de Saúde). Temos, inclusive com a parte do financiamento, mas é um sistema, tem financiamento, tem responsabilidade comum de Governo Estadual, Governo Federal e Prefeituras, a Prefeitura, se ela tiver condições, tiver o seu conselho funcionando e tudo mais, é ela que faz a gestão, tem o controle da sociedade através dos conselhos, e – eu tenho pensado muito nisso também –, se

em outras políticas públicas, como no Sistema Nacional do Meio Ambiente – que só existe na lei, também podia existir – será que nós poderíamos ter, a partir da sua experiência concreta – e eu pergunto aqui como Relator – também um sistema de reforma agrária nacional, com divisão de tarefas, de responsabilidades entre o Governo Federal, os Governos Estaduais e as Prefeituras, com financiamento, com a entrada do Município? Porque num Município como este, como disse o próprio Prefeito aqui, 90% é pequeno agricultor, então é um governo que vive da agricultura. Como é que se vai ter um processo de reforma agrária ou de política agrícola sem a participação do Município? Então o Município também tem que entrar. Eu queria também ouvir a sua opinião acerca disso.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes de o Sr. Leonel Wohlfahrt responder, nós vamos ainda passar a palavra à Deputada, mas eu queria dar uma informação sobre a criação das varas agrárias, uma reivindicação do Leonel.

Por solicitação do Presidente Lula, o Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal, constituiu uma Comissão para analisar a criação dessas Varas Agrárias Federais. Em nome desta Comissão, participei, e a assessoria desta Comissão foi quem redigiu, inclusive, uma Proposta de Emenda à Constituição, criando as Varas Agrárias, com a necessária justificativa. O Conselho da Justiça Federal aprovou a proposta, que, inclusive, teve origem na assessoria desta CPMI.

O Superior Tribunal de Justiça encaminhou ao Presidente Lula para que o próprio Poder Executivo seja o autor e encaminhe ao Congresso Nacional. Estamos aguardando, portanto, que o próprio Presidente da República decida por encaminhar essa solicitação, que teve o apoio do Conselho da Justiça Federal, presidido pelo Presidente Edson Vidigal, em reunião realizada, inclusive, no Estado da Bahia.

Essa é uma providência, portanto, que está a caminho de se realizar.

Antes também, o Deputado João Alfredo fez uma indagação geral sobre o Mato Grosso a respeito de terras devolutas, áreas pertencentes à União e também de propriedade privada, e eu tenho a curiosidade de saber quantos hectares tem essa Gleba Bridão Brasileiro – é esse o nome? – porque, segundo o depoimento do Prefeito, o Gilbertão teria vendido por 18 milhões. É isto? (Pausa.) É. Então, eu gostaria de saber quantos hectares tem esse gleba.

Com a palavra a Deputada Teté Bezerra.

A SRA TETÉ BEZERRA (PMDB – MT) – Eu gostaria de relatar aqui: nós tivemos, acompanhados pelo Superintendente do Incra no Estado, Leonel Wohlfahrt e de Diretores da Fepagro e do MTA, que é o movimento social aqui do Estado do Mato Grosso, em fevereiro, uma audiência em Brasília com o Presidente nacional do Incra. Naquela audiência, foi levantada uma pauta de reivindicação de atuação da Superintendência com relação a esses movimentos e também foi dito da grande dificuldade que o Incra teve, no ano de 2004, com relação à aplicação dos recursos financeiros em função do grande contingenciamento que houve no Ministério da Reforma Agrária. O Presidente do Incra estava extremamente otimista porque ele nos dizia que este ano seria diferente pois o Incra estava com um orçamento de aproximadamente R$3,9 bilhões e que, com certeza, você teria um resultado muito maior com relação à reforma agrária do que o que foi aplicado em 2004, cerca de R$1,9 bilhões.

Ficamos animados com aquela audiência mas, para a nossa surpresa, 15 a 20 dias depois, veio um contingenciamento no Ministério da Reforma Agrária que trouxe novamente o orçamento do Incra no patamar do que foi liberado no ano passado. Isso nos preocupou e agora mesmo eu dizia ao Leonel que o Presidente do Sindicato levantou seis ou sete áreas de conflito agrário que estão em evidência no município. Ele falou: Teté, o grande problema de Confresa é que não temos terra pública. A maioria das terras é privada, de particulares e não se consegue chegar muitas vezes na cadeia de títulos dessas áreas.

Perguntei se não era possível fazermos aqui uma força tarefa para resolver essa questão fundiária aqui no Município de Confresa. Ele me disse que o custo era absurdo, muito alto. Faria uma grande pergunta aqui e lamento o representante do MST não estar presente na audiência, o Altamiro, porque gostaria de parabenizá-lo pela mobilização em Brasília e principalmente pela lucidez política que eles comandaram aquela manifestação.

Qual foi a primeira intervenção daquele movimento? Foi ir ao ministério da área econômica para dizer que a reforma agrária não pode sofrer os contingenciamentos que tem sofrido pela equipe econômica do Governo Lula. Nós não podemos, em nome de um superávit fiscal, que tem sido implementado em nosso País, primeiro num compromisso que havia com o FMI até o ano passado e hoje não há mais esse compromisso mas há o compromisso de se ter superávit fiscal no País. Em função disso, os contingenciamentos que tem havido na área social tem trazido problemas e conflitos em todas as áreas e aqui especificamente na questão da reforma agrária.

Então, a grande pergunta que deixo para todos: será que se o Ministério da Reforma Agrária não sofresse esse contingenciamento tão profundo que tem

sofrido, como no ano passado e neste ano não teríamos condições econômicas de resolver o problema fundiário no Município de Confresa, que está tão gritante e precisa de uma resposta? Será que esses R$400 milhões que o Ministro teve a liberação do Palácio do Planalto, através do Presidente Lula, há pouco mais de 40 dias, que não concordou em liberar os R$400 milhões e até agora só R$250 milhões foram liberados e não chega ainda nem à metade daquilo que efetivamente tinha sido proposto no Orçamento Geral da União para o Ministério da Reforma Agrária.

Não podemos continuar falando em reforma agrária e estamos aqui com 4 Parlamentares Federais, 3 Deputados Federais, 1 Senador e temos dizer que não podemos continuar com os conflitos que estamos tendo aqui, porque daí para haver morte, derramamento de sangue, situações que já passaram na História do nosso País e que já vimos anteriormente, falta muito pouco para acontecer.

Então, não podemos, em nome de um contingenciamento e de um superávit fiscal que tem sido implementado por este governo fazer com que políticas públicas deixem de ser feitas na questão social do nosso País. Sabemos da situação em que o Incra se encontra. Dizia, ainda há pouco, para o Senador Alvaro Dias que o serviço público federal está envelhecido em nosso País. Dizia da média de idade dos servidores, da quantidade de servidores que faltam um ano, um ano e meio para se aposentarem, com certeza estão extremamente desmotivados para o trabalho, não têm aumento salarial, não têm reconhecimento do Governo, mas temos também que lutar. O Governo anunciou a autorização de se fazer concurso público para 1.300 servidores para o Incra. Mato Grosso tem que receber uma grande parcela desses servidores, porque, quando em Brasília se faz o planejamento para se estabelecer metas de assentamentos em todo o País, Mato Grosso e Pará têm recebido as maiores metas, Senador. São milhares e milhares de famílias todo o ano que o nosso Estado tem que assentar. Para isso tem que nos dar condição, tem que nos dar orçamento, tem que nos dar condições de resolver situações como esta que está instalada aqui no Município.

Eram apenas essas considerações que queria fazer. Volto a dizer ao Leonel, a questão é que temos de achar uma saída, uma alternativa emergencial, Senador, para a questão agrária aqui. Não é apenas um assentamento, um despejo de determinadas famílias 30, 40, 60, como está acontecendo, são sete ou oito processos trazidos aqui, na tarde de hoje, que representam centenas de famílias que podem, inclusive, ter um acidente no percurso, que pode ficar muito pior. Leonel, esperamos que a gente possa ter essa discussão política com o Ministério da Reforma Agrária, com o Presidente do Incra, com o Ministro, contando com a presença e a força do Deputado João Alfredo, como relator dessa CPMI, do Senador Alvaro Dias, mostrando que problemas estão acontecendo aqui, e precisamos achar uma alternativa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Lino Rossi.

O SR. LINO ROSSI (PP – MT) – Não é um questionamento, apenas uma lembrança ao Superintendente do Incra. Quando ele falava na Liberdade, sobre os 38 mil hectares, as pessoas envolvidas nesse processo ficaram preocupadas em que haja um engano de interpretação, porque os 38 mil hectares são da Liberdade, mas a ação é da Fazenda Uirapuru, e que as pessoas envolvidas acham que as famílias que foram retiradas da Reserva Urubu Branco não devem caber nesta ação, porque o que foi prometido, pelo menos lá atrás, parece que não há disposição do Incra em honrar o tamanho do lote a ser distribuído.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Passamos a palavra ao Superintendente do Incra, Leonel, para responder a todas as indagações e concluir a sua participação nesta reunião.

O SR. LEONEL WOHLFAHRT – Vou tentar ficar dentro do conteúdo em que as perguntas exigem. Não sei se conseguirei ser fiel, mas às vezes (inaudível).

Deputado João Alfredo, o grande problema da questão fundiária no País é a falta de uma base de dado para sabermos onde estão as terras no País. Essa é a grande bomba que deixaram para o nosso governo. Dos aproximadamente 800 milhões hectares de terra que têm no País, em torno de 200 milhões ninguém sabe onde está. E o processo é demorado e é extremamente caro fazer isso vir à tona. Aqui no Estado de Mato Grosso é a mesma situação. A base de dados que o Incra tem são as terras arrecadadas, tanto o sistema de desapropriação, de aquisição como o de arrecadação sumária de terras públicas ou devolutas que somam hoje do Estado de Mato Grosso, que são 90 milhões de hectares de terra, mais ou menos.

As informações das terras do Estado, enquanto Estado do Mato Grosso, não têm na nossa base de dados, e o Governo do Estado, que contém na base da FEMA, não nos informa. E as terras tituladas, que foram destinadas, que têm proprietários privados, também não constam, em sua grande maioria, na nossa base de dados. E aí o problema. A Lei 10.267, que obriga o geo-referenciamento, ou seja, a medição e descrição de todo o perímetro da área de cada imóvel brasileiro, que é a única possibilidade da gente saber quem realmente, de fato, é o titular dessa área. Quando iniciamos

o processo no Mato Grosso, nó, numa avaliação em Brasília, de todas as Superintendências, num primeiro momento, fomos elogiados, porque o Estado do Mato Grosso, num primeiro momento, geo-referenciou 230 imóveis, grandes imóveis. E as outras Superintendências do Brasil tinham geo-referenciado apenas 2, 3, 4, 5. São Paulo que tinha mais, parece-me que 8. Quando fomos verificar essa situação, de fato, estavam sendo geo-referenciadas terras públicas, com os títulos deslocados, que têm aqui no Estado de Mato Grosso. Esse é o problema. Existe uma terra pública que está lotada aqui. Quando a gente vai realmente, de fato, ver um, título, que deveria estar numa outra situação, ele é plotado dentro da área pública e geo-referenciado, e pode, se não dermos conta, ficar privatizada uma área sem a intenção da gente, enquanto instituição. Tivemos que fazer uma portaria acabando com o geo-referenciamento do Estado, inclusive, estamos sendo processados por alguns, com a intenção de tocar pra frente o processo. Estamos reestudando todos os projetos de geo-referenciamento. E os que estiverem errado, vamos anulá-los. Esse é o grande problema. Não temos dados claros, hoje, no Estado do Mato Grosso, de quanto é a área federal, de quanto é a área estadual e de quanto é a área privada. Não temos. Precisa ser feito o geo-referenciamento para isso. E estamos iniciando o processo no Estado do Mato Grosso, a partir do Pará pra cá. Porque a situação do Pará, muitos aqui sabem, o povo do mal, que lá está tirando o povo do bem, já passou por aqui. E hoje, muitos estão voltando para aqui tentarem ficar. Essa é uma situação real. E por conta disso, tem servidores do Incra sendo ameaçados para intimidá-los. Nós, da Superintendência, eu e mais 4 assesssores, estamos sendo ameaçados desde agosto de 2003, de todas as formas que vocês imaginarem. Isso está, em termos, na Polícia Federal, dialogamos, volta e meia, com os companheiros da Polícia, para termos uma estragégia, para enfrentarmos isso, porque a situação é complexa. E aqui, em Mato Grosso, não dá para brincar. Então, a situação da terra é uma questão que se não tiver uma política de governo, e aí eu acho que aquilo que o senhor expressava, Deputado, é de que sociedade precisa se apropriar disso. A sociedade organizada, que luta pela terra há muitos anos, vem fazendo isso. Mas precisa ser partilhado e compartilhado com o resto da sociedade, porque, do contrário, nós não vamos ter orçamento. Só por conta daqueles parceiros nossos, que pressionam, acabam os recursos não servindo para o que precisaríamos. É dever de cada um entrar nessa discussão, fazer o debate de desconcentração de riqueza do País. Isso deve ser feito por tabela, a questão da desconcentração da terra. E o Estado tem de ter, enquanto Governo, todas as instituições que pudermos envolver, e fazer um processo de saber onde estão realmente nossas terras, o que é nosso, enquanto brasileiros e brasileiras, na esfera federal, o que é nosso, enquanto Estado de Mato Grosso, de Ceará, de Pará e por aí, e o que é público, do Município, por que há muito também, e o que é privado, para termos uma política facilitada de trabalho, inclusive viabilizando um processo de desapropriação talvez até no mapa, porque aí você vai saber onde está.

Então, nesse sentido, não temos como afirmar e enumerar. Relação do Incra, o Intermat, é um Instituto de Terra do Mato Grosso; é diplomática, é de governo. Não é de parceria efetiva. E vou dizer por quê. O Governo do Estado, através do Intermat tem regularizado terra até 2.500 hectares todos os dias, com o voto dos Deputados estaduais, tirando fora três. Vinte e um, todos os dias, estão dando condições de Intermat regularizar terra pública do Estado, ao nível de governo, ao preço variando de R$50 até R$500 o hectare. E assim fizerem, o Incra está disposto a comprar a esse preço essas terras, porque, na maioria das avaliações que temos feito, a desapropriação sai mais caro do que isso. Então, de parceria de fato não temos conseguido avançar. Na verdade, é uma relação diplomática em que algumas ações conseguimos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Explique nos isso para entendermos melhor. Veja que as terras devolutas estaduais poderiam estar sendo utilizadas para a reforma agrária, para o pequeno agricultor e tudo o mais. Elas estão sendo regularizadas para os grandes proprietários?

O SR. LEONEL WOHLFAHRT – Para os grandes proprietários. As terras que o Estado arrecada, enquanto instituição de Estado, tirando várias exceções, pois não dá para dizer que são todas. Mas estão sendo regularizadas de 2.499 hectares para o filho, para o tio, para o padrinho, juntam tudo e aí é regularizada. É claro que eles pagam, mas o valor é irrisório. E ela poderia, sim, estar sendo utilizada para assentarmos aqueles nossos parceiros. Mas não está sendo feito assim no Estado, tirando algumas exceções.

Com relação à questão da Gleba Bridão Brasileiro. É uma das áreas em que vamos iniciar vistoria, viu, Aparecido? A Gleba Bridão Brasileiro, conseguimos finalmente esmiuçar toda a problemática de títulos e coisas deslocadas, e vamos fazer de três títulos, um interposto ao outro. Conseguimos esmiuçar. Notificamos e vamos estar fazendo a vistoria para verificarmos se arrecadamos ela para nós. O processo vai andar um pouco mais. Estou dizendo um pouco mais, porque a Justiça depois vai ver como anda.

Acerca da parceria com as Prefeituras, Deputado João Alfredo, aqui nesse Município temos uma grande parceria da Prefeitura. O Governo brasileiro está investindo aqui R$8 milhões em dois projetos de assentamento, para consolidar o projeto no sistema de consolidação. E ainda estamos no término do diálogo com o Prefeito Mauro, para uma parceria para a infra-estrutura para alguns outros projetos. Isso faz um pouco parte da nossa pauta, principalmente onde temos parceiros que são realmente clientes da reforma agrária, que já viveram esse processo. Então, aqui é isso.

Na região, nós temos mais de seis Prefeituras com as quais temos convênio. E no Estado do Mato Grosso, onde são 141 Municípios – 141, Deputado? É isso? – Nós temos parceria com 72 Prefeituras na possibilidade de trabalharmos por políticas públicas.

Por fim, Deputado, acho que há necessidade de a sociedade brasileira se apropriar da importância do debate da reforma agrária, que somente vai ser possível se realmente tivermos aquilo que você estava dizendo de divisão de tarefas, em uma possibilidade de se criar um fundo onde se deveria, parecido com o Fundef, o SUS, algo nessa possibilidade, para avançarmos na reforma agrária enquanto sociedade brasileira. Essa é uma discussão que estamos estabelecendo com alguns dos movimentos sociais.

Presidente, a Gleba Bridão Brasileira tem 30 mil hectares de terra. Nós vamos vistoriar essa área. Deputada Tetê, acho que essa foi uma lembrança importantíssima V. Exª tocar nessa situação do contingenciamento. Realmente, é importante para nós do Governo termos recurso. E já estava orçado. Acho que nada melhor do que vocês que estão lá realizarem esse debate e fazerem com que ele volte para nós, porque senão muitos companheiros e companheiras vão ficar fora do processo de benefício dessa política pública.

Tem uma situação importante sobre a qual nós não podemos deixar de falar aqui. O nosso Governo, Deputada Teté, conseguiu aprovar um Plano de Cargos e Salários para os servidores do Incra e, hoje, eles estão com o holerite razoável. Ninguém pode mais dizer que não vai trabalhar porque está faltando dinheiro no seu bolso enquanto servidor. Isso o Governo Lula conseguiu efetivamente, depois de dez anos de briga: conseguiu aprovar isso. E também aprovou um concurso, para até 2006, de 4.500 novos servidores para o Incra. E esses 1.200 ou 1.300 que foram acertados agora nessa mobilização vêm para contemplar isso. Eu acho que é de suma importância. Sem gente e sem dinheiro não se faz política pública. E principalmente gente, para oxigenar um pensamento diferenciado em uma casa que está realmente com muitos dos seus talentos humanos querendo se aposentar. Então, é preciso ter realmente gente.

E, por fim, o Deputado Lino Rossi falou da Uirapuru. Eu vou então especificar aqui. A Uirapuru é uma das áreas ocupadas, dentro do PA Liberdade, de quatro mil hectares. Depois de toda briga e mobilização dos nossos lutadores e lutadoras, o Incra fazendo, pressionando, inclusive com o Poder Público municipal aqui se envolvendo, Prefeito, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, alguns Vereadores, nós conseguimos que o Desembargador tivesse a sensibilidade de provisoriamente, é importante dizer isso, provisoriamente permitir a entrada, em 50% dessa área, daqueles companheiros que estão acampados.

Então, eu diria que é uma batalha a mais nesse processo. Nós temos que entrar pra lá pra dentro, fazer uma discussão do plano de desenvolvimento desse assentamento para vermos como vão dividir os lotes. Nós temos um instrumento para isso. E se alguns já estavam até falando que vai ser X ou Y a quantidade, não será assim. Nós temos um instrumento, um plano de desenvolvimento. Haverá uma equipe técnica para discutir com aqueles e aquelas que estarão ali dentro como vamos desenvolver aquele assentamento. A partir daí nós vamos, então, dizer quantos hectares irão para cada um, ou se alguns vão querer coletivamente explorar uma área, o que eu acho que nós queremos inclusive discutir, para vermos se no coletivo avançamos melhor no sistema produtivo.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nosso agradecimento ao Leonel, Superintendente do Incra, pela importante contribuição que ofereceu aos trabalhos desta CPI, com o seu depoimento no dia de hoje.

Quero justificar a ausência do Senador Antero Paes de Barros, que me solicitou, para ser o porta-voz da sua saudação a todos os presentes, já que esteve impossibilitado de aqui comparecer. O Senador Antero Paes de Barros é um importante Senador deste Estado. Em nome dele, faço a sua saudação a todos que vieram para este encontro.

Também a Senadora Serys Slhessarenko deveria estar presente. No entanto, um compromisso inadiável impediu que ela aqui estivesse. Ela tem encaminhado duros documentos e solicitações a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Há uma solicitação para que o Presidente da Associação Igarapé Preto, Antenor Bento de Oliveira, entregue a esta Comissão alguns documentos. Então, peço ao Sr. Antenor que compareça até à Mesa para fazer a entrega desses documentos. Parece-me que ele gostaria de fazer algumas explicações em dois ou

três minutos. Já estamos na fase final dessa reunião e vamos conceder a palavra a ele, a fim de que possa justificar a apresentação desses documentos.

O SR. ANTENOR BENTO DE OLIVEIRA – Sr. Presidente, quero documentar a Mesa Ouvidora. Represento uma associação em Comodoro, Mato Grosso. Devido a uma área desocupada há muitos anos, existente há mais de trinta anos, começamos a ter problemas como desocupados. O que está acontecendo é que estamos sendo pressionados por policiais e por uma equipe muito forte que comandou o massacre de Corumbiara, pessoas adversárias. Para que isso não volte a acontecer, pois se está armando um conflito entre os companheiros e essas pessoas. Então, conversamos com a Senadora Serys, com o Anselmo, com o Marcos, que abriram esse espaço, para que viéssemos aqui. Viajamos mais de dois mil quilômetros. O Sr. Leonel é sabedor disso. Temos dois processos; já houve duas investidas para que se fizesse a vistoria. Na primeira, eles queimaram uma ponte. A equipe já se encontrava no local. Entraram com um esbúlio possessório, com mentiras, dizendo que estávamos há poucos dias na área, e já estávamos fechando dois anos no local, sobrevivendo do que ali produzíamos.

Agora, nessa semana, o Wilson, que é o executor de Vila Bela, que representa a nossa região, novamente notificou essas pessoas, e eles não aceitaram. O nosso problema é aquilo que o nosso Superintendente passou aqui: o Juiz, sem saber de nada, está ditando as normas do advogado. Estamos atravessando esse problema. Se houvesse mais espaço, iria contar o histórico de toda a nossa situação.

Trouxe aqui os documentos. Se alguém quiser fazer alguma pergunta, estou à disposição.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Nós já tínhamos inclusive conhecimento dessa situação, porque o Deputado Anselmo já havia encaminhado a documentação acerca desse problema. Acho importante que, evidentemente, o Incra já tenha conhecimento da parte ligada à questão da ação de desapropriação, mas que possamos, em virtude do problema da violência, uma vez que há suspeitas muito fortes, ...

O SR. ANTENOR BENTO DE OLIVEIRA – Sim. Já houve mortes.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Já houve mortes, e são pessoas ligadas ao mesmo problema que houve em Corumbiara, em Rondônia. Então, para evitar isso, seria importante que, de posse dos documentos que ele nos encaminha, pudéssemos oficiar, enquanto CPMI, ao Ministério da Justiça e à Polícia Federal, para que possa atuar nessa área o quanto antes.

O SR. ANTENOR BENTO DE OLIVEIRA – Sim, porque também veja bem, Relator, é uma região que segura, há vinte e tantos anos, somente para tráfico de drogas...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Isso é em Rondônia, não é?

O SR. ANTENOR BENTO DE OLIVEIRA – Não, é em Mato Grosso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Na fronteira?

O SR. ANTENOR BENTO DE OLIVEIRA – Isso, na fronteira.

Então, é uma situação muito delicada para nós que estamos expostos na mão desse povo. A vida da gente não está valendo um vintém na mão deles, por serem pessoas muito perigosas, muito ....por detrás de tudo isso.

Então, quero agradecer tudo que vocês puderem fazer por nós. E é isso que tenho para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Obrigado. Agradecemos à documentação será autuada pela Secretaria da Comissão e a providência requerida pelo Deputado João Alfredo será, sem dúvida nenhuma, atendida pela Comissão. Vamos encaminhar à solicitação.

Peço ao Secretário da Comissão para que tome as providências.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** V. Exª me concede um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) **–** Pois não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) **–** Antes de encerrar, é porque fui informado pelo Marcos, nosso Assessor, que a Deputada Verinha ligou agora há pouco e disse que a votação a qual ela estava participando, na Assembléia Legislativa, em Cuiabá, sobre o aumento salarial dos professores terminou agora. Ela deveria estar conosco – até quero fazer essa referência, porque a Deputada Verinha foi quem nos procurou inicialmente para solicitarmos a visita à CPI. E atrasamos em função de outras questões emergenciais. Acabamos demorando a nossa vinda. Mas, viemos. Coincidentemente, estive com ela na segunda-feira em Fortaleza, na minha cidade, onde houve o lançamento do Fórum Parlamentar Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Ela estava lá e combinamos que estaríamos juntos hoje aqui. Mas, evidentemente como a Deputada estava agora na votação de uma matéria que tem uma repercussão, para os servidores e servidoras, especialmente professores, penso que ela não poderia efetivamente faltar.

Então, recebi inclusive a notícia de que ela agradece a nossa visita.

E, se V. Exª me permitir, queria fazer uma última observação aqui antes de terminar. Na verdade, é uma saudação à Prelazia de São Félix de Araguaia e especialmente ao seu Bispo Emérito D. Pedro Casaldáliga. Aprendi a admirar profundamente D. Pedro Casaldáliga desde à época em que era estudante da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, ali pelo ano de 1978, 1979. E, ao ler o livro de D. Pedro chamado "Creio na Justiça e na Esperança", onde ele relatava os conflitos que ele acompanhou, que ele ainda acompanha hoje. Mas, naquela época, ainda na ditadura militar, as mortes que aconteceram, as ameaças que ele sofreu, mas, acima de tudo, a sua coragem profética, diria, o seu compromisso evangélico, fizeram com que, ainda estudante, viesse até essa região. Passei alguns dias na casa dele, em São Félix, e ele me mandou à Santa Terezinha. Estive em Santa Terezinha, na época com o Padre Canutto, e com o casal que me acolheu com muita hospitalidade, que foi o Tadeu e a Teresinha Scane. E lá também tive a oportunidade de conhecer a aldeia dos índios Tapirapé. E com a freirinha, eu e ela, fomos de bicicleta de Santa Terezinha até a Aldeia de Tapirapé e voltamos pelo rio Tapirapé, que depois deságua no Araguaia. Então eu tenho recordações muito fortes, muito importantes na minha vida dessa região e eu não poderia... Sei que ele até talvez gostasse de estar conosco, mas nós sabemos que já a sua saúde o impede de fazer tantas viagens. Quando ele foi à Câmara, recentemente, já foi com muita dificuldade receber a homenagem que nós prestamos a ele, a Deputada Ireni, eu e outros Parlamentares, que temos compromisso, temos essa vinculação com a igreja libertadora, com a teologia da libertação, mas eu não poderia, Sr. Presidente, já encerrando aqui essa audiência pública, dentro da prelazia, na cidade próxima a São Félix, de deixar de fazer essa saudação e de render esse pleito de homenagem a esse profeta. Acho que Dom Pedro Casaldáliga e Tomás Balduíno são profetas que têm tido a coragem de denunciar as injustiças sociais, mas, acima de tudo também, a coragem de anunciar o reino que queremos construir aqui na Terra com uma sociedade justa, humana e igualitária. Então eu queria fazer essa menção aqui e essa homenagem a Dom Pedro.

Muito obrigado.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós nos associamos às palavras do Deputado João Alfredo e, certamente, todos os integrantes desta Comissão. Nós lamentamos a ausência de Dom Pedro Casaldáliga, que era nosso convidado para participar da reunião, mas, em razão, como disse o Deputado, do seu estado de saúde esteve impossibilitado de aqui comparecer. Como um pregador da boa causa, certamente ele não perderia essa oportunidade de estar entre nós fazendo a sua pregação, que o Brasil aprendeu a admirar.

Muito obrigado a todos que vieram aqui. Foi uma honra tê-los conosco.

A Deputada Teté quer ainda fazer uso da palavra?

A SRA TETÉ BEZERRA (PMDB – MT) – Antes de o senhor encerrar, comunico que o Deputado José Carlos do Pátio, que também trabalhou para que esta audiência pública pudesse ser realizada aqui, que é solidário, que tem demonstrado isso na atuação política que tem tido aqui na região e no Município de Confresa, também está envolvido na questão da votação que está tendo na Assembléia Legislativa com relação aos servidores da Educação. Então tanto ele quanto a Deputada Marina não puderam vir, mas o Deputado José Carlos mandou trazer aqui a mensagem do abraço dele. Ele vai estar aqui no final do dia, ele vem para cá ainda hoje, mas, infelizmente, ele não pôde pegar também a reunião da CPMI. E, no mais, agradecer também a oportunidade de poder ter vindo junto com vocês para participar dessa importante reunião realizada aqui, em Confresa. Era só.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quero informar que nós vamos embora, o Deputado João Alfredo e eu retornamos a Brasília, mas ficam os Deputados Teté, Lino Rossi, os Deputados Estaduais que estão vindo para cá, juntamente com Marcos, que é o Assessor do Relator desta Comissão, para continuarem o trabalho, fazendo a diligência que é necessária fazer nessa região para completar essa busca de informações e de subsídios para o Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós não viemos aqui como vendedores de ilusões, mas tentamos ser um pouquinho mensageiros da esperança.

Muito obrigado a todos vocês.

(Palmas!)

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 55 minutos.)

Ata da 37ª Reunião, realizada em 24 de maio de 2005.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às dez horas e quarenta e seis minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Álvaro Dias e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Siba Machado, Valdir Raupp e Romeu Tuma e os Senhores Deputados João Alfredo, Relator, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Josué Bengtson, Jamil

Murad, Anselmo de Jesus e Alberto Fraga ,membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)" Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura das ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir os Senhores, José Trevisol, Secretário Executivo da ANCA, Associação de Cooperação Agrícola; Sr. Francisco Dal Chiavon, Presidente da CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil; bem como os Senhores Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo. A seguir o Senhor Presidente faz a leitura do Ofício nº 890, de vinte e três do corrente, da ANCA, da lavra da advogada Giane Álvares Ambrósio Álvares, informando que o Sr. José Trevisol não mais pertence à Diretoria dessa entidade, não podendo, portanto, representá-la e justificando a ausência do atual representante legal, além de sugerir a data de primeiro de junho próximo para o seu comparecimento. Ato contínuo, o Senhor Presidente faz a leitura do documento da CONCRAB, alegando ter tomado conhecimento apenas na data de vinte e três de maio, comunicando impossibilidade de atender ao chamado e colocando-se à disposição desta Comissão, numa próxima ocasião. Em resposta ao questionamento do Presidente quanto ao Ofício de convocação do Senhor Francisco Dal Chiavon, a Secretaria desta Comissão informou que o ofício foi remetido na semana passada e não no dia vinte e três p.p. Dando continuidade, a Presidência esclarece que os demais convocados após confirmarem a presença, não foram localizados; quando a Presidência informa que os mesmos serão reconvocados. Fizeram uso da palavra, pela ordem, os Deputados Jamil Murad e Onyx Lorenzoni. O Deputado Onyx considera a ausência dos representantes das Cooperativas um desrespeito a CPMI, sugerindo a condução coercitiva. Usaram, ainda, da palavra o Deputado João Alfredo, que considera que como houve a justificativa de ausência à convocação, não há necessidade de condução coercitiva. O Senador Álvaro Dias entende que além do presidente atual, deverá ser igualmente convocado o Senhor Trevisol. Prosseguindo, a Presidência solicita à Secretaria da Comissão que os requerimentos sejam apensados ao Supremo Tribunal Federal, como argumentos que substanciam a decisão desta CPMI de transferência de sigilo bancário das duas Cooperativas. Ato contínuo, o Deputado Abelardo Lupion sugere que os outros convocados que seriam ouvidos e não justificaram suas ausências, fossem conduzidos coercitivamente. O Senhor Presidente ordenou ao Dr. Rômulo, Delegado da Polícia Federal, à disposição da CPMI, no sentido de tomar as providências necessárias quanto a eventual necessidade de, caso o não comparecimento dos mesmos em uma próxima reunião, conduzi-los coercitivamente. A seguir, o Senhor Presidente apresenta requerimento oral, convocando o Senhor José Trevisol, que colocado em votação, não houve consenso, ficando o mesmo para ser deliberado em outra oportunidade. Fizeram, também uso da palavra, os senhores Deputados Anselmo de Jesus e Alberto Fraga. Após, o Deputado Onyx Lorenzoni apresenta, oralmente, três requerimentos: 1º) transferência do sigilo bancário e fiscal do Senhor José Trevisol; 2º) transferência do sigilo bancário da Sra. Gislei Siqueira de Knierim, do MST e 3º) transferência do sigilo bancário e fiscal dos Senhores Emerson, Edmilson e Orlando. O Senhor Presidente informa que os referidos requerimentos serão deliberados em reunião com quórum qualificado. A Presidência passa a palavra ao Senador Romeu Tuma que esclareceu que não poderá acompanhar à Comissão na viagem à Fortaleza, entretanto, já solicitou a presença do delegado da Polícia Federal para ficar à disposição dos membros desta Comissão que lá estarão. Antes de passar a palavra ao Deputado Abelardo Lupion, o Senhor Presidente elogiou a Ministra Ellen Gracy, quanto à sua excepcional atuação, quando da CPI do Futebol. Após, o Deputado Lupion informou que irá apresentar um Requerimento de transferência de sigilo bancário do Senhor Francisco Dal Chiavon, Presidente da CONCRAB. A Presidência esclareceu que o requerimento será submetido ao Plenário para deliberação. Dando continuidade, o Deputado Jamil Murad queixou-se de não ter tomado conhecimento dos documentos que estavam sendo discutidos, ao que o Presidente informou estarem todos os documentos de posse da Secretaria da Comissão à disposição de todos os Parlamentares. Por fim, o Senhor Presidente passou a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni para informar que entrará com Requerimento, pedindo a convocação dos gerentes dos Bancos Bradesco e Banco do Brasil, em virtude dos volumes significativos, retirados naquelas Agências. Ato contínuo, a Presidência ao esclarecer que irá aguardar o referido Requerimento informando da realização da audiência pública em Fortaleza, agendada para a próxima segunda-feira,

dia trinta de maio deste, bem como a reunião do dia primeiro de junho próximo, no Senado Federal, para oitiva do Senhor Francisco Dal Chiavon, Presidente da CONCRAB, bem como dos Senhores Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo e, no caso do não comparecimento, serão conduzidos pela Polícia Federal, no dia posterior. Será igualmente convidado a comparecer ao Plenário desta CPMI o Excelentíssimo Senhor Olívio Dutra, Ministro das Cidades, no próximo dia dois de junho. A seguir, o Presidente passou a palavra ao Deputado Alberto Fraga para informar que irá apresentar Requerimento pedindo a Transferência do sigilo bancário e fiscal da Sociedade Brasil de Fato, ficando a Presidência no aguardo do mesmo. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

Submeto à apreciação dos Srs. Parlamentares a ata da reunião anterior. (Pausa.)

Não havendo manifestação, está aprovada.

O SR. (Orador não identificado) – Solicito a dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pois não.

A reunião de hoje foi convocada para ouvirmos o Sr. José Trevisol, que foi Presidente, ou Secretário-Executivo da Anca (Associação de Cooperação Agrícola), e também para ouvirmos o Sr. Francisco Dal Chiavon, representante da Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), além de ouvirmos os Srs. Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo. Todos eles receberam a convocação em tempo.

Nós vamos fazer a leitura do ofício encaminhado pela Anca e também pela Concrab.

Na qualidade de Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), em resposta ao Ofício 248, de 2005, informo a V. Exª e aos nobres Deputados e Senadores desta Comissão que somente na data de hoje, 23 de maio de 2005, recebi a informação sobre a convocação emanada dessa Presidência. A tempo, comunico-lhes que, em razão de compromissos anteriormente assumidos, não poderei estar presente na hora e dia sugeridos.

Coloco-me à inteira disposição para, na próxima semana, comparecer etc. Francisco Dal Chiavon, pelo Presidente Jovelino José Strosac.

A Secretária desta Comissão, Janice, informa que a Concrab recebeu a convocação já na semana passada. Não é verdade que tenha recebido no dia de ontem. É um pretexto para o não-comparecimento no dia de hoje.

A Anca, da mesma forma, em resposta ao Ofício 247, informa que o Sr. José Trevisol não mais pertence à Diretoria dessa entidade, não podendo representá-la perante esta ilustre Casa. "Infelizmente, o Diretor representante legal da Associação de Cooperação Agrícola não tem condições de comparecer na data proposta em virtude de compromissos etc", e sugere o dia 1º de junho, em horário que julgar mais conveniente.

Primeiramente, eu quero dizer que não acredito nos pretextos apresentados, mas, como é procedimento normal em qualquer CPI, nós vamos fazer a segunda convocação para, posteriormente, em cumprimento aos dispositivos regimentais, adotar as providências que a legislação nos permite adotar em casos como este.

Da mesma forma, os demais convocados, surpreendentemente, depois de terem sido convocados, depois de informarem que compareceriam, apenas não tinham recursos para pagamento das despesas de viagem, depois das providências adotadas pela Secretaria relativamente a essas despesas, surpreendentemente, desapareceram. Não tivemos a possibilidade de nenhum outro contato com os demais convocados para esta reunião. Portanto, nós estamos reconvocando a todos para o dia 1º, às 13 horas e 30 minutos, na próxima quarta-feira, no plenário desta Comissão.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Para um esclarecimento. A informação que chegou até este Deputado é que o Sr. Francisco Dal Chiavon, pessoalmente, somente recebeu realmente a notificação na segunda-feira, dia 23, ontem, porque a notificação teria sido recebida por outros membros da entidade, mais particularmente pelo advogado da entidade, Dr. Jovelino.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – A Presidência agradece a informação do Deputado Jamil Murad e coloca a palavra à disposição dos demais Parlamentares.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Com a palavra o Deputado Onix Lorenzoni.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – Presidente, creio que fica absolutamente claro para esta Comissão, nessa ausência tanto do Presidente da Anca quanto do Presidente da Concrab, uma manobra para evitar o depoimento nesta Casa. Estavam formalmente convocados, receberam a tempo e a termo a convocação. Portanto, para mim está muito claro que estão fugindo de um depoimento nesta Comissão.

Por motivos bastante óbvios e evidentes, há uma tentativa, junto ao Supremo Tribunal Federal, de evitar a quebra do sigilo bancário de uma das entidades, já que a outra teve o sigilo bancário e os documentos estão de posse da Comissão. Portanto, é uma manobra para ganhar tempo e tentar evitar, para que não tenha de vir aqui explicar o que hoje é absolutamente inexplicável, pelos dados de que nós já dispomos.

Quando no exercício de Comissões Parlamentares de Inquérito no âmbito da Assembléia Legislativa do meu Estado, quando havia falta na primeira convocação, imediatamente era feita a solicitação de condução sob vara, fato esse que era executado no meu Estado. Eu gostaria que V. Exª me esclarecesse por que é que há necessidade de esta Comissão submeter uma nova convocação...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) – ... já que as pessoas, de maneira muito clara e evidente, não querem vir, porque lhes interessa não depor. Como a nossa função é investigar, quero sugerir a V. Exª que já faça a solicitação da condução sob vara, que é um direito que a CPI tem. Eu gostaria também de saber por que a decisão tomada por V. Exª, eu gostaria de saber a justificativa dessa decisão, ela já não é nessa direção, porque, se não, somente teremos essas pessoas daqui a quinze dias. E acho que não há necessidade de se protelar nada. Eu acho que há necessidade de se investigar e trazer essas pessoas para que elas venham dar a sua justificativa.

Tanto isso é verdade que no documento que V. Exª leu só diz que o Sr. José Trevisol não é mais membro, não diz o nome do representante legal, uma advogada assina o documento e ainda, de maneira bastante irônica, sugere que está disponível no dia 1º. É como dizer à Comissão: "Olha, se vocês me quiserem, no dia 1º estarei disponível."

Portanto, acho um desrespeito com esta CPI e creio é indispensável uma medida enérgica, até em respeito ao organismo que nós representamos nas duas Casas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Vou responder à questão de ordem do Deputado Onix Lorenzoni.

É o desejo da imparcialidade que nos leva a decidir desta forma. O meu desejo seria conduzi-lo, sim, sob vara imediatamente, porque também entendo estar havendo um desrespeito a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque nós não temos mais idade para acreditar em Papai Noel. Não há como acreditar em determinadas alegações.

O Deputado Onix Lorenzoni colocou o dedo na ferida. Essa é uma manobra protelatória, na esperança de que o Ministro Joaquim Barbosa possa conceder liminar impedindo a quebra do sigilo bancário da Anca, como o fez numa primeira oportunidade.

Então, diante deste fato, como há precedentes nesta CPI, pois mesmo nesta CPI há precedentes, estamos procedendo a uma convocação, mais uma vez sem a utilização de força policial. Se eventualmente, nessa nova convocação, não houver acatamento, que se adotem as providências rigorosas que a legislação permite. Mas, de outro lado...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – De outro lado, estamos informados de requerimentos serão apresentados nesta reunião.

De conformidade com os requerimentos – eu tenho aqui os que serão apresentados, pois há uma relação sobre a mesa –, eu peço à assessoria técnica desta Comissão Parlamentar de Inquérito que encaminhe, para que sejam apensados ao processo existente no Supremo Tribunal Federal – em razão do pedido do mandado de segurança impetrado pela Anca – os requerimentos hoje apresentados como argumentos que, mais uma vez, conferem respaldo à decisão adotada por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, se não me falha a memória, por unanimidade. Não, não foi por unanimidade, mas houve uma decisão de quebra de sigilo bancário das duas cooperativas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Eu, antes de conceder a palavra pela ordem ao Deputado João Alfredo, quero, mais uma vez, enfatizar o comportamento que, como Presidente, estou adotando no sentido de não atender ao apelo do Deputado Onyx Lorenzoni em nome da coerência, em favor da imparcialidade, porque, se não me falha a memória, o Sr. Delsão, por exemplo, não compareceu quando convocado para depor no Estado do Pará e nós permitimos que ele tivesse uma outra oportunidade. Ele teve essa oportunidade e compareceu. Nós esperamos, portanto, que compareça desta vez.

Consulto os Srs. Parlamentares sobre a necessidade de aprovarmos um adendo a esse requerimento.

Alega a representante da Anca, Drª Jane Ambrósio Álvares, que o Sr. José Trevisol não pode mais falar como representante da Associação, mas necessitamos do depoimento dele. O que se deseja aqui é ouvir o depoimento do Sr. José Trevisol. Então, o adendo que eu quero apresentar...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É sobre o assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – ... a este requerimento diz exatamente que o convocado é o Sr. José Trevisol, e é ele que deve comparecer na audiência da próxima quarta-feira.

Eu concedo a palavra, antes de deliberar sobre esse assunto, ao relator, o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, evidentemente, cada um tem direito de aqui fazer e expressar o seu juízo de valor. Nós sabemos que esta é uma CPMI marcada por uma divisão ideológica muito clara, não há segredo nenhum disso, e nós não escamoteamos essa natureza da própria CPMI. Evidentemente há, da parte daqueles Parlamentares mais vinculados aos ruralistas, uma constante ação de desgaste das entidades ligadas aos trabalhadores rurais. É legítimo, num processo político, esse debate, embora tenhamos de deixar explícito que isso é o que ocorre.

Em segundo lugar, não é verdade, pelo que está colocado nos ofícios, que as duas entidades estão se negando a comparecer. Pelo contrário, estão-se colocando à disposição da CPMI.

Em terceiro lugar, e aí V. Exª se lembra bem de que não só houve um, mas três precedentes nesta CPMI, em que convocados não compareceram, justificaram a ausência – ou porque estavam em Itabuna, ou porque não podiam vir, tinham recebido dois ou três dias antes –, mas apresentaram as suas justificativas. Esta CPMI, como V. Exª bem lembrou, fez uma segunda convocação, não sob vara, com quer o Deputado Ônix.

Lembro-me de que é o caso do Sr. Manoel Domingues Paes Neto, em Presidente Prudente, 17 de março. Só foi ouvido no dia 29 de março em Brasília. O Sr. José Dércio Barroso, que era conhecido como Deosão, que era para ter sido ouvido em Paraopebas, no dia 31 de março, só foi ouvido no dia 6 de abril. O Sr. Adriano Chafik Lued, que era para ter sido ouvido lá em Jequitinhonha, ainda não foi ouvido por esta CPMI.

Então, eu acho que V. Exª age, vamos dizer, como magistrado, embora eu discorde das considerações que V. Exª fez – evidentemente eu tenho esse direito e V. Exª tem –, quando repete o procedimento das outras vezes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – O que aliás é o procedimento de outras CPIs também. No Senado, pelo menos. Na CPI do Futebol, que eu presidi, foi dessa forma.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Posso testemunhar com relação à CPMI de que participei com V. Exª.

Por último, o Código de Processo Penal, no seu art. 201, estabelece que só comparecerá sob vara se não houver justificativa da ausência.

Além de tudo, além de haver um precedente, além de ter uma prática costumeira desta CPMI, temos esse caso. Acho que vamos ouvi-los. Agora, há duas outras questões que precisam ser entendidas. Pessoalmente, acho que, na medida em que estão sendo chamadas as entidades – a Anca e a Concrab –, como pessoas jurídicas que estão sendo investigadas, por requerimentos apresentados aqui nesta CPMI, são elas que devem ser ouvidas e, portanto, os seus representantes legais.

No meu entendimento, são eles, porque o Presidente atual certamente terá que justificar da Anca ou da Concrab, porque eles representam a entidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Sr. Deputado, V. Exª me permite um aparte?

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Gostaria de fazer uma sugestão. Além do Presidente atual ou do representante da entidade que for designado para comparecer, sugiro e apresento até como requerimento verbal a convocação do Sr. José Trevisol, já que há necessidade de ouvi-lo, pela análise feita pela assessoria, encaminhada a esta Presidência.

Como realmente queremos esclarecer os fatos, sem pré-julgamento de qualquer natureza, é muito importante que se ouça o Sr. José Trevisol, até no seu interesse, até para que ele possa eliminar eventuais dúvidas existentes em relação ao seu comportamento, quando responsável pela instituição.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Vamos ouvir as opiniões dos demais.

Uma última pergunta que fiz, mas acho que era importante que se esclarecesse, porque se tínhamos acertado aqui a presença da Anca e da Concrab, essas três últimas pessoas, que como V. Exªs disse há pouco foram intimadas e não compareceram, representam alguma entidade, são funcionárias da Anca ou da Concrab? Qual a razão? Elas tiveram convocação aprovada pela CPMI?

V. Exª poderia esclarecer, porque eu tinha compreendido, na última vez que conversamos, que hoje seriam a Anca e a Concrab, por meio de seus representantes, e vejo o Trevisol e o Dal Chiavon.

Então, cada um representando as entidades, mas os três últimos, eu não sei se foi aprovado... Mas eu peço que V. Exª possa nos esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Sim, houve a aprovação dos três. Eles eram funcionários, não sei se ainda o são. À época eram funcionários das entidades e participaram ativamente da movimentação financeira, especialmente no que diz respeito a um saque na boca do caixa de valores expressivos. Soma, se não me falha a memória, mais de R$3 milhões, exatamente um total de R$3.514.349,37 foram os saques efetuados por três pessoas humildes, uma delas inclusive hoje desempregada, residente onde Deputado Onyx Lorenzoni, uma dessas pessoas?

O SR. ONIX LORENZONI (PFL – RS) **–** Essas pessoas moram na favela.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Morando numa favela em São Paulo. O Sr. Emerson sacou R$318.428,00; o Sr. Orlando sacou R$272.918,00; e o Sr. Edmilson sacou R$112.891,00; cheques nominais. E o restante foram cheques ao portador, o que inclusive implica em irregularidade bancária.

Por que valores expressivos de R$20 mil ou mais foram sacados através de cheque ao portador. Portanto, são esclarecimentos indispensáveis para quem deseja realmente transparência. Uma CPI se instala exatamente para apurar os fatos, não...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) **–** Essas informações não estão sob sigilo, Sr. Presidente? Por que a informação que tenho é que elas estão sob sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Olha, acho que uma CPI tem que discutir as questões. Houve a quebra do sigilo, houve uma aprovação por essa Comissão, a CPI está trabalhando em função desses fatos...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) **–** Mas a audiência não é para discutir esses fatos?

O SR. PRESIDENTE(Alvaro Dias. PSDB-PR) – A audiência, sim, foi convocada para discutir esses fatos.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) **–** Só que foi transferida para outro dia já que os presentes não...

O SR. PRESIDENTE(Alvaro Dias. PSDB-PR) – Nada impede que se discuta, Deputado Jamil Murad. V. Exª tem uma história política que merece aplausos de luta política em favor dos excluídos. Admiramos V. Exª por isso e queremos ser seu parceiro. Da minha parte, pelo menos, embora seja Presidente dessa CPI, faço questão de revelar que sempre entendi o MST como uma instituição de valor inestimável para o País, uma organização social absolutamente necessária. Agora, o que não posso concordar é que invadam o MST; que o MST seja invadido por pessoas que se aproveitam da boa causa e acabam promovendo desvio de finalidade.

Não estou fazendo nenhuma conclusão e nem poderia fazer isso. Estou falando em tese, estou afirmando a necessidade de elucidarmos os fatos, porque há indícios, há denúncias, e é nosso dever apurar.

E é por essa razão que essas pessoas foram convocadas. E não há porque desejarmos a clandestinidade para atividades no campo financeiro, quando estamos tratando de dinheiro público.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) **–** Pela ordem, Sr. Presidente. O art. 144...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Estamos tratando de dinheiro público. E aqui estamos verificando – perdoe-me a indignação, Sr. Deputado – que, realmente, no momento em que os políticos estão desacreditados, em que há um verdadeiro achincalhe em relação à atividade pública neste País, não podemos, de forma alguma, em nenhum momento, admitir que se agrida a Instituição Parlamentar como se pretende.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) **–** Concordo com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Nós não podemos admitir que uma Comissão Parlamentar de Inquérito seja desmerecida.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) **–** O Carlos esperou que o Presidente da Farsur...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Essas apurações serão levadas a cabo. Não há como não levá-las.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) **–** E foi aprovado pelo...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – E repito, Deputado Jamil Murad, em respeito a V. Exª até, não estamos pré-julgando ninguém, muito menos condenando.

O SR. – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Não deu nem oportunidade de defesa porque, na ausência dos convocados, V. Exª já coloca dados da suspeita.

O SR. – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Para que não paire qualquer dúvida sobre o comportamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito, faço leitura de uma decisão aprovada por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal:

Havendo justa causa e achando-se configurada a necessidade de revelar os dados sigilosos, seja no relatório final dos trabalhos da Comissão de Inquérito, seja para efeito das comunicações destinadas ao Mi-

nistério Público ou a outros órgãos do Poder Público, para os fins a que se refere o art. 58, §3º da Constituição, seja ainda por razões imperiosas ditadas pelo interesse social" – fico apenas nesta razão: "razões imperiosas ditadas pelo interesse social" –, "a divulgação do segredo, precisamente porque legitimada pelos fins que a motivaram, não configurará situação de ilicitude, muito embora traduza providência revestida de absoluto grau de excepcionalidade.

É evidente que isso está mais do que claro. Eu não imagino que nenhum dos integrantes desta Comissão de Parlamentar de Inquérito tenha o propósito de abafar fatos e de impedir que a elucidação seja a razão primeira da existência de uma comissão parlamentar de inquérito.

O Deputado Jamil Murad havia pedido a palavra antes.

Concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, tenho dito que aqui se trava uma grande luta daqueles que lutam para apoiar o avanço da reforma agrária no País e contribuir para ele. E, de maneira legítima, dentro do Parlamento, há aqueles que procuram impedir de qualquer forma o avanço dessa reforma agrária porque têm outra compreensão e outro ponto de vista. Temos que respeitar o Regimento para conseguir levar a bom termo pontos de vista antagônicos.

Aqui, verificamos o seguinte: é convocado o presidente de uma entidade, mas ele já não é mais presidente daquela entidade e, sim, outra pessoa.

Segundo, V. Exª pediu a convocação do Trevisol. Solicito, seguindo o Regimento, que ela seja feita por meio de ofício por escrito, como todos nós fazemos, e peço também verificação da votação dos que são a favor e dos que são contra.

Terceiro, há Deputados que, para defender seu ponto de vista, usam dois pesos e duas medidas e querem aparecer, perante a opinião pública, como magnânimos, acima do bem e do mal.

Por exemplo, o Sr. Carlos Sperotto é Presidente da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul e Presidente do Senar. No dia 18 de março de 2004 – já estamos no dia 24 de maio de 2005 –, portanto, há um ano e um mês, foi aprovado que ele deveria vir prestar esclarecimentos sobre o funcionamento da sua entidade e suspeitas de irregularidades sobre a sua entidade. Até o momento, não foram providenciados o comparecimento e o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – V. Exª está se referindo ao Senar do Rio Grande do Sul?

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Senar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Houve quebra do sigilo bancário e fiscal, que está à disposição dos Srs. Parlamentares.

Há centenas de convocações aprovadas.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Nós queríamos que ele viesse para prestar esclarecimentos sobre irregularidades detectadas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – E virá. É por isso que eu...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Para prestar esclarecimentos sobre irregularidades detectadas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – É por isto que houve prorrogação dos trabalhos desta Comissão, para que todos possam ser ouvidos.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Quero dizer que a nossa CPMI, para ganhar o respeito público, não pode transformar vítimas em réus, porque o Movimento Sem Terra, trabalhadores rurais, os sofridos, muitas vezes, podem passar de vítimas a réus; no afã de defender o seu ponto de vista contra a reforma agrária, alguns membros da CPMI, na verdade, transformam as vítimas em réus, e isso é, no meu entendimento como representante público, inadmissível, porque fere todo o princípio constitucional, de justiça, de legalidade.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou fazer uma pergunta ao Deputado Jamil Murad, que é a seguinte: o senhor diz que tem Deputado que tem dois pesos e duas medidas, e citou o ex-presidente do Senado do Rio Grande do Sul. Quero que o senhor explique quem tem duas medidas, porque sou Deputado gaúcho. Eu votei para que mesmo, Deputado Jamil Murad? Para quebrar o sigilo fiscal e bancário.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Existe um ditado popular: quem veste uma carapuça é porque está achando que lhe serve. Eu não citei o nome de V. Exª e não vou seguir esse ditado popular porque estou achando que V. Exª não está protegendo alguém que está com suspeita de irregularidade...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Vou lhe esclarecer. Já que o senhor está dotado de tanta ingenuidade – e eu, lamentavelmente, já não tenho mais essa ingenuidade porque a vida me ensinou –, o senhor colocou na sua afirmação inicial que há dois pesos e duas medidas, citou o exemplo do Rio Grande do Sul.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Eu acho que há dois pesos e duas medidas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Bom, quero saber quem é que tem dois pesos e duas medidas, porque eu votei a favor de quebrar o sigilo bancário e fiscal, portanto eu tenho um peso e uma medida só.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Não. V. Exª queria convocar sob vara...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Todos.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Todos, não. V. Exª não se preocupou que há mais de ano e um mês essa pessoa deveria prestar depoimento, mas tem um zelo extraordinário para convocar quando é do lado do MST. Aí, nesse debate, ficou esclarecido. No meu ponto de vista, V. Exª está tendo dois pesos e duas medidas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor está colocando algo que não é verdadeiro. Quem acompanhou o debate sabe de que lado está a razão. É muito primário o seu argumento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Muito obrigado ao Deputado Jamil Murad.

Peço ao Deputado que nos permita prosseguir.

Quero agradecer a participação do Deputado Jamil Murad.

A exemplo do que ocorre com esse convocado, temos inúmeros outros, também com convocação aprovada, e não tivemos ainda a disponibilidade de tempo para apresentá-los aqui. Quero também informar a V. Exª que o Sr. José Trevisol não é trabalhador sem-terra, que o Sr. Francisco Dal Chiavon também não o é, e que os Srs. Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho, Orlando Vieira Araújo provavelmente são vítimas, sim; são pessoas utilizadas. Não são trabalhadores rurais, são funcionários dessas entidades, provavelmente são vítimas, foram pessoas usadas e por isso queremos ouvi-las, até para que elas possam se defender. Porque não há declaração ao Imposto de Renda dessa movimentação financeira em nome deles, e obviamente eles serão penalizados pelo Imposto de Renda se não apresentarem a sua defesa. Portanto, a presença deles aqui é indispensável na condição, realmente, de vítimas. Nesse caso, V. Exª tem absoluta razão.

Concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Estranho muito, Sr. Presidente, certas afirmações porque estamos lidando com uma verdadeira quadrilha de assalto ao dinheiro público. Os dados que hoje conhecemos são estarrecedores. Foram repassados para a Anca, em 2003, R$5.267 milhões; em 2004, R$7.868 milhões; para a Concrab, R$1.186 milhão, em 2003; em 2004, R$2.578 milhões.

Estamos verificando que o Sr. José Trevisol já estava condenado pelo Ministério da Saúde a devolver dinheiro gasto irregularmente. Verificamos também que esses três laranjas, Emerson, Edmilson e Orlando, que movimentaram centenas de milhares de reais nas suas contas, declararam que são isentos com a Receita Federal. Tenho certeza de que esses três cidadãos foram laranjas. E, pela condição deles, quando foram encontrados, de não terem condição de se locomover para vir a esta CPI e por não terem apresentado nenhum tipo de demonstração de boa vontade com a CPMI, de não terem justificado a não-vinda, requeiro que esses três cidadãos sejam conduzidos sob vara na próxima reunião. Os outros dois justificaram a ausência. V. Exª tem as razões. Considero plausível que isso aconteça, afinal de contas, por mais absurdas que sejam as demonstrações de ausência, eles justificaram. Mas esses outros três nem satisfação deram a esta CPMI.

Então, eu gostaria que V. Exª determinasse que esses três venham sob vara porque não têm condições de se locomoverem para comparecer perante esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Deputado Lupion, peço a compreensão de V. Exª. Eu teria dificuldade, sobretudo, em pedir força policial para esses três porque – creio – são pessoas ingênuas, angustiadas até pela dificuldade de sobrevivência e que foram usadas por aquelas pessoas que, lamentavelmente, promovem esse desvio de objetivos de um Movimento que poderia ser aplaudido por toda a Nação se mantivesse no seu objetivo originário, que justificou a sua instituição, que foi realmente defender a reforma agrária, o que nós desejamos. Eu, particularmente, desejo a reforma agrária, sei que ela é possível e absolutamente necessária, sobretudo como instrumento de distribuição de renda no País.

Portanto, pedimos que o Delegado Gustavo, que representa a Polícia Federal nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que neste momento não se encontra presente, seja acionado para orientar os três convocados para que, se se recusarem a comparecer na próxima quarta-feira, aí, sim, seremos forçados a usar a força policial e informá-los de que eles terão todas as condições necessárias para o comparecimento.

A CPMI se dispõe a atendê-los em relação às eventuais despesas conseqüentes dessa viagem de São Paulo a Brasília.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Concedo a palavra ao Deputado Anselmo, pela ordem.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Sr. Presidente, tivemos aí duas pessoas que foram convocadas e não compareceram, sendo que, em relação a uma delas, aqui foi argumentado, para os Parlamentares presentes a esta reunião, em razão de fato de uma entidade. Não sei se ela foi convocada como representante da

associação daquela cooperativa, ou se o foi individualmente, porque, naquele momento, aqui se debateu em relação a um fato que estava acontecendo com uma organização. Tenho para mim que, quando se é convocado, e o argumento a convencer a vinda a esta Casa é baseado em uma ação de uma organização, fica prejudicada a convocação e, realmente, tem-se que começar tudo novamente quando a pessoa em questão não faz mais parte dessa organização.

Penso que os dois cidadãos realmente justificaram a sua ausência e, inclusive, demonstraram a sua disposição de comparecer.

Então, hoje não dá para ficar condenando a OAB, porque eles já até propuseram data para vir aqui. Então, neste momento, penso que, tranqüilamente, temos de começar novamente...

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) **–** V. Exª me concede um aparte, Deputado?

O SR. ANSELMO (PT – RO) **–** À vontade, Deputado Jamil.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) **–** Mais uma prova de que há dois pesos e duas medidas, porque um Deputado da CPMI propôs que fosse trazido sob vara quando eles assinaram e mandaram justificativa e proposta de vinda.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Essa questão já está elucidada. O Deputado Anselmo tem razão: houve uma falha na redação do requerimento, que deveria convocar, nominalmente, o Sr. José Trevisol, o que não ocorreu. Então, em nome, exatamente, do zelo que devotamos em relação a um comportamento de correção na Presidência desta CPMI, estou assinando esse requerimento de convocação do Sr. José Trevisol, ex-Secretário Executivo da Associação Nacional de Cooperação Agrícola e vou submetê-lo, regimentalmente, ao Plenário desta Comissão.

Em seguida passarei a palavra à V. Exª, mas já quero justificar a apresentação desse requerimento. Durante as análises a que se procedeu sobre o sigilo bancário da Anca, verificou-se que aquela entidade, importante destinatária de vultosos recursos públicos, havia efetuado, no dia 13 de janeiro de 2003, por meio de sua conta nº 67.440, mantida junto à agência 0296-8, do Bradesco, o pagamento de dois planos de previdência privada, com aportes de R$200 mil em cada um. Portanto, R$400 mil em nome de José Trevisol e Selma Aparecida dos Santos, ambos autorizados pelo primeiro, o Sr. José Trevisol.

Causa-me espanto, inicialmente, e indignação, posteriormente, parte do dinheiro público ser utilizado para um plano de previdência privada, beneficiando duas pessoas, no valor de R$400 mil. Então, é evidente que não há ninguém, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, quer seja defensor do MST, defensor da UDR, defensor do proprietário ou do trabalhador sem terra, que concorde com essa prática, que possa concordar com essa prática. É por isso que faço questão de assinar esse requerimento convocando o Sr. José Trevisol. Quem sabe ele tem alguma explicação, alguma justificativa. Queremos dar a ele a oportunidade de justificar aquilo que, à primeira vista, nos parece prática de corrupção, desvio de dinheiro público, sobretudo penalizando esse setor sacrificado do povo brasileiro compreendido por trabalhadores sem terra, abandonados aos milhares às margens das nossas rodovias.

Então, o Sr. José Trevisol tem razões de sobra para comparecer, terá de comparecer, porque não imagino sequer que alguém aqui coloque qualquer obstáculo à aprovação de um requerimento dessa natureza, até a favor do Sr. José Trevisol, para que ele tenha a oportunidade de justificar esse eventual desvio, suposto desvio, à primeira vista um desvio de R$400 mil.

O Sr. José Trevisol é responsável pela emissão e controle contábil de centenas de cheques de valores elevados, emitidos ao portador ou em nome da própria Anca, para que fossem realizados saques na "boca do caixa", para que, em seguida, o dinheiro fosse distribuído por meio de depósitos para diversas contas correntes. Há diversos registros, como o do dia 28 de março, em que foi descontado, na "boca do caixa", um cheque de R$44.635,00 para pagamento diversos, com um troco de R$26.000,00, entregue em dinheiro, mediante autorização do Sr. Trevisol, por telefone, conforme consta escrito em seu verso.

Os fatos são de alta relevância e gravidade. A Anca é uma das maiores recebedoras de recursos públicos, cujas benesses estatais são destacadamente ampliadas no presente Governo.

Não vou fazer outras considerações. Apenas vou me referir aqui aos repasses federais de recursos federais à Anca, que, em 2001, foram da ordem de um milhão quinhentos e doze mil, e, em 2004, sete milhões oitocentos e sessenta e oito mil, passando aí por cinco milhões duzentos e sessenta e sete, em 2003. Houve, portanto, uma considerável evolução no repasse de recursos públicos a essa entidade.

Não há como não ouvir o Sr. José Trevisol.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pois não, para concluir o Deputado Anselmo. Desculpe-me a interrupção, pensei que V. Exª já teria concluído.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Não. Diante desses fatos que o senhor coloca, o Deputado Lupion também coloca esse assalto ao dinheiro público, acho que eu não poderia também de deixar aqui de mencionar já o

grande avanço desta Comissão, em que conseguimos colocar na cadeia os assaltantes das terras do Governo, inclusive do Estado de Minas, o Sr. Adriano. E aí temos que mencionar bastante forte aqui os chamados assaltantes das terras dos trabalhadores do Brasil hoje também. E aí eu acho que não poderia deixar de mencionar aqui aquele grande resultado que tivemos lá em Minas, aquela pessoa impune na rua, ameaçando até a própria Polícia do Estado e que a ida da Comissão lá fez com que realmente colocássemos o Sr. Adriano na cadeia.

Diante dos fatos colocados sobre essa mesma situação do dinheiro público – não sei se seria bem esta palavra –, eu estaria aconselhando V. Exª, o Presidente. Diante dessa grave situação, estamos aqui com o plenário um pouco vazio. Acho que poderíamos, talvez, propor esse requerimento a V. Exª, talvez com um plenário mais cheio, até para um entendimento melhor dessa situação. Vejo que está muito vazio até para fazermos um debate mais aprofundado perante essa situação toda.

Então, eu sugeriria que pudéssemos pegar um plenário mais cheio, para que pudéssemos fazer esse debate diante desse requerimento de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Olha, Deputado Anselmo, primeiramente, agradeço pelo registro. Realmente, a presença da CPMI em Minas Gerais foi fundamental para que se decretasse a prisão do Sr. Adriano Chafic. Essa CPMI, no Vale do Jequitinhonha, levou a sua decisão ao Juiz Dr. Armando Neto, que prontamente atendeu à solicitação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Os nossos aplausos também ao Juiz da Comarca de Jequitinhonha, Dr. Armando Neto, pela lúcida decisão de, em nome da segurança das pessoas, da minimização do clima de tensão existente na área, decretou a prisão preventiva solicitada.

É evidente que, quando há consenso em relação – respondendo ainda à questão do Deputado Anselmo – a requerimento, é prática das CPIs aprová-los, mesmo com ausência de parlamentares em plenário. Não havendo consenso, é evidente que nós teremos que aguardar o momento de **quorum** qualificado para deliberação.

Então, eu consulto se esse requerimento que li há pouco pode ser aprovado consensualmente no dia de hoje ou se devemos submetê-lo em outra oportunidade.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Eu proporia, Sr. Presidente, que aguardássemos mais parlamentares, para fazermos um debate mais aprofundado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Exatamente como nos comportamos em relação a outros requerimentos, acatamos a solicitação do Deputado Anselmo e submeteremos esse requerimento na próxima oportunidade, quando o **quorum** qualificado existir.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, que fique bem claro para o Deputado Anselmo que V. Exª leu a razão e foi constatado – não é suposição, não, há uma constatação – que foram desviados R$400 mil para que fosse criada uma previdência privada.

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB – DF) – Sr. Presidente, essas duas pessoas... Eu vejo aqui, Sr. Presidente,... Este é meu primeiro dia nesta CPMI, e eu vejo...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Agradecemos a presença do Deputado Alberto Fraga, que vem trazer todo o vigor da sua participação, da sua experiência...

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – ...no campo da investigação. S. Exª vai contribuir muito para que a CPMI alcance seus objetivos.

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB – DF) – É a nossa intenção, Sr. Presidente.

Para concluir, Sr. Presidente, vejo que nos últimos quatro anos foram mobilizados, remanejados e distribuídos R$12.584 milhões para três entidades: a Anca, a Concrab e a Iterra.

Sr. Presidente, sou uma pessoa muito curiosa e tenho visitado alguns acampamentos, por incrível que possa parecer. Constatei que o pessoal lá vive na mais perfeita miséria que podemos imaginar em um ser humano, em condições subumanas. Isso nos leva a acreditar que esse dinheiro certamente não está chegando até os miseráveis, até aqueles que verdadeiramente precisam da terra. Por isso, não estou conseguindo entender o porquê dessa reação, quando se tem um sigilo bancário quebrado, quando se vê que três laranjas, cada um deles, pessoas que ganham salário mínimo... O Edmilson mobilizou R$112 mil. O Emerson mobilizou R$318 mil e o Orlando, R$272, ganhando um salário de quase R$300...

Não é possível que membros desta Comissão possam se comportar como se isso aqui não fosse verdadeiro. Esses dados foram fornecidos pela Justiça, quebrado o sigilo bancário. Portanto, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Os dados a que V.Exª se refere são cheques nominais, cheques ao portador também e que foram sacados.

O SR. ALBERTO FRAGA (PTB – DF) – Cheques nominais. Perfeitamente. E tem mais: R$691 mil, cheques ao portador. Quer dizer, são quantias astronômicas e que, verdadeiramente, esta CPMI precisa avançar nesse campo.

Portanto, Sr. Presidente, já que não há um consenso, vamos então, na época certa, e acho que deve ser mantida essa premissa de V. Exª Aqueles que tiverem consenso, devem ser convidados, mas os que verdadeiramente precisam prestar esclarecimentos... Acho até que ao ser divulgado isso aqui, as pessoas que foram citadas agora mesmo é que não virão. Não vejo como fugir de uma convocação coercitiva, porque isso é assunto de polícia. Portanto, inicialmente, queríamos ouvir essas pessoas de uma forma bem consensual, mas parece que isso não vai ser possível. A CPMI vai ter que partir para usar os direitos que possui, o seu poder de investigação, para que possamos dar uma resposta sobre para onde foi tanto dinheiro, se ele foi desviado.

Obrigado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – O Deputado Onyx Lorenzoni já havia solicitado a palavra anteriormente; por isso passo a palavra ao Vice-Presidente desta CPMI.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, quero apresentar aqui três requerimentos. O primeiro deles trata da transferência do sigilo bancário e fiscal do Sr. José Trevisol*. Estranho muito que essa pessoa que movimentou tanto dinheiro, que essa pessoa que teve nas suas mãos a decisão de se autopremiar com R$200 mil... E tenho aqui o documento do Bradesco que informa que o dinheiro saiu da Anca, Deputado Jamil Murad. E foi feito... Eu não acredito que caíram do céu os anjinhos. Acho que temos que procurar em todos, sem nenhum preconceito. E eu não tenho o preconceito de que ninguém é ruim nem de que ninguém é bom. Eu só quero buscar a verdade. Desde que pisei aqui, tenho me mantido com essa posição e com esse equilíbrio.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Permite-me um aparte, Deputado?

O SR.ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu não vou lhe dar aparte.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Obrigado pela...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O Senador solicitou há pouco a convocação do Sr. José Trevisol, porque verifica-se, pelos dados apresentados, conjugados agora com esse requerimento de quebra de sigilo bancário e fiscal do José Trevisol e da Selma Aparecida dos santos, que é muito curioso que o José Trevisol era o senhor do raio e do trovão, ou seja, assinava cheque e deliberava para aonde ia o dinheiro, e a Dª Selma, seu braço direito. E aí o dinheiro, que tem origem em transferências públicas, vai para uma conta de previdência privada, em nome pessoal. Então, esse cidadão, porque é evidente que hoje quem está na instituição sabe que os 400 mil saíram de lá e foram para a conta das duas pessoas. É por isso que uma advogada escreve à Comissão dizendo que o Trevisol não é mais nada na Anca, não manda mais. Claro, ele já resolveu o lado dele. Não manda mais. E aí o Presidente não pode ou o Secretário, porque aí há o eufemismo de Presidente a Secretário. O que acontece? Não manda nem dizer o nome, provavelmente estão pensando em quem eles vão escalar para vir aqui, para tentar tapar, da mesma maneira como, lamentavelmente, o Governo vem tapando todos os casos de corrupção no Brasil.

Waldomiro Diniz... Agora não quer a CPI da Mesada. É mais um nepotismo dos ministros. Mas essa é uma questão em que não vou entrar.

O SR. **RELATOR** (João Alfredo. PT – CE) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. **ONYX LORENZONI** (PFL – RS) – Não vou lhe dar aparte. Esse é um direito que tenho.

Eu não gostaria, Sr. Presidente, de não completar a leitura desses três requerimentos por conta da gravidade do que temos nas mãos.

Durante muito tempo neste País, Sr. Presidente, imaginaram-se, como algumas pessoas nesta sala imaginam, que existe um grupo de anjos, coitadinhos, desvalidos e que têm necessidades. Existem, sim, essas pessoas. No Brasil, há milhões de pessoas que passam por necessidade; basta ir à periferia de qualquer cidade brasileira e vamos encontrar a necessidade, a carência, a dificuldade. Mas aí se montou lá, originalmente, um movimento que era nobre, que tinha causa nobre, causa de Justiça. Mas, ao longo do tempo, ele foi construído e liderado, na minha opinião pessoal, Sr. Presidente, por pessoas que desvirtuaram completamente esse movimento, que hoje não guarda identidade com a sua origem, que não tem esse romantismo nem essa poesia, que se apossa, de maneira ilegal, de maneira irregular, de maneira criminosa, de recursos públicos. Submetem-se homens, mulheres e crianças a situações dramáticas. Ou ainda: quem desconhece os enfrentamentos em que os valentes colocam as crianças e as mulheres na frente? Quem desconhece isso no Brasil?

Portanto, Sr. Presidente, creio que temos nas mãos documentos hoje. Por isso o desespero das pessoas que não querem que a luz se faça, que não

querem que a transparência venha, que não querem esclarecer os fatos.

Vou defender, politicamente, como Parlamentar, que sempre haja o exercício pleno da liberdade de quem quer que seja. Pautei minha vida pública sempre por isso, nos dois mandatos de deputado estadual e deputado federal.

Relatei o Orçamento do meu Estado, quando foi governador do meu Estado o hoje Ministro Olívio Dutra. Não tirei um centavo dos projetos de reforma agrária. Ao contrário, mantive-os todos, mesmo que julgando que houvesse destinações mais adequadas ou mais equilibradas ao Orçamento do Estado.

Portanto, eu tenho histórico e autoridade para propor aqui, de maneira isenta e clara, porque nunca titubeei quando houve qualquer requerimento de quebra de sigilo bancário de quem quer que fosse, de que aqui deveria haver a quebra de sigilo bancário de quantos fossem necessários para que tivéssemos uma investigação clara, transparente e cristalina.

Encaminho às suas mãos, Sr. Presidente, a transferência dos títulos bancários do José Trevisol e da Selma Aparecida dos Santos, porque concordo com o Deputado Lupion ao ver esses documentos.

Penso que é uma quadrilha roubando o MST, não tenho nenhuma dúvida disso. E o que é mais grave, esses recursos, na verdade, são públicos e, quando vamos verificar qual é a origem dessa Anca e dessa Concrab, onde há conexões com o Movimento, em todos os *sites* internacionais de instituições que mandam dinheiro para o Brasil, lá está o dinheiro mandado ao MST quando, na verdade, quem o recebe é a Anca, a Concrab. Isso está suficientemente provado em todos os documentos que temos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Portanto, Sr. Presidente, apresento este e também apresento um outro requerimento, que é a quebra do sigilo bancário e fiscal da Srª Gislei Siqueira Knierin, dirigente da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, que se autodenomina Coordenadora do Núcleo de Saúde do MST.

A justificativa é que houve transferências. Só temos uma aqui do Banco do Brasil, de R$19.500,00, que tinha origem convênios para conta dessa senhora. Então, é importante que ela venha aqui para justificar por que isso aconteceu. Também há um cheque do Banco do Brasil, no valor de R$5.494,00, a débito de uma conta cuja titularidade era a Anca.

Ressalte-se, ainda, que essa Srª Gislei Siqueira Knierin está autorizada, por meio de procuração pública, a representar a Anca junto a autoridades governamentais, o que lhe possibilita firmar recibos, manejar vultosas quantias, considerando o volume de recursos repassados à Anca pelo Governo Federal, conforme V. Exª leu há poucos minutos.

Portanto, também encaminho a quebra do sigilo bancário e fiscal dessa senhora.

E também, Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar a transferência do sigilo bancário e fiscal do Sr. Emerson Rodrigues da Silva, do Sr. Edmilson José de Pinho e do Sr. Orlando Vieira Araújo. No caso do Sr. Edmilson, ele recebeu R$112.000,00 em cheques nominais; o Sr. Orlando, R$272.000,00; e o Sr. Emerson, R$318.000,00.

Uma dessas pessoas mora numa favela. Portanto, o dinheiro não se destinava a sua posse pessoal ou, em contrapartida, à prestação de serviços. Portanto, é importante que seja quebrado o sigilo bancário e fiscal para que se possa verificar o que aconteceu com esse recurso e para que, no curso das investigações, se possa ter clareza se essas pessoas agiram a mando de outras pessoas, quem eram essas pessoas e por que o dinheiro não acabou na conta pessoal dessas pessoas.

Por essas razões, Sr. Presidente, passo às suas mãos esses requerimentos e aguardo, oportunamente, a votação deles, a fim de que tenhamos dados que são imprescindíveis, para que os recursos públicos brasileiros sejam monitorados, até porque, Sr. Presidente, recursos públicos são uma das prerrogativas primeiras do nosso Parlamento, quer da Câmara, quer do Senado, a responsabilidade no acompanhamento, na aplicação, na execução e, principalmente, na destinação desse recurso. Esses recursos, que vêm do suor do trabalho de milhões de brasileiros, precisam ser adequadamente acompanhados.

Por esse motivo, transfiro às mãos de V. Exª estes três requerimentos e fico no aguardo da deliberação desta CPMI.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – A Presidência submeterá os requerimentos quando houver o quórum qualificado para deliberação.

Pela ordem, o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, o debate aqui até está descambando para outros temas. Na verdade, não tenho por prática me calar diante do que considero equivocado e injusto.

Evidentemente, uma CPI tem que apurar tudo, mas os que hoje se mostram tão indignados com relação a essa questão das contas bancárias nunca deram uma palavra com relação à morte dos fiscais em Unaí, que estavam investigando o trabalho escravo;

nunca se indignaram contra a morte dos trabalhadores na chacina de Felisburgo; e são os mesmos que, na Câmara dos Deputados, tentam impedir a votação de uma proposta de emenda constitucional que prevê a expropriação das terras onde ocorre trabalho escravo para fins da reforma agrária. A indignação tem foco, tem rumo, tem direção. É uma só: os movimentos sociais. Nada mais. É a isso que, diuturnamente, dedicam-se os parlamentares ruralistas aqui: acusar o Governo de tentar abafar os escândalos. Fico muito à vontade porque, mesmo sendo do PT, assinei a CPMI. Mas nunca a Polícia Federal teve tanta liberdade e autonomia para trabalhar como teve agora neste Governo por orientação do Ministro Márcio Thomaz Bastos. Quantas operações desencadeadas neste País afora, colocando na cadeia os ladrões do dinheiro público? Quantas? Eu poderia enumerar várias, a dos prefeitos agora de Alagoas, a Operação Anaconda, as Operações ligadas aos desvios da Sudam, magistrados presos, servidores públicos presos e até parlamentares foram presos pelo trabalho da Polícia Federal. Falar que este Governo não quer CPI seria até de autoridades daqueles que sempre assinaram requerimentos de CPI, mas não dos que, nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, abafaram todas as CPIs que vieram aqui para o Congresso Nacional. Todas. Mais de dez. A mais escandalosa foi a das privatizações. Tudo isso aqui, por mais errado que esteja, deve ser apurado, Deputado Onyx, é fichinha diante do escândalo das teles; é fichinha em relação ao que se roubou neste País no Governo passado com apoio do PSDB e do PFL, com honrosas exceções. Com honrosas exceções! Sempre há as exceções para confirmar a regra. Isso não autoriza que esses partidos agora venham se bancar de vestais da moralidade da coisa pública.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Os partidos. Falei dos partidos. Não me referi nenhuma vez a V. Exª, até porque V. Exª não era deputado federal, como eu também não o era na gestão passada. Mas são esses partidos que hoje fazem essa movimentação. E digo: fico à vontade porque assinei a CPMI dos Correios. E quero que se apure, até porque não atinge o Partido dos Trabalhadores. Infelizmente, até por uma política, com a qual, aliás, não concordo, estamos vivenciando escândalos de gente que veio do PTB, do PMDB e do PSDB. E aqui não faço acusação a nenhum parlamentar do PMDB ou do PSDB. O Presidente é do PSDB, e sei da posição de S. Exª nos mandatos passados. Estou falando de hoje, dos que arrotam moralidade, dos que querem apuração a todo custo, mas que, no passado, abafaram todas as apurações.

Quero deixar clara esta posição. E queria ver em todos esses parlamentares a indignação contra a quadrilha do Paraná, que está traficando armas, contrabandeando armas. Eu queria ver a indignação contra aquele proprietário rural que tinha dezenas de bananas de dinamite que iam explodir para dar um "susto" no acampamento dos sem-terra. Eu queria ver isso, até para me sentir mais à vontade.

Deixo clara esta minha posição. Creio que vamos ter que deliberar sobre todos os requerimentos. Vamos trabalhar nessas apurações, que haverão de ser feitas. Queremos o aprofundamento delas. Fico absolutamente tranqüilo com relação a isso. Mas, como petista, eu não poderia deixar de manifestar minha posição acerca das últimas falas que ouvi aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Faço um apelo aos Srs. Parlamentares para que fiquemos restritos à CPI da Terra. Temos razões de sobra para indignação no País e, se formos manifestar a nossa indignação relativamente a cada fato existente, certamente não chegaríamos às conclusões a que devemos chegar no que diz respeito à CPMI da Terra.

Portanto, faço esse apelo. Compreendemos a manifestação do relator, Deputado João Alfredo, em resposta ao Deputado Onyx Lorenzoni, e esperamos que agora possamos ficar restritos ao tema desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Passo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É para falar com o Deputado João Alfredo. Penso que a indignação é total, Deputado. A morte dos fiscais: fui um dos primeiros a ir para a tribuna, ligando para a Polícia Federal. Fui chefe da Polícia Federal por alguns anos e acredito e tenho fé no cumprimento das obrigações constitucionais que a ela foram delegadas. Pouco importa o governo que exercita a função, porque lá não dá para fazer acobertamento.

Então, às vezes, o que nos obriga a pedir uma CPI não é o caso de a Polícia Federal fracassar. Não queria trazer isso aqui à baila, porque, imediatamente após a morte dos fiscais, a Polícia Federal agiu e prendeu, e mesmo a polícia do Estado. Quer dizer, a responsabilidade pela confirmação do crime praticado foi exercida pela Polícia. Então, não há razão para ficarmos aqui ansiosos para ter uma CPI e a buscar os assassinos, porque eles foram presos imediatamente.

No caso do Waldomiro Diniz, darei um exemplo claro: Não assinei a CPI. Por quê? Porque fui à tribuna no início do Governo e disse que acreditava na Polícia Federal, que tinha aberto o inquérito e investigado. No primeiro passo, que o delegado pediu prorrogação de

prazo, o Ministério Público, através de uma manobra, que foi repudiada pelo Procurador-Geral, congelou o inquérito, não permitiu que ele prosseguisse porque o juiz foi obrigado a dar vista, pela denúncia que foi feita, ao acusado. E até hoje se arrasta.

O que acontece? Fui Presidente de duas ou três CPIs aqui e participei de quase todas. A CPI colabora com as autoridades da polícia, porque tem muita coisa que ela não consegue ter uma resposta imediata, e a CPI colabora efetivamente com a participação dela, e mesmo o Ministério Público, o trabalho é recíproco.

Portanto, há coisas que não trazem nenhum prejuízo à instabilidade do Governo. Instabilidade é quando há denúncias de roubo permanente; essas trazem instabilidade para o Governo, porque a sociedade sofre com isso. Estou apenas colocando as coisas, por experiência própria. A sociedade sabe que a instabilidade está no crescimento das denúncias. Então, o Governo tem interesse que se apure rapidamente, para não se ver envolvido. Porque não se pode colocar uma bomba no colo do Lula e deixá-la explodir. Seria uma coisa terrível para todos nós. Então, quando se fala numa CPI, é buscar um avanço rápido, porque a participação é coletiva, não é de um partido só; todos participam, como aqui, votam contra ou a favor. É uma questão de consciência. Quem participa de uma CPI, do meu ponto de vista, não pode ter o partido pelas costas. O que tem pelas costas é a sua consciência em saber o momento exato de agir e poder pedir providências e relatar.

Sou suplente nesta CPMI da Terra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Tem sido um verdadeiro titular.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Presidente tem sido gentil comigo. Ainda falei com ele agora que não posso estar em Fortaleza, por ter recebido outra missão, mas coloquei o delegado que está à minha disposição à disposição de V. Exªs em Fortaleza. Ele já está esperando para que realmente se busquem as informações e aquilo que vocês necessitarem, para uma diligência mais rápida, mais exata, para que se tragam realmente bons resultados da diligência em Fortaleza.

Peço desculpas a V. Exª, mas estou muito angustiado, Sr. Presidente, bastante angustiado com tudo que está acontecendo. Pego as revistas, todas elas, meu querido Deputado, e fico assustado. Eu, como Corregedor, às vezes vou para a igreja orar, para ver o que vou fazer, porque a resposta não é imediata. A resposta prossegue.

Se não houver uma apuração séria, correta, com a participação de todos aqueles que são sérios neste Parlamento – e a grande maioria é séria – ela, talvez, engasgue em alguma parte do caminho, e todos seremos qualificados de malcaratistas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para um esclarecimento.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes de passar a palavra ao Deputado Aberlardo Lupion, que a solicitou anteriormente, e, em seguida, ao Deputado Jamil Murad, quero fazer também referência a uma decisão da Ministra Ellen Gracie relativamente à decisão anterior, por unanimidade do Supremo Tribunal Federal, que foi relatada pelo Ministro Celso de Mello. O Senador Romeu Tuma não estava presente, mas diz respeito à revelação, pelas CPIs, de fatos considerados sigilosos.

Aliás, essa questão foi motivo de deliberação em razão da CPI do Futebol que tive a honra de presidir no Senado Federal. A Ministra Helen Grace, afirmou o seguinte:

"À excepcionalidade de sua divulgação, como fixado naquele julgamento anterior, somente poderá ter asa havendo justa causa e achando-se configurada a necessidade da revelação".

Essa decisão da Ministra Ellen Gracie, sucedendo uma decisão anterior do Supremo, por unanimidade, relatada pelo Ministro Celso de Mello, ocorreu em função de contestações apresentadas aos trabalhos da CPI pelo Sr. Ricardo Teixeira, Presidente da Confederação Brasileira de Futebol.

Portanto, para justificar a decisão da Presidência na reunião de hoje em permitir a revelação de fatos da maior gravidade que estamos revelando, com a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu gostaria de dizer aqui que estou apresentando um requerimento, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e demais dispositivos regimentais, sobre a transferência de sigilo bancário e fiscal para essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, de Franscisco Dal Chiavon, Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, Concrab. E vou justificar.

Durante as análises que se procederam sobre o sigilo bancário da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, Concrab, verificou-se que aquela entidade, importante destinatário de vultuosos recursos públicos, havia efetuado uma série de declarações falsas ao Governo brasileiro, quando da prestação de contas de seus convênios.

Isso é grave. Como exemplo, podemos citar o Convênio nº 488.054, firmado com o Ministério da Agricultura em 18/12/2003, para a promoção de cursos a serem ministrados aos assentados da reforma agrária. A prestação de contas do convênio apresenta uma extensa relação de pagamentos que teriam sido feitos aos professores e demais prestadores de serviços por meio de cheques diversos. No entanto, por meio da análise da fita do caixa de um disco escolhido aleatoriamente, foi possível verificar que todos os cheques, curiosamente, eram descontados na mesma agência, com saques em dinheiro que eram, em seguida, depositados em contas diversas das que constavam na prestação de contas, mostrando que houve, nitidamente, malversação dos recursos públicos ou, no mínimo, uma falsa declaração ao órgão gestor do convênio.

O Sr. Francisco Dal Chiavon é justamente o Presidente da Concrab, signatário dos cheques, responsável em última instancia, portanto, pelos autos fraudulentos praticados sobre quem paira fundada suspeita de enriquecimento ilícito, que somente poderão ser dirimidos ou confirmados por meio da aprovação da transferência de seu sigilo.

Esses fatos vêm apenas se somar à desarrazoada prática da Concrab, em tudo semelhante àquela das demais entidades ligadas ao MST, de realizar sempre pagamentos em dinheiro após vultosos saques efetuados na boca do caixa.

No período analisado por esta CPMI, a Concrab emitiu cheques, que foram invariavelmente sacados na boca do caixa, no valor total de R$1,4 milhão, boa parte desse valor vindo de contas-convênio vinculadas essencialmente ao objeto contratual.

Os fatos são de alta relevância, Sr. Presidente, e gravidade e, como a Concrab é uma das maiores recebedoras de recursos públicos deste País, eu gostaria de apresentar este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – A Presidência o submeterá, no momento adequado, ao **quorum** qualificado, para deliberação.

O último orador é o Deputado Jamil Murad e, depois, encerraremos.

Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, eu queria esclarecer a V. Exª, assessores e aqueles que nos assistem pela TV Senado, que estão sendo colocados dados e lidos documentos a que não tivemos acesso em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Deputado, esses documentos estão à disposição de V. Exªs. Basta que o Deputado queira e solicite para acessar o documento. V. Exª tem essa oportunidade.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Eu notei que alguns Deputados, até que têm proximidade, quando defendem certos pontos de vista, têm esses documentos na mão. Agora, como membro oficial da CPMI, eu poderia ter também, já que eles têm. Muitas vezes é feita uma argumentação como se nós conhecêssemos aquilo que está sendo lido. Eu não tenho obrigação de adivinhar o que ele está lendo e a regra do Parlamento é esta: quando há conflito é necessário seguir o Regimento e é por isso que estamos cobrando esse seguimento como ponto que mantém o equilíbrio do funcionamento coletivo da CPMI, como qualquer CPMI ou qualquer outra Comissão dentro do Parlamento.

É por isso que há diferenças também de conduta diante das propostas, mesmo porque, com os meus 62 anos, passei a vida pública trabalhando para mudar o Brasil para melhor. Continuo fazendo isso e, ao longo da vida, sou respeitado dentro da sociedade porque tenho sinceridade nesses propósitos, nunca me desviei e nunca permiti que se desviasse, com meu conhecimento, um centavo do dinheiro público.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu confesso que tenho certeza disso, Deputado Jamil Murad.

Eu gostaria de esclarecer o seguinte: não há um momento dos trabalhos dessa CPI em que se possa apontar desrespeito ao Regimento. Esse tem sido o cuidado da Presidência. Nós estamos procurando agir com absoluta correção.

Relativamente ao conhecimento dos documentos, é prática da CPMI que os documentos fiquem armazenados sob guarda da Secretaria e os Parlamentares que desejarem acessá-los poderão, a qualquer momento, procurar a Secretaria da Comissão.

Em determinado momento, eu tive a preocupação, inclusive, de preparar um relatório e encaminhá-lo sigilosamente aos Parlamentares, e fui mal compreendido. Veja, Deputado Jamil Murad, a nossa preocupação: que todos os integrantes da CPI pudessem ter acesso às informações consideradas sigilosas, que esteja na posse dela. Queremos, sim, que todos os Parlamentares possam tomar conhecimento de todas as informações.

O Deputado Onyx Lorenzoni havia solicitado a palavra para fazer um requerimento.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer um requerimento oral, cujo texto está sendo preparado pela

assessoria. Encaminharei formalmente, mas cumprirei o rito regimental.

Fiquei muito impressionado quando tive acesso a informações de que os bancos liberaram valores vultosos com cheque ao portador, embora haja instruções normativas que impedem que isso ocorra. Portanto, estou levantando as agências do Bradesco, onde a Anca e a Concrab tinham conta, do Brasil do Brasil e outras, e vou solicitar a convocação para esta CPMI dos gerentes dessas agências.

No setor público brasileiro ou na área bancária brasileira ocorrem coisas curiosas. Há uma norma que tem o objetivo de proteger o fluxo financeiro no País, mas, porque é a Anca, a Concrab ou outro correntista de grande expressão, essa regra tem dois pesos e duas medidas. Vale para aquele que é assalariado, mas não vale para aquele que tem muito dinheiro. E a Anca e a Concrab se valeram da omissão dos gerentes e da conivência dos bancos para, no meu entendimento, na minha opinião – quero resguardar que sou eu quem estou dizendo isso ao fazer uso da faculdade parlamentar que tenho -, para desviar recursos públicos. Se o gerente concorreu por ação ou por omissão também tem que ser responsabilizado, até para que isso servirá de alerta para todos aqueles que operam nesta área que situações semelhantes podem se repetir.

Encaminharei o requerimento formalmente à Comissão, mas queria apresentar oralmente a proposta de convocação desses gerentes para que tenhamos clareza de por que houve essa liberalidade para com operações que se repetiram através dos meses e dos anos de maneira reiterada a ponto de construir esse volume significativo que beira valores, somados das duas entidades, maiores do que R$ 1 milhão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Antes de concluir, queremos convidar os Srs. Parlamentares para reunião na próxima segunda-feira, dia 30, na cidade de Fortaleza, na terra do nosso Relator, Deputado João Alfredo.

Portanto, durante todo o dia de segunda-feira, estaremos trabalhando em Fortaleza. Inicialmente, realizaremos audiências públicas e, ao final do dia, faremos visita a uma localidade próxima à cidade de Fortaleza.

Queremos solicitar mais uma vez ao Delegado de Polícia, Dr. Gustavo, que tome as providências para um alerta importante aos convocados para deporem na próxima quarta-feira. Se não ocorrer o comparecimento espontâneo, já estamos determinando – é uma prerrogativa da Presidência da Comissão – à Polícia Federal que tome as providências para que, no dia seguinte, no dia 2, sejam conduzidos, por força policial, para prestarem depoimento a esta Comissão. Estou fazendo essa advertência, mas certamente não haverá necessidade disso – é o que desejamos –, especialmente em relação aos três ex-funcionários porque creio que o depoimento deles é importante até para sua própria defesa, motivo por que certamente não se recusarão a comparecer espontaneamente. Mas se eventualmente um dos convocados se recusar a comparecer, seremos obrigados a usar o que a legislação nos possibilita, para já no dia 2, portanto, o dia seguinte, teremos uma reunião convocada para ouvir o Ministro das Cidades. Certamente teremos tempo, sim, para ouvir mais alguém que não compareceu no dia 1º.

Muito obrigado, Deputado João Alfredo.

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Sr. Presidente, pedi a palavra, pela ordem, para, nessa oportunidade, encaminhar a V. Exª requerimento, solicitando transferência para os sigilos bancário e fiscal da Sociedade Editorial Brasil de Fato, por existir razões suficientes para tal, já que há indícios de superfaturamento.

Portanto, encaminho à Mesa esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – A Mesa recolhe o requerimento de V. Exª, e o submeterá quando houver o quórum regimental.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Sr. Presidente, tem que haver a fundamentação, porque...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Sim, no momento da deliberação...

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – A CPMI é para investigar violência no campo e, agora, S. Exª quer quebrar sigilo bancário de revista.

O SR. ALBERTO FRAGA (PMDB – DF) – Sr. Presidente, eu poderia me justificar?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – S. Exª apenas quis nos poupar, porque a justificativa existe.

O SR. ALBRETO FRAGA (PMDB – DF) – Exatamente.

Talvez o Deputado Jamil Murad queira, então, ouvir o que diz aqui.

Durante as análises a que se procedeu sobre o sigilo bancário da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, a Concrab, verificou-se que essa entidade emitiu, em favor de Edmilson José de Pinho, 15 cheques, num montante de R$112.891, no período de janeiro de 1998 a abril de 2004.

Verificou-se ainda que Edmilson José de Pinho sacou, na boca do caixa, cerca de 30% dos cheques ao portador emitidos pela Concrab. O total de cheques ao portador emitidos no período foi de R$691 mil.

Em pesquisa na Internet – aqui consta o endereço da empresa –, verificou-se que Edmilson José de Pinho é encarregado, hoje, do Departamento de Distribuição da Sociedade Editorial Brasil de Fato, a editora do MST. Essa editora é encarregada de dar publicidade aos atos do MST, bem como aos artigos e editoriais produzidos pelos dirigentes do MST, conforme mostra a composição dos seus conselhos político e editorial, aos quais pertencem os Srs. Plínio de Arruda Sampaio e João Pedro Stédile.

Por fim, vale dar mais divulgação à seguinte notícia veiculada na Internet, cuja veracidade foi amplamente comprovada pela assessoria; Jogo de cena (é o título). Ainda o MST. O domínio do MST na Internet está registrado em nome da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA), com sede em São Paulo, cujo CNPJ consta de inúmeras autuações do Instituto Ambiental do Paraná. A Anca também, proprietária do domínio Brasil de Fato, trouxe para o Conselho do *site* algumas notórias figuras do PT, inclusive da ala palaciana do Partido. Entre eles, Frei Betto, Nilmário Miranda e Luiz Eduardo Greenhalgh. Ora, se pessoas da confiança do Presidente Lula são escancaradamente coniventes com atitudes ilícitas do MST, difícil é imaginar algum tipo de punição aos dirigentes do movimento. Em um País menos irresponsável, esses senhores, que continuamente fazem do brado pela igualdade social uma bandeira hasteada no mastro do engodo, estariam atrás das grades.

Por todo o exposto, e dando seguimento às investigações capitaneadas por esta CPMI, solicito a aprovação do presente requerimento.

Essa é a justificativa. Se não for suficiente, pelo menos mais teremos uma meia hora para discuti-la.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Sei que V. Exª está encerrando a reunião, mas...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Democraticamente, eu a concedo a V. Exª, pela ordem.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Quero dizer que não concordo com nada que disse o Deputado Alberto Fraga. S. Exª vai fazendo ilações, inclusive envolvendo o Presidente Lula, que não tem absolutamente nada com esse processo. S. Exª cita o Frei Betto, que nem trabalha mais com o Presidente Lula. O que vemos é que a CPMI precisa seguir rigorosamente o Regimento, porque fora disso fica esse samba do crioulo doido, em que o sujeito, de maneira oportuna, tenta atirar em todos aqueles que são seu alvo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Muito obrigado, Deputado Jamil Murad. Certamente, ao final, chegaremos à elucidação de todas as dúvidas daqueles que integram esta CPMI sobre a existência ou não de corrupção.

Quero fazer uma correção. Referi-me ao Delegado da Polícia Federal como o Dr. Gustavo, que, na verdade, é Dr. Rômulo. S. Sª já está informado de todas as providências para a convocação dos depoentes. Já assinamos essa convocação, que será entregue pessoalmente aos depoentes, com o aviso de que se não comparecerem espontaneamente no dia 1º, comparecerão à força no dia 2.

Para encerrar, concedo a palavra ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, eu só gostaria de aqui parabenizar a assessoria desta Comissão. Esses jovens deram uma verdadeira aula de competência ao fazerem uma pesquisa extremamente difícil. Conseguiram fazer com que viessem os fatos que estamos hoje em condições de apurar.

Parabéns a toda a assessoria desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Avalizamos as palavras do Deputado Abelardo Lupion.

Já conhecemos esta assessoria, porque presidimos a CPI do Futebol. O trabalho da Assessoria é coordenado por André Eduardo, que foi excepcional, superando todas as expectativas e produzindo um resultado extremamente importante para a mudança do conceito de administração do futebol no nosso País. Certamente, chegaremos ao final desta CPMI também com o mesmo resultado.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h21min.)

Ata da 38ª Reunião, realizada em 30 de maio de 2005 – Audiência Pública em Fortaleza/CE.

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, às onze horas e cinco minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças da Senadora Ana Júlia Carepa e o Deputado João Alfredo Relator, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras,

áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)", ainda presentes o Deputado Marcos Cals, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e os Deputados Estaduais Íris Tavares e José Maria Pimenta Lima. A Presidência inicialmente agradeceu ao Deputado Marcos por ter cedido o espaço do Plenário da Assembléia para o funcionamento da presente reunião, inclusive cedeu a palavra ao Presidente da Assembléia que em rápidas palavras deu as boas vindas aos membros da Comissão, informando que ASLEC acaba de ganhar uma TV a cabo para a transmissão dos trabalhos da mesma, sendo inclusive a pioneira a lançar este tipo de trabalho no Brasil. A Presidência informa que a presente reunião tem por finalidade ouvir os seguintes expositores PADRE VILECI BASÍLIO VIDAL – Representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Ceará, JOSÉ RAMOS TORRES DE MELLO FILHO – Representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC), JOSENILDO SILVA SOUZA – Representante da Direção Estadual do Movimento Sem Terra (MST), ANTÔNIA ALVES DE SOUZA (DITA) – Representante da Direção Estadual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Ceará FETRAECE, EDUARDO MARTINS BARBOSA – Superintendente Regional do INCRA no Ceará, convidando os expositores para tomarem assentos à Mesa de Trabalhos. Após, a Presidência concedeu a palavra ao Padre Vileci, para iniciar sua exposição. Ato continuo, a Presidência concedeu a palavra ao senhor José Ramos que passou também a fazer o seu relato. E seguida, foi a vez do senhor Josenildo Souza que relatou sobre fatos acontecidos aos Sem Terras no Estado do Ceará. Prosseguindo, falou a senhora Antonia de Souza – Dita, que fez várias denuncias como Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Finalmente foi ouvido o senhor Eduardo Martins Barbosa do INCRA. Todos os expositores foram questionados pelos parlamentares presentes e, também, os mesmos forneceram vários documentos para serem autuados e analisados pelos assessores da CPMI. Ainda vale registrar que a Comissão, em Fortaleza, visitou a Aldeia dos Índios Tapebas no Município de Caucaia. Na oportunidade, foi realizada uma reunião em que foram ouvidos os senhores Fernando Marciano Santos, Representante da Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas do Ceará (CODICE) e Jefferson Souza da Silva, Representante do Fórum da Zona Costeira, o senhor Petrônio Machado Cavalcanti Filho, Coordenador Regional da Funai no Ceará, tendo os mesmos também entregue a Comissão farta documentação. Antes de encerrar a reunião, o senhor Presidente passou a palavra ao Índio Dourado, bem como a Deputada Estadual Íris Tavares que foi a autora do convite para que a CPMI visitasse o Ceará. A Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, Francisco Nauri-des Barros, Secretário Eventual da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Estamos iniciando mais uma reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra. Hoje Estamos em Capoã Caucaia, na aldeia dos Tapebas, e vamos ouvir três depoimentos com a presença do Deputado João Alfredo, Relator desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, um deputado cearense que tem essa missão importante de apresentar ao final um relatório com o diagnóstico da realidade fundiária do nosso País.

Está conosco também a Senadora Ana Júlia, do Estado do Pará, que acompanha esta Comissão Parlamentar de Inquérito para ouvir nesta localidade, no Estado do Ceará, o Sr. Fernando Marciano dos Santos que representa a coordenação das organizações dos povos indígenas, o Jefferson Souza da silva que é representante da Zona Costeira e o Petrônio Machado Cavalcanti Filho, que é administrador da Funai.

Vamos convidar os três depoentes do dia de hoje para que tomem assento à Mesa.

Vamos ouvir primeiramente os três e depois as indagações que porventura o relator e a Senadora Ana Júlia entenderem necessárias para os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vamos começar com a palavra do Fernando Marciano dos Santos.

Inicialmente ele poderá fazer sua exposição falando o que acha importante dizer neste momento, e depois então passaremos às indagações.

Com a palavra, primeiramente, o Fernando.

O Fernando, repito, é o representante da Coordenação das organizações dos povos indígenas.

O SR. FERNANDO MARCIANO DOS SANTOS – Bom dia à Mesa e aos nossos parentes, aos companheiros que nos apóiam nesta caminhada, nessa luta tão difícil que estamos trazendo aqui ao Estado do Ceará.

Sou o Fernando Marciano Santos, da Coordenação das organizações dos povos indígenas do Ceará, sou da etnia Tremembé de Almofala.

A COPIS, Coordenação das Organizações dos povos indígenas no estado do Ceará vem desde ju-

nho de 2003, representando os povos indígenas neste Estado.

A luta pela terra indígena no Ceará é antiga, data dos anos 70 sem falarmos nos séculos de resistência dos nossos povos.

Quando essas terras foram invadidas e saqueadas foram mortas a maior parte dos povos indígenas que aqui vivem e viviam 42 etnias hoje no Ceará.

Perdemos nossas línguas e muitos dos nossos costumes e tradições.

Dos anos 70 para cá, somos quatorze povos e cerca de trinta mil indígenas. Outros povos ainda se encontram escondidos, mascarados, como caboclos e pescadores porque não acreditam no resultado da nossa luta.

Nesses anos, somente uma etnia indígena no Ceará tem sua terra livre, demarcada e homologada, os Tremembé, Córrego João Pereira, Itarema e Acaraú.

O que sobrou das nossas terras hoje é quase nada. São muito pequenas e mal dá para vivermos, para as nossas manifestações culturais.

Nossas terras nossas praias, rios lagoas, manguezais dunas, tem sido alvo e uma ganância sem limites, por parte, principalmente, de empresários, até do exterior, animados e reforçados pelo agronegócio, programas e projetos governamentais de produção para a exploração do turismo predatório.

Nossa maior luta é pela demarcação de nossas terras, e passa, inicialmente, pelo reconhecimento ético dos nossos povos, ainda que sejam claros e bem definidos os nossos direitos da Constituição Federal de 1988. E agora, recente, reforçada pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Mesmo assim, são mais de 25 anos de luta incessante, continuada, de todos nós, povos indígenas no Ceará, junto à Funai, junto ao Ministério Público Federal, onde tramitam mais de 50 processos, quase sempre de anulação da demarcação de nossas terras.

Contamos com inúmeros apoiadores. O descaso, a falta de vontade política e preconceito e a discriminação secular de que somos vítimas, principalmente depois da edição do Decreto de 1863, do Presidente da Assembléia Legislativa Provincial no Ceará, que determinou a extinção dos aldeamentos indígenas ainda hoje sofridos por esse Decreto, mas nós continuamos vivos.

Precisamos contar com Parlamentares sensíveis aos nossos direitos, pois, sem esse apoio, essa certeza, mesmo lutando até acima das nossas forças, das nossas condições financeiras, temos que esperar muito tempo ainda, senão morreremos antes.

Precisamos contar com políticas que favoreçam e garantam a execução dos nossos direitos, respeito à nossa diversidade cultural, a fiscalização e defesa de nossas terras por parte da Funai, principalmente, e também por parte da Justiça Federal, seja nos Estados, Estados do Recife *(inaudível)*, seja em Brasília. Quando conseguimos uma liminar não é executada, cumprida, quando pudermos, temos que obedecer.

Os empresários, os ricos nunca obedecem. Ganham mas não levam. Até quando a gente vai sofrer essas discriminações, essas invasões de terras que vem aí acontecendo e que, quando sai a favor dos ricos, a gente respeita, quando sai a nosso favor eles desobedecem e continuam construindo e invadindo?

Na área do sertão a gente tem muitas dificuldades, onde vivemos atualmente, em Crateús, Poranga, Novo Oriente, Quiterianópolis, Parambu, Ipueiras e Independência, municípios onde se localizam, atualmente, seis etnias indígenas: jucá, calabaça, cariri, potiguara, tabajara e tupinambá, todas com suas terras não identificadas, se arrastando pelo tempo, apesar das nossas cartas, nossos gritos, nossas reivindicações. Uma região de fome, de dominação política forte e de muito medo, ainda hoje.

Nossos parentes têm medo de se dizerem indígenas, de reivindicarem as suas terras tradicionais, e ainda temos a seca, que, além de tirar nossos meios de sobrevivência, nos obriga a viver pelo mundo mendigando, nos escravizando, tangidos de um lugar para outro, sem rumo certo. E quando voltamos, nossas terras estão invadidas, tomadas.

Recentemente, dois povos, tabajara e potiguara, vivendo na periferia de Crateús, não agüentando mais a violência, a fome, retomaram parte de suas terras tradicionais.

Os tabajaras retomaram parte de suas terras no Nazaro, parte do aldeamento da Serra das Melancias, em Crateús, e outro grupo em Quiterianópolis, as famílias adquiriram uma pequena parte de sua terra e se deslocaram para lá, onde vivem em extrema pobreza.

Os Potiguaras retomaram uma pequena terra da conhecida Furna do Escaboco, o aldeamento de Monteneba, em Crateús, uma terra de suas tradições mais ocupadas atualmente por famílias da região. A violência tem sido a marca da resistência enfrentada por essas famílias. No assentamento Santa Rosa, uma terra indígena vendida pelo Estado no Ceará e um grupo de famílias que exploram a terra sem morar nela. São terras em que ainda hoje prevalecem seus lugares sagrados, sítios arqueológicos, cemitérios antigos, mitos explicativos de sua história, de sua ancestralidade, precisam urgentemente da criação do GT pela Funai para estudo e levantamento antropológicos e fundiários que garantam a demarcação de suas

terras o mais breve possível, importância de esses sítios arqueológicos serem cadastrados pelo IPHAN, direito que é um bem da humanidade da história dos povos indígenas, do povo brasileiro no Ceará, o nosso patrimônio cultural.

Na área do sertão e serra, estão localizados os Canindé, em Aratuba, os Potiguara, Tabajara e Gavião, na serra das matas, em Monsenhor Tabosa e Tamboril. Todos esses povos ainda sem a regularização fundiária, apenas os Potiguara de Monsenhor Tabosa e Tamboril estão previstos, desde 2003, para entregarem um GT da Funai, até agora não efetivado.

Esses povos vivem em pequenas terras de sua tradição. Em Monsenhor Tabosa os povos pagam renda da sua lavra aos fazendeiros, em sua própria terra.

Os Canindés estão em terra adquirida há mais de cem anos, por seus antepassados, para poderem sobreviver e migraram por várias regiões do Ceará.

Esses povos insistem na necessidade de ser criado o GT para regularização de suas terras tradicionais. No litoral, na região costeira, encontram –se os povos Genipapo-Canindé, distrito do Iguape, em Aquirás; Estapebas, em Caucaia; Anacé, em Caucaia e São Gonçalo do Amarante; Tremembé, Itapipoca, Itarema e Acaraú.

As dificuldades nessa região estão relacionadas com os programas promovidos pelos governos estadual e federal.

Turismo. Uma proposta de turismo da parte da prefeitura de Aquirás, apesar da recusa das lideranças Genipapo-Canindé. Essas lideranças vivem preocupadas com a presença constante de não-índios, turistas atraídos pela beleza do lugar, que na maioria das vezes poluem as águas da Lagoa Encantada, além de incentivar os indígenas no vício de bebidas alcoólicas.

Um grave problema enfrentado por esse povo é a retirada da água dessa lagoa e o derrame de vinhoto pela Ipioca. O derrame de vinhoto produzido pela Ipioca na lagoa provoca prejuízos para o ecossistema local. A estação de bombeamento fica dentro da terra indígena. Há também a retirada de água da lagoa do Tapuia, para consumo humano pela prefeitura do Município de Pindoretama. Muitas têm sido as denúncias das lideranças sobre esse problema. A região é marcada por forte apelo turístico, inclusive com a construção de *resorts*, que significam um grande perigo para a ocupação da terra, apesar de já devidamente identificada e delimitada pela Funai.

Turismo industrial em Itapipoca, em duas aldeias indígenas: São José e Buriti, ainda não identificadas oficialmente pela Funai, apenas realizado um estudo preliminar. São originários de *(inaudível)* com a predominância de uma cidade turística internacional, um por um grupo de empresários espanhóis. Estão vivendo muitas dificuldades, que são: ausência de fiscalização por parte dos técnicos da Funai, a não-execução do cumprimento de liminar emitida por Juíza Federal no Ceará, o desmatamento e as construções continuam apesar de suspensas, a utilização de policiais pela empresa que amedrontam as famílias, os processos criminais instaurados sem fundamento contra as lideranças mais expressivas que discordam da implantação do empreendimento e não se curvam aos interesses da empresa, o clima de perseguição, inclusive com agressões físicas contra mulheres, cercamento de cacimbas onde elas lavam roupa, tomam banho, utilizam água para afazeres domésticos.

Uma ação civil pública está em andamento, promovida pela PMF, Ministério Público Federal. Na ação cautelar, conseguimos a liminar, que foi muito importante a confirmação dessa sentença no Tribunal Regional Federal no Recife, que confirmou a decisão local.

Na aldeia Batedeira, o ex-prefeito de Itarema cercou a terra, com duas lagoas dentro na área da mata. Uma ação civil pública patrocinada pelo Ministério Público Federal garantiu essa terra aos indígenas. Uma nova ação está sendo promovida por posseiro fora dessa região, apesar de o caso ter sido resolvido.

Produção para exportação, carcinicultura, entre os Tremembé. Em oito aldeias nos Municípios de Itapipoca e Itarema, empresários de fora se instalam nas terras tradicionais desse povo indígena. Especulação imobiliária, inclusive utilização e invasão de casas durante o período eleitoral, como em Caucaia e Itarema. Nesta forma, construídas cem casas sobre uma duna móvel, além do soterramento de uma lagoa em Almofala. Apesar de os Tremembé ter conseguido na Justiça Federal do Ceará uma liminar suspendendo a construção das casas ainda no início. Nada foi paralisado.

Em Caucaia, são vários bairros imensos surgidos com essas ocupações dentro de sua terra.

Implantação de um projeto de irrigação no bairro Vale Acaraú dentro da terra Tremembé da aldeia Queimadas, onde os indígenas vivem momento de grande apreensão com a última decisão judicial determinando o prazo de 60 dias para a direção do DNOCS se pronunciar sobre a comunidade ou na ação (*inaudível*) de reintegração de posse. Esse prazo terminou no sábado, anteontem. Não sabemos o que poderá acontecer.

A Funai requereu a extinção do processo em andamento sem julgamento do mérito ou a reconsideração da decisão do DNOCS. Há propostas junto ao Procurador-Chefe da Funai em Brasília para o presente processo ser apreciado pela Câmara de Conciliação e Julgamento da AGU.

É urgente urgentíssimo que sejam tomadas as medidas cabíveis que garantam a execução dos estudos e levantamentos fundiários pela Funai, necessário para a garantia da terra tradicional das famílias Tremembé nessa aldeia, como também os acertos em nível de Justiça Federal, DNOCS, no Ceará, e AGU, em Brasília.

A empresa Ducoco Agrícola S.A., invasora da terra de Tremembé de Almofala, desde 79, com monocultura de plantio do coco da praia, a partir de 28 de abril passado, fechou com cadeados as cancelas, cercou todos os caminhos tradicionais por onde circulam as famílias.

Os anacés, que vivem na região do Pecém, no Município de São Gonçalo do Amarante, estão enfrentando a implantação do porto, com graves conseqüências como a perda da terra e de seus anciãos, que, não suportando ver essa dolorosa realidade, faleceram.

Região metropolitana de Fortaleza. Os potiguaras de Paupina, um pequeno grupo familiar, vivem há mais de 100 anos nessas terras em Messejana. Há uns 30 anos, uma empresária tenta expulsá-los. O Ministério Público Federal conseguiu transferir o processo judicial que tramitava no fórum estadual para a Justiça Federal. Essas são nossas grandes dificuldades. Também temos muitas outras também e estamos apelando para que a Comissão tente resolver esses nossos casos, que são muito cruéis para nós. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado ao Fernando pela exposição. Repito que o Fernando falou em nome da coordenação das organizações dos povos indígenas.

Vamos passar a palavra ao Jefferson Souza da Silva, representante do Fórum da Zona Costeira, e, posteriormente, ao administrador da Funai.

O SR. JEFFERSON SOUZA DA SILVA – Obrigado. Bom dia a todos. Bom dia, Senador, João e Srª Senadora. O Fórum de Defesa da Zona Costeira representa em torno de 25 entidades entre associações de moradores, ONGs e pessoas ligadas às universidades, portanto, a universidade Federal do Ceará, como estadual, e discute as questões referentes ao desenvolvimento da zona costeira e aos impactos socioambientais que isso provoca nas comunidades tradicionais. Já temos promovido alguns estudos e algumas manifestações públicas, questionando essas dificuldades por que passa a zona costeira e vimos aqui tentar contribuir com a CPMI, para que ela tenha sucesso e inclusive proponha alguns resultados e algumas ações concretas para dar solução aos graves lemas que essas populações estão vivendo hoje.

Se formos um pouco na história, lembramos que a ocupação na zona costeira do Nordeste foi baseada basicamente em duas atividades fundamentais, que é a agricultura e a pecuária.

Portanto, terra em zona costeira, ou seja em torno de 20km em direção ao mar, não valia nada, porque não dava para plantar, não é? E a nossa economia foi toda baseada na agricultura e na pecuária. Para essas terras se deslocaram, ao longo da história, além dos índios, que originalmente são os donos dessas terras, a maioria dos negros, fugindo da violência dos senhores de engenho, dos seus feitores, e as populações pobres. Isso foi assim durante séculos.

Com o advento da estruturação do desenvolvimento do turismo, já a partir da década de sessenta, setenta, começa a haver uma nova significação e a se valorizar novamente esse espaço da zona costeira, em especial os espaços de praia, e se começa uma competição - na verdade, uma competição, não; começa assim uma predação de vários especuladores imobiliários e empresas turísticas em direção a esses espaços. Somando-se a isso, mais recentemente, também ocupam esse espaço, e o transformam de uma forma muito agressiva, as empresas de criação de camarão em cativeiro, ou seja, as empresas de carcinicultura.

Aqui, somente para fazer um panorama geral da quantidade de conflitos que nós temos na zona costeira, listamos aqui, para citar um por município, dezoito conflitos, ou seja, que ou já foram resolvidos de alguma forma ou já estão na justiça, ou estão mais vivos hoje.

Começamos por Redonda, em Capuí, um conflito que envolve inclusive terras do assentamento Redonda, com relação ao Incra. E felizmente isso está parcialmente resolvido Eu acredito que está, pois teve provado que a terra grilada era do Estado e, portanto, era terra de assentamento; temos conflitos também em Canto Verde, Beberibe, com relação a uma comunidade que, há 23 anos, luta na justiça contra um empreendimento imobiliário; Em Cascavel, nós temos o Balbino; o Batoque também em (*inaudível*) Aquirais, que também tem grutas históricas e conseguiram vitórias parciais contra grileiros. Aqui nós temos a comunidade de Tabepa, tanto com a questão da terra como a questão da luta contra a carcinicultura. A questão da expulsão das famílias de Cumbuco também, que é outra questão fundamental; São Gonçalo do Amarante também. O próprio Estado, na verdade, construiu o conflito com a construção do Complexo Industrial Portuário do Pecém, que deslocou muitas pessoas com indenizações irrisórias, produzindo aí um grande impacto sócio-ambiental por cima dessas comunidades. A comunidade de Paracuru, que é outro conflito com grileiros também; a comunidade da Barra, que hoje é Riacho Doce. Na verdade, uma grande favela

que se forma do Paracuru, decorrente desse conflito, e foram expulsos das suas casas na beira da praia; a questão do Trairi, que é outro Município aqui, do Litoral Oeste, que também tem uma grande ocupação na área de dunas; a área de preservação permanente; Itapipoca, temos aí o grupo indígena dos Tremembé de São José, Buriti e também a comunidade de Maceió, que também é um assentamento da reforma agrária do Incra; a Montada, em Caetanos, que também é um assentamento; Itarema, onde também temos conflito na área indígena com relação à carcinicultura e ao turismo, e Acaraú também, onde também a carcinicultura aparece como o grande vetor de transformação e de construção desses impactos; Cruz, no Preá; Camuci; quase o último Município no litoral Oeste do Estado, temos Tatajuba e Maceió, também com conflitos imobiliários com empresas.

Isso só para fazer uma lista rápida, sem entrar no detalhamento. A grande maioria dessas terras em conflito tem um interesse fundamental para esta CPI, pois ou são em terras da União ou em seus acrescidos. E começa aí essa discussão, principalmente no extremo oeste do Estado, porque no Município de Camocim ele tem exemplos claros disso.

Uma outra coisa fundamental é que a estratégia dos grileiros é a mesma. Eles compram glebas de terra, pedaços de terra há alguns quilômetros longe do litoral e fazem ratificação de área. Isso está registrado em vários processos judiciais, em vários pedidos de ação anulatória, na verdade, e está causando para as populações costeiras e tradicionais grandes dificuldades.

Eu queria me deter, porque não temos muito tempo. Eu não vou me deter a todos esses casos, mas a quatro ou na verdade a cinco casos que consideramos, no fórum de defesa, como prioridade dentro desse panorama geral. O primeiro que eu vou tentar relatar é o caso da Prainha do Canto Verde, que fica no litoral leste do Estado do Ceará, Município de Beberibe. A luta ali dura 23 anos, desde 1979, quando um senhor chamado Antônio Sales Magalhães ingressou com ação de usucapião da área da comunidade. A esse processo a comunidade resistiu, entrou na Justiça e conseguiu barrar o processo de expulsão.

Um detalhe nesse processo é que no usucapião diz que não existia nenhuma construção na comunidade, mas nesse mesmo período já havia escola, ou seja, os registros da escola são mais antigos do que o registro de usucapião daquele senhor. Isso deu base para sustentar a ação anulatória desse usucapião. Nós e a comunidade já conseguimos vencer na Justiça de Beberibe, no Tribunal de Justiça do Estado e agora o que se diz dono das terras, a Imobiliária Henrique Jorge, recorre ao Supremo Tribunal Federal. Mais ou menos há três anos nós não temos notícia desse caso. O pedido que fazemos à CPMI é da verificação de como está esse caso, já que está comprovadamente nos autos que esse usucapião é irregular e tem vícios jurídicos?

A comunidade da Prainha do Canto Verde é uma das que mais luta, das que tem mais visibilidade nas suas lutas e que vive pressões extremas. Tivemos violência física, espancamentos, queimas de casa; tivemos lutas, inclusive derrubadas de cerca e prisões irregulares por conta de alguns policiais. Eu vou entregar todo esse dossiê para a Comissão. Está tudo escrito aqui. Não dá tempo de falar tudo, na verdade. Peço para V. Exªs olharem depois.

O segundo conflito que achamos fundamental é um que se dá aqui em Itapipoca. Inclusive, tem representação do pessoal de Itapipoca. É um assentamento do Incra que está em torno de 5.844 hectares e tem 660 famílias. É outro caso curioso também de anulação de usucapião. A comunidade já tem também ações anulatórias contra esse usucapião e curiosamente, por exemplo, o Incra fez aquele assentamento, o Assentamento Maceió e o Assentamento Sabiaguaba, um vizinho ao outro. Na época que foi feito o usucapião não existia terreno remanescente entre o assentamento e o mar, porque era, na verdade, considerado terreno da União e não precisava, uma vez que o assentamento foi construído muito na perspectiva de plantar e criar gado. Essa visão de desenvolvimento do turismo e de usar aquela faixa de praia como principal exploração não se tinha. Era um espaço público. Sempre foi considerado espaço de uso comum e portanto a população nem sequer fez questão de demarcar inclusive com ocupações humanas, a não ser as barracas de pescadores, que existem ali há mais de três décadas.

No caso, o senhor chamado Júlio Trindade aparece com uma documentação, dessa faixa de praia, entre a praia e o assentamento, e com a documentação, colocando que a posse é dela. Isso também está com uma ação anulatória na justiça, mas um pedido que fazemos à CPI, na verdade, é uma perícia – não sei se do Ministério Público ou de alguma instituição governamental – para ver a cadeia dominial desses terrenos.

Muitos desses conflitos se resolvem com uma boa perícia de cadeia dominial. Por conta dos erros jurídicos, identificamos, e esses conflitos se diluiriam com essa perspectiva.

Essas comunidades também já têm os conflitos. Já estão relatadas, inclusive, no dossiê que me foi entregue, de cujas audiências públicas já participamos, promovidas pelo Deputado Federal João Alfredo, com relação à violência física. Temos alguns agravantes

nessa comunidade de que a Polícia Militar ficou de plantão, em alguns momentos, dentro do terreno do grileiro, a serviço da coerção física da população, que se sentiu indignada e não queria a ocupação do seu espaço.

Também temos irregularidades na perspectiva do licenciamento do empreendimento. Lá, ele foi colocado na (*inaudível*) como uma casa de veraneio. No entanto, é fácil olhar no *site* do Grupo Pirata, na verdade, do Pirata Júlio Trindade, para vermos que a propaganda colocada é de um grande empreendimento no valor de 12 milhões de dólares. Ou seja, o licenciamento está equivocado. Na verdade, há vícios nesse licenciamento.

Outra coisa fundamental é que, na sua grande maioria, se trata de área de preservação permanente. Mesmo se fosse ele o legítimo proprietário da terra, coisa que a comunidade ainda acredita que não é, e os advogados também não acreditam que não o seja, não poderia construir nesse espaço de dono da comunidade. Há dunas reliquiárias, que são únicas, raras, nessa paisagem em que vivemos.

Outro terceiro caso também que nos chama a atenção e requer uma ação imediata é o caso de Tatajuba (*inaudível*) e Camuci (*inaudível*). É a mesma estratégia usada, com relação à união das matrículas. Uma empresa chamada Vitória Régia aparece em 1993 com uma documentação, dizendo que é dona de toda a comunidade de Tatajuba. Simplesmente a comunidade nunca ouviu falar dessa documentação da empresa, que foi comprada do Sr. Antonio Salles Magalhães ou do João Salles.

Aí essa empresa chega, dizendo-se dona da terra e que vai legalizar a posse da comunidade, nos terrenos que já são construídos, e a comunidade questiona isso de novo na Justiça e constrói o seu processo de resistência, também com muita violência física, com conflito e representação da empresa etc.

Esses processos estão na justiça. Há um agravante que, como é área da União, inclusive já constatado em laudo pericial do Ibama, esse processo deveria estar correndo na Justiça Federal, mas está correndo na Justiça Comum do Estado do Ceará, inclusive o advogado já pede isso. Há três anos, não temos nenhuma justificativa, porque esse processo não foi para a Justiça Federal. Nem se apresenta uma justificativa real do Juiz da Comarca por que esse processo não sai de lá.

É fundamental, porque, inclusive, existem laudos do Ibama, de vários professores da Universidade, contestando essa área de que a empresa se diz dona, na verdade, em que a comunidade é a legítima dona, como uma área de 95% dela, área de preservação permanente, em que não é possível a exploração de grandes empreendimentos, a não ser para o uso do grande extrativista e o uso comum da grande coletividade.

Em Tatajuba, hoje, também, talvez seria diluído esse conflito com uma boa perícia de confiança, uma perícia séria com relação a um estudo de cadeia dominial de Tatajuba.

Outro caso também que recebemos – estamos aqui representando várias entidades, portanto eles denunciam e dão documentação pra gente – é Maceió, em Camocim. Maceió, em Camocim, vem passando por uma verdadeira invasão de portugueses, italianos e espanhóis. Na verdade, é em Camocim como um todo. A mina de ouro, na verdade, para se ter uma idéia, é a praia mais vendida de Jericoacoara. Quando você chega a Jericoacoara, se você diz que quer fazer um passeio numa praia bonita, eles vão lhe oferecer Tatajuba. Inclusive vendendo, muitas vezes, como Jericoacoara.

E é uma região lindíssima, uma comunidade que tem 77 famílias, que ocuparam aquela área há décadas e agora estão ameaçadas, a todo momento, por uma empresa, um grupo chamado Grupo Marília. Esse Grupo comprou essa propriedade do Sr. João Sales e diz agora que quer a reintegração de posse dessa área toda. E tem muita pressão física, de novo, várias ações na Justiça, tentando dar cabo a isso. E a ameaça fundamental hoje é que as casas usadas nas faixas de praia, dos pescadores, eles são coibidos, por exemplo, pela Semace. A Semace vai lá, que é a Secretaria Estadual do Meio-Ambiente do Estado do Ceará, tenta intimidar, diz que a casa não pode ser lá. Mas, outras casas na mesma linha de praia não são perturbadas, porque são de pessoas que têm posses e que tem dinheiro, que moram em Fortaleza e que são parentes de pessoas importantes do Município, etc.

Inclusive, de novo, um pedido de usucapião, um usucapião em terra sem nenhum tipo de benfeitoria que, de novo, tem indícios de vícios jurídicos, por conta de que a população não reconhece. Primeiro, essa posse desse cidadão; segundo, ninguém conhece nenhuma benfeitoria na área em que o usucapião foi pedido. Então, de novo, uma perícia para proteger essa comunidade é fundamental. A comunidade me passou um dossiê com fotos inclusive que dá para comprovar essa questão de porquê um conjunto de pessoas da comunidade é reprimido e outro conjunto não é, já que todos eles ocupam áreas de preservação permanente e todos eles ocupam terrenos da União e seus acrescidos.

Então, isso é que temos a relatar. E, para terminar, um conflito também que teríamos que nos ater

um pouco é sobre a questão da carcinicultura. O Fernando coloca essa questão da carcinicultura como questão fundamental, porque, para as populações tradicionais, a ocupação desordenada desses espaços de área de manguezal é destruir a própria vida. A maioria dessas comunidades vive ou se relaciona diretamente com os manguezais. O manguezal é o grande berçário, e quase todos os animais aquáticos da plataforma continental tem alguma relação com esse ambiente ou para se reproduzir, ou para se acasalar, ou para comer. E, você destruindo esses ambientes, da forma como está sendo colocada a carcinicultura no Nordeste, especialmente no Ceará, é acabar com a vida tradicional e a política de "lençol curto", é criar um emprego e destruir dois. Com um lençol curto você cobre a cabeça e descobre os pés; cobre os pés de descobre a cabeça. É a mesma coisa da política da carcinicultura e a política de turismo no nosso Estado, na verdade. Porque você isolar e privatizar áreas que eram públicas, expulsando comunidades tradicionais, constrangendo pessoas, promovendo conflitos físicos e psicológicos, a gente começa a achar que esses grandes números que colocam na televisão de que o Estado do Ceará é o maior produtor de camarão do Brasil ou o segundo maior produtor de camarão do Brasil; estamos trazendo vários bilhões de dólares para o Ceará para investimentos em turismo. O Ceará, como o nosso Secretário de Turismo fala, o Sr. Alan Aguiar coloca que o Ceará tem terras baratas e disponíveis para os investidores estrangeiros. Baratas para quem e sob qual patamar, na verdade. Na minha opinião e na opinião dos *(inaudível)* não é barata coisa nenhuma, tem um custo caro, e é o custo na verdade da qualidade de vida das comunidades tradicionais, é o custo desses conflitos e é o custo do constrangimento, é o custo na verdade da qualidade de vida desse povo aí. Essa é a fala que a gente faz, a gente está aqui disposto a alguns esclarecimentos que sejam possíveis e acho que a CPI deveria na verdade investigar com maior profundidade fundamentalmente esses casos que estão em área de terreno da União. Se for possível, João Alfredo e Senador Alvaro Dias, fazer uma perícia mais aprofundada, com estudos de cadeia dominial desses espaços que estão hoje em conflito e que são sérios e envolvem milhares de pessoas.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Jefferson. Pedimos à Secretaria a autuação dos relatórios, esses relatórios serão estudados pela Assessoria desta Comissão.

Registro a presença da Deputada Íris Tavares, que é presidente da comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Ceará e quem solicitou esta audiência pública.

Antes de passar a palavra ao administrador da Funai, o Petrônio, gostaria, principalmente em respeito às pessoas que nos recebem aqui, os representantes dos povos indígenas, sobretudo os representantes dos Tapebas e dos Tremembés que estão presentes, que estão localizados próximos dessa região do Município de Caucaia, queremos dizer que a nossa presença aqui não tem por objetivo vender nenhuma falsa e exagerada expectativa. Todos sabem que uma Comissão Parlamentar de Inquérito não tem o poder da execução, ou seja, não temos instrumentos para resolver os problemas. Mas vimos conhecer com maior profundidade todos os problemas que afetam as comunidades indígenas do Ceará, vimos saber os conflitos de interesse existentes, como conseqüência da não-demarcação das áreas indígenas, como conseqüência do turismo predatório, da exploração imobiliária, enfim, vimos buscar todas as informações, as sugestões das pessoas que se estão pronunciando aqui para que esta Comissão possa levar as autoridades responsáveis pelas decisões. Ou seja, pela execução, pela solução dos problemas, pela superação de todos os impasses, enfim, pela garantia dos direitos das pessoas, direitos esses adquiridos historicamente, pessoas que aqui vivem e que não podem ser simplesmente enxotadas, tendo os seus direitos absolutamente subtraídos.

Então, este é o objetivo desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Convocar à responsabilidade a autoridade que tem o poder de decidir, na esfera do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. É evidente que o Deputado João Alfredo é profundo conhecedor dos problemas do Ceará, já é representante deste estado, um brilhante e importante representante do Ceará no Congresso Nacional, tem já levado os problemas existentes, mas traz os seus colegas do Congresso exatamente para, numa parceria e numa ação solidária, fortalecer a sua luta em favor desta região e das pessoas que aqui vivem. Certamente vamos apresentar um relatório. O Deputado João Alfredo vai elaborar com sugestões às autoridades governamentais para quem sabe contribuir a fim de que os problemas possam ser realmente solucionados.

Vamos ouvir agora aquele que é um representante da área governamental, que é o administrador da Funai, Petrônio Machado Cavalcanti Filho.

Com a palavra, então, o Petrônio.

O SR. PETRÔNIO MACHADO CAVALCANTI FILHO – Exmº Senador, Senadora, Deputado e Deputada, Lideranças Indígenas, Senhoras e Senhores, é bastante oportuno que nós coloquemos aqui que esses maus tratos que os índios do Ceará têm sofrido

até hoje eles advenham da interpretação da própria legislação, a começar, em 1757, quando a Lei Pombalina proibiu os índios do litoral, principalmente por onde começou a colonização, de falarem sua própria língua. A partir daí, com a Lei de Terras, em 1850, a Província do Ceará decretou a extinção dos aldeamentos, como Fernando colocou aqui. Em 1863, que foi outra grande agressão e fez com que os índios se dispersassem e deixassem forçados as suas terras tradicionais. A Lei nº 6.001, de 1973, que é o Estatuto do Índio, estabeleceu cinco anos para que todas as terras indígenas fossem demarcadas, não aconteceu; a Constituição de 1988 também pediu cinco anos para que todas as terras indígenas fossem demarcadas, e hoje, das 604 terras indígenas no Brasil, 110 ainda carecem de estudo, ainda carecem de providências, dessas quais, 15, são aqui do Estado do Ceará. Das 494 terras demarcadas e regularizadas, apenas uma neste Estado, que tem sido a nossa bandeira.

A Funai chegou tardiamente aqui, no Ceará, por conta dessas legislações que fizeram valer aqui, e apenas, em 1995, criou o primeiro posto indígena, onde existem outros Estados da Federação que têm várias unidades regionais, vários postos indígenas. Aqui, no Ceará, apenas em 1995, conseguimos trazer um posto indígena que hoje está transformado em núcleo de apoio, uma unidade ainda insuficiente para as atividades, com apenas dez servidores no momento.

Quando os índios se queixam da fiscalização da Funai, eles estão cobertos de razão, mas a Funai, sem o instrumento possível para essa fiscalização, ela jamais vai funcionar porque está na lei que criou a Funai que ela tinha poder de polícia e até hoje não foi regulamentado. Nós não podemos andar armados, não temos autoridade para dar ordem de prisão a quem estar agredindo os patrimônios indígenas, precisamos recorrer à Polícia Federal, que quase sempre não tem contingente para nos suprir na hora adequada. Temos que recorrer ao Ministério Público Federal e, a partir daí, é que passamos a ter aparato da Polícia para exercermos a nossa obrigação que encurtaria essa ação se tivéssemos esse poder de polícia regulamentado.

O Governo nos atribuiu proteção dos patrimônios indígenas: patrimônio territorial, patrimônio cultural e patrimônio ambiental. O Ibama poderia fazer essa proteção do patrimônio ambiental, mas, na prática, precisa sempre da mediação da Funai toda vez que precisa atuar e não tem funcionado, pelo menos aqui, na nossa região.

O que nos atrapalha no dia-a-dia é a própria interpretação da legislação, porque, na Constituição, está escrito que temos que garantir aos índios as terras tradicionalmente ocupadas, e muitos juízes entendem que se interrompeu essa tradicional ocupação, mesmo que involuntária, pelas populações indígenas; eles entendem e interpretam que interrompeu a tradicional ocupação. Então há uma insuficiência nessa legislação porque os povos indígenas do Ceará tiveram os seus aldeamentos extintos, passaram por uma invisibilidade oficial de mais de 120 anos, onde nenhum documento nesse Estado constava essas populações, citava-se o nome dessas populações, e eles sobreviveram com sua organização social diferenciada, com o massacre da própria sociedade cearense que os discriminava – e discrimina. Hoje, nós temos dificuldade até de comprovar a etnicidade diferenciada desses povos aqui. Então, nós temos, além da questão fundiária, nós temos esse preconceito com os povos indígenas do Ceará por conta dessa política de miscigenação que aqui foi estabelecida. Essas dificuldades para serem superadas podem ser através de uma interpretação da própria legislação vigente. Nós temos apelado à Funai, tentando criar reservas indígenas aqui no Estado do Ceará porque evitaria esse embate jurídico da questão da tradicional ocupação. A Funai só pode utilizar no seu Plano Plurianual recurso para a indenização de benfeitorias de boa-fé, isso dificulta o andamento da questão fundiária aqui, no Ceará, porque todos têm receio que suas benfeitorias não sejam julgadas de boa-fé, assim como os valores vão ser insuficientes para o valor de mercado. Então, é oportuno, nós precisamos, na realidade, dar esse instrumento para que a Funai possa, efetivamente, cumprir aquilo que os índios anseiam: assistirem à demarcação de terras e a desintrusão, que é a fase que mais os interessa.

Então, nós temos aqui, inegavelmente,todas as terras com processos judiciais. Hoje, apenas este ano, nós conseguimos trazer um procurador para a Funai aqui do Ceará, nós temos certeza de que, aos poucos, nós vamos recuperar esse tempo perdido, mas essa legislação que muitos colocam como suficiente ela absolutamente não garante o retorno à terra dos índios que a perderam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos passar, agora, a palavra ao Deputado João Alfredo, que é o Relator desta Comissão, para que ele possa conduzir aí os trabalhos, no que diz respeito ao questionamento.

Então, com a palavra o Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, eu queria, em primeiro lugar, agradecer V. Exª a presença da CPMI aqui no Estado do Ceará, logicamente que foi requerida pela Deputada Íris Tavares, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, pelas organizações indígenas, pelo

Fórum da Zona Costeira, e eu acho que esses são temas que ainda precisam ser abordados pela CPMI. Saudar também Fernando Tremembé, da Copice, saudar também o Dourado Tapeba, saudar o Petrônio, da Funai, o Jéferson, do Fórum da Zona Costeira e todos os povos aqui das etnias que estão presentes, organizações não governamentais que apóiam todas essas lutas.

O Presidente desta CPMI, Senador Álvaro Dias, colocou muito bem. Esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem um objetivo. Eu diria que o objetivo dela é do tempo da nossa história e do tamanho do nosso País, porque nós pretendemos levantar a situação fundiária brasileira, os conflitos que existem, os processos ligados à reforma agrária, e, fundamentalmente, que essa é a preocupação maior deste Relator, apresentar propostas e sugestões para resolver essa situação conflituosa que, vamos dizer, muitas vezes, até envergonham o Brasil lá fora.

Então, todas essas questões levantadas, denúncias, são importantes para traçar o diagnóstico e, na medida do possível, tendo em vista que a própria CPMI foi prorrogada até junho, teremos oportunidade de ir a outros Estados que ainda não estavam programados, há até um requerimento para Roraima, que é onde também se desenrola um conflito importante, que é o da demarcação da Raposa Serra do Sol, para, até lá, podermos traçar esse diagnóstico e também apresentar sugestões.

Aqui, no caso do Ceará, que é um caso que conhecemos bem, temos uma situação que foi levantada pela Jéferson, do Fórum da Zona Costeira, que é muito importante. Se nós pudermos, nós, o Poder Público, fazer um levantamento das terras de Marinha, das terras devolutas estaduais, uma vez que em grande parte do litoral nós temos problema de grilagem de terras, terras portanto que não seriam terras particulares com a situação devidamente regularizada. E também com a situação vinculada à questão das terras indígenas, nós poderíamos resolver essa questão sem despender tantos recursos do ponto de vista de desapropriação das terras, porque elas seriam basicamente arrecadadas. *(Inaudível)* dominiais a demarcação das terras da União, e na questão indígena nós trataríamos, portanto, apenas do problema ligado às indenizações das benfeitorias de boa fé e evidentemente, talvez uma questão mais grave do ponto de vista da sua repercussão financeira, social e econômica, que é o problema da chamada desintrusão. Eu penso que essa proposta, portanto, dessa perícia da cadeia dominial dessas terras é fundamental para levantar essa situação.

No entanto, antes de fazer até a pergunta, Sr. Presidente, eu penso que há uma questão levantada pelo Fernando que é uma questão de natureza emergencial. Corre na Justiça uma ação para despejar índios das queimadas do Município de Acaraú, onde o Governo Federal, através do Ministério da Integração Nacional e do Departamento de Obras contra Secas – DNOCS, fazem a implementação de um projeto de irrigação. E há um conflito – eu até explicava à Senadora Ana Júlia e depois a V. Exª, Sr. Presidente – entre dois órgãos do próprio Governo. O DNOCS, ligado ao Ministério da Integração Nacional, e a Funai, ligado ao Ministério da Justiça.

Até porque há uma solicitação para formação de um GT para fazer esse laudo antropológico e na medida em que a própria Funai já se habilitou no processo judicial, eu faria um requerimento, Sr. Presidente, no sentido que esta CPMI oficiasse ao Ministro da Integração Nacional, o Ministro Ciro Gomes, ao Diretor-Geral do DNOCS para sustar essa ação até que fosse feito o levantamento pela própria Funai.

As outras questões de alguma forma estão tramitando e, claro que há premência, mas digo que o problema do despejo é um problema mais imediato e o prazo se venceu no sábado. Então há essa preocupação muito forte em relação a isso.

E há também um dado de que algumas dessas questões remotam a 1980, como é o caso do Sabepa. O próprio Dourado passou um bilhete aqui, depois se houvesse oportunidade, já que estamos na área dele *(inaudível)* considerando que o Fernando está aqui representando e fez um belo relatório de toda a situação recuperando em todo o Estado essa situação, mas também que a gente pudesse ouvir porque essa situação se arrasta há vinte e cinco anos. Quer dizer, é verdade que tem umas áreas em que já existem até equipamentos públicos como essa em que a gente está, mas tem áreas em que eles estão imprensados – para usar uma expressão bem de cearense – entre o mangue e o rio, numa situação de extrema dificuldade.

Eu queria, portanto, fazer esta pergunta ao administrador da Funai: há casos – a gente sabe que é um processo, alguns ainda estão fazendo laudo, outros já estão um pouco mais adiantados e a gente vê isso – em que o processo está mais adiantado no Ceará, como é o caso dos Tremembé, de Almofala e região principalmente, e há o caso dos Tapeba aqui em Caucaia.

Então, eu queria que nós pudéssemos depois ouvir do representante da Funai esses dois casos, inclusive aqui dessa região, qual é a situação hoje, qual é a ação da Funai, se o problema está no âmbito do Executivo, no que se refere à assinatura, se há algum processo na Justiça; enfim, o que está barrando essa demarcação.

Acho que essa é a questão.

Quanto ao Jefferson, acho que seria importante sabermos, afora a zona costeira, porque há representação aqui de várias comunidades litorâneas, se tem havido alguma ação efetiva do Idace, Instituto de Desenvolvimento Agrário, é o instituto de terras do Ceará, no sentido da discriminação dessas terras para a arrecadação e do próprio serviço do patrimônio da União com relação à demarcação das terras de marinha.

Seriam essas as perguntas que gostaria de fazer aos dois. Seria bom anotá-las, porque acho que é essa é também (*inaudível*) a intenção do Presidente.

Ana, você havia saído, mas queria agradecer-lhe a presença. A Senadora Ana Júlia é do Pará e conhece bem de perto, tanto a situação de conflito pela posse da terra com a situação dos povos indígenas. Talvez até as pessoas se surpreendam com o fato de no Ceará haver índios. Foi muito bem explicado pelo Fernando todo o processo que houve para suprimir esses índios; ou seja, um decreto para determinar que não havia povos indígenas.

Assim, o que estamos vendo hoje aqui, de 1980 para cá, é um resgate das suas tradições, das suas danças, dos seus costumes e uma afirmação até num processo de recuperação da auto-estima. Aqui no Ceará, chamar alguém de índio até há pouco tempo, alguns ainda pensam assim, era como se fosse um apelido ruim, um xingamento. Tanto é assim que há uma expressão que diz "programa de índio"; ou seja, quando alguma coisa não é boa é um programa de índio. Há uma depreciação aí. Temos visto, nos últimos tempos, esse resgate, uma afirmação muito forte.

Para concluir, quero lembrar, antes de passar a palavra à Senadora Ana Júlia, que nesta região nós tivemos a participação importantíssima da Arquidiocese de Fortaleza, através de Dom Aloísio Lorscheider, que foi uma figura fundamental nessa luta no Ceará. Hoje ele não está mais aqui. Foi para Aparecida e é bispo emérito. Sempre que vem ao Ceará reafirma seu compromisso com essa luta pelos mais pobres, pelos povos indígenas. Ele foi um grande incentivador da luta pela demarcação das terras dos Tapebas.

Assim, queria lembrar isso aqui e fazer essa homenagem a Dom Aloísio e a tantos outros missionários e missionárias. Está aqui a Amélia, missionária da causa indígena. Ela foi recentemente homenageada pela OFC. Ela é uma pessoa que todos, no Ceará, sabem do seu compromisso e da sua luta.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, que queria fazer.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT-PA) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Deputado João Alfredo, srs. convidados, Fernando, representante das comunidades indígenas, Jefferson, do Fórum da zona costeira, sr. representante da Funai, demais representantes indígenas, Deputada Estadual Íris, sociedade do Ceará, eu disse ao João Alfredo que não poderia deixar de estar presente aqui. Além do reconhecimento pelo trabalho que o João Alfredo está fazendo, porque não é só um trabalho dele – João, não estou desmerecendo; ao contrário, estou valorizando –, esse trabalho representa, na verdade, a luta de várias pessoas, de várias entidades. Eu, que sou de um Estado com tantos conflitos, conflitos extremamente violentos e que todos devem ter conhecimento deles, não poderia deixar de estar aqui. Até porque a CPMI, como já colocou o Senador Álvaro, se não tem o papel de resolver os problemas de forma imediata, porque não é um poder executivo, mas só a sua presença num Estado já causa uma repercussão que provoca impacto no sentido de pressionar inclusive os diversos poderes que têm essas responsabilidades e as diversas esferas. Aqui, foi colocado o problema dos índios, foi colocado o problema das comunidades tradicionais, que vivem o drama da ocupação, da grilagem de terra, e eu me surpreendo um pouco, João, porque a gente sempre se surpreende com os absurdos, mas a gente vê que a história não é diferente. O problema, também, nos outros estados, da ocupação indevida das terras e das pessoas que se dizem donas. A grilagem se transformou em algo comum, hoje, no Brasil, e as pessoas têm a audácia de ainda entrar na Justiça e pedir a propriedade. E, pior, em muitos casos conseguem. Então, é fundamental a perícia. Deveria ter, na verdade, como conseqüência desta CPMI da Terra, uma CPI só de grilagem de terra neste país. Uma CPI de grilagem de terra no Brasil. Realmente, estaríamos prestando um bom serviço ao país. Nós não teríamos perguntas, acho que o Deputado João Alfredo, inclusive, já encaminhou ofícios que são importantes para essas situações emergenciais, mas acho, como conseqüência também, Deputado, *(inaudível)* ofícios para os órgãos, porque fiquei preocupada quando o Jefferson falou da... e o Fernando, um ofício que possa ajudar a contribuir para agilizar a situação dos indígenas, que era 36 mil hectares, depois passou para 18 mil e hoje só já tem 3.600 hectares, ainda. Eu só teria uma pergunta, uma dúvida. Esses três mil, seiscentos e poucos hectares são suficientes se não houver mais nenhuma ocupação? Para que a gente possa também tentar ajudar a agilizar. Se não é suficiente, temos de ter outras alternativas para a solução disso, porque senão vamos estar aqui brigando, os empresários, enfim, que estejam ocupando indevidamente vão continuar agindo. A preocupação, Senador Álvaro, é de que a gente precisa tomar uma posição, a própria CPMI, e que atitude estão tendo os órgãos de

segurança pública no cumprimento inclusive dessas ações judiciais. O Fernando diz que quando sai uma liminar que garante o direito de um empresário ou de um cidadão que ocupou a terra, que fez algum empreendimento comercial ou residencial, aí os próprios indígenas respeitam isso, mas, quando é o contrário, não acontece. Qual é a atitude? O que faz a polícia, no caso? Porque aí é uma situação de polícia. E a minha preocupação com relação ao que falou o Jefferson, porque ele falou também da ocupação da Polícia Militar, no caso, mas para defender os grileiros. Então, nesse aspecto, Senador Alvaro Dias, eu proponho que a gente pudesse oficiar esses órgãos públicos, tanto federais como estaduais, como o Instituto de Terras e a Polícia Militar, com esses cuidados, porque não pode um órgão público sair em defesa de um grileiro ou, pelo menos, esperar o final da ação para poder agir. Você não pode já tomar partido, o que mostra que, infelizmente, há um desbalanço (*inaudível*) das ações policiais, que é tão evidente. Vocês viram lá no nosso estado, mas, infelizmente, parece que também acontece em outros lugares. E só fazer um registro da importância desta CPMI, que tem sido importante para o Brasil. A presidência do Senador Alvaro Dias e a relatoria com o Deputado João Alfredo tem sido fundamentais e acho que vamos ter, ao final, um bom resultado desta CPMI, porque, como eu falo, só a presença dela já faz com que as coisas caminhem de forma mais rápida. Só queria fazer esse registro e registrar também o papel importante da nossa Igreja Católica, de que sou testemunha do quanto tem sido importante. O Dom Aloísio que eu conheço e realmente tem uma luta grande, lembrei de Dom Erwin Krautler lá em Altamira, no Pará, que era o bispo da região do Xingu e era o bispo que indicou a irmã Dorothy inclusive que fosse para aquela região, porque ela chegou lá dizendo que queria ir à região mais pobre do Estado, e ele indicou aquela região.

Então, quero fazer esse registro, porque é fundamental que a nossa Igreja, mesmo com o novo Papa continue nesse caminho muito importante ao nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia. Vamos passar a palavra ao representante do Fórum da Zona Costeira e também ao administrador da Funai, para que respondam às indagações. O Jefferson Souza da Silva e depois o Petrônio.

O SR. JEFFERSON SOUZA DA SILVA – Com relação às ações efetivas do Idace – Instituto de Terras do Estado – e o DPU, infelizmente existe muita omissão dos órgãos públicos e aí grande parte desses conflitos seriam minimizados, não haveria se existisse ação real desses órgãos. Vê-se a presença mais firme de IDACE nem Datajuba por exemplo, mas sempre, inclusive colocando que o bom era fazer um acordo entre empresa e comunidade para dividir as terras para a comunidade ficar com 20% das terras e a empresa com o restante. Essa na verdade é a postura do IDACE quando se posiciona com relação aos conflitos de terra.

Infelizmente é assim.

Acrescentando com relação à violência policial, que a Senadora Ana Júlia coloca, temos casos graves, inclusive com relação ao Curral Velho, onde o próprio delegado de polícia atirou em duas crianças, uma de 14 e outra de 15 anos, foi muito grave isso. Acho que o João Alfredo tem isso e a Deputada Íris Tavares também tem vasto material sobre isso, e também temos o caso de São José do Buriti que a polícia fica a serviço da empresa imobiliária proibindo a entrada, a passagem de pessoas que há décadas passam por esses caminhos e os caminhos são interrompidos e quando tentam passam são recebidos, na verdade, com a violência policial. Isso é um caso grave, que infelizmente se repete, não só nessas três comunidades, mas em várias comunidades do litoral do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Petrônio.

O SR. PETRÔNIO MACHADO CAVALCANTI FILHO – Aproveitando a oportunidade quero dar um informe, que hoje tem um antropólogo que está lá nos Tremembé de Queimadas (*inaudível)*, dando encaminhamentos ao trabalho da Funai. Esse prazo expirado pelo DNOCS negociamos que eles não solicitariam cumprimento até esse estudo ser concluído e o antropólogo Robson está lá neste momento.

Quanto à questão do Tremembé, o Deputado João Alfredo questionou, está dependendo do acatamento, pelo Tribunal Regional Federal, de uma perícia antropológica. Hoje depende dessa interpretação do próprio TRF.

O Tapeba a Funai decidiu fazer um reestudo, porque foi anulada a primeira delimitação, a primeira declaração da terra indígena, nós temos tentando defender o território Tapeba dentro do mapa que temos publicado *(inaudível)* disponível, mas temos conflitos de terras que hoje são reconhecidas como terras do Tapeba e não temos instrumento legal para atuar, temos tido serviços expulsos de propriedades particulares quando tentam negociar uma solução. Essa é a situação.

A Senadora Ana Júlia perguntou se as terras são suficientes. Em nenhum dos casos aqui do Ceará, todas as terras indígenas do Ceará juntas não passam de vinte e um mil hectares. Esse mapa aqui quando mostra essas terras, mas essas são áreas do municí-

pio, não são terras indígenas, as terras indígenas são míseras e poucos hectares, onde os índios não têm acesso, nesse caso do Tremembé, nem a 10% dessas terras. Hoje, eles não têm acesso a sequer 10% desses três mil e seiscentos.

Quanto à questão da polícia, temos um conflito aqui no Tapeba, que os policiais espancaram os índios, e foi motivo até de uma sessão da Comissão de Direitos Humanos, da Assembléia, aqui dentro do Tapeba, para discutir esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado. O Dourado pediu a palavra por dois minutos para apresentar algo e complementar tudo que foi dito aqui a respeito, vamos ouvir o Dourado então, Dourado Tapeba. Pode ser de pé mesmo, aí.

O SR. DOURADO TAPEBA – Bom dia a todos! Gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Federal João Alfredo, Senador Alvaro Dias, as mulheres: Senadora Ana Júlia Carepa, Íris Tavares, nossa Deputada Estadual, Petrônio, da Funai, o companheiro *(inaudível)*, e o Fernando, que está representando as organizações de índios do Ceará. Sou representante da Apoinme, que é a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, abrangendo oito Estados brasileiros, com setenta e cinco mil índios. Queria agradecer aqui a quebra do protocolo, agradecendo aqui ao Senador Alvaro Dias e ao nosso Deputado Federal, que será também nosso futuro governador do Estado do Ceará, se Deus quiser.

Queria colocar, companheiros, a questão de onde estamos hoje aqui: A questão da violência, que foi colocada, o Fernando citou vários pontos, mas a ocupação das terras que temos hoje em nossas mãos sempre foi através de retomadas, quer dizer, fomos ameaçados de morte várias vezes, a polícia sempre que retomávamos... Hoje, aqui nesta escola aqui, ela foi retomada em 1995. Isso aqui estava nas mãos dos Guimarães, e a gente, como a nossa força, a nossa organização, conseguiu realmente retomar o que é nosso de direito. Eram trinta mil hectares de terras que pertenciam ao povo Tapeba, que ia lá do Riacho (*inaudível*) até a Serra do Juá. E hoje são apenas quatro mil, seiscentos e cinqüenta e oito hectares, quer dizer, para quase seis mil índios. Então, é lógico que para reposição (*inaudível*) física e cultural, jamais essa terra vai dar. Mas pelo menos queremos que esta CPMI possa ajudar a resolver o problema desses quatro mil, seiscentos e cinqüenta e oito, para depois a gente pedir a ampliação. Isso não está só nos Tapeba, no Genipabu e no Canindé também apenas mil, setecentos e trinta hectares de terra, nos Pitaguari, quase o mesmo tanto.

Então, a nossa grande vitória hoje foi a demarcação e a homologação da terra indígena lá do córrego (*inaudível*) de João Pereira, que é o Tremembé, que fica em Acaraí e Tarena (*inaudível*).

Estou falando porque são dois minutos, é pouco. E queria dizer também que essa terra aqui já foi demarcada uma vez. A portaria declaratória foi demarcada em 1997. E o prefeito de Caucaia (*inaudível*), na época, era José Geraldo Arruda, que também é Deputado Federal do PMDB, que inclusive foi sonegador de posses aqui, que roubou a merenda escolar das crianças, ele entrou com um mandado de segurança e não sei por que esse mandado de segurança foi dado, através da 2ª Seção da 6ª Câmara, através do Sr. Miguel (*inaudível*). Consideramos isso aí grande violência contra os povos indígenas do Ceará. A terra já demarcada, e o prefeito, na época, teve o (*inaudível*) lá deles de pegar e tirar realmente o que tínhamos de direito.

Portanto, queria denunciar isso. A questão da Polícia Militar, que vive batendo aqui nos índios direto. Os índios vão presos. Vamos lá, levam quinhentos, seiscentos índios, conseguem tirar os índios de volta para cá. E quero dizer mais uma vez que temos que investigar também não é só a questão das terras não, acho que temos que investigar inclusive as organizações, porque só por aí a gente pode entender como vai ser feita a demanda dos povos indígenas. Porque a gente vê como são reconhecidos os povos. Acho que o Petrônio da Funai, a gente deve fazer uma comissão de movimento indígena para também procurar saber como é que é feita a identificação e a delimitação dessas terras, porque, como está colocado na Convenção 169 – não é preciso estudo antropológico para os índios serem reconhecidos, basta que eles sejam reconhecidos, e a comunidade os reconheçam como tal.

E queria perguntar ao Senador Alvaro Dias, à Senadora Ana Júlia e ao Deputado João Alfredo o que é que se faz com a Constituição Federal, se a gente rasga ou como vamos fazer, se vamos mudá-la. Porque na lei está dizendo que independe da terra do índio ser demarcada para que os índios possam ter usufruto exclusivo dos recursos naturais e do solo. E isso não acontece. E aí queria fazer essa pergunta, sobre o que devemos fazer com a Constituição Federal. Obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Dourado.

Estamos chegando ao final desta etapa, porque vamos prosseguir os nossos trabalhos na Assembléia Legislativa do Ceará, com audiências públicas, ouvindo novos depoimentos, registrando denúncias, recolhendo sugestões para que a CPI possa realmente contribuir.

Quanto ao que diz o Dourado, não é uma pergunta; é uma denúncia que ele faz, com a qual nós compartilhamos. Infelizmente, a Constituição do nosso País é reiteradamente rasgada em tantas atitudes de desrespeito aos direitos humanos, e nós temos que travar essa luta para que esta Constituição seja devidamente respeitada.

Queremos agradecer a presença de todos aqueles que se pronunciaram, aqueles que aqui estiveram em silêncio, ouvindo, e transmitir o nosso desejo de que a nossa vinda aqui não seja em vão e que ela possa repercutir e possa contribuir para a solução dos problemas que afligem sobretudo as comunidades indígenas aqui residentes.

Muito obrigado a todos.

Um grande abraço. Vamos continuar na Assembléia Legislativa.

(Levanta-se a reunião às 10h20min.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – a Comissão da Terra.

Quero agradecer, em nome de todos os membros desta Comissão, ao Deputado João Alfredo, Relator e brilhante representante do Ceará no Congresso Nacional e que vem realizando este trabalho com muita dedicação, entusiasmo e competência, à Senadora Ana Júlia Carepa, representante do Pará, que nos acompanha no dia de hoje, e agradecer ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, o Deputado Marcos Cals, e todos os parlamentares presentes a esta reunião pela colaboração que oferece e os nossos trabalhos possam alcançar os seus objetivos.

Inicialmente, é com satisfação que eu concedo a palavra ao Presidente desta Casa, o Deputado Marcos Cals, que dará as boas vindas a esta Comissão.

O SR. MARCOS CALS – Serei o mais breve possível mas, para agradecimento, eu confesso, Sr. Senador Alvaro Dias, Presidente da CPMI, Senadora Ana Júlia Carepa, membro da CPMI, ao Deputado João Alfredo, Relator da CPMI. Nós temos acompanhado, quase que diariamente, através da **TV Senado**, as audiências públicas que a CPMI tem promovido, nos diversos Estados do Brasil. Este Poder Legislativo se sente muito feliz em receber, neste momento, os senhores e as senhoras e eu penso que o diagnóstico e o Relatório desta CPMI irá contribuir bastante para a questão fundiária no Brasil. Este agradecimento da presença de todos – e eu sei que muitas vezes existem conflitos e interpretações diferentes e as senhoras e os senhores têm procurado, muitas vezes, resolver esses conflitos existentes. Nós, como disse inicialmente, nós estamos acompanhando pela **TV Senado** e a nossa gratidão é a de que, hoje, eu gostaria de divulgar, em primeira mão, para as senhoras e os senhores que se encontram aqui no Plenário desta Casa – nós temos procurado dar transparência às ações do Poder Legislativo estadual, aqui, no Estado do Ceará por diversas ações. Temos diversos eventos aqui, inclusive eventos de relevância nacional que trazemos, aqui, para o Estado do Ceará.

Dando continuidade a esse trabalho que esta Mesa Diretora tem promovido, aqui no Estado do Ceará, fazendo com que a sociedade se aproxime, cada vez mais, do Poder Legislativo, nós tivemos a grata surpresa – e, aqui, quero expressar a gratidão deste Poder Legislativo, representando, aqui, também, os Srs Parlamentares e servidores da Casa, foi publicado, segunda-feira, no dia 30 de maio de 2005, a Concessão: "Fica aprovado o Ato a que se refere o Decreto-legislativo de 12 de agosto de 2004, que outorga autorização ao Governo do Estado do Ceará para explorar, por intermédio da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, por 15 anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão, de som e imagens com fins exclusivamente educativos na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Senador Renan Calheiros, o que é que quer dizer isso, Senador e Senadora, Deputado Federal? A Assembléia Legislativa a partir de agora – e nós somos pioneiros aqui no Brasil – TV aberta, UHF. Nós sabemos que já existe uma legislação federal que permite se instalar TVs legislativas ?e concessões para o Poder Legislativo mas muito restrito e através de TV a cabo. A Assembléia Legislativa do Estado do Ceará na sua primeira etapa irá explorar essa TV Assembléia atendendo Fortaleza e região metropolitana, um público que poderá ter acesso através de canal aberto – sendo a pioneira – em torno de 3,3 milhões de habitantes. Na segunda etapa nós iremos gerar essa imagem para o interior do Estado.

Então essa gratidão que nós temos ao Congresso Nacional, e aqui não podemos deixar de reconhecer o trabalho na Câmara Federal e a etapa final no Senado Federal através da Comissão de Educação e o Plenário daquela comissão, nós já estamos oficialmente autorizados e, se Deus quiser, nós teremos esse instrumento forte, democrático para a sociedade cearense acompanhar as ações dos seus representantes, as suas atitudes, as suas ações em defesa da nossa sociedade a partir do final do final de setembro e início de outubro.

Portanto, sintam-se em casa, fiquem à vontade e deixo a gratidão do Poder Legislativo a todos os Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas Federais.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado.

Nós queremos aplaudir esta boa notícia. Sem dúvida uma grande notícia. A sociedade, através desse veículo poderoso de comunicação que é a televisão aberta, terá oportunidade de julgar melhor as ações dos seus representantes e certamente contribuir orientando o mandato de cada um deles. Através de um veículo de comunicação tão poderoso quanto a televisão, certamente este Poder Legislativo fará eco com maior força, representatividade e autenticidade das aspirações da sociedade. É um avanço importante que nós queremos destacar e desejamos também que a TV Senado se torne brevemente uma TV aberta para que toda a população possa fiscalizar mais de perto o trabalho dos seus representantes.

Nós vamos convocar para estar participando da Mesa a Deputada Íris Tavares, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Assembléia e que solicitou a presença desta Comissão no Estado do Ceará.

Vamos convidar para tomar assento à mesa os participantes da audiência pública de hoje: o Padre Basílio Vidal, representante da Comissão Pastoral da Terra no Ceará: José Ramos Torres de Melo Filho, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará; Josenildo Silva ?Sousa, representante da direção estadual do Movimento Sem-Terra – MST; e, assim que chegar, Antonia Alves de Sousa, a Dita, representando a direção estadual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Ceará, e Eduardo Martins Barbosa, Superintendente regional do Incra no Ceará.

Esta comissão tem procurado incursionar pelo País exatamente em função das contradições regionais, das características regionais que devem ser consideradas para a adoção de qualquer modelo compatível com a realidade do País, especialmente no que diz respeito a um modelo de reforma agrária. Nós temos que refletir sobre a realidade nacional, e esse é o objetivo desta comissão. Ao final, certamente pela competência do Relator, Deputado João Alfredo, nós teremos não só um diagnóstico mas teremos sobretudo uma proposta de modelo alternativo que contemple as peculiaridades regionais, e sobretudo sugestões importantes no plano administrativo para que o Poder Executivo possa se tornar mais eficiente na execução do programa de reforma agrária, na organização da estrutura fundiária brasileira.

Alterações legislativas importantes para agilizar os procedimentos, e, lamentavelmente, é claro, esta é uma finalidade irrecusável de qualquer Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o encaminhamento ao Ministério Público para as providências, no que diz respeito à necessária responsabilização civil e criminal, e eventualmente essa CPI não poderá ser diferente, haverá de indicar responsáveis por delitos praticados, por crimes cometidos, já que a violência no campo é uma das preocupações maiores desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

De pronto, ressaltamos ainda a presença do Diretor-Geral do DNOCS, Eudoro Santana, da Presidente da Funce, na Prefeitura de Fortaleza, Glória Diógenes, a presença de Geraldo da Silva Cunha, Presidente do Sindicato dos Vigilantes, Francisco Torres de Melo Júnior, Presidente da Faec, Luís Carlos Meneses, representante da Etusa, Sr. Irani Ribeiro dos Santos, e os demais já nominados aqui, esses são os assessores do Senado Federal, vamos ouvir, inicialmente, o Padre Basílio Vidal, que é o representante da Comissão Pastoral da Terra.

Como é prática da Comissão, concedemos a palavra, para uma exposição inicial, depois, no dia de hoje, em função de termos vários depoentes, ouviremos todos eles e, já que todos se encontram à Mesa, passaremos às indagações e os Parlamentares poderão dirigir suas indagações ao depoente que desejar.

Com a palavra, o Padre Basílio Vidal, pela Comissão Pastoral da Terra, do Ceará.

O SR. BASÍLIO VIDAL – Exmº Sr. Senador Alvaro Dias, Presidente da CPMI da Terra; Exmº Sr. Deputado Federal João Alfredo, Relator da Comissão; Exmº Sr. Deputado Estadual, Marcos Cals, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará; Exmª Srª Deputada Estadual Íris Tavares*, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Ceará; Senadora Ana Júlia, demais autoridades presentes, componentes desta Mesa, entidades organizadas em defesa dos direitos e da cidadania e da vida no campo e na cidade, minhas saudações aos representantes dos povos indígenas no Ceará e todos os demais presentes aqui, a Comissão Pastoral da Terra fará uma reflexão sobre mercado de terra e a reforma agrária e as conseqüências relacionadas a esse projeto implantado pelo Governo, em 1996, aqui, no Ceará.

Em diversos países, as políticas fundiárias, pelo Banco Mundial, têm estimulado a privatização dos programas de reforma agrária, e o Foro Social pela Justiça no Campo mostra que os projetos do Banco Mundial apresentam problemas econômicos, sociais culturais e ambientais, além de não serem bem sucedidos.

Os programas do Banco Mundial para o campo incluem as seguintes etapas: cadastro, georeferenciamento dos imóveis rurais, privatização de terras públicas e comunitárias, titulação de posses, mercantiliza-

ção da reforma agrária, integração dos camponeses ao agronegócio.

No período do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Banco Mundial iniciou no Ceará quatro programas: Reforma Agrária Solidária, do Projeto São José; Cédula da Terra (*inaudível*), Banco da Terra, Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, programas esses que beneficiam preferencialmente o proprietário rural com o pagamento à vista da terra, muitas de má qualidade. Além disso, o preço aqueceu o mercado de terras que estava em queda.

Conforme Marcelo Resende e Maria Luíza Mendonça, no livro *Banco Mundial e a Terra*, esses programas impossibilitam o pagamento dos empréstimos pelos trabalhadores rurais, inviabilizam a produção até mesmo para a subsistência das famílias. Nós que compomos o Fórum Nacional para a Reforma Agrária e Justiça Social, formado por 31 unidades, tínhamos a expectativa de que a reforma agrária estaria no centro da agenda política do Governo Lula. Essa expectativa, em parte, foi frustrada e, porquanto, deu-se continuidade às políticas do Banco Mundial para o meio rural.

Em novembro de 2003, o Governo Federal e o MDA anunciaram o Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária, Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Esse plano tem como meta atingir 130 mil famílias através do Programa de Crédito Fundiário, que segue a lógica do capital. Esse projeto, além de enfraquecer o Estado nas suas atribuições, concorre com os instrumentos e recursos públicos da reforma agrária, que é baseada na função social da terra e legitima a propriedade privada.

Nesse caso, penso como São Thomaz de Aquino: a lei que defende o direito da propriedade privada não pode ser superior à do direito à vida.

Os programas de reforma agrária no Brasil são tímidos e desenvolvidos num território marcado por conflitos, onde mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza. Mediante esse quadro, em vez de o Banco Mundial tomar o caminho dos financiamentos dos governos latino-americanos empenhados em desapropriar os latifúndios enveredou para a visão racional de reforma agrária de mercado.

Características do Estado do Ceará: o Estado do Ceará tem um território de 146.817 mil quilômetros quadrados, correspondendo a três grandes regiões geoambientais: o sertão com aproximadamente 106.817 quilômetros quadrados, correspondendo a 72,75%; as serras, com 25 quilômetros quadrados, equivalentes a 17,2%; litoral, que tem 15 mil quilômetros quadrados, representando 10,21%, sendo que 136.540 quilômetros quadrados, ou seja, 96% do espaço físico do Ceará corresponde ao semi-árido, dados do próprio Governo realizado em 1995/2000.

A população do Ceará, no censo de 2000, registrou 7.417.402 pessoas; população rural, 2.113.671 habitantes, correspondendo a 28,49% da população do Estado.

Conforme o relatório da pesquisa Programa Sério da Terra, no caso Ceará, a história da luta pela terra no Estado do Ceará, nas últimas décadas, talvez o fundamental não seja o número de conflitos no campo, mas a perspectiva da politização do acesso e uso da terra, bem como a viabilidade da construção de uma socioterritorialidade pela classe subalterna do campo. Com vista a frear construção dessa socioterritorialidade, o Estado tem implementado plano para intervir no espaço rural.

Ainda conforme essa pesquisa, no caso do Ceará, de 1986 a julho de 2001, o Incra Ceará desapropriou 658.830 hectares e assentou 15.639 famílias distribuídas em 285 projetos de assentamento já vinculados administrativamente ao Idarce – Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará. Para o mesmo período, estão 24.926 hectares, com 1.339 famílias assentadas em 29 projetos estaduais de assentamento, sendo que a média é de 76% das famílias assentadas e das áreas desapropriadas para a reforma agrária estão na região sertão. No litoral, há algo em torno de 21% e apenas 3% na região serra do Estado.

A partir de 1996, começou a ser implantada, no Ceará, essa proposta de reforma agrária de mercado por meio do programa Reforma Agrária Solidária do Projeto São José. Em 1997, por meio do Idarce, iniciou-se a implementação do Cedro da Terra, oficialmente denominado projeto piloto de reforma agrária e alívio da pobreza rural com recursos do Banco Mundial, concentrada basicamente em três princípios: primeiro, assentamento de famílias sem terras enquanto uma política de alívio à pobreza rural; segundo, estadualização dos projetos de assentamento, repassando responsabilidade inerente à União para Estados e Municípios; substituição do instrumento constitucional de desapropriação pelo programa do mercado de terras, o que significa a compra e venda da terra, que tem beneficiado os proprietários de terra.

No Ceará, o projeto teve como objetivo o alívio, o combate da pobreza rural no Estado por meio de mecanismos de compra e venda de terra e como público alvo os agricultores sem terra, entre eles assalariados, arrendatários, parceiros, etc, ou com terra insuficiente para a subsistência, munifundistas. No período de sete anos, 1997 a 2003, esses programas, por meio do instrumento de compra e venda de terras, adquiriram aproximadamente 300 imóveis para 4.500 famílias

distribuídas por 173 mil hectares em 93 Municípios do Estado. De acordo com Alencar, em sua tese de Doutorado, professor da UFC, aqui do Estado do Ceará, ao comparar os instrumentos de compra e venda da terra com a desapropriação por interesse social, observa-se uma queda quase que a pique da utilização do mecanismo desapropriação por interesse social. E em todo o período a desapropriação é inferior em termos de números de imóveis e a partir do ano 2000 é inferior também ao número de famílias e tamanho de área. Nesse contexto, a política pública de reforma agrária em execução pelos Governos Federal e do Estado do Ceará não coloca como referência principal a desapropriação por interesse social. Foge, pois, às exigências previstas pela Constituição Federal em seu art. 184, significando, portanto, uma mudança de concepção da reforma agrária como instrumento de política estrutural e social do Estado brasileiro. Compreendemos que essa política de compra e venda de terra não pode ser considerada como um dos programas de reforma agrária, pois isso implica o assentamento de famílias enquanto política de alívio da pobreza rural, a estadualização das ações de projetos de assentamentos, repassando responsabilidades inerentes à União para Estados e Municípios, a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pelos programas do mercado de terras, aumento do valor da terra e pagamento à vista como forma de premiar os proprietários rurais.

A existência de um fundo de terras com recursos disponíveis inflacionou o mercado, inviabilidade econômica e impossibilidade do pagamento dos empréstimos, endividamento dos trabalhadores rurais. As áreas adquiridas, muitas de má qualidade, não reuniram condições de permitir geração de renda suficiente para o pagamento da dívida, que muitos não sabem informar qual o valor do financiamento, haja vista que a maioria dos assentamentos está no sertão e nos litorais, na área semi-árida do Estado.

Aquisição de terras improdutivas ou de má qualidade, portanto inadequadas ao programa de reforma agrária – a compra de terra é feita pela associação de trabalhadores, essas associações muitas vezes são organizadas pelos próprios latifundiários, políticos locais, ou criadas para tal fim.

Condições precárias de sobrevivência e abandono das áreas pelos trabalhadores assentados – ao invés de aliviar a pobreza, a situação financeira dos participantes piorou.

Denúncia dos próprios trabalhadores de pessoas que teriam sido favorecidas nas transações de compra e venda de terras. Com relação aos conflitos no campo no Estado do Ceará, de acordo com o Banco Mundial, esse projeto, Reforma Agrária de Mercado, deveria permitir o alívio, o combate, a erradicação da pobreza no campo. Em vez de conflitos, ocupação de terras e demandas por reforma agrária, as famílias deveriam negociar pacificamente, diretamente a compra de terra com os latifundiários ou seus proprietários. Esses, por sua vez, teriam interesse no programa, porque receberiam dinheiro por suas terras produtivas. Segundo registro da Comissão Pastoral da Terra*, no caderno de Conflitos no Campo Brasil 2000 a 2004 apresentam dados assegurados por uma análise entrada em outros fatores sociais, como os povos indígenas e seus territórios, a exploração do litoral e o dilema dos povos do mar, famílias camponesas prejudicadas com as construções de barragens no Estado do Ceará, violência contra a mulher e problemas manifestados pela expansão do agronegócio e carcinicultura.

Conforme "Caderno Conflito no Campo 2004", no Ceará aconteceram 10 conflitos envolvendo 1.453 famílias, 8 ocupações de 23.946 hectares envolvendo 1.001 famílias. Violência contra a pessoa em 2004 no Ceará, 16 conflitos, 20.050 pessoas envolvidas, 12 tentativas de assassinato, 9 pessoas torturadas e uma pessoa agredida fisicamente. De acordo com o jornal **O Povo**, de 12 de abril de 2005, as 12 tentativas de assassinato ocorreram na comunidade de Curral Velho, no Município de Acaraú. Esses dados são do dia 7/9/2004, dados que constam na cartilha "Conflito no Campo 2004".

Todos eram pescadores: Antônio Carlos do Carmo, Francisco José Ribeiro, Raimundo Carlos Ribeiro, Márcio Souza da Silva, Carlos John do Nascimento (13 anos), José Artério de Paulo, Francisco Mardônio de Paulo (menor), José Ronaldo da Silva, José Cleuton de Paulo (menor), José Eudes da Silva, José Valdo do Nascimento e Manoel Damião de Paulo.

(Falha na gravação.)

MPA, Incra, OET, nas suas atribuições concorre com os instrumentos e recursos públicos da reforma agrária que é baseada na função social.

(Falha na gravação.)

Francisco das Chagas Nascimento, em 1992, em Caucaia; José Amaro Marcena, 1984, em Canindé; Manoel Alves do Araújo, 1984, em Tauá; Francisco Sobreira de Souza, 1984, em Tauá; José Antônio da Silva, em 1985, em Caucaia; José Antônio Ferreira, 1986, em Quixadá; José Antônio Ferreira, 1986, em Quixadá; Raimundo Varela Ribeiro, 1985, em Quixadá; Francisco José Félix, em 1985, em Trairi; Manoel Veríssimo Neto, 1986, ou seja, Raimundo Veríssimo, também em 1986, em Trairi; Francisco (*inaudível*) Veríssimo, em 1986, em Trairi; Benedito Antônio Moreira, em 1986, em Coreaú; Francisco Vinícius Alves de Oli-

veira, em 1989, em Capistrano; Francisco Cavalcanti Holanda, em 1989, em Tauá, Antônio Carlos de Souza, 1990, em Nova Russas e Francisco Aldemir da Silva, no dia 25 de julho, dia dedicado ao trabalhador rural em Ocara.

Diante dessas questões, queremos também enfatizar a política (??) do estado que, em parceria entre governo federal e estadual, ainda na gestão passada, mostrou muita determinação em desapropriar áreas para a construção de barragens que, quase sempre, atingiu famílias humildes das famílias camponesas. Esta mesma disposição não foi mostrada para desapropriar áreas com fins da reforma agrária. A política (??) do estado gerou conflito durante o período de implantação das agrovilas no processo de desapropriação. Durante essas questões, nós pedimos, enquanto Comissão Pastoral da Terra, que seja analisada a questão de algumas famílias que não receberam a indenização completa nas áreas de barragens. Citamos, por exemplo, Turuçu na diocese de Iguatu, como também, a situação dos 18 assentamentos do complexo do Aço do Castanhão. Onde 1059 famílias enfrentam um quadro de miséria, fome e desespero. Não há irrigação e nem condições de plantio nos lotes, conforme fonte do diário do Nordeste, caderno Região do dia 18 de março de 2005. Segundo dados da própria Comissão Pastoral da Terra de Limoeiro do Norte, a comunidade Alagamar consta, consente em 34 famílias, dessas, 98 estão morando em casas de madeira. As casas de alvenaria ainda não foram concluídas. As demais famílias estão casas cedidas ou de familiares, enquanto aguardam a mudança definitiva. Relatório enviado pela Comissão Pastoral da Terra, maio de 2005. Diante deste quadro, em nome da Comissão Mista Parlamentar da Terra, solicitamos, primeiro, dos 16 assassinatos do Ceará. Na maioria nós não temos informações sobre a punição dos mandantes e dos assassinos. Que esta Comissão solicite que sejam tomadas as providências necessárias para que a justiça seja cumprida. Segundo, que as ameaças de morte sejam averiguadas e coibidas. Terceiro, que os programas de compra e venda de terras sejam objetos de avaliação com a presença do fórum nacional de reforma agrária. Quarto, que os atingidos pelas barragens tenham os seus direitos assegurados. Por fim, esperamos que esta Comissão não permita mais casos como da irmã Dorothy do estado do Pará, dos fiscais do trabalho assassinados em Minas Gerais, e queira Deus, que não tenhamos mais que publicar o caderno Conflito no Campo Brasil. Essas são as informações pelas quais nós queremos contribuir com essa comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra. Muito obrigado.

O SR. (??) – Muito obrigado ao padre Vileci Basílio Vidal. Obrigado ao padre Vileci pelas sugestões, pelo seu relato. Queremos registrar a presença à Mesa do Deputado José Maria Pimenta, Vice-Presidente da Comissão de Agropecuária da Assembléia Legislativa. Destacar a presença de Magnólia Said, Presidenta da Esplar, e dos Deputados Estaduais José Maria Pimenta, Goni Arruda, Paulo Duarte e Fernando Hugo.

Agradeço a presença de Antônio Bandeira, Presidente da Federação de Trabalhadores Rurais, e de Pedro Ivo Batista, Secretário de Meio Ambiente de Fortaleza. Agradeço ainda à Soma, a Vasques Landim, representante da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente do Estado do Ceará, a Teresa Farias, Coordenadora do Meio Ambiente do Governo do Estado do Ceará, aos Vereadores Moésio Mota e João Vianney e a Pedro Araújo do Conselho Nacional de Leigos.

Muito obrigado pelo prestígio de todos a este evento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Vamos convidar para fazer a sua exposição também José Ramos Torres de Melo Filho, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará.

Concedo a palavra ao Sr. José Ramos Torres de Melo Filho.

O SR. JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO – Exmo Sr. Senador Alvaro Dias, que honra o Estado do Paraná no seu mandato; Exmo Sr. Deputado Federal João Alfredo, Relator desta Comissão, com o qual temos tantas divergências políticas e ideológicos e tanta aproximação de amizade; Exma Srª Senadora Ana Júlia Carepa do Estado do Pará; Exmo Sr. Deputado José Maria Pimenta, aqui representando a Presidência da Assembléia Legislativa; Srs. Deputados Estaduais aqui presentes; Srs. Representantes das entidades de classe laborais e patronais que nos honram nesta manhã; meu prezado amigo Presidente da Federação da Agricultura dos Trabalhadores; senhores depoentes como eu, eu gostaria, Sr. Senador, de lembrar um episódio antigo ocorrido numa reunião no Centro de Ciências Agrárias no Estado do Ceará, quando o mais acendrado era o problema de reforma agrária.

Composta a Mesa, o Deputado, àquela época, Eudoro Santana, hoje Diretor-Geral do DNOCS, fez uma contagem rápida do número de pessoas à Mesa e verificou que, entre os quinze, quatorze estariam lutando do lado oposto ao meu. Embora seja um dos Líderes da Esquerda mais respeitado deste Estado e também meu amigo pessoal e de família, ele disse, pilheriando, que talvez teria de passar para o meu lado para que a batalha não fosse tão desigual.

No dia de hoje, a situação está relativamente semelhante: está quatro a um, começando o jogo. É

difícil se fazer isso, mas vamos enfrentar, porque estamos acostumados às adversidades e gostaríamos de começar com um título de palestra que chamamos de mitos e realidades da reforma agrária. Tentaremos abordar esse assunto por meio das transparências.

Para nós, os mitos principais são:

O pequeno é bom. O grande é indesejável opressor. A terra é um passaporte para a felicidade. A agricultura é grande absorvedora de mão-de-obra. Todo trabalhador rural pode ser transformado em proprietário e empreendedor de sucesso. O MST é um movimento social. Terra ocupada por pastagem é terra improdutiva, ociosa, que precisa ser desapropriada. Seis bilhões de dólares foram exportados apenas no item carne, no ano passado, pelo nosso País. Portanto, esse é um dos grandes mitos, porque o Governo Federal é o mais ávido daqueles das receitas produzidas pela agroindústria brasileira. A reforma agrária deve ser feita fatiando as grandes propriedades.

Nesse quadro grande, ressaltarei apenas alguns fatos. Existem, segundo dados do Incra de 2003, 134 mil propriedades rurais no Estado do Ceará. Dessas, até mil hectares – depois os senhores vão entender por que estou fixando-me em mil hectares, que o Senador Álvaro Dias, pelo Paraná, vai ficar bastante escandalizado com a diferença das realidades, pois, no semi-árido, esta é uma megapropriedade, se forem seguidos corretamente os ditames da lei.

Então, vamos verificar que, até mil hectares, temos 99,36% do número de propriedades no nosso Estado. Se baixarmos um pouco para 500, chegaremos a 98,07% e 500 ha no semi-árido nordestino são uma área reduzida para uma atividade de natureza econômica. É o que se propõe, o que se propaga, o que se divulga ser o Projeto de Reforma Agrária, e não um projeto apenas de natureza social.

Se analisarmos o problema com relação à área, 80% das propriedades estão com até mil hectares e só temos 872 propriedades acima de mil hectares. Portanto, meus caros amigos, Sr. Senador, meu caro Relator, a Reforma Agrária no Ceará está pronta. Acabou! Já deveria ter acabado há mais tempo.

Gostaria que o auditório tivesse o mesmo respeito que eu tive ao ouvir o padre, que, por sinal, não é nem da minha religião, porque não a tenho. Com relação aos assentamentos, há uma crítica feroz com relação àquilo que aconteceu no Estado do Ceará, que, de certa forma, é responsável pela aparente calmaria que temos. Não temos os conflitos agrários do nosso vizinho, Pernambuco. Temos praticamente todos eles ou solucionados ou em via de solução. O problema da área costeira entre aqüicultores, produtores da carcinicultura, está muito resumido, e os projetos do Estado tiveram o grande resultado de acalmar o campo no Estado do Ceará.

Mas temos 53% de assentamentos praticados pelo Estado, 47% pela União, embora esses 47% representem 76% do total dos assentamentos e abriguem 21.251 famílias, e os do Estado, apenas 5.764.

É importante frisar que, em ambos, quer no Estado, quer na União, desconhecendo a realidade do semi-árido brasileiro, sem nunca ter sido pedido ao Ibama uma análise da situação ambiental, os lotes são de apenas 33 a 36 ha. Isso, Sr. Senador, Srª Senadora, meu caro Relator, é a condenação à miséria eterna. Se admitirmos no semi-árido não irrigável uma propriedade com 39 ha, jamais esse homem poderá ter condições de vida condigna. Daí, Sr. Senador, por que nenhum dos assentamentos até hoje foi emancipado, nem jamais o será, porque não existe área suficiente para tanto.

Por essa razão é que asseguramos com absoluta convicção, sem nenhum receio de errar, que o problema da reforma agrária do Estado do Ceará, e assim falava o Estatuto da Terra, não é apenas na ponta do latifúndio e a gravidade do problema, Sr. Senador, está na ponta do minifúndio. Temos, com até cem hectares, 85% das propriedades envolvendo o semi-árido.

Se raciocinarmos com 50% ou 70% das propriedades e em área acima de 30% das áreas como minifúndios e números elevadíssimos com áreas de cinco a dez hectares temos 12,45% que, somando com a anterior, 29% que é absolutamente inviável. Não podemos pensar que estamos tratando da cultura de uva, que estamos tratando de cultura de alto valor agregado. O semi-árido ainda é a pecuária, quer queiramos, quer não e ainda vamos demorar muito para sair do estágio da pecuária que colonizou o nosso Estado e que permitiu a sua existência até hoje.

A manutenção do minifúndio como ele hoje está é um crime que se está perpetrando contra a população do nosso Estado porque é nele onde se encontram os maiores bolsões de miséria do Estado do Ceará. Então, do meu ponto de vista, priorizar a reorganização da pequena propriedade e tornar sustentáveis os atuais assentamentos seria a política prioritária para a reforma agrária nesse instante.

Por assim não ser, o que está acontecendo, e isso ocorre em termos muito graves, as propriedades produtivas inclusive aquelas que produzem a castanha de caju com elevado número de empregos na época da colheita estão sendo, em função de um decreto iníquo, incompreensível e inaceitável, que diz o seguinte: "as entidades estaduais representantes de trabalhadores rurais e agriculturas poderão indicar ao órgão fundiá-

rio federal ou órgão colegiado que trata (...) as áreas passiveis de desapropriação para a reforma".

Vejo a jóia da coroa e faço um acampamento ao lado de uma propriedade que dá, na época da colheita, quatrocentos empregos. Faço a proibição da entrada dos empregados daquela casa e dos dirigentes durante três, quatro, cinco meses. A desapropriação é imediatamente iniciada a vistoria e não se consegue do Governo Federal nenhum apoio porque o acampamento está a margem da estrada, é terra pública só que aquela base é apenas a que permite e no caso da última ocupação que houve, era realmente a base.

A base é onde se fazia uma colheita de castanha e exatamente durante a fase da castanha aconteceu isso e vários caminhões foram apreendidos tendo sido colhidos pelos acampados ao lado da estrada. Isto é grave, Sr. Senador, e não sobram outras propriedades. Agora se busca negociar uma propriedade altamente produtiva por setenta milhões de reais porque ela não tem a menor possibilidade de ser apropriada e vai ser adquirida.

Eu pergunto aos trabalhadores aqui presentes "é correto?". Esses beneficiários que vão encontrar uma propriedade com um cajueiral limpo, produzindo e vão apenas colher a castanha sem fazer nenhum trabalho e os outros que receberam o seu lote bruto, tiveram que suar para produzir? Esta é a justiça que se pretende agora. Esses são os aspectos fundiários que ainda não acaba, Sr. Senador. Lamentavelmente, sabe V. Exª por ser um homem de conhecimento nacional, e esse seu conhecimento abrangente é que nos dá a tranqüilidade de poder falar.

O que existe com relação aos grandes e médios proprietários no Ceará? No Ceará e no Brasil de uma maneira geral. Está sendo criada uma teia legal, uma teia que nos envolve e nos impede de mover-nos, com legislações deturpadas ou violadas na área fundiária, na área ambiental e na área do trabalho e da previdência, e nós apresentaremos os exemplos e os números.

Temos aspectos legais: o não cumprimento da lei, porque a Constituição assegura; é garantido o direito de propriedade; as pequenas e médias propriedades rurais são insuscetíveis de desapropriação, assim com como a propriedade produtiva. E à propriedade produtiva – vejam os Senhores, no parágrafo único da Constituição, a Lei Maior –, a Lei garantirá tratamento especial á propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à função social.

As propriedades produtivas do meu Estado, antes de terem esse apoio, aquilo que garante a Constituição, elas estão sendo loteadas, estão se caracterizando agora pela cobiça daqueles que pretendem nela residir. A distorção da lei, portarias e instruções normativas, principalmente... Aqui estou do lado do meu amigo Eduardo. Sr. Senador, temos um caso muito interessante no Ceará. Nós brigamos muito, mas, felizmente somos todos amigos, o tratamento é lhano, educado, mas nós não nos movemos daquilo que é a nossa convicção.

Esse, creio eu, é o exercício da democracia. É o direito de divergir, de pensar diferente. É isso que praticamos aqui no Ceará e os nossos contatos com o Incra e com o Eduardo particularmente, embora com essa franqueza que caracteriza o meu depoimento tem sido sempre realizados dentro dessa harmonia e dessa educação, que deve caracterizar aqueles que têm função pública ou de natureza pública.

Vistos esses aspectos, agora vamos verificar por que a distorção das leis. A pequena propriedade e a media propriedade são insuscetíveis de desapropriação. O que se fez? Com uma portaria se revoga a lei que define o que é propriedade média propriedade. A propriedade pequena é aquela que tem até quatro módulos rurais. A média propriedade é a que tem até 15 módulos rurais e a grande propriedade é a que tem acima de 15 módulos fiscais, perdão. Então o que se fez? Diminui, mudou-se a fórmula através de uma instrução normativa interna, o numerador, para saber quantos módulos tinha uma propriedade divide-se a área aproveitável, assim diz a lei, pelo módulo fiscal do Município. E passou-se na portaria nº 10, que custou à CNA R$600 mil para entrar com uma ADIN no Supremo Tribunal Federal.

Mudou-se para a área total sobre o módulo fiscal do Município. Todos nós abemos, aqueles que estudaram aritmética pelo menos, tem obrigação de saber que quando se aumenta o numerador da fração, você aumenta o quociente.

Vejamos aqui, eu gostaria de chamar a atenção e um esforço da Mesa para olhar o exemplo que se segue no Município de Quixadá. A média do módulo fiscal do Estado do Ceará é de 50 hectares, no sertão, principalmente, pois 90% da área do Estado do Ceará estão dentro do semi-árido. Então, considera-se uma propriedade com 50 módulos, no Município de Quixadá, com a área de 1000 hectares. A lei determina um mínimo de 20% de reserva legal. Considerando que é acidentada e que o solo é extremamente coberto de pedras, sem condições de ser utilizado para a agricultura, colocando apenas 25 hectares de área de preservação permanente – para Quixadá, é muito menos, dada a parte com declividade acima de 45% –, a área inapropriada, outras áreas para benfeitorias, os açudes, 30 hectares, teríamos 745 hectares. Setecentos e quarenta e cinco divididos por 50 resulta em 14,9 módulos fiscais.

Então, no semi-árido, toda e qualquer propriedade com 1000 hectares, é média propriedade. Isso é uma interpretação errada da lei. Mudou-se a portaria ou Instrução Normativa nº 10 e passou-se para a nº 11. Agora, o Governo Federal prepara uma mudança dos índices, para conseqüências outras para as quais vamos chamar atenção nos exemplos posteriores.

Esse engodo, esse embuste não pode ser feito por um órgão público. O órgão público tem como principal responsabilidade cumprir e fazer cumprir a lei. Ele mesmo não pode fazer a lei através daquilo que sabe que é realmente legal. É lamentável, meus senhores. Falamos tanto em impunidade em nosso País. Essa punição não precisaria ir ao Poder Judiciário. Precisava-se apenas que o Ministro competente chamasse o Presidente do Incra e dissesse: revogue essa portaria, porque este Governo não permite que se descumpra a lei, sem que seja punido aquele que o representa. Mas, isso, lamentavelmente, não acontece e continuam as burlas. Vamos mostrar outras agora.

Com relação ao grau de utilização das propriedades, temos de utilizar 80% das propriedades. Por que 80%, esse número cabalístico, que até hoje não entendi? Isso é do Estatuto da Terra, para dizer que a propriedade tem de ser produtiva. Se eu for um industrial e tiver uma crise de mercado, posso paralisar minha fábrica para começar depois. Se eu tiver uma crise de mercado, posso diminuir a minha produção, para voltar depois, quando as coisas melhorarem. Entretanto, nós, produtores rurais, não. Temos de ser permanentemente eficientes, porque, sobre nós, paira uma espada que pode cortar o nosso pescoço e tirar de nós a posse da estrutura básica para a nossa sobrevivência. É a única atividade no Brasil em que se exige um grau de eficiência de exploração de 100%. Onde já se ouviu falar em 100% de eficiência? Qual a atividade humana em que isso acontece?

Então, fizemos uma mudança desse GUT artificialmente. Ao invés de considerar a reserva legal, o nome está dizendo reserva legal - é preciso que se entenda isto, que o Incra entenda e faço um apelo ao meu amigo Eduardo -, para fins fiscais, a reserva legal é obrigada a ser averbada, sem o que o cidadão paga mais imposto. Mas esse preceito fiscal não pode ser utilizado para fins desapropriatórios. Então, a reserva legal existe, está lá intocada, está declarada no ITR, mas não se fez a parte burocrática, que é fazer uma tal de ata e fazer o registro no Cartório.

Então, essa área não é considerada. O que acontece? É que com isso você tem uma área que é produtiva, mas no momento em que você retira a reserva legal, ela passa a ser improdutiva.

Esse é outro artifício que está sendo usado. Agora, tem o grau de eficiência. Nós queríamos propor, Sr Senador, que o grau de eficiência e a produtividade de cada cultura, já que é decantado em prosa e verso e espalhado por todo País e por todo o mundo, da eficiência da agricultura familiar, que para a agricultura empresarial, ou para a pecuária empresarial, os índices fossem iguais ao dobro daqueles que sejam conseguidos pela agricultura familiar, calculados pela Fundação Getúlio Vargas, ou um órgão sério, como ainda existe neste País.

Essa é a nossa proposta, Sr Senador. Vamos relacionar a diferença tecnológica entre os dois produtores do País, o familiar e o empresarial. E pensemos nós em buscar alternativas.

Não pensem os senhores trabalhadores que eu estou contra vocês, mas o mundo não é este. O número de propriedades nos Estados Unidos, no Canadá, somados, é menor do que número de propriedades existentes no Brasil. E o que se pretende? Aumentar em alguns milhões o número de proprietários rurais.

Então, com uma simples mudança no Incra, com uma portaria que diz que estabelecia o Estatuto da Terra, a lei que era uma cabeça na zona 01... Mudaram simplesmente uma cabeça animal que tinha na portaria anterior e colocaram agora para unidade animal. Isso significa o seguinte que eu tinha um bezerro. Agora, eu tenho 0,31 unidades animais. Então, eu passei agora a ter de ter três bezerros, em vez de um para ser considerado produtivo um hectare.

Vejam os senhores as armadilhas que ficam muito difícil trabalhar com calma, com serenidade, tendo o direito de permanecer a sua terra, porque o Governo garante o cumprimento da Constituição das leis e da integridade física daqueles que trabalham.

Agora, com relação às leis trabalhistas, todo mundo ouviu falar em trabalho escravo, voltamos à escravidão. Eu gostaria que eles analisassem esse quadro com muito cuidado.

No ano de 2003 foram lavrados 2.345 autos de infração na área rural, dos quais 1.057, utilizando normas só utilizáveis para a área urbana, porque a lei é muito clara. Temos as normas aplicáveis à área rural.

E se olharem a norma 24 da área urbana, houve 22,81% do número do auto de infrações. Eu vou ler para vocês o que diz essa norma. Para vocês do campo que passem a aplicar o que está dito e que o Ministério do Trabalho, cinicamente, deseja encontrar nas propriedades, mesmo nas áreas de fronteira agrícola.

A Norma Reguladora nº 24, do Ministério do Trabalho, trata das condições sanitárias e do conforto nos locais de trabalho. É uma das mais utilizadas para fundamentar as atuações. Essa regra existe. Entre ou-

tros pontos, a existência de banheiros, com pisos de acabamento lisos e impermeáveis, inclinados para os ralos de escoamentos providos de sifões hidráulicos, paredes de material resistente, liso impermeável e lavável, devendo ser construído próximo aos locais de atividades laborais. Também ser provido de canalização para tomada de água exclusivamente para o uso contra incêndio. Isso é cômico ou trágico. Escolham qual a palavra mais adequada.

Agora, vamos ao movimento dos trabalhadores, que é uma das outras partes. Sei que não agradar porque a verdade sempre dói. Aquele que cavalga a verdade estará livre de qualquer suspeita, de qualquer revide. Aqui, como no restante do Brasil, temos o MST e os congêneres. Estou fugindo dos vários MSs por aí. Na área sindical temos a Contag e a Fetese. Dos patrões já falamos. Os princípios fundamentais do MST têm como pano de fundo lutar pela reforma agrária. A reforma agrária é um mero pretexto. É um momento de massa autônomo e independente do sistema sindical. Aqui eles não se bicam muito. Às vezes, têm uma posição comum. Felizmente, a Federação dos Trabalhadores é mais comedida nas suas ações. O objetivo real é a tomada do poder com a eliminação do sistema capitalista. Isso e dito a toda hora, a todo instante, pelas estações de televisão no momento em que se fala em "abrir" o vermelho, que se fala no mês das invasões, no momento em que se assiste ao mais despudorada demonstração de capacidade logística desse movimento. Gastam R$5,5 milhões em uma marcha para impressionar, com toda a riqueza que o Exército Brasileiro não possui.Isso precisa ser analisado. Usam 450 ônibus alugados, um aparato de acampamento invejado por todos os exército modernos. É o que vimos, é o que assistimos pela televisão. Foi o que permitiu o Senhor Presidente da República prometer a liberação de R$300 milhões para descontingenciar. Esse é o único assunto que me tira do sério. Mais de R$400 milhões, socorre-me a Senadora. Foram descontingenciados R$400 milhões. Quanto, para aquele Ministério que é responsável pela sanidade animal e vegetal deste País? Precisou a Comissão de Agricultura do Senado Federal unir-se à Comissão de Agricultura da Câmara Federal e ir ao Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura para chegar ao Ministro Palocci e pedir ¼ deste valor para que a aftosa não voltasse a contaminar nossos rebanhos.

O Ministro recebeu muito bem a Comissão. Disse-lhes que iria estudar. Só não sabia de onde tirar o dinheiro. Felizmente, temos uma Deputada que é Presidente da Federação de Tocantins. Disse-lhe: "Ministro, tire do mesmo que o senhor tirou para o MST." O Ministro, evidentemente, não gostou porque a verdade fere. Implantaram um projeto popular para o Brasil com a implementação de um sistema socialista. Há, ainda, a guerrilha do Brasil. O nosso Estado é paralisado por um apito que o Stédile der. Grande parte dos assentamentos estão às margens das BRs. O Estado pode ser paralisado simultaneamente em todos o seu esquema viário por uma simples ordem emanada do Sr. Stédile. Vejam o risco que corremos quando fazemos esse tipo de tratamento àqueles que não pensam no Brasil e que estão recebendo ordens de outras partes.

Organizar os trabalhadores rurais na base, dedicar à formação de lideranças em todos os sentidos e agora temos a escola, a faculdade Florestan Fernandes em São Paulo para formar os PhD das invasões, os PhD das guerrilhas, já que os professores foram formados anteriormente em Cuba.

Mobilizar as massas em articulação com os trabalhadores urbanos e com os componentes da América Latina.

Este exemplar, Sr. Senador, V. Exª já deve conhecer, é uma parte daquilo que foi ministrado no quinto curso de capacitação de militantes do Cone Sul, todo ele em espanhol e tendo como título da palestra de abertura *Los Desafíos Actuales del MST*. E aí vem pregando a desobediência como norma de ação dos trabalhadores, só fazerem aquilo que pensam que devem fazer, independente de estar ou não constando em lei. Isso está muito claro aqui e penso que a Comissão deve ter isso, mas eu passaria às mãos de V. Exª.

E aqui, então, um outro interessantíssimo – já estou concluindo, senhores: Como organizar as massas.

Eu proporia aos dirigentes públicos aqui presentes que procurassem na Federação esse exemplar para utilizar nas suas próprias organizações.

É realmente um modelo notável de capacidade organizativa. Tudo isso moldado no esquema herdado da antiga União Soviética e da atual cúpula.

Aí ele diz aqui, vou ler apenas esse trecho:

Mobilizar é diferente de organizar. O movimento de massa, além de mobilização, deve estar profundamente organizado. Sem mobilizar é difícil organizar. Uma coisa depende da outra. Para manter a massa organizada é necessário que a mesma esteja mobilizada de forma permanente. Dois fatores unem a massa: a festa e as dificuldades. A festa, que pode ser entendida como celebrações, uma missa campal, e é muito comum que ocorra isso, caravanas, comemorações, passeatas, barcas, etc.

Tudo isso está aqui muito claro. Como organizar as massas para o objetivo que é implantar uma sociedade socialista do Brasil, aquilo que acabou, inclusive

na Europa, em que os partidos socialistas se transformaram em democracias sociais.

E o que é lamentável, Sr. Presidente e concluo pedindo desculpas pelo uso abusivo, as articulações são internacionais esse fascículo que passei às mãos de V. Exª deixou isso muito claro. A via campesina é uma das parceiras mais atuantes.

O Congresso Latino-Americano de organizações camponesas.

As campanhas internacionais contra o capital financeiro, articulações com os movimentos latino-americanos de pequenos agricultores e, conforme a Veja, em edição que não me recordo, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Não podemos admitir que o problema indígena possa vir a se transformar nos quistos de atraso e de enfraquecimento das nossas fronteiras, como aconteceu no Estado de Roraima, onde mais uma reserva indígena de um milhão e setecentos mil hectares percorre toda a fronteira Oeste do Estado Leste de Roraima. Fronteira com a Guiana, a Venezuela, inclusive, com as áreas que hoje ainda persiste uma disputa de terra entre a Venezuela e a Colômbia. Os pelotões de fronteira do Exército não serão suficientes para barrar e com a penúria que vive a nossa... Garantir a integridade do território nacional. A nossa segurança, senhores e senhoras, depende e repousa única e exclusivamente nesta instituição que aqui está a nossa frente, tomando essa iniciativa de nos ouvir, o Congresso Nacional, vilipendiado e incompreendido pela forma de agir de alguns de seus membros, mas que é a síntese da democracia. E é por isso que me dispus a vir aqui, porque confio no Congresso do meu país e fico muito grato a S. Exª o Sr. Senador Alvaro Dias por ter me propiciado esta oportunidade para dizer o que penso, o que sinto, a minha revolta daquilo que acho que tem que ser difundido por todo o país.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, José Ramos de Melo Filho. Acho que ele já empatou o jogo, falou por quatro, teve o tempo que desejou, e democraticamente o ouvimos. Vamos prosseguir com o trabalho e, ao final, responderão às questões suscitadas aqui pelos parlamentares. Mas, antes, vamos dar a palavra ao Josenildo Silva Sousa, representando a direção estadual do Movimento Sem Terra – MST. Antes registrando a presença de Rosarina de Fátima Sampaio, Presidente da Associação das Prostitutas do Ceará.

Estamos aqui com várias representações da sociedade, e, se outras entidades estiverem presentes, peço que façam chegar à Mesa para o necessário registro.

Vamos conceder a palavra ao Sr. Josenildo Silva Sousa, representante da direção estadual do MST.

O SR. JOSENILDO SILVA SOUSA – Sr. Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, Senador Alvaro Dias, do Paraná, Sr. Relator da CPMI, Deputado Federal João Alfredo, do PT do Ceará, a Deputada Estadual do PT Íris Tavares, o Deputado José Maria Pimenta, também do Ceará, a companheira Dita, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará, o companheiro Padre Vileci, da Comissão Pastoral da Terra, a Senadora Ana Júlia, do PT do Pará, em nome dos companheiros e companheiras aqui presentes, quero saudar o companheiro Ibiapina e a companheira Magnólia por estarem presentes, os companheiros e companheiras do Movimento Sem Terra de várias regiões, os companheiros povos indígenas, pessoal da CPT e todos os companheiros aqui presentes.

Sr. Presidente, a vinda da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para nós do Movimento Sem Terra, esperamos que possa contribuir no processo de reforma agrária no Estado do Ceará e que possa também punir os culpados por tantos assassinatos e torturas aqui sofridos pelos trabalhadores no Estado do Ceará. Hoje, pela manhã, ao amanhecer o dia, eu me lembrei de tantos companheiros e companheiras na ditadura militar, em 37, no caldeirão, e os mais recentes que foram citados pelo companheiro da... que foram torturados e assassinados aqui no Ceará. E pelo relato do companheiro da... os casos do Ceará não foram punidos. O Ceará é um dos Estados, como outros do Brasil que não respeita os direitos humanos e os direitos sociais do povo cearense. O Ceará tem uma população de 7,4 milhões de pessoas. Desses, Senadora, 25,7 estão abaixo da linha de pobreza. E o Ceará é um dos Estados que, a cada dia que passa, por não ter a reforma agrária que deveria ter, aumenta gradativamente o número de camponeses que vão migrando do sertão para as grandes cidades ou para as pequenas cidades no interior do Estado. Enquanto isso, no campo, temos apenas 28,46% de camponeses, e isso para nós é muito preocupante e com isso vai aumentando o grande número de violência no campo e nas pequenas cidades no interior do Ceará. O outro grande problema é a má distribuição das águas no Ceará. Por mais que o Ceará seja um Estado pobre, em que o povo passa fome, a região do sertão central, a região dos Iamuns e tantas regiões em que o povo passa fome e a seca maltrata cada dia o povo cearense, o Ceará é o Estado do Nordeste que tem a maior reserva de água em açudes. São mais de oito mil açudes no Ceará, com um total de 18 bilhões de

metros cúbicos, segundo dados da Secretaria de Recursos Hídricos do ano passado.

Pois bem, com esses dados que temos, o Estado do Ceará, por não ter feito a reforma agrária, desconheço os dados que foram levantados agora há pouco que no Ceará já foi feita reforma agrária, no Ceará não foi feita a reforma agrária. Temos dados, o próprio Incra fez o levantamento no ano passado que a grande propriedade e a média propriedade são parte de terras improdutivas no Estado do Ceará. E com isso o Ceará é responsável por esse grande número de pessoas pobres e miseráveis, aumentando o êxodo rural e aumentando a questão da violência.

As políticas públicas criadas no Estado do Ceará não tem melhorado a vida do povo cearense. Foi criado o DNOCS, em 1909, foi criada a Sudene na Região Nordeste, e outras políticas que deveriam servir para ajudar o povo cearense, pelo contrário, o povo cearense, a cada ano que passa, vai ficando mais pobre porque falta a política para ajudar a melhorar a companheirada. E queria me lembrar de algumas secas aqui no Ceará. A seca de 1953, 1958, 1955, 1979, 1983, isso já me lembro, foram secas duras, e o povo cearense mergulhou na miséria e na pobreza do Estado do Ceará.

Por outro lado, por mais que tenhamos essa grande capacidade de água que falávamos agora há pouco, isso não serviu de fato, o povo ainda continua passando fome. Este ano, Senadora, queria que a CPMI da Terra pudesse contribuir com esse momento, estamos vivendo uma seca. Dos 184 municípios do Estado do Ceará, 18 municípios já foram ocupados por trabalhadores rurais organizados pelos sindicatos ou pelo movimento, que vem nas prefeituras exigir dos prefeitos, do governo do Estado, emergências, frentes de trabalho ou condições para sobreviver no campo.

Queríamos que a CPMI pudesse contribuir nessas questões. Hoje assisti no rádio, gosto muito de assistir às rádios AM porque trazem informações, o Ministério da Integração Nacional reconheceu apenas no Estado do Ceará, nesse primeiro momento, 16 municípios. E lamentável que o meu município, o Canindé, infelizmente não está entre os 16 municípios em que foi decretado estado de emergência pelo Ministro Ciro Gomes. Então nesse momento que esta CPMI possa ajudar também nessas questões da seca no Nordeste e das secas aqui no Estado do Ceará.

A relação entre a pobreza do Estado do Ceará, dados feitos pelo Banco Mundial de 1999 a 2000, aqui no Ceará tem um problema que a cada ano que passa a política econômica, os governos que vão passando no Ceará vão criando políticas de agricultura ou de outras coisas conforme o que mercado internacional pede. E como a agricultura familiar, a pequena agricultura foi deixada na década de 80 até 90 o Ceará empobreceu. E o Banco Mundial fez um levantamento interessante que gostaria de colocar aqui. A produção agrícola do PIB do Ceará caiu de 12%, em 1999, para 6,1% no ano 2000. Mostra mais uma vez que o do Estado do Ceará a cada dia, se não for criada uma política pública que possa ajudar o povo cearense, os camponeses, os mais pobres, na verdade, o Ceará pode criar o grande calço na miséria e na fome do povo cearense. Estamos falando muito em seca, e esse, acredito, acreditamos que é violência a partir do momento em que mulheres, crianças, jovens passam fome num Estado que é rico em água e em condições, mas, na verdade, falta política voltada ao povo brasileiro.

Bom, outros momentos que gostaríamos de retratar, e nos deixa bastante preocupados, e esperamos que a CPMI possa ajudar nessas questões. O Ceará toda vida foi um Estado que por mais que alguém diga que é um Estado que não tem violência no final século XVII já existia violência no Estado do Ceará. A partir do momento em que os trabalhadores, as rezadeiras, as curandeiras, os camponeses se organizavam para lutar pelos seus direitos contra a política econômica, já naquela época da própria coroa os agricultores e o povo foram massacrados. Em 1889, foi registrado no Estado do Ceará 72 casos que envolviam camponeses que se organizavam. Tivemos o massacre no dia 12 de maio de 1937 que envolveu a comunidade do caldeirão, aqui no Crato, comandada e coordenada pelo Beato religioso José Lourenço, que tinha uma comunidade de mais de 6 mil camponeses que na época da seca tinha alimentação estocada para garantir a alimentação dos que migravam em busca de melhores condições de vida.

Outros momentos interessantes que gostaríamos de lembrar e colocar são momentos mais recentes que gostaríamos de trazer. E o Ceará passa um momento novo e que nos preocupa que é o momento de perseguições que ficam camufladas, perseguições que trabalhadores sofrem e nem muitas vezes por falta de orientação, por falta de uma cultura de fazer denúncias, de fazer explicações ficam paradas.

Encontra-se em nossas mãos, Relator e Senadora, algumas denúncias que foram feitas, entregues por militantes e dirigentes e acampados do Movimento Sem Terra. No Estado do Ceará temos hoje 22 acampamentos vistoriados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, e a maioria dessas terras foi constatado que são terras improdutivas e viáveis ao processo de reforma agrária.

Encontra-se em nossas mãos a fazenda Arisa* – nós gostaríamos, em seguida, de encaminhar à Co-

missão Mista de Inquérito, à CPMI da Terra. A fazenda Arisa é um complexo industrial que nunca funcionou – apesar de o Governo Fernando Henrique Cardoso ter conseguido grande financiamento junto ao Banco do Nordeste*, os quais não foram pagos desde março de 2003 –, que, nessa área, desenvolve um conflito agrário entre o proprietário e centenas de trabalhadores que defendem a sobrevivência para fins de reforma agrária.

Apesar das grandes dívidas que a Arisa possui junto ao banco, uma vez que não pagou os empréstimos, ainda foi desapropriada, e isso gera um clima de tensão e medo entre os trabalhadores, pois são constantes as ameaças por parte dos seus proprietários. Podem até afirmar que este vem cometendo um grande, um grave erro, sem que o Poder Judiciário tome as providências necessárias.

Trata-se, de fato, há mais de um ano. Esse proprietário, como forma de agredir as famílias acampadas, leva para o local da fazenda vários tonéis que contêm um produto químico de alta periculosidade. Inclusive, esse nós já fizemos denúncia, a Assembléia Legislativa já fez uma audiência pública, já denunciamos à Semace (Superintendência Estadual do Meio Ambiente)*, ao próprio Ibama*, mas continua do mesmo jeito. Esse fato foi informado à Semace – aí vem –, ao Incra*, à Assembléia Legislativa, e ao Ministério Público, mas nada foi encaminhado no sentido de eliminar os riscos que contém o acampamento, que pode prejudicar aos acampados e às famílias vizinhas. Então, esse é um caso em que nós temos aqui que está registrado na Assembléia, está registrado no direitos humanos, na própria Semace, onde fizemos, e que a gente gostaria que a CPMI pudesse encaminhar.

Nós temos aqui outra, a fazenda Chinoaquê, localizada no Município de Canindé*, a 120km de Fortaleza, pertence à empresa rural Chinoaquê Ltda., de propriedade do Dr. Edison Lopes, a fazenda já foi vistoriada pelo Incra. A mesma deu improdutiva e viável ao Programa de Reforma Agrária*. A mesma foi ocupada no dia 1º de agosto de 2004, organizada pelo MST e o sindicato de Canindé, com 100 famílias. Após três dias do acampamento, as famílias tiveram que desocupar o local porque o proprietário retirou, em conjunto com o Dert (Departamento de Edificações, Rodovias e Transportes)*, na CE que liga Canindé a Santa Quitéria. As famílias estão acampadas vizinhas à propriedade, no assentamento Todos os Santos*, assentamento esse ligado ao Incra.

No dia 23 e 30 de janeiro de 2004, um Gol branco, com dois homens desconhecidos, dispararam vários tiros, assim amedrontando as famílias ali acampadas e as crianças. Os mesmos vieram à Delegacia de Polícia Civil de Canindé e registraram a ocorrência.

Nós temos o caso da fazenda Vaca Serrada*, no Município de Madalena*, em que essa é uma terra que, segundo o Incra, até agora não comprovaram que a Dona Maria Luísa, seja propriedade, porque até agora não foi comprovado no Incra e, segundo os técnicos do Incra, estão colocando que não foi para Brasília por falta dessa prova, que ninguém sabe quem é o dono, se é ligado a Maria Luísa, se é ligado à família dela. Essa fazenda, ela é palco de conflito desde 1989, quando 150 famílias organizadas pelo Movimento Sem Terra ocuparam a fazenda e, em seguida, foram despejadas, em 1989.

A segunda ocupação aconteceu no dia 2 de abril de 2004, por 60 famílias, novamente organizadas pelo MST e o sindicato de Madalena.

Essa área, até agora, como eu disse, não foi comprovada, e nós gostaríamos que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito pudesse ajudar nesses casos, como é o caso da fazenda Vaca Serrada, que até agora não foi... Laudo, não foi ainda comprovado se existe dono. Se não existe dono, significa que é uma terra grilada, e, se é uma terra grilada, a gente espera que o Incra, que o Poder Público possa encaminhar e a fazenda ser desapropriada para as famílias.

Por outro lado, não tem produção agrícola e a propriedade não tem rebanho.

Tem outro caso que gostaria de lembrar, diante dos fatos, em Jaguaretama, pistoleiro e trabalhadores semi-escravos. No mês de abril de 2004, durante a mobilização e ocupação do perímetro irrigado de tabuleiro de russas, 20 famílias estavam organizadas no município de Jaguaretama. Os militantes do MST e a organização foram ameaçados por um fazendeiro da região, que andava armado, de forma extensiva, a pleno luz do dia. As famílias foram ameaçadas e desmobilizadas pelo fazendeiro. O clima ficou mais tenso na chegada de outros militantes, que iriam fazer o transporte das famílias para ocupação.

O fazendeiro, ocupado de jagunços, ameaçou os militantes do movimento com armas em punho e exigiu a saída imediata do município. O fazendeiro enviou um capataz que, na frente, colocou rolos de madeira para impedir que o carro conduzisse os trabalhadores. Em seguida, o carro saiu em alta velocidade, livrou-se da barreira, mas foi seguido por pistoleiros em moto.

O outro é a violência policial contra pessoa em razão de ser militante do movimento. Isso aconteceu no município de Iço, na região Centro-Sul. Na semana do ano de 2004, mais precisamente no dia 6 de abril, o militante do MST José Wilson Cavalcanti se dirigia com outras três pessoas, em duas motos, para uma

vigília, no município de Capuí, pararam para jantar num restaurante da BR-116, no município de Icó, um grupamento da Polícia Rodoviária Federal, comandada pelo inspetor Moacir Wilame Nogueira de Sá que chegou ao restaurante busca de arma. A ordem foi, portanto, atendida, sem resistência. Contudo, o proceder do inspetor. O militante José Wilson protestou dizendo: "Aqui somos todos cidadãos". A revista foi rigorosa.

Esse foi um caso que aconteceu no Icó e, em seguida, ao sair do restaurante e caminhar rumo à vigília novamente foram abordados pelo inspetor e o José Wilson foi torturado e levou várias coronhadas de revólver. Esse é mais um casa aqui escrito, temos testemunha e gostaríamos de ver o que a Comissão poderia fazer.

O companheiro da CPT falou o número de 16 assassinatos. Queríamos nos deter no mais recente, que foi o caso do agricultor Deni, que foi assassinado em julho de 2000, na fazenda Lagoa do Serrote, em Ocara, por pistoleiro. Ao amanhecer o dia, várias famílias de trabalhadores estavam se arrumando para ir a uma missa no município de Chorozinho quando foram abordados por aproximadamente 11 pistoleiros fortemente armados, que dispararam vários tiros em direção ao acampamento.

O Deni, um agricultor de 38 anos, que tinha ido ao cercado vizinho, porque é costume no interior ir para as missas a cavalo, que é mais rápido, encontrou o pistoleiro e foi assassinato com um tiro no tórax. Onze pessoas feridas, entre elas crianças, senhoras grávidas. E gostaríamos de mostrar rapidamente aqui no telão as fotos das pessoas baleadas e da família do Deni. Esse é um irmão dele, que sofreu lesões no braço. Esse é outro senhor, que é assentado hoje no assentamento do (??). O Irmão dele novamente. Essa é a mãe dele, filha e o pai, e o corpo dele que está sendo velado. Outra pessoa baleada, ferida. Essa é uma menor baleada, que pegou alguns tiros de raspão. Esse é outro garoto. Outra criança que estava no acampamento. Essa é uma senhora que estava grávida na época, com poucos meses de gravidez. Essa é a irmã dele. Esse é o Deni com a mãe na frente.

Essas são imagens que não adianta dizer que o Estado do Ceará não existe violência. O Estado do Ceará é diferente do Pará, é diferente do Pontal, é diferente de Pernambuco. É verdade, mas existem ameaças, existem lesões, existem crimes. Gostaríamos que esses crimes fossem punidos e os culpados fossem presos, que a lei pudesse de fato valer no Estado do Ceará.

Outro momento, acho que seria interessante, vamos entregar essa cópia aos membros, aos relatores, aos membros da CPMI. Mostramos a violência acontece no campo. Iremos mostrar agora também uma das violências que acontecem na cidade, quando fazemos as mobilizações, quando ocupamos o Incra, a Secretaria de Agricultura. E nessas ocupações exigimos recursos para as famílias trabalharem, escolas dignas, posto de saúde, assistência técnica, porque se não tivermos uma assistência técnica não teremos uma reforma agrária de qualidade.

No dia 28 de novembro de 1997, 300 trabalhadores ocuparam a Secretaria de Agricultura do Estado do Ceará. E nessa ocupação, estávamos solicitando do Governo do Estado escola para 300 turmas de alfabetização de jovens e adulto, estabelecimento de 74 projetos produtivos e combate à seca, até então não implantada. E naquele momento foi feita uma operação policial, cercando os agricultores acampados na avenida Bezerro de Menezes, decidida em reunião da qual participaram o membro do alto comando da Polícia Militar, da Casa Militar, do Governo do Estado, do Secretário Estadual de Segurança e Defesa da Cidadania. Então, foram esses os escalões que participaram da audiência.

Cabe destacar, ademais, que os trabalhadores rurais ilegalmente sitiados pela Polícia Militar foram submetidos a vexames e constrangimentos não autorizados em lei, ficando inclusive impedidos de receberem alimentação das pessoas que ali manifestaram solidariedade. Em destaque que a Constituição da República estabelece como direito fundamental locomoção no território nacional em tempo de paz.

Para terminar: as ações policiais impeditivas de exercício dos direitos individuais dos trabalhadores rurais, ilegalmente sitiados por configurar ainda crime de responsabilidade do Exmo. Sr. Governador do Estado – na época, o Governador Tasso Jereissati, hoje Senador da República – caso tenha essa autoridade objetiva, aderindo aos condutos (??) dos que organizaram a operação policial, com elas tenha olhado a Constituição Estadual no art. 8º da Lei nº 10.9779(??), art. 50.

Esse aqui foi o que aconteceu na Bezerra de Menezes. A Promotoria Pública Federal fez o processo, encaminhou ao Poder Público Estadual, que deu negativo ao processo. Aqui tem um depoimento do Deputado Estadual João Alfredo, que, na época, era Deputado Estadual; do Deputado Mário Mamede*, que, na época, era Deputado Estadual e hoje está nos Direitos Humanos, em Brasília; do ex-Deputado Estadual Eudoro* Santana. Há reportagens dos jornais **O Povo** e **Diário do Nordeste**. Então, gostaríamos de encaminhar, Sr. Presidente, a cópia desse processo para que vocês pudessem olhar com mais carinho.

Para terminar minha falação, esperamos que, na verdade, a vinda da CPMI possa tranqüilizar a paz no campo, que, a cada momento, vem sendo fraudada ou perseguida. Entendemos que as ocupações de terra, as marchas, as caminhadas servem, de fato, para exigir um processo de reforma agrária, que achamos ser legível, e todo cidadão brasileiro tem o direito de exercer o seu direito de cidadania. Um direito de cidadania que exercemos, não só o MST, mas vários outros movimentos de trabalhadores, são as caminhadas, as marchas e as lutas.

Gostaria de encerrar, dizendo: é preciso ver a reforma agrária como uma decisão política do Estado para solucionar a questão que entrava o desenvolvimento da Nação. Quem disse isso foi o Plínio de Arruda Sampaio, um grande estudioso da reforma agrária no Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado ao Josenildo pela participação.

Vamos passar a palavra à Antônia Alves de Sousa (Dita), representante da Direção Estadual da Federação dos Trabalhadores na Agricultura...

A SRA ANTÔNIA ALVES DE SOUZA – ...das entidades aqui representadas, às trabalhadoras e trabalhadores aqui presentes. Para a gente falar dos entraves, da problemática da reforma agrária, temos que ver, primeiramente, que a reforma agrária até hoje, onde aconteceu, foi uma luta das trabalhadoras e trabalhadores em movimento. A desapropriação se dá a partir da luta. Não por uma vontade política dos governantes, mas a partir de uma vontade, de uma necessidade dos movimentos das trabalhadores e trabalhadores. Ao longo do tempo, as trabalhadoras e trabalhadores, ao receberem a terra, foram deixados à mercê da sua própria sorte. Infelizmente, a assessoria técnica foi muito deficiente na reforma agrária. Olhando o Estado do Ceará, não só para as assentadas e assentados, mas para a agricultora e o agricultor familiar como um todo, olhando os 20 anos, a Ematerce*, órgão oficial de assessoria técnica, atende um número muito pequeno de trabalhadores rurais; não chega a 5%. Percebemos que, apesar da reforma agrária, onde houve a desapropriação, ela ficou, durante muito tempo, sem acompanhamento e entregue exclusivamente às empresas de elaboração de projetos que recebem 2% do valor do projeto. Esse valor inviabiliza um acompanhamento a médio e longo prazos. Além disso, não há continuidade, de forma que, ao se implementarem as propostas, os trabalhadores e as trabalhadoras ficam sem esse acompanhamento e sem uma gestão – esse é um dos entraves que percebemos.

Em 1997, quando foi instalado, a partir da luta dos movimentos dos assentados e das assentadas, o movimento sindical, começou o programa de assessoria técnica, o Projeto Lumiar, que durou apenas até 2000, com muitos problemas, havendo, inclusive, atraso de pagamento e descontinuidade de muitas coisas.

Embora façamos essa análise, percebemos que a experiência de assessoria técnica do Projeto Lumiar foi interessante. Era de praxe da assessoria técnica olhar apenas o lado produtivo, mas ela passou também a olhar o lado organizativo do assentamento. Percebeu que era preciso trabalhar igualmente a questão da gestão. Então, o Projeto Lumiar também teve essa importância.

Em 2003, iniciou-se o programa de assessoria técnica social e ambiental, mediante convênio firmado entre Incra e Sebrae, conforme a lógica de assessoria, buscando parceria tanto no sentido de aproveitar os recursos das diversas instituições como de dar maior apoio aos agricultores nos assentamentos. Esse programa tem como meta atender 100% dos agricultores e das agricultoras assentados e pretende ser um programa permanente de assessoria aos agricultores na área de reforma agrária.

Nesse sentido, nós, que hoje fazemos um movimento sindical, estamos com 58 técnicos e trabalhamos em 49 Municípios, atendendo a 7.301 famílias assentadas. Tudo isso se dá pela importância... Pode-se perguntar por que falar de assessoria técnica e não apenas dos problemas, até porque todos os fatos que os companheiros da CPT e do MST narraram são verdadeiros. Percebemos a importância da reforma agrária para o fortalecimento do agricultor e da agricultora familiar. A reforma agrária gera emprego e renda para os trabalhadores. Investir na agricultura familiar é muito mais barato do que investir nas empresas. Para se gerar um emprego na agricultura familiar, bastam R$3 mil. Em contrapartida, para a geração de emprego na indústria, no agronegócio, é preciso investir R$12 mil. Precisamos refletir sobre a importância dessa questão e de que esse Governo olhe com bons olhos e traga mais recurso para melhorar as estruturas, a fim de que aconteça a verdadeira reforma agrária neste País para que realmente haja o desenvolvimento.

Olhando a produção de grãos do próprio Ceará, representamos algo em torno de 3% da produção nacional de grãos. Mas quando se olha a Região Nordeste, ela detém apenas 10%. Então, há uma razoável produção de grãos no Ceará com o pouco investimento das políticas públicas existentes. Então, nós percebemos a necessidade de se investir, até porque se não investirmos na reforma agrária, as previsões que se têm é do inchaço cada vez maior dos grandes centros urbanos. E como trabalhar essa categoria que

nos pequenos centros urbanos vai se transformar em miserável?

Nós, que fazemos o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, entendemos que o ponto de partida para a elaboração – que é preciso – e a implementação de um projeto alternativo é a concepção do desenvolvimento. É a discussão do que entendemos por desenvolvimento. Porque até recentemente havia uma identificação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Isso permitia que o desenvolvimento de um país fosse medido apenas pelo nível de renda *per capita*. Essa identificação, porém, tem sido contestada, especialmente porque o crescimento econômico e a desigualdade social têm andado lado a lado. As análises que levam em conta apenas a renda *per capita* mascaram o grau de concentração de riquezas que há na nossa sociedade e é preciso trabalhar a distribuição da riqueza principalmente a partir da distribuição das terras.

Entendemos também que o desenvolvimento deve incluir o crescimento econômico com justiça e participação social e a preservação ambiental. Não dá para ter um desenvolvimento e não dá para discutir a reforma agrária sem discutir o desenvolvimento. Portanto, esta Comissão também tem esse papel de olhar a reforma agrária como um fator primordial para o desenvolvimento do campo. Não dá para trabalhar a reforma agrária simplesmente pela própria desapropriação da terra, é preciso que aja o acompanhamento técnico e o crédito para as diversas atividades e para a estruturação, inclusive para a questão hídrica e do escoamento da produção.

Todos esses fatores devem ser trabalhados e percebidos na reforma agrária. Isso tem sido, ao longo dos anos, muitas vezes também um entrave ao desenvolvimento do assentamento. Daí, muitos criticam e observam como o assentamento não tem crescido; mas quando se olha pelo outro lado, a geração que tem conseguido nesse período, apesar de você ter todos os entraves da reforma agrária, de que é preciso ser uma luta, que vai desde o início, desde a mobilização da propriedade até a desapropriação, ou seja, a emissão de posse, é muito grande.

Aí, os próprios trabalhadores, o próprio movimento, têm-se detido com bastantes entraves, inclusive acontecendo, muitas vezes, violência, embora, recentemente, no Ceará, a violência tenha diminuído, mas há, já, um trabalho permanente de credibilidade entre as diversas entidades e o próprio movimento, no sentido de estar trazendo para o debate do dia, como ponto fundamental a reforma agrária. O eixo principal do desenvolvimento passa por uma ampla reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar.

Portanto, nós, do movimento sindical, ao longo dos anos, assim como o próprio movimento sem terra, que tem criado as suas marchas para a conquista da terra, do crédito, da educação, em conjunto isso se vem fortalecendo o grito da terra Brasil. Neste momento, desde ontem, diversos companheiros e diversas companheiras do Brasil inteiro, estão caminhando para a negociação do grito da terra, onde se discute todas as problemáticas e negociação de recurso para o desenvolvimento do campo, seja na desapropriação, seja na questão do crédito, que aí é uma das questões que temos.

Se olharmos a conquista do Pronaf*, um programa que tem ajudado ao desenvolvimento dos assentamentos, ele tem crescido razoavelmente graças a essa luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, mas não ele não tem dado aos agricultores na sua maioria. Ele não tem crescido em volume, assim como a agricultura patronal.

Se olharmos, no ano passado, enquanto negociamos R$7bilhões para a agricultura familiar em assentamento para o todo – e aí entram agricultores sem terra, pequenos proprietários, assentados e assentadas -, pelo seu nível de organização, o agronegócio já tinha, na sua disponibilização, R$32 milhões. Então, há ainda uma disparidade muito grande.

Mas o movimento está organizando-se, fortalecendo-se, no sentido de termos, realmente, demandas concretas de implementação desses recursos, para que, amanhã, a agricultura familiar tenha o seu valor comparado, ou até maior, dado que a maior produção está na agricultura familiar.

Quanto ao Plano Safra, que percebemos e colocamos isso no sentido e incentivar o Congresso, a partir da CPI, a acreditar na reforma agrária e a olhar os projetos e os programas para a agricultura familiar, porque é preciso ter o crédito, ter a assessoria técnica permanente – e aí já se apontam algumas coisas que são importantes. É preciso trabalhar a agregação do valor, a agroindústria, a pequena indústria dos agricultores, é fundamental ela ser fortalecida. É preciso trabalhar na tecnologia em equipamentos, de acordo com a realidade da própria agricultura familiar para que realmente haja o desenvolvimento; é preciso olhar a questão da comercialização, aí a agricultura e os assentamentos não podem estar sendo trabalhados e olhados só no sentido de estar trabalhando a subsistência, mas, sim, esse fator que gera renda, que comercializa seu excedente; é preciso ter leis que fortaleçam a questão da legislação para a produção. E acho que a Comissão tem esse papel também de estar olhando.

A gente juntou algumas propostas que vêm sendo trabalhadas, ao longo do ano, do tempo, do movimento dentro das questões, nesse sentido de contribuir na própria comissão, no sentido de fortalecer as diversas demandas e negociações que estão acontecendo nesse momento, em Brasília.

E o projeto também de assessoria técnica na área ambiental, sendo trabalhada para essa área, pelos nove Estados do Nordeste, porque entendemos que os investimentos, os créditos, na região do semi-árido – e vivemos na região do semi-árido – onde temos secas constantes, com chuvas invariáveis, é preciso que os programas governamentais tenham esse olhar da realidade do campo, de olhar que uma região é diferente da outra e, portanto, a política que serve para a região Sul, muitas vezes, não é a mesma proposta que serve para nós, do semi-árido.

E acho que é preciso estarmos trabalhando nesse sentido. E acredito que, com o Congresso, com as organizações, com o governo voltando o olhar para os trabalhadores, para o desenvolvimento, para a agricultura familiar, fortalecendo cada vez mais, com certeza, a Reforma Agrária vai sair do setor da violência, da marginalização, de ver o trabalhador e a trabalhadora como coitadinhos, ou o assentado como um coitadinho, mas, sim, como um cidadão capaz de pensar, de produzir e de ajudar a construir essa sociedade mais justa e mais igualitária, pela qual viemos lutando ao longo desses anos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Srª Antônia Alves de Souza, Dita, pela sua contribuição.

Registramos a presença do Deputado Guaraci Aguiar e também de Regino Pinho, Secretário Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Nosso último convidado fará uso da palavra agora, o Sr. Eduardo Martins Barbosa, Superintendente Regional do Incra, no Ceará.

O SR. EDUARDO MARTINS BARBOSA – Senador Álvaro Dias, Presidente dessa Comissão; Senadora Ana Júlia Carepa; Deputado João Alfredo, Relator da Comissão e companheiro também de Partido aqui do Ceará; Deputada Íris Tavares, com quem temos um amplo trabalho conjunto na Assembléia; Deputado José Maria Pimenta, que representa bem o setor produtivo, aqui da região de Quixeramobim*, e representa hoje o setor aqui na Assembléia; ao Josenildo, companheiro do MST; o Padre ....., da CPT que temos também muitos contatos de trabalho; e a Dita, nossa companheira da Fetraece*.

Saudações também aos trabalhadores rurais, aos povos indígenas que tiveram conosco agora pela manhã, aos remanescentes dos quilombos, que é outro trabalho novo que está começando, um desafio para nós.

Saudações aos dirigentes de diversas instituições públicas que trabalham nas áreas agrícolas e agrárias que estão aqui conosco também, saudações aos Senhores e Senhoras que estão aqui presentes.

Nossa apresentação vai procurar trazer uma contribuição para a Comissão no sentido de apresentar o nosso segundo plano regional de reforma agrária do Ceará, que é decorrente da decisão do governo Lula de ter o plano nacional e cada estado ter o seu correspondente trabalho. Nessa apresentação vamos ter os elementos iniciais do plano e também alguns resultados neste período. A nossa idéia, apresentando esses elementos, também já procurar tratar alguns temas que foram tratados pelos outros que me antecederam aqui na mesa.

Vou tentar passar mais rápido porque já foram colocados alguns pontos. Sobre os aspectos do estado do Ceará, que já foram falados anteriormente, vou passar a este ponto para não ficar muito demorado. O segundo ponto importante é a metodologia de elaboração desse plano. Foi uma elaboração participativa, coletiva dos atores sociais envolvendo aqui o Incra, CPT, ???, MST, Embrapa, IBGE, Idasp, que é o órgão de terras do estado, Seagro, Secretaria de Agricultura do estado, Sebrae, Universidade Federal do Ceará, representações de assentados e acampados. Nessa metodologia procuramos integrar três dimensões. Um aprendizado coletivo, a tomada de decisões e convivência social. Nesse processo a gente gostaria de registrar a participação de mais de 1.500 pessoas no processo de elaboração. Esse foi o primor por uma ampla participação de todos os interessados no processo. Das etapas que cumprimos para fazer este plano, tivemos a coordenação geral do Incra e uma coordenação ampliada com os diversos parceiros que estavam envolvidos na proposta. Fizemos uma oficina inicial de mobilização e sensibilização quando discutimos o plano nacional de reforma agrária e traçamos toda a metodologia e (??) campo. Fizemos nove oficinas regionais de diagnósticos e proposições envolvendo todas regiões do estado, conseguindo, assim, captar da população interessada as propostas. Fechamos este processo no seminário estadual de discussão e aprovação do PRA, um amplo seminário em Fortaleza e fizemos um lançamento no final de 2004 na feira de socioeconomia solidária e reforma agrária e agricultura familiar que foi um momento muito importante desse processo.

Em termos da estrutura fundiária que foi colocada aqui por diversos que me antecederam, queremos ressaltar a existência dos 93 mil minifúndios, que como

colocou Torres de Belo é uma dificuldade em termos da organização da produção no estado, mas para nós é um público da reforma agrária. Queremos ressaltar também que existe grandes propriedades acima de 15 módulos, quase 755 propriedades e tem os assentamentos federais. Já foi colocado que representam (??) municípios federais e mais 228 assentamentos estaduais. Esse quadro em termos de imóveis ainda nos permite ver a necessidade de democratizar a terra que está nas grandes propriedades acima de 15 módulos, que é o objeto de trabalho do Incra, para contemplar a demanda que existe.

Em termos de área, também é importante ressaltar que essas grandes propriedades estão praticamente quase 1.000 hectares de terra nessas grandes propriedades acima de 15 módulos que podem estar sendo vistoriados pelo Incra para processo desapropriatório. Ressaltar que quase a mesma quantidade de imóveis e de terra também já estão, através dos assentamentos federais e estaduais, sob domínio dos agricultores que fazem a reforma agrária no Ceará.

Outro ponto importante de ressaltar aqui é que o Estado do Ceará são 14 milhões de hectares ao todo e tem cadastrado 8 milhões de hectares. Então, mesmo considerando todas as cidades, a parte de água e tudo, tem uma diferença entre o território e a área cadastrada muito grande, que também coloca o Ceará numa necessidade muito grande de regularização fundiária que é um dos programas fortes também aqui no estado. Essa diferença de cadastro é bastante significativa e é um ponto importante que não foi ressaltado por nenhum dos palestrantes anteriores.

Temos a idéia visual, gostaria que os senadores e as senadoras convidadas pudessem observar, que aí temos os imóveis que são todos de ??? referenciados nesse mapa e temos a concentração dessas áreas em amarelo que são os assentamentos rurais federais e a sua distribuição no estado, que dá uma visualização de como a distribuição espacial do que foi feito de assentamentos até hoje.

Em termos da demanda de terras, nós temos uma demanda emergencial de 2.276 famílias acampadas que é o público prioritário do Incra para o atendimento dessas famílias – e o nosso trabalho está voltado para esse atendimento – e mais cerca de 8.500 famílias que foram cadastradas pelo Correio, e nós temos esses dados no Incra, e muitos dos trabalhadores que estão nos acampamentos ou que acessam o Incra através de abaixo-assinados estão também nesse número total aí. Então essa é a demanda emergencial explícita que está colocada para o Incra trabalhar.

Existe uma demanda potencial, que são os dados das famílias que têm acesso precário à terra – logicamente nosso senso está muito defasado, que é de 95/96 –, e temos os 93 mil minifúndios que também estamos com uma demanda potencial de trabalho.

Para nós definirmos então, a partir desse diagnóstico fundiário, o Plano Regional de Reforma Agrária definiu um novo modelo para o Estado do Ceará. E aqui queríamos ressaltar que o Plano de Reforma Agrária do Ceará não é um plano pensando numa política compensatória, ele é um plano de desenvolvimento rural. Então, para fazer esse plano de desenvolvimento rural, nas discussões que ocorreram nas regionais e depois aqui, em Fortaleza, fomos definindo e conceituando o que seria essa visão de futuro em termos do mundo agrário aqui, do Ceará. Então queremos ter um novo modelo que aponte para a constituição de uma sociedade rural composta majoritariamente de unidades de vida e trabalho de caráter familiar, multifamiliar, comunitária ou coletiva, livremente associadas no processo de produção, beneficiamento, processamento, comercialização e consumo.

Nós queremos nesse modelo, fundado nas bases científicas da agroecologia e nos princípios da socioeconomia solidária, no desenvolvimento humano, no planejamento participativo e no desenvolvimento local, buscar maximizar a produção, respeitando o potencial de cada ecossistema, com a regionalização das estruturas de beneficiamento e transformação de produtos e colocando os produtores e consumidores organizados o mais próximo possível.

Então nessas três lâminas está a síntese do que nós queremos com esse Plano Regional de Reforma Agrária.

O Governo, reconhecendo a necessidade de articular ações com foco em territórios, porque o Governo adotou essa estratégia de áreas reformadas no plano nacional para dinamizar a reforma agrária na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável, e nós levamos essa discussão bastante a fundo aqui, no Ceará, e nós vamos em seguida um pouco essa ligação entre áreas reformadas e desenvolvimento territorial.

Então nós temos no Ceará cinco territórios definidos pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e dentro da política do MDA. São os territórios rurais Duziamus/Crateús número um, sertão central, Itapipoca número três, Sobral número quatro, e o sertão de Canindé número cinco. Vale ressaltar que esses territórios foram definidos justamente onde nós temos uma concentração de assentamentos de reforma agrária para articular a ação territorial com a ação de reforma agrária. Então as discussões que ocorreram na câmara técnica permitiram nós levarmos essas discussões e fazermos essa composição e essa votação no Conselho Estadual, definindo assim então esses

territórios rurais no Conselho de forma participativa e bem ampla.

No Plano, estamos trabalhando a idéia... Visualizando essa idéia das áreas reformadas, com mapa de potencialidades, então os estudos feitos pelo Nead, que foi uma pesquisa ampla, em nível nacional, que foi trabalhada pelo CPDA e pelo Museu Nacional, e uma parte dessa pesquisa foi feita no Ceará, foi possível então identificar essas áreas adensadas, que são, na política atual, de trabalhar como áreas reformadas. E fizemos o levantamento dessas áreas em que têm um conjunto de assentamentos bastante significativo, então é o potencial de trabalhar de forma articulada. Então esse trabalho inicial já foi feito, dessa identificação, e agora vamos trabalhar cada uma dessas áreas como um pólo de desenvolvimento.

Essa é a idéia de trabalhar as áreas reformadas aqui, no Ceará.

Próximo.

Definimos as diretrizes estratégicas para democratizar o acesso à terra, que é a diretriz 1; a diretriz 2 – promover desenvolvimento territorial sustentável; 3 – promover a igualdade de gênero, raça, etnia e geração; 4 – promover a paz no campo e a universalização do acesso a direitos fundamentais; 5 – assegurar o modelo de gestão pública, participativa e democrática; e 6 – fortalecer o Incra como entidade executora da política de reforma agrária.

Próximo.

Na primeira diretriz, a meta do Ceará são 8 mil famílias, e temos, até maio de 2005, 1.285 famílias assentadas e temos mais 1.051 famílias com capacidades de serem assentadas em áreas já decretadas. A área obtida para a meta são 320 mil hectares, seriam então praticamente a metade das áreas de latifúndio do Ceará e das grandes propriedades que seriam disponibilizadas para a reforma agrária. Essa é mais ou menos a proporção que o Incra faz quando vistoria as áreas e cerca de 40% têm dado improdutivo, então trabalhamos com esses dados aí e esse potencial. Nós já temos 16 mil hectares em PÁS, criados desde 2004 para cá, e mais 46 mil hectares em projetos de assentamentos a serem criados também nas áreas já decretadas.

A regularização de imóveis: a meta é 57.785 imóveis, ou seja, para tentar cobrir aquele amplo espaço que existe entre as áreas cadastradas e o território cearense, estamos fazendo esse trabalho em conjunto com o Idas, que é o nosso parceiro aqui. 7.200 imóveis, em cinco Municípios, já foi feito esse trabalho de regularização fundiária. Estamos trabalhando na área de transposição do canal do São Francisco, e têm mais 1.517 imóveis em processo de regularização, e, até o final do ano, temos mais uma meta de trabalho para completar 18 mil imóveis cadastrados em outras regiões do Estado.

Então aí nós temos aquele mesmo mapa das áreas rurais federais com os assentamentos e ver-se já a distribuição das áreas que estão em processo de obtenção, em 2005. A idéia de concentração dessas desapropriações para criar pólos de desenvolvimento, que são as áreas reformadas, em que a política do Ministério chega de forma conjunta e dá o impacto social, econômico e ambiental mais significativo.

O programa da diretriz 2 – promover o desenvolvimento territorial sustentável –, o principal programa é assessoria técnica, social e ambiental que é a meta da universalização dessa ação, e nós já temos essa universalização aqui, no Estado, com 14.338 famílias atendidas pelo convênio Sebrae, mais 2.628 famílias pelo Pronaf "a", e mais 1.485 famílias no Projeto Dom Helder Câmara. Nesse programa, é importante ressaltar a articulação de parcerias, captação de recursos e gestão participativa e descentralizada em nove núcleos. Esse sistema de trabalho foi citado como referência no relatório de auditoria do TCU do ano passado, quando fez auditoria do Incra, e outro ponto importante é a retomada e universalização do serviço com qualificação do trabalho produtivo da organização social e ações ambientais, atendendo a uma das principais reivindicações das famílias assentadas.

Nos créditos, a meta é atender também, universalizar os créditos na reforma agrária nas 25.836 famílias, no período de 2004/2007. Nós tivemos aqui 11.865 famílias que receberam R$13 milhões em crédito de apoio; 3.107 famílias, R$8.385.969,00 em créditos voltados para a educação; 1.812 famílias acessaram o Pronaf "a" nesse período, já acessando R$18 milhões, sendo transferidos para a estruturação dos projetos. Então o crédito de apoio modalidade semiárido está permitindo a construção de 10.736 cisternas, beneficiando todas as famílias dos assentamentos localizados no semi-árido cearense. É importante ressaltar, Senadores e Senadoras, que aqui estamos universalizando as cisternas nos assentamentos. Então, todas as famílias de assentamentos federais terão cisterna até o final do ano, numa grande política de convivência com o semi-árido. Essa é uma grande vitória do nosso trabalho nesse período. O crédito de instalação na modalidade material de construção está voltado para a construção de 294 casas novas e a recuperação de mais 2.515, num programa também voltado para a recuperação dos assentamentos antigos. Muitos deles receberam créditos muito pequenos e essa complementação está permitindo colocar um padrão de qualidade de vida bem melhor. Os recursos

do Pronaf A, como já disse, estão possibilitando a estruturação produtiva básica de mais 36 assentamentos que, por diversos problemas, já são assentamentos mais antigos, não tinham ainda conseguido acessar o recurso do Pronaf A . Então, esses são dados importantes na estruturação dos assentamentos, voltados, então, para a qualificação dos assentamentos. Temos a infra-estrutura básica. Como resultado, nesse um ano e poucos meses, são 2.433 famílias beneficiadas com 37 obras hídricas. Tivemos, no começo de 2004, uma série de problemas de arrombamento de açudes e estamos recuperando esses açudes com essas obras. Tem mais 133 famílias beneficiadas com duas obras de eletrificação rural e um conjunto grande, que está no Programa Luz para Todos, ainda está sendo trabalhado, e 513 famílias beneficiadas com três obras diversas, que são de atividades de prefeitos com prefeituras ou atividades menores. Ao todo, aplicamos 5 milhões de reais, sendo 4 milhões e 800 do Incra e 302 das contrapartidas dos parceiros, tanto do governo do estado como das prefeituras. Outro dado importante é o desenvolvimento ambiental, está nessa diretriz também de desenvolvimento territorial, que é levantar e iniciar a recuperação do passivo (??) e aumentar (??) todos os assentamentos. Então, no Ceará, são 310 PA com área de reserva legal já delimitadas, totalizando 145 mil, 228 hectares de área de reserva legal, sendo 180 materializadas em campo e 48 averbadas. Cento e quarenta licenças prévias protocoladas na Cemas (??), que o órgão de terras, 20 planos de manejo florestal implementados, totalizando 8 mil hectares. Na caatinga também é possível fazer o manejo florestal, esse é o trabalho que o Incra está fazendo, e 108 planos de recuperação em elaboração. Então, é importante ressaltar a parceria com a Cemas (??), o trabalho conjunto e um amplo empenho do Incra de atender o termo de ajustamento de conduta aqui no Ceará, junto com o Ministério do Meio Ambiente, o MDA. Em termos de desenvolvimento produtivo, nossa idéia, nas áreas reformadas, é de fomentar a agroindustrialização e, ainda, (??) de Melo, queremos com essa agroindustrialização, criar as condições de uma economia e que não só as áreas reformadas, as áreas dos assentamentos, mas o entorno seja favorecido por essas agroindústrias. É nesse sentido que estamos trabalhando, possibilitando a visualização do sistema mais complexo que possa absorver essa população que está nos assentamentos e nos seus arredores. Temos já o trabalho de recuperação de duas mini-fábricas de caju, a instalação de mais quatro mini-fábricas, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, Sebrae e Embrapa, a construção de dois centros de comercialização, um em Quixeramobim e outro em Quixadá, a construção de três unidades de administração de (??) de caju, a construção do Centro Público de Comercialização e Economia Solidária, que é uma iniciativa junto com o DNOCS e com a DRT, a Delegacia Regional do Trabalho aqui do Ceará, numa área do antigo prédio do DNOCS, que está sendo recuperado para a construção do Centro Público e recepcionar a produção dos assentamentos para a comercialização aqui em Fortaleza e também da agricultura familiar, dos irrigantes. É um amplo projeto que envolve a rede de economia solidária do Ceará. A realização de participação em feiras e exposições, tivemos uma grande atividade durante todo esse período, para colocar os produtos da reforma agrária em evidência, para que os consumidores tenham acesso a essa produção e saibam que essa produção vem da agricultura familiar, vem dos assentamentos. Trabalhamos também com a compra antecipada da produção, fortalecendo,então, essa comercialização em nível dos assentamentos. Ressalte-se, também, nesse trabalho, uma iniciativa recente da prefeitura de Santana do Acaraú, onde estivemos, que está comprando do Fórum dos Assentados, organizado pelo Fórum dos Assentados, toda a produção dos assentamentos voltados para a merenda escolar, num projeto muito interessante a que estamos articulados. Outras prefeituras estão interessadas e, certamente, será uma grande fonte de comercialização dos produtos da reforma agrária essa parte de alimentação escolar. Na meta, na diretriz 3, que é promover a igualdade de gênero, geração, raça e etnia, tivemos como meta garantir o acesso à documentação para 10 mil trabalhadores rurais. Fizemos um levantamento e, por incrível que pareça, esse é o número de trabalhadores que identificamos que não têm documentação, não têm como ter acesso às políticas públicas se não for feito esse trabalho. Então, já instalamos o Comitê Estadual da Campanha Nacional da Documentação da Trabalhadora Rural, fizemos dois mutirões e já conseguimos 3.340 documentos expedidos para colocar as mulheres em condições de acessar as políticas públicas. Também trabalhamos com os quilombolas, promovendo ações, beneficiando 48 áreas quilombolas, que foram registradas aqui no estado, fizemos o lançamento do Programa Brasil Quilombola, no final do ano passado. Foram, junto com o Idasf (?), identificadas as 48 comunidades quilombolas do estado. Fizemos um trabalho de formação e capacitação da equipe técnica e fizemos um seminário de planejamento das ações do programa de tal forma a responder a esse desafio para a gente. Também nessa diretriz de promover a paz no campo e a universalização do acesso a direitos, temos o trabalho em educação e saúde, porque também é nossa meta universalizar

esses direitos. Então, temos 1.898 jovens e adultos, 95 turmas de alfabetização e escolarização, 40 educadores capacitados em 28 projetos de assentamentos e, em setembro, deveremos ter mais quase 4 mil jovens no programa. Temos 110 educadores no Pedagogia da Terra, de 38 assentamentos, são jovens, filhos de assentados que estão cursando o nível superior na Universidade Federal do Ceará para apoiar, serem incorporados nos municípios como professoras de nível superior nos assentamentos, nas áreas de agricultura familiar. É também um grande programa, em que os jovens que já tiveram acesso à terra agora estão tendo acesso a um direito, que é a universidade. Um outro projeto importante são as 3.700 (?) pessoas beneficiadas com os dois Centros Rurais de Inclusão Digital. Esse é um projeto inovador, aqui do Ceará, junto com a Universidade Federal do Ceará e o Banco do Nordeste. Nós, inclusive, concorremos com esse Centro Rural de Inclusão Digital, à nível de Brasil, num programa de inclusão digital da Telemar. Ganhamos o primeiro prêmio, inclusive disputando com a USP nesse processo, que se transformou agora num programa nacional do Incra, com a iniciativa a partir da Universidade Federal, o Incra e o DNOCS aqui no Ceará. A universalização do acesso ao Programa de Saúde da Família e Saúde Bucal, através das portarias do Ministério, que já está funcionando aqui no Ceará, e temos também nessa área de saúde o abastecimento de água, com a articulação com a Funasa, para responder à demanda nessa área. Um outro programa inovador nessa área é a Articultura (?) na Reforma Agrária. Então, consideramos que a Articultura é o cimento da Reforma Agrária, ou seja, é o que dá unidade, dá identidade à Reforma Agrária no Ceará. A nossa meta é trabalhar em todos os assentamentos e programas, um programa inovador também. Inclusive, estamos indo ter uma representação nossa lá em Paris, Ano (?) do Brasil, fomos convidados para apresentar esse programa lá, junto com outros integrantes aqui do Ceará. Fizemos um mapeamento das manifestações culturais, fizemos amostra de Articultura envolvendo 90 artistas dos assentamentos, dando espaço para esses artistas se expressarem aqui em Fortaleza, participação no Festival Internacional de Violeiros, oficinas de intercâmbios culturais envolvendo mais de 3 mil pessoas, dinamizando a vida social nos assentamentos, tivemos amostra de cinema no ano passado, 'Sertão, Imagens e Movimentos', que levou, dentro da programação do Cine Ceará, o cinema para os assentamentos, e trouxemos jovens dos assentamentos para participar de todo o festival, fazer curso de fotografia e se integrar nessa vida cultural. Estamos, nesta semana, com a segunda amostra, dentro da programação do Cine Ceará, do 15º Cine Ceará. Outro trabalho importante, aqui muito ressaltado, é a questão da violência. A nossa meta é reduzir a ocorrência da violência em situações de conflito agrário. Nesse sentido, fizemos um trabalho forte em 2003, de criação e fortalecimento da Ouvidoria Agrária. Temos um trabalho conjunto com o Governo do Estado, a Casa Militar, a Polícia Federal, a Abin, todos os órgãos de direitos humanos aqui da Assembléia. Então é a Ouvidoria do Trabalho, de forma integrada, e é essa ação integrada que tem permitido negociar os conflitos, e não temos nenhum agravamento de conflito no Ceará nesse período. Então fizemos a formação de mediadores de conflitos para atuar nesse período todo, fizemos a mediação de conflitos de diversos acampamentos e assentamos, conseguindo, então, fazer uma negociação e isso chegar a bom termo em todos os episódios difíceis. Também fazemos assistência social às famílias acampadas, distribuímos dez mil cestas básicas e 112 bobinas de lona plástica para acolher essas populações que estão acampadas e que vivem numa situação muito difícil, e é muito importante esse programa de assistência social para essas famílias. E fizemos um lançamento do programa paz no campo com ampla participação das organizações parceiras, justamente para ter uma ação mais preventiva ainda lançando esse programa e fazendo toda uma discussão de cultura de paz nos assentamentos e nos acampamentos, de tal forma que possamos ter a paz no campo como uma meta realmente a construir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Agradecemos a participação de Eduardo Martins Barbosa. A Senadora Ana Júlia e eu temos um horário para embarque de retorno a Brasília que se aproxima. Por essa razão, vamos inverter a ordem, a Senadora Ana Júlia fará a sua intervenção, e depois vamos passar o comando dos trabalhos ao Deputado João Alfredo, a fim de que possamos ir até ao aeroporto.

Com a palavra, a Senadora Ana Júlia.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Alvaro Dias, Deputado João Alfredo, demais representantes das demais entidades de trabalhadores, representantes dos produtores e órgãos públicos, no caso o Incra, Deputada Íris, que preside a Comissão de Direitos Humanos, e o Deputado que é vice-presidente, José Maria Pimenta, da Comissão de Agricultura.

Queria frisar primeiro a importância desta CPMI, a importância do Deputado João Alfredo fazer um relatório que vai precisar espelhar a realidade tão diversa do Brasil, diversas regiões, e essa diversidade é a realidade nossa. Então temos atuações e soluções diferenciadas para as diversas situações que existem

no nosso País, apesar de algumas coisas que percebemos ser muito semelhante, principalmente quando se trata, por exemplo, da atuação da grilagem de terra no Brasil. Percebemos que tem uma forma que segue um mesmo ritual de como se faz grilagem de terra no Brasil.

Queria, inclusive, lembrar o que fala a nossa Constituição sobre o Direito à Propriedade.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo a sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos.

Menciona os requisitos.

Portanto, uma propriedade privada tem garantia na lei mas tem que ter função social para estar cumprindo aquilo que está colocado na legislação. E a própria legislação se reporta também, quando fala no que é função social, à Lei 8.629, que é o Estatuto da Terra, colocando o que é essa função social. Portanto, a propriedade da terra não está desvinculada da função social que tem que ter. Assim, não existe essa defesa, como se a propriedade privada estivesse desvinculada de uma obrigatoriedade, isso sim, de função social. Olha, até falei que nem os cearenses, viu? Na minha terra a gente fala "obrigatoriedadi". Isso é uma homenagem aos cearenses.

Mas quero dizer que quando a gente fala na lei, a gente tem que falar na totalidade da legislação, em tudo o que ela coloca. Achei interessante o que já colocou o Incra, em relação às ações, porque a gente percebe que têm ações preventivas inclusive. Ninguém fica feliz – e digo como Senadora da República e como Senadora do Estado do Pará – em ter o seu Estado campeão de morte, ninguém fica feliz em ver o seu Estado como campeão de trabalho escravo e como um dos grandes depredadores da natureza, como o meu Estado do Pará. Isso não é motivo de orgulho para nós. É o tipo do título que ninguém quer ter, mas temos.

E queremos mudar essa história. E por isso fiz a proposta, lá na reunião, em Caucaia, de que precisamos sim, novamente no Brasil, porque já sei que já teve uma CPI como essa na Câmara, mas penso, Senador Alvaro Dias, que talvez tenha que ser uma CPI mista sobre grilagem de terra no Brasil. Porque muitos que se dizem proprietários de terra nada mais são do que grileiros de terra, e de terras públicas, e, na maioria das vezes, de terras da União, essa é que é a verdade, mas que se apropriaram da terra e hoje lutam inclusive na Justiça dessa forma.

Quero parabenizar na verdade as entidades pela luta e até por estar numa fase mais avançada do que o extrativismo. Isso é fundamental. Porque é agregar valor à produção, ter um investimento que envolva toda a cadeia produtiva, ter mais do que o extrativismo, mas a transformação que agrega valor e que, portanto, pode trazer mais emprego e gerar mais renda, principalmente para os trabalhadores.

Na hora que a companheira da Fetraece, que falava do custo de um emprego na agricultura familiar e no agronegócio, o Deputado disse: – Não, não é só isso do agronegócio de 12 mil, é muito mais. O que torna, então, mais viável ainda o investimento na agricultura familiar, porque ainda é a geração de emprego mais barata no Brasil.

Portanto, quero reforçar a importância desse investimento, mais principalmente esse investimento da forma como parece que está sendo feito aqui no Ceará, com agregação de tecnologias, para que seja feito da forma mais produtiva possível. E dizer que espero que os Parlamentares, agradecendo aos Deputados e Deputadas aqui da Assembléia Legislativa do Ceará, possam nos ajudar a aprovar um projeto muito importante, Deputado João Alfredo, que apresentei no Senado da República, que proíbe financiamentos, que proíbe qualquer tipo de participação em licitação, que proíbe acesso aos fundos de desenvolvimento, quaisquer que sejam, para empresas, pessoas jurídicas ou pessoas físicas que cometam crimes ambientais ou crimes de trabalho escravo.

E tem mais: não estou fazendo, na minha proposta, que esteja no último grau do processo jurídico não, como é a desapropriação, a PEC que está na Câmara para ser votada, não, a nossa proposta é em último grau de recurso administrativo, porque entendemos que só assim, só mexendo mesmo no bolso é que as pessoas vão deixar de praticar esses crimes que são lesivos, na verdade, a todo o povo brasileiro. Em pleno Século XXI ainda termos pessoas mantidas em trabalho análogo ao trabalho escravo.

Quero dizer que testemunho que não se trata de exigências, mas a gente sabe muito bem, pelo menos no nosso Estado, que essas exigências... e as condições com que as pessoas são achadas realmente nos colocam diante de uma realidade ainda cruel porque o que nós vimos? A tecnologia avançou tanto, nós temos condições de ter informação em tempo no mundo real em qualquer lugar do Planeta, mas, infelizmente, as relações de trabalho não avançaram na mesma

condição que teve o avanço tecnológico da produção. Não é possível que a gente conviva no mundo de hoje ainda com condições de trabalho análogas ao trabalho escravo.

Então, eu só quero agradecer, Deputado João Alfredo, que a gente vai ter que sair correndo e o Senador Alvaro Dias, e dizer que acho que o resultado dessa CPMI... se uma CPMI não tem o papel de mudar imediatamente, mas ela tem um papel e já cumpre um papel importante porque a cada Estado que ela vai ela consegue mexer, ela consegue mobilizar os órgãos, as entidades, os poderes constituídos nas diversas esferas para que possam agilizar processos que muitas vezes nós sabemos que até com vontade política de dirigentes eles ainda são lentos. Então, eu acho que isso é fundamental para que a gente possa ter um país com paz no campo, porque ninguém quer mais paz no campo do que os trabalhadores rurais. Com certeza absoluta, a violência só gera violência. E eu digo que a impunidade, então, essa é a mãe da violência, por isso é que temos que acabar com ela.

Muito obrigada. Um grande abraço a esse povo carinhoso que é o povo do Ceará e que recebe sempre tão bem e por isso tem tantos paraenses aqui nessa terra. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quero agradecer à Senadora Ana Júlia, que se deslocou até Fortaleza para trazer o seu brilho e a sua inspiração a fim de que os trabalhos dessa Comissão possam realmente corresponder às expectativas de todo o povo do País. E destacar mais uma vez, na medida em que agradecemos, a participação tão eficiente e produtiva do Deputado cearense João Alfredo como Relator dessa Comissão. A sua função é a mais importante. A sua função é a de maior responsabilidade e certamente com os subsídios recolhidos aqui hoje ele terá mais motivos para trabalhar com determinação, segurança na direção de oferecer um grande relatório, um relatório que pode significar um momento histórico na vida do Parlamento brasileiro, já que a questão da terra neste País é uma questão crucial. A terra é um grande patrimônio do povo brasileiro e precisa ser esse patrimônio explorado convenientemente para que possa contribuir de forma mais significativa nesse processo de desenvolvimento econômico que se busca com justiça social.

Portanto, os nossos cumprimentos ao Deputado João Alfredo e a certeza de que o trabalho dele em nome do Ceará para todo o País nesta Comissão como Relator resultará em benefício para todo o povo brasileiro.

Muito obrigado por esta oportunidade de estar aqui.

Muito obrigado mais uma vez ao Presidente desta Casa, Marcos Cals, pela receptividade e pelas condições de trabalho que nos proporcionou. Muito obrigado a todos os parlamentares que vieram, a todas as entidades e associações que aqui compareceram. (Palmas)

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Antes de V. Exª e da Senadora Ana Júlia se retirarem – eu sei que vão se retirar até em função da dificuldade que foi a questão das passagens para retornar a tempo para as atividades em Brasília –, eu não poderia deixar de reconhecer que V. Exª tem propiciado à CPMI como um todo e a este Relator todas as condições necessárias para que nós possamos fazer esse diagnóstico de uma CPMI (??) que eu tenho sempre usado esse bordão: que é do tamanho do Brasil e do tempo da nossa história. Porque levantar a questão fundiária brasileira é um desafio imenso e eu diria que, além dos adjetivos que foram dados da importância, eu diria que é uma missão espinhosa, muito espinhosa até pelas questões, pelas emoções, pelos sentimentos que a questão agrária suscita. E agradecer também à Senadora Ana Júlia, do Pará, sempre tão prestativa, tão comprometida com essa causa, até porque vive em um dos Estados – eu sou testemunha disso, estive, só durante a CPMI, três vezes no Estado da Senadora Ana Júlia Carepa – onde a questão agrária é, realmente, das mais candentes e onde tratar disso não é fácil.

Nós estivemos – para os companheiros e companheiras do Ceará saberem –, numa das audiências que nós realizamos, na cidade da Altamira, havia faixas colocadas contra a Senadora, pela sua atuação corajosa lá no Estado do Pará, ela e o Deputado Zé Geraldo*. Então, eu queria, de coração, agradecer à Senadora Ana Júlia Carepa, agradecer ao Senador Alvaro Dias, pena que o Senador passou pouco tempo aqui no Ceará, a Senadora não, está aqui já há alguns dias, e desejar a todos boa viagem.

E nós vamos tocar, porque ainda teremos a palavra da nossa Deputada Estadual Íris Tavares*.

(Palmas.)

Já vamos aí com um bom tempo de audiência. Para quem não nos acompanha desde o início, nós estivemos de manhã na aldeia dos índios tapeba*, no distrito de Capuan*, no Município de Caucaia*, onde nós tivemos a palavra do representante dos povos indígenas do Ceará, Fernando Tremembé*, do Fórum da Zona Costeira*, representado pelo Jefferson Souza da Silva*, e do representante também da Funai*. Nós recebemos, como aqui estamos recebendo, uma série de documentos que vão subsidiar o nosso relatório.

Leio até, inclusive, aqui, um recado: "Nós, povos indígenas do Ceará, agradecemos a toda a Mesa, ao

MST*, Pastoral da Terra* e Assembléia Legislativa por esse momento. Estaremos, neste momento, nos reunindo com a Coordenadora-Geral de Identificação e Delimitação das Terras Indígenas, Nadja Bindá*, da Funai de Brasília, para tratar dos processos de demarcação das terras indígenas no Ceará".

Então, fazemos esse registro.

E, como esta audiência pública, aqui no Ceará, esta reunião da CPMI da Terra foi provocada justamente pela nossa companheira, Deputada Estadual Íris Tavares, que aqui preside a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa*, como última convidada, como última depoente desta CPMI, nós passamos, então, a palavra a ela.

A SRA ÍRIS TAVARES – Inicialmente, o nosso boa-tarde a todos e a todas. Quero saldar a mesa e agradecer, mesmo com a ausência, ao Presidente da CPMI da Terra, ao Senador Alvaro Dias, assim como também à Senadora Ana Júlia Carepa, que, por motivos superiores, tiveram que se ausentar neste momento.

Quero agradecer também ao nosso companheiro, Deputado Federal João Alfredo, que é Relator desta CPMI, também agradecer à Superintendência Regional do Incra por restar enriquecendo esse debate, a importância desse tema relacionado à questão da reforma fundiária e agrária, o Padre Vileci*, nosso companheiro, nosso conterrâneo, lá do Cariri*, um companheiro que vem se dedicando, constantemente, ao movimento relacionado à questão da Pastoral da Terra, o Sr. José Ramos Torres de Melo Filho*, que representa aqui a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (Faec)*, o companheiro Josenildo Silva Souza*, que representa, nesta Mesa, a Direção Estadual do Movimento dos Sem Terra, ao qual nós temos um profundo respeito, a companheira Dita, Antônia Alves de Souza, que representa aqui, nesta Mesa, a Direção Estadual da Federação de Trabalhadores e Agricultores do Estado do Ceará, como também o nosso colega nesta Casa, o Deputado José Maria Pimenta, que tem desempenhado um trabalho importante nesses debates relacionados principalmente a esse setor do campo, a esse setor produtivo, que tem sido uma das maiores preocupações em temas levantados nesta Casa.

Gostaria de fazer algumas observações. Acredito ser importante abrir minha fala, lembrando uma frase de um grande estudioso da estrutura fundiária e do desenvolvimento rural, o Cuéllar: o desenvolvimento terá de ser cultural no século XXI ou não será, tratando-se o desenvolvimento, tendo a compreensão de que o Brasil é o segundo país do mundo em maior concentração de terra.

A concentração de terra tem uma relação direta com o imponderação(??) das pessoas e das comunidades e nos faz entender, inclusive, que os interesses das elites deste País continuam distantes do sentimento verdadeiro da construção de uma sociedade que seja capaz de superar miséria e que, possivelmente, poderia estar comprometida com a distribuição de riquezas.

Aproveito a ocasião para registrar, em plenário, matéria veiculada, em vários dias, no jornal **O Povo**, intitulada Conflitos no Litoral, do jornalista Luis Henrique Campos, que me chamou atenção principalmente para a importância de trazer a CPMI da Terra para o Ceará a fim de que possamos nos incluir nesse relatório grande, que tem hoje a responsabilidade de elaborar um diagnóstico do problema fundiário e agrário do Brasil. Com essas matérias veiculadas no Ceará, poderíamos contribuir no sentido de dizer que, no Estado do Ceará, também temos muitos problemas relacionados à problemática fundiária e agrária.

Registro nossos sinceros parabéns ao Luis Henrique e à equipe do jornal **O Povo**, que foi capaz de registrar isso de forma bastante responsável e que estava sendo alimentada, a todo instante, pelo Instituto Terra Mar, uma entidade também responsável por trazer o debate sobre a situação em que se encontra hoje o litoral cearense e os povos do mar.

A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, da Assembléia Legislativa, tem tido, ao longo desse tempo, um cuidado muito grande em acompanhar várias questões que se espelham em várias regiões deste Estado, a partir dessa temática assumida não só pela Comissão de Direitos Humanos, mas pelo Fórum Cearense de Direitos Humanos. Na Comissão, trabalhamos hoje treze temáticas, em que está contida a temática relacionada à questão agrária e aos direitos das comunidades tradicionais.

Dessa forma, publicamente, nesta audiência, queremos fortalecer e assinar em baixo todo esse material que está sendo entregue à CPMI para ser avaliado por conta de um trabalho que esta Comissão vem fazendo conjuntamente com o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, no qual acompanhamos graves problemas que têm prejudicado bastante o andamento e a possibilidade de assegurar o direito das comunidades tradicionais – entenda-se, indígenas, quilombolas e pescadores –, onde esta Comissão já esteve presente – Almofala, São José do Buritizinho, Itapipoca, Caucaia, Acaraúco, Aranaú, Raul Velho, Aranaú, Itaiçaba – problema relacionado à questão da fazenda Ariza*, Aquirás*, Crato*, na região do Cariri, no sul do Estado, comunidades que não têm acesso à terra e também não têm acesso à água, que não podemos desligar os dois temas. Terra e água, sem sombra de dúvidas, dentro desse panorama que vivemos hoje no nosso Estado,

a gente tem a compreensão que são duas questões que estão intrinsecamente ligadas, até porque no caso do Crato, que é uma cidade no sopé da Chapada do Araripe*, que são mais de 200 fontes de água natural e que, infelizmente, o proprietário da maioria daquelas terras ali no entorno da Chapada se acha no direito de ainda praticar uma legislação da época do Império, não permitindo às comunidades do entorno a ter acesso às fontes, não para desperdiçar a água, mas para ter o direito, inclusive, de ter água para seu consumo como uma necessidade de cada ser humano. Comunidades como Camocim*, através do conflito em Maceió, Praia da Baleia*, Tatajuba*, Aracati*, Vale do Jaguaribe*, onde a incidência maior tem se registrado através do movimento dos atingidos pela barragem, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)*, também na região centro-sul desse Estado, Iguatu, Orós*, Acopiara*, em alguns Municípios que se desenham ali no entorno do Jaguaribe. A Chapada do Araripe, que hoje ocupa, por excelência, nesse Estado, uma situação importante, porque é um equipamento ambiental natural que interliga o sul do Estado do Ceará a mais dois Estados, que são Pernambuco e Piauí. A Chapada do Araripe, inclusive, hoje que tem parte de suas encostas ocupada e parte da área de proteção permanente que está sendo, inclusive, ocupada pela especulação imobiliária daquela região.

Entendendo que todas essas questões que temos ouvido aqui durante os trabalhos pela Mesa, mas que também tanto a Comissão de Direitos Humanos como o Escritório Frei Tito de Alencar* vêm lembrar que essa questão também está muito presente numa relação que tem deixado população da região metropolitana e a própria capital do Estado, Fortaleza, em situação muitas vezes bastante conflituosa. Queremos, com isso, contextualizar os conflitos urbanos e fundiários, acompanhados tanto pelo Escritório Frei Tito, como pela própria Comissão de Direitos Humanos. O problema habitacional na cidade de Fortaleza e demais Municípios da região metropolitana vem se agravando a cada ano. A capital cearense é a terceira capital em número de favelas e a primeira em porcentagem de população vivendo em áreas de ocupação, conforme últimos dados divulgados pelo IBGE. O déficit habitacional de Fortaleza alcança hoje 180 mil famílias, 75 mil das quais estão espalhadas em 92 áreas de risco, de acordo com publicação do jornal **O Povo***, do dia 5 de janeiro de 2004. Somado a tudo isso, está a insegurança jurídica da moradia, gerada pela falta de regularização fundiária. Em Fortaleza 40% dos imóveis em loteamentos estão irregulares, segundo dados da Habitafor*, 26% da população vive em assentamentos subnormais, também são dados da Habitafor, e 31% da população vive em favelas, segundo o IBGE, publicado em 2000, e existem quase cem áreas de risco, com mais de 17 mil famílias, cerca de 69 mil pessoas, de acordo com o Fórum das Áreas de Risco*, publicado em 2004. Os conflitos urbanos refletem-se diretamente no dia-a-dia do trabalho da Comissão de Direitos Humanos, que através do Escritório de Frei Tito de Alencar atende e acompanha inúmeros casos ligados à terra urbana. Apesar de as leis garantirem direitos relacionados à função social da propriedade, à segurança da posse e à cidade é gritante. O desrespeito ao direito social fundamental à moradia adequada, conforme prega o art. 6º da Constituição Federal.

O agravamento ainda se dá pela insensibilidade quase total do Poder Judiciário, cujos representantes ainda não conhecem o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257, de 2001, que vem interpretando o direito à propriedade como direito absoluto, superior ao direito à moradia, não resguardando sequer o direito às benfeitorias construídas pelos moradores nas áreas ocupadas. De cerca de 21 casos acompanhados diretamente pela Comissão de Direitos Humanos, por meio do escritório Frei Tito*, seis possuem ordens judiciais liminares de reintegração de posse, que, se executadas, resultariam no despejo forçado de 2.800 famílias.

Diante desses dados, conclui-se que os conflitos fundiários ligados às zonas urbanas de nosso Estado, especialmente em Fortaleza e na região metropolitana, representam a ausência de políticas públicas e de ações governamentais essenciais à maioria da população, bem como a falta de compreensão sobre a função social que a propriedade deve cumprir, seja no campo ou na cidade.

Espera-se que os Poderes Executivos e o Poder Judiciário cumpram a obrigação de respeitar e ampliar as normas de proteção aos direitos humanos no âmbito da legislação brasileira, solucionando as situações de conflitos relativos aos direitos à moradia dos grupos socialmente vulneráveis. Deputado João Alfredo, eu gostaria de levantar aqui um encaminhamento que, acredito, seja pertinente.

Esse Estado sempre se recusou a declarar, pelo menos a compreender, que exista pistolagem aqui, no Estado do Ceará. Essa situação tem trazido, de um longo tempo para cá, muita animosidade nesse debate com o Secretário de Segurança Pública no Estado do Ceará. Ele tem negado veementemente, que isso é uma coisa fantasiosa e que não existe de forma nenhuma. Queremos, aqui, nesta audiência, confirmar, ratificar cada vez mais, coisas que já foram ditas e denunciadas pelos companheiros dos movimentos sociais em todo o interior do Estado. O Companheiro Zé Maria, de Limoeiro do Norte, está aqui e tem sido vítima de

algumas tentativas inescrupulosas dessa situação hoje ligada à questão da pistolagem.

A pistolagem no Estado do Ceará é um fato que tem uma relação direta com essa questão do conflito de terras. O Governo do Estado precisa reconhecer isso para poder adotar iniciativas e práticas para combater. Quando negamos e não reconhecemos, não há como conversar sobre as possibilidades de uma possível iniciativa de combate.

Queríamos aqui, hoje, nesta audiência, sensibilizar os companheiros da CPMI da Terra, na esfera federal, envolvendo a Câmara Federal e o Senado, para que possamos juntos tentar rever essa questão. Principalmente por quê? Esses últimos fatos ocorridos aqui, no Estado do Ceará, que trouxeram à tona policiais militares não só envolvidos, mas liderando, orquestrando, praticando e desenhando a maldade para executá-la contra a própria sociedade. Não são policiais pequeninos, mas são policiais que ocupam cargos de destaque na hierarquia da Polícia Militar do Estado do Ceará. Quem pode nos garantir que, da mesma forma que esses policiais estão envolvidos e liderando grupos de extermínio, eles também não estejam envolvidos em outras iniciativas no sentido desta, da pistolagem, para combater os movimentos e as próprias comunidades hoje que precisam, de fato, continuar lutando e afirmando cada vez mais o seu direito de luta por um direito que é constitucional, por um direito que é o direito do cidadão que é de ter moradia, de ter terra para dela tirar a sua sobrevivência e garantir a sobrevivência da sua família e dos que virão. Então, gostaria de, finalizando aqui a nossa participação, colocar isto aqui como encaminhamento prioritário dessas preocupações que têm nos afligido muito nesses últimos tempos. E agradecer a todos que se fazem presentes, aos companheiros do MST, os companheiros das comunidades indígenas que tiveram que sair por conta de uma agenda, pois já haviam combinado com outros órgãos e à Mesa e a todos vocês que nos têm honrado nessa audiência pública. E, certamente, os desdobramentos que vamos ter a partir daqui serão acompanhados por nós da Comissão dos Direitos Humanos, escritório (??) de Alencar que está aqui presente, outras entidades e pela própria sociedade que tem estado conosco na responsabilidade de que a gente precisa avançar nestas questões. Nós precisamos entender que o capitalismo, na verdade, é uma máquina muito bem desenhada e que tem tirado muita coisa de nós, inclusive os direitos que estão em uma legislação que foi idealizada, pensada e publicada depois que esta Terra, Brasil, foi invadida lá nos idos de 1500. Então, é uma legislação, também, que traz nela o vício daqueles que invadiram e contaminaram algumas pessoas deste país por esta insana, medonha de querer ter sempre muito mais do que equilibradamente poderiam ter. E é por isso que sobra tanto pra uns e falta tanto para outros. Então, o nosso combate é um combate político-ideológico porque, como disse o (??), "o desenvolvimento terá que ser cultural no século XXI ou não será". Então, é uma questão de quebra de paradigmas, de ter a capacidade de discutir o projeto e a política de desenvolvimento que nós queremos para que ela dignifique qualquer cidadão e qualquer cidadã do Ceará, do Nordeste e do Brasil. Então, muito obrigada e parabéns a todos nós.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Muito obrigado, Deputada Íris Tavares. Quero registrar e agradecer a presença do 1º Secretário desta Casa, Deputado Gony Arruda. Eu estou vivendo, aqui, uma dupla condição de ser Presidente e Relator neste momento apenas. Na verdade, eu sou relator e eu pediria licença aos ouvintes e aos participantes desta audiência, para fazer algumas breves considerações e também questionamentos em função da CPMI. A nossa função, nesta Comissão Parlamentar, é justamente de apresentar o relatório. Evidente que, numa situação que nós sabemos de uma questão que ainda não foi resolvida no Brasil, que é a questão fundiária. Os países capitalistas, socialistas já resolveram. Aqui no Brasil esta questão ainda, vamos dizer, está presente no ponto de vista social, econômico e cultural, e uma CPMI que divide mesmo, corações e mentes. Não é uma Comissão feita a frio, pelo contrário, são muitas vezes debates acalorados e tenho procurado, nesta CPMI, ouvir todos os lados e ela é uma CPMI, quero aqui dizer, que tem como objetivo, realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, portanto nós temos que conhecer a fundo esta situação. Os processos de reforma agrária e urbana, um outro tema que nós ainda não aprofundamos. Estivemos em Goiânia e ouviremos o Ministro Olívio Dutra agora, na próxima quinta-feira, e os movimentos sociais de trabalhadores e proprietários. Os movimentos sociais de trabalhadores são maiores do que os dos proprietários rurais, até porque os trabalhadores são maioria na sociedade. Mas ouvimos também os proprietários.

Tenho uma preocupação muito grande de coletar esses dados e de não fugir da verdade dos fatos e sobre isso me permitiria dizer duas coisas importantes. Em primeiro lugar, nesta CPMI, até o presente momento, não houve nenhuma comprovação do envolvimento do MST com as Farc. É preciso deixar isso claro. Vou dizer como surgiu, porque esta CPMI é feita transparentemente. Os debates que estão sendo agora filmados são divulgados pela TV Senado. As fitas, que são gravadas, estão no *site* do Senado Federal. Portanto, qualquer um pode ter acesso. Efetivamente,

foi um técnico agrícola de Pernambuco à CPMI prestar um depoimento com essa acusação e apresentou uma suposta prova, um vídeo de um ex-padre conversando com uma criança, embora todos esperassem que ele estivesse fazendo uma palestra sobre guerrilha rural, ocupação, uso de armas. Nada disso! Fez acusações, mas nenhuma delas com o mínimo de provas.

Sabe-se que é uma questão que efetivamente move essas paixões, mas quero ser testemunha de outro fato que considero importante: nessa marcha que o senhor criticou tanto, uma das reivindicações levadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, e ao Presidente da Câmara, Deputado Severino Cavalcanti, foi o apoio ao desarmamento, inclusive ao plebiscito que deverá realizar-se.

Evidentemente, em qualquer movimento, em qualquer situação, pode haver aqui ou acolá seus desvios, mas pelo menos isso foi dito de forma clara e quero dar esse testemunho. Não que não tenham surgido denúncias com relação ao MST. Existem e estão lá, como há várias denúncias de milícias armadas de proprietários rurais, inclusive com documentos, com apreensão feita pela Polícia Federal, até bananas de dinamite, como foi o caso de Montes Claros, onde um empregado de uma fazenda dizia que ia dar um susto num acampamento de trabalhadores.

Sei que o senhor absolutamente não concorda com isso, porque sei da sua posição. Apesar de defender veementemente as suas posições, como também defendo, sei que não prega a violência no campo. Mas algumas questões que o senhor suscitou são importantes para o debate da Reforma Agrária. Antes, porém, ainda sobre a questão da violência, gostaria de abordar particularmente as questões suscitadas ainda há pouco pela Deputada Íris. Primeiro, do ponto de vista do caso que está sendo debatido aqui em Fortaleza, atinente ao envolvimento de policiais militares com grupos de extermínio, penso que não está dentro do objetivo da nossa CPMI. Deveria ser encaminhado a outra CPI, a da Pistolagem, cujo Relator é o Deputado do Partido dos Trabalhadores da Paraíba Pe. Luiz Couto. Então, penso que o caminho é esse.

No entanto, hoje, na audiência em Caucaia, surgiram denúncias de policiais militares sendo localizados em São José Buritis e do caso, de amplo conhecimento de todos, de policiais civis, inclusive de um delegado, em Curral Velho, Município de Acaraú. Esses são fatos – a Deputada saiu, mas é importante eu dizer – que estão dentro do alcance da nossa CPMI. Então, vamos encaminhar imediatamente as denúncias recebidas para apuração, assim como também o encaminhamento mais imediato... É a CPI da Pistolagem mesmo. Está tendo também a CPI do Tráfico de Armas e houve a CPI da Pistolagem, anterior a ela, que foi a do Deputado Luiz Couto, que ainda não aprovou o relatório. Esse caso também está na (incompreensível). Inclusive, estou aqui com a presença do Regino Pinho, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, que sei que está acompanhando esse caso. Mas eu dizia que, no caso de queimadas, que foi levantado hoje em Caucaia, estaremos fazendo um requerimento para o DNOCS, Ministério da Integração, para sustar qualquer ação, até porque a Funai está fazendo um trabalho na área, e são dois órgãos federais. Mas eu gostaria de fazer as perguntas ao Superintendente do Incra. Acho que é importante a exposição que foi feita, até porque tem sido feito um debate muito grande na CPMI sobre o que se tem convencionado chamar de "favelas rurais", ou seja, assentamentos sem assistência, sem recursos, em que a população trabalhadora vive nas piores condições. Foi apresentada uma gama de projetos de inclusão, de assistência social, ambiental, etc. Então, eu queria fazer, primeiro, uma pergunta, que tem acompanhado a CPMI o tempo todo: qual o impacto da reforma agrária tanto para os assentados, trabalhadores e trabalhadoras rurais, como para os municípios onde esses assentamentos estão localizados? Se não tem impacto nenhum, se realmente a reforma agrária está superada no tempo – como pensam alguns – ou se ela traz efetivamente mudanças. Isso por quê? Porque foi apresentado para esta CPMI um estudo de pesquisadores da Universidade Rural do Rio de Janeiro onde foi feito esse levantamento. Acho importante colocarmos.

A segunda pergunta está ligada a esse questionamento feito pelo Torres de Melo acerca do tamanho dos lotes, onde ele faz uma crítica. Era importante ouvirmos. São dois *experts*. Sei que o Eduardo, além de Superintendente do Incra, é agrônomo, tem conhecimento dessa área e, evidentemente, pode trazer a sua opinião.

Esse tamanho médio dos lotes, que foi colocado aí em torno de trinta três hectares, o que, na visão do representante da Faec, inviabilizaria e manteria a população numa situação de miséria, é isso mesmo? Você compartilha dessa mesma opinião?

Ainda nessa mesma linha, realmente, para o semiárido de sequeiro – entendi isso, não é o de irrigação –, a única saída mesmo é a pecuária?

Ou, se nós temos resultados importantes em outros setores.

Então, seriam essas perguntas.

Uma outra questão que me chama a atenção é a questão da regularização fundiária. Tem havido um trabalho de parceria entre o Incra e o Idarce nessa

área? Tenho tido muito essa preocupação, porque penso que a arrecadação de terras públicas – embora por si só não vá resolver o problema fundiário – é um instrumento importante porque incide justamente sobre a grilagem de terras, sobre as terras irregulares, e é mais barata, uma vez que não há necessidade de sua desapropriação. Hoje mesmo, o Jefferson, representante do Instituto Terra Mar fora da zona costeira, colocava da necessidade de se fazer mesmo uma perícia na cadeia dominial dessas propriedades. Então, que se pudesse fazer isso.

Antes de ouvir o Superintendente do Incra, vamos ouvir aqui a fala do nosso Deputado Estadual José Maria Pimenta, que é agricultor e membro da Comissão de Agricultura e do município de Quixeramobim, que conhece de perto essa realidade.

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTA – Eu queria me reportar ao problema da regularização fundiária. Nosso município foi o primeiro onde o Governo do Estado, através de um trabalho louvável do órgão responsável pela regularização fundiária no Estado do Ceará regularizou todas as terras do município de Quixeramobim.

E eu queria dar uma sugestão, porque eu acho que o importante não é "matar a formiga, e sim matar o formigueiro", que todo dia expele milhares e milhares de formigas. Então, os pequenos proprietários têm um problema sério não só no município de Quixeramobim, mas em todo o Estado do Ceará. Nós criamos um projeto importante em Quixeramobim chamado Pingo D'Água. É um projeto que hoje é modelo não apenas para o Estado do Ceará, mas para o Nordeste inteiro, no vale da Manituba, no riacho São Bento. Lá foram regularizadas 1.103 propriedades, a maioria das quais são pequenas, cujos proprietários têm a posse e, depois de regularizada, receberam o título do governo, mas infelizmente não podem fazer o registro nos cartórios porque eles cobram quantias exorbitantes dos pequenos agricultores do Ceará, inviabilizando-lhes o registro. Não adianta ter o título porque quem não registra não é dono. Por conta disso – imagine você –, o Governo gastou um bom montante de dinheiro para regularizar todas as propriedades. Nesse vale, foram regularizadas 1.103; apenas 104 ou 105 tiveram condição de fazer o registro nos cartórios.

Então, aqui vai uma sugestão: o Governo Federal tem que criar, através desta CPMI, um cartório federal que funcione dentro dos agentes financeiros, para acabar com o oligopólio dos cartórios, que impede, mesmo regularizado pelo Governo do Estado, a legítima posse da terra pelos pequenos proprietários.

A que isso leva? Esses pequenos proprietários, por não deterem, realmente, a terra, a vão vendendo. Isso fica inviável, porque sabemos que uma das ferramentas até para o desenvolvimento de qualquer setor da agricultura e da pecuária é o crédito. Então, por não terem a posse da terra através do registro, não podem hipotecá-la, não podem deixar-na em garantia no banco por conta de qualquer projeto que venha a promover o desenvolvimento da sua agricultura e da sua pecuária.

E por último, Deputado – V. Exª que foi deputado nesta Casa –, eu apresentei um projeto para regulamentar o art. 321 da Constituição do Estado, que diz clara e expressamente que o Governo é obrigado a dar subsídios e incentivos para a agricultura irrigada do Estado do Ceará. Já passou por todas as comissões temáticas, onde foi aprovado. Esperamos em breve ser aprovado por unanimidade esse nosso projeto, que visa regulamentar esse artigo para poder a gente ter condições de fazer irrigação para produzir os produtos essenciais para o pequeno agricultor do Ceará, que tem que produzir feijão, arroz, milho e leite, mas infelizmente o Estado do Ceará ainda importa esses produtos.

Se esse nosso projeto for aprovado aqui, temos certeza de que iremos mudar radicalmente a agricultura irrigada do Estado do Ceará. Esse é o adendo que eu queria fazer: criar cartórios federais para acabar com essa situação de registro de títulos no Estado do Ceará.

Só para se ter uma idéia, agora mesmo foi regularizado todo o município que explora petróleo. Então, se o dono da terra não registrar, ele não vai ter direito aos *royalties* do petróleo. Porque ele não é dono. Amanhã, se se descobre uma mina de pedras preciosas, o que é muito comum em Quixeramobim, o pequeno proprietário, não tendo seu título registrado, não terá direito a auferir alguma participação na exploração dessas pedras preciosas e semipreciosas. Então, é isso que eu queria que fosse anotado aí como sugestão para a CPMI da Terra.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu quero agradecer ao Deputado José Maria Pimenta e até, em apoio a essa proposição, dizer que, como advogado que fui de agricultores atingidos por barragens, um dos principais problemas de os agricultores serem indenizados era justamente a falta de documentação em cartório. Eles eram os verdadeiros proprietários. Agora, morria um dos mais antigos, não tinham condições de fazer o inventário ou o arrolamento, não tinham condições de fazer o registro e acabavam por não serem indenizados pela propriedade da terra, e apenas, portanto, pelas benfeitorias. E digo mais...

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTA – Daí a diferença de 14 milhões, que é realmente a área do Estado

do Ceará, e só temos em 8 milhões em títulos registrados.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O outro dado importante acerca disso, que podemos coloca no nosso relatório, é um apoio a uma proposta de emenda constitucional, uma PEC, de autoria do Deputado Doutor Rosinha, do PT do Paraná, que nós subscrevemos, justamente para estatizar os cartórios, porque essa seria a solução. O problema de cartório no Brasil é um absurdo.

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTA – Na Bahia, já são estatizados; no Piauí já são estatizados.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Paga-se por um carimbo. É um lucro altíssimo, numa situação que remete ainda ao feudalismo. Então, acredito que a estatização dos cartórios seria a solução para isso. Resolvia-se, de uma vez por todas, esse problema; poderíamos ter umas custas e emolumentos mais baixos. Em alguns casos, dependendo do tamanho da propriedade, fazer uma isenção, mesmo com relação a tudo isso.

Considero muito bem-vinda a sua sugestão e, como Relator, quero dizer que, desde já , incorporo essa sua proposta.

O SR. JOSÉ MARIA PIMENTA – Além do registro das cédulas.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tudo, se pensarmos, em qualquer situação. Então, vamos ouvir agora o superintendente do Incra, Dr. Eduardo Barbosa.

O SR. EDUARDO MARTINS BARBOSA – Vou começar pela regularização fundiária, que já era o tema do José Maria Pimenta, dizendo que esse programa para o Ceará tem uma importância muito grande justamente pela diferença entre a área territorial e a área cadastrada. Estamos fazendo um levantamento; parte é feito com recursos do Incra, repassados para o Idace, parte com recursos próprios do Idace e também o MDA. Esse programa vai permitir que o Estado conheça o seu território de forma permanente porque isso está ligado a uma legislação junto aos cartórios para controlar a venda de terras e permitir a identificação de áreas que possam ser arrecadadas para a reforma agrária. Estamos fazendo esse levantamento, uma parte do trabalho já foi feita, há uma possibilidade de essas informações permitir essa arrecadação de terras.

Com os primeiros indícios já se vê que, por exemplo, no Cariri, encontramos uma propriedade com mais de 5 mil hectares que não estavam registradas. Então temos que, na transposição do rio São Francisco, temos que ver a documentação mais de perto, a partir do que foi feito no trabalho inicial de georeferenciamento e agora precisa fazer essa parte documental, que vai permitir termos um conhecimento mais preciso. Essas áreas, muitas delas ocorrem na fronteira com o Piauí, essas dificuldades, e na área litorânea principalmente; justamente onde estão hoje os conflitos.

Não existe a base legal em relação a essas propriedades. Então existia uma confusão muito grande do domínio dessas terras e ares que são ainda devolutas. Consideramos muito importante esse trabalho que está sendo feito em conjunto. Agora, estamos envolvendo o DNOCS para toda a área de transposição do rio São Francisco já fazer esse levantamento, principalmente para poder no momento da indenização as famílias estarem com a documentação em mão.

Em relação à favelas rurais, tema que foi colocado, a primeira coisa que queremos ressaltar é uma peculiaridade do Ceará, que vai um pouco contrário á sua análise, no sentido de que os lotes não seriam viáveis. Primeiro, na reforma agrária no Ceará, tanto nos assentamentos federais como estaduais, não há loteamento nem parcelamento na grande maioria dos assentamentos. Só nos mais antigos que isso ocorreu.

Na atualidade, ou seja, de um bom tempo para cá, há um consenso entre os técnicos, os assentados, os movimentos sociais que temos de preservar a unidade da fazenda e fazer a exploração racional dessa propriedade organizando a produção e o uso dos espaços dessa fazenda através de atividades familiares e coletivas. Então, o sistema misto de exploração, que permite hoje trabalhar e ter um aproveitamento integral da fazenda com as áreas que tem açudes, as áreas que são de baixios, que podem ser trabalhadas até com pequena irrigação, e as áreas de sequeiro. E uma integração entre área de sequeira e área irrigada. Houve um grande erro nos processos de irrigação em que se (??) a área irrigada da área de sequeira, pois se quebra uma sistemática antiga de trabalho conjunto dessas duas áreas, que era o que a população vinha trabalhando como sistema agrário desde a década de 70. Uma visão de cima para baixo rompeu essa ligação.

Então, achamos que, no Ceará, não existem essas favelas rurais. Os assentamentos têm dificuldades, mas não têm essa caracterização de favelas rurais, de jeito nenhum. Criou-se um mito sobre isso. Têm os mitos que você falou em relação a isso. Esse é um mito que está sendo criado e não existe no Ceará. Existe dificuldade e pobreza, mas não existe uma favelização. Existe um processo de desenvolvimento dos assentamentos, que é progressivo. Os assentamentos mais velhos, que têm uma boa organização, independentemente da característica do seu solo, têm mais desenvolvimento. Por exemplo, Santana, em Mon-

senhor Tabosa, que fica numa região bem árida, bem seca, tem uma ótima exploração, com uma cooperativa, que explora a pecuária, de forma organizada, de gado, caprinos e ovinos, que faz apicultura e que faz produção de grãos em larga escala. Então, se se for ver a condição ambiental de lá, são as do semi-árido mais bravo que tem. Entretanto, a organização social permite superar as condições ambientais difíceis e fazer a produção. Isso está amplamente verificado em todas as regiões. Onde o assentamento tem dificuldades organizativas internas, essa dificuldade de organização não permite um avanço produtivo.

Então, no caso, está se trabalhando com a pecuária, ou seja, há uma recriação daquelas fazendas que eram dos coronéis por meio do sistema de organização social em que se substitui o proprietário por uma organização que comanda o processo da produção. Isso dá resultado. Essa é a diferença. Isso democratiza desde a base até a geração de trabalho e renda. Existe a democratização do trabalho, porque existe uma forma colegiado de alocar a força de trabalho nessa propriedade. É discutido em assembléias que grupos de trabalho que eles fazem, que comissões de trabalho. Isso permite que todos tenham, desde o começo, não um salário ou uma diária, mas, sim, a apropriação do resultado coletivo do que é feito nessas fazendas. As áreas de referência mostram muito bem a possibilidade de fazer isso em condições ambientais bastante adversas.

Novas perspectivas estão aparecendo. A apicultura é uma grande atividade que combina com a preservação ambiental e tem mostrado, em muitos assentamentos, um rendimento muito bom. No caso de Santana, faz-se exportação do mel. É mel de qualidade que permite até a exportação.

Esse trabalho também acontece nas áreas de caju e, no agronegócio do caju, em função da própria concorrência internacional, sabemos que há uma crise.

São essas áreas que hoje estão sendo disponibilizadas para o Incra. Então, é uma nova área que a reforma agrária ainda não tinha entrada de forma mais efetivada. São áreas que têm dificuldades por a população ter perdido o espaço de trabalho nessas fazendas, porque as agroindústrias foram transferidas para a cidade. Criaram-se, então, nessas situações, os conflitos sociais da atualidade, em função do desemprego provocado pelo sistema de *plantation* que vigorou até agora e que foi todo financiado, desde a época dos militares, por meio do Finor. Tudo isso foram recursos públicos que foram colocados à disposição dos proprietários para montar esses sistemas. Hoje, eles estão em dificuldades. A saída está sendo transformar essas áreas para agricultura familiar, para os assentamentos e descentralizar o beneficiamento, em escala menor. Então, esse é um caminho que está sendo seguido. Têm diversos elementos que mostram que é um caminho que tem condições de dar produção e de dar resultado econômico e social, até trabalhando com recursos. É uma atividade nobre, de exportação, mas ela (??) imediatamente (??) por quem trabalha nessa atividade.

Então, nossa visão - o plano de reforma agrária reflete muito bem isto – é que não existe a questão de favelas rurais no Ceará. Existem processos de desenvolvimento em curso, com diversos estágios diferentes. Temos de entender que cada processo, em cada assentamento, é um estágio que tem suas peculiaridades próprias. Por causa disso, trabalhamos a questão da educação e da cultura como elementos centrais da organização dos assentamentos.

Queremos agora – é a grande novidade – não trabalhar somente assentamento por assentamento. Justamente, aí vem a importância do estudo dos impactos dos assentamentos rurais em áreas adensadas. Inclusive, o Professor Amaro, que está aqui presente, participou juntamente com o pessoal da equipe do Rio de Janeiro, que fez a pesquisa nacional. Amaro foi um dos pesquisadores, aqui no Ceará. A região de Quixeramobim e Canindé foi a área estudada. É muito claro o efeito de um conjunto de assentamentos, seu impacto para a economia da cidade. Canindé possui 50 assentamentos hoje. Na época em que foi feito o estudo era já um número significativo. Houve uma dinamização da economia local. Inclusive, no debate a semana passada sobre a questão da seca, o Prefeito de Canindé fez uma declaração muito (??) nesse sentido. Os comerciantes que vieram à audiência também mencionaram que graças aos assentamentos a economia de Canindé tem-se mantido bastante efetiva em uma situação de sertão e de seca. São depoimentos dos próprios comerciantes, do prefeito de lá. Isso foi captado muito bem pela pesquisa.

Os assentamentos, hoje, têm capacidade de trabalhar rebanhos de caprinos, ovinos e bovinos de qualidade. Há assentamentos que já estão indo às feiras para vender reprodutores. Existe toda uma dinâmica econômica ao lado dos assentamentos.

Em termos demográficos, foi observado que nessas regiões há lugares onde não houve êxodo rural. Em alguns lugares houve crescimento. Em Canindé, por exemplo, houve um crescimento da população rural. Ao invés de as pessoas estarem indo para a cidade para ter os problemas que a Íris mencionou, Canindé consegue absorver sua população a aumentar a população rural. Quando se dá condições essa população fica e até aumenta. É um dado muito importante para

a comparação da questão do êxodo rural e dos problemas que acontecem nas grandes cidades.

Em termos de produção, há a diversificação da pauta produtiva do Município. A agricultura familiar e os assentamentos têm essa mesma singularidade. Produzem muito mais alimentos. Há mais hortas, mais frutas, galinha caipira, ovos caipiras. São, hoje, demandas fortes da economia local e que são produzidos nesse sistema. É o caso que vimos lá em Santana do Acaraú. Em quatro meses houve uma demanda de quase vinte mil ovos de galinha caipira para a merenda escolar. São os assentamos, as comunidades, que fornecem. Não precisam vir de fora. A coisa mais ridícula é chegar um ovo de granja em uma região do interior para uma creche, para uma escola. É o cúmulo do contra-senso do sistema que foi montado. Os assentamentos, a agricultura familiar, permite – desde que o poder público apóie e que tenha mecanismos para absorver essa produção – fazer uma produção avançada, intensificando produções tradicionais. A resposta em Santana do Acaraú é muito boa nesse sentido com o fornecimento de mamão, de leite, de carne. Então, a própria pecuária, tão decantada pelos (??), por que não pode ser feita pelos assentados? Os assentados têm possibilidades de fazer. Em Caucaia, o assentamento de Santa Bárbara fornece bois para o abastecimento da cidade. Eles têm uma sistemática de venda. Engordam bois e vendem. Se o pecuarista pode, o assentado também pode engordar bois e vendê-los. Não há problema nenhum. Faz parte da cultura produtiva, da cultura econômica do sertão. Há alguns assentamentos que têm, também, vaquejada, que era uma atividade tradicionalmente da elite, organizada pela elite, no momento de arrebanhar o gado. É uma atividade que se mantém hoje, mas controlada pelos assentamentos. Há parques de vaquejada que são controlados e que constituem fontes de renda para o assentamento. Participamos de uma vaquejada. Em Monsenhor Tabosa há uma que mobiliza a região. São elementos importantes que trabalham muito bem a questão.

Em termos de impactos internos, há outro ponto importante: trabalho e emprego. Nos dados dessa pesquisa, 93% da população assentada trabalha no assentamento. Poucas pessoas saem para trabalhar. É um dado importante na geração de trabalho e renda.

Houve um fortalecimento das famílias. Oitenta por cento do trabalho é feito em família. Isso fortalece os vínculos familiares dentro do assentamento, na área rural.

Condições de habitação. Antes dos assentamentos, 55% das famílias moravam em casas de taipa. Depois dos assentamentos, 99% das famílias moram em casas de tijolo. Creio que agora deve-se chegar aos 100% com esse recurso de recuperação, com certeza. Depois do assentamento, 75% das casas têm mais de cinco cômodos, o que permite uma melhor distribuição da família dentro da casa, melhores condições de vida para essa família.

Acesso a bens de consumo duráveis.

A pesquisa mostrou que 90% dos assentamentos têm geladeira, 82% têm televisão, 62% têm fogão a gás e 79% têm bicicleta, o que é decorrente de uma série de atividades que são feitas nos assentamentos que permitem um acúmulo de algum recurso e a compra de bens duráveis.

Esses são dados dessa pesquisa que demonstra claramente um efeito, tanto no conjunto dos Municípios, como na vida de cada assentado. É a partir dessa idéia que não foi programada pelo Governo, o Governo foi fazendo assentamentos, como disseram a Dita, a CPT e o pessoal do MST, a partir da luta dos trabalhadores, mas foi-se gerando esse adensamento e temos agora que aproveitar esse adensamento e transformá-lo numa política pública, entrando de forma organizada, que são as áreas reformadas.

Então, nós fizemos o debate, e acho até que o Dr. Agnelo(??) estava aqui elogiando o nosso plano, a nossa idéia. O nosso plano foi pegar essa idéia que veio da luta dos trabalhadores e transformar numa política pública, e fazermos o adensamento, através da agroindustrialização, porque sabemos que vamos chegar a um ponto em que a terra vai ficar escassa para as famílias daquele lugar, porque a população vai crescendo. E precisamos ter atividades secundárias na agroindústria e atividades de serviço que vão compor o que chamamos de complexo de cooperação solidária, um conjunto de organizações que vai permitir criar condições de trabalho e renda além da agricultura.

Nós queremos um campo, ou seja, a área rural, não somente do ponto de vista agrícola e pecuário, mas também da agroindústria e de serviços, porque quando há uma população maior os serviços se tornam necessários.

É necessário ter cabeleireiro e pessoas que desenvolvem outras atividades. Na escola, os professores precisam ser do assentamento, e precisamos tirar essa idéia, inclusive mudando a legislação, porque hoje quando um assentado progride socialmente ele deveria sair do assentamento, porque é um contra-senso.

Estamos trabalhando em conjunto com o Ministério do Trabalho para regulamentarmos as outras profissões que não são agrícolas, dentro do assentamento, para permitir que essa população vá se adensando com atividades de outra natureza.

O SR. (orador não identificado) – E vire um núcleo urbano, não é?

O SR. EDUARDO MARTINS BARBOSA – Não um núcleo urbano, mas vire um núcleo rural de nova forma, que seria uma recriação das fazendas antigas, em empreendimentos sócio-econômicos-solidário. Esse é o modelo que estamos vendo. Existem elementos concretos da realidade do Ceará que apontam para isso. E a grande saída disso foi a decisão tomada pelos técnicos e pelos assentados de não parcelar fazendas aqui, no Ceará, e permitir, em função dessas restrições naturais, um outro modelo que é peculiar em todo o Nordeste e em quase todo o Brasil.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Muito obrigado, Sr. Eduardo Martins Barbosa, por sua contribuição. Quero agradecer também ao Padre Vileci Basílio Vidal, da CPT, ao Sr. José Ramos Torres de Melo Filho, da Faec, ao Sr. José Nildo Silva Souza, do MST; ao Sr. Antonio Alves de Souza, o Dita, da Fetraece; ao Sr. José Maria Pimenta, que nos acompanhou até o final, representando a Assembléia Legislativa, por delegação do Presidente Marcos Cales e à Deputada Íris Tavares, Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Quero solicitar a cada um de vocês, por favor, que entreguem a documentação que trouxeram do Incra, da Faec, do MST, da CPT e da Fetraece, à nossa secretaria. Essa documentação será devidamente autuada e examinada por esta relatoria para podermos fundamentar o nosso relatório.

Quero fazer um agradecimento especial à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará*, da qual eu fiz parte durante doze anos – é sempre uma alegria estar voltando aqui –, agradecer ao Presidente Marcos Cals*, mas agradecer também a todos os servidores e servidoras que estiveram conosco até este momento – nós estamos trabalhando aqui, nesta CPMI, desde as 9 horas da manhã, e já são quase 4 horas da tarde, desde 9 horas que estávamos lá na aldeia dos tapebas* –; agradecer a toda a equipe também da Comissão dos Direitos Humanos* aqui, da Assembléia, gabinete da Deputada Íris Tavares*, e agradecer, também, evidentemente, a toda a equipe da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, CPMI da Terra, da Câmara e do Senado, agradecer à Polícia Federal, que tem acompanhado os nossos trabalhos.

Nós já estamos falando que toda essa documentação vai constar da CPI, o nosso secretário pode receber.

Esperamos que todos que acompanharam esse debate, um debate muito rico, muitas vezes até, em alguns momentos, polêmico, forte, mas democrático, com oportunidade que cada um e cada uma teve de colocar suas posições, e que, na verdade, eu, como Relator, saio muito enriquecido, apesar de morar e de conhecer essa realidade aqui, mas penso que um debate como esse que nós fizemos, com tanta participação, com tanta contribuição, vai permitir que nós possamos fazer um relatório que seja à altura, vamos dizer, da responsabilidade que me foi cometida pelo Partido dos Trabalhadores quando me indicou para a relatoria desta CPMI.

Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos. (Palmas.)

(Levanta-se a reunião às 10h20min.)

Ata da 39ª Reunião, realizada em 1 de junho de 2005.

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e dez minutos, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal, sob a Presidência do Senador Álvaro Dias e ainda com as presenças dos Senhores Senadores José Agripino Maia, Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Siba Machado, Ana Júlia Carepa, Valdir Raupp, Mozarildo Cavalcanti, Romeu Tuma, Fátima Cleide, Geraldo Mesquita e os Senhores Deputados João Alfredo, Relator, Zé Geraldo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Marcelo Siqueira, Xico Graziano, Luís Carlos Heinze, Josué Bengtson, Inaldo Leitão, Luci Choinacki, Jamil Murad, Adão Pretto, Anselmo de Jesus, Alberto Fraga, Jackson Barreto e Dr. Rodolfo Pereira, membros, bem como com a presença dos Senhores Parlamentares Luciano Zica, Luiz Alberto, Iriny Lopes, Orlando Desconsi e Cabo Júlio, não membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-C "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)" Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Alvaro Dias, declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir os Senhores Pedro Christofoli, Secretário-Geral da Associação Nacional de Cooperação Agrícola – ANCA; Senhor. Francisco Dal Chiavon, Presidente da CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil; Sr. José Trevisol, da ANCA, que se apresentou espontaneamente, bem como os Senhores Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo. A seguir, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator que leu a "Questão de Ordem" apresentada

pelo Senador Siba Machado e outros, solicitando transformar a presente reunião em reservada, uma vez que serão revelados dados sigilosos dos depoentes. Ato contínuo, o Deputado Jamil Murad solicitou a palavra, pela ordem, citando os artigos 405 e 408 do Regimento Interno do Senado Federal e 132 do Regimento Comum, a fim de manter o caráter sigiloso da presente reunião. Dando continuidade, o senhor Presidente indeferiu a questão de ordem, mantendo o caráter público da presente reunião. Diante da decisão do Senhor Presidente, o Deputado Jamil Murad apresentou recurso contra a decisão da Presidência na questão de ordem, solicitando o encaminhamento à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados. De igual teor, o Senador Eduardo Suplicy apresenta recurso requerendo seja enviado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, sendo acatados. A seguir, a Presidência convida o Senhor Pedro Christofoli para tomar assento à Mesa de Trabalhos, passando-lhe, em seguida, a palavra para iniciar o seu depoimento. Ato contínuo, a Presidência concede a palavra ao Relator para interpelar o depoente, que fez diversas perguntas ao senhor Christofoli sobre a relação entre a ANCA e o MST, trabalhos voluntários, aplicação das verbas dos Convênios e outras questões afetas. Após, a Presidência concede a palavra ao depoente para responder ao Relator. Continuando, o Senhor Pedro respondeu ao Relator com base nos documentos que dispunha no momento, comprometendo-se a enviar à Comissão a documentação restante. Na oportunidade, fizeram uso da palavra a Senadora Ana Júlia, o Senador Romeu Tuma e o Deputado Jamil Murad. A seguir, o senhor Presidente agradece a presença dos integrantes da CONTAG, bem como do Presidente da referida Confederação. Prosseguindo, a Presidência passou a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, a fim de que fizesse suas indagações. Entretanto o depoente usou da prerrogativa constitucional de permanecer calado. Fizeram uso da palavra o Senador Romeu Tuma, Senadora Ana Júlia Carepa, Siba Machado, bem como os senhores Deputados Alberto Fraga, Adão Pretto e Luci Choinacki. Tendo em vista a polêmica que se criou entre a Deputada Luci Choinacki e o Deputado Alberto Fraga, a Presidência suspendeu a reunião por cinco minutos, até que os ânimos se acalmassem. Reaberta a reunião, às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, o senhor Presidente solicita aos Deputados que retornem aos seus lugares. Fizeram uso da palavra os Deputados Alberto Fraga e Anselmo e, após, retornando a palavra ao Vice-Presidente da CPMI para concluir seus questionamentos. Durante os questionamentos, o Depoente invocou o Direito Constitucional de permanecer calado. Diante do silêncio do Senhor Pedro Christofoli, o Deputado Onyx requereu a Ata de constituição da ANCA, o Estatuto, a Ata que consta a eleição do Senhor Pedro e um documento comprobatório de compra e venda da sede da Entidade. Para finalizar a participação do Senhor Pedro, fizeram uso da palavra os Senhores Parlamentares Senador Suplicy, Deputado Jackson Barreto, Deputado João Alfredo, Deputada Luci Choinacki, Deputado Jamil, Senador Siba Machado e Senadora Ana Júlia. O Deputado Alberto Fraga esclareceu que irá apresentar Requerimento convocando o Gerente do Banco Bradesco, que sugeriu a ANCA ser a Previdência Privada a melhor opção e solicitou, igualmente, a cópia da Ata que o elegeu, com registro em cartório. O Deputado Onyx Lorenzoni passa a ocupar a presidência, concedendo a palavra ao Deputado Zé Geraldo e posteriormente à Senadora Heloísa Helena e ao Deputado Luís Carlos Heinze. O Senador Álvaro Dias retorna à Presidência agradecendo a participação do depoente, convidando o próximo depoente o senhor Francisco Dal Chiavon para tomar assento à Mesa dos Trabalhos. Ato contínuo, a Presidência informou que, como é regimental, o Senhor Chiavon já preencheu e assinou o Termo de Compromisso, procedendo à leitura. Após, a Presidência passa a palavra ao depoente para fazer suas considerações iniciais. O Senhor Chiavon fez uma ligeira explicação sobre o Cooperativismo, sua origem e os objetivos da Entidade. Dando continuidade, o senhor Presidente passa a palavra ao Relator para suas indagações e, após, ao depoente para responder. Em seguida, a Presidência concede a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni para proceder aos seus questionamentos. Como o depoente permaneceu em silêncio, a Presidência informou que esse é um direito Constitucional, mas alertou quanto ao Artigo 186, do Código Penal. Após, o Presidente passou a palavra ao Deputado Alberto Fraga e ao Deputado Jamil. Ato contínuo o Presidente retornou a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni para interpelar o depoente, o que continuou calado. O senhor Presidente comunica aos Senhores Senadores que estão sendo chamados no Plenário do Senado para votação nominal, esclarecendo que o Regimento do Senado Federal impede que se dê continuidade aos trabalhos da Comissão. Assim, às dezoito horas e trinta e quatro minutos, assume a Presidência o Deputado Onyx Lorenzoni concedendo a palavra aos últimos inscritos na lista. Fizeram uso da palavra os Deputados Abelardo Lupion, Alberto Fraga e Luís Carlos Heinze. O Deputado Lupion fez diversas perguntas, levantou a questão da inadimplência da CONCRAB junto à Receita Federal, fez menção a Convênios com o Ministério da Agricultura, porém não

obteve resposta do depoente, invocando o direito Constitucional de permanecer calado. O Deputado Onyx Lorenzoni, no exercício da Presidência esclarece que os Senadores se retiraram para cumprir os compromissos regimentais, ficando os Senhores Deputados para finalizar a presente oitiva. Informou, ainda, que a exposição do Senhor Ministro das Cidades foi adiada, Ato contínuo, o Presidente em exercício passou a palavra ao Deputado Alberto Fraga para seus questionamentos, fazendo diversas perguntas, mas o depoente fez uso da prerrogativa Constitucional. A seguir, o Deputado Jackson Barreto pediu a palavra para solicitar ao depoente que encaminhe a esta CPMI os documentos de que necessitam para dar continuidade aos trabalhos. O senhor Chiavon prometeu encaminhar os documentos e já de pronto deixou a Certidão Negativa de Débitos da CONCRAB. Logo após, o Presidente em exercício concede a palavra ao Deputado Heinze para as suas indagações. Entretanto, o Deputado não obteve respostas do depoente. Às dezenove horas e dezoito minutos, o Presidente em exercício, Deputado Onyx Lorenzoni, em cumprimento à determinação do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, suspende a presente reunião, informando que dará continuidade no dia seguinte. Mantendo o mesmo quorum, às dez horas e quarenta e sete minutos, do dia **dois de junho** do corrente, o Senhor Presidente, Senador Alvaro Dias, declara reabertos os trabalhos, dando prosseguimento às oitivas. A seguir, a Presidência convida o senhor Emerson Rodrigues da Silva para tomar assento à mesa dos trabalhos, informando que o mesmo já preencheu e assinou o Termo de Compromisso, passando a qualificá-lo. Após, a Presidência agradece a presença do depoente, ressaltando que o mesmo está na condição de testemunha e não como réu. Salientou ainda que o depoente não será alvo de constrangimento, visto que merecerá todo o respeito dos parlamentares; ocasião em que o Senador Siba congratulou-se com o Presidente pelas explicações dadas. Ato contínuo, a Presidência passa a palavra ao depoente para suas considerações iniciais e, a seguir, ao Relator para seus questionamentos. A seguir, usaram da palavra os Deputados Jamil Murad e Anselmo. Após, a Presidência concede a palavra ao Deputado Lupion para interpelar ao depoente, que nada respondeu, usando da prerrogativa Constitucional que lhe garante o direito de permanecer calado. Fizeram, ainda, uso da palavra, o Senador Siba, que citou o Dr. Alexandre Moraes, quanto ao direito de permanecer em silêncio, o Deputado Jamil Murad, o Deputado Lupion, a Deputada Luci Choinacki e o Senador Siba para discutirem sobre a presença e a manifestação do advogado do depoente. Ato contínuo, o Deputado Alberto Fraga solicitou a palavra, causando forte polêmica. Manifestaram-se a Deputada Luci e o Senador Siba contra a posição levantada pelo Deputado Alberto Fraga. Às onze horas e cinqüenta minutos o Presidente, Alvaro Dias, suspende a reunião até que os parlamentares pudessem se recompor os ânimos que se encontravam exaltados. Às onze horas e cinqüenta e cinco minutos, o senhor Presidente reabre os trabalhos, rogando esforço para que os Parlamentares membros ser mantenham com compostura para que os trabalhos ocorram com respeito e fidalguia. Após, o Relator solicita a palavra para se solidarizar com os companheiros de partido e pedir mais respeito do Deputado Fraga. A Presidência solicita ao Deputado Alberto Fraga que tenha maior cuidado com as palavras. Ato contínuo, o Deputado Alberto Fraga pede a palavra e após explicações, dá continuidade aos seus questionamentos. Entretanto, o depoente limita a dizer que se reserva a permanecer calado de acordo que lhe garante o dispositivo constitucional. A seguir, fizeram uso da palavra os Deputados Anselmo e Heinze, sendo que o Deputado Heinze desistiu de questionar o Sr. Emerson, justificando que o mesmo se nega a responder as perguntas. Prosseguindo, o Presidente informa que haverá Reunião Deliberativa e Administrativa na próxima quarta-feira, dia oito de junho, às quatorze horas. Após, o Deputados Adão Pretto solicita a palavra e cita a ilegalidade de algumas Cooperativas ao que a Presidência informa que a questão do Rio Grande do Sul já foi tratada e a documentação está à disposição do parlamentar. Usou, ainda, da palavra o Deputado Josué Bengtson. A seguir, o Deputado Fraga sugere liberar o Sr. Emerson e que sejam apresentados os outros dois depoentes em conjunto, o que foi acatado. Após, o Senador Siba pede a palavra para falar sobre possível "vazamento de informação", apresentando requerimento juntamente com cópia de documento sigiloso da CPMI, o qual consta o nome de Filipe, sendo acolhido pelo Presidente.Em continuação, a Presidência esclarece que não há justificativa para tumulto, uma vez que o requerimento será analisado. Após, o Senhor Presidente informa que serão ouvidos os senhores Edmilson Pinho e Orlando Araújo, em conjunto. A seguir, a Presidência agradece a presença do Sr. Emerson, liberando-o e convocando os senhores Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo para ocuparem seus lugares à mesa. A Presidência comunica que os depoentes já preencheram e assinaram o Termo de Compromisso, o que passou a lê-los. Ato contínuo a Presidência concede a palavra ao Sr. Edmilson para suas considerações iniciais e, após, ao Sr. Orlando para fazer seus esclarecimentos. Dando continuidade, o

Presidente passa a palavra ao Deputado Lupion para questionar aos depoentes. O Deputado Lupion não obteve resposta por parte dos depoentes, que invocaram o direito constitucional de ficarem calados. Foi aparteado pelo Deputado João Grandão, Vice-Líder do PT na Câmara. Após, o Relator sugere que os depoentes sejam liberados e seja convocado o senhor Trevisol, sendo atendido. O Deputado Lupion informa que entrará com Requerimento, solicitando a Quebra do Sigilo Bancário da "*Brasil de Fato*" e sugere ser ouvido o Senhor Trevisol, tendo sido aparteada pela Deputada Luci Choinacki. A Presidência consulta aos membros que embora hajam inscritos, ele gostaria de chamar o Senhor José Trevisol. Após, o senhor Presidente libera os depoentes. A seguir, o Presidente convida o senhor Trevisol para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, informando que embora o Sr. José Trevisol se apresentou espontaneamente, o mesmo preencheu e assinou o Termo de Compromisso, passando a lê-lo. Em seguida, O senhor Presidente concede a palavra ao depoente para suas considerações iniciais. O depoente apresentou uma breve autobiografia, falou de sua missão na ANCA, bem como sobre sua fonte de renda. De acordo com a lista de inscrição, fizeram uso da palavra para indagarem o depoente os seguintes Parlamentares Deputado Abelardo Lupion, Deputado Alberto Fraga e o Senador Siba Machado. Por último, o Senhor Presidente concede a palavra ao Relator para suas considerações finais. A Presidência comunica que no próximo dia 09 de junho deste está agendada reunião da Comissão para falar sobre o Trabalho escravo. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência agradece a presença de todos encerrando a presente reunião e, para constar, eu, Janice de Carvalho Lima, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que fazem parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião da CPMI da Terra.

Consulto o Plenário se podemos considerar aprovada a ata da última reunião. (Pausa.)

Não havendo manifestação, aprovada.

A reunião de hoje tem por objetivo ouvir depoimentos de Francisco Dalchiavon, Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab); Pedro Christofoli, Secretário-Geral da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca); Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo.

Consulto se está presente o Sr. Francisco Dalchiavon, Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, que seria o primeiro depoente. (Pausa.)

Está a caminho.

Então, vamos ouvir primeiramente o Sr. Pedro Christofoli, que já está presente. Peço para tomar assento à mesa o atual Secretário-Geral da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca), Pedro Christofoli.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado João Alfredo, Relator da Comissão.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, creio que talvez tenhamos agora uma das mais esperadas audiências desta CPMI, até por conta da divulgação de dados que envolvem estas duas entidades, Anca e Concrab. Evidentemente esta CPMI vai tomar esses depoimentos e terá oportunidade de ouvir dos responsáveis por essas duas entidades todos os questionamentos que têm sido feitos ao longo desse tempo com relação à aplicação desses recursos. Uma parte desses questionamentos decorre de uma decisão tomada pela CPMI com relação à questão do sigilo fiscal e bancário de ambas as entidades. O Regimento Comum do Congresso não trata desse tema, e o Regimento do Senado trata, no art. 144, que diz:

"Art. 144. Quanto aos documentos de natureza sigilosa, observar-se-ão, no trabalho das comissões, as seguintes normas:

I – não será lícito transcrevê-lo, no todo ou em parte, nos pareceres e expediente de curso ostensivo" – é o caso de uma audiência;

"II – se houver sido encaminhado ao Senado em virtude de requerimento formulado perante a comissão, o seu Presidente dele dará conhecimento ao requerente, em particular;

III – se a matéria interessar à comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em reunião secreta;

IV – se destinado a instruir o estudo de matéria em curso no Senado, será encerrado em sobrecarta, rubricada pelo Presidente da comissão, que acompanhará o processo em toda a sua tramitação;

V – quando o parecer contiver matéria de natureza sigilosa, será objeto das cautelas descritas no inciso IV.

Parágrafo único. A inobservância do caráter secreto, confidencial ou reservado, de documentos de interesse de qualquer comissão sujeitará o infrator à pena de responsabilidade, apurada na forma da lei."

O que entendo, então, Sr. Presidente? Tomaremos esse depoimento, mas ele está fundado em dados de sigilo, que foram transferidos para esta Comissão.

Mesmo em uma decisão tomada pelo Supremo Tribunal Federal acerca de uma das duas entidades, com a cassação de uma liminar, o Ministro Relator, mesmo garantindo a quebra do sigilo, como, de fato, ele garantiu a quebra do sigilo cassando uma liminar, ele disse que caberia à CPMI resguardar esse sigilo, ou seja, não estamos discutindo o acesso dos membros da CPMI ao sigilo, porque isso já foi garantido pelo Supremo Tribunal Federal. Não estamos a discutir aqui se vamos ou não tomar esse depoimento, porque a convocação foi aprovada e os depoentes estão aqui para depor. É verdade que com atraso de uma semana, mas estão aqui para dar seus depoimentos.

Então, o questionamento que faço a V. Exª, que à luz do Regimento Interno do Senado se aplicaria a essa matéria, é no sentido de que devemos fazer uma reunião secreta, para tomar esses depoimentos, uma vez que cada um de nós, pelos dados que foram levantados do sigilo fiscal e bancário, vamos aqui tratar de dados sigilosos.

Dessa forma, faço essa solicitação a V. Exª, como já ocorreu em outro caso não relacionado a sigilo, em que o depoente solicitou, em razão das denúncias, que a reunião fosse secreta. Portanto, solicito que façamos também essa reunião de forma secreta, como manda o art. 144, inciso III, do Regimento Interno Consolidado do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Cabe à Presidência decidir sobre questão de ordem e dessa decisão caberá, evidentemente, recursos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sem efeito suspensivo, conforme estabelece o Regimento.

Creio que esse debate é oportuno e a questão de ordem suscitada pelo Deputado João Alfredo dá prosseguimento a um debate que se estende há muito tempo, no decorrer dos trabalhos de diversas comissões de inquérito no Senado Federal e no Congresso Nacional. Eu participei ativamente de debates dessa natureza por ter presidido a CPI do Futebol.

Como conseqüência dos debates aqui travados, há manifestação reiterada do Supremo Tribunal Federal. Na última reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito, fiz referência à jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal relativamente a assunto desta natureza. O acórdão unânime, exarado no Mandado de Segurança nº 23.452, relatado pelo Ministro Celso de Mello, dispõe com clareza que os dados sigilosos confiados a comissões parlamentares de inquérito poderão vir à tona por ocasião da comunicação ao Ministério Público ou a outros órgãos do Poder Público, para os fins previstos no art. 58, § 3º, da Constituição Federal.

Há razões imperiosas, ditadas pelo interesse social, que configuram a justa causa, por meio da necessidade de revelar dados sigilosos durante os trabalhos da CPI. Esse entendimento vem sendo aplicado no Congresso Nacional há mais de uma década e justamente em virtude disso é que se tornou possível o processo de investigação que levaram às condenações o ex-Presidente Collor, o Juiz Nicolau dos Santos Neto e o ex-Senador Luis Estevão.

Nos casos específicos de Nicolau dos Santos Neto e Luis Estevão, houve manifestação expressa – e cito os dois por serem casos mais recentes –; houve, portanto, autorização para os procedimentos que foram adotados na oportunidade.

A Constituição dá à CPI poder de autoridade judicial para investigar. Como órgão colegiado que é, a investigação se dá justamente nas audiências em que os parlamentares se reúnem para discutir os elementos encontrados nas provas obtidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Se de outro modo fosse – como seria – possível dar aos depoentes investigados a oportunidade do direito da defesa, garantia fundamental erigida em nossa Constituição, se deixássemos para elocubrar solitariamente nossas decisões com base naquilo que sigilosamente descobrimos, em que momento o investigado poderia explicar tais fatos? Os trabalhos da CPMI seriam eivados de inconstitucionalidade, uma vez que não seria garantido o direito ao contraditório, já que os depoentes apenas poderiam falar sobre coisas que não tivesse relação com seu sigilo, elemento, via de regra, essencial para fundamentar eventuais acusações que incidam contra ele.

Não pretendo discutir a oportunidade de sigilo, quando se trata de dinheiro público. É claro que minha opinião pessoal não tem muita importância. A meu ver, para dinheiro público, jamais deveria existir sigilo, qualquer forma de sigilo, bancário, fiscal. Dinheiro público é dinheiro público, tem que haver transparência. Não estou discutindo se este é o caso neste momento. Prefiro agora dizer que, em função da última reunião da CPMI, quando não houve o comparecimento dos convidados, revelaram-se os dados, que serão hoje apresentados, quando do depoimento dos convidados. Convidados ou convocados, não importa. Estão presentes, e nós os temos como convidados e eles terão oportunidade de se manifestarem sobre os dados que foram revelados.

Portanto, para não prolongarmos esta discussão, quero discutir a questão de ordem dizendo que a nossa decisão, infelizmente, é pelo não-acolhimento do pedido de reunião reservada. Temos o dever de,

com transparência, oferecer oportunidade para os esclarecimentos, que esperamos possam ser cabais e convincentes. Esse é o nosso desejo para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito conclua sobre a lisura dos procedimentos adotados.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, o Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, na condição de relator, observou que o acesso às informações fiscais e bancárias da impetrante não elimina o dever de proteção aos eventuais direitos relacionados à imagem dos atingidos. De modo que o exame dos documentos deve ficar restrito apenas à CPMI, que deverá adotar rígidas providências para que seu conteúdo não seja indevidamente divulgado.

Com base nessa opinião do relator, queríamos apresentar um recurso, em nome dos Senadores e Deputados signatários desse recurso, com fundamento nos arts. 131 e 151 do Regimento Comum, nos arts. 405 e 408 do Regimento Interno do Senador Federal, e no art. 132 do Regimento Comum, apresentando um recurso contra a decisão da Presidência da Comissão nesta questão de ordem, mantendo o caráter de audiência pública para a reunião da Comissão, requerendo ainda, se mantida a decisão recorrida pela Presidência, seja o mesmo remetido à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Assinados: Deputados Jamil Murad, Adão Pretto, João Grandão, Senador Sibá Machado, Vice-Líder do Bloco de apoio ao Governo.

Queria passá-lo às mãos de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não cabe acolhimento a essa questão de ordem, por se tratar de decisão irrecorrível, já que, dizendo respeito à matéria constitucional, só caberia esse tipo de procedimento se fosse uma questão de ordem decidida em função de matéria de lei ordinária.

Quanto à questão do sigilo que se discute, a própria Anca e Concrab já ingressaram no Supremo Tribunal Federal com a solicitação de liminar para impedir a divulgação dos dados que consideram sigilosos nesta reunião. Não houve a concessão dessa liminar. Portanto, não há razão para que esta reunião se dê de forma sigilosa.

Quanto ao recurso apresentado, portanto, já decidi relativamente a ele. Cabe a V. Exª, evidentemente, o recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – É isso que estamos fazendo, baseados na opinião do Relator.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, queria complementar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Também na Justiça os pontos de vista, às vezes, variam muito. Tenho em mão uma decisão do Ministro César Peluzzo a respeito do pedido de **habeas corpus** preventivo do Sr. Celso Pitta, que, quando esteve na CPI do Banestado, solicitou algo parecido e foi atendido de pronto. Leio um trecho da decisão: "temendo sejam revelados ao público, na sessão do próximo dia 27, caso seja essa aberta ao público e/ou aos meios de comunicação, requer, em caráter liminar, a antecipação da tutela para que a oitiva do impetrante seja realizada em sessão fechada, com vedado acesso à imprensa, limitando-se o fluxo de pessoas na sessão à presença dos integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito, do impetrante e de seu defensor, a fim de garantir o sigilo das informações".

Na medida em que se divulgam as informações internas de qualquer ente, seja de natureza pessoal, seja coletiva, seja pública, mesmo que as investigações ou suspeitas sejam devidamente esclarecidas, para todos os efeitos, já foram publicadas razões de foro íntimo.

Sr. Presidente, primeiro, fico feliz em saber que não há nenhum problema por parte dessas duas instituições quanto ao fato de vir aqui prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. Depois, tenho plena confiança de que absolutamente nada de anormal tem ocorrido no trabalho dessa tão importante instituição.

Concordo com V. Exª com a preocupação acerca de que recursos públicos devam ser todos de caráter público. Viemos da CCJ do Senado hoje de manhã, onde houve um debate parecido com esse, por uma hora e meia ou duas, inclusive V. Exª foi um dos participantes. Lá, disseram que não há uma suspeita de imediato. O que há são perguntas a serem feitas, para que se vá mais a fundo do que um levantamento meramente administrativo da parte daquele gestor público que foi solicitado pelo requerimento. No caso, o complemento de informações seria dado até mesmo por uma devassa muito mais aprofundada do órgão mais competente possível, que era o Tribunal de Contas da União.

Assim sendo, não vejo problema algum em que possamos transformar esta reunião numa mais interna, sem nenhum prejuízo absolutamente da condução que ela vai ser tomada. Acredito que documentos serão fornecidos. Estamos no aguardo de tudo isso.

V. Exª tem razão, e seria importante que pudéssemos, num futuro mais breve, apresentar medidas que possam contribuir em lei para que o Congresso e outros órgãos da investigação pública possam chegar a essa conclusão, que é uma preocupação pertinente de V. Exª. Qualquer recurso público em qualquer trâmite de qualquer ordem tem que se tornar público, do conhecimento de todos.

Mas, por enquanto, é algo ainda pendente. Pediria, então, esse entendimento de V. Exª para que possamos realizar, neste momento, uma audiência ainda fechada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Respondo à questão de ordem do Senador Sibá Machado.

Primeiramente, eu sei que o Senador, como eu, não considera o Sr. Pitta um bom exemplo. Eu prefiro não acompanhar nenhuma das suas atitudes, nenhum dos seus procedimentos; nenhum dos seus feitos. E, lamentavelmente, nem mesmo este é possível acompanhar, já que houve realmente uma decisão isolada de um Ministro que não obteve o acompanhamento dos demais Ministros; não se converteu em acórdão esta decisão, e depois houve uma reconsideração cabal da decisão anteriormente adotada pelo próprio Ministro.

Portanto, nós não alteramos o que já decidimos sobre essa questão, porque decidimos com o respaldo da jurisprudência existente. Não há nenhum vício de constitucionalidade nessa providência que estamos adotando, de realizar esta reunião aberta. O que há é o nosso desejo de esclarecimentos e de respostas às aspirações da sociedade, de que a atividade pública no País se desenvolva com transparência.

Eu vou conceder o último somente para o Deputado Adão Pretto. Depois vamos conceder a palavra ao nosso convidado.

Com a palavra o Deputado Adão Pretto, para uma questão de ordem.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu somente queria comentar que, como V.Exª afirmou, dinheiro público tem que ser aberto. Nós concordamos com isso. Só que o que está em jogo não é somente dinheiro público. Existe dinheiro também de entidades que doaram para o movimento; e o movimento não tem nada a esconder.

Nós somente queríamos que fosse uma reunião secreta, para evitar que fatos fossem tornados públicos sem antes serem justificados, como já tem ocorrido. Membros da CPI têm divulgado documentos sigilosos, publicados na imprensa. E nós, que também fizemos pedido de quebra de sigilo bancário de várias pessoas, já temos dados que podíamos ter denunciado, mas que, em respeito ao Regimento, em respeito à ética, não o fizemos. Nós pretendíamos que essa reunião fosse sigilosa, para evitar que vergonhas como essa voltasse a se repetir.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Só para obter um esclarecimento, Presidente. Eu gostaria de saber se o nosso recurso já está automaticamente encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pelo Regimento, há que se submeter ao Plenário. Nós temos de submetê-lo ao Plenário, para, posteriormente, encaminhá-lo à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – V. Exª vai fazê-lo agora?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu creio que podemos, em seguida, fazer isso. Eu não sei se há quórum para deliberação. É preciso verificar se há quórum para deliberação. Enquanto a Secretaria verifica, nós vamos submeter ao depoente o termo de compromisso, que ele já está preenchendo, para a necessária assinatura.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, o Relator nos informa que há quórum. Será que podíamos decidir esse recurso?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Esse recurso possui impedimento de natureza constitucional. "Art. 132. É irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional". Como não há relação com o dispositivo constitucional...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o sigilo é de natureza constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, eu leio o requerimento:

"Os Senadores e Deputados signatários, com fundamento nos arts. 131 e 151 do Regimento Comum; arts. 405 e 408 do Regimento Interno do Senado Federal, e art. 132 do Regimento Comum, vêm apresentar recurso contra a decisão da Presidência da Comissão na questão de ordem, mantendo o caráter de audiência pública para a sessão da Comissão, requerendo ainda, se mantida a decisão recorrida pela Presidência, seja a mesma remitida para a Comissão de Constituição e Justiça."

Portanto, não há citação de nenhum artigo da Constituição; e eu indefiro o Requerimento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Presidente, no art. 5º, inciso X...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se V. Exª apresentar outro requerimento, formalizar outro requerimento, com fundamentação na Constituição, nós deliberaremos. Enquanto isso, vamos conceder a palavra...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nós recorremos com base no art. 406.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª pode apresentar o requerimento. Pode apresentar.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Já foi apresentado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está indeferido.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nós estamos... Nós queríamos...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nós queríamos recorrer da decisão aqui em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sim. V. Exª pode formalizar por escrito, como deve ser o procedimento regimental, e nós deliberaremos a respeito.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – O art. 406, Presidente, fala que considera sempre precedente a decisão sobre a questão de ordem, só adquirindo força obrigatória quando incorporada ao Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Sr. Pedro Christofoli, Secretário-Geral da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, Anca.

O nosso convidado terá tempo para a sua exposição inicial, para dizer o que pretende inicialmente. Depois responderá a indagações.

O termo de compromisso está devidamente assinado. Nome completo: Pedro Ivan Christofoli, com os dados todos. O importante é destacar que o depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso, da Constituição Federal. Assina Pedro Ivan Christofoli.

Portanto, com a palavra...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, na condição de Vice-Líder do PT, mesmo não sendo membro desta Comissão, na condição de Vice-Líder do PT, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, o que está acontecendo aqui é alguma coisa de anormal. O Deputado Jamil Murad está literalmente coberto de razão. É matéria constitucional. Ele tem todo o direito de fazer o requerimento verbal e depois protocolar na Mesa imediatamente. Nós estamos vendo aqui uma aberração regimental. Na verdade, o que está sendo colocado aqui está cerceando o direito de colocar em votação o requerimento. Eu quero deixar registrado, na condição de Vice-Líder do PT. Isso é inadmissível. Portanto, eu quero deixar registrado que o direito está sendo cerceado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pode ficar tranqüilo, Deputado, que eu estou só aguardando o requerimento que está sendo formalizado pelo Senador Suplicy...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Está bem. Mas se iniciar o depoimento, Sr. Presidente, se iniciar o depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós o interrompemos; nós interrompemos e submeteremos.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Então, fica certo que tem que...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não há nenhum problema.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Então está. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Aqui não há nenhuma aberração regimental. V. Exª...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Mas se continuar desse jeito, há, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª pode ficar tranqüilo. Não assistirá aqui a nenhuma aberração regimental nem constitucional.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito pelo contrário. Da nossa parte, inclusive, V. Exª não terá oportunidade de identificar nenhuma posição de parcialidade. Nós vamos conduzir os trabalhos com o rigor que se exige, com o suporte legal e sobretudo com a razão. Veja que eu estou até ganhando tempo para chegar o requerimento do Senador Suplicy e poder submetê-lo.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Portanto, agora, sim, o Senador Suplicy – a letra é complicada mas eu consigo ler. "Requeiro, com base no Regimento Interno...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Foi escrito na maior velocidade que eu consegui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É a eficiência que nós já conhecemos.

... art. 5º, da Constituição Federal, que sejam tomados os depoimentos dos dirigentes da Anca e da Concrab em sessão secreta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Posso justificá-lo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Bom, esse requerimento já foi feito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – E nós o rejeitamos. Então o que V. Exª deve fazer é recorrer à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Eu creio que sobre esta questão de ordem aqui já deliberamos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, apenas para...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas V. Exª está entrando com recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Não. Sr. Presidente, me permita?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu entendi, da palavra de V. Exª...

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Nós estamos solicitando para ser votado. É para ser votado, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu entendi, da palavra...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Depois do Senador Suplicy se coloca em votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eu entendi, pela palavra de V. Exª, que para que fosse considerado este requerimento... V. Exª verificou no requerimento anterior que faltava a referência à Constituição. É justamente isso que eu procurei providenciar.

Eu quero esclarecer o seguinte, Sr. Presidente: este requerimento é feito por uma questão de respeito à solicitação que a Anca e a Concrab fizeram ao Supremo Tribunal Federal e que ainda está sendo objeto de deliberação.

Em verdade, pelo que entendo dos dirigentes da Anca e da Concrab, eles não têm qualquer preocupação de tornar inteiramente transparente e público aquilo que será hoje objeto de esclarecimento perante esta CPI. Mas como essa questão ainda está pendente no Supremo Tribunal Federal, consistentemente com aquela solicitação, é que se avaliou que seria adequado, seria prudente que a sessão fosse secreta.

Uma vez decidida essa questão, tenho a certeza de que haverá a oportunidade de todo e qualquer Deputado e Senador membro desta CPI expor tudo aquilo que hoje for objeto dos esclarecimentos. Em respeito à consideração de V. Exª, que mencionou a necessidade de se fazer referência ao artigo da Constituição, fiz, então, referência ao art. 5º da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Depois o Senador Eduardo Suplicy poderá redigir de forma mais conveniente para remeter à Comissão de Constituição e Justiça, com uma justificativa mais densa e adequada, porque ele improvisou seu requerimento.

Vamos submeter ao Plenário essa manifestação de desejo de que a Comissão aprecie essa questão, delibere sobre essa questão.

Evidentemente, devo comunicar, antecipadamente, que não há efeito suspensivo. Continuaremos com os trabalhos em sessão aberta, até porque, como não houve deliberação por parte do Supremo Tribunal Federal, estamos autorizados a proceder dessa forma.

Então, os Srs. Parlamentares que apóiam o requerimento que solicita...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na medida em que for este o procedimento de V. Exª, como, certa vez, disse-me o Presidente do PMDB Ulysses Guimarães, "Inês é morta".

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exato. É por isso que, por uma questão de lealdade, comuniquei antes.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Certo dia, quando ocorreu uma situação dessa natureza, que fui conversar com ele...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Valerá como jurisprudência para o futuro, mas, em relação à sessão de hoje...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Então, o Presidente do PMDB disse a mim: "Olha, numa ocasião como esta, ou você sobe à mesa e faz tudo que for necessário para dizer que não pode uma coisa dessa e tal e bate na mesa e fala que as coisas precisam ser de bom-senso, que seja respeitada a vontade de tantos que avaliam que nessa ocasião deveria ser reservado, ou então, depois, 'Inês é morta'."

Estou seguindo a sugestão de um correligionário que todos nós respeitamos, que serve de memória para todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sem dúvida. Democraticamente, até murro na mesa é permitido. O Regimento é omisso em relação a murro na mesa. Então, é claro que não vamos impedir que o murro seja dado como uma manifestação de indignação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Portanto, se V. Exª assim prosseguir, retiro o requerimento. Se for essa a interpretação, retiro-o.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, fica retirado o requerimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Retiro meu requerimento.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Existe o meu recurso, Sr. Presidente.

Temos a informação de que o Supremo Tribunal Federal ainda não julgou o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se V. Exª deseja manter o recurso, eu o submeterei, na confiança de que V. Exª, depois, remetê-lo-á por escrito.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Seguramente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Para iniciarmos urgentemente os trabalhos com o depoimento do convidado.

Então, submeto o recurso à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, já que é apresentado por um Parlamentar daquela Casa.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Comissão encaminha à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados o recurso interposto pelo Deputado Jamil Murad.

E prosseguimos com os trabalhos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Gostaria então, já que o Deputado encaminha o recurso à Comissão de Justiça da Câmara, que fosse também encaminhado à do Senado, para que se tivesse esse parecer também.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não. Então, com a solicitação de V. Exª, encaminharemos também.

Submeto à apreciação dos companheiros de Comissão.

As Srªs e os Srs. Parlamentares que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Encaminharemos também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Sr. Pedro Ivan Christofoli para a sua exposição inicial.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Assessoria prepara o requerimento e V. Exª o subscreve, porque o requerimento do Senador Eduardo Suplicy realmente não faz referência ao recurso à Comissão de Constituição e Justiça. Então, é necessário elaborar um novo requerimento.

Com a palavra, por favor, o nosso convidado.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Exmº Sr. Presidente da Comissão, Senador Alvaro Dias, Exmº Sr. Relator e Sr. Vice-Presidente da Comissão, é uma oportunidade bastante relevante para a nossa Organização, para a nossa Instituição, a Associação Nacional de Cooperação Agrícola, podermos estar presente perante esta Comissão e podermos nos manifestar em relação aos fatos já, infelizmente, amplamente conhecidos, a nível nacional, em relação parcialmente, ao menos, à nossa Organização. E, enfim, podermos ter a oportunidade de manifestar, ao menos na parte que nos é possível esclarecer pessoalmente, os elementos que possam contribuir para essa investigação, de forma ampla sobre a questão, sobre esse objetivo da CPMI, que é analisar a questão agrária e a questão da terra, da violência, das diversas organizações, no campo ou na cidade, dos trabalhadores, dos ruralistas, em nosso país.

Gostaria de iniciar minha fala com algumas questões sobre a atuação da nossa Entidade, que podem ser úteis a todos os membros da CPMI e possam situar esses elementos de esclarecimento.

Então, a primeira questão: a nossa Entidade existe desde janeiro de 1985. Ela, portanto, é uma entidade com mais de 20 anos de existência e é uma Entidade que, ao longo desses anos, tem conquistado o reconhecimento, o respeito e, muitas vezes, também uma premiação – que vou fazer questão de ressaltar – de organismos e instituições a nível nacional e internacional, de organismos governamentais e não-governamentais, de movimentos sociais, de ONGs. E, infelizmente, temos essa Associação com uma série de questões que são objeto dessa CPMI.

Gostaria de iniciar dizendo que, no momento atual, temos, como Associação Nacional de Cooperação Agrícola, com entidades a que nos associamos, temos parceria hoje com mais de 60 universidades em nosso País e com algumas universidades em nível internacional. Oportunamente, Sr. Presidente, encaminharemos a esta Comissão a relação com as atividades que são desenvolvidas em parceria com essas instituições.

Também vou rapidamente me reportar a essas atividades. Temos parceria, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Senadores, com diversas entidades do governo federal, diversas instituições públicas, seja em nível ministerial, seja em nível de autarquias e fundações,

seja em nível de governos de diversas ordens. Temos parcerias com organizações internacionais. Eu gostaria de destacar especialmente duas: a Unicef e a Unesco, que são dois organismos das Nações Unidas que têm uma atuação muito forte nas questões da educação e da cultura. Temos parceria com entidades governamentais e não-governamentais, com cooperativas, com associações da Comunidade Européia. E temos também cooperação internacional com organizações não-governamentais de diversos países, especialmente da Europa, dos Estados Unidos, e algumas outras ONGs. Também oportunamente podemos apresentar a esta Comissão.

Em seguida, apresentaremos quais são essas organizações. A nossa entidade, portanto, tem história, tempo de existência e se orgulha de ter também recebido dois prêmios importantes e relevantes que ocupam destaque na nossa atuação. Em primeiro lugar, o prêmio do Banco Itaú e da Unicef, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido em prol da educação no meio rural no nosso país – isso foi em 1995 – e também o prêmio Alceu Amoroso Lima de Direitos Humanos, em reconhecimento à nossa atuação na área de direitos humanos, especialmente da população camponesa do nosso país, em 1999. É com muita satisfação que comunicamos essas parcerias e essas premiações.

A nossa instituição tem como característica ser uma entidade da sociedade civil. É uma sociedade civil sem fins lucrativos. É uma sociedade, portanto, que reúne cidadãos que se preocupam com as condições de vida, especialmente da população no meio rural em nosso País, ainda que não nos restrinjamos a esse segmento, como vai ser também demonstrado na nossa fala ou nos esclarecimentos que se vai prestar. A nossa associação procura prestar serviços de assistência social, de assistência educacional, de desenvolvimento de lideranças no campo da organização social, no campo do desenvolvimento rural sustentável, na maioria dos Estados em nosso País, ao longo desses anos, variando evidentemente conforme o período em qual região do País temos maior ou menor atuação. Essa nossa entidade é legalmente constituída e se baseia, se ampara em basicamente dois principais estatutos, que são a Constituição federal brasileira, a legislação brasileira e seu estatuto que regulamenta as suas ações. E é baseado nesses dois elementos que vimos apresentar as nossas informações a esta Comissão.

Temos, por mandato, como objetivo do nosso estatuto promover... Permito-me retomar alguns pontos do nosso estatuto para que fique bem presente e registrado nesta Comissão.

Nós temos por objetivos gerais estimular o desenvolvimento agrícola, o progresso econômico e social nas diversas comunidades rurais, estimular o desenvolvimento comunitário e cultural das diversas comunidades rurais vinculadas aos projetos de reforma agrária, estimular o desenvolvimento de tecnologias alternativas da preservação do meio ambiente, incentivo ao desenvolvimento da agricultura agroecológica e orgânica nas comunidades rurais, e estimular o desenvolvimento de formas de cooperação no trabalho e na produção agrícola.

Para poder exercer esses objetivos gerais, temos alguns objetivos específicos, o que também seria importante esclarecer porque eles têm a ver também com a atuação da nossa entidade, e atuação inclusive em alguns pontos que a gente notou esse questionamento da parte da Comissão, a partir da imprensa.

Primeiro objetivo específico: promover o intercâmbio de experiências de desenvolvimento agrícola; segundo, defender os interesses sociais e econômicos de seus associados e das comunidades rurais vinculadas aos projetos de reforma agrária; terceiro, apoiar os trabalhadores rurais, a promoção da assistência social, a defesa e a preservação do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável, o combate à pobreza e diminuição das diferenças sociais, a garantia dos direitos humanos e assistência e desenvolvimento de pesquisas e estudos pertinentes ao desenvolvimento humano.

Bom, posteriormente, volto a me referir ao Estatuto também em relação aos esclarecimentos que a CPMI estará solicitando. Ou seja, a nossa organização se rege estritamente por esses estatutos e o cumprimento das leis no País. Para o desenvolvimento dessas atividades, vou também fazer uma breve exposição sobre alguns dos resultados alcançados no nosso trabalho, procurando focalizar obviamente os últimos anos, em vista do período do tempo de existência do histórico da nossa entidade, com alguns resultados obtidos de forma mais ampla, e, posteriormente, podemos também entrar em detalhes de projetos específicos que sejam objeto de questionamento desta comissão.

Nós temos uma preocupação muito grande na questão do desenvolvimento rural sustentável, na questão da preservação ambiental. Nós temos o entendimento de que o País atravessa um momento que é muito complexo e que coloca uma série de encruzilhadas do ponto de vista de qual o modelo de desenvolvimento, especialmente no meio rural, que vamos escolher.

Nós estamos vendo o debate público, hoje, sobre a questão do desmatamento na Amazônia que se expande a cada ano, estamos vendo os problemas derivados da questão do uso de agrotóxicos, da conta-

minação ambiental, estamos observando os problemas derivados da perda de solos desse modelo que acaba depauperando as terras férteis do País, estamos vendo o problema ocasionado pelos transgênicos, que é um tema bastante polêmico, e que, inclusive, fatos novos na imprensa, a cada dia, demonstram motivo de preocupação sobre esse modelo produtivo, esse modelo de agricultura, esse modelo de desenvolvimento rural que está sendo adotado no País.

Nossa Associação acredita que esse modelo atual tem que ser mudado, tem que ser enfrentado, tem que ser questionado. E, para isso, procuramos desenvolver uma série de atividades. Qual é o entendimento que nós temos? Nós achamos que o desenvolvimento tem que ser um desenvolvimento inclusivo, um desenvolvimento que promova a inclusão social, que não se preocupe apenas com as exportações ou com a geração de excedentes econômicos, ainda que esse seja um elemento central, mas que preocupe com o bem-estar do povo. Foi lido aqui que é objeto de nossa entidade a preocupação com a erradicação da pobreza e da miséria, da fome, e a questão da segurança alimentar e nutricional nos é muito cara. Não entendemos como um modelo como o nosso, que é exportador, um dos maiores exportadores do mundo, é, ao mesmo tempo, um País onde temos uma concentração enorme de famílias passando fome, miséria, abaixo da linha da pobreza. Então, a nossa entidade procura no seu escopo de ação desenvolver ações que possam estar contribuindo com a sociedade, com o Governo, com as forças dos movimentos sociais, com todas as entidades que se somem no questionamento desse modelo, na construção de uma realidade mais justa socialmente, que promova um desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental e que promova o crescimento econômico sustentado.

Temos, nessa linha, desenvolvido cursos de capacitação para os assentados em diversas regiões do País, e eu gostaria de citar algumas. Temos cursos não formais, ou seja, cursos para os agricultores em um período limitado de tempo, mas também temos diversos cursos formais em parceria com várias organizações, inclusive universidades. Eu gostaria de citar, Sr. Presidente, inclusive a Universidade Federal do Paraná, que é do seu Estado e que tem desenvolvido iniciativa muito importante por meio da implantação de cursos de produção agroecológica, de técnicos em agropecuária, com ênfase em agroecologia, direcionado para a questão dos assentamentos em um trabalho bastante interessante.

Temos, no Espírito Santo, essas mesmas escolas preparando filhos de agricultores assentados para desenvolverem, implementarem e construírem na prática esse novo modelo de agricultura que propugnamos.

Na Universidade Federal da Paraíba, no Campus de Bananeiras, desenvolve-se também uma turma de técnica agropecuária, e recentemente iniciamos outras turmas em relação a essa questão do modelo agrícola.

Estamos iniciando turmas no Maranhão e também no Mato Grosso. Ou seja, a nossa entidade tem uma preocupação de, nos vários biomas, nas diversas realidades do nosso País, promover o desenvolvimento de iniciativas que possam consolidar esse novo modelo de agricultura.

Devo dizer que, recentemente, nos últimos anos, temos desenvolvido também, particularmente com o Governo Lula, iniciativas conjuntas e discussões com a Embrapa, com organismos estaduais de pesquisa, na perspectiva de criarmos programas públicos de pesquisa em agroecologia e agrobiodiversidade, que é o que pode colocar a massa crítica pensante de elaboração e de pesquisa do nosso País para poder construir as bases desse novo modelo.

Desenvolvemos também – não quero me alongar muito nesta primeira exposição – diversas atividades de capacitação técnica. Entendemos, com a questão da globalização, do desenvolvimento econômico acelerado, das transformações que estão acontecendo, que também na agricultura, se não desenvolvermos a capacitação técnica dos agricultores, a qualificação dessa agricultura, não teremos essa pequena agricultura, a agricultura familiar, sobrevivendo e podendo se desenvolver com os critérios que elencamos anteriormente.

Então, uma parcela significativa, se não principal, dos nossos recursos, pode-se dizer que se destinam a duas grandes atividades: a capacitação técnica e, de outro lado, a questão da educação, em que eu também gostaria de me deter com alguns números. Como foi dito no início, o nosso foco de atividades é principalmente a questão agrícola e agrária, particularmente com um foco bastante importante nos assentamentos de reforma agrária.

Eu gostaria de apresentar alguns dados. Eu diria que já é um dado público, que talvez alguns Deputados e Senadores conheçam, esse próprio prêmio recebido por nós, pelo Banco Itaú e pela Unicef, que procura demonstrar todo um esforço, todo um trabalho que nós vínhamos desenvolvendo ao longo desses vinte anos na questão da educação. Recentemente, alguns Parlamentares e alguns Ministros afirmaram que, em função do papel que a Anca desempenha, com sua qualificação técnica nessa área, com suas parcerias

nessa área, em prol da educação do campo no nosso País, ela é digna de mérito e digna de registro.

Então, eu reproduzo isso para mostrar – e agora com alguns números – a nossa área de atuação, a nossa linha de atuação, especialmente nos assentamentos, mas também em outras comunidades rurais de pequenos agricultores e de pescadores.

Hoje em torno de 2.200 escolas recebem o nosso material didático, de ensino fundamental, o material didático elaborado pelos nossos técnicos.

Hoje, 3.900 educadoras no campo já passaram por eventos de capacitação que estão espalhadas pelo interior do nosso País, contribuindo no seu dia-a-dia, qualificando o seu trabalho em prol de uma educação de um País mais qualificado.

Temos em torno de 160.000 estudantes nos assentamentos. O número de jovens e adultos hoje em processos de Educação de Jovens e Adultos – o EJA, com várias fontes de financiamento, a principal do Governo Federal, são 45 mil por ano – número aproximado, variando ano a ano.

Temos, também, na educação infantil a proposta do desenvolvimento das cirandas infantis. Existe todo um material pedagógico desenvolvido e cerca de 150 experiências implantadas em todo o País.

Nos cursos que procuramos desenvolver, a maioria deles em parceria com as universidades, em sua maior parte universidades públicas brasileiras, temos 448 estudantes hoje na área de magistério, que seria o antigo segundo grau, e de pedagogia em nível superior. Ou seja, há uma preocupação e um esforço no desenvolvimento da educação do meio rural.

Em relação à saúde, a promoção de ambiente saudável é uma outra linha de ação de nossa organização.

Vou citar alguns números para registro da Comissão:

Desenvolvemos a formação de 1.225 agentes educadores de saúde comunitária já formados nos nossos eventos. Temos cursos em parceria de formação de técnicos em agente de saúde comunitária, num esforço de levar a organização popular a fazer frente aos desafios que acontecem na saúde no meio rural.

Desenvolvemos campanhas de prevenção da DST/Aids nos assentamentos de reforma agrária, nos acampamentos de reforma agrária, com linguagem adequada, buscando incorporar os elementos culturais e os elementos da organização dessas entidades.

Temos parceria com o Ministério da Saúde para desenvolver trabalho em 23 Estados do nosso País.

Procuramos, também, parceria com a UnB, para desenvolver um estudo, um levantamento, um diagnóstico da situação da saúde. Pode-se dizer hoje que é o mais amplo estudo sobre a situação de saúde nos assentamentos e acampamentos agrários. Um estudo desenvolvido também em parceria com a nossa instituição.

Trabalhamos a questão de gênero. Realizamos cursos, oficinas etc. Não vou me deter nos números.

Tem uma outra área que nós também consideramos extremamente importante. É a comunicação, a cultura e a inclusão digital.

Atualmente, estamos desenvolvendo várias parcerias com a Fundação Banco do Brasil, com o apoio do Banco do Brasil, com o apoio de ONGs nacionais, algumas internacionais. Implantamos já dez telecentros comunitários tendo em vista a inclusão social em localidades remotas; instalamos dezesseis pontos de cultura popular; e realizamos doze oficinas locais de inclusão digital, com a distribuição de mais de dois mil computadores usados – registre-se aqui –, doados pelo Banco do Brasil em assentamentos de reforma agrária espalhados por todo o nosso País.

Fica aqui o nosso convite para que os Parlamentares da Comissão possam visitar o local e verificar a importância desse tipo de atividade.

Outro ponto talvez relevante do ponto de vista de interesse da CPMI é a questão dos Direitos Humanos. Essa é outra frente de atuação da nossa entidade. Já observei que essa questão é objeto de questionamento. É importante, desde já, pelo menos promovermos um esclarecimento geral sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Estou um pouco preocupado com o tempo, porque temos outros depoimentos. Gostaria que V. Sª pudesse agilizar o seu depoimento ou, se achar conveniente, deixar alguma coisa para o final, depois de responder às perguntas. Se não forem feitas perguntas a respeito, V. Sª poderia concluir seu depoimento ao final.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Vou concluir rapidamente, com o objetivo sugerido pelo Presidente.

Com relação aos Direitos Humanos, temos uma preocupação bastante central. O Brasil deixou de fazer o processo de inclusão dos trabalhadores pobres do campo, de todo um segmento da população brasileira, desde a época do fim da escravidão. Temos hoje um meio cidadão, que é aquele que não tem acesso aos direitos. Temos um Estado Democrático de Direito que não assegura aos seus cidadãos que vivem no meio rural a informação e o acesso a esse tipo de serviço de defesa, serviço de esclarecimento legal, o que a nossa instituição se propõe a fazer de acordo com os seus limites e as suas possibilidades.

Um último dado relevante em relação a isso é que temos uma articulação que é desenvolvida basi-

camente a partir do trabalho da Anca. Trata-se de uma rede nacional de advogados e advogadas populares que reúne cerca de quinhentos profissionais em todo o Brasil. Esses advogados ligam-se a essa rede e buscam desenvolver formas de apoio a comunidades, a conflitos, a grupos de agricultores que tenham dificuldades para promover a defesa da sua cidadania.

Portanto, buscam-se desenvolver iniciativas em parceria com o Estado ou por meio dessas formas que são atividades de voluntariado, atividades de articulação, de mobilização social, de promoção de redes de proteção social e de Direitos Humanos em nosso País.

Achamos que esse é um serviço extremamente relevante desenvolvido pela nossa organização. Gostaríamos que isso ficasse bastante claro para os nossos Parlamentares.

Eu teria mais algumas questões, mas, atendendo ao pedido do Presidente, paro por aqui. Espero ter oportunidade de abordar essas outras questões depois.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos ao convidado pelo depoimento.

Gostaria de saber se os demais depoentes de hoje se encontram presentes para que possam ser atendidos pela assessoria da Comissão.

Vamos passar às indagações.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Relator da Comissão, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, Sr. Pedro Christofoli, antes de fazer os meus questionamentos, eu me permitiria, com a anuência do Presidente, fazer algumas considerações.

Primeiro, tenho o entendimento diverso de V. Exª. Uma vez que vamos, daqui por diante, certamente tratar com dados de sigilo, nosso entendimento, repito, é o de que esta reunião deva se dar de forma fechada e não aberta.

No entanto, Sr. Presidente, isso não significa dizer, por outro lado – quero ressaltar –, que nós, desta relatoria, não desejemos saber todos os fatos acerca dessas duas entidades convocadas a vir a esta CPMI e que têm sido objeto reiterado de denúncias com relação à utilização de seus recursos, principalmente isso. A este relator não cabe prejulgar, até porque não tínhamos tido ainda a oportunidade, que teremos agora, de ouvir a representação das duas entidades convocadas e que estão aqui para dar o seu depoimento.

Foi apresentado – acho que é importante ressaltar, até porque isso não tem aparecido – todo o trabalho feito por uma instituição de cooperação agrícola que realiza convênios com órgãos públicos e que apresenta, segundo ouvimos agora do relato do Sr. Pedro Cristofoli, resultados dos convênios realizados. Acho importante ressaltar isso até para não cairmos aqui numa demonização, numa satanização dessas entidades.

No entanto, algumas outras questões levantadas merecem, neste momento, ser esclarecidas. Como temos aqui, Sr. Pedro, estabelecido um critério de fazer todas as perguntas, eu pediria ao senhor que, por favor, anotasse os questionamentos, porque devo fazê-los de uma vez e, na medida do possível, tentar, do ponto de vista desta relatoria, conhecer dos fatos que têm sido objeto de toda polêmica a que temos assistido nos últimos tempos.

Primeiro, sobre a entidade Agência Nacional de Cooperação Agrícola. Ficou claro que ela tem mais de vinte anos. Por todos os serviços e convênios que já foram apresentados, talvez fosse importante, até para esta relatoria, que tivéssemos a cópia desses convênios. Acho que são importantes para entendermos o que significa esse entidade. Mas restam algumas questões a serem esclarecidas.

A primeira: quem são os associados da Anca?

A segunda, que tem sido também levantada constantemente nos debates da CPMI e na imprensa: qual a relação da Anca com o MST? Tem sido dito que ela é um braço financeiro do MST.

A sede da Anca é na mesma sede do MST?

Existe algum pré-requisito que estabelece que, para ser associado à Anca, tem que pertencer também ao MST?

Acho de vital importância que possamos conhecer esses dados todos da relação da Anca com o MST, bem como a relação da Anca com a Concrab.

A Anca mantém funcionários? Se mantém funcionários, quantos são esses funcionários? Qual o caráter do contrato?

A Anca possui trabalhadores voluntários também? Quantos? Obrigado, Senador Suplicy.

Se os projetos executados são esses projetos desses convênios na área de educação, de assistência técnica e tal, se eles são realizados só por funcionários, se são realizados por prestadores de serviço ou das duas formas.

Mais especificamente, algumas perguntas sobre o senhor: quando assumiu, qual a sua função e desde quando a exerce na Anca. Se tem outra fonte de renda, se recebe pela Anca. Esses questionamentos têm aparecido aqui na CPMI; é importante, volto a dizer, que possamos conhecer. Seu patrimônio atual: se declara imposto de renda e se alguma vez já respondeu a processo judicial por desvio de dinheiro público. É importante que possamos ter essas informações. Do ponto de vista da movimentação financeira, queremos saber – isso tem sido objeto de debate – qual a origem

dos recursos da Anca. Foi tratado aqui muito rapidamente que a Anca também tem convênios com entidades do exterior. E seria importante para nós conhecermos quais são as entidades, de que países, quais as doações e principalmente a finalidade desses recursos. Vimos que, efetivamente, no que pudemos observar da quebra de sigilo, a Anca tem relações com entidades de vários países europeus, inclusive referido por V. Sª há pouco. Seria importante que soubéssemos que relações são essas, o que justifica a transferência desses recursos e onde efetivamente vêm sendo aplicados. Por exemplo, entre os doadores, está uma entidade chamada (*inaudível*). Que entidade e essa? Onde está sediada? Por que financia a Anca? Essas entidades financiam atividades só da Anca ou de outras entidades também aqui no Brasil? É importante que saibamos, porque se trata de operação internacional. Evidentemente que aqui não estamos tratando de dinheiro público por enquanto aqui, mas isso aparece, vamos dizer, nesse sigilo e é importante esclarecer. Esses recursos que têm sido repassados por essas entidades são realizados de acordo com a legislação brasileira? A Anca recolhe tributos desses recursos? Aqui estamos tratando dessa parte.

Com relação aos recursos de natureza pública, de convênios que a Anca realiza com instituições dos governos. Pelo que entendi, não é só o Governo Federal. Citou-se, há pouco, a Universidade do Paraná, que não sei se é federal. Mas acho que seria importante também sabermos se há convênios com outros governos.

Portanto, foi dito aqui que houve um crescendo. Foram repassados R$5,48 milhões em 2003 e R$11,46 milhões em 2004, e ainda estaria por ser liberada parte dos recursos. A que se referem esses recursos que foram repassados pelo Governo Federal? O que a Anca faz com esses recursos obtidos através desses convênios? São efetivamente empregados nesses convênios? Se puder dizer, quantos convênios – porque eu solicitei que até fossem apresentados – com o Poder Público tem a Anca atualmente?

A Anca celebrou o convênio com o Ministério da Educação, no valor R$3.315 milhões. Os recursos foram liberados em duas parcelas. Depois foi feito um novo convênio. Esse de R$3.3 milhões foi em 2003, depois houve um novo convênio, 2004/2005, de, aproximadamente, R$3.8 milhões. Como foi a execução desses convênios, especificamente com o Ministério da Educação? Como está a prestação de contas? Quantas pessoas, jovens e adultos, foram alfabetizadas nesses convênios? Seria importante termos essa relação. Esses convênios envolveram quantos alfabetizadores ou instrutores, não sei que nome que se dá? Qual o balanço, portanto, que a entidade faz e o custo **per capita**? Acho que é importante também saber isso, porque essas questões têm sido levantadas aqui, durante a CPMI.

Há um outro convênio, com o Ministério da Saúde. Vamos entrar em outro convênio. Passamos do Ministério da Educação e vamos só no Ministério da Saúde. Esse convênio foi para atividades de combate à DST-Aids, que foi celebrado em 2003, no valor de R$101.725,00. Por que é que a Anca, como entidade de cooperação, fez um curso nessa área de DST-Aids, junto com o Ministério da Saúde? Como foi a execução desse convênio? Como se encontra a prestação de contas e o balanço?

Finalmente, se V. Sª puder responder – se não, teremos oportunidade de perguntar também ao ex-Secretário, José Trevisol, que se dispôs a vir espontaneamente –, explique a operação financeira, que foi relatada, aqui, na última reunião, entre a Anca, dois dos seus funcionários e um fundo de previdência privada, que foi denunciado aqui na última reunião. Estou levantando esses aspectos porque foram todos levantados aqui na CPMI, saíram na imprensa, e creio que é uma boa oportunidade que a Anca, por intermédio do Sr. Pedro Christofoli, teria de fazer a explicação de todos esses fatos e de todas essas questões que nós levantamos agora. Então, eu gostaria que nós pudéssemos ouvir as explicações do Sr. Cristófole.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Com a palavra, então, o Sr. Pedro Cristófole para responder – é o exercício da capacidade de síntese.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Relator veio para questionar. Se o Relator não perguntasse, dizia-se que o Relator não quer saber. O Relator pergunta. Agora, V. Exªs. reclamam por que o Relator pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB-PR) – Nós contamos, aqui, com a capacidade de síntese do depoente para responder a essa seleção de perguntas.

Com a palavra o depoente.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Eu vou tentar. Espero, pelo menos em parte, satisfazer porque também é uma série de questões, enfim, algumas delas não são de resposta rápida. Então, eu vou tentar abordar, nessa ordem, e espero ir clareando – não sei se teria, também, a oportunidade pela hora, mas, enfim, tem questões aqui que são fundamentais e, de fato, nós, inclusive, estávamos esperando essa oportunidade para podermos estar esclarecendo, até em função do que tem aparecido na imprensa e que nos deixou bastante preocupados e bastante contrariados com o tipo de notícia que se tem veiculado. Acho que é uma

boa oportunidade para nós começarmos o esclarecimento e espero que nós consigamos, senão também nós teremos tempo – a CPMI tem tempo.

A questão dos associados – a Anca, então, é uma sociedade civil sem fins lucrativos. É comumente conhecida como organização não-governamental que tem pessoas físicas como associadas. São pessoas físicas que se coadunam, logicamente, se comprometem com o que está nos estatutos e concordam isso, com essa linha de ação, com as políticas internas da entidade e, portanto, trabalha em relação a ela, se comprometem a atuar em relação a esses pontos. Acho que, aí, não tem maior... Em geral, o critério principal que se usa é ser agricultores ou sócios de cooperativas ligadas à questão agrária, ligadas aos assentamentos. Este, talvez, é um critério chave que acho que interessa também para a CPMI, ainda que, por exemplo, no meu caso, eu não seja – eu sou Engenheiro Agrônomo e a minha ligação é indiretamente via associação, ligação com cooperativas e não trabalho diretamente na terra.

Eu vou pegar este segundo ponto que é a relação Anca com o MST – acho que é uma questão que tem aparecido muito – e colocar qual é a maneira que nós entendemos essa relação. Nós já falamos que a nossa Organização tem mais de 20 anos, tem uma atuação dentro dos marcos legais. Ela é uma entidade legal, portanto, que tem observância com os aspectos legais, nas variadas ordens legais existentes. Agora, ela é uma entidade, como diversas organizações não-governamentais, que tem uma finalidade. Ela reúne pessoas que têm uma afinidade.

Particularmente, eu gostaria só de fazer uma citação – particularmente, eu faço parte da Abra – Associação Brasileira de Reforma Agrária – e da Diretoria atual inclusive. Como a Abra, por exemplo, ela é uma entidade que defende a Reforma Agrária. Pessoas que têm afinidade com essa questão podem se juntar e, claro, tem o critério de cada entidade. No caso da Anca, ela tem esse assento forte na Reforma Agrária, ainda que não se restrinja a isso –-e à questão dos assentamentos – e tem todo esse tempo de existência. A atuação da Anca se dá por aqueles objetivos que eu li anteriormente. Então, tem que promover o desenvolvimento da assistência social e da educação, quer dizer, como a nossa missão, a nossa tarefa de contribuir para um desenvolvimento mais justo em nosso País, na questão agrícola e agrária. Não vou repetir aqui, mas aqueles elementos são os norteadores da nossa ação.

Ora, nós trabalhamos, não digo na maioria, mas na grande parte, talvez até, na grande parte, pelo menos, dos assentamentos em nosso País nós temos algum tipo de atuação. E com certeza na maioria deles, pelo menos, pessoas que passaram nas atividades nossas ao longo dos vinte anos.

Nós temos relação, enquanto instituição ONG, com diversas organizações – eu falei das universidades etc. – e também temos relação com vários movimentos sociais. Temos relação principal, claro – isso é público e notório –, com o MST. É a nossa relação mais forte, é a relação que tem mais tempo. Mas temos relação com os movimentos que se ligam na via campesina, como o movimento dos pequenos agricultores, nós temos relação com os movimentos dos atingidos por barragens, movimentos de mulheres camponesas, nós temos relação com diversas outras organizações não-governamentais. Ou seja, a nossa linha de atuação é estabelecida pelo estatuto, pelos objetivos, pelas políticas que traçamos e dentro disso são estabelecidas parcerias diversas.

Eu acho que ninguém – não precisaria nem afirmar –... mas nós temos uma parceria principal, sim, com o movimento. Acaba sendo o nosso principal parceiro.

Qual a nossa reflexão e o nosso entendimento sobre isso? Que eu acho que é um dos objetivos desse debate aqui na Comissão. Ora, a nossa atuação principal se dá com as famílias, com os assentamentos, eventualmente com acampamentos ou situações que depois vão ser citadas, que têm a ver com esse tipo de situação: segurança alimentar, direitos humanos etc.

Nessa relação nos assentamentos, nós estabelecemos relação, por exemplo, com sindicatos de trabalhadores rurais que são ligados à Contag. Nós estabelecemos relações com regiões com pequenos agricultores próximos e cooperativas de crédito ou coisa assim que têm ligação com o Fetraf. São outros movimentos ligados ao campo.

Agora, na realidade brasileira, também é público e notório, a gente percebe que há uma nítida presença majoritária do MST como movimento principal na luta pela terra no nosso País. E, portanto, objetivamente nós estabelecemos contato com militantes e com organizações que têm proximidade com esse movimento em vários locais.

E essa parceria – eu coloco no nível de parceria – ela não é um problema no nosso ponto de vista. Nós entendemos que é com orgulho que a gente se aproxima desses movimentos e também, em particular, com o Movimento Sem-Terra. É uma relação política, uma relação de compromisso. Nós temos as nossas prioridades enquanto organização estabelecidas nos nossos estatutos, e em muitos aspectos – é isso que eu gostaria também de dizer – elas são similares ou até idênticas ao que o MST professa. Mas também, eu gostaria de deixar claro, com o que o MPA professa.

A nossa discussão de mudança de modelo que eu falei aqui da questão contra os transgênicos e pensar um desenvolvimento sustentável é compartilhada com vários movimentos no campo. E, nesse caso, nós fazemos essas parcerias também. Mas é claro, então, eu gostaria de dizer isso.

Agora, como foi afirmado – eu tenho até os recortes de jornais, dos jornais que saíram –, há uma subordinação da Anca ao MST, que são entidades diferenciadas, com finalidades diferenciadas. O MST é um movimento que tem a sua característica e que tem as suas direções que podem – imagino até que já tenham vindo aqui na própria CPI falar sobre isso – ... a nossa é uma entidade que tem as suas regras, as suas normas, tem o seu estatuto, que segue as leis, que aplica – e deve aplicar e se não aplicar tem que ser corrigida, como várias vezes acontece; nós vamos ver casos aqui – e vai ter que responder ao que diz a lei, ao que está na lei e tem que ser restringido ao que diz a lei, contudo com uma atuação política, uma atuação no sentido de priorizar certas políticas de desenvolvimento, de pensar também o País e de contribuir com o desenvolvimento do País.

Dentro disso é que eu gostaria de marcar essa discussão da sede da Anca e sede do movimento. A Anca hoje tem sede, mas, no seu início, não tinha. Nos primórdios da nossa organização, a gente teve apoio de organizações religiosas, que, por exemplo, cederam sedes, salas, para a gente funcionar, quando tinha... Era um escritório... O Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo – quem é de São Paulo conhece –, que é ligado a uma ordem religiosa, nos apoiou durante vários anos. Tínhamos uma sala lá dentro.

Esse espírito também de solidariedade faz parte da nossa organização, de espírito de trabalho voluntário, de colaboração, de apoio, de cooperação. Faz parte, e a gente não vê nenhum problema. E também nós vemos isso em outras organizações. Eu gostaria também de citar.

Eu imagino assim: quando você vê a Federação de Indústrias ou a Federação de Agricultura de um determinado Estado, que tem dentro dela o Senar, que tem dentro dela, imagino que outras organizações, são relações de parceria, que tem afinidades políticas, as quais, na maioria das vezes, com certeza, eu não vá concordar, mas são parcerias. Se elas estão dentro da legalidade, esse tipo de parceria não tem nenhum problema. O ceder espaço representa solidariedade e forma de cooperação.

Nós cedemos o espaço da nossa sede não apenas para o MST. Nós também cedemos para a Concrab. A Concrab também vai ser objeto de discussão da CPMI. A Concrab, no seu início, não era... Ela tinha uma sede alugada em São Paulo. No momento em que conseguimos a sede, sabemos como é difícil também manter a entidade com aluguel, etc, nós oferecemos a possibilidade dr a Concrab também – isso é possível verificar nos registros –, a Concrab "desalugou", rompeu o aluguel de onde tinha, e foi para dentro da nossa sede, sem nenhum problema.

Tínhamos o Programa Educativo da Dívida Externa. O Pedex, durante vários anos, funcionou em São Paulo. Também cedemos, durante um determinado período, espaço para sediar essa atividade.

Então, a questão do endereço, o endereço é da Anca, o prédio pertence à Anca, é propriedade da Anca, portanto tem uma responsabilidade legal por isso. Agora, o fato de ser um espaço compartilhado, a nosso ver, não tem nenhum problema. Como eu disse e repito, não vejo problemas no fato de a Federação da Indústria ou Federação da Agricultura sediar esse espaço. Citaria até o caso do Rio Grande do Sul. Temos casos da Farsul, do Senar,... Tinha, na época, movimento. Eu me lembro que tem a ver com a questão agrária, sobre a questão... Contra, inclusive, as operações de vistoria. E a gente identificava até lideranças das duas instituições e do movimento juntas.

Acho isso legítimo, desde que não fira a questão da legalidade. A gente acha que não fere a legalidade, e nos orgulha a parceria. Novamente dizemos: não é uma parceria de longa existência, e nos interessa manter, pelo menos por enquanto. Também não temos autonomia. Eventualmente, pode a nossa diretoria mudar, podem, também, essas outras organizações mudarem, no caso, o MST.

Acho que aqui tem a ver uma questão, que acho que, talvez, tenha que abordar. Foi falada a questão do *site* – vi isso pela imprensa, do endereço da Internet. Nós temos o domínio, o www.anca.org.br, que é o domínio da Anca. Agora, a nossa entidade, pelo tipo da atividade, pelo tipo de público, até hoje, não tínhamos intenção de fazer um *site,* uma página de Internet. Talvez, agora, até em função da CPMI, a gente veja que tem que dar mais publicidade a essa diferença, mas, enfim, temos o domínio, não utilizamos já há vários anos.

Temos o caso do MST também nesse processo, nessa parceria, que solicitou, porque para o domínio – acho que também isso não precisa explicar, mas rapidamente –, para o registro de domínio, você precisa ter uma instituição legal; ou registra como uma pessoa, ou como uma entidade legal. E nos foi solicitado para fazer esse registro. Fizemos. Como nós tínhamos também, salvo engano, acho que isso fica pendente, a questão do próprio Brasil, de fato, que é uma questão também que tem aparecido, mas isso eu precisaria checar me-

lhor, porque, depois eu vou explicar, na minha situação, tenho uma atividade recente com a Anca, então têm algumas dúvidas que eu também não gostaria de deixar afirmado e depois termos dificuldades.

Sobre a relação Anca-Concrab: é uma relação de duas entidades que claramente têm o seu registro, os seus estatutos e a sua dinâmica de funcionamento. Temos uma parceria bastante grande com a Concrab, bastante estreita. Criamos entidades em conjunto – o Iterra (Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária) é uma entidade que desenvolvemos em conjunto, em uma das atividades de formação em conjunto. Enfim, eu não me estenderia muito no caso da Concrab, porque consideraria desnecessário.

Quanto ao número de funcionários, são 15 – um momento, quero conferir para não informar erradamente à Comissão. São 15 funcionários contratados e – desculpe-me o atrapalho, mas é que são muitas questões. Afirmarei agora, mas depois confirmo esse dado, até para não perder tempo, Sr. Presidente. Os números são esses, se não forem há uma variação pequena: são 15 funcionários registrados e 20 funcionários com contratos de trabalho voluntário.

Por exemplo, quanto ao meu vínculo com a Anca, não recebo salário ou ajuda de custo. Tenho uma vinculação recente com a função que estou exercendo. Fui eleito Secretário-Geral da Associação Nacional de Cooperação Agrícola na última eleição, agora em maio. Vence o período da nossa diretoria, estatutariamente, até o dia 31 de maio, quando precisa ser renovada. Renovamos, há poucos dias, por um mandato de três anos – então, encerrou-se o mandato da diretoria anterior. Eu, por exemplo, não tenho vínculo, e parte do meu tempo é trabalho voluntário para a Anca. Não recebo por isso. Ainda que eu tenha ajuda para despesas eventuais, como viagens, etc., mas não tenho esse vínculo, esse recebimento.

Há várias outras pessoas nesse tipo de situação, pessoas que prestam trabalho voluntário em tempo parcial, mais ou menos tempo, conforme a disponibilidade. Então, seriam em torno de 20 – isso confirmo rapidamente, basta me encontrar na papelada. Peço desculpas à Comissão.

Quanto aos projetos executados, eles variam muito porque temos poucos funcionários para o tamanho das atividades que desenvolvemos. Então, temos a seguinte atividade: se negociamos um determinado projeto que exige uma determinada quantia de pessoas para executá-lo, analisamos caso a caso, porque há situações em que é possível a contratação de pessoas em regime de CLT, por exemplo. Então, contratam-se pessoas pelo período em que se vai desenvolver o projeto. Há casos em que a legislação exige, por exemplo, a realização de licitações, e é preciso fazer licitação para contratar alguma outra empresa que faça isso. Nesses casos, há pessoas que trabalham nesse contrato, mas por tempo determinado para executar aquele projeto e, muitas vezes, por prestadores de serviço que não sejam... Há casos de pessoas contratadas. Por exemplo, em muitos desses cursos que citei, a pessoa recebe para dar aulas em determinado curso. Há muitos casos de pessoas que dão aula e não cobram; elas abrem mão desse direito, enfim, pelo serviço que prestaram. Enfim, é isso. Não sei se esclarece.

Então, a minha fonte de renda não é da Anca – isso até terá que ser avaliado no decorrer do andamento das questões, inclusive das questões da CPMI, porque se absorve mais ou menos trabalho – e a minha idéia não era ter o vínculo com a Anca, não é esse o meu objetivo. Trabalho como autônomo em parte do tempo ou via cooperativa de trabalho. Morei uma época no Paraná e participei de uma cooperativa, e hoje moro em Brasília, onde também participo de uma cooperativa de trabalho. Tenho renda dessa cooperativa de trabalho, que, neste momento, para informe da CPMI, é de R$2.700 mil por mês. Mas, como depende de contrato, isso também varia. Pode-se dizer que, em média, é em torno de R$1.500 mil. Há uma variação conforme o tipo de projeto.

Na minha família, há outras fontes de renda, o que não vem ao caso. Meu patrimônio atual é um apartamento na cidade de Curitiba, Paraná, que foi adquirido pelo custo de em torno de R$51 mil. Não sei o valor atual dele. Declaro Imposto de Renda praticamente todos os anos. Até pela ligação com cooperativas, essa é uma exigência e eu faço a declaração. Nunca respondi a processo judicial por desvio de dinheiro público e peço a Deus que nunca responda.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Quer dizer, que o senhor não tem avião nem iate? Não? Poxa! Está bom! Nem casa em Miami?

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Sobre a movimentação financeira da Anca, a origem dos recursos da Anca, deixo claro aos Parlamentares que isso também varia. O que vou falar de 2005 não aconteceu necessariamente em 2003, 2002 ou nos anos passados. Nos últimos dois anos – e isto também já foi identificado pela CPMI –, nossa fonte principal de recursos são os recursos internos, do Governo Federal. Houve anos em que a fonte principal de recursos – e nosso nível de atividade era muito menor – eram recursos externos. Os números citados na imprensa, salvo melhor juízo, são adequados ao nível de recursos que circula pela entidade.

Não sei se posso citar e, depois, entregar. Mas para conhecimento da...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É importante citar. Esta é a oportunidade. É importante que se possam relatar as instituições e entidades que têm relação com a Anca. Estamos aqui para fazer todo esse levantamento.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Vou citar essas instituições, mas me reservo também... De qualquer maneira, a gente tem... Quais são os projetos internacionais? Vou citar as principais entidades. Temos uma quantidade de entidades com volume muito pequeno de recursos, que só tomariam tempo.

Por exemplo, na Alemanha, há uma entidade importante que apóia a Anca, chamada *Broat fur die Welt*, Pão para o Mundo, ligada à igreja luterana da Alemanha, que também tem projetos de apoio institucional à Anca. É uma parceira de apoio muito importante já de longos anos.

Na Holanda, há a ICCO, que, pela informação que me foi passada, é uma entidade laica, que tem apoiado a formação de lideranças e dado apoio institucional. Se esses dados forem necessários, poderemos, posteriormente, fornecer nomes, atos etc.

No Canadá, há a entidade chamada Desenvolvimento e Paz – o nome em francês não vou me arriscar a falar –, ligada à igreja, que tem apoiado projetos de capacitação.

Na Suíça temos apoio da entidade chamada *(inaudível)*, que é ligada à Igreja Católica e que tem apoiado projetos na área de agroecologia do meio ambiente e questões de gênero. Todos esses de que falei têm projetos atualmente em execução.

Da Inglaterra, temos a Christian Gade, também pelo nome, ligada à Igreja. A Igreja Anglicana tem feito atividades de apoio institucional e também alguma coisa na área de comércio solidário. Da Inglaterra também, temos a entidade Cafod, da Igreja Católica, que fomenta associativismo, também projetos em execução.

Na Irlanda, há o Trócaire, da Igreja Católica.

Temos também nos Estados Unidos a Fundação Ford, que é uma fundação empresarial que apóia a área de Direitos Humanos e comunicação. Também tem projetos em execução.

Como esse fato já foi divulgado na imprensa, acho que não temos necessidade de dedicar mais tempo a isso. São recursos que consideramos não públicos nesse sentido. Portanto, é um tipo de informação de que a própria CPMI já dispõe.

Em relação aos governamentais, eu falaria em seguida. Vou continuar com os órgãos internacionais.

A Frères des Hommes é uma entidade francesa. Trata-se de uma entidade laica; ela não é religiosa. Na verdade é uma rede de ONGs. São várias Frères des Hommes. São pelo menos quatro que conheço, eu não saberia dizer se tem mais. São quatro ou cinco, não muito mais que isso. Há uma na Bélgica, na França, na Itália – onde se chama Fratelli dell' Uomo – e em Luxemburgo.

Uma das coisas que saiu publicamente na imprensa foi uma pergunta acerca de um depósito de Luxemburgo. Possivelmente, não tenho certeza disso – porque não sei qual é o ponto em que a CPMI se baseou, talvez V. Exª possa esclarecer –, seja dessa entidade.

Toda essa rede – Frères des Hommes – apóia o movimento já há muitos anos, essa Associação Nacional de Cooperação Agrícola, as suas atividades, faz todas as nossas atividades de campo. A parte de cooperação é muito importante, de cooperativismo, de cooperação agrícola. Esse movimento cooperativista tem apoiado bastante.

Todas essas entidades que citei – não vou dizer todas necessariamente –, mas com certeza a Frères des hommes e a maioria das outras, apóiam entidades no Brasil. A Anca não é a única. Com certeza, há outras entidades brasileiras que recebem apoio dessas entidades.

Os recursos recebidos internacionalmente são: primeiro – segundo meu conhecimento, o que me foi passado como informação –, o recurso vem pelo Banco Central e é aplicado. Não conheço o mecanismo de fato, pessoalmente. Mas o recurso é internalizado corretamente; se há necessidade de recolher tributos imagino são recolhidos nessas instâncias. Eu teria que buscar uma informação melhor. Esses recursos são aplicados, claro, segundo a legislação brasileira e segundo o projeto que é estabelecido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, se V. Exª permitir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou vendo a boa vontade do depoente, mas ele está falando da história do movimento, não fazendo uma ligação direta com as perguntas feitas pelo Relator.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ele está respondendo, Senador. Eu tinha perguntado sobre a Frères des Hommes, a remessa, a legalidade.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não estou criticando, não. Apenas o espaço de tempo é curto. Daqui a pouco vamos ter votação. Ele está dizendo que tem que buscar dados de confirmação; ele está dizendo isso pelo que eu o ouviu falar. Ele poderia se comprometer conosco a fazer um documento já com os dados consultados nas suas entidades. Aqui, buscar-se-iam informações sobre o movimento finan-

ceiro, sobre a prestação de contas e a forma como é investida essa verba, pois esses foram os questionamentos mais objetivos feitos pelo Relator. É claro que todos nós queremos saber a história, porque ele deu um dado difícil de entender: que o MST tem que se ligar a uma entidade legal. Por quê? O MST é ilegal? São questões sobre as quais ele tem que fazer um esclarecimento detalhado para que não fiquemos em dúvida no futuro.

Desculpe, Sr. Presidente, eu apenas queria colaborar, respeitando...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Só peço que terminemos, pois só estão faltando as perguntas sobre os recursos públicos, que são as mais importantes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou sentindo sinceridade no depoimento. Ele está buscando na memória as informações, mas, se ele pudesse fazer por escrito, ficaríamos mais ...

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Também considero importante. Desde o começo, eu solicitei que pudessem ser acompanhados os convênios. Isso é importante para nós.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A questão de ordem do Senador Romeu Tuma é oportuna. Fica a critério do depoente e do Relator a remessa das informações por escrito, reduzindo aqui o tempo de exposição.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Conversei com o Senador Romeu Tuma informalmente aqui. A preocupação de S. Exª é válida. No entanto, ponderei ao Senador que, na reunião anterior, várias dúvidas foram levantadas e aquela foi uma oportunidade ímpar para que o responsável pela Anca desse uma série de informações aos Deputados e Senadores e oferecesse explicações para a opinião pública brasileira. Foi válido. É um tempo precioso, mas é necessário que seja prestado esse esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É exatamente por isso, Deputado Jamil Murad, que nós não atendemos ao pedido de V. Exª quanto à reunião secreta, deveria ser realmente pública.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Desculpe, Senador. Como é uma série de dados, de fato, tenho dificuldade de responder adequadamente a todos. Comprometo-me...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estou compreendendo sua sinceridade e, por isso, fiz essa questão de ordem, pois sei que...

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Pela ordem.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Uma informação que me foi passada, Senador. Como houve quebra do sigilo, esses dados já se encontrariam disponíveis na própria CPMI. Pelos números que vi na imprensa, estão, de fato, num número adequado. Então, essa informação possivelmente esteja disponível já para os Deputados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas é bom para a entidade confirmar ou não o levantamento que a assessoria fez, porque a assessoria trabalha com seriedade com os dados oferecidos. Mas V. Exª poderá contestar ou não no seu depoimento.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – V. Exª respondeu que foi importante a reunião pública.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sim.

O SR. JAMIL MURAD (PC do B – SP) – Já que nos deram um limão, estamos fazendo uma limonada. Colocadas as informações e as deformações para a opinião pública, seria melhor ter colocado em reunião sigilosa, para resguardar pessoas que nada devem, mas que, expostas à opinião pública, ficam com a pecha de terem cometido alguma irregularidade. Já que nos deram esse limão, estamos fazendo uma limonada, dando o esclarecimento necessário para...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quero fazer uma ponderação, Deputado Adão Pretto, em nome da eficiência dos trabalhos. Temos ainda outros depoentes, não é o único. Então, vamos agilizar.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, eu só gostaria de anunciar as entidades presentes, inclusive a Contag, que está me movimento pelo grito da terra, com seu presidente dando apoio aos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos ao presidente e a todos os integrantes da Contag pela presença.

Pode prosseguir, por favor.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Muito bem. Então, eu entraria agora nos convênios públicos. Eu vou, então, procurar esclarecer na ordem em que foram apresentados. Em relação a outros governos, temos alguns convênios, que são mais pontuais. De fato, os principais na nossa história sempre foram com o Go-

verno Federal. Mesmo na época do Governo Fernando Henrique Cardoso, os principais convênios públicos eram com o Governo Federal. Agora, também.

Eu até aproveito para dar uma informação. Eu não sei se houve má informação, mas vi na imprensa que nossa entidade teria ficado alguns anos impedida de receber recurso público no Governo Fernando Henrique. Pelo menos eu vi isso. Então foi erro da imprensa, né? Eu gostaria de esclarecer que tivemos vários convênios com o Governo anterior e não houve, em nenhum momento, esta interrupção. Porque eu li na imprensa, aproveitei para esclarecer.

Em relação aos valores, novamente, eles estão concentrando com os que foram informados aqui pelo relator, que estariam comparando com os nossos dados. Nós temos esta relação e a repassaremos, oportunamente, para a CPMI com todo o detalhe.

Esses recursos, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, referem-se a vários itens, a vários convênios, e são, aproximadamente: sete convênios em 2003 e 18 convênios em 2004, totalizando 25 convênios. Esses recursos se referem a vários tipos de atividade, algumas das quais estão detalhadas. Há atividades de campanhas de alfabetização, de recursos para a capacitação de educadores, para aquisição de materiais didáticos, quites, material didático, e também DST e AIDS, etc. Esses eu vou detalhar melhor. Alguns o Relator solicitou que se detalhasse. Há o do Ministério do Trabalho e Emprego, para a realização de cursos técnicos; do Fundo Nacional de Saúde para a realização do encontro com alunos desta área de saúde; do Ministério da Justiça para este programa de direitos humanos, de assentamentos e no meio rural. Inclusive, é importante citar, esses dos direitos humanos que nós temos, apesar do convênio ser feito com a ANCA, ele é um projeto conjunto com a CPT, a Comissão Pastoral da Terra, com a Renap, Rede Nacional de Advogados, de que eu falei anteriormente e com vários movimentos sociais, dentre os quais o MST, o MPA, o MAB. São vários movimentos sociais que também são contemplados com este convênio dos direitos humanos, do Incra. Bom, há também na área da pesca. Eu não sei se eu me estenderia muito nisso, talvez, me focasse mais nos que o Relator colocou. Temos a relação disso, e nós podemos repassar para a CPMI com alguns dados básicos que seriam qual órgão, período de vigência e deliberações, valores, valor total e valor liberado. Às vezes, não é liberado o total do projeto, as fases ou, eventualmente, os objetos do que foi e os resultados, e ainda se envolvia que tipo de entidade, etc. Isso podemos também fornecer, não neste momento, mas a gente se compromete, Presidente e Relator, a entregar esses dados.

Eu me deteria, então, nas questões mais atinentes que foram especificadas em alguns desses convênios para poder esclarecer. Bom, o que fazemos com esses recursos? Em geral, como funciona o processo? Basicamente é o seguinte: são negociados projetos, propostas. Então, há os objetos do convênio, as metas do convênio. E esses recursos, então, têm que ser aplicados nessas metas, têm que cumprir os objetivos, ou seja, devem assegurar a realização dessas metas e atingir os objetivos propostos. Os recursos são efetivamente empregados. Há casos em que houve... Vamos ter oportunidade... Se o José Trevisol vier depor – pelo menos ele está vindo voluntariamente –, ele esclarecerá algumas questões que não são do meu tempo e sobre as quais tenho dificuldades, visto que houve um período em que ele era diretamente responsável por isso. Porém, há casos em que houve devolução de recursos e foi identificado algum procedimento inadequado. Num certo sentido, esse volume de projetos e de recursos não digo que seja normal, mas é pelo menos aceitável, desde que atendido o objeto etc.

Em relação ao convênio do MEC de 2003 – deixem-me localizar –, três milhões e trezentos e quinze mil. Novo convênio 2004/2005. Como foi a execução? Esse convênio previa como objeto principal a alfabetização. Trata-se daquele Programa Brasil Alfabetizado, que o Governo lançou. Várias entidades contribuíram, entre as quais Comunidade Solidária e outras, com valores até bastante superiores aos nossos.

A nossa meta era de aproximadamente 30 mil alfabetizandos, e atingimos 28.556 alfabetizandos. Não sei se os Parlamentares têm essa noção. Esse projeto controlava pelo nome e por uma série de dados cada alfabetizando. Portanto, há esses dados. Conforme solicitação do Relator, devo dizer que o programa envolveu 1.820 educadores. Ele foi executado descentralizadamente em todo o País e já foi encerrado. Apresentou-se a prestação de contas que foi aprovada; não há nenhuma pendência – pelo menos, não temos conhecimento do ponto de vista da nossa instituição. Portanto, o projeto está aprovado.

Lembro que trabalhamos com uma média de 45 mil alfabetizandos por ano nos vários convênios ou recursos de que dispomos. Com esse aqui conseguimos atender a praticamente dois terços disso.

O novo convênio 2004/2005 – só um segundo para localizar – é de três milhões, oitocentos e um mil e seiscentos reais. Ele já foi encerrado também e está em processo de prestação de contas. O anterior, pelo menos conforme informação, não teria nenhuma pendência, e o atual está em processo de prestação de contas. Ele atendeu a 29.200 alfabetizandos e envolveu dois mil alfabetizadores. A meta de 30 mil alfa-

betizandos não foi atingida; houve um número menor em torno de 800 alfabetizandos. A prestação de contas está em andamento. O custo **per capita**, salvo melhor análise, está em torno de R$7,00. Estou no tiroteio e não consigo... Talvez alguém pudesse fazer essa análise. Depois, poderemos repassar essa informação.

Em relação ao Ministério da Saúde, o programa de combate às DST/ AIDS de 2003 – deixem-me localizar. (Pausa.)

Desculpe-me, Relator. Qual era o valor desse... Só para confirmar.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – A informação que obtivemos da assessoria, o valor é de R$101.725,00.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Está certo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Do Ministério da Saúde.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Certo. Então, esse convênio foi executado e já foi encerrado. A prestação de contas já foi feita, não há nenhuma pendência. Ela apoiou o encontro nacional com 35 pessoas do setor de saúde dos assentamentos e acampamentos, reuniões de grupos com pessoas da área de saúde, que colaboram conosco com a Anca nos acampamentos e assentamentos, e produção de materiais. Basicamente, foram *folders* e cartazes.

Há também uma preocupação do Ministério da Saúde. Fomos procurados. Aliás, há um detalhe interessante. Muitas vezes também somos procurados pelo próprio Governo para executar alguns convênios. Era um caso em que havia mútuo interesse, porque é uma população pouco atingida pelas campanhas normais do Ministério, como a da DST-Aids. Pela nossa focalização na questão agrária nesse tipo de situação, então, foi uma parceria bastante bem-vinda.

Um outro que citaria nessa linha refere-se à área da pesca. Por exemplo, não temos uma área com igual prioridade na questão dos pescadores, mas, em face de algumas atividades que tínhamos desenvolvido na área de inclusão digital, a própria Secretaria de Aqüicultura e Pesca propôs que estendêssemos a nossa experiência na área de inclusão digital também para a área de pesca, para algumas comunidades de pescadores, envolvendo pilotos. Até fizemos isso. Ainda está em andamento, apresentando alguns problemas, inclusive de metodologia. Ainda que os pescadores também tenham ligação com a terra, eles apresentam características diferentes das do público com que trabalhamos. Então, também há ajustes a fazer.

Há mais uma pergunta do Relator. Por que há cursos na área da Associação Nacional de Cooperação Agrícola? Porque há preocupação com a questão ambiental e com a questão da saúde, do ponto de vista de prevenção da saúde e melhoria das condições de saúde, de capacitação das pessoas. Por isso, os cursos nessa área têm tudo a ver com uma perspectiva de qualificação desses agentes comunitários de saúde ou desses promotores de saúde.

Então, nesse caso, como informei, já prestamos contas. O nosso balanço é positivo, uma experiência bastante rica, até para adaptarmos materiais à realidade desses agricultores no caso da DST-Aids.

A operação financeira entre a Anca, dois funcionários e a Previdência Privada também é importante pelo destaque que ela observou e depois creio que pode ser melhor esclarecida também na fala do Sr. José Trevisol.

Estou no cargo há pouco tempo, mas procurei informar-me e discutir o assunto. Os senhores terão a oportunidade de aprofundar melhor isso. Qual é a primeira questão, com base no que li na imprensa? Em primeiro lugar, há uma informação incorreta na imprensa de que seria originário de recurso público. Não é originário de recurso público. Primeira informação relevante. Não sei se isso foi aventado pela CPMI, mas na imprensa, pelo menos, apareceu dessa forma. A primeira informação que gostaríamos de deixar para os Parlamentares é esta: não há recurso público.

Segundo, ainda que seja recurso privado, não é normal haver nenhuma entidade em que haja transferência de recurso dela para uma previdência privada e nesse valor aventado.

Quais foram os elementos que me foram informados? Foi uma discussão. Então, não foi um ato isolado do Sr. José Trevisol e da Srª Selma, cujo sobrenome não me recordo. Qual o fundo da discussão? De que há uma questão de aplicação. Aí, pode-se questionar as áreas que são mais *(inaudível)* do ponto de vista interno.

Avaliava-se, na conversa com o gerente do Bradesco, nas opções disponíveis, o rendimento disponível, tinha várias opções e, na opção de fazer essa forma de previdência privada, o retorno era muito maior. Isso foi feito e, depois, todos os recursos – essa foi a informação prestada, acho que os Deputados e os Senadores terão a oportunidade de perguntar para o próprio Trevisol – retornaram para a entidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Essas questões têm que ser respondidas realmente pelo responsável pela operação, que é o Sr. Trevisol.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Agora, como o responsável pela entidade, eu gostaria de expor isso. Eu procurei me informar, até para ter essa informação preliminar para a CPMI. Primeiro, não eram recursos públicos, ao contrário do que vi nos jornais a afirmação. Segundo, foi um operação que era de

conhecimento da então diretoria e, terceiro, esses recursos retornaram para a entidade, no caso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Queremos agradecer.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Eu me reservo de, posteriormente, apresentar outras perguntas, mas me sinto satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quanto a essa questão da previdência privada os recursos que foram utilizados são externos. De qualquer forma é um caixa único, entra dinheiro público e entra dinheiro externo. Foram utilizados os recursos da cooperativa, da Anca, para a previdência privada em nome de duas pessoas que foram diretamente beneficiadas, mas é uma questão que não cabe a ele responder. Vai responder depois o Trevisol, que era, na época, o Secretário Executivo.

Queremos agora pedir a compreensão de todos, porque realmente demorou muito mais do que se imaginava esse período de respostas. Temos que respeitar o nosso depoente, na forma como ele responde lentamente. Já são dezesseis horas e quatorze minutos e vou pedir aos nossos companheiros que façam suas indagações de forma direta e perguntas sem muito rodeio.

Com a palavra o Vice-Presidente da comissão, Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, quero aceitar a sua sugestão e, o que é mais importante, combinar com o Sr. Pedro, que tão gentilmente comparece aqui para trazer esclarecimentos. Vou lhe fazer cinco ou seis perguntas muito rápidas, diretas, e o senhor, por favor, me responda uma a uma, preferencialmente.

Primeiro, Quando é que o senhor foi eleito?

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Eu...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor não sabe o dia em que o foi eleito, Sr. Pedro?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há quanto tempo em anos?

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Bom, eu estava procurando uma outra...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Que dia o senhor foi eleito?

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – V. Ex.ª me permite. Eu gostaria de exercer o meu direito constitucional a permanecer em silêncio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Que barbaridade!

Sr. Presidente, essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta...

O SR. (Orador não identificado) – Ele já respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ele respondeu, é evidente, é um direito dele, constitucional.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É um direito dele e não vou questionar.

A segunda pergunta, Sr. Presidente, gostaria que V. Ex.ª garantisse... Ele vai responder o que quiser e eu vou perguntar o que eu quero.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, gostaria que fosse mantida a ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quero pedir a tranqüilidade dos meus amigos e companheiros. Na verdade, é um direito constitucional quando se trata de auto-incriminar. Nesse caso, é evidente que não há nenhum tipo de incriminação, mas é evidente que não temos obrigá-lo a responder a essa indagação. Só queremos pedir a ele a compreensão no sentido de respeitar aquele que interroga, respondendo a suas indagações, sobretudo dessa natureza tão simples.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor disse, está gravado, que o seu mandato começou no dia 31 de maio neste ano e termina daqui a três anos, em 31 de maio de 2008. O senhor confirma?

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Sr. Deputado, eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – O Sr. José Trevisol, até o dia...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Relator é mais simpático.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Até o dia 30 de maio era, portanto, o Secretário Executivo da Anca. O senhor confirma essa informação?

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Eu gostaria de informar a V. Exª, que, para todas as suas perguntas, eu vou usar esse direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A outra pergunta que eu quero fazer para o senhor...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A outra pergunta que eu quero fazer para o senhor... Por favor, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dê licença um pouquinho. Só porque ele está usando um argumento que não é muito correto judicialmente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas isso é um problema dele. Ele vai responder depois.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Ele não se incrimina em nada com as respostas.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas é evidente... Eu quero... Senadora, apenas para...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Eu quero apresentar... Apenas iria contraditar o meu colega.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não, mas não há necessidade de contraditar.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quem está perguntando aceita a posição do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Romeu Tuma, é evidente que esse tipo de comportamento do depoente não é a favor dele. Apenas isso que nós queremos dizer, porque, obviamente...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não há incriminação nas perguntas; são perguntas simples.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Chega a ser um falta de respeito ao Parlamentar que está indagando. Mas, de qualquer forma, cabe ao Parlamentar definir essa situação.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A próxima pergunta: o nome da cooperativa de trabalho com a qual o senhor tem o contrato e da qual, sob juramento, o senhor disse que recebe R$2.700,00, e, em alguns meses, R$1.500,00. O nome da cooperativa? (Pausa) O nome da cooperativa?! (Pausa)

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Sr. Parlamentar, excelências, eu gostaria de dizer o seguinte: tenho o maior respeito pela CPMI...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por favor, eu quero o nome da cooperativa em que o senhor trabalha. Só isso. Não quero nenhum discurso.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Tenho em minhas mãos as afirmações que foram feitas...

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Portanto, eu gostaria de exercer o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu gostaria de requerer... Só uma coisa, o senhor é o representante legal, neste momento, da Anca? Sim ou não?

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Estou exercendo o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu gostaria de requerer ao senhor que enviasse a esta CPMI, já que o senhor está aqui para colaborar, a Ata de constituição da Anca, o estatuto da Anca, a Ata da sua eleição, mais a escritura e o contrato de compra e venda da sede da Anca. E eu também queria perguntar se o senhor esteve fora do País, nos últimos quatro anos, cumprindo alguma missão para a Anca.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Os documentos solicitados serão enviados, mas eu exerço o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu só quero concluir; faltam duas...

O SR. (Orador não identificado) – Só para uma questão de ordem, Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra pela ordem o Deputado.

O SR. (Orador não identificado) – Veja que o depoente usou duas horas para falar como representante da Anca. No momento em que ele está sendo interrogado, inquirido, ele está se negando. Consulto a Assessoria Jurídica se ele não está incorrendo em crime, porque ele pode sair daqui, inclusive, preso.

(Tumulto no recinto.)

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – Ele pode ser inclusive preso. Ele está escondendo informações aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. *Fazendo soar a campanhia.)* – O Deputado está exercendo o direito de Parlamentar, levantando uma questão de ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Exatamente. Não sei por que o alvoroço.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não há razão para nervosismo.

O SR. (Orador não identificado) – Exatamente, Sr. Presidente. Então a minha pergunta e a questão de ordem é nesse sentido. Se ele insistir em não responder, evidentemente, escudando-se no seu direito constitucional, se ele não está passivo de uma ordem de prisão. É essa a questão de ordem. Não adianta ficarem nervosos porque eu também não tenho medo disso.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, eu só queria lembrar que, no Paraná, um colega do ilustre Deputado, que inclusive está preso, veio à CPMI e não respondeu a nenhuma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu não consigo falar.

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª que está aqui que escondeu um criminoso na sua garagem!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com toda franqueza, com toda franqueza...

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª escondeu um criminoso!

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com toda a franqueza, com toda a franqueza...

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª está escondendo um criminoso na garagem de um prédio público...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Estou dizendo que um colega seu veio aqui e não respondeu perguntas...

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª escondeu um criminoso...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Não escondi ninguém, e vou provar que não é verdade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O que é isso?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. **(Orador não identificado)** – Um funcionário do MST e o carro da Anca.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – O que é isso? Sr. Presidente!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência solicita o direito de se pronunciar.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu não tenho colega bandido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Primeiramente...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, essa é muito forte.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Assim, não tem condições de continuar os trabalhos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem, sim, e vamos continuar.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, ele chamou o Deputado Adão Pretto de bandido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem condições de continuar, e vamos continuar os trabalhos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Chamou.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Penso que temos de nos conter. Não dá para chamar um colega de bandido.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ele vai ter de provar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ... retirasse essa palavra...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. (Orador não identificado) – Eu não chamei de bandido...

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Chamou.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. (Orador não identificado) – Eu disse que ele escondeu...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Retirar essa palavra...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Não é verdade.

O SR. (Orador não identificado) – ...ele escondeu. Foi isso que eu disse. E está mantido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Deputado, o senhor chamou...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. (Orador não identificado) – E está mantido que ele escondeu quem atropelou e matou uma senhora de 71 anos. Está mantido.

O SR. (Orador não identificado) – Mas isso já estava lá...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência...

O SR. (Orador não identificado) – Se a carapuça serviu, então ele é bandido.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Vocês é que são amigos de bandido.

O SR. (Orador não identificado) – Está aqui: caso Adão Pretto. Está aqui...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Está suspensa a reunião.

O SR. (Orador não identificado) – Caso Adão Pretto. Está aqui. Vamos investigar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vamos, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço à equipe técnica que melhore a condição do som. Vamos reabrir os trabalhos.

Estão, portanto, reabertos os trabalhos. Vou solicitar...

Primeiramente, peço à equipe técnica que melhore as condições do som. É impossível dirigir os trabalhos sem som, sem volume.

Em segundo lugar, peço às pessoas que vieram acompanhar os trabalhos de hoje que permaneçam,

como até há poucos minutos, de forma comportada, educada, disciplinada... *(Falha na gravação.)* ...já que o Regimento Interno impede qualquer tipo de manifestação. Se acontecerem manifestações, seremos obrigados a cumprir o Regimento Interno.

Vamos prosseguir com os trabalhos.

Está com a palavra o Deputado...

Peço aos Srs. Parlamentares que se coloquem nos seus lugares. Peço àqueles que se encontram ao redor da Mesa que voltem às suas bancadas, para que possamos retomar os trabalhos.

Peço a compreensão de todos, sobretudo...

O SR. (Orador não identificado) – Fui informado de que está havendo votação nominal na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quero solicitar, sobretudo, em nome da instituição parlamentar e da sua credibilidade, que cada Parlamentar adote um comportamento ético que nos permita fazer com que sejamos respeitados por todos aqueles que confiam no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Devolvo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, que está formulando as suas indagações

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Volto a perguntar o nome da cooperativa de trabalho com a qual o depoente tem contrato de trabalho em vigor.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Repito a V. Exª que eu gostaria de utilizar o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu gostaria que o depoente dissesse a mim e a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito se essa cooperativa de trabalho, com a qual ele disse, sob juramento, que mantém contrato de trabalho, participou, em algum momento, de convênios, de processos de cooperação, de repasse de recursos de verbas federais com a Anca.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Excelência, eu gostaria de utilizar o meu direito constitucional de permanecer em silêncio para todas as questões.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu gostaria de saber se o depoente, como responsável legal e eleito numa data em que ele nem sabe quando foi eleito, se ele já foi responsável nos convênios dos últimos cinco anos, em algum convênio, com o Governo Federal, ou se o senhor já assinou algum convênio como responsável ou representante da Anca com o Governo Federal ou com Governos Estaduais.

O SR. PEDRO IVAN CHRISTOFOLI – Excelência, eu gostaria de utilizar o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, dada a forma como se conduz o depoente e a clareza que ficou para esta Comissão Parlamentar de Inquérito de que a entidade usou de um artifício para evitar a vinda aqui, na semana passada, convocado que estava, do Sr. José Trevisol.

Usou um expediente que fica claro, porque, segundo palavras do depoente e visto que ele não quis contribuir, a posse dele ocorreu no dia de ontem apenas, ou no dia de hoje, visto que à meia-noite de ontem venceu, segundo palavras do depoente, o mandato do Sr. José Trevisol como Secretário da Anca.

Portanto, com o desconhecimento absoluto que o depoente demonstrou, visto que sobre nada que lhe foi perguntado, mesmo pelo nobre Relator, ele tinha dados concretos, claros, conhecimento – ele apenas disse que lhe foi repassado –, talvez ele tenha se prestado ao mesmo papel dos três próximos depoentes, que também lhe repassaram a obrigação de retirar dinheiro na boca do caixa.

V. Sª perdeu uma excelente oportunidade de ajudar a sua instituição. V. Sª, seguramente, vai responder dentro daquilo que a legislação determina a essa falta de contribuição, à falta de respeito com que V. Sª se portou diante desta instituição.

Quero dizer a sua entidade não lhe merece como Secretário. O senhor não foi digno dela no momento em que procedeu da forma como procedeu.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente...

O SR. (Orador não identificado) – Está agredindo...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Deputado Onyx Lorenzoni encerrou a sua participação.

O SR. (Orador não identificado) – Esse não é o comportamento exemplar de quem está na Mesa dirigindo uma CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Consulto os Srs. Parlamentares...

O SR. (Orador não identificado) – Tem que ser mais tranqüilo, como está sendo o depoente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – ... se, diante da postura adotada pelo depoente, não devemos encerrar a sua participação e convidar o próximo, que é o Sr. Francisco Dalchiavon, para o seu depoimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, serei breve, mas gostaria muito de poder falar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem a palavra o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Vice-Presidente, Deputado Onyx Lorenzoni; Sr. Relator, Deputado João Alfredo; Sr. Pedro Christofoli, Secretário-Geral.

Sr. Pedro Christofoli, eu gostaria primeiro de expressar que, pelo depoimento de V. Sª, considero muito positivo que tenha V. Sª e demais dirigentes da Anca se solidarizado com a causa de uma melhor distribuição da propriedade fundiária no Brasil e que tenham, inclusive, procurado organizar pessoas, organizar meios de aqueles que trabalham na terra, que estejam procurando cultivá-la, terem direito de acesso à terra, poderem ter melhores meios de conhecimento, estarem se alfabetizando, debatendo sobre como fazer isso.

Aliás, eu gostaria de aqui registrar – penso que o Senador Sibá Machado e o Deputado Adão Preto já o fizeram, mas é importante registrar – que o Manoel da Serra, Presidente da Contag, aqui veio com vários companheiros para expressar solidariedade à Anca, à Concrab e também ao MST. Eles estarão, nesta semana, inclusive amanhã, visitando diversos órgãos cerca de 6 mil pessoas em defesa da reforma agrária. Gostaria, Senador Alvaro Dias, de transmitir ao Secretário-Geral da Anca a informação de que poderiam acrescer àqueles que estão realizando trabalhos voluntários para a Anca, para o MST, uma pessoa a mais. Eu me disponho. Tenho feito. Mas podem contar comigo. Não apenas como Senador, mas como professor de economia. Sempre que desejarem debater temas de interesse dos trabalhadores da terra, eu me disponho a ir. Gostaria de colocar-me à disposição. Podem colocar-me entre os nomes das pessoas que, voluntariamente, são solidárias à Anca. Era o que gostaria de dizer, Sr. Presidente.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE) – Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE) – Quero apenas fazer um registro a respeito do trabalho da Anca.

Sou testemunha do trabalho, dos cursos de formação que a Anca desenvolve em todo o País. Sou testemunha do trabalho que a Anca tem realizado no meu Estado em favor do trabalhador rural. Somos testemunhas. Assistimos à abertura de um curso, de um convênio com a Anca, em uma instituição que foi do Governo Federal. O Governo Federal cedeu, em Sergipe, a (*inaudível*) para se fossem realizados os cursos da Anca. Sou testemunha da importância do trabalho que a Anca vem desenvolvendo neste País, particularmente no meu Estado.

Gostaria de dar aqui o meu depoimento sério de quem é compromissado. Sei da importância dos nossos trabalhadores rurais. As elites brasileiras não gostariam nunca de ver o trabalhador rural com consciência política para fazer o que estão fazendo hoje neste País: dando lição.

Quero concluir minhas palavras dizendo a Pedro Christofoli que fique tranqüilo, pois só cego não vê o que a Anca tem feito em favor do trabalhador: alfabetização e conscientização.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. **ABELARDO LUPION** (PFL – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente. Estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Temos uma relação de inscritos enorme. Não posso – não posso e não quero, não tenho o direito e não desejo – cassar a inscrição de ninguém. Apenas, temos ainda mais quatro depoentes, depois do primeiro.

O SR. **ABELARDO LUPION** (PFL – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ficarei aqui até altas horas da madrugada, se for necessário. No entanto, estou ponderando que os companheiros entendam que é possível...

O SR. **ABELARDO LUPION** (PFL – PR) – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O advogado está instruindo a testemunha. Pelo art. 187 do Código Civil, o defensor do acusado não poderá intervir ou influir de qualquer modo nas perguntas e nas respostas.

O SR. **RELATOR** (João Alfredo. PT – CE) – O advogado do seu aliado, o Coronel Copetti Neves ficou ao lado dele.

O SR. **ABELARDO LUPION** (PFL – PR) – É regimental, Sr. Presidente.

O SR. **RELATOR** (João Alfredo. PT – CE) – Fico ao lado dele. O advogado do seu aliado, o Coronel Copetti Neves, ficou ao lado dele, no Paraná.

A SRA HELOÍSA HELENA (P-Sol/AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não vejo razão para essa reação antes que o Presidente responda à questão de ordem. Primeiro, é preciso verificar se o Presidente vai acolher ou não a questão de ordem. Depois, poderá haver a irritação ou a conformação. Não há razão para tanto nervosismo. Vamos seguir a lista de inscrições.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Tenho uma proposta sobre isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É a de que se faça em bloco para ganhar tempo. É preciso

avisar ao Deputado Lupion, com relação ao seu aliado no Paraná, que a juíza resolveu acolher a denúncia contra o Coronel Copetti Neves.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço respeitosamente a todos que estão presentes – está e a Casa do povo e gostamos de que o povo a esta compareça – que cumpram o Regimento.

Ao Relator peço que permita a continuidade dos trabalhos.

Concedo a palavra à Deputada Luci Choinacki.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, serei bem rápida. Quero dar os parabéns ao Sr. Pedro Christofoli, representante da Anca, pela sua serenidade e pela forma com que se pronunciou. Orgulha-me saber que milhares de homens e mulheres não precisarão viver nas ruas, vendendo picolé, engraxando sapato, vivendo sem dignidade humana, que, através da formação, se libertarão, se construirá cidadãos.

É disso que a elite tem raiva, porque esse povo não mais será escravo das suas fazendas, que está se libertando. É isso o que incomoda. E eu, como trabalhadora rural, fui escrava de fazenda, trabalhei à meia com os patrões, e sei o que é . Isso incomoda quando as pessoas têm consciência. E há um ditado que diz que quem não conhece não se liberta, quem não tem informação e conhecimento jamais será livre.

Parabéns à Anca pela sua contribuição.

Não vê quem não quer. Aliás, que eles vejam, eles têm medo do povo, porque esse povo, um dia, não irá mais trabalhar nas suas fazendas de graça, não será escravizado.

Parabéns pela sua transparência e serenidade de vir falar a esta comissão e dizer o que a Anca representa neste nosso Brasil onde milhares de homens e mulheres buscam a sua cidadania.

Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion se desejar usar da palavra.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Ante o posicionamento do depoente, considero completamente desnecessário usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Adão Preto.

O SR. ADÃO PRETO (PT – RS) – Sr. Presidente, sinto-me contemplado com o que disse o meu companheiro e, pelo que aconteceu aqui, penso que estou conformado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Jamil Murad?

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB –SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, com orgulho, cumprimento o Dr. Pedro Christofoli, Presidente da Anca.

Já tive muitos companheiros e amigos que perderam a vida na luta pela reforma agrária. Não é por estarmos aqui no Congresso Nacional, com terno e gravata que essa luta se torna mais civilizada. Ela é uma luta cruenta. E a CPI criada para investigar a violência que leva tantos trabalhadores a morte, na verdade, se transformou numa CPI, num momento de colocar as vítimas no banco dos réus.

Infelizmente, é o que verificamos, mas, com consciência, diante da realidade, descrevendo com bastante clareza, Pedro, você mostrou que a Anca é uma entidade que tem a credibilidade da sociedade, da Unicef, do Banco Itaú e de instituições que querem o progresso dos povos que vivem nos países em desenvolvimento. É uma entidade que tem a credibilidade de homens e mulheres que às vezes exercem funções públicas.

Como você disse, no Governo anterior, havia convênio, neste Governo há convênio. É com muita honra que acompanho esse trabalho. Foi falado aqui: Esse dinheiro do Ministério da Saúde... Está aí, não vou citar o nome do Deputado, mas ele se encontra neste Plenário, denunciando como se fosse um crime, um desvio de dinheiro público.

Na verdade, os assentamentos têm muitos jovens, Sr. Presidente, e essa população jovem é mais suscetível a contrair doenças como a Aids, até pela sua fase de vida. Portanto, há necessidade, qualquer instituição séria precisa tomar providências para evitar a doença. Além disso é preciso cuidar da educação, da formação.

Nós vamos construindo nosso novo Brasil. Haverá muitas vítimas, não por nossa causa, mas porque os privilegiados, além de nos sacrificar o tempo todo, nos momentos em que podemos dar um passo à frente, querem nos colocar no banco do réu, quando não nos colocar no caixão, e ainda dizem que somos os responsáveis pela violência.

Parabéns Pedro, pelo trabalho da Anca e pelo trabalho dessas instituições que apóiam o movimento tão amplo de luta pela reforma agrária.

O Brasil não vai ser um País civilizado e de progresso se não realizar a reforma agrária. Eles matam as pessoas, mas as idéias sobrevivem por gerações. Esse é o desespero daqueles que acusam a Anca, o MST, a Concrab e tantas outras instituições de respeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado.

Apenas como esclarecimento, é evidente que, pelos discursos, fica a impressão de que está haven-

do uma condenação, e a CPMI não está condenando absolutamente ninguém. Está apurando e, obviamente, exercendo esse papel de fiscalização que leva as pessoas a discordarem. Mas que fique claro que não há nenhum pré-julgamento e, muito menos, condenação. Digo isso em função da irascibilidade ou da exacerbação dos debates até este momento.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, a quem pediria também a compreensão para agilizar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Em primeiro lugar, eu queria tirar uma dúvida regimental, Sr. Presidente, antes da exposição.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Primeiro, quando a pessoa é convidada a prestar esclarecimentos, o tratamento legal deve ser diferente do dispensado do uma pessoa que é inquirida? Qual é essa diferença?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há uma diferença regimental. O convidado, evidentemente, não tem nenhuma obrigação de responder às perguntas que considerar inadequadas. É um convidado, ele vem para expor. O convocado tem a prerrogativa constitucional; ele presta juramento. O convidado não presta juramento, não fala sob juramento, e o convocado fala sob juramento, ele presta o juramento antes de falar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Que é o caso, então, dos convidados de hoje? São convidados, então?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – São convocados.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – São convocados?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eles foram convocados regimentalmente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A minha pergunta é se eles não estão aqui como inquiridos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sim, são convocados e estão sob juramento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Estão sob juramento?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – No caso, compete ou não a dúvida que foi levantada no começo. Os depoentes são passíveis, em determinados momentos, inclusive de uma detenção? Só desejo tirar uma dúvida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É evidente que há a prerrogativa.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu só estou tirando dúvida, Sr. Presidente. Eu preciso tirar a dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu quero assegurar ao Senador Sibá Machado e a todos que, embora existam precedentes, da minha parte isso jamais ocorrerá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim, correto.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Jamais ocorrerá.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio que essa não é a nossa missão, esse não é o nosso papel.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Infelizmente, estamos tratando de uma das CPMIs que traz – já tenho falado reiteradas vezes – uma paixão de fundo, histórica. É comum, é natural e é até normal que ela se expresse em determinadas oportunidades.

Já foi lido aqui pelo relator sobre o policial militar do Paraná, e tivemos até oportunidade de ouvi-lo naquela comissão, e é real que a Juíza Federal Sílvia Brollo acatou a denúncia apresentada contra ele.

Sr. Presidente, quero entender que essas duas organizações convidadas, tanto a Anca quanto a Concrab, respondem hoje por uma das mais respeitadas organizações de trabalhadores do Brasil no campo, juntamente com Contag e tantas outras.

Quanto ao tema da reforma agrária, temos dois viés para trabalhar nesta Comissão, no meu entendimento. Um deles é o que diz respeito àquela violência física – física – e dos Direitos Humanos, que tem ceifado, inclusive, vidas.

São comuns as notícias de trabalho escravo, de grilagem de terra, nos índices de desmatamento que acaba de ser notícia no mundo inteiro, pessoas de determinados níveis e postura tanto pública quanto empresarial sendo citadas por esse tipo de situação e não vejo, infelizmente, essa paixão sendo tratada com essas pessoas.

Quando pedimos para ouvir o Dr. Cecílio Rego Almeida foi porque pesa contra ele uma pendência que envolve cinco milhões de hectares de terra no sul do Pará. Pesa agora contra o Governador do Estado de Rondônia e contra o Governador do Estado do Mato Grosso, a responsabilidade pelos índices de desmatamentos que foram apresentados atualmente pelo INPA e mais a situação de reiteradas áreas com trabalho escravo que gostaria de ver situações como essa sendo colocadas.

Contra essas instituições aqui o que pairam são dúvidas sobre prestação de conta de recursos públicos. Só nisso, Sr. Presidente, já é uma diferença descomunal. Existe dúvidas de documentos e sugiro aqui ao nosso convidado que possa nos apresentar todas as prestações de contas do período que foi ventilado, seja pela imprensa ou por qualquer um dos membros desta Comissão, que foi apresentado e qual o parecer do Tribunal de Contas, seja do Estado ou da União diga qual foi a fonte dos recursos para ser colocado aqui dentro desta Comissão.

Segundo, vejo, Sr. Presidente, que há uma dúvida que foi levantada que talvez precise de uma melhor clareza e vamos ver se conseguimos tirar. Considero que é totalmente errônea qualquer movimentação financeira de boca de caixa. Tem razão o Deputado Onyx, que é uma procedência que não podemos manter. Se houve erro de condução deve ser corrigido. Acredito que a Anca e a Concrabe ou qualquer outra instituição tem que olhar esse tipo de atitude e evitar que isso venha a acontecer, porque na essência é errada.

Não vou dizer que houve desvio de dinheiro em qualquer momento, acredito que o dinheiro foi muito bem aplicado e acredito que V. Sª vai explicar senão hoje mas num momento adequado.

Para concluir, Sr. Presidente, não precisamos do papel dessa paixão no que diz respeito, no meu entendimento, a essas duas instituições. Essas duas instituições não estão, em nenhum momento, sob qualquer suspeita da grandeza e da lógica que apresentei ainda há pouco. O que quero é que de uma vez por todas, nesta Comissão, possamos separar aquilo que é de fato um crime da lógica do que foi o ambiental, um crime do que foi da lógica do trabalho escravo, um crime do que é da lógica da grilagem de terra e de assassinatos como acompanhamos tristemente em várias regiões do País.

Portanto, não cabe aqui a paixão do que diz respeito às ações da Concrabe, mesmo que seja evidenciado algum tipo de erro técnico, porque não considero erro criminoso, nobre Deputado Wasny, porque acredito que possa ter sido uma má orientação de uma pessoa que conduziu de determinada maneira errada. Assim sendo, pediria a V. Sª que pudesse fazer encaminhar qual é o parecer dos tribunais de contas sobre todas as prestações de contas, desde a data da fundação até agora, porque o que abunda não prejudica. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, na condição de Vice-Líder do PT, gostaria de fazer uma consulta à Mesa.

Fomos informados que está tendo votação nominal. Qual será o procedimento da Mesa? Vai suspender a sessão ou não?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não, vamos prosseguir e pode haver um revezamento, os parlamentares pode votar e retornar e não vamos interromper.

Aqui só não pode deliberar pelo Regimento, mas ouvir depoimentos não tem problema.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco PT – PA) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Relator, na verdade não vou fazer as perguntas que iria fazer porque o nosso Relator foi bastante feliz nas suas perguntas, muita coisa foi esclarecida, mas quero dizer com tranqüilidade de quem mora no Estado campeão de morte, campeão de trabalho escravo, um dos Estados onde tem os maiores crimes ambientais. Acho que estou acostumada a enfrentar esse tipo de gente que só consegue se defender, na verdade, de seus próprios crimes fazendo acusações a entidades ligadas aos trabalhadores.

Que ocorram erros formais nas prestações de conta é normal. Quero lhe dizer, Sr. Pedro, que fique tranqüilo, porque erros formais em prestações de contas existem em milhares de prefeitura no País. Alguns são mais do que formais, diria. Alguns não têm, como o senhor, um apartamento nesse imenso valor, como o aqui informado pelo senhor. Alguns têm apartamentos, iates, mansões e coisas que conseguiram acumular depois de muitas prestações de contas incorretas.

Mas quero dizer que a posição da Anca terá o nosso apoio. E o senhor está aqui representando a Anca. Por isso não vou falar do nosso apoio. Vou falar depois que damos ao MST, a Concrab e a diversos movimentos. Também sou ligada a diversos movimentos: movimento de mulheres, sindicatos, enfim.

Mas o meu apoio à Anca deve-se ao trabalho dessa associação em prol da educação, pelos convênios inclusive com entidades ligadas a cinema. Sei que para muitos neste País cinema não deve ser coisa para trabalhador rural, não deve ser coisa para gente pobre. Cinema, para alguns neste País, deve ser coisa que apenas os filhos dos ricos têm direito ou os filhos, por exemplo, do maior grileiro de terra do mundo, que é Cecílio do Rego Almeida, que quer grilar uma boa parte do meu Estado, o Pará.

Então, quero dizer que conta com o nosso apoio esse trabalho bonito que é feito, esse trabalho importante, porque a educação é fundamental. Nenhum país conseguiu se desenvolver sem um imenso e maciço investimento em educação. E para isso que vocês têm contribuído nos assentamentos junto aos trabalhado-

res, para que eles possam ter sim não só condições de viver melhor, mas também consciência. O que muitos também não querem é que os trabalhadores tenham consciência. Esse negócio de direito à arte, direito à educação, para alguns deve ser apenas direito para quem tem dinheiro e para alguns que ajudam inclusive a financiar as balas que matam centenas de trabalhadores e defensores e defensoras dos direitos humanos do nosso País. E digo isso particularmente no nosso Pará, porque infelizmente já perdi muitos amigos e amigas, muitos companheiros e companheiras nessa luta. Sei que não sou a pessoa mais querida do mundo por esse grupo; já até me disseram para eu pedir proteção. Mas quero contar, por enquanto, pelo menos, com a proteção de Deus, em quem confio.

Que possamos acabar com a impunidade. Aí Senador Alvaro Dias, que tão bem tem conduzido, sei que não é sua a opinião a questão de, por exemplo, criminalizar ou já julgar ou prejulgar as entidades. Não diria que é sua posição, mas de alguns é verdade, até porque querem se defender. Infelizmente o que se vê é impunidade. Senador Alvaro Dias, V. Exª foi a Anapu, esteve presente naquela região. Sabe o que está acontecendo lá? Estão prendendo sabe quem? Não são os mandantes, nem a polícia lá do Estado do Pará, do Governador do PSDB, está procurando com a sua inteligência as ligações de um prefeito que fazia campanha dizendo que ia expulsar a Irmã Dorothy ou de outras pessoas. Não, estão prendendo os trabalhadores rurais, ameaçando, aterrorizando.

Quero dizer que é preciso acabar, neste País, com a impunidade. Erros formais têm que ser corrigidos, mas se deve acabar a impunidade de quem mata, de quem financia a morte, de quem financia a violência, de quem está por trás das balas disparadas contra os defensores de direitos humanos e os trabalhadores no País, principalmente focados em algumas regiões. Não é acusando, tentando mostrar para a sociedade, tentando manipular, porque, infelizmente, alguns setores da imprensa entram, caem, acabam assumindo também essa condição de criminalizar os movimentos. Não é assim que essas pessoas vão se livrar dos verdadeiros crimes que elas cometem ou ajudam a cometer, financiando-os. Não vou fazer perguntas, quero apenas parabenizar o trabalho que vai, com certeza, contar sempre com o meu apoio. Inclusive, se precisarem de ajuda para corrigir algum erro formal, porque sabemos que isso é possível, é passível. O próprio Tribunal de Contas da União reconhece que erros formais podem ocorrer. Fico à disposição, como, aliás, tem sido a história da minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Júlia Carepa.

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, inicialmente, quero dizer que não tenho nenhuma dificuldade em conviver com os Parlamentares que discordam das minhas idéias ou das que defendo. Apenas acho que todos nós aqui temos que conviver com a discordância. A verdade, normalmente, são duas: a verdade real, de quem fala, e a outra.

Hoje não quero e não tenho nenhum comentário, nenhuma dúvida com relação ao trabalho desempenhado pela Anca, da sua importância para a reforma agrária do País. Não é com relação a isso que quero falar. Para ser bem breve, inicialmente estou encaminhando o requerimento para convite ao gerente do Bradesco que enganou a Anca, quando disse que R$400 mil eram melhor na previdência privada do que em outra forma. Quero que ele nos explique, realmente, que conselho foi esse que ele deu para a Anca.

Um segundo ponto que também é muito importante – aí peço a V. Exª que o faça de ofício –, é que gostaria de ter uma cópia da Ata que elegeu o Sr. Pedro Christofoli, até mesmo com o registro em cartório, com a data em que ele se elegeu, para que nós aqui não tenhamos a sensação de que fomos feitos de bobos quando o foco principal era o Sr. Trevisol e, no entanto, veio aqui o Sr. Pedro Christofoli.

Também não vou falar sobre o seu aspecto de invocar a Constituição, que é um direito que lhe assiste. No entanto, Sr. Presidente, em virtude da grande importância da Anca no País, acho que ele perdeu uma oportunidade de nos esclarecer alguns pontos como, por exemplo, se foi o MST que o indicou. Há doações internacionais e, no próprio *site*, consta Anca/MST. Ele poderia nos esclarecer isso tudo e também por que funcionários do MST usam carros da Anca. Perdeu uma excelente oportunidade para esclarecer esse trabalho magnífico que a Anca desenvolve pelo País. Perdeu a oportunidade de dizer qual o número de veículos da Anca.

Sr. Presidente, como todos já sabemos, a Anca, na verdade, é a maior recebedora de recursos destinados ao MST. O que gostaríamos que o Sr. Pedro Christofoli pudesse nos esclarecer é o porquê da grande quantidade de saques na boca do caixa. Por que a Anca não usa cheque em vez de papel moeda? Acho que o senhor representante da Anca poderia ter nos esclarecido tudo isso, porque a função principal desta CPMI é apurar as ilicitudes. É o velho ditado que cansei de ouvir do Presidente Lula: quem não deve não teme. Não precisa correr de um debate em que, na verdade, todos nós gostaríamos de dar resultados e até mesmo uma maior transparência.

Depois converso pessoalmente com o Deputado Adão Preto. Nunca tive, nesta Casa, a intenção e não costumo agredir as pessoas nem física nem moralmente. Acho que V. Exª confundiu, pois, quando me disse o caso, eu disse que não tinha colega bandido. Mas o caso é que V. Exª se retratou. Não o chamei de bandido; se tivesse chamado, pode ter certeza de que eu estaria falando agora. Não o chamei. Por isso que não tem retratação, porque não o chamei.

No entanto, Sr. Presidente, para finalizar, registro que não corro dos discursos nem desse embate mais acalorado. Agora, eu espero que fique essa discordância no campo das idéias. E aí, no momento em que todos nós, ávidos por uma resposta de esclarecimento, depois de ouvir por duas horas as perguntas do Relator, ao primeiro que foi fazer perguntas ao Sr. Pedro ele se nega a responder. Isso nos mostra que não é uma boa prática na democracia.

Por isso, Sr. Presidente, sem muitas delongas, espero que nos próximos – agora vem o da Concrab –, se for mantido o mesmo objetivo, vamos dizer assim, talvez a reunião seja antiproducente. No entanto, fica o velho ditado de que quem cala consente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O próximo orador...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, eu fui citado e gostaria somente de ter o direito de me expressar sobre o que foi...

O SR. (Orador não identificado) – Eu não o citei pejorativamente nem lhe ofendendo. Não o citei...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Adão Preto, posso dar a palavra ao Deputado José Geraldo, Heloísa Helena, Arraes e a V. Exª, no final?

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Preciso de trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu só queria dizer ao ilustre colega que, na minha intervenção, eu disse que um colega dele, militar, que é o Coronel Copetti, que está preso no Paraná, veio depor nesta CPMI e não respondeu a nenhuma pergunta que nós fizemos. Nós, inclusive, não o ameaçamos de prisão. Foi isso que eu disse.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado José Geraldo.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, Pedro Christofoli, representante, que veio aqui prestar os seus depoimentos, não vou fazer perguntas ao depoente porque, na verdade, na parte da tarde, fiquei pouco tempo aqui, pois estávamos discutindo o Projeto de Gestão Florestal, que deve ser aprovado hoje à noite, para vir amanhã para o Plenário. Quando cheguei aqui, ele estava dizendo que todas as prestações de contas de todos os convênios recebidos estão aprovadas pelos tribunais. Então, para mim, não há dúvida: a forma, o gerenciamento, a organização do movimento é uma dinâmica do movimento. Cada movimento tem a sua dinâmica. O MST tem a sua, a Contag tem a sua, as ONGs também.

Por falar em ONGs, quando saí agora da Comissão do Meio Ambiente, verifiquei que há uma ofensiva muito grande contra as ONGs neste País, como se todas fossem picaretas, como se na Amazônia não houvesse um monte de empresas picaretas dando prejuízo àquela região. Ai de nós, ai deste País se não fossem as entidades não-governamentais, porque a presença do Estado tem sido muito pequena, principalmente em algumas regiões.

Sou de uma região, Sr. Presidente, em que uma fundação fez um convênio com o BNDES, no valor de R$12 milhões, e está construindo doze casas familiares rurais. E olhem que trabalhar com o BNDES não é brincadeira, não! É uma burocracia, uma exigência na prestação de contas. Mas está lá, fazendo as obras muito mais barato do que qualquer empresa ou qualquer prefeitura daquelas que estão lá, que desviam no mínimo 30% do dinheiro. Ou não é assim na maioria das prefeituras deste País? Pelo menos naquela região onde eu moro.

Agora, eu sou um Deputado e estou aqui em nome de um partido. Sou do Partido dos Trabalhadores. Sou Deputado Federal defensor deste Governo. A nossa Bancada não vai aceitar aqui provocação, por que o que está acontecendo? Nesse caso aqui, querem incriminar o MST e o PT, porque o MST e a Anca estão recebendo os recursos de convênios. Quem libera os convênios? O Ministério da Educação, o da Saúde, o MDA. Exatamente, estão querendo passar uma imagem e chegar no Governo. É a corrupção, ou não é isso? Então, nós não vamos também aceitar. Não vamos para o esforço físico. Aqui nós somos macacos velhos. Todos aqui temos vários mandatos. Vamos evitar isso tranqüilamente, não precisamos chegar a isso.

Nós não vamos aceitar, em hipótese nenhuma, provocação de baixo nível. Provocação inteligente? Se os Deputados se sentiram provocados pela postura do depoente, ora, mas é uma postura inteligente. Está amparado pelo Regimento.

Portanto, as entidades não-governamentais precisam continuar a fazer esse trabalho. Eu penso que o Governo precisa continuar liberando recursos, porque

há muitas entidades que fazem um real virar dois, por esse interior deste País. Ninguém consegue governar este País daqui de Brasília. Ou se pensa que se manda o dinheiro para os "cafundós do Judas" e o dinheiro é bem aplicado? O dinheiro é bem aplicado se nós tivermos prefeituras sérias, entidades sérias, como eles demonstraram aqui no seu depoimento, uma entidade com as suas prestações de contas todas aprovadas. E o que nós queremos mais?

Então, nós sabemos fazer a leitura do que está acontecendo aqui, e eu, pelo menos, não vou aceitar. Onde eu estiver, no plenário ou em qualquer lugar, eu não aceito provocação de baixo nível, não aceito! Não aceito porque nós não podemos aceitar que entidades não-governamentais que cumprem o seu papel, que investem seriamente o dinheiro público sejam atacadas dessa forma. É isso que tentam fazer não só com os que vieram depor aqui hoje, mas o que está acontecendo neste momento, neste País.

Portanto, eu quero parabenizá-los porque vieram aqui. Estão todos aqui para depor. Ninguém está correndo de nada. Ninguém tem medo do debate, porque nós não precisamos ter medo.

Portanto, era esse o depoimento que eu queria aqui fazer nesta reunião. Os meus colegas Deputados podem ficar tranqüilos, porque nós estamos preparados para discussões ostensivas, acirradas, neste plenário, mas com certeza nós não vamos chegar ao ponto de ir para o esforço físico, como o nosso vice-Presidente pôde pensar que aconteceria neste plenário.

Sou Deputado há dez anos. Fui Deputado Estadual de Oposição no Governo Almir Gabriel, naquele Estado, que era uma ditadura civil, e ainda é. Estive presente, Deputado, no Massacre de Eldorado dos Carajás. A Assembléia ficou quatro dias fechada. Foi um momento muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado José Geraldo, vamos deixar a sua história para outra oportunidade, por favor.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Mas essa história tem que ser trazida para cá, Sr. Presidente, também.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mas não aqui. Numa outra oportunidade.

O SR. ZÉ GERALDO (PT – PA) – Não. Mas nós Parlamentares também precisamos ter essa margem de falar desses fatos, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Os seus colegas devem ter oportunidade de falar. Obrigado, Deputado. V. Exª tem sido assíduo e importante para esta Comissão. Nós queremos agradecer.

O SR. ZÉ GERALDO – Muito bem, Presidente. Era isso o que eu queria dizer.

E vamos trazer para esta Câmara, esta semana, o projeto de gestão florestal. É a primeira vez que esse Brasil tem um projeto de gestão florestal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

A Senadora Heloísa Helena com a palavra.

A SRA HELOÍSA HELENA (PSOL – AL) – Sr. Presidente, Srs. Senadores e Deputados, sabem todos que eu não sou membro desta Comissão. Já tive a oportunidade de aqui estar em outras vezes para contribuir com o debate. Mas me sinto na obrigação de prestar um depoimento hoje. É evidente que eu aprendi, desde que eu era criança, no interior de Alagoas, que há uma máxima fundamental: quem for podre que se quebre. Portanto, não estou aqui para acobertar absolutamente nada. Não é à toa que estou trabalhando muito para que a CPI dos Correios possa ser instalada, para que os crimes contra a administração pública possam ser desvendados.

Portanto, não estou aqui para acobertar quadrilhas, delinqüentes, absolutamente nada. Estou aqui porque me sinto na obrigação, Senador Álvaro Dias – e sabe V. Exª qual é a minha postura na Casa –, de prestar o meu depoimento em relação à Anca, à Concrab, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Por mais que alguns tenham ficado nervosos, ou qualquer outra palavra que possa ser adjetivada, ou constrangidos, com as supostas não-respostas do Pedro, eu estava acompanhando do Plenário e penso que ele respondeu absolutamente a tudo, ele respondeu a todas as perguntas que estavam no âmbito do exercício do seu mandato. Ele não pôde responder a algumas, porque não eram do exercício do seu mandato, mas, daqui a pouco, o Trevisol vai respondê-las. Então, ninguém precisa ficar nervoso, porque vai ele responder a tudo.

Fiquei muito contente também pela explicação em relação ao contrato com o Bradesco, até porque alguns expuseram o movimento, dizendo à opinião pública que se tratava de recursos públicos, e não eram. De fato, era recurso privado. Portanto, contrato celebrado entre duas partes, que pode romper-se ou não, mas é recurso privado. E nós estamos aqui para investigar denúncias ou indícios em relação a desvios de recursos públicos. Mas eu não poderia deixar de estar aqui, até porque estou entre os Parlamentares que contribuem com suas emendas para a Anca, que respeitam o movimento. Não entrego uma das partes do fruto do meu trabalho a quadrilha.

É por isso, Pedro, que até parabenizo a sua serenidade. Dificilmente, teria essa serenidade de responder com cautela, de reivindicar o direito constitucional de ficar em silêncio, porque é muito difícil ficar calmo

e sereno diante daqueles que atacam como quadrilha, como isso, como aquilo. É muito difícil ter serenidade em relação a isso. Às vezes, até posso usar o artifício constitucional para não responder àqueles que me atacam. Posso até fazer isso no dia em que quiser.

Então, quero saudar, sinto-me na obrigação de dar o meu testemunho em relação ao movimento. Conheço muitas das lideranças, conheço como vivem muitos dos militantes, conheço como vivem muitos dos militantes de base. Sei o que muitas das crianças e dos filhos passam quando os seus pais estão presos, porque muitos de nós têm que fazer "quotinha" para comprar arroz, feijão e carne para alimentar os filhos. Sei exatamente do que se trata esse movimento e a Anca.

Assim, mesmo estando em outras atividades no Plenário, eu não poderia deixar de vir aqui para deixar a minha solidariedade e o meu testemunho da honestidade. Aí não vêm só as minhas vinculações ideológicas, programáticas e a minha visão de mundo, até porque só existe movimento ocupando terra porque não há Governo com a competência de cumprir a lei, de arrancar as cercas do latifúndio improdutivo.

É por isso que um pai, uma mãe de família e uma criança acabam tendo de arrancar com as próprias mãos as cercas para poder plantar um pé de feijão, alimentar os seus filhos e não ver a sua filha na periferia, vendendo o corpo por um prato de comida, e o seu jovem, menino de 6 anos, virar olheiro do narcotráfico, como último refúgio.

Portanto, Senador Alvaro Dias, todas as perguntas que eu iria fazer foram totalmente respondidas pelo Sr. Pedro, inclusive diante dos questionamentos feitos pelo Relator.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR.) – Muito obrigado, Senadora Heloisa Helena.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer alguns registros não especificamente a respeito dos depoentes, mas por colocações de Colegas Parlamentares que me antecederam. Quero só fazer uma colocação sobre o que falavam de trabalho escravo, de desmatamento, enfim.

Este País e o Presidente da República festejam os US$35 bilhões de superávit na balança comercial do ano passado. Muito se deve às novas fronteiras agrícolas deste País. Produtores rurais, verdadeiros heróis que desbravaram fronteiras, como no seu Estado. Nos anos 50, tantos fizeram isso e, hoje, nos anos 60, 70, 80, 90, o pessoal está desbravando fronteiras neste Brasil. Então, não é justo que se incrimine como trabalho escravo, como se fossem pessoas que estão deturpando a sociedade. A gente sabe como eles plantam, o que fizeram para ter o que têm hoje, dar o superávit que esse Brasil precisa. São pessoas que, muitas vezes, estão sendo exploradas por sistemas financeiros, exploradas por multinacionais. Então, é preciso que a gente coloque as questões no devido lugar, e não jogue qualquer um desses produtores, não digo que tem santos nessa jogada, mas, tem muita gente séria, a maioria dos produtores que estão nas novas fronteiras agrícolas. São gente de diversos Estados, e muitos do meu Estado. São gente séria, que trabalha pelo crescimento e pelo engrandecimento do País.

Portanto, registro o que gostaria de falar, porque alguns aqui falaram que parece que todo mundo está usando o trabalho escravo. E não é. São questões trabalhistas que têm que ser discutidas num outro campo. Nas questões de desmatamento, onde falam tudo isso que estão fazendo, estão produzindo. E hoje, se temos esse Centro-Oeste, a partir de Brasília velha para cima, o que temos hoje é um sistema de produção, criado não por Governo, não por pesquisa governamental, produtores quebrando a cara, fazendo o que estão fazendo, devem ser respeitados.

Era só esse o registro que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço ao Deputado. Agradecemos também a presença do Sr. Pedro Christofoli, e o liberamos.

Muito obrigado pela sua participação.

Vamos convidar Francisco Dalchiavon, que é o Presidente da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil – Concrab, para tomar assento à Mesa, a fim de cumprir aqui o seu dever de prestar os esclarecimentos solicitados.

Aproveitando esse interstício, apenas queria dizer que fui o autor do requerimento que convoca o Sr. José Trevisol para prestar esclarecimentos relativamente a essa questão do Plano de Previdência Privada, o que, para fazer justiça ao Sr. Pedro Christofoli, realmente não caberia a ele responder. É uma questão que tem que ser esclarecida devidamente, porque se trata de um Plano de Previdência Privada a favor de dois funcionários da Anca. Então, é natural que se busque esclarecimentos. Esse conceito de dinheiro público também é relativo, porque recurso de doação de uma organização ou de uma entidade estrangeira que cai no caixa de uma cooperativa como essa, que tem finalidade pública, e se soma a um dinheiro que vem do Estado brasileiro, que é um dinheiro público, torna-se, evidentemente, dinheiro público, e qualquer desvio deve ser investigado. É esse o objetivo da CPI.

Como Presidente, tenho que defender as ações de todos os seus integrantes na direção de se buscar

esclarecimentos para todos os indícios porventura existentes ou para todas as suposições aventadas.

Como é regimental, o convocado Francisco Dalchiavon assinará um termo de compromisso que, evidentemente, lhe confere aquela prerrogativa de não se auto-incriminar durante o depoimento, conforme prevê o art. 5º da Constituição Federal.

Vamos pedir também ao Sr. Francisco Dalchiavon que faça uma exposição sucinta, a mais sucinta possível, para que possamos rapidamente "incursionar" na esfera do debate e das indagações, porque é evidente que a reunião se torna muito mais produtiva quando partimos para o questionamento. E que o questionamento se faça de forma direta e objetiva. E fazemos um apelo para que o depoente não faça uso excessivamente dessa prerrogativa constitucional de não responder.

O SR ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Queria propor, Sr. Presidente, que houvesse, nessa exposição inicial, já que a CPI está preparada para fazer os questionamentos, que ela não fosse superior a 5 minutos: tempo mais do que suficiente para se fazer uma apresentação inicial e, depois, irmos diretamente para os questionamentos dos membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Consulto – é claro, fica a critério do convocado, porque, democraticamente, oferecemos a oportunidade – se o nosso convidado ou o nosso convocado, caso ele atenda à sugestão do Deputado Onyx, poderá se reservar o direito de, ao final, utilizar um tempo maior, se, nas respostas às indagações, não alcançar os seus objetivos de esclarecimentos. Seria muito mais prático se fizéssemos dessa forma, assim, ele teria oportunidade de, durante as respostas às indagações, colocar o seu posicionamento e, ao final, completar, se for necessário.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, gostaria de queria dizer ao companheiro Francisco que se trata de uma sugestão, um pedido do Vice-Presidente, mas que não é regimental. Se V. Exª quiser falar mais não terá...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O pedido é regimental. Agora, cabe a ele decidir se concorda ou não. Até porque ele terá assegurado o direito de, ao final, completar a sua exposição inicial. Se durante as indagações não tiver a oportunidade de fazê-lo, ele terá oportunidade de mais tempo, se desejar.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, propus que fossem cinco minutos. Alguns colegas acreditam ser um tempo insuficiente. Então, que se chegasse a um consenso de um tempo suficiente, porque se se começar e não ter como terminar, ficaremos aqui ouvindo coisas que, na verdade, não são do interesse desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Estamos prontos.

Apenas para fazer a leitura, o nosso depoente Francisco Dalchiavon já assinou o termo de compromisso, conforme art. 203 do Código de Processo Penal.

Compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e no que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso, da Constituição Federal.

O que fica implícito é que, quando não há resposta, a resposta seria contra si próprio. Por isso, consideramos, no depoimento anterior, que, ao não responder, obviamente o depoente não agiu a seu favor. É óbvio. O que diz o texto da lei: "não sendo obrigado a depor contra si próprio". Então, é evidente. Que fica implícito.

Com a palavra o Sr. Francisco DalChiavon.

A SRA (Oradora não identificada) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Se for pela ordem...

A SRA (Oradora não identificada) – Com todo respeito a V. Exª, é um ponto de vista que cada um tem, o que vai responder e o que não vai. Dizer se é favorável ou contra é uma opinião de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exato. Mas a obrigação do Presidente, que inclusive tem experiência em CPIs, é favorecer o depoente, oferecendo-lhe as oportunidade de esclarecer, de forma cabal e absoluta, todos os fatos expostos aqui.

Com a palavra o Sr. Francisco Dalchiavon.

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Relator, Deputado João Alfredo; Sr. Vice-Presidente, Deputado Onyx Lorenzoni, quero, inicialmente, agradecer a oportunidade de aqui estar para poder elucidar alguns fatos e também colocar de minha inteira e pronta disposição para depor nesta Comissão.

Inicialmente, quero, diante desta Comissão, discorrer sobre um pouco do histórico do cooperativismo. O fato de eu, historicamente, ter-me envolvido muito com as cooperativas e ter sido sempre um agricultor é porque vi no cooperativismo uma forma de organização não só dos agricultores, mas também dos trabalhadores em geral. A primeira cooperativa surgiu num

período exatamente de crise – os pobres, operários e desempregados iniciaram na Inglaterra a organização da primeira cooperativa no mundo. Então, na verdade, esse grupo de trabalhadores desempregados deu início ao cooperativismo.

Aqui, no Brasil, o cooperativismo chegou pelos imigrantes europeus. Iniciou-se o cooperativismo principalmente em São Paulo e no sul do Brasil e, depois, no Brasil inteiro. A maior adesão ao cooperativismo no Brasil deu-se basicamente na agricultura no período, digamos, da revolução verde, nas décadas de 60, 70 e 80, quando houve muitos investimentos na agricultura, assim como uma grande adesão ao cooperativismo como forma de organização no meio rural.

Após a Constituição de 88 – até então, para se organizar uma cooperativa, havia a necessidade de pertencer a uma única organização cooperativista em nível nacional –, foi dada a liberdade de organização cooperativa. Surgiram, então, milhares de cooperativas tanto no meio rural como no meio urbano. Pelos dados da OCB, temos hoje em torno de 7.350 cooperativas,o que perfaz uma participação de em torno de 5,712 milhões trabalhadores associados em cooperativas. Há em torno de 180 mil trabalhadores trabalhando em cooperativas.

Depois de várias discussões, dentro dos assentamentos, entendemos que a saída para a agricultura e para o agricultor não seria o trabalho diretamente individual. Entendemos que o cooperativismo seria um grande instrumento para que os pobres, de novo, voltando à origem do cooperativismo, pudessem, então, fazer uso desse grande instrumento de organização, organizando-se na base, lá nos assentamentos, e, a partir daí, criar uma organização cooperativista.

Nós entendemos que, nesse período, havia grande necessidade de organização cooperativista. Nós partimos do princípio de que o importante para o trabalhador rural, para o assentado, para o pequeno agricultor é a cooperação entre os trabalhadores, e a cooperativa seria, então, o desenrolar desse processo. Então, nós inovamos nessa forma de cooperação nos assentamentos e com os pequenos agricultores próximos dos assentamentos de que, para haver cooperação, não necessariamente, é necessário criar, já, uma cooperativa, uma entidade jurídica. A partir daí, iniciamos um processo de organização cooperativista, difundindo, em todos os assentamentos, em todos os pequenos municípios, no interior, onde houvesse assentamento e em suas proximidades, a discussão da cooperação agrícola. Decidimos, então, organizar também cooperativas e associações nesse nosso meio. Posteriormente, decidimos que criaríamos um sistema próprio de organização cooperativa e que não aderiríamos à forma de organização cooperativista da OCB, porque entendíamos, naquele período, que havia limites nessa forma de cooperação.

Assim entendemos, em primeiro lugar, porque, no decorrer do processo de produção agrícola, os pequenos, que produzem uma pequena quantidade, aos poucos vão sendo afastados do quadro social. Essas cooperativas adotaram um sistema de organização da produção no qual os que produzem mais permanecem na cooperativa e os que produzem pouco, aos poucos, vão sendo afastados. Temos dados de cooperativas que, na década de 80, tinham mais de 13 mil sócios e, hoje, têm cinco ou seis mil sócios. Essas cooperativas tiveram suas bases drasticamente diminuídas em função dessa política.

Nós entendemos que essa forma de organização adota, como ponto fundamental na forma de cooperação, a essência econômica, observando muito pouco os aspectos sociais, culturais, a formação e a capacitação.

Em 1990, nós fizemos um primeiro seminário, no qual decidimos organizar essa estrutura própria dentro dos assentamentos de reforma agrária e suas proximidades. Em 91, foi criada, no Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa estadual. Em 92, no dia 17 de maio, nós criamos em Curitiba, no Paraná, a Concrab, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil, da qual faço parte. Em 1993, já havia cooperativas organizadas em sete Estados, entre eles o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Ceará. Em 1994, então, foi criada a Cooperativa Central de Pernambuco e, em 1997, a Cooperativa Central do Estado de São Paulo.

Hoje, nós temos organizadas nesse sistema quarenta cooperativas de produção agropecuária, que chamamos de CPA, que são totalmente coletivas. Temos 51 cooperativas de prestação de serviço; temos sete cooperativas de crédito; onze cooperativas de trabalho e 97 pequenas e médias agroindústrias. E temos, nos assentamentos e em suas proximidades, em torno de 630 associações de produção e de serviço em que os agricultores se organizam para otimizar consecução de seus objetivos.

Nesse período, buscamos, então, para a consecução desses objetivos, a buscar recursos para desenvolver a organização interna dentro dos assentamentos.

Fizemos vários convênios, e vou citá-los, alguns estão em minhas mãos.

Uma das grandes práticas da Concrab é a formação técnica e o estímulo ao cooperativismo. Fizemos, recentemente, um convênio com o Incra para liberarmos, em nível nacional, nos Estados, 31 técnicos de

nível médio, sete de nível superior, para que possam prestar assessoria, nos assentamentos, a essas atividades de capacitação técnica e ajudar a organizar essas pequenas agroindústrias e também as médias, inclusive algumas que já são grandes.

Isso está beneficiando, nesse momento, 41 cooperativas, acompanhadas pela assistência técnica, totalizando 338 famílias, algo em torno, então, de 1831 participantes nos cursos de treinamento.

Outro convênio que fizemos é o Convênio de Fomento ao Cooperativismo. Esse convênio prevê nove seminários nacionais, seis intercâmbios locais e publicação de doze mil cartilhas, dez mil *folders* e um programa de computador. Isso beneficia o curso de intercâmbio e seminários, 679 pessoas, e 12 mil agricultores assentados.

Fizemos um outro convênio com a Secretaria da Pesca, programa de fomento em agricultura nos assentamentos de reforma agrária.

Fizemos, então, atividades: um seminário nacional, sete cursos locais, sete intercâmbios locais, seis estudos locais sobre o potencial da agricultura nos assentamentos e publicação de dez mil cartilhas.

Cursos de intercâmbio e seminários, 559 pessoas.

Estudo: oito assentamentos no total de 398 pessoas e dez mil cartilhas.

Temos em execução... Então, esses convênios, todos nós, todos eles já prestaram conta dentro da normatização de prestação de contas, que está entregue nos Ministérios.

Sobre os que estão em execução, no Ministério da Ciência e Tecnologia, temos um valor, o objeto de um outro convênio, uma rede de pesquisa no centro de formação localizado nos assentamentos de reforma agrária.

Entendemos que há uma grande necessidade de ir criando condições para que os assentamentos e os agricultores em geral possam ir mudando de forma gradual o modelo agrícola vigente. Então, essas atividades são para a pesquisa. É um Centro de Desenvolvimento Sustentável em agropecuária, Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados, Centro de Capacitação e Pesquisa Padre Josino Tavares e Centro de Capacitação Canudos. Isso envolve aproximadamente 35 mil famílias.

O segundo convênio, um programa de formação dos técnicos que estão trabalhando nos assentamentos pelo programa governamental, são 11 oficinas, duas reuniões com monitores e publicação de 11 mil cartilhas e um programa de computadores. Participarão desse treinamento 783 técnicos do Programa de Assistência Técnica do Incra.

Um outro convênio em execução, capacitação de técnicos na inseminação de gado Siboney. O Governo passado recebeu sêmen de gado para ser reproduzido no Brasil. Foi repassada para nós essa atividade. Temos dois cursos de inseminação, oito oficinas, a contratação de três inseminadores, aquisição de três botijões de sêmen. Serão beneficiados três assentamentos, num total de 438 famílias.

Outro convênio em execução é o Programa de Capacitação Técnica em Empresas Sociais e Reforma Agrária. Trata-se de outra parte do mesmo convênio. Assim, serão 34 técnicos de nível médio, 24 de nível superior e 5 especialistas. Estão previstos também nesse convênio 16 seminários, 8 treinamentos, 10 pesquisas de mercado, 8 estudos locais e 4 publicações. Esse programa beneficiará 80 cooperativas, acompanhadas pela assistência técnica, totalizando 368 famílias e 3 mil participantes de cursos e oficinas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos passar imediatamente a palavra ao Relator, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, antes de fazer minhas perguntas, gostaria de fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, cada depoente, seja convidado seja convocado, é quem toma a decisão de falar, sobre o que falar a partir das perguntas, evidentemente a partir de direitos constitucionais, do que foi assinado aqui.

Portanto, não me cabe absolutamente julgar a atitude de quem quer que seja. Até porque não é a primeira vez, nesta CPMI, que pessoas convocadas ou convidadas para depor se esquivam de responder.

Perguntaram, lá fora, por que o depoente anterior havia dado respostas a mim e não ao Deputado Onyx. Eu respondi que perguntassem isso a quem de direito e não a mim, evidentemente. Assim, há um direito constitucional no que se refere a essa questão.

Segundo, do nosso ponto de vista como Relator, para a elaboração do relatório, é importante que conheçamos todos os fatos. Há fatos que são levantados por meio de documentos e daí toda a análise que tem sido feita acerca desses sigilos. Há também fatos que podem ser levantados a partir dos depoimentos aqui prestados.

A este Relator cabe perguntar, como inclusive a qualquer Parlamentar. O Relator deverá ser "julgado", não ele mas o seu relatório, pelo conjunto da CPMI. Essa é a questão.

Por isso, não antecipo nada com relação a essa questão. Estou trabalhando no relatório desde o primeiro dia. Quando a CPMI tinha a possibilidade de

encerrar seus trabalhos no final do ano, o relatório já estava pronto. Houve a prorrogação dos trabalhos. Houve agora a segunda prorrogação, mas há um relatório que está sendo elaborado **pari passu** enquanto correm os trabalhos das CPMI e que será apresentado ao conjunto dos Parlamentares que fazem parte desta Comissão.

Quero deixar essas questões claras, porque alguns reclamaram que eu perguntei demais. Eu farei aqui, até para dar oportunidade aos demais, apenas três ou quatro perguntas.

A primeira, se a Concrab remunera os seus dirigentes e se o estatuto permite que o presidente possa receber salário. Essa é uma primeira pergunta. A segunda, no mesmo sentido que fiz com relação à Anca. A relação da Concrab com o MST e a relação da Concrab com a Anca, porque essas questões estão sendo sempre levantadas neste debate. Finalmente, não vou entrar no detalhamento, farei apenas uma pergunta genérica, qual é a origem dos recursos da Concrab e como a Concrab financia as suas atividades. É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos passar a palavra ao Francisco Dalchiavon para responder ao Relator e, depois, ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Excelência, Deputado João Alfredo. Nós, nos estatutos da Confederação, sempre trabalhamos, em função inclusive da nossa realidade, em que, como falei no início da minha exposição, todos nós, que somos pequenos agricultores assentados, temos dificuldades de conduzir as nossas organizações em função exatamente da pobreza em que vivemos. Inclusive, pela base em que organizamos, que são, na verdade, sempre os excluídos, aqueles que não tiveram condições, aqueles que geralmente, para poder viver, vão pegando, no processo de assentamento, as terras que têm pouca infra-estrutura, as terras que são fracas. Em geral, tem sido assim. Então, definimos nos estatutos que a remuneração dos dirigentes da nossa Confederação seria não por salário, mas uma gratificação mensal que os dirigentes teriam direito a receber, e que isso seria, como chamamos, uma ajuda de custo e não um salário previamente definido.

A segunda questão é em relação ao MST e à Anca. Somos uma organização de cooperativas, uma Confederação legalmente constituída, dentro da lei, dentro daquilo que prevê, inclusive, a lei cooperativista e as leis que regem a organização de uma entidade civil. Então, qual é a nossa relação ou a parceria que temos com o MST? Temos a nossa atividade, em sua maioria, dentro dos assentamentos, em vários lugares. As nossas atividades se dão também com os pequenos agricultores. Vou citar um exemplo da cooperativa que temos no extremo oeste catarinense, que é a terra da nobre Deputada Luci Choinacki, que conhece muito bem. Temos 540 famílias assentadas e temos uma agroindústria que está hoje beneficiando em torno de 300 mil litros de leite/dia e, nessa produção, além das famílias assentadas, trabalham também inúmeros pequenos agricultores, que vendem a sua produção de leite para essa agroindústria. A Luci conhece muito bem, inclusive pequenos agricultores do Município onde ela morava também fazem parte disso.

A nossa relação com a Anca. A Anca tem trabalho do ponto de vista mais social nos assentamentos e também com os pequenos agricultores. Como o Pedro Christofoli mencionou anteriormente, são trabalhos que confluem na mesma direção. A Anca faz algumas atividades, e nós fizemos a organização mais econômica dentro dos assentamentos. Esta é a nossa tarefa dentro dos assentamentos e com os pequenos agricultores: organizar os agricultores dentro da perspectiva econômica e da perspectiva de fomentar o cooperativismo dentro dos novos assentamentos e dos mais antigos.

A terceira questão: qual a origem dos recursos da Concrab? Temos recursos que são privados, isso já foi documentado, fomentado inclusive pela imprensa. Nós recebemos recursos de organizações cooperativistas e de organizações amigas da Concrab, de outros países que colaboram conosco, que querem ver o desenvolvimento dos nossos assentamentos. E, de todos esses recursos que recebemos, prestamos conta a essas entidades; não temos nenhuma pendência de prestação de contas com essas entidades.

Temos também a colaboração de pessoas, de cooperativas afiliadas, que, dentro da possibilidade, contribuem com os recursos, para organizar os assentamentos em nível nacional. E temos também recursos públicos. Apresentamos uma proposta de convênio sempre nos órgãos oficiais, e, depois de analisada profundamente e aprovada, é liberado o recurso, para que a Concrab cumpra o projeto. Esses projetos têm todas as metas definidas.

Quanto a todos os recursos que recebemos, prestamos contas deles para as entidades ou órgãos públicos onde recebemos. Houve um questionamento, e vou aproveitar para responder neste momento. Houve o questionamento de que nós sacamos – quer dizer, a transparência se deu – todo o dinheiro na boca do caixa. Quero dizer que uma parte do dinheiro é, sim, sacado na boca do caixa, mas uma parte. E por que fizemos isso? Porque onde fizemos os cursos... A grande maioria dos cursos, para que sejam com cus-

to menor – para fazer desses escassos recursos uma produtividade maior do aprendizado –, fizemos lá nos assentamentos, e a grande maioria do nosso pessoal não tem conta bancária. Por isso, muitas vezes é sacado o dinheiro no caixa, e a gente paga, então, às pessoas que participam do curso. Muitas vezes, o pessoal vem de ônibus e não tem como dar um cheque para o cara ir à rodoviária descontar a passagem de ônibus ou, então, os custos que ele teve com transporte. Por isso a gente faz... tem essa forma. Mas entendemos que os questionamentos levantados por esta Comissão são de suma importância para nós, para aperfeiçoarmos o nosso processo de prestação de contas. Todas as prestações de contas que entregamos e em que houve eventualmente problema, retificamos todas elas. Então, nesse sentido, sentimo-nos tranqüilos. Queremos dizer que os fiscais sempre nos acompanham nas execuções. Dentro da medida possível, o que eles queiram informamos – está no plano do trabalho –, e eles fiscalizam as nossas metas.

Quero aqui deixar registrado, com toda a certeza, que as metas que nos propomos a fazer, dentro dos convênios que firmamos, são cumpridas, e é feita a prestação de contas. Então, Deputado Alfredo, fizemos isso e temos a tranqüilidade em colocar essa questão.

Quero lembrar aos membros desta comissão também de que os valores que estão nos convênios, que são valores públicos, estão ou no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal. Os recursos que estão no Banco Bradesco são recursos privados. E o que está em questionamento aqui são os recursos públicos que recebemos.

Quero dizer inclusive ao nobre Senador Alvaro Dias que, se não me falha a memória, em 1997 ou 1998, o dirigente do PSDB, Sr. Murilo Flores, esteve conosco, visitando nosso centro de formação. Nós o convidamos, ele foi e viu **in loco** – em um momento em que ele trabalhava no Ministério da Agricultura e em que tínhamos convênio – o nosso trabalho e a execução do nosso convênio.

No ano passado, também convidamos o Secretário de Desenvolvimento Rural do Ministério, que, se não me falha a memória, esteve presente em um curso que fizemos, o qual estava previsto no convênio do Denacoop.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O MST impôs algum tipo de restrição ao depoimento que o senhor veio prestar a esta CPMI?

Há alguma informação que o senhor não está autorizado a prestar, Sr. Francisco?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Quero usar o direito constitucional de me manter calado diante dessas perguntas.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pergunto isso, Sr. Presidente e Membros da CPMI, porque, quando a Radiobrás fez um documento especial dos vinte anos do movimento – o texto é da Radiobrás, portanto, creio que merece credibilidade: "Chicão é um dos fundadores do MST e não é autorizado a dar entrevistas devido a sua importância na estrutura do movimento. Mas a coordenação nacional do movimento abriu uma exceção para a equipe da Radiobrás. A coordenação do movimento determina as pessoas que podem falar em nome da entidade. Na verdade, esse é um dos fatores para a sobrevivência do grupo: a sua organização."

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Mantenho o meu direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A pergunta do nobre Relator sobre a remuneração abre uma discussão importante. Uma reportagem publicada na **ISTOÉ/Gente** informa que o Sr. Francisco Dalchiavon mantém um apartamento de três quatros em Chapecó e que recebe, como Presidente da Concrab, um salário médio de R$1,6 mil. O senhor confirma ou não essa reportagem?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quero informar que o Estatuto da Concrab, em seu art. 34, § 2º, veda explicitamente a remuneração de dirigentes.

O senhor conhece pessoalmente o Sr. Luís Carlos Guedes Pinto, atual Secretario Adjunto do Ministério da Agricultura? Qual a sua relação com ele e qual a relação dele com o MST?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o meu direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor conhece pessoalmente o Sr. José Fritsch, Secretário de Pesca? Qual a relação dele com o MST e com o senhor?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o meu direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Qual o nome da sua esposa? Onde a sua esposa trabalha e quais os cargos que ela já ocupou no Governo Lula?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o meu direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – As perguntas se referem a uma ligação existente entre as relações de amizade do Presidente da Concrab à

liberação de verbas para entidades. E aqui no site do MP de Santa Catarina aparece o seguinte texto: "Santa Catarina acaba de emplacar mais um estratégico cargo no Governo Lula em Brasília: a Srª Eva Maria Dalchiavon é, desde ontem, a Adjunta do Ministro do Trabalho que, coincidentemente, passou o dia de ontem em Florianópolis. Além de ter sido Secretária Municipal do José Fritsch, quando ele foi Prefeito de Chapecó, Eva é esposa do cidadão que estão depondo e foi uma das coordenadoras da campanha ao Governo do Estado, pelo PT, em 2002, do Sr. José Fritsch."

O senhor confirma ou não isso?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Mas isso é crime, Sr. Presidente?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o meu direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – É verdade. A Planilha de Execução Orçamentária, divulgada no site da Câmara dos Deputados, mostra que quem sustenta o Iterra é a União. Neste ano, por exemplo, foram liberados, em 17 de fevereiro, nada menos que R$300.000,00 para a aquisição de equipamento mobiliário e veículo para atender...

Sr. Presidente, eu só queria solicitar – para que eu possa perguntar, eu preciso formular e fundamentar. Todas as perguntas que eu estou fazendo têm conexão direta com as suspeições que eu tenho direito, como membro da CPI, de ter em relação aos atos praticados por este cidadão, enquanto Presidente dessa Cooperativa.

Foram liberados, então, R$300.000,00 para o Iterra para a aquisição de equipamento mobiliário e veículo para atender ao trabalho dessa instituição. Em 28 convênios federais, o Iterra já recebeu 6,3 milhões e tem a receber outros 3,4 milhões em convênios ainda em vigência. A título de exemplo, vale citar um convênio de 808 mil, firmado com o Incra, para a formação da primeira turma do curso técnico de legislação de cooperativas. O custo médio deste curso é de R$16.000,00 por aluno. O custo de um aluno numa universidade federal brasileira é de menos de R$10.000,00 por ano – aluno-ano – das verbas federais. Portanto, a pergunta que eu quero fazer é a seguinte: o senhor confirma que a Concrab e a Anca se uniram para formar o Iterra e tem com essa instituição uma parceria explícita nos últimos anos?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o meu direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eu quero apresentar aqui a Escola Josué de Castro, que colocou no seu site um convite para sua inauguração: "O Iterra, juntamente com o MST e a Concrab, tem a honra de convidar V. Sª para a inauguração da Escola Josué de Castro, em 24 de outubro de 1997..." lá em Veranópolis, no meu Estado. E aqui está tanto o logotipo da Concrab, o logotipo do MST e o logotipo da instituição.

Portanto, apesar da ausência da resposta, nós temos, aqui, um indício bastante evidente de que isto faz parte de uma organização multifacetada.

Quem é que assina os cheques emitidos pela Concrab, Sr. Dalchiavon?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado, apenas para... eventualmente alguém liga a TV Senado num momento como esse... para esclarecer mais uma vez: não é condescendência da Presidência, não é a generosidade da Presidência que impõe esse direito ao convocado de não responder as perguntas; é a Constituição do País. Então, é um direito constitucional, e temos que respeitar. Apenas para esclarecer mais uma vez.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem assina os cheques emitidos pela Concrab, Sr. Francisco Chiavon?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Advogo o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que, entre janeiro de 98 e abril de 2004, a sua entidade emitiu sessenta e cinco cheques de 5 mil em nome próprio, 20% do total de trezentos e vinte de dois cheques de 5 mil ou valor maior? Que despesas foram pagas com R$716 mil sacados desta forma na boca do caixa? Quem está autorizado a sacar os cheques emitidos em favor da Concrab?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Advogo o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor conhece os Srs. Edmilson José de Pinto, Emérson Rodrigues da Silva e Orlando Vieira de Araújo?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Advogo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Eles são ou foram funcionários da Concrab e em que período?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Advogo o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que, entre janeiro de 98 e abril de 2004, a sua entidade, sob sua responsabilidade, emitiu noventa e nove cheques de R$5 mil ou mais em nome dos Srs. Edmilson José de Pinto, Emérsom Rodrigues da Silva e Orlando Vieira de Araújo?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Que despesas foram pagas com R$704 mil sacados por eles na boca do caixa?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Em que situações o senhor prefere a emissão de cheques ao portador em lugar de preencher o campo do favorecido?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Só cumprindo mais uma vez o dever de alertar: é evidente que é um direito constitucional do depoente, mas é uma opção que ele faz consciente das conseqüências desta opção. Evidentemente a Comissão vai depois analisar este tipo de comportamento, o silêncio diante das indagações e a Comissão é que vai deliberar.

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Só para complementar, Presidente, muitas perguntas dessas já foram respondidas por ele??

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor conhece ou desconhece a Lei nº 8.021, de 1990, portanto ela existe há quinze anos, de que qualquer cheque emitido de valor igual ou superior a R$100 deve ter destinatário colocado no cheque nominalmente? O senhor conhece ou desconhece esta lei que há quinze anos vigora no Brasil?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que, entre janeiro de 98 e abril de 2004, a Concrab emitiu setenta e quatro cheques ao portador em valor de 5 mil? Em um único caso, num cheque de R$7 mil identificou-se no verso o beneficiário do cheque. O que é que a Concrab fez para que os bancos não se recusassem a descontar os outros 684 mil em cheques emitidos ao portador?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Somando os 235 cheques emitidos em nome da Concrab, emitidos em nome de funcionários, e cheques ao portador sem endosso, verifica-se que a Concrab, a entidade que o senhor preside, sendo responsável por esses convênios diante da União, deixou de identificar os beneficiários de R$2,1 milhões.

Vou repetir: durante a sua gestão, sob sua responsabilidade, dinheiro advindo de convênios federais, foi emitido pela sua cooperativa, com a sua assinatura, em 98% dos cheques, R$2,1 milhões em cheques para, na minha opinião – é o direito parlamentar de ter que usar o nome –, laranjas ou, o que é mais grave, cheque ao portador sacado na boca do caixa.

A quem a Concrab, sob sua responsabilidade, destinou R$2,1 milhões?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que a Concrab não faz como todas as empresas, instituições e ONGs sérias, transparentes neste País, conforme determina a lei? Cheque igual ou superior a R$100,00 deve ser nominal para pagamentos aos prestadores de serviços e fornecedores de materiais.

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O dinheiro sacado na boca do caixa pela Concrab sai do banco. Quem é a pessoa que o senhor indicou ou quem são as pessoas que o senhor acompanhou para sacar R$2,1 milhões? Não era muito dinheiro para ser sacado sem estar acompanhado do sistema de segurança? A Concrab tem um sistema de segurança para permitir o saque de volumes tão altos como temos aqui, nos documentos de que a CPI dispõe e que são inquestionáveis?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – As empresas fornecedoras de serviços ou materiais, que trabalham para a Concrab e para quem essas empresas fornecem recibo, que vão fazer parte das prestações dos convênios feitos pela Concrab nos diversos órgãos da União, nunca estranharam a ausência de cheques nominais no pagamento das suas contas? Por que elas se subordinam a uma relação que não é legal perante a lei? Qual é o artifício que o senhor usou para convencer essas empresas?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Trabalham ou trabalharam na Concrab as pessoas de nome Helenice, Zildenete, Léo, Ildinésia, Francine e Mauro. Em que função elas trabalharam na Concrab?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor acompanhou, em alguma das oportunidades, os senhores Edmilson José de Pinto, Emerson Rodrigues da Silva e Orlando Vieira de Araújo quando eles foram ao banco sacar? Vou só refrescar a sua memória. O Emerson Rodrigues da Silva sacou R$318 mil, dinheiro que era da Concrab; o Edmilson José de Pinto sacou R$112 mil; e o Orlando Vieira de Araújo sacou, na boca do caixa, R$272 mil. O senhor, em alguma oportunida-

de, como Presidente desta cooperativa, acompanhou os seus funcionários ou essas pessoas na boca do caixa para fazer o saque desses mais de R$700 mil?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes da resposta, quero, por dever de ofício, fazer leitura do art. 186 do Código de Processo Penal, que é aplicável às CPIs. É um dever do Presidente fazer o alerta.

Art. 186 Antes de iniciar o interrogatório, o juiz – no caso o Presidente –, observará que, embora não esteja obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas, o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo da própria defesa.

Tenho o dever de fazer a leitura, uma vez que fiz referência ao fato anteriormente, sem citar o artigo 186. Mas, como disse, é um opção que respeitamos.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só para lembrar, o último depoente que teve esse comportamento foi o Juiz Lalau, que, para tudo, avocava o direito constitucional. Aqui mesmo nesta CPMI, nesta sala, o Juiz Lalau procedeu dessa mesma maneira.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, quero continuar com o meu questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Quero garantir a palavra ao depoente. Creio que não é relevante a consideração.

O SR. (Orador não identificado) – A lei é igual para todos. É para o Lalau e para um homem honesto como o Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Quem confirma a autorização para essas pessoas fazerem o saque dessas grandes quantias de dinheiro na boca do caixa? Essas pessoas eram ou são funcionárias da Concrab? O nome delas foi informado ao Ministério do Trabalho?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por que o Sr. José Trevisol, ex-Secretário-Geral da Anca – um eufemismo para Presidente –, confirmou a emissão de seis cheques de 5 mil ou mais emitidos pela Concrab? Que poderes ele tinha na administração da Concrab para autorizar e confirmar esses cheques?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor deu alguma procuração ao Sr. José Trevisol? Em caso de o senhor ter dado procuração de representação com plenos poderes, o senhor poderia encaminhar essa procuração para esta CPMI?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A Concrab transfere dinheiro aos dirigentes do MST ou ela financia os gastos do movimento? Como é feita essa transferência de recursos?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – No *site* do MST há várias instituições internacionais, algumas já citadas aqui – e aqueles que tiverem interesse podem acessar o *site* do próprio MST, que tem *link* Amigos Internacionais do MST, através do qual é possível acessar as diversas instituições internacionais que confirmam que remetem dinheiro para o MST em nome da Concrab.

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Tenho enorme apreço por V. Exª, mas vou pedir licença para não conceder o aparte para eu terminar as perguntas. Faltam só duas, e aí termino logo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos fazer justiça: ele teve o tempo que quis e não foi interrompido. V. Exª tem que ser justo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – A Concrab recebe o dinheiro que vem das instituições internacionais. De que forma o dinheiro é repassado ao MST? Como o senhor operou, como o senhor fez, como Presidente da Concrab, para transferir esse dinheiro ao movimento? O dinheiro entrou na sua conta, na conta da sua instituição? O senhor abre o *site* Fères des Hommes, da Diaconia, da Cáritas, da Canadense, e o que o senhor vê? O senhor vê que o dinheiro vem para o MST e que a Concrab é o braço. Os amigos internacionais do MST denunciam que a Concrab é o braço. Está escrito em inglês, em francês, em italiano, que a Concrab é o braço financeiro do MST. Como o senhor fez para transferir esse dinheiro para o MST?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – O senhor conhece o Sr. Elenar José Ferreira? Ele trabalha ou já trabalhou para a Concrab? É verdade que ele é Coordenador Nacional do MST?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Há aqui um *site* do Ministério da Agricultura que identifica o Sr. Elenar José Ferreira como representante da Concrab. Se alguém tiver alguma dúvida, o *site* é http//

masrv56agricultura.gov.br. Isso foi oficina de agentes de *(inaudível)* que atuam com pescadores artesanais e aqüicultores familiares em Florianópolis, o Sr. José Fritsch, onde a esposa do nosso depoente foi secretária quando era prefeito. Por que estou fazendo todas essas conexões? Porque a entidade dirigida pelo senhor, a Concrab, emitiu, nos dias 23 de novembro de 1998 e 1º de dezembro de 1998, cheques de uma conta corrente no Banco do Brasil, Agência 1531-8, nos valores de R$21 mil e R$12,192 mil para o Sr. Elenar José Ferreira, Coordenador Nacional do MST. Essa foi uma das formas usadas pelo senhor para transferir dinheiro para o MST?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Por dever de ofício, tenho, Sr. Presidente, que alertar o depoente que essa transferência de dinheiro se deu da Conta Corrente nº 2284-5, de um convênio com o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural do Mapa, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Portanto, de uma conta da qual esse tipo de transferência não poderia ser feito. O senhor confirma ou desmente a transferência?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, tendo em vista a atitude adotada pelo Presidente da Concrab, esta CPMI já tem elementos mais do que suficientes para, ao final dos nossos trabalhos, buscarmos a responsabilidade judicial desse cidadão.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, também manifesto minha solidariedade ao Sr. Francisco Del Schiavion, Presidente da Concrab, sobretudo, pela solidariedade que tem dado a sua instituição ao cooperativismo e à causa da reforma agrária no Brasil.

Sr. Presidente, permita-me interromper, mas se trata de uma providência que V. Exª, comigo, solicitou ao Ministro da Secretaria de Comunicação Social, Luiz Gushiken, relativamente ao que ocorrerá daqui a 30 minutos. Precisaria ser tomada uma providência de pronto.

V. Exª, atendendo à solicitação do povo do Paraná e das emissoras de rádio, gostaria muito que houvesse autorização do Ministro Chefe da Secom para que as emissoras de rádio, às 19 horas, pudessem transmitir o jogo da Copa Libertadores da América entre Santos e Atlético Paranaense, dado que apenas as emissoras de tevê pagas estarão transmitido. O Ministro Gushiken informou, por meio do Subsecretário de Publicações, Patrocínios e Normas, que essa é uma decisão que não pode ser apenas do Executivo, mas que teria de ser do Presidente do STF, Ministro Nelson Jobim, e também do nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, com quem acabo de falar. O Senador Renan Calheiros informou-me que, se fosse abrir uma exceção agora, acabaria tendo que criar uma série de outras exceções, e o mais adequado seria ter uma modificação na legislação para uma autorização mais automática nessas circunstâncias e ele teria a maior boa vontade em encaminhar. Eu queria propor a V. Exª um diálogo com o Presidente da Radiobrás. Depois, apresentaríamos um projeto de lei que permitisse, nessas ocasiões, com maior flexibilidade, autorização. Entretanto, o Presidente Renan Calheiros avalia que agora, a trinta minutos do episódio, não terá condições de fazer a autorização. Quero registrar que o apelo de V. Exª foi por mim secundado.

Essa era a comunicação pela ordem que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradeço ao Senador Eduardo Suplicy, tão eficiente e tão prestativo, que fez questão de prestar contas de sua atividade e da missão que lhe confiei publicamente, por esta CPMI. Infelizmente, já houve o precedente, Senador Eduardo Suplicy, mas não se trata de discuti-lo agora. Já houve o precedente em outras oportunidades. Quando o futebol ocorre no horário da transmissão da Voz do Brasil, há possibilidades de as emissoras gravá-la e transmiti-la depois do jogo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quando foi jogo da seleção brasileira. Santos e Atlético Paranaense, quase seleção brasileira, mas...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Creio que a intervenção do Senador Eduardo Suplicy teve também o objetivo, de quebrar o gelo, desestressar, descontrair, para que possamos prosseguir com os trabalhos.

O Deputado Onyx Lorenzoni já havia concluído, não é?

O SR. ONYX LORENZONI – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há uma solicitação do Presidente Renan Calheiros no sentido de suspender os trabalhos em função da Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A votação é nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós pretendíamos concluir o depoimento...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A votação é nominal e imediata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pretendíamos concluir o depoimento. Vamos fazer o seguinte: nós, Senadores, vamos ao plenário, o Deputado Onyx Lorenzoni preside até a conclusão do depoimento do Sr. Francisco Dalchiavon e transferimos para amanhã o depoimento dos demais convocados, no horário já programado, às 10 horas da manhã.

O SR. (Orador não identificado) – Só é preciso avisar a tempo o Ministro das Cidades.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não.

O SR. ADÃO PRETTO (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo: que os Senadores cumpram com seu dever enquanto nós, Deputados, ficaremos aqui. Quando encerrarem os trabalhos do Senado Federal, V. Exª retornará e terminaremos isso hoje. Amanhã muitos Deputados vão viajando.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Adão Pretto, eu gostaria de proceder dessa forma, mas houve uma questão de ordem suscitada pelo Senador Sibá Machado e uma deliberação da Mesa do Senado Federal de conformidade com o Regimento da Casa, o qual determina que se suspenda a reunião. É por essa razão. Não importa que fiquem os Deputados e os Senadores se ausentem, mas o cumprimento do Regimento impõe que encerremos a reunião e marquemos para amanhã às dez horas o depoimento dos demais três convocados, que se encontram em Brasília. Agradecemos sua presença e convidamos também José Trevisol, para apresentar também suas justificativas para a ausência na reunião anterior. Ele terá oportunidade de prestar seu depoimento na reunião de amanhã.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, só por uma questão de ordem. Como sou a única Senadora presente neste momento, poderia, pelo menos, fazer as questões. Teremos de nos dirigir ao Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Bom, creio que podemos então concluir. Se é do consentimento dos companheiros, vamos concluir esse depoimento, V. Exª poderá fazer as indagações...

O SR. (Orador não identificado) – Levando em conta os inscritos, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vou transferir a Presidência ao Deputado Onyx Lorenzoni...

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente. Será que não é o caso de remarcar com o Ministro Olívio Dutra?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não há problema, poderemos ouvi-lo também amanhã. Fica a critério do próprio Ministro a disponibilidade, antes ou depois. O importante é que, aproveitando a presença dos nossos convidados Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo, a sugestão é transferir a audiência com o Ministro das Cidades. Amanhã, às 10 horas, ouviremos os Srs. Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo. Também ouviremos, ao final, o Sr. José Trevisol.

Passo a Presidência ao Deputado Onyx Lorenzoni, para concluir o depoimento do nosso convocado.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Deixarei todas as perguntas, serei rápida, não farei nenhum tipo de comentário.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, V. Exª poderia adiantar a relação dos inscritos?

Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

V. Exª poderia adiantar a relação dos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Pela ordem, temos os Deputados Abelardo Lupion, Alberto Fraga, Jackson Barreto, Luis Carlos Heinze, Luci Choinacki, Orlando, Adão Pretto, José Geraldo e a Senadora Ana Júlia Carepa.

Senadora, V. Exª quer questionar? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Deputado Abelardo Lupion, tem V. Exª a palavra.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, Srªs e Srs. Senadores, Sr. Francisco DalChiavon, a Concrab já teve problemas com prestações de contas com seus convênios com órgãos públicos?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Dalchiavon, a Concrab já teve que devolver recursos aos cofres da União?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Entre 1994 e 1999, o Governo Federal firmou convênios com a Concrab no valor de R$3,2 milhões. Entre 2000 e 2002, a Concrab não logrou celebrar qualquer convênio com a União. Qual a razão dessa ruptura da parceria com a União? Quando e por que ocorreu a retomada da parceria?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor tem consciência de que é ilegal a celebração de convênios com entidades inadimplentes da União?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Consta do processo relativo ao Convênio nº 490.774 um extrato de 26 de novembro de 2003, no sistema de consulta da Receita Federal que as informações disponíveis sobre o contribuinte 68.342.435/0001-58, que é a Concrab, não são suficientes para que se considere sua situação regular. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Como o senhor explica o fato de a Concrab conseguir celebrar pelo menos dois convênios em dezembro de 2003 no montante superior a R$1 milhão apesar de estar inadimplente com a Receita Federal?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Nos processos relativos aos Convênios nºs 490.774 e 488.054 existem declarações firmadas pelo senhor – eu as tenho em meu poder aqui –, às fls. 118 e 125, datadas no dia 13 e 18 de dezembro de 2003, que o senhor prestou as declarações e, na época, a Concrab não tinha a sua situação regularizada perante a Receita Federal conforme os documentos relativos ao convênio. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – É importante que aqui se mostre que o Sr. Francisco Dalchiavon fez uma declaração de adimplência, que está aqui em nosso poder, no dia 10 de dezembro de 2003, dizendo que a sua entidade estava adimplente. O senhor assinou, no dia 18 de dezembro de 2003, com a sua assinatura, como Presidente da Concrab, um plano de trabalho, 04 do 04, ao Ministério da Cultura Pecuária de Crescimento, dizendo que o senhor estava adimplente, e, depois, o senhor assinou, no dia 10 de dezembro de 2003, outro documento dizendo que o senhor estava adimplente. A nossa estranheza é que, no Ceaf mesmo, na mesma época, o senhor estava inadimplente como mostra o despacho relativo ao Ministério da Agricultura e da Receita Federal em nosso poder – Ministério da Fazenda e Receita Federal.

O senhor sabia que isso é crime de falsidade ideológica declarar uma coisa que não é verdade?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Invoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Gostaria, então, de deixar aqui, gravado, que o depoente, ao ser confrontado com essas evidências, o depoente se negou a responder, assumindo, para si, a responsabilidade da omissão.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Deputado Alberto Fraga.

O SR. (Orador não identificado) – Presidente, pela ordem antes de V. Exª passar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Pois não, Senador.

O SR. (Orador não identificado) – É que eu tinha feito um pedido, uma pergunta no início dos trabalhos, se haveria ou não impossibilidade de continuar dado o andamento das votações no Senado. Eu não sei como está na Câmara. No Senado, são 13 votações nominais para o Conselho de Justiça as quais têm que ter, no mínimo, 41 votos favoráveis. Nós já tivemos dois problemas graves ali por conta de não dar o quorum.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Senador, eu lhe esclareço se o senhor me permitir.

O SR. (Orador não identificado) – Não, é que eu perguntei agora para o Senador Renan Calheiros e S. Exª me disse que iria suspender a reunião da CPI em razão deste problema.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Eu quero lhe informar: os Senadores se retiram para cumprir o compromisso regimental; os Deputados permanecem fazendo a oitiva final do senhor Francisco Chiavon. Foi transferida para amanhã a oitiva das demais pessoas que estavam marcadas para hoje e será transferida, para uma próxima data, a oitiva do Ministro Olívio Dutra.

Portanto, continuamos a reunião. Creio que esclareci a V. Exª e passamos a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. (Orador não identificado) – Não, eu só... Tudo bem, eu acho que a Comissão é livre para tomar as... Então, nós estamos com duas comissões?

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Não, senhor. Esta é uma Comissão mista. Portanto, assim como os deputados saíram e foram votar e voltaram, os senadores saem, votam e voltam. O único impedimento que temos é de deliberação. Como não se trata disso, trata-se apenas de oitiva, não há impedimento.

O SR. (Orador não identificado) – O único problema é que não temos **quorum** para votação. Nós temos 13.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Mas eu já lhe esclareci, Sr. Senador.

O SR. (Orador não identificado) – São 13 votações. Então, não temos tempo de voltar em menos de uma hora e meia, duas horas.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Mas os deputados vão estar aqui, e o plenário vai estar cheio de deputados.

O SR. (Orador não identificado) – Eu concordo, mas eu fiz uma pergunta ao Presidente do Senado Federal que disse que a Comissão não poderia continuar.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Eu já esclareci a V. Exª. No exercício da Presidência, então, eu já tomei a decisão, em consonância com o Sr. Presidente...

O SR. (Orador não identificado) – Então, não tem que recorrer.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Se o senhor tiver questionamento, o senhor recorre à Comissão.

Com a palavra o Senador Alberto Fraga.

O SR. (Orador não identificado) – Então, eu vou fazer isso agora.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Sr. Presidente, trata-se de um artigo, "As estrebarias do poder", e está disponível no *site* do MST. Neste artigo afirma-se que a cobrança de pedágio dos assentados é uma norma do MST.

A pergunta é se o Sr. Francisco tem conhecimento desta prática que já foi condenada pelo TCU e o que tem a dizer com relação a essa questão da cobrança de pedágio no MST?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – As cooperativas filiadas à Concrab e à própria entidade continuam fazendo esse tipo de expediente. V. Sª tem conhecimento disso?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Gostaria de saber como se dá o processo de coleta e distribuição de pedágio.

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor sabe se existe algum descontentamento ou até mesmo resistência por parte dos assentados em relação à cobrança do pedágio? O que acontece com aqueles cooperados que se recusam a pagar o pedágio?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Tenho aqui uma declaração de assentados. É um ato manifestado por 330 famílias de Pernambuco, que resumidamente diz: "Os assentados de Pernambuco desautorizam o MST a receber, em nome deles, recursos públicos destinados a custear serviços dos quais, de qualquer maneira, afirmam não ser beneficiários". É só para deixar registrado.

Pergunto também ao senhor qual o capital social de inicial da Concrab.

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Gostaria de saber também como foi que a Concrab conseguiu aumentar tanto o seu patrimônio. Quais são as fontes de recursos que alimentam ou alimentaram a Concrab? A Concrab recebe recursos do exterior? Se a resposta for afirmativa, quem os manda? Quais são os canais pelos quais passam tais recursos?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Segundo dados do Banco Central e do Banco Bradesco S.A., a Concrab recebeu 925 mil 844 dólares, oriundos de entidades do exterior, entre janeiro de 1998 e abril 2004. A Concrab mantém escritórios fora do País? Se os mantém, onde ficam? E como a Concrab faz essa captação de recursos no exterior? Quem são os encarregados dos contatos mantidos com os doadores? Qual é a contrapartida oferecida pela Concrab aos doadores de recursos estrangeiros?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Vou repetir a pergunta: a Concrab está ou esteve inadimplente junto à Receita Federal? Em que período e por quê?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Por que o patrimônio da Concrab não foi declarado à Receita Federal nos anos de 2000 a 2004? A Receita Federal já fiscalizou a Concrab?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Para quem interessar, estão nas minhas mãos as declarações. Conta apenas 000000, ou seja, nunca houve uma declaração. Portanto, Sr. Presidente, faz-se necessário – e também vou requerer – uma fiscalização da Receita Federal nesse órgão.

Sr. Francisco, poderíamos falar sobre um assunto mais saudável, mais alegre. Pergunto se V. Sª viaja ao exterior e quais foram as suas últimas cinco viagens ao exterior. O que o senhor buscava em cada uma dessas

viagens? O senhor já esteve em Cuba, na Colômbia? O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor fala algum idioma estrangeiro, como espanhol, "portunhol", inglês?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor esteve em uma comitiva da Conab ao Canadá em abril de 2004?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – O senhor foi convidado espontaneamente pelo Sr. Luís Carlos Guedes Pinto ou a sua inclusão na comitiva oficial foi conseguida por intermédio de alguma autoridade do Governo Federal?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Além de participar do encontro com a comissão de Grãos do Canadá, o senhor também realizou outras viagens com a Conab ao Canadá. Isso é verdade?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Quanto tempo o senhor ficou fora do Brasil? Naquela ocasião, o senhor esteve com outras pessoas além daquelas visitadas pela Comissão?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Desses encontros no Canadá, surgiu alguma nova parceria para o MST? Algum potencial doador de recursos foi identificado? Se o foi, quem foi ele?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Finalmente, queria saber quem pagou a sua passagem ao Canadá e as demais despesas de estadia, alimentação e transporte em hotel de cinco estrelas e tudo o mais.

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É lamentável, Sr. Presidente, que um órgão que tem um papel importantíssimo com relação à Reforma Agrária se cale diante de tantas evidências e provas consistentes.

Para não causar frisson, não vou nem perguntar sobre a relação da Concrab com o PCC, por incrível que possa parecer. (Risos.) Não vou nem falar, porque, por meio de uma escuta telefônica em celulares...

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Informamos àqueles que nos honram com a presença que, por uma questão regimental do Congresso Nacional, não podemos admitir nenhuma manifestação, nem a favor, nem contra.

Agradecemos a compreensão e asseguramos a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Já estou encerrando, Sr. Presidente. Foi por meio de uma escuta telefônica em celulares de presos que o juiz ficou sabendo dessa articulação, de um protesto que reivindicava mudanças no regime de visitas do presídio. O senhor sabe de alguma coisa?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – Para finalizar, o senhor se considera uma pessoa corrupta?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. ALBERTO FRAGA (PFL – DF) – É só, Sr. Presidente.

O SR. (Orador não identificado) – O PCC Deve ser um plano de cargos e carreira.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Informamos às pessoas que estão assistindo à audiência pela TV Senado que o depoente tem um direito legítimo e constitucional que está invocando. Ao fazê-lo, ele também sabe que aqui entrou como testemunha e, para que este direito seja validado, ele se auto-incrimina no momento em que se acha, então, auto-indiciado para poder avocar tal direito constitucional. É só mais um alerta que fazemos ao depoente.

Concedemos a palavra ao Deputado Jackson Barreto.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE) – Sr. Presidente, Sr. Francisco, aproveito as palavras do Deputado que me antecedeu, o eminente Deputado Alberto Fraga, para ratificar, usando a sua expressão, que a Concrab tem o papel importantíssimo no processo de reforma agrária em nosso País. Sabemos o quanto tem sido difícil a luta do povo brasileiro para ver realizado esse sonho de libertação do homem do campo e o papel importante que a Concrab joga nessa questão.

Discutir aqui se a Concrab tem vinculação com o MST não é uma questão fundamental, até porque o MST é um movimento social que considero o mais importante que surgiu neste País, depois do processo de redemocratização do nosso País.

Se não existisse o MST e, ao lado dele, tantas entidades que têm trabalhado pela reforma agrária, este País não estaria vendo esse processo avançar, nem o que se viu aqui há cerca de 15 dias, quando o

MST esteve aqui em Brasília e, na discussão com o Presidente Lula, cobrando os compromissos do Governo para a reforma agrária, o Presidente manifestou o compromisso da garantia dos recursos para os assentamentos deste ano e do próximo ano.

Eu esperava e sonhava, desde quando aqui cheguei pela primeira vez, em 1979, que o processo de reforma agrária neste País seria uma coisa mais rápida. Lamentavelmente, eu me equivoquei, mas, hoje, qualquer brasileiro em sã consciência e da menor formação política entende da importância que tem sido o MST para vermos realizado o sonho de reforma agrária e de democratização da terra em nosso País.

Eu quero cumprimentá-lo pelas informações. E para concluir minhas palavras, diante da sua posição, solicitar a V. Sª que encaminhe para esta CPI todas as informações, todos os questionamentos que foram aqui realizados, até porque nós, pelo menos o Deputado que vos fala não tem nenhuma dúvida sobre o compromisso da Concrab para com a reforma agrária e a lisura no comportamento de V. Sª. Tenho consciência plena, se aqui estivessem depondo representantes dos setores que representam a elite deste País, particularmente a elite do campo, não se faria tanto questionamento com o objetivo claro de desabonar um movimento sério e um trabalho correto que a Concrab realiza.

Concluo, dizendo: esperamos que V. Sª envie para esta Comissão os documentos e as informações que precisamos para a conclusão dos trabalhos desta CPI. Muito obrigado.

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Encaminharei à Presidência desta CPMI a sua solicitação, e, já de pronto, quero deixar nesta mesa a certidão negativa da Confederação, na qual fomos questionados pela imprensa. Aqui está tudo em dia. O outro material que quero deixar aqui para a Presidência da CPMI é que foi colocada a dúvida na imprensa de que eu seria trabalhador rural. Portanto, deixo aqui cópia de nota de produtor rural da minha pequena cooperativa, onde sou sócio, e também as notas de produtor rural durante o período em que estava, junto com o meu pai e a minha família, no qual trabalhava na lavoura, e testemunhado inclusive pela companheira Luci Choinacki.

Deixo aqui na mesa este material.

O SR. JACKSON BARRETO (PTB – SE) – Sr. Presidente, só para que fique claro que é bem verdade que aqui consta que, atualmente, a Concrab está em dia, mas depois da declaração do Sr. Francisco, dez meses depois, é que ele foi buscar a sua, vamos dizer, documentação correta, ou seja, passaram-se dez meses para ele poder estar em dia, entrar em dia, depois da cobrança.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Eu queria perguntar ao depoente se ele está entregando à Mesa, à Presidência ou ao Relator.

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – À Presidência.

A SRA (Oradora não identificada) – À Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Autue, por favor.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, queria comentar da preocupação que temos a respeito do que estamos ouvindo neste momento em cima de um dos depoentes, o representante, o Presidente da Concrab. E, Deputado Onyx Lorenzoni, em 1999, o Deputado Moacir Micheletto apresentou um requerimento, que foi aprovado nesta Casa, para fazermos uma Comissão de Fiscalização e Controle em cima dos gastos com a reforma agrária. Isto foi no Governo passado, e não no Governo atual.

No ano de 2000, Deputado Abelardo Lupion, trabalhamos quase um ano, quase todo aquele ano, com diversas audiências públicas nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, aqui no Distrito Federal, analisando os dados da reforma agrária.

Apenas para que os telespectadores tenham noção, do ano de 1995 até este ano, em torno de US$10 bilhões foram gastos com reforma agrária. E se pegarmos não o dólar deturpado de hoje mas um dólar normal – e havia ocasiões em que o dólar era um para um –, seguramente, superamos R$30 bilhões aplicados em reforma agrária. Agora, quando se analisam alguns casos a respeito da Concrab, especificamente, apuram-se responsabilidades e vê-se que esses recursos não estão bem explicados.

Já naquela ocasião, sem ser uma CPI, apresentamos inúmeros casos de terras adquiridas, impróprias para reforma agrária, inúmeros casos em todo o Brasil. Foram compradas terras, envolvidos o Ministério da Reforma Agrária, o Incra, com a pressão do MST e os seus órgãos. Inúmeras áreas foram compradas naquele ano, nesse período todo. Vimos, também, denúncias que ocorreram de áreas superfaturadas em vários Estados da federação.

Há um caso, por exemplo, em Flores de Goiás, em que, depois de um edital, saiu dinheiro liberado para construção de 539 casas, e apenas 131 casas foram construídas. Isso foi documentado, foi visto. Temos um exemplo, Deputado Onyx Lorenzoni, no nosso Estado do Rio Grande do Sul. Um dos depoentes, Prefeito de Erval do Sul, naquela ocasião, Prefeito Rubens, rece-

beu do Incra R$2.750,00 para implantação de estradas para o assentamento no seu Município, enquanto o Prefeito Darci Campani, que era do PT, no Município de Hulha Negra, recebeu R$36 mil por quilômetro! Veja, na mesma região, recebeu praticamente doze a treze vezes mais.

Vimos, também, no Estado do Paraná, Deputado Abelardo Lupion, inúmeros desmatamentos de mais de 10 mil hectares. Essas florestas foram desmatadas, e o dinheiro, não sei onde foi parar. Naquela ocasião, fez-se um levantamento de que isso daria mais ou menos R$40 milhões. Isso já foi documentado, foi visto e ninguém sabe onde foi parar esse dinheiro. Inúmeras denúncias em cima de propinas e comissões que os membros do MST e seus braços estavam recebendo; inúmeras denúncias, em todos os lugares do País, foram vistas.

Vimos casos específicos de uma cooperativa do Coagre, um exemplo que havia tirado financiamento e desviado o dinheiro Coagre, em Laranjeiras do Sul, do Paraná. Essa cooperativa tirou, na ocasião, R$1,040 milhão para a compra de fertilizantes. Concedido o bloqueio, a Coagre obteve do Juiz do Município de Rondon, no Pará, onde havia entrado com a liminar do Paraná, a autorização para pagar a dívida com títulos obtidos pela Petrobras em 1956.

Apenas estou citando alguns casos de um inúmero emaranhado de problemas que temos. Veja, vou falar especificamente de um convênio de R$281 mil. Foram aplicados mais de US$10 bilhões! Não sou contra os movimentos sociais, não sou contra reforma agrária. Sou um produtor rural, planto 160 hectares de arroz, Deputado Adão Pretto, no Estado do Rio Grande do Sul. Venho do meio dos orizicultores. A média das lavouras do Rio Grande do Sul é em torno de 100 hectares ou menos do que isso, que é a média das lavouras do Rio Grande do Sul, das quase 15 mil lavouras de arroz do Rio Grande do Sul. Não sou um latifundiário, não sou um defensor dos latifundiários.

Não sou contra, Sr. Francisco Dalchiavon, os movimentos sociais ou àquilo que os senhores reivindicam.

Temos 4.667.000 propriedades em todo o Brasil, Sr. Presidente. Estou fazendo uma introdução para que os telespectadores vejam: há 4,667 milhões de propriedades em todo o Brasil de 0 a 200 hectares. Mais de dois milhões dessas propriedades não têm acesso a nada. São pessoas que sobrevivem, mal e porcamente, em cima de suas terras. E, praticamente, não existe quem defenda esse tipo de gente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Eu quero falar de um estudo sério, feito pela Embrapa e pela Fundação Getúlio Vargas, somente para que esta Comissão e os telespectadores tenham noção. Esse estudo mostra, nas cinco regiões do País, a chamada pobreza rural. Temos, nas regiões Norte e Nordeste do País, propriedades com zero a 100 hectares com renda bruta aproximada de R$ 7 mil. Se tivessem 10% de lucro – às vezes, têm prejuízo -, não teriam dois salários mínimos de renda por ano. É dessa gente de que estou falando.

Sou um engenheiro agrônomo, um produtor rural e defendo a agricultura brasileira. É nesse sentido que fico chateado, quando vemos alguém que tomou esse dinheiro – e ouvi isso nas inúmeras denúncias sobre desvios de recursos. Hoje, temos comprovações em não apenas um caso. Eu não estou falando de projetos de educação, não estou falando de cursos de treinamento. Estou falando de desvio de dinheiro público, como nós assistimos. Vimos isso, por quase um ano inteiro, ouvindo mais de cem depoimentos de assentados, de acampados e de invadidos. Ouvi todos os lados. Ouvimos essas pessoas declararem e falarem aquilo que estavam fazendo. Recebemos centenas de denúncias.

Depois desse intróito, quero fazer alguns questionamentos ao senhor, que preside a Concrab. O senhor tem conhecimento do Convênio 488.054 de R$ 281 mil, firmado com o Ministério da Agricultura, em 18/12/2003, para realização de três seminários nacionais e seis estaduais e de seis intercâmbios entre cooperativas, para a publicação de doze mil cartilhas e dez mil *folders* e para a elaboração de *software* para armazenamento de dados sobre as cooperativas?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Gostaria também que o senhor explicasse a correria que houve para a liberação dessas verbas. Para isso, vou lembrá-lo de alguns detalhes. A última proposta de convênio foi enviada em 10/12/2003. No dia seguinte, em 11/12, o parcerista foi indicado pela Portaria 362 – folha 61, em anexo. O parecer respectivo foi emitido naquele mesmo dia - nas páginas 62, 67 –, aprovando o convênio. Mais um dia, a emissão das notas de empenho foi solicitada – na folha 92. Em 16/12, a consultoria jurídica emitiu seu parecer – na folha 88. Em 18/12, o convênio foi assinado.

Na véspera de Natal, o convênio foi publicado no Diário Oficial da União e, no dia 26 de dezembro de 2003, o pagamento foi realizado - folha 140 desse processo. Apesar da pressa da liberação, o convênio somente começou a ser executado em 30 de março de 2004. Resumindo, em 16 dias, a Concrab conseguiu esta façanha recorde: arrecadar R$ 281 mil.

Pergunta: o que aconteceu nesse caso?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Como se explica a necessidade de doze mil cartilhas e dez mil *folders* para a realização de eventos com, no máximo, 630 participantes, encontro de líderes do MST, conforme detalhado nos planos de trabalho desse convênio?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Como se explica o custo de R$ 5,30 a cartilha e de R$ 2,00 o *folder*, conforme a prestação de conta do convênio em questão, considerando que o próprio MST vende livros de 192 páginas por R$6,00 em seu *site*?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – O senhor poderia enviar a esta CPMI cópia das cartilhas, dos *folders* e do *software*, produzidos nesse convênio?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Qual a relação da Concrab com a Gráfica Editora Peres, que recebeu os R$83 mil reais destinados a *folders* e cartilhas?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Como se sabe, o normal em um convênio é as partes dividirem os gastos. Nesse caso, a Concrab se comprometeu em investir R$47 mil no projeto, mas o estrato da conta corrente do convênio só recebeu o dinheiro da União. Consta, no entanto, nas prestações de contas, que a Concrab não teria, de fato, efetuado os gastos relativos a sua parte no acordo em questão.

Pergunta: de que conta bancária a Concrab retirou o dinheiro da contrapartida do convênio?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – A Concrab teve problemas na prestação de contas desse convênio com o Ministério da Agricultura? Qual foi esse problema?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – O Ministério da Agricultura apurou um débito de pouco mais de R$23 mil, decorrente da não-realização de cerca de 30% das metas do convênio?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – A Concrab já efetuou a devolução do dinheiro em questão e por que não foram cumpridas essas metas?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – O senhor lembra qual foi o detalhe administrativo que levou o Ministério da Agricultura a descobrir o descumprimento das metas pactuadas no convênio?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Na relação de pagamentos constantes da prestação de contas desse convênio, a Concrab informou que no último dia de vigência do acordo, 26 de maio de 2004, foram emitidos 15 cheques no valor de R$127.004,00 para a realização de 21 despesas.

Sr. Presidente, Sr. Relator, a preocupação que vimos aqui: são inúmeras pessoas com o mesmo cheque. Será que todas foram à boca do caixa no mesmo momento? Aqui está a lista das pessoas que foram retirar esse dinheiro, pago, inclusive, para o Ministério da Previdência Social com um só cheque; para a Prefeitura do Município do Estado de São Paulo com um só cheque; para o Ministério da Previdência Social com um só cheque. Há o Sr. Clemar Garbim, que também recebeu com o mesmo cheque. Foram cinco, seis pessoas, inclusive Prefeituras, recebendo com o mesmo cheque essa mesma questão.

Então, o que o senhor tem a nos dizer sobre isso, Sr. Chiavon?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Explicações pontuais: por que tantos gastos no último dia do convênio? No último dia o senhor tinha de fechar a conta dos 127. O que deveria ter sido feito, que não tinha sido feito ainda, que o senhor tinha de usar esse dinheiro para aproveitar esses R$127 mil?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Como o senhor explica o fato de duas pessoas físicas, Moacir Urbano Vilela e Pertti Sacari Simula, serem pagos com um só cheque, 850.036, de R$4 mil reais? Eles foram juntos à boca do caixa receber o dinheiro?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Também os Srs. Ademar Paulo Suptitz e Armando Vieira

Miranda se dispuseram a ir juntos ao banco para receber o cheque nº 850.043, de R$1.344,00?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Por que os Srs. Cordolino Antonio Machado, com uma nota fiscal, e Antonio Machado, com duas notas fiscais, forneceram notas fiscais à Concrab? Nota Fiscal nº 0041, Nota Fiscal nº 31754 e Nota Fiscal nº 31755. Pessoas Físicas emitindo notas fiscais.

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON– Eu avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Da mesma forma, Sr. Presidente e colegas Parlamentares, vimos inúmeras situações que foram auditadas quando havia financiamentos, trocas de guias de produtores para poder fazer as suas operações. Apenas um lembrete a esse respeito.

Analisando uma fita do caixa, que está em nosso poder, da Agência nº 1.531, do Banco do Brasil, da Avenida Pacaembu, verificou-se que, exceto os cheques da Editora Peres, os demais cheques emitidos no último dia do convênio, cujo montante é de R$43.404,00, foram descontados de uma só vez, na boca do caixa, entre 14h57min e 15h57min do mesmo dia da emissão.

Como o senhor explica esse fato? Os beneficiários desses cheques foram, em comitiva, à agência para receber os seus pagamentos?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Analisando a mesma fita do caixa, verificam-se, em seguida aos saques, depósitos em contas correntes de diversas pessoas físicas, cujos nomes não coincidem com os nomes relacionados na prestação de contas. Entre essas pessoas, foram identificadas uma funcionária, Carla Tatiane Guindane; uma ex-funcionária, Claudete Alves da Silva, e seis outras pessoas que, em outras fichas do caixa, também aparecem como favorecidas por depósitos realizados pela Concrabe.

Essas informações levam a crer que o dinheiro do convênio foi utilizado para o pagamento da folha de pessoal, inclusive prestadores de serviço continuado, que não estão incluídos na relação de empregados, na RAS, enviada ao Ministério do Trabalho.

O senhor tem uma explicação plausível para esses fatos?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – O senhor deve ter conhecimento do Convênio nº 490.774, de R$992 mil, firmado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, em 18/02/2003, para a implantação de quatro centros de pesquisa e para a formação de uma rede nacional de pesquisa em agroecologia da reforma agrária?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – É uma mera coincidência o fato de esses convênios, assim como o firmado com o Ministério da Agricultura, do qual já tratamos, terem sido aprovados em 12/02/2003, e assinados em 18/02/2003?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – A quem a Concrabe recorreu para assegurar a liberação de mais de R$1 milhão nesse breve intervalo de tempo?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Outra questão intrigante é o favorecimento da Concrabe em detrimento de centos federais de pesquisa.

Como o senhor deve saber, para a realização do convênio, o Ministério da Ciência e Tecnologia teve que realocar verbas orçamentárias da Rubrica, aplicações diretas para serviços de terceiros: Por que o Ministério desistiu de aplicar os recursos em seus próprios centros de pesquisa?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Os centros de pesquisa da Concrabe estão prontos?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Gostaria de ver as fotos e os estudos que vêm sendo realizados.

Por que o Ministério não realizou a licitação, já que existiram diversas fundações junto a universidades, que desejariam receber os R$716 mil?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – A quem a Concrab recorreu para que o Ministério confiasse tanto potencial de pesquisa na Concrabe?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Existem pareceres técnicos a respeito do assunto?

O SR. FRANCISCO DALCHIAVON – Avoco o direito constitucional de permanecer calado.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (PPB – RS) – Então, Sr. Presidente, é lamentável.

Estou citando dois convênios. Referi-me a mais de US$10 bilhões que este País desembolsou. Falta dinheiro para a agricultura, falta dinheiro para a saúde, falta dinheiro para a educação. Estamos falando, aqui, de dinheiro que tem, muitas vezes, essa origem e, quem sabe não esteja sendo bem aplicado. É o que lamentamos.

Esperamos que esta CPMI realmente possa complementar um trabalho que iniciamos na Comissão de Agricultura, Deputado Lupion, em 1999/2000. Agora, estamos comprovando para onde está indo parte desse dinheiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Onyx Lorenzoni. PFL – RS) – Da parte do Senador Renan Calheiros, que é o Presidente do Senado, que fez ao nosso Presidente, Senador Alvaro Dias, um apelo, visto que os Senadores, que são membros efetivos e suplentes desta Comissão, desejam participar ativamente, vamos suspender a reunião, dando continuidade a ela, amanhã, às 10h, para ouvir os Sr. Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson G. de Pinho, Orlando Vieira Araújo e José Trevisam.

A reunião está encerrada.

(Levanta-se a reunião às 19h17min.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Está reaberta a reunião.

Trata-se do prosseguimento da 39ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, interrompida ontem à tarde em função da sessão deliberativa do Senado Federal.

Por ocasião da Ordem do Dia, houve o levantamento de uma questão de ordem por parte do Senador Sibá Machado, que determinou o cumprimento do Regimento com a suspensão desta reunião e conseqüente adiamento dos depoimentos de Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo. Temos também a possibilidade, se comparecer, de ouvir o Sr. José Trevisol.

Inicialmente, vamos ouvir o depoimento de Emerson Rodrigues da Silva, que assina o termo de compromisso: o depoente compromete-se, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso, da Constituição Federal. Assina Emerson Rodrigues da Silva, que é desempregado, solteiro, reside em São Paulo. Sua profissão é auxiliar administrativo, e está, atualmente, desempregado.

Portanto, nós vamos ouvir o depoimento do Emerson. Consulto se ele deseja fazer uso da palavra antes das indagações. (Pausa.) Não? (Pausa.)

Então, pode fazer uso da palavra o Emerson Rodrigues da Silva. Pode falar perto do microfone.

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Primeiramente, eu quero manifestar meu constrangimento de ter sido chamado de "laranja" pela imprensa. Eu me senti um pouco ofendido com isso, porque sou um rapaz, entendeu? Pobre, entendeu? Comecei a trabalhar com treze anos de idade, estou com 25 agora. Trabalhei na Anca (Associação de Cooperação Agrícola), exerci a função de office-boy, com carteira assinada, registrado. Trabalhei do período de 2002 a 2005 nessa secretaria, onde recebia um salário de R$564. Eu fazia função de *office-boy* também e recebia ordens do Trevisol. Eu entrava às oito e saía às cinco. Eu fazia os serviços que eram pedidos por ele: ia ao banco fazer saques e depósitos, algumas vezes era, sim, passada autorização por ele para serem feitos os saques, e os cheques, sim, eram da Anca e da Concrab (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil); eu sacava e depositava.

Particularmente, eu tenho um bem material que é meu, entendeu? Por ter trabalhado há pouco tempo, nesse período. Em relação também a esse tempo, que eu trabalhei, nunca foi depositado dinheiro em minha conta, a não ser o meu pagamento, porque eu exercia a função de *office-boy*, pela Anca, e exercia pela Concrab quando eles pediam para eu fazer alguns depósitos pela Concrab.

Não declarava Imposto de Renda dos cheques, porque os cheques não eram meus, eram da própria associação, da Anca, e da Concrab também.

Na sede da Anca realmente funciona a Concrab e o MST, mas as atividades que eram passadas para mim pelo Sr. Trevisol. Por seu meu chefe, eu recebia apenas ordem dele: ia ao banco, sacava e o que eu pegava, o dinheiro que eu trazia entregava na mão dele, particularmente para ele. Se declarava Imposto de Renda ou se era alguma coisa assim, eu não sei; eu só exercia a minha função.

Só quero deixar bem claro que não sou nenhum "laranja". Sou um cidadão que busca ganhar a vida, como qualquer outro, trabalhando honestamente. É só isso que tenho a declarar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Gostaria de destacar que o Sr. Émerson comparece aqui como testemunha, e não como réu. Ele deve se sentir à vontade para responder às indagações. Não há nenhum julgamento precipitado da Comissão, que está apenas apurando os fatos. Por isso queremos que fique à vontade para responder a todas as indagações, sem receio de qualquer constrangimento nesta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Esta Comissão assegura ao Émerson que ele não será alvo de qualquer espécie de constrangimento ao responder as indagações que a ele forem formuladas, merecendo todo o respeito dos Parlamentares aqui presentes.

Passo a palavra ao Relator da Comissão, Deputado João Alfredo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Cheguei um pouco atrasado, mas ouvi pelo serviço de radiofonia da Casa e quero agradecer a V. Exª pela explicação de ontem. Creio que também devo fazê-la.

Na verdade, ontem cheguei atrasado e não sabia que havia um entendimento sobre a suspensão das oitivas, porque houve, ontem, uma série de votações nominais no Plenário da Casa.

Diante disso, quero me congratular com V. Exª e dizer que, de minha parte, está tudo plenamente resolvido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Senador Sibá Machado.

Passo a palavra ao Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Presidente, tenho uma pergunta para ficar a questão bem esclarecida, definida de uma vez por todas, até porque talvez tenhamos a oportunidade de ouvir o Sr. Trevisol.

Ficou claro que ele trabalhava como office-boy. Alguma vez ele depositou dinheiro na conta dele ou se fazia simplesmente a entrega desse dinheiro ao Sr. Trevisol ou a mais alguém da Anca? Gostaria de saber do Émerson o que ele fazia com o dinheiro que retirava dos bancos, só para deixar claro a quem ele realmente entregava ou se alguma vez foi depositado na conta dele.

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Eu só recebia ordens do Trevisol e entregava o dinheiro para ele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Ele disse que recebia ordem e entregava o dinheiro ao Sr. Trevisol.

Peço ao som que dê volume ao microfone do Émerson.

Vamos passar a palavra, pela ordem de inscrição, à Deputada Luci Choinacki.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, antes de falar sobre o assunto, gostaria de fazer o registro de que ontem, depois da sua saída, houve um procedimento. O Vice-Presidente, que o sucedeu, parou exatamente quando íamos falar. E não deu nem a oportunidade para discutir. Encerrou de uma forma autoritária e desrespeitosa com o plenário.

Então, quero fazer esse registro do procedimento no mínimo deselegante com o plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputada, somente para esclarecer. Eu estava no plenário do Senado Federal, e o Senador Sibá Machado que aqui está, inclusive, levantou uma questão de ordem. O Secretário da Mesa, Dr. Carreiro, telefonou duas vezes para a Secretaria desta Comissão, pedindo a suspensão dos trabalhos.

Como está ausente o Vice-Presidente, eu lhe presto esta informação, este esclarecimento, até em defesa do comportamento adotado por ele na tarde de ontem.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Registro que gostaria de deixar aqui manifestado. Queria dizer ao nosso depoente Emerson Rodrigues da Silva do nosso reconhecimento e da minha fala que não pôde ser feita ontem, quero deixar registrado aqui, de total solidariedade que tenho com a Concrab e com a Anca, dizer que ontem foi um festival de palavrões, e que me sinto até agora ofendida pela classe trabalhadora do País, da forma que foi feita e as palavras ditas, desrespeitando uma organização que há vinte anos no Brasil vem acontecendo, organizando os pobres, fazendo com que estes tenham cidadania. E aqui nesta Casa, sabemos que dinheiro público sempre foi para pouca gente, e quando o movimento social se organiza e busca também espaço ao sol, porque ele nasce para todos, só que para uns brilha e para outros tem que fazer brilhar, isso incomoda. E aqui foi mostrado muito claro ontem, em especial o desrespeito ao Francisco, tentando levantar todas as possíveis suspeitas. Só conheço essa pessoa, como ele viajava de ônibus para organizar os trabalhadores, o seu compromisso, o seu sonho de fazer que o povo tenha cidadania. Quero deixar registrada a minha solidariedade à sua luta e aos seus compromissos democráticos com este País, porque defender o povo pobre é defender a democracia.

Quero deixar os meus parabéns e dizer ao companheiro que está na Mesa que não se sinta pressionada e nem constrangido, porque todas as leis do País depois da ditadura militar e da nova Constituição brasileira dá a garantia e a proteção, e aqui nesse plenário tenta se exercer a pressão psicológica, a pressão política de uma forma absurda para fazer com que as pessoas, que não são da classe social, que representa os fazendeiros, se intimidem. Então, avisamos ao companheiro que temos em mãos documentos, legislação do Supremo Tribunal Federal que dá toda a garantia de responder aquilo que deve ser respondido, o silêncio

também é uma defesa. Então, não se preocupe, fique tranqüilo. Estamos aqui em defesa dos direitos da cidadania, dos direitos constitucionais do País. Quando foi o inverso, com tanto dinheiro para os fazendeiros, não houve problema. Quando as cooperativas deles usam dinheiro, tapando irregularidades, não tem problema. Só que estamos com os documentos para mostrar onde está o desvio do dinheiro para quem vem cantar de moralista, os moralistas sabem tudo, os moralistas que desrespeitam o povo. Dá os parabéns, fiquem tranqüilos, vocês estão com a verdade dos trabalhadores. E quem defende os seus direitos e luta por eles não precisa nunca ter cabeça baixa e ter vergonha de fazer. O que é mais legítimo, o mais sagrado no País é fazer que a gente deixe de ser pedinte para ser cidadão. É esse o grande objetivo dessas entidades. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o nosso convidado a depor. Também na linha que a companheira Luci Choinacki levanta, ontem ficamos engasgados com tanta acusação e, na hora de respondermos, formos cerceados, com o encerramento brusco da reunião. V. Exª já explicou, mas saímos prejudicados.

Então, queríamos aproveitar hoje para manifestar um pouco do que queríamos dizer ontem. Em vez de o Emerson estar nesta CPI, havia tantos bandidos que deveriam estar aqui. Tantas pessoas cometeram crime no Brasil, inclusive foram convocadas pela CPI, e não compareceram, Sr. Presidente. É o caso do "Taradão", do Pará, que depôs na CPI, mentiu para nós e acabou sendo preso, assim como o do Daniel, que também foi convocado pela CPI e não compareceu, está foragido. O Adriano Chafic foi convocado pela CPI, não se apresentou nem mandou resposta dizendo por que não vinha...

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Deputado Adão Pretto, apenas para esclarecer, se não fica a impressão de que esta CPI é de brincadeira, e não é. Não há a hipótese de não-comparecimento de quem é convocado nem de recusa. V. Exª mesmo disse que esse Daniel está foragido. Não há como a polícia encontrá-lo. No dia em que a polícia encontrá-lo, além de ser ouvido, será preso.

Em relação ao Adriano Chafic, esta CPI solicitou e foi atendida pelo juiz, Dr. Armando Neto, da Comarca de Jequitinhonha. Foi decretada a prisão dele novamente. Não só será ouvido, como será preso, se já não o foi. A prisão foi decretada pelo juiz, por solicitação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, Deputado Adão Pretto, até em defesa de todos os integrantes que aqui comparecem e trabalham, esta CPMI não se reúne para brincadeiras.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – V. Exª, então, confirma aquilo que estou dizendo: há pessoas que foram convocadas e não compareceram. Essas deveriam estar no lugar deste jovem trabalhador que aí está.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – E nós queremos que compareça, seja preso e possa ser ouvido pela CPI.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Mas queremos também, Sr. Presidente... Estou levantando essas questões para que, nas próximas sessões, tenhamos pessoas do outro lado para serem ouvidas, e essas, sim, têm casos a explicar.

Também queria dizer, Sr. Presidente, que ontem foram trituradas aqui a Concrab, a Anca, essas cooperativas, e que até agora não há uma prova de desvio de recurso. Se os companheiros, ontem, mantiveram o direito constitucional de não responder perguntas, não há nenhum problema. Esse é um direito deles e será prestada conta, cheque por cheque, desses que foram perguntados ontem. Até muitos deles já haviam explicado, já haviam dado resposta a muitas perguntas que foram feitas. E na prestação de contas isso vai vir legalmente, sem nenhum desvio. Podem ficar tranqüilos que ali não há problemas de desvio de recurso.

Agora, a Sescoop, a cooperativa dos grandes, essa sim, tem desvio. Temos aqui um documento de que ela já desviou... Aqui informam 144 milhões de recursos públicos que foram desviados. Inclusive, hoje tenho uma audiência com o Ministro da Justiça para tratar do caso da Copalma, do Rio Grande do Sul, uma cooperativa ligada à OCB, que desviou bilhões de recursos públicos. Os agricultores haviam depositado, e agora ela não tem produto nem dinheiro para pagar aos agricultores. Esses, sim, são casos concretos em que existem desvios de recursos públicos. Não são como a Anca e a Concrab, que trabalham com honestidade.

Portanto, Sr. Presidente, era esse o desabafo que eu queria fazer e dizer para o Emerson que fique à vontade. Você está aqui, amparado por companheiros. E sabemos que você é uma pessoa honesta, séria. Portanto, pode ficar tranqüilo, porque você está no meio dos companheiros aqui, pelo menos uma parte.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Jamil Murad, está V. Exª com a palavra.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr. Relator, João Alfredo, trabalhador Emerson, você é um moço que demonstra muita dignidade. Na sua simplicidade como office-boy, vem aqui participar de uma luta que vem de muito

tempo, que é a luta dos que querem a reforma agrária e daqueles que querem impedi-la e que, ao longo do tempo, têm mostrado que usam todos os meios, inclusive os assassinatos.

Recentemente, um Senador estava incomodado com o MST e pediu uma CPI para verificar irregularidades naquele movimento. Depois, isso evoluiu para a violência na luta pela terra. E o que nós estamos vendo? Estamos vendo que se procura caluniar - como vimos ontem alguns Parlamentares aqui -, jogar dúvida na honestidade, nos bons propósitos, na transparência da organização, ou seja, naqueles que lutam pela reforma agrária e a apóiam. Só que, do nosso lado, nós todos nos envolvemos nisso. Não temos o que temer. Eles estão em uma briga para tentar nos indispor com a opinião pública. Há aqueles que precisam ser investigados.

Por exemplo: esse Tenente-Coronel da Polícia Militar, o Copete, do Paraná. No dia em que ia depor, de manhã, ele recebeu uma visita. Está aqui a folha de assinatura daqueles que visitavam os presos. Naquele dia, ele recebeu três visitas. Quais eram as visitas, Srs. Deputados, Srs. Senadores e telespectadores? As visitas eram do Sr. Tarcísio Barbosa de Souza, Diretor da Federação da Agricultura do Paraná, FEAP. Então, daquele lado que é contra a reforma agrária e procurou dar respaldo para aquele criminoso, comprovadamente.

Segundo visitante, aliás, eles foram juntos: Marcos Menezes Prochete. Presidente da União Democrática Ruralista do Paraná – UDR; terceiro visitante: Francisco Gomes, dono da fazenda Filomena.

A visita ocorreu das 10 horas às 10h50. E, no período da tarde, o Coronel Copete veio depor. Então, eles se protegem; eles fazem um fogo, como se diz na linguagem militar, para encobrir...

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Um fogo de barragem.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Um fogo de barragem, para dar proteção àqueles que cometem crime contra os que lutam pela reforma agrária. Isso precisa ficar claro. Aqui está a prova da visita que eles fizeram no presídio para proteger um coronel comprovadamente criminoso e violento contra aqueles que lutam pela reforma agrária.

E não é só isso. Nós temos aqui o Esbardela, que é policial militar do Paraná, acusado de pertencer à quadrilha do Coronel Copete. Temos a quebra de sigilo, a convocação já foi aprovada, mas até agora não achamos um espaço para que ele venha depor. Ele pertence à quadrilha do Coronel Copete.

Posso supor que a força econômica, a força política daqueles que foram visitar o Coronel Copete está procurando impedir que o policial Esbardela, do Paraná, da quadrilha do Coronel Copete, venha depor.

Quem vem depor? Do lado dos que cometem o crime contra aqueles que lutam pela reforma agrária, temos o "Taradão". Ele negou, mas depois ficou comprovado; ele até foi preso porque estava envolvido com o "Bida", que estava envolvido na morte da Irmã Dorothy. Dante Guteski está foragido. Adriano Chafic. O Presidente da CPMI, Senador Álvaro Dias, ainda relatou aqui: ele está foragido! É um latifundiário inimigo da reforma agrária; matou quatro ou cinco fiscais do INSS que estavam lá para libertar trabalho escravo. Está foragido!

O nosso pessoal, não. Por mais simples que o cidadão seja, ele vem aqui, respeitando a lei do País, respeitando a Constituição do País, usando devidamente a Constituição, porque precisa usar a Constituição na sua defesa. Não pode se capitular e se entregar com a calúnia e a pressão do inimigo da reforma agrária.

Terminando, Sr. Presidente, o Presidente do Sindicato dos Proprietários Rurais de Ponta Grossa, acusado de organizar um esquema de cobrança de dinheiro para as milícias do Coronel Copete tem requerimento aprovado. Nós precisamos vê-lo aqui, depondo. Por que só os que lutam pela reforma agrária, pela sua simplicidade, pela sua dificuldade na luta do dia-a-dia pela vida? Por que só o povo prestar contas à Justiça? Por que só o povo vem aqui, respeitando a lei? Por que os ricos que cometem crime, os latifundiários que cometem crime estão foragidos? Outros são protegidos por poderosos. Por que eles não são forçados a vir aqui, prestar depoimento? Porque eles, sim, têm o que pagar na Justiça, eles, sim, têm que mostrar por que cometeram tantos crimes, por que abusaram da lei do País, por que tiraram vidas.

Terminando, Presidente, peço as devidas providências. Queremos que essas providências sejam tomadas pelo Presidente da CPMI. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu apenas discordo do Deputado Jamil Murad, respeitando o seu discurso, de que somente trabalhador vem aqui. Vários dos que vieram já estão presos inclusive: "Taradão", "Bida"... Outros vieram, como "Delsão", Coronel Copete, UDR. Enfim, nós estamos ouvindo a todos; é uma questão de tempo.

É evidente que se nem a polícia consegue prender um foragido... Obviamente, nós não temos instrumentos para convencer um foragido a comparecer.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – A CPI é para isso! É para pegar esses que fogem da lei, têm poder para fugir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Jamil Murad, provavelmente esse foragido não está

sintonizado na TV Senado neste momento, para atender ao nosso apelo e comparecer. Mas apelamos para a polícia, para que ela, a quem cabe prender, o faça efetivamente, e nós o traremos aqui, até usando a força policial para depor.

Inclusive, a convocação do Sr. Adriano Chafic é de minha autoria. Sou o autor do requerimento que convoca o Sr. Adriano Chafic.

Estou fazendo essa observação apenas para dizer que nós não estamos agindo sem isenção. Procuramos cumprir o nosso dever com absoluta imparcialidade.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Estou ouvindo bem a explicação de V. Exª e não considero um discurso, e sim um posicionamento político, assim como o meu também foi, e não é discurso. Obrigado.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – O importante, Sr. Presidente, é que dos nossos ninguém está foragido.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Exatamente. O nosso é a defesa...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Não podemos participar do que passou, e foram triturados aqui, chamados de várias coisas. E estão aí presentes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu apenas quero dizer que, como Presidente, não tenho "o nosso". Eu não faço essa distinção entre os deles e os meus. Estou aqui, presidindo uma Comissão Parlamentar de Inquérito, procurando administrar as divergências da melhor forma possível e, sobretudo, defendendo a instituição. Quando há um escorregão e se comete uma injustiça em relação à instituição, principalmente este instituto da comissão parlamentar de inquérito, que muitos querem desmoralizado, para não cumprir os seus objetivos, eu me sinto no dever de esclarecer. Por isso fiz os esclarecimentos.

Com a palavra o Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados, uma das coisas que me chamam a atenção, Sr. Presidente, é que as pessoas que muitas vezes entram com requerimento para determinadas pessoas virem depor... Acho que um cidadão como o Emerson, uma pessoa comum, que prestava um serviço a uma entidade daquela... Quando você realmente leva uma CPMI a chamar essas pessoas para depor, simplesmente desmoraliza o trabalho desta Comissão, porque é uma pessoa comum... Até mesmo porque o papel desta CPMI é o de oferecer denúncia para o Ministério Público. Então se chega a ter que buscar alguma informação, isso não é mais papel do próprio Ministério Público. Aí você começa e expor uma pessoa, um cidadão desse, um trabalhador desse aqui... Para mim, você começa a tirar a legitimidade do trabalho da própria Comissão. Da nossa parte, temos tido o cuidado de pegar as pessoas realmente que são chave para que se possa... Pessoas que possam estar envolvidas mesmo, de fato.

A apresentação de um cidadão desse, por mais importante que seja, percebemos que é expor um cidadão, um trabalhador.

Então eu gostaria que observássemos o seguinte: quando chamar essas pessoas para virem depor, expondo uma pessoa dessa na imprensa, expondo a público aqui, inclusive chamando de "laranja"... Quer dizer, é um cidadão que toda vida não fez mais do que prestar um serviço. Isso, para mim, é baixar o nível do próprio trabalho da Comissão.

Nós poderíamos buscar aqueles que são responsáveis de fato pela grilagem de terras, pela matança dos trabalhadores, mas ouvimos aqui um cidadão desses que poderia estar lá, prestando o seu serviço ou correndo atrás de um emprego, porque está desempregado.

Isso acaba nos desmotivando a defender um espaço como este, para punir as pessoas que são corruptas.

Vejo que não leva a lugar algum esta Comissão chamar um cidadão comum desses, expondo-o à imprensa e a todo o Brasil hoje. Para mim, isso é ridículo.

Por outro lado, quando se fala hoje... Acho que se pegassem os diretores das entidades, se pegassem essas pessoas, tudo bem. Agora pegar um office-boy que trabalha nessas entidades, para mim, seria como se não tivéssemos o que fazer nesta Casa. Isso é uma realidade.

Também se acusam as cooperativas, mas o mais engraçado é que, hoje, em qualquer uma dessas cooperativas, você pode buscar desde o primeiro que a fundou ao que está lá até hoje: as pessoas continuam lá, tudo capengando, numa miséria danada. E esse pessoal está roubando dinheiro público? Mas, para quê? Para ficar miserável? Todos esses diretores dessas entidades estão capengando, não têm nada. Então, por que, de fato, hoje ficamos também em cima disso?

Como o Adão observou, nós temos situações complicadas. O sistema Sescoop não foi de 144; foram 150. Quer dizer, são 150 milhões em cinco anos. Com isso você pode realmente começar a pensar. Não estou querendo dizer que foi desviado, mas dá para ficar preocupado, até porque, hoje, as entidades patronais não só se apoderam do recurso público, como colocam até as próprias entidades dentro da federação, porque o cenário está dentro da federação. Quer dizer, isso também nos traz dúvida.

Então, temos realmente que averiguar isso com mais clareza, até mesmo porque pedi essas informa-

ções ao próprio Ministério do Trabalho, e esse pessoal, sem fazer convênio, até para não expor essa situação nem buscar convênio com o próprio Governo. Essa é uma das coisas que me preocupa.

Encerrando, Sr. Presidente, lá em Rondônia, o Sr. Sebastião Conte é um dos que foram depor na CPMI, na semana retrasada. Ele foi, inclusive com o pessoal da Polícia Militar. Diziam que iam fazer reconhecimento de áreas, porque tinham, ontem, uma reintegração de posse da área dele. Quando ele foi fazer o reconhecimento junto com a Polícia Militar, já começou a fazer o despejo, inclusive, armado, colocava as mulheres para fazer entrevista – ele deitado na cama dos cidadãos.

Esse é o tipo de coisa que não podemos mais deixar acontecer no Brasil, hoje. Acho que aquilo que a CPI apurou no Estado de Rondônia foi tranqüilo. Só estou citando aqui que essas são as pessoas que devemos perder tempo e correr atrás. E essas pessoas estão ligadas sim àquelas milícias armadas que achamos no Pará, que achamos em Minas, que achamos no Paraná, que já tem preso hoje, que são todas interligadas nessa máfia dos grileiros, esses que matam realmente os trabalhadores, porque querem terra. Então, com esses deveríamos perder tempo e correr atrás deles.

Queria aqui, Emerson, que você ficasse tranqüilo. Só gostaria de te fazer duas perguntas. Uma é se você já foi diretor, algum dia, dessas organizações e quem realmente te chamou para poder trabalhar, ou você é quem foi lá procurar emprego?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pode responder.

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Excelência, utilizo meu direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Quero dizer que em nenhum momento procuro contestar as afirmações dos Parlamentares ou debater, ao presidir a Comissão. Apenas, esclareço quando sinto que, por uma razão ou outra, a CPI é atingida. É evidente que temos que defender esse Instituto. Ele é muito importante para o processo democrático, é muito importante para a Instituição Parlamentar.

Considero absolutamente correto e necessário convocar pessoas humildes como o Emerson. Vou citar apenas um exemplo: o Eriberto. Quem não se lembra o Eriberto, o motorista. Ele foi fundamental para que chegássemos ao impeachment do Presidente Collor. Portanto, as pessoas humildes são...

O SR. (Orador não identificado) – Mas, V. Exª não está pensando em impeachment aqui, não é?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Não, ainda não.

O SR. (Orador não identificado) – Ainda não? Seria um absurdo. Mas, esse ainda me deixa dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Espero não precisar pensar em impeachment como tivemos que trabalhar pelo impeachment um dia. Então, é evidente que...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pode ter certeza de que não vai precisar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Exatamente. É o meu desejo sincero e essa expressão "ainda" é necessária, porque evidentemente há precedentes e não podemos ignorar que, não só no Brasil, mas, na Argentina do Presidente Fernando de La Rua, por exemplo, vivemos infelizmente esses acontecimentos históricos deploráveis.

Mas, faço referência à figura do Eriberto como uma justificativa necessária para a presença do Emerson e tantas outras pessoas humildes que, se necessário, serão convidadas ou convocadas para prestarem depoimento.

E mais uma vez destacando: o Emerson não é alvo de nenhum constrangimento. Está aqui sendo tratado respeitosamente por todos e naturalmente na condição de testemunha. Ele não está aqui como réu, está aqui como testemunha. Portanto, é um procedimento normal, legítimo e necessário de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que quer realmente apurar os fatos.

Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Deputados, nosso depoente.

Sr. Emerson Rodrigues da Silva, quero deixar muito claro que ninguém aqui vai usar de prerrogativas, conhecendo a situação em que o senhor se encontra para fazer qualquer tipo de violência contra a sua pessoa. O senhor neste momento foi usado por uma entidade. O senhor foi usado para burlar a lei. O senhor foi usado para cometer até crimes, como vou demonstrar na minha exposição.

Sr. Emerson Rodrigues da Silva, o senhor pode informar, o senhor disse que não trabalha, que está desempregado, qual a empresa que o senhor trabalhou nos últimos cinco anos.

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Utilizo o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Nos últimos anos o senhor trabalhou para a Anca. O senhor poderia demonstrar o motivo da sua saída.

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Utilizo o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Segundo o Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS do Ministério do Trabalho, o Sr. Emerson foi admitido pela Anca em 03/06/2002 e até dezembro de 2003 ainda era funcionário da entidade. Época em que vamos abordar a partir de agora. Qual é o seu endereço e qual é a região que fica o lugar onde o senhor mora.

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Utilizo o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Ele assinou no termo de compromisso. Endereço residencial: Av. Carlos Lacerda 299, fone: 5821.5317, bairro Jardim Rosana, São Paulo.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor possui apartamento, carro, moto, outros bens?

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Utilizo o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – É óbvio que entendemos a sua condição. O senhor é um moço pobre que trabalha para viver, mas o senhor recebeu cheques emitidos pela Concrab, que são de mais de R$1 milhão. Pela Anca essa movimentação foi muito maior. O senhor declarou todo esse dinheiro recebido à Receita Federal?

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Utilizo o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Apenas, cumprindo o meu dever de ofício, quero alertar a testemunha, como fizemos ontem, do Código de Processo Penal. É evidente que aqui ele não é submetido a constrangimento algum. Não sei se é submetido a algum constrangimento da parte de advogado, da Anca, etc. Mas eu tenho o dever de esclarecer à testemunha de que o silêncio pode ser utilizado contra ele próprio. É evidente que se ele recebeu mais de R$1 milhão e não declarou ao Imposto de Renda ele está em débito com o Imposto de Renda. Certamente a Receita Federal o procurará para saldar este débito e ele é desempregado, não tem recursos. Então, como Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, na defesa do interesse do depoente, eu estou salientando que há dispositivo de lei que pode ser utilizado eventualmente. Apenas esse esclarecimento. Não estou de nenhuma...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Está com a palavra o Deputado Abelardo Lupion. Assim que ele concluir...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só por uma questão também de esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Só porque tenho ouvido reiteradas vezes a preocupação de V. Exª, e aqui cabe o esclarecimento também de ordem jurídica. É claro que o dispositivo do Código de Processo Penal trata, sim, desta situação, de que uma pessoa numa situação como essa, o silêncio pode, sim, ser responsabilizado, mas vamos ver o que diz aqui o Dr. Alexandre Moraes, um dos juristas muito debatido ultimamente no Senado para a composição do Conselho Nacional de Justiça, sobre esse assunto: "O direito ao silêncio, instituto consagrado por nosso texto constitucional, dogmaticamente formulado no inciso LVIII do art. 5º da Constituição Federal, constitui-se na prerrogativa reservada ao indiciado ou acusado de não colaborar com o Estado em sua persecução penal, portanto o cidadão não deve ser coagido a colaborar com a sua própria incriminação, sendo arbitrária a conduta do Estado em exigir que o cidadão forneça as bases probatórias da conduta delituosa. Constitui-se como princípio fundamental, advindo do rol da primeira geração, segundo a clássica lição de Canotilho número 57, ou seja, integrando os direitos que impedem o agir estatal em prol da preservação dos direitos individuais, construído fundamentalmente na postura antiética de se exigir que o cidadão sofra o infortúnio de corroborar com seu próprio castigo. O depoente não poderá sofrer qualquer tipo de coação ou intimidação em decorrência do seu silêncio, haja vista que o exercício de um direito não gera responsabilidade; se assim o fosse, não seria direito, mas um dever".

Segundo ele, a Constituição Federal, superior a qualquer lei nacional, suprime o dispositivo do Código de Processo Penal.

Portanto, o convidado tem todo o direito, sim, de se manter em silêncio, conforme esse parecer do eminente Dr. Alexandre Moraes, jurista de renome nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Quero agradecer ao Senador Sibá Machado, porque ele apenas corrobora a nossa decisão no sentido de permitir ao depoente que se mantenha em silêncio, é claro, utilizando-se desse dispositivo constitucional.

O Dr. Alexandre Moraes é perfeito na sua observação. Nada a contestar, portanto, em relação à questão de ordem suscitada pelo Senador Sibá Machado, apenas vem robustecer a posição desta Comissão que é de respeitar o silêncio do depoente. Apenas divirjo aí da consideração em relação a réu, e faço questão de frisar que ele não é réu, ele é testemunha.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Ao Deputado Jamil Murad uma questão de ordem.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Aqui, no art. 5º da Constituição, diz, em determinado momento o seguinte: "Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória", portanto, Emerson, você é um cidadão normal que está prestando um depoimento, tem o direito de falar ou não falar, aqui você viu como muitas vezes as palavras são distorcidas e, portanto, tem mesmo que ter receio de falar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado.

Vamos prosseguir. Repito que, ao fazer esse alerta ao depoente, o faço a favor dele, e não contra ele.

Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor recebeu em seu nome vários cheques de recursos provenientes de convênio. Automaticamente, o senhor vai ter que prestar contas à Justiça sobre onde foram esses cheques. O senhor recebeu um cheque do Denacoop de R$54.567,82, no total de 6 cheques desse valor. O senhor recebeu 10 cheques que perfazem um total, da Secretaria Nacional da Pesca, de R$62.006,76. O senhor recebeu do Ministério da Agricultura 2 cheques no valor de R$13.905,88. 11 cheques no valor de R$115.878,00, 4 cheques no valor de R$34.770,15 e 5 cheques no valor de R$32.000,00. Passou pela sua...

Sr. Presidente, estou fazendo uma pergunta, e o advogado está instruindo durante a minha pergunta. Não vou aceitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – V. Exª tem o direito de solicitar ao advogado que ouça a indagação, primeiro, para, depois...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Estou fazendo uma pergunta, ele está tirando a atenção...

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Copete fazia assim, não respondia, o advogado ficava o tempo inteiro no ouvido dele, é o mesmo direito.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor, por favor, quer me garantir a palavra?

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – É o mesmo direito, sim, constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputada, se cumprirmos o Regimento, chegaremos a conclusões com muito mais eficiência, basta que se cumpra o Regimento, que cada um fale no seu horário e respeitaremos sempre.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Presidente, V. Exª me permite só um esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Prossiga, Deputado.

O SR. ALBERTO LUPION (PFL – PR) – Estou fazendo uma oitiva, não atrapalhei ninguém nas suas oitivas...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Em respeito ao colega, vamos permitir que ele faça o seu trabalho.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Quero só colaborar.

Diz respeito ao seguinte: os únicos dois momentos em que esta CPI teve dificuldades com advogados que acompanhavam as pessoas a serem ouvidas foi aquele caso do Pará, lá em Belém, quando o advogado se exaltou daquela maneira, e V. Exª pediu para que se acalmasse e até ameaçou retirar a testemunha de dentro da sala; e, uma segunda situação, quando houve, no nosso entendimento, a pessoa, sem nenhuma... se exaltando dentro da sala, que foi o caso do Paraná. O que temos aqui, de lá para cá, é que todas as testemunhas que quiseram ser acompanhadas dos advogados, foram atendidas. Segundo, todas elas sussurravam no ouvido da pessoa, como foi assim Cecílio Rego Almeida, como foi assim Copete, como foi assim tantos outros, sussurravam no ouvido. Portanto, não vejo nenhum problema de sussurrar...

O SR. ALBERTO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, não tem questão de ordem nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concordo com V. Exª.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – É uma questão só de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concordo com V. Exª, mas é um direito de quem interpela solicitar que o depoente preste atenção na pergunta. Apenas isso o Deputado quis.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Considero que está no direito do Deputado, mas a reação é que nos estranha, só isso. Não precisa reagir dessa maneira.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então, vamos prosseguir.

O Deputado está com a palavra.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Veja o absurdo: o advogado é advogado da Anca. Ontem, prestou serviços para a Anca; hoje, está defendendo a Anca, não está defendendo a testemunha. Então, todas as perguntas que estou fazendo incriminam o nosso convidado. Então, o que tenho que fazer, a minha obrigação é fazer as perguntas, se ele quer responder ou não, ele responde se quiser, agora, ele não está se defendendo, ele está admitindo, porque, a partir do momento em que ele não responde uma pergunta, au-

tomaticamente, ele está defendendo a Anca, não está se defendendo. Então, deixar muito claro, porque, na hora em que ele for a júri, provavelmente, em que ele for interpelado judicialmente, ele não vai poder ter esse comportamento.

Então, passou pela sua conta R$318.428,61, em seu nome. É óbvio, o senhor se declarou isento do imposto de renda, o senhor está em dívida com o imposto de renda a partir de agora, a partir de quando o sigilo da Anca foi quebrado, esses recursos passaram pela sua conta, o senhor vai ter que explicar ao Fisco esses recursos. E vai ter também que explicar provavelmente à Polícia Federal porque são recursos públicos, são recursos oriundos de convênios, são oriundos de dinheiro público que foram para a sua conta, e o senhor, é óbvio que o senhor não ficou com esse dinheiro.

O senhor declarou... Esse dinheiro ia para a sua conta corrente. E com que finalidade eram sacados esses valores tão altos?

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Como é que o senhor saía do banco com todo esse dinheiro? O senhor tinha alguma segurança, a Anca e a Concrab lhe davam segurança para o senhor sair com todo esse dinheiro do banco?

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Utilizo o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Quero informar que o portador recebeu várias vezes cheques no valor, pela Concrab só, e alguns passaram pelo nome dele, de R$716.845,00. Todos esses são apenas cheques acima de R$5.000,00.

E para ilustrar essa finalidade dos pagamentos, quero informar à CPI que no verso dos cheques era comum se especificar, provavelmente feito pelo funcionário do banco, que parte do dinheiro sacado pelo Sr. Emerson era destinado a pagamentos diversos. Outra parte a diversos depósitos em dinheiro. E a outra ainda era troco levado em dinheiro, cujos valores ultrapassaram R$25.000,00.

Os mencionados depósitos eram efetuados em contas de dirigentes do MST, da Anca, da Concrab ou das cooperativas irmãs?

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Utilizo o meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O que era feito com esses trocos acima de R$25.000,00 que sobravam dos saques efetuados?

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Utilizo o meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – A análise das fitas dos caixas demonstrou que grande parte do dinheiro sacado de contas de convênio era depositado em seguida em diversas contas correntes de pessoas físicas, entre elas encontravam-se líderes do MST, como o Sr. João Somariva, depósitos em nome de funcionários da Concrab, como a Srª Carla Guindane, depósitos que não se confundem com salários, mesmo porque eram oriundos de contas de convênios, porque é vedado o pagamento de salário, além de outra série de outras operações suspeitas que estão sendo investigadas.

Por mais fortes que sejam os indícios de desvio de recursos públicos, esperava-se que a vinda dos convocados pudesse esclarecer algumas das questões levantadas. Contudo, o silêncio nos faz crer que, realmente, não há explicações para as irregularidades verificadas.

Então, Sr. Presidente, diante desse fato, apesar de já ter alertado que cheques, através da Resolução 8.021, acima de R$100,00 têm que contar o beneficiado, que todos esses cheques que estamos passando muitos deles não tinham o beneficiado, que ele não declarou à Receita os recursos que passaram por sua conta, a minha parte estou fazendo, tentei alertar a testemunha que o silêncio vai ser contra ele. Agora, entendo que está defendendo a instituição para a qual prestou serviço, está sendo orientado pelo advogado dessa instituição e eu só peço que ele pense na hora de chegar à Justiça, porque o senhor está assumindo uma culpa hoje em função de outras pessoas que o usaram. E, se isso não é laranja, eu não sei o que é.

Então, Sr. Presidente, não consegui nenhuma resposta das que eu queria. Espero que outros tenham mais sucesso que eu.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem de inscrição, o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Sr. Presidente, é verdadeiramente lamentável o que estamos vendo aqui. Ainda bem que a imprensa se encontra presente e poderá até mesmo fazer o seu juízo de valor das coisas que estão aqui acontecendo.

Quero dizer, Sr. Presidente, que nessas discordâncias de idéias aprendemos a respeitar Deputados e Senadores da Oposição ou de situação, enfim, aqueles que defendem às vezes o incorreto, o ilegal, mais para manter a sua base eleitoral.

Mas, Sr. Presidente, o que estamos vendo aqui é de causar revolta em qualquer cidadão que pague impostos. É uma coisa impressionante.

Esse senhor aí, que está ao lado do depoente, tem recebido, acho que são os honorários mais fáceis que eu conheço na minha vida, eu, como advogado, nunca vi uma coisa dessas e ele vem recebendo dinheiro do Erário Público já há um bom tempo. Está aqui

uma relação de cheques e valores recebidos pelo Sr. Elmano de Freitas. Para simplesmente pedir ao seu cliente que se reserve ao direito constitucional, isso ocorre porque a Anca e a Concrab têm muito dinheiro realmente.

Sr. Presidente, ouvi atentamente alguns colegas, colegas que têm um passado de luta na vida pública, mas que não têm o que explicar. Reconhecemos quem o Sr. Emerson é um rapaz humilde, pobre, mas como justificar R$318 mil passando pela sua conta. Resolve a questão ele dizer que invoca o direito constitucional? Que coisa fantástica! O Juiz "Lalau", da vez passada, quando lhe faziam perguntas, ele invocava o direito constitucional para não responder. E está lá preso.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Não compare com o Juiz "Lalau"!

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Eu estou falando!

Presidente, garanta a minha palavra. Eu não interrompi ninguém. A senhora deixe de ser histérica e preste atenção! Isso é histeria. Eu respeito todos vocês e não atrapalhamos em nada. A senhora é fofoqueira e histérica.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Não compare com o Juiz "Lalau"! O senhor é mal-educado.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – A senhora está precisando é de casar. A senhora é mal-amada.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Deputado, vou dar entrada no Conselho de Ética contra V. Exª.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Pode fazer isso, Senador.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Coloque-se no seu lugar e respeite as pessoas.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Senador, V. Exª, em vez de acalmar a Deputada que está interferindo, está botando mais fogo na fogueira.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência pede respeito e suspende a reunião até que se restabeleça a ordem.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência vai reiniciar os trabalhos, fazendo mais um apelo; ou seja, não se trata de pedir respeito a esse ou àquele Parlamentar. Trata-se de pedir respeito à instituição do Congresso Nacional. Trata-se de pedir respeito ao eleitor, ao cidadão, à sociedade brasileira. Quando há desrespeito, isso ocorre exatamente em relação à população deste País que já desacredita tanto do Congresso Nacional. Esse desrespeito é uma contribuição ao descrédito que se generaliza e se aprofunda. Há que se fazer um esforço individual e coletivo no sentido de se recuperar a credibilidade que o Congresso Nacional perdeu. A mim cabe fazer o apelo. Evidentemente, não me cabe obrigar ninguém a respeitar Regimento, a respeitar Constituição, a ser democrata. Cabe-me, apenas, conduzir os trabalhos e sugerir respeito ao Regimento, à lei, à Constituição e ao povo do Brasil. Estou apenas sugerindo, não estou impondo. Evidentemente, cada um será julgado pelos seus atos, pelos seus comportamentos, pela forma com que procede.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vou conceder a palavra pela ordem, mas peço que, se possível, permitam-nos retomar os trabalhos com a normalidade que se exige, sem voltar a esse tema que só desgasta o Congresso Nacional. Concedo a palavra pela ordem ao Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Presidente, tenho feito um esforço muito grande para, ao lado de V. Exª, tentar ajudar, mesmo com as divisões que existem nesta CPMI, que são muito claras, a conduzir esse processo com respeito, urbanidade e tranqüilidade. No entanto, sinto-me na obrigação de, em primeiro lugar, solidarizar-me com a Deputada Luci Choinacki e com o Deputado Adão Pretto. E, em segundo lugar, de dizer que já é o segundo incidente provocado pelo Deputado Alberto Fraga. Ontem, o Deputado Alberto Fraga agrediu verbalmente o Deputado Adão Pretto; hoje, o Deputado Alberto Fraga agride a Deputada Luci Choinacki. Nos depoimentos que são tomados aqui ele não respeita as pessoas que estão dando o testemunho. Comparar o office-boy da Anca ou da Concrab com o Juiz "Lalau" é inadmissível. Se o Deputado Alberto Fraga acha que é com intimidação desse naipe que vai resolver, o processo de desmoralização da CPI pode caminhar por aí. Quero lembrar que quando o Deputado Alberto Fraga chegou aqui um outro Deputado disse assim: estou trazendo mais um pitbull para a Comissão. Vou relatar isso, porque foi dito. Esta Comissão não precisa de pitbull. Esta Comissão precisa de Parlamentares que defendam as suas posições, que façam as suas indagações, mas que respeitem as pessoas que estão depondo aqui. Todas elas são merecedoras de respeito. E que respeitem os Parlamentares que aqui estão. Então, queria desagravar a Deputada Luci, desagravar o Deputado Adão, desagravar a testemunha que foi comparada ao Juiz "Lalau" e solicitar de V. Exª que apele mais uma vez, apele ao Deputado Alberto Fraga que faça todas as perguntas que queira fazer, as mais incriminatórias possíveis, que as faça, mas que respeite os membros desta CPMI e que respeite as testemunhas que vem aqui.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vou...

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Sr. Presidente, gostaria de falar. Primeiro porque eu estava com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vou pedir ao Deputado Abelardo Lupion e ao Deputado Jamil Murad, que permitam ao Deputado Alberto Fraga prosseguir com a sua indagação ao depoente, mas quero fazer um apelo ao Deputado Alberto Fraga na direção do que propõe o Deputado João Alfredo. Vou fazer a V. Exª um apelo para que tenha muito cuidado com as palavras exatamente para não ferir suscetibilidades.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Temos essa possibilidade de não ferir suscetibilidades. Os ânimos estão exaltados, esta é uma que CPMI, ideologicamente, divide. Imagino que quando se trata da questão ética não deveria dividir, mas, ideologicamente, divide e temos de respeitar posições. Vamos, mesmo com esse ímpeto, com essa característica da irreverência, procurar conter os ânimos para utilizar as palavras adequadas, que certamente expressarão o mesmo sentimento e o mesmo desejo, sem a necessidade da ofensa. Portanto, faço esse apelo a V. Exª, na certeza de que seremos atendidos.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Sr. Presidente, quero reafirmar que esse não é o exemplo da minha vida pública. Quero reafirmar que, por diversas vezes, quem foi interrompido aqui aos gritos não fui eu. Quero reafirmar aqui que, em nenhum momento, quando Deputado ou Senador estava fazendo seu show ninguém interrompeu.

Será possível...

O SR. (Orador não identificado) – Não vai respeitar os Deputados, pô!

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Olha aí, essa é a questão. A diferença é essa. Agora, eu tenho que aceitar esse tipo de coisa?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Alberto Fraga, vamos encerrar esse capítulo e vamos à questão de fundo que é o que traz o depoente aqui.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – V. Exª bem sabe que não vai adiantar. Eu vou falar, e eles vão estar falando. Essa é a questão. Eu não vi até agora, porque faço questão de que seja diferente, o Deputado Anselmo proceder dessa forma. Ontem, o Deputado Chico Alencar procedeu dessa maneira. Eu não vi até agora o Deputado João Alfredo proceder dessa maneira. Como outros e outros Deputados do PT nunca procederam dessa maneira agressiva, sim, de interromper o Parlamentar, não respeitando o direito sagrado do Parlamentar de usar a tribuna para falar.

A grande diferença é que eu não costumo me calar diante da pressão, eu nunca vou me calar realmente. Se isso for confundido com pitbull ou qualquer outro tipo de palavras ou adjetivos, é da consciência de cada um.

Vou continuar então, Sr. Presidente.

Portanto, falava do advogado, que não é o caso da reunião, mas faço questão que fique comprovado que temos aqui um percentual de dinheiro muito volumoso nos seus honorários, repito, honorários muito fáceis.

Agora, Sr. Presidente, com relação ao Sr. Emerson mesmo com o Direito invocado pela Constituição. Gostaria que ele falasse da relação entre a Anca, a Concrab e o MST. Se tem alguma relação de emprego com a Concrab.

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA Utilizo o meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Como já foi, Sr. Presidente, informado nesta CPMI, o Sr. Emerson movimentou quantias exorbitantes, oriundas de saques na boca do caixa, emitidos pela Concrab, no mesmo período em que trabalhava para a Anca. O senhor veja que há aqui uma questão complicada. Ele sacava dinheiro da Concrab, mas era funcionário da Anca. No mesmo período.

Apenas como exemplo, no dia 27 de 11 de 2003, o Sr. Emerson sacou, às 15h32min, R$27 mil para a Concrab. Logo a seguir, às 15h45min, sacou R$20 mil para a Anca. É disso que estamos falando, não estamos falando da humildade do depoente aqui. Ele foi pego como cristo, ele foi realmente usado. Ele foi realmente usado. Esses são dados conseguidos através da quebra de sigilo bancário. O que explica os diversos cheques de elevados valores, emitidos pela Concrab, sacados pelo Sr. Emerson, na boca do caixa, no mesmo período, repito, em que ele era funcionário da Anca?

Gostaria também que ele explicasse o motivo pelo qual, no mesmo período, realizava serviços do Banco para a Concrab, como pagamentos de faturas de depósitos. O senhor fazia isso?

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Utilizo o meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Qual o salário que o senhor recebe ou recebia na Anca, que era R$569, já que V. Sª invoca o direito constitucional. A Anca informava salários bem menores que esse na carteira de trabalho, que realmente pagava seus funcionários.

Aqui deixou uma coisa para a reflexão: o salário dele era cerca de duas vezes superior ao do Sr. Orlando,

que era um outro cidadão que também recebeu, movimentou várias e várias quantias, somas altíssimas.

Vejam que coisa interessante. O Sr. Orlando recebia, o Emerson substituía o Orlando e teve no seu salário o salário aumentado em duas vezes, para fazer o mesmo serviço. Acho que deve ser a eficiência do Sr. Emerson , que deve ser muito grande e fez que com que a Anca, rapidamente, lhe concedesse esse aumento de salário bem significativo.

Enfim, Sr. Presidente, gostaria de saber quantos funcionários trabalham na Anca e na Concrab. O endereço das duas cooperativas, por incrível que possa parecer, é o mesmo. Como é que se distribui o espaço físico da Anca e da Concrab no mesmo endereço? Para encerrar, o senhor era funcionário da Anca ou da Concrab?

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Utilizo o meu direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Então, Sr. Presidente, como o senhor pôde ouvir e todos aqui nesta sala, realmente não se quer apurar nada. É uma pena que uma CPMI que possui esse instrumento para tentar trazer um pouco de credibilidade para a nação brasileira se depare com esse tipo de comportamento.

Volto a dizer que reconheço que o Sr. Emerson é uma pessoa humilde, mas foi realmente usada. Ele está aqui graças a esse sigilo bancário que foi quebrado, que mostra que ele, juntamente com mais duas pessoas, movimentou cheques, convênios. Por exemplo, o Sr. Emerson movimentou dez cheques, no valor de R$62 mil, provenientes de um convênio da pesca; seis cheques de R$54 mil, provenientes de um convênio de técnica rural; um cheque no valor de R$5,3 mil, proveniente de outros convênios.

Portanto, Sr. Presidente, ele não está aqui acusado e massacrado porque é humilde, e não conseguimos pegar os grandes. Não pegamos os grandes porque esta CPMI não aprova os requerimentos para trazer os grandes. E aqui, para falar a verdade, acho que nem deveríamos proceder a esse tipo de oitiva; ou faríamos o requerimento para convocar, sob pena de mentir e ser preso, ou então não adianta trazer as pessoas que chegam aqui e invocam o seu direito constitucional. Considero antiproducente esse tipo de oitiva, porque é um jogo. Ainda bem que a imprensa está presente e vai poder fazer o seu juízo de valor, como ontem fizeram a **Folha** e o **Estadão**, divulgando coisas comprovadamente ilegais, como o caso da previdência privada feita por funcionários da Concrab e outros mais.

Sr. Presidente, para que fique claro, e o Deputado João Alfredo possa entender o respeito que tenho por ele, na hora em que estamos falando e existe o silêncio e a tolerância, não existe o embate. Quando não existe a tolerância é que surge o embate.

Falei durante dez minutos e não fui interrompido. Por que não proceder com esse comportamento? Aí sim, se sair da minha linha de comportamento aqui, aceito qualquer tipo de insinuação a respeito da minha pessoa. Agora, no momento em que estou aqui, usando a palavra, sou interrompido, sou cortado, sou afrontado e chamado de nojento. Não sou nojento; reajo mesmo, Sr. Presidente, reajo aqui e em qualquer lugar, porque, além de qualquer coisa, sou ser humano também.

Sr. Presidente, já estou mais do que satisfeito. Não vou perder o meu tempo, porque o direito invocado constitucionalmente só serviu para condenálos. E espero que, no relatório paralelo que será feito, possamos imputar criminalmente a situação desses jovens humildes, pobres, que foram utilizados como laranjas para algumas pessoas enriquecerem com o dinheiro do povo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Luís Carlos Heinze.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem, Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Queria um esclarecimento, Sr. Presidente. Na hora em que o Deputado Lupion falou, agora o Alberto Fraga falou também, sobre a declaração de Imposto de Renda do depoente... Não foi quebrado o sigilo bancário dele. E o pessoal está mencionando que ele declarou; não declarou. Isso não é sigiloso? E está havendo essa declaração. Fiquei com uma dúvida, queria só um esclarecimento sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Anselmo, a consulta é feita através do CPF e está no site da Receita Federal. É só acessar para ter a informação se houve a declaração ou não. Essa é uma questão de natureza pública, e não sigilosa.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP – RS) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, apenas, Sr. Presidente, o que estamos assistindo, e, ontem, me referi e vou repetir, porque V. Exª está presente agora, o que está sendo visto, ontem, com os depoimentos por parte da Anca e Concrab, as pessoas que foram convocadas e que estão depondo aqui, esses fatos que estamos apurando e estão sendo denunciados neste momento, preocupa-nos muito, porque algumas verificações, averiguações que foram feitas em convênios estão demonstrando irregularidades, alguns deles.

Sr. Presidente, havia me referido aqui, nesta mesma Comissão, que quando trabalhamos nessa questão, no ano de 2000, fazendo um levantamento sobre as questões da reforma agrária, sobre os conflitos existentes, temos um número que de 1995 até agora foram aplicados mais de US$ 10 bilhões, que seguramente dão mais de R$ 30 bilhões, e nós, em alguns convênios verificados, Sr. Presidente, estamos vendo desvios de recurso. E apontamos, naquele momento, inúmeras irregularidades em cima daquilo que ocorria. Agora, nunca podemos quebrar o sigilo de ninguém para ir mais a fundo nessa questão. E todas as denúncias foram encaminhadas ao Tribunal de Contas, à Justiça Federal, à Polícia Federal, mas nunca conseguimos fazer o que está sendo feito nesse momento com meia dúzia de contratos. Então, essa é a ligação que gostaria de fazer, para ver, se fôssemos a fundo...

A Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda auditou algumas cooperativas, e aqui vejo uma série delas em diversos Estados, mais de R$ 80 milhões, e constatou irregularidades. Agora, nunca foi a fundo, como estamos vendo aqui, na questão dos cheques, dos saques, das pessoas usando o dinheiro, sacando na boca do caixa, fazendo o que com um recurso que era para fazer curso de treinamento. Por que esse sacar cheques não foi mencionado aqui? Fazer o que com o dinheiro? Se estamos fazendo essa averiguação, estamos vendo que muito mais coisas existiram. E aqui estamos vendo de onde o MST se financia, de onde essas grandes mobilizações, essas grandes marchas podem sair; aqui estão as fontes dos recursos.

A sociedade brasileira – estou falando, o senhor aguarde, depois o senhor pode falar – que nos assiste neste momento está vendo aonde vai parte do dinheiro do imposto que está sendo pago, porque esses dinheiros estão sendo desviados para financiar essas marchas e contramarchas desse movimento nos braços da Anca e também nos braços da Concrab.

Aqui foram mencionadas a OCB e as cooperativas. Quero citar que existem milhares, centenas de cooperativas em todo o nosso País que hoje fazem parte, e graças ao trabalho, o senhor conhece cooperativas no seu Estado e em vários Estados da Federação, são cooperativas que estão fazendo um trabalho sério, honesto. Existem dirigentes, existem associados como existe em qualquer categoria os bons e os maus profissionais, agora, não se pode generalizar, como vi Parlamentares falando de OCB, falando de dirigentes de cooperativas. Existem bons e maus políticos, existem bons e maus profissionais liberais, bons e maus produtores, bons e maus dirigentes de cooperativas. Então, há que se ter respeito com uma instituição que hoje é respeitada no País e fora dele.

E mais, uma outra questão que gostaria de mencionar aqui, Sr. Presidente, é que quando se fala dos produtores rurais deste País, há que se ter respeito com esses produtores. Onde se fala que os patrões que fazem isso são exploradores, quero dizer que sou um patrão hoje, tenho trabalhadores comigo que ganham muito mais que agricultores. Ontem eu fiz menção, em cima de um trabalho que a Embrapa e a Fundação Getúlio Vargas fizeram, em cima da chamada pobreza rural, onde milhares, até milhões de produtores, pequenos agricultores, na sua região, Deputado Josué Bengtson, com zero a cem hectares, têm uma renda bruta de R$7.000,00. Imaginem se ele sofre uma estiagem, como nós sofremos? Ele tem até prejuízo. Isto, então, quer dizer que se esses produtores tivessem 10% de renda, daria R$700,00 por ano. Vivem miseravelmente. Os meus funcionários recebem, em média, R$700,00 por mês e estão ganhando isto. Então, há que se ter decência com os produtores rurais que tem os seus empregados com carteira assinada e legalizada. E não generalizem essas questões como eu estou ouvindo parlamentares falarem, aqui, essas inverdades. Não se generalize uma categoria que tantos serviços presta a este País e que emprega hoje – são mais de 17 milhões de pessoas vivendo dentro das porteiras das propriedades rurais. Há que se ter respeito; esse chamado agronegócio gera quase 40% dos empregos neste País.

Eu só queria fazer esta colocação para que se tenha respeito com uma categoria na qual eu me incluo por ser produtor e defender as entidades que defendo – defendo todos os produtores.

Acho que não vou fazer pergunta ao Sr. Emerson porque eu já ouvi as respostas que ele tem colocado aqui. Agora, eu gostaria de dizer que é um humilde trabalhador – eu sei disto. Eu estou vendo as feições dele. Agora, só quero lembrar, Sr. Presidente, que foi um motorista que derrubou o Presidente Collor. Foi nas colocações e nas de um motorista, de um simples funcionário, que derrubou um Presidente da República. Portanto, se o Emerson pudesse falar aqui – infelizmente, ele não está respondendo a nenhuma pergunta. Eu, também, então, não vou fazer pergunta a ele. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, eu quero insistir que a nossa CPMI, infelizmente, continua marcada pela forte paixão em que esse tema é histórico no Brasil. Eu fui estudante de Geografia na Universidade Federal do Acre, em cuja monografia eu

insisti escrever sobre esse tema e, dentro da minha simplicidade, eu procurei compreender alguns fatores que, infelizmente, levam a esse tipo de comportamento na sociedade nacional.

Sr. Presidente, é concebível que o caso da terra, na história, sempre foi tratado como caso de polícia. Pelo direito social de convívio, de liberdade e de residência, quantas pessoas morreram de lá para cá? Primeiro, lideranças indígenas, como foi Zumbi dos Palmares e, depois, Canudos, o Cangaço, a Revolta do Contestado, o Movimento Camponês das ligas camponesas no Nordeste e, de lá para cá, segundo Arthur Bernardes, caso de terra é caso de polícia. E nós falamos tanto de Reforma Agrária – o mundo inteiro trata sobre assunto – mas, infelizmente, nós não conseguimos tratar disto de forma serena, amigável e pacífica. Nós sempre estamos insistindo em tratar o assunto em tratar o assunto da maneira mais inversa possível.

Então, de um lado ou de outro, já se execra e já se subjugam pessoas tendenciosamente e infelizmente e nós vemos isto nos mais diversos institutos do Poder Público nacional. Infelizmente, nós vimos e assistimos juízes sem nenhuma preocupação, na rapidez com que concedem liminar de reintegração de posse, sem olhar, sem ver de perto, sem coisa alguma. Nós vemos que o Congresso Nacional continua exorbitando a situação, nessa forma apaixonada de se defender o ponto de vista sobre isto. Infelizmente, a terra no Brasil continua como foi há 500 anos atrás. É terra de ninguém. Quem pode, mas manda e faz como quer e como pode.

Eu, durante muito tempo, fui, aqui, digamos assim, provocado a apresentar requerimentos que possam trazer indagações sobre instituições no País, consideradas visivelmente no País, considerada como mais próxima do setor mais agrário da elite mais agrária nacional.

Eu sempre me recusei a ir, Sr. Presidente, porque eu não quero ser leviano ao ponto de trazer para cá, para esta CPI, um pedido de Requerimento só para fazer aqui queda de braço. Eu não me coloco nesse ponto. Eu insisto que nós tenhamos. Eu insisto que nos tenhamos aqui de investigar fatos – fatos puramente concretos.

Eu, então, considero do direito, do dever e da obrigação de qualquer parlamentar, dentro e ou fora da CPMI, apresentar suas indagações sobre qualquer coisa que para si seja duvidoso.

No caso o MST, é um dos movimentos que mais perduram na história da reforma agrária do Brasil. Todos os outros conseguiram ser extintos e massacrados em menos de duas décadas. Este movimento completa exatamente duas décadas neste ano, 2005.

Então, Sr. Presidente, já que eu fui provocado, eu procurei saber se existe qualquer tipo de problema que envolva outros tipos de instituições. Me vêm às mãos os seguintes documentos: o INSS acusa que o Sistema Nacional de Aprendizagem e Cooperativismo – Sescoop recebeu durante o ano de 2000 a 2005 a bagatela de R$144 milhões. Nas prestações de contas apresentadas pelo serviço – Sescoop, consta que o acórdão nº 1.646/2004, do Tribunal de Contas da União, dois seguintes problemas – este é o relatório do Ministro Augusto Sherman Cavalcanti – que apresentou os seguintes problemas, Sr. Presidente: R$53.423,73 passados à Sescoop; R$54 mil para a Cotrael; R$48 mil para a Unitec; R$39.267,06 para a Cotincruz; R$38.372,31 para a Cootap; R$36.547,54 para a Cooperjacuí; R$14.800 para a Cooperjacuí; R$36 mil para a Cotrijuí; R$7,5 mil para a Cotrijuí; R$47.936,31 para a Cotrirosa; R$29.687,45 para a Cosulat; R$37 mil para a Coopermil; R$25 mil para a Cotrimaio; R$29 mil para a Cotribar; R$21.250 para a Coapel; R$77 mil para a Camol; R$42 mil para a Copalma; R$16 mil para a Copatrigo; R$8 mil para a Cotrisal; R$78 mil para a Cotrigo; R$8 mil para a Cotrisana; R$24 mil para a Cotrel; R$12 mil para a Copeagro São Paulo; R$14 mil para a Cotresul; R$13,5 mil para a Funcoop; R$36 mil para a Cotrijal; R$14 mil para a Fundação Solidariedade; R$15,7 mil para a Fecovinhos; R$48 mil, sem nenhum documento comprobatório de uso, mais R$48 mil também sem nenhum documento comprobatório de uso, totalizando R$1.986.183,99 de que o Sescoop do Rio Grande do Sul não presta contas, segundo o Tribunal de Contas. Ou prestam contas ou terão que devolver o dinheiro corrigido.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu me sinto, também, no dever parlamentar constitucional de apresentar um requerimento. Apresento um requerimento a V. Exª e a esta Comissão no sentido de que possamos quebrar o sigilo bancário e fiscal da pessoa jurídica Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescoop, do Rio Grande do Sul.

E mais, só para servir de complemento, porque não está contido aqui, o Sescoop de Sergipe, porque acaba de chegar aqui um outro acórdão do Tribunal de Contas, de nº 0875-14/2003-1, também por má explicação a respeito de uma verba de R$17,3 mil. Mas este não está contido no documento e fica para depois, o Sescoop de Sergipe.

Submeto a V. Exª o requerimento. Peço que a Secretaria faça chegar ao Presidente e dar o recebido.

No que diz respeito ao nosso convidado de hoje, Emerson Rodrigues da Silva, em primeiro lugar, Emerson, fique muito sossegado de que jamais haverá qualquer tipo de comparação entre você, o Juiz "La-

lau" ou qualquer pessoa dessa natureza. Segundo, é de direito, sim, convidar qualquer jurista, qualquer advogado que melhor lhe aprouver. Poderia ter trazido alguém do Ministério Público, se porventura não pudesse ter sido convidado, ou o que está atualmente a lhe acompanhar.

E outra: esta Comissão tem a obrigação de elucidar fatos, sim. E peço mais uma vez que a Anca, a Concrab possa fazer chegar a esta Comissão, por meio de documentos, tudo que achar que deveria ter sido respondido pelas pessoas que foram convidadas, tanto ontem como hoje, para que não paire qualquer dúvida sobre o comportamento das instituições. Isso também é um pedido, uma recomendação minha, porque acho que é de natureza pública mesmo, como já foi dito ontem pelo próprio Presidente qualquer recurso de origem pública.

Portanto, para encerrar, Sr. Presidente, não vou fazer nenhum tipo de distrato a respeito do Sescoop ou de qualquer outra instituição. Estou apenas pedindo esclarecimento. Vou tratá-los com o maior respeito, porque sei que merecem, dada a grandeza do trabalho que vejo o Sescoop, a OCB e tantas instituições do setor agrário mais organizado do País, mas peço esse mesmo respeito, essas mesmas considerações para quem, com muita luta, com sangue, suor e lágrimas, luta por uma reforma agrária justa e pacífica neste País.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Antes da questão de ordem, o requerimento do Senador Sibá Machado será alvo de deliberação na próxima quarta-feira. Estamos convocando uma reunião administrativa e deliberativa para a votação de vários requerimentos que estão sobre a Mesa. Na próxima quarta-feira, às 14 horas.

Portanto, já ficam convocados os integrantes desta Comissão para esta reunião da próxima quarta-feira.

O Deputado Adão Pretto pediu pela ordem.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, sinto-me no dever de me pronunciar, em vista de que o penúltimo orador que falou – não vou citar o nome, é meu conterrâneo do Rio Grande do Sul – pediu para que respeitássemos a OCB, e nós respeitamos. Agora, temos aqui uma denúncia do Ministério Público, Tribunal de Contas, de que, na Bahia, cooperativas ligadas a OCB não estão legais na prestação de contas.

Temos aqui o Ofício do Juiz nº 660, do ano 2002, que publica que essas cooperativas não estão legais.

Outra questão, Sr. Presidente, que gostaria de dizer ao meu conterrâneo e que ele zela tanto pelo dinheiro de que o Sr. Carlos Esperoto, que é Presidente de uma entidade de que ele faz parte, que recebe um salário de R$ 12 mil por mês, e ele é Presidente da Farsul e do Senai do Rio Grande do Sul. E repassou R$797 mil de uma entidade para outra, porque ele é Presidente das duas. Isso é muito grave. Para o meu conterrâneo, que preza tanto pelo dinheiro público, isso é motivo de fiscalizar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Adão Pretto, a questão do Senai do Rio Grande do Sul inclusive foi alvo de requerimento. Houve quebra de sigilo, as informações estão à disposição dos integrantes desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quanto à solicitação do Senador Sibá Machado, a minha posição aqui tem sido explicitada, amplamente favorável a qualquer tipo de investigação, alcance qualquer entidade que alcançar. Creio que estamos prestando um serviço ao País desta forma.

Esse trabalho de assepsia é absolutamente imprescindível, sobretudo no momento em que há uma crise moral no País.

Fala, pela ordem, o Deputado José Geraldo e depois, pela ordem de inscrição, o Deputado Josué Bengtson.

O SR. JOSÉ GERALDO – Só para saber qual são os critérios que estão sendo usados para as convocações, porque, algum tempo atrás, apresentei dois requerimentos; um, convidando os dois Procuradores do Ministério Público Federal do Pará, Ubiratan Caseta e Felício Pontes Júnior, para prestar esclarecimento sobre os projetos da Sudam, e também apresentei um requerimento para o Ministério da Integração Nacional, porque todos os projetos financiados pela Finam, quando a Sudam foi extinta pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, vieram para Brasília. Tenho informações, que não são seguras, de que alguns projetos estão novamente sendo liberados. Por isso, tenho interesse que esta CPMI ouça os dois Procuradores do Ministério Público Federal e também representante do Ministério da Integração Nacional porque se tratam de milhões e milhões. E, nesse caso, não estamos falando em recursos pequenos, como esses que estamos investigando do MST, mas de R$ 100 milhões a R$ 200 milhões que foram financiados, cujos projetos sabemos que não foram colocados em prática.

Eu, assim como Deputado Federal e os demais Deputados desta CPMI, principalmente do Estado do Pará, tenho interesse em saber em que situação se encontram os projetos, quantos projetos ainda poderão se aproveitados e liberados porque se trata, realmente, de uma intervenção feita pelo Governo passado. Na medida em que se constatou corrupção na Sudam, o

Governo Fernando Henrique, ao invés de combatê-la, acabou com essa Superintendência.

Queria receber de V. Exª a informação de quando esses convites poderão ser feitos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Os Srs. Parlamentares podem testemunhar o esforço que esta Comissão vem realizando em seu trabalho, ao alternar visitas aos Estados e ao realizar as audiências públicas no Senado Federal.

Sugiro que, na próxima quarta-feira, na reunião administrativa, discutamos um roteiro, já que prorrogamos os trabalhos da CPMI até novembro e há um grande número de pessoas convocadas através de requerimentos que ainda não foram ouvidas. Vamos estabelecer um critério de prioridade na próxima reunião.

O que V. Exª sugere é muito importante, e sou favorável a que se inclua o assunto na pauta, uma vez que a Sudam é reconhecidamente alvo de investigações.

Com a palavra o Deputado Josué Bengtson.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, antes de encerrar esta parte e chamar a próxima pessoa, quero um esclarecimento, mas não quero fazê-lo agora. Quero citar o caso do Sr. Antônio Renato Rodrigues, aquele de Rondônia, ex-Superintendente do Incra, que ficou de ser convidado para uma conversa reservada para tratar do problema da polêmica daqueles documentos considerados duvidosos. Antes de V. Exª concluir esta parte, eu gostaria de fazer um pedido um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Sudam é, reconhecidamente, alvo de investigações.

Com a palavra o Deputado Josué Bengtson.

O SR. JOSUÉ BENGTSON (PTB – PA) – Sr. Presidente, ouvi todos os companheiros que aqui se pronunciaram e, talvez, eu tenha sido um dos que menos falou nesta CPMI. Votei favoravelmente a todo requerimento de quebra de sigilo bancário ou fiscal apresentado aqui porque entendo que a CPMI não pode ter lado. Se temos que fiscalizar UDR, Senar e essas outras instituições que o Senador Sibá Machado acabou de colocar, assino qualquer requerimento e voto favoravelmente àquilo que precisa ser investigado.

No caso específico do Emerson, entendo que nesta CPMI ou em qualquer lugar do Brasil não existem pessoas especiais ou menos especiais. Todo ser humano é especial, e o Emerson está aqui como trabalhador e merece respeito. Ouvi suas palavras iniciais, e algumas perguntas que ele não respondeu, na verdade, foram respondidas em sua primeira fala, quando disse que office-boy da Anca e que, durante o período em que trabalhou como office-boy da Anca, a mando do Presidente, seu superior imediato, fez saques. Ele assumiu um compromisso, como todos assumem, de não faltar com a verdade. Então, ele disse que apenas fazia saques e levava os recursos para o Diretor da Anca. Depois, ouvi algumas perguntas de que ele também, além de saques, fez depósitos em sua conta pessoal. Aí considero, sinceramente, grave o fato. Se foi usado ou não, isso merece uma explicação.

O senhor disse que fazia saques. Segundo as informações que recebi – não sei se verdadeiras ou não –, foram depositados valores na sua conta. Hoje, até antes de serem os cheques nominados e os depósitos, acompanhados, qualquer pessoa podia fazer depósito em qualquer conta porque ninguém saberia. Mas, de uns 20 anos para cá, todos os depósitos são rastreados.

Com todo o respeito ao senhor, minha única pergunta é: o senhor esqueceu de dizer, na sua primeira fala, que, além de fazer saques, o senhor também fazia depósitos na sua conta?

Essa é a minha única pergunta.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EMERSON RODRIGUES DA SILVA – Utilizo meu direito de permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Estamos encerrando a participação do Emerson Rodrigues da Silva. Agradecemos a sua presença.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

Se fosse possível – e essa é uma apreciação da Comissão –, em virtude de já sabermos qual será o posicionamento dos dois novos convidados, por que não chamar os dois para que possamos, de uma vez só...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – É o que farei. Convidarei ambos para que tomem assento à mesa a fim de que as indagações sejam feitas em conjunto. Ganhamos tempo com isso.

Convidamos o Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo para tomarem assento à mesa. Já há assinatura do Termo de Compromisso.

Está liberado, portanto, o Emerson. Muito obrigado por sua participação.

Se estiver presente, ouviremos também o José Trevisol. Não sei se ele está presente. Se estiver presente, já lhe peço que compareça. Seremos mais produtivos, colocando-os à mesa e ouvindo-os a todos, desde que desejem realmente falar, evidentemente, respeitando a prerrogativa do dispositivo constitucional.

Edmilson José de Pinho assinou o termo de compromisso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Chegou-me às mãos um documento que muito me preocupou. Trata-se de um documento sigiloso, um dos documentos internos desta CPMI, um dos documentos que está sob guarda desta CPMI e que agora acaba de circular em fotocópia tirada não sei onde. Já vi diversas pessoas, no fundo da sala, com cópia desse documento.

Peço, encarecidamente, a atenção de V. Exª e desta Comissão. É um documento que expõe informações. Daqui para frente, fico pensando até onde está guardada mesmo a isenção de documentos dessa natureza.

Chama-me mais atenção, Sr. Presidente, que a pessoa cometeu a bobagem de escrever o nome no documento. Está escrito "Felipe". Não sei quem é Felipe porque não está escrito o sobrenome. Há muitos felipes no Brasil. Mas me chama atenção que exista um assessor, de origem do Tribunal de Contas da União, chamado Felipe.

Como sou um apaixonado defensor também dessas causas, jamais estive, na Secretaria desta Comissão, para indagar até sobre documento de pessoas publicamente ligadas a crimes, como "Delsão", sobre o qual está citada uma série de coisas. Nunca fui lá vasculhar. Estou tentando esclarecer dúvidas, mas nunca fui pegar documentos lá. Há aqui um documento que expõe situação da Concrab.

Sou obrigado a submeter um requerimento a V. Exª, solicitando, neste caso. que o Sr. Felipe, assessor desta Comissão e funcionário do Tribunal de Contas da União, possa vir a esclarecer – e eu gostaria de ser esclarecido – se se trata dele a pessoa que acaba de fazer o vazamento de informações desta natureza. Neste caso, coloca sob suspeita a todos nós desta CPMI, Sr. Presidente, portanto sou obrigado a pedir encarecidamente que possamos acatar esse requerimento e que essa pessoa venha aqui esclarecer. Não estou dizendo que é ele. Felipes existem muitos, mas estou deixando uma cópia com V. Exª, e que, daqui para frente, jamais outra situação dessa natureza possa circular da maneira que está sendo circulada. Peço por favor o encaminhamento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – A Presidência acolhe o requerimento, para verificar se o documento é de caráter sigiloso ou não e vai ouvir o assessor referido. V. Exª faz referência ao Felipe, que seria assessor da CPMI, por cessão do Tribunal de Contas da União. Vamos tomar as providências solicitadas por V. Exª.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra, pela ordem.

O SR. (Orador não identificado) – Penso que essa é uma questão de muita gravidade, se for verdadeira. Evidentemente, não quero fazer nenhum prejulgamento de quem quer que seja, até porque tanto ele como qualquer outro devem merecer de nossa parte um respeito muito grande. Tenho procurado isso. Sei que também sou uma pessoa, vamos dizer, às vezes muito emotiva. Mas tenho procurado isso. Acho que vivemos momentos difíceis nesta CPMI, dificuldades até de relação, mas temos procurado, como tenho dito, fazer um esforço muito grande neste último semestre, para tocar os trabalhos desta CPMI. E sabemos que, ao requisitar funcionários para esta CPMI, eles têm que estar, vamos dizer, à altura de seu trabalho. São funcionários, assessores que devem prestar assessoramento técnico à CPMI, a qualquer um dos membros da CPMI – ao Presidente, ao Relator, a qualquer um dos membros –, mas não podem exorbitar de sua função de assessor. Então, se esse fato for verdadeiro – não estou dizendo que o é, até porque acho a pode ser outro Felipe, parece-me que um exame grafotécnico talvez pudesse até dirimir essa questão – creio que a providência de V. Exª tem que ser imediata: devolvê-lo ao órgão de origem e pedir a abertura de um procedimento de sindicância.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eu só queria esclarecer o seguinte. Quero esclarecer...

O SR. (Orador não identificado) – É no computador que está impresso o nome do assessor ou foi alguém que escreveu?

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Está escrito.

O SR. (Orador não identificado) – Ah, alguém escreveu?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – É xerox de documento e o nome está errado, então é evidente que não foi o próprio... O Filipe não escreveria o seu próprio nome errado. O nome dele não é Felipe. É Filipe. Está escrito "Felipe". Portanto, não foi certamente escrito por ele. Mas vamos investigar isso em atenção à solicitação do Senador Sibá Machado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Com certeza, a intenção de prejudicar o processo por parte...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – ...de incriminar um assessor da Comissão, o que é inadmissível. Aí realmente a gente tem que ter algum cuidado. Acho que V. Exª tem que investigar realmente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Presidente, não estou pedindo para incriminar ninguém. Tenho dúvida sobre um fato e estou pedindo esclarecimento.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Mas V. Exª fez aqui uma acusação com um documento apócrifo.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu não estou acusando, fui muito claro em minhas palavras.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – É muito grave isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Deputado, não ponha palavras em minha boca.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Mas o senhor fez uma acusação...

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Eu não fiz nada. V. Exª...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Isso não é normal. V. Exª está fazendo uma insinuação leviana.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Tem um nome escrito e quero um esclarecimento. Fui muito claro em minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – (Faz soar a campainha) Vou fazer uma sugestão a meu amigo, Deputado Luiz Carlos Hauly, que chegou aqui a esta Comissão. Quem sabe seja possível instituir e instalar aqui em Brasília uma escola que ofereça lições sobre bom comportamento no Parlamento. Assim resolveríamos essa situação, porque realmente não se justifica essa exacerbação e esse tumulto a cada problema suscitado aqui.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Encerrarei este assunto agora. Atenderemos à solicitação do Senador Sibá Machado, investigando. Evidentemente, vazamento de informação ocorre quando há intenção explícita. Vamos verificar, esse é um documento apócrifo, no qual se encontra um nome escrito a lápis e de forma errada. Vamos prosseguir aos trabalhos.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Estou convidando para tomar acento à mesa o Sr. Orlando. Pode ser desse lado.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra, pela ordem, a Deputada Luci Choinacki.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, seu encaminhamento é importante. Alguém deve ter interesse em divulgar esse documento e criar confusão.

O SR. (Orador não identificado) – V. Exª já não terminou o assunto, Sr. Presidente?

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – ...e não permitir que a CPI faça seu papel. É importante que se esclareça, alguém tem interesse, porque é de um lado que está sendo colocado. Por isso é importante.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Srª Deputada, já encerramos esse assunto. Deixarei à vontade os microfones para que, se desejarem fazer qualquer exposição inicial, façam. Consulto se desejam fazer algum pronunciamento inicialmente. Quem falará primeiro, o Edmilson ou o Orlando? Falará o Edmilson José de Pinho.

O SR. EDMILSON JOSÉ DE PINHO – Sr. Presidente Alvaro Dias, demais integrantes da CPI, neste meu depoimento manifesto que estou me sentindo prejudicado em ter sido chamado de "laranja" pela imprensa.

Trabalhei na Anca, no período de 2002 a 2003, recebendo como pagamento valor em torno de R$800,00. Eu prestava serviço de motorista, cumprindo ordens do Sr. José Trevisol, meu principal trabalho de motorista e também fazia serviços bancários.

Os cheques que constam em meu nome, saquei na boca do caixa, mas nunca foi depositado nada em minha conta, não declarei no meu Imposto de Renda os valores sacados porque o dinheiro era da Anca e da Concrab, não meu. Eu trabalhava na sede da Anca e, realmente, lá também funcionava a Concrab. Atualmente, exerço diversos trabalhos, sou autônomo.

Quero deixar bem claro que nunca fui "laranja" de ninguém. Sou um cidadão que busca ganhar a vida trabalhando honestamente. Sou trabalhador honesto, vivo do meu trabalho desde os 12 anos de idade. Não tenho nenhum patrimônio pessoal, sou casado, pai de uma filha de 5 anos. Agradeço pela compreensão dos Deputados e Senadores. Quero ver esclarecidos todos os fatos levantados na imprensa. Agradeço a oportunidade de vir esclarecer esses fatos.

Peguei isso por escrito porque não estou acostumado a ficar em exposição. Estou meio nervoso, não devo nada a ninguém, estou aqui para esclarecer qualquer dúvida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradeço ao Edmilson. Pode ficar tranqüilo, porque este é o objetivo: o esclarecimento de qualquer dúvida. E você está aqui como testemunha, não como réu.

Com a palavra o depoente Orlando Vieira de Araújo.

O SR. ORLANDO VIEIRA DE ARAÚJO – Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias e demais componentes da Comissão, primeiramente, boa tarde a todos.

Quero dizer que me senti humilhado e prejudicado por ter sido chamado de "laranja" pela imprensa, por isso resolvi vir a esta Comissão, para esclarecer alguns fatos que foram levantados pela imprensa.

Quero dizer que trabalhei na Anca com carteira assinada, de 1996, quando entrei lá, até 2002, tendo recebido por mês um salário mínimo.

Eu tinha a função de office-boy e, nessa condição, realizava serviços bancários, correio, xerox, fazia depósitos e saques para a Anca, a pedido do Dr. José Trevisol. Esses cheques de fato eram da Anca e da Concrab. Nunca foi depositada em minha conta qualquer quantia.

Estou em dia com a Receita Federal, todo ano declaro Imposto de Renda.

Trabalhava na sede da Anca, em São Paulo. Lá funcionava também a Concrab e o MST. E respondia diretamente ao Sr. José Trevisol.

Para encerrar o meu depoimento, quero dizer que tenho 27 anos, trabalho desde os dez anos de idade, lavando carros. Sempre vivi do meu trabalho, do meu suor. Sou casado há oito anos, tenho um filho de seis anos. Meu patrimônio é uma moto CG-125, com 29 prestações a serem pagas ainda.

Espero ter esclarecido os membros da Comissão o que tomei conhecimento na imprensa.

Muito obrigado pela atenção de todos.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado.

Pela ordem, o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Obviamente estamos com os espíritos desarmados. Houve uma acusação muito grave quanto ao problema de um documento que foi vazado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB – PR) – Esse assunto não está encerrado, Presidente?

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Estou fazendo um requerimento, por favor, uma questão de ordem.

Ao nosso lado, há dois cidadãos que não conheço, os quais poderiam ser identificados se fossem colocados no auditório, se forem advogados ou qualquer coisa, porque está muito fácil. Meus documentos estão todos em cima da mesa. Então, por favor, que o senhor tome essa providência.

O SR. (Orador não identificado) – São advogados, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – São advogados?

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eles podem ficar muito bem ali, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Eles ficariam melhor acomodados lá, mas nada impede que permaneçam ali. Enquanto se comportarem como estão se comportando, não há necessidade de...

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, agora peço pela ordem, como Vice-Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – Não imagino que o nobre Deputado Lupion, pelo que conheço, esteja insinuando que os advogados pegaram o documento e fizeram qualquer tipo de... Imagino que não seja isso.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Justamente por essa razão seria muito mais louvável que eles se sentassem ali, para não termos que levantar qualquer tipo de suspeita.

O SR. (Orador não identificado) – Até porque ontem, por exemplo, eu vi, como se usa falar lá na roça, carga de pessoas aqui que não sabíamos quem era, conversando com vocês e transitando.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Só assessores, todos identificados; todos fazem parte da CPI.

O SR. (Orador não identificado) – Devemos levar a CPI como ela tem que ser levada, com serenidade e tranqüilidade, senão haverá acusações sem sentido. Então temos que tocar a coisa como tem que ser tocada.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Agradeço a sugestão do Vice-Líder do PT. Vamos prosseguir com o Deputado João Alfredo, o primeiro a fazer indagações.

O SR. JOÃO ALFREDO (Bloco/PT – CE) – Sr. Presidente, com todo o respeito – e há quem pense de forma diferente nesta CPMI –, penso que as três pessoas que foram hoje chamadas para depor - Émerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando Vieira de Araújo -, como, inclusive, disseram aqui, eram funcionários e cumpriam ordens. V. Exª apresentou um requerimento de convocação do Sr. José Trevisol, que, durante muito tempo, dirigiu a Anca. Antes mesmo de o requerimento vir a ser aprovado, sabíamos que o próprio Sr. José Trevisol se colocou à disposição desta CPMI.

Os dados levantados – e deixo muito claro que não estou entrando no mérito deles – referem-se à gestão do Sr. Trevisol. Então, penso assim. Evidentemente, cada Parlamentar tem todo o direito de fazer seus questionamentos a quem quer que seja convocado aqui. Mas, do ponto de vista desta Relatoria, eu não teria nenhum questionamento a fazer aos dois. Até creio que poderíamos adiantar o serviço, ouvir o Sr. Trevisol e dar, inclusive, um tempo suficiente para S. Sª fazer toda a apresentação e explicar essas ques-

tões ligadas ao Fundo de Previdência, para onde foi o dinheiro retirado, e tudo o mais, até porque esses fatos já são do conhecimento público.

Então, eu não teria nenhum questionamento. Evidentemente, é uma decisão que cabe a cada um fazer ou não esses questionamentos. Por mim, pelo bem da própria CPMI e dessas investigações, passaríamos a ouvir o Sr. José Trevisol, que dirigia a entidade e a quem estavam subordinados os três que vieram aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Feita a sugestão do Relator, pergunto ao Deputado Lupion se deseja fazer uso da prerrogativa de indagar.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, vou usar a prerrogativa. Gostaria de perguntar aos dois, mas ao Sr. Edmilson, em primeiro lugar. Qual a relação entre a Anca, a Concrab e o MST?

O SR. EDMILSON JOSÉ DE PINHO – Vou-me reservar o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Faço a mesma pergunta para o Sr. Orlando.

O SR. ORLANDO VIEIRA DE ARAÚJO – Reservo-me o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O Sr. Edmilson aparece na página Sociedade Editorial Brasil de Fato, como administrador da sociedade, Departamento de Distribuição, e acabou de dizer que era motorista. O que faz na instituição Editora Brasil de Fato?

O SR. EDMILSON JOSÉ DE PINHO – Reservo-me o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Qual a relação da Brasil de Fato com o MST, a Anca e a Concrab?

O SR. EDMILSON JOSÉ DE PINHO – Reservo-me o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Aqui está claro que o Sr. Edmilson trabalha para a Brasil de Fato, bem como para a Anca e para a Concrab, razão pela qual efetua saques de alto valor para as duas mencionadas: Anca e Concrab.

Mais ainda, explica os elevados repasses de recursos da Anca e da Concrab para a Brasil de Fato, bem como comprova o fato de que todas essas entidades são, na verdade, um só grupo: o MST. Assim sendo, torna-se imperiosa a quebra de sigilo bancária da Brasil de Fato, que apresento neste momento.

Sr. Edmilson, o senhor tem dois cheques no valor R$ 11.993,80, que passaram pela sua conta. O senhor tem dez cheques de R$ 69.081, perfazendo o total, que passaram pela sua conta e três cheques de R$ 31.815, que também passaram pela sua conta e que o senhor retirou. O total é de R$ 112.891,27. O que o senhor a explicar quanto a isso?

O SR. EDMILSON JOSÉ DE PINHO – Reservo-me o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Orlando, o senhor retirou trinta e sete mil, quatrocentos e dois mil reais da conta de um convênio do Denacop, de duzentos e oitenta e seis mil, setenta e dois reais e noventa e sete centavos em quatro cheques. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ORLANDO VIEIRA DE ARAÚJO – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor retirou também nove cheques que perfazem o total de cinqüenta e cinco mil, seiscentos e cinco e sessenta e três reais. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ORLANDO VIEIRA DE ARAÚJO – Me reservo o direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor retirou do convênio números de quinhentos e vinte e um mil reais, novecentos e vinte e nove e oitenta e sete, sessenta e dois mil, trezentos e noventa e dois reais e dezoito centavos em nove cheques. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ORLANDO VIEIRA DE ARAÚJO – Me reservo o direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor retirou cento e dezessete mil, quinhentos e dezenove mil e dezesseis em vinte e três cheques em seu nome na boca do caixa. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. ORLANDO VIEIRA DE ARAÚJO – Me reservo o direito constitucional de ficar em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Orlando e Sr. Edmilson, em nome ao portador, existem seiscentos e noventa e um mil, setecentos e setenta e três reis e noventa e seis centavos retirados da conta da Concrape. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. EDMILSON JOSÉ DE PINHO – Me reservo o direito de me manter em silêncio.

O SR. ORLANDO VIEIRA DE ARAÚJO – Me reservo o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O importante é que, Sr. Edmilson, o senhor conhece o Sr. José Trevisol

O SR. EDMILSON JOSÉ DE PINHO – Permaneço em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Orlando, o senhor conhece o Sr. José Trevisol?

O SR. ORLANDO VIEIRA DE ARAÚJO – Me reservo o direito constitucional de me manter em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Então, pelo jeito o Sr. Trevisol é a árvore que dá os laranjas.

Só nos compete agora esperar o depoimento do Sr. Trevisol para que nós possamos saber o que aconteceu com esse dinheiro público que tem que ser explicado de qualquer maneira.

Então, eu não tendo obtido nenhum resultado, fico com pena dos três rapazes que aqui vieram. Obviamente nem sabiam o que estavam fazendo, mas infelizmente esse jogo que achavam que estavam acima do bem e do mal e que nunca iam ser descobertos, infelizmente, o barraco caiu. Então, vão sofrer as conseqüências junto com Anca, com Concrab e Sr. Trevisol.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra a Deputada Luci Choinacki.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, gostaria de dizer aos nossos dois companheiros trabalhadores José Edmilson de Pinho e Orlando Vieira de Araújo da sua dignidade.

A gente sabe quando os trabalhadores têm que se expor diante de uma coisa ridícula e de perguntas e de acusações o quanto que mexe na honestidade porque que eu conheço, que sai, quem rouba fica rico e vocês continuam pobres trabalhadores. Então, essa é a primeira coisa, porque é vergonhosa a tentativa de expor, de fazer desmoralização das entidades dos trabalhadores, porque aqui não é só quanto ao recurso.

Se medirmos o nível de recursos públicos, quanto a OCB comeu de dinheiro? Quanto os ruralistas comeram de dinheiro neste País? Isso é fichinha! E quantos sonegaram? Quantas irregularidades? O problema é outro: é tentar constranger, é tentar incriminar os movimentos, as entidades que representam os trabalhadores. É essa a questão que está em jogo. É uma questão ideológica, porque eu quero ver se eles vão ter coragem de defender as irregularidades das terras no Brasil. Isso eles não vão levantar. Vocês podem ter certeza de que eles não vão falar. Quantas terras foram griladas, quantos trabalhadores foram mortos para a grilagem da terra, isso não vai ser falado por eles, porque isso é normal. Ter trabalhador escravo nas fazendas é normal... Tudo isso para eles é normal.

Então digo para vocês que saiam de consciência tranqüila pela sua honestidade. Vocês vieram porque quiseram, cumpriram e estão cumprindo uma tarefa democrática para este País. No ponto de vista desses senhores, trabalhador tem que ser escravo; não pode ser livre. O Brasil é o último País... Dizem que aboliram a escravidão, mas desde que os trabalhadores trabalhem nas fazendas para eles. Quando os trabalhadores começam a quebrar suas correntes, de não ser escravos, de começara a pensar, de começar a estudar, isso é um problema sério para eles.

Vocês podem ter certeza de que esse problema incomoda. A marcha de 13 mil trabalhadores e trabalhadoras do País, onde tinha um senhor de 97 anos que marchou! Ter tantos jovens importantes marchando, se construindo cidadãos, com os seus pés no chão. A cada passo que davam, era um sonho e uma esperança que traziam no peito. A mente se abrindo, olhando o horizonte deste País tão bonito, querendo que se construa a democracia. A democracia para eles (os senhores) é dinheiro, é poder, é vingança, é trabalho escravo.

Parabéns a vocês porque estão no processo de libertação. Nós vamos passar por esse processo. Sempre que o povo quer se libertar e se organiza, incomoda. Não é só a quantidade de dinheiro. O problema, se fôssemos medir, da quantidade de dinheiro não chega aos pés do que eles já ficaram do dinheiro público. E sempre se apropriaram do dinheiro público. Graças à organização. Se não tivesse organização, até hoje os trabalhadores rurais, os mais pobres do campo não iam existir. E temos que acabar com a pobreza. A pobreza é uma coisa muito cruel. E o Brasil perde para quase todos os países do mundo em distribuição de renda.

A terra é uma forma redistribuir renda. Aliás, a terra para eles é negócio; é mercadoria. Não é um bem social. Não é um bem da natureza, ou um bem de Deus para os que acreditam nessa filosofia; é um bem de mercado, de negócio, de exploração, de grana, de como é que se leiloa, como se ganha mais. É isso. Então, quando se contrapõe a isso, incomoda.

Vocês estão fazendo certo, parabéns. Isso faz parte da disputa política, e aqui a disputa é ideológica, em defesa dos interesses dos grandes, em defesa dos interesses dos que estão buscando a cidadania no País.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado, Deputada.

Vou fazer uma sugestão, porque eu gostaria de já convocar o Sr. José Trevisol para que ele possa dar as explicações sobre todas as questões que foram suscitadas desde o dia de ontem. Mas há aqui alguns inscritos, ainda, para esta fase. Se puderem transferir para a fase posterior, eu agradeceria para que pudéssemos já fazer sentar à Mesa. Os inscritos são o Deputado Luiz Carlos Hauly e o Deputado Alberto Fraga. Os Deputados José Geraldo e Adão Pretto já concordaram. Se houver concordância...

O SR. ALBERTO FRAGA (S/Partido – DF) – Evidentemente, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então vamos liberar os dois depoentes. Muito obrigado ao Sr. Edmilson José de Pinho e ao Orlando Oliveira de Araújo. Convidamos...

O SR. ALBERTO FRAGA (S/Partido – DF) – Sr. Presidente, eu entendi diferentemente. Entendi que o Sr. Trevisol iria compor a Mesa...

O SR. (Orador não identificado) –*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

O SR. ALBERTO FRAGA (S/Partido – DF) – Sim, mas sem os dois. Então, se o senhor me der dois minutos, eu encerro com os dois. Não mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – V. Exª tem o direito...

O SR. ALBERTO FRAGA (S/Partido – DF) – Eu pensava que eles iam permanecer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Então com a palavra o Deputado Alberto Fraga. Não haveria nenhum inconveniente também, mas não há essa a intenção.

O SR. ALBERTO FRAGA (S/Partido – DF) – Sr. Presidente, prometo a V. Exª que não serei prolixo.

Sr. Presidente, só quero dizer o seguinte: que conste nas notas taquigráficas. Primeiro, quando alguém fala que R$3.514.349,37 é "fichinha" perto do que já se roubou, já se admite, em parte, que houve realmente um desvio de dinheiro nessa questão.

Infelizmente, Sr. Presidente, quero dizer que, embora esses três trabalhadores, o Edmilson, o Emerson e o Orlando, constassem como funcionários da Anca, o Sr. Edmilson sacou R$ 112.891,00; o Emerson, R$ 318.426,00; e o Orlando, R$ 272.918,00.

O lamentável, Sr. Presidente, é que sabemos que aqui eles podem invocar esse direito. Talvez, na Delegacia, a coisa não seja tão fácil quanto aqui ou, até mesmo na própria Justiça, não haja essa facilidade. Eu somente quero que o Sr. Edmilson, o Sr. Emerson e o Sr. Orlando pensem que esse tipo de comportamento na Justiça, evidentemente, não poderá ser adotado. Então, os senhores têm de pensar numa maneira de justificar como é que foi sacado esse dinheiro. Na fase do inquérito, até pode haver, mas, na Justiça, não vai ter como invocar o direito constitucional, e vocês terão, verdadeiramente, de falar alguma coisa para a Justiça.

Então, Sr. Presidente, é lamentável ver que R$ 3 milhões, 514 mil tenham sido desviados. A verdade é que não sabemos para onde foi esse dinheiro. Poderia estar sendo mostrado aqui para todos nós que esse dinheiro foi empregado para a reforma, para os assentamentos, para a capacitação dos indivíduos e dos assentados. Tudo isso poderia estar sendo provado. Infelizmente, nada ficou provado.

Que fique este registro: apesar dos três terem sido funcionários da Anca, eles sacaram dinheiro da Concrab.

No mais, Sr. Presidente, é encerrar, agradecendo a paciência.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado ao Deputado Alberto Fraga. Então, agradecemos a presença de ambos.

Vamos convidar o Sr. José Trevisol para tomar assento à mesa, a fim de apresentar a sua posição sobre essa questão, que, desde ontem, vem promovendo debate nesta comissão. Já temos o termo de compromisso assinado pelo Sr. José Trevisol, residente em São Paulo, no Bairro Perdizes. Ele exerce atividade atualmente na Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais. Não há necessidade de ler o termo de compromisso, porque já o fizemos em relação aos depoentes anteriores.

Da mesma forma, vamos conceder ao Sr. José Trevisol um tempo. A nossa sugestão é que ele priorize as questões que foram suscitadas desde ontem. Não há mais necessidade de falar sobre a Anca, a Concrab, as funções, objetivos, convênios etc. Que ele comece, já na sua exposição inicial, a elucidar as dúvidas que foram suscitadas desde o dia de ontem, facilitando, desta forma, o questionamento posterior dos Srs. Parlamentares.

Portanto, está com a palavra...

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pois não. Concedo a palavra pela ordem ao Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Interessa a esta relatoria - havíamos até conversado um pouco antes, quando comuniquei ao Sr. José Trevisol que ele teria esse prazo –, que esses temas em relação a Anca, MST, Concrab, Iterra, fossem efetivamente esclarecidos. A questão dos convênios durante todo o período em que ele esteve à frente da Anca, a questão ligada ao fundo de previdência que já vem sendo levantado desde a semana passada - um fundo de previdência privada com conta particular -, a relação com os três funcionários que estiveram agora há pouco - como isso se dava, porque eles sempre disseram que estavam seguindo ordens e entregavam esse dinheiro ao próprio Trevisol -, a questão dos cheques da Concrab e a relação também da Anca com o Brasil de Fato, esses temas estão sendo levantados – o Deputado Josué Bengtson sabe disso – desde a semana passada. Penso que agora a CPMI tem uma oportunidade de ouvir os esclarecimentos, mesmo ele não estando mais à frente da Anca, mas ele esteve nesse período todo. Então, teremos essa oportunidade agora.

Eu queria, então, suscitar essas questões, tanto quanto V. Exª fez, para que ele possa, no seu depoimento, prestar os esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra, então, o Sr. José Trevisol.

O SR. JOSÉ TREVISOL – Sr. Senador Alvaro Dias, Presidente desta Comissão, Sr Deputado João Alfredo, Relator da Comissão, Srªs e Srs Senadores e Deputados desta Comissão, inicialmente, quero agradecer a oportunidade de estar aqui presente nesta Comissão para poder prestar os devidos esclarecimentos sobre as notícias veiculadas pelos meios de comunicação nessas últimas semanas.

Tais notícias me causaram constrangimento e por isso solicitei voluntariamente, me dispus a vir a esta Comissão para poder esclarecer as dúvidas levantadas.

Por isso, quero depor e deixar aqui bem claro para esta Comissão e para toda a sociedade a minha idoneidade e a idoneidade da Anca, Associação Nacional de Cooperação Agrícola.

Eu gostaria também de poder fazer uma breve apresentação da minha pessoa pelos trabalhos, o que eu fiz e de onde venho, para poder também ajudar em nossos trabalhos.

Sou filho de pequenos agricultores da região Centro-Oeste do Estado de Santa Catarina. De 1971, quando estava com 11 anos de idade, até 1986 dediquei a minha vida aos trabalhos eclesiásticos na Igreja Católica.

Durante esse período, em específico nos últimos anos, dediquei a minha vida à militância na CPT, Comissão Pastoral da Terra, ajudando os padres em especial, desenvolvendo trabalhos pastorais junto a trabalhadores rurais, pequenos agricultores e agricultores assentados.

De 1987 a 1992, eu exerci a função de secretário executivo na Anca, e depois, de 1997 até o início de 2004, na mesma função de secretário executivo. As minhas atribuições eram cumprir as decisões da diretoria da Associação Nacional. Eu tinha a responsabilidade de, junto com o tesoureiro, assinar os cheques, enfim fazer as movimentações bancárias. *(Falha na gravação)*

...participando desse evento dois gestores do Ministério da Saúde, dois fiscais que acompanharam a atividade do início ao fim. Em função de estarmos nos aproximando do final do trabalho, do final do evento, tivemos que fazer uma transferência imediata para uma conta da Gisley, cujo nome da foi levantado pela CPI, para que esses recursos fossem utilizados, como foram, no pagamento das despesas de viagem, vinda e retorno, de todos os participantes desse encontro. Não houve nenhuma ilegalidade, tanto que gestores, fiscais do Ministério, participaram do evento. Mesmo assim, o Ministério glosou essas despesas pelo fato de os recursos terem sido depositados na conta de uma pessoa física para que se procedesse aos saques dos pagamentos dos participantes.

A Anca acolheu a determinação do Ministério da Saúde e devolveu os recursos solicitados, ou seja, não houve nenhum prejuízo ao Erário. Costuma-se ouvir e perguntar sobre falhas na execução de convênios. É possível, às vezes, cometer-se alguma falha. No entanto, essas quando ocorrem são sanadas durante a execução para evitar que se transformem em mais trabalho. Nenhuma falha grave, até hoje, ocorreu. Portanto, tudo vai se dirimindo conforme os trabalhos vão sendo executados.

Dá para percebermos, um pouco, certas confusões que se fazem com relação aos recursos dos convênios. É do conhecimento de todos que para cada convênio celebrado há uma conta especifica, que deve ser aberta em um banco oficial. A Anca sempre abriu conta no Banco do Brasil, para cada convênio uma conta específica. Imaginar, julgar, prejulga que recurso público possa ter sido mistura com recursos privados não ocorre. Os recursos advindos de convênios ficam na conta, são aplicados conforme determina a instrução normativa e utilizados para o cumprimento do seu objeto, para atingir das metas estabelecidas no plano de trabalho. Quanto ocorre saldo de um convênio advindo de aplicação financeira, ou melhor, rendimentos de aplicação, conforme determina a instrução normativa, são utilizados para a execução das metas, para atingir os objetos pactuados. Havendo saldo este deve é devolvido ao Tesouro, não permanecendo nenhum recurso para a associação, para a Anca.

Os recursos privados, praticamente na sua totalidade, são também depositados em uma agência de banco privado. Por isso, reafirmo que nenhum recurso público esteve junto com recurso provindo das doações, ou seja, de recursos privados.

Tanto recursos públicos quanto os recursos privados sempre foram e sempre serão, com certeza, aplicados para a execução das atividades da Anca. A Anca tem uma extensa programação de atividades. Anualmente, é feita uma programação de atividades, cujo público alvo já foi bem divulgado ontem, são os trabalhadores rurais assentados, os trabalhadores da agricultura familiar e de outras parcerias que a Anca realiza, com as quais desenvolve as suas atividades.

Para a realização dessas atividades, procuramos sempre cumprir o que determina a instrução normativa. O pagamento é feito à empresa ou à pessoa jurídica que esteja prestando o serviço. Temos um caso; por isso a necessidade de se fazer os saques, justamente quando se trata de fazer o reembolso das despesas de viagem de vinda e retorno dos participantes dos

cursos, dos encontros, dos seminários, das oficinas, enfim, dos eventos que são pactuados no plano de trabalho, no termo de convênio.

É muito difícil porque a grande maioria não possui uma conta bancária para fazer o depósito e fazer todo um controle de quanto efetivamente gastou e gastará para o retorno; por isso, temos esse procedimento de sacar, mesmo sendo convênio, o recurso apenas para as despesas de viagem de vinda e retorno, tendo em vista que todos os participantes, ou a grande maioria dos participantes, se deslocam de ônibus.

Isso ocorre também com os recursos privados. Como já falei, anteriormente, a Anca, com recursos privados que recebe de doações ou da cooperação internacional, desenvolve muitas atividades e o procedimento é igual, faz-se saque para despesas de viagem e, quando as atividades ocorrem em outras regiões que não em São Paulo, faz-se necessário, às vezes, portar algum recurso para outras despesas que serão efetuadas.

Nunca foi admitido portar talonários de cheque no local dos eventos. Os talonários permanecem na associação. Tem-se falado, uma vez que estamos no assunto, da aplicação de recursos públicos a uma previdência privada. Quero deixar muito claro aqui e para toda a sociedade: os recursos que foram aplicados na previdência privada eram recursos privados, Banco do Bradesco, nada de Banco do Brasil, eram do Banco Bradesco, portanto recursos privados, isso em discussão com Diretoria da Anca. Tratava-se de um recurso de não utilização imediata, era desenvolvimento de atividades em longo prazo, e poderia ser feita uma aplicação mais rentável. O banco nos procurou e informou a melhor aplicação.

Por isso a Diretoria, tomou por bem fazer essa aplicação. Quero lembrar a todos que tais recursos, todos retornaram à Anca e foram utilizados para a consecução das suas atividades programadas, desenvolvidas, todos os recursos foram ali aplicados. Portanto, não façamos imaginar que houve ali qualquer recurso público.

Quanto aos saques, tem-se ventilado muito, também porque... Ou a relação da Anca com a Concrab. Sim. Os recursos que também, isso foi muito bem apresentado ontem pelo Francisco Dalchiavon, dos saques que eram entregues para a Anca. A Anca recebia os cheques dos office-boys, que nos repassava, e era repassado para a Concrab, que também aplicava nas suas atividades, conforme bem apresentado ontem pelo Francisco Dalchiavon.

Também tem-se questionado a relação da Anca e MST, muito bem apresentado pelo atual Presidente Pedro Cristófoli. Essa relação Anca e MST, o público-alvo da Anca – já apresentei antes – para poder cumprir as finalidades da Anca, para cumprir com seu estatuto, o público dela são os jovens, são as crianças, são as mulheres, são os trabalhadores rurais provenientes da reforma agrária, os agricultores, as agricultoras da agricultura familiar e outras parcerias. Essa família – vamos chamar essa família sem-terra – tem a sua organização social e política. Nós temos a Anca, os assentados da reforma agrária, o público com o qual nós desenvolvemos as nossas atividades.

Também tenho ouvido, tenho visto questionamentos acerca de repasses de recursos da Anca para o jornal Brasil de Fato. A filosofia da Anca é incentivar todas as iniciativas pela democratização dos meios de comunicação. Por isso, estabeleceu, sim, uma parceria com o **Jornal Brasil**. A Anca apóia e ajuda também a divulgar esse instrumento de comunicação.

Quero frisar também que esses recursos são privados, estão dentro das metas da Anca, estiveram e espero continuem, havendo metas para publicações, para divulgar, para ampliar esta comunicação junto aos trabalhadores rurais.

É muito importante também que visto tratar-se de recursos, quando se trata de recursos de uma entidade, de uma empresa, seja qual for que alguém os movimenta tenha responsabilidade e sempre procuramos ter o maior zelo com o recurso público e com o recurso privado, é uma responsabilidade que sempre tivemos.

Tenho percebido nas matérias que têm sido publicadas insinuações até quanto ao patrimônio. Gostaria de deixar para todos que, hoje, o patrimônio da minha família, sou casado e tenho uma filha, é constituído de um veículo monza, ano 1991, placa PFT 1141. Anualmente declaro o meu Imposto de Renda e por isso até hoje não tive nenhum problema com o fisco. Também nunca respondi a nenhum processo judicial e também não respondi a nenhum processo por desvio de recursos públicos. Sempre vivi, sempre sobrevivi com a renda do meu trabalho, digno e honesto e com a renda da minha família.

Gostaria ainda, para já ir finalizando, ontem, durante apresentação do Secretário-Geral atual Pedro Cristófoli sobre os prêmios que ao longo dos anos a Anca recebeu. Gostaria de dizer que esses prêmios foram e serão importantes mas quero considerar um prêmio muito maior do que os prêmios da Unicef e Itaú. Durante os trabalhos de capacitação, de alfabetização de jovens e adultos ocorridos entre 2003 e 2004 foram alfabetizados aproximadamente 29 mil jovens e adultos e o prêmio que a Anca recebeu foi de aproximadamente 15 mil cartas de jovens e adultos, num gesto de agradecimento, por poderem, a partir de então, ter

acesso a mais informações, escrever e se comunicar melhor com a sociedade. É um gesto simples da parte deles, mas que os torna pessoas dignas de viver nesta sociedade.

Se formos também falar dos méritos, não considero todas as atividades desenvolvidas como sendo o maior mérito da Anca. O maior mérito da Associação Nacional de Cooperação Agrícola está no recuperar a dignidade dessas pessoas. O maior mérito está no resgate da cidadania dessas pessoas, desses trabalhadores excluídos por nossa sociedade, de vê-los hoje como verdadeiros cidadãos brasileiros. Quero dizer para os que presidem hoje a Anca, a sua diretoria, levar isso como maior mérito dos trabalhos.

E, para encerrar, quero mais uma vez agradecer a oportunidade de poder estar aqui, agradecer a todos da Comissão e a outras pessoas que estão presentes, que vem num gesto apoiar os nossos trabalhos já desenvolvidos e os que serão sempre desenvolvidos em prol dos excluídos da nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Agradecemos a sua exposição. Vamos iniciar as indagações. O relator Deputado João Alfredo abre mão da sua inquirição inicial, e vamos poderemos proceder ao chamamento dos Deputados e Senadores inscritos.

Primeiramente o Deputado Abelardo Lupion. Gostaria, antes, de prestar uma informação, para fazer justiça ao Assessor Filipe. Foi questionado aqui sobre a hipótese de vazamento de informação. Esse documento foi utilizado por vários Parlamentares durante a reunião na qual não compareceram os depoentes. Este documento foi utilizado, distribuído à imprensa, divulgado pela imprensa. Portanto, o requerimento proposto aqui pelo Senador Sibá Machado já tem o necessário e devido esclarecimento. O que gostaria é de isentar o Assessor Felipe de qualquer responsabilidade pelo vazamento dessas informações, até em nome do seu profissionalismo, da sua competência e da eficiência com que procura desenvolver os seus trabalhos nesta Comissão.

Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Prestar esclarecimentos para esta Comissão? Estou correto? É isso? O senhor se colocou como voluntário para vir prestar declarações a esta Comissão.

O SR. (Orador não identificado) – Pela ordem, é importante que o Presidente esclareça que até fiz esta pergunta. É bom V. Exª esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vou esclarecer. Houve uma convocação, em que o convocado era o Secretário Executivo da Anca. E por um descuido da Assessoria não se fixou o nome. Encaminhamos a ele a convocação, para aquela reunião. A alegação foi que a comunicação havia chegado um pouco tarde e não houve a possibilidade do comparecimento. Naquela reunião em que não houve o comparecimento dos depoentes, eu pessoalmente formulei um requerimento, que não foi deliberado, mas está presente, portanto, o Sr. José Trevisol para responder as indagações. Ele fez questão de assinar, inclusive, o termo de compromisso como convocado para depor.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. José Trevisol, quando o senhor deixou a direção da Anca?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor está vindo como voluntário para prestar declarações e não responde a uma pergunta que é pública?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Vamos lá então. No verso de diversos cheques sacados na boca do caixa, percebe-se o registro de trocos de alto valor. Por exemplo, no dia 28/03/2003, emitiu-se um cheque de R$44.635,43, que foi utilizado para acabamento de depósitos, e ainda teve um troco de R$26 mil, confirmado pelo telefone, com o Sr. José Trevisol, com a assinatura do gerente no verso do cheque. O senhor confirma isso?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu tenho um cheque aqui no pequeno valor de R$501.953,61, assinado pelo senhor, que foi retirado para a Anca e endossado também pelo senhor. Automaticamente, o senhor emitiu esse cheque e retirou em dinheiro. O cheque de nº 50... e está confirmado também pelo gerente, da conta nº 123.876. O senhor confirma essa informação?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Trevisol, por que há tantos cheques sacados na boca do caixa de valores expressivos, inclusive em contas de convênio? Por que a Anca evita o uso de cheques nominais para pagamento aos prestadores de serviço, preferindo o saque em dinheiro, que é feito por meio de cheques nominais emitidos em favor dos funcionários ou da própria Anca? Essa prática não prejudica o controle contábil e financeiro de alguém que recebe tantas doações e tem o dever de prestar contas a inúmeras pessoas? As empresas contratadas não estranham o pagamento em dinheiro?

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, mas ele já disse que... já explicou na sua intervenção...

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – A justificativa que o senhor deu de que esses saques são efetuados para pagamentos de trabalhadores que não possuem contas bancárias não condiz com a prestação de contas dos convênios firmados com a União, uma vez que a Anca adota a prática de pagar diárias em estabelecimentos que oferecem hospedagem e alimentação. Já constatamos isso dentro das fitas de caixa. Já o transporte dos trabalhadores rurais costuma ser acertado diretamente com empresa dos transportes. Portanto, não haveria nenhuma razão para saques na medida em que os assentados praticamente não recebem dinheiro em espécie nos cursos. Fica claro que a finalidade desses saques é dificultar a fiscalização e rastreamento dos recursos públicos e de doações internacionais recebidas pelo MST por meio de suas entidades filiadas como a Anca e a Concrab.

O senhor poderia informar os cargos ocupados, bem como as funções exercidas na Anca pelos Srs. Orlando Vieira de Araújo, Emerson Rodrigues da Silva e Edmilson José de Pinho?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Por que esses funcionários movimentam valores da ordem de 3,5 milhões, mediante saques na boca do caixa, para a Concrab, entidade com a qual não possuem vínculo empregatício? O senhor autorizava esse tipo de trabalho?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Com relação ao Sr. Edmilson, segundo informações prestadas anualmente pela Anca e pela Concrab ao Ministério do Trabalho, ele nunca trabalhou em nenhuma das duas entidades no período de 1998/2003, época em que mandou quantias milionárias tanto na Anca quanto na Concrab. No entanto, o Sr. Edmilson José de Pinho aparece na página da Sociedade Editorial Brasil de Fato como administrador da sociedade, Departamento de Distribuição. Pergunto: como confiar valores tão expressivos a uma pessoa que não faz parte do quadro da empresa?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – A Anca recebeu recursos federais da ordem de oito milhões, em 2004. Qual é o motivo que leva o Governo Federal a firmar convênios com a Anca de valores tão expressivos?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – A Anca firma convênios para a promoção de cursos de capacitação, curso de formação e alfabetização de jovens e adultos, assistência técnica aos assentados, assistência jurídica aos assentados, entre outros. A Anca ainda sustenta ser detentora de uma alta especialização para a realização dos serviços previstos nos convênios. Sendo assim, então por que repassa os valores recebidos para as associações estaduais, centros de capacitação Canudos, Centro de Capacitação Paulo Freire, bem como outras entidades que compõem a estrutura do MST? Por exemplo, no âmbito do convênio 828003, de 2003, do FNDE e do MEC, foram emitidos cheques que somam R$708.243, para o Centro de Capacitação Paulo Freire, e R$197.347, para o Centro de Capacitação Canudos, ambos pagos pelo Banco do Brasil – Agência 0383, CC n. 14481.09.

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Por que essas entidades não firmam diretamente o convênio com o Governo Federal?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Talvez isso se explique pelo fato de uma boa parte do dinheiro passado pela Anca para as cooperativas estaduais acaba retornando, por meio de depósito, feito pelas entidades estaduais e pelos centros de capacitação em outras, como correntes da Anca que não as de convênios. Ou seja, dinheiro sai de uma conta de convênio e volta para outra conta que não é fiscalizada?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Qual o objetivo dessa operação? Eu não vejo nenhum outro motivo, senão o de dificultar a fiscalização dos recursos públicos recebidos.

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – A Anca contrata pessoas do MST para ministrar cursos ou prestar outro tipo de serviço decorrente de serviço de convênio?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – A prestação de contas do Convênio n. 828003, de 03, firmado entre a Anca e o FNDE, com o objetivo de alfabetizar

jovens e adultos, verificaram-se depósitos em dinheiro nas contas correntes das seguintes Lideranças do MST: Ney Herzocovisck, Maria Isabel Grein, Maria de Jesus dos Santos e Adelar João Piseta. Por que essas pessoas receberam esses valores?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor se recorda se essas despesas estavam previstas no plano de trabalho?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – É comum nos convênios a ocorrência de pagamentos à Liderança do MST?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor conhece a Srª Gisley Siqueira Aknerim? Qual a relação de trabalho entre ela e a Anca? Saberia informar a empresa onde trabalha, bem como a sua experiência profissional e formação?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Explico. Trata-se da Coordenadora do Setor de Saúde do MST, cujo telefone de contato é o da Anca, em Brasília, do número 3225035. Conforme informações colhidas no texto, a precária saúde do MST. Atualmente responde como Procuradora da Anca em Brasília.

Por que os recursos do Convênio 039/2003, do FNDS, foram repassados para a conta da Srª Gisley Aknerim? Transferir os recursos de convênio para outra conta é um procedimento habitual, como fazer saques na "boca" do caixa?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem. S. Exª está perguntando coisas que ele já esclareceu no seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputado Adão Pretto, não cabe a V. Exª orientar o seu colega Parlamentar.

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – É só para esclarecer, Presidente.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – O senhor disse aqui, na sua exposição inicial, que foram glosados os recursos que passaram para a Srª Gisley Siqueira Aknerim. Eu quero saber quando é que os senhores se manifestaram? Antes ou depois de inquiridos quanto à irregularidade pelo órgão de origem?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Nós temos aqui em nosso poder o pagamento desse convênio, bem como essa transferência de conta. Qual foi o desfecho dessa irregularidade praticada no âmbito do convênio?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Explico. Ocorreu uma tomada de contas especial, ficando a Anca obrigada a devolver mais de R$20 mil. Há outros pagamentos, depósitos, cheques ou transferências de recursos para a Srª Gisley ou para outro membro do MST?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Há um cheque nominal, nº850030, à Srª Gisley Siqueira Aknerim, no valor de R$5.494,01, de 2/07/2003, do Banco do Brasil, Agência 1531, Conta 2326-4, que também foi para a Srª Gisley. Portanto, fora da explicação que o senhor deu quanto aos recursos transferidos para a conta da Srª Gisley. Que espécie de vínculo existe entre a Anca e a Gráfica Editora Peres? Ela sempre tem os melhores preços e serviços?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – A Editora Peres recebeu, através de cheques nominais e até para um dos seus sócios, o valor de R$133.790, só no período de 05 a 12, de 2003, com os devidos volumes dos cheques. Em virtude do grande volume de recursos repassados para a Editora Peres em um curto espaço de tempo, cerca de seis meses, e considerando ainda os diversos indícios de irregularidades verificados nos convênios firmados entre a União e a Anca, quero apresentar aqui requerimento para a quebra dos sigilos bancário e fiscal da Gráfica e Editora Peres, o que permitirá verificar a ocorrência de transferências irregulares e desvio de dinheiro público.

Sr. Trevisol, qual foi a finalidade para a viagem a Cuba, conforme consta do cheque para Cubana de Aviación. Quem viajou?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu tenho aqui um espelho do FNDE, do Ministério da Educação, do MEC, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, uma auditoria interna da Divisão de Auditoria de Programas; e o relatório da auditoria é nº 105/04. O convênio é nº 828003, de 2003, no valor de R$3.424.608,00, em vigência de 03.06.2003 a 28.01.2004, Processo nº 2340000086, de 2003, 01 – Programa Brasil Alfabetizado.

Nessa auditoria interna, diz aqui no item 5.1 que não foram realizados procedimentos licitatórios para a contratação das entidades que ministram os cursos nos 23 estados em que ocorreu a alfabetização. Porém, com a edição da Instrução Normativa nº 3, de 25.09.2003, que alterou a redação do art. 27, a Anca, ainda que entidade privada, sujeita-se, quando da execução de despesas com recursos transferidos, à disposição da Lei nº 8.666, aprovada por este Congresso em 21 de junho de 1993, especialmente em relação à licitação do contrato.

O senhor tem conhecimento desse convênio.

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, isso é extremamente grave, porque, se existe uma lei, a 8.666, feita por este Congresso, segundo a qual, para serem repassados os recursos públicos, é preciso licitação com a transparência necessária, é inadmissível que qualquer órgão, mesmo o FNDE, aceite qualquer tipo de prestação de contas dessa maneira.

Portanto eu gostaria que fosse ouvido o Ministério da Educação a respeito desse convênio, porque se trata de R$3.424.608,00, com recursos públicos que foram repassados à Anca, e não foi feita a licitação para repasse às entidades estaduais.

Portanto eu pediria que V. Exª, como Presidente, determinasse uma explicação do Ministério da Educação, através do FNDE, para que se posicione quanto à liberação desse convênio.

O senhor teve a oportunidade de aqui fazer a sua defesa, veio para cá para não ser convocado, já que, obviamente, nós o faríamos. Embora comparecesse, o senhor não respondeu a pergunta alguma, não deu explicação alguma. O senhor teve um comportamento extremamente, digamos, aético para quem veio aqui como voluntário. O senhor veio apenas cumprir tabela, porque sabia que viria com força policial caso se negasse a vir.

Portanto lamento muito e fico extremamente preocupado com o que vai acontecer com os três rapazes que o senhor fez de "laranjas", fazendo com que tirassem volumes altíssimos de recursos públicos em seus próprios nomes.

Esconder-se atrás de uma entidade, creio que a Justiça brasileira não vai considerar isso legal.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu estou falando e gostaria que V. Exª me garantisse a palavra.

Nesse ponto, encerro a minha inquirição, sabendo que, numa próxima instância, o senhor terá que declarar à Justiça o que fez com tanto dinheiro público aplicado ilicitamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Pela ordem a Deputada Luci Choinacki.

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, primeiro para dizer que o companheiro José Trevisol explicou a origem e veio porque ele quis vir. E a acusação que foi feita há pouco, dizendo que, se precisasse força policial, não precisa, porque ele não é bandido, não vai se esconder e veio presente a essa Comissão para prestar contas. Então, as insinuações, no mínimo, são levianas e irresponsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Como é de costume, não há questão de ordem a ser resolvida.

Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – É, Sr. Presidente, essa é a democracia. É uma coisa fantástica. Acho que não existe coisa melhor no mundo do que a democracia.

Sr. Presidente, vou me ater especialmente ao caso da previdência privada. Vamos aos fatos.

Segundo os dados bancários da ANCA, no dia 13 de janeiro, verificou-se o pagamento de R$400 mil reais, na agência 0236-8, na conta corrente nº 67.440-0, referentes a dois planos de previdência privada do tipo VGBL – não sei o que quer dizer – no valor preciso, cada um, de R$200 mil reais. Em nome de quem? Do Sr. José Trevisol e da Srª Selma Aparecida dos Santos. Quem são eles? Um é Secretário Executivo e a outra é tesoureira da Anca, respectivamente.

Gostaria de salientar que o Estatuto Social da Anca, primeiro, impede que dirigentes sejam remunerados – isso está lá escrito. Segundo esclarecimentos prestados pelo atual Secretário Executivo da Anca, a operação teve como objetivo, veja V. Exª, alcançar uma maior rentabilidade financeira. Por isso que até pedi que a gente convide o gerente do Banco, porque esse gerente é um picareta, ele enganou, ele iludiu, ele ludibriou a boa-fé do Sr. Trevisol. O objetivo dessa operação, na verdade, era obter incentivos fiscais, a partir de informações, no meu modo de ver, fraudulentas, ou era sonegação fiscal, Sr. Trevisol?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Mas, se esse objetivo era obter uma maior rentabi-

lidade, como foi afirmado pelo senhor, porque então foram realizados dois planos de previdência e porque não somente um?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Essa atitude do senhor em fazer uma previdência de R$200 mil reais para o senhor e a sua tesoureira consta em livro de ata da instituição?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Ainda insistindo nessa questão, Sr. Presidente, se esse objetivo era o de alcançar uma maior rentabilidade para a Associação, a ANCA, porque colocar a mãe da Srª Selma como beneficiária do plano?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – O senhor poderia nos informar se a ANCA possui outros planos de previdência privada para os seus dirigentes, além do mencionado valor de R$400 mil reais? Os outros possuem?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Em virtude desse direito, evidentemente, o senhor não vai informar o salário da Srª Selma e se ela era voluntária ou não?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Gostaria de informar a esta Comissão que a Srª Selma, de acordo com o RAIS, também não está informada pela ANCA.

Sr. Presidente, veja que coisa interessante: no dia 9 de janeiro, De Rubem e Elizabeth, que é uma ONG do Reino Unido, através da conta corrente nº 10551-0, do Bradesco, recebeu U$233.550 dólares. No dia 10/11, essa mesma conta se transformou em R$768 mil reais. E no dia 13/01, foi feita, dentro desses valores, essa previdência privada polpuda, gorda, para dois dirigentes da ANCA, de R$400 mil reais, R$200 mil reais cada um.

Agora o que eu queria saber é como esse dinheiro voltou. Ele afirmou aqui que o dinheiro voltou. Não basta só afirmar, ele tem que provar. E estamos falando em dinheiro, mesmo que seja privado. É uma pergunta que eu ia encerrar com ela, mas eu gostaria que ele me adiantasse. As entidades estrangeiras que têm participado deste investimento na Anca sabem desse tipo de operação realizada pela Anca?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direto constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – O Deputado Abelardo Lupion solicitou a relação entre a Anca e a Editora Peres. Quero saber sobre a Brasil de Fato. Qual a relação da Anca com a Sociedade Editorial Brasil de Fato.

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direto constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Mas o que explica então a Anca ser proprietária do domínio brasildefato.com.br na Internet, registrado na Fapesp?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direto constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Quase concluindo, Sr. Presidente, o Sr. Edmilson José de Pinho aparece na página da Sociedade Editorial Brasil de Fato como um administrador da sociedade, departamento de distribuição. E isso explica o fato de ele sacar cheques de alto valor para a Anca e para a Concrab, sem ser um funcionário registrado, Sr. Trevisol, justifica?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direto constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Ou isso tudo comprova o fato de todas essas entidades serem na verdade uma só, ou seja, MST?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direto constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Sr. Trevisol, quando o senhor começou a falar eu sinceramente acreditei que nós íamos ter alguma coisa aqui producente. O senhor falou do orgulho da entidade. Mas quero dizer ao senhor que o maior orgulho da entidade seria dizer para todos nós aqui que a instituição recebeu o dinheiro, aplicou e alfabetizou, não só o número que o senhor falou, mas muito mais, porque se o dinheiro não tivesse tido uma demonstração até agora não comprovada, portanto duvidosa, certamente o número que o senhor disse aqui seria triplicado ou até mais. Portanto, o orgulho que a Anca deveria ter era vir a público e dizer como usou o dinheiro, seja público ou privado, onde, como e quando. Aí sim o senhor e toda a sua entidade seria motivo de orgulho para todos nós que defendemos também essa reforma agrária. No entanto, Sr. Presidente, é mais uma solicitação.

Para concluir, eu queria dizer mais uma vez que gostaria muito que mesmo que tenhamos embates aqui na hora de fazer os requerimentos, mas não adianta trazer ninguém para cá que não seja verdadeiramente o convocado coercitivamente, que a lei assim permite,

para que possa esclarecer. Se não esclarecer, a lei é bem clara: a pena pode ser aplicada pelo juiz. É o que diz o Código Penal, que é V. Exª, até mesmo em recolher à cadeia para que seja esclarecido melhor um assunto que envolve tanto dinheiro. Deve ser porque o Brasil está muito rico e esse dinheiro certamente não está sendo utilizado de uma maneira muito adequada, e o Brasil tem dinheiro sobrando, pode esbanjar esses recursos que tem recebido para uma coisa tão séria como a alfabetização.

Fico por aqui, mas vou insistir na tecla de que os que venham depor venham, mas fora desse direito constitucional. Ele venha aqui e diga verdadeiramente aonde foi o dinheiro, como foi aplicado, que ele não precisa de uma previdência de R$200 mil, que não pode beneficiar a mãe da sua tesoureira, aí verdadeiramente teríamos fatos esclarecidos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Só para esclarecer ao Deputado Alberto Fraga, o depoente José Trevisol está na condição de convocado, ele assinou termo de compromisso, sujeitando-se a todas as disposições legais, inclusive do art. 203 do Código de Processo Penal, porque realmente ele havia sido convocado anteriormente.

Vamos dar prosseguimento, antes, despachando os requerimentos apresentados pelo Deputado Abelardo Lupion e também pelo Deputado Alberto Fraga, nós submeteremos à deliberação na próxima quarta-feira, quando teremos uma reunião administrativa com esse objetivo.

Prosseguindo, o próximo inscrito é o Deputado José Geraldo, que não está presente. Deputado Jamil Murad com a palavra.

O SR. JAMIL MURAD (PcdoB – SP) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria cumprimentar o Sr. José Trevisol pela sua postura de dignidade, prestando conta a esta CPI, prestando conta a este Poder e prestando conta à sociedade. Quem não deve não teme, e V. Sª apresentou com essa dignidade que caracteriza o setor que V. Sª representa, apresentou aqui de maneira firme, clara, didática para que a sociedade se esclareça e para que tome conhecimento da injustiça e que se torna uma verdadeira perseguição e não é nova. No mundo dos injustos, os justos são perseguidos, e é isso que está acontecendo. Então eu queria cumprimentá-lo.

Acho que estão procurando desacreditar a luta pela reforma agrária, querem desacreditar instituições que apóiam a reforma agrária, querem criar obstáculos para financiamentos necessários – são 400 mil famílias assentadas –, e o Sr. Pedro Christofoli, que é o atual dirigente da Anca, disse que os recursos entraram para a capacitação técnica de pessoal da agricultura familiar, recebeu o prêmio do Unicef e do Banco Itaú. Será que o Banco Itaú, será que o Unicef são "laranjas", como querem certos Deputados do *bang-bang*, certos Deputados que representam a violência contra aqueles que necessitam de terra para plantar, colher e ter uma vida digna? Será que essas entidades e tantas outras seriam otárias de fazer investimento, doações? Inclusive elas cobram relatórios de como foi aplicado o dinheiro, elas verificam como foi aplicado dinheiro, não é só o papel do relatório, não. O Sr. Pedro Christofoli ontem descreveu 3.900 educadores que já passaram pelos cursos e estão espalhados pelo Brasil, ensinando dignidade, que é possível neste País ter justiça, ter dignidade, ter desenvolvimento. 160 mil estudantes, entre jovens e adultos, que ao invés de estarem desesperados, hoje são pessoas esperançosas nos assentamentos, criando a sua própria vida e o seu próprio futuro, desde a educação infantil.

Acho que o que irrita é quando tem aquele "sem-terrinha" que vem com alegria, sem dinheiro, sem nada, muitas vezes não podendo tomar um sorvete, mas tem aquela vontade de viver aprendendo porque o ser humano é inteligente, ele nasce com a inteligência. Se ele tiver os meios para desenvolver essa inteligência, ele pode passar a perna em filhos de muitos grã-finos por aí, de muitos milionários, é só ter oportunidade do seu desenvolvimento. E essa educação, o funcionamento da Anca, o financiamento de educação propriamente dita e dos meios de sobrevivência digna, isso leva seres humanos, cada vez numa quantidade maior, a se desenvolverem. E vai competir com eles! Eles têm receio disso, da pilantragem, do escárnio sobre o povo pobre começar a perder terreno, a desaparecer.

Por exemplo, eu estive na Unicamp no período de julho, nas férias, vendo lutadores de assentamentos e mesmo de acampamentos fazendo um curso de uma semana. Olha, aqueles filhos de trabalhadores que nunca tiveram nada na vida poder freqüentar uma Unicamp nem que seja por uma semana, Universidade de Campinas, Universidade de alto nível, para aprender a ter essa oportunidade. E, aí, eles se assustam com a Anca, viram inimigos da Anca, querem destruir a Anca, a Concrab, e não só as entidades, não, se eles puderem, eles destroem, como já têm mostrado ao longo do tempo, destroem seres humanos, pessoas conscientes, como foi o caso da Irmã Dorothy, quase 80 anos de idade, não tem piedade não, é bala. A bala também tem representantes aqui dentro, o que ajuda, às vezes, a encobrir os crimes do latifúndio, ajuda a acobertar, como foi o caso, antes do Coronel Copete vir aqui, do Sr. Tarcísio Barbosa de Souza, Diretor da Federação da Agricultura do Paraná. Veja bem, é um homem economicamente bem situado, representando

a classe de produtores, não ofendendo todos os produtores, a maior parte dos produtores são pessoas de bem, no entanto, muitas vezes aqueles que os representam não merecem a representação de pessoas que desejam também viver e produzir.

O Sr. Marcos Menezes, Presidente da UDR do Paraná, o Sr. Francisco Gomes, dono da Fazenda Santa Filomena, foram lá, ficaram das 10 da manhã até 10h50min, instruindo e dando apoio moral, e sabe lá que outro tipo de compromisso ao Sr. Coronel Copete, antes de ele vir depor nesta CPI. Fora os que estão foragidos, aqueles que lutam e que colocam o dedo em riste contra V. Exª, muitas vezes, não faz nenhum esforço, mesmo representando a sociedade aqui, neste Parlamento, não faz esforço para colocar esses que estão foragidos da justiça, foragidos também desta CPI porque não têm coragem, têm a covardia de atuar na sombra, na proteção do poder econômico, mas não têm coragem de vir aqui como V. Sª veio.

Por isso, queremos parabenizá-lo. Não sou a favor de qualquer CPI, mas esta é uma prova de que há uma metralhadora entregue na mão dos inimigos da reforma agrária, para atirar naqueles que já vêm pagando com a vida ao longo dos anos. A CPI deveria ser um órgão isento, ético, mas não é, ela sempre se divide em dois blocos. E, aqui, tem o bloco do latifúndio, do bangue-bangue, daquele bloco que quer segurar o latifúndio à custa da vida, do sangue daqueles que desejam justiça, que desejam meios de sobrevivência.

Por isso, quero parabenizá-lo. Ao longo dos anos, marchei com o MST, lá, no Estado de São Paulo, em todas aquelas caminhadas. Ajudei em acampamentos, às vezes, íamos ao Palácio dos Bandeirantes. Numa ocasião, era o Governador Fleury, na outra, o Governador Mário Covas, e lá, muitas vezes, éramos atendidos com respeito, não é como estamos vendo aqui, porque eram pessoas que tinham informações corretas da dignidade daqueles que lutam pela reforma agrária. Não é visto aqui como certos parlamentares que os colocam no banco dos réus, quando certos foragidos da Justiça, que, muitas vezes, têm a proteção, como acabei de escrever, de representantes de entidades de produtores rurais. Às vezes, ajudam a proteger para eles não virem aqui.

Por isso, queremos, mais uma vez, declarar que V. Sª representou com dignidade todos aqueles brasileiros que querem um Brasil de justiça, de liberdade, um Brasil de progresso para todos.

A reforma agrária já foi feita nos Estados Unidos, já foi feita no Japão, já foi feita na Europa, mas aqui há uma parcela retrógrada, uma parcela conservadora que não admite reforma agrária, que não admite o progresso.

Não persigo o produtor rural, aquele que não tem crime, aquele que merece respeito. E aqui no Congresso os ajudaremos quando eles tiverem dificuldades, não é?

V. Sª apresentou conta. Todos sabem que trabalhar no campo é difícil, não é fácil, precisa do apoio do poder público, precisa de financiamento.

A Anca e a Concrab receberam R$15 milhões, isso em quinze anos. Outras cooperativas, em cinco anos, receberam R$150 milhões. Agora, estão levantando, tratores foram para as ruas, que vão precisar do apoio do poder público. Vamos analisar. Não podemos penalizar a economia do nosso País e penalizar o povo brasileiro. Nesse Congresso vamos analisar, se tiver proposta correta, concreta, eu apóio a agricultura familiar, apóio aqueles que lutam pela reforma agrária, mas não persigo – e nem posso perseguir – aqueles que, trabalhando de sol a sol, estão necessitando, muitas vezes para enfrentar o fruto da seca, estão precisando também do Banco do Brasil, de uma instituição financeira nacional.

Mas o que vemos aqui é escárnio. Às vezes, até Deputado que nunca elogiou a democracia tem elogiado a democracia. Muitas vezes, serviu a regimes autoritários, mas agora vira propagandista e marqueteiro da democracia, isso para encobrir, muitas vezes, essa vontade de trucidar todos aqueles que lutam pela reforma agrária.

Mas a reforma agrária jamais morrerá. Podem perseguir, mas não podem matar. Sei que eles matam, mas jamais matarão a reforma agrária porque ela é uma necessidade social, ela não pode ser sepultada, ela sempre sobreviverá.

Nós passaremos, como passou um companheiro meu, chamado Paulo Fonteles, que era advogado da CPT, foi Deputado Estadual do PcdoB lá no Pará e ele estava num posto de gasolina enchendo um tanque e cochilou, quando ele acordou morreu sentado, fuzilado e ficou provado que era a mão do latifúndio, não é?

Então, é isso! Não temos ilusão.

Queria parabenizar a todos que fizeram depoimento hoje na sua pessoa, porque precisa ter coragem, firmeza, convicção. Não temos armas nem queremos armas. Queremos inclusive votar para proibir a venda de armas. Tem Deputado aqui que defende o latifúndio e que quer que seja livremente comercializada a arma. Nós, não! E o movimento nunca mandou retrucar os assassinatos dos quais somos vítimas, porque queremos a aplicação da lei, que os órgãos públicos funcionem para punir também os poderosos e não deixá-los impune, como corre hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Senador Álvaro Dias, Sr. Relator, Deputado João Alfredo, Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, Sr. Depoente, serei muito breve.

Sr. José Trevisol, ouvi atentamente seu depoimento. Quero dizer que fiquei bastante impressionado com a firmeza das suas declarações. Diferentemente dos três depoentes anteriores, que são pessoas humildes, pensei que, em razão de sua formação, nós teríamos respostas convincentes nos questionamentos feitos pelos membros da CPMI. Vou ser bastante breve, repito. Vou fazer uma ou duas perguntas.

A primeira pergunta é sobre sua idade. Quantos anos tem?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Eu me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, venho dizendo aos companheiros que, lamentavelmente, o Parlamento nacional não pode se prestar... Permanecer em silêncio é um direito constitucional que os depoentes têm. Mas os Parlamentares não podem se prestar a este papel, ou seja, virmos a uma CPMI e ficarmos por aqui por dois dias já sabendo as respostas que os depoentes vão dar, já orientados, como a legislação permite, pelos seus advogados.

Eu não vou fazer-lhe nenhuma pergunta, porque já sei a resposta. Nem a sua idade o depoente quer dizer.

Assim, eu quero só fazer um registro para constar nos Anais da CPMI. Eu ia fazer a pergunta, mas não vou fazer mais. Vou fazer o registro. Parece-me que não consta nos estatutos da Anca como sendo finalidade dela a prestação de serviços jurídicos. Chega-me aqui, como fonte do Siafi, o crescimento dos convênios entre a Anca e o Incra para prestação de assistência jurídica, no ano de 2002, de R$200 mil; no ano de 2003, de R$300; no ano de 2004, de R$1,210 milhão. Ou seja, esses convênios é que permitem o número de advogados que estamos encontrando aqui. Eles se comportam, algumas vezes, esboçando sorrisos para os membros da CPMI e orientando seus clientes para que se mantenham em silêncio, de acordo com o direito constitucional que a lei lhes assegura.

Era esse o registro que queria fazer. Lamentavelmente, quero dizer a V. S, Sr. José Trevisol, que eu me enganei, em razão da firmeza do seu depoimento. Sei que tem formação cultural e intelectual para prestar esclarecimentos, já que, como colocou aqui, não há nada para ser escondido. Quero dizer-lhe que a reunião da CPMI em que houve a votação da quebra do sigilo bancário da Anca foi tumultuada, apaixonada, e não deve ter paixão. Votei a favor da quebra do sigilo da Anca e, em seguida, foi colocada em votação a quebra do sigilo bancário da UDR, onde votei a favor também, porque acho que se não há o que esconder aqui também não deve ter o que esconder lá. Então, votei a favor das duas, tanto da Anca quanto da UDR. Então, lamento que o Senhor se mantenha no direito constitucional de se manter em silêncio. Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado ao Senador Flexa Ribeiro. Apenas, em respeito ao nosso Senador Flexa Ribeiro, dizer que a lei não é verdadeiramente generosa ao depoente ao possibilitar essa prerrogativa de se manter em silêncio, porque ela impõe também a conseqüência, e fizemos questão de alertar para o fato. O Código de Processo Penal impõe conseqüências àqueles que se mantêm em silêncio. Portanto, de qualquer forma, em defesa até dos legisladores, essa observação, porque, é evidente, mesmo o depoente não respondendo às indagações, tem finalidade a presença dele aqui. Certamente, isso não será ignorado no momento de uma avaliação de todos os fatos aqui colocados. Muito obrigado ao Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Deputado Adão Pretto.

O SR. ADÃO PRETTO (PT- RS) – Sr. Presidente, prezados Colegas. Queria dizer e reafirmar que o companheiro Trevisol praticamente respondeu a todas as perguntas no seu depoimento inicial. Foi uma interrogativa somente para tentar causar constrangimento, mas ele, amparado pelo Regimento e pela Constituição, teve esse direito, até por que já tinha falado tudo que foi perguntado aqui. Quero parabenizar o companheiro Trevisol e dizer que você, como nós, está do outro lado daquele Brasil que se divide no mínimo em dois, quando, vergonhosamente para nós, brasileiros, está sendo publicado hoje, no mundo inteiro, que o Brasil, tão rico, tão poderoso, está em segundo lugar na distribuição de renda, onde 1% dos brasileiros dos brasileiros detém 50% da riqueza do país. Isso que é vergonhoso! Meu companheiro Trevisol, você trouxe um depoimento com tanta segurança, com tanta tranqüilidade, que a sua fala e a sua fisionomia demonstram a seriedade e a honestidade com que zela pelo dinheiro público, não como muitos que inclusive depuseram aqui, como é o caso do Laudélio, que negou que tinha dois apartamentos no Espírito Santo e que é acusado pelo Ministério Público de ter desviado 150 milhões de reais. Esse cidadão esteve sentado nessa cadeira e não ficou constrangido em negar que tinha dois apartamentos. Disse que não tinha, sendo que a acusação, não do PT, não da Concrab, mas do Ministério Público, que ele desviou da Sudam 150 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Só para esclarecimento. São 150 milhões ou 150 mil reais?

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Aqui está escrito 150 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Estou achando uma soma... para uma cidadão só... Para sacar esse empréstimo de 150 milhões...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – E digo mais. Trevisol, você, como nós, representamos aquela camada de brasileiros que trabalha e que constrói a riqueza deste país. Até foi insinuado aqui, em outras intervenções, que a agricultura familiar deve acabar, porque trabalhando de empregado dá mais do que plantar. Ganha mais. É uma questão muito errônea quando se afirma isso e a riqueza desse pessoal não sei como se constrói, a não ser através de negócios inexplicáveis.

Aqui tem uma pesquisa que não foi feita pela Anca, não foi feita pela Concrab e nem pelo MST. E nem pelo PT, é feita pela Universidade de São Paulo, a USP, será que alguém tem dúvida dessa universidade? Da sua honestidade? Pois ela fez uma pesquisa sobre a produtividade dos grandes e dos pequenos e aqui diz o seguinte:

"Produção de feijão, 74% é da propriedade familiar e a grande propriedade produz apenas 5%; produção de mandioca, 92% da pequena propriedade e a grande, zero; milho, 55% na pequena propriedade e na grande propriedade, 10%; tomate, na pequena propriedade, 76% e na grande, apenas 5%."

A fonte é a Universidade de São Paulo – USP:

"Trigo, 62% na pequena propriedade e na grande, 4%; uva, 97% na pequena propriedade e na grande, zero; banana, 85% na pequena propriedade e na grande, 18%; arroz, 39% na pequena e 18% na grande; batata, 74% na pequena e 5% na grande.

Produto para exportação: algodão, 55% na pequena e 15% na grande; cacau, 75% da pequena propriedade e 1% na grande; Café, 70% na pequena propriedade e 2% na grande; laranja, 515 na pequena e 11% na grande."

E assim segue uma lista ainda maior.

Falo isso, Trevisol, para deixar a sociedade refletir de onde sai o enriquecimento da pessoa, de onde eles enriquecem? E o que fazem com a grande propriedade sendo que a pequena tem esses dados aqui?

Para finalizar, não é um levantamento feito pela Anca nem pelo MST nem pelo PT; foi feito pela Universidade de São Paulo, a USP.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra Luci Choinacki.

O SR. (Orador não identificado) – De quantos hectares acima? Ele deu a fonte, eu só queria saber por uma curiosidade. De quantos hectares acima as...

O SR. ADÃO PRETTO (PT – RS) – Eu terminei a minha palavra, não vou lhe dar aparte agora.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Deputada Luci Choinacki

A SRA LUCI CHOINACKI (PT – SC) – Sr. Presidente, o respeito com o companheiro Adão Pretto é muito importante, porque ele é um lutador, não é alguém que surgiu do berço de ouro, por isso eu o defendo. E dizer ao companheiro José Trevisol que fiquei observando seu semblante, sua forma de falar e sua honestidade, sua forma de sinceridade de vim colocar como foram os convênios, de explicar, isso demonstra o seu compromisso cada vez mais com o povo brasileiro, com a democracia, com a construção das entidades democráticas é muito importante. Está cumprindo um papel extraordinário. Sou catarinense, conheço-te há muitos anos, sou avalista dessa tua honestidade, eu avalizo essa honestidade.

É engraçado. Eles acusam, mas não conseguem, como os do lado de lá que roubam e enriquecem, compram apartamentos em todos os cantos do Brasil, aumentam suas rendas, seus patrimônios e as acusações... Só que eles nunca vão conseguir, porque a honestidade... Usam os recursos, a sua função é cumprida.

Só faço esse registro e quero dizer que não se assuste, porque aqui é assim mesmo, lá fora é a disputa ideológica em defesa dos trabalhadores; aqui dentro também não é diferente, porque eles aqui vêm se representar. É interessante, estamos com uma denúncia... Só para registrar, porque depois essas coisas vão acontecer. Falam tanto da Anca, da Concrab, que receberam 15 milhões. Vejam só! Quinze milhões! Meu Deus! Que assalto aos cofres públicos! Agora está recebendo uma denúncia de que em cinco anos a... recebeu 150 milhões, dados da Previdência Social. E o Tribunal de Contas está investigando as irregularidades, vão ter que explicar todos os convênios. Então não se preocupem porque aqui a disputa é ideológica mesmo, é tentar... os movimentos sociais, as entidades que representam porque quem está falando tentando.... não tem moral nenhuma para fazer isso. Até vou deixar um jornalzinho de Santa Catarina, saiu agora no jornal a notícia mostrando a produtividade dos assentamentos em Santa Catarina e das cooperativas, dos assentamentos, onde acompanhei, há vinte anos atrás, para conseguir recursos públicos era com mobilização, com pressão, porque o dinheiro era todo para o lado de lá, e hoje com pouco recurso o pessoal está realizando, está produzindo, as crianças estão nas escolas. E uma

coisa que me deixa muito feliz e acho que vai ser uma aula para vários prefeitos é que esquecem a educação infantil. Os assentamentos que tratam a educação infantil, através das cirandas, cumprindo a Constituição, e mostrando que valorizar a criança é preparar o futuro. Vamos esperar o futuro, a criança é hoje construir para a cidadania. Vou deixar contigo esse recorte de jornal, trouxe em especial e vai te orgulhar, tu não estás em Santa Catarina, mas dizer que foram comemorados os 20 anos da história de luta do Movimento Sem Terra, e foi trazida a história, como as cooperativas estão produzindo, a sua produtividade, e a festa que o povo faz porque esse povo não teria se organizado, de escravo para eles ou engraxando sapatos nas ruas vivendo na marginalidade. Através dessa construção da cidadania, hoje são mulheres e homens que pensam, que sonham e que acreditam neste país que pode ter distribuição de renda e começa pela terra sim, porque esse patrimônio ninguém inventou, formas de acúmulos desde as capitanias hereditárias, eles querem manter as capitanias hereditárias, só que somos para o desenvolvimento com inclusão social, desenvolvimento humano e preservação do meio ambiente, combinar não só lucro imediato e a ganância; como dizia Gandhi a natureza dá tudo que um ser humano precisa, e para a continuidade da espécie menos a ganância. Nós que temos que enfrentar uma cultura tão atrasada, tão empobrecida, tão colonizada, tão predatória, sabemos de toda a nossa caminhada, do processo, temos milhares de homens e mulheres em todos os setores que estão somando com esse projeto extraordinário que traz o ser humano com a sua dignidade, valoriza e não têm medo de enfrentar os conflitos que estamos enfrentando. Mas essa é a realidade.

Parabéns, Trevisol, parabéns à entidade de que você cuidou e às pessoas que trabalham e que conhecemos no dia a dia, nos encontros. E os cursos, quando vejo aqueles estudantes pobres, trabalhadores rurais, os olhos brilhando buscando conhecimento.

Vou confessar, para encerrar, que, quando trabalhava na roça, o meu sonho era ser professora. E sonhava porque achava lindo as pessoas terem conhecimento. Mas era a filha mais velha da família, meu pai me buscou para cuidar da minha mãe que estava doente, e não consegui estudar na minha época de estudar. Depois fui, através da Pastoral da Terra, buscar informação, fui aprender, e, através das leituras, buscar a minha cidadania. E hoje digo com toda a convicção, como trabalhadora rural: quem não tem conhecimento não se liberta, e sem conhecimento ninguém luta pela causa. Parabéns pelos cursos de formação, preparação técnica que estão fazendo, porque esses vão ser a verdadeira libertação.

Muito obrigada. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Muito obrigado. Parabéns à Deputada pela vitória de chegar ao Congresso Nacional, vindo de onde veio.

Com a palavra o Deputado Orlando Desconsi, do PT do Rio Grande do Sul.

O SR. ORLANDO DESCONSI (PT – RS) – Sr. Presidente, nobre Relator, João Alfredo, José Trevisol, colegas, Deputados e Senadores, cidadãs e cidadãos que acompanham essa audiência, é bom lembrar que quando a classe trabalhadora, especialmente do meio rural, começou a se organizar, é que começou a conquistar alguma coisa neste País. Lembro-me, como filho de colono, que os homens tinham meio salário mínimo de aposentadoria. Foram à luta, trancando estradas, ocupando pontes, muitos sendo assassinados pela polícia por ordem de governos pouco comprometidos com os avanços sociais. E, os homens do campo conquistaram, em 1988, o direito de um salário mínimo, e as mulheres, que não tinham direito, passaram a ter direito à aposentadoria no meio rural. Isso só ocorreu pela organização dos trabalhadores, pela organização através dos sindicatos, depois dos movimentos sociais, os partidos de esquerda, na clandestinidade, ou depois da constitucionalidade política, do registro político de defender os mais oprimidos. E, hoje, a aposentadoria rural é uma das melhores distribuições de renda que temos em nosso País, é uma valorização da sociedade brasileira, dos homens e mulheres que produzem alimento; alimento que serve para alimentar os brasileiros e muitos que vivem em outros países e que importam alimento nosso. Mas vivemos num país que ainda não conseguiu se libertar o suficiente para entender que um pequeno produtor vivendo no campo, buscando a dignidade, produzindo alimento é muito mais importante do que um grande produtor com cem mil hectares que nunca colocou o pé na terra, mas que tem lá alguns empregados, com mecanização, buscando produzir. Alguns produzem, e a esses até o nosso respeito, mas muitos têm a terra como especulação, não querem que ela sirva para democratização dos meios de produção, para que milhares de brasileiros tenham direito, através da terra, de tirar o sustento da sua família.

Conhecendo o trabalho da Anca, que buscou alfabetizar as pessoas, buscando fazer com que elas tenham o conhecimento, e alfabetizar não é só saber ler e escrever; ler e escrever é uma parte da alfabetização, mas ler o mundo, ler como as coisas acontecem, ter o direito de fazer a sua leitura do mundo, isso incomoda, isso incomoda aos poderosos, isso incomoda àqueles que vêem no pequeno trabalhador uma ameaça, que vêem num pequeno lutador pela reforma agrária um

escravo a menos ou um trabalhador assalariado que se sujeita a qualquer condição, porque a fila de desempregados é grande. Portanto, a luta pelo direito à alfabetização é um direito humano fundamental para a cidadania, a luta pela terra é outro direito fundamental, está na Constituição. Mas neste país é tão difícil, porque você está vendo aqui como é que se portam alguns e de que lado estão; com discursos bonitos, eles estão bem preparados, eles têm muitas oportunidades na vida para se prepararem para defender os interesses daqueles que têm muito, que são poucos na sociedade, mas que são muitos aqui no Parlamento e que têm muito dinheiro para apoiar nas campanhas, também, os parlamentares. Não são os pobres que conseguem apoiar os seus representantes com recursos para melhorar as campanhas.

Quero dizer que a agricultura familiar e a reforma agrária são responsáveis por boa parte da produção de alimentos, sim, e de vida digna no campo e de sobrevivência de muitos municípios. Um município que tem pouco agricultor familiar e pouco assentado e tem meia dúzia de latifúndio é um município que não se desenvolve. Eu sou do Rio Grande do Sul e na metade sul do nosso Estado está a região mais pobre, exatamente por lá ter muitos latifúndios improdutivos, muitos latifúndios que têm medo dos índices de produtividade porque consegue manter a terra como algo intocável, não importando se há milhares de pessoas sem terra, precisando trabalhar.

Eu dou o meu depoimento como Coordenador do Núcleo Agrário da Bancada Federal do PT, de apoio ao companheiro que veio aqui, de livre e espontânea vontade, depor porque não deve e o seu patrimônio é a sua idoneidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Obrigado, Sr. Deputado Orlando Desconsi.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (Sem Partido – DF) – Sr. Presidente, sem querer interromper nada, acho que o Regimento Interno é bem claro no seu art. 148, §1º, que diz o seguinte:

> "Art. 148. .....
> §1º No dia previamente designado, se não houver número para deliberar, a Comissão Parlamentar de Inquérito poderá tomar depoimento das pessoas."

Portanto, nós estamos numa fase de depoimentos. Eu acho que cada um fala o que quer, faz o seu discurso mas nós gostaríamos que ficássemos ao assunto. Se quer fazer o discurso, que faça, então, em cima do Sr. Trevisol, elogiando o trabalho dele, mas falar sobre outras coisas não é o que está previsto. É só dizer que a sessão é para tomar depoimentos, ouvir as testemunhas ou os convocados, assim, de acordo com o art. 148.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Sr. Deputado Alberto Fraga, eu estou, aqui, assumindo a Presidência, por designação do Presidente, Senador Álvaro Dias, e vou indeferir a questão de ordem de V. Exª por uma razão muito simples: até o presente momento – portanto, até agora – na Presidência do Senador Álvaro Dias e não na minha – não houve censura a nenhum Parlamentar que usou o tempo da forma que quis.

Vamos, então, continuar.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Heinze.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Depoente, colegas Parlamentares, o que nós estamos acabando de ouvir do nosso Depoente, o ex-Secretário Executivo da Anca, nos preocupa porque, em nome dos pobres, dos desvalidos, também, pela sua religiosidade que nós vimos, eu acho que se pode tudo. São questões, Sr. Presidente, que, em nome disto, não é preciso prestar contas. Pode-se sacar o cheque na boca do caixa – sem lá... Tantas irregularidades podem ser cometidas.

Sr. Deputado Alberto Fraga, eu gostaria de ver se esse caso que nós estamos analisando tivesse o sentido inverso – o carnaval que os nossos opositores estariam fazendo a respeito deste caso. Então, simplesmente, nós estamos no nosso direito de fazer as avaliações necessárias e, também, inquirir as pessoas que aqui vieram. Parte é dinheiro público, parte é dinheiro privado, mas nós temos que zelar por isto.

Aqui foi comentado e eu quero falar do orgulho que tenho. Eu sou da quinta geração de imigrantes alemães – V. Exª deve ser italiano – e que também vieram da Alemanha para o Rio Grande do Sul em 1873 e sempre trabalharam na terra. E o orgulho que tenho em não ter nascido em berço de ouro e de ter tido oportunidade de, trabalhando, estudando, hoje chegar ao Congresso Nacional e ter alguma coisa como tantas pessoas que cresceram e quero ver – também foi referido e vou responder, Sr. Presidente –, há gente dizendo que tem que acabar com a pequena propriedade. É engano. O que estou falando são dados, e tenho me referido, Sr. José Trevisol, em cima de um trabalho...

Quando a gente vê desvio de recurso, mau emprego de recursos públicos, e até privados, em cima dessas questões da reforma agrária, quando tem mais de cinco milhões de propriedades rurais no Brasil e na grande maioria, de zero a cem hectares, portanto

pequenas propriedades dessas que o Deputado Adão Pretto se referia. E estas propriedades, quase três milhões delas, não têm acesso a nada, não têm acesso a tecnologia, não têm acesso a financiamento, e disse também que um trabalho realizado pela Embrapa e pela Fundação Getúlio Vargas intitulado "Pobreza Rural" mostrou nas diferentes regiões do País a renda que têm essas propriedades. E eu peguei de zero a cem hectares e disse que na Região Norte e na Região Nordeste, o faturamento bruto anual é de R$7 mil e pouco. O faturamento médio bruto real! E que se a gente tomasse por base 10% de lucro nessa atividade, eles teriam R$700 por ano e essas pessoas não têm acesso a nada, absolutamente a nada. Também são excluídos e nós trabalhamos por esta gente. Hoje um empregado meu e tantos outros em granjas pelo País afora ganham isso, 500, 600, 400, 700, ganham esse salário trabalhando nas granjas. Então, eu não quero acabar com a pequena propriedade e só estou fazendo um paralelo que esta gente, esses mais de três milhões de proprietários rurais, pequenos proprietários rurais também têm esse direito e merecem isso e nós lutamos também por todos eles.

A preocupação, Sr. Trevisol, é que desde 95 – aqui estão os dados – foram aplicados em reforma agrária no nosso País, do Governo Fernando Henrique até o Governo Lula até esses dias aproximadamente US$10 bilhões. US$10 bilhões...! Havia época em que o dólar era um para um, então hoje, dá mais de R$30 bilhões que foram aplicados em reforma agrária. E quando é auditada a Anca, quando está sendo auditada a Concrab, convênios, estamos demonstrando a forma como esse dinheiro está sendo utilizado. E o senhor coloca aqui que está tudo certo. Não tem problema nenhum. Pega na boca do caixa, leva o dinheiro para não sei quem. Imagine cada prefeitura, imagine cada entidade que recebe dinheiro público se agir desta forma. Aí nós temos que confiar em todas as pessoas, e a gente viu, confiando, aonde se chega...

Então essa é uma preocupação que nós temos. Se isso aconteceu com R$15 milhões, o que nós estamos vendo nesse momento, imagine com os 10 bilhões que foram aplicados!

Nós ajudamos. Quando se renegociou a dívida agrícola, 99, 2000, 2001, só do Procera foram mais de R$1 bilhão que nós ajudamos a renegociar. Eu estava na Comissão de Agricultura e trabalhamos também por esses, além dos pequenos, dos médios, dos grandes, foi renegociado isso aqui.

Agora imagine, Sr. Presidente, a tal de comissão, a comissão que o MST cobra em cima disso. Quanto deve ter sido arrecadado?!

São hoje, Srª e Srs. Deputados, telespectadores que nos assistem pelo Brasil afora, são mais de setecentas mil famílias assentadas. São mais de vinte milhões de hectares de terra. Imagine a propina não apenas nos financiamentos! Imaginem aquelas comissões que eles têm que dar para o MST! E hoje eu até parabenizo pela organização que a gente vê o MST, Anca, Concrab, **Jornal do Brasil**, enfim, toda a engenharia que montaram em cima disso. Não tem controle nenhuma em cima destas questões. Essa é uma preocupação que temos e aqui nós estamos vendo onde é que as coisas se diluem e como é que as coisas acontecem.

É bom que a sociedade brasileira, que nos assiste neste momento, através da **TV Câmara** e da **TV Senado**, esteja atenta a essas questões; daqueles que dizem proteger os pobres e desvalidos, os descamisados; que está tirando dinheiro, sim, da sociedade brasileira. Falta dinheiro para agricultura, falta dinheiro para educação, falta dinheiro para saneamento e, muitas vezes, aqui estamos vendo e vou fazer as minhas indagações, o treinamento de um curso, que saiu aqui através da Anca, custa mais caro do que um estudante universitário numa universidade de Brasília, para fazer um curso de pós-graduação; que o custo de um treinamento desse que foi falado aqui.

Portanto, essa é uma preocupação que temos e, por isso, fazendo as colocações e aqui rebatendo alguém que falou a respeito do Sescoop, a respeito da OCB, o Sescoop e a OCB dessas cooperativas recolhem uma parte daquilo que geram de riqueza, num fundo e vai para o Sescoop. Então, são as cooperativas que geram a riqueza e é deles que é cobrado uma parte do recurso e vai para o Sescoop. E volta para fazer treinamento, cursos. Isso é dado em todo o Brasil.

Se existem desvios? Claro que existem, e devem ser apurados. Por isso, um tira 150, um tira aqui, mas eles é que geram essa riqueza e é justo que eles também tenham condições de participar do recurso, porque a geração é deles.

Esse é um assunto que faço questão de comentar e falar. Ouço críticas aqui a respeito de trabalho escravo, a respeito de tantas coisas que falam dos produtores rurais e, como disse, Sr. Presidente, nos assistem, hoje, por todo o Brasil, gente que saiu do Rio Grande do Sul e, lá nos anos 50, foi para Santa Catarina, foi para o Paraná e, hoje, estão em todo o Brasil; os catarinenses, os paranaenses, que também, hoje, colonizam todo o Brasil, sabem a dificuldade que é, há 20, 30, 40 anos, entrar pelos sertões do Mato Grosso, entrar pelos sertões de Mato Grosso do Sul, do Tocantins, da Bahia, de Rondônia e de todos os Estados e trazer o progresso desta nação. E serem hoje aqui acusados,

nessa situação, como aqueles que estão fazendo um mal para essa pátria.

O Presidente Lula, hoje, tem se vangloriado dos tais US$ 35 bilhões de superávit da balança comercial deste País. Foi essa gente que produziu. Essa gente que desbravou fronteiras. Deixou as suas querenças e foi pelo Brasil afora fazer a grandeza deste País.

Então, não admito, quando pessoas que vêm aqui falar de trabalho escravo, são outras questões. Não há trabalho escravo. Falar de desmatamento. Desmatamento, Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: essas ONGs que estão ajudando a financiar o MST, a Anca, a Concrab, queria que essas ONGs, que lançam alguns milhões de reais, como vi agora, da Alemanha, mandando para proteger a Mata Atlântica, queria que essas ONGs dissessem aos governos europeus, aos governos americanos, que mandam dinheiro aqui, que eles vão pagar para que o Brasil possa ser, através da Floresta Amazônica, o pulmão do mundo; que a nossa Mata Atlântica é o pulmão do mundo e que esses agricultores que estão trabalhando hoje, produtores – existem safados mesmo, sei que tem –, mas a grande maioria, noventa e tantos por cento é gente séria, que está trabalhando, que não merece o tratamento está lhe sendo dado nesse momento por alguns Parlamentares que estão falando aqui. Portanto, é preciso ter respeito com aqueles que estão fazendo e o engrandecimento deste País, gerando quase 40% dos postos de trabalho. Deles o Presidente se vangloria, mas aqui alguém critica e queima esta gente.

Passarei aos questionamentos do Sr. José Trevisol.

Foi o MST que o indicou para a função de Secretário-Executivo?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – Inúmeros são os artigos e reportagens que classificam a Anca como braço oficial do MST. Qual o papel da Anca na estrutura do MST? Por que o MST criou a Anca? A Anca é a personalidade jurídica do MST?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – Sabe-se que a Anca é a maior recebedora dos recursos destinados ao MST. O próprio *site* do MST faz publicidade de diversos produtos tais como bonés, bandeiras, chaveiros, CDs, vídeos, livros, cartilhas, indicando uma conta-corrente da Anca para o correspondente pagamento – Conta Corrente nº 137.138/0 e Agência nº 136/8, do Bradesco.

Outro exemplo: a Anca repassou ao MST cerca de US$1,3 milhões, provenientes de doações do exterior para a construção da escola Florestan Fernandes, localizada em Guararema – SP. Pergunto como os dirigentes do MST têm acesso a essa conta corrente, como é feito o repasse desses recursos e como se processa o relacionamento financeiro da Anca e do MST.

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – Vejam, Sr. Presidente, colegas Parlamentares e senhores telespectadores, não são apenas 17 milhões, como foi colocado aqui, mas é muito mais do que isso que está em jogo.

A Anca apenas transfere o dinheiro aos dirigentes do MST ou financia gastos dos movimentos e de seus simpatizantes?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – A Anca recebe recursos do exterior? Como é feito o trabalho de captação de recursos a entidades estrangeiras? Há alguém designado para trabalhar nessa função? A Anca tem escritórios no exterior?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – Sr. Presidente, estou falando porque a Anca recebeu de 1998 a 2004 mais de US$ 7,5 milhões de recursos provenientes do exterior. Os principais doares da Anca foram: Christian Aid, Fères des Hommes, Peace Development Fund. Informam que essas entidades estão doando para o MST via Anca.

Como são aplicados os recursos capitados pela Anca? A Anca repassa esses recursos para o MST? Como é feito esse repasse, em espécie, em cheque, entrega de material ou pagamento de despesas.

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – Existe algum tipo de prestação de conta dos recursos repassados para organismos internacionais? Como é feito? Esses organismos fiscalizam a aplicação dos recursos? Eles têm conhecimento de que parte dos recursos recebidos do exterior é utilizada para os planos de pagamento de Previdência Privada para os dirigentes da Anca no valor, por exemplo, de R$ 400 mil?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – A Anca possui quantos funcionários registrados em seu quadro?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – Segundo foi informado ao Ministério do Trabalho, a mé-

dia salarial da Concrab, em 2003, era de R$ 890 mil, enquanto que a da Anca era de R$ 367,00 no mesmo ano. Os funcionários da Anca são menos qualificados do que os funcionários da Concrab? O que explica essa discrepância salarial entre os funcionários das duas entidades?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Me reservo o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – O senhor poderia informar o nível de instrução e o cargo ocupado pela Srª Carmem Cecília de Freitas, que trabalhou na Anca durante o seu período de gestão, de 1997 a 2001?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – O senhor não acha estranho que, além da Srª Carmem, outros funcionários que possuem nível superior também recebessem salários próximos do mínimo, como as Srªs Maria Cássia Cortez, Zildenete Reis e Gisela Marcelino?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – Os funcionários da Anca recebem salário por fora?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, vimos aqui que está havendo uma forma de sonegação previdenciária. Duas importantes peças do grupo MST, no caso, a Anca e a Concrab, não estão contribuindo, no caso específico, com o Ministério do Trabalho, com a Previdência, com o INSS. Diante do número de funcionários e de pessoas que consta, creio que está havendo sonegação.

Por isso, pergunto também ao senhor: a Anca já foi fiscalizada pelo INSS e pelo Ministério do Trabalho? A Anca mantém todos os livros de registros contábeis e de pessoal exigidos em lei?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – Sr. Presidente, diante dos fortes indícios de irregularidades apontadas, vou encaminhar a V. Exª um requerimento para que essa documentação fundamentada desses indícios seja encaminhada ao Ministério do Trabalho e também da Previdência Social para que sejam realizadas rigorosas fiscalizações na Anca.

Estou lhe encaminhando esse requerimento.

O Estatuto Social da Anca impede que seus dirigentes recebam salários. Já que não podem receber salários, como um secretário da Anca paga as suas contas, quais são as suas fontes de renda? O senhor poderia revelar a sua remuneração mensal?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – O senhor faz parte de algum tipo de conselho em editoras, revistas ou jornais ou recebe dinheiro de alguma outra entidade para participar de conselhos, recebe salário de alguma cooperativa ou entidade que presta serviço à Anca?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – A respeito do Secretário-Geral da Anca, Sr. Adalberto Floriano Greco, tenho algumas perguntas a lhe fazer. Descreva, sucintamente, seu conhecimento a respeito dessa pessoa.

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – A Anca tem como uma das principais atividades a prestação de assistência técnica aos assentados. Como vê o fato corriqueiro de cooperativas ligadas ao MST receberem recursos para a prestação de assistência técnica aos assentados, mas não fazê-la, por exemplo, como ocorreu no Projeto Lumiar, conforme denunciado pelos próprios assentados e confirmado pelo Tribunal de Contas da União, Processo TCU 014159/2000/5?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – O que explica o altíssimo custo dos cursos de capacitação promovidos pela Anca mediante convênio com o Governo Federal, como exemplo, os convênios firmados com o Ministério do Trabalho, FAT, cujos valores para cursos de 15 dias ultrapassam R$5 mil por aluno, custo superior ao de cursos de pós-graduação de seis meses de duração ministrados em universidades de Brasília?

O SR. JOSÉ TREVISOL – Reservo-me o direito constitucional de permanecer em silêncio.

O SR. LUIZ CARLOS HEINZE (PP-RS) – Está bem, Sr. Presidente. Lamentamos que sejam essas as colocações do nosso depoente. Mas, certamente, a justiça será feita. O que estamos fazendo, neste momento, não é contra trabalhador, contra produtor, contra movimento social, e, sim, pela moralização desse serviço público brasileiro, desses recursos públicos que são, muitas vezes, aplicados. Vemos movimentos com outras finalidades que não trazer os pobres e desvalidos para a posse da terra, como estamos vendo aqui.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, só pela ordem. O cenário nacional está proibido de receber convênio por corretamente ao Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Sr. Presidente, acho que a exaltação do dia de hoje deve ser relevada. Não pode ser isso uma representação de um trabalho que esta Comissão se propõe a fazer. Eu gostaria que, se fosse possível, nos mantivéssemos, pelo menos nos princípios ideológicos, isso aí eu acho que em qualquer momento eles têm todo o direito de aflorar e, dos números que são apresentados, acho que só outros para contestar. Não vou aqui tirar a idoneidade de qualquer instituto ou pesquisador que apresenta números e estatísticas. Então, os números que me chegaram provêm de um dos cientistas que mais respeito hoje no campo do desenvolvimento, polonês e naturalizado francês, Dr. Ignacy Sachs, que descreve numa palestra proferida no BNDES que cerca de 20, 25 milhões dos maiores produtores agrícolas e detentores dos mais altos níveis tecnológicos, representam hoje a produção de quase 100% de toda a produção agrícola no mundo. E se esse número subir para 50 milhões, então eles fecham praticamente 100%. Em contrapartida, temos três bilhões de pessoas no planeta que vivem na extrema miséria, na absoluta miséria, espalhados nos cinco continentes. A pergunta que se faz então, já que é para falar de ideologia, é quem é o responsável por isso, quem vai assumir essa referência.

Saindo do foco do mundo e vindo para o Brasil, vamos encontrar sempre, em qualquer lugar, que o dinamismo da tecnologia – e vou sempre respeitar isso – vai sempre substituir mão-de-obra, seja no campo ou na cidade; está sempre substituindo mão-de-obra. Ao substituir mão-de-obra, Sr. Presidente, vamos ter filas de desempregados, esse é o preço da modernidade dos processos produtivos.

Outra pergunta que quero fazer é: em nome do chamado progresso do desenvolvimento, quem fica com a melhor parte? Então, é comum vermos qualquer pessoa dizer: "Quero o desenvolvimento em meu local, em minha cidade, em meu Estado", ou coisa parecida. E ninguém se importa, em nenhum momento, de fazer a pergunta de para onde será canalizado o fruto desse trabalho, o fruto dessa riqueza. Acho que aí é o grande contraponto que se faz a esse tema reforma agrária, e a paixão com que eles a cercam. Mas, infelizmente, creio que no mundo inteiro existe uma coisa inerente à natureza humana, que acho que aí até está ligado a um DNA da vida, que é o princípio da propriedade. Eu acho que, do pouco que li sobre a Teoria de Darwin, a Teoria da Seleção Natural, do pouco que pude entender sobre o dinamismo da expansão da vida no planeta, seja da vida humana, seja da flora e da fauna, compreendi que vamos sempre ficar brigando pela posse do território, sempre: uma planta que cresce disputa com a outra, um animal que cresce disputa com o outro, e aí quero entender, que acho que é da natureza humana ficar disputando a propriedade. Se isso for uma verdade, e estou tendente a acreditar que é, este problema não tem solução pacífica, infelizmente. Fica desafiado qualquer Governo, mesmo o Governo do Presidente Lula, a fazer a chamada reforma agrária pacífica e dentro da lei. Porque vamos lutar em qualquer âmbito do setor social, institucional ou não, por esta situação. Daí que quando viemos aqui para tratar se há ou não dúvidas sobre o trabalho da Associação Nacional de Cooperação Agrícola, a Anca, ou da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil, comparando com os outros institutos, nasce aí, em meu entendimento, o primeiro perfil ideológico da disputa da terra, da disputa no campo no Brasil, que é formal, que é o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural e outros são cabíveis dentro da lei, como hoje estamos aqui numa disputa muito forte do novo perfil das organizações sindicais, da reforma sindical. A pergunta que se faz lá é se devemos manter o dispositivo constitucional da unicidade sindical ou da unidade sindical. Na unicidade, teríamos a obrigação de, uma vez criado um instituto sindical, será proibida a criação de um segundo. Isso pode ser levado agora num quadro comparativo para esse setor, que é a organização das cooperativas. Se o MST organiza o público que imediatamente está assentado na terra, no primeiro momento, é lutar para que ele tenha a terra e, num segundo momento, lutar para que, depois de ter a terra, ele se organize na nova fase da disputa da terra, que não é mais agora a da propriedade, é a da organização produtiva.

Sr. Presidente, nós ouvimos aqui em audiência anteriores, no início desta Comissão, um importante relato de um pesquisador cuja idéia eu respeitei – de quem esqueço o nome – que veio em números dizer que seria muito mais viável para a economia nacional que o Governo destinasse um salário mínimo para todas as famílias decretadas como sem-terra no Brasil por oito anos. Seria muito mais barato fazer isso e ela ir morar na cidade do que ficar disputando a terra. Na seqüência, na reunião seguinte, ouvimos um outro cientista – que também respeito, com um trabalho que também respeito – dizer o oposto, que a reforma agrária era viável. O Ministro Miguel Rossetto vem a esta Comissão nos trazendo dados também da pesquisa

da Fipe, Instituto de São Paulo, que, desses 30% que foi dito aqui que o agronegócio brasileiro contribuiu para o PIB brasileiro, 10% eram da reforma agrária, com um somatório de R$156 bilhões na formação do PIB brasileiro.

Portanto, contra números, só outros números. Peço que a TV Senado não diga isso e não publique o que direi aqui para a OMC. A agricultura brasileira, familiar ou empresarial, recebe altos subsídios governamentais para chegar aos números a que chegaram e, se os subsídios não são formais, são informais. Por quê? Porque, no critério da liberação dos créditos da rolagem das dívidas todo anos, nossa Comissão no Senado e na Câmara dos Deputados se depara com a negociação e a repactuação de dívidas do campesinato e também da agricultura patronal, ela é altamente subsidiada. Portanto, ela compete sim com este aporte financeiro de recurso federal para poder competir nas vendas lá fora.

Sempre acho extremamente temerário, Sr. Presidente, a produção nacional vender apenas produtos in natura. Há as condições do preço da soja. Coloca-se produto in natura, estamos à mercê de qualquer vendaval, seja do preço do dólar, seja das condições comerciais. Daí eu querer que retiremos um pouco das nossas exaltações, das nossas convicções ideológicas sobre o campesinato e tentássemos enfatizar sobre o ponto, a dizer que tem sim o MST total direito de organizar a cooperativa que ele bem quiser, porque, na disputa pela terra, inevitavelmente vem o ponto seguinte. Têm direito sim à organização das cooperativas brasileiras, organizar as cooperativas conforme seus pressupostos estatutários, da forma que ela bem quiser, quanto a isso também respeito. O que não podemos aceitar, seja na CPI ou em qualquer lugar do Brasil, Sr. Presidente, é, no afã de uma rejeição exorbitante, a reforma agrária ficar aqui criando casos em que ela não existe.

Encerro dizendo que está de parabéns a organização não ter medo de dizer "sim", o MST, se participa ou não da organização de cooperativas à revelia, não ter medo de jeito nenhum de dizer que luta sim por uma reforma agrária condizente com os interesses de quem dela precisa, que tem direito sim o MST, a Contag, o CPT e todos mais a fazer a pesquisa onde bem quiserem, Sr. Presidente, para dizerem que os números da reforma agrária no Brasil são extremamente viáveis, em contrapartida do que eu estava dizendo aqui. E têm direito constitucional e, principalmente, sobretudo, sobre os direitos humanos, que quanto a isso que estamos denunciando aqui sobre trabalho escravo, em nenhum momento eu me reportei a instituições. Tudo que tenho falado sobre trabalho escravo é sobre pessoas físicas, com os nomes já muito bem citados aqui em todos os requerimentos. Quando falamos de agressão física, do assassinato bárbaro que acontece no Brasil, nós damos nome e o endereço. Portanto, eu estou aqui incriminando instituição nenhuma e muito menos posso aceitar que o MST seja responsabilizado pelo caos e descalabro que é colocado contra a pessoa humana no campesinato e, principalmente, a desassistida, seja pelo instituto jurídico nacional, os tribunais de justiça ou pelo serviço da polícia organizada. Contra isso o país vai se revoltar sempre. O MST e nós da bancada aqui estaremos para dar suporte, se assim for necessário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Com a palavra, o Deputado João Alfredo.

O SR. JOÃO ALFREDO (PT – CE) – Sr. Presidente, senhores deputados que ainda restam nesta nossa sessão, Sr. Deputado Adão Pretto, Srª Deputada Luci, Sr. Senador Sibá Machado, nosso depoente José Trevisol, eu gostaria de ir até o final desta sessão e tecer algumas considerações como relator. Primeiro, dizer que uma parte considerável, não diria tudo, do que foi questionado durante a audiência, já teria sido, como alertou o Deputado Adão Pretto, na fala inicial do nosso depoente. Evidentemente que, para esta relatoria, também quero deixar marcado isso, melhor seria que nós tivéssemos todas as explicações. Mas eu compreendo também, quero pontuar este aspecto, de que há aqueles que já pré-julgaram, que já acusaram essas entidades, evidentemente que pode – e é assegurado – o direito de não responder. Muitos parlamentares que aqui perguntaram aos diversos depoentes de hoje já haviam, anteriormente, dentro desta CPMI e na própria imprensa, julgado e condenado essas entidades. Não vieram aqui para colher propostas, vieram aqui, na verdade, para condenar. Esta relatoria vai trabalhar para continuar levantando esses dados. Tanto é que aquilo que for referente ao dinheiro público que não foi evidentemente e devidamente esclarecido, nós vamos solicitar dos órgãos públicos que possam nos fornecer tais informações para podermos ter o quadro completo e, com critério, podermos ter o nosso juízo de valor ao final desta CPMI com o nosso relatório que já soube hoje, pelo Deputado Alberto Fraga, que já saiu, que não será o único relatório, embora eu seja o relator. Já foi noticiado um tal de relatório paralelo, o relatório alternativo. Então, isso já é anunciado. Quem sabe muito dos funcionários que são tão prestimosos em assessorar a bancada ruralista, já estejam, quem sabe, preparando este relatório. Evidentemente, eu sei que é um direito de qualquer parlamentar, se não concordar com o nosso relatório, apresentar ou emendas ou substitutivo. Agora, é estranho, quero pontuar, que já

se apresente isso antes do relator apresentar para o conjunto do CPMI o seu relatório. Tinha até acertado com o senhor Presidente, em face da prorrogação, nós temos um prazo de um mês para elaboração e apresentação para que todos os parlamentares pudessem ter acesso para emendar, para debater, para discutir e é isso que nós estamos fazendo.

Quero também fazer algumas considerações que julgo importantes, como Parlamentar e cidadão. Aqueles que apresentaram tanta indignação com o suposto desvio público, nunca se indignaram com os desvios da Sudan, com os da Sudene, com o escândalo que foi o processo de privatização das teles aqui no Brasil, que ultrapassou em bilhões e bilhões de dólares. Utilizam números aqui de uma forma impressionante, que a reforma agrária custou isso, que foi transferido tanto com uma facilidade porque, na verdade, esses mesmos que são indignados procuraram, em outras audiências, proteger o Coronel Copete Neves que hoje continua preso, denunciado e teve a sua denúncia acolhida pela juíza federal do Paraná.

Não se indignaram em absoluto com o fato de que em Montes Claros o proprietário rural carregava na sua camionete bananas e dinamite para explodir no acampamento como confessou o seu funcionário. Nada disso indigna veementemente esses representantes do ruralismo brasileiro como também aqui querem proteger o Sr. Naban Garcia de qualquer quebra de sigilo, quando se sabe e, vamos apresentar na próxima sessão, estava confraternizando com o proprietário rural que foi preso com um arsenal de fazer inveja, e está sendo processado, às Forças Armadas brasileiras.

Aqueles que querem pedir aqui uma auditoria do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência são os mesmos que, na Câmara dos Deputados, impedem a votação da PEC do trabalho escravo já aprovada pelo Senado Federal, Senador Álvaro Dias.

Eu queria que eles estivessem aqui na próxima quinta-feira, Deputado Adão Pretto, para fazer o debate porque dizem que não existe o trabalho escravo, mas nas fazendas onde são libertados os trabalhadores, o gado vive em melhores condições do que os peões. O gado tem azulejo, o gado tem banho, enquanto que os trabalhadores rurais têm que se servir da água e do esgoto que sobra dos currais desses fazendeiros, modernísimos do ponto de vista da tecnologia, da inseminação artificial, da criação do seu gado, da biotecnologia das sementes, mas arcaicos e atrasados na relação trabalhista, verdadeiros coronéis e senhores feudais que ainda restam na sociedade brasileira, não se indignam. Pelo contrário, negam o trabalho escravo, negam o trabalho da Polícia Federal, negam o trabalho do Ministério do Trabalho e negam inclusive uma decisão judicial como tivemos recentemente a condenação agora do trabalho escravo.

Tudo isso é fantasia...

Então, é preciso que a gente pontue aqui. Sr. Presidente, sei que não é a posição de V. Ex.ª que existe um corte de classe profundo nesta CPMI, que quanto aos depoimentos aqui de pessoas ligadas aos trabalhadores rurais elas são inclusive comparadas de forma injusta a bandidos como o Juiz "Lalau", mas que quando são aqueles vinculados aos grandes proprietários rurais e a suas entidades são protegidos, são homenageados por eles mesmos.

Esta CPI está aqui no seu relatório, ela foi criada fundamentalmente para fazer um diagnóstico da questão agrária brasileira, é para ajudar o processo de reforma agrária, é para diminuir a violência do campo brasileiro, esse é o objetivo que vai traçado. Evidentemente que onde tiver desvio, se houver desvio isso vai ser remetido ao Ministério Público. Claro, claro. Essa relatoria, se comprovar, de qualquer entidade, que houve desvio de dinheiro público ela vai remeter para o Ministério Público, mas não é o objeto da CPI.

Peço que os Srs. Parlamentares que já foram embora... Não tenho culpa. Nem todos agüentam até o fim de uma sessão que começou às dez horas da manhã, mas que olhem qual é o objeto desta CPMI e esse relatório que vamos fazer. Tivemos diagnósticos aqui de todos os dois lados como lembrou há pouco o Senador Sibá Machado.

Estamos visitando este País, Sr. Presidente. Fiz questão de ressaltar em Fortaleza que tenho dado condições à CPMI para ela visitar o País, estamos ouvindo todos os lados da questão; todos os lados da questão têm oportunidade de falar, mas quero fazer essa pontuação para dizer que fico incomodado.

Tenho procurado, como Relator, até abafar a minha emoção, mas, como Parlamentar, quero deixar pontuada a minha indignação contra aqueles que representam o atraso social, a má distribuição de renda e a injustiça no campo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Estamos chegando ao final. Apenas gostaria de anunciar a próxima reunião para quarta-feira, às 14 horas, e, na quinta-feira, às 10 horas, a audiência pública para discutir o trabalho escravo.

Esperamos contar com o quorum qualificado com que pudemos contar ontem e hoje, para que os debates, exacerbados ou não, ocorram, porque são da essência da democracia e do Parlamento.

Quanto ao relatório final, gostaria de dizer que, como Presidente, vou envidar todos os esforços para que ocorra o entendimento e que o relatório apresentado pelo Deputado João Alfredo, com alterações que

eventualmente possam ser sugeridas, seja aprovado na forma de consenso. Esse é o nosso desejo.

Sabemos, pelo que estamos presenciando nos debates desta Comissão, que será uma tarefa difícil, diria até mesmo que será quase impossível, mas temos o dever de buscar essa alternativa para construir um relatório comum que seja subscrito por todos os integrantes desta CPI, evidentemente, com as ressalvas naturais que um ou outro poderá fazer.

De qualquer maneira, o objetivo desta CPI está sendo alcançado: realizar um amplo diagnóstico da realidade. E a cada reunião desta Comissão podemos ter aqui uma fotografia da sociedade, que se reflete na indignação de um lado e de outro.

Creio que a indignação, venha de onde vier, não deve ser condenada, porque infeliz a nação que sepultar a sua capacidade de indignação. Tenho convicção plena de que quem não tem essa capacidade de se indignar não tem também o direito de representar ninguém.

Que nos indignemos por aqueles que representamos, na defesa deles, no protesto público que devemos enfatizar, preocupados exatamente com as injustiças que os sacodem. E saibamos nos representar reciprocamente, na manifestação da indignação de cada um.

Esse é o nosso desejo. Dessa forma, cumpriremos o nosso dever.

Muito obrigado a todos.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, gostaria de dar um aviso.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Pois não.

O SR. (Orador não identificado) – No Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, quando estivemos lá com V. Exª, Deputado João Alfredo, e outros, até o Bispo, fomos ao Fórum para pedir a prisão do fazendeiro Adriano, que está com prisão preventiva decretada.

Ele entrou com um pedido para anular essa prisão que hoje acabou de ser negado. Então ele continua com a prisão preventiva decretada.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias) – Foi um trabalho que esta Comissão realizou, exatamente para que se faça justiça. Esse é um dos objetivos desta CPMI, sobretudo desestimulando a violência no País.

(Levanta-se a reunião às 15h44min)

Ata da 40ª Reunião, realizada em 9 junho de 2005.

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às dez horas e quarenta minutos, na sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Jonas Pinheiro, Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Ana Júlia Carepa, Valdir Raupp e Romeu Tuma e os Deputados João Alfredo, Onyx Lorenzoni, Josué Bengtson, Jamil Murad e Anselmo de Jesus, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Presente também o Deputado Luiz Carlos Hauly. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Alvaro Dias declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, A Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as Exposições dos Senhores Leonardo Sakamoto, Jornalista e Representante da ONG Repórter Brasil na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Letícia Sabatella, Atriz e Representante da ONG "Humanos Direitos", Dra. Ruth Beatriz V. Vilela, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho; Dra. Raquel Dodge, Procuradora Regional da República e Frei Henri Burin Dês Roziers, Advogado da CPT e Xinguara/PA e Precursor da Campanha de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil, para discorrerem sobre o Trabalho Escravo no Brasil. Pela ordem, o Deputado Onyx falou sobre o domínio do site do MST e da ANCA, que foram retirados da página do site, passando às mãos do Senhor Presidente documentos acerca do assunto. A Presidência solicita à Secretaria da CPMI autuação dos referidos documentos. A seguir, a Presidência convida o Dr. Leonardo Sakamoto para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, concedendo-lhe a palavra para iniciar sua exposição, discorrendo sobre "O Sistema Econômico do Trabalho Escravo na Amazônia Brasileira". Após, a Presidência convida a Sra. Letícia Sabatella para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, que falou sobre a erradicação do trabalho escravo. Em seguida, o Senhor Presidente convida a Dra. Ruth Beatriz V. Vilela para tomar assento à mesa dos trabalhos, concedendo-lhe a palavra para iniciar sua exposição, que fez explanação sobre a inspeção do trabalho escravo. Logo após, a Presidência convida a Dra. Raquel Dodge para tomar assento à Mesa dos Trabalhos, passando a palavra para dar início a sua exposição, discorrendo sobre as Políticas e Ações para Erradicar o Trabalho Escravo no Brasil. Por último, a Presidência convida o Frei Henri Burin para ocupar lugar à Mesa, concedendo-lhe a palavra para dar início sua exposição. Após a explanação dos senhores

convidados, o Senhor Presidente passa a palavra ao Relator que prestou homenagem à Atriz Letícia Sabatella. Fizeram uso da palavra para questionar aos convidados o Senador Jonas Pinheiro, Senadora Ana Júlia Carepa e o Deputado Jamil Murad. Após, a Presidência concede a palavra aos convidados para responderem aos Parlamentares e, por último, para suas considerações finais. A Presidência agradece a presença dos convidados pela valorosa contribuição prestada a esta Comissão. Não havendo nada mais a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *Janice de Carvalho Lima*, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 40ª reunião da CPMI da Terra.

Como de praxe, submeto à apreciação a Ata da última reunião. Não havendo manifestação, considero aprovada a Ata da 39ª reunião. Os trabalhos de hoje têm por objetivo a audiência pública com Letícia Sabatela, Ruth Beatriz Vilela, Drª Raquel Dodge, Frei Henry e Leonardo Sakamoto. O tema é trabalho escravo no Brasil.

Convidaremos inicialmente para a primeira exposição, Leonardo Sakamoto, jornalista e representante da ONG Repórter Brasil, na Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

Convidamos para que tome assento à Mesa, ao nosso lado esquerdo, Leonardo Sakamoto, jornalista e representante ONG Repórter Brasil, na Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem o Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. ONYX LORENZONI (PFL – RS) – Sr. Presidente, nas anteriores audiências desta Comissão trouxemos ao debate a questão do domínio do site do MST e que o domínio deste site era da Anka e que toda e qualquer contribuição, venda de material para o Movimento Sem-Terra era feito por meio desta organização. Aqui, durante a audiência de oitiva dos representantes desta instituição houve por diversas vezes a afirmação de que não havia relação de uma entidade com a outra quando os dados eram bastante evidentes. Quero protocolar para que a Comissão fique de posse desse documento de que, curiosamente, depois da audiência pública aqui, a página foi retirada do ar. Se alguém quiser dar qualquer contribuição para o MST não tem como dar, oficialmente, porque a página do MST e a Anka retiraram toda a orientação prévia que até a audiência pública realizada aqui e por muitos anos vigorou no Brasil.

Como eu tinha tido o cuidado de extrair a informação anterior e se confirmou a suspeita de que após a nossa audiência pública haveria modificações no modo de operação do movimento porque verdadeiramente encontramos o braço financeiro do MST no Brasil, eu queria passar para registro e posterior aproveitamento. Da mesma forma, tenho aqui também algo que havia também guardado que é o domínio da Anka, ligando a empresa Brasil de fato, aquela que, na minha opinião serviu de laranja para transferência de recursos onde, antes que também se desfaça mais esse indício na Internet, eu gostaria de fazer o registro para posterior aproveitamento pela Relatoria, se julgar adequado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Secretaria autuará os documentos apresentados. Concedo a palavra pela ordem ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT - CE) – Sr. Presidente, para pedir que seja autuado nesta CPMI o relatório global, uma aliança contra o trabalho forçado, que, segundo as palavras de Patrícia Aldir, que é Coordenadora Nacional do Projeto de Combate ao Trabalho Forçado no Brasil, traz informações sobre a magnitude mundial do trabalho forçado em suas diversas formas e as ações desenvolvidas para combatê-las. Diz ela que a cada ano a OIT lança um estudo relacionado à declaração sobre os princípios e direito fundamentais do trabalho, dentre os quais o tema do trabalho infantil e escravo, e, neste ano, o relatório trata do tema de trabalho forçado dando destaque, infelizmente, em especial o Brasil. Tanto pelo que existe mas, também, como exemplo de luta para erradicação do trabalho escravo no mundo.

Também acho que é importante e que possa vir a ser autuado o plano do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – MDB/Incra, para a erradicação do trabalho escravo no Brasil.

O tema de hoje, infelizmente, sofreu um adiamento em função de fatos alheios à nossa vontade, porque - até para justificar aos nossos convidados – ele seria justamente naquela semana em que acontecia aqui, em Brasília, a Conferência Árabe-América do Sul. O Congresso Nacional foi praticamente fechado, pois não funcionou no dia em que estava marcada essa audiência. Não tinha nem como se deslocar até aqui.

Como Relator desta CPMI, entendendo que uma das situações de conflito fundiário mais grave no nosso

País se dá exatamente com relação ao trabalho escravo e, uma vez que temos, na Câmara dos Deputados, oriunda do Senado Federal, uma PEC sobre expropriação de terras onde ocorre trabalho escravo, que não conseguimos, até o presente momento, efetivamente votar, acho que uma audiência como esta é da maior importância, não somente para a CPMI, para o nosso relatório, mas para o Congresso Nacional e para a sociedade brasileira.

Eu queria somente fazer essas breves considerações, pedindo, portanto, que se fizesse a autuação dessa documentação nesta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Secretaria tomará as providências para a autuação.

Certamente como destaca o relator, Deputado João Alfredo, esta audiência pública poderá ter influência decisiva na tramitação dessa PEC tão importante, já aprovada pelo Senado Federal, que aguarda deliberação na Câmara dos Deputados.

Vamos iniciar os trabalhos com a exposição de Leonardo Sakamoto, jornalista e representante da ONG Repórter Brasil na Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.

Tem a palavra o nosso convidado.

O SR. LEONARDO SAKAMOTO – Bom-dia a todos. Eu gostaria de agradecer o convite e de saudar a todos os Senadores e Deputados da comissão na figura do Deputado João Alfredo e do Senador Alvaro Dias.

A minha exposição vai ser principalmente sobre o sistema econômico e político que mantém o trabalho escravo na Amazônia contemporânea.

Imaginei que, antes de mim, estariam a Drª Ruth Vilela e o Frei Henry, para fazer uma exposição sobre o trabalho escravo geral. Isso vai acontecer. Então, vou pular a parte da introdução sobre trabalho escravo.

Vou direto para o seguinte ponto: por que existe trabalho escravo na Amazônia brasileira? A utilização de mão-de-obra não especializada, no caso, na condição de escravidão, é adotada por diversas empresas e fazendas para diminuir o custo de produção, aumentando, assim, a competitividade dessas empresas no mercado interno e externo. Em outras palavras, utiliza-se trabalho escravo para poupar dinheiro com mão-de-obra e, portanto, tornar o seu produto mais competitivo.

Peço para avançar, por gentileza, no power point.

Para fazer frente à concorrência, o empresário corta despesas com mão-de-obra, já que não pode fazer o mesmo com outros insumos, como semente, pasto, cerca e outros.

Pode avançar, por gentileza.

Trabalho escravo, portanto, é busca por lucro fácil mais corte de custos.

Avança, por gentileza.

Aqui, vamos fazer um pequeno paralelo, pertinente à CPMI da Terra, entre trabalho escravo e devastação ambiental. O modelo de desenvolvimento que ocorreu na Amazônia foi extremamente predatório, visando o melhor custo-benefício, por meio do não-cumprimento das legislações trabalhista e ambiental.

Pode avançar, por gentileza.

Estou fazendo uma apresentação rápida de alguns pontos, para os retomarmos daqui a pouco.

A escravidão acontece, principalmente, em grandes empreendimentos agrícolas monocultores – leia-se pecuária de extensão, soja de extensão, algodão de extensão, café, cana-de-açúcar, carvoarias, milho e por aí vai. Muitos deles utilizando alta tecnologia. Ao contrário do que imagina o senso comum, quem utiliza o trabalho escravo, em boa parte das vezes, não é o fazendeiro coitadinho, o pequeno sitiante, o pequeno camponês. Esse, na verdade, trabalha com a mão-de-obra familiar. Quem utiliza o trabalho escravo muitas vezes são empreendimentos utilizando alta tecnologia e voltados para o mercado exportador, como veremos adiante.

"Mas como muitas dessas fazendas têm a produção totalmente mecanizada?" Totalmente não. Existem certas coisas que as máquinas não conseguem fazer como arrancar tocos de raízes ou mesmo derrubar a mata e aí entra a mão-de-obra humana.

Pode passar, por favor. (Pausa.)

É uma pequena relação que estamos compondo na ONG Repórter Brasil, com base em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais sobre o desmatamento, do Ministério do Meio Ambiente; dados do Ministério do Trabalho e Emprego e dados da Comissão Pastoral da Terra.

Pode avançar. (Pausa.)

Seria possível apagar a luz? (Pausa.)

Nesse mapa que os senhores estão vendo, esses pontinhos azuis indicam locais onde houve libertação de trabalhadores escravos entre 2002 e 2004. Esse período foi escolhido por concentrar boa parte das libertações ocorridas até hoje.

Quanto maior a bolinha – é que não dá para ver. Eventualmente, se os Srs Deputados e Senadores tiverem interesse, podemos passar esse mapa – maior o número de ações de libertação de trabalhadores escravos.

Vocês podem ver que essas libertações estão cravadas na sede dos Municípios. Então, temos Rondônia, Mato Grosso, Oeste baiano em menor quanti-

dade, Tocantins, Pará, com grande concentração, e Maranhão.

O seguinte, por gentileza (Pausa.)

Essas bolinhas vermelhas que apareceram agora são os assassinatos de trabalhadores rurais em conflitos agrários no campo no mesmo período. Cada bolinha é um trabalhador que tombou em conflito agrário, seja de desocupação de terras, como as que estão ocorrendo agora no Sul do Pará, de forma violenta, eu poderia dizer assim.

Agora, eles acompanham as regiões de concentração de libertação de trabalhadores. Esse mapa vai ficar um pouco mais interessante, quando formos cruzar esses mesmos dados...

Pode passar. (Pausa.)

As cores estão um pouco distorcidas, mas os senhores podem ver o seguinte: existe essa mancha verde, que é a floresta intocada; a mancha roxa, a não-floresta e essa mancha verde-claro, que no mapa no papel, posso mostrar depois, é uma mancha amarelada, é de desmatamento. Ou seja, é a mancha de onde a Amazônia está perdendo floresta, desmatamento acumulado até 2002.

Em outras palavras, como vocês podem ver, o local de libertação de trabalhadores escravizados coincide com o local de desmatamento na Amazônia, que por acaso, coincide também com os grandes locais onde houve assassinato de trabalhadores rurais.

Pode acelerar, por gentileza. (Pausa.)

O desmatamento da Amazônia brasileira está sendo, sim, realizado com trabalho escravo. Com a pecuária de forma direta, com a soja e o algodão de forma indireta. Como?

Tudo que eu estou colocando não é apenas pesquisa nossa, mas vem de dezenas de ONGs e mesmo de estudos do Governo, do MMA, que está à disposição de todos.

A pecuária derruba a mata amazônica, muitos pecuaristas compram ou grilam a terra e avançam além do limite constitucional e permitido por lei e fazem essa limpeza da terra. Se vocês pegarem os autos de infração dos grupos móveis de fiscalização e mesmo as fotografias das reportagens que têm acompanhado essas fiscalizações, não é segredo algum que mão-de-obra escrava está sendo utilizada para criar trilhas no meio da mata, derrubar as árvores, transformar as árvores em cerca e cortar árvore para a venda da madeira.

A soja e o algodão trabalham de forma indireta. Algumas vezes, é o desmatamento direto, o trabalho escravo sendo utilizado para desmatar, mas, muitas vezes, a soja e o algodão empurram, comprando áreas já desmatadas pela pecuária, estabelecem o plantio e empurram mais para a Região Norte, mais para a região da fronteira agrícola, a devastação.

O exemplo disso é um rapaz de cuja libertação participei, no dia 1º de maio de 2003. Pedro era escravo há dois anos. Foi libertado de uma fazenda na região de Marabá, sul do Pará. Não sabia que dia era, tinha esquecido sua data de aniversário. Trabalhava há dois anos de sol a sol, dormindo em uma barraca no meio do campo. O pai dele cortava as árvores e ele as transformava em mourões de cerca. Era analfabeto. Nunca tinha visto a cor do dinheiro. Sonhava em um dia puder sair para além das cercas da fazenda. A única diferente é a de que o Pedro é uma criança de treze anos. Como o caso dele, há vários outros casos de jovens, de adolescentes, que acabam envolvidos e caindo na malha do trabalho escravo.

Qual o principal ramo de atividade das fazendas de trabalho escravo? Houve um levantamento feito por nossa ONG, com base nas fazendas das duas primeiras listas sujas do trabalho escravo. Posteriormente, a Drª Ruth Vilela e os outros expositores vão falar da lista suja. Era uma relação com as fazendas que tinham sua autuação transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal e que estão tendo, agora, restrições a crédito e outros. O levantamento mostra que 80% das fazendas dessas duas primeiras listas sujas estão voltadas para a pecuária. Dez por cento estão ligadas ao algodão, à soja; três por cento à pimenta-do-reino; três por cento à cana-de-açúcar; um por cento ao café; as demais ao carvão e a outras atividades. Dessas listas sujas, só para V. Exªs terem uma idéia já que não pegamos tudo, a Agropecuária Tupi e (Inaudível) Soja. Essas fazendas algodão, pimenta-do-reino, café, álcool, combustível, carvão vegetal. Não coloquei a carne porque carne é produzida pela imensa e esmagadora maioria. Um exemplo da carne é o da Fazenda Lima Araújo. É uma fazenda que foi condenada a pagar uma indenização por danos morais de R$3 milhões por conta da libertação repetida de trabalhadores em sua área. Infelizmente, nesses últimos dias, recebeu uma liminar suspendendo o bloqueio de bens dos proprietários, como os próprios expositores poderão falar.

Gostaria que os Srs. Deputados e Senadores prestassem atenção a um fato. A emenda da reeleição que fez com que os mandatários de cargos executivos, Prefeitos, Governadores e o Presidente da República tivessem acesso a um novo mandato foi aprovada em dois anos na Câmara e em poucos meses no Senado Federal. A emenda do trabalho escravo, a PEC que está para ser votada, foi aprovada em dois anos no Senado, nesta Casa, e vai fazer um aniversário de dez anos na Câmara dos Deputados. Parabéns, nobres Deputados! O Deputado Paulo Rocha pode até falar a data exata.

Não me lembro de cor, mas merece até uma comemoração. Serão dez velinhas em cima do bolo.

Eu poderia falar **ad infinitum** a respeito da relação entre economia e trabalho escravo. A ONG Repórter Brasil, a pedido da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do Ministro Nilmário Miranda, e da Organização Internacional do Trabalho, realizou no ano passado um levantamento da cadeia produtiva das fazendas com o trabalho escravo no Brasil. Em outras palavras, partindo da fazenda descobrimos como os produtos com trabalho escravo chegam na mesa do brasileiro. Esses produtos estão na mesa de todos vocês, inclusive na pauta de exportação. Fizemos exatamente a identificação dessas cadeias: da carne, da soja, do algodão, do café, da cana-de-açúcar, do carvão vegetal para uso de siderúrgica.

Vimos que há muitas fazendas, não vou citar nomes, mas a revista **Época**, há duas semanas, fez uma matéria com alguns dos nomes das 200 empresas que identificamos nessa pesquisa. Nós, no caso o varejo, podemos ver que indiretamente contribuímos com o trabalho escravo ao continuarmos preferindo comprar produtos com preço mais acessível que outros que teriam preço um pouco mais caro, mas que seriam responsáveis, socialmente falando. Por exemplo, na reportagem da revista **Época**, em que foram obtidos os dados da nossa pesquisa, a Destilaria Gameleira, da família Queiroz Monteiro, em Confresa, Estado de Mato Grosso, teve a compra de seus produtos, do álcool combustível, suspensa pela Ipiranga e outras distribuidoras de combustível. O pessoal da própria Petrobras falou que costumava comprar dela porque ela demonstrava preço mais competitivo com relação às outras empresas. O preço mais competitivo, caros senhores, pode ser explicado, em muito, pela inexistência do cumprimento dos direitos trabalhistas. Vale aqui ressaltar que quem utiliza trabalho escravo normalmente utiliza uma cesta de crimes, ou seja, trabalhista, previdenciário, fiscal e por aí vai.

Para finalizar, vou deixar um texto para a Mesa e, se tiver interesse, pode anexar. É um texto nosso que foi publicado no Caderno da Comissão Pastoral da Terra. Sabemos que a própria Mesa dos Deputados e Senadores aqui presentes estão comprometidos com a causa do trabalho decente e do combate ao trabalho degradante no nosso País; sabemos também que muitos Deputados e Senadores não estão comprometidos com a mesma causa, não por má fé, mas, digamos assim, por ignorância no sentido de falta de conhecimento sobre o assunto. Até podemos lembrar que o nobre Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcante, no dia 02 de março de 2004, atacou o combate ao trabalho escravo, num discurso da Câmara, e recentemente, como vimos na reportagem da revista **Época**, ligou para as distribuidoras de combustível que não estavam comprando mais da Gameleira questionando por que essa compra não estava sendo feita, no caso fazendo uma ingerência clara entre o que é público e o que é privado nesse País. Se o Presidente da Câmara dos Deputados não pode nem votar em assuntos polêmicos, cabendo a ele apenas o Voto de Minerva, consideramos que uma ingerência nesse sentido também é grave.

Teremos vários outros casos de políticos do País com envolvimento com trabalho degradante, com trabalho escravo. O primeiro caso, a família Mânica, em Unaí, acusada do assassinato de três auditores fiscais e do motorista do Ministério do Trabalho, que fazia uma fiscalização na região, infelizmente foi eleita com 73% dos votos válidos no Município. Um dos Mânica ainda está preso. O Deputado Estadual, Jorge Sayed Picciani, Presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, teve 39 pessoas libertadas de sua fazenda, Agrovaz, em São Félix do Araguaia, Mato Grosso. Um adolescente de 17 anos também foi encontrado e os gatos para impedir a fuga dos trabalhadores faziam vigilância armada. Infelizmente, o Senador João Ribeiro também foi condenado em primeira instância e está recorrendo, pela Vara do Trabalho de Redenção, por aliciar 38 trabalhadores rurais e sujeitá-los à escravidão em sua fazenda, no Município de Piçarra, no Pará. Não tirei esse dado da cabeça, o próprio Cláudio Fonteles afirma que "a repugnante e arcaica forma de escravidão por dívidas foi o meio empregado pelos denunciados para impedir os trabalhadores de se desligarem do serviço". O Deputado Inocêncio de Oliveira, em março de 2002, teve 54 trabalhadores resgatados de sua fazenda, no Município de Gonçalves Dias, no Maranhão. Pagou 30 mil reais de multa, foi condenado em primeira instância e aguarda julgamento em segunda instância.

A família Mutran é um caso a parte, no sul do Pará, com diversas pessoas que são representantes políticos e com várias fazendas com fiscalização e libertação de trabalhadores, entre elas a Fazenda Mutamba, a Fazenda Peruano e a Fazenda Cabaceiras, no sul do Pará.

Como eu falei, eu poderia... A lista é longa, acreditamos que em muitos casos há Deputados que não – é claro –, que não tiveram suas fazendas fiscalizadas, mas Deputados que apóiam, que são contra a PEC ou são contra outras, outros processos que estão em trânsito no Congresso, inclusive um processo muito interessante do Senador Tasso Jereissati que poderá ajudar muito no combate ao trabalho escravo e que poderia ser aprovado, acreditamos que muitas

pessoas não ajudam no combate ao trabalho escravo mais por desconhecimento.

Só para finalizar...

Está na Câmara, já está na Câmara, sim. O número eu não tenho aqui.

O teor... Dois zero oito, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É um projeto que define a desapropriação da...

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – O que é trabalho escravo e o que é desobediência trabalhista.

O SR. LEONARDO SAKAMOTO – Exatamente, além disso também ele aumenta a punição ao crime de trabalho escravo, aumenta multa, aumenta... E torna mais fácil o trabalho da fiscalização rural.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – E define a desapropriação para efeito de reforma agrária, não é?

O SR. LEONARDO SAKAMOTO – Esse é o projeto da... Ele também deve tratar, mas principalmente é o projeto do Deputado Paulo Rocha, que é a PEC 438/2004.

Só um último pedido, acreditamos, no caso, que o combate ao trabalho escravo também só vai acontecer quando houver um trabalho forte de prevenção ao trabalho escravo. Há bons projetos em desenvolvimento, a CPT, nossa própria ONG, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o projeto... A Secretaria Nacional de Economia Solidária, porém é necessário... Muitas vezes a defesa ao agronegócio está cegando o combate ao trabalho escravo. O agronegócio tem que ser defendido? Sim, claro, ele gera divisas, ninguém está negando isso. Agora, o combate ao agronegócio não pode fazer com que os bons produtores acobertem, por medo de represálias ou mesmo por corporativismo, os maus produtores. O trabalho escravo acontece numa irrisória parcela dos produtores rurais brasileiros, não é a maioria. Nossa pesquisa indicou isso, todo mundo sabe disso, é uma irrisória minoria de criminosos que utilizam esse subterfúgio para lucrarem mais e passarem a perna no concorrente.

O que acontece é o seguinte: pedimos primeiro para os bons produtores ajudarem. Como? Eles estão sendo passados para trás, então nada mais lógico do que eles contribuírem, denunciando e mesmo não apoiando esses fazendeiros.

Por outro lado também, há o... Quando surgirem denúncias de trabalho escravo ou mesmo situações em grandes fazendas, em grandes propriedades como algodão, soja e carne, é interessantíssimo e importantíssimo que a gente não feche os olhos para isso, mas apure, por quê? Muitas pessoas falam: falar que tem trabalho escravo vai prejudicar o Brasil, os negócios do Brasil no exterior. Falácia. O pessoal do exterior já sabe que temos trabalho escravo, isso já rodou o mundo, isso aí é sério. A nossa apatia e a nossa inoperância é que vão fazer com que, sim, sejam aplicadas cláusulas sociais contra nós.

Então, o que acontece? Nós temos... O combate ao trabalho escravo, ele evoluiu a olhos vistos, é uma chance muito grande não só do Congresso como dos próprios produtores rurais de apoiarem medidas nesse sentido, criando até uma certa proteção social. Se as pessoas mostrarem que nós estamos combatendo firmemente, não vai haver corte de produção, corte de compras, nada disso, e bem pelo contrário, considerando que países como a China utilizam trabalho escravo, trabalho degradante abertamente e não estão muito preocupados no seu combate.

O crescimento econômico é lento, mas o Presidente da República fez um caminho parecido com o de muitos peões libertos da escravidão, saindo de sua terra em busca de uma vida melhor, sabe que esse pessoal passa fome e não pode esperar.

O problema é que, enquanto isso não for feito, o "progresso", entre aspas, manterá sua marcha. A BR-163, Cuiabá-Santarém, será ampliada e asfaltada, porém sem nenhuma preocupação com o meio, utilizando trabalho escravo. A região do Iriri e Terra do Meio, entre as duas rodovias, com o tempo vai desaparecer, transformando-se, de um lado, em um pasto gigantesco com muita juquira para os peões roçarem, e do outro lado numa imensa plantação de soja e raízes de arbustos que só mãos conseguem arrancar. É claro que vozes continuarão se levantando contra tudo isso e serão assassinadas como a Irmã Dorothy.

Toda mudança social profunda tem um custo e leva tempo. Uma verdadeira reforma agrária, e não aquela que tem sido feita até aqui, que alteraria as antigas estruturas do País, é muito cara politicamente. Fica a pergunta se o Governo Federal e o Congresso Nacional terão coragem de começar a pagar preços como esse até o final deste mandato.

Agradeço a todos o tempo que me foi destinado e muito obrigado. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Agradecemos ao Leonardo Sakamoto pela contribuição importante a esta Comissão e, por sugestão do Deputado João Alfredo, vamos ouvir primeiro os convidados e depois passaremos à participação dos Parlamentares.

Vamos convidar Letícia Sabatela, atriz e representante da ONG Humanos Direitos.

Agradecemos a sua presença e vamos ouvir posteriormente Ruth Beatriz Vilela, a Drª Raquel e o Frei Henri.

A SRA LETÍCIA SABATELA – Agradeço o convite a todos da Mesa e dizer que a minha presença aqui se deve tanto como representante da ONG Humanos Direitos, que é uma ONG que resolveu, de algum modo, juntar pessoas que são formadoras de opinião, que têm exposição na mídia, que de algum modo têm a sua imagem veiculada em revistas e na mídia em geral para que possam estar emprestando a sua imagem, enfim, à erradicação de causas que firam, de questões que estejam ferindo os direitos humanos no nosso País.

A nossa principal luta tem sido realmente a questão do trabalho escravo como a prostituição infantil e outras vertentes. Acho possível conseguirmos no País a erradicação do trabalho escravo que, como disse o próprio Leonardo, em comparação com a gama de produtores no nosso país, é a minoria. Quando falamos de trabalho escravo não estamos falando de trabalho degradante, que também é aviltante, mas estamos falando de algo que é bastante específico, claro e não há como se confundir.

A minha presença aqui também é como cidadã, que acredita que todas as questões que envolvem uma má distribuição de renda, de terra, de justiça, de bens de valor na nossa sociedade precisam, de algum modo acabar, corrigir, com a participação massiva da sociedade civil, de modo que a pessoa que mora no Leblon, no Rio de Janeiro, perceba que para acabar com a violência que a cerca há que haver essa melhor distribuição de renda e de bens, há que haver a reforma agrária urgente. Para começarmos com a erradicação do trabalho escravo precisamos da reforma agrária, para acabarmos com a prostituição infantil precisamos da reforma agrária e acho que esse é um dos pontos que é comum com movimentos sociais, como o MST, que vem martelando essa tecla. Com certeza, essas questões devem transcender as paredes desses movimentos específicos e pessoas que estão em áreas rurais porque as questões de conflito de terra atingem a sociedade civil como um todo.

Saber que vivemos num país que precisa de trabalho escravo para que fale em desenvolvimento econômico como base da sua cadeia de produção é aviltante. Do ponto de vista dos direitos humanos, temos um país escravocrata, não em quantidade de escravos como antigamente, mas em número suficiente para configurar uma ameaça hedionda aos direitos humanos. Sabemos como é grave a impunidade que cerca as questões tanto dos assassinatos que acontecem no meio rural quanto à existência do trabalho escravo. Como é grave. Como realmente temos a necessidade de que seja visto, e que as pessoas se conscientizem da gravidade desse acontecimento, de que existe, de que não é folclórico em nosso País. É de fato. Enfim, prefiro ser breve para que o Frei Henry possa falar e as demais pessoas. De qualquer forma, coloco-me à inteira disposição, com temos participado de vários eventos, movimentos, desde de julgamentos de mandantes de assassinato de líderes sindicais, a presença do nosso movimento em Rondon do Pará, ultimamente, pudemos visitar juízes, a audiência que tivemos com o nosso Presidente. Queremos dar uma visibilidade a organizações como a OIT, Conatrae, a Comissão Pastoral da Terra e o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que organizou uma marcha exemplar de cidadania e que vem reivindicar uma causa cujo atendimento é urgente, a reforma agrária. Quero também me colocar à disposição para que se dê também visibilidade, que se popularize tanto a aprovação dessa PEC, que pode punir a contento as propriedades onde se praticam o trabalho escravo com expropriação, que é o mínimo que se deve fazer, e de algum modo reiterar uma certa esperança a partir do momento em que empresas importantes da nossa sociedade assinem um pacto de não-contribuírem mais por meio de compra de produtos oriundos do trabalho escravo. Acho que foi um passo superimportante. A lista suja que nomeia os produtores que se utilizam de trabalho escravo é super-importante, dar visibilidade a isso, dar popularidade à erradicação do trabalho escravo, da reforma agrária. Essa é a nossa meta.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Nós que agradecemos a Letícia pela sua presença, sem dúvida figuras públicas de prestígio inegável, a população devota um grande apreço, são fundamentais em campanhas em favor do respeito aos direitos humanos. Por isso, a presença da Letícia Sabatela nesta Comissão é emblemática, tem esse sentido de galvanizar a opinião pública em favor de causas nobres e fundamentais, como esta, esse combate ao trabalho escravo no Brasil. E sem dúvida, é essa a finalidade, com a proposta de que se estabeleça com há no mundo o ranking da corrupção, que anualmente é elaborado pela Transparência internacional, creio ser uma medida imprescindível ao trabalho escravo no Brasil.

Mais uma vez, portanto, o nosso agradecimento à Letícia Sabatela. A sua presença aqui nos honra.

Vamos convidar para tomar assento à mesa Ruth Beatriz Vilela, Secretária de Inspeção do Ministério do Trabalho. Passamos a palavra a ela para sua exposição.

A SRA RUTH BEATRIZ VILELA – Bom-dia. Agradeço o convite para estar aqui representando o Ministério do Trabalho. Acho que, na verdade, depois da belíssima exposição do Sakamoto e das palavras da

Letícia, resta muito pouco para a gente dizer. Como os senhores sabem, o Ministério do Trabalho coordena o Programa de Erradicação do Trabalho Escravo e cuida, digamos, da parte operacional. Os nossos auditores acompanham os grupos móveis de fiscalização. Aliás, no dia 14, esse trabalho completa uma década. Eles são, digamos, o braço operacional e desbravador dessa questão. As denúncias chegam até nós, a Secretaria de Inspeção do Trabalho, e cuidamos especificamente da apuração dessas denúncias, da elaboração de relatórios, as autuações. Esses relatórios, posteriormente, são encaminhados à Polícia Federal, à Procuradoria da República, à Procuradoria do Trabalho e aos outros órgãos parceiros para que outras medidas sejam adotadas, cada um no seu âmbito de competência.

Esse trabalho começou em 1995 e, sem dúvida alguma, deu o seu maior salto de qualidade no período 2003 até 2005. De 1995 a 2005, foram retirados das propriedades rurais, submetidos a essas condições mais de 15 mil seres humanos. Infelizmente, nesse caso, nem posso chamá-los de cidadãos. São pessoas que, infelizmente, não tiveram acesso aos degraus primários da cidadania. São pessoas que não tiveram acesso à educação. A maioria quase absoluta não sabe ler nem tem certidão de nascimento e grande parte desses trabalhadores vai morrer, provavelmente, sem certidão de óbito. São seres humanos absolutamente invisíveis. Se não fosse por essa ação do Estado, que ainda, na verdade, pode ser considerada tímida em relação à gravidade do problema, mas, pelo menos, tem o condão de dar visibilidade a essa questão e mobilizar a opinião pública e, é claro, o Parlamento.

Ouvi na fala do Sakamoto, e a Letícia também se referiu a isso, sobre a questão de que há situações em que se encontra, efetivamente, o trabalho escravo, em comparação com todo o universo da atividade rural e do agronegócio, ela é residual sem dúvida alguma.

Inclusive trouxe dados para podermos comparar as nossas ações gerais de fiscalização rural, que são de rotina, acompanhando inclusive a sazonalidade de cada atividade. No período de janeiro de 2003 a maio de 2005, inspecionamos 26.227 fazendas e conseguimos atender, para aquela regularização básica dos direitos, 2.657.823 trabalhadores. Se comparados com os nossos dados do trabalho escravo, realmente, podemos, estatisticamente, com dados oficiais, demonstrar que a questão do trabalho escravo é residual.

Em igual período, de janeiro de 2003 a maio de 2005, inspecionamos, no atendimento de denúncias, 512 propriedades e retiramos dessa situação 9.073 trabalhadores. Então, é fácil calcular esse percentual. Ele vai equivaler, provavelmente, a menos de 1%. Essa questão é verdadeira e é importante para nós pontuarmos, exclusivamente, para demonstrar para vocês o comentário que é constante de que os nossos outros parceiros não adotam um conceito preciso do que é trabalho escravo. Isso pode ser facilmente desmentido pelos próprios dados que eu estou revelando aqui, está bem? As ações de trabalho de escravo e as situações consideradas de trabalho escravo são absolutamente residuais em relação ao total de inspeções realizadas nos 27 Estados da Federação.

No entanto, acho importante nós registrarmos um ponto. Nós não devemos dizer que essa questão é residual para minimizar o problema geral da situação dos trabalhadores rurais no campo. Nas últimas décadas, o Estado esteve absolutamente ausente do meio rural, em todos os seus aspectos. Os resultados disso – todos esses dados que o Sakamoto demonstrou para vocês, a questão do desmatamento, dos crimes ambientais, de toda a depredação do patrimônio nacional, das ofensas aos direitos da sociedade, por esse descontrole, sob todos os aspectos, ele é provocado por uma forma de desenvolvimento dessa atividade econômica que gera não só o trabalho escravo, mas uma situação absolutamente intolerável de supostamente estar se construindo um projeto de desenvolvimento econômico às custas da depredação do patrimônio nacional, dos direitos humanos e trabalhistas dessas pessoas.

Então, eu acho que o trabalho escravo é residual. E é importante que nós consigamos mostrar isso, apenas para refutar o argumento de que nós trabalhamos com um critério rígido para separar irregularidades trabalhistas, eventualmente o trabalho degradante, do conceito absolutamente preciso que nós utilizamos em relação ao trabalho escravo.

Por outro lado, senhores, penso que inclusive nesses tempos difíceis que estamos atravessando, é interessante que nós, não só em relação à atividade econômica rural, mas em relação à atividade econômica como um todo, devemos reconhecer que infelizmente esse modelo de capitalismo é baseado, na verdade, em duas molas propulsoras: hipocrisia e ganância. Hipocrisia, por quê? Porque nós convivemos tranqüilamente com a exploração de cada trabalhador, seja no meio urbano, seja no meio rural. Trabalhadores estão morrendo de acidentes do trabalho e de doenças profissionais, tanto no meio urbano como no meio rural. Trabalhadores são explorados até a última gota; são mal remunerados e sem proteção previdenciária. Quem paga a conta disso? É a sociedade.

Então, nós temos de verificar também o porquê da sociedade e eventualmente o Governo, retirando dinheiro dos cofres públicos, têm de pagar uma parte dessa exploração que redunda em negação de re-

colhimento dos tributos e negação dos direitos dos trabalhadores e de tudo o que envolve essa relação capital/trabalho.

Assim, o trabalho escravo, como é a situação extrema nessa imagem que se pode construir em relação ao trabalhão em geral, deve ser prioritariamente eliminado do cenário deste país. Mas ele é o ponto extremo de uma gradação que, na verdade, envolve grande parte da atividade econômica neste país, com absoluto desprezo pela vida, pela saúde das pessoas e de suas famílias.

Eu penso que o trabalho escravo deve ser o centro, o referencial disso, já que nós temos uma proposta de erradicação. Não vamos minimizar a situação geral, principalmente dos trabalhadores rurais que dão o seu sangue. Eles trabalham de sol a sol, geralmente também por um salário miserável, sujeitos a todos os riscos que afetam a sua segurança e a sua saúde e, estatisticamente comprovado, em grande parte levam à morte. Por outro lado, para que nós não falemos somente dos aspectos negativos, de 2003 para cá nós conseguimos construir, em relação a esse Programa de Erradicação do Trabalho Escravo, eu acho que um modelo que deve ser analisado e até mesmo admirado por todos.

Esse é um programa em que nós temos uma rede de parceiros, governamentais e não-governamentais, que funcionam em total harmonia e num sistema de absoluta solidariedade. Se acontece um fato aqui hoje, essa rede é mobilizada e consegue adotar providências e gerar resultados no dia seguinte. Por outro lado, há transparência absoluta com que se trabalha, mesmo porque a presença da mídia, de 2003 a 2005, representou um acréscimo em relação a esse tema de cerca de 1.900%.

Eu acho que se em relação a outros programas com impacto na área social nós conseguíssemos, com o apoio deste Parlamento, desta Casa e da sociedade civil e com os demais parceiros governamentais e estatais, a mesma dinâmica e seriedade, o mesmo processo e a mesma disposição de luta que estamos conseguindo em relação ao trabalho escravo, num prazo muito curto nós alcançaremos, sem dúvida alguma, um País muito melhor do que esse que atualmente se nos apresenta.

Como última mensagem gostaria de dizer para V. Exªs que nem tudo é negativo nesse processo e nem toda a culpa pode ser jogada em cima de apenas um setor econômico. De 2003 para cá, a Confederação Nacional da Agricultura que eventualmente se opõe a nós em todas essas ações, também iniciou, até com a nossa ajuda técnica, todo um processo de conscientização dos produtores rurais. Isso vem acontecendo desde 2003. As nossas portas estão sempre abertas para a CNA e eventualmente para grupos de produtores que nos procuraram.

Nós conseguimos gerar, no setor siderúrgico, pela sua relação com a exploração de carvão vegetal, um primeiro modelo de uma forma de se trabalhar muito interessante, que foi a criação do Instituto Carvão Cidadão. Estamos em negociação com o próprio setor de algodão para uma conversa inicial, a fim de também se trabalhar nessa direção, ou seja, propostas de autofiscalização de cada setor. Geramos, com o apoio da OIT, Instituto Ethos e todos os demais parceiros, dois pactos pela eliminação do trabalho escravo.

Portanto, senhores, há um lado negro, negativo que faz parte da vida e da democracia. Mas temos, sem dúvida alguma, várias luzes se acendendo no final do túnel. Então, mesmo em momentos difíceis como esses que nós todos cidadãos brasileiros estamos atravessando, fica aqui a mensagem e a simbologia dessa luta contra o trabalho escravo, que demonstra que deixando de lado a hipocrisia e a ganância eu acho que é possível construir um País mais justo e decente.

Obrigada.

(Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado pela participação Srª Ruth Beatriz Vilela, Secretária de Inspeção do Trabalho, do Ministério do Trabalho.

Convidamos a Procuradora Regional da República, Drª Raquel Dodge, para que tome acento à Mesa e como nossa convidada faça a sua exposição a respeito do tema de hoje: Trabalho Escravo no Brasil.

A SRA RAQUEL DODGE – Bom-dia a todos, Sr. Presidente e Sr. Deputado. Eu também gostaria de cumprimentar a Comissão por ter inserido o tema do trabalho escravo no âmbito das preocupações desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, porque realmente é compatível com o objeto que está sendo investigado por esta Comissão. Quero também agradecer o convite e assinalar que meu contato com o tema do trabalho escravo no âmbito do Ministério Público Federal, que é a instituição a que pertenço, começou no ano de 2002, quando assumi a posição de Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Adjunta, na Procuradoria-Geral da República, e persiste ainda hoje, onde estou ocupando a posição de Coordenadora da Atuação dos Procuradores da República no âmbito da 1ª Região da Justiça Federal, com relação ao tema da erradicação da escravidão contemporânea.

E os dados que vou mencionar a essa Comissão dizem respeito a esse trabalho que estamos desenvolvendo no âmbito do Ministério Público Federal e dividirei a minha exposição em duas etapas: a primeira

no sentido de evidenciar o que já foi feito e a segunda etapa no sentido de evidenciar como essa Comissão poderá ajudar nessa tarefa de erradicar o trabalho escravo no Brasil.

Em primeiro lugar, gostaria de concordar plenamente com a Drª Ruth Vilela que acaba de assinalar a importância desse tema para o Estado brasileiro. Se for fato realmente que a ocorrência do trabalho escravo, no território nacional, pode ser vista como uma ocorrência de pequenas proporções em face do número de relações de trabalho que se estabelecem no Brasil, isso não significa que a persistência desse fato não seja, de algum modo, completamente atentado à forma e às bases e valores que está estabelecido o Estado brasileiro.

Para fazer referência a essa circunstância, gostaria de lembrar que a Lei Áurea foi aprovada em 1888, portanto, a cerca de 120 anos. E, logo após a aprovação da Lei Áurea, o Império não resistiu por mais de um ano. Já no ano seguinte a República brasileira foi instaurada. Por quê? Por que as bases sobre as quais se assentavam as relações de trabalho eram bases de desigualdade, eram bases de indignidade.

A República vem estabelecer uma nova ordem de fatores. Quais são esses novos valores? Em primeiro lugar, a igualdade de todos; em segundo lugar, a dignidade da pessoa humana; e, em terceiro lugar, a liberdade de contratar. As relações trabalhistas que se caracterizam por trabalho escravo ofendem essas três ordens de valores sob as quais se assenta a República brasileira.

Portanto, se não nos dispusermos a erradicar essa situação no Brasil e permitirmos que ela, como um câncer, floresça aqui e ali, mas, com a possibilidade de ocorrer uma metástase em todo o corpo social, estaremos exatamente negando as bases sob as quais se assentam a ordem econômica e a ordem social brasileira. E é nessa perspectiva que os mesmos atores, as mesmas instituições: o Frei Henry pela CPT; a Professora Drª Ruth Vilela pelo Ministério do Trabalho e todas as outras pessoas que hoje estão nessa sala, eles, há mais de 10 anos, vinham trabalhando com essa questão no Brasil. Mas, o problema não assumia visibilidade para a população brasileira que apenas encarava o fato como um fenômeno cultural, um fenômeno local, desculpando todas as pessoas que empregavam trabalhadores nessas condições, sob o argumento de que é melhor algum trabalho do que nenhum trabalho. E, enquanto essa questão não alçou visibilidade política, essa questão não pôde ser enfrentada no Brasil. E como isso aconteceu? Aconteceu há mais ou menos dois anos, quando cansados de vir tratando essa questão apenas em ambientes fechados, no âmbito do Ministério Público Federal, do Ministério do Trabalho, da própria CPT, todas essas pessoas e instituições disseram: bom, é a hora de encararmos isso como uma questão política, da mais alta relevância, com a imensa potencialidade lesiva do ponto de vista social e criminal.

E essas pessoas decidiram então que era preciso criar uma estrutura, um mecanismo, que venha a permitir uma atuação mais visível para a população brasileira, sobretudo que conquiste a população brasileira, a opinião pública, para esta causa. E foi quando o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana instaurou uma comissão que ficou encarregada de estabelecer um diagnóstico do problema e elaborar uma série de metas que pudessem ser assumidas pelo Governo Federal.

E esta Comissão, uma das metas que ela propôs foi a criação de uma comissão permanente, hoje chamada de Conatrae – Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, e também esta comissão elaborou um pacto, um plano nacional para erradicação do trabalho escravo. No âmbito desse plano, Sr. Presidente, Sr. Deputado, o papel do Congresso Nacional é absolutamente relevante. Por quê? Este plano foi aprovado pelo Presidente da República e se caracteriza hoje como a política nacional para o setor, estabelecer uma política nacional em relação a um determinado assunto no estado brasileiro é uma tarefa constitucional, um plano nacional para erradicação do trabalho escravo. Tem assento na Constituição, porque a Constituição diz que o estado brasileiro pode funcionar tematicamente e o faz no caso da escravidão contemporânea. No âmbito desse plano, o Congresso Nacional tem uma tarefa muito importante. A primeira é aprimorar a legislação trabalhista, a legislação civil e a legislação penal sobre o assunto. Então essa é uma tarefa exclusiva do Congresso Nacional. O Código Penal de 1941 tem normas que são consideradas defasadas para enfrentar o problema. Por que defasadas? Porque a realidade brasileira, em 1941, inclusive no campo, era distinta da que ocorre hoje. As bases das relações eram estabelecidas de outro modo, portanto o equilíbrio das partes no contrato tinha outras características que as atuais. É preciso estudar melhor a legislação penal sob essa perspectiva. Também a legislação trabalhista, sobretudo no que toca as relações no campo e a legislação civil no que diz respeito às indenizações possíveis de serem pagas para recompor os direitos lesados que são próprios dessas pessoas que foram escravizadas.

Também é muito importante que o Congresso Nacional atue em face daquela PEC para a expropriação de terras privadas e de terras que estão sendo grila-

das por essas pessoas que empregam mão-de-obra escrava. E para que a gente tenha uma visão bastante clara a respeito da potencialidade lesiva dessa atuação é preciso perceber que quem pratica escravidão hoje no Brasil não são pequenos empregadores rurais, na verdade são grandes empregadores rurais que tocam grandes empreendimentos e que conseguem acesso a dinheiro público. Não podemos permitir que dinheiro público seja empregado para financiar qualquer atividade no campo ou nas cidades com violação de direitos humanos.

Feita essa introdução, eu gostaria de realçar que a questão do trabalho escravo é um fato absolutamente complexo, ele pode ser analisado do ponto de vista civil, do ponto de vista administrativo, do ponto de vista trabalhista e do ponto de vista penal. Numa análise jurídica, podemos analisar o problema sob essas diferentes óticas. E em todas elas vemos a responsabilidade de quem pratica e contrata pessoas desse modo e de quem se serve de uma organização estabelecida para aliciar trabalhadores e empregá-los sobre esse modo.

Portanto, é sempre uma atividade que não é acidental, não é casual, mas é muito bem engendrada e planejada. E para que ela funcione, essas pessoas precisam ter à sua disposição diferentes e vultosos recursos e portanto não podemos permitir que esses recursos sejam públicos, porque estaremos deste modo facilitando e permitindo a permanência desse câncer no âmbito da sociedade brasileira. Por que essa atividade exige um grande investimento? Porque para aliciar esses trabalhadores, essas pessoas, os aliciadores, precisam contratar pessoas que os localizem. E onde estão esses trabalhadores que estão numa condição que permitem que eles sejam aliciados? Essa é uma primeira questão. Os contratantes sabem. Onde estão as pessoas que se dispõem a ir lá seduzir essas pessoas que estão numa situação social provavelmente de grande fragilidade por diversos aspectos: por falta de educação, por falta de informação, por falta de educação para direitos humanos, por falta de oportunidade de trabalho e emprego, por falta de acesso à terra, por falta de acesso a créditos públicos? São pessoas que estão numa situação de bastante fragilidade.

Do ponto de vista da persecução penal, assim que assumimos a responsabilidade de tratar desse tema no Ministério Público Federal, nós percebemos imediatamente que não era possível enfrentá-lo de uma forma simples, de uma forma, digamos assim, clássica. E que forma era essa que vinha sendo praticada, no âmbito da minha instituição, nos dez anos anteriores? Era o seguinte: havia uma comunicação do Ministério do Trabalho e havia uma denúncia apenas pelo crime do trabalho escravo, como se essa fosse a única ilicitude praticada por esse contratante.

Quando lá assumimos, nós decidimos introduzir um novo conceito de atuação que é o conceito de trabalhar com uma cesta de crimes; e isso foi muito bem evidenciado aqui na exposição do Leonardo Sakamoto e da Drª Ruth Vilela. Quem pratica a escravidão no Brasil não pratica um único crime, e essa nova forma de atuação me parece que está dando muito certo. Hoje, nós temos no Ministério Público Federal, aqui, na Primeira Região, que são os 14 Estados das Regiões Centro-Oeste e Norte e mais a Bahia e Minas Gerais, 78 ações penais contra 308 pessoas. Obtivemos já várias prisões. Quais são os crimes que atribuímos a essas pessoas? Primeiro, quadrilha, porque percebemos que essas pessoas estão articuladas entre si de forma permanente e estável para praticar esse crime; o segundo crime é o crime de desmatamento, um crime que atinge, sobretudo, a Floresta Amazônica e o cerrado brasileiro; o terceiro crime é o crime de porte de armas; o quarto crime é o crime de aliciamento de trabalhadores, esse é um crime gravíssimo que vinha sendo, digamos assim, negligenciado pelos procuradores e promotores responsáveis por esse tipo de persecução penal; outro crime é o crime de trabalho escravo; o outro é de omissão de socorro; enfim, estamos atribuindo nessas diferentes ações penais, cujo número já revelei, cada um desses acusados uma... Tem também a sonegação fiscal e o desvio de recursos públicos, muitos deles obtidos no âmbito da Sudam, do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste e por intermédio também de agências do Banco do Brasil, que são emprestadoras de dinheiro público. Enfim, atribuímos a essas pessoas uma gama enorme de crimes praticados em conexão para que eles respondam pela ilicitude na complexidade que a praticam, na extensão que a praticam e para evidenciar também para a população brasileira que esse não é um fato isolado, acidental, casual que essa pessoa está praticando.

Tenho aqui um exemplo de uma denúncia que foi ajuizada no início de 2004, em fevereiro de 2004, contra um só empreendimento, atingindo várias pessoas donas desse empreendimento, em que a denúncia refere-se a várias inspeções do trabalho realizadas pelo grupo móvel de inspeção do trabalho, sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho, hoje exercida pela Drª Ruth Vilela, em que, por seis vezes consecutivas, a fiscalização do trabalho esteve nesse empreendimento agrícola no Pará e, em todas as vezes, ela encontrou trabalho escravo. Então, quando recebemos essa comunicação, nós requisitamos o aprofundamento dessa investigação e, por meio de imagens de satélites e outros recursos públicos disponíveis, nós percebe-

mos como foi a evolução desse desmatamento nessa propriedade, como foi a sonegação fiscal nessa propriedade, quais eram os recursos públicos garantidos a essa propriedade.

Isso evidencia claramente que a fiscalização do trabalho por si não inibe essa prática. O pagamento de verbas trabalhistas, também por si, não inibe essa prática, porque afinal ele estará pagando aquilo que ele já devia mesmo e provavelmente no valor subestimado, porque é calculado sob o salário mínimo e não sob o salário devido, um salário justo, uma remuneração justa. É preciso, portanto, atuar incisivamente sobre situações, sobretudo dessa natureza, em que a atuação pública tem que se fazer de forma mais eficiente. E é para casos como esse que defendemos a expropriação do imóvel rural. Para que a pessoa perceba que atuação dela persistente desse modo pode causar para ela um dano, uma responsabilização que não é só moral, não é só do ponto de vista trabalhista, mas também do ponto de vista civil, para que ela se responsabilize pelos danos que causa, impossibilitando que ela tenha acesso a créditos públicos, impossibilitando que ele trate a terra brasileira, que precisa exercer uma função social, do modo como ela venha tratando, economizando nos custos da produção para obter lucros. Então essa é uma ação que ilustra bem o que nós estamos tratando.

Tem uma outra denúncia, nesta aqui não há acusação de grilagem pública, porque a terra realmente era privada, pertencia a esse empreendimento econômico, mas temos outras denúncias em que estamos atribuindo a essa pessoa também, ao réu, a grilagem de terras públicas. Grilagem é um crime no Brasil. Ocupar bem móvel da União, sem a permissão da União é um crime; e essa pessoa que foi acusada de empregar mão-de-obra escrava, além de ter empréstimos públicos, empregar mão de obra nessas condições estava grilando uma terra que é da União, situada justamente nessa zona, chamada "terra do meio", que é hoje uma área de intensos conflitos no campo, de intensa grilagem de terras, de intensa prática de mão de obra escrava. E se estudarmos o modo como essa mão de obra escrava cresceu no Brasil vamos perceber que, nessa região sul do Pará, há uma tendência hoje de que a exploração da floresta, ilicitamente, inclusive com emprego de mão de obra escrava para grilar terra pública e para estabelecer empreendimentos com redução de custo por esse meio ilícito, ela tem um caminho, que é o caminho no sentido de rumar para "terra do meio". Então a Floresta Amazônica ela está sendo derrubada no sentido leste/oeste rumo a "terra do meio". Isso é absolutamente grave. Por quê?

Porque esses dados todos são dados públicos. A CPT faz há anos a catalogação, o registro dessas ilicitudes todas; o Ministério do Trabalho também têm esses dados disponíveis. Mas é preciso que todas as instituições com responsabilidade, inclusive o Congresso Nacional, por intermédio desta comissão, tenha conhecimento desses dados para que possam atuar decisivamente para que essas terras sejam expropriadas, para que os créditos públicos não sejam deferidos a essas pessoas, para que as inspeções tenham resultado, para que a Polícia Federal seja remetido a campo para fazer a investigação na amplitude que ela precisa ser investigada e não só documentar o fato instantâneo da prática de mão de obra escrava naquele momento em que a fiscalização do trabalho é exercida. É preciso examinar tudo isso mais amplamente, inclusive sob o ponto de vista do dano ambiental.

Caminhando para o encerramento, Sr. Presidente, gostaria de dizer que os dados colhidos pelo Ministério do Trabalho, pela Comissão Pastoral da Terra, formaram um banco de dados no âmbito do Ministério Público Federal, que identificou algo que me parece absolutamente relevante para uma boa análise dessa tema. Qual é esse banco de dados? Ele identifica a rota da escravidão no Brasil. Ele identifica três coisas que me parecem muito importantes para que o Estado brasileiro por suas diferentes instituições, inclusive o Congresso Nacional, possa definir uma política pública eficiente e possa atuar também eficientemente no sentido da prevenção e da repressão à prática da escravidão no Brasil. O que esse banco de dados com essas informações que foram colhidas pelo grupo móvel de fiscalização e documentadas pela CPT revela? Revela o nome de todos os trabalhadores que foram alcançados pelas fiscalizações do trabalho nos últimos 10 anos.

Isso permite verificar qual é o nível de reincidência e permite também que se perceba qual é o real montante de trabalhadores alcançados por essa fiscalização – são mais ou menos 16 mil pessoas alcançadas nesse período.

Os fiscais do trabalho são muito cientes de suas responsabilidades e quando esse dado está disponível pela pessoa que foi alcançada pela fiscalização, revela onde ela nasceu. Revela, portanto, o seu local de origem. Revela também o local onde essa pessoa foi aliciada e revela, por fim, o local onde ela foi escravizada.

A análise desses 3 pontos permite que a elaboração de políticas públicas dirigidas a 3 coisas: a primeira, a identificar de onde saem os trabalhadores submetidos à condição de escravo no Brasil. Se sabemos onde eles nascem, onde estão suas famílias,

podemos dirigir políticas públicas para melhorar o nível de educação nesses municípios, o nível de oferta de emprego, o nível de resgate de dignidade e valorização social dessas pessoas e de suas famílias, mantendo-as nos seus locais de origem.

O segundo ponto desse banco revela o local de aliciamento. Por que isso é importante? Porque essas quadrilhas atuam aliciando pessoas não mais nos seus municípios de origem, mas elas atuam hoje em poucos municípios que concentram pensões, hospedagens, onde permanecem esses trabalhadores até que o aliciador, "o gato", passe ali e os contrate, levando-os para essa fazenda, pagando a conta dessas pensões e já debitando o valor dessas pensões naquilo que vai ser a remuneração mensal desse trabalhador, o que é uma das primeiras características da servidão por dívida.

Por fim, ela nos indica qual é o roteiro atual de local para onde essas pessoas estão sendo levadas para serem escravizadas.

Tenho um mapa aqui nesse **power point**, no final, permite perceber que esses locais de aliciamento estão situados à margem de rodovias federais. Essa é a mágica que o banco de dados permite realizar O que ele revela? Revela que esses trabalhadores vêm de diferentes municípios no interior de estados, sobretudo nordestinos do Brasil, Piauí e Maranhão.

Para onde são levados? Onde eles são aliciados? Nos locais de entroncamento de rodovias estaduais com rodovias federais e não são muitas essas cidades, o que permite a gente exigir da Polícia Rodoviária Federal e da Polícia Federal, uma atuação preventiva de fiscalização dessas rotas de aliciamento.

Vou tentar – esse mapa não fica muito legível – É o mapa e pode voltar. Essas cidades são de local de aprisionamento. Se pegarmos uma reta, a partir de Xinguara, no sentido de São Félix do Xingu, mais ou menos no meio, a gente vai perceber que os municípios que estão sobre aquela linha verde revelam a tendência dos locais de aprisionamento de trabalhadores rurais no Brasil.

Portanto, é no rumo da terra do meio, no sentido Leste-Oeste e isso é muito claro a partir dos dados de fiscalização revelados e encaminhados ao Ministério Público Federal, pelo Ministério do Trabalho.

Na imagem anterior a esta deve ter o mapa do local do aliciamento. Vamos ver se localizamos, pode voltar.

Aqui. esse.

Esses são os Municípios, locais de aliciamento dos trabalhadores. Eu coloquei aí praticamente todos, mas, se a gente pegar por grandeza, por número de trabalhadores aliciados em cada um deles, vamos nos concentrar em 4 ou 5, todos eles situados à margem de rodovias federais. E é possível, portanto, estabelecer uma política pública...

Volte um pouquinho ali para a memória não me trair.

Municípios de aliciamento. O principal é Redenção, o segundo é Açailândia, o terceiro é Marabá, o quarto é Santana do Araguaia, Sapucaia, no Pará. São esses aí por ordem de grandeza. A partir, portanto, daquilo que a própria fiscalização do Ministério do Trabalho anotou, quando, no ato da fiscalização, perguntou aos trabalhadores: onde vocês estavam quando o gato chegou? Onde estavam quando foram aliciados? Se quisermos conter, portanto, a prática do trabalho escravo...

Ah, sim, deve ter aí também o mapa do local de origem, voltando um pouquinho também. Isso. Esses são os principais Estados de origem dos trabalhadores com as principais cidades de ou nascimento ou moradia de suas famílias tal como revelado para a fiscalização do trabalho.

Acho que, se a política pública e a atenção estiver, num primeiro momento, pelo menos, concentrada sobre essas cidades...

E lá, no fim desse **power point**, se a senhora puder seguir um pouquinho, tem assim indicadores de transferências de verbas federais. Aqui.

O Município de Marabá, por exemplo, no ano de 2002, só do Sistema Único de Saúde ele recebe 10 milhões, do Bolsa Alimentação 1,2 milhão, do Programa de Carências Nutricionais, aqueles valores, quer dizer, a União transfere muitas verbas para esses municípios mas poderia transferir verbas vocacionadas a conter o trabalho escravo, verbas que tivessem vinculação com algum programa público para garantir educação, oportunidade de emprego, saúde decente, moradia decente, saneamento público para essas pessoas que, hoje, estão numa situação tal, que estão sendo aliciadas e escravizadas no Brasil. Enfim, parece-me que o estudo da rota da escravidão pode ser um elemento de alguma utilidade para a formulação de políticas públicas mais eficientes.

E uma última observação é que me parece importante que, ao cabo de uma fiscalização do trabalho, os trabalhadores alcançados e libertados sejam também objeto de políticas públicas de reinserção social porque senão, naqueles locais de libertação que coincidem em grande parte com os locais de aliciamento, eles serão novamente aliciados e novamente reincidirão na prática do trabalho escravo. Porque querem? Não, porque estão numa situação de tal fragilidade social que eles não têm provavelmente nenhuma outra alternativa a não ser retornar para aquelas mesmas pen-

sões e ficarem à espera do gato passar novamente. Então, uma política pública eficientemente elaborada, com a cobrança, o incentivo e a disponibilização de recursos por parte do Congresso Nacional, tem que atuar, sobretudo, nessas áreas onde, hoje, se estabelece essa rota de escravização, mas também para que, e acho que é o objeto também desta Comissão, para que nós façamos uma análise mais profunda, coisa que ainda não fizemos, sobre qual é a situação do uso da terra, do acesso à terra e da distribuição e uso de recursos públicos, sobretudo os federais, nessas áreas de origem, aliciamento e escravização dos trabalhadores. Por que? Porque se a política pública for objetivamente construída e focalizada, tendendo a garantir a terra a todos, o acesso a créditos a todos, nós estabeleceremos uma política preventiva mais eficiente. A par disso, eu só gostaria de assinalar que, em razão de ter modificado o seu modo de atuação, acredito que o Ministério Público Federal tem conseguido atuar de uma forma mais profunda sobre esses problemas, trabalhando com essa cesta de crimes, mas não no ritmo e com a eficiência que gostaríamos que ocorresse. Isso se deve a duas circunstâncias principais: a primeira, é que qualquer defesa de direitos humanos ainda é uma novidade no Brasil. Qualquer atuação em favor da promoção da pessoa humana encontra alguma dificuldade de utilização dos instrumentos judiciais hoje disponíveis.

Então, esse é um problema. A minha instituição precisa dar mais ênfase temática a esse problema, como vimos trabalhando em parceria e creio de um modo bastante interessante nos últimos três anos. Mas precisamos trabalhar de forma mais concentrada, especializando um grupo de procuradores que se encarreguem desse tema, para que, a curto prazo, possamos dar a resposta que o Estado brasileiro mereça.

Mas o outro aspecto é que persiste ainda hoje uma discussão em torno da competência para processar e julgar ações penais dessa natureza.

Há um grande número de anos, está no Supremo Tribunal Federal um recurso extraordinário, onde levamos essa questão; o Ministério Público Federal quer assumir a tarefa de persecução penal dessa matéria, levou essa questão para o Supremo Tribunal Federal, tem ajuizado as ações penais, mas essa dúvida, porque o Supremo ainda não concluiu o seu julgamento iniciado no último mês de março, causa entraves de diferentes naturezas. A principal é a seguinte: muitas vezes, ajuizamos a ação criminal e o juiz federal tem a convicção de que a competência estadual declina dessa competência para a Justiça estadual. E aí perdemos a titularidade dessa demanda.

O segundo ponto é que muitas das prisões que vimos requerendo são, num primeiro momento, decretadas e logo em seguida reformadas com base no argumento da incompetência da Justiça Federal e do Juiz Federal que a decretou.

Então, urge que o Supremo Tribunal Federal defina a questão de uma vez por todas, para que possamos investir melhor nossa atuação nesse setor.

Peço desculpas por ter me estendido tanto e agradeço mais uma vez a oportunidade.

Obrigada. (Palmas!)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR.) – Muito obrigado à Drª Raquel pela sua contribuição e vamos convidar o nosso último expositor de hoje, o Frei Henri Burin, que é advogado da Comissão Pastoral da Terra em Xinguara, no Pará, e é precursor da campanha de combate do trabalho escravo no Brasil.

O Frei Henri Burin, nosso convidado, tem a palavra para a sua exposição e depois passaremos às indagações. Já há Senadores inscritos: o Senador Jonas Pinheiro e a Senadora Ana Júlia, além do Relator.

O SR. HENRI BURIN DES ROZIERS– Boa-tarde a todos vocês. Agradeço o Senador desta Comissão por ter me convidado para dar o meu depoimento, testemunho e contribuição da Comissão Pastoral da Terra.

Proponho, se possível, apresentar agora um pequeno resumo de uma reportagem que foi feita no **Fantástico,** de 2001, pelo jornalista da **Globo** Marcelo Caneirás, que inclusive foi premiado, e que vai nos ajudar a entrar na realidade da tragédia humana que sofreram esses trabalhadores rurais com o trabalho escravo e também vai nos ajudar a perceber que o trabalho escravo é muito mais do que algumas infrações trabalhistas. É realmente um crime contra os direitos humanos e que atinge diretamente a dignidade da pessoa humana.

Já terminei.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos apagar a luz e proceder à exibição do vídeo.

(Exibição de vídeo.)

O SR. HENRI BURIN DES ROZIERS – Essa reportagem é interessante porque mostra claramente quais são as características do trabalho escravo, que é totalmente outra coisa do que infração trabalhista. Como aparece claramente, a primeira característica é o endividamento. Os trabalhadores rurais chegam à fazenda com uma dívida da viagem, da hospedagem. Segundo, eles têm de comprar as coisas que precisam, até ferramenta de trabalho, numa cantina da fazenda, único local porque, por definição, eles são totalmente isolados na mata, às vezes há 50 ou 100km de qualquer aglomeração ou povoado. Segundo, o fato de que eles não são pagos, não recebem absolutamente

nada. Terceiro, o constrangimento através de armas. Têm pistoleiros. Recebemos ontem, em Xinguará, na mesma região, dois fugitivos de uma imensa fazenda, que, inclusive, estava cercada de pistoleiros. A última característica é o isolamento. É extremamente difícil para o pessoal poder fugir, porque é usado o elemento sem dinheiro, sem meio de locomoção.

É muito interessante, neste vídeo, neste caso é que o proprietário dessa fazenda é a empresa Agropecuária Araújo Lima, do qual já mencionou Leonardo Sakamoto. O que é muito interessante é que quando foi feito isso já estava rescindida. E ela foi flagrada em 98, por, me pareceu, com trabalhadores que estavam em regime de trabalho escravo. Ela foi flagrada de novo pelo grupo móvel que acompanhou a **Globo**, nessa reportagem de 2001. Em 2002 de novo ela recomeçou e foi flagrada, e um grupo poderoso de Alagoas que tem, pelo menos pelo nosso conhecimento, três fazendas na nossa região, do Pará.

Então, reincidência que faz que é o caso que foi solucionado peculiarmente pela Justiça do Trabalho no mais alto até hoje. Ela foi condenada este ano. O Ministério Público do Trabalho, por causa dessa reincidência constante, pediu 85 milhões de danos morais coletivo. Ao final ela foi condenada a 3 milhões. Infelizmente, anteontem, o Juiz Regional do Trabalho suspendeu algumas medidas do juiz condenou que era bloquear os três milhões da conta, quebrar o sigilo bancário. Infelizmente anteontem isso aqui foi suspenso.

Então, quando se vê isso e quando se vê a reincidência de uma empresa desse porte que declarou à Justiça do Trabalho que ela tem capital de 200 milhões de reais, que não é pouco. Por que essa permanência de trabalho escravo? Vou resumir rapidamente três pontos que já foram tocados pelas pessoas que falaram antes, deram depoimento antes de mim.

Quais são as causas fundamentais do trabalho escravo? Vamos ver: do lado do trabalhador, do lado do empregador, o fazendeiro e do lado do Estado. Do lado do trabalhador esta reportagem mostra a fragilidade do trabalhador rural que está contratado muitas vezes para trabalhar nessa região. Nos outros Estados de pobreza maior, que são: o Piauí, muitos da nossa região vem do Piauí, Tocantins, Maranhão, sem nenhuma possibilidade de se defender, porque estão passando por absoluta necessidade. Eles recebem propostas melhores, depois são enganados e têm que reconhecer, muitas vezes na reincidência do trabalhador também. Porque de novo uma proposta, mas não tem condições de verificar se ele não vai ser de novo tratado nessas condições, porque tem a sua família que passa fome e aceita. Do lado dos fazendeiros, por que essa prática foi colocada claramente já, através do Leonardo Sakamoto, através da Drª Ruth, a Drª Raquel. O problema pelo fazendeiro, do lucro fácil e rápido que explica o modelo de desenvolvimento, que já foi explicado, que está prevalecendo e que é um modo de desenvolvimento da concentração da terra que faz para a concentração da terra e conseguir um lucro maior nessa região, aquele que sabe explorar melhor e, obviamente, o empregador, na situação que foi mostrada aqui.

Então, do lado do fazendeiro aqui uma facilidade de lucro rápido e fácil; do lado do Estado por que se explica essa permanência, apesar de coisas positivas, vamos lembrar de novo, logo depois, do lado do Estado tem que dizer que talvez o principal problema atual, que dá essa continuidade de trabalho escravo é a impunidade.

A Drª Arakélia colocou o problema que, por exemplo, do ponto de vista do crime de trabalho escravo, art. 149 do Código Penal, não tem até agora a possibilidade de punição para esse crime, porque tem um conflito de competência que até hoje não foi solucionado entre a Justiça Comum e a Justiça Federal. Não está definido quem é competente por crime de trabalho escravo, a Justiça Federal e a Justiça Comum. Há um caso agora no Supremo Tribunal Federal, esperamos que vão decidir realmente em favor da Justiça Federal.

Então, esse aqui é o problema principal do lado do Estado, que até hoje torna possível isso. Também, nesse momento, dizer da importância, que já foi colocada hoje várias vezes, que é a famosa PEC, Projeto de Emenda à Constituição, que permitia o confisco do trabalho escravo sem nenhuma indenização. Seria necessariamente emblemático, pelo menos uma medida dissuasiva que faria refletir, mas, infelizmente, até hoje não foi feito.

Agora tenho que destacar também o que foi feito sobre essa luta do trabalho escravo. Primeiro, a existência do trabalho escravo no Brasil, pelo próprio Brasil e internacionalmente, o Brasil reconheceu, a partir de 95, a existência do trabalho escravo, que sempre até lá foi negado.

A partir de 95, o Governo Federal criou esses meios eficientes que temos hoje, que o grupo móvel de fiscalização dentro das fazendas. E tem que reconhecer que, a partir de 2003, quando o Governo do Presidente Lula, no Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, um salto positivo claramente foi conseguido. As estatísticas que foram enumeradas rapidamente demonstram isso.

De 1995 a 2005 tinha mais ou menos entre 14 mil e 15 mil trabalhadores em situação de escravidão que foram resgatados, sendo 62% desse número, entre 2003 e hoje, demonstram que realmente têm atu-

almente uma atuação muito mais rigorosa de combate contra o trabalho escravo. O que tem que enfatizar também, como medida muito positiva, foi a atuação da Justiça do Trabalho, que condenou, por danos morais coletivos, pesadamente vários infratores, inclusive a Empresa Pecuária Araújo Lima.

O Ministério Público do Trabalho pediu uma condenação de 85 milhões, mas foi condenado pelo Juiz do Trabalho de Marabá, neste ano de 2005, em 3 milhões. Infelizmente, nesses dias há uma liminar do juiz da região que suspendeu o bloqueio dos 3 milhões e quebra de sigilo bancário.

Tem que reconhecer também a importância como meio de combate ao trabalho escravo e a erradicação a lista suja, o nome oficial, publicada a cada ano, três ou quatro meses, pelo Ministério do Trabalho sobre as fazendas que praticam trabalho escravo, que vão ter então seus financiamentos, créditos suspensos.

E também é muito importante o que foi colocado pelo Leonardo Sakamoto e também esse pacto que foi assinado dia 18 de maio na Procuradoria-Geral da República, onde dezenas de grandes empresários comprometeram-se a não comprar mais produtos – seja a indústria siderúrgica, por causa da carvoeira, seja de alimentação, por meio das grandes empresas como o Pão de Açúcar e o Carrefour – alimentos, carne, que viriam de fazendas que praticaram o trabalho escravo.

Apesar desses avanços significativos já colocados e que resumi aqui, tem que reconhecer que ainda faltam coisas, tem limite a essa atuação. A primeira, que é óbvio, é que precisa de uma reforma agrária realmente autêntica e efetiva, que até hoje não é o caso.

Esses trabalhadores rurais que vão trabalhar nas fazendas, na sua maioria, querem terra. Porque, às vezes, inclusive, têm terra no Piauí, mas de tão pobre e tão pequena, incapaz de sustentar as famílias desses trabalhadores, são obrigados a buscar outras alternativas. Até hoje existe isso. Eles vão trabalhar nesses Estados onde há trabalho de pecuária ou de desmatamento, como, por exemplo, no Pará.

Então, a reforma agrária não há dúvida de que atacaria a raiz do problema que é a falta de trabalho, de emprego, de renda para essas famílias.

Também é importante, destacando o trabalho admirável do grupo móvel e da Secretaria de Inspeção do Trabalho, dizer que ela precisa de mais meios, precisa de agilizar as operações. Nesse momento, a tragédia, o problema muito grave que ontem aconteceu de um fugitivo de uma fazenda, precisamos saber quantas semanas vamos esperar até que o grupo móvel, que há em todo o Brasil uma equipe disponível para, imediatamente, faça a fiscalização, porque se esperar um pouco o fazendeiro estará a par que tem fugitivo, que vai ter fiscalização, esconde ou manda tudo embora. O fortalecimento do grupo móvel, de agilização das operações é uma medida absolutamente necessária.

Também, como já colocamos, o problema da solução da competência criminal a respeito do trabalho escravo é competência da Justiça Federal.

Por fim, a votação pelo Congresso dessa PEC, Projeto de Emenda à Constituição pelo confisco, seria extremamente importante como medida decisiva..

Para finalizar esta comunicação, é óbvio que esperamos, para (inaudível) dessas cidades brasileiras e das autoridades, que a erradicação do trabalho escravo, seja um compromisso internacional do Governo Federal e do próprio Presidente da República. Achamos isso absolutamente imprescindível e que é possível. A (inaudível) depende unicamente de vontade política do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo. Inclusive, através do que depende deste Congresso para a votação da PEC. Depende também da mobilização da sociedade civil, que, graças a Deus, está se mobilizando sempre mais sobre isso, cobrando o que tem que cobrar. Ao fim, depende de cada um desses atores do país de fazer seu trabalho e depende então deste Congresso, desta CPI, dos Senadores de fazerem também sua parte.

Muito obrigado.

(Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado ao Frei Henri. Vamos passar a palavra aos Parlamentares, que poderão fazer indagações a cada um dos convidados, que responderão de onde se encontram.

E começamos pelo Relator, o Deputado João Alfredo, depois, o Senador Jonas Pinheiro, a Senadora Ana Júlia Carepa e o Deputado Jamil Murad.

Com a palavra o Relator.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr. Senador Jonas Pinheiro, Srª Senadora Ana Júlia Carepa, já que estamos apenas nós quatro aqui, senhores e senhoras convidadas, Deputado Jamil Murad, que está aqui atrás, em primeiro lugar, gostaria de dizer da emoção de ter participado dessa audiência como relator desta CPMI. E é impossível não lembrar e também aqui prestar a homenagem aos fiscais do Ministério do Trabalho que foram mortos em Unaí. Penso que esta CPMI procura levantar o problema fundiário brasileiro, a questão da violência no campo, ela tem que fazer do seu relatório, que me foi encarregado por esta comissão, uma homenagem a todas as vítimas da violência no campo, desde trabalhadores, sindicalistas, religiosos, até servidores públicos públicos, como dos fiscais assassinados em Unaí.

Queria, Sr. Presidente, prestar também minha homenagem à Letícia Sabatela, à Ruth Beatriz Vilela, à Raquel Doge, ao Frei Henri des Roziers e ao Leonardo Sakamoto, porque aqui eles não são meros, vamos dizer, depoentes de uma CPMI, eles são protagonistas dessa história, ou como servidores públicos, ou como membros de entidades da sociedade civil, que têm prestado uma atuação importante no Brasil. E, nas pessoas deles, quero também homenagear a ONG "Humanos Direitos", o Ministério do Trabalho, através da sua Secretaria de Inspeção do Trabalho, ao Ministério Público Federal, à Comissão Pastoral da Terra, que conhecemos o trabalho e que já tem trinta anos de serviço aqui no Brasil, e à ONG "Repórter Brasil", que faz parte justamente da Comissão Nacional para erradicação do Trabalho Escravo.

Quero lamentar que esse tema não tenha despertado tanto interesse dos membros desta CPMI. Evidentemente que aqui não falo pelos que estão, mas pelos que não estão. Sabemos que vivemos uma crise, que o Congresso está em ebulição, em função das últimas denúncias que foram apresentadas, mas essa temática da questão do trabalho escravo não despertou o mesmo interesse nem a mesma indignação de Parlamentares aqui que questionam os movimentos sociais, mas que muitas vezes, inclusive na própria Câmara dos Deputados, procuram barrar a votação da PEC, já aprovada no Senado Federal, e, mais grave, negam mesmo a existência do trabalho escravo. Vi Parlamentares aqui nesta CPMI dizendo que isso não existe no Brasil. Isso vai ser inclusive tema de uma das minhas perguntas.

Quero lamentar também que uma matéria dessa tramita durante dez anos. Eu não estou aqui há dez anos, estou há dez anos e meio, mas, nesses dez anos e meio, não conseguimos, temos dificuldades muito grandes de votar na Câmara dos Deputados, dada a força da Bancada ruralista. O mais interessante é que, pelo que foi colocado pelos nossos expositores, os ruralistas que praticam o trabalho escravo são minoria. No entanto, têm sido apoiados, corporativamente, quase que pelo conjunto ou pelas figuras mais expressivas da Bancada ruralista, tanto, aqui, na CPMI como na Câmara dos Deputados e acho que esse tema tem uma importância muito grande para o Relatório. Os dados que foram levantados pelo Sr. Sakamoto e que foram confirmados pelos demais – na questão da vinculação do trabalho escravo e que nós já observávamos isto com a violência física, a grilagem de terra e o desmatamento, o que mostra que nós estamos tratando de uma mesma problemática. Não podemos tratar isto de forma diferenciada – o Estado do Pará, da nossa Senadora Ana Júlia Carepa, é um Estado onde essa questão é mais candente em todos os sentidos do tema.

Portanto, eu gostaria – e nós acertarmos, aqui, com o Presidente – de fazermos as perguntas em bloco – e, aí, evidentemente, fica a critério de cada um de vocês responder. Mas, basicamente, eu tenho, aqui, quatro perguntas. Primeiro, eu acho que esse tema seja, talvez, até mais dirigido à própria representante do Ministério do Trabalho. Quer dizer, quais são os critérios, qual é a metodologia, como se caracteriza, efetivamente, a questão do trabalho escravo porque numa audiência pública, realizada em Fortaleza, o representante dos proprietários rurais procurou, inclusive, ridicularizar a instrução ou a determinação normativa que existia para caracterizar essa situação e se diz que nem uma fazenda ou nem uma propriedade rural teria condições de cumprir aquelas exigências – ele generalizou. É por isto que eu estou dizendo que, mesmo os casos sendo minoritários, as entidades de classe – além de Presidente da Faec, ele é um dos Vice-Presidentes da Confederação Nacional da Agricultura e fez questão de atacar o trabalho do Ministério do Trabalho.

Então, eu gostaria que esta questão pudesse ser esclarecida. Talvez seja até bom os senhores anotarem porque na nossa prática, aqui, é fazer as perguntas coletivamente.

A segunda pergunta que acho que é importante e tenho até feito isto em relação a vários temos com os quais temos trabalhado: qual tem sido a participação dos órgãos estaduais, dos Governos dos Estados – se tem colaboração e cooperação ou se, muitas vezes, tem travado isto ou se não há nenhuma relação ou omissão. Acho que é importante que nós pudéssemos conhecer isto e até se há possibilidade de, em alguns casos, a realização de convênios. Alguns Estados têm Secretaria de Trabalho, mesmo sabendo que essa é uma atribuição do Ministério do Trabalho. Esse é um tema importante para nós.

Eu faço todas essas perguntas porque eu quero tratar delas no próprio Relatório, não só na parte do diagnóstico mas, também, na parte das propostas e resoluções. Para mim, uma CPMI que faça só o diagnóstico ou que indicie mas que, num tema como este, não possa apresentar sugestões, para mim ela perde o seu sentido.

A terceira questão que, também, acho importante aprofundarmos – infelizmente, a nossa representante do Ministério Público não está presente no momento – é a questão ligada ao Judiciário. Parece que tem posturas contraditórias dentro do próprio Judiciário – condenação em alguns casos e em outros se reverte em outras instâncias. Quer dizer, nós temos, aí, a posição da Justiça Penal, esse conflito de competên-

cia que já foi colocado, a própria questão da Justiça Trabalhista – como é que tem sido a posição do Poder Judiciário? Acho importante que nós possamos conhecer isto. Neste sentido, para concluir aqui – vai, aqui, então, a minha última pergunta – o Frei Henri já apresentou algumas sugestões. Acho importante que elas venham no Relatório. Mas quais são as outras medidas para o combate à questão do trabalho escravo, para a erradicação dessa vergonha que é o trabalho escravo no Brasil? Quais seriam outras medidas, tanto no âmbito administrativo como no âmbito do Legislativo, além, é clara da PEC, que é fundamental, mas quais seriam outras medidas também no âmbito do Legislativo, no âmbito do Executivo e até no âmbito do Judiciário que nós pudéssemos adotar no sentido dessa erradicação?

Então, Sr. Presidente, Srªs convidados e Srs. convidados, são essas as perguntas e eu gostaria que os próprios expositores respondessem cada um ??

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Eu creio que podemos passar a palavra aos demais para depois então responderem a todas as perguntas.

O Senador Jonas Pinheiro com a palavra. É o primeiro inscrito.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srª Senadora Ana Júlia, Sr. Deputado Jamil, eu tenho uma vida dedicada ao campo já de quarenta e três anos. Sou extensionista rural, portanto conheço profundamente o meio rural de meu País. E, quando se trata desse tema, é de fato um tema vergonhoso. Ninguém vai proteger quem pratica trabalho escravo, quem seja escravagista. Nós temos aqui duas medidas legislativas: nós temos a PEC, que foi aprovada já no Senado e que está na Câmara, e não tem dez anos – mas já tem algum tempo que saiu daqui pra lá –, bem como nós temos aqui o projeto de lei patrocinado pelo Senador Tasso Jereissati. Eu acredito que os dois são complementares. Existe a PEC. Mas nós temos que também, Sr. Relator, Sr. Presidente, nossos conferencistas, definir exatamente o que é trabalho escravo.

Eu tenho muita dúvida aonde é o limite do que é trabalho escravo e aonde começa também a chamada inobservância de leis trabalhistas. Isso porque, Drª Ruth, nós já estivemos algumas vezes com ela e lá no meu Mato Grosso – conheço muito bem todos aqueles que trabalham no Estado em função da minha profissão e das minhas ações como político, nós temos lá – e já levamos lá para Drª Ruth, já tivemos algumas reuniões tratando de alguns produtores, basicamente aqueles de algodão. Em Mato Grosso tem a melhor seleção dos produtores de algodão do Brasil e esses produtores tiveram um problema muito sério e só para dar um exemplo, Sr. Presidente, quem pode falar que Zé Pupim é um escravagista? Um produtor que veio do Paraná, lá da sua região, hoje ele está no Mato Grosso. É um produtor de primeira linha. O Ismar Ida. Nós conhecemos muito bem o Ismar Ida como produtor de algodão. Nós conhecemos muito bem o dono da Agromon, ele tem 3,2 mil funcionários e houve alguma inobservância na Fazenda Agromon de ter alguns trabalhadores sem carteira, porque não tinha dado tempo de registrar a carteira deles.

Eu sei que nós temos dificuldade desse entendimento com o Ministério do Trabalho e com todos os órgãos que trabalham heroicamente para retirar do Brasil essa pecha de ter trabalho escravo.

Agora, eu só pergunto para Drª Ruth, porque depois de toda a conversa que nós tivemos, saiu a Portaria nº 504, em que estabelecia que, durante dois anos que o infrator teve o seu nome incluído no Cadastro de Empregadores que tenha mantido trabalho em condições de trabalho escravo, depois de dois anos, ele seria vistoriado novamente.

Esses produtores, já trabalhamos com eles. Nós conhecemos, sabemos quais são esses produtores, o que eles fazem, como é que eles vivem, como é que eles cuidam dos empregados deles, tem muito deles que já estão com dois anos, Drª Ruth. Eu só pergunto para senhora o seguinte: já temos alguma escala ou alguma iniciativa de novamente vistoriar essas propriedades para ver se mantém aquela ação análoga ao trabalho escravo, que foi decretada na época que os fiscais estiveram por lá? Essa é a minha pergunta, reafirmando o nosso propósito. Assim como nós já votamos aqui, de forma muito rápida a PEC sobre trabalho escravo, com possibilidade de expropriação da propriedade onde o tenha, nós estamos já aqui também lutando por esse projeto complementar, porque o projeto do Senado Tasso Jereissati vem trazer mais luzes nessa definição do que é trabalho escravo e o que está sendo considerado como inobservância da lei trabalhista.

Portanto, essa é a minha interpretação. Ela é muito curta, é muito simples e dizer que nós somos solidários com aquilo que nossos expositores falaram no dia de hoje, nesta CPMI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, a Senadora Ana Júlia.

A SRA ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, quero aqui cumprimentar todos os nossos convidados e convidadas e, inclusive, saudar porque tem uma maioria de convidadas. De um modo geral, não é assim, mas hoje temos uma maioria de convidadas, o que nos or-

gulha, porque mostra, cada vez mais, o trabalho das mulheres, as mulheres assumindo o seu papel na sociedade e sua responsabilidade.

Uma das questões que o Deputado João Alfredo já fez, não vou fazer pergunta até porque eu vou pedir desculpa de ter que me retirar, mas já estou atrasada, mas fiz questão de ficar aqui para poder fazer esse registro.

Conheço aqui quase todas as pessoas que foram convidadas, mas conheço mais de perto o Frei Henri, que é nosso paraense de coração e que tem um trabalho, já foi inclusive homenageado pela Assembléia Legislativa do Estado, por Câmara Municipal, enfim pelo trabalho que ele exerce no Estado do Pará, que é o nosso Estado, que ostenta esse triste título. Reafirmando essas questões de que as coisas andam juntas; o trabalho escravo junto com o crime ambiental, junto com grilagem de terra e junto com a violência no campo. O Bida, que é um dos mandantes – eu digo um dos, porque não são só aqueles que estão presos, talvez aqueles que vão ser julgados e, se Deus quiser, condenados, porque eu espero que a Justiça do Estado do Pará, inclusive que aquele setor da Justiça, que resiste muito a condenar as pessoas quando se trata de crime contra trabalhadores rurais, que eles possam, inclusive, dar um exemplo para o País, dando um voto de confiança e mostrando que a sociedade pode confiar na Justiça do Estado do Pará. O Superior Tribunal de Justiça deu esse voto de confiança dizendo que o caso será julgado pela Justiça do Estado porque o processo já esta avançado. Espero que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará corresponda a essa confiança porque, se não corresponder, quem responderá, infelizmente, não serão eles, mas a União. É o País que vai responder. Não será o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, não será o Governador do Estado do Pará, infelizmente, mas a União. Contudo, temos a esperança de que não se cometa mais uma vez a impunidade no caso do crime da Irmã Dorothy, mas não só nesse caso.

Quero dizer que, infelizmente, mais um trabalhador rural foi assassinado no Estado do Pará na noite de ontem, em Paraopebas. Antônio Matos Filho era ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, tendo sido um de seus fundadores, e foi assassinado ontem em sua residência. É mais um caso de violência.

Esses crimes acabam sempre andando juntos e mesmo que o trabalho escravo seja residual, fico impressionada – embora a Drª Ruth tenha citado que a CNA esteja fazendo uma campanha de conscientização –, Deputado Relator e Presidente Alvaro Dias, com a quantidade de defensores desses criminosos. É impressionante.

Nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, está a tropa de choque que sempre procura criminalizar os trabalhadores tentando achar alguma coisa nos movimentos sociais, que, talvez tenham cometido o único crime de defender o direito à produção, o direito à terra, o direito ao trabalho digno – esse talvez seja o grande crime desses movimentos sociais – mas essa tropa de choque não está aqui quando se trata de um tema tão importante e que tem sido uma agressão constante, principalmente, aos trabalhadores do campo.

Quero dizer que além dessas iniciativas legais importantes como as emendas constitucionais em relação à expropriação da terra, de iniciativa do ex-Senador Ademir Andrade, do Estado do Pará, e do Deputado Federal Paulo Rocha, também do Estado do Pará, que tratam da definição do que é trabalho escravo, apresentei – e tenho ouvido de muita gente ligada à luta contra o trabalho escravo da importância de aprovar essa proposição que não é uma emenda constitucional e, portanto, mais fácil de aprovar – um projeto de lei que proíbe a concessão de crédito e a contratação, tanto de pessoas físicas como jurídicas, que tenham incorrido tanto em crime de trabalho escravo como em crime ambiental, o que torna legal a chamada lista suja, e isso acontece na última instância de recurso administrativo. Assim, é um processo mais ágil. Inclusive, aqui já foi colocado pela Procuradora da República como se dá o processo. Alguém tem uma área, consegue um financiamento público, pratica o trabalho escravo e o crime ambiental. Como falei, o Bida tinha multa de trabalho escravo, multa de crime ambiental, além da grilagem e da disputa da área. O Bida não tinha financiamento da Sudam. Outros tinham financiamento, como o Taradão e outras pessoas da região. Mas ele já comprou de quem teve financiamento da Sudam.

É importante também aprovarmos esses projetos, cumprirmos a nossa função e cobrarmos da Justiça uma definição mais ágil em relação à questão da competência. Parece que, para alguns, está sendo interessante que isso não se defina porque está sendo mantida a impunidade em muitos casos. É importante que a Justiça também cumpra o seu papel e defina a competência de julgamento desses casos. Estão permitindo que se mantenha a impunidade nessa situação. Era esse o registro que gostaria de fazer.

Depende muito da pressão da sociedade a agilidade na aprovação de leis, como essas que fazemos para contribuir e acabar com essa chaga que ainda existe em nosso País.

Fiquei feliz em ver a ação também em outras direções, como a do Ministério do Desenvolvimento Agrário, agora do Incra e do próprio Ministério do Tra-

balho, que realizará, juntamente com outros Ministérios e, inclusive, com o MDA, ações no sentido também de qualificar e dar condições para tirar da condição de fragilidade social esses trabalhadores. Alguns não são soltos apenas uma vez. Alguns já, por mais de uma vez, foram libertados por estarem sujeitos a trabalho escravo.

Lamento, Frei Henri, que nosso Estado esteja sofrendo como está nesses últimos dias. O Procurador da República poderia ter subsidiado os juízes do STJ com os dados de que um setor da Justiça do nosso Estado concedeu liminar para reintegração de posse e que 50% dessas liminares dispõem sobre áreas que já estão ocupadas há mais de quatro anos ou até oito anos, onde já há produção, escola. São áreas que já foram vistoriadas. Há áreas, inclusive, que já estão desapropriadas pelo Presidente da República. O setor da Justiça conceder liminar de reintegração de posse é uma vergonha para a Justiça deste País. Eu queria ver o Boris Casoy dizer isso. É verdade! Parece que só é vergonha, no País, algumas coisas.

Tanta gente que se diz, inclusive, defensor dos mais pobres, filhos da pobreza, deviam estar pressionando esses projetos de lei, Deputado João Alfredo. Mas, às vezes, eles preferem ficar com outro tipo de discurso.

Qualquer que seja a situação do País, temos de apurar o que quer que seja. Não podemos permitir que a nossa atividade se paralise por conta disso. Quisemos mostrar ao País que faremos o que for necessário para apurar qualquer tipo de irregularidade. Mas não vamos parar e deixar de votar o que é importante para o nosso País.

O trabalho escravo é uma chaga que, a partir de 2003, cuja erradicação sofreu um impulso maior com o compromisso do Governo do Presidente Lula quanto à erradicação do trabalho escravo. Mas temos que fazer também a nossa parte.

Parabenizo todos os nossos convidados, de quem depende muito também que isso seja aprovado em nosso País e no nosso Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia Carepa.

Concedo a palavra ao último inscrito, Deputado Jamil Murad.

O SR. JAMIL MURAD (PCdoB – SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, senhores convidados, inicio meu pronunciamento, cumprimentando a atriz Letícia Sabatela, que, diante de tantos afazeres, tantas preocupações, dedica uma parte de seu tempo, sua energia, para defender os excluídos, aquele setor vulnerável da sociedade. Esse é um exemplo extraordinário, porque temos que, além de fazer leis, além de punir, de reprimir, fazer a prevenção, e começa a prevenção através da mudança de cultura, fazendo esclarecimentos, procurando influir na cabeça das pessoas para ter um outro comportamento.

Queria cumprimentar o Frei Henri, a Drª Ruth, a Drª Raquel e o jovem Sakamoto. Nós aqui – vou situar para ser breve, já que o horário está avançado – deveríamos, em primeiro lugar, enfocar que o problema não é estatístico, não é assim. Temos milhões de trabalhadores e, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), 25 mil trabalhadores escravizados. Porque, se fosse pelo aspecto estatístico, poderia considerar residual, mas eu, como médico que exerceu a profissão muitos anos, não olho assim: aquela pessoa que está sofrendo é um em tantos milhões, então pode ser abandonado, não é? Quer dizer, ele é um, um ser humano que merece ser tratado, porque ele merece ter a vida dele da melhor forma possível, com a maior dignidade. Então, eu me pauto por aí. Enquanto houver um, enquanto tivermos um trabalhador escravizado, nossa causa continua, para eliminar, para que tenhamos zero trabalhador escravizado no Brasil, essa é nossa meta. Agora, temos que ver que isso é um conjunto de atitudes. Essa CPMI foi criada para avaliar e investigar irregularidades e crimes cometidos no campo particularmente – também na cidade, mas particularmente no campo – e nos últimos tempos temos visto aqui uma série de esforços para mostrar que aqueles que lutam pela reforma agrária, aqueles que lutam por justiça, que lutam por progresso, são criminosos, são infratores da lei, têm seus sigilos fiscais, bancários, telefônicos quebrados. Por quê? Porque querem penalizá-los, querem mostrar que eles são criminosos e, logicamente, pelas leis do País, eles seriam presos e ficariam alguns anos presos. Essa não é, nada mais nada menos, do que uma continuidade da violência que se comete contra esses que já vêm sofrendo violência há tanto tempo. Agora, é importante situarmos isso. Exatamente num momento ou num período onde diminuiu... Segundo os dados do Frei Henri, 62% do conjunto de trabalhadores que se libertaram da escravidão foi num período de 28 meses, exatamente num período do Governo Lula. Então, isso incomoda aqueles que nunca tiveram empecilho para suas atividades de desprezo à vida humana, escravizando-os na busca de lucro maior, na busca de acúmulo maior de riqueza, exatamente nesse período onde dezenas e dezenas de milhares de pessoas estão assentadas. Está certo que não é aquele número que o Presidente da República tinha prometido, mas essas são as circunstâncias, o importante é que está fazendo, está colocando mais recursos para o assentamento dar certo.

Também, nesse período, é importante notar que o Brasil impulsiona uma política externa na qual ele é menos submisso às vontades norte-americanas. Os Estados Unidos até quiseram, recentemente, desmarcar uma reunião de dirigentes de países árabes e de países da América do Sul aqui, que foi realizada com sucesso. Tentaram desmarcar de toda forma. Em última instância, a Condoleezza Rice esteve aqui no Brasil. Solicitaram que S. Sª ficasse pelo menos como observadora. O Governo brasileiro disse: "Não, marcamos essa reunião entre os países árabes e os países da América do Sul, vocês são da América do Norte. Não há observador nem para a América do Norte nem para europeu, etc. Não é nenhuma discriminação, é uma regra que estamos cumprindo, estamos encaminhando e vamos seguir essa regra".

O Brasil, nesse período, tem um projeto, colocou o chamado Pró-Uni, um projeto no qual 112 mil jovens tiveram acesso à universidade, mas gente pobre, cuja família ganha 2 ou 3 salários mínimos. Jamais teriam oportunidade de freqüentar uma universidade privada ou uma universidade pública, porque ele tem dificuldade de até enfrentar o vestibular. É nesse período que impulsionamos a economia, buscamos incentivar e dar apoio aos produtores rurais, mesmo os grandes. Aqui não há problema de pequeno, médio e grande, o Governo brasileiro – como o Governo do povo brasileiro, do País – procurou fazer esse processo.

Amigos, amigas e telespectadores, neste momento vemos a perseguição contra aqueles que lutam pela reforma agrária, como é o caso dos dirigentes do MST ou de cooperativas que dão apoio à luta pela reforma agrária, não só aqueles que gostariam que não tomássemos nenhuma atitude contra trabalho escravo. Hoje, vemos um mecanismo, uma tentativa de desgastar, desestabilizar e, se possível, encurtar o próprio mandato do Presidente da República. Por quê? Não pelos defeitos, mas pelas virtudes.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Já vou encerrar, Sr. Presidente. Se ele estivesse de acordo com os poderosos de sempre, logicamente, nada lhe aconteceria. Estou alertando a opinião pública e aqueles que se preocupam com o futuro do Brasil, tendo poder econômico ou de qualquer classe social, mas que deseje um Brasil desenvolvido, civilizado, sem trabalho escravo, que preste atenção na grande luta política que está em desenvolvimento neste instante no Brasil. Provavelmente, o esforço seja para fazer o Brasil voltar para debaixo das asas dos Estados Unidos, que o Brasil não combata o trabalho escravo e siga essa corrente de acomodação que tem permitido e presenciado o País viver com tanta exclusão, com tanta miséria, não só aqui como também na América do Sul.

Então, queríamos dizer – encerrando – que o trabalho escravo que impede o indivíduo, submete o indivíduo a trabalho degradante, impede que ele saia, retira a carteira de trabalho dele, não paga salário e fica ali com uma tropa, ameaçando até de morte se ele sair daquela situação de escravidão. Então, isso é uma vergonha, como disse a Senadora Ana Júlia. É uma vergonha e não pode continuar. Nós temos um projeto aqui... Tem que punir! É a única linguagem que certos escravocratas entendem: tem que punir! Existe um projeto para expropriar a terra do escravocrata. Isso precisa ser aprovado. Foi aproado no Senado, foi aprovado na Câmara. Mas, as artimanhas do Congresso – vamos dizer assim – fazem com que a lei não entre em vigor. Nós precisamos terminar essa votação. Nós precisamos, realmente, ter um instrumento para acabar com a impunidade e fazer aqueles que não entendem outra linguagem a não ser a perda de vantagens e de privilégios. E, também, que ele seja punido para que ele deixe de usufruir o trabalho escravo. Eu queria cumprimentar todos aqueles que vieram expor, cumprimentar todos os senhores Deputados e Senadores que estão aqui nessa luta. A nossa participação aqui significa que estamos irmanados na luta contra o trabalho escravo. E a mudança do Brasil precisa de coragem, acima de posições a, b ou c. Nós temos que somar uma corrente poderosa de transformação do Brasil para um Brasil desenvolvido e civilizado, um Brasil de progresso para todos, um Brasil que nunca houve antes. E, logicamente, enfrentar isso contraria interesses e existem artimanhas para colocar as vítimas no banco dos réus, como muitas vezes a gente vê dentro dessa própria CPMI acontecer, como aconteceu na semana passada com dirigentes da Anca, da Concrab e, anteriormente, com dirigentes do MST.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Álvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Deputado Jamil Murad. Nós vamos passar agora às considerações finais dos convidados. O Deputado João Alfredo e o Senador Jonas Pinheiro formularam algumas perguntas. Fica a critério dos expositores a resposta. Primeiramente, Sakamoto. Leonardo Sakamoto vai responder.

O SR. LEONARDO SAKAMOTO – Eu vou ser breve, até porque outros expositores podem falar muito mais do que eu. Eu vou falar do lado da sociedade civil e, bastante, do lado da imprensa e das pesquisas que a gente vem realizando.

É... Trabalho escravo... Bem, com relação ao conceito, a gente tem discutido bastante isso, Senador. Mas o Brasil, por ser signatário de dois acordos

com a OIT, e... ou seja, faz valer – retificados por esta Casa, né. Ou seja, concordamos com a definição da OIT, e essa definição é até utilizada no dia-a-dia das fiscalizações. Trabalho escravo é simples. É uma frase com algumas palavrinhas: trabalho degradante mais cerceamento de liberdade. Isso é fundamental. Por quê? Não assinar carteira é trabalho escravo? Não. Sujeitar alguém a condições paupérrimas, de água com vermes, carnes com vermes, etc e tal, sem lugar para dormir, sem lugar para comer é trabalho escravo? Não! É trabalho degradante, é deplorável, mas não é trabalho escravo. Trabalho escravo aparece quando você impede que o cara saia do local de trabalho, seja através de isolamento geográfico, seja através de coerção física, coerção psicológica. Ou de dívida, porque a dívida é o que gera né? Aí você segura o cara através de arma, através de ameaça, através de espancamentos, através de uma série de outras coisas, inclusive cadáveres como os que apareceram em Maraújos e que aparecem na fazenda de Gilberto Andrade e assim por diante.

Os produtores que o senhor citou e que estão na lista suja – a Drª Ruth poderá falar, mas eu peço autorização para falar um pouco da lista suja – não tinham carteira assinada. Lembrando das matérias e das fiscalizações, não era só carteira assinada o problema. Concordo com o senhor que, mesmo nas propriedades deles, havia um pequeno número de trabalhadores na propriedade deles, no trabalho deles. Porém, era a existência. Não sei quem falou que a existência de uma só pessoa escrava já era motivo para vergonha naquela propriedade.

Lembro que, se a CPMI quiser, com relação a todos esses nomes que o senhor falou, eu mesmo posso falar com os meus colegas da Globo, dos jornais **Folha de S.Paulo**, **Estadão**, **Correio Braziliense**, da **Rádio Globo**, para passar essas matérias do algodão, mostrando o pessoal sem poder sair, com segurança armada, coerção e tudo o mais.

Em relação a essas fazendas, ainda não se passaram dois anos. A primeira lista suja surgiu no fim de 2003 e a segunda, na qual entraram alguns produtores que o senhor falou, em meados de 2004. Os próprios produtores estão fazendo algo interessante. Com o Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, assinado com o Ethos no dia 19, e com a informação dessa cadeia produtiva... Por exemplo, a Coteminas cortou de muitos deles enquanto eles não se adequarem à legislação trabalhista. Isso até independe da lista suja, na verdade. A Coteminas mesmo falou que não depende da lista suja. Pelo que entendi, eles querem saber se há alguma irregularidade trabalhista ligado ao trabalho escravo.

Esses próprios produtores nos procuraram e também o Instituto Ethos e estão procurando o Governo na tentativa de se adequarem. A adequação trabalhista não ocorre de um dia para o outro. É um processo. Acredito que, em breve, nesse prazo estipulado de dois anos, esses produtores poderão adequar-se claramente às normas, o que será bom para todo o mundo, inclusive para o comércio brasileiro e para os produtores da região de Rondonópolis e Primavera do Leste.

Com relação à participação dos Governos Estaduais, quero frisar quatro em especial: Pará e Mato Grosso, onde há mais libertação de trabalhadores, e Maranhão e Piauí, onde há maior origem de trabalhadores. O Piauí é nosso parceiro no projeto de capacitação de professores para combater o trabalho escravo e vem desenvolvendo projetos interessantes. Foi desenvolvida uma comissão estadual de prevenção e erradicação do trabalho escravo e lançado um plano estadual. No Maranhão, foi lançado um plano estadual, que, a nosso ver, conforme entendimento da nossa ONG, anda um pouco mais devagar, e o combate ocorre mais por conta das ONGs do Estado. No Pará, também foi lançado um plano. No entanto, um plano de erradicação do trabalho escravo passa, evidentemente, pela efetivação dos direitos humanos, mas o que ocorreu com a desapropriação das fazendas na última semana vai contra aquilo que está estabelecido no plano daquele Estado. O Mato Grosso é um caso à parte.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – É reintegração e não desapropriação.

O SR. LEONARDO SAKAMOTO – É reintegração de posse. Desculpem-me. Perdão, pensei em uma e disse outra.

A reintegração de posse no Pará vai de encontro ao que é até planejado com relação à erradicação do trabalho escravo. Os planos estaduais, baseados no plano nacional, propõem a resolução da questão agrária com uma das alternativas para a erradicação do trabalho escravo, e o Pará, nesse sentido, tem-se mantido contrário. No próprio Mato Grosso também, apesar de ter feito um seminário que lançaria as bases para um plano estadual de erradicação, o seminário serviu apenas para, na verdade, colocar no banco dos réus as entidades do Governo e da sociedade civil que são parceiras na erradicação do trabalho escravo, e o próprio Governador e a cúpula do Governo não têm demonstrado muito interesse no combate ao trabalho escravo, até porque há muitas pessoas ligadas, direta ou indiretamente, ao Governo que figuram nas listas sujas. É esta a minha contribuição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

Passo a palavra à Letícia Sabatella, que, segundo fui informado, precisa-se retirar.

A SRA LETÍCIA SABATELA – Tenho que ir embora mais cedo. Eu queria humildemente agradecer a V. Exªs pela minha presença numa Mesa que realmente considero ilustre.

Faço votos de que possamos, de fato, chegar a contento de tudo o que foi dito e proposto aqui. Agradeço também ao Senador Alvaro Dias e ao Deputado João Alfredo, que foi quem me trouxe aqui, e ao Frei Henri, que é meu amigo, e a todas as pessoas que estão aqui, Drª Ruth, Raquel e Leonardo. Muito obrigada mesmo. Aprendi um pouco mais. Vamos acabar com essa vergonha! Nós, do Movimento dos Direitos Humanos, vamos estar atentos, vigilantes e, com certeza, sempre que possível, divulgar melhor o trabalho dessas pessoas e contribuir para exterminar com o trabalho escravo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigada, Letícia Sabatela. Já dissemos que sua presença é emblemática.

Figuras públicas com enorme carinho da população por elas devem realmente ter a valorização nesta luta em favor dos direitos humanos. Que se somem muitas figuras públicas como ela a esta causa! Aliás, Deputado Jamil Murad, esta causa deveria unir todos nós. É claro que esta CPI é dividida, mas, em relação a esta tese, todos deveríamos estar unidos.

Com a palavra a Drª Ruth.

A SRA RUTH VILELA – Vou tentar seguir a ordem das anotações em relação inclusive a algumas questões que o Relator havia suscitado. S. Exª tocou muito enfaticamente na questão do conceito. Precisamos ter muito cuidado de ficar repisando esta questão da dúvida do conceito de trabalho escravo, porque, sem dúvida alguma, é um dos argumentos de natureza meramente protelatória. Desconheço um conceito que, na verdade, esteja presente em tantos instrumentos legais ao mesmo tempo. Ele está presente em várias convenções, não só da OIT, como convenções internacionais ratificadas pelo Brasil. Ele está presente na Constituição Federal que diz respeito à garantia de direitos fundamentais e direitos do trabalhador e da função social da terra. Ele está presente na Consolidação das Leis do Trabalho em relação ao patamar mínimo de direitos que todo empregador deve respeitar e ele está presente no art. 149 do Código Penal, além de todas as questões de natureza civil.

O que eu gostaria de deixar bem claro a respeito desse conceito é o seguinte: se os trabalhadores rurais estivessem aqui neste momento provavelmente eles nos diriam que não há conceito, mas complexo incompreensível do direito de propriedade amplo e irrestrito. Por quê? Se eu sou um cidadão brasileiro e o único patrimônio que possuo é a minha força de trabalho para mim é incompreensível que poucos privilegiados tenham acesso à terra enquanto eu sou explorado na minha força de trabalho e não recebo sequer o salário digno.

Se é para discutir a complexidade de conceitos vamos começar pela complexidade do direito de propriedade amplo porque tem impacto direto nessa PEC que está tramitando no Congresso Nacional. Por outro lado, Sr. Relator, em respeito ao esforço que hoje se faz em cada relatório didaticamente se inserindo todas essas idéias e questões rapidamente vou dizer que a forma mais fácil de compreender esse fenômeno é através de uma pergunta.

O senhor conhece alguma situação de trabalho gratuito sem ser o de natureza religiosa? Eu desconheço. A lei inclusive veda o trabalho gratuito e tem a exceção no caso de doação por motivo religioso e que também não é irrestrito. Então, o trabalho escravo é basicamente isso: o meu único patrimônio, a minha força de trabalho é o que posso utilizar para sobreviver. O que eu posso esperar em troca? Um contrato de trabalho normal é bilateral. Estou ali doando a minha força de trabalho e espero uma contraprestação que vem na forma de salário ou remuneração. Não é isso?

No trabalho escravo, eu cedo a minha força de trabalho, depredo meu único patrimônio porque, diferentemente de outras situações esse patrimônio é indissociável da pessoa do seu dono, e a única coisa que espero é que esse trabalho seja recompensado com o salário ainda que miserável para eu me manter e manter a minha família. Em uma situação normal ainda péssima de relação de trabalho vou encontrar, querendo ou não, essa contraprestação. No trabalho escravo, não.

Na verdade, o que é trabalho escravo? A pessoa, ao invés de ser tratada como pessoa humana com direitos e, eventualmente, obrigações ela é simplesmente tratada como coisa. Então, eu, empregador que estou explorando que tipo de direito estou exercendo sobre aquela pessoa? É o direito de propriedade e, até onde entendo, em todas as constituições praticamente do mundo inteiro está estabelecido que pessoa não é coisa e que sobre as pessoas não se exerce o direito de propriedade. A questão central no Brasil porque o trabalho forçado ou escravo não é um fenômeno que ocorre simplesmente no terceiro mundo ou nos chamados países pobres ou em desenvolvimento. Ele acontece no mundo inteiro.

O Relatório Global da OIT, que espero que os senhores tenham recebido, traz um panorama do mun-

do inteiro e, no caso brasileiro, ao falar do conceito, a OIT contemplou com muita propriedade e muita objetividade que o caso brasileiro, a questão nuclear do problema, é justamente chamada de servidão por dívida que o endividamento crescente e infinito. Estou doando a minha força de trabalho e jamais recebo essa contraprestação. Aliado a isso formando, na verdade, esse feixe de ilícitos vou ter o cerceamento não só da minha liberdade de trabalho porque não consigo me desvincular, mas eventualmente o cerceamento da minha liberdade de ir e vir. Você agrega o atentado à liberdade do trabalho e o atentado à liberdade de locomoção. Disso aí, você vai tirar todos os fatos, digamos, acessórios. A negativa de alojamento que me proteja contra animais peçonhentos, intempéries, etc. e tal, que é o básico do básico; a negativa de água potável, sou obrigada a beber água contaminada, água barrenta, a mesma água dos animais. E daí vem todo o somatório do descumprimento desses direitos básicos. É o patamar inicial do respeito à pessoa humana que está ali alienando a sua força de trabalho. Trabalho escravo é isso. Não há o que se discutir. Essa questão, para nós principalmente, fica de forma muito clara. E esperamos que, cada vez mais, essa questão fique clara também para as pessoas que cada uma na sua função vão se juntando a essa luta e cuidando dos diversos aspectos do problema.

O senhor perguntou a respeito de Governo Estaduais. Só conheço posições de Governos Estaduais, a exemplo do Estado de Mato Grosso, que negam a existência do trabalho escravo e trabalham absolutamente contra o desenvolvimento desse programa.

No caso do Maranhão, o Governo do Estado, em determinada fase – eu não saberia falar como isso, enquanto momento atual –, procurou-nos interessado a participar, a se integrar aos demais parceiros. Pelo menos houve uma manifestação de boa vontade do Governo do Estado, por meio da sua Secretaria de Estado do Trabalho.

No Piauí, o Governo do Estado e vários outros Municípios atuam hoje de forma articulada, integrada com parceiros do Governo Federal e da sociedade civil organizada. O que vem também se dando no Maranhão, numa luta muito intensa também, desde 2003, é pelas ações preventivas. Ou seja, a atuação para que se rompa o primeiro elo dessa cadeia de eventos, não deixando que o trabalhador seja mais recrutado. Para isso, estamos discutindo e, já em fase embrionária, criamos um sistema como se fosse um cine-rural para que tenhamos um espaço oficial de recrutamento de mão-de-obra e identificação desses trabalhadores e fornecimento de documentação.

Programas de re-inserção dos egressos do trabalho escravo, não só dos programas governamentais, mas estamos conseguindo agora a re-inserção de alguns trabalhadores, cuja origem é no Maranhão, através dos projetos de reflorestamento das siderúrgicas do Maranhão, e um sem-números de projetos que não daria tempo aqui de identificarmos.

A questão do Judiciário, eu vou deixar para maior propriedade da Drª Raquel Dodge. Mas gostaria de pontuar o seguinte: existe um instrumento importantíssimo que nos reforça exatamente em todas essas questões problemáticas que estamos enfrentando hoje com o Judiciário, seja a dúvida quanto à competência, seja um certo desconhecimento do problema e eventualmente concessão fácil de liminares daqueles juízes que não procuram antes se certificar se é uma situação que ensejaria uma medida liminar ou não. Acima de tudo, acho que, tanto no Ministério Público do Trabalho, mas basicamente no Ministério Público Federal, na Procuradoria da República, a força-tarefa específica a que se referiu a Drª Raquel Dodge, hoje, é absolutamente fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

Com a palavra a Drª Raquel Dodge.

A SRA RAQUEL DODGE – Sr. Presidente e Sr. Relator, creio que serão três as questões que abordarei aqui: primeiro, a questão da competência; segundo, a questão da reforma da legislação pelo Congresso Nacional para aprimorar a definição e o tratamento do assunto relativo ao trabalho escravo; e terceiro, a questão do próprio conceito do trabalho escravo.

Quanto à primeira questão, vou tentar fazer uma abordagem de uma forma mais objetiva, fazendo comparações.

A Constituição brasileira, quando vai fazer definições daquilo que é competência federal, estadual ou municipal, ela define em artigos específicos. E quando ela trata da competência da União o faz basicamente no art. 21 que diz: é competência da União emitir a moeda, é competência da União declarar a guerra, é competência da União tratar de questões da energia nuclear. Vou me ater a esses três exemplos. Nesse mesmo artigo aparece a Fiscalização do Trabalho, aqui a atividade da Drª Ruth Vilela é uma atividade constitucionalizada, prevista nesse artigo da Constituição Federal, não em outro artigo da Carta Magna, propositadamente neste. Por quê? Porque a garantia do equilíbrio nas relações de trabalho, da dignidade da pessoa humana, da liberdade da pessoa humana é essencial para o Estado brasileiro quando ele diz que a ordem econômica e a ordem social vigentes no Brasil estão baseadas na dignidade da pessoa, na li-

berdade da pessoa, na remuneração justa do trabalho remunerado.

Se a União abrisse mão da sua competência exclusiva de manter esse equilíbrio e essa ordem de valores e delegasse para municípios e Estados essa competência, poderia estar abrindo mão de algo que é tão essencial para o Estado brasileiro quanto emitir uma moeda única, quanto tratar da questão nuclear. Vejam bem que no art. 21 não estão inseridas a competência exclusiva para tratar de educação ou para tratar de saúde, porque essas competências a União partilha com Estado e municípios. Por quê? Considerando peculiaridades locais, considerando responsabilidade locais, considerando iniciativas locais. No tocante às relações de trabalho não. A competência é exclusiva da União, exatamente porque a União, o Estado brasileiro, ainda na ordem do Império, abole a escravidão e funda uma nova ordem, uma ordem fundada em igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana.

Fosse diferente, a competência não seria exclusiva do Ministério do Trabalho para essa fiscalização, a Justiça do Trabalho não seria uma justiça federal como é hoje. E é por isso que a competência para crimes para julgar crimes relativos a trabalho escravo é de competência federal, porque esse é um serviço essencial da União, esse é um valor que funda a ordem econômica e social brasileira. Daí derivam todas as outras coisas como o fato de o Brasil ter assinado os tratados internacionais que visam erradicar do solo brasileiro essa prática, que preservam direitos humanos, que asseguram um equilíbrio justo nas relações de trabalho e por aí afora.

Precisamos entender que se não erradicarmos o trabalho escravo e se isso crescer e florescer, seja em partes tópicas do território nacional, seja em grandes regiões, estaremos, ali, rompendo com a ordem econômica e social brasileira. Portanto esse é um serviço da União, inafastável, essencial, está como competência exclusiva no art. 21 e não em nenhum dos outros artigos da Constituição brasileira que tratam de competências compartilháveis, solidárias etc. Esse é um ponto.

Segundo ponto. Na reforma que o Congresso Nacional pretende fazer para melhorar a legislação brasileira no propósito de enfrentar o trabalho escravo é preciso atentar que o conceito de escravidão contemporânea não compreende só a servidão por dívida. Hoje falamos aqui de trabalho escravo e o outro nome para isso é servidão por dívida, que é uma das formas contemporâneas de escravidão, tal como reconhecido pela comunidade de países no âmbito das Organizações das Nações Unidas, no âmbito de todos os tratados internacionais de que somos signatários, inclusive desses dois da Organização Internacional do Trabalho.

O conceito de escravidão contemporânea compreende, além da servidão por dívida, de que tratamos aqui hoje, o tráfico de mulheres, o tráfico de crianças, o trabalho infantil, o tráfico de órgãos e o *apartheid*. São seis conceitos incluídos no conceito de escravidão contemporânea. O art. 149 a Constituição, e por que estou me referindo a isso?, hoje abrange a criminalização de qualquer dessas seis modalidades. Então é crime se alguém pratica qualquer dessas seis modalidades de escravidão contemporânea, e não só a servidão por dívida.

Tenho visto que alguns projetos de lei em curso no Congresso Nacional, ao abordar preferencialmente a servidão por dívida e fazer todo o detalhamento disso, acaba reduzindo o conceito a uma das modalidades, sendo que as seis modalidades hoje estão compreendidas nesse conceito do art. 149.

Se o Congresso Nacional não tiver delicadeza, cuidado e uma compreensão exata do que é esse problema, ele vai acabar descriminalizando condutas. Então, hoje o que é crime passa a não ter suporte, no Código Penal para essa criminalização. Portanto, hoje, se eu posso incluir no conceito do art. 149 o tráfico de mulheres, a depender da modificação que seja feita, eu terei descriminalizado essa conduta.

Então, eu gostaria de chamar a atenção para isso, porque, no afã de melhorarmos um tratamento penal de uma determinada questão, acabamos descriminalizando condutas que hoje estão abrangida no art. 149. isso é muito importante.

Terceiro ponto, a questão do conceito. O conceito de trabalho escravo, vou comparar, para tentar ser objetiva, Senador Jonas Pinheiro, com o crime de homicídio. Quando falamos que alguém cometeu homicídio, e vamos verificar no art. 121 do Código Penal que tipifica o crime, vemos que o Código Penal não precisou mais do que duas palavras. O que ele diz do homicídio? Matar alguém. Duas palavrinhas. Não precisou dizer assim: matar alguém é retirar a vida de alguém, causar a perda da vida; é a ausência da vida motivada pelo ato humano voluntário doloso, não. O Código Penal, na sabedoria do Legislador de 1941, diz duas palavras. E nós todos sabemos o que é cometer um assassinato, um homicídio, matar alguém. Basta isso.

A ausência de vida está embutida na nossa compreensão do que é esse fato. Assim como em relação ao trabalho escravo há ausência do sujeito de direitos é a garantia de que estamos na presença de uma situação que caracteriza trabalho escravo. Essa ausência do sujeito de direitos, o Jurista é uma pessoa que

se utiliza de conhecimentos milenares, porque é um direito que vem desde o Direito Romano sobre esse assunto, ele percebe o seguinte: é a ausência de uma pessoa que é capaz de, com liberdade integral e com dignidade integral manifestar-se no âmbito de uma relação jurídica, definindo as próprias condições dessa relação. E aí fica fácil perceber que, quando falamos de liberdade, não estamos falando só da liberdade de ir e vir.

Temos uma compreensão muito clássica da compreensão do que aconteceu no Brasil Império é que os trabalhadores eram acorrentados, e nós ficamos muito apegados à noção de liberdade como liberdade de ir e vir, mas também a liberdade de contratar, expor, usufruir, gozar daquelas cláusulas que pactuadamente ou por escrito compõem a relação de trabalho são importantes.

O Direito Penal, como o Direito de um modo geral, se serve de umas categorias para identificar quando houver liberdade de manifestação de ser sujeito de direitos está viciada. Ele fala dos vícios da manifestação de vontade, aí incluídos a fraude, o conluio e a simulação que são as três categorias que mais interessam quando vamos analisar a questão do trabalho.

No filme, vemos: o gato passa e já paga a pensão dizendo, prometendo coisas e captando ali a vontade do trabalhador para integrar aquela relação jurídica, mas ele está fraudando a vontade do trabalhador porque ele esconde as reais condições de trabalho, o real valor do contrato, o modo como ele vai exercer esse trabalho, o que será descontado do salário dele, que esses valores que serão descontados foram arbitrados unilateralmente, porque o trabalhador não só não tem controle do que foi debitado do seu salário, não só não faz essa contabilidade, o acompanhamento disso, como ele também não tem condições de negociar esses preços. Se a carne, como foi mostrado no filme, vai sair por R$ 5,00 o quilo, sendo uma carne de quarta ou quinta categoria. Que preço é este de R$ 5,00 o quilo dessa carne? Esse arbitramento simula.

Ele também é vítima de um conluio, que se estabelece em desfavor desse trabalhador. Que conluio é esse? O que se estabelece com o "gato", com o gerente da fazenda, todos eles armando situações que impedem esse trabalhador de exercer livremente a sua vontade, atingindo a liberdade desse trabalhador e, às vezes, viciando o seu consentimento, invalidando esse consentimento. De que modo? O Direito não permite que eu exerça minha liberdade numa amplitude irrestrita. A minha liberdade de manifestação não pode atingir a minha dignidade. Por isso, não posso ser doadora de órgãos únicos de meu corpo. Por exemplo, se eu tenho um filho que eu amo muito, vítima de uma doença cardíaca, eu não posso doar para ele o meu coração, ainda que haja compatibilidade entre os nossos corpos para que ele receba o meu coração. Por quê? Eu somente posso doar órgãos duplos, porque eu não posso atentar contra a minha própria vida. Portanto, a minha liberdade tem um limite de manifestação. Nas relações de trabalho, também é assim.

Agora, assim como, no homicídio, há diferentes modos de matar alguém, há diferentes modos de escravizar alguém, mesmo no caso da servidão por dívida. Como se sabe que se está escravizando alguém ou não? Depende de vários fatores e circunstâncias. Como diz o Frei Henri, o fato da propriedade ser remota é um fator importante, mas também se pode escravizar alguém em propriedades próximas de grandes cidades ou mesmo na cidade de São Paulo, como vimos em alguns casos de escravidão urbana. Então, a remoticidade do lugar é, muitas vezes, um bom indício, porque permite que esse conluio, essa fraude, essa simulação, esse viciamento da liberdade do trabalhador e do exercício da sua dignidade se estabeleçam. Esse trabalhador não pode consentir com condições de trabalho que sejam aviltantes da higidez de sua saúde e de sua vida.

Então, quando estamos diante do crime de trabalho escravo ou dos relatórios que o Ministério do Trabalho faz, nem sempre estamos de acordo com as conclusões, porque, no Ministério Público, a ótica penal é diferente da ótica administrativa e trabalhista exercida pela Drª Ruth. Muitas vezes, um fato dá ensejo a uma multa administrativa ou trabalhista, às vezes até de elevado valor, mas, infelizmente, não caracteriza crime. Assim, ao invés de nos servimos do art. 149 do Código Penal, que tipifica a redução à condição análoga à de escravo, vamos nos servir do art. 203 do Código Penal, que trata apenas de frustração de direitos trabalhistas, que também é crime. Ora, o Procurador da República, quando examina o fato, vai examinar vários indícios de que a liberdade de ir e vir e outras liberdades desse trabalhador estão tão comprometidas que o tornam não-sujeito de direitos ou, como disse a Drª Ruth, uma coisa no âmbito dessa relação trabalhista. O importante é que a condição de não-sujeito esteja clara. Vou examinar isso por vários aspectos e vários fatores, inclusive aqueles que viciam o consentimento do trabalhador de ir para a fazenda prestar aquele tipo de trabalho. Ele foi vítima de um conluio, de uma simulação, de uma fraude que viciaram o seu consentimento válido.

Creio que todos esses aspectos são os que, diante do caso concreto... E nenhum caso é igual ao outro, porque as circunstâncias são diferentes e o modo de se exercerem a pressão, a coação e a coerção sobre a

vontade desse trabalhador é diferente. Então, precisamos examinar cada caso de modo singular, topicamente, para que valorizemos a responsabilidade criminal. Cada responsabilidade criminal tem uma gradação. Às vezes, ela é mais incisiva ou mais restrita ou mais insidiosa. Isso interfere na pena, isso é importante.

Agora, concordo plenamente com o Deputado Jamil Murad quando diz que há registros de vinte e cinco mil ou de quinze mil casos de pessoas escravizadas no Brasil ao longo de um determinado período, mas que um caso realmente é suficiente. Assim como nós nos estarrecemos atualmente com os elevados índices de assassinatos no País, se falarmos de 15 mil homicídios é como se estivéssemos falando de 15 mil escravizações. A escravidão se exerce sobre cada um dos indivíduos, e não sobre o grupo de indivíduos.

Então, 15 mil escravos, mal comparando, são como se fossem 15 mil homicídios. Essa estatística tem essa relevância, porque esse número é elevadíssimo, mesmo comparando às condições continentais do Estado brasileiro e o tamanho da população brasileira.

É isso, Sr Presidente e Sr Relator. Espero que essas breves palavras possam contribuir para a elucidação da questão.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Sr Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senador Jonas Pinheiro.

O SR JONAS PINHEIRO (PFL – MT) – Eu acho que estamos discutindo coisas que não coincidem. O trabalho escravo é trabalho escravo e a pessoa tem de ser punido como escravagista. Que ele perca a terra, que perca tudo.

O que levantei aqui – e vou em defesa do meu Governador Blairo Magi – é que ele não é escravagista e que não permite o trabalho escravo. O que acontece no Estado de Mato Grosso é que houve uma dessas vistorias que levou a esse cadastro inúmeros produtores que o Governador conhece, que eu conheço, que muitos conhecem e que até a Justiça, o Poder Judiciário conhece, e as interpretações não são as mesmas.

Portanto, falar que o Governo ser a favor do trabalho escravo porque não deu atenção ou falar que estamos falando de produtores que cercearam a liberdade de alguém, de um trabalhador sair e que estava usando armas, essa eu preciso ver para crer, porque os produtores que mencionei aqui, tenho certeza, não tem essa índole de querer cercear a liberdade de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes de encerrar, vou conceder a palavra ao Frei Henri para que ele possa se despedir.

Creio que as indagações foram respondidas pelos demais convidados.

O SR. HENRY BURIN DE ROZIERS – Vou responder a segunda pergunta que foi feita sobre as parcerias locais, do Estado, contra o trabalho escravo.

A experiência de muito tempo até hoje mostra – estou falando mais do Estado para o qual estou trabalhando. Mas é claro que isso poderia ser estendido a muitos outros Estados.

Esta prática de trabalho escravo, no meu Estado, a agropecuária e a floresta, a mata... o trabalho dos madeireiros é tão importante que é extremamente difícil para funcionários do Estado de serem objetivos. Isso em todas as escalas, da DRT, a Delegacia Regional do Trabalho, através de seus funcionários, eu diria até mesmo ao Judiciário. É extremamente difícil de ser objetivo e imparcial e extremamente perigoso. Não é por acaso que nessa região ()...coisa muito grave, de encontrar funcionários públicos.

Então, eu através de disso para manter... historicamente começou realmente a luta contra o trabalho escravo, até a possibilidade de flagra do trabalho escravo, quando foi criado o grupo móvel, que, por definição, é composto de fiscais do trabalho ou também da Polícia Federal, que normalmente não são do Estado.

Isso é o que parece fundamental manter. Eu completaria também sobre o Judiciário. A razão pela qual, no julgamento de crimes de trabalho escravo, é fundamental que seja a Justiça Federal e não a Justiça do Estado. É extremamente difícil para o juiz ser imparcial e não correr riscos demais sobre isso.

Era o que gostaria de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Frei Henri des Roziers, advogado da CPT e precursor da Campanha de Combate ao Trabalho no Brasil. Obrigado à Procuradora Regional da República, Drª Raquel Dodge, ao jornalista e representante da ONG Repórter Brasil na Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Leonardo Sakamoto, a Drª Ruth Beatriz Vilela, Secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e também à Letícia Sabatela, atriz e representante da ONG Humanos Direitos.

Muito obrigado a todos.

Terça-feira, às 14h, teremos uma reunião deliberativa com a apresentação de requerimentos.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 50 minutos.)

Ata da 41ª Reunião, realizada em 22 de junho de 2005.

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e trinta minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Alvaro Dias e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Flexa Ribeiro, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti e os Deputados João Alfredo, Abelardo Lupion, Onyx Lorenzoni, Xico Graziano, Luis Carlos Heinze, Josué Heinze, Anselmo de Jesus e Alberto Fraga, membros, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo requerimento nº 13, 2003-CN "com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência)". Presente também o Deputado Eduardo Valverde. Havendo número regimental, o Senhor Presidente Senador Alvaro Dias declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, A Presidência comunica que a presente reunião destina-se a ouvir as exposições do Senhor Ivo Cassol, Governador do Estado de Rondônia, convidando-o a tomar assento à Mesa dos Trabalhos. Pela ordem, o Deputado Abelardo Lupion encaminha a Mesa, cópia da Ata n.º 35, da Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União. Com a palavra o Senhor Governador se coloca a disposição da Comissão para responder o que lhe for perguntado. O Senhor Presidente passa a palavra ao Deputado Anselmo para questionar o Governador. Com a palavra o Deputado Abelardo Lupion, propõe que a Polícia Federal realize diligências na região denominada "Vale do Rio Mequés" Gleba Massaco, objetivando apurar fatos relacionados com as denúncias apresentadas pela Associação Extrativista do Vale do Rio Mequés, publicada no Jornal "O Observador" em sua edição de 19 de abril de 2005. Com a palavra o Senhor Deputado João Alfredo, Relator, em adendo à proposta apresentada pelo Deputado Abelardo Lupion, solicita ainda que seja encaminhado ofício ao IBAMA e ao INCRA, requerendo informações complementares sobre o fato. A Presidência determina à Secretaria da CPMI que tome as providências necessárias. Com a palavra a Senhora Senadora Fátima Cleide, indaga a presidência sobre as próximas atividades da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senador Eduardo Suplicy e Deputado Abelardo Lupion. A seguir, o Senhor Relator propõe que se faça uma reunião com um representante de cada partido, para definir o calendário das próximas reuniões. A presidência acolhe a sugestão apresentada e passa a palavra ao Governador Ivo Cassol para as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra-se a presente reunião e, para constar, eu, *José Augusto Panisset Santana*, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com os acompanhamentos taquigráficos, que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para realizar um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Houve um pedido para a quebra de sigilo do "Sistema S" do Rio Grande do Sul, Sescoop, e nós, do Serviço Nacional de Aprendizagem, estamos recebendo e encaminhando à Mesa a Ata nº 35, que foi tirada hoje no Tribunal de Contas da União e mostra a regularidade do Sescoop/RS a respeito da sua prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Acolhemos o encaminhamento de V. Exª e submetemos à Secretaria para a necessária autuação. Quanto à eventual retirada de requerimento, cabe consultar os autores, o que faremos na oportunidade, quando tivermos que deliberar a respeito.

Indago ao Plenário, como sempre, sobre a aprovação da Ata da reunião anterior. (Pausa.)

Está aprovada a Ata.

A reunião de hoje tem por objetivo ouvir o Governador Ivo Cassol, de Rondônia, que convido para tomar assento à Mesa.

Vamos conceder a S. Exª a oportunidade de fazer a sua exposição inicial, como é hábito nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Ele disporá de um tempo razoável para as suas apreciações iniciais e depois passaremos às indagações.

Com a palavra, então, o Governador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL – Obrigado. Cumprimento o Presidente, Senador Alvaro Dias, e os demais Senadores e Deputados. Coloco-me à disposição desta Comissão para aquilo que for preciso. Acho que assim fica até mais fácil para responder as perguntas que porventura surgirem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não. Como o depoente abre mão da oportunidade de fazer uma exposição inicial, vamos iniciar pelo Deputado Anselmo, que é o autor do requerimento de convocação. O Relator, que normalmente faz as indagações preliminarmente, oferece a oportunidade ao autor do requerimento, que é o Deputado Anselmo, sem prejuízo da sua participação posterior.

Com a palavra, o Deputado Anselmo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias; Sr. Relator, Deputado João Alfredo; Governador Ivo Cassol, a quem informo que essas perguntas que formulamos são todas baseadas em depoimentos oriundos da Polícia Civil, do pessoal que foi atingido lá dentro. Também temos um CD que relata situações de reuniões que aconteceram lá dentro. Também temos aqui algumas situações que os próprios agricultores colocaram. Inclusive estive visitando Alta Floresta, no domingo, e conversei com o pessoal de lá.

Vamos expor essas perguntas ao Sr. Governador, que são oriundas das pessoas que estão lá dentro e também alguns depoimentos que são feitos diretamente pelo pessoal tanto da Polícia Militar quanto da Polícia Civil.

Uma das situações que nos colocam, Governador, é sobre a situação daquela área onde tem uma placa que cita Fazenda Mequéns, da família Cassol, e menciona como uma área de fazenda. Outra coisa, em seguida a isso, quero fazer essa pergunta seqüenciada: já iniciando essas perguntas, gostaria de saber se o senhor reconhece que a fazenda Mequéns é de propriedade da família Cassol.

O SR. IVO CASSOL – Deputado Anselmo, criaram uma celeuma em cima daquela propriedade que, a meu ver, não é a fazenda Mequéns. Existem lá a fazenda Fortuna e a fazenda Aliança, que eram do grupo Camargo Correia, que negocia com eles e com uma cláusula aberta, eles têm pendências em bancos, as áreas ainda estão com garantia nos bancos. Portanto, não está ainda 100% concluída. Mas só para adiantar aqui, Sr. Presidente, aquela área é zona 2.1, e as pessoas que procuraram os senhores e outras pessoas – tenho aqui também depoimentos e perguntas –, muitos delas são madeireiros, madeireiros picaretas, pessoas que são proprietárias de máquinas. Essa zona 2.1, pelo zoneamento sócio-econômico que começou não no meu governo, mas em dois governos anteriores, não pode, Sr. Presidente, ser derrubada, não pode servir nem para assentamento. Só se pode manter e preservar aquela área. E também dizem que essa região do Mequéns é o maior berçário de peixes do planeta, foi até manchete da mídia nacional, da **Rede Globo**, se não me engano há um ano e pouco. E ocorreram derrubadas. O pessoal entrou, estava entrando. Essas derrubadas são recentes, são recentes.

Então, coloco-me à disposição das perguntas para poder concluí-las.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Quer dizer que essa área não é totalmente da família?

O SR. IVO CASSOL – Não, não é totalmente. Eu comprei, mas está aberto ainda o contrato, desde que se acerte com os bancos; se não se acertar com os bancos, com as instituições financeiras, está em garantia e está em litígio na Justiça. Está em aberto ainda, tanto que é local que não pode ser feita derrubada, não pode ser feito nada, só se pode manter o que está aberto.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Uma dúvida: essa placa lá está constando fazenda Mequéns, da família Cassol. Quem fixou essa placa lá?

O SR. IVO CASSOL – Estão... para os documentos. Provavelmente, alguém colocou a placa lá, fazenda Mequéns e tal, por causa do rio Mequéns e tal, em consideração...

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Mas quem colocou...

O SR. IVO CASSOL – Algum funcionário... Alguma coisa deve ter levado, ou alguém, de repente, foi lá e colocou a placa para dizer que...

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Esse funcionário é funcionário do senhor ou...

O SR. IVO CASSOL – Precisava verificar onde colocaram a placa. Aquilo que falei para o senhor: não estou dizendo que não comprei, comprei a fazenda, Deputado. Se ela leva o nome de Mequéns, ou Aliança ou Fortuna, como está no documento, isso não tem muita importância. O que importa é que naquela região, com documento, com doze mil e poucos hectares, escritura pública, título definitivo dado pelo Governo Federal.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Quantos hectares?

O SR. IVO CASSOL – Doze mil e poucos hectares.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – E essa área toda que está sendo negociada com o senhor é essa de doze mil hectares?

O SR. IVO CASSOL – Doze mil hectares.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Gostaria também que... Inclusive, veio um mapa de lá – nos próprios depoimentos do pessoal também se fala isso – mostrando várias situações. Inclusive, há terra da União que é da família Cassol; do outro lado aqui, terra da União, documento família Cassol; depois, aqui, onde há uma demarcação do Incra, há várias situações des-

sas aqui também que se diz que é a família Cassol; há mais duas áreas da família Cassol, e ainda mais outras áreas aqui já demarcadas da família Cassol. Segundo esses mapas aqui... Depois vou entregá-los à esta Comissão e à Mesa. Constam aqui dois CDs. E há um depoimento, Governador, sobre aquela área. Inclusive há um depoimento Cassol Júnior, o filho do senhor, em que ele confirma que a área onde houve a retirada desse pessoal é uma área da União, e que o senhor teria comprado, da União, a posse. O senhor confirma isso?

O SR. IVO CASSOL – Não. Não comprei posse da União. Na reunião – o pessoal levou lá, já preparado para isso –, ele confirmou a propriedade que tinha. Ele falou: "Os outros falaram que tinha posse". Ele falou: "Mas vocês nunca estiveram lá dentro. Então, se for posseiro, também sou porque quem estava na área, na região, era a Camargo Corrêa e o pessoal que estava lá". Portanto, é uma área da União. É uma área que não serve para assentamento. É uma área que não serve para agricultura nem pecuária. É uma área de preservação. Tanto o é que eu trouxe todos os mapas, todo documento do zoneamento socioeconômico do Estado de Rondônia, que são bem claros. A única coisa que estou tentando é preservar a redondeza que está lá sob pena de esses madeireiros, essas pessoas que estão se utilizando como posseiros – eles colocaram algum laranja na frente... Tenho declarações aqui porque a partir dos momentos das denúncias...

As derrubadas foram feitas ano passado por esses grileiros nessas áreas e, no tempo de água, a área alaga. Até estranho porque não foi só lá que foi feito isso. Em outras regiões, também houve a mesma situação, zona 2.1. Cabe a nós, à Secretaria Ambiental, trabalhar em todas essas áreas para preservar, o que é obrigação nossa.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – O senhor menciona doze mil hectares. O pessoal lá diz que o seu ultrapassa 20 mil hectares.

O SR. IVO CASSOL – Eu gostaria, Deputado, que você fosse comigo lá para ver onde é a divisa. Eu tenho o que está no documento, na escritura. Estou falando para o senhor que o resto é devoluta. Como cidadão, como ser humano, como Governador, tenho que preservar e respeitar o zoneamento socioeconômico aprovado pela Assembléia Legislativa, apoiado pelos governos passados, pelo Governo Federal. Infelizmente, se permanecer essa sua proposta, lá será um lugar que vai derrubar, vai desmatar, vai virar o pasto porque a agricultura não dará e, no tempo das águas, virará alagadiço. Então, gostaria que fosse feita uma comissão para verificar **in loco**.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Primeiro, temos algumas...

O SR. IVO CASSOL – A questão do mapa é muito fácil. Qualquer topógrafo faz. Qualquer desenhista faz um mapa. Eles podem fazer.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Há uma ação da Sedam dentro dessa área. O senhor está negociando essa área. Ao mesmo tempo, há uma ação da Sedam. O senhor confirma que houve essa ação da Sedam para retirar o pessoal da área?

O SR. IVO CASSOL – Vou tornar a repetir para o senhor. A ação da Sedam não foi dentro da área dos 12 mil hectares de terra. Foi na invasão de terra devoluta, terra do povo de Rondônia, que é para preservação. O pessoal estava derrubando. Quero confirmar mais, Deputado – o senhor é de Rondônia e sabe disto: um grande pecuarista, também na zona 2.1, estava derrubando quatro mil hectares de terra. Lá esteve presente a Sedam com pelotão florestal e retirou também aquelas famílias lá de dentro. Em todos os locais, eles fizeram um trabalho não no Mequéns. Eles fizeram um trabalho em todo o percurso, em todas as áreas de preservação e área do nosso maior berçário do planeta, de Rondônia. É dessa área que o pessoal quer se utilizar, como se fosse para assentamento, como se tivesse família há 16 anos.

Tenho depoimento de pessoal em que um diz que estava lá dentro há 16 anos e outro confirma que tinha comprado um grilo lá dentro há poucos dias. Estou aqui com a documentação e as ações da Sedam. A Sedam trabalha no Porto Rolim de Moura, em todos os locais do Estado de Rondônia, nos quatro cantos. Nunca se viu tanta ação da Sedam como está ocorrendo. Ela não foi para fazer dentro da fazenda. Ela não foi, em momento algum, dentro da fazenda. Se entrar na fazenda, vou à Justiça, requeiro, e a Justiça me dá autorização de reintegração. Foi fora. É área do Governo. Vamos dizer que não é nem dos governos municipal, estadual ou federal. É dos governos, é do povo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Governador, há dois CDs aqui. Um foi até transcrito pela própria polícia em que há menção do filho do senhor, que diz: "Isso aqui é nosso, e vocês cai fora". Ele, justamente, está falando isso com aquele pessoal naquele momento em que houve a ação da Sedam, inclusive, mencionando um boliviano, que, segundo eles dizem, é um pistoleiro do senhor lá. Essas pessoas, inclusive, saíram espancadas, e há até a gravação. Está aqui a fita transcrita pela própria Polícia. Uma está transcrita; outra, não. E eles alegam isso. Há uma passagem em que o próprio filho do senhor está falando com um tal de Sr. Edson, e ele mesmo menciona uma empreita que o senhor faz para construir uma – um picadão, não – estrada,

que, se não estou enganado, tem 25 km. E, segundo depoimento de próprios policiais – eles têm praticamente certeza absoluta, não mediram porque tiveram dificuldade de acesso – no mínimo 3 km dela está para dentro da reserva do Mequém.

O SR. IVO CASSOL – Não, em primeiro lugar, não está dentro de reserva nenhuma. Só para antecipar, essa área de litígio a que você se refere – a Zona 2.1 – não é nem área biológica, nem área indígena, nem Reserva do Mequém, que fica no rio, Deputado. Até estranho V. Exª, como Deputado Federal – eu sempre vejo o próprio Governo Federal defendendo a preservação ambiental – ser favorável a essas invasões, essas derrubadas. É por isso que a área de Bom Futuro da região de Ariquemes está tão invadida, sendo área do Governo Federal, e não se toma providência nenhuma. É por isso que tantas áreas do Estado de Rondônia estão invadidas. Vou citar um exemplo: no Governo passado, houve cinco reintegrações, enquanto no nosso, 74 reintegrações, Sr. Presidente, e há mais 52 pendentes.

Quer dizer, temos que preservar. Então, não é só questão do Mequéns. Não é só questão daquela área. A questão é ir lá verificar a terra, apurar se esse pessoal morou lá dentro. Do jeito que o senhor está comprando – o senhor, como Parlamentar, pode fazer isso –, vamos deixar nossa política, o nosso palanque de Rondônia separado.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Mas eu não estou tratando disso, Governador.

O SR. IVO CASSOL – Infelizmente, lá em Porto Velho, quando o senhor apresentou ao Presidente da Comissão, o senhor disse que pessoas foram espancadas. É fácil montar tudo isso, Deputado. É fácil montar tantas coisas.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Só que há o laudo médico. Isto aqui a gente trouxe. Está aqui na documentação.

O SR. IVO CASSOL – Mande-os provar e entrar na justiça contra quem fez isso aí.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Uma outra coisa, Governador. Não estou aqui tratando da questão ambiental. Quer dizer, eu conheço...

O SR. IVO CASSOL – Mas como não, se o senhor é a favor de invadir a Zona 2.1?

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Estou tratando da invasão que o senhor foi acusado, pelo pessoal, de fazer. Eu conheço o Estado de Rondônia de fora a fora. Não estou tratando de questão de invasão como um todo. Estou tratando especificamente de uma área. O senhor está sendo acusado de ter usado o aparato do Governo para tirar as pessoas para se apoderar da área. É disto que eu estou tratando. Foi a informação que obtive. Então, essa questão de Zona 1, Zona 2.1, eu conheço zoneamento muito bem. Então, estou querendo tratar especificamente desta situação aqui, porque não dá para querer tratar do Estado todo aqui.

O SR. IVO CASSOL – Eu sei. Mas, já que vamos falar de questão fundiária, vamos também citar outros pontos de Rondônia. Não podemos ficar só lá no Mequéns. O senhor, por exemplo, falou da estrada. Por que o senhor não diz que o pessoal que entrou lá – e aqui há até depoimento de pessoal que tinha máquina e esteira – fez as estradas para dentro? Então, é uma situação que o pessoal criou para o senhor que acabou, para mim, mais uma vez, pagando por não dever. A área que eu tenho lá dentro, a área que eu adquiri, ainda não foi concluída porque ainda ele não fechou com o banco. Eu estou fazendo e vou fazer dentro dela. Fora dela, é preservação ambiental, e é obrigação do Governo Federal e obrigação do Governo do Estado manter a Zona 2.1 inalterada, sem derrubar.

É obrigação do meu Estado. Está lá. E isso foi cobrado. No próprio pacto que fizemos com a Ministra Marina Silva na época do acordo 2.166, ficou acertado isso. Só estou tentando manter isso.

E, dentro da área, em nenhum momento houve gente lá dentro. Em nenhum momento, eu utilizei a Sedam para utilização própria. Toda vez que eles fizeram trabalho, eles o fizeram no longo do rio Guaporé, no longo do Mequéns, esse berçário que todo o mundo conhece, como também lá na região de Corumbiara. Onde havia fazendeiros derrubando zona 2.1, fomos lá, prendemos trator, prendemos tudo, e eles tiveram que paralisar suas atividades. E eles ainda mostraram – veja como é, Deputado – uma certidão para desmatamento de 4 mil hectares de terra. Nós mandamos fazer perícia, apurar os responsáveis. Quem deu aquela certidão será responsabilizado na forma da lei. Então, zona 2.1, Deputado, é para preservação.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Correto. Disso, sei muito bem, Governador. Não dá para fugirmos do que estou mencionando aqui, dos documentos que as pessoas me entregaram. Peguei as coordenadas, inclusive, com a ajuda do Sepam, e essa placa está fixada fora dessa área que o senhor diz que é sua. Se pegarmos os relatórios que temos aqui, desde as duas fitas gravadas, desde os depoimentos dessas pessoas na Polícia, nem as autoridades do Estado, que fizeram parte dessa discussão e que estão querendo dizer que deve ser assentado...

Não estou tratando disso aqui, estou querendo que esse pessoal fique lá dentro, não estou tratando disso. Estou tratando de uma denúncia que o pessoal está fazendo, inclusive, com o filho do senhor, usando um helicóptero, atirando em cima de carro desse

pessoal que estava lá. Ao mesmo tempo, na fita, o filho do senhor fala disso. E há até o momento em que quem estava comandando a operação fala diretamente com o senhor.

Há outros lugares também que contam todo um histórico disso. Inclusive, só para o senhor ter uma idéia, há um lugar no qual o camarada diz: "Júnior," – que é o filho do senhor – "fique sabendo que vamos gastar mais de 60 dias para fazer essa mentira virar verdade". Isso está gravado, está na gravação e na degravação.

Há outro lugar onde cita o comandante dizendo para o senhor, na gravação também: "Aqui, a operação correu tranqüila, pode ficar tranqüilo, agora está sob controle. Tem algumas pendências onde o Júnior está tentando fazer acordo." Inclusive, esse mesmo Edson, que pegou a empreita de fazer o carreador, o picadão, onde ele diz: "Pegou 200 hectares do Edson, mas estou fazendo um acordo aqui de pagar as benfeitorias para ele." Então, em todo momento, como está aqui nos relatórios; em todo momento, como está aqui na fita, fala-se exclusivamente da área do senhor. Não se fala na questão ambiental, mas exclusivamente da área do senhor. E ali se menciona onde essas pessoas foram espancadas, uma pessoa ficou até sem condição de andar, no boteco onde ele parou.

Uma outra coisa que eu queria saber do senhor: é sobre esse Tiago Antônio Matias de Pimenta Bueno, da Sedam. É de conhecimento do senhor que ele é funcionário daquela...

O SR. IVO CASSOL – Positivo, funcionário da Sedam.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Aqui, nessas fitas, a todo momento, ele menciona claramente, tanto na transcrita, como na outra, tanto também nos próprios depoimentos dessas pessoas na Polícia, eles mencionam a todo momento a área da qual o senhor pretender ser o dono.

O SR. IVO CASSOL – Deputado, eu vou repetir mais uma vez: eu não adquiri terra da União, eu não adquiri terra devoluta. Se colocaram a placa em algum lugar, é errado. Arrancaram a placa e levaram para o outro lado. Eu comprei terra que tem escritura pública e terra onde não se vai derrubar mais nenhuma árvore, vai manter o que está lá. A partir do momento em que se concretizar com o ex-proprietário, o proprietário atual no banco, isso vai se concluir.

O restante, como o senhor falou, como na questão em que eles apanharam, isso foi tudo montagem, Deputado. Estou falando isso para o senhor, porque, o senhor passou para esta Comissão que tinha sido metralhado. Para quem anda dentro da mata amazônica, você não vê uma Toyota embaixo, por mais que tenha uma estrada em cima, o senhor não vê com helicóptero. Tanto que tenho aqui e vou deixar para a Mesa depoimentos do Elias da Silva, que é o topógrafo. Além do depoimento dele, ele está tomando remédio para a cabeça. Ele foi uma pessoa que veio no União Bandeirantes, pegou terra de outro pessoal para cortar e acabou vendendo. Ele sempre vive de picaretagem, botando gente nessas áreas. E foi essa pessoa, o Elias Antônio da Silva, que é o Elias topógrafo, que passou para o senhor, que passou para o Deputado lá, deputado estadual, que passou para o senhor.

Portanto, o senhor também passou. E me falou agora há pouquinho que um helicóptero tinha metralhado o carro. Eu tenho aqui o depoimento na Delegacia. Foi feita a acareação das pessoas, em que o próprio dono diz o seguinte. Olha o que ele diz aqui: "Além de ele colocar aqui, ele ainda diz, ele quebrou o diferencial lá dentro, do carro, dessa Toyota. Ele saiu para fora, quando retornou estava faltando pneu, estava faltando, Presidente, o macaco e estavam faltando óleo lubrificante e gasolina."

Aí, o que ele fez? Ele foi à Polícia e deu queixa de que faltou aquele material. A Polícia posteriormente conseguiu o estepe, tudo e devolveu para ele. E por que não deu queixa de que o carro dele tinha sido metralhado? Por que ele ficou quieto?

Ele alegou aqui que eles não iam tomar providência alguma. Como é que, se ele fez a denúncia sobre o carro, que tinha sumido as coisas, que a Polícia achou, por que ele não colocou e foi fazer a perícia da metralhada que deu?

Ele diz aqui que, quando voltou, tinha uns tiros em cima do carro e o cartucho do lado. Essa documentação aqui... Eu vou passar para o Presidente da Comissão todas essas declarações, porque foi feita acareação, desde o dia em que a Comissão esteve lá em Porto Velho.

"Imediatamente eu mandei apurar os fatos, porque quando envolve armamento de qualquer porte que seja, a Polícia tem que estar presente a apurar os fatos."

Toda essa documentação está aqui. Foi feita acareação, foi feito tudo. E ao mesmo tempo, na segunda...

"Termo do depoimento do Elias." Pediram para ele se ele tomava remédio, se ele estava separado da família e tal. Ele falou: "Só falo em juízo, só falo em juízo, só falo em juízo".

As outras pessoas lá dentro, tanto o Adalberto Xavier, que é comerciante, tanto também o Jaime Machado de Oliveira... Tem um aqui que é proprietário de trator. Tem o Celestino, por exemplo, lá dentro. Eu conheço ele há muitos anos e ele sempre vive... É um

técnico que vive fazendo projeto para vender madeira para as serrarias.

Tem um canto lá, e aí eu quero concluir, Deputado, que tem duas áreas, que é a gleba Massako, que pertence ao Banco Beron. É uma área de 398 hectares e outra de quatrocentos e poucos hectares, as áreas que ainda têm madeira. E eles estavam tentando, pelo que eu consegui entender aqui, de repente, entrar lá e tirar aquelas madeiras lá de dentro.

Nos outros lugares que eles estavam, estavam tentando... fizeram derrubadas lá dentro. Essas declarações estão aqui. Vou deixar para a Mesa, para não tomar tudo, para ler tudinho. A Mesa pode pegar tudo na íntegra.

É do Jaime Machado de Oliveira, do Elias Antonio da Silva, que é o técnico em Topografia, do Adalberto José Xavier... Aqui há comerciante... Para se ter uma idéia, comerciantes que compraram (*inaudível*) lá dentro. Lá dentro, a maioria desse pessoal que está por traz bota os "laranja" na frente, o resto é comerciante que está por traz, para derrubar, para fazer "grilo"...

E quero dizer mais aqui nesta Comissão: a maioria das derrubadas no Estado de Rondônia ocorre em área devoluta onde o Governo Federal não atua. Aí a gente é manchete em nível nacional como se nós, o Governo do Estado, tivéssemos autorizando essa derrubada clandestina.

É igual a essa aqui, Deputado. É igual a essa aqui.

O SR. **ANSELMO** (PT – RO) – Mas o que eu estou querendo, Governador, a todo momento, o senhor está saindo pela tangente, porque eu não estou aqui querendo discutir a legalidade daquelas pessoas que lá...

O SR IVO CASSOL – Mas eu também vou falar como Governador, porque também, como Governador, cabe a mim a missão...

O SR. **ANSELMO** (PT – RO) – O requerimento que entrou nesta Casa, nesta Comissão, entrou simplesmente em razão de uma denúncia. Essa denúncia menciona que o senhor usou o aparato do Estado para poder grilar terra. E aí há toda uma documentação que diz aqui... Eu não estou aqui... E a Comissão também com isso... Eu acho que isso é outra situação.

Se essas pessoas estão em uma área que não pode, creio que vai ter de se tomar uma providência. A forma como essas pessoas estão lá dentro, para a Comissão, aqui não nos interessa. Interessa aqui é que, realmente, veio uma menção de que o senhor usou carro da Seduc para levar petróleo para dentro, para fazer o chamado "picadão"; que usou helicóptero para correr com o pessoal lá de dentro; que usou a Polícia Florestal para retirar esse pessoal lá de dentro; que tem uma placa que está dentro da reserva dizendo que a fazenda é do senhor; que o filho do senhor, tanto nos depoimentos das pessoas na Polícia como também na fita, inclusive ele está falando, dizendo, mencionando também, que "essa área é do senhor".

Esse é o fato que realmente está em jogo nesse momento.

O SR. IVO CASSOL – Deputado, não quero atrapalhar o senhor. Agora só falta o senhor dizer que também acredita em Papai Noel. Tudo o que o senhor está colocando... Estou mostrando a área que tenho e explicando todos os fatos. A outra área e a Zona 2.1 são da União.

O senhor sabe que, além dos problemas políticos na região de Alta Floresta, nós, o Governo do Estado e o senhor não nos acertamos politicamente no Estado de Rondônia, e o senhor está buscando alguma maneira para tentar desestabilizar. Assumo em público e em qualquer lugar o que eu fiz. No entanto, não concordarei com o que eu não fiz nem admitirei tal fato. O senhor disse que metralharam um carro, mas tenho o depoimento das próprias pessoas, do próprio dono do carro. O senhor falou que o pessoal bateu, mas quem bateu? Dê o nome das pessoas, e vamos responsabilizá-las na forma da lei.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Está tudo aqui.

O SR. IVO CASSOL – Quero que as responsabilizem na forma da lei.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Está tudo aqui.

O SR. IVO CASSOL – Elas devem ser responsabilizadas na forma da lei.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – O Tiago é um.

O SR. IVO CASSOL – Se alguém cometeu algum delito, essa pessoa deve ser responsabilizada na forma da lei, Deputado.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Mas é difícil. Vamos supor assim... não quero dizer assim, porque o pessoal...

O SR. IVO CASSOL – Deputado, na sua solicitação do Mequéns, quem passou esse documento para o senhor – parte dele? Quem conversava sempre com o senhor era o Elias topógrafo.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Também.

O SR. IVO CASSOL – O senhor sabia que é ele o cabeça de toda a confusão de União Bandeirantes?

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Não.

O SR. IVO CASSOL – O senhor sabia que toda aquela documentação...

O SR. ANSELMO (PT – RO) – A documentação que temos aqui é de uma Associação, e há 250 famílias envolvidas nessa área. Uma das coisas que eu gostaria de que o senhor me dissesse...

O SR. IVO CASSOL – Então, eu até gostaria de que fizesse...

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Nesse lugar que o filho do senhor menciona, ele está mentindo?

O SR. IVO CASSOL – Como?

O SR. ANSELMO (PT – RO) – No lugar que o filho do senhor fala, ele está mentindo?

O SR. IVO CASSOL – Eles falaram que eram posseiros. Meu filho disse: "Se vocês são posseiros, eu também o sou, porque adquiri a área há muito mais tempo". Não queremos que derrube – isso como cidadão. Qualquer um pode lutar por isso.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Houve, inclusive, uma negociação. Eles e o seu filho estiveram lá para negociar a saída. Nessa negociação...

O SR. IVO CASSOL – Não. Chamaram o meu filho lá...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Nessa negociação...

O SR. IVO CASSOL – Chamaram o meu filho lá...

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Abelardo Lupion.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Sr. Presidente, como espectador, creio que não chegaremos a lugar algum. Não conhecemos o caso, nenhum dos outros conhece o caso; apenas o Deputado Anselmo e o Governador conhecem o caso.

Portanto, eu gostaria de sugerir que a Comissão pedisse à Polícia Federal fazer a averiguação.

O SR. IVO CASSOL – Positivo.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – E a Polícia Federal nos trará o resultado.

O SR. IVO CASSOL – Positivo.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Mediante um laudo da Polícia Federal, poderíamos fazer qualquer tipo de análise. Como está, não conseguiremos chegar a lugar algum.

É muito importante, Sr. Presidente, que V. Exª solicite à Polícia Federal uma diligência, uma investigação. Assim, poderíamos fazer uma análise a pedido da CPMI.

O SR. IVO CASSOL – Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, concordo e direi mais ao Deputado.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. IVO CASSOL – Peço só um minutinho. Quero apenas completar meu raciocínio para fechar a questão que é fundamental para o caso.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Está certo. Depois eu falarei.

O SR. IVO CASSOL – Como a maioria não tem conhecimento daquela região – Porto Rolim de Moura com a faixa de fronteira com a Bolívia –, informo que se trata de um lugar considerado corredor de entorpecentes. Numa das idas do pessoal à região, havia um avião jogando droga. Imediatamente, quando me passaram essa informação, notifiquei a Polícia, que já começou a trabalhar no local à época. Notificaram a Polícia Federal, trabalharam juntos e prenderam.

Portanto, não duvido nada de que, de repente, algumas dessas pessoas que estão aí também tenham algum interesse escuso por trás a fim de obterem um benefício para facilitar a entrada e a saída disso. O pessoal foi pego com a droga lá dentro, e essa investigação está registrada nos autos da Polícia Federal. Aceito isso. A documentação está à disposição, e coloco-me à inteira disposição para o que for preciso.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Quanto à questão da droga, Governador, o nome dessa pessoa que transita com a droga está citado como um dos capangas de V. Exª.

O SR. IVO CASSOL – Estou dizendo que o senhor está fazendo tudo ao contrário.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Estou falando o que eles disseram aqui.

O SR. IVO CASSOL – É aquilo que falei para o senhor: só falta, daqui a pouquinho, o senhor acreditar em Papai Noel. Fui eu que denunciei. Fui eu que, quando passaram para mim,...

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Não estou acreditando aqui...

O SR. IVO CASSOL – ...imediatamente, na hora, eu tomei providências, Deputado.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Fico preocupado, Governador, com o fato de seu filho estar lá no meio das pessoas. Isso foi mencionado. Basta ouvir a fita para perceber isso.

O SR. IVO CASSOL – Deputado, vamos fazer um negócio? Não vamos discutir nesta Comissão as nossas picuinhas internas do Estado. Vamos conversar sobre assunto global do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Primeiramente, quero concordar com a proposta do Deputado Abelardo Lupion e até ampliá-la no seguinte sentido: as acusações exibidas no Jornal **O Observador** do dia

18 de abril, a que tivemos acesso, são muito graves. Não estou dizendo que são verdadeiras, Sr. Governador. Elas envolvem o seu filho numa suposta ação de metralhar posseiros por meio de um helicóptero do Governo, ameaças de morte – um deles, inclusive, disse que a cabeça dele está a prêmio –, pistoleiros bolivianos, que estariam até mesmo usando farda da Polícia Militar, além de uma denúncia, já negada por V. Exª, de que a área seria pública. Por outro lado, V. Exª retruca, afirmando que essas áreas estão sendo degradadas.

Então, penso que são casos a respeito dos quais poderíamos pedir uma diligência à Polícia Federal, solicitando também informações ao Incra e ao Ibama no tocante a todos esses aspectos citados.

Outra questão é que o Deputado Anselmo, constantemente, tem falado de uma fita em que o filho do Governador é mencionado falando com as pessoas sobre esses assuntos. Desse modo, talvez seria bom, também, que essa fita fosse disponibilizada para uma perícia a fim de ser degravada para identificar efetivamente quem está falando.

Evidentemente, todos são meios de prova importantes, porque, se há grilagem de terras públicas – como está sendo exposto – e violência no nível narrado, então, Sr. Governador, deixa de ser picuinha. Passa a ser fato grave, que deve ser apurado pela CPMI. Aliás, diga-se de passagem, infelizmente – falo, não com alegria, na frente de V. Exª, do Deputado Anselmo e da Senadora Fátima Cleide –, o Estado que V. Exª governa tem sido objeto de muitas denúncias tanto da sua parte contra Parlamentares quanto agora, mais recentemente, com relação a estes, que também o acusam. São casos gravíssimos que se desenrolam no Estado de Rondônia. Logicamente, essas questões não são da CPMI. Mas os fatos relatados no jornal e ligados a essa área "Fazenda Mequéns", já citados pelo Deputado Anselmo, devem ser analisados pela referida Comissão.

Desse modo, concordo – talvez numa das poucas vezes – com o Deputado Abelardo Lupion no sentido de fazer a apuração pela Polícia Federal e ampliá-la para pedir informações ao Incra e ao Ibama sobre todos os fatos, tanto os que estão nessa matéria do jornal quanto aqueles relatados. Também creio ser necessário fazer a perícia nessa fita a que V. Exª, Deputado Anselmo, mais de uma vez, se referiu. Precisamos ter essa fita.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Está aqui.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – V. Exª pode entregá-la à CPMI para que seja periciada, degravada, sendo identificadas as pessoas. Pode haver aí uma linha de apuração.

O SR. IVO CASSOL – Sr. Presidente, só desejo completar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Gostaria, antes, de despachar o requerimento do Deputado Abelardo Lupion, que teve o apoio do Deputado João Alfredo, o Relator. Solicito à Secretaria da Comissão que tome as providências para as diligências requeridas.

O SR. IVO CASSOL – Sr. Presidente, se V. Exª permitir, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Sr. Governador.

O SR. IVO CASSOL – Esse Jornal **O Observador**, o proprietário está até aí no *notebook*, desde o primeiro dia de minha administração, é um jornal que vem me atacando, atacando as empresas do grupo Cassol, tentou jogar os índios contra mim, no Estado, tentou incentivar para eles estourarem a nossa usina lá dentro do Estado de Rondônia, nós documentamos tudo isso na época e vem bancado por políticos em Rondônia querendo a desestabilização da gente. Então, só quero frisar isso aí. Também tem um *site*, e dizer para o Deputado João Alfredo que me sinto feliz como cidadão, Deputado João, de contribuir para o Brasil, para o Estado de Rondônia na questão da limpeza dos homens públicos, como o senhor frisou agora há pouco. Serviu de exemplo e veio até para Brasília, e mais gente se sentiu encorajado para poder contribuir para o nosso Brasil. E quando... o senhor agora há pouco falou, outras denúncias, fitas que utilizaram ontem são fitas que gravei, utilizaram parte delas, eu tenho todas elas originais, já falei para o pessoal. Lógico, quando faz a denúncia, você automaticamente, alguns respingos vêm. Mas eu vou enfrentar todos esses respingos e me coloco à disposição, como cidadão, como Governador, para ver essa questão fundiária do Estado de Rondônia. Agora eu precisava também, Deputado Anselmo, o senhor, que sempre cuidou na parte da terra em Rondônia, uma das coisas importantes é o Incra começar a agir, o Incra começar a trabalhar. O Incra, em nosso Estado, não trabalha. Para vocês terem uma idéia, Sr. Presidente, e é importante essa questão agrária. Eu até estranhei porque eu não tinha sido citado antes para ter sido ouvido, Deputado, a fazenda do Morimoto, nós fizemos 73 reintegrações sem nenhum incidente, enquanto em Governos passados, com a reintegração, aconteceu aquelas vítimas que aconteceram...

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Não está em discussão, Governador. O que está em discussão, Governador...

O SR. IVO CASSOL – (...) e nós tivemos que desembolsar dos cofres públicos do Estado mais de R$100 mil.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Se formos entrar nessa discussão aqui, Governador, aí nós vamos rodar o Estado, aí...

O SR. IVO CASSOL – Eu tenho conflitos agrários em Rondônia, mas esta Comissão precisa saber. Mas a Comissão precisa saber que o Incra em Rondônia não trabalha, que o Incra em Rondônia não age. Nós tivemos famílias da área Morimoto que estavam há sete anos lá dentro...

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Sr. Presidente, é esta a discussão? Se for esta a discussão, então vamos entrar em outro debate.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Senadora Fátima Cleide está pedindo a palavra pela ordem, e eu a concedo.

A SRA FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, eu só queria colocar aqui minha concordância com o requerimento feito pelo Deputado e gostaria de saber se, em esta Comissão aprovando o requerimento, quais serão os próximos passos? Vamos continuar aqui? Porque eu também estou sentindo, assim, um vazio. Vamos ficar daqui, com uma pessoa, com uma autoridade que está do outro lado na qualidade de convidado e ficar batendo boca conosco? Até porque o Governador coloca algumas questões e aí eu gostaria de dar razão aqui ao Deputado Anselmo. O objeto da sua vinda aqui, Governador, mesmo a convite, é uma acusação de expulsão feita, vamos dizer no popular, na marra, e eu gostaria de dizer para o senhor que isso não tem nenhum conteúdo político. Quem procurou conteúdo de cunho político do Deputado Anselmo, da Senadora Fátima Cleide contra a pessoa do Governador do Estado de Rondônia? Na realidade, o senhor está sendo aqui convidado por conta da visita que fizemos ao Estado de Rondônia – esta Comissão –, e lá recebemos... Estávamos presentes eu, o Deputado Anselmo, o Senador Valdir Raupp, o Senador Flexa Ribeiro, o Senador Alvaro Dias, recebemos uma comitiva vinda de Alta Floresta D'Oeste e vou lhe dizer por que não estamos usando isso politicamente, Sr. Governador. Eu soube dessas denúncias ainda em agosto de 2004. Naquela ocasião, falei para os trabalhadores que nos procuravam, para os posseiros, o que o senhor está dizendo aqui. Vocês, se estão lá, também estão ilegais, porque é uma área de reserva, não tem que estar ninguém, nem vocês nem o Governador, certo? E vamos apurar isso. Só que, para isso, preciso que vocês me tragam, me documentem, pelo menos colocando qualquer coisa no papel. E eles não fizeram. Eu poderia ter feito disso uso político durante as eleições se assim o quisesse, Governador, mas não trabalhamos dessa forma, não trabalhamos com afirmações infundadas, e se o senhor está aqui hoje na condição de convidado, é porque nós, como Parlamentares desta Comissão, recebemos naquele dia em que estivemos no Estado, na Assembléia Legislativa de Rondônia, aquela comitiva que nos procurou e nos entregou documentos naquele momento. Então, por favor, eu gostaria que o senhor tivesse uma atitude respeitosa para com os Parlamentares que aqui estão, pois não se está tratando de fazer uso político. Como esta Comissão tem a tarefa de investigar a questão agrária no Brasil e como recebemos essa denúncia lá, estamos averiguando outras pessoas que foram citadas lá e que, aprovados os requerimentos apresentados, estarão aqui em uma condição diferente da sua – estarão aqui como convocadas.

Então, Sr. Presidente, temos que aprovar o requerimento do Deputado e gostaria de ter da Mesa essa informação do que agora faremos.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Sr. Presidente, eu só queria acabar de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Em resposta à Senadora Fátima Cleide, a Mesa já solicitou à Secretaria as providências para atender o exato pleito do Deputado Abelardo Lupion com o adendo oferecido pelo Deputado João Alfredo: solicitar que a Polícia Federal tome as providências da proposta do Deputado Abelardo Lupion, apresente-nos um relatório e, da mesma forma, o Ibama e o Inca façam também a vistoria requerida e apresentem a esta Comissão um relatório conclusivo a respeito.

As providências serão tomadas. A Secretaria da Comissão vai redigir os documentos para que possamos encaminhar tanto à Polícia Federal quanto ao Ibama e também ao Incra.

O SR. IVO CASSOL – Eu só queria, Governador, para provar que realmente trabalhamos com seriedade – e o Presidente pode confirmar isso –, porque quando entrei com o requerimento... E os documentos que havia aqui, quer dizer, quanto cita uma vez o senhor, cita dez o filho do senhor, e entrei com o requerimento nesta Casa com relação ao filho.

Em considerar o Presidente da Mesa, ele solicitou a mudança que o senhor pediu para ele, e concedi isso aqui. Agora é claro que, realmente, se isso não chegar lá, vamos ter que chamar o filho do senhor. Outra coisa que o senhor diz aí. O senhor, enquanto Governador, seria a mesma coisa que eu chegar lá em um cidadão daquele da roça e falar "então me processa". Por que é que o senhor não processou **O Observador**, e aqui tem um monte...

O SR. IVO CASSOL – Eu tenho um monte de ação contra ele. Você está enganado. Tenho um quilo de ação contra ele. Houve até uma proposta da Assembléia, na semana passada agora, de que eu retirasse as ações.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Deixa eu concluir. O que eu quero dizer, Sr. Governador, é que não adianta a gente começar... Se hoje ele está acusando que a própria polícia foi despejar ele essa mesma polícia vai processar ele? Essa lógica aqui não está clara.

Eu concordo com a proposta do Lupion até mesmo porque todo esse material foi entregue para a Polícia Federal, e acredito que, se solicitar isso hoje, ainda na semana que vem deve ter um parecer da Polícia Federal com toda certeza. Tem mais de um mês que está na mão da Polícia Federal e eles mesmos mencionaram que está tudo lá, as fitas, os depoimentos. Está tudo na Polícia Federal. Acho correto que a gente realmente apure esses fatos.

O SR. IVO CASSOL – Sr. Presidente, só para completar, quero dizer que tenho inúmeros processo contra **O Observador** que estão rolando na justiça. Procuraram-me na semana passada para fazer um acordo e retirar os processos. Eu falei que não tem jeito, não faço isso e não só com ele, mas com qualquer jornal. É um direito que me cabe como cidadão.

A questão do meu filho – e até agradeço por vocês estarem ouvindo, porque, na verdade, fui eu quem negociei, não foi meu filho. Ele não tem autonomia para fazer aquilo ou aquilo outro. O único intuito dele, o tempo todo, foi para preservar as margens do Mequens, que é o maior berçário de peixes do Brasil, e ele é um pescador nato. Para poder atingir um pai, um homem público, muitas vezes, eles tentam atingir a família; tentam, por tabela, fazer isso. Isso dói, mas não tem problema nenhum. Na ida da Polícia Federal lá, gostaria que também levantassem, pelo Deputado que fez a indicação, naquela apreensão de cocaína, quem foi que denunciou, quem foi que mandou.

Quem mandou fazer a denúncia lá foi um funcionário meu, da minha propriedade onde moro, em Santa Luzia. Quando ele chegou, fizeram ele correr de volta com o armamento que estava lá dentro. Mandei levar na delegacia de polícia outro dia, o pessoal nosso, do Estado, que investigou e levantou todo o pessoal que está envolvido, repassando para a Polícia Federal. Então, eles atuaram juntos. Nesse trabalho, eu gostaria que levantassem também isso, para não ficar, mais uma vez, como mérito dos outros, e como se o Estado não estivesse fazendo nada do que é sua obrigação.

O SR. ANSELMO (PT – RO) – Eu queria aqui passar estes documentos para o Senador Suplicy entregar ao Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, então, o Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Vou cumprir a missão do Deputado Anselmo. Mas, antes de fazê-lo – e tendo, pelo que entendo, praticamente se encerrado o objetivo da presença do Governador Ivo Cassol –, tendo em vista o noticiário, e ainda que não seja objeto desta CPI a questão que surgiu ontem nos meios de comunicação, avalio, Sr. Presidente, que se for da vontade do Governador Ivo Cassol fazer qualquer esclarecimento sobre o que foi divulgado ontem, por exemplo, pelas emissoras de televisão, como a TV Bandeirantes, e talvez outras, que seria oportuno dar oportunidade a S. Exª de esclarecer o Congresso Nacional por ocasião da visita dele hoje à CPMI.

Então, eu queria apenas prover a oportunidade a V. Exª, Governador Ivo Cassol, se desejar esclarecer a origem do episódio, o que de fato aconteceu, diante da informação divulgada ontem – não vou repeti-la aqui, porque V. Exª melhor a conhece do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Senador Suplicy. Creio que tem procedência a participação do Senador Suplicy, ao oferecer oportunidade ao Governador, se S. Exª desejar.

Fica ao seu critério, Governador, porque realmente não é objeto do convite para que se fizesse presente a esta reunião. Mas, se desejar, em função de ser um assunto momentâneo e de repercussão nacional, diante do Congresso Nacional, fique à vontade para trazer esclarecimentos.

A SRA FATIMA CLEIDE (PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Antes, porém, há um pedido de uso da palavra pela ordem do Deputado Abelardo Lupion, e, depois, da Senadora Fátima Cleide.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Acho que, no que tange aos efeitos da CPMI, já está concluído o depoimento do Governador; acho que já conseguimos dirimir todas essas tendências.

Pergunto a V. Exª se teremos votação de requerimento ou não.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deputado Abelardo Lupion, para deliberação não temos o quórum necessário.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Então fica definido que não iremos fazer deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Não, não faremos. A menos que, repentinamente, chegassem os integrantes desta CPMI. Mas eu creio que não.

Hoje temos a CPMI dos Correios, aqui ao lado, o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados reunido, a reforma política em discussão na Comissão de Justiça da Câmara. Então, realmente é uma concorrência desleal.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Eu até gostaria aqui, antes de concluir, de conversar com o Deputado João Alfredo, para que tomássemos certas medidas para facilitar os trabalhos da CPMI. É óbvio, com o Senador Alvaro Dias, como Presidente, e com V. Exª, gostaria de conversar para facilitar um pouco a nossa vida aqui na CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exato.

O SR. ABELARDO LUPION (PFL – PR) – Porque, pelo que vi, há 200 pedidos de convocação, de quebra de sigilo, e o diabo a quatro, e é óbvio que nós, aqui, nenhum de nós, tem a mínima intenção de medir forças.

Acho que precisamos realmente de fazer um bom trabalho. Então é importante que possamos sentar para poder dar prosseguimento aos nossos trabalhos. Eu gostaria que V. Exª, na hora em que quisesse fazer a reunião, nos convocasse – falo aqui pelo meu Partido, já que exerço aqui a representação dele, como Vice-Líder.

Então, dentro da combinação de hoje, de que não votaríamos, não deliberaríamos, peço licença, porque tenho outros compromissos.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – V. Exª me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Deputado João Alfredo.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Eu estou me surpreendendo com a postura positivamente...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Moderada.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – (...) elegante, moderada do Deputado Lupion e também com esse meu impulso de concordar com ele. Estou até um pouco preocupado comigo mesmo. (Risos.)

Mas acho que, pelo bom andamento da CPMI e até por conta de uma série de atividades, Deputado Lupion – e se o Presidente concordar –, talvez pudéssemos fazer uma reunião com um representante de cada partido político. V. Exª fala em nome do PFL, poderíamos ver com o Senador Suplicy ou Sibá, enfim, um pelo PT, um pelo PTB, um pelo PMDB, um pelo PSDB. Poderíamos ordenar os trabalhos tanto do ponto de vista de quem ainda vamos convocar efetivamente, como do ponto de vista do sigilo, como do ponto de vista das nossas reuniões. Estamos realmente confrontados com uma série de atividades do próprio Congresso. Então, talvez pudéssemos marcar uma reunião de trabalho administrativa para acertar isso, evidentemente qualquer parlamentar poderia participar, mas pelo menos com a representação de cada partido para podermos encontrar esse consenso.

Então, mais uma vez, acatando a proposta do Deputado Lupion e a ampliando nesse sentido, para não ficar apenas os três, para os demais partidos, para traçarmos o encerramento dos trabalhos, já que até novembro tenho que apresentar o Relatório.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ocorre que estamos chegando ao final do primeiro semestre e obviamente se tivermos prorrogação, avançando sobre o mês de julho, teríamos a oportunidade de definir já um novo roteiro. Caso contrário, teríamos que ver isso a partir de agosto.

De qualquer maneira, há uma solicitação do Deputado João Alfredo de se ouvir na próxima semana o ex-Deputado e atual Secretário, no Paraná, o Padre Roque, que tem cobrado desta Comissão a oportunidade de vir depor depois de ter sido ele citado aqui em várias oportunidades.

Primeiramente, precisamos verificar o calendário de atividade do Congresso para a próxima semana, especialmente a CPMI dos Correios, da qual faço parte, bem como o Deputado Onyx Lorenzoni e outros Parlamentares, para definirmos um horário e dia que seja possível obter quórum até para deliberar sobre os requerimentos importantes que estão sobre a mesa.

O SR. RELATOR (João Alfredo. PT – CE) – Mas refaço: poderemos deixar o Padre Roque para depois e, na próxima semana, fazermos essa reunião de trabalho para estabelecer o calendário do segundo semestre e ver o que vamos ainda fazer na CPI, o que ainda falta, o que é mais importante do ponto de vista de prioridade, para não nos perdermos nessas questões, estabelecer na reunião.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, acolhemos a sugestão de ambos e vamos proceder dessa forma na próxima semana.

Ainda pede a palavra...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Se o Governador quiser usar da palavra para esclarecer o episódio.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias) – Se o Governador desejá-la, esteja à vontade, para encerrar inclusive sua participação na reunião de hoje.

O SR. IVO CASSOL – Sr. Presidente, eu só queria entregar aqui as ações da Sedam, que prova que foi feito só naquela área, foi feito em várias localidades no Estado de Rondônia, preservando a questão ambiental. Está aqui toda a documentação, a documentação está junto lá também.

Só para fechar, há também uma reintegração que tem que ser feita e que está complicada, e vamos precisar da intervenção do ouvidor agrário, sob pena de mais uma vez o Estado ter intervenção federal, como foi aprovado há poucos dias no STJ por causa daquela área do Morimoto. Não foi solucionado, o Estado teve que desembolsar dinheiro, fazer a reintegração pacificamente e ainda por cima teve que se comprometer com uma área de terra de poucos alqueires nas redondezas da cidade para assentar aquelas famílias enquanto o Incra não tinha feito. Só para deixar junto aqui também.

E também deixar a relação das reintegrações que o Estado fez e os outros feitos no Governo passado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Submeto-os à Secretaria da Comissão.

O SR. IVO CASSOL – Senador, agradeço a oportunidade. Digo a V. Exª que, quando entrei na vida pública, eu não gostava da vida pública. Meu pai era Deputado Federal, Reditário Cassol, e quis sair da vida pública. Eu via no pessoal que muitos queriam fazer ou não tinham condições de fazer. Por fim, acabei me envolvendo com a vida pública para fazer a diferença.

Na minha administração como Governador do Estado de Rondônia, e todos sabem que em Rondônia os Governadores tinham dificuldade para administrar, porque os intocáveis, os todo-poderosos, que era a Assembléia Legislativa, pressionavam para mandar. E implementei um estilo novo, e automaticamente veio essa pressão.

Eu vim aqui a Brasília, ter com o Ministro Márcio Thomaz Bastos – e até alguns Parlamentares me acompanharam, se não engano foi a Senadora – e, na época, entregamos ao Ministro para tomar providências, que não foram tomadas. Então, não me restou alternativa a não ser começar a gravar, e eu comecei a gravar. Eu é que fiz as gravações. Porque muito se falava fora, mas, quando vinha para o meu escritório, o pessoal ficava com medo de comentar. Até que consegui começar a ganhar confiança devagar e poder fazer todas aquelas gravações. Dei cópias para o Ministério da Justiça, para o Ministério Publico Federal, para o Ministério Público Estadual, e depois a Polícia Federal foi buscar as cópias lá em casa – eu que entreguei, porque, como não estavam nem na minha casa, mandei buscar e entreguei por livre e espontânea vontade. Não são montagens; são cópias reais. E eles levaram as fitas reais. Tanto é que o que a Band mostrou ontem foi só um trecho do meio da fita que o próprio deputado passou; não a passaram completa, porque até o Deputado Amarildo, em certo momento na nossa conversa, ele posa de santo. Então, eu crio, para poder dar liberdade e poder conversar, e cito outros parlamentares que estiveram comigo, e ele: "não quero de jeito nenhum!" Dali a pouco ele diz na própria fita: "Governador, o senhor não está me filmando, não?" Eu falei: "Não, o que é isso? De jeito nenhum". Mas a câmara estava lá do lado, filmando, na minha pasta, uma pasta preta igual àquela que tenho aqui. Então, como eu a trocava de lugar, o pessoal não sabia, pensava que não estava filmando não. Então, a Polícia Federal levou.

Resultado: ele começou a se abrir e começou a dizer como ele fez quando foi secretário de saúde no Município de Ouro Preto; ele começou a contar que ele queria assumir a Secretária de Saúde, porque lá ele ia fazer tudo tecnicamente, tudo legal; ia atender todas aquelas solicitações dos deputados. Então, está tudo lá descaradamente, vergonhosamente. É vergonhoso o que está lá. Aquilo é real, é verdadeiro.

Eu sei que ainda vou ter muitos respingos pela frente porque é normal a pessoa que quer consertar e acaba mexendo com grupos e interesses, de pessoas e de políticos, ao mesmo tempo tem outros políticos que querem entrar no embalo, na carona, e aí aproveita para jogar pedra dos dois lados, para ver se depois leva vantagem no futuro. Já vejo por outro ângulo. Temos que consertar. As pessoas de bem que podem ajudar o Brasil e o meu Estado quero que me ajudem.

Para o senhor ter uma idéia, a maior decepção minha foi quando foi um documento da nossa bancada federal, dos três Senadores e dos oitos Deputados Federais, pedindo para que eu fosse investigado no Estado de Rondônia. E eles sabiam que dentro da Assembléia Legislativa era aquele sistema que eles trabalhavam. E eu só quero dizer que puxei um cabelo, ainda tem um elefante para vir; tem muita coisa para vir, não nas fitas, mas pelo trabalho que a polícia, o pessoal está levantando, está fazendo.

E eu fui fazendo a gravação e as pessoas perguntam o seguinte: "Governador, por que só agora o senhor divulgou as fitas?" Respondi agora há pouco para o pessoal da Band: se eu tivesse gravado a primeira fita e a divulgado teria pego o resto? Não teria. Eu fiz o trabalho por completo. Peguei até o final, até naquele esquema do assessor do Deputado que pega os cheques do laranja e depois vai ao banco, assina nas costas e troca.

Busquei o Ministério Público Federal no ano passado, dei os documentos. Neste ano, antes de a imprensa saber, peguei uma fita que tinha desse esquema dentro da Assembléia e entreguei. E nunca utilizei, Senador, nunca utilizei por nada, nem para aprovar orçamento. Engessaram o meu orçamento e tinha que aguardar para ver se aquilo que eles falavam ia

se concretizar, e tudo que aquilo que eles falaram se concretizou.

Vou dar um exemplo: no orçamento do ano passado, tivemos um aumento de 18,75% e tive que passar para a maioria dos poderes quase 30%. Pegaram o nosso orçamento do ano passado e fizeram 804 emendas. Vetei o orçamento, que voltou. Derrubaram meu orçamento. Sou o único Governador do País que tem autorização da Assembléia Legislativa para ser processado. Sou o único. Graças a Deus, como cidadão, agora já fiz a minha defesa, pela administração que fiz na prefeitura de Rolim de Moura.

Em momento algum utilizei as fitas, em momento algum fui fazer barganha. Quando estava tudo pronto, falei: "Bom, agora é a vez e a hora de botar para frente". E ainda queriam me tirar, os próprios Deputados aí e mais alguns, queriam me tirar do Governo com um *impeachment* fraudulento. Pegaram um laranja lá, que o cara tem uma ficha corrida, dizendo que eu não tinha cumprido o orçamento do Estado, que tinha mudado o orçamento, quando, na verdade, só contingenciei o repasse conforme a arrecadação. E quem não cumpriu com a Lei de Responsabilidade Fiscal não fui eu. O próprio Poder Legislativo não cumpriu em 2003, gastando quase R$30 milhões a mais, 1,72% a mais. Em 2004, não foi diferente. Mas eu estava sendo vítima desse grupo como se eu fosse a pessoa que tivesse cometido irregularidades. E foi até manchete nacional – Governador está sofrendo *impeachment* –, porque disse que eu tinha mudado o orçamento, quando eu não mudei. Eu cumpri a normativa do Tribunal de Contas.

Então, está tudo aí; a documentação está aí. Pedir para o pessoal da **Band** pegar a fita original e ver todo o conteúdo dela, para poder verificar a veracidade dos fatos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Sr. Presidente, não vou argüir sobre todos os detalhes. Eu apenas quis dar a oportunidade ao Governador...

O SR. IVO CASSOL – Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Aqui, V. Exª está sendo filmado.

O SR. IVO CASSOL – Eu sei.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Então…

O SR. IVO CASSOL – "Sorria que está sendo filmado".

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Mas, então, se me permite, apenas uma breve questão.

O SR. IVO CASSOL – Sim, pode.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Pelo que eu pude observar, há um momento ali em que V. Exª faz uma proposição ao Deputado, uma proposição que em si constituiria uma falta grave. V. Exª está ciente disso. Aquilo lá foi algo gravado. Então, conforme V. Exª nos afirma, foi gravado por V. Exª mesmo.

O SR. IVO CASSOL – Foi.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Qual foi o propósito, então, de V. Exª fazer aquela proposta? Se me permite...

O SR. IVO CASSOL – Eu sei.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – É só porque soa estranho.

Então, acho que o Presidente, Senador Alvaro Dias, que foi Governador de Estado, também... V. Exª sabe de algum caso na história em que tenha ocorrido assim, uma iniciativa de um Governador?

Então, quem sabe V. Exª possa nos explicar, porque eu realmente fiquei espantado.

O SR. IVO CASSOL – Se o senhor pegar a fita inteira, pegar o conteúdo, verá que eu fiz várias insinuações para dar liberdade...

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP) – Aí, vou ficar muitas vezes espantado, vendo a fita.

O SR. IVO CASSOL – Não, eu fiz várias insinuações, e o Deputado: "Não, não quero; de jeito nenhum. Tu tá gravando?" Depois, ele fala, mas não mostraram o restante. Quando eu falei, eu o fiz em nome do grupo, porque, quando eu estava fora de lá, Sr. Presidente, na rua, na reunião com eles, era escandaloso o negócio de dinheiro. Mas, no escritório, perguntavam: "que dinheiro?" Era assim. Eu falei: "Eu tenho de documentar isso. Não tem outro jeito". Aí, vem para minha casa, para meu escritório dentro de casa, que eu despachava lá. Comecei a criar esse **habitat** para poder documentar.

Automaticamente, há certos momentos que tem de insinuar, para o cara ter liberdade, para poder se abrir dentro do sistema. Primeiro, nunca fiz curso para investigador nem para câmera. Fui um amador. Mas documentei tudo. Se eu tivesse agido de má-fé ou se eu tivesse feito alguma coisa, antes de ter passado a fita, eu podia ter cortado, eu podia ter reduzido, eu podia ter guardado. Não é nada disso que eu fiz. O que eu fiz foi um trabalho decente para ajudar o povo do Estado de Rondônia, para que possamos progredir, para poder crescer, para poder fazer.

Vou dar um exemplo para o senhor, Senador. No ano passado, eu coloquei aqui... O Senador Alvaro Dias foi um grande Governador do Paraná - eu era de Santa Catarina, o Estado vizinho. Conseguimos quatro milhões do Detran para poder comprar viatura para a Polícia Militar. Eles me enrolaram o ano inteiro, até agora, e não tinham aprovado. O dinheiro, em caixa. Lá, no Estado, eu tenho um orçamento que está todo engessado. Tudo, tudo, tudo. Tem uma Emenda nº 27 que...Tudo que o senhor possa imaginar.

O que eu queria? Só trabalhar. O que eu quero? Só trabalhar, mas trabalhar com decência, com responsabilidade. Só isso.

Não fiz isso por causa de reeleição. Sou contra a reeleição. Não fiz isso para me promover nacionalmente. Não faço isso, não quero isso. Tanto que tem um encontro do PSDB, no Rio, sábado, e eu não vou estar lá, porque eu não quero promoção, não quero nada. Acho que tenho de fazer o meu trabalho como cidadão. Sei que meu trabalho é passageiro.

Não precisava disso, Senador. Eu estou marcado para o resto da minha vida. O que eu fiz... Há Deputados lá que têm uma ficha corrida. Há Deputado que, no último dia 13, falou para o Beto do Trento, no dia da votação do *impeachment*, quando estavam lá, montando aquela farsa: "Olha, Deputado, cai fora, porque vamos tirar o Governador, de uma maneira ou de outra". Se o senhor pegar a ficha de alguns Deputados lá, o senhor vai ver que eles têm uma ficha corrida com crimes e tudo junto no meio. Então, fiquei marcado para o resto da vida. Mas digo uma coisa para o senhor: tenho filho, tenho uma família, tenho tudo e eu jamais vou fazer eles passarem vergonha. Jamais. Eu vou dizer para o senhor que, se tivesse de repetir dez vezes, eu repetia dez vezes, independente de cor partidária. Eu sempre digo o seguinte: eu estou no PSDB, mas temos gente boa em todos os Partidos – no PSDB, no PT, no PMDB, em tudo –, mas também tem carne de pescoço em tudo quanto é Partido. Temos de pegar as pessoas de bem e fazer a diferença. É isso que precisa, é isso que eu quero para o meu Estado, porque o que eu tenho está lá e acho que vale a pena tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado ao Senador Eduardo Suplicy.

Obrigado ao Governador Ivo Cassol.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 15h40min.)

(OS:14828/2006)

EDIÇÃO DE HOJE: 842 PÁGINAS